

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "C" AO Nº 50 TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL
1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO
Ata da 2ª Reunião de Eleição da Mesa, realizada em 7 e 8 de abril de2015 4
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 e 16 de abril de 2015 9
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 e 13 de maio de 2015 30
Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2015 62
Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 26 de maio de 2015 91
Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 27 de maio de 2015 172
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de junho e 1º de julho de 2015 260
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 7, 14, 15 e 16 de julho de 2015 340
Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 11, 18 e 20 de agosto de 2015 420
Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 25 de agosto de 2015 444
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 e 26 de agosto de 2015 502
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º e 9 de setembro de 2015 505
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2015 537
Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 24 de setembro de 2015 564
Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de setembro de 2015 596
Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 675
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 e 14 de outubro de 2015 699
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2015 739
Termo de Reunião nº 1, em 28 de outubro de 2015 756
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 e 4 de novembro de 2015 757
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 817
Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 e 12 de novembro de 2015 866
Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 1007
Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 24 e 26 de novembro e 1º de dezembro de 2015 1074
Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 2 de dezembro de 2015 1234
Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015 1264
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 2016 1852
Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2016 1872
Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 1º de março de 2016 1874
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de março de 2016 1957
Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 9, 15 e 16 de março de 2016 1962

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 7 E 8 DE ABRIL DE 2015.

Aos sete e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para eleição da Mesa da CMO. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Nilto Tatto, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zeca Dirceu; - **Senadores Titulares**: Benedito de Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; - **Deputados Suplentes**: Cacá Leão, Expedito Netto, Gorete Pereira, Jorge Solla, Leo de Brito, Pedro Fernandes, Vitor Valim e William Woo ; e - **Senadores Suplentes**: Hélio José, Ivo Cassol e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Edmar Arruda, Genecias Noronha, Hugo Leal, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA**: às dezenove horas e quatro minutos, do dia sete de abril de 2015, e havendo número regimental para abertura, de acordo com o disposto no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN*. Em virtude da continuação da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião de eleição da Mesa da Comissão, para o dia 8 de abril, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Entretanto, o Deputado Giuseppe Vecci (PSDB/GO), solicitou o encerramento da reunião, conforme estabelece o *art. 29, § 1º, do Regimento Comum.* O Presidente em exercício argumentou sobre a necessidade da suspensão dos trabalhos e obteve a concordância do parlamentar, e às dezenove horas e sete minutos a reunião foi suspensa. No dia seguinte, 8 de abril de 2015, às 14h14min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) reiniciou os trabalhos. A Presidente informou que não houve, por parte das Lideranças Partidárias, todas as indicações para os cargos de Vice-Presidentes da Mesa da CMO. A Presidente parabenizou a Deputada Flávia Morais (PDT/GO), membro titular da CMO, por fortalecer a presença feminina na Comissão. Em seguida, anunciou a composição dos Membros da CMO, titulares e suplentes. Informou, ainda, que havendo Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não haverá reunião, conforme determinam os *Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*. Finalizando, informou que aguardará as indicações dos Vice-Presidentes para a Mesa da CMO. **ENCERRAMENTO:** às quatorze horas e vinte minutos, a Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Maedes Jordão Santana Saldanha, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 07.04.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 2ª reunião de eleição da Mesa, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à eleição dos Vice-Presidentes da Mesa para 2015.

Em virtude da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, suspendo esta reunião e convoco outra para amanhã, dia 8 de abril, quarta-feira, às 14 horas, neste plenário, para a eleição da Mesa...

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - O art. 29 do Regimento Comum diz o seguinte:

> *"Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos".*

Como esta reunião foi convocada para as 18 horas, já decorreram 30 minutos. O § 1º do art. 29 diz:

> *"Art. 29.....*
>
> *§1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará".*

Nesse sentido, não há como convocar reunião para amanhã, às 14 horas, se ela tem que ser convocada com 24 horas de antecedência.

Eu acho que esta é a terceira reunião que nós estamos realizando sem quórum, sem possibilidade ainda de eleger os Vice-Presidentes. Então, é importante seguirmos o que está escrito no Regimento. E, já que não temos quórum, que possamos pelo menos iniciar de forma correta os trabalhos desta importante Comissão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) - Deputado Giuseppe Vecci, compreendo toda a dificuldade neste momento, mas quero pedir para não levarmos ao pé da letra o que está dito no Regimento.

Vamos suspender a reunião e recomeçá-la amanhã, aproveitando inclusive o quórum que foi formado. Como está tendo Ordem do Dia no Senado e na Câmara, compreendemos o porquê de este plenário estar vazio.

Contando com a sua compreensão, declaro suspensa a reunião, nos termos que já foram colocados.

Obrigado pela contribuição.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - O.k. Estou de acordo.

(A reunião é suspensa.)

Em 08.04.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro iniciada a segunda reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à eleição dos Vice-Presidentes da Mesa para 2015.

Quero informar que, até o presente momento, ainda não houve acordo para que os Vice-Presidentes fossem indicados. Apresentados os candidatos, veremos se alguma outra indicação pode vir, já que, nesta Comissão, recebi vários ofícios dentro do prazo que nós pedimos, com indicações duplas para o mesmo cargo. Então, ainda estamos dentro do interregno das negociações e das conversas.

A partir do momento em que recebermos o Orçamento, nós estaremos dispostos ao trabalho, com pauta precisa, com indicações.

Vou apenas indicar alguns Relatores para a discussão e aprovação dos relatórios com vistas à aprovação das contas dos ex-Presidentes a partir de 1990. Estamos há 25 anos sem votar as contas dos ex-Presidentes da República. Portanto, nós ainda temos alguns problemas a enfrentar pelo caminho.

Eu vou apenas, nesta Comissão, saudar o fato de termos entre os membros uma mulher, a Deputada Flávia Morais, porque o quórum aqui sempre tem sido essencialmente masculino. Eu quero saudá-la. Seja bem-vinda!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou ler os nomes dos componentes da Comissão e aguardar os nomes que serão indicados pelos blocos. Os nomes virão logo em seguida.

MDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PTN; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB:

Titulares: Edmar Arruda, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Genecias Noronha, Hildo Rocha, João Arruda, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Ricardo Teobaldo, Lázaro Botelho, Ricardo Barros, Elmar Nascimento.

PT; PSD; /PR; PROS; PCdoB:

Titulares: José Rocha, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Hugo Leal, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo, Zeca Dirceu, Jaime Martins, Walter Ihoshi.

Eu cometi um lapso e não li o nome dos suplentes do bloco liderado pelo PMDB, o Blocão.

O primeiro suplente é o Deputado Danilo Forte. Os outros suplentes são: Expedito Netto, Jhonatan de Jesus, Kaio Maniçoba, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Paes Landim, Vitor Valim, Washington Reis, Cacá Leão, Sandes Júnior, Pedro Fernandes.

Ainda falta indicar mais um membro. Há pouco foi comunicado pela Liderança que ele será indicado, mas ainda não chegou o expediente.

No bloco liderado pelo PT, os suplentes são: Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Orlando Silva, Valtenir Pereira, Weliton Prado, Rômulo Gouveia, Átila Lins.

PSDB; PSB; PPS; PV:

Titulares: Caio Narcio, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hissa Abrahão, João Fernando Coutinho, Samuel Moreira.

Suplentes: César Messias, Leopoldo Meyer, William Woo, Domingos Sávio, Izalci.

Ainda falta indicar o último suplente.

PDT:

Titular: Flávia Morais, que está aqui.

Suplente: Pompeo de Mattos.

PSOL:

Titular: Edmilson Rodrigues.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Suplente: Cabo Daciolo.

A lista completa de Deputados e Senadores foi lida.

Eu quero fazer aqui um esclarecimento, para que não ocorram alguns episódios realmente contrários ao Regimento.

Enquanto houver sessão na Câmara e no Senado, eu não posso abrir a reunião, a não ser para que fiquemos aqui falando. Ontem, por exemplo, o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, disse: *"Eu não quero que realize a Comissão de forma nenhuma. E eu não precisava dizer isso, pois o Regimento diz"*.

Portanto, peço perdão aos senhores. Ninguém pode ou deve se assentar à mesa e abrir a reunião indiferente ao prazo e ao Regimento, porque, se isso acontecer, ela será nula de efeito. Por isso, eu peço a compreensão. Mas nós temos um Regimento, que é o que tem que nos nortear nos nossos trabalhos.

Nós vamos esperar as três indicações para que possamos proceder à eleição.

Todos os membros aqui citados estão devidamente empossados nesta Comissão.

Alguma pergunta? *(Pausa.)*

Portanto, vamos ter paciência. Quando começarmos a trabalhar efetivamente, com todos os membros assentados à mesa, nós teremos mais tranquilidade e vamos distribuir as relatorias pertinentes, de acordo com a ordem que o Regimento determina ou sugere. Está bem assim?

Muito obrigada pela presença de todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE ABRIL DE 2015.

Aos quinze e dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para eleição dos demais membros da Mesa da CMO e definição das relatorias. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes**: Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Expedito Netto, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Paes Landim, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Weliton Prado; **- Senador suplente**: Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Caio Narcio, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Hissa Abrahão, José Rocha, Lelo Coimbra e Zé Geraldo; **- Senadores**: Paulo Bauer, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA:** às quinze horas e seis minutos, do dia quinze de abril de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos, e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, avisou que suspenderia dos trabalhos para realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, na sala de reunião da Presidência da CMO. No dia 16 de abril, às doze horas e vinte e três minutos, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente. **ORDEM DO DIA:** conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, a Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 659/2014-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.773.069.612,00 (um bilhão, setecentos e setenta e três milhões, sessenta e nove mil, seiscentos e doze reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foi apresentada 1 (uma) emenda. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, a relatora indicou para inadmissibilidade. A relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pela relatora no seu voto. A discussão foi iniciada e fez o uso da palavra o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), que manifestou preocupação com a falta de *quórum* presencial na representação do Senado Federal. A Presidente reafirmou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, o Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), teceu considerações sobre a matéria que iria ser votada. A Presidente informou sobre a urgência da votação da matéria, cujo prazo de permanência na CMO expiraria em 20 de abril, justificando a sua inclusão na Ordem do Dia. Logo após, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) manifestou-se contrário a votação da matéria, argumentando que no dia anterior não constava da pauta e mesmo que fosse votada na CMO, não daria tempo de ser apreciada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e assim seria mais prudente não votar a matéria. O Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) compreendeu o esforço da Comissão em querer

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votar a matéria, mas concordou que não daria tempo de ser votada nas duas Casas do Congresso Nacional. Em prosseguimento, a Presidente informou que estão na Secretaria da CMO aguardando Relatórios, as seguintes Medidas Provisórias, que podem ser acessadas na página da Comissão:**- Medida Provisória nº 662/2014-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileira S.A – TELEBRÁS, no valor de R$ 404.755.786,00 (quatrocentos e quatro milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais), para os fins que especifica", com prazo na CMO até 18/05/2015; **- Medida Provisória nº 666/2014-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito e de empresas estatais vinculadas a diversos órgãos, no valor de R$ 20.139.294.891,00 (vinte bilhões, cento e trinta e nove milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais), para os fins que especifica", com prazo na CMO até 01/06/2015; e **- Medida Provisória nº 667/2015-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos órgãos e empresas estatais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, no valor de R$ 74.014.218.398,00 (setenta e quatro bilhões, quatorze milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica", com prazo na CMO até 01/06/2015. E não havendo consenso sobre a votação da **Medida Provisória nº 659/2014-CN,** a Presidente acatou a solicitação do Deputado Domingos Sávio e encerrou a apreciação da matéria, que deixou de ser votada no plenário da CMO. O Deputado Ricardo Barros (PP/PR) questionou sobre as indicações. A Presidente informou que haveria sessão especial para tratar sobre o tema, e comunicou que o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) foi indicado para o cargo de Relator-Geral do Orçamento para 2016. O Deputado Giuseppe Vecci (PSDB/GO) inquiriu sobre a Proposta de Alteração da Resolução nº 01, de 2006-CN, e a Presidente informou que haverá reunião específica para tratar sobre a matéria. O Senador Hélio José (PSD/DF) manifestou-se satisfeito com as mudanças que a Presidente pretende implementar na CMO. O Deputado Jaime Martins (PSD/MG) teceu considerações sobre a importância da participação dos membros da CMO nas relatorias e nos seus comitês. Em prosseguimento, a Presidente avisou que no **dia 30 de abril, quinta-feira, às 10 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada Reunião Conjunta de Audiência Pública, com o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Antonio Tombini. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e doze minutos, a Presidente encerrou os trabalhos. Antes, comunicou a realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, no dia 22 de abril, quarta-feira, às 12 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO, para tratar sobre a Proposta de Alteração da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, que "amplia o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências". Para constar, eu, Maedes Jordão Santana Saldanha, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 15.04.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à eleição dos Vice-Presidentes da Mesa para 2015 e à definição das relatorias setoriais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação, mas gostaria de comunicar que esta reunião será suspensa para ser realizada a reunião de Líderes, porque hoje receberemos o relatório da LDO e a proposta vinda do Governo e designaremos os Relatores.

Portanto, como não há consenso ainda sobre alguns relatórios, vamos suspender esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 16.04.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esclareço que há quórum para deliberação na Representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

O assunto que nós vamos tratar hoje é estritamente sobre a Medida Provisória nº 659, de 2014, do Congresso Nacional, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$1.773.069.612,00, para os fins que especifica"*.

A Relatora designada é a Deputada Gorete Pereira, que foi pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, a Relatora é pela inadmissibilidade.

Antes de conceder a palavra à Relatora, quero esclarecer que nós assumimos a Comissão de Orçamento com muitas matérias em atraso — muitas matérias em atraso —, contas de Presidente da República, e tudo o mais. Especificamente, esse crédito venceria no dia 20 de abril, segunda-feira, e vários Parlamentares pediram que não realizassem a reunião na segunda-feira porque terça-feira é feriado, portanto, não haveria quórum para essa votação.

Com a palavra a Relatora, Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, chegou esta medida provisória agora para mim, que já está totalmente passada.

Voto da Relatora.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a medida provisória atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei n°12.593, de 18/01/2012) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 — LDO-2014 (Lei n° 12.919, de 24/12/2013).

A Exposição de Motivos n° 00208/2014/MP, da Ministra de Estado e Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1° do art. 2° da Resolução n° 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

No mérito, consideramos que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes em ações que necessitam de intervenção imediata do Governo Federal.

Quanto à emenda apresentada, em que pese seu nobre objetivo, opinamos pela sua inadmissibilidade por conflitar com o art. 111 da Resolução n° 1, de 2006 — CN, que estabelece que *'somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente'.*

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória n° 659, de 2014, nos termos propostos pelo Poder Executivo, e pela inadmissibilidade da Emenda 00001."

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esse é o parecer.

Agradecemos à Deputada Gorete. S.Exa. diz que o relatório está em conformidade com § 2º do art. 56 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. E S.Exa. declara inadmitida a emenda pelo Relator em seu voto aqui explicitado.

O relatório está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pela ordem, Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem pediu a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, quero parabenizar a Relatora, Deputada Gorete Pereira, pelo relatório. É importante para o Governo nós regularizarmos essa situação, até porque diz respeito a encargos financeiros da União.

Agora, acho que devemos ter uma preocupação regimental aqui na Comissão. Temos que passar a lista de presença e, pelo visto, não há quórum do Senado. Então, temos que verificar como vamos fazer essa votação. Temos que esperar o pessoal chegar para votar, porque se atropelarmos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Por favor, eu estou me baseando...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. está se baseando em que, pode explicar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, eu vou outra vez solicitar encarecidamente... Jamais, na minha vida, atropelei nada. Eu estou me baseando no Regimento desta Casa. Há quórum para prosseguir a reunião que foi suspensa. E eu declarei isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para votar, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se alguém quiser...

Eu estou colocando em discussão. Até o processo de votação, V.Exa. tem todos os instrumentos regimentais para concluir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu realmente desconhecia, não vi esse requerimento, não o vi na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Qual requerimento?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Da medida provisória. Gostaria de saber se poderíamos pelo menos ter conhecimento da matéria antecipadamente. Eu fui chamado às pressas, desconhecia completamente a matéria, jamais imaginava que pudesse estar nessa reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel Moreira, eu também gostaria de ter sido Presidente da Comissão 2 meses atrás.

Esse crédito vence no dia 20 de abril. Se o senhor tiver oportunidade de ler o relatório, vai saber do que se trata. Eu estou tentando corrigir as distorções de comportamento que sempre esta Comissão teve, e não são pequenas, está certo? A maioria dos relatórios aqui apresentados sequer... Eu estou citando as contas dos Presidentes da República que por aqui passaram, desde Fernando Henrique, Fernando Collor e tal, com 25 anos que acabaram não sendo votadas.

Eu agora peguei uma pauta e verifiquei que o prazo dessa matéria se extingue derradeiramente no dia 20. Nós tínhamos duas saídas: não fazer nada ou fazer alguma coisa. Eu decidi fazer alguma coisa: trazer aqui o relatório.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, só quero terminar a explicação. Depois o senhor, por favor, complemente o raciocínio.

Não acho que essa seja a melhor maneira. Essa não é a melhor maneira, mas não sou responsável por ela. O Presidente da Comissão saiu há menos de 1 mês.

A segunda opção seria devolver para o Governo como veio, dizendo que sequer apreciamos a medida provisória.

É isto que eu estou apresentando como argumento ao senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu queria me somar ao pensamento do Deputado Danilo Forte. Eu quero reforçar a questão colocada pelo Deputado Danilo de que temos aqui um entendimento sobre o procedimento. Em relação ao mérito, de fato, está difícil de compreender, porque nós acabamos de nos sentar aqui para ler a matéria. Mas, quanto ao mérito, por orientação até da nossa bancada, não há tanta divergência. Acho que é mais uma questão de procedimento. E podemos combinar a forma mais adequada para apreciar esses assuntos. Se haveria de estar na pauta, se haveria de ser feito um requerimento. Eu gostaria de um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Haveria tudo isso que o senhor está falando, se a esta Presidência fosse dado tempo. Já peguei o bonde andado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não justifica atropelar o Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então vamos derrotar, não vamos votar!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não justifica atropelar o Regimento. Não é uma questão de mérito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou atropelando o Regimento, meu senhor!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas a senhora está acabando de dizer, Sra. Presidente, que deveria ter sido feito tudo isso, e não foi.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas não foi, porque eu assumi a Comissão ainda...

Deixe-me ressaltar um fato importante. O senhor sabia que ainda ontem eu estava pedindo ao PMDB para completar as nomeações, ao PSDB para completar as indicações de seus membros? Esta Comissão estava incompleta, apesar do prazo que eu havia pedido logo que assumi. Eu havia dito: *"Em 1 semana, eu gostaria que os partidos completassem as suas indicações".* Deputado Samuel, é inacreditável, mas não haviam feito.

A Comissão precisa ter o seu quórum completo. Completou-se ontem o quórum, e já temos o nome de todos aqueles que elencam a Comissão de Orçamento. Não há falha de ninguém desta Mesa. V.Exa. sabe que ainda não temos nomes para a 1ª Vice, para a 2ª Vice e para a 3ª Vice-Presidências? E todos os partidos pedem mais prazo, mais prazo, mais prazo.

Essa maneira, que é um cacoete desta Comissão, é simples. Isso faz com que mais adiante comecem a pedir mais prazo para o relatório, mais prazo... Chega o dia 15 de dezembro ou o dia 17 de dezembro, não há ninguém na Casa para votar.

Nós estamos tentando agora atualizar todas as pautas em relação à votação das contas de Presidente, às MPs que estão acumuladas, cujos prazos se extinguem. Somente esta, cujo prazo acaba dia 20, é uma exceção rara. Eu não pretendo, de maneira alguma, burlar, desatender isso, e não precisamos fazer acordos sobre procedimento. O procedimento será, afirmo a V.Exa., inclusive das

presenças na Comissão. Este será rigidamente seguido. Não haverá membro desta Comissão que vai faltar *ad infinitum*, e nós vamos fazer de conta que ele não existe. Ele terá que vir trabalhar. Estou tentando ajustar tudo.

O primeiro ajuste que eu estou fazendo agora é a atualização da pauta, para não deixar perder nenhum crédito. Não acho justo o Governo receber de volta créditos que são mandados para a Comissão sem que sejam apreciados e discutidos, ainda que seja de maneira urgente, como aconteceu. Não acontecerá nas próximas. Inclusive estou pedindo isso aos Líderes, o que eu posso fazer por questão de dever de ofício. Mas estou tentando pedir ao Bloco tal: *"Por favor, nós temos uma MP importante de 20 bilhões. Por favor, indiquem um Relator, tragam-me alguém que possa relatar sem nenhuma complicação, quero dizer, sem estar envolvido em nenhum escândalo nacional".* Como eu entrego um relatório das proposições de 20 bilhões de reais para alguém que está sob suspeição nas CPIs da Casa? Não posso! Há dificuldade, Deputado Samuel, de toda natureza.

E quero que V.Exa. saiba também de uma coisa que tem me irritado bastante, mas que não é para perder o juízo: as pessoas querem que eu passe por cima dos comportamentos éticos e morais adequados para indicar as relatorias.

Era o que eu queria esclarecer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta, para concluir, então. Eu acredito que, sempre que o Regimento é descumprido em algum momento, haverá uma justificativa. Ninguém também vai descumpri-lo; haverá uma justificativa. Mas não há justificativa que possa descumprir o Regimento. Não há justificativa que possa descumprir o Regimento. Esse é o entendimento que nós devemos fazer aqui, porque haverá outros motivos, outras justificativas.

De qualquer forma, Sra. Presidenta, eu queria então o compromisso de que isso não ocorra mais. Nós podemos até fazer o encaminhamento, mas precisamos do compromisso de que isso não ocorra mais, em hipótese alguma, por justificativa nenhuma!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor tem o meu compromisso. O senhor tem o meu compromisso. Quero ressaltar inclusive que não me amparei no Regimento, que diz, no art. 110, parágrafo único: *"A inclusão do*

relatório da medida provisória na Ordem do Dia da CMO será automática, e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação".

A partir do momento em que eu sentei e tive o escopo de todas as matérias que estão dispostas aqui, eu conversei com todos os Líderes. Estou falando de Líderes, não de coordenadores de bancadas. Líder tem que se envolver com o tema da Comissão. A todos os Líderes, eu disse: *"Está à disposição. Eu mandei pelo seu e-mail, mandei comunicado ao seu gabinete sobre quais são as matérias que estão para ser apreciadas"*. A partir daí, estou aguardando as sugestões devidas dos Blocos, para que eles indiquem e discutam. E não estou aqui usando nenhuma prerrogativa de indicar, porque posso fazê-lo. Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Independentemente disso, então, temos o compromisso de que isso não mais vai acontecer?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já disse ao senhor duas vezes. Eu só espero não ter que me ajoelhar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bem. Obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode falar, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu adoro a sua atenção, a sua concentração.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sempre a terá, Deputado. Sempre a terá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ajuda-me, inclusive, a desenvolver o meu raciocínio com mais equilíbrio, no que sempre procuro primar.

Presidente Rose, preocupa-me profundamente garantir que tenhamos, não só hoje, mas também em todas as demais sessões, um ambiente de cooperação. E isso pressupõe algumas regras. Eu sou um dos primeiros a defender um apoio total à condução de V.Exa., porque a conheço bem, sei que é uma Parlamentar imbuída dos melhores propósitos e com uma formação democrática inquestionável. A sensação que me passa é a de que V.Exa., ao assumir esta Presidência, traz em boa hora uma vontade muito grande de fazer com que esta Comissão seja mais

proativa, que cumpra seus prazos, que dê uma resposta muito transparente ao País, para uma missão que — sempre pensei assim, e continuo pensando, embora, às vezes, com um sentimento de frustração em alguns dos anos que participei — é a mais importante do Congresso. Muitas vezes esta Comissão é tratada como aquela válvula de escape, que, na última hora, sai com um parecer, a ponto de alguém da base do Governo ter dito ontem que nós temos um orçamento este ano aprovado por uma única pessoa. Houve essa sensação, dados todos os atropelos que ocorreram no ano passado. E finalmente o relatório que foi votado no Congresso em sessão, há pouco mais de 30 dias, talvez, só foi do conhecimento de todos na hora da sua leitura. E lá restavam algumas dezenas de Deputados e talvez nem uma dezena de Senadores, que com certeza não conseguiram também atinar para tudo, até porque não foi lido tudo. Foi feita apenas menção. A verdade é essa. A verdade tem que ser dita ao País.

Então, essa referência de que talvez tenha sido aprovado um orçamento por uma única pessoa não esteja muito fora da realidade, embora eu não esteja aqui colocando em descrédito ou desmerecendo o esforço do Senador Romero Jucá. Até creio que se torna mais meritório. Demonstrou-se uma relação de confiança ali. Mas não pode ser assim.

Feito esse preâmbulo, Senadora, eu quero aqui fazer uma observação, que pode até contrariá-la, mas é com o propósito de que nós cuidemos do futuro. Se nós hoje abrirmos aqui o precedente de votar essa matéria... Primeiro, eu faria todo o esforço, se sentisse que haveria prejuízo para a Nação. Se nós votarmos essa matéria, nós estaremos abrindo um precedente ruim. V.Exa. se lembra que ontem, quando foi fazer a abertura da sessão que estava programada — e já o fez após o prazo regimental —, eu ponderei que talvez não fosse o caso de abrir aquela sessão, porque não havia matéria em pauta para ser votada. V.Exa. me disse claramente: *"Não, Deputado, nós precisamos apenas manter esta sessão aberta, porque nós temos que dar sequência aos trabalhos".* Com isso eu concordei prontamente, não fiz nenhum questionamento. Tivemos, na sequência, a reunião de Líderes para discutir outro assunto que não esta medida provisória. Não é verdade?

Pois bem. Dali eu saí sem nem levar em conta a possibilidade de que esta medida provisória viesse a ser apreciada, pois ela não estava colocada como

matéria em pauta nem foi objeto de debate naquela reunião, que foi aberta e intempestivamente suspensa. Não comuniquei meus colegas, que me deram a honra de estar coordenando a bancada, porque eu não sabia de nada. Soube agora de manhã que teríamos esta reunião. Ao vir para cá, eu procurei primeiro ver se a matéria era de tal relevância que pudesse trazer prejuízo ao País. E, se assim o fosse, o máximo que caberia a mim aqui agora seria pedir suspensão para aprofundarmos um pouco o debate, construir um acordo e votar por acordo simbolicamente, como muitas vezes fazemos aqui, até porque já se verifica que não há quórum aqui de Senador, nem talvez de Deputado, e nós fatalmente teríamos esta sessão caindo agora. Mas eu não faria isso, não pediria quórum. Eu pediria um acordo, porque eu não vim aqui para atrapalhar o País. Eu sou oposição ao Governo, não ao País.

Mas o que ocorre com relação a essa matéria? Ela tem o seu prazo expirado segunda-feira. Para podermos aprovar essa matéria hoje, nós teremos que aprová-la aqui na Comissão, aprová-la na Câmara e aprová-la no Senado. Tudo hoje. Nós temos que aprová-la aqui na Comissão, aprová-la na Câmara e aprová-la no Senado. Se nós não a aprovarmos na Comissão, a aprovarmos em uma sessão da Câmara e a aprovarmos em uma sessão do Senado, não terá valido nada nós a termos aprovado aqui.

E o que ocorre com o País se nós não a aprovarmos? Eu até admito que, se fosse uma questão essencial, nós resolveríamos a nossa parte, o Presidente Eduardo Cunha, com a responsabilidade que tem, provavelmente chamaria uma extraordinária e resolveria a da Câmara, e o Senador Renan o faria no Senado. Mas ocorre, Presidente Rose, que, se nós não votarmos essa medida provisória, em nada alterará o destino do Brasil, porque, embora eu até não concorde com isso — e acho que, no futuro, o Congresso precisa rever nossa legislação sobre medida provisória —, a medida provisória tem a natureza de, ao ser editada, ter eficácia imediata. E, tendo eficácia imediata, ela possibilita as ações de natureza não só contábil, mas também administrativa. Portanto, 100% do valor dessa medida provisória, que trata de 1 bilhão 773 milhões, já foi empenhado. Tendo sido 100% empenhado, se a MP não for votada, ela entra em caducidade, deixa de ter eficácia, mas os atos realizados na sua vigência são convalidados. Portanto, todos os

empenhos realizados são considerados empenhos feitos, acobertados pela vigência da medida provisória.

Se nós votarmos e derrotarmos a medida provisória, talvez aí caiba um questionamento sobre responsabilidade fiscal do Executivo de ter feito algo que não foi convalidado pelo Congresso.

Creio eu que esta é a realidade. Portanto, V.Exa. faria um esforço grande que não geraria nenhum resultado concreto, mas que quebraria uma relação, que nós temos e que vamos preservar, de confiança absoluta, porque, no dia em que quebrar essa relação, eu não vou permitir que se suspenda a reunião, uma vez que vou ficar com a seguinte sensação: se se suspende a reunião, posso ser surpreendido com uma pauta, daqui a algumas horas, que não estava prevista; e eu posso nem estar presente aqui para poder defender as minhas ideias e as da minha bancada.

V.Exa. terá sempre a minha confiança de suspender reuniões, desde que, obviamente, mantenhamos esses compromissos: *"Olha, vamos suspender com a mesma pauta de agora, voltamos daqui a pouco, concluímos; depois, se for o caso, abrimos outra"*.

Bom, concluo, Presidente Rose, dizendo o seguinte: eu acho que nós estamos com outros problemas: há a proposta que V.Exa. trouxe da reformulação da estrutura da Comissão — e eu quero dialogar com V.Exa., colaborar em tudo o que estiver ao meu alcance —, mas sobre essa matéria eu faço um pedido: não coloquemos essa matéria em votação hoje. Isso não vai acrescentar em nada nas funções desta Comissão e vai abrir um precedente ruim para nós. Talvez até me leve, como coordenador de bancada, a ter que entrar num processo de obstrução ou de discussão e dizer: *"Olha, eu não posso votar essa matéria".* Não há nada na matéria em que nós tenhamos objeção. O procedimento é que abre um precedente ruim para nós. Então eu peço a compreensão de V.Exa. também; assim como eu me comprometo a ser compreensivo naquilo que for essencial, peço a sua compreensão, senão eu vou ficar — vou usar uma expressão bem comum — numa saia justa com a minha bancada, pois já vamos começar votando algo que não estava combinado.

Eu agradeço a V.Exa. e reafirmo: não haverá prejuízo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

Eu só quero esclarecer a V.Exa. o seguinte: doravante, assim que eu chegar à Comissão, presidi-la no prazo hábil, quem se dirigir a mim até sentar à mesa, eu não falarei, por quê? Eu fui atalhada por vários Parlamentares, inclusive por V.Exa., inclusive por V.Exa., e dei atenção quando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, sim, antes. Havia 7 minutos posteriores ao prazo deliberado pelo Regimento, e eu estava atendendo. Atendi um Deputado, Parlamentar do PT, um do PMDB e V.Exa. Eu olhava para o relógio com uma fixação que, V.Exa. me conhece, sabe que tenho, e pensava: *"Meu Deus, estão passando 7 minutos!"*, e V.Exa.: *"Já passou do tempo"*. E nós conversamos os 3 minutos com outro, provavelmente perto disso. Mas eu serei muito atenta daqui para frente. Que não me chamem de mal-educada porque eu paro para dar atenção a todo mundo. Dizem que eu agarro no lugar, mas, daqui para frente, se se dirigirem a mim, na hora, faltando 1 minuto, desculpem-me, eu vou ser absolutamente precisa. Não posso falar, sento e abro a sessão. Vou ater-me exclusivamente ao Regimento Interno.

Eu queria comunicar que, antes de dar a palavra ao Senador, nós temos agora 16 Deputados aqui no recinto e dois Senadores. Já temos quórum na Câmara e não temos no Senado. Esse é outro problema que nós temos de encarar. V.Exa. já esteve comigo numa sessão de seis pessoas — um Senador e cinco Deputados —, e votamos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas não pode ser assim, Deputado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu entendo todo o seu empenho, e V.Exa. é merecedora de todo o nosso crédito. Tanto V.Exa. quanto nossa Relatora, Deputada Gorete Pereira, fazem um esforço enorme para salvar essa medida provisória, que, com toda certeza, não terá tempo de ser aprovada no Plenário das duas Casas. Entendo que

V.Exas. querem cumprir a devida missão da Comissão e são merecedoras do nosso crédito.

Esta Comissão está indo por um caminho certo e adequado. Entendo o esforço, estou disposto a fazer a minha parte, só não sei se vamos colher os frutos necessários. Sei que o mérito é inquestionável.

Como já foi dito aqui, não sei se teremos o resultado esperado, mas acredito plenamente nas suas intenções, no seu trabalho e na sua vontade realmente de democratizar, de dar oportunidade mais ainda nesta Comissão. Sei que existe o acúmulo de trabalho, acúmulo de muitos e muitos anos, mas com certeza, com a colaboração de todos, vamos corrigir todas essas mazelas e dar um novo rumo a esta Comissão.

Então, Sra. Presidente, parabéns pelo trabalho, pela condução! Vamos ver o que os colegas Parlamentares decidem. O mérito é inquestionável, só não sei se nós vamos ter o fruto de que se precisa, porque realmente o tempo urge. O prazo da medida provisória vence na segunda-feira, e não sei se vai dar tempo de votá-la nas duas Casas ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de tecer algumas informações e principalmente dar uma satisfação ao nosso Relator-Geral, Ricardo Barros.

Cheguei aqui com o estudo feito da proposta que apresentei e não ia distribuí-la sem antes nós conversarmos. O Deputado Danilo Forte pediu a cópia do documento — estava em mãos — e, já que ele iria obter, alguns outros obtiveram. Mas eu quero dizer a V.Exa. que não há nenhum descuido, mas há apreciação da importância que V.Exa. tem nesta Comissão.

Quero também avisar a quem se encontra nos gabinetes: por favor, procurem e indiquem por escrito a esta Comissão — todos os membros que aqui estão — quem no gabinete será responsável por receber todas as matérias da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Enviei a vários Deputados, e vários me disseram que não receberam. Portanto, eu gostaria que dissessem.

Deputado Domingos Sávio, do seu gabinete, é a Antônia? Então, a Comissão só vai oficiar o nosso expediente, se haverá sessão extraordinária, comunicar o seu

gabinete para que essa pessoa participe a V.Exa., haja vista que nós temos um prazo de 48 horas, conforme o art. 128 do Regimento Interno.

Quero dizer que ainda temos — e se encontra no gabinete de V.Exas. — a Medida Provisória nº 662, de 2014, para designar Senador-Relator e Deputado-Revisor. Ela abre um crédito extraordinário em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, num valor de R$404.755.786,00. Essa MP tem um prazo, e eu vou dizê-lo daqui a pouco. Aliás, vou mandá-lo por escrito ao indicado por V.Exas.

Há outro crédito da Medida Provisória nº 666, de 2014. Trata-se de um crédito também extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo. São encargos financeiros da União, de transferência de Estado e do Distrito Federal, de operações judiciais de crédito e de empresas estatais, vinculado a diversos órgãos. O valor é de R$20.139.294.891,00. Mais um crédito. O prazo desse último crédito é 1º de junho. Portanto, já estará disponível para apreciação.

Esse último de que falei tem mais um crédito: 667 extraordinário a favor dos diversos órgãos, empresas estatais e constante no Projeto da Lei Orçamentária, no valor de R$74.014.218.398,00. O último dia é 1º de junho. Tudo isso estará disponível no *site* de V.Exa.

Eu quero comunicar que acato a consideração e as reparações feitas pelo nobre Líder Domingos Sávio, e dizer que nós não vamos colocar matéria em votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quero agradecer a V.Exa., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A Presidente me consultou sobre a possibilidade da ampliação das relatorias setoriais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós na Casa fazemos isso permanentemente. Nós estamos discutindo uma matéria sobre portos. Não estamos tratando desse assunto. Teremos uma sessão especial sobre esse assunto. Queremos concluir o trabalho de hoje, por favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidenta, eu não vou me posicionar sobre isso, os Líderes é que decidirão. É só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. terá oportunidade lá na Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta Rose de Freitas, além de agradecê-la, quero cumprimentá-la e reiterar que isso facilita e muito o espírito de construção de acordos. Ainda que eu concorde com V.Exa. que o ideal é que tenhamos todos os membros ou o mínimo regimental aqui, tanto de Senadores quanto de Deputados, haverá situações — e isso é natural — em que votaremos por acordo. Isso não diminui o sentido da votação. Poderá ainda haver situações em que votaremos com um número relativamente reduzido uma matéria de urgência, importante e com acordo construído. Isso é natural, é da democracia e é regimental.

Para que os acordos funcionem bem, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa.: que esteja atenta, junto com a assessoria, ao art. 16, § 1º, da Resolução nº 1, do Regimento Comum, que, em resumo, diz que as relatorias obedecerão à proporcionalidade dos partidos na Comissão ou um rodízio entre os membros da Comissão. Apelo para V.Exa. porque tem sido e reiterando que será a postura do PSDB tratar as matérias orçamentárias com espírito republicano e com responsabilidade própria que a matéria requer, o que é da natureza do nosso Partido.

As relatorias que nos couberam em outros momentos, portanto, nunca ficaram travadas além daquilo que é natural, dentro do prazo regimental. Eu faço esse apelo porque facilitará muito. Nós já temos várias matérias. Por isso, solicito a V.Exa. que faça essa distribuição, atendendo não só ao PSDB, mas aos demais partidos. Tenho certeza de que V.Exa. o faria assim, mas, às vezes, a situação foge ao controle da Presidente, já que é muita coisa. Quando percebemos, as relatorias ficam acumuladas em uma única direção.

Conto com a compreensão de V.Exa., e V.Exa. conte com a nossa colaboração.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esclareço que apenas foi definido até agora na Comissão a relatoria geral, o que também foi contestado,

apesar de ter sido escolhido por todos os Líderes. Fiz questão de colocar o nome do Deputado Ricardo Barros, nome indicado. Todos concordam? Em missa de corpo presente, ninguém pode dizer depois que não ouviu. Apenas isso está definido. As demais indicações estão todas sobre a mesa para que todas as conheçam a tempo e a hora.

Agradeço ao Senador Eduardo Amorim pela sua disposição. Agradeço ao Deputado Samuel Moreira pela colaboração.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria parabenizar pela iniciativa a Presidência da Mesa. Precisamos ter essas preocupações exatamente para fortalecer a Comissão. A Comissão se fortalece quando cumpre com as suas obrigações de observar as normas que nos regem exatamente no sentido de termos segurança nas nossas votações.

Reafirmo o nosso compromisso no diálogo e na construção, para que possamos fazer um bom trabalho e para dar ao Brasil uma Lei Orçamentária capaz de dinamizar as ações e recuperar a credibilidade do País que anda tão fragilizada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria também dar uma informação em tempo: procurei fazer um levantamento agora, rápido, porque não foi oferecido ainda, haja vista que a solicitação para manter quadros de funcionários é muito grande nesta Casa, Deputado Domingos. Eu estou tentando formar uma equipe com toda a prata que tem esta Comissão, uma equipe com a qual possamos trabalhar em perfeita sintonia e no tempo que desejamos.

Há realmente um defeito no procedimento desta Comissão, como em algumas outras e no procedimento da Casa, que agora melhorou bastante com a celeridade, com a sintonia com a sociedade que a Câmara tem, e que procura ter o Senado Federal. Nós estamos procurando o melhor quadro possível para atender todos os Relatores com salas destinadas para que eles possam fazer consultas e obter as informações adequadas para a elaboração de seus relatórios.

Essa proposta, eu pedi que distribuíssem para todos, para que todos tenham conhecimento, não só os Líderes. Nessa proposta, todos os Deputados terão trabalho dentro da Comissão. Não haverá privilégio de estar concentrado o poder

nos maiores blocos. Também faço parte de um grande bloco no Senado, e já fiz na Câmara. Então, vamos tentar democratizar.

Quero que leiam com atenção e depois teremos uma reunião específica — uma reunião, não plenária —, para discutir, ainda que, antes de tomar a iniciativa, tenha conversado com o Relator, que se absterá por ser autor da Resolução nº 1.

Agradeço por todas as suas opiniões que sempre me orientaram.

Com a palavra o Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - V.Exa. acabou de informar, mas faço a minha indagação: quando vamos discutir essa mudança na sub-relatoria?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta de mudança.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Isso, proposta de mudança, desculpe-me. Desejo saber também a forma como vamos fazê-la.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos ter uma reunião específica, como acordamos na reunião passada, em que todos que estavam presentes e participaram ouviram: logo que estivesse pronta, seria distribuída a todos. Eu cheguei com a proposta rapidamente. Meu colega e querido amigo Deputado Danilo pediu cópia, e por isso eu coloquei que antes ainda iria reler e discutir novamente para passar ao senhor. Mas está aberto e democratizado o processo, e a reunião será convocada para isso, tão logo todos sinalizem que já estão preparados para tomar posição.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Senadora, V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Senador Hélio, só não bato palmas para o senhor porque está fora do Regimento. Três Senadores é um quórum muito bom nesta bancada!

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Com certeza, nós vamos ter mais, Senadora. Estava até conversando com o Senador Eduardo Amorim, e nós vamos conversar com outros colegas de bancada, porque o trabalho a que a senhora está se propondo fazer de democratização, de discussão coletiva é de alta relevância tanto para a Câmara, como para o Senado e para os partidos. Isso vai permitir a todos opinar e elaborar um Orçamento mais discutido, mais democrático, que atenda de uma forma melhor as várias áreas existentes no Governo.

Quero agradecer a senhora pela concessão da palavra e dizer que estaremos sempre solidários e juntos para apoiar e discutir os projetos, principalmente na área da infraestrutura.

Eu falo a todos os colegas que quiserem contribuir na Frente Parlamentar da Infraestrutura que me procurem. Vamos fazer um ciclo de debates e queremos envolver toda a sociedade organizada com relação à infraestrutura nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizá-la — já o fiz pessoalmente, mas gostaria de fazê-lo na Comissão — pela iniciativa da redistribuição das relatorias setoriais. V.Exa. contemplará quase a totalidade da Comissão com as relatorias setoriais, com os comitês, com as relatorias de PPA, LDO e relatoria geral. E isso é muito bom, porque dará a todos a oportunidade de, efetivamente, dar a sua colaboração para o bom funcionamento da Comissão.

Não tenho nenhum medo do argumento de que, aumentando-se as relatorias, deve-se aumentar o prazo. Ao contrário, podemos ser ágeis. Temos nesta Legislatura o funcionamento da Casa com muito mais velocidade, com muito mais presença no Plenário, com muito mais presença também nas Comissões do que nos anos anteriores. Estou aqui na Casa há 20 anos e posso dar esse testemunho.

Foi nos passada aqui a minuta da alteração do Projeto de Resolução nº 1. Eu só gostaria de chamar a atenção para algo que já viesse alterado para o debate, no que foi desmembrada a relatoria do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades. Ficou Fazenda e Planejamento adequado. O item 9, que seria o Ministério das Cidades, está se referindo aqui como de desenvolvimento urbano. Ficaram de fora habitação e saneamento, dois itens importantes. Deveria estar tudo englobado aqui: desenvolvimento urbano, habitação e saneamento.

A maior parte do investimento em saneamentos está dentro do Ministério das Cidades, em projetos de PAC, etc. Na saúde e na FUNASA há os pequenos Municípios. Os Municípios com até 50 mil habitantes são atendidos alternativamente

também na FUNASA, como eventualmente são atendidos dentro da CODEVASF. Os Municípios da Bacia do São Francisco são atendidos no Ministério da Integração, com pequenos projetos de saneamento e água.

Solicito, então, que o item 9, onde está desenvolvimento urbano, seja também estendido para habitação e saneamento de um modo geral.

O nosso partido participou de forma colaborativa, temos aqui a presença do nosso Senador, a nossa bancada toda está aqui. O PSD está aqui hoje com 100% de presença, assim como ontem.

Queremos ajudar, mas queremos, certamente, ter resguardada a nossa proporcionalidade, o nosso espaço adequado, aquilo que temos tanto na Câmara quanto no Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou levar em consideração. Esclareço que teremos a reunião de Líderes na quarta-feira. Eu só gostaria que V.Exas. concordassem com o horário, haja vista que há várias sessões no Senado convocadas, assim como na Câmara. Nós precisamos demandar um tempo maior para discutir esse assunto. V.Exas. concordam com uma reunião de Líderes na quarta-feira ao meio-dia?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - V.Exa. está propondo ao meio-dia?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu acredito que é adequado, porque, se nós formos tentar fazê-la mais cedo, não teremos ainda a presença dos Parlamentares; e, mais tarde, corremos o risco de entrar da Ordem do Dia. Eu concordo e gostaria de propor que V.Exa. já determinasse, não só aos Parlamentares que estão aqui presentes, mas a todos, comunicando-os através da assessoria da Comissão, no sentido de que cada um dos Líderes na CMO trouxesse já um posicionamento.

O que o Deputado Jaime Martins acaba de fazer contribui muito, mas nós não podemos correr o risco de chegar à reunião e alguns ainda nem terem lido sobre o assunto ou o avaliado. Se todos ficarem informados de que é para trazer as suas sugestões, nós faremos uma reunião com mais chances de ser produtiva e conclusiva. Eu farei esse trabalho com os meus colegas de bancada para que, na quarta-feira, a gente possa trazer uma posição do PSDB — se nós aprovamos, se queremos aprovar alguma coisa, qual é a nossa posição. E espero que a gente

tenha essa objetividade por parte de cada Líder, que ele traga a posição do seu partido. Claro que nós vamos ter que ter o bom senso de construir um acordo. Nem todo mundo vai conseguir ser atendido em tudo, mas eu acho que é importante concluir na quarta, porque para mim ficou claro que, embora alguns tenham dito que isso só efetivamente vai ter efeito prático no segundo semestre, por serem sub-relatorias do Orçamento, mas tem efeito prático imediato na composição desta Comissão.

Nós temos não só o Relator-Geral sendo designado agora, mas nós temos uma série de outras coisas, a própria direção da Comissão ainda não foi concluída. Então nós temos os cargos da Mesa, temos a LDO, temos o PPA, temos os Comitês. Então, há uma série de coisas.

É claro que, havendo essa mudança, ao invés de termos 12 sub-relatorias ou 10 sub-relatorias, passarmos a ter 22 sub-relatorias, fica mais fácil construir esse entendimento sobre a Mesa e as demais composições.

Então eu acho que na semana que vem, embora seja de 2 dias de trabalho aqui — creio eu, quarta e quinta — nas Comissões, na quarta-feira seria muito importante que a gente tentasse chegar a uma conclusão.

Nós vamos fazer um esforço de trazer a nossa contribuição na quarta-feira, prontos para votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada. V.Exa. sabe que contribui.

Queria dizer que é absolutamente necessário termos o 1º, o 2º e o 3º Vice-Presidente. Quero justificar que não estenderei até quinta porque a minha filha terá uma operação de urgência e eu terei, como mãe, de estar presente.

Então estarei trabalhando até quarta-feira, à meia-noite, e sairei daqui de madrugada.

Quero justificar sempre que o Primeiro Vice-Presidente terá trabalho, não será figura meramente decorativa. É importante que na discussão de tudo isso, respeitada a proporcionalidade e a representatividade do partido, nós não tenhamos uma Comissão centralizada, mas uma Comissão descentralizada, com a participação de todos os membros da Comissão, que é isso que sempre nos negaram fazer na Comissão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu disse aos senhores que estou no oitavo mandato e jamais fui Relatora Setorial de algo nesta Comissão, porque eu tenho a minha maneira de entender o trabalho legislativo e é meio difícil eu fazer concessões para além do meu sentimento ético.

Alguém quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Gostaria de encerrar, antes convocando reunião na quarta-feira, às 12 horas. Todo mundo com a marmitinha pronta lá!

E também comunico que dia 30 já temos agendada uma reunião extraordinária com o Presidente do Banco Central, que há muitos anos manda apenas seu substituto à Comissão. Mas ele estará presente na quinta-feira, dia 30, às 10 horas.

Está encerrada esta reunião.

Obrigada.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE MAIO DE 2015.

Aos doze e treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta e eleição dos demais membros da Mesa da CMO. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Kaio Maniçoba,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Luiz Carlos Busato, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Weliton Prado e William Woo; **- Senadores suplentes**: Davi Alcolumbre, Hélio José e Lídice da Mata. Teve a ausência justificada o membro titular, Deputado Carlos Henrique Gaguim. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: César Halum, Gonzaga Patriota, José Rocha, Ricardo Teobaldo e Walter Ihoshi; **- Senadores**: Acir Gurgacz, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e um minutos, do dia doze de maio de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, informou que suspenderia os trabalhos em virtude da realização de Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para tratar sobre as indicações das relatorias setoriais. Às quatorze horas e vinte e dois minutos a reunião foi suspensa e a Presidente convocou a sua continuação para o mesmo dia, 12 de maio, às 17 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Entretanto, por acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, a data foi alterada para o dia seguinte, às 12 horas. No dia 13 de maio, às treze horas e três minutos, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: –** Requerimento para inclusão na pauta do **Projeto de Resolução/2015-CN**, que "Altera a Resolução nº 01, de 2006 do Congresso Nacional, ampliando o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências". Autor: Deputado Domingos Sávio. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Jaime Martins (PSD/MG) solicitou à Presidente que antes da apreciação das matérias fosse feita a eleição dos membros da Mesa da CMO para 2015. Em prosseguimento, a Presidente propôs que a eleição da Mesa da CMO para 2015 fosse por aclamação e informou a composição da chapa única: para Primeiro Vice-Presidente: **Deputado Jaime Martins** (PSD/MG); para Segundo Vice-Presidente: **Deputado Giuseppe Vecci** (PSDB/GO); e para Terceiro Vice-Presidente: **Senador Walter Pinheiro** (PT/BA). Em votação, a proposta para eleição por aclamação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Presidente declarou eleita e empossada a nova Mesa da Comissão para 2015. EXTRAPAUTA. - Apreciação do **Projeto de Resolução/2015-CN**, que "Altera a Resolução nº 01, de 2006 do Congresso Nacional, ampliando o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências". Autor do Projeto: Deputado Ricardo Barros. O autor iniciou a leitura da matéria e o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) solicitou a dispensa da leitura, em virtude do amplo conhecimento do teor do Projeto por todos os parlamentares. O Deputado Ricardo Barros teceu agradecimento. Em votação, o **Projeto de Resolução** foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 20ª Reunião Ordinária, realizada em 16,17,18 e 22 de dezembro de 2014; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, realizada em 25 de março de 2015; Reunião de Eleição da Mesa da CMO, realizada em 31 de março de 2015; 2ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, realizada em 7 e 8 de abril de 2015; e 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 e 16 de abril de 2015. O Deputado Jaime Martins (PSD/MG) solicitou a dispensa da leitura das Atas, que foi autorizada por consenso. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA. **1** - Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 662/2014-CN**, que "Abre crédito extraordinário em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, no valor de R$ 404.755.786,00 (quatrocentos e quatro milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais), para os fins que especifica." Relatora: Senadora Ângela Portela. Foram apresentadas 06 emendas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 06 emendas presentadas. Ausente a relatora, foi designado o Senador Benedito de Lira (PP/AL) como relator *ad hoc*. O relator apresentou o relatório e informou que o Deputado Edinho Bez (PMDB/SC) solicitou retificação da emenda nº 06, de sua autoria, e a relatora, Senadora Ângela Portela manteve a emenda inadmitida. A discussão foi aberta. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) discutiu a matéria. Logo após, a Presidente informou que no dia 27 de maio, quarta-feira, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. **Nelson Barbosa,** que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Projeto de Lei nº 1/2015-CN – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências"), *conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional.* Em seguida, a Presidente comunicou que no dia 26 de maio, terça-feira, às 13h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Sr. **Alexandre Antonio Tombini**, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço" - referente ao 2º* semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.* Retornando à apreciação da matéria, a Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 1 a 6, indicadas pelo relator no seu voto, em conformidade com o disposto no *§2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*. Em prosseguimento, continuaram a discussão da matéria os Deputados Izalci (PSDB/DF), Caio Narcio (PSDB/MG), Jaime Martins (PSD/MG) e Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Izalci (PSDB/DF), Caio Narcio (PSDB/MG) e Samuel Moreira (PSDB/SP). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. **2 –** A Presidente informou que, o *art. 152 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, estabelece: "*O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso*". Em seguida, a Presidente passou à apreciação do **Ofício Conjunto nº 01/2015/CONOF/CONORF,** de 7 de maio, que propõe a "Correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Nº 13/2014-CN". *(Lei n.º 13.115, 20 de abril de 2015).* (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2015). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. O Deputado Jaime Martins (PSD/MG) apresentou a Errata. A discussão foi aberta. O Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) discutiu a matéria e comentou sobre uma emenda da Bancada do Rio de Janeiro que precisa de correção e a Presidente orientou para que formalizasse por escrito com apresentação de parecer técnico. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente anunciou a indicação de Relatores para as seguintes matérias: **Contas do Governo, Exercício 2013:** Relatora Deputada Flávia Morais (PDT/GO); **Contas do Governo, Exercício 2012:** Relator Senador Hélio José (PSD/DF); **Contas do Governo, Exercício 2011:** Relator Deputado Hugo Leal (PROS/RJ); **Contas do Governo, Exercício 2010:** Relator Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP); **Contas do Governo, Exercício 2009:** Relator Deputado Valtenir Pereira (PROS/MT); **Contas do Governo, Exercício 1991:** Relatora Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR); **Contas do Governo, Exercício 1990:** Relator Senador Wilder Morais (DEM/GO). Fizeram uso da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palavra, tecendo comentários os Deputados Zé Geraldo (PT/PA), Hugo Leal (PROS/RJ), Edmar Arruda (PSC/PR) e João Fernando Coutinho (PSB/PE). E finalizando, a Presidente solicitou às Liderança Partidárias que concluam as suas indicações para coordenadores e membros dos seguintes **comitês**, conforme estabelece *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CEFis; Comitê de Avaliação da Receita - CAR; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves - COI; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas - CAE. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e cinquenta e três minutos, a Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 19 de maio, terça-feira, às 13h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 12.05.2015.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da pauta.

Não há quórum para deliberação na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal.

Quero dizer, contudo, que na sala contígua à da Presidência da Comissão está havendo uma reunião de Líderes para acordar as indicações das respectivas bancadas de partido às coordenadorias das áreas setoriais, às relatorias setoriais.

Então, vamos suspender esta reunião, convocando a continuação dela para ainda hoje, às 17 horas, neste mesmo plenário.

Muito obrigada.

Em 13.05.2015.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, concordo com V.Exa. Nós estamos reiniciando um trabalho que foi formalmente iniciado às 12h29min, na sala da Presidência, com os membros desta Comissão presentes. Isso nos dá a tranquilidade de estarmos cumprindo o Regimento. Há uma preocupação de V.Exa., com a qual todos nós comungamos, no sentido de que se deve ter uma tolerância máxima de 30 minutos para o início das sessões marcadas. A reunião estava marcada para as 12 horas, e nós cumprimos esse preceito.

A outra questão que eu coloco, Sra. Presidente, é de que, como não constam da pauta os dois projetos de resolução que debatemos e sobre os quais construímos acordo de coordenação, acordo de Líderes para a sua aprovação, embora sejam projetos de iniciativa das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como proposta de projeto de resolução, V.Exa. tomou uma atitude extremamente acertada de colocá-los em votação nesta Comissão, uma vez que são frutos de acordo desta Comissão.

Mas, para que se cumpra o princípio regimental de só ser apreciada e votada matéria que conste da pauta, eu apresento a V.Exa. requerimento de inclusão de pauta do projeto de resolução, segundo o qual V.Exa., com muita sabedoria, construiu um entendimento de consenso, que propõe a alteração da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para dar uma nova estruturação às sub-relatorias, assim como o projeto de resolução de iniciativa do Deputado Ricardo Barros, que também altera a Resolução nº 1, de 2006, dando adequação a essas mudanças e também às mudanças relativas à aprovação da emenda constitucional do orçamento impositivo.

Então, é esse o requerimento para inclusão de pauta dessas duas propostas de projeto de resolução.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Eu consulto o Plenário se está de acordo com a inclusão de pauta proposta pelo Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Então, será incluído no expediente desta presente reunião.

Nós podemos passar direto para a votação da nova proposta de resolução? *(Pausa.)*

Eu tenho que explicar que elas serão levadas à Mesa da Câmara dos Deputados e à Mesa do Senado Federal; em seguida, à sessão do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Essa votação poderia ter sido realizada na mesa em que estávamos reunidos. Mas é melhor que ela seja realizada aqui, democraticamente, com maior transparência.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins, 1º Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, eu só queria fazer uma sugestão. Parece que está na pauta, inclusive, a votação do restante dos membros da Mesa, das Vice-Presidências que compõem a Mesa, que auxiliam na condução dos trabalhos. Sugiro que isso também seja levado em conta, porque eu acho que faz parte, que precede efetivamente o início dos trabalhos da Comissão, das votações, das resoluções, dos projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria que fosse feita a sequência que eu havia proposto, que era exatamente a alteração na proposta que fizemos com a representatividade de quase todos os partidos. Em seguida, falaremos sobre isso.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Estou de acordo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado Jaime Martins.

Nós temos aqui, também, uma atitude muito importante, que quero relevar e resgatar publicamente. Ao Senado cabia a 2ª Vice-Presidência da Casa. No entanto, essa 2ª Vice-Presidência, por acordo e entendimento do próprio PT, por parte do Senador Walter Pinheiro, passou a ser do PSDB.

Os Vice-Presidentes são: o 1º Vice-Presidente, já empossado, é o Deputado Jaime Martins *(palmas). O* 2º Vice-Presidente, do PSDB, é o Deputado Domingos Sávio *(palmas.).*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o Deputado Giuseppe Vecci.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Eu juro que está escrito aqui Domingos Sávio. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu declino dessa candidatura em favor do Deputado Giuseppe Vecci, que nos representará muito bem, com certeza.

Agradeço a generosidade da Sra. Presidente. Serei seu colaborador fiel.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos aclamar o Deputado Giuseppe Vecci *(palmas).* E o 3º Vice-Presidente é o Senador Walter Pinheiro *(Palmas).*

Na verdade, foi uma provocação. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral, para encaminhar a questão da resolução.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O projeto de resolução trata da alteração das relatorias setoriais e da adaptação da resolução ao orçamento impositivo, já amplamente debatido na Comissão.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Deputado Ricardo Barros, solicito a dispensa da leitura, uma vez que já foi distribuída cópia para todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, está dispensada a leitura. Apenas agradeço à Presidente a oportunidade de relatar essa alteração. Na verdade, foi S.Exa. que concebeu e articulou a aprovação pela unanimidade de todos os Líderes.

Ressalto que a adaptação feita para a PEC do Orçamento Impositivo agilizará também a Comissão, porque temos prazos fixos para apresentação de emenda e não dependeremos mais da aprovação do relatório preliminar para decidir o valor das emendas individuais, na medida em que já está definido que é um regulador de 1,2% da receita corrente líquida. Portanto, quando chegar o orçamento à Casa, esses valores já estarão definidos e serão apresentados.

Quero parabenizar a Presidente, Senadora Rose de Freitas, por ter articulado essa alteração, que democratiza a participação de partidos na Comissão, uma vez que, quando a resolução foi feita, menos partidos estavam representados aqui na Casa. Isso permite que haja aumento da distribuição de responsabilidades entre os diversos partidos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Ficou só uma resolução?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ficou só uma.

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - É exatamente sobre as alterações dos prazos, que o Relator-Geral está propondo a esta Comissão, mais a nova organização da Comissão.

Eu gostaria de colocar em votação.

Em votação o novo projeto de resolução, dispensada, obviamente, a sua leitura.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos agora uma nova organização na Comissão.

Eu parabenizo todos os que participaram desse processo. *(Palmas.)*

Eu quero fazer um esclarecimento, que o Deputado Domingos Sávio colocou, de suma importância. É evidente que reorganizar a Comissão com uma nova proposta tem toda uma demanda de discussões com os Líderes. Essa foi a forma mais democrática e representativa que nós encontramos para fazer esse trabalho e ter mais agilidade.

Eu queria dizer a V.Exa. que, quando estávamos reunidos, poderíamos ter votado essa resolução a partir de meio dia. Portanto, eu peço desculpas por tê-la trazido ao plenário, mas era de suma importância. Nós iremos respeitar rigorosamente os horários estabelecidos no Regimento.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expediente será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes e membros das Lideranças e às Lideranças partidárias.

Vou considerar como lidos todos os ofícios que estão sobre a mesa, se todos estiverem de acordo. Todos já têm conhecimento deles, pois se encontram na pasta distribuída.

Senhores, eu gostaria de perguntar se fazem questão de que seja feita a leitura de todas as atas que se encontram sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, eu peço a dispensa da leitura da ata. Ela já foi amplamente divulgada, já está disponível nos meios de comunicação. Acho que pode ser dispensada a leitura.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está à disposição de todos. Havendo, então, concordância, após proposta a dispensa da leitura das atas, que foram distribuídas e estarão à disposição na Internet, e não havendo discussão a respeito do assunto, conforme estabelecido na alínea I do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das reuniões que aqui estão discriminadas nesse expediente sobre a mesa.

Em votação as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira contrapor-se, considero-as aprovadas.

Nós passamos agora à Ordem do Dia, com a apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 662, de 2014, do Congresso Nacional, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRAS, no valor de R$404.755.786,00, para os fins que especifica.

Nós queremos explicar — porém, não concordar —, vamos explicar, usando o expediente que o Regimento determina, que a Relatora é a Senadora Ângela Portela, que se encontra em uma Comissão específica do Senado. Eu gostaria de nomear Relator *ad hoc* o Senador Raimundo Lira. Desculpe, Benedito de Lira. Peço desculpas com o mesmo elogio que lhe atribuo, mas os senhores sentam juntos, dois Liras juntos.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Pois é, é isso mesmo. É para se ver que os Liras se dão muito bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Risos.)* Muito bem.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho a impressão de que todos os membros desta Comissão devem ter recebido esse parecer. Eu vou ater-me ao relatório, à análise do relatório.

Compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei de créditos adicionais, nos termos do art. 166, §1º, I, da Constituição Federal, e dos arts. 2º, I, e 106 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

A Constituição Federal permite a abertura de créditos extraordinários sem a indicação de recursos correspondentes, deixando tal indicação como discricionária.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No caso em tela, consta do programa de trabalho anexo à medida provisória que a fonte utilizada no crédito é a "495-Recursos do Orçamento de Investimentos".

O projeto de lei foi encaminhado contendo Exposição de Motivos que justificam e indicam as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução dos projetos e respectivos subtítulos e metas, de acordo com o disposto no § 3º do art. 39 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 — Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Quanto aos pressupostos constitucionais do crédito extraordinário em análise, a partir da leitura combinada do *caput* do art. 62 com o § 3º do art. 167 da Constituição, evidencia-se que a medida provisória que abre crédito extraordinário deve atender a despesas ao mesmo tempo relevantes, imprevisíveis e urgentes.

No caso em comento, considera-se que a relevância e a urgência se encontram demonstradas. Frise-se que o requisito constitucional da imprevisibilidade não foi apresentado na Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 662/2014.

Em atenção ao disposto no art. 39, § 4º, da LDO de 2014, a Exposição de Motivos esclarece que a abertura desse crédito não afetará o equilíbrio da meta global de resultado primário para 2014, de responsabilidade do conjunto das empresas estatais federais, uma vez que a meta estabelecida será mantida na reprogramação do Programa de Dispêndios Globais — PDG, encaminhada pelos respectivos Órgãos Supervisores ao MPOG, ora em análise no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais — DEST.

No que tange à emenda nº 1 apresentada, nota-se que ela visa contemplar programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito em exame, e, ao contrariar o disposto no inciso I do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN, aponta-se para a sua inadmissibilidade.

No que tange às demais emendas apresentadas, nºs 2 a 6, ainda que não estejam em confronto com o art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN, tratam de matéria estranha ao proposto na medida provisória apresentada. Consoante a Lei Complementar nº 95/98, cujo art. 7, inciso II, aponta que *"a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão"*, nesse sentido, em que pese a importância das proposições, também se aponta para a inadmissibilidade das emendas apresentadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto:

Do exame do projeto, a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO e do PPA, e à sua conformidade com a LOA.

Sra. Presidente, esses são o relatório e o voto apresentados pela Senadora Ângela Portela.

Há aqui um adendo: nós recebemos a retificação da Emenda nº 6, de 2014, apresentada por S.Exa. o Sr. Deputado Edinho Bez, mas mantemos a inadmissibilidade da emenda, com base na Lei Complementar nº 95/98.

Esses são o parecer e o voto da Senadora Ângela Portela.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório. (Pausa.) Não havendo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quero discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O Deputado Domingos Sávio tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, mais uma vez nós nos deparamos com uma iniciativa que se tornou frequente nos últimos 10 anos, de modo especial no Governo do PT, de usar medida provisória para fazer suplementação orçamentária sem respeitar os princípios constitucionais, que são muito claros: matéria de natureza orçamentária só pode ser tratada em medida provisória quando nós vivemos calamidade pública, situação de guerra, situações, portanto, de extrema relevância, de risco para o País, e não se configura absolutamente nada disso. E há ainda outro aspecto, que é a imprevisibilidade, ou seja, se houver ocorrido algo imprevisível, não só do ponto de vista de calamidade, mas algo imprevisível que gere uma comoção nacional, uma situação em que se caracterize a emergência. Isso está claro no art. 167, §3º da Constituição Federal. E uma coisa que evidencia de maneira gritante que não há esse princípio da imprevisibilidade é o fato de que essa despesa que o Governo Federal propõe por medida provisória para a TELEBRAS, a estatal Telecomunicações Brasileiras S.A., essa despesa estava prevista no Orçamento. Havia previsibilidade. Então, não há

que se falar em imprevisibilidade, como a Constituição Federal determina. Ela estava prevista.

E ela estava prevista no Orçamento com uma dotação da ordem de R$ 270 milhões. Portanto, era algo previsível; só que o Governo não só não previu da maneira adequada como depois enviou um projeto de lei para esta Casa, para suplementar da maneira correta, mas não cuidou de fazer o projeto de lei andar no ano passado, deixou o projeto de lei na gaveta, porque se habituou com esta ideia: "ah, depois eu mando uma medida provisória, e a medida provisória já entra em eficácia imediata, uso o dinheiro, gasto o dinheiro público, executo o Orçamento sem dar conhecimento ao Congresso", numa linha bem autocrática.

Portanto, é bom que fique bem claro isso. E eu fico tranquilo, porque nós temos uma Presidente que deixou claro que quer que esta Comissão cumpra o seu papel constitucional.

Portanto, Presidente, essa medida provisória, que parece algo singelo, já chega com esse vício de inconstitucionalidade, com todo o respeito ao nobre Relator que referendou o relatório da Senadora, e é um vício que fica flagrante; quer dizer, isso estava no Orçamento do ano passado, o Governo poderia ter suplementado, e de fato suplementou, por projeto de lei, mas não tratou de acompanhar o projeto de lei para que ele fosse votado. Ele está aí parado, nas gavetas da Câmara, e o Governo vem com a medida provisória.

Mas ainda resta algo que vem no campo político e que eu não posso deixar de mencionar, porque é o sentimento do povo brasileiro: quando nós vemos que a Abreu e Lima pulou de R$ 2 bilhões para praticamente R$ 30 bilhões com o superfaturamento, e vemos que o Governo coloca no Orçamento a previsão de um investimento na TELEBRAS estimado em R$270 milhões, e depois esse investimento salta para a casa dos R$700 milhões, pedindo-se aqui por medida provisória mais de R$400 milhões de suplemento, por medida provisória, e nós aprovamos, nós temos que no mínimo saber como é que se prevê executar algo e de repente triplica o valor daquilo que se vai executar.

Então, nós do PSDB, até num gesto para com a nossa Presidente, que está assumindo e já encontrou essa medida provisória aqui parada desde o ano passado, não vamos obstruir, mas nós vamos registrar aqui que nós consideramos essa

medida provisória inconstitucional, consideramos uma temeridade aprovar uma suplementação de R$400 milhões para um investimento previsto no Orçamento, estimado originariamente em R$270 milhões, num País, num Governo em que a corrupção se transformou na regra, e não na exceção.

Portanto, o PSDB registra o seu voto "não", o seu voto contrário, sem obstruir, num gesto de respeito a V.Exa. e aos colegas que aqui estão. Essa matéria é vencida, é do ano passado, estamos num processo em que é preciso haver sua apreciação pelo Congresso, mas nós nos manifestaremos também em sessão do Congresso contrários à matéria. Entendemos que o Governo deve tratar matéria orçamentária por projeto de lei. É assim que a Constituição determina.

E deixamos como um alerta, para que chegue ao Ministro do Planejamento, que chegue à Sra. Presidente, à equipe de Governo: outras matérias de natureza orçamentária que não forem relevantes, que não atenderem ao princípio constitucional, nós usaremos de todos os mecanismos para não permitir que sejam aprovadas; essa terá o nosso voto contrário, com as justificativas que acabo de elencar, mas nós não faremos obstrução, principalmente em homenagem a V.Exa.

E eu concluo, para não usar, pelo menos espero não ter de usar mais a palavra hoje, aproveitando para parabenizá-la pela forma como vem conduzindo os inícios do trabalho desta Comissão, procurando construir o entendimento, procurando conduzir os acordos de uma maneira imparcial, respeitosa, com todos os pares. E isso também nos coloca numa condição de abrir diálogo com o Governo, com os demais partidos, desde que tenhamos o respeito dirigido a nós e a todos os partidos da Oposição. Eu sei que esse é o espírito de V.Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço a V.Exa. As palavras de V.Exa. repercutem entre todos os membros desta Comissão, tenho certeza, e muitos até da base do Governo, porque o certo seria que acontecesse assim. Nós temos relatórios de várias matérias, cujos recursos já foram esgotados, utilizados, e nós estamos aqui legalizando a situação, para que não tenhamos mais conflitos do que já temos em relação ao bom andamento do trabalho da Casa como um todo, não desta Comissão em si, mas do próprio Congresso Nacional.

Portanto, as palavras de V.Exa. não são palavras ao vento. São palavras importantes.

E também quero anunciar que teremos aqui, no dia 27 ou 28... ah, no dia 26, a presença do Presidente do Banco Central Alexandre Tombini. Teremos em 27 e 28, e aqui eu conclamo todos para que estejam presentes, o Ministro do Planejamento, quando todas essas questões elencadas aqui, na palavra de hoje de V.Exa. e em outras observações feitas, poderão ser colocadas pessoalmente e — quem sabe? — nós poderemos ter a esperança de correção do rumo, do andamento desse processo como um todo.

É certo que o Governo de um País que está em restrição de gastos e precisa de ajuste tem de também saber colocar as matérias para serem discutidas com transparência, objetividade, e não há necessidade de MPs quando isso é feito, dentro de um ajuste necessário para o País.

Senador Benedito de Lira, V.Exa. pediu a palavra?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de ouvir o Deputado Izalci, eu gostaria de dizer que nessa matéria que nós estamos discutindo, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator para reprovação, no seu voto aqui proferido.

Está em discussão a matéria ainda. V.Exa. tem a palavra, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero reforçar aqui a palavra do nosso coordenador, tendo em vista que é a primeira reunião de trabalho mesmo aqui da Comissão, não é? Só fizemos a votação dos membros da direção.

Mas nós já começamos com um precedente. Então, eu gostaria muito de pedir atenção aos nossos pares aqui, principalmente aos da base do Governo, porque esta Comissão deixou de fazer o dever de casa durante muitos anos. Nós temos aí várias prestações de contas pendentes, e nós vamos agora limpar tudo isso, limpar a pauta, mas nós precisamos assumir um pouco mais a nossa responsabilidade.

Esta aqui há algum tempo funciona como uma Comissão homologatória. O que o Governo envia ela homologa, e está tudo certo. Então, eu quero aproveitar, já

que a Senadora Rose veio com essa disposição, para dizer que com a sua competência, com a sua experiência, eu tenho certeza de que esta Comissão poderá fazer o dever de casa, não só o relacionado às matérias daqui para frente, mas o de limpar essa pauta, inclusive prestigiando, Senadora Rose, o Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União é um órgão que auxilia muito o Congresso Nacional, e que tem feito várias ponderações e recomendações; há mais de 10 anos que ele está alertando que a máquina do Governo não tem estrutura, não tem controle, não é? E inclusive recomendou, por diversas vezes, a suspensão de diversas obras. Esta Comissão inclusive fez isso em 2009, e não foi atendida, isso foi vetado, e ninguém disse mais nada. E nós estamos colhendo o produto disso! Essa questão da PETROBRAS é produto da inoperância desta Comissão durante muitos anos.

Portanto, parabenizo V.Exa. pela disposição de limpar essa pauta, e eu espero, principalmente, que daqui para frente realmente se obedeça à Constituição Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quero discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Cara Presidente, caros colegas, quero aproveitar para usar de forma breve a palavra, mas também não posso deixar de ressaltar a situação, porque, no primeiro dia em que tivemos a posse de V.Exa. como Presidente desta Comissão, ficou aqui no nosso depoimento a preocupação que nós tínhamos, com relação ao trabalho desta Comissão, de esta não ser uma Comissão homologatória. Então, quer dizer, no primeiro dia em que iniciamos os trabalhos aqui, assistimos à primeira votação que é colocada aqui, de uma forma homologatória de algo que foi feito de maneira incorreta pelo Governo.

Então, eu queria manifestar pessoalmente a nossa posição, já declinada pelo coordenador e pelo Deputado Izalci, no sentido de que somos contrários não só a

essa matéria, mas a todo tipo de matéria que for colocada desse modo para votação aqui. E a função desta Comissão é altiva, e eu tenho certeza de que V.Exa., à frente desta Comissão, devolverá o papel desta Comissão, que é o de dar altivez a esses trabalhos, de ter, com certeza, maior atenção às suas responsabilidades.

Então, quero cumprimentar também, pela eleição, os Vice-Presidentes aqui na pessoa do meu conterrâneo de Minas Gerais, o Deputado Jaime Martins. Tenho certeza de que V.Exas. saberão dar andamento a esta Comissão para que nós possamos fazer as coisas acontecerem da maneira mais altiva possível. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A matéria continua em discussão.

Ouço o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, antes de discutir, rapidamente, eu quero agradecer ao Deputado Caio Narcio, agradecer a todos os companheiros aí a eleição à condução da Primeira Vice-Presidência. E quero agradecer à nossa Presidente Rose. Rose é uma pessoa, uma Parlamentar que eu conheço aqui nesta Casa de muitos anos. Sei que é uma pessoa aguerrida, determinada, que com toda a certeza vai conduzir-nos num bom caminho aqui, ao longo deste ano, inclusive para que possamos corrigir alguns problemas históricos, não é? Como a própria prestação de contas de Governo, que está aqui desde 1990 sem ser votada, sem ser apreciada.

E nós temos mesmo essa expectativa, estamos aqui para colaborar, mas a própria existência das medidas provisórias já é uma excrescência na democracia. É o poder do Executivo de legislar, embora tenha sido usado em todos os Governos, desde Itamar Franco, passando pelos Governos de Fernando Henrique, Lula, Dilma, não é? Essa é uma prática corriqueira. Quando se trata, então, de medida provisória para questões orçamentárias, é certamente mais grave ainda, porque certamente não isso atende aos pressupostos de constitucionalidade.

Então, com o que vamos ter aqui este ano, espero que nós possamos mudar essa realidade e convencer o Governo de que envie sempre pedido de crédito por projeto de lei. Esta Comissão nunca se negou a aprovar os créditos do Governo, aquilo que é explicado, que é conversado, que é discutido. Então, essa realmente é uma prática que nós precisamos mudar.

O PSD concorda com essa tese, embora seja uma prática também corriqueira e antiga; desde a Constituição de 1988 para cá isso tem sido feito aí às centenas, chegando já à casa dos milhares de medidas provisórias, porque nós somos engolidos, ao ponto de votarmos ontem uma medida provisória que não trata especificamente de questão orçamentária, mas trata de subsídio do BNDES, ao que setores do próprio Governo posicionaram-se contrários, não é? E aprovamos ontem, enviamos ao Senado, mas essas questões de subsídio, essas questões que envolvem as finanças públicas precisam ser tratadas com uma lupa e com um novo olhar.

Então, agradeço mais uma vez aos colegas e à nossa Presidente a confiança de me investir aqui na Primeira Vice-Presidência. Esta Comissão pode contar com o nosso esforço e com a nossa dedicação. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão.

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, primeiro, quero parabenizá-la pela condução da Comissão, por nos ter propiciado alguns dias de discussão, de conversa sobre a nossa composição, para chegarmos aqui hoje a um acordo, para votarmos aqui a nova resolução, não é? Com certeza isso também será votado na Câmara e no Senado, porque aqui estão todas as forças políticas, todas as Lideranças que ajudaram a construir esse acordo.

Em segundo lugar, quero dizer que desde quando cheguei a esta Casa, a partir de 2013, no Governo Lula, eu tenho ouvido muitas críticas às medidas provisórias. Eu até acho que em Governos anteriores pode ter havido menos medidas provisórias, mas é verdade também que neste País, nestes últimos anos, nós tivemos um avanço na aplicação de recursos do Orçamento, o que no passado nós não tínhamos, não é?

E este País é um continente. Por exemplo, quando se discute uma obra na Amazônia, lá só se trabalha durante 6 meses, por exemplo, construindo estradas; nos outros 6 meses não se tem trabalho; e um pedido de crédito suplementar por projeto de lei às vezes tramita 6 meses nesta Casa, na Câmara e no Senado, não porque o Governo tenha culpa se o projeto andou mais rápido, ou menos rápido, mas é porque é da natureza desta Casa, da democracia, em que Governo e

Oposição trabalham uma peça orçamentária e muitas vezes o Relator de uma matéria não é do Governo, é da Oposição.

Então, eu sou favorável às medidas provisórias, acho que são ferramentas necessárias, e cabe ao Congresso Nacional, cabe a esta Comissão avaliar realmente se os recursos de uma medida provisória são necessários ou não são necessários. É claro que são necessários e acho que a salvação da lavoura, na atual conjuntura. Pode até ser que um dia nós vamos ter neste Congresso Nacional as matérias tramitando mais rapidamente, mas hoje não temos; prova disso é que temos matérias há 10, 15 anos no Congresso Nacional, projetos de lei que nós estamos votando agora — 15 anos! Nós não estamos falando aqui de 6 meses.

Então os Governos, seja ela, a Presidenta Dilma, seja quem vai governar daqui a 10 anos, ou 5 anos, não têm culpa dessa burocracia que a própria democracia nos impõe. Vejam bem que nós demoramos aqui quase 1 mês discutindo a organização da nossa Comissão, dos nossos membros na Comissão de Orçamento. Por quê? Porque nós temos muitos partidos. Nós já temos quantos partidos com representação neste Congresso? Está certo? Então, não é fácil lidar com tudo isso democraticamente.

Nós não estamos vivendo um momento de ditadura, e não acho que as medidas provisórias são ditatoriais. Eu penso que elas vêm no momento em que nós precisamos corrigir orçamentos, porque muitas vezes os Governos preveem um orçamento a partir de tal projeto, e esse projeto precisa de correções. Acho que as nossas legislações podem ser melhoradas, como nós tivemos recentemente a nova Lei de Licitações com um novo regime, o RDC, que já melhora, e muito, porque V.Exa. sabe que no passado se licitava uma obra de rodovia, e o DNIT antes licitava o projeto; só a licitação do projeto demorava 6 meses; a empresa que ganhava demorava 2 anos para fazer o projeto; quando chegava, o projeto estava errado, precisava de correção; e quando a empresa ganhava a obra com aquele projeto, ela argumentava que o projeto não era bom; portanto, ela tinha o direito de pedir lá correções e... Bom, estão entendendo?

Então, eu acho que nós precisamos corrigir muitas coisas neste País. Eu espero também que daqui a pouco nós tenhamos um equilíbrio maior, não é? Para podermos inclusive ter uma aplicação melhor da nossa peça orçamentária. Então,

no mais, eu acho que nós produzimos bastante, no sentido da mudança na resolução, em que praticamente todos os membros dos partidos e de blocos foram contemplados, não é? Ficaram algumas questões ainda para debatermos, mas eu acredito que nós vamos fazer um bom trabalho nesta Comissão, e vamos fazer um bom debate sobre o Orçamento Geral da União, que é a peça, que é a matéria mais importante que nós discutimos nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Continua a discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com três votos contrários, na Câmara dos Deputados.

Em seguida, o relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidenta, pela ordem...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, ouço o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal prepararam aqui uma errata à Lei Orçamentária, à LOA de 2014, que é a Lei Orçamentária vigente. Trata-se de erros materiais. Não existe qualquer envolvimento financeiro, qualquer movimentação financeira. São erros materiais de digitação que precisam ser corrigidos, e a Relatoria preparou as correções e pede que possamos... Acho que está na pauta, não é? É só colocar na pauta e voltar. Se me permitem, eu vou fazer aqui a leitura, rapidamente, dessa solicitação, dessa errata, e do embasamento legal.

Srs. Parlamentares, o art. 152 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece:

"Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não

> *poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela Comissão Mista de Orçamento, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso."*

Sendo assim, passaremos à apreciação do Ofício Conjunto nº 01, de 2015, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, bem como da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, de 7 de maio, que propõe a correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao PLN nº 13, de 2014, que se transformou na Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.

Assim sendo, Presidente, eu peço que coloque em discussão essa errata, para que a senhora possa conduzir a discussão. Trata-se de correções de subtítulos, correções de RP; às vezes o Parlamentar colocou RP 2, e é RP 3, há alguns erros dessa natureza; há Municípios, às vezes em Estados diferentes, com o mesmo nome, e às vezes a Consultoria acaba indicando para outro Estado aquilo que deveria ter sido indicado para o Estado correto; então, é claro que isso está à disposição dos Parlamentares, e peço aqui que a senhora conduza a discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria esclarecer à Comissão que esses erros técnicos são normais; aliás, todo erro é comum nas nossas assessorias parlamentares, como também nesta Comissão. Então, está lido, e está à disposição de todos, inclusive na Internet. São pequenos erros até de Estados, ao se definir a localidade em Estados, em itens, mas não há nada que altere o valor de qualquer proposição apresentada a esta Casa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ...vamos discutir? Isso vai entrar em discussão? A senhora vai colocar em discussão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou colocando em discussão agora, e a palavra está à disposição de V.Exa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Bem, Sra. Presidente, quero apenas aproveitar esta oportunidade da errata, que acabou não sendo feita a tempo, porque eu tenho, como coordenador da bancada e também membro aqui desta Comissão, exatamente uma situação como essa, e eu queria tentar aproveitar este momento em que nós estamos votando e fazer um adendo, fazer um acréscimo a essas emendas aqui, que estão corrigindo do ponto de vista material, e faço aqui a justificativa.

Na Emenda 71200017 houve um erro material da seguinte circunstância: está no Orçamento a funcional, a localidade, a esfera orçamentária; só que na unidade orçamentária pretendida está a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e na realidade a justificativa era para a Universidade Federal Fluminense, no Município de Barra Mansa. A justificativa está correta; o único apontamento, o único erro material é na unidade orçamentária pretendida, porque o recurso irá para a Universidade Federal Fluminense, porém a unidade orçamentária pretendida é a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma vez que nós estamos nessa linha de ação aqui, por proposta da assessoria, muito bem feita, muito bem elaborada, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização, eu pediria, se fosse possível, e obviamente com a anuência dos meus pares, exatamente o apontamento nesta emenda: Emenda 71200017, da bancada do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, com toda a disposição que nós temos para atender a todas essas erratas, eu queria apenas pedir que a apresentasse por escrito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Formalmente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos até o meio do ano para fazer isso. Formalize o pleito. Nós vamos analisá-lo tecnicamente. Nesta Comissão, tudo tem de ter o parecer dos técnicos. Então, V.Exa. formalizando, nós vamos pegar o parecer técnico e trazê-lo ao plenário, para que os Deputados se sintam contemplados com o parecer de todos aqui.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeitamente, Sra. Presidente. Eu queria aplicar o princípio da celeridade, mas compreendo perfeitamente que há

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessidade de uma avaliação. Apesar de nós estarmos falando de erro material, eu acato a deliberação de V.Exa., e vou formalizar isso perante a Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já que V.Exa. está apresentando uma errata, eu gostaria de apresentar uma a V.Exa.: sempre que puder me chame de senhora, você, ela; não de senhor, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Acho que a senhora ouviu errado *(risos)*, eu disse Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Risos.)* É uma errata, porque às vezes, como esse é um cargo essencialmente masculino, isso acontece.

Então, a discussão está encerrada.

Vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Concluída essa votação, nós vamos encerrar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria apenas fazer uma observação, se me permite o Deputado Hugo. Nós estamos aqui parece que numa calmaria, mas não é assim. Esta Comissão está abarrotada de problemas de toda ordem, haja vista estarmos com contas a serem apreciadas há 25 anos represadas nesta Comissão, 25 anos, contas presidenciais. Isso é um absurdo! Eu não tenho como nominar uma situação como esta.

No entanto, eu queria dizer que essas contas foram assim distribuídas: as de 2013 para a Deputada Flávia Morais; as de 2012 para o Senador Hélio José; as de 2011 para o Deputado Hugo Leal; as de 2010 para o Senador Davi Alcolumbre; as de 2009 para o Deputado Valtenir Pereira; as de 1991 para a Senadora Gleisi Hoffmann; e as de 1990 para o Senador Wilder Morais.

Portanto, eu quero dizer que na próxima sessão, passando as audiências com os Ministros, nós vamos fazer um esforço concentrado para que possamos atualizar a votação dessas contas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Hugo Leal havia pedido a palavra, e em seguida...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, é só para justificar: é por isso que precisamos de medida provisória, não é? Na Comissão de Orçamento há matéria com 25 anos! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, eu pedi a palavra exatamente pelo seguinte...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ...nós temos hoje, então, estabelecida aqui e aprovada por este Plenário, uma nova Resolução, um projeto de resolução que foi aprovado, com essa nova modificação, ampliando as relatorias setoriais para 16 relatorias. Hoje foi aprovado por unanimidade. E eu peço a V.Exa., como Presidente desta Comissão, que em seguida, ou o mais brevemente possível, possa convocar uma reunião com os blocos, com representantes, para que essa opção seja feita na mesma ordem em que é feita a escolha das Comissões, tanto no Senado quanto aqui na Casa, para que seja respeitada a ordem de escolha, de pretensão por parte dos blocos nas áreas temáticas.

Era apenas isso. Eu aguardo a deliberação de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, eu tinha pedido primeiro aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - É só para dizer que nós vamos, num outro momento, discutir a questão do mérito das medidas provisórias, mas eu não

poderia deixar de pelo menos registrar que eu não concordo com absolutamente nada do que foi dito aqui com relação à necessidade de medida provisória em função do tempo de aprovação dos projetos de lei. Mas nós vamos deixar para discutir isso em um momento oportuno.

Sra. Presidente, pelo amor de Deus! Sem comer eu não trabalho, eu fico sem energia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de ter fornecido almoço para V.Exa., mas não deu. *(Risos.)*

O Deputado João Fernando Coutinho tem a palavra

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu quero apenas, Sra. Presidente, parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e parabenizar o Deputado Jaime por assumir a Primeira Vice-Presidência. Acho que foi importante a votação por este Plenário da reforma, da mudança da nossa regulamentação, a Resolução nº 01, que estabelece 16 sub-relatorias.

Mas, assim como o PROS, que manifestou, por intermédio do Deputado Hugo Leal, a sua preocupação com a maneira como vamos efetivamente distribuir esses espaços, nós do PSB entendemos que é fundamental para o bom andamento dos trabalhos nesta Comissão que haja essa reunião e que sejam respeitadas as escolhas de acordo com as opções que cada Parlamentar ou cada partido terá. Portanto, eu...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cada bloco, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Cada bloco terá. Portanto, eu gostaria de hipotecar a minha solidariedade ao Deputado Hugo Leal e dizer que tenho a absoluta convicção de que V.Exa. vai sensibilizar-se e dar continuidade à condução dos trabalhos da maneira mais democrática possível.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Eu quero esclarecer tanto ao Deputado Hugo quanto ao Deputado Coutinho que os critérios usados foram, todos eles, da maior transparência, discutidos com todas as Lideranças, sem nenhuma alteração, e não fiz qualquer escolha nem tive influência nas indicações partidárias.

Quero lembrar mais uma vez que o Comitê de Avaliação da Receita, que deveria ter sete Deputados e três Senadores, tem apenas três Deputados, e o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senado quase completo; no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, cujo coordenador será o Deputado Lelo Coimbra, falta apenas a indicação de 2 Deputados Federais; no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, cujo coordenador é o Deputado José Airton Cirilo, falta ainda 1 Senador; e no Comitê de Admissibilidade das Emendas nós temos ainda a ausência de 2 Senadores, e o coordenador ainda não foi indicado.

Portanto, não basta apenas reunir os coordenadores e Líderes de bancada; é preciso que todos estejam atentos à pauta que se encontra nas mãos dos seus Líderes.

Vou encerrar esta reunião, informando que a próxima será no dia 19, às 13h30, com tempo para que todos almocem.

Muito obrigada a todos pela colaboração.

Declaro encerrada a presente reunião.

Correspondência dada como lida, em 13.05.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 561/2015/PSDB, de 07 de abril, do Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB, indicando o **Deputado Giuseppe Vecci** (PSDB/GO) para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
2) Ofício nº 268/15/PSD, de 16 de abril, do Deputado Rogério Rosso, Líder do PSD, indicando o **Deputado Jaime Martins** (PSD/MG) para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
3) Ofício S/N/15/PT, de 16 de abril, do Deputado Sibá Machado, Líder do PT, indicando o **Deputado Jaime Martins** (PSD/MG) para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
4) Of. n. 11/2015, de 15 de abril, do Deputado Betinho Gomes, contendo decisão da Presidência da Câmara dos Deputados acerca de questão de ordem nº 34/2015, de sua autoria.
5) Of. 073/2015, de 5 de maio, do Deputado Edinho Bez, solicitando retificação da emenda nº 06, apresentada à MPV 662/2014-CMO.

Expedientes encaminhando justificativa de faltas à reunião da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) OF. 12/2015-GSBL, de 9 de abril de 2015, subscrito pelo Senador Benedito de Lira (PP/AL), justificando ausência nos dias 31 de março e 1º de abril de 2015.
2) Ofício nº 005/2015-GSEAMR, de 7 de abril de 2015, subscrito pelo Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), justificando ausência no período de 26 de março a 5 de abril de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3) Ofício nº 06/2015-GSEAMR, de 9 de abril de 2015, subscrito pelo Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), justificando ausência no dia 8 de abril de 2015.
4) Ofício nº 064/2015-GDHL, de 27 de abril de 2015, subscrito pelo Deputado Hugo Leal (PROS/RJ), justificando ausência no período de 16 a 24 de abril de 2015.
5) OFDPF 009/2015, de 14 de abril de 2015, subscrito pelo Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), justificando ausência no período de 14 a 16 de abril de 2015.

- Expedientes do Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Federais das Seguintes Regiões: DF, RJ, SP.
- Tribunais Regionais Eleitorais: Rio Grande do Norte

- Expedientes indicando membros para composição dos Comitês Permanentes conforme estabelece o art. 18 § 1° da Resolução 1/2006-CN:
1) Ofício nº 236/2015, de 31 de março de 2015, do Líder do PT, Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Nilto Tatto para o CAR; Deputado Jorge Solla para CAE; e Deputado Léo de Brito para o CFIS.
2) Ofício nº 189/2015, de 6 de abril de 2015, do Líder do PP, Deputado Fernando Monteiro, indicando o Deputado Ricardo Barros para o COI e o Deputado Lázaro Botelho para o CAE.
3) Of. 077/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PRB, Deputado Celso Russomano, indicando o Deputaso César Halum para o CAE ou para o COI.
4) Of. nº 174/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Pedro Fernandes para o CFIS e o Deputado Nilton Capixaba para o CAE.
5) Ofício nº 050/2015 – GLDBAG, de 7 de abril de 2015, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Acir Gurgacz para o CAR; o Senador Walter Pinheiro para o COI; e a Senadora Angela Portela para o CAE.
6) Of. N. 226/15/PSD, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Átila Lins para o CAE e o Deputado Rômulo Gouveia para o CFIS.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) OF/GAB/I/Nº 558, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Washington Reis (PMDB/RJ).
2) OF/GAB/I/Nº 756, de 12 de maio de 2015, do Líder do Bloco do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Lelo Coimbra para Coordenar o Comitê.
3) OF/GAB/I/Nº 757, de 12 de maio de 2015, do Líder do Bloco do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Lelo Coimbra para compor o Comitê.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):
1) OF/B/089/15, de 07 de abril de 2015, do Líder do PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado Leopoldo Meyer PSB/PR.
2) OF/GAB/I/Nº 556, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA).
3) Ofício nº 032/2015-BLUFOR, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Eduardo Amorim.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) Of. n. 132/2015, de 31 de março de 2015, do Líder do DEM, Deputado Mendonça Filho, indicando o Deputado Elmar Nascimento.
2) OF/GAB/I/Nº 563, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA) para o cargo de Coordenador.
3) OF/GAB/I/Nº 557, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG).
4) Ofício nº 101/15-GLPSDB, de 14 de abril de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, indicando o Senador Paulo Bauer.
5) Of. nº 117/15/PROS, de 16 de março de 2015, do Líder do PROS, Deputado Domingos Neto, indicando o Deputado Hugo Leal.
6) Of. nº 165/2015 - LPR, de 5 de maio de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado José Rocha.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) OF/B/086/15, de 31 de março de 2015, do Líder do PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado Gonzaga Patriota.
2) Of. Nº 166/2015 – LPR, de 7 de abril de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando a Deputada Gorete Pereira (PR/CE).
3) OF/GAB/I/Nº 562, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) para o cargo de Coordenador.
4) OF/GAB/I/Nº 555, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Vitor Valim (PMDB/CE).
5) OF/LID/Nº 106/15, de 7 de abril de 2015, do Líder do Partido Popular Socialista – PPS, Deputado Rubens Bueno, indicando o Deputado Hissa Abrahão (PPS/AM).
6) OF/GAB/I/Nº 611, de 15 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS e PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Genecias Noronha (SD/CE).
7) Ofício/LID.PP/nº 231/2015, de 15 de abril de 2015, do Líder do PP, Deputado Eduardo da Fonte, indicando o Deputado Cacá Leão no lugar do Deputado Lázaro Botelho.
08) OF/GAB/I/Nº 761, de 13 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Genecias Noronha para coordenar o Comitê.

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**
1) Of. nº 134/2015 do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato–PTB/RS.
2) OF/GAB/I/Nº 496 do Líder do Bloco do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Danilo Forte – PMDB/CE.
3) Of. Nº 551/2015/PSDB, de 31 de março de 2015, do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, indicando o Deputado Domingos Sávio – PSDB/MG.
4) OF/B/085/15, de 31 de março de 2015, do Líder do PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado João Fernando Coutinho - PSB/PE.
5) OF nº 233/GAB-LidPT, de 31 de março de 2015, do Líder do PT, Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Zé Geraldo – PT/PA.
6) Ofício n.93/2015, de 6 de abril de 2015, do Líder do PCdoB, Deputada Jandira Feghali, indicando o Deputado Wadson Ribeiro PCdoB/MG.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

7) Memorando nº 0034/2015/GSRROD, de 6 de abril de 2015, do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL), indicando o próprio nome.
8) Ofício Líder nº 112/2015, do Líder do PSC, Deputado André Moura, indicando o Deputado Edmar Arruda PSC/PR.
9) Of. Leg. Nº 02/2015 GLPR, de 07 de abril de 2015, do Líder do PR, Senador Blairo Maggi, indicando o Senador Wellington Fagundes.
10) Ofício nº 002/2015-GLPTB, de 7 de abril de 2015, do Líder do PTB, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Douglas Cintra.
11) Ofício GSEAMR nº 002/2015, de 07 de abril de 2015, do Líder do PSC, Senador Eduardo Amorim, indicando o próprio nome.
12) OFÍCIO GSOAZIZ Nº 006/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSD, Senador Omar Aziz, indicando o Senador Hélio José.
13) Ofício nº 004/2015 – GLDPT, de 7 de abril de 2015, do Líder do PT, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Walter Pinheiro.
14) Of. Nº 164/2015-LPR, de 7 de abril de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado João Carlos Bacelar.
15) Of. 077/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PRB, Deputado Celso Russomanno, indicando o Deputado César Halum (PRB/TO).
16) Of. Lid PHS nº 190/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PHS, Deputado Marcelo Aro, indicando o próprio nome.
17) Of. n. 227/PSD, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Jaime Martins (PSD/MG).
18) Of. nº 164/2015-LPR, de 7 de abril de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA).
19) OF/LID/Nº 106/15, de 7 de abril de 2015, do Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, indicando o Deputado Hissa Abrahão (PPS/AM).
20) Ofício nº 006/2015 – GLDPP, de 7 de abril de 2015, do Líder do PP, Senador Benedito de Lira, indicando o próprio nome.
21) Ofício n. 95/2015, de 8 de abril de 2015, da Líder do PCdoB, Deputada Jandira Feghali, indicando o Deputado Wadson Ribeiro.
22) Of. nº 180/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato.
23) Of. Nº 1555/2015/PDT, de 14 de abril de 2015, do Líder do PDT, Deputado André Figueiredo, indicando a Deputada Flávia Morais.
24) Ofício nº 100/15-GLPSDB, de 14 de abril de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, indicando o Senador Paulo Bauer.
25) Ofício nº 026/2015-GSMC, de 06 de abril de 2015, do Líder do PRB, Senador Marcelo Crivella, indicando o próprio nome.
26) GLDPSB-OF.37/2015, de 15 de abril de 2015, do Líder do PSB, Senador João Capiberibe, indicando o Senador Roberto Rocha.
27) Ofício/LID.PP/nº 232/2015, de 15 de abril de 2015, do Líder do PP, Deputado Eduardo da Fonte, indicando o Deputado Lázaro Botelho.
28) Of. 123 Solidariedade/2015 – LID, de 16 de abril de 2015, do Líder do Solidariedade, Deputado Arthur Oliveira Maia, indicando o próprio nome.
29) Of. n. 125/15/PROS, de 23 de abril de 2015, do Líder do PROS, Deputado Domingos Neto, indicando o Deputado Valtenir Pereira.

- Expedientes encaminhando indicações para a Relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1) Of. N. 216/15/PSD, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Jaime Martins (PSD/MG).
2) OF/GAB/I/Nº 560, de 07 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE).

- Expediente encaminhando indicação para a Relatoria Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016:
1) Ofício/LID. PP nº 174/2015, de 30 de março de 2015, do Vice-Líder do Partido Progressista e do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Fernando Monteiro, indicando o Deputado Ricardo Barros (PP/PR).
2) OF/GAB/I/Nº 559, de 07 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Deputado Ricardo Barros (PP/PR).

- Expediente encaminhando indicação para a Relatoria da Receita do Projeto de Lei Orçamentária para 2016:
1) Ofício nº 048/2015 – GLDBAG, de 7 de abril de 2015, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Acir Gurgacz.
2) Ofício nº 032/2015-BLUFOR, de 7 de abril de 2015, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Eduardo Amorim.
3) Ofício nº 068/2015-GLDBAG, de 8 de maio de 2015, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Acir Gurgacz.

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016:
1) GLPSB OF. Nº 0034/2015, de 26 de março de 2015, da Liderança do Bloco Democracia e Socialismo, Líder Senador Lídece da Mata, indicando o Senador Roberto Rocha - PSB/MA.
2) OF nº 232/GAB-LidPT, de 31 de março de 2015, do Líder do PT, Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Weliton Prado para relatoria setorial da Área Temática I – Infraestrutura.
3) Ofício nº 049/2015 – GLDBAG, de 7 de abril de 2015, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Walter Pinheiro.
4) OF/B/091/15, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado Fernando Coutinho (PSB/PE).
5) Of. nº 568/2015/PSDB, de 7 de abril de 2015, do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, indicando o Deputado Caio Narcio (PSDB/MG).
6) Of. nº 170/2015-LPR, de 7 de abril de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado José Rocha.
7) Ofício nº 99/15-GLPSDB, de 14 de abril de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, indicando o Senador Paulo Bauer.
8) OF. GLPMDB nº 107/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PMDB e Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, indicando o Senador Raimundo Lira.
9) OF. GLPMDB nº 108/2015, de 7 de abril de 2015, do Líder do PMDB e Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, indicando o Senador Valdir Raupp.
10) Of. nº 225/2015-LPR, de 7 de maio de 2015, do Líder do PR, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado Wellington Roberto.
11) Of. nº 109/2015, de 7 de maio de 2015, da Líder do PCdoB, Deputada Jandira Feghali, indicando o Deputado Wadson Ribeiro.
12) OF. GLPMDB nº 147/2015, de 8 de abril de 2015, do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, indicando o Senador Raimundo Lira para Relatoria Setorial de Transporte.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13) OF/GAB/I/Nº 752, de 12 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Carlos Henirque Gaguim para a Relatoria Setorial da Área Temática Agricultura e Desenvolvimento Agrário.
14) OF/GAB/I/Nº 753, de 12 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Genecias Noronha, indicando o Deputado Carlos Henirque Gaguim para a Relatoria Setorial da Área Temática Minas e Energia.
15) OF/GAB/I/Nº 754, de 12 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado João Arruda para a Relatoria Setorial da Área Temática Saúde.
16) OF/GAB/I/Nº 755, de 12 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Danilo Forte para a Relatoria Setorial da Área Temática Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.
17) OF/GAB/I/Nº 761, de 13 de maio de 2015, do Lider do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Edmar Arruda para a Relatoria Setorial da Área Temática Minas e Energia.

- Expedientes encaminhando indicações para a Relatoria do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019:
1) OF nº 234/GAB-LidPT, de 31 de março de 2015, do Líder do PT, Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Zeca Dirceu PT/PR.
2) OF/GAB/I/Nº 561, de 07 de abril de 2015, do Líder do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES).
3) OF. n. 639/2015/PSDB, de 28 de abril de 2015, do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, indicando o Deputado Giuseppe Vecci (PSDB/GO).
4) OF nº 347/GAB-LidPT, de 12 de maio de 2015, da Vice-Líder do PT, Deputado Erica Kokay, indicando o Deputado Zeca Dirceu PT/PR.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 0433/ 2014/ GAB/SUDENE, de 15/12/2014, do Sr. Sérgio Antônio Alencar Guimarães - Respondendo pela Superintendência do Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Encaminha dados referentes ao relatório de resultados e impactos do 1º semestre de 2014, e à programação de financiamento para 2015, ambos do FNE, aprovados pelo Conselho Deliberativo da Sudene.
2) Aviso nº 64/GM/MS, de 05/02/2015, do Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde, solicitando o agendamento de Audiência pública no Congresso Nacional para apresentação pelo Ministro da Saúde de Relatório detalhado referente à execução quadrimestral.
3) Ofício 49/2015-BCB/Aspar, de 23/04/2015, do Sr. David Falcão, Chefe da Assessoria Parlamentar, confirmando o comparecimento do Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, à reunião de audiência pública prevista para 30/04/2015, quinta-feira, às 10 horas.
4) Ofício 55/2015-BCB/Aspar, de 05/05/2015, do Sr. David Falcão, Chefe da Assessoria Parlamentar, confirmando o comparecimento do Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, à reunião de audiência pública prevista para 26/05/2015, terça-feira.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 3° quadrimestre de 2013, encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 117 na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

-Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses, de 9 de dezembro de 2014:

1) Aviso nº 1.379/2014 (Acórdão nº 3585/2014): auditoria nas renegociações da dívida agrícola do País no últimos anos, focada na atuação do Banco do Brasil nesta área.

Aviso GP/TCU, de 16 de dezembro de 2014:

1) Aviso nº 2018/2014 (Acórdão nº 2736/2014): decisões acerca da Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência do Acórdão 1463/2010 - Plenário, Fiscalização de Orientação Centralizada sobre obras de habitação e saneamento.

Avisos GP/TCU, de 18 de dezembro de 2014:

1) Aviso nº 2929/2014: decisões acerca de auditoria de conformidade realizada no Ministério da Saúde - MS e na Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - Sesapi, com o objetivo de examinar o procedimento licitatório e a contratação integrada, pelo RDC Presencial nº 1/2013, no âmbito do Contrato de Repasse nº 0374096-46/2011 (Siconv 765553) - Construção do Complexo Materno Infantil em Teresina/PI.

2) Aviso nº 2033/2014 (Acórdão nº 3130/2014): decisões acerca de auditoria com o objetivo de avaliar a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no curto, médio e longo prazos.

3) Aviso nº 2041/2014 (Acórdão nº 3291/2014): decisões acerca de auditoria realizada na primeira etapa das obras de Urbanização e Revitalização da praia de Ponta Negra, em Manaus/AM.

Aviso Seses, de 22 de dezembro de 2014:

1) Aviso nº 1243/2014 (Acórdão n° 3288/2014): obras complementares no Aeroporto de Goiânia, no Estado de Goiás.

Avisos GP/TCU, de 22 de dezembro de 2014:

1) Aviso nº 2052/2014 (Acórdão nº 3287/2015): decisões acerca de pedidos de reexame interpostos em auditoria realizada na Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS, destinada a apurar os critérios de celebração dos convênios para aquisição de Unidade Móvel de Saúde - UMS, bem como os critérios da análise de suas prestações de contas, de competência daquele órgão do Ministério da Saúde - MS.

2) Aviso nº 2059/2014 (Acórdão nº 3292/2014): decisões acerca de Fiscalização de Orientação Centralizada no Contorno Ferroviário de São Félix/BA, em trecho da estrada de ferro EF 025.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses, de 21 de janeiro de 2015:

1) Aviso nº 12/2015 (Acórdão nº 43/2015): obras de construção da Residência para Idosos e reforma da Casa de Transição de Niterói/RJ, custeada originalmente com recursos do Departamento Penitenciário Nacional – Depen.

2) Aviso nº 26/2015 (Acórdão nº 60/2015): obras do Projeto Gasene – Implantação do Gasoduto Cacimbas – Catu.

Aviso Seses, de 28 de janeiro de 2015:

1) Aviso nº 27/2015 (Acórdão nº 114/2015): obras do Projeto Gasene - Implantação do Gasoduto Cacimbas – Catu.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aviso Seses, de 11 de fevereiro de 2015:
1) Aviso nº 98/2015 (Acórdão nº 233/2015): obras do Aeroporto de Vitória/ES.
2) Aviso nº 99/2015 (Acórdão nº 234/2015): obras de Construção do Contorno Ferroviário de Três Lagoas/MS.

Aviso Seses, de 20 de fevereiro de 2015:
1) Aviso nº 108/2015 (Acórdão nº 185/2015): obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza/CE.

Aviso Seses, de 8 de abril de 2015:
1) Aviso nº 225/2015 (Acórdão nº 666/2015): obras de terraplanagem, drenagem e anel viário na área do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Aviso Seses, de 16 de abril de 2015:
1) Aviso nº 238/2015 (Acórdão nº 826/2015): obras de construção da Rodovia BR-429/RO, no segmento compreendido entre as cidades de Presidente Médici e Costa Marques.

Aviso Seses, de 7 de maio de 2015:
1) Aviso nº 316/2015 (Acórdão nº 1083/2015): irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, relacionadas ao atraso excessivo em promover a reavaliação de substâncias agrotóxicas elencadas na Resolução Anvisa RDC 10/2008.

Avisos GP/TCU, de 20 de fevereiro de 2015:
1) Aviso nº 96/2015 (Acórdão nº 2733/2014): Companhia Cearence de Transportes Metropolitanos – Metrofor com vistas a fiscalizar a execução das obras alusivas à implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE.

Avisos GP/TCU, de 23 de fevereiro de 2015:
1) Aviso nº 100/2015 (Acórdão nº 253/2015): Construção do Complexo Materno Infantil em Teresina/PI.

Avisos GP/TCU, de 03 de março de 2015:
1) Aviso nº 124/2015 (Acórdão nº 228/2015): Relatório Sistêmico de Fiscalização de Tecnologia da Informação (FISCTI).

Avisos GP/TCU, de 19 de março de 2015:
1) Aviso nº 257/2015 (Acórdão nº 493/2015): Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR.

Avisos GP/TCU, de 23 de abril de 2015:
1) Aviso nº 423/2015 (Acórdão nº 593/2015): obras do Programa Federal 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto, financiados com recursos repassados pela União, por intermédio do Ministério das Cidades.

- Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Raimundo Carreiro, ao Presidente da CMO:
Aviso Seses, de 05 de março de 2015:
1) Aviso nº 142/2015 (Acórdão nº 338/2015): Acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 2º quadrimestre de 2014.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos GP/TCU, de 31 de março de 2015:
1) Aviso nº 314/2015 (Acórdãos nºs 1.847/2012 e 1.609/2014): obras do Governo do Distrito Federal – GDF para construção de 1.290 unidades habitacionais na Vila Estrutural, no âmbito da ação "Urbanização de Assentamentos Precários – DF".

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro e Walter Ihoshi; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes**: Danilo Forte, Gorete Pereira, Izalci, Jorge Solla, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim; **- Senadores suplentes**: Davi Alcolumbre e Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: César Halum, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores**: Raimundo Lira, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA:** às treze horas e cinquenta e nove minutos, do dia dezenove de maio de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, informou que não havia *quórum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e comentou sobre o horário de funcionamento da Comissão. O Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) sugeriu a suspensão da reunião até o atingimento do *quórum* para deliberação. O Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES) argumentou sobre a necessidade de definição de horário formal para as reuniões da CMO. A Presidente concordou com a posição do parlamentar e reafirmou a necessidade de indicação de nomes de servidores dos gabinetes parlamentares para receberem informações relativas aos trabalhos da CMO. Logo após, fizeram o uso da palavra, sugerindo novos horários e dias para as reuniões da Comissão os Senadores Benedito de Lira (PP/AL), Davi Alcolumbre (DEM/AP) e Hélio José (PSD/DF), e os Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Lázaro Botelho (PP/TO) e Ricardo Barros (PP/PR). O Deputado Nilto Tatto (PT/SP) posicionou-se favorável a manutenção dos dias e horários já existentes. Em prosseguimento, a Presidente propôs a leitura de todos os Relatórios apresentados as matérias constantes da pauta e abertura da discussão dos mesmos, e obteve consenso geral. **ORDEM DO DIA:** PAUTA. **1** - Relatório apresentado ao **Ofício nº 36/2010-CN**, que "Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2009, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE"; **Ofício nº 6/2010-SF** e **Ofício nº 21/2010-SF**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). **2 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 02/2011-SF**, que "Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos - primeiro Semestre de 2010, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE"; e **Ofício nº 39/2011-CN**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. **3 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 13/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício de 2012", e **Ofício nº 16/2013-CN**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Às 14h32min, a Presidente informou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco dos **Relatórios aos Ofícios nº 36/2010-CN, Ofício nº 06/2010-SF e Ofício nº 21/2010-SF; Ofício nº 02/2011-SF e Ofício nº 39/2011-CN; Ofício nº 13/2012-CN e Ofício nº 16/2013-CN; Ofício nº 14/2012-CN e Ofício 43/2012-CN; Ofício nº 56/2012-CN; e Ofício nº 13/2014-CN e Ofício nº 31/2014-CN;** constantes dos itens 1 a 6 da Pauta, respectivamente, relativos em sua maioria ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cujo voto do Relator, Deputado Ricardo Barros, em todos foi "pelo arquivamento das matérias" e obteve consenso geral. **4 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 – primeiro semestre, do Fundo constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE"; e **Ofício nº 43/2012-CN**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. **5 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 56/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para o exercício de 2013". Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. **6 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 13/2014-CN**, que "Encaminha dados referentes ao Plano de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2014, e ao Relatório de Resultados e Impactos do mesmo fundo no primeiro semestre de 2013, juntamente com as Resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE, e informa o endereço, no sítio da Autarquia, onde se encontram disponíveis os demais documentos"; e **Ofício nº 31/2014-CN**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Após a apresentação dos Relatórios e encerrada a discussão dos mesmos, a Presidente os submeteu à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco, e os Relatórios dos itens 1 a 6 constantes da Pauta, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2013-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009"; **Aviso nº 18/2013-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009"; e **Aviso nº 1/2014-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro e quarto trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009". Relator: Senador Benedito de Lira. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). **8 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2014-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2014, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009"; **Aviso nº 15/2014-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2014, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009"; **Aviso nº 20/2014-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2014, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009"; e ao **Aviso nº 4/2015-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao quarto trimestre de 2014, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009". Relator: Senador Benedito de Lira. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). Após a apresentação dos Relatórios e encerrada a discussão, a Presidente os submeteu à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco, e os Relatórios dos itens 7 e 8 constantes da Pauta, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando sequência aos trabalhos, a Presidente anunciou a apreciação de requerimentos para inclusão na pauta: **–** Requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios do Deputado Ricardo Barros (PP/PR), apresentados ao **Ofício nº 24/2014-CN e Ofício 9/2015-CN; Ofício nº 28/2014-CN; e Ofício nº 03/2015-CN; -** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório do Deputado Lázaro Botelho (PP/TO), apresentado ao **Aviso nº 02/2009-CN.** Em votação em bloco, os Requerimentos de Inclusão na pauta foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Ofício nº 24/2014-CN** que **"**Encaminha, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2014", e **Ofício nº 09/2015-CN**. Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento das matérias. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Ofício nº 28/2014-CN** que **"**Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2013." Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Ofício nº 03/2015-CN** que **"**Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 14, II, IV e parágrafo único, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2015." Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Após a apresentação dos Relatórios e encerrada a discussão, a Presidente os submeteu à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco, e os Relatórios extra pauta do Deputado Ricardo Barros, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Aviso nº 02/2009-CN,** que **"**Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao 4º trimestre de 2008." Relator: Deputado Lázaro Botelho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Finalizando, a Presidente relembrou aos parlamentares que no dia 26 de maio, terça-feira, às 13h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Sr. **Alexandre Antonio Tombini**, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço" - referente ao 2º* semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.* A Presidente reforçou ainda, que no dia 27 de maio, quarta-feira, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. **Nelson Barbosa,** que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Projeto de Lei nº 1/2015-CN – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências"), *conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional.* **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e seis minutos, concluída a votação de todas as matérias constantes da pauta e extra pauta, a Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 26 de maio, terça-feira, às 13h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 19.05.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da pauta.

Peço, por favor, que a lista de presença passe a ficar doravante na mesa, onde se encontram os trabalhos.

Temos quórum para abertura da sessão, mas, infelizmente, não temos quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Eu queria entrar em comum acordo com V.Exas. Vejam bem, as duas Casas estão em atividade intensa, haja vista que nós do Senado temos hoje a discussão da terceirização, com todas as representações do segmento dos trabalhadores presentes: Central Única dos Trabalhadores — CUT; Comando Geral dos Trabalhadores — CGT; setores da Federação das Indústrias do Espírito Santo — FINDES; Confederação Nacional da Indústria — CNI e tudo mais. Eu só não quero que uma coisa prejudique a outra. Infelizmente, não consegui que a reunião no Senado começasse às 10 horas e tivesse o término até 1 hora da tarde. Não consegui. Na Câmara dos Deputados, muitas Comissões ainda estão em funcionamento.

Nós temos que entrar em acordo em relação ao funcionamento da Comissão e ao horário, Senador Benedito, porque é muito difícil ter uma pauta extensa, nós temos mais de 27 relatorias distribuídas para atualizar esta Comissão, já coloquei

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para o Plenário desta Casa que os trabalhos desta Comissão se encontravam sobremaneira todos eles represados, atrasados, com contas de ex-Presidente da República, do Collor à Presidente Dilma, todas elas sem apreciação, sem relatório, as que já foram distribuídas, mais ainda as medidas provisórias, os projetos de leis e alguns assuntos diversos que nós distribuímos para vários Relatores.

Esta reunião tem 3 Senadores e 12 Deputados — não vejo 12 —, em função das Comissões em funcionamento. Se estiverem de acordo, eu gostaria de apresentar uma proposta. O Senador Davi gostaria de fazer uma proposta.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Sra. Presidente, diante da impossibilidade regimental de se iniciar a votação e para aproveitar a oportunidade, uma vez que foi aberta a sessão, queria solicitar aos membros desta Comissão que suspendêssemos esta reunião de hoje, que ficaria em *stand-by*, até que pudéssemos remarcar o horário da reunião para mais tarde ou para amanhã.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sra. Presidente...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra, em seguida, o Senador Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Esta Comissão se reveste de uma importância muito grande, no entanto, os seus horários ficam à deriva de sobra de hora, sobra de vaga. Eu acho que nós tínhamos que ter uma definição de um horário formal definitivo, porque ela não pode ficar ao sabor das outras coisas.

Então, é preciso ter uma demarcação de hora objetiva, de onde nós não nos afastemos, mesmo que fiquemos uma ou duas semanas sem quórum, naquele dia, naquele horário estabelecido, será realizada a reunião e ponto, para que ela não fique oscilando. Numa hora é uma, numa hora é...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu concordo com V.Exa., mas, por exemplo, essa sessão temática realizada no Senado, que antecede a votação da terceirização, foi marcada, remarcada, enfim, confirmada pelo Senador Renan de sexta-feira para cá. Por isso, eu pedi aos componentes desta Comissão que deixassem aqui o nome da pessoa do seu gabinete responsável por receber todas as orientações e informações relativas ao trabalho da Comissão. Muitas

vezes, e hoje, foi pedido pelas duas Casas que nós suspendêssemos a reunião da Comissão.

Vários Senadores e Deputados entregaram os relatórios. V.Exas. têm em mãos a pauta. Eu tenho certeza de que o Deputado Ricardo Barros fez um trabalho exaustivo para entregá-los.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder-lhe a palavra pela ordem, só estou terminando a minha explicação, se V.Exa. permitir.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vejam bem: eles fizeram um trabalho exaustivo para entregá-los, para que nós tivéssemos matéria. O Senador Benedito de Lira fez questão de entregar seus relatórios para que nós pudéssemos proceder à votação. Agora, eu só posso ir ao limite da minha competência.

Pela ordem, o Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, pelas informações que V.Exa. trouxe ao Plenário, considerando que terça-feira e quarta-feira são dias em que todas as Comissões Técnicas das duas Casas do Congresso Nacional funcionam, bem como há pauta na Câmara e no Senado, nós poderíamos estabelecer, se o Plenário, lógico, concordar, que as reuniões da Comissão de Orçamento serão realizadas a partir das 10 horas, às quintas-feiras.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há uma sugestão no Plenário. Evidentemente, há um contencioso sobre as votações na quinta-feira, porque o horário era diferente. Eu vejo com bons olhos a proposta de V.Exa. e vou submetê-la ao Plenário, para que as pessoas possam opinar.

Nas quintas-feiras, no horário em que estava marcada a reunião, às 14h30min, infelizmente, não dava quórum, porque, depois de meio-dia, todos viajavam. Agora, há uma nova ordem na Casa.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Às 14h30min uma boa parte de Deputados e Senadores viajam para seus Estados. Então, pela manhã, às 9 horas. Nós ficaríamos até meio-dia. Dá para fazer muita coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidente, eu queria apenas referendar aqui o posicionamento do Deputado Lelo, que defende que haja realmente um horário específico, assim como o do Senador Benedito de Lira, que já encaminhou essa proposta concreta. Acredito que como os trabalhos nas quintas-feiras geralmente têm tido quórum para deliberação no Plenário, algumas vezes começando aqui na Câmara dos Deputados ainda pela manhã, com abertura do painel e a Ordem do Dia, seria bastante razoável definirmos efetivamente essa data.

Eu concordo com a proposta do Senador para que essa reunião possa acontecer às quintas-feiras pela manhã, o mais cedo possível. Talvez às 9h30min seja um horário razoável.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém mais gostaria de opinar. Nós não temos quórum para deliberar. Quero lembrá-los.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu acredito que o encaminhamento de um horário específico é importante até para que os Parlamentares possam se programar. E acredito também que com a presença de V.Exa. aqui por mais algum tempo seja até possível que tenhamos quórum agora. Com a presença de V.Exa., as pessoas começam a ser avisadas. Aí eu não sei da disposição de cada um de aguardar aqui ou em outro momento, mas começamos a ver alguns Deputados voltando. Muitas vezes, por causa dessa situação de marcar e desmarcar a reunião, muitas pessoas ficam aguardando a presença de V.Exa. para que de fato se concretize a reunião.

Acredito que, se dermos mais 10, 15 minutos, não sei a disponibilidade dos Deputados, talvez possamos alcançar o quórum necessário para poder realizar a reunião. Todavia, estou de acordo com termos um horário estabelecido para a reunião, porque assim podemos, como Parlamentar também, nos programar, para saber que em determinado dia e em tal horário vamos ter uma programação para a Comissão. Fica a critério de V.Exa., que tem demonstrado sua sensibilidade na condução dos trabalhos com muito talento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sempre que desmarquei as sessões foi em função de solicitação das duas Casas. Com uma sobrepondo-se a outra, há sempre alguns assuntos de extrema importância.

Vejo com bons olhos a proposta da quinta-feira. O Senado tem uma convocação às 10 horas. Podemos pedir para passar para 11 horas e chamar essa sessão para às 9 horas. Fica uma sugestão aqui. Agora, com um dia fixo, ao menos que aconteça alguma coisa extremamente relevante, nós poderemos variar o calendário.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, eu queria dar minha opinião. A tradição desta Comissão não era de reunião às terças-feiras neste horário. Nesta altura do ano, imagino que a maioria dos Deputados desta Comissão já deve ter organizado sua agenda, em função da participação em outras Comissões. Então, não sei se mudar para quinta-feira, nesta altura do ano, pode prejudicar, de repente, a participação de alguns membros desta Comissão.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente, ouvi as sugestões. Geralmente, na quinta-feira, a sessão da Câmara, por exemplo, só funciona a partir das 14 horas. Às quintas-feiras, fica ociosa mesmo na parte da manhã, parece que é o melhor dia. Se começamos às 9 horas, vai dar tempo de debater muito tempo. Esta é uma das Comissões mais importantes deste Congresso e não pode ficar sem um horário determinado. Acho que tem que haver esse respeito pela Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos tentando aqui coadunar as ideias, porque o Senado, às quintas-feiras, tem sessão às 10 horas. Seria o caso também de estabelecer uma interlocução com o Presidente do Senado para ajeitarmos um horário. De 9 horas às 12 horas dá para votarmos muita coisa, dá tempo de V.Exas. almoçarem e comparecerem à sessão da Câmara. Vamos tentar a mudança com o Presidente.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, eu gostaria de saudar V.Exa. pela condução serena e tranquila desta Comissão, saudar também nosso querido Senador Davi Alcolumbre, nossos Deputados, e dizer que a definição de uma data, de um dia, como a quinta-feira, o que V.Exa. propõe, é muito interessante.

Nós temos algumas Comissões que funcionam às quintas-feiras, pela manhã, mas nada que não consigamos dialogar, conversar com os Presidentes das Comissões. Eu acho que nesse horário de 9 horas ao meio-dia teríamos condições de trabalhar com bastante afinco e levar a bom termo a questão da nossa Comissão de Orçamento.

Quero só me manifestar dizendo que acho esta proposta de quinta-feira, de 9 horas ao meio-dia, acertando direitinho com o Presidente Renan, excelente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Sra. Presidente Rose.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador Davi. Nós estamos aguardando, como sempre, dois Senadores para haver quórum.

A palavra, em seguida, será do Deputado Ricardo Barros.

V.Exa. tem a palavra, Senador Davi.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Eu só queria recapitular, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados desta Comissão. Eu fiz uma sugestão apenas para que utilizássemos o número regimental que tínhamos para suspender a reunião, que utilizássemos essa presença para abrir a sessão, em vez de ter que esperar. Se a Comissão, é claro, decidisse que a reunião seria daqui a 30 minutos ou 1 hora, a Mesa poderia não encerrar a reunião, só suspendê-la.

A minha primeira proposta era no sentido apenas de suspender a reunião para evitar ter que recolher assinatura de novo para obtenção de quórum para abertura, não quórum para votação, como o que estamos aguardando.

Houve a sugestão da mudança do horário da reunião para quinta-feira de manhã, o que eu acho que tem que ser discutido na reunião de Liderança na Comissão. Minha proposta inicial era apenas que suspendêssemos a reunião para que, caso V.Exa. encerre a reunião e convoque outra para daqui a 30 minutos ou 1 hora, não tenhamos que aguardar o quórum de novo para a abertura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de mais nada, gostaria de agradecer a presença do Deputado Danilo Forte, do nosso Estado do Espírito Santo, que debateu o pacto federativo. Justifico nossa ausência, devido aos trabalhos de ontem aqui na Casa.

Muito obrigada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu queria também corroborar essa sugestão de encontrarmos uma data que não seja terça-feira. Eu estava, por exemplo, agora na reunião de Líderes, que é a hora que nós estamos articulando as votações da Casa, costurando as matérias que vão ser votadas na semana. E isso vai ocupar vários de nossos companheiros de Comissão. Seria também uma posição de evitar que nossa Comissão seja atropelada nas suas deliberações pelo início da Ordem do Dia.

Então, eu queria deixar a sugestão também, para que a Presidente encontre um horário que não seja imediatamente antes do início de sessões, para que não tenhamos que interromper nossa deliberação em função do início da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria fazer uma sugestão, para tentar tornar esta reunião produtiva. Eu queria propor que nós começássemos a discussão sobre os relatórios, enquanto nós estamos chamando pela presença de dois Senadores apenas. Nós temos vários relatórios, constam da pauta que está com V.Exas. os ofícios e relatórios como o de número 36, de 2010, do Ministério da Integração Nacional, que encaminha o Relatório de Resultados e Impactos do exercício de 2009; seis relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, todos versando sobre uma matéria só, com relatoria do Deputado Ricardo Barros.

Sugiro que possamos iniciar a discussão. Caso não haja quórum no Senado, nós, pelo menos, iniciaríamos a discussão.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Passa-se, então, à apresentação do relatório do Deputado Ricardo Barros.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício (Congresso Nacional) nº 36, de 2010, do Ministério da Integração Nacional, que encaminha o Relatório de Resultados e Impactos do exercício de 2009 sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE.

Ofício nº 6, de 2010, em que o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos (primeiro semestre de 2009) sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ofício nº 21, de 2010, que encaminha ao Senado Federal o Relatório de Resultados e Impactos sobre atividades desenvolvidas nesse período. Relator, Deputado Ricardo Barros.

Todos receberam cópia do relatório do Deputado Ricardo Barros? Foi distribuída cópia. Podemos nos basear no relatório por S.Exa. apresentado, até que possamos organizar a distribuição de todo o material?

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, criado por força de dispositivo constitucional, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, dos Munícipios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais incluídos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, mediante execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em harmonia com os planos regionais de desenvolvimento, conferindo tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

O envio da documentação, objeto do Ofício nº 06, de 200 e do Ofício nº 21, de 2010, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, obedeceu ao disposto no art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989.

Já a remessa da documentação, objeto do Ofício nº 36, de 2010, do Congresso Nacional, decorre do cumprimento do disposto no § 5º do art. 20 do mesmo texto legal.

Tendo em vista a necessária transparência na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, conforme consta das Notas Explicativas nºs 4 e 5, as demonstrações contábeis também mantêm, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição final de mês; também, os balanços do Fundo, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito da fiscalização e controle, conforme previsto na legislação vigente. Além disso, o Fundo mantém

auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras, bem como do exame de contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

Destaque-se, também, que o BNB, como instituição gestora de recursos do FNE, realiza atividades de controle e fiscalização de suas aplicações, instrumento integrante das políticas do próprio Banco, que atende as recomendações do Ministério da Integração Nacional e do Tribunal de Contas da União, para avaliação dos fundos constitucionais de financiamentos regionais.

Para tanto, de acordo com o art. 71 da Constituição Federal, o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete examinar as contas prestadas pelos administradores do FNE, oportunidade em que avaliará a gestão dos recursos administrados, em conformidade com as diretrizes constantes da Lei nº 7.827, de 1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo — CONDEL, da SUDENE, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e com o Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

Dessa forma, considerando que cabe ao Tribunal de Contas da União a análise da execução dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para o exercício de 2009, no âmbito do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência nessa oportunidade.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão: tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, por intermédio do Ofício nº 36, e dos apensados Ofícios nºs 6 e 21, de 2010, e determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, quero solicitar a V.Exa. que apresente o relatório daqui. Embora os Parlamentares possam não ter

em mãos o relatório, todos os gabinetes recebem a pauta acompanhada dos relatórios prontos.

Daqui para frente, vou fazer uma pasta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Hildo está dizendo que não recebeu cópia. Vou pedir que me indiquem a pessoa que a recebeu.

Questão de ordem solicitada pelo Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente, quero parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa do seu Estado, o Espírito Santo, pelo grande debate realizado ontem sobre o pacto federativo, com a presença de 15 Deputados Estaduais, 4 Deputados Federais e um número expressivo de Prefeitos e Vereadores, além do Vice-Governador, o nosso ex-colega, Conalgo — o Deputado Lelo Coimbra também esteve lá. Foi um debate muito participativo e sentimos muito a sua ausência, ontem, na Assembleia. Inclusive, foi muito questionada a sua não ida ao nosso debate, mas com o sentimento de compreensão por saber que V.Exa. tinha outras atribuições aqui em Brasília.

Esse relatório do Fundo Constitucional do Nordeste tem uma medida protocolar. Ele tem que ser recebido pela Comissão, daqui ser enviado ao Tribunal de Contas, que faz a averiguação ponto a ponto da possibilidade ou não de alguma irregularidade. Constatada alguma irregularidade, ou não, o Tribunal de Contas o reenvia à Comissão Mista de Orçamento, e, aí sim, caberá a esta Comissão habilitar, em cima daquilo que foi visto pelo Tribunal de Contas de contraditório entre as determinações constitucionais das aplicações do Fundo e o papel do Banco do Nordeste, o que deve ser feito, ou não, para regularização dessas posições contraditórias que possam ser inquiridas pelo Tribunal de Contas da União.

Como é uma atividade meramente protocolar, eu acho que não tem porque criar qualquer obstáculo ao relatório do Deputado Ricardo Barros, até porque S.Exa. foi também muito sucinto no seu relatório, no sentido apenas de garantir o envio das informações constatadas ao Tribunal de Contas para posterior análise e, aí sim, uma análise aprofundada sobre qualquer possibilidade de irregularidade, de ausência ou de contradição do relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do fato, nós da bancada do PMDB não temos nenhuma objeção ao belo trabalho do Relator, Deputado Ricardo Barros, em relação ao relatório do Fundo Constitucional do Nordeste.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão o ofício do FNE, relatado pelo Deputado Ricardo Barros.

Pedimos a compreensão de todos, porque se trata apenas da discussão. Falta ainda um Senador no plenário desta Comissão para completarmos o quórum.

Vamos continuar a apreciação de matérias.

Ofício nº 2, de 2011, do Senado Federal, do Superintendente da SUDENE, que comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos do 1º semestre de 2010 sobre atividade a ser desenvolvida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE. Apensado o Ofício nº 39, de 2011.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, ao encaminhar a documentação referente ao Ofício nº 13, de 2012, à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional, obedeceu ao disposto no art. 14, inciso IV, da Lei n° 7.827, de 1989. Já o envio da documentação referente ao Ofício n° 16, de 2013 — Congresso Nacional à mesma Comissão cumpriu o previsto no art. 20, § 5º, da mesma lei.

Conforme a legislação referente ao FNE, o Banco do Nordeste do Brasil — BNB, juntamente com o Ministério da Integração Nacional e o Conselho Deliberativo da SUDENE — CONDEL/SUDENE, é o responsável pela gestão do Fundo. Portanto, são responsáveis pela elaboração da programação de financiamentos do FNE, oportunidade em que estabelecem as diretrizes e prioridades dessa programação.

É importante destacar que o Tribunal de Contas da União, de acordo com suas atribuições constitucionais e legais, examina a execução da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE e avalia, então, se a gestão dos recursos administrados está de acordo com as diretrizes estabelecidas na lei, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da

Integração Nacional, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, com a Politica Nacional de Desenvolvimento Regional — PNDR e com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste — PRDNE.

No que se refere ao conteúdo objeto do Ofício n° 16, de 2013 — CN, no cumprimento da determinação do § 5º do art. 20 da Lei 7.827, de 1989, é imprescindível que os recursos colocados à disposição pelo FNE sejam aplicados com total transparência e eficácia. Nesse sentido, é sempre enfatizado em nota explicativa que o Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês e também os balanços do Fundo, devidamente auditados.

Ressalte-se também que o BNB, como instituição gestora dos recursos do FNE, realiza atividades de controle e fiscalização de suas aplicações, instrumento integrante das políticas do próprio banco, e atende às recomendações do Ministério da Integração Nacional e do Tribunal de Contas da União.

Observe-se ainda que, de acordo com o art. 71 da Constituição Federal, o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete examinar as contas prestadas pelos administradores do FNE, oportunidade em que avaliará a gestão dos recursos.

A Corte de Contas deve analisar também se foram observadas as prioridades estabelecidas na política de aplicação dos recursos do FNE.

Nesse sentido, o TCU examinará se, dentre as prioridades na aplicação dos recursos do FNE, foi observada a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, inter-regionais e intrarregionais, mediante apoio a projetos voltados para o melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais.

Dessa forma, considerando que a programação de financiamento para o exercício 2012 e a execução dessa programação no primeiro semestre de 2012 do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE serão analisadas pelo Tribunal de Contas da União, não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, por meio do Ofício n° 13, de 2012-CN, e do apensado n° 16, de 2013, Congresso Nacional;

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos passar ao item seguinte.

Eu gostaria de explicar o que está acontecendo aqui. Para que ninguém tenha dúvida, este é um esforço concentrado que estamos fazendo para tirar o acúmulo de matérias que existem. Nesta matéria, por exemplo, todos esses fundos do FNE estão com prazo expirado. A esta Comissão faltou juízo na hora de fazer o seu trabalho. Portanto, nós estamos aqui fazendo esse esforço. Esse fundo todo contém a mesma prestação de contas do financiamento do FNE.

Vamos passar ao Item nº 3.

Peço a todos que permaneçam aqui. Mais adiante, teremos os itens nºs 7 e 8, que serão relatados pelo Senador Benedito de Lira, que também se esforçou para fazer esta Comissão andar.

Item nº 3.

Ofício nº 13, de 2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que encaminha ao Congresso Nacional programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, apensado o Ofício do Congresso Nacional nº 16, de 2013.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A base jurídica que eu estabeleço nos relatórios é sempre a mesma, porque a legislação é a mesma e as orientações do Ministério da Integração também. Quanto ao Ofício do Congresso Nacional nº 13, de 2014, eu vou repetir os argumentos jurídicos anteriores que embasam nosso relacionamento, e, dessa forma, considerando que a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para o primeiro semestre de 2013 e para o exercício de 2013 será analisada pelo Tribunal de Contas da União, quando do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade de adoção de qualquer providência no momento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, por meio do Ofício (Congresso Nacional) nº 13, de 2014 e do apensado Ofício (Congresso Nacional) nº 31, de 2014 e determina o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos passar ao item seguinte.

Ofício do Congresso Nacional nº 14, de 2012, também da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Resultados e Impactos, exercício de 2011, relativo ao primeiro trimestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sra. Presidente, faço uma consulta antes. Tendo em vista que a pauta consta no visor do meio eletrônico, por que o relatório também não consta? É só para acompanhar o relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os relatórios foram autenticados, ela vai explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não é preciosismo, é para lê-lo mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqui a Comissão é democrática; muitos lugares não o são, mas aqui é plenamente democrática. Qualquer dúvida, por favor, passe o pedido de esclarecimento à Mesa.

Há quórum para votação.

Podemos voltar ao item 1 da pauta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos votar em bloco, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar em bloco. Então, deixe que ele leia os relatórios subsequentes.

Vamos ao Item 4 da pauta: Ofício (Congresso Nacional) nº 14, de 2012.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. está com a palavra.

Em seguida, eu gostaria de propor que ele fizesse também o Ofício (Congresso Nacional) nº 56, de 2012; o Ofício (Congresso Nacional) nº 13, de 2014.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Trata-se do Ofício (Congresso Nacional) nº 14, de 2012, referente aos impactos do exercício de 2011, primeiro semestre.

Diante do exposto, voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, por meio do Ofício nº 14, de 2012, Congresso Nacional, e também do apensado Ofício nº 43, de 2012. Determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

Seguindo a pauta, vou dar o parecer sobre o Ofício (Congresso Nacional) nº 56, de 2012, programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE para o exercício 2013.

Diante do exposto, considerando que a execução de programação do FNE para o exercício de 2013 será analisada pelo Tribunal de Contas da União, quando do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade de adoção de qualquer providência no momento, razão pela qual voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da programação financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, para o exercício de 2013, e dos documentos que o acompanham e determino envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lidos os relatórios dos Ofícios (Congresso Nacional) nºs 14, de 2012; 56, de 2012; e 13, de 2014, com o mesmo teor, que tratam do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para os exercícios citados nas matérias, vamos passar à discussão.

Em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Vamos colocar em votação os relatórios na forma apresentada aqui pelo Deputado Ricardo Barros.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

OS Srs. Senadores e a as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Próximo item, relatório do Senador Benedito de Lira.

Aviso (Congresso Nacional) nº 15, de 2013, do Ministério da Fazenda, que encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil — FSB, relativo ao primeiro semestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009. Apensados: Avisos nºs 18, de 2013 e 01, de 2014.

Senador Benedito de Lira, por favor, honre-nos com sua presença aqui na Mesa.

Agradeço a presença aos Senadores Eduardo Amorim, Valdir Raupp e Davi Alcolumbre. Muito obrigada pela presença.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, conforme li na ementa, chegou a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Aviso nº 15, de 2013, do Congresso Nacional, que encaminha o relatório de desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao primeiro trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.087, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009; o Aviso nº 18, de 2013, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao segundo trimestre de 2013, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008 e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009; e o Aviso nº 1, de 2014, que encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, relativo ao terceiro e quarto trimestres de 2013, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009. Os relatórios vêm do Ministro de Estado da Fazenda.

Passemos ao relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As aplicações do Fundo Soberano do Brasil apresentaram, no quarto trimestre de 2013, rentabilidade de 1,42%, superando a rentabilidade da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP em 0,17%. No período as aplicações da conta única do Tesouro Nacional; Carteira Especial 2 (82% da carteira total) apresentaram rentabilidade de 2,64% no período.

Por outro lado, as ações do Banco do Brasil (Carteira Especial) mostraram desvalorização de 4,16% e contribuíram para uma redução da rentabilidade do Fundo Fiscal de Investimento — estabilização de que trata o art. 7º da Lei nº 11.887, de 2008, afetando a carteira total do Fundo Soberano do Brasil.

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.055, de 2009, o gráfico apresenta o monitoramento da evolução patrimonial dos ativos aplicados no Brasil com relação àquele que teria sido observado caso o aporte inicial dos recursos tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP.

Segue aqui um quadro demonstrativo. Está lá no relatório de cada um.

Análise: os Relatórios de Desempenho do Fundo Soberano relativos ao primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres, de 2013, encaminhados ao Congresso Nacional pelo Ministro da Fazenda, atendem ao disposto no art. 10, da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e ao art. 11 do Decreto nº 7.055, de 2009.

Voto.

Assim, consideramos satisfatórios os números relativos ao desempenho do Fundo Soberano do Brasil, no exercício de 2013, números esses retratados pelas demonstrações contábeis do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização.

Do exposto, votamos pelo arquivamento da matéria.

O Fundo Soberano do Brasil relativo a 2014 também atende todos os pré-requisitos estabelecidos na lei e no decreto já citados.

No terceiro trimestre de 2014, foi demonstrado que as aplicações do Fundo Soberano do Brasil apresentaram rentabilidade de 2,61%, frente a uma rentabilidade de 1,29%, TJLP, no mesmo período, ou seja, uma rentabilidade de 1,32% superior.

Nos 12 meses anteriores, o rendimento das aplicações do Fundo foi de 10,01%, frente a uma rentabilidade de 5,00% da TJLP, ou seja, uma rentabilidade 5,01% superior. Assim, pode-se afirmar que o desempenho do Fundo Soberano do

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil, no terceiro trimestre de 2014, está em consonância com o previsto no art. 3º, item II do Decreto nº 7.055, de 2009.

No quarto trimestre de 2014, foi demonstrado que as aplicações do Fundo Soberano do Brasil apresentaram rentabilidade de 1,67%, frente a uma rentabilidade de 1,26% da TJLP no mesmo período, ou seja, uma rentabilidade de 0,41% superior. Nos 12 meses anteriores, o rendimento das aplicações do Fundo Soberano do Brasil foi de 10,29%, frente a uma rentabilidade de 5,02% da TJLP, ou seja, uma rentabilidade 5,27% superior. Assim, pode-se afirmar que o desempenho do Fundo Soberano do Brasil, no quarto trimestre de 2014, está em consonância com o previsto no art. 3º, II do Decreto nº 7.055, de 2009.

Portanto, percebe-se que as aplicações realizadas pelo Fundo Soberano do Brasil, nos períodos analisados, foram feitas em consonância com os objetivos estabelecidos na legislação.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo dos Relatórios de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, consoante Aviso nº 12, de 2014, Congresso Nacional; Aviso nº 15, de 2014; Aviso nº 20, de 2014, e o Aviso nº 4, de 2015. Uma vez que não existem providências de outra natureza a serem tomadas, determine o arquivamento dos citados documentos

Esses são os votos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. leu os dois relatórios? *(Pausa.)*

Em discussão na Câmara dos Deputados os relatórios apresentados, Relatórios de nº 15/13 e nº 12/14.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, senhores membros desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é de se admirar o descaso com relação a essas análises de prestação de contas do Governo. Aqui podemos perceber que contas de 1990 foram aprovadas na reunião anterior e, agora estamos analisando contas de 2009, de maneira bastante atrasada, o que implica dizer que, mesmo que houvesse rejeição das contas por esta

Comissão, de nada adiantaria, porque já transcorreu inclusive o prazo prescricional da improbidade administrativa, de 5 anos.

Fico muito admirado de ver uma demora dessa. Alguma coisa houve para que a matéria não fosse votada antes.

Quero aqui registrar meu repúdio a essa ação que ocorreu aqui na Comissão. Não sei nem quem eram os membros, o Presidente, os servidores, mas gostaria de imputar a culpa a todos, porque se todos ficaram calados e ninguém relatou nada, ninguém reclamou, é porque todos concordaram.

Eu acredito que esse tipo de ação não deve voltar a ocorrer este ano. V.Exa. está de parabéns por estar colocando na pauta esses assuntos, embora saibamos que de pouco vai adiantar a nossa decisão. Mas em relação a alguns ainda pode surtir algum efeito, porque são de 2012, 2013.

Com relação ao relatório, fico preocupado porque não pude analisar, Senador Benedito de Lira, a prestação de contas do Fundo Soberano. O que sabemos é que há muita esculhambação nesse Fundo Soberano, e o seu relatório aqui diz que está tudo perfeito. Então, eu vou procurar me abster dessa votação para que, no futuro, eu não venha a ser condenado por concordar com algo de que eu não tomei conhecimento.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - A Presidenta informou, nobre Deputado, que os relatórios foram todos encaminhados aos gabinetes dos membros desta Comissão. Alguns disseram que não o receberam, mas, na verdade, o relatório do Fundo Soberano do Brasil, quando nós estamos passando por uma dificuldade enorme na economia deste País, demonstrou rentabilidade.

Na verdade, ele não traz nenhuma dificuldade, nenhum susto para o Fundo, mas V.Exa. tem razão, pois não teve oportunidade de fazer a análise do conteúdo do relatório.

É bom, Sra. Presidenta, que V.Exa. determine à Secretaria que, em outras oportunidades, faça os relatórios chegarem com certa antecedência aos gabinetes dos membros desta Comissão na Câmara e no Senado. Como V.Exa. praticamente já definiu que as reuniões da Comissão, a partir, possivelmente, da próxima semana, serão às quintas-feiras, nós vamos ter de sexta até quarta para os

encaminhamentos, para que cada um dos Srs. Senadores e Deputados possam tomar conhecimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão.

Em relação aos dois avisos apresentados pelo Senador Benedito de Lira, eu queria apenas dar uma explicação. Eu acho que ela não é tão importante, mas quero deixá-la registrada. Todas as matérias que nós estamos apreciando aqui — pasmem os senhores e as senhoras! — foram encaminhadas para esta Comissão no prazo certo. Não ocorreu a votação, eu não tenho explicação para dar, mas estamos agora tentando corrigir os erros para podermos dizer que pelo menos o conhecimento da matéria, ainda que o relatório não possa ser apreciado a contento, foi dado a esta Comissão.

Eu considero o absurdo dos absurdos, mas temos de tentar corrigir minimamente essas distorções que geraram tanta desconfiança e descrédito para esta Comissão.

Em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria agradecer, Senador, pela sua prestimosa colaboração, pelo dever cumprido, como V.Exa. mesmo diz.

Há um requerimento extrapauta — foram muitos os relatórios distribuídos e alguns estão chegando em cima da hora, como está acontecendo agora — para que seja incluído na pauta um relatório apresentado pelo Ofício nº 24, de 2004.

Todos têm em mãos esse relatório? Se não tiverem, basta dar uma olhada na Internet, no computador, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do que se trata?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deixe-me dizer do que trata o requerimento extrapauta.

V.Exa. quer limpar a pauta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero saber do que se trata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

É o Ofício nº 24, de 2004, do Congresso Nacional, que encaminha, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a programação também do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO referente ao exercício de 2014.

E o Ofício nº 9, de 2015, do Congresso Nacional, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827, de 1989, art. 20, § 5º, relatório de atividades desenvolvido e de resultados obtidos referentemente ao primeiro semestre de 2014.

Foi designado Relator o Deputado Ricardo Barros, que estava tratando dos Fundos Constitucionais.

Se todos concordarem, vou colocar esse relatório em discussão e votação, porque assim nós vamos diminuir a densidade da pauta.

Estão de acordo? *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sras. e Srs. Congressistas, os fundamentos são sempre os mesmos que nós já destacamos anteriormente. Trata-se da programação, que está dividida nos setores produtivos e empresariais rurais, sendo recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas: Programa FCO, Empresarial, de apoio a empreendedores individuais e às micro, pequenas e médias empresas; Programa FCO Empresarial para médias e grandes empresas; Programa FCO Rural; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF; Programa FCO Empresarial para repasse; Programa FCO Rural para repasse.

O FCO, criado pela Lei nº 7.827, de 1989, tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

É importante destacar que o Tribunal de Contas da União, de acordo com as suas atribuições constitucionais e legais, examina a execução do Programa FCO e avalia se a gestão dos recursos administrados está de acordo com as diretrizes da lei, com as diretrizes das orientações gerais do Ministério da Integração Nacional e com as diretrizes priorizadas pelo Conselho da SUDECO, Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Plano Regional de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Diante do exposto, considerando que a Programação de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o FCO, para o exercício de 2014 e execução dessa Programação no primeiro semestre de 2014, objeto dos Ofícios nº 24, de 2014, e nº 9, de 2015, respectivamente, serão analisados pelo Tribunal de Contas da União, não se verifica a necessidade de adoção de qualquer providência no momento, razão pela qual voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos documentos encaminhados atinentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO ao Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sem abusar da paciência de V.Exas., mas contando com sua compreensão, o Deputado Lázaro Botelho, juntamente com o Deputado Ricardo Barros, novamente, encaminharam mais três relatórios, todos falando do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — é um absurdo isso —, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. E aqui também um relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizado pelo Banco Central referente ao quarto trimestre de 2008.

São relatórios sobre os quais S.Exas. se debruçaram para oferecer à Comissão.

Eu gostaria de saber se podemos fazer também essa apreciação extrapauta. Se não fizermos agora teremos que fazer na quinta-feira.

Se todos estiverem de acordo eu vou colocar esses relatórios...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos seguir, Sra. Presidente. Eu acho que é o melhor adiantar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem. Muito obrigada.

Não havendo opinião contrária, eu peço ao Deputado Ricardo Barros que leia o seu relatório em relação ao Ofício nº 3, de 2015, do Congresso Nacional, e ao Ofício nº 2, de 2009, sobre o cumprimento da Lei nº 7.827, de 1989, art. 4º, incisos II e IV e parágrafo único da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, exercício de 2015.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, vou ler o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em seguida V.Exa. lerá o relatório relativo ao Ofício nº 28, de 2014, que encaminha o cumprimento do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Cópia do processo de contas *(risos)* ordinária do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO.

V.Exa. pode fazer a leitura desses dois relatórios? Em seguida, o Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - "Relatório referente ao Ofício nº 3, de 2015, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, que encaminhou a este Congresso Nacional, dentro do segmento da Lei nº 7.827, das diretrizes do Ministério da Integração Nacional e da avaliação feita pelo TCU. Nesse sentido o TCU encaminhará ofício informando se dentre as prioridades de aplicação dos recursos foi observada a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e intrarregionais, mediante o apoio de projetos voltados para o melhor aproveitamento dessas oportunidades de desenvolvimento econômico e social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais.

Diante do exposto, considero que a execução do Programa do FCO para o exercício de 2015 será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da correspondente prestação de contas.

Não se verifica a necessidade de adoção de qualquer providência neste momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da documentação encaminhada pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste por meio do Ofício nº 3, de 2015, e determine o envio de seus referidos documentos ao arquivo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em seguida o Ofício nº 28, de 2014, sobre o Fundo Constitucional do Norte.

Estão aqui os documentos: rol de responsáveis pelas atividades desenvolvidas pelo Fundo; relatório de gestão da FNO de 2013; relatório das atividades desenvolvidas e de resultados obtidos no exercício de 2013 do Fundo de Financiamento do Nordeste; informações contábeis, relatórios e pareceres de instâncias que se devam pronunciar a respeito desse processo.

Dessa forma, considerando que o processo de contas ordinárias do Fundo FNO para o exercício de 2013 será analisado pelo TCU quando do exame da correspondente prestação de contas, não se verifica a necessidade de adoção de qualquer medida.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da documentação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Banco da Amazônia, gestor do FNO, por meio do Ofício nº 28, de 2014, relativa ao processo de prestação de contas do Fundo Constitucional do Norte no exercício de 2013. E determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lido o relatório, vamos colocá-lo em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, vamos colocá-lo em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, vamos passar à votação. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar agora ao relatório do Deputado Lázaro Botelho. Nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de

redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referentes ao 4º trimestre de 2008.

Com a palavra o Deputado Lázaro Botelho, a quem agradeço muito.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - É o Parecer nº 2, de 2015, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 2, de 2009, do Banco Central, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre operações de redesconto realizadas pelo Banco Central do Brasil referentes ao 4º trimestre de 2008.

Percebe-se da tabela que a totalidade dos empréstimos foi efetuada no 4º trimestre de 2008. Segundo o relatório trimestral, foram realizados quatro leilões para concessão de empréstimo em moeda estrangeira a instituições autorizadas a operar com câmbio para aplicação no financiamento do comércio exterior. Ao final do exercício, o prazo médio do saldo dos empréstimos concedidos era de 245 dias e a taxa de juros média era de 4,13%.

Não foram realizadas operações de redesconto no período.

Não houve, tampouco, créditos inadimplidos, uma vez que não havia, à data, ocorrido o vencimento de nenhuma operação.

Passando à análise do quadro geral em que se insere a matéria, vale ressaltar que nem os relatórios trimestrais de que trata o art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 2008, nem o debate sobre os valores agregados e a taxa média praticada em operações de redesconto estavam previstos na Medida Provisória nº 442, de 2008, depois convertida na Lei nº 11.882. Tais exigências foram introduzidas na Lei pelo Congresso Nacional.

Não obstante a novidade das operações e da importância de que se revestia, à época da crise financeira global, a autorização dada ao Banco Central para emprestar em moeda estrangeira e para garantir ativos expressos nessa moeda, o assunto relacionado à política monetária e cambial parece escapar ao escopo dos temas que competem à Comissão Mista de Orçamento.

Sobre a forma e o momento em que o Congresso lidaria com temas dessa natureza, esclareceu em parte a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 9º: § 5º:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

> "*No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.*"

Finalmente, cabe observar que o objeto da disposição legal com base na qual esses relatórios trimestrais foram encaminhados ao Congresso Nacional esgotou-se com o fim da crise de liquidez internacional e da necessidade de o Banco Central prover o mercado financeiro de moeda estrangeira e, desde maio de 2009, os empréstimos em tela não mais ocorrem.

É o relatório.

Em face do exposto, recomendamos o arquivamento do Aviso nº 2, de 2009.

Assina o Relator Lázaro Botelho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório do Deputado Lázaro Botelho, que trata das operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central referentes ao 4º trimestre de 2008.

Em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Deputado Lázaro Botelho, a quem agradeço muito.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concluída a votação das matérias aqui apresentadas e relatadas em plenário, eu encerro os trabalhos, mas antes informo a agenda do mês, que é muito importante, Senador Raupp.

Dia 26, terça-feira, às 13h30min, está agendada reunião conjunta de audiência pública com o Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini.

Dia 27, quarta-feira, tão importante quanto, está agendada reunião com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para discussão do Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, a LDO de 2016, e dá outras providências.

Antes de declarar encerrada a reunião, quero dizer que considero extremamente importante a presença de todos, porque teremos conhecimento também dos cortes ao Orçamento que o Governo promoveu ao longo desta semana.

Convoco reunião para a próxima terça-feira, dia 26, às 13h30min, com a agenda aqui descrita.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Sr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal Fiscal.* E, o Presidente do BACEN, por sua iniciativa, iria atender ao **Requerimento nº 22/2015-CFT/CD**, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), e também, ao **Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD**, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO). Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **- Deputados**: Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Aluisio Mendes, titular da CFT/CD; Andres Sanchez, titular da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Caio Narcio, titular da CMO/CN; Carlos Henrique Gaguim, titular da CMO/CN; Carmen Zanotto, suplente da CFFC/CD; Celso Maldaner, suplente da CFT/CD; César Halum, titular da CMO/CN; Conceição Sampaio, suplente da CDEIC/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Edinho Bez, suplente da CFFC/CD; Edmilson Rodrigues, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Elizeu Dionizio, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Enio Verri, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Esperidião Amin, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Evair de Melo, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Expedito Netto, suplente da CMO/CN; Fernando Monteiro, titular da CFT/CD; Flávia Morais, titular da CMO/CN; Giuseppe Vecci, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Herculano Passos, suplente da CDEIC/CD; Hildo Rocha, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Hissa Abrahão, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Hugo Leal, titular da CMO/CN; Izalci, suplente da CMO/CN; Jaime Martins, titular da CMO/CN; João Fernando Coutinho, titular da CMO/CN; Jorge Solla, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; José Rocha, titular da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Julio Lopes, suplente da CMO/CN; Keiko Ota, titular da CDEIC/CD; Lázaro Botelho, titular da CMO/CN; Lelo Coimbra, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leo de Brito, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Leopoldo Meyer, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Busato, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carlos Ramos, suplente da CDEIC/CD; Marcelo Aro, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Mauro Pereira, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Nelson Marchezan Junior, suplente da CFT/CD; Nilto Tatto, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, suplente da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Ricardo Teobaldo, titular da CMO/CN; Samuel Moreira, titular da CMO/CN; Soraya Santos, titular da CFT/CD; Valtenir Pereira, titular da CFFC/CD, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Vanderlei Macris, titular da CFFC/CD; Vicente Candido, titular da CFFC/CD; Vitor Valim, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Wadson Ribeiro, titular da CMO/CN; Walter

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ihoshi, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD e Zeca Dirceu, titular da CMO/CN; **– Senadores**: Benedito de Lira, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Davi Alcolumbre, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Amorim, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Hélio José, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Rose de Freitas, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF e Wilder Morais, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF. Compareceu, ainda, a Deputada Geovania de Sá – PSDB/SC, parlamentar não integrante das Comissões participantes. **ABERTURA**: às quatorze horas e quatorze minutos, a reunião foi iniciada sob a direção da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil e Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. A Presidente informou a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para atender o **Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD**, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), que "Requer seja convidado o Ministro ALEXANDRE TOMBINI, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais", aprovado com alteração pela CFFC/CD, em reunião realizada em 20/05/2015. Em seguida, a Presidente convidou para comporem à Mesa de trabalhos os presidentes das comissões participantes que estavam presentes: Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Logo após, a Presidente anunciou a presença Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica, do BACEN. Em prosseguimento, ressaltou a honra em receber os convidados e teceu comentários sobre a economia brasileira atual. Em sequência, a Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado *no artigo 398, inciso X do* referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. A seguir, a Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil. Às quatorze horas e vinte e seis minutos, o Sr. Alexandre Antonio Tombini cumprimentou a Presidente da CMO, os presidentes das comissões participantes e os parlamentares presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-o em três partes: 1. Demonstrações financeiras; 2. Economia global; e 3. Economia Brasileira, abordando: Atividade econômica, Mercado de Trabalho, Crédito e Sistema Financeiro Nacional, Setor externo, e Inflação. Em continuação, prestou esclarecimentos sobre o **Requerimento nº 22/2015-CFT/CD**, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), demandando a sua presença para "prestar informações acerca da infringência, por parte do governo federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União." E logo após, prestou informações sobre o **Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD**, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), solicitando sua presença para "prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais". Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente do Banco Central do Brasil finalizou a sua exposição. A Presidente anunciou o início do debate e comunicou que inicialmente daria a palavra aos presidentes das comissões participantes, aos autores dos requerimentos e aos parlamentares inscritos, pelo prazo de 5 minutos. O **Deputado** Esperidião Amin (PP/SC) sugeriu que o tempo fosse reduzido para 3 minutos. Em seguida, a Presidente concedeu a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palavra aos presidentes das comissões: Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados: e Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, que teceram questionamentos relativos ao tema. O Presidente do BACEN respondeu a todos os questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Júlio Cesar e o palestrante respondeu as suas perguntas. Logo após, a Presidente passou a palavra aos autores dos requerimentos. O Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP**)** fez questionamentos sobre o assunto do **Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD,** de sua autoria. O Deputado Delegado Waldir (PSDB/GO), dispensou o uso da palavra e afirmou que aguardaria a resposta do palestrante às questões levantadas pelo seu par. Em seguida, o Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) pronunciou-se sobre o assunto do **Requerimento nº 22/2015-CFT/CD**, de sua autoria, e levantou questionamentos. O Presidente do BACEN respondeu aos autores dos requerimentos. Foi assegurada réplica aos Deputados Nelson Marchezan Junior e Vanderlei Macris e o palestrante respondeu aos parlamentares. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente passou a palavra ao Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), Líder da Minoria no Congresso Nacional, que fez questionamentos sobre o tema da reunião. O Presidente do BACEN respondeu ao Líder. Logo após, a Presidente anunciou que chamaria os inscritos na lista para o debate e seria concedido 3 minutos para cada interpelador, sendo formado grupo e após a exposição de todos, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpeladores. Logo após, fez o uso da palavra o Deputado Julio Lopes (PP/RJ) que interpelou o expositor. Às dezesseis horas e dezenove minutos, o Presidente em exercício, Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Benito Gama (PTB/BA), que teceu questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, sobre o tema, os Deputados Evair de Melo (PV/ES) e Edinho Bez (PMDB/SC). Às dezesseis horas e trinta minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu a condução dos trabalhos outorgando a palavra aos demais oradores inscritos. E assim, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Hélio José (PSD/DF), Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Leo de Brito (PT/AC), Izalci (PSDB/DF), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Expedito Netto (SD/RO). A Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores e fazer suas considerações finais. O Presidente do BACEN respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Foi assegurada réplica aos Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF), e o Ministro respondeu aos seus questionamentos e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e trinta e nove minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos presidentes das comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes. E informou que no dia 27 de maio, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 01/2006-CN, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 01/2015-CN – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências" - (LDO 2016). Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 26.05.2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública em 2015, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação; a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos; a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e a Comissão de Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya Santos, do PMDB; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Manoel; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido para compor a Mesa o seu Presidente, Deputado Júlio Cesar, do PSD, do Piauí, assim como a 1º Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota.

Por favor, tomem assento no plenário.

Pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, convido o Presidente, Deputado Vicente Candido, do PT, de São Paulo; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Valtenir Pereira, do PROS, do Mato Grosso, a quem convido para tomarem assento à Mesa.

Pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, convido o seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, do PT, do Mato Grosso.

Caso o Senador não esteja presente — e sei que o Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, encontra-se adoentado —, não tenho nome de outro representante dessa Comissão.

Pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, convido o seu Presidente, o Senador Otto Alencar, do PSD, da Bahia; assim como o Vice-Presidente, o Senador Ataídes Oliveira, do PSD de Tocantins.

Anuncio também a presença do Diretor de Administração do Banco Central, o Sr. Altamir Lopes, e do Diretor de Política Econômica, o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero ressaltar a importância para esta Comissão do tema que será debatido aqui, que é a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando, com certeza, o pacto e o impacto do custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço do segundo semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 15 do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para atender o Requerimento nº 80, de 2015, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris, do PSDB, de São Paulo, e do Delegado Waldir, do PSDB, de Goiás, que *"requer que seja convidado o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos de repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais"*.

O referido requerimento foi aprovado, com alteração da CFFC da Câmara dos Deputados, em reunião realizada em 20 de maio de 2015.

Homenageio o Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central, pela disposição de participar do debate democrático público para prestar esclarecimentos a estas Comissões, como também para responder as perguntas que serão feitas pelos Srs. Parlamentares.

Informo que também compõem a Mesa os representantes das Comissões que aqui estão.

Eu quero, Dr. Tombini, agradecer a sua presença. Eu tenho que levar a conhecimento público que o senhor foi a primeira pessoa que ligou para esta Comissão, há quase 1 mês, dizendo que estava inteiramente à disposição para comparecer ao debate e esclarecer todos os atos que estão sendo adotados pelo Governo e também esclarecer sobre os balanços e metas que por ele foram divulgados.

Sr. Presidente do Banco Central, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, esta Comissão Mista de Orçamento recebe com honras as pessoas que aqui estão. Todo brasileiro incumbido de responsabilidades públicas, ocupando cargos, com disposição de ajudar o Brasil, seja ele de qualquer Governo,

mas que pretenda participar de um debate democrático, tem este espaço para fazer uma construção positiva.

Por isso, realizar esta audiência pública conjunta de seis Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tratar do cumprimento dos objetivos, das metas e das políticas monetárias, sobretudo para falar sobre o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2014, é de suma importância para todos nós, Parlamentares, para a imprensa presente e para todos os presentes.

Registro a presença de uma comitiva do Espírito Santo que participa de um encontro de Prefeitos. Nós contamos com a participação dos Parlamentares que aqui estão com a mesma preocupação. Vamos debater questões cruciais para o atendimento do nosso atual cenário econômico, que, por mais crítico que seja, ainda tem a obrigação de dar respostas à população brasileira.

Recentemente, o Presidente Tombini destacou que a política monetária está e continuará vigilante para garantir que os efeitos dos ajustes de preços sobre a inflação ocorram no curto prazo e para que a inflação medida pelo IPCA retorne para o centro da meta de 4,5% no final de 2016.

Como nós sabemos, todos nós, a prévia inflacionária para os últimos 2 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, está em 7,9% e, portanto, acima do teto da meta de 6,5% — este proclamado pelo Governo inúmeras vezes.

Em outra frente, analistas estimaram que a taxa oficial de juros anual do Brasil, a SELIC, hoje em 13,25%, chegará a algo entre 13,5% e 13,75% no final de 2015. E, para o Produto Interno Bruto, PIB, a perspectiva de queda permanece no patamar de 1,1% e com a diminuição da produção industrial na faixa de 2,5%.

Nós já destacamos algumas vezes que a economia brasileira passa este ano por um período crítico; alguns o chamam de período de transição. Isso nós vamos saber avaliar com a presença de V.Sa. aqui.

De fato, vemos a retirada de estímulos econômicos, cortes expressivos do orçamento da União em áreas sociais extremamente significativas. O País, que já vive essa sofreguidão, de repente vê um corte no orçamento da saúde em cerca de 21% — um área que é tão precária para todos os brasileiros.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre esses cortes expressivos no orçamento da União e sobre o avanço dos preços administrados nós gostaríamos de ouvir V.Sa.

É necessário também que nós possamos, como eu disse ao senhor na sala contígua, vislumbrar alguns sinais de que todos esses ajustes possam realmente nos levar à recuperação da confiança do povo brasileiro, dos consumidores, dos empresários e de todos aqueles que vivem e trabalham no País, e não só aqueles que não fazem parte diretamente de um segmento da economia do Brasil. Refiro-me, sobretudo, aos consumidores, ao povo brasileiro, aqueles que vivem a expectativa da construção de uma base sólida e ter a retomada do crescimento econômico sustentável e que, mais à frente, existam sinais positivos para que nós possamos superar essa crise que assola o País e afeta, sem dúvida, todos os brasileiros.

Então, antes de passar a V.Sa., de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado federal, o senhor vai dispor de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo haver apartes caso V.Sa. permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o nosso expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto objeto deste encontro, desta matéria.

O prazo é de 5 minutos, e o interpelado tem igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas, pelo prazo de 2 minutos.

Vamos abrir uma lista de inscrição. Os oradores...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes da questão de ordem, deixe-me só terminar essa questão que eu levantei.

Eu gostaria de ter uma pessoa junto à Mesa para fazer as inscrições. A Sra. Carla vai acompanhar os trabalhos. Temos um livro aqui, Dr. Tombini, o qual chamamos de “carômetro”, utilizado para reconhecermos os Parlamentares.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Senadora Rose, apenas um esclarecimento: como autor de um dos requerimentos da Comissão de Fiscalização

e Controle, gostaria de saber se V.Exa. dará prioridade de manifestação aos autores dos requerimentos ou se haverá necessidade de inscrição.

E, também, diferentemente do que pensa o Deputado Amin, eu gostaria de manter o tempo regimental de 5 minutos para fazermos as perguntas.

Essa é a questão de ordem que eu gostaria de apresentar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Macris, precisamos ordenar um pouco os nossos trabalhos, levando em contra que nós teremos votações em ambas as Casas — na Câmara, há uma votação de urgência, a da Reforma Política, e, no Senado, a das medidas provisórias.

Portanto, concederíamos a palavra ao Dr. Tombini; em seguida, usariam a palavra aos Presidentes de Comissões. Logo após, asseguraríamos a palavra aos autores dos requerimentos, os quais já foram citados, para as perguntas.

Indago se V.Exas. concordam com essa ordem nos trabalhos? *(Pausa.)*

Então, para falar a esta Comissão Mista de Orçamento e às demais Comissões realizadoras desta reunião, concedo a palavra, por 30 minutos, ao Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exma. Sra. Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exma. Sra. Deputada Soraya Santos, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Sr. Deputado Júlio Cesar, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Sr. Deputado Vicente Candido, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas; Exmos. Srs. Senadores e Deputados, é sempre uma grande honra retornar a esta Casa para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial; sobre o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central do Brasil e os resultados demonstrados em seu balanço, referentes ao segundo semestre de 2014, em atendimento ao estabelecido no §5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, bem como para atender aos requerimentos mencionados: Requerimento nº 22/2015, da CFT, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior, e nº 80/2015, da CFFC, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu distribuí uma apresentação. Há vários eslaides. Não vou usá-los na minha apresentação inicial, mas servem como material de referência, inclusive, para os nossos debates. Gostaria de passar, então, aos resultados do Banco Central.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido positivo de 25 bilhões e 600 milhões de reais no segundo semestre de 2014. Como determina a lei, o resultado apurado no segundo semestre de 2014 foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2015.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais totalizou 65 bilhões e 200 milhões de reais positivos. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com *swap* cambial no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desses instrumentos, acumulando posição vendida em câmbio no montante de 119 milhões de dólares equivalentes — equivalentes porque são transações liquidadas em reais.

Essa é a posição do final do segundo semestre de 2014.

Em 31 de março deste ano, 2015, o Banco Central comunicou a não renovação do programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra, por considerar que os objetivos do programa já haviam sido satisfatoriamente atingidos, notadamente a manutenção da estabilidade financeira nacional.

O programa de *swap* cambial mostrou-se importante instrumento de política, contribuindo para assegurar a estabilidade financeira, prover liquidez e proteção cambial aos agentes econômicos e corrigir disfunções no mercado cambial em momentos de maior volatilidade.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2014, eu gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem

qualquer ressalva e que as citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em fevereiro de 2015.

Exmas. Sras. Deputadas e Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, antes de abordar os aspectos que considero relevantes sobre o cenário externo, a economia brasileira e a condução da política monetária, discorrerei sobre dois requerimentos de audiência pública que tratam do processo das estatísticas fiscais que tramita no Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Foi distribuída aqui a palestra com detalhes da apresentação, mas nada está sendo projetado na tela; e nós não estamos conseguindo acompanhar a leitura que o Presidente do Banco Central está fazendo, qual é a página, enfim, qual é o resumo que ele está fazendo. Se pudesse haver a projeção, seria importante para que a gente acompanhasse melhor, inclusive porque há a palestra distribuída e já impressa para todos os membros desta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos tentar fazer um entendimento. O Presidente diz que esse é o demonstrativo que está aqui, mas sobre alguns temas ele está improvisando.

Indago: o senhor poderia explicar se está improvisando sobre o texto ou sobre algum dado que não consta no relatório?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Presidenta.

Como mencionei anteriormente, Deputado Júlio, esse é um conjunto de dados para referência. São assuntos relativos à prestação de contas e também ao cenário econômico, assunto no qual poderemos entrar ao longo dos debates.

Eu estou fazendo no momento um discurso no qual eu tenho algumas anotações, mas eu posso improvisar também, de maneira que projetar esse discurso na tela não seria devido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Se V.Sa., pelo menos, fizer referência à página, a gente poderá assimilar melhor o discurso.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, vamos permitir que o convidado fale, e as dúvidas que forem consideradas...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É um direito do expositor fazer a sua exposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

Caso haja dúvidas no processo, peço a V.Exa. que peça o devido esclarecimento.

Presidente Tombini, V.Sa. pode continuar com a palavra.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado. Muito obrigado pela compreensão.

Então, como eu falava, antes de adentrar nos assuntos do setor, do cenário internacional, da economia brasileira e da condução da política monetária, eu vou aqui discorrer sobre dois requerimentos a que fiz menção, relativos ao processo das estatísticas fiscais que tramitam no Tribunal de Contas da União.

Primeiramente, vou fazer referência ao Requerimento nº 22/2015-CFT, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, que solicita *"informações acerca da infringência, por parte do Governo Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União".*

Em relação a esse tema, eu gostaria de apresentar os seguintes esclarecimentos.

No primeiro julgamento que fez, por meio do Acórdão nº 825, de 15 de abril de 2015, a Corte de Contas, sem ainda adentrar em todos os aspectos de mérito ou considerar todos os argumentos no âmbito do contraditório, o que é próprio dessa fase ainda inicial, concluiu que a LRF teria sido inobservada pela realização de operações vedadas de crédito entre bancos públicos e a União.

Uma questão de fundo nesse caso é se as operações mencionadas no referido Acórdão seriam de crédito ou, por outro lado, seriam oriundas da prestação de serviços financeiros, nos termos dos contratos firmados entre os bancos públicos e a União.

A propósito, cabe ressaltar que, como é do conhecimento de V.Exas., nem todas transações ativas ou passivas entre instituições financeiras e o Poder Público

se resumem a operações de crédito, podendo se caracterizar, alternativamente, como de prestação de serviços bancários.

A esse respeito, os aspectos jurídicos que diferenciam as operações de crédito das de prestação de serviço foram bem explorados em recente parecer emitido pela Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, que, ao analisar os contratos entre os bancos oficiais e o Poder Público, concluiu pela existência de prestação de serviço bancário.

Trata-se de questão eminentemente jurídica afeta à natureza desses contratos, que preveem, inclusive, que os bancos atuem como mandatários de vários Ministérios no pagamento de benefícios sociais, podendo ou não exercer a faculdade de suportar com recursos próprios esses pagamentos, mediante ressarcimento.

Desse modo, a conclusão da questão não está circunscrita à esfera de atuação do Banco Central do Brasil, mas depende do deslinde do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União. A partir de agora, a Corte de Contas começará a analisar os recursos de mérito que pediram o reexame das conclusões iniciais daquele Tribunal.

Em relação ao Requerimento nº 80/2015-CFFC, de autoria dos Exmos. Srs. Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir, que solicita *"esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais",* gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos: trata-se do mesmo caso a que se refere o Requerimento nº 22/2015-CFT, mas abordado a partir da manifestação do Procurador-Geral do Banco Central em entrevista coletiva concedida em 17 de abril de 2015.

Na ocasião, o Procurador-Geral manifestou sua opinião preliminar de que os contratos em tela, firmados entre a União e os bancos públicos, seriam de prestação de serviços e que, em assim sendo, não ensejariam descumprimento da LRF.

De todo modo, como mencionei há pouco, a conclusão sobre a natureza jurídica desses contratos dar-se-á no âmbito do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União e a partir da manifestação de várias autoridades e ex-agentes do Estado que foram chamados a prestar esclarecimentos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Exma. Sra. Senadora, Presidente desta Comissão Mista de Orçamentos, eu gostaria de passar então ao restante do meu pronunciamento.

Primeiro, falarei brevemente da nossa visão sobre o cenário externo. A principal mensagem é que a economia global continua em recuperação gradual, impulsionada pelos Estados Unidos, o que, combinado com a divergência de política monetária entre as principais áreas econômicas do planeta, tem contribuído para o fortalecimento do dólar norte-americano perante várias moedas.

Na segunda parte deste pronunciamento farei um relato sobre a economia brasileira, que passa por ajustes importantes e necessários para a construção de fundamentos mais sólidos para a retomada do crescimento econômico sustentável mais à frente.

Nesse sentido, o ano de 2015 deve ser encarado, como V.Exa. mencionou, como um ano de transição muito importante, fundamental para migrarmos para um modelo de crescimento mais ajustado à nova realidade da economia brasileira.

Por fim, irei discorrer sobre a condução da política monetária, política ora desenhada para assegurar que os efeitos dos ajustes em preços relativos em curso na economia brasileira e os impactos desses ajustes sobre a inflação fiquem circunscritos ao curto prazo e para que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, a inflação medida por ele, convirja para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, como V.Exa. mencionava na sua introdução.

Em relação à economia global, na nossa visão ela segue em recuperação, se expandindo gradualmente, mas de forma desigual. Os Estados Unidos figuraram como principal motor da atividade econômica global em 2014, quadro que deve ser mantido em 2015. Vemos isso a despeito de uma expansão econômica menos vigorosa no primeiro trimestre de 2015, em relação àquela verificada no último trimestre do ano passado.

O inverno rigoroso no início do ano e a consequente moderação do consumo das famílias parecem ser as principais razões para esse arrefecimento momentâneo. De qualquer forma, esperamos uma retomada do consumo nos primeiros trimestres, levando-se em conta a melhora da situação financeira das famílias e a recuperação consistente do mercado de trabalho naquele país.

A inflação americana, por sua vez, continua comportada: abaixo da meta informal de 2%. Mas as perspectivas positivas, principalmente para o mercado de trabalho, dão suporte a uma eventual elevação dos juros básicos pelo Banco Central daquele país, o Federal Reserve, ainda este ano.

Na Europa, no entanto, o nível da atividade econômica continua fraco e desigual, mas indicadores recentes sugerem um cenário um pouco melhor do que a expectativa apontava há alguns meses.

O programa de expansão monetária do Banco Central Europeu, o menor preço do petróleo e a desvalorização do euro são fatores que contribuem para melhorar o nível de atividade nos próximos trimestres e afastar o risco de deflação persistente na Zona do Euro.

O Japão continua a buscar formas de aumentar a sua taxa de expansão e evitar o risco de cair em uma espiral deflacionária. O amplo programa de estímulo monetário ainda não foi capaz de produzir o efeito esperado de levar a inflação a 2%. O Japão não cresceu em 2014, mas obteve uma expansão da atividade acima do esperado para o primeiro trimestre deste ano. Não há, ainda, como saber se essa recuperação é sustentável, e aí as reformas estruturais, nesse caso, seriam importantes para consolidar uma tendência mais positiva para aquela economia.

A China, economia importante para o Brasil, mantém em curso seu processo de desaceleração gradual de crescimento, fortalecendo a percepção de que o ritmo de mudança do seu modelo de desenvolvimento econômico permanece sob controle, ou seja, com mais ênfase no consumo doméstico, menos nas exportações; mais ênfase no setor de serviços, menos ênfase no setor industrial.

Por fim, as economias emergentes, em geral, têm apresentado perda de dinamismo. Há vários fatores que explicam essa tendência, que tem sido observada já há alguns anos. Entre eles, destaca-se o processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, que teve início em 2013, e a queda dos preços das *commodities* — produtos com grande participação na pauta de exportações de boa parte das economias emergentes.

A propósito, os preços das *commodities* apresentaram uma nítida tendência de retração desde o primeiro semestre de 2011, quando atingiram o pico do período pós-crise financeira global. O processo começou com a queda dos preços das

commodities agrícolas e metálicas, e, a partir de meados do ano passado, o preço do petróleo também caiu fortemente.

Os preços dos três grupos de *commodities* — agrícola, metálico e petróleo — retraíram-se entre 35% e 50% em relação ao pico observado nos últimos anos no período pós-crise financeira global.

No Brasil, pressentindo os riscos que este momento poderia trazer à estabilidade financeira, nos preparamos oferecendo instrumentos de proteção contra risco cambial, de forma a atender satisfatoriamente a demanda existente. Esse programa, com regras claras e estáveis, cumpriu bem o seu papel e contribuiu para a manutenção de nossa estabilidade financeira.

Em síntese, como mencionei, a economia global está em recuperação, embora desigual, e essa desigualdade, nos respectivos ciclos econômicos, também tem se refletido na condução das respectivas políticas monetárias.

Por um lado, na Zona do Euro, no Japão, os bancos centrais estão ampliando os seus estímulos monetários; por outro, nos Estados Unidos, o processo de normalização das condições monetárias avança.

Com efeito, um movimento que tem chamado a atenção no bojo da gradual recuperação da economia americana é a tendência ao fortalecimento do dólar norte-americano relativamente a várias moedas. Portanto, é uma tendência global com implicações inclusive para os Estados Unidos, uma vez que parte do seu crescimento depende da economia mundial, e uma valorização excessiva de sua moeda pode afetar o ímpeto de sua expansão.

É preciso reconhecer, entretanto, que o processo de normalização nos Estados Unidos é complexo. O aumento de juros pelo FED é, provavelmente, o evento de política monetária mais esperado, mais anunciado e mais preparado da história. Apesar do cuidado do FED com a comunicação desse importante evento, não há como se ter certeza sobre a reação efetiva dos mercados ao fato em si, quando ocorrer.

No Brasil, temos que estar com nossa economia em ordem e estabilizada para esse momento, usando a receita padrão, reforçando o arcabouço de política econômica e mantendo fundamentos macroeconômicos sólidos. Essa é a lição que aprendemos para evitar que o risco de uma “reprecificação” abrupta de nossos

ativos traga consequências negativas e duradouras para o futuro crescimento do nosso País.

Exmas. Sras. Senadoras e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, a partir de agora, gostaria de apresentar minhas considerações sobre o cenário doméstico.

A economia brasileira passa por uma série de ajustes importantes e necessários, os quais vou detalhar em seguida. Por isso, 2015 será um ano de transição e de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento econômico sustentável à frente. Essa transição implica um ritmo de atividade mais reduzido, o que já se reflete nas expectativas dos agentes econômicos para o crescimento do ano corrente.

Embora contracionistas no curto prazo, à medida que os ajustes começarem a produzir seus efeitos, eliminando distorções, melhorando a alocação dos recursos na economia e aumentando os incentivos ao investimento, testemunharemos a recuperação da confiança dos consumidores e dos empresários.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias deve crescer de forma moderada e em linha com a distensão esperada para o mercado de trabalho e a desaceleração da expansão dos rendimentos e do crédito.

O investimento, por sua vez, deve retrair-se, influenciado principalmente pela ocorrência de eventos não econômicos e pela perspectiva de menor dinamismo da atividade.

Por fim, espera-se contribuição positiva do setor externo com a expansão do volume exportado e a contração das importações. Do lado da oferta, a expectativa é que haja expansão do setor agropecuário com a contribuição de mais uma safra recorde de grãos e crescimento modesto do setor de serviços. Com relação ao setor industrial, esperamos retração.

A projeção é de que a safra de grãos cresça 4,2% em 2015, com expansão de mais de 26% da produção de trigo e mais de 10% da produção de soja.

No setor industrial, o desempenho não é homogêneo. O segmento extrativo deve registrar expansão em 2015, com um aumento da produção de minério de ferro e de petróleo. Porém, espera-se recuo da atividade no segmento da transformação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em síntese, a expectativa é de um desempenho fraco no primeiro semestre, com ligeira melhora a partir da segunda metade do ano, e um desempenho mais favorável em 2016, como consequência do aumento da eficiência do nosso sistema econômico, em decorrência dos próprios ajustes ora impostos e da melhora da confiança dos agentes econômicos, entre outros fatores.

Em relação ao mercado de crédito, temos observado desaceleração gradual do seu ritmo de expansão ao longo dos últimos anos.

Como V.Exas. bem sabem, o Brasil, há pouco mais de 10 anos, possuía um mercado de crédito muito aquém da dimensão do nosso País. O número de brasileiros que acessavam esse mercado era restrito, e o volume de crédito estava relativamente estagnado em torno de 25% do Produto Interno Bruto, patamar inferior ao observado em várias economias emergentes à época e muito distante da registrada em economias avançadas, com mercados mais profundos.

A combinação de várias transformações macro e microeconômicas, entre elas o aumento do emprego e da renda e a ampliação da capilaridade do sistema financeiro, inclusive com o fortalecimento do cooperativismo de crédito, favoreceu o processo de inclusão financeira e o desenvolvimento do mercado de crédito nos últimos anos.

Esses desenvolvimentos fizeram com que o volume de crédito rompesse certa estagnação e se expandisse de forma gradual e sustentável até o patamar em que se encontra hoje, em torno de 55% do Produto Interno Bruto.

Como mencionei há pouco, nos anos mais recentes, temos observado gradual desaceleração do ritmo de crescimento do crédito, e essa tendência deve ser mantida no corrente ano de 2015.

Quanto ao sistema financeiro, ele está sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência em patamar historicamente baixo. Essa solidez é também o resultado de respostas tempestivas do Banco Central do Brasil a qualquer indício de surgimento de vulnerabilidade do sistema. Isso é possível porque possuímos um monitoramento contínuo e tempestivo do sistema financeiro, por meio de aparatos de infraestrutura de mercado que nos permita ter acesso a informações em diversos níveis de detalhe.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que concerne ao setor externo da economia brasileira, o País apresenta um balanço de pagamentos equilibrado, com a economia brasileira atraindo capitais estrangeiros em montante suficiente para financiar o resultado do déficit de transações correntes. E esses capitais são representados majoritariamente pelo ingresso de investimento direto no País. O IDP em 2014 superou os 96 bilhões de dólares, representando pouco mais de 93% de cobertura do déficit de transações correntes observadas no período. O ingresso das demais modalidades de capitais manteve-se dentro da expectativa, destacando que a taxa de rolagem dos financiamentos atingiu 154% no ano passado.

Para o ano em curso, 2015, nossa expectativa é de que haja redução do déficit de transações correntes, tendo em vista que deveremos voltar a observar o superávit na balança comercial, além de menor déficit na balança de serviços e menor remessa de lucros e dividendos ao exterior. O ingresso de capitais estrangeiros deve se manter em linha com o observado em anos anteriores, e o investimento direto no País responderá pela quase totalidade do financiamento do déficit em transações correntes.

Diante desse cenário, vislumbro o comportamento do balanço de pagamentos dentro do padrão de normalidade neste e nos anos à frente, ressaltando que o fato de a taxa de câmbio situar-se em patamar mais depreciado do que o observado nos últimos anos contribui favoravelmente para a redução do déficit em transações correntes.

No âmbito da política fiscal, o Governo Federal vem propondo e adotando amplo, profundo e consistente conjunto de medidas fiscais que inclui contenção de despesas correntes e parafiscais, eliminação de subsídios, realinhamento de tarifas públicas, bem como medidas de cunho mais estrutural. Com esse conjunto de medidas, busca-se assegurar uma trajetória favorável para a dívida pública, mas o objetivo de boa parte dessas medidas vai além disso. Pretende também aperfeiçoar os incentivos econômicos por meio da eliminação da distorção de preços relativos e o estabelecimento de regras mais equilibradas e sustentáveis para acesso aos benefícios sociais, da melhor qualidade do gasto público e do fortalecimento do mercado de capitais.

A adoção de forma completa e inequívoca desse conjunto de medidas contribuirá para que a transição seja mais rápida e para que os benefícios logo comecem a aparecer.

Como mencionei em outras oportunidades, entendo que o fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzido, facilita, ao longo do tempo, a convergência da inflação para o centro da meta. Isso porque tanto a literatura quanto as melhores práticas internacionais identificam que um desenho de política fiscal consistente e sustentável contribui para aumentar a potência da política monetária.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, vou me dedicar agora às considerações sobre a condução da política monetária e sobre as perspectivas para a inflação no horizonte relevante da política monetária.

Atualmente, estamos observando a continuação de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia, que são independentes e têm causas diversas, mas que têm ocorrido concomitantemente.

O primeiro é o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais, em particular devido ao fortalecimento do dólar norte-americano contra várias moedas — uma tendência global. Mencionei há pouco a visão sobre esse processo e como nos preparamos e devemos continuar a nos preparar para esse movimento.

O segundo é o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres, iniciado em 2014 e intensificado neste início de ano. Esses ajustes de preços pressionam a inflação mensal no curto prazo, fazendo com que essa atingisse um patamar elevado no primeiro trimestre do ano, acumulando uma variação de 3,8% naquele período. Desde o mês de abril, entretanto, observamos a inflação mensal em patamar inferior ao registrado nos 3 primeiros meses do ano.

Mas, para atingir o nosso objetivo de colocar a inflação na marca de 4,5% no final de 2016, é imprescindível que a política monetária se mantenha vigilante e em sintonia com o conjunto da política macroeconômica. Como tenho reiterado, cabe à política monetária o dever de conter os efeitos de segunda ordem decorrentes dos ajustes de preços relativos ora em curso. É fundamental, para o sucesso do nosso processo de ajuste em 2015 e para as perspectivas de iniciar um novo ciclo de

crescimento sustentável mais à frente, que esse cenário de convergência se materialize como resultado da vigilância da política monetária.

Como tenho afirmado em outras oportunidades, estamos testemunhando alguns avanços. Por exemplo: observamos, recentemente, uma pequena, mas contínua redução das expectativas de inflação para 2016, confirmando o que já observávamos para os anos subsequentes de 2017, 2018 e 2019.

Certamente, esses avanços estão embasados em vários fatores, em especial, no compromisso firme da política monetária com a convergência e na eliminação de incertezas que pairavam sobre o realinhamento dos preços administrados. Mas, como também tenho reiterado, os avanços alcançados no combate à inflação, a exemplo desses cenários mais favoráveis vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo, contudo, ainda não se mostram suficientes.

Por isso e por tudo o que mencionei anteriormente, faz-se necessário manter a política monetária vigilante. Com essa postura consistente com o quadro de ajustes da política macroeconômica, conseguiremos assegurar a convergência da inflação para a meta de 4,5% em dezembro de 2016, cujos benefícios, uma fez feito isso, deverão se estender para além do próximo ano. Essa é a tarefa para a qual fomos mandatados pela sociedade, e é o objetivo que vamos cumprir com determinação e perseverança.

Exmas. Deputadas e Senadoras, Exmos. Deputados e Senadores, essas foram as minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição de V.Exas. para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero agradecer ao Dr. Tombini pela exposição.

Vamos iniciar o debate, mas eu gostaria, incialmente, de conceder a palavra aos Presidentes das Comissões, para as suas indagações e, em seguida, para autores de requerimento.

Quero perguntar se o Plenário aceita delimitarmos, por proposta do Deputado Esperidião Amin, o tempo de 3 minutos para a pergunta, a fim de que todos possam fazer uso da palavra. Estão de acordo?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu acho apenas que, talvez, os requerentes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os requerentes terão 5 minutos. Eles sempre são diferenciados, Deputado.

Com a palavra, inicialmente, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, demais colegas aqui da Mesa, Presidente Júlio Cesar, Presidente Soraya Santos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu não tenho uma pergunta específica para o Presidente Tombini, mas quero parabenizá-lo aqui pela apresentação, pelos números que nos trouxe, pela expectativa positiva de retomada do crescimento econômico ainda para este ano, para o fim deste ano de 2015, e uma retomada mais robusta para o ano que vem.

Talvez, Presidente, fosse bom que o senhor tecesse comentários sobre a questão do crédito disponível do BNDES e dos demais bancos públicos, que foram fundamentais na crise de 2008 e 2009 para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda. Nós estamos vivendo um período muito parecido, com a Operação Lava-Jato sendo o centro da crise, sobretudo para o setor de óleo e gás, o que precisaria, talvez, ter um olhar diferenciado do Governo, das autoridades monetárias, no tocante à cessão de crédito para empresas envolvidas que precisam continuar tendo aporte de recursos e que, neste momento, têm dificuldades. Eu acho que um olhar do Banco Central, neste caso, nos ajudaria muito. Uma conversa mais estreita com a PETROBRAS, que é significativamente importante neste processo como indutor do desenvolvimento de crescimento econômico, também seria bastante razoável. Eu creio que a retomada do crescimento neste setor, que representa 15% da economia brasileira, é relevante para o Brasil. Eu acho difícil retomar o crescimento sem resolver esse problema das empresas que estão atingidas na Operação Lava-Jato, sobretudo a PETROBRAS e a Sete Brasil. A autoridade monetária poderia nos dar aqui um caminho, a luz de como resolver essa questão. Sem crédito é difícil crescer. Essas empresas hoje estão muito afetadas por essa operação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os bancos brasileiros, na mesma linha dos bancos internacionais, são proibidos de ceder crédito para empresa que está sendo investigada. Então, nós estamos num caminho, numa sinuca de bico, vamos dizer assim, na gíria. A autoridade monetária, dirigida por V.Sa., pode ter um papel significativo neste processo.

Acho que, no que depender do Congresso Nacional, das nossas Comissões, faremos todo o esforço para ajudar a viabilizar os chamados acordos de leniência, para que essas empresas tão logo possam voltar a receber crédito das autoridades dos bancos nacionais e internacionais.

Então, eu queria que o senhor pudesse tecer alguns comentários sobre essa questão que nos preocupa muito, neste momento.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Deputado Vicente Candido, obrigado pela sua colocação. De fato, o Banco Central do Brasil, na condição de regulador e supervisor do sistema financeiro nacional, obviamente acompanha desdobramentos da economia real. V.Exa. mencionou importantes desenvolvimentos, digamos assim, não econômicos, mas que têm um reflexo sobre a economia do País. V.Exa. menciona uma cadeia de óleo e gás, que é uma cadeia que tem uma importância grande na questão da geração dos empregos e também dos investimentos, uma participação significativa na economia nacional.

Em relação ao nosso trabalho de regulador, obviamente não vinculado a esse caso específico, é um caso relevante; mas, em termos gerais, nós determinamos às nossas instituições reguladas que adotem os critérios da boa prática bancária na concessão de crédito, levando em consideração os riscos envolvidos, a capacidade econômica das contrapartes, entre outros fatores. Naturalmente que, em algum grau, esse tipo de desenvolvimento tem algum reflexo na capacidade de emprestar. Eu acho que aqui é um processo que vai se resolver, em algum momento. O importante é que sejam preservadas, na medida do possível, as atividades econômicas, incluindo o crédito e respeitados esses critérios que são observados.

Na parte da entidade reguladora supervisora, não há nenhuma antecipação. Inclusive, eu acho que é preciso ter serenidade, acompanhar os desenvolvimentos que estão todos os dias nos jornais. Acima de tudo, é preciso que o critério de

concessão de crédito seja objetivo, respeitando a boa prática bancária, independentemente dos desenvolvimentos não econômicos.

Naturalmente, empresas que entram em processo de recuperação vão ter impacto sobre a qualidade de seu crédito, e isso vai ser refletido, digamos, pelo menos, na questão das provisões.

Então, eu acho que V.Exa. toca em um assunto bastante relevante do ponto de vista econômico, apesar de a origem não ser econômica, e que reflete também na concessão de crédito. O Banco Central vem monitorando isso com cuidado, até mesmo porque são cadeias amplas que envolvem milhares de empresas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, A Presidente Soraya Santos, do PMDB do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA SORAYA SANTOS - Eu queria cumprimentar o Alexandre Tombini, a Senadora Rose de Freitas, Presidente da CMO, os Senadores, todos os Presidentes de Comissão que me ladeiam e os Deputados e as Deputadas.

Eu vou deixar, Presidente Alexandre Tombini, a cargo do nosso Deputado Nelson Marchezan Junior que tem um requerimento que toca na questão das pedaladas fiscais... S.Exa. não se fazia presente no momento em que o Presidente Alexandre Tombini falava sobre o assunto e citava uma questão jurídica defendida na prestação de serviço interpretada pela AGU. E, por sinal, eu quero cumprimentar a militância da Procuradoria que está sempre perseverando no sentido da PEC 443.

Então, nós queríamos saber alguns exemplos e interpretar melhor: qual foi o entendimento da AGU nessa prestação? Não ficou claro para mim esse entendimento. Eu queria deixar registrado, também, duas perguntas: uma consideração que foi feita pelo jornal *O Globo* de segunda-feira, chamando atenção para o fato de que os bancos privados que tinham um repasse, uma aplicação de 65% do saldo da caderneta de poupança que eram alocados no Sistema Financeiro de Habitação. Hoje, o repasse caiu para 36%. Eu queria saber se esse dado está correto e saber se isso não prejudica por demais o financiamento da casa própria.

Outro ponto que eu também gostaria que o senhor nos respondesse é em relação à questão da alta dos juros, que já é uma prática dos anos 90. Estávamos com muita serenidade de não ter que usar esses artifícios novamente para o

controle da crise econômica. Então, eu queria saber se nós não teríamos outra alternativa menos danosa para a população do que a adoção dos juros altos.

Com isso, Presidente, seguindo a ordem, eu posso passar a palavra para o Presidente da CD, que é o Deputado Júlio, e ele responderia em bloco, para que seja otimizado o tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Presidente Tombini, o senhor falou que a meta é chegar em dezembro de 2016 com 4,5% de inflação, quando hoje é mais de 8%. Mas o que é que está acontecendo no Brasil? O País tem registrado aqui Restos a Pagar de exercícios passados de mais de 200 bilhões. As desonerações, Presidente Tombini, de todos os setores, inclusive da indústria e da folha, chegam a 112 bilhões. O subsídio do BNDES está em 25 bilhões. O subsídio dado nos últimos 3 anos à energia, ao *diesel* e ao álcool é de mais de 60 bilhões.

O que é que está acontecendo no Brasil? O investimento está diminuindo, a inflação está crescendo, os juros estão crescendo, a produtividade da indústria está em queda, o crédito está diminuindo, a taxa de juros, aumentando, o desemprego está aumentando, as exportações, com a subida do dólar, tiveram um mês positivo, mas, o ano passado todo foi negativo, a taxa Selic aumenta, e a poupança cai. Mas, acima de tudo, Presidente, o que me preocupa é a capacidade de contribuir do povo brasileiro. A receita está negativa, todos os tributos em relação a igual período do ano passado.

O que é que eu questiono, Presidente? É o lucro dos bancos. Veja bem: os cinco maiores bancos do brasil — eu não vou citar os nomes porque todo mundo conhece — tiveram um lucro maior do que a capacidade de investir do Governo: 62 bilhões no ano passado. O *spread*, que já foi o maior do mundo, continua alto, com altas taxas de administração que têm contribuído para esse excessivo lucro do sistema financeiro brasileiro, um sistema financeiro que sobrevive só de serviços e tarifas. Eu fui pegar a arrecadação dos serviços e tarifas do sistema financeiro: ela é 30% maior do que o seu custo na folha de pagamento com os encargos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu não vejo com tanto otimismo o Brasil sair desta em curto prazo, e torço para que eu esteja errado. Porque, com tantos dados negativos, com tantas coisas acontecendo negativamente no Brasil, eu não vejo como sair desse buraco.

Além do mais, Sr. Presidente, o Tesouro Nacional retém recursos arrecadados através dos Refis que pertencem aos entes federados. E por diversas e diversas vezes, na Comissão de Finanças, identificamos e conseguimos que o Tesouro pagasse, apesar de que, com bastante atraso.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma explicação mais convincente, menos otimista, porque esta de cair de 8% para 4,5% é excessivamente otimista sobre a recuperação da economia do Brasil. Porque o que eu vejo que o Governo está dizendo todo dia com esses cortes, com esse reajuste fiscal, é que não será suficiente para recuperar em curto prazo esses problemas monetários, financeiros e econômicos que vive o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, Presidente, que o senhor respondesse aos Presidentes de Comissão, e, em seguida, nós passaremos aos autores dos requerimentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão.

A Exma. Deputada Soraya Santos fez três indagações. A primeira, em relação à questão da prestação de serviços versus operações de crédito. Eu mencionei que são aspectos jurídicos que estão sendo examinados — eu não sou advogado —, e o parecer da Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, avaliou que os referidos eventos eram relacionados a contratos entre bancos oficiais e poder público, contratos de prestação de serviços. Essa é a avaliação da Consultoria Geral da União.

Esse parecer está num processo, eu imagino que no Tribunal de Contas. Caso nós tenhamos disponibilidade, não haveria problema em compartilhar com V.Exa. Então, em relação a isso, há uma avaliação jurídica. Essa avaliação foi feita pela Consultoria-Geral da União, e é isso que está sendo avaliado, entre outras coisas, no procedimento em curso no Tribunal de Contas da União, no momento.

Em relação à questão do direcionamento da poupança, hoje, nós temos, na caderneta de poupança, algo em torno de 600 bilhões de reais, aproximadamente. Estou falando em grandes números só para termos uma noção. Uma parte dessa poupança rural está vinculada a direcionamentos para o setor da agricultura, agropecuária, e um contingente expressivo desse valor é poupança para o setor imobiliário.

Hoje, a caderneta de poupança tem um recolhimento compulsório de 20%. Além disso, há um adicional de 10%, com 30% de recolhimento compulsório. E há 65% direcionado ao setor imobiliário, ficando 5% dos depósitos para livre alocação, digamos assim, pelo sistema. E, desses 65%, 80% para o Sistema Financeiro da Habitação, e o restante tem que ser aplicado no setor imobiliário, mas pode ser aplicado no SFI e em outras modalidades.

Há uma série de operações elegíveis, para cumprimento dessa exigibilidade por parte do sistema financeiro. Esse rol de aplicações elegíveis inclui uma série de produtos relacionados ao setor imobiliário, e os bancos têm que cumprir 80% desses 65% para o SFH, e os outros para o sistema financeiro de habitação geral, de maneira que o que não for aplicado desse montante tem que ser depositado no Banco Central do Brasil.

Então, aqueles que não aplicam a totalidade do direcionamento deixam depositados no Banco Central do Brasil. Então, dentro das diversas modalidades de aplicação, isso vem sendo cumprido pelo sistema.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Aqui eu acho que há uma mistura. As operações elegíveis são diversas, são amplas, fazendo com que esses recursos, em acordo com a Resolução, com a legislação em vigor, sejam destinados para o setor imobiliário, mas não especificamente para o financiamento da casa própria, de novas construções, ou isso ou aquilo. Quer dizer, esse recurso vem sendo direcionado, e o que não for direcionado tem que ser esterilizado no Banco Central do Brasil.

Então, não é assim: o descumprimento da Resolução. Se não direcionou dentro daquelas operações elegíveis — pode-se não concordar com as operações elegíveis; isso é outra dimensão —, é preciso esterilizar no Banco Central.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por último, a alta dos juros. Enfim, esse é um instrumento da política monetária, um instrumento que vem sendo usado. Como eu falei durante a apresentação inicial, progressos têm sido obtidos em relação a esse processo de convergência, e nós estamos comprometidos em trazer a inflação para 4,5% em dezembro de 2016. Eu vou falar um pouquinho em resposta ao Deputado Júlio Cesar: esse é um remédio que infelizmente tem que ser aplicado nesse momento.

Em relação às considerações do Deputado Júlio Cesar, várias considerações que estão acontecendo em relação à receita tributária, em relação à evolução no crédito, aos investimentos, etc. Procurei dar uma visão não tão otimista, mas digamos assim, tratar o ano de 2015 como um ano de transição. Vejamos a evolução da economia brasileira, por exemplo, a crise financeira global de 2008/2009. No material que foi distribuído a V.Exas., há um gráfico, na página 20, que mostra a evolução do Produto Interno Bruto, do crescimento econômico, em várias economias do G-20. E o que nós vemos nesse gráfico é que todas começando lá em zero, em 2008, e a economia brasileira nesse período cresceu 20%.

A economia brasileira nesse período cresceu 20%. Outras economias. A economia da Coreia do Sul cresceu 22% nesse período, ou seja, de 2008 a 2014. Os Estados Unidos cresceram 8,7%. A Europa, no final de 2014, ainda estava num nível de produto inferior ao do começo de 2008. Ou seja, há uma recuperação das economias emergentes. O Brasil recuperou-se, saiu rapidamente da crise em 2008, 2009, com o uso de políticas fiscais e macroeconômicas, em geral, contracíclicas, ou seja, injetou estímulos. Os países do G-20 combinaram isso, fizeram uma saída. Então, nós vemos aquela saída em V no gráfico, lá em 2008, 2009. Depois, chegou a um nível, a um platô, a partir de 2011, 2012. Coincidentemente, tem a ver, também, com a evolução dos preços das *commodities*, que fizeram com que os nossos termos de troca andassem de lado e declinassem a partir de então, certo?

Mas o que eu quero dizer a V.Exa., Deputado, é que o que nós estamos fazendo agora... As mesmas políticas que funcionaram em 2008, os estímulos, não produziram crescimento nos últimos 2 anos, está certo, mas acabaram por, digamos assim, afetar os fundamentos macroeconômicos, em particular os colchões de proteção que nós tínhamos na área fiscal.

Então, o que se está fazendo agora é restabelecer esses fluxos fiscais, ajustar algumas perdas de receita por decorrência de ajustes de política fiscal no passado — estão sendo ajustadas. Eu não vou entrar aqui... Já falei das 4 dimensões do ajuste fiscal, tantos das reformas estruturais quanto da redução dos subsídios ou do corte de despesas e também da receita, enfim, desse conjunto todo para restabelecer, digamos, as bases da política fiscal e preparar o Brasil, ali na frente, para um novo ciclo de desenvolvimento, de crescimento econômico sustentável.

Então, nesse período, é natural, é um período de transição, o Governo é afetado em suas receitas, tem que fazer um ajuste pelo lado das despesas, num momento em que a economia não está vigorosa. Então, é um momento de preparar o Brasil para ali na frente.

Como eu mencionei, também, nós temos um evento importante agora, que é a própria normalização das condições monetárias nos Estados Unidos. Eu acho que nós temos que chegar a esse momento, que deve ser mais para o final do ano, com a economia brasileira rebalanceada, com menos vulnerabilidade possível, para enfrentar esse momento e, a partir daí, de 2016, ter condições de dar início a um novo processo de recuperação. Essa recuperação, da forma como nós antevemos, no momento, vai ser algo gradual, em função de tudo o que vem acontecendo em 2015. Mas, numa perspectiva um pouco mais ampla, vemos que a economia brasileira cresce 20% nesse período pós-crise. Ela não está parada. Ela chegou num nível que estabilizou esse crescimento, e agora temos que passar por esse ajuste para criar as bases para frente.

Então, eu não vou entrar nos detalhes, como V.Exa. mencionou, em relação à meta de inflação de 4,5%. É verdade, hoje está acima de 8%, no acumulado em 12 meses. Esse nível acumulado em 12 meses vai ficar com a gente, porque são tarifas públicas em que se mexe de 12 em 12 meses. Mas, no começo do ano que vem, já vamos ter uma queda significativa na inflação acumulada em 12 meses. Na mensal, já estamos vendo agora e veremos ao longo dos próximos meses uma queda na inflação. O mercado, os participantes de mercado hoje esperam a inflação, para o ano que vem, caindo para 5,5%. Nós dissemos que vemos esse movimento como um movimento positivo, porém não suficiente para o atingimento do nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E a carga tributária do sistema financeiro?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, quanto à carga tributária do sistema financeiro, houve, recentemente, a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20%, também refletindo o cenário que V.Exa. mencionava anteriormente. O setor está saudável, está bem capitalizado, tem nível de reserva suficiente, ou seja, nós temos que enfrentar esse período de desaceleração da economia. É importante que se tenha um sistema saudável, capaz de enfrentar esse período de transição. Acho que isso é importante.

Agora, o que V.Exa. menciona em relação ao desempenho desse segmento, em parte, acho que está refletido na decisão recente de elevação da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, só para concluir. Mesmo assim, Sra. Presidente, o aumento de 15% para 20% da carga tributária do sistema financeiro não vai dar 2/3 da carga tributária da indústria e do comércio.

Por fim — tenho um assunto que havia esquecido —, os 20 maiores devedores do BNDES, Presidente, devem 170 bilhões! Por questão de segredo fiscal e bancário, eu não vou citá-los. Esses 170 bilhões, quase todos recursos capitalizados pelo Tesouro Nacional, correspondem a 42% dos 400 e poucos bilhões capitalizados subsidiados pelo Tesouro Nacional.

O que o senhor pode falar sobre essa concentração dos 20 maiores devedores do BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O BNDES é o Banco Nacional do Desenvolvimento, que tem uma fatia grande do mercado de empréstimo de longo prazo. Olhando para frente, na linha do que já foi inclusive apresentado pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda, é importante que o uso dos recursos escassos do BNDES sirva também para alavancar o mercado de capitais brasileiro. Este mercado avançou bastante ao longo das últimas décadas na questão da abertura de capital das empresas, mas precisa avançar mais em relação a instrumentos de dívida privada, de dívida do setor privado, como debêntures, enfim, dívidas mais de médio e longo prazo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A visão dos Ministros da Fazenda e do Planejamento e também do próprio Presidente do BNDES, que anunciaram recentemente, há algumas semanas, é a combinação dos recursos escassos do BNDES com recursos oriundos do mercado de capitais, para então alavancar o financiamento de longo prazo, para a economia brasileira não ficar só restrita ou muito dependente da fonte BNDES. V.Exa. já mencionou a necessidade de capitalização ou de aporte de recursos do Tesouro Nacional àquela instituição. Olhando para frente, uma orientação nesse sentido parece bastante salutar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, passaremos a palavra aos autores de requerimento.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo. Em seguida, terão a palavra Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás; o Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, quanto tempo eu tenho?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem 5 minutos como autor de requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, depois, eu gostaria de pedir a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, peço para marcar o meu tempo, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ministro Alexandre Tombini, muito obrigado pela presença, atendendo a requerimento de nossa autoria.

Antes de eu fazer as perguntas seguintes, queria só fazer uma pergunta inicial: o senhor participou das reuniões em que foi tomada a decisão sobre o atual ajuste econômico? O senhor participou das reuniões e das decisões que foram tomadas sobre o ajuste? Só “sim” ou “não”.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Há diversas reuniões. De algumas, participei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Algumas. Muito bem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria fazer aqui uma leitura, se me permite, de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que, em seu relatório, diz o seguinte:

> *"Documentos submetidos pela equipe de auditoria junto à Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério do Desenvolvimento Social comprovam que, ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, recursos próprios da Caixa foram utilizados para pagamento de dispêndios de responsabilidade da União, no âmbito dos seguintes programas de Governo: Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial".*

Diz ainda:

> *"De acordo com o teor do documento, encaminhado pelo Departamento Econômico do BACEN, a equipe de auditoria do Tribunal de Contas"* — aí, eu ressalto — *"restou demonstrado que os passivos gerados em razão da realização dos referidos adiantamentos não eram registrados pelo BACEN"*.

Ou seja, referidos adiantamentos não eram registrados pelo Banco Central no rol das obrigações da Dívida Líquida do Setor Público — DLSP, como bem informa o referido documento.

Diz ainda:

> *"O Departamento de Supervisão Bancária informou que, ao final de agosto último, a Caixa Federal registrou em seu ativo 1 bilhão, 740 milhões e 500 mil reais de valores a receber do Governo Federal, referentes aos pagamentos relativos aos programas sociais"*.

Ou seja, o Departamento de Supervisão Bancária da Caixa registrou no seu ativo esse valor. Esses valores, Sr. Presidente, foram registrados na subconta COSIF do uso interno da Caixa Federal — Programas Sociais, *"conta não abrangida na coleta automática de dados da apuração do resultado fiscal"*.

Aí, vem a seguinte questão:

> *"(...) No entanto, ao final do mês de agosto de 2014, uma semana após a apresentação da representação que deu origem aos presentes autos, o Departamento Econômico do Banco Central decidiu que tais passivos deveriam passar a ser registrados nas estatísticas fiscais de endividamento, posto que o registro de referidos adiantamentos seria compatível com o que determina a metodologia de apuração da Dívida Líquida do Setor Público"*.

Portanto, o que houve? Uma mudança de interpretação do Banco Central? É isso que houve? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

Por exemplo, se os senhores afirmaram que é um problema de interpretação da norma, por que o Banco Central passou a captar essas dívidas do setor público com esses bancos oficiais somente após o início da auditoria do Tribunal de Contas da União, como ficou claro no relatório? O expediente encaminhado pelo Tribunal acendeu a luz vermelha do Banco Central? Ou seja, houve essa mudança de interpretação? Por que só aí houve uma mudança de interpretação? Não é responsabilidade do Banco Central captar esses empréstimos, para apurar a real necessidade do financiamento do setor público, senão, estará sendo maquiado o resultado?

Sr. Presidente, essa é a minha maior preocupação. Com essa mudança de interpretação, o resultado anterior não estaria sendo maquiado, principalmente o resultado da Dívida Líquida do Setor Público? O Banco Central falhou, Sr. Presidente, na atenção devida a esse movimento que acabo de mostrar?

Se os senhores afirmaram que é apenas uma questão de interpretação, eu tenho aqui minhas preocupações, porque aqui houve uma interpretação diferente.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse dar essa resposta.

Há ainda outra questão que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria que V.Exa. me dissesse qual a sua maior preocupação hoje em relação a três problemas, de acordo com a

ordem de importância. Como Presidente do Banco Central, com a responsabilidade que tem, quais são as maiores preocupações que o senhor tem? Peço que me aponte três delas, em ordem de importância.

Como se explica o aumento permanente da taxa de juros, uma vez que a lógica dessa política econômica é aumentar juros para diminuir inflação? Como se explica aumento de juros e aumento de inflação?

Finalmente, Sra. Presidente, faço a última pergunta. O senhor está desde janeiro de 2011 no Governo. Eu vejo dois aspectos: os senhores que têm responsabilidade pela economia deste País estão vendo um Governo irresponsável, um Governo que, ao longo dos últimos anos, mostrou a tragédia da má gestão. Basta a ver a situação econômica em que nós vivemos hoje. O senhor está desde janeiro de 2011. O Ministro Levy já de um recado claro nesta semana: *"Olha, se continuarem atuando no Governo desse jeito aí, eu, daqui a pouco, peço o boné! Eu vou embora!" "Não, não, vem aqui e tal." "Não, sente de novo, e vamos nos acertar aqui."*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Fretas) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vou concluir, Sra. Presidente. Então, V.Exa. está dede 2011. O senhor disse aqui que, a partir de determinado momento, se passou a afetar os fundamentos macroeconômicos. Ou seja, quando se percebeu uma gestão complexa como esta que estamos vivendo, uma tragédia da má gestão, levando a situação econômica como nós estamos, o senhor, lá atrás, não percebeu que os fundamentos da macroeconomia estavam sendo, de alguma maneira, afetados por essa tragédia da má gestão do Governo ?

É isso aí. Quero que V.Sa. entenda que é apenas um questionamento de interesse social e principalmente pela atribuição que nós temos de fiscalização aqui na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que deu, como sempre, presente aqui na Comissão, para debater com a gente os interesses do País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Presidente, eu gostaria de dar a palavra a outros autores de requerimento para responder em conjunto, pergunto se V.Exa. concorda.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sra. Presidenta, eu estava até agora na Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS. Então, a minha participação aqui ficou prejudicada. Abstenho-me de fazer as perguntas, considerando que o Deputado Vanderlei Macris já fez muitas delas. Apenas, vou ouvir as respostas.

Agradeço a V.Exa. e ao Alexandre Tombini por comparecer aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa. também por estar presente nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Senadora Rose de Freitas, Presidente Alexandre Tombini, demais colegas presentes, este é um Governo conhecido pelos comandantes que não sabem de nada. Para iniciar, é bom relatar que a decisão do Pleno, do Tribunal, foi dada por unanimidade pelo Pleno. Não foi um apontamento de um técnico sem manifestações prévias com relação à pedalada fiscal.

Esta audiência aqui, na verdade, não é a audiência do meu requerimento, porque eu entendia, Ministro, que este é um assunto tão especial que deveria ter uma audiência específica para ele, e assim foi aprovado na Comissão.

Por uma compreensão, sempre pertinente à Deputada Soraya, S.Exa. trouxe para cá a audiência na expectativa de que o senhor pudesse responder de forma mais efetiva à questão da pedalada. O senhor não o fez no início da sua manifestação. A Presidente Soraya reiterou a pergunta. O senhor entrou na linha de que não sabe o que aconteceu. O senhor não é advogado. Então, o senhor leu para nós uma parte da defesa que foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União, o Deputado Macris fez a pergunta no mesmo sentido, e eu vou lhe dar uma outra oportunidade, para ver se nós não precisamos realmente fazer a audiência aprovada para tratar especificamente dos controles do Banco Central sobre o sistema

financeiro, que não é a pauta integral desta audiência pública, Presidente, nós entendemos.

Eu vou, então, ser repetitivo, porque a D. Maria que está em casa assistindo tem duas questões que ela não entende. Se a dona Maria receber 20.000 reais na sua conta, o Banco Central pega, a Receita pega, ela vai para a malha fina. Como é que um gerente da PETROBRAS coloca 100 milhões numa conta no exterior? Como é que nós temos colegas aqui, Senadores e Deputados que aumentaram sua renda em 100%, 200%, 2.000%, 3.000% a sua renda com movimentações bancárias.

O Banco Central tem alguma forma de pegar só desvios financeiros até 100 mil reais, vamos dizer, 200 mil reais? Ele só pega peixe pequeno? Com o COAF, Ministério da Fazenda, com a Receita, o próprio Banco Central, todos esses controles só pegam peixe pequeno, só a D. Maria e o Seu João? Ladrão de galinho, aqui, cito o meu colega.

Eu queria voltar à questão da pedalada, ou como diria aqui o nobre líder do DEM, do passeio ciclístico; 40 bilhões não é mais uma pedalada, é um passeio ciclístico. O Ministro da Fazenda está no Conselho dos Bancos, indica 4 conselheiros, para Caixa, para o Banco do Brasil, para o BNDES. Eu fui Diretor de banco, Presidente. Meus colegas eram processados por darem crédito de 500 mil, lá no BANRISUL, e o Banco Central entendeu que para 500 mil reais, 1 milhão, não tinham garantia suficiente. Então, eles foram processados pelo Banco Central porque não deram garantia suficiente. O senhor quer me dizer, Presidente — e a pergunta é bem objetiva —, que o Banco Central não recebeu nenhum apontamento de um acionista da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do BNDES ou do Ministro da Fazenda de que o seu Governo tomou 40 bilhões, 40 bilhões? E não me diga que isso é uma prestação de serviço, Presidente, porque vamos combinar: se o Estado deve para a D. Maria, porque ele se comprometeu a lhe repassar um benefício social, alguma questão na área rural, algum valor, e não tem esse valor no caixa, ele pode ligar para o Presidente da Caixa Econômica e dizer *"passa para a D. Maria o dinheiro que eu não tenho para passar; quando der, eu te pago*".

Eu não sei em que doutrina e em que ordenamento jurídico do mundo isso não é empréstimo. Eu não entendo muito bem ou estou entendendo errado a situação e lhe dou a oportunidade de me explicar de novo. Como é que não houve

uma decisão do Banco Central para apontar que isso era um empréstimo ilegal, um ato de tomar crédito ilegal, um financiamento do Governo de forma vedada pelo arcabouço jurídico brasileiro de 40 bilhões?

Eu vou ser mais claro: não houve nenhum apontamento de nenhum servidor, de nenhum funcionário do Banco Central dizendo *"olhem, colegas, isto aqui não está de acordo com a legislação vigente*"? Nenhum, Presidente?

Eram essas as minhas perguntas a que eu gostaria que o senhor respondesse, para que não precisássemos fazer uma nova audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta.

Começo pelas perguntas dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir, que assinaram um requerimento. Então, começo respondendo a eles.

Na introdução, já fiz menção a esse requerimento e lembrei que um parecer da Consultoria-Geral da União, vinculada à Advocacia-Geral da União, examinando esses eventos, definiu ou avaliou como sendo originário de prestação de serviços. Essa é uma avaliação jurídica, não é em relação a isso que o Banco Central está prestando esclarecimentos ao Tribunal de Contas. Eu queria deixar isso registrado. Em relação àquele fato, é um assunto cujo deslinde jurídico se dará justamente no procedimento ora em curso no Tribunal de Contas da União.

Em relação à questão mais específica dos eminentes Deputados, eu gostaria de dizer o seguinte. Em primeiro lugar, o Banco Central tem a sua estatística fiscal. Nós compilamos dados do Banco Central. Temos 18 mil séries de dados — V.Exa. deve conhecer, tendo sido egresso do sistema financeiro, o conjunto de informações estatísticas que o Banco Central trabalha e atualiza. O Banco Central, em várias dessas estatísticas, é fonte primária. Em algumas outras, toma bases externas para compilar essas estatísticas.

Então, nós temos hoje em torno de 18 mil séries estatísticas, e, inclusive, séries fiscais. Não somos órgãos de controle fiscal nem controle contábil da União. Nós temos esse acervo de dados, inclusive fiscais, para atender aos nossos objetivos, qual seja: subsidiar as decisões de política monetária, tendo em vista a repercussão que a variável endividamento público ou a relação do setor público não

financeiro com as instituições financeiras tem sobre demanda agregada e nível de preços de inflação.

Nós seguimos uma metodologia internacional, apurada em conformidade com o Manual de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional, cuja última versão data de 2014. Nós temos seguido essa metodologia.

A compilação de estatísticas fiscais pelo Banco Central, então, é para atender primeiramente ao nosso objetivo lá de trás, de 1991, que era ver o impacto do setor público sobre a economia como um todo e aí ajustar nosso instrumento de política monetária, para atingir nossos objetivos. E, em 1991, não havia metas de inflação, mas havia a estabilidade de poder de compra entre os nossos objetivos.

As estatísticas do Banco Central — a metodologia é conhecida desde 1991, portanto antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se deu no ano de 2000; V.Exas. bem sabem —, as nossas estatísticas, são produzidas por uma metodologia que tem como base a evolução dos ativos e passivos do setor público não financeiro junto ao Sistema Financeiro Nacional, junto a entidades do Sistema Financeiro Nacional. Se há uma entidade que não é do Sistema Financeiro Nacional, a nossa metodologia não vai pegar hoje, como não pegou em 1991 e como não pegou depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós focamos a nossa metodologia “abaixo da linha”, que é essa variação de ativos e passivos, como eu mencionei. Essa é diferente da “acima da linha”, que são as despesas e as receitas, o próprio Tribunal de Contas da União, o órgão de controle, o Tesouro Nacional, o Ministério do Planejamento. Inclusive, o Tribunal de Contas já reconhece que a nossa metodologia foi feita com esse objetivo lá de trás.

As estatísticas macroeconômicas têm natureza, características e definições próprias, que são referenciadas em manuais internacionais, e têm que ser comparadas internacionalmente. Estão entre essas características: ter uma metodologia pré-definida, de conhecimento público, amplamente divulgada e aceita; ter fonte de dados que garantam periodicidade, tempestividade, integridade, abrangência e qualidade das estatísticas; ter procedimentos operacionais consolidados que permitam a verificação da qualidade dessas estatísticas. Então, nós temos que seguir esses preceitos.

V.Exa. se refere a alguns números. Esses números nós veremos nos esclarecimentos, são números relacionados com, por exemplo, relação de setor público com entidades não financeiras, entidades não reguladas, entidades que não têm o balanço regulado pelo Banco Central, que não seguem nossas orientações — portanto, não estavam e não estão na nossa estatística, na nossa metodologia. Essa metodologia não muda para se adequar.

Obviamente, se alguém decidir lá na frente que tem que mudar, nós vamos ter que fazer uma nova estatística. Vai ter que haver a estatística do "abaixo da linha", para contar ações internacionais, uma estatística nova para atender a uma determinação. Mas aí eu já estou indo mais à frente.

Nossa estatística, de novo, relação entre instituições financeiras e setor público não financeiro, variação de passivos e ativos. Temos outras fontes, como a Conta Única do Tesouro, no Banco Central, e algumas outras fontes externas, por exemplo, balanços de pagamentos. Então, são essas as bases que nós adotamos.

Também, na nossa contabilidade do "abaixo da linha", metodologia conhecida, nós usamos o critério de caixa. Quem é egresso do sistema sabe que essa contabilidade, que é uma contabilidade fiscal e econômica, nesse caso de que nós estamos falando, segue a metodologia do conceito de caixa. Então, se há um conjunto de compromissos para serem pagos nos próximos 5 anos, a cada ano em que esse pagamento for efetivado, aí, vai entrar no conceito do "abaixo da linha". Agora, no COSIF — Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, na contabilidade das instituições financeiras, segue um regime de competência. Então, lá vai estar registrado um crédito contra terceiros. Mas, na contabilidade fiscal, só quando esse pagamento já estiver vencido ou quando for efetuado é que entrará na estatística fiscal. Essa é a nossa metodologia, desde sempre, não mudou, desde 1991, não mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal e não mudou hoje, está da mesma forma.

Então, essas são algumas considerações iniciais, que são estatísticas, com o objetivo de municiar primeiro o Banco Central, como formulador, com toda a política monetária, que precisa saber como se dá o impacto do Governo sobre a demanda agregada, sobre o nível de preço, sobre a inflação, para definir os seus instrumentos no que se refere à sua parte na política macroeconômica.

Dito isso, há essas particularidades com relação às fontes de dados, fidedignidade das fontes, em relação à característica da contraparte ser uma instituição financeira, em relação ao tipo de contabilidade que nós usamos, que é contabilidade caixa, e não competência, como é o caso da contabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

É basicamente isso. Nós temos que ter a comparabilidade internacional e seguimos o Manual de Estatísticas Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Vem sendo seguida essa metodologia, e esperamos que continuemos a segui-la, porque é uma metodologia conhecida, aceita pelos participantes e pelos economistas, aceita para comparações internacionais.

Quanto à questão da verificação das operações, é importante observar, Deputado Vanderlei Macris, em relação à sua pergunta específica, que, antes da instauração do procedimento pelo Tribunal de Contas, a área de fiscalização do Banco Central já havia abordado a evolução de passivos da União na contabilidade de instituições financeiras, o que inclusive ensejou ajustes em seus procedimentos de elaboração de estatísticas, em linha com o padrão metodológico que nós adotamos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então houve uma mudança de concepção, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - No início de 2014, em decorrência dos trabalhos de acompanhamento contínuo da supervisão do Banco Central, o BC identificou variação relevante, em conta do COSIF, de instituição financeira, associada à entidade da administração federal.

Em 19 de março de 2014, em função dessa constatação, foi requisitada à instituição financeira que discriminasse a origem da referida variação. Em resposta, a instituição informou que os montantes relacionados à ocorrência, lançados em conta de uso interno, a que V.Exa. se referia, eram referentes à antecipação de pagamento de benefícios sociais.

Em 8 de abril de 2014, a supervisão do Banco Central diligenciou a solicitação de outras informações relativas à composição do saldo da referida conta, bem como a lançamentos contábeis e a instrumentos contratuais correlatos. A instituição financeira prestou as informações solicitadas, em 24 de abril de 2014, destacando

adicionalmente que já havia recorrido à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal junto à AGU, em 26 de dezembro de 2013, portanto antes do nosso trabalho de verificação — consultou para resolução de controvérsia jurídica com os órgãos da União.

Em 16 de maio de 2014, a supervisão do BC finalizou o relatório sobre o assunto, recomendando o encaminhamento de consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Banco Central. Nós temos um rito, que é seguido, em relação a ações de fiscalização, a dúvidas que surgem no meio do processo — não tem nada a ver com a estatística fiscal, ainda está no âmbito da fiscalização.

A Procuradoria-Geral concluiu seu parecer em 11 de agosto de 2014, e, no final de agosto de 2014, a documentação reunida sobre o caso foi encaminhada da área de fiscalização para a área de política econômica do Banco Central do Brasil, quanto à análise e sobre as providências cabíveis.

Como resultado final, no final de setembro, após a análise do caso pela área de política econômica, sob a ótica própria da metodologia de produção de estatísticas fiscais, à luz dos correlatos critérios de abrangência, cobertura, padrões internacionais e procedimentos operacionais, foi efetivada a incorporação às estatísticas fiscais do BC de dados relacionados aos repasses do Tesouro à Caixa vinculados ao pagamento de programas sociais.

Aqui está a linha do tempo em relação aos procedimentos internos do Banco Central: detecção pela supervisão; consulta à instituição afetada pelo trabalho; réplica; esclarecimento de que estava em processo de conciliação e arbitragem, para definição dessa prestação de serviço; e consulta à Procuradoria-Geral, com o retorno do resultado dessa consulta para a supervisão do Banco Central. Isso foi informado de pronto ao departamento econômico, que registrou nas estatísticas fiscais.

Então, o nosso procedimento interno é um procedimento robusto, segue padrões internacionais, e essas contas foram ajustadas. Não houve mudança metodológica. Houve simplesmente detecção pela supervisão dessa acumulação numa conta que era de passagem. E o registro foi efetuado.

Quanto à pergunta específica de V.Exa., eu presto esses esclarecimentos precisos em relação ao que se passa no Banco Central.

Já atendendo à pergunta do Exmo. Deputado Nelson Marchezan Junior, é isso. Primeiro, as nossas estatísticas seguem metodologia consagrada internacionalmente, pelo Fundo Monetário Internacional. Ela tem essas características. O "abaixo da linha", definido pelo Banco Central, desde 1991, se dá por meio das relações, ou seja, dos ativos e passivos, entre setor público não financeiro, de um lado, e as instituições financeiras, de outro. Um fundo, algo que não é instituição financeira e tem relação com o setor público, não é capturado pela nossa estatística. Não era em 1991, não foi a partir de 2000.

Diga-se que, incidentalmente, a estatística do Banco Central passou a ser o padrão de aferição, o "abaixo da linha", do resultado fiscal, porque já era uma estatística bem considerada. Dentre aquelas tantas outras séries estatísticas, esta é uma estatística bem reputada, que segue padrões internacionais e que tem data de divulgação definida, cronograma — 1 ano antes é definido quando vai ser divulgada —, mês a mês, uma tempestividade mensal, e tem alguma credibilidade, senão não seria usada da forma como é e também não teria sido, digamos, emprestada para aferição do resultado fiscal do setor público anual.

São esses os esclarecimentos. Eu posso acrescentar, porque V.Exa. adicionou mais alguma coisa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para ver se eu entendi, pela resposta do Deputado Vanderlei Macris. Então, isso foi detectado no Banco Central em uma auditoria. É isso? Foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Auditoria, não; trabalho de supervisão, trabalho de regulagem e supervisão. Detectamos no final de 2013 e início de 2014. Foram feitas as consultas à instituição. A instituição respondeu inclusive que estava em processo de arbitragem junto à Advocacia-Geral da União. Os esclarecimentos foram prestados. As consultas internas foram procedidas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, isso não passou em branco pelos servidores concursados do Banco Central, desde 2013?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Respondendo à sua pergunta, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não passou em branco. Então, desde 2013, o Banco Central sabe que isso está ocorrendo. O

senhor afirmou aqui que considera correto. Então, isso pode estar ocorrendo ainda? A Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil ainda podem estar financiando o Governo Federal?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas podem estar? Ou não estão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estou perguntando.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não vou responder em tese. A nossa estatística tem metodologia consagrada. Nós seguimos os nossos procedimentos operacionais, que são de conhecimento público. Se no futuro detectarmos, nós vamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Neste ano não foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, respondendo à outra parte da sua pergunta, nós temos um sistema hoje de prevenção à lavagem de dinheiro, que V.Exa. mencionava inicialmente. No que cabe ao Banco Central do Brasil, como regulador do sistema financeiro, nós temos que nos certificar de que as instituições financeiras estão seguindo as políticas de prevenção à lavagem de dinheiro. Uma instituição que não é financeira e não está sob o nosso escopo nós não vamos regular nem supervisionar. As instituições financeiras que são reguladas e supervisionadas pelo Banco Central têm que seguir procedimentos claros de prevenção à lavagem de dinheiro.

O órgão central desse sistema, V.Exa. bem sabe, é o COAF, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, aonde as notificações chegam. Naturalmente, o Sistema Financeiro Nacional tem uma participação em 5% da economia. É uma estrutura importante, onde se dão as relações econômicas de toda a parte financeira, como V.Exa. bem sabe.

Desde a aprovação da lei de prevenção à lavagem de dinheiro, de 1998, mais de 5 milhões de notificações foram feitas pelo Sistema Financeiro, seguindo a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Foram feitas notificações das instituições financeiras para o órgão central. Isso não quer dizer que

toda notificação tenha por trás uma irregularidade. Mas foram feitas mais de cinco milhões. Só no ano de 2014 foram feitas 800 mil. Então, é um processo que está funcionando. Várias das coisas que estão aí hoje são oriundas inclusive deste processo de monitoramento. As instituições financeiras têm que cumprir e informar os órgãos de controle. E aí o órgão de controle central vai fazer um juízo sobre aprofundar ou não trabalhos na questão da prevenção à lavagem de dinheiro. Então, é isso basicamente.

Só para dar uma noção da dimensão do negócio, são 30 mil operações de câmbio por dia, sete milhões de operações de câmbio por ano, no País. Então, nós estamos tratando de um segmento robusto em relação ao número de operações. São 9 bilhões de dólares transacionados por dia, aproximadamente. Ou seja, são mais de 2,2 trilhões de dólares transacionados na casa de câmbio, em uma economia como o Brasil, que hoje é a sétima maior economia do mundo, com 372 milhões de dólares em reserva. É uma economia mais aberta economicamente do que já foi no passado e em que não tem aquela lógica da escassez de vida. Tem uma lógica, claro. Prevenção à lavagem de dinheiro tem que ser firme em qualquer mercado, seja de câmbio ou de outros ativos. Enfim, inclusive ativos não financeiros, como é o caso. Então, nós estamos atentos. O sistema está operando, está funcionando e vai continuar funcionando no futuro.

Basicamente, são essas as minhas considerações em relação aos dois requerimentos.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer uma observação. Hoje nós temos que aproveitar ao máximo a presença do Presidente do Banco Central para termos a oportunidade de debater e esclarecer todos os pontos de vista importantes para encaminhamento do trabalho desta Comissão e das demais Comissões. Nós estamos, às 16 horas, com início da Ordem do Dia nos dois plenários. Temos mais quinze inscritos e, ainda, o pedido de palavra de Líder, que antecede a inscrição de todos os senhores oradores. Eu vou pedir a compreensão do Deputado Pauderney Avelino. Poderia até suceder o fato oposto, mas eu vou respeitar o Regimento e dizer que considerei o tempo de 3 minutos para cada orador.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. Só quero dizer que me referi a S.Exa., que ficou esperando uma resposta. V.Exa. dispõe de 3 minutos como Líder.

Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu não vou nem usar o meu direito de réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Poderia tê-lo feito na hora. Eu não o impedi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não. Eu gostaria apenas de obter a resposta a duas perguntas que o Presidente não respondeu e que eu fiz também. Diante da crise, qual a sua maior preocupação? Como Presidente do Banco Central, me diga três maiores preocupações que lhe afetam hoje em relação à crise da economia. Segundo, como explica o aumento permanente dos juros, uma vez que a macroeconomia hoje atua nesta direção? Ou seja, aumentar juros para diminuir a inflação? Como se explicam aumento de juros e aumento de inflação? Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acabou? V.Exa. foi rápido demais.

Com a palavra o Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito bem.

Inflação e estabilidade financeira são as missões do Banco Central. São essas que sempre me preocupam. Em relação a juros e inflação, nós estamos, como eu estava mencionando no início, tratando de dois choques de preços relativos no momento: a valorização internacional do dólar, que tem repercussões internas de um lado, e o ajuste do preço relativo referente aos preços administrados, que subiram na faixa de 13% a 14% no acumulado de 12 meses. O que nós estamos fazendo com a política monetária é circunscrever esses ajustes de preços relativos, que são positivos para a economia em médio prazo, a este ano de 2015. Nós vimos uma deterioração das expectativas da inflação para este ano, fechando o ano, segundo o mercado, acima de 8%; para o ano que vem, segundo este mesmo mercado, 5,5%; para o ano seguinte, 5%; para 2018, 4,7%; para 2019, 4,5%. Ou

seja, o trabalho está sendo feito, e algum resultado estamos vendo em relação à convergência da inflação para a meta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Líder Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só 1 minuto.

Deputado Macris, V.Exa. tem direito a 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Considero apenas que o Presidente não tem preocupação nenhuma. Eu pedi três, só. Ele não respondeu porque eu acho que ele não tem preocupações.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não posso comentar o que foi abordado pelo Presidente, mas eu posso atender V.Exa.

V.Exa. tem direito à réplica e à tréplica. Se não estiver satisfeito, por favor, se manifeste.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, eu só pedi ao Presidente do Banco Central que me desse três preocupações maiores hoje, como gerente da economia — um dos gerentes da economia. Presidente do Banco Central, quais são as três preocupações maiores, em ordem de importância, em relação à crise econômica que temos hoje?

É importante para mim ouvi-lo. Eu sou um brasileiro importante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bom, como Presidente do Banco Central, eu vou repetir: inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perdão. Inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro. Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente Rose de Freitas, demais Presidentes das Comissões, Presidente do Banco Central, Diretores, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sempre tive uma preocupação com relação à questão da fiscalização do sistema financeiro pelo Banco Central. Fui autor de projeto de decreto legislativo para sustar portaria do Banco Central e tudo o mais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa., Presidente, sabe que o Banco Central tem o *déficit* de pessoal, e esse déficit compromete o bom trabalho de fiscalização feito pelo órgão. Isso me preocupa. Qual é a providência que V.Exa. está tomando para resolver esse problema?

Outra questão que eu quero colocar: V.Exa., como Presidente do Banco Central — e o Banco Central é o guardião da moeda; responsável, portanto, pela inflação —, esteve aqui no final do ano passado e afirmou que a inflação iria convergir para o centro da meta já no segundo trimestre de 2015, e que o Banco Central não seria complacente com a inflação.

O que nós estamos vendo — não vou dizer que o Banco Central esteja sendo complacente — é que a inflação saiu da aba superior da meta. Aponta a inflação, segundo o relatório Focus, para 8,37% este ano.

A outra questão que eu gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente, é com relação ao endividamento das pessoas físicas no Brasil e a esse choque que a equipe econômica está dando agora. O Sistema Financeiro de Habitação está lamentavelmente comprometido, e isso nos preocupa muito, porque este é o setor que mais emprega no País, juntamente com o agronegócio. E o que nós percebemos é que os saques que estão sendo efetuados na Caixa Econômica Federal deverão reduzir em 25 bilhões o valor destinado ao financiamento habitacional.

Ah, e eu gostaria que V.Exa. também tivesse sensibilidade com relação a uma notícia que saiu na *Folha de S.Paulo*, dizendo que os bancos e construtoras querem que o Banco Central libere pelo menos parte do depósito compulsório da poupança, que soma cerca de 120 bilhões de reais. Esta hipótese está em análise no Banco Central?

V.Exa. é membro da equipe econômica — está no Banco Central, é responsável pelo combate à inflação e, como guardião da moeda, obviamente é responsável pela política monetária. Nós entendemos que a política de emprego e a política monetária se entrelaçam, e o Governo induziu a população a se endividar. Uma vez as pessoas se endividando, a inflação vai aumentando. V.Exa. já estava no Governo em 2011, quando houve um aumento desse endividamento. E nós entendemos que isso não pode acontecer de forma aleatória.

Agora, o Ministro Levy, novo coordenador da política econômica, vem e dá um tranco na economia, colocando-a em risco. Quer dizer, a Caixa Econômica estará sem recursos para o financiamento habitacional. E eu não estou falando das pequenas empresas, estou falando das grandes empresas que lançaram empreendimentos no Brasil inteiro e estão tendo dificuldades de fazer o repasse, em razão do aumento substancial dos juros para o financiamento. Isto, a meu ver, coloca em risco um setor extremamente importante para o nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, o Orçamento de 2015 traz um crescimento do PIB de 3 pontos percentuais, em descompasso com a realidade. Ou seja, há aí uma diferença em torno de 4 pontos percentuais. Nós fizemos uma conta aqui: cada ponto do PIB da receita administrada é de 0,63%, que vai gerar em torno de 20 bilhões de reais de redução apenas com a redução do PIB, e da receita previdenciária, em torno de 2 bilhões. Isso significa 22 bilhões de reais a menos só em relação ao PIB, sem contar com as despesas obrigatórias que o Ministro Levy disse que estão fora de controle.

Gostaria que V.Exa. se pronunciasse.

Agradeço a complacência da Presidente Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria só esclarecer o seguinte: vários Deputados se ausentaram por um motivo óbvio: a Ordem do Dia. Vou fazer dois blocos de perguntas apenas, para que todos que estão aqui possam participar efetivamente.

Concedo a palavra ao Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente.

Em relação aos recursos humanos, nós temos 4 mil funcionários no Banco Central, aproximadamente. O Banco Central tem nove — digamos assim — regionais, mais Brasília. Nós tratamos não só do Banco Central clássico, na condução da política monetária, mas também somos supervisores e reguladores do sistema, como V.Exa. bem aludiu — e conhece bem a matéria.

O que nós estamos fazendo nesse período de escassez, em que todo o Governo, as autarquias, enfim, as agências reguladoras estão sofrendo o impacto da restrição orçamentária é procurar, dentro do envelope orçamentário que nos compete, trabalhar para preservar o máximo possível as atividades relacionadas à

supervisão do sistema. Então, nós já estamos protegendo os recursos dentro desse novo envelope. São os recursos justamente relacionados a essas matérias que V.Exa. mencionou: se a supervisão está sendo olhada com prioridade dentro de um envelope de recurso menor em função do ajuste das contas.

Em relação à inflação, enfim, vamos focar então hoje no que está acontecendo, entre outras coisas, nessa valorização do dólar no mundo, também com repercussão aqui. V.Exa. se lembra de que, no começo do ano passado, o real ficou entre 2,20 e 2,25 em relação ao dólar por 6 ou 7 meses até que lá para setembro começou a subir para 2,50, 2,80, depois foi a 3,20 ou 3,30. Agora, está como está.

Esse processo não é restrito ao Brasil. É um momento de fortalecimento do dólar, porque a economia americana estava crescendo mais do que em outras regiões e tinha que normalizar suas condições financeiras. Então, esse é um. O outro são os preços administrados que subiram, que foram retirados, a nova lei retirou o auxílio subsídio, por exemplo, do consumo da energia elétrica, ou seja, do subsídio ao consumidor final, de maneira que tem havido impactos grandes nos preços administrados, e isso se reflete. Mas, o importante é fazer com que eles se circunscrevam ao curto prazo, se houver deterioração, como tem havido, é na expectativa de inflação de curto prazo, e que as expectativas para o ano que vem e os seguintes estejam bem ancoradas na meta de inflação. Esse é o nosso trabalho.

A questão sobre o Orçamento eu não entendi muito bem, porque o crescimento da economia subjacente ao Orçamento da forma como ele está hoje, inclusive dos anúncios que foram feitos na sexta-feira pelo Ministro da área econômica, está numa contração de 1,2%. Por quê? O Governo acredita nisso? Não é, é a metodologia que é utilizada. Acordou-se desde o início desta gestão, desde o...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O projeto de lei que foi mandado para cá e que foi aprovado aqui previa um aumento de 3%. Menos 1,2%, são 4,2%.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. Isso tem que ser atualizado, porque a metodologia é seguir as expectativas que são externas ao

Governo, do mercado que está na faixa, hoje, de contração de 1,2% do PIB, e é esse o número que eu entendo que a equipe econômica tem trabalhado para fixar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A lei orçamentária foi aprovada com 3 pontos do PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Foi aprovada. Então, enfim, está sendo ajustada no sentido do descontingenciamento...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Isso significa 22 bilhões a menos, só com relação ao PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a outra questão relevante que V.Exa. coloca, o Banco Central segue todos os segmentos. Esse é um segmento particularmente importante, pelo que V.Exa. mencionou. Enfim, nós estamos sempre estudando, digamos, as questões relacionadas a setores específicos, e essa questão não é diferente. Estamos estudando esse assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fazer um bloco agora e outro bloco depois.

Concederei a palavra aos Deputados Julio Lopes, Benito Gama, Evair de Melo, Edinho Bez e Senador Hélio José. Serão 3 minutos para cada, improrrogáveis.

Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, quero retornar à questão aqui das pedaladas, porque não me senti atendido. Sr. Presidente, de fato não entendi quando o senhor disse *"abaixo da linha"* e *"instituição não financeira"*.

Interessado no desperdício e no absoluto descontrole da questão do Bolsa Família, lendo um acórdão do Tribunal de Contas da União, de 10 de setembro do ano passado, onde aquele Tribunal diz que analisadas 1.600 milhão contas, 400 mil tinham irregularidades, o Tribunal se refere, inclusive, a uma ilegalidade no contrato entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Ação Social, irregularidade essa que preveria ao projeto de licitação que fosse licitado por conta individualizada e não pelo conjunto da prestação de serviço, e isso está em discussão ainda.

Mas, eu não entendi, Sr. Presidente, e fiz um requerimento de informação ao Ministro da Fazenda exatamente para saber que observações teria feito o Ministério

da Fazenda e o Banco Central a essa questão. Claro que houve, sim, empréstimos concedidos, inclusive os regulados pelo Banco Central. Assim é a resposta do Ministério da Fazenda: *"À guisa de exemplo, a referida sistemática encontra amparo no contrato firmado entre a União, por meio do Ministério da Ação Social, e a Caixa, sendo prevista a compensação entre as partes na ocorrência de saldos positivos ou insuficiência de recursos, conforme cláusulas contratuais específicas assim redigidas"*.

E aí ele se refere à clausula 10ª do contrato, da qual eu vou ler aqui só o final, dizendo o seguinte: *"Os recursos de que trata o* caput *serão creditados à CONTRATADA em Conta Suprimento específica para cada programa objeto desse contrato, com movimentação e reserva pela CONTRATADA, cujos respectivos saldos serão remunerados financeiramente em base diária pela CONTRATADA pela variação da taxa extramercado do Banco Central – DEDIP, sendo assim controlados em conta no exercício financeiro"*.

Como o senhor diz que o Banco Central não regula essa ação ou a Caixa Econômica Federal não é um agente financeiro do Governo Federal entre o Ministério do Desenvolvimento Social, se é essa a resposta da consulta que fiz ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - A resposta será dada no bloco.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, na mesma linha do que perguntou o Deputado Vanderlei Macris, saber qual seria a verdade do que se especula agora sobre a possibilidade de liberação de recursos da reserva custodiada no Banco Central, em relação à ampliação da liberação desses recursos não só do FGTS, mas também do compulsório. Existem tais rumores na mídia de uma maneira geral, tendo o Banco Central elevado o juro no Brasil — a taxa SELIC é uma das maiores do mundo —, como amplamente foi divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Com a palavra o Deputado Benito Gama, do PTB da Bahia, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco do Central, e sua equipe aqui presente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro eu quero dizer da alegria de ver o Ministro

presente nesta Casa do Congresso Nacional, para discutir esses temas que pertencem realmente ao País e a todos nós brasileiros. Vejo S.Exa. liderando esse processo hoje extremamente complexo da política monetária do Brasil e do controle da inflação.

Dentro do seu pronunciamento, Sr. Ministro, eu gostaria de esclarecer dois pontos. V.Exa. disse que, em dezembro de 2016, estaríamos no centro da meta de 4,5% da inflação. E logo depois, parece que V.Exa. fez referência a 2018 ou 2019. É só para eu me esclarecer com relação isso.

Qual seria esse ponto de inflexão, seria em janeiro, com os preços administrados, ou não? Haveria uma tendência de antes de janeiro haver os preços administrados? Como essa dúvida ficou? Eu gostaria de V.Exa. um esclarecimento.

Do ponto de vista de política monetária e de controle da inflação, realmente o Banco Central, sob a sua liderança, juntamente com a Diretoria e o quadro técnico do Banco, hoje é uma ilha de prosperidade e de tranquilidade quanto a esse controle da política monetária e das políticas da economia brasileira. Eu não estou tranquilo, como nenhum brasileiro está tranquilo hoje, mas seguramente estou um pouco esperançoso sobre a eficácia e a eficiência desse projeto que V.Exa. lidera.

Eu teria duas perguntas. Com relação ao resultado do Banco Central a que V.Exa. se referiu no início do seu pronunciamento e aos 25 bilhões do resultado do segundo semestre de 2014, quais seriam as duas principais contas de receita e de despesa desse item? E quanto a essa receita das reservas cambiais de 65 bilhões? Fala-se muito também sobre essa questão do carregamento da reserva brasileira. Gostaria que V.Exa. pudesse fazer um esclarecimento sobre isso.

A outra pergunta é com relação ao Banco Central como órgão regulador. Falou-se da Caixa Econômica com relação aos programas sociais. Mas, também sobre a Caixa Econômica no ano passado, houve a informação de que a Caixa teria apropriado como receita algumas contas individuais de poupança e correlatas, que foram apropriadas como lucro. Depois não houve desdobramento, pelo menos na imprensa e aqui no Congresso, sobre o resultado desse processo. Gostaria de saber se V.Exa. poderia fazer um esclarecimento com relação a isso.

E o outro ponto da gestão do sistema financeiro é com relação às intervenções com que o Banco Central opera ao longo de vários anos. Não é um

processo somente deste Governo. Mas parece-me que, ao longo dos últimos anos, esse processo de intervenção do Banco Central não chega ao fim ou, se chega, chega muito lentamente.

Quero dizer que eu realmente fico muito feliz em ver V.Exa. afirmar aqui que as suas preocupações são o controle da inflação e a estabilidade do sistema financeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Muito obrigado, Deputado Benito Gama.

O próximo inscrito deste bloco é o Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Alexandre Tombini, eu vou ser bem sucinto para cumprir aqui o tempo. V.Exa. me perdoe se eu for repetitivo em alguma pergunta, já que as funções da Casa fazem com que estejamos em muitas atividades.

No começo, V.Exa. falou muito em ajustes e ajustes. Eu só escuto falarem em ajustes nos últimos dias. A minha pergunta é bem objetiva: no que nós nos equivocamos no passado e temos que corrigir hoje? Onde, na condução da política econômica, nós cometemos erros que temos que corrigir, para não cometê-los no futuro ou comprometer os ganhos que pensamos para o futuro?

Nesta Casa tramita uma legislação relativa ao ato cooperativo. O cooperativismo consolida-se cada vez mais no Brasil como uma economia de rede que tem levado oportunidades a muitos brasileiros, principalmente ao setor agropecuário, em que eu milito e trabalho. Sobre isso eu tenho algumas perguntas. O que o Banco Central conhece e pensa a respeito do ato cooperativo como política de incentivo à economia principalmente desses cooperados do Brasil inteiro? Qual é a avaliação que V.Exa. faz das cooperativas de crédito, que têm crescido muito no Brasil nos últimos anos e, repito, são uma potência no setor agropecuário? O que Banco Central avalia, pensa e consolida a partir daí?

Eu também queria que V.Exa. falasse da questão de alguns Estados ainda terem bancos estaduais. V.Exa. conhece as dificuldades do setor e do segmento. O

que o Banco Central tem hoje de acompanhamento e de orientação para esses bancos estaduais?

A última questão é sobre o HSBC, que estaria indo embora, estaria fechando as portas, estaria abandonando o barco — eu não sei qual expressão usar, porque estamos lendo muitas coisas nos últimos dias. Qual foi a avaliação que o HSBC fez para tomar a decisão de abandonar esta terra fértil que seria o Brasil? De quem foi o equívoco? Foi um erro nosso, ou foi um erro de interpretação, ou foi algum plano estratégico de orientação ao HSBC?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Primeiro, Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Presidente do Banco Central, que sempre tem atendido os nossos convites, o que é importante.

Registro que nós estamos um pouco tristes até, porque aprovamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o convite, e não a convocação, para o Banco Central e a FEBRABAN virem prestar esclarecimentos à nossa Comissão, mas eles se negaram a se fazer presentes. Nós vamos tomar outras medidas obviamente.

Acredito que o Presidente do Banco Central não deva estar sabendo disso. Inclusive, nós não convidamos S.Exa. porque houve um acordo para fossem convidados os diretores ou algo parecido. O tema eram as taxas de juros. Eu não sei se eles começaram a fugir, mas nós vamos tomar outras providências.

Já que eles não vieram, quero aproveitar para perguntar ao Presidente sobre as taxas de juros, que nós estamos debatendo há muito tempo. Eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de que hoje sou membro, e tenho conhecimento da área financeira, que é a minha formação inclusive. Mas ninguém consegue explicar essas altas taxas de juros no Brasil.

Veja, por exemplo, a questão do cartão de crédito e do crédito rotativo cobrado pelos bancos, Sr. Presidente. Vamos botar a mão! Isso não é possível! Muitas pessoas acabam comprometendo o seu orçamento e não conseguem mais pagar o cartão de crédito e o próprio crédito rotativo. E os bancos sujeitam tais

pessoas a refinanciarem a dívida, o que é uma alternativa, cobrando juros de 2,5% a 3%, dependendo da taxa.

Está na hora de nós pensarmos nisso e não aceitarmos mais o cartão de crédito cobrando 10% a 12% ao mês, com uma inflação de menos de 1% ao mês. Não tem explicação para isso! O *spread* do banco não justifica o que o pessoal vem explicando. Eu também estranho muito a ausência de explicação sobre isso.

Eu estou encerrando, Sr. Presidente, porque o tempo é curto e é preciso colaborar, uma vez que estamos na Ordem do Dia. Na realidade, quando se fala em ajuste fiscal, eu não vejo saída. Nós estamos aprovando o ajuste aqui, estamos discutindo, estamos colaborando porque temos que pensar no País acima de tudo. Agora, eu não vejo uma saída para o País a não ser pela produção, produzindo incentivando, desde lá do interior, a agricultura, o comércio, a indústria, a agropecuária. Enfim, a produção é que vai aumentar o PIB e possibilitar que busquemos o equilíbrio.

No entanto, há por parte de muitos uma certa desmotivação no que tange às taxas de juros e aos incentivos. Eu vou citar um exemplo aqui, para encerrar, de uma empresa de Santa Catarina conhecida nossa, que tem 1.200 funcionários. Essa questão não tem muito a ver com V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderá ajudar o Ministério da Fazenda e a Receita Federal a resolver a situação. A empresa, com 1.200 funcionários, estava devendo cerca de 100 milhões de reais. Como ela é viável, ofereceu em dação um terreno avaliado pela Caixa Econômica Federal em 75 milhões de reais, parcelando a diferença. Isso manteria a empresa. Mas a Receita Federal — também é culpa nossa no que tange à legislação — não aceita, meu caro Deputado Benito Gama, um terreno em dação avaliado acima do que se estava pedindo para reduzir a dívida. Agora, se a empresa falir, a dação é aceita, ou seja, ela primeiro tem que falir, para depois ser aceita a dação como garantia de pagamento.

Nós estamos revendo isso, estamos avaliando o projeto de lei. Isso não diz respeito diretamente por V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderia nos ajudar nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de fazer uma proposta. A Ordem do Dia já se iniciou na Câmara e no Senado. Como há mais oradores inscritos, proponho que todos sejam incluídos num bloco, para que o Presidente respondesse. Estamos de acordo? *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou ler o nome de todos os inscritos: Senador Hélio José, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Alfredo Kaefer, Deputada Geovania de Sá, Deputado Leo de Brito, Deputado Mauro Pereira e Deputado Izalci.

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, Sr. Altamir, Diretor de Administração do Banco Central, demais Parlamentares aqui presentes, nós últimos somos praticamente sobreviventes, pois ficamos aqui até o limite da exaustão das nossas forças.

Sr. Alexandre Tombini, V.Exa. é um servidor público de carreira como eu, concursado, que faz um trabalho excelente no Banco Central. Quero saber de V.Exa. sobre o concurso que o Banco Central solicitou em agosto de 2012. Em março de 2014, ocorreu a homologação final do concurso, depois de totalizados os 18 meses. O prazo final para chamar os aprovados é setembro de 2015.

O Banco Central é um dos órgãos que mais sofrem com a falta de pessoal, em função dos diversos pedidos de aposentadoria de servidores que já completaram o tempo de serviço.

O Banco Central recebeu, nos últimos anos, autorização para a contratação de até 500 desses novos servidores.

Eu gostaria, querido Presidente, de manifestar aqui o meu apoio aos candidatos aprovados que ainda não foram convocados, pois o Banco Central é uma instituição fundamental para garantir a estabilidade econômica do País.

Se V.Exa. puder responder, eu gostaria de saber como anda essa questão e se seria possível darmos uma boa notícia, uma boa nova a essas pessoas que querem ajudar o País e ajudar V.Exa. e o Banco Central a ter cada vez mais excelência na administração.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas perguntas sobre as operações compromissadas do Banco Central em que são utilizados títulos do Tesouro. É da essência do Banco Central regular a liquidez da economia, com vista a manter a taxa de juro próxima à meta estabelecida pelo COPOM.

Há uma série de detalhes aqui que não vou ler, para ganhar tempo. Vou direto às perguntas. Eu queria saber de V.Exa. por que o Banco Central expandiu tanto a sua venda de títulos ao mercado por meio de operações compromissadas?

Isso teria alguma relação com o fato de a equipe econômica anterior não desejar mostrar nas estatísticas públicas um crescimento da dívida do Tesouro? Será que havia essa questão?

Outra questão. Alguns analistas argumentam que uma das formas de contabilidade criativa adotadas até o ano passado consistia em não rolar integralmente a dívida mobiliária vincenda do Tesouro. Com isso, os demonstrativos não apresentavam elevação significativa da dívida. O Tesouro pagava em dinheiro parte da dívida vincenda, e isso aumentava a liquidez da economia e forçava o Banco Central a fazer operações compromissadas.

Na prática, isso significava que o Banco Central tinha assumido o papel de rolar a dívida pública. Os títulos que o Tesouro não vendia acabavam sendo vendidos pelo Banco Central. Por isso eu pergunto: na sua opinião, Sr. Presidente, isso caracteriza financiamento indireto do Banco Central ao Tesouro?

Hoje no Senado, daqui a pouquinho, vamos votar as MPs 664, 665 e 668 como base do nosso Governo, querendo ajudá-lo a cada vez fazer o melhor, com algumas mudanças que já foram feitas. Vamos, portanto, apoiar essas medidas tão difíceis.

Então, seria importante sabermos de V.Exa. se, dada essa situação de forte restrição fiscal, o Tesouro tirava dinheiro para quitar parte da dívida em *cash*. Eu também queria saber se esse dinheiro não vinha de alguma transação interna entre o Banco Central e o Tesouro.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a perguntar. Eu teria mais algumas questões a fazer, mas sei que precisamos ganhar tempo e sei do compromisso de V.Exa. Quero inclusive parabenizá-lo e trazer o abraço de um formando pela UnB, como V.Exa. Estamos juntos na luta por um Brasil cada vez melhor.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Sra. Presidente Rose de Freitas e à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente Rose de Freitas, quero primeiro externar meu agradecimento ao Sr. Alexandre Tombini pela presença e pela boa vontade em debater de forma aberta e transparente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Registro que tenho certa frustração pela nossa dificuldade de tempo, já que há várias atividades sendo realizadas ao mesmo tempo, o que inviabiliza um debate mais profundo sobre questões estratégicas.

Em segundo lugar, eu gostaria de me somar à luta dos concursados do Banco Central. Falo como um paraense que acompanha uma situação realmente perigosa de quase fechamento da sede do Banco Central no meu Estado. Há 2 ou 3 meses, manifestei-me sobre o tema, dizendo que estamos com apenas 59 funcionários, sendo vários em processo de aposentadoria, para cobrir toda a Região Amazônica, mais de 50% do território nacional.

Realmente, não dá para reclamar de pedaladas e, ao mesmo tempo, inviabilizar a ação da autoridade monetária e reguladora do sistema. Sem funcionários qualificados concursados, nem se exerce autoridade nem se consegue trabalhar para um sistema tão complexo, tão abrangente.

Portanto, eu aqui manifesto a necessidade urgente de serem chamados os concursados.

Também quero dizer que propus, num dos debates aqui, o aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL Isso é um passo a ser dado, embora ainda muito tímido. Com a Contribuição em 15%, arrecadam-se em torno de 10 bilhões. Enquanto isso, os bancos tiveram ano passado 80 bilhões de lucro líquido — líquido! Em nenhum país do mundo isso ocorre.

Quando eu vejo um banqueiro reclamando do Lula e da Dilma, lembro que eu tenho direito de reclamar, que o desempregado tem direito de reclamar porque agora perdeu o seguro-desemprego, que o pescador tem direito de reclamar, que a viúva tem direito de reclamar. Se banqueiro reclamar demonstra ingratidão. O Bradesco está com 4 bilhões e pouco de lucro até agora, e não se completou nem meio ano. Então, a CSLL deveria ir para 30, pelo menos, para que os muito ricos paguem por essa crise.

Há uma coisa fundamental. A Argentina teve coragem. O Equador teve coragem, convidou técnicos brasileiros e auditou sua dívida. A nossa Constituição determina auditoria da nossa dívida pública. Mas por que isso nunca é feito? Por que tanto medo do poder do capital financeiro? A soberania nacional fica sendo constrangida.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ora, 14,5 bilhões são corroídos em menos de 5 dias, com o pagamento do quase 1,4 trilhão da dívida pública. Então, por que fazer essa crueldade contra desempregados, pescadores e viúvas? Para economizar 14,5 bilhões de reais e manter uma dívida impagável, cujos títulos chegam a 70% de ágio? Essa é uma coisa inacreditável. Nenhum economista, nenhum matemático, nenhum menino que estuda aritmética pode concordar que seja justo tirar dos muito pobres e, por exemplo, pagar títulos da dívida pública, com até 70% de ágio.

Infelizmente, não dá para eu continuar, porque sei que seria antipático e inviável. Mas apresento esses temas para dizer que há soluções outras, que não o caminho que está sendo trilhado pelo Governo. Infelizmente, há outras questões importantes como o combate à inflação, uma inflação que é baseada principalmente não na demanda aquecida, mas nos preços do alimento, por conta da crise climática, mas também os preços administrados pelo próprio Estado. E, na verdade, quem acaba pagando o pato novamente são os pobres.

Foi falado aqui em produção, e concluo com isto: não haverá aumento da produção industrial e, portanto, a economia tende a entrar numa recessão profunda. Parece-me que a Presidente Dilma está dando uma orientação, porque ela tem consciência do que está sendo feito. Inclusive, o Banco Central obedece a uma orientação de uma política econômica e está colocando a corda no próprio pescoço. Nós sabemos que a crise se aprofundará com a recessão, com as indústrias fechando postos, o desemprego aumentando e a crise social se aprofundando, porque até os benefícios sociais foram reduzidos, com os pacotes de maldade.

Infelizmente, há outras questões a apresentar...

Eu me expresso assim de forma emocionada, Presidente, não se sinta de forma alguma... Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Sei do seu profissionalismo, sei que é um homem de carreira, sei, no entanto, que há uma orientação. Acho que alguém tem de falar, tem de mudar o rumo dessa prosa, porque o Brasil não pode afundar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, tenho uma série de indagações a lhe fazer, mas vou resumir, senão a Senadora Rose de Freitas pega no meu pé.

Quero voltar à situação da SELIC *versus* inflação, no momento em que não temos inflação de demanda. Trata-se de uma inflação por preços administrados. Muito pelo contrário, os preços estão começando a refrear, não por conta de taxas de juros, da taxa SELIC, mas porque a demanda está caindo. A crise econômica e o desemprego estão chegando, então há o recrudescimento disso.

Por que aumentar mais a taxa SELIC e qual será o impacto disso no mercado de cartão, de taxas de juros, dos juros do comércio e assim por diante? Esta é uma questão.

Segunda pergunta: tenho uma bronca, há muito tempo, com o tamanho da nossa reserva internacional e pela forma como ela é administrada. Nós temos 400 bilhões de reais, para arredondar a conta, de reservas, que nos remuneram a 1% de juros ao ano, enquanto, na verdade, não temos reserva líquida, não temos aqui resultado que não seja proporcionado por endividamento e por emissão de títulos, que nos custam taxa SELIC. Considerando que temos uma dívida de 2,5 trilhões de reais e que as reservas dão quase a metade desse valor, por que esse montante? Não poderíamos ter metade desse valor em reservas? Com a aplicação de 200 bilhões de dólares no tesouro americano, num convênio, será que não teríamos a possibilidade até de um cheque especial nos organismos internacionais, para se, eventualmente, precisarmos de mais recursos em dólares, nós os tenhamos? Por que onerar esse custo, com esse diferencial?

Outra pergunta: qual é o impacto que o senhor considera que terá o aumento em 5 pontos da CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos? Que freio o Banco Central tem, ou o sistema tem, para não transferir isso efetivamente para o consumidor, através de aumento de tarifa, taxas e assim por diante?

Eu queria que o senhor abordasse também o caso do HSBC, que está indo embora. Como disse o nosso colega Deputado Evair de Melo, qual é o impacto da concentração bancária cada vez maior que nós temos no Brasil?

Vamos falar dos depósitos compulsórios. No momento de crise e voltando a inflação de demanda, que não existe, não há impacto em cima de depósito compulsório, que é um mecanismo para você retirar meio circulante.

E eu queria falar sobre o estresse do sistema. Nós aprovamos aqui na MP 608, de 2013, uma regra da Basileia, com a qual nós trouxemos créditos presumidos de resultados... Fugiu-me o termo agora. Isso conseguiu contrabalançar muito bem o sistema para equilibrar na Basileia. Como está hoje e que nível de informação nós temos com a inadimplência?

O senhor disse aqui que o Banco Central — e de fato teria que ser — é o guardião da moeda e o controlador do sistema financeiro. Como está essa situação hoje?

Tenho uma pergunta para senhor sobre o seguinte: nós temos no Senado uma proposta de independência do Banco Central. Eu estou ansioso para que o Senado a aprove e para que a Câmara também possa debate-la. Eu gostaria muito de participar dessa discussão. Sou um defensor do Banco Central independente. Como o senhor analisa a autonomia do Banco Central, com essa situação em que a Fazenda e a própria dita “pedalada fiscal” mostraram que o nosso Banco Central não é tão autônomo, como deveria ser — independente não é, por circunstância legal —, e é influenciado sim pelo Poder Executivo.

Seriam essas as minhas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Geovania de Sá, do PSDB de Santa Catariana.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Boa tarde, Presidente Rose. Parabéns por este momento aqui, com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A minha pergunta vai ao encontro do que o Senador Hélio José trouxe há poucos instantes, referente aos concursados do Banco Central. Na semana passada, Presidente, nós realizamos uma audiência pública que tratou exatamente da situação dos concursados que realizaram o concurso em 2013. A Lei nº 9.650, de 1998, dispõe sobre o quadro de servidores do Banco Central e estabelece a necessidade de 6.470 especialistas. Observa-se que, atualmente, estão em atividade 4.041 servidores. E a perspectiva, em 2015, é de 700 aposentadorias. A

nossa grande preocupação é com a defasagem de, aproximadamente, 40% do quadro. E dos 1.035 concursados que já foram capacitados, um grande investimento, somente 350 foram chamados.

Na semana passada, o Aviso nº 49, de 2015, do Banco Central, emitido pelo Presidente, solicita a nomeação de mais 458 concursados. O que nós queremos saber aqui é qual a expectativa de ser atendido esse quantitativo solicitado ao Ministério do Planejamento. O Ministro esteve em nossa audiência pública e não nos respondeu, assim como a Casa Civil, infelizmente.

Lembro também que houve um concurso de auditores fiscais da Receita Federal, e a Presidente da República já encaminhou a nomeação das vagas e mais 50% do restante.

Então, nós queremos saber do Banco Central qual é a expectativa de serem chamados os concursados?

Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Passo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sr. Presidente Tombini, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, o que aflige todos nós, toda a população do nosso País, neste momento, é exatamente o momento da nossa economia e a questão do ajuste que nós votamos recentemente aqui, na Câmara dos Deputados, e que está sendo votado agora no Senado Federal.

Vejo como importante, neste momento em que se fala de ajuste, verificarmos experiências outras de ajustes em nosso País que tenham sido exitosas. Se formos olhar, por exemplo, para 2003 — e aí eu queria pegar esse parâmetro — o Presidente Lula assumiu o nosso País em uma situação econômica complexa, complicada. E, ao contrário do que se esperava naquele momento, ele fez um ajuste.

Naquele momento, o Risco País estava na casa dos 1.460 pontos, nós tínhamos uma taxa de câmbio em crescimento; nós tínhamos uma entrada líquida de capital externo em queda; nós tínhamos reservas internacionais de 37,8 bilhões de dólares, sendo que 20,8 bilhões de dólares eram do FMI. Hoje, nós temos as

reservas internacionais, segundo dados do próprio Banco Central do dia 25 de maio, de 372,1 bilhões de dólares.

Nós tínhamos uma dívida líquida do setor público em 60,6%, a inflação em 12,5%, os juros a 24% e o desemprego na casa dos 12%. Então, naquele momento, inclusive, foi feita a chamada "reforma da Previdência", e as consequências daquele ajuste que foi feito inicialmente pelo Presidente Lula todos conhecem: pagamos o FMI. Para além disso, nós nos tornarmos credores do FMI e pudemos passar, a partir daquele momento, para um importante ciclo de desenvolvimento, eu diria que para uma fase gloriosa de crescimento econômico com inclusão social, fortalecimento dos investimentos e das políticas públicas como um todo.

Eu queria que o senhor, na condição de autoridade econômica do nosso País, fizesse um parâmetro dessas duas situações, do cenário de 2003 e do cenário atual. E a pergunta que eu faço é exatamente neste sentido: quais são as perspectivas de que isso venha a acontecer novamente? Todos nós estamos esperando que o atual ajuste dê resultado, aliás, votamos para isso.

É um momento em que o trabalhador, aliás, todo mundo, de alguma maneira, vai pagar a conta. Agora, a Presidenta anuncia a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos o Imposto sobre Grandes Fortunas e sobre heranças, também. Mas eu queria saber se a perspectiva é a mesma, de que possamos, pós-ajuste, ter um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, quero aqui reforçar a palavra da minha colega Deputada Geovania de Sá e também do meu colega Senador Hélio José, com relação à questão do concurso, para que possamos reforçar o time, que talvez esteja deixando de cumprir as suas obrigações por falta de pessoal. Eu acho muito estranho o Banco Central não ter acompanhado as pedaladas e os empréstimos da Caixa Econômica para o Tesouro e não ter tomado nenhuma providência.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho também estranho, durante tantos anos, não ter controlado as atividades do BNDES, especialmente em face dos grandes tomadores de empréstimos. Ou seja, não agiu preventiva e muito menos posteriormente.

Agora, a pergunta que faço: eu estive, recentemente, em Curitiba, e ouvimos lá a doleira Nelma Kodama, que estava revoltada por ter recebido 18 anos de prisão. Ela só fez 900 operações de importação e exportação e pegou 18 anos. O Leonardo Meirelles, que é da Labogen, fez mais de 3.900 operações de importação e exportação e câmbio, com empresas, coisas fictícias, e jamais teve problemas e não recebeu nenhuma penalidade até agora. São bilhões e bilhões de importações e exportações fictícias. Ao responder a indagação que fiz, ela disse o seguinte: *"O Banco Central não tem controle disso".* Eu me lembrava — muitos anos atrás, alguém me falou, não sei onde eu ouvi isso — de que o Banco do Brasil tinha certo controle disso.

Eu fui pesquisar, durante a audiência pública dos depoimentos, e verifiquei que, em 2006, quando começaram as operações maiores da PETROBRAS, veio para esta Casa uma MP — se não me engano, a Medida Provisória nº 615, de 2006 —, flexibilizando a questão da importação e da exportação, que foi transformada em lei aqui.

Inclusive, ela chegou a dizer, em relação à questão do COAF — nós perguntamos como, com um volume desses de desvio de recursos e de movimentação de contas bancárias, o COAF não toma nenhuma providência —, ela disse simplesmente que um gerente qualquer do Banco do Brasil — ela citou o nome dele, Raul não sei das quantas — e mais um operador de câmbio bastavam para justificar qualquer operação, dizendo que estava o.k., e morria o assunto. Ninguém fiscalizava.

Portanto, eu pergunto a V.Exa. que providências estão sendo tomadas. O que o Banco Central está fazendo, em termos de fiscalização das operações? V.Sa. acabou de dizer que são milhões e milhões em operações. Mas algum mecanismo tem que haver de controle, senão, não tem sentido — não é? São 4 mil operações de empresas fictícias que sequer receberam qualquer produto de exportação e importação! É uma coisa maluca, no Brasil, não haver esse tipo de controle.

Então essas eram as minhas indagações, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Hauly, do PSDB do Paraná.

Em seguida, para encerrar, falará o Deputado Expedito Netto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Presidentes das outras Comissões, Sr. Ministro Tombini, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava revendo o artigo do ex-Ministro e ex-Deputado Antônio Delfim Netto de hoje, intitulado: *O furo é mais embaixo*.

Analiso, olhando abaixo do artigo o retrato do País: o crescimento do PIB, negativo; o crescimento da produção industrial, negativo; a taxa de inflação, ascendente — 8,3%; o déficit em conta corrente, 3,9% projetado; a dívida bruta, 63%; a taxa de juro real, 5,5%; o superávit primário, 1,2%; o déficit nominal, 8%; a balança comercial, 6,7%; os juros da dívida 9,2%; a balança de industrializados em negativos 61%; o crescimento do PIB mundial, 3,4%.

O mundo já se recuperou, e nós continuamos patinando. E o fator que o Ministro Delfim coloca é o seguinte: foi todo o sacrifício pela reeleição a qualquer custo. E sacrificou-se o ajuste fiscal.

Mas, de qualquer maneira, Sr. Ministro e Srs. Diretores, em relação ao ajuste fiscal, a minha experiência — 24 anos aqui no Congresso Nacional, vendo vários planos econômicos, um pouco antes, como Secretário da Fazenda, quando participei da Assemblei Constituinte, e da tragédia também dos Planos Collor 1 e 2 e dos Planos Sarney — diz que esgotou. Não há mais possibilidade de continuarmos com o ajuste e de remendo em remendo.

As reformas fatiadas do Ministro Mantega não deram certo. O Governo vai colher o ajuste fiscal que está sendo discutido agora, no Senado, e ainda tem um pedaço aqui, na Câmara dos Deputados. Mas confesso, na minha experiência, que somente reformas profundas, estruturais, poderão nos tirar desta situação de desequilíbrio, do déficit das contas públicas, da conta corrente, da balança de pagamento, da balança comercial, da desindustrialização do País, da volta da inflação, do desemprego. Com o aumento dos impostos e das contribuições, diminui mais o poder aquisitivo. Não adianta: vai tirar dinheiro de banco, vai para os juros, e o cidadão é quem vai pagar.

O cidadão não tem mais capacidade de endividamento. Esgotou-se a capacidade de endividamento. A carga tributária brasileira, para o trabalhador que recebe até dois salários mínimos, é a mais alta do mundo: 53,9%, segundo o IPEA. A taxa de juros para o cidadão trabalhador também é a mais alta do mundo.

Então, nesse contexto, Sr. Ministro, eu não quero... O Banco Central, na minha opinião, nunca deverá ser autônomo. Nunca! O Banco Central tem que ser ligado ao Governo. Essa coisa de Banco Central autônomo é bom para banqueiro, mas não é bom para o País.

E, se for para trabalhar as reformas, nós estamos aqui para trabalhar as reformas. Remendo, nós não demos apoio e não queremos dar apoio para remendo, Senadora Rose de Freitas. Queremos mudanças estruturais. Para fazer mudanças, a Presidenta Dilma tem que chamar um pacto nacional, um entendimento nacional. Os Prefeitos estão aí; os Governadores, na semana passada. No final do ano, Prefeitos não terão dinheiro para a folha de pagamento. Não há solidariedade com nenhum Prefeito e Governador por parte do Governo. Não estou falando do Banco Central, estou falando do Executivo. O Executivo tem fugido. Tanto que estão aí 2 mil, 3 mil Prefeitos, não sei quantos.

Então, a situação é dramática. Não tem dinheiro para o FIES, não tem dinheiro para as embaixadas no exterior, não tem para o Seguro Rural, não tem dinheiro para isso e para aquilo. E o Banco Central tem essa imensa responsabilidade, que não é dele, que é o ajuste fiscal. Então, se o Governo não cumpre com a sua parte, como é que pode ser o guardião da moeda e do crédito do País?

Então, deixo aqui a preocupação, a crítica, mas também a grande preocupação com a necessidade imperiosa de reforma do País. Nosso País precisa de reforma, Senadora Rose de Freitas, senão vai ficar cada vez pior. Não adianta essa situação de que todos falam aqui, e esse problema vai persistir.

Não invejo a posição dos diretores do Banco Central neste momento de crise. E não invejo nenhum Governador, nenhum Prefeito, nenhum Secretário de Finanças Municipal ou Estadual, e nem os dois Ministros, o da Fazenda e do Planejamento, porque a situação, realmente, é mais difícil. Vocês são, hoje, o alvo realmente da atenção do País, para solucionar algo que vem já remontando de problemas e

problemas. Desde a Constituição de 1988, esse Estado brasileiro não cabe mais dentro do que tem aqui. É preciso fazer uma revisão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para encerrar, o Deputado Expedito Netto, do Solidariedade.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Em nome da Senadora Rose de Freitas, da Exma. Senadora Presidente desta Comissão, eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes.

Sr. Presidente do Banco Central, nesta Casa nós trabalhamos para quem realmente trabalha para o futuro do nosso País, pessoas em que nós podemos investir. Essas pessoas são os trabalhadores, Sr. Presidente, é esse povo que nós defendemos nesta Casa.

Apesar de a economia brasileira estar praticamente estagnada, mas com a inflação ainda resistente, o Banco Central tem aumentado seguidamente as taxas de juros. Em sua visão, essa política está correta, já que atinge diretamente a vida do trabalhador? Além do corte anunciado pelo Governo, no Orçamento, quais são as medidas que o Governo pretende tomar para não atingir ainda mais o bolso do trabalhador? Se tem alguém que nós temos que defender, esse alguém é o trabalhador, Sr. Presidente. E nós precisamos de medidas já, em defesa do trabalhador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Presidente do Banco Central. Muitas perguntas, não é, Presidente? Vai ter que usar o poder da memória escrita aí.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta. Enfim, vou tentar ser sucinto nas respostas, por questão de tempo, também.

Vou começar pela ordem. O Deputado Julio Lopes fez duas ou três indagações. A primeira, em relação a se o Banco Central não regula a Caixa Econômica Federal. Naturalmente, regula. O que eu mencionava é que na metodologia que nós adotamos desde 1991, o conceito de abaixo da linha é a variação de ativos e passivos do setor público não financeiro. — a Caixa é fora; Governo, dentro. A relação desse setor público não financeiro, o Governo, com o Sistema Financeiro, incluindo os bancos públicos. Então, nessa relação, certamente,

a Caixa Econômica está no rol, digamos, das operação que, no abaixo da linha, vão ser computadas para efeito do resultado primário e da dívida pública.

Em relação à questão de uma contradição entre compulsório e liberação de compulsório, acho que V.Exa. está correto, na minha avaliação. Enfim, não deve haver essa contradição, ainda que políticas sejam acionadas. Mas eu acho que é uma boa prática que não haja contradição nas políticas, por exemplo, no combate à inflação. Eu acho que V.Exa. se referia a isso.

Em relação às indagações do Deputado Benito Gama, ele mencionava a questão que eu disse aqui, que o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% em dezembro de 2016. É nisso que nós estamos focados no momento. E ele... Confusão em relação a 2018. Em 2018... A expectativa do mercado para 2018 está em 4,7%. Não é a nossa projeção, nós não temos projeção tão longa assim. Eu estava me referindo à expectativa do mercado, que está em 4,7%, pela coleta que nós fazemos toda semana, e, para 2019, já está em 4,5 %. É a isso que eu me referia. Mas o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, e o mercado, nesse caso, ainda está com a expectativa de inflação em 5,5%, para dezembro de 2016.

As principais rubricas, eu mencionava, do resultado de 25 bilhões, são aí juros com operações com títulos, enfim, é a grande rubrica, e outras receitas e despesas financeiras, que têm aí, operações de equalização, enfim, têm essas duas rubricas, para atender às indagações do Deputado Benito Gama.

Em relação ao déficit de pessoal, a que se referia o Deputado Pauderney Avelino, eu já mencionei que, dentro do envelope orçamentário e também de pessoal, nós estamos priorizando as ações de fiscalização, de maneira que não haja comprometimento do trabalho nessa área, assim como nas outras. Certamente, essa é uma área prioritária do Banco Central. Nós estamos fazendo gestão em relação aos concursos, preocupação de vários Senadores, Hélio José, e de Deputados, Izalci e Deputada Geovania. Em relação aos concursos, estamos fazendo gestão para ter o máximo de contingente possível, ainda em relação ao concurso de 2013. V.Exas. mencionaram, inclusive, gestões que nós temos feito nesse sentido.

Os números são um pouco diferentes, talvez, em relação ao potencial de aposentadoria, mas são números expressivos. Há uma preocupação.

Eu vou voltar às questões, mas é porque eu estava, em resposta ao Deputado Pauderney Avelino, já entrando na questão do pessoal.

Guardião da moeda, Inflação convergindo neste ano... Bom, enfim, já mencionei aqui, anteriormente, o choque de preços relativos que estamos vivendo no momento, e, enfim, o que o trabalho do Banco Central está objetivando. Está objetivando trazer a inflação para 4,5%, em dezembro de 2016, de maneira a conter os efeitos, digamos, secundários desses ajustes de tarifas e também do preço internacional do dólar, que tem se valorizado aí no mundo. Então, contendo os desdobramentos inflacionários desses dois grandes ajustes, para trazer a inflação a 4,5%, em dezembro de 2016.

Endividamento das pessoas físicas, Sistema Financeiro de Habitação, enfim... Já mencionei anteriormente, em resposta a outro Parlamentar. Quero dizer que esse é um segmento importante da economia. Nós acompanhamos, estamos avaliando o desenrolar dos acontecimentos na área do setor de construção, na área do setor de habitação.

O mais, dando sequência, o Deputado Evair de Melo perguntou em relação ao fato de que estamos fazendo ajustes, o que aconteceu, enfim, em relação à economia brasileira. Perguntou também sobre a posição do Banco Central relativa ao Ato Cooperativo e também aos bancos estaduais e HSBC. Enfim, o que eu mencionava... Nós temos aqui... Na apresentação que eu passei para V.Exas., tem um gráfico que mostra que o Brasil cresceu 20% desde janeiro de 2008, ou seja, saiu rapidamente da crise. Desde 2011, 2012 também, com os preços internacionais das *commodities* declinando, o nosso crescimento desacelerou. Mas, no conjunto do pós-crise financeira global, maior crise dos últimos 80 anos, o Brasil cresceu 20%. Nós precisamos, agora, reequilibrar. Eu acho que a questão dos fluxos fiscais é muito importante para retomar a confiança e criar base para um crescimento sustentável à frente.

Então, acho que esse é um processo... Nós saímos rapidamente da crise, 2008, 2009. Os países do G-20, todos adotaram políticas contracíclicas. A economia cresceu bastante; entra um declínio dos preços da *commodities* depois de 2011. O

crescimento desacelera bastante, nós também tínhamos excesso de crescimento de crédito. Colocamos algumas medidas na área macroprudencial, reduzimos a evolução no crédito doméstico, para evitar problemas maiores à frente, que eu creio que evitamos. E os estímulos que foram concedidos, ali, a partir de 2012, 2013, não produziram os efeitos de crescimento, de maneira que esses estímulos na área fiscal reduziram os fluxos fiscais. Neste momento, esses fluxos precisam ser reestabelecidos nessa área. Então, eu acho que é onde nós estamos, hoje, no conjunto das políticas macro.

O Banco Central tem dado uma grande atenção ao setor de cooperativismo de crédito. V.Exa. deve ter conhecimento das iniciativas do Banco Central. Enfim, é um setor que recicla poupança local, é importante, foi bem na crise. Nós achamos que tem crescido, apesar de inúmeras cooperativas não estarem expandindo. Estão até consolidando, mas o número de cooperativados tem crescido, os ativos sob administração têm expandido de forma expressiva. É algo importante.

O Ato Cooperativo é uma questão tributária. Não temos opinião a respeito. Isto é com a área fazendária do Governo.

Em relação aos bancos estaduais, o Banco Central acompanha, como os outros bancos. Enfim, nesse caso em que há uma rotação de 4, ou de 8 em 8 anos, é importante que essas administrações se pautem pela prudência. Assim como qualquer outra instituição financeira, nesse caso também é assim. Nós acompanhamos com rigor a evolução desse tipo de instituição também.

Eu acho que a questão do banco estrangeiro, que V.Exa. mencionou, está aí, houve já uma divulgação, um anúncio público do controlador, do controle do HSBC, sobre o interesse de alternativas para a filial brasileira, ou, no caso, a subsidiária integral brasileira. Enfim, é uma questão, até o momento, de cunho privado. Não temos nenhuma informação que V.Exas. não tenham em relação a esse assunto. Naturalmente, se algo ocorrer nesse caso, haverá uma notificação imediata ao Banco Central, que avaliará, sob os aspectos societários e da concorrência, algum negócio eventualmente proposto no caso dessa entidade financeira que V.Exa. está mencionando.

Não sei se foi V.Exa., mas alguém perguntou sobre a concentração. Obviamente que... Bom, enfim, foi perguntado anteriormente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, sim, Deputado. Bom, já adentrando esse assunto, porque eu acho que é a mesma instituição a que V.Exa. se referia, naturalmente, não há nada de concreto, que nós saibamos. Naturalmente, quando houver, se houver, o Banco Central tem que ser acionado para avaliar, entre outras coisas, as condições de concorrência. Nesse caso, enfim, essa avaliação seria realizada, e obviamente que o Banco Central tem instrumentos mitigadores dos efeitos da concentração sobre a concorrência, que... Enfim, é difícil falar sobre um caso hipotético, não existe nada, mas, numa situação concreta, seriam acionados.

O Deputado Edinho Bez também falou, referiu-se a um convite. A minha assessoria mencionou que esse convite... O Banco Central não foi notificado a respeito desse convite para a CFFC, para tratar do assunto taxa de juros, que eles mencionaram. Certamente, eu não tinha conhecimento disso, agora tenho. E essa notificação, chegando ou não chegando, nós vamos tomar as providências para que seja atendido esse pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Eu falava do crédito rotativo, do cartão de crédito. Naturalmente crédito rotativo possui taxa elevada. Só queria lembrar que, no Brasil, nós temos também outra instituição neste mercado de cartões de crédito, que se refere ao pagamento parcelado sem juros. Então, quando colocam todas essas taxas do crédito rotativo, que são elevadas, mas, no parcelado sem juros, a taxa de juros do conjunto do cartão de crédito é elevada, porém em linha com as outras modalidades do crédito pessoal. Não é muito diferente. Mas é algo que estamos sempre olhando, e certamente teremos que nos debruçar sobre esse assunto no futuro.

A questão da Receita Federal passo às autoridades, a questão que o Deputado Edinho Bez fez em relação ao aceite em dação de pagamento de bens imobiliários para dívidas tributárias, imagino. O Senador Hélio José mencionou a questão do concurso. Então, estamos fazendo gestão para ter o máximo possível, dentro desse prazo de setembro de 2005. Agradeço a preocupação dos Parlamentares com o quadro de funcionários do Banco Central do Brasil.

Em relação a operações compromissadas, eu queria esclarecer que são operações estritamente de controle da liquidez. Nós temos no Brasil uma liquidez ampla — isso não é de hoje, é de muito tempo —, liquidez com prazos curtos. Em

relação à operação compromissada, V.Exa. mencionou que o Tesouro, enfim, deixa vencer, e nós, por questão até de controle da taxa de juros, fazemos o enxugamento da liquidez. Primeiro, os títulos que estão em nossa carteira não são de nossa emissão, são de emissão do Tesouro. Estão orçados na dívida mobiliária do Tesouro. Quando esse título está dentro do Banco Central, como o Banco Central faz parte do setor público, ele consolida. Então, esse título não está sensibilizando a Dívida Bruta do Governo Geral, digamos assim. Quando ele, no seu exemplo, deixa de colocar lá ou rola menos de 100% do que está vencendo, esse dinheiro vai para o mercado, o Banco Central pega título da carteira que o Tesouro colocou lá, que está orçado lá atrás, na divida mobiliária do Tesouro. Quando ele coloca para enxugar essa liquidez no mercado, numa operação compromissada, esse título que lastreou essa entrada de recursos no Banco Central, que está agora em poder do público, ele automaticamente entra na Dívida Bruta do Governo Geral, ou seja, não ganha nada. Não iria fazer isso para não ganhar nada, não existe nenhum benefício do ponto de vista das estatísticas, nada disso. Então, exatamente esse é um instrumento de controle da liquidez que o Banco Central...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, mas está em torno de 1 trilhão, e 2% de aumento nas últimas decisões implicam, pelo menos, 66 bilhões de perda.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Mas 2 trilhões cá ou lá dão no mesmo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, tira-se dos pobres e endivida-se o País em nome da superação da crise. É assim uma coisa incompreensível.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Naturalmente, se o mercado estivesse disposto a financiar o Governo a taxas menores, o Governo aproveitaria essas taxas menores.

Há também questões do Deputado Edmilson Rodrigues em relação à Regional de Belém. Nós temos várias áreas do Banco Central atuantes na Regional de Belém, entre elas a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania, que está lá presente. Nós temos multiplicadores lá nessa Regional. Nós temos fiscalização também ali. Nós temos uma gerência técnica. Nós temos Meio

Circulante. E nós temos também o Departamento Econômico, e o chefe da área econômica já participou de reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Essas nossas reuniões são de 6 em 6 semanas.

Entendo a sua preocupação. É preocupação nossa também de manter a prioridade. Demos prioridade também, neste último concurso, na alocação de funcionários, contingente proporcional à Regional, mas demos prioridade na alocação à Regional de Belém.

O Deputado Alfredo Kaefer fez uma relação entre SELIC e inflação, dizendo que a inflação é de preço administrado, que não se deveria aumentar a SELIC, que o tamanho das nossas reservas internacionais é excessivo para a remuneração, e pergunta se não seria o caso de pegar o cheque especial nos organismos internacionais, como no passado, enfim; impacto da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que tipo de atitude poderíamos ter; a questão do HSBC, que eu já mencionei, e a questão de Basileia em relação à situação da inadimplência.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O sistema propriamente dito, a solidez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A solidez do sistema, muito bem. Então, começando pela solidez do sistema, o sistema está nas nossas apresentações aqui. Em comparações internacionais, o nosso sistema é bem capitalizado, bem provisionado. Na Lâmina 52, está lá o Índice de Basileia. Esse é o último dado disponível numa comparação internacional. São dados do FMI, logo uma fonte externa. O Brasil está com 16,7; Alemanha, com 18, em termos de Índice de Basileia. Em relação a provisões para inadimplência sobre o capital, o nosso está em 11%, é o maior deles. No que tange a ativos líquidos sobre passivo de curto prazo, de acordo com esses dados do FMI, o Brasil está bem posicionado, do ponto de vista da capacidade do sistema, para absorver choques e riscos. Eu acho que é algo que nós... Obviamente V.Exa. não precisa se preocupar, desde que nós nos preocupemos no Banco Central, como sempre.

O tamanho das nossas reservas, isso é como um seguro. Eu acho que essa conta tem que ser ajustada, porque uma coisa é remuneração em moeda local a 12%, 13%, e uma remuneração em dólar a 1%. Obviamente que, se for converter para a mesma moeda, talvez a diferença não seja tanta, mas esse é um aspecto

importante. Inclusive, o *swap* serve um pouco para mitigar, é um *hedge* nas reservas, porque, quando o real se desvaloriza, o balanço do Banco Central aumenta, e aí no caso, no *hedge*, você dá proteção para o setor privado. Quando o real se valoriza, o valor do ativo no balanço do Banco Central encolhe em reais, mas, pelo *swap*, um terço da reserva nós recebemos do setor privado. Então, é um aspecto sem dúvida relevante, mas eu acho que o nosso nível de reserva, em torno de 15% do PIB, está num intervalo intermediário em relação aos demais países. Mas é um colchão importante. Eu acho que dá certa tranquilidade para o País.

Em relação à inflação, o que eu tenho dito aqui é que existe esse preço administrável, sim. A inflação e a valorização do dólar são fenômenos que estão acontecendo. Um é local e o outro, global, e estão acontecendo mais ou menos ao mesmo tempo, de maneira que a política monetária entra para conter as consequências desse efeito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, enfim, ela aumentou. Bom, se não fizesse sentido, em nossa opinião, não teria sido elevada. Então, é um instrumento forte, mas necessário neste momento, enfim, para conter justamente isso, para que esses preços relativos ajudem a economia ali na frente, para que os sinalizadores, em termos de preços públicos, sejam mais precisos para alocação de recursos, para o setor privado poder investir ali na frente e ter uma clareza maior em relação a esses preços.

Por outro lado, a valorização do dólar tem esse desdobramento, o repasse cambial para dentro da inflação doméstica, e nós temos que conter isso, de maneira que a depreciação — e V.Exa. conhece bem essa matéria — seja real e não nominal, ou seja, se o dólar se fortalece e o real se enfraquece, que a inflação não tire essa competitividade do produto nacional com a outra mão. Então, por isso, nós temos que conter a inflação. É esse o trabalho do Banco Central nesse momento.

Bem, em relação à autonomia, acho que o Banco Central não consegue operar um dia sem autonomia operacional. Em relação a questões de organização institucional, de independência, acho que o Parlamento é quem melhor dirá, o resto do Governo também. Enfim, o Governo com a sua orientação. Mas em relação ao Banco Central, aqui foi dito: sem autonomia, você não consegue operar um dia o

Banco Central. Certamente, eu não estaria à frente do Banco Central se não tivesse autonomia operacional, o que é muito diferente de independência e de autonomia de júri na lei. Mas é importante, senão não se consegue tocar uma instituição da complexidade do Banco Central, com supervisão, enfim, com uma série de responsabilidades.

A Deputada Geovania de Sá, a questão do Banco Central eu já mencionei. O Deputado Leo de Brito mencionava a experiência de 2003, agora. Eu acho que tem algum paralelo, sim. A situação lá era bastante mais dramática, no meu entendimento, em relação ao próprio ambiente internacional. Apesar de estarmos vindo da maior crise dos últimos oitenta anos, já se passaram oito, nove anos, e a economia nesse período pós-crise cresceu 20%, atingiu um platô. Agora, precisa — digamos — reorganizar-se macroeconomicamente para dar outro salto ali na frente. Tem fontes de crescimento à vista, infraestrutura, uma série de questões nas quais eu não vou entrar aqui, mas nós precisamos reequilibrar o macro, o fiscal e o particular, ancorar a inflação na meta.

O que nós estamos vendo no mundo é que, apesar dos falsos positivos de recuperação, de retorno à normalidade, parece que agora mais áreas estão tendo um crescimento maior. Aproxima-se o período de normalização da política monetária nos Estados Unidos. Perguntavam-me se isso era bom para o Brasil ou não. Acho que há os riscos de transição, mas se estão apertando a política, ou se vão apertar, é porque lá a economia subjacente está ganhando velocidade, está ganhando fôlego. Isso ajuda o comércio internacional. É um parceiro importante. Está na região. Acho que, ajustando a nossa política macroeconômica, ancorando bem a inflação, iniciando esse processo de ajuste nos Estados Unidos, nós passamos bem, se estivermos preparados. Estamos nos preparando para isso.

Ali, na frente, você vai ter um quadro internacional melhor do ponto de vista de crescimento, crescimento da economia global, crescimento do comércio. Nós vamos estar mais preparados para isso, para pegar daqueles 20% que acumulamos desde janeiro de 2008 e retomarmos aí um crescimento econômico sustentável à frente. Acho que é imperativo fazer esse ajuste agora, senão nós vamos patinar 4 anos ou mais nesse processo.

Deputado Izalci, também já respondi à questão...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só não entendi a resposta. Vai chamar ou não vai chamar? Eu não entendi.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não sou eu que chamo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas está prevista alguma decisão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Se depender de mim, eu chamo todo mundo. Há uma restrição orçamentária. O envelope encolheu. Nós estamos fazendo a gestão, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem nenhuma previsão de chamar agora, na prática?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu quero que seja o máximo possível dentro da...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem decide é o Planejamento? Não é isso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A política de funcionalismo quem que defende?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não sei. Eu estou perguntando a V.Exa. Eu não sei como está o andamento. Eu gostaria de passar para os interessados é: qual o posicionamento do Governo, seja Banco Central, seja Planejamento, seja Fazenda? Qual é o tratamento? Qual é a expectativa? Qual é a previsão, se existe, para que eles possam planejar a sua vida também? Vão fazer outro concurso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central está fazendo gestão para ter o máximo possível de funcionários desse concurso de 2013.

O Deputado Luiz Carlos Hauly...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não fiz só essa pergunta, não. Fiz várias perguntas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, fez várias perguntas. Deixe-me ver aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão da Kodama, lá do doleiro. Eu fiz várias perguntas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - De fato. Em relação ao BNDES era...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em relação ao BNDES é sobre todas essas operações aí, esse sigilo todo e ninguém sabe de nada. O Banco Central também acho que não acompanhou isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação ao sigilo, a Lei nº 105, a Lei do Sigilo Bancário, define o que é passível de ser compartilhado. Então, essa é uma questão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o Banco Central está fiscalizando, está controlando isso? O sigilo também é para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Banco Central não tem acesso às informações?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles abrem tudo para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central é o regulador de todos os bancos, inclusive do BNDES. Não há sigilo contra o regulador.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E, pelo Banco Central, no BNDES está tudo o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Está previsto na Lei 105.

Como está tudo o.k.? O BNDES é sujeito à supervisão, tem uma série de trabalhos sempre em andamento. Enfim, ninguém está o.k., ninguém está fora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas há algum questionamento que o Banco Central fez e que eles não atenderam, ou que está pendente, ou que estão providenciando?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a informações, imagino que não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está tudo o.k. lá?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não, as informações que nós solicitamos a entidades reguladas... nós queremos ter acesso a essas informações. Se não, não podemos supervisionar nem regular uma instituição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas teve acesso às informações e detectou alguma coisa? Eu quero saber isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nós temos acesso às informações de todas as entidades reguladas, informações ativas de operações de crédito. Enfim, se é muito, se é pouco, se é para Fulano, Beltrano, isso não interessa. O que interessa é a saúde.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se tem garantia ou não também não interessa?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - As garantias estão todas o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Isso interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Friboi, por exemplo, a...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Eike Batista**,** por exemplo. Eike Batista é um exemplo, o Banco Central detectou alguma questão do financiamento do Eike Batista com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu não vou fazer comentários sobre...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou dando um exemplo.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sim. É óbvio que o Banco Central acompanha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, desculpe, Sr. Presidente do Banco Central, Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente Rose, não adianta eu perguntar nada. ele não responde nada! Para quem eu vou perguntar?

Com relação à Kodama, as operações...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou permitir que ele conclua as respostas, mas quero ponderar pelo bom senso aqui. O senhor faz a pergunta, ele responde, e nós não ficarmos nesse bate-bola, alguém empurrando alguém na parede, porque o esclarecimento é fundamental. Para o senhor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei, Presidente, é só a resposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele dará. Eu também quero entender a resposta, mas eu não estou entendendo... É, eu me senti assim também. Portanto, o senhor pergunta e o Presidente responde, por favor.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Presidente. Em relação às operações de prevenção de lavagem de dinheiro, nós temos um sistema hoje reconhecido na área do sistema financeiro nacional, já foi submetido a exames externos por parte do GAFI, o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo no mundo. O sistema segue as melhores práticas internacionais.

Como é esse sistema? O sistema em relação às instituições financeiras reguladas e supervisionadas pelo Banco Central tem que seguir alguns princípios básicos, tem que ter uma estrutura para seguir a questão do conhecimento do cliente. No caso desse cliente levantar algum apontamento, alguma observação das instituições financeiras, deve proceder à comunicação ao órgão central do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, que cuida de vários segmentos, inclusive o sistema financeiro, que é o COAF. Nós acompanhamos não só a regulação. Inclusive ampliamos a lista de operações que deve ser acompanhada pelas instituições financeiras no segmento de combate à lavagem de dinheiro. Ampliamos recentemente o rol de operações para chamar a atenção. Isso está definido. Nós definimos a regulação do Conselho Monetário junto com o Banco Central. Acompanhamos como as instituições estão fazendo a prevenção à lavagem, se elas estão notificando, quais são os controles que elas têm, quais são as listas que elas acompanham. As pessoas politicamente expostas, como V.Exa. e eu, devem ser acompanhadas com uma atenção especial. Então, nós nos certificamos nas nossas avaliações tanto remotas quanto *in loco* se isso está sendo seguido pelas instituições financeiras.

Bom, não é à toa que as instituições financeiras desde a aprovação da lei já fizeram mais de 5 milhões de notificações ao COAF. Só no ano passado foram 800 mil. O sistema está funcionando. Vários dos casos que estão aí... Eu não sei exatamente o caso que V.Exa. mencionou, mas vários entraram nessa rede. Foi feita uma avaliação e foi aprofundada a investigação. O Banco Central não é órgão de investigação. O Banco Central é órgão regulador do sistema financeiro. Então,

nós regulamos apenas instituições financeiras, mas neste quesito há de haver um sistema robusto, tem de haver notificação e obviamente, se soubermos de alguma notificação inadequada ou que não houve notificação, no caso, também nós vamos atuar. Nós já atuamos preventivamente e esse sistema funciona. Está certo e está produzindo aí notificações da ordem de quase 1 milhão por ano nesse mercado. Eu estava aqui mencionando que o mercado é ativo, como outros mercados, mercados de títulos, etc, mas mercado cambial aí no Brasil gira a 9 milhões por dia na média, ou seja, 2,2 trilhões por ano de dólares. Há 30 mil operações/dia, que dá um total aí de aproximadamente 7 milhões de operações/ano.

Enfim, a economia é a sétima ou a oitava do mundo e tem relação com os setores... Agora, o sistema é bom, o sistema funciona e tem detectado e tem dado início a várias dessas investigações que V.Exa. certamente conhece.

Enfim, eu acho que era isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu tenho direito a uma replicazinha de 1 minuto ou não, pelo Regimento? Posso usar minha réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, V.Exa. sabe que já usou e que pode usar mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem, obrigado.

Não, eu só quero dizer que até entendo que o sistema pode estar esperando corretamente. Imagine se não estivesse. O que eu estou dizendo... Talvez não seja do Banco Central isso. Talvez o Banco Central tenha detectado o problema, tenha repassado para outros órgãos e esses órgãos não tenham resolvido o problema. A minha indagação, porque é evidente que eu tenho de perguntar isto aqui, na CPI ou em algum lugar: A Nelma, que é uma doleira, disse a nós — e é por isso que estou colocando a V.Exa., — que existe uma fragilidade na legislação. Tanto é que ela fez 900 operações, mas para a Labogen, através de Leonardo Meirelles, fez 4 mil operações de importações e exportações, com câmbio, com empresas fictícias e fantasmas. Então, quer dizer, não detectaram as empresas porque eram fantasmas. Não houve operação de fato.

Então, se o Banco Central detectou e cobrou do COAF, que não resolveu a situação, é uma coisa. Agora, se o Banco Central não detectou essas operações realmente o volume é muito grande. E perguntei a V.Exa. sobre a medida provisória

que veio para cá, porque, se não me falha a memória, eu sabia que o Banco do Brasil tinha um controle antigamente, e parece que não tem mais. E a partir dessa medida provisória foram flexibilizadas essas operações de câmbio, de importações e exportações.

Seria só esse comentário: se essa legislação que nós aprovamos aqui — aliás, nós não, porque eu não estava aqui —, quando a aprovaram, essa legislação flexibilizou e dificultou esse controle porque realmente o fato existe.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não. Inclusive, Sra. Presidenta, de 2006 para cá, o número de notificações desse sistema é bastante elevado. Agora, só para um esclarecimento adicional a V.Exa., as instituições financeiras têm corresponsabilidade nessa matéria. Ou seja, um dos princípios basilares da prevenção à lavagem de dinheiro é o conhecimento do cliente. Então, conheça o seu cliente, que é importante. Por exemplo, se uma empresa é contumaz nesse tipo de operação, obviamente a instituição financeira deve ter conhecimento a respeito dessa empresa, deve saber do que se trata. De outra sorte, seria um caso hipotético — tratando-se de um caso hipotético — o Banco Central teria de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Sa. pudesse encaminhar à Comissão aqui ou para algum lugar aqui do Congresso, sobre a questão da Labogen, que fez quase 4 mil de operações que deram quase 4 bilhões de reais. É um valor significativo, quer dizer, deveria ter sido detectado. Se foi detectado, se pudessem mandar para nós ou para a CPI ou para a Comissão Mista de Orçamento, eu agradeceria a S.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nos termos da lei, o que nós tivermos, poderíamos enviar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Agradeço aos Líderes que aqui conseguiram ficar no final desta reunião, por estarmos já em processo de votação, pediria ao Senador Hélio José e ao Deputado Valtenir Pereira... Agradeço pelo comparecimento, Sr. Presidente, da sua equipe também, Dr. Alexandre Tombini, Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, Luiz Pereira da Silva, da Diretoria de Política Econômica.

Peço ao Deputado e ao Senador que acompanhem V.Sa. até a saída da nossa Casa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que para amanhã, dia 27 de maio, às 13 horas, está confirmada a reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para discussão do Projeto de Lei nº 01/2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Está encerrada a reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2015.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Esta reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 - Projeto de Lei nº 01/2015-CN – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências", em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares:** Benedito de Lira, Eduardo Amorim e Rose de Freitas; **- Deputados suplentes:** Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Weliton Prado; e **- Senador suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alfredo Kaefer, Benedita da Silva, Carlos Melles, Geovania de Sá e Júlio Cesar. Teve a ausência

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

justificada o Deputado Titular Samuel Moreira. **ABERTURA:** às treze horas e cinquenta e um minutos a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa; e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Esther Dweck. Logo após, a Presidente convidou para comporem à Mesa de trabalhos: o Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2016, Deputado Ricardo Barros (PP/PR); o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, Deputado Zeca Dirceu (PT/PR); e o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE). Em seguida, a Presidente teceu considerações gerais sobre o contingenciamento do Governo Federal ao orçamento de 2015. Em sequência, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, e por proposta da Presidente pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em prosseguimento, a Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. O palestrante, além do tema da reunião, apresentou Programação Orçamentária 2015, que trata sobre o contingenciamento do Governo Federal. Às quatorze horas e trinta e três minutos, encerrada a apresentação, o Presidente em exercício, Deputado Ricardo Barros (PP/PR), fez considerações sobre o tema e passou a palavra ao Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, que teceu comentários sobre a LDO e fez questionamentos ao Ministro. Às quatorze horas e quarenta e sete minutos, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos e anunciou a lista dos inscritos para o debate e a dividiu em dois grupos, e em seguida, passou a palavra ao Ministro. O palestrante respondeu aos questionamentos do Deputado Ricardo Teobaldo. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente em exercício, Deputado Ricardo Barros (PP/PR), passou a palavra ao Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, que teceu agradecimentos ao palestrante e fez comentários sobre o tema. Logo após, o Presidente em exercício deu início ao debate, e concedeu a palavra ao Deputado Izalci (PSDB/DF). Às quinze horas e cinco minutos, a Presidente reassumiu os trabalhos e deu continuidade ao debate, passando a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Às quinze horas e treze minutos, o Presidente em exercício, Deputado Ricardo Barros (PP/PR), passou a palavra ao Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). Logo após, o Presidente em exercício encerrou o primeiro grupo e passou a palavra ao Ministro que respondeu ao grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica ao Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Às quinze horas e trinta e três minutos, a Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e iniciou o segundo grupo de debatedores. Fizeram o uso da palavra os Deputados Júlio Cesar (PSD/PI), Lelo Coimbra (PMDB/ES), Julio Lopes (PP/RJ) e o Senador Hélio José (PSD/DF). Foi assegurada réplica ao Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). A Presidente encerrou o segundo grupo e passou a palavra ao Ministro para proceder aos esclarecimentos. O palestrante respondeu aos questionamentos. A Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e às dezesseis horas e quinze minutos anunciou que suspenderia os trabalhos por alguns minutos. Às dezesseis horas e vinte minutos, a Presidente reabriu a reunião. Foi assegurada réplica ao Deputado Júlio Cesar (PSD/PI). Em prosseguimento, a Presidente deu início ao terceiro grupo de debatedores, e concedeu a palavra ao Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). Às dezesseis horas e trinta e três minutos, o Primeiro-Vice Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a direção dos trabalhos e passou a palavra à Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e ao Deputado Leo de Brito (PT/AC). Logo após, o Presidente em exercício teceu comentários sobre a máquina pública e entregou ao Ministro, proposta, de sua autoria, para redução do

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

número de Ministérios. Dando sequência ao debate, o Presidente em exercício concedeu a palavra aos Deputados Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Elmar Nascimento (DEM/BA); e a Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos, encerrou o terceiro grupo e passou a palavra ao palestrante para proceder às respostas e as considerações finais. Foi assegurada réplica ao Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, respondeu aos questionamentos do ultimo grupo de debatedores e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e vinte e oito minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, da Secretária de Orçamento, da sua equipe técnica, e dos demais parlamentares presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 27.05.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública de 2015 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que compõe a Mesa conosco ao lado de sua equipe e poderá prestar esclarecimentos importantes acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária e dá outras providências, em atendimento, inclusive, ao art. 84 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional.

Anuncio, também, a presença da Sra. Esther Dweck, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que está compondo a Mesa conosco ao lado do Ministro.

Convido, também, para a composição da Mesa — aliás, todos já estão sentados devido ao adiantado da hora —, o Relator do Projeto de Diretrizes Orçamentárias de 2015, Deputado Ricardo Teobaldo, nosso Relator-Geral .Juro que me esqueci do nome do Deputado Ricardo Barros. *(Risos.)* Convivo com ele dia e noite, e nós estamos aqui atrapalhados.

De acordo com o estabelecido no art. 398, inciso IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante vai dispor de 30 minutos para fazer a sua

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exposição, só podendo ser aparteado assim que o permita, para concluir o seu raciocínio.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos podem interpelar o expositor. Poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto objeto da exposição feita pelo próprio Ministro.

Eu gostaria de, novamente, contar com a colaboração de todos, porque o prazo que sempre estipulamos é de 5 minutos, mas nós vamos pedir que façam as suas indagações em 3 minutos, com direito à réplica, tréplica, para que a gente possa ter o melhor aproveitamento desta reunião e todos possam fazer uso da palavra. Será dado igual tempo para responder, facultado, inclusive, interpor novamente sobre a pergunta que foi feita.

A lista de inscrição eu vou deixar naquela mesa para que todos possam preenchê-la. A Carla ou Camila estarão à disposição dos Srs. Parlamentares.

Inicialmente, eu queria dizer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos Srs. e Sras. Parlamentares, que compõem o Senado Federal e a Câmara, que nós temos a honra de receber o Ministro aqui e realizar esta audiência pública para a discussão do nosso PL nº 01 de 2015, que dispõe sobre as diretrizes, orçamento e execução da Lei Orçamentária de 2016. Estamos, portanto, atendendo os pressupostos do nosso artigo da Resolução nº 01, de autoria do nosso Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Questão de ordem concedida.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nós chegamos às 13 horas e estamos aqui. Então, nós fizemos uma lista de quem chegou, e permanecemos aqui. Eu gostaria que fosse respeitada aquela lista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. me conhece bastante e sabe que vou respeitar todos os procedimentos que esta Comissão adota.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - V.Exa. falou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu disse que aqueles outros que porventura não estivessem aqui e que, porventura, quisessem fazer a inscrição, estava aberta para que assim o seja.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero dizer, ao mesmo tempo, que esta reunião também é muito oportuna, Sr. Deputado, para debatermos a proposta do ajuste fiscal do Governo Federal. Nós temos anunciado um bloqueio de cerca de 70 bilhões no Orçamento de 2015. Foi o maior contingenciamento de recursos do nosso Orçamento da história do Brasil.

Também reconhecemos que esta crise não tem precedente. O corte de quase 70 bilhões de Orçamento está sacrificando áreas prioritárias, Deputado Zeca, nosso Relator do PPA, para a área social e para o crescimento do País. Foi informado que o contingenciamento foi seletivo, ou seja, não linear, de modo a garantir os investimentos e ações sociais prioritárias.

No entanto, Sr. Ministro, mais da metade dos cortes afetou o Ministério da Cidade, o da Saúde, o da Educação, o de Transporte, com o bloqueio de 63% do total do contingenciamento. Apenas no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, a vitrine da gestão atual, o bloqueio foi de 39% do orçamento que estava previsto. O Minha Casa Minha Vida, outro programa vitrine, eu diria, do Governo atual, teve o seu orçamento reduzido em 36%. Na educação, área em que milito — faço parte da frente parlamentar —, os cortes irão reduzir, por exemplo, as vagas de programas importantes como o PRONATEC, que busca financiar cursos de educação profissional e tecnológica ou mesmo o Ciência Sem Fronteiras, o programa de bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior e que também busca trazer pesquisadores internacionais para o País.

Ontem uma nota do Ministério da Educação informou que essas vagas serão em número inferior as do ano passado. Infelizmente, Ministro, essa é uma constatação que eu sempre tenho afirmado ultimamente, contrário ao sentimento que gostaria de ter, de que nós estamos na educação dando um passo atrás.

Indagamos, portanto, se o Governo não teria outro caminho para o ajuste, com menor custo social, baseado em mais eficiência e mais cortes de gastos públicos.

V.Exa. sabe, Ministro, que ontem tivemos uma votação extremamente delicada. Sabemos do compromisso que temos que ter com o País para ajudar a sair da crise, mas foi um momento de muita angústia para muitas e muitos Sras. e Srs. Senadores que votaram apoiando a iniciativa do Governo.

Então, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Parlamentares, avaliamos que o quadro de desequilíbrio fiscal das contas do Governo não é de responsabilidade da camada mais pobre da população e nem pode ser suportado por ela, nem pelos trabalhadores aposentados, pensionistas, cada um daqueles que tem que dar a sua cota de sacrifício para que o País supere essa crise.

A classe média hoje reclama desses cortes feitos sem nenhuma avaliação mais profunda para que ela possa entender qual é o caminho que estamos percorrendo e aonde queremos chegar.

Se as causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais de 100 bilhões concedida na última década pelo Governo às grandes empresas, as elevadas taxas da SELIC, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado, não é justo, agora, que essa conta seja paga com cortes de recursos nas áreas sociais e nos investimentos.

Reconhecemos que o Brasil avançou nos últimos anos, Sr. Ministro, com a sua participação decisiva em programas importantes, no cuidado que sempre teve com a economia deste País. Houve redução do desemprego e também melhoria na renda do trabalhador. Milhares de famílias saíram da pobreza extrema, como foi mundialmente divulgado, e muitas conquistaram sua casa própria, o que gera estabilidade entre famílias de baixa renda. Milhões de brasileiros tiveram facilitado o acesso ao ensino técnico e ao ensino superior. Foram concluídos importantes projetos de infraestrutura. Mas, hoje, o País volta a atravessar um período de turbulências e incertezas. Gastos excessivos do Governo contribuem para pressionar a ciranda da inflação, que provoca alta de juros, prejudica a concessão de crédito e atrasa os investimentos.

Defendemos que é absolutamente necessário reencontrar um projeto de desenvolvimento e uma estratégia política capazes de enfrentar os desafios sem o sacrifício do bem-estar da população.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já foi dito pela equipe econômica que o Brasil precisa passar por uma reengenharia para ser competitivo.

O Ministro Levy disse: *"Acabou o dinheiro. Chegamos ao final de um ciclo."* Então, é hora de repensar o projeto, com o fortalecimento da produção, investimentos na indústria nacional e na agricultura, desenvolvimento de pesquisa, ciência e tecnologia e dinamização do mercado interno e da renda do trabalhador.

Neste Congresso, somos conscientes das nossas responsabilidades neste momento de crise. Não estamos nem de longe — o senhor pode levar esta certeza — indiferentes aos impactos e efeitos que nossas decisões sobre as medidas do ajuste fiscal irão provocar na sociedade e no futuro das nossas gerações. Mas, temos a convicção, também, Sr. Ministro, de que não estamos nem estaremos desconectados da voz e dos recados da rua.

Que possamos também, de fato, debater essas medidas estabelecidas para superar a retração da economia de 2015, mas com o cuidado de não termos a elevação de tributos como única opção para elevar a arrecadação. A economia, como sabemos, não é uma ciência exata, mas ela pode ser humana.

Vamos pensar o futuro do Brasil, e é isso que estamos fazendo aqui, a todo momento, nesta Casa, mas não deixemos de lado o presente, o aqui e o agora, que sacrifica inúmeros brasileiros.

Antes de nada, quero agradecer a sua presença. Sei da disposição que V.Exa. tem e sempre teve de dialogar, de debater, e essa demonstração de hoje trará uma grande contribuição. Não só V.Exa. contribuirá, mas, tenho certeza de que Sras. e Srs. Deputados também poderão contribuir com a viva voz da sociedade representativa que aqui está.

Concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa pelo prazo de 30 minutos.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Gostaria de cumprimentar a Senadora Rose de Freitas, Presidente da CMO, o Deputado Ricardo Barros, Relator do Projeto de Lei Orçamentária, o Deputado Ricardo Teobaldo, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e todos os demais Parlamentares presentes, jornalistas, funcionários do Congresso Nacional e membros em geral desta audiência.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Senadora Rose de Freitas por ter atendido a um pedido nosso de marcar esta audiência para esta semana. A audiência inicialmente era para tratar somente da LDO, aí como nós tínhamos a previsão de lançar o contingenciamento na semana passada, eu solicitei à Senadora que adiasse a reunião por uma semana para que pudéssemos falar das duas coisas ao mesmo tempo e termos uma oportunidade de, com mais detalhes, poder esclarecer não só as diretrizes que nós estamos propondo para o Orçamento do ano que vem, como também as decisões administrativas de execução do Orçamento atual.

Eu vou fazer aqui uma breve apresentação, que vai estar disponível a todas as senhoras e aos senhores. Vou começar com o propósito original da audiência, falar um pouco sobre as diretrizes da LDO, e depois vou passar mais detalhadamente à questão do contingenciamento.

Em primeiro lugar, na programação que nós fizemos, a LDO sempre tem que estabelecer um cenário macroeconômico para balizar as projeções de receita e de despesa. Esse cenário macroeconômico é revisado ou não a cada 2 meses. Assim como tem a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, de 6 em 6 semanas, para administrar a política monetária, há uma reunião de 2 em 2 meses da chamada Junta de Execução Orçamentária, composta pela Fazenda, Casa Civil e Ministério do Planejamento, que, dentre outras coisas, faz as revisões do cenário fiscal.

O cenário fiscal, agora revisado, anunciado por ocasião do contingenciamento, na última sexta-feira, é o apresentado no eslaide e prevê que, neste ano, há uma queda do PIB de 1,2% com uma recuperação já a partir de 2016, é um crescimento de 1%, em 2016; 1,9%, em 2017, e 2,4% em 2018. Esse é um cenário feito pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em modelos, e basicamente fica muito próximo do que o próprio mercado aponta.

Há uma elevação temporária da inflação neste ano, mas também com uma queda muito rápida da inflação já no ano que vem.

Como o Ministro Tombini esteve aqui ontem, o Banco Central trabalha com a perspectiva de trazer a inflação para um ritmo de 4,5% já no final do ano que vem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E há as demais variáveis, são projeções baseadas em expectativa de mercado e nos modelos macroeconômicos do Ministério da Fazenda.

Na questão do salário mínimo, nós utilizamos aqui a previsão de PIB e a aplicação da regra de correção do salário mínimo pelo crescimento do PIB de 2 anos antes, que foi a regra proposta pelo Executivo e hoje é uma medida provisória em consideração no Congresso Nacional.

Esse cenário macroeconômico resulta em um cenário fiscal no qual o superávit primário do setor público é de 1,1% este ano e cerca de 2% nos anos seguintes.

Em linhas gerais, a proposta de reequilíbrio fiscal que nós estamos tentando implementar e estamos propondo ao Executivo e à sociedade brasileira como um todo é um reequilíbrio fiscal gradual, um reequilíbrio fiscal que sai de um déficit de 0,6% do PIB, no ano passado, e procura elevar o superávit primário para o nível de 2% do PIB a partir de 2016. É um ajuste que leva 2 anos, com maior intensidade neste ano, mas que tem uma parte de elevação do resultado primário também prevista para o ano que vem.

Com esse resultado primário, nós esperamos ser possível, em primeiro lugar, estabilizar a chamada dívida líquida do Governo — você pega a dívida do Governo e tira os ativos financeiros, aí você tem a dívida líquida do Governo. Nós achamos que, com o primário de 2% do PIB, naquele cenário macroeconômico projetado pelo Ministério da Fazenda, será possível estabilizar o endividamento líquido do Governo em torno de 35% do PIB.

O endividamento bruto do Governo, ou seja, contando somente o lado do passivo, só a dívida que o Governo emitiu, ainda sobe este ano para 63% do PIB e começa a cair gradualmente a partir de 2016.

Na LDO, essa meta de 2% do PIB corresponde a um valor nominal de 126,7 bilhões e está um pouco maior que 2% do PIB, porque houve uma revisão do PIB para baixo. Quando fizemos a última atualização do cenário macroeconômico, nós revisamos o crescimento, a variação do PIB projetada para este ano para baixo, mas mantivemos o mesmo valor nominal para a meta do ano que vem, o mesmo valor de 126,7 bilhões, distribuídos entre o Governo central, com a maior parte desse

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esforço, as estatais federais, com um resultado equilibrado, e 22 bilhões para Estados e Municípios.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na sequência, esses números são apresentados de forma gráfica. A linha vermelha mostra um pouco do sentido do reequilíbrio fiscal, que saía de um déficit de 0,6% para um primário de 2% do PIB. Ou seja, não tem problema você ter um déficit num ano, num ano atípico como foi o ano de 2014, mas isso não pode ser recorrente. Então, nós estamos propondo fazer um reequilíbrio fiscal gradual, aumentando o resultado primário e diminuindo o déficit público.

A linha de baixo é o resultado total do Governo. A diferença entre essas duas linhas é o quanto o Governo paga de juros sobre sua dívida.

O outro gráfico mostra a evolução da dívida líquida. Como eu falei, a previsão é de estabilidade em torno de 35% do PIB, 35,4% do PIB. E da dívida bruta, uma elevação neste ano, mas uma queda bem gradual a partir de 2016.

As prioridades para a elaboração da LOA.

A LDO normalmente coloca quais são as prioridades orçamentárias para a elaboração do Orçamento que vai ser enviado ao Congresso até o final de agosto. Neste ano, como este é o primeiro ano de mandato, também é o ano em que o Governo tem de apresentar seu Plano Plurianual, o chamado PPA. E no Plano Plurianual, normalmente, é que se apresentam as diretrizes do Orçamento.

Então, a LDO, neste ano, remeteu as diretrizes orçamentárias para o PPA, e o PPA é uma proposta que o Executivo vai fazer ao Legislativo até o final de agosto. E, nesse processo de construção do PPA, já estão sendo feitas várias audiências e consultas públicas, várias reuniões, uma reunião por cada grande Região do País, em um processo conjunto do Ministério do Planejamento e da Secretaria-Geral, chefiada pelo Ministro Miguel Rossetto.

Então, nós estamos colhendo, apresentando nossas sugestões de diretrizes orçamentárias, não só para o ano que vem, mas para os próximos 4 anos, e também colhendo as informações, colhendo as sugestões da população em geral para formatar a proposta do Executivo, proposta essa que depois será apreciada e aperfeiçoada por todos os senhores.

Esse processo, como eu falei, é uma iniciativa em conjunto do Planejamento e da Secretaria-Geral. Há um *site* em que as pessoas podem opinar, ordenar e dar suas sugestões, que é o "Participa.br", administrado pela Secretaria-Geral.

Ainda na LDO, neste ano, nós propusemos uma nova diretriz ao Congresso Nacional para tentar dar maior previsibilidade e melhorar o horizonte de planejamento dos gastos com pessoal da União, de todos os Poderes.

O que essa regra significa? Já desde 2012, o gasto com pessoal do Governo Federal — incluindo União, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e os demais órgãos — tem-se mantido estável em proporção do PIB da economia. Desde 2012, a União tem gastado cerca de 4% do PIB com o pagamento de funcionalismo, tanto de funcionários na ativa quanto de aposentados e pensionistas. O nosso objetivo para o próximo ciclo de planejamento — 2016, 2017, 2018 e 2019 — é manter esse gasto estável em proporção do PIB e, se possível, cair, reduzir na proporção do PIB. Depende de duas coisas: depende do controle, do planejamento que nós vamos fazer do nosso gasto pessoal, e depende da evolução PIB. Então, essa é uma estratégia que depende tanto da recuperação do crescimento como de uma boa administração dos recursos humanos no nível federal.

E a nossa proposta, que agora está em análise por parte do Congresso Nacional, faz parte da LDO, é fixar uma diretriz para isso, uma diretriz em que os gastos dos Três Poderes, no ano que vem, devem crescer na mesma proporção. Como a gente planeja implementar isso? Nós estamos num processo agora, num trabalho junto com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, calculando qual é o espaço fiscal que existe para aumentar a folha de pagamento no ano que vem.

Uma vez definido esse espaço fiscal — isso vai ser divulgado —, esse espaço fiscal vai ser dividido proporcionalmente entre todos os Poderes. E aí cada Poder, obviamente, é independente para dizer como vai alocar esse espaço fiscal. Esse é um espaço fiscal que pode ser alocado ou para reajuste de salário ou para contratação de novos funcionários, ou uma combinação dos dois.

Então, a nossa proposta neste momento é uma proposta qualitativa, que será transformada num número específico de espaço fiscal para o aumento da folha de pagamento, a ser divulgada e a ser enviada tanto ao Congresso Nacional como também aos demais Poderes.

Passando agora à questão orçamentária de 2015, como eu já falei, nós estamos tentando fazer um reequilíbrio fiscal que seja responsável tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista social, uma elevação gradual do resultado primário que permita, do lado financeiro, estabilizar a dívida líquida do Governo, percentual do PIB, e promover uma queda gradual do endividamento bruto do Governo. Essa é a responsabilidade financeira. É o que a gente tem que fazer do ponto de vista macroeconômico.

Estamos também procurando fazer uma estratégia responsável do ponto de vista social, uma estratégia que implique um esforço de receita e um esforço de corte de despesas, que preserve os principais programas do Governo, principalmente os programas sociais, um contingenciamento que garanta a continuidade do processo de desenvolvimento com inclusão social e, como bem colocou a Senadora, que construa as bases de um novo ciclo de crescimento.

Nós estamos agora na transição de um ciclo de crescimento que foi muito beneficiado pela elevação dos preços das *commodities,* pelo bom cenário internacional, cenário esse que começou a se reverter no final de 2012. E agora nós temos que construir as bases do novo ciclo de crescimento e desenvolvimento, em que nós temos que contar mais com os nossos fatores internos, mais com o aumento da produtividade, para criar um novo ciclo que continue o processo de inclusão social, mas um processo de inclusão social além da transferência de renda — preservar e consolidar toda a estrutura de transferência de renda que foi feita nos últimos anos e avançar para uma inclusão social também pela geração de oportunidades, pela geração de igualdade e oportunidade, para que as pessoas e as empresas possam ser agentes da sua própria inclusão, do seu próprio desenvolvimento.

Nesse processo, a programação orçamentária está prevista na LDO. Como eu falei, ela acontece de 2 em 2 meses, a partir da aprovação do Orçamento. Nessa programação orçamentária, cabe ao Executivo revisar o cenário macroeconômico. Ao revisar o cenário macroeconômico, nós reestimamos as receitas, reestimamos as despesas, e aí fazemos a seguinte conta: quanto pode ser o gasto discricionário do Governo — dado esse novo cenário de receitas e despesas — para atingir a meta de resultado primário proposta pelo Governo e aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, o cenário envolve vários números. Mas, em linhas gerais, essa reavaliação de cenário resultou numa reestimativa, para menos, da receita total do Governo em cerca de 76 bilhões de reais. Então, em relação ao que nós trabalhávamos no final do ano passado, hoje a nossa estimativa é que a receita será 76 bilhões a menos. Isso implica uma menor transferência também, como parte dessa receita é dividida com Estados e Municípios, para Estados e Municípios, fazendo com que a receita líquida do Governo Federal, a receita que permanece com a União, após a transferência a Estados e Municípios, caia em 65 bilhões de reais. Então, é preciso reduzir a despesa total do Governo em 65 bilhões de reais, diante da redução da receita líquida do Governo.

Porém, quando nós fazemos também a reestimativa da despesa, a despesa obrigatória do Governo subiu 4,8 bilhões. Nós revisamos o nosso cenário de Previdência, nós revisamos o nosso cenário de pagamento de abono salarial e seguro-desemprego, com base nas propostas e nas mudanças que já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, e revisamos cenários de evolução de outros programas. Isso resultou numa elevação da despesa obrigatória em cerca de 4,8 bilhões de reais. Então, o contingenciamento tem que cobrir a queda de receita, de 65 bilhões de reais, e o aumento da despesa discricionária, de 4,8 bilhões de reais. Daí o número 69,9 bilhões de reais, que é o valor do contingenciamento necessário para atingir a meta proposta para este ano.

Eu não vou entrar em detalhes, dado o limite de tempo, e eu quero falar mais sobre a composição do contingenciamento e a lógica do contingenciamento: eu apresentei na sexta-feira os principais itens de variação de receita, como se decompõe entre a receita de tributos e de contribuições e também as demais receitas, como esses 76 bilhões são distribuídos.

Apresentei também as fontes de reestimativa da despesa, por que a despesa obrigatória subiu 4,8 bilhões de reais. Houve itens que subiram. Por exemplo, o de maior destaque é a desoneração da folha de pagamento. Na estimativa inicial, enviada ao Congresso Nacional em agosto do ano passado, estimava-se que o Governo teria que compensar a desoneração da folha de pagamento em cerca de 18 bilhões de reais. Revisando esse número, agora ele está em 22,6 bilhões de reais; aumentou 4,5 bilhões de reais. Isso está incorporado nas nossas projeções.

Aliás, a estimativa de elevação do custo com a desoneração da folha é um dos motivos pelos quais o Governo propôs uma revisão dessa desoneração. O PL que revisa a desoneração da folha de pagamento está em análise na Câmara dos Deputados, e o seu Relator é o Deputado Leonardo Picciani. O Ministro Joaquim Levy está em negociação com o Relator sobre isso, porque essa despesa está crescendo mais do que esperávamos. Nós achamos necessário fazer uma revisão da desoneração da folha de pagamento, mantendo a desoneração, mas não na intensidade inicial com a qual ela havia sido proposta.

No caso das despesas que caem, há uma redução da despesa de abono e seguro-desemprego, por conta das medidas que foram propostas e aprovadas pelo Congresso Nacional. E neste momento eu queria agradecer, em nome do Governo, a todos os Deputados e a todos os Senadores que apoiaram a proposta do Governo na MP 665, que agora vai à sanção presidencial. Quero agradecer bastante todo apoio e todos os aperfeiçoamentos que foram propostos

Houve também uma redução da despesa inicialmente prevista para a Conta de Desenvolvimento Energético. Então, nessa composição — são vários itens — está detalhado por que a despesa obrigatória sobe 4,8 bilhões de reais.

Para dar uma noção melhor, há um gráfico da evolução da despesa obrigatória. Apesar do esforço, apesar das medidas que nós estamos propondo, ainda assim a despesa obrigatória do Governo cresce. Ela tem um crescimento vegetativo, ela cresce em proporção do PIB. Nossa estimativa é que ela passe de 14% do PIB, no ano passado, para 14,5% do PIB neste ano.

Parte disso é desaceleração do crescimento. Isto é uma razão. Há um numerador e há um denominador. O denominador, o PIB, está crescendo menos. Então, isso também causa uma elevação da despesa discricionária em termos relativos.

E há a manutenção dos programas sociais, o próprio crescimento da Previdência, a folha de pagamentos da União e outros programas que são obrigatórios. Então, há uma elevação da despesa obrigatória.

Para manter relativamente estável a despesa total do Governo, nós estamos propondo um contingenciamento que reduz a despesa discricionária — aquela despesa sobre a qual o Governo tem mais controle — de 4,7% do PIB para 4,2% do

PIB. A soma desses dois movimentos — sobe a despesa obrigatória, cai a despesa discricionária — dá uma despesa total praticamente estável. Ela fica cerca de 0,1% maior que a do ano passado, mas praticamente estável, mesmo num contexto em que prevemos uma retração do nível de atividade econômica.

Isso mostra a intensidade do esforço fiscal, a importância da contenção do crescimento da despesa discricionária, ou seja, a parte que o Governo está cortando os seus próprios programas para viabilizar o cumprimento da meta.

Qual foi a nossa estratégia de contingenciamento? Como a Presidente da CMO falou, o esforço não foi linear, foi um esforço seletivo. Nós procuramos fazer um contingenciamento que atendesse esse valor macroeconômico necessário para atingir a meta, mas distribuir esse valor de uma forma que fosse possível preservar os programas mais prioritários, preservar os programas sociais, preservar os investimentos mais prioritários, sobretudo os investimentos que já estão em execução ou em quase conclusão. É por isso que os números diferem de Ministério para Ministério. O contingenciamento vai preservar os investimentos prioritários, vai adaptar o cronograma de execução dos investimentos à disponibilidade financeira do Governo. Como acontece em qualquer família, em qualquer empresa, diante de uma restrição de recurso, é necessário programar melhor os seus gastos. É isso o que nós estamos fazendo. Mas isso não significa que as coisas vão parar, significa que elas vão ter que ser adaptadas a essa nova disponibilidade de recursos. Vários programas continuam, continuam numa velocidade compatível com o reequilíbrio fiscal.

Além disso, nós também vamos publicar — deve sair amanhã — uma portaria do Ministério do Planejamento prevendo metas de redução de gastos de custeio, aqueles gastos tipicamente de máquina pública: limpeza, aluguel, passagem, segurança, transporte. Não é um valor grande macroeconomicamente, mas também é um valor importante para ajudar nesse esforço fiscal e melhorar a produtividade do Governo.

Esse contingenciamento de 69,9 bilhões de reais é um contingenciamento que se distribui em dois grandes grupos. Há um corte, um contingenciamento na proposta que o Governo enviou ao Congresso Nacional em agosto. A proposta

original que o Governo enviou ao Congresso em agosto de 2014, nós reduzimos essa proposta em 48,6 bilhões.

Sobre essas propostas, V.Exas. fizeram emendas, então esse orçamento aumentou. Sobre essas emendas — foram cerca de 29 bilhões de reais em emendas, em termos líquidos —, nós estamos propondo o contingenciamento de 21,4 bilhões de reais, ou seja, sobram cerca de 7 bilhões e pouco — parte delas já foi paga — para a execução de emendas.

Esses 48,6 bilhões de reais que nós estamos propondo — a proposta que o Governo fez em agosto — dividem-se em dois grandes grupos: 25,7 bilhões de reais no PAC e 22,9 bilhões de reais nas demais despesas. Aqui também há um pouco de investimento, mas a maior parte é custeio.

No caso do PAC, a dotação inicial para o PAC aprovada na Lei Orçamentária é de cerca de 65,6 bilhões de reais. Nós estamos propondo um limite de 40,5 bilhões de reais para pagamento, e um limite de 39,3 bilhões de reais para empenho. Empenho é aquela despesa inscrita no Orçamento, mas não necessariamente executada no mesmo exercício.

O limite de pagamento para este ano, o que vai ser pago, seja do Orçamento deste ano, seja de restos a pagar — e, no caso do PAC, a maior parte do pagamento é restos a pagar, porque o investimento é uma execução diferida ao longo do tempo — há um volume disponível de 40,5 bilhões para pagamento do PAC. É um volume menor do que o inicialmente projetado, mas, ainda assim, é um volume substancial, porque 40,5 bilhões de reais é um valor considerável. É um valor que permite a continuação de vários programas, permite a conclusão de várias obras em andamento e o início de novos projetos, mas numa velocidade menor do que a inicialmente projetada.

As áreas prioritárias continuam sendo o Programa Minha Casa Minha Vida; as obras que já estão em andamento, em fase adiantada de execução, de saneamento e mobilidade; o combate à crise hídrica, sobretudo no Nordeste; as rodovias e ferrovias estruturantes, como a Ferrovia Norte-Sul e as rodovias estruturantes; as obras nos principais portos do País; a ampliação dos aeroportos prioritários, aeroportos em que o Governo agora obteve autorização do TCU para fazer as obras; e o início do Plano Nacional de Banda Larga, que é um plano de 4 anos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse aspecto, eu queria falar também que esse contingenciamento é um passo de uma estratégia de reequilíbrio fiscal e recuperação do crescimento de 4 anos. Esse esforço fiscal, ele é necessário. É o primeiro passo para a recuperação do crescimento. O crescimento só é sustentável se houver estabilidade fiscal e estabilidade da inflação. Então, por mais paradoxal e contraditório que pareça, para recuperar o crescimento em base sustentável, é preciso fazer, primeiro, um reequilíbrio fiscal. Isso vai viabilizar o crescimento e possibilitar que ele volte mais rapidamente, já a partir do final deste ano e sobretudo no ano que vem, e volte de forma sustentável.

No lado do gasto social, as principais prioridades são educação, saúde e desenvolvimento social. No caso da educação, o valor reservado continua acima do mínimo constitucional em cerca de 15,1 bilhões de reais. Esse valor preserva os programas prioritários: haverá novas vagas no PRONATEC, vai preservar o Programa Ciência sem Fronteiras e vai preservar as expansões das universidades, num ritmo compatível com a restrição orçamentária.

E, sobretudo, vai preservar os gastos de custeio das universidades e institutos federais. Aqui todas as senhoras e os senhores sabem que a educação é uma atividade intensiva em custeio. Então, custeio é o gasto que garante o funcionamento das universidades e dos institutos técnicos. Isso está preservado. Não há contingenciamento do gasto com custeio das universidades nem dos institutos federais.

No lado da saúde, o valor continua acima do mínimo em 3 bilhões de reais, garantindo os recursos não só para o SUS, mas também para o Programa Mais Médicos e para o Programa Farmácia Popular.

No desenvolvimento social, o valor preserva o Bolsa Família, cujo desembolso deve crescer para 27,7 bilhões de reais, e mantém os demais programas do Plano Brasil sem Miséria, adequando a sua execução a esse novo limite orçamentário.

Ilustramos isso em termos gráficos. O contingenciamento é uma redução de despesa em relação a uma projeção feita na Lei Orçamentária. Então, há uma redução em relação a uma projeção que foi feita para este ano, na medida em que constatamos que a receita não vai ser a receita que estava inicialmente projetada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mesmo com esse contingenciamento, em alguns casos ele não significa uma redução em relação ao ano anterior. No caso da educação, por exemplo, nós tivemos o cuidado de fazer com que o valor disponível para a educação seja igual ao valor do ano passado, cerca de 39,3 bilhões de reais; são 39,4 bilhões. Então, no caso da educação, está-se mantendo o mesmo valor nominal do ano passado.

No caso da saúde, há um crescimento. Mesmo contingenciando, o que foi reduzido foi a expectativa do crescimento do gasto com saúde. Mesmo com o novo limite, há um crescimento do gasto com a saúde, do gasto discricionário, de 84,5 bilhões para 91,5 bilhões de reais.

No caso do desenvolvimento social, há praticamente uma estabilidade, ou seja, os gastos vêm crescendo bastante, mas para este ano prevemos um gasto relativamente estável, passando de 31,3 bilhões para 31,6 bilhões de reais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós estamos tentando preservar os principais programas sociais, mantendo estável o gasto com educação e desenvolvimento social, e mantendo a elevação do gasto com saúde que foi incialmente projetada pelo Governo. É um gasto menor do que aquele que inicialmente o Congresso aprovou, mas ainda assim é um gasto maior do aquele feito no ano passado.

Há uma série de tabelas, na sequência, que detalham o corte por Ministério. São vários números. Eu prefiro deixar para responder ou me aprofundar sobre cada número desses na hora das perguntas e respostas.

Para finalizar, eu gostaria de falar sobre as emendas.

Essa programação orçamentária inclui um limite de liberação para emendas individuais de 4,9 bilhões de reais, quase 5 bilhões de reais, sempre mantendo aquele critério que foi aprovado, que foi incluído na Constituição, de que 50% tem que ser direcionado à saúde. Como foi obtido esse valor de 4,978 bilhões de reais? Há dois ajustes. Há um ajuste que é de base de cálculo. Assim como a receita veio abaixo do esperado e tivemos que ajustar nossa despesa, também ajustamos a base de cálculo sobre a qual é calculado o valor disponível para emendas. E sobre esse valor ajustado é aplicado um contingenciamento, na mesma proporção com que o Governo contingenciou suas despesas. Esses dois ajustes vão estar mais bem representados na tabela seguinte.

Na Lei Orçamentária de 2015, o total aprovado corresponde a 1,2% da receita corrente líquida prevista na Lei Orçamentária de 2015. Isso dava 9,6 bilhões de reais. Essa foi a receita projetada na Lei Orçamentária, em agosto de 2014. Sobre isso, foi feita uma revisão. A economia cresceu menos, foi feita uma revisão. A execução das emendas parlamentares deve se dar sobre um valor que corresponde a 1,2% sobre a receita corrente líquida do ano anterior, ou seja, de 2014.

Então, há um primeiro ajuste: para fixar o valor global de emendas impositivas, é utilizada a estimativa de receita de 2015; para definir o valor disponível para a execução de emendas, é utilizado o valor efetivo da receita do ano passado. Isso já causa um ajuste de 9,6 bilhões de reais para 7,699 bilhões de reais, um ajuste de 1,9 bilhões de reais.

Esse limite obrigatório é um limite de 7,699 bilhões de reais. Sobre esse limite, como manda a emenda constitucional que foi aprovada, é aplicado um contingenciamento na mesma proporção em que o Governo e os demais Poderes estão contingenciando seus gastos, cerca de 35%. Aplica-se, então, um contingenciamento de 35% aos 7,699 bilhões de reais, e chega-se ao valor de 4,978 bilhões de reais. Esse é o valor inicial disponível para a execução de emendas parlamentares individuais, é o valor disponível para a execução de emendas impositivas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Trinta e cinco por cento é a média do contingenciamento de todos os Poderes. Esse é o quadro geral do contingenciamento.

Para concluir, eu gostaria de reforçar que essa é uma das medidas necessárias nesse esforço de reequilíbrio fiscal. Como eu falei, nós estamos procurando elevar gradualmente o resultado primário da União, e isso inclui medidas em várias frentes: medidas de redução do custo financeiro do Governo; redução dos subsídios dos empréstimos do BNDES; redução dos subsídios na energia. Inclui medidas de elevação de receita, corrigindo algumas desonerações e trazendo alguns impostos aos valores que tinham antes da crise de 2008 e 2009. Ele exige medidas de redução da taxa de crescimento do gasto obrigatório — são a Medida Provisória nº 665, aprovada ontem, e a Medida Provisória nº 664, que está em

discussão no Senado neste momento, que atua sobre o gasto obrigatório da União. E ele envolve também um esforço de redução de gasto discricionário, essa é a parte do contingenciamento. Ele é um dos componentes do esforço de equilíbrio fiscal, é um dos componentes mais importantes. Ele responde pela maior parte do esforço fiscal, cerca de 70 bilhões de reais. E é uma medida que procura criar as condições para o crescimento sustentável, para estabilizar a dívida líquida, ajudar o Banco Central a trazer a inflação para a meta e viabilizar a recuperação mais rápida do crescimento da economia.

Obrigado. Desculpem-me por ter usado mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Ministro, pela exposição.

A Presidente Rose de Freitas se ausentou. Vou fazer uma intervenção como Relator-Geral. Depois falará o Relator da LDO, e passaremos às inscrições.

Primeiro, Sr. Ministro, quero dizer que o Orçamento da União, sempre tido como peça de ficção, é uma operação que precisa ser consolidada. Nós entendemos que, quanto mais realista for o Orçamento, quanto mais próxima a execução orçamentária da peça orçamentária, mais o País tende a se beneficiar de um bom planejamento. E o Congresso se fortalece, na medida em que autoriza as despesas que de fato vão ser efetivadas. Nesse sentido nós precisamos avançar, até para discutir os limites de remanejamento, a liberdade orçamentária, o PAC em si, que transformou, vamos dizer, a parte prioritária de execução orçamentária de investimentos numa ação totalmente desassociada do Congresso Nacional. O Governo tem ampla liberdade para transformar uma obra de 1 milhão numa obra de 100 milhões, e uma obra de 100 milhões numa obra de 1 milhão — obras autorizadas pela nossa Comissão de Orçamento e pelo Congresso Nacional.

Esse é um contexto que o Deputado Ricardo Teobaldo, como Relator da LDO, vai avaliar. E eu penso que nós precisamos rediscutir isso. O Congresso está muito ausente da participação nas decisões do que é prioritário para investimento no Brasil. Deve ser mais ouvido nisso.

Temos que entender também que os procedimentos de envio de projetos de crédito e aprovação na Comissão, no Orçamento, para liberação dessas mudanças de dotação — ou acréscimos, ou cortes —, tem um trâmite que eventualmente não

dá a velocidade de que o Governo gostaria. Mas minha opinião como Parlamentar é que a distância entre o que é votado aqui e o que é executado dentro do PAC acaba ficando muito ampla. E isso é uma questão que nós devemos reavaliar.

Aqui, na sua exposição, Ministro, eu percebi que se trata de questões da macroeconomia. Nós temos, de fato, uma perda de valor de PIB que nos prejudica nos índices macroeconômicos. A inflação também, fora da meta, acaba causando inchaço das despesas continuadas do Governo, das despesas de custeio. Nós precisamos, então, buscar encontrar as fontes.

Mas também, como disse o Ministro, vai sair um decreto regulamentando os cortes de custeio. E aí esperamos que a máquina do Governo se adapte a essa situação de restrição orçamentária, que decorre da contração da economia, em consequência do menor recolhimento de impostos.

Na reunião que tivemos hoje pela manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, com o Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Rachid, nós percebemos que há de fato uma queda na massa salarial de 2015, comparativamente a 2014, corrigida pelo IPCA. Se avaliarmos os valores nominais, a receita vem positiva, mas, se avaliarmos os valores corrigidos, a receita vem negativa. Então, essa arrecadação a menos precisa ser corrigida por meio de algumas ações.

Há uma aposta muito grande na “desdesoneração” da folha, que ocorre em momento de economia contraída, em que os empresários têm dificuldades e o sistema financeiro restringe substancialmente o crédito. Restrição de crédito essa que, com a queda das vendas e da produção, torna bastante difícil a ampliação da cobrança de impostos do setor produtivo.

Vamos ver como o Congresso Nacional reagirá à apreciação desse projeto, que ocorrerá no dia 9, conforme compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados.

Quanto às emendas impositivas, pelos valores aqui definidos, e sendo prevista uma redução na arrecadação, houve redução no valor que poderá ser empenhado para os Parlamentares: será de 12 milhões, 960 mil. Já foram liberados 8 milhões e 300 mil, mas 50% deverão ser direcionados para a saúde.

Sr. Ministro, os Prefeitos estão em marcha. Eles reclamam que está ficando difícil administrar. A União, cada vez mais, concentra em si a arrecadação, não

naqueles impostos que são repassados para Estados e Munícipios. O ajuste fiscal proposto vem novamente na direção do aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas. Prevê-se a arrecadação de 4 bilhões, recursos que não são repartidos com Estados e Municípios.

Então, a CSLL é mais uma forma que temos de tentar solucionar essa questão do déficit fiscal do Governo Federal, mas precisamos entender que isso reflete também nos Estados e Municípios. É preciso observar isso com bastante clareza, para que não se crie uma situação em que os entes da Federação fiquem muito mais sacrificados do que eram. Relativamente a quando fizemos a Constituição Federal de 88, praticamente se inverteu a proporção, em números percentuais, dos valores totais arrecadados para Estados e Municípios e dos valores destinados à União.

Sr. Ministro, nós vamos aguardar o desenrolar das votações no Congresso Nacional. Temos que aprovar o ajuste fiscal. Temos que dar um sinal para o mercado, a fim de que possa manter o grau de investimento. Há expectativa de aumento dos juros nos Estados Unidos da América, o que pode causar um certo desarranjo nas economias emergentes. Tudo isso são fatores de risco que estão sendo previstos, e nós, no Congresso Nacional, temos a responsabilidade de dar sinais ao mercado de que de fato vamos conter as despesas e melhorar a arrecadação, naquilo que for possível.

O freio na arrumação da economia prejudica muito essa meta de arrecadação. De fato, há uma desaceleração muito grande. O Governo, por meio de uma política anticíclica, através dos seus investimentos, vinha tentando manter o aquecimento da economia, a geração de empregos e a própria arrecadação. Com esse freio que está sendo dado na arrumação, haverá dificuldades também nesse sentido.

Eram essas as minhas observações.

Devolvo a Presidência à Senadora Rose de Freitas. Antes, porém, passo a palavra ao Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sra. Presidente da Comissão, Senadora Rose de Freitas; Sr. Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; Deputado Ricardo Barros, Relator do Orçamento; Sra. Secretária de Orçamento Federal,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esther Dweck; demais presentes: reconheço a relevância da LDO como um instrumento de disciplina fiscal que democratiza a definição do gasto público. É grande a preocupação do Legislativo e da sociedade com as atuais dificuldades financeiras do País. Destaco, no entanto, que o Brasil já foi vitorioso em outros momentos difíceis e que não será diferente desta vez.

Quero cumprimentar o esforço empreendido pela equipe econômica de tentar achar alternativas e soluções para a presente crise fiscal, que está encontrando resposta neste Congresso nas medidas de ajuste que já se encontram em tramitação.

Acerca do contexto e de pontos específicos do PLDO 2016, Ministro, eu gostaria de levantar algumas questões.

Muitas dúvidas foram levantadas sobre se o contingenciamento anunciado na semana passada será suficiente para o alcance da meta de superávit primário de 2015. Especialmente grave é a situação da arrecadação, fragilizada pela queda da atividade econômica. As metas propostas na LDO 2016 são ainda mais ousadas do que as de 2015.

Então, eu pergunto: considerando-se a contração da economia em 2015 e o baixo crescimento previsto para 2016, a meta de superávit primário de 126,7 bilhões para 2016 poderá ser atingida sem a elevação de tributos ou a redução de despesas, Ministro?

A baixa execução das emendas de bancada estadual torna sem efeito qualquer participação dos Parlamentares na definição dos projetos estruturantes e prioritários de cada Estado e coloca o Legislativo e o Executivo em uma situação assimétrica.

O Legislativo tem referendado na LDO e na LOA, até o momento, todos os projetos prioritários definidos pelo Executivo intitulados como PAC. De outro lado, os vetos sistemáticos do Executivo ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO frustram todas as iniciativas das bancadas e a oportunidade do Legislativo de participar na definição de projetos estruturantes.

Quais alternativas ou medidas podem valorizar a participação do Legislativo na definição dos projetos estruturantes, hoje praticamente centralizada no Executivo?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O orçamento impositivo das emendas individuais encontra-se vigente desde o ano passado. Entretanto, conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de janeiro a dezembro de 2014, do montante empenhado de R$ 6,2 bilhões foi efetivamente pago apenas 2,3%, ou seja, apenas R$ 146 milhões, quase nada.

Com vistas à regulamentação do orçamento impositivo, o Congresso inseriu na LDO 2015 disposições que garantem uma intepretação harmonizadora e que não frustram a finalidade da execução obrigatória inserida na Constituição. No PLDO 2016, esses dispositivos não foram incluídos.

A pergunta, Ministro, é: o que justifica a quase não execução financeira — praticamente nada — das emendas impositivas? E quais medidas o Ministério do Planejamento pretende adotar para aumentar a eficiência da execução das emendas individuais? As emendas praticamente não foram pagas.

Ministro, quero externar aqui uma preocupação. Eu fui Prefeito, antes de chegar à Câmara Federal. Na cidade que governei do meu Estado e acho que em todo o País há pequenas grandes obras espalhadas, obras que estão paradas há 2 anos ou que foram descontinuadas por falta de recursos — há emendas de 2012, de 2013, de 2014. As obras estão paradas, aguardando conclusão ou ao menos reinício, por falta de recursos. A Caixa diz que não tem recursos, que é preciso contactarmos o Ministério. O Ministério não envia os recursos. Os recursos não chegam, e as obras não andam. Isso acontece em todos os Municípios deste País, dos menores aos maiores. Temos uma preocupação muito grande com o reinício dessas obras. De que forma isso pode acontecer? Poderia ser feita uma programação. Prefeitos de todo o País estão aqui: 3 mil prefeitos em Brasília. A preocupação é muito grande.

Sr. Ministro, eu queria que V.Exa. esclarecesse esses fatos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de sugerir ao Ministro que respondesse aos componentes da Mesa. Em seguida vamos abrir o debate com o auditório.

Já estão inscritos o Deputado Izalci, o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Edmar Arruda, o Deputado Júlio Cesar, o Deputado Julio Lopes, o

Deputado Lelo Coimbra, o Deputado Evair de Melo, o Senador Hélio José, o Deputado Domingos Sávio e o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só uma questão de ordem. Nós não recebemos na pasta esse material que foi apresentado sobre o contingenciamento. Eu gostaria de ter acesso a esse documento. Na minha pasta ele não veio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está sendo providenciado, Deputado.

Com a palavra o Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Em primeiro lugar, respondo ao Deputado Ricardo Barros.

Concordo integralmente com V.Exa. que quanto, mais próxima da realidade for a LOA, melhor será a execução orçamentária. Eu queria até aproveitar a colocação que V.Exa. fez para destacar um ponto que é recorrente nos debates entre economistas. Normalmente se diz que o ideal é que haja um limite para o gasto do Governo, que se deveria estabelecer um teto para o gasto do Governo. O Orçamento estabelece limite para o gasto do Governo. Nenhum gasto pode ser feito se não estiver previsto no Orçamento ou na margem de manobra que o Orçamento dá. Então, na verdade, o maior desafio do ponto de vista fiscal é ter uma previsão de receita, uma previsão de arrecadação cada vez mais próxima da realidade. E o limite do gasto vai ser aquele dado pelo Poder Legislativo, que é quem tem a última palavra.

Como V.Exas. e os demais têm acompanhado, nós estamos procurando adotar previsões que não são otimistas nem pessimistas, mas que são previsões consistentes, que seguem as melhores práticas de modelagem econômica, que seguem a avaliação de cenários macroeconômicos feitos pelo Governo e pelo mercado. É essa consistência das previsões que vai — a gente espera — dar cada vez mais consistência e previsibilidade ao Orçamento, facilitando a execução das despesas.

Concordo com V.Exa. que cortar gastos com a máquina é fundamental, e nós já temos feito um esforço bem grande em itens pontuais, basta lembrar a questão de diárias e passagens. A partir de uma iniciativa da Ministra Miriam Belchior, no ano

passado, nós adotamos um sistema de compras para que o Governo não precisasse usar sempre agências de viagens. Isso já está proporcionando uma economia de cerca de 30% nesses gastos e está sendo estendido para todas as administrações públicas. Nós também estamos fazendo um esforço para melhorar o sistema de compras do Governo, com a centralização das compras. Essas ações, apesar de individualmente não representarem um grande volume de recursos, combinadas vão diminuir o gasto com o custeio.

Quanto ao esforço de arrecadação, algum esforço foi feito recentemente na CSLL, porque é necessária uma elevação mais rápida na receita e as variações nas contribuições têm efeito no mesmo exercício, depois de uma noventena. Acho que foi por isto o Governo apostou mais na CSLL do que no imposto, porque o imposto segue o princípio da anualidade. Mas há também iniciativas, por exemplo, como a exoneração da folha. A nossa proposta inicial era que isso fosse feito via MP, para ter impacto já neste ano. Agora, temos um projeto de lei. Nós estamos, junto com o Ministro Levy, buscando um acordo para que isso já tenha impacto neste ano, mas o maior impacto será no ano que vem. A medida vai ajudar no reequilíbrio fiscal no ano que vem.

E houve também revisão de desoneração de tributos que são partilhados. Lembro o caso do IPI. Quase 50% do IPI é partilhado com Estados e Municípios. Aquelas desonerações de linha branca e de automóveis já foram revertidas, já foram gradualmente corrigidas, no final do ano passado.

Nós estamos, como o senhor colocou, num momento de reequilíbrio fiscal. Não é mais possível o Governo adotar os estímulos fiscais, creditícios e financeiros que adotou até o ano passado. A crise de 2008 levou o Governo a adotar uma série de medidas que foram corretas naquele momento, que permitiram uma rápida recuperação da economia, mas que, diante da piora do cenário macroeconômico, tanto interno quanto externo, revelaram-se não mais possíveis. Então, a política fiscal anticíclica cumpriu o seu papel e atingiu o seu limite. Agora nós estamos procurando traçar uma estratégia de reequilíbrio, para construir bases sustentáveis para uma nova política, e estamos fazendo isso de modo gradual.

Deputado Ricardo Teobaldo, concordo com V.Exa. Apesar das dificuldades que enfrentamos neste momento, já conseguimos superar dificuldades muito

maiores do que esta. Desde a volta da democracia, o Brasil conseguiu controlar a inflação, enfrentar crises externas, melhorar a distribuição de renda, reduzir o desemprego. A economia flutua, há choques que vêm do resto do mundo, há choques que vêm do próprio contexto interno, mas o Brasil tem capacidade e maturidade institucional e democrática para enfrentá-los. E hoje nós temos uma vantagem, assim como nós tínhamos em 2008 e 2009: nós não temos uma vulnerabilidade externa tão grande quanto tínhamos no passado. O Brasil tem um alto estoque de reservas internacionais, então, hoje, quando o câmbio flutua, ele tem um impacto na inflação, mas ele não causa uma crise financeira no Brasil, como causava nos anos 80 e nos anos 90. Hoje temos mais espaço de manobra para enfrentar a crise, mas não temos um espaço de manobra infinito, daí a necessidade de fazermos um esforço fiscal.

Quanto à sua pergunta sobre a baixa execução de emendas, às vezes isso decorre da própria natureza da emenda, mas, como as emendas são impositivas, elas serão executadas. Às vezes isso se deve à própria natureza da emenda. O projeto pode ainda não estar efetivamente pronto, pode estar dependendo de alguma licença, ou pode haver algum impedimento técnico na emenda. Essas emendas viram Restos a Pagar, e isso não retira o caráter impositivo das emendas. Então, essas emendas vão ser executadas. Posso avaliar depois o porquê disso para V.Exa., com maiores detalhes, e explicar esse ritmo de execução. Mas o fato de essas emendas terem sido empenhadas e não pagas — esse valor de 6,2 para 2,6 — não significa que elas tenham deixado de ser impositivas, significa apenas que a execução dessas emendas, que tratam de investimento, pode ter enfrentado algumas barreiras.

Quanto às medidas necessárias para se aumentar a execução das emendas individuais, eu acho que a adoção do orçamento impositivo, desde o ano passado, agora já incluído na Constituição, está gerando um novo procedimento. Nós temos uma sequência de ações para que os Parlamentares apontem as emendas prioritárias: em que devem ser alocadas, se há algum impedimento técnico naquela obra, prazo para que isso possa ser remanejado... Esse é um processo que começou mais formalmente no ano passado, mas ele ainda está no início e nós podemos melhorá-lo muito. Estamos abertos a sugestões para melhorar a execução

das emendas. Até para informação de todos os Parlamentares presentes, estamos trabalhando agora em conjunto com o Vice-Presidente Michel Temer, que assumiu a área política, e com seu assessor Rodrigo Rocha Loures, para tentar agilizar essa execução, pelo menos o fluxo de informação: se não foi executado, por que não foi executado.

Sobre emendas relativas a obras que estão paradas, o Governo tem uma limitação financeira neste momento. Como sempre, nenhum compromisso do Governo vai deixar de ser pago. Nós vamos saldar todos os compromissos. Estamos reduzindo os prazos de pagamento — já foram maiores no passado — e vamos adequar, neste momento de restrição fiscal, o ritmo de execução do investimento à disponibilidade financeira. Na medida em que a situação econômica melhore, vai ser possível acelerar esse ritmo. Mas hoje a própria responsabilidade fiscal, o que manda a LRF torna necessário que adequemos esse ritmo de execução de obras ao valor que nós temos disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Ministro.

Passo a palavra ao Relator do PPA, Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Quero saudar todos os colegas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e parabenizar o Ministro pelo detalhamento, pela precisão e pela clareza das informações que traz a todos nós sobre a LDO e sobre a LOA, a nossa Lei Orçamentária Anual. E também quero parabenizar o Ministro por ter se antecipado, por ter se colocado à disposição para vir aqui e já falar dos dois temas no mesmo momento. Tenho certeza de que isso torna mais produtivo o trabalho da nossa Comissão, as nossas ações aqui.

Sr. Ministro, quero colocar a Comissão à sua disposição, à disposição do Ministério do Planejamento, do Governo Federal, dos demais Ministérios que estão integrados na elaboração do PPA, para desde já acompanhar de maneira conjunta a elaboração que está sendo feita, todo o planejamento que vai estar contido no PPA, para que, quando a lei chegar aqui, no segundo semestre, tenhamos capacidade de conduzir a matéria da maneira mais harmoniosa possível, pensando no êxito das ações federais nesse planejamento para os próximos 4 anos e também na participação, que já está se dando, da sociedade organizada, de movimentos, de entidades, de sindicatos, de associações. Precisamos pensar nessa participação,

que já está se dando nos próprios Ministérios, que acabam sendo coordenados pelo Planejamento. Esperamos que essa participação se dê também da maneira mais exitosa aqui, por parte dos Parlamentares, dos Deputados e Senadores, que vão, é claro, trazer a sua perspectiva, a sua impressão do que ocorre hoje no País, em cada um dos Estados, em cada uma das regiões, e fazer tudo isso se integrar ao planejamento do Governo Federal, às ações do País para os próximos 4 anos.

Desejo sucesso ao Deputado Ricardo Barros, nosso Relator da LOA, e desejo sucesso ao Deputado Ricardo Teobaldo, que vai ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Espero que, juntos, consigamos fazer um trabalho integrado, que não só ajude o País, mas também fortaleça o papel do Congresso Nacional, o papel desta Comissão.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não há perguntas.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente que acaba de reassumir a condução dos trabalhos, Sr. Ministro, eu não pude acompanhar toda a exposição feita, mas trago aqui algumas indagações.

Antes de entrar propriamente no tema, eu queria fazer um apelo a V.Exa., Ministro. Ontem, com a vinda aqui do Presidente do Banco Central, indaguei a ele sobre a questão dos concursados do Banco Central, tendo em vista que o Banco praticamente deixou de fiscalizar, ou terceirizou a fiscalização para os fiscalizados, como é o caso do câmbio, etc. Ele disse que já fez a solicitação ao Ministério do Planejamento, tendo em vista que existe uma defasagem de 43% no quadro de pessoal do Banco Central. Eu gostaria de saber se há previsão, se V.Exa. tem alguma programação para chamar os concursados do Banco Central que foram solicitados. Foram autorizadas 515 vagas, mas, na prática, com toda a burocracia durante a tramitação, 601 cargos ficaram vagos, além do autorizado. Eu gostaria de saber se há alguma programação sobre o Banco Central.

Da mesma forma, quero aproveitar para saber dos concursados da ANVISA, que são poucos. A ANVISA também passa por dificuldades de recursos humanos, de pessoal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que se manifestasse sobre a possibilidade de chamar os concursados desses dois órgãos públicos.

Aproveitando este tema, quero dizer que eu tenho amanhã uma reunião com o Ministro da Defesa. Há 4 anos vimos conversando e há 8 anos eles estão fazendo um estudo, que não concluíram ainda, ou melhor, que concluíram parcialmente e já enviaram para o MPOG, mas o MPOG nunca mais se manifestou sobre a questão. Refiro-me às Forças Armadas, que realmente passam por um momento difícil. Eu gostaria de saber se V.Exa. tem conhecimento sobre o que está se passando principalmente com os recursos humanos das Forças Armadas. Hoje, um oficial do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica está ganhando menos do que um soldado da Polícia Militar, que é uma força auxiliar. Pergunto a V.Exa. se há algum estudo sobre isso.

Entrando agora no tema desta audiência, Sr. Ministro, eu queria fazer algumas pergunta a V.Exa., Ministro.

Nas gestões passadas, falou-se muito aqui sobre o sistema de informação, acompanhamento e fiscalização. Nós temos dificuldade de acompanhar isso. Temos acesso praticamente irrestrito somente ao SIAF. Aos demais, como o SIEST e o SIGPLAN, temos sim acesso, mas limitado. Na última vez, em audiência pública, a Ministra Miriam praticamente disse que tudo ia continuar do mesmo jeito, da mesma forma. Eu pergunto a V.Exa. como efetivamente o Congresso Nacional terá amplo e irrestrito acesso a esses sistemas, principalmente ao SIEST. Teremos o mesmo nível de amplitude que temos no acesso ao SIAFI? Faço esta pergunta porque esse sistema cuida inclusive do PAC, e precisamos acompanhar isso um pouco melhor.

Também temos uma grande preocupação com os cortes, todos eles, é evidente. Mas, em especial, os organismos internacionais sofreram cortes de 76%. Nós já sabemos que os organismos internacionais estão passando por dificuldades hoje, que algumas embaixadas estão sem recursos até para pagar aluguel. Quais serão as consequências para o Brasil de ficar inadimplente perante organismos internacionais tão importantes, em uma economia globalizada? Eu também queria saber de V.Exa. sobre essa situação com os organismos internacionais.

Sobre a vedação de reajustes, a proposta da LDO de 2016 suprimiu a concessão de reajustes da inflação medida pelo IPCA. A sociedade brasileira está

voltando a sentir o gosto amargo da inflação. A inflação medida pelo IPCA está muito acima do teto, da meta. O Governo Federal continua com a intenção de ignorar a manutenção do poder aquisitivo, no caso, por exemplo, dos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica? Qual é a posição do Governo com relação a esses reajustes?

Para finalizar, Sra. Presidente, os dez órgãos que sofreram os maiores cortes tiveram sua programação contingenciada em mais de 40%. Os Ministérios do Turismo e da Pesca tiveram bloqueio superior a 80% em seus programas. No caso das Secretarias da Igualdade Racial, de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Aviação Civil, o bloqueio ficou em torno de 56%, 56,5%, 43,5%. Parece-nos, Ministro, que o povo brasileiro deverá arcar com os salários e a manutenção desses órgãos durante o ano inteiro para que eles não façam praticamente nada, já que tiveram seus programas cortados. Não sei se não seria melhor cortar de vez as próprias Secretarias, extinguir esses órgãos. Evidentemente, haveria uma economia maior, sem contar o simbolismo de que o Governo estaria cortando na própria carne.

São essas as minhas colocações. Se V.Exa. puder antecipar alguma coisa sobre os concursados... Essa é uma demanda de muitas pessoas que estão aqui nos assistindo e que nos pediram para fazer esta intervenção. Ontem o Ministro não pôde dar uma resposta concreta, porque disse que depende de V.Exa., digo, do Ministério do Planejamento, então seria importante que V.Exa. explicasse um pouco melhor essa questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, pedindo a todos que observem o tempo, porque os Presidentes ficam cobrando que nós estejamos no plenário, então vamos aproveitar o tempo da melhor maneira.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Agradeço a presença do Ministro, sua paciência.

Eu às vezes gosto de destoar, porque isso é necessário. Uma opinião pessoal, Ministro, é que as medidas que eu chamo de “arrocho”, as medidas de

ajuste fiscal, foram anunciadas no final do ano passado talvez de forma muito apressada. É como se "uma montanha parisse um rato", para usar uma expressão metafórica. Realmente, falar de 14,5 bilhões de economia à custa do sacrifício dos mais pobres parece-me um suicídio para o Governo. Digo isto porque tenho um carinho pela figura da Presidente, mesmo fazendo oposição ao Governo dela, sendo militante do PSOL. Essas medidas deram margem para o crescimento desse movimento, que talvez tenha arrefecido, de *impeachment*, que surgiu muito como um ato simbólico por causa da traição de promessas e tem sido muito usado pela Oposição neoliberal aqui na Casa — eu sou de Oposição, mas sou socialista.

Quando encontrei o Senador Romero Jucá, Ministro, no dia da aprovação da LOA 2015, eu e o Deputado Ivan Valente, meu companheiro, dissemos: *"Poxa, mas 47% do Orçamento comprometido com o pagamento de juros e amortização da dívida?"* Ele, então, como Relator, disse: *"Olhe, mas isso aí nós não conseguimos mudar. Nós não temos acesso ao sistema"*.

Aí, Presidente Senadora Rose de Freitas — já tenho tão pouco tempo, mas quero dizer isto —, digo a V.Exa., que Presidente da Comissão e é uma mulher: nós temos que impor o respeito. Não é possível que nós só tenhamos o direito, agora em 2015, de decidir apenas sobre 53% do Orçamento. Sobre quanto teremos o direito de decidir no próximo ano? Porque, se de repente houver a decisão de se aumentar o pagamento de juros e amortizações — aumento do superávit primário e esses outros compromissos que o Governo estabeleceu e acha que não pode reverter —, este Poder fica desmoralizado.

Na verdade, não se trata só de uma ficção, como disse o Deputado Ricardo Barros. Em certa medida, é meio farsesco que nós aprovemos o Orçamento quando, a rigor, metade dele já vem para cá determinada. Essa é uma ferida que eu acho que nós temos que tocar.

Para concluir, Sr. Presidente, se me permite, não é possível que não se veja saída. A saída foi punir viúvas, pobres, desempregados, pescadores. Só que o impacto da medida acaba sendo muito para os pobres, e nada para um País com o PIB que nós temos e com esta dívida que nos avassala. Fernando Henrique deixou 67. O Lula deixou para Dilma... Entrou com 67 e deixou 670 bilhões de dívida pública. O Lula já deixou para Dilma 1 bilhão e 300 milhões. Nós temos mais de 2

trilhões! Onde vai parar isso? E todos os anos, grande parte do Orçamento é para essa ciranda financeira. Isso é insuportável. O Equador, que é um país muito pequeno, reduziu, inclusive com a ajuda de técnicos brasileiros, em 70% a sua dívida. Nós não temos coragem de enfrentar o grande capital financeiro?

Eu lhe fiz a proposta daquela contribuição de operações financeiras, dos bancos. A arrecadação no ano passado foi de 10 bilhões. É possível então, de 15 para 30, aumentá-la para 20 bilhões. Houve um aumentozinho agora, para 20%, não é? Isso vai dar um 3,3 bilhões, mais ou menos, de acréscimo. É muito pouco. Oitenta bilhões de juros dos bancos é uma festa que não se faz em nenhum outro país. Por que, então... Estou falando hoje mais tranquilo, sem paixão. Por que o Governo não ataca as grandes fortunas? Há estudos de um Amir Khair, de grandes cientistas da UNICAMP, artigos recentes da USP e da UFRJ, de grandes economistas. O corpo técnico do Governo sabe disso. Se taxarmos as grandes fortunas — não falo de Deputado que se acha rico porque tem 10 milhões declarados, ou 5 milhões. Sim, já é rico, mas fortunas de acima de 50 milhões, como já mostram algumas projeções, renderiam pelo menos 50 bilhões para nós. E continuamos optando pelo caminho de punir o pobre por ele ser pobre, de torná-lo mais...

Eu concluo. Com esse aumento, previsto em mais 25%, parece-me, para a taxa SELIC, em quase 14% já, nós vamos ter um problema ainda maior a enfrentar, porque já se comprometeram 66 bilhões dos nossos recursos só com os 2% de aumento. Se considerarmos 1 trilhão na forma de operações comprometidas do BC, aí é outro escândalo. Paga-se deságio de até 70% dos títulos da dívida pública! Nós todos somos responsáveis por isto! É uma ciranda financeira! A China é referência para um bando de gente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu lhe peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É referência, mas a gente não faz o que a China faz. Não tem É uma ciranda financeira. A China é referência para um bando de gente. Não há nenhum controle sobre a saída de lucros, sobre a especulação financeira, não há nenhuma vontade de taxar. Eu falo isso, porque é muito triste ver um corte no Ministério das Cidades, de 14,5% — afeta obras, por

exemplo, do Minha Casa, Minha Vida; são bilhões —, que é 54% do orçamento da Pasta. É claro que a recessão vai ser grande, é claro que empreiteira vai fechar, é claro que um bando de operário vai ser demitido, é claro que a crise social vai se aprofundar.

Aí vamos fazer o quê, daqui a pouco? Uma nova medida provisória para acabar de vez com a pensão da viúva, dizendo que é viuvinha alegre, quando sabemos que é exceção o idoso rico que casa com pobre? Isso existe, como existe o inverso, mas sabemos que é brincadeira usar esse tipo de argumento para tentar resolver o problema da crise.

Então, eu me associo aqui ao Deputado Izalci. Como eu falei ontem, são apenas 59 funcionários do Banco Central para administrar política monetária na Região Amazônica. Eu faria um apelo a V.Exa., porque ontem, apesar da autonomia do Banco Central, o Presidente disse que dependia do Planejamento. Então, que o Governo faça o esforço, realmente, de respeitar o resultado do concurso, porque eu acredito que, sem quadro técnico qualificado, também não se vai resolver o problema financeiro do País.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Ricardo Barros, Deputado Zeca Dirceu, Ministro, mais uma vez estamos aqui na batuta. Eu entendi perfeitamente a lógica do corte, ou do contingenciamento, das despesas deste ano de 2015; até pela minha formação sou obrigado a entender isso. A minha preocupação, na verdade, vai numa outra direção.

V.Exa., Ministro, coloca que nós vamos gastar com a saúde, neste ano, exatamente o que gastamos no ano passado — é verdade, os números estão aqui —, no entanto a saúde já está um caos. Na verdade, aumentou a demanda para este ano, está aumentando a população mais velha, está aumentando a demanda por novos medicamentos, por vacinas, e nós temos visto os hospitais com gente nos corredores, em macas, nas filas, espera de 2 anos para fazer uma cirurgia. Ministro, não é a sua área, mas é o Planejamento que define o valor.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para V.Exa. me entender, eu não estou dizendo que está errado o contingenciamento, ou o nosso orçamento. Estou querendo saber o que nós vamos fazer com o País, do jeito que nós estamos, pela ineficiência de gestão do Estado, porque, na verdade, adequamos o orçamento para pagar uma conta que poderia ser menor se o Estado fosse eficiente.

O senhor veja bem a situação do FIES. É uma coisa degradante. Degradante! *"Não, mas nós vamos cumprir os contratos passados e vamos garantir 250 mil novas vagas, novos contratos."* Do ponto de vista orçamentário, está correto. Agora, eu pergunto: para onde vão esses 9 milhões de alunos que estão fazendo o ENEM? Para onde eles vão, se hoje nós não temos vagas nas universidades públicas, se as universidades estaduais estão quebradas, paradas? O que nós vamos fazer com esses alunos? Como nós vamos desenvolver o País, se não temos investimento no financiamento do FIES, que remunera a taxa que nós pagamos do Fundo de Garantia do trabalhador? Está errado! Se há uma coisa que não poderia faltar, é recurso para financiar o ensino superior desses jovens que estão fazendo o ENEM. E, pelo que eu estou vendo aqui, vai ser uma loteria o cara conseguir uma dessas 250 mil vagas nas universidades se 9 milhões de jovens estão fazendo esse concurso, o ENEM.

A contribuição sobre o lucro. O Deputado aqui do PSOL que me desculpe, mas ou eles dizem, convictos, que estão falando uma coisa que não é verdade ou eles dizem que realmente acreditam nisso, porque aumentar imposto de banco é aumentar o imposto das pessoas físicas, é aumentar o imposto para os trabalhadores, para os empresários, para aquele que gera economia. O senhor já viu banco não repassar custo para o seu correntista? Isso não existe. Quanto os senhores querem apostar que os bancos, neste ano de 2015, vão aumentar os lucros em relação a 2014? Ou seja, pode passar para 30%, que eles vão repassar para nós. Ou limitamos o ganho dos bancos, o que não sei como fazer, ou então esqueçam. Nós vemos uma agiotagem instalada no País, que são os bancos. Eles vão tirar isso de alguém, e é de nós que vão tirar, dos trabalhadores.

A questão do Minha Casa, Minha Vida. Ministro, só na semana passada, foram demitidos 1.200 trabalhadores da construção civil, em Brasília; nós últimos 30

dias, 5 mil trabalhadores; no último mês, no Brasil todo, mais de 50 mil trabalhadores.

Ontem, estiveram na CBIC — Câmara Brasileira da Indústria da Construção mais de cem empresários que têm medições atrasadas para receber do Minha Casa, Minha Vida de obras que foram contratadas com a tabela de agosto de 2012, com inflação alta e preço defasado. Vai quebrar meio mundo, inclusive a minha empresa, também. Então, não é possível isso. O Governo não pode fazer dessa forma.

Essa história de dizer ao *Jornal Nacional* que está dentro da normalidade... Desde quando pagar atrasado é normal? Nós somos penalizados quando pagamos atrasado os impostos, quando pagamos atrasado os fornecedores. Hoje, se o senhor não paga no dia aos trabalhadores, no outro dia há piquete na obra. Dia desses queriam botar fogo na minha obra, por falta de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Peço que conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Vou concluir. Só tenho mais três itens.

Então, eu queria de saber, Ministro, realmente, quando o Governo vai ter vergonha na cara e vai pagar as medições do Minha Casa, Minha Vida?

Concursos. Esqueçam os concursos. Está lá apresentado, não vai haver. Falta auditor fiscal, falta gente para a Receita Federal, falta gente para a ANVISA, há agência do INSS, criada com emenda dos Parlamentares, fechada, porque não tem gente, não tem médico e não tem orçamento para contratar. Então, esse negócio de pedir para contratar aqui é uma fria. Pode parar. Não adianta nada.

E, para terminar, eu tenho dó do senhor.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - O Ministro vai responder aos três Parlamentares que fizeram as intervenções.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu não vou polemizar, mas, apenas como fui citado, devo dizer que nós estamos discutindo aqui como instituições do Estado. Nós fazemos as normas, e o Governo tem o poder de normatizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Edmilson...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Só para concluir, Presidente. E, em países que são citados como exemplos de democracia, controla-se o mercado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Edmilson, por favor, eu não posso permitir o debate. Desculpe-me, eu não posso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas não é debate; é porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Eu sei, Deputado Edmilson, mas me desculpe, não posso permitir o debate.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu falo com convicção programática e ideológica. Não vim aqui para brincar. Eu não estou aqui para defender bancos. Se há uma crise e nós estamos discutindo solução para ela, por que só o pobre paga?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado, eu não posso permitir...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Banqueiro, empreiteiro têm que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Desculpe-me. Por favor!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É para evitar que empreiteiros entrem em falência. Eu não quero a sua falência, mas precisa ser sincero.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Primeiro, não citei V.Exa., eu citei o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Tem a palavra o Sr. Ministro Nelson Barbosa, para responder aos três Parlamentares.

Em seguida, faremos o bloco dos próximos três Parlamentares, Júlio Cesar, Julio Lopes e Lelo Coimbra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Bom, vou me guiar pela ordem. Houve algumas perguntas repetidas. Quanto à questão do concurso, uma vez definido o valor do contingenciamento, nós vamos agora começar a autorizar alguns concursos ou o chamamento de concursados. Já fizemos isso para algumas entidades, e os concursados do Banco Central estão nessa lista, porque o concurso

já foi feito — não necessariamente todo o montante, como tinha sido inicialmente colocado. Essa decisão deve sair até o final de junho, não só quanto aos concursados do Banco Central, mas de outras carreiras que já tiveram concurso e no qual pessoas foram aprovadas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Isso está contemplado no Orçamento, Ministro?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Uma parte disso. Há uma verba para chamar pessoas que já fizeram concurso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Para o da ANVISA, inclusive, há orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Haverá tempo para réplica, Deputado Edmar.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não necessariamente o valor, porque há aí a questão do valor excedente, que é discricionário para o Governo poder chamar acima do que foi colocado, ou não. Mas o valor para este ano prevê a chamada de pessoas que já prestaram concurso e até agora não foram chamadas. O Banco Central está nesse caso, e isso vai ser anunciado nas próximas semanas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A ANVISA também?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - ANVISA também.

No que diz respeito à questão do acesso, Deputado Izalci, nós temos que ver. O SIAFI tem uma parte que é acesso à informação pública. O SIEST — Sistema de Informações das Empresas Estatais e o SIGPLAN — Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento são um sistema não só de disponibilização de informação, mas também de decisão. Isso já chegou para nós, esse pedido para tentar fazer algo similar ao que já acontece com o SIAFI. Nós estamos à disposição para desenvolver isso. Como está hoje, o sistema permite que a pessoa não só acesse a informação, mas também mexa, construa a informação. É um trabalho que nós estamos fazendo para tentar separar e poder dar acesso a isso.

No caso das estatais, é um pouco mais complicado. Em algumas estatais, só se pode ter acesso a algumas informações depois que elas são públicas, como nas estatais que têm ação cotada em Bolsa de Valores. Uma vez elas podendo ser públicas, nós vamos trabalhar nisso.

Quanto à questão dos organismos internacionais, nós estamos procurando pagar o que já é devido há bastante tempo. Já houve pagamento para alguns organismos ao longo deste ano. Estamos criando um comitê, junto com os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda e a Casa Civil, para até centralizar e administrar melhor a participação do Brasil em todos esses organismos internacionais. Há vários desembolsos. Às vezes, são áreas diferentes do Governo que aderem a alguns organismos. Até há pouco tempo, não havia um mapa muito bem centralizado de todos esses compromissos. Então, isso está sendo feito, esperamos normalizar isso. Concordo com o senhor que, para a imagem do Brasil, não é muito bom ficar atrasando o pagamento. Então, nós estamos pagando o que está mais atrasado.

No que se refere à questão do reajuste, nossa política não é fazer reajustes para o funcionalismo indexados à inflação. Nós estamos trabalhando para reduzir a indexação da economia brasileira. O último acordo que nós fizemos com o funcionalismo foi aquele que previa o aumento de 5%, mais 5% e depois mais 5%, que, naquela época, era acima do centro da meta de inflação. Depois, a inflação acabou ficando mais alta. Estamos, neste momento, num processo de negociação com o funcionalismo, que começou em maio. Esperamos, até o final de junho, apresentar nossa proposta e negociar, para, até o final de julho, tentar fechar acordo com o funcionalismo e incluir isso na Lei Orçamentária. Mas, nesse processo, nós procuramos evitar uma indexação à inflação passada, porque isso já gerou muitos problemas no Brasil, no passado. Foi uma das razões de haver uma inflação muito alta nos anos 80 e 90.

A questão dos cortes. Como eu falei, é um corte na projeção orçamentária, mas alguns órgãos, mesmo depois desse corte, têm uma verba maior. Sem entrar no mérito sobre se é adequado ou não, no caso da Pesca, ano passado foram pagos 153 milhões de reais — não é o empenho. O limite dado neste ano é de 162 milhões. Então, há um aumento em relação ao limite que foi pago no ano passado. É uma redução em relação ao que está no Orçamento. No caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ano passado foram pagos 22 milhões. Este ano, há um limite de 30 milhões, principalmente para criar o serviço de Disque Denúncia, de acompanhamento de violações ou de atentados à igualdade racial.

Deputado Edmilson, já fizemos esse debate e ainda vamos discutir bastante. Primeiro, eu discordo, com todo o respeito, da opinião de V.Exa. Eu acho que o que propusemos nas MPs 665 e 664 são ajustes necessários para manter a viabilidade dos programas. O Programa do Seguro-Desemprego e o Programa do Abono Salarial estavam crescendo à taxa de 2 dígitos, de 22%, 18%. Um programa que cresce a 22%, 18%, quando a receita do Governo cresce a 8%, tende a se tornar insustentável. Então, as mudanças que nós propusemos são para preservar, também, para garantir a sustentabilidade desses programas.

Quanto à questão da parte financeira, a taxa de juros é fixada. O Banco Central fixa a taxa de curto prazo, e o mercado fixa a taxa de longo prazo. O trabalho do Governo nesse caso é construir condições para que essa taxa de juros caia. Parte dessa construção é restabelecer a capacidade do Governo de produzir um resultado primário recorrente, num nível adequado, para manter a dívida estável; é também reduzir o custo de carregamento de várias operações financeiras do Governo. Parte do pagamento de juros que o Governo tem de forma elevada é o custo de carregamento das reservas internacionais, que são necessárias para nos dar autonomia de política econômica, e também dos empréstimos aos bancos públicos. O Governo empresta aos bancos públicos a TJLP, mas financia a taxa de mercado. E há ações nisso, tanto de elevar a TJLP quanto de baixar os aportes nos bancos públicos. Essas ações, junto com as ações de equilíbrio fiscal, vão construir as condições para essa redução da taxa de juros. Isso tem que acontecer, não é uma decisão por decreto do Governo.

V.Exa. citou a elevação da nossa dívida, em termos de valores, mas, em finanças públicas, o principal critério é a relação da dívida com o tamanho da economia. Quando o Presidente Lula assumiu o Governo, a dívida era de 60% do PIB; quando ele deixou o Governo, era cerca de 40% do PIB; hoje ela está em 35% do PIB. Então, há uma redução do endividamento líquido do Governo. Hoje, nós estamos mais preocupados com a dívida bruta, porque ela cresceu, no combate à crise, no Brasil e no mundo. No mundo todo, a dívida bruta cresceu, e no Brasil também. E agora nós estamos preocupados em reduzir essa dívida gradualmente.

Nas questões de tributação, nós temos procurado atuar nos impostos que já existem. Há uma discussão sobre tributação direta. Isso foi apresentado pelas

centrais sindicais. Nós estamos avaliando isso, mas, neste momento, não faz parte do plano do Governo uma ação nessa área.

Deputado Edmar Arruda, eu posso não ter sido feliz na minha explicação, mas a saúde tem mais recursos; a educação é que tem o mesmo nível. A saúde tem um crescimento de 8,2% em relação ao ano passado. Nós temos trabalhado nisso junto com o Ministro da Saúde, para preservar os principais programas. A saúde tem um crescimento que é basicamente o crescimento esperado para a economia, em termos nominais, de inflação menos PIB. Manteve-se o valor real da saúde.

No caso da educação, o valor é o mesmo, ou seja, em termos reais vai virar uma redução, mas é necessário fazer uma adequação nos planos de alguns programas da educação. O senhor mencionou o FIES. O FIES é um programa exitoso, virou um programa de massa — o número de pessoas beneficiadas sai de cerca de 80 mil, em 2010, para quase 2 milhões, no final do ano passado. A intenção do Governo é continuar com esse programa, adotando práticas que já são adotadas em outros programas, como o Minha Casa, Minha Vida e até o Bolsa Família.

O que eu quero dizer com isso? Há algumas condicionalidades. O FIES, até pouco tempo atrás, tinha condicionalidades muito flexíveis, em termos da qualidade do curso, do desempenho do aluno e, principalmente, do valor cobrado pela universidade. Então, em alguns casos isolados, o FIES acabou sancionando um aumento de mensalidade, por parte de algumas universidades, de mais de 20%. Isso não é o objetivo da política pública.

Então, o FIES é um programa que veio para ficar; assim como o Bolsa Família, é um programa permanente. Para ser permanente, ele tem que ser adequado à disponibilidade de recursos e às melhores práticas de políticas públicas.

Vou dar um exemplo. V.Exa. conhece bem o Minha Casa, Minha Vida. Pelo que colocou, V.Exa. participa do setor de construção civil. No Minha Casa, Minha Vida, definimos o preço da unidade, as condições, quantos quartos, qual a renda da pessoa que vai ter acesso àquilo. No FIES, não estava necessariamente desse jeito. Então, o que procuramos fazer agora no FIES? O programa continua, mas o aluno tem que ter um desempenho, o curso tem que ter determinada qualidade, e, principalmente, o Governo vai aceitar um determinado reajuste da mensalidade,

como também só aceita determinado reajuste no preço do Minha Casa, Minha Vida e no preço dos remédios que compra.

Nós estamos adotando no FIES, então, práticas já bem consolidadas e eficazes de outros programas, mas ele vai continuar. O Ministério da Educação está trabalhando, agora, no lançamento das metas do FIES não só para este ano, mas para os próximos anos.

Quanto à questão dos concursos, eu acho que já respondi, quando respondi ao Deputado Izalci.

Com relação ao Minha Casa, Minha Vida, nós estamos em contato com a CBIC. Nós estamos procurando adequar o valor disponibilizado para o Minha Casa, Minha Vida deste ano, que é cerca de 12 bilhões de reais, para dar previsibilidade às empresas. Já não está sendo possível fazer o desembolso tão rápido quanto no passado, ou seja, 20 dias depois da medição. Não é possível manter esse prazo. Então, nós estamos negociando com o setor uma adequação do cronograma de obras para fazer com que ele possa ter uma previsibilidade maior e resolver suas questões financeiras.

Em linhas gerais, o princípio que temos adotado — estamos discutindo com o Ministro Gilberto Kassab, que é a autoridade da área — é garantir o ritmo de execução anterior quanto ao que está próximo de ser concluído, ou seja, há conclusão de 70% ou mais, e, no caso de 70% ou menos de execução, fazer uma reprogramação do investimento para que ele possa ocorrer e as empresas tenham previsibilidade para cumprir seus compromissos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. me permite fazer só uma pergunta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu não vou tomar muito tempo, mas apenas quero dizer que, há 15 anos, se produz superávit primário, e os juros só aumentam. Então, por que o Governo não enfrenta? Além da questão da reunião com os sindicalistas e de alguns poucos Deputados que não advogam aqui interesses de especuladores do mundo, por que não taxar as grandes fortunas? Por outro lado, por que não regular? No caso do FIES, eu compreendo perfeitamente. O que o Governo está fazendo é regular. Ele vai impedir que qualquer universidade

privada aumente as suas mensalidades? Não, é economia de mercado. Agora, um programa público mantido com recurso público tem que ter algum parâmetro, ou, então, se a mensalidade aumenta 50%, o papaizinho Estado vai enriquecer os muito ricos. Não que eu concorde com a limitação dos recursos, mas se criou uma expectativa e um bando de jovens corre o risco de não fazer a universidade ainda.

Outra questão. Os bancos públicos no Brasil, pelo que eu consigo interpretar das informações, detêm pelo menos 30% da dinâmica, da fluidez financeira do País. Então, têm um poder enorme de funcionar como instrumento de regulação. Eu tremi nas bases quando me disseram que a Caixa Econômica se tornaria um banco comercial — com ações na Bolsa de Valores de Nova York, para se tornar uma nova PETROBRAS. Se nós temos esses instrumentos financeiros, por que não regular? Não é justo. Eu concluo, Ministro, não é justo nem para mim, nem para V.Exa., nem para um pobre que ganha salário mínimo.

Por exemplo, eu, como professor universitário, tenho aqui um talão de cheques do banco...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, os outros membros da Comissão vão ter que ter o mesmo direito de espaço de tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho direito à réplica.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não há réplica aqui, não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem, mas quando...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nos 3 primeiros minutos. V.Exa. vai entender. V.Exa. falou por 7 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou concluir a minha réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Prejudica os outros Parlamentares. Por favor! Eu acho difícil chamar a atenção de um Parlamentar, muito difícil.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sei, mas fui citado de forma jocosa e não tive o direito, tive o tempo cortado. Eu vou concluir.

Não é justo que um funcionário público, ou um trabalhador, que precise de um cheque especial, tire 10 mil reais hoje e pague ano que vem 30 mil ou mais, enquanto continuam fazendo juros negativos para financiar, por exemplo, Belo Monte, entre outros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou dar a palavra agora ao Deputado Júlio Cesar.

O Ministro responderá em bloco a todas as pessoas. V.Exa. já adentrou o próximo bloco.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Relatores, colegas Deputados, meus cumprimentos. Ministro, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa. pela tranquilidade. V.Exa. passa confiança e uma tranquilidade que eu nunca vi no Governo. V.Exa. planeja, V.Exa. acompanha a execução orçamentária e a gestão. Com os números do Brasil, por viver tranquilo merece os parabéns dos brasileiros.

Eu vejo a arrecadação caindo — hoje nós estivemos com o Secretário da Receita; todas as receitas estão no vermelho em relação aos 4 meses do ano passado corrigidos pelo INPC —, o PIB caindo, a indústria caindo, o crédito caindo, as vendas caindo, a produção caindo, o superávit primário caindo, os investimentos caindo, o desemprego aumentando, a inflação aumentando, a SELIC aumentando.

E aí o senhor chega aqui, Ministro, e apresenta vários números. É a primeira vez que eu vejo cortar PAC. Eu sabia que PAC era intocável. Vinte e cinco bilhões. O senhor tem aqui a conta do PAC. Dos 65 bilhões priorizados pelo PAC, já cortaram 25. Limite para pagamento, só 40. E 39, já se sabe, serão empenhados e não pagos. Vão para Restos a Pagar. Agora, que prioridades? Minha Casa, Minha Vida, obras em andamento, saneamento e mobilidade, combate à crise hídrica — é muito séria no Brasil, tudo é coisa gigantesca —, rodovias e ferrovias estruturantes, obras nos principais portos, ampliação dos aeroportos prioritários e Plano Nacional de Banda Larga. Para quê? Quarenta bilhões. É muito pouco.

Além do mais, Ministro, o senhor aqui cortou as emendas deste ano, mas cortou emendas dos anos anteriores no total de 21,4 bilhões, porque neste ano eram só nove e pouco. Eu entendo que há emendas de outros exercícios não pagas, se

foram cortados só 4,9. Além das emendas, Ministro, o que me preocupa é o déficit dos Restos a Pagar. Há inscritos, entre prioritários e não prioritários, mais de 200 bilhões em Restos a Pagar. O subsídio do BNDES, que vai continuar este ano, inclusive já votamos aqui mais de 50 bilhões, ano passado foi 25. As desonerações em 2012 foram 112 bilhões — umas estão sendo anuladas, como a CIDE e o IPI, que o senhor mesmo citou. A conta de energia está sendo repassada para o consumidor, mas, nos últimos 3 anos, são 62 bilhões. O senhor falou aqui que o Bolsa Família vai ter 27 bilhões. Aumentou. Esse aumento é porque vai aumentar o número de famílias ou porque vão ser adicionados os Restos a Pagar do ano passado, mais de 2 bilhões? Eu queria saber se vai aumentar o número de famílias.

Todas as medidas que o Governo tem tomado, Ministro, pelos números que nós conhecemos, eu acho que não vão dar o resultado desejado. A tributação que querem impor aos bancos — e tenho dito isso reiteradas vezes; o meu colega acha que vai passar para o consumidor — não passa, porque eu acho que a tributação é sobre o lucro. Os cinco maiores bancos lucraram mais do que o Governo pôde investir no ano passado: 62 bilhões. Os bancos pagam a folha e seu custeio só com serviços e tarifas e ainda sobram 30%.

Ministro, o Governo tem na DAU, Dívida Ativa da União, 1,4 trilhão de reais; em processamento, 300 bilhões; e, em fase administrativa, 400 bilhões na Receita Federal. Total: 2 trilhões. Hoje eu perguntei ao Secretário da Receita se não era hora de fazer outro REFIS, porque, com o REFIS da crise, já foram arrecadados mais de 70 bilhões de 2009 para cá. Ele fez o REFIS dos bancos. Foi tanto estímulo que os bancos pagaram à vista, em novembro do ano passado, 20 bilhões, de uma vez só. Então, fica a sugestão. Além de aumentar a tributação dos bancos, aproveitar esse ativo que nós temos, e passivo, de muitos brasileiros e brasileiras e empresas brasileiras, na DAU. Isso é muito importante para que o Governo possa encontrar um equilíbrio nas suas contas.

Eu estou aqui torcendo para que tudo dê certo, mas sempre reticente a que essas medidas sejam apenas paliativas e preparatórias para outras medidas, inclusive o ressurgimento da CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

Em seguida, falará o Senador Hélio José. O Deputado Julio Lopes havia se ausentado. Eu vou retornar a palavra a ele no final.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Obrigada.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Boa tarde a todos, Presidente, Ministro Nelson Barbosa. A primeira pergunta se refere à inquietação que nós estamos vendo nos Estados — eu e a Senadora Rose somos do mesmo Estado inclusive — quanto ao impacto. Pergunto qual o perfil dos cortes nas obras no Estado, as previstas, em andamento ou prometidas. Nós precisamos desse mapa para poder discutir nas nossas cidades com a população. Há expectativas muito grandes, acumuladas, algumas prestes a ser encaminhadas, e nós ficamos preocupados, sem saber se elas vão adiante, além de um conjunto de ações e medidas que se referem aos Municípios. Eu faço minhas algumas preocupações e manifestações do Deputado Júlio Cesar, que me antecedeu neste momento. Então, a primeira pergunta é sobre o mapa de cortes dos Municípios.

Há outra questão que eu queria colocar, Ministro. Envolve essa decisão acerca do ajuste, que alguns, ou muitos, desejavam que fosse maior, outros menor. O Governo colocou numa medida sabendo que ia haver um ponto de corte, no debate no Congresso. É uma recuperação de confiança, uma nova perspectiva de gestão do Governo quanto à área econômica e ao nosso desenvolvimento. Então há um conjunto de medidas a serem tomadas. A Presidência, numa reunião com alguns Ministros... Inclusive, o senhor anunciou, na semana seguinte a essa reunião, a perspectiva do processo de concessões de obras. Eu queria informações sobre essa decisão enquanto política pública.

Há um conjunto de decisões que se fazem necessárias, após esse ajuste inicial, que vai dar o perfil do caminho para onde nós vamos. E isso vai nos dar mais segurança ainda. Se a função dos ajustes é trazer a confiança do mercado e o ambiente de desenvolvimento para o Governo, na sua gestão, e para a sociedade, nos seus resultados, é preciso que esse desdobramento se processe da mesma forma.

Por fim, duas questões eu considero importantes. Uma questão — isto já foi dito por alguém que me antecedeu — é o enxugamento do Governo. Isso é muito

importante, porque aonde nós vamos as pessoas falam: *"Estão cortando da gente, estão cortando daqui, estão cortando dali".* O Deputado Júlio Cesar falou, com uma alegria danada — eu não tenho essa mesma alegria —, que está esperando ardentemente a CPMF. Eu estive no Ministério da Saúde e senti lá o ambiente para a recriação da CPMF, e o Deputado Júlio numa felicidade danada. Eu não sei se todos aqui sentem essa mesma felicidade. As pessoas perguntam se o Governo vai apresentar uma remodelagem do seu perfil, do seu tamanho, em relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Perguntam qual a contrapartida, não é, do Governo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu queria a opinião do senhor sobre esse assunto.

Para concluir mesmo, uma última coisa, e isto não tem a ver com nada que possa constranger, embora a pergunta constranja. O senhor estava no Governo passado da Dilma, era Secretário de Ministério, vivenciou a política econômica daquele momento, e agora é responsável por fazer o trem virar ao contrário. Entre aquele momento e este, não havia uma percepção de que esse fosso estava se abrindo? E, se havia essa percepção, por que um silêncio tão grande para esse fosso se abrir e depois, neste momento, vir a mudança de rumo, em 360 graus, dessa locomotiva?

Essas são as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos aproveitar que o Deputado Julio Lopes retornou e conceder a palavra a S.Exa., pelo prazo de 3 minutos.

Em seguida, o Ministro responde.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Muito obrigado, Presidente Rose de Freitas. É uma honra mais uma vez estar sob a presidência de V.Exa. Cumprimentando V.Exa., cumprimento todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados. Cumprimento S.Exa. o Ministro Nelson Barbosa e agradeço sua presença.

Ministro, obviamente, nós temos aqui vários assuntos de interesse, mas um tema que tem me chamado especial atenção é a questão da execução do Bolsa

Família relativamente a um acórdão, do Tribunal de Contas da União, que saiu em 10 de setembro do ano passado, em que, examinadas 1 milhão e 600 mil famílias... quanto a 14 mil famílias, ficaram provadas, ali, 400 mil irregularidades. Foram eleitos 577 Vereadores recebendo Bolsa Família; são 200 mil proprietários de automóveis, com valor acima de 10 mil reais, recebendo o Bolsa Família; mais de 200 mil proprietários rurais, também; dezenas de proprietários de motocicletas... O senhor deve ter tomado conhecimento, porque é um acórdão do Tribunal, em que este diz claramente que não há como fazer auditoria, uma vez que os números atribuídos têm muitas multiplicidades. E o Tribunal sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social que faça a adoção do CPF com código, para processar com mais exatidão a questão desses pagamentos, que são muito importantes.

Eu quero dizer, Sr. Ministro, que acredito que o Bolsa Família é um instrumento importantíssimo do Governo. As minhas observações são no sentido de contribuir com esse programa, que julgo da maior importância.

Mas há outra anomalia. Eu sou Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e sei que a Caixa Econômica Federal financia, por exemplo, a primeira faixa do Minha Casa, Minha Vida, onde há uma série de pagamentos em atraso. Mas na Caixa Econômica Federal, mesmo sendo um agente financeiro do Governo, não consta o CPF do contemplado na primeira faixa do Minha Casa, Minha Vida, o que, para mim, se constitui em escândalo, Presidente Rose de Freitas. Não é razoável que isso ocorra num banco que empresta dinheiro brasileiro, de nós brasileiros, de uns e dos outros. Esse dinheiro não é do Estado, somos nós que abrimos mão de comprar alguma coisa ou de contratar um serviço, para subsidiar outro irmão brasileiro. Portanto, não se tem o CPF dessas pessoas.

Por isso, eu apresentei um projeto de lei, Sr. Ministro, sobre toda transferência direta a um cidadão brasileiro. O somatório das transferências diretas aos cidadãos no ano passado consumiu 110 bilhões de reais. Foram subsidiados diretamente 74 milhões de brasileiros. E não há auditoria desse sistema de forma confiável, segundo nos reporta o TCU.

Somado a isso, nós vemos que o Governo nunca tem contingenciado esses programas sociais, mas, ao contrário, aumentado sempre a despesa: em 2012 eram 20 bilhões de reais; em 2013, 23 bilhões de reais; em 2014, 26 bilhões de reais; e

neste ano, estão previstos 27 bilhões de reais. Isso vai contra todos os demais programas do Governo, porque a média de execução orçamentária vai até 60% no máximo, um ministério bem sucedido executa 60%. No Minha Casa, Minha Vida e no Ministério de Desenvolvimento Social, a média histórica das execuções é de 98% ou 96%.

Mas o que eu queria finalmente perguntar a V.Exa., além das suas observações sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, é o seguinte: no decreto do último 22 de maio deste ano, V.Exa. libera 40 bilhões de reais para a execução orçamentária do PAC. V.Exa. tem de executados, processados e pagos, 4 bilhões, 367 milhões e 934 mil reais. Mas V.Exa. tem Restos a Pagar ainda não pagos da ordem de 58 bilhões, 383 milhões e 39 centavos, segundo a própria portaria. Portanto, na realidade, nós não vamos executar nada, nós vamos ficar devendo ainda Restos a Pagar do ano que vem.

É isso mesmo, Sr. Ministro? Se os Restos a Pagar montam essa diferença e a execução disponível é de 40 bilhões, nós vamos ficar devendo, no mínimo, pelo menos esses 18 bilhões de reais em relação aos Restos a Pagar do PAC não processados e não pagos no ano de 2014.

Eram essas as minhas considerações sobre as quais eu gostaria de ouvir as respostas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, eu estou sendo convocado a comparecer à CPI do CARF, importante CPI do Senado, portanto, se V.Exa. permitir, eu gostaria de incorporar as minhas perguntas. Eu sou o próximo deste bloco. Assim, se o Sr. Ministro pudesse rapidamente me responder, eu já iria para a CPI do CARF.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador. Não há dificuldade.

V.Exa. pediu a palavra pela ordem, Deputado Edmar Arruda?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, o Deputado Ricardo Barros, quando estava na Presidência, ficou de me conceder a palavra após algumas falas. Portanto, agora que V.Exa. assumiu a Presidência, eu gostaria de ter só 1 minutos após o Senador Hélio José se manifestar.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmar Arruda, eu me lembro das palavras de V.Exa., que pediu que eu fosse fidedigna à lista colocada.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu sei. Mas havia a réplica por 2 minutos, que o Deputado Ricardo Barros não me concedeu.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Farei isso oportunamente.

Senador Hélio José, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pelo excelente trabalho e cumprimentar o nosso Ministro Nelson Barbosa e sua equipe, que pacientemente estão respondendo às nossas perguntas.

Inicialmente eu só gostaria de registrar o meu irrestrito apoio, Ministro Nelson Barbosa, à questão da necessidade de ser recomposto o quadro dos servidores do Banco Central concursados, dando uma oportunidade para que haja uma equipe mais completa. Quero dizer que a sua resposta atende em parte à questão. Eu acho que vale a pena nós nos empenharmos, agora com essa realidade já definida, para auxiliar na contratação dessa equipe do Banco Central, concursada e de competência, o que é muito importante.

Ainda nessa questão de trabalhadores, como temos a clareza da necessidade do desenvolvimento da infraestrutura nacional, quero lembrá-lo de que estou aguardando a nossa audiência para conversarmos sobre uma importante carreira da infraestrutura nacional, a dos analistas de infraestrutura. Está pendente esse diálogo

Hoje, cerca de 30% a 35% dos servidores abandonam essa carreira por causa da situação em que se encontram, por terem sido excluídos da MP 440. E nós precisamos discutir isso na carreira pública federal. Estou aguardando essa audiência com V.Exa. agora, quando estão se definindo essas questões. Queremos conversar com V.Exa. e com o Planalto, para que possamos resolver o problema desses 800 servidores que trabalham nos 11 Ministérios que tratam da infraestrutura nacional e são fundamentais para o desenvolvimento social.

Eu gostaria de dizer que compartilho com a ideia do Deputado Júlio Cesar. Sinceramente, vendo o caos da saúde aqui no DF, por exemplo, está difícil manter os serviços, pois falta tudo. Eu acho que, se nós reconstituirmos a CPMF, vai ser

uma boa. Quero aqui defender essa tese, caso ela venha do Palácio do Planalto, pois acho que todos temos que colaborar para uma saúde de melhor qualidade e em condições de funcionamento. A crise hoje é muito grande por falta de recursos e por falta de alternativas. Eu quero manifestar isso até em consideração, já que somos do mesmo partido, o PSD.

Com relação ao contingenciamento de emendas, Ministro Nelson Barbosa, eu, por exemplo, pude apresentar 10 milhões de reais de emenda aqui: 5 milhões de reais para a saúde, o que era obrigatório; 4 milhões de reais para a educação; e 1 milhão de reais para o meio ambiente, tudo sendo o extremo da necessidade.

Parece que esse contingenciamento vai atingir todo mundo. Não haveria jeito de se fazer uma seletividade dentro daquelas questões que são bastante cruciais para a sociedade como um todo e não questões mais pontuais, para que, por exemplo, não ficassem prejudicadas algumas emendas que possam ter sido feitas por vários Parlamentares? É preciso avaliar essa possibilidade.

Para concluir, eu quero dizer a V.Exa. que eu e vários Parlamentares Senadores da República, dando um voto de credibilidade às propostas da nossa Presidente da República e do nosso Ministério do Planejamento, ontem aprovamos a MP 665. Há a MP 664 para hoje e a importante MP 668, que precisamos discutir até o final desta semana. Estamos fazendo todo esse sacrifício por confiarmos exatamente na necessidade de serem moralizadas algumas coisas que não estavam devidamente equacionadas.

Inclusive em conversa com V.Exa., colocamos que achávamos que o ideal seria que o Governo tivesse mandado um projeto de lei, para que juntos pudéssemos melhor definir os ajustes necessários ao seguro-desemprego, os ajustes necessários ao seguro-defeso e coisa e tal. Mas foi possível a MP. Votamos, portanto, a MP nessa consciência de estar contribuindo para que não haja fraude e para que o sistema possa de fato funcionar de forma adequada e exequível.

Eu fiquei preocupado quando V.Exa. falou da questão do FIES, porque conheço muita gente que estava estudando com esse recurso e que não conseguiu se manter no sistema. Como vamos fazer para que não seja jogado ao léu todo aquele investimento que já feito com relação a esses que estavam estudando, uma vez que eles não têm dinheiro para continuar pagando os estudos?

Eu acredito que, para os novos, aqueles que entraram agora no programa, seria mais razoável fazer uma grande limitação. Mas para os que já estavam no programa há uma alternativa? Os senhores estão pensando em alguma saída, alguma porta que resolva a situação desses que porventura não conseguiram permanecer no programa e que de fato necessitam desses recursos? Eu acho que quem não necessita desse recurso tem mais é que estar fora mesmo. E acho que é preciso haver regras que definam quantitativos, até para a sobrevivência do programa, que é importante e de grande relevância.

Eu vou ficar por aqui, dizendo que estamos juntos nessa luta, que vamos hoje votar a MP 664 e que vamos votar a MP 668. Mas precisamos ver a realidade da situação e garantir que as coisas caminhem de forma mais tranquila, para que possamos ter melhor condição de ajudar o Governo e o nosso Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só concluindo, o Deputado Edmar Arruda tem 2 minutos de réplica. Terminado este bloco, passaremos ao bloco seguinte, com o Deputado Domingos Sávio, a Deputada Geovania de Sá e o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, quando nós falamos em superávit primário, estamos falando o seguinte: pega-se a receita; tiram-se as despesas e investimentos; e o que sobrar é superávit primário. Acredito que seja isso. Mas para que isso aconteça, não tem que entrar o dinheiro, para que o dinheiro saia? Se isso é verdade, onde foi parar o dinheiro dos Restos a Pagar de 227 bilhões de reais? Isso era em abril, mas hoje já deve ter aumentado. Onde foi parar esse dinheiro? Por que não existe esse dinheiro? Por que não foram pagos?

Além disso, das nossas emendas do ano passado, não foi pago praticamente nada. Portanto, eu gostaria de saber desta lógica de sumir o dinheiro.

Com relação ao FAR, V.Exa. disse que está estudando um novo cronograma. V.Exa. tem o total do valor a pagar e o total do valor contratado e a executar do FAR? Talvez os nobres Deputados não saibam como o FAR funciona: o FAR não tem nada a ver com empreiteiras; as construtoras são contratadas pela Caixa para executar as obras e entregá-las ao Município. As empresas são contratadas pela Caixa, elas não vendem nada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para terminar, há duas questões rápidas. Primeira, qual a garantia de que, ao criar a CPMF, o Governo não vá fazer o que fez no passado? Não adianta nada nós destinarmos 50% das nossas emendas para a saúde, se o Governo jogar esse valor dentro do índice que tem que dar para a saúde. Isso teria que ser feito acima do índice. Na CPMF funciona do mesmo jeito: se utilizarem a CPMF para cumprir o índice que já está na lei, não vão aumentar nada para saúde.

Segunda questão: V.Exa. não quer estudar a possibilidade de nós destinarmos um pedacinho do Fundo de Garantia daquelas famílias cujo filho está indo para a universidade privada porque não teve condições de ir para a universidade pública, para que ele pague com esse recurso as suas mensalidades, sacando ano a ano?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir só a compreensão de todos porque, após esta rodada, nós vamos fazer uma pausa breve, para que quem quiser possa beber água e respirar. Em seguida, para terminar, haverá apenas dois blocos.

Sr. Ministro Nelson Barbosa, V.Exa. está com a palavra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Quero responder rapidamente ao Senador Hélio José, que vai ter que sair. Quanto à questão dos analistas de infraestrutura, como eu falei, estamos em processo de negociação com todo o funcionalismo, que já começou em maio. Isso inclui um princípio geral, que foi o que eu coloquei aqui, para nortear a proposta que o Governo vai fazer em termos de salário, e inclui também uma negociação específica com cada carreira.

Isso está sendo feito pelo Secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, que já deve ter recebido ou irá receber os analistas de infraestrutura, para ver o que é possível fazer nesse caso. É uma carreira crucial, principalmente nesse esforço que nós temos de fazer para aumentar o investimento em infraestrutura. Mas, como todas as carreiras, esta precisa também se adequar à disponibilidade de recursos e principalmente a certa isonomia com as demais que têm atribuições semelhantes.

Agradeço ao Senador Hélio José, como já mencionado, o apoio à MP 665 e, antecipadamente, o apoio que S.Exa. já anunciou às demais MPs que estão hoje no Senado.

Na questão das emendas, nós estamos programando neste momento as emendas individuais, sendo que ali há um valor para empenho. Existe um valor também de pagamento, que muito provavelmente é para o pagamento dos empenhos que foram feitos nos exercícios passados. Então, aquele limite é um limite para o empenho de novas emendas. E há um limite correspondente de pagamentos, que provavelmente vai ser para as emendas que já são de outros Orçamentos, principalmente se essas emendas tiverem a ver com investimento.

Na questão do FIES, Senador, o objetivo é, obviamente, manter quem já está dentro do programa. Mas, como eu coloquei, há casos em que houve reajustes de 20% a 30% da mensalidade Então, como já foi dito pelo Ministro da Educação na época e por outras autoridades do Governo, não faz parte dos planos do Governo sancionar aumentos abusivos de mensalidade. Por isso, foi colocado um teto para o aumento de mensalidade dos que já estão dentro do programa, e isso está sendo negociado com as instituições. Ou seja, os que estão dentro do programa têm preservado no FIES até o limite de reajuste estipulado pelo Governo. Além deste limite, trata-se de uma negociação que está sendo feita caso a caso entre as universidades e os alunos.

O primeiro a fazer questionamentos foi o Deputado Júlio Cesar, sendo que o Deputado Edmilson Rodrigues fez um aparte. Nós temos a prática de fixar metas de resultados primários desde a LRF, ou seja, desde 2001. A taxa de juros caiu, Deputado. A taxa real de juros pode não ter caído na maneira como todos nós desejávamos, mas tem caído. Só para fazer um histórico, a taxa real de juros no Brasil já foi de quase 50% no final do Governo Collor; quando veio o Plano Real, a taxa real de juros caiu para 25% do real; quando se adotou o sistema de meta de inflação, a taxa real de juros caiu para cerca de 10% do real; depois, no final do Governo Lula e início do Governo Dilma, a taxa real de juros ficou em torno de 5% do real; e hoje a taxa real de juros medida pelos economistas está em torno de 7%, que é a taxa de juros esperada. Isso reflete este momento em que o Banco Central está fazendo elevação da taxa de juros para combater — tenho certeza de que o

Ministro também falou aqui sobre isso — os efeitos desse realinhamento de preços que ocorreu na economia brasileira.

Nós ainda temos uma taxa real de juros elevada, mas é importante também não esquecer que ela já vem caindo ao longo do tempo. Esperamos que, com essa recuperação fiscal e com a redução da inflação para o centro da meta, seja possível retomar essa trajetória de redução de longo prazo. O que nós estamos vendo agora é um ciclo monetário de elevação de taxa de juros, para combater os efeitos temporários do realinhamento de preços na economia brasileira.

Deputado Júlio Cesar, V.Exa. também perguntou sobre o corte do PAC. No ano passado, houve um corte do PAC de cerca de 8 bilhões de reais. Este ano o valor é bem mais elevado. Eu, como participei da elaboração do PAC, sei que é difícil cortar, mas é também uma escolha inevitável. O Orçamento, como sabem todos aqueles que trabalham com isso, assim como V.Exa., é uma escolha de prioridades. Então, nós temos também que manter prioridades em vários programas sociais, em programas da educação e da saúde. E nesse esforço, foi necessário fazer um corte no PAC. Mas ainda assim, o valor remanescente do PAC é de 40 bilhões de reais, que é um valor elevado, é um valor que permite a execução de vários projetos.

V.Exa. fez uma pergunta específica sobre a questão da emenda. Como eu já coloquei, há um valor disponível para empenho e também há um valor disponível para o pagamento das emendas. Então, na verdade, vai ocorrer um pagamento das emendas que têm Restos a Pagar e do empenho de emendas novas, dentro do que é fixado pelo regulamento das emendas impositivas. E se a receita melhorar, se a evolução da economia permitir, aí será possível liberar mais não só de emendas, mas também de outros programas.

Na questão do Bolsa Família, praticamente não há Restos a Pagar, porque é um programa de execução contínua. Esse aumento de valor deve-se basicamente ao reajuste do Bolsa Família que foi feito em meados do ano passado. Então, como esse reajuste foi feito em meados do ano passado, mesmo com o mesmo número de pessoas no programa, o valor desembolsado este ano é um pouco maior do que o do ano passado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à sua sugestão sobre a Dívida Ativa da União, obviamente o senhor já a transmitiu ao Secretário Rachid. Eu acho que todo o Governo está empenhado no esforço de arrecadação. Sinceramente, eu não sei se fazer mais um REFIS é a solução para este problema, mas obviamente transmito e reforço o que o senhor já falou ao Secretário Rachid.

O senhor e outros Parlamentares também perguntaram sobre a questão da CPMF. Nosso esforço tem sido o de atuar sobre os impostos que já existem. Não faz parte da estratégia do Governo a criação de novos impostos ou atuar sobre novas tributações. Nós temos procurado atuar nos impostos que já existem e principalmente na reavaliação de algumas desonerações que foram adotadas. Neste momento, nós achamos que isso é o suficiente para o esforço de reequilíbrio fiscal.

O Deputado Lelo Coimbra pergunta sobre o impacto nos Estados. Deputado, este é um impacto que nós temos dimensionado, mas é um impacto que trabalhamos em conjunto com os Ministérios setoriais, de cada área. Essa é uma informação. Há um planejamento, principalmente na área dos Ministérios das Cidades e de Integração Nacional, que têm várias obras descentralizadas. Cada Ministério é a melhor autoridade para passar ao senhor o mapa do impacto.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Cada Ministério tem, então, o seu montante de corte e decide onde corta? É isso?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - É isso. A autoridade final é o Ministério setorial, que aloca. Obviamente, dentro do PAC, nós fazemos um planejamento conjunto e participamos desse processo. Mas a decisão de alocação, no final, é do Ministério setorial.

O senhor perguntou muito corretamente sobre novas iniciativas. Como eu falei, esse reequilíbrio fiscal e contingenciamento é parte de uma estratégia para recuperar o crescimento. Nesse esforço, há outras inciativas. Na semana que vem deve ser lançado o Plano Safra: na terça-feira, o Plano Safra empresarial; Na quarta-feira, o Plano Safra da Agricultura Familiar. Na semana seguinte, nós esperamos já anunciar o conjunto das concessões. Até o final de junho, está planejado também pelo Ministro Armando Monteiro anunciar as principais medidas do Plano Nacional de Exportações. Estamos trabalhando na fase 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida, para ser colocado o anúncio do seu início a partir de julho.

Então, há uma série de inciativas que, passada essa fase inicial mais focada no fiscal, começam a ser anunciadas em sequência, para suportar e acelerar a recuperação da economia.

No enxugamento do Governo, nós estamos procurando fazer, através dessas despesas e do contingenciamento, também cortes de custeio e administrativos. Essa é uma medida que contribui muito para a eficiência do Governo, apesar de não gerar um valor tão elevado. É obrigação de todo governo ter o máximo de eficiência e eficácia, e é isso o que nós estamos procurando fazer.

O senhor fez uma pergunta específica sobre a minha participação no Governo anterior e no de agora — eu não falo em Governo anterior, mas no Governo Lula. Para usar uma metáfora, eu não acho que o trem não virou ao contrário, mas que o trem agora está subindo uma ladeira. E quando o trem tem que subir uma montanha, a velocidade é diferente de quando ele tem que descer uma montanha.

As condições internacionais e domésticas mudaram. Isso exige um ajuste na condução da política econômica, sem perder a direção, mantendo a direção, com uma política que procura criar as condições para o crescimento, procura criar condições para aumentar a produtividade, para que, com isso, os salários possam crescer sem pressionar a inflação, para que os lucros possam crescer sem pressionar a inflação e o Governo tenha mais receita para ampliar e melhorar os seus programas sociais.

O projeto de crescimento com inclusão social continua, mas agora numa nova fase devido à mudança na conjuntura doméstica internacional, numa nova fase devido à própria mudança na sociedade brasileira, que hoje é uma sociedade que tem um maior número de pessoas nas universidades, uma sociedade que tem um maior número de pessoas incluídas no mercado de consumo de massa, que tem uma demanda cada vez maior sobre o Estado e é mais exigente quanto à transparência e à eficiência das políticas públicas.

Portanto, eu acho que os ajustes que estão sendo feitos visam adequar um mesmo projeto — um projeto vitorioso de crescimento com inclusão social — às mudanças inerentes no Brasil e ao que ocorreu também no resto do mundo.

Deputado Julio Lopes, eu concordo integralmente com o senhor quanto à necessidade de se melhorar a transparência e a execução de vários programas de

transferência de renda. No caso dos beneficiários do Bolsa Família, eles já são identificados no Portal da Transparência, onde consta o CPF, o nome e quanto receberam.

V.Exa. participou da implantação do programa e se lembra disso, mas eu queria só destacar que nós também estendemos essa mesma prática para os programas do FAT. A MP 665 que foi aprovada aqui na Câmara e foi aprovada ontem no Senado — agradeço novamente o apoio dos Deputados e dos Senadores —, prevê, dentre outras coisas, a colocação no Portal da Transparência dos dados de todos os beneficiários do programa do FAT: o CPF, a quantia recebida, o seguro-desemprego, o seguro-defeso, o próprio abono salarial. Eu acho que este é o caminho.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Por que não estender isso ao Bolsa Família e aos demais programas?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não, o Bolsa Família já está no Portal da Transparência. Eu quero até checar isso.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não, senhor.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - No meu entendimento, o Bolsa Família está no Portal da Transparência.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não, senhor.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Então, vamos ver isso. Eu acho que isso já é aplicado. Vou encaminhar essa questão, a sua orientação ao Governo.

Quanto ao Minha Casa, Minha Vida, até aproveitando uma colocação que o Deputado Edmar Arruda colocou, no caso da Faixa 1, é um recurso bem subsidiado, um recurso público, porque o Governo contrata, o FAR contrata a construção. Nesse caso, eu acho que pode ser aplicada essa lógica. Vamos avaliar. Eu acho que ela até já é aplicada por motivos de controle interno, talvez ainda não seja publicizada.

No caso das Faixas 2 e 3, o financiamento é feito com recursos do FGTS. Aí existe aquela questão de operação bancária, se pode ou não, dependendo das regras do FGTS.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Nessas faixas são publicados esses dados?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sim. Então, eu acho que nós podemos estudar a extensão também para a Faixa 1.

Quanto ao PAC, por ser investimento, quase sempre a maior execução dele é de Restos a Pagar. Em 2014, 55% do gasto do PAC foi de Restos a Pagar. Isso já é um processo natural, porque todo projeto de investimento às vezes tem um ciclo de 1,5 ano, 2 anos ou até 3 anos, sendo que a maior execução do investimento no ano é sobre os Restos a Pagar.

Desde o ano — o processo já começou com a Ministra Miriam Belchior — nós temos procurado reduzir essa diferença, ou seja, pagar mais do que empenhar. No ano passado foi quase igual, mas se pagou um pouquinho mais; neste ano, se prevê pagar 40,5 bilhões de reais e empenhar 39 bilhões, ou seja, os Restos a Pagar vão cair 1 bilhão de reais. Mas a nossa prática é não aumentar o volume de Restos a Pagar, procurar reduzir isso gradativamente.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Mas os Restos a Pagar são de 58 bilhões de reais, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sim, mas parte desses Restos a Pagar vai ser paga este ano. Nem todos os Restos a Pagar acumulados no final de um ano são pagos no ano seguinte; a execução de Restos a Pagar tem um prazo de 1,5 a 2 anos em média. Isso é normal na questão do investimento.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, então, os Restos a Pagar são contratuais, não são executados?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Existem dois Restos a Pagar: os Restos a Pagar processados e que já foram medidos, que são pagos; e os Restos a Pagar empenhados, mas que ainda não foram medidos. Esses empenhados, mas não medidos dão o valor de duzentos e vinte e poucos. Os processados deram cerca de 30 a 40 bilhões de reais. A maior parte deles já foi paga até fevereiro.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Esses 58 bilhões de reais são os não processados, então?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu não tenho o detalhe, mas posso passar o para o senhor. Eu não tenho o detalhamento aqui, mas eu passo para o senhor.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu estou lhe dizendo isso porque a portaria é de V.Exa.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu não tenho o detalhamento de todos os números na cabeça. Eu peço a compreensão do senhor. Eu posso ver o quanto é processado desses Restos a Pagar, o que está em estágio de processado, medido e ainda não pago.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Os Restos a Pagar processados são no valor de 4 bilhões de reais, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Então, esses 4 bilhões de reais, com certeza, serão pagos num prazo muito curto.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Agradeço a V.Exa. e quero dizer que tenho apoiado as medidas de ajuste fiscal do Governo, em que pese não poder votar na questão do transporte somente, porque foi um acordo que fizemos com o próprio Governo quando eu era Secretário de Estado de Transportes.

É importante que V.Exa. saiba que a desoneração da cota previdenciária das empresas de transporte entrou no acordo, para poder haver a redução de valor naquela época.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu lembro.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Se reajustado agora esse valor, haverá o impacto de 1,5 real nas passagens, o que trará uma enorme confusão para as ruas.

Por essa razão, eu votarei integralmente, como o fiz já no ajuste fiscal anterior, nas medidas anteriormente aprovadas, com exceção dessa, porque, como participei do acordo e acredito que isso vai dar uma enorme confusão, não poderei fazê-lo.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Falta só a pergunta do Deputado Edmar Arruda. O FAR, como o senhor mesmo colocou, é basicamente um programa de execução pública. Nós estamos procurando reduzir o prazo de pagamento. Segundo informações que nós temos tem hoje, a fatura com maior atraso de pagamento ou prazo de pagamento hoje é de 42 dias.

Agora, com a liberação da programação orçamentária, nós esperamos reduzir isso rapidamente. Não vai ser aquele período de 20 dias, mas nós queremos um período menor do que os 42 dias e dar maior previsibilidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre o FGTS, eu prefiro me aprofundar e conhecer melhor sua sugestão, levá-la aos demais membros do Governo e ver a possibilidade da sua adoção ou não. Neste momento, nós não temos uma posição sobre isso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, o senhor tem o valor contratado do FAR? O senhor tem essa informação ou não?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O valor contratado do FAR? O pessoal tem aqui, eu pego e passo a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos dar 1 minuto de pausa.

Eu quero anunciar que há mais dois blocos. Estão encerradas as inscrições, porque é impossível permanecer com o debate, embora isso não implique com a votação. Mas eu quero explicar que a votação é importante no Senado e que, em seguida, a Câmara começará a votar.

O próximo bloco se compõe dos Deputados Domingos Sávio, Geovania de Sá e Leo de Brito. O outro bloco terá os Deputados Alfredo Kaefer, Elmar Nascimento e Professora Dorinha Seabra Rezende. Portanto, estão encerrados os blocos dos inscritos.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sra. Presidente, eu queria os 2 minutos de réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, permita que o Ministro dê uma pausa, por favor, porque S.Exa. pediu anteriormente.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos reabrir os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar. Serão 2 minutos, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Serão 2 minutos. Deixemos o Ministro terminar, para prestar atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar que o Deputado Júlio Cesar conclua.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Ministro, primeiro, V.Exa. fala que o Bolsa Família aumentou para 27 bilhões de reais. No ano passado não foi isso. Ele vai aumentar o valor ou vai aumentar o número de beneficiários, para chegar aos 27 bilhões de reais?

Segundo, houve um corte, um contingenciamento nas transferências para Estados e Municípios de 10,9 bilhões de reais — está no relatório de V.Exa. Eu pergunto: uma transferência constitucional pode estar sujeita a corte de contingenciamento?

Terceiro, sobre emendas, V.Exa. fala em 21,4 bilhões de reais, mas só explica os 4,9 bilhões de reais. Estão aí todas as emendas de bancadas, todas as outras emendas? Isso não ficou bem claro. Inclusive a emenda dos novatos, que soma 2 bilhões e 600.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, um minutinho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não, já estou terminando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se as pessoas não colaborarem, é impossível fazer um debate dessa natureza. Por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Por último, Ministro, o Decreto nº 8.402, de Restos a Pagar, eu já soube que saiu do seu Ministério, está na Fazenda. Vai ser assinado? Vai ser prorrogado esse prazo do Restos a Pagar, disciplinado pelo 8.402? Eu gastei menos de 2 minutos. Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade, Deputado Júlio.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta Senadora Rose de Freitas, Sr. Ministro Nelson Barbosa, sua equipe, colegas Parlamentares, primeiro, registro meu respeito e meu reconhecimento, já que é uma característica muito própria dos profissionais da área econômica se esforçarem, se esmerarem para buscar os acertos. Nós vemos — o senhor participou do Governo passado — que as pessoas que querem fazer as coisas certas, às vezes, não são as mais ouvidas neste Governo que aí está.

Não tenho dúvida de que o senhor e muitas outras pessoas, com a inteligência privilegiada que têm, já testemunhavam, assistiam, de condição até

muito privilegiada, aos absurdos que se fizeram sob o pretexto de que os fins justificam os meios, tese muitas vezes de origem extremista, e que, com esses meios, se sacrifica o povo brasileiro.

O que se fez na PETROBRAS é um pequeno exemplo disso, mas não só na PETROBRAS. Nós alertamos, quando se faziam as medidas do setor energético, que isso iria afetar muitas empresas públicas, nos Estados, e empresas federais. Agora a ELETROBRAS acaba de perder o seu grau de investimento. A ELETROBRAS teve prejuízos enormes.

Nós vemos, com frequência, que falta transparência no BNDES. Esta Casa acabou de aprovar medida que busca mais transparência no BNDES, para ajudar o Governo, para evitar que este País novamente mergulhe no equívoco de destruir os seus patrimônios, e a Presidente Dilma vetou. Não quer transparência. Nós queremos tão somente, aliás, o autor, o Deputado Alfredo, transparência nas operações internacionais, para que o dinheiro do povo brasileiro não continue financiando republiquetas ou ditaduras fora do Brasil. Há uma grande interrogação em cima de todo mundo: até que ponto esses créditos que o BNDES possui, ou que o Brasil possui, não vão, ao longo do tempo, virando moeda podre?

O senhor mesmo comentava — está aqui no relatório — que a dívida líquida reduziu, mas a dívida pública bruta do Brasil alcançou percentuais do PIB jamais vistos. Nós estamos num patamar que qualquer analista de economia mundial não recomenda.

É claro que, quando se analisa o grau de investimento do Brasil, eles o fazem considerando o Brasil. Então, analisam uma dívida bruta do Brasil. Ou eles vão deduzir o que o Brasil tem para receber de Cuba, da Venezuela, das ditaduras da África? Qual é o grau de investimento desses e de tantos outros países que devem ao Brasil? Para mim, isso é muito sério, Ministro.

As minhas sugestões e perguntas ao senhor, Ministro, estão na linha do que podemos fazer para organizar melhor o nosso Orçamento, razão da vinda de V.Exa. a esta Casa por razões constitucionais. Mas o senhor vem também para conversar conosco e nos trazer algumas explicações sobre este pacote de ajuste, que traz o nome de ajuste fiscal, que, em alguns aspectos, é ajuste de maldade, sim, pois tira

direito dos trabalhadores, sim, sacrifica os menores, sim. Mas, agora no caso dos cortes orçamentários, foi assustador.

Eu até ouvi Deputado dizer que há quem espere mais. Eu até esperava mais, no sentido de o Governo cortar na própria carne, cortar, por exemplo, nos cargos comissionados. Nós estamos falando aqui da importância de nomear os concursados do Banco Central, os concursados de áreas essenciais, como a área da arrecadação, do próprio Ministério da Fazenda, mas não se cuida dos concursados. Aí vai uma pergunta: por que o Governo não cortou ou reduziu nenhum Ministério?

O Governo chegou a reduzir o orçamento do Ministério da Pesca em percentuais que passam de 50%, na parte de investimento. Com o Ministério do Turismo, foi a mesma coisa. Por que não faz o enxugamento dos Ministérios, por que não racionaliza a máquina pública? O que mais dói é que o Governo cortou, no Ministério das Cidades — estão aí os prefeitos hoje —, onde estão os investimentos em parceria com os Municípios, já que o Governo Federal é quem mais arrecada — os Municípios estão sem capacidade de investimento —, cortou 16 bilhões, isso num país que se diz Pátria Educadora, cortou praticamente 10 bilhões da educação. É assustador.

O senhor chegou a fazer a referência de que, em algumas áreas que o Governo considera prioritárias, nós teríamos a manutenção dos investimentos, inclusive a educação, dizendo que esse patamar se manteria igual. De fato, o gráfico que o senhor fez está aqui: seria algo em torno de 39 bilhões e manteria os 39 bilhões. No entanto, Ministro, o senhor mesmo reconhece uma inflação acima de 8%. O fato é que nós estamos encolhendo, nós estamos diminuindo a capacidade de investimento na educação.

A Pátria Educadora está cortando investimentos na educação, e nós já estamos vendo isso lá na ponta, não só no FIES, que é um empréstimo, mas também nas universidades.

Eu não acho admissível que o Governo insista. Eu acho que todo Governo tem que ter uma base de apoio, é legítimo, é para a governabilidade. Mas é duro essa turma que faz base de apoio dizer amém e concordar que se reduza investimento na educação e na saúde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós acabamos de aprovar o Plano Decenal de Educação, com a meta de chegarmos a 7% do PIB nos primeiros 5 anos e 10% do PIB ao longo dos 10 anos do Plano. Temos que começar a aumentar, e não cortar, os investimentos. No meu entendimento, o razoável é começar a aumentar já no primeiro ano, para alcançar a meta, mas, na prática, nós estamos diminuindo.

Portanto, Ministro, eu acredito que nós não podemos dizer amém. Trata-se de algo em que ainda há uma deformação na nossa democracia. Talvez o principal papel do Parlamento e, sem dúvida, desta Comissão seja acompanhar a elaboração da Lei Orçamentária, da LDO e do PPA, e também acompanhar e fiscalizar a sua execução.

Nós aprovamos um orçamento e, na parte de investimento e de despesa discricionária, nós temos um corte, por decreto, de praticamente 50% do que se propunha a fazer, de maneira autocrática.

Eu acho que, no mínimo, nós temos que agir de forma construtiva, respeitosa, como eu disse no início da minha fala. Admito que o estou fazendo de maneira veemente. Estou fazendo de maneira veemente, porque tenho absoluta convicção de que este é o sentimento dos professores que estão nas universidades, é o sentimento das pessoas que estão na ponta, na área da saúde, em desespero ao verem cortar investimentos da saúde e da educação, de maneira autocrática, por decreto. Se fosse para votar aqui, eu acho que não passaria, nós iríamos querer cortar em outras áreas.

Depois disso, eu entro, objetivamente, nas minhas perguntas, que vão de encontro ao inconformismo de não aceitar por que se tem de cortar desse jeito.

Para começar, onde o Governo vai diminuir nos seus cargos comissionados? O Brasil tem pelo menos umas cem, aliás, muito mais do que cem vezes, mil, sei lá quantos mil por cento mais cargos comissionados do que todas as grandes economias do mundo, como os Estados Unidos e a Alemanha. O Brasil é a máquina do empreguismo sem concurso público. Há notícias de que o Governo tem mais de 200 mil cargos comissionados, ou contratados sem concurso. O que o Governo vai fazer para diminuir objetivamente essa quantidade de cargos comissionados e de Ministérios, hoje algo próximo de 40 Ministérios.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma segunda coisa, Ministro, que acho que impactaria em muitos bilhões, há quem diga que equivaleria a todo o sacrifício que recai sobre viúva e boa parte de trabalhadores com cortes. O PT está fazendo propaganda de que não corta direito, mas nós vamos ver trabalhadores requererem o seguro-desemprego e ouvirem: *"Não, você não tem direito."* Nós vamos ver uma turma querendo recebe o abono salaria e ouvir: *"Não, você não tem direito ao PIS/PASEP, não, porque se cortou de parte dos trabalhadores."*

Eu quero saber por que aumentar 1%, de uma canetada, no juro, num país que está em um processo de recessão, que está com crescimento negativo, um país que teve queda na venda de automóveis, de eletrodomésticos, queda no comércio, queda nas exportações... Nós estamos em um processo recessivo. Aí, o remédio... Parece até que nós estamos tendo um problema de inflação por excesso de consumo. E não, nós temos inflação por uma série de outros fatores, mas seguramente não é por excesso de consumo. Tira-se crédito, aumenta 1%. E, quando aumenta 1%, quem mais paga é o Governo. Só de aumento de despesa... E olha que o Governo este ano vai pagar 225 bilhões de juros. Já pagou até agora 94 bilhões de juros. São as informações que chegaram para mim aqui. Então, esses bilhões e bilhões de juros obviamente vão aumentar numa escala, também, de bilhões, na medida em que, em uma decisão do COPOM, a SELIC, que já estava alta, subiu.

Então, uma das minhas indagações seria: não é um equívoco? O Governo teria que mudar a sua macroeconomia? Isso porque, quando aumenta o juro, além de a sua própria despesa aumentar, dificulta a vida de quem empreende.

E a última pergunta é em relação à redução dos subsídios ao setor privado, principalmente a alguns privilegiados, grandes grupos, governos internacionais, no BNDES. E o BNDES vira essa caixa-preta.

Eu pergunto: o senhor não acha que o BNDES tem que... A própria Divinópolis tem um hospital que paga juros reais, dá lucro para a Caixa Econômica, em vez de ter um juro no BNDES, e sabemos que ele empresta bem abaixo da inflação para algumas grandes multinacionais. Então, por que o BNDES empresta bem abaixo do que o Governo capta no mercado com a SELIC, aumentando esse rombo?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, BNDES, juro alto e corte nos cargos comissionados, na minha opinião, Ministro, eu acho que evitaria o corte na saúde, na educação e até na infraestrutura das cidades. Este é o apelo que eu faço sob a forma de pergunta: não poderíamos cortar os cargos comissionados, reduzir o juro e ter mais transparência, cortando os subsídios que o BNDES está dando para o setor privado? Deveria, no meu entendimento, dar subsídios para as Santas Casas, para quem realmente serve o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos no adiantado da hora, e daqui a pouco começa a Ordem do Dia, com a votação da reforma política, e nós todos teremos que estar presentes lá no plenário. Também o Ministro já alongou a sua permanência conosco nesta Comissão além do que deveria. Portanto, eu vou pedir aos nobres pares desta Comissão que observem o prazo de 3 minutos para cada um. Nós ainda temos mais seis inscritos. Se alongarmos demais, vamos prejudicar aqueles que ficarem para depois, porque, quando começar a Ordem do Dia, nós vamos ter que encerrar aqui os nossos trabalhos.

Quero passar a palavra agora para a Deputada Geovania de Sá, que dispõe de 3 minutos para as suas considerações.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Barbosa e nobres colegas Parlamentares!

Farei rapidamente as minhas perguntas, e faço coro com o que foi perguntado pelo Senador e pelo Deputado Izalci em relação ao concurso. Em audiência pública de minha autoria e do Deputado Daniel realizada nesta Casa, nós buscávamos uma resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG e da Casa Civil em relação aos concursados, algo que nos preocupa, porque a validade desse concurso é até dia 27 de setembro deste ano. O Aviso nº 49, do Presidente Tombini, que esteve nesta Casa ontem também, solicita a nomeação de, no mínimo, 458 concursados. E foi feito um investimento altíssimo na capacitação de 1.035 aprovados no concurso. O que eu gostaria de saber — V.Exa. já respondeu, dizendo que serão chamados — é quantos serão chamados desses que foram solicitados no Aviso nº 49. E V.Exa. falou que, nos próximos dias e meses, serão chamados. Então, a minha pergunta é direcionada ao quantitativo.

Eu faço coro com o Deputado Domingos Sávio, que coloca aqui muito bem que o Governo não reduz os Ministérios, não reduz os cargos comissionados e, num órgão tão importante como o Banco Central, que tem uma defasagem de quase 38% no quadro de pessoal, não se convoca os concursados. Então, eu gostaria exatamente de saber o quantitativo.

Outra pergunta, Sr. Ministro, é sobre o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com a alegação de que iria alavancar a economia, o Governo vem, há alguns anos, promovendo sucessivas desonerações nos impostos que incidem sobre certos setores da economia e vem reduzindo algumas alíquotas de impostos que compõem a base de cálculo do Fundo de Participação. Com isso reduzem sucessivamente os valores repassados a esses entes. Por que o Governo não reduz o valor das contribuições em vez de reduzir o valor dos impostos que influenciam enormemente no valor do repasse do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios?

E a última pergunta: o senhor não acha que o Governo está fazendo reverência com chapéu alheio?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigada, Deputada Geovania de Sá.

Passo agora a palavra ao Deputado Leo de Brito, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, queria cumprimentar as Sras. Deputados e os Srs. Deputados, o Ministro Nelson Barbosa, a quem agradeço a presença aqui nesta audiência. Cumprimento V.Exa, Ministro, porque sei que é um momento de muita dificuldade — e todo o País tem que reconhecer isso —, e nós, Deputados e Senadores, votamos os ajustes, e coube essencialmente a V.Exa. fazer esse trabalho muito importante de contingenciamento.

Eu sou uma das pessoas que acredita que esse ajuste é necessário e que, depois desse momento de grande dificuldade, a economia do Brasil vai voltar a crescer e nós vamos poder recuperar cada vez mais a capacidade de investimento, de crescimento, com um projeto de crescimento econômico com inclusão social, com

programas tão importantes como são os programas que foram implementados nos últimos 12 anos, nos Governos Lula e Dilma.

E vejo que, mesmo com todas essas dificuldades, V.Exa. conseguiu fazer um ajuste, um contingenciamento, mesmo sendo de 70 bilhões, mas com equilíbrio. Foi um ajuste não linear e que preservou áreas prioritárias, que eu considero que sejam importantes para o nosso País, na perspectiva, inclusive, de melhorar a qualidade do gasto público.

Não concordo com alguns posicionamentos colocados aqui em relação ao FIES. O FIES é um programa muito importante, que eu apoio integralmente, mas que talvez não tenha tido a regulação do ponto de vista dos gastos que deveriam ser feitos. O senhor já citou o abuso, por exemplo, do aumento das mensalidades e também da necessidade de uma melhor qualificação do ponto de vista do acesso ao FIES.

E quero apresentar aqui uma preocupação, e gostaria de ouvir a sua opinião, por exemplo, sobre a importância de se incluir outros fatores, do ponto de vista da receita, nesse momento de ajuste, como o imposto sobre grandes fortunas e o aumento da alíquota na questão das heranças, que pode ser também um elemento importante de acesso à receita, o que seria importante na questão do ajuste.

E quero apresentar uma preocupação em relação ao Plano Nacional de Educação. Eu hoje faço parte da Comissão de Educação. Sou Presidente da Subcomissão que está fazendo o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Educação. Como foi dito aqui, nós temos 20 metas ousadas, e nós temos a grande preocupação de que o Plano Nacional de Educação esteja contemplado no PPA, cujo Relator, Deputado Zeca Dirceu. E esperamos que ele possa se efetivar do ponto de vista da execução orçamentária. Eu queria que o senhor fizesse um comentário sobre isso.

Por fim, crendo que este ano vai ser, de fato, de grandes dificuldades, e digamos, atípico, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre as perspectivas futuras em relação à execução orçamentária e àqueles programas que, digamos assim, foram aprovados pela população no ano de 2014, com a reeleição da Presidenta Dilma, e existe um programa de Governo que tem que ser executado até 2018.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Leo de Brito.

Tendo em vista o adiantado da hora e de já ter começado a Ordem do Dia, se o Ministro permitir — faltam mais três Deputados para se manifestarem —, antes eu queria, Sr. Ministro, tratar de um tema recorrente aqui na Casa, que está em votação na Comissão de Constituição e Justiça, uma proposta de emenda constitucional. O Deputado Domingos Sávio já abordou aqui a questão do inchaço de Ministérios da máquina pública. Portanto, queria passar às suas mãos, como uma contribuição da Comissão de Orçamento e uma contribuição do nosso partido, uma indicação que fiz ao Poder Executivo no sentido de fazer uma redução no número de Ministérios, de 39 para 23. Essa proposta é de minha autoria, está aqui com o devido detalhamento, e estou à disposição para seguirmos conversando a esse respeito.

Acho que o Governo precisa dar sinais muito fortes em direção a esse ajuste fiscal. Fizemos cortes no orçamento. É uma sinalização, mas são sinalizações ambíguas, porque tivemos medidas provisórias que vieram para cortar, mas ao mesmo tempo tivemos algumas que vieram para dar mais subsídios do BNDES para financiamentos, ou seja, aumenta, em tese, o gasto público.

Então, acho que o Governo precisa sinalizar muito forte, e uma das sinalizações para a sociedade seria exatamente cortar o número de Ministérios.

Passo a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer, para suas considerações, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Boa tarde a todos! Cumprimento o Ministro Nelson Barbosa e o indago, de pronto: o Ministério tem de um plano B, C ou D, se nada ou pouco daquilo que está em curso vai se realizar? Nas primeiras vezes em que esteve aqui o Ministro Levy, eu disse para ele: *"Sem, de longe, sabermos o resultado da MPs 665, 664 e 668 e do PL 863, boa parte disso não iria se concretizar."*

De forma especial, cito o PL 863. Eu sou radicalmente contra reduzir ou inverter as desonerações de folha, porque a desoneração da folha não é um projeto de Governo. Foi um projeto de Estado, dos poucos em que a Oposição se uniu ao Governo, e a quatro mãos foi construído. Isso reduz o custo do emprego e eleva a

competitividade. E retirar essa prerrogativa hoje é quebrar o contrato, é dar insegurança jurídica à empresa que se planejou em cima disso.

Então, eu acredito que a desoneração da folha de longe será aquilo que o Governo está pretendendo. Então, qual seria o plano C, digamos, porque o Governo aumentou da CSLL e o Imposto de Renda dos bancos. E no momento em que ocorre a Marcha dos Prefeitos, em que eles estão aqui pedindo mais recursos, nós poderíamos ter esse aumento de 5% no Imposto de Renda, que é um tributo partilhável com Estados e Municípios. Mas o Governo optou por aumentar a taxa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, que é indivisível e não compartilhável com Estados e Municípios.

Eu falo também dos restos a pagar. Agora há pouco, a Casa Civil elaborou um decreto que prorroga por 60 dias os restos a pagar. Mas se nós tivermos o corte de 70 bilhões, onde é que nós vamos encaixar os restos a pagar no Orçamento de 2015? Ou vamos criar um novo bolo? Paga-se parte dos restos a pagar em 2015, ou vamos fazer um colchão para frente? Como isso vai ser administrado?

Hoje de manhã veio o Secretário Rachid. E nominalmente, no primeiro quadrimestre de 2015, em relação a 2014, nós não tivemos queda de receita nominal. Então, eu vejo o Governo bradando: *"Olha, caiu a receita, caiu a receita!* Mas nominalmente isso não aconteceu. Então, onde é que está o desequilíbrio orçamentário?.

Outra pergunta: como virá, então, o orçamento real e não fictício do Orçamento de 2016? Qual é a linha que o Governo vai adotar para levar ao Congresso, então, um orçamento realista? Se nós vamos ter cortes de gastos, por exemplo, nos Poderes instituídos, primeiramente no Poder Executivo e eventualmente até no Legislativo e no Judiciário, como é que vai ser elaborado isso?

E a última pergunta é sobre o plano de concessões e privatizações. O Governo do PT, da Dilma e também do Lula, é de uma linha trabalhista social e optou para que as concessões fossem alocadas no sentido de menor preço. E isso é algo que não combina com o capitalismo, com o princípio liberal de mercado. E os senhores, Nelson Machado e Levy, são de uma escola liberal, que principia pela iniciativa privada.

Como é que a gente vai conciliar isso se nós, dentro dessa linha, vamos ter concessões realmente que privilegiam o retorno do capital investido? Ou nós vamos continuar pelo menor preço, porque provavelmente as concessões não terão êxito? E, dentro dessa linha, como o senhor veria a situação de partilha e concessão? O senhor trabalharia para voltarmos ao modelo de concessão da lei do petróleo e gás e não do sistema de partilha, que se mostrou totalmente inadequado, induzindo a PETROBRAS a fazer investimentos que efetivamente ela não tem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passo agora a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, penúltimo inscrito, para as suas considerações. Peço, na medida do possível, que se limite aos 3 minutos, porque já teve início a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, eu quero inicialmente me associar às palavras do Deputado Domingos Sávio, referendada por V.Exa., Presidente, aqui.

Eu sou membro da Oposição, do Partido Democratas, e votei a favor do ajuste fiscal, porque a aposta no contra é pior para o nosso País. Mas votei absolutamente constrangido, como que tivesse com a faca no pescoço, porque não vejo o Governo com autoridade para exigir sacrifício da sociedade, sobretudo por uma coisa que pode até não representar, ponto de vista financeiro, muita coisa.

Mas um governo que tem 39 Ministérios e milhares de cargos comissionados não tem o direito de vir pedir sacrifício para os mais pobres. E nós, que não apostamos no quanto pior, melhor, e que sabemos que este é um Governo de continuidade, que se manteve no poder na base da chantagem e do estelionato eleitoral, ficamos indignados com o que estamos vendo nesses últimos tempos.

Mas eu quero me referir hoje à pedalada fiscal ou maquiagem fiscal, como queiram melhor tratar. O senhor, na última audiência em que esteve nesta Casa, concordou com as observações da Oposição de que houve, entre 2013 e 2014, um claro padrão de atraso recorrente nos repasses dos recursos do Tesouro para os bancos públicos. Segundo o senhor, a discussão deveria ser baseada eventualmente em não fazer isso mais daqui para frente. Esse posicionamento vai

de encontro com as declarações do Ministro José Eduardo Cardozo e do Ministro Luís Inácio Adams, de que o que está sendo observado agora não é algo fora do acordo e "sempre existiu" — entre aspas.

Pergunto: o senhor mantém a sua declaração? O senhor confirma que o que está sendo observado é algo extraordinário? Outros Governos sempre atrasaram recursos de forma tão acintosa aos bancos públicos? Quarenta bilhões de dívidas não contabilizadas é algo que sempre existiu ou trata-se de uma inovação do Governo atual?

Segundo: o senhor, na condição de ex-Ministro da Fazenda interino, é um dos gestores convocados pelo TCU para prestar esclarecimentos sobre as pedaladas envolvendo os empréstimos da Caixa Econômica à União. Quando indagado pelo TCU, o senhor afirmará que essa prática de atraso consistente de repasses é algo normal? Afirmará que não houve nada de errado?

Terceiro: no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento, no segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2014, verificam-se saldos a pagar em números e períodos de equalização que totalizam no período 19,6 bilhões. Em decorrência das Portarias nºs 122 e 357, de 2012, do Ministério da Fazenda, o Tesouro Nacional se compromete a pagar ao BNDES, com a devida atualização, com carência de 24 meses — pasmem! —, os valores devidos sobre a modalidade de equalização de taxas de juros referentes a operações contratadas a partir de 16 de abril de 2012.

No caso específico do PSI, o Governo pega empréstimo e, se valendo de seu poder regulamentar, escolhe quando e como vai pagar: 24 meses após. O senhor não considera demasiado defender a tese do Governo de que não existe claro financiamento da União por meios dos bancos públicos? Como defender que meros 19 bilhões atrasados no âmbito do PSI pode ser considerada uma situação operacional "normal" — entre aspas — que sempre existiu e não a vigorosa pedalada? Devo lembrar que a Portaria nº 357, de /2012, mencionada na pergunta, foi assinada por V.Exa., ocupando a época o cargo de Ministro Interino da Fazenda, portanto respondendo diretamente pelo ato.

E por último, Ministro, apenas para concluir, nós Deputados de primeiro mandato fizemos um acordo com o Governo, por intermédio do então Relator-Geral

do Orçamento, Senador Romero Jucá, pelo qual foram acolhidas emendas de nossa autoria da ordem de 10 milhões de reais, emendas individuais. Não dá para visualizar no decreto de contingenciamento que tipo de tratamento terão essas emendas, qual tipo de corte sofrerão. É claro que serão contingenciadas, mas será o mesmo valor das emendas dos Deputados que tiveram a oportunidade de participar da elaboração do Orçamento desde o início, ou serão contingencias apenas as que nós votamos no plenário e fizemos essa interferência? Afinal de contas, são 240 novos Deputados. E é claro que há os compromissos assumidos com as nossas bases, a partir de um compromisso que fez conosco o Governo e o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigada, Deputado.

Passo agora a palavra à Deputada Dorinha Seabra, nossa última oradora inscrita, pelo prazo de 3 minutos. Em seguida o Sr. Ministro dará as respostas aos últimos oradores.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu gostaria de iniciar com uma fala, Ministro, do meu lamento com relação à educação. A Presidente Dilma, no seu primeiro Governo, fez o compromisso de chegar a 7% do PIB. O Plano Nacional foi votado e nós temos um compromisso com a Nação de chegar a 7% nos primeiros anos e depois chegar até 10%. A minha preocupação é que, no orçamento que ficou liberado para o Ministério da Educação, existem perdas concretas em programas importantes, como o PRONATEC, o Ciência sem Fronteiras, o próprio FIES. Hoje o Supremo julgou que as condicionantes que o Ministério da Educação estabeleceu só poderão ser usadas para os novos contratos. Então, aos muitos dos que tinham contratos e que ficaram condicionados às novas regras, não vão poder ser aplicadas. Então, essa é uma das preocupações.

As universidades públicas estão passando, talvez, pelo pior período de crise; os hospitais universitários encontram-se sem medicamentos e sem estrutura. As obras iniciadas — eu sou do Estado de Tocantins — em pelo menos dez cidades, pois é uma instituição com vários *campi*, estão com as obras paralisadas. As escolas em construção no Brasil estão paradas, desde outubro os Prefeitos não recebem as parcelas das obras iniciadas. Então, qual é a perspectiva que nós temos para a Pátria Educadora?

O Ministro Mangabeira Unger esteve aqui e tem uma série de propostas e projetos extremamente interessantes — é lógico que o País fica honrado com um Governo que assume um lema dessa natureza —, mas ao mesmo tempo a nossa preocupação é saber como o Ministério da Educação conseguirá manter, com um orçamento com grande defasagem, tudo o que já vinha fazendo, e nem estou dizendo das situações novas.

O PAR, instrumento que é utilizado para financiamento na área da educação, não foi reaberto para os novos Governos Estaduais. O Ministério da Educação vem ganhando tempo, adiando, mas ele vai ter que abrir. O compromisso era para o mês de dezembro, depois passaram março, junho. Quando é que ele vai ser aberto para uma única lógica de financiamento?

Eu gostaria de fazer uma pergunta fora da área da educação, em relação à minha preocupação com os cortes da saúde. Nós fizemos um acordo nesta Comissão no ano passado, e todos nós, Deputados, colocamos 50% das nossas emendas para a saúde. O corte efetuado, pelo menos o contingenciamento, vai tornar inviável em grande parte o próprio orçamento da saúde. O que o Ministro pensa em relação a essa questão?

E finalizando, em várias Prefeituras as emendas de 2013 estão o.k., estão na Caixa Econômica esperando a liberação do financeiro. Elas não estão em débito quanto aos projetos, não estão enquadradas em cláusula suspensiva, estão simplesmente esperando o financeiro para que as obras sejam iniciadas. Ou seja, as nossas emendas já são cortadas e as poucas que chegam à Caixa Econômica em condição de execução estão aguardando, e correm o risco, inclusive, de serem canceladas. Eu gostaria de saber qual é a posição oficial do Ministro e do Governo em relação a essa questão dos Municípios.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado.

Começando pela ordem do que foi apresentado, o Deputado Domingos Sávio perguntou sobre a questão dos cargos comissionados. Gostaria aqui só de esclarecer a diferença. Há cargos de chefia, cargos de comissão, que podem chegar

a algo próximo de até 190, 200 mil, nisso se incluem funções gratificadas e funções comissionadas que só podem ser ocupadas por funcionários públicos.

Cargos comissionados: segundo o último dado publicado na página do Ministério de Planejamento, no boletim de recursos humanos, nós temos 22.926 cargos comissionados, chamados DAS. Desses cargos, por decreto, 74% são ocupados por funcionários públicos. Então, a maior parte é de funcionários públicos. Ou seja, nós teríamos cerca de 5 a 6 mil cargos que não são ocupados por funcionários públicos.

Eu faço essa observação, Exa., porque o Senador Reguffe, em outro momento, até colocou isso, comparando o total de cargos que o Brasil tem com o da Alemanha e de outros países. Acho que o correto é pegar esses cargos que não são ocupados por funcionários de carreira, algo em torno de 5, 6 mil pessoas da administração pública federal.

O número a que o senhor se refere, quase 200 mil, são funções gratificadas, são funções de comissionados. Por exemplo, eu sou professor da UFRJ, você vai ocupar um cargo e você tem uma função gratificada quando você é chefe de departamento. É esse tipo de coisa, são cargos de pessoas concursadas.

Quanto à questão dos Ministérios, eu aproveito para responder também o que foi colocado pelo Deputado Jaime: sobre a criação dos Ministérios, na sua maior parte transformaram-se em Secretarias já existentes em Ministérios. Então, isso implica em um gasto adicional muito pequeno para a União. Significa o gasto de montar uma estrutura, basicamente é um gabinete de Ministro nessas áreas. É um gasto pequeno, porque o Governo optou por incorrer para dar o destaque e a importância necessários a algumas áreas, por exemplo, direito das mulheres, igualdade racial. Foi para dar importância às áreas de aviação civil e portos, que antes eram Secretarias do Ministério dos Transportes. Por isso, não faz parte das iniciativas do Governo revisar essa estrutura administrativa.

Mas o Deputado Jaime fez uma proposta. Acredito que vou encaminhar essa proposta ao Ministro Mercadante, apresentar a ele e também à liderança política para sua devida análise. Quero destacar que o Deputado não só fez uma proposta, como também listou aqui quais seriam os Ministérios, dando uma sugestão bem detalhada.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Muitos já retornaram às Secretarias e aos Ministérios de origem. Há algumas áreas em que, talvez, não se justifique se transformar em Ministério. É toda uma munição para uma discussão pública. Eu acho que essa redução seria um gesto para com o mercado.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Essa discussão, é como eu falei, não faz parte... Nós achamos importante a atual estrutura administrativa. Só quero mencionar aqui que o Deputado não só está propondo uma redução, como também está dizendo onde reduzir. É uma sugestão que é a primeira vez que estou ouvindo.

Voltando ao Deputado Domingos Sávio, que tem outra pergunta importante. A questão da SELIC. Elevar a SELIC hoje infelizmente é um remédio necessário para trazer a inflação de volta à meta, lembrando que a inflação também subiu. Se a SELIC subiu, a inflação também subiu. A expectativa de inflação do mercado para este ano está em mais de 8%. Então, isso exige uma ação preventiva por parte do Banco Central. O Banco Central tem autonomia para definir até onde ele vai, e essa ação procura evitar que esse aumento temporário de inflação em 2015 se propague nos próximos anos. Tanto é assim que a expectativa de inflação para este ano subiu, mas a expectativa de inflação para os próximos anos caiu.

Então, esse é um ciclo de política monetária que nós esperamos que seja temporário, e, à medida que o crescimento se recupere e a produtividade volte a crescer mais rapidamente, vai ser possível voltar a reduzir os juros. Mas, neste momento, para combater os efeitos secundários desse aumento de inflação, o Banco Central achou necessário aumentar a SELIC. E o Governo tem por política deixar essa decisão para o Banco Central, que tem autonomia operacional para decidir.

Quanto à questão dos subsídios, o Governo tem reduzido os subsídios do BNDES. Lembro que uma das coisas que foram já anunciadas no final do ano passado é a decisão de não fazer novos aportes ao BNDES. Então, esse custo a que V.Exa. se refere tende a se reduzir. Também foi ajustada a TJLP, foi reduzido o subsídio do PSI, que antes tinham taxas entre 4% e 5% e hoje estão com taxas em torno de 9%.

Agora esse é um processo lento, Excelência. Ele tem que ser feito lentamente, até para não afetar muito fortemente o investimento. Foi feito um grande

esforço de aumento do financiamento via BNDES para combater os efeitos imediatos da crise de 2008 e 2011. E esse esforço tem que ser feito agora, tem que ser adequado à nova realidade também de forma gradual. Todos os países do mundo estão fazendo isso. Lembrem-se dos Estados Unidos, de todo aquele debate do *tapering*, da retirada gradual de estímulos. Todos os países estão retirando seus estímulos numa velocidade que acham condizente com o melhor funcionamento da economia.

Deputada Geovania de Sá pergunta sobre a questão dos concursos. Como eu falei, a questão dos concursos do BC está na nossa lista. Nossa prioridade são as pessoas que já fizeram concurso, mas que ainda não foram chamadas. Em alguns casos, é uma decisão discricionária do Governo chamar um excedente. Acho que o Banco Central está neste caso. Neste momento, não tenho o número. Nós estamos avaliando isso porque existem outras carreiras nessa situação. Nós estamos definindo o volume que vamos chamar do Banco Central em conjunto com outras carreiras que estão na mesma situação como, por exemplo, a da Receita Federal e de outras carreiras que também têm necessidade até de reposição. Esse ingresso na verdade vai repor pessoas que se aposentaram. Não é um aumento do número de efetivo. Neste momento, esse número não está definido, esperamos defini-lo até o final de junho. Nós estamos cientes de todos esses prazos que V.Exa. mencionou.

O Deputado Leo de Brito fez comentários sobre o FIES que basicamente foram na mesma direção que tínhamos colocado. Agradeço o apoio.

Na questão das receitas, como eu falei, nós estamos trabalhando neste momento com os impostos já existentes, principalmente com revisão de desoneração. O imposto sobre heranças no Brasil é de responsabilidade estadual e municipal, não é imposto sobre grandes fortunas, e, se regulamentado, é de competência federal. O que se tem nesse debate é uma iniciativa que já foi proposta pelas centrais sindicais e também por vários Parlamentares. O que a experiência indica — e eu já me pronunciei sobre isso e o Ministério da Fazenda também — é que, onde há imposto sobre ativos, digamos assim, onde isso funciona, ele se dá sobre a transmissão dos ativos, sobre a herança ou transmissão intervivos, não sobre grandes fortunas. Os países que normalmente adotam imposto sobre grandes fortunas acabam gerando incentivo para evasão de capital. Quando se dá sobre

herança, Estados Unidos, Inglaterra, acho que já eles têm isso há muito tempo. No Brasil, isso é de competência estadual e municipal. Então, acho que esta é uma iniciativa mais federativa do que uma iniciativa por parte da União.

Quanto às perspectivas futuras e aos planos prioritários, como eu tinha colocado, o contingenciamento é uma das medidas de um esforço de reequilíbrio fiscal de um programa de 4 anos. Então, ele é, apesar de seus efeitos restritivos no curto prazo, absolutamente necessário para recuperar as finanças públicas do País e viabilizar que o crescimento volte mais rapidamente.

E nós temos procurado manter os programas prioritários. Continua o Bolsa Família, continua o Minha Casa, Minha Vida, continua o FIES, com novas condições, continua o PRONATEC, vai ser intensificado o Plano Nacional de Banda Larga. Quanto à integração do São Francisco, a nossa expectativa, com esses recursos que nós estamos disponibilizando, é a de que seja possível concluir as principais obras até o primeiro semestre de 2017. O programa de concessões de infraestrutura vai ser lançado, nós trabalhamos por isso, em duas semanas. Então, essas prioridades continuam.

Por isso, eu falei que não há uma mudança de direção, mas uma adequação da velocidade, há um contorno na estrada que temos pela frente, agora, a direção continua a mesma. O que resume todas essas iniciativas é esse processo de desenvolvimento e crescimento com inclusão social. E agora nós estamos numa fase em que nós temos que preservar as conquistas dos últimos anos, adaptando esses programas à nova realidade demográfica e social do Brasil e avançando para outras áreas, com inclusão social, além da transferência de renda, inclusão social em que se gera oportunidade para as pessoas e para as empresas poderem melhorar, investir e progredir pelos seus próprios meios.

É nessa fase que nós estamos justamente porque nós já combatemos bastante a fase maior de desigualdade. Agora, temos que preservar as conquistas que nós tivemos e avançar em outras.

Deputado Alfredo Kaefer pergunta qual o plano B, C, D, E, Z. Por isso que há decreto de programação — respondendo à sua pergunta —, reuniões periódicas do Banco Central, decreto de programação orçamentária de 2 meses em 2 meses, para

que o Governo possa se ir ajustando as suas decisões à evolução da economia, às decisões de V.Exas. sobre as nossas propostas.

Então, o plano é o que está no decreto de programação orçamentária, um decreto que tem projeções, a nosso ver, consistente de receita, que envolve um esforço de arrecadação por parte do Governo, o esforço também de fazer operações com ativos de concessões, mas é um plano consistente. E esse plano, como manda a própria LRF, ele é revisado, ele é atualizado de 2 em 2 meses, e é nesse momento que a gente transmite novas decisões. O plano está delineado, os cortes estão definidos por Ministério. Agora, a alocação dentro dos Ministérios vai ser objeto, obviamente, da decisão de cada Ministro, com auxílio nosso nas áreas do PAC, porque nós também trabalhamos nessa coordenação.

Sobre por que elevar a CSLL e não o Imposto de Renda, temos que lembrar que a diferença fundamental nesse caso não é só que um não é partilhado e a outra é partilhada, porque há também a questão da noventena. Como se tem a necessidade de um esforço de arrecadação maior neste ano, optou-se pela CSLL neste momento. Mas, obviamente, a MP está no Congresso, para ser avaliada por V.Exa. e pelos demais Parlamentares.

A questão dos restos a pagar também foi mencionada por outros Parlamentares. O decreto de restos a pagar que nós fizemos no início do ano procura dar maior previsibilidade e transparência aos restos a pagar. Nós pegamos o estoque de restos a pagar não processados, ou seja, daqueles que não foram medidos — não há medição, não há o gasto, ele está ali para preservar aquele projeto. Havia restos a pagar desde 2011, em valor pequeno, mas desde 2011. Então, até para melhor gestão pública, nós estabelecemos no decreto que os Ministérios setoriais têm até o dia 30 de junho para, ou executar a despesa, e aí os restos a pagar estão executados, não há nenhum problema; ou, se a despesa não for executada até o dia 30 de junho e os restos a pagar têm mais de 2 anos, que os Ministérios têm que justificar, explicar para a área econômica — Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Junta de Execução Orçamentária — quando que eles esperam executar aqueles restos a pagar. Não é que o não foi executado esteja cancelado. Se o que não foi executado tem, digamos, mais de 2 ou 3 anos, o Ministério tem que dar uma justificativa, tem que dizer por que não foi executado,

tem que dizer se houve um problema ambiental, um problema jurídico, se a obra não é mais prioritária e quando espera executar essa despesa. É esse o espírito do decreto. E foi pedida por vários Parlamentares a prorrogação desse prazo. Esse prazo vai ser prorrogado. Já fizemos o decreto. Ele deve sair nos próximos dias. Não sei se já não saiu hoje. Esse decreto tinha sido processado na semana passada. Essa é a lógica do decreto. Não se trata necessariamente de um dia cancelar, derrubar os restos a pagar, e sim de dar mais transparência ao processo. Se uma obra ou investimento está em Restos a Pagar há 3 ou 4 anos, queremos saber se ela vai ser executada este ano, quanto, e, se não vai ser executada, por que, para podermos nos programar melhor.

O senhor falou da questão da receita. Não houve queda nominal de receita, mas, em termos reais, a receita caiu bastante, esta é a variável crucial. Eu acho que o desequilíbrio... O ajuste que estamos tentando fazer tem várias formas. Mesmo esse aumento nominal da receita que houve e que V.Exa. mencionou decorre de termos corrigido alguns impostos. Se não tivesse havido correção de algumas desonerações, nem esse aumento nominal teria sido possível neste início de ano.

Uma das necessidades de ajuste é em gastos discricionários, como nós propusemos quando enviamos para cá as MPs dos programas do FAT e dos programas do INSS, e outra é no próprio gasto discricionário. Eu mostrei — não sei se V.Exa. estava presente, mas está na apresentação — que o gasto discricionário estava em cerca de 4,2% do PIB até 2013. Em 2014 ele foi a 4,7% do PIB, o que é um aumento que não é sustentável, então agora nós estamos procurando trazê-lo para o mesmo nível de 2012/2013, para estabilizá-lo. Ou seja, em percentual do PIB, a ideia é voltar ao patamar de 2012/2013 e não repetir o patamar de 2014. E em 2014 esse patamar ficou elevado também em razão da própria redução do crescimento da economia.

Por lei, no momento orçamentário em que estamos, o volume de cortes proporcional que nós fazemos nos nossos gastos discricionários também deve ser seguido pelos demais Poderes. Essa é uma recomendação do Poder Executivo aos demais Poderes, que têm autonomia para decidir sobre esses cortes. A lei estabelece que o corte discricionário proposto pelo Executivo é uma recomendação

do Executivo para os demais Poderes, que têm autonomia para decidir a esse respeito.

Quanto às concessões, vou comentar primeiro o caso do petróleo. Nós temos dois modelos. Temos o modelo de concessão, que funciona muito bem para áreas de grande risco exploratório, onde não se sabe se há petróleo ou não. Até em razão do maior risco, há nesse modelo menos regulação e um ganho maior é proporcionado a quem optar por aquela área.

O modelo de partilha foi pensado basicamente para as áreas do pré-sal, para as áreas nas quais haja indicativo de se encontrar petróleo, seja de acordo com estudos da PETROBRAS, seja com base em estudos feitos pela ANP. O risco exploratório dessa área é muito pequeno.

Eu acho que é possível combinar as duas coisas. O Governo já está preparando uma nova rodada de licitação de petróleo, na modalidade concessão, em áreas fora do pré-sal. Eu acho que os dois modelos podem conviver, cada um sendo adotado de acordo com a característica da área a ser explorada.

No que se refere às concessões, em algumas áreas, principalmente rodovias, o modelo de leilão é por menor tarifa: ganha quem oferecer a menor tarifa. Essa menor tarifa é calculada com base em parâmetros de mercado, por exemplo, em qual é a demanda e em qual é o investimento — isso reflete em condições de mercado.

Então, assim como estamos promovendo um realinhamento nos preços e nas condições de mercado, em várias áreas, tenha V.Exa. a certeza de que também as condições para as concessões vão estar alinhadas às condições de mercado.

Em outras áreas, o leilão é feito na modalidade outorga: ganha quem paga mais para o Governo — é o caso dos aeroportos e de algumas ferrovias, mas isso ainda está em elaboração.

Deputado Elmar Nascimento, primeiro, eu agradeço o apoio nas MPs. Eu acho importante essa contribuição, esse diálogo entre Oposição e Governo, independentemente da orientação partidária, porque algumas medidas são voltadas para o Estado. Assim sendo, elas vão beneficiar não apenas este Governo, mas também os seguintes. As MPs 664 e 665 promovem uma redução permanente nos gastos discricionários, o que, neste momento, ajuda no esforço fiscal. Elas vão

beneficiar não só a atual administração, mas todas as administrações futuras, gerando espaço fiscal para ser utilizado em outras áreas.

Com relação ao TCU, Excelência, primeiro, eu não acho que haja nenhuma incongruência entre o que eu disse e o que disseram os Ministros José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Adams. Se eu bem me lembro, na própria coletiva, o Ministro Adams disse, em determinado momento, que essa prática já ocorre há algum tempo e até então não havia sido questionada pelo TCU. Se neste momento o TCU considera que essa não é a prática mais adequada, que se faça como se faz em vários acórdãos: estabeleça-se um procedimento e, daqui em diante, faz-se um ajuste. Nós discutimos isso antes da entrevista. Esse assunto tem sido objeto de análise por parte do Governo.

Então, vou responder detalhadamente, pedindo a permissão de todos para fazê-lo, porque esse é um assunto bem técnico: para mim, nesse assunto, existem diferentes interpretações jurídicas para um mesmo tipo de operação. O TCU está questionando dois tipos de operações que podem se assemelhar a uma operação de crédito, segundo ele considera. Uma delas é um contrato de prestação de serviços segundo o qual o Governo contrata um agente financeiro para realizar um programa — no caso, Bolsa-Família, abono salarial, seguro-desemprego — e um agente financeiro faz o repasse.

No final de 2013 e início de 2014, esse contrato previa a possibilidade de haver fluxo de caixa positivo ou negativo para uma determinada parte, e esse contrato previa o que aconteceria quando esse desequilíbrio de fluxo de caixa ocorresse: haveria uma correção, que eventualmente seria saldada. Esse é o contrato de prestação de serviços, não é contrato de operação de crédito.

Qual é a posição do Governo? Qual é a posição defendida pelo Ministro Cardozo e pelo Ministro Adams, a qual constará das explicações que estamos enviando ao TCU? A de que esse é um contrato de prestação de serviço, não é um contrato de operação de crédito.

Como foi dito pelo Procurador-Geral do Banco Central, Isaac Sidney — que, diga-se de passagem, é a autoridade regulatória para assuntos financeiros no Brasil —, nem todo ativo no sistema financeiro é uma operação de crédito, nem todo contrato no qual eventualmente incidam juros é uma operação de crédito. Exemplo

disso é o contrato de aluguel: se alguém atrasa, tem-se lá uma multa; se atrasa por 2, 3 meses, começam a incidir juros sobre aquele valor do atraso. Juridicamente, isso não é contrato de operação de crédito, apesar de haver multa e juros em algum momento.

Então, há uma divergência na interpretação jurídica de contrato de prestação de serviços. O TCU tem a sua opinião, e nós a respeitamos, mas temos opinião diferente. Estamos apresentando as explicações — elas são públicas —, e vão nessa linha qualitativa que eu estou apresentando ao senhor. Não sou advogado. Isso vai estar detalhado no parecer jurídico de todas as autoridades mencionadas nesse processo, que vai ser encaminhado.

No caso da equalização da taxa de juros, outro objeto de questionamento por parte do TCU, em se tratando de um programa orçamentário, ele tem que estar autorizado pelo Congresso Nacional. Normalmente, as leis que a autorizam a equalização têm uma especificação, seja no caso de programas agrícolas, seja no caso de Programa de Sustentação do Investimento — PSI.

Recentemente, foi aprovado, e a Presidente já sancionou, aumento no valor equalizado do PSI de cerca de 50 bilhões de reais. Se eu bem me lembro, está escrito que fica o Governo autorizado a equalizar o montante total de empréstimos até tantos bilhões, nas condições definidas pelo Ministério da Fazenda e regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional. Então, faz parte da equalização de taxas de juros definir o valor da taxa e o prazo de pagamento a ser equalizado. Essa é a posição do Governo.

O prazo em que o Governo ressarce os bancos também é parte do processo de equalização de taxas de juros, logo, não constitui operação de crédito.

Essa é a argumentação do Governo. Ela foi transmitida pelos Ministros, por ocasião da entrevista e é também o que nós estamos apresentando ao TCU.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Se o mercado fosse assim, Ministro, seria bom. Se todo devedor no mercado pudesse fazer isso, não é?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou sobre as emendas individuais.

Inicialmente, nós estamos informando que não está contingenciado o valor das emendas impositivas. Como essas emendas foram feitas ao Orçamento anterior

— há emendas de Deputados do mandato anterior, e alguns desses Deputados não foram reeleitos —, nós estamos em coordenação com o Vice-Presidente Michel Temer e também com a área política do Governo para definir como administrar essa questão, de acordo com o valor disponibilizado.

Normalmente, a partir do segundo semestre, à medida que a situação fiscal vai ficando melhor, é possível também começar a fazer empenho de emendas de novos Deputados, ou dentro desse limite, usando valores que possam não ter sido usados por Deputados que eventualmente não foram eleitos ou usando valores novos. Mas, no momento fiscal em que estamos, o que pode ser disponibilizado é esse valor das emendas impositivas, como manda a emenda constitucional que V.Exas. aprovaram este ano — eu acho.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Ou seja, ninguém vai receber nada.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Por fim, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pergunta sobre a questão do MEC.

O fato de o valor ser o mesmo do ponto de vista nominal significa que, em termos reais, que esse valor é menor, já que há inflação. Mas eu queria alertar que esse valor de despesa discricionário do MEC sobe de 33,3 bilhões, em 2013, para 39 bilhões, em 2014. Em 2014, ele subiu 6 bilhões, e agora nós estamos mantendo o mesmo valor.

Nós estamos procurando preservar em especial, obviamente, o custeio de universidades, de hospitais universitários, porque isso é o grande funcionamento.

Quanto à execução de investimentos, assim como nos demais investimentos, vamos procurar adequar o cronograma de execuções à disponibilidade orçamentária. Não é que os programas estejam suspensos. É que a execução de alguns investimentos vai ter que ser adaptada à disponibilidade de recursos.

No caso da saúde, o valor disponibilizado é o valor que constava no projeto de lei orçamentária do Governo, que é cerca de 8% maior do que no ano passado, preservando os principais programas, preservando o que achamos ser essencial. Obviamente, vamos alocar mais recursos na saúde, à medida que a situação permitir.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação ao risco de cancelamento das emendas, como respondido anteriormente, por aquele decreto, na verdade, é para o Ministério explicar restos a pagar que ele eventualmente não tenha conseguido executar até o dia 30 e dizer até quando vai executá-lo. Isso não quer dizer que ele vai cair imediatamente, esse prazo vai ser prorrogado por mais 2 meses.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Ministro, permita-me. Nesse caso das emendas, acho que não é responsabilidade do Ministério responder. Havia um acordo, e ele foi cumprido, para o Parlamentar. O Município fez a parte dele.

Parece que recebemos um cheque sem fundo.

Eu acho que isso não é responsabilidade do Ministério. Se houve liberação de recursos orçamentários para empenho, o dinheiro tem que ser liberado para o Município. Senão, é um cheque em branco, um cheque sem fundo que nós Parlamentares recebemos. O Ministério não tem a responsabilidade de dizer se vai continuar ou não a obra que eu priorizei, que estava dentro da minha cota, que teve um limite orçamentário; o Município tem direito. Se o Município cumpriu a sua parte, cabe ao Governo Federal honrar a sua parte e mandar o dinheiro, para que a obra seja iniciada.

Na minha opinião, é isso. É simples assim.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou pedir para a secretária colocar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Ministro, adotando o princípio da réplica, eu queria, primeiro, usando este tempo, falar sobre a estratégia que o Governo adotou, como V.Exa. disse, de ampliar Ministérios para demonstrar maior importância de determinadas secretarias. Fica evidente que não há essa consideração, essa importância, quando Ministérios, como o da Pesca, têm uma redução de 80% dos seus investimentos. Eu fico pensando que quem realmente quer um Ministério desses funcionando preferiria dizer: que seja secretaria, mas que não se corte 80%.

Esta é a colocação que a gente faz, que inclusive é feita sob a forma de sugestão ao Governo — argumento não só da oposição, mas também da base do Governo: se está sendo necessário sacrificar tanto, não justifica fazer um gasto

extra, como gesto de valorização. Valorização seria não cortar tanto, pelo menos, mas se cortou bem acima da média dos outros. É o caso da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ela tem *status* de Ministério, trata de políticas para as mulheres, mas foi cortada dessa forma.

Eu quero dizer ao Ministro, no que se refere a essa política do BNDES, que a política pública e os cortes não foram feitos de forma linear. É importante frisar isso, senão fica parecendo que estamos querendo que os subsídios sejam retirados. O tratamento dessas questões não pode ser linear.

O BNDES tratou, aqui nesta Casa, o Ministro da Saúde ainda era Eliseu Padilha, de, em resposta à Frente Parlamentar da Saúde, da qual faço parte, dizer que haveria uma linha de crédito no BNDES para os hospitais filantrópicos e as Santas Casas. No entanto, Ministro, essas instituições estão à beira da falência. Mais do que isso, estamos perdendo vidas. Exemplo clássico disso é o de Divinópolis. O maior hospital do centro-oeste mineiro está em situação de desespero, pagando juros reais, pagando juros acima da inflação! O Governo, em vez de ajudar, vê ali uma fonte de lucro. As únicas alternativas de crédito existentes são as oferecidas pela Caixa Econômica Federal, que tem sido parceira, mas que objetiva lucro.

O BNDES precisaria priorizar esse setor e dizer: *"Vamos ter alguma fatia aqui para esse setor."* Deveria, ainda, ser mais duro no corte imposto ao setor privado, principalmente em alguns setores cartelizados da economia.

Por fim, Ministro, em relação à LDO, à LOA e ao PPA, que nós vamos apreciar este ano, estaremos atentos para buscar metas condizentes com o Plano Decenal de Educação. Nós precisamos chegar a pelo menos 7% do PIB, para o primeiro quinquênio.

Com relação à saúde, ficou claro, na emenda constitucional do orçamento impositivo, que se tornou obrigatória a execução de emendas parlamentares, e ficou claro que a saúde tem que alcançar patamares maiores de investimento.

Sr. Ministro, isto é o que quero compartilhar com V.Exa., para que possamos ter em vista quando da votação da LDO deste ano e principalmente do PPA, que vamos apreciar nos próximos dias: temos que elevar os investimentos em saúde e em educação no Brasil. Nós não podemos ficar só no discurso. Para isso, contamos

com o apoio de V.Exa. e da equipe do Ministério do Planejamento. Eu concordo com a colocação que V.Exa. fez: muitas dessas coisas aqui têm de ser tratadas como política de Estado.

Eu estou na Comissão Mista de Orçamento com este sentimento: eu não faço oposição ao País em espaço nenhum desta Casa, mas, aqui principalmente, preocupa-me contribuir para que tomemos decisões boas para o Brasil. E decisão boa para o Brasil é ampliar os investimentos em educação e ampliar os investimentos em saúde pública, onde estão hoje os maiores gargalos.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Ministro, antes de a Presidente Rose de Freitas encerrar, gostaria apenas de fazer aqui um esclarecimento.

A Deputada Dorinha disse que existem alguns restos a pagar relativos a projetos feitos pelas Prefeituras, com a Caixa Econômica Federal principalmente. Em relação aos Municípios, a parte que lhes caberia nesses projetos foi cumprida.

Os projetos foram feitos, aprovados, inclusive onerando os Municípios com custos. Até determinado valor, é necessário que haja o depósito prévio de metade dos recursos, para que a Caixa autorize o Município a iniciar as obras. O decreto exige que o Município não apenas tenha iniciado as obras, mas que haja a medição até o dia 30 de outubro. Se o próprio Governo não libera essa parcela para que a Caixa possa autorizar o início das obras, isso quer dizer que o próprio Governo está fazendo um jogo incompatível com os Municípios, deixando-os com o ônus de ter elaborado o projeto e com a expectativa social que foi gerada. A obra pode ser pequena, do ponto de vista do Governo Federal, mas para o Prefeito da pequena cidade é uma grande obra. Geralmente, são obras importantes!

Gostaria também de fazer coro com o que disse o Deputado Domingos Sávio. De fato, o que se espera é que a Santa Casa possa ter o mesmo juro do Friboi, da Odebrecht, de Cuba, do Panamá. A questão da saúde é extremamente latente em todo o País! Ela é muito grave e muito urgente!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de agradecer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, à Secretária de Orçamento Federal, Dra. Esther Dweck, e à equipe do

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministério: Maurício Muniz, Manoel Pires, Patrícia Mesquita, Miguel Ragone e Demetrius Cruz.

Quero dizer que esta é a colaboração que a nossa Comissão tem a dar, para suas reflexões. Espero que tenhamos contribuído para a reflexão do Governo, no sentido de atingir metas extremamente importantes para este País. E que as prioridades da população em termos de saúde, conforme ressaltado aqui por vários Parlamentares, possam também ser objeto de reflexão, porque esta é uma dor contínua que nós percebemos Brasil afora.

Eu agradeço a V.Exa. a presença. Muito obrigada mesmo.

Aproveito para gradecer ao 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins; ao 2º Vice-Presidente, Deputado Domingos Sávio; e ao Relator do PPA, Deputado Zeca Dirceu.

Antes de encerrar esta reunião, informo que fica convocada nova sessão para terça-feira, dia 2, às 14 horas. Nós vamos apreciar, em reunião extraordinária, várias mensagens que já estão dispostas na pauta que se encontra à disposição na Internet.

Está encerrada a reunião.

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 17 DE JUNHO E 1º DE JULHO DE 2015.

Aos dezessete dias do mês de junho e primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Paes Landim, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Weliton Prado; **- Senadores suplentes**: Hélio José e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Senadores**: Roberto Rocha e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às treze horas e vinte e três minutos, do dia dezessete de junho de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos e informou que não havia quórum para deliberação na representação do Senado Federal. Em seguida, avisou que suspenderia os trabalhos por alguns minutos. Às treze horas e trinta e oito minutos, a Presidente reabriu os trabalhos. EXPEDIENTE: por solicitação da Presidente, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) fez a leitura dos expedientes, e determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. O Deputado Zé Geraldo (PT/PA) solicitou informação sobre a correspondência que foi lida, e o Deputado Domingos Sávio prestou os devidos esclarecimentos. Às treze horas e cinquenta e um minutos, a Presidente informou que o quórum para deliberação havia sido atingido e passou à apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 e 13 de maio de 2015; 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2015; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 26 de maio de 2015; e 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 27 de maio de 2015. A Presidente solicitou a dispensa da leitura das Atas, que foi autorizada por consenso. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/DF) manifestou-se favorável quanto a apreciação de alguns itens da Pauta. **ORDEM DO DIA: –** Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar inicialmente o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2015-CN**, constante do item 2 da Pauta. Autor: Deputado Hissa Abrahão. A Presidente ressaltou a importância da votação da matéria e o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) solicitou vista, para maior conhecimento da matéria. A Presidente informou que regimentalmente não há vista, conforme disposto no *art. 130, inciso IV da Resolução nº 1/2006-CN*. O autor apresentou o Requerimento de inversão de pauta. Em votação, o Requerimento de inversão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta. **2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2015-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 368.258.333,00 (trezentos e sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três Reais), para o fim que especifica". Relator: Deputado Hissa Abrahão. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Zé Geraldo (PT/PA) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), e o Senador Hélio José (PSD/DF). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a convite da Presidente, representantes da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil aproximaram-se da Mesa de trabalhos e

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

manifestaram-se satisfeitos com a aprovação da matéria. Em prosseguimento, a Presidente anunciou requerimento sobre a Mesa, e o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), relembrou que havia um acordo sobre as votações das matérias. O Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), propôs votação em bloco das matérias constantes da pauta, com exceção do item 3. Logo após, passou-se a apreciação do Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 03/2015-CMO,** constante do item 22 da Pauta. Autora: Senadora Rose de Freitas. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta. **22 – Requerimento nº 03/2015-CMO,** que "Requer a participação em audiência pública, para discutir as matérias orçamentárias estadual e federal, na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo". Autora: Senadora Rose de Freitas. A autora apresentou o Requerimento e obteve a concordância do Deputado Domingos Sávio para a votação da matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em sequência, a Presidente anunciou Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Ofício nº 23/2014-CN** e ao **Ofício nº 08/2015-CN**, constante do item 11 da Pauta. Autor: Deputado Ricardo Barros. Entretanto, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) pronunciou-se contrário à continuação das votações das matérias e da votação em bloco proposta pelo Senador Raimundo de Lira. A Presidente intercedeu a favor da continuação da apreciação das matérias, mas o parlamentar manteve sua posição. Diante do impasse, o autor do Requerimento, Deputado Ricardo Barros (PP/PR) propôs a suspensão da reunião. A Presidente informou que havia sido adiada a reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive. Em seguida, o Senador Raimundo Lira (PMDB/PB) propôs aos parlamentares que analisassem melhor os itens constantes da pauta, e nas matérias que não houvessem divergência, que fossem votadas em bloco, na próxima reunião. O Deputado Izalci (PSDB/DF) teceu considerações sobre a votação das contas da Presidente da República, referente ao exercício de 2014, realizada pelo Tribunal de Contas da União; e manifestou-se contrário a votação em bloco, na CMO, de matérias referentes às Contas do Governo Federal. O Senador Raimundo Lira esclareceu que a sua proposta para votação em bloco seria apenas para itens de menor relevância. Deram prosseguimento ao debate, favoráveis a continuação dos trabalhos, os Deputados Zé Geraldo (PT/PA), Flávia Morais (PDT/GO) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). A Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, Projeto de Lei nº 1/2015-CN, seria oficialmente aberto após a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, que até aquele momento não havia sido entregue pelo Relator, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE). O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) destacou a necessidade do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, exercer o seu papel na busca de consenso para votação das matérias. A Deputada Gorete Pereira (PR/CE) concordou com o parlamentar e comunicou o falecimento do ex-deputado Paes de Andrade, ex-presidente da Câmara dos Deputados. O Deputado Caio Narcio (PSDB/MG) ressaltou a legalidade dos papeis representados pela oposição e pelo governo. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, a Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação dos trabalhos, para o dia 23 de junho, terça-feira, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 23 de junho, de ordem da Presidente da CMO, Senadora Rose de Freitas, a reabertura da reunião foi remarcada para o dia 30 de junho, terça-feira, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 30 de junho, de ordem da Presidente da CMO, Senadora Rose de Freitas, a reabertura da reunião foi novamente remarcada para o dia 1º de julho, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às quinze horas e dezenove minutos, do dia 1º de julho, os trabalhos foram reiniciados pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, houve acordo para apreciação do item 01 da Pauta, e inclusão e apreciação de matérias extrapauta. Pauta. 1 - Apreciação do **Ofício Conjunto nº 02/2015/CONOF/CONORF,** de 27 de maio, que propõe a "Correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Nº 13/2014-CN". *(Lei n.º 13.115, 20 de abril de 2015).* (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2015). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Não houve debate. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente em exercício esclareceu sobre os Requerimentos e os Relatórios aos Projetos de Leis que passariam a apreciação, e teceram comentários sobre o assunto os Deputados Izalci (PSDB/DF), Zé Geraldo (PT/PA), Hildo Rocha (PMDB/MA), Danilo Forte (PMDB/CE) e o Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). O Presidente em exercício informou que havia sido adiada para o dia 09 de julho, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, a reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive, que prestará esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, comunicou que no dia 08 de julho, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que apresentará Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Em sequência, o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) anunciou que foi designado Vice Líder do Governo e não teve oportunidade de fazer reunião com as Lideranças Partidárias com assento na CMO e sugeriu ponderar com os Líderes antes da apreciação dos Requerimentos, entretanto, o Presidente em exercício rejeitou a sugestão e destacou a importância das matérias que seriam votadas. Em seguida, por proposta do Presidente em exercício da CMO, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão, para votação em bloco, os **Requerimentos de inclusão na pauta** das seguintes matérias: Relatório Preliminar apresentado com Emendas ao **Projeto de Lei nº 01/2015-CN.** (PLDO/2016). Relator: Deputado Ricardo Teobaldo; Relatório apresentado ao **Projeto** de **Lei nº 03/2015-CN**. Relator: Senador Acir Gurgacz; **Requerimento nº 04/2015-CMO.** Autor: Deputado Danilo Forte; **Requerimento nº 05/2015-CMO.** Autor: Deputado Izalci; **Requerimento nº 06/2015-CMO.** Autor: Senador Paulo Bauer; e **Requerimento nº 07/2015-CMO.** Autor: Senador Paulo Bauer. Não houve discussão. Em votação em bloco, as inclusões das matérias na pauta foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em prosseguimento, por proposta do Presidente em exercício, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão, para votação em bloco, os seguintes Requerimentos: EXTRAPAUTAS**. Requerimento nº 4/2015-CMO,** que "Solicita seja convidado o Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, relator do processo de prestação de contas do Governo Federal referente ao ano de 2014, para prestar maiores esclarecimentos acerca do referido processo." Autor: Deputado Danilo Forte. **Requerimento nº 5/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública destinada à prestação de esclarecimentos concernentes ao processo TC 005335/2015-9 e Acórdão nº 1464/2015 – Contas da Presidente da República (exercício 2014)." Autor: Deputado Izalci. **Requerimento nº 6/2015-CMO,** que "Solicita o depoimento do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, ex-secretário do Tesouro Nacional, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados para assegurar a consecução das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como acerca da administração da política de desembolsos de recursos a cargo da STN." Autor: Senador Paulo Bauer. **Requerimento nº 7/2015-**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CMO, que "Requer a realização de audiência pública, no início dos trabalhos do segundo período da sessão legislativa, com o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, para exposição do parecer prévio das contas da presidente da República de 2014." Autor: Senador Paulo Bauer. Não houve discussão. Em votação em bloco, os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. Foram apresentadas 16 (dezesseis) emendas. Voto: pela aprovação na forma ora apresentada, com aprovação parcial das emendas de nºs 11 e 16 e pela rejeição das demais. O Relator apresentou o Relatório Preliminar com Emendas. Discutiram a matéria os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA) e Zé Geraldo (PT/PA. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, o Presidente em exercício informou alteração do Cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 1/2015-CN**, (PLDO – 2016), com prazo para apresentação de Emendas de 02/07 a 09/07/2015 e publicação das Emendas até 10/07/2015. EXTRAPAUTA. Proposta de alteração do prazo de apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 4/2015-CN,** que "Altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015", para o período de 2 a 3/07/2015. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente em exercício designou o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO) como Relator do **Projeto de Lei nº 04/2015-CN**, entretanto, em virtude de compromissos anteriormente assumidos, o parlamentar desistiu da indicação, e foi designado o Deputado Nilto Tatto (PT/SP). EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2015-CN,** que "Altera o Anexo V da Lei 13.115, de 20 de abril de 2015", que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Relator: Senador Acir Gurgacz. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda apresentada. O relator apresentou o Relatório e alterou o voto, passando a constar "*pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada."* Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 1, de autoria dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Izalci (PSDB/DF), à Emenda nº 001, do Deputado Domingos Sávio. Voto do Relator: pela rejeição. O Deputado Izalci apresentou o destaque, e o relator, Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), apresentou o voto pela rejeição e prestou esclarecimentos aos Deputados Danilo Forte (PMDB/CE), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Lelo Coimbra (PMDB/ES). Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Elmar Nascimento (DEM/BA), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Izalci (PSDB/DF) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Proclamado o resultado da votação na Câmara dos Deputados, o Deputado Izalci (PSDB/DF) solicitou a **verificação da votação**, com o apoiamento dos Deputados Elmar Nascimento (DEM/BA), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 01/2006-CN*, sendo **concedida** pelo Presidente em exercício. O Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) fez a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Procedida a verificação, registrou-se: Votos SIM: 2; Votos NÃO: 10; total de votantes:12. Diante do resultado, o Presidente em exercício informou que não havia quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e anunciou que encerraria os trabalhos. E assim, a apreciação da matéria não foi concluída. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente em exercício informou que encaminhará ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, alteração do Cronograma de Tramitação do **Projeto de Lei nº 4/2015-CN,** e lembrou que de acordo com a alteração, o prazo de emendas ao referido Projeto será de 2 a 3 de julho. Comunicou, ainda, que o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016), será de 02 a 09 de julho. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e trinta e seis minutos, em virtude da falta de quórum presencial para deliberação, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, convocou a realização de reunião ordinária para o dia 07 de julho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 17.06.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum na Câmara para deliberar, mas não há no Senado. Portanto, vou aguardar 5 minutos para que compareçam aqui os Srs. Exmos. Senadores, para que possam colaborar com o trabalho da Comissão.

Quero também avisar que a ausência sequente dos Srs. Senadores e Deputados por cinco sessões nesta Comissão acarretará substituição.

Suspendo a sessão por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum. Falta apenas a presença de um Senador para deliberação.

Por enquanto, gostaríamos de abordar algumas questões...

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Hissa Abrahão. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Sra. Presidente, neste momento, aproveitando o início da sessão, eu quero pedir formalmente à Mesa a inversão da pauta referente ao Projeto de Lei nº 2, de 2015, que trata de abertura de crédito orçamentário da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social. É um crédito especial, de 368 milhões de reais, para fazer cumprir uma

sentença judicial, para que todas as pessoas que foram afetadas no caso Aerus possam ser favorecidas. Portanto, eu peço que seja invertida a pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Depois de lido o requerimento de V.Exa., nós temos que submetê-lo à votação. Falta apenas um Senador, vamos aguardar um pouco.

Vamos dar a palavra ao Líder do PT e ao Líder do PSDB, coordenador, Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, para ler o expediente desta reunião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças.

Correspondência interna recebida.

Memorando nº 6, de 2015, do Deputado Helder Salomão, solicitando a apreciação da errata à LOA 2015, Ofício nº 2, de 2015, da COFF/CONORF.

Ofício nº 48, da CPD-P, de 1º de junho de 2015, do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Deputado Aelton Freitas, solicitando a inclusão da Comissão no anexo previsto no § 1º do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Expedientes encaminhando justificativa de falta a reunião da Comissão, deferida pela Presidente.

Ofício nº 11, de 2015, subscrito pelo Deputado Elmar Nascimento, do Democratas da Bahia, justificando ausência no período de 13 a 18 de maio de 2015.

Ofício nº 75, PDSR, de 12 de maio de 2015, subscrito pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas de Tocantins, justificando ausência no dia 13 de maio de 2015.

Ofício nº 139, de 13 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim, do PMDB de Tocantins, justificando ausência no dia 13 de maio de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ofício nº 39, de 18 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado César Halum, do PRB de Tocantins, justificando ausência no período de 19 a 25 de maio de 2015.

Ofício nº 21, de 27 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo, justificando ausência no dia 27 de maio de 2015.

Expedientes informando declinação de relatoria de matérias.

Ofício nº 91, de 20 de maio de 2015, da Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, declinando da relatoria da Medida Provisória nº 667, de 2015.

Ofício nº 286, de 28 de maio de 2015, da Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná, declinando da relatoria da emenda apresentada ao projeto de decreto legislativo relativo à Mensagem nº 33, de 1992.

Expediente encaminhando indicações para as relatorias setoriais do Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2016:

1) Ofício n° 035, de 12 de maio de 2015, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Hélio José para a relatoria setorial da área temática indústria, comércio e micro e pequenas empresas.

2) Ofício nº 331, de 18 de maio de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Walter Ihoshi como relator setorial da área temática agricultura, pesca e desenvolvimento agrário.

3) Ofício n° 115/12, de maio de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, indicando o Senador Davi Alcolumbre para o cargo de relator setorial, em substituição ao Senador Paulo Bauer.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves:

1) Ofício da Liderança do PHS n° 207/2015, do Líder do PHS, Deputado Marcelo Aro, indicando o próprio nome.

2) Ofício n° 259, do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, apresentando sugestões de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2015, encaminhados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, do Espírito Santo, do Piauí e do Rio Grande do Norte.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, à Presidenta da CMO:

Aviso SESES, de 16 de abril de 2015: Aviso n° 241/2015 (Acórdão n° 837/2015): irregularidades no âmbito de convênios firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação.

Aviso SESES, de 23 de abril de 2015: Aviso n° 258/2015 (Acórdão n° 924/2015): obras realizadas na Superintendência da Companhia Brasileira de Transportes em Recife.

Aviso SESES, de 4 de maio de 2015: Aviso n° 269/2015: obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

Aviso SESES, de 7 de maio de 2015: Aviso n° 302/2015 (Acórdão n° 1.090/2015): decisões sobre auditoria acerca da execução de contrato de repasse, o qual visava à construção de 304 unidades habitacionais no Município de Porto Velho, Rondônia.

Avisos SESES, de 14 de maio de 2015:

1) Aviso n° 338/2015 (Acórdão n° 1.152/2015): obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3, sob responsabilidade da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., empresa subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRAS, no âmbito do FISCOBRAS 2014, no período de 7 a 11 de abril de 2014.

2) Aviso n° 341/2015 (Acórdão n° 1.175/2015): obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3, sob responsabilidade da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., empresa subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRAS, no âmbito do FISCOBRAS 2014, no período de 8 a 19 de abril de 2013.

Avisos SESES, de 8 de junho de 2015:

1) Aviso n° 402/2015 (Acórdão n° 1.354/2015): obras de terraplenagem, drenagem e anel do rodoviário na área do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2) Aviso n° 519/2015: atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso n° 1.845, de 6 de novembro de 2014, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

Aviso do TCU, de 19 de maio de 2015: Aviso n° 522/2015: monitoramento das deliberações do Acórdão n° 3.071/2012, resultantes de levantamento de auditoria realizada no BNDES, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Orçamento Federal.

Avisos do TCU, de 3 de junho de 2015:

1) Aviso n° 613/2015: obras de construção da Refinaria Abreu e Lima.

2) Aviso n° 615/2015: obras de construção da Refinaria Abreu e Lima.

Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, à Presidenta da CMO:

Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, à Presidenta da CMO.

Aviso do TCU, de 29 de maio de 2015: Aviso n° 579/2015 (Acórdão n° 1.212/2015): obras de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense.

Foram esses os avisos do Tribunal de Contas da União relativos a obras com indícios de irregularidade, dos quais cabe a esta Comissão tomar conhecimento.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, eu não pude acompanhar quando o Deputado se referiu ao aviso do relator das obras inacabadas. Quem é o Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Um minuto, por favor, vou tentar localizar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu não quis, na hora, paralisar a leitura. É só para me atualizar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não se trata de indicação de relatoria para essa área temática, não.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui foram apresentados diversos ofícios do TCU, dando ciência à CMO de relatórios de obras que apresentam indícios de irregularidades. Isso, obviamente, vai para a relatoria setorial cujo relator a assessoria vai verificar e informar à Mesa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Tudo bem. Está explicado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecemos pela presença ao Senador Paulo Bauer, do PSDB, nesta Comissão tão importante.

Eu gostaria de abrir a discussão sobre requerimento que se encontra sobre a mesa, mas, antes, queria saber se há concordância do Plenário para dispensar a leitura das atas, que já foram distribuídas antecipadamente, das quais os senhores têm conhecimento.

Trata-se das atas da 2ª reunião extraordinária realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2015, da 3ª reunião realizada em 19 de maio de 2015, da 1ª reunião conjunta de audiência pública realizada em 26 de maio com a presença do Presidente do Banco Central e da 1ª reunião de audiência pública realizada em 27 de maio, que contou com a presença do Ministro Nelson Barbosa.

Pergunto aos Srs. Deputados se podemos dispensar a leitura das atas dessas reuniões. Todos estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, eu solicito a dispensa da leitura das atas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, Deputado.

Todos de acordo? *(Pausa.)*

Está dispensada a leitura das atas.

Já temos quórum? Sim.

Em votação as atas na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria apenas de fazer uma observação. Antes, agradeço ao Senador Paulo Bauer, que acaba de chegar e de possibilitar o atingimento do quórum no Senado, e, obviamente, aos demais Senadores e Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Numa conversa que tivemos com V.Exa., aquiescendo ao apelo de V.Exa. e, obviamente, também dos demais colegas que aqui estão, especialmente do Deputado que pediu inversão de pauta, nós estamos muito empenhados em poder dar à família Aerus, aos inúmeros servidores que hoje dependem de uma justa indenização, já decidida na Justiça, ter a solução desse problema, que depende, portanto, da votação do PL nº 2.

Eu me antecipei na questão da ata, para ganharmos tempo, para dizer que nós do PSDB não só concordamos em não discutir ata, votar em bloco, e, obviamente, aprovarmos também de uma forma consensual essa inversão de pauta, atendo-nos hoje a essa votação e oportunamente nos reunirmos com V.Exa. para traçarmos alguma estratégia para agilizar alguns trabalhos, especialmente a LDO, que não tem sequer relatório preliminar. Isso nos preocupa, pelo menos não chegou até nós. Portanto, vai ficar muito difícil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, quanto ao relatório, alguns já viram, mas ele ainda não foi colocado nos registros da Casa. Nós da Oposição sequer temos conhecimento dele.

Portanto, eu concluo dizendo a V.Exa., até para não corrermos o risco de iniciar a Ordem do Dia, que o nosso desejo é contribuir para que hoje possamos votar este PL nº 2, garantir aos servidores da Aerus, do Instituto Aerus de Seguridade Social, aos beneficiários, a toda essa grande família, vamos chamar assim, que está sendo injustiçada há muitos anos por essas dificuldades que ocorreram.

Portanto, Presidenta, é a posição nossa para colaborar com a condução de V.Exa. a favor da aprovação das atas e da inversão da pauta para que imediatamente entremos na votação do PL nº 2.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Tendo sido votado na Câmara, nós passamos à votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há sobre a mesa Requerimento nº 1, de 2015, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para inversão de apreciação da pauta, para ser apreciado.

Inicialmente, o item PLN nº 2, de 2015-CN, está na Ordem do Dia da 4ª reunião extraordinária da Comissão.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Hissa Abrahão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidenta, eu gostaria de pedir vista, quero pedir vista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Do requerimento?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, queria pedir vista do Projeto de Lei nº 2.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não estamos votando o projeto, é o requerimento ainda. Seria oportuno...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu quero dar a palavra ao Deputado Hissa Abrahão e também aproveitar para ressaltar a urgência e a importância que tem essa luta de 9 anos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu sei, Sra. Presidenta, mas o que acontece é que explodiu o pagamento de precatórios. O que mais tem pago o Governo Federal este ano, por incrível que pareça, é precatórios.

Então, eu gostaria de ter mais conhecimento a respeito desse assunto.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Sra. Presidenta, eu acredito que não está prevista vista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tenho que responder a questão levantada por V.Exa. e dizer que não cabe o pedido de vista na CMO, conforme o item IV, do art. 130 do Regimento da Comissão e do Regimento Comum.

Com a palavra o Deputado Hissa Abrahão. Eu peço brevidade, lamento fazer isso, não gosto, mas nós estamos próximos da Ordem do Dia, senão não teríamos chance de votar nada.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Então, eu vou fazer um resumo do resumo, tudo bem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O resumo do resumo.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Projeto de Lei nº 2, de 2015, do Congresso Nacional, Mensagem nº 130, de 2015, na origem, de 5 de maio de 2015. Abre ao orçamento da Seguridade Social da União em favor do Ministério da Previdência...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hissa Abrahão, eu não expliquei direito, eu peço desculpas, porque hoje é um dia muito açodado.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos encaminhando a votação apenas do requerimento, e não do processo em si.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Perdão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, V.Exa., como autor do requerimento, quer falar sobre ele, ou dispensa?

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - É só inversão de pauta, tudo bem. Eu achava que já era o resultado do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está certo. Tenho que explicar ao Plenário que nós estamos tratando do Projeto de Lei nº 2, da Presidência da República, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União em favor do Ministério da Previdência Social crédito especial no valor de R$368 milhões, 258 mil 333 reais, para o fim que está especificado no voto que V.Exa. apresenta.

Agora, se V.Exa. quiser falar resumidamente sobre o seu projeto, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HISSA ABRAHÃO - Eu quero só fazer aqui um reconhecimento público a V.Exa., agradecer a gentileza de ter confiado a mim a relatoria de um projeto tão importante, de um impacto tão grande para toda a família do Instituto Aerus, para todas as pessoas que, nesse momento, estão sofrendo, mas que, com a votação desta Comissão — claro, ainda vai para uma votação maior no Congresso Nacional —, tem tudo para se consagrar.

Eu quero apenas dizer que esta Relatoria se posicionou favorável e a gente espera que não só o Congresso Nacional, mas que a Presidência da República também, num prazo hábil, consiga sancionar e aprovar esses R$368 milhões, 258

mil 333 reais, para que a sentença judicial possa ter os mecanismos para que todas as pessoas do Instituto Aerus recebam tudo aquilo que é devido a eles.

Portanto, a Relatoria é favorável ao Projeto de Lei nº 2.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação, primeiro, o requerimento de inversão de pauta assinado pelo Deputado Hissa Abrahão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Todos foram favoráveis.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

É só o requerimento.

Vamos colocar em votação o relatório apresentado pelo Deputado Hissa Abrahão.

Gostaria de saber se alguém gostaria de discutir a matéria ou apresentar alguma comunicação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - De forma muito breve, Sra. Presidente. Apenas para cumprimentar V.Exa., cumprimentar o Relator, os representantes da Aerus aqui presentes. Obviamente, nós estamos fazendo aqui, nesta Comissão, aquilo que se pode esperar do Congresso Nacional, porque eu diria que justiça já foi feita à medida que foi julgada essa matéria. Foi uma decisão que contemplou os pensionistas que não tiveram culpa nenhuma dos equívocos que se cometeram e que levou àquela situação terrível de deixar servidores com toda uma história de vida, com todo um trabalho realizado, com toda uma contribuição feita, sem auferir os proventos, tendo havido responsabilidade direta do Governo. E a justiça tomou a decisão acertada.

Agora cabe ao Congresso dispor ao Executivo do Orçamento necessário para que ele faça a justiça acontecer. Portanto, o PSDB, desde o primeiro momento, já no ano passado, trabalhou para garantir no Orçamento os recursos, e com a necessidade de fazer a sua adequação orçamentária, da mesma forma. Todos nós do PSDB — e não tenho dúvida que isso será a voz geral nesta Casa — iremos aprovar para que os trabalhadores que têm direito à aposentadoria e aos proventos através do Fundo Aerus possam ser contemplados, finalmente, saindo desse desespero que, imagino, se encontram.

Parabéns a vocês que lutaram por essa justa causa e a V.Exa., Sra. Presidente, ao Relator, aos Deputados e Senadores que, com certeza, votarão a favor.

Nós somos, portanto, a favor, por unanimidade, em nosso partido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mais alguém gostaria de acrescentar?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Senadora...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É com muita alegria que fazemos essa justiça ao Aerus. O PSD está solidário, nós votamos a favor. E achamos que é muito importante o fim dessa agonia, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Esta Comissão é muito importante, não desmerecendo as outras, exatamente por esse papel de votar esses créditos para fazer correção, muitas vezes, sobre a injustiça que o próprio Orçamento comete. Todos os créditos especiais passam por esta Comissão. E, às vezes, é verdade, demora-se muito em votar matérias aqui que deveriam ser votadas de forma mais ágil.

Então, eu acredito que esperar 7, 8, 9 anos é uma tortura. E é por isso que essas Lideranças estão aqui. Com certeza, deve haver uma grande comemoração, hoje, com todas as pessoas que serão beneficiadas por esse crédito. E nós

precisamos fazer essa correção, para que nós possamos votar essas matérias que são urgentes com mais urgência. E, felizmente, hoje, nós estamos votando um Orçamento que vai beneficiar muitas vidas e que têm direitos.

Por isso, essa matéria tramitou e está aqui para que nós pudéssemos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Rapidamente, Sra. Presidenta. Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar também o nosso Relator, esse jovem, mas combativo Deputado pelo Amazonas, o Hissa Abrahão.

E quero manifestar o nosso voto favorável a essa matéria, o voto favorável que eu aqui expressarei como membro desta Comissão, mas também do meu partido, o PCdoB, entendendo que essa votação significará a correção de um erro que, como disseram bem aqui os representantes da Aerus nesta reunião, diz respeito a milhares de vidas de famílias que, no dia de hoje, vão ter, a partir dessa votação e, tenho certeza, num tempo muito curto, sanada essa injustiça que perdurou por tanto tempo.

Então, de modo que eu aqui me manifesto favorável ao Relator e parabenizo a luta de milhares de famílias que acreditaram nessa vitória e que colherão essa vitória.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação o relatório do Deputado Hissa Abrahão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório do Projeto de Lei nº 2, de 2015, apresentado queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, sim, os aeroviários podem comemorar.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 2, de 2015, do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

E V.Exa., também, Deputado Hissa, parabéns pelo trabalho executado. Eu queria dizer aos Srs. Deputados e Srs. Senadores que eu tenho um requerimento aqui, da minha própria autoria, em que os Estados... *(Pausa.)*

Venham até aqui, por favor, para se apresentarem aos Deputados, por favor. Podem vir todos. Ela é a mocinha mais elegante.

Esta é a comissão do Fundo Aerus — do sistema aeroviário —, que merece a saudação deste Plenário, porque são 9 anos de luta. *(Palmas.) (Pausa.)*

(São tiradas fotografias com os representantes do Fundo Aerus, os Senadores, os Deputados.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Traduzindo as palavras escritas na faixa: *"Salvaram vidas e fizeram justiça aos aeroviários"*.

Agradeço a presença de todos.

Queria dizer que há sobre a mesa um requerimento de minha autoria.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira, conforme solicitado.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente... Sra. Presidente... Só para recapitular: nós fizemos um acordo com V.Exa. de que nós teríamos, da nossa parte...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou apenas concedendo a palavra ao Senador Raimundo Lira, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, perfeitamente. Desculpe-me. Eu apenas queria, com todo o respeito e com a aquiescência do Senador Raimundo Lira, pedir a V.Exa. que hoje a gente se limite, do ponto de vista de liberação, a este projeto — até em homenagem à família Aerus —, para que a gente construa um consenso em relação aos demais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ainda tenho um requerimento de minha autoria para ler, Deputado. Eu terei que lê-lo.

Pois não, Senador Raimundo Lira.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem. À exceção do Item nº 3 da pauta, que é o Aviso nº 16/10, em todos os demais itens, há consenso por parte da Comissão, conforme falou o Deputado.

A minha proposta era a de que nós votássemos em bloco, em votação simbólica, para que a pauta da Comissão de Orçamento ficasse atualizada, já que há consenso em todos os demais itens, à exceção do Item nº 3.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu queria saber quem foi que fez esse consenso, porque eu não fui consultado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muitas vezes...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só 1 minutinho.

Muitas vezes, com uma palavra, não está se conferindo a um ato de reunião, porque não houve reunião. Ele deve ter ouvido a opinião de algumas pessoas. Ele está expressando a opinião dele, ele não está dizendo que houve reunião. Sempre que houver, V.Exa. saberá e nós a colocaremos nas atas. Aqui nós trabalhamos assim, com muita transparência.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Deputado, a indagação de V.Exa. é procedente e importante. Eu já presidi esta Comissão, com muita honra e, às vezes, a gente tem que sair dos assuntos de menor importância. Todos são importantes, mas eu digo menor importância quando se trata de assuntos de grande relevância na Comissão.

E para que a pauta da Comissão ficasse atualizada e limpa, como nós dizemos aqui no Congresso Nacional, eu comecei a ouvir e a pedir a meus Assessores que conversassem também com a maioria dos Deputados. E vi, à exceção do Item nº 3, que não há nenhum tipo de divergência em relação aos demais itens. E aí, a exemplo do Deputado, eu propus que nós fizéssemos a votação em bloco, em vez de votar item por item. Essa é a minha proposta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Peço a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não quero aqui traduzir em sentimentos a proposta do Senador Raimundo Lira.

Eu queria fazer algumas considerações, eu até tenho um requerimento. Porque esta Comissão deverá visitar os Estados e, através do seu Vice-Presidente, do Relator-Geral, dos Relatores-Setoriais, deverá comparecer aos Estados a convite de Governadores, bancadas, Assembleias, para debater o Orçamento da União. E, como tal — não poderia ser diferente —, o meu Estado fez o primeiro convite, que eu já adiei duas vezes por não ter colocado o requerimento em votação.

Se a Comissão autorizar, eu vou comunicar aqui apenas que estou requerendo que deem a oportunidade de comparecer ao meu Estado do Espírito Santo para uma audiência pública e que liberem dois Assessores que possam acompanhar. É esse o requerimento que eu estou apresentando aqui. E gostaria de colocá-lo em discussão antes de comentar a proposta do Senador Raimundo Lira.

É apenas uma reunião na Assembleia Legislativa. Eu gostaria de saber se todos na Câmara dos Deputados estão de acordo, se todos concordam.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em homenagem a V.Exa., nós vamos concordar em votar mais esse requerimento, que eu acho muito justo. Farei o possível, inclusive, para, se V.Exa. julgar que podemos colaborar, estar lá. V.Exa. assumiu esta Presidência com muita dedicação, com muito espírito republicano, e nós não poderíamos jamais faltar com a atenção a V.Exa., apreciando e aprovando o requerimento.

E, na sequência, após a votação do requerimento, se a senhora me permitir, eu gostaria de fazer uma ponderação ao Senador Raimundo Lira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Todos que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal...

Nós vamos ter muitos requerimentos dessa natureza. Eu quero dizer que é com muito prazer que o Relator-Geral estará presente, e aqueles que quiserem participar nos seus Estados, por favor, digam-nos antes. Vamos formar uma comitiva para debater o Orçamento da União, Estado a Estado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Confesso que eu estava quase desejando que vocês reprovassem. Não é por causa do meu Estado, mas porque não está sobrando tempo.

Há mais um requerimento de inversão de pauta. Eu vou colocá-los todos em votação. Em seguida, V.Exa. poderá fazer uso da palavra.

Este é assinado pelo Deputado Ricardo Barros: *"Requeiro, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão da pauta, no sentido de ser apreciado inicialmente o item 11".*

Qual é o item 11? Não está claro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ofício nº 23, do relatório de 2014; e Ofício nº 8, do segundo semestre de 2013.

É seu o requerimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

V.Exa. tem a palavra.

Eu só espero que não se acumulem muitas matérias. Senão, não votaremos nada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sra. Presidente, se o Relator me permitir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou imbuído de todo o espírito colaborativo. Acho que já demonstramos isso em outras oportunidades, e haveremos de continuar nessa linha. Mas eu recebi um apelo dos meus pares para que nós possamos ter um pouco mais de tempo para concluir alguns entendimentos com V.Exa. Há algumas questões, por exemplo, que nós acreditamos que não devem ser tratadas agora, principalmente em bloco. A própria proposta que o Deputado Raimundo Lira coloca não nos parece adequada com relação a esses relatórios, esses demonstrativos de cumprimentos de metas, que S.Exa. propôs que fossem votados em bloco.

Há, por exemplo, a Mensagem nº 7, que trata do cumprimento de meta do exercício de 2014. Imagino que o Tribunal de Contas deve estar julgando agora, se

é que já não julgou. Nós temos assuntos que estão absolutamente na ordem do dia, ainda sob a decisão de um colegiado, que obviamente esta Casa deve ouvir, até porque, constitucionalmente, ele foi criado como um órgão que assessora as decisões do Parlamento brasileiro. O Tribunal de Contas da União tem esse papel constitucional, e nós devemos estar atentos a isso. Então, nós não deveríamos nos precipitar e muito menos votar em bloco.

No caso específico, eu estou ainda na fase de responder à proposição do Senador Raimundo Lira, com a qual, *data venia*, não concordamos, e pedimos a S.Exa. e a V.Exa. que revejam essa posição, e, no momento da votação, nós o façamos por itens.

No caso específico deste requerimento, de pedido de inversão de pauta, eu quero fazer um apelo a V.Exa., ao requerente e ao nobre Relator para que nós nos limitemos hoje a essa votação que já fizemos, para que tenhamos os entendimentos que ainda faltam ser construídos. E, a partir daí, tenha certeza V.Exa. e tenha certeza o nobre Relator de que todas essas matérias, que, também eu acredito, são matérias que caminham para um consenso, nós haveremos de votá-las com a agilidade com que acabamos de votar esse PL nº 2, e, obviamente, guardaremos o tempo necessário para os debates democráticos, que são necessários para os debates democráticos, necessários aqui, nas matérias mais polêmicas, sem, contudo, inviabilizarmos os trabalhos desta Comissão.

Portanto, eu faço um apelo para que a gente não prossiga hoje na tentativa de votarmos mais matérias, porque a minha bancada tem o desejo de construir alguns entendimentos que nos assegure uma contribuição maior no dia a dia aqui, da Comissão Mista.

Essa é a nossa posição. Eu peço ao nobre Relator a compreensão. Quanto a este item, por sinal, já antecipo: não haverá nenhuma dificuldade na sua votação. Nós pretendemos construir um entendimento mais amplo e V.Exa. já tem ciência disso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que nos ouvem, os demais participantes da Comissão, têm que saber exatamente sobre o que estamos falando.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos falando do relatório do Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral desta Comissão, mas apenas um relatório da FCO e uma errata das atas que aqui estão. Eu acho que, se nós tivermos em vista a longa caminhada que esta Comissão tem, nós vamos chegar daqui a alguns dias sem condição de votá-las em tempo hábil para este ano.

O que estamos falando é que o Deputado Ricardo Barros apresentou, todos os outros relatórios foram votados, inclusive em bloco. Restou apenas esse da FCO, que ficou pendente, e a outra questão é tão ínfima, tão pequena — são duas erratas. Nós vamos ficar presos nesta Comissão. V.Exa. já leu o tamanho da ata, o tamanho do expediente que nós temos para votar? Eu acho que, pelo menos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, veja bem, deixe-me ilustrar.

Hoje, nós fizemos o compromisso de que iríamos votar o item da AERUS. Nós tínhamos atas a serem apreciadas. Esta Oposição poderia pedir leitura de ata, item por item, poderia ter apresentado requerimentos, todo o *kit* obstrução, que é tradicional. Nós não o fizemos e não pretendemos fazê-lo. Mas eu faço um apelo a V.Exa. e ao Relator, porque, se nós simplesmente votarmos sem que a gente se sente para discutir aquilo que nós entendemos que precisa de um entendimento maior, depois não teremos o que discutir.

Então, eu acho que essas são prerrogativas naturais da Oposição que, aliás, já tem muito poucas. Mas, neste caso, nós nem estamos fazendo uma obstrução. Nós estamos fazendo um apelo. Se V.Exa. entender que tem que votar, que é imprescindível... Estou acreditando que não prejudica em nada o ritmo dos trabalhos nós não votarmos hoje. Se prejudicasse, eu seria o primeiro a dizer: vamos votar esse item que, sobre ele, há consenso. E há consenso. O que eu quero é que possamos, a partir de itens como este, dizer: *"Olhe, naquilo que não há consenso, nós também precisamos ser ouvidos"*. Só isso!

Então, é simples. Eu insisto nessa tese, porque isso vai ser mais fácil, até para V.Exa. me ajudar a construir entendimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Eu vou apenas ouvir também meus colegas aqui, os demais membros, porque, todavia, nós sempre

discutimos, conversamos e nos entendemos sobre questões realmente que são muito importantes.

Nós estamos há 20 minutos debatendo questões simplesmente contributivas para o andamento da pauta que, sem nenhum prejuízo, o Deputado Ricardo Barros não terá nenhuma contrariedade nisso e eu também não a terei, e nunca exercitarei aqui, pode ter certeza, a questão da supremacia. Há mais votos a favor do que contra. Então, vamos colocar e ver quem ganha. Não será assim. Será conforme V.Exa. me conhece. Será assim permanentemente. Mas eu também vou apelar para V.Exa. Hoje, vou concordar, mas vou apelar para V.Exa. no sentido de que nós não poderemos levar esta Comissão em cima de questões tão pequenas quanto esta, porque temos relatórios, contas presidenciais, temos matérias importantes e muitas coisas para serem regulamentadas. Vejam a matéria dos jornais que aí estão; contas que há 25 anos estão aqui sem serem apreciadas. Estão aqui e no plenário do Congresso, porque alguém disse assim: “Mas não há do Fernando Henrique, não há do Fulano?” Há, sim. Há no Congresso Nacional. Há no Congresso. e ainda estamos revertendo essa matéria no sentido de aprovarmos uma alteração, inclusive alteração proposta pelo autor da Resolução nº 1.

Quero dizer que todos esses obstáculos, nós teremos que tentar superá-los juntos.

Portanto, eu vou atender a V.Exa....

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, é esse o nosso sentimento. Agora, veja bem, nós estamos num momento em que não há quórum que sustente uma verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não gostaria, se V.Exa. me permitir, de entrar em discussão sobre uma coisa que já entendemos, os dois, que é menor do que a importância do trabalho célere desta Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Já concordamos, já concordamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, eu vou compreender V.Exa. Não vou mais consultar meus companheiros hoje, mas da próxima vez farei a consulta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu quero fazer uma proposição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, a senhora me inscreveu?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já havia dado a palavra, e V.Exa. está inscrito.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu queria só fazer uma proposição Presidente. Como estamos numa questão política de entendimento sobre o andamento da Comissão, eu queria propor que a sessão de hoje fosse suspensa, e não encerrada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Suspensa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porque isso permitiria, havendo o caminhar das nossas conversas, que se retomassem mais rapidamente os trabalhos, na próxima convocação sua. Então, se a Oposição concordasse, se todos concordassem, suspenderíamos a sessão, para que tivéssemos mais agilidade na próxima reunião convocada.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder-lhe a palavra. V.Exa. estava inscrito, eu atalhei V.Exa., e S.Exa. também. Vamos dar-lhe a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, depois...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele estava com a palavra quando o Deputado pediu, e nós concedemos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, depois sou eu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria esclarecer que amanhã não haverá a reunião com o Secretário do Tesouro Nacional, que deveria haver. Ele pediu que fosse adiada para depois da discussão das contas da Presidenta Dilma.

Tem a palavra o Senador Raimundo Lira. Em seguida, falará o Deputado Izalci.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Presidente, já que a minha proposta não foi aceita, com o objetivo de focarmos o nosso trabalho, a nossa energia, o nosso tempo, as questões mais importantes da Comissão de Orçamento — como eu falei, já fui Presidente e sei que, se nos fixarmos, se perdermos muito tempo,

dedicarmos muito tempo às questões de menor importância, terminamos deixando as questões mais relevantes sem uma solução. Por exemplo, quando eu propus, esse Item 1, aqui, por exemplo, é uma errata, é uma correção, então, não tem por que ficar com itens dessa importância pendentes e obstruindo a pauta; não obstrução no sentido de fechar a pauta, mas no sentido de ficar aquele resíduo nas reuniões.

Então, eu faço uma segunda proposta, atendendo também o apelo do nosso Deputado do PSDB, que sempre fala com muita eloquência e com muito bom senso. Proponho que todos os senhores membros da Comissão, Deputados e Senadores, fiquem com essa pauta aqui e, se não houver nenhuma divergência em relação aos assuntos contidos nessa pauta, que, na próxima reunião, votemos em bloco esses itens, para que os trabalhos da Comissão fiquem mais ágeis. É apenas nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tive o privilégio, hoje, de assistir integralmente à votação, no Tribunal de Contas, das contas de 2014 da Presidenta Dilma. E o que aconteceu foi que existe tanta impropriedade, tanta irregularidade, tanta maquiagem, que o Tribunal de Contas disse simplesmente que não tem condição de julgar as contas em função dos dados apresentados e deu 30 dias para que a Presidenta Dilma faça a sua defesa — até para garantir a ampla defesa, o contraditório.

Portanto, só daqui a 30 dias, quer dizer, em até 30 dias, é que o Tribunal deverá rever novamente as contas. Então, deve estar sendo encaminhado para nós aqui — pelo menos o que foi decidido — um comunicado ao Congresso, dizendo o seguinte:

> *"As contas do Governo referentes ao exercício de 2014, prestadas pela Exma. Sra. Presidente Dilma Rousseff, não estão no momento em condições de serem apreciadas por este Tribunal em razão dos indícios de irregularidades mencionadas no relatório, que demandam*

abertura de prazo para apresentação de contrarrazões em nome do devido processo legal".

É evidente que vai ultrapassar inclusive o nosso prazo, o prazo constitucional, mas é o encaminhamento que será dado.

É evidente que há muitas contas para serem aprovadas. O que eu quero lembrar aqui é que o Tribunal de Contas vem falando isso há 10 anos. Há várias ressalvas, várias recomendações, que são repetidas ano a ano, e o Governo não dá nenhuma satisfação à sociedade, muito menos ao Tribunal de Contas ou a esta Casa.

Então, não dá evidentemente para votar em bloco prestações de contas aqui. Eu mesmo tenho voto em separado de prestação de conta, aqui, que está sendo votada sem ressalva nenhuma e que mereceria até uma rejeição, uma reprovação.

Mas, de qualquer forma, foi feita uma bela apresentação, detalhada, mostrando as impropriedades, as maquiagens que foram feitas, as irregularidades, o afrontamento à Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu louvo aqui a Presidente por colocar na pauta a votação desses que, nesses anos todos, não foram votados, para que, a partir de agora, o Congresso Nacional faça seu dever de casa e que não seja pressionado apenas pelo poder do Palácio do Planalto, que teve a cara de pau, em 2014, de emitir uma medida provisória, condicionando a aprovação. É a coisa mais absurda que eu já vi na minha vida: uma medida provisória condicionando a aprovação de uma anistia com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal!

Então, apesar de não ter o resultado, porque, com essas contas, eu não tenho nenhuma dúvida de que é rejeição. Os 30 dias foram para a justificativa, mas é uma coisa injustificável, porque já estão comprovadas as irregularidades, que são muitas — são mais 43 recomendações e ressalvas no balanço.

Portanto, teremos muito serviço, muito trabalho, daqui para a frente, e não devemos aqui votar nada em bloco ou na correria. A responsabilidade é muito grande, a situação do País é gravíssima!

Portanto, para concluir.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Deputado Izalci, V.Exa. me concede um aparte no seu raciocínio?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois não, se cabe aparte, eu dou aparte.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Eu só quero dizer a V.Exa. que não propus votação de prestação de contas em bloco. São esses itens de menor Importância que os companheiros da Comissão vão olhar durante os próximos dias e, se não houver nenhuma discordância... Só para que a pauta ande e a Comissão fique livre para analisar os assuntos de tamanha importância, como o que V.Exa. está citando. O assunto que V.Exa. falou é da maior importância. Então, esses assuntos realmente não podem ser votados em bloco. O que eu propus foi outra coisa. Só quero esclarecer V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu, para encerrar, Sra. Presidente, gostaria que V.Exa. entrasse em contato com o Secretário do Tesouro, tendo em vista que já é de conhecimento público a decisão do Tribunal, para que ele possa vir aqui realmente fazer essa reunião, que é prevista e é importante para nós, a fim de que se possam esclarecer algumas coisas.

Era isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar as coisas nos seus respectivos lugares, porque senão vai deixar nítida uma impressão falsa até, Deputado Izalci.

Na verdade, o Senador Raimundo viu várias erratas de atas, foi por isso que ele pediu votação em bloco. Não acredito que um Senador, com sua história, com a história que ele tem, já tendo presidido Comissão, pediria para votar em bloco contas, até porque não caberia de maneira nenhuma.

Então, para que não possamos aqui fazer contundência de atitudes políticas e desgastar companheiro, ele fez isso, por uma gentileza, para ver se nós poderíamos chegar mais adiante e votar matérias mais relevantes e importantes.

Com a palavra, Deputada Flávia; em seguida, ao Deputado Zé Geraldo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente, caros colegas, Deputados e Senadores, quero manifestar minha preocupação com as várias reuniões ordinárias que nós já tivemos canceladas há poucos dias e com o número de projetos que temos de votar.

Quero fazer um apelo a esta Comissão, dada à grandeza e à importância que ela tem. E, solidarizando-me com o Senador, quero dizer da importância de estarmos aqui tentando achar uma forma para não perdermos a oportunidade, nesta

audiência, nesta sessão ordinária e com quórum, de podermos aprovar algumas matérias que não teriam tanta polêmica e tanta dificuldade de serem aprovadas ainda hoje.

Então, eu quero aqui fazer o meu coro de que precisamos avaliar melhor essa questão de simplesmente não votarmos mais nada hoje. Então, acho que precisamos aproveitar, sim, e votar algumas matérias hoje.

Essa é ideia de que possamos estudar previamente aquelas matérias para as quais não existe um consenso ainda, para que realmente elas já venham com consenso, e não percamos uma oportunidade como esta, pois nós temos visto o quanto tem sido difícil de realizar essas reuniões. Hoje nós estamos prontos para votar, para discutir, para debater.

Então queríamos manifestar esta nossa posição em relação a esta discussão que estamos tendo agora.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, eu queria apenas fazer algumas considerações a partir do posicionamento da Oposição. Eu acho que é ilusão nossa achar que a Oposição vai nos dar colher de chá neste plenário.

V.Exa. tem toda a razão de apelar para o bom senso, apelar para a agilidade em matérias que não têm muito gancho para se fazerem grandes discussões, como essa questão das erratas e outras. Mas a Oposição também está e estará no seu papel. E o Deputado Izalci é uma das Lideranças do PSDB que tem exercido esse papel da Oposição, de participar das reuniões dos Tribunais. Eu acho que isso é compreensível.

O que nós precisamos realmente fazer é instalar um ritmo para a nossa Comissão de Orçamento. Eu acredito que nem todos os dias será como hoje, que estamos pressionados pela Ordem do Dia, que começou mais cedo — geralmente ela não acontece nesse horário —, mas precisamos contar com esses obstáculos. Se não houver, como neste momento, a compreensão de um relatório em bloco, vamos votar separadamente, mas vamos vencendo a pauta, como hoje, que, quem sabe, ainda dá para discutir algum tema, se a Ordem do Dia não iniciar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu penso que, se for preciso fazermos duas ou três reuniões por semana, vamos fazê-las, vamos instalar o quórum e vamos enfrentar o debate; vamos enfrentar a Oposição nesta Comissão. Nesta Comissão, a Oposição exerce seu papel sem dar trégua. Eu a tenho acompanhado em outros momentos também e, em raros momentos, há algum tipo de acordo. Na maioria, os Deputados vão exercer esse papel de não votar, mesmo que seja uma matéria simples, mas exatamente para evitar que outras não entrem em votação. E isso prejudica, inclusive, o trabalho da Presidência desta Comissão.

São essas as considerações que eu queria fazer. Se não dá para votar, nós encerramos a sessão e vamos nos organizar para que, no segundo semestre, possamos ter um rendimento bem maior do que nós tivemos nesse período.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria comunicar também que o Relator Ricardo Teobaldo apresentou o relatório preliminar, abriu prazo para emendas e ainda não entregou o relatório. Por enquanto, é possível terem-se essas pequenas concessões. Mais adiante, não será possível, e desculpem-me, nós vamos apertar o calendário para que funcione adequadamente com a expectativa. Não é um País em crise que pode ser escudo para qualquer outro tipo de comportamento que não seja favorável ao próprio País em crise. Portanto, nós vamos ter de superar nossas diferenças no voto, na hora em que for necessário.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Peço a palavra, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidenta, rapidamente, eu queria, na verdade, corroborar com o que disse aqui o Senador, com o que disse a Deputada, que o ritmo de funcionamento da Casa tem sido muito acelerado, com sessões que se prorrogam até tarde da noite. Ontem foi até às 23h30min, com muitas votações. Tem sido cada dia mais difícil darmos quórum a esta reunião da CMO, para que ela tenha pleno funcionamento. Um exemplo ocorreu hoje, ao estarmos aqui esperando o Senador para que tivéssemos o quórum e iniciássemos a sessão.

De modo que eu acho que os nossos Deputados do PSDB se manifestaram de forma muito respeitosa a esta Presidência e a esta Comissão. Mas quero fazer um apelo para que nós tivéssemos bom senso. Aquelas questões que são questões mais pacificadas entre nós, fruto de um maior acordo, que não trazem grandes contradições e polêmicas, para que nós pudéssemos votar essas matérias para ir vencendo essa pauta, até porque há um volume grande de trabalho para os próximos dias. Eu receio que a gente continue tendo dificuldades para promover essas reuniões de forma adequada, com o quórum necessário, e que deem conta dessa pauta. Por isso eu não vejo outra razão que a gente não avance numa pauta, que é uma pauta mais consensual.

Eu quero concordar com o encaminhamento feito pelo Senador, também expressado aqui por alguns Deputados, colegas desta Comissão. Há um esforço tremendo na agenda de cada Parlamentar que está aqui. E nós aqui, nesta reunião, quando se alcançou o quórum, votamos apenas dois itens, sendo que o item não mereceria nem votação, em razão do prestígio que é termos V.Exa. representando esta Comissão no Estado do Espírito Santo. Na prática nós votamos um item, que foi o item relacionado à AERUS.

Então, eu apelo para essa compreensão, para que a gente possa ganhar tempo e vencer essas pautas consensuais de modo a dar um ritmo mais acelerado para o funcionamento da Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem. Eu indaguei há pouco quem era o Líder do Governo nesta Comissão. Parece-me que é o Deputado Paulo Pimenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Coordenador aqui é o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Zé Geraldo é o Coordenador do PT. Eu me refiro ao Líder do Governo na Comissão, se houver algum. Eu acho que é o Deputado Paulo Pimenta. Mas vou dizer por que estou perguntando isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Domingos Sávio havia pedido a palavra, não sei se V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só estou fazendo uma pergunta, porque eu estou tendo uma dúvida. O que vem acontecendo aqui — evidentemente, não na

presença de V.Exa., mas nos anos anteriores em que eu participei desta Comissão — é que o Governo tem feito nesta Comissão alguns acordos, mas não os tem cumprido. Por exemplo, foi acertado que haveria uma suplementação para atender o TJDF. O Senador Pimentel assumiu esse compromisso, em plenário inclusive. Mas não acontece nada, a gente não fica sabendo, ninguém dá satisfação, o prazo está vencendo.

Da mesma forma eu vi agora nos jornais e fiquei assim... Mas, como é imprensa, não sei se é totalmente verdade. Agora, com o projeto de desoneração da folha, o que fizeram? Estão anunciando que vão liberar não sei quantos milhões para as emendas, mas para aquelas — como acertado no ano passado — que receberiam um tratamento uniforme, independente de ser o Parlamentar da Oposição, tal compromisso não está sendo cumprido. Por exemplo, quanto ao "Restos a Pagar", houve um decreto agora jogando-o para agosto. E havia um compromisso do Governo, quanto ao "Restos a Pagar" lá de trás. O que eu sinto é que esse Governo já há algum tempo não tem cumprido aquilo que se compromete a fazer.

Então, eu precisava saber quem é o Líder do Governo para, daqui para frente, a gente dizer que o que for acertado aqui tem que ser cumprido, senão a gente fica na dúvida se pode ou não confiar na palavra do Governo. Eu, até agora, não tive nenhuma demonstração do Governo de que a gente possa confiar na sua palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha, eu tenho muita dificuldade de racionar dessa maneira, Deputado, mas vou sempre me submeter ao desejo da Maioria. Se nós levarmos esta Comissão com a agenda de liberação de emendas, não daremos um Orçamento ao País.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu dei emendas como exemplo, mas na prática não é só isso. O Governo tem assumido compromissos nesta Comissão, pelo menos desde quando participo desta Comissão, e tudo o que é falado em nome do Governo não está sendo cumprido. Eu só estou querendo saber como será daqui para frente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem. Eu entendo que eu devo tomar uma posição que infelizmente eu estava evitando, em razão da votação do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sabem os senhores que nós temos a alteração da Resolução nº 1, que está para ser votada. E o Presidente pediu alguns prazos, porque também nesse processo está prevista a alteração de alguns prazos da própria Comissão; a distribuição das Comissões permanentes, com novos relatórios; e também está a questão da apreciação das contas dos ex-Presidentes.

Eu só deliberarei agora pauta, de qualquer natureza, com a reunião prévia dos Líderes e votando. E vamos exercitar democraticamente o que os Líderes decidirem previamente com a pauta construída.

Sobre a pauta que for votada pelos Líderes haverá discussão e votação e será ela submetida à votação em plenário.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, a sua fala final contribui muito com o que eu tenho a dizer. E V.Exa. coloca com muita propriedade que, se existe um Colégio de Líderes que auxilia na condução dos trabalhos, na busca da construção de consenso, onde este for possível, esse exercício realmente tem que ser colocado em prática. E vou me referir a esse processo de debate que ocorreu aqui para que nós não avançássemos na pauta. É importante registrar isso, embora o Deputado Zé Geraldo tenha saído, por isso deixo registrado para que ele tome conhecimento, até porque os demais Deputados que estão presentes, assim como a Deputada que ponderou sobre isso e queria ver as votações ocorreram.

Quando o Senador Lira colocou o desejo de ver votados em bloco alguns relatórios, ele não mencionou a única errata que tem aqui — a qual, por sinal, eu disse que concordo, que não há problema —, mencionou também uma série de outros projetos, inclusive destacou que entendia que o Item nº 3, por ter ele uma apresentação de relatório em separado, fosse votado em separado. E tratou os demais como sendo, na visão dele, que eu respeito, como matérias que poderiam ser votadas em bloco.

Pois bem, o Item nº 7 trata de uma mensagem da Presidência da República — cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela tem que enviar essa mensagem para cá. E nessa mensagem trata a Presidente de procurar demonstrar que o Governo cumpriu todas as metas de superávit.

Ora, é justamente essa matéria que está em discussão no Tribunal de Contas da União. Então, como é que se pode tratar de ser uma matéria simples, de consenso, algo dessa relevância?

Pois bem, além disso, nós temos outros itens que não estão constando aqui nessa pauta, que V.Exa. lembrou muito bem, como as contas de diversos mandatos de Presidência da República.

O que nós da Oposição quisemos quando alertamos V.Exa. de que nós tínhamos feito um acordo de votar o Item nº 2, que é o do AERUS, e que não iríamos votar outros itens. Isso não quer dizer que nós vamos pautar a reunião ou que a Oposição vai dizer o que vai ou não ser votado. Por isso fico com pena de que o Deputado Zé Geraldo não esteja aqui. O fato é que existe um Regimento, ora! Se se quer acordo, e se esse acordo inclui o entendimento com a Oposição, nós temos que ser ouvidos. E há momentos em que a gente diz: "Olha, vamos votar esse item e não vamos votar os outros". Mas é claro que a Comissão pode dizer: "Não, vamos votar!" E, se a decisão for pela votação, a Oposição vai fazer o quê? Vai usar o Regimento, ou seja, vai entrar com requerimentos, vai pedir verificação de quórum.

A Deputada que me antecedeu e o Deputado Zé Geraldo falaram como se o quórum aqui estivesse muito tranquilo, e nós vimos que V.Exa., logo no início, teve que ter a paciência de aguardar a chegada de um Senador para que nós pudéssemos começar as coisas mais elementares da reunião, a exemplo da votação de uma inversão de pauta. E a Oposição já sabia disso, mas ficou quietinha. Não é porque a Oposição deixou de ser Oposição, não, é porque nos estamos dialogando com V.Exa. A Oposição poderia ter apresentado logo algum tipo de artifício regimental para tentar inviabilizar a reunião logo nos primeiros minutos, mas nós não o fizemos e não faremos isso, a menos que não sejamos ouvidos — e não é essa a sensação que eu tenho. A sensação que eu tenho, eu concluo...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. não fez isso, porque é justo e sabe que os aeroviários estão há nove anos lutando. Foi por isso que V.Exa. assim agiu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, Claro. Em respeito aos aeroviários, em respeito a V.Exa., que também tem esse sentimento de que deveríamos votar aquele projeto, que assim o fizemos. E o fizemos por acordo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, não queiram, colegas Deputados, culpar a Oposição se nós só votamos um projeto hoje. Nós vamos, sob a liderança de V.Exa., dialogar e buscar um entendimento. Se ele for possível. Eu acredito que a gente poderá contribuir para votações em bloco várias vezes, para as coisas fluírem rapidamente.

Se não for possível, estejam todos preparados para varar a noite aqui. Isso faz parte do jogo. Eu já varei a noite em sessões do Congresso, e vou varar a noite outras vezes. Agora, é claro, se for possível evitar isso, usar o nosso tempo para um debate mais construtivo, será bom. Quando se parte para a obstrução, às vezes eu apresento 10 requerimentos e todos se inscrevem para falar sobre aquele requerimento. E é assim, faz parte do jogo. Não é que não estejamos preocupados com o País, não, é justamente porque estamos preocupados em não permitir que façam com o País aquilo com o que não concordamos. E como nós não temos número suficiente para simplesmente derrotar a matéria na votação, usamos a obstrução. Isso é elementar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou entendendo. V.Exa. teve a palavra cinco vezes...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou só relembrando isso, e já concluo, para que não venham jogar de novo na nossa cara: *"Ah, a Oposição está obstruindo."* Ora, vamos obstruir, quando for necessário.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, S.Exa. não está aqui. Eu não sei o que nós estamos obstruindo aqui. Nós poderíamos estar encaminhando melhor os trabalhos. Eu aprecio muito a sua verve, a sua retórica, mas tem hora que temos que impor limites. V.Exa. falou três vezes.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

E eu vou encerrar esta reunião por falta de assunto. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Quero parabenizar V.Exa. por essa última iniciativa tomada em relação a fazer um acordo com os Líderes. Eu, que participo desta Comissão várias vezes, sinto que todas as vezes que a matéria vem para o plenário sem ter havido um acordo das Lideranças antes ela nada evolui.

E quero dizer para o Izalci que, agora, saindo de uma reunião da bancada do Governo, o Ministro Levy disse que fez uma autorização de liberação de emendas e

que tem um bilhão para os Restos a Pagar, uma coisa que já estava programada. Seriam 3 milhões agora para cada Deputado, novo e antigo, e mais 1 bilhão para os Restos a Pagar.

E quero dizer o seguinte: acaba de falecer o ex-Presidente desta Casa e ex-Deputado Paes de Andrade. O corpo vai ser velado aqui na Câmara dos Deputados — o traslado para cá já está sendo feito — então, eu acredito que não vai mais haver sessão nem de congresso nem de nada.

E mais: quero dizer para a Oposição que nós também temos base. E se solicitarmos a presença da base aqui, votaremos os assuntos que forem necessários. Não é só a Oposição que vai dar as cartas aqui, que vai obstruir, não. Nós temos outros partidos que também poderão fazer a diferença.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, V.Exa. está querendo encerrar os trabalhos, mas eu não usei a palavra hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Valdemar Coutinho, Presidente da FEMICRO, do Estado do Espírito Santo, e do Sr. Fabiano Silveira, Gerente da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo — ADERES, no Espírito Santo. Agradeço a presença de todos.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quero ressaltar que o andamento da reunião aconteceu da melhor maneira possível, as ponderações foram colocadas.

Quero apenas rebater um dos pontos colocados aqui pelo Deputado Zé Geraldo. S.Exa., infelizmente, mais uma vez não está aqui para que possamos discutir em parceria. Mas acredito que assim como a Oposição tem o seu papel a colocar, e as discussões são o espaço que temos para demonstrar o nosso lado em relação á história, também S.Exa. tem o direito de defender o Governo a qualquer custo, mesmo quando tenta explicar o inexplicável. Então, S.Exa. fica no direito de, como Governo, ter que defender um governo muitas vezes indefensável, e nós de fazer a nossa manifestação contrária a coisas que são aberrações nesse âmbito.

De qualquer forma, V.Exa. continua conduzindo esta Comissão com a maior maestria, e acompanho todos os seus direcionamentos porque vejo neles a maior isenção de quem quer o melhor para esta Comissão e para este País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada a V.Exa. que se apresentou a esta Comissão como um profícuo Deputado, tem sempre participado das discussões e, sobretudo, é muito interessado em debater os assuntos com muita coerência.

Eu agradeço a V.Exa. as palavras.

Está suspensa a reunião. Nós a retomaremos no dia 23 de junho, às 13 horas.

Correspondência dada como lida, em 17.06.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) MEMO/GDHS nº 06/2015, do Deputado Helder Salomão, solicitando a apreciação da Errata à LOA 2015, Ofício nº 02/2015, da COFF/CONORF.
2) Ofício n. 48/2015/CPD-P, de 1º de junho de 2015, do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Deputado Aelton Freitas, solicitando a inclusão da Comissão no anexo previsto no § 1º do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

- Expedientes encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDA pela Presidente:
1) Ofício n.º 0011/2015, subscrito pelo Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), justificando ausência no período de 13 a 18 de maio de 2015.
2) Ofício N.º 075/2015-PDSR, de 12 de maio de 2015, subscrito pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), justificando ausência no dia 13 de maio de 2015.
3) Ofício nº 139/15/GAB_222, de 13 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), justificando ausência no dia 13 de maio de 2015.
4) Ofício. N.º 39/2015 – GCH, de 18 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado César Halum (PRB/TO), justificando ausência no período de 19 a 25 de maio de 2015.
5) Ofício 021/2015, de 27 de maio de 2015, subscrito pelo Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), justificando ausência no dia 27 de maio de 2015.

- Expedientes informando declinação de relatoria de matérias:
1) Ofício GSLMAT nº 091/2015, de 20 de maio de 2015, da Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), declinando da relatoria da Medida Provisória 667/2015.
2) Ofício nº 286/2015 GSGH, de 28 de maio de 2015, da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), declinando da relatoria referente à Emenda apresentada ao projeto de decreto legislativo, referente à MSG 33/1992.

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016:
1) Ofício nº 035/2015-BLUFOR, de 12 de maio de 2015, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Hélio José para a Relatoria Setorial da Área Temática – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2) Of. n. 331/15/PSD, de 18 de maio de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Walter Ihoshi, como Relator Setorial da Área Temática – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.
3) Ofício nº 115/12 –GLPSDB, de maio de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, indicando o Senador Davi Alcolumbre para o cargo de Relator Setorial, em substituição ao Senador Paulo Bauer.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) Of. Lid PHS nº 207/2015, do Líder do PHS, Deputado Marcelo Aro, indicando o próprio nome.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- OF.TST.ASPAR.GP Nº 259, do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, apresentando sugestões de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2015, encaminhados, encaminhados pelos seguintes órgãos:
-Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, à Presidente da CMO:
Aviso Seses, de 16 de abril de 2015:
1) Aviso nº 241/2015 (Acórdão nº 837/2015): Irregularidades no âmbito de convênio firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e a Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação - Facti.

Aviso Seses, de 23 de abril de 2015:
1) Aviso nº 258/2015 (Acórdão nº 924/2015): obras realizadas na Superintendência da Companhia Brasileira de Transporte em Recife.

Aviso Seses, de 4 de maio de 2015:
1) Aviso nº 269/2015 (Acórdão nº 1027/2015): obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Aviso Seses, de 7 de maio de 2015:
1) Aviso nº 302/2015 (Acórdão nº 1090/2015): decisões sobre auditoria acerca da Execução de Contrato de Repasse o qual visava à construção de 304 unidades habitacionais no Município de Porto Velho/RO.

Aviso Seses, de 14 de maio de 2015:
1) Aviso nº 338/2015 (Acórdão nº 1152/2015): obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3 (UTE Mauá 3), sob responsabilidade da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, empresa subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras – Elerobrás, no âmbito do Fiscobras 2014, no período de 7 a 11/4/2014.
2) Aviso nº 341/2015 (Acórdão nº 1175/2015): obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3 (UTE Mauá 3), sob responsabilidade da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, empresa subsidiária

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Centrais Elétricas Brasileiras – Elerobrás, no âmbito do Fiscobras 2014, no período de 8 a 19/4/2013.

Aviso Seses, de 8 de junho de 2015:
1) Aviso nº 402/2015 (Acórdão nº 1354/2015): obras de terraplenagem, drenagem e anel viário na área do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Avisos GP/TCU, de 15 de maio de 2015:
1) Aviso nº 519/2015: atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1845-GP-TCU, de 6 de novembro de 2014, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

Avisos GP/TCU, de 19 de maio de 2015:
1) Aviso nº 522/2015: Monitoramento das deliberações do Acórdão nº 3071/2012, resultantes de levantamento de auditoria realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Avisos GP/TCU, de 03 de junho de 2015:
1) Aviso nº 613/2015: Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima.
2) Aviso nº 615/2015: Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima.

- Aviso encaminhado pelo Vice – Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, à Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU, de 29 de maio de 2015:
1) Aviso nº 579/2015 (Acórdão nº 1212/2015): obras de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí na Baixada Fluminense.

Em 01.07.2015.

SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar as matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e também há quórum para deliberação na representação do Senado.

Expediente. Conforme o decidido na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através de correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aqui a relação de correspondência interna recebida, que está à disposição de todos os senhores e senhoras — Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras — e será encaminhada por *e-mail* a todos os gabinetes.

Passo à Ordem do Dia.

O Item 1 da pauta é a apreciação do Ofício Conjunto nº 2, de 2015, de 24 de junho, que *"propõe a correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015)".*

Trata-se de errata à Lei Orçamentária Anual de 2015.

Informo que as alterações ocorridas foram correções de erros materiais verificados no autógrafo encaminhado ao Poder Executivo. Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Esta errata está em discussão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, pelo que nós combinamos, votaríamos primeiro os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Como a errata é o Item 1 da pauta, nós passaremos em seguida aos requerimentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo quem queira discutir essa errata, declaro encerrada a discussão.

Essa errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Aqueles que aprovam o recebimento dessa errata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. Aqueles que aprovam o recebimento dessa errata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - No sistema não está constando a reunião da CMO. Está constando ainda audiência pública. Acho que seria bom atualizar, porque as pessoas acompanham, nós também acompanhamos aqui, além da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, corrijam rapidamente. E se acostumem, porque agora vai funcionar toda semana.

Antes de passarmos aos itens da pauta, vamos fazer, por acordo de Lideranças, o encaminhamento de alguns itens extrapauta.

O primeiro item extrapauta é a apreciação do Requerimento nº 4, de 2015, da Comissão Mista de Orçamento, que *"solicita seja convidado o Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União — TCU, Relator do processo de prestação de contas do Governo Federal referente ao ano de 2014, para prestar maiores esclarecimentos acerca do referido processo"*.

Esse item extrapauta havia sido apresentado originalmente pelo Deputado Danilo Forte, mas também foi apresentado outro requerimento, com o mesmo teor, pelo Senador Paulo Bauer. Há também um requerimento apresentado pelo Deputado Izalci. Então, na verdade, nós estamos juntando os três requerimentos de convite ao Sr. Augusto Nardes.

Um segundo requerimento que consta aqui do Senador Paulo Bauer é de convite ao Relator do Tribunal de Contas.

O outro é o Requerimento nº 6, que *"solicita o depoimento do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, ex-Secretário do Tesouro Nacional, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados para assegurar a consecução das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como acerca da administração da política de desembolsos de recursos a cargo da STN — Secretaria do Tesouro Nacional"*.

Naturalmente, com a concordância do Senador Paulo Bauer, aqueles que quiserem também assinar conjuntamente o requerimento podem fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Isso é extrapauta, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - São todos com redação de convite, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, todos com redação de convite.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, isso não está na pauta. É extrapauta esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esse é extrapauta. Nós vamos votar primeiro a inclusão na pauta. Isso foi um acordo de Lideranças feito agora há pouco.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Certo. Eu cheguei lá agora, e a reunião estava no final. Eu gostaria que todos os membros da CMO recebessem a pauta. Como é que nós vamos acompanhar sem saber? Não deu tempo de os Líderes distribuírem para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Veja bem: a pauta da CMO está distribuída. Nós estamos inserindo alguns itens extrapauta. É extrapauta porque eles entraram depois da divulgação da pauta. Mas nós vamos solicitar que essa divulgação extrapauta seja feita rapidamente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas isso foi objeto de discussão, de acordo, um acordo construído com todas as Lideranças partidárias.

Também oi incluído extrapauta o requerimento do Deputado Izalci para convidar o Ministro de Estado da Fazenda Joaquim Levy. Também há um convite ao Secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa. Aliás, já está prevista a presença dele aqui na próxima semana. Não existe inconveniente nesse convite, uma vez que ele já estará presente aqui. Também há um convite ao ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega. São esses os requerimentos extrapauta.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Quero apenas requerer que meu nome seja incluído junto com o do Deputado Izalci, mediante sua concordância, como requerente desses três convites e convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço que seja incluído o nome do Senador Paulo Bauer como coautor do requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, nós estamos aprovando aqui o convite ao Sr. Marcelo Barbosa, mas eu queria insistir que esta Comissão recebesse, dentro do prazo legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Secretário do Tesouro Nacional. A última vez que o Secretário Arno esteve aqui, portou-se de uma forma muito prepotente e arrogante, e tive que dizer isso para ele. Hoje, nós estamos colhendo os frutos do que ele fez, da maquiagem toda que eu questionei na época. Já há 2 anos o Secretário não comparecia a esta Casa. Então, eu queria pedir a V.Exa. que, independentemente de convite, porque está previsto na Lei, nós demandássemos que ele viesse, de fato, dentro daquilo o que está previsto — bimestralmente de preferência —, para que não se acumulem tantas irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, existe a previsão de que o Secretário esteja nesta Comissão três vezes ao longo do ano. Essa é uma previsão legal. Não se estabelecem datas, mas se estabelece que ele venha três vezes durante o ano, e supomos que seja uma vez a cada quadrimestre. Como já estamos no segundo semestre e havia para amanhã a previsão de uma audiência pública, às 10 horas da manhã, com o Secretário, ele nos solicitou hoje que essa audiência fosse adiada. Mas eu quero lhe assegurar que nós não vamos permitir que seja adiada indefinidamente. Nós vamos fazê-la, com segurança, na primeira quinzena de julho, provavelmente já na semana que vem. Estou determinando à assessoria que mantenha contato com a Secretaria do Tesouro, para tentarmos confirmar. Na quarta-feira que vem, temos audiência com o Ministro da Saúde. Vamos tentar fazer na terça-feira ou na quinta-feira da semana que vem essa audiência com o Secretário Marcelo.

Temos que incluir também extrapauta...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para agilizar a votação, poderíamos já ir votando.

E, pela ordem cronológica, todas as informações têm que partir do Tribunal de Contas da União, que é o órgão auxiliar da Câmara dos Deputados para análise das

prestações de contas. Então, eu queria que fosse priorizado, na linha dos convites, o Tribunal de Contas da União, até porque a CAE — Comissão de Assuntos Econômicos do Senado já pediu isso, e podemos fazer em conjunto, sem nenhum problema com a CAE do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A ideia é que seja feito, inclusive, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que possamos fazer reunião da CMO e da CAE. Está designado aqui à nossa assessoria da Comissão que proceda dessa forma, tentando adiantar, como o primeiro desses convites, o convite ao Ministro Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas V.Exa. tem que colocar em votação os requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vou colocar em votação. É porque temos mais um extrapauta aqui ainda para incluir, e eu tenho que, primeiro, votar a inclusão na pauta, para depois votar item por item.

Temos ainda que incluir na pauta o relatório do Deputado Ricardo Teobaldo, que está aqui conosco, que apresenta o relatório preliminar com emendas ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, para abrirmos o prazo de emendamento à LDO, para tentar votar a LDO aqui no dia 14.

Temos também requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao PLN nº 3, que teve aqui acordo para votação, cujo autor é o Senador Acir Gurgacz, que já está aqui — houve o acordo também preliminar.

Apresento também o requerimento de inclusão na pauta do PLN nº 4, de 2015. Nós não vamos votar o PLN nº 4, o que nós estamos votando é um requerimento no sentido de reduzir o prazo de emendamento, que seria do dia 2 ao dia 9, para que esse emendamento possa ser feito do dia 2 até o dia 4, sendo encurtado o prazo de emendamento. Seria 2 e 3.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sei que nós já estamos em um estágio bem avançado neste debate, e eu fui designado para ser um dos Vice-Líderes do Governo aqui na Comissão de Orçamento. Eu quero, em primeiro lugar,

confessar a V.Exas. que, por uma falha nossa, nós não tivemos ainda a oportunidade de realizar uma reunião da Liderança do Governo com as Lideranças dos partidos que estão aqui, com o próprio Vice-Presidente Michel Temer, que é o responsável pela articulação política, com o Ministro Eliseu Padilha e com o nosso Senador José Pimentel.

Eu fui Presidente da Comissão de Orçamento. V.Exa. também é uma pessoa que conhece como poucos o funcionamento desta Comissão. Eu gostaria de fazer uma sugestão, Presidente, para ponderar com os Líderes dos partidos que estão aqui, da base aliada, da Oposição, Presidente, em primeiro lugar, reconhecendo aqui que há uma falha nossa nesse sentido: antes de nós votarmos esses requerimentos, não seria mais adequado que nós fizéssemos uma reunião de trabalho com o Líder do Governo, com a articulação política do Governo, até mesmo para combinarmos, discutirmos com o Governo uma relação da Comissão de Orçamento para o funcionamento da Comissão durante este ano? Esta é uma Comissão muito importante, uma Comissão que tem uma interface muito grande com o dia a dia das ações governamentais.

Eu gostaria de trazer essa reflexão para ponderar aos Srs. Líderes a possibilidade de que nós não levássemos à deliberação esses requerimentos de convite hoje e que nós tivéssemos a oportunidade de oferecer essa reunião, essa agenda, para conversar previamente com os senhores sobre o andamento das questões aqui da Comissão, Presidente. Esta é a sugestão que eu gostaria de trazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Paulo, nós temos aqui algumas obrigações, algumas tarefas a serem cumpridas, que não são tarefas nem da Oposição, nem da Situação, nem do Governo. São alguns prazos que nós temos que cumprir. Um deles é a votação do parecer preliminar à LDO, que é um extrapauta, não está na pauta, mas precisa ser incluído, para abrir o prazo regimental para emendamento, que seria do dia 7 ao dia 9. Isso tem que ser publicado no dia 10, voltar para o Relator da LDO, para tentarmos votar aqui na Comissão, no dia 14, e encaminhar, ainda no dia 14, ao Congresso Nacional, a fim de cumprirmos com a nossa obrigação de ir para o recesso com a LDO votada e de não cometermos aqueles equívocos que tivemos aqui no ano passado, em que o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento só foi aprovado em março deste ano. Isso causa um grande problema para todos, para os Parlamentares, para aqueles que vão executar o Orçamento, para o Governo. Então, esta é uma tarefa que nós temos que cumprir.

Eu chamei a reunião às 14h30min para propor a inclusão desse parecer preliminar na pauta. Era preciso que houvesse o consenso. A Oposição concordou e disse que concordaria, desde que alguns requerimentos também fossem aprovados.

Temos ainda o PLN nº 3, que está sendo incluído, e o PLN nº 4 — vamos voltar a inclusão na pauta de um requerimento para encurtar o prazo de emendamento. O PLN nº 4 está travando o pagamento de todos os restos a pagar, porque houve um equívoco na LDO deste ano — aprovamos no ano passado a LDO que está valendo este ano , que estabelece que o Governo só pode pagar os restos a pagar relativos ao ano de 2014, o que naturalmente é um equívoco, porque existem obras que estão na Lei Orçamentária de 2013, de 2012, obras que estão pela metade, obras que estão a serem iniciadas ainda, porque os Prefeitos foram fazer os seus projetos, aprovar na Caixa Econômica etc. Então, são temas importantes.

Quanto a esses requerimentos, veja bem, um deles já está previsto aqui, porque é obrigação legal do Secretário do Tesouro Nacional vir aqui. Já estava previsto, inclusive, para amanhã e pediu adiamento. Ou seja, é um requerimento que já tem a previsão legal. Foi apresentado aqui o convite — não é convocação — ao Ministro do Tribunal de Contas Augusto Nardes para que venha aqui. Este debate ele fará aqui ou fará pela mídia, pela imprensa, já está fazendo pela mídia. Alguns, inclusive, já foram chamados à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Eu estou propondo, inclusive, que façamos essa reunião em conjunto com o Senado. Se ele não vier aqui, vai fazer lá. Aqui é o fórum mais adequado para essa discussão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Adicionalmente foram incluídos alguns nomes aqui, do ex-Secretário do Tesouro Arno Augustin, que já esteve aqui, e do Ministro Joaquim Levy, que certamente virá aqui a esta Comissão.

Se não for por esta razão, por outras mais ele terá que vir aqui para o debate com os Deputados e Senadores da CMO.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que isso não invalida a reunião que eu estou propondo que façamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não. Eu quero, inclusive, propor. Eu não sou o Presidente da CMO, sou o Presidente em exercício. A Presidente da Comissão de Orçamento é a Senadora Rose de Freitas. É uma Parlamentar experiente. Sei que S.Exa. está fazendo o esforço possível para que a Comissão avance rapidamente. Foi acometida de um problema de saúde, telefonou-me e pediu que eu ocupasse a Presidência para não retardar ainda mais as providências que têm que ser tomadas em relação à LDO. Como Vice-Presidente, estando no exercício da Presidência, eu quero me colocar à disposição para promovermos esses debates, para termos essa conversa. Eu senti hoje na Oposição até um ambiente de diálogo. Eles querem dialogar, mas querem também exercer o seu papel de Oposição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. conduziu muito bem a reunião dos Líderes, e é assim que a Comissão de Orçamento funciona, fazendo reunião de Líderes, fechando pauta, fechando o assunto, votando e agilizando os procedimentos.

Já há no plenário 244 presentes. Vai já começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Daqui a pouco começamos. Vamos rapidamente aqui, então...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, agilize a votação, e, a próxima reunião, o Deputado Paulo Pimenta, com certeza, será reconhecido para discutir conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu peço a compreensão do Deputado Paulo Pimenta. Eu estou à disposição para, logo em seguida, tentarmos agendar. Precisamos, sim, da presença do Governo aqui. O Governo é parte fundamental, é essência do trabalho desta Comissão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem: a errata não foi votada ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A errata foi votada.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas não tem que ser votada primeiro na Câmara e depois no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já foi votada na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu não acompanhei, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já foi votada, está gravado nos Anais.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu queria fazer uma sugestão: os times de futebol não são tantos no campeonato paulista, no campeonato carioca e no campeonato maranhense. Todo jogador tem o seu nome lá atrás, para que o narrador possa saber de quem se trata, quem está jogando ali naquele campo. Aqui nós somos muitos também. Somos 513 Deputados Federais, 81 Senadores. Eu gostaria de sugerir a esta Comissão que fizesse placas móveis...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) – ... com os nomes dos Parlamentares. Isso é feito tradicionalmente. Peço que a partir da próxima reunião...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu, sinceramente, não sei o nome de V.Exa. V.Exa. preside uma sessão, e eu não sei eu nome. Amanhã, um repórter pode me perguntar quem estava presidindo a sessão, e eu não sei quem estava presidindo a sessão. Sinceramente, é uma falha muito grande. Eu queria registrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vai ser atendido.

Eu sou o Deputado Jaime Martins, do PSD de Minas Gerais, já no sexto mandato aqui nesta Casa.

Eu queria colocar em votação a inclusão na pauta desses itens que nós já discutimos aqui.

Há mais um requerimento extrapauta para convocar o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central do Brasil a prestarem esclarecimentos sobre a venda de dólares. Ficou combinado de esse requerimento entrar na semana que vem. Esse acordo...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O acordo é para ser convite.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Convite. Mas esse não vai entrar extrapauta, vai entrar na semana que vem. Vão entrar extrapauta aqueles que nós já relatamos aqui.

Coloco em votação a inclusão na pauta dos itens já mencionados.

Em discussão na representação da Câmara dos Deputados.

Para aqueles que queiram discutir, está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo inscritos, coloco em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em discussão na representação do Senado Federal a inclusão extrapauta dos itens já mencionados. *(Pausa.)*

Não havendo inscritos, passamos à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Uma vez incluídos na pauta, o acordo foi que começássemos pelos requerimentos.

Requerimento assinado pelo Senador Paulo Bauer, pelo Deputado Izalci e pelo Deputado Danilo Forte de convite às seguintes autoridades, tentando fazê-lo em ordem cronológica: Ministro do Tribunal de Contas da União, tentando que seja feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; Ministro Relator Augusto Nardes; ex-Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho; Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy; e Secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa, cuja presença aqui já está prevista para a próxima semana. Há também convite ao ex-Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega.

Coloco em discussão esse requerimento.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, só uma dúvida.

O requerimento para convite ao Ministro Joaquim Levy não ficou para aprovarmos na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, não. Está equivocado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que ficou para a próxima semana é o Banco Central e o Banco do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O que ficou para a próxima semana é o tema dos dólares falsos do Banco do Brasil e se seria convidado o Joaquim Levy para esse tema.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Da Fazenda também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Houve uma avaliação de que seria o Presidente do Banco Central, o Presidente do Banco do Brasil ou o Ministro Joaquim Levy. Isso ficou para a semana que vem.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas V.Exa. já está colocando em pauta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas para discussão das questões relativas a superávit, contas do Tesouro e ajuste fiscal. O Joaquim Levy será chamado para discutir esses temas.

O tema dólares falsos ficou para a semana que vem, se ele virá numa segunda vez... De repente, ele pode na vinda esclarecer questões relativas ao Banco do Brasil.

Não é isso?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passo à votação.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Senadores que concordam com os presentes requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos de convite às autoridades aqui já mencionadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos ao item seguinte da pauta, cujo requerimento já foi incluído extrapauta, que é o parecer preliminar à LDO, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo, a quem passo a palavra para proferir o parecer.

Teremos ainda na pauta de hoje os dois relatórios do Senador Valdir Raupp, relativos aos itens 4 e 5 da pauta.

Com a palavra o Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, conforme deliberado em reunião no Colégio de Líderes, foi acordada a votação do parecer preliminar com emendas.

Peço licença para fazer a leitura das partes mais relevantes para acolhimento das emendas. Foram 16 emendas, 14 rejeitadas e 2 acatadas parcialmente.

"Para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela Relatoria, em decorrência da aprovação de emendas:

a) até 3 ações que beneficiem o Estado ou o Distrito Federal, propostas por emendas de bancada estadual, ou, supletivamente, por emenda individual de membros da respectiva bancada;

b) até 3 ações de interesse nacional, por comissão permanente indicada no item 2.3 que apresentar emenda;

c) até 10 ações de interesse nacional, propostas por autores individuais, considerando seu mérito e maior frequência.

As emendas serão acolhidas conforme o mérito e a pertinência com a matéria financeira e orçamentária.

Serão rejeitadas as emendas incompatíveis com os parâmetros e projeções inerentes ao projeto, salvo quando justificadamente se destinarem a alterar tais parâmetros.

As emendas poderão sofrer ajustes pela Relatoria para adequá-las às normas legais e regimentais vigentes, respeitando o objeto proposto.

As emendas coletivas terão acolhimento prioritário.

As emendas individuais de que trata o item 2.4, 'a', parte final, somente serão acolhidas caso o limite para emendas de bancada não seja atingido, tendo por base a maior frequência e seu mérito.

Nenhum congressista poderá apresentar mais de três emendas para a mesma ação orçamentária.

Ao presente relatório preliminar foram apresentadas 16 emendas.

Não obstante o seu mérito, por uma questão de regimentalidade e de boa técnica legislativa e orçamentária, estamos votando pela aprovação parcial das emendas nºs 11 e 16 e pela rejeição das demais.

Em face do exposto, somos pela aprovação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 na forma ora apresentada".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão o parecer preliminar apresentado pelo Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, agora é que foram distribuídas as cópias do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, porque, na verdade, como foi votado extrapauta...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Como é que nós vamos discutir um assunto do qual estamos tomando conhecimento agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Há tempo ainda para discutirmos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Esse é o relatório preliminar. Temos até sexta-feira para V.Exa. ler e fazer as suas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, eu quero apenas esclarecer o seguinte: o relatório está na Internet desde o dia 18 de junho. Portanto, há mais de 15 dias foi divulgado na Internet e remetido aos gabinetes. Foi distribuído aqui fisicamente porque...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vamos falar do prazo que acordamos para as emendas. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não. Para a LDO não existe acordo de prazo. É o prazo regimental de 7 a 9, porque, como é um assunto que pode ter mais discussão e polêmica, a partir de amanhã, votando hoje e publicando, abre-se prazo de emendamento do dia 2 ao dia 9.

No dia 10, publicamos as emendas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Dia 9 até 18 horas?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, até o fim da sessão desse dia.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Vamos colocar em votação, porque a Ordem do Dia está prestes a começar, para não perdermos esse prazo de emendas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria apenas solicitar que o Relator fizesse um pequeno resumo do que estamos votando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele acabou de ler o relatório e tentou fazer um resumo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas ele não explicou. Ele não explicou. Ele aprovou 3 emendas. Ele acatou, aliás, 3 emendas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Duas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Queria saber por que essas emendas estão sendo acatadas, e as outras, rejeitadas. Só isso. Simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Teobaldo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sr. Presidente, faremos a abertura do anexo. Foi aberto o anexo. Serão 3 emendas para cada Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Cada Deputado terá o direito de apresentar até 3 emendas para serem acatadas. Não é isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - É isso.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não. Das emendas apresentadas ao relatório preliminar, que eram 16 emendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Foram 16 emendas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Duas emendas foram acatadas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Duas emendas foram acatadas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Só quero saber o resumo disso. Por que 2 emendas foram acatadas, mas as outras não? Simplesmente isso

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. quer saber sobre as 2 emendas acatadas, qual o teor delas. Qual a justificativa para o acatamento somente delas e não das outras.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - As duas emendas foram acatadas.

Uma emenda, do Deputado João Arruda, exclui o Item 2.1, para permitir a inclusão de despesas discricionárias, descritas no Anexo III, despesas ressalvadas de contingenciamento.

A simples exclusão do referido item retira resquício essencial para inclusão de despesa obrigatória, mediante a indicação da fonte legal, que determina a obrigatoriedade de despesa, texto ajustado para permitir a construção de anexos, também com despesas discricionárias. Essa foi uma emenda acatada.

Outra emenda, do Deputado Izalci, idêntica, pretende suprimir o Item 2.1, para permitir emendas de despesas discricionárias ao anexo, despesas ressalvadas do contingenciamento.[

As 2 emendas das 16 emendas foram acatadas. As demais 14 emendas não foram acatadas, foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo mais Deputados inscritos para discutir o relatório preliminar, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório preliminar permaneçam como se encontram*. (Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à discussão no Senado Federal. Não havendo Senadores inscritos para a discussão, declaro encerrada a discussão e passo à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório preliminar permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item seguinte e extrapauta incluído.

Anunciarei primeiro o PLN nº 4. Trata-se de acordo. Estamos votando aqui um requerimento para reduzir o prazo de emendamento, no sentido de abreviarmos essa aprovação. É exatamente o PLN que se refere aos Restos a Pagar.

E, uma vez que não temos Relator designado, vou designar o Deputado Lázaro Botelho, que está na minha frente, para relatar o PLN nº 4, com o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

compromisso de V.Exa. pegar essas emendas na sexta-feira e nos devolver o relatório na segunda-feira, para que entrar na pauta de terça-feira.

Solicitamos isso, Sr. Deputado, a fim de que possamos entregá-lo ao Presidente do Congresso, cumprida a nossa obrigação, para que S.Exa. possa pautar na primeira reunião do Congresso a ser marcada.

Portanto, estamos submetendo à discussão e à votação o PLN nº 4. A redução do prazo regimental para apresentação de emendas se iniciará amanhã. Teremos os dias 2 e 3 para apresentação das emendas. Aqueles se interessarem por isso terão até o dia 13, até as 18 horas.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente, tenho uma programação de viagem agora. Esse tempo é insuficiente para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Há um Deputado se apresentando aqui. Mas estou pronto para as próximas.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, sou Nilto Tatto, do PT de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. pode relatar a matéria com essa brevidade?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, está designado o Deputado Nilto Tatto Relator desta matéria, para que possamos ter esse relatório já publicado até terça-feira, a fim de que podermos votá-lo.

Portanto, votado o acordo para o PLN nº 4.

Temos agora o PLN nº 3, cujo Relator é o Senador Acir Gurgacz, a quem passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, “a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 131, de 05 de maio de 2015, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 003, de 2015 - CN, que altera o Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. (...)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Anexo V das leis orçamentárias contém autorizações específicas sobre as despesas de pessoal ativo e inativo. O PLN nº 3, de 2015, pretende alterar o Anexo V da Lei Orçamentária para 2015, no item II, que trata de alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração, com o objetivo de incluir a Regulamentação da Gratificação de Presença, de que trata a Lei nº 5.708, de 1971, aos conselheiros representantes dos contribuintes, no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda — CARF/MF.

O valor apresentado no projeto para cobertura das despesas com a gratificação dos conselheiros é de R$ 5.662.640,00 (cinco milhões seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e quarenta reais). O PLN nº 3 inclui essa despesa num novo subitem, 5.1.6 do Anexo e reduz no mesmo montante o total de despesa do item 5.1.1, Regulamentação de Gratificação de Qualificação, do item II, Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração, do Anexo V da Lei Orçamentária Anual.

O Poder Executivo, em sua Exposição de Motivos nº 00055/2015/MP, esclarece que a alteração do Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015, LOA-2015, destina-se a dar cumprimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2015, (...) o qual estabelece, entre outros, que as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ficam autorizadas até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2015 e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, ainda de acordo com a aludida exposição de motivos, a proposta não implicará acréscimos sobre as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas totais com pessoal e encargos sociais, de 2015, tendo em vista que o impacto orçamentário decorrente do pagamento da referida gratificação será suprido pela redução parcial do limite financeiro relativo ao subitem II.5.1.1, do Anexo V da LOA 2015, conforme já descrito acima.

Ao presente projeto de lei foi apresentada a Emenda nº 1, que inclui no item ‘I.5.1 - Criação e/ou Provimentos de Cargos, Empregos e Funções, bem como

Admissão ou Contratação de Pessoal, a qualquer Título, exceto Reposições', da seguinte forma:

a) Inclusão do item I.5.1.8, relativo a provimentos de 715 cargos para o Banco Central do Brasil; e

b) Inclusão do item I.5.1.9, relativo a provimento de 272 cargos para a Receita Federal do Brasil.

É o relatório."

A análise, Sr. Presidente.

"Compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais, nos termos do art. 166, §1º, I, da CF/88 e dos arts. 2º, I, e 106 da Resolução nº 1/2006-CN.

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o disposto no art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF, tendo em vista que a Exposição de Motivos informou o impacto orçamentário da referida proposta em R$5,7 milhões, conforme já comentado acima.

A fonte de financiamento indicada no PLN em tela é compatível com o estabelecido no § 1º, inciso I, do art. 16 da citada Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que foram utilizados recursos oriundos de remanejamento de limites dentro de um mesmo item do Anexo V e que o limite reduzido parcialmente não será integralmente utilizado, haja vista que a regulamentação dessas gratificações, previstas para o início do exercício, ainda não ocorreu, conforme é explicado na Exposição de Motivos do PL em questão.

Ademais, o projeto está de acordo com as demais disposições da LDO 2015, em especial aquelas relativas ao art. 93, uma vez que o Decreto nº 8.441, de 2015, que estabeleceu a remuneração dos Conselheiros do CARF é ato infralegal, que independe de tramitação do ato no âmbito do Congresso Nacional, portanto, dissociado da exigência de prazo contida no § 1º do art. 93 da LDO 2015. Note-se que as gratificações ou quaisquer benefícios remuneratórios classificáveis como pessoal e encargos sociais, criados por leis no próprio exercício em que foram autorizados, poderiam ter suas regulamentações (ato infralegal) expedidas no

próprio exercício, pois a Lei Orçamentária Anual já estaria contemplada com autorização em seu anexo específico e correspondentes recursos orçamentários.

O presente projeto não implicará alteração do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 12.593/2012, pois se refere a ações que já estão contempladas em programas constantes do PPA, ou seja, programas do tipo Gestão e Manutenção.

Por fim, deve-se mencionar o inegável mérito da proposição, uma vez que a proposta visa à melhoria estrutural do CARF/MF, ao aumento da eficiência e da transparência nos julgamentos dos processos administrativos fiscais e encontra paralelo no âmbito das administrações públicas federal, estadual e municipal. A remuneração constante do PLN 003/2015 tem como desdobramento a profissionalização da atividade de julgamento e a aplicação das restrições ao exercício da advocacia de que trata a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Como exemplo de reestruturação, também podemos citar a reformulação do Regimento Interno do CARF, em 9 de junho de 2015, por meio da Portaria nº 343. As turmas ordinárias contarão com 120 conselheiros, e a Câmara Superior, com mais 24, totalizando 144 conselheiros, frente aos 216 do Regimento anterior. De acordo com o Decreto nº 8.442, de 2015, a remuneração mensal dos conselheiros é de no máximo o equivalente ao grupo Direção e Assessoramento Superior — DAS 5, ou seja, R$11.235,00 (onze mil, duzentos e trinta e cinco reais), conforme a Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012.

Quanto à Emenda nº 1 ao PLN 003/2015, sem duvidar do mérito das demandas das referidas carreiras, o parecer é pela rejeição, tendo em vista que fere a prerrogativa do Poder Executivo em dispor sobre o provimento de cargos e funções em seu âmbito de atuação e viola o princípio da independência dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal. Observe-se que um dos princípios que norteiam a elaboração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual é o de não se discriminar os órgãos/entidades a serem contemplados no item objeto da emenda em comento, dando maior flexibilidade à administração pública federal (Poder Executivo) em proceder à gestão de seus recursos humanos, de acordo com suas prioridades e necessidades.

3 - Voto

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa, além de seu inegável mérito, uma vez que visa cumprir determinação judicial, não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 003, de 2015 - CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela rejeição da Emenda nº 1".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Coloco o parecer em discussão, lembrando que temos aqui um destaque para votação em separado, assinado pelos Deputados Izalci e Domingos Sávio, sobre a Emenda nº 1, que foi rejeitada. Ou seja, ressalvado o destaque, nós estamos discutindo o PLN 3.

Não havendo Deputados inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Passo à votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado, naturalmente, o destaque.

Os Deputados que concordam com o parecer ao PLN 3 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à representação do Senado Federal.

Não havendo Senadores inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Passo à votação, ressalvado o destaque.

Os Senadores que concordam com o parecer lido pelo Senador Acir permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora à votação do destaque da emenda que fora rejeitada.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para ver se fazemos um acordo com o Senador Acir, pela aprovação ou pela rejeição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria muito da atenção dos Parlamentares, porque este destaque é de suma importância.

Em primeiro lugar, quem acompanhou o Presidente do Banco Central aqui, ainda neste exercício, verificou que uma das coisas que ele assumiu foi exatamente a convocação dos concursados do Banco Central e depois de outros órgãos, quando esteve nesta Casa o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por quê? Porque o Banco Central está muito carente de pessoal, o que o impede, inclusive, de fazer uma boa fiscalização, haja vista o requerimento que nós vamos votar na próxima sessão, que é fruto exatamente da falta de pessoal para fiscalizar os bancos, em especial, nesse caso, o Banco do Brasil, que teve alguns problemas. Então, é imperiosa a convocação desses servidores.

Nós não estamos aumentando ou criando despesa, nada disso! O que nós estamos fazendo aqui é restituir o que esta Casa já aprovou. Já foi aprovada na LOA a convocação dos concursados para esses cargos. Está aqui: foi aprovada a contratação de concursados para provimento de 715 cargos no Banco Central e 272 na Receita Federal. Isso não envolve aumento de despesa. Trata-se simplesmente de restituir o texto aprovado na LOA, na peça orçamentária de 2015, da qual o Senador Romero Jucá foi, inclusive, Relator.

Então, não há nenhum impedimento para isso, muito pelo contrário. Essa medida é muito mais meritória do que, propriamente, essa gratificação. Temos acompanhado o que tem acontecido no Conselho. Também acho importante a gratificação, mas é imperioso que possamos autorizar o Banco Central a chamar os 715 servidores e a Receita a chamar os 272. Isso não envolve acréscimo de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para que ele faça o seu relato sobre o destaque.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, nós não somos contra, em hipótese alguma, atender aos funcionários, mas o PLN não é instrumento para alterar o Anexo V da LOA. Tem que haver um PLN específico para fazer essa alteração. É prerrogativa do Executivo aumentar cargos. Nós estaríamos aumentando cargos. Então, nós não podemos aceitar isso. Gostaríamos de aceitar, mas é uma prerrogativa do Executivo.

Nós entendemos que não podemos aceitar esta emenda. Por isso, peço que não concordem com ela, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, deixe-me fazer só mais um esclarecimento.

Na prática, é muito comum nesta Casa os Parlamentares apresentarem aumento de despesa, criando novas condições. Esse não é o caso. Está muito claro na emenda que isso aqui é autorizativo. Já está aprovado. O recurso já está lá. Nós não estamos criando despesa nova. Então, não é inconstitucional como foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passo à discussão.

Com a palavra Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria só um esclarecimento, porque eu não estou entendendo bem. Nós temos uma LOA que tinha uma determinação com relação à contratação dos concursados — um. Dois: nós temos um PLN agora que cria novos cargos e desconhece a contratação dos concursados?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Senador, por gentileza, esclareça o Deputado sobre... Parece-me que não se trata de criação de novos cargos; parece-me que se trata de mudança de remuneração.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós estamos tratando da reorganização interna do Ministério da Fazenda. Não estamos criando cargos aqui. Estamos redimensionando o recurso da própria Fazenda, sem a criação de cargos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas há algum desconhecimento com relação à ordem do concurso ou não? Porque isso é inconstitucional.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os cargos já estavam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, o que o Deputado Izalci está querendo é a convocação de 250 funcionários do Banco Central que já estão concursados, e é prerrogativa do Banco Central convocá-los ou não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas ninguém pode obrigá-lo, se não houver uma demanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em função de restrição orçamentária, o Banco Central não está convocando. É isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas ninguém pode obrigá-lo a convocar, se não houver a demanda. E a demanda tem que partir do Executivo. Está certo o voto do Senador.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Existe a necessidade, inclusive o próprio Presidente do Banco Central fez essa solicitação. Existe um movimento nacional em defesa desses concursados. Eu acho que é pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esses concursados estão em movimento na Internet, procurando os gabinetes, conversando para serem chamados. Foi feito o concurso. Não foram chamados por questões, imagino, de restrição orçamentária.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Na ocasião da vinda do Dr. Tombini à Comissão, nós, na Presidência...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Danilo Forte, esta medida não está obrigando a chamar. Ela só autoriza o banco a, se precisar, convocar. Já está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Isso.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O PLN 3, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Lelo, por favor, vamos seguir a ordem de inscrição. O Deputado Hildo Rocha solicitou a palavra primeiro.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, de fato, os gabinetes têm recebido concursados não só do Banco Central, mas também da Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal realizou um concurso, e não foram chamadas aquelas pessoas que passaram. Eu já recebi vários *e-mails* com relação a isso.

Mas eu gostaria de frisar que o que o Deputado Izalci está propondo aqui não é criação de cargos, porque os cargos já foram criados. É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já foram criados, já foi realizado o concurso. Não está criando cargos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Já há concursados. Terceiro: consta na Lei Orçamentária de 2015. Então, o que ele está querendo não é obrigar, mas dar poder ao Banco Central, que não tem autonomia ainda, por isso que nós devíamos dar autonomia ao Banco Central, de chamar esses concursados à medida que há necessidade para a instituição ter pleno êxito no seu funcionamento. Foi isso que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas, veja bem, o Banco Central já tem essa possibilidade. Ele não precisa de autorização nossa para convocar os concursados.

Eu apenas quero, rapidamente... Daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia no plenário, e nós ainda temos dois itens do Senador Valdir Raupp, que está precisando sair. Queria apenas abreviar a discussão.

Deputado Lelo Coimbra, vou passar-lhe a palavra, mas a discussão deve se restringir ao autor do requerimento e ao Relator.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Serei breve, Presidente. Primeiro, se há uma fila de concursados, e o órgão precisa deles, cabe a ele decidir em que tempo, dentro do prazo de validade do concurso, prorrogável ou não, chamar. Essa é a primeira coisa. E à parte disso, na questão processual, queria dizer ao Senador Acir Gurgacz que ao Legislativo não cabe versar sobre matéria tributária, financeira e de pessoal por iniciativa própria, mas cabe fazê-lo em processo enviado pelo Executivo. Aí não é proibitivo. Não tem vício de iniciativa. Só a título de esclarecimento do ponto de vista legal. É uma questão diferenciada da avalição do vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Com a palavra Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Muito obrigado, Deputado, pela sua colocação, mas esse PLN é específico para tratar do Ministério da Fazenda. Não trata nem do Banco Central, nem da Caixa Econômica Federal. Ele é específico para o Ministério da Fazenda. Nós não podemos mudá-lo e incluir aqui Caixa Econômica

Federal, Banco Central. Não podemos incluir nada que não seja especificamente do Ministério da Fazenda. É só para esclarecer, Sr. Presidente. Não podemos incluir outra questão, Sr. Presidente.

Essa é a posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passamos, então, à votação do destaque, com voto do Relator pela rejeição.

Coloco em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o voto do Relator sobre o destaque.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está em discussão o voto do Relator. O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

Então, estamos colocando em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O PT vota favoravelmente ao voto do Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB também vota favoravelmente ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exas. querem fazer também?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - O Partido Progressista também vota favoravelmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PSDB, obviamente, manifesta-se pela aprovação, porque é uma coisa justa, não é inconstitucional. É repor o que está num texto já aprovado por esta Casa. Já foi aprovado aqui. Nós estamos retirando algo que nós já aprovamos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos ressalvar o voto do PSDB do Deputado Izalci, contrário ao voto do Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PSDB vota contra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - O PSB também vota de acordo com a emenda do Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ressalvado também o voto contrário do PSB.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas também acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Democratas também tem voto contrário ao Relator.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o PTB vota de acordo com o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O PTB está de acordo com o Relator.

Então, coloco em votação, aqui na Câmara dos Deputados, o voto do Relator.

O Srs. Deputados que concordam, ressalvados os votos contrários que já foram aqui nominados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o voto do Relator na Câmara dos Deputados.

Coloco em votação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O destaque, como foi rejeitado, não vai ao Senado.

Para verificação do quórum, V.Exa. precisa do apoiamento mínimo regimental.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas apoia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para este destaque, não. Havia acordo para colocá-lo na pauta. É uma coisa tão óbvia que eu achei que não ia haver nem resistência. Agora estão votando não pelo mérito, estão votando por ser da base ou não ser da base. Isso não existe.

Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. precisa do apoiamento.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Deputado Izalci, no mérito, nós concordamos. Mas o Relator foi muito claro em relação à impossibilidade de inclusão neste parecer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Izalci, a LOA é independente do PLN, a LOA é independente do PLN. É específica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu preciso que constem aqui os apoiadores, se é que há mais apoiamento para a verificação de votos.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu vou acompanhar a verificação também, pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos outros itens da pauta que estavam acordados, como o relatório do Senador Valdir Raupp. Se a sessão cair, não vamos ter como votar o relatório dele.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu acho que, se quiser derrubar a sessão, tudo bem. Mas a gente podia não derrubar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É, eu gostaria que não a derrubássemos, porque nós temos outros pontos importantes para votar, e esse tema pode ser objeto de discussão.

Nós hoje já fizemos aqui a convocação do Ministro da Fazenda, do Secretário do Tesouro, do Presidente do Banco Central. Tudo isso pode ser discutido. É, na verdade, uma prerrogativa do Banco Central convocar ou não os seus concursados.

Nós não temos aqui que fazer uma autorização. O destaque é meramente autorizativo. Quer dizer, nós estamos autorizando o que já está autorizado. Não haveria necessidade de derrubar a sessão.

Deputado Izalci, não apareceram os outros que pediram... Eu não posso acatar o seu pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o acordo que nós fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Era de colocar na pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...era de colocar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas esse destaque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havia acordo para votar o destaque, acordo de que seria aprovado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o mérito é tão óbvio que eu entendi que não haveria problema. Então, como nem sempre o óbvio é reconhecido, tenho que pedir verificação. Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, V.Exa. pediu, mas não tem o apoiamento necessário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tenho apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Democratas, Solidariedade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É preciso constar o nome. Quem são os apoiadores?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Democratas, PSB, PSDB.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu preciso do nome dos Parlamentares para constar na gravação, para poder derrubar a sessão. Eu preciso do nome dos Parlamentares que estão aprovando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, é só verificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não pode ser genérico, tem que ser específico.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, sejamos específicos: Deputado Izalci, representando o PSDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Deputado João Fernando Coutinho, do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Democratas também?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Deputado Elmar Nascimento, do Democratas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Se algum for Líder, conta como bancada. Se algum for Líder, conta como bancada.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu sou o Líder da representação do PSB aqui na Comissão e venho representar a nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Bom, quero apenas esclarecer que nós temos aqui um pedido de verificação feito pelo Deputado Izalci, do PSDB, com apoiamento do Deputado João Fernando Coutinho, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Deputado Elmar Nascimento e do

Deputado Raimundo Gomes de Matos. Portanto, o pedido de verificação está concedido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas, se algum for Líder, conta como bancada. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, mas nem precisa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nenhum é Líder?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Já há o apoiamento de cinco Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É, nem precisa. Já estão aqui os cinco Parlamentares.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Regimentalmente, já é concedido o pedido de verificação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Como é, Deputado? Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Regimentalmente, já há o apoiamento de cinco Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, automaticamente é concedida a verificação, independentemente de blocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. Independentemente de bloco, há o apoiamento, e nós vamos fazer a verificação.

Eu vou solicitar ao Senador Valdir Raupp que faça, por gentileza, a chamada dos representantes da Câmara dos Deputados, para ver se nós temos o número regimental na Câmara.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A Comissão de Orçamento estava sem orçamento para fazer a informatização das votações?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Houve solicitação de verificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Segundo o Deputado Hildo, nem placa nós temos! Nós precisamos ir ao DETRAN primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vou pedir à consultoria que tenhamos um sistema mais ágil de verificação de votação, bem como uma plaquinha para todos os Parlamentares, para facilitar, uma vez que temos Deputados, Senadores. A Casa é muito ampla. Somos quase 600 Parlamentares — 594. Então, nós temos que facilitar aqui, até porque temos alterações.

Senador Raupp, por gentileza, faça a chamada.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Henrique Gaguim. *(Pausa.)*

Deputado César Halum. *(Pausa.)*

Deputado Genecias Noronha. *(Pausa.)*

Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Presente!

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota “sim” ou “não”?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vota pelo destaque.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vota “sim”, com o Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, é com o destaque. Ele fez a votação antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, o voto “sim” é voto com o Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então é “não”. Ele falou “não”, pelo menos, na outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele falou “sim”.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque ele estava equivocado!

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado João Arruda. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos votando o voto do Relator.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado João Arruda. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, eu estou falando em relação ao destaque. O que nós estamos votando é o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Desculpe-me. Permitam-me fazer uma correção aqui: nós estamos votando, na verdade, o destaque. Quem vota “sim”, vota “sim” ao destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, está ótimo. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem vota "não" está rejeitando o destaque. Quem vota "sim" está aprovando o destaque.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Voto "não".

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "não".

Deputado João Arruda. *(Pausa.)*

(Não identificado) - O voto "sim" é ao destaque!

O SR. DEPUTADO IZALCI - "Sim" é ao destaque!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O "sim" é ao destaque! Está votando "sim".

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso. Vota "não" ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem vota apoiando o destaque vota "sim". Então, vota "sim" ao destaque. O.k.?

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado João Arruda. *(Pausa.)*

Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem vota "sim" apoia o destaque. Quem vota "não" acompanha o Relator.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Marcelo Aro. *(Pausa.)*

Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Voto "não" ao destaque.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Ricardo Teobaldo. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Lázaro Botelho. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pediria que todos votassem ao microfone, porque nós estamos gravando a sessão.

Deputado Lázaro Botelho, como vota V.Exa.?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vota "não". Por gentileza, falem ao microfone, porque nós estamos gravando a sessão.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Ricardo Barros está ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Obstrução, Sr. Presidente. O Democratas está em obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É incoerente o destaque em relação ao texto. Então, eu voto "não".

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "não".

Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Expedito Netto.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Jhonatan de Jesus. *(Pausa.)*

Deputado Kaio Maniçoba. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)*

Deputado Washington Reis. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão. *(Pausa.)*

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Voto com o Relator.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "sim".

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - "Não".

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "não".

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Voto com o Relator.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "não".

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB:

Deputado João Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Não" ao relatório.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - O Deputado Nilto Tatto vota "não".

O Deputado Paulo Pimenta está ausente.

Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Wadson Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado Wellington Roberto. *(Pausa.)*

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

Deputado Jaime Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Voto "não".

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Vota "não".

Deputado Walter Ihoshi. *(Pausa.)*

Suplentes desse bloco:

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Deputado José Airton Cirilo. *(Pausa.)*

Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - "Não". Voto "não" ao destaque.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - O Deputado Leo de Brito vota "não".

Deputado Orlando Silva. *(Pausa.)*

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Weliton Prado. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Bloco PSDB/PSB/PPS/PV:

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Giuseppe Vecci. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Hissa Abrahão. *(Pausa.)*

Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Obstrução.

Deputado Samuel Moreira. *(Pausa.)*

Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Voto "não", acompanhando o Relator do meu partido, o Senador Acir.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - A Deputada Flávia Morais vota "não".

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado César Messias. *(Pausa.)*

Deputado Leopoldo Meyer. *(Pausa.)*

Deputado Evair de Melo. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Obstrução.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu quero alertar que quem pediu verificação não pode entrar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exa. tem que votar. Se V.Exa. estiver ausente, não pode pedir verificação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou em obstrução, não estou ausente. Nós estamos em obstrução.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Seu voto conta para a presença. Obstrução conta como voto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, obstrução conta como presença.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Deputado Cabo Daciolo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu, Deputado Zé Geraldo, da bancada do Partido dos Trabalhadores, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Zé Geraldo vota com o Relator. Vota "não"?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Zé Geraldo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Gostaria que fosse feita a contagem. Deputado Izalci, o art. 293, inciso X, do Regimento do Senado, diz:

> "Art. 293.....
>
> *X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.*"

Então, V.Exa. precisa votar "sim" ou "não".

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Desistiu já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A orientação é que se vote "sim" ou "não".

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu voto "não". Voto "sim" ao destaque. Voto "não" ao relatório e "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vota "sim" ao destaque. Então, conta-se o voto do Deputado Izalci.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - O Deputado Izalci vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu queria que fosse feita a contagem para saber se nós temos quórum na Câmara.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu só queria entender um pouquinho o procedimento. Desculpe-me. Nós estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos na votação do PLN 3.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, mas nós estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Foi aprovado já o texto do Relator, ressalvado o destaque. Existe o destaque do Deputado Izalci. Na votação do destaque do Deputado Izalci, houve parecer do Relator pela rejeição. Não concordando com o parecer pela rejeição, o Deputado Izalci fez um pedido de

verificação de quórum. Só que, para pedir verificação de quórum, ele necessariamente tem que votar, porque, se ele não votar... Os Parlamentares que constam aqui da lista do pedido de verificação, na verdade, deveriam votar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está entendido. Todos os Parlamentares, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Regimentalmente, segundo me informa a consultoria, os Deputados que pedem a verificação precisam votar. Senão, seria como se eles não estivessem aqui. Outros Deputados do partido podem se abster.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Inclusive os que apoiaram, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Inclusive os que apoiaram, porque a verificação é pedida por um Parlamentar, mas tem que haver o apoiamento dos demais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos dar uma olhadinha nesse Regimento direito, porque eu acho que estão forçando muito a barra para isso. Precisamos de mais convicção. Está muito hesitante essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu só estou seguindo a letra do Regimento do Senado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, para elucidar, dê-me o dispositivo do Regimento. Leia o dispositivo do Regimento, aí fica tranquilo, não fica essa interpretação dúbia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já citei aqui o art. 293 do Regimento do Senado, inciso X. Inclusive eu já li o texto aqui, que diz:

> "Art. 293.....
>
> *X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes" — portanto, está no plural — "não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.*"

Portanto, os Parlamentares...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, obstrução, então, não se considera voto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obstrução não se considera voto, porque está ausente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ausente, não. Obstrução não é ausência.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Onde o Regimento afirma que obstrução é ausência?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Deputado Izalci pediu uma verificação de votação ou uma verificação de presença?

(Não identificado) - De votação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Verificação de...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele não pediu verificação de presença...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Verificação de votação, que corresponde a uma verificação de presença.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Os Deputados que quiserem obstruir, podem se retirar da sessão.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - É verificação de posicionamento do Deputado quanto à matéria. O Deputado não quer se manifestar, ele está obstruindo. Ele não quer se manifestar, não quer afirmar o “sim” ou o “não”.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta. Quantos Deputados votaram “sim” e quantos Deputados votaram “não”? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu queria fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado João Fernando.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Quantos Deputados votaram “sim” e quantos Deputados votaram “não”? Essa é a contabilidade para ver se temos aqui 17 Deputados que votaram “sim” ou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois é, exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Se nós tivermos 17, eventualmente, o processo de votação segue; se não...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos 10 Deputados que votaram "não" e 2 Deputados que votaram "sim", são 12 Deputados.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Questão de ordem, Presidente. No Plenário não tem sido esse o entendimento do Presidente.

(Não identificado) - Quanto à obstrução, não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ele tem entendido que a obstrução seja registrada, porque ele tem considerado presença e falta na obstrução no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Considera quórum. É, a presença dos Deputados que pediram a verificação tem de constar. Tem que constar a presença...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A obstrução é considerada no quórum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...dos quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não considera para efeito de quórum.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não vota.

(Não identificado) - A obstrução não é considerada?

(Não identificado) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O que nós queremos dizer é o seguinte: é possível ter alternativa regimental de a pessoa se abster. A pessoa pode votar "abstenção", pode estar presente e se abster.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Aí contabiliza para efeito de quórum, mas no caso de obstrução não contabiliza.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - A abstenção contabiliza para efeito de quórum; a obstrução não contabiliza.

(Não identificado) - Obstrução não contabiliza.

(Não identificado) - Na obstrução, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É claro que se pode fazer obstrução, é claro que os Parlamentares têm essa prerrogativa, só que aí não consta a presença. Não estando presente, não cabe verificação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, na votação, não. Agora independentemente disso, Presidente, nós temos aqui 16 Deputados. Não há quórum. Então, não pode dar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos o número de dois votos “sim”, dez votos “não”...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum. Morreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...e quatro abstenções, se é que vão permanecer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, obstruções. São obstruções, não abstenções.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente, a obstrução hoje aceita no Plenário é aquele voto como obstrução.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obstrução é presença.

(Não identificado) - Não estamos votando, Deputado.

(Não identificado) - Nós estamos em obstrução, não estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Consta a presença.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obstrução é presença.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Deputado Lázaro, nós estamos aqui. Quem pediu obstrução permanece no Plenário.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem como prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, não adianta avançar porque não há quórum. A sessão vai cair. Nós estamos numa discussão... Mesmo contando os quatro, não há quórum.

(Não identificado) - É, não há quórum.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vai constar o quórum.

Antes de encerrar, eu só quero passar...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Se fosse ver a representação no Senado, aí é que não haveria quórum mesmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por favor, eu só quero fazer uma pergunta: existe algum Deputado que ainda não tenha votado?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu quero que se registre...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Quantos estão em obstrução?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu quero que se registre obstrução, nesta votação, do Deputado Samuel Moreira — obstrução!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Será registrado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, obstrução conta como presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vai constar a presença, com certeza. Ele não está...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, não havendo quórum, é melhor encerrar a reunião imediatamente, como foi anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Como consta a votação do Deputado Samuel, por gentileza?

Só um instante, porque eu tenho que fazer aqui alguns avisos.

Em primeiro lugar, estamos encaminhando ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso, a informação de que nós votamos aqui a alteração no prazo de emendamento do Projeto de Lei nº 4, de 2015-CN.

Então, que fique bem claro que para o PLN 4, aquele que trata dos Restos a Pagar, o período de apresentação de emendas é dias 2 e 3. Repito: para o PLN 4, o período de apresentação de emendas é dias 2 e 3. Para aqueles que quiserem emendar o PLN 4, amanhã e depois é o prazo de emendamento.

Quanto às emendas à LDO, o prazo de emendamento vai do dia 2, amanhã, até o dia 9 — do dia 2 ao dia 9.

Pelo que foi aprovado nesta Comissão, quero deixar claro o seguinte: existe a possibilidade de apresentação de até três emendas por bancada. Cada bancada

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estadual pode apresentar até três emendas à LDO. As Comissões terão até três emendas. Podem ser apresentadas até três emendas por Comissão da Câmara ou do Senado. E poderão ser apresentadas até três emendas por Congressista, Deputado ou Senador. São três emendas por Congressista.

Eu vou anunciar, também, o cancelamento da reunião de audiência pública prevista para amanhã com o Secretário do Tesouro Nacional, que fica prevista para a próxima semana.

Por falta de quórum, estamos declarando encerrada a reunião, convocando outra reunião para a próxima terça-feira, dia 7, às 14h30min, neste plenário, com pauta a ser divulgada e, naturalmente, com uma nova lista de presença a ser estabelecida.

O prazo para emendas vai até o dia 9, para publicarmos no dia 10.

Um abraço a todos e muito obrigado pela colaboração.

Correspondência dada como lida, em 01.07.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 088/2015, de 22 de junho de 2015, do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), solicitando informações sobre o Ofício nº 51/11, do Ministério do Esporte, que encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da lei de Incentivo ao Esporte.

- Expedientes encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDA pela Presidente:
1) Ofício n.º 085/2015, subscrito pelo Deputado Hugo Leal (PROS/RJ), justificando ausência no período de 4 a 13 de junho de 2015.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) Ofício n.º 739/2015/PSDB, do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, indicando o Deputado Izalci.

- Expedientes do Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014:
- Conselho da Justiça Federal

- Expedientes do Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2015:
- Conselho da Justiça Federal
- Poder Executivo Federal
- Câmara dos Deputados

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Supremo Tribunal Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Tribunal Superior Eleitoral
- Superior Tribunal Militar
- Tribunal Superior do Trabalho
- Tribunal de Contas da União
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Federais das Seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais: Rio Grande do Norte

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, à Presidente da CMO:

Avisos GP/TCU, de 16 de junho de 2015:
1) Aviso nº 635/2015: política pública de conservação da biodiversidade por meio da avaliação da gestão de áreas protegidas da América Latina.

Avisos GP/TCU, de 18 de junho de 2015:
1) Aviso nº 652/2015: decisões sobre auditoria a respeito da variante ferroviária de Camaçari/BA.

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 7, 14, 15 E 16 DE JULHO DE 2015.

Aos sete, quatorze, quinze e dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Expedito Netto, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Paes Landim, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende e Valtenir Pereira; **- Senadores suplentes**: Davi

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alcolumbre e Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Lelo Coimbra e Zé Geraldo; e **- Senadores**: Raimundo Lira e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Pauderney Avelino e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e doze minutos, do dia sete de julho de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional.* Em seguida, às 15h13min, suspendeu a reunião e convocou a continuação para às 16 horas, daquele mesmo dia, em virtude da Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO. Às dezesseis horas e cinco minutos, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e agradeceu ao Deputado Jaime Martins pela abertura dos trabalhos. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. A seguir, passou a apreciação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de junho e 1º de julho de 2015. A Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA:** A Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordado a inclusão na pauta e apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2015-CN**. Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2015-CN**. Autor: Deputado Jaime Martins. O autor apresentou o Requerimento de inclusão de pauta. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar inicialmente o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2015-CN.** Autor: Deputado Jaime Martins. O autor apresentou o Requerimento de inversão de pauta. Em votação, o Requerimento de inversão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2015-CN,** que "Altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015." Relator: Deputado Nilto Tatto. Foram apresentadas 06 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6. O relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Jaime Martins (PSD/MG), Samuel Moreira (PSDB/SP), Caio Narcio (PSDB/MG) e Danilo Forte (PMDB/CE). Foram apresentados 04 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado os destaques. Apreciação dos 4 destaques apresentados. Destaque nº 1, do Deputado Danilo Forte, à Emenda 03, de sua autoria. O destaque foi **retirado** pelo autor**.** Destaque nº 2, do Deputado Samuel Moreira, à Emenda 01, de sua autoria. Voto do Relator: pela **aprovação.** Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque nº 3, do Deputado João Fernando Coutinho, à Emenda 04, de sua autoria. Voto do Relator: pela **rejeição.** Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Caio Narcio, Edmilson Rodrigues, Izalci, João Fernando Coutinho, Leopoldo Meyer, Professora Dorinha Seabra Rezende e Samuel Moreira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Destaque nº 4, do Deputado Caio Narcio, à Emenda 05, do Deputado Izalci. Voto do Relator: pela **rejeição.** Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Caio

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Narcio, Izalci, João Fernando Coutinho, Leopoldo Meyer, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ricardo Barros e Samuel Moreira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. PAUTA. 2 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 115/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 de Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2008"; à **Mensagem nº 125/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 de Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o relatório de avaliação do Plano Plurianual para o período de 2008/2011, ano base 2009"; à **Mensagem nº 90/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 19 de Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o relatório de avaliação do Plano Plurianual de 2008/2011, ano base 2010"; e à **Mensagem nº 95/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual de 2008/2011, ano base 2011". Relator: Senador Valdir Raupp. Voto: pelo conhecimento das matérias e das recomendações feitas pelo Relator, quanto aos "Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual", relativos aos exercícios de 2008 a 2011 e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Os Deputados Caio Narcio e Samuel Moreira afirmaram que não havia acordo para votação da matéria e a Presidente discordou dos parlamentares, e foi apoiada pelo Deputado Jaime Martins. A Presidente solicitou apoio do Senador Paulo Bauer (PSDB/SC) para votação da matéria e obteve a sua concordância. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente informou que no dia 9 de julho, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive**,** que prestará esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, a Presidente comunicou que foi adiada, para data a ser oportunamente divulgada, a reunião de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que prestará esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Às dezessete horas e três minutos, em virtude da falta de acordo para votação das demais matérias constantes da pauta, a Presidente suspendeu os trabalhos. Às onze horas e cinquenta e oito minutos, do dia 14 de julho, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Em seguida, informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordado a apreciação dos seguintes itens constantes da pauta: 3. Relatório apresentado à **Mensagem nº 42/2013-CN e a Mensagem 12/2014-CN**; 7. Relatório apresentado ao **Aviso nº 25/2012-CN e** ao **Aviso nº 06/2013-CN**; 8. Relatório apresentado ao **Ofício nº 32/2013-CN e** ao **Aviso nº 04/2014-CN**; 9. Relatório apresentado ao **Aviso nº 18/2014-CN e** ao **Aviso nº 02/2015-CN**;10. Relatório apresentado ao **Ofício nº 15/2014-CN, Ofício nº 30/2014-CN, Ofício nº 40/2014-CN** e ao **Ofício nº 10/2015-CN**; 11. Relatório apresentado ao **Ofício nº 16/2014-CN e ao Ofício nº 9/2014-CN**; 12. Relatório apresentado ao **Ofício nº 23/2014-CN e ao Ofício nº 8/2015-CN**; 13. Relatório apresentado ao **Aviso nº 3/2008-CN;** 14. Relatório apresentado ao **Aviso nº 23/2010-CN, Aviso nº 36/2010-CN, Aviso nº 5/2011-CN e** ao **Aviso nº 6/2011-CN**; 15. Relatório apresentado ao **Aviso nº 20/2011-CN e** ao **Aviso nº 24/2011-CN**; 16. Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2013-CN, Aviso nº 17/2013-CN, Aviso nº 20/2013-CN** e ao **Aviso nº 5/2014-CN**; 17. Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2014-CN, Aviso nº 14/2014-CN, Aviso nº 19/2014-CN, Aviso nº 3/2015-CN e** ao **Aviso nº 5/2015-CN**;18. Relatório apresentado ao **Ofício nº 19/2015-CN;** 19. Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2009-CN, Aviso nº 32/2009-CN, Aviso nº 50/2009-CN e** ao **Aviso nº 2/2010-CN;** 23. Relatório apresentado ao **Aviso nº 20/2006-CN; e** 26. **Requerimento nº 9/2015-CMO.** EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar inicialmente o **Requerimento nº 9/2015-CMO,** constante do item nº 26 da pauta. Autor: Deputado Hildo Rocha. Em votação, o Requerimento de inversão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta. 26 - **Requerimento nº 09/2015-CMO,** que "Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor George Hilton dos Santos Cecílio, Ministro de Estado do Esporte, para prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014". Autor: Deputado Hildo Rocha. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 42/2013-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 15 da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7°, § 1° do Decreto n° 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2012"; e à **Mensagem nº 12/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 15 da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7°, § 1° do Decreto n° 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2013." Relator: Senador Valdir Raupp. Voto: pelo conhecimento das matérias e das recomendações feitas pelo Relator, sobretudo que a Comissão realize eventos preparatórios para a apreciação do Projeto de PPA 2016-2019, por meio da apresentação e discussão de análises setoriais específicas do desempenho do PPA 2012-2015. Ausente o Relator, foi designado o Senador Benedito de Lira (PP/AL) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Em votação, O Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), sugeriu votação em bloco das matérias cuja apreciação foi acordado em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. A Presidente consultou ao Plenário sobre a proposta do parlamentar e obteve consenso geral. Em seguida, a Presidente submeteu à apreciação do Plenário da Comissão a votação em bloco dos seguintes relatórios, referentes aos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 23, constantes da pauta: 7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 25/2012-CN**, que "Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012"; e ao **Aviso nº 6/2013-CN**, que "Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 2º semestre de 2012". Relator: Senador Wilder Morais. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 8 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 32/2013-CN**, que "Encaminha Relatório de Impacto e Custo Fiscal das Operações realizadas pelo Banco Central do Brasil, bem como Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2013", e ao **Aviso nº 4/2014-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 2º semestre de 2013, conforme determina o parágrafo único do art. 122 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013)". Relator: Senador Wilder Morais. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 9 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 18/2014-CN,** que **"**Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 122 da Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2014 e sobre o **Aviso nº 2/2015-CN**, que **"**Encaminha em cumprimento à Lei 12.919/2013, art. 122, Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao 2º semestre de 2014." Relator: Senador Wilder Morais. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 10 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 15/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21/07/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2014, bem como os Recursos das Leis nºs 11.948/2009

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(alterada pela Lei n° 12.249/2010), n° 12.397/2011, n° 12.453/2011 (alterada pela Lei 12.712/2012) e n° 12.096/2009 (alterada pelas Leis n° 12.385/2011, n° 12.453/2011 e n° 12.712/2009)" e **Ofícios nºs 30/2014-CN, 40/2014-CN e 10/2015-CN**, referentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2014. Relator: Deputado Wellington Roberto. Voto: pelo arquivamento das matérias.11 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 16/2014-CN,** que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, e do artigo 1º, § 8º, da Lei nº 12.453, de 21/07/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2013" e **Ofício nº 9/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, e do artigo 1º, § 8º, da Lei nº 12.453, de 21/07/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2013. Relator: Deputado Wellington Roberto. Voto: pelo arquivamento das matérias. 12 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 23/2014-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao 1º semestre de 2013", e ao **Ofício nº 8/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20 § 5º, relatório de atividades desenvolvidas e de resultados obtidos, referente ao 2º semestre de 2013." Relator: Deputado Ricardo Barros. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 13 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 03/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007." Relator: Deputado Izalci. Voto: no sentido que a Comissão realize audiência pública para discutir o Decreto nº 2.745, de 1998, que "aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997", convidando-se, entre outras autoridades, representantes do TCU, da CGU e da Petrobras; e determine o arquivamento do Aviso nº 3/2008-CN, tendo em vista que não existe nenhuma outra providência a ser tomada em relação ao seu conteúdo. 14 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 23/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010", anexado o **Aviso nº 1.344/2011-Seses-TCU-Plenário**; ao **Aviso nº 36/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010"; ao **Aviso nº 05/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010."; e ao **Aviso nº 06/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010." Relator: Deputado Izalci. Voto: pelo conhecimento do Aviso de nº 1.344/2011-Seses-TCU-Plenário, e determine o arquivamento das matérias, por terem atingido os objetivos pretendidos. 15 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 20/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2011."; e ao **Aviso nº 24/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2011." Relator: Deputado Izalci. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 16 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2013."; ao **Aviso nº 17/2013-CN**, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2013, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal."; ao **Aviso nº 20/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013."; e ao **Aviso nº 05/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2013." Relator: Deputado Izalci. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 17 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre do exercício de 2014."; ao **Aviso nº 14/2014-CN**, que "Encaminha, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2014"; ao **Aviso nº 19/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre do exercício de 2014."; ao **Aviso nº 03/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71 § 4º, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2014"; e ao **Aviso nº 05/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal de 1988, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2014." Relator: Deputado Izalci. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 18 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 19/2015-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 57, parágrafo 5º, da Lei 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq".Relator: Deputado Valtenir Pereira. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 19 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo em moeda estrangeira relativo ao 1º trimestre de 2009, realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; o **Aviso nº 32/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referentes ao 2º trimestre de 2009"; o **Aviso nº 50/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizado por aquele Banco, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008."; e o **Aviso nº 02/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008". Relator: Deputado Lázaro Botelho. Voto: pelo arquivamento das matérias. 23 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 20/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.039, de 2006 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinentes à Análise da Limitação de Empenho e de Movimentação Financeira da União – Exercício 2005 –(TC 007.465/2005-0)". Relator: Deputado Valtenir Pereira. Voto: pelo arquivamento da matéria. Em votação em bloco, os Relatórios dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 23, constantes da pauta, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Caio Narcio (PSDB/MG) solicitou que as suspensões das reuniões da CMO ocorressem somente quando houvesse consenso. Em sequência, a Presidente informou que a Comissão de Finanças e Tributação convidou os Membros da CMO a participarem de reunião de audiência pública, no dia 14 de julho, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, quando receberia o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams, em reunião destinada a "discutir as manobras fiscais adotadas pela gestão econômica federal, em especial sobre os atrasos dos repasses de recursos a bancos públicos federais". Às doze horas e quatorze minutos, com a concordância dos parlamentares presentes, a Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 15 de julho, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para a mesma data, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. No dia 15 de julho, às quatorze horas e vinte e um minutos, a Presidente reabriu os trabalhos. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Logo após, a Presidente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordado a apreciação dos itens de nºs 24 e 25 constantes da pauta e inclusão na pauta e apreciação de matérias extrapauta, e indagou se estas matérias poderiam ser votadas em bloco. O Senador Paulo Bauer (PSDB/SC) não concordou em votar o item 24 da pauta e o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) não concordou com a votação em bloco. PAUTA. 24 – **Requerimento nº 02/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o corte orçamentário no IBGE". Autor: Deputado Edmilson Rodrigues. A Presidente informou que a apreciação foi **adiada**, em virtude da ausência do autor. 25 - **Requerimento nº 08/2015-CMO,** que "Solicita sejam convocados os Srs. Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de prestar esclarecimentos sobre a venda de dólares falsos em agência do Banco do Brasil em Recife/PE". Autor: Deputado Izalci. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) solicitou a transformação do Requerimento em Pedido de informação, por orientação do autor, e foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após a apreciação dos itens 24 e 25 constantes da Pauta, por proposta da Presidente, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco os Requerimentos de inclusão na pauta das seguintes matérias: Relatório apresentado ao **Ofício nº 20/2015-CN**. Relator: Deputado Expedito Netto; Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2015-CN**. Relator: Deputado Luiz Carlos Busato; Relatório apresentado ao **Aviso nº 2/2014-CN**. Relator: Deputado Valtenir Pereira; e **Requerimento nº 10/2015-CMO.** Autor: Deputado Zeca Dirceu. Não houve discussão. Em votação em bloco, a inclusão das matérias na pauta foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2015-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948/09, e do art. 1º, § 8º da Lei nº 12.453/11, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2015". Relator: Deputado Luiz Carlos Busato. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Caio Narcio (PSDB/MG). Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Caio Narcio (PSDB/MG) e Domingos Sávio (PSDB/MG) e na representação do Senado Federal, com voto contrário do Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). Prosseguindo os trabalhos, o Deputado Zeca Dirceu (PT/PR) defendeu a aprovação do **Requerimento nº 10/2015-CMO**, de sua autoria, e acatou as sugestões do Senador Paulo Bauer (PSDB/SC) e dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Jaime Martins (PSD/MG) e retirou do supracitado requerimento a participação do Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. João Augusto Ribeiro Nardes. Em seguida, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) concordou com a votação em bloco dos demais itens que foram incluídos na pauta. E assim, por proposta da Presidente da CMO, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco as seguintes matérias EXTRAPAUTA: Relatório apresentado ao **Ofício nº 20/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao § 4º, do art. 20 da Lei nº 7.827/89, o Relatório de Resultados e Impactos, referente ao 1º semestre de 2014, e a programação de financiamento para 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), aprovados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE na condição de "ad referendum." Relator: Deputado Expedito Netto. Voto: no sentido que a Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento; Relatório apresentado ao **Aviso nº 2/2014-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no parágrafo 5º, do artigo 36, da Lei Complementar 141, de 2012, o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde (SUS) - referente ao 2º quadrimestre de 2013". Relator: Deputado Valtenir Pereira. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. O Relator sugere que seja normatizada a realização de audiências públicas alternadas entre as comissões pertinentes (CMO/CN, CSSF/CD e a CAS/SF), e apresenta minuta de Projeto de Resolução; **Requerimento nº 10/2015-CMO,** que "Solicita a participação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Sr. Nelson Barbosa, e o Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União – AGU, Sr.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Luís Inácio Lucena Adams, na audiência Pública a ser realizada com o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, Sr. João Augusto Ribeiro Nardes." Autor: Deputado Zeca Dirceu. Em votação em bloco, as matérias supracitadas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e **o Requerimento nº 10/2015-CMO** teve sua redação alterada pelo autor, que excluiu a participação do Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Sr. João Augusto Ribeiro Nardes. Em sequência, a Presidente informou que o Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, pretendia entregar na Secretaria da CMO, provavelmente naquele dia, 15 de julho, o **Relatório** ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". Depois, houve um breve debate sobre a data para votação do PLDO/2016 e fizeram o uso da palavra os Deputados Jaime Martins (PSD/MG), Gorete Pereira (PR/CE), Cacá Leão (PP/BA), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Elmar Nascimento (DEM/BA). Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, com a concordância dos parlamentares presentes, a Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 16 de julho, quinta-feira, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, logo após a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, que seria no mesmo dia, às 9 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. No dia 16 de julho, às dez horas e trinta e cinco minutos, a Presidente reabriu os trabalhos. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Requerimento para inclusão na pauta do **Ofício Conjunto nº 03/2015/CONOF/CONORF**. Autora: Senadora Rose de Freitas. Em votação, o Requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. **Ofício Conjunto nº 03/2015/CONOF/CONORF,** de 15 de julho, que propõe a "Correção de erro material verificado no processamento de emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN". *(Lei n.º 13.115, 20 de abril de 2015).* (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2015). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2015-CN**. Autora: Senadora Rose de Freitas. Em votação, o Requerimento de inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2015-CN,** que "Altera o Anexo V da Lei 13.115, de 20 de abril de 2015", que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Relator: Senador Acir Gurgacz. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada. Na continuação da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/07/2015, o Relatório foi **aprovado**, ressalvado o destaque apresentado. Durante a votação do destaque, o Deputado Izalci, solicitou a verificação da votação. Procedida a verificação, o Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins, informou que não havia quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e encerrou a reunião. E nesta reunião, ausente o Relator, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator *ad hoc.* O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), apresentou o destaque de sua autoria. Em votação, o destaque foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Hissa Abrahão (PPS/AM) e Paulo Pimenta (PT/RS). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. Ao final dos trabalhos, o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), Líder do Governo no Congresso Nacional, discursou sobre o Relatório que foi apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". Continuando o discurso sobre o tema, o Relator do PLDO/2016, Deputado Ricardo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Teobaldo (PTB/PE), falou sobre o esforço para conclusão do Relatório; e os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Edmar Arruda (PSC/PR) e Hildo Rocha (PMDB/MA), e o Senador Hélio José (PSD/DF) fizeram o uso da palavra, parabenizando o Relator e comentando o seu Relatório. **ENCERRAMENTO:** Concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às onze horas e vinte minutos do dia dezesseis de julho de 2015. Antes, convocou a realização de reunião ordinária para o dia 11 de agosto, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o dia 4 de agosto, terça-feira, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 07.07.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Declaro iniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não havendo quórum para deliberação na representação do Senado, eu suspendo esta reunião, para que possamos concluir os entendimentos na reunião de Líderes e para ouvirmos o Ministro Padilha por alguns minutos.

Então, suspendo esta reunião e convoco a sua continuação para hoje, dia 7 de julho, às 16 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reaberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido, eu queria fazer um agradecimento público aqui ao 1º Vice-Presidente da Comissão, Deputado Jaime Martins, que durante esta semana, pela minha impossibilidade de comparecimento, presidiu aos trabalhos e os conduziu muito bem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme foi decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Eu informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Pela ordem, Sra. Presidente!

Eu queria apenas solicitar, quando for o momento adequado, a inclusão de um item extrapauta, para ser votada na reunião de hoje, pela importância da matéria. É o PLN 4, relatado pelo Deputado Nilto Tatto. Também quero solicitar a inversão de pauta, para começar a reunião votando esse PLN 4. Depois retomaremos a sequência normal dos itens da pauta, que já estão divulgados.

Então, apresento esse requerimento verbal de inclusão e de inversão de pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ainda tratando da questão da ata, havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da seguinte reunião: 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de junho e em 1º de julho de 2015.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados... *(Riso.)*

Eu estou rindo, porque o Deputado Ricardo Barros acompanha a sessão fazendo um batuque a cada palavra. Imagina no rebate aqui das palavras. *(Riso.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Diante do acordo do Colegiado de Líderes e pela proposta apresentada pelo Deputado Jaime Martins, no sentido da inclusão de item extrapauta na pauta e da inversão para votá-lo preferencialmente — é sobre o PLN 4, de 2015 —, pergunto se alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Então, vou colocar o requerimento...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para confirmar.

Há destaques aí, não é? Há destaques a serem votados, não é, Presidente?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Não na inserção de pauta. Primeiro, nós estamos votando a inserção de pauta; depois será a inversão de pauta. Depois o Relator vai ler o relatório.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, desculpa! O.k., de acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou colocar em votação a inversão de pauta do item extrapauta, que se trata do PLN 4, de 2015.

Em votação o requerimento.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao PLN 4, de 2015, do Congresso Nacional, que *"altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015"*. O Relator é o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidente, eu teria um destaque a apresentar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A hora da discussão é a hora apropriada para isso.

Por favor, com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, eu recebi seis emendas e gostaria, então, de ir direto ao voto.

Eu usei como critério ficar no objeto específico do PL 4, que era possibilitar o pagamento de Restos a Pagar de emendas individuais até 2014.

Então, eu optei pela rejeição das emendas e pela aprovação do Projeto de Lei nº 04, de 2015, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apresentado o relatório.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Jaime Martins, para discutir o relatório.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, quero apenas ressaltar a importância da votação dessa matéria, uma vez que muitos convênios por este País afora, propostos por diversos Parlamentares de todos os partidos, praticamente estão impedidos de continuar. Algumas obras estão paralisadas, e outras estão para serem iniciadas.

Essa é uma matéria de interesse da Casa, de interesse do Brasil, de interesse dos Prefeitos. Portanto, nós pedimos a todos os companheiros que votem favoravelmente com o relatório do Deputado Nilto Tatto, para que essa matéria possa ser pautada, quem sabe, amanhã na sessão do Congresso e para que possamos liberar o Poder Executivo para fazer o pagamento desses Restos a Pagar, que estão prendendo tantas obras e tantos empregos que podem ser gerados por este País afora.

São muitos os pequenos e médios Municípios que estão aguardando ansiosamente por essa liberação. Eu acho até que se trata de uma correção da LDO, que é até um erro material se permitir que sejam pagos os Restos a Pagar somente de 2014. Afinal, de 2014, os projetos ainda estão sendo feitos agora. Mas o que realmente importa são os Restos a Pagar de 2013, de 2012 e dos anos anteriores.

Então, peço aos meus pares, Senadores e Deputados, que votem com o relatório do Deputado Nilto Tatto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós vamos discutir destaque por destaque ou podemos discutir o conjunto da matéria nesse ponto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos discutir e votar o relatório e, em seguida, passaremos para os destaques.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O relatório continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, para discutir.

Eu estou de acordo com o relatório, acho que nós estamos no caminho correto, dentro do acordo feito na sala da Presidência com os Líderes.

Chamo a atenção para o fato de que, na próxima etapa dos relatórios, vamos votar os destaques. Gostaríamos de pedir, dentro dos destaques que estamos apresentando, a solidariedade dos colegas para que possamos fazer um trabalho em conjunto, a fim de melhorar a atuação dentro desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero apenas dizer que foram entregues quatro destaques, que serão oportunamente colocados em votação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Em que pese a apresentação do destaque, eu gostaria de discutir uma emenda apreciada no relatório do Deputado Nilto Tatto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Entenda que nós estamos vendo agora o relatório apresentado por ele.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É, mas eu fiz uma emenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois é, mas as emendas foram rejeitadas pelo Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas isso não impede que eu discuta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Impede. V.Exa. pode até falar, registrar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu posso discutir o relatório de S.Exa., que rejeitou a minha emenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Claro, isso V.Exa. pode fazer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Depois, eu posso também discutir o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Queria explicar a V.Exa. que não poderia discutir a emenda em si, mas pode fazer um registro, debater o relatório.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu compreendi. Obrigado.

Eu vou só registrar o objeto da nossa emenda, que consideramos da maior importância. Os recursos mínimos foram estabelecidos para a saúde, constitucionalmente e depois pela Lei Complementar nº 141, de 2012, que estabelecia o mínimo de gastos para a área da saúde. Qual era esse mínimo que se previa? Que a cada ano deveria se gastar no mínimo o que se gastou no ano anterior mais a variação do PIB. Esse era o mínimo que vinha sendo estabelecido por lei.

Este ano, em março, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 86, que estabeleceu um novo patamar de mínimo. Essa Emenda nº 86 estabeleceu que a saúde agora vai gastar progressivamente, no mínimo, 15% da receita corrente líquida — esse é o mínimo, progressivamente. Então, ela estabelece que a partir do ano que vem sejam 13,2%. A partir do ano posterior, 2017, que sejam 13,7%. Depois, 14,1%, 14,5%, até 15% da receita corrente líquida. Só que essa emenda constitucional estabeleceu que esse novo mínimo que se pretende aumente o valor para a saúde seja estabelecido só a partir do ano que vem, porque é a partir do ano subsequente à emenda constitucional.

Nós ficamos, em 2015, até porque essa emenda cancelou os efeitos da regra que vinha anteriormente, com um vazio, sem um mínimo estabelecido para os gastos da saúde.

O que eu propus para evitar, inclusive, um confronto com o Governo neste momento? Evidentemente, todo mundo quer que se gaste mais, mas eu não propus que se estabelecesse a nova regra para 2015, que seria até relativamente coerente. Eu propus que nós utilizássemos a regra anterior para 2015, a mesma regra só para não ficar sem o mínimo, que é o gasto do ano anterior mais a variação do PIB. É só isso a emenda, para não se deixar um vazio e que se permita até gastar muito menos do que se gastava. Então, isso dá uma garantia de um gasto mínimo na área da saúde.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É disso, Sr. Relator, que trata a emenda.

Eu pediria que, em função de não ter sido acolhida a emenda, nós apreciássemos essa questão depois, com a solidariedade e o apoio de todos, para aprovar através de destaque.

É isso, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidenta, peço a palavra para uma questão de ordem, para agilizar o processo de votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com relação ao texto apresentado pelo Relator, não houve discordância. Então, vamos votar logo o texto. Depois, damos andamento ao destaque, com certa celeridade. Nós temos um Presidente da Câmara dos Deputados muito dinâmico, e já está quase na hora da Ordem do Dia, que é às 16 horas. Então, se o Presidente começar lá, ninguém pode mais votar aqui hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E todos os Parlamentares querem que votemos esses Restos a Pagar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Concordo com V.Exa. Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, logicamente.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório foi aprovado, ressalvados os destaques.

Passemos, agora, aos destaques.

Eu quero explicar apenas aos novos Parlamentares que só podem falar na apresentação dos destaques o Autor e o Relator.

Nós estamos aqui com o Destaque nº 1, do Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como Autor, eu gostaria de retirar o destaque, até porque ficou acordado, na reunião dos Líderes com o Ministro Padilha, que, dependendo da evolução da apresentação dos projetos junto à Caixa Econômica, o Governo vai fazer uma avaliação do nosso pleito de prorrogação do prazo de 31 de agosto para 31 de outubro para apresentação dos projetos.

Diante do compromisso do Ministro Padilha de rever essa situação e com o intuito de agilizar a votação do PLN, que é muito mais importante neste momento, pois a demanda é de agilidade na execução dos Restos a Pagar, retiramos o destaque para prosseguir a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Está retirado o Destaque nº 1.

Passemos agora ao Destaque nº 2, do Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Srs. Deputados, é só para reforçar o caráter formal da emenda. Ela só formaliza para se estabelecer um mínimo para a saúde em 2015, mantendo a mesma regra. Então, é muito mais formal. O critério é mais até de correção do que de mérito. Todo mundo gostaria que fosse até maior. Então, eu peço o apoio dos Deputados para aprovar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB apoia o destaque do Deputado Samuel.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, eu considero o argumento do Deputado Samuel Moreira, até porque, de fato, ficou um vácuo do ponto de vista da LDO. Eu considero e quero acatar o destaque apresentado por S.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Houve alteração no relatório. Quando o Relator acata a Emenda nº 2, do Deputado Samuel Moreira...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É melhor votar como destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

Na Câmara dos Deputados.

Aqueles que estiverem de acordo com a alteração feita pelo Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr. Relator, parabéns! Um Relator consciente faz isso.

Passamos ao Destaque nº 3, do Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, quero apenas agradecer ao Relator. Desculpe-me a interrupção. Obrigado, Relator. Obrigado a todos os Deputados. Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, esta emenda visa, na verdade, dar mais celeridade aos processos do Banco Central.

Esse assunto já foi tratado na última reunião da Comissão, e, infelizmente, essa emenda não foi acatada naquela ocasião — foi feita pelo Deputado Izalci ao PLN 3.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, veio a esta Comissão, ficou clara, nas suas palavras, a sua intenção e o seu desejo de contratação desses 715 servidores que já foram aprovados no concurso, fizeram todo o processo de treinamento e, portanto, estão preparados.

Quando votamos o Orçamento de 2015, ficou garantido o recurso para a contratação dessas pessoas, assim como para mais 272 vagas da Receita Federal. O Banco Central tem uma necessidade de efetivos de 6.470 servidores, e hoje apenas trabalham 4.085 funcionários na ativa.

Portanto, Presidente Rose de Freitas, Srs. Deputados e demais membros da Comissão, eu gostaria de registrar esse nosso desejo e interesse de, sobretudo, haver a contratação desses novos servidores do Banco Central e da Receita Federal. Espero que os Deputados tenham bom senso e possam se somar a esta nossa iniciativa e, assim, aprovar esta emenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, essa emenda já foi objeto de uma discussão grande na última reunião da Comissão. Eu a analisei aqui e gostaria de manter o veto por entender, da mesma forma como foi discutido na reunião passada da Comissão, ser uma prerrogativa do Executivo. Então, eu acho que não cabe a nós colocar essa emenda dentro desse PLN.

Então eu mantenho o veto e não aceito o destaque.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque... O Relator é pela rejeição do destaque. Então, nós vamos colocar em votação o texto na forma apresentada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É porque eu estou somando aqui ao Deputado João Fernando Coutinho e no debate que houve...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado, nós já estamos em votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, eu sei, é que o Ministro... Na verdade, houve uma autorização para o pedido de 450, e a informação que eu tenho é que 350 servidores foram autorizados para este concurso. Então, de

repente, vamos abortar uma coisa que o Governo, e há o próprio compromisso do Ministro Barbosa, está tentando viabilizar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado, mais uma vez eu vou pedir desculpas. Se nós não temos um procedimento como regra de votação, nós temos que abrir todos os outros destaques para que as pessoas possam discutir, está certo?

Vamos votar então o parecer do Relator...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para encaminhar...

(Não identificado) - Para encaminhar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...com a rejeição do destaque. Para encaminhar... Não há, infelizmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há encaminhamento?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tem que ter!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. O Relator apresentando o seu destaque... O Relator, acolhendo ou não, e depois em votação na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O encaminhamento de bancada é regimental, Sra. Presidenta! É! Regimento Interno da Câmara!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha só, aí seria...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode ter sido um acordo que V.Exa. fez, mas o encaminhamento é regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não fiz acordo nenhum, mas não é regimental, desculpe-me.

Vamos colocar em votação o relatório com rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só para entender, Presidente. Quem é a favor, é a favor da rejeição ou é a favor do destaque?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem for a favor do Relator com rejeição do destaque, permaneça como se acha. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha, tem uma... Espere aí. Há uma votação que está...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Aprovado o texto do Relator, Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há uma mão que está no meio do caminho; nem levantou nem abaixou.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Foi aprovado o texto, Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É a sua, Deputado Caio Narcio.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - A Senadora precisa explicar melhor a votação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Espere aí, um minutinho.

Aqueles...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Presidente, eu faço um apelo para que haja o esclarecimento na votação e uma contabilização dos votos de forma...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - A orientação da votação nem aconteceu...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Contra: os votos de Deputado João Fernando Coutinho, Deputado Edmilson Rodrigues... Deputado Caio Narcio, V.Exa. votou como?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Votei contra o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a mão para cima?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Para cima.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora eu vi.

Deputado Izalci, Deputado Samuel Moreira e Deputado Leopoldo Meyer.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - E a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós fazíamos isso muito na Câmara.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sim, mas vamos fazer a conta dos Deputados que votaram “sim”, Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Vamos ao Destaque nº 4.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Meu Líder vai fazer a defesa do meu destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha, quem tem que fazer a defesa é o autor. V.Exa. está presente, V.Exa. tem que fazer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou na CPI da PETROBRAS. Ele vai fazer.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não faça isso, não faça isso! *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, não. Estava pegando a... Porque a emenda é complexa.

O instituto do orçamento impositivo das emendas parlamentares individuais teve o seu início no exercício de 2014, quando o seu regramento constou da Lei de Diretrizes Orçamentárias daquele ano, em razão de o Congresso Nacional não ter concluído a discussão da PEC 358/13, naquele ano.

O princípio instituído no orçamento impositivo é de que a programação inserida por meio das emendas parlamentares individuais ao orçamento deve ser executada de forma equitativa, independente de sua autoria, se membro de partido de apoio ao Governo ou da oposição, cabendo ao Poder Executivo apenas aplicar o contingenciamento sobre a programação na mesma proporção que incidir sobre o montante das despesas discricionárias.

No primeiro ano de funcionamento desse instrumento inovador na relação Legislativo e Executivo, o Governo Federal estabeleceu, como forma de os Parlamentares informarem os beneficiários das programações de suas emendas ao Poder Executivo, a indicação por meio do sistema SIGEM, uma vez que, ante o número reduzido de emendas que podem ser apresentadas (25) frente à ampla

escala de Municípios que compõem a sua base eleitoral, a maioria das emendas tem a localização genérica.

Em 2014, os Parlamentares em exercício apresentaram legitimamente suas emendas individuais ao orçamento de 2015, dentro do prazo estabelecido pela Resolução 1/2006-CN e na forma determinada pelo art. 166 da Constituição Federal, perante a CMO, que concluiu a votação do seu parecer ainda em 2014.

Esses autores, no momento em que formalizaram suas emendas individuais, foram orientados pela Lei nº 13.080, de 2015, que em seu Capítulo III — Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União, Seção X — Do Regime de Execução das Programações Incluídas ou Acrescidas por Emendas Individuais, reveste essas programações do caráter impositivo, respeitadas as regras nelas estabelecidas.

Pois bem, encerrada a Legislatura, o Congresso Nacional não concluiu a votação do orçamento para 2015, tarefa delegada aos Parlamentares da nova Legislatura, sendo que cerca de 200 desses Parlamentares não estavam no mandato na Legislatura passada e que, por circunstâncias políticas, tiveram a oportunidade de fazer indicações ao Relator-Geral para que este incluísse como emenda de sua autoria as programações no orçamento de 2015, mas sem a impositividade das emendas, característica dada apenas às emendas legitimamente apresentadas dentro do prazo regimental junto a Comissão Mista do Orçamento.

Entretanto, para execução das emendas parlamentares individuais que possuem o manto da impositividade, o Governo Federal tem exigido que o autor esteja no exercício do mandato, interpretação completamente errônea a nosso ver, pois não há nenhum dispositivo, seja na LDO 2015, seja na Emenda Constitucional 85/2015, que afaste a obrigatoriedade de execução dessas emendas por ausência de seu autor. O que é impositivo é a programação decorrente da emenda. Uma vez constante na lei orçamentária, o Poder Executivo deve cumprir o rito da execução, previsto tanto na LDO quanto na Constituição.

Nossa emenda busca viabilizar a execução da programação que atenderá à comunidade beneficiária que o Parlamentar pretendeu suprir de bens públicos quando apresentou e aprovou suas emendas individuais. As programações de aplicação direta pela administração pública e aquelas que estejam nominalmente

identificadas na lei orçamentária não dependem de indicação de beneficiário. Portanto, apenas o que lhe resta é aplicar a proporcionalidade do contingenciamento e a limitação da Receita Corrente Líquida de 2014, resguardando os limites estabelecidos para transferência de recursos a título de obras e serviços de engenharia e demais transferências.

Aqui, Presidente... *(falha na gravação)* ... para garantir o que foi dito pelo Ministro: possibilitar que os Parlamentares não eleitos ou aqueles que estão como Secretários, ausentes aqui do Congresso, possam ver suas emendas realizadas. É esse o entendimento que foi dado, na reunião de Líderes, pelo Ministro, pelo representante do Ministro da SRI — Secretaria de Relações Institucionais.

Portanto, eu peço aqui a aprovação de todos os Parlamentares que puderam apreciar o entendimento do nosso Ministro. Peço que todos apoiem a aprovação dessa emenda para facilitar para o Governo.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado Izalci.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, há questões levantadas aqui pela emenda que, de fato, não resolvem o problema que foi discutido na reunião de Líderes, que tem a ver com as emendas dos Deputados que não foram reeleitos e que não têm as suas emendas nominadas lá na destinação. De certa forma, tenta-se resolver aqui, mas não se resolve. Há um compromisso verbal do Ministro Padilha de tentar buscar uma solução em função da interpretação que o Ministério da Fazenda tem.

Mas também aqui se pretende criar uma série de procedimentos para imposição das emendas, e, nesta altura do campeonato, pensar para 2015, eu acho que não cabe. Acho que vale a pena, sim, recuperar essa discussão que está se propondo aí e pensarmos para 2016.

Nesse sentido, eu voto pela rejeição, para mantermos aqui o objetivo principal desse PLN, que é garantir o pagamento dos restos a pagar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não entendi. É de 2015 esse orçamento ainda?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pergunto a V.Exa...

(Não identificado) - Nós estamos votando alteração na LDO 2015.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É isso que eu coloquei. Ele é de 2015, nessa altura do campeonato, no meio do ano, e há uma série de procedimentos que se está propondo aqui que vale a pena, cabe essa discussão para se pensar o orçamento de 2016.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas quem estava com mandato e apresentou emenda, em 2016 não estará mais aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Izalci, nós assumimos um compromisso com o Padilha de que, em 8 dias, ele daria uma resposta para isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas aí, Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, vamos aguardar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Aí, Deputado Danilo Forte, é o seguinte. O que precisa ficar claro é: não há descumprimento de acordo.

(Não identificado) - Como não?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Essa é a primeira coisa. Porque, se houvesse descumprimento, não haveria apresentação de destaque.

O que está acontecendo aqui é que nós estamos auxiliando a correção de um texto que está atrapalhando a execução das emendas. É isso o que nós estamos fazendo: a correção do ano de 2016 e a de 2015.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presidente! Presidente!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu quero solicitar à Presidente que, na discussão, na hora em que se for fazer a discussão das emendas do texto original... Nós achamos que haveria um ambiente para poder discutir a nossa emenda. Como não há, temos que respeitar, mas eu quero colocar que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é questão ambiental. V.Exa. tem que entender que há um regimento. Se V.Exa. veio para a Comissão, sabe que eu tenho que cumprir o Regimento. Fala o autor e fala o Relator.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas meu nome está aqui como autor de destaque, e é o Izalci quem está falando. Eu não estou tendo oportunidade de defender.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqui para nós, o Deputado Izalci consta como autor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu queria ponderar que foi feito um acordo. Vamos aprovar. Se houver problema, tira do plenário ou veta, mas não podemos deixar de abrir essa possibilidade.

O acordo foi feito. Para cumprir esse acordo, o ideal é aprovar a medida. Se não vai se cumprir o acordo, vete ou derrube no plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Vamos colocar em votação. Vamos colocar em votação o relatório do Relator com a rejeição da emenda.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já chegou a um acordo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já acatou.

(Não identificado) - Acatou... Não. Está rejeitando a emenda.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Acatou ou não acatou?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou perguntar ao Relator: V.Exa. acatou o destaque ou rejeitou o destaque?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu encaminhei pela rejeição. Então, por favor, encaminhe para a votação. Eu encaminho pela rejeição do destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Vamos colocar em votação o destaque. O voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como sempre. Deixa eu... Posso terminar?

Aqueles que estiverem de acordo com o voto do Relator pela rejeição do destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os contrários. *(Pausa.)*

Agora me permitam contar: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Sete.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então vamos pedir àqueles que estejam a favor para que levantem o braço, para V.Exa. ficar mais feliz.

Paulo Bauer, V.Exa. não votou.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão votando como, por favor?

O Relator levanta o braço. *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Nove é diferente de seis.

Portanto, foi rejeitado com os votos de Samuel Moreira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Fernando Coutinho, Ricardo Barros, Izalci, Caio Narcio... Faltou alguém?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, de vez em quando V.Exa. constrange a todos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já anunciou o resultado, Presidente?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Se alguém aqui não for membro, vai ser Conselho de Ética.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero anunciar o resultado da votação.

Venceu o Relator, pela rejeição.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - É bom ouvir a ponderação do Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero, Presidente, registrar aqui o seguinte. É um indicativo de que o acordo não será cumprido, porque, para que se cumprisse o acordo, seria preciso dessa emenda. Espero que não haja isso.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presidente... Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria agora de passar para o item 2 da pauta.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presidente, acho que merece uma ponderação.

O Deputado Izalci fez uma fala exaltada na reunião dos Líderes defendendo e lutando para que se cumpram acordos, e ele é o primeiro a vir aqui e a descumprir acordo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - O acordo que foi feito era para votar apenas a Emenda nº 4 e retirar as demais emendas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, nós votamos. Nós votamos o relatório aqui como foi acordado.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Não retiraram a emenda, e era esse o acordo. Não retiraram a emenda.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora, não foi vetado o nosso direito de fazer destaque.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O acordo foi feito e cumprido, tanto que nós votamos por unanimidade o texto. Agora... *(ininteligível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Item 2 da pauta. Apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 115...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Eu não vou continuar com essa discussão. Depois o senhor vai até ali e discute com ele.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apreciação do Relatório apresentado à Mensagem nº 115/2009, do Congresso Nacional, sobre o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008-2011 (ano-base: 2008), bem como à Mensagem nº 125/210 (ano-base: 2009), à Mensagem nº 90/2011 (ano-base: 2010), à Mensagem nº 95/2012 (ano-base: 2011).

O Relator *ad hoc* será o Deputado Danilo Forte.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso aqui não é um ringue. V.Exa. que discuta com ele.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cortei o dele também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor está nervoso demais hoje. Por várias vezes o senhor esteve exaltado. Daqui a pouco, quando acabar a votação e eu abrir a palavra, o senhor poderá xingar o Deputado Zeca e o Deputado Zeca xingar V.Exa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, não faça isso. Não faça isso... *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, é um prazer substituir o Senador Valdir Raupp.

Eu vou ler o seu voto com relação à Mensagem nº 115/2009, do Congresso Nacional:

> *"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 115/2009 (nº 688/2009, na origem); nº 125/2010 (nº 535/2010, na origem); nº 90/2011 (nº 378/2011, na origem); nº 95/2012 (nº 407/2012, na origem) e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações que faço quanto aos Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual relativos aos exercícios 2008 a 2011, e determine o seu arquivamento.*
>
> *Brasília, 20 de maio de 2015.*
>
> *Senador Valdir Raupp, Relator."*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, eu insisto...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, uma questão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O relatório está em discussão. A palavra está franqueada para discutir.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente.,,

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Ricardo Barros em primeiro lugar e V.Exa. em segundo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu também estou inscrito, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, nós encaminharemos a favor. Eu sou favorável ao relatório do Senador Valdir Raupp. Eu gostaria de fazer uma observação apenas.

Nós estamos com o prazo das emendas da LDO em aberto, até o dia 9, e eu gostaria, Senadora Rose, de lembrá-la, como Presidente da nossa Comissão, de que vários Parlamentares vão se esforçar para fazer suas emendas à LDO; as Comissões vão se reunir, mas há 5 anos o Governo veta o Anexo de Metas da LDO.

Então, eu acho que seria mais correto, se nós vamos aceitar essa postura do Governo, que a gente não precisasse fazer nem mandasse o Anexo de Metas. Porque nós estamos fazendo um jogo que, realmente... É uma coisa que não pode continuar: nós fazemos o Anexo de Metas e o Governo veta. A Casa, então, precisa se posicionar.

É só uma observação, porque eu recebi vários Parlamentares que vieram me consultar, como Relator e como pessoa experiente nesta Comissão. Deputados novatos me perguntaram: *"Deputado Ricardo, onde eu faço as minhas emendas da LDO? Onde é melhor fazer?"*, e eu fico com dó de dizer: *"olha, não faça nada, porque é melhor"*.

Então, se é uma prerrogativa do Congresso Nacional, Presidente, nós temos que, depois, nos entender com o Governo para que ela tenha alguma efetividade. É apenas esta observação.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem toda a razão, porque uma das obrigações do Governo é fazer acompanhar o orçamento com o Anexo de Metas, e isso não vem acontecendo há algum tempo. Portanto, eu penso que nós deveríamos fazer e também subscrever um documento pedindo que não se vete, porque é um desrespeito ao trabalho que esta Casa faz, substituindo o que o Governo deveria fazer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente, só um adendo a essa discussão. Inclusive o Deputado Lelo Coimbra, seu colega do Espírito Santo, está pedindo aos partidos que façam indicação dos membros do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária — CFIS. Há anos tenta se instalar esse comitê nesta Comissão, que tem a obrigação exatamente de fazer esse acompanhamento da execução orçamentária.

O Senado não indicou ninguém até agora e ainda tem uma vaga para indicação de Deputado. Então, é importante que os partidos que não indicaram antes façam sua indicação para que esse comitê possa funcionar. Seu coordenador, inclusive aprovado pelo Colégio de Líderes, o Deputado Lelo Coimbra, quer colocar o comitê em funcionamento, mas é preciso quórum qualificado para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio, depois o Senador Samuel Moreira e o Senador Paulo Bauer.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, eu quero colocar aqui uma situação importante para o andamento dos trabalhos da Casa e que tem relação com os nossos posicionamentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar o maior respeito e estima que tenho por V.Exa., e dizer que eu nunca utilizei esta bancada ou este microfone para xingar ninguém. Não é esta a minha intenção aqui, pelo contrário.

Nós fizemos um acordo lá dentro e o acordo foi cumprido. Nós votamos o texto base aqui e foram ressalvados os destaques. Tanto é que não houve só o destaque do PSDB; houve destaque também de outros partidos e de outras pessoas.

Aqui ficou uma situação muito ruim, porque uma das poucas coisas que eu particularmente tenho, e que o meu partido tem tido, é a nossa palavra. Nós nunca descumprimos a nossa palavra aqui. Hoje foi combinado que nós votaríamos o texto, como votamos, sem ressalva, e colocaríamos os nossos destaques, assim como outros Parlamentares colocaram aqui.

Naturalmente, se isso for descumprir o acordo, então eu estou entendendo de forma equivocada o que nós estamos fazendo. Penso que estamos no nosso direito de nos expressar, mas estamos com um problema de entendimento com relação a

algo que é um direito dos Parlamentares que votaram o orçamento passado, e foi de encontro a isso, inclusive de encontro ao posicionamento do Ministro Padilha, que daqui a uma semana virá com uma resposta definitiva do Governo para que o nosso destaque pudesse auxiliá-lo a executar isso.

Por fim, para encerrar as minhas palavras, quero dizer que mantenho o meu respeito por V.Exa., mantenho os nossos acordos cumpridos, como nós fizemos, e quero deixar aqui o nosso mais sincero compromisso com o andamento desta Comissão. Mas, da maneira como foi colocado aqui, como se nós...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pediu a palavra para discutir e não...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou discutindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O momento da minha tribuna é sagrado. O teor da minha tribuna é sagrado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já entendi todas as palavras de V.Exa., mas peça a palavra para discutir...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O método como eu estou falando cabe a mim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Samuel Moreira.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Eu peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu acho que, em que pese a forma como transcorreu a votação do projeto anterior e os seus destaques, o acordo em si não foi descumprido em momento nenhum em função da apresentação de destaques e de poder se obter votação favorável nos destaques. Isso não descumpre nenhum acordo. Agora, a nossa preocupação é estarmos votando um item que não estava no acordo. Sra. Presidente, nós estamos discutindo agora um item que não estava no acordo. O acordo era votar o PLN 4, pelo que eu entendi.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, absolutamente. Desculpe-me! Eu li a pauta inteira. O Deputado Izalci perguntou qual era a pauta, e eu li todos os itens da pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Concordamos em votar o PLN 4.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, agora, eu... Desculpem-me!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, desculpe-me! Realmente, sem nenhuma questão partidária, nem de oposição, nem de situação, o que nós entendemos é que — em conjunto, os Deputados da Oposição, cumprindo o acordo de votar o PLN 4 — seria votado só o PLN 4. Foi o que nós entendemos. Nós estamos estranhando a pauta estar continuando.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu peço a palavra, Sra. Presidente, para esclarecer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins para esclarecer.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu queria...

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Eu peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente. Não é nem para discutir, é para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Já passou toda a pauta.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Questão de ordem tem prevalência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra para uma questão de ordem o Senador Paulo Bauer.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Tem som aqui, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou ouvindo V.Exa.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Sra. Presidente, apesar de eu considerar essa discussão a respeito dos entendimentos feitos na véspera desta reunião pelas Lideranças como absolutamente correta, dentro da exposição feita aqui pelos meus colegas, em que foi colocada com clareza a importância da votação da matéria que anteriormente votamos, na verdade, não ficou completamente esclarecida a importância e a prioridade da matéria que estamos discutindo neste momento. Eu penso que nós precisamos avaliar isso melhor.

Para que não fiquemos nessa questão e nessa discussão, eu invoco o parágrafo único do art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece:

> *"Art. 134.*
>
> .....
>
> *Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, ex officio, ou por provocação de qualquer parlamentar."*

Como nas últimas reuniões desta Comissão eu tenho sido o único Senador a comparecer do começo ao final, eu considero que o meu "um cesto" não é o suficiente para fazer "um cento".

Portanto, eu peço a V.Exa. que o Regimento seja observado e a reunião seja encerrada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, apenas para esclarecer — infelizmente, na reunião da semana passada, V.Exa. esteve impedida de presidir a Comissão, uma vez que estava, por razões particulares, afastada de Brasília.

Fizemos, na reunião da semana passada, um acordo para a votação de algumas matérias: itens neutros, avisos, coisas em que não há maior envolvimento político. Tudo que se refere à aprovação de contas, todos os temas polêmicos foram retirados da pauta, para que pudéssemos discuti-los e votá-los depois da presença do Secretário do Tesouro Nacional aqui. Esses itens foram acordados na semana passada e hoje, no início da reunião, eles foram acordados novamente.

A reunião começou às 14h30min. Até às 15 horas, todos os Parlamentares que estavam lá foram consultados se esses itens, que já estavam acordados na reunião passada, poderiam ser mantidos — citamos um a um os 26 itens, e se finalizou inclusive com um requerimento para convocar ou convidar o Ministro do Esporte para estar aqui esclarecendo sobre as questões relativas às Olimpíadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, esses itens foram objeto de deliberação, foram acordados. Claro, o Plenário é soberano e pode deliberar sobre o que foi resolvido na reunião de Líderes. Entretanto, que fique claro que esses itens foram objeto de acordo, já na reunião passada e, novamente, hoje.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, para finalizar e encerrar a sessão, quero dizer que fui citado, nominalmente, pelo Deputado Zeca.

Fico feliz com a presença aqui do Deputado Paulo Pimenta, que, segundo informações, é Líder do Governo. Ele esteve, inclusive, na Legislatura passada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de V.Exa. completar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero citar o 134, caso o Senador tenha que sair...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, já completou?

Eu queria fazer um apelo ao Senador Paulo Bauer.

Senador, eu queria esclarecer que, muitas vezes, a Mesa faz o que acha melhor fazer. Num processo de votação democrático como este, nada precede a votação, a não ser questão de ordem sobre a votação. V.Exa., que é meu colega de Senado e tem de mim o maior respeito, pediu, mas nós temos quórum. Nós dois fazemos parte desse quórum aqui presente. Eu estava no processo de votação.

Eu quero solicitar de V.Exa. que permita a conclusão da votação, em respeito ao Relator *ad hoc* e às pessoas que estão aqui até agora, sempre pensando que vai chegar o momento em que esta pauta vai estar tão acumulada que nós não vamos conseguir votar o orçamento da União, e isso não pode acontecer num país em crise.

Eu conheço V.Exa. e sei da sua responsabilidade pública. Solicito, portanto, que permita concluirmos a votação.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Sra. Presidente, considerando que a sua presença e a minha alcançam esse um sexto exigido pelo Regimento, eu concordaria em permanecer até que fosse encerrada a votação desta matéria. Porém, com relação a outras votações, eu quero informar a V.Exa. que nós não poderemos dar sequência, porque entendo que, na próxima reunião do orçamento, o

tema deveria, aí, sim, ser colocado com mais clareza a respeito de todos os assuntos que nós teríamos que votar.

Eu tenho a maior boa vontade e tenho certeza de que a bancada do meu partido também a tem, mas é preciso virmos para a reunião com todos os temas definidos e, com clareza, termos um encaminhamento, para o qual eu terei o maior prazer em contribuir.

Eu sei do trabalho, do empenho de V.Exa. — e tenha certeza que todos nós também o temos —, mas, quando a polêmica se estabelece sobre o que é prioridade e o que não o é, dentro do acordo de Lideranças, efetivamente, fica um pouco difícil assegurar o quórum com um número tão mínimo e tão pequeno de Parlamentares. Os outros Senadores não estão aqui. Só V.Exa. e eu estamos, efetivamente, dando sustentação à continuidade dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acrescentaria um dado importante. Quando foi apresentada a lista das matérias — inclusive, antes a reunião era presidida pelo Deputado Jaime Martins —, foi lida toda a pauta que seria trazida a esta reunião. Da próxima vez, também tenho que solicitar às pessoas que estiverem na reunião que esclareçam suas dúvidas, porque esta pauta aqui não foi inventada, nada está sendo acrescentado; apenas estamos cumprindo o que a reunião deliberou.

Portanto, eu agradeço muito a gentileza de V.Exa. Nós temos tido, em todas as reuniões, muita colaboração de outros Parlamentares do PSDB, que sempre contribuíram para o bom debate desta Comissão. Eu estou sempre atenta a essa questão de acharem que nós temos um tempo que nós não temos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Senador, só para ajudar, para colaborar.

É só suspender a reunião e recomeçar na hora em que V.Exa. quiser, hoje ou amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos terminar esta matéria. O Senador Paulo Bauer permitiu...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Senadora, apenas quero esclarecer o seguinte: quando eu estava presidindo a sessão passada — e é o acordo de Líderes da sessão passada, nós acordamos, inclusive, que começaríamos a votação por um

requerimento, assinado pelo Senador Paulo Bauer e pelo Deputado Izalci, em que foi feito aqui, como item um da reunião passada, o convite ao ex-Ministro Guido Mantega; ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; ao ex-Secretário do Tesouro, Arno Augustin; e a outras autoridades que foram convidadas como parte desse acordo.

O acordo existiu. Começamos, votamos aquilo que havia sido acordado com o PSDB. Infelizmente, caiu a sessão em função de um pedido de verificação de quórum do Deputado Izalci. Retomamos hoje, com essa pauta, que estava novamente acordada. No começo da reunião, ela foi acordada.

Como eu disse, pode ser que esse acordo seja revisto. Entretanto, no começo da reunião, ele foi acordado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu tenho que falar. Eu fui citado.

Deixa eu dizer claramente aqui: nós iniciamos essa reunião, fizemos um acordo de votação, o Ministro esteve conosco — o Ministro! — e assumiu compromissos para a semana que vem. Aí, votamos um destaque, que nós não entramos no mérito do acordo; concordamos em votar. Foi apresentada a emenda. Houve o destaque. O destaque era para colaborar a fim de que o Ministro possa cumprir a palavra dele. Aí vem aqui o Relator e quer jogar as coisas para 2016, o que é inviável porque a emenda trata de Parlamentares que não estão mais na Casa. Em 2016, não vão resolver o problema.

Então, na prática, o que está se antevendo aqui é que estão votando para não cumprir o acordo. O Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que está aqui e que não esteve na reunião de Líderes, sabe dos acordos que foram feitos aqui e que não foram cumpridos ainda. Portanto, se tem alguém aqui que não cumpre acordo, pelo menos o que eu sei até agora, chama-se Governo.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Sra. Presidente, eu peço a palavra para fazer um registro.

Eu concordo e compreendo as argumentações e observações do Deputado Jaime Martins, mas é preciso mencionar o seguinte: são 10 Senadores que integram esta Comissão, sendo 7 integrantes da base do Governo. Mesmo que se faça um acordo entre os Líderes na preliminar desta reunião, não consigo entender por que um Senador da Oposição tem que garantir o quórum para cumprir o acordo feito.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cadê os Senadores do Governo? Foram para casa? Agora o PSDB virou Governo nesse País, pelo menos no trabalho desta Comissão?

Eles que compareçam aqui, como eu estou fazendo. Se eles não estão aqui para honrar o que foi combinado na antessala e na preliminar dessa reunião, não sou eu nem nós, da Minoria, que temos que fazê-lo. O Governo tem que começar a assumir a sua responsabilidade neste País. Chega de botar a culpa e a conta nas costas dos outros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos continuar o processo de votação.

Eu agradeço ao Senador Paulo Bauer, V.Exa. tem razão: não é ser ou não ser Governo, mas, realmente, o PT precisa colocar os seus Parlamentares aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, para votar essa matéria precisamos de 6 Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - O PT, o PMDB...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora eu não quero mais continuar essa discussão. Então vamos votar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem como votar, não há quórum!

(Não identificado) - Tem sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para votar tem que ter 6 Senadores, só tem 2.

(Não identificado) - Tem o quórum registrado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está errado, Deputado.

Vamos colocar em votação...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - São 2 Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para abrir são 2, para votar são 6.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Está em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em processo de votação não há palavra de ordem.

Aqueles que estão de acordo com o relatório permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação no Senado Federal.

Aqueles que estão de acordo com o relatório permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o projeto.

Vamos suspender.

Eu quero dizer que na quinta-feira...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem que encerrar, não é suspender.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Tem que encerrar a sessão. Nada de suspender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço ao Líder do Governo e ao Governo que coloquem a sua base para votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir ao Plenário que se manifeste pela suspensão ou pelo encerramento.

(Não identificado) - Não tem quórum!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concluída essa votação, eu quero lembrar que o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Marcelo Saintive, estará aqui, quinta-feira, às 10 horas da manhã.

(Não identificado) - A audiência pública da manhã está confirmada?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sobre a audiência pública com o Senador Arthur Chioro, ele não vai poder comparecer no dia 8 e nós vamos marcar uma próxima data.

Está suspensa a sessão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não, não, não. Encerre, Presidente. Presidente, encerre!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem que encerrar.

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos suspender.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos suspender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, não há acordo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Presidente tem prerrogativa de suspender.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Está aprendendo lá com o Senador Jucá a passar o...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, V.Exa. tem que encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pode-se suspender a sessão. Isso é prerrogativa do Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós não concordamos. Nós não aceitamos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas isso é prerrogativa do Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso não é prerrogativa do Presidente. Tem que haver quórum. V.Exa. tem que contar a gente aqui, a base.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, pode suspender.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Quando um não concorda, quando um Parlamentar não concorda, não pode.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos corrigir isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso vai prejudicar a sessão toda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos corrigir isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso vai prejudicar a sessão toda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Art. 134: *"A Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio".*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Suspende-se quando há acordo, quando há maioria. Não tem maioria na Casa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas está aqui: *"No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido, a Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio"*.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço à assessoria para trazer o Regimento do Senado para ver o que ele fala sobre essa matéria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, mas o que vale é o...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que é suspensão?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...Regimento Comum...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É diferente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...art. 134.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso aí é só para manutenção da ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. A Presidente está coberta de razão. Art. 134, Seção II.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida, em 07.07.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GLC nº 021/2015, de 1º de julho de 2015, do Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, indicando o Deputado Paulo Pimenta como representante da Liderança na Comissão.

- Expediente com indicação para integrar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) Ofício **GLDPDT** – 028/2015, do Líder do PDT no Senado Federal, Senador Acir Gurgacz, indicando o próprio nome.

Em 14.07.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta e que foram objeto de acordo e entendimento entre os Líderes.

Há quórum para deliberação na representação na Câmara e no Senado.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Há sobre a mesa um requerimento de inversão de pauta, assinado pelo Deputado Hildo Rocha, *que "requer, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão de pauta no sentido de ser apreciado inicialmente o Item 25."* Requerimento nº 09/15, na Ordem do Dia da 5ª Reunião Extraordinária desta Comissão. Portanto, assina o requerimento o Deputado Hildo Rocha.

Vou submeter ao Plenário para que todos se manifestem. Se todos estiverem em acordo...

Votação na Câmara. *(Pausa.)*

Votação no Senado. *(Pausa.)*

Todos estão de acordo, vamos inverter a pauta.

Vamos apreciar o Requerimento nº 09, de 2015, da CMO, que *"requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor George Hilton dos Santos Cecílio, Ministro de Estado do Esporte, para prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014".*

O autor está com a palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, este requerimento deve-se ao fato de que o ofício que encaminha as informações constantes na Lei de Incentivo ao Esporte veio com muito falha. E, mesmo assim, fazendo uma análise pode-se perceber que há Unidades da Federação do nosso País sendo beneficiadas extremamente, enquanto outras não vêm sendo beneficiadas com essa lei que visa diminuir as desigualdades regionais e sociais. Muito pelo contrário, o que temos percebido é que a legislação vem concentrando recursos no centro-sul do País.

Por isso, há necessidade de ouvirmos o Ministro para que ele explique o motivo de estar levando o Ministério a favorecer essas Unidades da Federação, assim como saber quais são as comunidades que estão sendo beneficiadas, porque a lei é bastante clara no momento em que diz que as comunidades carentes têm preferência sobre as demais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Está em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 42, de 2013, do Congresso Nacional, sobre o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2012, e Mensagem nº 12, de 2014, do Congresso Nacional, ano base 2013.

O Relator seria o Senador Valdir Raupp, que deu o voto pelo conhecimento das matérias e das recomendações feitas pelo Relator, sobretudo que a Comissão realize eventos preparatórios para apreciação do projeto de PPA 2016-2019, por meio de apresentação e discussão de análises setoriais específicas do desempenho do PPA de 2012-2015.

Nós vamos nomear como Relator *ad hoc* o Senador Benedito de Lira.

O Relator está com a palavra.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a Presidente da República encaminha, nos termos do art. 15, da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, § 1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de 2012-2015, ano base 2012.

O Plano Plurianual foi criado na Constituição de 1988 como um documento de referência sobre as aplicações financeiras de médio prazo dos Governos Federal e Subnacionais, consolidado para toda a Administração Pública Direta e Indireta de cada ente da Federação. Atestam o caráter eminentemente orçamentário do PPA duas evidências de processo constituinte.

Primeiro, o PPA foi criado na Seção II – Dos Orçamentos, constante do Capítulo II – Das Finanças Públicas. Não há que vinculá-lo, portanto, à concepção de planejamento em sentido amplo, mas ao conceito mais específico de

consolidação de decisões alocativas estratégicas para as diversas áreas de Governo.

Teor do PPA 2012.

O Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, denominado Plano Mais Brasil, foi instituído pela Lei nº 12.593/12. Com base nos documentos que acompanham as Mensagens nºs 42-CN, de 2013, e 12-CN, de 2014, a intenção do Governo para os anos seguintes seria de dar continuidade ao padrão de desenvolvimento iniciado em 2003, baseado no crescimento sustentável com inclusão social. Para tanto, buscou a convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição.

Espera, ao final do período do plano, dinamismo econômico, melhor distribuição de renda e riqueza, erradicação da pobreza e afirmação da inserção econômica internacional ativa. Para alcance desses objetivos, o Governo Federal elegeu o Programa de Aceleração do Crescimento e o Plano Brasil sem Miséria como prioridades para o período, sem prejuízo da definição de outras Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Voto, Sra. Presidente.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagens nº 42, de 2013-CN (nº 203/2013, na origem), e Mensagem nº 12, de 2014-CN (nº 135/2014, na origem), e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações e recomendações que faço neste relatório, sobretudo quanto a que esta Comissão realize eventos preparatórios para a apreciação do projeto de PPA 2016-2019, por meio da apresentação e discussão de análises setoriais específicas de desempenho do PPA 2012-2015.

Valdir Raupp é o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecemos ao Senador Benedito de Lira, sempre disposto a nos ajudar na Comissão.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aprovado.

Gostaria que prestassem atenção ao que vou pedir. Eu vou pedir autorização para uma votação em globo dos itens nºs 7, 8 e 9, que tratam da mesma matéria relativa ao Banco Central, e teríamos que discutir cada uma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, questão de ordem, Presidente. Aqueles itens nos quais nós acordamos na reunião de líderes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não podem ser votados todos em bloco? É tudo consenso, já acordamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria da manifestação de todos. Então, eu vou ler os itens, para colocarmos em bloco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou requerendo a votação em bloco de tudo. Já acordamos que é consenso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um pouquinho de paciência. Então, vamos começar, eu gostaria que acompanhassem.

Aviso nº 25/12 - Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012.

Aviso nº 32/13 - Relatório de impacto e custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil.

Aviso nº 18/14 - Demonstrações financeiras do Banco do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2014.

Relatório nº 15/14 - Relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao primeiro semestre de 2014.

Aviso nº 16/14 - Relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro exercício de 2013.

Aviso nº 23/14 - Relatório de gestão do FCO referente ao primeiro semestre de 2013.

Aviso nº 3/08 - Relatório das atividades do TCU referentes ao exercício de 2007.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aviso nº 23/10 - Relatório das atividades do TCU referentes ao segundo semestre do exercício de 2010.

Aviso nº 20/11 - Relatório das atividades do TCU referentes ao segundo semestre do exercício de 2011.

Aviso nº 13/13 - Relatório das atividades do TCU referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013.

Aviso nº 11/14 - Relatório das atividades do TCU referentes ao primeiro trimestre do exercício de 2014.

Relatório nº 19/15 - Relatório anual da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ.

Relatório nº 15/09 - Relatório das operações de redesconto e empréstimo em moeda estrangeira relativos ao primeiro trimestre de 2009.

Vamos procurar outro. Há o Aviso nº 20/06.

Aviso nº 20/06 - Análise da limitação de empenho e movimentação financeira da União no exercício de 2005.

Faltou o nº 22, eu não li?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Era item.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bom, o Item nº 22.

Em votação em bloco as matérias acordadas e aqui explicitadas no plenário nominalmente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, só antes de votarmos, para lembrar aqui na Comissão o acordo que fizemos lá a respeito do encerramento das sessões ou da suspensão, que será feita agora em diante só quando houver consenso, correto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Correto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, no resto, com relação aos projetos aqui, está O.K. da nossa parte.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois, não.

Em votação em bloco as matérias aqui descritas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos comunicar a reunião de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação, hoje, às 14h30min, audiência conjunta, com o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.

Concluída a votação das matérias, vou perguntar ao Plenário se está de acordo em suspender ou encerrar os trabalhos.

Quem é a favor da suspensão?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Suspensão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Suspensão para amanhã às 13 horas.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Aqui mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Às 13 horas, teremos a reunião de Líderes; às 14 horas, a votação.

Todos estão O.k.?

Concluída, então, a nossa reunião.

Convoco reunião para amanhã às 14 horas, 14 de julho, quinta-feira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Às 13 horas, são os Líderes, não é Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Às 13 horas, Líderes; às 14 horas, reunião de votação em plenário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o relatório vai ser entregue hoje, o relatório da LDO?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estará pronto hoje e será distribuído para todos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

Correspondência dada como lida, em 14.07.2015:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GLC nº 022/2015, de 07 de julho de 2015, do Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador José Pimentel, indicando o Senador Walter Pinheiro como representante da Liderança na CMO.
2) Ofício nº 263-L-2015/Democratas, de 08 de julho de 2015, do Líder, Deputado Mendonça Filho, indicando o Deputado Elmar Nascimento como representante do Colegiado de Líderes na CMO.
3) Of. Pres. Nº 189/15-CFT, de 10 de julho de 2015, da Presidente, Deputada Soraya Santos, convidando os membros da CMO para participarem da Reunião de Audiência Pública com o Advogado Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams, para "discutir as manobras fiscais adotadas pela gestão econômica federal, em especial sobre os atrasos dos repasses de recursos a bancos públicos federais".
4) OF/BANCAP/005/2015, de 09 de julho de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, encaminhando sugestões de emendas à LDO.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, à Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU, de 8 de julho de 2015:
1) Aviso nº 724/2015 (Acórdão 1.609/2015): Irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em 15.07.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Há quórum constante no livro de registro para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Eu tenho uma pergunta a fazer: é possível fazermos a votação em bloco dos acordos que foram feitos na reunião de Líderes?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Fazer uma leitura aglutinada?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cada uma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Fazer a leitura item por item, não é, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Item por item.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Ofício nº 21, de 2015, do Congresso Nacional. Autor: Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Tirando o IBGE e ficando um requerimento amplo para falar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é esse o do IBGE. Não, não é esse.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esse é o requerimento que não está aqui nessa pauta que foi distribuída? Ele está em qual item?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, ele é o item 5.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Item 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o item 5. Objeto do acordo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O primeiro a que V.Exa. se refere é o item 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Item 5. Eu vou ler concomitantemente, que é melhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu só faria um pedido. Eu concordei a princípio, mas quando eu falei que era importante destacar cada um, tenho a impressão de que não haverá essa questão nos outros. Mas eu tenho uma recomendação da minha bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, com esse, na verdade, V.Exa. não concordou. Eu li errado. Na verdade, V.Exa. disse que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu concordei com relação ao item 5. Eu só não concordo com a votação em bloco, porque nós vamos votar contra e destacar, justificar por quê. Nós não vamos obstruir. Então, talvez, ainda que de uma forma muito rápida, pelo menos no que depender de nós, se for colocando cada um desses itens em votação, talvez seja mais prudente do ponto de vista regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou ler os demais requerimentos.

O Requerimento nº 9 é do Deputado Edmilson Rodrigues, que requer a realização de audiência pública para debater o corte orçamentário. E ele explicita o IBGE Aqui nós temos um problema, eu queria ressaltá-lo. Como o autor não está presente, nós não podemos fazer isso, a não ser que haja um Relator *ad hoc* que se responsabilize. Não é a praxe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Melhor retirar de pauta, então.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos retirar de pauta.

O item 10 é o Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Izalci, que solicita que sejam convocados o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos sobre a venda de dólares falsos em agência do Banco do Brasil, em Recife. Ele transformou o requerimento de informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente. Ele nos delegou — podemos assinar junto com ele, pois ele não está aqui presente — a transformação do requerimento de solicitação de informações ao Banco do Brasil e ao Banco Central a respeito do episódio. Então, solicitamos que seja transformado em uma solicitação de informação ao Banco do Brasil e ao Banco Central a respeito do episódio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Item 12. Relatório quadrimestral de prestação de contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde — SUS, referente ao segundo quadrimestre de 2013. Esse, em comum acordo, foi aprovado por V.Exas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu fiz o relatório de resultados e impactos referente ao primeiro semestre de 2014 e a programação de

financiamento para 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. São esses os itens que tiveram acordo entre V.Exas.

Para fazermos a votação em bloco, eu tenho que ressaltar algo. Vamos votar a inclusão de todos esses requerimentos na pauta. Já foram lidos os requerimentos. Vou colocar em votação a inclusão na pauta. Todos estão de acordo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovado.

Esse primeiro, Deputado Domingos Sávio, que V.Exa. pediu que fosse retirado da pauta foi aquele Relatório Gerencial Trimestral do BNDES.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Retirar e votar contra...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer que o coloque em votação?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Solicito a V.Exa. que coloque em separado a votação, para que nós possamos registrar o nosso voto contrário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos iniciar por ele.

Eu concedo a palavra a V.Exa. para discutir este requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Sra. Presidente, o requerimento nos traz o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES.

Na oportunidade, em nome da bancada do PSDB na Câmara, eu quero registrar que nós entendemos que falta hoje transparência, especialmente com relação às informações que são trazidas ao Congresso Nacional quanto às operações do BNDES.

Recentemente, nós tivemos, durante a tramitação de uma medida provisória, uma emenda do Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB, que foi aprovada quase que por unanimidade desta Casa, a Câmara, e pelo Senado. Infelizmente, foi vetada pela Presidente Dilma. Os vetos continuam sem apreciação. Nós haveremos de nos esforçar para derrubar o veto. E essa emenda à qual eu me refiro estabelecia que o BNDES desse conhecimento a esta Casa com relação às operações, especialmente às operações feitas com outros países, dando mais clareza sobre as condições contratuais, as razões e quais os benefícios poderiam gerar para a economia brasileira.

Nós estamos falando de dinheiro do povo brasileiro. Nós estamos falando de recursos num País que vive uma grave crise econômica, num País que tem cortado o dinheiro da saúde, da educação, de investimentos públicos. O nosso principal banco de fomento faz empréstimos a juros subsidiados a outros países. E percebemos com clareza uma condução ideológica para esses empréstimos. Se fossem empréstimos que guardassem uma relação com os interesses nacionais, acredito eu que seriam justificáveis com facilidade. Como não são justificáveis, o Governo atual tenta fazer uma caixa-preta. A única justificativa, ao que parece, para alguns deles é por se tratar de alguns países cuja linha ideológica aproxima-se mais das linhas marxistas, do comunismo propriamente dito e que gozam de simpatia do Governo do PT. Isso, no nosso entendimento, é um atentado contra a soberania nacional, é um atentado contra o interesse do povo brasileiro, o Brasil financiando projetos político-ideológicos fora do País, com o sacrifício do povo brasileiro. E nós queremos mais transparência no BNDES.

Aliás, já passou da hora de se instalar nesta Casa a CPI do BNDES — as assinaturas foram colhidas, e ela se encontra pendente de ser implantada —, para abrir para o povo brasileiro o que acontece no BNDES. Afinal de contas, eu repito, é dinheiro público.

Por isso, nós vamos votar contra este relatório, registrando que nós entendemos que, hoje, o principal banco de fomento do Brasil não tem servido exclusivamente aos interesses do povo brasileiro e, sim, a alguns interesses do PT e de seus aliados fora do Brasil.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, posso discutir também?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator *ad hoc* vai fazer a leitura. Ele estava votando a inclusão do requerimento, porque era contra nesses termos. Ele lê o relatório, e V.Exa. discute.

Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro, para fazer o encaminhamento do relatório.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Coincidentemente, o Deputado Domingos Sávio atacou o comunismo. E eu sou do Partido Comunista do Brasil. Mas, com certeza, ele não atacou o PCdoB. São lutas ideológicas latino-americanas.

Quero ir direto ao voto.

"A mencionada Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, determina que:

"Art. 1º.....

§ 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, Relatório Trimestral pormenorizado sobre as operações realizadas, indicando, entre outras informações, quantidade e valor das operações de financiamento realizadas, detalhadas por modalidade de investimento, setor produtivo beneficiado e localização dos empreendimentos; e estimativa dos impactos econômicos gerados pelos projetos, principalmente em termos de geração de emprego e renda, resguardado o sigilo bancário."

Vale registrar a boa qualidade técnica do Relatório Trimestral referente ao primeiro trimestre de 2015, que atende às exigências do dispositivo legal.

Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 21-CN, de 2015, dê por cumprido o disposto no art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948/2009 e determine o arquivamento do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2005.

Deputado Luiz Carlos Busato, Relator"

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, quero ressaltar a nossa insatisfação com a dificuldade que nós temos tido em acessar contratos que têm sido colocados como secretos ou com alguma prioridade que não coloca o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na condição que nós esperamos

que ele tenha que desenvolver, para atender àqueles que precisam se desenvolver no ambiente social. Temos contratos em que há dúvidas e questionamentos feitos.

Como o Deputado Domingos Sávio fez, nós também fizemos uma avaliação. Foi feito um projeto, um adendo dentro da medida provisória pelo Deputado Alfredo Kaefer, para que pudéssemos dar transparência a esse banco. Como é feito por dinheiro público, não há nenhuma razão, no nosso ponto de vista, para haver algum contrato de alguma forma sigilosa, uma vez que o dinheiro é público e deve ser tratado com transparência.

Então, não entendemos por que, depois de ser aprovada pela Câmara e pelo Senado essa medida, a Presidente vete algo que é de vontade da maioria do Congresso.

Por não entender isso e não entender o veto dela, não sei o que tem de tão secreto que não pode ser transparente. Portanto, não é um questionamento sobre a medida do relatório que está entre a lei, mas sim o que não está no relatório que nos preocupa.

Então, nós vamos fazer o voto aqui pela bancada contrário ao posicionamento e à maneira como o BNDES tem agido, porque não trata o dinheiro público com a transparência com que nós achamos que deve ser tratado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Votos contrários do Senador Paulo Bauer, do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós não estamos vendo o quórum, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O quórum aqui são dois: eu e ele.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Quarenta e nove por cento são contra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovado o relatório.

Foi retirado de pauta o Requerimento nº 9. Eu queria frisar aqui bem que o requerimento do Deputado Edmilson Rodrigues foi retirado da pauta.

Agora vamos votar os demais itens da pauta em bloco. Querem que eu releia novamente?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, só que V.Exa. indique. Parece que são só o nº 12 e o nº 13, ou melhor, o nº 10, com a modificação que houve, que passa a requerimento de informação, os nºs 12 e 13, o nº 11 está fora também.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O nº 11 está fora? Ah, é do Deputado Zeca Dirceu, que tem que fazer...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, eu acabei de assiná-lo e o estou encaminhando à Mesa. Eu recebi a informação do acordo dos Líderes e estou cumprindo o acordo, conforme foi estabelecido, retirando o representante do TCU da referida audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixamos apenas a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, e do Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Há acordo. Podemos votar em bloco.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, foi retirado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Inclusive, Sra. Presidente, eu acho que fica a possibilidade de estar também nessa audiência o Secretário do Tesouro Nacional. Ele deverá vir aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na discussão que houve, sugeriram que viessem os dois Ministros, em primeiro lugar, e, em separado, o Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Secretário do Tesouro Nacional virá em separado. Ele virá para uma audiência específica, onde vai tratar de vários outros itens, inclusive do futuro. E para essa matéria são duas audiências.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A proposta é que o Ministro do Planejamento trate de vários itens — trate dos cortes orçamentários; trate de atender ao Requerimento nº 9, do Deputado Edmilson Rodrigues; trate não só do IBGE, mas que ele explique o motivo de todos os outros órgãos terem cortes no

Orçamento — e que o Secretário do Tesouro Nacional possa estar junto com ele, na mesma audiência. Essa é a minha proposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta do Deputado Jaime Martins é que essa audiência com o Ministro Luís Inácio Adams e com o Ministro Nelson Barbosa seja feita em conjunto com o Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perdoe-me a colocação. Eu estou entendendo que, em primeiro lugar, esse é o requerimento do Deputado Zeca Dirceu, especificamente. Antes havia a questão do Ministro do TCU, que já está acordada, está fora.

Eu entendi que a pauta proposta pelo Deputado Zeca Dirceu, com o Ministro Nelson Barbosa e com o Ministro Luís Inácio Adams, trataria de fazer uma discussão pontual com eles em relação ao problema das contas, que estão em vias de serem rejeitadas pelo TCU, pelo menos existe um parecer preliminar pela rejeição. Pois bem, eu entendo que a presença aqui do Secretário-Geral do Tesouro Nacional, em primeiro lugar, é em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal e tem também outra natureza. Ela nem é objeto de requerimento, é objeto de um comando legal, cujo acordo já foi feito há alguns minutos antes, quando a Presidente se dirigiu a nós, com a assessoria do Secretário do Tesouro, combinando para em torno do dia 10 a 12 de agosto.

Eu entendo que não é apropriado o incluirmos nesse requerimento, porque dependeríamos da agenda de dois Ministros. No caso do Secretário do Tesouro, nós precisamos fazer uma discussão mais técnica com ele aqui. Acho muito louvável a vinda do Ministro do Planejamento e do Ministro da Advocacia-Geral da União, se o Secretário do Tesouro quiser vir também, que venha, mas são situações distintas.

Eu não gostaria de fazer a discussão que é afeta aos três itens, o de nº 2, o de nº 3 e o de nº 4, dando-lhe uma conotação que, inevitavelmente, ficará mais política com os dois Ministros. Eu acho que, como o comando da Lei de Responsabilidade Fiscal é do Secretário, a forma de condução da audiência será diferente, na minha expectativa.

Então, Deputado Jaime Martins, não é que eu esteja discordando de V.Exa., é que estou enxergando duas situações diferentes. Eu acho que manter o Secretário

do Tesouro numa reunião específica, para cumprir o preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, é imprescindível. Se quiserem incluí-lo nessa outra audiência, eu não tenho objeção. Eu só não abro mão do que já está acertado, de que ele virá especificamente para cumprir o preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Precisamos esclarecer que há um equívoco aqui. O requerimento do Deputado Zeca Dirceu acrescentava o ex-Presidente do TCU Augusto Nardes, requerimento que ele retirou. A presença do Secretário do Tesouro já foi aprovada anteriormente, por meio de requerimento do Deputado Izalci.

Então, sem prejuízo, nós vamos colocar o requerimento do Deputado Zeca Dirceu de pedido de inclusão na pauta, para que possamos votá-lo.

Com a palavra o Deputado Paulo Bauer.

O SR. DEPUTADO PAULO BAUER - Sra. Presidente, era só para registrar que, de fato, o requerimento que o Deputado Izalci e eu havíamos apresentado previa o convite ao ex-Secretário do Tesouro Arno Augustin e também outro convite ao atual Secretário do Tesouro para aqui comparecerem, independentemente desse comando legal. Portanto, não há por que votar um novo requerimento se já há um aprovado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só quero deixar claro o seguinte: o Deputado Jaime Martins está sugerindo acrescer o Secretário do Tesouro nesta audiência com o...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Se a Sra. Presidente me permitir, eu quero debater.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Na verdade, a convocação do Ministro Nelson Barbosa já está feita, inclusive pelo Deputado Izalci. O Secretário do Tesouro tem a obrigação de vir pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e já foi aprovado também um convite a ele. Eu acho que seria proveitoso para os trabalhos desta Comissão, que está assoberbada, que a audiência fosse feita em conjunto.

Quanto ao Chefe da Advocacia-Geral da União, ele esteve aqui ontem e fez uma audiência pública de várias horas. Não sei se faz sentido chamá-lo novamente para tratar de um assunto de que ele tratou ontem.

Eu acho que seria razoável, sem querer contrapor o requerimento do Deputado Zeca Dirceu, convidar o Ministro do Planejamento. E que ele venha, se achar adequado, com o Secretário do Tesouro. Na verdade, a Lei de Responsabilidade Fiscal fala que ele tem que vir três vezes, ou seja, ele virá e depois terá necessariamente que vir novamente aqui, até o final do ano, por três vezes.

Isso é apenas para dar mais celeridade às nossas audiências públicas. Nós sabemos que a Comissão trabalha com um espaço estreito, a pauta do plenário está muito cheia, a desta Casa e a do Senado, e temos um Congresso ávido por muitos assuntos a serem votados. Isso é só para ser um pouco mais racional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Cabe um histórico sobre o que motivou o requerimento. Ele foi motivado por outro requerimento que já está aprovado aqui para a presença do representante do TCU. Em princípio, a ideia era de que se fizesse tudo junto, porque eu acho que a Comissão teria uma oportunidade de ouvir tanto o TCU, quanto o Ministério do Planejamento e o Advogado-Geral da União.

A Liderança do Governo pilotou com os Líderes um acordo. Por mais que eu continue achando que o ideal seria estarem TCU, Planejamento e AGU juntos, eu estou abrindo mão da vinda junto com o TCU e mantendo apenas os dois.

Queria fazer um apelo ao Deputado Jaime. Acho que temos um foco único, exclusivo e importante, que é esse esclarecimento que os Ministros já estão fazendo em outras Comissões e para as bancadas partidárias, mas que vão ter a condição de fazer aqui para quem mais precisa ouvir os esclarecimentos — e eu estou muito convencido deles: a Comissão de Orçamento.

Então, eu queria que mantivéssemos apenas esse foco, com os dois, não prejudicando outros requerimentos, a vinda do Secretário do Tesouro ou outros debates, porque vamos poder fazer isso tanto aqui, na Comissão, como em outras Comissões.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria fazer esse apelo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei se V.Exa. aceita uma sugestão. Na verdade, Augusto Nardes não é mais Presidente do TCU, mas, sim, Aroldo Cedraz. A ideia de V.Exa. é de todo válida e importante. Se V.Exa. quiser fazer um requerimento com essa finalidade, acompanhado de qualquer outra personalidade que possa conjugar o interesse da audiência, acho que deveria fazê-lo.

Vou colocar em votação o Requerimento de Inclusão na Pauta nº 10, de 2015, do Deputado Zeca Dirceu, que retira a presença do ex-Presidente do TCU e deixa apenas o requerimento que está sobre a mesa, em que solicita a participação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, e do Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, em audiência pública, objetivando a prestação de informações sobre as contas do Governo Federal referente ao exercício de 2004.

Esse é o objeto do acordo feito na reunião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deve ser referente a 2014.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Referente a 2014.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. É o que foi acordado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação o requerimento de inclusão do autor, Deputado Zeca Dirceu.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, vamos votar com a inclusão desse item que eu na hora não li, porque estava prejudicado. Novamente, o nº 9 foi retirado, o nº 5 já foi votado, contrários os Deputados e Senadores que citei. Há o Requerimento nº 10, que é o 8/15, transformado o requerimento em solicitação de informações. Sobraram apenas o item 12 e o item 13, que nós vamos votar em bloco. O item 12 é um Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde — SUS referente ao segundo quadrimestre de 2013, e o item 13 é o Relatório

de Resultados e Impactos, referente ao primeiro semestre de 2014, e a programação de financiamento para 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, agora incorporado ao item 11.

Vamos fazer uma votação em bloco. Aqueles que apoiam a votação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quero contar com o compromisso de V.Exa. e dos demais de que este procedimento é uma concessão, por acordo unânime, de fazermos votação em bloco, porque não há uma previsão regimental para isso. Eu não quero, de maneira alguma, voltar atrás no que dissemos — vamos votar em bloco —, só deixo o fato registrado, para que isso não passe a ser um procedimento, como se o acordo valesse para situações futuras. Conto com a compreensão de V.Exa.

Nós vamos nos manifestar favoráveis a todos os itens que estão sendo colocados em bloco, com essa ressalva de que esse não é um procedimento que passe a se instalar na Comissão, a menos que haja consenso, como o que está havendo hoje.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente por haver consenso é que nós estamos fazendo isso. Esse não é um procedimento normal, pelo contrário. Se nós ficarmos debatendo requerimento a requerimento, jamais chegaremos a qualquer matéria realmente importante aqui, na Comissão.

Em votação os requerimentos mencionados e esclarecidos ao Plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria, no final da reunião, esclarecer que nós vamos, hoje, às 17 horas, entregar o relatório da LDO e teremos, amanhã, uma reunião, às 13 horas, em que nós tomaremos, juntos, Deputado Domingos Sávio, a decisão em relação à votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É preciso que todos os Líderes se manifestem, para que possamos dizer que nós cumprimos a nossa finalidade. Daqueles impedimentos que naturalmente serão colocados, V.Exas. estão conhecendo as dificuldades que nós estamos tendo aqui na Casa e fora dela.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu queria fazer uma proposição a esse respeito, com relação à LDO. Eu compreendo perfeitamente que o Relator vai fazer um grande esforço para entregar esse relatório hoje, até às 17 horas — ou seja, ele será publicado hoje, às 17 horas. Sei da enorme preocupação, Presidente, de V.Exa. em fazer cumprir os prazos regimentais, em tentar votar esse relatório da LDO. Existem milhares de emendas, e o Relator está dando uma peneirada. São emendas individuais que tratam, às vezes, de questões de menor importância, de questões regionais, mas sempre há três ou quatro pontos que são fundamentais, que são os mais importantes, em relação à execução provisória de orçamento e outras coisas mais.

Queria propor que, entre 17 horas de hoje e 13 horas de amanhã, quando estará reunido o Colegiado de Líderes, a Oposição e, naturalmente, o Governo também, pelo seu lado, possam avaliar esses pontos que são os fundamentais, para que, eventualmente, o Relator, se tiver que fazer algum ajuste, possa fazê-lo rapidamente, para tentarmos votar esse relatório amanhã, sem prejuízo de que o Relator possa, posteriormente, fazer algum aditivo de voto nas coisas que não sejam tão importantes. Mas que possamos cumprir regimentalmente o prazo, o que é uma obrigação não só da Presidente, mas de todos nós que fazemos parte desta Comissão.

Então, fica essa sugestão. Obviamente, isso só poderá ser votado se houver acordo, sabemos disso — sem acordo, não se vota —, mas sugiro que façamos todos esforço no sentido de tentar entrar em acordo, no Colégio de Líderes, e, depois, na sequência, vir aqui para podermos votar a LDO e entregarmos ao Presidente do Congresso o relatório votado, para que ele possa, se quiser e se conseguir o quórum, votá-lo também no plenário do Congresso.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Gorete Pereira está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O que eu estou ouvindo na Casa é que, realmente, pela manhã, estará todo mundo, até 11 horas, já indo embora, todos os Deputados. Não haveria condições de esse relatório ser entregue às 17 horas e de se fazer essa reunião à noite, hoje, para se tentar, com esta reunião à noite, já cumprir um preceito, enquanto não começasse a Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há previsão da Ordem do Dia e do término da sessão que está convocada para a Câmara dos Deputados?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente, ainda falta uma pauta na Câmara para ser votada. Não podemos deliberar aqui se estiver acontecendo a Ordem do Dia no plenário. Então, hoje à noite a reunião fica prejudicada.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A reunião que ela está propondo é a reunião de Líderes, na verdade. É para tentar fazer o acordo, não é? É uma reunião formal, de Líderes.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Reunião de Líderes para tentarmos acordar e votar quem sabe amanhã, logo no começo da reunião.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Marcaríamos a reunião para amanhã cedo.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Marcaríamos para amanhã cedo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ver se todos estão de acordo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, nosso esforço sempre será dentro daquele espírito que já deixamos claro, de interesse nacional, mas nós estaremos cautelosos, para também não fazermos uma aprovação açodada, sem conhecer o relatório, é claro. E eu sinto que isso é algo que alcança todos os Deputados desta Comissão.

Então nós vamos concordar — até porque já ficou deliberado na última reunião que a suspensão se daria apenas dentro de um processo consensual — com a suspensão até amanhã. Se amanhã tivermos evoluído para algum entendimento, nós poderemos retomar os trabalhos em qualquer momento que

V.Exa. convocar. Se V.Exa. convocar para hoje à noite, eu estarei aqui, se convocar para amanhã de manhã eu estarei, se for amanhã à tarde, eu estarei também.

Agora, eu só não acho prudente nós deixarmos isso em aberto indefinidamente. Então, seria até amanhã. Se, porventura, houver até um fato novo, e viermos aqui na segunda-feira, quando já terá sido concluído o prazo regimental de 3 dias, teríamos que ter uma abertura dos trabalhos por V.Exa. amanhã e deliberarmos em conjunto o acordo para segunda-feira.

Então, eu concluo dizendo a V.Exa. que neste espírito de entendimento nós concordamos com a suspensão dos trabalhos por ora, estando os Deputados do PSDB — e eu acredito que é o sentimento da Oposição — abertos ao diálogo, com o propósito de cumprirmos a nossa missão, mas teremos que fazê-lo após conhecermos o relatório, após termos clareza de que ele está em condições de ser votado.

Pode ser até que isso ocorra amanhã, ou talvez tenhamos que vir aqui na segunda-feira e cumprir o prazo regimental. Só não podemos concordar com o seguinte: encerra-se hoje e fica em suspenso, e de repente — e nem seria o estilo de V.Exa. — teríamos aqui uma reunião no decorrer da semana que vem ou em outro momento, ou no início de agosto, sem verificar novo quórum. Então, até amanhã o quórum que está ali registrado vale. Se nós não concluirmos até amanhã, fica encerrada a reunião e iniciamos em agosto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa., com certeza, mais uma vez está correto. Eu queria apenas dizer que eu não sei se é plausível uma reunião hoje, às 19 horas, de Líderes. Mas podemos consultar, porque, se por acaso as pautas da Câmara e do Senado se esvaziarem — como aconteceu ontem, quando nós tivemos uma votação —, nós poderemos nos reunir hoje. Vamos tentar fazer esse chamado para a reunião das 19 horas, porque poderíamos adiantar a discussão. Se não for possível, agora eu pergunto o que faremos, tendo em vista que a Câmara vai dispensar os Deputados e as Deputadas em torno de 11 horas.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sr. Presidente, há sete destaques na Câmara hoje, PEC com votação nominal. Hoje, na Câmara, vai ser impossível. Oito votações nominais, com 308 votos. Não tem jeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Faremos a reunião então amanhã? Amanhã cedo, seria possível? Às 9 horas?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sim. Façamos pela manhã. Faz sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos aceitam 9 horas?

Aceita, Deputado Jaime? Às 9 horas da manhã nós teremos uma reunião no Colégio de Líderes. Cancelamos a reunião que estava convocada para hoje às 18h20min. Teremos às 9 horas a reunião de Líderes e, em seguida, o plenário.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida, em 15.07.2015:

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício-Circular GPE N.º 116/15, do Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, Sr. Antonio Lino da Silva, encaminhando o autógrafo da Moção Nº 032/15, de autoria do Vereador Caio César Machado da Cunha, como forma de repúdio à sanção proferida a Excelentíssima Senhora Dilma Roussef, Presidente da República, pela emenda ao Orçamento Geral da União que triplicou o valor destinado ao Fundo Partidário.

Em16.07.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a quinta reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para a deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada pelo correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Há sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta do Ofício Conjunto nº 03, de 2015. Trata-se de uma errata de autoria da Consultoria de Orçamento e

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O requerimento, de 27 de maio, propõe correção de erros materiais verificados no processamento da emenda apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, conforme Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.

Vamos colocar o requerimento em discussão? *(Pausa.)*

Alguém gostaria de discutir o requerimento aqui apresentado? *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio, é uma errata.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De minha parte não há necessidade, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há necessidade.

Deputado Domingos Sávio? *(Pausa.)* Abre mão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do Ofício Conjunto nº 3, de 27 de maio de 2015, que propõe a correção dos erros materiais verificados no processamento da emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014. A autoria também é das Consultorias de Orçamento das duas Casas.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre a mesa requerimento, de autoria do Senador Acir Gurgacz, para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2015, do Congresso Nacional.

Designo o Senador Hélio José para fazer a leitura.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Bom dia a todos.

Realmente, estas Casas, tanto Câmara quanto Senado, estão em um ritmo intenso, alucinante. Eu estou acabando de sair da CPI do CARF. O tempo para todos nós está muito curto. Peço até desculpas pela ausência em alguns momentos importantes desta Comissão.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado no Projeto de Lei nº 3, de 2015, do Congresso Nacional, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Apreciação do relatório apresentado no Projeto de Lei nº 3, de 2015, que altera o Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. (Relator: Acir Gurgacz)

Foi apresentada uma emenda.

Voto

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada. Pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada.

Na continuação da quarta reunião extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, o relatório foi aprovado, ressalvado o único destaque apresentado.

Durante a votação do destaque, o Deputado Izalci solicitou verificação de votação.

Realizada a verificação, o Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins, informou que não havia quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e encerrou a reunião.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do requerimento que altera o Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Vamos votar a inclusão na pauta.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agora vamos votar o requerimento, cujo Relator foi o Senador Acir Gurgacz.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós vamos direto ao destaque, não é, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos direto ao destaque.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O relatório já foi aprovado. Agora é o destaque de nossa autoria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento já foi votado.

Em votação o Destaque nº 1, de autoria do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Izalci.

A Emenda nº 1 é de autoria do Deputado Domingos Sávio.

O destaque, com o voto do Relator pela rejeição, está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

V.Exa. gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu peço a palavra apenas para fazer uma explicação breve aos colegas e, obviamente, pedir o seu apoio.

Esse PL 3/2015 volta como fruto de um acordo que celebramos. Nós mantemos a disposição da nossa parte de dar sequência a todos os procedimentos. Acordo se constrói quando se entende que o interesse comum deve prevalecer sobre as divergências pontuais. Neste caso, o interesse comum nos conduz à preocupação e ao compromisso de aprovar as matérias relevantes da pauta. Já aprovamos algumas ontem, fruto de acordo.

Temos que, obviamente, ainda hoje, construir alguma metodologia para aprovarmos, em momento oportuno, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós incluímos no acordo, com a aquiescência dos pares, a aprovação da nossa emenda.

Superamos a divergência quando eu tive a oportunidade de demonstrar a todos os colegas, inclusive ao Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que a nossa emenda é autorizativa e vai ao encontro de uma situação que está precisando ser resolvida.

O Relator do Orçamento do ano passado, Senador Romero Jucá, criou uma rubrica no Orçamento e ampliou dotação orçamentária própria para podermos ter a contratação de concursados do Banco Central. Obviamente, nessa área interessa ao Governo ter gestão plena, com os seus respectivos concursados.

A LDO de 2015, que está sendo adequada neste PL 3, não tem o dispositivo que tinha, que o próprio Senador Romero Jucá colocou de forma impositiva para que houvesse as contratações, e foi vetado.

O que nós estamos fazendo é adequar na LDO de 2015 para que o Governo possa contratar os concursados, conforme a rubrica orçamentária que já está criada.

Obviamente, nós compreendemos que existe um momento de ajuste fiscal, mas nós deixaremos, com essa emenda aprovada neste acordo com os colegas, o Governo a cavaleiro. Se, no decorrer do ano, até o final do ano, o Governo tiver a possibilidade de começar essas nomeações, já tem dotação orçamentária e terá também um comando na LDO para fazer isso.

Então, eu faço um apelo aos colegas, em nome do acordo que fizemos, para que o nosso destaque seja aprovado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque, com o voto do Relator pela rejeição, está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, para aprovar o destaque nós temos que nos manifestar. É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Faço um apelo aos pares, em nome do acordo, para que nós possamos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos explicar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O destaque é a quê? À LDO?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está aprovado, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está aprovado o destaque.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não entendi. Destaque a quê?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Destaque ao PL 3, não é à LDO. Nós não estamos votando a LDO. Nós estamos votando um PL relativo à LDO de 2015, aprovado em 2014, entendeu, Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. não explicitou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esse PL 3 veio enviado pelo Governo. Nós acrescentamos uma emenda que corrige um problema, dando ao Governo condições de contratar os concursados do Banco Central, conforme dotação orçamentária que o Senador Romero Jucá já deixou no Orçamento de 2015.

Então, não tem nada a ver com a LDO do próximo ano, que não está nem em discussão ainda.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É que V.Exa. não especificou qual era a LDO.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É simples.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós estamos nos referindo a uma emenda à LDO passada, que já está vigente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB apoia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que quiserem votar contra o voto do Relator, que foi pela rejeição, se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o voto do Relator e aprovada a emenda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A emenda do Deputado Domingos Sávio é uma emenda de caráter autorizativo.

Eu, inclusive, tenho dúvida a respeito da eficácia desse tipo de emenda No processo de uma maneira geral, até porque o Anexo V do Orçamento, a LDO já

definem valores, o número de pessoas que podem ser chamadas no concurso e assim por diante.

O Deputado entendeu importante incluir uma emenda de caráter autorizativo que admite ao Governo, se quiser, fazer aquilo que, do meu ponto de vista, ele já pode.

Mas, se do ponto de vista político para a Oposição era importante aprovar essa emenda, dentro do espírito de acordo que possibilitou a votação de várias outras matérias, nós concordamos para que essa matéria pudesse ser votada, por entender que ela é muito mais um gesto político da Oposição do que propriamente algo que terá relevância do ponto de vista da despesa do País.

Por isso o nosso acordo, a nossa concordância.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero, inclusive, ressaltar que essas emendas não são apenas sugestivas, fazem o Governo refletir, e foram feitas com total responsabilidade, inclusive pelo momento atual.

Parabenizo o Deputado Domingos Sávio.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É de grande relevância essa emenda do Deputado Domingos Sávio. Tem o meu apoio. Eu sou servidor público federal. Sei o quanto é importante para o Banco Central ter a possibilidade de aproveitar esse concurso que fora feito.

O Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo, tem razão quando diz que o Governo tem autorização para fazer, mas não custa deixarmos consignado que esta Comissão vê como de grande relevância a contratação dos concursados do Banco Central.

Então, eu quero me manifestar pela rejeição do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovada, no Senado Federal, a emenda do Deputado Domingos Sávio.

Eu gostaria, se me permitem, encerrando esta sessão, de falar sobre o acontecimento que envolve a LDO.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ontem foi entregue, por volta de 11h40min, o relatório do Deputado Ricardo Teobaldo. Ele tinha o prazo de 3 dias anteriores para entregar o relatório, o que daria prazo suficiente para nós votarmos.

No entanto, isso não aconteceu — o relatório foi entregue ontem. Entenderam os colegas e membros desta Comissão que não tinha prazo para ler o relatório, tomar conhecimento dele e discuti-lo a contento, uma vez que houve várias alterações e várias propostas feitas pelo Relator, inusitadas.

Então, eu quero propor ao Plenário que reflita sobre essa situação e apresente uma proposta do que acham que deve ser feito.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. Em seguida, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ilustre Relator, inicialmente, quero registrar o nosso reconhecimento pelo esforço do Relator. Essa é uma matéria complexa, difícil, e nós vivemos um cenário de intenso debate no País acerca de algumas questões que estão presentes na LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No entanto, existem, do meu ponto de vista, duas questões quase intransponíveis. Primeira: nós já estamos praticamente em uma situação em que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal têm um cronograma para o próximo período em que as Casas se organizam de modo que os senhores Parlamentares não estarão em Brasília nas próximas duas semanas.

Nós temos uma questão regimental: nós precisamos de um tempo hábil de pelo menos 72 horas para que os senhores Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras conheçam a LDO. Nós estamos tratando aqui da lei que define os parâmetros macroeconômicos, que terá imensa repercussão na economia do País no ano que vem.

Portanto, não podemos votar uma matéria como essa sem que a Casa e a sociedade a conheçam, porque as questões que serão decididas aqui vão para muito além do Parlamento.

Três questões, ilustre Relator, me levam a reafirmar a minha convicção de que precisamos ampliar esse debate antes da votação de seu relatório. A primeira

delas: V.Exa. está trabalhando com uma meta de superávit para o ano que vem de 2%, número que inicialmente estava na proposta do Governo.

Todos nós estamos acompanhando o grande debate que hoje se faz no Brasil a respeito do desempenho da nossa economia, do resultado da receita neste ano, dos números do esforço do ajuste fiscal que o Governo tem feito para conseguir cumprir a meta por nós aprovada no ano passado e incluída na LDO deste ano.

O próprio Governo tem dado sinais de que está fazendo uma discussão, que ainda não está madura, a respeito de uma meta de superávit para o ano que vem.

Então, nós não teríamos, hoje ou amanhã, como votar aqui uma meta de 2%, porque isso tem imensa repercussão, que poderia levar o País para um cenário de grave recessão.

Este, portanto é o primeiro aspecto: nós precisamos aprofundar o debate da meta de superávit, e não teríamos como aprovar aqui hoje uma meta de 2% sem debater com todos os setores da economia envolvidos nessa discussão. Repito: isso vai para muito além do Parlamento — para o setor industrial, para o setor de geração de serviço. Toda a economia do País gira em torno disso, porque se reflete na meta de inflação, no câmbio e em tudo o que está envolvido no esforço que o Governo tem que fazer.

Em segundo lugar, existe um dispositivo na LDO que estabelece um equilíbrio, uma proporcionalidade no aumento da expansão da despesa de pessoal entre os três Poderes. Nós temos uma despesa de pessoal em torno de 200 bilhões de reais.

Vamos trabalhar a hipótese de que haverá aumento de despesa para o ano que vem na ordem de R$ 10 bilhões. Existe um dispositivo na LDO que diz que esse recurso deve ser distribuído de maneira equilibrada entre os três Poderes. V.Exa. está tirando esse dispositivo da LDO.

Isso tem uma repercussão enorme porque pode levar, por exemplo, a que um dos Poderes tenha um aumento desproporcional e leve todo o crescimento da receita do País, que precisa ser utilizada para pensar na totalidade, especialmente no Poder Executivo, que tem o maior número de servidores. Imaginem a hipótese de o Poder Judiciário, que representa cerca de 13% da despesa de pessoal, ter um

aumento desproporcional, que abocanhasse todo o crescimento da receita. Como ficaria o Poder Executivo? Como ficariam os demais Poderes?

Então, eu acho que nós temos que discutir muito essa questão do equilíbrio antes de tomarmos uma decisão dessa natureza, que muda a regra hoje em vigor no País.

Por fim, ilustre Presidente, o nosso Relator está trazendo uma nova questão, que tem imensa repercussão: o orçamento impositivo com emendas de bancada, na ordem de 0,8% da receita corrente líquida, impactando cerca de R$ 7 bilhões de reais ou mais. Então, aumenta-se a meta de superávit, o que significa que se vai gastar menos; desequilibra-se o controle da despesa com pessoal e aumenta-se o impositivo da emenda de bancada. Essa conta não fecha!

Então, eu faço aqui uma ponderação no sentido de que nós, Parlamentares da Base governista e da Oposição, sob a liderança da nossa Presidenta, possamos aprofundar esse debate nesse próximo período e entrar agosto com uma reflexão mais amadurecida. A partir de hoje o relatório está à disposição. As bancadas poderão fazer os destaques, construir as suas opiniões, porque o que nós estamos debatendo aqui não são questões de governo, são questões de Estado, que interessam tanto ao Governo como à Oposição, pelo reflexo que elas terão para o País.

Que nós possamos, então, entrar no mês de agosto fazendo um calendário intensivo para votar essa matéria como prioridade na retomada do trabalho legislativo do segundo semestre, Sra. Presidente.

Essa é a proposta que eu apresento e sugiro como encaminhamento para esta questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero falar do esforço que nós fizemos. Nós tivemos 5 dias úteis para analisar, sistematizar mais de 3 mil emendas. Tivemos, durante esses dias na Comissão, entendimentos, conversas com aproximadamente cem Parlamentares, cem companheiros Deputados, alguns Senadores. Conversamos com o Supremo Tribunal Federal, com

o Superior Tribunal de Justiça, com o Tribunal Superior Eleitoral, com a Câmara, com o pessoal administrativo da Câmara, com Líderes de vários partidos, e concluímos o relatório ontem à noite. Acho que o mais importante, realmente, é que o relatório seja votado após o recesso, em agosto. Teremos aí oportunidade de, na discussão, fazer os destaques, os adendos, as modificações aprovadas pela Comissão.

Foi disponibilizado ontem o relatório. Em agosto, quando voltar o período legislativo, a Comissão — analisado, já, o relatório — fará as mudanças, os adendos que tiverem de ser feitos.

Quanto à questão do superávit, o próprio Governo hoje não tem a realidade do que será esse superávit — 1, menos de 1, mais de 1. Teremos, em agosto, melhores condições de analisar essa questão.

Em relação às emendas de bancada, a baixíssima execução das emendas durante os anos anteriores nos levou a colocar essa questão de fazer emenda de bancada. E então se analisará o valor das emendas ou de qualquer forma poderão ser feitas essas emendas impositivas de bancada.

Enfim, vamos ter tempo — a Comissão vai ter tempo, os Deputados, todos os congressistas — de analisar o relatório, fazer a discussão e as mudanças, os destaques, os adendos a partir de agosto.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio e, em seguida, o Senador Hélio José e o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, de fato me preocupa muito não só a situação que vivemos, mas o caminho em que estamos, que me parece equivocado.

Antes, porém, eu quero agradecer, prezado Senador e colegas Deputados, pelo acolhimento da nossa emenda que possibilita ao Governo — com respaldo na LDO, uma vez que já há respaldo orçamentário — a efetiva nomeação de concursados do Banco Central. Nós vamos ficar torcendo para que isso ocorra para dar a essa instituição, que é uma instituição de Estado, condições de operar adequadamente, até porque a matéria que nós estamos discutindo tem uma

interface muito grande com instituições do nível de responsabilidade que tem o Banco Central.

Tratando-se especificamente da LDO, do relatório que acaba de chegar às nossas mãos, numa primeira análise, realmente nos preocupa primeiro essa insegurança — que acaba sendo um dos fatores que contribuem não só para não se sair da crise, mas também para agravá-la — que o próprio Governo transmite ao não ter clareza de qual é a expectativa para 2016. E aí fica fácil nós entendermos se analisarmos... A vida tem que ser assim: estabelece-se aonde se quer chegar tendo como referência onde se está. Se alguém não souber onde está, como pode estabelecer a perspectiva de chegar a algum lugar? Quem não sabe onde está, está literalmente perdido.

Por isso, é necessário que façamos aqui um esforço pensando no País. E é com este propósito que nós do PSDB temos procurado dar nossa contribuição: pensando no País, não apenas cumprindo nosso papel de oposição, que é legítimo, necessário. Pensando no País temos alertado para o fato de que o Governo está perdido, não sabe aonde quer chegar, porque não sabe onde é o ponto de partida.

Eu vou dar números do Governo que me chegam pelo Tesouro Nacional, resultados do Tesouro Nacional de janeiro a maio de 2015. Numa expectativa que o Governo estabeleceu de crescimento acima de 1% para este ano, vemos uma realidade de encolhimento da economia, de crescimento negativo da ordem de menos 0,57%. Os dados que ilustram isso mostram o que nós já alertávamos. É nisso que eu quero insistir, porque, ao voltarmos, em agosto, eu não tenho dúvida de que será meu dever e dos demais colegas colocar nessa LDO determinados dispositivos que de fato estabeleçam um rumo para a economia brasileira.

Quando nós fizemos isso, no ano passado, tentando incluir na LDO — e não conseguimos, fomos derrotados — que o Governo teria que ter regras impositivas de redução de determinados percentuais em gastos de custeio — emendas apresentadas pela Oposição, pelo PSDB, por mim mesmo —, nós fomos derrotados. Nós dizíamos: *"Não se alcança superávit primário se não se reduzir gastos correntes, se não se cortar na carne"*. O Governo não vai reduzir transferências aos Estados, que são constitucionais; não vai reduzir despesas constitucionais e obrigatórias; não vai reduzir uma folha de pagamento na qual há as garantias legais,

das quais nós não abrimos mão, dos servidores públicos. Então, onde o Governo vai reduzir gastos? Nas despesas suas discricionárias, nos gastos correntes. E o Governo não o fez. Eu provo e demonstro aqui com os números do próprio Governo. Nós estamos em maio. O Governo teve, no ano de 2014, uma despesa de R$ 358 bilhões e R$ 453 milhões. Ele teve agora, no mesmo período, uma despesa de R$ 425 bilhões. Em 2014 a despesa foi de pouco mais de R$ 358 bilhões e pulou para R$ 425 bilhões. Ela tem um crescimento acima da inflação. O Governo gastou mais do que a inflação oficial anunciada pelo próprio Governo nesse período. A despesa cresceu 8,2%. Infelizmente, a inflação agora, se medida em julho, já está maior, mas até maio ela era menor do que isso. Enquanto que a receita cresceu 4,7%. A receita cresceu, nesse mesmo período, de R$ 412 bilhões para R$ 432 bilhões. Portanto, o Governo está gastando mais. Estou me referindo à sua despesa total.

A transferência para Estados e Municípios foi bem menor do que o crescimento da receita. Isso mostra mais uma perversidade da economia brasileira.

Quando falamos de emenda impositiva de bancada, eu já dizia mais cedo aos colegas que é claro que gostaríamos de ver isso. Achamos que, de uma forma global, talvez não seja possível no meio dessa crise, mas, mais do que isso, seria preciso garantir um novo pacto federativo para Estados e Municípios receberem o que é justo.

Vejam o que aconteceu: enquanto cresceram 8,7% os gastos do Governo, Presidente Rose de Freitas — V.Exa. que é municipalista, que se preocupa com o seu Estado do Espírito Santo —, a transferência a Estados e Municípios, que foi de R$ 95 bilhões e 695 milhões de janeiro a maio do ano passado, cresceu apenas 1,8%, foi para R$ 97 bilhões. Ou seja, muito menos do que a inflação.

O repasse à Prefeitura tem que acompanhar a inflação, porque ela tem de pôr combustível nos veículos, pagar energia elétrica, pagar os funcionários, e está recebendo menos! Por isso estamos vendo os Prefeitos desesperados, porque o FPM — Fundo de Participação dos Municípios está caindo. E está caindo mesmo! Está aqui provado com dados do Governo. Ele está transferindo menos recursos para os Municípios e está gastando mais! O Governo gasta mais e gasta mal. De janeiro a maio ele fecha com déficit e não vai cumprir a meta fiscal. Nós vamos ter o

dever de, voltando em agosto, nos reunir aqui e dizer o que nós queremos para 2016.

Essa é a responsabilidade desta Comissão, de nós Parlamentares tanto do Governo quanto da oposição.

Quero saudar o Deputado Paulo Pimenta e dizer que acho extremamente positivo que o Governo finalmente tenha indicado um Líder com a competência de S.Exa., com o espírito público de S.Exa. para se sentar conosco e dialogar tanto com a Base do Governo quanto com a Oposição. Esta não é uma Comissão de enfeite ou de mera homologação, é uma Comissão para debater, estabelecer uma LDO que indique de fato um caminho para o País.

Penso que teremos aqui, nas primeiras semanas de agosto, o momento mais importante deste Congresso. Alguém pode dizer assim: *"Quem vai definir é o Joaquim Levy."* É claro que é responsabilidade dele e do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa — e é uma responsabilidade grande —, nos encaminhar. Mas eu diria que a responsabilidade nossa é maior, porque, se simplesmente dissermos "amém" a algo que está errado, a um caminho que não está dando certo, vamos ser coniventes com o ato de mandar o País para o buraco e de haver aqui, talvez, uma situação mais trágica do que a da Grécia. A Grécia tem indicadores sociais infinitamente melhores do que os nossos. Eles estão numa crise medonha, mas a saúde, a segurança, as condições gerais da população são muito melhores do que as nossas. No Brasil já temos indicadores sociais perversos na saúde, na educação, na segurança pública.

Se, somado a isso, caminharmos para uma quebradeira, quem vai sofrer isso — e já está sofrendo — é o trabalhador, que vai ficar desempregado, que perderá o emprego, é o cidadão, que vai ficar desesperado por ver os serviços públicos não darem a ele as respostas esperadas. Se as Prefeituras não recebem dinheiro, o posto de saúde não tem remédio, as escola não têm merenda adequada para a criança.

Esse é o mundo real que me preocupa.

Portanto, quero deixar claro que voltaremos em agosto já com um estudo profundo desse relatório e com a disposição de nos sentar com todos os pares, sejam os meus colegas de oposição ou os Parlamentares da base do Governo, para

apresentar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que aponte o caminho da recuperação do País

Infelizmente, pelos números oficiais, está provado que o Governo está perdido. Ele não está sabendo o que fazer. E a cada dia que passa a situação vai ficando pior para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero avisar que a Ordem do Dia já se iniciou. Como não estamos com matéria deliberativa, não há problema em continuarmos a sessão. Apenas para conhecimento de V.Exas.

Com a palavra o Senador Hélio José. Em seguida terá a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Obrigado, Sra. Presidente. Eu gostaria de destacar o trabalho sereno e tranquilo da nossa Presidente, também a ponderação muito adequada do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, e do Líder da Oposição, Deputado Domingos Sávio, pela serenidade de afirmar que precisamos analisar com muito mais tranquilidade e muito mais calma essa situação. A nossa responsabilidade é muito grande com o futuro do País. Os Estados — não só os Municípios — estão com muita dificuldade. Cito Brasília, porque até hoje participo toda semana do colegiado do Governo. Em Brasília não se sabe como serão pagos os salários de novembro e dezembro. É muito complicada a situação.

Quanto às inovações trazidas pelo Relator, digo que toda inovação traz pelo menos a possibilidade de uma discussão mais profunda e mais tranquila das situações.

Então, precisamos, com toda tranquilidade, aproveitar os 15 dias de recesso que teremos para nos debruçar sobre esse relatório, analisá-lo com toda calma, porque precisamos encontrar uma luz no fim do túnel nessa LDO.

Quero concordar com as ponderações do Deputado Paulo Pimenta e do Deputado Domingos Sávio e dizer que não temos realmente condições de votá-la agora. Precisamos fazer uma análise cuidadosa dessa peça.

Era o registro que eu queria fazer. Estamos juntos. E quero parabenizar a Presidente pela tranquilidade com que está conduzindo os trabalhos desta Comissão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda. Em seguida farão uso da palavra os Deputados Caio Narcio e Hildo Rocha. Em seguida encerraremos a reunião.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, quero também parabenizar o Relator pelo esforço. Mas é importante termos, sob a sua Presidência, um marco histórico do papel desta Comissão, e não apenas o papel de referendar a proposta do Governo e de se preocupar única e exclusivamente com as emendas pessoais e as emendas de bancada. A sociedade tem tido, ao longo dos anos, informações equivocadas do que significam de fato as emendas pessoais e as emendas de bancada.

As emendas pessoais nada mais são do que parte do Orçamento da União e atendem ao Município por indicação do Deputado. Geralmente, são obras necessárias, que fazem parte do programa do próprio Governo Federal, como ocorre atualmente. Hoje, 50% das nossas emendas vão para a área de saúde.

Com relação às emendas de bancada, eu disse, em uma reunião fechada desta Comissão — e vou repetir aqui —, que temos que avaliar até que ponto continuaremos com esse faz de conta. Ou seja, colocamos um valor de emenda de bancada sabendo que não será pago. Por outro lado, transformar esses valores em uma emenda de bancada impositiva seria danoso para o Orçamento da União, uma vez que não haverá recursos para cumprir o que estamos estabelecendo.

Portanto, temos que refletir sobre essa questão de emenda de bancada. Precisamos, no caso do estabelecimento da emenda de bancada impositiva, colocar um percentual dentro daquilo que vai sobrar para investimento. E, quanto aos números, eu queria apenas fazer uma correção ao que disse o Deputado Domingos Sávio. Na última reunião que tivemos com o Secretário da Receita Federal, Deputado Domingos Sávio, na verdade, constatamos que houve uma queda da arrecadação de janeiro a maio de 2015, em relação a janeiro a maio de 2014, de R$8,5 bilhões, ou seja, houve queda da arrecadação e aumento de custos.

Portanto, se esta Comissão quer assumir papel importante para a sociedade brasileira, nós temos que propor uma LDO exequível no ano de 2016, baseados naquilo que está acontecendo neste primeiro semestre de 2015. Não dá para nos

basearmos em 2014 ou nos números que foram apresentados simplesmente pelo Governo no começo do ano, mas na realidade dos números existentes de janeiro até maio de 2015, porque já estão disponíveis os dados da Receita Federal, do Tesouro, dos Ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, da Fazenda e do Planejamento, respectivamente.

Então, Sra. Presidente, vamos trabalhar arduamente e não homologar uma proposta do Governo com números fictícios, mas uma proposta exequível, que nós possamos apresentar para a sociedade e da qual, no ano que vem, tenhamos condições de exigir do Governo o cumprimento.

Quero manifestar o meu apoio àquilo que já estava na LDO, que é a distribuição equitativa dos recursos destinados à ampliação da folha de pagamento do Governo para os três Poderes. Essa é uma forma justa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de parabenizar o Deputado Edmar Arruda pelas colocações feitas na nossa reunião e as ponderações muito equilibradas, que nos levam a refletir sobre a responsabilidade que temos neste capítulo da história de crise e ajuste do Brasil. Parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, quero parabenizar o Relator por ter conseguido concluir em tempo muito curto o seu relatório no projeto de lei da LDO para 2016. E parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos.

O que o Deputado Domingos Sávio disse é, de fato, preocupante, à luz dos números apresentados pelo próprio Governo, no que diz respeito às despesas. Fica comprovado que o Governo não está conseguindo controlar as suas despesas. As despesas de custeio, de mais fácil controle, que basta apertar o cinto, eles não estão conseguindo controlar.

E o pior é que as despesas de capital, que fazem com que a economia gire, estão diminuindo. Podemos observar aqui que houve redução das despesas de capital de R$ 38 bilhões, em igual período de 2014, para R$ 24 bilhões. É uma

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

diminuição, Sra. Presidente, membros desta Comissão, de 37% em relação ao ano passado. Ou seja, o Governo está deixando de investir 37%, de janeiro a maio, em relação a igual período do ano passado, o que aprofunda a recessão no País, gerando desemprego, aumento da inflação e uma crise cada vez pior.

Se continuar o Governo com gastos descontrolados, apertando o trabalhador e os empresários, o País vai terminar o ano muito pior do que a Grécia o começou. Infelizmente, essa é a péssima notícia que nós podemos levar para o povo brasileiro, pelo que estamos sentindo, ainda mais em um momento em que o Governo não sabe se vai haver déficit ou superávit nas contas do próximo ano, o que rendeu ao Relator um trabalho muito grande — S.Exa. não quis aqui expor essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Eu quero concluir a votação dessas matérias. Nós vamos convocar reunião ordinária para o dia 11 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

A reunião do colegiado será no dia 4 de agosto, às 14 horas.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigada.

Correspondência dada como lida, em 16.07.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício n° 271-L-Democratas/15, de 15 de julho de 2015, do Líder do DEM, Deputado Mendonça Filho, indicando a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para integrar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária – CFIS.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDA pela Presidente:
1) Ofício n.º 0173/2015 - GABDJA, subscrito pelo Deputado João Arruda (PMDB/PR), justificando ausência no dia 1º de julho de 2015.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício n°. 1038/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos da Caixa Econômica Federal, de 10 de junho de 2015, do Superintendente Nacional Júlio César Paixão Lopes e da Gerente Nacional de Acompanhamento do Desempenho Técnico-Operacional, Paula Chaves de Araújo, reportando ao

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ofício COI 12/14/CMO, que solicita esclarecimentos quanto a paralisação da execução do Contrato de Repasse nº CR 374096-46 – Teresina/PI.

- Expedientes do Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º quadrimestre de 2015:
- Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
- Conselho Nacional de Justiça.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, ao Presidente da CMO:
Aviso Seses –TCU-Plenário, de 25 de junho de 2015:
1) Aviso nº 465/2015 (Acórdão nº 1524/2015): obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá (UTE Mauá 3).

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 11, 18 E 20 DE AGOSTO DE 2015.

Aos onze, dezoito e vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Paes Landim, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Edmar Arruda, Genecias Noronha, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e **- Senadores**: Raimundo Lira, Roberto Rocha e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Gomes e Pauderney Avelino. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia onze de agosto de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14* do supracitado diploma legal. Em seguida, suspendeu a reunião e informou que a continuação da reunião ordinária seria oportunamente agendada. Às quinze horas e quatro minutos, do dia 18 de agosto, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, Senadora Rose de Freitas

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PMDB/ES), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, passou a apreciação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 7, 14,15 e 16 de julho de 2015. A Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada em 18/08/2015, houve acordo para apreciação dos seguintes itens constantes da Pauta: 1. Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 674/2015-CN;** 10. Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2015-CN;** e 13. **Requerimento nº 02/2015-CMO.** PAUTA. **1-** Nos termos do *parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional,* a Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 674/2015-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R$ 904.756.882,00 (novecentos e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para os fins que especifica." Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01 a 15. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Caio Narcio (PSDB/MG) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Em conformidade com o *disposto no § 2° do Art.146, da Resolução n°1 de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 10 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, art. 6º, Relatório de Atividades de Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2013". Relator: Deputado José Rocha. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Presidente esclareceu que, por ordem regimental, para votação de Requerimento é necessário a presença do autor. E informou que no dia 20 de agosto, quinta-feira, às 9 horas iria dar continuidade à esta reunião e votaria o Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Logo após, passou a palavra ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) que destacou a presença no plenário de vereadores e da secretária do Município de Santa Maria – RS, prestando-lhes homenagens. A Presidente anunciou que será realizada no dia 20 de agosto, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Esporte, Sr. George Hilton dos Santos Cecílio, que prestará esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014, em atendimento ao **Requerimento nº 9/2015-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/07/2015. Em sequencia, a Presidente comunicou que no dia 25 de agosto, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que prestará esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no *art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012*. Prosseguindo aos trabalhos, a Presidente passou a apreciação do item 13 – **Requerimento nº 02/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o corte orçamentário no IBGE". Autor: Deputado Edmilson Rodrigues. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e vinte e um minutos, concluída a votação das

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

matérias acordadas, a Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 20 de agosto, quinta-feira, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 20 de agosto, às dez horas e quatorze minutos, os trabalhos foram reabertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em seguida, a Presidente alertou sobre a importância do funcionamento dos comitês permanentes, ou seja, Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas, e informou que dois deles não concluíram a sua constituição e tomará as devidas providências. O Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM) apoiou a postura da Presidente e solicitou a apreciação do **Requerimento nº 12/2015-CMO,** de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. O Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) apoiou o posicionamento da Presidente relativo aos comitês permanentes, e destacou a importância das reuniões do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, lembrando que na ultima reunião do colegiado, não houve consenso para apreciação do Requerimento supracitado e diante do fato não concordou com a sua inclusão na pauta. Diante do impasse, a Presidente submeteu ao plenário Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 12/2015-CMO**. Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Cacá Leão (PP/BA), César Halum (PRB/TO), Lázaro Botelho (PP/TO), Nilto Tatto (PT/SP), Paulo Pimenta (PT/RS) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 12/2015-CMO,** que "Requer que solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU, com base no *art. 49, IX e 166, § 1º, da Constituição*, que aprecie, para efeito de elaboração do Parecer Prévio previsto no *art. 71, I da Constituição*, referente ao exercício de 2014, os fatos já apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, conforme Requerimento de 17 de junho de 2015, no âmbito do TC 005.3352015-9; ou seja, se os decretos editados, pela Presidente da República, para abertura de créditos suplementares à lei orçamentária de 2014, no período de 5 de novembro de 2014 até 14 de dezembro de 2014, encontravam-se amparados pelo disposto no *art. 4º* do texto da lei orçamentária para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), uma vez que tais créditos, no momento em que foram editados, podem ser considerados incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente. Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Nilto Tatto (PT/SP) e Paulo Pimenta (PT/RS). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. Continuando os trabalhos, a Presidente convocou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, que contará com a presença do Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Eliseu Padilha, para o dia 25 de agosto, terça-feira, às 13 horas, na sala de reuniões da Presidência da CMO, para tratar sobre as emendas dos parlamentares de 1º mandato e matérias constantes da Pauta da CMO, inclusive Contas do Presidente da República. Logo após, a Presidente comunicou que no mesmo dia, 25 de agosto, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que prestará esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no *art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012*. Em sequência, fizeram o uso da palavra sugerindo horários para a próxima reunião deliberativa da CMO os Deputados Paulo Pimenta (PT/RS), Elmar Nascimento (DEM/BA), João Fernando Coutinho (PSB/PE) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Em

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seguida, a Presidente convocou reunião extraordinária para o dia 25 de agosto, terça-feira**,** após o término da Reunião de Audiência com o Ministro de Estado da Saúde, prevista para às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) manifestou-se satisfeito com o encerramento da reunião e com a aprovação do Requerimento nº 12/2015-CMO, e indagou se na designação dos membros dos comitês permanentes será observado o critério da proporcionalidade e obteve resposta afirmativa da Presidente. E finalizando, a Presidente informou que será realizada no dia 27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive, que prestará esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto *no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal*. **ENCERRAMENTO:** a Presidente encerrou os trabalhos, às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte de agosto de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 11.08.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro iniciada a primeira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

(Pausa.)

A reunião está suspensa.

Em 18.08.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme a lista de presença, há quórum para deliberação da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Estão de acordo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7, 14, 15 e 16 de julho de 2015.

Em votação a ata na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através de correio eletrônico, aos gabinetes dos membros das Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do dia.

De acordo com parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 674, de 2015, do Congresso Nacional, que *"Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R$ 904.756.882,00, para os fins que especifica".*

À Relatora foram apresentadas 15 emendas.

Peço ao Deputado Caio Narcio que leia o voto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - "Voto.

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e à urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, verifica-se que os recursos destinados aos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional estão classificados como Despesas Primárias Discricionárias (RP 2) e, portanto, elevam em R$ 661.482.873,00 as despesas primárias constantes da Lei Orçamentária para

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2015 (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013). As necessárias compensações deverão, portanto, ser consideradas no processo de contingenciamento, de modo a garantir as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015).

A Exposição de Motivos nº 62, de 2015, MP, de 15 de maio de 2015, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes, dadas as adversidades climáticas e o recrudescimento dos problemas de segurança no Estado do Rio de Janeiro.

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11 e 15 são emendas ao texto que tratam de matéria estranha à lei orçamentária. Desse modo, constata-se que essas proposições ferem o princípio orçamentário da "exclusividade", segundo o qual a lei orçamentária e as leis que a modifiquem devem se restringir à previsão da receita e à fixação da despesa, conforme o disposto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 165.....

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".

As Emendas nºs 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14, por sua vez, solicitam remanejamento de dotações constantes do crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário *"somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas contrariam normas constitucionais e legais, devendo ter a sua inadmissibilidade declarada pela Presidente desta Comissão, nos termos do art. 15, XI, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 674, de 2015, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 15."

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 das Resolução nº 1, de 2006-CN, declaro também inadmitidas as emendas indicadas no relatório apresentado e no voto lido pelo Deputado Caio Narcio.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Caio Narcio a colaboração.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 14, de 2015-CN, que *"Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao segundo semestre de 2013"*.

Quero registrar que se encontram aqui também representantes da nossa população, colocando sua posição pelo Veto 26.

Muito obrigada pela presença.

O Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica é referente ao segundo semestre de 2013.

O Relator *ad hoc* é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidenta, passo à leitura.

"Voto.

Do exame do relatório encaminhado pela APO em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, verifica-se que o documento apresenta sucintamente as atividades executadas no segundo semestre de 2013 e ações a cumprir. Segundo o relatório, nesse período, a APO concentrou suas

atividades na reformulação de quadro de pessoal com a nomeação de profissionais de diferentes áreas e capacitações, em sua reestruturação interna e em ações para produção e aprovação da Matriz de Responsabilidades.

Este Relator recomenda, para os próximos relatórios semestrais, maior detalhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional no tocante ao calendário de ações a cumprir.

Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 14, de 2015, que *"Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao segundo semestre de 2013"* e determine seu arquivamento."

Relator: Deputado José Rocha."

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos um problema aqui que é de ordem regimental e disciplinar. É que os requerimentos que são apresentados, Deputados Ricardo Barros e Ricardo Teobaldo, precisam da presença dos autores para ser votados. Nesse caso, nós temos aqui alguns requerimentos, mas os autores não estão presentes. Portanto, nós vamos retirá-los de pauta porque temos que cumprir o Regimento da Comissão.

Eu gostaria de saber se alguém gostaria de acrescentar alguma coisa, haja vista que nós temos uma sessão convocada para quinta-feira, às 9 horas, para discussão e votação da LDO. Às 10 horas, teremos aqui a presença do Ministro da Saúde.

Quem é o autor do requerimento?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. já vai encerrar a sessão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu apenas estou encerrando a parte da votação dos requerimentos e comunicando, em seguida, o que nós teremos na quinta-feira, só comunicando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero fazer uma comunicação bem simples que pode ser feita depois.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder a palavra a V.Exa. Mas, antes, quero dizer que teremos votação, quinta-feira, às 9 horas. Por favor, peço a presença de V.Exas., porque é muito importante. Trata-se da LDO. Às 10 horas, teremos a presença do Ministro da Saúde e, depois da palestra e do debate com o Ministro, nós vamos complementar a votação da LDO.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, registro a presença dos Vereadores da cidade de Santa Maria, que estão aqui nos prestigiando, Daniel Diniz, Admar Pozzobom, Jorge Trindade, como também da nossa Secretária de Município.

Eu também fui Vereador lá em Santa Maria, no século passado, e faço questão de registrar a visita de nossos Vereadores que nos prestigiam aqui em Brasília e render minha homenagem a S.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)* Não?

Eu quero informar também que, no dia 20 de agosto, quinta-feira, — e já falei sobre isso — nós teremos audiência pública.

Eu acho que tem um equívoco aqui. Um minuto. *(Pausa.)*

Eu vou fazer uma correção aqui e peço a V.Exas. que me desculpem. No dia 25, teremos audiência pública com o Ministro da Saúde e, no dia 20, com o Ministro de Estado do Esporte, George Hilton, que vai prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dia 20 é quinta-feira agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Ministro do Esporte, George Hilton, vai estar aqui às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. vai prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Hildo Rocha.

O Deputado Edmilson Rodrigues encontra-se presente?

Eu pergunto se há tempo ainda de votarmos o requerimento.

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. é autor do Requerimento nº 2, de 2015. Nós vamos colocá-lo em votação.

Requerimento nº 2, de 2015, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues, que *"requer a realização de audiência pública para debater o corte orçamentário no IBGE".*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, costuma-se discutir temas relevantes nesta Comissão, que talvez seja a mais importante Comissão do Congresso Nacional, e nós sabemos que nenhuma receita será tão eficaz para curar os problemas brasileiros sem o conhecimento da realidade concreta.

A despeito de alguns momentos de crise, até de questionamentos, é inquestionável que o IBGE tenha cada vez mais se consolidado como uma instituição fundamental para balizar as políticas nas mais diversas áreas, os planejamentos territoriais, as políticas públicas e, nesse sentido, a produção de um futuro mais justo e mais digno para o povo brasileiro.

Daí a audiência pública para debater o orçamento do IBGE, porque sabemos que, no momento de crise, o corte, o contingenciamento nos mais diversos órgãos tem sido realizado. Mas eu creio que o IBGE, por ser um órgão pequeno e, ao mesmo tempo, tão fundamental, precisa ter um tratamento, digamos, especial.

Por isso, peço apoio aos Srs. Deputados e Senadores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Lido o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou suspender a presente sessão, antes convocando a continuação desta reunião para quinta-feira, dia 20 de agosto, às 9 horas. Em seguida, audiência pública e votação.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida, em 18.08.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF/BANCAP/006/2015, de 13 de agosto de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, informando emenda da Bancada do Amapá selecionada para compor execução efetiva/impositiva.
2) Ofício nº 53/BB/2015, de 13 de agosto de 2015, do Coordenador da Bancada da Bahia, Deputado José Carlos Araújo, esclarecendo que dada a exiguidade do tempo a Bancada não formalizará a indicação de emenda de investimento estruturante.
3) OF. nº 173/2015-GSPBAU, do Senador Paulo Bauer, solicitando a retirada do Requerimento nº 11/2015.

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**
1) OF/GAB/I/Nº 1060, de 04 de agosto de 2015, do Líder do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Hildo Rocha para exercer a função de de Representante na CMO.
2) OF/GAB/I/Nº 1070, de 04 de agosto de 2015, do Líder do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Danilo Forte para exercer a função de de Representante na CMO.
3) OF nº 487/GAB-LidPT, de 4 de agosto de 2015, do Líder do PT, Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Nilto Tatto como suplente.
4) Of. nº 352/2015, de 4 de agosto de 2015, do Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes indicando o Deputado Nilton Capixaba para Vice-representante.
5) Ofício nº 288-L-Democratas, de 5 de agosto de 2015, do Lider do Democratas, Deputado Mendonça Filho, indicando a Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende, para exercer o cargo de Adjunta.
6) Of. nº 319/2015-LPR, de 11 de agosto de 2015, do Líder do Partido da República, Deputado Maurício Quintella Lessa, indicando o Deputado Wellington Roberto como substituto eventual.
7) OF.062/2015-GSBL, de 11 de agosto de 2015, do Líder do Partido Progressista, Senador Benedito de Lira, indicando o Senador Ivo Cassol como substituto.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

8) Of. Nº 281/2015/PDT, de 11 de agosto de 2015, do Líder do PDT, Deputado André Figueiredo, indicando o Deputado Pompeo de Matos como substituto eventual.
9) Ofício nº 010/2015-GLPTB, de 11 de agosto de 2015, do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Fernando Collor, indicando o Senador Elmano Férrer como substituto eventual.
10) OF/GAB/I/Nº 1122, de 11 de agosto de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Hildo Rocha como Representante substituto.
11) Ofício n. 150/2015, de 11 de agosto de 2015, da Líder do PCdoB, Deputada Jandira Feghali, indicando o Deputado Orlando Silva, como substituto eventual.
12) OF/B/172/15, de 11 de agosto de 2015, do Líder do PSB, Deputado Fernando Coelho Filho, indicando o Deputado Bebeto para integrar o Colegiado de Líderes.
13) Of. n. 461/15/PSD, de 11 de agosto de 2015, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, indicando o Deputado Walter Ihoshi, como substituto eventual.
14) Ofício Líder nº 223/2015, de 12 de agosto de 2015, do Líder do PSC, Deputado André Moura, indicando o Deputado Marcos Reátegui como substituto eventual.
15) Of. n. 230/2015/PROS, de 13 de agosto de 2015, do Líder do PROS, Deputado Domingos Neto, indicando o Deputado Hugo Leal, como substituto eventual.
16) Ofício nº 005/2015 – GLDPT, do Líder do PT, Senador Humberto Costa, indicando a Senador Gleisi Hoffmann como substituta eventual.
17) Of. Circular/FPC/023/2015, do Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Mauro Mariani, substituindo a ação proposta anteriormente para inclusão no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2016, pela ação de Adequação de Trecho Rodoviário da BR 282, do entroncamento com a BR 101, em Palhoça – SC, até seu término em Paraíso – SC, divisa com a Argentina.
18) Of. 239 Solidariedade/2015-LID, de 17 de agosto de 2015, do Líder do Solidariedade,Deputado Arthur Oliveira Maia, indicando o Deputado Zé Silva, como representante substituto.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 129/2015-MP, de 22 de julho de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, encaminhando a Atualização do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2015.
2) Ofício nº 006/VPAF – 2013-2015, de 29 de julho de 2015, da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, encaminhando a publicação da Análise da Seguridade Social 2014.
3) Ofício nº 164/2015-MP, de 5 de agosto de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, enviando nova proposta de redação do art. 2º e do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.
4) Ofício nº 167/2015/COADE-SPR, de 5 de agosto de 2015, do Secretário-Geral Adjunto do CNMP, Wilson Rocha de Almeida Neto, encaminhando cópia da decisão plenária que aprovou a proposta orçamentária do CNMP para 2016.
5) Ofício nº 177/2015/COADE-SPR, de 7 de agosto de 2015, do Secretário-Geral Adjunto do CNMP, Wilson Rocha de Almeida Neto, encaminhando cópia da decisão plenária que apresentou parecer favorável à concessão do crédito adicional solicitado pelo Ministério Público do Trabalho.

- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2016, encaminhado pelo seguinte órgão:**
1) Superior Tribunal de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

- Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre de 2015:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Tribunais Regionais Eleitoral de Sergipe.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, à Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU, de 17 de julho de 2015:
1) Aviso nº 779/2015 (Acórdão nº 1344/2015): obras do Projeto Gasene – Implantação do Gasoduto Cacimbas/ES-Catu/BA.
2) Aviso nº 781/2015 (Acórdão nº 1662/2015): Obras de implantação das Usinas Eólicas de Coxilha Seca, Capão do inglês e Galpões, em Santana do Livramnento, RS.

Aviso GP/TCU, de 22 de julho de 2015:
1) Aviso nº 791/2015 (Acórdão nº 1703/2015): Fiscalização de obras do Residencial do Canal do Jordão, em Jaboatão dos Guararapes/PE.

Aviso Seses, de 23 de julho de 2015:
1) Aviso nº 526/2015 (Acórdão nº 1791/2015): Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Aviso Seses, de 6 de agosto de 2015:
1) Aviso nº 559/2015 (Acórdão nº 1949/2015): obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Lote 3: Trecho Riacho do Jacaré – Rio das Contas – no estado da Bahia.
2) Aviso nº 564/2015 (Acórdão nº 1950/2015): obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Lote 4: Trecho Rio de Contas – Riacho da Barroca - no estado da Bahia.

Aviso GP/TCU, de 17 de agosto de 2015:
1) Aviso nº 906/2015 (Acórdão nº 3123/2015): regularização fundiária na BR-158/MT.

Em 20.08.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Há quórum para deliberação na Câmara...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso encerrar a leitura da abertura?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Perfeitamente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista dos expedientes será enviada, por correio eletrônico, aos gabinetes dos membros da Comissão e das Lideranças partidárias.

Eu quero, antes de mais nada, prestar uma informação que é muito importante que conste desta reunião. Nós temos um problema que eu entendo não ser culpa de qualquer partido ou de qualquer Líder, mas eu quero dizer que "a folha encostou na parede". Então, não temos mais como esperar nenhum pedido de Liderança para complementar ou, pelo menos, retirar a indicação de algum membro que exceda à composição dos Comitês que nós deveríamos ter instalado.

Eu compreendo o pedido de Presidentes de duas Casas, para que se ajeite politicamente a situação de cada partido. Então, eu quero dizer que para o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle, ainda faltam indicações; para o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços, apesar de terem recebido comunicado por escrito, de termos usado a Internet, inclusive, para alertar sobre o prazo — e a minha preocupação se dá, a partir do dia 31, quando o Orçamento estará na Casa —, não fizeram indicação. Nos Comitês em que há dois Coordenadores indicados: para o Comitê de Avaliação da Receita, acabei de receber um nome do Deputado Domingos Sávio, que nós incluímos; e o Comitê de Admissibilidade de Emendas foi completado agora, apesar dos apelos que fizemos anteriormente.

Outra coisa que não posso deixar de registrar é quanto à presença daqueles que foram indicados para esta Comissão. Ontem, no Senado, eu disse que, a partir da próxima reunião, se não houver presença, nós vamos substituir os Senadores que aqui não estiverem. Nós estamos trabalhando sempre com dois ou três Senadores e, às vezes, contando com a minha presença, para dar quórum para a votação. E quanto aos Deputados que nunca estiveram nesta Comissão, eu vou enviar comunicado aos seus Líderes. Há os que nunca estiveram nesta Comissão, eu vou atrás de cada um, converso. Ontem, uma Senadora amiga me disse assim: *"Perdoe-me, mas eu não tenho tempo".* Então dê lugar a outro. Desculpem-me, eu nunca fui dessa maneira, não gosto de ser, mas vou ter que usar a força do cargo

para dirimir essas dúvidas e consertar alguns erros que nós, porventura, tenhamos aqui na Casa.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, ilustre Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentar V.Exa., que foi Vice-Presidente da Câmara dos Deputados no mandato anterior, pessoa que tem o respeito da Casa e, portanto, tem autoridade para presidir esta Comissão. A decisão que V.Exa. toma agora é de suma importância. Aliás, deveria ter sido tomada há mais tempo, só não o fez antes por entender que os Líderes deveriam indicar os nomes. Mas é prerrogativa de V.Exa., sendo a Presidente, quando os Líderes não indicam, fazer a indicação desses nomes.

Eu gostaria, Sra. Presidente ...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero só registrar a V.Exa. que eu me dirigi um determinado partido, cujo Líder não vou citar o nome, comunicando a ele que os membros não vinham à reunião. Eu disse-lhe que iria indicar nomes, mas daria o prazo de mais 10 dias. E ele ameaçou fazer um rompimento do partido com a Comissão. As ameaças estão presentes nessas conversas políticas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas V.Exa. tem autoridade...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora não tem mais ameaça de quem quer que seja. Quero registrar também que não admitirei qualquer falta de respeito na condução dos seus propósitos, sejam quais forem, arguir a aplicação do Regimento, a condução da Comissão, a não instalação disso, a não designação — e não posso registrar nenhum fato aqui ocorrido —, logo, eu peço que façam isso com base no Regimento.

E, por favor, o fato de ser mulher não quer dizer que eu seja frágil na hora de decidir. Eu peço que façam com respeito, para que eu não tenha que recorrer, por falta de decoro, ao Conselho de Ética desta Casa. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado a V.Exa.

Só dando continuidade, Sra. Presidente, eu quero desde já dizer que não apenas por ser mulher, mas também por ser Parlamentar V.Exa. merece todo o nosso respeito.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto a este requerimento para o qual estou pedindo a preferência dos colegas Deputados e Senadores, para que nós possamos votar a sua inclusão na pauta e, em seguida, aprová-lo, é um requerimento de informação sobre decretos do Orçamento do ano passado, o que é muito importante para nós, para o entendimento que vai acontecer no Orçamento deste ano. O requerimento é endereçado ao Tribunal de Contas da União.

Por isso, eu peço a V.Exa., Sra. Presidente, que coloque em votação a preferência e, em seguida, façamos a deliberação do requerimento.

Desde já agradeço a todos os companheiros, Deputados e Senadores, notadamente ao Deputado Hildo Rocha, Presidente da Comissão da Reforma Tributária, que está fazendo um grande trabalho. Espero que esta Casa possa dar uma resposta aos brasileiros também sobre as questões tributárias e fiscais que nos afligem há décadas. Tenho certeza de que, com a experiência que tem, S.Exa. irá colaborar — e muito —para o sucesso dessa empreitada.

Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço a palavra para contraditar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para contraditar, com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V.Exa. por essa decisão acertada que diz respeito a acelerar a composição dos Comitês, para que efetivamente possam funcionar dentro daquela normalidade necessária.

Eu quero reafirmar aqui que a Comissão de Orçamento tem, historicamente, funcionado de uma maneira muito importante a partir desse relacionamento que se estabelece no chamado Colégio de Líderes, dos coordenadores das bancadas na Comissão de Orçamento. V.Exa. tem primado inclusive por discutir, a cada terça-feira, em reuniões que antecedem a reunião da Comissão, os itens que estão prontos para vir à pauta. E nós temos mantido, dentro de um espírito de cordialidade, de entendimento, a compreensão de que a pauta tem sido feita a partir daqueles itens que, por acordo, os Líderes entendem que o tema já está maduro o suficiente para vir ao Plenário.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na última terça-feira, vários dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas aqui participaram da reunião de Líderes, e nós discutimos lá uma série de requerimentos, entre os quais estava o requerimento citado aqui pelo Deputado Pauderney Avelino. E não houve acordo em relação a ele, assim como em relação a outros também.

Então, a pauta da semana, Deputado Pauderney, foi constituída por acordo entre as Lideranças, com aqueles temas que todos concordaram que estivessem incluídos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Permita-me responder, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo prazer, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu solicito de V.Exa. a aquiescência, porque é a votação de apenas um requerimento de informações. Um requerimento de igual teor já tinha sido deliberado, ou já tinha sido avaliado aqui pela Comissão, subscrito pela Deputada Professora Dorinha e por mim. Portanto, acho que não haveria maiores dificuldades.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu vou manter a posição no sentido de que nós não desconstituamos esta relação que temos estabelecido de maneira tão positiva. Na próxima reunião, nós teremos de novo a discussão dos itens da pauta, e V.Exa. e a Deputada Professora Dorinha terão a oportunidade de apresentar a sugestão para que ele possa ser incluído na pauta.

De minha parte, Sra. Presidente, eu não concordo com a inclusão desse item na pauta e quero manter esse procedimento, que é o procedimento que nós temos estabelecido, numa relação cordial e respeitosa, para a definição da pauta com as Lideranças e com a Mesa Diretora da Comissão de Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu compreendo as palavras e o argumento de V.Exa., realmente tem sido assim. E V.Exa. tem contribuído muito para que nós acordemos os itens importantes a serem votados. Mas é um direito do autor do requerimento ou Líder recorrer ao Plenário, e ele está fazendo isso. Eu não posso impedi-lo de fazer. Inclusive, está claro no Regimento que, na medida em que não houver consenso na reunião de Líderes, há recurso ao Plenário. Então, eu tenho que colocar em votação o requerimento.

Pergunto aos Deputados se concordam com a inclusão.

Quem concorda, por favor, permaneça como está; quem discorda... *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro, cinco, seis...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É apenas a inclusão na pauta de um requerimento de informação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É inclusão na pauta.

Está aprovada a inclusão na pauta do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tinha pedido a palavra pela ordem. V.Exa. permite que eu termine a votação do requerimento?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a compreensão.

Então, vamos votar o requerimento.

Faltam os Senadores. Eu agora passei a esquecer o Senado tamanha é a ausência.

Quantos Senadores se encontram presentes? *(Pausa.)*

Eu e V.Exa., Senador Benedito.

Os Senadores aprovam a inclusão? *(Pausa.)*

Eu aprovo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Eu voto de acordo com o voto da Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovada a inclusão na pauta.

Passamos à votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apreciação do Requerimento nº 12, de 2015, da CMO, que *"requer que solicite ao Tribunal de Contas da União - TCU, com base no art. 49, IX e 166, § 1º, da Constituição, que aprecie, para efeito de elaboração do Parecer Prévio previsto no art. 71, I da Constituição, referente ao exercício de 2014, os fatos já apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, conforme Requerimento de 17 de junho de 2015, no âmbito do TC 005.3352015-9; ou seja, se*

os decretos editados, pela Presidente da República, para abertura de créditos suplementares à lei orçamentária de 2014, no período de 5 de novembro de 2014 até 14 de dezembro de 2014, encontravam-se amparados pelo disposto no art. 4º do texto da lei orçamentária para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), uma vez que tais créditos, no momento em que foram editados, podem ser considerados incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente".

Eu quero explicar aqui ao Plenário que a autora é a Deputada Professora Dorinha Seabra.

Em discussão.

Há alguém que queira discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, nós vamos passar à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento aqui apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com dois votos contrários.

Em votação no Senado.

Como votam os Senadores — o Senador Benedito e eu, Senadora Rose de Freitas? *(Pausa.)*

Aprovado.

Parece uma brincadeira, mas não é. O quórum é de dois Senadores, eu tenho que usar essa prerrogativa a favor da votação e do andamento dos trabalhos.

Portanto, aprovado o requerimento.

Parabenizo V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou conceder a questão de ordem a V.Exa. e dizer que, em seguida, nós vamos encerrar esta votação e convocar reunião para terça-feira.

O Relator está com o relatório pronto. Pergunto se S.Exa. quer fazer uso da palavra, para explicar alguma coisa, ou se deixamos tudo para terça-feira, para que possamos votar.

Terça-feira, nós teremos votação a partir do meio-dia.

O Relator lerá o...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É ruim, não é?

Querem mudar o horário?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não! Vamos marcar para o meio-dia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Exa. pode chamar a reunião para terça-feira, às 10 horas da manhã, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha só, infelizmente, há o argumento de que teremos audiência pública, para tratar da saúde aqui na Comissão.

O Ministro Eliseu Padilha estará presente, às 13 horas, na nossa Comissão, atendendo ao Deputado Izalci. Onde ele se encontra? *(Pausa.)*

Então, é o requerimento de V.Exas., conforme o calendário já previamente marcado pelo Ministro.

(Não identificado) - Sra. Presidente, marque para as 10 horas da manhã;

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, às 10 horas da manhã, não poderei, porque é a sabatina do Janot. E eu tenho de estar na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Líder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Talvez, até mesmo porque nós teremos reunião em outras Comissões, plenário, possamos aproveitar a terça-feira à noite também. Todos podem já se programar, para começarmos a sessão na terça-feira.

Com certeza, nós vamos precisar de bastante tempo durante a semana. Precisamos fazer uma programação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, o dia está estrangulado, tendo em conta que, às 13 horas, nós teremos a reunião com o Ministro Padilha e, às 14 horas, a audiência pública.

Eu concordo com a sugestão de fazer a votação, porque o plenário do Senado tem funcionado, mais ou menos, até às 19 horas, e o de V.Exas. também nesse mesmo horário. Se todos estiverem de acordo, podemos fazer uma convocação para às 18 horas, e aí teremos 4 horas para votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Podemos marcar às 14 horas e marcar às 18 horas. Podemos marcar as duas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos marcar às 14 horas e, depois, às 18 horas. V.Exas. estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, aqui na Câmara é o contrário: tem funcionado a partir das 18 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, na terça-feira tem acabado mais cedo. Eu tenho acompanhado.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não, Sra. Presidente. A sessão tem acabado às 22 horas.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Vamos marcar às 18 horas, ou após a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há consenso entre as duas Casas sobre o "após a sessão". Temos que marcar.

Então, vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Na quarta-feira, podemos começar às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas temos a audiência pública com o Ministro da Saúde, que foi solicitada pelos Parlamentares.

Vamos chegar a um acordo em relação a esse horário?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se for às 16 horas, teremos apenas 2 horas de votação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu sugiro logo após audiência pública com o Ministro da Saúde.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Logo após a audiência pública com o Ministro, começaremos a sessão, às 16 horas.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, se começar a Ordem do Dia, suspendemos e voltamos depois. Podemos começar às 16 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está certo.

Olha só, vamos fazer o seguinte, vejam se V.Exas. se ajustam a esta proposta: nós fazemos a reunião, às 13 horas, com o Ministro Padilha — peço que estejam presentes, é importante essa reunião; em seguida, fazemos a audiência pública com o Ministro da Saúde; em seguida, iniciamos a votação da LDO, a qual nós pretendemos que acabe no mesmo dia.

Está bom assim? Vamos fazer esse esforço, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. O início será às 13 horas, com o Ministro Padilha.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, demais membros desta Comissão, eu quero parabenizá-la pela sensatez em admitir que nós devemos encerrar esta sessão e marcar nova sessão para a próxima terça-feira. Então, parabenizo V.Exa. por essa atitude muito madura e sensata.

Quero me manifestar em relação ao que V.Exa. falou agora sobre ter usado da sua competência como Presidente, conforme dispõe o inciso IV, § 2º, o que lhe permite, ouvidos os Líderes, nomear os membros dos Comitês. Muito bem, só que para a composição dos Comitês, é preciso levar em consideração a proporcionalidade desta Casa.

Eu gostaria de saber de V.Exa. se está sendo obedecida à proporcionalidade. E já que tem os nomes, que sejam ditos agora os nomes dos membros do Comitê de Admissibilidade.

Também quero parabenizar o Deputado Pauderney pelo requerimento. Esse requerimento é de grande importância para nós, tendo em vista que muitos decretos, como sabemos, foram publicados no ano passado, abrindo créditos sem nenhuma cobertura legal. Vários PLNs não foram aprovados no Congresso Nacional. Esses PLNs foram publicados durante todo o ano, e seus decretos abertos, sem que o Congresso aprovasse.

Ao acordar, lembrar e perceber que não tinham sido aprovados os PLNs, o que o Governo fez? Editou, no dia 31 de dezembro, a Medida Provisória nº 666, de 2014. Essa medida provisória não acata, não acolhe... Medida provisória já não é adequada para o Orçamento. Nós sabemos que os princípios do Orçamento são o

planejamento e a definição, já no início do ano, das despesas e a estimativa da receita. Portanto, toda essa despesa que V.Exa. está querendo saber não tinha cobertura legal. A medida provisória editada no dia 31 de dezembro não pode retroagir. Esses decretos que deram origem à abertura de créditos adicionais para vários Ministérios e autarquias ocorreram antes. Portanto, é mais um assunto que V.Exa. vai ter para discutir com relação à prestação de contas da Presidente da República de 2014. Esta Comissão vai configurar o desrespeito do Governo Federal em relação ao Poder Legislativo.

Parabéns V.Exa., Deputado.

Peço, mais uma vez, à Presidente que possamos aqui, dentro desta Comissão, respeitar sempre o nosso Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro eu quero esclarecer V.Exa., antes, porém, eu quero agradecer pelo tom razoável da sua colocação. Tudo que é feito nos Comitês é feito na proporcionalidade e passa pelas Lideranças. Exatamente por ouvir as Lideranças, o que V.Exa. acaba de me pedir novamente dessa vez não será possível, porque até agora os Líderes não se manifestaram para preencher as vagas na proporcionalidade. Portanto, não vão fazer, Deputado Paulo Pimenta. Então, eu vou ter que obedecer à proporcionalidade para fazer a indicação.

Nós fizemos isso o tempo inteiro. Várias vezes os Líderes insistiram para que eu desse mais prazo. Entretanto, no dia 31, chega o Orçamento a esta Casa. Portanto, não há mais prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu esclareci V.Exa. Eu ouvi os Líderes o tempo todo. V.Exa. argumenta que o Regimento Interno dispõe que, ouvidos os Líderes, se faça a nomeação. Não posso mais ouvir alguns Líderes, porque foram eles que seguraram o processo até agora. Portanto, eu vou declarar encerrada a sessão.

Eu quero dizer que, no dia 25 de agosto — e é muito importante que V.Exas. guardem isso —, às 14 horas, nós teremos a presença do Ministro da Saúde aqui nesta sessão. Às 13 horas, teremos uma reunião com o Ministro Padilha, na sala ao lado, com os Parlamentares. No dia 27 de agosto, às 10 horas, reunião com a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

presença do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, que vai prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre metas fiscais referentes ao quadrimestre de 2014.

Está encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida, em 20.08.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF146/2015/GDFR, de 18 de agosto, do Coordenador da Bancada de Minas Gerais, Deputado Fábio Ramalho, solicitando substituição da emenda de investimentos estruturantes – LDO 2016.

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**
1) Of. n. 80/2015, de 18 de agosto, do Líder do PSOL, Deputado Chico Alencar, indicando o Deputado Edmilson Rodrigues.

- Expedientes encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDA pela Presidente:
1) OFÍCIO/GDGP/Nº 124, de 12 de agosto, do Gabinete da Deputada Gorete Pereira, justificando ausência da deputada nos dia 4, 5 e 6 de agosto.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 342 – DPU/GABDPGF DPGU, de 18 de agosto, do Defensor Público-Geral Federal, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, encaminhando emendas individuais impositivas com impedimento de ordem técnica no empenho da despesa.
2) Ofício nº 0387/2015/GAB/SUDENE, de 12 de agosto, do Superintendente João Paulo Lima e Silva, encaminhando dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE do exercício de 2014.

Avisos Seses, de 6 de agosto de 2015, encaminhados ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros:
1) Aviso nº 555/2015 (Acórdão nº 1889/2015): obras do Lote 1 do Sistema Adutor do Agreste, trecho Arcoverde/Caruaru.
2) Aviso nº 556/2015 (Acórdão nº 1854/2015): obras de construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife/PE.
3) Aviso nº 567/2015 (Acórdão nº 1914/2015): obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-070/MT.
4) Aviso nº 574/2015 (Acórdão nº 1930/2015): obra de construção de trecho rodoviário da BR-135, no Estado da Bahia – Divisa PI/BA – Barreiras.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) e do Deputado Antonio Brito (PTB/BA). A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que prestaria esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente ao período de janeiro a abril de 2015, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Foram convidadas a Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zé Geraldo; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp, Walter Pinheiro e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Evair de Melo, Izalci, Jorge Solla, Julio Lopes, Leonardo Monteiro, Mauro Lopes, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim; **- Senador Suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Adelmo Carneiro Leão, Angelim, Antonio Brito, Diego Garcia, Eduardo Barbosa, Leandre e Zenaide Maia. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e três minutos, a Presidente declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa o Senhor Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde, e o Deputado Antonio Brito (PTB/BA), Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Em seguida, anunciou a presença do Sr. Arionaldo Bonfim, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; e da Sra. Ana Paula Menezes, Secretária Executiva, ambos do Ministério da Saúde. Para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente avisou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. Ainda conforme o estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A Presidente cumprimentou os servidores do Poder Judiciário e o público presente. Foi anunciada a abertura da lista de inscrição para o debate. Em seguida, a Presidente fez discurso sobre a Área da Saúde, explicitando a *Emenda Constitucional nº 29*, promulgada em 13/09/2000, que foi regulamentada pela *Lei Complementar nº 141/2012*, que visa estabilizar o financiamento da Área da Saúde com recursos das três esferas do governo. E teceu considerações sobre a proposta orçamentária para 2015, ressaltando os recursos destinados à Área da Saúde e os contingenciamentos ocorridos. Logo após, passou a palavra ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, que em atendimento ao disposto no *art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012,* iniciou a apresentação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente ao período de janeiro a abril de 2015, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, a Presidente anunciou o início do debate e transferiu a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG). Às quinze horas e quarenta minutos, o Deputado Antonio Brito (PTB/BA), Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, assumiu a condução dos trabalhos e chamou o segundo orador inscrito, Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG). Logo após, o Presidente em exercício sugeriu aos debatedores a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

redução, para 3 minutos, do prazo para interpelar o expositor e obteve consenso. Em continuidade ao debate, passou a palavra aos Deputados Jorge Solla (PT/BA), Leandre (PV/PR), Flávia Morais (PDT/GO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). Às dezesseis horas e seis minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu a Presidência da reunião e outorgou a palavra aos Deputados Zé Geraldo (PT/PA), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Zenaide Maia (PR/RN) e Nilto Tatto (PT/SP). Em seguida, encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Ministro para proceder às respostas e as considerações finais. O palestrante respondeu aos questionamentos de todos os debatedores, e foi assegurada réplica aos Deputados Zé Geraldo (PT/PA) e Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Prosseguindo, o Ministro manifestou-se satisfeito com a qualidade das intervenções e do debate e concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. Finalizando, a Presidente teceu comentários enaltecedores à palestra do Ministro de Estado da Saúde e agradeceu o seu comparecimento, da sua equipe técnica, do Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, e dos demais parlamentares presentes. Informou, ainda, que quinta-feira, dia 27 de agosto às 10 horas, estava confirmada a reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive, que prestaria esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: - cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; e - Requerimento nº 5/2015-CMO, de autoria do Deputado Izalci (PSDB/DF), aprovado na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 1º de julho de 2015, que requer esclarecimentos concernentes as Contas da Presidente da República, exercício de 2014. Por fim, o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO) parabenizou o Ministro pelo seu trabalho. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, a Presidente encerrou a reunião, às dezessete horas e dez minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 25.08.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública de 2015 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, a quem chamo para compor a Mesa e que fará a apresentação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no art. 36, da Lei Complementar nº 141, de 2012.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Convido também para a composição da Mesa o representante da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e o Deputado Antonio Brito, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Anuncio a presença do Sr. Arionaldo Bomfim, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e da Sra. Ana Paula Menezes, Secretária-Executiva, ambos do Ministério da Saúde.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que se o permita. Essa é uma exigência de que nós sempre abrimos mão, Ministro, por achar que o mais importante aqui é o debate. Depois de sua exposição, as perguntas serão feitas.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Quero registrar também que se encontra presente nesta Comissão, como sempre, manifestantes que pedem “não” ao Veto 26 e a quem sempre parabenizo pela mobilização que trazem a esta Casa e põem diante de todos, dos olhos de todos, a vontade que neste momento manifestam. *(Palmas na plateia.)*

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Sr. Ministro, senhores membros da Comissão, senhoras e senhores, nós estamos aqui cumprindo uma determinação da Constituição Federal nesta Comissão Mista de Orçamentos, que tem a honra de receber o Ministro da Saúde para a prestação de contas dos valores que foram aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, e, ainda para o balanço das ações executadas até agora na área de saúde, os critérios que a União adota no rateio dos recursos de transferências a Estados e Prefeituras, em cumprimento à Lei Complementar nº 141, de 2012.

Como sabemos todos nós, a Emenda Constitucional nº 29, que foi promulgada em 13 de setembro de 2000 e regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 2012, tinha por objetivo estabilizar o financiamento da área da saúde com

recursos das três esferas do Governo. Ela definiu, no caso da União, que o valor mínimo seria aquele apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do PIB. Para os Estados e o Distrito Federal, os recursos mínimos equivaleriam a 12% da arrecadação de impostos e das transferências constitucionais, deduzidas as parcelas que já tinham sido anteriormente transferidas aos Municípios. Nesse caso, os recursos mínimos corresponderiam a 15% da arrecadação de impostos e dos recursos de transferências constitucionais.

Surgiu nessa época, então, a necessidade da regulamentação dos dispositivos não autoaplicáveis, para orientar a correta execução pelos entes federados e fiscalização pelos Tribunais de Contas quanto ao seu cumprimento, o que foi feito com a lei já citada aqui, a Lei Complementar nº 141, de 2012. Mas a previsão de recursos não significa necessariamente a sua aplicação. No início do ano, o Governo Federal enviou ao Congresso sua proposta orçamentária para 2015. Foram previstos R$ 109,2 bilhões para a área de saúde, o que significa 8,8% a mais do que em 2014.

Em maio, no entanto, o Executivo determinou o primeiro bloqueio no Orçamento. Foram cortados R$ 11,7 bilhões na saúde e lamentavelmente também R$ 9,2 bilhões na educação. Dois meses depois de julho, para tentar garantir o cumprimento da meta fiscal de 0,15% do PIB, o Governo promoveu um segundo contingenciamento de recurso: R$ 1,18 bilhão na saúde, R$ 1,32 bilhão nas cidades e R$ 1 bilhão na educação.

Segundo levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios — CNM, a União deve às Prefeituras de todo o País R$ 35 bilhões em Restos a Pagar, acumulados nos últimos 6 anos pelo não pagamento de emendas parlamentares, de verbas previstas, de convênios e contratos firmados com os Municípios do nosso País.

Então, é com base nesses dados que o Conselho Federal de Medicina, inclusive, apresentou um relatório apontando para a falta de qualidade da gestão financeira em saúde no Brasil. Citou, por exemplo, que no total de R$ 9,4 bilhões disponíveis para investimento em unidades de saúde em 2013, o Governo desembolsou somente R$ 3,9 bilhões, incluindo os Restos a Pagar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Enquanto isso, milhares de pacientes — e eu registro isso, Ministro, com muito pesar, tendo em vista que lá no meu Estado, só a Pró-Matre, que atende cerca de 400 parturientes/mês, teve um corte significativo de 20%, o que resultou em mulheres abandonadas em portas de hospitais, fazendo parto em casa, ou mesmo no meio da rua com a ajuda da Polícia Militar ou de algum transeunte — sofrem diariamente nas filas de emergência de todo o País, e vidas são perdidas por falta de leito, equipamento para cirurgia ou diagnóstico. Os dados apurados mostram ainda que de 2001 a 2013 foram autorizadas R$ 80,5 bilhões específicos para este fim. No entanto, apenas R$ 33 bilhões foram efetivamente gastos e R$ 47,5 bilhões deixaram de ser investidos.

Em outras palavras, Ministro — V.Exa. sabe a admiração que lhe tenho —, de cada R$ 10 reais previstos para a melhoria da infraestrutura na área de saúde, R$ 6 deixaram de ser aplicados. Para efeito comparativo, com R$ 47,5 bilhões seria possível adquirir 386 mil ambulâncias, 69 para cada Município brasileiro, ou construir 237 mil Unidades Básicas de Saúde de porte 1 (43 por cidade), ou edificar 34 mil Unidades de Pronto Atendimento — UPA de porte 1 (6 por cidade), ou, ainda, aumentar em 936 o número de hospitais públicos de médio porte.

Já foi dito que o problema de saúde no Brasil não é apenas de financiamento, mas também de gestão de recurso, haja vista que em anos anteriores nós aprovamos a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSERH para administrar os hospitais-escola das universidades.

Mas também essa falta de gestão nos leva a perguntar se melhoramos alguma coisa, se alguma atitude foi tomada para melhorar, e que nível de intervenção o Ministério da Saúde pode ter para que essas gestões, que muitas vezes são até indicações políticas, possam ser encaradas com a responsabilidade que tem de cuidar do bem mais valioso que nós temos, que é a vida. Então, nós sabemos que temos que trabalhar cada vez mais para mudar esta realidade.

Eu quero propugnar aqui por uma gestão qualificada e pelo combate permanente, Sr. Ministro, às fraudes, o que deve permanecer sempre como prioridade zero, a exemplo do gerenciamento competente e do financiamento adequado. Esse era o registro, Sr. Ministro, que eu gostaria de fazer.

Quero agradecer a V.Exa. e dizer que a sua presença tem grande importância. Eu tenho ido muitas vezes ao seu gabinete e usado a sua assessoria para debater assuntos não só do nosso Estado, como também do Estado brasileiro.

Eu vou lhe conceder a palavra, esperando que hoje V.Exa. possa sentir... Se eu fosse Governadora ou Presidente — o regime é presidencialista —, há uma coisa que eu jamais faria: cortar na saúde pública. O brasileiro precisa que essa saúde funcione de uma vez por todas. Todo dia, no *Bom Dia Brasil* e outros programas, nós vemos as deficiências entrarem na casa dos brasileiros. E a classe política, perplexa, assiste a tudo isso, sem poder fazer nada, a não ser aprovar Orçamentos, que normalmente não são aplicados. Eu também gostaria de saber a respeito do SUS, se está prevista alguma alteração para melhorar o atendimento nessa área.

Com a palavra o Ministro de Estado Arthur Chioro. Seja bem-vindo!

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero agradecer a oportunidade e saudar a Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os demais Senadores e Senadoras que compõem a Comissão Mista, o Deputado Antonio Brito, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, os demais Deputados e Deputadas que pertencem à Comissão de Seguridade, assim como os membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que aqui se encontram em audiência pública conjunta para dar cumprimento ao art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Eu assumi o comando do Ministério da Saúde em fevereiro do ano passado, já sob a vigência da nova regulamentação da Lei Complementar nº 141, aprovada em 2012. Muito embora nós tenhamos cumprido regiamente a obrigação de prestar contas a esta Casa do balanço quadrimestral e solicitar uma audiência pública como prevê a legislação, é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de vir a esta Casa junto com as três Comissões e apresentar o balanço do primeiro quadrimestre de 2015.

Tenho a expectativa de que possamos transformar este espaço em rotina a cada quadrimestre, tal como está previsto na legislação, dando a maior transparência possível, prestando as informações que forem necessárias. Vim hoje, cumprindo aquilo que prevê a legislação, para tratar especificamente do primeiro

quadrimestre. É claro que eu não me furto a discutir outros assuntos que os Srs. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas quiserem, mas a apresentação se circunscreve à prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2015.

Quero também destacar que a prestação de contas é feita junto ao Conselho Nacional de Saúde mensalmente. Como eu disse, desde o advento da legislação, o Ministério da Saúde jamais deixou de prestar contas quadrimestralmente. É muito importante que cada vez mais essas fontes, produzidas pelo próprio Ministério da Saúde e analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, sejam utilizadas quando nós falamos da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do Ministério da Saúde e não utilização de fontes de instituições que, na verdade, fazem uma leitura infelizmente bastante enviesada e não apresentam a realidade dos fatos.

Aqui objetivamente nós temos aquilo que é alimentado nos sistemas oficiais, nos sistemas públicos, o conjunto de informações que é prestado não apenas aos órgãos de controle, mas também a esta Casa. Estamos falando dos dados oficiais e não das interpretações que ficam à mercê dos interesses políticos, da avaliação que determinadas instituições têm, destacando aquilo que lhes interessa e multas vezes distorcendo a realidade dos fatos. Portanto, esses são os dados oficiais, os dados já encaminhados a esta Casa, às diferentes Comissões, em cumprimento, como eu disse, ao art. 36.

(Segue-se exibição de imagens.)

O art. 36 da Lei Complementar 141 o que diz? Ele diz que o gestor do SUS em cada esfera, ou seja, os Secretários Municipais, os Secretários Estaduais, o Secretário do Distrito Federal e o Ministro da Saúde, elaborará relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações — a minha apresentação busca respeitar o que está na legislação: montante e fonte dos recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em face de execução no período e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. Destaco aqui o § 5º, que diz que o gestor do SUS apresentará, até o

final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o relatório de que trata o *caput*.

Portanto, parece-me importante que nós consigamos estabelecer com as diferentes Comissões e com a Comissão Mista a regularidade necessária não apenas da apresentação, que nós cumprimos, da entrega formal do relatório quadrimestral, mas também da própria audiência pública, visando dar maior credibilidade.

Nos 5 anos em que eu fui Secretário Municipal de Saúde, antes de assumir o Ministério da Saúde, jamais deixei de ir à Câmara dos Vereadores, assim como fazem milhares de Secretários Municipais de Saúde, todos os Secretários Estaduais de Saúde, exatamente fazendo esse importante momento de divulgação, de transparência e de debate com os Parlamentares sobre as questões do quadrimestre.

Colocados esses pressupostos, eu vou fazer uma apresentação da execução orçamentária da despesa com a posição abril fechado, ou seja, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto mês deste ano — atualizado até 14 de maio de 2015.

Em 2014 — vou falar rapidamente sobre esse ano —, nós tivemos a seguinte execução. Em relação a itens globais, nós executamos 17 bilhões de reais, sendo 9 bilhões e 400 milhões de reais de pessoal ativo, 7 bilhões e 500 milhões de reais de pessoal inativo e pensionista e 14 milhões e 900 mil reais de dívida, amortização e encargos. A nossa maior execução é exatamente no Fundo Nacional de Saúde, onde estão as transferências regulares, automáticas, para Estados e Municípios, boa parte dos convênios, das emendas: 81 bilhões 338 milhões de reais. Na ANVISA, nós executamos 271 milhões de reais; na FUNASA, 1 bilhão 92 milhões de reais; na Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, 1 bilhão 896 milhões de reais; na Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS, 141 milhões de reais; no Grupo Hospitalar Conceição — GHC, no Rio Grande do Sul, 91 milhões 534 mil reais. Isso totalizou uma execução de 101 bilhões 865 milhões de reais.

Na PLOA 2015, encaminhada a esta Casa, nós tínhamos uma proposta de 109 bilhões 241 milhões 776 mil reais, com um reforço considerável no item Fundo Nacional de Saúde, pulando de 81 bilhões de reais para 88 bilhões de reais, e outros itens de menor importância.

Na dotação atualizada, ou seja, aquela aprovada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, nós ficamos com 121 bilhões de reais de dotação orçamentária, sendo 17 bilhões e 700 milhões de reais para itens globais, basicamente pessoal ativo e inativo, e recursos financeiros consideráveis para o Fundo Nacional de Saúde, 99 bilhões 796 milhões de reais, sem contar os demais itens que vêm abaixo, dos quais eu destacaria a totalização dos 121 bilhões de reais.

No primeiro quadrimestre, ou seja, de janeiro a abril, nós empenhamos 15 bilhões 232 milhões de reais em itens globais — destaco o reforço bastante importante de empenho em pessoal ativo e inativo —; 46 bilhões 614 milhões de reais para o Fundo Nacional de Saúde; 140 milhões de reais para a ANVISA; 242 milhões de reais para a FUNASA; 473 milhões para a FIOCRUZ; 33 milhões para a ANS; 33 milhões para o GHC; totalizando 62 bilhões, 770 milhões de reais.

Nesse quadrimestre foram pagos um total de 32 bilhões, 353 milhões. O item mais considerável de pagamento é de 26,5 bilhões, do Fundo Nacional de Saúde, basicamente as transferências fundo a fundo, as transferências regulares e automáticas, até porque os convênios vão depender muito da execução das medições que vão sendo feitas, mas fundamentalmente é esse recurso.

Não só no primeiro quadrimestre nós fechamos, mas hoje não há nenhum atraso na transferência regular e automática a nenhum dos 5.570 Municípios, a nenhum dos 26 Estados e ao Distrito Federal.

O Ministério da Saúde está 100% em dia na transferência de recursos automáticos e regulares, que são as nossas obrigações para pagamentos dos hospitais, das Santas Casas, dos hospitais de ensino, dos prestadores de serviços. E, no terceiro dia útil do mês, nós já tínhamos colocado tudo em dia, e assim mantivemos até agora.

Senador, eu quero reafirmar isso que eu estou aqui colocando. Não há nenhum atraso na transferência de repasses regulares e automáticos; são compromissos assumidos com os Estados e Municípios e com os nossos prestadores do SUS.

O nosso saldo orçamentário, portanto, fechando o primeiro quadrimestre, era de 58 bilhões, 253 milhões de reais, com o percentual de empenho de 51,87%,

fortemente puxado pelo empenho feito na área de pessoal ativo e inativo, mas também pelo grande comprometimento de recursos do Fundo Nacional de Saúde.

O outro elemento que a Lei Complementar nº 141 nos determina é uma apresentação da execução das despesas por fonte de recurso. E aqui nós trazemos detalhadas, para o primeiro quadrimestre de 2015, as despesas por fonte de recursos.

Os recursos ordinários, na dotação atualizada, previstos, são da ordem de 12 bilhões, 717 milhões. Eu vou destacar aqui os itens mais importantes: a Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, com 44 bilhões, 395 milhões; a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, com 51,5 bilhões; e outras receitas vinculadas com 4 bilhões, 431 milhões.

É claro que as contribuições para financiamento para o Plano de Seguridade Social dos servidores, tanto a parte dos servidores quanto a parte patronal, também importam num volume importante: 2,5 bilhões e 4,5 bilhões.

Das despesas empenhadas, por fonte de recursos, nós tínhamos uma dotação atualizada de 121 bilhões e despesas empenhadas da ordem de 62 bilhões, 770 milhões. Liquidamos 33 bilhões e tivemos como despesas pagas 32 bilhões, 353 milhões de reais, aqui destacados, linha a linha, quais os recursos por fonte, por número da fonte.

Outro dado importante, e aí eu quero destacar o dado mais significativo de execução financeira, além, é claro, do pessoal ativo e inativo, que é a transferência a Estados e Municípios, mostrando o Quadro Geral por Modalidade de Aplicação, destacando os itens 30, 31, 40 e 41.

Nós fizemos uma transferência, por convênios, para Estados e Municípios. Da dotação de 9 bilhões e 309 milhões, nós empenhamos 10 milhões, executamos 3 milhões e 600 mil e pagamos 2 milhões e 369 mil reais.

No que se refere a transferências fundo a fundo para Estados e Municípios, nós temos uma dotação atualizada de 64 bilhões, 462 milhões; tivemos uma despesa empenhada de 33 bilhões, 253 milhões; executamos 21 bilhões, 257 milhões e pagamos 21 bilhões e 38 milhões de reais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esses quatro itens equivalem a 73 bilhões e 700 milhões da dotação atualizada do Ministério da Saúde; a 33 bilhões das despesas empenhadas; a 21 bilhões das despesas executadas e a 21 bilhões de valores pagos.

Eu acho que é importante destacar particularmente as transferências fundo a fundo, porque elas significam 74% do orçamento do Fundo Nacional de Saúde. Ou seja, hoje, 87% do total das transferências que o Ministério da Saúde faz são automáticas e regulares, divididas em um doze avos, principalmente, e transferidas mês a mês para Estados e Municípios, e não sofrem nenhuma forma de diminuição, nenhuma forma de não repasse.

Nós estamos com esses repasses que correspondem, insisto, a 87% dos gastos do Ministério da Saúde. Setenta e quatro por cento dos gastos do orçamento mais 87% dos gastos do Fundo são aqueles que implicam a regularidade do funcionamento do Sistema Único de Saúde em dia.

No que diz respeito à execução a pagar, ou seja, aos restos a pagar a serem pagos em 2015, nós temos inscritos e reinscritos, até porque todas as despesas que vão sendo canceladas são reavaliadas e reinscritas no exercício anterior. Os senhores e as senhoras sabem que o Governo Federal tem sempre criado uma exceção para os restos a pagar no caso da saúde que novamente se confirma, ou seja, nós reavaliamos. Tem um impedimento técnico, não teve possibilidade, reinscreve-se, reavalia-se.

Por isso, nós vamos tendo, diferente de outras Pastas, um acúmulo importante de restos a pagar, porque não deixamos para trás. Ou seja, não executado não é colocado para o fundo da gaveta e simplesmente anulado. Isso é importante colocar porque é uma característica e uma decisão política do Governo Federal, nos últimos anos, de manter os restos a pagar.

Então, nós temos inscritos e reinscritos 14 bilhões, 851 milhões e meio para serem pagos em 2015. Inscritos e reinscritos. Sendo que, como podem identificar, 11 bilhões no Fundo Nacional de Saúde e 3 bilhões e 100 milhões na FUNASA como os maiores itens de inscrição e reinscrição.

Foram cancelados 246 bilhões até o primeiro quadrimestre, foram pagos 3 bilhões e 155 milhões: 2 bilhões e meio ao Fundo Nacional de Saúde; 355 milhões à

FIOCRUZ; 210 milhões à FUNASA, como os elementos mais importantes, e temos um saldo de 11 bilhões e 450 milhões de restos a pagar.

Um elemento importante que eu gostaria de chamar a atenção dos Deputados e Senadores aqui presentes, assim como daqueles que acompanham esta audiência pública, diz respeito à evolução do orçamento das três esferas de Governo, que compõem o gasto à saúde.

Esse é um debate muito importante, porque não é incomum — e os senhores, como dignos representantes dos seus Municípios, dos seus Estados, sempre dialogam esse tema com os gestores, com os Prefeitos, com os secretários — que, de 2000 para cá, o Ministério da Saúde deixou de aumentar os gastos em saúde, e esse aumento aconteceu à custa da elevação dos gastos dos Estados e dos Municípios.

Aqui, é preciso esclarecer — e essa informação nós trazemos, Senador — exatamente para poder retomar o entendimento sobre essa realidade. A Emenda Constitucional nº 29, aprovada em 2000, que instituiu o mínimo dos gastos com recursos próprios dos Municípios em 15% e o mínimo dos gastos dos Estados em 12%, forçou a elevação dos gastos com recursos próprios dos Estados e dos Municípios.

Nós podemos observar, em verde, a elevação dos gastos dos Municípios e, em vermelho, dos Estados, e efetivamente isso aconteceu. Os Municípios e os Estados brasileiros, hoje, com raríssimas exceções, cumprem a Emenda Constitucional nº 29. E, agora, com a Lei Complementar nº 141, aprovada por este Congresso, inclusive disciplinando o que é gasto em saúde, não há mais o subterfúgio de colocar outras despesas que não são gastas em saúde para poder, de alguma maneira, compor a comprovação.

Hoje, está muito claro o que é gasto em saúde, está apassivada esta discussão, mas não é verdade que isso significou uma retração do gasto federal. Em azul, observem que, de 2000 para cá, continuam aumentando também os gastos da União com a saúde. No ano passado, a União aportou 92 bilhões e 600 milhões, os Estados, 57,4 bilhões e os Municípios, 65,3 bilhões.

Aqui, Senador, eu quero deixar a visão do Ministro, e eu respeito demais a opinião de todas as pessoas, particularmente, dos Senadores, dos Deputados.

A avaliação de que o nosso problema é circunscrito à esfera da gestão reduz a magnitude do problema do financiamento da saúde. É claro que melhorar o padrão de gasto na saúde é um compromisso não apenas da Presidenta Dilma e do Ministro da Saúde, mas também deve ser um compromisso de todos os gestores do SUS e de todos os prestadores. Isso nem se discute.

Então, temos de aperfeiçoar o gasto, combater o desperdício e combater a fraude, como nós estamos fazendo com as mudanças na área de órteses e próteses, inclusive de maneira muito articulada com a CPI que foi desenvolvida na Câmara e no próprio Senado. Nós temos feito um trabalho conjunto que vai trazer muitos frutos positivos. Mas, não reconhecer que as três esferas de Governo aumentaram seu gasto público, mas que ainda hoje, segundo dados do próprio Banco Mundial, está em apenas 525 dólares por habitante por ano, enquanto países que têm sistemas universais de saúde têm gastos na faixa de 3 mil dólares por habitante por ano, é não reconhecer que nós vivemos de fato um sistema de saúde público subfinanciado e que se faz um enorme esforço para garantir os conceitos de universalidade e integralidade, previstos na Constituição.

Então, eu gostaria de reafirmar isso, apesar de ser uma prestação de contas quadrimestral, e trazer esses elementos históricos do padrão de gastos em saúde. O Congresso Nacional e a sociedade não podem deixar de fazer essa discussão, na qualidade e profundidade que ela merece, porque objetivamente nós temos um sistema de saúde subfinanciado. Nós temos um padrão de gastos.

Eu tenho aqui dados de outros países. Se os senhores tiverem interesse, posso apresentá-los para comparação. Países que não têm sistemas universais gastam o dobro, o triplo, do que o Brasil gasta na área pública, um País com 203 milhões de habitantes, que garante desde a vacina ao transplante, mas que, juntando os gastos dos Municípios, dos Estados e da União, aplica 525 dólares por habitante por ano.

Então, vamos melhorar a qualidade da gestão? Eu sou o primeiro não só a entrar nessa luta, mas também faço isso no meu cotidiano e o exijo tanto da minha equipe como do aprimoramento das relações com os gestores municipais e estaduais. Mas nós não podemos deixar de reconhecer as dificuldades que estão colocadas em outro plano.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero destacar também que os recursos federais com ações e serviços próprios da área da saúde, ou seja, aqueles dos quais nós retiramos os gastos que não entram no cômputo daquilo que é gasto específico da saúde, sofrem um crescimento importante. A evolução nominal desses gastos em saúde, entre 2002 e 2015, foi de 262%. Detalhe: o Governo Federal — e quero insistir —, de 2003 para cá, jamais deixou de aplicar a Emenda Constitucional nº 29. Este ano, inclusive, nós temos 3 bilhões a mais do que a Emenda Constitucional nº 29, mesmo com o contingenciamento. Reportamos novamente a discussão do subfinanciamento. Mas não se trata do não cumprimento das obrigações constitucionais. E insisto: hoje, Municípios, Estados e a União cumprem os limites constitucionais estabelecidos para o gasto em ações e serviços próprios de saúde.

Outro dado que importa aqui apresentar às Sras. e Srs. Deputados, às Sras. e Srs. Senadores é o da oferta e produção de serviços do SUS, de acordo com o que recomenda a Lei nº 141 na audiência quadrimestral. Nós tivemos, entre janeiro e abril de 2015, um total de 1 bilhão e 558 milhões de procedimentos realizados, sendo 107 milhões de cirurgias no setor público.

Desculpem-me, vou pegar os números totais, porque aqui está dividido em público, filantrópico e privado. Foram realizadas pelo SUS: 117 milhões de cirurgias em 4 meses; 770 milhões de consultas médicas; 1 bilhão e 177 milhões de exames; 17 milhões de sessões de hemodiálise; 15 milhões de internações; mais de 3 milhões e 800 mil quimioterapias; e mais 13 milhões e 623 radioterapias, com uma enorme participação do setor público. Desse total de procedimentos, 2 bilhões e 100, 1 bilhão e 558 milhões de procedimentos — e aqui são procedimentos escolhidos, nós não pegamos os mais de 4 mil procedimentos reconhecidos no SUS, pegamos só aqueles de maior escala e maior importância para dar uma demonstração —, nós temos um valor significativo do setor público, uma participação importante do setor filantrópico e do setor privado.

No próximo eslaide, nós podemos ver: 74% da oferta e produção do SUS é feita pelo setor público, nas unidades públicas municipais, estaduais e federal do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação; 12% pelo setor privado; e 14% feita pelo setor filantrópico. Eu quero destacar a importância do setor filantrópico, particularmente no que diz respeito às internações onde ele tem um papel muito

importante. Hoje, 7 milhões e 285 mil internações são feitas no SUS, nos hospitais públicos, e 6,5 milhões de internações são feitas nas instituições filantrópicas. Então, é muito importante o papel das Santas Casas e das instituições filantrópicas no SUS. Elas não têm uma grande produção na área de consultas, na área da Atenção Básica, mas têm um papel significativo na área da atenção hospitalar em todo o País junto com a rede pública. E a rede privada lucrativa está com um papel cada vez menos expressivo, diferente do perfil que tínhamos há 30, 40 anos, quando a nossa rede era fundamentalmente lucrativa.

Passando a mais um item previsto na nossa prestação de contas, que é das auditorias realizadas ou em fase de execução no período, nós tivemos 355 auditorias encerradas no período do primeiro quadrimestre de 2015; 279 auditorias; duas fiscalizações; 21 verificações de termo de ajustamento sanitário, que é uma medida muito importante para que Municípios, Estados e Santas Casas fiquem em dia, façam correções importantes de irregularidades identificadas de menor complexidade; e 53 visitas técnicas. Entre as atividades encerradas por objeto, destacam-se aqui as relacionadas à assistência farmacêutica, à aplicação de recursos fora do bloco de financiamento, tal qual previsto na legislação, problemas relacionados à Atenção Básica e à gestão.

Senadora, eu peço sua autorização para fazer uma síntese, tendo em vista que colocar tudo aquilo que o Ministério da Saúde desenvolveu ao longo de 4 meses ficaria extremamente exaustivo. No nosso relatório, há de fato todo um processo mais detalhado. Nós, ao final do ano, somos obrigados, por lei, a desenvolver um relatório de gestão, onde ele é, sim, totalmente detalhado. Então, nós procuramos destacar as ações talvez mais significativas sem prejuízo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Isso, está tudo disponível. Mas, na minha apresentação aos senhores e às senhoras, vou fazer um breve resumo.

Nós tivemos, na área da Atenção Básica, 1.500 unidades básicas construídas, ampliadas e reformadas com recursos federais, em parceria com os Municípios. Com isso, nós concluímos, desde o início do Programa Mais Médicos, 10.600 Unidades Básicas de Saúde. Um quarto da rede foi reformado, construído ou ampliado, para que se tenha a magnitude da importância. Hoje, são 39 mil Equipes

de Saúde da Família atuando em todo o território nacional, o que significa mais de 130 milhões de brasileiros com cobertura da estratégia de saúde da família, e 24 mil Equipes de Saúde Bucal em funcionamento. Há menos de 10, 12 anos, nós não tínhamos cerca de 2 mil Equipes de Saúde Bucal. É dessa ordem a expansão do Programa Brasil Sorridente.

Nós tivemos, neste quadrimestre, 32 novas Equipes de Atenção à saúde Domiciliar implantadas no País, totalizando agora 828 equipes, que cuidam dos pacientes nas suas residências, junto com o cuidador e com uma pessoa da família. E nós tivemos a inauguração de 7 novos Centros de Especialidades Odontológicas do Brasil Sorridente, somando agora 1.037 unidades especializadas em todo o território nacional.

Na área da Atenção Especializada, eu queria destacar alguns dados importantes. Em 4 meses, foram realizados 6.335 transplantes de órgãos sólidos e não sólidos. Com isso, sem dúvida nenhuma, este ano nós poderemos bater o recorde de transplantes realizados, se nós continuarmos o quadrimestre, e continuaremos sendo o maior sistema de transplantes públicos do mundo, só perdendo em número total de transplantes para os Estados Unidos. O SAMU habilitou mais 106 unidades móveis no quadrimestre, e hoje são mais de 3 mil unidades em funcionamento, cobrindo 152 milhões de brasileiros em todo o território nacional. Agora há 406 UPAs — Unidades de Pronto Atendimento, construídas e em funcionamento no País inteiro com investimentos do Ministério da Saúde, sendo que 9 foram inauguradas ao longo deste primeiro quadrimestre.

Na Área de Saúde da Mulher, 504 mil mamografias bilaterais e 1 milhão e 300 mil exames citopatológicos foram realizados no quadrimestre, além de registradas 34 mil e 500 gestantes com o teste rápido de sífilis. Isso, para nós, é muito importante — os senhores e as senhoras já devem ter ouvido falar que está aumentando o número de casos de sífilis no Brasil —, e se deve ao fato de que nós estamos fazendo mais diagnósticos. É um dado positivo da ampliação do programa Mais Médicos, da realização de mais exames e, portanto, da identificação.

E por que isso é importante? Porque, a partir da identificação do caso e das pessoas que com ele tiveram contato e a partir do tratamento, nós podemos interromper a cadeia de transmissão. Então, doenças como hanseníase, tuberculose

e sífilis, num primeiro momento, quando se melhora a qualidade do diagnóstico, amplia-se o acesso à tendência inicial de elevação de casos, que é extremamente bem-vinda, porque é a partir dela que se interrompe a cadeia de transmissão das doenças.

Além disso, nós desencadeamos um amplo esforço para valorização do parto normal e para combate e enfrentamento das cesarianas desnecessárias. É claro que a cesariana bem indicada salva vidas, é uma conquista da humanidade e da Medicina. Mas o que nós temos no Brasil é um exagero, um exagero que vem colocando em risco a vida das mulheres e dos bebés, aumentando a prematuridade, a mortalidade materna e a mortalidade neonatal. Então, está em curso uma nova regulamentação para os planos de saúde, porque o problema é extremamente grave no setor privado: 84% dos partos realizados no setor privado hoje são por cesarianas. A Organização Mundial de Saúde recomenda apenas 15%. E nós estabelecemos um convênio entre o Hospital Israelita Albert Einstein e o IHI — Institute for Healthcare Improvement, que é um instituto de segurança do paciente de qualidade dos Estados Unidos, no sentido de preparar maternidades públicas e privadas para reestruturarem o processo de gestão e de cuidado obstétrico, para que a gente possa estruturalmente enfrentar o problema. Não se trata aqui de criminalizar médico ou de criminalizar maternidade. Nós vamos ter que enfrentar o problema que tem a mesma dificuldade que nós enfrentamos, há 20, 30 anos, o problema do aleitamento materno, que tinha sido substituído pelo leite em pó, pelo leite artificial, o que, com muito esforço, dedicação e envolvimento de toda a sociedade, nós conseguimos reverter.

Vigilância em saúde. Quero destacar alguns dados importantes: ampliação da cobertura vacinal de Hepatite A, que alcançou 89% das pessoas, é uma nova vacina introduzida no País — nós já tínhamos a vacina para a Hepatite B e introduzimos a vacina para a Hepatite A —; cobertura vacinal da vacina dTpa, que também é nova, porque ela é específica para ser utilizada nas gestantes — a vacina anterior não podia ser nelas aplicada, porque esta é a celular, portanto, a anterior não era indicada —, cujos dados parciais mostram agora uma elevação importante de 45%; a cobertura da Tetra Viral (varicela) alcançou 60%; nas demais vacinas, que já são

de rotina, nós mantivemos excelentes taxas de cobertura. Destaco aqui apenas as mais novas, que sempre são desafios importantes.

E quero destacar também, neste quadrimestre, a concessão do registro, por parte da ANVISA, de três novos medicamentos (o sofosbuvir, o daclatasvir, o simeprevir), que são a nova geração de medicamentos indicados para o tratamento da Hepatite C e que significarão para esta doença o que o coquetel significou para a AIDS: a revolução no tratamento dos pacientes com Hepatite C. Nós estamos programando sua incorporação agora, no segundo semestre deste ano, já que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, no mês de julho, terminou toda a avaliação técnica, os protocolos, as diretrizes, e agora já estamos na fase inicial de aquisição desses produtos para começar sua distribuição.

Eu quero destacar também a realização de campanhas de saúde pública muito importantes. Nós estamos com uma campanha mãe chamada Da Saúde se Cuida Todos os Dias, e, a partir daí, desenvolvem-se várias estratégias.

Neste quadrimestre, nós trabalhamos especificamente quatro campanhas: a da vacinação do HPV, para as meninas de 9 a 12 anos, para as gestantes, para as mulheres portadoras do HIV; fizemos uma campanha específica para DST e AIDS muito forte; fizemos uma campanha específica para hanseníase; e lidamos, naturalmente, com a dengue, que foi o grande desafio deste nosso primeiro quadrimestre em função da sazonalidade desta enfermidade, que teve fortíssimo comprometimento este ano no Estado do Acre, no Estado de São Paulo e no Estado de Goiás.

Na verdade, a dengue só registrou redução em dois Estados, Espírito Santo e Amazonas, e no Distrito Federal. O fato positivo é que, apesar de terem aumentado muito o número de casos, nós tivemos diminuição do número de casos graves e diminuição do número de óbitos. E já estamos trabalhando durante todo o ano para no ano que vem mudar todo o curso da história junto a Estados, Municípios e à própria sociedade.

Em relação à hanseníase, nós estamos trabalhando fortemente para fazer a eliminação da doença este ano. Isto eu vou apresentar na audiência do ano que vem, mas eu já vou antecipar. Ontem, eu estive com o Governador Pedro Taques, em Mato Grosso, com todos os Prefeitos e todos os Secretários de Mato Grosso;

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estarei agora com o Governador Flávio Dino, no Maranhão; na sequência, no Pará, que são os três Estados com maior prevalência, maior taxa de detecção, fora da curva.

Nós estamos, hoje, com 1,27 casos de hanseníase para cada 10 mil habitantes, e a eliminação é abaixo de 1 caso para cada 10 mil habitantes. Este esforço concentrado em Mato Grosso, no Maranhão e no Pará significará, até o final do ano, sem dúvida nenhuma, a eliminação da hanseníase no País, que era a meta assumida pelo Brasil com a Organização Mundial da Saúde eliminar a hanseníase até o ano de 2015, e nós vamos cumpri-la.

Estou aqui assumindo mais do que um compromisso — é um esforço — e toda a mobilização do Ministério da Saúde, do SUS, porque nós dependemos muito das Secretarias Municipais e Estaduais, e também da rede de educação, porque os novos casos estão muito concentrados nos menores de 15 anos.

Nós estamos com uma estratégia em que 98% dos Municípios alvo — são 2.200 Municípios — assumiram o compromisso de desenvolver uma campanha de identificação precoce de casos de hanseníase, tracoma, que leva à cegueira, e das parasitoses intestinais, as chamadas geomitíases, nos próximos 2 meses. Nós estamos financiando as ações.

Então, é um trabalho para identificar e tratar os casos nesses Municípios, dos quais muitos já eliminaram essas três enfermidades, então estão concentradas nos bolsões de maior pobreza, de maior dificuldade de acesso. Agora, o que está mudando muito a história é que exatamente a população que mais precisava era a que não tinha atendimento básico, e o Mais Médicos, o mapa do Mais Médicos, cobre exatamente os lugares da carência.

Então, agora, do final de 2013 a 2014, conforme as equipes foram se completando, nós estamos melhorando muito a qualidade, tanto que eu divulguei agora a Pesquisa Nacional de Saúde. Nós estamos com quase 98% das gestantes fazendo o pré-natal; mais de 80% das gestantes com mais de seis consultas do pré-natal; 62% começando no primeiro trimestre o pré-natal. Ou seja, é uma maneira diferente de garantir aquilo que nós não conseguíamos antes, que é a atenção básica de qualidade para quem mais precisa.

Bom, para finalizar, vou falar um pouquinho — eu tenho mais três telas somente —, do complexo industrial e da assistência farmacêutica. Nós distribuímos 30.896 litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados; 20 novos Municípios foram contemplados por pertencerem ao Brasil Sem Miséria, ao Programa Farmácia Popular.

Hoje, o Programa Farmácia Popular atinge 1.610 Municípios, e mais 1.242 novas unidades farmacêuticas se incorporaram ao Farmácia Popular. Hoje, nós temos 35 mil farmácias, entre públicas e privadas, constituindo uma ampla rede para distribuição de medicamentos gratuitos ou fortemente subsidiados. No caso dos medicamentos para asma, para hipertensão e para diabetes, são distribuídos gratuitamente.

Só para que se tenha noção, sem contar milhões de brasileiros que retiram os medicamentos nos serviços do SUS, só a rede do Aqui Tem Farmácia Popular atendeu no primeiro quadrimestre 32 milhões e 300 mil brasileiros, fortemente os brasileiros que têm planos de saúde coletivos, mas que não têm assistência farmacêutica, que fica fora dos planos de saúde, porque não é obrigatória sua cobertura por parte dos planos de saúde.

No caso da atenção à saúde indígena, nós conseguimos colocar à disposição dos distritos de saúde 342 médicos, com 35 novas vagas. Pela primeira vez, nós temos todos os distritos de saúde indígena com equipes completas, com médicos. Conseguimos um alcance de 77,6% de cobertura vacinal para a população indígena. Todos nós sabemos, inclusive por questões culturais, o quanto é difícil garantir uma alta taxa de cobertura. Há países que, da população em geral, urbana, não conseguem chegar a 50%. A nossa cobertura é próxima de 100% na população como um todo. E, na população indígena, hoje já ultrapassou 77%.

Nós estamos agora também enfrentando a qualidade da assistência aos bebês, às gestantes e às mulheres indígenas, quando elas vão dar à luz, e ao segmento da própria mulher com a Rede Cegonha implantada em 46 distritos indígenas.

Na área de formação, gestão do trabalho, educação e saúde, entre várias ações, eu quero destacar 4.146 novas vagas do Programa Mais Médicos. Em dezembro, nós tínhamos 13.300 médicos; nós chegamos agora a 18.240 médicos,

graças à autorização para ampliação que a Presidente Dilma nos deu no início de janeiro e que foi feito ao longo do primeiro quadrimestre. Foram 5.588 novos profissionais que ingressaram no Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas, o Pró-Residência, tanto na residência médica, com quase 3.970 médicos, quanto também na residência multiprofissional, com 1.621 profissionais de outras áreas da saúde.

Foram formados 41.366 alunos no Projeto Caminhos do Cuidado, que consiste em investir na formação dos agentes comunitários de saúde, agentes de controle de endemia, mas principalmente agentes comunitários de saúde, para o manejo das pessoas em dependência química do álcool e outras drogas, para a identificação dos casos, o manejo, a construção do vínculo, e a oferta da rede de cuidados do SUS, além de 846 alunos de cursos envolvidos pelo Telessaúde, totalizando 42 mil alunos.

Por fim, na minha última tela, eu queria também destacar aquilo que nós realizamos no âmbito do controle social. Nesse período foram quatro reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Saúde. Eu, como Ministro e membro do Conselho Nacional de Saúde, compareci a todas as reuniões. Todas as comissões do Conselho funcionam com regularidade. Isso é muito importante, porque nós temos que dar os exemplos também aos Estados e Municípios.

Nós realizamos a 19ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares. Inclusive muitos Parlamentares aqui presentes estiveram nessa plenária, que contou com 1.500 conselheiros municipais, conselheiros estaduais e membros do conselho nacional.

No dia 12 de fevereiro, nós publicamos a Resolução nº 500, aprovando o regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde, que será realizada no final deste ano.

Senadora, Deputado, eu espero não ter me alongado além do meu tempo, mas fiz algumas escolhas para a prestação de contas. Coloco-me à disposição para, junto com a minha equipe, os responsáveis inclusive pela execução orçamentária e financeira, minha Secretária-Executiva, os responsáveis pelo Fundo Nacional de Saúde, poder discutir com os Srs. Deputados e Senadores qualquer dúvida que esteja a nosso alcance.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós agradecemos ao Ministro pela sua explanação.

Vamos passar à parte do debate.

Eu gostaria só de, numa introdução, deixar algumas perguntas, somando-se às do Deputado Leonardo Monteiro, sobre a implantação de mais especialidades. Quero saber se isso aconteceu, se serão alocados recursos para o orçamento do próximo ano, se há previsão de reajuste da tabela do procedimento do SUS — que é uma reclamação que nós ouvimos, reivindicação das filantrópicas, das Santas Casas e tudo o mais —; e se há falta de recursos para hospitais federais, principalmente no caso do Instituto Nacional do Câncer.

Quero dizer também que foram apresentados muitos dados de construção de Unidades Básicas de Saúde, mas o problema das Prefeituras é o custeio, Ministro. As Prefeituras não dão conta de pagar o custeio dos profissionais. Quero saber se há alguma proposta do Ministério quanto a isso, inclusive se há casos nos Municípios, se V.Exa. conhece, porque eles estão desistindo do SAMU.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Senadora, eu quero cumprimentar V.Exa., que está dirigindo nossa reunião da Comissão de Orçamento, todos os Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas; quero cumprimentar também o nosso Ministro Arthur Chioro e parabenizá-lo pela liderança com que vem administrando o Ministério da Saúde.

Ministro, V.Exa. se referiu à eficiência entre os três entes da Federação. Gostaria que, se fosse possível, V.Exa. aprofundasse esses esclarecimentos sobre a necessidade da eficiência dos três entes. Eu queria também parabenizá-lo pelos 2 anos que completa o nosso Programa Mais Médicos, que é um sucesso absoluto no nosso País. Os dados recentes mostram que está com mais de 90% de aprovação, inclusive no setor de saúde, no setor da classe médica. Também, se for possível, gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre a questão do financiamento da saúde, o que pode ser feito ainda para melhorar essa questão no nosso País, especialmente no nosso sistema de saúde, o SUS.

No mais, quero parabenizá-lo e colocar o nosso mandato também à disposição do Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradeço ao Deputado Leonardo Monteiro.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quero cumprimentar o meu Presidente Deputado Antonio Brito, da Comissão de Seguridade Social e Família; quero cumprimentar também esse extraordinário Ministro, Arthur Chioro, que tem atendido a todas as solicitações desta Câmara, do Congresso Nacional.

Eu tenho a impressão de que, todas vezes em que lhe foi feito um convite, V.Exa., numa atenção especial, veio aqui para apresentar diferentes informações, dados e proposições do Ministério da Saúde. Quero saudá-lo pelo projeto que está em andamento e já é um sucesso, mas eu tenho a expectativa de que ainda será maior o sucesso com essa parceria estreita entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, com mais médicos e mais especialidades, eu não tenho dúvida.

Tenho a preocupação, mas é uma preocupação num sentido mais positivo, Ministro, porque eu vejo uma preocupação negativa de impedir que o Mais Médicos e o Mais Especialidades avancem, com o discurso de que nós não temos uma estrutura ainda adequada. Mas eu aprendi que nós vamos aprimorando no caminhar, nós não ficamos esperando, e o Ministério tem essa ousadia e determinação.

Mas eu quero chamar a atenção para algumas ações do Ministério. Nós estamos discutindo isso em diferentes áreas e a otimização da aplicação dos recursos, apesar de serem poucos. Talvez o SUS, pela sua natureza e estrutura, esteja sendo — eu não tenho nenhuma dúvida —, com os recursos poucos que existem, o mais eficiente sistema de atenção a uma sociedade tão ampla, diversificada e necessitada como a nossa sociedade brasileira. Certamente, se nós não tivéssemos o SUS, esses recursos todos seriam muito menos efetivos do que com o Sistema Único de Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que me anima é chamar a atenção para que o Ministério atue cada vez mais no sentido de apoiar as instituições que prestam efetivo serviço ao SUS, tais como as instituições públicas, filantrópicas e aquelas que voltam a sua atenção às pessoas mais necessitadas.

Eu vejo, e às vezes nós falamos com orgulho, que o Brasil é o país que mais faz transplantes no mundo, e é até bom que se façam muitos transplantes. Mas o paradoxo, a contraposição, é que também no Brasil — e tratando aqui principalmente do setor do trânsito — a mortalidade nessa área é imensa. Há mortalidade também em outras áreas, em que a prevenção, eu não tenho nenhuma dúvida, Ministro, poderia ter muito mais efetividade do que ação curativa ou tratativa de recuperação. Logicamente, nós não podemos abrir mão de nenhuma possibilidade de tratamento de que as pessoas necessitam. Mas eu entendo que o Ministério, com o Ministério da Educação e outros Ministérios, talvez pudesse ousar mais.

Hoje nós estamos aqui numa audiência pública muito interessante sobre as formas, inovações e tratamento do câncer. Foi levantado um problema muito relevante, e eu acho que vale a pena o Ministério, bem como outros setores, estabelecer uma associação para enfrentarmos, por exemplo, a contaminação de alimentos, lembrando que os venenos hoje utilizados — alguns proibidos em outros países — não podem continuar sendo instrumento de combate a pragas no Brasil já que, mais do que isso, causam enormes prejuízos à nossa população.

Diante dessa consideração, para terminar, quero colocar outra situação. Sinceramente, eu não sei se nós deveríamos criminalizar — talvez esta seja uma palavra muito forte mesmo —, mas seria um crime admitirmos as cesarianas como são feitas no Brasil, sem nenhuma necessidade. Mais grave ainda, Ministro, é que nós temos muitas evidências de que várias mulheres morrem por falta da cesariana adequadamente indicada, o que revela que a cesariana não é uma medida médica corretamente adotada. Se fosse, nenhuma morte ocorreria por falta de cesariana. Em todas as tratativas — o Deputado Antonio Brito tem participado de debates muito interessantes aqui —, nós temos visto graves denúncias de mulheres que morrem por falta de uma indicação adequada e de uma ação efetiva.

Eu ouso dizer que vale a pena o Ministério da Saúde atuar de maneira muito propositiva, para garantirmos efetivamente o estabelecimento de metas, Ministro, e assim podermos reduzir o número de cesarianas, que comprometem não só a vida de mulheres e crianças, mas também o sistema financeiro.

Eu aproveito para adiantar o meu voto: todas as vezes que for colocada aqui uma proposição para aumentar recursos para a Saúde, meu voto será "sim", sem nenhuma restrição. Mas, se não tivermos uma maneira de otimizar todos os recursos que colocarmos adicionalmente à Saúde, para que eles produzam bons resultados, nós não teremos como resultado final a saúde como bem da nossa sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradeço ao Deputado Adelmo Leão.

Eu queria propor um consenso entre nós. Os Regimentos do Senado e da Câmara falam em 3 ou 5 minutos. Nós temos uma lista de inscritos e, para todos poderem falar, eu peço que falem em 3 minutos. Se algum Deputado desejar falar em 5 minutos, não há problema. Se todos estiverem de acordo, assim faremos.

Na sequência, têm a palavra os Deputados Jorge Solla, Leandre e Flávia Morais.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Ministro, eu queria, primeiro, parabenizar o senhor e toda a sua equipe pela atuação. Já se comentou aqui a sua disponibilidade em participar a qualquer momento em que a Câmara dos Deputados o convidar, diante das mais diversas demandas e espaços. Aliás, eu queria registrar a sua atuação na semana passada: foi extremamente positivo o senhor ter vindo a esta Casa e ter abortado uma ação, completamente despropositada, da Oposição, que queria transformar a discussão sobre a criação de um banco de dados. Na verdade, não se trata de criação, porque a criação já tinha se dado por lei, mas da regulamentação de um banco de dados. Todos sabem da importância de um banco de dados para o planejamento e para a organização de ações voltadas para a Saúde, na linha da atuação especializada. Felizmente, a presença de V.Exa. nesta Casa abortou a estratégia da Oposição e permitiu que se realizasse um trabalho bastante profícuo com a Comissão que foi criada, inclusive com a participação do Deputado Antonio Brito, que também atuou neste processo.

Eu queria fazer um comentário sobre a questão do financiamento. Eu diria que a equipe, sob a sua condução — estão aqui os dirigentes do Fundo, a Secretaria Executiva —, tem tido muitas dificuldades para viabilizar a execução de um orçamento tão constrangido, tão apertado. O subfinanciamento da Saúde no Brasil é patente, não há como negar isso. Inclusive, a proposta do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, recentemente, na famosa agenda apresentada, apesar de ter sido um absurdo a proposta de cobrar o procedimento, imediatamente foi rechaçada não só pelo senhor, mas por vários Parlamentares e pela sociedade como um todo, tanto que em 48 horas foi retirada, mas ela teve dois aspectos importantes.

Primeiro, ao colocar na agenda, o Senador Renan Calheiros também concordou que o subfinanciamento precisa ser enfrentado e ter uma resposta adequada.

Segundo, ao argumentar que cobraria só de quem tem mais para viabilizar o sistema para quem tem menos, ele apontou o caminho, que é viabilizar uma arrecadação de recursos, através de um financiamento estável destinado para a saúde. E aí, entram, Ministro — e eu queria ouvir a sua opinião —, a taxação das grandes fortunas, como alternativa, e a viabilização do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos no mercado de ações; e outras possibilidades. Eu acho que nós temos, neste ano, um grande debate com a Conferência Nacional de Saúde e precisamos construir alternativas que visem assegurar o financiamento para a saúde.

Em relação ao Programa Mais Médicos, já foram colocados aqui a sua importância, o seu impacto e a resolutividade que temos conquistado com ele. Eu queria colocar uma preocupação, Ministro: apesar de a Oposição e as entidades médicas não poderem mais se colocar contra o Programa Mais Médicos, agora eles estão buscando outras estratégias. Então, houve aquela tentativa do banco de dados, e agora tenho visto algumas questões relacionadas a tentar se inviabilizar a expansão dos programas de residência médica.

Eu queria registrar a nossa posição da necessidade da imediata expansão dos programas de residência, de colocar isso como prioridade da ação governamental e de que devemos inclusive buscar blindar qualquer tentativa de

abortar os investimentos na abertura de novos cursos de graduação, que já estão em curso, e dos programas de residência, até porque são eles que efetivamente fixam o profissional.

Por fim, quero destacar também a importância da atuação que o senhor e toda a sua equipe tiveram na CPI de Órteses e Próteses. Foi uma experiência muito positiva de trabalho, articulado com a Câmara dos Deputados. Começamos e encerramos combinando ações definidas pela CPI, com ações definidas pelo Governo, através do Ministério, então, foi um exemplo de atitude articulada, e bem articulada, entre o Executivo e o Legislativo para enfrentar um problema extremamente grave.

Queria ouvir também alguns comentários seus sobre o desenvolvimento das PDPs, que eu acho que todo mundo sabe como o balanço comercial na área de saúde é extremamente negativo. Esse trabalho que vem sendo feito nos últimos anos tem criado oportunidade de transferência de tecnologia, que é essencial para a área da saúde em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradeço ao Deputado Jorge Solla.

Com a palavra a Deputada Leandre, do PV do Paraná.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Boa tarde, Sr. Ministro! Boa tarde, Sr. Presidente e todos os presentes!

Ministro, eu não sei se o senhor está lembrado da última oportunidade que tivemos de conversar com o senhor a respeito da ampliação das Redes de Atenção à Saúde. Naquela oportunidade, estava sendo feita uma avaliação. Essa foi a resposta que tivemos. Então, a gente sabe, assim, o quanto neste ano está difícil, todo mundo entende essa situação; mas a gente também gostaria de ter uma posição de como vai ser tratado esse assunto da expansão das redes nos Estados, em especial a Rede de Urgência e Emergência, que hoje a gente recebe muita demanda, tendo em vista que a implantação em algumas regiões, principalmente no Estado do Paraná, tem trazido sérios problemas, porque o prestador de serviço não consegue entender por que ele recebe a metade do valor que recebe aquele prestador que está na região metropolitana, que recebe um valor dobrado pelo mesmo procedimento.

Gostaria também de saber sobre a questão dos SAMUs. O senhor falou que, nesses 4 meses, foram habilitados vários. Qual é a programação daqui para frente? Nós estamos, por exemplo, no Estado do Paraná, agora no dia 31, na iminência de extinguir um consórcio de 42 Municípios. Eles têm esse prazo. A gente sabe que existem pendências dentro desse consórcio, tanto do Estado quanto dos Municípios, mas também tem a questão federal.

A nossa dificuldade de entender hoje é que, quando perguntado ao Ministério da Saúde, a gente não tem uma resposta conclusiva sobre o processo. Falam que não há processo ou que o processo está em análise. Então, a gente gostaria de ter essa resposta até para que a gente possa dar esse retorno para a comunidade, que acha que, de repente, é por falta de atuação federal que vai se fechar um serviço que atende lá 2 milhões de pessoas.

Então, se o senhor puder nos dar um norte a respeito dessas duas situações, pois acredito que não é só no Paraná que está acontecendo isso. Eu tenho conversado com outros Deputados, e eles também enfrentam dificuldades parecidas. Acho que é importante pelo menos para dar uma luz para a gente trabalhar em sintonia, junto com o Ministério, porque acho que todos os esforços que pudermos somar hoje são importantes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradeço à Deputada Leandre.

Com a palavra a Deputada Flávia Morais, do PDT de Goiás.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria dizer que nós sabemos que as colocações do senhor aqui com relação aos avanços que nós tivemos, com a implantação do SUS, são reais. Tudo que o senhor falou é a realidade. Mas nós todos sabemos também que essa realidade está muito aquém do que nós esperamos para o povo brasileiro. Nós sabemos que todas essas realidades precisam avançar ainda mais, e nós não podemos parar por aqui.

Há poucos dias nós tivemos aí a informação de um corte na saúde de 9 bilhões, se não me engano, ou mais um pouco. E nós precisávamos ver isso, e acho que também esta Comissão. Não vou nem entrar em detalhes das ações, mas queria falar aqui de orçamento mesmo. O que objetivamente nós podemos fazer

para recompor isso? Porque nós que trabalhamos nesta Comissão, e participamos de vários momentos, nós estávamos sonhando com aumento de recursos para a saúde, mas, de repente, nós vamos ter que conviver agora com um corte, dentro de uma realidade que precisava de mais recursos.

Então, a gente queria ver, não para criticar, mas para a gente ver como que nós podemos, juntos, trabalhar, o Congresso junto com o Ministério, junto com o Governo, para ver uma fórmula para que a gente possa recompor esse orçamento e avançar ainda mais, continuar avançando com as grandes demandas que nós temos na saúde.

A nossa pergunta é só essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradeço à nobre Deputada Flávia Morais.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Primeiro, quero agradecer a oportunidade, Ministro, e dizer que eu acho que precisa avançar muito, mas realmente a iniciativa do Programa Mais Médicos está de parabéns para os Estados do Norte e do Nordeste, principalmente o Estado do Pará é um exemplo de que essa presença diminuiu o déficit de acesso da população aos serviços de saúde, ainda que os serviços básicos.

Queria aqui levantar só algumas questões. No quadro que V.Exa. apresenta, de 109 bilhões, do projeto de LOA, fala que a dotação é de 121 bilhões atualizada. E eu percebi que o aumento é principalmente no Fundo Nacional de Saúde e na FUNASA. Eu queria que o senhor explicasse isso, relacionando com o corte ou com o contingenciamento estabelecido aí pelo Governo nos recursos da saúde, porque mais ou menos o valor que aparece aqui como mais é o que foi tirado ou pelo menos contingenciado.

Segunda questão: essa relação de 14% de oferta e produção do SUS nas filantrópicas, 12% nas privadas e 74% na rede pública, surpreende-me um pouco. Mas eu estou apenas dizendo que me surpreende, porque a avaliação que eu faço é que mesmo os serviços aparentemente públicos hoje, em grande medida, acabam sendo realizados ou pelo médico diretamente, não ligado diretamente ao sistema ou

a empresas da área de saúde. Isso explicaria o déficit de serviços públicos, ainda que o Mais Médicos reconhecidamente tenha ampliado o acesso?

Vou dar um exemplo. Eu fui Prefeito, e chegamos a 42% de serviços do programa que nós chamávamos de Família Saudável, relativo ao Saúde da Família; hoje talvez não alcance 15%. Qual é a ação possível do Governo, considerando que o SUS tem uma visão sistêmica da saúde, tanto nos conselhos quanto nos comitês tri e bipartite, não para impor qualquer coisa e, digamos assim, ferir o princípio da autonomia, mas, para, em nome da vida e do direito à saúde como um bem público, garantir que as Prefeituras e os Governos de Estado cumpram seu papel?

Que o Governo Federal também reconheça que há um déficit e aumente os investimentos em programas como os de atenção básica à saúde. A meu ver, a participação do Estado no âmbito da União ainda é muito pequena. Para alcançar 42% de, mais ou menos, 1 milhão e 200 mil ao mês até 2004, apenas 200 mil vinham da União. O programa dizia-se, e era divulgado, federal, desde Fernando Henrique.

Eu vou concluir, rapidamente, com dois pontos. Uma das emendas que eu apresentei em meu primeiro mandato coincidiu com um incêndio do hospital. Houve necessidade de liberação de 3 milhões para o principal hospital de urgência e emergência de Belém. Eu gostaria que V.Exa. me respondesse se há possibilidade de viabilizar os recursos nesse caso, que realmente é de calamidade pública, porque os outros dois hospitais que eu havia construído são insuficientes para atender a demanda do principal, que atende, na verdade, o Estado inteiro em situações de alta complexidade.

Por fim, Sr. Ministro, há de se fazer justiça neste País, garantindo que os repasses para a internação e, especialmente, para o PAB sejam mais equânimes.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, com uma expressão. Eu me sinto, como cidadão paraense, violentado em saber — quando eu era Prefeito era assim, mas não sei exatamente como é agora — que, enquanto um cidadão de Belém recebia 1 real *per capita* para o PAB, um gaúcho ou paranaense recebia 1,9 real. Naquela altura, nos Estados e Municípios que tinham maior arrecadação, que eram mais ricos, a estrutura hospitalar e de assistência básica era muito superior às do Norte e do Nordeste.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, onde nós mais necessitamos de investimento recebemos apenas a metade do repasse. Isso tem que mudar, porque é uma violência contra os cidadãos do Norte e do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Brito) - Agradecemos ao nobre Deputado Wadson Ribeiro, do PCdoB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentar e saudar nosso Ministro. Quero dizer que esta Comissão valoriza muito a atitude conjunta das duas Comissões de promover a presença do Ministro, que, num gesto democrático de construção coletiva da gestão pública, presta esclarecimentos de iniciativas das mais importantes no Ministério.

Eu quero dizer, Sr. Ministro, que o senhor tem uma das tarefas mais árduas do Governo, porque uma sensação que paira na população brasileira é a de que as conquistas dos últimos 12 anos significaram muitas melhorias na vida de milhões de brasileiros, especialmente com a enorme mobilidade social que o Brasil experimentou, especialmente com a entrada de muitas famílias no mercado de consumo, principalmente dos mais pobres.

Mas, sem dúvida alguma, Sr. Ministro, o tema saúde, quando pesquisado, ainda é se sobressai como um dos principais desafios civilizacionais do País, não é? Ou seja, o Brasil avançou muito no último período. Um sistema público, universal e democrático, como o SUS, faz do Brasil um país com grande diferencial nesse aspecto.

Mas, encarar, nesse novo momento, de fato, a consolidação de uma medicina realmente preventiva, que consiga oferecer atendimento primário aos locais mais distantes do País, às periferias das grandes cidades, de modo a diminuir os níveis de internação, de modo a identificar de forma mais precoce uma série de doenças, de modo a promover uma vida saudável, é, de fato, um dos grandes desafios civilizacionais eu diria não apenas da Pasta que V.Exa. tão bem dirige, mas também do Brasil, ao lado da educação, ao lado da questão urbana, tão reivindicada, também, nos últimos tempos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também acho, Sr. Ministro, que, em alguns momentos, nós deveríamos tentar construir uma relação mais interligada entre as várias frentes de Governo, especialmente no que diz respeito à formação de profissionais na área da saúde.

Cheguei a ter uma reunião no Ministério da Educação em que nós também especulamos sobre essa possibilidade. Como fruto dessa reunião, eu apresentei, na Casa, um projeto de lei tentando estimular, a partir de mecanismos como o PROUNI, com essas vagas, com essas bolsas, a prioridade para a formação na área da saúde, especialmente em carreiras como as de Medicina, Enfermagem, e em algumas outras áreas, de modo que, em curto período de tempo — no caso desse projeto, eu proponho 10 anos —, nós aumentemos nossa relação entre o número da população e o número de médicos no País, que não tem uma média baixa.

Eu gostaria que o senhor comentasse um pouco como tem evoluído essa relação, do ponto de vista da formação dos profissionais da área da saúde.

Queria também dizer, Sr. Ministro, que o senhor encontra em nós e na minha bancada uma defesa no que diz respeito aos aumentos, à necessidade de aumento do financiamento da saúde no Brasil. Nós temos defendido a taxação das grandes fortunas como mecanismo que também pode ampliar o orçamento da saúde no Brasil e condenamos desde já a proposta que discutiremos logo em seguida na LDO e que faz com que o Brasil aumente seu superávit ou aumente seu contingenciamento de gastos. Nós achamos que isso é incompatível, num momento em que o Brasil precisa garantir os principais programas, garantir essas políticas sociais, especialmente as ligadas à saúde e as ligadas à educação.

Queria também, Sr. Ministro, que o senhor nos desse uma notícia. Eu sou do Estado de Minas Gerais, e eu tenho recebido muitas reivindicações nesse sentido. Muitas obras ainda carecem dos chamados restos a pagar. Especialmente quando tratamos de cidades médias ou pequenas, isso acarreta um grande complicador não apenas para o Município mas também, e especialmente, para a maior parte da população, que necessita desse serviço, desse atendimento.

Desse modo, eu gostaria que o senhor comentasse essas questões.

Mais uma vez, eu o parabenizo pela brilhante exposição.

Obrigado.

Era isso, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sr. Ministro, primeiro quero parabenizá-lo pela condução do Ministério e dizer que no Pará, de vez em quando, fazemos alguns debates e dizemos que seria interessante que o Ministério da Saúde repensasse algumas políticas, alguns investimentos, considerando nosso continental território amazônico. Alguns programas são muito mais caros para serem colocados em prática naquela região.

Eu vou dar um exemplo a V.Exa.: as unidades básicas de saúde têm o preço de 508 mil reais, mas, no oeste do Pará, dificilmente se constrói uma por esse preço. Aquela Prefeitura que pode dar uma contrapartida, que tem um recurso, licita a obra e precisa dar a contrapartida do terreno. Mas há Municípios — vou citar o exemplo do polo de Belo Monte, que inflacionou a mão de obra — em que isso é mais caro, em que isso custa em torno de 700 mil. E não há como fazer algum tipo de aditivo. Ela é padrão. Depois de definido, é aquilo.

Alguns Prefeitos deixaram de receber o recurso e, portanto, perderam a oportunidade de construir uma unidade básica de saúde, que é muito interessante para o Município, porque a Prefeitura não tinha 200 mil para dar de contrapartida. No Município de Jacareacanga, o preço é 800 mil, e é perigoso ser deserta a licitação, porque um saco de cimento vai chegar lá a 40 reais, devido ao combustível, ao transporte.

Eu acho que precisaríamos ver como, em alguns programas, levar em consideração essas diferenças regionais.

Outro ponto tem relação com o financiamento. Nós perdemos uma grande quantia em dinheiro por uma votação infeliz no Senado. Parece que por 2 votos nós perdemos aquela votação. Por birra política, os adversários políticos retiraram o valor que girava em torno de 40 bilhões por ano, salvo engano, naquela época; hoje é muito mais. Nós não conseguimos recompor esses recursos até agora, nossa Presidenta.

Dessa forma, precisamos de mais dinheiro. Por quê? Porque o tratamento de saúde também se sofisticou. Qualquer hospital no interior, qualquer unidade básica de saúde tem aparelhos de raios X, de ultrassonografia. Às vezes, há um só, e,

quando ele quebra, demora até 1 mês para ser consertado, porque não há dinheiro. O cidadão vai duas ou três vezes lá e sai bravo, porque está quebrado o tal aparelho de raios X, porque está quebrado não sei o quê.

Então, eu acho que nós estamos em um momento em que a saúde exige mais recursos. O cidadão vai ao médico, que pede um monte de exames. O médico está certo, ele tem que pedir exames. Onde o cidadão vai fazer esses exames?

Outro ponto, Sr. Ministro, é o número de acidentes que ocorrem neste País. Hoje, nas regiões de Santarém, Itaituba, Marabá, Altamira e no Estado todo, as pessoas compram mais carros, as pessoas compram motos. Em um final de semana, de 100 a 300 pessoas quebram a perna, a cabeça, etc. em acidente de moto. Nós não temos ortopedia, nós não temos neurologia, nós não temos essas especialidades de medicina de alta complexidade, porque a medicina é preventiva.

O Programa Mais Médicos é, para nós, uma coisa fantástica. No Pará, como esse programa tem ajudado! Como esses médicos cubanos — a maioria dos que foram para lá é cubana — ajudam! Eles estão lá, no meio do mato. Eles vão trabalhar de moto, na garupa, a pé, a cavalo. Eles são deuses no meio daquele interior, porque atendem as pessoas. Eles foram preparados para isso.

Mas precisamos de recursos para atender exatamente essa demanda. Eu fico pensando se nós não teríamos que criar um imposto para a indústria automobilística, nos IPVAs. Nós precisamos arrumar dinheiro, porque ninguém gera mais acidente naquela região hoje. Ocorrem acidentes de moto com bicicleta, de carro com moto, de moto com carro, e as pessoas se quebram.

Basta passar um fim de semana no Hospital Regional de Santarém, no Hospital Regional de Altamira, no de Redenção, no de Marabá — agora estão construindo um em Itaituba — para ver que há de 150 a 180 pessoas, na fila, querendo ser atendidas. Muitas vezes, o cidadão ocupa um leito e não sai em uma semana. Ele fica lá 1 mês, 2 meses, até se recuperar, porque os acidentes são muito graves.

Então, eu acho que nós precisamos pensar em dar um jeito. Se não será pelo Orçamento Geral da União que nós teremos isso, nós temos que criar, sim, um imposto para ter dinheiro. Sabemos que ainda há muito dinheiro sendo mal aplicado e desviado por este País afora, mas precisamos de recursos para garantir o

atendimento mais moderno que nós estamos implementando neste País nos hospitais e nas unidades básicas de saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Quero dar os parabéns pela iniciativa de trazer o Ministro.

Começo, Sr. Ministro, abordando uma preocupação relativa a uma questão mais ampla da saúde, que é o planejamento.

Hoje eu tive a oportunidade de, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, mencionar isso. A minha área é a educação, e, na educação, nós conseguimos avançar com o Plano Nacional de Educação. O Plano vai da creche à pós-graduação e estabelece metas e diretrizes para Municípios, Estados e União.

Eu queria fazer o apelo para que tentássemos avançar e dirigíssemos uma ação estratégica no País como um todo. Hoje, por exemplo, nós, Parlamentares, temos que colocar metade das nossas emendas na área da saúde. Mas isso é feito de maneira aleatória, sem organização, sem direcionamento. Muitas vezes, um recurso é alocado para um programa que não é prioritário, que não tem como ser desenvolvido, para o qual o Município não tem estrutura. Às vezes, ele não faz parte do plano maior do Estado ou da própria necessidade, do ponto de vista da União.

Então, se nós conseguíssemos avançar, eu acho que esses recursos, que hoje são usados, inclusive, para compor o mínimo obrigatório a ser aplicado, teriam um direcionamento e, com certeza, um retorno muito melhor para o cidadão e para o funcionamento da saúde como um todo. Vamos fazer o apelo para que nós possamos construir. Quando eu alocar recursos, será muito mais fácil seu eu souber o que é necessário, qual é a ordem de prioridades para aquele Município e para o meu Estado.

A outra preocupação também tem relação com emendas. Faço uma reclamação pontual em relação à estrutura do Ministério da Saúde: 50% das emendas são alocadas para lá, mas, segundo a Assessoria Técnica, o número de

assessores de todos os Deputados é pequeno para analisar em tempo hábil, para atender e conseguir dar vazão a elas nos prazos, que são difíceis de ser cumpridos.

Então, este seria um apelo. Não se trata de má vontade. Eu não estou criticando os servidores, mas dizendo que acho que a estrutura poderia ser revista, em virtude de uma concentração alta, do ponto de vista de emenda.

A outra pergunta — esta, sim — tem a ver com o Orçamento. Até hoje nós temos usado a Lei Complementar nº 141, de 2012, para ter embasamento em relação aos recursos da saúde. Segundo os dados, aplicando essa lei complementar para o ano de 2016, nós teríamos algo em torno de 106 bilhões de reais. Se aplicarmos a Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2015, esse número cairá para 84,8 bilhões. Nosso Relator da LDO tinha apresentado a proposta tendo como referência a lei complementar e agora apresentou um voto com uma nova posição. Com essa posição do Relator, os recursos ficariam em 99,4 bilhões. Então, nossa pergunta é se essa foi uma posição do Governo.

A preocupação da área de educação e saúde é de que nós precisamos lutar por mais dinheiro. Existe uma estabilização, o valor nominal cresce, mas o avanço, em termos percentuais... Se isso é uma posição do Ministério, como nós poderíamos fazer para tentar obter mais recursos para V.Exa., para o Estado inteiro, para o País inteiro?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Zenaide Maia.

A SRA. DEPUTADA ZENAIDE MAIA - Sr. Ministro, Sra. Presidente, eu queria parabenizar o Ministério da Saúde pela iniciativa de construção, reforma e ampliação de unidades de saúde. Pelo menos no Nordeste — eu sou do Rio Grande do Norte —, nós sabemos que a maioria das unidades de saúde estava em casas alugadas e adaptadas precariamente para isso. Então, o Ministério está de parabéns por essa iniciativa. Sempre se dizia que o Programa Mais Médicos mandava os médicos para unidades de saúde que não tinham a mínima condição de atendimento.

Isso é importante para o Município, porque ele deixa de pagar aluguel. Nós sabemos que grande parte das unidades de saúde dos Municípios eram casas alugadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço uma pergunta sobre as obras já iniciadas, que, diante da crise, estão sem financiamento e estão paradas. Há algumas no Estado do Rio Grande do Norte, e as pessoas me perguntam o porquê. Pergunto também se há previsão de obras novas unidades de saúde, além das já iniciadas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todas as perguntas foram feitas ao Ministro, e encerrou-se o tempo para as indagações.

Eu gostaria que o Sr. Ministro usasse o poder de síntese.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Uma coisa estava na minha memória para dizer ao Ministro. Ela tem relação com a preocupação com as emendas, que a Deputada abordou.

Sr. Ministro, até agora, pelo menos, no ano passado, nós fomos proibidos de apresentar emendas para compra de ambulância. Houve uma tal Operação Sanguessuga, aquele negócio das ambulâncias, e nós estamos condenados até hoje a não poder apresentar emendas. Mas todo mundo quer ambulância!

Eu ia apresentar umas emendas para comprar três ambulâncias para o Município de Marabá, em que há distrito com 100 ou 200 quilômetros. Eu não pude colocar. Para a Academia da Saúde também nós não podemos colocar. Pelo menos para ambulância, gente, pelo menos no Pará, que tem uma grande demanda de ambulância, porque para ambulância, com 2 anos, já se foi... O cara anda 200 quilômetros para lá e para cá todo dia, carregando doente...

Eu não posso colocar minhas emendas, porque...

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Está bem. Eu vou explicar como nós vamos fazer e o que estamos pensando.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ... alguém errou nesse negócio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minuto, Ministro.

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Pois não, Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Quero cumprimentar o Ministro, parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo e pelo fato de vir à Casa — não há um

dia em que não venha um, dois ou três Ministros aqui. Isso demonstra o carinho que os Ministros têm com os Parlamentares.

Sem querer ser repetitivo, eu acho que o Mais Médicos é significativo, do ponto de vista da precaução, quanto a rever a infraestrutura necessária, bem como o componente da formação. Mas temos a preocupação de partilhar e buscar uma saída, pois o que vai bater logo é a questão do financiamento e dos recursos.

Em relação ao que o Deputado Zé Geraldo estava falando, nós temos tido iniciativas no Brasil inteiro e, mais especificamente, no Município de São Paulo quanto à prevenção, à velocidade e à mobilidade diante de acidentes de moto, nem tanto os acidentes de carro, mas, principalmente, os de moto. Nesse caso, há uma proposta ou uma recomendação para o Ministério da Saúde puxar para si, para construir uma campanha e trabalhar, com o Ministério do Transporte e outros Ministérios, visando à prevenção, sabendo que a conta depois volta principalmente para o Ministério da Saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Ministro Arthur Chioro.

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Em primeiro lugar, eu quero destacar a qualidade do debate. Eu tenho vindo muito tanto a esta Casa, quanto ao Senado, e poucas vezes nós temos a possibilidade de ir a Comissões Mistas — acho que é a primeira vez que eu venho a uma Comissão Mista após um ano e meio à frente do Ministério. Eu estou muito satisfeito com a qualidade das intervenções, que nos permitem dialogar sobre os problemas mais estruturantes. Isso é muito bom, porque nós vimos prestar contas de uma obrigação formal, a prestação de contas do primeiro quadrimestre, ao tempo em que transformamos este momento num debate de qualidade, comprometido com o futuro do Brasil.

De antemão, quero pedir desculpa caso eu não tenha conseguido completar todas as respostas do jeito que talvez vocês merecessem, diante da qualidade das perguntas que me foram feitas, mas eu me coloco à disposição para, depois que terminarmos a sessão, dar continuidade e aprofundar cada um deles.

Eu vou começar pela pergunta da nossa Presidenta Senadora Rose de Freitas sobre o Mais Especialidades. Nós estamos trabalhando no processo de planejamento do Programa Mais Especialidades. Compromisso que a Presidenta

Dilma assumiu com a sociedade brasileira, ele é fundamental e é hoje o gargalo, a área em que nós temos a maior ausência de formulação de políticas. Eu sou autor, com o Deputado Jorge Solla, de um capítulo de livro. Por coincidência, quando estávamos na universidade, falávamos sobre este tema. Uma das coisas que nós reconhecemos é que não havia a formulação de políticas e que continuávamos reproduzindo as antigas estratégias do INAMPS.

Nós estamos tratando agora de formular uma política de fato consistente, para garantir o acesso de brasileiros de todos os cantos do País ao atendimento médico especializado, contemplando a consulta, o procedimento, o exame complementar, a cirurgia, a reabilitação, ou seja, o conjunto, e não esta fragmentação que a tabela do SUS fez, quando o médico especialista atende o paciente e larga na sua mão uma ficha para ele procurar o exame. Depois, ele consegue o exame, mas não o lugar onde deve realizar o procedimento.

Nós estamos orientando e já temos a definição de preferência, a começar pelas áreas de oftalmologia e de ortopedia, áreas que nós estudamos no Brasil nas centrais de regulação, com os gestores municipais e os médicos da atenção básica. Todas as pesquisas de satisfação de usuários convergem para as duas áreas de maior estrangulamento, e nós vamos aproveitar o Programa Mais Especialidades para mudar radicalmente a modalidade de pagamento, acabando de vez com a tabela do SUS. Eu voltarei a falar desse assunto.

Nós vamos introduzir no Brasil modalidades de pagamento praticadas na Espanha, no Canadá, na França, em vários outros países. Nós, aqui, continuamos pagando o cuidado fragmentado: por uma coisa, paga-se bem; por outra, paga-se mal, e o resultado final é que se garante um pedacinho do acesso, mas nunca tudo de que o paciente precisa. Um detalhe: não daria para fazer o Mais Especialidades se a etapa da atenção básica não estivesse encaminhada — não digo resolvida, porque ela está distante da qualidade que nós queremos —, mas é preciso que ela esteja encaminhada. Por quê? Porque, senão, todos os pacientes iriam direto aos especialistas.

Uma pesquisa do IBGE constatou que a principal queixa da população brasileira é dor nas costas. Vocês imaginam se todas as pessoas que têm dor nas costas tivessem como primeira opção o ortopedista. Jamais daria conta!

Portanto, existe um conjunto de cuidados na atenção básica, como a regulação, o atendimento a pequenas cidades que não terão todos os especialistas. Então, é preciso um arranjo planejado, do ponto de vista regional.

Nós estamos trabalhando internamente, começamos a discutir com os Secretários Municipais e Estaduais, a Presidenta Dilma tem me dado todo o tempo necessário para trabalhar e, desde o começo, nós chamamos as sociedades de especialidades de médicos — a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT) e o Colégio Brasileiro de Oftalmologia — para iniciar o trabalho técnico com a gente para diminuir as resistências que nós vivemos ao longo do Mais Médicos.

Em relação à tabela do SUS, eu queria aproveitar este debate para dizer que hoje mais de 60% dos recursos do SUS não são pagos mais por tabela. Essa mudança começou na época em que o Ministro Adib Jatene era Ministro da Saúde, quando se introduziu o piso de atenção básica, que pagava pela NOB 91 — era a mesma regra no INAMPS. Havia procedimento. Quem é médico aqui sabe que, em 1991, 1992, até 1996, consulta médica sem medicação (0.40.0) era um preço. Se havia medicação, 0.41.8. Era código. Então, mudou.

Vejam como é injusta a ideia da tabela. Se você tem que manter uma UPA funcionando, não importa se você vai atender 7 ou 150 pacientes em 24 horas. Você vai ter que ter médicos, enfermeiros, remédios, ambulância, toda a estrutura está ali. Nós trabalhamos com a precificação. Hoje, UPA, saúde mental, saúde bucal, toda a atenção básica e parte significativa das Santas Casas e hospitais universitários não recebem mais pela tabela apenas.

Vou dar um exemplo a vocês. Quando estourou a crise na Santa Casa de São Paulo, para cada real de tabela, a Santa Casa recebia 2,9 reais — quase 3 reais, em recursos de contratualização, da Prefeitura do Estado e do Ministério da Saúde.

Vou dar os dados referentes aos gastos em 2014. Em 2014, nós gastamos 14,5 bilhões de reais com as Santas Casas; 4,5 bilhões foram pagos não por tabela, mas por contratualização. Se nós trouxermos os dirigentes das Santas Casas — é uma pena que o Deputado Antonio Brito não esteja aqui, porque ele, em 2004, quando era Presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil, e eu era o Diretor responsável no Ministério da Saúde, na gestão do Ministro Humberto Costa, eu era responsável pelos hospitais, chegou a testemunha ocular da história —, a

Confederação das Misericórdias, a Confederação Nacional de Saúde, junto com o Ministério da Saúde, construíram a política de contratualização. Se eu propuser o seguinte aos dirigentes das Santas Casas: vamos pegar os 4,5 bilhões e vamos colocar na tabela. Eles querem? Querem que o dinheiro vá para a contratualização, e não para a tabela.

Então, virou um artifício retórico de disputa política, para um modelo velho, um jeito de pagar que não leva a nada, que só o Brasil que continua praticando, e que nós vamos superar. Só que nós estamos no meio do caminho. Independentemente disso, dos mais de 4 mil procedimentos, nos últimos 3 anos, mais de 1.100 tiveram aumento. Na transição, nós precisamos continuar olhando alguns procedimentos, enquanto não se complementa a transição.

Vejam que, de maneira geral, são exatamente os Líderes de oposição, em momentos da disputa política, que trazem à tona o discurso da tabela, porque quem é do SUS não quer recurso de tabela.

A Deputada estava lembrando as redes. As redes não remuneram por tabela. Precificam quanto é o leito de UTI e buscam trabalhar o leito da UTI. Veem quanto custa a UPA, e o Ministério entra com 50%. Veem quanto custa o SAMU, e o Ministério entra com 50%; o Município, com 25%; e o Estado, com 25%. Hoje só dois Estados do País não cumprem os seus 25%. Portanto, nós estamos num momento de transição.

Eu acho muito importante colocar isso e aproveitar este momento em que Deputados e Senadores estão envolvidos no debate sobre a Saúde no País, para deixar isso absolutamente claro. Não é verdade este debate que se faz sobre a tabela do SUS. Nós estamos em pleno processo de desconstrução. Aliás, é o subfinanciamento que faz com que ele não seja revertido num ritmo mais rápido como o Brasil precisaria. Começou em 1996 com o Prof. Jatene, e nós ainda vamos gastar alguns anos para conseguir uma nova modelagem de pagamento, inclusive um pagamento que não seja só um pagamento pós-fato, ou seja, após a realização do procedimento. Por quê? Porque o que nós temos de pagar é a qualidade do cuidado.

Eu volto ao Mais Especialidades. Como nós estamos pensando? Como é o modelo inglês, por exemplo? Quando nós pegamos um paciente que precisa de

cirurgia por ter sofrido uma fratura na perna, ele passa pelo ortopedista, faz os exames, faz a cirurgia, põe o aparelho de gesso, faz a reabilitação. Acabou! Nós temos que calcular quanto custa tudo isso, remunerar e garantir que a maior parte desses procedimentos seja feita, de preferência, no mesmo lugar, para o paciente não ficar como um doido que tem de construir o seu itinerário terapêutico.

Agora vamos pegar outro exemplo. Um paciente tem uma diabetes muito grave ou um problema muito grave na tireoide e precisa ser acompanhado pelo resto da vida por um endocrinologista. Nesse caso, o Mais Especialidades tem outro jeito, outra cara. Por quê? Porque esse paciente terá que passar por um certo número de consultas, fazer um certo número de exames, ser acompanhado por alguns especialistas que dão apoio na condução do caso e, muito provavelmente, ele vai ficar vinculado ao serviço a vida inteira.

Nesse caso, por exemplo, como o modelo inglês ou o modelo espanhol remuneram? Eles remuneram pelo sucesso. Quanto menos a situação do paciente se agrava, quanto mais a equipe consegue bons resultados, remunera-se um pouco mais. Por quê? Não se tenta remunerar a doença, mas sim a qualidade, a adesão ao tratamento, buscando-se manejar o paciente, de tal maneira que ele tenha menos complicações.

Nós estamos diante do desafio de fazer a reviravolta que estamos armando ao longo dos últimos 14 ou 15 anos, que consiste numa discussão que estamos fazendo desde 1988, uma discussão que os outros países fizeram, e nós não fizemos. Mas nós iremos fazê-la. Nós estamos no meio do caminho.

Sobre o INCA, eu quero deixar uma informação que eu acho muito importante. Nós não vamos diminuir recursos, pois, no orçamento para este ano, há 17 milhões a mais para o INCA. Nós vivemos um processo de transição de uma direção que já estava lá havia muito tempo. Houve resistências às modificações necessárias. Essas modificações já foram feitas. Agradecemos àqueles que se dedicaram ao INCA durante muito tempo, mas instituição pública não tem dono. Eu, como Ministro, tenho que ter a responsabilidade de dizer que, se eu acho que mudanças precisam ser feitas, essas mudanças têm de ser feitas. Escolhemos para a direção uma pessoa que é da área pública, extremamente bem formada, com experiência em administração hospitalar, ligada a hospitais federais, a instituições

acadêmicas de ensino, para continuar fazendo com que o INCA seja a nossa instituição de referência nacional no câncer.

Eu tenho um grande apreço pelo INCA. Não vou deixá-lo se deteriorar, pelo contrário. Mas ninguém, muito menos um pedacinho de corporação, vai me impedir de tomar a responsabilidade pelas mudanças e responder pelas mudanças que faço. Uma das coisas que eu mais ouvia é que se precisava dar um novo gás ao INCA. Nós fizemos as mudanças. Os problemas já estão sendo devidamente solucionados, e o INCA vai continuar desempenhando o papel para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil que ele precisa desempenhar, que ele tem condições de desempenhar, na área de pesquisa, de ensino, de formação, de assistência, porque é uma baita unidade. Quem não é do Rio de Janeiro ou nunca teve contato, nós, de São Paulo, ouvimos muito pouco e reconhecemos muito pouco a importância do INCA. Mas é uma instituição fantástica.

Em relação ao custeio do SAMU, eu quero dizer que nós estamos mantendo todos os nossos compromissos. Eu vou entrar em algumas questões. O Deputado Leonardo Monteiro trouxe algumas considerações extremamente importantes sobre o Mais Médicos. Nós vivemos a fase de implantação do processo de provimento emergencial, que está consolidado. Nós chegamos a 18.240 médicos e agora temos o processo de substituição trimestral. Quando alguém sai do programa, ou abandona, ou desiste, a cada 3 meses, faz-se a substituição. Neste ano, 100% das vagas que se abriram no primeiro ciclo de reposição foram ocupadas por médicos brasileiros. Parece que isso é uma tendência. É muito bom que seja assim: a ocupação pelos médicos brasileiros.

O programa está indo muito bem. Os resultados não só de satisfação de usuários e gestores, mas em relação à qualidade de assistência, já passam a ser extremamente importantes.

Em segundo lugar, já respondendo aos Deputados e Deputadas que trouxeram elementos sobre esse tema, nós estamos investindo fortemente na infraestrutura e na melhoria da qualidade. Há 26 mil unidades básicas sendo reformadas, construídas e ampliadas; mais de 10 mil prontas; mais de 10 mil em obras neste momento; e pouquíssimas em ação preparatória.

Há algumas Prefeituras em dificuldade, algumas fazendo a desistência, o que não há problema, pois pegaram muito mais do que tinham condições de pegar. Então, há aqueles reajustes. Algumas Prefeituras trocaram o comando e, por isso, têm novos planos de saúde. Portanto, nós respeitamos o que cada Prefeitura indica. E estamos garantindo, Deputado, os recursos, porque consideramos prioritária essa infraestrutura.

No plano de governo apresentado pela Presidenta Dilma, nós trabalhamos com a ideia de mais 13 mil unidades, além das 26 mil unidades ao longo dos próximos 4 anos, para que possamos chegar a alguma coisa em torno de 38 mil unidades. Ou seja, praticamente estamos dando chance para que toda a rede de atenção básica do Brasil possa ser reformada, construída ou ampliada.

Nós também estamos fazendo outra coisa importante: a conectividade em banda larga. Doze mil unidades estão sendo conectadas em banda larga, para poderem utilizar as tecnologias de informação, como o Segunda Opinião, o Telessaúde, a formação a distância, enfim, para usar plenamente o mundo da informática e da tecnologia da informação.

O Deputado Leonardo Monteiro nos trouxe uma questão que vários dos senhores e senhores abordaram, que é a questão do financiamento. Eu quero falar sobre isso maneira muito clara — eu trouxe alguns dados aqui. Houve, em 2007, um grande atentado contra a população brasileira. Se a retaliação era dirigida ao Presidente Lula, na prática, quem foi retaliado foi a população brasileira. Na época, eram 38 bilhões de reais, sendo que no ano seguinte seriam 40 ou 42 já bilhões de reais. De 2008 para cá, nós deixamos de ter disponíveis no Sistema Único de Saúde, com o fim da CPMF, mais de 350 bilhões de reais. Quando eu vejo os nossos Restos a Pagar da ordem de 13 bilhões de reais e vejo que nós perdemos 350 bilhões de reais, é duro de acreditar que nós estejamos nessa situação. Neste ano, se a regra do jogo da CPMF estivesse valendo, seriam mais de 60 bilhões de reais.

É claro que essa é uma discussão que a sociedade brasileira vai ter que fazer. Os senhores aqui já apresentaram um conjunto de propostas — só nas intervenções feitas apareceram várias ideias. Mas o Congresso Nacional é o espaço legítimo para a discussão desse tema, inclusive porque foi o Congresso Nacional

que nos colocou numa situação de maior dificuldade. Eu não tenho dúvida nenhuma de que esta é a Casa legítima para enfrentar esse debate. Agora, é impossível não fazer essa discussão de que nós temos um sistema subfinanciado.

Nesse dado que vou apresentar não estou contando a desoneração no Imposto de Renda, a renúncia no Imposto de Renda, não estou contando a desoneração das Santas Casas, o que acrescentaria mais 19 bilhões, só para saberem a ordem de grandeza do quanto nós renunciamos. Portanto, não estou contando as Santas Casas, os hospitais filantrópicos e a renúncia, o desconto no Imposto de Renda referente aos planos de saúde e atendimentos privados. Só para vocês terem uma noção, cada um dos 52 milhões de brasileiros que têm planos de saúde tem à sua disposição 1.085 dólares por ano para cuidar da sua saúde. Já na área pública, todos os 203 milhões de brasileiros têm 525 dólares.

Por que eu estou incluindo os 52 milhões de brasileiros que têm planos de saúde dentro dos 203 milhões de brasileiros? Porque todo mundo usa o SUS, todo mundo usa o SAMU, todo mundo toma vacina. O transplante é feito no SUS, a hemodiálise é feita no SUS, o procedimento de alta complexidade é feito no SUS. Todos que têm planos de saúde aqui vão, por exemplo, a um restaurante, cuja garantia da vigilância sanitária é feita com recursos do SUS. As vacinas são disponibilizadas pelo SUS. O controle das doenças sexualmente transmissíveis e de outras doenças é feito pelo SUS.

Portanto, é extremamente importante que esta Casa possa se aprofundar nessa discussão.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, eu e outros Ministros temos vindo aqui porque reconhecemos a legitimidade do Congresso Nacional. Eu, particularmente, nunca saio daqui sem ter dado espaço para o debate, sem ouvi-los, sem aprender e sem prestar informações.

Eu acho que este é um espaço importante até pela possibilidade de falar para o Brasil inteiro, por conta da *TV Câmara* e da *TV Senado*. Acima de tudo, aqui podemos dialogar com pessoas que estão comprometidas com seus eleitores nos Estados, com a população brasileira e com os grandes dilemas que enfrentamos — e a saúde é um deles.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão trouxe algumas questões, também trazidas por alguns outros Deputados, sobre as quais eu queria comentar rapidamente. Eu vou dar o exemplo do transplante renal. Nós conseguimos — eu vou usar uma expressão não muito adequada — praticamente limpar a fila de transplante renal. Hoje só não fazemos mais transplantes por conta da ausência de doadores.

Nós nos tornamos talvez um dos maiores centros transplantadores do mundo. Hoje vem gente do mundo inteiro se formar no Brasil. Em 2003, quando eu vim trabalhar no Ministério pela primeira vez, quase todos os nossos transplantadores iam para a Espanha. Hoje o sistema de transplantes da Espanha é pequenininho perto do nosso, pela excelência do nosso sistema de transplantes.

Mas olhem que ironia do destino: nós fazemos transplantes renais porque não tivemos a capacidade de diagnosticar e tratar os hipertensos e diabéticos na rede básica de saúde, porque não havia o Saúde da Família. O Brasil é o país onde mais cedo as pessoas entram em insuficiência renal crônica e depois vão para o transplante renal, porque aqui não se consegue diagnosticar a doença e tratar adequadamente os seus hipertensos e diabéticos. O Brasil é o país que mais faz amputação de membros inferiores, porque a diabetes não tratada leva à obstrução vascular e à amputação.

Muitas vezes nós achamos que o investimento na prevenção é só alimentação, vacina e etc. Mas diagnosticar e tratar adequadamente as enfermidades é a maneira mais adequada e extremamente importante de prevenir e mudar o curso das coisas.

Quando nós montamos uma rede de urgência e passamos a tratar os diabéticos e hipertensos adequadamente, diminuímos o número de infartos e derrames. Há 8% a menos de internação nas cidades que têm mais de 36% de cobertura do Saúde da Família, somente nas causas sensíveis à atenção básica. Isso não é novidade. No mundo inteiro é assim. Mas nós não tínhamos experimentado ainda a potência desse sistema.

Quero voltar a uma questão que vários dos senhores abordaram: a dos acidentes de trânsito. Eu apresentei, a pedido da Presidenta Dilma, na reunião com os Governadores recentemente, o plano que o Governo Federal está propondo a

eles. Por que os Governadores? Porque é preciso haver uma liderança estadual para articular isso.

Aqui no âmbito federal, sete Ministérios estão tratando do tema, que não são liderados pelo Ministério da Saúde, mas pela Casa Civil, até porque envolve uma infinidade de Ministérios e de áreas. São dez grandes eixos.

Olhem o que nós identificamos: que, em 2013 — não tenho o dado ainda de 2014 —, morreram no Brasil 48 mil pessoas por acidentes de trânsito; enquanto que o número de homicídios foi da faixa de 42 mil. E vários Governadores, vários Secretários de Segurança Pública dizem que inclusive boa parte dos homicídios são cometidos por gente pilotando moto.

Nós conseguimos, graças ao Código de Trânsito, à Lei Seca e algumas medidas importantes, diminuir o número de óbitos de pedestres por atropelamento. Também vêm diminuindo progressivamente os acidentes com veículos automotores. Mas há 10 anos, havia 2 mil óbitos por ano por acidentes de moto; em 2013, foram 12.800 óbitos.

Em todo o Brasil, mas principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as frotas de motos já superam as frotas de carros e outros veículos. As pessoas substituíram o cavalo, o jegue e a bicicleta pela moto, mas sem adotar um conjunto de outras medidas. Há motos com menos de 50 cilindradas, motos de baixa cilindrada trafegando em estradas. Quando ao uso do álcool, um em cada quatro condutores de veículos admitem que usam o álcool, de acordo com a pesquisa que o Ministério da Saúde fez.

Portanto, temos que juntar educação, fiscalização, mudanças na legislação. Não dá para deixar de fora as “cinquentinhas” para baixo. Deveria haver regras que, por exemplo, só permitissem que motos só saíssem da concessionária mediante a habilitação do motorista; que motos só pudessem pegar a estrada a partir de determinada cilindrada; que os motociclistas só pudessem pegar a estrada depois de certo tempo de experiência.

O capacete não é considerado equipamento de proteção individual — EPI. Olhem que coisa: o motorista compra uma moto em 48 prestações, que são mais baratas do que o preço do capacete. Então, ele compra a moto e não compra o capacete, porque não tem dinheiro para comprar o capacete. Nós temos que

transformar o capacete em EPI, para que, nas prestações da moto, seja diluído o preço do capacete. Há coisas elementares em que nós estamos trabalhando e que vamos ter que discutir com o Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, Sr. Ministro, o Conselho Nacional de Trânsito pode decidir isso. Não é preciso uma norma legal.

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Há coisas que o Conselho Nacional de Trânsito pode fazer, há questões que precisarão vir ao Congresso Nacional, para que as legislações estaduais possam ter maior capacidade de intervenção; e há questões que envolvem articulação política e mobilização da sociedade.

Deixem-me dar um exemplo. Em 1992, o Canadá criou o programa chamado Cidades Saudáveis, porque, pelo ritmo em que iam os acidentes de trânsito por lá, eles precisariam aumentar 3 mil leitos para a área de trauma. Depois de feitas as medidas de combate, eles conseguiram redirecionar quase 1.500 leitos. Eles não aumentaram 3 mil leitos e se livraram de 1.500 leitos, que foram destinados para outras coisas.

No Brasil, eu vou visitar hospitais. Eu fui inaugurar agora uma ampliação do Hospital Estadual de Emergência e Trauma, em João Pessoa, com o Governador Ricardo Coutinho. Quando nós fomos visitando as enfermarias, vimos que era assim, Deputado: moto, moto, moto, moto, queda da laje, moto, moto, moto, acidente de trânsito, moto, moto, acidente de trabalho. Cinquenta e cinco por cento das pessoas que estavam internadas no hospital — não era na traumato-ortopedia — eram acidentados de moto, sendo que 90% já estavam no terceiro acidente ou mais.

Portanto, Nós vamos continuar gastando dinheiro para aumentar leitos de UTI, centros de trauma e reabilitação?

O IPEA calculava que, em 2005, era de 44 bilhões de reais o valor que o Brasil perdia por ano com os acidentes de trânsito, em termos de danos físicos, seguros, previdência, danos à população economicamente ativa e gastos na saúde pública e privada. Para este ano, o cálculo estimativo ultrapassa 55 bilhões de reais. Então, nós vamos ter que encarar esse problema.

As cesarianas são a mesma coisa. Há uma pesquisa da FIOCRUZ que mostra que 91% das mulheres brasileiras — vou repetir, 91% das mulheres

brasileiras — chegam para a primeira consulta do pré-natal querendo parto normal, mas 55% tiveram cesariana, sendo 84% na rede privada e 40% no SUS. Elas foram convencidas ao longo do pré-natal, sem necessidade, de que só poderiam fazer o parto cesariana.

A pesquisa nacional do IBGE mostrou agora que 67% das mulheres que fizeram cesariana tiveram agendamento prévio. Os senhores sabem o que é agendamento prévio? É não esperar entrar em trabalho de parto, ou seja, que a natureza dê sinal de que o bebê está na hora de nascer.

Em setembro do ano passado, eu me insurgi contra essa questão quando um hospital privado da minha cidade — eu sou de Santos, em São Paulo —, que era o único que atendia uma população de 1 milhão e 700 mil pessoas na área privada, com planos de saúde, etc., mandou uma correspondência para todos os médicos dizendo: *"A partir do dia tal de outubro, estão suspensas todas as emergências obstétricas. Os partos deverão ser agendados com 5 dias de antecedência, de segunda a sexta, e serão realizados das 8 horas às 16 horas"*. Emergência obstétrica é romper uma bolsa, é começar a ter as contrações do trabalho de parto. Não dá para aceitar um negócio desses! Isso é um exagero! Isso é um excesso!

Agora em maio, na Assembleia Mundial da Saúde, conversando com a Margaret Chan, que é a nossa Diretora-Geral da OMS, ela, alarmada, veio me chamar a atenção para isso. E eu coloquei o conjunto de medidas que nós estamos tomando com relação à situação que o Brasil está vivendo.

Indo em frente, o Deputado Jorge Solla trouxe a dimensão do cadastro. Até contando até com a participação de muitos Deputados que estão aqui presentes, como o Jorge Solla e o Antonio Brito, houve uma negociação com as entidades médicas, com o MEC e com o Ministério. Como não havia uma segunda intenção, Deputado Jorge Solla, foi muito fácil chegar ao acordo que hoje nós selamos com as entidades. Vamos aprimorar o decreto e vamos em frente, para que haja o cadastro que a Lei do Mais Médicos determina.

Em relação ainda ao que o senhor colocou da Agenda Brasil, eu queria lembrar uma coisa importante sobre o ressarcimento dos serviços prestados pelo SUS a pacientes que têm planos de saúde. No ano passado, houve um ressarcimento superior a 380 milhões de reais, que é maior do que os dos últimos 15

anos. Ou seja, em 1 ano nós arrecadamos mais do que em 15 anos. Isso se deu porque nós fizemos um aprimoramento importante.

O que estamos fazendo agora? Hoje eu não tenho mais a preocupação de ficar à porta, perguntando se o paciente tem ou não tem plano de saúde. Como é obrigatório todo mundo ter o cartão SUS, o que nós fazemos? No mês seguinte ao do atendimento, nós cruzamos as internações com o cadastro dos pacientes da saúde suplementar. Nós fazemos um cruzamento eletrônico. Esse cruzamento gera para a operadora de plano de saúde uma listagem de cobrança. A operadora tem um prazo para dizer, administrativamente, se aquele paciente é seu segurado ou não, se ele estava em carência em virtude das regras contratuais e tal. Se a operadora não responder, automaticamente lança-se a fatura para ser paga — tudo eletronicamente. Se em 30 dias a operadora não pagar, ela é inscrita no cadastro de Dívida Ativa da União. É simples assim.

Neste primeiro trimestre, além das internações, nós colocamos os procedimentos ambulatoriais de alto custo. Isso significa que, para este ano, a estimativa é de que vamos lançar uma cobrança — contra as operadoras de planos de saúde e não contra os usuários — da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Então, vejam de quanto vai ser o ressarcimento.

Portanto, o ressarcimento passou a ser uma realidade. Por quê? Porque inclusive as tecnologias de informação hoje nos permitem que assim seja. E nós fizemos um esforço muito grande e está funcionando.

Em relação à discussão de fontes, Deputado, eu acho fundamental o que nos trazem várias das propostas aqui. Quero lembrar que, além do Congresso Nacional, temos a 15ª Conferência Nacional de Saúde, na qual o Brasil inteiro, conselheiros de todos os Municípios e de todos os Estados estão fazendo a discussão não apenas dos recursos financeiros.

Em relação ao o elemento formação do Mais Médicos, eu tinha a convicção, desde a época do Ministro Alexandre Padilha — eu era Secretário Municipal e Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo —, de que o debate central acabaria convergindo para o tema da formação naturalmente. Agora, eu quero dizer aos senhores que nós estamos vivendo uma experiência ímpar. Apesar de toda a resistência daqueles que não querem ampliar a

formação, é inegável que a Lei do Mais Médicos, aprovada nesta Casa por unanimidade, trouxe um aperfeiçoamento que nunca tivemos antes. Deixe-me explicar por quê.

Primeiro, nós estabelecemos de quantas vagas novas precisávamos para atingir 2,7 médicos por mil habitantes em 2026. Assim, identificamos que seria preciso lançar 12.400 novas vagas. Estabelecemos um padrão de 1,34 médicos por 10 mil habitantes por região de saúde, que é o que pretendemos atingir. Nos lugares que têm mais de 2,7 médicos por mil habitantes, nós já não permitimos abrir vagas. Nos outros, estimula-se inicialmente a expansão das vagas públicas. Várias universidades federais fizeram expansão de curso, expansão do número de vagas, expansão de *campi*. Com isso nós obtivemos uma grande ampliação de vagas, tanto que o Ministro Renato Janine, há 2 semanas, acabou de aprovar a contratação de 800 professores para esses novos cursos.

Antigamente, como é que funcionava, Senadora Rose de Freitas? Funcionava assim: o dono da instituição privada vinha com o seu projeto; fazia o seu *lobby* no Congresso; fazia a sua pressão no Ministério da Educação; preenchia todos os requisitos; aprovava no Conselho de Educação; ia para o Conselho Nacional de Saúde; e abria a faculdade onde queria, não onde o Brasil precisava. Agora a regra mudou: o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, juntos, identificam quais são as regiões do País que precisam de faculdade de Medicina. Nós identificamos isso e lançamos um edital para as Prefeituras. Das 254 Prefeituras que se candidataram, 153 apresentaram projetos; sendo que inicialmente foram aprovadas 39 e agora mais 22. São cidades com mais de 80 mil habitantes, que têm hospitais com mais de 80 leitos, que têm pelo menos 5 leitos hospitalares para cada nova vaga criada, que têm CAPS, que têm o Saúde da Família, que têm urgência e emergência, que têm SAMU, etc.. Portanto, elas preenchem os requisitos para ser cenários de prática.

E olhem que interessante: o MEC publica um edital e coloca em disputa as instituições de ensino superior que se candidatam para abrir o curso. É computado quem tem maior nota no ENADE, quem tem capacidade físico-financeira, quem tem projeto político-pedagógico, quem tem proposta de formação de docentes e, uma coisa importante, o quanto vai ser investido na rede do SUS. Antigamente era o SUS

que investia na universidade privada, agora considera-se o quanto ela vai retribuir para o SUS e o número de vagas que ela vai ofertar para o FIES, para o PROUNI, etc. Isso cria o desempate. Quanto mais vaga ela oferece aos alunos carentes, que recorrem ao ENEM, mais nós trabalhamos. Portanto, é primeira vez, num curso de ensino superior, que se apresenta planejamento a médio e a longo prazo.

Há um detalhe, Deputado Jorge Solla, algo extremamente importante. A lei do Mais Médicos determina que o INEP, do Ministério da Educação, faça uma avaliação dos alunos e da faculdade no segundo, no quarto e no sexto ano, o que não ocorria antes. Trata-se de um sistema de avaliação do ensino em saúde que começa pela medicina. Isso permite que se tome alguma providência já no segundo ano, caso a faculdade não esteja oferecendo um bom ensino. Não se espera até o sexto ano para se tomar alguma providência: diminui-se o número de vagas, e assim por diante.

Deixem-me avançar um pouco. Deputada Leandre, a ampliação das redes de atenção é prioridade. Os Municípios e Estados, de forma combinada com o Ministério da Saúde, fizeram, em junho, uma reavaliação e, em julho, a encaminharam ao Ministério. No caso do Paraná, a rede priorizada foi a de urgência e emergência e, nos próximo dias, estaremos tomando uma decisão.

A diferença é que, em ano de dificuldade econômica e financeira para todos, em vez de deixarem na minha mão, como Ministro, a incumbência de definir a prioridade para o Paraná ou para o Pará, nós estamos compartilhando com Estados e Municípios a lista de prioridades, o que me parece muito justo. No caso do seu Estado, a primeira prioridade foi, de fato, a rede de urgência e emergência.

Novamente eu reitero que não há nenhum atraso de recurso por parte do Ministério da Saúde. Todas as portarias foram pagas. Em relação às portarias remanescentes do fim do ano passado, enquanto não se aprovou o Orçamento até o fim de abril, nós pagamos retroativamente 320 milhões de reais. Todos os pagamentos do Ministério da Saúde estão em dia.

A Deputada Flávia nos manifestou a questão dos cortes em saúde. Eu acho extremamente importante, Deputada Flávia Morais, que façamos esta discussão neste momento. O que eu apresentei aqui hoje ainda não contempla o contingenciamento. Por quê? Porque eu apresentei a prestação de contas do

primeiro quadrimestre, quando ainda não tinha sido aprovado o Orçamento e não tinham sido ainda anunciados os contingenciamentos feitos em maio.

Portanto, na minha prestação de setembro, nós traremos à análise o impacto do contingenciamento, que se deu basicamente por conta de emendas parlamentares de bancadas, de emendas individuais e de recursos do Ministério. Nós estamos tentando, ao máximo, não repassá-lo a Municípios, Estados, Santas Casas, tanto que as nossas contas estão em dia.

Este foi um ano difícil, de aperto, mas houve uma preservação importante, por parte do Governo Federal, do nosso Orçamento. Por quê? Porque nós estamos cumprindo, com folga, a Emenda Constitucional nº 29. Pela primeira vez, nós estamos tendo 2 bilhões a mais — eram 3,1 bilhões, houve mais um segundo contingenciamento, mas nós estamos com mais recursos do que a Emenda Constitucional nº 29 nos proporciona.

Em relação a...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Principalmente em relação àquelas que não são impositivas.

Nós temos que lembrar o seguinte. Era o acordo que tinha sido feito no fim de 2013 — eu não estava no comando do Ministério —, mas que as emendas impositivas seriam por dentro do Orçamento, mas se ampliariam as receitas e as fontes do Ministério da Saúde, o que não aconteceu.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, há exceção à regra? Eu lhe fiz uma pergunta e lhe faço até um apelo. O hospital, o pronto-socorro...

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - O senhor seria o próximo, como consta na minha lista.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Tudo bem. É gravíssima a situação. E olhem que o Prefeito e o Governador de lá são tucanos...

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Mas o SUS é republicano.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O sofrimento do povo é terrível.

O SR. MINISTRO ARTHUR CHIORO - Respondendo à sua questão objetivamente. Eu já me reuni com os Secretários Municipais e Estaduais, com os

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Prefeitos e com o Governador, em vista da questão do incêndio, e nós nos comprometemos a liberar recursos em caráter emergencial, utilizando as emendas. É importante lembrar que nós não temos mais no nosso Orçamento recursos de investimentos para programas. Na medida em que as emendas estão por dentro, as emendas impositivas tomam basicamente todo o espaço orçamentário de investimento do Ministério da Saúde.

Portanto, nós vamos utilizar a sua emenda, Deputado, sem dúvida nenhuma, e a de outros Deputados, para ajudar a reestruturar não só o hospital que sofreu o incêndio, mas o sistema de urgência de Belém que tem um forte comprometimento para a região metropolitana.

Em relação ao PAB, nós temos uma média nacional de 2,22 para o PAB. O de Curitiba, por exemplo, é 1,92; o de Fortaleza, 1,92; o de Belém, de 1,93; o de São Luís, de 1,99; o de Rio Branco, de 2,35. Então, da época em que o senhor foi Prefeito para cá, foi-se construindo toda uma estratégia e há uma valorização em várias das políticas do Ministério da Saúde, e nós temos incluído a ideia do fator amazônico. O que é o fator amazônico? É o reconhecimento — o Deputado também nos colocou esta questão — de que há uma especificidade, uma singularidade, que faz com que determinados serviços naquele Estado tenham, de fato, uma dimensão diferente.

Deputado Zé Geraldo, o que nós temos feito para resolver o problema das obras, que é, de fato, um problema? Nós estamos lançando mão, como o MEC já faz, de registros de preço nacional, que são feitos de forma regionalizada, de tal maneira que as empresas que compram equipamentos ou fazem obras, à medida que ganham o maior número de obras, elas conseguem, pela escala, fazer um preço mais adequado.

Trata-se, portanto, de uma maneira de apoiar os Estados e Municípios, principalmente os Municípios, porque assim se usa o poder de compra público, a escala do Sistema Único de Saúde, para estabelecer um poder de negociação com o setor privado de outra natureza.

Eu quero lembrar aos Srs. Deputados que neste ano nós já estamos vivendo essa realidade. No ano passado, foi em pequena escala, mas neste ano aumentou.

Acho importante lembrar a possibilidade da utilização das emendas dos senhores para custeio. Eu vou dar o exemplo das ambulâncias. Se nós não conseguirmos equacionar — nós vamos tentar resolvê-lo com o TCU — o problema das ambulâncias, um reforço no custeio pode liberar recursos da Prefeitura para que possa fazer a aquisição direta da ambulância.

Muitos Municípios já fizeram a lição de casa, muitos Estados estão com a rede pronta. Mais recurso para investimento gera mais impacto no custeio, e, na verdade, o recurso que mais auxilia na estruturação é o reforço de custeio, e não de investimento.

Neste ano, nós estamos pagando todas as emendas de custeio em seis parcelas, fundo a fundo, e a prestação de contas vai ser feita no relatório de gestão no ano que vem. É um dinheiro fácil, nós demos prioridade para a liberação, que é uma maneira de priorizar aquilo que Estados, Municípios e Santas Casas têm pedido.

Bem, eu já falei dos acidentes. Ainda em relação às ambulâncias, eu queria também destacar que a Comissão de Seguridade Social tem nos ajudado neste debate, que, como o do Programa Academia da Saúde, foi provocado pela Comissão de Seguridade Social e Família em exercícios anteriores para discutir com o Tribunal de Contas uma maneira de reverter esta situação.

O que nós estamos imaginando? Imaginamos que, se não houver a liberação de emendas para ambulâncias, nós poderemos ter o critério que temos para as ambulâncias do SAMU, por exemplo. Considerando o porte do Município, se ele tiver 30 mil habitantes, quantas ambulâncias ele pode ter? A renovação se dá a partir de qual quilometragem? Nós fazemos uma compra centralizada ou uma licitação nacional, e cada Município usa a licitação nacional para ter um número possível de ambulâncias. Esta é uma possibilidade. É possível enfrentar, mas nós precisamos desembaraçar com o Tribunal de Contas, que tem sido o impedimento.

Quero fazer um debate com a Professora Dorinha, porque eu acho que foram muito importantes as questões. Cada vez mais, se já era importante o uso das emendas parlamentares, tanto as de Senadores, como as de Deputados, agora é imprescindível. Agora nós não podemos mais colocar a avaliação em segundo

plano. Do jeito que está aprovado, por dentro do Orçamento da saúde e sem novos recursos, são recursos estratégicos.

Neste ano, nós estamos na vigência do último ano do nosso Plano Nacional de Saúde. Nós estamos construindo um novo Plano Nacional, que vai valer para 2016, 2017, 2018 e 2019. Por lei, os Estados também têm que fazer planos para 4 anos, e os Municípios, no ano que vem, estarão no penúltimo ano do Plano deles. Este, portanto, é o momento adequado.

O que nós estamos fazendo? Em setembro e outubro é quando se abre para as emendas. Quando se abrir para as emendas de 2016, os senhores vão encontrar, na planilha do sistema que estamos produzindo, as prioridades definidas pelo Ministério da Saúde e por Estados e Municípios, aprovadas, na bipartite, região por região. Nós temos 438 regiões de saúde. Vão aparecer, Deputada, região por região, os itens que são priorizados, seja para custeio, seja para investimento, em cada uma das regiões, que já estarão pré-aprovados tecnicamente.

Quando os senhores forem fazer a designação da sua emenda, de forma individual, ou associando valores, porque elas podem se somar, os senhores vão encontrar objetos previamente aprovados. A preocupação com a agilização tende a diminuir porque, de antemão, nós já vamos saber que aquele objeto é de interesse dos Secretários Municipais, dos Secretários Estaduais, das Santas Casas e do Ministério da Saúde, e tecnicamente já está aprovado. É uma maneira de agilizar.

É claro que vocês vão poder abrir outros campos se nenhuma delas contemplar, porque vocês têm autonomia. Mas nós queremos, o máximo possível, que haja uma convergência para um planejamento de médio e longo prazo de necessidades do SUS.

A proposta que nós estamos discutindo com a Comissão é que seja uma reunião Estado por Estado, reunindo cada uma das bancadas estaduais, bem como os Senadores e os Deputados, seus assessores, para podermos mostrar a ferramenta e apresentar aos senhores as prioridades que Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais nos trouxeram. Se, por exemplo, um hospital ou uma obra que está em curso precisam de reforço, eu não vou ter no meu orçamento recursos de investimento. Então, ela vai andar se houver o reforço da emenda

parlamentar. Nós vamos construir uma maneira mais ágil, atendendo a sua reivindicação.

Voltando aos acidentes de trânsito, que o Deputado Tatto mencionou, eu queria destacar que teremos nos dias 18 e 19 de novembro, aqui em Brasília, a 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito. A primeira foi realizada há 10 anos em Moscou, e o Brasil, com a Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas, sediará a 2ª Conferência. Trata-se de um espaço em que Chefes de Estado, Ministros, Parlamentares, organizações não governamentais, pesquisadores e universitários vão rediscutir o tema da segurança no trânsito.

Seria muito importante que o nosso Congresso Nacional tivesse uma delegação consistente, muito forte, para participar desta 2ª Conferência Global, já que haverá espaço para parlamentares de todo o mundo discutirem. Há um fórum paralelo só de deputados e senadores e de representantes dos parlamentos que fazem a discussão sobre a segurança no trânsito nas diferentes áreas, o que ela significa para a Justiça, a segurança pública, a educação, a saúde, a previdência, a economia, entre outras.

Se eu não consegui responder a todas as questões, que foram muitas, creio ter-me esforçado o máximo possível para fazer um quadro geral.

No meu próximo retorno, para fazer a prestação de contas do segundo quadrimestre, nós trataremos de uma execução com grau maior de avanço, com as dimensões do contingenciamento e todas as questões que implicam a execução orçamentária e financeira do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Saúde e dos nossos parceiros descentralizados. Não é possível falar do Ministério da Saúde porque a execução é feita na ponta, por Estados e Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero dizer que estou no oitavo mandato.

O SR. MINISTRO ARTUR CHIORO - Já?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, no oitavo. Já estou usando a bengala.

O SR. MINISTRO ARTUR CHIORO - Não...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - De todas as audiências públicas de que eu participei, esta foi a mais clarividente, com uma dinâmica de palavras com muita precisão, não deixou ninguém sem resposta.

Eu quero parabenizá-lo, Ministro. Eu já sou sua admiradora, pela maneira como se dispõe a discutir os assuntos regionais e a participar ativamente, à procura de soluções para a área da Saúde, que não é brincadeira.

O SR. MINISTRO ARTUR CHIORO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Assim, agradeço o comparecimento do Sr. Ministro e parabenizo toda a sua equipe, lembrando que as pessoas envolvidas neste trabalho também merecem de todos nós aplausos.

Informo que está confirmada, para as 10 horas da quinta-feira 27 de agosto, a reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive, que prestará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2014 e ao primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; atendimento ao Requerimento nº 5, de 2015, da CMO, de autoria do Deputado Izalci, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, que requer esclarecimentos concernentes às Contas da Presidente da República (exercício de 2014).

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente, aproveitando a presença do Ministro Chioro, eu também queria parabenizá-lo. O senhor demonstrou, com a sua apresentação, um alto conhecimento da sua Pasta. Eu acho que o Ministério da Saúde está em boas mãos. Continue com essa dinâmica.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Uma salva de palmas, porque ele realmente merece. *(Palmas.)*

A presente reunião está encerrada. Em seguida, nós vamos reabri-la para tratar do Orçamento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE AGOSTO DE 2015.

Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zé Geraldo; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp, Walter Pinheiro e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Evair de Melo, Expedito Netto, Gorete Pereira, Izalci, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim**; - Senador suplente:** Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Caio Narcio, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; e **- Senadores**: Benedito de Lira, Raimundo Lira e Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Angelim, Antonio Brito, Diego Garcia, Eduardo Barbosa e Zenaide Maia. **ABERTURA:** às dezessete horas e dezoito minutos, do dia vinte e cinco de agosto de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos, e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entretanto, em virtude do início da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 26 de agosto, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 26 de agosto, às quatorze horas e vinte e quatro minutos, a Presidente reabriu e suspendeu os trabalhos. Às quinze horas e trinta e seis minutos, do mesmo dia, a reunião foi reaberta e a Presidente informou que em reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, não houve acordo com o PMDB para apreciação das matérias constantes da Pauta, e anunciou que encerraria os trabalhos. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 1º de setembro, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. **ENCERRAMENTO:** a Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de agosto de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 25.08.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidenta!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou ainda na abertura.

Comunico que há número no Senado e na Câmara dos Deputados, mas, em virtude, sobretudo, de ter-se iniciado a Ordem do Dia no Senado e na Câmara dos Deputados, suspendo esta reunião.

Convoco a continuação para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 14 horas.

(A reunião é suspensa.)

Em 26.08.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal. No entanto, eu vou suspender a reunião por 10 minutos, para que eu possa atender à necessidade de esclarecimento, com os Líderes, na sala contígua.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada esta 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que estava destinada — apesar de termos número e quórum para a deliberação nas duas Casas — a apreciar a LDO.

A única coisa que não podem me pedir na vida pública é que eu escamoteie a verdade. A verdade sobre o que aconteceu é que todos os Líderes foram favoráveis a essa votação, ressalvado o PMDB. Eu sou obrigada a encerrar a reunião, porque, sem acordo, nós não poderemos votar, o que eu lamento profundamente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Incansavelmente, eu tenho procurado o entendimento. É lógico que todas as questões têm que ser respeitadas, todas as dúvidas esclarecidas, todas as polêmicas dissipadas, mas, neste momento, não há o consenso que sempre propugnamos, para que nós tivéssemos um bom andamento do trabalho desta Casa.

Portanto, eu não vou suspender a reunião, vou encerrá-la. Aqueles que quiserem comparecer à reunião, na próxima terça-feira, às 14 horas — todos, com seus partidos e Líderes —, que compareçam para votar a LDO.

Meu compromisso seria votar a LDO, no máximo, até o dia 31 de agosto ou dia 1º de setembro. Vamos ver se isso acontecerá na segunda-feira, porque há uma expectativa de vários segmentos, de servidores, de categorias. Muitas das ações que o Governo Federal deve adotar, em diversas áreas, dependem do que aqui tiver sido votado e, evidentemente, publicado, depois, por esta Comissão.

Também quero esclarecer às pessoas que aqui se encontram que o Relator da LDO foi absolutamente pertinente e cumpriu todos os prazos. Quando tivemos que enxugar as matérias, reduzir a prioridade de cada Estado, assim foi feito. Portanto, eu só tenho a agradecer a sua participação e a de todos os que aqui estão.

Declaro encerrada esta votação. Convoco reunião para a próxima terça-feira, às 14 horas.

Está encerrada a presente reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 1º E 9 DE SETEMBRO DE 2015.

Nos dias primeiro e nove do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Zé Geraldo; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Wilder Morais; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, Domingos Sávio, Evair de Melo, Izalci, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Paes Landim, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim**; - Senadores suplentes:** Angela Portela, Davi Alcolumbre e Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Caio Narcio, Edmar Arruda, Hugo Leal, Jaime Martins, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Ricardo Barros, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; e **- Senadores**: Raimundo Lira, Roberto Rocha e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Giovani Cherini. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, do dia primeiro de setembro de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14,* do supracitado diploma legal*,* declarou iniciados os trabalhos, e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida suspendeu a reunião. No dia 9 de setembro, às quatorze horas e vinte e quatro minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos e informou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, parabenizou os jornalistas pelo seu dia. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Valtenir Pereira (PROS/MT) solicitou a inversão da pauta, para que fosse apreciado inicialmente o item 4. O Deputado Nilto Tatto (PT/SP) pronunciou-se contrário a apreciação do item 16 da Pauta, **Requerimento nº 14/2015-CMO**, em virtude de estar agendada Reunião de Audiência Pública, para o dia 17 de setembro de 2015, na CMO, com o Secretário do Tesouro Nacional. A Presidente comunicou que por três vezes foi marcada Reunião de Audiência com o Secretário do Tesouro Nacional, e o mesmo desmarcou. E por este motivo, o Requerimento solicitava a sua convocação. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) pronunciou-se favorável à votação da matéria. A Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, não houve acordo para apreciação dos itens constantes da Pauta de nºs 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17 e 18, em virtude daquele Colegiado achar necessário a realização de reuniões de audiências públicas com o Secretário do Tesouro Nacional e com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para obterem maiores esclarecimentos sobre as matérias. A Presidente esclareceu que será realizada no dia 17 de setembro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive, que prestará esclarecimentos sobre: cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; e sobre o Requerimento nº 5/2015-CMO, de autoria do Deputado Izalci (PSDB/DF), aprovado na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 1º de julho de 2015, que requer

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esclarecimentos concernentes as Contas da Presidente da República, exercício de 2014. E no dia 29 de setembro, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Nelson Barbosa, que prestará esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para 2016 - Projeto de Lei nº 7/2015-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016", em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* Entretanto, não houve concordância do Deputado Domingos Sávio com a suspensão da votação do item 16, e a Presidente informou que submeteria ao Plenário. Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar inicialmente o item 16 - **Requerimento nº 14/2015-CMO.** Autor: Deputado Izalci. Em votação, o Requerimento de inversão foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **16 – Requerimento nº 14/2015-CMO,** que "Solicita seja convocado o Sr. Secretário do Tesouro Nacional a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes aos 3º quadrimestre de 2014 e 1º quadrimestre de 2015, conforme determina o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000, e prestar esclarecimentos acerca das Contas da Presidente da República referente ao exercício de 2014". Autor: Deputado Izalci. O autor apresentou o Requerimento. Em discussão, fizeram o uso da palavra os Deputados Zé Geraldo (PT/PA), Nilto Tatto (PT/SP), Lázaro Botelho (PP/TO), João Arruda (PMDB/PR), César Halum (PRB/TO) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). A Presidente esclareceu que de acordo com o disposto no *art. 50 da Constituição Federal,* é permitido a convocação de Ministro de Estado e de quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações. Continuando a discussão, participaram os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Leo de Brito (PT/AC). Em seguida, a Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11, 18 e 20 de agosto de 2015; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 25/08/2015; e 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 e 26 de agosto de 2015. A Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das Atas, que foi autorizada por consenso. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em prosseguimento a discussão do **Requerimento nº 14/2015-CMO**, participaram, ainda, os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF). Encerrada a discussão, em votação, o Requerimento foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Proclamado o resultado da votação na Câmara dos Deputados, o Deputado Izalci, Vice-Líder do PSDB, solicitou a **verificação da votação**, com o apoiamento dos Deputados Elmar Nascimento (DEM/BA) e Genecias Noronha (SD/CE), conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 01/2006-CN*, sendo **concedida** pela Presidente. O Senador Wilder Morais (DEM/GO) fez a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Procedida a verificação, registrou-se: Votos SIM: 5; Votos NÃO: 9; total de votantes:14. Diante do resultado, a Presidente informou que não havia quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e anunciou que encerraria os trabalhos, e a apreciação da matéria **foi adiada**. **ENCERRAMENTO:** em virtude da falta de quórum presencial para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, a Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e vinte e dois minutos do dia nove de setembro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 01.09.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Declaro iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não há quórum para deliberação na representação. Suspendo a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 09.09.2015.

SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Contamos com a presença ilustre dos Exmos. Senadores Paulo Bauer, Davi Alcolumbre e Benedito de Lira.

Eu queria registrar que hoje é o Dia Nacional dos Jornalistas.

Pois não, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, nobres pares, hoje também se comemora o Dia Internacional de Combate ao Suicídio.

Sra. Presidente, eu gostaria que o item 4 fosse o primeiro item da pauta, para começarmos já a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Naturalmente, ele será o item inicial.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Nós vamos votar em bloco, Presidente? Como houve acordo, não dá para votarmos em bloco tudo que foi consensualmente acordado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Wilder Morais, é uma honra recebê-lo na Comissão. Registro também a presença do Senador Ivo Cassol. *(Pausa.)*

Há uma proposta. A proposta é do Deputado Nilto Tatto? *(Pausa.)*

Eu gostaria de perguntar ao PSDB se seria apenas o Item 4, ressalvados os que dependem de audiência pública, conforme descrito: itens 8, 9, 10, 11.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só 1 minuto, porque nós estamos checando aqui o documento. *(Pausa.)*

A convocação do Secretário está o.k., não está?

O SR. DEPUTADO IZALCI - No Senado foi aprovado o do Secretário do Tesouro...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Secretário, dia 17, marcou a data. O requerimento de convocação se desfez diante da iniciativa que S.Exa. propôs, com data previamente marcada. Agora, se fazem questão de aprovar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como ele desfez quatro vezes, temos que deixar aprovado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós fazemos questão da aprovação, Presidente, para fazermos acordo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E houve acordo naquele dia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Previamente, fazem questão da aprovação. Chegaremos lá. Então, eu gostaria de ressaltar os itens 8, 9, 10 e 11.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou colocando uma matéria em votação, só 1 minutinho.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu discordo dessa convocação, até porque não tem base legal, porque só se convoca Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu queria explicar o que aconteceu. Na verdade, por três vezes o Secretário marcou...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas ele é Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não se convoca Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele marcou e desmarcou. É quase uma questão de semântica. Agora, ele marcou. Querem apenas marcar posição.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu sei. Transforme a convocação em convite. Ele não pode ser convocado, ele não é Ministro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele já foi convidado aqui três vezes e desmarcou. Agora, vai vir convocado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ele não pode ser convocado, ele não é Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria que V.Exas...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Houve acordo quando V.Exa. não estava aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Caio, o que o Deputado está esclarecendo para V.Exa. é que Secretário não é convocado, apenas Ministro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós conversamos sobre isso e colocamos o Ministro, exatamente condicionando isso. Então, convocamos o Ministro para falar sobre as contas, porque S.Exa. tem que vir. Alguém tem que vir aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vamos alterar o teor do requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O requerimento não foi mudado. É só aprová-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento é pela convocação, já que foi convidado e não compareceu, do Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, que se mude a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, não há acordo. Nós vamos votar a convocação do Ministro.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não se pode convocar Secretário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há o item da pauta de convocação do Ministro da Fazenda. São dois requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou continuar a pauta como ela está apresentada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há acordo sobre o item 4?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi trazido aqui pelo Deputado Hildo Rocha que parece que o PSDB está dizendo que o item 4...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Permite-me dirigir-me a V.Exa., para nós tentarmos construir um acordo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Veja bem, nós temos duas questões pontuais que nós gostaríamos de estabelecer como acordo, com a aquiescência de V.Exa. e do Plenário, e, inclusive, fazer uma inversão de pauta, aprovarmos duas matérias que consideramos importantes, e, na sequência, por acordo, nos disporíamos a votar em bloco.

Acordo pressupõe entendimento entre as partes. A Oposição tem o desejo de aprovar o requerimento de convocação do Sr. Secretário, e eu justifico por quê. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara: nós não podemos tratar essa matéria, se ele pode ou não pode ser convocado, como referente a qualquer outra autoridade de segundo escalão do Governo. Nós todos conhecemos a regra de que se convoca Ministro, e não se convocam subordinados a Ministro, isso, em linha geral. Porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal é clara ao afirmar que é responsabilidade do Secretário do Tesouro vir à Comissão Mista de Orçamento prestar esclarecimentos relativos às matérias orçamentárias.

Formulado o convite, por diversas vezes, marcado, por diversas vezes, e não se cumprindo o que determina a lei, eu entendo que caberá a esta Comissão convocar o Secretário, sim. Se ele arguir inconstitucionalidade e não vier, o que é um direito dele, nós estaremos, inevitavelmente, levados a convocar o Ministro, que, obviamente, como seu superior hierárquico, poderá cumprir a tarefa do Secretário, o que não nos parece apropriado. Nós não queremos submeter o Ministro ao constrangimento de vir aqui fazer o que é de competência do Secretário do Tesouro.

Então, nós defendemos que o item 16 seja aprovado, com acordo, sem sequer verificação, e defendemos também que o voto em separado do Deputado Izalci seja apreciado. A partir daí, nós nos dispomos a trabalhar num processo mais ágil, sem obstrução, sem todo o processo que é facultado à Oposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Líder Domingos Sávio, eu ressaltei aqui todos os itens que, como já estava entendido, dependem da presença do Secretário, marcada para o dia 17. E ressaltei, também, os outros itens que dependem da presença do Ministro, marcada para o dia 29. Então, essas matérias não serão apreciadas, pelo entendimento que nós fizemos, lá dentro, e o que depende da presença das autoridades estará fora da pauta. Isso já está acordado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, nós não colocaremos em pauta as matérias relativas às prestações de contas, porque elas também são afetas às explicações do Secretário do Tesouro, ainda que em outros exercícios...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Prestação de conta de Presidente da República?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós temos aqui matérias que tratam de cumprimento de superávit fiscal, então nós precisamos de informações do Tesouro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Elas estão incluídas. Vou ler.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ainda que alguém possa dizer que ele não era Secretário na época, o Secretário do Tesouro, hoje, tem a obrigação de dispor de todas as informações relativas ao Tesouro Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou ler para V.Exa. V.Exa. tem a pauta?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou repetir para V.Exa.: os itens 8, 9, 10 e 11 da pauta estão suspensos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os itens 15, 16, 17 e 18 da pauta também estão suspensos. As demais matérias foram objeto de entendimento. Todos esses itens que eu mencionei coincidem com o que V.Exa. apresentou agora como formulação, com base na votação global.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, resta o voto em separado do Deputado Izalci, com relação ao item 4.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Que estava sendo apreciado, quando V.Exa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero apenas deixar registrado, pelo menos como sugestão a V.Exa., que nós não podemos ser surpreendidos mais uma vez, e mais uma vez irmos postergando. Se o Sr. Secretário não vier aqui no dia 17... E eu me lembro bem de que, no final do primeiro semestre, V.Exa. deixou claro que na primeira semana de agosto nós não abriríamos mão e o Secretário do Tesouro teria que estar aqui. Isso consta das nossas atas. Nós já estamos em setembro e ele não nos deu satisfação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se constar da ata o que V.Exa. está dizendo, que eu garanti a presença, eu deixo esta Presidência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não disse que V.Exa. garantiu que ele viria. O que eu disse foi que a V.Exa. falou que ele teria que estar aqui, porque senão nós o convocaríamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não foi assim, sinto muito. Na terceira vez, quando o Deputado Izalci colocou com muita propriedade que ele já estava desmarcando pela terceira vez, nós aprovamos que teria convocação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é isso! É só isso que eu estou querendo. Então, vamos convocar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, eu só estou pedindo a V.Exa. que nos deixe votar o requerimento do Deputado Izalci, para que possamos caminhar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ótimo! É o que eu estou pedindo. Vamos votar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha, eu sou mineira, como V.Exa., mas V.Exa. é um mineiro complicado. *(Risos.)*

Requerimento do Deputado Izalci. Qual é o número do requerimento?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o item 16.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, V.Exa. quer pedir a inversão de pauta?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu pedi primeiro. Foi mantido o item 4.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. O senhor perguntou se poderia apreciar em primeiro lugar, e eu já disse que, em primeiro lugar, é o Item quatro. Portanto, em primeiro lugar.

Pergunto novamente, Deputado Izalci, se V.Exa. quer solicitar a inversão, e seria o segundo item da pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero solicitar, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, Deputado Valtenir Pereira, pelo entendimento aqui, haveria uma votação global, excetuando o item dele. V.Exa. está pedindo para votar em separado a sua matéria? É isso?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, se V.Exa. não está pedindo, o primeiro item de pauta é o requerimento do Deputado Izalci. O de V.Exa. vai entrar na votação global.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o item 16, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Item 16.

Requerimento do Deputado Izalci que solicita que seja convocado o Secretário, que já tem data marcada para o dia 17, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2014 e o primeiro quadrimestre de 2015, conforme determina o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101, de 2000, e prestar esclarecimentos acerca de contas da Presidente da República, conforme exercício de 2014.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidente, eu quero discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Zé Geraldo tem a palavra para discutir.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, se nós já temos confirmado... Veja bem o que está acontecendo aqui nesta Comissão, por capricho do PSDB. Mesmo já confirmada para o dia 17 a presença do Secretário, o PSDB quer aprovar um requerimento que não pode ser aprovado regimentalmente, convocando um Secretário, porque já está marcada a vinda dele até aqui,

Presidenta. Não posso concordar com isso. Nós estamos convocando um Secretário. O requerimento do PSDB é de convocação de Secretário, que não pode ser convocado regimentalmente. Só se convoca Ministro. E trata-se de um Secretário, com presença já marcada para o dia 17. Isso é um absurdo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com a palavra o autor do requerimento...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Só para reforçar. Se o Secretário já marcou data para vir para cá, é só para ter efeito político que o PSDB quer, para dizer depois que aprovou, a convocação de um Secretário? É esse o efeito que querem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixem o autor do requerimento explicar, porque não pude falar ainda.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, não é nesses termos que dependemos para fazer o acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqui, na Comissão, não há debate paralelo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O Secretário já marcou data para vir aqui. Então, vamos seguir em frente, mas não vamos colocar uma coisa que depois pode ser considerada inconstitucional. Mas só vai ter o efeito político, porque é o efeito político que o PSDB quer, que a Oposição quer. Então, eu acho que não é esse o caminho para avançarmos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou explicar aos dois oradores que me antecederam. Essa é a quarta vez que o Secretário está marcando. Ele desmarcou três vezes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, V.Exa. não participou das últimas reuniões. Pode olhar nas notas taquigráficas. Todas elas foram marcadas e desmarcadas. Esta Comissão está ficando desmoralizada. Na gestão passada,

foram 2 anos e o Secretário não esteve aqui na Comissão Mista de Orçamento, uma coisa que é obrigatória. Ele tinha que vir espontaneamente, e estamos marcando pela quarta vez.

Então, não é nada do PSDB, não é questão política, é fazer com que esta Comissão seja respeitada. E um Secretário não pode se negar a vir aqui, já que nós podemos inclusive convocar o Ministro. Quem pode o mais pode o menos. Se ele não vier, nós vamos chamar o Ministro. É óbvio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lázaro Botelho. Em seguida, vamos proceder à votação. Quem for contra o requerimento, posicione-se contrário.

É o direito que ele tem de fazer essa formulação. Embora eu já tenha esclarecido dez vezes, na terceira vez eu disse para ele que ele precisava marcar uma data definitiva e marcou. Agora, querem usar a palavra convocação; se for ilegal, a própria Comissão vai dirigir como uma ilegalidade posta.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está aqui o Regimento, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, Deputado Lázaro. Depois V.Exa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Pode ser convidado dez vezes, mas, se não vier, não pode ser convocado. É regimental. Eu nunca vi isso.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - A minha dúvida é essa aí, Presidenta, de fazer um ato que já está dizendo que não é certo. Convite é o que se determina. Agora, tem que fazer com que ele também entenda isso, porque é uma falta de respeito com esta Comissão a pessoa ser convidada, marcar que vem e não vem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Peço a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há outros inscritos na frente de V.Exas.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sra. Presidente, o Secretário já marcou, já está agendada a vinda dele aqui. Se ele não vier, nós aprovamos, e eu voto junto a convocação do Ministro, se for o caso. Nós votamos juntos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado César.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Sra. Presidente, entendemos muito bem a parte política, e eu acho que o PT, quando o PSDB era Governo, judiou demais deles, e agora estão querendo vingar, judiar do PT e tal, mas não é o que cabe aqui agora não. Nós temos que fazer a Comissão andar. Então, se não há acordo, vamos botar para votar, derrubamos o requerimento e acabamos com isso. Mas eu acho que não justifica essa coisa toda em troca de querer aparecer politicamente ou coisa assim. Então, eu sugiro que se coloque o requerimento em votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sra. Presidente, eu acho que o PSDB tem cumprido um grande papel nesta Comissão, nos principais debates, só que nós temos os nossos limites. Uma vez feita a discussão no Colégio de Líderes e não havendo consenso aqui na reunião em plenário, eu penso, Presidente, que nós deveríamos colocar em votação, e não vamos aqui debater, mas há um problema de conteúdo e um problema de método.

Do ponto de vista do conteúdo, não cabe a convocação. Só que nós não podemos morrer feito peru de Natal, de véspera, porque ele está para vir dia 17. Ele não veio outras vezes, mas pode vir dia 17. O que cabe aqui agora, uma vez que não há consenso... Eu pediria a V.Exa. que proceda à votação, de modo a que pudéssemos dar conta de uma série de outros pontos que existem na pauta e pudéssemos valorizar esta reunião como uma reunião que tem quórum. É difícil ter quórum nesta reunião e é preciso fazer com que a pauta tenha andamento.

Então, meu apelo é nesse sentido, Presidenta, não menosprezando e respeitando as divergências colocadas pelo PSDB, mas eu penso que o requerimento deve ser colocado em votação, de modo a fazer com que a pauta avance.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dar a palavra ao Domingos Sávio e, em seguida, eu queria esclarecer o seguinte: por uma interpretação, até por ter vicio ainda de quem foi Constituinte, o art. 50 da Constituição Federal dispõe: *"A Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões..."*

Deputado Zé Geraldo, Deputado Nilto Tatto, por favor. Eu estou tentando esclarecer as questões que V.Exas. apresentaram.

Art. 50 da Constituição Federal:

> *"Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada".*

Não precisa discutir mais, não é Deputado*?*

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, respeitosamente, eu quero me dirigir aos dois colegas Parlamentares do PT, porque se referiram especificamente ao PSDB.

Nós vivemos um momento difícil no Brasil, e imagino que V.Exas. estejam bem atentos a isso. Não há um brasileiro sequer que não perceba que num momento como este é preciso buscar entendimento. Nós estamos falando em uma Comissão Mista. O próprio Governo, em qualquer época da história da República, especialmente a partir da Constituição de 1988, tratou de construir entendimentos.

O que o PSDB fez não foi nenhum gesto político. O PSDB está disposto, a menos que V.Exas. não queiram, a construir um acordo de maneira clara, transparente, falado aqui no microfone, para o bom andamento desta Comissão. E neste acordo nós apresentamos uma preocupação legítima e bem fundamentada. Qual é a preocupação?

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que está na minha mão, no art. 9º — eu não vou lê-lo, mas, caso V.Exas. queiram, poderei fazê-lo —, trata da questão de trazer informações sobre quando não há cumprimento de metas, quando há risco de que as receitas não alcancem os valores previstos.

Diz textualmente:

> *"Art. 9º .....*
>
> *§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição"* — que é esta Comissão da qual fazemos parte — *"ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais".*

Portanto, há um comando legal no sentido de que o Poder Executivo tem que vir a esta Comissão, nos meses de fevereiro, maio e setembro. Nós já estamos em setembro, e o Executivo não veio. Nem veio nos meses de fevereiro e maio e em nenhum dos meses que antecederam a setembro. Foi dito textualmente que já havia datas marcadas. Esta argumentação: *"Ah! Ele marcou para o dia 17. Para que vamos convocar?"* Por mais de uma vez a Presidência, de forma apropriada, diligente, cumpridora da missão de presidir, comunicou a esta Casa que já estava agendada a vinda do Secretário. O Secretário simplesmente desmarcou, não veio, por mais de uma vez. Chegamos a mencionar que na última expectativa, que seria no início de agosto, haveríamos de caminhar para a convocação. Não tendo vindo, o PSDB fez a convocação. E não fez aqui e agora, não. Não é um gesto feito neste momento para dizer que quer marcar posição política, mas estamos cumprindo o nosso papel de Oposição, senão o País deixa de ter a essência da democracia, que é alguém que fiscalize o cumprimento da lei. A Lei está aqui. É papel da Oposição fiscalizar o cumprimento da lei.

Então, Deputados, nós estamos propondo que a convocação seja dirigida ao Secretário. V.Exas. dizem que a convocação deveria ser ao Ministro, que Ministro pode e Secretário não pode. Há o segundo requerimento, do Deputado Izalci — estamos abrindo mão de apreciá-lo agora —, que é para convocar o Ministro.

O nosso gesto é na linha do acordo, Presidente — e já concluo. Ou seja, entendemos que, por acordo, devemos votar e aprovar a convocação do Secretário, sim, baseados na Lei de Responsabilidade Fiscal, sim. E que ele venha aqui cumprir a lei. Será tratado de maneira urbana, respeitosa, pois estará

cumprindo uma missão. Se, porventura, ele arguir que nós não temos o poder de convocá-lo, nós não iremos, na próxima reunião, abrir mão de convocar o Ministro. Então, eu acho que o Secretário haverá de ter bom senso para não colocar o Ministro nessa situação constrangedora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concederei a palavra o Deputado Hildo Rocha.

Quero dizer que, em seguida, passaremos à votação — cujo processo eu já havia iniciado —, interrompida por vários debates paralelos. Eu entendo a necessidade de colocar as posições, amplamente explicitadas aqui.

Então, há um requerimento do Deputado Izalci pela convocação. Eu já expliquei que, anteriormente a isso, o Secretário já havia feito a proposta da sua presença. V.Exas. insistem na votação, e vamos procedê-la.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, caros colegas Deputados, eu sou testemunha da tentativa da Presidente, por várias vezes, de trazer o Secretário a esta Comissão, por convite.

A nossa Constituição é bastante clara. O que quis o legislador? Interpretando a vontade do Legislador, se até o Ministro pode, por que não pode uma pessoa inferior ao Ministro? O inciso III diz que pode ser convocado o Ministro. Mais embaixo, o inciso V vem complementar e diz que é vontade do legislador solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Então, eu não vejo, Sra. Presidente, caros colegas, nenhuma ilegalidade em se convocar o Secretário do Tesouro ou da Receita Federal aqui. Eu não vejo nenhuma ilegalidade com relação a isso.

Eu acho que esta Comissão não pode ser, realmente, desmoralizada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito. E vamos votar, em seguida. Por favor.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidente, peço vênia a V.Exa. e ao Deputado Hildo Rocha, que me antecedeu, para dizer que, se nós formos observar de maneira literal o art. 50 da Constituição Federal, veremos que aqui não cabe interpretação extensiva, interpretação ampliativa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O art. 50 é muito claro. Diz que *"a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado* — não é o caso — *ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República (...)"*.

O Secretário do Tesouro Nacional não é diretamente subordinado à Presidência da República. Ele é diretamente subordinado ao Sr. Ministro da Fazenda.

Então, eu gostaria que fosse revista essa interpretação, sem que deixemos de fazer um esforço junto ao Governo e ao próprio Secretário para que seja cumprido o convite que foi feito. É um compromisso que nós assumimos aqui, para que ele venha até esta Casa. O que não dá é para fazermos um acordo inconstitucional. Eu acredito que não haja acordo que se sobreponha à Constituição Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ressalvada a observação de V.Exa., quero esclarecer que há interpretações divergentes para o mesmo artigo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, um esclarecimento, um pedido de esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria agora de fazer a apreciação das atas. Havendo concordância do Plenário, eu proponho a todos a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11, 18 e 20 de agosto de 2015; Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 25 de agosto de 2015; e Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 25 e 26 de agosto de 2015.

As atas estão em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas dessa reunião.

Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes de membros e Lideranças partidárias.

Passamos, agora, à votação do item 16. Requerimento de autoria do Deputado Izalci, que *"solicita seja convocado o Sr. Secretário do Tesouro Nacional (...), conforme determina o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, e prestar esclarecimentos acerca das Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2014".*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, eu queria um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Edmilson Rodrigues gostaria de falar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O requerimento do Deputado Izalci não propõe uma data. Na Comissão de Finanças e Tributação estabeleceu-se um procedimento que eu acho muito bom: se o convidado não vier até uma data mais ou menos definida, ou indicada, se aquele prazo não for cumprido, então se faz uma convocação.

O objetivo é ouvir as autoridades. Podemos convidar, mas já definindo um prazo limite. Até quando teremos paciência para esperar ver cumprido o dispositivo constitucional, o que é um direito nosso? A rigor, nem precisaríamos convocar, já que está prevista na Constituição a obrigatoriedade da prestação de contas.

Então, quantas semanas vamos esperar? Uma? Duas?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Se o convidado não vier até essa data, então aprovamos a convocação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu posso fazer uma proposta?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acho que nós estamos aqui caminhando em círculos. Na verdade, Deputado Edmilson, não é obrigatório que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Deputado Izalci tem uma proposta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A minha proposta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é obrigatório que todos tenham conhecimento. Mas só ressaltando a V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós poderíamos aprovar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah! Sim. Achei que tinha terminado. Pode falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigado.

Por três vezes ele não compareceu, não vou discutir o mérito disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esta é a quarta convocação.

Eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A minha sugestão nessa linha é exatamente a de aprovar o requerimento na seguinte condição. Dia 17 está marcada a audiência dele. Caso ele não venha no dia 17, já fica automaticamente convocado para o dia 22.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, nós poderíamos convocar o Ministro, se o Secretário não vier. Realmente.

Sra. Presidente, eu quero aproveitar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpem-me, mas talvez eu seja a mais antiga de mandato aqui nesta reunião, embora isso não queira dizer que eu saiba tudo. V.Exas. não podem fazer isso. Não se pode jamais alterar um requerimento para incluir uma condição. O requerimento está na pauta, tem número, tem conteúdo. Não se pode alterar para dizer assim: *Se não vier, convoca o Ministro.* Não, nós não podemos fazer isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, vamos votar o requerimento, não tem jeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Retira de pauta, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Que tira de pauta!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ele vai vir no dia 17.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar o requerimento, embora eu esclareça novamente que o Sr. Secretário comunicou o seu impedimento nas três vezes em que não compareceu e marcou sua vinda para o dia 17.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pela quarta vez.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas vamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para, Sra. Presidente, para relembrar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Izalci, que convida...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Convoca.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Convoca.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. O requerimento convoca o Sr. Secretário do Tesouro para comparecer em audiência pública, já previamente marcada para o dia 17.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pela quarta vez.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não vou acrescentar isso só porque V.Exa. quer.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que foram contra manifestem-se levantando o braço para que eu possa ver.

Como vota o Deputado Davi?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, eu estou me abstendo da votação por conta de ter uma data marcada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Abstenção.

Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Foi reprovado...

Aliás, como o requerimento já estava aprovado, nós vamos aprovar aqui...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Verificação, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É a única alternativa que nos cabe, Sra. Presidente. Não está havendo disposição de acordo por parte do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. vejam bem o que aconteceu nesta Comissão, para que fique claro a todos

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É porque a votação é simbólica, Presidente. V.Exa. pode declarar o resultado da votação simbolicamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se já está aprovada a presença do Secretário... Agora, nós estamos votando requerimento para cumprir uma questão regimental, mas todos estão de acordo com a presença do Secretário, que já está marcada para o dia 17.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, V.Exa. acabou de votar várias atas, e nós, num gesto de quem está, de fato, buscando o acordo, não fizemos nenhum questionamento, e V.Exa. colocou em votação simbólica. Eu entendi que V.Exa. ia colocar em votação simbólica agora também.

Portanto, nós não temos alternativa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou perguntar novamente a V.Exa. O requerimento dele já havia sido aprovado pelo Colégio de Líderes. Nós o trouxemos aqui apenas para formalização.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então! É simbólico!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando eu o coloquei em votação, a maioria não quis. O que V.Exa. quer que eu faça?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas a votação V.Exa. só vai identificar se é maioria ou não com verificação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Porque, na ata, nós podíamos ter pedido verificação também, e V.Exa. pediu simbólica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pergunto ao Deputado Izalci se há apoiamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E nem fez no Senado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há apoiamento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há apoiamento de quatro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sou Vice-Líder. Presidente, eu sou Vice-Líder.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem que haver apoiamento de mais quatro.

Eu vou propor um entendimento aqui. Posso propor um entendimento, na linha do raciocínio do Deputado Hildo Rocha?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presidente, nós apoiamos a verificação. O Democratas apoia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos seguir a linha de raciocínio do Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Presidente, “Inês é morta”; passou o tempo de pedido de verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Valtenir...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim, mas, se não há mais apoiamento, acabou. São dois; é preciso mais três.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Eu apoio também, no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou propor...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Senado Federal está fazendo o apoiamento. É Câmara!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não há como. É na Casa, é na Câmara.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas apoia também.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não pode, não é votação...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Presidenta, V.Exa. já pediu verificação de quórum?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, eu queria fazer uma...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho. V.Exa. pode me ouvir?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Eu queria propor, V.Exa. até fez uma...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Há quatro Deputados aqui. Eu não estou vendo qual é o problema.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas eu posso falar, Deputado?

Nós temos uma pauta extensa. Há trabalhos extenuantes nesta Comissão. Quando V.Exa. falou que queria trocar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PT recusou o acordo. Isso é só o começo do processo. Nós vamos ficar aqui, provavelmente, umas 10 horas, e eles estão cientes disso. Não tem amador aqui, não!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, eu estou falando com V.Exa. e queria que me ouvisse.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, o PT não recusou o acordo. O PT foi convencido, e seguimos para a votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na votação, V.Exas. perderam.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Perdemos o prazo de verificação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então faz a verificação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está bom, tudo bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Verificação atendida.

O que eu queria dizer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, mas só quatro pediram verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Verificação atendida.

Vamos passar à verificação.

Cada um tem a sua responsabilidade. Todos aqui são adultos, representantes do povo brasileiro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. terá a verificação.

Passo à verificação.

Peço ao Senador Wilder Morais que faça a verificação.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Presidente, é possível nominar quem são os Parlamentares que pediram verificação, na representação da Câmara?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, V.Exa. já concedeu a verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já está concedida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não vem ao caso; é matéria vencida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu vou pedir a V.Exa., que sabe da minha admiração, paciência. O microfone aqui não tem dono. Eu estou atendendo o Deputado. V.Exa. tem que ter um pouco de paciência.

Passa-se agora à leitura daqueles que subscreveram o pedido de verificação. Em seguida, será feita a chamada para verificação.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Presidente.

Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)*

O Deputado Edmar Arruda está presente? *(Pausa.)* Não.

Deputado Carlos Henrique Gaguim. *(Pausa.)*

Deputado César Halum. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, respondam "presente" ao microfone...

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Presente. E pronto para votar!

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sim ou não?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Voto "não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Genecias Noronha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Genecias. *(Pausa.)* Eu estou perguntando se V.Exa. está presente.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Presente, mas estou em obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Tem que votar ou "sim" ou "não".

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Pode obstruir? *(Pausa.)*

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Então, se pode...

Deputado Hildo Rocha, está presente? Como vota, "sim" ou "não"?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "Sim".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - "Sim".

Deputado João Arruda, como vota?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Voto "não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Lelo Coimbra. É "sim"? *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Aro. *(Pausa.)*

Deputado Nilton Capixaba, está presente? *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Teobaldo *(Pausa.)*

Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Presente! "Não"!

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Vota "não".

Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Deputado Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Leal, está presente? *(Pausa.)*

Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - "Não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Wellington Roberto. *(Pausa.)*

Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - "Não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)*

Deputado Walter Ihoshi. *(Pausa.)*

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Giuseppe Vecci. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - O Deputado Gonzaga Patriota está presente? *(Pausa.)*

Deputado Hissa Abrahão. *(Pausa.)*

Deputado João Fernando Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputada Flávia Morais, do Estado de Goiás. *(Pausa.)* Não está aqui.

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Suplentes.

Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)*

Deputado Washington Reis. *(Pausa.)*

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)*

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Solla*. (Pausa.)*

Deputado José Airton. *(Pausa.)*

Deputado Orlando Silva*. (Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Deputado César Messias. *(Pausa.)*

Deputado Evair de Melo. *(Pausa.)*

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PSDB está em obstrução, e é bom registrar isso. E eu, como autor do requerimento, pedi verificação. Então, eu voto pela aprovação do requerimento, voto "sim".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Em obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Vou chamar esses aqui agora:

Deputado Expedito Netto. *(Pausa.)*

Deputado Jonathan de Jesus. *(Pausa.)*

Deputado Kaio Maniçoba. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes*. (Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - "Sim".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Leopoldo Meyer. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obstrução.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)* Eu havia chamado, mas S.Exa. não estava aqui.

Algum Parlamentar não foi chamado mas está presente?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Deputada Flávia Morais, "não".

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Chamei V.Exa., mas V.Exa. não estava aqui.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É, eu não estava. Estava na Comissão de Esportes aqui ao lado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Algum outro Parlamentar não foi chamado?

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Chamei a Deputada Flávia Morais e ainda disse que S.Exa. é de Goiás.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidenta, a contagem da votação é só quanto aos presentes?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso ter acesso à lista? Estamos fechando o resultado.

Eu quero só esclarecer, Deputado Izalci, que, se o requerimento porventura não for aprovado e se V.Exa. quiser modificar o teor da proposta feita, deve ser feito por escrito, entendeu? Nós estamos falando da mudança de convocar Secretário ou Ministro, e tudo é objeto de requerimento que deve ser por escrito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Saiu? Deu quórum? Há quórum?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode esperar acabar a contagem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu poderia falar enquanto ela conta? Ah, já terminou. Qualquer coisa a gente conta aqui, se precisar.

Quero fazer um pedido a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu que vou pedir, por favor, porque a secretária é laboriosa, trabalha sério.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidenta, eu sei disso, quero pedir a V.Exa. que registre...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, eu queria pedir para que se anuncie o resultado, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou falando, Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Secretária está fazendo isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidenta, como foi dito aqui, a Lei Complementar nº 101, de 2000, que trata da Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, estabelece os prazos para o Secretário vir aqui, sob pena de punição. Então, eu peço à Comissão que providencie uma ação no Ministério Público de improbidade administrativa, como previsto na lei, contra o Secretário do Tesouro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas ele não virá aqui dia 17?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu já estou alertando, porque em fevereiro e em maio ele não compareceu. A lei é muito clara quanto à improbidade administrativa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado, por mais que eu me esforce, é minha incapacidade intelectual de entender. Está marcado para a pessoa vir no dia 17, mas V.Exa. quer retroagir, no momento da ausência dele, sem nem saber se haverá a presença dele, para o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode ser autor dessa medida, mas não a Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou ponderando o seguinte, Sra. Presidenta...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está tumultuando, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É a quarta vez que ele marca.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É que o Deputado Izalci é muito criativo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se ele não aparecer aqui dia 17, temos que entrar com uma ação de improbidade administrativa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Que V.Exa. aguarde o dia 17. V.Exa. deve aguardar o dia 17, e depois V.Exa. mesmo poderá ser autor dessa ação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já deveríamos ter entrado há muito tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gostaria de declarar o resultado.

Deputado Genecias, há uma dúvida aqui na Mesa que precisa ser esclarecida. V.Exa. foi apoiador do requerimento, mas votou em obstrução.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não pode ficar em obstrução. V.Exa. tem que votar em abstenção. Apoiador não pode estar em obstrução, tem que ter...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi o Deputado Elmar o apoiador.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não vou me basear em intérprete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não é intérprete.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu perguntei ao Deputado se S.Exa. foi apoiador. V.Exa. foi apoiador, Deputado?

(Não identificado) - Tem que votar, ele é coautor. Não pode entrar em obstrução

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, V.Exa. mudou?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não foi apoiador e está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou conferindo só os apoiadores, por favor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, enquanto a Mesa vai conferindo, quero aqui tranquilizar a bancada de oposição, porque nós vamos fazer, independentemente de qualquer resultado, todo o esforço possível para que o convidado esteja presente aqui no dia 17.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele estará aqui. Deputado Elmar Nascimento, eu preciso esclarecer a votação. V.Exa. votou abstenção?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos proclamar o resultado:

SIM: 5 Srs. Deputados.

NÃO: 9 Srs. Deputados.

ABSTENÇÕES: 2.

Agora, como o Deputado Genecias disse que também estava em obstrução e não foi apoiador...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Caiu a sessão, eu devo registrar, então, a enorme satisfação de ver a Comissão de Orçamento novamente paralisada.

Está encerrada a sessão.

Correspondência dada como lida, em 09.09.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. 012/2015-PSD, de 24 de agosto de 2015, do Sr. Guilherme Campos, solicitando posicionamento da presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
2) OF/GAB/I/Nº 1185, de 25 de agosto de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato – PTB/RS, para compor o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.
3) Ofício nº 217/2015/GABJA, de 26 de agosto de 2015, do Coordenador da Bancada do Goiás, Deputado Jovair Arantes, encaminhando emenda elencada como prioridade de investimentos estruturantes.
4) Of. Nº 048/2015 – GABINETE/VM, de 26 de agosto de 2015, do Deputado Vitor Mendes, solicitando mudança nas emendas de sua autoria destinadas ao Fundo Nacional de Saúde.
5) Of. 78/2015 – GSOALENC, de 19 de agosto de 2015, do Senador Otto Alencar, informando que o TCU até a presente data não respondeu à consulta sobre as contas da Presidente da República de 2014.
6) Of. 013/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Luiz Fernando, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
7) Of. 014/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Junji Abe, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

8) Of. 015/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Eliene Lima, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
9) Of. 016/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. João Lyra, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
10) Ofício 001/2015-PSD, de 28 de agosto de 2015, do Sr. Betinho Rosado, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
11) Ofício nº 107/2015, de 20 de agosto, do Deputado Hildo Rocha, solicitando informações a respeito dos integrantes dos Comitês.
12) Of. 18/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Eduardo Sciarra, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
13) Of. 17/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Walter Tosta, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
14) Of. 62/2015, de 28 de agosto de 2015, do Sr. Eduardo Sciarra, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
15) Of. 25/2015-PSD, de 28 de agosto de 2015, do Sr. Reinhold Stephanes, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
16) Of. 255/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Alexandre Silveira, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
17) Of. 001/2015-PSD, de 28 de agosto de 2015, do Sr. Onofre Santo Agostini, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
18) Of. 19/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Edson Pimenta, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
19) Of. 205/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Geraldo Thadeu, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
20) Of. 20/2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Hugo Napoleão, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.
21) Of. s/nº 2015-PSD, de 27 de agosto de 2015, do Sr. Roberto Santiago, solicitando posicionamento da Presidência da CMO quanto a execução das emendas individuais de parlamentares não reeleitos.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Ofício nº 116/15/GAB 803, de 21 de agosto de 2015, do Deputado Cabo Daciolo, justificando ausência no período de 19 de agosto a 2 de setembro.
2) Ofício nº 123/2015 – GDHL/BSB, de 15 de agosto de 2015, do Deputado Hugo Leal, justificando ausência no período de 19 a 24 de agosto.
3) MEM.GKM 026/2015, de 25 de agosto, do Deputado Kaio Maniçoba, justificando ausência no dia 25/08.
4) Of. nº 109/2015-P, de 02 de setembro de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, justificando ausência do Presidente da Comissão, Deputado Paulo Pimenta, nesta data.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:
1) Ofício nº 198/2015/COADE-SPR, de 21 de agosto de 2015, do Secretário-Geral Adjunto do CNMP, Wilson Rocha de Almeida Neto, encaminhando cópia da decisão plenária que aprovou a proposta orçamentária do CNMP para 2016.
2) Of. Pol. 313/2015, de 18 de agosto de 2015, da Vereadora Pollyana Gama, da Câmara Municipal de Taubaté/SP, solicitando informar se o município foi atingido pelo contingenciamento solicitado pela STN ao COFIEX.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3) OFÍCIO Nº 1094/GAB/PGR, de 6 de agosto, do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, solicitando informações sobre procedimentos referentes à construção da nova sede do TRF da 1ª Região.
4) Ofício nº 146/2015/GAB-SUDAM, de 24 de agosto, do Superintendente em exercício da Sudam, Inocêncio Renato Gasparim, encaminhando Relatório de Gestão do FNO – exercício 2014.
5) Ofício nº 205/2015/COADE-SPR, de 28 de agosto de 2015, do Secretário-Geral do CNMP, Blal Yassine Dalloul, encaminhando cópia da decisão plenária que aprovou a proposta orçamentária das unidades do Ministério Público da União para 2016.
6) Ofício nº 27/2015/DIGEL/EBC, de 1º de setembro de 2015, do Diretor Vice-Presidente de Gestão e Relacionamento, Sylvio de Andrade Júnior, comunicando que o responsável pela assessoria parlamentar da Empresa é o Sr. Claudinei Pimentel Mota.

- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2016, encaminhado pelo seguinte órgão:**
1) Conselho da Justiça Federal e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Avisos Seses/TCU, de 13 de agosto de 2014:
1) Aviso nº 565/2015 (Acórdão 1.934/2015): obras alusivas à implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE.
2) Aviso nº 584/2015 (Acórdão 1.988/2015): obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima – PE.
3) Aviso nº 587/2015 (Acórdão 1.989/2015): obras da barragem de Oiticica/RN.
4) Aviso nº 591/2015 (Acórdão 1.990/2015): obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima, localizada no Município de Ipojuca/PE.

Avisos GP/TCU, de 19 de agosto de 2014:
1) Aviso nº 915/2015 (Acórdão nº 1.299/2015): Plano de Fiscalização de Obras de 2014 – Fiscobras 2014.
2) Aviso nº 917/2015 (Acórdão nº 1.723/2015): avaliar a previsão de receitas orçamentárias da União para o exercício de 2015.

Aviso GP/TCU, de 20 de agosto de 2014:
1) **Aviso nº 927/2015: registra o recebimento do Of. Pres. nº 129/2015/CMO, de 20/08/2015, por meio da qual encaminha cópia do Requerimento 12/2015-CMO, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.**
Aviso GP/TCU, de 27 de agosto de 2014:
1) Aviso nº 951/2015 (Acórdão 1942/2015): auditoria operacional com o objetivo de avaliar aspectos sobre a governança de solos não urbanos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2015.

No dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, João Arruda, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; **Senadores Titulares:** Rose de Freitas, Presidente, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer e Valdir Raupp; **Deputados Suplentes:** Átila Lins, Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Izalci, Leonardo Monteiro, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira e do **Senador Suplente** Hélio José. Foi justificada a ausência do **Deputado** César Halum. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **Deputados:** Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genécias Noronha, Hissa Abrahão, Jaime Martins, João Fernando Coutinho, José Rocha, Marcelo Aro, Ricardo Teobaldo, Wadson Ribeiro, Zé Geraldo, Zeca Dirceu e **Senadores**: Acir Gurgacz, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA:** ás quatorze horas e vinte e seis minutos, o Deputado Nilto Tatto, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* declarou iniciados os trabalhos, e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida suspendeu a reunião. Às quinze horas e dezessete minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos e informou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, consultou ao Plenário a possibilidade de dispensa da leitura da Ata da Sétima Reunião Extraordinária, realizada nos dias primeiro e nove de setembro de 2015. O Deputado Ricardo Barros solicitou a dispensa da leitura da referida ata. A Presidente declarou dispensada a leitura. Em votação, a Ata da Sétima Reunião Extraordinária foi APROVADA, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Presidente declarou lidos os seguintes expedientes: **CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:** OF/GAB/I/Nº 1302, de 17 de setembro de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Hildo Rocha, como Representante no Colegiado de Líderes em substituição ao Deputado Danilo Forte; OF/GAB/I/Nº 1304, de 17 de setembro de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Mauro Lopes, para o Colegiado de Líderes como substituto; **Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:** Mem 004/15, do gabinete do Deputado César Messias, justificando ausência do parlamentar nos períodos de 3 a 7 e 7 a 11 de setembro de 2015; Of. n. 1585/15/GP/MA, de 27 de agosto de 2015, do Presidente Eduardo Cunha, autorizando missão oficial do Deputado João Carlos Bacelar no período de 4 a 13 de setembro; Ofício nº 125/15/GAB 803, de 3 de setembro, do Deputado Cabo Daciolo, justificando ausência nos dias 3 a 23 de setembro de 2015; **CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:** Ofício nº 391 AAP/GM-/MF, de 10 de setembro de 2015, do Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Danilo Gennari, encaminhando anexa manifestação do Banco do Brasil; Manifesto do PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais, propondo que se inicie um esforço de redução eliminando 20% dos cargos de livre nomeação; **Avisos GP/TCU, de 8 de setembro de 2015:** Aviso nº 1018/2015 (Acórdão nº 2221/2015): obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no Estado do Rio de Janeiro. **ORDEM DO DIA:** Item 1. Relatório à **Medida Provisória nº 686/2015,** - do Poder Executivo, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta nove mil e oitocentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."; Relator: Senador Benedito de Lira. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado. O Relator, quanto às 6 (seis) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE as de nºs 2, 3, 4 e 6, e, REJEITADAS as demais; A Presidente passou a palavra ao Senador Benedito de Lira para leitura do seu Relatório. Lido o Relatório, antes de colocar a matéria em discussão, a Presidente anunciou ao Plenário a presença da Comitiva da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado Espirito Santo, bem como a presença do Senhor João Leão, Vice-Governador do Estado da Bahia, discutiram o Relatório os Deputados Domingos Sávio e Izalci, em votação o Relatório à Medida Provisória foi **APROVADO**, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 2, 3, 4 e 6, indicadas pelo relator no seu voto, em conformidade com o disposto no *§2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) propôs a votação, em globo, das matérias acordadas na reunião do Colegiado de Representantes de Lideranças Partidárias na Comissão. O Deputado Ricardo Barros passou à leitura das matérias que foram fruto de acordo para votação na Comissão: Item 5. Relatório ao **Aviso (CN) Nº 9/15** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, em cumprimento ao art.117, § 6º, da Lei 13.080, de 2015 (LDO 2015), a atualização das informações relativas às obras com indícios de irregularidades graves (Aviso n° 1845-GP-TCU, de novembro de 2014)", Relator: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO, Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo; Item 10. Relatório ao **Ofício nº 12/2013-CN** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no §1° do art. 56 da Lei Complementar n° 101/2000, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho relativa ao exercício de 2012"; **Ofício nº 13/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no §1° do art. 56 da Lei Complementar n° 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2012, acompanhado do Relatório Anual de Atividades, elaborado em atendimento art. 103-B, §4°, inciso VII, da Constituição Federal"; **Ofício nº 14/2013-CN**, que "Encaminha, conforme determina o art. 56 da Lei Complementar n° 101/2000, cópia do Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União (JMU) relativa ao exercício de 2012"; e **Ofício nº 15/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao que dispõe o art. 56 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Superior Tribunal de Justiça referentes ao exercício financeiro de 2012", referentes às Contas dos demais Órgãos e Poderes, relativas ao exercício de 2012, Relator: Senador HÉLIO JOSÉ, Voto: pelo ARQUIVAMENTO, sem julgamento de mérito, das Contas dos dirigentes da Justiça do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça Militar da União e Superior Tribunal de Justiça, relativas ao exercício de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo; Item 11. Relatório ao **Aviso nº 30/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)"; **Mensagem nº 64/2010-CN**, que**, "**Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010. **MCN nº 65/2010**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2010"; **Ofício nº 22/2010-CN**, que **"**Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 24/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010"; **Mensagem nº 65/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal"; **Ofício nº 25/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 26/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010"; **Ofício nº 28/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010"; **Ofício nº 29/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010"; **Ofício nº 31/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias" e **Ofício nº 23/2010**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010", referentes ao primeiro quadrimestre de 2010; Relator: Deputado ÁTILA LINS; Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 12. Relatório ao **Aviso nº 17/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)"; **Mensagem nº 163/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 38/2010-CN**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 37/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010"; **Mensagem nº 164/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000"; **Ofício nº 40/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 43/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 45/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010"; **Ofício nº 42/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010"; **Ofício nº 41/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010"; **Ofício nº 44/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010" e **Ofício nº 39/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010", referentes ao segundo quadrimestre de 2010, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 13. Relatório ao **Aviso nº 10/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)"; **Mensagem nº 9/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010"; **Ofício nº 3/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010"; **Oficio nº 4/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010"; **Mensagem nº 10/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 6/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 9/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 10/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010"; **Ofício nº 7/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010"; **Ofício nº 8/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010"; **Ofício nº 13/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias" e **Ofício nº 5/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010", referentes ao terceiro quadrimestre de 2010; Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo, Item 14. Relatório ao **Aviso nº 19/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9."; **Mensagem nº 37/2011-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010."; **Ofício nº 33/2011-CN**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011."; **Ofício nº 26/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011."; **Mensagem nº 38/2011-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000."; **Ofício nº 28/2011-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000."; **Ofício nº 31/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011."; **Ofício nº 32/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011."; **Ofício nº 30/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União."; **Ofício nº 29/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011."; **Ofício nº 34/2011-CN**, que "Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011." e **Ofício nº 27/2011-CN**, que "Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011"**,** referentes ao primeiro quadrimestre de 2011, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo, Item 15. Relatório ao **Aviso nº 11/2012-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)"; **Mensagem nº 99/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011"; **Ofício nº 41/2011-CN**, que "Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011"; **Ofício nº 40/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011". **Mensagem nº 100/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000"; **Ofício nº 43/2011-CN**, que "Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000"; **Ofício nº 45/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011.";

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ofício nº 47/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011"; **Ofício nº 46/2011-CN**, que "Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000"; **Ofício nº 42/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outurbro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011"; **Ofício nº 48/2011-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei n. 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010"; **Ofício nº 44/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011" e **Ofício nº 49/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011."**,** referentes ao segundo quadrimestre de 2011, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 16. Relatório ao **Aviso nº 12/2012-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)"; **Mensagem nº 10/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010"; **Ofício nº 4/2012-CN**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011". **Ofício nº 5/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011."; **Mensagem nº 11/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000."; **Ofício nº 8/2012-CN**, que "Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011"; **Ofício nº 9/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 11/2012-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012"; **Ofício nº 15/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011"; **Ofício nº 7/2012-CN**, que "Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000"; **Ofício nº 12/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias"; **Ofício nº 6/2012-CN**, que "Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011." e **Ofício nº 10/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010.", referentes ao terceiro quadrimestre de 2011, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 17. Relatório ao **AVN nº 02/2013**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3376/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 1º quadrimestre de 2012 (TC 015.303/2012-8)"; **MCN nº 57/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2012."; **MCN nº 58/2012**, que "Encaminha, em vista do que estabelece o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal referente ao primeiro quadrimestre de 2012."; **OFN nº 33/2012**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2012."; **OFN nº 34/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no caput do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2011 a abril de 2012."; **OFN nº 35/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2011 a abril de 2012."; **OFN nº 36/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de maio de 2011 a abril de 2012."; **OFN nº 37/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça do 1º Quadrimestre de 2012, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."; **OFN nº 38/2012**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 1º quadrimestre de 2012, em cumprimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465, de 2011."; **OFN nº 39/2012**, que " Encaminha, em cumprimento ao artigo 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2012."; **OFN nº 40/2012**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2012."; **OFN nº 41/2012**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2012, conforme determina o art. 118 da Lei nº 12.465/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.", referentes ao primeiro quadrimestre de 2012, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 18. Relatório ao **AVN nº 03/2013**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3403/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre de 2012 (TC 039.151/2012-3)."; **MCN nº 103/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal, do Poder Executivo, referente ao segundo quadrimestre de 2012."; **MCN nº 104/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2012, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000."; **OFN nº 45/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 - LDO 2012, e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012."; **OFN nº 53/2012**, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2012."; **OFN nº 48/2012**, que "Encaminha,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012."; **OFN nº 47/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2011 a agosto de 2012."; **OFN nº 49/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça."; **OFN nº 51/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 - LDO 2012, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2012."; **OFN nº 50/2012**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 12.465/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, relativo ao 2º quadrimestre de 2012."; **OFN nº 46/2012**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 118 da Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 2º quadrimestre de 2012.", referentes ao segundo quadrimestre de 2012, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 19. Relatório ao **AVN nº 7/2014**, Relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2012.; **MCN nº 11/2013**, que "Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2012."; **MCN nº 12/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2012."; **OFN nº 01/2013**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2012."; **OFN nº 04/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no caput do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012."; **OFN nº 03/2013**, que "Encaminha, em determinação ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012."; **OFN nº 08/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao 3º quadrimestre de 2012."; **OFN nº 07/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012."; **OFN nº 06/2013**, que "Encaminha, em determinação ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho de Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2012."; **OFN nº 10/2013**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de janeiro a dezembro de 2012, conforme exigência do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101, de 4 de maio de 2000."; **OFN nº 02/2013**, que "Encaminha, em cumprimento a determinação no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2012."; e **OFN nº 05/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nº 12.465/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2012.", referentes ao terceiro quadrimestre de 2012, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 20. Relatório ao **Aviso nº 6/2014-CN**, que "Relatório de Acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, exercício 2013."; **MCN nº 41/2013**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2013."; **MCN**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nº 89/2013, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2013."; **OFN nº 18/2013**, que "Encaminha, em cumprimento de determinação expressa no inciso I do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1° quadrimestre de 2013."; **OFN nº 19/2013**, que "Encaminha em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5° da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013."; **OFN nº 20/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2013 de que trata o art. 54 da lei Completar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça."; **OFN nº 21/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de maio/2012 a abril/2013."; **OFN nº 22/2013**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2013."; **OFN nº 24/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, iniciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 200, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao 1º quadrimestre de 2013."; **OFN nº 25/2013**, que "Encaminha em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/00, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2013."; **OFN nº 31/2013**, que "Encaminha, em conformidade com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao 1º quadrimestre de 2013."; **OFN nº 33/2013**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça."; **OFN nº 35/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013."; **OFN nº 36/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465 de agosto de 2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2013."; **OFN nº 37/2013**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013." e **OFN nº 39/2013** que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 2º quadrimestre de 2013.", referentes ao segundo quadrimestre de 2013, Relator: Deputado ÁTILA LINS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo; Item 30. Relatório ao **Aviso nº 21/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2011, conforme determina o art. 114 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011)"; **Aviso nº 23/2011-CN**, que "Encaminha, conforme determina o art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2011"; e **Aviso nº 5/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011.", referentes ao 3º trimestre de 2011 e exercício 2011, respectivamente, Relator: Senador WILDER MORAIS, Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Item 37. **REQUERIMENTO Nº 15/15** - do Sr. Izalci - que "solicita seja convocado o Senhor Ministro da Fazenda a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes aos 3º quadrimestre de 2014 e 1º quadrimestre de 2015, conforme determina o art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000, e prestar esclarecimentos acerca das Contas da Presidente da República referente ao exercício de 2014"; Item 38. **REQUERIMENTO Nº 16/15** - dos Senhores Deputados Hildo Rocha e Pedro Fernandes

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- que "requerem a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para discutir o contingenciamento de recursos do orçamento das Universidades Federais". Em seguida foi colocada em votação e aprovada a proposta do Deputado Ricardo Barros de votação em globo das matérias. Em votação em bloco as matérias foram **APROVADAS**, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Conforme acordado, o Requerimento nº 15 – do Sr. Izalci – foi aprovado com a seguinte redação: "solicita seja convidado o Senhor Ministro da Fazenda a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes aos 3º quadrimestre de 2014 e 1º quadrimestre de 2015, conforme determina o art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000, e prestar esclarecimentos acerca das Contas da Presidente da República referente ao exercício de 2014"; **ENCERRAMENTO:** Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, não havendo mais nada a tratar a Presidente declarou encerrada a reunião antes confirmando as Reuniões de Audiência Pública nos dias vinte e quatro e vinte nove de setembro, às quatorze horas, com a presenta do Secretário do Tesouro Nacional e a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, respectivamente, e, Convocou Reunião deliberativa da Comissão para o dia trinta de setembro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 22.09.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Declaro iniciada a oitava reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Não havendo quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados nem na do Senado Federal, suspendo a reunião por meia hora.

(A sessão é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada a apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Eu pergunto se há concordância do Plenário para dispensarmos a leitura da ata, distribuída antecipadamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dispensada a leitura da ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 1º e 9 de setembro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos colocar a ata em votação na Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

No Senado Federal, aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Eu solicito, por favor, a presença do Deputado Domingos Sávio à mesa.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes de membros das Lideranças partidárias nesta data.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, Relator da LOA — Lei Orçamentária Anual.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, em função de que várias bancadas estão se reunindo agora para decidir como votarão as matérias da pauta de hoje — e já houve debate de todos os itens a serem votados nesta reunião por acordo —, eu solicito a votação em globo dos itens que já foram acordados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço que o Sr. Relator leia os itens que estão acordados para discussão. Peço novamente a presença do Deputado Domingos Sávio à mesa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vou ler a lista dos itens acordados para os quais requeremos votação em globo: Medida Provisória nº 686, de 2015, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação — o Relator é o Senador Benedito de Lira; Aviso nº 9, de 2015; Ofício nº 12, de 2013; Aviso nº 30, de 2010; Aviso nº 17, de 2011; Aviso nº 10, de 2011; Aviso nº 19, de 2011; Aviso nº 11, de 2012; Aviso nº 12, de 2012; Aviso nº 2, de 2013; Aviso nº 3, de 2013; Aviso nº 7, de 2014; Aviso nº 6, de 2014; Aviso nº 21, de 2011; e o Requerimento nº 16, de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2015, do Sr. Hildo Rocha, que requer a realização de audiência pública com a finalidade de ouvir o Exmo. Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para discutir o contingenciamento do orçamento das universidades federais.

Esse é o conjunto de matérias para o qual eu solicito votação em globo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Quero só destacar que o requerimento do Ministro foi transformado em convite.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós já determinamos que esse texto seja renovado.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, prezado Relator, nobre Deputado Ricardo Barros, eu gostaria apenas de reiterar o acordo que fizemos. Entendemos que ele fará com que esta sessão seja extremamente produtiva. O nosso propósito é no sentido de analisarmos as matérias que não têm grandes controvérsias e podermos contribuir com o andamento dos trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu apenas ponderaria, com a concordância do nobre colega Deputado e da Presidente, que nós fizéssemos a votação do item 1, que é uma medida provisória extremamente relevante, e, em seguida, de todos os demais itens.

Então, teríamos apenas duas votações, até porque são matérias de natureza distinta. As demais, quase que na sua totalidade, são relacionadas a comunicados do Tribunal de Contas da União, mas a primeira matéria é extremamente relevante, e nós gostaríamos de ter a oportunidade não só de votá-la, mas também de manifestar nossa posição sobre a sua natureza.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A respeito desse encaminhamento, eu gostaria de dizer que a proposta do Deputado Ricardo Barros se deu em função de que não podemos, ainda, votar a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face de tudo o que foi explicitado, e temos uma pauta com uma série de pendências, que já foram tratadas em reuniões anteriores.

Portanto, S.Exa. apresenta uma proposta de votação global, destacando-se o item 1.

Eu gostaria de colocá-la em votação na Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqueles que estão de acordo com a votação global, ressaltando-se o item 1, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que estão de acordo com a votação global, ressaltando-se o item 1, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à votação da Medida Provisória nº 686, de 2015, do Poder Executivo, que *"abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta nove mil e oitocentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".*

Ressalto a importância que tem essa matéria. Esse é um recurso extremamente importante para a educação. Esperamos, com esse recurso, regulamentar e regularizar, antes de mais nada, a questão do FIES — Fundo de Financiamento Estudantil e outras demandas que estão pendentes e carecendo de crédito.

Convido para tomar assento à mesa o Senador Benedito de Lira.

Antes de conceder a palavra a S.Exa., quero destacar a presença do Presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Estadual Dary Pagung, e da Deputada Estadual Luzia Toledo, que aqui representam o Estado do Espírito Santo, bem como dos Deputados Paulo Magalhães e Hugo Leal.

Peço uma salva de palmas aos Parlamentares da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. *(Palmas.)*

Quero também destacar que se encontram aqui na Comissão representantes que se manifestam pela derrubada do veto ao reajuste do Judiciário. *(Palmas.)*

Parabéns pela luta! Muito bem! *(Palmas.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Registro a grata surpresa de ter aqui ao lado um Deputado que chamamos de "dinossauro" nesta Casa: o Deputado João Leão, Parlamentar de inúmeros mandatos, um baluarte e Vice-Governador da Bahia. *(Palmas.)*

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidenta, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a ementa já foi anunciada pela Presidenta da Comissão.

Passo a ler o relatório:

"1. Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, a Presidente da República adotou e submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, que, em seu art. 1º, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais); e, no art. 2º, autoriza a contratação da operação de crédito para financiar o Projeto F-X2.

Conforme o Anexo I da citada medida provisória, o montante de crédito está distribuído da seguinte forma: R$ 35.862.575,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais) em favor da unidade orçamentária '26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP', na ação/subtítulo '20RN.6500 Avaliação da Educação Superior e de Pós-Graduação - Nacional (Crédito Extraordinário)'; R$ 4.606.500.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões e quinhentos mil reais) para a unidade orçamentária '71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda', para a ação/subtítulo '000K.6500 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nºs 12.096, de 2009, e 12.409, de 2011) - Nacional (Crédito Extraordinário)'; e R$ 5.178.277.293,00 (cinco bilhões, cento e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais) para a unidade orçamentária '74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de

Financiamento ao Estudante do Ensino Superior — FIEES - Ministério da Educação', sendo R$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais) para a ação/subtítulo '001G.6500 Concessão de Financiamento Estudantil — FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)'; R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para a ação/subtítulo '00M2.6500 Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo — FGEDUC - Nacional (Crédito Extraordinário)'; e R$ 578.277.293,00 (quinhentos e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais) para a ação/subtítulo '20RZ.6500 Administração do Financiamento Estudantil — FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)'.

No Anexo II consta o cancelamento de programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE no valor global de R$ 578.277.293,00 (quinhentos e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais), sendo R$ 116.426.176,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e setenta e seis reais) provenientes da ação/subtítulo '20RQ.0001 Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional', e R$ 461.851.117,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e dezessete reais) da ação/subtítulo '12KV.0001 Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional'.

Como já foi mencionado anteriormente, no art. 2º da Medida Provisória nº 686, de 2015, consta a autorização para contratar a operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa.

Na Exposição de Motivos (EM nº 109/2015 MP) informa-se que os recursos consignados ao INEP têm por intuito garantir a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes — ENADE a cerca de 500 mil estudantes.

No caso da unidade orçamentária '71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda', assinala-se que o crédito viabilizará 'o pagamento de subvenção econômica referente ao Programa de Sustentação do Investimento — PSI, a fim de atender às finalidades previstas na Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, tendo em vista a redução de dotação orçamentária durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 — PLOA-2015 no Congresso Nacional e a

necessidade de atualização monetária do repasse de valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP'.

Já em relação à unidade orçamentária '74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Ministério da Educação', os recursos são destinados para as seguintes finalidades: (a) assegurar a continuidade de acesso de estudantes ao ensino superior não gratuito, por meio do pagamento de novos financiamentos e da renovação de contratos já formalizados; (b) pagar as despesas com a administração do programa; e (c) aportar recursos ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo — FGDUC, de modo que esse Fundo continue a prestar garantia aos contratos do FIES em 2015.

Quanto à autorização para abertura da contratação da operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, que tem por finalidade a aquisição de 36 aeronaves novas de caça Gripen, o Ministério do Planejamento esclarece que a 'referida autorização visa atender ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, *caput*, inciso V, da Constituição'.

Foram apresentadas seis emendas à medida provisória em exame.

É o relatório.

2. Análise

2.1 Constitucionalidade

Da análise levada a efeito, constata-se que a Medida Provisória nº 686, de 2015, atende aos preceitos constitucionais insertos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição, haja vista que as motivações e justificativas apresentadas na exposição de motivos que acompanha a medida provisória sob apreciação comprovam a urgência e a relevância de suplementar as ações orçamentárias constantes do crédito extraordinário em exame, bem como de conceder a autorização para contratar a operação de crédito mencionada.

2.2 Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira, previsto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe registrar que a Medida Provisória nº 686, de 2015, está de acordo

com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320, de 1964; Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar nº 101, de 2000; Plano Plurianual 2012-2015 — Lei nº 12.593, de 2012; Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 — Lei nº 13.080, de 2015; e Lei Orçamentária para 2015 — Lei nº 13.115, de 2015.

A propósito, convém ressaltar que a Constituição Federal, conforme se deduz do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

2.3 Atendimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da medida provisória em apreciação.

2.4 Mérito

Quanto a esse aspecto, não há o que se questionar, pois as despesas relacionadas no crédito visam assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento de importantes programas governamentais já em curso. Além disso, a autorização para contratar operação de crédito, em conjunto com a recém-aprovada Resolução nº 9, de 5 de agosto de 2015, do Senado Federal, permitirá a assinatura do contrato do Projeto F-X2, de fundamental relevância para a soberania do Brasil.

2.5 Emendas

Com relação às seis emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres Parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão quatro delas, conforme consta no Anexo I: as de nºs 2, 3 e 4, que visam incluir matéria estranha ao tema tratado na Medida Provisória nº 686, de 2015, o que colide com o estabelecido no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional; e a Emenda nº 6, por contrariar o art. 111 da Resolução nº 1/2006.

Além disso, optamos por rejeitar as Emendas nºs 1 e 5. No caso da Emenda nº 1, por considerar que seu objetivo já foi alcançado com a aprovação da supracitada Resolução nº 9, de 5 de agosto de 2015, do Senado Federal, que divulgou informações detalhadas sobre operação de crédito em anexo. No caso da Emenda nº 5, por entender que o seu atendimento prejudicaria a suplementação das

relevantes ações orçamentárias relacionadas no Anexo I do crédito orçamentário aberto.

2.6 Técnica Legislativa

Por fim, convém apontar que o texto da Medida Provisória nº 686/2015 não menciona o "Anexo II - Programa de Trabalho (Cancelamento)", que acompanha a íntegra do crédito extraordinário editado. Para corrigir essas falhas apresentamos um projeto de lei de conversão que incorpora uma menção ao referido Anexo II no texto da lei.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção; encontra-se adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário; e, no mérito, somos pela sua aprovação nos termos do projeto de lei de conversão apresentado, que corrige a omissão encontrada no art. 1º, referente à ausência de menção ao Anexo II no texto da norma original.

É o relatório, Sra. Presidenta.

(Pausa.)

Projeto de Lei de Conversão.

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de encargos financeiros da União e de operações oficiais de crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00.

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de encargos financeiros da União e de operações oficiais de crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00, para atender à programação constante do Anexo I.

Parágrafo único. Parcela dos recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 2º Fica autorizada, para atender ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal estabelecida no art. 52, *caput*, inciso V, da Constituição.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu queria fazer uma indagação ao Relator. Tenho duas dúvidas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São duas dúvidas que eu tenho com relação a essa medida. A primeira coisa: esse remanejamento de 9 bilhões está indo — está aqui muito claro — para a educação, etc. Eu gostaria de saber a origem. Está vindo de onde esse recurso? Com relação a esse empréstimo, essa autorização aqui do financiamento também, qual é o valor? Aqui não diz. Nós estamos abrindo, aprovando um crédito para comprar o FX-2, mas eu não sei quanto é o valor. E de onde estão saindo os 9 bilhões? Estão indo para a educação, mas estão vindo de onde?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Nove bilhões... Está aqui...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A origem?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - ...crédito no valor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas está vindo de onde? Tirou de onde para onde?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - *(Inaudível.)* Parcela dos recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Olhe V.Exa. o Anexo II e veja se há 9 bilhões... Só há 500 mil. Alguma coisa está errada nisso daí.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O Anexo II estabelece...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Anexo II está aqui. Dá 578 mil. Tenho aqui a cópia do Anexo II.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, faça todas as perguntas que desejar fazer, para que ele possa, junto à Consultoria, procurar os esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São duas perguntas. As duas perguntas são as seguintes. Nós estamos aqui aprovando um crédito extraordinário de 9 bilhões 800 e pouco. De onde está vindo? De qual rubrica que se está tirando para passar para essas rubricas? Em relação a esse financiamento que nós estamos autorizando para comprar o FX-2, qual é o valor? Aqui está só autorizada a contratação de crédito, mas que crédito é esse? É sem limite?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Aqui, 35 milhões...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador, o microfone de V.Exa. está desligado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa é a aplicação. Precisamos saber de onde está vindo...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador está sem microfone. Por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De qual rubrica do Orçamento nós precisamos saber, porque, para fazer remanejamento, precisamos tirar de um local e colocar em outro. O Anexo II não trata disso.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, eu precisava ouvir a parte técnica, porque, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O assessor está ali. Ele pode ser usado para tirar dúvidas.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Assessoria técnica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Diogo, por favor, eu pediria que você ouvisse o Senador Benedito de Lira e esclarecesse, se possível, as perguntas feitas pelo Deputado Izalci.

Nós precisamos de alguns minutos para que possa ser esclarecida a dúvida levantada pelo Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Enquanto essa dúvida é esclarecida, eu gostaria de já fazer o meu encaminhamento.

V.Exa. tem testemunhado que nós estamos apreensivos para que esta Comissão dê a sua contribuição, que possamos votar matérias relevantes para o País, que possamos chegar a um denominador e votar a LDO, porque, afinal de contas, não adianta nós ficarmos com discursos de que o País está buscando a solução para ter superávit se nem a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO é aprovada.

Nós defendemos que seja aprovada a LDO, com a perspectiva de um superávit primário de 0,7%, o que daria os 34 bilhões que vieram no texto original. Achamos até que não há razão para postergar mais — não se justificaria isso —, com a tese de que o Governo precisa primeiro ver se consegue apoio ou não do Congresso com relação às medidas de novas arrecadações. Isso seria uma temeridade. Primeiro, porque não se pode incluir na LDO nenhum tipo de obrigação para o Congresso. A LDO trata, especificamente, das diretrizes orçamentárias e daquilo que deve ser obrigação de execução por parte do Executivo.

Voltando à matéria que estamos analisando — nós que defendemos a votação em bloco, proposta pelo nobre Relator do Orçamento, Deputado Ricardo Barros, e que destacamos essa medida provisória —, fizemos o destaque por uma razão muito clara — e acredito que seja também do sentimento dos demais pares. Trata-se da Medida Provisória nº 686, que disponibiliza recursos para o Ministério da Educação — e também há algumas outras pequenas quantias para outros Ministérios. Notadamente, a maior parte dos 9 bilhões 820 milhões é destinada ao Ministério da Educação, sendo grande parte desses recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES.

Primeiro, demonstramos a nossa disposição de aprovar a matéria. Nós jamais criamos obstáculo com relação à necessidade de adequarmos os investimentos em educação. Para nós é um motivo de alegria aprovar recursos para a educação. O que nós não temos prazer é de ver os cortes que o Governo fez no Orçamento, tirando recursos da educação. Isso tem repercutido não só na vida do estudante, mas das grandes instituições públicas brasileiras, haja vista o que estão passando as universidades brasileiras. As universidades federais estão tendo cortes no custeio que caminham até para inviabilizá-las.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Um dos requerimentos que está sendo aprovado em bloco — que tem também a minha subscrição —, trata de convidar o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, para que aqui venha. Aproveito para reiterar que, no requerimento, conste que nós solicitamos, nesta vinda já agendada do Ministro, a S.Exa. que nos traga melhores esclarecimentos sobre a questão orçamentária para as universidades. Isso nos preocupa muito.

Nós estamos aqui votando uma medida provisória sobre recursos para a educação, mas específicos para o FIES. As universidades brasileiras estão agonizando. Algumas delas, colegas Parlamentares, estão tendo cortes no custeio que podem inviabilizar pesquisas importantes, podem inviabilizar atividades acadêmicas. Nós não podemos aceitar isso passivamente. É preciso que haja, de fato, prioridade com a educação. Não pode ser só um discurso de Pátria Educadora e se cortar até o dinheiro do custeio, da sobrevivência das universidades.

Eu finalizo, Presidente, dizendo que já me congratulo com V.Exa., que comunga com esse sentimento de que as matérias da educação têm que ser olhadas com um carinho especial. Eu vou procurar manter contato com o Ministério da Educação, para conhecermos melhor a realidade que está afetando as universidades. Há emendas, inclusive destinadas às universidades e ao FNDE que estão pendentes. Nós precisamos que o Orçamento aprovado seja efetivamente executado, pelo menos em áreas tão essenciais como a educação, a saúde, a segurança. Não podemos continuar tendo um contingenciamento de maneira indefinida.

Então, eu concluo dizendo que vamos nos manifestar favoravelmente. Nós acreditamos que é hora de construir soluções para essa grave situação que o País vive. O Governo tem uma responsabilidade grande com relação à educação. Não pode ficar num discurso totalmente distante da prática. Fala em Pátria Educadora, e corta recurso das universidades, corta recurso do FIES. Estamos aprovando aqui, mas sabemos que há milhões de alunos que não conseguiram efetivamente acessar o FIES, tendo frustrado todo um sonho, todo um investimento para ter a sua formação.

A nossa posição é de que tem que haver mais investimento em educação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu queria esclarecer que, no item 38 — o senhor tem aí a relação —, o Deputado Hildo Rocha já trata desse assunto. S.Exa. requer do Ministro Nelson Barbosa a discussão do contingenciamento dos recursos do Orçamento às universidades. Acho que atende, porque está subscrito em conjunto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Eu aproveito e já peço que conste que eu estou subscrevendo, inclusive com a concordância do Deputado Hildo, acrescentando que se comunique ao Ministro que trate desse assunto nesta vinda que já está programada, por gentileza.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, nós temos o maior prazer do mundo — eu, principalmente, como V.Exa., estou aqui para defender a educação —, temos toda a disposição de votar e aprovar o projeto. Agora, como é extrapauta, o projeto está incompleto.

Infelizmente a Consultoria não fez o anexo para ver de onde está tirando o recurso. Eu sei que está indo para a educação, mas, de onde está vindo? O Anexo II está incompleto, exatamente porque ainda não concluíram o voto tecnicamente.

Eu não quero dizer que sou contra a aprovação de um projeto para a educação, mas, tecnicamente, está faltando informação. O Anexo II está incompleto. Então, não quero votar algo incompleto. Eu, sinceramente, não quero ficar aqui com...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. BENEDITO DE LIRA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gostaria de consultar o Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA - Presidente, faça o seguinte. Considerando que, na verdade, o Deputado não tem o Anexo II, então, quanto ao projeto F-X, há o Projeto de Resolução nº 9, de 2015, aprovado pelo Senado Federal, no valor de 245 milhões 325 mil reais. Quer dizer, trata do empréstimo que o País vai fazer para a aquisição dessas aeronaves. Quanto a saber de onde está saindo o dinheiro para

financiar a educação nacional, há aqui uma parte de 500 milhões e outra parte que, na minha opinião, está vindo de acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, isso está vindo do Orçamento Geral da União. Está certo?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero fazer uma proposta, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Para maior esclarecimento e para que não haja nenhuma dúvida quanto à aprovação ou discussão dessa matéria, eu poderia até sugerir a V.Exa. que apreciássemos a matéria, caso haja qualquer tipo de contestação, porque já há um clamor com relação ao financiamento do FIES.

Muitos e muitos jovens neste País deixaram de renovar os seus contratos, e outros jovens deixaram até de fazer suas matrículas, porque o programa tinha sido praticamente suspenso. Com a reabertura desse crédito, da ordem de mais de 5 bilhões de reais, os programas serão novamente refinanciados, os que já existem, e haverá a abertura de novos financiamentos, para que eles possam se utilizar desse programa de financiamento da educação de nível superior.

Outros recursos são para a aquisição de material didático, para atender aos alunos das escolas de 1º grau do País.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me só apresentar, então, a minha proposta. Como é para a educação, como todos nós sabemos da importância do FIES, eu sugiro que nós o aprovemos aqui na Comissão, condicionando que, no Plenário, recebamos a informação de qual é a sua fonte, a sua origem. Vamos aprovar isso.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Eu vou assumir um compromisso com V.Exa.: amanhã, eu lhe entrego isso. Não precisa nem ir ao Plenário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu queria cumprimentar V.Exa., Senadora Rose de Freitas, pela direção dos trabalhos. Queria cumprimentar também o Senador Benedito de Lira, Relator desse projeto de importância muito grande para a educação brasileira. Quantos jovens alunos estão passando por dificuldade muito

grande por falta de recursos do FIES! Cumprimento todos por essa importante MP que votamos, agora, por meio desse relatório.

Eu queria encaminhar pela aprovação da matéria. Acho que o Senador Benedito de Lira, em comum acordo com o que foi solicitado pelo nosso querido Deputado Izalci, já se comprometeu a esclarecer essa fonte.

Pela necessidade e relevância, Sra. Presidente, poderíamos encaminhar pela aprovação imediata dessa matéria.

Parabenizo V.Exa. e o Senador Benedito de Lira pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Encerrada a apresentação do relatório do Senador Benedito de Lira.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos colocar agora em votação os demais itens da pauta, numa votação globalizada. Existe alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a pauta em votação, então.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Peço só um segundo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Já foram lidos os itens. Eu estou destacando, apenas para que fique claro, que os itens 6, 7, 8, 9, enfim, todos os outros itens que tratam da análise referente às contas do Poder Executivo, da Presidência da República, de forma conclusiva, não estão neste conjunto que nós estamos votando. Estão apenas os comunicados do Tribunal de Contas relativos a

quadrimestres e outros itens que foram apontados, e que acho que já foram lidos aqui. Não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu posso repetir, inclusive.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Talvez, seja prudente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - São os itens 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, e ainda o 30 e o 38, um aviso e um requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O.k., Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir na Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por gentileza, Presidente, o 37 também. Parece que V.Exa. tinha combinado que votaria esse item, com a mudança para convite, que é um requerimento do Deputado Izalci. E, até com a presença do Deputado Izalci, estabelecer um acordo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Houve realmente um erro da assessoria ao transcrever, isso é normal acontecer. O item 37 é o convite ao Ministro da Fazenda, para que ele compareça a uma audiência pública. Também está incluído o item 37.

Em votação na Câmara dos Deputados. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Os Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença do Senado Valdir Raupp.

Informo que, na próxima quinta-feira, dia 24 de setembro, às 10 horas, está confirmada a reunião de audiência pública com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Marcelo Barbosa Saintive.

Eu gostaria de ressaltar também — é importante — que dia 29 o Ministro Nelson Barbosa se encontrará aqui, neste plenário, para uma audiência pública. Portanto, não teremos reunião deliberativa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No dia 1º de outubro, teremos uma reunião deliberativa, às 14 horas, neste plenário.

Agradeço a todos e declaro encerrada esta reunião.

Correspondência dada como lida, em 22.09.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF/GAB/I/Nº 1302, de 17 de setembro de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Hildo Rocha, como Representante no Colegiado de Líderes em substituição ao Deputado Danilo Forte.
2) OF/GAB/I/Nº 1304, de 17 de setembro de 2015, do Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, Deputado Leonardo Picciani, indicando o Deputado Mauro Lopes, para o Colegiado de Líderes como substituto.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Mem 004/15, do gabinete do Deputado César Messias, justificando ausência do parlamentar nos períodos de 3 a 7 e 7 a 11 de setembro de 2015.
2) Of. n. 1585/15/GP/MA, de 27 de agosto de 2015, do Presidente Eduardo Cunha, autorizando missão oficial do Deputado João Carlos Bacelar no período de 4 a 13 de setembro.
3) Ofício nº 125/15/GAB 803, de 3 de setembro, do Deputado Cabo Daciolo justificando ausência nos dias 3 a 23 de setembro de 2015.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 391 AAP/GM-/MF, de 10 de setembro de 2015, do Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Danilo Gennari, encaminhando anexa manifestação do Banco do Brasil.
2) Manifesto do PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais, propondo que se inicie um esforço de redução eliminando 20% dos cargos de livre nomeação.

Avisos GP/TCU, de 8 de setembro de 2015:
1) Aviso nº 1018/2015 (Acórdão nº 2221/2015): obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no Estado do Rio de Janeiro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA , DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). A reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Senhor Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e em atendimento ao **Requerimento nº 5/2015-CMO,** de autoria do Deputado Izalci (PSDB/DF), que "Requer a realização de Audiência Pública destinada à prestação de esclarecimentos concernentes ao processo TC 005335/2015-9 e Acórdão nº 1464/2015 – Contas da Presidente da República, exercício 2014", aprovado pela CMO, na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/07/2015. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Hildo Rocha, Hugo Leal, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro; **Senadora Titular** Rose de Freitas, Presidente; dos **Deputados Suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos e Vitor Valim; e do **Deputado Não Membro:** Pauderney Avelino. **ABERTURA:** às dez horas e dezenove minutos, a Presidente declarou iniciada a reunião, e anunciou a composição da Mesa com as presenças do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional e do Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2016, a Presidente avisou que, em decorrência de compromisso do Secretário do Tesouro Nacional, a sua explanação e respostas às indagações dos Parlamentares seria limitado à 01 (uma) hora. Logo após, a Presidente transferiu a palavra ao palestrante, que discorreu sobre o tema fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, A Presidente anunciou o início do debate. Participaram do debate os Deputados Edmar Arruda (PSC/PR), Hildo Rocha (PMDB/MA), Izalci (PSDB/DF), Pedro Fernandes (PTB/MA), Lázaro Botelho (PP/TO), Paulo Pimenta (PT/RS) e Pauderney Avelino (DEM/AM). Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Secretário do Tesouro Nacional. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, a Presidente agradeceu a presença do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, de sua equipe técnica, bem como de todos os parlamentares, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às onze horas e trinta e nove minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araújo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora ROSE DE FREITAS, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 24.09.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 3ª Reunião de Audiência Pública de 2015, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, que está compondo a Mesa e prestará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos.

Cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2014 e primeiro quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requerimento apresentado pelo Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal, aprovado na quarta Reunião Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, que *"requer esclarecimentos concernentes às contas de 2014 da Presidente da República"*.

Informo ainda a presença do Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais do Tesouro Nacional.

Eu queria esclarecer que o Sr. Secretário por diversas vezes nos comunicou da sua dificuldade de vir naquele dia em virtude da situação em que o País se encontra, mas se mostrou solícito para comparecer em outra ocasião.

Também quero informar que hoje, diante de alguns problemas a serem enfrentados pelo Secretário do Tesouro Nacional, esta audiência deveria durar 1 hora e meia, mas vai durar apenas 1 hora, porque o Sr. Secretário foi convocado para estar às 11h30min com o Sr. Ministro da Fazenda para as suas missões de trabalho.

Eu queria dizer também que o titular da Secretaria deve comparecer anualmente pelo menos três vezes a esta Comissão. Portanto, aquilo que não for esclarecido hoje será esclarecido em outras ocasiões, inclusive no que se refere às metas fiscais do Governo.

Nós teremos pela frente que encarar juntos vários desafios, como, por exemplo, equilibrar as finanças públicas sem jogar a conta nas costas dos assalariados, que é uma discussão que vamos ter de forma mais aprofundada com o Ministro Nelson Barbosa no dia 29. Além disso, o setor produtivo enviou a esta

Comissão uma série de outras perguntas a serem feitas ao Ministro na próxima terça-feira. Temos ainda questões acerca do déficit de 30 bilhões e meio.

São escolhas — nós temos certeza — muito difíceis de serem feitas pelo Governo, como também será extremamente difícil o debate a ser feito por esta Comissão neste momento de crise, com demorados e importantes impasses políticos, que nos colocam a cada momento numa nova quadra dessa crise. É evidente que todas essas medidas que serão tomadas serão debatidas aqui na Comissão.

Nós temos a visão clara de que a demora dessas decisões poderá acarretar prejuízos enormes, inclusive a curto prazo. Nós temos que aprofundar o trabalho desta Comissão. Mais do que nunca, a CMO é convocada a oferecer à sociedade alternativas e sugestões para as propostas do Governo.

Temos um grupo de estudos com os assessores desta Casa, que são de extrema competência. O grupo, coordenado pelo nosso Relator-Geral, Ricardo Barros, visa oferecer alternativas e sugestões às propostas do Governo no momento em que se fizer oportuno. Chegaram a esta Casa, nos últimos 2 dias, muitas propostas que nós vamos debater aqui em outra ocasião.

Confesso que nós estamos fazendo um enorme esforço juntos.

O Sr. Secretário poderá nos ajudar também, respondendo a algumas perguntas, a fim de esclarecer o Deputado Izalci e esta Comissão.

Sr. Secretário, agradeço muito a sua presença e a sua disposição em colaborar. Eu sei que o senhor já pediu desculpas à Comissão por ter que adiar a sua vinda várias vezes. Não temos que pedir desculpas, porque todo mundo tem suas tarefas, e o senhor, mais do que tudo, tem uma tarefa superimportante, com muitos desafios a enfrentar.

Chegamos agora à parte mais importante, que é a oportunidade que temos de debater um pouco mais minuciosamente o cumprimento das metas fiscais e as outras perguntas que eu elenquei para o senhor.

Eu peço desculpas ao Secretário do Tesouro Nacional. O plenário está vazio, porém está bem representado, porque hoje foram liberados os Parlamentares desta Casa, e nós sempre temos uma audiência enorme aqui, mas vamos cumprir o que é do nosso dever.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigada.

Eu concedo a palavra ao Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Marcelo Barbosa Saintive.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Bom dia a todos! Bom dia, Presidente! Obrigado pelo convite. Agradeço, também, a compreensão da Comissão com relação à agenda extremamente árdua do Tesouro Nacional. Cumprimento também o Deputado Ricardo Barros.

Antes de entrarmos diretamente na questão do primeiro quadrimestre do ano, optamos aqui por fazer um pouco da contextualização do processo a que chegamos de 2015. E, como a própria Senadora mencionou, é um ano de muitos desafios, é um ano de, na verdade, buscarmos o equilíbrio das contas públicas, esse enfrentamento e essa consolidação fiscal a longo prazo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Gostaria de dizer, só para ficar claro na nossa apresentação, que a deterioração da taxa de crescimento vem acontecendo. Sabemos que a nossa estimativa do PIB, divulgada no nosso último relatório bimestral, divulgado na última terça-feira, já dá um PIB de menos 2,44%. Essa foi a nossa estimativa. É uma estimativa bastante próxima das estimativas de mercado. Aqui fizemos uma contextualização macroeconômica com relação às expectativas, demonstrando que, na verdade, no nosso relatório bimestral, vimos acompanhando essa deterioração do crescimento econômico.

Outro gráfico que nós fizemos é só para chamar atenção. Acho que há 1 mês e meio o Ministério da Fazenda divulgou um estudo, uma simulação, mostrando que a nossa arrecadação vem, na verdade, performando abaixo até do que é esperado em relação à atividade econômica.

A ideia, Deputados e Senadores, é na verdade mostrar que o grau de certeza hoje em dia existente está afetando muito também a arrecadação tributária, está afetando muito a decisão do empresário de investir e, consequentemente, arrecadar. Então, essa foi a mensagem que nós passamos aqui. É um estudo que fizemos em colaboração com a Receita Federal e divulgamos isso há 1 mês, mas o ponto importante é que, hoje, atualmente, existe um grau de incerteza bastante elevado na economia, o que faz com que a arrecadação esteja em um patamar, na verdade, até

abaixo do que nós esperaríamos com relação ao patamar de atividade econômica existente.

No terceiro gráfico, mostramos como chegamos ao ano de 2015. É um pouco da evolução, desde 2002, das nossas despesas primárias com a nossa receita líquida. Esse gráfico mostra a evolução ao longo do tempo. Na verdade, quando as curvas se cruzam, mostra o que foi evidenciado no quadrimestre final do ano passado e neste ano: um déficit primário, que é justamente o que nós estamos buscando reverter. Então, eu acho que um pouco da ideia é ter uma trajetória e mostrar como é que foi essa evolução ao longo dos últimos anos.

Consequentemente, o espelho dessa trajetória, na verdade, é que, quando você tem uma queda do resultado primário, você também tem, em certa medida, o aumento da dívida bruta. É isso o que esse gráfico está mostrando aqui, ou seja, é uma consequência natural. Você vai reduzindo os seus superávits primários, vai performando o déficit, e isso, na verdade tem um impacto na dívida bruta consolidada do Governo.

Nós buscamos chamar a atenção também, já na atuação em 2015, mostrando o esforço que o Governo vem fazendo, das chamadas despesas discricionárias. Todos vocês sabem que o Governo é regido, a nossa gestão financeira é regida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E o art. 9º, na verdade, vem sempre demonstrando que a cada bimestre você tem que fazer reavaliações de receita e, consequentemente, fazer ou não um contingenciamento de acordo com essas reavaliações.

Aqui estamos mostrando um pouco não só a evolução das despesas discricionárias ao longo do tempo, mas já, na atual gestão, vimos buscando justamente fazer esse contingenciamento, a adequação dos gastos das despesas discricionárias, que é aquela em que podemos atuar no curto prazo. E é isso que o gráfico mostra.

Então, Ao longo do tempo, já fizemos um corte, um contingenciamento de cerca de 80 bilhões. É um contingenciamento expressivo. E é essa um pouco a ideia de mostrarmos não só a evolução, mas como nós vamos reduzindo e voltando a patamares anteriores, já presenciados pelo próprio Governo. Aqui vemos o percentual das despesas com relação ao PIB.

O próximo gráfico, na verdade, mostra a mesma mensagem. Mostramos aqui, dentro das despesas discricionárias, que estamos tentando preservar aquilo que é mais caro às funções de Estado, de Governo, que são as áreas de saúde e de educação. Esses programas sociais estão sendo preservados dentro da necessidade de contingenciamento. É um gráfico adicional, mas o que vale mesmo, que eu mencionei anteriormente, é que estamos reduzindo as despesas discricionárias ao longo desse ano, buscando, na verdade, o chamado "corte na carne". Isso vem sendo feito, e essa é a mensagem que nós temos a passar.

Continuando a nossa análise de despesas, que é muito importante e cara ao Tesouro Nacional, aqui passamos a tratar da evolução. Estamos buscando a evolução das despesas obrigatórias na área de saúde e de educação, mostrando como foi a evolução disso. Obviamente, estamos sempre respeitando os mínimos constitucionais, mostrando, até no caso com relação à área de educação, que os gastos na área da educação vêm sendo realizados acima do mínimo constitucional. Acho que é isso que o gráfico mostra. Mais uma vez, é essa a diretriz de preservação principalmente das principais funções de Estado.

Dando andamento, acho que todos têm acompanhado a discussão no fórum da Previdência. Buscamos também mostrar a evolução do déficit da Previdência Social. Isso aqui trata do regime geral. Vamos buscar também agregar outras informações. Se utilizarmos também a questão da Previdência de Estados e Municípios, veremos que esse déficit é ainda maior. Quando nós analisamos servidores públicos e militares, o déficit ainda aumenta. Na verdade, há uma trajetória de déficit bastante expressiva, e, não por acaso, o Governo tomou a iniciativa de implementar um novo fórum para buscar medidas que equacionem esse déficit, principalmente a longo prazo, que é o que importa para a sociedade.

Por último, acho que a ideia é ouvir depois as perguntas dos senhores, mas eu só queria chamar a atenção para a importância do grau de investimento e por que temos sempre atuado na linha de mostrar o que estamos fazendo em termos de estratégia fiscal, porque o grau de investimento é importante para atrair, na verdade, investimento direto.

Precisamos desse investimento direto, desse investimento externo, e a perda do grau de investimento é tão cara. Na verdade, uma agência recentemente

resolveu fazer uma reavaliação, mas não significa que as outras o farão. Tudo depende do nosso ajuste fiscal a curto prazo, mas também uma demonstração de que temos um plano a longo prazo. As agências olham muito também a transparência dos dados fiscais. Tudo isso é levado em conta. Nós estamos mostrando a importância do grau de investimento com relação ao investimento direto.

Pegando o gancho das agências de *rating*, eu queria só mostrar que, na verdade, todo esse debate fiscal hoje em dia é possível graças ao grau de transparência que o Tesouro Nacional tem com relação às suas contas públicas. Como eu mencionei anteriormente, quando as agências de *rating* fazem a avaliação do país, elas levam em conta também esta frente, a transparência fiscal.

O Tesouro Nacional tem hoje em dia como diretriz ampliar ainda mais essa transparência. Esse também é o nosso foco. Chamamos a atenção para o fato de que isso é importante não só para as agências de *rating*, mas também para os investidores institucionais.

Por fim, eu queria só chamar a atenção para algumas atividades, porque várias atividades, além da fiscal, que é a nossa função precípua, adotamos ao longo deste ano. Mas o ponto importante aqui é o lançamento do livro de avaliação da qualidade do gasto. O Tesouro Nacional tem uma frente importante. Esse livro já foi lançado recentemente. Daqui a 2 semanas, teremos um seminário internacional bastante importante, que tratará da questão dos custos e da avaliação da qualidade do gasto. E, na situação fiscal que nós nos encontramos, é muito importante rever a qualidade do gasto e a eficiência da política pública. É por isso que a destacamos como uma frente importante do Tesouro Nacional, neste ano, e que será atualizada recentemente.

Com relação ao relatório quadrimestral — já se passou quase outro quadrimestre —, é importante destacar, não só pela obrigação, mas, no primeiro quadrimestre, como não havíamos ainda aprovado o Orçamento, não tínhamos metas fiscais. Na verdade, tínhamos o acompanhamento, mas não as metas fiscais adotadas. Estão aqui os dados para todos os senhores. Os dados são públicos, podemos depois tirar as dúvidas.

Era isso o que gostaríamos de apresentar. Buscamos mostrar a trajetória das contas públicas ao longo dos últimos anos. Trouxemos algumas consequências das atividades já implementadas pelo Tesouro Nacional. Entendemos que poderíamos passar para as perguntas dos ilustres Deputados e Senadores.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar às perguntas.

Vamos conceder a palavra ao autor do requerimento, para que ele possa fazer, inicialmente, as suas perguntas.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar V.Exa. por conseguir, finalmente, trazer aqui o nosso Secretário do Tesouro Nacional.

Quero falar, inclusive, Dr. Marcelo, dessa questão de agradecer pelo convite. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara, e o Executivo precisa entender isso.

Quero registrar ainda minha insatisfação por dizerem, na abertura, que o horário seria de 1 hora. Isso não existe! Eu acho que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e o Congresso Nacional merecem o respeito do Executivo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara. Está no seu art. 9º, § 4º, que: *"Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas..."* Ele tem que vir aqui e fazer isso.

Então, devem ser colocadas na agenda do Tesouro essas datas, para o Secretário vir aqui e ficar à disposição. O Tesouro tem que passar o dia todo, se precisar a noite toda aqui, para tirar todas as dúvidas. Quero fazer este registro.

Eu espero que, daqui para frente, possamos, na CMO, exercer a nossa obrigação. Isso não é privilégio de ninguém, nem favor a ninguém. É obrigação nossa fiscalizar e acompanhar as contas públicas, até porque, realmente, nós precisamos melhorar muito essa relação e a transparência do nosso País.

Quando S.Sa. fala em transparência, qualquer um que pegue o balanço hoje das contas públicas — eu, particularmente, sou contador e sou auditor —, verá que ele não espelha Absolutamente nada a realidade do País. Esse balanço da União

não demonstra efetivamente o seu patrimônio. As contas não fecham, e o Tribunal de Contas vem alertando isso desde 2006. Um dos antecessores de V.Sa. — não sei se foi esse ou o anterior —, tinha um projeto de uma medida provisória, de encaminhar para cá uma reestruturação do quadro, inclusive com relação ao controle interno. Havia uma medida provisória, inclusive, de valorizar os contadores públicos, de fazer a restruturação da carreira, que vai melhorar muito. Eu acho que o Brasil está precisando disso.

Mas eu não vou entrar aqui nos dados, porque V.Sa. já os apresentou. Então, já vou logo direto às perguntas, não é?

Primeiro, quero saber qual é o entendimento do Executivo com relação a essa presença, aqui, na CMO, nesse período, para não ter que fazer convite ou convocação, e possamos programar isso.

A Lei nº 13.115 só foi sancionada dia 20 abril, como V.Sa. acabou de dizer, após o término do prazo legal para o envio dos demais Poderes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias no 1º Bimestre. Como não havia a meta estabelecida para o primeiro quadrimestre — como dito por V.Sa., e é verdade —, entre janeiro e abril de 2015, o resultado primário da União foi superavitário, de 14,3 bilhões, tendo o Governo alcançado o superávit de 15,5, e, as estatais, um déficit de 1.3.

Há dois dias foi divulgado, e encaminhado para apreciação desta Comissão, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 4º Bimestre de 2015, que mostra estimativas de receita mais pessimistas que a avaliação anterior, queda das previsões de despesas obrigatórias, em conjunto com os valores meticulosamente articulados, de forma a que não sejam alterados os limites para empenho e movimentação financeira. Percebemos isso muito claro.

Note-se que a reprogramação orçamentária, que derivou da terceira avaliação e que derivará dessa quarta avaliação, traz como resultado esperado da União uma meta primária reduzida a pouco mais de um décimo do que obriga a LDO. Ou, o que mais provavelmente acontecerá, pode se transformar o déficit de 20,6 bilhões, graças aos abatimentos facultados em alteração da LDO que ainda nem foram aprovados no Congresso. Mas, o Executivo considera tudo já aprovado. Em 2014, foi a mesma coisa: fez vários procedimentos, como se estivesse tudo aprovado, e,

de fato, depois, foi aprovado, porque até se colocou uma medida provisória condicionando a aprovação.

Repete-se o quadro de desrespeito à lei que prevaleceu, como eu disse, em 2014, quando dotações foram descontingenciadas por conta de projeto de lei de 2014, que ainda tramitava — aquele PL 36. No entanto, na próxima quinta feira, dia 29, o Executivo deverá divulgar o resultado do Tesouro Nacional relativo a agosto. E, não se pode imaginar que, a 5 dias dessa data, e passados 24 dias do encerramento do quadrimestre, não saibamos ainda se a meta quadrimestral foi ou não cumprida. Entre o decreto que correspondeu à segunda avaliação e o correspondente à terceira avaliação, o resultado esperado para a União, acumulado até o fim de agosto, passou de positivo, de 21,2 bilhões, a fortemente negativo. Uma deterioração absoluta de 39,2 bilhões — está aqui na tabela. O déficit acumulado, em fim de agosto, previsto do Decreto nº 8.496, de 30 de Julho de 2015, era, para a União, de 18 bilhões, e, excluídas as estatais, de 17 bilhões.

Então, pergunto aqui ao Sr. Secretário: em 2015, os Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas e os correspondentes decretos de programação até o quarto bimestre mostram grande estabilidade do grau de otimismo de nossas autoridades na área econômica. O Relatório referente ao 2º Bimestre havia ignorado grande parte das dificuldades que a União enfrentava, à época, no campo das finanças públicas, e ateve-se à meta definida na LDO. Mesmo com o contingenciamento recorde de 69,19 bilhões, do Executivo, e de 70,9 bilhões para todos os Poderes, a avaliação do terceiro bimestre enfrentou a realidade dos números e apertou os limites. A avaliação de receita e despesa do quarto bimestre recupera o otimismo, configurando-se um cenário mais favorável do que recomendaria a evolução dos números, e mantendo-se os seus limites inalterados.

As questões são as seguintes:

Primeira: Com que fundamento julgou o Executivo possível considerar seu Decreto nº 8.496, de programação financeira, a nova meta primária reduzida, enquanto o Projeto de Lei de alteração da meta primária da LDO, o PL 5, de 2015, não estava sancionada, em lugar de impor um contingenciamento adicional e despesa? Esse é o PL 5.

Segunda: Qual o resultado do Tesouro Nacional, no final de agosto, ainda que seja um dado provisório? E se o déficit tiver sido superior a 17 bilhões, quais as justificativas para o desempenho ainda pior? Por que, diante desse quadro, o Relatório de Avaliação do 4º Bimestre não trouxe medidas adicionais de ajuste? Essa é outra pergunta.

Terceira: Uma vez que teremos um débito primário significativo nos 8 primeiros meses do ano, como o senhor pretende reverter a situação e alcançar o superávit acumulado de 5,8 bilhões em dezembro, conforme consta no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º Bimestre?

E quarta, para finalizar: no Relatório do 4º Bimestre, V.Sa. afirma que grande parte das receitas necessárias para o cumprimento da meta, abre aspas, *"são condicionadas ou apresentam consideráveis riscos à sua realização",* fecha aspas. O senhor conta com 43,9 bilhões de receitas extraordinárias a realizar entre setembro e dezembro. Dentre essas receitas, está o PRORELIT, nos termos da Medida Provisória nº 685, de 21 de julho. Ocorre que, no dia 22 de setembro, mesmo dia em que o Relatório do 4º Bimestre foi apresentado, chegou a esta Casa a Medida Provisória nº 692, que altera as condições do PRORELIT e reduz os pagamentos mínimos esperados em 2015, de 43% para 33% a 36% dos débitos consolidados.

Mais ainda, com a notícia do *Valor Econômico* de hoje, "Para cumprir a meta de 2015, espera-se arrecadação de algo em torno de outros 16 bilhões advindos de concessão das hidrelétricas e da abertura de capital da Caixa de Seguridade e do IRB, que pode não acontecer este ano". Como podemos confiar nas projeções apresentadas se além de excessivas e imprudentemente otimistas, ainda são entregues desatualizados ao Congresso Nacional? Como eu disse, o relatório chegou e, logo em seguida, veio uma Medida Provisória alterando tudo o que está nele.

Essas são as minhas perguntas iniciais. Nós não falamos nem de 2014, aqui. Estou falando só de 2015. Depois, até poderíamos falar sobre 2014. Mas só sobre 2015.

A SR. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presidente, dada a complexidade das perguntas feitas pelo Deputado, para não sermos repetitivos, eu sugeriria que o Secretário respondesse, até porque pode dirimir, já, alguma questão.

A SR. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - E acho que já vai esclarecer bastante coisa. Eu preferia fazer a pergunta depois.

A SR. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Secretário.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Deputado, em primeiro lugar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Izalci.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Deputado Izalci, em primeiro lugar, na verdade, pretendemos cumprir o que está determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós achamos importante essa interação com o Congresso. De fato, aqui, o agradecimento foi só uma gentileza, mas entendo que temos que cumprir isso, faz parte do exercício do cargo, e assim o faremos, independentemente do fato em si. A gentileza foi feita à Senadora, que tem entendido a compreensão das tarefas diárias do Tesouro Nacional. Mas cumpriremos, conforme a legislação, o que o senhor perguntou.

São várias perguntas, mas acho que o senhor chamou a atenção bastante bem com relação ao Decreto de Programação Financeira. Na verdade, a LRF tem um mecanismo bastante inteligente, no art. 9º, em que permite que você faça bimestralmente essa reavaliação, certo? Então, vimos utilizando isso e estamos demostrando ao longo do tempo.

Na verdade, quando nós fizemos, no segundo relatório bimestral, o contingenciamento era, naquele momento, as expectativas, mas nós utilizamos a grade, os parâmetros macroeconômicos. Era aquela expectativa naquele momento. E como demonstramos aqui, na apresentação, essa expectativa vem se deteriorando ao longo do tempo. É por isso que viemos utilizando bem esse mecanismo, que entendemos ser um mecanismo inteligente.

Acho que o importante aqui é diferenciar. Não fizemos o contingenciamento no segundo relatório bimestral, e fizemos no terceiro relatório. Por quê? Porque, na

verdade, em nossa avaliação, era necessário para atingir a meta estabelecida. Então, vimos fazendo esse contingenciamento.

Agora, evidentemente, as expectativas mudam. Com relação ao quarto relatório que o senhor mencionou, na verdade, nos outros também já havia uma projeção, uma estimativa de receitas extraordinárias. E contamos com ela para esse tipo. Mas, como o senhor bem assinalou, no último relatório, nós fizemos questão de demostrar que, nestas estimativas, constam riscos de mercado. Na verdade, sabemos que contamos com ela, os processos estão em andamento, do IRB, como o senhor mencionou, da Caixa Seguridade, a questão da energia elétrica. Todos eles estão mencionados e computados, mas sabemos que as condições de mercado afetam essas projeções. Se assim ocorrer, o mercado, na verdade, demonstrar-se talvez não tão apto a esse tipo de operação, temos que rever novamente as nossas projeções e fazer o contingenciamento necessário para atingirmos a meta. Acho que esse é um pouco o mecanismo que vimos utilizando ao longo deste ano.

Em nenhum momento, na verdade, fizemos aumento de despesa; pelo contrário, vimos reduzindo despesas e mostrando que, nesses projetos de receitas extraordinárias, principalmente, como o senhor mencionou, ainda acreditamos que é factível que eles ocorram neste ano. Mas estamos atentos às condições de mercado, sabendo que elas, na verdade, interferem no preço, interferem nas estimativas, e foi por isso que chamamos a atenção no próprio relatório. Buscamos até ser transparentes no relatório com relação a esse detalhe

Com relação ao resultado de agosto, vamos divulgar na próxima semana, mas entendo que ele, na verdade, está muito em linha com o que foi projetado no terceiro bimestre.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mesmo com essa alteração do PRORELIT, aqui?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Mesmo com a alteração do PRORELIT — entendemos que as estimativas que recebemos da Receita estão mantidas, e se se reduz a alíquota, temos uma expectativa de arrecadação maior —, isso foi mantido, e assim procedemos no relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não sei se eu respondi a todas, mas acho que não faltou nenhuma, Deputado Izalci. Eu procurei tratar, na verdade, como é que foi o comportamento, ao longo do ano, de todos os Decretos de Programação Financeira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só pra concluir, Sr. Marcelo, é o seguinte: nós pagamos um preço muito alto, em 2014,...

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... por falta talvez até mesmo da presença do Secretário do Tesouro aqui. O antecessor, o Arnon, ficou 2 anos sem vir ao Congresso, fazer esse tipo de avaliação que está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. E o que percebemos, principalmente em 2014? Houve, não sei se por ser ano eleitoral, um excesso de otimismo e, apesar de os números serem claros, o Governo insistiu em... E, lá no final, quer dizer, em dezembro, veio com aquela proposta indecente de mudar as metas, em dezembro, quer dizer, na LDO, que é uma lei de diretrizes, em que se projeta o futuro. Já estão mudando em dezembro.

Está aí o reflexo disso.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O quadro que nós vivemos hoje, essa crise, deve-se muito à falta disso. Realmente, em vez de serem contingenciados, como está previsto, a cada bimestre, reavalia-se. A Lei de Responsabilidade Fiscal é isso mesmo, ela é muito apropriada e de bom senso. Quer dizer, você faz a avaliação e vai corrigindo. O Governo, em 2014, — e vai pagar por isso agora, não é? — foi fazendo. Em vez de contingenciar os problemas que vinham acontecendo, fez foi alterar a meta. Mas, antes de alterar a meta, ampliou-se ainda o rombo das contas.

Por isso é que estamos forçando a barra, vamos dizer assim, no sentido de que seja cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, para acompanharmos, para não deixarmos acontecer isso e 1 ano ou 2 anos depois tentar corrigir, porque fica muito mais difícil.

Nós estamos fazendo aqui o que é nossa obrigação: acompanhar realmente as contas, para não deixar acontecer o que aconteceu em 2014. Eu espero que isso não acorra em 2015, e que possamos realmente corrigir as falhas.

Eu já quero fazer aqui um pedido a V.Sa. Existe uma medida provisória antiga, que estava pronta para vir para esta Casa, sobre a reestruturação do Controle Interno, proposta pela Secretaria do Tesouro, que depois foi segurada — acho que o Planejamento não deixou. Se V.Sa. não tem conhecimento, vou encaminhá-la a V.Sa., para que possamos realmente melhorá-la um pouco mais.

Por mais que já esteja satisfatória do ponto de vista do Governo, eu acho que não está. Nós temos que aplicar imediatamente as Normas Internacionais da Contabilidade Pública — o Brasil talvez seja um dos poucos países que ainda não implantaram corretamente as normas contábeis, que já são utilizadas nos países de Primeiro Mundo —, para sabermos realmente sobre o déficit da Previdência e sobre o balanço patrimonial, para que o regime de competência seja obedecido, para termos melhor transparência das contas do Governo.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quer fazer um comentário?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - É só um comentário. Estamos de pleno acordo, na verdade. A LRF é um excelente mecanismo não só de planejamento, mas também de prevenção. Então, estamos buscando, ao longo deste ano, aplicar o art. 9º da melhor maneira possível, reavaliando as nossas posições de receita.

Como mostramos aqui, a deterioração das expectativas macroeconômicas se acelerou bastante no último trimestre. Mas se tem buscado, na verdade, rever essas receitas, levando em conta, dentro do possível, o interesse público e fazendo o contingenciamento necessário para o cumprimento da meta. Estamos bem alinhados com esse tipo de visão com relação à LRF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Edmar se ausentou. Então, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sr. Secretário Marcelo Saintive, Deputado Ricardo Barros. Quero iniciar parabenizando a nossa Presidente por ter possibilitado a vinda do Secretário a esta audiência pública, o que já havia sido solicitado há bastante tempo. Finalmente, estamos aqui.

O Deputado Izalci já estava aqui angustiado, porque queria a presença aqui do Sr. Marcelo. Mas agora o vejo alegre, satisfeito, porque irá ouvi-lo. E eu vejo aqui também a tranquilidade do Sr. Marcelo, que já tem uma experiência muito grande.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O rosto do Sr. Marcelo não é de tranquilidade, não. Ele está muito preocupado. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É de tranquilidade, pelo momento que estamos vivendo. *(Riso.)*

Sr. Secretário, nós sabemos que o dólar chegou aonde chegou por causa da atitude do Governo de enviar aquele projeto de lei orçamentária — está até aqui o nosso Deputado Ricardo Barros, que é o Relator. Hoje mesmo *O Globo* traz a informação de que o Banco Central afirma que o mercado está desconfiado. Por isso, o dólar está onde está e ainda pode aumentar mais.

Com o dólar a esse valor, mais de 4 reais, o senhor sabe que fica mais difícil ainda o ajuste fiscal por parte do Governo, aumentam mais as dívidas, aumenta a inflação, piora a vida do brasileiro, porque boa parte dos insumos é importada, principalmente os medicamentos. Se continuar da forma como se encontra, não tenho dúvida nenhuma de que, em 2 meses, acabando o estoque do insumo vindo principalmente da Índia, os remédios vão aumentar bastante, não tenham dúvida. E aí o País passa a dever mais, porque boa parte dos remédios é a própria União que compra, para atender aos programas que temos. A inflação também aumenta, já está aumentando, está acima do que era esperado.

As medidas fiscais adotadas pelo Governo não surtiram o efeito esperado pelo Governo, embora os analistas do mercado e os analistas econômicos já houvessem apontado antes. Eu recordo bem quando, no começo do ano, eles disseram que elas seriam insuficientes.

Eu aqui perguntei ao Ministro Barbosa e ao Ministro Levy se havia um plano B para a questão do ajuste, desse segundo ajuste. Eles disseram que não, que só havia plano A.

Nós sabemos que a CPMF, mesmo que seja aprovada sua implantação, demora, dificilmente poderá ser implantada para recolher tributos em 2016. Como vamos arrecadar mais 30 bilhões com a CPMF, que é o esperado, em 2016, se até a questão processual impede isso?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As perguntas que eu quero fazer ao senhor são poucas.

Nós sabemos que há muitas dificuldades neste momento de regular os gastos das despesas correntes. O que o Governo pensa em fazer, até o final do ano, para conseguir controlá-los?

Com esse ajuste, qual é o percentual das despesas carimbadas, as obrigatórias, em relação ao orçamento total?

Quanto ainda temos de Restos a Pagar? Quanto são as DEAs e qual é a expectativa de Restos a Pagar para 2016?

São essas as perguntas. Cumprimento o senhor pela sua exposição aqui, que foi brilhante. Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para complementar essa pergunta. Falou do prazo de implantação da CPMF, mas eu perguntaria: e se não for aprovada? É só para complementar, porque se está partindo do princípio de que ela será aprovada, mas há a dificuldade da implantação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Ainda que seja aprovada, ela não entra em vigor em 2016.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Partindo do princípio de não aprovar, qual seria a alternativa?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Secretário, obrigado pela presença.

Eu acho que o Deputado Izalci apresentou com bastante propriedade questionamentos que tem a ver com a macroeconomia e também apontou a necessidade de termos rotineiramente as nossas reuniões, até porque, fazendo isso, não se acumulam dúvidas, e nós vamos conseguir acompanhar melhor o trabalho que está sendo feito, os números e tudo o mais. Eu penso que essa revisão da perspectiva de crescimento da economia ainda está aquém do que vai acontecer.

Agora, veja bem, Sr. Secretário, a hora que nós fizemos o ajuste do Orçamento, considerando essa nova meta de crescimento do PIB, eu tenho a impressão de que aquele déficit primário de 30 bilhões, que o Ministro Nelson Barbosa e o Ministro Levy apresentaram aqui, já terá ficado totalmente comprometido, sem considerar que na proposta que nos foi apresentada aqui há 50

milhões previstos de receita, mas eles também trazem dúvidas bastante consistentes com relação à sua realização.

No que diz respeito ao pacote de medidas que foram aqui apresentadas, vou apenas repetir o que eu disse aos Ministros Levy e Nelson Barbosa: eu espero que o Governo faça de fato a parte dele com relação aos cortes. Há alguns itens ali emblemáticos, como, por exemplo, o adiamento do reajuste de servidores federais. Há alguns itens ali bem complicados de serem efetivados, falando em termos de prática.

O único item do ajuste — estou falando agora com relação à receita, não com relação à despesa — que poderia ter mais ou menos uma data para começar, com uma margem de erro muito baixa, seria realmente a arrecadação com a CPMF.

Se eu tivesse hoje que fazer uma aposta com relação à aprovação da CPMF, eu não arriscaria uma aposta de 1 para ganhar 10, porque eu vejo essa aprovação como muito difícil, apesar dos Ministérios do PMDB.

Agora estão falando em quatro Ministérios, em cinco Ministérios! Daqui a pouco, vão dar a cadeira da Presidente Dilma, a caneta, o gabinete, tudo para o PMDB, para poderem aprovar a CPMF. Mas aí também vão perder o Governo. Fica difícil. Então, eu estou pedindo para o PSC sair do Bloco do PMDB, porque eu não gosto de ser usado para benefício de outros, principalmente para aqueles benefícios com que eu não concordo.

Eu acho que o Governo tem tratado esta Casa com desdém, principalmente com relação aos compromissos assumidos. Eu já lhe disse, Sr. Secretário, numa reunião fechada, que eu espero que o senhor continue agindo dentro da transparência. Eu acho que a pior coisa que existe é a falta de transparência, a mentira, coisa bastante corriqueira do seu antecessor. Ele mentia com uma convicção tão grande que ele acreditava na própria mentira. Aí fica pior ainda, porque ele acha que aquilo é verdade.

Então, eu gostaria que pudéssemos ter, com o Congresso, com a Câmara dos Deputados, essa transparência! Para resolver um problema, é preciso saber o tamanho dele, para dosar o remédio e, aí, aplicá-lo. Quando se fica com a coisa floreada, é muito difícil.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu me considero praticamente satisfeito com as respostas que já foram dadas aos colegas, mas eu queria insistir na pergunta do Deputado Izalci. Apesar de os Ministros dizerem aqui que não há plano B, que só há plano A, isso não existe — não existe em empresa, não existe em governo, não existe em lugar nenhum —, porque o plano A estabelecido, de aumento de arrecadação via CPMF, é um plano que pode naufragar. Então, nós estaríamos dizendo que não temos solução. Vai ficar difícil!

Uma coisa que eu gostaria que o senhor respondesse para mim é o seguinte: como está o valor dos Restos a Pagar? O que acontece? Vamos pegar o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida. Secretário, ele é um programa prioritário do Governo e o que mais gera mão de obra. Nós estamos vendo o Governo aplicando 8 bilhões de reais para ajudar — de novo — a indústria automobilística. Não sou contra ajudar a indústria automobilística, mas mais de 500 mil empregos já foram perdidos na construção civil.

Nós temos um contrato do Minha Casa, Minha Vida com as empresas do setor. Há mais de 600 no Brasil fazendo obras do Minha Casa, Minha Vida, com um orçamento de agosto de 2012. De lá para cá, ao contrário do que pratica o Governo, nós tivemos que dar reajuste salarial para os nossos funcionários, com ganho de produtividade, com ganho real de produtividade.

Nós tivemos o alinhamento dos preços por parte do Governo, que teve reflexo no aumento do custo da construção civil — isso é natural, pelo aumento do preço do combustível, da energia, e de tudo mais. Nós não tivemos nada, absolutamente nada, de equilíbrio econômico-financeiro nos contratos do Minha Casa, Minha Vida. Ainda por cima, veio o atraso de pagamento, um atraso que foi crescendo sistematicamente.

Há 45 dias, nós fizemos, por meio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, um acordo com o Ministério das Cidades, com o Tesouro, com a Caixa Econômica. Estabeleceu-se um atraso programado, ou seja, quem faturou até 40 milhões de reais no ano passado vai receber em 45 dias (30 dias mais 15 dias). Quem está na faixa intermediária, entre 40 milhões e 90 milhões de reais — estou arredondando o número aqui —, vai receber em 15 dias mais 45 dias, que dá 60

dias. Quem faturou acima de 98 milhões de reais vai receber em 60 dias mais 15 dias, ou seja, em 75 dias.

Pois bem, venceram esses prazos do atraso. Aí, o Governo diz à imprensa que isso está dentro da normalidade, mas dentro de qual normalidade isso está? Mesmo se for considerado normal o pagamento dentro do atraso programado, ele não está acontecendo.

Então, Secretário, trata-se de um setor vital. Esse recurso não vai ficar para as construtoras. Ele vai ser utilizado para o pagamento de fornecedores, empreiteiros, impostos, rescisões de contrato que não foram pagas. É um dinheiro que entra na economia, que fomenta a economia.

Então, por que o Governo insiste tanto nisso? É o senhor que abre o cofre e manda a grana para a Caixa Econômica do FAR. Estou falando da faixa 1 do Fundo de Arrendamento Residencial — FAR, que é subsídio do Governo Federal.

Qual é o problema de pagar pelo menos dentro do prazo que foi repactuado? Está-se causando no empresariado um descrédito total. Por quê? Porque nunca se cumpre aquilo que é acertado! E aí nós ficamos numa situação complicadíssima. Imaginem um empresário que vai lá e assume um compromisso baseado no compromisso que o Governo assumiu. Toda hora ele é chamado de mentiroso, porque ele não cumpre.

E está tão fácil isso! Parece-me que os números não são tão grandes. Eu queria que V.Exa. me informasse esses valores. Parece que estão passando em torno de 800 milhões ou 900 milhões de reais por mês. Se passassem 1,2 bilhões de reais, praticamente se manteria o pagamento dentro desse novo prazo que foi pactuado. O mercado já aceitou receber dentro desse novo prazo.

Claro, eu estou falando aqui da construção civil, mas há outros setores. Eu acho que o Governo teria que privilegiar o pagamento daquilo que já venceu, irrigar o mercado com esse dinheiro, dar um alívio para o setor produtivo, que trabalha para o Governo! Falaram-me — eu não sei se é verdade, porque não sou da área — que há obras de infraestrutura do PAC que já estão há 5 meses sem serem pagas.

Então, eu gostaria que o senhor nos passasse essa informação de uma forma clara e transparente — se o senhor não tiver a informação, não precisa passar —, se

o Governo pretende regularizar essa situação do Minha Casa, Minha Vida, pelo menos dentro desse novo prazo que foi pactuado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O Deputado Izalci pediu para falar novamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sra. Presidente, eu queria cumprimentá-la, bem como o Secretário.

Gostaria de fazer uma pergunta bem objetiva ao Sr. Secretário. O Governo cortou despesa, ou essa diminuição é por causa da falta de pagamento? Eu vou lhe dizer por quê. Eu não vejo de onde realmente saiu esse corte de despesa. Não dá para sentir isso. O que dá para sentir é que as obras estão paradas, e o Governo Federal está se tornando caloteiro, com um agravante. Eu acho que os Ministros precisariam assumir uma posição de Governo em relação às dificuldades. Mas eles dizem assim: "*Eu não tenho dinheiro. Procure Fulano de Tal*". Parece que jogam a bola para os outros.

Então, às obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE não há repasse, às obras da Caixa não há repasse, às obras do DNIT não há repasse. Aí, às vezes, as autoridades vêm aqui e dizem: "*Nós diminuímos as despesas*".

Eu quero fazer uma observação. Eu não tenho empresa, não estou representando nenhum setor aqui, estou representando a sociedade, que está nos cobrando que essas obras andem. Aí eu pergunto: isso é corte de despesa ou é deixar de pagar? Não seria muito melhor para nós se fosse feito um novo contrato, um novo cronograma? Ficaria bom para o Governo, até para nós o defendermos. Eu vejo que nós não temos o que dizer lá. E as autoridades aqui ficam jogando a bola de um para o outro.

Esta é a minha pergunta: é corte de despesa ou é deixar de pagar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tinha falado um pouquinho sobre 2014. Mas eu queria saber também qual é a posição agora, em 2015, do Tesouro com relação às pedaladas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Tribunal já falou sobre 2014, já detectou as regularidades todas. Eu pergunto se o Governo vai insistir, em 2015, com essas pedaladas fiscais, tanto com relação à Caixa quanto à questão do BNDES, aquelas pedaladas todas. Inclusive, a própria Caixa está processando o Governo — tem uma ação judicial de 274 milhões —, exatamente porque não recebeu do Governo esse empréstimo, que dizem que não é empréstimo; se vai ter isso ainda. E se também existe um plano B com relação aos leilões, porque nesta crise que está aí, quando se lança o leilão, normalmente, o preço que é oferecido não vale a pena, não paga nem o valor patrimonial. Às vezes, não é interessante entregar de graça o patrimônio que foi construído durante anos. Qual é o plano B se não conseguir efetivar essas tais?

Eu ia falar sobre 2014, sei que não era V.Sa. que cuidava disso. Mas, em 2014, só no quinto semestre, em novembro, o Governo fez uma avaliação de que a receita tinha sido frustrada. Em vez de ele fazer o descontingenciamento por decreto, que era em torno de 10 bilhões na época, e impor o limite de acordo com legislação fiscal, ele apostou na meta, que, logo em seguida, foi aprovada.

Eu quero também saber se atualmente, na gestão de V.Sa, tudo será considerado como se já estivesse aprovado. Foi dito aqui a questão da CPMF, leilões, etc. Se não tiver realmente um plano B, o risco é muito maior e a credibilidade — aliás, nem tem mais credibilidade — diminuiria muito mais ainda.

Agora, aproveitando, eu quero deixar claro para a Comissão que qualquer ação que seja feita, qualquer medida que seja tomada, com este Governo, não adianta mais. É o que se está dizendo aqui. O Governo já passou a ser caloteiro. Não cumpre o que fala, ninguém acredita mais nas suas promessas.

Essa questão do PMDB me deixou realmente decepcionado. Nem com esse apoio do PMDB, vai-se resolver a questão do País. Pode resolver a questão da manutenção, por mais alguns dias, da Presidente, mas a situação do País é grave. Eu acho que a melhor proposta é a renúncia, para ganhar tempo com isso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, me permita.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só uma solicitação aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Pois não.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Damos aqui liberdade total para falarem o que quiser e tal, mas nos prendemos ao debate principal. Nós fizemos um debate aqui de 5 horas e meia, teve conteúdo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Principal, Sra. Presidente, é credibilidade. Qualquer economia...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas nós não vamos resolver...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O item 1 é credibilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, com certeza. V.Exa. o tem, por isso trouxe aqui o Secretário, que virá ainda outras vezes.

Agora, vamos evitar que, paralelamente, peça a renúncia, o *impeachment* ou a permanência, porque importante é o debate.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Isso aí, o Secretário não pode resolver.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza. V.Exa. tem a palavra, Deputado Edmar Arruda. Em seguida, Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Quanto à questão de credibilidade, só para o senhor ter uma noção — eu não sei se essa informação é verdadeira, a pessoa que passou estava na reunião geral da CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção —, as empresas propuseram fazer uma operação-ponte com a Caixa transferindo recebível do FAR. A informação que chegou é que a Caixa não aceita, porque não acredita que o Tesouro vai pagar. O senhor já imaginou um negócio desse? Aí; fica difícil! Nem isso as empresas estão podendo fazer, porque a Caixa não acredita que o Tesouro vai pagar. Então, fica difícil.

Eu falei isso por causa da ação que o Deputado mencionou aí.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Dr. Marcelo Barbosa, Sra. Presidente, eu sou um reconhecedor de que o trabalho social que os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma fizeram foi um dos maiores do mundo, com esse programa habitacional, que socorreu inúmeras famílias que nunca sonhavam ter uma casa; também o Bolsa Família, que dá o pão de cada dia a muitas pessoas que não tinham condições. Muita gente passa fome, essa é uma realidade.

Mas só que, hoje, eu acho que, em vez de a Presidente da República continuar com essa implantação de novos programas habitacionais, subsidiados pelo Governo, eu acho que é hora de dar uma pisada no freio e completar esses pagamentos dessas obras que já estão em execução e das que já foram executadas. Nenhum país do mundo dá conta de manter um programa do tamanho que o Brasil estava mantendo, apesar de o déficit ser grande. Sabemos que mais de 10 milhões de pessoas estão esperando uma casa popular, só que o Governo não dá conta neste momento. Eu acho que é hora de concluir as que estão em andamento e dar sequência quando as coisas estiverem melhores. É uma opinião. Dizem que, nessa época, todo mundo é economista *(riso)* e técnico de futebol, quando chega a Copa do Mundo.

Eu vejo, como qualquer leigo vê, que tem de entrar mais do que o que se tira, e hoje a gente está vendo que o saco já está meio vazio. Então, a gente tem de esperar o Governo se recuperar. Eu sei que é uma medida dura a CPMF, mas é um jeito de fazer pagar imposto quem tem mais dinheiro, porque é que movimenta mais o banco.

Eu vou votar a favor da CPMF, porque eu acho que é o imposto que quem vai pagar mais são os ricos. Aquele chequinho do pobre não representa quase nada. Vai sair uma mixaria de dinheiro: 0,20%.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado, permite-me fazer só uma pergunta a V.Exa. Quando eu pago mil e poucos funcionários, e esse dinheiro sai da minha empresa para a conta do funcionário, que paga a CPMF, isso é dinheiro de rico ou é dinheiro da produção?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Mas é pouco dinheiro.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Depois, o funcionário vai pagar de novo, Deputado!

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Mas é pouco dinheiro.

É hora de todo mundo socorrer o País. Quem gosta do Brasil quer ver as coisas melhorarem. O senhor, que é empresário, sabe que está faltando dinheiro, porque a arrecadação está pouca.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - A minha empresa tem quatro sócios. Um é o Governo. Ele é majoritário no lucro da minha empresa!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu solicito que não façam debate paralelo.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - A maneira de arrecadar é agora. Está precisando sair do sufoco é agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Botelho, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - A pessoa tem que diminuir as despesas. Hoje, o Brasil não tem condições de manter um programa habitacional desse, porque não tem recurso suficiente para cumprir as metas.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Secretário para responder às perguntas dos Deputados.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

Apenas para enfatizar que eu falo em plano B, porque eu acho que o Governo tem um plano B. Ao publicizar o seu plano B, ele aquieta o mercado. O mercado está do jeito que está porque entende que tem um plano B. É isso!

Eu não estou aqui querendo atacar o Governo, mas apenas alertá-lo. Dizer que não tem plano B é muito pior para o mercado, tanto que a reação aqui está muito ruim para Brasil. Essa é minha preocupação. Era só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Secretário está com a palavra.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Vamos começar com as perguntas. Vou começar pela primeira e a última. Os Ministros têm enfatizado, mostrado que, no curto prazo, só temos o plano A. Acho que esse é o ponto, Deputado. Eu sou um soldado. Se o Ministro diz que é plano A, é esse que existe.

Com relação aos gastos e às despesas correntes, salvo engano — ele pode passar os dados com maior detalhe —, 96% do PIB são despesas obrigatórias e 4% do PIB, despesas discricionárias.

Nas perguntas pertinentes que os senhores fizeram, a gente vem tentando fazer uma reprogramação financeira, mas o Tesouro Nacional já se pronunciou a

respeito disso. As despesas obrigatórias, hoje em dia, são expressivas em relação ao Orçamento.

Restos a Pagar. Nós podemos passar, depois, o número, dando detalhes, mas o que eu posso garantir é que o estoque de Restos a Pagar, recebido em 2015, o que será colocado em 2016 será menor. Nós estamos buscando, ao longo deste ano, reduzir nosso estoque de Restos a Pagar. Ele era em torno de 226 bilhões. A nossa estimativa é que ele reduza esse percentual. Não posso precisar agora aqui, porque depende também de ao longo do ano. Nós pretendemos reduzir, não passar por esse montante que foi passado de 2014 para 2015 e de 2015 para 2016. Pretendemos que seja menor.

Bom, se eu anotei todas as perguntas, eu acho que era isso.

Em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, eu acho uma pergunta pertinente, aproveitando outras perguntas, o Governo, num ajuste fiscal, nós temos duas grandes medidas. Nós temos feito uma medida de corte de gastos, sim. Na verdade, nós estamos reduzindo. Alguns programas estão sendo diminuídos. Você reduz, também, despesas de manutenção e custeio. Quando falamos em um contingenciamento de 80 bilhões, claramente existem cortes de despesas, sim, mas também existe nessa programação uma reprogramação financeira e determinados gastos. Você tem que fazer esse reescalonamento dado à dificuldade atual.

Então, é isso que foi feito. Existe um equilíbrio aqui, no lado dos gastos, em relação tanto a cortes, sim, de despesas, mas também de reescalonamento de determinados gastos ao longo do ano.

Em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, essa repactuação que nós fizemos, eu posso depois buscar informações, mas a informação que eu tinha é que, até 8 de setembro, nós tínhamos cumprido exatamente, mais ou menos, o que havia sido combinado. Então, nós vínhamos quitando.

A informação que eu tenho, a última data que eu tenho, de fato, é de 8 de setembro. Eu faço um acompanhamento quinzenal. Nós tínhamos quitado em relação ao Programa. Eu posso checar, depois, e passar a informação para o senhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Tem previsão de repasse dentro do mês, ainda, desta quinzena?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Eu acho que sim, mas eu posso, depois, passar a informação. Eu acho que sim. A informação que eu tinha, de 8 de setembro, era de que estavam quitadas, dado à nova repactuação feita.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Secretário, só para lembrar ao senhor que hoje é dia 24. O senhor pagou até o dia 8, mas hoje é dia 24. Do dia 8 até agora já venceu um monte de conta.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - É, tem vencido bastante coisa. Mas, vamos lá.

Quero aproveitar, também, uma oportunidade. Na verdade, a gente vem quitando, a gente mostrou isso no último relatório, a gente vem quitando também os subsídios, que são os chamados PSI, a gente vem buscando quitar todas as subvenções econômicas que foram herdar um passivo, dada a portaria, as regras vigentes, nós vimos buscando quitar esse passivo, dando maior previsibilidade também a esses pagamentos e temos feito tudo isso ao longo do ano.

Em relação à questão de 2014, a AGU fez a defesa...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, está tão difícil de ouvir aqui. Tem muita conversa aqui atrás.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É que está baixo o som.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Secretário, V.Sa. poderia se levantar, por gentileza?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Está bem. Melhor assim, é verdade.

Nós temos que entender a questão dos repasses. Isso é uma relação contratual entre os Ministérios setoriais e a Caixa Econômica. Eles têm lá, existe um contrato de uma prestação de serviços e ela vinha sendo adotada, existe uma regra. Agora, evidentemente, toda regra pode ser aprimorada. Então, na questão dos repasses, ela vem sendo aprimorada.

Em relação a 2015, nós estamos buscando fazer o repasse tempestivamente. Gestão financeira sempre é passível de aprimoramento. Isso tem sido feito.

Quanto aos programas de subvenção econômica, PSI e demais subsídios, existia uma regra vigente, uma portaria que ainda está em vigor, espera-se que o Tribunal se pronuncie a respeito disso, dê o seu referendo, o seu acórdão. Enquanto

isso, essas portarias têm as regras que foram aprovadas. Elas foram legalmente aprovadas, foram publicadas, foi feita uma análise jurídica e, portanto, nós as estamos seguindo. Isso não significa que o Governo não possa se furtar mais à frente a fazer aprimoramentos das boas práticas contábeis e financeiras. Acho que esse é um posicionamento do Governo. Essa é a minha leitura com relação a 2014.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, a resposta é que vão diminuir as pedaladas, mas continuam os valores. É isso?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Não, não é assim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntei: em 2015, o Governo vai continuar adotando a prática de 2014, que já está sendo contestada pelo Tribunal de Contas, com relação às pedaladas? Essa foi a minha pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Tribunal de Contas vai regulamentar isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não cabe a ele regulamentar isso. Está na lei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Governo fez uma solicitação ao Tribunal de Contas para regrar isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois, ouviremos as perguntas do Líder Paulo Pimenta. Antes, gostaria de ouvir a resposta do Secretário.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Como eu disse, eram regras vigentes. Sempre se pode aprimorar os contratos com relação a repasses entre a Caixa e o Ministério setorial. O repasse é tempestivo. É uma questão de gestão financeira e aprimoramento.

Com relação aos programas de subvenção econômica, as portarias estão em vigor, tendo em vista que o Tribunal não se pronunciou. Mas, nos novos programas de subvenção econômica, nós já adotamos uma prática melhor, que entendemos ser adequada para a apuração contábil. Mas isso é feito por quê? Porque sempre se pode aprimorar essas condições. Esse é o meu entendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo, havia pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A pergunta é bem simples.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando criamos um mecanismo, um subsídio, um incentivo, ele é criado em função de uma situação específica, uma alteração do dólar, uma alteração do câmbio. Evidentemente, ele tem reflexo no fato gerador, digamos, de uma determinada medida. Quando, por exemplo, aprovamos aqui a redução da alíquota do custo da folha de pessoal, substituindo pela possibilidade de pagar sobre o faturamento, havia-se condicionado também, no meu entendimento, uma questão que dizia respeito à manutenção dos empregos naqueles setores. Nós conseguimos hoje ter mecanismos que acompanhem, observem se essas contrapartidas que setores da economia assumem conosco, quando recebem algum benefício, algum incentivo, efetivamente são cumpridas? Conseguimos ter esse mecanismo de acompanhamento, de controle?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Só com relação à desoneração da folha, permita-me dizer que não foi condicionada a manutenção de emprego, o.k.?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi só um incentivo?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Foi uma forma de melhorar o desempenho das empresas. Mas não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era só um acordo de cavalheiros?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Não, não era de cavalheiros. É o seguinte: o Governo fez uma experiência e, no final de um ano, quando ele deveria concluir isso, porque era ano pré-eleitoral, ele transformou em permanente. Mas só durou 6 meses. Aí, acabou agora e voltou para a folha, porque o índice proposto não se viabiliza mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só a título de colaboração, eu participei desse debate agora na derrubada da reoneração da folha e no setor, por exemplo, de Tecnologia da Informação aumentou muito o número de emprego. Eles demonstraram claramente que com a reoneração haveria um número muito grande de demissões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Secretário vai responder as perguntas para que possamos encerrar a reunião. Por favor.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Com relação a esse tipo de subsídio, na verdade, os subsídios são voltados para políticas públicas que em determinados momentos são necessárias, e entendo que a desoneração da folha

tinha o seu momento específico e claramente uma conotação de medidas anticíclicas utilizadas. Nesse caso específico, não existia uma contrapartida — a despeito de acharmos que sempre é bom ter essa informação, ter a geração de empregos —, se aquela política de subsídios geraria valor ou não para a sociedade. Essa é a minha posição com relação a isso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Aliás, Secretário, foi uma excelente medida do Governo a desoneração da folha. Muitos funcionários na informalidade acabaram tornando-os formais. Então, foi muito positiva a medida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas ela custou 20 bilhões para o País.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mais barato que os juros, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós temos que fazer o cálculo do custo/benefício da medida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria de dar a palavra rapidamente ao Deputado Pauderney, porque teríamos que encerrar a reunião às 11 horas e já passamos para 11h30min.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Cumprimento V.Exa., Sra. Presidente, e o Secretário Marcelo Barbosa Saintive.

Gostaria de fazer uma simples indagação: V.Exa. confirma que vai haver superávit em 2016?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Deputado, nós perseguimos a meta. A meta é um alvo. Nas projeções atuais, no relatório bimestral que entregamos agora, terça-feira, nós continuamos perseguindo essa meta, sim.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Perseguir a meta não quer dizer que ela vá se concretizar. O que o Orçamento traz é que não está claro o que vai acontecer. V.Exa. poderia esclarecer o que deverá acontecer no ano que vem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, pedi que fosse breve. Eu tenho um compromisso com o Ministro Levy. Se a resposta for rápida, peço que responda, Senão, o Secretário voltará em outra ocasião.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - Desculpe, a informação acabou ficando cruzada. V.Exa. poderia repetir a pergunta?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu disse que perseguir uma meta não é executá-la e que a proposta orçamentária não está clara. O projeto orçamentário não está claro. Gostaria que V.Exa. nos informasse se é possível, sim, fazer superávit.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE - O Orçamento enviado contém diversas medidas, tanto de despesa, quanto de receita, que nós acreditamos, sim, serem bastante viáveis. Elas estão em discussão aqui no Congresso, isso faz parte do processo.

Como eu respondi lá no início, temos um mecanismo muito importante na LRF, o art. 9º, que permite ao longo do ano se fazer revisões de projeção de receita e despesa. É isso o que nós temos, na verdade, utilizado ao longo de 2015. Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Gostaria de agradecer a presença do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, de sua equipe técnica e dos Parlamentares. Inclusive quero dizer ao Secretário que vários recados dos Parlamentares chegaram até nós pedindo o agendamento de uma nova reunião, a fim de que todos que estavam participando de CPI ou de Comissões Especiais possam comparecer. Isso será feito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para setembro está previsto o fechamento do quadrimestre, e vamos discutir isso, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu não posso adiantar. Eu vou fazer as agendas pactuadas. Eu não mando em ninguém, mas vou tentar realizar a reunião o mais rápido possível.

Informo a convocação da seguinte reunião: na próxima semana, dia 29 de setembro, terça-feira, às 14 horas, reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, que prestará esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para 2016 (PLN nº 7/2015), do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016, em atendimento ao art. 84 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional; proposta do Plano Plurianual 2016 a 2019 (PLN nº 6/ 2015), que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A reunião deliberativa acontecerá no dia 30 de setembro, quarta-feira, às 14 horas.

Declaro encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pela Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO; pelo Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016; e pelo Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). A reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que prestaria esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para 2016 - **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016", e do **Projeto de Lei nº 6/2015-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019", em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Flávia Morais, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Benedito de Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Izalci, João Carlos Bacelar, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Paes Landim, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira; **- Senador Suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Fábio Ramalho, Toninho Pinheiro e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e um minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa; o Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2016, Deputado Ricardo Barros (PP/PR); o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE); e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Esther Dweck. Em seguida, a Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em virtude de trabalhos em outras comissões exigindo a presença dos parlamentares, a Presidente propôs duas horas de duração para aquela reunião. Logo após, anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Em prosseguimento, destacou a importância da presença do Ministro para esclarecer as dúvidas, reforçar convicções e ajudar na formação de opinião sobre as propostas do pacote do ajuste fiscal. E assim, possibilitando o debate sobre as Medidas encaminhadas pelo Governo Federal para o equilíbrio das Contas Públicas. Em continuidade, anunciou a presença do Vice-Governador do Estado da Bahia, Sr. João Leão, que foi convidado à compor a Mesa. Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, a Presidente transferiu a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que discorreu sobre os temas "Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2016-2019", e o "Projeto de Lei Orçamentária para 2016", fazendo uso de projetor de multimídia. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, encerrada a apresentação, o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) informou que o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), teve problemas com o voo e solicitou

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desculpas por não poder estar presente. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), Relator-Geral do Orçamento para 2016, fez considerações sobre o tema e apresentou diversos questionamentos, que foram respondidos pelo Ministro. Às quinze horas e cinquenta a seis minutos, o Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, assumiu a condução dos trabalhos e anunciou o início do debate concedendo a palavra aos Deputados João Fernando Coutinho (PSB/PE), Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) e Izalci (PSDB/DF). Encerrado o primeiro grupo, o Presidente em exercício passou a palavra ao palestrante que respondeu aos questionamentos dos debatedores. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, o Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) assumiu a direção dos trabalhos e iniciou o segundo grupo de debatedores, do qual participaram os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA) e Hildo Rocha (PMDB/MA). Às dezesseis horas e trinta e nove minutos, a Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade ao debate, passando a palavra aos Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Samuel Moreira (PSDB/SP) e Toninho Pinheiro (PP/MG). Encerrada a lista de inscrição para o debate, a Presidente passou a palavra ao palestrante que respondeu ao segundo grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica, pelo prazo de 2 minutos, aos Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Pedro Fernandes (PTB/MA) e Toninho Pinheiro (PP/MG). Finalizando, a Presidente transferiu a palavra ao expositor para proceder aos esclarecimentos e as considerações finais. O Ministro respondeu aos últimos questionamentos dos parlamentares e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, às dezessete horas e cinquenta e um minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, da Secretária de Orçamento Federal, Sra. Esther Dweck, da sua equipe técnica, e dos demais parlamentares presentes. E, confirmou para o dia 30 de setembro, quarta-feira, a realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO; e reunião extraordinária, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 29.09.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a quarta reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que se encontra à mesa e prestará esclarecimento acerca dos projetos da Lei Orçamentária para 2016, do Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, e do Plano Plurianual para o período 2016-2019, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Encontram-se presentes aqui também, junto ao Ministro, a Sra. Esther Dweck, Secretária de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão; o Relator do Projeto Plano Anual — PPA, Deputado Zeca Dirceu; o Relator do Projeto de Lei Orçamentária, Deputado Ricardo Barros; o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, Senador Acir Gurgacz.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, eu comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante, o Sr. Ministro, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado se eu permitir.

A lista já está aberta, alguns já se inscreveram. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Antes de dar a palavra ao Ministro Nelson Barbosa, quero fazer uma proposta se todos estiverem de acordo, se nós todos concordarmos. Hoje nós temos várias CPIs e várias outras Comissões funcionando. Há uma Comissão dos vetos no Senado. Como abrimos esta reunião agora, às 15 horas, se nós fizéssemos 2 horas de reunião, aproveitando ao máximo esta reunião, poderíamos ainda trabalhar nas outras Comissões.

Sr. Ministro, V.Exa. sabe que, sempre que comparece à nossa Comissão, isso é muito importante para todos que o ouvem e fazem indagações, para esclarecer todas as dúvidas que temos e até formar convicções e opiniões acerca do momento atual.

O momento, Ministro, desde a última vez que V.Exa. esteve aqui — e eu lhe dizia isso há pouco —, o momento é de muita incerteza. Eu sei que toda a trajetória das ações, dos debates, das propostas que são apresentadas à mídia e ao Parlamento, vai no sentido de encontrar o caminho desses ajustes para que se possa dar tranquilidade ao País ou fazê-lo sabedor das dificuldades e desafios que tem pela frente. Mas a sensação predominante que nós temos nas ruas e no mercado financeiro é que, mesmo diante dos anúncios das medidas para cumprir o rombo de 30,5 bilhões no Orçamento, a turbulência ainda insiste.

Há um grau muito maior para ser administrado, e nós devemos admitir que esta Comissão tenta fazer isso à luz da lógica das propostas e tudo o mais. Esta semana, com a forte oscilação do dólar, V.Exa. pôde imaginar o impacto, ainda que tenha havido a intervenção do Banco Central, que deu um certo direcionamento — e vamos dizer que o Banco Central demorou bastante a fazer isso, mas fez. E já que a população já estava sem sono, o Governo também, realimentou-se o cenário que tanto gera efeitos negativos, que complicam ainda mais a nossa economia.

Nós não podemos deixar de registrar aqui, Sr. Ministro, a atuação firme e pontual da área econômica — eu estou sempre a elogiando —, pela disposição que têm V.Exa. e o Ministro Levy também. E agora vou dizer: até o Banco Central — eu não podia dizer antes —, que agiu rápido ante essa queda do dólar, a qual tanto chamou a atenção da opinião pública.

Podemos, assim, dizer que o fogo que se alastrava na economia — vou usar uma expressão que sempre acabo usando nas nossas reuniões — foi contido momentaneamente, mas é preciso que saibamos como V.Exa. — ou a equipe, em conjunto — pretende apagar de vez esse incêndio, que toda hora parece tomar conta das vestes do povo brasileiro.

Por isso, nós estamos aqui, a partir de agora, prontos para ouvi-lo, para debater todas as medidas encaminhadas pelo Governo, para perguntar sobre as nossas dúvidas. E para aquilo que, seguramente, não tiver a resposta pronta e acabada, nós aguardaremos uma oportunidade para que possamos sanar as nossas dúvidas todas e saber muito mais ainda sobre as contas públicas do Executivo.

E nós gostaríamos também que V.Exa. abordasse as dívidas do Legislativo, porque agora, sim, nós já temos um Orçamento mais realista, depois da última mensagem que foi mandada, cujo Relator é o Deputado Ricardo Ferraço.

Temos aqui à mesa o Vice-Governador da Bahia. Eu não posso falar “o saudoso Deputado”, porque S.Exa. não morreu ainda. *(Risos.)* Refiro-me ao sempre saudoso Deputado João Leão.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, Presidente. Eu queria cumprimentá-la e cumprimentar o Deputado Ricardo Barros, o Deputado Ricardo

Teobaldo, o Vice-Governador João Leão e todos os demais Parlamentares aqui presentes.

Respondendo um pouco às colocações que a senhora já fez no início, quero dizer que nós estamos em um processo de reconstrução e de reequilíbrio macroeconômico. Nós estamos em um processo de lidar com os problemas que nós temos no curto prazo e, ao mesmo tempo, construir as bases para um novo ciclo de crescimento. Nós estamos no meio dessa transição. Essa transição envolve várias ações, envolve vários aspectos da economia brasileira e afeta vários segmentos de diferentes formas.

Esse é um processo que começou já desde o final do ano passado. É um processo que ainda está em curso, como as senhoras e os senhores sabem. Outras medidas já estão em discussão no Congresso ou já foram enviadas ao Congresso Nacional.

Só para relembrar um pouco o que é essa sequência, o que é essa estratégia do Governo na questão da recuperação do crescimento, basta lembrar que a gente começou o ano com uma política de revisão de vários subsídios e também de realinhamento de preços. Houve um grande esforço de realinhamento de preços. Houve um realinhamento de preços de energia, houve variação de preço dos combustíveis, houve realinhamento até da taxa de câmbio, dos preços internacionais.

Esse realinhamento de preços gera, no curto prazo, um aumento temporário da inflação. Para combater esse aumento temporário da inflação, foi necessário elevar a taxa básica de juros. A inflação subiu; a taxa básica de juros subiu. A nossa taxa de juros, hoje, em termos reais, se pegarmos os últimos 12 meses, está em 2,6% ao ano, maior do que estava no final do ano passado. Mas a taxa básica de juros subiu junto com a inflação na economia. E isso tem um custo, obviamente, mas é um remédio necessário para evitar que esse aumento pontual de preços se transforme em um aumento permanente da inflação.

Essa estratégia já começou a mostrar alguns resultados. Já houve uma desaceleração da inflação no mês passado. E a gente trabalha para que isso seja uma nova tendência, que a gente possa ter uma desaceleração da inflação mais forte no próximo ano.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A variação cambial, seja por motivos internos, seja por motivos externos, porque também houve uma grande variação no chamado preço de *commodity* internacional, também está promovendo um reequilíbrio das nossas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo. O saldo comercial está crescendo. A gente deve ter este ano um déficit em conta corrente menor do que se esperava no ano passado. Essa variação do câmbio já está aumentando a competitividade em alguns setores, está levando à substituição de importações. Só que esse processo também leva um tempo, até que a economia se readapte e se ajuste a essas novas estruturas de preços. Leva um tempo programar linhas de produção, abrir novos negócios. Mas o ajustamento externo também está em andamento, e isso é medido pela elevação do saldo comercial e pela redução do déficit em conta corrente.

E há a terceira e mais importante parte desse esforço de reequilíbrio macroeconômico, que é a recuperação fiscal: recuperar a capacidade do Governo de produzir um resultado primário num nível suficiente para manter estável a dívida pública. Isso é uma condição necessária para a estabilidade econômica.

Devido à queda do nível de atividade e devido a vários outros fatores, essa tarefa é uma tarefa que leva mais tempo. O tempo da política fiscal é um pouco mais prolongado. Como a maior parte dos gastos que nós temos é obrigatória, a maior parte das ações sobre o gasto envolve aprovação de medidas legislativas pelo Congresso Nacional. Isso está em andamento. Já foram aprovadas várias iniciativas — agradeço a todas as senhoras e os senhores que aprovaram as medidas que nós enviamos no primeiro semestre —, e há novas medidas já em discussão, seja nas MPs do Programa de Proteção ao Emprego, da Regra 8.595, seja nas medidas mais recentes que nós enviamos ao Congresso Nacional.

Esse é o ciclo legislativo, o ciclo orçamentário, e a política fiscal é a perna mais importante desse esforço, porque ela é a base, é a âncora da estabilidade. Com a estabilidade fiscal, você garante, por exemplo, a estabilidade da taxa de câmbio, você garante estabilidade à inflação. Sem estabilidade fiscal, nenhuma dessas outras variáveis vai ter uma âncora, um ponto de equilíbrio. E é preciso, então, construir isso.

Mas esse é um processo gradual, é um processo que envolve, como eu falei — em uma democracia, é bom que seja assim —, que o Executivo faça suas propostas e que isso seja apreciado pelo Legislativo.

Nós entramos em uma fase agora em que a maior parte das ações são ações legais, não são ações administrativas, não são ações que o Governo pode tomar por portaria ou por decreto. São ações que precisam de leis e, algumas delas, até de emenda à Constituição. É essa fase com que nós nos defrontamos.

Mas eu queria colocar, como foi até bem colocado pela Presidente, também uma mensagem de otimismo. O Brasil tem todos os instrumentos necessários para resolver os seus problemas. A sociedade brasileira, o Governo brasileiro, o Estado brasileiro e o Congresso Nacional têm todos os instrumentos e as variáveis para resolver os nossos problemas. Cabe a nós decidir como vamos resolver e em que velocidade.

Eu acho que há uma convergência na direção das medidas a serem tomadas. É preciso recuperar o resultado primário, controlar o crescimento do gasto público, recuperar a receita do Governo. Há várias formas de fazer isso. E há, obviamente, opiniões divergentes ou convergentes sobre a velocidade, sobre qual o melhor instrumento.

Portanto, a gente tem que trabalhar nisso. Eu acho que este é o grande desafio atual para nós do Poder Executivo, para a classe política, para a classe dirigente do Brasil como um todo: construir essa solução, sabendo que neste momento, que é um momento de travessia, isso envolve algumas escolhas difíceis. Não estamos falando de escolhas fáceis, estamos falando de escolhas difíceis, de reduzir o crescimento de um gasto, cortar um gasto, recuperar uma receita; são difíceis, mas são necessárias. Não vamos deixar de fazer o necessário porque ele é difícil. A gente tem que fazer o que é necessário, e isso vai dar fruto. Isso vai permitir uma estabilização tanto da taxa de câmbio quanto da taxa de juros, vai permitir uma redução da inflação, e estas são condições necessárias para a recuperação do crescimento.

Em paralelo a isso, nós temos também várias iniciativas para recuperar o crescimento da economia. Nós temos um programa de investimentos que está em andamento. Esperamos, por exemplo, nesta semana ou na próxima, que o TCU vá

analisar a possibilidade de utilizar outorga no leilão de portos, só para citar um exemplo. Isso vai poder viabilizar o leilão dos portos, talvez já começando neste ano. Há o programa de concessões de aeroportos, rodovias e ferrovias, que está em andamento.

A depreciação do real tem um lado ruim, pressiona a inflação no curto prazo, mas, por outro lado, também torna investimentos no Brasil mais atraentes, do ponto de vista do investidor externo.

Portanto, nós estamos nessa agenda de, por um lado, construir as bases de um novo ciclo de crescimento, que significa estabilizar a política fiscal, monetária e cambial; e, ao mesmo tempo, lançar o que serão esses principais fundamentos e, digamos, essas avenidas de crescimento para a economia brasileira, sendo a principal delas uma recuperação puxada pelo investimento em infraestrutura, seguida da recuperação dos investimentos em construção civil de residências, seguida da reparação do consumo. À medida que a inflação cair, a taxa de juros vai poder voltar a cair, o nível de atividade vai se estabilizar. E aí você pode ter as bases para criar um novo ciclo de expansão, também do consumo das famílias.

Os desafios que nós temos pela frente são grandes, mas são desafios superáveis, que dependem de uma atuação do Governo brasileiro, do Estado brasileiro. O Executivo está apresentando suas propostas, e essas propostas obviamente podem e devem ser melhoradas e aperfeiçoadas pelo Congresso Nacional.

Essa é a mensagem que eu também gostaria de passar. Por maiores que sejam os desafios que nós temos, nós temos todos os instrumentos necessários para enfrentá-los. É uma questão de construir um consenso político de qual será a direção das medidas — acho que isso é um consenso — e em qual velocidade nós vamos adotar essas medidas.

Eu trouxe aqui uma apresentação, que as senhoras e os senhores têm em mãos. É uma apresentação longa. Eu não vou apresentar todos os pontos. Eu queria só deixar com todos vocês as informações. Vou passar rapidamente por ela, parando em alguns pontos que eu gostaria de enfatizar.

O objetivo desta audiência é falar sobre o Plano Plurianual para 2016 a 2019 e sobre o primeiro passo, que é Projeto de Lei Orçamentária para 2016.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos no início do novo ciclo fiscal. Por que no início do novo ciclo fiscal? Diz a Constituição brasileira que no primeiro ano de todo mandato presidencial deve ser enviado ao Congresso Nacional um plano para os 4 anos seguintes, botando as prioridades do Governo. E esse plano dá as diretrizes, dá uma visão de médio prazo, digamos assim, de qual vai ser a execução fiscal do Governo. O primeiro passo dessa execução fiscal é traduzida na proposta de lei orçamentária.

Só para começar, na imagem temos o que foram os eixos estratégicos dos planos anteriores, resgatando o Plano Plurianual 2004 a 2007, de 2008 a 2011, de 2012 a 2015. Em linhas gerais, o que foi proposto, de uma forma ou de outra, aconteceu. As diretrizes colocadas pelo Plano Plurianual — o Governo submete a sua proposta e depois o Congresso aperfeiçoa e aprova — têm, de uma forma ou de outra, dado a linha do desenvolvimento da política fiscal nos próximos anos.

Lembramos que no primeiro Plano Plurianual aprovado pelo Presidente Lula a prioridade era inclusão social: desconcentrar a renda, com valorização do salário mínimo. Foi feito. No segundo Plano Plurianual, elaborado também pelo Presidente Lula, de 2008 a 2011, manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura, com o PAC e o Minha Casa, Minha Vida. Foi feito. O PPA 2012 a 2015, feito pela presidente Dilma, teve como principais metas a erradicação da pobreza e qualificação da mão de obra, com o PRONATEC e o Programa Ciência sem Fronteiras. Foi feito. Foram ampliados o combate à pobreza e foram ampliados o PRONATEC e o Ciência sem Fronteiras.

Essas diretrizes são colocadas, e obviamente isso é uma construção. Nós estamos na fase em que nós construímos a nossa proposta, e agora a submetemos ao Congresso Nacional.

Como isso foi construído? Foi feita uma construção participativa. Foram feitas 120 oficinas temáticas, envolvendo 4 mil técnicos, para que o Governo pudesse ouvir a sociedade na construção dessa proposta a ser apreciada pelo Congresso Nacional. Dentro desse processo, nós terminamos convergindo para quatro eixos estratégicos do PPA.

O primeiro deles é educação de qualidade. Investir em capital humano é uma das formas para aumentar a produtividade e, principalmente, é um dever do Estado para melhorar o acesso das pessoas, para poderem exercer melhor sua cidadania.

Continuar com a inclusão social e a redução da desigualdade. Mesmo no contexto mais adverso, macroeconomicamente, chegou a hora de consolidar os avanços dos últimos anos. Se a gente não pode avançar mais rapidamente, como achávamos que faríamos no passado, que nós consigamos consolidar os avanços que tivemos nos últimos anos. Acho que esse é o desafio.

Ampliar a produtividade e a competitividade da economia, com ênfase em investimentos públicos e privados, principalmente com essa coordenação: mais puxada pelo investimento privado, mas com coordenação e apoio, seja no programa de concessões, seja na melhoria do chamado ambiente de negócio, com a realização de investimento. É o terceiro item em foco.

E o quarto é o fortalecimento das instituições públicas, melhorando o controle social, a transparência, a prestação de contas, que é um processo que já vem desde a redemocratização, processo que vem continuando.

Esses são os eixos estratégicos da proposta do PPA.

Há vários destaques deste ano que eu vou entregar para as senhoras e os senhores. Minha equipe está à disposição. Esse é um projeto longo, que vai ser discutido amplamente nesta Comissão.

Na sequência, há uma série de destaques. Eu vou falar só dessa primeira página.

No caso da Saúde, o objetivo para 2016 e 2019 é ampliar de 39 mil para 46 mil as equipes de Saúde da Família; ampliar de 18,2 mil para 20,3 mil médicos, brasileiros e estrangeiros, em regiões prioritárias para o SUS (Programa Mais Médicos).

Educação: apoiar a oferta de educação pública em tempo integral para 5 milhões de alunos; apoiar a construção de 3 mil escolas; ampliar em 1,4 milhão o número de matrículas em instituições federais de ensino superior; ofertar 5 milhões de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada do PRONATEC

Trabalho Decente e Economia Solidária: realizar 18,5 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que eu procurei fazer neste eslaide e nos próximos foi traduzir o PPA — que é um instrumento de planejamento fiscal e tributário — em indicadores que afetam a vida da população. Por trás de cada programa, por trás de cada valor que está no PPA, há uma meta quantitativa: aumentar o número de médicos, melhorar o número de creches, melhorar o programa de vacinação. É isto o que o PPA coloca, o valor e quais são as metas quantitativas associadas àquele valor, para que a qualidade e a efetividade do gasto possam ser medidas.

Há vários destaques. Eu vou passar por isso e vou direto ao projeto de lei orçamentária, mas esses detalhes vão ser objeto, eu entendo, dos Relatores, das Comissões temáticas especiais que vão analisar o PPA — Plano Plurianual..

Vamos ao PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual. Antes de começar o PLOA, eu gostaria de recuperar uma coisa que nós já apresentamos aqui, por ocasião daquela reunião de trabalho, que é o tamanho do esforço fiscal que já foi feito neste ano. Acho que é importante valorizar todo o esforço fiscal que o Brasil, que a sociedade brasileira está fazendo neste ano. Já foi feita uma série de medidas que têm possibilitado uma melhora do resultado fiscal, mas, ainda assim, é preciso fazer mais.

Por que é preciso fazer mais? O primeiro eslaide mostra a evolução da arrecadação de impostos e contribuições do Governo Federal. O que são esses impostos e contribuições? São as contribuições, como PIS, COFINS, CIDE, e os impostos, como IPI, Imposto de Renda, que são as arrecadações tributárias do Governo, exceto Previdência Social.

Eu coloquei um gráfico bem longo mostrando, desde 1997, que há uma grande elevação da receita no ajuste que foi feito, no final dos anos 90, depois a receita se estabiliza em torno de 15% do PIB. Desde a crise de 2008, ela estava flutuando em torno de 14% do PIB, e este ano está em 13,4% do PIB.

Então, nós estamos com uma receita hoje de impostos e contribuições, excluindo Previdência, no mesmo nível em que nós estávamos mais ou menos no ano de 2001. Do ponto de vista do Governo Federal, a arrecadação de impostos e de contribuições não subiu, o que subiu foi a contribuição para a Previdência e a arrecadação de *royalties*, mas a arrecadação de impostos e contribuições tem

permanecido relativamente estável, nos últimos 4 anos, e ela caiu, houve uma mudança de patamar a partir da crise de 2008.

É por isso que o desafio fiscal é um grande desafio, nós estamos trabalhando com uma receita que mudou de patamar, a partir de 2008, e estamos procurando recuperar essa receita, o que envolve medidas legislativas e sobretudo a recuperação do crescimento da economia.

O outro eslaide é para mostrar a receita que mais cresceu: a evolução da arrecadação da Previdência, que flutuava em torno de 4,7% do PIB até o ano de 2003. Aí, houve um grande processo de formalização e aumento de desemprego, e ela sobe e atinge 5,8% do PIB em 2012. Desde então, ela tem ficado mais ou menos estável em 5,8% e 5,7%.

Aquela linha escura é a receita efetiva da Previdência; a linha pontilhada acima é a receita total, porque o Tesouro compensa a desoneração da folha. Então, aquilo é a receita com a compensação do Tesouro, pelo gasto da desoneração da folha. Então, aquilo cresceu porque o Tesouro está compensando mais a desoneração da folha.

Uma das medidas que as senhoras e os senhores aprovaram foi a revisão do programa de desoneração da folha de pagamento, que vai aproximar essas duas curvas, vai fazer a curva de baixo subir e a curva de cima ficar estável ou cair e vai melhorar a situação da Previdência.

Mas isso também é para mostrar que o que cresceu mais foi a contribuição para o INSS, devido à formalização da economia, ao aumento de emprego e ao Programa Super-SIMPLES, que aumentou bastante a formalização da economia. Isso atingiu um pico, no ano de 2012, e desde então está estável.

Então, esse é outro desafio, é um outro lado do aumento do déficit da Previdência, porque a receita parou de crescer em proporção do PIB, sendo que as despesas continuam crescendo. É por isso que enfrentar a questão da Previdência também é uma agenda em que nós temos de avançar, tanto no curto prazo, com a aprovação da medida provisória que está aqui no Congresso Nacional, da Regra 85/95, quanto com a análise de novas propostas de mais médio e longo prazo para melhorar a situação da Previdência.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O resumo do esforço fiscal que já foi apresentado neste ano dá 134 bilhões. Se a gente pegar todas as medidas que o Governo adotou, desde o final do ano passado, sejam as medidas infralegais, como decretos e portarias, sejam as medidas legais, como MPs e projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional, o total dá 134 bilhões. A redução de despesa discricionária foi de 82 bilhões, 61% desse esforço é redução de despesa discricionária, chamada de contingenciamento, mais uma redução do volume de concursos previstos para este ano.

Depois, houve a redução de despesa obrigatória com as MPs que foram aprovadas e outras medidas; uma revisão de desonerações; a atualização monetária e de tarifas e a elevação de receitas. A elevação de receitas de impostos foi cerca de 3 bilhões neste ano, 2% do total do esforço fiscal.

Portanto, já foi feito um esforço fiscal de 134 bilhões neste ano, ou seja, 2,3% do PIB. Estamos trabalhando, junto com outras medidas, na expectativa de que esse esforço fiscal viabilize um resultado primário de 0,15% do PIB neste ano, ou seja, 5,8 bilhões.

Este eslaide faz uma comparação com o que estava na Lei Orçamentária e o que foi no ano passado. Vocês podem ver que a Lei Orçamentária aprovada para 2015 previa uma receita total de 1 trilhão e 447 bilhões. A revisão do Orçamento é 1 trilhão e 318 bilhões, tem mais de 120 bilhões de frustração de receita. A expectativa de receita foi reduzida em mais de 120 bilhões, devido a cenários que não se verificaram ou medidas que eventualmente teriam de ser aprovadas e não foram.

A despesa prevista no PLOA era de 1 trilhão e 168 bilhões, a despesa que nós prevemos para este ano é de 1 trilhão e 105 bilhões. Aí, tem-se uma redução de quase 60 bilhões em relação ao que foi aprovado e, apesar disso, a gente vê que ela é muito concentrada na discricionária. A discricionária prevista no PLOA é de 312 bilhões, neste ano, a gente espera que a discricionária fique em 233,9 bilhões.

Há um aumento da despesa obrigatória: de 855,8 bilhões, que estava na LOA, foi para 871 bilhões agora, comparado com ano passado, que foi de 781 bilhões. Portanto, é um crescimento da despesa obrigatória bem forte.

Se nós pegarmos o aumento da despesa como um todo, ela sai de 1 trilhão e 40 bilhões, em 2014, para 1 trilhão 105 bilhões, neste ano, um aumento de 65 bilhões. Mesmo com o esforço de 134 bilhões de medidas de receita e de despesa,

ainda assim a despesa total do Governo subiu 65 bilhões, devido à despesa obrigatória.

O próximo eslaide, senhoras e senhores, é para mostrar onde foi esse crescimento da despesa obrigatória. Aí está a despesa obrigatória: em cima, é sem emendas e, embaixo, é o valor das emendas. Vamos começar de baixo para cima.

As emendas, no ano passado, foram de 2,9 bilhões, neste ano, a previsão de pagamento é de 4,6 bilhões, que é o Orçamento Impositivo, o mínimo que deve ser pago, com um aumento de 1,7 bilhão. Mas, se a gente olhar em cima, o que cresce mais são as despesas obrigatórias. O INSS e LOAS, que são a Previdência e a Assistência Social, passam de 432 bilhões para 478 bilhões de reais, um aumento de quase 46 bilhões de reais. O pessoal passa de 222 bilhões para 236 bilhões, um aumento de quase 14 bilhões de reais. Essa é a última fase daquele acordo feito em 2012, que eram aumentos anuais de 5%.

Depois, têm os programas do FAT, em que houve uma redução, devido à aprovação das MPs pelo Congresso Nacional; os subsídios e complementos do FGTS, que são os subsídios do BNDES; os subsídios agrícolas e o pagamento do FGTS pelo valor que o FGTS aportou no Programa Minha Casa Minha Vida e aumentou bastante, de 5 bilhões, no ano passado, para quase 27 bilhões neste ano.

Então, a maior parte do aumento de despesa é de despesa obrigatória, e nós estamos atuando sobre isso. Nós estamos atuando sobre o gasto com pessoal, tentando fazer um acordo com o funcionalismo; nós estamos atuando com a questão da Previdência, já aprovamos uma medida de pensão por morte este ano, tem outra MP em análise pelo Congresso e planejamos, até o final do ano, construir mais propostas para melhorar a situação da Previdência.

A questão dos subsídios é um aumento temporário, porque grande parte dos subsídios dados, nos 2 últimos anos, devem ser pagos agora, por isso que dá esse salto. Então, essa conta do subsídio vai ficar alto neste ano e no próximo ano, depois, ela começa a cair.

Há um esforço bem grande de contenção de despesas no âmbito administrativo. O que a gente pode controlar por portaria, por medidas de melhora do gasto, nós temos feito. Para dar um exemplo aos senhores, eu queria colocar o custeio administrativo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ontem, nós lançamos, Sr. Presidente, um boletim que chamamos de Boletim de Custeio Administrativo, para acompanhar o que se convencionou chamar de custeio da máquina pública, quanto o Governo gasta para o seu funcionamento, seja com luz, telefone, água, material de escritório, o que é o custeio administrativo. Então, a gente procurou fazer esse boletim e pegou quem são as despesas de funcionamento do Poder Executivo.

Para dar um exemplo, você pega um programa como a vacina, a vacina não entra, o valor da vacina é um programa público, como é o valor do livro didático. O gasto administrativo para se dar a vacina: tem que levar a pessoa lá, o posto médico tem que funcionar, tem que ter luz, tem que ter água, tem que ter segurança, esse é o gasto administrativo. Então, a gente procurou isolar o que é gasto administrativo, para ver como isso evoluiu.

O levantamento deste ano está aí, tem um boletim, que eu vou distribuir a todas as senhoras e os senhores, que faz o acompanhamento disso desde 2010 e mostra que hoje a gente está gastando, em termos reais, o mesmo valor que a gente gastava em 2010.

Só para dar um exemplo do que foi feito este ano, de janeiro a agosto do ano passado, as despesas de custeio administrativo foram de 13,8 bilhões de reais, neste ano, de 14,175 bilhões. Então, há um crescimento de 331 milhões, que é a primeira linha que está ali.

Se a gente for ver aqui, quase tudo tem uma queda real. Tem a variação nominal, que cresceu 2,4%, e, como a inflação está em 9,5%, houve uma queda real de 7,5%. Então, o gasto de custeio administrativo do Governo Federal, neste ano, caiu 7,5% até agosto.

Quanto aos itens, nós dividimos os principais subitens: prestação de serviço, serviço de limpeza, serviço de energia elétrica, locação de imóveis, material de consumo, diárias e passagens, serviços de comunicação. A gente vê que o que subiu mais foi energia elétrica, porque subiu o preço da energia elétrica. O IPCA acumulado de energia elétrica de janeiro a agosto é de 51%. O gasto do Governo com energia elétrica subiu 49%, em linha com o aumento de preço, não houve aumento de quantidade.

Se nós tirarmos a energia elétrica, que é o último item da tabela, na verdade, o gasto foi de 13.150 no ano passado e está 13.145 este ano, praticamente estável. Nós estamos controlando, nós estamos gastando, em termos nominais — exceto energia elétrica —, o mesmo nível que nós gastamos no ano passado, uma queda real, portanto, de quase 10%, ou seja, de 9,7%.

Então, esse é um boletim, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, cuja primeira versão nós apresentamos ontem. Nós queremos fazer esse boletim trimestralmente, para ver como vai a evolução do custeio da máquina. Cada item desses está detalhado para nós podermos saber exatamente o que está crescendo, o que não está e em que nós precisamos atuar.

Bom, vamos ao projeto de lei orçamentária. Esse primeiro quadro nós já apresentamos. Só para enfatizar, nós fizemos uma pequena rearrumação para corrigir alguns valores a partir de observações que foram feitas depois da primeira apresentação. Na verdade, o quadro de rigidez do orçamento é até maior do que nós inicialmente apontamos.

Do total de gastos previstos na Proposta de Lei Orçamentária inicialmente de 1 trilhão e 210 bilhões, somente 102,7 bilhões — quase 103 bilhões — são contingenciáveis. Os demais gastos ou são obrigatórios, determinados por lei ou pela Constituição propriamente, ou têm — apesar de receber o nome de discricionário — outra lei que coloca limites, coloca pisos para esse tipo de gasto. Então, o desafio de fazer esse reequilíbrio fiscal é, primeiro, montar um cenário de menor receita — porque a receita está em um nível mais baixo do que ela estava há 4 anos em proporção ao PIB — e um cenário em que a maior parte do gasto é rígido, é determinado por leis ou pela própria Constituição. O que a gente pode administrar do ponto de vista de decreto de contingenciamento é somente 8,5% do total

Qual foi o esforço fiscal planejado para 2016? Em primeiro lugar, proposta orçamentária enviada a esta casa já continha um esforço fiscal de cerca de 72 bilhões de reais. O que eu chamo de esforço fiscal planejado? Ao se construir o Orçamento — os senhores já participaram desse processo, seja nesta Comissão seja em outras administrações —, faz-se de acordo com as metas que se tem para diversos programas, disponibilidade de receita. Então, a primeira coisa que nós

fizemos foi revisar várias metas de vários programas. Todos os programas estão mantidos: continua havendo o PRONATEC; continua havendo o Ciência sem Fronteiras; continua havendo o Minha Casa, Minha Vida; continua havendo o Bolsa Família, que é prioritário; continua havendo o PAC, mas as metas desses programas foram ajustadas ao cenário fiscal. Então, nós reduzimos a meta inicial de expansão do PRONATEC; nós concentramos o Ciência sem Fronteiras, no ano que vem, na pós-graduação; nós ajustamos as metas do Minha Casa, Minha Vida, criando a Faixa 1 - FGTS, para ter menos subsídio e atender principalmente as populações das Regiões Metropolitanas.

Esse esforço de revisão, de adequação de metas de expansão, reduziu a despesa em relação ao que era inicialmente planejado pelas próprias metas anunciadas desses programas em cerca de 28 bilhões de reais. Há uma revisão de gastos tributários de 6,7 bilhões de reais, que foi a revisão de desonerações que acompanharam a proposta orçamentária. Há receitas patrimoniais de 32 bilhões de reais, um esforço de operação com ativos de 27 bilhões e um esforço de aumentar receitas de concessões de mais 5 bilhões. E há aumento de receitas de 4,6 bilhões de reais com aquelas medidas que fazem parte de uma medida provisória que também está em análise pelo Congresso Nacional — nas bebidas quentes, nos direitos de imagem. Essa é uma Medida Provisória que foi anunciada junto com o Orçamento.

Então, na proposta de Orçamento já estava implícito um esforço fiscal de 72 bilhões de reais. Posteriormente, nós fizemos uma nova rodada. Como o Orçamento tinha um déficit de 30 bilhões reais, para atingir a meta inicialmente projetada, no caso do Governo, de 34 bilhões, é necessário fazer uma elevação da receita e uma redução adicional de despesa. Foi essa segunda rodada de medidas que eu e o Ministro da Fazenda apresentamos aqui por ocasião daquela reunião de trabalho. O total dessas medidas é de 71 bilhões e 600 milhões de reais, que foram objeto daquela discussão. Então, se os senhores permitirem, eu vou deixar isso para nós detalharmos depois, porque nós já apresentamos naquela reunião de trabalho quais são as principais medidas. Na maior parte delas, tem-se uma redução de despesa de 26 bilhões de reais; uma redução de gasto tributário; revisão de desoneração, de

quase 5 bilhões; uma realocação de fonte, no caso, do Sistema S, de 6 bilhões e um aumento de receitas de quase 35 bilhões. Esse é o segundo esforço.

Então, o primeiro esforço e o segundo esforço formam um esforço fiscal de quase 143 bilhões de reais, já projetados para o ano que vem, e são também cerca de 2,3% do PIB.

A maior parte desse esforço fiscal é de redução de despesas, seja na primeira parte, seja na segunda, que totaliza 38%. As receitas patrimoniais, concessões e operações com ativos, totalizam 22%. A revisão de desonerações totaliza 8%. A realocação de fonte, nesse caso, a questão do Sistema S, que nós estamos discutindo, totaliza 4%. E o aumento de receita, via impostos, via Proposta de Emenda à Constituição da CPMF, totaliza 39 bilhões — 28% do total de esforço fiscal programado para o ano que vem.

Com esse esforço fiscal, em relação ao PLOA, nós achamos possível sair de um resultado deficitário de 30 bilhões para um resultado superavitário de 34,4 bilhões — que está na última linha da tabela —, o que dá, como resultado primário para o Governo Federal, cerca de 0,6% do PIB. A meta de 0,7% é atingida com um superávit de mais 0,1% por parte de Estados e Municípios. Então, isso dá uma linha do que é.

Essa tabela demonstra qual é a programação para este ano, vigente, o último decreto de 2005, qual é a proposta que foi enviada à CMO e qual é o efeito dos ajustes que foram feitos, das propostas que foram feitas depois, sobre a proposta de lei orçamentária. Várias dessas propostas já foram enviadas ao Congresso Nacional, outras, que são mais administrativas, serão enviadas ao Relator do Orçamento e à Comissão para serem adotadas ao longo da tramitação do processo. Nós esperamos concluir esse processo, até porque vai envolver — é meu último ponto — também uma análise de como podem ser encaminhadas as emendas parlamentares. Nós estamos trabalhando junto com o Relator, junto com a Presidente e também com a Consultoria da Comissão para construir a aplicação dessa redução do gasto discricionário.

Do ponto de vista da despesa, falando um pouco do lado do meu Ministério, as despesas discricionárias — lembrando que há despesa discricionária que nós não podemos contingenciar, mas leva esse nome de “despesa discricionária” —

atingiram, em 2014, cerca de 289 bilhões; para 2015, 249 bilhões; para 2016, a previsão, com essa redução adicional, é de 236 bilhões de reais.

Nós vamos reduzir a proposta que nós enviamos para cá para 236 bilhões de reais, Relator. A proposta é de 250, nós vamos reduzir para 236. Esse valor de 236 é quase o mesmo que havia em 2011, que foi de 233 bilhões. Corrigido pela inflação, é mais ou menos o mesmo valor real que nós tínhamos em 2011. Ou seja, é a mesma despesa, em nível real, que nós tínhamos em 2011. Esses valores são corrigidos pela inflação. Não está escrito aqui, mas nós vamos corrigir isso.

Do ponto de vista de índice, para transformar, se nós tomarmos o ano de 2010 como 100, o valor previsto para o ano que vem é 109, ou seja, vamos gastar em termos reais 9% a mais do que nós gastamos há 5 anos. Nós vamos gastar, ano que vem, 9% a mais do que nós gastamos há 5 anos! Então, essa é a dimensão do esforço fiscal que está previsto nesse Orçamento, é a dimensão do esforço fiscal que está sendo proposto pelo Governo e isso é necessário para nós começarmos a recuperar o controle da dívida pública e, com isso, viabilizar a recuperação do crescimento.

Do ponto de vista percentual do PIB, que é o penúltimo eslaide, a despesa cai de 4% do PIB para 3,8% do PIB, mais ou menos o valor verificado em 2011, que foi de 3,9% do PIB, e também em 2010. Seja em termos reais, seja em termos de percentual do PIB, o esforço fiscal programado para o ano que vem é menor do que o deste ano. O deste ano nós trazemos de 4,5% do PIB para 4% do PIB; o do ano que vem, de 4% para 3,8%. Então, já começa a haver uma consolidação fiscal, mas ele traz o gasto em percentual do PIB para 3,8%. O que isso significa na prática? Significa que, do total da renda da sociedade brasileira, 3,8% seriam destinados a gastos discricionários do Governo — o mesmo nível que foi destinado em 2010, bem abaixo do que foi feito nos últimos anos.

O último ponto, Sr. Presidente, Relator e demais presentes, é para nós esclarecermos a questão das emendas parlamentares. Em parte desta despesa discricionária, nós vamos reduzir o gasto do PAC em 3,8 bilhões, gasto de investimentos, e nós vamos reajustar nossa projeção de gasto em saúde também em 3,8 bilhões. No caso da saúde, como a Constituição manda que metade das emendas impositivas têm que ser direcionadas para a saúde, ao se direcionar o

valor das emendas impositivas também a 3,8%, isso pode compensar em manter o gasto previsto no mesmo nível. Mas, nesse aspecto, é bom ficar claro o seguinte, vamos usar os verbos corretos. O Governo, em primeiro lugar, vai reduzir o seu gasto discricionário em 3, 8 bilhões e vai sugerir aos Parlamentares, se S.Exas. assim quiserem, que direcionem as emendas impositivas da área da saúde para alguns programas específicos que nós estamos reduzindo. Se houver interesse dos Parlamentares em fazer isso, essa é a nossa sugestão. É isso que estamos tentando trabalhar conjuntamente com a Relatoria, para diminuir ou atenuar o impacto desses cortes no funcionamento da saúde.

Segundo lugar, a mesma coisa no PAC. Nós vamos reduzir o gasto do PAC, que está previsto em 3, 8 bilhões. Nós vamos apresentar aos Parlamentares uma lista de projetos que estamos construindo com os Consultores do Congresso, na qual nós efetuamos os cortes, para verificar se há, dentro desses projetos que foram reduzidos, interesse, por parte de algum Parlamentar, de fazer uma emenda nesse projeto.

Esse último eslaide é para detalhar isso. O Governo vai reduzir sua previsão de gasto discricionário com saúde e investimento em 7,6 bilhões, cerca de 1% da receita corrente líquida. As emendas individuais serão definidas pelos Parlamentares no limite total de 1,2 da receita corrente líquida, como determina a Constituição. O Governo enviará, antes da abertura do prazo para apresentação de emendas, ou seja, nos próximos dias — estamos trabalhando nisso —, uma lista de ações do PAC da saúde, inclusive, custeio da saúde, que poderão ser objeto de emendas para atenuar o impacto desse corte adicional.

Então, vamos solicitar ao Congresso Nacional, especificamente, aos Parlamentares que possam ajudar e contribuir nesse período. Se eventualmente houver um emenda que V.Exas. tenham interesse em compensar alguma coisa que nós reduzimos, isso pode atenuar o impacto, ter uma execução mais eficiente e ajudar neste momento de travessia.

Essas emendas poderão ser regionalizadas, indicando os Municípios beneficiados, como já acontece com as emendas impositivas. E o prazo para apresentação de emendas à despesa e à receita é o prazo definido pela própria

CMO, que se não me engano, o Relator pode me corrigir, é o prazo de 1º de outubro a 20 de outubro, que começaria na próxima quinta-feira.

Nós estamos trabalhando junto com a Consultoria Técnica para construir essa lista de projetos e apresentar paralelamente, à medida que as senhoras e os senhores estejam fazendo suas emendas, a nossa sugestão. Essas emendas poderiam ser feitas para ajudar neste momento de travessia fiscal.

Então, é um processo construtivo. É um processo colaborativo. Por isso, queria voltar a minha primeira fala: temos todos os instrumentos necessários para superar nossas dificuldades e temos que trabalhar conjuntamente para fazer isso. Isso envolve um papel do Executivo, que tem que fazer as suas propostas, e envolve principalmente o papel Legislativo.

Por definição, a questão fiscal é da área legislativa, em qualquer democracia. Então, o ajuste fiscal passa pelo Congresso Nacional, que pode melhorar esse ajuste fiscal ou torná-lo mais rápido ou mais lento, dependendo de qual seja a avaliação que as senhoras e os senhores achem mais adequado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós agradecemos ao Sr. Ministro. Passaremos, agora, às primeiras perguntas, já que, na vez passada, eu o prejudiquei. Concedo a palavra ao nosso Relator da LOA, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Ricardo Barros, antes de V.Exa. falar, quero fazer o registro de que o Deputado Zeca Dirceu, Relator do PPA, teve um problema com o voo e pediu que eu justificasse a sua ausência. Ele pede desculpas ao Ministro Nelson Barbosa e à nossa Presidenta.

Deixo aqui este registro que me foi solicitado pelo Deputado Zeca Dirceu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Relator da LOA, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ministro Nelson Barbosa; Senadora Rose de Freitas; colega Deputado Ricardo Teobaldo; Esther; todos os Deputados presentes, a explanação do Ministro é bastante clara no sentido do enorme esforço fiscal que está se fazendo. É preciso que esse esforço seja suficiente para o equilíbrio das contas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós, aqui, no Congresso Nacional — e eu, como Relator-Geral —, gostaríamos de aprovar um Orçamento equilibrado, superavitário, que acalmasse o mercado, porque é a nossa iniciativa privada, é o nosso setor produtivo que viabilizam a arrecadação do Governo. Essa queda do grau de investimento afeta muito o setor produtivo. Com essa consequência, temos uma queda de arrecadação muito grande. Nós estamos tendo uma queda de arrecadação da ordem de 4,5%, corrigidos do ano passado, e como o Ministro acabou de mostrar, uma despesa obrigatória crescendo 15%. Nós temos uma boca de jacaré, 4,5% para baixo e 15% para cima, são 20% de diferença. É muita coisa! E como nós já vínhamos num Orçamento muito justo para investimentos, praticamente nós estamos eliminando a capacidade do esforço anticíclico, que foi aquele que veio sustentando o aquecimento da economia nos últimos anos.

Sobre a lei orçamentária aqui apresentada, Ministro, há algumas questões que eu gostaria que o senhor nos respondesse. Há 52 bilhões de Fonte 144, que é a emissão de títulos, sustentando despesas continuadas, especialmente na saúde. Então, perguntamos se é possível a substituição dessas fontes de emissão de títulos para suporte de despesas continuadas, o que facilitaria muito o nosso trabalho aqui na Comissão.

Sobre a Lei Kandir, há 1,950 bilhão no Orçamento, que é a Lei Kandir em si, mas tradicionalmente o Congresso coloca mais 1,950 bilhão, que é um programa de fomento à exportação. Então, em 2014 e 2015, não foram ainda aplicados esses recursos, aguardando-se um projeto de lei que dará as regras dessa aplicação, que está para ser sancionado. Então, esses recursos também não vieram para o Orçamento 2016.

A questão da regra de ouro. Há despesas de capital superiores às operações de crédito em 12 bilhões. Essas informações estão na nota da nossa Consultoria, que foi publicada hoje pela manhã. Então, eu pergunto ao Ministro como poderíamos corrigir isso. Se a informação estiver correta, o Governo estará superando a emissão de novas operações, além das despesas de capital.

A saúde. O Ministro da Saúde, Arthur Chioro, deu uma entrevista dizendo que para este ano faltarão 2 meses do MAC, que é a transferência de média e alta complexidade para Estados e Municípios, e que no ano que vem — eu constato — o

Orçamento está a menor em 3 meses de transferência da média e alta complexidade para Estados e Municípios. O corte feito pelo Ministério da Saúde se concentrou nessa rubrica, que é a transferência de Estados e Municípios.

Então, eu pergunto ao Ministro como o Governo pretende solucionar essa questão, ou se ficaremos nós aqui na Comissão com esta obrigação.

Eu estou explicando isso, porque o Governo pode mandar mensagem modificativa até a votação do relatório preliminar, que está prevista para 10 de novembro. Então, o Orçamento poderá ser alterado pelo próprio Governo até que nós votemos o relatório preliminar. Após isso, não. Nós temos que resolver as questões aqui por nossa conta.

Próxima questão, Ministro. Há um custo de subsídios e operações de crédito de 117,8 milhões que não passa pelo Orçamento, que são os financiamentos que o BNDES faz, o FCO, os fundos constitucionais de financiamento, com juros abaixo do custo do dinheiro, cuja diferença da equalização é paga pelo Tesouro. A equalização do Plano Safra do Banco do Brasil consta no Orçamento, até nós fizemos uma redução em algumas questões. Mas esses recursos, que são o subsídio que o Governo dá para as linhas de crédito incentivadas do BNDES, não estão constando no Orçamento. Eles existem, mas não estão explícitos.

Por último, Ministro, Restos a Pagar. O total de Restos a Pagar soma 227 bilhões, que concorrem com o Orçamento anual, porque há Restos a Pagar, que tem que ser pago este ano, e as despesas deste ano, que também precisam ser executas. Só que o financeiro é o mesmo. Nós temos duas obrigações orçamentárias com um único financeiro. Então, eu queria um comentário do Ministro sobre o ajuste do financeiro com o orçamentário, somando a lei orçamentária mais Restos a Pagar.

E um comentário final. Eu não vou fazer uma pergunta, Ministro, apenas um comentário. Eu percebo no mercado certa inquietude. Vocês perceberam que o Governo anunciou um novo pacote de ajuste, e o mercado não se acalmou. Por quê? Porque, se fizermos uma conta matemática fria, nós perceberemos que a CPMF, se for aprovada, será aprovada no meio do ano que vem, constando as 40 sessões na Câmara, as 40 sessões no Senado, a votação em dois turnos na Câmara e a tramitação na CCJ, o que vai ser uma guerra, vocês sabem.

Então, nós estamos vendo que, se aprovamos em junho do ano que vem, e há a noventena, porque é uma contribuição, a CPMF passará a ser arrecadada em outubro, novembro e dezembro. Então, eu sugiro — vou fazer essa recomendação também ao Ministro Levy e à Presidente Dilma — que nós não contemos com essa receita de CPMF no Orçamento 2016, porque, além da incerteza da aprovação, os recursos efetivamente arrecadados poderão ser poucos, se ela for aprovada; e substituamos essa receita por uma efetiva em que o mercado entenda, acredite, perceba o real compromisso do Governo com o ajuste fiscal, que seria a CIDE. A CIDE é uma decisão administrativa do Governo. Ela começa a arrecadar imediatamente no dia seguinte a sua publicação. Os Governos Estaduais arrecadarão ICMS sobre a CIDE, portanto melhoraremos o caixa dos Governos estaduais que estão muito combalidos.

E ainda podemos recuperar o setor sucroalcooleiro com o aumento do preço da gasolina. Há 80 usinas fechadas no Brasil. Podemos recuperar de imediato 200 mil empregos, só reativando essas usinas com a margem que a CIDE pode dar de rentabilidade ao setor sucroalcooleiro.

Então, eu vou transmitir uma visão do que eu tenho conversado e percebido nos debates que faço com a sociedade organizada, com o setor produtivo e com a imprensa especializada. Ela percebe claramente essas dificuldades. Então, espero que o Governo reponha esse caixa proposto de ser arrecadado com a CPMF com outra medida que seja crível, consistente.

Eu sempre falo que Relator não tem opinião. A opinião do Relator é a média do Plenário, porque, se ele não perceber a média do Plenário, não se aprova o seu relatório. Não é a minha opinião, eu tenho ouvido nos debates do mercado. Acho, Ministro que nós devíamos iniciar pela reforma da previdência, porque assim nós daremos ao mercado a percepção de que por muitos anos estamos ajustando o Orçamento. Não estamos ajustando o Orçamento 2016. Estamos ajustando o Orçamento da União por muitos anos pela frente. E como disse o Ministro Joaquim Levy, quando o Vice-Presidente Michel Temer disse que tinha dúvidas sobre a CPMF: *"Então, o senhor quer a reforma da previdência, porque a CPMF está vinculada à previdência para, quando for feita a reforma da previdência, abrir mão da CPMF."*

Então, seria entrar direto na discussão previdenciária, porque a grande maioria das matérias são leis ordinárias, algumas são leis complementares e um terço mais ou menos são PECs. Nós poderíamos ter um grande resultado, iniciando este debate. Eu sei que a Presidente Dilma instalou um fórum de debates sobre a Previdência, e é o estilo do Governo ouvir todos. O fórum já está instalado. Acho que esse seria o caminho que — eu percebo, não é a minha opinião — o mercado espera que o Governo tome as ações que efetivamente possam ter resultado, tranquilizem o mercado e deem segurança para a retomada dos investimentos.

Obrigado, Sr. Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos estabelecer um procedimento? Nós não somos muitos aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Foram muitas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foram muitas?

Quer responder primeiro ao Relator?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sete preguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Ele fez 7 perguntas. Vamos ouvi-lo primeiro. Em seguida, João Fernando Coutinho, Wadson Ribeiro e Izalci. Primeiro bloco de três.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, Presidente. Foram sete perguntas. Eu vou tentar responder a todas aqui o melhor que eu puder.

Na questão da Fonte 144, o Sr. Relator apontou que há 52 bilhões na proposta original de lei orçamentária sendo financiados pela emissão de títulos. Isso decorre do fato também de na proposta inicial ainda haver aquela previsão de um déficit de 30 bilhões. Com as propostas adicionais que foram apresentadas ao Congresso Nacional, diminui a necessidade de recorrer a essa fonte para financiar despesas de caráter continuado. Então, isso pode ser diminuído ou eventualmente completamente substituído por outras fontes na construção da lei orçamentária.

Sobre a Lei Kandir, o Governo, desde 2010, já não incluía, nas suas propostas originárias, nenhum valor para a Lei Kandir, porque o entendimento é que a obrigação dessa transferência, segundo a interpretação constitucional que o Governo tem, era devida até 2006, 2007. Mas, recorrentemente, isso tem sido

incluído no Congresso e tem sido feito, porém não constava do Projeto de Lei Orçamentária. Até para evitar diminuir o impacto dessa incorporação que eventualmente o Congresso faz, nós já voltamos a incluir neste Orçamento o valor de 1 bilhão 950 milhões.

Ainda em comparação com o que foi feito no passado, falta aquele valor de 2 bilhões, que o Congresso também inclui, relativo ao FEX, se não me engano, que depois será objeto de uma medida provisória de distribuição.

Essa é uma iniciativa que pode também ser construída ao longo dessa tramitação, substituindo alguma despesa ou arrumando alguma fonte, como foi feito no passado. Mas quero enfatizar que já se parte de um valor maior. Antes, partia-se de 0 e chegava-se a 3 bilhões 950 milhões, na Lei Kandir. Agora, está-se partindo de 1 bilhão 950 milhões para se chegar a 3 bilhões 950 milhões. Então, na verdade, se isso for mantido — essa me parece ser a indicação que V.Exa. me dá: ir para 3 bilhões 950 milhões —, teremos de rearrumar o Orçamento e ver onde podem ser realocados esses 2 bilhões.

Sobre o atual, o PL já foi aprovado e está em via de sanção para dar a regra do FEX deste ano.

Sobre a regra de ouro. O que é a regra de ouro, para aqueles que não têm familiaridade com isso? O volume de operação de crédito e emissão de dívida do Governo tem que ser inferior ou igual ao volume de investimento. Essa é a regra de ouro da política fiscal. Pode-se emitir dívida para financiar investimento, não para financiar um gasto corrente. Isso tem sido seguido.

Acho que há uma diferença aqui, Relator, de interpretação que podemos resolver nas reuniões técnicas. Nós consideramos investimentos da União e das estatais. Então, considerando investimentos da União e das estatais, essa regra de ouro está preservada. Acho que a consultoria identificou alguma coisa — recebemos a nota hoje —, estamos avaliando e vamos dar a resposta. Mas nós fazemos esse *check*: o Orçamento não vem para cá se não for cumprida essa regra de ouro. Então, há uma diferença de interpretação. Nós incluímos nesse cálculo de investimento, para ser igual ou maior que o da emissão de dívida, os investimentos das estatais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De qualquer forma, com as medidas adicionais anunciadas, essa diferença, mesmo com a interpretação dos consultores, também deve diminuir, porque aumentou a receita do Governo.

No caso da saúde, como eu falei, nós vamos reduzir o gasto inicialmente previsto em 3,8 bilhões. Onde esse gasto vai ser reduzido? Eventualmente — e o Ministro Chioro fez uma colocação sobre isso —, pode ser nos processos de média e alta complexidade ou em outros processos. Como os processos de média e alta complexidade são gastos obrigatórios — fazemos transferências para Estados e Municípios —, nós estamos tentando construir alternativas para que isso não seja feito nesses procedimentos. E aqui entra aquilo que eu havia colocado para todas as senhoras e senhores de tentarmos, nas emendas parlamentares, fazer redução em alguns gastos que possam ser objetos de emenda, e não nos processos de média e alta complexidade.

Esse é o trabalho, objetivamente, de construção do orçamento da saúde para diminuir o impacto dessa redução adicional de despesa sobre processos que são altamente necessários, como as transferências feitas para Estados e Municípios para atender a serviços de saúde de média e alta complexidade. Isso não está dado, é uma possibilidade, e nós estamos em contato tanto com o Ministério da Saúde, para construir essa proposta, quanto com a consultoria do Congresso para ver como isso pode ser feito. Queremos construir isso ao longo do mês de outubro para enviar a mensagem modificativa até o prazo que o senhor colocou em seu relatório: 4 de novembro.

Apontou-se que o custo do subsídio é de 117 milhões. É importante colocar o que entra no Orçamento e o que não entra. Equalização de taxa de juros é um gasto primário. Aqueles programas do BNDES, por exemplo. O BNDES empresta a uma taxa de 5%, mas é remunerado a 10%. É uma equalização de taxa de juros. A mesma coisa acontece no crédito agrícola. O Governo paga aos bancos públicos. Isso é um gasto primário e entra naquela conta de subsídios e subvenções financeiras, aquela conta que eu mostrei que subiu de 4 bilhões para 20 bilhões este ano. Nós estamos pagando agora os custos do subsídio do PSI dos últimos 2 anos. Isso está no Orçamento.

Nesse gasto de 117 bilhões — e, como eu falei, ainda estamos analisando a nota técnica —, parece-me que o que foi contabilizado não foi o gasto de equalização, mas sim o custo de carregamento financeiro: o fato de o Governo emprestar ao BNDES com a TJLP e financiar com a taxa de mercado. Então, empresta-se com a TJLP, que é 7%, e se financia com a taxa de mercado, que é de 14%, ou, dependendo do prazo, 15%. Essa diferença dá esse custo sobre o estoque de empréstimos. Nós elevamos a TJLP. Outra parte do ajuste em curso tem sido elevar a TJLP, mas, como a inflação também subiu, a SELIC e as taxas de mercado também subiram. Então, mesmo com a elevação da TJLP, o custo de carregamento financeiro — essa diferença entre a taxa de juros que o Governo usa para tomar recurso e a que o Governo usa para aplicar recurso no BNDES — ainda é grande e dá esse valor.

Isso não entra no Orçamento, porque não é um gasto específico, é o custo de carregamento financeiro, é a diferença entre a taxa de juros que se paga e a taxa pela qual se recebe. Mas tudo isso é transparente e objeto de um relatório que o Ministério da Fazenda faz para o TCU sobre o custo de carregamento financeiro de todos os empréstimos feitos pelos fundos constitucionais e feitos também ao BNDES.

A última pergunta foi sobre a questão da receita. Nós sabemos que a CPMF vai exigir um grande desafio político e empenho de todos para aprová-la. Por que colocamos esse tributo? Nós achamos que esse tributo tem menor impacto sobre a economia, tem menor impacto inflacionário, tem menor impacto sobre a atividade da economia.

V.Exa. fez uma sugestão que já foi levantada por vários Parlamentares e economistas: a tributação sobre combustível, a CIDE. É uma alternativa que o Governo pode eventualmente adotar, mas quero deixar claro — até para todos os jornalistas que estão na audiência — que essa é uma avaliação que faz parte principalmente das decisões do Ministério da Fazenda.

Nós optamos por não colocar a CIDE porque, neste momento, como eu falei, nós temos três frentes de reequilíbrio macroeconômico: o ajuste externo, o ajuste da inflação — trazer a inflação para baixo — e o ajuste fiscal. As medidas de controle da inflação começaram a dar seus primeiros resultados nos últimos meses, a

inflação começou a cair. Então, recorrer à CIDE, neste momento, na verdade, poderia jogar a inflação novamente para cima, justamente quando esses esforços começam a dar frutos. Por isso nós optamos por usar a CPMF, mesmo sabendo das dificuldades para aprovar uma emenda constitucional. Mas, como eu falei, são medidas necessárias. Nós não iríamos propor algo se não achássemos, primeiro, que é necessário e, segundo, que é a melhor das alternativas.

Obviamente, vamos ouvir e também o Ministério da Fazenda já está ouvindo as colocações e sugestões sobre tributação. Continuamos a enfatizar que a melhor alternativa é adotar a CPMF, porque ela tem uma arrecadação grande, é distribuída por várias transações e tem menos impacto inflacionário. Obviamente, ela requer um grande esforço político para sua aprovação.

Concordo com V.Exa. sobre a questão da previdência. Faz parte da agenda do Governo avançar na discussão sobre a previdência. Isso já foi colocado por todos nós na reabertura do fórum de discussão da previdência para o Governo apresentar suas propostas, ideias e, a partir dali, construir uma proposição.

Nós sabemos que dificilmente haverá um consenso no fórum. É um fórum de discussão. O Governo vai apresentar suas propostas, e estamos trabalhando para enviá-las ao Congresso Nacional ainda este ano. Só que, antes disso, há uma medida provisória nesta Casa, no Congresso Nacional, que estabelece a regra 85/95 móvel. Já é um primeiro passo que se dá para uma minirreforma na aposentadoria por tempo de contribuição. Se não me engano, já foi apresentado o relatório, e ela será votada na Comissão Especial. Nós trabalharemos pela sua aprovação até meados de outubro. Nós já a estamos discutindo e estamos abertos a sugestões. V.Exa. já fez sugestões e a própria consultoria do Congresso também.

Uma vez aprovada essa MP, que já é uma primeira medida para reformar o sistema de aposentadoria por tempo de contribuição, nós iremos apresentar ideias para avançar também em outras frentes. Agora, essa é uma medida que, primeiro, atinge só novos benefícios, é para frente. Então, ela tem um impacto imediato pequeno. Mas ela tem que ser feita, até porque o envelhecimento da população e o aumento que tivemos no déficit da previdência pública e privada, nos últimos anos, demonstram a necessidade dessa reforma. E ela tem de ser feita com o cuidado

necessário para que não cause insegurança jurídica nem aumento de despesa no curto prazo.

Estamos construindo essa iniciativa e, no nosso cronograma, uma vez completada a discussão da MP da regra 85/95, nós iremos, na sequência, apresentar propostas de médio e longo prazo sobre a previdência. Algumas delas, como V.Exa. e a consultoria do Congresso já sugeriram, poderão ter algum impacto já no ano que vem, mas um impacto pequeno. Na previdência normalmente o impacto inicial é pequeno e vai aumentando ao longo do tempo. É exponencial. No exemplo das pensões por morte, o impacto inicial era de cerca de 1 bilhão, no primeiro ano; depois, 2 bilhões, 4 bilhões, 6 bilhões. E vai crescendo. A Previdência tem essa característica.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Ministro Barbosa; meu caro Relator do Orçamento, Deputado Ricardo Barros; Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo, meu conterrâneo.

Sr. Ministro, eu queria ter tido a oportunidade, na última reunião de trabalho aqui com a presença de V.Exa., como também a do Ministro Joaquim Levy, de ter feito algumas indagações. Infelizmente, a minha ordem de inscrição ficou muito para o final. Por isso, hoje cheguei bem cedo para fazer aqui poucos questionamentos, mas os considero bastante importantes neste momento que estamos vivendo no nosso País, um momento de desconfiança dos investidores, sobretudo nessa nossa instabilidade política — e talvez por planejamento não adequado em anos passados. Não estamos aqui para fazer planos para o passado, e sim olhar para frente, para o futuro.

V.Exa., Sr. Ministro, falou aqui — e eu fiz questão de escrever — algumas frases na sua colocação: *"O Brasil tem todos os instrumentos para resolver essa situação; a questão é a velocidade com que vamos resolver".* Então, eu queria indagar a V.Exa., primeiro: na sua visão mais otimista possível, quando o Brasil volta a ter novamente uma retomada do crescimento na sua economia?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação a esse novo ajuste que chegou ao Congresso Nacional, que visa instituir uma série de medidas de redução de despesa, mas sobretudo aumento da arrecadação, a principal das medidas é a CPMF, um imposto que a sociedade brasileira, num passado recente, já rejeitou. Demonstrou que não aguentava mais nenhum tipo de aumento na sua carga tributária. Isso se reflete no dia a dia, em nossas visitas às nossas bases no interior, nas cidades pequenas, médias e grandes, nas cidades que visitamos nos finais de semana, quando aqui não estamos.

Eu pergunto: paradoxalmente, quando temos essa dificuldade da economia, a redução dos empregos formais, o aumento do desemprego, o aumento da inflação, o aumento da taxa de juros, paradoxalmente os bancos têm no lucrado como nunca. Segundo o DIEESE, só o Itaú lucrou, no ano passado, mais de 20 bilhões de reais; o Bradesco, mais de 15 bilhões de reais. Será que não haveria nenhuma medida que pudesse mexer nessa questão dos bancos nesses lucros absurdos que eles têm tido nestes últimos anos, enquanto o Brasil sofre na outra ponta?

E em relação às grandes fortunas, não haveria uma medida que pudesse taxar quem tem mais, quem tem mais condições, em vez de aplicarmos o mesmo imposto para todas as classes sociais, desde o trabalhador assalariado até o grande empresário brasileiro?

Para concluir, Sr. Presidente, eu vi aqui que nós estamos com uma previsão de, em 2016, pagar mais juros da dívida e diminuir a amortização da dívida pública. Eu queria que V.Exa., se possível, comentasse um pouco isso.

Eu quero agradecer a oportunidade de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Nós vamos passar a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro e ao Deputado Izalci. Depois, o Ministro responde aos três Parlamentares.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Na verdade, eu queria mais cumprimentar o Ministro Nelson Barbosa, que por mais de uma vez comparece a esta Comissão. E quero cumprimentar a nossa Mesa e os colegas Deputadas e Deputados.

Na verdade, Sr. Ministro, eu queria fazer um comentário e deixar uma questão para o final, também em função de uma série de compromissos que todos nós

temos hoje aqui na Casa. E eu mesmo vou ter que, daqui a pouco, ir para outro compromisso.

Mas em primeiro lugar quero dizer que nós temos compreendido, enquanto bancada, que há uma dimensão muito política nessa chamada crise econômica que tanto se propaga no Brasil. É claro que existe um ambiente mundial adverso e esse ambiente tem o seu impacto também na economia brasileira, é claro! Isso é notório. Mas há uma grande dimensão nessa crise, uma dimensão com forte conteúdo político.

Diante disso, nós nos temos expressado — e queremos reafirmar isto — que o Governo contará com o apoio da nossa bancada, o PCdoB, para as discussões e a aprovação desses ajustes, que são necessários para que atravessemos este momento, este ambiente, e descortinemos caminho para retomarmos um novo ciclo, um novo período de crescimento econômico.

Acho também, Sr. Ministro, que nós vivemos essa disjuntiva de um esforço fiscal para o equilíbrio das contas, o que se resume, em certa medida, à redução, à necessidade de redução das despesas — eu acho que é o que o Governo tem apresentado de forma muito consistente —, mas sobretudo ao aumento das receitas. O Brasil teve uma queda significativa das suas receitas, o que impacta obviamente na nossa economia. Diante disso, eu queria deixar alguns questionamentos.

Primeiro, Ministro, existe algum plano alternativo a essa questão da CPMF? Digo isso porque, para que seja aprovada, a CPMF depende de um esforço de coesão de uma maioria política no Congresso. E a CPMF também, em certa medida, respeita um prazo. Mesmo sendo aprovada, os seus impactos não seriam imediatos, mas para o próximo período.

Uma segunda questão que eu gostaria de levantar — e isto já foi perguntado aqui — é se existe, por parte do Governo, alguma discussão sobre se nós poderíamos também traçar metas. Isso nos incomoda muito, porque nós aqui discutimos muito meta de superávit, meta de ajuste, mas eu acho que o Brasil precisava estabelecer uma meta de crescimento, especialmente de um crescimento da participação da nossa indústria no PIB. Isso nos causa muita preocupação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E isso tem a ver também com a queda da nossa arrecadação. É claro que, estando o câmbio desvalorizado neste momento, momentaneamente podemos respirar em relação a isso. Mas isso não significa uma política mais estruturante. Eu acho que o centro, o principal, o que nós precisamos encarar a médio prazo é exatamente essa questão de retomar o ambiente e as condições para que a gente possa retomar um período mais consistente de desenvolvimento industrial, exatamente baseado na inovação tecnológica, baseado na recuperação da capacidade da indústria nacional e, eu diria, quase em um processo de reindustrialização. Essa é uma necessidade premente.

Pergunto também ao Sr. Ministro, caso seja verdadeira essa afirmativa, quais são os mecanismos e políticas que poderiam coadunar com essa preocupação para o próximo período.

Como último comentário, Sr. Ministro, acho também que nós precisamos equilibrar, de fato, essa questão da Previdência, sob o risco de nós termos que optar, num período curto de tempo, por exemplo, por políticas destinadas a crianças, em detrimento de políticas para a terceira idade, para os idosos, tamanha é a desproporção de um crescente gasto com a Previdência. E há a impossibilidade, que agora se acentuou também, não especificamente em relação à Previdência, de gastos obrigatórios, com essa imensidão de pautas em que o Congresso está mergulhado, que impactam no aumento de despesas não discricionárias, mas despesas obrigatórias para o Governo para o próximo período.

Desse modo, Sr. Ministro, eu queria dizer esta Comissão também tomou a decisão de fazer um ciclo de debates, para que possa contar com economistas e personalidades que se têm debruçado sobre esse debate econômico e orçamentário, no sentido de trazer mais elementos a esta Comissão, certeza e segurança sobre as medidas que o Governo tem adotado.

Agora, eu queria transmitir que o nosso esforço, enquanto base do Governo, tem sido o esforço de buscar uma melhor compreensão dessas políticas, para que, com maior convicção, possamos enfrentar esse desafio, que é o desafio de aprovar essas medidas e recolocar o País na condição de, em um período muito curto, retomar o seu crescimento. É a única forma, a partir do crescimento e de um

ambiente de melhora na economia, de mantermos os principais programas sociais e as principais conquistas obtidas nas últimas duas décadas.

Essas são as questões que trago.

Agradeço ao Sr. Ministro a atenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Ministro, V.Exa. sabe do respeito que tenho por V.Exa., mas o grande problema que eu vejo na situação atual é a questão de credibilidade. Quando na proposta do PPA se coloca que o eixo estratégico é a educação de qualidade, no primeiro item, nós concordamos. Ninguém rejeita isso, muito pelo contrário. Agora, o que está entre o papel e a prática é que realmente nos leva a um descrédito muito grande. Eu acho que essa questão da credibilidade é fundamental. E a crise por que nós estamos passando hoje, passa pela credibilidade — não a de V.Exa., mas a do Governo a que V.Exa. serve.

Vou fazer aqui um histórico do Orçamento: o Governo encaminhou uma proposta orçamentária para o Congresso Nacional, com um déficit primário de cerca de 30 bilhões, sob o argumento de que todos os esforços foram realizados e a equipe econômica não encontrou nenhum espaço para ajustar a proposta. Uma semana depois, após o estrago que a decisão desastrosa do Governo fez no mercado, inclusive agravado pela perda do grau de investimento de uma das mais importantes agências de avaliação de risco, quando perdemos o selo de qualidade de bom pagador, vocês voltam atrás e encontram uma fórmula mágica para sair do déficit, anunciando um superávit no mesmo montante. O mercado não se engana, e outra agência de avaliação de risco já sinalizou a possibilidade de também retirar o grau de investimento do Brasil.

Eu gostaria de saber, Sr. Ministro, sobre qual proposta V.Exa. veio discutir aqui nesta comissão. O ajuste anunciado requer o envio de uma nova proposta orçamentária, pois tem reflexos tanto na receita quanto na despesa. A receita corrente líquida, um dos parâmetros mais importantes da LOA, pois serve de referência para várias decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional, inclusive as emendas impositivas, está com a sua estimativa comprometida, pois tanto os

efeitos da alteração dos parâmetros macroeconômicos quanto os ajustes propostos na receita exercerão forte influência na receita corrente líquida.

Portanto, eu gostaria de saber quando será encaminhada a nova proposta orçamentária com os ajustes propostos. Quando será encaminhada para o Congresso?

Com relação à Saúde, ao analisar a proposta orçamentária provisória encaminhada pelo Governo, encontramos algumas incoerências que nos saltam aos olhos. Foram alocados no Ministério da Saúde 52,2 bilhões de reais de títulos das dívidas para financiar um dos setores sensíveis da sociedade. São mais de 16 bilhões para o piso de atenção básica, quase 30 bilhões para média e alta complexidade, 3,3 bilhões para assistências farmacêuticas, além de 1 bilhão de reais para medicamentos do Programa de Combate ao HIV. E por aí vai, só para mencionar alguns importantes programas da Pasta.

Diante da trapalhada que foi o envio dessa proposta orçamentária para o Congresso — parece-me que a fizeram assim, *"embrulha e manda"*, só para cumprir o prazo constitucional —, nunca antes na história deste País os programas de saúde pública foram custeados com títulos da dívida, impondo aos nossos netos o custo de tampar o rombo que a desastrosa administração da Presidente Dilma tem feito em nossa economia.

Instiga-nos saber se, de fato, o Governo tomou a decisão de financiar os programas de saúde com endividamento público ou se, por alguma divergência interna na equipe economia, viu-se obrigado a retirar às pressas da proposta orçamentária outra fonte de financiamento, que é a CPMF, para cobrir com a emissão de título da dívida pública. Essa é também uma indagação que faço a V.Exa.

Para concluir, a questão da CPMF. A Proposta de Emenda à Constituição nº 140, de 2015, que recria a CPMF, além de aumentar a carga tributária a nível não mais suportável por nossa sociedade — e aqui estão os nossos Deputados da base, que já questionam isso —, revela, por um lado, mais uma esquizofrenia deste Governo, que realmente é a CPMF; e, por outro lado, mais uma maldade, em sua infindável capacidade de piorar o que já está ruim.

Quais foram os reais motivos para o Governo querer maquiar o resultado da CPMF proposta, ao retirar o seu produto do cálculo da receita corrente líquida? Qual foi exatamente a proposta quando o Governo tirou a CPMF da receita corrente líquida? Diminuir os recursos para ações de serviço público de saúde, que deverão ser de 13,2% da receita corrente líquida para o próximo ano? Um dos motivos foi diminuir os recursos para as ações dos serviços públicos de saúde, que deverão ser de 3,2% da receita corrente líquida para o próximo ano? Diminuir os recursos de emendas impositivas dos Parlamentares? Qual é, de fato, a ação do Governo, ao retirar a CPMF? Talvez seja em função dessa discordância interna.

Estas são as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. não disse que, após a terceira, seriam as respostas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Teobaldo) - Nós temos 11 inscritos.

Então, vamos ouvir o Ministro. Em seguida, nós voltamos com o Deputado Cacá Leão.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O Deputado João Fernando pergunta sobre o crescimento, o lucro dos bancos e outras fontes tributárias.

O crescimento. Nós esperamos que a economia brasileira comece a se recuperar ao longo de 2016. Nós estamos focados, no momento, em construir as bases para essa recuperação. Não é possível que você tenha uma recuperação sustentada do crescimento se não tiver o controle da inflação, a estabilidade do câmbio e estabilidade fiscal. E é por isso que, por mais paradoxal que seja, o primeiro passo para recuperar o crescimento é tomar algumas medidas que são restritivas, para controlar a inflação, recuperar o fiscal e estabilizar a taxa de câmbio.

Nas últimas semanas, nos últimos meses, houve uma turbulência que está afetando vários preços de ativos. Isso cria uma incerteza, que está atrasando a recuperação. Mas, à medida que isso for superado, a partir do melhor entendimento entre o Executivo e o Legislativo e da aprovação de medidas na direção do reequilíbrio macroeconômico, eu acho que essa incerteza se dissipa, e aí nós podemos ter uma recuperação mais rápida.

Qual é o passo para isso? Com a redução da inflação, a taxa de juros pode voltar a cair, e aí você pode começar a ter um círculo virtuoso. Nas expectativas que o mercado tem para o ano que vem... O mercado prevê hoje uma queda do nível de atividades do ano que vem, mas, mesmo com essa previsão de queda, ele prevê um início de ano ainda adverso, com a economia se recuperando a partir da segunda metade do ano que vem.

Nós trabalhamos para que esse cenário de recuperação seja antecipado o mais rápido possível, e hoje isso passa por reduzir essa incerteza sobre a evolução da política fiscal. Com isso, uma vez reduzida essa incerteza, você tem reflexos imediatos na taxa de juros e na taxa de câmbio, e aí você pode começar essa recuperação.

Na questão dos impostos, nós adotamos algumas medidas — eu acho que os senhores têm acompanhado — de aumentar a CSLL dos bancos. Isso foi aprovado recentemente. A CSLL dos bancos foi aumentada, se não me engano, de 15% para 20%. Isso também já captura um pouco esses lucros que as instituições financeiras estão tendo neste momento de taxa de juros mais altas. Já foi uma medida nesse sentido.

Nas outras formas de tributação, nós propusemos, junto com essas medidas, uma revisão da tributação sobre ganhos de capital. É uma das medidas provisórias que está para ser analisada pelo Congresso.

Nós adotamos uma tributação progressiva, ou seja, se você tem um ganho de capital de 1 milhão, você tem uma taxa mais baixa; se você tem um ganho de capital de 10 milhões, 500 milhões, você tem uma tributação maior. Então, já é uma medida para diferenciar essa tributação direta, principalmente de quem tem uma renda maior ou um ganho de capital maior. Vai na direção de se taxarem grandes riquezas, mas no fluxo, da maneira como normalmente é mais eficiente na tributação de ganho de capital.

Na questão dos juros, espera-se, para o ano que vem, uma redução do pagamento de juros em proporção do PIB. Se você pegar a projeção, este ano o pagamento de juros em proporção do PIB está em cerca de 8% do PIB, grande parte devido ao custo dessa depreciação, porque aumentou o custo de *swaps* cambiais. No ano que vem, com a projeção de redução da taxa de juros e de estabilização da

taxa de câmbio, espera-se que esse pagamento de juros caia para cerca de 6% do PIB. Então, é uma redução substantiva.

Já a questão de diminuir a amortização, ela segue o prazo de vencimento da dívida. Eu não tenho detalhes. V.Exa. está colocando que, no ano que vem, há uma diminuição da amortização. Deve ser porque no ano que vem tem pouco vencimento de títulos. É por isso que a amortização é menor que a deste ano.

Deputado Wadson, agradeço o apoio do PCdoB em todas as votações. Eu acho que é muito importante a participação de V.Exa. e dos demais representantes do PCdoB. Com certeza, há necessidade de redução de despesas, mas, como o senhor colocou, nós estamos vivendo uma situação em que receita deste ano, a receita de impostos e contribuições prevista para este ano, é 13,4% do PIB. Ela é 1,5% do PIB abaixo do que ela era em 2007. Houve, pós-crise de 2008, uma queda da base de arrecadação do Governo. Isso foi fruto da queda do nível de atividade, mas foi fruto das desonerações que foram feitas. Hoje se cobra muito menos IPI do que se cobrava no passado. Hoje você tem o Super-SIMPLES com muito mais amplitude do que se tinha no passado.

Então, foi feito um esforço de desoneração, de melhora da eficiência tributária da economia, que em parte se reflete nessa arrecadação. Então, não é só um problema de controlar despesa — esse é o maior problema —, mas há também, temporariamente, devido à redução do nível de atividade, uma queda da arrecadação do Governo.

É por isso que a recuperação fiscal anda junto com recuperação do crescimento. Ela é necessária para viabilizar o crescimento, e o crescimento viabiliza a recuperação fiscal. Na verdade, elas andam juntas.

Na questão da CPMF, a nossa proposta é a recuperação da receita com esse imposto, como eu coloquei. Nós o consideramos a alternativa menos distorciva. Sabemos da dificuldade...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Avançou alguma discussão em relação à proposta com Governadores e Prefeitos de alteração de... Houve alguma outra discussão?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou até colocar isso como resposta à pergunta do Deputado Izalci. A nossa proposta... Nós propusemos a

CPMF com uma alíquota menor do que era anteriormente, só 0,2%, porque nós achamos que isso é o necessário para a necessidade de reequilíbrio fiscal da União no curto prazo. Há uma discussão com Governadores, que vieram ao Congresso Nacional e apresentaram um manifesto, se não me engano.

Essa é uma discussão que é adicional à proposta do Governo. O Governo mandou a proposta que acha necessária para o reequilíbrio das suas contas e, principalmente, naquele gasto que é eminentemente federal, que é o da Previdência Social, que vai ter um aumento do déficit previsto para este ano e para o ano que vem. Então, essa é uma discussão. Se eventualmente há uma incorporação de demandas regionais ou não, é uma discussão mais federativa, que está acontecendo no Congresso. A nossa proposta é a que foi enviada na proposta de emenda constitucional.

E eu acho que, apesar das dificuldades, nós mantemos essa proposta como plano A, B, C e D, porque é o que nós consideramos a proposta menos distorciva e mais adequada nesse momento, que implica suas dificuldades, sejam regimentais, de tramitação ou também políticas.

Na questão do crescimento, crescimento é resultado. Eu concordo com o senhor em que crescimento é fundamental. A melhor política social de qualquer Governo é crescimento e geração de emprego. Essa é a melhor política social. As pessoas podem ser agentes da sua própria inclusão social.

Agora, crescimento é resultado. O crescimento depende das decisões das famílias, das empresas. Então, o que nós procuramos fazer é criar as condições para a recuperação da economia. É por isso que nós, insistentemente, batemos na tecla de que o primeiro passo é maior previsibilidade na inflação, no câmbio e no fiscal, para recuperar o crescimento.

Agora, a recuperação sustentável do crescimento depende da recuperação do que nós economistas chamamos de produtividade do trabalho. Então, nós temos a população brasileira crescendo cerca de 0,7% ao ano. E havendo uma taxa de crescimento da propriedade de 2%, isso daria uma taxa de crescimento de 2,7%. Não precisa crescer mais do que isso.

Então, você tem que ter políticas para aumentar mais a produtividade do trabalho, e isso requer investir mais em educação, investir em infraestrutura, investir

em inovação. Há medidas que, parece, aumentam a produtividade. Mas há medidas institucionais que aumentam a produtividade: simplificação tributária, desburocratização, melhor regulação dos mercados. Isso é como se fosse uma medida tributária. Se eu simplificar a tributação, as empresas vão ter que dedicar menos horas para cumprir seus compromissos, e o Governo vai ter que dedicar menos horas para verificar se elas estão cumprindo seus compromissos. É por isso que as reformas tributárias que o Ministério da Fazenda está liderando são também medidas de aumento da produtividade.

Então, pode-se aumentar a produtividade com isso e aumentar também a taxa de participação. Apesar de o crescimento da população brasileira estar desacelerando, ainda tem muita gente fora do mercado de trabalho. Então, é preciso aumentar a taxa de participação no mercado, com maior formalização e participação.

Nesse caso, nos países onde aconteceu, isso é principalmente, também, uma política social. Dando mais condições para as pessoas trabalharem — por exemplo, com mais creches, as mulheres podem trabalhar mais, não ficam com uma dupla jornada —, então você também pode aumentar a taxa de participação.

Com essas medidas, nós achamos que é possível recuperar a taxa de crescimento da economia brasileira para mais de 3% no médio prazo. Agora, isso é um trabalho de construção. O Governo não tem meta de crescimento. Adota as medidas para melhorar o crescimento.

No caso da indústria, eu acho que também o foco deve ser no aumento da produção industrial, não necessariamente na participação da indústria no PIB. Por quê? Porque, às vezes, a indústria pode ir muito bem e, ainda assim, a participação dela no PIB cair porque a agricultura foi melhor. Então, para não criar uma corrida — às vezes todo mundo vai bem, só que um vai melhor do que o outro —, portanto, eu acho que o foco é aumentar a produção industrial por habitante no Brasil. Eventualmente, se isso vai causar um aumento da participação da indústria no PIB ou não, vai depender de como vai evoluir o setor de serviços, onde também se pode aumentar bastante a produtividade, e o setor agropecuário.

O Deputado Izalci fez várias perguntas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado, nós enviamos a proposta com o déficit porque era aquele quadro no momento da devida proposta. Nós estávamos debatendo várias alternativas. Uma delas era a alternativa da CPMF, uma discussão que envolvia também qual a característica de eventualmente se adotar uma CPMF: se uma CPMF voltada para a saúde, como foi no passado, ou uma CPMF para outro fim; uma CPMF com uma repartição federativa ou uma CPMF somente para o Governo Federal. Aquela discussão não era ainda suficientemente consensual ou construída, para se enviar ao Congresso Nacional.

Depois, quando nós enviamos a proposta orçamentária, nós também destacamos que íamos continuar trabalhando para melhorar aquele resultado. Mas aquele resultado refletia o cenário macroeconômico previsto para a economia brasileira e a estrutura de leis e regulações previstas. Algum resultado melhor do que aquele requereria ou uma mudança no cenário macroeconômico ou a adoção de mudanças legislativas para melhorar aquele resultado, que foi exatamente o que nós fizemos na sequência.

Continuamos trabalhando, continuamos construindo uma proposta, seja da CPMF, seja a proposta de outros cortes de gastos. Como o senhor ouviu, a gente tem que entrar em alguns gastos bastante prioritários, que são gastos de saúde. Esse foi o trabalho que feito nas semanas seguintes. Nesse processo, o Governo decidiu fazer uma CPMF somente no âmbito do Governo Federal e com destinação para a Previdência Social, porque, primeiro, é onde nós temos um aumento maior do déficit no próximo ano; e é onde nós temos proposta de curto, médio e longo prazo para resolver a questão. Então, isso enfatiza a natureza temporária da CPMF.

Por que ela foi destinada somente para o Governo Federal, e não para a saúde? Porque consideramos a CPMF como uma fonte de receita temporária, enquanto estamos construindo essa proposta de melhora dos gastos da Previdência, que vai reduzir a taxa de crescimento desses gastos. Então, por isso, não se destinou para a saúde. E é por isso que, na proposta original, enquanto nós ainda estávamos construindo essa iniciativa, foi-se alocado financiamento da saúde para uma fonte, como o Deputado colocou, se não me engano, a fonte 144, que pode ser realocada dentro da tramitação do Orçamento.

Mesmo o Orçamento enviado quando ele ainda tinha um déficit, ainda se respeitou a chamada regra de ouro. O volume de operações de crédito é igual ou inferior ao volume total de investimento do Governo Federal, incluindo as estatais. Depois disso, o Governo continuou a trabalhar em novas medidas, em novas fontes de receita e, principalmente, em novas possibilidades de redução do gasto.

Com a questão da carga tributária, como eu já coloquei, acho que essas são medidas extremas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Será encaminhada para a Casa essa proposta?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Vou responder, vou responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero lembrá-lo disso, porque o que está acontecendo aqui? Nós estamos aprovando as medidas, para depois aprovar a Lei Orçamentária, para depois aprovar o Plano de Diretrizes Orçamentárias, para depois aprovar... Estamos fazendo o contrário! Nós já devíamos ter aprovado a lei. Está-se invertendo a situação.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Bem, as medidas de receita, para não ficar... A MP dos ganhos de capital já foi enviada, as PECs do lado da despesa e o Projeto de Lei que regulamenta a aplicação do teto previdenciário já foram enviados. As demais medidas tributárias, eu creio que o Ministério da Fazenda deve enviá-las ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária, como o Relator já colocou, nós estamos construindo essa redução do gasto discricionário para ter esse processo definido até o final de outubro, no máximo. Então, o trabalho já está avançado com a Consultoria Legislativa para definir onde vai haver esses cortes.

No caso do funcionalismo, é uma regra que vai na LDO, no caso dos concursos; é uma PEC, no caso do abono de permanência, que já foi enviada ao Congresso Nacional; e, no caso dos reajustes, é um acordo caso a caso, com cada categoria. Então, hoje, enquanto nós conversamos aqui, Deputado, está havendo uma reunião com os Sindicatos do CONDSEF e com o Sindicado do INSS, para fechar esse acordo. Fechando-se um acordo — esse é um projeto de lei específico para cada categoria, que também vai ser enviado —, nós vamos consolidar isso tudo e mandar isso como uma mensagem, objetivamente, não nos termos legislativos.

Nós vamos mandar uma mensagem, alterando os números que estão no Projeto de Lei Orçamentária.

Como isso envolve essa iniciativa de que eu falei, de tentar sugerir onde... Nós vamos tentar reduzir nosso gasto onde nós achamos que há mais possibilidade ou probabilidade ou possível interesse dos Parlamentares de direcionar suas emendas. Então, esse trabalho de construção está levando um tempo maior.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive, na apresentação de V.Exa., está escrito que o prazo de emenda é de 1º a 20 de outubro. Portanto, se for encaminhado posteriormente, é evidente que vai ser necessário rever as datas das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Depois, Deputado Izalci, nós poderemos voltar ao tema, ao debate, só para esclarecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa é a primeira pergunta. Há as outras, de natureza tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Há aqui os demais inscritos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - S.Exa. está respondendo à questão tributária.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Na questão tributária, V.Exa. indagou por que nós não a colocamos na RCL. Porque ela não é receita temporária, então nós não a colocamos na RCL para não causar um aumento permanente de gasto. Se ela entra na RCL, poderia gerar o aumento de alguns gastos que estão vinculados à RCL. Nós não a colocamos na RCL principalmente para direcionar isso, para atenuar o déficit da Previdência no curto prazo, enquanto nós construímos as propostas da Previdência lá do gasto.

E, com a recuperação do crescimento, a receita corrente líquida deve se recuperar já a partir do ano que vem. Nós estamos vivendo uma situação de anomalia. Esse ano a receita corrente líquida ficou muito abaixo do que estava projetado. Por isso, houve uma queda na previsão de gasto com saúde e uma queda na previsão de gasto com a emenda. Eu posso garantir a V.Exa. que a previsão de receita corrente líquida para o ano que vem é uma previsão realista. Até queria que fosse melhor, mas nossa obrigação é fazer uma previsão que achamos mais conservadora e segura.

Então, foi tomada essa decisão de não incluir a CPMF na receita corrente líquida, por quê? Primeiro, porque para nós ela temporária. São 4 anos. Segundo, ela vai no gasto da Previdência enquanto nós construímos essas propostas para reduzir a taxa de crescimento do gasto da Previdência no médio e longo prazo. Terceiro, se entrasse na RCL, ela ia acabar aumentando o gasto, mas no curto prazo, ou seja, não ia contribuir de maneira efetiva para o problema imediato que nós temos, que é reduzir, recuperar o resultado primário no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Vamos dar continuidade aos trabalhos. O próximo inscrito é o Deputado Cacá Leão. (*Pausa.*)

Não estando presente S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes. O próximo é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu gostaria de fazer um comentário aqui para o Ministro, mas eu só falarei quando o Ministro puder estar atento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Aguarde, S.Exa. vai prestar atenção, Deputado Pedro Fernandes.

(Pausa.)

Houve uma intervenção rápida aqui, mas tudo já foi resolvido. Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes, para fazer a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Obrigado, Presidente Hugo Leal.

Ministro, eu acho que a questão brasileira é uma questão de credibilidade. Eu estou já há 5 mandatos nesta Casa e nunca havia sido abordado tanto na rua como agora, neste período de 2015. As pessoas estão envolvidas e preocupadas com a economia.

Eu acho que o Governo perde grandes oportunidades. Por exemplo, acho que, neste Plano Plurianual, o Governo deveria ser bem claro ao dizer que ele quer fazer algumas reformas estruturais do Estado, reforma tributária, reforma da Previdência. Aqui isso não é tocado. Nós estamos perdendo uma oportunidade. Eu acho que o Governo deveria aproveitar o Plano Plurianual e dizer que estão previstas essas reformas estruturantes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alguém já disse que desenvolvimento econômico é como maré alta: levanta todos os barcos. Mas não é o caso de nós termos maré alta para esses próximos anos. Vamos viver uma dificuldade enorme. Então, parece-me que o Governo perde muitas oportunidades. Uma das oportunidades era trazer no Plano Plurianual a possibilidade de a gente fazer essas reformas.

Nós estamos aqui com o Deputado Hildo Rocha comandando uma reforma tributária. Essa reforma tributária já vem tramitando há mais de 20 anos aqui nesta Casa. V.Exa. diz que o Ministério da Fazenda está liderando um processo de reforma tributária; quer dizer, não está dando nem bola para o que está acontecendo na Câmara Federal. Lá, está-se fazendo a de PIS e COFINS. Não estão dando nem bola para o que está se passando aqui.

Eu acho que seria uma grande oportunidade para Governo e Legislativo sentarem e fazerem alguma coisa. Lembro-me Itamar Franco, em seu Governo, aproveitou a proposta de CPMF que estava aqui e a criou, e o Governo tem uma aqui, na PEC 31, e está querendo mandar outra. Não sabe nem aproveitar os desgastes.

Mais do que isso, trata-se é de credibilidade. Eu acho que o Governo tem de passar austeridade para a população. Quer aumentar o Imposto de Renda, quer botar CPMF. Hoje eu estava almoçando, Ministro, e na mesa ao lado algumas pessoas comentavam: *"Olha o que Dilma fez, Foi para o mesmo hotel de 10 mil dólares, quarenta mil reais a diária e quer nos taxar".* Isso é voz corrente. Aí, pegam Deputado para apoiar, só dando Ministério, como está dando ao PMDB, porque vai ser difícil aprovar se não mostrar austeridade.

Custa essa delegação ser menor? Custa ir à embaixada? Custa ir a um hotel menor, para passar isso à população? Os gastos com cartões coorporativos, ninguém sabe. A população quer saber. Afinal de contas, ela vai pagar CPMF, e o Levi ainda diz assim: *"São só 0,2%. De mil reais, é muito pouco"*. Isso aí passa a ser deboche para a população.

Então, temos de ter austeridade. O Governo precisa mostrar isso, ser mais duro. Nós estamos aqui é para apoiar o Governo. Eu tenho apoiado. Mas até aonde nossa paciência pode chegar se o Governo não tem cuidado com isso que

apresenta? Apresenta-se como se fosse um império, como se fosse uma família muito rica que não mostra isso para população. É isso que a gente lamenta.

Quero fazer uma pergunta a V.Exa. em nome das universidades. Participamos agora de alguns encontros com as universidades, e elas estão preocupadas com seus custeios. É verdade que nos últimos 12, 13 anos, as universidades públicas no Brasil cresceram muito, mas elas estão preocupadas com o custeio. Os hospitais públicos, principalmente os universitários, também estão preocupados com o custeio.

Portanto, queria saber de V.Exa. sobre essa questão de dizer que precisamos de prioridades. Por exemplo, o Governo Federal gastou 14 bilhões com o FIES e, até para dar satisfação, está mantendo o fundo. No ensino básico, gastou só 10 bilhões de reais. Onde é que está a prioridade nisso?

Eu acho que essas questões precisam ser enfrentadas com a população brasileira. Ficaria muito fácil essa discussão com a sociedade desde que déssemos exemplo. Aquele Mujica, do Uruguai, tem credibilidade porque é uma pessoa humilde. É uma pessoa simples. Ele está aí para dialogar com a sociedade, e nós não vemos isso dos nossos governantes, não só da área da Presidência da República, como de nossos Governadores, que continuam esbanjando, e muito, por esse Brasil afora.

O que nós precisamos é colocar no Plano Plurianual que faremos as reformas estruturantes de que este Brasil precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Com a palavra o Sr. Deputado Hildo Rocha.

Em seguida, terá a palavra Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Barbosa, Esther, colegas Deputados e Deputadas, o Deputado Pedro Fernandes falou a respeito do apoio do PMDB ao Governo da Presidenta Dilma.

Esse apoio, S.Exa. sempre teve, desde o mandato anterior. Afinal de contas, o Vice-Presidente dela é do PMDB. Essa aliança existe há muito tempo. O que acontece é que boa parte dos políticos e da imprensa nacional estão desvirtuando o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

assunto. Trata-se de uma reforma administrativa que o Governo está fazendo para diminuir a quantidade de Ministérios justamente para diminuir as despesas correntes, as despesas de custeio. Dentro dessa reforma administrativa, a Presidente Dilma chamou o PMDB para tratar sobre o espaço que o partido teria nesse novo formato administrativo do Governo Federal. É simplesmente isso. Não apenas o PMDB, mas todos os partidos da base, que apoiaram a Presidenta Dilma, têm o direito de participar do Governo. Afinal, se apoiou, foi para também participar da administração.

Com relação ao tema aqui tratado sobre a LDO, o PPA e a LOA 2016, o que eu gostaria de saber do Sr. Ministro é se a LDO receberá um novo adendo por parte do Governo, do Ministério do Planejamento, para que possamos ter a tranquilidade de votá-lo aqui, nesta Comissão; ou se haverá uma mudança na Lei Orçamentária, o que eu entendo que deve haver. Mas eu gostaria de saber se os dois projetos irão trazer modificações.

O que eu pude perceber na Lei Orçamentária é que as nossas três previdências públicas estão deficitárias — todas as três. Há algum projeto, algum plano do Governo de fazer uma reforma da Previdência, para que haja um equilíbrio de receita e despesa dessas três previdências? Eu vejo que o Governo tem dois gargalos: um deles é a Previdência deficitária e o outro é o alto índice de endividamento do nosso País. Quanto mais os juros aumentam, mais aumenta o nosso endividamento, mais aumenta o juro àqueles que têm letras no Tesouro Nacional, o que vem causando um impacto muito negativo na nossa economia.

O que eu não consigo entender também é que a nossa Lei de Finanças Públicas, Lei nº 4.320, de 1964, diz que as receitas correntes são utilizadas com despesas correntes e as receitas de capital, com despesa de capital. Empréstimo, a meu ver, pela legislação, é receita de capital. Então, um empréstimo não poderia estar subsidiando, pagando despesas correntes. Estaria ocorrendo isso neste momento ou estaria previsto para 2016?

Com relação ainda à mesma Lei nº 4,320, o §1º do art. 7º diz:

"Art. 7º.....

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura."

Eu não vi no projeto de lei, mesmo ele tendo vindo já com um déficit previsto.

Com relação às universidades, recebi agora uma informação da assessoria da CMO — até o Deputado Pedro Fernandes falou — de que haverá outra audiência especificamente sobre as universidades, porque V.Exa. não teve tempo de se preparar para tratar do assunto nesta audiência.

Então, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, são essas as minhas colocações. Agradeço e entendo o momento por que passamos — o momento é difícil. Vejo o nosso Orçamento: uma despesa de quase 3 trilhões de reais e uma receita tributária de pouco mais de 1 trilhão e 400 bilhões. Portanto, é muito preocupante o momento que o País vive.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos vários oradores ainda inscritos, mas presentes estão o Deputado Caio Narcio e o Deputado Edmilson Rodrigues, com os quais encerramos a parte de perguntas.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Ministro, o Deputado Ricardo Barros fez um questionamento acerca das receitas do BNDES. Nós sabemos que não é de praxe elas estarem descritas na peça orçamentária, mas enxergo que, num momento de crise, como o que estamos passando, talvez seja o momento de rever de onde vêm essas receitas e quais têm sido os encaminhamentos para as prioridades do País.

Talvez fosse uma oportunidade de dar mais transparência a esses valores, até mesmo colocando isso na Lei Orçamentária. Também poderíamos ter uma condição de rever o formato e a transparência na relação desses recursos. Afinal de contas, estamos falando, em um momento de crise, de valores que ultrapassam a quantia de 100 bilhões de reais.

Com relação à CPMF, a Presidente disse, em várias vezes, em várias oportunidades, que ela achava que jamais iria retornar com a CPMF, porque ela entendia que a contribuição era um engodo. Pergunto: V.Exa. acha que a palavra da Presidente não valer nada atrapalha as pessoas a confiarem no Brasil? Atrapalha as

pessoas a acharem e a acreditarem que o Brasil é um País sério, uma vez que o Governo parece não ligar para o fato de a Presidente ser mentirosa? As palavras são duras, mas são reais. Ela disse que não, e agora a proposta do Governo é voltar com a contribuição. Isso é mentira. E, apesar de as palavras serem duras, isso, na realidade, é o que está acontecendo hoje no Brasil.

Com relação ao Orçamento. Geralmente nós temos 1 ano para podermos fazer a peça orçamentária do espaço de 1 ano para o outro. O Governo gastou esse 1 ano para fazer um planejamento. E mandou uma peça orçamentária de 30 bilhões de déficit. Em um final de semana, após a imprensa e algumas agências dizerem a respeito do déficit, o Governo, num final de semana, resolveu achar o buraco de 30 bi e achou 30 bilhões. Não só isso, também colocou mais 30 bi de superávit. Pergunto: V.Exa. acha que esse improviso é a melhor maneira de planejar o Brasil? Não é difícil fazer as pessoas acreditarem que este Governo é sério? Uma semana atrás, ele dizia que tinha um buraco insanável de 30 bilhões e, depois de um final de semana, ele acha a maneira de fazê-lo.

Com relação aos cortes na agricultura e pecuária que foram previstos, V.Exa. acha realmente adequado fazer esse corte? Não acredita que esses cortes podem provocar um efeito inverso, com baixas de arrecadação num setor que exporta muito?

Por fim, gostaria de uma declaração pessoal de V.Exa., até mesmo porque não participava, pelo menos não estava nas decisões anteriores. V.Exa. acha que o problema do Brasil é falta de recurso ou falta de planejamento e confiança? Em qual momento acha que a culpa é do Governo? Eu digo isso porque o que se percebe, quando se fala na questão da nossa crise... Principalmente aqui, no Brasil, não falta dinheiro. Nós temos uma grande receita, entre as maiores de todo o planeta, com uma população não tão grande quanto a nossa receita. Portanto, fica muito claro que a população enxerga hoje que no Brasil falta a verdade. E, com a verdade, também tem faltado o planejamento. Digo isso nos últimos casos, porque a Presidente repete, e o faz de forma improvisada, várias maneiras de conduzir o Brasil. Por exemplo: vou acabar com dez Ministérios e, de repente, ela tem que dar mais sete Ministérios para o PMDB. V.Exa. acha que a Presidente vai conseguir cumprir o corte dos dez Ministérios? V.Exa. não acha que os cortes estão

desproporcionais? Na população, corta-se muito e, no Governo, corta-se pouco. Os gastos que estão nos cartões corporativos não deveriam fazer parte também desses cortes e ter uma maior transparência?

Estão feitas as minhas condições. Só ressalto esta pergunta: o Governo faz ou não a mea-culpa? Acha que a culpa é das suas atitudes de não ter reconhecido os seus problemas ou acredita que é tudo culpa dos outros, do Parlamento, algumas vezes, ou da crise internacional? Em qual momento o Governo reconhece ou não que tem um problema? Para mim, para encerrar as minhas palavras, nós só conseguiremos resolver um problema, quando a gente admitir que ele existe. E até agora, apesar de tudo, não vi, por parte do Governo hora nenhuma, a mea-culpa de nada. A culpa tem sido sempre dos outros, e nunca dele. E o povo continua pagando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou ficar mais próximo do Deputado Hildo Rocha aqui, que, além de ser maranhense, é do PMDB — que agora comanda o Governo.

Com todo o respeito, Sra. Presidente. É para quebrar um pouco o clima.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sou do PMDB do B.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, Sr. Ministro, são os ônus de ser Governo, não é? E, ao mesmo tempo, o bônus de poder se expressar e contribuir com o debate desta Comissão, que é uma Comissão de importância estratégica para o País. Então, eu queria lhe agradecer, como Deputado e cidadão, pela disponibilidade de debater.

Quero dizer, de antemão, que eu avalio de altíssimo preparo a sua equipe e o preparo pessoal de V.Exa., que é inquestionável. Nós temos que dizer: V.Exa. é preparado — como outros Ministros, realmente, são inquestionavelmente muito preparados. Conhecem a sua pasta, falam com segurança e convicção sobre aquilo que defendem.

Então, faço essas observações, no entanto, para dialogar criticamente, porque, apesar do respeito, eu queria dizer que há algumas coisas feitas que,

mesmo considerando que o que eu não penso em tese pode se justificar, às vezes, é feito de forma, digamos assim, a negar a própria qualidade da equipe.

Umas delas é contingenciar ou fazer talhos que cortam a grande árvore e a pequena árvore com o mesmo nível por onde passa a motosserra, destruindo grande parte do caule e da copa das grandes e mantendo praticamente intactas as pequenas. Só que, na administração pública, às vezes, ocorre o inverso. É que a árvore pequena dá frutos maiores do que, muitas vezes, a grande árvore.

Diferentemente até de outros Deputados, eu acho que não devia ser cortado necessariamente, mas o contingenciamento, às vezes, pode-se justificar. E, melhorando as condições de ingresso de recursos, descontingencia-se. Mas até, por exemplo, a área citada aqui — que é corte da agricultura e pecuária —, se tivesse que advogar por alguma, eu não seria por ela.

Se nós lembrarmos que foram 156 bilhões a aplicação do Plano Safra para o agronegócio, para a grande pecuária e agricultura em 2014, em 2015, projetou-se para 198, parece-me. Ou seja, mais de 20% — muito acima da inflação. Então, os "agronegocistas" reclamam de quê?

É bem verdade que o Patrus Ananias também teve um aumento acima da inflação — que bom. Mas eu fico muito triste — como professor universitário, já há mais de 30 anos — de ver a penúria da educação e das universidades brasileiras, Sr. Ministro. Acho que tem que ser feita uma reversão grande e outros instrumentos de arrecadação devem ser experimentados. Acho que é isso que pode dar poder ao Governo para superar o desgaste e para ajudar na reconstrução da economia e do equilíbrio social e ecológico do País.

Então, quando aqui se fala em déficit de 31, 32 bilhões, na verdade, é bom que se diga que há muitas décadas o Brasil vive em déficit, mesmo quando se contabiliza superávit, em vários anos, do Fernando Henrique, do Itamar, da ditadura militar e mesmo no Governo Lula.

Então, agora a estratégia de anunciar um déficit parece-me que é para colocar um bode na sala e depois retirar. Talvez tenha sido essa estratégia, mas, a rigor, como é que se fala em superávit, quando se tem, mesmo para um orçamento projetado para 2016, mais de 40% comprometidos com juros e amortização de uma dívida? Amortização é sempre tão pequena diante do que se acumula pelos juros

elevados, apesar de ser tão grande se comparada, por exemplo, com os cortes que se fazem nesse ajuste fiscal.

Então, é um absurdo que se tenham gasto hoje mais de 600 bilhões com a dívida pública, por exemplo, e que se tenha que cortar 9.200 reais, depois mais 1 bilhão, da educação, num País com tão baixos índices de qualidade da educação — apesar de as estatísticas mostrarem um maior acesso rumo à universalização, especialmente no ensino fundamental. Então, eu creio que áreas como saúde e educação não podem sofrer os reveses que estão sofrendo, Sr. Ministro.

Por outro lado, quer ver uma área tão fundamental como aquela árvore pequena que dá lindos frutos? Eu, como pesquisador, como um acadêmico... Mas qualquer órgão do Governo que tem trabalho na base técnico-científica ou qualquer órgão de universidades privadas, institutos que avaliam IPCA ou outros índices não têm como sobreviver e fazer seriamente nenhum consórcio que, por exemplo, faça um estudo de impacto ambiental, fará com rigor.

Para dar um exemplo, estamos debatendo ali — eu fugi de lá para vir — a Hidrelétrica do Tapajós. São 40 previstas. E lá, o Município de Itaituba está reclamando. Há Procurador lá dizendo: *"Ora, nós temos 150 mil habitantes. Estão contabilizando 95"*. É claro que, quando se projetam, por exemplo, impactos na área ambiental, e o consórcio que irá construir a hidrelétrica se responsabiliza com a produção de moradia, é claro que esse planejamento vai ser abaixo do real, na medida em que a população esteja *sub judice* até hoje entre a Prefeitura e o IBGE, dado que houve fraude reconhecida, mas que o IBGE acabou decretando, conforme as suas metodologias, um número de habitantes. Hoje esse número foi superado em muito, mas está sendo usado pelas empresas que compõem o comitê que faz vistoria de impacto ambiental. Aliás, já se lançou o estudo e realmente é uma fraude. É fraude em vários sentidos, inclusive porque os dados fornecidos não são seguros.

Então, me perdoe, porque há reivindicações que são corporativas. Eu tenho feito algumas que são de interesses corporativos, mas que são justas. Por exemplo, concurso público não é um corporativismo. É justo para o Banco Central — V.Exa. respondeu em outro debate —, e para o próprio IBGE... Conversei antes do debate com V.Exa. e o agradeço. V.Exa. disse: *"Olhe, o que está previsto, já em dezembro*

de 2013, será realizado, apesar do decreto que contingencia também os novos concursos".

Então, que bom, porque o IBGE necessita. Eu tenho aqui alguns dados que me apresentaram. Eu vou tentar abreviar. Mas veja só como os efetivos de nível intermediário — esse estudo é de 2006 até 2015 — foram reduzidos em 32%. Os efetivos de nível superior, é verdade, em 9 anos de história do IBGE, aumentaram em apenas 5,6%, contra 32% que se perderam no nível intermediário. Mas os efetivos, em nível total, representam uma perda de 24% do efetivo. Esse concurso não reporá nem metade disso.

Agora, veja bem: é verdade que grande parte das pesquisas circunstanciais, como os censos, são feitas por temporários e, nesse caso, houve um aumento de 172%. Contraditoriamente, com a necessidade de atualização de dados, aumenta-se o número de temporários. Mas veja só, no item aqui, no quadro de execução orçamentária — referindo-me aqui a 2014 —, o histórico é de 2007 a 2014. Outras despesas têm tido uma perda grande.

Só para se ter uma ideia, em 2007, foram 527 milhões. Em outros anos, bem menos. Em 2010, eram previsíveis 1 bilhão e 353 de orçamento. Mas agora, em 2014, já são 341. Então, é claro que isso tem consequências graves numa série de indicadores. Eu anotei aqui.

Por exemplo, pesquisas socioeconômicas. Quando houve a redução agora, Sr. Ministro... Novamente, cortar árvore que dá frutos e cortar numa mesma altura a mata, trazendo prejuízos. É um corte... Desculpe-me, eu não quero ofender, não, porque eu não gosto dessa prática política, mas acaba sendo uma expressão de burrice administrativa e de planejamento. Olha, ao cortar em dois terços — de 766 para 204 milhões — o orçamento de pesquisas de um órgão como o IBGE, tão fundamental para a vida nacional, inviabilizam-se pesquisas orçamentárias e familiares e índices que ponderam as indicações de inflação, que diagnosticam o mercado consumidor, os gastos e atos de consumo das famílias, as desigualdades regionais. Então, eu queria levantar essas questões, Ministro, e fazer um apelo.

Por isso, eu fiz questão de dizer que o déficit não é novidade. E, se houve, no final de semana, uma mudança — não há mais déficit, mas superávit —, é porque essa contabilidade é falsa desde a ditadura militar. Na medida em que nós

dissermos "*Olha, há 1 centavo de superávit primário"*, nós estamos determinando pagamento de uma dívida que não é auditada pela força do grande capital financeiro.

Eu sei que não é fácil mudar a política econômica. Não acho que o Levy concorde. V.Exa. tem até uma história que me levava a crer — sou sincero — que iria tender — desculpe-me a expressão, o jargão — para a esquerda nessa política. Infelizmente, acho que a Presidente da República — o Governo como um todo — abandonou uma visão de desenvolvimento, de mais investimentos, de redução dos juros e se curvou à lógica do capital financeiro, que está avassalando com a possibilidade de justiça social.

Eu não queria chegar a esta conclusão: eu creio que, com os Ministérios que o PMDB ganha, a governabilidade não será inviabilizada, mas não vai haver paz, e o desgaste político tende a ser maior.

E eu concluo, Presidente: eu não digo que há, por mais que a imprensa trabalhe assim, um "PTdoB". A mídia tenta fazer picuinha, dizendo que o PT é contra o Governo, mas, a rigor, a história do PT é a história que a Fundação Perseu Abramo anunciou ontem, representando centenas de economistas e outros grandes cientistas brasileiros que são petistas ou simpatizantes, mostrando que o ajuste fiscal do Governo realmente nega a história do partido e da Presidente e nega a possibilidade de recuperação da economia, trazendo prejuízos concretos à saúde e à educação, especialmente quando educação e saúde viram moeda de troca.

No caso do IBGE, talvez o PMDB — nem o PSDB, se vier a apoiar o Governo — não quererá, porque não dá valor para árvores pequenas que produzem grandes frutos. Os grandes frutos, para alguns, é sempre o lucro baseado em juros sobre juros, sobre juros, que inviabilizam o futuro do País.

Muito obrigado pela atenção.

Desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço ao Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira. Eu havia dito que este era o último inscrito, mas o Deputado Samuel Moreira estava inscrito e, como é assíduo nesta Comissão trabalhadora, peço...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me. Estava na CPI, Presidente. Vim correndo à Comissão para...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) -Todo o mundo estava lá hoje. Está bem cotada.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Ministro, 32 bi dos recursos arrecadados com a CPMF iriam para a Previdência. É isso? O déficit da Previdência previsto para o ano que vem é de 124 bi. Mesmo com esses 32 bi, nós ainda continuaremos com um déficit de praticamente 90 bi. Isso não é mais uma jogada contábil para aliviar o recurso do Tesouro? O déficit ia ser coberto com recurso do Tesouro. Acaba-se tirando recursos do Tesouro para se cobrir outras coisas. Então, a CPMF não tem um vínculo com a Previdência especificamente. Na verdade, ela cobre um recurso que o Tesouro ia cobrir da Previdência.

V.Exa. colocou, no tempo em que eu estava aqui, que vocês estão esperando aprovar a medida provisória que está aí para poder apresentar um plano definitivo, uma proposta de médio e longo prazo para a Previdência. Não é também solicitar um aumento de imposto para cobrir um déficit da Previdência que ia ser coberto pelo Tesouro para fazer outras coisas com esse dinheiro do Tesouro, e ao mesmo tempo não se ter uma proposta definitiva para a Previdência? O Governo é a favor de uma idade mínima ou não? V.Exa. pode falar sobre isso ou não? A Presidente não decidiu ainda? Como é que nós vamos definir essa questão da Previdência? Apenas aumentando um importo para aliviar o Tesouro e, ao mesmo tempo, para cobrir outras coisas, sem ter uma proposta definitiva para déficits crescentes da Previdência? Todo ano há déficits crescentes. Então, eu queria uma resposta sobre isso.

A segunda questão é a seguinte: eu acho que a autocrítica e reconhecer o erro ou não gera um pouco, para todos do País, de confiança ou não. Houve um erro estratégico do Governo em mandar um déficit do Orçamento para esta Casa e, logo depois, mandar uma proposta corrigindo esse déficit? Quer dizer, há no Governo a sensação de que houve um erro? Fazer essa autocrítica, reconhecer esse erro é prudente até para poder arranjar melhor uma base política que possa dar um crédito de confiança para caminhar juntos ou não houve um erro?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A última pergunta é a seguinte: o corte de 26 bilhões no custeio está sendo apresentado pelo Governo. A redução de despesas de 26 bilhões dá 1,7% do Orçamento, que é de um 1,5 trilhão, tirando os juros, a amortização e os serviços da dívida. Não é muito pouco 1,7%? Não é possível entrar mais no custeio e menos no aumento de receitas com criação de novos impostos? V.Exa. acha que foi no limite da redução do custeio? Incluindo os programas, a Previdência também está no custeio, coisas que são impossíveis se mexer, mas será que não há mais margem para reduzir o custeio da máquina pública e diminuir o aumento de impostos, a criação de novos impostos? Vocês foram ao limite?

São essas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado chegou agora e quer 1 minuto apenas. Eu peço que S.Exa. se restrinja a isso, porque eu dei minha palavra de liberar o Ministro às 17 horas para uma reunião muito importante.

O SR. DEPUTADO TONINHO PEREIRA - Sr. Ministro, quando a gente está precisando de recurso financeiro, a medida mais importante, que V.Exa. não sugeriu até hoje, é dar uma ideia para acabar com a corrupção. Aqui nesta Casa, em 1998, havia um projeto de lei, que foi vetado pela Presidência, na época, que proibia a pessoa de roubar. Quando fosse feita uma licitação de uma obra de grande vulto, a pessoa apresentaria uma fiança bancária de 100% do valor da obra, o que evitaria superfaturamento e tudo o mais. Isso foi vetado. Nós colocamos de novo esse projeto. Então, se a gente proibisse o roubo, já economizaria bilhões de reais.

Outra questão importante é a redução de Ministérios, o que é fundamental. Até a própria Presidente falou nisso: se acabar com a metade dos Ministérios, vai sobrar dinheiro.

Outra questão importante é que a valorosa Consultoria desta Casa, a Câmara Federal, tem um projeto maravilhoso, competente, que converge com a realidade mundial e que dá 102 bilhões de economia, só no ano que vem, em custeio, repasse e despesa com a Previdência. São bilhões de reais. A gente não precisa nem falar de CPMF. Pode esquecer isso. Se reduzirem-se os Ministérios, acabarem com a ladroagem, não deixar roubar, bilhões de reais entram no caixa do Governo.

E a questão dos cento e poucos bilhões de reais da Previdência. Finalizando, para ser bem rápido, o Brasil tem hoje 1,5 trilhão em dívida ativa. A gente não quer

beneficiar o mal pagador, mas se fizessem um levantamento total dessa dívida que o Brasil tem a receber e se a gente desse um desconto muito alto, poderiam entrar tranquilamente 100 ou 200 bilhões. Seria um caixa que daria condição ao Governo da Presidenta Dilma — e eu a tenho como uma pessoa honesta — de pegar esses recursos financeiros, tapar todos os buracos e fazer um novo planejamento, repensando o Brasil. Isso acabaria com muita coisa que foi dada de graça, sem necessidade. Aí, a gente poderia seguir o caminho de uma nova realidade, uma realidade melhor para o Brasil, , porque o Brasil tem toda a chance de melhorar, mas é preciso acabar com a corrupção, diminuir as despesas e tentar ser feliz.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Ministro Nelson.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Cara Presidente, são várias perguntas. O Deputado Fernandes está ali atrás, então, vamos começar respondendo pela ordem que foi colocada.

Na questão da Previdência, como eu coloquei, nós tivemos uma medida aprovada este ano, aquela da pensão por morte, e temos outra agora. O PPA — Plano Plurianual não incluiu previsão de reformas nesse sentido, mas nós continuamos trabalhando e vamos submeter ao Congresso mais iniciativas do lado da Previdência.

No caso do PPA, ele focou mais naquelas despesas de investimento de caráter continuado dos programas sociais, não tanto da Previdência, mas o fato dele não ter incluído uma proposta de reforma da Previdência não significa que o Governo não considera isso crucial; está no nosso plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas V.Exa. não achava importante esta Câmara já aprovar no PPA a possibilidade de reformas profundas?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não, é um instrumento legislativo próprio, o PPA é mais um instrumento de lei orçamentária de previsão de gastos. Na questão da Previdência, dependendo da área que for colocada, se é serviço público, se é que é RGPS — Regime Geral da Previdência Social, se é Lei Orgânica da Assistência Social, e outros, cada um tem um instrumento legislativo diferente.

Eu concordo com o senhor que o Governo tem que dar o exemplo e reduzir o seu gasto. Não sei se V.Exa. estava aqui, mas nós ontem anunciamos um boletim

de custeio. Tivemos o trabalho de, nos últimos meses, identificar o que é o custeio da máquina. Vou pedir para a minha Assessoria entregar ao senhor. É um conjunto de informações para ver quanto se gasta com aluguel, luz, passagens, diárias, e temos feito um esforço bem grande.

Neste ano, o gasto de custeio subiu 331 milhões em relação ao ano passado, de janeiro a agosto, basicamente devido à energia elétrica, subiu 339 milhões devido a elevação de preço. Retirando a energia elétrica, o gasto está mesmo lugar, ou seja, em temos reais, caiu.

Então, eu passo essas informações ao senhor porque acho que é uma coisa muito técnica...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas no ano passado o gasto era enorme. Quer dizer, não há vantagem nisso.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O gasto era grande, mas tivemos uma inflação bem alta e não elevamos o gasto em termos reais este ano. Nós estamos fazendo um esforço bem grande, nós soltamos uma portaria em maio deste ano limitando o gasto de custeio de vários Ministérios, com isso reduzimos em 1,6 bilhões em relação ao que estava previsto na PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual. Já houve uma redução em relação ao previsto, e esses gastos vão ser menores do que os do ano passado.

Há um esforço, concordo com o senhor que o Governo tem que mostrá-lo. O problema é que este gasto do Governo é bem pulverizado, em vários itens. Foi com esse objetivo de traduzir todos esses gastos num número só que soltamos esse levantamento — vou passar a V.Exa. — que dá exemplo do que estamos colocando.

Na questão da CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, qualquer imposto, qualquer aumento de receita em que o Governo pede à população, nós sabemos que há um sacrifício por parte da população. Imposto tem esse nome não é porque é fácil, mas porque é uma obrigação. Então, um aumento de arrecadação neste momento é necessário, nós não iríamos propor algo se nós não achássemos necessário. E mesmo com a magnitude que ele tenha, sabemos que qualquer centavo de dinheiro do contribuinte tem que ser muito bem utilizado e muito bem pago.

Na questão dos custeios das universidades, que o senhor perguntou, nós tivemos o cuidado de preservar, tanto neste ano quanto no próximo ano, as despesas de custeio. O que fizemos foi uma revisão dos planos de expansão.

Houve uma grande expansão de universidades, por isso, que o gasto com universidades vem subindo, abriram várias novas universidades, ampliou-se para...Eu sou professor da UFRJ, quando eu dava aula na UFRJ só tinha o turno da manhã, hoje tem noturno na parte de economia, então, houve uma expansão. Mas nós colocamos uma diretriz de preservar os gastos de custeio e de revisar os gastos de expansão. Não vamos começar expansão nova, se não houver recurso, mas vamos garantir o custeio daquilo que já foi começado.

O Deputado Hildo fez algumas perguntas, mas já se retirou. Ele fez uma pergunta sobre a Previdência que outros Deputados também colocaram. Sobre a questão da regra de ouro, que foi feita também pelo Relator, nós observamos o princípio de que despesas de capital têm que ser iguais ou superiores à emissão de dívidas, isso está determinado pela de Lei nº 10.179. Nós temos aqui o demonstrativo de que isso foi respeitado no Projeto de Lei Orçamentária que foi enviado, mesmo aquele com déficit. Recebemos hoje a nota técnica, então, estamos preparando os nossos comentários sobre a nota técnica, acho que os números vão demonstrar que isso foi preservado.

As fontes para cobrir um déficit, também determinadas pela legislação, são sempre uma emissão de títulos, uma emissão de dívida.

O Deputado Caio perguntou sobre o BNDES. Primeiro, Deputado, o quanto o Governo recebe do BNDES e o quanto o Governo paga na sua dívida fazem parte das propostas de projeção de receita e despesa financeira. Então, está na projeção de receita e despesa financeira do Orçamento. A diferença entre quanto recebemos do BNDES e quanto pagamos pelo valor igual emitido dá esse custo financeiro mencionado pelo Relator. Então, ele não está explícito, mas pode-se chegar a esse custo comparando quanto o Governo pagou pelo que ele emitiu e quanto ele ganhou no que aplicou.

Agora, o custo desses programas de financiamento não só do BNDES quanto dos fundos constitucionais já é objeto de um relatório. Eu lembro, eu era Secretário de Política Econômica, começou naquela época, acho que era 2008/2009, o TCU já

pedia que fizéssemos um relatório específico de qual é o subsídio implícito nos fundos constitucionais de desenvolvimento, como o FNE — Fundo Constitucional do Nordeste, o FNO — Fundo Constitucional do Norte, e também dos programas do BNDES. Então, apesar de não estar explícito no Orçamento, isso faz parte de relatórios que nós enviamos — neste, caso o Ministério da Fazenda — periodicamente ao TCU. Posso encaminhar ao seu gabinete esses relatórios.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu gostaria, mas só com relação ao BNDES, porque a vontade de me expressar aqui era com relação a recursos estratégicos do Tesouro que vão para o BNDES e que financiaram contratos bilionários e que agora em um momento de crise a ideia era que esse dinheiro pudesse ter outra conotação.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Esses recursos estão aplicados em projetos. São empréstimos que o Governo fez, empréstimos que têm um cronograma de amortização e vão ser repagos pelo BNDES ao Governo Federal dentro desse prazo. Agora, o mais importante é que desde o ano passado nós zeramos esses novos aportes. Então, hoje não há aportes novos. Agora, há o estoque que será pago e diluído ao longo do tempo. A maior parte desses empréstimos, Deputado, foi feito para aquele programa de sustentação do investimento. São bens de capital para um período de 8 a 10 anos. Esse é o período de maturação desses empréstimos.

Com relação à CPMF, novamente, nós não proporíamos uma medida dessas se nós não achássemos necessário. Então, sua pergunta sobre as intenções do Governo, nós avaliamos todas as alternativas e chegamos à conclusão de que essa era a alternativa que teria menos impacto na economia neste momento, um momento de redução do nível de atividade. Nós sabemos que isso é um sacrifício, mesmo que sejam 10 centavos que eventualmente o contribuinte pague. São 10 centavos a mais em relação ao que seria. Agora, nós temos uma situação, todos no setor privado, também no Governo, sabemos o que está acontecendo nas Prefeituras e nos Estados. Estão atravessando uma situação de maior dificuldade econômica, que envolve medidas tanto do lado do gasto quanto do lado da receita. Estão sendo adotadas nas Prefeituras e nos Estados. Vários Estados aumentaram a alíquota de ICMS para atravessar esse período. Essa proposta não estava em

cogitação, não era considerada uma proposta necessária no passado, mas a situação se deteriorou no final do ano passado.

V.Exa. fez algumas perguntas sobre a mudança de enfoque. No final do ano passado, eu tive uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para explicar os questionamentos do TCU. Vou mandar também para o seu gabinete. Vários indicadores mostram que a partir do segundo semestre do ano passado houve uma queda muito forte, rápida, abrupta em vários indicadores. O preço do petróleo estava em 80 e pouco, caiu para 40. Caiu também o preço das *commodities*, o índice de confiança. Sobe a taxa de juros, a inflação sobe muito rápido. Então, houve uma deterioração, de fato, muito forte, concentrada no ano passado, que levou o Governo a ter que reagir, a ter que adotar medidas que antes não considerava necessárias, nem adequadas. A política econômica vai sendo adaptada à conjuntura. Agora, no segundo semestre deste ano, estamos vendo a deterioração que houve no mundo por conta da China, como também no Brasil, diante da incerteza sobre a sustentabilidade da dívida.

Eu concordo com V.Exa. São duas coisas. Há uma deterioração no mundo. Houve uma redução do crescimento previsto na China. A Europa está estável. Os Estados Unidos estão se recuperando. No líquido, está mais ou menos a mesma coisa. O Brasil a China afetam mais. Por isso, afetaram bastante as nossas empresas. Há uma queda de atividade muito maior do que todos esperavam. Se pegarmos as projeções do mercado, não do Governo, a diferença entre o quanto se achava que a economia brasileira ia crescer este ano, em janeiro, e o quanto se acha hoje é uma deterioração de quase 2,5 pontos. Então, isso impactou nas previsões das empresas, nas previsões do Governo. Isso leva o Governo a adotar medidas que antes não considerava necessárias nem adequadas porque era outro cenário. Neste cenário, elas passam a se tornar adequadas.

Então, a capacidade de mudar e adaptar a política sem perder a direção é necessária, mas não vamos confundir medidas que são necessárias para se adaptarem a esta conjuntura que mudou muito rápido com uma ausência de compromisso por parte do Governo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ministro, permita-me, para concluirmos as questões.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. disse que, no final do ano passado, o Governo já percebia essa deterioração do quadro e não assumiu publicamente em hora nenhuma. Então, quer dizer que o Governo demorou a reagir e insistiu dizendo que não havia problema. Essa é uma pergunta. V.Exa. me respondeu aqui agora, eu sei que não é questão de debate, mas é só para ficarem claras as minhas as minhas perguntas.

Então, V.Exa. assume que, no final do ano passado, o Governo reconhecia que já havia esse quadro de deterioração...

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu acho que, no final do ano passado, quando estávamos na equipe de transição, Deputado, isso já foi sinalizado. Como eu falei, final do ano passado, no último trimestre do ano passado, foi exatamente isso que eu coloquei na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi isso que levou o Governo... O Governo revisou, em novembro do ano passado, as metas para este ano. A meta para este ano de resultado primário era anteriormente de 2,5%. O Governo revisou para 1,2% já em janeiro, quando eu e o Levy fomos anunciados como Ministros. Chegamos e revisamos.

Então, o Governo, naquela época, já tinha visto que o cenário estava se deteriorando. Depois, se deteriorou ainda mais. Fomos obrigados a revisar novamente e, agora, adotar uma proposta orçamentária com medidas adicionais.

O Governo tem tido uma atitude transparente de mudar as medidas ao passo que a conjuntura demanda, mantendo sempre a direção do equilíbrio fiscal.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou também sobre a questão dos Ministérios. A diretriz continua sendo de cortar 10 Ministérios...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ainda na CPMF... Eu perguntei a respeito da mentira da Presidente...

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou tentar responder, se o senhor deixar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou deixando, mas é porque você mudou de assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria pedir que deixassem S.Exa. acabar de responder. Ao final, se faltar uma resposta, V.Exa.

pergunta, Deputado. Senão, vai virar um debate, o que eu acho prejudicial quanto ao que S.Exa. está falando.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sobre a questão dos 10 Ministérios, a diretriz continua sendo de cortar 10 Ministérios. Essa é tanto uma questão administrativa, em uma análise de quais são os Ministérios que eventualmente podem ser juntados ou incorporados, como também é uma questão política. O Governo tem a sua base parlamentar, que participa do Governo.

Essas são as conversas que estão ocorrendo. É bom não misturar as coisas. Essa redução de 10 Ministérios talvez também seja uma discussão de mudança de representação de determinados partidos dentro do Governo. Uma coisa não necessariamente está contaminando a outra. Você pode ter alguns partidos, pode aumentar ou reduzir o número de Ministérios e ainda assim reduzir 10 deles. Isso está sendo construído para ser anunciado pela Presidenta.

A CPMF, como eu falei, é um instrumento que não estava na agenda do Governo, mas, devido à deterioração que houve no cenário econômico, foi necessário adotar esse instrumento. O Governo refletiu bastante na hora de adotar esse instrumento. Por isso, adotou-o da forma mais minimalista possível, com uma alíquota bem mais baixa do que era quando estava em vigor — 0,2% contra 0,38% — e direcionada não para a saúde, porque a saúde precisa de uma fonte de recursos permanentes. Será direcionada para a Previdência, porque estamos empenhados em controlar o crescimento dos gastos da Previdência.

Então, eu não acho que foi mentira. Eu não acho que foi um recuo. Foi uma atitude para adequar a política econômica à evolução da conjuntura da economia brasileira, porque o compromisso com a responsabilidade fiscal exige medidas dessa natureza, mesmo que elas sejam impopulares em curto prazo. O efeito que elas têm ao melhorar o resultado fiscal e ao possibilitar um controle da inflação com a queda taxa de juros, em médio e longo prazos, ou seja, a partir do ano que vem, é positivo sobre a economia.

Portanto, eu acho que esse comportamento não foi uma falta com a verdade. Na realidade, foi um comportamento corajoso para cumprir o que se espera do Governo com o equilíbrio fiscal: tomar as medidas necessárias para garantir o equilíbrio fiscal, mesmo que essas medidas sejam impopulares em curto prazo,

porque a estabilidade fiscal é uma condição necessária para a viabilidade do crescimento duradouro.

O Deputado Edmilson colocou várias questões.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, permita-me.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Acabou. Agora, eu posso falar?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, deixe-me apresentar apenas uma questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pedi que esperasse o Sr. Ministro responder a todas as perguntas...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas ele já mudou de pessoa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas está dentro do bloco.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou sobre a agricultura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está dentro do bloco.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Ele está certo. Eu passei por uma pergunta.

Sobre a agricultura, há uma revisão de projeção. Nós tínhamos colocado a projeção de gastos num determinado subsídio de 1,7 bilhão dentro de um programa que tem quase 3 bilhões de subsídio, sendo que esse programa, nos últimos 4 anos, tem gasto 600 milhões.

Então, feito isso, está programada uma expansão da cobertura desse programa. Nós reavaliamos que não é adequado fazer essa expansão neste momento de restrição orçamentária. Então, vários programas estão sendo revistos na saúde, na educação, na habitação, na agropecuária, mas, como lembrou o Deputado, no Plano Safra, houve aumento do volume de recursos a serem desembolsados. Houve um ajuste na taxa de juros, mas nós tivemos as linhas subsidiadas, com subsídio menor. Há um esforço de realinhamento e de adaptação de todos os programas do Governo. Não está sendo focado só na agricultura, só na educação, só na saúde, mas em todos programas do Governo, inclusive no custeio, como eu procurei demonstrar com esses números que começamos a divulgar mais detalhadamente a partir desse boletim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidenta, a senhora quer que eu aguarde o fim do bloco para fazer minhas considerações?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Temos mais três.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A senhora prefere que eu aguarde?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho.

Há pergunta de mais algum Deputado?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Do Edmilson Rodrigues, do Samuel Moreira e do Toninho Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, responda aos Deputados Edmilson Rodrigues, Samuel Moreira e Toninho Pinheiro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O Deputado Edmilson Rodrigues perguntou sobre... Sim, eu concordo que cortes lineares não são os mais adequados, e os nossos cortes não têm sido lineares. Nós temos procurado, como eu falei, no caso da educação e da saúde, preservar as verbas de custeio. Temos revisto metas de expansão.

O senhor pergunta por que na agropecuária, por que na saúde, por que na educação... A decisão do Orçamento é sempre difícil. No momento em que se tem queda de arrecadação, tem que se ajustar os seus gastos, e isso envolve todos os gastos. Então, nós adequamos o que foi possível adequar, sobre o que nós temos discricionariedade, o que não é determinado por lei e propusemos...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, quase todos, porque a dívida é intocável.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - E propusemos...

O gasto financeiro também é um compromisso que o Governo tem. Também faz parte da estabilidade o Governo pagar todas as suas contas. Se alguém aplicou num título público esperando ter um retorno, nós temos que honrar esse compromisso. Não está em consideração e nunca esteve em cogitação o Governo não pagar a sua dívida. Isso faz parte da estabilidade. Se uma pessoa deposita um título num fundo de investimento ou faz um depósito na poupança, e parte daquelas aplicações são títulos públicos, são LFTs, são LTNs, o Governo cumpre com suas obrigações financeiras. Nós atuamos para que essa dívida...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estou falando que é questionável a dívida.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Auditorias da dívida mostram — são técnicos sérios — que realmente, se for feita auditoria da dívida, conforme a Constituição exige no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias, vai se provar que grande parte é ilegal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem direito à réplica de 2 minutos. Aguarde!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Inclusive, vai-se provar que grande parte é ilegal. Eu não sei por que o TCU...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria muito de ficar com os senhores aqui a tarde e a noite inteiras, mas nós temos votações na Casa. Eu me comprometi com o Ministro.

E V.Exa., Deputado, tem direito a uma réplica de 2 minutos! Aguarde a resposta! No final do bloco, o senhor terá direito à réplica.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu quero colocar que o compromisso do Governo de pagar a sua dívida, pagar os seus títulos públicos é a base da credibilidade e da estabilidade da economia. Então, isso não está em discussão.

A dívida pública é transparente, todos os fatores de sua emissão são reportados pelo Tesouro Nacional mês a mês. O que deu origem à dívida pública pode ser auditado, pode ser visto em todos os demonstrativos financeiros.

O Brasil recentemente foi elevado no *ranking* de transparência fiscal e é considerado o sexto País com mais transparência fiscal. As informações existem. Concordo com o senhor que essas informações são muito detalhadas. O Orçamento é muito detalhado. Mas essas informações existem e estão à disposição da sociedade, principalmente, dos representantes da sociedade, que são todos os senhores aqui. Qualquer contestação, qualquer levantamento de cálculo pode ser feito com base em informações disponíveis.

Sobre a questão do concurso, como eu já disse, nós propusemos a suspensão temporária de concursos para o ano que vem, mas isso obviamente não implica nos concursos que já estão em andamento. Nós fizemos um esforço. Este ano, admitimos além do que previam os editais de alguns concursos. Houve o concurso do IBGE. No caso do IBGE, nós temos o cuidado de tentar preservar...

Nós fomos forçados, este ano, a adiar a preparação do Censo Agropecuário para o ano que vem, mas, mesmo num cenário de corte, está mantida a preparação do Censo Agropecuário, que era para ter começado este ano. Infelizmente, não pudemos fazer este ano. Essas são decisões inevitáveis de qualquer Orçamento.

Sobre essa questão de visão, eu conheço várias pessoas da Fundação Perseu Abramo. Já tive o prazer de participar do Conselho da Fundação Perseu Abramo. Entendo parte das críticas que foram feitas. No entanto, eu acho que o momento em que nós estamos não é momento de adotar novas medidas de estímulo. Eventualmente, essas medidas podem ser adotadas caso a situação melhore.

Nós estamos com a inflação ainda elevada e com um déficit primário. Até julho, o Governo tinha um déficit primário. Numa situação em que há déficit primário e inflação ainda superior ao teto da meta, não se recomenda adoção de novas medidas de estímulo.

Nesse caso, como eu falei, por mais paradoxal que seja, para recuperar o crescimento é necessário recuperar a estabilidade fiscal, o controle da inflação e a estabilidade da taxa de câmbio. Essas são pré-condições. Obviamente, isso não impede que mais à frente possam ser adotadas medidas de estímulo. Só para citar um exemplo: o Governo adotou uma medida de estímulo. Nós lançamos o Programa de Proteção ao Emprego, uma medida provisória que está aqui para ser aprovada. Oxalá que seja aprovada. Essa uma medida, mesmo tendo sua vigência temporária, como medida provisória, já possibilitou a adesão de mais de 20 mil trabalhadores. Então, são 20 mil pessoas que, na ausência dessa medida, poderiam estar desempregadas hoje. É uma medida que o Governo adotou para auxiliar nessa transição. Esse é um exemplo para mostrar que, mesmo nesse processo de ajuste, nós temos adotado medidas também para facilitar a adaptação das empresas, das pessoas a esse período de transição.

O Deputado Samuel colocou a questão da CPMF. Trinta e dois milhões são o resultado líquido. A CPMF, quando caiu, não sei se o senhor se lembra disso, tinha um IOF compensatório, não em todas as operações, de 0,38%. Então, tem-se o impacto da arrecadação da CPMF menos o IOF que vai ser retirado, quando ela entrar em vigor. Então, 32 milhões são o impacto líquido.

Não é uma jogada contábil, porque, ao final, todos os recursos são do Tesouro. Mesmo quando há déficit na Previdência, quem cobre é o Tesouro Nacional. A fonte de recurso é uma só.

Como eu disse, a saúde precisa de uma fonte permanente de recurso. Já existe uma proposta constitucional aprovada que vai até 15% da receita corrente líquida. O problema é que, neste ano, a receita corrente líquida caiu muito. Então, frustraram as expectativas de aumento do recurso da saúde, mas, com a recuperação da economia, a previsão é de que essa regra vai dar mais recursos para a saúde a partir de 2017 do que dava a regra antiga, que tinha indexação ao PIB.

Então, nós colocamos vinculada à Previdência para mostrar, primeiro, o caráter temporário, porque a questão da Previdência, dada a tendência, precisa de uma reforma da trajetória do gasto.

Nossa proposta inclui, sim, a discussão da idade mínima, para responder à sua pergunta objetivamente. Nós queremos discutir a idade mínima. A questão é como implementá-la, a partir de que geração e com que prazo. Nós já temos uma proposta que, de uma certa forma, começa a ter o mesmo efeito de uma idade mínima, que é a regra 85/95 móvel. À medida que ela vai crescendo, vai se ajustando à evolução da demografia da sociedade brasileira. Com a atual legislação, ela pode até ir até 90/100. Para ir acima disso, vai ser necessária uma alteração na Constituição, o que nós queremos também discutir. Então, faz parte da discussão do Governo encaminhar isso.

Quando eu disse que nós vamos esperar a tramitação, não me referi à CPMF, Deputado, porque a regra da MP que trata da 85/95 já está aqui. Por isso, tramitando essa MP, vamos dar sequência às outras propostas. Já temos uma discussão concentrada nessa MP sobre isso, que pega uma grande parte dos benefícios, que é o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Feita

essa regra para o ATC, como chamamos, podemos começar a discussão das regras do sistema de aposentadoria por idade mínima, cujo limite hoje é 65.

Como é necessário mudar, é necessário também que esse limite se adapte à evolução da sociedade brasileira. Vamos discutir em que prazo e em que velocidade que isso vai ser adequado.

Na questão do déficit, Deputado, não houve erro. A proposta orçamentária reflete o cenário macroeconômico e a legislação vigente quando foi enviada a proposta do Governo. Naquela mesma ocasião, nós deixamos claro que ninguém estava confortável com o déficit e que continuaríamos avaliando para tomar medidas novas para eliminar esse déficit, tanto foi que no dia seguinte isso já havia começado.

Mas essas medidas ainda estavam em discussão, não estavam consensuadas e requeriam, como ficou provado, um avanço maior, seja retomando o imposto, como a CPMF temporariamente, seja cortando mais gastos prioritários, como gastos de investimentos, gastos com saúde, seja revisando a nossa proposta que estava em negociação com os servidores de reajuste a partir de janeiro. Antes disso, era preciso construir a negociação juntamente com os servidores.

Então, o Governo apresentou uma proposta orçamentária que atendeu a todos os requisitos legais, uma proposta orçamentária que refletia o cenário macroeconômico projetado para o futuro e a legislação vigente: as regras da Previdência, as regras da negociação com o funcionalismo naquele momento.

Nós, no mesmo momento em que anunciamos isso, deixamos claro que ninguém estava confortável com o déficit e que iríamos trabalhar para melhorar esse resultado, mas isso requereria medidas adicionais que seriam construídas.

Conversamos com Lideranças do Congresso, com lideranças empresariais, porque as medidas adicionais necessárias são bem substanciais, medidas relevantes, como ficou claro no momento em que anunciamos isso.

No caso da Previdência, a proposta inicial já inclui uma previsão de redução de gastos da Previdência em relação ao que era projetado de cerca de 8 bilhões só com medidas administrativas, cruzamento de dados, checagem de acúmulo de benefícios, checagem se a pessoa que está recebendo o benefício é a pessoa correta. Então, só do ponto de vista administrativo, já há um esforço previsto, por

parte do INSS e do Ministério da Previdência, de gestão de que pode economizar cerca de 8 bilhões em relação ao crescimento; isso já está nos planos.

No custeio da máquina, eu coloquei os vários números, nós temos um esforço. Este ano, nós vamos gastar praticamente o mesmo valor nominal, um valor real menor, mesmo com o aumento do preço da energia, que impactou nas contas de todo Brasil e também nas contas do Governo.

O Deputado Toninho colocou a questão da fiança bancária de 100%, é um projeto que V.Exa. autorizou. Eu acho que nós temos que trabalhar porque 100% de fiança bancária pode encarecer muito o custo financeiro do projeto, ainda que ele tenha um efeito benéfico de dar mais segurança ao Governo, mas pode encarecer muito o custo financeiro de um projeto, então, tem que se levar em conta as duas coisas.

A redução de Ministérios, como o senhor mesmo colocou, é uma iniciativa boa, tanto do ponto de vista de gestão, mas também de melhorar o funcionamento do Governo. E vamos analisar essa proposta que o senhor colocou, que a consultoria do Senado tem, de que pode-se reduzir com medidas legais cem bilhões no caso da Previdência.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Cento e dois bilhões.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Por último, na dívida ativa, Deputado, queria colocar o seguinte: o Governo tem um valor elevado, não sei se é 1,5, eu tenho que checar, mas é um valor elevado de dívida ativa. E, nos últimos anos, o Governo tem feito várias iniciativas para recuperar isso, são os chamados REFIS – Programa de Recuperação Fiscal. Então, foi feito o REFIS no ano passado, há agora uma medida em análise pelo Congresso Nacional, o PROREFIS — Programa de Regularização Fiscal, que não é por causa do que está na dívida ativa, o que está pré dívida ativa, que ainda está no CARF — Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, também para melhorar essa cobrança.

Então, nos últimos anos, foram feitas várias iniciativas para melhorar a arrecadação dessa dívida ativa, só que essas iniciativas também têm um efeito secundário negativo, que podem induzir alguns contribuintes a atrasar seus impostos na expectativa de que haverá outro REFIS, de que haverá outra renegociação.

Então, temos que ter muito cuidado nos métodos e nas propostas que fazemos para recuperação da dívida ativa. Entendo a sua preocupação, estamos analisando, queremos recuperar mais a dívida ativa, mas isso tem que ser também medido em relação ao impacto que isso dá sobre os pagamentos futuros dos impostos.

Uma coisa é entrar na dívida ativa e, automaticamente, se ela tiver um desconto para ser paga, todo mundo vai deixar de pagar seus impostos na expectativa de que vai ter um desconto quando entrar na dívida ativa. Então, por isso que nós fazemos isso muito pontualmente, e muito sobre valores ou grupos específicos de dívidas, para não ter esse efeito sobre a arrecadação do Governo.

Com isso...

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Ministro, por gentileza, considerando que o Brasil está sempre pagando a dívida antiga com a dívida nova, isso mostra que nós temos que repensar o Brasil. Não é só neste Governo, não, em todos os Governos que passaram eles estão enrolando a dívida, pegam a dívida velha e pagam com a dívida nova. Isso significa que o Brasil está com muito gasto supérfluo, de má qualidade.

É preciso realmente repensar o Brasil, convergir com a realidade mundial. Nos Estados Unidos têm uns 20 Ministérios, aqui nós temos 40. Que se acabe com a maioria desses Ministérios, e não só acabar com eles, mas não se deixe o dinheiro no Ministério. Por exemplo, o Ministro da Educação cuida da parte pedagógica, não é função de um estadista liberar 1,5 milhão de reais para fazer uma creche. Em vez de fazer de 1,5 milhão uma creche, qualquer Prefeito faz uma creche com 700 mil reais, e assim por diante.

E, com todo respeito, as medidas que o senhor tomou, Ministro, são medidas fracas. Não sei se está faltando coragem, ou se o senhor está com medo, mas infelizmente as medidas são fracas. Nós já procuramos as Consultorias Legislativas aqui que nos garantiram que dá para economizar cem bilhões a partir do ano que vem na questão dos repasses, na questão da Previdência. São coisas que, comprovadamente, eu estou com documentos aqui, eu estou tentando ajudar, eu quero ser útil ao Brasil. Eu torço que a Presidente dê a volta por cima porque se ela fracassar todos vão fracassar.

É importante dizer isso, é preciso repensar, fazer as medidas para diminuir os Ministérios. É importante dizer que essa questão de correr atrás desse projeto de lei, que existia em 1998 e foi vetado, para abranger o superfaturamento, obras com defeito, tudo isso nos Estados Unidos já têm; é preferível ela ficar um pouquinho mais cedo do que essa ladroagem. Desculpem-me pela palavra, mas aquele vagabundo roubou 70 bilhões de reais do Governo Federal, das pessoas aqui, e quem devolveu 70 bilhões roubou muito mais.

O senhor está com boa vontade, eu estou com boa vontade. Eu acredito na Presidente Dilma. Eu preciso...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Era a réplica que V.Exa. iria fazer à sua indagação.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - É preciso unir forças para acabar com esse caminho. Os ladrões estão acabando com o Brasil.

E, finalizando, deixo bem claro: sobre essa questão da despesa com custeio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Toninho Pinheiro, eu peço a sua compreensão. V.Exa. chegou depois, eu lhe dei a palavra, mas nós temos horário.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Tenho uma última questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Quanto ao custeio com pessoal, os Deputados sempre foram o patinho feio. Na verdade, de 2011 para cá, o Legislativo só teve 8% de aumento em sua despesa com pessoal. O Judiciário teve 19%; e o Governo Federal, 20 e tantos por cento. Quer dizer, o Legislativo sempre teve um aumento de despesa muito menor do que os outros. Eu estou com dados. Eu posso provar.

Desculpem-me. Eu falei com o coração. Eu falei para ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nobre Ministro, com todo o respeito, V.Exa. deu respostas que não são definitivas. Eu tenho respeito por V.Exa. V.Exa. faz como achar melhor.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu pergunto do corte dos 10 Ministérios, e V.Exa. diz que é o objetivo do Governo, mas não diz se acredita que serão cortados 10 Ministérios ou não.

Depois, eu pergunto se os cartões corporativos não precisariam ter a mesma transparência que nós temos em todos os nossos gastos. V.Exa. também não responde.

Por fim, responde ao nosso amigo, Deputado Samuel Moreira, dizendo que o Governo não errou. Com a falta de humildade do Governo e do nobre Ministro, é muito difícil que nós, Parlamentares, consigamos ajudar.

Por fim, digo que V.Exa. conseguiu fazer uma inovação na língua portuguesa: trocou "mentira" por "coragem". Quando a Presidente mente, V.Exa. considera que foi corajosa. É por isso que o Governo não vai bem: os valores do Governo estão invertidos. Quando uma pessoa mente, o Governo acha que está tendo coragem. Aí, realmente, não dá para ajudar nem para acreditar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ministro, V.Exa. diz que nós, representantes do povo, podemos auditar; diz que a dívida é licita; diz que as regras estão claras.

Vou dar um exemplo pessoal: fizemos um requerimento de informações para que fossem detalhados os credores da dívida — estudos não oficiais mostram que são os banqueiros os principais —, e simplesmente a resposta do Ministério da Fazenda foi que isso não pode ser divulgado, por conta do sigilo bancário.

O art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tem que valer. A auditoria tem que ser feita por uma equipe técnica de alto nível, independente, fruto de uma licitação internacional, inclusive, para ter resultados inquestionáveis. Acho que isso tem que ser feito. Não sei o que intimida o Governo.

Outra coisa: recentemente, a *CartaCapital* falou em super-ricos, em uma matéria muito interessante, que mostra que, por conta da não cobrança de impostos sobre juros e dividendos, os muito ricos — com, digamos, algo em torno de 160 e tantos milhões, em média, de fortuna — acabam pagando 16%, em média, de

Imposto de Renda, enquanto um professor, como eu, paga 27%. Isso é uma injustiça — a regressividade.

E, por falar em regressividade, Ministro, eu queria a sua opinião. A CPMF, do jeito que é apresentada, não tem justificativa, mesmo com a redução de 0.38 para 0.2, ela é regressiva e ela incide sobre tudo. Quer dizer, na movimentação financeira referente a um insumo para a produção bovina, se paga por ele, se paga pelo boi, se paga pela carne no açougue. Enfim, os pobres vão pagar mais, e os ricos vão pagar menos.

Então — concluo —, não é nenhuma provocação no sentido negativo do termo, não, mas o Governo não estuda a possibilidade de fazer valer o único dos sete impostos federais que até hoje não foi regulamentado. Há estudo de gente séria, Ministro. Não é blá-blá-blá esquerdista nem Oposição falaciosa de quem concorda com as teses neoliberais e aqui faz discurso da abobrinha.

Sinceramente, há estudos que mostram que, se se cobra 5% dos que tem 50 milhões ou mais, se consegue ao ano 90 bilhões. Que esteja exagerado esse cálculo, que seja metade disso: já é uma CPMF e meia. Nós vamos cobrar dos pobres, quando podemos cumprir a Constituição? Por que não, em vez de criar um novo imposto, uma nova contribuição, uma CPMF, cobrar um imposto constitucional, para nenhum tucano ou petista ou psolista dizer que é contra a Constituição, que se está criando um novo imposto. É um velho imposto, de 1988, mas que os governos, submetidos à lógica financista do grande capital financeiro, temem. Eu sei que o senhor concorda comigo, talvez não assuma publicamente.

Então, tem que ser feito assim, porque senão os pobres vão continuar pagando e, tristemente, os ricos vão continuar fazendo a festa e especulando. O cara compra um apartamento por 1 milhão, daqui a pouco vende por 3 milhões e não paga nada sobre isso, que é o delta a mais. Então, é uma festa para os muito ricos, e, em momento de crise, os ricos festejam. A crise é, na verdade, para as médias, pequenas e microempresas, para os assalariados e para os desempregados em particular.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada.

Vamos dar a palavra ao Ministro, para as considerações finais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Senadora, peço só 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Ministro, eu estou tendo a seguinte postura: estou batendo fotos de uns prédios suntuosos que Ministérios alugam. Quando chego a um hospital público ruim, a uma escola pública ruim, eu digo: *"Mas está aqui o Ministério; o aluguel é tanto"*. Só para o povo, lá na base, ver como nós estamos nesta Versalhes tão distante da realidade. Era só essa informação. Esses telefones nos permitem bater fotografias dessas suntuosidades.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ministro, eu quero lhe agradecer e lhe passar o microfone para ouvirmos suas palavras finais.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado, novamente.

Sobre os pontos que foram levantados, Deputado Toninho Pinheiro, eu acho que o trabalho da Consultoria Legislativa é para ajudar. Interpretei a sua proposta como uma ajuda. Nós estamos avaliando. V.Exa. pode ver que várias das propostas que estavam na nota técnica da Consultoria Legislativa depois fizeram parte da proposta adicional do Governo. Então, nós estamos analisando essas medidas previdenciárias propostas para ver o que é possível ou não fazer e, principalmente, em que prazo. Como eu coloquei, qualquer coisa que envolve a Previdência tem que ser feita sempre para frente, com prazo de transição adequado, para não surpreender pessoas, para não criar insegurança jurídica. Então é com esse espírito que nós estamos analisando todas as propostas.

Eu não considero as medidas fracas, basta ver a reação de vários Parlamentares aqui e de vários analistas de imprensa. Concordo com o senhor, o gasto com pessoal do Legislativo é o que está mais sob controle. No caso do Executivo, cabe a mim mencionar, houve uma ampliação também de efetivo, principalmente na educação. Houve aumento do número de funcionários na ativa devido principalmente à expansão das redes de universidades, às novas instituições, como institutos técnicos e universitários. Foi ampliado tanto o valor quanto a quantidade.

O Deputado Caio Narcio perguntou sobre algumas coisas que eu deixei de responder. Na questão dos Ministérios, Deputado, a meta que nos foi dada para trabalhar é a redução de dez Ministérios. Nós fizemos vários cenários possíveis de redução de dez Ministérios, e, como o senhor sabe, temos várias combinações, como vemos no debate na imprensa. Agora, essa é uma decisão final que cabe à Presidente da República. Então não cabe a mim dizer qual é o número. Eu posso dizer que a proposta continua sendo de dez Ministérios e que se está vendo qual é a melhor composição. Mas essa é uma decisão que vai ser anunciada por quem define o número de Ministros, por quem define quem são os Ministros, que é a Presidente da República.

Quanto aos cartões corporativos, sou completamente a favor da transparência. Eu creio, posso estar engando, que há essa transparência no Portal da Transparência. Sobre alguns cartões talvez não haja transparência devido a motivos de segurança, e eu não sei tecnicamente defini-los. Mas, no que se refere aos cartões corporativos dos Ministérios, eu acho que é determinado ali quanto se gasta. A minha impressão — vou checar esse número para V.Exa. — é de que esses gastos têm caído também. Mas nós vamos detalhar isso. É mais um item para aprimorarmos o nosso boletim de custeio.

Quanto à questão do erro, quero ser bem preciso: o Governo fez o que a lei manda, apresentou um orçamento com base no cenário macroeconômico, na legislação vigente, como manda a Constituição. Essas duas condicionantes resultaram no déficit. Como nós não estávamos, nem estamos, confortáveis com a situação deficitária, imediatamente continuamos a trabalhar em novas medidas, só que a amplitude e a profundidade dessas medidas exigiam entrar em algumas áreas que não estavam no plano inicial do Governo. Isso é fato. Para isso, nós ouvimos várias pessoas, inclusive as sugestões do Congresso Nacional, através da Consultoria, e aí construímos, diante de todas as alternativas que haviam, uma nova proposta para eliminar esse déficit e ter superávit no próximo ano.

Então, atuamos nesse sentido. Ninguém está em situação confortável com o déficit, ninguém está em situação confortável ao ver sua nota de crédito rebaixada. Nós estamos trabalhando dia sim e no outro também para reverter isso. Só que agora nós estamos entrando numa outra fase, em que, como a maior parte do

Orçamento é gasto obrigatório, determinado por lei, mudanças exigem uma discussão sobre alteração legal e tramitação no Congresso Nacional, o que eu acho correto. Acho que a solução demora mais, mas, quando sai, é mais duradoura e melhor formatada. É melhor isso do que uma solução só administrativa.

Sobre qual é a palavra, se é mentira ou se é coragem, eu acho que adotar as políticas necessárias para o reequilíbrio fiscal, mesmo que elas tenham impactos impopulares no curto prazo, é, sim, uma atitude de coragem. Ser capaz de revisar o seu diagnóstico, de admitir que aquele diagnóstico no passado não está necessariamente coerente com a realidade econômica de hoje também é uma atitude corajosa. Obviamente, essa é uma interpretação pessoal que eu tenho, e entendo que possam ter interpretação diferente.

Deputado Edmilson Rodrigues, sobre a questão da dívida, uma coisa é quem tem a dívida, quem comprou os títulos públicos, e quanto a isso realmente há sigilo bancário. Não posso saber qual é a aplicação de cada pessoa aqui nesta sala, se comprou uma NTN-B, uma LFT ou um título do Município de São Paulo. Essa é uma decisão pessoal e nesse caso há o sigilo bancário. O que originou a dívida, o que levou o Governo a emitir a dívida é um déficit. Como o senhor bem colocou, déficit total, déficit nominal o Brasil tem há muito tempo, até porque o valor do pagamento de juros já foi muito mais alto. Este ano está previsto o percentual de 8%. Na época da crise de 1998 e 1999, com a variação cambial, ele chegou a mais de 10% do PIB. Este ano a previsão é 8% do PIB. E o que gerou a emissão da dívida, o que gerou o déficit pode ser identificado, rastreado.

Por exemplo, houve um déficit em 1999, quando a variação cambial foi muito grande. Naquela época o Governo emitia muito título interno indexado ao câmbio. Hoje, uma parte que gera o déficit, deste ano, são as operações de *swap* cambial do Banco Central. Tem-se a operação de *swap* cambial, e, na hora em que o dólar sobe, o Banco Central tem que cobrir essa depreciação. Isso gerou um gasto no primeiro semestre de quase 60 bilhões, quase o dobro do déficit que estava projetado inicialmente para o ano passado.

Então, pode-se mapear para o ano seguinte, pode-se mapear o que gera a dívida. É nesse sentido que eu falei; pode ser auditado o que gerou o aumento da dívida. Agora, quem detém, quem depois comprou esse título, aí realmente é uma

questão de sigilo bancário — aliás, dependendo do título; a não ser que seja um título emitido como um acordo ou alguma coisa que a lei permite que se identifique.

Quanto à CPMF, como qualquer imposto indireto, ela tem um grau de regressividade. Isso, infelizmente, é um atributo do imposto. Como eu falei, nós não proporíamos esse imposto, sabendo de todos os defeitos e problemas que ele tem, se não achássemos que os benefícios são maiores do que esses defeitos. Neste momento, é importante recuperar o resultado primário do Governo para completar o esforço de reequilíbrio macroeconômico, mesmo que isso incorra em imposto que tenha regressividade, como V.Exa. apontou. Mesmo com essa regressividade, nós achamos que os benefícios trazidos, especialmente a arrecadação, são maiores que as distorções que eles possam causar.

E, para dar um exemplo, porque nós não achamos essa uma solução ideal, só a sugerimos porque a realidade fiscal assim demanda, nós fizemos isso de maneira temporária. Há várias propostas de fazer isso de maneira permanente. Nós não achamos que esse deve ser um imposto permanente.

Na questão regressiva, eu concordo com o senhor. Quer saber qual é a minha opinião? Nós colocamos agora o imposto para aumentar a tributação sobre ganhos de capital. No caso de imposto sobre grandes fortunas, nós avaliamos, não temos esse diagnóstico de que uma alíquota de 5% geraria esse imposto. A evidência no mundo mostra que, com imposto sobre estoque, sobre grandes fortunas, não se arrecada muito, e na verdade isso leva a uma evasão de capital. O imposto mais apropriado para grandes fortunas é o imposto sobre herança, que, no caso brasileiro, já existe, é uma atribuição dos Estados; ou, se for transferência de bens *inter vivos*, é uma atribuição do Município. E hoje ele é linear, não tem progressividade. Ele pode ter uma progressividade, mas esta é uma matéria de legislação municipal e estadual. A Constituição reservou esse imposto para transferência de ativos, seja por herança, seja *inter vivos,* para os Municípios e os Estados, e há uma discussão sobre isso, pelo que sei, no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de agradecer o comparecimento ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, à Secretaria de Orçamento Federal, Esther Dweck, e a toda a sua equipe técnica, bem como aos Srs. Parlamentares.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que estão confirmadas as seguintes reuniões para amanhã, dia 30 de setembro: reunião do colegiado de Líderes, às 13 horas, e reunião deliberativa, às 14 horas, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Edmar Arruda, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Genecias Noronha, Hildo Rocha, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Wadson Ribeiro, Nilto Tatto, Hugo Leal, Jaime Martins, Caio Narcio, João Fernando Coutinho, Flávia Morais e Samuel Moreira; **Senadores Titulares:** Rose de Freitas, Valdir Raupp, Paulo Bauer, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Benedito de Lira; **Deputados Suplentes:** Danilo Forte, Vitor Valim, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Orlando Silva, Valtenir Pereira, Evair de Melo, Domingos Sávio, Izalci, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Mattos e do **Senador Suplente** Hélio José. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Weliton Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e um minutos, o Deputado Hildo Rocha, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, suspendeu a reunião por trinta minutos, tendo em vista a falta de quórum para deliberação e a realização de reunião simultânea no Colegiado de Líderes da CMO. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), reabriu os trabalhos e informou haver *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das Atas das seguintes Reuniões: Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 22/9/2015, Terceira Reunião de Audiência Pública, realizada em 24/9/2015, e Quarta Reunião de Audiência Pública, realizada 29/9/2015 e houve a acatamento. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA: PAUTA.** O Presidente em exercício informou que somente os Relatórios das matérias acordadas na Reunião do Colegiado de Líderes da CMO seriam apreciados pelo Plenário. Informou que o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Ricardo Teobaldo, entregará novo Adendo ao seu Relatório. Item 4 - **Relatório de Atividades do CAE nº 1/2015 – LOA 2016** - "sobre Diretrizes e Orientações para a análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN, em razão do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN". Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Genecias Noronha. O Deputado Domingos Sávio, a título de facilitar a operacionalização por terminar em número par, propôs alteração no item 9.1 do Relatório que discorre sobre o limite por mandato parlamentar para apresentação de emendas individuais para R$ 15.342.436,00, em vez de R$ 15.342.437,00, conforme consta do Relatório. O Relator acolheu a solicitação. A seguir, o Relatório foi **APROVADO** por unanimidade, com alteração no limite por mandato parlamentar para apresentação de emendas individuais para R$ 15.342.436,00. Item **5 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 16/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo Federal referentes ao exercício de 2009."; à **Mensagem nº 23/2010-CN,** que **"**Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao período de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009.", bem como o **Ofício nº 13/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional os Relatórios do Presidente e de Gestão do Senado Federal e do Fundo Especial, relativos ao exercício financeiro de 2009."; **Ofício nº 30/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Execução Orçamentária da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2009."; **Mensagem nº 24/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2009." **Ofício nº 15/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 56 , a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2009."; **Ofício nº 16/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atenção ao disposto no art. 49, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – Órgão 16.000 e respectivo anexo."; **Ofício nº 17/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao teor do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho relativa ao exercício de 2009."; **Ofício nº 18/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2009."; **Ofício nº 19/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União 2010/ Ano referência 2009."; **Ofício nº 20/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2009."; e **Ofício nº 14/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2009." Relator: Deputado Valtenir Pereira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela APROVAÇÃO, com ressalvas, das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2009 e pelo ARQUIVAMENTO sem julgamento de mérito das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decretos Legislativos apresentados. O Relator fez a leitura dos projetos de decretos legislativos e informou que havia feito a seguinte alteração em um deles: "**Art. 1º** Ficam aprovadas as Contas do Presidente da República relativas ao exercício 2009, nos termos do inciso IX do artigo 49, combinado com o inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República." O Deputado Domingos Sávio discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Item 6 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 16/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010" e **Mensagem nº 24/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010". Relator: Senador Davi Alcolumbre. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação, com ressalvas, das Contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Ausente o Relator, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório e leu a seguinte alteração no projeto de decreto legislativo: "**Art. 1º** Ficam aprovadas as Contas do Presidente da República relativas ao exercício 2010, nos termos do inciso IX do artigo 49, combinado com o inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República." O Deputado Domingos Sávio, ao discutir a matéria, informou que essa alteração foi consensual na reunião do Colegiado de Líderes com assento na

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão e teria validade para as Contas de 2012 também. O Presidente em exercício apresentou proposta para votação em bloco dos itens 6 e 8 e obteve acatamento. Item 8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2013-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório, sua síntese e o Voto sobre as contas da Presidenta da República referentes ao exercício de 2012, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo aprovado pelo plenário do Tribunal de Contas da União."; e à **Mensagem nº 25/2013-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2012." Relator: Senador Hélio José. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação, com ressalvas, das Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Relator apresentou o Relatório e leu a seguinte alteração no projeto de decreto legislativo: "**Art. 1º** Ficam aprovadas as Contas da Presidente da República relativas ao exercício 2012, nos termos do inciso IX do artigo 49, combinado com o inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as Contas prestadas pela Presidente da República." Em votação em bloco, os Relatórios referentes aos itens 6 (Contas de 2010) e 8 (Contas de 2012) foram **aprovados** por unanimidade. Item 9 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2014-CN (TCU)**, que "Encaminha, o *Relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2013.";* à **Mensagem nº 1/2014-CN,** que *"Encaminha, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000";* à **Mensagem nº 2/2014-CN,** que *"Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2013.";* ao **Ofício nº 1/2014-CN,** que *"Encaminha, em atendimento ao disposto no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2013.";* ao **Ofício nº 2/2014-CN,** que *"Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2013.";* ao **Ofício nº 3/2014-CN,** que *"Encaminha, em cumprimento ao art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça.";* ao **Ofício nº 4/2014-CN,** que *"Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013.";* ao **Ofício nº 5/2014-CN,** que *"Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013.";* ao **Ofício nº 6/2014-CN,** que *"Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 3º quadrimestre de 2013.";* ao **Ofício nº 7/2014-CN,** que *"Encaminha, conforme exigência do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao terceiro quadrimestre de 2013."*; e ao **Ofício nº 8/2014-CN,** que *"Encaminha, conforme o inciso I do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao terceiro quadrimestre de 2013."*Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) como relator *ad hoc.* Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Item 19 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 15/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2014", e ao **Ofício nº 16/2015-CN,** que "Encaminha, em

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2014". Relator: Deputado José Rocha. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) como relator *ad hoc.* Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Item 20 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 51/2011-CN**, que "Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte"; ao **Ofício nº 32/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte"; ao **Ofício nº 40/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 42 do Decreto nº 6.180/2007, relatório contendo os resultados dos projetos que, no exercício de 2012, captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte"; e ao **Ofício nº 29/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 42 do Decreto nº 6.180/2007, relatório contendo os resultados dos projetos que, no exercício de 2013, captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte". Relator: Deputado Valtenir Pereira. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. O Relator fez a apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Item 21 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 09/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.780/2013, art. 29 e parágrafo único, Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos Exercícios de 2013 e 2014". Relator: Deputado Hildo Rocha. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 9, de 2015 - CN, que encaminha Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos exercícios de 2013 e 2014, com informações relacionadas ao Evento acerca dos resultados parciais das renúncias fiscais e do aumento da arrecadação, e determine a devolução do referido Relatório para informar, no tocante ao exercício de 2013, os valores da renúncia fiscal efetivamente incorrida pela União. Apesar de consensual no Colegiado de Líderes, o Deputado Domingos Sávio solicitou o adiamento da apreciação da matéria. A Senadora Rose de Freitas discutiu o assunto. O Presidente em exercício consentiu no adiamento. O Deputado Domingos Sávio fez registro da sua solicitação com relação à alteração do valor das emendas individuais constante do Relatório do CAE (item 4). A Senadora Rose de Freitas discutiu o assunto. Item 22. **REQUERIMENTO Nº 13/15** - do Sr. Zeca Dirceu - que "requer a realização de Audiência Pública Regional para debater o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016-2019 - PPA 2016/2019, nos termos do art. 96 da Resolução nº 1, de 2006 - CN". Item 24. **REQUERIMENTO Nº 17/15** - do Sr. Nilto Tatto - que "requer a realização de Audiência Pública Regional para debater o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016-2019 - PPA 2016/2019, nos termos do art. 96 da Resolução nº 1, de 2006 - CN". Item 25. **REQUERIMENTO Nº 18/15** - do Sr. Lelo Coimbra - que "requer a realização de Audiência Pública Regional na cidade de Palmas, capital do Estado de Tocantins, para debater o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016-2019 - PPA, nos termos do art. 96 da Resolução nº 1 de 2006 - CN". Item 26. **REQUERIMENTO Nº 19/15** – do Sr. Eduardo Amorim - que "requer que o Estado de Sergipe seja contemplado para sediar a audiência pública regionalizada desta Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado, onde acontecerão os debates para os aprimoramentos de Projetos referentes ao Orçamento Público da União e suas respectivas áreas temáticas". Em reunião do Colegiado de Líderes com assento na CMO, ficou decido a retirada de pauta dos Requerimentos nºs 13, 17, 18 e 19/2015-CMO, para posterior apresentação de um único requerimento para discussão das matérias orçamentárias em Reunião de Audiência Pública no plenário da CMO. Item 23. **REQUERIMENTO Nº 14/15** - do Sr. Izalci - que "solicita que seja convocado o Secretário do Tesouro Nacional a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes aos 3º quadrimestre de 2014 e 1º quadrimestre de 2015, conforme determina o art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000, e prestar esclarecimentos acerca das Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2014". O Requerimento foi **retirado** de pauta, tendo em vista a realização da Reunião de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Audiência Pública em 24/9/2015. **ENCERRAMENTO:** Às dezessete horas e três minutos, o Presidente em exercício declarou encerrada a reunião. Antes, convocou as seguintes reuniões para o dia 13 de outubro: às 14h, Colegiado de Líderes, e às 15h, reunião extraordinária. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Jaime Martins. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 07.10.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal. *(Pausa.)*

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos reabrir os nossos trabalhos.

É a 22ª Reunião desta Comissão em 2015.

Eu declaro reiniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação na Câmara dos Deputados e também há quórum para deliberação no Senado Federal.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, eu coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de setembro de 2015; 3ª Reunião de audiência pública, realizada no dia 24 de setembro de 2015; e 4ª Reunião de audiência pública, realizada no dia 29 de setembro de 2015.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Estão em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas das três reuniões citadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

São diversas correspondências internas aqui recebidas e que, portanto, chegarão a todos os gabinetes e serão transcritas na ata desta reunião.

Agora, nós estamos iniciando a Ordem do Dia, conforme os acordos preliminares realizados na sala de reuniões da Presidência.

Foi distribuída a pauta. Os itens 1, 2 e 3 se referem à LDO. Houve um acordo para apresentação de um novo adendo à LDO pelo Relator, Deputado Ricardo Teobaldo, que deverá ser feito até a quarta-feira da próxima semana, possivelmente para votação na terça-feira da semana seguinte, dia 20. Então, os itens 1, 2 e 3 estão retirados de pauta.

Existe um acordo em relação ao item 4, que é o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Eu indago ao Plenário se nós podemos fazer uma votação única de todos os temas sobre os quais já houve acordo, ressalvado apenas o item 5, que é o Aviso nº 16, de 2010, que se refere a contas do Governo. Está sendo relatado pelo Deputado Valtenir Pereira que o texto foi alterado. Em razão de sugestão do Deputado Domingos Sávio, foi feita uma alteração.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Fizemos um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Foi feito um acordo. Está bastante claro esse texto ou é necessário que o Relator leia?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - É importante ler, para deixar registrado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu acho que seria oportuno que neste item fosse feita a leitura, apenas do voto.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Da conclusão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E ele baliza também o acordo feito com o Senador Hélio José, que relatou duas mensagens, inclusive, acordando a mesma redação.

E, já que estou usando a palavra, Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir uma emenda, neste item que foi mencionado, o primeiro item, o item 4, com cuja aprovação nós estamos de acordo. Queremos apenas, se houver a concordância do Plenário, sugerir uma emenda, que é muito singela, mas pode facilitar o operacional.

O item 9.1 desse relatório trata de uma matéria que nos interessa a todos e que tem um efeito prático. O limite por mandato parlamentar para apresentação de emendas individuais é de... E estabelece o valor aqui. Esse valor está em número ímpar.

Nós temos já uma emenda à Constituição que estabelece que tem que ser 50% para a saúde e 50% para as demais áreas, as emendas impositivas. Portanto, nós temos que cumprir o preceito constitucional. E os centavos virariam um problema operacional na execução de emendas, pelo que já me aconselhou a nossa assessoria.

Então, nós sugerimos que se tire 1 real aqui e fique um número par, 15 milhões, 342 mil, 436 reais, o que facilitaria essa divisão, que é obrigatória, do ponto de vista constitucional, na indicação das emendas. É apenas essa a sugestão, como emenda, que eu apresento a esse relatório do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Genecias Noronha é o Relator da matéria. Eu gostaria de ouvir, naturalmente, o Relator, para saber se está de acordo com a sugestão apresentada pelo Deputado Domingos Sávio. Se estiver de acordo e se não houver objeção da nossa Presidente, que já se encontra aqui conosco...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o item 9.1.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Para menos, é aceitável.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para menos. Tira-se 1 real.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Ou a mais ou a menos, eu acho que todos concordam. Eu concordo com o Deputado Domingos Sávio em retirar, para facilitar as divisões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Então, fica feita essa correção e registrada na gravação da Comissão. Fica feita essa alteração pelo Relator.

Eu indago se alguém mais quer fazer algum comentário sobre o item 4 da pauta.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Tem apoio, Sr. Presidente, para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos, então, aprovar esse item 4. Em seguida, passaremos para o item 5, para a leitura da alteração do Deputado Valtenir Pereira.

Eu coloco em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o Relatório do CAE nº 1, de 2015, item 4 da pauta.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação, na representação do Senado Federal, o item 4 da pauta, Relatório do CAE.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Item 5 da pauta. Aviso nº 16, de 2010.

Também já houve acordo para a votação.

Eu passo a palavra ao Relator, Deputado Valtenir Pereira.

Deputado Valtenir Pereira, por gentileza, peço que proceda à leitura da alteração do seu voto, que foi feita no acordo.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, eis o Decreto Legislativo:

"Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2009, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com o inciso XXIV do art. 84, todos da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Valtenir Pereira

Relator"

E tenho também, Sr. Presidente, outro decreto legislativo, que trata, no caso, das contas do Senado, das contas do Poder Judiciário. Então, é outro projeto de decreto legislativo que compõe o nosso parecer, que passo a ler:

"Art. 1º Ficam arquivadas, sem julgamento de mérito, as contas relativas ao exercício de 2009 dos dirigentes do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º graus, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Ministério Público da União, encaminhadas ao Congresso Nacional, em cumprimento do art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Valtenir Pereira

Relator"

Ele faz parte do parecer prévio das contas de 2009, porque há a conta do Executivo e há a conta dos Poderes.

Então, é isso, Sr. Presidente, nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu indago se está adequado ao acordo, Deputado Domingos Sávio, para podermos proceder à votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. E entendo que o art. 1º, que trata da aprovação com ressalta, é também o texto que acordamos com o Senador Hélio José para as contas do período de 2012. E também ele relatou na mesma linha...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Dois mil e onze.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dois mil e dez. Foi o Aviso nº 16.6. É isso mesmo?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Aviso nº 16.11.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, 16.11. Exatamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o item 5.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Itens 5 e 6.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O 5 já foi aprovado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não. O item 4 nós já aprovamos. Quanto ao item 5, nós estamos indagando se está em condições de ser aprovado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Item 5, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k.

Então, coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o texto relatado pelo Deputado Valtenir Pereira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco, agora, em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Deputado Valtenir Pereira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 6 da pauta, que foi lido pelo Senador Hélio José. O relatório é do Senador Davi Alcolumbre. O item 6 é o Aviso nº 16, de 2011, que se refere às contas da Presidente da República do exercício de 2010.

Senador Hélio José, por gentileza, tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O.k., Presidente.

Trata-se do Aviso nº 16, de 2011, do Congresso Nacional, relativo às contas de 2010, conforme encaminhamento feito Tribunal de Contas da União. O TCU encaminha ao Congresso Nacional, conforme disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o relatório e sua síntese, sobre as contas do Presidente da República, acompanhados de votos e do parecer prévio conclusivo, referentes a 2010.

Mensagem do Congresso Nacional nº 24, de 2011, que encaminha, nos termos dos arts. 49, inciso IX, e 84, inciso XXIV, da Constituição Federal e do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010.

Como Relator ad hoc — este relatório foi feito pelo nosso querido Senador Davi Alcolumbre —, *"voto pela aprovação, com ressalvas, das contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado".*

Não foram apresentadas emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo.

Dispenso a leitura da justificativa por economia processual.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Indago se está de acordo com o que foi concordado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na verdade, eu queria pedir a compreensão do Senador Hélio José. Nós construímos um acordo, e houve, de fato, naquele momento, um pouco de indefinições. Mas o acordo a que chegamos, ao final, foi que nós teríamos, nessas contas que têm ressalva — e esta é uma delas — , a mesma redação.

Inclusive, haverá, logo na sequência, um novo voto também do Senador Hélio José, quanto ao Aviso nº 13, de 2012, que são as contas de 2011, cujo teor do relatório acordado é exatamente este, que vou passar às mãos do Senador, para ver se temos a aquiescência dele para votarmos por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Indago ao Relator se está de acordo com o texto sugerido pelo Deputado Domingos Sávio.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Presidente em exercício, sem dúvida, o acordo foi proferido na nossa reunião de trabalho, na reunião dos Líderes, e eu acolho os votos nos seguintes termos:

> *"O Congresso Nacional decreta:*
>
> *Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e 2012, nos termos do inciso IX do art. 49"* — vejam bem que eu já estou falando dos dois votos, de 2010 e 2012 —, *"combinado com o inciso XXIV do art. 84, ambos da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República.*
>
> *Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação."*

Não há nenhum tipo de problema para eu considerar, como Relator da matéria, o item 6 e o item 8, relativos às contas, novamente, de 2010 e de 2012, com este voto, conforme acordo de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu queria exatamente chamar a atenção do Plenário para o seguinte: foi lido o item 6, relatado pelo Senador Davi Alcolumbre — o Senador Hélio José leu como Relator *ad hoc* —, e também o item 8, com um texto semelhante, também com alteração sugerida, ou solicitada, pelo Deputado Domingos Sávio.

Indago se estão de acordo e se podemos votar em bloco, o item 6 e o item 8.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou de acordo.

Eu aproveito para agradecer e cumprimentar o Senador Hélio José. Acho que a Comissão dá aqui, nesta tarde — aproveito para cumprimentar a Presidente da Comissão, que me dá a honra de estar aqui ao lado, e o nosso Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins —, uma demonstração da forma adequada de se construir o entendimento, de fazermos uma política saudável, em que zelamos pelo interesse público, sendo transparentes com relação aos nossos votos e construindo

um acordo que é bom para o andamento desta Casa. Parabéns ao Senador Hélio José!

Nós somos pela aprovação do relatório, nos termos do acordo lido pelo Senador, tanto para o item 6 como para o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo mais oradores inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o item 6 e o item 8 da pauta, relatados pelo Senador Hélio José.

Os Srs. Deputados que aprovam os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Coloco em votação também na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam os relatórios do Senador Hélio José quanto ao item 6 e ao item 8 permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Passamos ao item 9 da pauta. Aviso nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que *"encaminha relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2013".* Foi relatado pelo Deputado Átila Lins, que não está presente.

Eu vou solicitar que esse relatório seja encaminhado pelo Deputado Wadson Ribeiro, que vai nos auxiliar lendo rapidamente, indo direto ao voto, uma vez que já houve acordo e foi previamente discutido. Trata-se de relatório do Supremo, do Conselho de Justiça e da própria Câmara Federal.

Então, Deputado Wadson, para V.Exa. também trabalhar um pouquinho, solicito a gentileza de fazer a leitura breve do item 9 da pauta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se o nosso querido nobre Deputado Wadson concordar, e o nosso Presidente, sugiro a leitura apenas do voto, na forma conclusiva, já que há acordo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Acatando a sugestão do Deputado Domingos Sávio, vamos direto ao voto.

"O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão nº 2.153/2014, aprovado pelo Plenário, que considerou atendidas as exigências da LRF.

Assim, com base nessa conclusão, e considerando que o TCU já adotou as medidas específicas necessárias para eventuais correções, na forma de ciência e determinações aos órgãos responsáveis, nos termos do acórdão prolatado, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º Quadrimestre de 2013 e demais documentos que compõem o processo e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2015."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo mais Deputados inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco o relatório em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Coloco o relatório em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria lembrar que o item 7 foi retirado de pauta pelo próprio Relator, Deputado Hugo Leal. Portanto, está retirado de pauta o item 7.

Também foi retirado de pauta, por solicitação do Deputado Pauderney Avelino, por tratar de temas relativos ao ano de 2014 — exatamente neste momento o Tribunal de Contas está debruçado sobre essa questão —, e a fim de que aguardemos que o Tribunal faça suas deliberações, o item 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18. Estão, portanto, retirados de pauta.

O Item 19 é o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao primeiro semestre de 2014, que foi relatado pelo Deputado José Rocha.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de solicitar ao Deputado Domingos Sávio que fizesse a leitura breve do voto, uma vez que já houve também acordo para aprovação do item 19.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ofício nº 15, de 2015, da Autoridade Pública Olímpica, que *"encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, de 2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao primeiro semestre de 2014"*. O Relator é o Deputado José Rocha, de cujo voto eu faço a leitura como relator *ad hoc.*

S.Exa. faz uma exposição de tudo o que foi relatado, demonstrando uma série de questões inclusive relativas às despesas realizadas em 2014 com pessoal, com custeio, com investimento e, por fim, conclui o voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Ofícios nºs 15/2013 e 16/2013, que encaminham ao Congresso Nacional os relatórios de atividades da Autoridade Pública Olímpica referentes ao primeiro e segundo semestres de 2014, em cumprimento ao artigo 6º da Lei 12.396, de 2011, e determine o arquivamento. Sala das Comissões. É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão.

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam o item 19 da pauta permaneçam como se encontram, nos termos do relatório do Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado o item 19 da pauta.

Passamos ao item 20.

O Deputado Valtenir Pereira é o relator. O relatório contém projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, o Ministério do Esporte encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio dos Ofícios nºs 157/2011/GM-ME, Gabinete do Ministro, Ministério do Esporte, 51/2012/GM-ME,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

100/2013/GM-ME, 62/2014/GM-ME, registrados respectivamente como Ofícios nºs 51/2011, no Congresso Nacional, 32/2012, 40/2013 e 29/2014, relatório dos projetos aprovados por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte relativos aos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013. Mediante a indicação do Exma. Sra. Presidenta da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, Senadora Rose de Freitas, fomos designados para relatar a matéria.

Sr. Presidente, eu já vou direto ao voto.

Do exposto, apresento voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos Ofícios nºs 51/2011, do Congresso Nacional, 32/2012, do Congresso Nacional, 40/2013, do Congresso Nacional, e 29/2014, do Congresso Nacional, que encaminharam respectivamente relatório de projetos aprovados por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte relativos aos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, e determine o arquivamento. Deputado Valtenir, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão.

Não havendo Parlamentares inscritos para a discussão, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório do Deputado Valtenir Pereira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, agora, à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Deputado Valtenir Pereira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria lembrar que os itens 22, 23, 24, 25 e 26 foram também objeto de retirada de pauta para verificação. Alguns são requerimentos de audiência pública do PPA. Vamos buscar um acordo para fazer um grande seminário aqui na Comissão ou, quem sabe, uma Comissão Geral no plenário para avaliar essas questões e explicações relativas ao PPA, uma vez que envolve o ano de 2019, inclusive o Governo futuro.

O último item da pauta é o item nº 21, que foi acordado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mensagem nº 9, de 2015, da Presidência da República, que encaminha em cumprimento à Lei nº 12.780/2013, artigo 29, § 1º, relatório de prestação de contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos exercícios de 2013 e 2014. Este relatório foi feito pelo Deputado Hildo Rocha, que está devolvendo a mensagem e solicitando novas informações. Portanto, S.Exa. não o está considerando adequadamente recebido. Está fazendo a devolução. É um caso que não se encontra todo dia, mas foi acordado na reunião de Líderes.

Eu posso a palavra ao Deputado Domingos Sávio, solicitando que S.Exa. proceda à leitura do voto do Deputado Hildo Rocha, uma vez que já houve acordo para o aprovarmos, se eu estou entendendo adequadamente, nos termos do voto do Relator.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu participei do acordo, portanto o estou mantendo, para que o relatório do Deputado Hildo Rocha tenha procedência adequada e seja aprovado. Porém, eu proponho a V.Exa. que nós o retiremos de pauta pelo seguinte: eu gostaria de propor uma mudança nesse relatório que me parece tecnicamente mais adequada, mas não quero fazê-la na ausência do Deputado Hildo Rocha. O que me parece apropriado, já que há um comando legal que estabelece que a Autoridade Olímpica tem que enviar o relatório — e ela o fez —, é nós requerermos da Autoridade Olímpica informações complementares ou até dizermos que não aprovamos o relatório e que, em razão disso, solicitamos esta ou aquela providência.

Devolver o relatório sem indicar as informações que solicitamos não me parece que tenha guarida no comando legal aprovado por esta mesma Casa, quanto à obrigação daquele comitê ou daquela Autoridade Olímpica de nos enviar relatório. Ela nos enviar e nós devolvermos a ela sem dizer o que objetivamente não está sendo atendido pode criar um vazio na lei. *"Olha, eu enviei, me devolveram, mas não disseram o que está errado ou o que falta".* Então, é essa a minha dúvida. Acho que, se nós o retirarmos de pauta, não haverá nenhum prejuízo para o Relator, que pode ter o seu relatório contemplado numa próxima sessão ou aprimorado se S.Exa. concordar com a minha sugestão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu aproveito para registrar em ata, aqui com V.Exa., que o nosso propósito com aquela ressalva, feita no item 4, de que o valor nominal das emendas seja alterado em 1 real para ficar número par, é ajudar a área técnica da Casa. Já surgiu alguém dizendo: *"Olha, mas isso, em vez de ajudar, pode atrapalhar, porque já há emendas sendo apresentadas"*. Eu tenho o entendimento de que, se a emenda está apresentada e o comando legal mudou para o número 6, tirou 1 real, é só o relator acolher a emenda com aquele percentual.

Mas eu quero fazer essa ressalva, para que tenhamos a melhor decisão da área técnica. O que for mais apropriado é que deve constar nesse relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Na verdade, o relatório de admissibilidade nada mais é do que uma peça técnica. É jurídica também, porque passa a ter um comando legal, na medida em que a aprovamos. Mas ela é uma peça que tem o objetivo técnico de orientar o relator para acolher as emendas, sabendo qual é o limite.

Então, eu gostaria de ver se, antes de terminarmos a sessão, a área técnica colabora, dizendo o que é melhor. Eu aproveito...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu poderia só fazer uma colocação frente ao raciocínio de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois não.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Na verdade, quando nós presidimos a reunião, o Deputado Hildo Rocha fez as considerações devidas sobre o posicionamento em relação a essa matéria, a qual ele gostaria que fosse devolvida, para que houvesse mais esclarecimentos. E o fato é tão inusitado que a assessoria técnica nos chamou a atenção, dizendo que o melhor seria, em vez de fazer a devolução... Aliás, não a assessoria, V.Exa. chama a atenção para um detalhe: a devolução pura e simplesmente não vai sanear o problema. Na verdade, as explicações pedidas não serão devidas em tempo real. Deveria ser assim: no momento em que entregasse o relatório, ele identificasse quais são os elementos que faltam para o relatório ser concluído. Não sendo assim, quando V.Exa. observa que o melhor é a retirada, para que o Relator esteja aqui, e também suspender da pauta esse assunto, mas recolocá-lo com um relatório mais apropriado, que não seja somente a devolução, eu concordo com V.Exa. Acho de bom alvitre que seja assim,

para que não incorramos em uma atitude inusitada que não vai resultar num *modus operandi*, em mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se a Presidente acha adequado, quem é o Vice-Presidente para achar inadequado? *(Risos.)*

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu dei o meu voto como Senadora, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas eu acho adequado também. O Deputado Hildo Rocha não está presente, e surgiram essas questões técnicas aí. Eu também concordo. Acho que, para uma devolução, é preciso identificar melhor o que falta no ofício, nas informações que foram prestadas. Então, eu acho que é melhor uma nova discussão. Vamos considerar retirado de pauta o item 21, para voltar ao Colégio de Líderes aqui, na próxima semana. Fica resolvida assim essa situação.

Eu solicito à Consultoria da Casa que informe qual é a melhor indicação, em relação ao que o Deputado Domingos Sávio está propondo, se vamos retirar 1 real ou se permanecemos no valor original. Enfim, qual é a forma mais adequada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A Consultoria está dizendo que é melhor que se possa retirar 1 real. Depois, o Relator corrige na aceitação das emendas que já foram apresentadas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - E faz observação aos que já apresentaram as suas emendas, para que eles possam reapresentá-las.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, há só mais uma questão que eu acho relevante. Quero cumprimentar pela condução dos trabalhos tanto a Presidente Rose de Freitas, nos acordos que celebramos, quanto o Vice-Presidente Jaime Martins e os colegas que aqui ainda ficaram.

E quero registrar que, em alguns momentos, escutamos algumas colocações que não correspondem à verdade, principalmente quando dizem que a Oposição trabalha no “quanto pior, melhor”.

Nós sabemos que é dever da Oposição ser oposição — não se pode esperar outro comportamento —, assim como é dever do Governo governar. Aqui nesta Casa, não é novidade para ninguém que a Comissão Mista de Orçamento é um

ambiente onde se tem que construir entendimentos, entendimentos de natureza republicana, para que possamos, sem prejuízo da identidade da Oposição e da identidade do Governo, trabalhar com um propósito comum para o País.

Mais do que nunca, esta tarde demonstra isso de maneira cristalina. Votamos diversos itens, praticamente todos frutos de acordo, e concluímos a votação tendo um gesto, também, que reflete o acordo, de não nos preocuparmos em ficarmos nos atendo a questões regimentais de quórum da Câmara ou de quórum do Senado, porque aqui foi muito mais importante o interesse público, que se estabeleceu de forma consensual. Quando há o consenso, quando há o acordo, superam-se esses entraves de natureza regimental ou até de natureza política.

Portanto, cumprimento a Presidente, cumprimento os colegas que aqui ficaram e que contribuíram para esses acordos, acima de tudo em função do interesse público, do interesse do País. Não há nenhum item que tenhamos votado que não seja relevante. São todos relevantes. Não podem dizer: *"votaram coisas irrelevantes"*. Não. Nós votamos matérias extremamente relevantes. Estamos acabando de aprovar aqui, com ressalvas — e deveria ser assim mesmo, porque o parecer do Tribunal de Contas foi assim —, contas de vários anos. Portanto, são coisas extremamente relevantes, que não só contam história, mas registram a história da República e organizam a função do Estado.

É isso, Sr. Presidente. Espero que tentemos, com a inspiração do que ocorreu nesta tarde, achar o caminho adequado para o Congresso Nacional, que vive um momento muito negativo. O Congresso Nacional não está conseguindo cumprir a sua missão para com o País, o que dá o sintoma de um momento que requer uma reflexão, uma autocrítica, por parte do Governo. Obviamente, não está funcionando porque o Governo não está tendo capacidade de governar e de ter a devida liderança, despertar a confiança e, com isso, merecer o apoio para governar. Não se governa sem apoio. Só nos sistemas autocráticos. Na democracia, governa-se com apoio, com diálogo, com entendimento, e aqui percebemos que não está acontecendo isso. É um sintoma grave e que merece uma reflexão por parte de quem governa.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Deputado, eu gostaria de fazer um registro. Se eu não fizer isso, estarei cometendo uma omissão grave, por todo o

comportamento de V.Exa. e dos demais que por aqui passaram. Nós tivemos uma reunião de Líderes com todos os Líderes presentes. Lá foi debatida matéria por matéria, a posição foi tomada de forma uníssona, eu diria. Quero destacar o espírito público de V.Exa. Eu diria que, para todo mundo, o óbvio seria, já que está na vida pública, ter espírito público. Nem todos o têm.

Os erros cometidos pelo Governo até hoje são pela falta de uma visão política e talvez não pela falta da visão econômica. Por optar por uma cátedra ou outra, pode-se acertar ou errar. Muitos já fizeram isso, muitos acertaram e muitos erraram. Mas o momento é de crise e é tão importante que, quando eu destaco o comportamento de V.Exa. e dos que aqui estão, eu quero dizer que não há saída, no meu entendimento, depois de 30 anos neste Parlamento, para essa crise econômica se não for considerada também uma saída política. E não há saída para a crise política, também, se não estiverem assegurados os caminhos mais profícuos, nesta Casa e fora dela, para que saiamos dessa crise econômica tão grave que assola o País.

Portanto, para mim, por ter uma militância ao longo da minha vida política, é muito significativo, é muito importante ouvir. Eu fui fundadora do PSDB, e sempre defendi, ao contrário do que V.Exa. diz, mas na mesma direção, que o povo não elege oposição. Todos disputam o poder e todos querem chegar a ele, e quem chega é o Governo, aquele que vai governar. Os que não estão ali, por certo, tiveram propostas diferenciadas das de quem ascendeu ao poder.

Mas isso não equivale a dizer que, na razoabilidade, na crítica sistemática que nós temos que ter no dia a dia, nós não saibamos, como V.Exa. tão bem o faz, diferenciar o que é importante, o que não é importante, e o que tem que ter uma posição renhida de oposição. E, aí, é contrário, tem que fincar pé, bater cabeça, discutir, e não há o que contestar.

Mas, na questão da produtividade da política, eu nunca vou esquecer o que V.Exa. faz aqui nesta Comissão. Nunca vou esquecer o que V.Exa. faz, arbitrando, às vezes, dentro do seu próprio partido, arbitrando no nosso partido ou no Colegiado de Líderes. V.Exa. procura o que é razoável, o que é profícuo, o que é produtivo e, sobretudo, o que se coaduna com esse seu espírito público maravilhoso.

Eu sou mineira, Deputada e Senadora pelo Espírito Santo, mas me deu saudade de voltar para Minas para fazer uma boa militância política, como V.Exa. faz. Muito obrigada por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Seja bem-vinda de volta a Minas Gerais, Senadora.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Ah, você também. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aliás, Minas Gerais está em grande maioria aqui. Somos quatro Parlamentares mineiros aqui.

Senadora, naturalmente, orientado por V.Exa., cancelaremos a reunião que estava convocada para amanhã, às 9h30min, e convocaremos a reunião ordinária para o dia 13 de outubro, próxima terça-feira, às 14h30min, neste plenário. E, provavelmente, vamos ter uma reunião de Líderes uma hora antes, a ser confirmada pela Presidente.

Por orientação da Presidente, na próxima terça-feira, dia 13 de outubro, haverá, às 14 horas, reunião de Líderes, na sala de reuniões da Presidência, e, às 15 horas, sessão ordinária aqui no plenário.

Antes de declarar encerrada a reunião, quero apenas deixar aqui o meu abraço e o meu reconhecimento à nossa Presidente Rose de Freitas, que conduziu muito bem um grande acordo em relação a diversos itens da pauta que nós acabamos de votar aqui.

Parabéns, Sra. Presidente, pelo trabalho.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu que agradeço a V.Exa. por colaborar tanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos aqui para ajudar sempre.

Declaro encerrada a reunião.

Agradeço a todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Correspondência dada como lida em 07.10.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. n. 260/15/PROS, de 29 de setembro de 2015, do Líder do PROS, Deputado Domingos Neto, indicando o Deputado Hugo Leal para Relator Setorial do PLOA 2016.
2) Ofício 136/2015, de 30 de setembro de 2015, do Deputado Hildo Rocha, informando que a Secretária de Orçamento Federal responderá na Comissão em substituição ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o Requerimento 16/2015-CMO de sua autoria.

Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Ofício GSHJ nº 09-043/2015, de 23 de setembro de 2015, do Gabinete do Senador Hélio José justificando a ausência do parlamentar nos dias 23 e 24 de setembro.
2) Ofício nº 95/2015-GCH, de 18 de setembro de 2015, do Deputado César Halum justificando a ausência no período de 18 a 23 de setembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 9923/2015, da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Mandado de Segurança nº 33193.
2) Ofício nº 9932/2015, da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Mandado de Segurança nº 33186.
3) Ofício nº 2038/GM/MT, de 24 de setembro de 2015, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Sr. Carlos Henrique Silva Santos, encaminha cópia dos exemplares sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2016 e Execução Orçamentária 2015, fornecidos pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva deste Ministério.
4) Ofício nº 0024067 – SGE, de 23 de setembro de 2015, co Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz, encaminhando cópia dos Pareceres do Conselho Nacional de Justiça e as respectivas certidões de Julgamento, referentes às Propostas dos órgãos do Poder Judiciário, integrantes do Orçamento Geral da União.
5) Ofício nº 1354, de 24 de setembro de 2015, do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, solicitando remanejamento da dotação constante da LOA 2015 destinada à *Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória* para a ação orçamentária *Auxílio-Alimentação aos servidores Civis, Empregados e Militares*, do Ministério Público Federal.
6) Ofício nº 188/2015/MP, de 02 de outubro de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando relação de programações do PAC e relativas às Ações e Serviços Públicos de Saúde para apresentação de emendas ao Projeto de Orçamentária de 2016 – PLN 7/2015.
7) Ofício nº 190/2015/MP, de 02 de outubro de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando sugestões para o Adendo 4 ao Substitutivo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 – PLN 1/2015.
8) Ofício D.L. nº 2132/15, de 9 de junho de 2015, do Presidente da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Matheus Antonio Erler, encaminhando cópia da Moção nº 105/15, de autoria do Vereador Paulo Sérgio Camolesi, que visa realização de auditoria na Dívida Pública da União.
9) Ofício-circular GPE nº 174/15, de 09 de junho de 2015, do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mogi das Cruzes, Antonio Lino da Silva, encaminhando cópia da Moção 042/15, de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autoria do Vereador Caio César Machado da Cunha, como forma de REPÚDIO pelo contingenciamento de recursos orçamentários da União.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2015, encaminhados, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- TRT da 8ª, 10ª e 13ª Regiões.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2015, encaminhados, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Poder Executivo; Supremo Tribunal Federal; Ministério Público da União; Câmara dos Deputados; Tribunal Superior do Trabalho; Conselho Nacional de Justiça; Tribunal de Contas da União; Tribunal Regional do Trabalho 1ª, 6ª 8ª, 10ª, 11ª, 15ª, 16ª e 23ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Avisos Seses, de 17 de setembro de 2015:
Aviso nº 703/2015 (Acórdão 2320/2015): Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL.

Avisos GP/TCU, de 24 de setembro de 2015:
Aviso nº 1085/2015: obras de implantação do corredor de ônibus – Radial Leste, Município de São Paulo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Nos dias treze e quatorze do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares:** Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Raimundo Lira, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** Átila Lins, Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Orlando Silva, Paes Landim, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira**; - Senadores suplentes:** Hélio José e Lindbergh Farias. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Caio Narcio, Edmar Arruda, Hissa Abrahão, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e **- Senadores**: Acir Gurgacz, Paulo Bauer e Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Pauderney Avelino. **ABERTURA:** às quinze horas e quatorze minutos, do dia treze de outubro de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciados os trabalhos e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Em seguida, anunciou que suspenderia os trabalhos por vinte minutos. Às 15h36min, a reunião foi reiniciada pela Presidente, e persistindo a falta de *quórum* para deliberação, avisou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o para o dia 14 de outubro, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 14 de outubro, às quatorze horas e treze minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* e informou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Logo após, passou a apreciação da Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** o Presidente em exercício informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada em 13/10/2015, houve acordo, apenas, para apreciação dos itens de nºs 4, 7, 8, 10, 13 e 14 constantes da pauta. PAUTA. Item 4 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo", **Mensagem nº 24/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inciso IX, da Constituição Federal, e o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2011.", bem como o **Ofício nº 20/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento às disposições ao art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), e nos termos do Aviso nº 11/2011-GabMinJM/TCU, de 1º de novembro de 2011, da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, o anexo Relatório de Contas do Presidente do Senado Federal referente ao exercício de 2011."; **Ofício nº 21/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao Aviso nº 06 de 2007 – TCU, de 01 de novembro de 2011, a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício de 2011."; **Mensagem nº 25/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2011, bem como os quadros referentes à execução orçamentária e financeira do Tribunal e uma encadernação com as principais atividades desenvolvidas pela Corte no ano de 2011."; **Ofício nº 27/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, a Prestação de Contas do Tribunal Superior do Trabalho referente ao exercício financeiro de 2011."; **Ofício nº 22/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União (JMU) 2012, ano de referência 2011, conforme determina o art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000."; **Ofício nº 30/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em referência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, bem como no art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, LDO 2011, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça relativo ao exercício de 2011, acompanhado do Relatório Anual e do Relatório de Gestão."; **Ofício nº 24/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios referente ao exercício financeiro de 2011."; **Ofício nº 26/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Superior Tribunal de Justiça referentes ao exercício financeiro de 2011."; **Ofício nº 25/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2011."; **Ofício nº 28/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2011."; **Ofício nº 29/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme determinação expressa no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2011."; e ao **Ofício nº 23/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União referente ao exercício financeiro de 2011." Relator: Deputado Hugo Leal. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação, com ressalvas, das Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2011 e pelo arquivamento sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. O Relator apresentou o Relatório e manteve o texto inicialmente apresentado para os projetos de decretos legislativo. O Presidente em exercício relembrou que havia um acordo quanto ao texto de um dos projetos de decreto legislativo e consultou ao plenário se havia concordância com a manutenção do que fora apresentado pelo Relator. O Deputado Izalci (PSDB/DF) e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) manifestaram-se contrários, e solicitaram a alteração do texto conforme acordo firmado em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. A Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) confirmou a existência do acordo. Diante do impasse, o Relator concordou com a solicitação e o projeto de decreto legislativo que trata das Contas dos demais Órgãos e Poderes foi mantido na forma inicialmente apresentada, e conforme o acordo, alterou o projeto de decreto legislativo que trata das Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2011, e leu em

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plenário a nova redação: "**Art. 1º** *Ficam aprovadas as Contas da Presidente da República relativas ao exercício 2011, nos termos do inciso IX do artigo 49, combinado com o inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no Relatório e Parecer Prévio elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as Contas prestadas pela Presidente da República."* O Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) manifestou-se favorável a alteração apresentada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), não membro da CMO, manifestou-se contrário a aprovação da matéria. Item 7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011"; ao **Aviso nº 9/2014-CN**, que "Encaminha, na forma prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011."; ao **Aviso nº 1/2012-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011"; ao **Aviso nº 10/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2012"; ao **Aviso nº 28/2012-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas de União referente 2º quadrimestre do exercício de 2012."; ao **Aviso nº 4/2013-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2012"; ao **Aviso nº 14/2013-CN**, que "Encaminha em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1° quadrimestre do exercício de 2013."; ao **Aviso nº 19/2013-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5° inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2° quadrimestre do exercício de 2013."; ao **Aviso nº 3/2014-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2013."; ao **Aviso nº 1/2015-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar n° 101, de 4 de Maio de 2000, combinado com o art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028 de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 3° quadrimestre do exercício de 2014."; ao **Aviso nº 16/2014-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre de 2014."; e ao **Aviso nº 10/2014-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre de 2014."Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 8 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 37/2013-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 2º bimestre de 2013"; à **Mensagem nº 63/2013-CN,** que

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Encaminha, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º bimestre de 2013"; à **Mensagem nº 87/2013-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2013"; e à **Mensagem nº 135/2013-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2013". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Raimundo Lira (PMDB/PB) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 14h49min, o Presidente em exercício convidou a Senadora Rose de Freitas à reassumir a condução dos trabalhos, em virtude de ser Relator da próxima matéria que seria apreciada. Item 10 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 43/2013-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2013"; à **Mensagem nº 90/2013-CN,** que **"**Encaminha o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2013"; e à **Mensagem nº 03/2014-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao terceiro quadrimestre de 2013". Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pelo conhecimento das matérias, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2013. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Hélio José (PSD/DF) perguntou como seria feita a indicação do Relator para as Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014. A Presidente esclareceu que não existia lista de inscrição para relatoria da matéria, que cabia à Presidente da CMO proceder a indicação do Relator, e isto só seria feito quando a matéria fosse recebida pela CMO. Esclareceu, ainda, que quando fizer a indicação do Relator, levará em consideração a sua experiência, capacidade de dialogar com ambos os lados, e sua expressão política, para não gerar conflito e não comprometer o Relatório. Item 13 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 7/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Constituição Federal, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2015". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 14 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 9/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.780/2013, art. 29 e parágrafo único, Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos Exercícios de 2013 e 2014". Relator: Deputado Hildo Rocha. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 9, de 2015 - CN, que encaminha Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos exercícios de 2013 e 2014, com informações relacionadas ao Evento acerca dos resultados parciais das renúncias fiscais e do aumento da arrecadação, e determine a devolução do referido Relatório para informar, no tocante ao exercício de 2013, os valores da renúncia fiscal efetivamente incorrida pela União. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) e o Senador Hélio José (PSD/DF). A Presidente sugeriu pedir informação em vez de proceder a devolução do Relatório. O Relator justificou o seu pedido reafirmando que houve prazo suficiente mas as informações não foram prestadas. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, os Deputados Jaime Martins (PSD/MG), Domingos Sávio (PSDDB/MG), Pedro Fernandes (PTB/MA) e Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) em conjunto com a Presidente, discursaram sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016, comentando

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre aspectos diversos e a provável data de sua votação. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de outubro de 2015. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 20 de outubro, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 13.10.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Eu peço ao Deputado Hugo Leal que não se ausente do recinto, pois V.Exa. é muito importante nesta reunião.

Informo que não há quórum no Senado para deliberação, portanto vamos suspender a reunião por mais 20 minutos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, não há quórum sequer para a abertura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Na Câmara existe, não existe no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu acho que o problema da abertura é que fazer um acordo com relação a isso cria um precedente que eu acho que fere o próprio Regimento. Então, Presidente, vamos aguardar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Contamos com três Senadores, mas esse número não é suficiente. O que nós precisamos aqui, de uma vez por todas — e já bato nisso que nem martelo: todo dia, todo dia, todo hora —, é evitar que as pessoas venham aqui, assinem e depois se dirijam para as Comissões ao lado, e depois, quando há matéria em votação, nós tenhamos que chamar a todos para vir votar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, nós vamos suspender a sessão por 20 minutos apenas para que os Senadores completem o quórum, senão não realizaremos a reunião, lembrando que a LDO está em pauta para ser votada amanhã, quando ela será entregue pelo Relator.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro reabertos os trabalhos da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Informo que até o momento ainda não temos o quórum dos Senadores, portanto, nós vamos suspender a presente reunião até amanhã às 14 horas. Espero que amanhã haja a presença de Senadores, para que se complete o quórum, senão vamos pedir ao Senado que faça, oficialmente, as substituições.

Muito obrigada.

(A reunião é suspensa.)

Em 14.10.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

A Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente, já está se encaminhando para cá, mas nos solicitou que fizéssemos a abertura dos nossos trabalhos.

Declaro reiniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, bem como há quórum para deliberação na representação do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ela ter sido distribuída antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentar inscrito para discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 7 de outubro de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data. São diversas correspondências recebidas aqui no expediente da nossa Comissão.

Ordem do Dia.

Nós temos o compromisso do Deputado Ricardo Teobaldo de nos apresentar hoje o final do seu relatório, com o terceiro aditivo à LDO. S.Exa. ainda não o fez, e esperamos que possa fazê-lo hoje.

A Presidente Rose de Freitas está se dirigindo para cá, para que se veja a melhor maneira de encaminhamento da LDO. Provavelmente, por solicitação já feita pela Oposição, é preciso pelo menos 2 dias para apreciar esse adendo e para discutir a LDO. Portanto, se a LDO for entregue hoje, conforme o compromisso, ela deverá ser votada na próxima terça-feira.

Há uma pauta já previamente acertada pelas Lideranças partidárias. São seis itens que foram objeto de acordo no dia de ontem e que só não foram votados porque não houve quórum aqui no Plenário da Comissão.

O item 4 é a apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 13, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que *"encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados*

das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo". O Relator da matéria é o Deputado Hugo Leal, que vota pela aprovação, com ressalvas.

Havia um entendimento com a Oposição — uma questão que, para alguns, é meramente semântica e, para outros, tem conteúdo — sobre se seria escrito "com ressalvas" ou "ressalvado".

Eu passo a palavra ao Relator da matéria, Deputado Hugo Leal, para que possa fazer as suas considerações e, caso necessário, proceder à sua alteração de voto, para que possamos, então, passar à discussão.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, não sei se é necessário fazer a leitura do voto integralmente, mas faço-a aqui de forma a cumprir a questão regimental. Vou direto ao voto.

"II. 1 Tempestividade na apreciação das contas.

Ao ser designado para relatar as contas do exercício de 2011 busquei, desde logo, debruçar-me sobre a matéria para apresentar a este Colegiado parecer fundamentado e tempestivo para subsidiar o voto de cada um dos membros desta Comissão.

Observo, entretanto, que a Constituição Federal concedeu ao Poder Executivo prazo de apenas sessenta dias após a abertura da sessão legislativa para apresentar as contas ao Congresso Nacional e igual prazo ao TCU para elaboração do Parecer Prévio. Embora tão exíguos prazos denotem a relevância da matéria, nada dispôs a Carta Magna sobre prazo para esta Casa julgar as contas apresentadas.

Talvez por esta razão, na data do fechamento deste Relatório, quatorze contas do Presidente da República aguardavam julgamento pelo Congresso Nacional (1990, 1991 e de 2002 a 2013), das quais sete ainda não foram apreciadas por esta Comissão (1990,1991,2009 a 2013).

Faço esses registros para reflexão dos nobres pares e também para anotar que reputamos prejudicada a realização de audiência pública prevista no art. 115 da Resolução nº 1/2006-CNO, por entender que ela pouco ou mesmo nada de útil acrescentaria ao exame da matéria, nesta oportunidade, dado o longo tempo decorrido desde que as contas foram apresentadas.

II. 2 Ajustes na denominação do Relatório e Parecer Preliminar.

Preliminarmente, cabe registrar que o TCU denomina o processo de prestação de contas ora de "Relatório e Parecer Prévio Sobre as Contas do Governo da República - Exercício de 2011", ora de "Contas do Poder Executivo, atinentes ao exercício financeiro de 2011".

Ambas as denominações conflitam com o comando expresso da Constituição Federal no sentido de que cabe àquela Corte de Contas emitir parecer prévio e esta Casa julgar as contas do “Presidente da República", nos termos estabelecidos nos arts. 84, inciso XXIV, 49, inciso IX, da Constituição Federal, o que não se confunde com "contas de governo" ou do "Poder Executivo", dado o caráter personalíssimo e singular que deve ser observado nos processos de prestações de contas.

O caráter pessoal decorre do fato de a legislação imputar severas sanções aos titulares de contas eventualmente não aprovadas, como é o caso da inelegibilidade do responsável, nos termos estabelecidos pelo art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

A circunstância de o Relatório contemplar informações orçamentárias e financeiras dos demais Poderes e do Ministério Público não justifica a utilização das denominações mencionadas nem muda o caráter pessoal das prestações de contas.

Pelo contrário, a visão global e integrada de balanços, demonstrativos contábeis e de orçamentos é imprescindível para a apreciação e julgamento das contas do Presidente da República não só para que se tenha a visão conjunta de toda a administração federal, mas também porque objetivos e metas fixados para o Poder Executivo podem ser afetados por eventos ocorridos naquelas esferas da administração pública, fatos que poderiam passar percebidos, caso não houvesse a visão integrada.

Assim, para evitar dubiedades jurídicas e possíveis mal-entendidos entre cidadãos, pesquisadores e entidades da sociedade civil organizada sobre a matéria efetivamente julgada e o escopo da apreciação do Congresso Nacional, melhor seria a uniformização da denominação de modo que esta reflita o exato comando constitucional, ou seja, o julgamento das contas do Presidente da República.

Por estas razões adotamos, neste Relatório e no projeto de decreto legislativo que submetemos à apreciação deste Colegiado, a denominação "contas do

Presidente da República", inclusive para guardar consonância com o título do documento submetido pelo Poder Executivo à apreciação desta Casa.

II. 3 Conteúdo do relatório e do Parecer Prévio.

O Constituinte de 1988 separou a responsabilidade do Presidente da República daquela pertinente aos administradores e demais agentes responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta de quaisquer dos Poderes da União, pois, sobre as contas específicas destes, o TCU exerce função judicante, situação inversa da que ocorre sobre as Contas do Governo, quando aquela Corte de Contas exerce função analítica, nos termos do art. 71, incisos I e II, da Lei Maior.

Isso porque não é o Presidente da República gestor de dinheiros públicos, tarefa essa atribuída aos Ordenadores de Despesa, estes, sim, investidos do dever constitucional e legal de anualmente ou quando solicitados apresentarem ao TCU as suas tomadas ou prestações de contas, com a comprovação do correto emprego dos recursos públicos, sujeitando-se, em caso de má aplicação, às sanções previstas em lei.

O trabalho ora apresentado pelo TCU é um exame crítico das Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 2011, sob os aspectos econômico, financeiro e orçamentário e, dentro desse enfoque, uma avaliação da Administração Pública Federal como um todo.

Segundo consignado pelo TCU, as demonstrações contábeis consolidadas da União, exceto pelos possíveis efeitos das ressalvas constatadas, representam adequadamente a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2011, bem como os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais relativos ao exercício encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar 101/2000 e das demais normas aplicáveis à contabilidade federal.

O TCU apontou vinte e cinco ressalvas às Contas do Presidente da República (item I.5.2, deste Relatório). Entende esta relataria, assim como outros que a antecederam, que ressalvas só devem comprometer a aprovação das contas se se puder identificar, claramente, a conivência ou omissão do titular em tomar as providências de sua alçada para correção das irregularidades, situação esta que não se verificou na prestação de contas relativa ao exercício de 2011.

A propósito, vale registrar que as normas de auditoria independente apontam que as ressalvas expressas sobre as demonstrações contábeis devem permitir aos usuários claro entendimento de sua natureza e seus efeitos nas demonstrações contábeis, particularmente sobre a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações.

O parecer adverso, contudo, somente deve ser emitido se verificada a existência de efeitos que, isolada ou conjugadamente, forem de tal relevância que comprometam o conjunto das demonstrações contábeis, devendo ser consideradas tanto as distorções provocadas quanto a apresentação inadequada ou substancialmente incompleta das demonstrações contábeis.

In casu, não se observa tal circunstância como se depreende do parecer favorável à aprovação emitido pela Corte de Contas.

Além disso, é de se observar que o TCU já expediu as recomendações pertinentes aos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo no sentido de que estes adotem as providências e medidas necessárias para corrigir as irregularidades detectadas (item I.5.3, deste Relatório).

Com relação às contas dos demais órgãos, registramos que, nos autos da ADIN nº 2.238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 8/8/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do *caput* dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/2000, que fundamentava o julgamento das contas dos demais Poderes e Órgãos que não o Poder Executivo.

Segundo o Ministro limar Galvão, Relator da citada ADIN, os arts. 56 e 57 da LRF contrariam a norma do art. 71, II, da Carta, que confere competência aos Tribunais de Contas para o julgamento das contas de todos os administradores e responsáveis por dinheiros públicos, à exceção, tão-somente, das contas prestadas pelo Presidente da República, em relação às quais lhe compete, apenas, emitir parecer prévio para apreciação pelo Congresso Nacional.

Em consequência, tendo em vista que o TCU não mais emite parecer sobre as contas dos demais Poderes e Órgãos, e em linha com a decisão do STF, proponho o liminar arquivamento, sem julgamento de mérito, das contas dos gestores dos demais Órgãos e Poderes encaminhadas ao Congresso Nacional em

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cumprimento do art. 56 e do art. 57 da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 101 da Lei nº 12.309, de 10/8/2010, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Passo aqui ao projeto de decreto legislativo:

"Aprova as Contas do Presidente da República relativas ao Exercício de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2011, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentadas no Relatório e Parecer Prévio elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015."

Está lido o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agradeço ao Deputado Hugo Leal.

Eu indago ao Plenário se existe acordo em relação a esse texto do projeto de decreto legislativo.

A Oposição tinha colocado exatamente algumas ressalvas ao decreto legislativo, quanto ao termo "ressalvado".

Portanto, eu queria saber se existe acordo sobre o texto e se ele está pronto para ser votado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós fizemos um acordo, Sr. Presidente, apesar de que a redação mais correta seria "aprovação com ressalvas".

Mas acho que o termo "ressalvado" deixa realmente registrado que existem muitas pendências, muitas recomendações, muitas observações do Tribunal de Contas, que já vêm desde 2006 — desde 2006, o Tribunal de Contas vem falando tudo isso.

Portanto, tendo em vista que foi feito o acordo, o texto fica exatamente como o que foi aprovado na Prestação de Contas de 2002 e 2006.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Todos estão ressalvados. Na realidade, Presidente...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - O Presidente é ele, eu sou *ad hoc* hoje*. (Riso.)*

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, na realidade, essa questão dessa discussão, que pode ser, no caso, semântica, é que isso já vem por diversas vezes ocorrendo nesta Comissão Mista de Orçamento. Então, eu imagino — quer dizer, estou aqui tentando fazer um exercício de futurologia sobre o que se pretende, futuramente — que essa circunstância vai ser independente, Deputado Izalci. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto ao questionamento que se imagina futuro. Não vejo dificuldade no enfretamento desse debate sobre as contas futuras, no sentido de "ressalvadas" e "com ressalvas". E também não faço nenhum cabo de guerra nessa circunstância, até porque nós temos um acordo nessa linha.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu queria fazer uma observação, já que eu estava presidindo aquela reunião.

Devo dizer, primeiro, que estou aqui para manter o quórum do Senado, porque Presidente não vota e nós precisamos do quórum do Senado, aqui, nas votações de hoje. Temos aqui três Senadores.

Quero dizer que o acordo foi feito em face da votação...

É só a observação que eu posso fazer. Posso até me retirar, se V.Exa. achar importante. *(Pausa.)*

Deputado Izalci, antes que haja um problema, eu vou fazer uma observação. Veja bem, o acordo foi feito em cima da premissa do seu processo, anteriormente relatado, em que prevaleceu, naquela votação, a palavra "ressalva". Anteriormente,

houve vários projetos votados com o termo “ressalvados”. Então, hoje, excluir isso implica dizer que os demais estão equivocados. Portanto, eu acho de bom alvitre que em cada discussão seja tomada uma posição aqui, acordada na hora, de comum acordo, para que não prevaleça uma lei ou uma expressão que conflita com os demais pareceres anteriormente elaborados.

Portanto, eu queria levar isso em consideração e perguntar se neste caso será “ressalvados” ou “ressalva”, para que não tenhamos nenhuma questão levantada posteriormente, Presidente, sobre se, então, anteriormente, quando se escreveu “ressalvados”, estava errado. Então fica nulo por direito? Não. Naquele momento do “ressalva”, nós concordamos com V.Exa. Este é outro momento e eu acho que é bom haver a concordância de todos, e a cada momento fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para discutir o assunto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Minha sugestão, já que o nobre Relator entende que poderia fazer alteração, é: eu preferiria, me sentiria mais confortável com “ressalva”, até porque não é só uma questão de gostar ou não, há teor diferente. Eu acho que com “ressalvas”... Até porque é o termo usual quando se faz qualquer tipo de julgamento dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu gostaria de indagar ao Deputado Izalci, que conduziu essa reunião no conselho de Líderes, qual é o seu entendimento em relação ao acordo lá proferido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O meu entendimento, e a técnica legislativa, é que, quando se tem de fato ressalva, se aprova com ressalva — “aprovado com ressalva” —, diferentemente do que está sendo adotado: ressalvado isso, ressalvado aquilo. Quer dizer, não é bem isso. Está-se aprovando, ressalvado... Agora, isso não é questão de semântica. Realmente, é diferente. O correto — eu sei que a base tem dificuldade de colocar o correto, não sei por quê — é “aprovado com ressalva”. Técnica legislativa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Há outro texto aqui... Posso fazer a leitura de outro texto? Talvez seja consensual.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aguarde só um minuto, Deputado Hugo Leal. Permita que ele conclua, para não haver aqui uma conversa paralela.

Deputado Izalci, V.Exa. já concluiu seu parecer? Já conclui suas palavras?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passo então a palavra ao Deputado Hugo Leal, para que possa, como Relator, verificar o entendimento que se deu naquela época.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero só dizer o seguinte: temos três opções — ou se rejeita, ou se aprova, ou se aprova com ressalva. Esses são os três mecanismos. O resto é... Estão inventando coisa que não existe. A técnica, e o correto, é: aprovado, aprovado com ressalva, e rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Está bem entendido.

Deputado Hugo Leal, por favor, sua palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou fazer a leitura, então, do que foi aprovado na semana passada, dentro dessa linha que foi discutida aqui.

Seria um artigo só:

> *"Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2011, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, com as devidas ressalvas apontadas no relatório e parecer prévios elaborados pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas pelo Presidente da República."*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ou seja, V.Exa. está reformulando o texto do decreto legislativo. É isso?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Exatamente. Eu estou fazendo essa reformulação, de acordo com o que foi então acordado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sobre o que já foi acordado na semana passada nos outros casos, V.Exa...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não há problema.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - *(Ininteligível)...* mesmo texto. O.k.?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Isso é o que foi acordado na reunião passada. Portanto, como foi acordado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu só quero fazer a ressalva aqui, já feita pela Presidente Rose de Freitas — uma cautela que ela exige...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A ressalva do relatório ou a ressalva de que V.Exa. vai *(ininteligível)*? É só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, não. Eu só quero fazer uma colocação, aqui já feita pela Deputada Rose de Freitas: em outros relatórios aprovados anteriormente, a semântica... utilizou-se a palavra "ressalvado". O que está aprovado já tem efeitos jurídicos; já produz efeitos jurídicos, enfim, sua aprovação. E hoje nós estamos aprovando aqui com esse texto que foi lido pelo Deputado Hugo Leal.

Pergunto se existem mais Deputados inscritos para debater.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, peço a palavra apenas para não deixar de tocar numa ferida que está aberta e não é enfrentada por este Poder. Na verdade, ninguém questiona o fato de a metade do Orçamento estar sendo destinada ao pagamento de juros e à amortização da dívida, em volumes exorbitantes, bilionários, mas que ao mesmo tempo são poucos significativos quando se trata da amortização, a ponto de a dívida pública só crescer.

A Auditoria Cidadã da Dívida nos mostra que mais de 1 trilhão de reais é manipulado pelo Banco Central sem qualquer controle, de qualquer instância executiva ou mesmo deste Poder.

Eu até proponho aprovar com ressalva as contas de 2011, mas com base nesta ferida. Nenhum governo cumpre o que está estabelecido no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A dívida tem que ser auditada. O FHC fechou os olhos. Aliás, todos os governos, Lula, Dilma, fecham os olhos.

É impressionante como nós somos um país em crise, mas ainda assim somos a nona economia do planeta, e nos comportamos com uma timidez que é de dar vergonha se compararmos com o povo grego, que está lá enfrentando a maior desgraceira em termos de crise financeira. Mas lá o que se tem? Nem o arroz grego

eles fazem. Isso foi uma invenção daqui, do Brasil. Recentemente eu soube disso. Um amigo meu tinha o sonho de comer o arroz à grega — *"Mas não existe isso, para nós."* Têm arroz, certamente, não é? O que a Grécia nos oferece é turismo. É tão pouca coisa! E essa potência econômica que é o Brasil se nega a enfrentar. Sabem por quê? Porque, no fundo, no fundo, os devedores são os grandes bancos. E não podem comprovar os ativos, porque se chega à casa dos muitos trilhões. Pelos cálculos preliminares, nós chegaremos à conclusão de que bancos como o Bradesco, que é um dos que podemos dizer que são credores do Brasil, teriam que ter seis, sete vezes os ativos reais. Então, como alguém pode ser credor se não tem capital para garantir esse crédito?

Realmente, nós vivemos uma situação... Eu tenho que dizer isso, e vou concluir, Presidente, e direi em outros momentos, porque não quero assumir a vergonha de... No ano de 2015, se eu estivesse calado, não teria moral para dizer aos cidadãos do meu Estado, aos cidadãos brasileiros que 47% do Orçamento de 2015 serve para pagar uma dívida impagável, ilegal. E todos os que estudam com seriedade sabem que a maior parte dela ou sua quase totalidade deveria inexistir. Mas nós não temos como carimbar essa afirmação exatamente porque não se faz auditoria conforme a Constituição prevê, por organismo independente, baseada numa licitação internacional para que os números sejam inquestionáveis. Então, o quadro se mantém.

Enquanto o TCU cobra, até vou dizer, o rigor com as pedaladas fiscais, o mesmo TCU não cobra o cumprimento da Súmula nº 121, que impede, por exemplo, que se paguem juros sobre juros. Somos aviltados ao ver gente passando fome...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, conclua, porque nós estamos tratando das contas de 2011.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós não podemos tratar das de 2015, porque senão será uma discussão infindável.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, mas é a mesma coisa. Lá era um pouco mais, cerca de 50%. Agora está em menos de 47%.

Então, realmente, isso avilta e tem que ser dito.

Enfim, a nossa posição é realmente... aprova-se, mas a ressalva é sobre o não cumprimento do que a Constituição Federal dispõe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo mais Parlamentares inscritos para debater e havendo acordo sobre o texto do decreto legislativo entre a Oposição e o Deputado Hugo Leal, eu vou passar à votação, apenas lembrando o seguinte: o texto que for aqui acordado vale, naturalmente, para esse projeto de decreto legislativo que nós estamos votando agora, ou seja, as outras contas serão votadas com os textos a serem aprovados oportunamente em cada reunião.

Não havendo mais Parlamentares inscritos para o debate, eu declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o relatório do Deputado Hugo Leal sobre as contas de 2011 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com o voto contrário — gostaria de registrar na ata — do Deputado Pauderney Avelino.

O Deputado Pauderney não é membro da Comissão?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas eu sou Líder da Minoria. Estou aqui representando a Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aqui, no caso, não é voto de Líder.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar para o item seguinte da pauta, item 7 — relatado pelo Deputado Átila Lins.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço ao Deputado Wadson Ribeiro que faça, por gentileza, a leitura, objetivamente, uma vez que já existe acordo na Comissão entre os Líderes. Peço que vá logo ao voto do Relator. É o projeto... Nesse caso, acho *(ininteligível)* decreto legislativo, não é? *(Pausa.)* É apenas um aviso.

Então, com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro, para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Passo a fazer a leitura:

"Aviso nº 3, de 2011, Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União, que encaminha nos termos do art. 121, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o relatório de gestão fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro quadrimestre do exececício de 2011 e Avisos do Congresso Nacional nºs 9/14, 1/12, 10/12, 28/12, 4/13, 14/13, 19/13, 3/14, 10/14, 16/14 e 1/15, referentes aos 2º e 3º *quadrimestres* de 2011, 1º, 2º e 3º *quadrimestres* dos *exercícios de 2012*, 2013 e 2014, respectivamente."

Vamos direto ao voto:

"O relatório de gestão fiscal instituído pelo art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal constitui-se em documento de fundamental importância para a transparência da gestão dos órgãos e entidades, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outros. Os relatórios apresentados pelo TCU, ora sob apreciação, evidenciam que aquela Corte de Contas cumpriu os limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal dos exercícios examinados. Assim, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo dos relatórios de gestão fiscal dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014 e dos demais documentos que compõem o processo e determine o seu arquivamento.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Coloco em discussão.

Naturalmente, isso é um aviso do Tribunal de Contas acerca do relatório de gestão fiscal do próprio Tribunal de Contas, referente ao primeiro quadrimestre de

2011, ao segundo e ao terceiro quadrimestres de 2011 e ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestres dos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Agradeço ao Deputado Wadson.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo Parlamentares inscritos para o debate, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item seguinte da pauta é o de nº 8: Mensagem nº 37, de 2013, cujo relator, Senador Acir Gurgacz, não se encontra presente.

Eu solicito ao Senador Raimundo Lira, que é da representação do Senado, que, por gentileza, faça a leitura da Mensagem nº 37, da Presidenta da República, que, nos termos do art. 49 da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao segundo bimestre de 2013, e Mensagens nºs 68, de 2013; 87, de 2013 e 135, de 2013, referentes ao terceiro, quarto e quinto bimestres de 2013, respectivamente.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira, para fazer a leitura, uma vez que já existe um acordo entre os Líderes da Comissão para a votação.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sr. Presidente, como há acordo da Comissão no tocante a esse item, eu não preciso ler a introdução. Vou ler apenas a análise e o voto.

Análise. Os Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao segundo bimestre, MCN nº 37/2013-CN; ao terceiro bimestre, MCN nº 63/2013-CN; ao quarto bimestre, MCN nº 87/2013-CN; e ao quinto bimestre de 2013, MCN nº 135/2013-CN, atendem ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 49 da LDO, de 2013.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto.

Assim, consideramos satisfatórios os dados apresentados nos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao segundo bimestre, MCN nº 37/2013-CN; ao terceiro bimestre, MCN nº 63/2013-CN; ao quarto bimestre, MCN Nº 87/2013-CN; ao quinto bimestre de 2013, MCN nº 135/2013-CN; e votamos pelo arquivamento da matéria."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigada, Senador Raimundo Lira, pela cortesia com o Senador Acir Gurgacz.

Já existe acordo sobre essa matéria, então, eu a coloco em discussão.

Não havendo Parlamentares inscritos para o debate, eu declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Solicito à Senadora Rose Freitas, nossa Presidenta, que assuma a Presidência, uma vez que sou o relator do próximo item da pauta, para que eu possa ler o relatório. S.Exa. vai se afastar um pouco do ninho da Oposição. Aliás, S.Exa. está sendo muito bem tratada pela Oposição. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aderir é duro, heim?

Mensagem nº 43, de 2013, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do art. 113 da Lei n° 12.708, de 17 de agosto de 2012, o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário referente ao primeiro quadrimestre de 2013 e as Mensagens nºs 90, de 2013 e 3, de 2014, referentes ao segundo e terceiro quadrimestres de 2013, respectivamente. O Relator é o Deputado Jaime Martins, a quem eu concedo a palavra.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu indago ao Plenário se posso ler diretamente o voto, que é a parte final do nosso texto, para encurtar nossa discussão, uma vez que já existe um acordo. Isso está divulgado há mais de 6 meses. Todas as assessorias e consultorias já tiveram a oportunidade de ler e reler o relatório. Então, eu vou direto ao voto.

Diante do exposto no nosso relatório, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nº 43, de 2013-CN —, nº 214, de 2013, na origem —, nº 90, de 2013-CN — nº 419, de 2013, na origem — e nº 3/2014-CN — nº 23, de 2013, na origem —, bem como dos demais documentos que compõem este processo, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2013.

É o nosso voto.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em apreciação o relatório do Deputado Jaime Martins. O voto é pelo conhecimento das matérias e que se dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2013.

Em discussão o relatório*. (Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à publicação, e o processado vai ao arquivo.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidenta, recentemente, dando uma lida em matérias veiculadas pela imprensa, eu vi muita especulação sobre as contas de 2014 da Presidência da República. Eu queria só um esclarecimento, porque, brevemente, tenho que me retirar do plenário para ir à CPI do Futebol. Há algum procedimento de inscrição? Como está sendo pensada a questão da relatoria das contas de 2014? Eu desconheço a forma, como foi relatada pela grande imprensa. Eu pergunto a V.Exa., que é a Presidenta da CMO, como está sendo tratado esse assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tive oportunidade de esclarecer esse assunto em outra reunião, mas vou reiterar aqui que, assim que o acórdão estiver nesta Comissão... Ainda não foi dada entrada nesse acórdão, apenas no rosto, quer dizer, aquele rosto que acompanha qualquer processo. No Senado Federal, o Presidente o recebeu, mas ainda não recebeu o acórdão. Logo que o acórdão vier à CMO, nós nomearemos o Relator. Não existe inscrição para relator. Eu também ouvi isso no meu Estado, aqui em Brasília e no Rio de janeiro. Agora há pouco, um Deputado me disse que queria se inscrever. Não existe inscrição para relator. É de competência exclusiva da Presidência da Comissão nomear o relator.

É lógico que nós temos — V.Exa. mesmo já acompanhou algumas reuniões — discutido com a Oposição, porque, afinal de contas, precisamos ter um Relator. E é bom que ele seja sempre uma pessoa que tenha experiência, que tenha capacidade de dialogar com ambos os lados, que traga aqui uma expressão política que não cause conflitos. Por exemplo, se a todo momento alguém diz assim: *"Eu quero que a Presidenta caia e vou fazer tudo para ela cair",* terá comprometido o relatório que venha a produzir, ou, o contrário, se alguém diz assim: *"Eu quero que ela fique de qualquer maneira",* também terá o seu relatório comprometido.

Eu tenho ouvido do nosso Vice-Presidente, dos Relatores, dos Deputados, do Deputado Hildo Rocha, de todos os Deputados, que nós devemos nos concentrar em colocar uma pessoa. Eu sei que a responsabilidade é nossa.

Eu, no meu Estado, também tive o constrangimento de dizer: "*Olha, por que não do Espírito Santo?"* Porque eu sou Senadora do Espírito Santo. Seria um absurdo se eu fizesse isso, porque vou desconhecer a Federação inteira, a história

de vários Parlamentares. Está ali o Senador Raimundo Lira, está aqui o Deputado Domingos Sávio, estão aqui vários Deputados experientes. Como eu vou desconhecer que existem essas pessoas, o Deputado Jaime Martins, que aqui se encontra? Qual a Comissão que não gostaria de ter o Deputado Jaime, o Deputado Domingos, o Senador Lira como relator?

Esse é um assunto completamente atípico, é objeto de uma crise e envolve, sobretudo, a nossa capacidade e responsabilidade de conduzir isso com a maior serenidade. Aliás, a responsabilidade não é só minha, é de todos os que aqui estão. Primeiro, não existe inscrição; segundo, tão logo o acórdão chegue aqui, nós designaremos o relator.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O.k., Sra. Presidenta. Está esclarecido. Eu vou à CPI do Futebol. Qualquer coisa, estou a postos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só falta votar mais um item.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Mais um item?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dois itens.

Item 13. Aviso nº 7, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Constituição Federal, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre de 2015.

O relator é o Deputado Nilton Capixaba, que não se encontra.

Eu proponho que o relator *ad hoc* seja o próprio Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigada, Sra. Presidenta.

Trata-se, Sra. Presidenta, como já foi dito, do Aviso nº 7, do Tribunal de Contas da União — numerado pelo Congresso Nacional —, que encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Construção Federal, Relatório de Atividades do próprio Tribunal de Contas referente ao primeiro trimestre de 2015.

Uma vez que já existe um acordo sobre a matéria, que foi amplamente divulgada pelo *site*, e todos já tiveram oportunidade de fazer uma discussão prévia, eu peço permissão ao Plenário para ir direto ao voto do Deputado Nilton Capixaba, cujo teor é o seguinte:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Do exposto, observa-se que os trabalhos de fiscalização, realizados pelo Tribunal de Contas da União no primeiro trimestre de 2015, identificaram irregularidades na aplicação de recursos públicos nas diversas áreas de atuação governamental, tais como Minas e Energia, Transporte, Integração Nacional, Esporte, entre outras.

Observa-se, em cada caso, que o Tribunal de Contas da União adotou, de ofício, as providências pertinentes para orientar ou punir os gestores envolvidos, assim como obter o ressarcimento de eventuais danos imposto ao Erário, em razão de procedimentos ou condutas irregulares.

Verifica-se, também, que é praxe da Corte de Contas encaminhar, tão logo publicados, cópia dos acórdãos e respectivos votos e relatórios que os fundamentaram aos órgãos e entidades envolvidos, assim como para ambas as Casas do Congresso Nacional e suas respectivas Comissões Permanentes, de acordo com a competência regimental de cada uma, para conhecimento e adoção das providências julgadas necessárias.

Com esses registros, observo que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame. Em consequência, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao primeiro trimestre do exercício de 2015 daquela Corte de Contas, objeto do AVN nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala das Comissões.

Deputado Nilton Capixaba."

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em apreciação o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre de 2015, apresentado no Aviso nº 7, de 2015, em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Constituição.

O Relator *ad hoc* Deputado Jaime Martins vota pelo conhecimento da matéria e pelo envio ao arquivo.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Conhecida a matéria, o parecer vai à publicação, e o processado vai ao arquivo.

Última matéria do dia: Mensagem nº 9, de 2015, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.780, de 2013, art. 29 e parágrafo único, Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente ao exercício de 2013 e 2014, cujo relator é o Deputado Hildo Rocha.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Senadora Rose de Freitas, Presidenta da Comissão Mista, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu gostaria de pedir licença para ir direto ao voto, já que a matéria está disponibilizada para todos os componentes desta Comissão.

"Pelo exposto, apresento voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 9, de 2015 - CN (nº 294, de 2015, na origem), que encaminha Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos exercícios de 2013 e 2014, com informações relacionadas ao evento acerca dos resultados parciais das renúncias fiscais e do aumento da arrecadação, e determine a devolução do referido relatório para informar, no tocante ao exercício de 2013, os valores da renúncia fiscal efetivamente incorrida pela União."

Esse é o nosso voto, tendo em vista, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, que não foram encaminhadas pela Presidência da República todas as informações necessárias para que pudéssemos apreciar da melhor maneira a conduta da Receita Federal com relação à politica de incentivo praticada no Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, com relação às Olimpíadas do ano que vem.

Esse é o nosso voto, Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, apenas para discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu queria apenas fazer uma indagação ao Deputado Hildo Rocha.

Na verdade, V.Exa. está, naturalmente, recebendo o aviso, mas está fazendo um requerimento de informações, ou seja, solicitando informações adicionais sobre a questão da renúncia fiscal etc. É isso?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É. O nosso voto é no sentido de que esta Comissão devolva à Presidência da República este...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - V.Exa. está solicitando complementação de informações.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Estou solicitando mais informações à respeito do Imposto de Renda. Foi feita uma política de incentivo lá no Rio de Janeiro para algumas empresas, e já poderiam estar aqui contidas, não vieram informações no processo, deveriam estar aqui nesta Casa, segundo a legislação vigente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Aparentemente, pertinente. Tem o nosso apoio, Deputado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Para discutir também. Eu queria declarar aqui que, se há dúvidas, Deputado, V.Exa. tem razão em solicitar informações. Está certo?

Então, da nossa parte, não vejo nenhum impedimento. Tem o nosso apoio também, Deputado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em apreciação o relatório.

O voto foi no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 9, de 2015, do Congresso Nacional, que encaminha Relatório de Prestação de Contas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referente aos exercícios de 2013 e 2014, com informações acerca dos resultados

parciais das renúncias fiscais e do aumento da arrecadação, e determine a devolução do referido relatório para informar, no tocante ao exercício de 2013, os valores da renúncia fiscal efetivamente incorrida pela União.

Antes de colocá-lo em votação, eu queria fazer uma observação. Nós ficamos um pouco preocupados se não seria melhor pedir informações, mas o relatório de V.Exa. foi tão contundente, então, só nos cabe apreciá-lo e colocá-lo em votação.

Talvez a complementação de informações possa nos auxiliar, mas V.Exa. assim entendeu, portanto, não cabe aqui nenhuma apreciação em sentido contrário.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu entendi, Sra. Presidenta, com todo o respeito a V.Exa., no sentido de que pudéssemos encaminhar uma solicitação. Aliás, o Governo Federal teve a oportunidade de fazê-lo no tempo certo. Ele sequer o entregou no prazo correto, demorou 1 ano para entregar a primeira prestação de contas. E olhe que a legislação, aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional e oriunda do próprio Executivo, dizia que todas as informações sobre matéria tributária seriam efetuadas no mês de agosto ao Congresso Nacional, portanto, chegou com 1 ano de atraso.

Isso é o mínimo que nós podemos fazer com relação ao descaso que houve por esta Casa, que tem que se atentar para a questão do uso dos recursos públicos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir desculpa a V.Exa. — nós vamos votar a matéria —, mas quero fazer uma consideração pública sobre esse assunto. Acabei de perguntar ao assessor se essas devoluções eram passíveis. Ele me respondeu que não tinha certeza. Eu me nego a votar uma matéria sem ter certeza, não há sentido. Esta Casa tem assessores altamente competentes. Portanto, não podemos colocar em votação matéria sobre a qual há dúvida acerca do encaminhamento e da orientação. Nós vamos votá-la em respeito às considerações que V.Exa. faz. Até o Governo, infelizmente não só este, mas todos — quando fala Governo, o Deputado Orlando logo ouve; agora ele vai prestar atenção —, não tem pressa. Pressa tem o povo brasileiro e os Parlamentares que querem trabalhar, mas o Governo não tem pressa e acha que, atabalhoadamente, podemos levar essas votações assim, o que não vamos fazê-lo. Vamos votar, em consideração a V.Exa., mas, antes, eu peço à assessoria que, por favor, nos dirima essa dúvida para que não incorramos aqui num erro — entendeu, Senador

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Raimundo Lira? — de ordem regimental, de entendimento processual, o que não cabe aqui nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidenta, meu apoio à manifestação de V.Exa. O Governo tem que andar mais rápido, e nós temos que fazer o nosso serviço.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada. Vai chover, heim? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Porque o Governo agora está andando de carruagem, comprou uma carruagem agora, ou foi uma limousine?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já discutimos a matéria.

Vamos colocar a matéria em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos encaminhá-lo ao processo de devolução, conforme V.Exa. solicita.

Queria fazer um esclarecimento...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidente, pela ordem, apenas para solicitar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Jaime.

Agradeço o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Vários Parlamentares já me perguntaram na Comissão e fora da Comissão. Como já vence o prazo das nossas emendas, na próxima terça-feira, seria de bom alvitre que elas fossem apresentadas, tendo em vista a LDO do próximo ano, para que nós não apresentemos emendas em divergência com o que será aprovado na LDO.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas quero saber como nós vamos proceder aqui na votação da LDO, cujo prazo acordado para ser entregue pelo relator é hoje. É só um esclarecimento acerca dos prazos, etc.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria fazer um esclarecimento público. Hoje nós estamos recebendo a LDO e teremos que passar à sua apreciação, mas não vamos fazê-lo hoje, porque seria profundamente desrespeitoso se passássemos ao processo de votação logo após a entrega do relatório.

Portanto, vamos marcar para a próxima terça-feira, dia 20, às 14 horas, impreterivelmente, sua apreciação. Haverá uma leitura longa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu queria...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em seguida, passaremos ao debate do relatório final.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, nós temos uma inovação nessa LDO extremamente relevante, dadas as dificuldades que existem hoje, com a escassez de recursos públicos, para atender às demandas de todas as nossas comunidades, de todos os Estados aqui representados. Eu coloco isso, preocupado com a bancada de Minas Gerais, mas não tenho dúvida de que é uma preocupação de todo o Brasil. Haverá pelo menos uma inovação, que é uma emenda impositiva de bancada. Ontem, nós tivemos notícia do relator do Orçamento de que essa emenda de bancada estará condicionada à capacidade de execução financeira, no exercício de 2016. Eu estou empenhado em tentar, ainda hoje, uma articulação com a bancada mineira. Pedi ao relator da LDO que ainda hoje, até a última hora do dia, acolha alguma alteração. Veja bem, há o risco de que a emenda deferida para o meu Estado...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para eu entender, é a alteração da emenda?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, a alteração da prioridade que a bancada mineira iria requerer como emenda impositiva para o Orçamento de 2016. A prioridade encaminhada pelo nosso Líder de bancada diz respeito a uma rodovia,

e, até onde me consta, é uma rodovia cujos projetos ainda não existem, muito menos as licenças ambientais.

Qual a chance de execução orçamentária numa situação como essa? Zero!

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Dada a minha experiência, se ainda não foi aprovado o projeto e, sobretudo, se não existem as licenças ambientais, a execução de uma obra de infraestrutura para 2016, como uma grande rodovia, é absolutamente impossível.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se é impossível, nós correríamos o risco de jogar 140 milhões destinados a Minas Gerais na lata de lixo, enquanto — discuti com o Relator — poderíamos adotar o que já fizemos em outros momentos, como, por exemplo, destinar para o transporte escolar.

A compra pode ser de vários equipamentos. Pode ser uma emenda repassada ao Governo do Estado de Minas Gerais para a aquisição de transporte escolar. Eu estou citando um exemplo apenas.

É claro que não vai ser a minha vontade que vai prevalecer, embora eu defenda essa tese em favor da educação. Mas, é claro, sem prejuízo da rodovia e, fazendo-se a análise, em primeiro lugar, se ela é viável ou não.

Eu estou fazendo essa ponderação, Sra. Presidente, pois corremos o risco de talvez precisar da compreensão do Relator e de V.Exa., até porque não votaremos nesta semana. Não acredito que consigamos votar nesta semana.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Também acho que não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esperamos ter, sem nenhum sentido de obstrução de nossa parte, um pouco mais de prudência com relação a essas emendas. Já que existe a inovação de que será impositiva uma emenda, vamos assegurar que essa emenda impositiva tenha uma escolha bem refletida, bem segura e que não haja prejuízo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria perguntar a V.Exa. quem é o coordenador da bancada de Minas Gerais?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o Deputado Fábio Ramalho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, pelo apreço que eu tenho por V.Exa. e pela dedicação com a qual, eu sei, V.Exa. exerce o seu mandato em favor de Minas Gerais e do Brasil, quero dizer que, só para esclarecer,

naquele ofício dirigido aos coordenadores estava ressaltado que se tratava de uma emenda que seria impositiva, desde que fossem obras iniciadas ou já licitadas anteriormente. Por quê? Exatamente pelo sentido da sua reflexão, de que é impossível, nesse quadro, haver qualquer obra licitada e elaborar-se um projeto executivo com a finalidade de atender a contento a bancada de Minas Gerais.

De minha parte, vou interceder junto ao Relator para que V.Exa. possa, ao discutir com a bancada, trazer a consideração assinada pelo coordenador.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode ser ainda hoje ou até amanhã de manhã, porque eu acho que podemos atendê-lo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço-lhe muito, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, eu queria ponderar a esse respeito. No encaminhamento da votação do Orçamento, a previsão da votação da LDO é no mês de julho. Ou seja, toda discussão orçamentária, toda apresentação das emendas individuais, de bancada e de Comissões é feita à luz de uma LDO já devidamente aprovada. Neste ano, essa ordem se inverteu. Estamos, em primeiro lugar, indicando as emendas — o prazo expira na terça-feira —, para, na terça-feira, começarmos a votar a LDO. Portanto, nós estamos apresentando a emenda sem saber com clareza as regras do jogo.

Eu gostaria de propor que, numa discussão com o Relator nesta Comissão sobre a LDO, pudéssemos destacar essas chamadas emendas obrigatórias das bancadas estaduais, para que as bancadas possam apresentá-las, talvez aqui no plenário, se for o caso, mediante a assinatura do coordenador da bancada e de dois terços dela. É uma mudança que seria feita pelo conjunto da bancada e sobre a qual não caberia discussão. Enfim, esperamos poder apresentar essas emendas, destacando-as no Relatório da LDO.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Da LDO ou da LOA?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Nós estamos falando da LDO neste momento. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos tentar esclarecer. Nós estamos em um ano completamente atípico. Tudo é atípico neste ano. Nós

votamos o Orçamento de 2015 em março deste ano. É uma situação em que o Governo e esta Casa viveram todas as intempéries dessa crise, que assolou todas as Comissões, todo o trabalho da Casa.

Eu mesma sou otimista, mas não sou sonhadora, e disse que nós votaríamos o Orçamento nos prazos determinados, haja vista que o Governo não se entendia sobre o encaminhamento do ajuste. Nós ficamos perdidos na caminhada, de um lado, o Planejamento, e, de outro, a Fazenda, mas chegamos aonde chegamos, com o seguinte ordenamento: vamos votar a LDO elaborada, ressalvando a questão de Minas Gerais. Espero que V.Exas. tragam uma posição possível de ser acatada pelo Relator, desde que nenhuma Unidade da Federação seja prejudicada. Mas, posteriormente, faremos o adendo que for necessário.

Se hoje nós fôssemos perguntar, Deputado Hildo Rocha, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento qual o procedimento que eles terão para nos apresentar os novos ajustes, não saberíamos nem o tempo nem a quantidade. Portanto, não podemos mais ficar parados. Vamos votar a LDO a partir de terça-feira, nesse processamento. Se for necessário o adendo, isso será feito sem prejuízo de qualquer andamento ou de qualquer Parlamentar desta Comissão.

Isso atende V.Exa.?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu sou Coordenador da bancada do Maranhão, e o Maranhão vive esse mesmo problema.

Hoje nós teremos uma reunião com o Relator, onde se poderá até mudar a questão da emenda impositiva. Então, também quero me colocar ao lado de Minas Gerais para apresentar até amanhã. Se Minas Gerais é grande, o Maranhão pequeno também pode apresentar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E, por ser pequeno, merece mais ainda.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso é bom.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então vamos nos entender com o Relator, para que ele possa ter essa compreensão sobre os dois casos.

Deputado Pedro Fernandes, eu havia dito antes que poderia ser até amanhã, mas vou pedir ao contrário, que V.Exa. não ultrapasse o dia de hoje, para que não sacrifiquemos a publicação do relatório e o coloquemos em votação, sem falta, até terça-feira.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Esta ótimo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, tenho uma última consideração. Nós temos nos empenhado em contribuir com a construção de acordos que possam fazer com que a nossa Comissão Mista de Orçamento funcione. Assim foi na última sessão deliberativa, quando votamos diversas matérias; assim transcorreu hoje também, com a aprovação de diversas matérias, quando demonstramos claramente a nossa disposição de, a partir do interesse nacional, construir acordos.

Eu faço esta consideração porque há uma questão que já foi levantada e não entrou no acordo desta sessão, mas a qual eu estarei também protocolando como autor, para me assegurar da possibilidade de construirmos um acordo na próxima reunião e a fim de aprovar um requerimento de nossa autoria. Eu sei que há outros colegas que mencionaram, não estou me lembrando de quais foram, o convite ao Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, para que ele nos traga esclarecimentos a respeito do entendimento, que já manifestou de público, de que, no exercício de 2015, o Governo continua tendo procedimentos inadequados ou pedaladas ficais com relação à gestão das contas públicas. Isso é extremamente relevante.

Nós consideramos oportuno o debate e a tomada de conhecimento do assunto antes mesmo de entrarmos na análise do parecer do Tribunal de Contas sobre as contas de 2014. Eu acho que seria oportuno, até porque é o nosso dever. E o que mais me preocupa diz respeito ao País, ao interesse nacional.

Concordo com V.Exa., com a análise que fez com relação à designação da relatoria. Cabe a V.Exa. Eu tenho absoluta convicção do espírito público, da responsabilidade e da seriedade com que V.Exa. vem conduzindo e irá conduzir

essa matéria. Creio que aquele que tiver essa responsabilidade, esse dever, deverá fazê-lo também com a isenção própria de quem analisa uma matéria sob a luz da lei, dos princípios legais. Trata-se de matéria que deve estar sempre regida pelos princípios legais e não pode ser objeto de paixão partidária ou pessoal. A regra que vale para o Prefeito de uma cidade de 2 mil habitantes vale também para o Presidente da República, do ponto de vista do respeito à lei. Se esta Casa transigir no respeito à lei, ela deixa de ter razão de existir, especialmente esta Comissão, que tem a função de apreciar e fiscalizar o cumprimento do Orçamento e de todas as matérias orçamentárias.

Portanto, acredito que, ao debater o Orçamento, nós devemos fazê-lo à luz dos pareceres do Tribunal de Contas. Ora, como vamos fazer isso se não soubermos o que está acontecendo hoje? Se algo está acontecendo hoje, é preciso que haja uma posição clara desta Casa, para evitar que a crise só vá se aprofundando e o País chegue a uma condição de descrédito absoluto nos mercados mundiais — porque a consequência é do cidadão brasileiro.

Já há quem faça previsões sobre a situação, sendo que o último a fazer isso foi o mesmo que fez previsões sobre a crise de 2008 e acertou em tudo. Ele previu que, se o Brasil não se organizar em termos de controle fiscal, haverá o rebaixamento dos níveis de credibilidade do País em todas as agências de risco, o que equivale à evaporação do real praticamente; o que equivale à aproximação do risco de perda absoluta do controle da inflação. Ou seja, rasgar uma construção de décadas, que foi o Plano Real, e a estabilidade econômica é algo que está, talvez, por um tris.

Portanto, nós precisamos saber se de fato o Governo continua, porque temos visto lideranças do Governo dizerem que isso é normal. Aliás, estão querendo passar para o povo brasileiro o seguinte: "*Não, foi um equívoco. Não podiam ter rejeitado. Isso é normal".* Quem diz que isso é normal pode pretender continuar agindo assim. E quem for agir assim vai literalmente quebrar o Brasil.

Eu concluo, Sra. Presidente, pedindo a V.Exa. que esteja, no acordo da próxima reunião, a inclusão desse nosso requerimento, sobre o qual estaremos nos posicionando de maneira firme.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - A propósito dessa crise política que nós estamos vivendo aqui, eu recomendaria aos Deputados que lessem o diário do Presidente Fernando Henrique Cardoso que está publicado na revista *Piauí*, que fala da intriga e da política daquela época. Os personagens são quase iguais, há as brigas entre as principais revistas e há a angústia dele como Presidente da República. Eu acho que é uma boa leitura, que possibilita revivermos os momentos de 1995 a 1996.

O Presidente viveu essas angústias que a Dilma está vivendo neste momento, com as intrigas entre seus aliados. Você pode ver, claramente ali, as confusões do Serra com o Malan, você pode ver claramente alguns personagens que ainda estão vivos na política, para que possa reviver aqueles momentos da pasta cor de rosa famosa, do Antonio Carlos Magalhães e outros personagens da época.

A revista *Piauí* está nas bancas agora e fala de novembro de 1995 a abril de 1996. E vem mais coisa aí, até 2017.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Bom, eu não quero... Por favor, por favor!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu vou acolher a sugestão de S.Exa. porque não tenho dúvida de que é sempre bom colher informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Todos nós acolhemos, porque S.Exa. fez uma sugestão a todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, o nobre Deputado há de convir que não há nada mais absoluto e intangível, mais duro do que o aço do que a verdade histórica — e a verdade histórica está aí. O Presidente Fernando Henrique e aqueles que com ele colaboraram continuam gozando do respeito absoluto do povo brasileiro. E nenhum dos seus colaboradores foi para a Papuda.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A realidade é absolutamente diferente. Dificuldades de convivências dentro do Poder, ações que o Parlamento às vezes estabelece, de conflito com o Executivo, são naturais da democracia. Agora, o que nós vemos no Brasil de hoje é absolutamente diferente de tudo o que se viu na história do País.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu só queria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não dá para fazer comparação com o Governo de Fernando Henrique, muito menos entre a figura humana do estadista Fernando Henrique e Dilma Rousseff. Não dá para fazer comparação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - De qualquer maneira...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A história não permite isso, e a verdade dos fatos não permite isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu quero só colocar...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Deputado Domingos Sávio, estadista é um exagero, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu quero só colocar que se iniciou...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Fernando Henrique destruiu o Estado, desmontou o Estado nacional. O neoliberalismo é a negação do Estado nacional. Você chamar o ex-Presidente Fernando Henrique de estadista?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - *(Riso.)* Eu quero anunciar que começou a Comissão Geral.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Essa prática de mentir reincidentemente alcançou um mineiro que eu prezo muito. Destruiu o Estado?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Não, aí não. Eu respeito V.Exa., nós somos conterrâneos. Ele desmontou o Estado nacional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O homem que estabeleceu o equilíbrio da economia brasileira, que instituiu o Plano Real, V.Exas. ainda têm a cara-de-pau de falar que ele destruiu o Estado?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Domingos Sávio e Deputado Wadson Ribeiro, eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso é falso.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Isso sem contar que os tucanos, em conluio com a imprensa paulista, tentaram tirar o Itamar de cena.

(Os microfones são desligados.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu odeio fazer isso, mas falem a última frase, por favor.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Chamar Fernando Henrique de estadista? Eu não posso fechar a semana com isso. Isso é uma ofensa ao povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Então, está bom! Todos estão com suas opiniões respeitadas.

Quanto à sugestão da revista *Piauí*, é uma leitura boa, com certeza. Outras opiniões no sentido contrário também o são: basta ler o editorial da *Folha de S.Paulo* e o do *O Estado de S. Paulo*, para vocês apreciarem todas as visões diferenciadas sobre a crise.

Há aqui um requerimento do Deputado Elmar Nascimento, que solicita que seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre a repetição das pedaladas fiscais em 2015.

Como eu sei que há também outros requerimentos, sugiro que todos eles sejam levados à discussão do Colégio de Líderes, para que possamos fazer uma audiência só. Há inclusive um requerimento do Deputado Izalci, para que seja convidado um Ministro da área econômica para falar sobre as possíveis pedaladas de 2015.

Há ainda um requerimento de audiência pública para discutir o orçamento da área de saúde, do Deputado João Arruda.

Deputado Lelo Coimbra, isso é do seu interesse.

Lembrando que teremos a próxima reunião no dia 20, às 14 horas, declaro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Esperem: antes há aqui um acordo. Há um acordo, Deputado Domingos Sávio. Podemos suspender a reunião? Deputado Hildo Rocha e Deputado Ricardo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, se for para fazermos uma reunião ainda nesta semana, eu concordo com V.Exa. e não coloco nenhuma objeção regimental quanto à suspensão desta reunião. Mas, se formos marcar para a semana que vem, eu faço um apelo a V.Exa. para que possamos encerrar esta reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Se for para esta semana — estava marcada para amanhã — , eu não posso atender nem V.Exa. nem o Deputado Pedro Fernandes acerca da questão do relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, Sra. Presidente, nós não estamos presos só à questão do relatório. Existem outras matérias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Estamos, porque a próxima reunião será para tratar do relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não vejo dificuldade em fazermos a reunião amanhã, até porque V.Exa. mesma já pediu que cuidemos de tratar desse assunto hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Hoje. E V.Exa. sabe dizer a que horas entregará...?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agora, eu penso que, com a prática de suspender a reunião de uma semana para a outra, fatalmente podem não estar sequer os mesmos Parlamentares em Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está certo. Se V.Exas. não estão de acordo, não precisamos discutir muito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Acho que temos que encerrar esta reunião e abrir uma nova.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não havendo acordo, vou encerrar esta reunião e convocar uma nova reunião para a próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, apenas sobre a questão do horário, às 14 horas nós vamos ter uma reunião de Líderes, para estabelecer a pauta; e às 15 horas uma reunião aqui no plenário. É isso?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está certo.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Abre-se a lista às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Haverá a reunião de Líderes às 14 horas e a votação em plenário às 15 horas.

Está encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 14.10.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Ofício/GDGP/Nº 165, de 5 de outubro de 2015, do gabinete da Deputada Gorete Pereira, justificando ausência da parlamentar no período de 6 a 11 de outubro de 2015.
2) Ofício Nº 173/2015 - PDSR, de 7 de outubro de 2015, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, justificando ausência no dia 7 de outubro de 2015.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 198/2015/MP, de 13 de outubro de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando detalhamento de programações do PAC e relativas às Ações e Serviços Públicos de Saúde para apresentação de emendas ao PLOA 2016.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2015, encaminhados, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Espírito Santo, Piauí e Sergipe; e Tribunal Regional do Trabalho da 2ª, 4ª, 5ª, 19ª, 21ª e 24ª Regiões.

Aviso GP/TCU, de 8 de outubro de 2015:
1) Aviso nº 1151/2015 (Acórdão 2361/2015): obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Kaio Maniçoba, Leonardo Monteiro, Paes Landim, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos e Vitor Valim; **- Senador suplente**: Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Caio Narcio, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Hissa Abrahão, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e **- Senador**: Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Weliton Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e um minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14* do supracitado diploma legal, que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, suspendeu a reunião por alguns minutos, em virtude da realização de reunião simultânea do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Presidente em exercício, reabriu os trabalhos e passou a apreciação da Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 13 e 14 de outubro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** o Presidente em exercício informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, houve acordo, apenas, para apreciação dos itens de nºs 1, 5 e 6 constantes da pauta. PAUTA. Item 1 - **Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, **ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016." **PLOA/2016.** O Presidente em exercício comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO sugestões de Emendas ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** e, na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO foram selecionadas 8 delas. Enquanto a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados – CONOF/CD finalizava a redação final destas emendas, o Presidente em exercício passou a apreciação dos demais itens acordados. Item 5 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2015-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 5.060.000,00 (cinco milhões e sessenta mil reais), para os fins que especifica". Relator:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Lelo Coimbra. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma apresentada pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** Item 6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 9/2015-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 6.050.000,00 (seis milhões e cinquenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Lelo Coimbra. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma apresentada pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Deputado Domingos Sávio (PSDM/MG) teceu comentários sobre a Medida Provisória nº 684, que trata das regras das relações de convênios e contratos com as entidades não governamentais, filantrópicas, principalmente da área social e da saúde. Em continuidade, o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), autor do **Requerimento nº 9/2015-CMO,** que "Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor George Hilton dos Santos Cecílio, Ministro de Estado do Esporte, para prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014", aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 14.07.2015, solicitou o arquivamento do mesmo, em virtude de ter recebido da equipe técnica daquele Ministério, todas as informações que desejava, através de meio magnético, dispensando a vinda do Ministro. O Presidente em exercício deferiu o pedido do parlamentar, enviando a matéria ao arquivo e solicitando que as informações prestadas ao parlamentar sejam transmitidas à Secretaria da CMO. Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente em exercício retornou a apreciação do Item 1 da pauta e informou que foram selecionadas as seguinte sugestões de **Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, **ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016", **PLOA/2016:** EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: **Emenda nº 3 – CMO**, UO: 26101, Ementa: ACMO – Educação - Assistência ao Estudante de Ensino Superior, Tipo: Remanejamento – Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Educação, Ação: Assistência ao Estudante de Ensino Superior, Valor: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); **Emenda nº 4 – CMO**, UO: 26101, Ementa: ACMO – Educação – Reestrut. e Expansão de Inst. Fed. de Ens. Superior, Tipo: Remanejamento – Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Educação, Ação: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, Valor: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); **Emenda nº 6 – CMO**, UO: 36901, Ementa: ACMO – emenda ação saúde 8535, Tipo: Remanejamento – Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Valor: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); **Emenda nº 7 – CMO**, UO: 36901, Ementa: ACMO – emenda ação saúde 8581, Tipo: Remanejamento – Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde, Valor: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: **Emenda nº 1 – CMO**, UO: 36901, Ementa: ACMO - Apoio Manutenção Unid. Saúde, Tipo: Apropriação - Inclusão, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde, Valor: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda nº 2 – CMO**, UO: 30912, Ementa: ACMO - Drogas Prevenção, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FUNAD, Ação: Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas, Valor: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda nº 5 – CMO**, UO: 26298, Ementa: ACMO - Educação Básica, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FNDE, Ação: Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, Valor: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda nº 8 – CMO**, UO: 36901, Ementa: ACMO - Emenda SARAH, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, Valor: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Discutiram a Ação da **Emenda nº 2** os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Gorete Pereira (PR/CE) e Hildo Rocha (PMDB/MA). Em votação, as Emendas de nºs 1 a 8 a serem apresentadas pela CMO ao **PLOA/2016,** foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Finalizando, o Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2015, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias acordadas, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de outubro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, por ter sido aprovada, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Jaime Martins. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 20.10.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos. Há número regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a décima primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas. Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, bem como há quórum para deliberação na representação do Senado Federal.

Eu vou suspender a presente reunião pelo prazo de 30 minutos até que nós finalizemos a reunião de Líderes para trazermos uma pauta de consenso e para votarmos também as emendas da CMO para o Orçamento de 2016.

Está suspensa por meia hora esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Eu declaro reiniciada a 11ª Reunião Extraordinária da CMO.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da seguinte reunião: 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 13 e 14 de outubro de 2015.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu a coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data. Está aqui a relação das correspondências internas recebidas.

Ordem do Dia.

Nós, depois das discussões que tivemos ali na sala da Presidência com os coordenadores dos partidos, chegamos à conclusão de que temos três itens a serem votados. Existe acordo para a votação de três itens.

O item 1 da pauta, a previsão do item 1 da pauta é a discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão à Lei Orçamentária para 2016. Estão ainda em redação, em elaboração. Vou pedir que o façam com celeridade porque já são 16h27min e daqui a pouco começa a Ordem do Dia.

Foi aprovada uma emenda para apoio à Rede Sarah de caráter nacional; uma emenda para a educação básica que visa prestigiar a educação infantil e a educação básica de modo geral; uma emenda para o combate às drogas, no Ministério da Justiça, e uma emenda para o custeio da saúde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essas emendas são naturalmente acordadas — emendas de apropriação —, e o acordo é para que sejam apresentadas no valor de 100 milhões de reais para cada emenda.

Estão apenas finalizando o texto. A assessoria está exatamente buscando o texto das emendas para que possamos fazer constar na ata desta sessão porque nós precisamos encerrar a sessão e votar a ata para que seja encaminhado à LDO.

Existem mais dois itens da pauta em que nós já temos acordo: o item 5 e o item 6. Ainda no primeiro item, nós estamos tratando das emendas de remanejamento. Por ser um processo um pouco mais complexo o remanejamento, foi também sugerido que a Consultoria nos trouxesse a sugestão para duas emendas, emendas na área da saúde e emendas na área da educação. Foi a proposta da Presidente, aprovada pelo Colégio de Líderes. Também estão trabalhando; estão autorizados a proceder a esse remanejamento de acordo com o que foi aprovado.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Há dois remanejamentos, que já se pode citar aqui, para V.Exas. aprovarem, na área de educação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Há um remanejamento da Ação 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino Superior, que será acrescida de 5 milhões de reais. Isso deve ser cortado da Rubrica 4641 - Publicidade de Utilidade Pública. Tira-se de Publicidade e coloca-se em Assistência ao Estudante do Ensino Superior. *(Pausa.)*

Há um acréscimo à Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Ação 8282, no valor de 5 milhões de reais, que são retirados da mesma fonte, Publicidade de Utilidade Pública. Essa fonte tem 15 milhões. Já se retiraram 5 milhões para o remanejamento anterior e, agora, mais 5 milhões. *(Pausa.)*

O.k. Já estão citadas aqui duas.

Enquanto eles vão terminando essas emendas para trazermos aqui — a Ordem do Dia, por favor —, nós vamos passar ao item 5 da pauta, Projeto de Lei nº 8, de 2015, cujo Relator é o Deputado Lelo Coimbra.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu solicito a V.Exa., ilustre Relator, que proceda à leitura. Se for do seu interesse, pode ler apenas a análise e o voto do Relator. Com a palavra V.Exa., Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - "Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 8, de 2015-CN, que *'Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$5.060.000,00, para os fins que especifica'.*

(...)

As informações prestadas e a análise aqui exposta indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO 2015 e com o Plano Plurianual 2012-2015.

Voto do Relator:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 - LDO/2015 (Lei n° 13.080, de 02 de janeiro de 2015), com as disposições do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei n° 12.593, de 18 de janeiro de 2012), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2015 - LOA/2015 (Lei n°13.115, de 20 de abril de 2015).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8, de 2015-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

É o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Sr. Relator.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos, eu declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório e o voto do Deputado Lelo Coimbra permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório e o voto do Deputado Lelo Coimbra permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora ao item seguinte da pauta, Projeto de Lei nº 9, de 2015, do Congresso Nacional, cujo Relator é também o Deputado Lelo Coimbra, a quem passo a palavra para proferir o seu relatório e voto.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - "Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o PL nº 9 de 2015-CN, que *'Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$6.050.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*'.

(...)

As informações prestadas e a análise aqui exposta indicam haver coerência dos termos do crédito suplementar em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO 2015 e com o Plano Plurianual 2012/ 2015.

Voto do Relator:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 - LDO/2015 (Lei n° 13.080, de 02 de janeiro de 2015), com as disposições do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei n° 12.593, de 18 de janeiro de 2012), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2015 - L0A/2015 (Lei n°13.115, de 20 de abril de 2015).

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 2015-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

É o relato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos, eu declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que concordam com o voto do Deputado Lelo Coimbra permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o voto do Deputado Lelo Coimbra permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Naturalmente, antes de encerrar esta reunião, eu quero voltar ao item 1 da pauta, que é a discussão das emendas, para fazer a seguinte compreensão geral. Uma vez que este tema é bastante sensível, lida com recursos financeiros e, naturalmente uma Comissão tem que dar exemplo de transparência, a Comissão Mista Orçamento tem que ser mais transparente. Portanto, não pode haver qualquer sombra de dúvida sobre as emendas que estamos sugerindo. Nós as apresentaremos ao Relator-Geral.

Então, a primeira emenda...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, antes que nós façamos a votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Sr. Deputado Domingos Sávio. É sobre o tema, naturalmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, antes que nós façamos a votação, enquanto V.Exa. se inteira das emendas, eu queria fazer um registro que era também uma preocupação de V.Exa. e dos demais pares. Eu acabei de conversar com o Deputado Eduardo Barbosa, nosso conterrâneo mineiro, que está relatando a medida provisória que trata das regras das relações de convênios e contratos com as entidades não governamentais.

Expliquei a ele a situação das filantrópicas e das demais entidades não governamentais; expliquei a ele a preocupação nossa, dos membros desta Comissão. Há um número muito expressivo de emendas todos os anos, e obviamente neste ano novamente, para hospitais filantrópicos, para creches, asilos, APAEs, enfim, entidades não governamentais, filantrópicas, principalmente da área social e da área da saúde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Eduardo Barbosa nos dá uma notícia tranquilizadora que pode, portanto, já ser acolhida pela Comissão de admissibilidade — pelo menos enquanto parecer do Relator. Mas creio eu que será acolhido, por unanimidade, no Plenário e, obviamente, nós teremos que fazer um trabalho para que não ele seja vetado.

O parecer do Relator incluirá uma emenda estabelecendo que toda emenda parlamentar — portanto, emenda parlamentar tanto individual quanto de bancada — que faça parte da peça orçamentária não estará sujeita aos procedimentos de editais, etc. Ou seja, elas serão de certa forma impositivas indo, obrigatoriamente, para aquela entidade a que foi destinada. Ela cumprirá as demais regras, mas não estará sujeita àquele procedimento de edital, previsto na lei das entidades sem fins lucrativos e filantrópicas.

Então, isso resolve essa preocupação e nos dá a tranquilidade de poder destinar emendas para entidades filantrópicas, hospitais, asilos. É o caso da Vila Vicentina, lá de Divinópolis, para a qual estamos empenhados em garantir uma emenda. Há diversas situações que fazem parte desse processo.

Então, fica registrado isso. Nós esperamos que com isso possamos também garantir as emendas de bancada.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Hildo Rocha. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu gostaria de fazer algumas pequenas colocações. A primeira colocação é com relação a um requerimento que nós fizemos a esta Comissão, que é o Requerimento nº 9, de 2015., em que requeri a presença nesta Casa do Ministro do Esporte, George Hilton.

Conversamos longamente junto com a equipe técnica do Ministério do Esporte. O Ministro nos mostrou toda a sistemática adotada nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 e convenceu este Parlamentar no sentido de que não há mais necessidade da presença do referido Ministro na Comissão. Todas as dúvidas que havia com relação à questão do Aviso 51 já foram retiradas.

Então, eu queria registrar a desnecessidade da presença do Sr. Ministro, tendo em vista que todas as dúvidas que havia já foram retiradas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu também quero fazer outra colocação, Sr. Presidente, Deputado Jaime Martins, com relação às emendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sr. Deputado, apenas para esclarecer: V.Exa. está pedindo a retirada do requerimento que já está aprovado?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Do requerimento que já foi aprovado, o Requerimento nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está pedindo a retirada.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Foi aprovado aqui nesta Comissão. Estou pedindo a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está deferido, regimentalmente. Portanto, vai para o arquivo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É isso, tendo em vista que todas as dúvidas que havia com relação às entidades foram colocadas. Ele me entregou uma lista em via magnética e a disponibilizou no meu *e-mail* também, além de me entregar um *pen drive*. Já olhei as entidades que ali estavam. Já chequei no Tribunal de Contas da União se conferiam. Realmente as informações que foram passadas conferem com a informação do Tribunal de Contas da União. Portanto, da minha parte, já não há mais necessidade da vinda do Ministro do Esporte aqui a esta Casa.

Outro assunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Atendendo à solicitação da Consultoria, eu só peço que V.Exa. disponibilize essas informações para que possa inclusive constar da página da Comissão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O.k.

Com relação às emendas impositivas, elas foram uma grande conquista desta Comissão, do Relator Ricardo Teobaldo, da Presidente desta Comissão e dos demais membros. Foi o conjunto desta Comissão que tornou as emendas de bancada impositivas.

Lá no Maranhão mesmo, a nossa bancada se reuniu. Havia um entendimento de que as obras do PAC estariam garantidas. Como no Estado do Maranhão a principal BR do nosso Estado é a BR-135, cujo trecho já foi duplicado — que é o trecho da estiva Bacabeira, que inclusive ainda se encontra em obra, mas com recurso já garantido para este ano —, entendeu-se que a construção do viaduto

nesta mesma BR, já dentro da cidade de São Luís, não era tão importante. Ela é importante, mas não é tão importante quanto a conclusão da duplicação da BR-135 do trecho entre Bacabeira até a cidade de Miranda do Norte. E, assim, foi feita a mudança de que o Deputado Ricardo Teobaldo, inclusive, tratou ali.

Nós conseguimos — foi por sugestão nossa dentro da bancada do Estado do Maranhão — mudar, tirar do viaduto e investir na conclusão da duplicação, até porque o viaduto não custava 30 milhões de reais, e nós tínhamos uma obra que poderia ser feita com até 150 milhões de reais. Então, nós optamos pela construção da BR-135 neste outro trecho que liga a cidade de Bacabeira até o Município de Miranda do Norte, que é o segundo trecho da duplicação.

Essa duplicação é importante demais para o Maranhão. Por quê? O Maranhão entregou agora recentemente, no começo deste ano, um terminal de grãos no Porto do Itaqui, que foi construído ainda no Governo Roseana Sarney e está funcionando. Isso fez com que mais 940 caminhões trafegassem diariamente naquela BR, o que a tornou — na forma como se encontra, com apenas uma via — muito perigosa. Portanto, há necessidade dessa duplicação.

É por isso que nós entendemos dessa forma e que foi aprovada, pela bancada do Maranhão — e já está disponibilizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no quadro de metas e prioridades do Governo Federal —, a duplicação da BR-135 do trecho Bacabeira até Miranda do Norte. Então, essa é uma colocação que eu quero fazer.

Outra colocação que quero fazer é com relação à outra audiência pública que nós solicitamos aqui, que está mantida e que será realizada na quinta-feira. Eu queria convidar os demais componentes desta Comissão, os colegas Deputados e Senadores. Trata-se de um assunto de grande importância: a questão do corte nas universidades federais.

Houve um corte muito grande, e os responsáveis, os reitores das universidades, procuraram esta Comissão para que nós pudéssemos fazer essa audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Aqui estarão os representantes do Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação para que nós possamos tratar desse assunto.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, fica aqui o meu convite para que V.Exas. compareçam à audiência, que será na quinta-feira, aqui no Plenário 2, no corredor das Comissões. Portanto, o convite é para todos os Deputados e Senadores.

Eram essas as colocações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos a 14 minutos do início da Ordem do Dia no plenário da Casa. Estamos com necessidade de abreviar a reunião, ao mesmo tempo que temos sempre a necessidade de manter a transparência. Então, em relação às nossas emendas, nós vamos apenas repetir aqui para que fiquem bem claras as emendas de apropriação.

Há a emenda da Rede Sarah, a Ação 6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População, no valor de 100 milhões de reais.

A segunda emenda é a Ação 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, que é também emenda de apropriação, no valor de 100 milhões de reais.

A terceira emenda é a Ação 4525 - Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde — são 100 milhões de reais de apropriação para o Ministério da Saúde.

A quarta emenda de apropriação se refere ao combate às drogas no Ministério da Justiça. Nós temos que escolher uma entre três ações aqui: uma ação genérica, que é política pública sobre drogas; uma segunda ação, de prevenção ao uso ou abuso de drogas; e uma terceira ação, que é sobre a rede de cuidados e reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e drogas.

Nós estamos aqui com sete Deputados. Vamos optar entre as três aqui...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, são todos os três temas extremamente relevantes. Nós tomamos a iniciativa de apresentar essa sugestão. Foi de pronto acolhida pela unanimidade, portanto é uma emenda de todos nós. E esta iniciativa preocupa-se essencialmente com o ser humano, com a vítima das drogas. Embora estejam no Ministério da Justiça, nós sabemos que as ações de segurança e combate às drogas propriamente são essenciais e devem

estar nas nossas forças de segurança. E nós temos que nos preocupar com a pessoa humana, com a recuperação da vítima.

As redes que aí estão enumeradas, creio eu, tratam-se daquelas instituições que atuam na recuperação de dependentes químicos. Em assim sendo, eu acredito que seria talvez o local mais apropriado para nós destinarmos esses recursos e buscarmos de uma maneira mais justa fazer com que chegue ao maior número possível, no País inteiro.

Nós já vimos fazemos isso com emenda individual, destinando para comunidades terapêuticas, mas com alcance muito restrito. Uma emenda de bancada de 100 milhões de reais nos possibilitará a todos os Deputados de alguma forma atender às demandas que nós encontramos no País, afora se tratar de instituições sérias, que auxiliam e lutam nessa recuperação de dependente químico.

Então, eu faço apelo aos demais colegas: que nós trabalhemos para que esse recurso seja destinado a essas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Hildo Rocha, V.Exa. tem a palavra para falar sobre o tema.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, pelo que entendi, as três não são...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Não, são a mesma coisa, é porque uma é para prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - São quatro emendas. Três nós já citamos: Rede Sarah, educação básica, custeio à saúde. A quarta emenda é de combate às drogas, só que nós temos três rubricas. Perguntei se era possível dividir o aporte entre as três, e me disseram que não. Nós temos que optar por uma dessas três rubricas. A primeira rubrica é política pública sobre drogas; a segunda rubrica é sobre prevenção de uso e/ou abuso de drogas; e a terceira rubrica é sobre uma rede de cuidados e reinserção social de pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas. O Deputado Domingos Sávio já fez a defesa da terceira.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está bom. Eu estou com o Deputado Domingos Sávio e com a Deputada Gorete Pereira também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Exatamente, eu queria até parabenizar Deputado Domingos Sávio, a quem eu já me associei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Lázaro Botelho, V.Exa. também? *(Pausa.)*

Então, eu vou colocar o tema em votação.

Parece que temos a unanimidade dos presentes. *(Pausa.)*

A quarta emenda de apropriação de combate às drogas fica, portanto, na Ação Programática 2158 — Redes de cuidados de reinserção social de pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas, no Fundo Nacional Antidrogas, do Ministério da Justiça.

Temos agora que citar duas emendas de remanejamento. São duas emendas na área da saúde. Nós vamos suplementar a Ação 8581, que é Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde, no valor de 15 milhões, que serão remanejados da Ação 2000, que é manutenção da unidade, no valor de 15 milhões. Remaneja-se, portanto, da Ação 2000, que é manutenção da unidade para a Ação 8581, que é Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Então essa seria a terceira emenda de remanejamento.

A quarta emenda de remanejamento remaneja para a Ação 8535 — Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde o valor de 15 milhões, GNT 4, e tira também da Ação 20YN — Tecnologias de Informação e Comunicação em Sistemas e Serviços de Saúde — o valor de 15 milhões.

Então eu acho que foram lidas as quatro emendas de apropriação e as quatro emendas de remanejamento feitas por esta Comissão. Eu indago apenas se algum dos presentes tem qualquer dúvida sobre as nossas oito emendas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu gostaria de obter um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Hildo. Eu quero esclarecer ao Deputado Hildo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Como ficou o da saúde, o custeio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - As emendas de apropriação?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - As emendas de apropriação ficaram assim: uma para a Rede Sarah Nacional...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...uma para custeio de saúde.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu só quero saber como a da programática da saúde ficou.

(**Não identificado)** - É a última.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, é a terceira, a da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - De remanejamento?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Qual foi a funcional que ficou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quanto à de remanejamento ficou o seguinte: uma para serviços de Atenção Básica em Saúde, a 8581, foi acrescido o valor de 15 milhões...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...bem como está sendo também acrescido na outra emenda, a da Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, o valor 15 milhões. O serviço de Atenção Básica em Saúde é custeio, e a Atenção Especializada em Saúde é para investimento.

Esses recursos estão sendo remanejados, estão sendo retirados da Ação 2000, que é manutenção da unidade, e da Ação 20YN, que é ação de tecnologia e informática e informação e comunicação para a saúde. Então essas são as ações suplementares.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - E zerou a outra, ou não? Zerou a outra, ou não?

(**Não identificado)** - Nenhuma zerou.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nenhuma zera, porque não pode zerar. Nenhuma zera. Só tira um pouco e faz a...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Certo, está bom. Então, depois eu gostaria de pegar a funcional programática e as que foram cortadas, está bom?

(**Não identificado)** - Nós vamos fazer a emenda agora. É que não deu tempo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está bom. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vai-se elaborar e vai inclusive constar da ata. Nós precisamos votar, porque ainda não votamos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então eu vou colocar em votação.

Não havendo mais Deputados inscritos para a discussão, eu vou colocar em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a presente proposição das emendas aqui discutidas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo em visa que se trata da apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual de 2016 pela Comissão Mista de Orçamento, nós faremos a votação da ata desta reunião. Precisamos fechar a reunião e precisamos votar a ata da reunião. Isso é regimental, legal e necessário para que as emendas sejam apresentadas.

Então, havendo concordância do Plenário, eu proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, eu coloco em votação a ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada hoje, dia 20 de outubro de 2015.

Não havendo Parlamentar inscrito para discussão, declaro encerrada a discussão.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agradeço muito a todos os Parlamentares a colaboração. Tivemos hoje um dia acalorado, com tantos acontecimentos do Brasil que envolvem a nossa Comissão. Faz-se necessária uma ação enérgica e firme da nossa Presidente, que está lá no Senado participando de uma discussão com Líderes. Nós não admitiremos que sejam tiradas prerrogativas desta Casa, desta Comissão, para se levar ao Senado Federal.

Nós temos que encerrar, porque já está iniciando a Ordem do Dia. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 20.10.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. nº 693/GAB-LidPT, de 15 de outubro, do Líder Deputado Sibá Machado, indicando o Deputado Zé Geraldo para o cargo de Coordenador do COI.
2) Ofício GDPL Nº 082/2015, de 19 de outubro de 2015, do Deputado Paes Landim, solicitando a relatoria do PLN 10/2015.

Expediente encaminhando justificativa de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDA pela Presidente:
1) Ofício nº 226/2015-GSPBAU, de 15 de outubro de 2015, do gabinete do Senador Paulo Bauer justificando a ausência do parlamentar nos dias 13 e 14 de outubro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício CEE/G 110/15, do Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, solicitando manutenção de recursos federais na execução de obras e serviços na malha rodoviária.

Avisos GP/TCU, de 8 de outubro de 2015:
1) Aviso nº 1.164/2015: obras de implantação do corredor de ônibus – Radial Leste (Município de São Paulo).

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2015

Em virtude da inexistência de *quórum* para abertura dos trabalhos na representação do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e quinze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN*. Foi registrada presença dos membros: **- Deputados Titulares:** César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; e **- Senadora Titular:** Rose de Freitas; **- Deputados Suplentes**: Evair de Melo, Izalci, João Carlos Bacelar, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Professora Dorinha Seabra Rezende, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Washington Reis. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados Titulares:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, José Rocha, Nilton Capixaba, Ricardo Barros, Wadson Ribeiro e Wellington Roberto; e **- Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Valdir Raupp e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado José Nunes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 28.10.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Está havendo uma reunião de Líderes na sala da Presidência, e eu faço o comunicado de que não houve quórum para abertura dos trabalhos. Infelizmente não conseguimos o número de Senadores necessário para fazer a abertura dos trabalhos e as votações.

Assim sendo, como não há quórum para abertura dos trabalhos, eu convoco reunião ordinária a ser realizada no dia 3 de novembro, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Um abraço a todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 03 E 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nos dias três e quatro do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos e Vitor Valim; **- Senadores suplentes**: Angela Portela, Dário Berger, Hélio José, Lídice da Mata e Lindbergh Farias. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Edmar Arruda, Flávia Morais, Genecias Noronha, José Nunes, Nilto Tatto e Zé Geraldo; e **– Senadores:** Davi Alcolumbre, Paulo Bauer e Raimundo Lira. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Weliton Prado. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, do dia três de novembro de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*, que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, suspendeu a reunião por alguns minutos, em virtude da realização de reunião simultânea do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 15h13min, o Presidente em exercício reabriu os trabalhos. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** no início dos trabalhos, o Presidente em exercício informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordado a apreciação do item 1 e leitura do item 5 constantes da Pauta, respectivamente, Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 697/2015-CN,** e Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN.** PAUTA. Item 1 - Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 697/2015-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R$ 950.246.149,00 (novecentos e cinquenta milhões, duzentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e nove reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Paulo Pimenta. Foram apresentadas 16 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 16 emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o *disposto no § 2° do Art.146, da Resolução n°1 de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Senado Federal. Item 5 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN,** que "Institui o Plano Plurianual para o período de 2016-2019". Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 24 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016/2019, na forma proposta pelo Relator, e pela rejeição das 24 emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório. Em seguida, o Presidente em exercício informou que a continuação da apreciação da matéria seria adiada para o dia seguinte. Às 15h43min, para dar início à Reunião reservada do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, com o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Levy**,** o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 4 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 04 de novembro, às quatorze horas e cinquenta e três minutos, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). No reinício dos trabalhos, a Presidente informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordado a leitura do item 4 e apreciação do item 5 constantes da Pauta, respectivamente, Relatório, Adendo nº 4, e Errata nº 1 apresentados ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** e Relatório Preliminar com Emendas Alterado apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN**. PAUTA. Item 5 **- Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN,** que "Institui o Plano Plurianual para o período de 2016-2019". Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 24 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016/2019, na forma proposta pelo Relator, e pela rejeição das 24 emendas apresentadas. A Presidente informou que o **Relatório Preliminar com Emendas** havia sido apresentado no dia anterior, em 03.11.2015, mas havia alterações que seriam apresentadas pelo Relator. Em seguida, o Relator apresentou as a**lterações** inseridas em seu Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Izalci (PSDB/DF). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Preliminar com Emendas Alterado** foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após a aprovação do **Relatório Preliminar com Emendas Alterado**, a Presidente informou que submeteria ao Presidente do Senado Federal novo Cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 6/2015-CN**, sugerindo como prazo para apresentação de emendas ao referido Projeto de Lei, o período de 5 a 13 de novembro de 2015. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente comunicou que seria feita a leitura do item 4 da pauta, **Relatório, Adendo nº 4, e Errata nº 1** apresentados ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN.** O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) manifestou concordância apenas com a leitura daquela matéria e parabenizou à Presidente pela maneira competente, responsável e diplomática como conduz os trabalhos na CMO. E ainda, teceu comentários elogiosos a vinda do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, que compareceu em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, trazendo informações para dirimir dúvidas e promover o debate sobre o assunto tratado pelo **Projeto de Lei nº 5/2015-CN,** que "Altera os dispositivos que menciona da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015." O Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) pronunciou-se favorável aos posicionamentos do Deputado Domingos Sávio. À seguir, o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) manifestou-se sobre a visita do Ministro da Fazenda à Comissão. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) reiterou a solicitação para realização de reunião de audiência pública, conforme **Requerimento nº 4/2015-CMO,** de sua autoria, aprovado em 01.07.2015, que "Solicita seja convidado o Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, relator do processo de prestação de contas do Governo Federal referente ao ano de 2014, para prestar maiores esclarecimentos acerca do referido processo."; e a Presidente informou que Relator das Contas de 2014, Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), fará o convite para as audiências públicas que forem necessárias para o esclarecimento da matéria. Em seguida, houve um breve debate sobre o **Projeto de Lei nº 5/2015-CN**, e o Relator da matéria, Deputado Hugo Leal

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PROS/RJ), prestou esclarecimentos e respondeu a indagações, e fizeram uso da palavra os Deputados Izalci (PSDB/DF), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Danilo Forte (PSB/CE), Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA), Vitor Valim (PMDB/CE), a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) e o Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Logo após, os Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA) e a Presidente teceram comentários sobre o recebimento das Contas do Governo Federal, relativas ao Exercício de 2014. Retornando a apreciação da Pauta. Item 4 – **Relatório, Adendo nº 4, e Errata nº 1** apresentados ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". **(PLDO/2016).** Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. Foram apresentadas 3.027 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 423 emendas, pela aprovação parcial de 1.009 emendas, pela rejeição de 1.591 emendas e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 3791.0002, 3791.0003, 2363.0001 e 3755.0003**.** O Relator apresentou o **Adendo nº 4**, Substitutivo ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN**, que consolida dos Adendos de nºs 1, 2, e 3. Em seguida, a Presidente avisou que a continuação da apreciação daquela matéria ocorreria na próxima reunião. ENCERRAMENTO**:** concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e vinte e seis minutos do dia quatro de novembro de 2015. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 11 de novembro, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 03.11.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Como ainda não há quórum para deliberação na representação do Senado e da Câmara, está ainda ocorrendo a reunião no Colégio de Líderes, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, e como nós estamos aguardando também a chegada do Ministro Joaquim Levy para um debate com os Líderes, para que possamos avançar na nossa pauta, eu vou suspender esta reunião pelo prazo de meia hora, até às 15h, quando nós retornaremos ou para iniciar a reunião ou, se

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ainda não tiver sido deliberado com o Ministro Joaquim Levy, marcar um horário para o reinício desta sessão.

Obrigado.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está reaberta a reunião.

Há número regimental para a reabertura dos trabalhos. Declaro reiniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na representação do Senado Federal.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Estão aqui todas as relações dos expedientes e das correspondências recebidas.

Ordem do Dia.

Conforme acordado na reunião de Líderes, na sala da Presidência, ficou acertado que faríamos a apreciação da Medida Provisória nº 697, de 2015, do Poder Executivo, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R$ 950.246.149,00, para os fins que especifica"*.

Nós, caso tenhamos tempo suficiente, antes da chegada do Ministro Joaquim Levy, que está a caminho, poderemos, ainda, fazer a leitura do PPA, sem votá-lo, para que nós possamos colocá-lo na pauta de amanhã e fazer a votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, Relator da matéria, para a leitura e o seu voto.

Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero agradecer aos Líderes do Governo e da Oposição por chegarem a um acordo para a votação dessa medida provisória.

"Foram apresentadas 16 emendas à proposição. Todas devem ser consideradas inadmitidas por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, que estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da medida provisória ou que cancelem dotações, total ou parcialmente.

Além do vício já ressaltado, destaque-se que há outras inadequações identificadas na análise das emendas apresentadas à proposição em tela.

A Emenda nº 6 trata de inclusão de dispositivo estranho à matéria (...). No âmbito das normas de processo legislativo, destaca- se também o disposto no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 01/2002-CN, que veda apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória.

As Emendas nºs 1 a 5 (...) foram apresentadas em desconformidade com as normas orçamentárias, o que impede o seu ajuste a programações (...).

Já a Emenda nº 7 propõe acréscimo à despesa pertencente à Unidade Orçamentária 53.204 (...), não contemplada no referido crédito (...)".

Diante disso, Sr. Presidente, "somos pela aprovação da Medida Provisória nº 697, de 2015, na forma proposta pelo Poder Executivo, considerando inadmitidas todas as 16 emendas apresentadas à proposição".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está aberta a discussão.

Os Srs. Parlamentares que queiram se inscrever para a discussão podem fazê-lo. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues. V.Exa. tem a palavra para o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Apenas quero dizer que sou favorável ao relatório. Na verdade, poderíamos até ter posição contrária, mas eu acho que é da praxe legislativa considerar as necessidades dos órgãos, a necessidade de remanejar os recursos públicos em favor das políticas de Estado. É claro que essa medida não resolve problemas estruturais importantes.

Ainda hoje eu dava uma entrevista sobre a CPI que está se instalando acerca da FUNAI e do INCRA. Eu tenho uma visão crítica sobre os fundamentos da proposta, mas disse também que a minha função como membro efetivo da CPI será lutar pelo fortalecimento tanto do INCRA quanto da FUNAI. Eu sei que muitos têm por interesse tocar nas feridas para fragilizar as instituições, e eu pretendo tocar nas feridas para fortalecê-las.

Se há duas feridas, uma é que, recentemente, um relatório de impacto ambiental sobre São Luíz do Tapajós, uma barragem que vai ter quase 800 metros de comprimento por mais de 50 metros de altura, foi avalizado pela FUNAI. Essa é uma ferida. Ela não tem direito de avalizar um estudo que, concretamente, o Ministério Público questiona pela falta de rigor.

A outra ferida é o corte orçamentário, que tem a ver com o tema aqui, já que a FUNAI é ligada ao Ministério da Justiça. No ano passado, para demarcações, reduziu-se o orçamento dos parcos 55 para apenas 8 milhões — não são bilhões, são milhões! Ou seja, isso é um nada para um País continental como o nosso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Edmilson Rodrigues, conclua.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pediria também que se ativesse ao encaminhamento do voto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estou concluindo e estou me atendo ao voto, Presidente.

Aliás, eu tenho participado de reuniões em que se fala de tudo menos sobre o problema central da crise, que é no que eu toquei agora, lá em cima: a questão da dívida pública.

Eu estou falando, por exemplo, de um órgão importante como a FUNAI porque está vinculado ao Ministério da Justiça. O ideal é que nós já fizéssemos aqui uma reflexão e pudéssemos ter medidas provisórias, sim, para dar prioridade a órgãos com essa função social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. acabou não encaminhando o voto, Deputado. Vota “sim”, não é?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Iniciei falando “sim”.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Continua aberta a inscrição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Izalci. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero aproveitar só para também elogiar o Relator, Deputado Paulo Pimenta, porque, pela primeira vez, diferentemente da última que nós aprovamos aqui, não havia o cancelamento. Aqui não, realmente se está encaminhando a destinação, mas, no próprio texto do relatório, ele coloca onde está sendo cancelada a transferência. Portanto, é disso que nós precisamos para ter mais transparência.

Na outra em que nós fizemos acordo aqui não aconteceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para qualquer crédito que seja votado aqui, tem-se que ter a fonte: ou é arrecadação extraordinária, que o caso agora não está tendo, ou é algum tipo de cancelamento. Mas está muito bem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É bom discriminar. Na última não houve essa discriminação, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. está votando “sim”, não é isso?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou votando “sim”.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está aberta a inscrição para encaminhamento de votação.

Não havendo mais Parlamentares ou partidos que queiram fazer o encaminhamento, eu coloco o relatório em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator Paulo Pimenta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à votação na representação do Senado Federal.

Não havendo Senadores para fazer encaminhamento, nós passamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Deputado Paulo Pimenta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero dar sequência à nossa pauta encaminhando a leitura do relatório preliminar ao PPA 2016/2019.

Quero chamar a atenção porque se trata apenas do relatório preliminar, e nós vamos fazer a leitura hoje para fazer a votação no dia de amanhã.

Então, passo a palavra ao Deputado Zeca Dirceu para fazer a leitura, dar conhecimento do teor do seu relatório. Se for o caso e o Plenário concordar, nós podemos também, hoje, iniciar a discussão do seu relatório.

Tem a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

A lei do Plano Plurianual — PPA, nos termos da Constituição, deve definir, de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, para as despesas delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada. O projeto do PPA é encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto no primeiro ano do mandato. O projeto em análise (PPA 2016-2019) foi enviado tempestivamente e tramita junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização — CMO, devendo ser apreciado pelo Congresso Nacional até o final da sessão legislativa de 2015 — 22 de dezembro.

O Plano foi elaborado tendo em vista a consolidação dos direitos conquistados e o aperfeiçoamento das políticas públicas na busca pela melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade por toda a população brasileira. Para tanto, procura dar sequência ao projeto de desenvolvimento em curso, que persegue simultaneamente o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Há, contudo, o reconhecimento de que o esforço de planejamento e priorização de políticas públicas do PPA 2016-2019 ocorre em um contexto econômico, externo e interno, mais restritivo, em decorrência da permanência da crise econômica global iniciada em 2008; da reversão do ciclo de alta de preços internacionais das *commodities* que favorecera os termos de troca, a arrecadação fiscal e as exportações brasileiras; e das condições climáticas desfavoráveis com efeitos diretos sobre a população, os gastos do Governo com ações emergenciais e sobre os preços da energia elétrica.

São princípios orientadores do PPA 2016-2019:

I - O desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social;

II - A melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos;

III - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, geracionais e de gênero;

IV - O estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade;

V - A participação social como direito do cidadão;

VI - A valorização e o respeito à diversidade cultural; e

VII - O aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência e no enfrentamento à corrupção.

1.2 O modelo de planejamento e a estrutura do Plano

De acordo com o Poder Executivo, o PPA 2016-2019 mantém a estrutura do PPA de 2012-2015 e incorpora correções relativas a questões identificadas durante a gestão do Plano vigente, como, por exemplo, a aproximação entre a Orientação Estratégica e os Programas Temáticos, facilitando a compreensão de como a

estratégia geral do Governo se conecta com os objetivos e metas expostos na sua dimensão programática."

Aqui temos um exemplo de que o PPA 2016-2019 traz aprimoramentos em relação ao PPA 2012-2015, o que foi objeto de discussão na reunião dos Líderes.

"Essa primeira alteração buscou reforçar o caráter estratégico do Plano, estruturando-o em uma dimensão estratégica, contendo uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes estratégicas.

O segundo ponto teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam agora a expressar com maior clareza as escolhas estratégicas para cada área por meio de seus objetivos e respectivas metas, que por sua vez destacam de forma concisa as entregas mais relevantes e estruturantes para implementação das políticas públicas.

A lógica do modelo continua sendo a leitura da sociedade por temas de políticas públicas e uma separação entre o PPA, de caráter estratégico, e os Orçamentos, que representam uma visão de curto prazo. O PPA deve apresentar os objetivos e as metas da administração pública para o período de 4 anos, identificando as prioridades do Governo em linha com os planejamentos setoriais. O Plano estrutura-se nas seguintes dimensões": dimensão estratégica, dimensão tática e dimensão operacional. (...)

O PPA 2016-2019 assume como visão de futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como:

- uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza;

- uma economia sólida, dinâmica, sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

O PPA 2016-2019 apresenta quatro eixos estratégicos:

- educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico;

- inclusão social e redução de desigualdades com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade;

- ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura;

- fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

No Eixo 1, a Mensagem destaca a aprovação, em 2014, do Plano Nacional de Educação — PNE, que estabeleceu um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais nos próximos 10 anos, e a tentativa do PPA de estabelecer um diálogo com essas metas. Ademais, para garantia de uma educação de qualidade, o PPA 2016-2019 também propõe um conjunto de políticas públicas que visam cobrir os riscos, contingências e necessidades envolvidas na complexidade da vida social dos indivíduos, incluindo suas famílias e comunidades, suas características e diversidades".

Como já foi citado na reunião de Líderes, foi pedida e foi feita uma nota, um documento especial mostrando como caminham juntas as metas e as ações do PPA com as metas e as ações do Plano Nacional de Educação.

"O Eixo 2 trata das políticas sociais, determinantes para o êxito do modelo de desenvolvimento em curso, que tem na inclusão social sua característica central. A continuidade do processo de inclusão social e redução das desigualdades exige a manutenção e expansão de um conjunto de políticas públicas, programas e ações de desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que demanda iniciativas voltadas à geração de igualdade de oportunidades, por meio da oferta de bens e serviços públicos de melhor qualidade. Outro eixo importante do sistema de direitos, os investimentos em infraestrutura social — saneamento, habitação, mobilidade urbana, sistema público de educação, Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — são fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população.

No Eixo 3 são apresentados os requisitos econômicos necessários à continuidade do modelo de desenvolvimento com inclusão social. A solidez dos fundamentos macroeconômicos é condição necessária para o crescimento sustentado com distribuição de renda. A estabilidade de preços preserva o poder de compra dos salários e proporciona horizonte seguro para a decisão das empresas; a

solvência da dívida pública é o que permite ao Governo financiar, sem pressões sobre preços, as políticas públicas redistributivas e necessárias ao desenvolvimento; a redução da vulnerabilidade externa protege o País das flutuações e choques internacionais.

O caminho para a retomada do crescimento e dos ganhos de produtividade são os investimentos em infraestrutura. E o que caracteriza os investimentos em infraestrutura é o grande volume de recursos envolvidos para sua concretização, bem como o longo prazo de maturação dos empreendimentos. O PAC continuará a organizar e priorizar os grandes investimentos públicos e das empresas estatais. Em adição ao PAC, a ampliação das concessões em logística, no âmbito da nova etapa do Programa de Investimentos em Logística — PIL, deverá reduzir gargalos e ampliar a oferta de serviços no setor.

Busca-se também consolidar os marcos regulatórios, simplificar a tributação e alcançar a desburocratização ao ampliar o horizonte de planejamento das empresas e reduzir custos de transação, favorecer a competitividade sistêmica e apontar para a importância da transparência e qualidade da gestão pública.

O Eixo 4 presume a intensificação dos avanços na gestão pública, seja pelo investimento na simplificação de processos e normas para facilitar o atendimento e o acesso ao cidadão, seja pela modernização de sistemas e recursos para melhorar o funcionamento da administração e a eficácia da atuação do Governo.

Para superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico, é proposto um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para os próximos 4 anos, nos quais o PPA 2016-2019 propõe sustentar o processo de desenvolvimento inclusivo no Brasil por meio da retomada do crescimento econômico e da distribuição dos ganhos de produtividade na sociedade. O vínculo entre as diretrizes e os eixos estratégicos não é rígido, podendo uma mesma diretriz estratégica colaborar para mais de um eixo estratégico.

Na dimensão tática, os programas, eixos organizadores da ação governamental, estão subdivididos em: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Os Programas Temáticos, organizados por recortes selecionados de políticas públicas, expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e

serviços à sociedade. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado expressam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global, Valor de Referência e Iniciativas.

O Objetivo expressa o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade e tem como atributos": órgão responsável, meta e iniciativa.

(...) O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um programa, auxiliando a avaliação dos seus resultados.

O valor global é uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos objetivos (...).

O valor de referência é um parâmetro financeiro para individualização de empreendimento como iniciativa, estabelecido por programa temático, especificado pelas esferas fiscal e da seguridade e pela esfera de investimento das empresas estatais, que permitirá identificar, no PPA 2016-2019, empreendimentos, quando seu custo total superar aquele valor. (Ver anexo deste parecer)

Os empreendimentos cujo valor global estimado seja igual ou superior ao valor de referência são individualizados como iniciativas. Essas iniciativas, além de figurarem no Anexo I do Projeto, como as demais, também são detalhadas no Anexo III.

Os programas temáticos são divididos em quatro grandes blocos: social e segurança pública; infraestrutura; desenvolvimento produtivo e ambiental; e temas especiais. O PPA 2016-2019 está estruturado em 54 programas temáticos e 46 programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. O PPA vigente (PPA 2012-2015) conta com 65 programas temáticos e 44 programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado".

Tivemos aí uma diminuição do número de programas temáticos e um pequeno aumento do número dos programas de gestão.

"A integração entre o Plano e o Orçamento se dá por intermédio dos objetivos, pois cada ação orçamentária está vinculada a um único objetivo, exceto as

ações padronizadas. A relação entre objetivo e ação orçamentária é demonstrada no Volume II da Lei Orçamentária.

Cabe ressaltar que o valor global dos programas, os enunciados dos objetivos e as metas não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

Para o PPA 2016-2019 não foram realizadas alterações significativas quanto à estrutura e conceitos, relativamente ao PPA em vigor.

1.2.1 Plano Plurianual em Grandes Números

Os programas expressos no PPA 2016-2019 estimam para os próximos 4 anos dispêndios globais da ordem de R$8,217 bilhões, um crescimento nominal de 51% em relação ao PPA anterior. Do total de recursos previstos no PPA, 84% estão vinculados aos programas temáticos e 16% aos programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

Todo o Orçamento da União conecta-se ao PPA, com exceção das ações orçamentárias vinculadas aos Programas do tipo Operação Especial. Nos Programas Temáticos, o elo entre Plano e Orçamento são os objetivos. A conexão entre Orçamento e objetivos dos programas revela o quanto o Governo pretende despender em cada escolha de política pública desdobrada em metas e iniciativas. Por sua vez, as ações orçamentárias responsáveis pelo financiamento de atividades de apoio e manutenção de Governo conectam-se aos programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

A análise da previsão de recursos por áreas fornece um panorama da concentração de recursos, considerando apenas os programas temáticos do Plano.

O quadro abaixo apresenta o valor estimado para quatro grandes áreas, que agregam todos os programas temáticos": a área social, com 25 programas temáticos e valores de 2 bilhões 580 milhões de reais, que representa 57% de todo o PPA; a área temática infraestrutura, com uma quantidade de 15 programas e valores estimados em 1 bilhão 194 milhões de reais; a área de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental, com 17 programas temáticos e valores estimados de 663 bilhões de reais; a área temáticas especiais, com 8 programas apenas e 104 bilhões de reais, representando 2% do valor total deste PPA.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Em relação à divisão de recursos entre programas temáticos, verifica-se que sete dos cinquenta e quatro programas temáticos do PPA 2016-2019 concentram 88% do orçamento previsto para esse tipo de programa", destacando-se: Previdência Social, com 53% dos dispêndios; fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com 12%; área de Petróleo e Gás, com 10%; e áreas que também são contempladas, como promoção ao trabalho, consolidação do Sistema Único de Assistência Social, educação de qualidade para todos e inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nobre Relator, eu queria apenas lhe propor que, como o relatório é bastante extenso — faltam ainda mais de 20 páginas...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Vinte. Foram dez já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu queria sugerir que V.Exa. fosse mais celeremente ao final, uma vez que está publicado, está editado. Nós estamos tratando aqui tão somente do parecer preliminar do PPA, que vai estabelecer as regras para o emendamento ao PPA. Depois nós vamos ter oportunidade de discutir o PPA um pouco mais na frente. Nós estamos com os prazos bastante exíguos em relação ao final do ano que se aproxima. Nós temos que votar a LDO, temos que votar o próprio Orçamento. Então, fique à vontade, naturalmente, mas sugeriria que V.Exa. pudesse...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Até porque o Ministro Joaquim Levy chega daqui a pouco para a reunião com os Líderes.

(Não identificado) - É estranho, não é? Ou lê inteiro ou não lê, porque é um texto. É difícil ler pedaços.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu vou fazer a leitura aqui de uma parte que eu considero muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, permita-me um momento, já que nós vamos parar, porque tenho um procedimento regimental a fazer.

Em relação à Medida Provisória nº 697, de 2015, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Continue, por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Quero fazer a leitura aqui de uma parte que eu considero muito importante, porque destaca as ações prioritárias. Temos um componente importante aqui, que é o componente da educação e da relação do PPA com o PNE.

"No âmbito da educação, em cumprimento ao art. 214 da Constituição de 1988, foi aprovada, em 25 de junho de 2014, a Lei nº 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Permita-me interromper V.Exa. por 1 minuto apenas.

O Ministro Levy acaba de chegar, e eu acho que nós deveríamos ter quórum na Comissão para debater os assuntos pertinentes.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Tendo em vista o Sr. Ministro está aqui, eu vou fazer a leitura do voto, para que possamos cumprir a parte regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Leia só o voto, para encerrar, e começamos a discussão na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Coloco-me à disposição aqui para outro debate. Vão ser feitas audiências públicas, que já foram citadas, sugeridas, na própria Comissão de Educação, em conjunto com outras Comissões.

"2.5 Das emendas ao relatório preliminar

2.5.1 Com amparo do parágrafo único do art. 102 da Resolução nº 1, de 2006-CN, foram apresentadas 24 emendas ao relatório preliminar.

2.5.2 Em relação às emendas apresentadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 00001 a 00024.

2.5.3 Dessa forma, o texto ora apresentado reflete o parecer". O voto está disponível de forma completa na Internet.

"Em face do exposto, somos pela aprovação do Parecer Preliminar do projeto de lei do Plano Plurianual 2016-2019 na forma ora apresentada".

Esse é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Nós não vamos encerrar a discussão. Na verdade, nós vamos, amanhã, iniciar a discussão. Naturalmente, espero que possamos votar amanhã esse parecer preliminar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim sendo, também em função da presença do Ministro Levy para uma reunião fechada aqui com os Líderes, suspendo os trabalhos, convocando para amanhã, às 14h30min, neste plenário, o reinício dos trabalhos.

Portanto, está suspensa a reunião.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida em 03.11.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 0045/2015-GSLFAR, de 22 de outubro, do Senador Lindbergh Farias, solicitando alteração de unidade orçamentária de emenda ao PLOA 2016.
2) Ofício nº 582/15/PSD, de 20 de outubro, do Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso, encaminhando sugestão de emenda à LOA e LDO sobre Fundo Partidário.
3) Ofício nº 0199/2015/Gab. Dep. Angelim, de 30 de outubro de 2015, solicitando alteração no Subtítulo da Emenda 71020007 – Implementação da Infraestrutura para Prestação de Serviços Comunicação de Dados.
4) Ofício 00241GAB443/2015, de 09 de outubro, do Deputado Evair de Melo, solicitando relatoria das Contas do Governo Federal de 2014.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Ofício nº 1947/15/GP/MA, do gabinete do Deputado João Carlos Bacelar, justificando ausência do parlamentar no período de 16 a 21 de outubro de 2015.
2) Memo n.º 0163/2015 – GSHJOSE, do Senador Hélio José, justificando ausência do parlamentar no período de 28 de outubro a 1º de novembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 200/2015/MP, de 20 de outubro de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando correção do Relatório de Revisão do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2015.
2) Ofício nº 1529/2015 – IPL 0122/2015-4 DPF/LIV/RS, de 19 de outubro de 2015, do Delegado de Polícia Federal, Fernando Caldas Bivar Neto, solicitando informações sobre emendas apresentadas à Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Município de São Gabriel/RS.
3) Ofício nº 207/2015/MP, de 28 de outubro de 2015, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando alteração do Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais, da Lei nº 13.080/2015 (LDO 2015).

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2015, encaminhados pelos seguintes órgãos:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Superior Tribunal Eleitoral; Conselho da Justiça Federal; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª, 18ª, 20ª e 23ª Regiões; Tribunal Regional Federal da 2ª e 4ª Regiões; e Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Em 04.11.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias e todos os relatórios estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Aqueles que acompanharam a reunião de ontem sabem que o Deputado Zeca Dirceu apresentou o seu relatório preliminar e fez a leitura. Depois do debate da reunião, ele tem que reconsiderar um dos itens do seu relatório. Ele vai fazê-lo agora. Em seguida, vamos abrir o espaço que nós precisamos para que sejam feitas as emendas ao relatório preliminar.

Quando eu penso acelerado, a língua não flui, é terrível. Paciência!

Com a palavra o Relator, para que conclua o relatório.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Primeiro, quero só ponderar que esse relatório preliminar, por mais que seja de minha autoria, eu o considero uma construção coletiva de todos aqui, tanto é que nós o tivemos disponibilizado já há um bom tempo. Houve um prazo para emendas. E essas ponderações que a consultoria trouxe não foram objetos de nenhum tipo de emenda. Talvez se tivesse havido emendas, elas já poderiam ter sido acolhidas e colocadas na primeira versão — vamos chamar assim — que foi feita do relatório preliminar.

Eu vou fazer uma leitura da parte que nós fizemos a alteração em comum acordo com as sugestões que foram colocadas.

Só para relembrar o que já tinha sido dito, está aberta a possibilidade de três emendas por bancada estadual, três emendas por Comissão Permanente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados e cinco emendas por membro do Congresso Nacional. Esse é o Item nº 2.3.4. O Item nº 2.3.4 tem uma série de possibilidades de emendas.

Nós fizemos alteração a partir do Item nº 2.3.12. Na verdade, foram suprimidos dois itens, e ficou a redação da seguinte forma:

"2.3.11 Aplicam-se, no que couber, às emendas relativas à inclusão de Iniciativas ou à inclusão/ampliação de Metas no PLPPA, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual.

2.3.12 Cada emenda de despesa deverá referir-se a uma única Iniciativa ou Meta.

2.3.13 É vedada a apresentação de emendas de Relator que impliquem o aumento do valor do programa, a inclusão de Iniciativas ou inclusão/ampliação de Metas, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, devidamente justificadas, bem como as autorizações previstas neste parecer preliminar."

Então, foi eliminado o item que, na verdade, não permitia essa...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem: não consta aqui no *site* ainda a mudança.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Já foi pedido para ser disponibilizado. Já foi assinado com essa alteração.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas não consta aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando ele acabar a leitura, eu peço para verificar o que houve.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Ele está lá na sala colocando, acho que em pouco tempo vai estar disponível.

Então, foi feito o que foi de fato combinado: foi suprimido aquele item que impedia a emenda de iniciativa; foram acrescentados esses itens que agora permitem que o Parlamentar, a bancada ou a Comissão também faça emenda de iniciativa; e foi acrescentado um aparte em que mais ou menos eu apresento o que pode ser o entendimento da relatoria em relação às prioridades de todas as emendas que vão surgir: o item nº 2.3.15, da alínea "a" até a alínea "f", que não exclui nenhum tipo de emenda. Apenas eu coloco um pouco do que vai ser o raciocínio para acatar ou não as emendas que venham a ser apresentadas.

O PPA, diferente do Orçamento, não tem um detalhamento tão grande de todas as ações, de todos os detalhes. Então, a única ponderação que eu faço com essa abertura é que as emendas que forem feitas tratem realmente dos grandes programas, das grandes obras, dos grandes investimentos e que nós não venhamos para as escalas das coisas menores e pequenas, porque elas não têm como

estarem previstas aqui em um plano que pensa o desenvolvimento, o planejamento do País nos 4 anos.

O voto já estava lido, foi feita apenas essa alteração. Nós vamos ter um prazo agora para as emendas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de pedir aos assessores que colaborem, porque essa leitura é extremamente importante para a votação.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu queria pedir, então, a compreensão de todos em relação à aprovação dentro do acordo que nós fizemos, para que nós possamos contar os prazos não só do PPA, mas também da LDO e da LOA, e possamos avançar no nosso trabalho, dentro daquela meta que ficou aqui estabelecida de, no dia 22 de dezembro, termos todos os trabalhos concluídos.

Estou à disposição para ponderações e talvez ainda para mais algum aperfeiçoamento, se a maioria entender necessário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação para que nós possamos caminhar para uma votação por acordo, de certa forma propondo ao Relator, na linha do acordo, o seguinte: o que a nossa bancada observou, ao debater o relatório apresentado, é que de fato algumas correções, algumas adequações precisam ser feitas. O Relator foi compreensivo, inclusive já iniciou esses procedimentos. Dado o prazo exíguo para análise de uma peça tão ampla, a impressão que temos é que há outros aspectos que poderão demandar uma adequação.

Claro que nós temos a possibilidade das emendas, mas elas são em números restritos e, obviamente, também devem contemplar os anseios, os pensamentos que norteiam cada bancada. Cada um de nós sempre expressa o sentimento de uma bancada. Esta é uma Comissão extremamente importante para o Congresso Nacional, cada membro designado carrega consigo o sentimento de uma bancada inteira, que muitas vezes traz ao representante do partido o desejo de uma emenda.

Então, nós não poderíamos comprometer as nossas emendas — todas elas ou parte delas — com adequações.

Nesse sentido, a proposta que eu faço ao Relator, com a aquiescência da Presidência e dos demais colegas, é que nós tenhamos, nesse prazo, após a votação do relatório preliminar, não só a possibilidade de fazer emendas, mas um canal de diálogo com o Relator para que ele possa acolher — obviamente, dentro do bom senso, mas na linha do que já ocorreu na reunião preliminar — aquilo que nós identificarmos que precisa ser adequado, que ele possa fazê-lo sob a forma de emenda de Relator, para que não tenhamos que comprometer as nossas emendas.

Então, seria uma espécie de um compromisso tácito de que haverá a possibilidade de, no decorrer desse prazo, o Relator também acolher sugestões e colocá-las sob a forma de emenda do Relator, o que seguramente vai facilitar a aprovação da peça final, sem o que correríamos o risco de estabelecer um impasse.

Nós votaremos hoje a favor, feito esse acordo, com ressalvas. Ou seja, nós vamos votar a favor por acordo com ressalvas que esperamos ver corrigidas no relatório final.

Essa proposta é a sugestão que eu faço em nome da bancada do PSDB.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Como eu falei no início, eu nunca imaginei um relatório meu, nem o preliminar quanto mais o final, porque eu sei que ele tem que ser aprovado aqui por todos, e a nossa Comissão funciona por consenso, então, vai ser uma construção coletiva. Já vinha sendo assim, houve poucas emendas e nenhuma das que eu recebi no prazo do relatório preliminar tratou dos temas que depois, de forma correta, foram levantados na reunião.

A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende é testemunha de que eu já estou cumprindo a sugestão do Deputado Domingos Sávio. Às 16 horas, nós já temos uma reunião justamente para fazer esse diálogo sobre os aspectos do PNE que precisam estar inseridos no PPA, porque são metas que o Governo obrigatoriamente tem que cumprir junto com os Estados e Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acho extremamente conveniente as colocações feitas pelo Deputado Domingos Sávio, porque não se trata de uma aprovação com ressalvas, mas de uma proposta de entendimento. Não existe essa figura de aprovar relatório com ressalvas. Espero que nós possamos

chegar a um entendimento. De acordo com a reunião que a Deputada Dorinha pediu — inclusive isso está em ata e não cabe ser feito em plenário —, o Relator aquiesceu em dedicar um espaço e acordou em acolher as emendas como Relator, para que possa ajustar o relatório de acordo com as demandas colocadas aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, só para complementar, eu quero ainda saber se o Relator está acatando todas aquelas sugestões e recomendações do Tribunal de Contas da União, que eu acho que daqui para frente vamos precisar aperfeiçoar um pouco mais. Há recomendações. Eu queria perguntar a S.Exa. se irá acatá-las.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - A orientação do Tribunal de Contas que impacta o PPA diz respeito à questão dos indicadores — há um conjunto de indicadores que foi apresentado nas propostas de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Pode ser que, nas sugestões de V.Exas. constantes das emendas que serão feitas, surjam ações que tratem de outros indicadores. Como eu disse, estou disponível para dialogar, para conversar e para colher aquilo que for do entendimento do conjunto da Comissão.

Agora, o TCU, em relação ao PPA, não trata de nenhum outro aspecto que não sejam os indicadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas este é o objetivo mesmo: que se possa acompanhar mais detalhadamente o PPA.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou colocar em discussão o relatório aqui apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar o relatório em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou colocar o relatório em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou relembrar os compromissos da reunião às 16 horas com o Relator que, daqui para frente, estará disponível para que possa atender às observações. Todas aquelas que puderem constar materialmente do texto serão colocadas através da emenda de Relator.

(**Não identificado)** - Sra. Presidente, qual é o prazo para emendas?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos deixar o prazo aberto a partir de hoje, devido à aprovação que houve. Entre 5 a 12 de novembro, poderão ser apresentadas emendas ao relatório do PPA.

Todos estão atentos? De 5 até 12 de novembro é o prazo para apresentação de emendas ao Relatório do PPA.

Parabéns ao Relator e à Comissão.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Será até o dia 13, nobre Presidente. Não são 10 dias a contar da aprovação do relatório?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Hoje não é o dia 5? Eu não gostaria de ressalvar a dificuldade que se tem de prazo.

(Não identificado) - Não pode ser até o dia 13?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há problema. Mas é um sábado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É sexta-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem, o prazo será de 5 a 13 de novembro. Na sexta-feira, ninguém aparece aqui para entregar emenda. Mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Há trabalho para entregar.*(Riso)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando o término do prazo cai num sábado, o Relator fica de plantão.

Eu gostaria muito que nós avançássemos na Ordem do Dia.

Sr. Relator, V.Exa. está dispensado. Fique à vontade. Está todo mundo querendo o Relator do PPA. *(Riso.)*

Vamos tentar avançar na Ordem do Dia.

Item 2. Adendo nº 1, de 2015, ao parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional — PLDO 2016, que *"dispõe sobre as*

diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".

O que eu proponho é que seja feita a leitura, para que depois nós possamos, se possível, discuti-la. Já se encontra pronta e está sendo distribuída a tabela que foi enviada pelo Ministro da Fazendo ao Relator do PLN 5/15.

Eu proponho, então, que seja feita a leitura da LDO, para que possamos estartar o debate.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu gostaria de propor um acordo de procedimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Domingos Sávio tem a palavra. Em seguida, falará o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o seguinte, Sra. Presidente: nós acabamos de votar o parecer preliminar do PPA. Para que nós possamos continuar no processo de acordo, eu proponho que haja oportunidade de o Relator fazer a leitura ou dar como lidos os adendos à LDO e que nós deixemos para apresentar os destaques e para fazer a discussão e, na sequência, a votação da LDO na semana que vem.

Se os adendos forem lidos hoje ou dados como lidos, nós teremos condição de nos preparar para a apresentação dos destaques, o que é regimentalmente previsível. Então, eu acredito que seria adequado estabelecermos isso por acordo, com o compromisso de nos empenharmos para viabilizar a discussão e dar sequência à LDO na semana que vem.

Essa é a proposta que nós fazemos. Obviamente, após a LDO, entraríamos no PLN 5. Acabamos de receber as informações que solicitamos ontem ao Ministro da Fazenda, e a situação fica muito evidente.

Eu quero parabenizar V.Exa., Sra. Presidente — acho que às vezes é necessário fazer um destaque, um registro disso. Nós ontem mantivemos a discrição necessária até para o bom andamento do trabalho, para não haver nenhuma interpretação equivocada, a não ser a de que nós estávamos reunidos absolutamente em função do interesse público e do interesse nacional, numa reunião de trabalho com o Ministro da Fazenda.

Mas cabe aqui um registro que eu até deixei de fazer ontem, para que não houvesse nenhuma exploração inadequada do tema: V.Exa. ontem deu uma demonstração muito clara da sua competência e da sua responsabilidade para com esta Comissão e para com o País.

Cumprimento aqui também o Deputado Hugo Leal, Relator do PLN 5.

Sra. Presidente, V.Exa. percebeu os impasses, ao verificar que nós da Oposição tínhamos razão em arguir que não era razoável votar um PL que altera a LDO — e altera de maneira profunda —, mexendo talvez no seu artigo essencial, que é o das metas fiscais, sem que tivesse clareza.

Quando citávamos um determinado número de 55 bilhões de reais, não tínhamos clareza quanto às rubricas que ele atenderia e com quais valores. Essa informação só nos poderia chegar através do Ministério da Fazenda.

V.Exa., Sra. Presidente, de maneira muito eficaz e diplomática e também olhando o interesse do País e não o interesse partidário, fez um gesto que, naquele momento, uniu Oposição e Base do Governo para trabalharem pelo País. Nós ficamos boa parte da tarde de ontem reunidos com o Ministro da Fazenda, que veio numa agenda criada em questão de minutos por V.Exa. E o Ministro veio.

Eu ainda não pude analisar aquele que era o principal pleito, porque chegou à minha mão há poucos minutos. Mas é fato que nós tínhamos razão: chegam agora informações muito detalhadas dando conta de que não 55 bilhões de reais, mas 57 bilhões de reais e 13 milhões de reais são os valores que representam o estoque de dívidas a pagar para bancos públicos e para o FGTS.

E há um detalhe importante: o Ministério da Fazenda descreve inclusive que, em alguns casos, para essa dívida ser paga, é preciso um projeto de lei.

Então, fica muito evidente que a ação do Congresso Nacional é imperativa, é determinante, não é coadjuvante. Nem o Tribunal de Contas nem o Executivo, de maneira isolada, vai decidir. É o Congresso Nacional que tem que decidir, por projeto de lei, a forma de se liquidarem esses Restos a Pagar que devemos, que o povo brasileiro deve a instituições públicas brasileiras — porque o dinheiro foi gasto.

Portanto, nós estamos tratando não apenas das pedaladas, mas de botar o País no caminho. Não se coloca o País no caminho certo e não se resolvem as coisas se os problemas não forem colocados com clareza.

Então, embora esse documento não contenha assinaturas, eu o tenho como válido, pois chegou-me pela mão do nobre Deputado Hugo Leal e pela mão de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Dra. Cláudia Lyra veio entregá-lo à Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi a Dra. Cláudia Lyra que veio entregá-lo pessoalmente.

Pois bem, é um documento, no meu entendimento, extremamente importante para o País. Esta Comissão tem um papel fundamental nisso. Então, eu aproveito para me dirigir aos colegas da base do Governo que, em algum momento, podem ter se questionado — o que eu até respeito, porque já fui líder de governo em Minas Gerais: *"Puxa vida, o que a Oposição está querendo?"*

A Oposição está querendo que o País tenha um rumo. Nós temos que ter clareza de quais são os problemas e como enfrentá-los. Nós temos dívidas com o BNDES, com o Fundo de Garantia. Ora, se o Governo deve ao Fundo de Garantia, ele deve a quem? Ele deve ao trabalhador brasileiro!

Eu não estou falando de algumas migalhas. Eu estou falando, no caso do Fundo de Garantia, de 10 bilhões e 990 milhões de reais. Isso só pode ser resolvido por projeto de lei, não por um decreto da Presidente transferindo dessa rubrica para aquela, para formar os Restos a Pagar. Isso precisa ser feito por lei e precisa estar na Lei Orçamentária que nós vamos aprovar este ano.

Portanto, Sra. Presidente, V.Exa. cumpriu um papel para o País e, obviamente, para esta Comissão. Eu quero, em meu nome e em nome da bancada do PSDB, registrar que nós sentimos que a sua atitude é aquela que esperamos para construir acordos. Para se fazerem acordos, é preciso haver transparência, haver números claros. E ainda que nós nos manifestemos contrários, tendo as nossas divergências, pelo menos agora temos base para dialogar.

É claro que nós vamos precisar de um prazo para dialogar e analisar. Por isso, eu faço esta proposta. Já votamos hoje um projeto importante. Agora falta apenas a leitura, porque, se nós iniciarmos a discussão, já teremos que apresentar os destaques. É uma questão regimental.

Portanto, não se trata de um gesto de obstrução, mas de um gesto de responsabilidade da Oposição. Não se pode fazer destaque de algo que não se conhece. Então, eu tenho que conhecer a matéria para preparar os destaques e trazer novas contribuições na semana que vem.

Era isso, Sra. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpem-me. Eu estava atendendo à ligação do Ministro Levy, que estava me perguntando se as tabelas haviam chegado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Hugo Leal havia pedido a palavra. Pergunto a S.Exa. se é sobre o mesmo tema.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É sobre o mesmo tema, Sra. Presidente. Mas, como eu quero ouvir outros Parlamentares, farei a minha intervenção ao final. Não há problema nenhum, até porque ela é complementar às avaliações que estão sendo feitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vejam bem, nós estávamos discutindo a questão da LDO, a leitura a ser realizada.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Orlando Silva. Em seguida, falarão os Deputados Hildo Rocha e Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, eu quero me somar em parte à manifestação feita pelo nosso colega Deputado Domingos Sávio. Digo que quero me somar em parte referindo-me à parte em que S.Exa. registra a importância da liderança da Presidente, à parte em que S.Exa. registra o papel da CMO. Independentemente de Base ou Oposição, esta Comissão tem missões institucionais referentes ao Parlamento brasileiro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu considero, Sra. Presidente, que a sua ação e iniciativa e a energia com que convocou o Ministro da Fazenda somaram-se ao trabalho que a CMO faz. Inclusive, esta reunião dá sequência, a meu juízo, à reunião realizada ontem com o próprio Ministro da Fazenda, na medida em que nós temos agora informações oficiais de que não dispúnhamos na tarde de ontem.

Eu quero salientar um aspecto, Sra. Presidente. Ontem, o Ministro Levy foi muito enfático quando defendeu a transparência. Inclusive, em alguns momentos em que não tinha o dado preciso, S.Exa. falou uma frase pouco usual para um Ministro da Fazenda: *"Não sei. Desconheço a informação"*. É razoável e responsável da parte do Ministro oferecer, no tempo adequado, todas as informações à Comissão, para que ela possa cumprir a sua missão.

Portanto, eu quero me somar ao Deputado Domingos Sávio no elogio à sua liderança, à sua iniciativa de fazer valer as prerrogativas do Congresso Nacional e desta Comissão.

Mas, Deputado Domingos Sávio, eu creio que talvez seja honesto registrar também a correção do Ministro Levy, que procurou ter a máxima transparência na oferta de dados, mesmo sabendo que esses dados podem ser manipulados aqui e acolá, politicamente, para sustentar um discurso contrário ou favorável ao Governo.

Mas eu considero que a transparência do Ministro Levy — que não é uma iniciativa dele, é uma determinação da Presidenta Dilma — ajuda no entendimento entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, para que nós possamos encontrar as melhores saídas e possamos não só enfrentar essa dificuldade fiscal, mas sobretudo superá-la, retomando o caminho do crescimento e do desenvolvimento — o que imagino seja, independentemente de Base ou Oposição, o desejo de todo o Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Srs. Parlamentares, eu não tive a oportunidade de tecer considerações sobre as palavras que foram ditas pelo grande Parlamentar Domingos Sávio. Eu as ouvi com atenção e me senti gratificada. Mas quero prestar, na verdade, uma justa homenagem a V.Exas. pelo papel que fazem aqui na Comissão.

A sensação que me vem é de que é preciso que todos conheçam o papel que a Oposição tem nesta Comissão de Orçamento. Por ser ela a Comissão mais importante da Casa, registro o trabalho diligente do Deputado Domingos Sávio, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Deputado Izalci — que implica bastante, mas trabalha em dobro —, do Deputado Hildo Rocha e do Deputado Edmar Arruda.

Deputado Orlando Silva, é o papel diligente da Oposição que permite que certas considerações sejam feitas a tempo e horas e que possam acontecer fatos como esse.

É lógico que nós sabemos do acúmulo de tarefas que o Ministro da Fazenda tem. S.Exa. também merece o nosso registro pela prontidão com quem atendeu à Comissão de Orçamento, reconhecendo o que V.Exas. representam no contexto dessa crise nacional e a importância que esta Comissão tem.

Então, se todos me permitirem aqui, eu queria mais uma vez — daqui a pouco vão até brincar sobre isso — dizer da verve do Deputado Domingos Sávio. Se você pensar em cochilar, não pode fazê-lo, porque S.Exa. não deixa que isso ocorra, ouviu, Deputado Danilo Forte? S.Exa. está pronto ali, de lança firme. Eu considero que esse trabalho da Oposição é construtivo.

Independentemente de todos considerarem se a Presidente Dilma tem que sair ou que tem que ficar, o momento agora é de construir aquilo que é possível dar ao País.

Então, eu quero, em nome de todos, inclusive da minha querida Dorinha, agradecer as provações, que são sempre altaneiras.

Eu parabenizo V.Exa., Deputado Orlando Silva, porque há muito tempo não ouvia a sua voz. Agora eu estou achando que nós vamos que vamos.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Essa é uma homenagem a mim, Sra. Presidente? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, como disse o Deputado Domingos Sávio aqui, ontem nós tivemos uma audiência com o Ministro da Fazenda Joaquim Levy, que veio atendendo a uma solicitação da Presidente desta Comissão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em alguns dos momentos em que o Ministro foi questionado, ele ficava sem querer afirmar, com toda a veemência, quanto seria o déficit deste ano, até porque não pode mesmo fazê-lo, visto que isso é não de sua competência. O Ministro da Fazenda apenas arrecada, não gasta. O gastador da Nação é o Nelson Barbosa, que não esteve conosco nesse momento.

Portanto, eu achei que o Ministro Levy foi bastante sensato ao não dizer se o déficit do Orçamento deste ano era de 55 bilhões, de 57bilhões ou de 117 bilhões de reais. Não é ele o gastador, não é ele que tem a chave do cofre na mão. Muitas das vezes as pessoas pensam que é o Ministro Levy que autoriza pagamentos. Na verdade, não é ele. O Ministro Levy é o homem que deve arrecadar, que faz o trabalho da nossa economia. O gastador é o Nelson Barbosa, portanto, é ele que deveria ter vindo aqui para dizer quanto seriam as pedaladas deste ano.

O mais interessante, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e. Senadores, é que, ao aprovarmos o PLN 5 da forma como está, não haverá pedalada neste ano. Nós estamos — com a ajuda da Oposição, diga-se de passagem — livrando a Presidente Dilma, caso o PLN 5 seja aprovado da forma como o Deputado Hugo Leal irá apresentar, com as observações do Deputado Domingos Sávio.

No momento em que ficar constatado que o Governo deve ao Fundo de Garantia, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil e ao BNDES, a Presidente Dilma estará livre das pedaladas fiscais que estão sendo praticadas este ano. Esse gasto não está previsto no Orçamento deste ano. Portanto, é uma verdadeira pedalada fiscal.

Quero aqui falar sobre o encontro que nós tivemos lá na Presidência do Senado, portanto, na sala do Presidente do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros. Lá estivemos acompanhando a Presidente desta Comissão, a Senadora Rose de Freitas, e algumas outras lideranças partidárias presentes, recebendo a defesa do Governo da Presidente Dilma no que diz respeito à prestação de contas de 2014.

O Governo Federal já encaminhou a sua prestação de contas, que foi trazida, pessoalmente, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, o Jaques Wagner, acompanhado do Advogado-Geral da União, o Dr. Luís Adams. Ela já se encontra, portanto, no

Congresso Nacional. A partir daí, contam-se os prazos — é bom que se deixe isso bastante claro.

O Relator é o Senador Acir Gurgacz, que já está analisando a matéria. Mas isso cabe apenas a S.Exa., pois todos nós desta Comissão temos a obrigação, em nome do povo brasileiro, de analisar, de forma bastante criteriosa e técnica, o trabalho relatado pelo Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, apenas quero corroborar e compartilhar as falas anteriores, inclusive a do Deputado Domingos Sávio, que foi muito benevolente com V.Exa.

Eu gostaria de ter estado presente lá no evento do Senado. Mas estávamos numa reunião da Comissão de Constituição que durou 5 horas, discutindo e aprovando a admissibilidade da DRU. Por isso, não pude ir até lá.

Agora, eu queria apenas apresentar uma questão de ordem no seguinte sentido: eu acho que o grande momento político desta nossa Comissão com relação ao exercício de 2015...

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Srs. Parlamentares, em respeito ao colega, não é possível disputar palavras em reuniões paralelas.

Continua com a palavra o nosso Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidenta. Isso demonstra o sucesso que tem o Deputado Zeca Dirceu, Relator do PPA. *(Riso.)*

Então, o que nós queríamos dizer é exatamente o seguinte: o momento político mais importante desta Comissão no exercício deste ano é, sem sombra de dúvida, a avaliação dessa prestação de contas, inclusive, conforme aqui foi dito, com essas dívidas i encaminhadas.

Eu e o Senador Paulo Bauer somos autores de um requerimento aprovado desde o início do semestre passado, para que seja convidado o Relator desse trabalho no Tribunal de Contas, o Ministro Augusto Nardes. Inclusive, ele pediu para

não vir à Comissão naquele momento em função da antecipação do seu voto, pois poderia causar algum tipo de suspeição caso ele se apresentasse ao debate na Comissão Mista de Orçamento.

Então, Sra. Presidenta, eu queria que fosse reiterado o convite ao Ministro Augusto Nardes. Eu acho que, mais do que nunca, é importante e necessário convidá-lo para que venha aqui. Foi feito todo um trabalho pelo Tribunal de Contas — que não foi um trabalho pequeno, foi um trabalho grandioso —, com todas as apurações e com um detalhamento muito mais aprofundado do que o que nós podemos arbitrar no curto espaço que temos nesta Comissão.

Eu peço que seja reiterado o convite para que o Ministro Augusto Nardes venha nos explicar como chegou àquele voto e como o Tribunal de Contas negou, por unanimidade, a prestação de contas apresentada pelo Governo Federal para o exercício de 2014.

Eu queria que a Sra. Presidenta reiterasse esse convite, para que nós pudéssemos, o mais breve possível, ter aqui a presença do Relator, o Ministro Augusto Nardes, o que irá enriquecer o debate nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero esclarecer que o Senador Acir Gurgacz, Relator das contas que foram analisadas previamente pelo TCU, apresentará à Comissão o seu cronograma de trabalho. A partir de hoje, S.Exa. já irá trabalhar no relatório e vai apresentar o seu programa de trabalho.

Inclusive, nesse programa consta que haverá a presença do Ministro Augusto Nardes e ainda, se o Relator achar necessário e importante, da própria defesa do Governo novamente — que a esta Comissão deveria ser apresentada, mediante requerimento do Relator, porque só a esta Comissão cabe a defesa do Governo.

Se hoje nós quiséssemos utilizar o que foi entregue à Comissão — ou seja, a defesa feita previamente no Senado — e se, porventura, o parecer final desagradasse ao Governo, alguém poderia questionar e ser considerado nulo, por efeito, o relatório aqui apresentado, por não constar o depoimento, a defesa ou o contraditório do Governo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O mais importante disso é a tramitação na Comissão Mista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É claro. Na verdade, nós já consideramos a iniciativa do Presidente do Congresso, que estava preocupado com qualquer intenção maior sobre esse relatório e, então, ofereceu um prazo. Isso nos atrasou em vinte e poucos dias.

Mas vamos tirar proveito disso, trabalhando com agilidade e celeridade e fazendo aquilo que V.Exa. já requereu. O Relator falará aqui do seu programa de trabalho, do qual consta inclusive a presença do Ministro Augusto Nardes, se aprovada pela Comissão, logicamente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas já foi aprovado o requerimento. Eu estou querendo é trazer para a situação presente o requerimento apresentado por mim e pelo Senador Paulo Bauer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou falando do requerimento, mas da aprovação do plano que o Relator vai apresentar aqui, com todas as propostas que trará.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Uma questão não desfaz a outra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não está desafazendo, pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Está bem. Eu só queria que V.Exa. agilizasse o convite.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Fiquei sem palavras, pois usei todas. *(Riso.)*

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, apenas quero reafirmar o convite que foi feito. É só isso que eu quero.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso será feito pelo próprio Relator, em nome da Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas uma coisa não impede a outra. Isso vai valorizar a Comissão

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Há inclusive um requerimento com relação a isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu apenas quero manifestar a nossa intenção e corroborar com as

manifestações que foram feitas anteriormente, principalmente pelos Deputados Domingos Sávio, Hildo Rocha, Orlando Silva e Danilo Forte.

O PLN 5...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Deputado Hugo Leal, V.Exa. vai fazer a leitura do PLN 5? Não vai, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, não. Calma!

O SR. DEPUTADO IZALCI - É isso que eu estou perguntando.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Calma! Eu estou apenas falando sobre o PLN.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Se V.Exa. sugerir, eu o coloco em votação. Não há problema nenhum. Estou à disposição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu dei uma saidinha rápida. Fui eleito Vice-Presidente da Comissão que garante realmente o direito de expressão. Foi muito bom!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Parabéns, Deputado Izalci. *(Palmas.)* Eu só quero dizer que a saidinha de V.Exa. não muda o acordo feito para que a leitura da LDO se faça. E oportunamente nós vamos voltar àquela mesa, para fazer o entendimento sobre a votação final.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou me manifestar aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Primeiro eu quero dizer da importância, da relevância — eu quero deixar isto claro, até pelas palavras do Deputado Domingos Sávio e de outros — da Comissão Mista de Orçamento no cenário nacional.

É fundamental essa afirmação, até porque uma das leis mais importantes da Nação é a Lei Orçamentária. Isso é uma prerrogativa do Congresso Nacional. Obviamente, quanto mais próximos, quanto mais trabalharmos dentro da realidade, melhor cenário teremos. É isso que nós estamos fazendo, esse é o esforço.

Em épocas passadas, pode ter havido dificuldades para se transformar o Orçamento numa peça efetiva. Mas agora nós estamos vivendo outra realidade. Acho que foi extremamente positivo tudo o que foi discutido até agora, Sra. Presidente, e serve inclusive de aprendizado para esta Comissão e também para os órgãos do Governo. Obviamente, isso está refletido na meta fiscal de 2015, de que trata PLN 5.

Foram importantes as manifestações da Oposição e até mesmo de membros de partidos que fazem parte da base de sustentação do Governo. Eu quero deixar claro que, desde que o meu relatório foi apresentado, não há disparidade com a tabela apresentada. Não se trata do meu desejo de que ele seja votado. Mas eu quero registrado — e pediria, se possível, a atenção também do Deputado Domingos Sávio — que o voto constante neste relatório segue a linha da racionalidade e da realidade. É óbvio que nenhum país do mundo, nenhum governo do mundo gostaria de saber que, em vez de superávit, vai ter déficit. Isso não é uma notícia boa nem pode ser.

Porém, eu quero mostrar aqui que, junto com os organismos do Governo, sempre tenho agido dessa mesma forma, trazendo números que sejam os mais próximos da realidade e reconhecendo esses valores.

Se for feita a leitura do relatório, já apresentado desde a quinta-feira passada, e se for o visto quadro apresentado, nós vamos observar que há uma diferença de 2,13 bilhões de reais. Aí vão falar assim: *"Mas você colocou 55 bilhões de reais, e o Ministro trouxe 57 bilhões de reais".* Há só um detalhe: nós estamos falando aqui, por exemplo, que o valor pago até outubro de 2015, que está no segundo quadro, na segunda coluna, é de 17 bilhões de reais. Com certeza, em novembro também serão pagos e consolidados outros valores, e esses 57 bilhões de reais poderão ser 55 bilhões de reais.

Eu trouxe o número da lógica. Não foi um número tirado da minha cabeça, que eu imaginei, como se quisesse dar um cheque em branco. Ele guardava a proporcionalidade. Eu entendo e sempre vou defender a transparência, que os números não podem ser equivocados, não podem mentir. Mas causa algumas distorções a divergência entre a interpretação do Tribunal de Contas da União quanto a esses números e a contabilidade analítica do Banco Central e do Ministério

da Fazenda. Então, não há aqui nenhuma necessidade — e nem é e nunca foi esta a minha intenção — de camuflar ou de não ser transparente quanto a esses números.

Então, eu posso dizer que o PLN 5 é um marco de diferenciação no sentido de que seja assumida uma grande responsabilidade neste País, que é, infelizmente, a questão do déficit. Isso é uma realidade. Essa não é uma notícia boa, não é uma notícia que nós gostaríamos de dar. Mas essa notícia é uma fotografia que nos aproxima mais ainda da realidade por que o País passa. Grande parte desse déficit, que pode chegar a 119 bilhões de reais, deve-se à queda da receita, à frustração de receita não realizada e, obviamente, aos recursos devidos aos bancos públicos.

Portanto, Sra. Senadora Rose de Freitas, mais uma vez eu quero manifestar o orgulho de tê-la aqui como Presidente, por também saber estabelecer um diálogo com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento.

Nada feito aqui, Deputados Domingos Sávio, Izalci, Dorinha e todos os outros que se manifestaram, por minha vontade ou porque alguém dissesse que, se era a vontade do Governo, eu deveria fazer dessa forma. A discussão do relatório desse PLN foi feita em cima de bases sobre as quais estamos aqui discutindo. É isso que eu quero demonstrar. Não é minha intenção, como Relator, reinventar a roda ou florear, camuflar e esconder algo.

Então, nós estamos muito próximos dessa fotografia da realidade que é a meta fiscal de 2015.

Com relação ao relatório, Sra. Presidente, eu quero propor agora uma alteração. Como eu disse ao Deputado Izalci, se os colegas quisessem votar o relatório hoje, não haveria dificuldade nenhuma, porque eu posso apresentá-lo. Apenas faria a seguinte alteração: *"Onde consta '55 bilhões de reais', leia-se '57 bilhões de reais".* Eu acho que isso poderia satisfazer todos.

No entanto, já que nós não estamos num processo de debate do projeto de lei em si, mas do conceito que estamos entregando aqui à Comissão Mista, eu quero saber a viabilidade, qual é o desejo da Comissão. Se ontem a intenção era fazer um detalhamento, que já chegou, há intenção de também colocar esse detalhamento no relatório? É necessário que seja feito esse detalhamento no relatório ou basta anexar esse quadro, para que ele se torne efetivo?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estou deixando isso muito aberto aqui para mostrar que, se nós desejássemos, haveria como votar esse PLN hoje, porque ele não é divergente nem díspar do que hoje está na contabilidade pública. Então, a minha lógica como Relator é me aproximar ao máximo da realidade e dos números efetivos. Não estou querendo encobrir absolutamente nada, nem o meu relatório será palco para isso.

Eu quero demonstrar que nós chegamos ao entendimento, ao reconhecimento desses números. A Comissão já tem condição e número suficiente para apreciar isso. Quanto a quem é contra ou a favor, obviamente nós vamos ver isso no debate.

Portanto, eu quero saber se a proximidade entre o relatório apresentado e esses números satisfaz esta Comissão, ou se há necessidade de fazer um detalhamento de acordo com o quadro que foi colocado. Apenas vou nessa linha, Sra. Presidente, para podermos nos aproximar do consenso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A palavra está franqueada.

Mas eu queria relembrar aqui que uma das atitudes que nós tomamos em relação a todos os projetos, inclusive o PLN 5, quando as informações não foram suficientes para elaborarmos um relatório conciso, foi a de sempre pedir informações aditivas, dados e elementos que pudessem nos subsidiar na elaboração do relatório. Assim fizemos em relação ao PPA e em relação ao PLN 5.

Há uma diferença entre essa tabela enviada à Comissão e os valores que estão descritos. Essa diferença deve ser observada, porque o relatório pode apresentar um valor e a tabela oficial do Governo, do Ministério da Fazenda, outro valor. Mas isso é questão de adequação, e eu acho que não implica alteração do relatório.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, não implica alteração. A diferença aí é de apropriação: um valor é dos encargos da dívida; e outro valor é o que foi pago efetivamente em 2015. É isso que faz a diferenciação entre os 55 bilhões de reais e os 57 bilhões de reais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A minha opinião é de que é importante adequar os valores, para não haver nenhuma discrepância.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Nós não estamos discutindo o PLN. Nós só estamos falando da lógica de apresentação do relatório e da possibilidade de colocá-lo em votação. Em assim sendo, se for o caso, na semana que vem, dependendo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, esse é um segundo detalhe. O mais importante é saber se o relatório se adequará ao valor da tabela que nos foi enviada ou não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, eu quero fazer uma provocação ao Relator com relação à leitura da tabela. Eu acho que foi muito importante o detalhamento, porque esclareceu alguns pontos, não só porque aumentou o valor em 2 bilhões de reais.

Na tabela apresentada, a dívida a ser paga seria de 34 bilhões de reais?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Os 17 bilhões de reais que aparecem na coluna seguinte são obrigações de 2015.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Esses 17 bilhões de reais têm que estar assegurados e têm que estar já no Orçamento de 2015. Ou seja, teoricamente, eles não podem ser abatidos da meta.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, se nós somarmos, *(ininteligível)* muito para o Governo. Os 17 bilhões de reais têm que estar no Orçamento deste ano de 2015.

Nas colunas seguintes, é possível ver inclusive a incompatibilidade entre o que estava no Orçamento e o que foi gasto efetivamente. Não se podia ter ido além. Vai ter que haver um PL de regulamentação. Então, o meu questionamento é justamente sobre isso.

Ontem o Ministro Levy foi muito atencioso e cumpriu o acordo que tinha conosco. Ele mesmo mencionou que, na verdade, a dúvida que ele tinha era como tratar esses valores: se Restos a Pagar ou dívida. Mas, em verdade, era um estouro no Orçamento, que passava de 100 bilhões de reais.

Então, a minha pergunta é em relação a esse tratamento que a tabela explicitou para todos nós.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Deputada Dorinha, por óbvio, nós incluímos o valor global e não fizemos essa diferenciação. Não cabe, na modificação da meta, estabelecer isso, que deve definido pela própria União, pelo próprio Ministério da Fazenda.

Esses valores nós vamos pagar de forma efetiva. Como é que eu vou dizer que vou retirá-los? Eu os retiro da meta fiscal? É difícil separar esses dois conceitos referentes à questão da meta fiscal: o que se deveria efetivamente pagar; e o que efetivamente vai ser pago. Aí se trata de opção.

Parte dessa definição também vai ser feita ao se interpretar a decisão do Tribunal de Contas da União, como eu havia dito anteriormente. Não foi possível trabalhar com esses números aqui. Eu não os tinha trazido até então, porque entendia que uma das interpretações do TCU estava sendo feita de forma diferente da que o Governo hoje utiliza na sua contabilidade analítica. A questão vai única e exclusivamente nessa linha.

Agora, o que eu vou dizer com relação às obrigações de 2015? Vou colocar que serão pagas, que têm que estar pagas.

(Não identificado) - Nesse caso aqui é o FGTS e o PSI.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, é o item A, do FGTS, e o item C, do PSI.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Na justificativa, V.Exa. reconhece que os recursos foram atraídos ao Governo sem autorização legal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, eu não coloquei *"sem autorização legal"*.

(Não identificado) - Mas é preciso haver uma lei.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Se é preciso haver uma lei, ele não teve autorização para fazer o financiamento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Ele não podia ter feito isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não podia ter feito isso. V.Exa. tem que reconhecer isso. Essa é a base legal para que se possa fazer a lei.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Deixe-me dizer uma coisa aqui: pode haver outro projeto que estabeleça essa linha de raciocínio, mas, na minha avaliação, não será o projeto da meta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sim. E qual é a origem do seu relatório?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A origem é a mudança da meta de superávit

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É a mudança da meta se deu em função de quê?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Em função da queda da arrecadação e da frustação de receitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas, se V.Exa. não reconhecer o relatório que entregou, como se vai fazer?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu o reconheço. Eu reconheço que poderão ser abatidos da meta até 55 bilhões de reais. Eu reconheci isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas está muito claro que foi indevido, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo Forte, eu acho que...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não vou discutir o mérito não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, mas há uma pequena confusão aí que eu queria esclarecer.

O Relator é o mais apropriado para falar sobre isso. Mas a verdade é que o tempo todo nós passamos amassando barro inclusive, exigindo — o que a Oposição fez tão bem — que nos dessem os números certos, deficitários ou não, mas certos. E cabe ao Governo nos dar os números certos.

A nossa contabilidade não tem que ser exata neste momento. Nós trabalhamos com números que tínhamos sob nosso controle. A partir do momento em que exigimos do Governo que nos mandasse os números, o que ele fez, tem que permanecer a contabilidade oficial, porque nós não podemos nos responsabilizar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu louvo a iniciativa de V.Exa., mas sou obrigado a reconhecer que essa questão não é meramente contábil, é uma questão legal.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, eu queria concluir, Sra. Presidente, porque fui interrompida.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu só queria colocar que, na verdade, o TCU trata dos 34 bilhões de reais que são dívidas anteriores. Os 17 bilhões de reais são do Orçamento deste ano e têm tratamento diferenciado, porque vão ser olhados nas contas de 2015. Ou seja, trata-se de uma pedalada nova. São recursos que foram gastos sem...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não. Não há pedalada nova. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas é! Isso não tem outro nome isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É o seguinte: nós estamos em novembro ainda.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Ah, está certo. Então, não é preciso que esse valor seja abatido, porque vai ser pago normalmente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu calculo que será pago normalmente e trabalho para isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, não vamos colocar como abatimento de meta, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Por isso, o final do voto vai exatamente nessa linha de que poderá ser abatido:

"Art. 2º.....

§ 5º A meta de resultado primário prevista no caput poderá ser reduzida nas seguintes hipóteses:

I - frustação da receita estimada no § 4º, no montante correspondente ao das usinas hidrelétricas; *e*

II - pagamento, em 2015, até o montante de R$ 55.000.000.000,00 (...*)"*

Então, poderá ser abatido.

O que eu posso fazer enquanto meta é estabelecer esses princípios. Mas, enquanto pagamento, eu não posso falar, porque nós estamos em novembro. Eu espero que, até o dia 30 de dezembro, o Governo quite o valor devido em 2015, para não se estabelecer o princípio de que se fala aqui, de pedalada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas ele tem que regularizar a situação contábil dessa dívida.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu concordo com V.Exa. Mas isso não pode ser determinado no projeto da meta, porque ele estabelece um princípio. O pagamento efetivo deve ser estabelecido em outro projeto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E viriam créditos suplementares, se fosse necessário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, apenas um breve comentário sobre as manifestações do Relator, o Deputado Hugo Leal. Eu não vou discorrer muito sobre o mérito. V.Exa. já conhece as minhas profundas discordâncias sobre a forma como o Governo geriu as finanças públicas. Este assunto nós trataremos num debate apropriado.

Eu estou me atendo agora à discussão deste documento, que nos dá base para depois discutir o mérito, discutir se é correto, inclusive, mudarmos a LDO, dar

uma formatação legal a uma série de atitudes que não foram legais e que não fizeram bem ao País. Será uma discussão de mérito.

Agora, eu começo por dizer o seguinte. Veio para esta Casa um projeto de lei assinado pelo Executivo — neste caso, é importante, Presidente, a atenção dos colegas e, especialmente, de V.Exa. Nós recebemos um projeto de lei de iniciativa do Executivo. O projeto de iniciativa do Executivo propunha, originariamente, um superávit de 8 bilhões e — parece-me — 700 milhões.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O primeiro ou o segundo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A lei orçamentária estabelecia...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A lei, depois da modificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A LDO estabelecia um superávit de 57 bilhões. O PL 5, no fim de julho, protocolado e lido nesta Casa em 3 de agosto, estabelecia — parece-me — 8 bilhões e 700 milhões de superávit.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Do global, sim, 5 bilhões, do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, uma parte dos Municípios e Estados, 5 bilhões e alguma coisa seriam o superávit do Governo Federal — isso no início do segundo semestre deste ano.

Depois disso, o Governo se manifestou, a imprensa se manifestou, o País se manifestou, esta Comissão repercutiu, V.Exa. trabalhou, e nós tivemos um primeiro substitutivo, ou melhor, um projeto de conversão de V.Exa. que falava em determinados valores. Agora V.Exa. apresenta um projeto que, num primeiro momento, falava em 55 bilhões, que é o que ainda está nos Anais da Casa — ainda não foi lido aqui, mas está disponibilizado. E agora nós temos uma tabela que fala em 57 bilhões e 13 milhões.

A primeira observação que eu faço é que a Presidente registrou que aqui esteve a Secretária do Ministro. Perdoe-me, Presidente, mas qual é mesmo o nome dela? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cláudia Lira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Dra. Cláudia Lira. Portanto, foi alguém do Executivo que nos trouxe. Mas eu quero fazer uma observação, que é construtiva, não é nenhuma “polemização” desnecessária.

Nós estamos votando um projeto de iniciativa do Executivo. Por força, inclusive, de risco de vício de iniciativa, nós não podemos acrescentar um item de 57 bilhões sem que nós tenhamos uma informação de natureza oficial. Já temos um gráfico, mas não é um gráfico assinado.

Por favor, me ouça, Presidente. Por favor, me ouça, porque a expressão da senhora valeu mais que mil palavras.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É porque eu acho que, quando o senhor vier a mim ou a qualquer pessoa dizendo que o senhor está trazendo uma mensagem do PSDB, eu não vou pedir para o senhor assinar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu não tenho dúvida, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Cláudia Lira...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não estou colocando em dúvida a palavra da Cláudia Lira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Cláudia Lira, que está aqui no plenário, veio por ordem do Ministro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ela compreende o que eu estou dizendo. Nós estamos fazendo leis para 204 milhões de brasileiros para sobreviverem a nós.

O Relator estará apresentando, dentro do PL, um quadro em que ele vai informar o valor da dívida em 31 de dezembro, ou o que se espera que se consolide neste ano, inclusive com as devidas correções, o que é correto — isso aqui está correto, está bem feito. A impressão que me passa é de um trabalho adequado, para colocar as coisas nos trilhos, com a devida transparência, como deve ser a matéria orçamentária. Matéria orçamentária não é de particularidade de governos ou de partidos: ela é da Nação.

Eu acho, aliás, eu estou convicto de que esta Casa deveria estar recebendo uma peça, assim como aquele relatório que V.Exa. recebeu, que dava conta de deveria se expurgar do resultado da meta os valores devidos ao BNDES, à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil, mas não citava números. Aquele veio assinado, não veio? Veio assinado pelo Secretário do Tesouro e pelo representante do Ministro.

Ora, aquele veio assinado. Este documento é mais detalhado. É um apelo que eu faço a V.Exa., para a segurança jurídica desta Casa, para norteamos as ações de maneira adequada.

Em relação ao Ministério da Fazenda, eu aproveito para dizer — eu não havia registrado — que o Ministro foi extremamente atencioso, solícito. Eu o elogiei frente a frente e não tenho constrangimento de fazê-lo em rede nacional, porque é um homem dedicado, probo. É tudo o que o Brasil tem entendido do esforço do Ministro Joaquim Levy.

Eu disse a ele que ele se esforça por um lado, e o Governo não corresponde. V.Exa. me ouviu dizer isso. Prova é que ele próprio veio a esta Comissão — V.Exa. sabe disso —, ele veio antes do início da formatação da CMO deste ano, no período, me parece, da legislatura passada, quando já estava em via de ser nomeado Ministro.

O certo é que o Ministro Joaquim Levy tem vindo aqui e, no início do ano, ele se empenhou com a expectativa de um superávit de mais de 50 bilhões. Eu lembrei a ele que nós não tivemos uma queda na receita, que chega a esta Casa, de mais de 170 bilhões, porque o que nós temos de concreto agora é a frustração de 57 bilhões de superávit para migramos para 117 bilhões de déficit.

Se você frustra 57 bilhões de superávit e tem que admitir um déficit de 117 bilhões, na prática, você teve uma frustração de 170 bilhões de reais. Está longe de ter sido esta a queda da receita. Em valores nominais, não houve queda da receita. O que nós tivemos no Brasil é que não houve a redução da despesa. O Governo não conseguiu fazer o seu dever de casa. Eu citei a ele, inclusive, que até aquilo que é simbólico, como cortar os cargos comissionados, o Governo não fez.

O Orçamento que nós estamos para apreciar fala que só na Presidência da República estão previstos mais de 2,5 bilhões de gastos — só na Presidência da República. O Orçamento do Brasil é algo assustador, em termos de gastos com cargos comissionados e por aí afora.

Voltemos à questão operacional. Deputado Hugo, no momento oportuno — espero que na semana que vem —, entendo que poderemos nos debruçar sobre esta matéria, mas nós temos outras antes, para concluirmos: a LDO, o PPA.

Uma solicitação que eu faço é que tenhamos um documento do Ministério da Fazenda. *"Esse é o documento final que o Ministério, ou seja, o Executivo apresenta."* Por quê? É claro que nós sabemos do esforço de V.Exa., mas não seria algo que pudesse ser tido como razoável, até para os Anais da história, que o Governo mandasse uma proposta de um superávit de 8 bilhões, que é esse projeto que está aí, é esse o projeto sobre o qual nós vamos nos debruçar.

O projeto assinado pela Presidente Dilma, que está aqui, diz que o País vai fechar o ano de 2015 com um superávit de 8 bilhões. Ela mandou isso no finalzinho de julho, início de agosto. É isso que está aqui, Presidente Rose.

Se é isso que está aqui, o Relator Hugo vai nos apresentar um projeto que fecha com um déficit de 117 bilhões, é claro que nós não podemos responsabilizar o Relator — o Relator não iria fazer isso com o Brasil! O Poder Executivo tem que assumir isso, e assumiu.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Assumiu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Assumiu. Agora eu peço que aquele documento que foi enviado e que, na ocasião, foi assinado, parece-me, pelo Secretário do Tesouro e pelo Ministro que estava em exercício, venha agora assinado pelo Ministro Levy, dizendo: *"Olha, essa é a realidade".* Isso é ótimo, para nós fazermos cumprir o nosso dever aqui. Aí, no momento oportuno, nós aprofundamos o debate sobre a matéria.

Em relação ao nosso acordo, que até já votamos aqui sem quórum — como oposição, nós cumprimos o acordo —, que nos limitemos à leitura das conclusões do adendo, para que possamos efetivamente concluir esta reunião, porque eu acredito que já deve estar se iniciando a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só quero esclarecer e comunicar ao Relator que o Sr. Ministro Levy já está aguardando para a assinatura do documento, que chegará às mãos de V.Exa. em, no máximo, 15 minutos.

(Não identificado) - Eu estou até pensando em ir para a Oposição, porque a Oposição consegue tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero dizer que está funcionando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E bem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou ressaltar novamente, porque V.Exa. é ponta de lança. E quero dizer mais, é importante registrar: todo este Orçamento, hoje, tão verdadeiro e transparente, como vem sendo apresentado agora, deve-se à posição da Comissão de Orçamento, como todos. Ninguém, Senador Lindbergh, que hoje está na Comissão, ninguém aqui teve uma voz diferente, ou pediu coisa contrária, ou se acomodou na Oposição. Ele foi absolutamente comprometido, desde a primeira reunião, com a ideia de que o Orçamento deveria ser sem ficção, sem maquiagem, com todos os dados verdadeiros.

Ainda agora, falando do nosso Relator, quero dizer que, quando começaram a chegar os primeiros dados, ele dizia assim: *"Eu quero os números e quero saber como nós podemos chegar ao déficit zero". "Ah, mas nós não temos tudo isso." "Mas eu preciso."* E nós estamos caminhando nesta direção. Isso é um ganho muito positivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Podemos, então, colocar para terça-feira?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, sim, que tivéssemos uma nova reunião ainda, após a leitura do adendo, chegando a assinatura do Ministro, para que possamos fazer o nosso calendário.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci, que pediu a palavra primeiro. Depois, os Deputados Hildo e Caio.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, é só para colocar um prazo, uma data. É só isso que eu quero.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero reforçar aqui, tendo em vista estas colocações sobre o fortalecimento, o resgate da Comissão Mista de Orçamentos, que eu fiquei muito preocupado com a fala do Ministro ontem e com o que saiu na imprensa hoje.

Eu fui do Conselho de Ética. No Conselho de Ética, nós não votamos apenas por questão partidária. Se existe prova contumaz, se existe documento que prova irregularidade, vota-se pela cassação. Aqui é a mesma coisa. O Tribunal de Contas da União não pode ser confundido.

O Ministro estava aguardando ontem a decisão do Tribunal de Contas para saber se podia parcelar ou se não podia parcelar. Eu quero lembrar e reforçar que o papel de aprovar qualquer coisa é da Comissão. O Tribunal encaminha para cá o seu parecer, a sua sugestão, qualquer coisa assim, mas não é o Tribunal que aprova qualquer coisa, como está dito aqui e como o Ministro disse ontem que estava aguardando.

Porém, é óbvio que, chegando aqui o parecer do Tribunal, fundamentado, como veio, evidentemente cabe aos Parlamentares votar, não politicamente ou partidariamente, mas tecnicamente, acompanhando o relatório.

Eu só queria fazer esta ressalva porque nós queremos, de fato, resgatar, na integridade, a Comissão Mista de Orçamentos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para lembrar, Deputado Izalci, esta matéria que saiu aqui foi aquilo que eu havia manifestado anteriormente. É a forma analítica como se apropriam essas despesas. Às vezes, o Tribunal tem uma informação, estava trabalhando sobre a informação, e acabou fazendo uma apropriação que não era praticamente aquela que o Banco Central analisa, do ponto de vista fiscal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está dando a entender, Relator, que o PL 5 é uma coisa muito simples. Não é. Quem participou do PL 36 aqui no ano passado sabe que realmente foi uma inovação, uma aberração que foi votada aqui, a anistia de um crime fiscal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PL 5 não é diferente. Nós não podemos nos acostumar, votando aqui, daqui a pouco, a LDO, com um superávit de 34 bilhões e já imaginar que lá em novembro virá um PL, sei lá que número, anistiando...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não pode.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não pode. Nós temos que acabar com isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Deixe-me deixar clara uma coisa. Primeiro, não é o primeiro PLN que faz modificação de meta — não foi o primeiro e, com

certeza, não será o último. Em anos anteriores, não só neste Governo, em outros Governos, já houve PLNs para alteração de meta. Então, não é o primeiro.

Por óbvio, eu disse isso ontem em nossa reunião e depois o Ministro reforçou, nós temos um fator nesse caso: o fator da decisão do Tribunal de Contas da União tem que ser levado em consideração, em cima de como está sendo feito e da forma como foram apropriadas essas despesas.

Lembrando, Deputado Izalci, nós temos lá o Relator das contas, que é o Ministro Múcio, e temos o Relator Vital, que trata das dívidas com os bancos públicos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Das pedaladas fiscais.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Das pedaladas, das dívidas com os bancos públicos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, aproveitando que nós estamos encerrando a votação e o acordo, eu queria ressaltar uma posição importantíssima.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado. Pois não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Gostaria de ressaltar a posição importantíssima que esta Comissão teve de ir ao Presidente Renan Calheiros e trazer de volta a avaliação das contas para o lugar que é devido. Eu acho que, quando esta Comissão, liderada por V.Exa., faz o resgate do que lhe é de direito, nós voltamos, mais uma vez, a poder exercer a nossa função.

Eu quero dizer que o debate aqui está em alto nível, apesar de as ações do Governo, na minha opinião, demonstrarem que tem optado por menosprezar as regras do jogo, quando ele diz que é ele quem faz, a qualquer custo e de qualquer maneira.

Eu acredito que esta Comissão, ao resgatar a sua posição, o seu direito de poder legislar sobre suas atribuições, coloca um ponto firme e reafirma que terá, sim, sempre, de forma soberana, um posicionamento correto sobre as atuações que acontecem aqui.

Portanto, eu queria dizer que, naquele momento em que esta Comissão assumiu esta postura, eu me senti representado na figura de V.Exa. por esta decisão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pensei que fosse antes. Só naquela hora?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou brincando, Deputado Caio. Você sabe o carinho que eu lhe tenho.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sempre.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente Rose de Freitas, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, boa tarde.

Queria apenas que V.Exa. me informasse, Sra. Presidente, se, oficialmente, o Presidente do Congresso, o Senador Renan Calheiros, já encaminhou para a CMO as prestações de contas, o relatório, o parecer prévio do Tribunal de Contas da União, acompanhado da defesa da Presidenta Dilma — tem que ser uma defesa individual. Aquela é uma defesa individual, não é uma defesa do Governo, porque nós estamos tratando das prestações de contas de um gestor.

Eu até fui lá. Tudo bem que o Ministro foi lá — há uma simbologia nesse ato. Mas as prestações de contas são da pessoa, não são do Governo. Não podemos confundir as prestações de contas da pessoa com as do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não, não. Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A prestação de contas, como pessoa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado. Se eu não falar, os assessores vão me chamar a atenção depois.

Ela é do Governo, ela é uma instituição. Portanto, é do Governo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não. A prestação de contas é da Presidência da República, da Presidente como gestora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço, por favor, à Comissão que emita um parecer técnico.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, no caso aqui, a prestação de contas do Fernando Collor teria que ter vindo através do Ministro da Casa Civil, alguém teria que ter trazido. É a isso que eu estou me reportando. Eu não estou questionando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, alguém deixou passar 25 anos, e essa pessoa já não existia mais.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, mas o que eu quero saber é se oficialmente as prestações de contas já se encontram na CMO. É isso que eu quero saber.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu voltei à sala do Presidente Renan — V.Exa. participou de uma longa reunião com o Ministro Jaques Wagner e com o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams —, e o Senador Renan pediu que eu voltasse para ver o despacho dele. Eu voltei e vi: ele despachou para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está bem. Então, eu espero que o Presidente Renan mande o mais breve possível.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já enviou.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Já que ele segurou lá por 28 dias...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Tudo bem que há uma preocupação do Presidente do Congresso com relação à ampla defesa da Sra. Dilma Rousseff, como Presidente da República, com relação às contas de 2014. É correta a preocupação do Presidente, embora, aqui na CMO, já houvesse esta intenção de dar a defesa prévia para a Sra. Dilma Rousseff.

Portanto, a nossa preocupação é saber se essas contas realmente já chegaram.

Outra coisa, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou lá em cima para verificar, mas eu vi que ele assinou e mandou para cá.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Quanto aos requerimentos que foram aprovados nesta Comissão de audiência pública, por exemplo, o requerimento sobre o PLN 5, com relação às pedaladas, seria bom ouvir o Tribunal de Contas para

saber qual o entendimento dele, porque ele é o nosso órgão auxiliar. Se nós temos um órgão auxiliar para analisar toda a execução orçamentária, como é que nós não vamos nos utilizar do Tribunal de Contas da União? Nós temos que nos utilizar dele. O Tribunal de Contas da União é o órgão auxiliar dos congressistas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só 1 minutinho.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Seria importante que se realizasse a audiência pública — o Deputado Danilo Forte solicitou uma audiência pública no mês de junho — antes de votarmos o PLN 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está confundindo as coisas, Deputado. Isto aqui é uma coisa. As pedaladas e o relatório prévio do TCU...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas continuam as pedaladas. É a mesma coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minutinho.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Em 2014, houve as pedaladas. Em 2015...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só não quero entrar no mérito desta discussão, nós vamos longe com ela. Eu quero é esclarecer.

Vamos dividir: este aqui é o PLN 5, que trata de toda a dívida do Governo, e tudo mais; outra coisa são as pedaladas daquele relatório prévio do TCU, cujo Relator é o Sr. Gurgacz. Ali vão estar presentes o Sr. Relator do TCU e todas as pessoas objeto dos requerimentos. Mas hoje é que nós estamos recebendo. Inaugura-se agora, oficialmente, o prazo para que tudo isso aconteça.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu apresentei um requerimento, já há um requerimento do Deputado Jaime que solicita a presença, nesta Casa, do Procurador do Tribunal de Contas da União para falar justamente sobre as pedaladas de 2015. Eu fiz também um requerimento que solicita a presença do Ministro Múcio, que é o Relator das contas de 2015.

Portanto, seria interessante, antes de votarmos o PLN 5, que ouvíssemos o Tribunal de Contas da União com relação a esta matéria. É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Atenderemos V.Exa.

Eu também tenho uma solicitação e eu vou fazê-la por requerimento.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, deixe-me explicar à senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso responder a V.Exa. primeiro?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou atender V.Exa., o Plenário já atendeu, porque é ele quem vota. Mas eu quero pedir um esforço concentrado. Do contrário, não conseguiremos realizar todas as audiências, votar todas as matérias e findar com o relatório da CMO.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faço a seguinte proposta. Se, na terça-feira, nós realizássemos a audiência pública sobre o PLN 5, nós já poderíamos votá-lo na quarta-feira ou na quinta-feira, para avançarmos e ouvirmos o Tribunal de Contas da União. É interessante.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Para mim, tudo bem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Às vezes, as pessoas acham que aqui não se trata, não estou falando da prestação de contas, mas da execução orçamentária, que está sendo realizada. A execução orçamentária é acompanhada, passo a passo, pelo Tribunal de Contas da União. É por isso que existem a Lei de Responsabilidade Fiscal e os relatórios. Com base nos relatórios bimestrais e quadrimestrais, o Tribunal de Contas pode nos apontar o que nós devemos decidir com relação ao PLN 5. Não vai atrapalhar. Isto aqui não é nenhuma forma de atrapalhar; muito pelo contrário, é para esclarecer. Eu mesmo tenho muitas dúvidas com relação a isso. É isso que estou propondo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza. V.Exa. será atendido, e na terça-feira de manhã vamos realizar todas as audiências públicas aqui. Vamos comunicar a todos que comparecerem.

Depois, eu gostaria de conceder a palavra para ser lido o adendo. Senão, todos vão às votações, e nós não completamos.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Senadora, é muito rápido. Como eu estou entrando somente agora na Comissão de Orçamento, há 15 dias, em

substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, eu queria perguntar ao Deputado Hugo Leal se só se vai alterar o resultado primário ou se haverá alteração também no resultado nominal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Não haverá?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Infelizmente, no resultado nominal, não.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Eu só quero lançar uma questão aqui. Nós estamos aqui na Comissão Mista de Orçamento, onde, na verdade, deveríamos discutir o Orçamento como um todo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Com certeza.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Há uma tese aqui, nós já estamos pagando, nos últimos 12 meses, 8,9% do PIB em juros — 510 bilhões. Mas isso nós não discutimos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Concordo.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Ficamos só no primário, ficamos só nos cortes. O déficit nominal, no ano passado, foi de 6,7 — 6,1 correspondem a pagamento de juros. O déficit primário foi de apenas 0,6. O que os setores da mídia e o sistema financeiro querem é isto: que o Congresso não discuta juros, não discuta política monetária.

Então, eu só queria chamar a atenção para isso. Nós estamos falando de alteração de metas fiscais, e a discussão está sendo só em cima da questão primária.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, só do resultado primário.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - O que eu acho que é um equívoco. Tinha que haver uma discussão sobre o déficit nominal. O resultado mais importante é o nominal, que inclui tudo.

Só quero colocar isso aqui porque eu estou entrando na Comissão, mas me causa estranheza que não exista um debate mais amplo sobre este tema.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para corroborar o que V.Exa. diz, ontem este debate foi feito no Colégio de Líderes — exatamente esta questão foi apontada por um Parlamentar. Mas nós estamos aqui basicamente na meta fiscal, e a meta fiscal de 2015 altera o resultado primário.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Eu acho que V.Exa. devia...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como V.Exa. disse que chegou à Comissão agora, nós vamos fazer uma resenha de todas as audiências públicas realizadas — com o Ministro Nelson, o Ministro Levy, o Secretário Saintive, todos que vieram aqui —, eu vou passar a V.Exa. os dados e, naquilo em que V.Exa. não se sentir a contento, apesar de ter chegado agora...

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Não é preciso resenha, não. Eu acho que é preciso alterar a meta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. É preciso.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Eu acho que tem é que alterar a meta. Eu só queria dar uma sugestão: além da meta primária, tem que alterar a meta do resultado nominal. É uma vergonha o Congresso não discutir isso!

Só quero dizer isso, independentemente da posição do Ministro Levy ou de qualquer outro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero responder, mas não posso fazê-lo como Presidente do Congresso, só como Presidente da Comissão. Todos os debates que estão sendo trazidos aqui, à medida que são exigidos pelos seus Relatores, pelos temas, pelo Orçamento da União e tudo o que for devido ao Congresso Nacional debater como um todo, peço a V.Exa. que faça um requerimento ao Presidente do Congresso, para que ele possa reuni-lo, e nós possamos levar o trabalho executado e, assim, mais esclarecimentos daqueles que podem ser convidados a prestá-los.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Senadora, eu não quero tumultuar. Eu só quero dizer, Senadora Rose...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou dizendo que V.Exa. está tumultuando.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - ...que nós estamos aqui discutindo o Orçamento. Não dá para fecharmos os olhos para 40% do Orçamento, que estão indo para o pagamento de juros, e nós não vamos dar opinião alguma sobre isso. Só quero registrar isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou dar uma sugestão a V.Exa.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - É ser vencido por uma lógica que domina o mercado, o sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou fazer uma sugestão a V.Exa. Esta meta fiscal que nós estamos discutindo é de 2015 — dificilmente poderemos alterar, principalmente, a questão do resultado nominal. Porém, na discussão da meta para 2016, eu acho que V.Exa., ainda mais sendo do partido de sustentação do Governo, poderá trazer o debate, o que eu acho perfeito. Não fugiremos da raia. Será perfeito.

O tema é extremamente positivo e importante para o debate — eu acho que não deveremos fugir à regra.

Na questão da meta para 2015, que nós estamos discutindo aqui, faltando 2 meses para encerrar o ano, dificilmente nós poderemos fazer qualquer alteração no resultado nominal. Porém, em 2016, acho que é bastante lógico. Mas quem sou eu para manifestar?

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Eu só queria chamar a atenção para isso porque este resultado nominal aqui também está superado. Estes 7,1 já não existem mais, da mesma forma que o primário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Seja bem-vindo, Senador. Vamos trabalhar.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Estreei em alto estilo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Outra coisa: não é assinatura e ausência, por favor! É assinatura e presença.

Com a palavra o Relator, para ler, por acordo dos Líderes, o adendo. Já que o relatório está distribuído...

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Eu assinei e estou aqui, Presidente. Eu assinei e estou aqui e estarei aqui sempre!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou saudando V.Exa. por isso, Senador. O Senador é presença rara aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu até sugiro, Sra. Presidente, que faça a discussão com o próprio Governo. O Governo tem que discutir esta matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos passar a palavra ao Relator da LDO, o Deputado Ricardo Teobaldo, para que leia aqui no plenário o Relatório, os Adendos nºs 1, 2, 3, 4 e 5, e a Errata nº 1.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sra. Presidente, Srs. Deputados, trago aqui o resumo das principais alterações entre o substitutivo entregue e o Adendo 4.

O Adendo 4, que estou apresentando, consolida as mudanças efetuadas no texto da LDO de 2016, desde a entrega do substitutivo, em julho deste ano, até o presente momento, incorporando todas as alterações decorrentes dos Adendos 1, 2 e 3, antes apresentados.

As alterações foram realizadas ouvindo atentamente os pleitos e as observações dos Parlamentares, em especial dos membros desta Comissão de Orçamentos, fruto de reuniões e entendimentos firmados durante os encontros que tivemos ao longo desse período. Ressalto as principais alterações, que apresento neste Adendo 4, consolidado.

Meta fiscal. Alteração da meta fiscal da União: de 104,5 bilhões para 34,4 bilhões — 0,55 do PIB. Para Estados, Municípios e Distrito Federal, de 22,2 bilhões para 9,4 bilhões — 0,15 do PIB.

Prioridades e metas. Revisão das prioridades e metas do anexo, separada em duas seções: inclusão de prioridades decorrentes de indicações de bancadas de natureza impositiva, limitada a uma emenda por bancada de 0,6 da Receita Corrente Líquida, bem como de programas vinculados a políticas públicas em andamento; e prioridades e metas de programação decorrentes das emendas já apresentadas.

Além das prioridades do anexo, também estão indicadas no art. 3º as prioridades relacionadas no PPA 2016/2019 e aquelas relativas às políticas públicas que gerem emprego e renda.

Controle de despesa (art. 17) - Inclusão de vários dispositivos com o objetivo de controle mais rigoroso de itens específicos de despesas, como: pagamento de diárias, limitadas a 700 reais, incluindo despesa de deslocamento; vedação de concessão de ajuda de custo para moradia ou de auxílio-moradia, de auxílio-alimentação ou de qualquer outro benefício sem previsão legal; aquisição de passagens aéreas em desacordo com o Dispositivo nº 7, classe econômica como regra; regulação provisória do teto das diárias, até que a lei trate dos valores e critérios; fixação de condições para auxílio-moradia.

Despesa de pessoal (art. 71) - Estabelece como diretriz, admitindo exceções justificadas para repartição dos limites das despesas com pessoal, a distribuição proporcional de acordo com a folha de março de 2015, excluídas as sentenças judiciais; fixa a data de 30 de novembro de 2015 como limite para os projetos de lei que tratem de despesas com pessoal e encargos sociais e sejam encaminhados ao Congresso Nacional; restringe as admissões de pessoal aos saldos das autorizações constantes do anexo da LOA 2015, incluindo os atos praticados em decorrência de decisões judiciais às despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal, à substituição de terceirização e aos militares das Forças Armadas; restringe a realização de concurso público e provimentos em 2016; estabelece que, no âmbito do Poder Executivo, o início da vigência e dos efeitos financeiros de reajuste de pessoal só poderão se dar a partir de 1º de agosto 1016; limitações de alterações da carteira do PAC; limitação de alteração do RP3 por ato unilateral do Poder Executivo, limitado a 10% do quantitativo de subtítulos, vedada a alteração das programações constantes do anexo de metas e prioridades.

Emendas individuais ressalvadas de contingenciamentos - Ressalva do contingenciamento às dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais, nos termos do art. 52-J, correspondentes às despesas relacionadas ao anexo Programações Integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC e relativas às ações e serviços públicos de saúde.

O Adendo 4 já está disponível, incluindo aí os Adendos 1, 2, 3 e o relatório inicial entregue. Então, nós temos agora que fazer a análise do Adendo 4 e colocá-lo em votação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Já estão disponibilizados os anexos das prioridades?

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Já estão disponibilizados.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Estão disponibilizados? Porque aqui não consta do adendo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Não. Mas estão disponibilizados já. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Conforme acordo feito entre base e oposição, nós ficamos de ler o relatório, naturalmente preservados os

destaques para que possam ser apreciados em outra Comissão. Gostaríamos de conhecê-lo, em outra votação, na próxima terça-feira. Nós vamos fazer essa votação.

Obrigado, Relator.

Eu queria fazer uma observação, porque há requerimento para convocar o Sr. Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, que já compareceu aqui, do Guido Mantega, que não sei se será mantido, do Augusto Nardes e do Nelson Barbosa — o Joaquim Levy já compareceu — e o do Deputado Hildo Rocha é para convocar o Nelson Barbosa, Secretário Adjunto.

São estes os nomes? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não é este não. O meu é um requerimento solicitando a presença do Ministro José Múcio, Ministro do Tribunal de Contas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi apresentado e não foi votado? *(Pausa.)* Vai entrar na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode entrar na quinta, porque todas as audiências estão marcadas para quinta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os requerimentos aprovados terão as audiências realizadas todas na quinta-feira, pela manhã.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas, Sra. Presidente, é porque o meu requerimento é justamente em cima do PLN 5, que já tem um requerimento, se não me engano, do Deputado Jaime, solicitando a presença do Procurador do Tribunal de Contas da União. E eu peço também a participação do Ministro Múcio nessa mesma audiência pública.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Da nossa parte, não há nenhuma dificuldade de aprová-lo, se for o caso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer a proposta novamente.

Para os requerimentos que já estão aprovados, nós vamos entrar em contato para realizá-los na terça-feira, na parte da manhã. Em seguida, quando houver as outras votações, inclusive as dos projetos aqui apresentados, como a LDO, nós vamos votar os requerimentos para as demais audiências que se referem ao PLN 5.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim. Então, com relação ao PLN 5, vai ser colocado em votação na reunião de terça-feira. É isto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está bom.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Faço uma ponderação à Presidente, se possível, de colocar o requerimento...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É que a Comissão tem por tradição não rejeitar requerimento de companheiro.

Com a palavra V.Exa., por favor. Pode falar.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Faço uma ponderação, Presidente, de colocar esse requerimento de convocação, de convite do Deputado Hildo Rocha agora, porque aí, na reunião de terça-feira, poderia vir também o Ministro para conversar, e ficava até mais fácil a votação do PLN 5, e aí daríamos celeridade aos trabalhos. Acho que todos nós estamos querendo, Governo e Oposição. Eu acho que devemos submeter ao Plenário. O Plenário é soberano e, se o Plenário decidir acatar o requerimento do Deputado Hildo Rocha, já entra extrapauta, é aprovado, e, terça-feira que vem, o Ministro pode vir aqui prestar todos os esclarecimentos. E haverá a celeridade que todos nós queremos. Este é o pleito que eu faço aqui à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou convocar, então, a reunião.

Lido o adendo do relatório da LDO, nós vamos convocar reunião para votação na próxima terça-feira, dia 10 de novembro, às 13 horas, reunião de Líderes e, às 14 horas, votação em plenário.

Está encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

No dia dez do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Jorge Solla, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende e Raimundo Gomes de Matos ; **- Senadores suplentes**: Angela Portela, Hélio José, Lídice da Mata e Lindbergh Farias. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: César Halum, Edmar Arruda, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Hissa Abrahão, José Nunes, José Rocha, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; e **– Senadores:** Davi Alcolumbre, Raimundo Lira e Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputado Weliton Prado e Senadora Gleisi Hoffmann. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Às 15h17min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) reabriu a reunião e informou que havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** No reinício dos trabalhos, a Presidente submeteu ao Plenário à análise dos itens constantes da Pauta que poderiam ser apreciados naquela reunião, e houve consenso, apenas, para votação dos seguintes itens: 2 - **Relatório nº 1/2015,** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE.** 6 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 14/2015-CN.** 7 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 25/2011-CN, e aos Ofícios de nºs 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24/2011-CN.** 8 - Relatório apresentado à **Mensagem Nº 6/2014-CN.** 9 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 6/2015-CN.** 15 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2015-CN.** 16 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 8/2015-CN.** 17 - **Requerimento nº 20/2015-CMO.** 18 - **Requerimento nº 21/2015-CMO.** 19 - **Requerimento nº 22/2015-CMO.** 20 - **Requerimento nº23/2015-CMO.** 21 - **Requerimento nº 24/2015-CMO.** 22 - **Requerimento nº 25/2015-CMO.** 23 - **Requerimento nº 26/2015-CMO.** 24 - **Requerimento nº 27/2015-CMO.** 25 **- Requerimento nº 28/2015-CMO.** 26 **- Requerimento nº 29/2015-CMO.** 27 – **Requerimento nº30/2015-CMO.** 28 **- Requerimento nº 31/2015-CMO.** 29 - **Requerimento nº 32/2015-CMO.** EXTRAPAUTA: **-** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2015-CN,** e Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2015-CN.** O Senador Benedito de Lira (PP/AL) fez a leitura das ementas das matérias que seriam apreciadas naquela reunião. Participaram da análise das matérias os seguintes parlamentares: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), e os Deputados Orlando Silva (PCdoB/SP), Paulo Pimenta (PT/RS), Genecias Noronha (SD/CE), Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rocha (PMDB/MA), Jaime Martins (PSD/MG), Ricardo Barros (PP/PR), Nilto Tatto (PT/SP) e Caio Narcio (PSDB/MG). Às 16h13min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos e passou a apreciação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 03 e 04 de novembro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por proposta do Presidente em exercício da CMO, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco os seguintes requerimentos constantes da Pauta, referentes aos itens 26 a 29: Item 26 - **Requerimento nº 29/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para esclarecer dúvidas relacionadas ao Projeto de Crédito Adicional nº 26/2015." Autor: Deputado Hildo Rocha. Item 27 **- Requerimento nº 30/2015-CMO,** que "Solicita à Sra. Ministra de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício, o saldo total existente nessas contas, no último dia de cada mês, e o quantitativo de beneficiários que se encontram na Regra de Permanência". Autor: Deputado Ricardo Barros. Item 28 **- Requerimento nº 31/2015-CMO,** que "Solicita ao Sr. Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício, o saldo total existente nessas contas, no último dia de cada mês, e o quantitativo de beneficiários que se encontram na Regra de Permanência". Autor: Deputado Ricardo Barros. Item 29 - **Requerimento nº 32/2015-CMO,** que "Solicita ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício, o saldo total existente nessas contas, no último dia de cada mês, e o quantitativo de beneficiários que se encontram na Regra de Permanência". Autor: Deputado Ricardo Barros. Os autores concordaram em transformar seus Requerimentos em Pedido de Informação. Em votação em bloco, os **Requerimentos de nºs 29, 30, 31 e 32/2015-CMO** foram transformados em **Pedido de Informação** e **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em sequência, por proposta do Presidente em exercício da CMO, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco os seguintes requerimentos, constantes da Pauta, referentes aos itens 17 a 25**:** Item 17 - **Requerimento nº 20/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Orçamento na Área da Saúde". Autor: Deputado João Arruda. Item 18 - **Requerimento nº 21/2015-CMO,** que "Solicita que seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira para prestar esclarecimentos sobre a repetição das "pedaladas fiscais" em 2015". Autor: Deputado Elmar Nascimento. Item 19 - **Requerimento nº 22/2015-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública, com a presença da Exma. Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello e da Exma. Sra. Presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, para tratar do Programa Bolsa Família." Autor: Deputado João Fernando Coutinho. Item 20 **- Requerimento nº 23/2015-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública para debater a prestação de contas da Presidente da República – exercício financeiro de 2014." Autor: Deputado Jaime Martins. Item 21 **- Requerimento nº 24/2015-CMO,** que "Requer a realização de audiências públicas para debater sobre a prestação de contas da Presidente da República – exercício financeiro de 2014." Autor: Deputado Jaime Martins. Item 22 **- Requerimento nº 25/2015-CMO,** que "Requer a realização de audiências públicas para debater sobre a prestação de contas da Presidente da República – exercício financeiro de 2014." Autor: Deputado Jaime Martins. Item 23 - **Requerimento nº 26/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater prováveis cortes em programas sociais do Governo no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 – PLOA 2016." Autor: Deputado Nilto Tatto. O autor consentiu com a seguinte alteração na redação: "Requer a realização de Audiência Pública para debater programas sociais do Governo no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 – PLOA 2016." Item 24 - **Requerimento nº**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

27/2015-CMO, que "Requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de cortes no Programa Bolsa Família." Autor: Deputado Jaime Martins. O autor consentiu com a seguinte alteração na redação: "Requer a realização de audiência pública para debater o Programa Bolsa Família." Item 25 **- Requerimento nº 28/2015-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública para debater a mudança de meta fiscal por meio do PLN 5/2015." Autor: Deputado Jaime Martins. Em votação em bloco, os **Requerimentos de nºs 26 e 27/2015-CMO**, tiveram alteração na redação, e em conjunto com os de nºs **20, 21, 22, 23, 24, 25 e 28/2015-CMO**, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, por proposta do Presidente em exercício da CMO, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco os seguintes relatórios constantes da Pauta, referentes aos itens 2, 6, 7, 8, 9, 15 e 16: Item 2 **- Relatório nº 1/2015,** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre o "Exame de Admissibilidade das Emendas ao anexo VII - Prioridades e Metas, do Projeto de Lei nº 01/2015-CN – PLDO/2016, derivadas do processo de emendamento e de escolha pelas Bancadas nos termos do Ofício Circular nº 126/2015-CMO". Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado Genecias Noronha. Voto: pela inadmissibilidade das emendas de n°s 2363.0001, 3755.0003, 3791.0002 e 3791.0003, e pela admissibilidade das demais emendas aprovadas ao Anexo VII, uma vez que contemplam projetos estruturantes constantes do PPA e das últimas leis orçamentárias vigentes. Item 6 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 14/2015-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.221/2015-TCU-Plenário, referente às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçú, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro." Relator: Deputado Elmar Nascimento. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), a Obra vinculada ao Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001/2014 – Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais Nacional – Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense – RJ, Contrato 02/2014 e Edital 29/2013, sob gestão da Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades. Item 7 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 25/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 15/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 16/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 17/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 18/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 19/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010"; ao **Ofício nº 20/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010"; ao **Ofício nº 21/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010"; ao **Ofício nº 22/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010"; ao **Ofício nº 23/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010"; e ao **Ofício nº 24/2011-CN**, que "Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal – exercício 2010." Relator: Senador Davi Alcolumbre. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo sobrestamento, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, da apreciação das contas dos dirigentes do Supremo Tribunal Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Distrito Federal e Territórios, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, da Justiça Eleitoral, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e do Senado Federal, relativas ao exercício financeiro de 2010, até o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.238-5/DF quanto ao artigo 56, *caput,* da Lei Complementar nº 101/2000. Item 8 - Relatório apresentado à **Mensagem Nº 6/2014-CN,** que "Encaminha, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Volume Anexo, que compreende as contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2013". Relatora: Deputada Flávia Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação, com ressalvas, das Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2013, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Item 9 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 6/2015-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, § 1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014." Relator: Deputado Zeca Dirceu. Voto: pelo conhecimento da matéria e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações e recomendações feitas no relatório. Item 15 **–** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, e à Lei 8.443/92, art. 90, §§ 1º e 2º, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2015." Relator: Deputado Pedro Fernandes. Voto: pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Item 16 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 8/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 11.887/08, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2015". Relator: Deputado Lelo Coimbra. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Em votação em bloco, os **Relatórios** foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, por proposta do Presidente em exercício da CMO, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão, para votação em bloco, os seguintes requerimentos de inclusão na pauta: **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2015-CN.** Autor: Deputado Jaime Martins, Presidente em exercício da CMO. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2015-CN.** Autor: Deputado Jaime Martins, Presidente em exercício da CMO. Em votação em bloco, os **Requerimentos de inclusão de pauta** foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 331.755.228,00 (trezentos e trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Domingos Sávio. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório. O Deputado Caio Narcio (PSDB/MG) discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Carlos Henrique

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Gaguim. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, pela aprovação das emendas de nºs 1, 2 e 3 e pela rejeição da emenda nº 4. O Relator apresentou o Relatório. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Finalizando, o Presidente em exercício sugeriu suspender a reunião para o dia seguinte, entretanto o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) solicitou o encerramento dos trabalhos. ENCERRAMENTO**:** concluída a votação das matérias acordadas, o Presidente em exercício encerrou a reunião, às dezesseis horas e quarenta e dois minutos do dia dez de novembro de 2015. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 11 de novembro, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 10.11.2015, às 14h28min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Não há quórum para deliberação. Suspendo a reunião por 1 hora.

(A reunião é suspensa.)

Em 10.11.2015, às 15h17min.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada, com as bênçãos de Deus e a benevolência do nosso áudio, a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, por correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Passamos à Ordem do Dia.

Eu queria fazer uma consulta. Nós temos elencadas várias matérias para acordo. Algumas são avisos, requerimentos. Eu gostaria de ler e ver o que é objeto de acordo, para que possamos dar andamento à votação. Peço a colaboração do Deputado Izalci e do Deputado Ricardo Teobaldo. Vamos ver quem pode responder por cada bancada — o Senador Eduardo Amorim se encontra presente. Vamos tentar ver o que nos une nessa reunião.

Item 1.

Adendo nº 1, de 2015, ao parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, PLDO 2016, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências"*. O Relator é o Deputado Ricardo Teobaldo.

Sobre esse item, nós acordamos que seria feita a leitura. Estão todos de acordo?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós acordamos que a leitura desse seria feita amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estão todos de acordo sobre a leitura amanhã? *(Pausa.)*

O.k.

Item 2. Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, apresentado ao projeto de lei. O Relator é o Deputado Genecias Noronha.

Foi acordado que esse item seria votado hoje.

Item 3. Relatório, Adendo nº 4 e Errata nº 1 apresentados ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências"*.

Está suspenso para o dia de amanhã.

Item 4. Relatório de Receita nº 1, de 2015, do Sr. Acir Gurgacz, PLN 7, de 2015, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também está suspenso.

Item 5. Projeto de Lei nº 5, da Presidente da República, que *"altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015"*.

Também está suspenso.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Gostaríamos que fosse apreciado amanhã. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos trabalharemos nessa direção.

Item 6. Aviso nº 14, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que: *"encaminha cópia do acórdão nº 2.221, de 2015, referente às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no Estado do Rio de Janeiro".*

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Já há parecer para esse item?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim. O Relator é o Deputado Elmar Nascimento.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Já foi apresentado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tudo o que consta dessa lista tem parecer e foi entregue.

O Deputado Elmar Nascimento se encontra no plenário? *(Pausa.)*

Não se encontra.

Item 7. Mensagem nº 25, de 2011, do Supremo Tribunal Federal, que *"encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010"*. Ofícios nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 15, todos de 2011. O Relator é o Senador Davi Alcolumbre.

Estão de acordo? *(Pausa.)*

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O.k.

Senador Benedito de Lira, V.Exa. pode ler o item 8, por favor? Peço por exaustão mesmo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 8. Mensagem ao Congresso Nacional n° 6, de 2014, da Presidente da República, que *"encaminha, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, o Volume Anexo, que compreende as Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2013"*. A Relatora é a Deputada Flávia Morais.

Estão de acordo?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Há acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - De acordo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 9. Mensagem ao Congresso Nacional n° 6, de 2015, da Presidente da República, que *"encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei n° 12.593, de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2014".* O Relator é o Deputado Zeca Dirceu.

De acordo sobre o PPA?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não há acordo para votar o PPA hoje.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Estamos falando do relatório preliminar, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Ah, o de avaliação.

O Deputado Zeca Dirceu está presente? Eu não sei se o Relator se encontra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há problema nenhum. Se o Relator não estiver, nós faremos o relatório *ad hoc* para não deixarmos de votar essa pauta.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 10. Aviso ao Congresso Nacional nº 17, de 2014, do Tribunal de Contas da União, que *"encaminha cópia do Acórdão nº 2.378, de 2014 — TCU — Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (...)".*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Uma coisa é o relatório quadrimestral relativo ao exercício de 2014; outra coisa é a conta da União.

Não querem votar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós vamos votar em bloco quando formos apreciar as contas de 2014, como foi combinado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso não pode.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Colocamos em pauta no momento apropriado, Sra. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, o item 10 não entra?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

Prestem atenção ao item 11, por favor, relativo aos relatórios de gestão fiscal.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O Item 11 são os relatórios de gestão fiscal relativos ao segundo quadrimestre de 2014.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Também não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O item 15 da pauta é o próximo com acordo, pelo menos com o nosso acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou ajudando a Oposição.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 12. Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2015.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Dorinha, nós estamos consultando a todos. Não se trata só do DEM e do PSDB. Temos que ouvir a opinião dos outros. V.Exas. estão de acordo a partir do item 15, mas nós temos que passar por todos os itens, para o Plenário.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu não estava falando com a Presidente. Estava falando com o Deputado Domingos Sávio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, infelizmente eu estou conduzindo os trabalhos. Não tem jeito.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas eu não estava falando com V.Exa. Não estou entendendo, Presidente.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 13. Relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário e Mensagens ao Congresso Nacional nº

15, de 2014 e nº 13, de 2015, referentes ao segundo quadrimestre de 2014 e ao exercício de 2014, respectivamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Os itens 13 e 14 são semelhantes, matérias sobre as quais ainda não há acordo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 15.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nesse há acordo da Oposição, pelo menos da nossa parte.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não há acordo da nossa.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Também não há acordo sobre o item 15?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sobre o item 15, a Deputada Dorinha disse que havia acordo. Não há?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Da parte da Oposição há acordo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Mas não da nossa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Parece que não há acordo da parte do Governo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Da minha parte não há acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PT está se manifestando de modo contrário. Há alguém da base que queira se manifestar a favor?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu quero fazer uma justificativa, Sra. Presidente, ao item 15. Já que nós estamos deixando as contas de 2015, aí incluídas as do Governo, peço que não coloquemos em discussão as de qualquer outro órgão. Vamos discutir todas as contas de 2015 no momento em que discutirmos as contas de 2015 do Poder Executivo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que pensa o Deputado do PCdoB Orlando Silva? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O PCdoB vota com a Presidência da Comissão. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero ouvir o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, eu vou aquiescer ao seu pedido. Nós estamos de acordo com que o item seja incluído na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com que ele seja incluído? Ele já está na pauta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Com que seja mantido na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mantido na pauta?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Vamos votá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou observando a controvérsia do PT: o PT é contrário, V.Exa. é favorável.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Não há problema: o PT é o PT; o PCdoB é o PCdoB.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PV como vota? *(Pausa.)* O PV vota pela manutenção na pauta.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Vamos para o item 16, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, o entendimento não é o de que seriam incluídos os itens em torno dos quais há acordo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas só falam o Deputado Domingos Sávio, a Deputada Dorinha e a Senadora Gleisi Hoffmann. Depois, quando há reunião, há quem diz: *"Na reunião passada, eu disse o contrário"*. Então, por favor, se há acordo, mas vamos chegar ao acordo juntos.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Mas é que já houve alguém que manifestou que não quer. Eu entendi hoje que nós não teríamos nenhuma votação de item em torno do qual não houvesse acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é com V.Exa., Senadora Gleisi Hoffmann. Preocupa-me aqueles que não acompanham a pauta e depois cobram.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu estou entendendo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, não será incluído item na pauta por acordo da Situação com a Oposição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não temos objeção, então, de não incluir. Tudo bem, não se inclua. Vamos incluir sempre que houver consenso. Eu acho que isso é o adequado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu posso pedir à Senadora Gleisi Hoffmann que dialogue com a Oposição, para que cheguemos a um consenso? Aqui nós trabalhamos em consenso.

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Sra. Presidente, eu queria sugerir que fosse logo pautado e submetido a votos aquilo que já está acordado, para ganharmos tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Genecias Noronha, o que aconteceu na reunião em que V.Exa. não estava é que lá não foi possível, dadas as três situações controvertidas, LDO, Receita, PLN 5... Então, estamos apreciando no plenário. É aqui que nós estamos construindo o entendimento. Por isso V.Exa. está sentindo que está atrasado em relação as outras reuniões, mas temos que fazer assim.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 16. Aviso ao Congresso Nacional nº 8, de 2015, do Ministério da Fazenda, que *"encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.887, de 2008, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2015".*

De acordo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O item 16 é relativo ao Fundo Soberano.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Entramos em acordo: vamos votar o item 15.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, nós estamos contra-argumentando com a Senadora que seria razoável votarmos os itens 15 e 16, por se tratarem de matérias cuja votação diz respeito apenas ao conhecimento e ao arquivamento — nesses casos não votamos pela aprovação ou pela rejeição. Então, é algo mais simbólico, vamos dizer assim, para cumprir o preceito constitucional de

que o Tribunal de Contas tem o dever de nos informar, e, de certa forma, nós temos o dever de dizer que formos informados.

Se, amanhã, qualquer um de nós entender que há algo nessas contas que merece reparo, o questionamento não ficará prejudicado. A votação é pelo conhecimento e arquivamento. Assim, nós somos a favor da votação dos itens 15 e 16. Havendo consenso, votamos as matérias que não são polêmicas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O.k.

Felizmente, com aprovação dos Deputados do PCdoB, do PV, do PMDB, do PT, do PSDB e acho que de todos dos demais partidos, nós voltaremos ao item 15 para votá-lo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Itens 15 e 16.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Itens 15 e 16.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 17. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. João Arruda, que *"requer a realização de audiência pública para discutir o orçamento na área de saúde".*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Somos favoráveis. Acho que todos aqui somos. Nós já fizemos um pacto de que não faríamos audiência pública fora de Brasília — não foi, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas, aqui, todas as audiências possíveis serão saudáveis para ampliar a participação popular.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 18. Requerimento nº 21, de 2015, do Sr. Elmar Nascimento, que solicita *"que seja convidado Procurador do Ministério Público junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre a repetição das pedaladas fiscais de 2015".*

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente, não vejo problema, quero apenas fazer um adendo: solicitar que venha também o relator das contas, não só o representante e o Procurador. Eu gostaria que também o Ministro Nardes pudesse vir a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A vinda do Ministro Nardes já foi aprovada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento relativo ao Ministro Nardes já foi aprovado. A data será depois do dia 18.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu acho que poderíamos fazer em conjunto, já com o Ministério Público também. Por que fazer duas audiências sobre o mesmo tema? Estamos com pouco tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Senadora Gleisi requer que as três audiências públicas relativas ao TCU sejam realizadas em conjunto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, há um requerimento de minha autoria para que se convide o Ministro Múcio. Como Relator das contas deste ano, entendo que seria importante sua presença para a discussão sobre as prestações de conta do ano de 2015.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu também tenho um requerimento aprovado, relativo a Guido Mantega, causador de tudo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento de V.Exa. já foi votado, Deputado Hildo?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não foi pautado ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se não foi pautado, vamos pedir para ser pautado da próxima vez.

Vamos deixar claro: o item 18...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi aprovado com o adendo da Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O item 18 foi aprovado com o adendo de que os requerimentos anteriores sejam adensados.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente, nós também estamos apresentando um requerimento para que venha também, a essa mesma audiência, o Ministro Adams, da Advocacia-Geral da União. Aí nós já faríamos um bom debate sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Esse requerimento já existe na pauta. Já há aqui requerimento para todos os Ministros do TCU, para o Advogado-Geral da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União, para o Ministério do Planejamento e para o Ministério da Fazenda. Para todos esses há requerimento na pauta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O requerimento relativo ao Ministro Múcio é de 2015.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Mas ainda não existe decisão. Nós estamos apreciando a prestação de contas do ano de 2014.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perdão, mas estamos tratando de 2015.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Nós estamos tratando aqui de 2015.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria que os Srs. Parlamentares não falassem ao mesmo tempo.

Por favor, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, Presidente, mas eu estava com a palavra. Peço a V.Exa. que me garanta a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está garantida.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O Requerimento nº 21 trata das prestações de contas de 2015, não de 2014.

O Relator das contas da Presidência de 2015 é o Ministro Múcio. Já que se vai fazer um adendo com outros convidados, chamando também o Ministro da Advocacia-Geral da União, para tratarmos das contas de 2015, que é o que diz respeito ao PLN 5, seria importante a presença do Ministro Múcio, assim como a do Ministro da Controladoria-Geral da União, uma vez que o órgão de controle interno tem que se manifestar com relação a essa prestação de contas.

Eu acho interessante esse debate ocorrer aqui, porque nós vamos estar tratando do PLN 5, como eu disse em nossa reunião de Líderes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, a minha sugestão vai ao encontro do que o Deputado Hildo Rocha está propondo e do que a Senadora já propôs. Nós já fizemos isso várias vezes, em diversas reuniões.

O requerimento foi especificamente ao Procurador do Ministério Público Júlio Marcelo de Oliveira, mas, para uma matéria dessa natureza, é natural que a Senadora proponha a vinda do Advogado-Geral da União, que o Deputado Hildo proponha a vinda do Relator do TCU.

Pois bem, Sra. Presidente, a minha proposta é que votemos o item 18 como de consenso, com a condição de que os convidados sejam elencados por V.Exa., ouvidas as Lideranças. V.Exa. ouve o PT e demais partidos da base do Governo, verifica os convidados, e nós acompanhamos, em consenso.

Trata-se de uma discussão que acho que só ajuda a esclarecer, mas que deve ser feito com a oportunidade do contraditório, com a participação de quem entende de uma forma e de quem entende de outra em debate franco e claro sobre a matéria, e em local apropriado, Comissão de Orçamento, que, no momento adequado, vai julgar contas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos tentar dar a isso um formato.

A proposta é juntar todas as reivindicações em um requerimento único, para fazermos um debate único. Todos estão de acordo?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu só peço uma coisa antes, Sra. Presidente. Eu não entendi o que o Deputado Hildo colocou. Isso não pode ser uma preliminar para votação do PLN 5. Uma coisa é entender o que aconteceu, que podem chamar de pedaladas ou do que quer que seja; outra coisa é a votação do PLN 5. Eu estou entendendo que estamos fazendo um esforço para votarmos aquilo em torno do que há consenso — acho que estamos indo bem e que vamos limpar bastante a pauta —, mas que aquilo que nós não estamos discutindo hoje não sai de pauta, e que amanhã nós teremos outra discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Esses itens não estão saindo de pauta, permanecem na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, eu concordo com que haja uma audiência pública — acho que é um debate importante —, só que eu não quero entender a discussão como preliminar à votação de projeto em pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só não quero transformar um item de procedimento, que já foi acordado lá dentro, em outra discussão aqui, que isso não vai levar a nada. Vamos vencer as etapas, que é o que temos a fazer.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, eu só quero esclarecer que existem na pauta cinco requerimentos meus a respeito desse tema. Acho que poderíamos juntar todos, uma vez que são temas correlatos.

O Requerimento nº 23 convida Joaquim Levy, Nelson Barbosa e o Advogado-Geral da União para debater a questão relativa ao exercício financeiro de 2014, ou seja, as contas do TCU que foram julgadas. Com o mesmo objetivo, nós estamos convidando também os Ministros do TCU, todos eles ou, pelo menos, aqueles que se julgarem em condições de vir debater. É claro que o Relator está entre os que seriam convidados. Poderia vir apenas o Relator, poderiam vir o Relator e o Presidente, não necessariamente em uma única audiência, uma vez que talvez não tenhamos tempo para aprofundar os debates. Talvez pudéssemos fazer uma audiência na terça e outra na quarta, de modo que, em uma semana, nós encerraríamos esses debates.

Eu convido também setores da sociedade civil: a Ordem dos Advogados do Brasil, o Presidente da OAB, juristas que já se manifestaram a favor e contra essas questões relativas às pedaladas, porque, de fato, é talvez um dos temas mais importantes a ser votado nesta Comissão.

Então, estão aqui os Requerimentos nºs 23, 24, 25, que podemos juntar ao Requerimento nº 19 e fazer apenas um requerimento, limpando a pauta e entrando em consenso sobre as pessoas que seriam as mais adequadas para participar do debate.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está sugerindo os Requerimentos nºs 23, 24 e 25?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - V.Exa. fala das contas relativas a 2014?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sim, das questões relativas à 2014.

Há também o Requerimento nº 27, que visa debater o Bolsa Família, e outro que visa debater a meta fiscal de 2015, mas são coisas diferentes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na verdade, elas são correlatas. Eu acho que não há prejuízo. Eu entendo que propósito dessa audiência é promover um debate que tenha a grandeza de procurar entender qual pode ser a saída para o Brasil do ponto de vista do planejamento e da execução orçamentária.

Houve uma situação em 2014 tal que, no final do ano, foi necessário um PLN para mudar a meta fiscal. Essa situação está se repetindo em 2015. Nós precisamos ter um entendimento republicano para não transformarmos isso em rotina nacional. Transformar isso em rotina nacional é equivalente a acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que eu acredito ser hoje, talvez, um dos poucos consensos, ainda que haja algumas divergências quanto a um ou outro item.

Ela não foi consenso à época — o PT foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas eu lembro que, no quinto aniversário da lei, no ano de 2005, o então Ministro Palocci teve um gesto até de grandeza: discursando em evento se não me engano no Senado, ele disse se penitenciar por não ter votado a favor da LRF. Naquele momento, ele via que era impossível qualquer planejamento, qualquer gestão séria, responsável, para que o País tivesse, de fato, um desenvolvimento, sem o cumprimento de meta, sem uma lei de responsabilidade fiscal. E assim é em qualquer Governo, seja Governo do PT, seja PSDB, seja do PMDB.

Nós temos que pensar nos Estados e nos Municípios. Tem de haver a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós estamos vivendo uma situação em que ela, de alguma forma, está sendo colocada em risco: mesmo havendo a lei, ao final do exercício disseram simplesmente: *"Eu não cumpri a meta; então, eu mudo tudo"*.

Esse debate tem que ser feito com clareza, com franqueza, não de maneira apaixonada, partidária, com troca de acusações. Não é isso o que eu quero e não é isso o que eu faria num debate assim.

Enfim, eu acho a proposta do Deputado Jaime Martins muito apropriada. Reunimos o tema e discutimos tanto as questões relativas a 2014 quanto a 2015 e seus impactos. Podemos convidar as seguintes autoridades: o Advogado-Geral da União, talvez alguém ligado ao Planejamento e à Fazenda e, claro, Ministros do Tribunal de Contas da União, que o órgão de fiscalização. Nós, que somos o Parlamento, vamos fazer o debate e tirar boas conclusões dele.

Como, pelo que entendi, todos acolheram a proposta, também nossa, de que os convidados sejam objeto de consenso, se o Deputado Jaime Martins e o Deputado Hildo Rocha permitirem, gostaria que nós pudéssemos subscrever juntos o requerimento, que vai ter um novo formato e ficará subscrito pela base do Governo e também pela Oposição, de modo a termos aqui um debate republicano.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - V.Exa. está propondo juntar 2015 e 2014?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para mim, não há nenhuma dificuldade em que sejam duas audiências — eu até prefiro —, mas, como são as mesmas autoridades, o Tribunal de Contas da União... A proposta do Deputado Jaime Martins é de que seja feito em uma audiência.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu não sei se nós conseguiríamos, em uma única audiência, esgotar o tema, uma vez que nós temos que ouvir o Tribunal de Contas da União — o Relator, com certeza, mas poderá vir também, por exemplo, o Deputado José Múcio, que já está tratando das contas de 2015; poderá vir o próprio Presidente do Tribunal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Acho que duas reuniões seria bom: uma sobre 2014, especificamente, com todos esses convidados, e outra sobre 2015 e as repercussões futuras. Assim, vamos pensar já em 2016. Acho que ficariam mais adequados dois requerimentos, com os mesmos convidados em comum.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - O debate sobre 2014 vai se referir ao julgamento das contas feito pelo Tribunal de Contas da União. Isso já foi objeto de defesa do Governo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É passado, digamos assim.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Mas hoje há na Comissão um Senador que está relatando essas contas, e o Governo precisa ter oportunidade de defesa, dada a votação contundente no Tribunal de Contas da União. É preciso que isso seja discutido aqui.

Então, proponho que seja uma audiência sobre 2014 e, sem prejuízo de votação do PLN 5, que está na pauta, outra sobre 2015, focando meta fiscal e projeção futura, fugindo um pouco ao âmbito do julgamento do Tribunal de Contas da União.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, quero apoiar a proposta do Deputado Jaime Martins. Eu considero que dois debates — um sobre dados e contas de 2014; outro relativo a 2015 — seja a proposta mais correta, por tratar-se de anos fiscais distintos. A Comissão se dedica a examinar o Orçamento do País, que tem uma determinada periodicidade.

Faço, contudo, dois apelos. O primeiro, se o Deputado Jaime Martins estiver de acordo, é que eu gostaria de subscrever o requerimento, fruto deste entendimento, com a composição da Mesa.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sem dúvida nenhuma. Está aberto a todos que queiram subscrevê-lo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O segundo é que aquiescêssemos à palavra da Presidente e não entrássemos no mérito do debate, porque aqui estamos tratando de procedimentos.

Eu entendo — e louvo — as preocupações do Deputado Domingos Sávio com o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no País, com sua aplicação no segundo período, mas eu me reservo a não debater o mérito das observações políticas do Deputado, para que o façamos quando da realização da audiência pública.

Aprovemos os requerimentos e sigamos nossa pauta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta está feita. Eu acho que podemos redigir um novo requerimento, com a assinatura de todos que queiram subscrevê-lo.

O Deputado Jaime fica responsável pelo requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero subscrever também.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Combinado. Todos da Comissão que queiram subscrever poderão fazê-lo. Vamos fazer uma audiência sobre 2014 e outra sobre 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 19. Requerimento nº 22, de 2015, do Sr. João Fernando Coutinho, que *"requer a realização de audiência pública com a presença da Exma. Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e da Exma. Sra. Presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, para tratar do programa Bolsa Família"*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão de acordo?

Eu vou lembrar mais uma vez que o autor não está aqui. Não quero prejudicá-lo com minha fala de maneira alguma, mas quero dizer que o fator tempo é decisivo na organização dos debates.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Esse item coincide com o item 24. São de mesmo teor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem é o autor do item 24.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sou eu o autor. Trata-se do Requerimento nº 27, de 2015, que *"requer realização de audiência pública para debater a necessidade dos cortes no Programa Bolsa Família"*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos apensá-lo.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Isso foi discutido com o Relator-Geral, que tem a mesma avaliação: é a oportunidade de termos um debate mais claro. O Bolsa Família é um programa emblemático, e as coisas precisam ficar bastante claras para a população brasileira, através da mídia. Eu acho que esse debate talvez seja uma oportunidade para o Relator expor suas ideias com mais clareza.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, serão convocadas as mesmas pessoas? A Ministra e a Presidente da Caixa?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Poderiam ser. Tem de ser alguém do Governo que fale pelo Governo, que seria certamente a Ministra.

Eu acho importante dizer que não se trata de convocação, mas de convite.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, o item 24 é mais amplo, mais aberto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu queria aditar com algum gestor municipal do cadastro no Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O autor é o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou sugerindo ao Deputado Jaime que adite.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - V.Exa. quer aditar com quem especificamente?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Com um gestor municipal.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Um gestor qualquer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou informar de qual Município viria o gestor do cadastro, que é feito no Município e é 100% declaratório: ninguém apresenta um documento, apenas vai lá e declara, e é assim que vem para o Cadastro Nacional. É o computador central do Cadastro Nacional, na Caixa Econômica, que seleciona os beneficiários e emite o cartão para a agência da Caixa mais próxima daquele beneficiário. O Município apenas administra o cadastro, ele não escolhe quem entra e quem não entra no programa. Isso é feito aqui, pela central da Caixa Econômica.

Então, o gestor do Bolsa Família no Município recebe orientações da gestão do programa para conduzir sua relação com os beneficiados lá. Centenas, milhares de pessoas não retiram o dinheiro, que fica na conta por 1, 2, 3 meses. O Governo recolhe o dinheiro depois de 90 dias. Qual a ordem que eles dão ao gestor municipal? A de cortar o cartão de quem não retira o dinheiro, uma vez que, se não retira, é porque não precisa? Não. Mandam localizar a pessoa e fazê-la retirar o dinheiro.

Essas coisas precisam ser entendidas, porque o comando que vai para o Município é no sentido de manter os beneficiários.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Deputado Ricardo, não vamos entrar no mérito da questão.

Da minha parte, não há inconveniente em S.Exa. aditar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Apenas um gestor municipal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sugiro que não seja o gestor de uma determinada cidade, para evitarmos controvérsias.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Escolheremos em conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por que não o gestor do Cadastro Nacional?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porque são os Municípios que cadastram as pessoas para o Cadastro Nacional, que não é só do Bolsa Família, mas de todos os programas sociais do Governo. A seleção dos contemplados é feita pelo sistema de gerenciamento central, aqui de Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu proponho, então, que os senhores conversem entre si.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Nilto Tatto havia pedido a palavra. Ele tem a preferência.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, o item 23, o Requerimento nº 26, de 2015, de minha autoria, também vai nessa linha, pedindo audiência com o Ministro Nelson Barbosa e com representantes de diversos movimentos relacionados aos programas do Governo, principalmente ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor sugere apensar o requerimento?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Pode ser muito rico fazermos um diálogo direto com a sociedade e com o Ministro da área econômica. Eu propus a criação de uma oportunidade para conversarmos com os diversos movimentos — catadores, movimentos do campo, beneficiários de boa parte dos programas governamentais — a proposta de ajuste por parte do Governo.

A audiência pode ser junta ou separada. Minha preocupação é termos uma Mesa muito grande e não termos oportunidade de discutir.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, peço a palavra, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Orlando Silva.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu quero fazer uma reflexão para o Deputado Ricardo Barros, Relator do Orçamento. Eu considero adequados os dois requerimentos, mas considero inapropriado incorporar um gestor local à audiência com o Ministro e o gestor nacional que respondem pelo Programa Bolsa Família.

O Brasil é um País continental com realidades absolutamente diferenciadas, com experiências administrativas completamente distintas. Debater a normativa, o funcionamento do programa é coisa que faremos com os gestores nacionais do programa, ou podemos inviabilizar o principal debate, o debate pautado pelo Relator.

O Relator, em uma de nossas reuniões, anunciou: *"Cortarei 10 bilhões do Bolsa Família"*. Em reunião de Líderes, ele disse que havia avaliado bastante o programa. Eu considero que o mérito deve ser debatido pelo Relator, pelos Senadores e Deputados com o comando do programa, sob pena de nós não cumprirmos a questão central: é correto ou não cortar, de modo arbitrário, 10 bilhões de reais do Bolsa Família?

Eu penso que é um erro, mas não creio que seja adequado tratar esse tema com um gestor local, que, quando muito, conhece a realidade do seu Município. Isso vai acrescentar pouco ao debate que a Comissão vai fazer.

Sra. Presidente, eu quero sustentar a proposta original, sem a participação de gestor local, porque isso vai ajudar muito pouco a avançarmos no debate orçamentário, objetivo principal desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, tenho um enorme respeito pelo Deputado Orlando Silva e gostaria de apresentar uma proposta que não prejudica sua linha de raciocínio — concordo com que, se formos discutir a realidade de cada um dos 5 mil Municípios do País, vamos precisar de um estádio para realizar uma audiência dessa natureza —, mas que permite perfeitamente que tenhamos uma representação do municipalismo.

Esse programa social tem como um dos pilares da sua execução o Município; aliás, a execução se dá no Município. Portanto, eu acredito que a representação da Frente Nacional dos Municípios, organização dos prefeitos do País, das capitais aos os pequenos rincões, hoje presidida pelo Prefeito Marcio Lacerda, de Belo Horizonte, pode trazer a visão do Município. A Frente conta com assessoria

qualificada, possui dados, estudos, e sabe quais são os gargalos mais frequentes, as maiores dificuldades.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Posso concordar com sua proposta fazendo uma sugestão?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu quero me somar à proposta feita pelo Deputado Domingos Sávio de uma representação, porque aí há uma certa institucionalidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Falo da representação nacional do municipalismo pela Frente Nacional dos Municípios, através do seu Presidente, que, obviamente, indicará alguém ou, se vier, trará um retrato nacional.

E quero fazer uma ponderação aos proponentes e me unir a eles na proposta de que se debata o assunto com enfoque em mecanismos que evitem fraude ou uso indevido do Programa Bolsa Família, não cortes.

Eu justifico a minha posição. Eu não me sentiria à vontade, eu não votaria a favor sequer de uma audiência para discutir cortes no Programa Bolsa Família, porque nós do PSDB o defendemos como programa de Estado. Ele iniciou-se, com outro nome, no período do Presidente Fernando Henrique. Hoje, é um programa de dimensão maior, como nunca deixamos de reconhecer, mas o conceito permanece o mesmo. Entendo que, diante de qualquer proposta de audiência que seja votada hoje e anunciada amanhã no sentido de discutir cortes no Programa Bolsa Família, ainda que a proposta dos autores seja discutir corte naquilo que esteja errado, vai ser entendido que persiste a ideia de cortar 10 milhões do programa. Eu não quero endossar isso e acho que esta Comissão não deve fazê-lo.

Então, eu proponho que a redação seja muito cautelosa. Podemos votar por consenso, se a redação for no sentido de propor audiência pública para debater o combate a todo tipo de utilização inadequada e de fraude relativamente ao Programa Bolsa Família, assegurando a sua continuidade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todas as colocações foram extremamente importantes e realmente procede a preocupação de todos os que aqui estão. Nesse sentido, faço uma ponderação ao Deputado Jaime Martins.

O requerimento *"requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de cortes no programa"*. Ora, quanto a propor haver ou não corte, esse papel cabe ao Relator. O Relator-Geral vai trazer sua proposta de corte, e nós vamos votar debatê-la e votar "sim" ou "não".

Acho que um requerimento naqueles termos antecipa a discussão do Orçamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu concordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria propor fazer-se uma nova redação.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - V.Exa. pode modificar a redação, porque a intenção não era essa. Eu também não quero acabar com o programa, ao contrário. O debate visa para preservá-lo o melhor possível no alcance das suas metas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, quero dizer que concordo em debater apenas a gestão do programa, mas quero incluir, também, a Controladoria-Geral da União.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço a V.Exa. que apresente o requerimento, porque o requerimento do Deputado Jaime não menciona Controladoria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sei, Sra. Presidente, mas como ele já concordou com a inclusão de representante dos Municípios, estou pedindo a inclusão da Controladoria. O Deputado Orlando acabou de dizer que eu propus um corte arbitrário do Bolsa Família. Eu não propus corte arbitrário, mas um corte que a Controladoria-Geral da União encontrou: está aqui o gráfico da auditoria dizendo que só 61% estão na renda declarada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vejam bem que nós estamos discutindo o Orçamento da União. Eu peço um pouco de objetividade. Estamos agarrados a essa pauta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A Controladoria tem auditoria sobre o assunto. Faço um apelo ao Deputado Jaime Martins para acrescentá-la, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele vai fazer o requerimento e, se achar de bom alvitre, acrescentará a convocação que V.Exa. pede.

Vamos continuar com a pauta.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Será acrescentada.

Eu só quero ponderar ao Deputado Domingos Sávio no sentido de que trouxéssemos aqui a Federação Brasileira dos Municípios, que, a meu ver, em termos de representatividade, congrega todos os Municípios brasileiros, em vez da Frente Nacional, que engloba um número menor de prefeitos e não tem a mesma estrutura nem a mesma legitimidade institucional. Enfim, vamos achar o nome de um prefeito que possa ser representativo.

Nós não queremos aqui apenas fazer um debate meramente político, mas um debate o mais técnico possível sobre o programa, seu funcionamento e sobre essa eventual possibilidade que o Relator aventa, até para nos orientar em relação aos votos das nossas bancadas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Talvez as duas entidades, Deputado Jaime.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Srs. Deputados, vamos passar deste item, por favor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas, Sra. Presidente, esta também é uma oportunidade de nos expressarmos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. deseja falar sobre o requerimento?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim, é claro que é sobre o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu queria ressaltar que esse foi um caso que ficou notório em todo o Brasil. Primeiro, porque esse é um programa que atinge milhões de famílias e foi colocado de uma maneira na qual parece que, por exemplo, o nobre Relator que propôs o corte, não é Vice-Líder do Governo. Na verdade, ele é Vice-Líder do Governo. E, nesse momento, quando ele coloca a questão do corte, houve um debate sobre a proposição dele e, dias depois, um debate da Presidente da República desautorizando um Vice-Líder do Governo dela.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu quero aproveitar a oportunidade da apresentação desse requerimento para reiterar a posição que nós da Oposição temos de manter esse programa. Só isso. Gostaria de ressaltar isso porque causa estranheza o Vice-Líder do Governo não se entender com o Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós teremos tempo e oportunidade para entrar no mérito do comportamento de quem quer que seja na hora da votação.

Imaginem quando formos votar o Orçamento!

Item 26.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Item 26. Requerimento do Sr. Deputado Hildo Rocha, que *"requer realização de audiência pública, com a finalidade de ouvir o Sr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para esclarecer dúvida relacionada ao Projeto de Crédito Adicional nº 26/2015"*.

De acordo? O.k.?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Qual é esse crédito, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, o que diz o crédito? Deixem que eu possa ler isso para os senhores entenderem: o Projeto nº 26 trata de encargos financeiros da União, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda e operações oficiais de crédito. Eu vou dizer os valores: 745 milhões e 150 mil, recursos sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

A proposta é fazer uma audiência pública para que o Ministro Levy possa explicar esse crédito adicional.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Presidente, o texto está se referindo à integralização de cotas internacionais. Nós gostaríamos de saber qual é essa integralização que está realizada pelo Ministério, pelo Governo Federal, com outros países.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está em discussão.

Eu só digo que eu não sei qual é o calendário que os senhores estão construindo para votar tudo isso.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Deputado Hildo Rocha, essa integralização refere-se ao quê? Por gentileza, essa é a do Item 27?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É o PL 26.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Em função das muitas audiências públicas que teremos — o Sr. Levy certamente vai estar aqui outras vezes conosco —, poderia ser feita aqui uma transformação em requerimento de informação ou não?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode, sim. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Portanto, nós transformamos a proposta em requerimento de informação, porque não se vai exigir a presença do Ministro aqui. Ele manda as informações. Caso, já de posse das informações, não...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode ser, até porque até o dia 20 é o prazo para votarmos os PLNs.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Não foi esclarecido, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós os transformaremos, então.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Requerimento... Por favor.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Requerimento nº 27, do Sr. Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral do nosso orçamento, que solicita à Sra. Ministra de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício, o saldo total existente nessas contas no último dia de cada mês e o quantitativo de beneficiários que se encontram na regra de permanência.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidente, os Itens 27, 28 e 29 referem-se a requerimentos de informação do Relator-Geral. Eu acho que não existe nenhum inconveniente no fato de o Relator-Geral colher informações para elaborar o seu relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele está fazendo isso o tempo todo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Então, eu acho que, se a Oposição tiver alguma coisa a opor, os Itens nºs 27, 28 e 29 são requerimentos de informação...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. usa os requerimentos que estão aqui colocados nos Itens 27, 28 e 29 para subsidiar o seu relatório ou há necessidade...

Aqui o senhor está solicitando — deixe-me ver o último item — o quantitativo mensal. O senhor pede ao Presidente da Caixa Econômica...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Ele pede ao Presidente da Caixa, ele pede ao Planejamento...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou querendo saber se ele está pedindo a presença ou apenas as informações.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu estou solicitando as informações, porque não consegui recebê-las ainda de ninguém. Quantos beneficiários do Bolsa Família não sacam o dinheiro? Qual é o saldo dessas contas? Esse dinheiro está na conta do beneficiário, não foi sacado.

Num encontro dos gestores do Bolsa Família, disseram que no ano passado ficaram 2 bilhões de reais na conta, sem saque. Achei um volume grande de recursos. Então, estou fazendo esse pedido de informações.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Podemos transformar em solicitação de informações, assinada pela CMO...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... para que eles possam oferecer os dados para V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou pedindo informações. Quero saber quantos estão na regra de permanência. A regra de permanência, Sra. Presidente, é a seguinte: a pessoa já passou a ter renda familiar *per capita* acima de 174 reais. Mesmo que a renda familiar *per capita* seja de até meio salário mínimo — quando falo de meio salário mínimo *per capita*, estou dizendo pai, mãe e três filhos, 2 mil reais por mês de renda —, ele continua recebendo o Bolsa Família por 2 anos, numa tal de regra de permanência, não autorizada pela lei. Está numa portaria. A lei

não autoriza essa regra de permanência. A lei diz que tem direito quem ganha até 174 reais. Estou perguntando quantas famílias estão nessa regra de permanência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. concorda com o requerimento de informações pela CMO.

Então, quero dizer ao Plenário que os requerimentos elencados nos itens 30, 31 e 32, do Exmo. Sr. Deputado Ricardo Barros, Relator-Geral, serão transformados em requerimento de informações, assinado pela CMO.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 30, extrapauta.

Projeto de Lei nº 11, de 2015, da Presidente da República, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 50.273.243,00 para os fins que específica"*.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - O Relator desse item 30 da pauta não está presente. Pediu a retirada de pauta.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O Relator do projeto é o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Recebo a informação de que o Relator pediu a retirada de pauta. Acho que podemos passá-lo para a pauta de amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, nós estamos em negociação. Nós estamos acordando uma pauta. A ausência dele, evidentemente, vai inviabilizar a votação da matéria, mas ela já está incluída na pauta, para que nós não passemos por outra discussão sobre o mesmo assunto na próxima reunião.

Estão de acordo com a votação quando o Relator estiver presente?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O item 31.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É um PLN de abertura de crédito?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Abertura de crédito, 50 milhões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim. E tem outro PLN, acho que no item 32 ou 33.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esse é o item 31. Depois será o de S.Exa.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Tem outro agora, o item 31.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Projeto de Lei nº 18, de 2015, do Congresso Nacional, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para os fins que especifica."*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Paes Landim está vindo à Comissão e também o Deputado Gaguim.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O Deputado Carlos Henrique Gaguim é o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os dois estão vindo. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Encerrada a pauta de requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estão de acordo com o item 31? *(Pausa.)*

De acordo.

Agora, temos o item 32. O Relator é o Deputado Domingos Sávio.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Item 32.

Projeto de Lei nº 32, de 2015, do Congresso Nacional, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 331.755.228,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

O Relator é o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Em relação a essa matéria, nós assumimos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós só queremos saber se V.Exas. concordam.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Depois, entraremos em votação. *(Pausa.)*

De acordo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu peço ao Vice-Presidente Jaime Martins que presida a votação, em função da reunião com os Ministros Nelson e Joaquim Levy, porque nós precisaríamos comparecer.

Veja bem, nós já fizemos uma pauta e agora vamos passar à votação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos, por questões regimentais, de fazer a apreciação da ata da reunião anterior.

Havendo concordância do plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

(Não identificado) - Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não havendo discussão , conforme o estabelecido da alínea "f" do artigo 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 12ª reunião extraordinária, realizada nos dias 3 e 4 de novembro de 2015.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria de propor verbalmente aqui um requerimento de inversão de pauta, só com uma preocupação. O acordo está feito, votaríamos tudo por acordo. O meu temor é a Ordem do Dia.

Eu proporia que votássemos em bloco as outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos tentar fazer uma votação em bloco aqui o mais rapidamente possível. As audiências...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu creio que o projeto de lei talvez não possa ser em bloco. Não sei se tem objeção regimental.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos votar rapidamente, Deputado. Eu acho que já tem consenso. Já definimos os pontos de consenso.

Eu vou colocar aqui da seguinte forma.

Vou pedir a concordância do Plenário para que os itens 26, 27, 28 e 29, que tratam de requerimento de informações... No item 26, de autoria do Deputado Hildo Rocha, é transformado em requerimento de informações ao Sr. Ministro Joaquim Levy a respeito dos assuntos relacionados ao Projeto de Crédito Adicional nº 26, de 2015 e os Requerimentos nºs 27, 28 e 29 do Relator-Geral do Orçamento, Deputado Ricardo Barros, que solicita informações a respeito do programa Bolsa Família.

São requerimentos ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Presidenta da Caixa Econômica Federal.

Então, proponho que esses quatro itens sejam votados em bloco.

Não havendo Deputados inscritos para a discussão, declaro encerrada a discussão.

Em votação na bancada da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, portanto, os itens 26, 27, 28 e 29 da pauta.

Eu queria também agora colocar em votação...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Permite-me uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Presidenta.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu tenho a notícia de que o Presidente da Câmara acaba de convocar uma sessão para votação da repatriação, amanhã, ao meio-dia.

O que equivale a dizer que nós não conseguiremos votar no período da tarde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria propor, apesar de que todas as Comissões estarem funcionando, que nós fizéssemos essa reunião da CMO durante a parte da manhã.

Temos que fazer uma escolha. Não tem jeito. Eu tenho chamado a atenção daqueles que não puderem comparecer, porque não há impedimento de se realizar a sessão.

Eu particularmente quero dizer que, como Presidenta, faço questão de que todos estejam aqui. Eu tenho inclusive encaminhamentos CAE, mas eu tenho chamado a atenção para a questão do tempo, e a cada dia aperta mais o tempo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, ele está convocando para meio-dia, mas sabemos como funciona. Ao meio-dia não tem quórum para começar a votação. Então, ele está convocando para o meio-dia, mas, fatalmente, a Ordem do Dia deverá ser iniciada lá pelas 15 horas. A gente já conhece a estratégia do Presidente Eduardo Cunha: ele evita a sessão ordinária, porque nela temos o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, e isso, aliás, tem causado a revolta de vários Deputados. Se houvesse sessão ordinária, fatalmente as votações começariam lá pelas 18 horas A estratégia dele, ao convocar para o meio-dia, não significa que a Ordem do Dia vai ser iniciada ao meio-dia.

Então, se V.Exa. marcar aqui a reunião por volta de 1 hora da tarde, a gente tem condições de avançar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, nós precisaremos começar a reunião às 13 horas. Há entendimento?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Às 13 horas.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu queria fazer uma ponderação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há entendimento para as 13 horas?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço ao Deputado Jaime Martins que assuma a presidência, por favor.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senadora. É questão de ordem?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, só quero fazer uma ponderação.

Amanhã, nós temos uma pauta, com o restante dos projetos, que, de fato, é polêmica. Preocupa-me o fato de nós começarmos esta reunião e não conseguirmos terminá-la. Será que, se a gente fizesse um esforço para hoje à noite, a gente adiantaria alguma coisa? Seria possível?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu já conversei com a Presidente. Existe outra agenda já assumida pelos Senadores.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Ah, sim, relativa à reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela é inadiável.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que a gente inicie a reunião amanhã, às 13 horas. Na hora em que se iniciar a Ordem do Dia, a gente suspende a reunião. Quando terminar a Ordem do Dia, a gente recomeça a reunião aqui e dá continuidade até o horário necessário.

Então, nós suspenderíamos a reunião, amanhã, durante a Ordem do Dia e recomeçaríamos ao final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, eu preciso avançar com a pauta aqui. Nós começamos já a discutir a reunião de amanhã sem terminar a de hoje aqui, porque nós temos temas acordados e precisamos votar.

Nós marcamos a reunião para as 13 horas. Na parte da manhã, temos as demais reuniões. Sabemos que a Ordem do Dia começa ao meio-dia, mas não a votação, que deve se iniciar lá pelas 15 horas.

Então, está feito aqui o encaminhamento do Deputado Paulo Pimenta, que é mais ou menos na linha do Deputado Domingos Sávio, ou seja, mantém-se a reunião às 13 horas, o Colégio de Líderes, e, às 14 horas, aqui no plenário. E vamos avançar. Com o início da Ordem do Dia, a gente interrompe e retoma a reunião, na sequência da Ordem do Dia, até porque não sabemos se vai haver acordo ou se essa matéria, de amanhã, será realmente votada. Trata-se de matéria polêmica, que já entrou e já saiu da pauta, não é?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, fica feito esse encaminhamento. Se V.Exas. estiverem de acordo, com relação à amanhã, teremos reunião ordinária às 14 horas.

Nós temos aqui alguns requerimentos de audiência pública, que eu queria tentar votá-los em bloco. São eles:

Item 16. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. João Arruda, que *"requer a realização de audiência pública para discutir o Orçamento na área da saúde".* Aqui nesta Comissão.

Item 17. Requerimento nº 21, de 2015, do Sr. Elmar Nascimento, que *"solicita que seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre a repetição das 'pedaladas fiscais' em 2015"*.

E nós vamos englobá-las ao nosso requerimento também a respeito das discussões sobre o superávit fiscal de 2015.

Item 22. Requerimento nº 26, de 2015, do Sr. Nilto Tatto, que *"requer realização de audiência pública para debater prováveis cortes em programas sociais do Governo no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 — PLOA 2016".*

Como S.Exa. pretende trazer movimentos sociais e discutir de forma ampla os programas sociais, e não só o Bolsa Família, mas outros programas também, e quer convidar aqui o Ministro Nelson Barbosa, então, eu acho que poderia apresentar um requerimento à parte para fazermos uma discussão mais ampla, a fim de que, na oportunidade, a gente não misture aqui com esses requerimentos relativos ao Bolsa Família que são bastante específicos e dizem respeito a um tema que está sendo conduzido pelo Relator-Geral.

Então, vamos fazer uma audiência pública para discutir a área da saúde, uma audiência pública com os movimentos sociais e o Ministro Nelson Barbosa, do Ministério do Planejamento, e outra audiência pública para debater a questão do Bolsa Família, trazendo aqui aquelas pessoas que foram solicitadas pelo Governo. O Relator-Geral solicita que seja incorporado um representante dos Municípios. Buscaremos alguém, e o próprio Colégio de Líderes, amanhã, poderá trazer sugestões de nomes de Prefeitos que possam representar o municipalismo, talvez através da Federação Brasileira.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Frente Nacional de Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Frente Nacional de Prefeitos ou da Federação Brasileira de Municípios, que é...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, acho que o Paulo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Jaime, são duas instituições extremamente representativas. Vimos, pelos eventos realizados aqui em Brasília, tanto a Frente Nacional de Prefeitos quanto a Federação Brasileira de Municípios, que as instituições são todas muito representativas. Eu acho que, pelo peso dos Municípios — Deputado Orlando, na verdade, eu acho que essa sugestão nasceu de um debate saudável entre nós —, deveriam ser escolhidas as duas instituições, cada um mandando um representante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Se estiverem de acordo, não há inconveniente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Pompeo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu queria solicitar, inclusive nominar a figura do Paulo Ziulkoski, que é o Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele poderá indicar um Município ou ele mesmo, se...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não! Tem que ser ele, porque ele é emblemático nessa questão. Ele tem um conhecimento, uma amplitude. Não sei se cabe até um adendo por escrito. Eu posso fazer isso por escrito também. Eu acho que ele é o nome bem credenciado para isso. E ele tem interagido, a cada Marcha de Prefeitos, tem interagido muito. Inclusive, nos diálogos com a Presidente, ele é que tem sido sempre o interlocutor dos Municípios.

Então, eu acho que vai funcionar bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu só quero dizer ao Deputado Pompeo de Mattos que já foi feito um debate aqui sobre essa matéria, mas faço a

seguinte consideração. Nós convidamos a Frente Nacional dos Prefeitos e a Confederação Nacional dos Municípios — endereçamos convites aos Presidentes. Se eles puderem vir, ótimo; se não puderem vir, que indiquem alguém qualificado. Porque a agenda é complicada, e agenda com tanta gente é mais complicada ainda. Falo isso para não ficarmos impedidos de realizar o evento se ele não estiver presente.

Então, é dirigido ao Paulo Ziulkoski, mas ele veria quem é considerado mais adequado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está perfeito. Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Combinado. Então, vamos aqui, apenas para não deixar dúvida, fazer o seguinte...

Item 17 da pauta. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. João Arruda, que *"requer a realização de audiência pública para discutir o Orçamento na Área da Saúde"* aqui na Comissão de Orçamento.

Item 23 da pauta. Requerimento nº 26, de 2015, do Sr. Nilto Tatto, que *"requer a realização de audiência pública para debater prováveis cortes em programas sociais do Governo de forma ampla, com os movimentos sociais e com o Ministro do Planejamento"*.

Alguns requerimentos dizem respeito ao Programa Bolsa Família. O item 19 da pauta, Requerimento nº 22, de 2015, do Sr. João Fernando Coutinho, e o item 24 da pauta, de minha autoria, requerem audiência com a Ministra do Desenvolvimento Social do Governo e demais autoridades para debater assuntos relativos ao Programa Bolsa Família. Enfim, os representantes do municipalismo foram aqui citados.

Enfim, são esses os convidados por esse item.

Há também o requerimento de audiência pública para discussão das contas de 2014 com o Ministro Relator, outros Ministros do Tribunal de Contas da União, a Advocacia-Geral da União e o Ministro do Planejamento, com as questões relativas às contas de 2014.

Há também requerimento de audiência pública para a discussão do superávit ou do déficit fiscal, as metas fiscais de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, uma vez que existe acordo para a realização de todas essas audiências públicas eu já quero colocá-las em votação.

Peço... Nobre Deputado, se V.Exa. quiser fazer o uso da palavra rapidamente, porque...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Solicito inversão de pauta. É para colocar o Projeto de Lei 18/15 em votação também...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Não vai ser global, vai?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vai ser global.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Global.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Se for global, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Fui solicitado aqui, por questão regimental, a fazer uma leitura rapidamente dos requerimentos.

Item 17. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. João Arruda.

Requerimento nº 21, de 2015, do Sr. Elmar Nascimento, que convoca o Procurador do Ministério Público para discutir as pedaladas fiscais de 2015.

Requerimento nº 22, de 2015, do Sr. João Fernando Coutinho, que requer audiência pública para tratar do Programa Bolsa Família.

Requerimento nº 23, de 2015, do Sr. Jaime Martins, de minha autoria, que *"requer audiência pública para debater a prestação de contas da Presidente da República — exercício financeiro de 2014"*.

Requerimento nº 24, de 2015, que *"requer a realização de audiências públicas para debater sobre a prestação de contas da Presidente da República — exercício financeiro de 2014".*

Requerimento nº 25, de 2015, de minha autoria, que *"requer a realização de audiências públicas para debater sobre a prestação de contas da Presidente da República — exercício financeiro de 2014".*

Requerimento nº 26, de 2015, do Sr. Nilto Tatto, que *"requer a realização de audiência pública para debater prováveis cortes aos cortes em programas sociais do Governo no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 — PLOA 2016".*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Requerimento nº 27, de 2015, item 24 da pauta, de minha autoria também, que *"requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de cortes no Programa Bolsa Família",* que aqui já foi amplamente discutido

Requerimento nº 28, de 2015, também de nossa autoria, que *"requer a realização de audiência pública para debater a mudança de meta fiscal por meio do PLN nº 5, de 2015".*

Então, eu coloco em discussão todos esses requerimentos de audiência pública. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Nós temos acordo para votar, pela sequência, os seguintes itens:

Item 2. Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 01, de 2015.

Item 6. Aviso do Tribunal de Contas que *"encaminha cópia do Acórdão nº 2.221, de 2015, referente às obras de complementação, intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no Estado do Rio de Janeiro".*

Item 7. Mensagem do Supremo Tribunal Federal que *"encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101, de 2000, relatório das contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010".* Relator: Senador Davi Alcolumbre.

Item 9. Mensagem, da Presidente da República, que *"encaminha, em cumprimento ao art. 15, da Lei nº 12.593, de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014".* Relator: Deputado Zeca Dirceu.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 8. Mensagem nº 6, de 2014, da Presidente da República, que *"encaminha, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o volume anexo, que compreende as Contas da Presidência da República relativas ao exercício de 2013".* Relatora: Deputada Flávia Morais.

Item 15. Aviso nº 11, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que *"encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1998, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao segundo trimestre de 2015".* Relator: Deputado Pedro Fernandes.

Aviso nº 8, de 2015, do Ministério da Fazenda, que *"encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.817 de 2008, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao primeiro trimestre de 2015".* Relator: Deputado Lelo Coimbra.

São esses os itens que estão em discussão e em votação conjunta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares escritos para discussão, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Temos agora o item 30, extrapauta. Indago se o Relator Paes Landim está presente. *(Pausa.)* Não está.

Passamos ao item 31. Projeto de Lei nº 18, de 2015, que também não consta da pauta, portanto é extrapauta.

O item 32 é o PLN 32, de 2015.

Vou colocar em votação primeiro a inclusão na pauta.

Em discussão a inclusão na pauta do item 31, Projeto de Lei nº 18, de 2015, bem como a inclusão na pauta do PLN 32, de 2015.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Peço a palavra para discutir o 32.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, nas últimas semanas, os Municípios inundados vêm sendo prejudicados em função da falta de recursos a serem repassados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, nós não estamos discutindo ainda os projetos, somente a inclusão na pauta.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sim. Por isso, eu quero que o inclua. V.Exa. abriu para discussão. Eu estou dizendo por que quero que seja incluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.K.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Então, eu quero dizer que há um empenho de todos para poder ajudar a resolver o problema que está acontecendo com relação aos Municípios inundados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN -Sr. Presidente, eu queria só uma informação com relação ao Projeto de Lei nº 18, que estamos incluindo extrapauta e que abre crédito a favor do Ministério da Justiça, como também em relação ao item 32. Nós estamos votando crédito original ou substitutivo feito pelo Relator?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu não li os relatórios.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - A minha única sugestão é que pudéssemos acordar para iniciar amanhã votando esses projetos. Nós não conhecemos o relatório. Ele não foi publicado ainda. A nossa assessoria ainda não fez a avaliação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu pensei em acrescentar alguns bilhões de reais, mas eu fiz um relatório em cima do original.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Nós também. Praticamente não houve mudança.

São só emendas. Não há substitutivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi o relatório original, Senadora. V.Exa. tem toda razão em querer verificar isso. É relevante. O projeto que o Deputado Jaime leu, como o Relator não está presente, não foi colocado em votação. O que nós estamos votando é o projeto que eu tive a oportunidade de ser Relator. E nós relatamos pela aprovação do texto original, destacando o que o Deputado Caio já mencionou, que contempla, dentre outras coisas, uma suplementação orçamentária que permite ao Governo cumprir uma obrigação constitucional de repassar os *royalties* para Municípios que têm áreas inundadas e que estão com dotação orçamentária esgotada.

Então, há vários Municípios brasileiros, seguramente do Estado de V.Exa., do Estado de Minas Gerais, de outros Estados, que o Governo está impossibilitado de repassar os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, eu acho que, com relação ao seu projeto, não vai haver questionamento, porque V.Exa. está relatando de acordo com o projeto. Acho que a Senadora não está questionando esse caso. Apenas no caso do Deputado Carlos Henrique Gaguim, em que houve acatamento de emendas.

Indago se é possível aprová-lo, incluí-lo extrapauta, ou se V.Exa. prefere deixar para amanhã.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É que eu não conheço as emendas. Talvez o Deputado pudesse explicar, para não termos dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, incluímos na pauta, votamos primeiro o do Deputado Domingos Sávio, que não tem problema, e, na sequência, se o Deputado Carlos Henrique Gaguim nos convencer, nós votamos o relatório dele também.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - E, se houver dúvida, é só combinar com o Deputado. Nós não vamos retirar, mas deixar para votar amanhã, para termos um diálogo sobre isso.

No seu caso, Deputado Domingos Sávio, há emenda?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não. É o projeto original do Governo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O que tem de destaque?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não tem destaque. Eu só mencionei que o projeto é de iniciativa do Governo. Eu fiz um comentário num tom de brincadeira de que eu tive o desejo de acrescentar, porque há muitas demandas. Mas nós tivemos a prudência de não acrescentar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos lá, então. Daqui a pouco, vai começar a Ordem do Dia, e não conseguiremos votar.

Não havendo mais Parlamentares inscritos para a discussão da inclusão na pauta, eu volto a incluir na pauta o Projeto de Lei nº 18, de 2015, e o PLN 32, de 2015.

Não havendo Deputados inscritos para o debate, encerro a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Eu vou colocar primeiro em votação, como é um extrapauta, o Projeto do Deputado Domingos Sávio.

V.Exa. tem a palavra, Sr. Relator, para, em breves minutos, fazer a sustentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer aos colegas que esse projeto de iniciativa do Executivo trata de suplementação orçamentária para diversos Ministérios, rotinas ministeriais, mas destaco uma delas, que impõe como urgência o fato de que diversos Municípios brasileiros, mais especialmente aqueles da Bacia do Rio Grande, que fornecem as suas águas para usinas como Itaipu, são beneficiários de *royalties* provenientes da inundação dos Municípios, e esse dinheiro está em caixa. Itaipu e outras usinas hidrelétricas têm que fazer de maneira compulsória essa contribuição, mas o repasse só pode ser feito havendo a dotação orçamentária. A dotação orçamentária esgotou-se, e os Municípios já estão há 2 meses sem receber,

alguns entrando em colapso, porque tinham a expectativa de esse dinheiro estar no seu fluxo de caixa.

Portanto, é fundamental, para diversos Municípios que são sedes de barragens e, portanto, têm parte de suas áreas inundadas, em Minas Gerais e em todo o território nacional, pelo menos, em boa parte, receberem aquilo que é de direito.

Por isso, eu peço a todos os colegas a aprovação desse PL 32, que tive a oportunidade de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Indago se existem Parlamentares inscritos para a discussão do PLN 32.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, serei breve, mas, agora que é o momento de, então, discutir o mérito, quero ressaltar que fui procurado por muitos dos Prefeitos de Municípios inundados, como foi dito aqui, e, sabendo da autoria do relatório do Deputado Domingos Sávio, fui um dos Deputados que o procurou para que nós pudéssemos fazer o quanto antes esse relatório. E, com a crise política que temos hoje, sabendo da dificuldade de receita, principalmente dos Municípios, que, a cada dia, têm mais gastos e despesas e menos recursos, quero dizer que esse PLN pode ajudar os Municípios a cumprir com seus compromissos financeiros.

Portanto, estamos aqui defendendo, como foi o compromisso nosso com os Prefeitos e a população dos Municípios inundados, que nos têm dado a oportunidade de representá-los, a aprovação desse PLN, que vai dar condição ao Governo de cumprir o pagamento dos *royalties* da energia.

Quero só ressaltar isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Continua em discussão o PLN 32. *(Pausa.)*

Não havendo mais Parlamentares inscritos para a discussão, declaro encerrada a discussão.

Passo à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório do Deputado Domingos Sávio sobre o PLN 32 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Deputado Domingos Sávio permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Possamos à discussão e votação do PLN 18, de 2015.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, para fazer a sustentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Encaminhamos, para esse projeto, o parecer, e uma emenda que nós acatamos é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Indago à Senadora e aos Srs. Deputados se querem fazer a discussão sobre o PLN 18, de 2015. *(Pausa.)*

Não existe nenhuma manifestação do Plenário. Portanto, não existem Parlamentares inscritos para a discussão.

Declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós estamos caminhando para o final da nossa reunião e achamos por bem, com a concordância de todos os presentes, suspender a presente reunião e retornar amanhã, quarta-feira, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu faço um apelo para que possamos encerrar a reunião. Eu acho que, dentro da mesma data, é uma rotina nossa. Mas nós vamos ter uma reunião amanhã, quarta-feira, dia em que a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Casa está repleta, em um horário em que não há nenhuma razão para não conseguirmos viabilizar o quórum regimental, com a presença efetiva de Deputados e Senadores.

Então, nos termos regimentais, eu faço um apelo a V.Exa. para que nós possamos encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu quero, inclusive, lembrar que, amanhã, nós vamos fazer aqui a leitura e iniciar a discussão da LDO. Um processo em que nós estamos já bastante atrasados, não é? Deveríamos tê-la aprovado antes do recesso de julho.

Então, amanhã, vamos iniciar a leitura e a discussão da LDO. Se houver um encaminhamento adequado, poderemos votá-la amanhã ainda.

Não havendo concordância para a suspensão da reunião, quero declarar o seu encerramento, antes, porém, convocando reunião para amanhã, quarta-feira, dia 11 de novembro, às 14 horas, neste plenário.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 10.11.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. nº 348/2015/CVT-P, de 28 de outubro, da Presidente da Comissão de Viação e Transportes, Deputada Clarissa Garotinho, encaminhando Nota Informativa do DNIT referente à necessidade da construção do viaduto sobre a Estrada de Ferro EF-488, no Município de Siderópolis – SC.
2) Ofício 267/15 AG, de 4 de novembro, do Coordenador da Bancada Gaúcha, Deputado Giovani Cherini, solicitando a alocação de recursos na LOA 2016 para Polícia Rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul para adequirir o imóvel que atualmente ocupa em Porto Alegre.
3) Ofício nº 493/2015, de 09 de novembro, do Deputado Izalci, informando que considera atendido o Requerimento nº 15/2015-CMO, de sua autoria.

Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:
1) Ofício GSHJ nº 11-061/2015, de 03 de novembro, do gabinete do Senador Helio José, justificando ausência no período de 28 de outubro a 1º de novembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 249/2015/COADE/SPR-CNMP, de 23 de outubro de 2015, do Secretário Geral do CNMP, Blal Yassine Dalloul, encaminhando cópia da decisão plenária proferida que apresentou parecer

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

favorável à concessão dos créditos adicionais solicitados pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
2) Ofício nº 779/15, de 06 de agosto de 2015, do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Valdemir Antonio Stobe, encaminhando cópia da Moção nº 79/15 de autoria do Vereador Dalmir Pelicioli, para que seja extinto o art. 57 da Lei nº 12.708/2012, que trata das Transferências Voluntárias.
3) Ofício nº 583/2015, de 16 de setembro de 2015, do Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia/SC, Mauro Mendes, encaminhando cópida da Moção 23/2015, de autoria do Vereador Rogério Luciano Pacheco, que repudia o possível retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras – CPMF.
4) Aviso nº 648/GM/MS, de 05 de novembro, do Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro, solicitando agendamento de audiência Pública no Congresso Nacional, para apresentação de Relatório detalhado referente à execução quadrimestral.
5) Ofício nº 033/15, de 17 de agosto, da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, Prefeito Marcos Antonio Ferreira, encaminhando cópia de rascunho de Projeto de Lei que dispõe sobre aplicabilidade do Imposto Único no Brasil.

Avisos GP/TCU, de 26 de outubro de 2015:
1) Aviso nº 1191/2015 (Acórdão 5716/2015): contas anuais do Fundo PIS-PASEP.

Avisos GP/TCU, de 29 de outubro de 2015:
1) Aviso nº 1248/2015 (Acórdão 2429/2015): informar à CMO que os indícios de irregularidades abordados no Requerimento nº 12/2015-CMO foram devidamente incluídos em oitiva complementar da Excelentíssima Senhora Presidente da República, conforme despacho do Ministro Relator Augusto Nardes.

Avisos Seses/TCU, de 29 de outubro de 2015:
1) Aviso nº 824/2015 (Acórdão 2755/2015): obra de urbanização do bairro Nova Constituinte em Salvador/BA.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nos dias onze e doze do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim; **- Senadores suplentes**: Angela Portela, Dário Berger, Hélio José e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputada**: Flávia Morais; e **– Senador:** Davi Alcolumbre. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Weliton Prado e Pauderney Avelino. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, do dia onze novembro de 2015, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** No início dos trabalhos, a Presidente anunciou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, houve acordo para apreciação das seguintes matérias extrapauta: - Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei nsº 11, 15, 17 e 27/2015-CN.** Em seguida, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) fez a leitura das ementas das matérias extrapauta. A Presidente consultou ao Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco daquelas matérias e obteve **consenso geral.** Logo após, por Proposta da Presidente, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco as seguintes matérias: Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 50.273.243,00 (cinquenta milhões, duzentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Paes Landim. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da Emenda apresentada. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitida a emenda indicada pelo relator no seu voto. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de mil reais), para

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os fins que especifica." Relator: Senador Raimundo Lira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 17.470.517,00 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Hildo Rocha. Foram apresentadas 28 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 10 e 11; e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2015-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União, crédito suplementar no valor de R$ 44.355.000,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 e 2. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pela relatora no seu voto. Em votação em bloco, os **Relatórios** foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 14h16min, concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente suspendeu os trabalhos por alguns minutos. Às 15h15min, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que anunciou a apreciação do item 1 da Pauta. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) apresentou seu ponto de vista sobre a sequência lógica para votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2016/2019 – PPA; e Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), apresentou "Questão de Ordem" sobre a obrigatoriedade de publicação no Diário do Congresso Nacional de relatórios e adendos apresentados junto à Comissão. A Presidente decidiu sobre a Questão de Ordem informando que a internet substitui a publicação no Diário do Congresso Nacional, conforme dispõe a *Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015,* que "Estabelece procedimento para confecção e disponibilização dos documentos eletrônicos, de cunho legislativo, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional": .... "Considerando que a Resolução do Senado Federal nº 39, de 2014, instituiu o avulso em formato eletrônico;" .... "art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa considera-se avulso eletrônico todo e qualquer documento eletrônico que corresponda a um ou mais documentos físicos constantes de processado de matéria ou proposição legislativa e que esteja publicado na respectiva página de tramitação de matéria ou proposição legislativa nos sítios do Senado Federal ou do Congresso Nacional na internet." E após estas informações deu prosseguimento aos trabalhos. Pauta. Item 1 - **Adendo nº 1/2015** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". (PLDO/2016). **1) Inclua-se o item 2.2.7 da Parte Especial:** 2.2.7 Poderão ser elaboradas emendas de relator, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado, mediante indicação das bancadas estaduais do Congresso Nacional, conforme procedimentos especificados pela presidência da CMO. **2) Dê-se a seguinte redação ao item 2.4.1, "a", da Parte Especial:** a) uma ação que beneficie cada Estado ou o Distrito Federal, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado. **3) Suprimam-se os itens 2.4.1, "b" e "c", 2.4.5 e 2.4.6 da Parte Especial.** Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. O Relator apresentou o Adendo e a apreciação foi **adiada.** Item 2 – **Relatório, Errata nº 1, Adendo nº 4, e Adendo nº 5** apresentados ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016 e dá outras providências". (PLDO/2016). Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. Foram apresentadas 3.027 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 423 emendas, pela aprovação parcial de 1.009 emendas, pela rejeição de 1.591 emendas e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 3791.0002, 3791.0003, 2363.0001 e 3755.0003. A discussão foi aberta. Discutiram o Adendo nº 5 os Deputados Ricardo Barros (PP/PR), Caio Narcio (PSDB/MG), Samuel Moreira (PSDB/SP), Izalci (PSDB/DF), Domingos Sávio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Às 16h18min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade ao debate. Às 17h02min, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para após o término da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, alertando, que caso não fosse possível a reabertura ao término daquelas reuniões, a continuação se daria, no dia seguinte, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 9h58min, do dia 12 de novembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. Apreciação da Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de novembro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, retomou a apreciação da Pauta. Item 1 **- Adendo nº 1/2015** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". (PLDO/2016). **1) Inclua-se o item 2.2.7 da Parte Especial:** 2.2.7 Poderão ser elaboradas emendas de relator, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado, mediante indicação das bancadas estaduais do Congresso Nacional, conforme procedimentos especificados pela presidência da CMO. **2) Dê-se a seguinte redação ao item 2.4.1, "a", da Parte Especial:** a) uma ação que beneficie cada Estado ou o Distrito Federal, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado. **3) Suprimam-se os itens 2.4.1, "b" e "c", 2.4.5 e 2.4.6 da Parte Especial.** Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. O Deputado João Arruda (PMDB/PR) fez a leitura do Adendo 1. Em votação, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 2 **– Relatório, a Errata nº 1, o Adendo de nº 4 e o Adendo nº 5 Alterado** apresentados ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".(PLDO/2016)**.** Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. Foram apresentadas 3.027 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 423 emendas, pela aprovação parcial de 1.009 emendas, pela rejeição de 1.591 emendas e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 3791.0002, 3791.0003, 2363.0001 e 3755.0003. O Relator apresentou o **Relatório, a Errata nº 1, o Adendo de nº 4 e o Adendo nº 5 Alterado.** Em discussão, fizeram o uso da palavra os Deputados Leo de Brito (PT/AC) e Hildo Rocha (PMDB/MA). Às 10h21min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a condução dos trabalhos. Em continuidade ao debate, passou a palavra ao Deputado Danilo Forte (PSB/CE). Estando ausentes os demais oradores inscritos para o debate, a Presidente colocou em votação o **Relatório, a Errata nº 1, o Adendo de nº 4 e o Adendo nº 5 Alterado**, que foram **aprovados** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques. Houve uma breve discussão sobre o quórum regimental para deliberação, e fizeram o uso da palavra os Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Zeca Dirceu (PT/PR), Izalci (PSDB/DF), Gorete Pereira (PR/CE), Pauderney Avelino (DEM/AM), Ricardo Barros (PP/PR) e Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). Em seguida, a Presidente reabriu a discussão, e concedeu a palavra ao Deputado Izalci (PSDB/DF), que

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discutiu a matéria. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) solicitou a suspensão dos trabalhos, em virtude do início de votação nominal no plenário da Câmara dos Deputados. Às 11h11min, a Presidente suspendeu a reunião por alguns minutos. Às 11h51min, a Presidente reabriu os trabalhos e passou a palavra aos Deputados Pauderney Avelino (DEM/AM) e Samuel Moreira (PSDB/SP). O Deputado Domingos Sávio desculpou-se sobre a informação errada sobre o início da Ordem no Dia no plenário da Câmara dos Deputados. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 291 destaques. Em votação, na representação do Senado Federal, o **Relatório, a Errata nº 1, o Adendo de nº 4 e o Adendo nº 5 Alterado** foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Às 12h15min, a Presidente suspendeu os trabalhos por alguns minutos para análise dos destaques. Às 13h10min, os trabalhos foram reabertos pela Presidente. Apreciação dos 291 destaques apresentados: 1 - Proposta da Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2 - Destaques com voto do Relator pela **aprovação**: 16, 18, 69, 70, 71,75, 79, 91, 92, 103, 105, 138, 153, 162, 163, 188, 190, 191, 193, 198, 200, 213, 260, 261, 262, 275, 276, 279, 280, 284, 288, 289 e 291. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.1 - Destaques com voto do Relator pela **rejeição**: 1 a 15, 17, 19 a 68, 72 a 74, 76 a 78, 80 a 90, 93 a 102, 104, 106 a 137, 139 a 152, 154 a 161, 164 a 187, 189, 192, 194 a 197, 199, 201 a 212, 214 a 259, 263 a 274, 277, 278, 281, 282, 283, 285, 286, 287 e 290. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1° do art. 43 do Regimento Comum.* Os Deputados Danilo Forte, Hildo Rocha, Wadson Ribeiro, Edmilson Rodrigues, Domingos Sávio, Caio Narcio, Orlando Silva, José Rocha, Izalci, Samuel Moreira, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ricardo Teobaldo e os Senadores Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Hélio José e Rose de Freitas, teceram agradecimentos diversos, e manifestaram-se satisfeitos pela conclusão brilhante dos trabalhos. Matérias Extrapauta. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/ES) solicitou a retirada dos **Requerimentos de nºs 33, 34 e 35/2015-CMO**, de sua autoria, a seguir especificados, em função da perda do objeto, por já ter sido aprovado o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2015-CN** – PLDO/2016: **Requerimento nº 33/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir o endividamento do Governo Federal com a Caixa econômica Federal – CEF, nos anos de 2014 e 2015. Autor: Deputado Hildo Rocha. **Requerimento nº 34/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Valdir Moysés Simão, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União – CGU, para discutir sobre o posicionamento da instituição em relação as chamadas "pedaladas fiscais", no Orçamento de 2014. Autor: Deputado Hildo Rocha. **Requerimento nº 35/2015-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor José Múcio Monteiro Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Relator das Contas do Governo Federal de 2015, para discutir sobre a ocorrência de novas "pedaladas fiscais" no exercício de 2015. Autor: Deputado Hildo Rocha. Em continuação aos trabalhos, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) apresentou Proposta referente à cidade de Mariana-MG, denominando de **"Acordo Político",** de sua autoria, subscrita pela Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) e pelos Deputados Paulo Pimenta (PT/RS) e Ricardo Teobaldo (PTB/PE). Os Deputados Edmar Arruda (PSC/PR), Wadson Ribeiro (PCdoB/MG) e o Senador Raimundo Lira (PMDB/PB) manifestaram-se solidários ao desastre ocorrido em Mariana-MG, mas destacaram que a responsabilidade cabe às empresas. Havendo consenso com a maioria do Plenário, a Presidente leu: **"Acordo Político"** para constar nas **"Disposições Gerais do PLDO 2016":** "Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento da população atingida em toda extensão pelo desastre ocorrido em razão do rompimento das barragens de contenção no município de Mariana – MG, sem prejuízo das obrigações impostas às empresas, inclusive consórcios responsáveis pela construção e manutenção das referidas barragens." Logo após, a Presidente informou que por questões de ordem técnica, submeterá ao

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente do Senado Federal proposta de prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN**, que "Institui o Plano Plurianual para o período de 2016-2019", até o dia 17 de novembro de 2015. ENCERRAMENTO**:** concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia doze de novembro de 2015. Antes, convocou a realização de reunião ordinária para o dia 17 de novembro, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 11.11.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Boa tarde a todos.

Declaro iniciada a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estarão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Há quórum na Câmara dos Deputados para deliberação e também no Senado Federal.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e Lideranças partidárias nessa data.

Nós iniciaremos a nossa votação, conforme informações do Deputado Hildo Rocha, a partir do ponto subsequente aos itens que foram votados na reunião anterior. Item 10.

Eu peço ao Deputado Ricardo Barros, por favor, que faça a leitura da matéria extrapauta, que aqui está.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Votaremos os seguintes itens:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 10, extrapauta.

Projeto de Lei (CN) nº 11/15, da Presidente da República, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$50.273.243,00, para os fins que específica".*

O Relator é o Deputado Paes Landim.

Item 11, extrapauta.

Projeto de Lei (CN) n° 15/15, da Presidente da República, que *"abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$1.000.000,00, para os fins que especifica".*

O Relator é o Senador Raimundo Lira.

Item 12, extrapauta.

Projeto de Lei (CN) nº 17/15, da Presidente da República, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor R$17.470.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".*

O Relator é o Deputado Hildo Rocha.

Item 13, extrapauta.

Projeto de Lei (CN) n° 27/15, da Presidente da República, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União, crédito suplementar no valor de R$44.355.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

A Relatora é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

São esses os itens, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de consultar o Plenário sobre a possibilidade — se houver, logicamente, o entendimento de todos — de votarmos esses itens extrapauta em bloco, para que possamos voltar à reunião sobre a LDO, PLN 5.

Estão de acordo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Requeiro, Sra. Presidente, votação em globo dos itens...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem pediu a palavra? Deputado Caio?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu. Sra. Presidente, foi só para entender. Nós temos Relatores *ad hoc* aqui. Eles não fariam a leitura do relatório na ausência do Relator?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Plenário sempre acompanha todas as matérias, inclusive pela Internet, que está aí, e pelos relatórios que são enviados até as salas, quando eles pedem, especificamente, através de documentos. A proposta, visto que nós temos uma pauta intensa hoje, é que possamos votar em bloco. Como a matéria extrapauta é do conhecimento de todos, e parece que não há qualquer divergência, se V.Exa. estiver de acordo...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos acolher o procedimento de V.Exa., que tem sempre conduzido esta Comissão com clareza. Acho que vale a pena acolhermos a sua sugestão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou requerer, Sra. Presidente, e V.Exa. coloca em votação.

Requeiro votação em globo dos itens 10, 11, 12 e 13 da pauta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pergunto se alguém quer discutir a proposta da votação em globo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir na Câmara, vamos passar ao Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovada a votação em globo.

Passaremos à votação.

Deputado, V.Exa. já leu item por item?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Já.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Especificou?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou ler novamente, então. Já havia lido a pauta. Vou ler novamente.

São estes os itens que serão votados em globo: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/15; Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15/15; Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17/15; Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/15. São esses os itens para votação em globo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Portanto, tendo sido a extrapauta e a votação globalizada admitidas, eu vou declarar a inadmissibilidade das emendas apresentadas e, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, nós vamos declarar inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator do seu voto.

Está em discussão a votação global. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovada no Senado.

Em votação agora todos os itens apresentados extrapauta.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Todas as matérias irão em seguida ao Congresso Nacional.

Eu queria acrescentar, principalmente ao Senador Ricardo Barros, que nós, daqui para frente, teremos uma pauta extremamente importante para esta Comissão. Há um compromisso que é assumido por todos os Senadores e Deputados. O País com toda a crise que passa e suas dificuldades, pela intenção colocada previamente por todos os partidos e seus devidos Líderes, não terá desta Comissão nenhuma procrastinação, nenhuma atitude de titubear sobre essas questões. Cada um terá a sua posição, mas nós vamos oferecer a esse País um orçamento, se todos votarem e Deus permitir.

Portanto, vamos voltar à Mesa, às nossas negociações, para que, em seguida, nós possamos nomear um Relator *ad hoc* para ler a LDO.

Vamos, então, tratar agora do PLN 5, na mesa do entendimento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. aguarde eu ler o item inicial da Ordem do Dia, por favor.

Item 1 da pauta.

Apreciação do Adendo nº 1, de 2015, ao parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, PLDO 2016, que *"dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".*

Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Teobaldo, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidenta.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, sem sombra de dúvida, o nosso País atravessa uma crise econômica oriunda de uma crise política que tem se generalizado nos mais diversos segmentos da sociedade e tem causado uma preocupação a todos os brasileiros, de Norte a Sul do País. A solução desta crise passa necessariamente, lógico, por uma reformulação exatamente na forma de se fazer com que as decisões políticas possam atender aos reclamos da sociedade brasileira.

Não resta dúvida de que hoje o grande reclamo da sociedade brasileira é a sua indignação com relação aos procedimentos que foram adotados pelas políticas governamentais, pela política do Governo Federal, exatamente no exercício de 2014, no que diz respeito à execução financeira por parte do Governo Federal, que chamou atenção do País inteiro. Foi até batizada a forma aviltante do Governo nas liberações dos recursos, sem o devido lastro e sem a devida preocupação legal, que se transformou no termo vulgar "pedaladas fiscais".

Transformou-se também numa preocupação muito grande quanto à visibilidade do Congresso Nacional, que ainda está ileso a uma contaminação por parte dessa má gestão na política financeira do País. Há a expectativa exatamente no seu papel número um de fiscalizar, princípio básico inclusive do Poder Legislativo, e no seu papel de elaborar a propagação das leis orçamentárias, todas elas concatenadas dentro de um projeto de lei que faz com que nós tenhamos uma engrenagem lógica na formatação dessas leis.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. concluiu? *(Pausa.)*

Deputado Fábio Ramalho, o Deputado Danilo Forte pede a atenção de V.Exa. às palavras dele.

Pois não, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, dentro dessa lógica, que inclusive é a lógica que foi orientada pela instrução normativa que rege esta Comissão, nós temos um projeto de planejamento. E hoje o Brasil peca muito por uma ausência de planejamento de longo prazo. Nós não temos planejamento de longo prazo, e isso tem feito com que as políticas públicas não tenham consistência, haja vista, inclusive, esse grande debate que está sendo feito no Congresso Nacional e no País até por uma política pública importante para o País, como essa questão da sobrevivência dos nordestinos, que são acolhidos única e exclusivamente hoje pelo Bolsa Família, mas, devido exatamente a uma projeção de longo prazo numa política de planejamento do País, nós não temos uma política de planejamento.

E o que é que nos dá uma política de planejamento num prazo ainda curto para uma nação, para um país? É o PPA. O Plano Plurianual é a base que dá sustentação aos orçamentos anuais dentro de um planejamento para 4 anos. E nós estamos encerrando um ciclo e iniciando um novo ciclo. Nós estamos encerrando o ciclo do PPA, que se exaure agora em 2015, e iniciando um novo ciclo do PPA, que se inicia exatamente em 2016.

Então, até para dar embasamento e para depois não haver um questionamento de que nós possamos ter aprovada exatamente uma lei orçamentária sem estar devidamente embasada, podendo até causar alguma

contradição com relação ao Plano Plurianual, seria correto, seria embasado, seria uma coisa, uma ação importante desta Comissão se ela tivesse a compreensão de que, primeiro, nós deveríamos aprovar o PPA, a partir do PPA, numa derivada, aprovar a LDO e, consequentemente, aprovar a Lei Orçamentária Anual — LOA, até porque a Constituição é muito clara quando diz que a LOA só pode iniciar o seu debate após a aprovação do PPA no Plenário do Congresso Nacional. Está registrado, inclusive; é norma constitucional.

E não é costume desta Comissão nem é prática nossa, dentro o Congresso Nacional, ferir a Constituição nos seus ditames com relação ao que ela diz de prazo e de organograma de votação para as nossas matérias, até porque nós não vamos trazer a alcunha de pedaladas para a Comissão Mista de Orçamento. Quem fez pedalada e quem está aí no desgaste público e notório perante a opinião pública nacional não é o Congresso Nacional, não é o Poder Legislativo.

O Poder Legislativo ainda é uma âncora em que o povo pode se abrigar para buscar exatamente consertar, resolver e punir essas incoerências que levaram o País a esta frustação e a esta crise que nós estamos vivendo, uma crise, inclusive, que criou um problema muito sério para esta Comissão, até porque retardou a análise sobre as leis orçamentárias, porque uma hora é déficit, uma hora é superávit; uma hora o déficit é de tanto, uma hora o superávit é de tanto; uma hora nós vamos vender ativos que não existem, que não estão aprovados pelo Congresso Nacional, como ocorre agora, na lei de receitas, que querem vender um pedaço da Amazônia, objeto, inclusive, de muita luta tradicional do povo brasileiro na manutenção e na defesa da Amazônia, e agora está na lei de receitas, para o ano que vem, a venda de um pedaço da Amazônia para poder cobrir o rombo, o déficit, o malfeito que foram feitos com as contas públicas do País.

Então, a minha questão de ordem é no sentido de se poder dar um organograma razoável, para gerar uma credibilidade na Comissão Mista de Orçamento e para fazer com que o Congresso Nacional tenha a altivez necessária no respeito à opinião pública nacional, no que diz respeito à elaboração da lei mais importante do País, que é a Lei Orçamentária. Que nós comecemos pelo princípio. E o princípio da Lei Orçamentária está, primeiro, na avaliação e na aprovação do PPA,

posteriormente na LDO e, consequentemente, na Lei Orçamentária, conforme reza a Constituição brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço as palavras a V.Exa...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...mas quero lembrar aqui que V.Exa. usou quase 15 minutos. Nós vamos pedir que haja poder de síntese em cada pessoa. São todos políticos e podem colocar as questões de forma mais abreviada para que todos entendam.

Eu quero esclarecer...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Agradeço, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado Danilo Forte. V.Exa. é sempre atuante nesta Comissão.

Eu quero dizer o seguinte: nós pegamos a Comissão, a despeito dos Presidentes e Relatores que por aqui passaram, com um trabalho atrasado de 25 anos. Há muita coisa a se fazer. Ainda não há nenhuma perfeição e não haverá nenhum desacato do ordenamento dos trabalhos desta Comissão.

Portanto, eu dou a palavra agora ao Relator para que ele faça a leitura...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, primeiro eu queria cumprimentá-la pela atuação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É só a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É uma questão de ordem em relação ao art. 143 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O art. 143 da Resolução nº 1 reza o seguinte:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

> *"Art. 143. As modificações introduzidas pelos Relatores aos projetos de lei em tramitação na CMO dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda."*

Lembro que o Regimento Comum do Congresso Nacional diz que toda publicação tem que se dar no *Diário do Congresso Nacional*. Houve uma modificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias da forma como veio da Presidência da República. Depois, surgiram vários adendos. O último adendo apresentado pelo Sr. Relator e lido aqui, o Adendo nº 4 — não falo do Adendo nº 5, que foi apresentado apenas ali na sala das Lideranças —, traz uma novidade que inclui um anexo novo no PPA.

Portanto, a questão de ordem é: se o art. 143 diz que, quando há uma modificação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só uma pergunta: V.Exa. falou PPA?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - LDO.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, agora V.Exa. falou PPA.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É LDO.

O art. 143 diz assim, Sra. Presidente:

> *"Art. 143. As modificações introduzidas pelos Relatores aos projetos de lei em tramitação na CMO dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda."*

Como o adendo é uma emenda, há necessidade de que seja feita a publicação. O que diz o Regimento do Congresso Nacional? Todos os atos do Congresso Nacional têm que ser publicados no *Diário do Congresso Nacional*. Isso não se deu.

Portanto, nós não podemos votar nenhuma matéria com relação a isso sem a publicação. Não foi feita a publicação. A publicação se deu tardiamente, no sistema da Internet. Quando foi distribuído aqui, inclusive, não havia esse anexo que traz

essa novidade, que é o PPA na LDO — pela primeira vez, o PPA na LDO. As prioridades do PAC, que deveriam estar no PPA, estão na LDO.

Eu pedi que, até a próxima terça-feira, nós possamos encaminhar e apresentar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já levantou a questão de ordem. Vamos tratar da questão de ordem. Depois, se V.Exa. quiser fazer alguma proposta, fala em outro momento.

V.Exa. falou sobre a questão do prazo útil. Realmente, ontem, foi apresentado o adendo. É uma questão que teria que ter a publicação em 2 dias úteis, mas essa questão sempre foi dirimida com o apoiamento da maioria. Eu vou relembrar a V.Exa. que nós tratamos desse assunto na reunião anterior. Quando ele veio com o adendo, nós pedimos isso. A Internet substitui hoje, conforme entendimento, a publicação no *Diário do Congresso Nacional*. Portanto, já está na Internet.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, Sra. Presidente, teria que ter sido modificado o nosso Regimento. Nós aprovamos recentemente uma nova resolução, em que se cria inclusive a quantidade de relatorias. Mas, se houvesse dificuldade de se publicar no *Diário do Congresso Nacional*, poderia ter sido feito nessa última resolução que foi aprovada. Então, o entendimento é o de que continua sendo o próprio Congresso Nacional, porque recentemente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois é, o Congresso Nacional já tem essa questão de ordem resolvida e a substituição aceita.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, eu gostaria de tomar conhecimento, porque não conheço.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, V.Exa. pede um acervo de coisas que nós temos que ter à mão para responder a V.Exa.

Essa questão de ordem que V.Exa. levanta sobre a publicação já foi resolvida no Congresso Nacional, e a Internet já substituiu o *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, eu gostaria só de lembrar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria concluir, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pois não. Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria lembrar a V.Exa. que a maioria absoluta dos membros aceitou inclusive que, se publicado na Internet, hoje nós poderíamos passar à leitura da LDO.

Deputado Danilo Forte, eu peço poder de síntese, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quero só lembrar à Comissão que nós estamos ferindo o art. 165 da Constituição Federal, no § 1º e no § 2º.

O art. 165 diz o seguinte:

> *"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*
>
> *I - o plano plurianual;*
>
> *II - as diretrizes orçamentárias;*
>
> *III - os orçamentos anuais.*
>
> *§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal (...)."*

Não vou nem ler todo, porque V.Exa. está com pressa.

> *"§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal...".*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, eu vou pedir a V.Exa. que leia devagar, porque agora eu não estou entendendo o que V.Exa. está falando.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. pede para eu apressar, eu apresso. V.Exa. pede para eu ir devagar, eu vou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo Forte, eu estou às suas ordens.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu sou obediente, eu sou obediente. Não é de hoje que V.Exa. manda em mim, não. *(Risos.)*

O artigo 165, no §1º, diz o seguinte:

> *"Art. 165.....*
>
> *.....*
>
> *...*

> *§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal (...).*
>
> *§2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."*

Isso significa dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias obedecerá ao Plano Plurianual. Se nós não temos Plano Plurianual, nós não temos referência para poder fazer a LDO.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Respondendo à questão de ordem do Deputado Hildo Rocha, leio o art. 2º da Instrução Normativa nº 4, relativo a essas publicações*:*

> *"Art. 2º. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se avulso eletrônico todo e qualquer documento eletrônico que corresponda a um ou a mais documentos físicos constantes de processado de matéria ou proposição legislativa e que esteja publicado na respectiva página de tramitação da matéria ou proposição legislativa nos sítios do Senado Federal ou do Congresso Nacional na Internet."*

Está aqui à disposição de V.Exa. Ofereço uma cópia ao Deputado Hildo Rocha.

Passamos à leitura da LDO pelo Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu não sei se foram distribuídas cópias do relatório. É possível?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos usando a distribuição eletrônica em tudo, porque numa época como esta...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não há como?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem acesso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está aqui, então, o relatório?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está, com certeza. Esse relatório já foi distribuído há tempo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bem. Muito obrigado. Era só para uma gentileza, no caso de alguém não ter o relatório. Eu particularmente estou sem o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só estou pedindo que as pessoas façam uso do instrumento eletrônico, porque ele nos ajuda bastante.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está resolvido, Sra. Presidente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado Samuel Moreira.

Com a palavra o Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Adendo nº 1, Parecer Preliminar.

O dispositivo trata de alterações do parecer preliminar. As alterações permitiram a elaboração do Anexo de Prioridade, com emendas de bancada impositivas. Poderão ser elaboradas emendas de Relator contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante em andamento ou com projeto executivo aprovado, mediante indicação das bancadas estaduais do Congresso Nacional, conforme procedimento específico pela Presidência da CMO, numa ação que beneficie cada Estado ou o Distrito Federal, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante em andamento ou com o projeto executivo aprovado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esse é o adendo ao relatório preliminar que faltava ser lido.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos abrir a discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu queria fazer um pedido ao nosso Relator, Deputado Ricardo Teobaldo. Ele está propondo um desconto: que nós possamos deduzir da meta fiscal 30 bilhões de reais em execução do PAC. É o Adendo nº 5.

Sr. Relator, isso dá flexibilidade, vamos dizer, ao não cumprimento da meta fiscal estabelecida. É natural, como estamos num momento de grande recessão, em que não há uma previsibilidade da arrecadação, mas, para o bem aqui da nossa Comissão de Orçamento e do Parlamento, eu sugiro que V.Exa. reduza para 20 bilhões de reais essa possibilidade do desconto da meta fiscal, porque isso exigirá do Governo mais rigor no cumprimento da meta estabelecida pelo Congresso Nacional. Então, solicito ao Relator que acate a solicitação. Isso nos deixa em uma situação mais confortável.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Eu não vejo dificuldade em acatar isso. Está acatada a solicitação do Deputado Ricardo Barros. Toda a construção desse relatório foi feita em entendimento com a Comissão de Orçamento, sempre em debate, sempre em discussão. Então, eu já vou ler o Adendo nº 5 com o desconto da meta, em vez R$ 30 bilhões, R$ 20 bilhões.

Então, Sra. Presidente, está acatada a solicitação do Deputado Ricardo Barros. Vamos já incluir no Adendo nº 5 o valor de R$ 20 bilhões, em vez de R$ 30 bilhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero fazer um esclarecimento, porque há uma dúvida. Nós estamos já tratando do Adendo nº 5, mas ainda temos a discussão do parecer preliminar. Quero lembrar V.Exa. que o parecer foi lido e não foi ainda discutido nesta Comissão. Então, mesmo que V.Exa. o acate, terá que agora elaborar novamente o Adendo 5 com o valor de R$20 bilhões, apresentado ao Plenário.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Já com o valor de R$20 bilhões.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E nós vamos passar à fase do debate do relatório preliminar apresentado por V.Exa.

As inscrições estão abertas para quem queira discutir o relatório preliminar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, queremos saber a respeito do relatório preliminar. Apesar de ele estar disponibilizado na Internet, gostaríamos de tê-lo impresso aqui para poder manuseá-lo, se for possível, se a assessoria puder nos ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já o distribuímos uma vez. Vamos distribuí-lo novamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como nós estamos votando agora, neste momento, seria importante o relatório seria importante, que nos auxiliaria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, vamos providenciar cópias. Aqueles que quiserem a cópia façam sinal à Mesa para que ele seja entregue. Já atendido?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, enquanto é feita essa distribuição, eu gostaria apenas que o Relator Ricardo Barros explicasse para a gente por que ele pediu ao Relator da LDO que reduzisse de R$ 30 bilhões para R$ 20 bilhões a questão do Adendo nº 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixe-me só falar uma coisa sobre isso. O Deputado deve oferecer a explicação, mas sempre se lembre de que ele está usando da prerrogativa de Deputado para fazer emenda, propor ou discutir, como qualquer outra pessoa. Como não é de praxe alguém perguntar por que o outro apresentou, eu acho que ele deve fazer em consideração a V.Exa., senão todos terão que explicar por que fazem as suas emendas e as suas propostas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço a deferência.

Como nós vamos votar aqui, acredito que R$ 10 bilhões é um valor importante para sabermos isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É muito relevante, R$ 10 bilhões é muito dinheiro, como V.Exas. vão perceber na votação do Orçamento, nas emendas, nos relatórios setoriais. Nós vivemos um momento de grande restrição na arrecadação federal, e esses valores são muito significativos. Eu falo isso em benefício da nossa prerrogativa parlamentar. O Governo só pode gastar o que está autorizado no Orçamento, mas pode não gastar o que está autorizado.

Portanto, se nós fazemos uma autorização orçamentária mais ampla, o Governo tem mais liberdade para escolher o que faz e o que não faz com a arrecadação dos impostos. Se nós fazemos um orçamento mais restritivo, o Governo precisa executar aquilo que ele tem autorizado, ou mandar créditos aqui para alterar aquilo que está autorizado pelo Congresso Nacional. Então, o nosso relatório geral terá esta lógica de fazer com que o Governo cumpra aquilo que é decido pelo Congresso Nacional.

Nós pretendemos, com o apoio de todos, fazer um orçamento realista, o máximo possível. A LDO está estabelecendo uma meta de R$ 34,4 bilhões de superávit. A LDO não diz quanto vai ser a receita nem quanto vai ser a despesa, só nos dá uma diretriz, que, decidida qual é a receita, a despesa tem que ser R$ 34,4 bilhões menor do que a receita que nós estabelecermos e aprovarmos no relatório do Senador Acir Gurgacz.

Então, eu estou pedindo a redução, porque, quanto menos liberdade nós dermos ao Governo de flexibilizar a meta fiscal, mais nós sinalizamos ao mercado e aos brasileiros que o Governo colocará as contas em dia. O ideal é que a meta da LDO seja cumprida na execução orçamentária: R$ 34,4 bilhões de superávit. Mas, não havendo arrecadação suficiente para isso, nós estamos autorizando através desse Adendo nº 5 que, do executado no PAC — não é do autorizado —, do executado no PAC, R$ 20 bilhões possam ser descontados da meta fiscal. Então, havendo execução de R$ 20 bilhões do PAC, nós teremos um superávit primário nominal de R$ 14,4 bilhões, no mínimo, para o exercício de 2016, que é a diretriz orçamentária.

Esse é o motivo pelo qual estou colocando isso, até porque, em um adendo anterior, o Deputado Ricardo Teobaldo havia colocado sem limite o desconto de execução do PAC. Tudo que fosse executado no PAC poderia ser descontado da

meta fiscal. Agora, ele vem restringindo a R$ 30 bilhões, e eu estou pedindo que ele restrinja a R$ 20 bilhões. Quanto mais restritivo, mais força tem o Congresso Nacional nas suas decisões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Deputado Ricardo, Srs. Relatores, posso fazer só uma observação? Não sei se está dentro do tempo adequado. Qual é a justificativa de nós tirarmos investimento do superávit primário?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não estamos tirando. O que diz o adendo é que, não havendo recursos, arrecadação, para atingir os valores de R$ 34,4 bilhões de superávit, poderemos descontar do executado no PAC. Quer dizer, só se pode descontar se o dinheiro for gasto em infraestrutura. É o contrário do que V.Exa. está falando. Não é liberar para não gastar em infraestrutura; é o que for gasto em infraestrutura até o limite de R$ 20 bilhões pode ser descontado da meta fiscal. Isso já aconteceu nos orçamentos anteriores. Essa mesma autorização nós já demos ao Governo em orçamentos anteriores, mas agora estamos dando com restrição de valor, e não para toda a execução do PAC. Estamos limitando a R$ 20 bilhões a diminuição da meta fiscal.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, eu não sei se se vai entrar nesse processo de discussão. Eu, particularmente, em questão de princípio orçamentário, discordo completamente. Não sei se seria uma forma adequada. É mais ou menos — desculpe até a linguagem jocosa — como as metas. Estabelecemos uma meta, uma meta até na própria vida. *"Eu vou emagrecer 10 quilos."* Aí, eu não esforço nenhum, como muito, engordo 10 quilos, mudo a meta e fico feliz, porque eu atingi a meta.

Eu não entendo como eu tiro um dinheiro de investimento para corrigir uma meta. O dinheiro de investimento, ainda que já tenha sido executado, é um gasto público, é um recurso de investimento. Por que eu vou tirá-lo? Eu tenho que começar, eu acho, a estabelecer metas e buscá-las firmemente na execução do Orçamento, e não fazer o contrário: estabeleço uma meta e depois ajeito no Orçamento para chegar à meta. Nós precisamos ter uma postura diferente, até para não aumentarem mais os gastos públicos.

Tudo tem uma justificativa. Todos os programas sociais e investimentos têm uma razão de ser, são importantes e prioritários. Mas, se eu não tiver dinheiro, eu

não posso fazê-los. Eu preciso ter coragem de não fazê-los, para não gastar mais do que eu arrecado, porque senão eu tenho que aumentar imposto e aumentar carga tributária. E é por isso que nós estamos com quase 40% de carga tributária, para depois aumentar a receita em função dos déficits.

Então, eu particularmente gostaria que nós discutíssemos um pouco essa tese, esse tema, para não tirarmos da realidade orçamentária valores que depois podem ser considerados — desculpe o termo — valores maquiados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem, Deputado. É a sua posição. Não discordo dela. Eu apenas estou dizendo que o Relator está propondo que, do executado no PAC, R$ 20 bilhões possam ser descontados da meta. Se o Governo executar em outra despesa esse dinheiro, não será descontado da meta. Então, na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é induzindo o Governo a gastar em infraestrutura, mas também não retirando da nossa meta de 0,7% do PIB, que são os R$ 34,4 bilhões, totalmente a determinação, o mandamento para que ela aconteça. Nós estamos definindo que a meta é R$ 34,4 bilhões, admitindo que, se por acaso não for alcançada esta meta, R$ 20 bilhões de investimento podem ser retirados. Se o Governo gastar em custeio, ele não vai poder descontar da meta fiscal. Então, nós estamos direcionando. Está aqui o Senador Raimundo Lira, da infraestrutura, nosso Relator Setorial. Isso é em favor da aplicação de recursos na infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Bom, vamos continuar o debate...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu não sei se cabe o debate. Eu só quero registrar que eu lamento profundamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Izalci tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu só quero...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Só com relação à questão de ordem, a Instrução Normativa nº 4 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal foi editada no dia 3 de agosto de 2015. Uma instrução normativa, na hierarquia das leis, é inferior a regimento. Portanto, vale o Regimento do Congresso Nacional, Sra.

Presidente. Quando há dúvida com relação à leitura do artigo, poderia haver uma instrução normativa. Não é o caso dessa instrução normativa a que eu estou me referindo, pela questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria lembrar a V.Exa. a Resolução do Senado Federal nº 39, de 2004.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não. Isso é uma instrução normativa, ela é inferior. A questão de ordem é: a instrução normativa é superior, na hierarquia das leis, ao Regimento Comum do Congresso Nacional? Essa é a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós já explicamos anteriormente que foi instituído pela resolução do Senado Federal o formato eletrônico.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A questão de ordem é: a instrução normativa, na hierarquia das leis, é superior ou inferior ao Regimento Comum do Congresso Nacional? Essa é a questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou responder à questão de ordem de V.Exa. daqui a pouco, logo que eu esclarecer a minha dúvida.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos começando aqui agora uma discussão que é técnica, mas que o povo brasileiro com certeza está acompanhando. É uma matéria muito técnica. Então, eu tenho que começar esta votação falando um pouquinho sobre o que nós estamos votando aqui agora, a LDO, sobre o que significa a LDO.

A LDO é uma lei de diretrizes que nós deveríamos ter votado há muito tempo. Já deveríamos ter votado a LDO, porque não se vota uma diretriz no final do ano. Mas aqui isso virou tradição. Nós só votamos a LDO no final de novembro, dezembro, quando o exercício está encerrando. Só para as pessoas terem uma ideia, na LDO se estabelece uma meta que deve ser cumprida pelo Governo. E está na Lei de Responsabilidade Fiscal que, se ele não cumpri-la, é penalizado. É crime, está na lei.

O que vem acontecendo? Em 2015, o resultado primário apresentado na LDO era de R$ 114 bilhões de superávit. Hoje, o Governo já conseguiu transformar esses

R$ 114 bilhões de superávit em R$ 120 bilhões de déficit primário. Se você falar em déficit nominal, isso vai para R$ 350 bilhões.

O que eu quero dizer com isso? Que nós precisamos resgatar — e V.Exa. tem conduzido nessa linha — o processo de votar na hora certa o instrumento correto. O Deputado Hildo tem razão — aliás, não foi só o Deputado Hildo que disse isso. Tecnicamente falando, eu sou contador. Daqui a pouco vão dizer: *"Poxa, Izalci, você é contador. Vocês estão cometendo uma maluquice! Como é que vocês votam a LDO de 2016 antes do PPA de 2016?"* Primeiro teria que ser votado o PPA 2016-2019, mas estamos votando a LDO, que seria votada depois.

Eu me preocupo muito com isso, porque, quanto mais o tempo vai passando, maior é o déficit. Havia um superávit de R$ 114 bilhões, depois, um déficit de R$ 50 bilhões, e já há um déficit de R$ 120 bilhões. O que nós estamos votando na LDO agora? A proposta do Governo, quando mandou o projeto para cá, era um superávit de 104,6 bilhões. V.Exa. já com tempo, o Governo, caindo na real, reduziu esse déficit de 34,4 bilhões. Existe já uma proposta, e V.Exa. a contemplou, para que ainda possam flexibilizar esses 34 bilhões. Aliás, estabelece 30 bilhões do PAC, ou seja, o máximo que pode acontecer é o superávit chegar a 4,6 bilhões.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, passou para 20; hoje, já passou para 14 bilhões, não é?

Então, é isto que nós temos que fazer. Nós temos que estabelecer metas reais para isso não se tornar um vício. Toda vez o Governo não cumpre a meta e simplesmente manda para cá. O que percebemos é o seguinte: estabelecida a meta, estabelecida uma lei, há uma lei para cumprir. Ah, não consegue cumprir!? Muda a lei! Ora, então não se justifica ficarmos nesse jogo.

Então o que a população tem que saber e conhecer é o que nós estamos fazendo aqui hoje. Vai acompanhar até de madrugada, até o final de semana, pois nós vamos votar essas coisas aqui. Mas o que eu quero dizer é que realmente nós temos que resgatar — e V.Exa. tem feito muito bem isso — a credibilidade desta Comissão, que é tornar a coisa mais real possível para realmente não acontecer o que vinha acontecendo nos últimos anos. Não é de agora, em 4 anos, que essas

coisas estão... Já é normal — não é? — mudar a meta no final de dezembro. É só para o pessoal saber que nós começamos a votar a partir de agora.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acrescento também, a título de esclarecimento — eu consultava a assessoria, porque, há muitos anos, nós trabalhamos nesta Comissão —, é importante que o PPA seja votado antes da LOA, porque ela orienta o Orçamento anual. O PPA tem esse papel, tanto é que primeiro chega a LDO. A LDO, por exemplo, chega em abril, o PPA e a LOA chegam em agosto.

Portanto, às vezes, por um detalhamento desses, parece que nós estamos suplantando uma prioridade com absoluto descaso, o que não acontece. Não se pode votar a LOA sem votar o PPA, mas não impede absolutamente de se votar a LDO. É isto o que nós estamos fazendo aqui.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, nós estamos discutindo o adendo especificamente que acabou de ser lido, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O adendo para que ele seja inserido no relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para que ele seja inserido, e, no momento seguinte, eu farei algumas questões sobre o relatório. Mas, especificamente, sobre o Adendo nº 5, ele acaba impactando sobre todo o processo de estabelecimento de metas fiscais. Por isso, ele acaba sendo um adendo extremamente importante.

Nós temos clareza de que a LDO versa sobre diversos assuntos, sobre toda uma gama de questões. Por isso, eu disse que eu quero discutir e obter do Relator alguns esclarecimentos sobre a LDO e sobre o seu relatório como um todo. Por isso, eu fiz isso.

Eu não sei se o Relator do Orçamento entendeu — parece que S.Exa. fez um comentário sobre a minha posição —, mas é óbvio que nós estamos discutindo o

adendo, porque ele é objeto da pauta de hoje. Ou seja, ele está sendo lido, hoje nós estamos tomando conhecimento dele, formalmente, e nós temos uma discussão sobre o adendo. Na sequência, discute-se a LDO, o relatório como um todo, que, por sinal, foi lido.

É só esta a ponderação que eu estou fazendo para não ser...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só quero dizer a V.Exa. antes que não há prejuízo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... em discutir adendos e relatórios, porque no final vai ter que ser...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não. Não há prejuízo, mas é que eu estou só me reservando o direito de, especificamente, tratar do adendo, porque senão ficaria uma torre de Babel, não é? Nós estamos discutindo o Adendo nº 5, e eu começasse a debater o Adendo nº 1 — não é? —, aí, sim, não seria produtivo.

Então, especificamente sobre o Adendo nº 5, eu gostaria de ponderar ao Relator... É claro que nós sabemos que, por mais que o Relator faça o seu esforço pessoal — e S.Exa. tem competência para isso —, nós estamos diante de uma peça que, seguramente, deve ter recebido, e não vejo nenhum demérito nisso, uma sinalização do Ministério do Planejamento no sentido de que se acrescentasse esse artigo que vai assegurar uma redução de meta da ordem de 30 bilhões de reais.

Pois bem, isso demonstra, de início, a fragilidade do Ministério do Planejamento do Brasil. Se tivéssemos tido uma mudança substancial no Ministério do Planejamento do Brasil nos últimos dias... O Ministro Nelson Barbosa já está lá há quase 1 ano e já estava antes com a Ministra Miriam Belchior. Portanto, é alguém que acompanhou a elaboração da própria LDO.

Essa redução em 30 bilhões na meta me preocupa. Eu louvo as ações da Presidente Rose, que têm contribuído muito para que esta Comissão ajude o País a andar no caminho da transparência. Vamos trabalhar buscando informações factíveis. Não vamos ficar votando uma peça de ficção aqui. Vamos votar algo real. Agora, também, esse algo real não pode ser algo que nos diga o seguinte: nós estamos indo para o abismo. Então, nós já vamos apontar o abismo e pular dentro dele. É assim que eu vejo reduções de metas fiscais de resultado primário.

Nós estamos discutindo o resultado que o País vai ter do ponto de vista de superávit primário para o exercício de 2016. Nós estamos discutindo isso para um País que está comprometendo 66%, 67% de todo Produto Interno Bruto, de todo PIB com o endividamento. Projeções sérias indicam que estamos numa bola de neve que, se não mudarmos o rumo da gastança desenfreada, da falta de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável, levará o País, ainda nesta década, e nós já estamos entrando em 2016, há um comprometimento de 70% do PIB com dívida.

Isso significa que nós podemos chegar, no curto prazo, a meio trilhão de reais com juros somados a déficit primário.

Não tenho dúvida de que o atuante Relator, Deputado Ricardo Barros, está preocupado com isso. Todos nós estamos preocupados, mas mais do que preocupados nós temos que tomar uma atitude. Nós precisamos de uma atitude. Nós precisamos de liderança que aponte para o País uma perspectiva de sair dessa condição que pode ser comparada a um trem desgovernado ladeira abaixo.

A perspectiva de meio trilhão de déficit nominal para uma economia que se posiciona como uma das maiores economias do mundo... Alguém pode dizer que a dívida pública americana é muito maior. Eles ainda podem ser dar ao luxo... Se falarem em colocar um título no mercado, a pessoa vende o título brasileiro que está sendo remunerado a quase 14% ao ano e compra um do Tesouro americano por um décimo disso aí, 1,4% de juros, sorrindo, sorrindo.

Se eles quiserem remunerar em 10% do juro que o Brasil paga, eles colocam título em qualquer parte do mundo, e dá fila. Não é, Deputado Ricardo? Vejam, o Tesouro americano remunera 0,25% a quem quiser lhe emprestar, e tem fila de gente querendo emprestar, e tem fila de gente querendo emprestar dinheiro para eles, tal é a credibilidade.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só o Brasil tem 370 bilhões de dólares aplicados lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É. Olha que coisa! A nossa tão propalada reserva cambial do Brasil está aplicada a 0,25%, enquanto o Santander, o Bradesco, o Itaú remuneram as grandes fortunas. Aqui existe o imposto das grandes fortunas, Deputado Wadson Ribeiro. O Governo paga o imposto das grandes fortunas. O Governo paga o imposto sobre as grandes fortunas, o Governo brasileiro

atualmente paga aos afortunados, aos grandes banqueiros, paga os juros da ordem de praticamente 14%, e, depois, a nossa reserva cambial é aplicada a 0,25% ao ano, isso quando não emprestam para Cuba a 5% também, ou para fazer o metrô de Caracas, na Venezuela.

Então pagamos ao banqueiro 14%, pega o dinheiro emprestado. Deputado Edmilson, eu sei que nós estamos absolutamente alinhados nisso — não estamos, Deputado Edmilson? Nós estamos alinhados nisso. É algo deprimente o País sacrificar as reservas públicas pagando um juro dessa monta, e o pior, usando esse dinheiro de maneira equivocada numa série de lugares com uma remuneração inferior e que contribui para esse déficit.

Aí eu volto ao Adendo nº 5. O Adendo nº 5 assume certa postura, não é o Relator, por isso que eu disse que não é nenhum demérito, é óbvio, uma matéria dessa complexidade tem que ser discutida pelo Relator, ainda que fosse um Relator de oposição ele teria que discutir com o Ministério do Planejamento, afinal de contas, quem propõe o Plano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, quem governa é o Ministério do Planejamento, e nós votamos.

E o Ministério do Planejamento propõe a redução de mais 30 milhões na nossa meta de superávit para o ano que vem, acabando com qualquer possibilidade de superávit no ano que vem, acabando com o superávit, o que significa que a bola de neve vai crescer porque nós não vamos conseguir diminuir em nada, zero de diminuição da dívida pública brasileira.

Aliás, eu aproveito para lembrar que sempre andaram cantando aos quatro ventos que o Brasil não deve mais ao FMI, a nossa alforria absoluta. Ora, a dívida pública brasileira continuou crescendo com o Governo do PT e alcança hoje os maiores patamares da história em termos de comprometimento do PIB brasileiro.

Isso, concluo agora, Presidente, mostra que não é adequado votarmos o Adendo nº 5 e outros aspectos que estão na LDO porque não mostram a austeridade fiscal. O Governo fala, prega aos quatro cantos do Brasil: *"Eu estou fazendo ajuste fiscal".* Ora, a hora de verificar se está fazendo ajuste fiscal está aqui, na hora de dizer: "*Vamos aprovar a LDO do ano que vem e o Orçamento."* Ela vai refletir o ajuste fiscal e eu vou gastar menos do que eu vou arrecadar, e com isso eu vou equilibrar as finanças públicas.

O Governo não fez o devido ajuste, porque ajuste fiscal não é simplesmente mandar CPMF para cá, não; ajuste fiscal é identificar onde ele pode reduzir gastos públicos de maneira adequada, sem sacrificar o mais pobre. Por exemplo, deixando de emprestar dinheiro subsidiado para Cuba, para a Venezuela, para quem quer que seja, para multinacionais. Isto é uma ótima maneira de começar a economizar o dinheiro do povo.

Portanto, eu quero antecipar que recebemos com tristeza esse adendo, e na discussão global da LDO eu vou manifestar oportunamente ao Relator algumas sugestões de emendas que possam corrigir isso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, sobre a questão de ordem de que nós falamos há pouco...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu consultei o Regimento Senado, e o próprio Regimento do Senado diz que essa Instrução Normativa não cabe para o que estamos tratando aqui.

Diz o Regimento do Senado, no seu art. 211, que consistem as proposições em: propostas de emenda à Constituição; projetos — que é o que estamos discutindo aqui, um projeto de lei. Portanto, o inciso II do art. 211 já confirma o que eu digo.

Nós não podemos votar, Sra. Presidente, a LDO hoje sem que haja a publicidade devida da emenda realizada pelo nobre Deputado Ricardo Teobaldo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei o que responder a V.Exa. porque esse Regimento é da época que não tinha nem Internet, eu não sei o que responder a V.Exa.

Vou responder a V.Exa. na ordem das questões aqui elencadas.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Presidente, questão de ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal mostra que é norma complementar ao Regimento Interno da Casa. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos às considerações que constam do adendo, cuja cópia entreguei a V.Exa.

Dispõe a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015:

> *"Considerando que a racionalização administrativa, levada a efeito pela Administração Superior tem como objetivo promover a economicidade e a sustentabilidade mediante o uso da Tecnologia da Informação e a substituição de impressos pelas informações em meio digital;"*

E de acordo com o art. 3º:

> *"Art. 3º É desnecessária a publicação integral, nos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional de matérias que não sejam proposições nos termos do art. 211 do Regimento Interno do Senado Federal, sendo obrigatória a disponibilização do avulso eletrônico da matéria."*

Refere-se ainda à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 2011:

> *"Considerando, por fim, que o art. 5º da Lei 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) determina que as informações públicas sejam franqueadas mediante procedimentos objetos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão..."*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, isso só reforça o que eu digo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ao contrário, ele desfaz o que V.Exa. disse.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Além da publicação no *Diário do Congresso Nacional*, a lei de acesso a todos os cidadãos brasileiros dispõe que seja publicado também através de mídia na Internet.

Lembro apenas que o art. 144...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já respondi a essa questão de ordem e ainda vou acrescentar a V. Exa., para darmos um ponto final nisso, que eu não posso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Isso é matéria vencida, já.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu só peço que se respeite cada Parlamentar aqui no seu direito. É importante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Caio, ninguém precisa ser advogado de ninguém aqui dentro.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Presidente, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. sabe que aqui sigo o ritual de responder a tudo, exaustivamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na hora em que for impossível e virar uma controvérsia de debate, aí cabe até recurso à Comissão de Constituição e Justiça. Não é o caso aqui, agora, porque eu já respondi à questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas se não for o caso, nós vamos recorrer, porque V.Exa. está sendo mal assessorada. Desculpe-me dizer, eu não queria chegar a este ponto, mas a assessoria está levando V.Exa. a cometer erros para que seja...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A questão de ordem de V.Exa. já está respondida. V.Exa. pode recorrer da decisão e do esclarecimento aqui envolvido.

Eu vou pedir, em nome de V.Exa. — mesmo que V.Exa. não o permita —, desculpas a todos os assessores que nesta Casa se encontram, que estão aqui há 20 anos, 15 anos e que assessoram até mesmo Ministros de Estado, quando necessário.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente... Sra. Presidente...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra para uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não! Eu ainda estou com a palavra! V.Exa. não vai me assegurar a palavra?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas a questão de ordem que V.Exa. fez eu respondi.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Vamos seguir, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu esclareci novamente, não posso ficar nisso *ad aeternum*.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É outra questão de ordem, Deputado Hildo?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, veja bem...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero saber se é outra questão de ordem, sobre outro item.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É outra questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então me cite o artigo, por favor.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Artigo? É o art. 144 do Regimento do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi respondido. Permita-me.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, Sra. Presidenta! Não foi respondido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já respondi a V.Exa.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu não falei nem qual foi o número do artigo. Estou falando agora!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas V.Exa. citou os arts. 143 e 144.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, vamos ao mérito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos, outra vez...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A senhora poderia buscar as notas taquigráficas para ter certeza do que se está falando aqui.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, vamos ao mérito da matéria, por favor. Nós estamos discutindo aqui método há mais de 1 hora. Nós já tivemos reunião de Líderes.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu queria discutir o mérito do Adendo nº 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Questão de ordem. Eu vou conceder a questão de ordem ao Senador Raimundo Lira, que está pedindo desde o início.

E peço a todos que possamos trabalhar com tranquilidade.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, o que são os Regimentos Internos do Senado e da Câmara, a não ser a consolidação das normas da Casa?

Então, a Instrução Normativa do Senado Federal suplanta as normas existentes no Regimento Interno do Senado — na Câmara idem —, e a Instrução Normativa do Congresso Nacional substitui o que está expresso no Regimento Comum.

Eu acho que essa questão já foi mais do que esclarecida.

Segundo ponto: nós podemos votar a LDO antes do PPA. Isso é uma coisa pacífica e definitiva. Então nós não devemos mais, aqui, levantar questão de ordem ou falar de outros assuntos. Nós devemos partir para a votação da LDO, porque daqui a pouco acaba o quórum e começa a sessão deliberativa do Senado Federal, e nós teremos que sair daqui.

Nós estamos gastando tempo, energia, inteligência, com assuntos que estão absolutamente resolvidos e pacificados.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para uma questão de ordem.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Questão de ordem, com base no inciso I do art. 130 do Regimento Comum, Sra. Presidenta.

Eu gostaria que nós utilizássemos o nosso relógio digital para computar o tempo de quem for fazer a discussão da matéria, porque o inciso dispõe:

"Art. 130.....

I - cada Parlamentar inscrito somente poderá usar a palavra por 5 (cinco) minutos."

Eu gostaria que nós, dentro da cultura democrática desta Casa de que todos têm o direito de falar, pudéssemos nos ater ao que diz o Regimento Comum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem razão e será atendida.

Continuando a discussão do Relatório preliminar e do adendo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, peço um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós estamos discutindo o Adendo nº 5. Esse adendo é de prerrogativa do próprio Relator. Cabe votação do adendo para que ele entre no relatório, ou não? Pelo que eu saiba...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cabe votação do adendo para que ele entre no relatório. Em seguida, o relatório.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há votação?

(Não identificado) - Não votamos o relatório como um todo, Sra. Presidente? Ou antes temos que discutir o adendo?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não, não. O adendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos debatendo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Adendo nº 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Logo no início do debate, notei que várias pessoas se referiam ao texto preliminar e aos adendos. Então, para quem quiser discutir integralmente o processo, tanto o adendo como o relatório preliminar — o que não foi a preferência do Deputado Domingos Sávio, que disse que iria falar possivelmente sobre preliminar —, nós abrimos a discussão como um todo.

(Não identificado) - Então vamos votar o adendo, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas nós deveríamos seguir uma metodologia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se V.Exa. preferir...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu gostaria, por exemplo... Esse adendo, para nós, é muito importante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Adendo nº 5?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu faria o apelo, inclusive, ao digno Relator Ricardo Teobaldo, para que ele suprima esse abatimento, ou até já altere a meta, descontando esse percentual de 20 bilhões, se for o caso.

Vejam, para nós é muito importante que possamos praticar uma meta no exercício da execução do Orçamento. Ter uma meta e executar o Orçamento em favor da meta, não mais termos uma meta que é fictícia, que poderá ser alterada, mesmo com investimentos.

Então, eu estava discutindo, porque eu posso, como Deputado, fazer também um destaque pedindo para suprimir.

É essa questão que estou querendo esclarecer, porque eu recebi agora a proposta de abater 20 bilhões pelo PAC. Por isso eu quero um esclarecimento.

Conforme for, se eu não tiver atendido o meu apelo, eu gostaria de fazer um destaque. Ou vai haver votação preliminar desse adendo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vai haver a votação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Do adendo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Especificamente?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - De todos os adendos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Após a discussão, então?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Após a discussão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então vamos continuar a discussão. Eu quero me inscrever.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas eu disse no início que os adendos estavam em discussão e seriam votados.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu quero me inscrever, então.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão o Adendo nº 5.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu quero me inscrever também. Eu me inscrevo, Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero me inscrever também Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já discutiu ou adendo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Já discutiu. Já discutiu.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já discutiu ou adendo.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Por favor, o relógio!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu pedi um esclarecimento se íamos votar ou não ou adendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não tenho problema de conceder a palavra a V.Exa. outra vez, até mesmo porque V.Exa. é atuante.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode me inscrever depois dos outros, não tem problema.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas quero dizer que, antes de fazer essa preliminar que foi colocada agora, de esclarecimento, V.Exa. já teceu considerações sobre o adendo. Mas não tem problema, Deputado. V.Exa. fala outra vez.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu fiz uma fala na sugestão do Relator do Orçamento, Deputado Ricardo Barros. Fiz uma fala naquela sugestão,

para que fosse diminuído para vinte. Tudo bem, pode me inscrever depois. Não há problema.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, não vou ocupar os 5 minutos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou ficar muito atenta ao tempo, daqui para frente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero apenas dizer que concordo com o Adendo nº 5. Se há certas imposições legais, normas internacionais, temos de fazer um esforço. A mim incomoda muito — e creio que a grande parte dos Senadores e Deputados — estar debatendo aqui leis orçamentárias sem autonomia para definir sobre 100%, porque há sempre um superávit e um compromisso com o pagamento dos serviços, dos juros e amortização da dívida.

Portanto, reduzir a meta de superávit é positivo. O Brasil não pode estar se propondo a economizar no momento. É como querer economizar no momento em que o filho está morrendo e precisa de remédio. Então, vai ter dinheiro em caixa e vai perder o filho, porque é o que está ocorrendo. Programas sociais estão se perdendo.

Eu, por exemplo, fazia crítica aos meus antigos Líderes, mas eu tinha de reconhecer que o Bolsa Família tirou milhões de pessoas da miséria. Tenho primos que fizeram universidade porque tiveram acesso a crédito, ao PROUNI, etc. Mesmo que eu tivesse críticas, tinha de reconhecer isso.

É claro que está havendo uma perda, na medida em que há cortes nos gastos sociais. Então, a medida é positiva.

Quero apenas concluir dizendo que temos de fazer um grande debate estratégico sobre desenvolvimento para o País. Acho que este Congresso faz isso, mas o faz muito parcelado. No debate, o tema da dívida pública é fundamental. Creio também que é importante trazer a questão levantada pelo Deputado Domingos Sávio, que é um intelectual, um quadro importante do PSDB.

Acho que o Brasil, Deputado, pode assumir aquilo que, lá em 1928, o Capitão Mário Travassos dizia: *"Projeção Nacional".* Esse é o título da sua obra geopolítica. Para exercer esse poder regional, o Brasil pode até oferecer crédito a países mais pobres.

Eu concordo, no entanto, que devemos tornar muito claro o debate sobre qual é o instrumento estratégico de financiamento regional. Não podemos desconhecer, por exemplo, que a Angola tem participação em 24% das exportações do Brasil para América Latina e África, que a Argentina tem 20%. Aqui ou ali, para manter o MERCOSUL, é importante fazer concessão. Cuba, que tem participação em 7% da exportação brasileira, não por ideologia, merece ter uma política. Eu não acho que o Brasil, no entanto, tenha de ter ganhos para apoiar qualquer País, seja um governo liberal, como o da Colômbia, seja um governo socialista, como o de Cuba.

Eu acho que nós devemos ter um projeto nacional e nos segurar nele. Quando for necessário investir, a contrapartida tem de ser garantida. No caso de Cuba, do Porto Mariel, há um até um interessante artigo do Carlos Drummond, que não é o poeta, mas colunista da revista *Carta Capital*. Foram emprestados 957 milhões de dólares para a construção do Porto Mariel. O Brasil conseguiu recuperar, no mesmo período da obra, 802 milhões de dólares. Então, teríamos uma perda aí. O dado bom é que 400 empresas foram fornecedoras durante a obra e que 150 mil empregos foram mantidos durante 5 anos.

É importante esse tipo de investimento, mas concordo com o Deputado Domingos Sávio que não pode ser dádiva, não pode ser presente, seja quem for que esteja à frente do governo, o Castro ou um governo neoliberal ou liberal, como queiramos chamar.

Isso é apenas para provocar um debate que acho estratégico e importante e para dizer que estou com o Relator quanto à inclusão do Adendo nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Edmilson.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Silva, que está inscrito..

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou inscrito aí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, inscreva-me por favor. É importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Tem a palavra o Sr. Deputado Orlando Silva por 5 minutos, por gentileza.

A Presidente me pediu para ser extremamente rigoroso com relação ao tempo de todos.

Então, por 5 minutos, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, podemos pedir encerramento da discussão?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É o art. 27.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Então, vou fazer um requerimento pedindo encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pode fazer, sim.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu queria que V.Exa. colocasse em votação, porque assim ninguém vai votar hoje. Comece já a Ordem do Dia.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só uma questão de ordem, para o esclarecimento à nobre colega: nós sequer iniciamos a discussão do relatório.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É para encerrar esta discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós acabamos de ouvir a leitura de um adendo. Então, nós estamos discutindo especificamente um ponto da pauta de hoje, que foi a leitura de um adendo...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu só estou pedindo o encerramento do adendo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Concluída a discussão desse adendo, nós iniciaremos a discussão do Relatório Global da LDO.

Obrigado, Sr. Presidente. Era só para esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio, V.Exa. está...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Está certo. Eu estou pedindo o encerramento do adendo. O outro, ainda nem vi!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio, V.Exa. está inscrito para falar, assim como a Deputada Dorinha.

Deputada, há essa proposição aqui de encerrar a discussão, mas eu já tenho a lista de inscrição, que me foi passada pela Presidente: são quatro Deputados... cinco, com a Deputada Dorinha.

Estão encerradas as inscrições para discussão desse adendo. Em seguida, vamos votar requerimento de encerramento de discussão.

Com a palavra o Deputado Orlando, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Regimentalmente, são dez inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas a base poderia colaborar e falar menos, para abreviarmos a discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, regimentalmente são dez inscritos para o debate. É o que dispõe o Regimento da Comissão.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Só um instante, Senadora.

Deputado Danilo, V.Exa. é o próximo inscrito. Eu estava fora, cheguei agora, mas sei que já falaram mais de oito; e temos mais cinco ou seis inscritos.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, é número suficiente para discutir. Veja que estamos discutindo um adendo, está certo?

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senadora.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Só para esclarecer que o art. 27 do Regimento Interno dispõe que são, no mínimo, quatro Senadores e seis Deputados. Os Senadores não querem falar, não se inscreveram para falar, e já falaram oito Deputados. Por isso requeremos que se encerre a discussão agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quantos já falaram?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu quero insistir. Nós não podemos construir nesta Casa um Parlamento mudo, porque estamos aqui na Casa

de diálogo. Se não houver oportunidade de podermos debater o que estamos votando aqui, nós vamos construir uma inovação que o PT está querendo instituir no Brasil hoje, que é o Parlamento mudo. Além de não poder fazer oposição, nós não vamos poder falar mais.

(Não identificado) - A possibilidade de encerramento de discussão é regimental, Deputado. É regimental.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nós vamos falar na hora do relatório.

(Não identificado) - É o cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu quero propor um acordo aqui, para encerrarmos as inscrições. Não há aqui hoje condições de fazer votação. Se nós formos votar aqui...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Temos, sim. Temos condições de fazer a votação sim, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Temos, sim.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Se precisar, faremos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós concordamos com o Presidente quanto ao encerramento das inscrições; e que se respeitem as inscrições que foram feitas até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou pedir aos Parlamentares, sobretudo os da base, que falem menos, por 2 ou 3 minutos, porque quase todos aqui são da base e estão inscritos.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Por que não coloca em votação o encerramento da discussão do adendo?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Apresente o requerimento, e vamos votar.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Já apresentei verbalmente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Bote em votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aí vai se inscrever para falar sobre o requerimento e vai demorar muito tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São quantos os inscritos, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A orientação aqui é respeitar as inscrições já feitas e encerrá-las. Óbvio!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, há quantos inscritos? Quantos são da base?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputados Orlando, Danilo... Só. São dois da base.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputados Orlando e Danilo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. Os outros três são o Deputado Caio, a Deputada Professora...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O primeiro inscrito é o Deputado Orlando; o segundo, o Deputado Danilo; o terceiro, o Deputado Samuel Moreira; o quarto, o Deputado Caio Narcio e, por fim, a Deputada Professora Dorinha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu retiro a minha inscrição, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, um inscrito a menos.

Deputado Danilo, V.Exa. tem a palavra

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O Deputado Danilo já falou duas vezes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, Deputado Danilo, por favor!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Deputado Danilo precisa dar a sua contribuição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Se me for dada a oportunidade de falar sobre o adendo, eu vou falar. É um direito regimental que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado está inscrito aqui, conforme me foi passado pela Presidente. Eu cheguei aqui, e a Presidente me

passou a inscrição dele. Portanto, eu tenho de respeitar a lista que a Presidente me passou.

Deputado Danilo, eu só lhe peço, por gentileza, que seja breve, para que possamos encerrar essa discussão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - São 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - São 5 minutos, no máximo. Ele pode falar em 30 segundos, se quiser.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas ele dará a sua contribuição para nós.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu vou começar, quando eu tiver o direito de falar.

Sr. Presidente, no mínimo, é uma incoerência muito grande votarmos a LDO sem ter um planejamento, sem ter o PPA. Aquela questão de ordem que eu apresentei foi no sentido de dar uma consistência, de dar condições políticas, para que o Congresso Nacional não seja abraçado por essa opinião pública que hoje identifica na política um lamaçal só. A opinião pública brasileira hoje tende a entender que a classe política como um todo comunga e reza pela mesma cartilha, tem os mesmos princípios e faz as mesmas lambanças. E esta Casa não pode se enlamear com o malfeito no que diz respeito à malversação das contas públicas, declaradamente exposta em toda a mídia nacional. Essa preocupação que nós temos se fundamenta na necessidade de uma responsabilidade maior de todos nós na elaboração da peça mais importante do Congresso Nacional, que é o seu Orçamento.

Então, atropelar, fazer uma pedalada, ao elaborar uma LDO sem um PPA que lhe dê respaldo, no mínimo é incoerente. Há a vacância regimental? Há, mas há um princípio constitucional que estabelece que a LDO deva ser feita com base nas metas traçadas pelo PPA. Isso está na Constituição, inclusive cabendo até o questionamento.

No entanto, avançando nesse debate, como o adendo, muito bem explicado pelo Deputado Hildo Rocha, não existe enquanto instituto jurídico, nós não podemos nos ater apenas a um debate e à votação de um adendo. Ou nós votamos a peça inteira, depois fazemos ementas a essa peça, seja para suprimir, seja para adicionar

a esse texto elaborado algumas proposições, ou nós não vamos poder criar um instrumento novo que não está codificado na nossa legislação. O Deputado Hildo Rocha estudou e apurou que o instituto do adendo não existe. Não existindo, ele não pode ser votado. Então, isso tem que ficar muito claro. O que pode ser feito é uma ementa ao relatório apresentado.

Avançando um pouco mais no debate, no que diz respeito à supressão da execução orçamentária, com relação ao montante para aliviar no déficit fiscal do ano que vem, eu vejo que há uma preocupação muito grande com o que nos sobrou de Orçamento. Entretanto, no que diz respeito a tentar dar um nivelamento, um enquadramento ao montante de juros que nós pagamos, há o princípio da hierarquização dos pagamentos por parte do Governo, digo aos senhores: este ano, o Governo Federal do Brasil já pagou de juros da dívida pública mais de 400 bilhões de reais. Repito: mais de 400 bilhões de reais! Enquanto isso, nenhuma — nenhuma! — das obras hídricas, das obras de abastecimento de água do Ceará, prometidas no PAC da Estiagem, em 2012, nenhuma sequer foi iniciada por falta de recursos, segundo a alegação do próprio Governo. Estamos nós da Região Nordeste pagando um preço muito alto por uma transposição que ano após ano é adiada devido às dificuldades orçamentárias que o País atravessa.

Então, é esse quadro de preocupação que precisamos ter. A LDO pode ter um papel com relação a isso, da mesma forma que direciona a preocupação que nós devemos ter em levar recursos para as entidades filantrópicas, responsáveis hoje no Brasil por 46% do atendimento do público do SUS. Devemos ter a preocupação de que a LDO possa garantir uma velocidade, uma dinamização maior na liberação dos recursos dos convênios do Governo, principalmente com os entes federados — Estados e Municípios.

Sabemos que hoje a Caixa Econômica Federal é um verdadeiro obstáculo a ser superado pelas Prefeituras, pelas administrações públicas municipais, no sentido de viabilizar esses projetos. Isso tudo é constante nos temas que essa LDO deveria ter como princípio para que pudéssemos ter uma amplitude maior com relação à LOA — Lei Orçamentária Anual. Após a aprovação da LOA, há um problema maior: está se aprovando uma DRU — Desvinculação de Receitas da União de 30%, o que

significa dizer que todo esse esforço, todo esse trabalho dará uma liberalidade de 30%, quase que um terço do Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para encerrar, por gentileza, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - ...Quase um terço do Orçamento da União para ser usado da forma como convier ao Executivo. Isso é uma liberalidade. O que acontece: com isso, o Orçamento fica muito mais vulnerável, muito mais suscetível, inclusive a pedaladas futuras. É exatamente antevendo os problemas...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Gostaria que o tempo fosse respeitado, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - ... que precisamos ter uma coerência agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Danilo.

Eu vou passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Samuel Moreira. Em relação a essa "questão de ordem" — entre aspas — levantada pelo Deputado Danilo, a consultoria me disse que, na verdade, nós não podemos votar adendo por adendo. Cada adendo é um aditivo de voto ao relatório. É um...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tem que ser tratado como emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vão ser votados como um todo: o relatório da LDO e suas emendas. Portanto, nós podemos discutir todos os adendos e também o relatório. Nós vamos colocar em votação o relatório com todos os adendos. Nós não podemos votar adendo por adendo. Não são os cinco itens...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exas. podem destacar, é óbvio! Se há alguém que queira destacar o adendo, pode fazer um destaque, e esse destaque pode ser votado em separado. Mas nós, na verdade, estamos discutindo o relatório como um todo e vamos votar, ressalvados, naturalmente, os destaques, no momento em que for colocado.

Deputado Samuel Moreira, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, só uma observação. É uma questão de ordem. É uma questão de ordem.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É discussão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para uma questão de ordem. É questão de ordem, porque, na verdade, nós não estamos discutindo o relatório como um todo. Eu, inclusive, quando me inscrevi para falar, fui claro com relação a isso, porque hoje foi feita a leitura. Então, é um item da pauta, antes de iniciar a discussão do relatório, o adendo... Ou seja, o Relator, nem a Presidente da Mesa que antecedeu V.Exa., que ora está presidindo, não disse: *"Em discussão o Relatório nº 1"*, que é o relatório da LDO. Não! Ela disse: *"Passo a palavra ao Relator para que leia o adendo"*. Ele terminou a leitura do adendo, e nós passamos a fazer uma discussão sobre o adendo. Então a discussão está girando exclusivamente em torno do adendo. Terminada essa discussão, nós iniciaremos a discussão do relatório, propriamente, porque eu ainda nem me inscrevi para a discussão do relatório.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, o que eu sugeri...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É isso que eu estou reiterando, porque foi o que a Presidente entendeu. Foi o que ficou decidido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, o adendo feito é adendo ao relatório, Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu sugeri, Deputado Domingos Sávio, que nós encerremos a discussão do adendo; que abramos a discussão relatório, e todos se inscrevem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem! Eu não tenho objeção, Senadora, é que os que estão inscritos...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, faça isso!

(Não identificado) - O adendo é a quê, se não ao relatório, meu Deus!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É mais fácil ouvir os que estão inscritos que votarmos um requerimento, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, é o seguinte, o Adendo nº 4 recompõe o relatório...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E o Adendo nº 5.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Os Adendos nºs 4 e 5 recompõem o relatório, eles fazem parte do relatório como um todo. Se por acaso houve um equívoco vocês estavam inscritos e falaram apenas sobre o adendo, na verdade, vocês poderiam falar sobre o relatório como um todo, e podem destacar o adendo caso queiram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Definitivamente, não é isso, Presidente. Definitivamente, se a assessoria entendeu assim, entendeu errado.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu quero uma questão de ordem. O Presidente chegou aqui e mudou o entendimento da Presidente anterior. O que é isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Entendeu errado. Veja bem, veja bem: nós tínhamos um relatório, lido em sessão anterior. O Relator trouxe aqui, neste momento, um adendo para incorporar ao relatório. Nós tivemos a oportunidade de debater com ele, inclusive com o próprio Relator-Geral do orçamento manifestando opinião divergente da proposta — veja bem —, tudo, única e exclusivamente, sobre o adendo. Aliás, o Relator é testemunha disso. E eu, inclusive, ressaltei isso. Eu fui um dos primeiros a falar: *"Olha, eu não estou me inscrevendo para debater o relatório, eu estou apenas fazendo as minhas observações sobre este adendo que está sendo incorporado, até porque* — eu disse — *eu tenho perguntas a fazer ao Relator com relação a temas que ele incluiu e que, no meu entendimento, por exemplo, transigem os limites da lei"*. Aí não é nem a questão de mérito. Eu até concordo. Tem um tema que ele incluiu, com o qual eu concordo, mas acho não ser apropriado, por essa forma. É só isso que eu explico a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, a solicitação de V.Exa. é que essa é a inscrição para discutir o relatório, é isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com certeza. É o apelo que eu faço a V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Um de cada vez, para nós entendermos aqui.

Deputado Domingos Sávio, conclua, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Concluo. Eu faço um apelo a V.Exa., porque assim foi já entendido, com a Presidente Rose de Freitas e com o próprio Relator: que nós estamos concluindo um debate sobre o adendo que ele apresentou. Terminado isso, nós iniciamos imediatamente a discussão do relatório geral, incluindo todos os adendos, para que nós, ao concluirmos a discussão, iniciemos a votação. Aí vai terminar, inclusive, o prazo para destaque, que é quando terminarmos a discussão.

A discussão pode, por exemplo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já que estamos discutindo apenas o Adendo nº 1, estou reabrindo, neste momento, as inscrições para a discussão. Vamos ouvir exclusivamente o número regimental, pelo tempo regimental, e vamos seguir rigorosamente, para podermos votar isso aqui hoje.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Orlando está inscrito, e o Deputado Hildo Rocha, para uma questão de ordem

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai falar. É que temos uma questão de ordem aqui.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. O art. 3º...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. O Deputado Zeca Dirceu está indicando todos os nomes da base do Governo, como se fossem os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, Deputado Domingos Sávio, estamos inscrevendo aqui. Por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu sei, mas ele está indicando. Eu tinha levantado a mão, bem como o Deputado Caio Narcio Com todo o respeito, eu ouvi.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu estou auxiliando, porque eles estão levantando a mão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Auxiliando, estão levantando a mão, e V.Exa. está indicando os nomes da base. E quer usar essa estratégia...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estão abertas as inscrições aqui, inclusive haverá alternância — metade vai falar a favor e metade vai falar contra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentiliza, peço que seja breve em sua questão de ordem, porque tenho que respeitar a ordem dos inscritos aqui.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A Instrução Normativa nº 4, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, que estabelece procedimentos para a confecção e disponibilização dos documentos eletrônicos de cunho legislativo, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional, diz, no art. 3º, que é desnecessária a publicação integral. Ou seja, tem que haver no mínimo uma resenha — e se não é integral, tem que haver, no mínimo, uma resenha — nos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional, de matérias que não sejam proposições, nos termos do art. 211.

O que diz o art. 211, do Regimento Interno do Senado? O art. 211...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, eu acho que essa questão de ordem já foi resolvida.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, é outra questão de ordem.

(Não identificado) - Trata-se de uma questão de ordem já vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ela já foi resolvida pela Senadora.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, é outra questão de ordem. Eu fiz uma questão de ordem com relação ao Regimento.

(Não identificado) - A matéria já foi decidida, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Agora estou fazendo uma questão de ordem com relação à instrução normativa.

(Não identificado) - Mas é sobre o mesmo tema, Deputado.

(Não identificado) - Essa matéria já foi decidida.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem que mandar para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Nós estamos fazendo uma questão de ordem em cima da instrução normativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Paulo Pimenta, por gentileza. Deputado Hildo Rocha, encaminhe a sua questão de ordem, que vou respondê-la oportunamente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Vamos à questão de ordem, Sr. Presidente.

A Instrução Normativa nº 4, da Secretaria-Geral da Mesa, diz, no art. 3º, que é desnecessária a publicação — e veja bem — integral. O que é que se entende por integral?

Primeira questão de ordem: o que é integral para esta Presidência? O que é publicação integral, nos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional, de matérias que não sejam proposições, nos termos do art. 211 do Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o conteúdo de inteiro teor.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O Regimento Interno do Senado diz que projeto de lei, emenda à Constituição e requerimento, obrigatoriamente, têm que ser publicados de forma integral e não apenas como resenha. Está dito aqui: sendo obrigatória a disponibilização do avulso eletrônico da matéria.

A nossa questão de ordem é: há necessidade de publicação do eletrônico da matéria ou não há necessidade da disponibilização, conforme o art. 3º? É o que está dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Senadora já decidiu, mas vou recolher a sua questão de ordem e responder em seguida.

(Não identificado) - Essa questão de ordem já foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quero passar a palavra para os inscritos aqui.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira, por 5 minutos improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A inscrição agora já é para a discussão da LDO.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Deputado Danilo Forte colocou aqui claramente que o Orçamento é a principal lei para esta Casa de leis. O Orçamento é algo que nos coloca na condição de definir o quanto o Governo pode exercer de gastos públicos. Nós temos um problema de gasto público no País que não é só da época do PT, mas desde a redemocratização do País.

Quando nós tínhamos o regime militar, nós não discutíamos o Orçamento. Passamos a discuti-lo após conquistarmos a democracia, com a Constituição de 1988. Criamos entidades, associações e políticas públicas importantes. Os sindicatos, as entidades de classes e os funcionários públicos passaram a reivindicar a discussão do Orçamento.

O problema é que nós sempre tivemos o Orçamento acrescido pelos seus gastos. As políticas públicas importantes geram gastos. Os aumentos no funcionalismo geram gastos públicos. Nós sempre fomos aumentando os gastos públicos e depois correndo atrás de receita para cobrir essas despesas. Nós nunca definimos claramente qual é a receita, e, após termos uma receita definida, não gastarmos mais do que se arrecada. É este Congresso aqui que estabelece que se possa gastar mais ou não.

Eu não posso estabelecer metas que não existem, são pressupostos de que serão mexidas, através, inclusive, desse adendo. E o que ele diz? Ele diz que eu posso abater da minha meta os gastos no PAC, gastos investimentos. Eu não posso fazer assim. Os gastos são gastos públicos, mesmo sendo de investimento. Por isso, tenho que ter claramente definida a minha meta com todos os gastos públicos, inclusive o gasto público de investimento para que eu não possa gastar mais do que arrecado. Nós precisamos ter essa coragem.

É muito fácil criar programas sociais, que são bons programas, mas, se eu não tiver dinheiro, ou substituto ou não faço programa. Eu não posso é fazer sem dinheiro. A prática deste Governo tem sido constantemente assim. Eu vou dar um exemplo. É só pegar o FIES. Está aqui: em 2013, gastou 7 bilhões; em 2014, ano da eleição, quase 13 bilhões.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Samuel...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Gastou quase 13 bilhões.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O tempo está rolando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Danilo Forte, não existe aparte aqui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O tempo está rolando.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como V.Exa. está discutindo a matéria, o Relator tem que estar presente à Mesa, Deputado Orlando Silva. Eu vou dizer exatamente isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Olhe, é uma boa observação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quem vai consertar o Orçamento é o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu lamento profundamente, porque eu estou fazendo um apelo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O debate da LDO pressupõe que o Relator esteja presente à Mesa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Veja, eu estou fazendo um apelo para que a gente não faça esse adendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Danilo Forte, o Relator só saiu aqui para ir ao banheiro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu peço, então, que segure o meu tempo. Eu estou discutindo o adendo.

Olhe, eu já disse no início que nem era uma coisa do PT. Eu estou dizendo que é uma coisa que vem lá de trás. Desde a redemocratização nós somos pelos gastos públicos. Eu não estou partidarizando a matéria. Eu só estou fazendo um apelo para que a gente fixe uma meta e não mexa nela. O Governo é que tem que se virar para atingir a meta. Nós não podemos ficar fazendo meta fictícia, gerando aqui um item que possa abater da meta. Quer dizer, gasta, aí eu posso abater da meta. Não existe isso. Isso aí é como o cidadão que está ali nos assistindo pela *TV Câmara*. Se ele tem uma meta de emagrecer — e vou repetir mais uma vez — 5 quilos, mas ele não para de comer, come demais, engorda 5 quilos, aí ele simplesmente muda a meta e fica feliz, porque engordou 5 quilos. Não é assim a

vida. Dá problema; deu déficit, dá problema. Faltou dinheiro? É dívida, é problema para todo mundo. É o que nós estamos passando hoje.

Agora, eu peço ao Relator que venha aqui nos ouvir. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Parece que o Relator só saiu para fazer alguma necessidade fisiológica, mas está chegando.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, quem vai votar é a Comissão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu espero, então.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Suspende a sessão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Quem vai votar é a Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas o Relator precisa fazer o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, deixa o Relator, que está ali fora, atender a imprensa. *(Pausa.)*

Deputado Caio Narcio, V.Exa. é o próximo inscrito para falar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, vamos aguardar o Relator ou não? É importante.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, que alguém me ouça, então, que alguém possa retirar esse adendo. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu sou todo ouvido, como toda a Comissão aqui.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Alguém pode sugerir de não fazer o adendo?

(Não identificado) - Segue a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não só fazemos o papel de votar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É um desrespeito aos seus eleitores, Deputado Samuel Moreira, V.Exa. falar e o Relator não ouvir.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, designa um Relator *ad hoc* para ouvir especialmente o Deputado Samuel Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Relator saiu aqui e já está voltando.

Deputado Caio Narcio, por gentileza, vamos dar sequência. Ajude-me, vamos dar sequência aos trabalhos para a gente votar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, vamos retirar esse adendo, fazer o Orçamento da forma como ele está ou, então, já diminuí-lo. Diminui lá a meta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Samuel Moreira, é possível fazer um destaque. Vamos votar o destaque em separado. Isso pode ser votado. Enfim, se vencer no voto...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mais um motivo para aguardar o Relator, porque o Relator pode retirar de ofício. O adendo é dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas o Relator já disse que acata.

(Não identificado) - Sr. Presidente, não vá pela palavra de ninguém, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos deixar o Relator voltar para a gente poder votar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos esperar o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu confesso que nem percebi que o Relator não estava. Então, V.Exa. nem deve começar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Temos que aguardar o Relator. Vamos pedir à assessoria para nos ajudar com a vinda do Relator.

(Não identificado) - Essas coisas não podem ser apressadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pronto, está aí o Relator. Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Relator, a presença de V.Exa. é fundamental para que a gente discuta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. dispõe de 5 minutos improrrogáveis, por favor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço a gentileza do nobre Deputado, meu conterrâneo de Minas Gerais.

Lamento a retirada da palavra do Deputado Orlando Silva, por quem tenho grande estima. Tenho certeza de que daria importantes contribuições aqui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Dentro do tempo que V.Exa. abriu mão, V.Exa. poderá recuperá-lo. Tenho certeza de que todos da Comissão não terão objeção em devolver o tempo de V.Exa., que é oportuno.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós iniciamos os trabalhos desta Comissão, neste ano, dizendo da dificuldade de fazer relatórios de orçamentos que nunca foram cumpridos. A primeira dificuldade que vivemos foi o momento que passamos no ano passado, com a dificuldade de aprovação. Depois, o não respeito a um orçamento que, por muitas vezes, era reconhecido como fictício. E, neste ano, estamos caminhando para acontecer a mesma coisa: Passamos o primeiro semestre sem votar a LDO; ficamos sem votar o PPA, que seria uma oportunidade importante e necessária votá-lo, depois, a LDO e a LOA. Mas não foi cumprido.

Estamos agora caminhando para fazer a leitura de cinco adendos. Quer dizer, depois do relatório apresentado, tivemos cinco grandes modificações, e, nessa última, com o voto do Relator, que prevê 30% dos recursos, os quais nós não vemos a necessidade que aconteçam.

Então, o pedido que nós fazemos ao Relator é que abra mão desse adendo, que permite ao Governo uma flexibilidade que não deve ter. O Governo não precisa ter flexibilidade de julgar o Orçamento, sem cumprir as obrigações que são colocadas aqui, discutidas num ambiente que é oportuno para ele, num ambiente propício para que se discuta o Orçamento. Dar a este Governo uma manobra, um espaço de 30 bilhões para que sejam remanejados os seus gastos, dar a ele essa condição, porque, dos 30, foram rediscutidos para 20, dar a ele 20,30 bilhões para fazer isso, é dar uma contribuição ao Governo que já mostrou não sabe gastar, não sabe cumprir as normas. Dar a ele um cheque em branco para gastar mal, como ele faz, é dizer ao Governo que ele tem prerrogativas que este Parlamento não deve conceder a ele.

Portanto, Relator, eu acredito que nós poderíamos fazer o entendimento, em que V.Exa. poderia abrir mão desse adendo. Esse adendo não vai ao encontro das necessidades do País. Trata-se de um Governo irresponsável, que não cumpriu as suas metas, que veio aqui, no início do ano, falar em 30 bilhões de superávit; depois, voltou com 30 bilhões de déficit, agora são 50 bilhões de déficit, 120 bilhões de

déficit. E não há encontro, porque, até hoje, nós, que temos a oportunidade de relatar a LOAS, não temos parâmetros do Governo.

Na discussão que foi feita aqui com o Ministro da Fazenda, foram feitas perguntas que ainda não foram respondidas. Por exemplo, se os gastos feitos pelas chamadas pedaladas fiscais vão ser Restos a Pagar, se as dívidas vão ser pagas de imediato ou não, dar ao Governo esse adendo de 20% é assinar um cheque em branco para um governo irresponsável, que não sabe gastar e gasta mal. Gastou 20 bilhões com caças! Nessa crise, eu pergunto a V.Exa.: Qual é a guerra? Qual é a necessidade fundamental de o Brasil comprar caças hoje? Dar a este Governo 30 bilhões ou 20 bilhões de manobra é dar a ele a oportunidade de gastar mal, errado, equivocadamente. Este Governo não merece a nossa confiança para que seja feito isso.

Cabe a nós manusearmos o Orçamento para regrar o máximo possível os desfeitos e os desmandos deste Governo desordenado, atrapalhado, que não cumpre a sua função.

Pode contar o tempo junto comigo, porque a verdade dói, Deputado Orlando Silva. A verdade dói e a verdade é essa.

Portanto, peço ao nobre Relator que possa atender a nossa solicitação, pelo bem do Brasil, e abrir mão desse Adendo nº 5.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, como última inscrita para esta discussão do adendo. Por gentileza, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, prorrogáveis.

Para a LDO, já temos aqui as inscrições. São dez inscritos.

Com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu gostaria de pedir a atenção do Deputado Ricardo Teobaldo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, eu não vou repetir tudo que já foi dito sobre o Adendo nº 5. Eu também acho que seria muito melhor para o Orçamento e para o País que ele fosse retirado de maneira integral.

Eu não tenho como ficar falando...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente. Foi iniciada a Ordem do Dia. Então, está suspensa a sessão pelo Regimento, e nós voltaremos depois aos trabalhos, é isso?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Gostaria de...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixe para depois, Deputada Dorinha, deixe para depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Espere, Deputado. A Deputada Dorinha tem a palavra. Nós não podemos deliberar, não podemos votar, mas nós podemos fazer a discussão. Não existe impedimento para fazer a discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só se a Comissão quiser, só se a Comissão quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É claro. Se sair todo mundo daqui, eu não vou ficar discutindo sozinho.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Se a Comissão esvaziar ou alguém pedir verificação de quórum, é obrigado a derrubar, é regimental.

(Não identificado) - A Oposição está querendo obstruir, Sr. Presidente. Vamos seguir com a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos um acordo aqui de seguir com a discussão, estamos dando a palavra a todos, pacientemente. Está com a palavra a Deputada Dorinha.

Por gentileza, Deputada, siga com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, eu queria fazer um apelo, Deputado, para que, dentro da sua proposta de redação do Adendo nº 5, no § 5º, V.Exa. também inclua a possibilidade de dedução de “restos a pagar”.

Todos nós sabemos que “restos a pagar” podem não ser executados e podem ser cancelados. Este é um apelo para que isso não seja considerado no caso da manutenção do adendo como um todo. Nós temos vários exemplos em todas as administrações — municipais, estaduais —, e na Administração Federal não é diferente. Hoje há, na verdade, um montante de quase 200 bilhões de “restos a

pagar" e eles podem ser cancelados. Embora eu discorde do adendo como um todo, eu considero que isso é o cúmulo do absurdo.

Faço, então, esse apelo para que V.Exa. analise e retire essa consideração em relação aos "restos a pagar". É uma intenção a despesa ou a própria obra. Ainda é intenção, ela pode não ser executada. Então, não tem como ser considerada como uma possibilidade de dedução dos "restos a pagar". O meu pedido é que esse § 5º seja excluído por V.Exa., como proponente do Adendo nº 5.

Acho que todos nós que já fomos gestores sabemos que é inapropriado pensar que existe uma garantia de execução de algo que poderia ficar inscrito em "restos a pagar". Esse é o apelo para que V.Exa. analise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, só com relação à Ordem do Dia, o combinado nosso de procedimento é que, iniciando a Ordem do Dia, nós iríamos suspender a sessão com o compromisso de voltar para cá hoje, após o encerramento da Ordem do Dia.

(Não identificado) - Meia-noite vai terminar!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não interessa a hora que vai acabar! O compromisso nosso é este, de voltar. Nós voltaríamos para cá.

(Não identificado) - Isso não impede a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, nós temos tido aqui o procedimento nesta Comissão de sempre fazer acordo, ainda que não seja acordo sobre as matérias em si, mas de fazer um acordo de procedimento para que nós possamos discutir. Eu quero dar o espaço mais amplo possível para que todos participem. Nós vamos voltar para cá meia-noite e ficar até às 5 da manhã, com três ou quatro Deputados aqui discutindo e votando.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pelos Deputados do Governo, eu não posso responder. Eu garanto que ficarei aqui até a exaustão da discussão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Foi o que foi combinado. Se quiser combinar outra coisa, podemos até discutir, mas foi o foi combinado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu queira fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Isso é um desrespeito à Presidência, ao Deputado Jaime Martins, que está com muita delicadeza. Faço um apelo aos companheiros, um apelo para respeitar as inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Orlando Silva, estamos respeitando. Essa é uma questão de ordem. Nós estamos tentando avançar nas discussões mesmo estando a Ordem do Dia ocorrendo. Na verdade, regimentalmente eles podem pedir verificação, podem fazer um requerimento de encerramento de discussão. Eu estou tentando fazer um acordo de procedimento para continuarmos a discussão agora.

(Não identificado) - Pode continuar se houver consenso, mas não há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, por gentileza, V.Exa. participou dos entendimentos?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Deputado Jaime Martins, eu quero fazer aqui uma consideração que eu acho que é relevante.

Primeiro, há o aspecto regimental, sim. Em um momento como esse, pode-se, indiferente de se estar votando, alguém levantar questão de ordem quanto ao quórum, porque já está havendo Ordem do Dia. Obviamente, daqui a pouco, começa alguma votação lá. Mesmo nós, não votando aqui, começa alguma votação, e todo mundo conhece o procedimento do Presidente da Casa.

Então, estou concluindo meu raciocínio para dizer, até como uma proposta ao Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, o seguinte: nós da Oposição concordaríamos com a suspensão da reunião, que é bem diferente de encerramento, com a disposição de voltarmos após a Ordem do Dia, ou amanhã cedo, se essa Ordem do Dia terminar depois de meia-noite, ou houver também o entendimento de que retornemos logo pela manhã.

Isso eu acho muito mais apropriado do que nós insistirmos e daqui a pouco alguém pedir a verificação e a sessão cair como um todo. Enquanto nós

suspendemos o debate, nós podemos dar como iniciada a discussão. Eu sou o primeiro orador, inclusive.

Acho que a questão de ordem colocada é oportuna, porque se encerrou a discussão do adendo e, neste momento, pelo o que eu entendi, V.Exa. iria iniciar a discussão do relatório, sendo eu o primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu concordaria de que déssemos como iniciada a discussão, mas apenas me reservaria o direito de usar os meus 5 minutos no momento em que reabrissem os trabalhos, e nós teríamos esse tempo, não só, primeiro, para cumprir o nosso dever de estar no plenário e de estar discutindo uma matéria extremamente relevante, que é a questão da repatriação de recursos do exterior. É uma matéria que não tem como nós não votarmos. Daqui a pouco, quando falarem “em votação”, nós vamos ter que correr lá para votar.

Eu concluo dizendo que, nesse período, além de cumprir o nosso dever, eu me coloco a disposição do Líder do Governo — acho que os demais Líderes também — para que tentemos construir algum acordo de procedimento. Já ficou bem evidente que, ainda que se insista aqui, a LDO tem, só de minha autoria, algumas dezenas de destaques.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio, só para contribuir com o debate.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, o acordo de procedimento poderia dar a todos nós uma condição de concluir a votação da LDO de maneira muito mais agilizada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Jaime Martins...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A minha proposta é que V.Exa. suspenda a reunião por prazo indeterminado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Domingos Sávio está fazendo a proposta pela Oposição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria de manifestar aqui a absoluta disposição de, através do dialogo, construirmos o melhor ambiente possível para que as votações possam ocorrer. Dessa maneira, nós concordamos com a ideia de que a sessão deva ser suspensa.

Gostaria que as nossas assessorias técnicas pudessem inclusive trabalhar em um acordo de procedimentos, analisar os principais destaques que V.Exas. querem apresentar, para que a assessoria do Governo também possa analisá-los.

Assim, retomamos os trabalhos já dentro de outro patamar, inclusive, de diálogo entre o Governo e a Oposição. Então, eu acho que é uma medida adequada e tem a nossa concordância.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE Sr. Presidente, como se trata de uma reunião extraordinária da Câmara dos Deputados, é para encerrar mesmo, é peremptório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu só quero que V.Exa. leia a lista dos inscritos, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A lista de inscritos está aqui. Eu quero fazer a seguinte proposta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como é extraordinária, é peremptória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos suspender a reunião, mas eu quero ler a lista dos inscritos e quero também encerrar as inscrições, porque já são 12 inscritos: Deputado Domingos Sávio, Deputado Orlando Silva, Deputado Nilto Tatto, Deputado Wadson Ribeiro, Senador Raimundo Lira, Deputado Izalci, Deputado Zeca Dirceu, Deputado Leo de Brito, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Samuel Moreira, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Danilo Forte, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Ela argumentou que, pelo Regimento, nós teríamos direito a dez inscrições, sendo seis Deputados e quatro Senadores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não é isso.

(Não identificado) - Na LDO, não.

(Não identificado) - É o mínimo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aqui não há impedimento de todo mundo falar, não. Não existe isso em nenhum lugar no Regimento, todo mundo tem o direito.

(Não identificado) - Nunca aconteceu isso na Comissão de Orçamento. Na Comissão de Orçamento, todo mundo fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Veja bem, nós temos que ter aqui um limite de tempo para discutir, pois não podemos discutir eternamente. Quero aqui dizer da necessidade de assinaturas para o requerimento de encerramento de discussão, e aí são necessários seis Parlamentares e quatro Senadores.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Eu queria sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Naturalmente, ela não apresentou aqui um requerimento de encerramento de discussão. Eu vou passar para um acordo de procedimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Eu quero sugerir, Presidente, que quem estiver, como o Deputado falou agora, com vários destaques, que possa disponibilizar os destaques para que a nossa Comissão de Orçamento possa ir trabalhando, para, quando retomarmos, já termos algumas posições com relação aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Levando em conta que nós já estamos no processo de discussão, fica, portanto, aberto o prazo para a apresentação de emendas, inclusive fica aberto o prazo para se dialogar sobre essas emendas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Coloco-me à disposição do Relator agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu estarei, portanto, suspendendo a presente reunião até que haja o término da Ordem do Dia. Naturalmente, se terminar depois de meia-noite, nós vamos recomeçar amanhã pela manhã.

Eu estou declarando aqui o encerramento das inscrições para o debate. Nós já temos aqui 14 inscritos. Os dois últimos inscritos são a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, por gentiliza, eu não posso concordar, porque eu não acho que é regimental V.Exa. encerrar as inscrições. Na verdade, eu concordo, caso haja, na sessão que vai reabrir... Nós ainda vamos construir um acordo de procedimento. Então, eu acho que, caso haja a sessão que formos abrir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, a Presidência pode limitar o número de inscritos, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, até onde eu conheço, todos têm o direito de se inscrever. É claro que alguém pode se inscrever e não conseguir falar, porque pode ser votado o encerramento de discussão. Agora, nós não teremos condição, se aparecer um Deputado aqui que não tenha se inscrito... Eu até estou muito tranquilo, porque acho que praticamente todos do PSDB se inscreveram.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Qualquer decisão nossa agora é inócua. A sessão já deveria estar suspensa. Há um extraordinária no plenário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o certo é que seria antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós já vamos suspender, Deputado. É apenas um acordo de procedimento. Nós não estamos mais conversando sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou ponderando a V.Exa., porque, senão, podemos tomar uma decisão aqui que não seja regimental e pode até dificultar depois os andamentos. Então, eu acredito que, caso não se construa um acordo de procedimento, uma das alternativas que pode ser adotada é a de apresentar um requerimento de encerramento de discussão. Se isso for feito, fatalmente nem todos os que estão inscritos falarão. Agora, nada impede, até que alguém apresente um requerimento e que ele seja votado, que as pessoas se inscrevam. É essa a ponderação que eu estou fazendo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos, então, suspendendo os trabalhos desta Comissão até que finalize a Ordem do Dia; se finalizar após as 12 horas, nos ficamos já acertados para recomeçar amanhã, às 10 horas da manhã. Tudo bem? *(Pausa.)*

A Senadora sugere que seja às 9 horas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Às 10 horas, até porque nós não sabemos a que horas vai terminar a sessão na Câmara. O Senado tem sido mais moderado no seu esforço e a Câmara, com frequência, tem ido até a madrugada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Marque logo às 10 horas da manhã, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Suspensa a reunião, então, para ser recomeçada às 10 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É repatriação, não há como terminar cedo, pois esse tema é polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se terminar a Ordem do Dia até meia-noite, nós votaremos hoje aqui.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida em 11.11.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 494/2015, de 10 de novembro, do Deputado Izalci, solicitando ao Relator-Geral inclusão de emenda ao PLN 07/2015.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

Aviso GP/TCU, de 6 de novembro de 2015:
1) Aviso nº 1267/2015 (Acórdão 2731/2015): obras de implantação do Corredor de Ônibus Perimetral Itaim Paulista – São Mateus.

Em 12.11.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Está reaberta a sessão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nós vamos retomar os trabalhos a partir da leitura, já feita, dos adendos da LDO.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator, Deputado Ricardo Teobaldo, vai manter a leitura de alguns adendos que estão sendo colocados à Lei de Diretrizes Orçamentárias. A discussão já está aberta e em andamento.

Será feita a votação da LDO nesta sessão.

Eu peço aos Srs. Parlamentares que retomemos o trabalho.

Convido o Deputado João Arruda para, como Relator *ad hoc* da LDO, fazer a leitura. (*Pausa.)*

Havendo a concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido a mesma distribuída antecipadamente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não havendo quem se manifeste contrariamente, está dispensada a leitura da ata.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8 do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2015.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Item 1. Adendo nº 1, de 2015, ao parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 1, de 2015, do Sr. Ricardo Teobaldo, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".*

O Relator *ad hoc* está com a palavra para a apresentação do Adendo nº 1, que já foi lido pelo Relator, o Deputado Ricardo Teobaldo, e foi objeto de discussão no dia de ontem.

Peço ao Deputado João Arruda que faça a leitura do Adendo nº 1.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Adendo nº 1.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Parecer Preliminar ao PL nº 1, de 2015-CN.

1) Inclua-se o item 2.2.7 da Parte Especial:

2.2.7 Poderão ser elaboradas emendas de Relator, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado, mediante indicação das bancadas estaduais do Congresso Nacional, conforme procedimentos especificados pela Presidência da CMO.

2) Dê-se a seguinte redação ao item 2.4.1, 'a', da Parte Especial:

a) uma ação que beneficie cada Estado ou o Distrito Federal, contemplando obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado.

3) Suprimam-se os itens 2.4.1, 'b' e 'c', 2.4.5 e 2.4.6 da Parte Especial".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Relator.

Esse é o adendo que trata das obras estruturantes das emendas impositivas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao adendo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis ao adendo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Hildo Rocha, enquanto aguardamos a presença do Deputado Domingos Sávio, representando a Oposição — S.Exa. é o primeiro inscrito —, para o debate da matéria que faremos em seguida, a saber, a leitura dos Adendos 4 e 5 e da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Desde ontem, já temos a inscrição dos seguintes Srs. Parlamentares: Domingos Sávio, Orlando Silva, Nilto Tatto, Wadson Ribeiro, Raimundo Lira, Acir Gurgacz, Zeca Dirceu, Leo de Brito, Raimundo Gomes de Matos, Paulo Pimenta, Samuel Moreira, Hildo Rocha, Professora Dorinha Seabra Rezende e Danilo Forte.

Esses são os inscritos para a discussão da LDO.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta.

Como nós temos vários projetos de lei que tratam do Orçamento em vigência, os PLNs, eu gostaria, se fosse possível — não sei como poderia se dar —, que suspendêssemos a votação do Projeto de Lei nº 1, que trata da LDO de 2016. Assim, passaríamos imediatamente à votação dos PLNs, em função de que ele têm de ser votados até o dia 20 nesta Comissão, para surtir os efeitos legais, os efeitos regimentais.

Hoje já é quinta-feira, são 10 horas. Seria bom se pudéssemos já colocar em votação os PLNs — há vários PLNs —, que são os itens extrapauta. Há o PLN 5 e os outros, que já poderíamos colocar em votação aqui. Eu entendo que a aprovação deles é mais urgente, até porque outros nós poderíamos incluir na pauta do dia 17. Alguns Ministérios estão precisando da aprovação desses projetos para poderem movimentar os recursos da forma mais correta, da forma como está contida na nossa legislação pátria.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a solicitação que eu faço, dentro da medida do possível, dentro do Regimento desta Casa, dentro do Regimento do Congresso Nacional.

Se for possível procedermos dessa forma, se pudermos apreciar logo os PLNs, nós avançaremos. Então, votaríamos hoje os PLNs e, em seguida, continuaríamos a discussão da LDO, concluindo na terça-feira. Nesse dia, sem dúvida alguma, já teremos votado a LDO.

Essa é a proposta que faço. Se a Mesa entender que nós podemos, regimentalmente, fazer essa inversão de pauta — o Deputado Hugo Leal, que é o Relator do PLN 5, já está presente —, acho que devemos fazer. Mas não sei se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Nós temos, Deputado Hildo Rocha, um único projeto de crédito tramitando aqui. O PLN 5, cujo Relator é o Deputado Hugo Leal, a quem eu vou dar a palavra em seguida, não sofre aquele comando da resolução no sentido de que a partir do dia 20, não sendo votado aqui, vai direto ao Plenário, porque não é projeto de crédito.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, nós teremos a oportunidade de apreciar e esperamos fazer isso o mais breve possível.

Eu estou aguardando a representação da Oposição, para que nós possamos avançar na pauta acordada ontem, que é a discussão e votação da LDO. Posteriormente, havendo acordo, votaremos o PLN 5.

Nós podemos fazer um requerimento de inclusão extrapauta, que está aqui na mesa, para o PLN 24/2015, cujo Relator é o Deputado Pompeo de Mattos. É um projeto de crédito. Esse, sim, já podemos votar. Podemos também tentar incluí-lo na pauta da sessão do Congresso Nacional da próxima semana, o que agilizaria. Mas eu esperarei a representação da Oposição para deliberarmos.

Passo a palavra, então, ao Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer um registro.

Ontem, na reunião do Colégio de Líderes desta Comissão, nós tivemos um entendimento bastante positivo. Ficou estabelecido que ontem mesmo encerraríamos a discussão e a votação da LDO de 2016, já tendo sido feitos os entendimentos, apreciadas as matérias, os adendos, que são as questões mais delicadas e o objeto principal debate. Imaginei que ontem ainda pudéssemos continuar discutindo, mesmo após a sessão. Todos nós estávamos preparados para fazer essa discussão.

Aliás, registro aqui a discussão de ontem sobre o projeto de regularização dos recursos que estão depositados no exterior. Foi uma votação de sucesso. É um projeto positivo, que tem, obviamente, repercussão internacional — outros países já fizeram isso.

O Brasil fez, nada mais, nada menos, com que isso pudesse também ser uma legislação pátria, com oportunidade de arrecadação. Essa arrecadação vai ser muito importante para o futuro da nossa LDO de 2016, do Orçamento de 2016, não tenho dúvida alguma em relação a isso.

Porém, voltando ao nosso assunto, o que nós pretendemos, na realidade, e a intenção era que ontem nós tivéssemos continuado e que hoje praticamente já tivéssemos lido — isto foi o que depreendeu o nosso Colégio de Líderes — e

discutido o PLN 5. Esse projeto trata da meta fiscal de 2015, que já teve alteração em julho, sendo que agora lhe foi proposta uma nova avaliação.

O meu desejo e, obviamente, o dos demais pares aqui — tenho certeza — é que nós possamos encerrar esta semana já com a possibilidade dessa discussão, desse aprofundamento da matéria. Eu acho que hoje nós estamos preparados, nosso Relator da LDO de 2016 já está presente também, mas eu não sei como será a condução.

Peço a V.Exa., se possível, que já adiantemos esse debate. Eu até indago à Mesa se é possível, após essa discussão — é essa a intenção da Mesa —, fazer a leitura e a discussão do PLN 5. Imagino que isso já tenha sido conformado ontem nas discussões no Colégio de Líderes. Então, a nossa intenção é nos preparar para esse debate.

Entendo que o PLN 5 — quero deixar isto bem claro aqui aos nobres pares e ao Sr. Presidente — já foi entregue há mais de 3 semanas. Ele sofreu uma nova modificação, em vista dos documentos trazidos pelo Ministro da Fazenda, que obviamente fez um detalhamento ainda maior das dívidas com os bancos públicos.

Então, não há nenhuma novidade na questão que se refere ao PLN 5, das metas fiscais de 2015, consolidado que está aqui nesta Comissão. Seu avulso já foi entregue, já foi distribuído, já é de conhecimento tanto dos partidos de oposição quanto dos partidos da base do Governo.

Portanto, o nosso desejo é que, da forma mais breve possível, nós possamos entrar nesse mérito, nessa discussão, e votar ainda hoje o PLN 5, o que é o desejo também — tenho certeza — da maioria desta Comissão.

Então, Sr. Presidente, eu indago a V.Exa. qual será o procedimento. Em vista da presença já do Relator da LDO de 2016, pergunto se V.Exa. vai dar continuidade a essa temática. Peço também a V.Exa. que faça a leitura da lista dos Deputados e Senadores inscritos para a discussão da LDO de 2016, para que possamos, de repente, até colaborar, ajudando a chamá-los ou fazendo a leitura, porque a reunião estava marcada hoje para as 10 horas.

Permita-me fazer aqui um comentário: não há nem que se falar em desculpa, até porque a sessão não foi até tão tarde ontem — no máximo, ela acabou 11 horas

da noite. Todos nós estamos aqui, conforme a convocação da Presidente, para as 10 horas da manhã.

Então, peço a V.Exa. que proceda à leitura dos nomes, para que nós possamos iniciar de forma mais imediata a apreciação da LDO de 2016 e, em seguida, do PLN 5, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Leo de Brito, se V.Exa. me permitir, com a chegada do Relator da LDO, nós vamos retomar à pauta acordada.

Relatório, Adendos nº 4 e nº 5 e Errata nº 1, apresentados ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, da Presidência da República, que "*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências*". O Relator é o Deputado Ricardo Teobaldo. Foram apresentadas 3.027 emendas. Voto: favorável ao projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado. Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 423 emendas, pela aprovação parcial de 1.009, pela rejeição de 1.591, e indicou pela inadmissibilidade as Emendas de nºs 37910002, 37910003, 23630001 e 37550003.

O Relator está com a palavra para a apresentação do Relatório, dos Adendos nº 4 e nº 5 e da Errata nº 1.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Para fazer um esclarecimento, no Adendo nº 1, antes apresentado, incluímos a dedução da meta fiscal pela despesa do PAC sem limite de gasto. Contudo, conforme solicitação para que incluíssemos limites para essas deduções, decidimos fixar o valor de 20 bilhões de reais.

Nossa intenção era incluir essa regra no Adendo nº 4. Contudo, a versão apresentada não reproduziu o nosso entendimento sobre o melhor texto para o caso. Destacamos que a dedução constitui-se apenas em uma possibilidade, caso as condições da economia permitam. Ainda que a dedução seja utilizada no valor máximo de 20 bilhões de reais, estará assegurada a obtenção de um superávit mínimo de 14,4 bilhões de reais.

A meta de que trata o *caput* poderá ser reduzida na execução orçamentária em até o montante de 20 bilhões de reais, correspondente ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social. Suas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2016 com o identificador de resultado primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 6º desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Relator.

O Relatório, os Adendos nº 4 e nº 5 e a Errata nº 1 estão em discussão.

Nós temos inscritos — vou repetir e chamar seus nomes aqui no plenário — para discutir os seguintes Parlamentares: Deputado Domingos Sávio, Deputado Orlando Silva, Deputado Nilto Tatto, Deputado Wadson Ribeiro, Senador Raimundo Lira, Deputado Izalci, Deputado Zeca Dirceu, Deputado Leo de Brito, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Samuel Moreira, Deputado Hildo Rocha, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e Deputado Danilo Forte. São esses os Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, só para nós podermos nos posicionar, peço uma informação: quantos Deputados e Senadores já falaram na discussão ontem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Nós estamos recomeçando a discussão. Portanto, para a possibilidade de um encerramento de discussão, precisam falar seis Parlamentares da Câmara e quatro do Senado. Eu vou chamar pela ordem...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas não serão contados para esse fim os que falaram ontem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não, porque ficou acordado que a discussão de ontem referia-se ao adendo e que hoje nós abriríamos a discussão da LDO. Então, por acordo, teremos a palavra aqui de pelo menos seis Parlamentares da Câmara e quatro do Senado, se assim desejarem.

Quanto ao tempo, eu vou pedir para registrar, se todos estiverem de acordo, 3 minutos para cada Parlamentar. Evidentemente, sendo possível, daremos a palavra a mais Parlamentares.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Conforme a lista dos inscritos, o Deputado Wadson Ribeiro tem a palavra para a discussão da LDO. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estando ausente S.Exa., tem a palavra o Deputado Leo de Brito, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. e os demais Parlamentares desta Comissão Mista de Orçamento. Quero fazer um cumprimento muito especial ao Deputado Ricardo Teobaldo, nosso Relator da LDO.

Pela forma como foi construído esse relatório da LDO, com a participação dos Parlamentares e do Governo, ouvindo até mesmo as diversas vozes, as diversas sugestões que foram dadas ao longo desse período, eu quero dizer que acho desnecessário fazer maiores comentários e que o relatório tem a minha concordância plena. Eu acredito que nós temos que acelerar essa votação.

Quero ainda me somar às palavras do Relator Hugo Leal, porque considero muito importante que nós votemos também o PLN 5 ainda nesta sessão, e dizer que somos plenamente favoráveis aos relatórios, tanto o do Relator Ricardo Teobaldo quanto o do Relator Hugo Leal.

Não pretendo utilizar todo o meu tempo, porque considero desnecessário. Acredito que é importante avançarmos na discussão, para podermos encerrá-la e realizar a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Apenas para registro, farei a leitura de trecho do art. 171 do Regimento da Câmara:

> *"Art. 171. Os Deputados que desejarem discutir proposição incluída na Ordem do Dia devem inscrever-se previamente na Mesa, antes do inicio da discussão.*
>
> *§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente a favor e contra."*

Portanto, eu pergunto se alguém quer falar contra a LDO. *(Pausa.)*

Ninguém. Então, vamos seguir a ordem de inscrição.

Agora, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, para discutir por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós temos aqui um Projeto de Lei de

Diretrizes Orçamentárias que já está no seu quinto adendo. Portanto, eu acho que é um recorde de alterações daquilo que foi pensado pelo Governo no mês de maio — e nós estamos no mês de novembro.

De fato, a realidade econômica do País evoluiu negativamente. Houve diminuição na arrecadação e diminuição nas atividades econômicas, o que faz com que entremos no próximo ano com uma economia em recessão, em retração.

Alguns estudiosos entendem que nós deveremos ter, no próximo ano, a continuação dessa recessão, que vem prejudicando o povo brasileiro. Lógico que isso está refletido neste documento, nesta lei.

O Relator Deputado Ricardo Teobaldo se esforçou de uma maneira bastante favorável no sentido de aprimorar aquilo que o Governo mandou inicialmente. S.Exa., de forma bastante democrática, cautelosa, ajudou a construir uma LDO melhor do que a que veio do Executivo. Lógico que o Deputado Ricardo Teobaldo ouviu e atendeu às demandas dos Deputados, Senadoras e Senadores. Inclusive, a nossa proposta de adequação e algumas propostas que nós fizemos foram recebidas pelo Deputado Ricardo Teobaldo.

A grande vantagem desta Lei de Diretrizes Orçamentárias é que, pela primeira vez, nós estamos tendo de fato uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que reflete a realidade do nosso País. Nós sabemos que o País terá, realmente, como teve neste ano, um déficit fiscal — não tenho dúvidas —, e isso está sendo refletido nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, eu quero parabenizar o Deputado Ricardo Teobaldo pelo grande trabalho que fez: não mediu esforços e conseguiu aglutinar esforços no sentido de oferecer uma peça orçamentária muito melhor do que a que recebeu. Logicamente que a consultoria desta Comissão contribuiu bastante, com o seu conhecimento, com a sua experiência.

Nós fizemos alguns destaques ao Projeto da LDO que mais à frente iremos comentar. Quero apenas parabenizar o trabalho realizado pelo Deputado Ricardo Teobaldo no sentido de oferecer uma melhor peça orçamentária ao nosso País.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Teobaldo, pelo que entendi, nós já estamos debatendo os temas relacionados ao relatório da LDO, não é isso? Porque o Deputado disse que vai debater sobre os destaques dele depois... Já tem que entrar nos destaques agora, não é isso?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, primeiro acolhe o texto e depois os destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Até o fim da discussão apresentam-se os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiro é o texto geral...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro votou-se o adendo, agora vamos votar o relatório e em seguida os destaques serão apresentados, durante a discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tudo bem. Eu agradeço e parabenizo o Deputado Ricardo Teobaldo pelo belo trabalho que fez.

É importante que nós tenhamos clareza sobre o nosso papel e é importante também esclarecer que, em relação ao que ficou acordado ontem, nós trataríamos hoje apenas da LDO. O nobre Deputado quis avançar em direção ao PLN nº 5. Eu não vi nenhuma tratativa de acordo ontem — nem na reunião dos Líderes nem na discussão da bancada sobre a suspensão da sessão — de que haveria outro tema que não fosse a LDO hoje de manhã nesta sessão.

Então é bom que isso fique claro, para que depois nós não tenhamos que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, eu não prestei atenção à última fala de V.Exa., mas nós não podemos, Deputado Danilo Forte, toda vez que fazemos um acordo dentro de uma sala, fora dela, na ausência dos outros Líderes que participaram do entendimento, fugir ao que foi acordado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Acho que V.Exa. não estava aqui, mas um Deputado que falou antes de mim propôs que avançássemos para votar o PLN nº 5 ainda hoje, e o que ficou acordado não foi isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não era votar, era ler. O que ficou acordado foi isso.

Eu peço que tragam a ata ao plenário para esclarecermos a dúvida. Aqui tudo tem que ser mostrado.

Vamos continuar o processo. V.Exa. estava discutindo o relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com relação ao relatório, eu só quero agradecer ao Relator e parabenizá-lo pelo trabalho que fez.

Mas é bom que fique claro isso, porque foi o acordado ontem. V.Exa. pode não estar lembrada, pois tem muitas atribuições, o País está com muitas dificuldades...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estamos os dois esquecidos, mas isso foi o acordado ontem.

Os demais Deputados inscritos estão ausentes: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Samuel Moreira, Deputado Paulo Pimenta e Deputado Raimundo Gomes de Matos. O último inscrito foi o Deputado Danilo Forte.

Portanto, está encerrada a discussão.

Passamos ao processo de votação, logicamente ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não havendo quórum no Senado, como fica?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há quórum...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não há, para votar não há...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. faça o seguinte, eu não preciso ensinar...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu posso pedir verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vou pedir verificação de votos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem todo direito.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É um direito democrático.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas passamos ao processo de votação. Em seguida V.Exa. pede a verificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, mas não há quórum no Senado. Não há Senador para votar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu queria, Deputado Danilo Forte...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É regimental.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É regimental, mas só os Senadores podem pedir verificação no Senado, não V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A Comissão é mista, é do Congresso Nacional, qualquer Deputado e qualquer Senador pode pedir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou aplicar o Regimento Interno outra vez, se me permitir.

Vamos passar à votação na Câmara dos Deputados e, em seguida, no Senado Federal.

Deputado Ricardo Barros, pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós vamos votar o texto, ressalvados os destaques, e suspender a sessão para o Relator dar o seu parecer sobre os destaques. Nesse período de suspensão, nós vamos ver, Deputado Danilo Forte, a questão da... A Senadora Rose de Freitas está aqui, e a verificação no Senado só pode ser pedida por Senadores.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É Comissão Mista! Na Comissão Mista qualquer um pode pedir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em apreciação o Relatório, os Adendos nº 4 e nº 5 e a Errata nº 1 apresentados ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências. O Relator foi o Deputado Ricardo Teobaldo.

Foram apresentadas 3.027 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado. Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 423 emendas; pela aprovação parcial de 1.009 emendas; pela rejeição de 1.591 emendas; e indicou para a inadmissibilidade as Emendas nºs — vou ler da melhor maneira possível — 37910002, 37910003, 23630001 e 37550003.

O Relatório, os Adendos nº 4 e nº 5 e a Errata nº 1 estão em votação, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu fiz uma questão de ordem anteriormente, Sra. Presidente — parágrafo único do art. 134.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou em processo de votação. Logo em seguida V.Exa. argui e pede verificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu pedi antes de V.Exa. entrar no processo de votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tenho que concluir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu estava na minha fala como debatedor do tema, elogiando o relatório do Deputado Ricardo Teobaldo, quando eu coloquei a questão de ordem com relação ao quórum. Está aqui o parágrafo único do art. 134 do Regimento Comum:

> *"Art. 134. .....*
>
> *Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião,* ex officio*, ou por provocação de qualquer Parlamentar."*

Qualquer Parlamentar, seja Senador, seja Deputado. A Comissão é mista, não é só o Senador que pode pedir pelo Senado ou só o Deputado que pode pedir pela Câmara. Qualquer Deputado ou Senador da Comissão Mista pode pedir. Está no parágrafo único do art. 134. V.Exa., que é uma das que mais entende de Comissão Mista de Orçamento e a acompanha há muito tempo, sabe muito bem disso.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presidente, a questão foi superada, porque nós já temos Senadores presentes aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. havia questionado a presença dos Senadores. Foi isso que V.Exa. fez.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu havia questionado a presença, o quórum, dei o exemplo dos Senadores. Eu discuti...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há quórum...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode até ver, o som está gravado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - As questões que V.Exa. elenca não serão, de nenhuma maneira, prejudicadas. Eu estava procedendo na Câmara. Quando chegasse ao Senado, eu veria, na verificação do quórum do Senado, se há ou não Senadores suficientes. Não há prejuízo.

Eu vou encerrar a votação na Câmara.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, já estava em processo de votação. Eu não vou fazer isso!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Fale depois da votação. Já estava em votação. Infelizmente, não é possível isso, não é possível!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero dizer o seguinte...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está em processo de votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à votação no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Acordo é para ser...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que eu estou fazendo! É o que eu estou fazendo!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é o que está acontecendo aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. chega no meio do processo de votação e quer que eu pare a votação para que V.Exa. fale!

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Então, termine a votação, que farei uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obedecerei a V.Exa. É para terminar a votação? Acabei de terminar a votação.

Dou a palavra ao Deputado Danilo Forte, que levantou a questão do Senado. Eu dou preferência a S.Exa. para que possa arguir a questão do quórum.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidenta.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com base no parágrafo único do art. 134, fica claro que é por provocação de qualquer Parlamentar da Comissão. Então, eu faço aqui a provocação para que encerremos os trabalhos devido à falta de quórum, pois está claramente vista e revista, por todos nós, a ausência de Senadores nesta sessão.

Na terça-feira, retornaremos aos trabalhos, aí, sim, com o quórum presente, para podermos fazer um debate qualificado, aprovando o belo relatório do Deputado Ricardo Teobaldo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria informar que nós, infelizmente, não temos o quórum para a votação...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Há, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Temos quórum para deliberar, e não temos para votar. Portanto, eu vou suspender a sessão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Qual é o quórum mínimo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Qual é o quórum mínimo no Senado, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Seis Senadores.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Para votar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Para discutir...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Três para deliberar.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - E já encerrou a discussão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já encerramos a discussão...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - De toda a LDO?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... e já votamos na Câmara.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Está bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu pedi uma questão...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidenta, como V.Exa. é muito regimentalista e estamos em votação, a sessão não pode ser suspensa. Terá que haver o encerramento da sessão, para depois concluirmos a votação. Não pode haver suspensão. É encerramento, porque não há quórum no Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já se inscreveu e falou tudo o que gostaria de falar.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presidente! Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou inscrito para falar, faça o favor!

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, eu queria sugerir que, antes que a sessão seja suspensa, essa decisão seja primeiro reavaliada, e reavaliada numa avaliação mais calma, mais criteriosa...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A decisão já foi tomada.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - ... no que, de fato, diz o Regimento.

O nosso entendimento é que a sessão pode continuar. Não houve pedido de suspensão por parte de nenhum Senador. Há quórum para que a sessão siga e para que seja feito o processo de votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos que entrar num entendimento aqui, conforme os procedimentos.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Vamos com calma, não vamos suspender a sessão assim!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos de entrar...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O art. 135 diz que é encerramento na votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Está aqui!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é possível.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pois é, é possível, sim.

"*Art. 135. Se durante sessão do Congresso Nacional que estiver apreciando matéria orçamentária, verificar-se a presença de Senadores e Deputados em*

número inferior ao mínimo fixado no art. 28 do Regimento Comum, o Presidente da Mesa — no caso, a nobre Senadora Rose de Freitas — *encerrará os trabalhos* ex officio*, ou por provocação de qualquer parlamentar (...)"*

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Presidente! Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo, eu já dei a palavra a V.Exa. Estou com o Regimento na minha frente. Vou dar a palavra a todos, para depois tomar a decisão.

Por favor, com a palavra o Deputado Izalci, a Deputada Gorete Pereira e o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu gostaria de dizer aqui o seguinte: nós, ontem, fizemos um acordo de votação com relação à LDO — espero que tenha sido votado a LDO aqui, porque eu cheguei... Mas quero dizer a V.Exas. que o Sr. Ricardo abriu a sessão às 9h58min, 2 minutos antes do tempo normal. Basta pegar as notas taquigráficas. V.Exa. abriu a sessão antes, sem quórum, com apenas 4 Deputados. Mas não é esse o nosso objetivo, cancelar ou fazer...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas, Deputado Izalci, isso é grave!

O SR. DEPUTADO IZALCI - É gravíssimo! Por isso eu estou dizendo isso aqui e estou fazendo a questão de ordem. Pode ser anulado. Pode ser cancelada imediatamente a reunião.

E ontem, depois da reunião do plenário, nós viemos para cá, mas recebemos um aviso por mensagem. Era para ser encerrada a sessão de ontem, iniciando-se hoje um processo novamente de presença.

E o Governo tem obrigação de colocar quórum nesta Casa. Não é a Oposição que vai fazer o quórum para que se vote essa matéria de que nós discordamos. Há muita coisa de que nós discordamos, tanto é que eu particularmente tenho 44 destaques, e nós queremos discutir. E já agradeço ao Relator, que já acatou alguns, mas queremos discutir. Não dá para atropelar o processo. Começar com este quórum aqui é um desrespeito ao acordo que foi feito.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Pela ordem, Sra. Presidenta. Eu quero falar pela Liderança.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sra. Presidente, eu gostaria primeiro...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Segundo informação da assessoria, S.Exa. sentou-se à mesa às 9h59min e iniciou a sessão às 10 horas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, Presidente! Então, vamos apurar. Às 10 horas? Como?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero entender se o problema de V.Exas. é porque...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há uma versão de que é 9h58min.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... eu estou sempre abrindo o microfone. Eu quero explicar! Eu disse com todas as letras agora: há uma informação... Eu não disse qual foi a decisão tomada. Há uma informação...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, Deputado Samuel Moreira, V.Exa. é tão educado!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está em suas mãos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E não acreditem que, por eu ser mulher, pode todo mundo gritar ao mesmo tempo aqui. Não será assim. Não será assim.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Primeiro, eu gostaria de dizer o seguinte: todo mundo assinou ontem a continuação dessa sessão hoje. Então, não era para estar sendo arguido dessa forma. Mas, mesmo assim, pelo art. 134, está se pedindo um sexto de presenças de Deputados e Senadores. Isso nós temos. O artigo a que o Deputado Danilo Forte está se referindo é sobre sessão do Congresso!

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Isso é para discutir. Nós passamos dessa fase.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nós temos quórum de presença de um sexto — e eu gostaria de terminar, Sra. Presidente. Além de estarmos dando

continuidade à sessão de ontem, estamos com um sexto de presença para manter a sessão. E o art. 135 faz referência à sessão do Congresso, o que não é o nosso caso aqui. Então, nós podemos continuar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, garanta-me a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino; depois, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu quero contraditar a Deputada que me antecedeu e dizer que não há condições de se continuar nesta sessão deliberativa. Nós estamos numa sessão deliberativa, e o art. 135 é claro e pode ser trazido para cá:

> *"Art. 135. Se durante sessão do Congresso Nacional que estiver apreciando matéria orçamentária, verificar-se a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28 do Regimento Comum, o Presidente da Mesa encerrará os trabalhos ex officio ou por provocação de qualquer parlamentar (...)"*

A provocação foi feita pelo Deputado Danilo Forte, portanto peço a V.Exa. que reconsidere a decisão já tomada de suspender e encerre a presente sessão. Não temos como continuar, porque estamos em processo de votação e não há quórum para deliberar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou colher todas as questões de ordem e vou esclarecer uma a uma. Esse artigo a que V.Exa. se refere aplica-se ao Congresso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É o Regimento Comum do Congresso, e nós estamos numa sessão do Congresso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço um momento, porque eu vou responder a todas as questões de ordem.

Há mais alguma questão de ordem? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, autor da Resolução nº 1.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é possível! Peço atenção.

E peço a V.Exa., Deputado Ricardo Barros, que só fale quando tiver a atenção dos seus pares.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Srs. Deputados, eu gostaria de atenção sobre a seguinte questão. O quórum para a continuidade dos trabalhos é de um sexto de Deputados e Senadores presentes à Comissão. Esse é o quórum para continuidade dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não para deliberar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, para deliberar é o quórum do livro. Aqui na Comissão de Orçamento, Deputado Pauderney Avelino, é o quórum do livro. Nós temos quórum. A sessão foi suspensa ontem. Nós temos quórum para liberar, no livro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Desde que não seja arguido; foi arguido.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, verificação na Câmara pedem os Srs. Deputados; verificação no Senado — da votação — pedem os Srs. Senadores. A Presidente fez a votação na Câmara e agora fará, em seguida, a votação no Senado. Se nenhum dos Senadores presentes pedir verificação, então a votação pode ser feita, porque o quórum é o do livro. Isso é regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não existe quórum do livro!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Existe, é o quórum do sessão.

Deputado Danilo, eu estou aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero assegurar a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. foi ouvido várias vezes. V.Exa. já prevaleceu com esse instrumento em votações anteriores.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não há nenhum problema. A discussão aqui não é regimental. A discussão aqui não é do horário da abertura e

nem do quórum dos Srs. Senadores, porque isso tudo é regimental e está coberto pelo Regimento. A discussão é se vamos ou não cumprir o acordado.

Se vamos cumprir o acordado, votaremos a LDO agora, ressalvados os destaques. A Presidente vai suspender a sessão, o Relator Teobaldo vai dar o parecer nos destaques e nós voltaremos a concluir a votação da LDO.

Se não vamos cumprir o acordo, não vamos cumprir o acordo. Não precisamos arrumar desculpa para não cumprir o acordo, basta o discordante dizer que não haverá mais o cumprimento do acordo, e nós iniciaremos o processo normal de obstrução, que é direito daqueles que estão contrariados com as decisões da Comissão. É simples, não é o horário da abertura, não é se há ou não quórum.

Regimentalmente, a Presidente está coberta: o quórum desta sessão da Comissão de Orçamento é o quórum do livro. O pedido de verificação se dá em qualquer momento de votação: os Deputados pedem verificação na Câmara e Senadores pedem verificação no Senado, é isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quando o Deputado Danilo Forte questionou, S.Exa. disse: *"Não há Senadores no plenário!"* S.Exa. estava se referindo à votação, e não ao quórum de permanência da sessão. Nós estamos aqui totalmente cobertos pelo Regimento. Ou cumprimos o acordo, ou não cumprimos o acordo: é só esta a questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O que não pode é distorcer o acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sra. Presidente. É regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria que os senhores me ouvissem, com 1 minuto de atenção, inclusive o Deputado Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

Todas as vezes em que houver um problema, uma dúvida, podem usar o microfone, um de cada vez, e fazer as indagações. Qualquer atitude reflexiva sobre o Regimento, nós vamos fazê-la consultando aqueles que aqui estão, no caso de dúvida.

Há só uma coisa que eu queria pedir: no grito, não vai dar. No grito, não vai dar, e não é necessário. Esta é a melhor Comissão da Casa, assim considerada, hoje, até pelos veículos de comunicação.

Portanto, eu vou conceder a palavra ao Deputado Samuel Moreira, que está com indagações a fazer. Quando S.Exa. estiver falando, não falem junto com S.Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu quero me inscrever também.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de começar questionando ou até afirmando que o acordo não foi cumprido. Por quê? Havia inscrições. Havia inscrições, nós estávamos prontos para vir aqui ontem, tínhamos uma combinação de estar aqui ontem. Foi suspensa unilateralmente. Foi suspensa de maneira unilateral. E ela recomeça antes do horário. Aí há duas versões: uma de que começou às 10 horas em ponto, e outra de que começou às 9h58min. Tudo bem, mas começou antes do horário. Não se garantiram as inscrições. Por quê? Se começou antes, não se pode justificar o nosso chamado na ausência.

E qual era a base principal do acordo? Era que nós iríamos discutir a LDO minuciosamente, até esgotar o assunto. Essa foi a base. Agora, nós não estamos discutindo a LDO! Está havendo um atropelo aqui, para evitar que se discuta a LDO! Mas foi um acordo: nós íamos discutir a LDO. Há as inscrições da LDO, e nós não fomos chamados. Nós queremos discutir.

A partir do momento em que nós cumprirmos o acordo literalmente, com a discussão profunda da LDO, nós vamos partir para o PLN 5, como foi combinado. Agora, se for para ser atropelado, aí o acordo já foi descumprido. É isso o que eu quero questionar. Ou vamos discutir a LDO profundamente, os destaques, depois, partimos para o PLN 5, ou não se vai discutir a LDO. E tudo bem, está descumprido o acordo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem solicitação aqui sobre a mesa para que a gente retorne aos inscritos. Vou fazer outra vez, por uma concessão, porque, na verdade, já haviam sido chamados. O Deputado Domingos Sávio estava inscrito, o Deputado Caio Narcio e a Deputada Professora Dorinha.

Pois, não, com a palavra a Senadora Gleisi.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A senhora vai cancelar o processo de votação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Só um pouquinho, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - No processo de votação, estamos em discussão sobre a questão levantada. O senhor pode aguardar? Obrigada.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu queria só, Senadora Rose, até pelo bem da verdade de como nós nos conduzimos ontem, fazer uma contraposição ao que o Deputado colocou. Eu estava na sala de reunião quando V.Exa. conduziu um acordo de que iríamos iniciar as discussões ontem. Suspenderíamos para a sessão da Câmara e retornaríamos ontem, se fosse possível, ou então hoje, às 10 horas da manhã. Fui informada...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só complementando, ontem, se a sessão da Câmara acabasse até às 10 horas, voltaríamos para cá. Eu fui à Câmara, disseram que isso aconteceria, e nós ficamos aqui até às 11 horas da noite aguardando.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu inclusive liguei também para os Deputados, não tinham encerrado a sessão e, quando foi 10 horas e pouco, eu fui para casa também. Então, quer dizer, ontem, não foi possível votar, porque tínhamos um acordo de horário, que foi cumprido. Hoje, o acordo era estar aqui às 10 horas. Quero até pedir desculpas a V.Exa., mas eu era Relatora do relatório do PPA, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e fui fazer o relatório antes de vir para cá. Estava chegando exatamente quando o Deputado Danilo Forte estava falando e cheguei para cumprir o quórum aqui.

O Deputado Ricardo Barros se referenciou a um sexto presente para que a gente tivesse as discussões. Foi votado na Câmara. Quem estava aqui, fez a discussão. Foi votado na Câmara e está em votação no Senado. Nós estamos com os Senadores aqui. Eu gostaria de fazer a votação no Senado. Que pudéssemos votar agora no Senado, encerrar a votação da LDO e, depois, discutir os destaques. Aí, sim, devem ocorrer as inscrições. Já encerrou a votação na Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de esclarecer, principalmente ao Deputado Danilo, que eu estava no processo de votação, quando V.Exa... E eu aqui não me baseei no Regimento para responder, mesmo tendo presidido o Congresso e a Câmara. São três Regimentos nos quais temos que nos basear para tomar decisões. Havia, no entanto, o dispositivo que dizia que só poderia pedir verificação o Senador. Então, a mim cabe prosseguir a sessão. Como há pedidos de inscrições, eu tenho que respeitar, porque eles voltaram e pediram que pudessem falar. Mas quero dizer que nós já votamos na Câmara e teríamos que votar no Senado. Mas, como V.Exa. quer falar sobre a matéria, eu concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, mas se retoma a discussão daquilo que já foi votado e acordado aqui. É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Precisamos esclarecer o processo de votação para chegar à votação no Senado.

Desculpe, Caio, o Domingos Sávio é o primeiro da lista.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre o tema? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só um momento, Deputado Danilo. Eu peço atenção aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Caio Narcio, peço que V.Exa. não fale enquanto o Deputado Zeca e o Deputado Izalci estiverem discutindo. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, nós temos tido uma conduta correta dentro desta Comissão, temos mantido entre nós o diálogo e o cumprimento de acordo. Eu quero contraditar de forma respeitosa a Senadora Gleisi, mas ela não está sendo correta na conduta do nosso acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, repita.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O que eu estou querendo dizer é que nós temos tido um procedimento aqui e esse procedimento tem sido de diálogo, acordos e cumprimentos de acordos. E eu quero contraditar de forma respeitosa a

Senadora Gleisi Hoffmann. Ela não está sendo correta conosco porque o acordo nosso era cumprir as inscrições e, depois das inscrições, votar o texto base e ir aos destaques, discutindo cada parte. As nossas inscrições não foram garantidas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não! Não! As nossas inscrições...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. sabe que o microfone ouve tudo, não é?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Nós também. Se vamos tratar de correção, é melhor que V.Exa. norteie suas palavras. Até agora, neste momento, o que V.Exa. descreveu foi o que foi feito aqui.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Exatamente o que V.Exa. descreveu.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nós estamos falando de inscrições antes da votação do texto base.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. não estava... Aqui, infelizmente, não pode baixar o espírito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Pois é. O horário era 10 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Desculpe-me. V.Exa. quer questionar o quê, afinal? Primeiro, abriu-se a sessão. Foi feita a leitura, a votação do adendo. Agora, estamos votando a matéria, o relatório. As inscrições foram respeitadas, foram chamados os ausentes. Infelizmente, por telepatia não é possível resolver essa questão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só queria fazer uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu quero fazer uma pergunta pública: V.Exa. ou seus pares não querem manter o acordo de ontem? Simplesmente, não façam todos ficarem desgastados por isso. Infelizmente... A lista está aqui, quem estava aqui foi chamado. Falou quem não estava inscrito, como o Deputado Izalci, que chegou para levantar uma questão. Levantou durante a votação e teve a palavra logo em seguida.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. não falasse em atitude correta quando está cometendo uma incorreção.

Deputado Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu estou surpreso com o que ocorreu e acho que nós devemos fazer um esforço para recompor o andamento, mas tem que haver ponderação de lado a lado. Onde houve equívoco...

Eu não tenho dúvida de que não houve má-fé, predisposição de não cumprir os acordos, mas não vou chamar de equívoco até porque eu tenho enorme respeito pelo Deputado Ricardo Barros, que é um dos mais profundos conhecedores do Regimento desta Casa e tem sido extremamente atencioso, elegante, respeitoso em todo o processo de debate. Nós temos pela frente desafios enormes ainda para este ano, como a própria votação do Orçamento.

Então, eu quero fazer algumas ponderações, a começar pelo fato...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só enquanto... Eu pedi à Presidente que chamasse de novo os inscritos — o Deputado Domingos Sávio é o primeiro inscrito — e que desse a palavra a todos. Não há nenhuma intenção nossa de evitar o debate.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O meu espírito é de que a gente busque o entendimento, eu diria um pouco nessa linha...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. me desculpe, mas foi uma ligação urgente, eu queria ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, eu compreendo.

O que eu observo, Presidente, é que, até pelo volume intenso de trabalho, com temas extremamente relevantes para o País, nós acabamos ficando sacrificados no dia de ontem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso comprometeu o andamento dos trabalhos e gerou alguns mal-entendidos que acabam por comprometer o nosso acordo, sem que estejamos aqui procurando culpados. Mas é preciso a gente resgatar o que havia sido acordado e o que efetivamente foi ou não cumprido, até porque se esbarra em aspectos de legalidade da sessão. Não é simplesmente um acordo. Um acordo passa a ter a eficácia da forma legal do processo legislativo

porque ele foi citado — e obviamente vai constar da ata ou pelo menos está constando das gravações — no encerramento, na suspensão da sessão de ontem. E, naquele momento, embora a senhora estivesse também na sala, estava exercendo a Presidência o Deputado Jaime Martins. Tanto V.Exa. quanto ele disseram que a intenção era suspender a sessão até que nós tivéssemos a conclusão dos trabalhos na Câmara, que, naquele momento, já estava com a Ordem do Dia iniciada. E nós discutíamos sobre a possibilidade de retornarmos no mesmo dia, e inclusive o Deputado Danilo Forte comentou que, como se tratava de um projeto muito polêmico, ele achava que terminaria tarde, mas nessa hora foi feita a seguinte ponderação: *"Olha, nós temos que concluir este trabalho. Se a sessão terminar até meia-noite, se terminar hoje, nós voltaremos para cá".*

Eu até comentei isso com o Deputado Jaime. O que eu ouvi, e é bom que se resgate isso, foi que até a meia-noite nós voltaríamos para cá. Caso isso não ocorresse, nós voltaríamos às 10 horas da manhã. Houve até um comentário, se não seria às 9 horas. Eu disse: *"Não, se terminar tão tarde, até meia-noite, vamos colocar às 10 horas porque dá tempo de todo mundo se recuperar"*. A Senadora Gleisi está lembrando. Eu tenho boa memória, e ela também. Ela chegou a propor às 9 horas, eu ponderei que, se fosse terminar depois de meia-noite, nós precisaríamos de um pouco mais de tempo e sugeri que se iniciasse às 10 horas.

Pois bem, o equívoco em razão desse volume grande de trabalho começou aí. Ontem, quando terminou, por coincidência, eu saí do plenário da Câmara ao lado do Deputado Jaime Martins, saímos juntos. Eu falei: *"Vamos para a CMO?"* Ele falou assim: *"Não, vai ficar para amanhã".* Eu, sinceramente, vi a polêmica no plenário porque alguns Deputados... Meu celular está aqui. Ninguém da minha equipe falou em transferir automaticamente para o dia seguinte, e alguns receberam... Inclusive, o Deputado Paulo Pimenta está dizendo que também veio para cá. Ele também veio para cá ontem, o Líder do Governo veio para cá ontem. Eu também vim para cá ontem, eu estava convicto: *"Se nós temos um compromisso, nós temos que honrar o compromisso. Não é meia-noite, mas fazer o quê? Eu estou cansado, mas vou para lá"*. E aí o Deputado Jaime Martins no caminho ainda brincou: *"Não, não é hoje."* E eu: *"Nós temos que ir lá, Jaime".* Quando passamos aqui na porta, vimos que não tinha ninguém, não tinha sessão, não tinha condição de trabalho.

Pois bem, eu fiquei convicto de que... Eu até ouvi naquele momento alguns questionando: *"Então, amanhã, nós vamos ter uma nova sessão porque não cumpriu o acordo. Ou seja, era para abrir a sessão hoje à noite. Ela não abriu, ela automaticamente cai".* Cai porque, se você tiver o compromisso de reabrir e um prazo de suspensão e não abrir ao fim do prazo de suspensão, a sessão cai. Mas tudo bem, nós começaríamos uma nova sessão. É uma matéria que tem um grau de interesse elevado por parte de todos. O quórum se daria até o horário regimental de 30 minutos após às 10 horas e começaria.

Confesso a V.Exa. que eu vim para cá um pouco após às 10 horas e no caminho já comecei a receber... Eu estava saindo de casa, confesso que saí de casa por volta das 10 horas. Recebi hoje a visita de um irmão que chegou do aeroporto pouco antes das 10 horas. Eu estava esperando, ele chegou, e o meu telefone chamou: *"Olha, está começando!" "O pessoal está muito pontual, está muito pontual".* Eu vim apressado imaginando que chegaria aqui para o início da sessão para a composição de quórum.

Estou concluindo. Estou concluindo.

Pois bem, fui surpreendido com algumas questões. Eu apelo ao Deputado Ricardo Barros porque acredito que, no afã de fazer com que as coisas ganhassem um ritmo mais célere, teria iniciado um pouquinho antes das 10 horas. Aí, já é algo que não dá suporte a tudo isso que nós estamos querendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não começou antes... Ninguém colocou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, eu estou transmitindo as informações que eu recebi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, V.Exa. falou por 3 minutos e agora por mais 3. Eu queria só fazer uma ponderação. Vamos refletir juntos sobre...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Minha proposta a V.Exa. é que nós retomemos os trabalhos de imediato. Eu acredito que o mais adequado seria inclusive... A minha proposta, objetivamente — nós estamos a 3 minutos das 11

horas e temos quórum suficiente para instalar uma nova sessão —, é que a senhora instale uma nova sessão, dê continuidade aos trabalhos, mas que passemos de fato à votação, à conclusão da discussão da LDO respeitando as inscrições, chamando todos os que estavam inscritos. Depois disso, efetivamente, nós iniciamos o processo de votação da LDO na Câmara e no Senado. Não há interesse nosso em obstruir essas votações da Câmara e do Senado com relação à LDO. Nós poderíamos perfeitamente fazer isso sem muita polêmica, mas respeitando as inscrições...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta de V.Exa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Poderíamos concluir, fazer a votação após a fala dos inscritos. Não é para iniciar a votação e alguém dizer: *"Ah, já votou? Eu vou discutir algo que já votou? Não, eu quero discutir e depois votar."* Obviamente, temos um ritmo normal de trabalho.

É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta de V.Exa. — vou repetir para que todos ouçam — é continuar a votação, continuar esta reunião, que exige quórum.

Eu quero fazer uns esclarecimentos. Às vezes é profundamente irritante para qualquer pessoa trabalhar como V.Exas. trabalham. Ontem eu saí daqui com o Senador Acir Gurgacz e o Senador Hélio José — eles estavam aqui. Eu não vou citar mais nenhuma pessoa, porque as outras não estavam. Evidentemente, eu soube que o Deputado Paulo Pimenta tinha passado por aqui e que havia votação.

Encontrei o Deputado Jaime Martins, e já eram 11h20min. Eu disse: *"Deputado, são 11h20min. Essa sessão vai até que horas?"* Ele falou: *"Eu presumo que para lá da meia-noite"*. Eu voltei e peguei o telefone para perguntar se isso conferia. E realmente conferia. A votação não havia terminado. V.Exas. acabaram de votar, pelos dados que estão aqui da Câmara, às 11h34min. Às 11h34min, imagino que todos estavam como nós estávamos: sem almoço, sem café, sem nada.

O Deputado Jaime Martins estava exercendo a presidência, e eu disse que, se a da Câmara não terminasse até as 10 horas, a reunião ficaria para o dia seguinte. Eu confesso que eu não estava nesse momento. Eu tenho que aceitar aquilo que é determinado pelo 1º Vice-Presidente desta Comissão.

Eu agradeço as questões colocadas por V.Exa. Há a questão de a reunião ter começado 2 minutos antes, com a qual a assessoria aqui não concorda. Iniciar a reunião 2 minutos antes das 10 horas está errado, mas não houve nenhuma atitude. O relógio dele pode estar 2 minutos atrasado. Esse relógio, pelo tempo, ninguém o conhece, mas ele está ali para marcar o tempo de quem fala. Acontece que, quando acaba a fala, ninguém olha para ele e diz que o tempo acabou.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Funcionou, funcionou.

Então, a questão é que, quando acontece de as pessoas exigirem a absoluta correção, perfeição de todos os atos, elas não exigem de si mesmas, porque estar no processo de votação e alguém pedir para falar dentro do processo de votação, isso não está certo. Mas a pessoa não admite que está errada.

Portanto, eu aceito a sugestão de V.Exa., e, se acharem de bom alvitre que nós paremos por 10 minutos para conversarmos sobre como conduzir melhor esta reunião, eu gostaria que nós voltássemos àquela sala...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - É importante, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... e tentássemos ajustar o nosso procedimento, para que não haja mais desgaste, já que todos os Deputados, a exemplo do Deputado Izalci, estão aqui no limite da sua paciência e do cansaço.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, é só uma questão. Nós precisamos entender qual é o nosso objetivo. Se suspendermos a reunião para fazermos uma reunião fechada, está tudo bem. Pelo que eu entendi aqui...

Gostaria da atenção dos nobres pares, porque eu ouvi a todos e nós gostamos de ser ouvidos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Sr. Deputado. V.Exa. pode falar.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu recebi a mensagem ontem da suspensão da reunião — só para ficar claro — e de convocação para hoje, às 10 horas, às 21h48min.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Essa é a mensagem que está no meu celular. Qual é o problema? Não há nenhum problema. Na nossa sessão, a votação terminou às 23h30min, 23h40min. Então, não há nenhum problema.

Na minha opinião, o Deputado Ricardo Barros ter sentado aí faltando 2 minutos ou 1 minuto não é nenhum problema. V.Exa. está abrindo espaço para que todos os Deputados que estavam inscritos, que foram chamados e que não estavam presentes possam agora retomar e falar antes da votação do Senado Federal. V.Exa. contempla o fato de nós termos trocentos destaques para discutir, e vai permitir que a matéria seja toda ela vista dentro da discussão dos destaques.

Então, vamos ganhar os 10 minutos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Vamos ganhar os 10 minutos. Vamos dar continuidade. Mas fechar esta sessão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um momento.

Eu peço ao Deputado Hugo Leal que não se ausente, por favor.

Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Se nosso objetivo é “obstruir”, entre aspas, a sessão, é só encerrar esta sessão para abrir outra com novo quórum, porque não vai haver novo quórum para as deliberações. Terão que se passar 24 horas para se convocar outra.

Então, minha proposta é dar continuidade com serenidade, dar espaço aos Deputados que estavam inscritos para retomarem sua inscrição e falarem, mas não encerrar esta sessão nem suspendê-la por 10 minutos. O que nós tínhamos a dizer dentro nós já dissemos aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Eu vou deliberar.

Atendendo agora a V.Exa., não vou suspender a sessão e vou passar a palavra seguindo ordem dos oradores.

Quero exemplificar...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cancele a votação...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vou encerrar a votação, Sr. Deputado. Não vou encerrar. Está decidido.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Regimentalmente, iniciada a votação, não pode...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Essa foi a questão levantada pelo Plenário, e eu vou consentir que voltem ao debate.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

V.Exa. vai fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu abro mão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Abriu mão.

Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Abro mão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro. *(Pausa.)*

O Deputado Wadson tem que se pronunciar, senão amanhã requererão a nulidade da sessão porque ele não disse nada.

V.Exa. está inscrito para falar. Abre mão ou quer falar?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Abro mão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Sr. Deputado.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira. *(Pausa.)* Ausente.

Novamente, para a alegria de todos, concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu quero deixar claro que, quando nós conversamos sobre a votação da LDO, acordamos que cumpriríamos nosso papel, que faríamos questão de realmente discutir a LDO — suas incoerências, oportunidade de data, valores, condução do processo — e que o Governo faria a sua parte.

Qual é a parte do Governo? Proporcionar quórum para votação, e não votar da forma como foi feito agora, abrindo a sessão... Nunca, nestes últimos meses, nesta Legislatura, uma reunião começou no horário, muito menos, antes. Até mesmo

reunião na sala da Liderança, se está marcada para 13 horas, começa às 13h45min. Isso ocorre com todas as reuniões.

Então, conduzir esse processo de forma correta, cumprindo o acordo, não é fazer a abertura como ela foi feita, com quatro Deputados. Nós combinamos, ontem, voltar aqui. Nós iríamos pedir o encerramento da sessão, e hoje o Governo teria que fazer a sua parte, que é proporcionar o quórum aqui dentro.

Onde estão os Senadores e os Deputados da base do Governo? Eles têm que estar aqui para votar. Votaram de qualquer jeito. Aproveitando que ainda não havia quórum, votaram de qualquer jeito. Se houve descumprimento de acordo aqui, foi por parte de quem conduziu a sessão no início.

Com relação à LDO, eu quero dizer algo claramente, e a população precisa entender isso. Já virou tradição deste Governo não cumprir meta. Este Governo não aceita meta de nada, nem da educação... O Plano Nacional de Educação tem metas, tem ações só no papel. E LDO, LOA, PPA, isso não importa; são só números, porque sempre vem a anistia dos crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Presidente Dilma impôs uma condição, e nós estávamos discutindo ontem — nem pudemos discutir o que foi apresentado pelo Relator — a questão dos 20 bilhões. Por quê? Porque ela já está anunciando que não vai cumprir a meta. Já se viciou. Chega o final de dezembro, e vem o PL 36, vem o PL 5. Por quê? Porque esta Casa não faz sua obrigação, que é fiscalizar o Governo e suas ações, exigir que ele cumpra realmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje está em risco no Brasil porque o PT sempre foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Votou contra e continua contra, não só no discurso, mas também na prática.

O que está sendo feito aqui, o que está sendo feito por este Governo — não cumprir, frente à população e à sociedade, aquilo com o que se comprometeu — é crime de responsabilidade fiscal. Eu lamento que o Relator tenha flexibilizado isso.

Nós temos que exigir que haja o cumprimento de metas. Acordo é para ser cumprido, lei é para ser cumprida. Não podemos brincar de CMO aqui. Não se pode brincar com os Deputados. Ficamos 1 ano todo discutindo e, no final do ano, vem um projeto de lei do Governo e, sem nenhum argumento, sem nenhuma consistência, apenas porque é da base do Governo, aprova-se uma lei, anistiando-o.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu tenho certeza de que, da mesma forma como o Tribunal de Contas fez em 2014, fará também em 2015 e em 2016, porque as pedaladas continuam. Espero que, em 2014, a prestação de contas não seja votada somente pela base, por ser base, mas pela técnica, pela consistência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Izalci, peço 1 segundo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, da próxima vez que eu lhe der a palavra, vou exigir cumprimento do tempo, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não dei aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Domingos Sávio quer fazer uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós está havendo votação nominal. A Ordem do Dia está em andamento na Câmara. Foi a informação que recebi.

Peço a V.Exa. que suspenda os trabalhos desta Comissão. Acredito, inclusive, que será oportuno não cumprirmos nosso papel na Câmara e também estabelecer alguns procedimentos para concluir este trabalho.

Então, eu peço regimentalmente a V.Exa. que suspenda os trabalhos.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidenta, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender os trabalhos pelo prazo de 30 minutos.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está reaberta a sessão.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão de Orçamento, trataremos da apreciação do relatório, dos Adendos nº 4 e nº 5 e da Errata nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

O Relator, como todos sabem, é o Deputado Ricardo Teobaldo.

Citamos anteriormente que foram apresentadas 3.027 emendas.

O voto é favorável ao projeto de lei nos termos do Substitutivo apresentado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Das 3.027 emendas apresentadas, o Relator ofereceu, pela aprovação, 423 emendas; pela aprovação parcial, 1.009 emendas; pela rejeição, 1.591 emendas. Ele indicou para inadmissibilidade as Emendas nº 3790002; 37910003, 23630001 e 37550003.

Foi colocado em votação...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou só terminando o escopo da apresentação.

Foram discutidos aqui os Adendos nºs 4 e 5. Lida a Errata, foram colocados em discussão e, em seguida, foram votados os adendos. E passamos à votação do relatório.

V.Exa. quer falar sobre a matéria? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, gostaria de fazer aqui duas observações. A primeira é que o Adendo nº 1 ao relatório preliminar enseja que o relatório preliminar precisa ser novamente votado, uma vez que nós não podemos avançar na votação, se nós não tivermos a votação do relatório preliminar. Como foi modificado, nós teríamos que fazer uma nova votação.

Em segundo lugar, nós temos esse Adendo nº 5 aqui, no qual o Relator introduziu matéria nova, que não veio no projeto de lei original. Nem o Governo teve coragem de votar aqui esse abatimento de meta, retirando recursos do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento.

Então, são duas questões que nós queremos trazer aqui a V.Exa. Nós entendemos que esse Adendo nº 5 não deve ser votado — tem que ser retirado —, como também o relatório preliminar precisa novamente ser votado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O relatório preliminar já foi votado. E o adendo também já foi votado. Nós vamos passar agora...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Com a alteração do Adendo nº 1?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a alteração do Adendo nº 1.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então, tem que voltar a votar o relatório preliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos votar no Senado. E depois nós vamos passar aos destaques.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Entenda o que eu coloquei. O relatório preliminar só pode avançar se for aprovado. Como foi alterado pelo Adendo nº 1, precisa novamente ser votado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro, votam-se os adendos, para que se possa alterar o relatório. Foi isso o que aconteceu. Os adendos foram votados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E nós estávamos na votação do relatório preliminar, que já foi votado na Câmara e será votado no Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Trata-se de questão de ordem sobre a votação?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em seguida, falará o Senador Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Começou a Ordem do Dia, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, um princípio basilar do Regimento do Congresso Nacional fala da separação da discussão e da votação. Diz respeito ao fato de a votação só se iniciar após encerrada a discussão de uma proposição. Uma vez finalizada esta, não se pode discutir a matéria durante a votação. Observe que tanto o encaminhamento para votação, como a declaração de voto não violam esse princípio. Só que, uma vez iniciada a votação, não se volta a discutir a matéria.

Então, o que aconteceu? Houve uma votação pela Câmara, que tinha quórum naquele momento, e iria ser iniciada a votação no Senado, que não tinha quórum. Foi reaberto o debate, quando não poderia ser reaberto, em função de a votação já estar em andamento. E outra violação também foi feita, na medida em que a sessão também não pode ser suspensa durante a votação. A votação precisa ser concluída para a sessão ser encerrada ou ser feita a suspensão. Então, não poderia haver suspensão da sessão durante a votação.

Segunda questão: de fato, agora, foi iniciada a Ordem do Dia de uma sessão extraordinária da Câmara. E, quando há extraordinária, não pode haver sessão deliberativa em nenhuma das duas Casas. Quer dizer, está havendo uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, foi iniciada a Ordem do Dia, e, no mínimo, temos que ter direito a uma nova suspensão desta sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder a palavra ao Senador Benedito de Lira, que havia pedido a palavra antes de V.Exa. Como V.Exa. alegou questão de ordem...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, gostaria de definir o seguinte: a suspensão da sessão não foi feita por uma decisão deliberada de V.Exa., mas por um pedido feito aqui pelo Deputado Domingos Sávio, alegando que estava havendo votação nominal na Câmara dos Deputados, o que, na verdade, não estava havendo.

Dois: no começo desta reunião, já houve a votação na Câmara dos Deputados. Então, Presidente, vamos dar prosseguimento à votação para que o Senado possa votar, a fim de encerrarmos a primeira etapa das discussões da matéria.

Então, eu requeiro a V.Exa. que dê continuidade à votação no Senado Federal, para concluirmos a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço à Mesa que confira se a Ordem do Dia realmente foi reiniciada com processo de votação na Câmara.

Nós vamos concluir a votação agora, colhendo os votos do Senado sobre o adendo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, nós estamos inscritos. V.Exa. cedeu a nós...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já chamei todos para falar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O que é isso? Eu estou inscrito, estou aqui o tempo todo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. então quer falar ainda sobre o assunto?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu percebi que V.Exa. chamou os Deputados do PT.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Riso.)* Eu não tenho essa preferência que V.Exa. pensa que eu tenho.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu sei que V.Exa. não tem, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, para nós, essa questão da LDO é muito importante. Nós discutimos isso o tempo todo. Combinamos aqui que iríamos votar a LDO, porém queríamos discuti-la com toda a profundidade. É a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E nós percebemos que há questões fundamentais. Nós precisamos estabelecer metas reais na LDO, a fim de que o Governo persiga as metas, e não que a meta persiga a atitude do Governo.

Nós precisamos de um Governo que aja com o Orçamento que nós deliberamos. O Congresso está aqui para isto: para deliberar um Orçamento que faça com que o Governo aprenda a correr atrás da meta. Não dá para a meta ficar flexível, correndo atrás das atitudes do Governo. Portanto, essa questão da meta é fundamental para nós, para que não ocorra inclusive o que está ocorrendo em 2015, quando toda hora se muda a meta. E nós fazemos questão — estamos lutando aqui o tempo todo por isso e vamos lutar até o fim — de que não haja abatimento nos investimentos do PAC no resultado primário da meta.

Não é possível que nós vamos descontar investimento do resultado primário, porque investimento é gasto público. E o resultado primário tem que incluir os investimentos. Nós precisamos ter coragem de administrar a meta, cortando e

controlando os gastos públicos se for preciso. Todo gasto público tem um princípio; todo gasto público é importante; todo gasto público é prioritário, mas, se não houver dinheiro, não pode ser realizado. Eu não posso ficar promovendo políticas públicas, ainda que sejam importantes, sem dinheiro. Portanto, para nós, a meta tem que ser rigorosa.

Não podemos fazer como ocorreu em anos passados. Em 2014, o déficit foi de 32 bilhões de reais. Em 2015, vai ser de 120 bilhões de reais. Para 2016, o próprio Governo mandou para cá uma proposta de Orçamento com previsão de 30,5 bilhões de reais negativos. Essa é nossa realidade. E nós vamos estabelecer aqui uma meta, depois o Governo toma um monte de atitudes, e nós temos que ficar mudando a meta.

Sra. Presidente, vou concluir...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero dizer a V.Exa. que, com oito mandatos nas costas, é a primeira vez que eu cuspo no Regimento com o qual eu trabalho.

Eu dei a palavra a V.Exa., depois da votação, para que tratasse do mesmo tema. Eu quero dizer que V.Exa. tem um instrumento: enquanto está falando aqui, se quer modificar esse relatório, faça o destaque supressivo para que ele vá à votação. Não foi feito esse destaque.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu fiz o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos votá-lo em seguida.

V.Exa. pode concluir a sua fala.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Primeiro, Presidente, eu vou concluir, porque o combinado não é caro nem barato. Havia uma combinação de que nós íamos discutir a LDO — eu estava inscrito — e depois discutir o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando V.Exa. fala fora do tempo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas eu estou pedindo para concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou voltando a palavra a V.Exa., mas V.Exa. está arguindo. Tem todo o direito...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vou concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Após a votação, não tinha o direito de falar. V.Exa. pode concluir.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu vou então concluir com uma linguagem figurada que já utilizei aqui e quero utilizar de novo. E quero falar agora com o cidadão, não só com os Deputados. A nossa situação é mais ou menos como a de um cidadão que resolve estabelecer uma meta para fazer um regime e emagrecer. Ele estabelece que vai emagrecer 5 quilos, só que ele fica comendo, comendo, e come de tudo. Ele engorda 5 quilos, então muda no papel a meta para ficar 5 quilos mais gordo e fica feliz. É assim que nós estamos agindo.

Portanto, com esse Adendo nº 5, começa a nossa luta quanto à rigidez do Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Vamos à votação no Senado Federal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre a votação? Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu quero dizer, inclusive em respeito ao Senador Lira, que um colega aqui da bancada recebeu um telefonema de uma Liderança, que nem é da Oposição, dizendo que já estava havendo votação. O Líder do Governo também ouviu isso.

Não houve, de forma alguma — V.Exa. me conhece muito bem — nenhum propósito da minha parte de alterar a rotina de todo o processo de votação. Entendo até que caminhamos agora para construir um entendimento, espero eu, com o Líder do Governo, inclusive na linha do que V.Exa. já me disse com relação às preocupações gerais aqui de encontrarmos um caminho para a estabilidade do País, a fim de que possamos votar a LDO.

A nossa discordância é muito focada no Adendo nº 5, e V.Exa. já compreendeu essa posição. Então, eu acredito que é oportuno que possamos exercitar esse trabalho de entendimento, que está num processo de conclusão.

É isso que pondero a V.Exa., porque, enquanto houve essa interrupção — e eu entendi realmente, quando requeri, que era porque estava se iniciando a Ordem

do Dia —, eu disse também que nós iríamos buscar construir um entendimento. Inclusive eu estou até transpirando, porque tive que correr a vários pontos para poder costurar algum entendimento que vá ao encontro do interesse do País.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação no Senado Federal.

Em votação o relatório com seus devidos adendos, votados na Câmara.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório e os adendos aqui mencionados.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero também dizer que há 291 destaques sobre os quais nós temos que nos debruçar para fazer um entendimento. Não é possível votar 291 destaques. Teremos que apensar alguns do mesmo teor. E o Relator terá que proferir parecer sobre eles.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, peço a palavra para fazer uma justificativa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu tinha uma questão de ordem anterior, Presidente.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, eu queria dizer ao companheiro Deputado Domingos Sávio que, quando eu fiz referência à suspensão da sessão e citei o nome de S.Exa., não foi para fazer qualquer tipo de censura. Eu apenas justifiquei que a suspensão da sessão ocorreu por conta da solicitação de S.Exa. Como ele recebeu uma informação equivocada, logicamente que a minha observação não tem absolutamente nada contra a pessoa ou a manifestação do Deputado. Eu tenho muito respeito por S.Exa., porque é um dos companheiros que

trabalha para fazer o possível para que possamos encontrar os caminhos para votar as matérias necessárias. Está no dever dele. Agora, como ele recebeu notícia equivocada, eu quero fazer ver que não há nada de censura contra a manifestação do Deputado Domingos Sávio, Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero dizer que esta Comissão tem clareza acerca de todas as posições adotadas pelo Líder do PSDB, Deputado Domingos Sávio, e realmente nós tivemos a informação aqui na Mesa e, por coincidência, menos de 10 segundos depois de acabar de falar sobre isso, a informação era contrária.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço ao Senador Benedito de Lira, agradeço a V.Exa. e a todos os demais pares. Sei que o colega que me passou a informação também recebeu informação equivocada. Não houve má-fé de ninguém. Mas, a bem da verdade, ela foi providencial, porque nós estamos caminhando para construir esse entendimento com o Líder do Governo, ouvindo também o Deputado Danilo Forte, os meus pares, o autor do destaque objeto inclusive desse último debate.

Como V.Exa. acabou de citar, existem mais de 200 destaques. Então, nós queríamos pedir a V.Exa., já deixando claro o fato de que nós queremos concluir a votação da LDO hoje, por acordo, que nós possamos, independentemente de a Ordem do Dia estar começando ou não *(falha na gravação).*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aproveito esse fato para requer à parte técnica que verifique a situação dos microfones. Independentemente de se apertar ou não o botão, isso acontece a todo momento, inclusive na abertura da sessão.

Peço desculpas a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, Presidente, no acordo que fizemos aqui, nós queremos, por acordo de procedimentos, selecionar os destaques em número mínimo, mas que atenda ao interesse público, e votá-los em bloco.

Portanto, pedimos que haja suspensão da reunião por alguns minutos — não creio que precisemos de muitos —, a fim de que possamos ir com V.Exa. à sala da

Presidência fechar um acordo de procedimento para votarmos hoje a LDO, que era a intenção nossa desde ontem. Assim, concluímos isso, o que nos dará condição de estabelecermos um ritmo bom para o nosso trabalho.

Esta é a sugestão: que suspendamos a reunião, creio que não mais do que por 15 minutos, para que possamos construir esse entendimento de procedimento para a votação dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se não fizermos esse procedimento, corremos o risco de ficar aqui até 5 ou 6 da tarde, daqui a pouco não haverá quórum, e não votaremos nem a LDO.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A sessão está suspensa por 15 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta, ou seja, a continuidade do processo de votação da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Informo que houve acordo com o Relator da LDO de 2016, Deputado Ricardo Teobaldo, a quem eu peço a presença na Mesa dos trabalhos.

Deputado Domingos Sávio e Deputado Pauderney Avelino, por favor, quero entender o último gesto que foi colocado. Serão votados todos juntos?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em globo, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vão ser votados em globo os destaques? *(Pausa.)*

Pois não, serão votados em globo os destaques apresentados ao Relator da LDO.

Vamos aguardar a presença do Relator.

O Deputado Domingos Sávio pediu a palavra. Em seguida, falará o Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, como nós havíamos proposto e evoluiu para um entendimento, que foi muito bem coordenado

por V.Exa., nós todos aqui queremos o melhor para o nosso País, e a LDO é, sem dúvida, uma das peças importantes nesse propósito. Esta fase de destaque poderia nos levar a debates que talvez seguissem por dias, não apenas por uma reunião — são mais de 200 destaques. O acordo que fizemos é que inicialmente votemos um destaque.

Parece que há um de iniciativa do colega Deputado Samuel Moreira, não sei se há outro, que suprime o Adendo nº 5, nos assegura a manutenção de uma meta que não fica comprometida com a retirada desse adendo. Há outros poucos destaques, mas que são relevantes, que estão selecionados e seriam votados em separado, portanto, por acordo. E nós concordaríamos também em votar, por acordo, em bloco, mas haveria dois blocos: o bloco daqueles que serão aprovados — serão mantidos os destaques e, portanto, aprimorado o relatório — e o bloco daqueles que serão rejeitados. Seria um processo de acordo.

Assim, nós concluiremos hoje a votação da LDO — acredito que até o faremos rapidamente agora — e encerraremos a reunião para que nós tenhamos possibilidade de reiniciá-la já com a pauta livre desse tema importante. O tema poderia se arrastar em debate talvez até pela semana que vem afora, mas encerraríamos a votação hoje, o que deixaria a pauta livre para que V.Exa. possa estabelecer a pauta de terça-feira da maneira mais adequada possível.

É esse o acordo que fizemos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra pela ordem o Deputado Danilo. Em seguida, falará o Senador Acir Gurgacz.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidenta, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadoras, primeiro eu sei o quanto é exaustivo e difícil o relatório de uma LDO, principalmente quando não há um parâmetro claro, que foi o PPA necessário para embasar a LDO. Sei do esforço do Deputado Ricardo Teobaldo, inclusive na elaboração desta peça, e o trabalho que lhe foi feito.

Quero aqui já lhe agradecer o reconhecimento, a importância de ter acolhido nas metas para 2016 uma solicitação nossa no que diz respeito exatamente à questão da interligação das bacias hídricas no Estado do Ceará, que é o nosso

grande problema. A grande chaga do Nordeste continua sendo ainda esse problema secular da falta d'água.

Infelizmente, as obras da transposição não chegaram ao Ceará. Hoje o Estado do Ceará padece, inclusive com risco de colapso de abastecimento d'água na Região Metropolitana de Fortaleza, porque o nosso pulmão hídrico, que é o Castanhão, está com menos de 15% de sua capacidade de reserva para alimentar exatamente 40% da população cearense.

Diante disso, esse acolhimento pelo Deputado Ricardo Teobaldo nos foi muito importante exatamente para colocar como uma meta de governo, já que é um sonho nosso fazer a interligação da bacia do Vale do Curu, exatamente com a água que vem do Castanhão, através do Açude Gavião e Pacajus, até o Açude de Sítios Novos, na Caucaia, e dos Sítios Novos, na Caucaia, até o General Sampaio, garantindo o abastecimento d'água de todo o Vale do Curu, uma região importante, próxima à Região Metropolitana de Fortaleza.

Gostaria de solicitar uma atenção especial do Relator no que diz respeito a alguns pontos, inclusive vividos por todos nós desta Comissão, que é o que fala exatamente da grande vitória do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, no sentido de avançar no orçamento impositivo.

Todas as nações mais organizadas do mundo têm o seu orçamento impositivo. Aqui, o nosso Orçamento ainda é mais orientativo, mais disciplinado pela vontade do Executivo do que propriamente pela vontade do Parlamento, que é quem elabora a peça orçamentária. Diante disso, não restam dúvidas de que as emendas individuais impositivas foram uma vitória muito grande, não só do ponto de vista da execução orçamentária, mas também do ponto de vista da autonomia, da liberdade política que o Parlamento brasileiro tem hoje, no sentido exatamente de orientar a confecção dessas peças, fazendo com que esses recursos cheguem aos locais mais longínquos do Brasil.

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Acontece que a falta de uma legislação mais clara na execução por parte do Poder Executivo para liberar essas emendas tem retardado muito esse processo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Danilo Forte, vamos aguardar o pessoal terminar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eles podem falar um pouquinho mais baixo.

Continue, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidenta.

Então, as emendas impositivas foram uma vitória muito grande do Congresso Nacional, não só do ponto de vista prático da execução do Orçamento, para levar recursos a esses locais mais longínquos, a esses Municípios que muitas vezes são esquecidos no Orçamento da União, mas ao mesmo tempo, inclusive, no fortalecimento da instituição, na sua autonomia, na sua necessidade de ter a liberdade política de fazer opções, de votar matérias, independentemente da vontade do governante de plantão.

Diante disso, foram apresentadas pelo meu colega do Ceará Deputado Genecias Noronha emendas, nos Destaques nºs 47 a 52, exatamente no sentido de agilizar essas liberações do orçamento impositivo, porque de novo nós estamos caindo na tutela do Poder Executivo, na medida em que retarda o empenhamento dessas emendas e na medida em que faz, inclusive, uma coleta seletiva sobre o Restos a Pagar. O Restos a Pagar ainda hoje está vulnerável, exatamente, no caso específico, à vontade da Secretaria de Relações Institucionais para fazer esse pagamento, já que a SRI elaborou várias portarias que muitas vezes são impeditivas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O tempo de V.Exa. terminou.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vou concluir, Sra. Presidente. São portarias impeditivas para uma boa execução, numa dinâmica melhor, para facilitar o acesso dos pequenos Municípios a esses recursos.

Diante disso, eu pediria ao Deputado Ricardo Teobaldo que pudesse olhar com bons olhos esses destaques do Deputado Genecias Noronha, que são os Destaques nºs 47 a 51, no sentido de que possamos agilizar a liberação do orçamento impositivo, para que ele realmente seja uma peça que dê autonomia ao

Parlamento na execução das emendas impositivas individuais, que foram uma grande vitória, inclusive, do nosso Relatório em 2014.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente, quero apenas cumprimentar V.Exa. pela maneira firme com que tem conduzido esta Comissão e também saudar e cumprimentar os Líderes da Oposição e do Governo, além do Relator Ricardo Teobaldo, por chegarem a este consenso para que nós possamos avançar na votação da LDO. É uma decisão madura, de quem quer o melhor para o País. Então, cumprimento a todos, principalmente V.Exa., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, mas, na verdade, o resultado provém do esforço de todos que aqui estão. E haja esforço!

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sra. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Senador Acir. Na verdade, a interrupção da reunião teve um efeito extraordinário, e é a prática desta Comissão: ou se fazem entendimentos, ou não chegaremos a lugar nenhum, vamos atravessar o ano e não teremos o Orçamento pronto.

Então, quero cumprimentar V.Exa. pela paciência e ao mesmo tempo pela capacidade de negociação. Quero também cumprimentar as Lideranças da Oposição, que sentiram que, na verdade, o momento é oportuno para que possamos resolver o problema da LDO. Quero cumprimentar ainda o Deputado Pimenta, Líder do Governo, que teve o jogo de cintura capaz de aceitar as negociações.

No restante, vamos tocar agora o processo de votação, e seria muito interessante, eu gosto muito de ouvir o Deputado Danilo conversar, mas ele já conversou tempo suficiente nas reuniões todinhas que nós teremos pela frente ainda. Quem é que não gosta de ouvir o Deputado Danilo? Apenas queria fazer uma ponderação a S.Exa. para que possamos avançar no processo de votação. No momento em que encerrarmos a votação do Orçamento, aí sim faremos os comentários mais diversificados possíveis, Sra. Presidente.

Por isso, Sra. Presidente, vamos tocar a votação, porque o momento é de votar. Cumprimento V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu, como citado, só quero fazer uma ressalva.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, Deputado Danilo.

Alguém mais se inscreveu? Os Deputados Hildo Rocha e Edmilson Rodrigues terão 3 minutos cada um.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sras. e Srs. Senadoras, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, parabenizo-os pela construção do acordo que foi realizado por todos os partidos que integram esta Comissão. Foi um acordo que trouxe uma formidável vitória a todo o povo brasileiro, porque aqui se aprova, no dia de hoje, uma lei de diretrizes orçamentárias que de fato traz a realidade do nosso País, a realidade econômica e financeira, e isso fará com que o planejamento do Orçamento do próximo ano e a sua execução sejam aquela que este Legislativo está construindo, realizando assim suas prerrogativas.

Quero parabenizar o Deputado Ricardo Teobaldo, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, o PLN 1, de 2015, e agradecer-lhe por ter aceitado a nossa emenda, os nossos destaques com relação à concretização da continuação da BR-135, do trecho de Bacabeira, passando pelo entroncamento da BR-222, chegando até a cidade de Miranda do Norte, na BR-135. É um trecho importante para o povo do Maranhão; é uma via de mão única, que necessita urgentemente de uma adequação, necessita urgentemente da sua duplicação, e isso foi feito graças ao trabalho desta Comissão.

Aqui está conosco o Senador Roberto Rocha, também do Maranhão, que nos ajudou a concretizar essa que nós julgamos seja a principal prioridade hoje do povo maranhense no que diz respeito a transporte rodoviário no Maranhão, que é a duplicação da BR-135, a continuação dela até a cidade de Bacabeira, e de lá até a cidade de Miranda do Norte.

Conseguimos também aprovar o nosso destaque, fazendo uma pequena duplicação da BR-222, do trecho da cidade de Itapecuru até o entroncamento.

Portanto, são essas as nossas colocações.

Parabenizo pela conquista a Presidente, o Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, e o Deputado Domingos Sávio, que aqui representa a Oposição, por esse

entendimento, para que possamos avançar na concretização da confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada também, Deputado, pela participação construtiva neste debate.

Deputado Wadson Ribeiro, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Não, eu não vou usar todo este tempo, diferentemente do Deputado Danilo, vou ser mais breve.

Eu queria, na verdade, Sra. Presidente, somar-me àqueles que parabenizam por seu trabalho, sua condução, e pelo acordo construído aqui nesta Comissão, que é uma Comissão que, mais do que outras nesta Casa, funciona com amplo entendimento e amplo acordo. Ressalto o papel da Oposição, o compromisso que a Oposição teve com este debate.

Acho que, no dia de hoje, nós chegamos a uma fase importante — não é, Deputado Hildo Rocha? — de um trabalho que se iniciou no começo do ano, com a instalação desta Comissão, seus primeiros trabalhos, e hoje chegamos à Comissão em condição de votar a LDO.

Também parabenizo aqui a condução deste debate na coordenação do meu Estado, que, dentre as emendas, priorizou uma questão que, para nós, é muito importante, porque Minas tem 853 Municípios, e nós priorizamos lá o transporte escolar, de modo a universalizar — universalizado já está —, de modo a fortalecer ainda mais as Prefeituras que têm o transporte escolar já degradado pelo intenso uso, especialmente em áreas rurais. Acho que isso vai beneficiar um conjunto grande também de Municípios mineiros.

Mas eu queria, Sra. Presidenta, saudá-la por esta condução e dizer que nós estamos ansiosos para votar e aprovar aqui na Comissão a LDO.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, que é o último orador, e passaremos à votação — o Relator está fazendo uma reestruturação final.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, ontem me manifestei em plenário acerca do *Mapa da Violência 2015*, que trata do homicídio de mulheres. O Brasil ser o quinto país que mais mata mulheres no planeta é um

absurdo. Esta Comissão, quando debate o Orçamento, em tese, pode contribuir para a redução dessa violência. Falo assim com a tristeza de ser do Pará, onde morreram quase 3 mil mulheres no ano passado, e a maioria, 55%, eram mulheres negras.

Eu falo dessa questão, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço atenção à palavra do Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Falo dessa questão de gênero para ressaltar o significado de termos V.Exa. à frente da Comissão. Sei que não é uma tarefa fácil. Ontem, por exemplo, V.Exa. impôs a sua autoridade, com elegância, com delicadeza. Não é brincadeira calar, por exemplo, um Danilo ou um Hildo sem que eles sintam que estão sendo chicoteados, mas que percebam que é um processo de exercício democrático. Isso é que é importante aqui. Eu quero parabenizar V.Exa.

Estou feliz, mas não totalmente, porque eu tenho uma visão de que há uma questão que deve ser centralizada no debate e elaboração das leis orçamentárias do País. E eu quero jogar loas. Alguém disse num debate recente: *"Por falar em LOAs, o que é LOAs?"* Eu disse: *"Deve ser a Lei Orgânica da Assistência Social"*. Mas não era. Estão elogiando V.Exa., estão aplaudindo V.Exa. Então, eu quero jogar loas em V.Exa. pelo esforço.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, saiba que essas palavras atenuam muito o sofrimento de estar nesta condição. Eu agradeço o carinho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, justamente para contribuir com o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu fiz a exposição do acordo que fizemos, e agora eu quero objetivamente passar para o Relator o que nós resumimos aqui na bancada do PSDB em quatro destaques, que já formalizamos para ele. Eu quero formalizar para V.Exa. São os Destaques nºs 103, 105, 91, 92.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E os Destaques nºs 288 e 289.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Há também os Destaques nºs 288 e o 289.

De maneira especial, eu quero a atenção de V.Exa., de todos os pares e do Relator para algo que eu já havia trazido aqui — foi formalizado por ofício ao Relator —, para que tenha agora efetivamente a inclusão, pelo Relator, nas disposições gerais do projeto da LDO 2016, PLDO 2016, a seguinte redação, onde couber, por acordo: *"A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento da população atingida pelo desastre ocorrido em razão do rompimento das barragens de contenção no Município de Mariana - MG."* Bom, o recurso é para as populações atingidas. Aqui estamos nos referindo ao local em que ocorreu o desastre, a barragem em Mariana: "*A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos para atendimento da população atingida pelo desastre (...)."*

Obviamente se trata do recurso. Entendemos que não deveríamos ter o valor, embora eu tenha citado na ocasião que o ideal seria pelo menos aquele valor que tem sido destinado a cada bancada estadual, algo em torno de 160 milhões de reais. Mas, como a Lei Orçamentária está em fase de elaboração e será obviamente o Relator da Lei Orçamentária, Deputado Ricardo Barros, que ficará com essa missão, nós construiremos esse entendimento, no momento oportuno, na Lei Orçamentária.

Então basicamente é isto: são esses destaques que eu enumerei — são seis, apenas seis — e essa redação nas disposições gerais do PLDO.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero só fazer uma consideração, Deputado Domingos Sávio. Eu já falei hoje sobre o meu constrangimento em questões de alguns procedimentos controvertidos em relação ao Regimento, em que, para atender democraticamente aos companheiros que querem se manifestar — e devem, é muito importante —, nós passamos por alguns itens do Regimento, o que eu não quero fazer daqui para frente.

No entanto, quando V.Exa. sugere essa redação, teria que ser, na verdade, elaborado um adendo. Eu consultei o Relator, mas quero consultar o Plenário: se todos estão de acordo que ele o faça, em relação à urgência, à consideração do tema. Eu até pedi a V.Exa., na época, que colocasse explicitamente as....

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ele pode fazer como emenda de relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ouvi V.Exa.

Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Não cabe mais aqui, Senadora, na Comissão. Não cabe mais isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço um minuto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Tem que ser no Congresso

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço um minuto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não é assim. Mas o que eu quero propor é que ele ressalte que houve esse entendimento, para que todo ele seja inclusive levado ao Congresso para votação, com aprovação desta Comissão, porque aí atende a V.Exa., e é muito justo que seja atendido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode ser feita uma emenda ao relatório no Plenário...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero ouvir a palavra do Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu queria falar sobre isto, sobre este assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sem nenhuma dificuldade. Nós só não podemos fazer adendo, porque já foi votado. Não há como fazer adendo aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu posso fazer uma proposta, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode fazer, mas quem tem a palavra é o Deputado Edmar Arruda. O que eu proponho é que V.Exa. considere a proposta, que nós voltemos a favor dela — se entenderem assim — e que isso siga como sugestão e aprovação do Colegiado para a votação do

Congresso com a nossa aprovação. Será incluído no texto. Se o Relator estiver de acordo, ele fará esse encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - De acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - De acordo?

(Manifestação no plenário: Apoiado!)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só queria registrar o seguinte. Primeiro, eu entendo também que isso não cabe. O Relator já colocou isso e para mim está bom. Isso tem que ir à Plenário. Agora, tem-se que deixar muito claro que a responsabilidade com relação a esse acidente trágico — e nós todos brasileiros fomos impactados com essa tragédia que aconteceu lá em Minas — é das empresas. As empresas têm que ser responsabilizadas. É por isso que o Ministério Público Federal está lá e os institutos ambientais também.

Não é justo tirar dinheiro do contribuinte para fazer a reparação dos danos causados por um acidente que envolve a iniciativa privada, inclusive empresas internacionais explorando o solo brasileiro. Então, eu queria só deixar isso. Eu acho que pode ir ao Plenário, mas quem tem que responder por esse prejuízo são as empresas envolvidas na exploração do minério em Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria que V.Exa. considerasse as palavras do Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu acho isso extremamente importante, como autor da proposta, mas eu entendo que é uma proposta coletiva. Desde o primeiro momento em que nós tratamos do assunto, nós tratamos como algo que pudesse ser encaminhado de maneira suprapartidária, como acordo não só de Líderes, mas da Câmara e do Senado, num gesto nacional de solidariedade, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais de todos os responsáveis, da empresa responsável.

Veja bem, o que eu pondero, Deputado, é que, quando nós tomamos essa iniciativa, nós não fugimos da responsabilidade, como representantes do povo, de que é óbvio que as empresas têm que responder por isso. Nós seremos duros —

todos nós —, para que elas respondam por isso, mas elas o farão provavelmente após decisões judiciais. Isso não pode deixar essas pessoas na penúria. Então, é absolutamente urgente que o Governo se prepare para isso. As pessoas precisam viver dignamente. Então, uma coisa não invalida a outra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu vou atalhar um pouco, mas V.Exa. está invalidando a medida. V.Exa. não acrescenta no texto as responsabilidades elencadas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É isso. Vamos acrescentar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós também sentimos as consequências disso, mas há um nome responsável, há uma empresa nominada responsável por esse fato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa., Deputado Edmar Arruda, tem toda a razão. V.Exa. faça adequação do texto.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou fazendo adequação para deixar claro que isso fica absolutamente claro. A responsabilidade da empresa e de todos os envolvidos tem que estar em primeiríssimo lugar. Agora, o poder público tem que acolher a população. Se o poder público gastar cem milhões...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós entendemos. Está o.k., mas temos que adequar a proposta.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Eu acho que esse assunto de Minas Gerais é da responsabilidade da maior empresa exportadora do Brasil, a Vale, e da sua associada, uma empresa canadense e australiana. Portanto, é uma multinacional, uma transnacional, e tem muito recurso.

Eu gostaria que o Relator, Deputado Ricardo Teobaldo, me ouvisse. Se realmente houver alguma sobra de recurso, nós precisamos dessa sobra para salvar o povo do Nordeste no que se refere à questão hídrica, para apressar a conclusão da transposição do Rio São Francisco. Para essa transposição, que atende a 12 milhões de nordestinos, nós só temos uma fonte, que é o Tesouro Nacional, enquanto a questão de Minas Gerais, que é uma questão trágica, que merece toda a

solidariedade, tem como fonte principal a maior empresa exportadora do Brasil, que é a Vale. Repito: são duas grandes multinacionais, transnacionais. Então, é um problema está resolvido do ponto de vista financeiro.

Era essa a consideração. E não gostaria que esse assunto de Minas fosse levado ao Plenário como sendo um assunto pacificado na Comissão de Orçamento, e sim uma reivindicação justa de um Parlamentar ou da bancada de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Nós vamos fazer uma recomendação do Relator e da Comissão de atendimento ao Estado de Minas.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Vamos começar o processo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sra. Presidente, eu só queria reforçar que hoje houve a primeira reunião da Comissão Externa para acompanhar o caso do acidente no Município de Mariana, que teve uma dimensão não apenas em Minas, mas também no Espírito Santo. Acho que a preocupação do Deputado Domingos Sávio é justa, no sentido de colocar o Congresso Nacional, e obviamente esta Comissão, preocupado com um dos maiores acidentes já ocorridos na história do Brasil, que foi o acidente no Município de Mariana.

No entanto, eu acho que do ponto de vista do método, mas também do ponto de vista do conteúdo, há equívocos. Do ponto de vista do método, é isso que o nosso Relator tem dito, ou seja, a pertinência ou não em se fazer uma emenda aqui. Com relação ao mérito, a Comissão Externa da Câmara está indo segunda-feira a Mariana, a Governador Valadares e aos Municípios do Espírito Santo com que diretriz, Sra. Presidenta? De cobrar da empresa que, no ano de 2014, auferiu mais de 8 bilhões de reais e só de lucro auferiu mais de 2 bilhões e 800 milhões de reais. São essas empresas que têm arcar, como já bem disse o Ministério Público, com os prejuízos às famílias, os prejuízos ambientais e os prejuízos ao patrimônio, público e privado.

Então, eu acho que, do ponto de vista do conteúdo dessa preocupação, nós não podemos provisionar na Lei de Diretrizes Orçamentárias algo que vai estar diametralmente oposto ao que a Comissão desta Câmara vai a partir de segunda-

feira cobrar tanto em Minas quanto no Espírito Santo, que é de fato a responsabilização por parte dessas empresas.

Então, Sra. Presidente, era isso o que eu queria dizer, já que a Comissão está em consonância com a preocupação da Comissão Externa que vai visitar esses locais segunda-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos à votação.

Eu quero lembrar aos Srs. Parlamentares que, conforme o art. 139, § 2, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para votação em globo dos mesmos destaques.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Fizemos um grande esforço para viabilizar o entendimento dos destaques priorizados pelas Lideranças e pelos nobres companheiros Parlamentares. Houve poucas exceções, alguns poucos não puderam ser acatados, tendo em vista restrições de ordem técnica, legal, conforme subsídio que recebi da Consultoria. Vale ressaltar aqui que todos foram objeto de conversas e entendimentos agora, há poucos minutos.

Dos 291 destaques apresentados, nós acatamos 33: Destaques nºs 288, 289, 16, 18, 260, 261, 79, 262, 162, 163, 275, 276, 291, 284, 188, 190, 191, 193, 198, 200, 213, 69, 70, 71, 105, 103, 92, 91, 153, 280, 279, 138 e 75. Dentre esses, estão os Destaques nºs 288 e 289, que estamos acatando, após entendimento com os Líderes, com a Presidente, todos na Comissão, os quais derrubam o abatimento de 20 bilhões do PAC na meta do superávit.

Repito: esses dois destaques derrubam o abatimento de 20 bilhões, por entendimento com todos os membros da Comissão, com as Lideranças e com a Presidente.

Estão aí os destaques aprovados e acatados. Os outros foram rejeitados. Trinta e três foram acatados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques obtidos no voto apresentado pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal — quero registrar que há presença significativa das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Aprovados.

Iniciaremos agora a votação em globo dos destaques, exatamente pela apresentação do parecer do Relator, que é pela aprovação integral, inclusive.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sra. Presidente, eu peço autorização para fazer ajustes na redação final dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Logo em seguida.

Continuando:

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Sr. Relator para fazer os ajustes e as considerações. V.Exa. vai fazer os ajustes no texto agora?

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Não. Não há como fazê-los agora, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA(Senadora Rose de Freitas) - Eu quero saber a proposta do Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O 288 e o 289 foram aprovados.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que V.Exa. queria fazer, por favor?

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Eu estou solicitando autorização para fazer ajustes na redação final dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A votação já expressou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ajuste sem mudar o mérito, evidentemente, senão não é ajuste.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem certeza?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu só quero 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Não concedo. Nós estamos em votação.

Votação em globo, com voto do Relator pela rejeição dos destaques.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Está com poder o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação em globo, com voto do Relator pela rejeição dos destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação, eu não posso dar a palavra.

Os Srs. Deputados que aprovam os destaques, os demais destaques...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu não posso? Sra. Presidente, eu tenho uma emenda, um destaque. Eu não posso me manifestar sobre isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata diz que estamos votando pela rejeição.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu solicitei...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estamos em votação, Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas eu queria argumentar a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em seguida.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Os destaques estão rejeitados, conforme apresentado no voto do Relator.

Eu gostaria que V.Exas. considerassem, porque eu ia perguntar ao Plenário se aceita alguma outra votação. Eu tenho que perguntar se V.Exas. aceitam alguma outra votação, de comum acordo, nesta sessão, porque o quórum é expressivo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero fazer uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Este quórum é muito expressivo.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, eu não tenho o objetivo de obstruir. Não. Eu até solicito que ninguém peça verificação, porque isso talvez prejudique a aprovação.

Eu não sou messiânico. Tenho plena clareza de que um partido pequeno, como o PSOL, não consegue mudar uma metodologia hegemonicamente consolidada. Mas a história é assim: ela muda, e nós temos que acumular o debate.

Eu creio que nós não podemos submeter uma nação como o Brasil a uma metodologia imposta de fora para dentro. A soberania nacional deve estar acima de tudo.

Eu proponho exatamente que nós apaguemos da proposta o art. 2º, porque eu sei que ele não tem passagem aqui. Talvez ficasse com um único voto. No entanto, o superávit primário é atroz e reforça as perversidades.

Na verdade, esse debate não progride porque a força hegemônica do capital financeiro se sobrepõe aos interesses nacionais. Basta ver que o Senado não aprovou, e não vai aprovar, enquanto os banqueiros não derem a ordem, a regulamentação do limite da dívida.

Eu apresento uma proposta, e pergunta-se: *"Sim, mas qual é a meta?"*

Nós comprometemos 50% do Orçamento com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, e ninguém sabe por que não há regra para isso,

apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal — que virou um Deus, pelo argumento de muitos — dizer que esse limite deve ser regulado.

Da mesma forma, nós às vezes tentamos evitar o questionamento sobre o porquê de a nossa Constituição Federal determinar — vou concluir, Presidente, no tempo —, no Ato das Disposições Transitórias, art. 26, que devemos fazer uma auditoria da dívida, e isso nunca é feito. Mas o Congresso Nacional tem responsabilidade sobre isso.

Então, eu cumpro o papel de dizer que não estou contente. Eu não quero procrastinar, nem tenho poder para inviabilizar, para obstruir qualquer votação aqui. E nós temos que votar mesmo, porque o Brasil precisa ter as leis que vão reger a ação do Estado brasileiro no ano que vem. No entanto, não é admissível que nós submetamos o País.

Ora, fala-se em superávit primário. Nós estamos subtraindo. Fazendo uma continha fácil apenas entre receitas e despesas primárias, é como se a dívida pública não existisse. Fernando Henrique deixou 60 e poucos bilhões, e já estamos em mais de 3 trilhões, mas é como se ela não existisse.

Está feito o meu protesto. Está registrada a minha declaração de angústia por ver o Congresso Nacional totalmente submetido à lógica hegemônica e à metodologia imposta pelo FMI.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria de reformular a minha pergunta. Eu vi que há o Requerimento nº 33, de 2015, do Deputado Hildo Rocha, que S.Exa. apresentou à CMO, para inclusão na pauta.

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. está com o relatório pronto? É o Requerimento nº 33, de 2015.

Há também o Requerimento nº 21, de 2015, do Deputado João Fernando Coutinho, que trata de crédito especial de 61 milhões, 150 mil para o Ministério das Cidades.

Nós teremos sessão do Congresso Nacional. Essas matérias, se apreciadas, serão levadas ao Plenário.

O Senador Acir Gurgacz apresenta relatório de receita ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, com aprovação parcial

de emendas de autoria do Deputado Lelo Coimbra — que, por acaso, também é Relator.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, antes de V.Exa...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A pergunta é simples: aceitam que votemos alguns requerimentos ou deixamos todos para terça-feira?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos encerrar. Deixa para terça.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu só queria fazer uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Posso tomar a palavra, rapidamente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Caio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, eu vou ser breve, mas acho importante falar. Nós acabamos de votar a LDO, após um acordo que foi amadurecido — esta Comissão discutiu à exaustão os acordos que levaram à aprovação da LDO —, e eu quero ressaltar a importância, primeiro, da retirada do Adendo nº 5. Era um cheque em branco que esta Comissão dava ao Governo.

Foi uma vitória desta Comissão e deste Parlamento a retirada dos 30 bilhões que a Comissão daria ao Governo, uma massa de manobra não necessária. Foi importantíssima a retirada desse adendo.

Em segundo lugar, quero ressaltar duas emendas do Senador Aécio Neves aqui aprovadas: uma delas garante o reajuste do benefício do Bolsa Família pelo índice oficial de inflação, o que é importantíssimo, uma vez que a inflação vem corroendo os recursos principalmente daqueles mais necessitados. O reajuste do Bolsa Família, conforme está sendo recebido, com a compensação do índice da inflação, é fundamental para manter esse programa, que ajuda as pessoas mais necessitadas.

A outra emenda do Senador Aécio Neves impede que sejam contingenciados os recursos da segurança pública, o que é importantíssimo neste momento, em que o Brasil tem a questão da criminalidade disparada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há ainda uma emenda pessoal, que nós fizemos, abrindo a possibilidade de ajudar, através de emendas, as entidades filantrópicas, principalmente na área de Oncologia, as quais prestam grande serviço. Elas tratam de causas muito nobres que afetam as pessoas e as famílias. A partir desse dispositivo, nós Parlamentares poderemos apresentar emendas ao Orçamento para ajudar essas entidades, que muito têm contribuído para a sociedade.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Parabéns a esta Comissão pela aprovação da emendas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Alguém havia solicitado a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu pedi uma questão de ordem anteriormente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva. Em seguida falará o Deputado Hildo Rocha e o Deputado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, sobre a proposta de votações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu havia pedido uma questão de ordem, Sra. Presidente. Questão de ordem é regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A questão de ordem será com base em que artigo do Regimento?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A questão de ordem destina-se ao Relator. Tem relação com essa questão de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. falou “questão de ordem”.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Tem que citar o artigo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. quer a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Posso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Não identificado) - Sra. Presidente, depois eu quero falar pela ordem também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem uns dez antes.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, primeiro, quero agradecer ao Relator por ter acatar duas emendas nossas. Uma delas diz respeito à duplicação da BR-222, que vai de Caucaia ao Porto de Pecém, a grande janela do Ceará para o mundo. A outra diz respeito à expansão dos *campi* da Universidade Federal do Ceará em Russas, Itapajé e Crateús, o que será fundamental para dar oportunidade à nossa juventude.

Sobre a minha questão de ordem, Sra. Presidente, ela vai no seguinte sentido: aqui foi levantado um problema nacional de grande gravidade, o sofrimento do povo de Minas Gerais e do Espírito Santo em consequência da erosão. Há uma fragilidade na legislação brasileira, Sra. Presidente, e isso interessa a V.Exa., porque quer ser Governadora do Espírito Santo. No que diz respeito à erosão, seja erosão de origem fluvial, seja erosão marinha, seja erosão pluvial, qualquer que seja, a Defesa Civil do Brasil não pode fazer ação preventiva, porque a legislação não o permite. A Defesa Civil só pode fazer intervenção após óbito. Ou seja, é preciso que pessoas morram para que a Defesa Civil possa agir.

Sr. Relator, a minha questão de ordem vai no sentido de apoiar a solicitação do Deputado Domingos Sávio, exemplificada no caso de Mariana, mas que pode ser estendida a todo o Brasil, na perspectiva de que tenhamos uma legislação garanta uma dotação para a prevenção. Nós temos problemas com erosões marinhas em vários locais do Brasil, em virtude do avanço do mar sobre o território, inclusive colocando famílias em risco. É o caso de Cumbuco e Iparana, no Ceará; é o caso de Jaboatão, em Pernambuco; é o caso de Itajaí, em Santa Catarina; e é o caso também do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Nós temos problemas graves nesse aspecto, como esse de Mariana, que sofreu com uma erosão pluvial. E não há atendimento imediato para isso. Não há porque não existe rubrica no Orçamento, porque não é permitido.

Se esta Comissão, por consenso, já que o tema sensibiliza todo o Congresso Nacional, sinalizasse no sentido de produzir uma legislação para que a Defesa Civil

pudesse executar ações preventivas, eu acho que seria salutar. Seria bom para o Congresso Nacional, seria bom para o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu faço uma observação, Deputado Danilo. Na MP 494 — inclusive uma iniciativa do Governo Lula —, da qual fui Relatora, nós colocamos todas as ações preventivas, com a obrigatoriedade de que todo Município do Brasil oferecesse um relatório das suas possíveis calamidades, dos possíveis desastres na estrutura física da cidade ao Governo dos Estado, que deveria encaminhá-lo ao Governo Federal, para que houvesse intervenções preventivas, e isso não acontece.

Eu quero chamar a atenção só para um aspecto. Diz-se que não existe, mas existe legislação. É preciso que ela seja cumprida. Ela fala especialmente nos atos preventivos que o Governo deveria fazer.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, são dois registros apenas.

O primeiro: ao Deputado Ricardo Teobaldo, quero agradecer a gentileza de ter acolhido, nos termos apresentados pelo Deputado Milton Monti, um ajuste em emenda de bancada relativa à aquisição de medicamentos por parte de prefeituras. Isso demonstra a sensibilidade do Relator para com uma demanda de prefeituras do Estado de São Paulo. No Brasil inteiro, saúde é um tema muito sensível, e o Deputado Milton Monti construiu esse caminho, para que, junto ao Ministério da Saúde, batalhemos pelo cumprimento dessa emenda, apoiando o trabalho que os prefeitos de São Paulo fazem.

Eu quero agradecer ao Relator, em nome da bancada de São Paulo, a sensibilidade que demonstrou na elaboração do seu relatório final.

Por fim, Sra. Presidenta, quero cumprimentá-la pela habilidade, pela inteligência, pela sensibilidade e pela determinação de nos fazer cumprir a votação da LDO na manhã de hoje. Parabéns!

Espero que votemos na próxima sessão do Congresso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na reunião da CMO.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero lembrar a todos que haverá sessão do Congresso Nacional terça feira, dia 17, e estaremos votando a partir das 13 horas da tarde.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Domingos Sávio, algumas pessoas não fizeram uso da palavra ainda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, eu quero, primeiro, cumprimentar e parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos desta Comissão, em que chegamos a este momento importante de votação da LDO.

Sr. Relator Ricardo Teobaldo, quero também cumprimentar V.Exa. e agradecer-lhe o acolhimento de uma emenda de nossa autoria, que possibilitará ao Ministério dos Transportes recepcionar emendas parlamentares para a realização de convênios com Municípios para a construção de estradas vicinais. Não é o Ministério que vai construir as estradas. Ele vai celebrar convênios com os Municípios, com o aporte de recursos de emendas parlamentares, para que esses Municípios possam executar obras em suas estradas vicinais.

Quero, mais uma vez, agradecer-lhe a sensibilidade em acolher a emenda. Quero agradecer, igualmente, a todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados que apoiaram esse destaque. Eu acho que é um avanço muito grande.

Srs. Congressistas, registro que, no passado, o Deputado Danilo Forte acolheu emenda nossa nesse sentido, e a Presidenta da República a vetou. Mas agora, vamos trabalhar no sentido de que ela mantenha esse texto na LDO, porque assim, com certeza, ela estará dando uma grande contribuição aos Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Relator, Deputado Ricardo Teobaldo.

Muito obrigada, ilustre e querida Presidenta da Comissão Mista de Orçamento, Senadora Rose de Freitas. Com certeza, e com todo o nosso prazer, V.Exa. será a futura Governadora do Estado do Espírito Santo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir a retirada da ata dessa última parte, porque não faz parte dos meus planos. Por favor.

Eu agradeço a V.Exa. a gentileza de sempre e o companheirismo com que sempre trabalha nesta Comissão.

Antes de conceder a palavra aos Deputados Hildo Rocha e Izalci, gostaria de ler o acordo político que foi inserido nas disposições gerais, o qual aprovamos por manifestação unânime e espontânea:

> *"A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento da população atingida pelo desastre ocorrido em razão do rompimento das barragens de contenção..."*

Eu tenho dúvida. Repito:

> *"A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento da população atingida pelo desastre ocorrido em razão do rompimento das..."*

Aqui não está dito "em toda sua extensão".

Eu gostaria que se acrescentasse ao texto "... para atendimento da população atingida, na extensão do desastre ocorrido..."

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - "... população atingida, em toda a extensão, pelo desastre..."

Sra. Presidente, a assessoria entendeu que "o atendimento da população atingida" significa "toda a população atingida". Agora, o local tem que ser dito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Assessoria pode entender assim, mas, na hora da aplicação devida, quem for fazer, quem tiver que tomar ações com base nesse texto, pode entender o contrário.

Eu solicitei a V.Exa. que elencasse os demais Municípios, inclusive porque se atingiu o norte do Espírito Santo como um todo. Então, em consequência disso, que se elencasse outras cidades e outros Estados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. É esse o propósito da redação: "a toda a população atingida".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acho que o Plenário autoriza que essa redação seja corrigida, e lida, em tempo, pelo Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sem dúvida. Vamos aprimorá-la.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ler outra vez o novo texto que aqui está:

> *"A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para atendimento da população atingida, em toda a extensão, pelo desastre ocorrido em razão do rompido das barragens de contenção do Município de Mariana, sem prejuízo das obrigações impostas às empresas..."*

Por que V.Exa. colocou "as empresas", se é "a empresa"?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É um grupo de empresas. Até onde eu soube, a Samarco tem na sua composição acionária outras empresas, que podem ser responsabilizadas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não seria melhor dizer "o consórcio de empresas"?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ao dizer "as empresas", estou me referindo ao conjunto de empresas que detêm o controle do empreendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Permite-me V.Exa. que faça alteração — estou querendo simplificar — para "o consórcio de empresas"?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, claro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E por quê? Porque não há impedimento nenhum de que algumas outras empresas sejam elencadas, mesmo que não tenham responsabilidade, se o entendimento não for atribuir diretamente ao consórcio. V.Exa. permite?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu permito, mas eu entendo que, quando se diz "imposta às empresas", pode-se ter inclusive um consórcio e mais uma outra empresa.

No processo que vai estar em curso, pode haver a identificação de que a mineradora está em um nome e uma parte do processo de operação da mina está no nome de outra empresa. Nós não conhecemos isso em detalhe. Então,

colocando “as empresas”, eu saberei que há o envolvimento da Samarco, da Vale do Rio Doce e até de empresas multinacionais de outros países. Por isso, eu coloquei “as empresas”.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O meu medo não é quanto às grandes empresas que estão sendo citadas, mas àquelas pequenas, que podem estar envolvidas no processo, sobre as quais acaba-se sempre...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por que não colocar “as empresas e consórcios de empresas”? Colocam-se as duas coisas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - “Ao consórcio de empresas”.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar que o Assessor Eugênio faça o aperfeiçoamento e leremos na próxima sessão, sem prejuízo nenhum do texto. O compromisso já está feito e vai constar na ata. Posteriormente, será levado ao Congresso Nacional pelo próprio Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu insisto que ele faça a conclusão agora, e a gente lê ainda hoje, para que fica na ata desta sessão, porque é a sessão em que se está aprovando o Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ficará na ata, pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu aguardarei junto com V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. Em seguida, Deputados Izalci e Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, apenas para solicitar a retirada do Requerimento nº 33, do Requerimento nº 34, de 2015, e do Requerimento nº 35, de 2015, todos de minha autoria, porque já não têm mais objeto. Eles tinham relação com a LDO.

Eu solicito a retirada desses três requerimentos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci, por 1 minuto, para encerrar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, primeiro, quero não só agradecer ao Relator o acatamento de várias emendas, mas também fazer um apelo a esta Comissão, à própria base do Governo e ao Líder do Governo para que esse

destaque não seja vetado. Ele é muito importante, porque impede o contingenciamento de recursos, pelo Governo, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. À pesquisa não interessam apenas recursos. O mais importante para a pesquisa, para a ciência e para a tecnologia é regularidade na aplicação de recursos, e a emenda acatada proíbe o contingenciamento de recursos nas áreas de ciência e tecnologia.

Segundo, garantimos alguns projetos estruturantes para as Forças Armadas. O Brasil só terá soberania, realmente, quando valorizarmos as nossas Forças Armadas, que asseguram a nossa independência.

Quanto à educação, evidentemente, o Relator acatou duas emendas importantes, apesar de não ter acatado a emenda da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que era a mais importante. Ela inclusive alterava o percentual do PIB para a educação previsto no Plano Nacional de Educação. Mas eu espero, com esse destaque, que consigamos atingi-lo.

Sra. Presidente, quero agradecer à Presidência e também ressaltar a questão do Poder Judiciário.

Eu fiz vários destaques com relação ao Poder Judiciário. Nós não estamos obedecendo ao art. 99 da Constituição, que dá autonomia aos Poderes, mas o entendimento do Relator, que pelo menos recebeu essas emendas — e é a informação que eu tenho da base do Governo —, é de que o próprio Chefe do Poder Judiciário, o Ministro do Supremo, acertou com o Governo a redação que foi dada à LDO.

Portanto, infelizmente, não houve o acatamento dessas emendas, que devolviam ao Poder Judiciário a autonomia que ele não tem hoje. Eu quero registrar isso, porque os servidores do Poder Judiciário estão mobilizados. Por uma questão de justiça, precisaríamos contemplá-los. Não se trata de aumento salarial, apenas de uma atualização. Os vencimentos estão há muitos anos defasados.

Sra. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos, de maneira a chegarmos a termo na votação da LDO, para que o Brasil avance. Vamos agora acompanhar para que o Governo cumpra a meta. Não adianta aprovarmos a meta e o Governo simplesmente não obedecer, não cumprir o que nós aprovamos.

Era o registro que queria fazer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu só quero agradecer a V.Exa. e também cumprimentá-la.

Quero agradecer ao nosso Relator, Deputado Ricardo Teobaldo, a compreensão. Quero agradecer ao Deputado Paulo Pimenta, Coordenador da base aliada, e ao Deputado Domingos Sávio, nosso Coordenador. Quero agradecer, especialmente, a cada Deputado e a cada Deputada a aprovação dos nossos Destaques nºs 288 e 289, que não permitem mais que se faça o abatimento, na nossa meta fiscal, de despesas com investimentos do PAC. Eu quero agradecer muito a V.Exas. e cumprimentá-los.

Vamos em frente! Há muito mais por aí!

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador Hélio Leal. Perdão, Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Saiba que eu chamava meu filho pelo nome errado também. Peço-lhe perdão em dobro. Rafael e Gabriel não são parecidos? Hélio e Hélio Leal também.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Pois não. É um prazer!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Senador. V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, é um orgulho para o Senado brasileiro, o Senado da República, ter V.Exa. como Presidente desta Comissão Mista de Orçamento, pelo extraordinário trabalho que V.Exa. vem fazendo, pacificando os ânimos, e pela competência demonstrada.

Quero parabenizar o nosso querido Deputado Ricardo Teobaldo, que aqui muito bem representa a Câmara dos Deputados — assim como a nossa Senadora Rose de Freitas representa muito bem o Senado —, pela tranquilidade, pela serenidade e por ter acatado emendas importantes, como a que nos possibilita dar prosseguimento ao desenvolvimento de energias alternativas, de que o Brasil tem

grande necessidade. Agora podemos tentar colocar uma meta no Plano Plurianual, para que o Brasil de fato não fique para trás em relação à China, por exemplo, que está prevendo a geração de 6 gigawatts de energia solar para os próximos 5 anos.

Com o adendo inserido na LDO pelo nosso Relator e com os encaminhamentos feitos em relação ao PPA, com certeza, a LOA vai dar condições ao Brasil de melhor desenvolver-se nessa área.

Deputado Ricardo Teobaldo, V.Exa. está de parabéns por seguir essa linha.

Quero parabenizar o Deputado Domingos Sávio pela elegância, pela tranquilidade nas defesas da Oposição, pelo trabalho sereno e fraterno. Quero estender-lhe um abraço.

Parabenizo também o Deputado Paulo Pimenta pela tranquilidade em representar a nossa parte do Governo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Hélio José, eu agradeço a V.Exa. a postura que sempre adota nos trabalhos e a permanência na Comissão até o final — ontem, marcou presença nesta Casa quase até a meia-noite!

Muito obrigada por tudo.

Antes de passar a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, quero ler este texto que se encontra em minhas mãos, sobre as disposições gerais do PLDO de 2016, agora com a redação final:

> *"Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento à população atingida, em toda a sua extensão, em razão do rompimento das barragens de contenção do Município de Mariana, sem prejuízo das obrigações impostas às empresas, inclusive consórcios, responsáveis pela construção e manutenção das referidas barragens."*

Se todos estiverem de acordo, esse texto constará do relatório e da ata que será levada para votação no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Permita-me, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu quero, neste momento, agradecer a V.Exa., aos meus pares, ao Relator, inicialmente, o acolhimento dessa nossa proposta e a sua votação, por unanimidade. Obviamente, temos certeza de que o Relator a levará ao plenário no momento oportuno.

Aproveito para dizer ao Relator que, em razão de ter-me dedicado ao esforço coordenado pela nossa Presidente para fazermos um acordo de procedimento, acabei não tendo oportunidade de analisar os meus destaques. No momento oportuno, eu tentarei, dentro do possível, com a aquiescência do Relator, levar a termo alguma composição no plenário, mas não para atender a minha vontade pessoal. Como Coordenador, acabo acolhendo pedidos de colegas. A nossa querida Deputada Mara Gabrilli, que faz um trabalho brilhante em todo Brasil — ela é representante de São Paulo como Deputada Federal do PSDB —, pediu-me que acompanhasse uma proposta de emenda, de maneira a assegurar que nos projetos frutos de convênio entre Governo Federal, Estados e Municípios houvesse a observância da acessibilidade para portadores de deficiência. Acabamos não incluindo esse destaque. Eu tenho certeza de que o Relator e todos os demais o acolheriam, mas ele passou despercebido. Mas vamos tentar negociá-lo no plenário. Não só ele, mas alguns outros que possam oferecer melhorias.

Quero cumprimentar o Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, com quem, apesar das divergências naturais do ambiente democrático, tivemos um diálogo respeitoso, na busca de um entendimento que pudesse atender aos interesses do País.

Quero agradecer aos meus colegas da bancada do PSDB e aos colegas dos demais partidos de Oposição — Democratas, PPS e Solidariedade —, por intermédio da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Nós procuramos fazer um bom combate, manifestando nosso sentimento, nossa discordância quanto a algumas questões relativas ao Governo, especialmente no que diz respeito à meta fiscal.

Cumprimento também os Deputados e Senadores da base do Governo, porque houve um grande avanço, e a Presidente Rose de Freitas teve papel fundamental nisso.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Houve um grande impasse — nós da Oposição identificamos —, e tivemos a compreensão da Presidente desta Comissão de que, embora tudo na Lei de Diretrizes Orçamentárias tenha a sua relevância, a meta fiscal é a essência do planejamento orçamentário de um país, especialmente um país que se encontra em graves dificuldades no campo da economia. Nós precisamos estabelecer uma diretriz que inspire confiança aos brasileiros, aos investidores e a todos nós. Temos uma direção a seguir, e isso requer uma meta fiscal.

Essa meta estava ferida mortalmente, com o Adendo nº 5, que estabelecia a retirada, da meta fiscal, de 20 bilhões de reais de recursos do PAC, colocando por terra a meta. Nós conseguimos evoluir para um acordo. Com o acordo de procedimento, não só agilizamos a votação da LDO, como também melhoramos a LDO, aprovando um destaque que elimina essa condição, que prejudicaria as perspectivas do País, que todos nós queremos que volte a crescer e a oferecer confiança ao seu povo.

Caberá ao Governo cumprir isso, é claro. O Governo é quem executa o Orçamento. O Governo terá que fazer um esforço para cumprir, mas não podemos esperar que haja evolução sem esforço, sem sacrifício. Se começamos a propor metas que não representem nenhum tipo de avanço, que sinalização daremos ao País?

Sr. Relator Ricardo Teobaldo, eu parabenizo V.Exa. De nada valeria o acordo se não tivéssemos um Relator disposto a nos ouvir, a ter espírito democrático e a colocar em primeiro lugar o interesse do País. Aqui não se votou pela Oposição ou pela base do Governo; aqui se votou pelo País. Aqui não se votou pelo Governo ou contra o Governo; aqui se votou a favor do interesse nacional. E por isso, nós da Oposição nos sentimos confortáveis em ter feito um acordo para aprovar a LDO. Acreditamos ter contribuído para que a LDO que aprovamos LDO fosse aperfeiçoada.

Parabéns, Deputado Ricardo Teobaldo, e obrigado por ter acolhido as nossas sugestões!

Parabéns, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, por ter conduzido esse acordo!

Tanto nós da Oposição, quanto a base do Governo demonstramos, acima de tudo, interesse pelo País e espírito republicano ao construir nossos acordos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, na verdade, quero somente demonstrar, em especial, o meu respeito pelo Relator, Deputado Ricardo Teobaldo. Eu já estive outras vezes nesta Comissão e observei a sua boa vontade. É lógico que a tarefa de S.Exa. não é fácil, há determinações que precisa seguir, além da costura difícil com o próprio Governo, das limitações que vivemos. Mas S.Exa. teve boa vontade extrema em nos atender.

Eu tive várias emendas acolhidas no texto, em especial na minha área central, a educação. V.Exa. acolheu uma redação extremamente importante, que assegura o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

A educação no nosso País hoje está como eixo prioritário, com o Pátria Educadora. Nós temos a tarefa de tirar isso do papel, e V.Exa. acolheu a proposta e a colocou num texto muito claro. Nós sabemos que não é responsabilidade somente da União transformar o Brasil de verdade em pátria educadora. A tarefa de priorizar a educação envolve Municípios, Estados e a própria União. Ela é que fará a diferença, que retirará da situação de miséria contínua as pessoas, principalmente as mais humildes. Infelizmente, a história nos mostra que as pessoas que estão incluídas em programas sociais vão permanecer nessa situação, se não tiverem oportunidade de educação.

Quero agradecer também ao Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, a boa vontade. S.Exa. está extenuado. Eu disse a S.Exa. que ele deveria estar feliz, porque conseguiu votar, mas é lógico a tarefa foi difícil.

Nós da Oposição também cumprimos a nossa tarefa. O Líder Domingos Sávio estava sempre em embate com a Presidente Rose de Freitas.

Eu entendo que, com o fato de termos conseguido votar, caminhamos. Em relação ao PPA também. O Deputado Zeca Dirceu se abriu para a discussão.

Na área de educação — já tivemos duas reuniões. —, nosso desejo é que o PPA não seja peça de ficção, seja realmente um instrumento que guie toda a Nação. E que possamos garantir que o Brasil seja um país de cuja construção tenhamos orgulho de fazer.

Então, meus parabéns a todos os envolvidos: aos Deputados, aos Senadores que sempre estiveram aqui presentes, aos servidores.

Nós estamos começando. Ainda temos um grande caminho pela frente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de agradecer a V.Exa., que tem sido assídua e atenta nesta Comissão. Vão dizer que, quando nos elogiamos, parece uma coisa extraordinária. Mas reconhecer o dinamismo e a dedicação das pessoas, numa Casa que tem 594 Parlamentares, é muito importante. Eu diria que muitos se esforçam mais para que as coisas aconteçam.

O que aconteceu aqui hoje, na verdade, foi dar-se a atenção devida. O que está acontecendo em alguns recantos desta Casa em relação ao Brasil é dar-se a ele atenção.

Muitas vezes, marcar posições é interessante. E eu noto que, quando há televisão, torna-se mais interessante ainda, porque as pessoas querem ressaltar suas posições.

Mas eu também noto que, apesar da veemência do Deputado Hildo Rocha, do papel de oposição, daqueles que querem contestar o Regimento a qualquer coisa que incomode, entre esses Parlamentares...

Ressalto também a atuação do Deputado Domingos Sávio, que é importante nesta Comissão, em todo o trabalho que faz, e até no plenário. Quando eu presidia as sessões, ele se destacava.

O Brasil passou a ter mais importância quando a crise se aprofundou mais. As pessoas mais responsáveis vieram ao encontro das grandes deliberações que precisavam ser feitas.

A votação da LDO, com o trabalho do Líder, sempre atento, pronto a ouvir companheiros; com o trabalho dos Relatores; com o trabalho desta Comissão — muitas vezes, o Deputado Hildo Rocha questionava, mas nunca no sentido ofensivo,

e S.Exa. tinha todo o direito de fazê-lo — foi determinante para a construção de momentos melhores para o Brasil.

Eu acredito que, sem uma boa política e sem atitudes em relação à economia, o País não sairá dessa crise. Quando a economia está caminhando, se vierem atitudes políticas erradas, equivocadas, mesquinhas, pequenas, o Brasil não tem condições de caminhar. Quando a política é altaneira e a economia se desorganiza, desorganiza-se todo o quadro nacional.

O que aconteceu aqui pode ser uma gota no oceano das grandes conturbações, dos grandes debates, das grandes aflições, mas é uma gota que se soma ao grande exercício democrático que temos de fazer todos os dias para que o Brasil supere essa crise, com o esforço de todos.

Ninguém quer ver aqui o cenário do caos, porque ninguém vai ganhar com ele. Tanto que a pergunta que mais se faz no Brasil é: daqui para frente, como será? Vamos ajudar a responder a algumas dessas perguntas.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, tenha certeza de que V.Exa. hoje ajudou a dar uma resposta. Se este País nada tiver, se em nada se afinar em relação aos ajustes, mesmo assim, eu acredito que a peça orçamentária estará lá para contribuir. Isso porque nós estamos dando uma pequena direção, um norte ao País, ao povo brasileiro, como urgentemente precisa ser dado.

Eu agradeço muito, carinhosamente, a cada um daqueles que tiveram até paciência comigo. Alguns queriam me dar uma gota de Rivotril, mas outros me davam abraço. O abraço foi melhor do que a gota de Rivotril.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Senadora Rose de Freitas, eu quero aproveitar para agradecer a todos os companheiros — à Oposição, ao Governo, aos Líderes, a todos os Deputados — a contribuição para que pudéssemos finalizar o trabalho.

O trabalho foi fruto de entendimento. Não foi o trabalho do Relator; foi o trabalho de toda a Comissão, de todos os Deputados e Senadores.

Eu agradeço o convívio e o aprendizado.

Eu sou um Deputado de primeiro mandato. Cheguei agora a esta Casa. Foi muito importante participar desta Comissão. Para mim, foi um aprendizado grande.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu agradeço à Senadora Rose de Freitas, que, apesar de firme, nunca deixou de ser dócil com os companheiros desta Comissão.

Tive o prazer, Sra. Presidente, de ser presidido por uma mulher aqui na Comissão, e uma mulher com a liderança e a capacidade que tem V.Exa., Senadora Rose.

Eu aprendi muito com a Senadora Rose e com os companheiros. Então, quero aqui deixar um agradecimento a todos os companheiros Deputados, a todos os colegas, aos Senadores, a todos da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não podemos deixar de registrar nosso carinho também, porque nós dois brigamos o tempo todo — V.Exas. não sabem? Nós brigamos. Até sem falar, nós estávamos brigando, mas sempre na mesma direção.

O Deputado Paulo Pimenta merece o registro do seu empenho, do seu esforço, como todos os que aqui estão.

Eu prorrogo o prazo das emendas ao PPA até a próxima terça-feira, dia 17. Em função de uma questão técnica, não houve possibilidade de se registrar as emendas a tempo.

Convoco reunião ordinária também para terça-feira, dia 17, registrando que às 13 horas será a reunião de Líderes e, em seguida, às 14h30min, a votação do PLN nº 5.

Muito obrigada.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Átila Lins, César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim; **- Senadores suplentes**: Angela Portela, Dário Berger, Hélio José e Walter Pinheiro. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: César Halum, Edmar Arruda, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hissa Abrahão e José Nunes; e **– Senadores:** Davi Alcolumbre e Raimundo Lira. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Mendonça Filho, Pauderney Avelino e os Senadores Ronaldo Caiado e Omar Aziz. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e sete minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação da Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2015. A Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** PAUTA. Item 1 – Apreciação do **Relatório da Receita** e **Errata** apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (PLOA para 2016). Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz. Foram apresentadas 4 emendas, sendo todas de Receita. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator. Quanto às 4 (quatro) emendas, o Relator ofereceu voto pela aprovação parcial das emendas nºs 2491.0015 e 2491.0016, de autoria do Deputado Lelo Coimbra, e 2633.0004 e 2633.0005, de autoria do Senador Acir Gurgacz". O Relator solicitou a retirada do seu Relatório para fazer ajustes, conforme acordado em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Teceram comentários sobre o Relatório da Receita os Deputados Pauderney Avelino (DEM/AM), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO) e Jaime Martins (PSD/MG). Em seguida, a Presidente comunicou que estava sendo realizado em Brasília, o 1º Encontro dos Quadros de Gestão Orçamentária da Associação de Secretários Gerais do Parlamento da Língua Portuguesa, no período de 16 a 20 de novembro, cuja delegação encontrava-se presente no

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plenário da Comissão. Logo após, retomou a apreciação da Pauta. Item 2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2015-CN,** que "Altera os dispositivos que menciona da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015." Relator: Deputado Hugo Leal. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição das 2 emendas apresentadas. Novo Relatório foi entregue em 05/112015, após acordo em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende apresentou voto em separado, em 11/11/2015, pela rejeição do Substitutivo apresentado pelo Deputado Hugo Leal e pela rejeição do Projeto, nos termos apresentados pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Às 15h07min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Discutiram a matéria os Deputados Pauderney Avelino (DEM/AM), Líder da Minoria no Congresso Nacional; Zeca Dirceu (PT/PR), Caio Narcio (PSDB/MG), Orlando Silva (PCdoB/SP), Samuel Moreira (PSDB/SP), Leo de Brito (PT/AC), Mendonça Filho (DEM/PE), Líder do Democratas na Câmara dos Deputados; Pompeo de Mattos (PDT/RS), Danilo Forte (PSB/CE), Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), Nilton Capixaba (PTB/RO), Gorete Pereira (PR/CE), Zé Geraldo (PT/PA) e Domingos Sávio (PSDB/MG), e os Senadores Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do Democratas no Senado Federal; Gleisi Hoffmann (PT/PR) e Hélio José (PSD/DF). Às 16h11min, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos e deu continuidade ao debate. O Deputado Domingos Sávio apresentou **voto em separado** de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), ao qual se subscreveu. Os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Paulo Pimenta (PT/RS), Samuel Moreira (PSDB/SP), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO) e Lázaro Botelho (PP/TO) encaminharam a votação. Foi apresentada **Contestação** nos termos do *art. 148, da Resolução nº 1/2006-CN*. Autor: Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), com o apoiamento dos Deputados Danilo Forte, Domingos Sávio, Samuel Moreira e Caio Narcio. Objeto da Contestação: Substitutivo apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2015-CN**, de autoria do Deputado Hugo Leal. Decisão da Presidente**: indeferida**. Foi apresentado **Recurso**, contra decisão da Presidente da CMO à Contestação, nos termos do *parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN*. Autor: Deputado Elmar Nascimento. Em votação, o Recurso foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Danilo Forte, Samuel Moreira, Domingos Sávio, Professora Dorinha Seabra Rezende, Caio Narcio, João Fernando Coutinho e Leopoldo Meyer. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1° do art. 43 do Regimento Comum.* A Presidente submeteu o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2015-CN** ao Plenário que, em votação, foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Caio Narcio, Danilo Forte, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Fernando Coutinho, Domingos Sávio, Samuel Moreira e Leopoldo Meyer. Proclamado o resultado da votação, o Deputado Danilo Forte (PSB/CE), solicitou a **verificação de votação**, com o apoiamento dos Deputados Domingos Sávio, Caio Narcio, Samuel Moreira e Professora Dorinha Seabra Rezende, conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN*, tendo sido **concedida** pela Presidente. O Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) fez a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Encerrada a chamada nominal, a Presidente proclamou o resultado da votação, às 16h56min: total de votos SIM: 22, total de votos NÃO: 8; total de VOTANTES: 30. A Presidente **confirmou a aprovação** do Relatório na representação da Câmara dos Deputados. Em votação no Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. Em seguida, a Presidente comunicou que seria encerrado naquela data, 17 de novembro, a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN,** que "Institui o Plano Plurianual para o período de 2016-2019". ENCERRAMENTO**:** concluída a votação das matérias, a Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos do dia dezessete de novembro de 2015. Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária, convocada anteriormente, para o dia 18 de novembro, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 13

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 17.11.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, gostaria que fosse distribuído o relatório de receitas, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica, desde a semana passada, localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Se houver concordância do Plenário, eu proponho a dispensa da leitura da ata por ela ter sido distribuída anteriormente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço a dispensa, Sra. Presidente. Não há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, a ata da reunião anterior?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É a ata da reunião anterior, que normalmente nós...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço a dispensa da leitura, Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos estão de acordo com a dispensa da leitura? *(Pausa.)*

Com a concordância de todos, dispensamos a leitura da ata.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação outra ata, a da 14ª Reunião Extraordinária, realizada nos dia 11 e 12 de novembro de 2015.

Estão em votação as atas mencionadas. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Quem concorda permaneça como se acha. *(Pausa.)*

Aprovada.

Consulto se há número regimental para colocar as atas em votação na representação do Senado, para que não haja nenhuma discordância.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, o que V.Exa. colocou em votação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um momento, por favor.

Quero ressalvar que não está tudo o.k. Falta a assinatura do Senador Lira, que entrou, saiu e já está voltando. É para votar apenas a ata.

O Senador Eduardo Amorim acaba de chegar. Nós vamos repetir a votação.

Senador Eduardo Amorim, nós estamos colocando em votação a ata das reuniões realizadas nos dias 11 e 12 de novembro.

Foi votado na Câmara e agora vamos colocar em votação no Senado Federal.

Os que tiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada sempre pelo correio eletrônico aos gabinetes e membros das lideranças partidárias.

No entanto, vamos passar à discussão do primeiro item das matérias relacionadas para a discussão e debate. Eu vou ler o primeiro item para V.Exas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, peço que me inscreva para discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Pauderney Avelino.

O primeiro item é o relatório da receita, erratas apresentadas ao Projeto de lei do Congresso Nacional nº 7, da Presidência da República, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Antes de conceder a palavra a V.Exa., eu vou conceder a palavra ao Relator da Receita, Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço a retirada de pauta do relatório de receitas, para que possamos fazer os ajustes necessários com relação à mudança que tivemos na semana passada, de índices e também da votação da Medida Provisória nº 691, de 2015. Algumas pessoas não querem a regularização fundiária na Amazônia.

Então, peço a retirada de pauta para que possamos avançar nesse ajuste que temos que fazer no relatório de receitas, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Conforme reunião de Líderes realizada na sala ao lado, essa retirada de pauta — e nós agradecemos ao Relator pela compreensão — sustenta uma posição de vários Líderes que tinham divergência quanto a um dos itens da receita do relatório previamente apresentado, que se tratava de terreno da Amazônia Legal.

V.Exa. já discutiu este assunto numa Comissão. Se quiser fazer uso da palavra, Deputado Pauderney Avelino, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É exatamente isso, Sra. Presidente. Eu agradeço a V.Exa.

Nós identificamos que esse relatório de receita, do ilustre Senador Acir Gurgacz, é muito otimista. Aliás, o Senador cria aqui algumas receitas que, a meu ver, não estão propriamente definidas. Óbvio que essas operações com ativos... Aqui o Senador usou emendas à Medida Provisória nº 691, que altera a Lei nº 11.952, permitindo a alienação de imóveis rurais na Amazônia, que foi retirada dessa dita MP. Ou seja, a MP foi votada sem que essa emenda fosse aprovada. Portanto, ela não faz mais parte do corpo da medida provisória.

E obviamente, se não foi aprovada, nós gostaremos de saber qual a providência que o Senador Acir Gurgacz vai adotar, como essa alteração foi feita, para retirar essa receita. Há outras sobre as quais eu vou me pronunciar num momento oportuno. Gostaria de saber qual a posição do Relator a respeito dessa emenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator tem a palavra.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. fez um trabalho muito importante e forte, na semana passada, para retirar essa emenda da Medida Provisória nº 691, que trata da regularização fundiária na Amazônia.

Quero esclarecer novamente a V.Exa. que, quando eu falo regularização fundiária, estou falando de documentar 50 milhões de hectares da Amazônia, no qual estão incluídos o seu Estado, o Amazonas, o meu Estado, Rondônia, e os Estados do Pará, Tocantins, Acre, Maranhão, Roraima. E nós queremos promover a regularização fundiária na Amazônia, dar documentos às famílias que estão lá há mais de 20, 30, 40 anos.

Ninguém está querendo, como V.Exa. falou, vender a Amazônia. Não é isso! Há um marco legal que aprovamos no Código Florestal brasileiro, em 2008. São aquelas famílias que já estão na Amazônia há muitos anos, apenas não têm o documento da sua terra. Nós estamos falando, Deputado, de 50 milhões de hectares! São 50 milhões de hectares, dos quais 27 milhões já estão georeferenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

V. Exa. fez um trabalho forte, retirou da Medida Provisória nº 691 essa possiblidade de nós ajudarmos os agricultores da Amazônia, e nós estamos agora pedindo para tirar de pauta a votação do relatório de receita para que possamos fazer uma adequação, visto que não podemos utilizar a Medida Provisória nº 691.

Então, é necessário fazer um ajuste do relatório de receitas para que possamos colocar em votação. Por isso, pedi a Presidente que nos dê 24 horas para que possamos promover esse ajuste em relação à retirada da possibilidade de darmos documentos das terras para os agricultores da Amazônia, Deputado, e Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria até de fazer uma referência ao Senador Acir Gurgacz. Ele chegou aqui como empresário e começou a ter uma posição de político. Ocorre que ainda não tem a sutileza do político.

V.Exa. é empresário e dono de terras na Amazônia. Eu não sou, eu não sou! Aliás, as terras que minha família tinha, desde 1800 e tanto, foram doadas para reserva indígena. É a nossa colaboração, a colaboração da minha família para o bem da humanidade.

Então, eu não estou atrapalhando os agricultores da Amazônia, Senador. V.Exa. disse isso! Eu não estou atrapalhando os agricultores da Amazônia. O que V.Exa. tentou colocar na medida provisória não é exatamente isso. V.Exa. tentava mudar uma lei e permitir inclusive que emendas ou artigos que já tinham sido vetados pela Presidente da República fossem trazidos de volta.

Não quero mais aqui fazer essa discussão com V.Exa., que já disse que vai pedir para retirar o relatório para fazer alterações. Obviamente essa é uma das alterações. E vamos nos reservar o direito de verificar, *a posteriori*, quando V.Exa. apresentar o seu relatório, quais as alterações e aí nós nos pronunciaremos novamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A bem da verdade, eu gostaria de esclarecer que o Relator Acir Gurgacz tem sido, em todos os momentos dos trabalhos desta Comissão, uma pessoa absolutamente democrática por convicção e por procedimento, debatendo todos os assuntos.

O que ele fez agora, com o seu relatório pronto, foi retirar o item requerido pela Oposição para que pudesse discutir novamente um novo prazo, com todos os presentes, uma nova proposta para o relatório. Eu acho que isso merece ser relembrado, realçado, para que possamos fazer justiça a quem até agora não faltou com o respeito a nenhum dos membros desta Comissão.

Eu dou a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim. Em seguida, vamos passar à votação, porque temos tempo limitado para que aconteça isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu só queria parabenizar o Senador. A Amazônia precisa disso, o Tocantins precisa disso. É de fundamental importância essa regularização.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns, Senador!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de registrar que um evento está sendo realizado em Brasília: o I Encontro dos Quadros de Gestão Orçamentária da Associação de Secretários-Gerais do Parlamento de Língua Portuguesa. A data do evento é de 16 a 20 de novembro.

Quero registrar a presença dos membros da delegação que aqui se encontram. Eu pediria que se levantassem, para que nós pudéssemos recebê-los carinhosamente.

Guiné Equatorial: Deputado Dom Juan Antônio Mibuar Aene Nisan e Nicasio Esono Efa Nsa. *(Palmas.)*

Timor-Leste: Idalina Maria Pereira Guterres e Hernani de Orleans Soares. *(Palmas.)*

Portugal: Sônia Fragoso Pires e Suzana de Oliveira Torres Martins. *(Palmas.)* Portugal é bem feminista.

Moçambique: Aginaldo Andri Simon Andula, Filomena Bartolomeu e Hélio Chipe. *(Palmas.)*

Angola: Salvador Antônio Salvador e Augusto Félix Bento Napoleão. *(Palmas.)*

São Tomé e Príncipe: Jeremias da Silva Paraíso e Vera Maísa do Espírito Ferreira Nunes. *(Palmas.)*

Cabo Verde: Pedro Lopes, Maria Tavares Duartes e Cristiane Andrade Vieira. *(Palmas.)*

Agradecemos a presença de todos e gostaríamos, depois, de deixar registrado o momento com uma fotografia aqui na Mesa, por favor.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, antes de finalizarmos o item 1, como membro também do Comitê de Receita...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o nosso 1º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Como membro do Comitê de Receita, nós fizemos aqui algumas avaliações técnicas sobre o relatório de receita, que eu quero passar às mãos do Relator para colaborar nessa discussão.

Também concordamos com essa tese de que o relatório deve ser o mais exequível possível, dentro de uma receita possível de se executar. É apenas para nossa colaboração, Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei nº 5, de 2015, da Presidência da República, que altera os dispositivos que menciona da Lei nº 1.380, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

Eu peço ao Relator que tome assento à mesa. O Relator é o Deputado Hugo Leal, a quem eu concedo a palavra.

Peço ao Vice-Presidente que me substitua, por favor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Inicialmente, Sra. Presidente, gostaria de indagar se é necessário fazer a leitura do relatório ou eu posso ir direto ao voto. Podemos ir direto ao voto?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Relator, direto ao voto significa ler só a conclusão?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Posso fazer a leitura. O voto do Relator tem três linhas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então faça a leitura, por favor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O resumo do exame da matéria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas é importante a leitura.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, eu vou fazer o exame da matéria.

O PLN 5, que é mais do que conhecido desta Comissão Mista de Orçamento, já foi objeto de debate em várias oportunidades aqui e também na reunião do Colégio de Líderes.

"Do exame da proposição verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais e regimentais.

No mérito, a medida proposta é necessária diante dos resultados da Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao 3º e ao 4º bimestre, preparados em cumprimento ao § 4º do art. 52 da LDO 2015. O referido dispositivo determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e a outros Poderes relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Orçamento, contendo, dentre outras

informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias. Mais ainda, diante da reestimativa de receitas apresentada na data de 27 de outubro, com redução esperada na arrecadação líquida de transferências a Estados e Municípios de R$ 57,7 bilhões, torna-se evidente que a deterioração do cenário fiscal não comporta a meta prevista no PLN 5, muito menos a meta de superávit inicialmente fixada.

A LDO em vigor estipula meta primária para o setor público consolidado de superávit de R$ 66,3 bilhões (1,14% do PIB). Até agosto, o setor público havia registrado déficit de R$ 1,1 bilhão, sendo Estados e Municípios responsáveis por superávit de R$ 14,1 bilhões e a União por déficit de R$ 15,2 bilhões."

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Relator, só um minutinho. Não estou querendo obstruir nem nada. Está disponibilizado aqui o relatório?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O relatório está.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - No item 2, no nosso computador aqui à frente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu estou na página 7 do relatório, no segundo parágrafo: *"A LDO em vigor..."*

"Para que a União poupasse, como anteriormente pretendido, o montante de R$ 55,3 bilhões (0,95% do PIB) em 2015, teria que produzir saldo positivo nos quatro últimos meses em torno de R$ 17,6 bilhões mensais.

A Avaliação referente ao 3º bimestre mostrou, e a do 4º bimestre ratificou, que a União não conseguiria cumprir sua meta primária. A Avaliação referente ao 4º bimestre diminuiu a previsão de receita líquida, relativamente à 2ª Avaliação, em R$ 48,3 bilhões; e reviu despesas obrigatórias, com aumento de R$ 9,7 bilhões. Isso recomendaria contingenciamento adicional de R$ 57,9 bilhões.

Ocorre que as estimativas constantes desse Relatório já consideraram os efeitos do PLN 5, no sentido de reduzir a meta de resultado primário do setor público consolidado não financeiro. Como a meta primária caiu R$ 49,4 bilhões, despesas discricionárias do Executivo sofreram corte adicional de apenas R$ 8,5 bilhões no Decreto 8.496/15, de 30 de julho. O contingenciamento das despesas do Executivo subiu de R$ 69,9 bilhões para R$ 78,4 bilhões, e de todos os Poderes, de R$ 70,9 bilhões para R$ 79,6 bilhões.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a reestimativa de receitas e despesas apresentada em 27 de outubro, seria necessário o contingenciamento adicional de R$ 57,7 bilhões em relação ao previsto originalmente no PLN 5. Caso mantida a meta da LDO 2015 de superávit de R$ 55,3 bilhões, seria necessário um contingenciamento adicional de R$ 107,1 bilhões, sendo que restam no orçamento apenas R$ 91,9 bilhões de despesas discricionárias passíveis de corte, boa parte delas já executadas. Assim, o espaço de contingenciamento remanescente é insuficiente para compensar a frustração de receitas. Ademais, novos cortes colocariam em risco o provimento de serviços básicos e também o cumprimento das obrigações contratuais já assumidas pelos Ministérios.

O PLN 5, na forma do substitutivo, propõe a redução da meta da União para o déficit de R$ 51,8 bilhões, equivalentes a - 0,9% do PIB, e a dos Estados e Municípios, de R$ 11 bilhões (0,19% do PIB), para R$ 2,9 bilhões (0,05% do PIB). O abatimento da meta pela frustração de receitas de concessões pode alcançar R$ 11,1 bilhões e, com o pagamento de passivos ainda em discussão, outros R$ 57 bilhões. A União está autorizada, nessas circunstâncias, a ter déficit de até R$ 119,9 bilhões (2,08% do PIB), ou desempenho ainda pior, se Estados e Municípios superarem sua cota. O resultado do setor público a ser alcançado cai para algo entre déficit de R$ 48,9 bilhões (0,85% do PIB) e de R$ 116,97 bilhões (2,03% do PIB).

O atual cenário fiscal mostra resultados primário e nominal menores em todos os anos, e a dívida, tanto bruta como líquida, que na LDO em vigor apresentava trajetória de queda, agora crescem no horizonte de até 2017.

As mudanças no Anexo de Metas Fiscais estão contempladas ainda em outra tabela, comparando cenários e hipóteses da LDO em vigor e os do PLN 5/2015, na forma do substitutivo."

Está previsto aqui, no quadro da página 9: Parâmetros Macroeconômicos Projetados/Cenário Macroeconômico de Referência.

"O quadro é desalentador, mostrando a deterioração dos indicadores. A LDO em vigor contemplava crescimento positivo para 2015, chegando a 2,3% no ano em 2017; agora temos uma queda do PIB em 2015 de 2,8%, queda em 2016 de 1% e menor taxa positiva em. Pioras há também relativamente a juros, câmbio e inflação,

sendo que IPCA e a Selic no cenário do PLN 5/2015 cairiam mais rapidamente. Ainda mais grave, os analistas de mercado consultados semanalmente pelo Banco Central já estão bem mais pessimistas em relação a todas essas previsões.

O projeto recebeu duas emendas. A Emenda nº 1, do ilustre Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), propõe acrescer o §6° ao art. 2º da Lei nº 13.080/2015, a fim de determinar aumento da meta primária, em caso de as receitas objeto da regra de abatimento superarem os valores pelos quais foram considerados no estabelecimento da nova meta, no mesmo montante do excesso em relação à previsão. Entendemos o mérito da emenda, no entanto nosso voto é pela sua rejeição.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Mendonça Filho (DEM/PE), estipula que não apenas a meta de superávit primário deva ser alcançada, mas também o seja a meta de resultado nominal do Governo Federal constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, de R$ 296,9 bilhões. O parlamentar alega que o Executivo tem sistematicamente descumprido a segunda. Nosso voto é pela rejeição, em vista da volatilidade atual da meta para a taxa de juros fixada pelo Banco Central.

Decidimos aceitar a proposta de alteração do PLN 5 encaminhada pelo Executivo, com alguns ajustes. Não podemos ignorar as dificuldades financeiras que o País vem enfrentando. A queda expressiva da receita pública de mais de R$ 197 bilhões em relação à lei orçamentária mostra que estamos em um contexto excepcional.

O ajuste está sendo feito a duras penas, porque a arrecadação vem respondendo com muita intensidade à queda da atividade econômica, porque houve e há oposição a algumas medidas fiscais propostas e seus efeitos foram atenuados na tramitação dos projetos, e porque a deterioração das condições de mercado dificulta a realização de algumas operações. Do lado das despesas, a rigidez de mais de 90% dos gastos reduz as possibilidades de atuação.

O Governo tem utilizado de todos os mecanismos a sua disposição para reequilibrar o orçamento: realizou contingenciamento recorde de R$ 79,9 bilhões de despesas discricionárias; propôs uma série de medidas de reforço de arrecadação, algumas ainda em tramitação no Congresso Nacional e outras de redução dos gastos obrigatórios. Por outro lado, atento às recomendações da Corte de Contas, o

Poder Executivo, mesmo diante da restrição orçamentária, efetuou o pagamento de mais de R$ 13 bilhões de subsídios e subvenções pendentes de anos anteriores.

Temos que reconhecer que há um esforço legítimo para equacionar o déficit público e restabelecer a confiança na capacidade de o País superar os percalços vividos neste momento atípico. O projeto ora analisado prima pela transparência ao explicitar a realidade das finanças públicas. Mesmo diante das adversidades, não há abandono da disciplina fiscal. Ao contrário, evidenciam-se todos os esforços realizados que, em vista da conjuntura, apenas começam a produzir os resultados esperados.

Com relação à possibilidade de abatimento da meta de até R$ 11,1 bilhões, julgamos ser oportuno em virtude do adiamento do leilão das usinas hidrelétricas o que pode inviabilizar o ingresso de recursos ainda em 2015.

Quanto à flexibilização da meta em função do pagamento de passivos junto ao FGTS, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil e ao BNDES, também concordamos que o abatimento deva ser autorizado, mas sujeito a um limite máximo de até R$ 57 bilhões. Entendemos que a incerteza quanto aos valores e condições de eventuais desembolsos a serem realizados ainda em 2015, processo que está em análise no Tribunal de Contas da União, dificulta a estimativa a respeito de seu impacto no resultado primário do exercício, mas deixar a meta de resultado primário sem um piso não contribuiria para o restabelecimento da confiança indispensável à superação do momento adverso. Mais ainda, atendendo a demanda de grande parte deste Colegiado, acrescentamos no substitutivo os limites máximos para abatimento da meta por credor e por tipo de operação para cada um dos passivos.

De forma a adequar o texto à inexistência de referências ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC no novo artigo 2º, estamos propondo a revogação do disposto no § 6º do art. 2º da Lei.

Pareceu-nos, ainda, satisfatória a solução dada neste PLN à questão da compensação de resultados primários do Governo central, das estatais federais e de Estados e Municípios. Ela é compatível com a orientação da política fiscal e se justifica diante do agravamento da situação da economia e das contas públicas que sucintamente mencionamos acima. O mecanismo encontrado mostra que o ajuste que se está propondo para o País pressupõe a solidariedade entre os entes

federados, sem lhes ferir a autonomia, com vistas ao alcance da meta estabelecida para o conjunto do setor público.

Nos exercícios de 2013 e 2014, a União ficou desobrigada de compensar frustrações relativamente à estimativa de superávit primário no âmbito estadual e municipal. Na LDO de 2015 voltou a caber à esfera federal, além de perseguir seu próprio resultado, responsabilizar-se pelo atingimento da meta consolidada. Na proposta de modificação desse dispositivo que ora examinamos, fica mantida a regra de compensação pela União em favor de Estados e Municípios, mas se abre a possibilidade no sentido contrário, de essas esferas contrabalançarem com sua poupança primária eventual insuficiência do esforço federal.

Pelas mesmas razões acima, o ilustre Deputado Ricardo Teobaldo, relator do PLN 1, de 2015 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016), que acaba de ser aprovado nesta CMO, incorporou o Adendo I ao seu relatório, para incluir no seu substitutivo previsão de Estados e Municípios poderem compensar eventual insuficiência de resultado primário da União, o que não constava do projeto de LDO para 2016 encaminhado ao Congresso.

Sabemos que desde o final de 2014 o Brasil está passando por um momento de forte desaceleração econômica, em meio à redução da expectativa de crescimento de diversos países emergentes e queda dos preços das commodities e, no plano interno, retração da economia, realinhamento dos preços administrados e as incertezas trazidas por uma aguda crise hídrica. A frustração de receitas superou as piores expectativas e surpreendeu negativamente os analistas e agentes econômicos. Uma vez esgotados os mecanismos de curto prazo para ampliação das receitas e os meios de limitação dos gastos, a presente proposta, na forma do substitutivo, justifica-se tendo por base o interesse público e a transparência necessária à boa condução da gestão das finanças públicas.

Voto do Relator

Diante do exposto, votamos pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 2015, na forma do substitutivo que ora apresentamos."

Este é o voto, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos iniciar a discussão.

O art. 171 do Regimento da Câmara estabelece que, uma vez iniciada a discussão, encerram-se as inscrições. Eu estou apenas indagando àqueles que quiserem se inscrever...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esperem só um instante. Vamos inscrever todos: Deputado Pompeo de Mattos, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Wadson Ribeiro, Deputado Caio Narcio, Deputado Samuel Moreira, Deputado Danilo Forte...

Nós temos aqui já 13 inscritos. Vou informar pela ordem: Deputado Pauderney Avelino, Deputado Zeca Dirceu, Deputado Orlando Silva, Deputado Leo de Brito, Deputado Pompeo de Mattos, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Wadson Ribeiro, Deputado Caio Narcio, Deputado Samuel Moreira, Deputado Danilo Forte, Deputado Nilton Capixaba, Deputada Gorete Pereira.

Nós vamos tentar, à medida do possível, dar a palavra alternadamente para quem for falar contra e a favor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, o Deputado Izalci e o Deputado Domingos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Infelizmente não posso inscrevê-los, aguardá-los voltar e paralisar a reunião. Nós temos já 13 inscritos. Não podemos terceirizar a inscrição.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo. Se aqui nesta Comissão nós formos fazer exatamente o que está escrito nas regras, é uma opção. O que nós temos de acordo é que nós vamos debater esse tema.

Nós sabemos que há outras Comissões acontecendo aqui dentro. Eu tenho certeza de que o Deputado Izalci e o Deputado Domingos Sávio gostariam muito de

discutir essa matéria. E eu acho que não ouvi-los seria um prejuízo que nós não precisamos ter.

V.Exa. disse que, ao encerrar a inscrição e abrir a discussão, não poderão mais ser inscritos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o que estabelece o Regimento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por isso o meu apelo: que possamos fazer com que os dois Parlamentares que solicitaram inscrição...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Deputado Domingos pode falar como Líder.

(Não identificado) - Não existe inscrição por procuração, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Deputado Domingos pode falar como Líder, sem problema; pode falar no encaminhamento; pode falar para defender a matéria.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu insisto na possibilidade de os dois estarem inscritos e...

(Não identificado) - Vamos ao debate, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se V.Exas. quiserem fazer aqui um ambiente de trator, é uma opção. Eu só acho que nós não teremos prejuízo em ouvir dois Parlamentares que são participativos nesta Comissão. Está colocado aqui em discussão, e não vejo prejuízo. São dois Parlamentares. Gostaria só que eles estivessem inscritos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós vamos ouvi-los como Líder.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não. Como Líder não é favor. Como Líder não é favor! Ele fala na hora que quiser como Líder.

(Não identificado) - Sr. Presidente, podemos iniciar a discussão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu estou inscrito também, sou o primeiro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pode deixar em aberto as inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deixem que, quando chegar, nós vamos conversar isso, dependendo do andamento. Nós temos uma limitação...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na hora que chegar, V.Exa. vai falar que a discussão está iniciada e a inscrição está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos uma limitação de ordem em relação à Ordem do Dia, que vai começar daqui a pouco.

Eu vou passar a palavra...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Infelizmente, não há inscrição por procuração ainda.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós estamos no intuito de querer ajudar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pelo Líder do Governo aqui, essa não é uma opção que nós queremos fazer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - No intuito de querer ajudar, V.Exa. só precisa deixar em aberto a inscrição. Se V.Exa. declarar que está encerrada a inscrição, eles não vão poder falar como Deputados.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É isso. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas poderão falar como Líder.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eles querem falar como inscritos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só um pode falar como Líder; o outro, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos iniciar a discussão.

Está encerrada a inscrição.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu vou voltar a fazer um apelo. Vou voltar a fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, para discutir a matéria. Deputado Pauderney Avelino com a palavra.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu insisto.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, são quantos minutos para cada um? São 5 minutos?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu insisto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, são 5 minutos?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não vá por esse caminho. Não é a melhor saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - São 5 minutos, por gentileza, cronometrados. Nós temos aqui 17 inscritos. Senão, nós vamos ficar aqui até meia-noite. São 5 minutos improrrogáveis. É o que estabelece o Regimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, mande aumentar o som desses microfones, por favor, porque, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu queria pedir silêncio a todos. Quem precisar telefonar, reunir-se, conversar que o faça do lado de fora, para que possamos nos concentrar nesse tema. É um tema extremamente importante. Nós precisamos concluir essa matéria hoje.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - E peço a V.Exa. que mande aumentar o volume do som do microfone, porque eu estou sem voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, a posição de V.Exa. é encerrar a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A inscrição já está encerrada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Boa opção de V.Exas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O volume do som nesta altura vai criar problemas nas cordas vocais, Sr. Presidente. Mande aumentar o som, por favor. Aumente o som. Obrigado.

Sr. Presidente, lamentavelmente, pelo segundo ano consecutivo, a Presidente da República infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além do mais, Sr. Presidente, o relatório do Deputado Hugo Leal — e daqui a pouco eu volto — está trazendo aqui as pedaladas que foram enviadas pelo Ministério da Fazenda. Mas há dois itens aqui: passivo da União junto ao FGTS, de

10 bilhões, 990 milhões mais valores devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES a título de equalização, no total de 14 bilhões, 757 milhões, que não prescindem de projeto de lei.

V.Exa. não pode incluir esses dois itens sem projeto de lei do Executivo que determine que assim o faça. Portanto, ainda estou fazendo, Sr. Presidente, questões preliminares — não é minha fala. Estou aqui fazendo uma questão tópica a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agora, são 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço a V.Exa. que reconsidere meu tempo. Eu quero fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Infelizmente não posso esticar o tempo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Ademais, Sr. Presidente, nós entendemos que esse projeto de lei não guarda nenhuma simetria com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vou ler aqui uma parte do voto em separado da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

> *"Trata-se de Projeto de Lei (...), que "altera os dispositivos que menciona a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária (...)". No mérito, o projeto pretende alterar a meta de resultado primário para o exercício de 2015.*
>
> *Originalmente a meta primária foi de R$66.325.000.000,00 para o setor público consolidado e R$55.279.000.000,00 para o Governo Federal, representando 1,2% e 1% do PIB, respectivamente. Esses números já consideravam a redução do montante de R$28.667.000.000,00 relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento. No dia 22 de julho de 2015, o*

Poder Executivo propôs, por meio do PLN nº 5/2015, a revisão dessa meta para R$8.747.000.000,00 para o Setor Público Consolidado e R$5.831.000.000,00 para o Governo Federal, representando 0,15% e 0,10% do PIB, respectivamente. Essa meta ainda poderia ser reduzida em até R$26.400.000.000,00 no caso de frustração de determinadas receitas. Na prática, o projeto autorizava um déficit de R$ 20,5 bi para o Governo Federal.

Embora todos os prazos regimentais tenham sido extrapolados, o referido projeto não foi apreciado por esta Comissão Mista, sendo que, no dia 27 de outubro de 2015, o Poder Executivo encaminhou ao relator da matéria o Ofício Interministerial nº 093/2015/MF/MPOG propondo nova meta a ser considerada por ocasião da preparação do relatório. Os novos números seriam: déficit de R$48.908.400.000,00 para o setor público consolidado e déficit de R$51.824.4000.000,00 para o Governo Federal, o que representa -0,85% e -0,9%, respectivamente, para um PIB projetado de -2,8% em 2015. Segundo o referido ofício, a meta poderia ser ainda reduzida em até R$11.050.000.000,00."

Sr. Presidente, nós entendemos, em primeiro lugar, que o Governo perdulário, um Governo que não sabe gastar e que gasta de qualquer jeito faz o Orçamento como se fosse conta de padaria. Isso não é conta de padaria! A Presidente Dilma Rousseff infringe novamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e, como tal, além de ferir também a Constituição Federal, incorre em crime de responsabilidade já apontado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para encerrar, por gentileza, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço, portanto, Sr. Presidente, que este Plenário não aceite esse relatório do ilustre Deputado Hugo Leal, que está se prestando a fazer esse trabalho que lhe foi exigido que o fizesse. Não deveria

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

S.Exa. ter aceitado, Deputado Hugo Leal, porque essa revisão de metas fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, fere a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tanto é que não apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Encerre, Deputado Pauderney Avelino, por favor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...as pedaladas deste ano, mas também os sem-número de decretos que foram editados pela Presidente não tinham e não têm autorização do Congresso Nacional para...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - O tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, Deputado Pauderney Avelino, não quero cortar seu microfone.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Já concluo, senão, eu perco o fio da meada e vou precisar de mais 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, eu não quero ser deselegante e lhe cortar a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Peço, portanto, Sr. Presidente, que V.Exa., os demais Senadores e Deputados desta Comissão, vejam, com muita atenção, que a Presidente incorreu em crime de responsabilidade ao fazer a pedalada e ao editar decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso Nacional. Por isso, ela comete crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Com a palavra, para falar a favor do relatório, Deputado Zeca Dirceu. S. Exa. dispõe de no máximo 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sr. Presidente, por mais que eu pudesse aqui tecer um conjunto grande de argumentos para contradizer o Deputado, eu quero ser muito breve porque nós temos pressa, temos urgência na votação desse PLN.

Quero parabenizar o trabalho do Relator e reafirmar, mais uma vez, que não houve pedalada alguma. Esse é um termo chulo, criado pela Oposição, sustentado pela mídia, não tem respaldo legal nenhum, e o próprio Congresso vai decidir, em

breve, tenho certeza, de uma forma a desmistificar esse assunto e trazer à tona a verdade dos fatos.

Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu quero passar a palavra ao próximo Congressista aqui inscrito para falar contra, uma vez que nós temos que dar a palavra para quem fala contra e a favor. O próximo Congressista inscrito para falar contra é o Senador Ronaldo Caiado, por 5 minutos.

O SR. SENADOR RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nobre Deputado Pauderney Avelino já fez aqui todos os comentários, mas eu acredito que o que é importante ser levado ao conhecimento da população é o fato de que o Governo apresentou originalmente uma meta que teria um superávit, ou seja, o Governo teria em caixa 66,32 bilhões de reais. Não é isso, Deputado?

Bom, isso aí foi a proposta do Governo, que não tem nenhum compromisso em tentar buscar essa meta. Ele simplesmente continuou fazendo as concessões, continuou liberando dinheiro barato para os campeões que financiaram a campanha da Presidente da República, continuou liberando dinheiro barato para os campeões que financiaram a campanha da Presidente da República, continuou fazendo vista grossa a todos os desmandos praticados dentro da estrutura de Governo, não fez aquilo que havia prometido, que seria o corte na estrutura do Estado, a demissão de 3 mil funcionários comissionados, não fez nada. E, além do mais, ela utilizou toda a peça orçamentária para montar um grande estelionato, que foi o praticado na eleição de 2014. Ou seja, ela agora quer exatamente, com esse PL 5, algo inimaginável.

Eu tenho alguns anos aqui de mandato. A previsão, vejam bem, é de um déficit. Inicialmente seria uma meta de superávit de 66 bilhões de reais e agora a previsão é de um déficit de 51,8 bilhões, podendo chegar a 119 bilhões. Alguém já viu algo parecido?

Então, tudo aquilo que ela praticou em termos de pedalada, tudo aquilo com que ela se beneficiou, do ponto de vista eleitoral, usando da boa-fé da população brasileira, usando de um dinheiro indevido, porque não pode usar dinheiro daqueles órgãos que ela controla — ou seja, a Presidente da República é controladora do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES —, de repente, isso tudo

agora foi incluído no Orçamento, de acordo com esse projeto de lei, o PLN 5, para que o déficit chegasse a 119,8 bilhões de reais.

Eu pergunto: para que vale a peça orçamentária? Para que vale o projeto de lei, então? O Governo prevê inicialmente um superávit e, quando chega o mês de agosto, setembro, ele encaminha outro projeto, dizendo o seguinte: *"Esqueçam tudo aquilo que eu disse, não acreditem naquilo; aquilo é uma piada, ou seja, eu simplesmente usei aquilo para enganar, na verdade eu já sabia que seria um déficit, que oscila agora, podendo chegar a 120 bilhões de reais".* E aí ela inclui as pedaladas e, além do mais, já trata de um assunto que sequer nós votamos, ou seja, a autorização para a venda e as licitações das usinas hidrelétricas. Já está aqui. Quer dizer, é algo que sequer foi tratado pelo Congresso Nacional e já está aqui incluído como sendo uma fonte, em torno de 11,05 bilhões de reais, os leilões das usinas hidrelétricas.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que uma peça como essa vai simplesmente deixar claro para a sociedade brasileira, se a maioria da Comissão aprová-la, que há dependência, do ponto de vista dos Parlamentares, com a estrutura do Governo, que está comprometida. Ou seja, esta Casa, então, vai deletar o crime praticado pela Presidente da República. Ela vai assumir isso e incluir agora como sendo uma matéria que deverá ser previsível na peça, como sendo uma matéria que deverá estar no déficit. A pedalada agora não é mais crime. A Presidente simplesmente acha um mecanismo de incluí-la aqui...

Presidente, eu não vou tomar muito tempo de V.Exa., mas, como sou Líder, peço que considere minha prerrogativa de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senador. Peço que conclua, por gentileza.

O SR. SENADOR RONALDO CAIADO - Obrigado.

Então, Sr. Presidente, nessa linha de raciocínio, é muito preocupante, depois do trabalho feito pelo Tribunal de Contas da União, nós querermos aqui, agora, achar uma saída legal para aquilo que foi praticado anteriormente e que teve um benefício direto, que foi exatamente o quê? O resultado das eleições.

Esse é que é o ponto, que aqui está sendo tratado apenas com números. Na verdade, o grande estelionato eleitoral está sendo, nesta hora, aqui, jogado para

debaixo do tapete, está sendo tratado como algo que realmente não fosse possível atender, como se não tivesse o intuito eleitoreiro de se manter no poder e desrespeitar as regras.

Ela deveria ter contingenciado, em 2014, quando sabia muito bem que não teria como, nem condições, de cumprir o que previa o Orçamento. Não o fez e, de maneira a burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, incorreu no crime de responsabilidade. E agora a Comissão Mista de Orçamento quer achar um jeitinho para dar a versão de que tudo isso será exatamente incluído no que se chama déficit, cuja previsão oscila entre 50 bilhões e 120 bilhões de reais.

Aos colegas que também são assíduos frequentadores da Comissão Mista eu pergunto: será que existe alguma peça orçamentária, em algum país do mundo, com exceção de alguns do continente africano, cuja previsão era de um superávit de 66 bilhões de reais, e, concluído o ano, admite a possibilidade de um déficit de 120 bilhões? Isso mostra que a peça orçamentária é fictícia. Mande um presidente da república de qualquer país da Europa alterar 1 euro numa peça orçamentária. A peça orçamentária é impositiva. Se alterar 1 euro, ele é destituído da função.

Então, além de essa peça ser desrespeitada, a Presidente quer agora usar a Comissão Mista de Orçamento para buscar um argumento no sentido de se explicar acerca da pedalada fiscal, incluindo isso agora como previsível no Orçamento de 2015. Ora, é um absurdo o que nós estamos vendo. Eu não acredito que a maioria dos Deputados e dos Senadores vai aprovar um projeto como esse, que quer exatamente fazer o quê? Tentar legalizar algo que é inadmissível e muito difícil de se explicar à sociedade brasileira.

Assim fica muito fácil. O cidadão diz o seguinte: *"Tudo bem, eu tenho a previsão de um lucro de 10 mil reais. Agora vou ter um prejuízo exatamente de 30 mil reais, e o que eu tinha que pagar não vou mais pagar. Tudo bem?"* É isso que o Governo deseja. Ele não pode ser protestado, não pode ser punido, não pode ser penalizado nem muito menos entrar na lista de maus pagadores. O Governo deseja exatamente isto, que o Congresso Nacional convalide aquilo que realmente é impraticável, inaceitável e inadmissível. Nós não podemos caminhar para isso, Sr. Presidente.

Eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa. a inclusão do tempo da Liderança e dizendo, ao mesmo tempo, com indignação, que essa peça orçamentária vai comprometer, e muito, a credibilidade caso a Comissão aprove uma deformidade, uma iatrogenia desproporcional jamais vista numa peça orçamentária no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para falar a favor, mas antes...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Só um instante.

Eu queria fazer aqui um agradecimento a membros do I Encontro dos Quadros de Gestão Orçamentária dos Parlamentos de Língua Portuguesa, aqui presentes. Parece-me que eles vão se retirar daqui a pouco. Estejam à vontade. Em nome da Presidente Rose de Freitas, eu coloco todo o quadro de consultores aqui da Comissão Mista de Orçamento à disposição, para qualquer debate, qualquer esclarecimento. Sintam-se em casa.

Eu vou passar a palavra à Senadora Gleisi, para falar a favor...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Questão de ordem. Quero fazer uma contestação, Presidente, com base no art. 148 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Pauderney, por gentileza, a questão é sobre o processo de discussão?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Art. 148 do Regimento. Nós temos uma contestação a fazer. Em primeiro lugar, eu gostaria que S.Exa. o nobre Relator pudesse opinar exatamente sobre aqueles dois pontos que levantei: 10 bilhões e 990 milhões de reais, como passivo da União junto ao FGTS, que não tem PLN, e 14 bilhões e 757 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Pauderney, nós vamos acolher a sua questão de ordem, se vier, naturalmente, por meio de um

membro da Comissão — ao que consta, V.Exa. não é membro da Comissão — e se vier, por escrito, com o apoiamento do número regimental de Parlamentares.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Como Líder, eu não posso fazer questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, para falar a favor.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Também quero rapidamente aqui falar sobre esse PLN, mas, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Hugo Leal pelo parecer e pelo relatório que apresenta a esta Comissão.

Vou falar sobre dois aspectos: primeiro, não há que se falar sobre infringência da Lei de Responsabilidade Fiscal nem tampouco sobre crime de responsabilidade ou pedalada. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que nós temos que definir o resultado primário, mas não fala se esse resultado tem que ser de superávit ou de déficit. Fala de resultado primário — quem define a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como qualquer lei, ela pode ser alterada pela Casa Legislativa. Como é uma lei temporal, ela tem que ser alterada, dentro do exercício financeiro em que se encontra, e é o que nós estamos fazendo. Então, essa citação de que há crime de responsabilidade, pedalada, é discussão política.

Queria responder aqui ao meu colega de Senado que perguntou se algum país que prevê no Orçamento um superávit o viu transformado em déficit. Não precisa procurar fora do Brasil, não, pois aqui dentro mesmo há um exemplo muito interessante, inclusive em um Estado administrado pela Oposição, pelo Democratas e pelo PSDB, no Estado do Paraná. O Estado do Paraná transformou um superávit de 2,4 bilhões em um déficit de 1,1 bilhão de reais, na LDO de 2014. Pior, não fez isso dentro do exercício financeiro em vigência. A LDO de 2014, no Estado do Paraná, foi modificada 4 meses depois do encerramento do exercício financeiro, Sr. Relator, ou seja, em abril de 2015. Então, eu acho que os nossos colegas deveriam ir ao Estado do Paraná e ver, efetivamente, o que seus partidos fizeram lá, antes de vir aqui falar coisas que não estão de acordo com a legislação e com a realidade.

Por isso, sou favorável ao relatório apresentado pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senadora.

O próximo Congressista inscrito para falar contra é o Deputado Caio Narcio. V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. SENADOR RONALDO CAIADO - Depois que o Governo deu o mau exemplo, todos os Estados continuaram fazendo.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Em Minas, foi menos de 7 bilhões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, quero reiterar a palavra do Senador Caiado e do Deputado Pauderney. Durante este ano, o que nós vimos aqui não pode ser chamado de Orçamento, mas de trapalhada orçamentária. Em menos de duas semanas, nós vimos o Governo falar de menos 30 bilhões, depois, de mais 30 bilhões, depois, de 50 bilhões e, depois, de 110 bilhões.

Quero cumprimentar o Relator, o nobre Deputado Hugo Leal, que realmente tem sido leal ao Governo. O que ele está fazendo aqui é uma obra de mágico. Assistimos aqui a um Governo despreparado, desorganizado, que legisla de maneira desorganizada. Depois de cometer todos os equívocos manda um projeto de salvação para a CMO. O que o Governo está fazendo é o seguinte: ele faz tudo errado e, no final do ano, nos manda um PLN para consertar todos os eventuais equívocos que cometeu. E cabe a esta Comissão dizer que o Governo não precisa ter responsabilidade com suas metas, não precisa falar sobre os seus números, não precisa organizar o seu Orçamento para dar transparência. E assistimos aqui, por exemplo, a alguns pedaços...

Queria pedir silêncio, para eu poder concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, silêncio. Vamos ouvir o Deputado Caio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, em algum momento aqui, nós estamos falando que o superávit primário, em 2015, é de 1,2; em 2016, de 2; em 2017, de 2. Vem a alteração do PLN: menos 0,85; 0,70, em 2016; 1,30, em 2017. E vou dizer a V.Exas. que daqui a pouco nós vamos ter que votar novamente, porque

0,85 vira 2, em 2016 o mais 0,70 vira menos 2, menos 3; em 2017, mais menos 2. E assim a Comissão vai alterando já não mais como meta, mas como realidade momentânea previsibilidade zero, responsabilidade com a realidade zero, a palavra do Ministro, da Presidente, da Comissão Financeira não valendo praticamente nada e o mercado confuso, porque vê dentro do PLN 5 receitas de coisas que ainda não aconteceram. Por exemplo, quando o Governo falou em superávit de 30 bilhões, contabilizava uma CPMF que nunca veio a se tornar uma proposta real.

E nós acompanhamos aqui mais um pedaço da novela em que se transformou o PLN. Já há um reconhecimento inflacionário de 9 pontos. As pedaladas deste ano se configuram e foram, por fim, assinadas pelo Ministro Levy. Alguns membros do Governo dizem aqui que a Oposição usa o termo “pedalada” de forma pejorativa. Eu digo que a Oposição usa o termo “pedalada” de forma a enxergar a realidade. Sofre o Relator Hugo Leal uma pressão do Governo desproporcional para consertar essa lambança. Isso é lambança! E nós temos aqui os números indicando onde estão e os valores das pedaladas. Com isso, nós chegamos a 51 bilhões.

Portanto, Sr. Presidente, eu, que tenho este ano de permanência na CMO, mas a acompanho por toda uma vida, posso dizer com tranquilidade que na nossa história de permanência dentro desta Comissão jamais houve tanta trapalhada numa peça orçamentária, como agora. Esta Comissão, hoje, aprovar este PLN é um fracasso para o Brasil e uma demonstração... Para concluir, Presidente. Eu sei que tenho o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para encerrar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se esta Comissão aprovar este PLN dessa maneira, ao contrário de mandar uma mensagem de segurança para o mercado, como as pessoas pensam, vai estar mandando uma mensagem de que este Governo não tem proposta nem seriedade nas suas proposições. Portanto, eu sugiro que nós não aprovemos esse relatório do PLN 5. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Caio.

Passo a palavra para o Deputado Orlando Silva, que falará a favor do relatório.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Hugo Leal pelo relatório que fez, demonstrando o cumprimento da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e a adequação que nós fazemos à LDO neste momento. Considero, Presidente, que o Deputado Hugo Leal acerta quando inclusive leva em conta preocupações do Tribunal de Contas da União. O relatório que ele apresenta leva em conta algumas preocupações, criando espaço fiscal para que se cumpram aquelas preocupações expressas pelo Tribunal de Contas da União.

Aos brasileiros que nos acompanham, eu vou traduzir o que significa esse déficit no relatório proposto pelo Deputado Hugo Leal. Esse déficit significa o Governo abrir espaço fiscal para cumprir todos os programas de Governo e as metas previamente estabelecidas. Esse resultado fiscal é que vai garantir o Minha Casa, Minha Vida, o Bolsa Família, o FIES e uma série de outros programas previstos no plano federal.

Considero que o Deputado Hugo Leal é responsável quando registra as dificuldades da economia internacional e os seus reflexos no Brasil, a queda de receita; quando analisa a projeção do PIB e o impacto que deve ter na arrecadação final do País. Portanto, eu o cumprimento, Deputado Hugo Leal, e apoio a proposta de V.Exa.

Acho estranha a manifestação da Oposição, porque, em alguma medida, a frustração de receitas no Brasil neste ano demonstra um sucesso parcial da Oposição, que faz de tudo para atrapalhar o Brasil. a Oposição faz de tudo para bloquear o crescimento econômico do Brasil. E essa obstrução de quem não tem compromisso com o Brasil também é em função da retração da receita, da retração da economia do nosso País. Portanto, a Oposição, que é contra o Brasil, deveria celebrar, porque ela é responsável por parte das dificuldades que o nosso País atravessa.

Parabéns, Deputado Hugo Leal! Vamos adiante! Vamos votar a LDO! Vamos ajustar a LDO e cumprir com as nossas responsabilidades. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra agora ao Deputado Samuel Moreira, que falará contra o relatório.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu fico aqui analisando o papel da nossa Comissão e o papel do Parlamento, do próprio Congresso, ao avaliar e analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a principal lei a ser aprovada por este Congresso. O que nós observamos é que o Governo tem atuado de forma a não buscar a meta estabelecida. Quando se estabelece uma meta e ela é aprovada aqui, espera-se que o Governo tome atitudes para atingir essa meta. Se o Governo não tomar atitudes para atingir a meta, ela passa a ser fictícia! A meta não existe. Ela passou por esta Comissão, pelo Congresso, como se fosse uma brincadeira.

E o Governo toma atitudes que sequer respeitam a meta que nós aprovamos. Por três anos, nós estamos tendo déficits no Orçamento — por três anos consecutivos! Em 2014, tivemos 32 bilhões de déficit. Agora, em 2015, nós vamos ter 110 bilhões de déficit. Vejam que nós não estamos nem tentando corrigir as atitudes do Governo, porque elas não têm correção. Esse é um déficit financeiro. O que se está tentando aqui é chancelar o erro do Governo. Nós estamos chancelando o erro que já foi cometido.

O Governo foi buscar dinheiro em bancos! E nós estamos propondo aqui, Relator, o abatimento desse gasto do superávit da meta. É isso que V.Exa. está propondo aqui. V.Exa. está dizendo aqui que o Governo tem utilizado todos os mecanismos à sua disposição para equilibrar o Orçamento. Não é verdade! O Governo gasta! O Governo não tem coragem de conter seus gastos, não toma atitude. E nós é que temos que ficar aqui mexendo na meta. É inacreditável! Em julho, o Governo já enviou uma redução da meta de 55 bilhões, que era para 5 bilhões e 800 milhões, no dia 23. E hoje já está pulando para 110 bilhões de déficit!

Nós vamos continuar assim, como se isso fosse uma coisa absolutamente normal? Ano passado, este ano... Às vezes, eu fico pensando que talvez nós estejamos pregando no deserto. Parece que é algo absolutamente fácil, normal, gastar mais do que o que se arrecada. Depois, aumenta-se imposto, aumenta-se carga tributária. Aí, as empresas têm que pagar uma carga tributária elevada para poder produzir. Como elas têm que pagar o déficit, não têm dinheiro para

investimento. Como não têm dinheiro para investimento, não têm dinheiro para infraestrutura. As empresas, além de terem carga tributária elevada, têm uma logística ruim, uma infraestrutura ruim. É o caos do ponto de vista orçamentário! E nós aqui vamos chancelar com uma passividade que eu jamais vi. Não é que nós vamos corrigir os vários erros cometidos, porque não têm mais conserto, não têm mais correção. O que nós vamos fazer é chancelar. Eu, como Deputado, não vou chancelar! O meu voto não vai ter! E espero que não tenha o de muita gente aqui dentro. Que não tenha esse voto! Quais são as consequências disso? O Governo tem que responder por isso. Vai responder!

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal deviam vir aqui. Por que pagaram as despesas do Governo sem autorização? Como é que o dirigente de um banco pode pagar as despesas do Governo? Que facilidade! Que beleza, heim?! Banco do Brasil e Caixa Econômica não dão nenhuma resposta à sociedade. Pagam, desembolsam as despesas do Governo como se fosse tudo dinheiro do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para concluir, por gentileza, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu faço um apelo para que os Deputados criem a convicção no sentido de não aprovar o relatório. E vamos ver quais são as consequências. Nós precisamos ouvir. Os bancos foram pagando as despesas. Nós estamos criando déficits e mais déficits, e estamos tentando aqui chancelar atitudes do Governo que não podem ser chanceladas, Sr. Relator!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu vou concluir. Para concluir, realmente. Sr. Presidente, numa linguagem figurada, mais uma vez, nós não podemos estabelecer meta, o executor não mudar as suas atitudes e continuar a gastar, gastar, gastar e nós mexermos na meta. Quer dizer, a meta é que muda de comportamento e não o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Leo de Brito, para falar a favor.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ser muito breve. Primeiro, parabenizo o Relator Hugo Leal pelo relatório irretocável. Considero que esse relatório deve ser aprovado hoje na sua integralidade, pois ele leva em consideração a legalidade, a realidade concreta. Portanto, trabalha o ponto de vista da transparência das contas do Governo e das dificuldades. É o reconhecimento das dificuldades econômicas e financeiras por que passa o País neste momento.

Nós sabemos que a LDO é uma peça que trabalha com previsões. E é claro que o gestor público precisa que essas previsões se confirmem. A Presidenta Dilma fez todos os esforços que estão presentes aqui no relatório, mas infelizmente as metas relacionadas ao resultado primário não foram cumpridas. Então, esse PLN vem em boa hora exatamente para ajustar essa situação. E nesse sentido é fundamental que nós, ainda hoje, votemos esse PLN. Inclusive é uma deferência ao próprio Congresso Nacional, responsável pela aprovação das leis orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Leo de Brito.

Passo a palavra ao Deputado Mendonça Filho, que pede a palavra na condição de Líder do DEM. S.Exa. tem 5 minutos para a discussão, e falará naturalmente contra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, se estivéssemos assistindo a um filme, certamente a denominação dele seria *"Rombo Orçamentário, O Retorno"*, porque esse quadro, Deputado Hugo Leal, aconteceu no ano passado. Essa batalha que se está vendo e que está se repetindo na reunião da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional foi rigorosamente parecida com a da votação do PLN 36, Deputado Jaime, ano passado, quando o Governo ligou a motoniveladora e aprovou aqui, passando por cima da Oposição. Depois, levou para uma sessão do Congresso em que se desrespeitaram todas as regras regimentais para atenuar a situação crítica da Presidente Dilma.

Pois bem — o Governo não aprende —, em 2105 o mesmo vexame orçamentário, financeiro se repete. O mesmo quadro se repete. O Governo, mais

uma vez, vem aqui pedir perdão ao Congresso Nacional pelo descumprimento das metas. E vejam o absurdo: estamos em novembro, e a segunda quinzena de novembro já foi iniciada. Vamos votar esse projeto, se votarmos, no Congresso Nacional praticamente em dezembro, se não for em dezembro, Deputado Hugo Leal.

Quer dizer, havia uma meta traçada para ser cumprida em 2015. No final de 2015, no último mês, o Governo quer o perdão e quer alterar a meta por uma coisa "muito simples", um errinho assim de conta matemática, de vírgula. O Governo previu o superávit de 66,8 bilhões de reais, repito, 66,8 bilhões de reais, e está reconhecendo, Sr. Presidente, um déficit de praticamente 120 bilhões de reais.

Quer dizer, quando imaginamos que o Governo da Presidente Dilma e do PT é um mar de incompetência, de má gestão, de desastre fiscal, não imaginamos que pode chegar a esse nível de 66,8 para 119. Vejam a virada que se deu. São quase 190 bilhões de reais.

O Brasil é um país — eu quero aqui saudar os visitantes — que tem, como tudo se explica, uma jabuticaba também no Orçamento, porque o déficit aqui é o chamado déficit primário, que exclui a conta juros. Se formos levar em consideração o déficit real, que é como o mundo apura, aí é uma coisa realmente para nos deixar completamente envergonhados diante dos visitantes. É um déficit de 9% do PIB, de mais de 9% do PIB.

A Presidente Dilma destruiu o equilíbrio orçamentário brasileiro que foi sendo construído paulatinamente desde o Plano Real, com a sua irresponsabilidade para ganhar a eleição a todo custo. Tinha que ampliar o Bolsa Família, tinha que conceder o FIES. Mas isso só durou até o dia da eleição, porque, passada a eleição, a tesoura está funcionando. Os juros estão subindo, a inflação batendo dois dígitos, 10% ao ano, e os programas sociais estão sendo cortados, penalizando a população pobre do Brasil, a população que acreditava em programas como o FIES e que hoje está sacrificada e sem acesso, porque tudo foi enganação, enrolação, embromação.

Esta é a tática do Governo: enganar, embromar, mentir perante o povo brasileiro. E aí o Governo faz um apelo para que a Oposição coopere, ajude. Não terá nossa ajuda. Esse PLN 5, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, se passar, vai passar atropelando mais uma vez a Oposição. Esse Governo tem que aprender. Não é possível!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aí a Presidente comprometida legalmente, juridicamente. Ela está completamente impedida. Qualquer estudante de Direito a enquadra na característica de *impeachment.* Só faltam as condições políticas, que eu até espero que o PMDB ofereça. No congresso de hoje, o partido estava lá discutindo e falando sobre o Vice-Presidente Michel Temer. Mas, independente de qualquer coisa, o que eu quero dizer é que isso é um escárnio, isso é uma desmoralização. Este Congresso tem que ser respeitado!

E quero fazer um alerta final, Sr. Presidente, pedindo um pouco da sua paciência. Quero dizer que o Tribunal de Contas da União está recebendo apelos do Governo Federal, do Ministério da Fazenda para pactuar um parcelamento daquilo que foi financiado ilegalmente pelos bancos oficiais — BNDES, Caixa, Banco do Brasil — ao Tesouro Nacional. Isso é absurdo, isso é ilegal! O TCU não tem essa atribuição de fazer pactuação de coisa alguma. Quem tem a atribuição é o Congresso Nacional. O que não passa aqui o Executivo não tem autorização para parcelar, para repactuar.

O Governo tem que honrar seus compromissos dentro do Orçamento de 2015. Se não honrar, está descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal pelo segundo ano consecutivo, mais uma vez dando base aos argumentos em favor do *impeachment*, porque desrespeita a Constituição Federal. São esses os argumentos que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Mendonça Filho.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Pompeo de Mattos para falar a favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A fala como Líder não pode ser contada como registro de fala a favor ou contra, não, viu, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, eu quero primeiramente reconhecer o esforço do Relator, o Deputado Hugo Leal, pelo seu relatório profundo, amplo, abrangente, eu diria assim, inteligente, consistente e muito bem elaborado, até porque a matéria não é simples, não é fácil. É uma matéria complexa, tem uma magnitude de significado e uma controvérsia bastante importante.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu já fui Prefeito. Quem foi Prefeito também já foi gestor e naturalmente administrou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Queria pedir a gentileza de fazerem silêncio. Nós estamos interrompendo a palavra do orador inscrito.

Pois não. Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado, Sr. Presidente.

Na verdade, quem já foi administrador, sob a égide de um orçamento, tem bem clara a compreensão do significado de um orçamento. E nós todos aqui no Parlamento sabemos também. Tendo o Orçamento superávit, nós vamos buscar uma suplementação para gastar o dinheiro arrecadado a mais. Se o Orçamento for deficitário, ou seja, se não for implementada a receita na forma prevista, nós vamos ter um déficit e naturalmente vamos ter que fazer as correções, as revisões e os ajustes. É da natureza da matéria.

Ninguém está inventando isso. Nós não estamos reinventando a roda. Isso todos os Prefeitos fizeram no País, isso todos os Governadores de todos os partidos, de todos os matizes fizeram no País e todos os Presidentes do Brasil o fizeram também. Nós não estamos inventando coisa aqui, e eu absolutamente não vou não entrar nessa ciranda, até porque eu tenho responsabilidade comigo mesmo e com a minha trajetória.

A população brasileira precisa compreender isso para poder entender esse que é o imbróglio. O debate está contaminado por conta da vontade que alguns têm do *impeachment* da Presidente Dilma. Uma coisa é o desejo político do *impeachment*; outra coisa é a questão técnica do Orçamento.

Eu vou tratar aqui da questão técnica orçamentária. Sim, se houvesse dinheiro a mais, viria a suplementação, nós iriamos gastar e ficaríamos faceiros. Como há um déficit, um recurso a menos, nós vamos ter que fazer os ajustes, vamos ter que fazer naturalmente os cortes. É preciso fazer supressões e é isso o que está se fazendo com o PLN 5. Aliás, isso não é nenhuma novidade, Deputado Hugo Leal.

Repare que a Lei de Responsabilidade Fiscal — e eu estava aqui, porque embora tenha ficado 4 anos fora, estou no Parlamento já há 13 anos — foi criada lá em 2000. No ano de 2001, Srs. Deputados, foi feita a alteração de meta fiscal. Quem

era o Governo e quem era o Presidente? S.Exa. o Sr. Fernando Henrique Cardoso. E querem algo pior? Não foi esta Casa que fez direto. Sabe como se fez? Foi por medida provisória. Claro, depois esta Casa aprovou, é verdade. Mas o Presidente o fez por decreto. É verdade que podia, a lei permitia.

Então, não vamos tapar o sol com a peneira. Uma coisa é o que eu quero, outra coisa é o que eu quero que o outro faça. Quero para mim, não quero para o outro. Faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Nós estamos nesse regramento. É um equívoco.

Depois disso, houve também nos outros governos essas correções, essas adequações. Mas para isso o Congresso Nacional é autônomo. Vem para cá, debate-se, discute-se, decide-se e não há receita! É preciso fazer um encontro de contas. Aliás, Sr. Presidente, é o que a Presidente Dilma está propondo. Ela não está escondendo nada de ninguém. Ela está dizendo que há um déficit. Havia previsão de superávit? Havia, mas não deu. Vamos morrer por causa disso? Não, vamos enfrentar o problema com clareza.

Volto a repetir: uma coisa é o que eu quero; outra coisa é o que eu posso. Quanto eu posso daquilo que eu quero? A lei vem para esclarecer. E nós temos um diagnóstico. É claro que há um déficit. Como tal, é preciso haver uma supressão. Então, nós temos agora que estabelecer o prognóstico. Qual é o tratamento? Adequação — o remédio é esse — da Lei Orçamentária nos moldes de como se comportou a arrecadação para que nós possamos fechar a conta.

Agora o que me parece que alguns querem é que não haja adequação, para que a Presidente incorra em crime de responsabilidade fiscal e, com isso, esteja sujeita ao *impeachment*. Mas isso é uma coisa insana. Nós temos que tratar a coisa com responsabilidade, porque nós também temos responsabilidade. E é essa a saída, porque nós não podemos ficar aqui assim, Sr. Presidente. Se correr o bicho pega, se parar o bicho come.

Eu concluo, Sr. Presidente, em 30 segundos, dizendo a V.Exa. com muita tranquilidade que nós vamos votar com muita responsabilidade. Teremos responsabilidade social, fiscal, política, responsabilidade com a Nação brasileira. Falam em pedalada, mas olhem aqui: Dilma pedalou; Lula pedalou; Fernando Henrique Cardoso pedalou; Fernando Collor de Mello pedalou; Itamar Franco

pedalou; Sarney pedalou; até Getúlio Vargas pedalou. Então, se nós formos considerar as pedaladas, vai faltar pedal de tanta pedalada que foi dada.

O que nós precisamos, Sr. Presidente, é adequar o nosso Orçamento à realidade fiscal para melhorar as contas do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Danilo Forte para falar contra, suponho — eu não tenho mais certeza. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. tem o dom da adivinhação. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha querida Senadora Rose de Freitas, Presidente desta nobre Comissão, há uma frase do Presidente Lula da qual eu gosto muito. Essa frase é muito parecida com o que, na educação que me deu, me dizia lá em casa minha mãe, uma valente e corajosa mulher nordestina que este ano faz 100 anos e está lúcida, graças a Deus.

Ela gostava de dizer que não merece respeito quem não se dá respeito. Se nós não nos damos respeito, não merecemos o reconhecimento por aquilo que fazemos. E o Presidente Lula também gostava muito de dizer isso e ainda dizia mais: quando se chega a uma casa cujo dono está bêbado, deitado no chão, e a dona da casa está na rua, essa família toda é desrespeitada.

Aqui o que eu estou vendo hoje é exatamente a construção daquilo que as ruas já têm dito nas suas diversas manifestações: que os políticos brasileiros não merecem respeito. Não merecem respeito por quê? Porque fazem as leis, e as mesmas leis que são feitas são desfeitas posteriormente por outra legislação para encobrir o erro daqueles que tinham a obrigação de executá-las.

Todos nós sabemos que, se um Prefeito faz um malfeito hoje, o Ministério Público é muito rigoroso. Milhares hoje estão aí penando nas barras de tribunais e alguns deles até em cadeias públicas pela malversação ou pela má administração

dos seus Municípios. E, quando se usa do artifício do poder de mando do Poder Executivo para ignorar a legislação, ignorar o Parlamento, ignorar os parâmetros legais da sua responsabilidade, está se desfazendo exatamente aquilo que é base na Constituição da República, exatamente o Poder Legislativo, que tem a obrigação de fazer a mais importante lei, que é a Lei Orçamentária.

Todos nós sabemos, o Brasil todo sabe que a Lei Orçamentária brasileira vem sendo descumprida. Ela vem sendo descumprida não só na necessidade dos ajustes do ponto de vista orçamentário, os quais podem até ser feitos em alguns momentos, mas vem sendo descumprida na usurpação do poder, quando se retiram recursos dos fundos dos trabalhadores, como é o caso do FGTS, levantado pelo Deputado Pauderney Avelino.

A retirada de recursos desses fundos é feita sem autorização legal. Trata-se de um patrimônio que não pertence ao Governo nem ao Orçamento da União, mas que pertence aos trabalhadores constituídos naqueles fundos exatamente para financiar programa do próprio Governo, sem autorização sequer da Comissão Mista de Orçamento, muito menos do Parlamento. A mesma coisa se repete com o FAT e o BNDES. Sabemos que só pode ser executada qualquer modificação no itinerário dos investimentos desses recursos desse fundo com autorização legal.

Tente o Presidente do BNDES, tente a Presidenta da Caixa Econômica, tente um Ministro de Estado fazer qualquer remoção sem o abrigo do apoio do Presidente da República. Automaticamente estará sendo responsabilizado por improbidade administrativa. Sabe-se lá, por melhor que seja a intenção, se não tem que responder nas barras de um tribunal ou até mesmo cumprindo cadeia diante do ato que foi feito, sem a devida autorização legal, conforme a Constituição Brasileira. E o que esta Comissão está planejando fazer aqui hoje demonstra exatamente a falácia do seu papel institucional, exatamente a negação do trabalho que nós Deputados devemos ter na obrigação de fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos no País.

Isso é uma verdadeira desmoralização! Nós acompanhamos as ruas, acompanhamos a indignação da sociedade brasileira, que está num crescente muito grande contra a classe política. E, se todos se misturam numa mesma ação, todos

vão pagar um preço muito caro por essa irresponsabilidade legislativa que está querendo se cometer aqui, agora, votando matérias que não podem ser votadas.

O Relator Hugo Leal sabe muito bem que nós não podemos autorizar aqui uma liberação de recursos do FAT ou do FGTS sem a devida lei que autorize. Inclusive contra isso cabe recurso judicial no Supremo Tribunal Federal, na medida em que nós não podemos usurpar uma lei anteriormente estabelecida por esta própria Casa, por este próprio Poder.

Então, diante disso, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, aqueles que ainda têm a preocupação de honrar a política, de honrar o seu mandato e honrar o exercício parlamentar, que é de fundamental importância no sustentáculo da República, que tenham uma preocupação com a sua própria biografia.

Não nos deixemos levar nem pelos favores momentâneos que o Governo pode oferecer através da distribuição de cargos públicos nem pela perspectiva futura de melhorias com relação a liberações de recursos, porque nós sabemos, inclusive por meio de uma notícia muito ruim de hoje, que, consecutivamente desde 2003, o mês de outubro foi o de menor arrecadação por parte do Governo Federal.

Se nós queremos resolver o problema do Brasil, precisamos recuperar a credibilidade na política. Se nós queremos resolver o problema do Governo, precisamos recuperar a credibilidade nas ações governamentais e não ampliarmos os espaços para as pedaladas e para a malversação dos recursos públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Passo a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu queria aqui, Sr. Presidente, parabenizar o Deputado Hugo Leal, dizer que tem sido realmente leal aos desafios do povo brasileiro e, portanto, esse PLN 5 não pode configurar mais uma luta política em curso no Brasil, uma luta já superada em curso no Brasil, uma luta já superada com as eleições de 2014.

Portanto, eu vou votar favorável ao PLN 5 e peço, Sr. Presidente, que aceleremos as discussões, porque nós precisamos votar essa matéria tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Wadson Ribeiro.

Passo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba, próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu vejo que, no momento que o Brasil está passando, temos que ter coerência, temos que pensar no País. Qualquer investidor precisa ver a união e nós precisamos fazer o nosso papel aqui no Congresso Nacional.

Quero parabenizar o Deputado Hugo Leal pelo trabalho que fez, pela coerência que teve, pela sabedoria que buscou para fazer esse relatório. Parabéns, Deputado Hugo Leal!

E acho também que toda nossa Comissão tem que estar unida pensando no Brasil. Nós não estamos pensando na Presidenta Dilma, estamos pensando no Brasil, porque o Brasil não é da Presidenta Dilma, o Brasil é dos brasileiros.

Por isso, nós temos que votar a favor desse relatório para começar a mudar tudo isso e dar uma luz a todo o povo brasileiro, para o Brasil a andar para a frente.

Eu voto a favor desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Nilton Capixaba.

Passo a palavra à Deputada Gorete Pereira, próxima inscrita.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria também de começar minhas palavras parabenizando o nosso Relator Deputado Hugo Leal. Todos nós sabemos aqui que estamos em momento de ajuste. Para isso, se está voltando no Congresso Nacional matérias para ajustar o Brasil. Os discursos aqui da Oposição são os mesmos feitos no plenário. Escutamos as mesmas coisas. Até como dona de casa, se temos uma meta de pagamento e um filho adoece, saímos totalmente da meta.

O Brasil teve um crescimento social enorme. Nós sabemos que foi baseado esse crescimento social também em coisas duráveis. Todas as pessoas que tiveram direito ao FIES estão aí colaborando pelo engrandecimento do Brasil. São médicos, engenheiros, advogados. Se hoje diminuiu o recurso do FIES... Quem recebeu também Minha Casa, Minha Vida saiu do aluguel. Houve todo esse crescimento social. Então, o período é de ajuste.

Eu parabenizo o Deputado Hugo Leal. Acho que nós devemos votar rapidamente o PLN 5, que foi o melhor que se pôde fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador Valdir Raupp está ausente.

Tem a palavra o Sr. Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Quero só parabenizar a nossa Presidenta e o nosso Relator Hugo Leal. Esse é o relatório possível, neste momento. Como Vice-Líder do Governo, estou muito satisfeito e feliz pelo encaminhamento que o nosso Governo fez aqui, exatameante o que o Deputado Hugo Leal está acatando com suas emendas e propostas de relatório.

Vamos ao voto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, parabenizo o nosso Relator pelo relatório sintonizado com o momento econômico em que o Brasil vive.

Infelizmente, a Oposição não abandona o sonho do *impeachment.* Nossa Presidenta foi eleita em outubro, tomou posse em janerio, já estamos terminando o ano, e eles continuam aqui pregando o *impeachment* na Comissão de Orçamento.

Tenho certeza de que os cortes seriam grandes se o Aécio Neves tivesse sido Presidente da República. Acabaria com o Bolsa Família, com Minha Casa, Minha Vica, com Mais Médicos, com Ciência Sem Fronteiras.

Portanto, estamos aqui fazendo aquilo que a maioria do povo brasileiro quer: colocar o Brasil para a frente.

Parabéns, Relator!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Deputado Domingos Sávio.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Ele estava inscrito?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se a nobre Deputada não se opuser, eu vou fazer a leitura do voto em separado que protocolei e comuniquei à Mesa antes do início da discussão — está aqui registrado o horário, inclusive — por discordar do relatório.

Eu faço, preliminarmente, apenas uma breve observação. Tentam aqui desqualificar o debate da Oposição. Alguns colegas vêm com algumas justificativas para o País, para votar a favor. Eu quero crer que são pessoas esclarecidas e talvez estejam apenas querendo justificar para o País, porque não é possível que não tenham entendido o que estamos votando. Não estamos votando nenhum corte aqui, nenhum corte de nenhuma despesa. É curioso como se vê Parlamentares experientes dizerem: *"Olha, tem de cortar. Nós estamos cumprindo o nosso dever".*

Não é nada disso! O Governo mandou para cá o PLN 5, em meados deste ano, mudando a meta de superávit, que era de 51 bilhões — era a meta específica do Governo Federal, sem considerar a dos Estados e Municípios —, naquele primeiro momento, reduzindo para uma meta ainda superavitária de um pouco mais de 8 bilhões. O Relator, de maneira dedicada — e não podemos deixar de reconhecer isso — debateu com o Ministério do Planejamento para verificar se era isso mesmo.

Para surpresa geral, poucos dias depois o Ministério do Planejamento mandou outra correspondência ao Relator, propondo, aí, sim, um déficit de 51 bilhões de reais e mais um adendo de que ele deveria deduzir não do superávit, do déficit, ou seja acrescentar ao déficit tudo aquilo que o Governo viesse a pagar das então pedaladas.

Aliás, foi dito aqui que Fernando Henrique Cardoso fez, que o Lula fez, que D. Pedro I fez. Só se foi justamente no processo esportivo de usar o veículo cíclico, a bicicleta, porque a maquiagem de colocar 57 bilhões de reais de bancos públicos, do FGTS para ser gasto, sem autorização orçamentária, ferindo a Constituição, nenhum outro Governo fez. Foi tão somente por isso que o Tribunal de Contas julgou e condenou as contas de 2014.

Em 2014, nós votamos o PLN 36. Ele não impediu que as contas fossem rejeitadas. Eu inicio dizendo que votar o PLN 5 não vai impedir que haja rejeição das contas de 2015, porque houve, sim, pedaladas em 2015 e tomada de recursos, de empréstimos no BNDES, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, no FGTS. Isso está documentado com o ofício que veio do Ministério do Planejamento. Aliás, é uma página nova de maior transparência. Já cumprimentei a Presidenta e cumprimentei o Relator por estarem trazendo um debate da realidade aqui para esta

Comissão. Estamos falando agora de um déficit real que chega à casa de quase 120 bilhões de reais. Então, não vamos tratar isso como algo da absoluta normalidade. Estamos agora cortando gastos. Chegou um até a dizer: *"Se fosse o Aécio, tinha era cortado o Bolsa Família".* Como se o Bolsa Família fosse responsável por isso.

Aliás, eu vejo que é a imprensa que está subordinada ou desinformada. Como eu creio que boa imprensa não é desinformada, a parte da imprensa que continua repercutindo a mentira de que esse déficit de 57 bilhões com entidades, com instituições financeiras públicas e FGTS é para pagar Bolsa Família vai perder a credibilidade enquanto imprensa. Esses 57 bilhões não têm nem 10% relacionado com Bolsa Família. Mais de 50 bilhões é BNDES, é Banco do Brasil, são outras ações que não têm nada a ver com programa social. É dinheiro para os ricos! É dinheiro para os... Bom, o Deputado Zeca Dirceu acha que é setor produtivo.

Aliás, hoje estava aqui o setor produtivo chamado Eike Batista. É um deles! O setor produtivo estava na CPI aqui, que abocanha dinheiro do BNDES, subsidiado. Estava aqui o setor produtivo que o PT gosta.

Então, eu fiz um voto em separado, Presidente, porque eu não concordo. Eu concordo com o trabalho, com a dedicação do Relator. Concordo que nós temos que chamar para a realidade os números verdadeiros. O Brasil fecha o ano de 2015 com déficit da ordem de 120 bilhões de reais...

(O microfone é desligado.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Preciso pelo menos fazer a leitura rápida do meu voto, que regimentalmente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, Sr. Líder, que V.Exa. deixasse a Mesa arbitrar sobre o andamento da votação.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Presidenta.

Eu vou ser objetivo. Vou ler a conclusão do voto e o substitutivo, que é muito objetivo, porque regimentalmente, até para que não fique aflorando impaciência, eu usei 5 minutos para discutir e eu apresento um voto em separado. Isso o Regimento me faculta. Eu não estou fazendo nada além do que o Regimento me permite, para que os nobres colegas possam avaliar se votam comigo. Eu faço inicialmente, por questão de justiça...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode dizer quantas páginas tem esse voto?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu não lerei todas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu farei a leitura da conclusão. Veja bem, eu quero, por uma questão de justiça...

(Não identificado) - Mas nós precisamos conhecer o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero entender... Um minuto, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois não, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero entender...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Foi feito um acordo aqui com o tempo de cada Parlamentar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos os acordos feitos até agora foram cumpridos. Não temos que nos exasperar. Se uma das pessoas que nos ajudam a fazer andar esta Comissão faz acordo, e todos são respeitados. Se quiser acrescentar alguma coisa, eu voto. Não vão ser 2 ou 3 minutos que vão mudar a nossa realidade.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, quero inicialmente fazer justiça. Esse voto em separado foi originalmente apresentado pela Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas, que se debruçou sobre a matéria, apresentou um voto muito bem construído. Ela teve que se ausentar. Como eu não poderia simplesmente subscrever — o Regimento requer que cada voto seja do seu respectivamente autor —, com a concordância dela e também da Liderança do Democratas, em tempo hábil para poder me inscrever, eu fiz a subscrição do voto em separado, de que eu faço de forma objetiva a leitura.

Voto em separado da Comissão Mista de Planos e Orçamentos ao PL nº 5, de 2 de janeiro de 2015. Autor do PL é o Poder Executivo, Relator Deputado Hugo Leal. Voto em separado: Deputado Domingos Sávio, com a ressalva que já fiz da autoria da Deputada Dorinha.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório.

Trata-se de Projeto de Lei nº 5, de 22 de julho de 2015, que altera os dispositivos da mencionada Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015. No mérito, o projeto pretende alterar a meta de resultado primário para o exercício de 2015.

Uma meta fixada originalmente em 55 bilhões, 279 milhões de reais para o Governo Federal e que, com as alterações apresentadas chega a este momento a um déficit de 117, 9 bilhões.

Relatório.

A nosso ver, o referido projeto, ao estabelecer uma mudança tão profunda da meta, contraria profundamente os interesses da busca do equilíbrio fiscal para o nosso País. Ele, tão somente, tenta legalizar o crime de responsabilidade fiscal cometido com relação ao não cumprimento da meta.

A meta foi — lembre-se aqui — apresentada pelo próprio Governo. O projeto original de Lei de Diretrizes Orçamentárias votado nesta Casa foi do próprio Governo. Detém o Governo a possibilidade de apresentar o projeto, de administrar as receitas e, se ele não cumpre as metas fixadas, ele incide em crime de responsabilidade fiscal, porque leva o País às dificuldades que hoje são de conhecimento de todos.

Diante disso, nós apresentamos um substitutivo, portanto, rejeitando o projeto do Governo, e, com substitutivo, entra o aspecto central. Nós pretendemos que o Governo pague aos bancos públicos aquilo que tomou, indevidamente, dentro do ano de 2015. Esse, sim, é o equilíbrio fiscal de que a Nação precisa.

"Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5, de 2015.

Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

Art. 1º. A Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

§ 7º..."

Portanto, nós acrescentamos um § 7º; não mudamos meta e, no § 7º, estabelecemos o seguinte:

> *"§ 7º Deverá ser pago no exercício de 2015 o montante mínimo de 57 bilhões e 13 milhões de reais à integralidade da dívida apurada referente aos passivos e valores devidos:*
>
> *a) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, em razão do que estabelece a Lei Complementar nº 110, de 2001;*
>
> *b) ao* FGTS *nos termos que dispõe o art. 82-A da Lei nº 11.977, de 2009;*
>
> *c) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei nº 12.096, de 2009, apurados até o final do primeiro trimestre de 2014, correspondente aos períodos anteriores ao segundo trimestre do corrente ano;*
>
> *d) ao Banco do Brasil relativos aos itens "Tesouro Nacional - Equalização de Taxas - Safra Agrícola - Crédito" e "Títulos a Receber do Tesouro Nacional", inclusive os valores devidos referentes ao segundo semestre de 2014 e ao primeiro semestre de 2015; e*
>
> *e) à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados e eventuais empréstimos realizados. (NR).*
>
> *Sala das Comissões, 17 de novembro de 2015. Deputado Domingos Sávio."*

É este o voto em separado que apresentamos. Entendemos que este, sim, serve ao interesse nacional, porque coloca as coisas nos devidos lugares. Mantém-se a meta, estabelece-se que o Governo tem que pagar aos bancos públicos e ao Fundo de Garantia, porque ele está se apossando do dinheiro dos trabalhadores

sem autorização legal, o que coloca em risco o patrimônio dos trabalhadores brasileiros — que é o Fundo de Garantia.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar ao processo de votação.

Eu quero só lembrar a V.Exa. que aqui tudo é garantido pelo processo democrático, mas nós, daqui a pouco, entraremos no processo de votação na Câmara dos Deputados. Portanto, nós estamos dentro do tempo que foi permitido pelo Presidente para que pudéssemos realizar a sessão. Sem querer atrapalhar o trabalho de V.Exa., peço a compreensão de todos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me, eu não compreendi. Ele falou que queria encaminhar? É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só expliquei, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, eu também entendo que haja a discussão e que haja o encaminhamento. Agora, não há previsão de discutirmos o voto contrário?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não existe essa premissa no Regimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O voto é individual, intrasferível e sem avaliação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Depois, será votado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E sem avaliação.

Vamos passar ao processo de votação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pedi só um esclarecimento, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu dou a palavra para V.Exa. encaminhar, por 2 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas, Sra. Presidente, como é que vai ser o procedimento do encaminhamento? Vai haver encaminhamento a favor e contra?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem quiser fazer o uso da palavra. Não há obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Para encaminhar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o Líder que encaminha. Por favor, com a palavra, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - A Lei de Responsabilidade Fiscal cumpriu um papel parcialmente positivo. Parcialmente, porque não teve ela uma dimensão que é a mais importante, aquela que não atende aos interesses financeiros: a responsabilidade social.

Então, o que se vê é gente morrendo nas portas dos hospitais, é o Ministério Público sendo procurado e a Justiça acionada para se garantir remédios para doenças degenerativas, como câncer e outras doenças.

O que se vê são Prefeitos e Governadores, muitas vezes, burlando a própria decisão da Justiça, com medo de responderem aos Tribunais de Contas pelo não cumprimento de uma lei — que é rigorosa quando se trata do equilíbrio baseado na receita do Consenso de Washington, mas totalmente irresponsável com o povo brasileiro quando trata de garantir os direitos fundamentais à vida.

O Governo e o PT têm responsabilidade por terem aderido a essa tese. Então, a Presidenta, nesse sentido, assume culpa ao assumir, historicamente, esta tese de que é necessário ter responsabilidade apenas com o equilíbrio fiscal, sem que o centro das atenções seja a vida, a dignidade humana. Por isso, eu vou concluir, dizendo: nós devemos ser coerentes — eu concluo com isso. Vou concluir, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - A coerência que se exige aqui é que, para além do discurso que fala entre 40, 50, 100 ou 120 de déficit por conta das pedaladas — que são reais por conta da lei das responsabilidades, assumida pelo Governo como correta —, discuta-se o desequilíbrio permanente e incalculável imposto pelo sistema da dívida.

Só. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

Depois, mais um Parlamentar vai falar contra e mais um a favor.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, para falar a favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Encaminho o voto favorável, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não havendo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, para falar contrário.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta... Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, para falar contrário.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidenta, quero fazer uma questão de ordem.

Nós demos entrada numa contestação fundamentada no art. 48, § 1º.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esclareço a V.Exa. que já encaminhei a contestação e que ela está sendo analisada pela equipe técnica, que vai trazê-la ao plenário.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Porque V.Exa. anunciou o encaminhamento da votação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não prejudica a contestação. Não prejudica.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Mas tem que ser preliminarmente ao início da votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vai ser. Vai ser.

Concedo a palavra ao...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. vai encaminhar contra?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pela ordem, eu queria encaminhar, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, para encaminhar contra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num momento bastante especial. Esta Comissão pode deliberar aquilo que ela já deliberou lá atrás — que é ter uma meta construída, fixa, e que o Governo teria que ter tido atitudes para cumpri-la — ou pode chancelar as atitudes do Governo. Veja, não irá corrigir os erros. Os erros já foram cometidos e serão motivos e objetos de punições, porque são erros graves.

Nós podemos chancelar esses erros, ser cúmplices desses erros, dizer que nós concordamos com esses erros ou nós podemos manter o que já decidimos lá atrás e que não foi um pequeno erro. Não é que se chegou perto da meta, não é que houve fatores externos que prejudicaram atingir a meta. Foram erros graves de comportamento. Gastou-se demais.

Vejam o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior — FIES, vejam os programas: o Governo gastou demais. O Governo gasta muito mais do que se arrecada e nós achamos que está tudo bem.

Portanto, esta é a oportunidade de dizer ao Governo: é preciso mudar o comportamento. Nós tivemos um déficit de 32 bilhões, em 2014.

Em 2014, foi 32 bilhões de déficit. É de 110 bilhões agora, 120 bilhões em 2015. E a Presidenta manda para o Congresso um orçamento para 2016 com menos 30,5 bilhões de déficit. É incrível!

Portanto, eu faço um apelo aos Deputados para que votem contra esse relatório. Contra. Esta é a nossa posição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Carlos Henrique Gaguim vai falar a favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidenta, o PMDB vota “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém quer fazer alguma questão?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero, Presidente! Eu quero, Presidente!

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu quero votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Queremos votar. V.Exa. já usou a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. já está em condições?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou; e o senhor, está?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se V.Exa. está pronta para votar, eu só queria agradecer a condução dos trabalhos que a senhora está fazendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Vamos passar à votação.

Antes, eu vou ler o parecer da contestação, que está chegando ao plenário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidenta, o PSDB encaminha "não".

(Não identificado) - Nossa Senadora do PMDB sempre esteve pronta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso é muito bom.

Falta 1 minuto apenas para que a contestação possa ser lida preliminarmente antes da votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era exatamente esse minuto que eu ia preencher, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não quer democraticamente deixar que o Deputado atrás de V.Exa. preencha esse minuto?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para mim vai ser um prazer enorme se outro Deputado falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Falando pelo Partido Progressista, eu reconheço a boa vontade e a intenção do nosso Relator, como também sei que as metas não foram atingidas em consequência da falta de arrecadação.

Por isso, eu voto a favor do relatório de Hugo Leal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Inaudível)* da contestação. São duas páginas. Fazem questão que eu leia todo ele?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presidenta, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só a decisão.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presidenta, para encaminhar a contestação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há previsão para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não existe isso regimentalmente.

"Contestação.

A autorização para abatimento da meta de resultado primário de despesas relacionadas no texto da LDO não dispensa a observância de todos os procedimentos legais e constitucionais para a realização de despesa pública, sendo o primeiro deles a devida previsão no texto da Lei Orçamentária.

O texto constante do Substitutivo do PLN 5, de 2015, cria a faculdade de abatimento da meta realizada desde que a despesa tenha sido efetivamente paga, sempre observando todos os requisitos legais.

Desde 2005, por exemplo, as LDOs preveem a possibilidade de dedução de despesas do Programa de Aceleração do Crescimento do cômputo da meta. Para tanto, sempre foi necessário que a despesa estivesse consignada no orçamento e seus créditos adicionais."

Diante do exposto, indeferimos a contestação.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, quero recorrer da decisão de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode recorrer ao Plenário.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Eu quero recorrer ao Plenário, com fundamento no art. 15, parágrafo único, do Regimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k. Pode recorrer.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado apresenta o recurso e eu o coloco em votação.

Em votação o recurso apresentado na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para encaminhar, Presidente, o recurso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há previsão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A contestação já foi o encaminhamento da matéria, e não há previsão regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas qualquer votação não tem encaminhamento, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nesse caso não. Por favor...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Mas como é que eu vou fundamentar? Como vão poder votar a favor do meu recurso se eu não encaminhar, sem eu fundamentar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já o fez. Quer que leia?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Todo mundo ouviu o recurso, conheceu o recurso.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Ninguém nem ouviu. A minha contestação foi indeferida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou ler a contestação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Se eu não encaminhar o recurso, como é que o pessoal vai poder votar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi apresentada. Eu estou esperando apenas que a assessoria me entregue.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, o encaminhamento é regimental por se tratar de votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi apresentada... Aqui. Vou ter dificuldade de lê-la com a letra...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Eu posso ler, Presidente, se for o caso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada pela gentileza.

> *"Nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, apresento esta contestação referente ao substitutivo apresentado pelo Deputado Hugo Leal ao PLN nº 5, de 2015, de autoria do Poder Executivo.*
>
> *A Constituição Federal, no art. 167, incisos II, III e V, veda a realização de despesas sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."*

O que diz a contestação é que o substitutivo do Relator faz menção a duas despesas não disciplinadas por lei anteriormente, conforme obrigação constitucional.

> *"O valor proposto pelo Relator é referente aos abatimentos da dívida apurada pelo TCU, incluída a despesa já realizada, que deveria ser previamente aprovada por projeto de lei."*

Aí ele cita dois pontos: passivo da União junto ao Fundo de Garantia, 10,9 bilhões de reais; e valores descritos pelo Tesouro ao BNDES a título de equalização da taxa de juros, 14,7 bilhões.

Esse termo está assinado por V.Exa. e outros. Pede deferimento da presente contestação.

O que foi lido foi o parecer pelo indeferimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presidente, no recurso eu queria apenas fundamentar que V.Exa. não...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Eu dou 2 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, mas não há discussão sobre o assunto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, ele quer fundamentar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Requerimento não tem discussão.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não é requerimento; é recurso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já está gastando 30 segundos do seu tempo. V.Exa. tem 2 minutos para contestar.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presidente, V.Exa. não pode discricionariamente rejeitar o recurso sob qualquer motivo. O Regimento prevê as hipóteses da rejeição, que estão estabelecidas no § 4º. Diz o seguinte: *"O Presidente indeferirá liminarmente a contestação que não atender ao disposto neste artigo ou que tenha por objeto matéria já apreciada pela CMO"*. Nós não apreciamos isso na CMO, é claro, nem tem o que não está disposto.

V.Exa. não explicitou, no indeferimento, as razões pelas quais, atendendo ao § 4º do Regimento Interno, indefere liminarmente o artigo. Eu não vejo como esta Casa não atender ao que está disposto na contestação, que é excluir...

A CMO está rasgando a Constituição, está rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal e está dando uma anistia para o Governo fazer qualquer coisa.

Nós chegamos ao final do ano de 2015 para alterar as diretrizes orçamentárias, a Lei Orçamentária de 2015, mudando completamente e anistiando a Presidente de um crime de responsabilidade que é cometido e que está bastante claro. Quando fazemos a contestação, com fundamento na própria Constituição, de questões que precisavam ser delegadas por lei, no mínimo o PLN teria que vir, dizendo que duas leis teriam que ser feitas — o diagnóstico do Relator está correto, mas duas leis teriam que ser feitas — para consertar. Não há lei autorizativa que permita à Presidente, que permita ao Governo fazer do jeito que foi feito, e nós simplesmente anistiarmos.

Portanto, eu entendo que é procedente a contestação e rogo pela independência desta Comissão, do Parlamento. Peço aos meus pares na Comissão Mista de Orçamento que hajam por bem acolher o nosso recurso no sentido de dar provimento, para que seja acolhida a nossa contestação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Eu só quero esclarecer ao Plenário com um pouco de tranquilidade que essa violação que V.Exa. cita na contestação não aconteceu, conforme o art. 167 da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Constituição. É baseado no parecer técnico e baseado nos pareceres constitucionais.

Portanto, eu quero dizer que não houve, de maneira nenhuma... O parecer está aqui, vamos colocá-lo, para que todos leiam, no nosso instrumento eletrônico. Não violou nenhum artigo constitucional, sobretudo o art. 167, que fala sobre isso.

Vamos ao recurso do Deputado, que é para que o Plenário opine.

Aqueles que forem a favor do recurso se manifestem; os que não forem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

São a favor do recurso o Deputado Danilo, o Deputado Moreira, a Deputada Dorinha, o Deputado Caio, o Deputado Domingos, o Deputado Wadson, o Deputado Leopoldo.

Foi rejeitado o recurso pelo Plenário.

Nós passamos ao processo de votação.

O relatório do Deputado Hugo Leal...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou ouvindo.

Deputado, o senhor já foi Relator desta Comissão, conhece o Regimento.

Pois não. Vamos passar à votação. O Deputado Hugo Leal pede 30 segundos, mas já estaríamos em processo em votação. Pois não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Desejo apenas fazer uma justificativa, Sra. Presidente. Eu quero repetir que não houve nenhum tipo de pressão; eu não fui conduzido. Tudo o que está relatado nesse voto corresponde à realidade; corresponde ao que nós estamos vivendo, infelizmente. É óbvio que ninguém gostaria de dar uma notícia dessa natureza.

Eu quero registrar o trabalho que foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, por intermédio do Ministro Nelson Barbosa e do Secretário Executivo Dyogo; e também pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Ministro Joaquim Levy e do Secretário Executivo Tarcísio e mais do Marcelo Saintive, que já esteve nesta Comissão explicando exatamente a realidade que estamos enfrentando.

Aqui há a possibilidade de nós trabalharmos com tudo o que foi possível — essa é a realidade. Se não houvesse mais possibilidade de contingenciamento para

que não pudesse influenciar nas questões do crescimento do País, eu não teria aceitado o encargo de relatar esta matéria.

Com tranquilidade, peço a aprovação do voto.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação o relatório do Deputado Hugo Leal.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Houve voto contrário de Deputado Caio Narcio, da Deputada Dorinha, do Deputado Samuel Moreira, do Deputado Danilo Forte, do Deputado Domingos Sávio, do Deputado Elmar Nascimento e do Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, peço verificação.

É o relatório, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. viu que eu falei errado àquela hora, mas já corrigi. Perdoe-me.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

(Não identificado) - Peço verificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Peço verificação conjunta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. já declarou o resultado, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quase não consigo nem colocar em votação...

(Não identificado) - Já está em votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu insisto. Em votação.

Aprovado na Câmara, vai ao Senado Federal.

Vamos colocar em votação no Senado Federal.

Os Senadores que aprovam...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, foi feito o pedido de verificação na Câmara pelo Deputado...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode fazê-lo depois; não há problema.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como depois? Há votação, V.Exa. declara o resultado...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não tem prejuízo, não tem prejuízo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É um princípio que acabou de ser adotado. Se uma matéria é aprovada ou rejeitada...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em seguida, V.Exa. pode pedir verificação, com o apoiamento de mais quatro na Câmara, e, se alguém quiser pedir no Senado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Veja bem, regimentalmente, o que está se colocando é que o Deputado Danilo Forte pediu verificação e teve apoiamento na Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não vi o apoiamento. V.Exa. está dizendo que ele teve.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele pediu verificação e ninguém se manifestou.

Vamos conduzir como sempre conduzimos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Houve apoiamento, sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não ouvi. Não ouvi. V.Exa. pode pedir a verificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PSDB indicou o apoiamento e a verificação...

(Não identificado) - Peço verificação, Sra. Presidenta Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com o apoiamento de...

(Não identificado) - Vota no Senado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com o apoiamento do PSDB e do Democratas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem são os Deputados?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quantos Deputados são ao todo?

Qual o nome dos Deputados do PSDB e do DEM? Está aqui: Deputado Caio Narcio, Deputado Samuel Moreira, Deputado Elmar Nascimento, Deputada Dorinha.

Verificação concedida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos lá, então.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer a verificação. V.Exas. querem que a faça primeiro na Câmara?

(Não identificado) - Não é isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Porque eu poderia concluir e fazer em seguida, se alguém quisesse fazer no Senado.

(Não identificado) - Não, Presidente, eu acho que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Verificação consentida.

Passamos à verificação.

A lista dos Srs. Parlamentares, por favor.

Um Senador para fazer a chamada aqui, por favor.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sra. Presidente, a verificação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lembro que, conforme disse o nosso consultor, todos os que deram apoiamento estão presentes na sessão; não podem se abster.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sra. Presidente, a verificação foi pedida só na Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sei. Será na Câmara a verificação.

Podemos pedir ao Senador para fazer a chamada?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Edmar Arruda? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Carlos Henrique Gaguim?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado César Halum? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Genecias Noronha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Hildo Rocha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado João Arruda? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Lelo Coimbra? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Marcelo Aro? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Ausente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Nilton Capixaba? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém está respondendo "ausente" por todos. Eu gostaria que quem está chamando verifique se há ausência, para que outra pessoa não interceda, porque isso causa a nulidade da sessão.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Ricardo Teobaldo? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declare ao microfone, por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Lázaro Botelho?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Ricardo Barros? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Elmar Nascimento?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado José Rocha? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Nilto Tatto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Sim".

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O Deputado José Rocha vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Nilto Tatto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Sim".

(Falha na gravação.)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Wadson Ribeiro?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Wellington Roberto? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Zé Geraldo?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Zeca Dirceu?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Jaime Martins? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado José Nunes? *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

Como vota o Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - "Não".

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só um pouquinho, Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Não fui chamado, sou efetivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Antes de se chamar os suplentes, tem-se que ver quantos titulares votaram.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Aro, titular, estava no banheiro, vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Eu vou seguir a sequência.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Senador, o titular está aqui. Deputado João Arruda.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Vou continuar a chamar os titulares.

Como vota o Deputado Caio Narcio?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Deputado vota contra o Relator: "não" a este projeto.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Giuseppe Vecci? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Gonzaga Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Hissa Abrahão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado João Fernando Coutinho?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Samuel Moreira?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Contra.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota a Deputada Flávia Morais? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Edmilson Rodrigues?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu voto "sim", mas é pouco; é insuficiente.

(Não identificado) - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Marcelo Aro?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado João Arruda?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - "Sim".

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Deputado Lelo Coimbra está presente também.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Vamos então aos suplentes.

Como vota o Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Expedito Netto? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Jhonatan de Jesus?

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Hildo Rocha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Julio Lopes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Átila Lins?

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Leopoldo Meyer?

O SR. DEPUTADO LEOPOLDO MEYER - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Evair de Melo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Voto com o Relator. "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Não, a Deputada Gorete Pereira não votou.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, eu, suplente, Deputado Vitor Valim, do PMDB, não fui chamado.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu também não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - O Deputado José Airton Cirilo também não. Foi pulada alguma lista.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Há algum Parlamentar que não foi chamado?

(Não identificado) - Melhor começar de novo.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O Deputado Vitor Valim, do PMDB, vota "sim" e não foi chamado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Mas chegou agora, então.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Cheguei agora não.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - A Deputada Gorete Pereira, do PR, não foi.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - O Deputado Pedro Fernandes vota "sim", Sr. Presidente, e não foi chamado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Deputado Leo de Brito, "sim".

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - O Deputado José Airton Cirilo também vota "sim", com o Relator.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - É o seguinte: V.Exa. é suplente, e o seu titular votou. Por isso não foi chamado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Gorete Pereira é titular e não foi chamada, Sr. Senador.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Muito bem. Vamos lá, seguindo os suplentes.

Como vota o Deputado Kaio Maniçoba? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luiz Carlos Busato?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Voto "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Mauro Lopes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Paes Landim? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Vitor Valim?

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Washington Reis? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Cacá Leão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Julio Lopes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota a Deputada Gorete Pereira?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Voto "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado João Carlos Bacelar? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Jorge Solla? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado José Airton Cirilo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Voto "sim". Acompanho o Relator.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Leo de Brito?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Orlando Silva?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Voto "sim", Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Valtenir Pereira? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Leonardo Monteiro? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado César Messias? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Evair de Melo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Izalci? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Raimundo Gomes de Matos? *(Pausa.)*

Finalizando, como vota o Deputado Cabo Daciolo? *(Pausa.)*

Algum Parlamentar não foi chamado? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação na Câmara dos Deputados. Vamos contabilizar os votos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação no Senado, enquanto se profere o resultado, por favor. Já havia quórum suficiente.

Os Srs. Senadores que forem a favor do relatório apresentado pelo Deputado Hugo Leal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, vamos aguardar o resultado da votação na Câmara, para vermos se todos os votos conferem.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode-se ver que o sistema eletrônico e a modernidade não chegaram a esta Comissão, apesar de ser a mais atuante da Casa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho que é falta de orçamento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. foi o Relator e poderia ter colocado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Na minha época, ainda não havia votação eletrônica aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Poderia ter sido feita dotação orçamentária por V.Exa.

(Pausa prolongada.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria lembrar ao Plenário que hoje é o último dia para emendas ao PPA. Aqueles que não o fizeram têm que apresentar as cinco emendas individuais, se assim desejarem, para que ainda sejam incluídas no relatório.

O resultado está pronto? *(Pausa.)*

Resultado da votação na Câmara dos Deputados: sim: 22; não 8. Total: 30 votantes.

A votação foi realizada às 16h57min.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, eu quero lamentar o resultado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já declarei que a matéria está aprovada na Câmara e no Senado. Se eu não ler a pauta do dia seguinte, ficará incompleta a sessão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, depois da leitura, V.Exa. me concede a palavra?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gosto muito de ouvir V.Exa. *(Pausa.)*

Eu vou declarar encerrada a sessão por absoluta falta de pauta na Mesa para a sessão de amanhã, às 13 horas.

Muito obrigada.

Correspondência dada como lida em 17.11.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of: 557/2015, de 12 de novembro de 2015, do gabinete do Deputado Zé Silva, encaminhando anexo do relatório do montante das dívidas dos produtores rurais.

- Expediente encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDAS pela Presidente:

1) Of. 116/2015 – GDCL, de 3 de novembro de 2015, do gabinete do Deputado Cacá Leão, justificando a ausência do parlamentar de 2 a 16 de novembro de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 2786/PRE, de 13 de novembro, do Presidente do TER/MG, Desembargador Paulo Cézar Dias, que encaminha Réplica ao Ofício nº 2103, de 4 de novembro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Avisos GP/TCU, de 5 de novembro de 2015:
1) Aviso nº 849/2015 (Acórdão 2824/2015): auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
2) Aviso nº 852/2015 (Acórdão 2823/2015): acompanhamento da evolução, no 1º quadrimestre de 2015, dos agregados fiscais (receitas, despesas, renúncias tributárias) e seus impactos na meta de resultado primário da União.
3) Aviso nº 853/2015 (Acórdão 2807/2015): auditoria realizada nas obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 24 E 26 DE NOVEMBRO, E 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos vinte e quatro e vinte e seis dias do mês de novembro e primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Átila Lins, Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Expedito Netto, Givaldo Carimbão, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Orlando Silva, Paes Landim, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Vitor Valim e Washington Reis; **- Senadores suplentes:** Angela Portela, Hélio José, Ivo Cassol e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Flávia Morais e Ricardo Teobaldo; e **– Senadores:** Davi Alcolumbre e Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrante da Comissão, Deputados Rogério Marinho, Valtenir Pereira e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia 24 de novembro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o*s trabalhos foram iniciados pelo Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14, do supracitado Diploma Legal,* que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, suspendeu a reunião por 30 minutos, em virtude da realização de reunião simultânea do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 15h30min, do mesmo dia, a reunião foi suspensa de Ofício pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia seguinte, 25 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 25 de novembro, a Presidente transferiu a reabertura da reunião para o dia seguinte, às 10 horas. No dia 26 de novembro, às 10 horas e vinte e oito minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), no exercício da Presidência, que anunciou a suspensão da reunião por alguns minutos em virtude de estar ocorrendo reunião com os Relatores Setoriais. Às 10h36min, os trabalhos foram reabertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que passou a apreciação da Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de novembro de 2015. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** Requerimento para inclusão na pauta do **Novo Relatório da Receita,** entregue em 25/11/2015, apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2015-CN**. Autor: Senador Acir Gurgacz. O Deputado Hildo Rocha sugeriu a suspensão dos trabalhos pela ausência de quórum presencial nas representações da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e a Presidente informou que ocorreria apenas a leitura do Relatório da Receita. O Deputado Ricardo Barros (PP/PR), Relator-Geral do Orçamento, informou que a minuta do Relatório Preliminar ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** estava pronta e queria discuti-la em reunião com os Relatores Setoriais e com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Em seguida, houve pronunciamentos sobre a Receita e fizeram o uso da palavra os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), João Arruda (PMDB/PR), Danilo Forte (PSB/CE), Edmar Arruda (PSC/PR), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Pompeo de Mattos (PDT/RS), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Domingos Sávio (PSDB/MG) e o Senador Hélio José (PSD/DF). O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), com base no *art. 33 da Resolução nº 1/2006-CN,* levantou Questão de Ordem sobre a impossibilidade de votação do **Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN,** alegando que o Comitê de Avaliação da Receita precisaria se reunir para se manifestar sobre o mesmo. A Presidente **decidiu** sobre a Questão de Ordem informando que a exigência de reunião com aquele Comitê seria para a reavaliação da estimativa da receita, e afirmou que o Relator da Receita fez o seu Relatório com auxílio do referido Comitê, e a título de esclarecimento ao parlamentar leu o *art. 30, § 2º da Resolução nº 1/2006-CN*: *"art. 30. A análise da estimativa da Receita e das respectivas emendas é de competência do Relator da Receita. .... § 2º No prazo de até 10 (dez) dias após a votação do último Relatório Setorial, o Relator da Receita poderá propor a atualização da receita aprovada, tendo em vista eventual revisão de parâmetros e da legislação tributária, com base em avaliação do Comitê de Avaliação da Receita."* Prosseguindo com o tema Receita, fizeram o uso da palavra os Deputados Orlando Silva (PCdoB/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e Caio Narcio (PSDB/MG). Em votação, o Requerimento de inclusão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Proclamado o resultado da votação, o Deputado Hildo Rocha (PMB/MA), solicitou a **verificação de votação**. A Presidente **indeferiu** o pedido alegando que seria necessário o apoiamento de 4 parlamentares, conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN.* Continuando os trabalhos, a Presidente solicitou ao Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados – CONOF, Sr. Ricardo Alberto Volpe, o detalhamento do cronograma de trabalhos da CMO, a fim de evidenciar o tempo exíguo para apreciação das matérias necessárias a aprovação do Orçamento para 2016, ainda naquele exercício. EXTRAPAUTA. Novo **Relatório da Receita,** entregue em 25.11.2015, e **Adendo** apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (PLOA para 2016). Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações propostas pela Relatoria. Foram apresentadas no total 46 emendas, destas 4 ao Projeto de Lei original e 42 após o envio da **Mensagem 484/2015** que modificou o Projeto de Lei original, **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**. Foram prejudicadas 4 emendas apresentadas ao Projeto original de autoria do Deputado Lelo Coimbra de nºs 24910015 e 24910016 e do Senador Acir Gurgacz de nºs 26330004 e 26330005. Quanto às 42 emendas apresentadas após o envio da Mensagem, o Relator ofereceu voto pela aprovação parcial de 13 emendas, e rejeição das demais. Considerando-se, ainda, as alterações decorrentes da aprovação das 12 emendas de Relator. O Relator apresentou resumo do Relatório da Receita e o Adendo. Às 12h13min, o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), no exercício da Presidência, deu continuidade aos trabalhos. Foi aberta e discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Para discussão da matéria, o Presidente em exercício passou a palavra aos Deputados Edmar Arruda (PSC/PR) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Às 12h20min, o Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) assumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade à discussão e concedeu a palavra ao Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). Às 12h24min, a Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e suspendeu a reunião por alguns minutos. Às 13h06min, os trabalhos foram reabertos pelo Senador Hélio José (PSD/DF), que suspendeu os trabalhos. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 1º de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezembro, terça-feira, às 10h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 10h55min, do dia 1º de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que anunciou a suspensão da reunião. O Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP) questionou o motivo da suspensão e o Presidente em exercício informou que era em atendimento a pedidos de parlamentares que não conseguiram chegar em virtude dos horários de seus voos. Havendo concordância com o parlamentar, o Presidente em exercício, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, 1º de dezembro, terça-feira, às 13h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 13h36min, daquele mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional, e suspensos em seguida*. Às 13h37min, o Presidente em exercício reabriu a reunião e informou que suspenderia os trabalhos em virtude da realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 13h59min, do dia 1º de dezembro, a Presidente, Senadora Rose de Freitas reiniciou os trabalhos. No reinício dos trabalhos, a Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada a continuação da apreciação do Relatório da Receita e Adendos 1 e 2, apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN;** e leitura do **Relatório Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2015-CN.** EXTRAPAUTA**.** Novo **Relatório da Receita,** entregue em 25.11.2015, **e Adendo** apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (PLOA para 2016). Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações propostas pela Relatoria. Foram apresentadas no total 46 emendas, destas 4 ao Projeto de Lei original e 42 após o envio da **Mensagem 484/2015** que modificou o Projeto de Lei original, **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**. Foram prejudicadas 4 emendas apresentadas ao Projeto original de autoria do Deputado Lelo Coimbra de nºs 24910015 e 24910016 e do Senador Acir Gurgacz de nºs 26330004 e 26330005. Quanto às 42 emendas apresentadas após o envio da Mensagem, o Relator ofereceu voto pela aprovação parcial de 13 emendas, e rejeição das demais. Considerando-se, ainda, as alterações decorrentes da aprovação das 12 emendas de Relator. Em 26.11.2015, na continuação desta reunião, 3ª Reunião Ordinária, o Relator apresentou resumo do Relatório da Receita e o Adendo. Foi aberta e discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. A apreciação da matéria foi **adiada.** Na continuação desta reunião, em 1º de dezembro, o Relator apresentou o Adendo 2. Discutiram a matéria os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), Samuel Moreira (PSDB/SP), Lázaro Botelho (PP/TO), Pompeo de Mattos (PDT/RS), Paulo Pimenta (PT/RS), Ricardo Barros (PP/PR), Danilo Forte (PSB/CE), Edmar Arruda (PSC/PR), João Arruda (PMDB/PR), e os Senadores Gleisi Hoffmann (PTPR) e Valdir Raupp (PMDB/RO). O Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP) solicitou a publicação do Adendo 2**.** A Presidente submeteu ao Plenário a dispensa do prazo de publicação do Adendo nº 2, conforme disposto no *art. 128 da Resolução nº 1/2006*, *do Congresso Nacional*. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, foi **aprovada**. Em votação no Senado Federal, foi **aprovada** por unanimidade**.** O Deputado Samuel Moreira solicitou a Verificação. A Presidente propôs a realização de chamada nominal para apreciar a dispensa do prazo de publicação do Adendo 2. O Senador Acir Gurgacz fez a chamada nominal. Concordaram com a dispensa da publicação 21 deputados e 04 se abstiveram de votar. Feita a chamada nominal na representação do Senado Federal, 6 senadores concordaram com a dispensa de publicação. Às 15h10min, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), assumiu a condução dos trabalhos e confirmou a **aprovação** da dispensa do prazo de publicação do **Adendo 2** apresentado ao **Relatório da Receita**. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 12 destaques. Em votação, o **Relatório da Receita e os Adendos de nºs 1 e 2**, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Às 15h28min, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Apreciação

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos 12 destaques apresentados: 1 - Destaques para votação em separado**:** Destaques de nºs 003 e 006, do Deputado Paulo Pimenta (PT/RS); Destaques de nºs 008 e 009, do Deputado Caio Nárcio (PSDB/MG); e Destaques de nºs 011 e 012, do Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP). 2 - Proposta da Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.1 - Destaques com voto do Relator pela **rejeição,** ressalvados os solicitados para votação em separado**:** 001, 002, 004, 005, 007 e 010. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* 3 - Destaques para votação em separado: 3.1 – Destaque: 003, do Deputado Paulo Pimenta, à emenda 1986.0016, do mesmo autor. Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. Para encaminhar a votação da matéria, a Presidente passou a palavra aos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA), Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), Givaldo Carimbão (PROS/AL), Edmar Arruda (PSC/PR), Danilo Forte (PSB/CE), Elmar Nascimento (DEM/BA), César Halum (PRB/TO), Nilton Capixaba (PTB/RO) e Pompeo de Mattos (PDT/RS). Às 16h14min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi **aprovado** com votos contrários**.** Proclamado o resultado da votação, o Deputado Danilo Forte (PSB/CE), solicitou a **verificação de votação**, com o apoiamento dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Elmar Nascimento (DEM/BA), Samuel Moreira (PSDB/SP) e César Messias (PSB/AC), conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN*, tendo sido **concedida** pelo Presidente em exercício. O Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) fez a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Encerrada a chamada nominal, o Presidente em exercício proclamou o resultado da votação, às 16h24min: total de votos SIM: 19, total de votos NÃO: 11; total de VOTANTES: 30. O Presidente em exercício **confirmou a aprovação** do destaque nº 3 na representação da Câmara dos Deputados. Em votação no Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. 3.2 – Destaque: 006, do Deputado Paulo Pimenta, à emenda 1986.0019, do mesmo autor. Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. O Senador Acir Gurgacz apresentou a relação entre o destaque 3 e o destaque 6. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3.3 – Destaque: 008, do Deputado Caio Nárcio, à emenda 3036.0037, do mesmo autor. Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. Às 16h34min, a Presidente retomou a direção dos trabalhos. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados com votos contrários. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 3.4 – Destaque: 009, do Deputado Caio Nárcio, à emenda 3036.0038, do mesmo autor. Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados com votos contrários. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 3.5 - Destaques: 11 e 12. Destaque 011, do Deputado Samuel Moreira, à emenda 2756.0042, do Deputado Domingos Sávio; e Destaque 012, do Deputado Samuel Moreira, à emenda 2756.0043, do Deputado Domingos Sávio. Foram **prejudicados** por terem sido atendidos anteriormente. EXTRAPAUTA. 1 - **Relatório Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar nos termos apresentado pelo Relator-Geral. O Relator-Geral apresentou o Relatório Preliminar. Discutiram a matéria os Deputados Orlando Silva (PCdoB/SP), Paulo Pimenta (PT/RS), Samuel Moreira (PSDB/SP), Edmar Arruda (PSC/PR), João Arruda (PMDB/PR), Domingos Sávio (PSDB/MG), Danilo Forte (PSB/CE) e Rogério Marinho (PSDB/RN). Foi aberto o prazo para apresentação de emendas até às 21 horas daquele dia, 01.12.2015, conforme acordo firmado em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. ENCERRAMENTO**:** concluída a votação das

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às dezessete horas e vinte e dois minutos do dia primeiro de dezembro de 2015. Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária, convocada anteriormente, para o dia 2 de dezembro, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 24.11.2015.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Há número regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Suspendemos a reunião por 30 minutos para que possamos concluir a reunião que está sendo feita com os Líderes e a Presidência.

Está suspensa a reunião.

Em 26.11.2015.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Enquanto aguardamos o término da reunião com os Relatores Setoriais e a Presidente da CMO, vamos suspender por 30 minutos, para que possamos reiniciar com todos os membros da CMO.

Obrigado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a terceira reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Vamos apreciar a ata. Havendo concordância do plenário, vamos propor aqui...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, dispensada a leitura da ata, conforme estabelece a alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão. Não haverá votação.

Peço um momento, por favor.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação. Eu interrompi um pouco a sessão para entender, com o Relator-Geral, a situação. S.Exa. pediu dispensa da leitura, mas está em votação a ata.

Peço aos Srs. Deputados que a aprovam que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Peço aos Deputados que tomem seus assentos.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Quem aprova permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovada a ata, revisada no dia 17 de novembro.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros desta Comissão e às Lideranças, nesta data.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Requerimento para inclusão, na pauta, do Novo Relatório de Receita, entregue em 25 de novembro de 2015, apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional. O Relator é o Senador Acir Gurgacz.

Eu queria que o Relator fizesse o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Visivelmente não há quórum nem da Câmara nem do Senado. Então, eu acho que nós deveremos suspender a presente sessão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se todos estiverem de acordo. Até porque, na verdade, nós temos um livro de presença com assinaturas suficientes nas duas Casas, mas é evidente — eu mesmo enxergo daqui — que um pedido de verificação de qualquer um dos Srs. Parlamentares derrubará a sessão. O que nós podemos fazer é exatamente o que diz aqui o assessor: dar continuidade à sessão, porém não votar.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se todos estiverem de acordo, vou dar oportunidade ao Relator de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, uma questão de ordem. O Exmo. Senador Acir Gurgacz vai ler o Relatório de Receita?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu dei a palavra a S.Exa. exatamente para que me explicasse isso. Parece-me que, inconcluso, haveria um adendo ao relatório, mas eu acho que quem tem que falar sobre isso é S.Exa. Sobre a leitura, só haverá se houver consenso entre V.Exas. Já está entendido que a votação não será possível.

Com a palavra o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, a minuta do relatório preliminar já está pronta, mas evidentemente eu quero discutir com os Srs. Líderes da Comissão e com os Relatores Setoriais as condições do relatório preliminar para que, de forma combinada, nós façamos a distribuição dos recursos para os Relatores.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No momento, nós temos 27 bilhões de déficit. Hoje, do jeito que está o Relatório de Receita, nós precisaríamos cortar 27 bilhões do Orçamento, da proposta que foi emitida para cá, sem termos 1 real para atender a nada, para nenhuma emenda. Então, é preciso que façamos um acordo, uma conversa com os Srs. Relatores. Nós estamos num ano atípico aqui de receitas negativas.

Eu queria a atenção dos nobres companheiros para o seguinte: neste ano, nós estamos prevendo uma arrecadação de 1 trilhão e 50 bilhões de reais, 50 a mais do que o ano passado, quase nada de aumento de arrecadação de um ano para o outro. Na verdade, este Orçamento que nós estamos apresentando, com o Relatório de Receita que está publicado, nos daria uma arrecadação de 1 bilhão e 190 milhões de reais.

Então, esta é a primeira pergunta que eu faço: é crível que deste ano para o ano que vem, que aponta uma recessão de 2%, a Receita vai crescer 140 bilhões de reais? Dá para acreditar ou não? Nós queremos votar um orçamento com uma receita que não vai acontecer ou não? Só que essas coisas têm que ser analisadas agora no Relatório de Receita, porque, depois que tiver receita, é preciso tratar da despesa.

A despesa nos impõe cortar 27 bilhões para zerar, para chegar ao superávit de 34 e não ter 1 centavo para atender a nenhuma emenda. Se quisermos atender às emendas, precisamos cortar um pouco mais, a fim de redistribuir aos nossos Relatores Setoriais. E eu acho justo que as bancadas e as Comissões que prepararam as suas emendas tenham algum atendimento.

Então, eu queria combinar com a Sra. Presidente que convocasse reunião quando for possível. Eu pensava em fazer isso depois desta votação, porque, sem a votação do Relatório de Receita, também não há como discutir o relatório preliminar. Se não se não sabe quanto tem, não dá para discutir o relatório preliminar. Mas eu poderia discutir com os Relatores Setoriais e com os Srs. Líderes as condições do relatório preliminar, as regras do relatório preliminar, e, com isso, nós poderíamos avançar para que, quando se votasse o Relatório de Receita, imediatamente eu pudesse publicar o relatório preliminar para o prazo de apresentação de emendas. Do jeito que nós estamos levando aqui, já nem vai ter prazo de emenda. Nós vamos

ter que fazer as coisas, e todos os prazos de emenda já não serão mais possíveis de ser cumpridos.

Então, eu queria destacar, por respeito aos Srs. Relatores Setoriais, que serão estes que na verdade farão o Orçamento. O Relator-Geral tem 20% só dos recursos, as bancadas têm 25%, e os Relatores Setoriais tem 55%. São os Relatores Setoriais que de fato vão dar o atendimento macro ao Orçamento. E nós faremos depois um ajuste para que, como Relator-Geral, eu possa compensar ao final algumas questões, num atendimento muito mais para viabilizar a votação do próprio Orçamento.

Uma das coisas que eu pretendo pôr no meu relatório é que não haverá emendas de Relator. O Relator não faz emenda. Com que sentido? No sentido de valorizar as Comissões e as bancadas. Quem quer dinheiro no Orçamento tem que vir pedir aos Srs. Parlamentares como um todo, porque o Relator, quando faz uma emenda de Relator, está substituindo uma bancada inteira, uma Comissão inteira, cujo pleito não foi atendido, priorizado. Quando faz uma emenda de Relator, o Relator prioriza aquilo que a bancada não priorizou, o que as Comissões não priorizaram.

Agora, isto é uma cultura nova, que tem que ser estabelecida nesta Comissão, de valorização da atividade parlamentar. E eu estou disposto a fazê-lo, a ser o primeiro Relator que não faz emenda de Relator, mas é preciso que haja um pacto para que isso seja uma cultura da nossa atividade aqui. Então, eu estou disposto a avançar.

Eu queria muito, Sra. Presidente, ter o Relatório de Receita votado para que eu pudesse apresentar o meu relatório preliminar, abrir o prazo de emendas, votar o relatório preliminar e abrir o prazo para os Srs. Relatores Setoriais trabalharem. Como isso não se está desenhando e lamentavelmente não há acordo para votação hoje do relatório do Senador Acir Gurgacz, eu peço à Sra. Presidente que convoque uma reunião dos Srs. Líderes, conjuntamente com os Srs. Relatores Setoriais, para que eu possa apresentar a minuta do relatório preliminar e combinar, com os Srs. Relatores, como vamos trabalhar o Orçamento de 2016, numa evidente realidade de falta de recursos.

Obrigado, Sra. Presidente. Eu aguardo a sua convocação para essa reunião.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

É uma questão de ordem também, Deputado?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim.

Sra. Presidente, eu gostaria primeiro de enaltecer o desprendimento do Relator-Geral do Orçamento, Deputado Ricardo Barros. O gesto dele é um gesto nobre que deve ser seguido pelos demais Relatores que virão daqui para frente. Que isso realmente se torne uma prática, um costume desta Comissão, para que os demais Relatores valorizem o Parlamento como um todo.

Eu queria fazer uma proposta — essa é a questão de ordem — ao Sr. Relator da receita, tendo em vista a dificuldade na área da saúde. Hoje, nós estamos vivendo uma epidemia de microcefalia, cujas consequências são terríveis. Eu gostaria que S.Exa. colocasse, do recurso que será arrecadado com a repatriação, não 11 bilhões de reais para a saúde, mas 20 bilhões, a fim de equilibrar o orçamento da saúde, e possam fluir melhor inclusive os entendimentos dentro da CMO. Eu falo em nome do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sra. Presidente, sobre a sugestão do Deputado Hildo, eu, como Relator da saúde... O Relator-Geral já disse que não é possível carimbar receita para a saúde, mas ele poderia ampliar a receita com recurso da repatriação, cuja previsão hoje é de 11 bilhões, para 20 bilhões.

Eu já conversei com o Relator, e ele me disse que é possível depois incluir no relatório esse dinheiro para a saúde, essa previsão de receita, que é o que falta para preencher o orçamento e fazer com que tenhamos um montante razoável para o ano de 2016 na saúde. Senão vai parar tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte, para uma questão de ordem.

Em seguida, falará o Deputado Edmar Arruda e o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, até pelo número insignificante de Deputados e Senadores nesta Comissão, nós vemos que hoje estamos vivendo um

momento de crise política muito aprofundada no País. Os fatos que aconteceram recentemente, inclusive ontem no Senado, que o Brasil inteiro presenciou, criaram esse momento de surpresa e ao mesmo tempo de apreensão com a questão dos destinos políticos no nosso País. Isso, sem sombra de dúvida, acarretará num maior desequilíbrio no que diz respeito à questão da política econômica e numa maior insegurança no que diz respeito também à execução orçamentária.

Diante desses fatos, eu acho que precisamos ter uma disciplina e uma preocupação, primeiro, de não querer criar, aprofundar um orçamento fictício, que não condiz com a realidade, e, segundo, ao mesmo tempo, de buscar alternativas que sejam positivas, principalmente no sentido de atender à demanda da população brasileira.

Há uma apreensão muito grande, aqui colocada pela bancada do PMDB, que é real, verídica e necessária, com relação ao orçamento da saúde. Todo mundo sabe da minha preocupação, já aqui colocada, com relação à questão do Bolsa Família — e já exarada pelo Relator-Geral —, que hoje é a subsistência, a sobrevivência da família, do homem do sertão nordestino, no quinto ano consecutivo de seca. Então, nós temos que ter critérios com relação a essa possibilidade ou não dos cortes.

Ao mesmo tempo, há a necessidade da retomada do desenvolvimento econômico, o que passa por uma indução principalmente no que diz respeito às obras estruturantes. O País tem um déficit de 670 bilhões de reais em infraestrutura de logística, e precisamos fazer esse enfrentamento. Mas ele só vai ser feito quando o Governo tiver clareza das condições para enfrentar as altas taxas de juros que estamos pagando hoje e, ao mesmo tempo, induzir, através da negociação desses juros, uma parte para investimento na recuperação da logística, a fim de melhorar a competitividade do País.

Diante disso, quero parabenizar, pelo esforço, o Líder do Governo nesta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, que tem sido muito cordial e tem conduzido esse diálogo com relação às questões do Governo.

Parabenizo também o Relator de receita, Senador Acir Gurgacz, que inclusive agora mesmo de manhã estava compondo o seu relatório, quando recebeu esta notícia importante de que houve um aumento com relação aos leilões das

hidrelétricas. A expectativa do Governo era de algo em torno de 11 bilhões, e, mesmo com toda a perda de credibilidade por parte do Governo, nós ainda conseguimos nos leilões um valor superior a 17 bilhões, o que acarreta um aumento de 6 bilhões com relação a essa receita para o ano que vem.

Acho que precisamos inclusive encontrar outras soluções como essa, mesmo vindo de forma surpreendente — de ontem para hoje, são mais 6 bilhões de reais —, e soltar as amarras do próprio Orçamento, porque momento de crise não é momento de aumento de capital de empresa pública. Aumento de capital se dá quando se tem folga orçamentária ou quando há um investimento premente que justifique esse aumento de capital das empresas públicas. Então, essa é uma questão que precisa ser estudada com maior profundidade.

Diante disso, minha proposição, minha questão de ordem vai no seguinte sentido: que hoje fizéssemos a leitura do relatório de receita, deixando-o pronto para a apreciação, com um quórum mais qualificado, com maior presença de Deputados e Senadores, na próxima terça-feira. Esse seria o tempo em que atenderíamos à demanda aqui colocada pelo nosso Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, no sentido de aprofundar uma discussão interna do Relator-Geral com os Relatores Setoriais e com os Líderes partidários, para fazermos um molde de como será esse relatório preliminar que servirá de base, de parâmetro para o Relatório Geral.

Quero também deixar muito claro que tem que haver emenda de Relator. As emendas do Relator-Geral podem ser corretivas, pois muitas vezes há uma distorção. Num Orçamento muito grande, muito longo, e com diversas especificidades, como é o do Brasil, devido ao tamanho do continente, pode haver alguma rubrica, na saúde ou na questão do convívio com a seca, em que seja preciso identificar uma alternativa.

A emenda de Relator não é só para aumentar a despesa, ela pode ser uma emenda corretiva e se fazer necessária. Então, o Relator-Geral não pode abnegar de fazer emendas, tem que ter emendas. E o Deputado Ricardo Barros é um homem preparado, talhado, inclusive já está há muito tempo nesta Comissão, já viveu muitos momentos dela e tem capacidade para fazer alguma correção que seja necessária, através de emenda do Relator-Geral. Eu acho que isso não diminui o seu papel e a sua importância nesta relatoria geral.

A minha ideia é exatamente esta: hoje, leríamos o relatório de receita, veríamos se até terça-feira teríamos condições de agregar ou não algum remanejamento possível a esse relatório de receita, diante deste momento político, institucional e econômico que o País está vivendo, numa conversação inclusive com os Ministérios da área econômica, tanto com o Ministro Levy, que tem sido tão solícito com esta Casa, quanto com o Ministro Nelson Barbosa. Esse seria o tempo também de que necessitamos para avançar nas conversações com o Relator-Geral quanto à preparação desse relatório preliminar. E, na terça-feira, com o quórum qualificado, faríamos a votação tanto do relatório de receita como, se possível, do relatório preliminar, já embasado diante de um acordo com os Relatores Setoriais e com os Líderes das bancadas representadas nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Várias pessoas levantaram questão de ordem. Vamos ouvir o Deputado Edmar Arruda, o Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Carlos Henrique Gaguim e o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu estava numa reunião, com os Relatores Setoriais, a Presidente e o Senador Acir Gurgacz, e indaguei se era interesse do Governo aprovar o Orçamento deste ano. Eu só queria contar com os colegas, porque acho que é importante esta minha fala.

Foi dito nesta reunião que o Governo quer aprovar o Orçamento e também foi informado que o relatório de receitas estaria pronto para ser votado hoje, e que teria recebido um adendo, ao relatório, pedindo o acréscimo de 6 bilhões, com relação à diferença do leilão — houve um valor acima dos 11 bilhões que foram considerados no Orçamento —, mas que isso seria colocado como adendo e não impediria que nós votássemos o relatório de receita hoje.

Pois bem, eu fui ao plenário registrar presença e, na minha volta, estou sendo surpreendido com a possibilidade de se adiar a votação do relatório de receita.

Então, Sra. Presidente, eu queria primeiro pedir que nós hoje votássemos o relatório de receita para destravar o Orçamento. Não existe a menor possibilidade de adiarmos essa votação, de não liberarmos o Relator-Geral para fazer o relatório preliminar, para que nós Relatores Setoriais possamos trabalhar e fechar o Orçamento.

Eu também queria colocar que ouvi alguns colegas falarem sobre aumentarmos a previsão de receita para suprir algumas necessidades. Ora, colegas, nós estamos com uma receita superestimada. Nós estamos aqui com 140 bilhões de receita a mais do que em 2015. Com relação a 2015, são 140 bilhões a mais! Qualquer ser humano, qualquer cidadão brasileiro com o menor discernimento vai dizer que a arrecadação do ano que vem tende a ser menor, e não maior. Nós agora tivemos a revisão da previsão de recessão, de retração da economia no ano que vem. Então, 6 bilhões a mais na receita, Sra. Presidente, 10 bilhões a mais, 50 bilhões a mais não vão mudar absolutamente nada, porque, na verdade, essa receita já está superestimada. Na verdade, nós tínhamos que cortar aqui uns 50 bilhões para poder reduzir de 140 para 100 bilhões de previsão de aumento de receita e adequar o Orçamento.

Quero finalizar pedindo ao Senador Acir que leia o relatório e que nós possamos votar o relatório de receita, senão eu vou entender, e inclusive começar a falar aí fora, que o Governo não quer aprovar o Orçamento. Esta Comissão quer cumprir com a sua tarefa, cumprir com a sua obrigação, e entregar para a sociedade brasileira o Orçamento aprovado, para que nós possamos, no ano que vem, executá-lo. Fica o apelo para que possamos votar esse Orçamento ainda hoje, a fim de liberar os trabalhos para os nossos Relatores Setoriais.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Por gentileza, Presidente. Peço a palavra. Falarei rapidamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há questão de ordem antes, e tem precedência.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Depois, falará o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Moreira.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. pelo modo como vem tocando esta Presidência, esta Comissão. Parabéns! Eu, como representante do Partido da Mulher Brasileira, me sinto honrado de ver uma mulher dirigindo o Orçamento do País.

Eu gostaria de pedir ao Relator que colocasse um adendo, que elevasse de 11 bilhões, como foi falado pelo Deputado Hildo Rocha, para 20 bilhões a questão da repatriação. Nós temos que fechar esse acordo e só votar com esse acordo

dentro da saúde. A saúde é primordial para o País, mas a saúde não tem condições. Nos hospitais do País todo, há gente morrendo, a cada hora há um cidadão morrendo. As pessoas lembram de duas coisas: de Deus e da saúde. E das mulheres. É esse o nosso pedido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Senadora Rose de Freitas, também quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Sei que é um desafio muito grande — para uma mulher é maior ainda porque há muitos homens nesse embate —, mas V.Exa., com a sensibilidade que só a mulher tem, tem a capacidade de nos orientar e nos conduzir aqui.

Quero parabenizá-la também pela manifestação ontem no Senado, que eu assisti ao vivo, palavras sábias, ditas do fundo do coração, que revelaram a mulher corajosa, valente, que V.Exa. é.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu quero aqui, rapidamente, dizer que nós temos um desafio muito grande na questão do Orçamento. Eu estou aqui, Senadora, há 13 anos como Deputado Federal e já vi de tudo. Já vi Orçamento ser aprovado em março, abril do ano seguinte, ou seja, no ano do Orçamento — entramos no ano, passamos 1 mês, 2 meses, 3 meses sem Orçamento. Impressiona-me e assusta-me que isso possa acontecer de novo. Então, tenho uma preocupação. O ideal é que não aconteça, e para isso nós temos uma confiança muito grande no Senador Acir Gurgacz, que não por acaso é o Líder do meu partido no Senado, o PDT.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado, só um minutinho. Vamos esperar eles terminarem a reunião ao lado, porque eu não estou conseguindo ouvir V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou daqui a pouco, Deputado Edmar, logo após a fala do Deputado João Fernando Coutinho e do Senador Hélio José, suspender a reunião, para que possamos todos nos reunir, porque o assunto ali é o mesmo que nos interessa, e tomar uma decisão em relação a esta reunião.

Pois não. Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero continuar e agradecer o carinho e o silêncio dos colegas que estão fazendo uma reunião importante. Também é importante que coloquemos aqui um posicionamento, até porque representa o partido, o PDT, aqui na Câmara, que tem um papel relevante e não por acaso tem o Relator da receita, e temos todos nós uma responsabilidade muito grande.

O que é fato e que eu preciso deixar claro aqui, Presidente, é que nós temos um Orçamento que tem um acréscimo de receita de 140 bilhões, e, ainda que tenha esse acréscimo de 140, tem um déficit de 33 bilhões, e agora recupera 6 bilhões com o leilão das hidrelétricas. E já se conta nesse valor, Senador Acir, com o dinheiro da repatriação. A minha preocupação é exatamente com esse dinheiro, que é um valor relevante, importante, mas que, na minha visão, tem que ir para a saúde.

Nós temos que fazer esse embate aqui. Eu sou da Comissão de Seguridade e sei da necessidade que tem a saúde. Estamos aí com um evento de microcefalia, que é uma coisa horrível. Será um caos se isso tomar corpo, como parece que está tomando. Por conta do mosquito da dengue e do zika vírus, nós vamos ter uma situação de calamidade no País. Isso só se combate com programas, com projetos, com recursos, com verbas, com ações e com atitudes. O Governo acabou com os mata-mosquitos, que lá atrás preveniam a dengue matando mosquitos, e hoje ninguém mais mata mosquito. Os mosquitos é que estão nos matando, porque nós não matamos os mosquitos. Está na hora de acordarmos, porque, para matar mosquito, é preciso dinheiro, é preciso gente, é preciso atitude.

Não sei se esses 8 bilhões da repatriação são dinheiro bom ou dinheiro ruim, mas poderão ser um bom dinheiro para a saúde. O apoio que demos aqui no Congresso para aprovar esse projeto terá valor e razão de ser se o dinheiro efetivamente vier para ações de saúde, até porque, Senadora Rose, foram feitos cortes na saúde — foi feito um talho linear na média e alta complexidade.

Isso significa transferência de recurso para os Estados e para os Municípios. Resultado: os Estados e os Municípios não vão poder atender o cidadão nas intervenções médicas e medicinais em momentos que o cidadão requer atitudes de alta complexidade, intervenções médicas, cirurgias, procedimentos, internações de

alta e média complexidade. Isso vai estourar no colo dos Prefeitos, dos Governadores, que já não têm mais dinheiro sequer para pagar aos funcionários, quanto mais para pagar a saúde.

Eu sei que a coberta é curta. Se tem para a cabeça, falta para os pés; se tem para os pés, falta para a cabeça. Mas eu sei também — aprendi com a minha mãe, que aprendeu com a minha avó — que, tendo saúde, o resto nós arrumamos na estrada. Quando tu não tens saúde, tu vendes a vaca, tu vendes o boi, tu matas o porco, tu vendes um pedaço de terra, às vezes, para salvar um filho, para salvar uma filha, para salvar uma mãe, para salvar um pai, para salvar um membro da família. Então, nós estamos aqui num processo de salvação. Se nós temos que fazer uma escolha — ela é dura, é difícil, é complexa —, a escolha é pela saúde. Então, esse dinheiro da repatriação, dinheiro que eu não sei se é muito limpo, será muito bem vindo se ele for para a saúde.

Concluo, Presidente, dizendo que existe ainda uma outra questão, Senador Acir, que são os jogos. Eu sou autor de um projeto. Estamos tratando, lá na Comissão, da questão dos jogos, bingos, cassinos, enfim. Nós temos que perder o preconceito e regulamentar, fazer com que os jogos no Brasil sejam implementados. O brasileiro está jogando ali na Argentina, no Uruguai. Meus vizinhos gaúchos vão lá. Vamos regulamentar o jogo de forma clara e transparente, para que o dinheiro desse jogo venha para a saúde, porque o Brasil e os brasileiros precisam de mais saúde, e o jogo nessa hora pode nos ajudar também.

Essa é a minha posição, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador Hélio José.

Em seguida ouviremos o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu quero cumprimentar a nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas, o nosso Relator de receitas, Senador Acir Gurgacz, que eu vejo intensamente empenhado, junto com a Senadora Rose, para podermos fechar esse relatório das receitas.

Eu queria fazer coro com os demais para que pudéssemos ler o relatório, para termos conhecimento do que foi colocado no relatório antes de suspender os

trabalhos, Senadora, porque, depois, se conseguirmos um acordo, poderíamos votar o relatório, se tivéssemos conhecimento dele. Aí nós vamos suspender os trabalhos, vamos conversar todos os Líderes.

Senadora Rose, o apelo que eu faria a V.Exa. e aos demais colegas seria para que lêssemos o relatório, para termos conhecimento, e depois V.Exa. suspenderia os trabalhos e nós iríamos para a reunião de Líderes conversar, para ver que acordos podemos conseguir formular, já que não temos quórum suficiente aqui para deliberar. Feito isso, ficaríamos em condição de debater.

Quanto à receita, eu concordo com o Deputado Carlos Henrique Gaguim que poderíamos estimar um valor maior para a questão da repatriação. Senador Acir, eu acho que, de repente, poderíamos majorar um pouco a receita de repatriação para 20 bilhões e colocar na saúde, em vez dos 11 bilhões, porque a repatriação, acredito que ela vai ser bem superior ao que hoje estamos imaginando. Então, poderíamos fazer isso.

Para terminar, eu creio que não é boa política cortarmos recurso da saúde. Então eu queria que fizéssemos o sacrifício para ver onde pode ser cortado.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

Em seguida, vamos passar à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Presidente Rose de Freitas, demais membros da Comissão, minha fala é muito breve. Presidente, minha fala é bem rápida, até porque eu sei de todo o esforço que V.Exa. tem feito, desde o início dos trabalhos desta Comissão, no início do ano, querendo que neste ano nós tivéssemos um Orçamento adequado à realidade brasileira.

O que é percebido por nós — e aí eu faço coro com as palavras do Senador Hélio José e do Deputado Edmar Arruda, com quem nos reunimos semanalmente na Comissão, e na última terça-feira ficou bastante evidente — é a necessidade de apressarmos o cronograma para votarmos o Orçamento ainda este ano.

O Senador Acir Gurgacz apresentou o seu relatório da receita, mesmo esperando o leilão do setor elétrico brasileiro. Agora, depois de termos unificado as posições das Lideranças da Comissão no Colégio de Líderes, no sentido de que

votaríamos esse relatório, não entendemos o fato de não darmos prosseguimento a essa necessidade urgente de votação da receita, para em seguida votarmos o relatório preliminar do Relator Ricardo Barros.

Portanto, eu quero deixar clara aqui a posição do PSB, e minha particularmente, de desejo de estar aqui pronto para contribuir no sentido de votarmos logo esse relatório, para avançarmos e chegarmos, até o final de dezembro, com o Orçamento votado na Comissão Mista, para não atribuírem a nós, diante desse cenário tão tumultuado e tão turbulento que vive o Brasil, a responsabilidade do Congresso Nacional, especialmente desta Comissão, de não votação desse Orçamento.

Portanto, eu quero parabenizar V.Exa., Presidente, por todo o esforço que tem feito, e quero assumir esse compromisso de ajudar no processo de adiantamento dessas votações.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero registrar que V.Exa. tem sido não só assíduo na Comissão, como também absolutamente participativo em todas as decisões, contribuindo com a sua opinião, com o seu posicionamento.

Eu queria também dizer aqui, na Comissão de Orçamento, que o nosso papel é compreender todos os momentos por que passa a vida nacional. Mas a vida nacional compreende que nós temos responsabilidades, e que temos que cumpri-las. Eu posso entender as agruras por que passa o Governo em determinada hora, principalmente numa situação como essa, que praticamente deixa combalida esta Casa. Diante dos últimos fatos, ela se vê com a perplexidade dos caminhos que tem que continuar a percorrer. Temos que continuar a percorrer.

Acho que as pessoas sabem, pelo calendário que foi colocado, que a não votação da receita implica não ter Orçamento, porque no dia 17 será a última sessão do Congresso Nacional. Na minha cabeça, na minha posição política, no meu compromisso que assumi há anos — hoje estou no oitavo mandato —, não há a compreensão, e que ninguém pense o contrário, de que podemos nos desculpar adiante com a opinião pública ao dizermos que não foi possível cumprir a nossa obrigação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor me permite concluir?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, claro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A este País desnorteado nós temos que oferecer pelo menos essa peça orçamentária.

Muitos, às vezes, colhem uma informação que chega ao plenário: *"O Governo não quer, o Governo não deseja, o Governo está em dúvida".* O Governo tem as suas dúvidas, mas eu quero deixar claro o que disse aqui há pouco a algumas pessoas que representam o Poder Executivo: nós vamos votar o Orçamento, nós vamos votar o Orçamento, ainda que eu tenha que bater na porta de um por um dos membros, e de um por um dos suplentes, e explicar que o País precisa desse Orçamento.

Isso seria o absurdo dos absurdos da desorganização do ajuste — não havia compatibilização interna entre os membros do Governo, dadas as dúvidas quanto às receitas, até pelas reações que o País teve. Com perplexidade se vê que realizaram um leilão e, no dia anterior, ainda se estava lutando para que fosse votada a regulamentação.

No início, isso me pareceu um deboche, mas depois eu vi que é apenas um descaminho de um governo em crise, que precisaria ter lideranças fortes, destemidas, organizadas e com clareza de pensamento para ajudar o País a sair desta crise.

Eu estou aqui diante do Relator, que evidentemente fará a leitura do relatório. Nós temos quórum para isso. Aliás, temos quórum na representação da Câmara dos Deputados, mas falta quórum na do Senado Federal, novamente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou dar a palavra antes ao Deputado Domingos Sávio e, em seguida, ao Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra o Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, prezada Senadora Rose de Freitas; prezado amigo Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros; prezado Relator de receita, Senador Acir Gurgacz; colegas Parlamentares; meus cumprimentos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro, Senadora Rose, quero cumprimentá-la pela forma, ainda que emocionada e naturalmente triste, como todos nós, como V.Exa. se manifestou e declarou seu posicionamento naquela noite triste de ontem, em que o Senado da República teve que se debruçar sobre um dos episódios mais lamentáveis da história da República. A sua posição, clara, coerente, em defesa da legalidade, dos valores éticos e morais não me surpreendeu, como de resto da ampla maioria do Senado, em que pese o resultado amplo não merecer e não gerar nenhuma comemoração. Foi um resultado que, em todos os aspectos, só nos faz ter tristeza pelo momento que o Brasil vive.

Certamente, Senadora, não queremos ver aqui também, nesta Comissão, motivos para tristeza. O nosso esforço tem sido, de maneira muito clara, no sentido de dar uma contribuição ao País, e uma contribuição de maneira transparente, para que o Brasil reencontre a governabilidade que, como está evidente, falta hoje, gerando consequências e sofrimento para a sua população, para os mais de 200 milhões de brasileiros, de um modo especial para os mais humildes, para os milhões de trabalhadores já desempregados, e que se deparam com uma inflação crescente.

Enfim, Senadora, eu queria manifestar, mais uma vez, a disposição do PSDB de trabalhar num ambiente de construção de entendimento republicano, em defesa do interesse do País, obviamente resguardando aquelas questões que para nós, num acordo, são fundamentais.

Nós estamos dispostos a votar o relatório de receita. Já deixamos claro que não admitiremos votar previsão de receita proveniente de CPMF, posto que não pretendemos votar a favor da CPMF. Ela não existe de fato hoje — de fato e de direito. Se é algo que não existe de fato e de direito e nós não pretendemos contribuir para que seja aprovado, não podemos, de maneira alguma, por uma questão de coerência, de bom senso, aprovar sua previsão no Orçamento para o próximo ano.

Fora isso, nós entendemos que estão adequados os números. O Relator tem sido obstinado em buscar o número mais transparente, mais real. Vejo que o adendo traz, inclusive, uma notícia alvissareira com relação aos leilões, que tiveram êxito e que já promoverão o ingresso de algo em torno de 12 bilhões neste ano, e 6 bilhões podem ficar previstos no Orçamento do ano que vem.

Eu quero dizer que o PSDB está de acordo com a leitura do relatório. Há um entendimento — parece-me que com a Liderança do Governo e também com o nosso Relator — para que ele faça a leitura, sem que nós façamos a votação hoje. Não por impedimento de nossa parte, pois, se não constasse a CPMF, nós até nos disporíamos a voltar hoje, sem problema. Mas, se há o desejo de insistir nessa tese...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, só um adendo. Até porque — e eu não entendo o sentimento de alguns —, votando a receita hoje, há a segunda revisão de receita, que poderá corrigir todas as questões que aqui estão sendo elencadas. O que não pode acontecer é deixarmos de cumprir o calendário, para que não haja Orçamento. Não há como emendar o calendário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu cheguei a argumentar nesse sentido com o Líder do Governo, para que pudéssemos votar hoje sem a CPMF, e aí ele faria a sua tentativa num outro momento, sabendo que nós não a acolheremos em hipótese alguma por acordo, e iríamos nos esforçar para derrotá-la no voto, o que é legítimo, é da democracia. Mas há um entendimento de que seja mais adequado fazermos a leitura hoje para nos esforçarmos pelo acordo na terça-feira.

Eu deixo aqui, da nossa parte, um compromisso com V.Exa., Sra. Presidente, e com os Relatores, especialmente com o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros: a determinação de nos esforçarmos para aprovar um orçamento que seja adequado para o País. Nós não estamos aqui tratando de discutir apoio ou oposição ao Governo; nós estamos tratando aqui de discutir a nossa responsabilidade com o País.

Portanto, nessa linha, nós, do PSDB, nos dispomos a fazer um esforço que seja uma conta de chegada ao dia 16, ou seja, dentro da construção de acordo, atendidos os pressupostos que nós julgamos relevantes para o País, como, por exemplo, não termos receita inflada, não termos receita superestimada, porque uma receita superestimada é o prenúncio de um déficit no ano que vem — e um déficit no ano que vem é o prenúncio de mais aumento de juros, de mais aumento de impostos. Então, nós temos que ser realistas e responsáveis, trabalhar com uma receita realista, e temos que adequar as despesas à receita realista.

Dentro dessa premissa, dentro também da premissa de que não estejamos aqui, por antecedência, sinalizando a criação de imposto — portanto não incluindo a CPMF —, nós nos dispomos a aceitar um calendário como uma conta de chegada, o que significa estabelecermos que cumpriremos o calendário na terça com a premissa de que no dia 16 estará votado. É claro que, regimentalmente, não dá, mas se estaremos trabalhando por um acordo, não haverá nenhum impedimento, pelo menos da parte do PSDB, para que o acordo seja feito com a redução de prazos, ainda que regimentais, dos relatórios setoriais e dos outros procedimentos. Isso já ocorreu inúmeras vezes aqui na Comissão de Orçamento, e, colocado o interesse público, o interesse republicano, como referência, como norte do acordo, não há nenhuma dificuldade, é até muito bom que eu possa propor isso de público.

É comum que os nossos acordos se deem numa suspensão dos trabalhos para ficarmos mais à vontade para debater e não ficarmos no monólogo, mas eu faço questão de fazer essa proposta de maneira transparente para que fique registrado o seguinte: nós não fizemos acordo para nos submeter à vontade do Governo, esse não é o papel da Oposição.

Nós somos oposição ao Governo que está aí, discordamos da maneira como que ele está conduzindo, ou melhor, não está conduzindo o País, discordamos da tentativa sistemática de aumentar impostos como receita para resolver os nossos males fiscais, mas entendemos que é nosso dever tentar um acordo para dar ao País um Orçamento.

Portanto, o PSDB deixa essa proposta de ler hoje, votar na semana que vem, e construir um entendimento que, respeitadas essas premissas, da nossa parte terá toda a boa vontade para votar como um calendário de chegada até dia 16 para que na sessão do Congresso prevista para o dia 17 de dezembro tenhamos a votação do Orçamento.

E começo a pensar que talvez nessa sessão do Congresso do dia 17 sejam votadas todas as pendências, porque, pelo que percebemos ontem, haverá graves dificuldades de se votar antes que se construa entendimentos. Mas nós estamos finalizando, à disposição para o entendimento em prol do interesse público e do interesse nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Só para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei se as pessoas leram o calendário, essa minuta de cronograma que foi enviada para cada um.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se as pessoas leram, me permitam, antes de continuar o debate, dizer como está trabalhando tecnicamente esta Comissão: até à exaustão, sábado, domingo, sexta até tarde da noite, para dar conta de fazer os pareceres e assessorar os membros da Comissão.

Eu vou dar a palavra por 2 minutos ao...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só queria fazer um...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem, Sra. Presidente. Eu pedi primeiro, inclusive.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas eu já tinha pedido antes.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, porque o relatório que nós vamos ler...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - A palavra, Presidente. Cumpra as inscrições, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Questão de ordem tem precedência. É uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Em seguida falarão os Deputados Orlando Silva e Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, nós não temos condições regimentais de ler hoje o Relatório da Receita. Há, segundo o art. 33 da Resolução nº 1, um Comitê de Avaliação da Receita, esse Comitê da Receita tem que se reunir para construir junto com o Relator — que é o coordenador, diz aqui — o relatório. Eu mesmo sou Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária e sei que nós podemos colocar 30 bilhões a mais no ano que vem, através do imposto que vai buscar o lucro e o dividendo. Estamos trabalhando na Comissão que vai

aprovar isso ainda, possivelmente no mês fevereiro, mas que entra na receita imediatamente.

Então, eu gostaria que respeitassem o Regimento e que a Comissão se reunisse. Eu faço parte da Comissão, eu quero ser útil, eu quero contribuir para o relatório. Então, eu vejo que não tem como S.Exa. ler enquanto não se reunir com a Comissão, com o Comitê, embora eu respeite o Senador Acir Gurgacz. Gosto dele, respeito o seu passado, mas nós temos que ser democráticos. E a Resolução nº 1 diz isso.

Então eu gostaria de pedir a sua compreensão porque eu quero participar, eu quero dar a minha opinião, mas eu quero dar a minha opinião no Comitê da Receita e, posteriormente, no debate aqui no plenário da CMO.

Esta é a questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou responder a questão de ordem de V.Exa., até porque sei da preocupação que tem com o bom andamento dos trabalhos, dizendo que a exigência de reunião do Comitê de Avaliação da Receita é para reavaliação. Então, nesse momento, ele não se faz necessário e não há exigências para impedir a leitura do relatório.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É para avaliação, Sra. Presidente. Desculpe insistir. O art. 33 diz assim:

> *"Art. 33. O Relatório da Receita será elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita.*
>
> *Parágrafo único. A metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da Receita deverá ser a estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias."*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E é o que foi feito. É o que foi feito.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está exigindo agora, Deputado Hildo, que haja uma reunião para que ele vá ao Comitê...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, Sra. Presidente. Então, nós não vamos conseguir, porque o PMDB vai obstruir, nós vamos obstruir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. levanta uma questão, e, quando eu quero debatê-la, V.Exa. não permite. Não é assim que V.Exa. deve agir.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É porque a interpretação é sempre contra mim. Aqui eu nunca ganhei uma interpretação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. já ganhou várias vezes.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu vou ter que voltar para a escola primária porque eu não consigo entender o que diz textualmente aqui o art. 33. Então, eu vou recorrer da sua decisão ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode fazê-lo também, mas eu quero dizer que V.Exa. já derrubou algumas sessões aqui.

V.Exa. tem que entender que quando há um contraditório V.Exa. tem que ouvir.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, eu sei. Mas eu quero recorrer da sua decisão ao Plenário.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O texto que V.Exa. leu eu também li, e digo que é um órgão de auxílio na elaboração do relatório. Foi feito? O Comitê tem que se reunir novamente na reavaliação da receita.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, nunca se reuniu!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O próprio Senador pode testemunhar se já houve alguma.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador, para responder.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu tenho direito à palavra, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes disso, de forma colaborativa, ouviremos o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu agradeço, Presidente.

Eu quero me manifestar, Presidente. O que estimulou a minha fala foi a intervenção de V.Exa. com relação à necessidade de dar ao País um orçamento.

Eu quero dizer que estou de acordo. Eu quero dizer que estou pronto para votar esse Orçamento. Componho o Comitê da Receita, tal qual o meu colega Hildo Rocha, e me sinto contemplado no relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz. Espero que o Deputado Hildo Rocha, o Senador Acir Gurgacz e outros membros desse Comitê da Receita possam se sentar no momento adequado para fazer eventualmente a revisão da estimativa de receita. Evidentemente, o Comitê pode colaborar na fase de revisão dessa estimativa de receita.

Eu quero cumprimentar o Líder do PSDB, o Deputado Domingos Sávio, que, afora os arroubos de retórica oposicionista do final de seu discurso, se manifestou, a meu juízo, de modo adequado. E no debate no Comitê da Receita que faremos no momento adequado, Presidente, nós temos a obrigação de ter uma estimativa realista.

É obrigação do Congresso Nacional ter um orçamento real. A crise que atingiu o Brasil evidentemente é o eco de uma crise internacional brutal, mas é certo também que as dificuldades políticas incrementam a crise econômica no País. E o Congresso pode colaborar para estabilizar politicamente a situação do País, o que vai, inclusive, dar segurança jurídica para que investimentos se realizem no Brasil. O Congresso pode colaborar também apresentando um orçamento realista.

Eu sou daqueles que crê que não é adequado projetar estimativa sem solidez institucional e legal. Isso não é razoável. Não tenho a menor dúvida sobre isso. E é o debate que faremos, porque eu creio que esse não é momento nem do Governo, nem da Oposição. Este é o momento do País. E esta Comissão, Presidente, talvez tenha uma das maiores responsabilidades, dentro do Parlamento, para contribuir com a estabilidade política do País, e a peça orçamentária vai ser parte desse esforço.

É por isso que eu quero cumprimentá-la pela sua dedicação, cumprimentar o Relator da Receita. Quero dizer ao Deputado Hildo que entendo a sua angústia. No final do ano é sempre assim: as pessoas ficam cansadas depois de um ano tão intenso, mas nós devemos ler o relatório, ao menos ler o relatório, Presidente, para

que nós possamos cumprir esse cronograma, que é muito complexo, difícil e vai exigir muita concentração, dedicação.

Eu considero que um passo pode ser dado hoje com a leitura do Relatório da Receita, Sra. Presidente. É isso o que eu quero manifestar. Eu estou pronto e apoiarei um relatório objetivo, realista, que sirva à estabilidade econômica e política do Brasil.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presidente, eu gostaria de garantir a questão de ordem. Depois o...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Questão de ordem ao Deputado Edmar, e, em seguida, o Deputado João Arruda terá a palavra. E, finalmente, o Relator irá falar.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, Deputado Hildo. Deputado Hildo, eu entendo V.Exa. com relação à angústia de aumentar a previsão da receita. No entanto, este Orçamento já está majorado.

Eu estou aqui com o Relatório da Receita deste ano, com uma queda no Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, de janeiro a outubro, de 12,69%. A queda na Previdência foi de 5,37%. E nós temos, então, 3,34% de queda de arrecadação de janeiro a outubro de 2015, em relação a janeiro a outubro de 2014.

Perdoem-me, mas querer elevar a previsão de receita, de repatriação do dinheiro que está lá fora sujo... Eu tenho a impressão de que nem o que está previsto vai acontecer. Pelo ambiente que nós vivemos no Brasil, eu tenho dificuldade de acreditar que o que está previsto vai acontecer. Aumentar é loucura, entendeu? Não adianta aumentar.

Então, eu entendo a questão da saúde. É mais grave a questão da Previdência. O déficit da Previdência, — nós temos que discutir sobre isso —, é de 250 bilhões para o ano que vem, para um Orçamento de 1,5 trilhão. Não tem cabimento. São 126 bilhões do Regime Geral, 70 bilhões do público e mais 50 bilhões daqueles que não contribuíram. São 250 bilhões de déficit na Previdência.

Então, nós precisamos analisar esse Orçamento com muito critério.

E a minha questão de ordem é a seguinte, Sr., Relator: até hoje, às 10h30min, não havia essa conversa de colocar a CPMF no relatório, não havia. Isso é coisa de 10h30min para cá.

O PSC vai se posicionar contrário a incluir a receita de CPMF neste Orçamento. Isso é um descaso. Isso é um desrespeito do Executivo para com esta Casa. Isso não existe! Colocar a CPMF como previsão de receita no Orçamento do ano que vem não tem cabimento, não tem cabimento.

Então, nós vamos trabalhar contra a aprovação da CPMF e vamos trabalhar contra a aprovação de um relatório de receitas que contemple CPMF. Eu não acho adequado, neste momento, mexer no relatório que V.Exa. já fez, com a exceção de agregar esses 6 bilhões do leilão, o que me parece ser uma coisa certa.

Eu quero deixar isso claro, Sra. Presidente, porque não tem cabimento chegar o Governo, aos 45 minutos do segundo tempo, e querer incluir no Orçamento a CPMF, que ainda nem foi aprovada. No dia que aprovar — se aprovar, com o meu voto contrário —, aí faremos um adendo na receita.

Então, Sr. Relator, eu gostaria que V.Exa. lesse o relatório — se for ler — como ele está apresentado até hoje, às 10h30min, sem essa *maledetta* dessa CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dizer, sem nenhum intuito de aborrecer o Deputado Hildo, que acabaram de fazer o esclarecimento final sobre a questão levantada por V.Exa.

O sofrido Relator da Receita teve muita dificuldade em obter todos os dados para que pudesse elaborar o relatório, e sempre esteve à disposição, debatendo com todos os Ministros, realmente, precisava de auxílio, e fez o relatório com o auxílio do próprio Comitê de Avaliação da Receita. Porém, o art. 30, § 2º, fala a respeito da reavaliação. Diz que no prazo de 10 dias, após a votação do último relatório setorial, o Relator da Receita poderá propor atualização da receita aprovada, tendo em vista eventual revisão de parâmetro da legislação tributária, com base em avaliação do Comitê de Avaliação da Receita. V.Exa. sabe que a obrigatoriedade trata da reavaliação.

Eu gostaria de dar toda razão a V.Exa., mas V.Exa. exigiu que eu cumprisse, como faço, o Regimento, e é o que eu faço agora.

Muito obrigada.

Tem a palavra o Deputado João Arruda. Em seguida, será o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu só queria agradecer a oportunidade, cumprimentar o Relator e reforçar essa necessidade, porque acredito que a arrecadação do repatriamento será muito maior do que está previsto no Orçamento, 11 bilhões. É uma emergência que se está vivendo. E o Relator pôde sentir isso pela fala de todos os Parlamentares aqui: nós vamos parar a saúde do Brasil no primeiro semestre do ano que vem, e precisamos encontrar fonte de recursos para financiar a saúde.

O Relator tem falado em cortes, cortes, cortes. Se não for agora, com essa possibilidade, S.Exa. vai ter que achar uma forma de cortar de outro lugar para colocar dinheiro na saúde. Vai faltar dinheiro para a média e alta complexidade, vai faltar dinheiro para o SAMU, vai faltar dinheiro para ambulância, vai faltar dinheiro para tudo.

Então, nós estamos vendo aqui uma possibilidade, e o PMDB está buscando junto ao Relator um adendo. Não basta o compromisso do Relator com o adendo, o Relator da Receita. Nós precisamos do compromisso também do Relator do Orçamento Geral, porque é ele que vai prever e carimbar os gastos para a saúde. Depois, tem outro compromisso, que é o compromisso com o Governo, de que não haverá contingenciamento desse dinheiro.

Então, são três compromissos pelos quais o PMDB está lutando aqui hoje. E não é só o PMDB, são diversos Parlamentares aqui da Comissão de Seguridade e de outras Comissões também, da Frente da Saúde também, que fazem parte da Comissão de Orçamento. Esses três compromissos eu considero razoáveis, para, afinal de contas, ajudar o Ministério da Saúde, ajudar a saúde do País. É uma obrigação de todos nós. Sem contar o dinheiro para as epidemias, como as que estamos sofrendo hoje, sem contar 1 bilhão, que é o dinheiro para os remédios que o Governo tem que pagar por conta de ações judiciais, sem contar o dinheiro da Farmácia Popular, que é para comprar remédio, 1 bilhão. Ou seja, um caos.

Se nós colocarmos todo o dinheiro para recurso, para financiamento obrigatório de serviços da saúde, o Governo vai poder cortar de outras áreas, do SAMU, do dinheiro das UPAS.

Então, Senador, a situação é realmente caótica. Aqui, nós estamos vendo uma possibilidade, quem sabe, uma luz no fundo do túnel. É razoável o que o PMDB está pedindo e outros Parlamentares também.

Muito obrigado, Presidenta e nobre Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria também me somar às preocupações de V.Exa. e dizer que na LDO, num trabalho realizado aqui na Casa, foi acrescentado, Deputado Orlando, 3,7 bilhões, quer dizer, devolvidos praticamente à saúde.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Houve mudança na emenda complementar de 3 bilhões, mas nós já tínhamos perdido 3,8 bilhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não perdemos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Era o dinheiro das emendas parlamentares, saiu do orçamento do Ministério, nós fizemos a substituição na Emenda Complementar nº 86, que é a antiga, que supriu os 3 bilhões, mas ainda existe um déficit de 7 bilhões no orçamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu vou dizer a V.Exa., embora eu não tenha feito nenhuma comunicação, porque não cabe a mim fazer, houve uma reunião com o Ministro Nelson para que esses 7 bilhões sejam preservados pela lógica do raciocínio do Ministro Marcelo, ele já sabe disso, inclusive, o coloquei para falar com o Ministro Nelson nessa reunião em que estavam vários Parlamentares. A saúde não sofreria corte de qualquer natureza, foi esse acordo que nós fizemos no Planejamento, e me proponho a restabelecer esse diálogo lá dentro, mas o Ministro Marcelo sabe que não perderá 7 bilhões de reais, porque o próprio Ministro assegurou isso a ele.

Eu queria conceder a palavra à Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Só para esclarecer o que V.Exa. está dizendo. São 7 bilhões ao todo. Se a Presidente não vetar a nossa mudança na LDO, aqui, nós vamos conseguir manter 3 bilhões, mas ainda teremos um déficit de 4 bilhões. Esse é o texto, o Governo não tem mais o que fazer. Ele pode ajudar aqui na negociação e depois não contingenciar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Espero que o Governo cumpra com a palavra de não retirar e não fazer nenhum corte a mais do que já

foram feitos na saúde. Mas acho que deve haver uma reunião específica com o Ministro do Planejamento e o Ministro da Saúde juntos. Convido V.Exa. a participar, já que não pode participar da outra reunião.

Vou conceder a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, ao Deputado Caio Narcio e, depois, ao Relator. Não vou mais abrir para inscrições.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidenta, quero só colocar que, acompanhando toda a questão do cronograma proposto e o relatório, apesar de ter sido disponibilizado fora do prazo previsto incialmente, minha posição é a mesma do PSDB. Acho que poderíamos votar, já que está sem a CPMF e o Democratas não apoia a sua inclusão. Com relação ao mérito, ainda vamos discuti-lo, porque também temos uma preocupação com o superdimensionamento da receita. Sabemos que o ano que vem será um ano difícil, não é novidade, com cortes em todas as áreas, educação com um corte significativo em relação ao ano de 2015, que já não foi um ano bom, quase 27%, e a saúde também. Mas o Democratas não gostaria de travar a pauta, uma vez que é interesse desta Casa, sim, entregar e cumprir com nossa obrigação. Não temos nada com a desorganização, a falta de planejamento e a falta de interesse do próprio Governo na votação.

O Democratas não será elemento de obstrução, quer votar, acha importante. E vamos para o debate em relação ao relatório. Fico feliz com o Relator de não ter incluída a CPMF, porque ela não é uma realidade e dificilmente se concretizará nesta Casa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidenta, estamos muito preocupados em cumprir todos esses prazos que são necessários para que o Brasil possa ter uma peça orçamentária, quando, e é óbvio, ao assistir às atividades do Governo, o Governo não quer uma peça orçamentária, o Governo quer continuar fazendo as coisas do seu jeito, sem que o Parlamento atrapalhe. Isso é óbvio, claro! E tenho visto a postura de V.Exa. em cumprirmos os prazos para que possamos entregar um orçamento que dê segurança ao Brasil. Mesmo com um Governo

atabalhoado, um Governo irresponsável, temos percebido que esta Comissão tem tentado fazer sua parte.

Na semana que vem já é dezembro e temos que cumprir parte da etapa e entrega-la ao Brasil, mesmo contra a vontade do Governo. É preciso ficar claro que não há interesse do Governo de resolver essas situações. O Governo tem que vir aqui! Quando havia coisas do seu interesse, o quórum era maravilhoso aqui. Nunca se viu tanto Parlamentar aqui dentro, quando era do interesse do Governo votar o PLN 5 para concertar as pedaladas da Presidenta. Todo mundo estava aqui, parecia escola: *"Presente. Estou aqui".* Agora, precisamos tocar o Orçamento, precisamos iniciar os trabalhos, cumprir os prazos, organizar as receitas, e fica o Governo fingindo que quer, mas, na verdade, não quer.

Então, é importante que seja feita a leitura, é importante que se vote as receitas sem a CPMF. Só quem não está aqui, ou este Governo doido, que acha que vai aprovar a CPMF. Quem está vivendo a realidade aqui sabe que não vai ser aprovada. Então é óbvio que precisamos aprovar um relatório de receita que seja sem a CPMF, que seja real e que precisamos cumprir o nosso dever para com o País, que é aprovar um Orçamento responsável para este Governo irresponsável.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ouvi as palavras de V.Exa. e, infelizmente, até concordo que esse é um fato verdadeiro.

Há um requerimento para inclusão na pauta exatamente da leitura do requerimento. Eu queria submeter à votação, porque sem isso ele não poderá ler o relatório. Eu vou colocar em votação a inclusão na pauta para leitura — está subentendido, "para leitura". Eu gostaria de votar. Vou registrar sempre, aliás, os Anais desta Casa vão registrar também. E amanhã, quando estivermos convivendo com uma crise muito mais grave que essa, vamos nos lembrar de quem é a responsabilidade pelo o que está acontecendo aqui.

Em votação a inclusão na pauta do novo Relatório da Receita para leitura apresentada ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, com o Senador Acir Gurgacz.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu quero pedir verificação nominal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de V.Exa. pedir verificação, nós temos que acabar o que estamos fazendo.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada e vamos submeter à votação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Solicito verificação nominal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem apoio?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Dez por cento! Eu sou Vice-Líder do PMDB. Eu represento o PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Verifique a Vice-Liderança indicada do Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

Não, aliado não. Isso é articulado com o Líder do Governo. Não tenho dúvida nenhuma. Isso está alinhavado com o Líder do Governo, e quero que fique registrado em ata.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu lhe respeito muito, mas acho que a senhora deveria medir as palavras quando se dirigir a seus companheiros, seus colegas de Comissão. Eu aqui não estou a serviço do Governo. A senhora sabe que tenho batido muito no Governo. Embora o PMDB seja aliado do Governo, eu disse que, enquanto não for restabelecido recurso para a saúde, não há acordo. Não é a favor do Governo, é a favor do povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Qual é a dificuldade de o Relator colocar o adendo?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Qual é a dificuldade de colocar o adendo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou esclarecer novamente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não pode ser a vontade de V.Exa. só. Tem que respeitar.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu estou dentro do Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem o meu respeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou dar a palavra, Líder, com certeza, pode ficar tranquilo.

V.Exa. tem o meu respeito, Deputado Hildo Rocha, a minha consideração como faço com todos nesta Casa, mas eu não posso ver e fingir que não estou vendo. V.Exa. sabe que tem uma revisão de receita, V.Exa. sabe que haverá um segundo tempo desta discussão, V.Exa. ao impedir que seja lido o relatório, está tirando a oportunidade de termos votado o Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Até que seja feito o acordo com o Relator da Receita, restabelecendo o recurso da receita.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. propõe um acordo como Vice-Líder de um partido, mas V.Exa. deveria acordar com os demais que estão aqui solicitando a leitura do Orçamento.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Desde o início da sessão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sei que V.Exa. atende muito bem ao Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não senhora, não tem nada a ver. Eu até brigo com ele.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu atendo ao Líder do Governo. O Líder não tem dificuldade de dialogar com quem quer que seja. O Deputado Paulo Pimenta é ouvido por mim. Eu chamei V.Exa. aqui do meu lado, V.Exa. conversou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora está sendo injusta comigo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Extremamente injusta! Eu acho que eu tenho até o direito de cometer uma injustiça e hoje eu vou cometê-la.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesse caso em particular, a senhora está sendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. sabe o que disse a mim, sabe o que disse a eles. Portanto, eu não vou discutir. Agora, vou lamentar publicamente que V. Exas. estejam impedindo que haja uma leitura, uma leitura, o que não impede que no adendo seja alterado posteriormente. V.Exas. estão impedindo a votação do Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, senhora, não estamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou provar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou com a palavra agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem dá a palavra a V.Exa. sou eu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou pedindo a palavra para V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então eu darei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Posso falar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas o senhor não está com a palavra agora. O senhor vai ouvir.

Então, eu quero dizer, Deputado Hildo Rocha, se V.Exa. não sabe a consequência do seu gesto, olhe este papel.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Olhei, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Leia este papel.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Estou em defesa da saúde pública para o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, está bom. Nós todos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Nem parece, nem parece.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, V.Exa. meça também as palavras.

Vou dizer novamente: fizemos uma reunião...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não tem o direito de me interromper. Fizemos uma reunião no Planejamento. Fomos nós que fomos lá impedir os cortes do Governo. Então, aqui não há ninguém com prioridade de comportamento ou de posição a respeito da saúde. Nós somos da Frente Parlamentar da Saúde há muitos anos. A Emenda nº 29 está aí.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, vou pedir um minutinho. V.Exa. se acalme, por favor. V.Exa. já deixou todo mundo nervoso aqui hoje.

Eu peço ao técnico Ricardo Volpe que possa explicar o que está acontecendo. Primeiro, eu quero esclarecimento sobre a data. antes de responder o apoiamento. O senhor pode fazer isso?

O Assessor Ricardo Volpe vai esclarecer o que eu estou a todo o momento mostrando aos senhores. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Ricardo Volpe para esclarecer o calendário. Em seguida, V.Exa. falará confortavelmente, Deputado Paulo Pimenta,

Eu vou responder uma questão de ordem antes. V.Exa. sozinho não pode requerer o apoiamento para a verificação. V.Exa. está como Vice-Líder, mas precisa ter o apoiamento, conforme orientação, de mais quatro Parlamentares

Deixa o "Deputado" Volpe explicar a questão do prazo. Ele não é Deputado, mas eu gostaria que fosse, pois é muito competente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - "Deputado Volpe", resolva para nós esse problema aí. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha, ele é imprescindível no trabalho que realiza nesta Casa, inclusive no de V.Exa.

O SR. RICARDO VOLPE - Votado o Relatório da Receita hoje, entregaríamos hoje o parecer preliminar e abriríamos o prazo de emendas até amanhã, sexta-feira. Aí, no sábado, nós trabalharíamos para poder fechar o relatório com as emendas, publicaríamos esse relatório para termos condições de votá-lo na segunda-feira, dia 1º de dezembro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Walbinson, neste momento a palavra está com o assessor Volpe.

O SR. RICARDO VOLPE - Na terça-feira, 1º de dezembro.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Volpe, é melhor você aguardar um pouquinho. Vamos ver se os colegas querem ouvir o calendário, daí você começa novamente, desde o início, porque ninguém ouviu até agora.

O SR. RICARDO VOLPE - O.k. Votando o Relatório da Receita hoje, quinta-feira, nós entregaríamos hoje mesmo o parecer preliminar, o Deputado Ricardo

Barros faria aquela reunião com os Relatores setoriais, em relação a qual seria o volume de recursos a ser distribuído, e abriríamos o prazo de emendas ao parecer preliminar na sexta. Sábado, nós daríamos parecer às emendas e entregaríamos o novo relatório para, na terça-feira, dia 1º de dezembro, ter condições de votar o parecer preliminar. Votado o parecer preliminar, os Relatores setoriais teriam prazo para as decisões.

Então, na prática, eles seriam votados dia 1º, até dia 2, um dia apenas para os Relatores setoriais começaram a entregar as decisões para a Consultoria e mais um dia apenas para a Consultoria já publicar os relatórios. Aí, seriam publicados os relatórios no final de semana. Tralharíamos no final de semana publicando esses relatórios, o último relatório seria publicado no sábado e no domingo, para, na segunda-feira, haver uma reunião para iniciar a votação dos relatórios setoriais que forem entregues a partir de sexta-feira. Então, sexta, sábado e domingo, e começa a votação dos primeiros que foram entregues. São dezesseis relatórios setoriais.

Mesmo voando os relatórios setoriais em um dia, seja na terça ou na quarta, nós já estaríamos no dia 8 de dezembro, certo? Em 8 de dezembro entregaríamos às bancadas para distribuir aqueles recursos que a bancada tem direito a distribuir para equalizar as suas emendas. No dia 8. Esse prazo também seria o mesmo prazo para poder fazer a reavaliação da receita, está o.k.? Isso no dia 8 de dezembro. Aí nós teríamos no dia 9 a devolução da planilha, das decisões das bancadas, e o Relator, no dia 11, entregaria as decisões finais do relatório, todos os cortes para nós fazermos esse ajuste fiscal. Hoje, para colocar esse ajuste fiscal com o Relatório da Receita, nós teríamos que fazer um corte de 29 bilhões nesse Orçamento. Nós estamos tratando aqui de 29 bilhões. Depois, publicaríamos esse relatório no sábado, dia 14, para na segunda, dia 16, iniciarmos a discussão e votação desse relatório — 15 ou 16, no máximo — , a discussão do Orçamento, os ajustes finais, e no dia 17 seria a última votação.

Em que implica não votarmos o relatório da receita hoje? Em que teremos que nos reunir dias 21 e 22 de dezembro. Dificilmente, haverá quórum, no Plenário do Congresso Nacional, dia 22 de dezembro.

Esta é a realidade: não haverá Orçamento.

A decisão é essa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Ricardo Volpe, eu agradeço.

Concedo a palavra... Desculpem-me, eu me perdi um pouco. Nós estamos votando na Câmara e houve pedido de verificação de quórum. Eu repito a votação:

Aqueles que apoiam a inclusão do novo relatório de receita na pauta, para ser lido, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.*(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Nós daremos a palavra ao Relator. V.Exa. faz questão de falar? Vai acrescentar alguma coisa? Vamos suscitar uma nova discussão? Sobre o que V.Exa. falar, eu vou responder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não vou falar nada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vai falar nada? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu nem pensei em falar.

E as acusações que V.Exa. me fez, como ficam? Elas foram retiradas? *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Jamais! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. permanece com a impressão de que o Deputado Hildo agiu combinado comigo. Está mantida essa acusação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está mantida. Está mantida. *(Risos.)*

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares... *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não está falando?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Eu estou esperando, há discussão.

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deixe-os discutir à vontade, depois nós começamos.

Depois de tantos dias debatendo e discutindo esse relatório de receita, eu gostaria de poder refazê-lo, Sra. Presidente.

Eu quero aqui ressaltar o compromisso de todos os membros desta Comissão, através dos Líderes, independentemente de cor partidária, de aprovar o Orçamento; de fazer as emendas, os debates, para que possamos dar ao País um Orçamento de acordo com a realidade que vivemos neste momento.

Nós, infelizmente, temos falta de receita. E a falta de receita implica a redução ou o não aumento de investimento em vários segmentos, seja na saúde, seja na educação, seja na infraestrutura. Em todos os segmentos.

Nós fizemos um relatório de receitas mais realista possível, um relatório de receitas verdadeiro, não incluindo a CPMF. Nós entendemos que ela não existe. Se ela não existe, não podemos incluí-la no relatório da receita. Nós não podemos acrescer ao nosso relatório números que não sejam verdadeiros, reais. Nós não podemos criar, através de papel, um aumento de receitas, para atender às nossas demandas, que são muito verdadeiras e importantes para o nosso País. Nós não podemos sair do curso da realidade, não podemos criar receitas que não existem.

O Brasil não pode de novo virar um país de rentistas, em que a produção e o trabalho não valham mais a pena. Não vamos mudar a política econômica, criar números fictícios.

Portanto, eu parabenizo todos os membros desta Comissão, que estão empenhados em votar estes relatórios — relatórios setoriais, relatório da receita e, depois, relatório geral. Isso se deve ao trabalho da nossa Presidente Rose de Freitas, juntamente com os membros desta Comissão.

Eu vou resumir, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: neste ano de 2015, Srs. Deputados, Srs. Senadores e Sras. Deputadas, temos a previsão de arrecadar 1 trilhão e 260 milhões de reais. Essa é a previsão de receitas para o ano de 2015.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Só para corrigir: 1 trilhão e 260 bilhões. V.Exa. falou “milhões”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Desculpem-me: 1 trilhão, 260 bilhões e 300 milhões de reais. Com base nisso, nós fizemos um acréscimo de parâmetros

(relativamente ao câmbio, ao PIB e à inflação) da ordem de 7,5%. Só com esse aumento, nós estamos acrescendo a receita em 94 bilhões e 750 milhões de reais, chegando a 1 trilhão, 354 bilhões e 750 milhões; só com o realinhamento de preços: a inflação combinada com o câmbio e o PIB previsto para o ano de 2016.

A esse 1 trilhão e 354 bilhões, nós acrescemos 71.750 bilhões, conforme descrição a seguir:

1 - Alienação de bens no projeto de Lei Orçamentária, R$ 27 bilhões;

2 - Adiamento dos pagamentos decorrentes do leilão, que passou de R$ 11 bilhões para R$ 17 bilhões;

3 - Repatriação, estimada inicialmente em 11 bilhões e 100 milhões de reais, a qual poderá ser realinhada e reajustada ao fim do nosso relatório, sem nenhum problema, se o Plenário assim decidir — não é apenas a vontade do Relator;

4 - Alienação de ações mais dividendos, 6 bilhões e 200 milhões de reais;

5 - Juros sobre capital próprio, R$ 1,1 bilhão;

6 - Tributação sobre ganho de capital, R$ 1,8 bilhão;

7 - REINTEGRA, R$ 2 bilhões;

8 - Regime Especial da Indústria Química, R$ 800 milhões;

9 - Aperfeiçoamento da gestão da dívida, R$ 3,6 bilhões — um dos pontos que debatemos muito com o Governo foi a melhoria da gestão da dívida ou a melhoria da gestão do Governo;

10 - Licitação de portos e aeroportos, R$ 1,5 bilhão — está programado para ser feito no ano que vem;

11 - Renúncia PRONON e PRONAS, R$ 350 milhões.

Totalizou-se, portanto, 1 trilhão, 426 bilhões e 500 milhões de reais, havendo um acréscimo de receitas ao Orçamento previsto para 2016, conforme dito aqui pontualmente, comparativamente à nossa projeção para 2015, em 166 bilhões e 200 milhões de reais. Mesmo assim, falta receita. Temos necessidade de ampliar as nossas receitas para atendermos a programas. Nós temos agora que conversar com os relatores setoriais e com o Relator de Despesa, para definirmos onde vamos alocar esses 166 bilhões, dando prioridade para a saúde. Todos nós queremos essa prioridade.

Portanto, o relatório resume-se exatamente a isso. Nós chegamos com muita dificuldade a esse número.

Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu entendo que é importante a não inclusão da CPMF. Embora saibamos da sua importância para as nossas receitas, para o investimento em saúde, nós não podemos incluí-la, pois entendemos que não é através do aumento de impostos ou da criação de novos impostos que vamos resolver o problema do nosso País.

Esse é o relatório, de maneira simplificada, de maneira bem direta, bem clara, para que os senhores e as senhoras possam entender como tivemos esse aumento de receita de 2015 para 2016 e possam saber que precisaríamos de muito mais receitas para atender às demandas da população brasileira.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Senador, pode nos disponibilizar uma cópia desse resumo?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - É claro. Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores e senhoras, pelo que foi acordado entre as Lideranças, nós faríamos a leitura no dia de hoje — inclusive com a concordância do Deputado Hildo — e, na terça-feira, abriríamos a discussão e a votação. É isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado João.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu não entendi. Fica o compromisso de se colocar o adendo do Relator? S.Exa. não falou exatamente sobre o adendo.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Veja bem, o adendo pode ser feito, mas nós dependemos do Plenário. Não podemos fazer esse adendo por vontade expressa do Relator, e não temos número palpável para dizer que, de fato, nós vamos ter esse acréscimo. De onde viria esse acréscimo, se não me engano, de 8 bilhões de reais? Segundo informações dos "universitários", o problema da saúde são 4 bilhões, não 8.

No meu entendimento, nós temos que fazer isso de acordo com o Plenário e não conforme a vontade do Relator. Temos que colocar isso em votação em plenário. R$ 3,7 bilhões já estão resolvidos, porque vão estar na despesa. Com esse

acréscimo de receitas, Deputado, 3,7 bilhões vão ser destinados à saúde, o que já diminui o problema. Nós temos que conversar. Eu me coloco à disposição para que, até à votação, façamos as reuniões necessárias, incluindo o Relator da Despesa, para que possamos destinar o que for necessário.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Rapidamente. A consultora me disse que isso não pode ser mais feito através de emenda, através do plenário; isso só pode ser feito através de um adendo do Relator.

Então, se o Relator firmar esse compromisso com quem está presente hoje em plenário, isso será suficiente para que façamos a leitura e votemos. Aliás, a leitura já foi feita.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado, eu respondo da seguinte forma: embora não seja uma emenda de plenário, eu preciso ter o apoio dos Líderes para incluir isso no relatório.

Se na reunião de Líderes houver acordo quanto a aumentarmos esse valor, Deputado Hildo, eu o coloco, sem nenhum problema. Mas não podemos fazer uma coisa unilateral. Nós precisamos ter o apoiamento dos Líderes, para que possamos avançar na votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Precisamos ter também o compromisso do Relator da despesa.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - E tem que haver o compromisso do Relator da Despesa, é evidente, para incluirmos esse valor diretamente no orçamento da saúde.

Então, nós precisamos fazer essa reunião, independentemente da leitura feita agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, só para encerrarmos este assunto, porque há Deputados pedindo a palavra, antes da reunião de terça-feira, nós teremos, na reunião de Líderes, uma conversa específica sobre esse assunto, para que seja acolhida a solicitação do PMDB de que seja feita uma reestimativa específica nesse item, com o compromisso do Relator da Despesa de que esse dinheiro será direcionado para a saúde. É isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Do PMB também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O PMB está junto nessa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A Deputada Dorinha havia pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Rapidamente: o PSC, Deputado João, também está de acordo, não vê nenhuma dificuldade. Eu só penso que não será hoje que o Senador terá liberdade para fazer isso. V.Exas. têm o compromisso do Deputado Edmar Arruda, do PSC e do Bloco de que se vai contemporizar e recompor o valor da saúde, mas haverá momento apropriado para que isso seja feito, de acordo com o Regimento. Eu estou tranquilo com relação a isso.

Contudo, eu gostaria que houvesse consistência na informação, Deputado João, quanto ao aumento dos impostos da repatriação. Fazer de conta não adianta, colocar um valor que não vai se realizar — concorda? Aí, eu prefiro cortar recursos de outro orçamento para recompor o da saúde.

Eu sou favorável à recomposição do orçamento da saúde. Eu só não gostaria de ter uma fonte duvidosa. É só isso.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu queria que fizesse...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A Deputada Dorinha está com a palavra. Depois falará o Deputado Hildo Rocha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, nós fizemos um acordo, e eu manifestei o interesse do Democratas em votar.

Na verdade, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Relator. S.Exa., no meu entendimento, ao abordar a CPMF, o fez de maneira correta. Ela ainda é uma construção difícil e distante. Mas a minha pergunta é sobre a repatriação. Pelo que sei, isso não foi votado no Senado ainda — parece-me, inclusive, que o Relator era o Deputado Delcídio — e V.Exa. coloca aqui como uma proposta.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Ainda é.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É, mas vai ser difícil concretizar.

Mas a minha pergunta é em relação a isto, à questão da repatriação.

E queria ponderar ao Deputado Hildo Rocha que nós, do Democratas, estamos dispostos a apoiar, no acordo de Líderes, a compensação e a organização da saúde.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O PSDB também.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas a minha ponderação é no sentido de que possamos votar hoje com esse compromisso.

A posição do Democratas é apoiar V.Exa. nesse pleito, que é extremamente legítimo, em relação ao fortalecimento. Sei que ninguém tem interesse contrário. Há que se encontrar a forma como fazer essa organização. É lógico que ninguém aqui, em sã consciência, teria se posicionado contra a alocação de recursos na saúde. Essa área vai ter uma redução de quase 19%.

Então, a posição do Democratas é no sentido de votarmos hoje, com esse questionamento — vamos fazer, do ponto de vista formal, emenda e proposta —, mas gostaria de ouvir o Relator em relação à repatriação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Antes de passar a palavra ao Deputado Hildo Rocha, para termos juntos, aqui, essa conversa, quero informar que está aberto o prazo de destaques, o qual será finalizado ao término da discussão. Portanto, a partir de agora, os senhores e as senhoras já podem encaminhar os seus destaques ao relatório que foi lido pelo nosso Senador.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu quero agradecer o apoiamento do PSDB, por intermédio do Deputado do Caio Narcio; do DEM, por intermédio da Deputada Professora Dorinha; do PSC, por intermédio do Deputado Edmar Arruda; e também do Partido da Mulher Brasileira, aqui representado pelo Deputado Gaguim. Eu quero agradecer a V.Exas. A causa é justa, Sr. Relator.

E quero também registar que, infelizmente, essa extrapauta, para que seja inserida a leitura do relatório, foi aprovada com a presença apenas de dois Senadores e nove Deputados Federais — que seja registrado em ata. Foi o que eu conferi e é o que inclusive está gravado no vídeo. Eu quero que isso seja registrado em ata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e senhores...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputada Dorinha, V.Exa. coloca muito bem a questão da repatriação. Uma estimativa feita pelo Governo com relação ao valor dessa operação nos foi passada. Ela foi aprovada na Câmara e está no Senado. Nós estamos trabalhando para também ali aprovarmos essa medida. Eu entendo que nós a aprovaremos, porque ela é importante para o País e já consta do relatório. Agora, mudar esse número é uma questão de acordo.

Eu também apoio toda e qualquer ampliação de recursos para gastos — aliás, não são gastos, são investimentos — em saúde pública. Então, isso também tem o meu apoio, também tem a minha vontade, mas não podemos fazer algo que não seja verdadeiro, que não venha a ser cumprido ou executado. Nós não podemos fazer de conta que vamos colocar dinheiro na saúde, se não temos esse dinheiro. Assim não vamos resolver o problema. Nós vamos criar uma expectativa que não vai se concretizar e que vai frustrar todos nós. Sairemos daqui felizes com os números, mas, ao final da história, teremos um problema de não execução do Orçamento.

Por isso, tivemos a preocupação de fazer — e fizemos — um relatório muito próximo daquilo que nós imaginamos que tenha que ser a economia do ano que vem. A minha vontade é que isso tudo aconteça dessa forma, mas é uma projeção para o ano; é uma estimativa para o ano. E nós temos que fazer essa estimativa dentro da realidade. Nós não incluímos nenhum tipo de aumento de imposto e nenhum tipo de criação de imposto, para que não venham a ser ainda mais prejudicadas a economia brasileira e a população brasileira.

O nosso compromisso é debater esse tema até o término da discussão e da votação. E, se nós tivermos condição de aumentar a receita — e aí nós dependemos primeiro do Relator Setorial de Saúde e depois do Relator de Despesa —, direcionaremos parte desses 166 bilhões de reais para a saúde pública. Nós não precisamos de aumento para isso.

Sr. Presidente, é esta a minha resposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Está inscrito o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, na verdade, a pergunta está mais relacionada ao ordenamento. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Eu quero saber quando se encerra esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Bom, eu vou até fazer a leitura: *"O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Orçamento".*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - O prazo será finalizado ao término da discussão, na semana que vem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pois é. Essa é a questão de ordem. Então, terça-feira, teoricamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Em princípio, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E a discussão será feita também na terça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Em princípio, sim. Bom, pelo menos, se nada for modificado até lá.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - A discussão já começou.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pelo acordo que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - A discussão começou. Nós estamos falando sobre o relatório da receita.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É importante deixar isso claro, porque, na terça-feira, pode ser que alguém queira discutir, que haja mais coisas e que se chegue ao entendimento de que a discussão já foi feita.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não. Nós temos um acordo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso deve constar em ata, para não termos...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós temos um acordo: estaremos em discussão até terça-feira. Na terça-feira, nós reabriremos o debate, apreciaremos, se

houver, os destaques de emenda e votaremos o relatório. Agora, se quiserem votar hoje, eu prefiro, sem nenhum problema. Estou à disposição.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com o adendo da saúde? Com a repatriação?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O adendo da saúde não depende do Relator da Receita.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Claro que depende.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós dependemos do Relator Setorial e do Relator da Despesa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Relator Setorial está aqui.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Caio Narcio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Tem a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Na verdade, acho que ficou muito claro para o Deputado Hildo Rocha e para o Deputado João Arruda que nós temos um momento, independentemente da aprovação, hoje ou não, do relatório, para fazer a revisão da receita. Refiro-me àquele comitê de que o Deputado Hildo Rocha faz parte. E há o compromisso das Lideranças, que representam aqui a maioria, de fazer esse esforço.

E eu vou além: se não conseguirmos recursos da repatriação, nós vamos cortar despesas em outros Ministérios e com outros Relatores Setoriais, para manter, no mínimo, aquilo que foi projetado para a saúde.

Deixem-me dar um número importante: hoje nós temos, no Brasil, 40 milhões de brasileiros com plano de saúde. Investe-se, por ano, para esse fim, 80 bilhões de reais. Como é que nós vamos tratar a saúde de 165 milhões com 100 bilhões de reais? Essa conta não fecha. Já está um caos. Então, não dá para reduzir.

Agora, o que eu estou pedindo encarecidamente é que sigamos o rito, com o compromisso de restaurar o valor da saúde. Se a maioria concordar em aprovar o relatório, da nossa parte, não haverá nenhum problema. Não vai haver destaque. O único destaque que poderia haver é esse sobre o qual nós estamos assumindo compromisso.

Então, Sr. Presidente, eu não vejo dificuldade, se o Deputado Hildo Rocha concordar, se todos os Deputados que estão aqui concordarem, de aprovar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Perfeitamente, Deputado Edmar Arruda.

V.Exa. quer se manifestar, Deputada?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu queria só tirar uma dúvida sobre os prazos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Então, vamos deixar os Deputados falarem. Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e, depois, o Deputado Izalci.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Seguindo a proposta do cronograma, hoje nós votaríamos o relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Aí, abre-se prazo para as emendas e a votação final será na terça-feira. Aí, sim, encerra-se o prazo para a apresentação de destaques. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - É. Nós estamos hoje na abertura de discussão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, nós votaríamos hoje o parecer preliminar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Nós estamos em discussão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Votaríamos hoje o parecer preliminar? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Não, não. Hoje está sendo feita a apresentação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na proposta, Deputado, está assim: apresentação, publicação e votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - E discussão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Isso é o que foi deliberado incialmente. Quero saber se se mantém.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Temos um acordo para transferir essa votação para terça-feira.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Acordo com quem?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - E nós vamos votar se houver o adendo. O PMDB só vota se houver o adendo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O acordo foi no sentido de votar hoje o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olhem só, acordo é entendimento entre as partes. O pensamento de um não pode prevalecer sobre o dos demais.

Eu peço 5 minutos de suspensão, para conversarmos sobre a necessidade de votarmos, na sala ao lado, por favor.

A reunião está suspensa por 15 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica, localizados na bancada.

Ao mesmo tempo, declaro suspensa, até o dia 1º de dezembro, terça-feira, às 10h30min, a nossa reunião.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião por hoje.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Sim, a reunião está suspensa até terça, às 10h30min. Por hoje, estamos encerrando os trabalhos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Correspondência dada como lida em 26.11.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA INTERNA:

1) Ofício nº 288/2015/GABJA, de 10 de novembro, do Coordenador da Bancada de Goiás, Dep. Jovair Arantes, encaminhando solicitação de reconsideração do voto de inadmissibilidade da emenda nº 7110.0010.
2) Ofício nº 011/2015/LMCN, de 19 de novembro, do Líder da Minoria no Congresso Nacional, Dep. Pauderney Avelino, indicando seu nome para compor o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO.

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

1) Ofício nº 221/2015/MP, de 17 de novembro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando redução de despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 – PLOA 2016, como parte da eliminação do déficit fiscal apresentado nesse Projeto.
2) Ofício nº 222/2015/MP, de 17 de novembro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando proposta de ajuste de despesas com ajuda de custo para moradia e auxílio-moradia constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 – PLOA 2016.
3) Ofício nº 224/2015/MP, de 17 de novembro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando omissões de ordem técnica do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 – PLOA 2016, no âmbito das despesas do Ministério da Cultura.
4) Ofício nº 225/2015/MP, de 17 de novembro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, encaminhando omissões de ordem técnica do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 – PLOA 2016, no âmbito das despesas do Ministério da Educação.
5) Ofício-Circular nº 019/2015/GM/MinC, de 18 de novembro, do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, encaminhando convite à Comissão para participar do evento " Emergências – Encontro global de cultura, ativismo e política" que o Ministério da Cultura – MinC promoverá no período de 07 a 13 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro.
6) Ofício nº 145/2015/Justiça Eleitoral/RJ, de 13 de novembro de 2015, da Juiza Eleitoral da 174ª ZE/RJ, requerendo apoio a manutenção no Anexo V do PLOA-2016 dos valores referentes à implementação da Lei nº 13.150/2015.
7) Ofício nº 619//2014/GR/UFES, de 5 de novembro, da Vice-Reitora no Exercício da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo, Ethel Leonor Noia Maciel, solicitando emenda parlamentar visando atender ao projeto CICties.
8) Ofício nº 0058/05/2015-CNC, de 21 de maio de 2015, do Presidente Executivo do CNC, enviando informações sobre o endividamento da cafeicultura brasileira.
9) Ofício nº 972/2015, de 10 de novembro de 2015, da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, do Presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, Deputado Dary Pagung, especificando emendas à Proposta Orçamentária da União para as APAES Estado do Espírito Santo.

Avisos GP/TCU, de 6 de novembro de 2015:
1) Aviso nº 1270/2015 (Acórdão 2769/2015): obras de pavimentação do prolongamento da Avenida Prudente de Morais-RN.

Avisos Seses/TCU, de 12 de novembro de 2015:
1) Aviso nº 895/2015 (Acórdão 2891/2015): acompanhamento da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º quadrimestre de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos Seses/TCU, de 19 de novembro de 2015:
2) Aviso nº 922/2015 (Acórdão 2960/2015): acompanhamento decorrente de determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 3.362/2010-Plenário.
Avisos Seses/TCU, de 12 de novembro de 2015:
3) Aviso nº 891/2015 (Acórdão 2884/2015): acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 3º quadrimestre de 2014, publicados pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal.

Em 01.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Gostaria de informar que, em virtude da ausência de parte dos Deputados da Oposição, que não puderam chegar aqui até o presente momento, em função de voos em deslocamento de Minas Gerais e de outros Estados para cá, nós vamos suspender temporariamente a presente reunião.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu percebo que há ausência aqui de Deputados tanto da Oposição quanto da Situação. Houve alguma reunião prévia que definiu pela suspensão? Por que a suspensão? Nós estamos com esta reunião suspensa há quanto tempo? Suspende-se e volta há mais de uma semana. Qual é a dificuldade de encerrar e convocar outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Deputado Samuel Moreira, nós estamos atendendo o pedido do próprio Deputado Domingos Sávio, que ligou para a Presidência pedindo a suspensão da reunião.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas já há uma reunião convocada para às 14h30min?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Já, vai ser às 13h30min. Vamos suspender a reunião até as 13h30. Às 13h30, nós retornaremos. O.k.?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k., concordo.

(A reunião é suspensa.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Exa. pode suspender esta sessão por 2 minutos para conversarmos um pouco? Eu gostaria muito de saber o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu vou suspender para que nós possamos conversar. V.Exa. pode vir à mesa, por gentileza?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É lógico.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro reiniciados os trabalhos e comunico que vou suspender a reunião para que nós possamos realizar reunião com os Líderes das bancadas para combinarmos o andamento da pauta.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

A pauta de hoje, que é a pauta acordada na reunião anterior, é o item da extrapauta que foi votado. É a apreciação do novo Relatório da Receita, entregue em 25 de novembro e apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, PLOA para 2016.

O Relator da Receita é o Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais, continuando o debate sobre o nosso

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório da Receita, nós tivemos uma reestimativa, para que nós — atendendo o Deputado Hildo Rocha, uma reivindicação pertinente do PMDB e de demais Deputados —, pudéssemos aumentar a receita em 10 bilhões para atender a área de saúde pública. Então, nós acatamos o pedido do Deputado Hildo Rocha e de demais Deputados e acrescentamos 10 bilhões na reestimativa com relação à repatriação.

Nós fechamos o nosso Relatório da Receita com o valor total de 1 trilhão, 441 bilhões e 800 milhões de reais, dos quais — comparados à arrecadação de 2015, que deverá ser de 1 trilhão, 260 bilhões e 300 milhões de reais, com um acréscimo médio de parâmetros de 7,5% combinado com inflação, câmbio, PIB e outros — nós temos um acréscimo de 94 bilhões e 450 milhões de reais, totalizando 1 trilhão, 354 bilhões e 750 milhões de reais.

O acréscimo restante de 87,05 bilhões corresponde à alienação de bens do Projeto de Lei Orçamentária, no valor de 27 bilhões, que já estava colocado na semana passada; ao adiamento dos pagamentos decorrentes do leilão das elétricas, 17 bilhões, conforme já lido na semana passada; à repatriação, em que nós acrescemos, então, 10 bilhões, que eram 11 bilhões e 100 e passou para 21 bilhões e 100; à alienação de ações mais dividendos, 6,2 bilhões; aos juros sobre capital próprio, 1,1 bilhões; à tributação sobre ganho de capital; 1,8 bilhões; ao REINTEGRA, 2 bilhões; ao regime especial da indústria química, 800 milhões; ao aperfeiçoamento da gestão da dívida ativa, 3,6 bilhões; à licitação de portos e aeroportos, 1 bilhão e meio; à renúncia do PRONON e PRONAS, 350 milhões; à loteria, 1 bilhão; ao aumento de multas, 600 milhões de reais. Totalizou, portanto, 1 trilhão, 441 bilhões e 800 milhões. O acréscimo, em relação a 2015, é de 181 bilhões e 500 milhões.

Dessa forma, Sra. Presidente, a mudança foi especificamente para atender a reivindicação de aumentarmos a receita. Para que nós tivéssemos mais renda, mais dinheiro para a saúde, nós acrescemos esses 10 bilhões com relação à repatriação. Dessa forma, nós temos um novo número. Espero contar com o apoio dos Exmos. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Este é o novo relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sra. Presidenta.

Primeiro, eu quero fazer uma saudação ao Senador Acir Gurgacz pela dedicação que o Senador teve, pelo trabalho, por ter estudado tanto e analisado tantas possibilidades para a questão da receita. Não é fácil fechar. Acho que V.Exa. traz um relatório que tem robustez e tem também condições de ser defendido, e os números aqui correspondem à expectativa da realidade. Então, eu queria parabenizar V.Exa.

Além disso, eu queria perguntar à Mesa se nós vamos ter destaques para votar esse Relatório da Receita. Como vamos proceder às discussões em relação a isso? Particularmente, eu concordo com o que foi exposto pelo nobre Relator, mas gostaria de perguntar à Presidenta se temos outros destaques apresentados à Mesa e como vamos proceder à discussão e ao debate desse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos em fase de apresentação de destaques. Na mesa, já constam dez destaques. Enquanto estiver em discussão, poderão ser apresentados outros destaques.

Continua em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, para discutir.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, quero me inscrever também.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Samuel.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, Senadora Rose, que conduz muito bem os trabalhos desta Comissão, é difícil a condução dos trabalhos nesta Comissão. Nós entendemos que existem interesses e conflitos contrariados, pois, obviamente, nós estamos aqui representando os nossos Estados e segmentos da sociedade brasileira.

Quero aqui parabenizar o Senador Acir Gurgacz pelo relatório que ele fez e por ter atendido também aos clamores dos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que compõem a Frente Parlamentar da Saúde, porque, de fato, se não houvesse essa correção, no ano que vem, nós teríamos um caos na saúde pública.

Nós sabemos que o *Aedes aegypti* está aí, com a novidade do zika vírus, que tem afetado todos os Estados do Brasil, com mais ênfase nos Estados nordestinos. A microcefalia está aí. É uma realidade que nós temos que combater. Para combatê-la, há a necessidade de recursos.

Portanto, quero parabenizá-lo por retornar aquela receita para que o Relator-Geral possa recompor o Orçamento da União.

Em nome de todos os Parlamentares da Frente Parlamentar da Saúde, nosso muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu estive aqui às 10h30min, e a reunião foi suspensa para retornar às 13h30min. Eu estive aqui às 13h30min, e a reunião foi suspensa novamente. Eu fui fazer uma refeição muito rapidamente e, quando chego aqui, o relatório já foi lido. Eu não fui comunicado. O Relatório da Receita foi lido...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, só para esclarecer, às vezes há uma confusão. Nós havíamos chamado, às 9h30min, para a reunião de Líderes. Ela aconteceu e depois foi suspensa, porque ainda havia alguns óbices em relação a isso.

Quanto ao relatório, ele foi lido no dia 26. V.Exa. estava em plenário.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Houve alguma alteração agora, pelo visto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele apresentou agora.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pois é.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas ele apresentou agora.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele fez a leitura do relatório?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Fez, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu gostaria de ter participado. Estou me queixando exatamente disso. Eu gostaria de ter participado e de ter tido conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer que ele leia novamente? Ele pode fazer uma concessão a V.Exa., mas V.Exa. sabe que, quando há reunião de Líderes, enquanto ela durar, nós vamos suspendendo a reunião, em respeito à reunião de Líderes.

Realmente, V.Exa. esteve presente às 13h30min, mas nós suspendemos e abrimos às 14 horas em ponto, para continuarmos os trabalhos. Ele fez a leitura do que foi modificado, mas ele pode esclarecer. V.Exa. tem o relatório à mão?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, eu gostaria que, no meu tempo, ele comentasse as alterações que ocorreram. Eu não tive ciência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode solicitar a ele diretamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, eu gostaria muito que o Relator expusesse as alterações e os objetivos.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente, Senadora Rose, eu acho que, no máximo, o Relator poderia dar uma cópia do que já foi lido, porque o interessado em estar por dentro das coisas fica aqui na reunião, para não chegar atrasado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas, olhe, não tem nem como questionar, porque ele esteve aqui nas duas vezes. Mas eu acho que o Relator é sempre compreensivo. Hoje não é dia de acirrar os ânimos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu não estou fazendo nenhuma objeção, por enquanto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não está.

Eu peço ao Relator, por favor...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Por enquanto, eu não estou fazendo qualquer objeção, por enquanto. Agora, eu lamento, então, que não haja um sistema...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator já está com a palavra para proceder às explicações.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E eu solicito também que haja um sistema de comunicação mais adequado, em função das suspensões que devem ter horário marcado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Meia hora depois, Deputado, 13h30min, temos que abrir às 2. Chegamos aqui e anunciamos. Todos têm conhecimento. Qualquer desinformação é mesmo porque não perguntam: *"Suspendeu? A que horas vai abrir?".* É isso, é de praxe.

Concedo a palavra ao Relator, por favor, para esclarecer ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Muito bem, Deputado Samuel Moreira, nós já pedimos à nossa equipe da CMO para que faça as cópias do novo Relatório da Receita e distribuam-nas aos Deputados e Senadores.

Adendo II ao Relatório de Receitas do PLN nº 007/2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016:

Em 1º de dezembro, foi encaminhado o Ofício nº 250/2015, que solicita alguns ajustes no Relatório da Receita. Dos pedidos listados, propomos a inclusão das seguintes receitas em nosso relatório:

1) Suspensão dos benefícios tributários referentes à inovação tecnológica previstos na Lei nº 11.196/2005, de acordo com o previsto no art. 3º da Medida Provisória nº 694, de 30 de setembro de 2015; valor: 1 bilhão e 320 milhões de reais; natureza da receita: 12100211 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - principal, valor: 660 milhões de reais.

2) Reestimativa de ingresso da loteria instantânea; Contribuição sobre a Loteria Instantânea - principal; Unidade Orçamentária: 30907 — FUNPEN; valor: 74 milhões, 969 mil e 992 reais; natureza da receita: 12100751 - Contribuição sobre Loteria Instantânea - principal; Unidade Orçamentária: 33201 - INSS; valor: 385 milhões de reais; natureza da receita: 12100751, Contribuição sobre a Loteria Instantânea - principal; valor: 74 milhões, 969 mil e 992 reais; natureza da receita: 12100751; Unidade Orçamentária: 74902; valor: 165 milhões e 60 mil reais.

3) Reestimativa de ingressos da tributação de ativos repatriados do exterior; natureza da receita: 11130111; Imposto sobre a Renda a Pessoa Física — IRPF - principal, valor: 10 bilhões de reais.

4) Reestimativa de ingresso de multas; natureza da receita: 19100111; multas previstas em legislação específica - principal; Unidade Orçamentária: 30.107, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, valor: 502 milhões, 911 mi e 271 reais; natureza da receita: 19100111 - multas previstas em legislação específica- principal, Unidade Orçamentária: 39252 - DNIT; valor: 97 milhões, 88 mil e 729 reais.

5) Reestimativa de ingressos de decorrentes da alienação da Caixa Seguridade; natureza da receita: 13220011; dividendos - principal; valor: 1 bilhão e 700 milhões de reais

O resultado das reestimativas contidas no Relatório da Receita, inclusive em adendos, está demonstrado nas tabelas anexas.

Volto a ler, Deputado. Nós temos a previsão de receita deste ano de 1 trilhão, 260 bilhões e 300 mil reais; acrescidos dos parâmetros de inflação, câmbio e PIB de 7,5%; nós teremos um aumento de 94 bilhões e 450 milhões de reais; totalizando, então, 1 trilhão, 354 bilhões e 750 milhões, acréscimos de 87,05 bilhões.

Correspondem exatamente a todos esses termos que nós acabamos de ler parcialmente: alienação de bens do Projeto de Lei Orçamentária: 27 bilhões; adiantamento dos pagamentos decorrentes do leilão das elétricas: 17 bilhões; repatriação: 21.100 bilhões; alienação de ações mais dividendos: 6,2 bilhões; juros sobre capital próprio: 1,1 bilhão; tributação sobre ganho de capital: 1,8 bilhão; REINTEGRA: 2 bilhões; Regime Especial da Indústria Química: 800 milhões; aperfeiçoamento da gestão da dívida ativa — nós já discutimos e falamos na semana passada —: 3, 6 milhões; licitação de portos e aeroportos — também foi debatido semana passada —: 1,5 bilhão; renúncia PRONON e PRONAS — também foi discutido semana passada —: menos 350 milhões; loteria, mais conhecida como Raspadinha: 1 bilhão; aumentos de multas: Ofício nº 250/2015, valor: 600 milhões de reais; totalizando, portanto, 1 trilhão, 441 bilhões e 800 milhões de reais. O acréscimo deste relatório ao que nós esperamos que aconteça em 2015 é da ordem de 181 bilhões e 500 milhões de reais.

É o relatório, Deputado Rômulo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, primeiro, quanto ao procedimento, isso está sendo tratado como forma de adendo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Sr. Relator está com a palavra. Ele esclarecerá a V.Exa.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Este é o adendo que nós...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É um adendo e não uma lista apresentada de alterações no relatório?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não, é um adendo. Nós recebemos, atendemos ao pedido. E, agora, estamos fazendo este adendo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não seria conveniente publicar isso, Sra. Presidente, por ser um adendo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu queria até esclarecer uma situação que está profundamente me incomodando. Durante todo esse tempo, nós trabalhamos sempre com a perspectiva, e anunciando, de que esta Comissão, pelo menos esta, ofereceria ao País um orçamento.

V.Exa. sabe que na semana passada, em função do fato acontecido e de outros, por outras razões que aqui não quero elencar, suspenderam as sessões do Congresso Nacional, não obstante tendo a persistência de permanentemente mostrar o calendário aos Presidentes das Casas, melhor dizendo, do Senado Federal.

O que aconteceu é que, infelizmente, antes do fato acontecido, na terça-feira o Presidente anunciou que só teria votação dia 3. Esses prazos estão todos absolutamente exauridos. É impossível praticar qualquer coisa dentro daquilo que nós gostaríamos de fazer.

Eu só chamo aqui um pouco a atenção de V.Exas. para este fato, porque não imaginem que eu esteja presidindo a sessão satisfeita, eu estou contrariada há vários dias. Ontem, fomos até a madrugada em reunião com o Presidente do Congresso Nacional. E, agora, vamos tentar realizar as sessões do Congresso todos os dias, para que este País possa ter um orçamento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu peço desculpas a V.Exa., porque, ainda ontem, passavam-nos outras informações que foram caracterizadas, pelo menos contempladas, nesse adendo.

Também temos outra coisa a ressaltar. O Comitê de Admissibilidade de Emendas não se manifestou e colocou essa posição quanto às emendas apresentadas e do Relator, conforme dispõe o parágrafo que citamos do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006. Então, eu teria que ainda solicitar a V.Exas. autorização para a votação do relatório que aqui está.

Eu só quero dizer que, infelizmente, tem funcionado assim neste País. Tanto quanto pudermos, tentaremos corrigir aqui os defeitos e o mau comportamento que induziram esta Comissão a um trabalho tão relapso anteriormente realizado.

Há uma única coisa que tenho que pedir a V.Exa. O Relator veio ao plenário, com a autorização dos Líderes, para aqui fazer esse adendo publicamente, porque teria que fazê-lo e distribuí-lo para que houvesse tempo para a discussão.

Qualquer outra decisão ficará a cargo da consciência de cada um. Eu só peço a V.Exas., se puderem e se isso não lhes for infligir nenhum comportamento de caráter, de dignidade política de cada um, que consigamos oferecer a este País um orçamento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sei o que V.Exa. está dizendo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós não temos o objetivo de fazer obstrução ao relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu entendi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O problema é que existem questões regimentais. Precisamos ter cuidado com essa questão para dar publicidade a esses adendos e permitir inclusive os destaques. Como vamos fazer os destaques das alterações?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os destaques estão sendo feitos. Nós estamos discutindo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Já os dessas alterações?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A partir do momento em que S.Exa. lê o relatório, abre-se a questão dos destaques. Já temos, sobre a mesa, dez destaques.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pela ordem, Sra. Presidente, só para informar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixe-me concluir o raciocínio, e V.Exa., como Relator, vai concluir com a sua observação.

Então, já estamos abertos para os destaques. Se V.Exa. quiser apresentá-los, todos serão discutidos e votados aqui no plenário.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente, quero informar a V.Exas. que esse adendo que acabei de fazer na leitura já está sendo entregue aos Srs. e às Sras. Parlamentares, para que possam fazer o acompanhamento da nossa votação. E os destaques só poderão ser feitos na medida em que forem apresentadas lá atrás as emendas. Então, o adendo nada mudará a oportunidade e a possibilidade dos destaques.

Portanto, enquanto houver aqui a discussão e o debate, será possível ainda fazer os destaques para aquilo que foi emendado e que não está contemplado nesse relatório.

Era esse o comunicado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A preocupação, Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente, queria dizer ao Senador Acir Gurgacz o seguinte: é um prazer tê-lo, Senador, nessa missão. Sei que V.Exa. é o Relator da receita. Quanto à distribuição dessa receita, nós temos várias preocupações. A minha principal preocupação é em relação à saúde. Nós temos um déficit muito grande na saúde, que estava em 11 bilhões. Há a questão da média e alta complexidade para os Prefeitos, os Governadores, para os Governos de Estado; há a questão dos hospitais por conta das intervenções cirúrgicas, que são necessárias e importantes. Agora há a microcefalia, que está aí campeando por todo o País, a dengue, o zika vírus. Enfim, existe toda essa situação.

Disse na sessão passada, Sra. Presidente, do meu desejo de que fossem implementados de 8 a 10 bilhões na saúde, para que nós chegássemos ao patamar

dos 20 bilhões. Isso para mim é muito importante e relevante. Na hora da dor, na hora da angústia, qualquer um vende o boi, vende o cavalo, mata a vaca para salvar a vida do filho, da mãe, da esposa, do marido, do avô, do tio, de um parente, de um familiar.

Então, agora nós temos que apertar na outra ponta para salvar a saúde. Sei que há esse indicativo. Quero me somar a esse indicativo, para que nós possamos garantir à saúde mais 8 ou 10 bilhões, e eu sugeriria que fossem os da repatriação dos ativos. Uns dizem que esse dinheiro é mal havido, outros dizem que não é limpo, outros dizem que o dinheiro é bom. Sendo ele bom, mal havido ou limpo, nós podemos, ao trazermos para a saúde, fazer com que seja um dinheiro bem-vindo, porque vai salvar vidas. E a vida só é vida se for vida bem vivida, vida com intensidade, com felicidade, qualidade de vida, senão não é vida. E é o que queremos para a saúde. Esse é o nosso desejo.

Concluo, Sra. Presidente, dizendo que quero brigar intensamente para nós garantirmos recursos à saúde. Não por acaso, Senador Acir, sou da Comissão de Seguridade Social e Família, que na Câmara trata da saúde. Então, sou um pouco emissário de lá. Já vim de lá com a cabeça desse tamanho para descarregar aqui o que eu aprendi lá, as angústias que a acumulei, as necessidades que senti, as demandas que recebi e tudo aquilo que nós temos como uma espécie assim de cabedal para defender a saúde do nosso povo, da nossa gente, dos nossos hospitais, dos nossos Municípios, do cidadão e da cidadania.

Então, esse é o compromisso e quero firmá-lo aqui para garantirmos os 20 bilhões à saúde, Sra. Presidente e Senador Acir.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós, atendendo a esse pedido de V.Exa., acrescentamos esses 10 bilhões. Foi feito um acordo junto com os Líderes para que pudéssemos aceitar e acrescer esses 10 bilhões, que serão destinados para a saúde, dentro do acordo que foi feito com o Relator de despesas, o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros. Então, esse acordo foi feito para que pudéssemos incluir esses 10 bilhões e, daqui para frente, esse acordo continuará sendo executado, conforme firmado com o Relator de despesas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de solicitar, antes de conceder a palavra ao próximo orador...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Senadora, eu só quero agradecer. Trata-se de uma ação, de uma atitude coletiva de todas as Lideranças, uns mais, outros menos. Cada um teve a sua participação. Obviamente, tem a mão de V.Exa., mãe, mulher, lutadora, a nossa musa da Constituinte, lá, ao seu tempo. Nas Missões, dizia o índio Sepé: *"Quando a pele murcha, o espírito floresce"*. Então, a inteligência cresce. E V.Exa. cresceu na inteligência, na sabedoria, no conhecimento e hoje honra este Parlamento. E temos esse orgulho. Isso vale para mim, para todos nós.

Então, temos que acrescentar conhecimento. A sua experiência é a que faz grande e forte esta Comissão e que vai dar a saúde de que o povo brasileiro precisa. Eu me orgulho de estar ao lado de V.Exa. e do Senador Acir para poder lhes agradecer. Essa é uma luta de todos nós, à qual eu me somo atentamente.

Obrigado e parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. elevou o meu espírito até aonde ele não podia ir. Quero dizer que sou só uma índia da tribo xau xau. Mas queria dizer a V.Exa. que há um ganho relativo a essa luta que V.Exas. travaram aqui no plenário, o Deputado Hildo Rocha, o Deputado João Arruda, V.Exa. e os demais que se somaram a esse pleito da saúde. Realmente é muito justo. Ele foi atendido pelos Líderes como um todo na reunião.

As outras coisas que o senhor acrescentou aí, eu vou guardar só como recordação da gentileza de V.Exa. Muito obrigada.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados,, eu queria me somar ao Deputado Pompeo de Mattos com relação à saúde. Em qualquer pesquisa que se faça no País ou em qualquer Estado, a saúde aparece em primeiro lugar como prioridade. Então, nada mais justo do que destinar parte dessa receita que o Senado Acir Gurgacz, com muita competência, conseguiu garimpar — eu espero que essas estimativas possam se realizar na receita do ano que vem — para a saúde, para a segurança pública. Os dois itens

mais comentados no Brasil, quando se fazem pesquisas nas ruas, são a saúde e a segurança pública.

Para encerrar, Sra. Presidente, quero fazer um apelo à Oposição. No ano passado, nós não aprovamos o Orçamento dentro do ano anterior.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho, Senador. É impossível termos outra assembleia paralela ao trabalho que está sendo realizado aqui. Peço a compreensão de todos.

Com a palavra o Senador.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Tenho um apelo a fazer aos integrantes da Oposição, que eu sei que são bastante compreensivos e responsáveis com a nossa Nação: tudo o que o Brasil não precisa neste ano é que não aprovemos este Orçamento. É para o bem do nosso País, e não vai desgastar mais ou menos a Presidente da República, o Governo, aprovando o Orçamento neste ano para o ano que vem. Mas tudo o que não precisaria era deixar este Orçamento para ser votado no ano que vem.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira e, em seguida, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Sr. Relator, não há o objetivo aqui de obstruir a votação. Nós acabamos, realmente agora, de receber o adendo. Tenho algumas preocupações. Percebi, então, que a CPMF não está no Relatório da Receita. É isso, Relator? Não entrou a CPMF no Relatório da Receita?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Espero também que não haja, por parte do Governo, qualquer intenção de fazer algum destaque no sentido de propor a CPMF. Espero!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Samuel, por gentileza.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quem está falando?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É para comunicar a V.Exa. que eu tenho destaques para incluir a CPMF na receita. Estou dizendo isso para V.Exa. tomar conhecimento desse fato.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acho que não pode estar em discussão o livre arbítrio de quem quer que seja, seja do PT, do PCdoB...

Agora, o Relator, desde o primeiro momento, apresentou o relatório sem a CPMF, que era a posição dele.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu não estou impedindo ninguém de tomar iniciativa. Eu disse *"eu espero"*, porque nós também procuramos aqui caminhar para um entendimento político e poderíamos fazer isso inclusive de maneira antecipada.

Há um desejo nosso de que sequer possamos debater a CPMF. Esse é um desejo. Não é nada proibitivo. Mas há um desejo de que sequer se debata aqui a introdução da CPMF.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Esse é o meu desejo também, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero, então, alertá-los da nossa indisposição de votarmos neste momento, desta forma. Nós queremos discutir profundamente o relatório, antes, inclusive, dos destaques, e queremos discuti-lo com profundidade.

Nós percebemos que o Relator aumentou o valor da repatriação. Em que pese nós não entendermos muito bem qual é a previsão dessa receita da repatriação, há um objetivo extremamente justo, que é realocar para a saúde uma quantidade desse recurso, pelo que eu percebi, e de maneira muito rápida, porque esse adendo acabou de chegar — está aqui com a data do dia 1º, data de hoje. Nós teríamos que ter uma publicação desse adendo, para podermos fazer uma discussão item por item e podermos apresentar os destaques também.

Portanto, eu quero alertar V.Exa., Sra. Presidente, com todo o espírito de colaboração. Para nós, é surpreendente que o Governo venha querer debater a CPMF após esse relatório. Nós queremos inclusive reivindicar a publicação desse adendo, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Quero apenas fazer um registro.

O Deputado pode debater, discutir; nós estamos aqui para fazer essa discussão. Do mesmo modo, é natural que haja destaques — e há mais de dez destaques na Mesa; não sei quais são. Nós vamos debater e discutir um a um. Nós estamos aqui para fazer esse debate. E todos têm todo o direito de debater, discutir e também destacar aquilo que lhes é de interesse, e nós vamos avançar na discussão.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, pela ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tinha dado a palavra pela ordem ao Deputado Ricardo Barros. Em seguida, falará V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu queria propor algo ao Plenário.

Nós, evidentemente, teremos muitas diferenças durante esse debate. Então, que elas sejam resolvidas nas votações nominais, que são as normais quando há divergência. O nosso entendimento é o de que devemos caminhar com votações.

Eu gostaria, terminada a votação do relatório da receita, de apresentar o meu relatório preliminar, iniciar a discussão e encerrá-la, para que depois eu tenha um tempo para dar o parecer aos destaques que serão feitos ao relatório preliminar.

Então, a ideia é que possamos avançar aqui, e, naquilo em que houver divergência — parece-me que não serão muitas —, nós votemos. O Governo põe a sua base; a Oposição, a sua; e nós votamos, decidimos no voto aquilo sobre o que não houver convergência.

É evidente que não haverá um acordo amplo para o relatório da receita, nem para o preliminar, nem para o relatório setorial, nem para o geral. Em todos eles, teremos divergências e vamos resolvê-las no voto nominal, que eu acho que é a melhor maneira.

Gostaria de propor isso aos companheiros, de modo que nós pudéssemos, com o pequeno prazo que temos, avançar e resolver as divergências de forma democrática: no voto nominal. Lembro, entretanto, que, votado o relatório preliminar é que abriremos o prazo para os setoriais fazerem os seus relatórios. Depois temos

que votar todos os setoriais e votar o relatório-geral. E estamos apenas a 2 semanas do encerramento dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não era eu, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah! não, desculpe-me. Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

A minha fala é no sentido de colaborar com este momento que estamos vivendo, com esta agonia que o Brasil está vivendo. O Brasil está vivendo uma agonia política e econômica, e é preciso que tenhamos uma compreensão clara do momento. O Congresso tem que entender, e não podemos jamais ficar com a pecha de que estamos inviabilizando qualquer perspectiva de retomada da economia brasileira.

Diante disso, a inércia é a pior das opções. Acho que um momento de paralisia e de inércia agora na Comissão não vai trazer frutos positivos para ninguém, até porque a dinâmica do Orçamento exige que votemos, primeiramente, dentro de um cronograma, o relatório de receitas; concluído o relatório de receitas, o relatório preliminar; concluído o relatório preliminar, os relatórios setoriais; e, depois, o relatório-geral, em duas votações: uma na Comissão e outra no plenário do Congresso Nacional. E nós sabemos que estamos diante de um clima político muito adverso na conjuntura nacional.

Todos sabem da minha coerência e da minha firmeza. Inclusive, já disse isto hoje de manhã, na reunião dos Líderes: eu não voto em CPMF, sob hipótese alguma. Mas nós não podemos impedir o País de dar seguimento à sua legislação, o que é fundamental agora.

Então, eu acho que nós poderíamos — e peço a compreensão do Deputado Samuel — votar a receita. votada a receita, para-se a reunião para a leitura do relatório preliminar. Tem-se um prazo até amanhã para apresentação das emendas e para a votação desse relatório preliminar. E nós vamos ter até o início da próxima semana para votar esses relatórios setoriais.

Senão, vamos cair numa estagnação que será prejudicial para todos, para os que querem e para os que não querem; para o País como um todo, que vai pagar um preço muito alto por isso.

Diante disso, eu acho que nós vamos ter condição de identificar, inclusive, na votação... Porque eu não acredito que o Plenário vote CPMF de maneira alguma, mas eu acho que o que nós não podemos é parar na saída, na partida.

Diante disso, eu reafirmo: vamos votar o relatório de receita. Votaremos o texto do Relator Acir Gurgacz, a quem agradeço por ter tido a compreensão de resolver o problema do orçamento da saúde pública, que é, sem sombra de dúvida, a questão mais aviltante e mais problemática que o País tem, hoje, na prestação de serviço público — a questão da saúde. Então, como V.Exa. conseguiu identificar essa preocupação nossa e como, com a unanimidade do Colégio de Líderes, nós conseguimos encontrar solução, parabenizo-o por isso.

Nós votaríamos agora a receita e, depois, daríamos seguimento, votando os demais pontos, até porque não cabe ao Congresso Nacional, neste momento de tanta fragilidade na política nacional, a pecha de quem não fez nada. Quem não fez nada, quem levou o País para o buraco, quem está provocando todas essas dificuldades que estamos vivendo agora não é o Poder Legislativo; toda essa crise tem um endereço no Poder Executivo, no Palácio do Planalto. Mas nós temos que responder à sociedade brasileira, pela obrigação que temos com aqueles que nos elegeram. Então, não podemos parar o Orçamento diante disso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria agradecer a V.Exa. também pelo posicionamento hoje cedo em defesa da saúde, que ajudou no entendimento da Relatoria.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda. Em seguida falará o Deputado João Arruda, e eu vou esclarecer a questão levantada pelo Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Relator por ter acatado a sugestão, em especial, de negociar com o Relator-Geral para que o orçamento da saúde fosse restaurado.

Infelizmente, a fonte... Nós não sabemos como se chegou a essas contas, porque são 21 bilhões de impostos de repatriação. Mas vamos torcer para que as

contas estejam certas e que o volume de dinheiro ilícito permita que essa repatriação gere esses recursos.

Segundo, quero só dizer que, no jornal *Folha de S.Paulo*, na última pesquisa realizada neste final de semana, os dois principais itens que a população coloca como problemáticos para a Nação não são saúde e segurança; são corrupção, em primeiro lugar, com mais de 30 pontos, e, depois, saúde, com 14.

Então, nós estamos diante de uma situação gravíssima: todo dia há uma enxurrada de informações negativas que está levando as pessoas realmente a acreditarem que o maior problema do Brasil, hoje, é a corrupção. Mas nós precisaríamos de tempo para debater isso, para mostrar que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

Eu confesso que, para mim, o maior problema do Brasil, hoje, é gestão. Mas depois nós discutimos isso.

Por último, quero colocar o seguinte: houve um entendimento na semana passada, quando foi lido o relatório de receita, e entramos em discussão, no sentido de que a Oposição, e aí me incluo, queria aprovar o orçamento, o relatório de receitas — nós fizemos um empenho para votar —, desde que não estivesse inclusa a *maledetta* da CPMF, uma coisa que não existe.

Então, eu queria fazer um apelo ao Deputado Paulo Pimenta para que retirasse esse destaque, porque, se esse destaque da CPMF continuar na mesa, vai inviabilizar a aprovação do relatório de receita. E, aí, não venham culpar a Oposição pela não aprovação do relatório de receita. Nós não podemos contemplar no relatório de receita um imposto que não existe, nem a possibilidade de aprová-lo, Sr. Presidente. Eu acho que é uma questão de bom senso.

Eu vou entender a decisão de retirar esse destaque como um sinal de que o Governo quer, de fato, aprovar o orçamento, porque o que vai atravancar aqui o processo é esse destaque com relação à CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sra. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que o esforço do PMDB, da bancada do PMDB, de todos os Parlamentares que defenderam aqui mais recursos para a saúde foi importante para

que nós construíssemos esse acordo. V.Exa. foi essencial na condução dos trabalhos, na reunião que nós tivemos hoje pela manhã.

Quero dizer que nós queremos e temos que votar, Edmar Arruda, o relatório do Senador Acir Gurgacz. Aliás, eu quero cumprimentá-lo por acatar proposta nossa de aumento do dinheiro da repatriação, e o Relator-Geral, pelo compromisso com mais 7 bilhões para a saúde, com um orçamento de 107 bilhões para a saúde pública do País.

Nós estamos agora ansiosos para começar a discussão sobre o relatório preliminar do Relator-Geral. Então, aquilo que é de CPMF, assim como todas as questões mais polêmicas, nós vamos discutir e votar hoje mesmo.

A CPMF é uma previsão. Ninguém aqui está votando a favor da CPMF como imposto, ninguém está votando a favor de um novo imposto. É uma previsão na receita, e é isso que nós estamos discutindo aqui. Mas isso será debatido através dos destaques que nós devemos discutir e votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Samuel Moreira... V.Exa. quer acrescentar alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quero, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Mas V.Exa. me permitiria esclarecer antes?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pois não.

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mais uma vez, eu vou pedir a compreensão do Plenário.

O art. 128, Deputado Samuel, que fala sobre a apreciação dos relatórios, dispõe que somente poderá ocorrer 3 dias úteis... É o art. 128 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, na página 60.

Eu queria que o Plenário prestasse atenção, porque o Plenário participa dessa decisão.

Ele diz:

> *"Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei*

> *orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros."*

V.Exa. pediu a publicação, e eu vou recorrer ao Plenário, porque eu preciso fazer isso para que nós possamos dar andamento aos trabalhos, jamais em desrespeito a V.Exa., Deputado Samuel.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, desde que o Regimento esteja em pleno vigor e sendo cumprido, da nossa parte, não há qualquer objeção.

Eu quero só cumprimentar o Relator. Eu acho que ele cumpriu um papel importante, transferindo recursos, inclusive, para a saúde, em que pese não saber direito de onde virá e o quanto virá de receita da repatriação.

Mas quero dizer para V.Exa., Sra. Presidente, e para os demais Deputados que, enquanto houver a intenção do Governo de aprovar aqui a CPMF, nós vamos obstruir, sim. Nós queremos obstruir. Nós vamos prolongar, nós vamos evitar a votação. Nós não concordamos com a CPMF e achamos que o Governo não pode atuar dessa maneira: passar a impressão de que no relatório não quer — o Relator não acatou — e, ao mesmo tempo, vir com destaque. *"Não, o Relator retirou."* O Governo tem a intenção de aprová-la.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, ele não retirou; ele nunca colocou.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, mas o Governo propôs!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Além de ele nunca ter colocado...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está aqui a proposta do Governo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu aqui não estou... Ele não me deu essa delegação, mas eu quero esclarecer. Talvez V.Exas. não saibam — até agora, neste minuto, adentrando a sala da reunião dos Líderes — o que foi a

queda de braço que o Relator teve para manter a posição que ele adotou. É o contrário! Esse relatório não foi feito pelo Governo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, isso eu sei!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi feito pelo Relator. Portanto...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu acabei de cumprimentar o Relator pela posição firme!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, a democracia... Outro dia eu me dizia muito contrariada sobre a manifestação na porta do Congresso Nacional pela volta dos militares, e alguém que eu respeito muito nacionalmente me disse: *"Democracia pressupõe convivência dos contrários. Portanto, a senhora tem que aceitar que exista, na sociedade, alguém que pense assim"*. Embora eu não aceite nunca que se pense isso, porque passei pelo sofrimento de uma ditadura militar... Neste momento, nós não podemos tirar o direito de quem quer que seja de fazer o seu destaque — inclusive, V.Exa. pode apresentar um.

Eu gostaria de recorrer ao Plenário...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Inclusive o da Oposição! Inclusive não tirar o direito da Oposição de obstruir, de não concordar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas V.Exa. está fazendo isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Até porque o Governo não está agindo de forma que nós possamos entrar num entendimento, que é retirar o destaque da CPMF. Basta isso para que nós possamos, objetivamente, avaliar e votar o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel, vou fazer uma...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu quero fazer um registro, e este é o meu testemunho, até que eu deixe este cargo, em março do ano que vem: do Governo, eu não vi esforço para nada! Nem para aprovar

as matérias que nós aprovamos aqui. A luta pela aprovação de um orçamento é muito mais nossa do que do próprio Governo.

Hoje, nós temos aqui a colaboração da Senadora Gleisi, aqui presente — que vem e se dispõe a participar de todas as reuniões. Antes, isso não existia — e do próprio Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que vem aqui e interpreta as posições do Governo, quando pode fazê-lo, evidentemente.

Eu quero esclarecer que vou recorrer ao Plenário da decisão.

O Deputado Samuel Moreira, por quem eu tenho carinho e respeito, solicita que haja publicação do adendo do relatório do Relator de Receita.

Eu vou recorrer ao Plenário.

Quero solicitar aos Deputados que aprovam que o adendo seja publicado que se manifestem a favor, levantando a mão. Os que abrem mão da publicação permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Verificação, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. peça depois da votação.

O Voto do Deputado Giuseppe... *(Pausa.)* Deputado Elmar, desculpe-me.

Deputado Samuel, V.Exa. não votou.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, é preciso maioria absoluta! É preciso verificar se há maioria absoluta! É praticamente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando acabar a votação, V.Exa...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sou contra a proposição. Voto contra a proposição de que se deixe de publicá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então houve dois votos contrários... Todos os votos contrários na Câmara. Nós vamos passar à votação no Senado Federal. Os que forem...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou fazer verificação posteriormente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, só uma coisa: não é questão de verificação. Eu acho que aí é preciso constatar maioria absoluta!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não vai pedir verificação? Vai precisar de apoiamento e tudo mais. Vamos obedecer. A maioria absoluta...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, veja: se não houver a maioria absoluta... É preciso verificar se há maioria absoluta!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi com o voto de V.Exa. e o voto do Deputado Elmar.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Nós passamos à votação no Senado.

Eu peço...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, a matéria exige uma votação qualificada. Não é a maioria dos Deputados presentes, é a maioria dos membros!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dos membros...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É preciso verificar a maioria dos membros! É o que diz o Regimento!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - De quantos ele precisa para *(ininteligível)*?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas aí é na verificação! É na verificação!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. precisa de mais três para fazer o apoiamento...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, no momento da solicitação, não havia apoiamento, Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente! Requer maioria absoluta dos membros da Comissão! Não é a maioria dos presentes!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou solicitando o apoiamento, Deputado. Por favor!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou votando na Câmara! E a maioria da Câmara está presente aqui. Vamos verificar na hora em que V.Exa. der sustentação ao seu pleito de verificação.

Votação...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Srs. Presidente, quando é maioria qualificada, a verificação é de ofício. Tem que haver maioria absoluta para poder votar, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Exige-se maioria dos membros, não é maioria dos presentes! A verificação é de ofício!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando ele pedir verificação, ele terá que ter apoiamento. Sinto muito, mas terá que ter.

Em votação no Senado Federal. Os Senadores que apoiam que não haja a publicação solicitada permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu quero recorrer desta votação! Não está se cumprindo o art. 128! Não é possível!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer o seguinte? V.Exa. apresente o apoiamento da verificação de quórum... Nós oferecemos...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não é verificação de... É uma deliberação de maioria absoluta dos membros! Tem que haver a maioria dos membros aqui! É de ofício! V.Exa. tem que...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não precisa pedir; a verificação é de ofício. Tem que haver...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso é um procedimento normal, que tem que ocorrer sem eu pedir!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não haverá... O menos...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não há necessidade nem sequer de eu pedir!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O menos não prejudica. Eu vou...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O que eu estou dizendo é o seguinte: não há necessidade de eu pedir verificação!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer a chamada dos Deputados, então, para que V.Exa. verifique.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É isso, Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente... Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sem, absolutamente, retificação! Vamos chamar, para esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa., por gentileza...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta — desculpe-me, V.Exa. tinha até pedido a palavra anteriormente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que é uma questão regimental, e não há por que nós abrirmos um precedente. Então, eu gostaria que V.Exa...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Edmar Arruda, como vota? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Carlos Henrique Gaguim? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é votação, porque ele não teve apoiamento suficiente para saber se há maioria qualificada aqui na Câmara.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É verificação de presença!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sim, presença.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só! Presença! Não é para perguntar como vota, não!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado Edmar Arruda está presente?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado Edmar Arruda está presente?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado César Halum.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Presente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente... Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos verificando a maioria qualificada que V.Exa. pediu, ainda que não tivesse subscrito *(ininteligível)*.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Genecias Noronha.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, não é a presença! É a deliberação da maioria absoluta dos seus membros! Está aqui: deliberação da maioria absoluta. É deliberação! É preciso votar um por um!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer dizer deliberação diferente da ausculta ao Plenário pela posição de um requerimento que eu coloquei e submeti ao Plenário? V.Exa. está errado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado Genecias Noronha está presente?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não existe!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu estou lendo o artigo!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o artigo, Deputado Samuel?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado Hildo Rocha está presente?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Presente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Art. 128!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado João Arruda está presente?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Aro. *(Pausa.)*

Deputado Nilton Capixaba. *(Pausa.)*

Falem, por favor.

Deputado Ricardo Teobaldo. *(Pausa.)*

Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Wellington Roberto. *(Pausa.)*

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)*

Deputado José Nunes. *(Pausa.)*

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Deputado Hissa Abrahão. *(Pausa.)*

Deputado João Fernando Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputada Flávia Morais. *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputada Professora Dorinha. *(Pausa.)*

Deputado Expedito Netto. *(Pausa.)*

Deputado Jhonatan de Jesus. *(Pausa.)*

Deputado Kaio Maniçoba.

O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)*

(Não identificado) - Chegou! Chegou ele!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Obrigado, Deputado.

Washington Reis *(pausa)*; Cacá Leão *(pausa)*; Julio Lopes *(pausa)*; Pedro Fernandes *(pausa)*; Gorete Pereira *(pausa)*; João Carlos Bacelar *(pausa)*; Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - José Airton Cirilo. *(Pausa.)*

Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - José Airton Cirilo presente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Leo de Brito *(pausa)*; Orlando Silva *(pausa)*; Givaldo Carimbão *(pausa)*; Leonardo Monteiro *(pausa)*; Átila Lins *(pausa)*; César Messias *(pausa)*; Leopoldo Meyer *(pausa)*; Evair de Melo *(pausa)*; Domingos Sávio *(pausa)*; Izalci *(pausa)*; Raimundo Gomes de Matos *(pausa)*; Pompeo de Mattos *(pausa)*; Cabo Daciolo.

Esses são os nomes, Sra. Presidente.

Total, 22.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - São 22.

Eu agora quero levar uma questão de ordem a V.Exa. Vamos inverter.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer pedir verificação de *quorum* da votação?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não sou eu...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mesmo que V.Exa. não tenha, daremos para que V.Exa. solicite.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, veja, não é uma questão de eu pedir ou não. Está no Regimento a necessidade da deliberação. Ele verificou presença, mas é preciso deliberar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos deliberar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, mas o artigo diz que é deliberação da maioria absoluta dos membros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas foi deliberado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Deliberou com três votos contrários, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Para contraditar, Sra. Presidente, o que ele está dizendo, está muito claro: tem que ser deliberado pela maioria dos membros. Mas não diz que a deliberação é nominal. E V.Exa. fez a deliberação correta. E V.Exa. proclamou o resultado da deliberação...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E foram apenas dois votos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na forma que V.Exa. leu os votos.

Agora, se ele quiser verificação, aí, a votação passa a ser nominal, porque o artigo é bem claro: tem que deliberar, mas não é deliberar pelo voto no painel; é deliberar pelo voto espontâneo. Se houver dúvida do voto espontâneo, confere-se com voto nominal. Então, o procedimento está amplamente correto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Deputado...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mesmo assim, eu gostaria de agora... Eu sei que há um processo de obstrução.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode me ouvir? Eu ouço V.Exa. a todo momento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu entendo que há um processo de obstrução, e, sendo assim, antes que consigam continuar com o processo de obstrução, eu vou fazer, de ofício, a verificação da votação, para que não haja nenhuma dúvida sobre o que nós estamos fazendo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pela ordem, Sra. Presidenta. Pela ordem, Sra. Presidenta. O Deputado João Carlos Bacelar, do PR, está aqui presente e queria registar presença e votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado João Carlos Bacelar.

Nós proclamamos o resultado e vamos registrar a presença de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Quero apenas invocar o art. 44 do Regimento Comum, que dispõe que as votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico, nominal e secreto. No seu parágrafo único, informa que as votações serão feitas pelo processo simbólico, salvo nos casos em que seja exigido quórum especial. Ou seja, a votação tem que ser nominal nos casos em que é exigida a maioria absoluta. Está muito claro, tem de se proceder uma votação nominal neste caso presente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazê-lo agora. Estou concedendo, de ofício, imediatamente.

Vamos passar à votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMDB é a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que forem contrários... Nós vamos chamar nominalmente, as pessoas vão proclamar seu votos, vai ficar registrado, e dirimimos finalmente essa dúvida.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Encaminhamento, Sra. Presidente, dos partidos.

O PMDB encaminha “sim”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O PMDB encaminha “sim”.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Governo encaminha “não”.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB encaminha “sim” ao relatório de receita e “não” à CPMF.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Democratas, em obstrução, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidenta, o PSDB...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós estamos votando o requerimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Votando o requerimento; é "não" ao requerimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.))

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós estamos votando...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O requerimento.

(A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nós estamos votando o requerimento, se publica ou não publica o adendo do Senador Acir. É isso? Se publica ou não publica?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós estamos votando o requerimento do Deputado Samuel para que seja publicado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ou não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ou não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, é "não". O PMDB é "não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Publicado ou não o quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O relatório, o adendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Agora, se todos quiserem falar ao mesmo tempo e tivermos de encaminhar, é difícil, não é?

Vamos agora à votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, o PSDB encaminha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Tem a palavra para encaminhar, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O PSDB encaminha essa obstrução por conta desse destaque da CPMF. É obstrução. O PSDB encaminha "obstrução".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. O PSDB está em obstrução. Portanto, vamos proceder à votação.

V.Exa. pode chamar nominalmente, rapidamente?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Edmar Arruda?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vota "não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor.

(Não identificado) - Temos que orientar a votação.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMB, "não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - "Não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem disser "não" não deseja a publicação.

(Não identificado) - Exatamente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - César Halum.

(Não identificado) - E também não à CPMF, vamos deixar claro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não estamos votando a CPMF, pelo amor de Deus!

(Não identificado) - Mas já estou adiantando o voto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não adiante, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não tem nada a ver com a CPMF.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - César Halum.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Genecias Noronha *(pausa)*; Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - João Arruda.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Lelo Coimbra *(pausa)*; Marcelo Aro *(pausa)*; Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Ricardo Teobaldo *(pausa)*; Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - "Obstrução".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - José Rocha *(pausa)*; Nilto Tatto *(pausa)*; Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Hugo Leal *(pausa)*; Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Wellington Roberto *(pausa)*; Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Wellington Roberto *(pausa)*; Zé Geraldo *(pausa)*; Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Jaime Martins *(pausa)*; José Nunes *(pausa)*; Caio Narcio *(pausa)*; Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - "Obstrução".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Gonzaga Patriota *(pausa)*; Hissa Abrahão *(pausa)*; João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - "Sim" ao relatório, "não" à CPMF.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Espere aí.

Samuel Moreira *(pausa)*; Flávia Morais *(pausa)*; Edmilson Rodrigues *(pausa)*.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Chegaram agora alguns titulares. Vou repetir os que não votaram ainda: Genecias Noronha *(pausa)*; Lelo Coimbra *(pausa)*; Marcelo Aro *(pausa)*; Ricardo Teobaldo *(pausa)*; Elmar Nascimento *(pausa)*; José Rocha.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Elmar Nascimento, "obstrução".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - José Rocha, "não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nilto Tatto. *(Pausa.)* Nilto Tatto está aí?

(Não identificado) - Não termina essa votação?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Zé Geraldo *(pausa)*; Jaime Martins *(pausa)*; José Nunes *(pausa)*; Caio Narcio *(pausa)*; Giuseppe Vecci *(pausa)*; Gonzaga Patriota *(pausa)*; Hissa Abrahão *(pausa)*; Samuel Moreira *(pausa)*; Flávia Morais *(pausa)*; Edmilson Rodrigues *(pausa)*.

Vamos aos suplentes.

Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho que está havendo uma dificuldade de entender um acordo que nós fizemos agora de manhã. O acordo que foi feito com todos os Líderes presentes foi no sentido de que nós votaríamos o relatório de receitas, para podermos dar seguimento aos trabalhos da Comissão. Eu acho que esse impeditivo, esse mal-estar que está sendo criado é pela imposição do PT de querer votar a CPMF, que não está no relatório de receitas.

Então, eu acho que, até para fluir a votação, vou fazer um pedido: solicito ao Líder Paulo Pimenta que retire o destaque, porque assim fluirá mais com mais velocidade toda a votação.

Eu voto "não" à publicação e "não" à CPMF.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vamos seguir a votação.

(Não identificado) - Vamos votar. Vamos votar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olhe só, por favor. Não confunda a democracia com outro tipo de expediente para postergação das coisas.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já está claro aqui o requerimento. O senhor pode dizer, por favor, o resultado?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não! Há os suplentes.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Ainda falta votar ainda, Sra. Presidente. O Vitor Valim, suplente, ainda não votou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Falta ainda?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Faltam os suplentes.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos lá.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - "Obstrução".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Expedito Netto. *(Pausa.)*

Jhonatan de Jesus. *(Pausa.)*

kaio Maniçoba. *(Pausa.)*

Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Paes Landim. *(Pausa.)*

Vitor Valim. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - "Não". Vitor Valim, "não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Washington Reis. *(Pausa.)*

Cacá Leão. *(Pausa.)*

Julio Lopes. *(Pausa.)*

Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

Gorete Pereira. *(Pausa.)*

João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - "Não", Sra. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - "Não", Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - José Airton Cirilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - "Não", Sra. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Leo de Brito. *(Pausa.)*

Orlando Silva. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Átila Lins. *(Pausa.)*

César Messias. *(Pausa.)*

Leopoldo Meyer. *(Pausa.)*

Evair de Melo. *(Pausa.)*

Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Izalci. *(Pausa.)*

Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - "Não", Sra. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Cabo Daciolo. *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Nós temos 21 votos "não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. contou como "não" o voto de "obstrução"?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Só voto "não". "Obstrução", nenhuma.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - "Obstrução", tem o Deputado Samuel Moreira e...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não conta.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não somei "obstrução".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há três votos pela "obstrução". Quatro obstruções. Então, os quatro não são "não"; são "obstrução".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Quatro votos são "obstrução" e 21 "não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, agora podemos proclamar o resultado.

São 21 contrários à publicação do requerimento, por continuar o processo de votação.

Nós colocamos em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que são contrários à publicação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidenta, não pode; tem de ser votação nominal, de acordo com o art. 44 do Regimento Comum. Tem de ser votação nominal também no Senado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Vamos, nominal!

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Tem que ser nominal também no Senado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Deputado...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei por quê... Ou eu estou aparentando estar desnorteada ou V.Exas. querem me desnortear. Espere votar.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não, V.Exa. anunciou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Espere votar. Eu vou fazer o mesmo procedimento.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que forem contrários à publicação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Pausa.)

V.Exa. não pode pedir verificação no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, invoco o art. 44 do Regimento Comum. Não é uma verificação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, tem de ser nominal, não tem jeito. V.Exa. tem de verificar a maioria absoluta. Não tem jeito.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Isso não é verificação. É por isso que não poderia ser simbólica a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso consultar o art. 44?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Claro, Presidente. Parágrafo único.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *"Parágrafo único. As votações serão feitas pelo processo simbólico, nos casos em que seja exigido quorum especial"* — não é o caso — *"ou deliberação do Plenário."*

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - É o caso, Presidente. O art. 128 exige *quorum* de maioria absoluta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas toda votação exige. Nós tínhamos *quorum* para proceder à votação.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não! Quando exige maioria simples, a votação é simbólica. Quando exige maioria... Esse é *quorum* de maioria absoluta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, Deputado não pode questionar V.Exa. sobre votação no Senado.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - É sobre a legalidade, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele não pode, mas aqui, no processo de obstrução, nós vamos ajudar sempre para que eles não precisem ficar impedindo a realização da votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, vamos lá.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos proceder à votação no Senado Federal.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota a Senadora Rose de Freitas?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Senador Raimundo Lira?

Como vota o Senador Valdir Raupp? *(Pausa.)*

Voto do Relator: "Não".

Gleisi Hoffmann. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Davi Alcolumbre. *(Pausa.)*

Senador Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Dário Berger? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Angela Portela? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. SENADOR IVO CASSOL - "Não". Voto "não", Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, todos têm que ser chamados...

(Não identificado) - A sessão caiu, não é? A sessão caiu, não é? A votação...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não!

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Seis votos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Têm que ser chamados todos os suplentes. Nós podemos ter um tempo.

(Não identificado) - Já foram chamados. Não teve votação suficiente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. Não há prazo. Não há prazo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu entendo o processo de obstrução. V.Exa. não pode dirigir os trabalhos de onde está sentado, a não ser que venha para cá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Presidente tem o poder discricionário de aguardar o tempo que ela quiser para que se alcance o quórum.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós temos seis votos no Senado, Sra. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Seis votos. Correto. Conclua.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou me retirar. Preciso urgentemente me retirar neste momento. Peço que o Deputado Ricardo Barros assuma a Presidência da reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A votação nominal pode demorar o tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não precisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já teve quórum. Já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Seis votos "não". Nenhum voto "sim".

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Maioria absoluta de 12 são 7, pelo amor de Deus! Maioria absoluta de 12 são 7!

(Não identificado) - São dez Senadores! São dez Senadores! A maioria são 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - São dez titulares. Há seis Senadores em plenário. A votação está concluída. A maioria absoluta está presente.

Está aprovada no Senado a dispensa da publicação do adendo.

Vamos à votação da matéria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, a proclamação do resultado qual foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Seis votos favoráveis no Senado para a não publicação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está faltando quem? O Senador Raimundo Lira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Está lá na ponta.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Acabou de chegar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não. Está há mais tempo aqui. Faz bastante tempo que ele está no plenário.

Houve 6 votos favoráveis. Maioria absoluta.

Está dispensada a publicação do adendo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - O prazo de destaque está encerrado.

Vamos votar o relatório, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, quero pedir para que meus destaques sejam votados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Sim, vamos votar, ressalvados os destaques.

O relatório e os adendos 1 e 2 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço que os destaques sejam votados em separado.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Vamos votar os adendos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Os adendos já foram votados. Agora, os destaques.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - V.Exa. pode ler os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Vou ler os destaques para conhecimento de todos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - O Relator se prepara, então — solicito cópia dos destaques ao Relator — para oferecer parecer.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860014.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860015.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860016.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860017.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860018.

Destaque do Deputado Paulo Pimenta: Emenda 19860019.

Destaque do Deputado Sergio Souza: Emenda 38090013.

Destaque do Deputado Caio Narcio: Emenda 30360037.

Destaque do Deputado Caio Narcio: Emenda 30360038.

Destaque do Deputado Caio Narcio: Emenda 30360039.

Destaque do Deputado Domingos Sávio: Emenda 27560042.

Está ausente?

Fica prejudicado o destaque por ele estar ausente ou não?

Está ausente o Deputado Domingos Sávio? O autor do destaque é o Deputado Samuel Moreira, e a emenda é do Deputado Domingos Sávio. O destaque está valendo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também há emenda do Deputado Domingos Sávio, destaque do Deputado Samuel Moreira, Emenda 27560043, para parecer do Relator da receita.

Enquanto o Relator prepara o parecer aos destaques, a palavra está aberta.

O Deputado Paulo Pimenta tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, estávamos aguardando esta oportunidade para que nós pudéssemos aqui discutir a matéria. Isso servirá para aquelas pessoas que acompanham esta reunião entenderem por que nós estamos aqui hoje debatendo a questão da CPMF.

Diferentemente do que alguns Parlamentares tentam fazer crer, nós não estamos aqui de nenhuma maneira discutindo se nós vamos ou não aprovar a CPMF. Muito pelo contrário! A CPMF é uma emenda constitucional, ainda não há relator designado e não foi feita nem análise de admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, nós não estamos aqui entrando no mérito. Nós não estamos aqui hoje debatendo o mérito da questão da CPMF. O que nós estamos debatendo é uma questão absolutamente necessária do ponto de vista orçamentário: se nós vamos ou não prever a possibilidade de que essa receita possa constar no Orçamento do ano que vem, caso a CPMF venha a ser aprovada.

É exatamente por isso, Sr. Presidente. O destaque que eu estou apresentando é um destaque para que essa receita seja considerada no Orçamento somente a partir do mês de junho do ano que vem, exatamente para que nós tenhamos o tempo necessário para que essa matéria seja analisada e seja votada nas duas Casas, em duas oportunidades, como prevê uma emenda constitucional.

Não há nada de diferente do que já fizemos em outras oportunidades, como estamos fazendo também com a matéria sobre o repatriamento, que ainda não está com votação conclusa no Senado, mas já temos previsão de receita. Por isso, a matéria precisa ser incluída.

Dessa maneira, eu quero colocar a V.Exas., especialmente àqueles Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que compõem a base do Governo, que, independentemente da questão do mérito, que será analisado em outra oportunidade, para nós é fundamental incluirmos essa matéria na previsão da receita.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Quem está pedindo pela ordem?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Aqui na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Tem a palavra o Relator, pela ordem.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, fazendo análise de todas as emendas já conhecidas, nós entendemos que não é o momento de acatarmos nenhuma emenda, depois de tantas semanas e de tantas reuniões que fizemos com relação a esse relatório de receitas. Por isso, eu não acato nenhuma emenda. Peço que se possível possamos ainda votar em globo todas as emendas com o parecer "não", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - A palavra está com o Sr. Relator. Estão inscritos Danilo Forte, Edmar Arruda e Lázaro Botelho.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para entender o procedimento, não é nem para discutir a matéria. Tem algum procedimento definido por V.Exa. para votação desses destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Há requerimento sobre a Mesa para destaque de votação em globo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero votar 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Calma. Há requerimento sobre a Mesa para destaque de votação em globo dos destaques com o parecer do Relator pela rejeição. São todos, portanto.

Eu consulto o Plenário se podemos, por acordo, escolher um ou dois destaques para votação nominal ou se vamos votar o requerimento para votação em globo. Daí, prejudicaríamos o debate individual de alguma matéria.

Então, como nós estamos em uma reunião em que há interesse de avançarmos na votação, consulto o Plenário se é possível fazer acordo: um destaque do Governo e um destaque da Oposição, para fazermos a votação nominal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Posso encaminhar?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quantos destaques são, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Onze.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - São 11 destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Sim. Deputados Caio Narcio e Samuel Moreira, há algum destaque em especial que V.Exas. queiram votar nominalmente? Qual é o destaque?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Os Destaques 11 e 12.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deixem-me ver quais são...

Peço 1 minutinho. Deputado Paulo Pimenta. Há algum destaque que V.Exa. queira votar nominalmente?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu quero explicar que, como há um requerimento que trata da CPMF e outro que trata do IOF, eles são vinculados. Então, na realidade, os meus Destaques 1 e 2 são como se fossem um só. Então, eu preciso destacar os dois juntos, porque eles são complementares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Quais são os destaques que V.Exa. gostaria...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Destaques 1 e 2 são a prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Que tratam de...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - CPMF e IOF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - São só esses dois.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Depende do acordo que V.Exa. queira conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Eu estou propondo um acordo. A Oposição está propondo dois nominais, o Governo dois nominais, e outros vão ser rejeitados em globo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero encaminhar a proposta do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eu gostaria de dois, mas eu quero explicar a V.Exa. que os Destaques 1 e 2 são apenas um. Eu gostaria também de destacar os 3 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não, eu estou propondo...

(Não identificado) - Então, votamos todos nominalmente ou fazemos acordo...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, vamos retomar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Regimentalmente, eu teria que colocar para ser votado um requerimento de destaque de votação em globo. Eu tenho sobre a mesa um requerimento de destaque de votação em globo dos destaques com o parecer do Relator pela rejeição, que são todos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Eu estou propondo um acordo ao Plenário: que a Oposição escolha dois destaques para marcar posição, e votaremos nominalmente; que o Governo escolha dois destaques para marcar posição, e votaremos nominalmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se eu tiver que escolher dois, são os números 1 e 2.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. pode suspender a reunião por 3 minutos, para que façamos um entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - A Oposição deseja...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós precisamos conversar. Os destaques não conhecemos direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Samuel Moreira, eu não procederei à votação enquanto V.Exas. estiverem reunidos. V.Exas. têm 5 minutos para se reunir. Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte. Eu não procederei à votação enquanto V.Exa. não retornarem ao plenário.

O Deputado Danilo Forte tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, nós estamos vindo de um trabalho exaustivo, liderado pelo Senador Acir Gurgacz, no sentido de formatar um relatório de receitas que atenda às reivindicações do colegiado e que ao mesmo tempo dê condições ao País de ter um Orçamento compatível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Estou ouvindo, Deputado, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É porque o Senador Valdir Raupp está muito elegante aqui na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pode ficar do lado da Senadora Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente. Depois um trabalho exaustivo que nós tivemos, sob a liderança do Senador Acir Gurgacz, com relação a esse relatório de receita... Está difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pessoal, senhores assessores, por favor, peço silêncio. Evidentemente estamos aqui em uma tentativa de construir um acordo.

Asseguro a palavra ao Deputado Danilo Forte e peço atenção dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

Desde de manhã, quando nós fizemos a reunião do Colégio de Líderes, nós deixamos muito clara a nossa posição com relação à CPMF. Diante de toda a dificuldade política que o País está atravessando, diante de toda a crise de credibilidade que o Governo tem, diante do momento que nós estamos vivendo, nós não podemos de maneira alguma aceitar qualquer tipo de aumento de impostos, porque já temos a maior carga tributária do mundo. Inclusive, numa comparação com a Engenharia, quando se tem uma caixa d'água com vazamento pelo ladrão, não é aumentando a água na caixa que se vai resolver o problema do desvio pelo ladrão; é exatamente consertando o desvio pelo ladrão que se vai ter condições de botar mais água na caixa d'água.

Então, não adianta querer aumentar a carga tributária diante de tanto descompromisso com relação a tudo o que já foi inclusive colocado, quando o Governo colocava que ia fazer uma redução dos cortes orçamentários. Esses cortes não foram feitos. Está aí o crescimento mês após mês do déficit público. Esperava-se o corte dos cargos comissionados, que não aconteceram. Esperava-se o corte das despesas, que não aconteceram.

Por outro lado, o que se percebe nessa política de arrocho é cada vez mais uma preocupação com o aumento da taxa de juros. A maior sangria que o Governo Federal tem hoje é o aumento exorbitante da taxa de juros, que está inviabilizando o

País. No ano passado, foram pagos 311 bilhões; este ano, já foram pagos mais de 400 bilhões. E, a permanecer a mesma forma de política, nós vamos chegar ao final do ano pagando algo em torno de 480 bilhões somente de juros, sem amortização.

Então, o que se precisa é exatamente que o Governo demonstre uma capacidade gerencial administrativa, que corte, reduza essas despesas desse dinheiro que sai para o ralo para exigir qualquer outro tipo de sacrifício por parte da população.

Nós deixamos muito claro na reunião do Colégio de Líderes hoje que nós não aceitaríamos, de maneira alguma, a previsão da CPMF, porque a previsão é uma anuência, e anuência é o mesmo que aceitar, é o mesmo que colocar como uma peça orçamentária um imposto que sequer existe. É diferente do imposto de repatriação, que já foi votado inclusive pela Câmara dos Deputados, que está esperando apenas o retorno da votação do Senado, como também dos demais. Também foi proposto que se colocasse na receita um imposto sobre a questão da legalização do jogo, e o Relator prontamente não aceitou, exatamente porque não havia base legal para se apoiar a aprovação de um imposto que não existia.

Então, eu acho, Sra. Presidente, Srs. Relatores, Líderes de bancada aqui presentes, que é de fundamental importância que nós tenhamos a compreensão muito clara de que o Relator foi à exaustão. O Relator Acir Gurgacz conseguiu encontrar uma equação que viabilizasse as nossas demandas. Todas as demandas solicitadas foram incluídas no orçamento de receita — justiça seja feita ao belo trabalho que ele fez.

Esse destaque que ele faz no sentido de rejeitar todos os demais destaques é apaziguador na medida em que ele impede qualquer previsão, qualquer surgimento, qualquer anuência à criação desse novo imposto. O Congresso Nacional não pode, num momento como este, trazer para si, colocar sob as suas costas, sob a sua tutela, a recriação da CPMF. Basta um passo inicial na Comissão de Orçamento para criar, inclusive, um embaraço no entendimento por parte do Plenário e por parte das demais Comissões desta Casa.

Então, eu acho que se nós tentarmos amenizar, tentarmos colocar um adendo em que se possa prever a volta da CPMF, nós estaremos automaticamente aceitando a criação desse novo imposto, que é repudiado pela sociedade brasileira,

que é inflacionário e que vai demonstrar, mais uma vez, a incapacidade que o Governo tem de buscar formas alternativas de receita. Nós poderíamos discutir a redução do tamanho do Estado, nós poderíamos discutir a redução do pagamento dos juros, nós poderíamos discutir um melhor ordenamento da nossa despesa, inclusive nós aqui, na CMO, poderíamos discutir uma lei de controle da despesa no País, que infelizmente é pedida. Está aí a questão do PLN 5, que nada mais é do que uma alforria à irresponsabilidade que foi feita do ponto de vista fiscal, que gera improbidade administrativa.

Então, diante disso, para não macular ainda mais a imagem do Congresso Nacional e não distanciá-lo ainda mais dos anseios da sociedade, é fundamental que nós não abramos nenhuma perspectiva, nem que seja a mais remota, de retorno da CPMF, porque ela prejudicará, neste momento, o reordenamento do ajuste pelo qual o País precisa passar.

O Brasil não vai sair dessa situação simplesmente aumentando impostos. Muito pelo contrário, os que ele aumentou não conseguiu arrecadar. O País vai sair dessa crise com um rearranjo político, com a revisão do pacto federativo e com a perspectiva de uma economia que tenha credibilidade nos seus governantes, coisa que está faltando neste momento.

Por isso, eu apoio integralmente a resolução apresentada pelo Senador Acir Gurgacz no sentido de não atender a nenhum dos destaques apresentados pelos demais Deputados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente, apenas para eu fazer um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator não precisa pedir a palavra pela ordem. S.Exa. tem a palavra franqueada.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Obrigado, pela informação, Sra. Presidente.

É só para informar que as Emendas n^{os} 11 e 12 foram atendidas no nosso relatório pelo fato de nós não termos a CPMF no relatório de receitas. Ou seja, nós aprovamos o relatório de receitas sem a CPMF.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, as Emendas nºs 11 e 12 foram prejudicadas e não têm necessidade nem de destaques, pois elas já foram atendidas no relatório.

Queria só fazer esse esclarecimento, Sra. Presidente.

(Não identificado) - O Senador Relator tem razão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. me permite? Eu quero...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - As Emendas nºs 11 e 12 — o Relator esclareceu ao Plenário — foram atendidas no relatório.

Portanto, elas estão prejudicadas.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, eu gostaria de alterar o meu pedido de destaque. Eu havia solicitado os Destaques nºs 1 e 2, que trabalhavam com a previsão da receita, já a partir do mês de junho, para a CPMF.

A pedido de Parlamentares da base, do Senado e da Câmara, eu estou alterando o meu pedido para os Destaques nºs 3 e 6, que trabalham com a previsão dessa receita a partir de setembro; portanto, 4 meses além...

Então, eu gostaria que V.Exa. alterasse o meu pedido para os Destaques para Votação em Separado nºs 3 e 6.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, V.Exa. tira o 1 e o 2, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está anotado. Será feita a alteração de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ele tem que retirar o 1 e o 2.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou retirando o 1 e o 2 para colocar o 3.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O 1 e o 2 já foram atendidos pelo Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, há uma inscrição aí, tá?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, como bem ouvimos, todo mundo não gosta de pagar imposto. Mas acho que o imposto mais justo que existe é a CPMF, porque não há sonegação.

Então, seria importante se diminuírem outros impostos para se aumentar a CPMF. Seria uma maneira de ninguém deixar de pagar imposto. Mas não estamos votando a CPMF, estamos votando uma previsão. Se ela for aprovada, vamos usar seus recursos durante 4 meses no ano que vem.

Portanto, eu sou plenamente favorável à matéria.

Era isso que eu queria dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, precisamos ficar atentos àquilo que o Líder do Governo tenta colocar como verdade, e não é verdade.

Eu vou aguardar as reuniões paralelas, porque eu gostaria de ser ouvido. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Estou esperando, Sra. Presidente...

Foi dito aqui que é fundamental, essencial e que tem de se aprovar na Comissão Mista de Orçamento a previsão da CPMF no Orçamento, para que, no ano que vem, se essa receita existir, ela já esteja prevista. Isso não é verdade.

A verdade é que, se nós aprovarmos essa previsão de CPMF na Comissão Mista de Orçamento e se, infeliz e acidentalmente, contrariando todos os prognósticos, ela for aprovada no ano que vem, o Governo poderá utilizar o dinheiro para fazer o que quiser. Essa é a razão por que ela está para ser aprovada na CMO.

Mas este Congresso deveria fazer a sua parte: não aprovar nenhuma previsão de imposto, porque não existe sequer a possibilidade de ele ser aprovado. No ano que vem, se acontecer esse acidente, que venha para esta Casa, para nós,

sim, destinarmos essa nova receita da CPMF. Não existe nenhum óbice. O que se está fazendo é privar o Congresso de uma eventual receita adicional no ano que vem. Ou será que os Deputados e os Senadores ainda não perceberam isso?

Com a DRU em 30%, nós temos que... É por isso que o Orçamento incha, sabe, Senador? Incha-se o Orçamento para que, no ano que vem, qualquer receita eventual maior do que a prevista, o Governo gaste do jeito que quiser, sem precisar mandar nada para esta Casa.

Então, quero deixar claro o que está acontecendo aqui. Nós não podemos aprovar nada que indique CPMF no Orçamento, para o bem do País, para o bem do País!

Outra inverdade é que esse imposto é justo. Desculpe-me o colega. É justo imposto que acontece em cascata? Todo mundo paga imposto sobre o mesmo dinheiro: o empregador paga CPMF para pagar o trabalhador; o trabalhador paga CPMF para pagar o mercado; o mercado paga CPMF para pagar o fornecedor; o fornecedor paga CPMF para pagar o trabalhador, e assim por diante.

Se nós ficarmos rodando o dinheiro entre nós, no final ele acabará. Isso não é imposto justo; isso é imposto injusto; isso não é um imposto provisório. O Governo dizer que vai fazer um imposto provisório para pagar déficit da Previdência, e daqui a 4 anos vai acabar. Daqui a 4 anos vai pagar os aposentados com o quê? Isso é outra lorota. Nós precisamos é ter coragem. O Governo precisa ter coragem de enfrentar os problemas estruturais do País. Nós não podemos pagar 480 bilhões de juros por ano; nós não podemos manter um déficit da Previdência de 250 bilhões por ano; nós precisamos encarar o problema.

O Executivo mandou para esta Casa na Comissão de Finanças e Tributação a criação de mais 40 cargos em concurso. Como é que faz? Nós temos que dar um basta nisso. Nós queremos ajudar o Governo, mas o Governo tem que se ajudar. Não é fazendo da forma que está fazendo que nós vamos dar um sinal para a sociedade e para o Brasil de que nós queremos arrumar este País. Nós estamos querendo ajudar o Governo. Essa é a realidade.

Nós queremos um orçamento exequível. Nós não queremos que amanhã saia na manchete: *"O Congresso sinalizou a aprovação da CPMF."* Este não é o momento. Se o Governo, ano que vem, mandar este projeto para cá, tiver a sua

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

base alinhada e aprovar a CPMF, vai vir para cá uma mensagem, e nós vamos aprovar o destino do dinheiro da CPMF, mas, agora não é o momento.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, inclusive aos da base, para que nós não sinalizemos isso agora para a população, porque será danoso para o País. De notícia ruim nós já estamos cheio, Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Baseada em qual artigo, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Art. 58 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 58.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, nós já votamos o texto original. Portanto, regimentalmente, o que cabe agora é tratarmos dos destaques. Eu gostaria que V.Exa. entrasse imediatamente na análise dos destaques, nos termos do que prevê o art. 58.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há nenhum problema. Só por questão de democracia, nós vamos ouvir a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Rafael Motta.

Encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.

Na obstrução, tem que ser considerado o Regimento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, nós estamos em discussão. Permite- me só uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende está com a palavra, Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Só para orientar a senhora, porque a senhora não estava aqui.

O Deputado Ricardo Barros abriu as inscrições até que a Oposição se reunisse e tratasse do assunto. Nós não estamos discutindo a matéria ainda, Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu gostaria de reforçar o seguinte: a forma adotada pelo Relator da receita foi extremante correta em relação à CPMF, que não existe, não tem concretude. Em particular, eu e meu partido somos contrários a ela. O Relator adotou isso de maneira correta. Todos nós sabemos que a CMO não vai deixar de existir, e nem mesmo o Congresso, se o Governo conseguir construir condições de votar a CPMF.

É possível — nós sabemos disso — enviar a esta Casa a suplementação de receita. Então, não tem por que nós sinalizarmos uma coisa que sequer tem relator definido. Então, além de sermos contrários à matéria, eu queria fazer este apelo. Não é adequado. O Relator agiu de forma extremamente correta. É diferente do projeto da repatriação, que já passou nesta Casa. Existe uma condução diferenciada.

No caso da CPMF, é um sonho, que eu espero que não se realize, e não tem sentido. A CMO existe e precisa ser respeitada. Se houver receita nova, virá para cá a suplementação. E, com certeza — esta Comissão nunca se furtou ao seu papel —, a receita será destinada ao destino que o Governo quiser e que esta Casa quiser. Então, não tem cabimento, não é justo. Nós já pagamos impostos demais, não é verdade? A nossa carga tributária é extremamente significativa, uma das maiores do mundo. Existem outros ajustes que precisam ser feitos antes da CPMF. Nós não precisamos votar isso agora, não há sentido, não há necessidade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Rafael e Deputado Caio, e vamos encerrar as discussões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Suponho que o Rafael seja o Samuel, Senadora*. (Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já falei da dificuldade que tenho quando estou cansada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obrigado, querida. *(Risos.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Moreira, porque, aí, não erro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, quero fazer das palavras da Deputada Professora Dorinha as minhas.

Vejam, já chegou aqui o projeto da CPMF? Já está tramitando na Casa algum projeto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Parece que na Câmara.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está na CCJ já?

(Não identificado) - Está na CCJ.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E parece que não há Relator ou uma coisa assim, ou tem Relator. Não sei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sequer foi apreciado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não foi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sequer foi apreciado. Veja como vai a imaginação e a sanha arrecadatória do Governo: sequer foi apreciado pela Câmara e já estão pensando em arrecadar no ano que vem. Quer dizer, não dá para começarmos desse jeito. Discutir o Relatório de Receita, que foi bem feito, bem organizado, apresentado... Agora, nós queremos incluir receitas que estão voando pelo ar, sequer foram apreciadas pela Câmara Federal.

Então, Presidente, eu não quero entrar em outros aspectos, como a forma com que o Governo gasta o Orçamento, até porque gasta mal, aplica mal, prioriza mal. Fora as despesas equivocadas, há algum dinheiro que some aí, pelo ralo. Agora, gastar mais do que arrecada o tempo todo e, depois, querer cobrir essas despesas, criando impostos...

(Não identificado) - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Governo precisa parar de gastar.

Todo gasto público é importante. Qual é o gasto público que não é importante? Todos são. Pressupõe-se que todos são importantes. Agora, tem que ter coragem, ao não ter dinheiro, de não gastar. Se não tem dinheiro, tem que dizer "não". Eu não posso é criar déficit de consecutivos como o Governo vem criando. E a responsabilidade é nossa aqui, do Orçamento. Somos nós que temos essa

responsabilidade. Queremos inovar criando receita fictícia, receita que sequer foi apreciada.

Sra. Presidente, quero fazer um apelo. Essa não é uma questão nem de Governo, nem de Oposição, é uma questão de realmente definirmos que não é possível se gastar mais do que se arrecada. E não podemos mais criar impostos e carga tributária para a população. Nós estamos aumentando carga tributária de empresas... O Deputado Paulo Pimenta, que respeitamos, precisa entender que, seja julho ou setembro, a população pretende estar viva até lá, e não quer pagar esse imposto, porque não aguenta mais aumentar carga tributária.

Nós vamos continuar aumentando carga tributária das pessoas, das pessoas jurídicas, que geram emprego — 2 empregos, 10 empregos, 20 empregos, 100 mil empregos. Nós vamos aumentar carga tributária, espremer mais o cidadão, enquanto o gasto público vai acontecendo, vai acontecendo... Tinha uma tal reforma administrativa que não vimos a cor. O que aconteceu com a reforma administrativa que o Governo propôs? Ninguém viu. Continua com o gasto público, gasto público e déficit, e déficit...

Nós vamos apreciar no Congresso Nacional a questão da meta. Vejam só, o que é uma meta do Governo? É como se quiséssemos sair daqui, ir a São Luís do Maranhão e fôssemos parar na Argentina. Este ano era 55 bilhões, vai para 120 bilhões negativos.

Então, precisamos tratar o Orçamento com bastante seriedade. Somos nós os responsáveis. O Governo tem que tomar as atitudes para cumprir o Orçamento, não pode sair gastando. Eu nem vou comentar as pedaladas, o crime de responsabilidade, o dinheiro pego do banco. Só estou falando de um princípio básico, que é gastar mais do que se arrecada. Não pode. É um princípio básico da Administração.

Então, peço a compreensão do Líder do Governo aqui, na Comissão, para que retire esse adendo da CPMF. Não vamos nós praticar esse ato de retomar, de recriar um imposto para as pessoas pagarem, aumentando carga tributária da nossa população.

É um apelo que faço aos Deputados. Vamos deixar isso para discutir outra hora, então. Agora, não é possível, sequer foi apreciado na Casa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sra. Presidente, quero fazer este apelo: vamos retirar esse destaque. Sr. Deputado Paulo Pimenta, vamos retirar esse destaque, e vamos tocar a vida!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

Peço a observância do tempo, senão vamos comprometer o horário das votações das outras Casas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, meus caros colegas da Comissão, o que está acontecendo aqui é muito grave. Primeiro, uma desorganização sem precedentes da parte do Governo obviamente. Ele organiza o Orçamento com metas diversas: primeiro, estabeleceu um superávit de 30 bilhões; depois, um déficit de 30 bilhões; em seguida, um déficit de 55 bilhões; e, agora, 120 bilhões.

O Governo parece viver no país das maravilhas. Vai criar um imposto de novo que não está nem apreciado, colocando uma peça fictícia da imaginação e do sonho dele. O Governo parece que não está vivendo a realidade. Estamos vendo a falta de organização, de compromisso, o desespero com soluções que não atendem a necessidade do Brasil. O direcionamento que este Brasil está esperando aqui é o de que possamos aprovar uma peça orçamentária.

Quero parabenizar o Relator, que não acolheu a CPMF. Parabenizo-o porque foi correto na sua colocação. Inclusive tenho uma boa pergunta ao Relator: por que S.Exa. não aprovou a CPMF? Não acolheu porque ela não existe. Não acolheu porque ela não está dentro do planejamento que faz bem ao Brasil. Então, parabéns ao Senador-Relator, que não colocou a CPMF lá dentro.

Agora, o belo trabalho que o Senador fez como Relator dessa matéria deve ser respeitado aqui, nesta Casa. Se S.Exa. não a acolheu, devemos seguir a sua orientação. Temos que seguir uma peça que existe. Precisamos seguir um orçamento que existe. Vamos começar a inventar orçamento fictício, receitas fictícias que não representam a nossa realidade?

Isso é uma mensagem muito ruim diante do momento que o País está vivendo. Primeiramente, o Governo, na última semana, já nos presenteou com mais uma modalidade de seus cortes. Agora, estão falando em retenção de gastos de 12 bilhões, 14 bilhões. A desorganização aqui não tem precedente. A cada dia, o

Governo surge com uma nova proposta. Não sabe quanto vai receber. Sabe que gasta mal.

Nós não podemos criar um ambiente diferente do que nos cabe aqui, nesta Comissão, que é apoiar e aprovar uma peça orçamentária justa, um relatório de receita justo, real, para não inventar um dinheiro que não existe. Para quê? Para o Governo depois nos presentear o ano inteiro com reajustes de modelos criados só da cabeça dele?

O Brasil não aguenta mais tanto imposto. O que o brasileiro está esperando de nós é que façamos aqui a defesa da geração do emprego, do desenvolvimento e não do aumento de impostos. O que existe já não está fácil de pagar. Já há as dificuldades impostas por um governo que não tem correção, por um governo que só atrapalha o mercado pela desorganização, que insiste em não dar segurança ao mercado financeiro. As soluções atabalhoadas que estão colocadas aqui são soluções que não levam o Brasil para um caminho que as pessoas estão esperando de nós. Espera-se do Brasil a correção diante da realidade. Vamos entrar na realidade! Não há clima para ser votada a CPMF. Ela não foi avaliada, ela não foi discutida. Vamos colocá-la aqui, por quê? Por que deu vontade de o Governo fazer?

Não podemos nos submeter à vontade das maluquices, das pirotecnias deste Governo. A CPMF é um ato de pirotecnia deste Governo. Ele quer forçar o acolhimento de um imposto que não tem viabilidade, que não foi colocado, que não foi discutido, que não vai gerar receita, porque não vai ser aprovado. Precisamos nos colocar aqui como pessoas responsáveis. O País espera que não aprovemos ficção, que não aprovemos um sonho do Governo.

Então, Sra. Presidente, quero fazer um apelo: que esta Comissão respeite o Relator. O Relator retirou a proposta da CPMF e fez um belo trabalho na questão da receita. Então, em respeito ao seu trabalho, não vamos votar a aprovação dessa peça fictícia da CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Srs. Parlamentares, vamos passar à apreciação dos destaques.

O art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece que não seja aceita a solicitação para a votação em separado de destaques, a não ser os anteriormente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anunciados, que foram os Destaques nºs 3 e 6, após a aprovação do requerimento para votação em globo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, para a votação em separado, estão presentes os Destaques nºs 8, 9 e 10?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os Destaques nºs 3 e 6 foram destacados anteriormente.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Sra. Presidente. Não é isso, não! Há um equívoco!

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, está havendo equívoco aí. Foi feito um acordo no sentido de dois da Oposição e dois da Situação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim. Acontece que foi dito anteriormente que os da Oposição já foram inseridos.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Pediu-se para trocar!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É que o nosso, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vamos aqui fazer acordo e depois mudá-lo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para esclarecer. O Relator...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Samuel, que fez o acordo, pode esclarecer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Na verdade, o nosso destaque se tornou inócuo, porque nós havíamos feito o destaque no decorrer da discussão, antes de termos a certeza de que, no Relatório de Receita do Relator, não estava a CPMF.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não era isso que ia falar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O nosso destaque se tornou inócuo. Então, nós retiramos o destaque, porque a CPMF já foi retirada do Relatório. Agora, nós temos dois outros destaques em substituição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quais são?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Relator fez uma proposta de não tratar de fazer tudo em globo. Não foi isso, Relator?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi o primeiro em relação ao requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando foram ressalvados os Destaques nºs 3 e 6, estava ressaltado dois da Oposição...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu gostaria só de concluir a minha fala.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estou esclarecendo a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - A minha fala é anterior. V.Exa. não estava aqui na sala. O Relator-Senador fez uma proposta de que fossem rejeitados todos em bloco, mesmo os destaques. O Deputado Ricardo Barros fez uma contraproposta de votarmos dois da Oposição e dois do Governo. Isso nós estávamos discutindo. Não foi fechado em acordo nenhum. Nós estamos nesse pé. Foi isso que foi feito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não entendo. Na verdade, o Deputado Ricardo Barros presidia a Mesa...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, foi isso que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...e me comunicou, quando aqui sentei, que havia feito um acordo em que dois destaques...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não. Não foi feito o acordo, porque a Oposição pediu um tempo para discutir. Pedimos um tempo para discutir. Não foi, Deputado Ricardo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Ricardo, V.Exa. pode esclarecer o acordo que fez?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós tínhamos um requerimento para votação em globo de todos os destaques, com o parecer pela rejeição, ou seja, de todos os destaques. Se nós votássemos esse requerimento, encerrava-se a

oportunidade de debate dos temas, que nós sabemos pretendem sejam discutidos aqui.

Então, fiz uma proposta de acordo. Votaríamos dois destaques do Governo, dois da Oposição. E os demais seriam rejeitados em globo por acordo. Então, a Oposição escolheu dois destaques que foram prejudicados.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Deputado Ricardo. Nós pedimos para interromper, porque queríamos conversar, como Oposição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, sim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, na verdade, todos sabemos há muito tempo que, se o texto está contemplando um destaque, nós teremos que escolher outros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, está bem.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Se os nossos dois estão prejudicados, teremos que apresentar outros dois.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, quais são os dois da Oposição? O Deputado Caio Narcio falou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há nenhum problema. V.Exas. se reúnam e apresentam os destaques, sem nenhum problema.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, pronto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, por favor, façam isso agora, porque eu já estava...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Anteriormente, os que foram elencados já foram prejudicados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quais são os dois destaques? Deputado Caio, quais são os dois?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A nossa assessoria foi buscar a numeração, mas é o destaque da alienação dos imóveis.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem o número?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A assessoria foi buscar a numeração.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos aguardar o número. Enquanto isso, sem prejuízo, serão ressalvados os destaques que V.Exas. apresentarem, assim como os da Situação.

Portanto, vamos votar, em globo, os rejeitados pelo Sr. Relator.

Vamos aprovar, primeiro, o requerimento para votação em globo.

Aqueles que aprovam a votação em globo dos destaques rejeitados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Vamos passar ao Senado Federal.

Aqueles que aprovam a votação em globo dos destaques rejeitados pelo Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar agora ao próximo destaque. Eu preciso do número.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Destaque nº 3.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tenho apenas os nºs 3 e 6. Estão faltando os dois da Oposição;

(Não identificado) - Vamos começar pelo destaque do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos começar pelo Destaque nº 3.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria que os Destaques nºs 3 e 6 fossem votados juntos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minutinho. Nós já votamos aqui em globo os rejeitados pelo Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Eu gostaria de pedir que os Destaques nºs 3 e 6 fossem votados juntos, porque eles dizem respeito à mesma matéria.

(Não identificado) - Sra. Presidente, não pode mais. Tem que ser separado.

(Não identificado) - Agora, é separado. Já votou tudo em globo. Agora, é separado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem problema. Se quiserem separado, vai ser separado.

(Não identificado) - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O esclarecimento foi muito importante: em separado tem que ser separado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.K.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 3.

(Não identificado) - Mostra como o Líder do Governo tem...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sem provocações, vamos continuar trabalhando.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta para defender o seu requerimento, o Destaque nº 3.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu me abstive até agora de entrar na questão do mérito, depois de ver várias manifestações dos colegas Deputados da Oposição.

Quero dizer para vocês, estimados colegas, que defendo hoje não só que a CPMF seja incluída nessa previsão de receita, como também que seja discutido o seu mérito. E não tenho nenhum constrangimento, porque sempre tive essa posição, diferentemente dos ilustres colegas, que são, na realidade, os criadores da CPMF.

A CPMF é filha legítima do PSDB. Eu poderia aqui citar inúmeras manifestações das lideranças do PSDB e dos partidos do Governo da época, desde o Presidente Fernando Henrique, passando pelo Serra e tantos outros, falando sobre a importância da CPMF. E sempre governaram com a CPMF, Sra. Presidente.

Esse discurso de mérito que os ilustres colegas aqui apresentam não se sustenta na história, não se sustenta na vida, porque, durante todo o tempo em que foram Governo, governaram com a CPMF, sempre que foram Governo, defenderam a CPMF, e só se tornaram contrários à CPMF quando passaram a ser Oposição.

Portanto, a nossa posição é uma posição coerente. Mais do que isso, nós queremos, sim, fazer uma previsão, e temos a confiança na base do Governo da Câmara e do Senado de que esta matéria seja aprovada, esta PEC seja incluída em nossa legislação e nós possamos reincluir esta receita para o nosso País.

Peço o apoio da base do Governo. Havia apresentado um destaque que previa essa receita desde junho. Por solicitação de Líderes da base, mudei o

destaque, para que nós tenhamos essa previsão a partir de setembro. O mérito da CPMF, Srs. Líderes, vamos discutir lá na Comissão Especial e, depois, no Plenário da Câmara e do Senado. Neste momento aqui, nós só estamos fazendo a previsão para que essa receita, se aprovada, esteja contemplada no nosso Orçamento.

Para o Governo, é fundamental essa votação. Peço, portanto, o apoio unânime aqui da base, para que nós possamos aprovar esse destaque na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não posso dar a palavra a V.Exa., porque nós estamos na discussão de destaque com...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas é justamente nos termos regimentais que eu peço a V.Exa. a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nos termos regimentais?

Então, vamos para os termos regimentais.

Página 36, art. 58 do Regimento da Comissão, que diz, no § 3º — art. 59, aliás, desculpem-me, por favor.

> *"Somente poderão falar sobre os destaques, pelo prazo improrrogável de três minutos* — e V.Exa. usou 5 — *cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria".*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sra. Presidente.

Nós fizemos um esforço enorme para construir o entendimento de não obstruirmos esta reunião e nós estamos surpreendidos com essa iniciativa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, mas ela foi obstruída. Sem problema. Ela foi obstruída até agora.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela foi obstruída *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não foi obstruída, não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, todos nós conhecemos o que é um *kit* obstrução. Pedir uma verificação de quórum não é obstrução. Isso é a rotina mínima em qualquer momento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foram feitos vários *kits*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O que é inaceitável é, de repente, depois de já ter sido exaustivamente debatido que nós não colocaríamos, na Receita do Orçamento, algo que não existe aprovado por lei, o Líder do Governo nos trazer esse destaque para incluir CPMF.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa manifestação é antirregimental!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, eu acho que o mínimo que poderia haver é um debate sobre isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O debate foi feito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ainda que rapidamente, com alguém encaminhando, contraditando essa argumentação trazida, até porque S.Exa. atacou-nos de uma maneira desnecessária quando disse que nós simplesmente estamos sendo incoerentes. Não é nada disso! É como se alguém, em algum momento da história, se posicionasse por algo e tivesse que, até a eternidade, manter aquilo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa manifestação é antirregimental!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A CPMF foi criada com um propósito e deixou de ter esse propósito porque passou a não ser aplicado especificamente na saúde. E, não só o Senador Aécio Neves anunciou isso em campanha como a própria Dilma anunciou em campanha que não era a favor da CPMF, ou seja, não é nenhuma novidade. O Brasil inteiro assistiu à base do Governo e a Oposição dizerem *"*Não à CPMF"*.* Assumiu-se esse compromisso com o povo brasileiro.

Então, quem for votar a favor da CPMF aqui que reflita bem, porque a verdade é que esse compromisso foi feito. E abre-se um precedente perigoso: nós colocarmos como previsão de receita no Orçamento algo que não tem amparo legal, que não tem suporte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é regimental essa manifestação!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, no mínimo, um atentado contra o povo brasileiro dizer: *"Vocês estão acreditando nas promessas da Dilma e de todos os demais, e nós estamos colocando a CMPF já, por antecedência, no Orçamento de 2016"*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É o apelo que eu faço. Não faz sentido aprovar esse tipo de destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Nós agora vamos votar o Destaque nº 3, que foi apresentado.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu concedo a palavra ao Relator antes do processo de votação.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou dar a palavra ao Relator. Estava em discussão o destaque.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Eu quero encaminhar depois, Sra. Presidente.

(Não identificado) - Sra. Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos terão 1 minuto, embora não exista, no Regimento, para fazer encaminhamento.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente, eu entendo que o tema foi amplamente discutido, por isso, peço que passemos à votação para definirmos esta matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Para encaminhar a votação do Destaque nº 3, apresentado pelo Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Governo vota “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os Líderes, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, questão de ordem.

Peço que V.Exa. faça novamente a leitura do Destaque nº 3. Está se fazendo confusão. Pediu-se que se encaminhassem dois destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual é o destaque? Objetivamente, o que nós estaríamos incluindo como receita? Peço isso para que o Brasil inteiro acompanhe não só o que estamos incluindo, mas também como cada um irá votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu entendi. Vou atendê-lo, inclusive porque V.Exa. não estava no momento em que foi feito o acordo dos dois destaques.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu justifiquei a V.Exa. o cancelamento do voo em razão de tempo. Empenhei-me ao máximo e já estou aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sei. Eu conheço essa rota também.

Então, nós temos dois destaques da Situação. Eu careço dos números dos destaques da Oposição, porque ainda não vieram os números até aqui.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Destaques nºs 8 e 9, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Oito e nove.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estava aguardando o trâmite para, no momento oportuno, dizer: destaques nºs 8 e 9.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Oito e nove.

Agora nós gostaríamos...

(Não identificado) - Sra. Presidente...

(Não identificado) - O destaque está na mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, Deputado Paulo Pimenta. Depois de ouvido o Relator, gostaríamos de colocar o encaminhamento do destaque, para que possamos votar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como vota o PMDB.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, aqui não se está discutindo o mérito da CMPF. Haverá o momento correto, o momento certo de ser discutida a questão da CPMF.

Eu sou favorável à CPMF. Nós entendemos que o rombo na Previdência pública é muito grande e temos que ter receita para que não parem diversos serviços públicos, senão nós não vamos poder oferecer os serviços públicos que a sociedade precisa. Mas nós não estamos discutindo o mérito da CPMF, estamos discutindo se cabe, dentro da receita, a CPMF. E o Líder do Governo atendeu aos nossos pedidos para que essa nova receita seja contada a partir de setembro, porque é o tempo que se entende que já deve estar aprovada a CPMF.

Portanto, o PMDB vota favoravelmente ao destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Veja que eu não encostei a mão. É incrível.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O PMDB encaminha...

(Não identificado) - O microfone está ligado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O PMDB encaminha a favor do destaque do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como encaminha o PCdoB?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, eu queria encaminhar pelo PCdoB, deixando claro que não estamos debatendo o mérito da matéria. Nós estamos debatendo a possibilidade de esse tributo, que já foi largamente utilizado no Brasil, poder ser aplicado. O que vai significar algo em torno de 10 bilhões de reais para o País no ano que vem.

Acho temerário esta Comissão ser dividida entre aqueles que supostamente defendem o aumento de tributo e os que não defendem esse aumento de tributo. Não se trata disso. Trata-se de responsabilidade com o excelente relatório feito pelo Senador Acir Gurgacz. Penso que essa proposta, negociada aqui a possibilidade de entrar como previsão para o ano de 2016, pode significar — caso aprovada aqui, nesta Casa, porque a CPMF está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça —, também, uma medida importante para que o Brasil tenha uma receita maior no ano de 2016, Presidente. É isso que nós desejamos.

Então, o PCdoB encaminha o voto favorável ao destaque apresentado aqui pelo Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O PSC quer encaminhar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo 1 minuto para cada um encaminhar.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O Partido Progressista, também entendendo o Governo, vota a favor.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O PSC vota contra o destaque. E quero dizer que eu tenho uma ideia melhor para arrumar 10 bilhões de reais para o

ano que vem. É só baixar 1% na taxa SELIC, se estiver de acordo o Presidente do Banco Central. Economizaremos 10 bilhões em juros, ajudando a sociedade e a economia a crescer. Isso, sim, é que seria saudável. Então, nós votamos contra se incluir a previsão desse imposto danoso para a sociedade. Vamos votar contra o mérito, e tudo o mais.

E quero dizer, Sra. Presidente, que, a partir de agora, nós vamos conclamar a Oposição para usar o Regimento no restante das votações, inclusive os prazos regimentais com relação ao relatório setorial, com relação ao relatório-geral que vai ser apresentado. Então, vamos seguir rigorosamente os prazos regimentais daqui para frente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É direito de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Pela ordem, Presidente, pela Liderança do PROS.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Eu vi aqui o nosso companheiro Domingos Sávio fazendo uma defesa de tese. Disse que, quando foi solicitada a contribuição é porque precisava.

O mundo é muito dinâmico, a economia é dinâmica. É verdade que ninguém aqui gostaria de aprovar aumento de tributos, mas nós temos compromisso com o País, não é nem com o Governo. É muito mais do que isso, é compromisso com o País. Orçamento é coisa de muita responsabilidade, mexe com milhões de pessoas, com projetos. Se nós estamos vivendo um momento na economia — estão aqui os Relatores há quanto tempo trabalhando, tentando fechar o Orçamento? —, se é preciso hoje buscar 50 bilhões, 100 bilhões de reais para fechar o Orçamento, nós temos obviamente de ter responsabilidade cívica, em prol de uma estabilidade da economia nacional e política.

Por isso, Presidente, o PROS indica o voto “sim”, na votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como encaminha o Deputado Danilo Forte, pelo PSB?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me. Depois falará V.Exa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não existe meia discussão nem meio debate, essa história de que nós não estamos discutindo CPMF não é verdade; nós estamos discutindo CPMF, sim. Se nós estamos botando, no Orçamento do ano que vem, uma previsão de receita, estamos discutindo, sim, CPMF. Aqui não há criança, aqui ninguém é tão infantil a ponto de se deixar levar por um falso debate.

Segundo ponto. Não é a política do aumento do imposto e do arrocho fiscal que vai resolver o problema do País, porque isso não resolveu. O Governo fez isso o ano inteiro, e nós estamos vendo, no término do ano, o maior déficit da história. Por quê? Porque não cortou as despesas correntes, não enxugou a máquina, continuou pagando o juro mais caro do Brasil. O que o Deputado Edmar colocou está corretíssimo.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Do mundo. Inclusive é maior que o da Grécia.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Do mundo. Exato. Um país que tem potencial, um país que é rico, um país que tem um déficit, só de infraestrutura, de 670 bilhões de reais — tudo há que se fazer no Brasil.

Então, nós estamos discutindo a CPMF, sim. O PSB vota “não” e pede à Sra. Presidente votação nominal, para que o Brasil saiba quem votou a favor da CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Esta discussão é absolutamente inapropriada. O que o Governo quer aqui é vender terreno na lua; propor a previsão de uma receita que não existe e que nem sequer tramita no Congresso; debater uma proposta de emenda à Constituição que ainda está na mão do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para ser distribuída ao Relator.

Eu sou Presidente de uma Comissão que está discutindo o marco regulatório do jogo no Brasil, cujo projeto já foi aprovado no Senado esta semana. Queria dizer que ao Governo ficaria menos feio prever uma receita desse tipo. Agora, passar para o Brasil, para os investidores e para todo mundo a imagem de que nós vamos

aprovar a CPMF — quando a probabilidade é de que é muito difícil que ela passe — é uma temeridade.

Portanto, nós somos absolutamente a favor do trabalho responsável conduzido pelo Senador Acir Gurgacz, que fez um belíssimo trabalho.

Por isso, o Democratas vota contra esse destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o PRB.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - O PRB queria manifestar que o Governo quer se iludir com esse destaque, com a ideia de que vai conseguir aprovar a CPMF no ano que vem. Como essa é uma questão de ajuste para o Orçamento, o PRB vai votar "sim". Agora, eu, César Halum, não tenho o compromisso de votar pela CPMF no ano que vem, nem em qualquer outro ano. Como é só para incluir, para iludir, para colocar como previsão de receita, eu vou votar "sim".

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Pelo PTB, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o PTB.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - O PTB vai encaminhar favoravelmente ao destaque, porque essa é só uma inclusão de receita.

Com certeza, nós não estamos tomando posição, não estamos dizendo se vamos votar "sim" ou "não" à CPMF.

Então, o PTB vota favoravelmente ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mais algum partido vai fazer o encaminhamento? *(Pausa.)*

Pelo PDT?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, estou aqui ao lado do Deputado Gerson Burmann, que hoje é Secretário de Obras, Saneamento e Habitação do Rio Grande do Sul. Ele foi meu colega na Assembleia Legislativa e veio me fazer uma visita aqui. Quero dizer a S.Exa., que também é do PDT, que o Orçamento é uma previsão de receita e não uma certeza de receita. Tanto é verdade que o Orçamento deste ano tinha uma previsão de 55 bilhões de superávit e vai ter entre 51 bilhões e 120 bilhões de déficit. Por quê? Porque a receita prevista não aconteceu. Isso não quer dizer que não podemos prever uma receita, o que, eventualmente, pode não acontecer. Agora, você pode revelar um desejo, uma perspectiva, uma ânsia, um caminho, pode sinalizar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à CPMF, Sr. Presidente, quero dizer que o PDT, o meu partido, não tem uma posição nem a favor e nem contra. A sua perspectiva de previsibilidade pode existir. Se vamos aprovar ou não, se vamos votar a favor ou não, isso nós vamos examinar na hora. Isso porque uma coisa é a CPMF para a saúde, Sr. Presidente, outra coisa é a CPMF para a Previdência Social. Depende de como a CPMF é usada, para quem vai, qual é o destino. Também vai depender do momento econômico que o País estará vivendo.

Eu vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai votar “sim” ou “não” ao destaque?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu já vi aqui o criador da CPMF ajudar a matá-la e aqueles que eram contra a CPMF antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para concluir, Deputado. Por favor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ...e aqueles que eram contra a CPMF antes, passarem a ser a favor. Eu já vi de tudo nesta Casa.

Então, nós precisamos deixar de cuidar deste ou daquele, temos que cuidar do cidadão e da população brasileira. Isso é o mais importante. Por isso, Sr. Presidente, nós votamos a favor do destaque.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sr. Presidente, pelo PSD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Átila Lins. V.Exa. pode encaminhar pelo PSD.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Quero dizer a V.Exa. que o PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - Sem o compromisso com a aprovação da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Algum partido ainda não fez o encaminhamento aqui? Eu não estou com a relação em mãos. *(Pausa.)*

Eu acho que todos já fizeram o encaminhamento. Portanto, encerramos a discussão e os encaminhamentos.

Vamos colocar em votação.

Inicialmente, vamos abrir a votação na representação da Câmara dos Deputados.

(Não identificado) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pelos encaminhamentos feitos aqui, aqueles que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Verificação nominal, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas apoia a verificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O destaque foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nominal...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Só um instante. Há um requerente e mais quatro apoiamentos. Quem é o requerente?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Danilo é o requerente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O PSC apoia.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas apoia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PSDB apoia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Então, vamos fazer votação nominal na Câmara.

Vou solicitar ao Senador Acir que faça a chamada nominal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, só a título de esclarecimento: quem votar “sim” nesta votação vai estar votando a favor da CPMF no Orçamento Geral da União do ano que vem. É isso? Portanto, estará votando a favor da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos, deixe-me esclarecer ao Plenário. Nós estamos votando aqui o Destaque nº 3, resultado da Emenda nº 19860016, do Deputado Paulo Pimenta. O que diz esse destaque e essa

emenda? Que a CPMF será incorporada ao Orçamento no valor de 12,7 bilhões de sua arrecadação a partir do mês de setembro do ano que vem. Portanto, prevê-se aqui que a CPMF seja aprovada até julho e que se contem mais 90 dias, a noventena, e que passe, portanto, a ser cobrada a partir do mês de novembro de 2016. Essa é a proposta que nós estamos aprovando. Nós estamos incorporando...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É por isso que eu perguntei. Quem votar a favor estará dando um voto antecipado, dizendo que é a favor da CPMF. Eu estou deixando clara essa interpretação.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A proposta é cobrança a partir de setembro do ano que vem. Aprovação até julho. Com a noventena, a cobrança será partir de setembro. Nós vamos colocar em votação.

Senador, por gentileza, faça a chamada nominal.

Foi o pedido do Deputado Danilo, com a aprovação dos Deputados Elmar, Samuel, Domingos Sávio e César Messias.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se for questão de ordem, nós já estamos iniciando a votação, Deputado Samuel.

Por gentileza, inicie a votação. Estou liberando.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Edmar Arruda?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Voto com o meu partido, contra a CPMF. Portanto, contra esse destaque.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Carlos Henrique Gaguim? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado César Halum?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Sr. Presidente, voto “sim”, sem nenhum compromisso de votar pela CPMF lá na frente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Genecias Noronha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Hildo Rocha?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado João Arruda?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - "Sim", pela previsão e não pela aprovação da CPMF. Que isso fique claro.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Lelo Coimbra?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Marcelo Aro? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Nilton Capixaba?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Como é só previsão, voto "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Ricardo Teobaldo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Lázaro Botelho?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Para melhorar a arrecadação para o Orçamento brasileiro, o Partido Progressista orienta o voto "sim". O Deputado Lázaro Botelho vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Ricardo Barros? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Elmar Nascimento?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Nilto Tatto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Paulo Pimenta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Por precaução, "sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Wadson Ribeiro?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Wellington Roberto?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Zé Geraldo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Zeca Dirceu?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Zé Geraldo? S.Exa. não está presente? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Zeca Dirceu?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Jaime Martins?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu estou presidindo, Sr. Relator. Pelo fato de estar presidindo, não posso votar.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado José Nunes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Caio Narcio?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, obviamente que "não".

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Obviamente por quê? V.Exas. votavam sempre "sim", antigamente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se quiser, nós faremos essa discussão, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - "Não"

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - O Deputado Giuseppe Vecci está?

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Não está?

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Está. Está, sim. "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Gonzaga Patriota?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Voto "sim" agora e vou votar "sim" enquanto ela estiver.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Hissa Abrahão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado João Fernando Coutinho? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Samuel Moreira? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota a Deputada Flávia Moraes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Edmilson Rodrigues? *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

Como vota o Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o a professora Dorinha?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Falei "não", e quem está querendo me *(ininteligível)* disse que não tem compromisso com o que está sendo votado e sabe que está apoiando a CPMF, sim.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Expedito Netto? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Jhonatan de Jesus? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Kaio Maniçoba? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luiz Carlos Busato? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Mauro Lopes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Paes Landim? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Vitor Valim? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Washington Reis? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Paes Landim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, o Deputado José Airton, que foi chamado aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, fale ao microfone, Deputado Paes Landim, porque está sendo gravada esta reunião. Eu preciso da confirmação do seu voto ao microfone.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, o Deputado José Airton queria manifestar o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Paes Landim, seu voto, por gentileza.

Senador Acir, o voto do Deputado Paes Landim.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Vitor Valim vota "não". V.Exa. já me chamou. Eu falei, e V.Exa. disse que queria que eu falasse ao microfone. Então, eu estou cumprindo bem direitinho a determinação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem é?

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Vitor Valim, aqui. Vitor Valim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Paes Landim vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Washington Reis? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Cacá Leão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Júlio Lopes? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Pedro Fernandes? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Voto "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota a Deputada Gorete Pereira? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado João Carlos Bacelar? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Jorge Solla? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, João Carlos Bacelar vota "sim".

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, precisa ver aí, porque na hora que completa o quórum precisa parar, né? Senão, a votação passa do número...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado José Airton Cirilo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - "Sim", Sr. Presidente. José Airton Cirilo vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Leo de Brito? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - S.Exa. bota todo mundo para votar, todos os suplentes, que não deveriam votar, porque os titulares estão presentes.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente Jaime, Leo de Brito. Presidente Jaime...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, o suplente, quando o titular está presente, não vota.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas S.Exa. bota todos, está botando todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está chamando... Suponho que o titular não esteja presente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não, não, não. Precisamos rever.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós não vamos contar, mas precisamos chamar porque estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Titular, por favor.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Orlando Silva?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Givaldo Carimbão?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Leonardo Monteiro?

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Átila Lins?

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS - "Sim", Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado César Messias?

O SR. DEPUTADO CÉSAR MESSIAS - "Não".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Leopoldo Meyer? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Evair de Melo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Deputado Izalci? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Raimundo Gomes de Matos? *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, é "sim", ressalvando que não é uma obrigação votar na CPMF depois. É para orçamentário.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Como vota o Cabo Daciolo? *(Pausa.)*

Vamos à contagem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Espere aí, Sr. Presidente. Eu ainda não votei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Como vota o Deputado José Rocha?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Algum Deputado não foi chamado, por gentileza? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação na Câmara.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Está encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode colocar aí, Sr. Presidente: 21 "não" e 2 "sim".

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Solicito aos Deputados da base que permaneçam em plenário, porque depois haverá outro destaque.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, começou a sessão da Câmara.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por favor, Senador, anuncie o resultado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Foram 19 votos "sim" e 11 votos "não". O Presidente não vota. Há 25 presentes. Foram 19 "sim" e 11 "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aprovado o Destaque nº 3 na Câmara dos Deputados.

Passemos, então, à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque nº 6, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, à Emenda nº 19860019, de autoria do Deputado Paulo Pimenta.

Com a palavra o autor e, na sequência, o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da mesma forma, peço o apoio da base do Governo, para que nós possamos fazer a previsão no relatório da receita para esse valor do IOF que nós estamos propondo para o debate, que é uma elevação para 5,617.

Peço o apoio de todos, e a votação será simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passo a palavra ao Relator, para que possa proferir o seu voto e esclarecer exatamente os termos do destaque e da emenda, para que todos saibam exatamente o que estamos votando.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Ao aprovar o item 3, é necessário aprovar o item 6, por conta da retirada do IOF, a diminuição do IOF, senão nós teremos uma previsão de receita da CPMF e também uma previsão de receita do IOF. Como foram incluídas aqui no relatório as receitas, nós temos que excluir o IOF.

Por isso, é importante a aprovação agora da Emenda nº 6.

Portanto, está excluindo a arrecadação com IOF.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Reduzindo a previsão de arrecadação do IOF por conta da maldita CPMF.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sim.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Relator, no texto há a condicional? Essa é a primeira lei com a condicional no texto da lei. Se não for aprovada, cai o IOF? Tem que ler o texto.

(Não identificado) - Não, Sr. Presidente, no caso de que não há coexistência...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Já pensou uma lei numa condicional?

(Tumulto no Plenário.)

(Não identificado) - Não é possível a existência dos dois impostos...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Viva o Brasil, heim?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está se retirando a arrecadação do IOF. Está reduzindo a receita.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, é peremptório, já retira o pior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É peremptório. Não tem como voltar...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu gostaria que lesse o destaque, por favor. S.Exa. vai ler o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou fazer a leitura aqui do destaque.

Trata-se de destaque do Deputado Paulo Pimenta, que faz a seguinte justificativa. Vou ler rapidamente, Deputado Paulo Pimenta.

"A Mensagem Modificativa nº 484/15 prevê a redução de R$8,2 bilhões da cobrança do IOF em função da aprovação da PEC da CPMF.

No entanto, entendemos que a redução da cobrança do IOF poderá ocorrer depois do termo inicial previsto pelo Poder Executivo (abril/16), uma vez que a PEC nº 140, de 2015, ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. Além disso, em respeito ao art. 195, § 6º, da Constituição, deve-se observar o interstício de 90 dias após a publicação para a cobrança da CPMF e consequente redução da cobrança do IOF.

Assim sendo, apresentamos esta emenda de recomposição da arrecadação do IOF, pelos motivos acima, que considera a possibilidade de que a cobrança da CPMF, e consequente redução da cobrança do IOF, ocorra efetivamente a partir de novembro de 2016. E, portanto, recompõe a estimativa de receita com o IOF em 7 bilhões".

Então, em vez de 8,2 bilhões, 7 bilhões em arrecadação de IOF para 2016.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Espere aí, Presidente! Como é que fica o texto do termo da lei? Houve um barulho aqui, e eu não ouvi. O texto do termo da lei, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O texto, o destaque é o seguinte: onde havia 8,2 bilhões vai passar a ser 7 bilhões, se o destaque for aprovado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Está se tirando 1 bilhão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Portanto, está se tirando 1,2 bilhões, que está sendo reduzido na arrecadação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque ela vai ser só a partir de setembro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Porque... Deixem eu fazer uma justificativa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas nós vamos orientar, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós não podemos abrir aqui uma discussão enorme de novo, Deputado Leal. Nós já estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É só para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nós vamos seguir o procedimento que a Presidente Rose adotou. Conceda 1 minuto aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Faça o esclarecimento, por gentileza.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente.

Ocorre que IOF e CPMF têm a mesma base de cálculo, porque é operação financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não é possível a coexistência de dois impostos com o mesmo fator gerador e a mesma base de cálculo. Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. O Relator já tinha feito essa justificativa.

Então, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, vamos manter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar agora ao destaque da Oposição, que é o Destaque nº 8, de autoria do Deputado Caio Narcio. Emenda nº 30360037, de autoria do próprio Deputado Caio Narcio.

Eu passo a palavra ao Deputado Caio Narcio, para que possa, por 3 minutos, fazer a sustentação dos seu destaque.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Primeiro, quero lamentar, Sr. Presidente, a condução, porque nós tínhamos estabelecido um critério aqui, na votação anterior, com a Presidente Rose, e ele não foi seguido agora. Para orientação, nós tínhamos 1 minuto aqui para poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ninguém pediu para orientar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, nós pedimos, e V.Exa. fingiu que não escutou.

Ninguém pediu! V.Exa. desliga o microfone e fala que ninguém pediu? Aí não dá. Não é possível isso!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero me unir ao Deputado Caio nesse protesto, porque realmente nós pedimos para orientar e não fomos respeitados.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É muito ruim quando nós começamos a fazer um processo democrático que não escuta as pessoas. E isso, quando é a favor dos seus interesses, ou dos interesses de alguém, pode até ser positivo nesse momento. Mas, ao longo do processo democrático, não é positivo. Então, eu quero dizer que é ruim.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. já está no seu tempo, para defender o seu destaque.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A minha palavra eu uso da maneira que eu quiser, tá? Na realidade, o que eu acho é que foi muito desagradável o procedimento.

Continuando, vou defender o destaque. A previsão de recebimento dessa receita não tem embasamento em metodologia a ser apresentada nas informações complementares encaminhadas pelo Poder Executivo, como exigido pela LDO.

Ademais, tratando-se de receita atípica, que, na eventualidade de se receber, deve ser considerada como extraordinária, não deve servir de fonte para o financiamento de despesas correntes, mas sim de abatimento na dívida pública, haja vista a meta primária deficitária apresentada pelo Governo.

Quero dizer que essa previsão está sendo feita aqui, baseada na alienação de bens intangíveis, é uma receita que não está programada. E é extraordinária. E, portanto, não deve ser reconhecida dentro do relatório de receita.

Portanto, faço um apelo mais uma vez. Primeiro, menciono a aberração da votação anterior. Não se tem uma CPMF e se vota uma CPMF que não existe. Depois, diminui-se o IOF baseando-se na aprovação de uma CPMF que não existe. E, agora, alienação de bens, que nem aconteceu ainda, como se fosse uma receita corrente, o que, na verdade, é um crédito extraordinário.

É uma aberração o que se está fazendo nesta Comissão. Portanto, peço apoiamento a esse destaque, porque o Governo parou... Ele está melhorando, está brincando com a receita no Brasil. E isso não dá segurança para ninguém, não é bom para ninguém no setor financeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Relator, para falar sobre o Destaque nº 8, de autoria do Deputado Caio Narcio.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós entendemos que o destaque não atende, pelo fato de nós recebermos a informação do próprio Governo de que iria fazer a arrecadação conforme está no relatório de receitas. Como nós não atendemos, não defendemos nenhum destaque, nós também não defendemos esse destaque, Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entendo que a estimativa feita pela equipe técnica, técnicos do Senado e da Câmara dos Deputados, está correta. A expectativa de receita que está no nosso relatório de receita. Portanto, nosso encaminhamento também é "não" pelo destaque, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, apenas para encaminhar ou orientar pela bancada do PSDB...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, antes, se V.Exa. não se incomodar, eu gostaria de que S.Exa. também discutisse o nº 9.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vai discutir as duas? Não vai votar em separado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Depois nós vamos votar em separado. Só vamos aproveitar a discussão.

Eu acho que o Relator... Eu queria falar aqui. Este é um momento muito difícil da Casa, está certo?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu, particularmente, não sou a favor da CPMF, mas entendo que o direito democrático das pessoas de defender suas posições tem que ser preservado.

O trabalho do Relator já foi ressaltado aqui por várias pessoas. Sabemos da importância do relatório, e nele o Relator manteve a coerência do princípio ao fim. Eu até estava olhando o destaque de V.Exa., Deputado, para ver se poderia haver uma outra posição, mas, infelizmente, é o Relator que vai ter a palavra final.

Então, eu gostaria de discutir os dois, para que se possa dar conteúdo maior à discussão que trata desses dois destaques. E votaremos separadamente, se V.Exa. não tiver nada a opor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Olha, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se V.Exa. quiser que votemos agora, vamos votar um de cada vez.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu preferiria que fosse votado um de cada vez, apesar de o teor dos dois ser parecidos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por isso eu estava olhando. Acho que V.Exa. poderia defender. Depois colocaremos em votação o de nº 8 e a seguir o de nº 9.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Olha, Sra. Presidente, eu preferiria que nós votássemos em separado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos votar em separado. Mas, pelo teor, eu estou pedindo que V.Exa. defenda os dois.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na realidade, um dos destaques corresponde ao valor de receita de 19 bilhões, e o outro, de 7 bilhões. A grande defesa nossa com relação à questão dessa receita é que, primeiro, ela não é certa ainda; não aconteceu e pode não vir a se materializar, como acreditamos que não irá. Mas, mesmo que ela aconteça, ela não pode ser considerada como receita corrente. Na realidade, ela seria um crédito extraordinário, porque é uma ação que acontecerá durante o ano, não se repetirá.

Esse é o raciocínio que nós estamos colocando aqui. E isso é a realidade. Nós podemos discutir o mérito, se vamos querer ajudar o Governo ou não, mas não dá para discutir se isso é receita corrente ou se é crédito extraordinário, porque será crédito extraordinário. Acontecerá uma vez, se o Governo conseguir realizar isso.

Então, o que nós estamos dizendo é que, no embasamento jurídico, isso não caberia da maneira como está sendo colocado. Agora, quem votar isso aqui justificando que quer ajudar o Governo a colocar uma receita dentro do Orçamento, tudo bem. Não se pode é dizer que existe enquadramento técnico e jurídico para aprovar uma coisa que, de fato, não é receita corrente, é crédito extraordinário, e, portanto, não deveria ser colocado aqui.

Entendo a opção do Relator de rejeitar todos os destaques. Mas, neste caso, S.Exa. está equivocado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.

É sobre o Destaque nº 9, Sr. Relator.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - A informação que nós temos do Ministério do Planejamento é de que essa estimativa está muito próxima daquilo que esperamos que aconteça...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pediria que aumentassem o som.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - E dos nossos Consultores também, Sra. Presidente. A informação que nós temos do Ministério do Planejamento, dos debates que nós fizemos diretamente com os técnicos do Ministério, e da nossa consultoria da CMO, tanto da Câmara, quanto do Senado, é de que esses números estão corretos.

Portanto, mexer neles agora não seria pertinente, Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Para contraditar, rapidamente. Eu sei que isso não é um debate, mas quero contraditar. A questão primordial aqui não é nem com relação à arrecadação, mas é o entendimento sobre ser receita corrente ou crédito extraordinário. Na realidade, é um crédito extraordinário. E é isso que nós estamos colocando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos passar ao processo de votação do Destaque nº 8.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só gostaria que o Relator se manifestasse com relação a essa questão, antes de votarmos, se fosse possível.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem o Relator a palavra.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- É receita, Sra. Presidente, não é crédito extraordinário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem.

O Governo orienta o voto junto com o Relator.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O PMDB entende que a receita pública tem diversos estágios. Um deles é estimativa. E o Relator estimou muito bem a receita necessária para arcar com as despesas governamentais.

Portanto, o PMDB acompanha o parecer nobre Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PT tem a palavra. Orientação do voto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O PT vota com o Relator.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O Partido Progressista também vota com o Relator.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. O Partido Progressista também vota com o Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, o PSC vota com a emenda, entendendo que é uma questão técnica. Não tem absolutamente nada a ver com o valor.

Eu queria deixar claro o seguinte. Eu vejo o discurso aqui de que tem que haver previsão de receita. É preciso, sim, realizar a receita, porque o que não pode é enganar o povo, dizendo que o dinheiro vai para a Saúde, se ele não existe.

O que estamos fazendo aqui é dizer o seguinte: "Você vai ter uma cirurgia, mas, se não houver a CPMF, você morre".

É isso que nós estamos fazendo aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao DEM para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas vota a favor da diminuição do IOF. Portanto, a favor, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A favor do destaque.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMB vota a favor, com o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PMB é um partido novo, é o Partido das Mulheres Brasileiras, que tem muito homem como representante, mas tem mulheres também.

O Deputado Carlos Henrique Gaguim encaminhou com o Relator.

Deputado Wadson.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O PCdoB vota com o Relator. "Não".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com o Relator, "não".

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, o PSDB.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao PSDB.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. vai me permitir, eu vou usar o 1 minuto de praxe para orientar, porque eu quero esclarecer um assunto, Sra. Presidente.

V.Exa. é testemunha de que nós viemos colaborando na busca da construção do entendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Inclusive, fico pesaroso que o Deputado Ricardo Barros não esteja aqui, mas nós estamos votando uma etapa do Orçamento, o relatório preliminar, o relatório de receitas. Temos relatórios setoriais, temos uma série de coisas. E nós discutimos a possibilidade de um entendimento, de um cronograma.

Esse cronograma pressupõe que haja, durante o processo do acordo, esse tipo de condução que V.Exa. está dando agora: de ouvir as partes, de que haja esse processo de respeito de lado a lado.

Nós nos sentirmos atropelados agora mesmo, e nós não aceitaremos isso, senão nós podemos comprometer a conclusão desse processo, que depende de acordo — depende de acordo. E nós queremos colaborar com o acordo.

Nós não podemos deixar de registrar o nosso desconforto e a nossa oposição ao que ocorreu. Votar a inclusão de uma receita de CPMF e ver Deputados dizendo: *"Oh, eu vou votar contra lá na frente, mas eu estou votando agora para incluir no Orçamento"*. A que leva isso? A uma espécie de crime premeditado em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu estou citando isso aqui, para ficar registrado na ata.

Nós estamos cometendo um crime premeditado. Nós estamos propondo um Orçamento com uma receita e, em razão dessa receita, estabelecemos a despesa do ano que vem. A despesa vai ocorrer, mas a receita nós sabemos que não vai ocorrer. Se a receita não vai ocorrer, nós vamos ter o quê? Déficit novamente. E na hora que houver déficit, virá o Governo com mais um PLN, parecido com esse PLN 5, e dirá: *"Oh, vamos mudar a meta"*. Isso na hora do apito final do jogo, no último mês do ano, e o País vai para o buraco.

Então, nós votamos contra a CPMF e votamos a favor dessa emenda, que é técnica, é elementar. Se a alienação... Fazer com que ocorra uma receita, que é

uma receita esporádica, não vai ser tratada como receita extraordinária, aí nós nem tecnicamente queremos fazer um Orçamento adequado para o País. Isso é responsabilidade de cada Deputado e de cada Senador que vota aqui. Se se recusa a pelo menos dar um formato técnico correto à peça orçamentária, que expectativa o País pode ter desse Orçamento? O Governo deu um grito lá, ameaçou com um decreto de fazer um corte de 10 bilhões, aí todo mundo fica "disciplinadinho", vota amém, concorda mesmo com o que está errado!

Nós não concordamos com o que está errado. Não concordamos com a CPMF, nem concordamos com o lançamento de uma receita de maneira equivocada. Ela não é uma receita permanente. Ela é uma receita, portanto, que deveria ter o tratamento que o destaque do Deputado Caio Narcio propõe.

Nós votamos a favor do destaque do Deputado Caio Narcio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mais algum partido gostaria de encaminhar?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós votamos favoravelmente ao destaque do Deputado Caio Narcio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Vamos passar à votação do Destaque nº 8.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem vota contra o destaque do Deputado vota "não"? É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ainda estava falando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É só para eu entender. A minha cabeça é meio lenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque está em votação a representação da Câmara.

Os Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

(Tumulto no Plenário.)

É na Câmara, gente. Mas é tão difícil, né?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Rejeitado!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor! Eu vou inverter, que é mais fácil, então. Eu vou inverter, que é mais fácil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não pergunta por que, não. Pelo amor de Deus! Não pergunta, não. É muito difícil! É muito difícil!

Aqueles que aprovam o Destaque nº 8, do Deputado Caio Narcio, se manifestem assim.

Então, pronto. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Dez votos contrários.

É no grito mesmo. Vamos lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Rejeitado. Rejeitado com 10 votos.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não pode pedir verificação com menos de 1 hora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há verificação. Mas se quiserem, eu peço o contrário. Eu peço: *"Aqueles que forem contrários que levantem a mão"*, para contar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, foi rejeitado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não foi, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos adiante, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não há 20 Deputados aqui, não, Presidente Rose.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há 20 Deputados? Não há?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não tem, não. Eu aceito continuar votando, mas o destaque foi aprovado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Vamos lá.

Os senhores querem, para eliminar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, há quase 40 Deputados presentes.

(Não identificado) - Rapaz, pelo amor de Deus!

(Não identificado) - Só se for na Casa que há 40 Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou aqui. Aqui na frente, só para exemplo, tem um, dois, três....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Trinta e seis.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou contando os Deputados, o quórum. Quatro, cinco, seis, sete Parlamentares. Aqui na frente, há sete Parlamentares. Só aqui na frente. Multiplique para ver se não há.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi rejeitado o Destaque nº 8.

Vamos passar ao Destaque nº 9.

Ah, tem o Senado. Eu tenho que esquecer o Senado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se rejeitado na Câmara, nem vai ao Senado. Vamos adiante!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade. Eu sou obrigada a dar a razão a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se rejeitado na Câmara, nem vai ao Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do Destaques nº 9. Eu estou fazendo uma força danada, hein!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos de novo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 9.

Em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o Destaque nº 09, do Deputado Caio Narcio, manifestem-se.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas nem defendeu, nem leu ainda o destaque, Presidente!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos lá, pessoal, já discutiu!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmar Arruda, já foi lido, debatido, o Relator já falou.

Vamos lá, quem aprova se manifeste, por favor.

Vamos lá. *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Perdemos um voto de uma hora para outra?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, foram os nove que levantaram.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Até o final da reunião, nós vamos acabar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Presidente. Parabéns, Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nove votos.

Rejeitado.

Eu quero declarar concluída essa votação da parte da receita e passar a palavra ao Relator da LOA.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vou fazer a leitura, Srs. Deputados.

(Tumulto no Plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor! Apenas para que o Relator possa fazer a leitura, para que possamos prosseguir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Dentro do acordo que nós fizemos, vou fazer a leitura do relatório preliminar, que já foi distribuído a todos os Srs. Parlamentares aqui. Aliás, desde sexta-feira, a minuta do relatório preliminar está distribuída.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A minuta só.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não ia retornar para a Liderança depois para tratar disso?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Como?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não ia retornar para a Presidência, depois, para combinarmos...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Como nós vamos abrir prazo...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A leitura apenas será feita, e vamos retornar para acordar o procedimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Como nós vamos abrir prazo para destaque, então poderíamos, eventualmente, fazer a leitura, abrir prazo de destaques e...

(Não identificado) - De Parlamentares e de emendas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - De emendas, para os Parlamentares então poderem sugerir as alterações que desejarem no relatório preliminar.

Diante da votação feita agora no relatório da receita, nós temos a seguinte situação.

Peço a atenção dos Srs. Parlamentares. Já foi distribuída essa cópia? *(Pausa.)* Eu vou pedir a atenção dos Srs. Parlamentares. Eu vou ler a situação da receita e da despesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ouvir o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Déficit do PLOA 2016: 30 bilhões e 500 milhões de reais; superávit votado na LDO: 34 bilhões, 441 milhões de reais; esforço fiscal para o cumprimento da meta: 64 bilhões, 941 milhões. Nós tínhamos menos 30 e temos que chegar em mais 34. Portanto, o esforço fiscal tem que ser de 69 bilhões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, mas agora tem a receita da CPMF. Não tem que considerar?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Acréscimo do relatório de receitas: 29 bilhões, 321 milhões; destaque do relatório de receitas, que é a CPMF: 10 bilhões, 157 milhões; cancelamentos de despesas... O Governo mandou aqui o cancelamento de 26 bilhões, que V.Exas. já leram, é aquele ofício. Daquele cancelamento de 26 bilhões, eu não estou considerando 1 bilhão e 200 milhões referentes à PEC do abono de permanência.

O Governo quer cancelar o abono de permanência e economizar o dinheiro que pagaria no abono de permanência, mas isso, evidentemente, provocaria muitas aposentadorias, e a despesa do Governo seria maior.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, nós não consideramos a PEC do abono de permanência e também não consideramos agora 3 bilhões e 800 milhões que estavam sendo cortados do MAC, Média e Alta Complexidade, da saúde. Dentro do acordo firmado com o PMDB, o Relator Setorial da Saúde, o Deputado João Arruda, a bancada do PMDB e outros da bancada da saúde, muitos aqui se manifestaram, nós não cortaremos. A recomendação que o Governo fez para cortar os 3 bilhões e 800 milhões da Média e Alta Complexidade, nós não o faremos.

Então, daquele ofício de 26 bilhões, nós estamos considerando 21 bilhões, está bem? Vinte e um bilhões só de cancelamento de despesas de 2016.

Aporte de capital da ELETROBRAS: 5 bilhões, 950 milhões. Do leilão que foi feito das usinas, das hidrelétricas, arrecadaram-se 17 bilhões. Onze bilhões estão alocados no relatório da receita e 6 bilhões — 5 bilhões e 950 milhões — vão ao capital da ELETROBRAS. Então, eu conto ele aqui negativamente, porque entrou lá e sai aqui.

Saldo para o ajuste da meta: 10 bilhões, 412 milhões; acréscimo da saúde: 3 bilhões e 200 milhões. Então, ficamos aqui num acordo também, que daríamos 10 bilhões para a saúde. Três este ano — vai emenda hoje no PLN 5; 3 bilhões e 800 milhões, que eu não vou cortar, veio no ofício dos 26 bilhões, e 3 bilhões e 200 milhões a mais, que nós colocaremos. Então, já estou colocando aqui esse valor.

Impacto de novos parâmetros sobre o salário mínimo: 1 bilhão, 814 milhões. Como aumentou a inflação e vai aumentar o pagamento do salário mínimo, então, temos 1 bilhão, 814 milhões de despesas a mais, que nós temos que colocar aqui no Orçamento.

Estou propondo distribuição para reserva de emendas coletivas 2 bilhões de reais. Estava zerado, no relatório preliminar que eu distribuí para os senhores.

Então, eu estou propondo que destinemos 2 bilhões para o conjunto de relatores setoriais, bancada e Relator-Geral. Cinquenta e cinco por cento desse valor fica para os Relatores Setoriais, 25% para as bancadas e 20% para o Relator-Geral, para a distribuição e o atendimento de bancadas, fora os cortes que os senhores podem fazer no seu relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Total para cancelamento de despesas: 17 bilhões e 400 mil reais. Eu preciso cortar ainda 17 bilhões e 400 para chegarmos ao zero. Vamos passar a tesoura em várias coisas para chegarmos a esse valor.

Essas são as observações...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Relator, uma informação: quanto ainda precisa cortar?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Dezessete bilhões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Dezessete bilhões?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Exato. Dez bilhões eu quero cortar no Programa Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa é uma vontade individual do Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É uma vontade individual.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas não vai se realizar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos à votação nominal, Deputado Paulo Pimenta, como é de praxe aqui e acabou de acontecer.

Eu queria propor, então, o seguinte: nós poderíamos abrir a discussão do parecer preliminar para, terminada a discussão, os senhores apresentarem as emendas.

(Não identificado) - Podia distribuir uma cópia com essas alterações já.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Se os senhores apresentarem...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sra. Presidente, um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para os esclarecimentos. Pois não, Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Relator, Deputado Ricardo Barros, eu quero saber alguma notícia sobre a reflexão que V.Exa. fazia acerca do Programa Bolsa Família. Como não houve nenhum registro, quero saber se V.Exa. chegou a alguma conclusão sobre suas reflexões a respeito da matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu gostaria de ter sido atendido nos requerimentos que foram aprovados nesta Comissão, Deputado Orlando Silva,

pedindo quanto foi o saldo em conta corrente que passou na conta dos beneficiários do Bolsa Família no exercício passado.

A informação que eu tenho é que passaram 2 bilhões de reais depositados nas contas dos beneficiários do Bolsa Família, que não sacaram. Quem precisa do auxílio saca o dinheiro, não larga lá na conta. Então, essa informação não veio.

Também pedi sobre a regra de permanência.

(Não identificado) - Sr. Relator, só um parêntese...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só 1 minutinho. Quantos beneficiários do Bolsa Família estão na regra de permanência? A regra de permanência é uma regra que diz que quem passou da renda que a lei autoriza, 174 reais *per capita* na família, até meio salário mínimo *per capita*, pode ficar 2 anos recebendo o Bolsa Família, ou seja, ele já passou da renda de risco e continua 2 anos recebendo.

Essa autorização não é legal. Não há na lei essa autorização. A lei autoriza a Presidente a emitir um decreto dizendo qual é a renda de corte. O decreto dela diz que é 174 reais. Portanto, ninguém que ganha mais de 174 reais pode receber. Tem lá uma portaria do Ministério em que está registrada essa regra de permanência.

Nas amostras que eu tenho, essa regra de permanência é em torno de 25% dos beneficiários. Portanto, quando eu falo meio salário mínimo, eu estou dizendo assim: pai, mãe, três filhos, 2 mil reais por mês de renda, recebendo o Bolsa Família, por 2 anos, de lambuja.

O que mais? A Controladoria-Geral da União fez uma avaliação do Bolsa Família, e nela ficou comprovado que 61% dos visitados, casa em casa, estavam com a renda dentro da lei. Dez por cento, fora da lei, e 20% disse que não conseguiu avaliar.

Então, se 61% estão com a renda dentro do que a lei determina e nós estamos deixando 65% dos recursos, está absolutamente seguro que quem precisa vai continuar recebendo.

Terceira questão. A CGU sorteia três Municípios por mês para fazer auditoria. Os senhores sabem que ela faz o sorteio e faz a auditoria. Todas essas auditorias têm um capítulo sobre o Bolsa Família.

Se os senhores consultarem as auditorias da CGU que estão na Internet, vão perceber que há fraude quanto à presença dos alunos. A CGU pega a confirmação da presença dos alunos que a escola manda para a manutenção do programa, vai à escola, consulta o livro de presença e verifica que aquela presença informada para o Programa Bolsa Família não corresponde à verdade. Os alunos não estão frequentando com 75% de frequência, e a escola informa que estão.

Se houver boa vontade dos senhores em analisar só os relatórios da Controladoria Geral da União, não precisa mais nada, só os relatórios da Controladoria Geral da União sobre o Bolsa Família e o relatório da Controladoria Geral da União do sorteio dos Municípios. Cada um desses Municípios tem um capítulo sobre o Bolsa Família. Essa não conformidade de presença de alunos na escola chega a 20%, 30% em algumas cidades, na amostra verificada.

Então, senhores, eu não vejo nenhum problema em nós cortarmos o Bolsa Família, porque nós vamos apenas melhorar a gestão do programa. Vamos fazer com que haja uma atenção para que quem precisa possa portar. Eu estou apenas propondo isso. Haverá o momento da discussão. Isso não está no relatório preliminar, não está aqui no relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Objetivamente. Deputado Orlando Silva, queria só fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Permita-me só concluir, Deputado Samuel Moreira.

Sra. Presidente, aqui nesta Comissão... Sra. Presidente, por favor, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Aqui nesta Comissão, nós aprovamos alguns requerimentos. Evidentemente, a agenda da Comissão e a do Congresso não permitiram que realizássemos todos os debates sobre o tema da LOA, mas essa matéria em especial é uma matéria muito sensível. Uma simples pergunta que fiz ao Deputado Ricardo Barros — que é muito zeloso das suas posições — permitiu-lhe falar por alguns minutos para fundamentar a sua posição, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, qual a proposta que quero fazer? Levando em conta que o Bolsa Família é matéria delicada, eu estive com a Ministra Tereza Campello que tem outros números.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela está à disposição para vir aqui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Seria oportuno que nós tivéssemos um encontro de trabalho, se não toda a Comissão, o Relator com a Ministra Tereza Campello, para aprofundar e definir a sua posição, porque essa é uma matéria sensível, que atende ao interesse de milhões de brasileiros, Sra. Presidente. Por isso, eu acho que é muito importante aprofundar especificamente a Lei Orçamentária da Administração, no que diz respeito ao programa Bolsa Família.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. me permite? É uma questão importante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator...

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu estava com a palavra, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu pedi a palavra

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - o Relator já havia proposto uma audiência pública e não abriu mão dela.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela está à disposição.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA Eu queria fazer uma...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei o que está acontecendo aqui na Comissão, que todo mundo quer falar ao mesmo tempo!

Eu queria dizer que algumas audiências serão realizadas. A audiência do Banco Central, por exemplo, será realizada de 9 horas às 10 horas, após entendimento com os Líderes, na quinta-feira. Essa questão do Bolsa Família seria bom acordar na reunião que será realizada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Ministra Tereza Campello está à disposição para vir.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas eu queria fazer uma sugestão ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Claro!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Bom, após a leitura, nós vamos nos reunir lá dentro, os Líderes, para nos entendermos sobre procedimento. Esse procedimento de agora é para abrir o prazo para as emendas, para que ninguém seja prejudicado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, antes de a senhora prosseguir, eu preciso fazer uma colocação, para não dar a confusão que está dando na imprensa. A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O destaque que foi aprovado na votação anterior prevê uma receita de CPMF de 12 bilhões, 740 milhões, mas o valor líquido fica em 10 bilhões, 157 milhões. Por isso, o ofício encaminhado para a Fazenda... do Planejamento para cá é de 10 bilhões, 157 milhões. Então, o valor líquido da CPMF que foi aprovado é de 10 bilhões, 157 milhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, quero só fazer uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gostaria de falar com o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, vai abrir o prazo para as emendas, mas, Relator, em função do questionamento do Deputado Orlando Silva, e do posicionamento de V.Exa., eu queria sugerir o seguinte.

Eu acredito que, nesse caso em que recursos ficam nas contas dos beneficiários... Não era melhor mudar algumas regras do que mexer no Orçamento e fazer os cortes? Quer dizer, na medida em que se alteram as regras do Governo, pode-se utilizar esses recursos, porque eles podem voltar ao caixa. Mas não necessariamente mexer no Orçamento e já estabelecer preventivamente um corte. Acho que o ideal é mexer nas regras do Governo, e não na proposta orçamentária com relação ao Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem, vamos avaliar.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, estou me inscrevendo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

Em seguida, o Relator, ouvindo as ponderações, responde.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu acho... Calma, todo o mundo está afoito. Esse Orçamento... Calma, calma, calma!

Sobre a questão do Bolsa Família, eu penso que não é só ouvir a Ministra. Eu acho que esta Comissão precisaria ouvir o TCU, até para poder ter uma opinião formada.

Na verdade, fez-se uma polêmica, e o Deputado Ricardo Barros aproveitou bem a polêmica, com a inteligência que tem. Mas ninguém está cortando nada; na verdade, está querendo expurgar aquilo que já está irregular de acordo com a lei, está certo?

Então, vamos deixar claro: esta Comissão não vai cortar Bolsa Família de ninguém. Agora, não é justo que se tenha fraude no sistema em relação às normas estabelecidas.

O que nós não gostaríamos é que pessoas estivessem se apropriando de um recurso público indevidamente. O que nós estamos solicitando é que formemos uma opinião sobre o assunto, mas que se exija o cumprimento daquilo que já está na lei, só isso. O que o Deputado Ricardo Barros está colocando é que há irregularidade no pagamento do benefício. É só isso!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, uma questão de ordem. Eu acho que colabora muito com esse propósito...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes da questão de ordem...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É porque é sobre isso mesmo, sobre essa possibilidade dessa audiência amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É, mas o Deputado João Arruda tinha pedido antes a palavra. Ele está prejudicado por mim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado João Arruda e, em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Ricardo Barros, e agradecer-lhe o envolvimento e compromisso com a saúde pública do País.

Queria falar um pouquinho sobre o Bolsa Família. Vai a minha crítica ao Relator, com relação ao desvio de recurso do Bolsa Família, porque a função do Relator-Geral e da nossa Comissão de Orçamento não é cortar orçamento de acordo com possíveis desvios em contratos ou repasses, se não uma obra superfaturada —nós vimos várias pelo Brasil afora — será motivo também para cortar a fonte de financiamento para obras de infraestrutura no País.

Então, eu entendo que esse debate é importante. Essa é a minha visão, minha posição, mas acho que devemos fazer o debate, como sugeriu o Deputado Orlando Silva, com a presença do Relator. Poderemos dar a oportunidade para que o Relator possa apresentar, expor as suas ideias. Serão respeitadas, mas, ao mesmo tempo, nós poderemos construir consenso antes de fazer o debate mais polêmico e colocar em votação o Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio e, em seguida, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, está aqui ao meu lado o Deputado Eduardo Barbosa, que tem uma história de dedicação aqui no Parlamento, não só aqui, mas especialmente lá em Minas, às causas sociais. Como membro da Comissão de Seguridade Social e Saúde, ele nos traz também uma informação que eu acredito que pode nos ajudar a construir um entendimento, um acordo e um bom encaminhamento para essa polêmica levantada, envolvendo não só o Bolsa Família, mas também as verbas sociais.

Ele nos informa que a Ministra Tereza Campello estará amanhã, às 9h30min, na Comissão de Seguridade. Eu creio que, como nós já temos um requerimento aprovado aqui para esta Comissão, seria extremamente providencial que nós pudéssemos fazer — eu acredito que a Presidência da Comissão de Seguridade concorde — audiência conjunta e aproveitar a presença da Ministra, que já antecipou ao Deputado Eduardo Barbosa que está aberta à discussão de regras.

É claro que todos nós — eu acho que há consenso — queremos regras transparentes, regras justas, regras que evitem qualquer tipo de desvio ou de abuso, não só para o Bolsa Família, mas para qualquer programa social ou para qualquer uso do dinheiro público.

Agora, é claro que nós não queremos cometer o equívoco, em razão de que há um ou outro uso inadequado, de que nós venhamos a cortar do Orçamento recursos que possam vir a fazer falta para as famílias que deles necessitam.

Então, como eu percebo, pelo menos da parte do PSDB, uma posição muito clara de não cortar recursos da área social, de não cortar recursos do Bolsa Família, nós também não queremos deixar de debater o aperfeiçoamento dos critérios que garantem a boa execução do programa.

Então, a proposta é que nós possamos amanhã fazer a audiência conjunta às 9h30min, tirar dali os esclarecimentos necessários e contar com a compreensão do nosso Relator, para que possa alcançar o objetivo dele.

Eu não tenho dúvida de que seu objetivo é apenas dar transparência, dar segurança no uso do dinheiro público, e não comprometer um programa social que é importante, que não nasceu agora, nasceu lá atrás com Fernando Henrique, e que nós sempre defendemos e vamos continuar defendendo. Portanto, em razão disso, nós fizemos essa proposta.

Agora, para concluir, já que V.Exa. me permitiu o uso da palavra, eu quero propor ao Relator e a essa Presidência que nós possamos suspender a sessão, após dado como lido o relatório, e ter de hoje até o final das sessões do Congresso e da Câmara como prazo para emendas — isso deve se dar lá pelas 21 horas — ou, então, estabelecer um prazo fixo de 21 horas, e que o Relator e sua assessoria façam esse esforço que já vêm fazendo para analisar essas emendas.

Amanhã nós retomamos os trabalhos desta Comissão a partir das 13 horas, para evitar o risco de sermos impedidos pela Ordem do Dia. Aí poderemos analisar e votar o relatório preliminar. Essa é a nossa proposição.

Aproveito para lembrar ao Relator que nós vamos precisar muito da compreensão dele, para que nós vejamos asseguradas, por exemplo, aquelas emendas que ficaram acordadas com o Planejamento que serão impositivas de bancada. Que elas estejam contempladas, com os valores que foram devidamente

negociados, e algumas outras questões que nós gostaremos de conversar com ele nesse período que teremos suspensão da sessão até amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Avançando nessa questão do debate do Bolsa Família, inclusive eu fui um dos primeiros que coloquei a improbidade de se buscar cortar esse programa num momento tão difícil para o Nordeste brasileiro, na medida em que nós estamos no quinto ano consecutivo de seca no Semiárido nordestino e que isso passou a ser a única fonte de sobrevivência dos homens e das mulheres do Sertão.

Por outro lado, também a preocupação é nossa, porque, numa planilha de cortes que foi apresentada à imprensa, o Estado do Ceará aparecia como quarto Estado em maior corte exatamente dentro do Programa Bolsa Família.

Eu acho que é oportuno e necessário que nós apuremos, lógico, essas demandas aqui apresentadas pelo Relator no que diz respeito aos desvios e à retenção dos recursos, mas, por outro lado, que nós possamos valorizar esse momento tão difícil que essas famílias do Nordeste estão passando.

Então, eu apoio a ideia da audiência pública. Acho que para essa audiência pública poderiam ser convidados, além da Ministra Tereza Campello, também os auditores do Tribunal de Contas da União, para ter um balizamento maior e mais apurado do fato. Ao mesmo tempo, nós só podemos fazer os encaminhamentos e desdobramentos da votação após apurar essas matérias.

Diante disso, a minha proposição é no seguinte sentido: que nós demos até o final da noite de hoje o prazo para as emendas ao relatório preliminar. Acho importante também, desde já, ficar clara para todos a minha proposição no sentido que tenha emenda de Relator-Geral.

A emenda de Relator-Geral é importante para fazer as devidas adequações no momento final da aprovação do Orçamento. Todas as vezes nós sabemos que há necessidade dessas acomodações. Se no relatório preliminar impedirmos, já de partida, que o Relator possa fazer emendas ao relatório final, nós podemos criar um

embaraço. Lá na frente, ficarão sem solução algumas demandas importantes que, num Orçamento tão grande, tão complexo, como é o Orçamento do Governo Federal, possam ficar em aberto, ficar sem resposta, porque há um impeditivo legal de não se poder mais fazer emendas, já que os Relatores Setoriais não podem fazer emendas ao seus relatórios setoriais.

Só resta uma oportunidade, que é com a aquiescência do Relator, que é um homem experiente, um Deputado que já está aqui há algum tempo e que sabe formatar bem o Orçamento da União, que poderá fazê-lo exatamente no sentido de dirimir alguma contradição, algum erro na formatação dessa peça orçamentária.

Eu vou inclusive apresentar uma emenda para que haja a proposição e a necessidade de o Relator entender que ele tem que fazer, sim, de Relator. Acho até que ele está equivocado quando diz que não o fará, porque o ajudará inclusive na votação da própria peça orçamentária. Então, a nossa ideia é essa.

Quero só que se retome amanhã à 1 hora da tarde, porque há outras demandas para serem feitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, para encerrar. O nosso Relator tem compromisso no Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, apenas um registro, não faço parte... Sou não membro, mas estive por 3 anos nesta Comissão.

Quero dizer a V.Exa. que ela está em boas mãos, está sendo bem conduzida. Quero dizer isso ao Relator também.

Aqui estão, Sra. Presidente, dois Deputados que fazem parte da Comissão de Educação. Hoje eu recebi uma notícia que eu considero importante a ponto de vir a esta Comissão e passar para os senhores. Não houve a complementação dos recursos do FUNDEB no nosso Estado, Presidente, em função do contingenciamento que foi feito pelo Governo Federal.

É importante, Sr. Relator e Sra. Presidente, que o Governo, mesmo com a sua tentativa de resolver o problema que ele mesmo criou, não crie uma dificuldade que é uma quebra do pacto federativo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sra. Presidente, não foi feito o repasse de complementação de FUNDEB no meu Estado do Rio Grande do Norte, em função do contingenciamento feito pelo Governo Federal.

Isso é uma espécie de chantagem que é feita contra esse Congresso. Então, venho aqui fazer esse registro e dizer da importância de preservarmos o pacto federativo e pedir ajuda dos demais Parlamentares, porque essa é uma causa republicana.

Quero dizer à Sra. Presidente, ao Sr. Relator e aos demais membros que nós não podemos permitir que uma atividade como essa que é a educação, um recurso que não pertence ao Governo Federal, um repasse de complementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, seja subtraído dos Municípios que contam com ele, em função da incompetência do Governo de gerir as suas finanças.

Agradeço a V.Exa. a possibilidade do registro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos, inclusive, debater esse assunto na reunião interna dos Líderes.

(Não identificado) - Presidente, vamos encerrar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria dar a palavra ao Relator e dizer o seguinte: logo em seguida vamos suspender a reunião...

(Não identificado) - Não, Presidente, vamos encerrar. Vamos encerrar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender a reunião. A reunião de Líderes...

(Não identificado) - Nós queremos que encerre.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu preciso de que outras...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu gostaria apenas de dizer que a audiência pública proposta, aprovada nesta Comissão, é com a Caixa Econômica, com a Controladoria-Geral da União, com a Ministra e com um representante da Frente Nacional de Prefeitos, porque os Prefeitos fazem o cadastro, a Caixa Econômica gerencia, a Ministra executa o programa e a CGU fiscaliza.

Então, todos estarão na mesa, porque os dados que eu tenho são dados oficiais, eles só têm que explicar porque escreveram os relatórios daquela forma.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre o Relator-Geral, sobre o relatório preliminar, nós colocamos o cenário macroeconômico, que é aquele previsto pelo Focus: as metas fiscais 34 bilhões de superávit, a receita estimada foi votada agora com, inclusive, a inclusão da CPMF, 10 bilhões para 4 meses de arrecadação. Portanto, implicaria em aprovarmos até o mês de junho, maio, a CPMF. A despesa está fixada em 2 trilhões e 900. Com o pessoal, encargos sociais, temos alguns requisitos da LDO ainda para cumprir, vamos aguardar a votação da LDO. Previdência social é o maior problema. Se nós não enfrentarmos a reforma da Previdência, não vamos equilibrar as contas públicas.

Com relação à questão do PAC, há 42 bilhões, nós faremos o corte para o atendimento das emendas impositivas, 3 bilhões, 250 milhões de bancada, como foi acordado, mais o corte de 1 bilhão e meio para emendas individuais, que vieram no fundo de reserva em valores insuficientes. Também há as medidas do ajuste fiscal que todos sabem, há um capítulo aqui do Bolsa Família, que é justamente o gráfico da auditoria da Controladoria-Geral da União.

Eu queria falar sobre excesso de receita de autorização e receita superestimada Nos últimos 4 anos, o Governo mandou expectativa de receita menor...

(Não identificado) - O barulho da sala está muito grande, a começar da Mesa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nos últimos 4 anos, o Governo mandou uma proposta, o PLOA, com receitas que não se realizaram. Faltaram 24 milhões em 2012, 23 em 2013, 75 em 2014 e 180 em 2015. Ora, não é hora de nós ficarmos fazendo um Orçamento com receitas que não vão se realizar. Quando nós autorizamos o Governo a uma ampla autorização de despesa, ele escolhe o que faz e o que não faz com relação ao que está autorizado. Quando nós fazemos um Orçamento com receitas reais, corretas, o Governo tem que fazer aquilo que foi autorizado. E, se quiser fazer outra coisa, tem que pedir ao Congresso Nacional.

Então, para a valorização das nossas prerrogativas parlamentares, nós devemos cuidar do excesso de autorização de receitas do Governo. Por isso há resistência de muitos colegas aqui à CPMF, à qual eu me somo. Mas é porque

temos que ter um Orçamento realista, senão nós, Parlamentares, estamos abrindo mão da nossa prerrogativa e dando um cheque em branco ao Governo.

Então, o relatório está lido, aguardando para o recebimento das emendas. E a tarefa daqui até a apresentação dos relatórios setoriais e do relatório geral é encontrar recursos da ordem 17 bilhões de reais que devem ser ainda cortados do Orçamento. Eu peço aos Relatores Setoriais compreensão. Há aqui no dispositivo, no parecer preliminar, que, em cada corte que fizerem — V.Exas. podem cortar 20% do conjunto da despesa que relatam —, têm que reservar 10% para o fundo de atendimento ao superávit primário, porque nos faltam muitos recursos. Isso poderá contribuir muito pouco, talvez uns 400 milhões, mas é didático todos saberem que é preciso contribuir para o encerramento do nosso déficit e para que nós possamos realmente chegar ao final do ano sem ter que rever novamente a meta fiscal.

Obrigado, Sra. Presidente.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Relatório apresentado.

Nós vamos abrir o prazo para emendas até hoje, às 21 horas.

Portanto, declaro encerrada esta sessão, convocando outra para amanhã, às 13 horas, aqui no mesmo plenário.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Jaime Martins (PSD/MG), 1º Vice-Presidente, e pelo Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Esta reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes dos Ministérios do Esporte e das Cidades; e ainda, representante do Tribunal de Contas da União, para discutir indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.805/2015 -TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2016, por solicitação do Deputado Zé Geraldo (PT/PA), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto *no caput e no § 1º do art. 116, da Lei nº 13.080, de 31/12/2014* (LDO 2015). Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** César Halum, Edmilson Rodrigues, Jaime Martins, José Nunes, José Rocha e Zé Geraldo; **- Senador titular:** Paulo Bauer. **ABERTURA**: o Presidente em exercício declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa o Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves–COI, Deputado Zé Geraldo (PT/PA); Sr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União; e o Sr. Fábio Franklin Amaral, Assessor Jurídico do Ministério do Esporte. O Presidente em exercício, comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 15 minutos, para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderado o disposto no *§ 1º do art. 116, da Lei nº 13.080, de 31/12/2014* (LDO 2015). Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A seguir, a lista de inscrição para debate foi aberta. O Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo, recebeu a palavra e teceu as considerações iniciais. Logo após, o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos realizou apresentação, fazendo uso de projetor de multimídia, acerca de achados de auditorias no âmbito do Ministério das Cidades, relativamente às Obras do Corredor de ônibus – Radial Leste – Trecho 1 – São Paulo/SP; Corredor de ônibus – Radial Leste – Trecho 3 – São Paulo/SP; e BRT – Itaim Paulista – São Mateus – São Paulo/SP. Ao final da apresentação, a palavra foi transferida ao Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Sr. Dario Rais Lopes, que prestou esclarecimentos sobre as obras. A palavra foi concedida ao representante do TCU para réplica. Em seguida, o Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Relator do **Aviso nº 12/2015-CN,** que trata da constatação de indícios de irregularidade grave na obra do Trecho 3 do corredor de ônibus Radial Leste, na cidade de São Paulo, deu seu parecer sobre a obra. A palavra retornou ao Sr. Dario Rais Lopes representante do Ministério das Cidades que apresentou considerações finais sobre aquela obra. Em prosseguimento, iniciou-se a segunda etapa da reunião, para tratar sobre obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. O Presidente em exercício, convidou o representante do Tribunal de Contas da União, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, para apresentar os relatos da auditoria levantados na Obra de Construção da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vila Olímpica na cidade de Parnaíba, Piauí. O Representante do TCU discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. Às 18h12min, o Deputado Zé Geraldo, Coordenador do COI assumiu a condução dos trabalhos e concedeu a palavra ao Sr. Fábio Franklin Amaral, Assessor Jurídico do Ministério do Esporte, que apresentou esclarecimentos sobre a obra. Às 18h19min, o Deputado Jaime Martins, 1º Vice-Presidente da CMO, reassumiu a direção da reunião e convidou o Sr. Alexandre Fernandes Ono, Coordenador Geral de Infraestrutura Esportiva, e o Sr. Emmanuel Carlos Braz, engenheiro, ambos do Ministério do Esporte para apresentarem suas considerações sobre a construção da Vila olímpica em Parnaíba- PI. Logo após, a palavra foi facultada ao representante do TCU, para réplica e tréplica. Aos representantes do Ministério do Esporte foi assegurada a réplica e tréplica. Houve debate entre os representantes do Ministério do Esporte e o representante do TCU. Às 18h39min, o Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo apresentou suas considerações finais e houve troca de informações com o Sr. Alexandre Fernandes Ono, do Ministério do Esporte, e em seguida foi encerrada a apresentação. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), agradeceu o comparecimento dos representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério das Cidades e do Ministério do Esporte, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Antes, comunicou a continuação da reunião extraordinária da CMO para após o término da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, alertando, que caso não fosse possível a reabertura ao término daquelas reuniões, a continuação se daria, no dia seguinte, 3 de dezembro, quinta-feira, às 9h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às dezoito horas e cinquenta e três minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Jaime Martins. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 02.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Declaro iniciada a 5ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada com a finalidade de ouvir representantes dos Ministérios do Esporte e das Cidades e do Tribunal de Contas da União para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.805, de 2015, do TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade do Ministério das Cidades e do Ministério do Esporte, constantes do projeto de lei orçamentária para 2016.

Esta reunião foi solicitada pelo Deputado Zé Geraldo, do PT da Bahia, que é o Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, desta Comissão, para atendimento do

disposto no *caput* e no § 1º do art. 116 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, referente à LDO de 2015.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada um dos palestrantes disporá de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas e, se for o caso, ponderado o disposto no § 1º do art. 116 da Lei nº 13.080, que diz respeito à LDO de 2015.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares que vierem a se inscrever para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrições está aberta neste momento. Naturalmente, estamos concorrendo com o Plenário do Senado Federal, num debate acalorado sobre as metas fiscais para o ano de 2015.

Informo que se encontra conosco o Deputado Zé Geraldo, Coordenador do COI, a quem convido para tomar assento à mesa. Estão presentes também os representantes do TCU, do Ministério do Esporte e do Ministério das Cidades.

Antes de passar a palavra ao Deputado Zé Geraldo, convido para tomar assento à mesa o representante da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, e o Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Dr. Dario Rais Lopes.

Antes de entrarmos estritamente no debate com os representantes dos Ministérios e do Tribunal de Contas da União, concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, Coordenador do COI, para suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores convidados, primeiro, agradeço-lhes a presença. Neste momento de votação no Congresso Nacional, nós estamos com os nossos Parlamentares atentos à discussão e à votação, mas nós vamos iniciar a nossa audiência pública, realizada em cumprimento ao disposto nos arts. 113 e 116 da Lei nº 13.080, de 2015, referente à LDO de 2015, com a finalidade de ouvir os

representantes dos órgãos e entidades responsáveis por obras e serviços de engenharia com indícios de irregularidades graves e sobre as medidas saneadoras já adotadas para solucionar as pendências; avaliar os impactos econômicos, financeiros, ambientais e para a população, em decorrência de eventual paralisação do empreendimento, bem como ponderar eventuais perdas decorrentes de deterioração de serviços já executados e as despesas necessárias à preservação das instalações e serviços já executados, entre outros fatores, nos termos estabelecidos pelo art. 113 da Lei nº 13.080, de 2015, referente à LDO de 2015.

O TCU apontou cinco empreendimentos com indícios de irregularidades graves como recomendação e paralisação — IG-P. Desses, apenas um consta do quadro de bloqueio da LOA de 2016. Outro empreendimento, a BR-448, Rio Grande do Sul, é uma obra concluída, com 100% de execução, com contratos expirados e sem dotação orçamentária para 2016, conforme descreve o TCU.

Essa situação torna sem sentido a convocação de representante do DNIT e a inclusão do empreendimento no quadro de bloqueio da LOA de 2016. Portanto, o Comitê deverá se pronunciar, após audiência pública, sobre a paralisação ou não desses empreendimentos.

Esta audiência pública é, portanto, uma excelente oportunidade para que os membros desta Comissão possam obter subsídios qualificados sobre a gravidade e a extensão dos indícios de irregularidades apontadas pelo TCU, assim como das medidas já adotadas pelos gestores em cada caso, informações estas imprescindíveis para subsidiar a difícil decisão de votar pela paralisação ou não dos empreendimentos. Esses são os objetivos desta audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado pelos esclarecimentos, Deputado Zé Geraldo. Eu vou passar, então, aos debates.

Eu passo a palavra ao Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União, para que possa, se possível, fazer seus esclarecimentos em 15 minutos. Lembro que vamos ter, naturalmente, toda a tolerância necessária em relação ao tempo. Em seguida, ouviremos as considerações do Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, que aqui representa o Ministério das Cidades.

Com a palavra o Sr. José Ulisses Vasconcelos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Exmo. Sr. Deputado Jaime Martins, Exmo. Sr. Deputado Zé Geraldo, em nome de quem cumprimento todos os Deputados aqui presentes, Senadores, membros da CMO, Sr. Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, consultores, demais presentes, boa tarde.

Em primeiro lugar, devo falar aqui sobre três obras, três corredores de ônibus em São Paulo. Há uma apresentação que seria conveniente reproduzir. A primeira IG-P...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu gostaria de deixar o Secretário Dario à vontade. Como a apresentação está aqui no canto, se o senhor não estiver enxergando bem, há todo espaço mais à frente. Fique à vontade para se levantar e acompanhá-la.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - A primeira obra com irregularidades graves é o BRT em Itaim Paulista, São Mateus, em São Paulo.

Eu vou me levantar, pois fica melhor para eu fazer a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu peço ao consultor Rafael que troque de lugar com o Sr. José Ulisses. Estando sentado, talvez fique mais fácil para ele fazer os esclarecimentos.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Dando seguimento, a primeira obra é o BRT em Itaim Paulista e São Mateus. Aqui há um resumo da obra. Dado o tempo, eu vou passar mais rapidamente pela apresentação da obra para ir diretamente às impropriedades e irregularidades que foram constatadas no processo de fiscalização.

Aqui temos uma planta do trecho, um croqui do terminal Itaim Paulista, com a infraestrutura prevista, as dimensões dos corredores e do terminal, em termos de quilometragem e metros quadrados. Essa obra importa, ao todo, em 596 milhões de reais. Há um termo de compromisso firmado por meio do Ministério das Cidades com a Prefeitura de São Paulo. Aqui temos um edital de licitação com base no RDC e um projeto executivo de execução das obras na modalidade de RDC presencial.

Estas são as fotos de uma obra ainda em licitação, ou seja, não iniciada.

Mediante o Acórdão nº 2.631, de 2015, o TCU recomendou ao Congresso Nacional classificar essa obra como IG-P e, como medida corretiva, republicar o

edital nos termos da legislação em vigor, adequando os preços unitários do orçamento-base, já que houve indicativo de sobrepreço no valor de 59 milhões de reais nesta obra.

As principais irregularidades detectadas são a restrição à competitividade da licitação, bem como ausência de parcelamento do objeto. O valor do convênio não cobre as despesas relativas à obra licitada.

Aqui há uma novidade em relação a essa obra. A SIURB, órgão da Prefeitura Municipal de São Paulo, comunicou ao tribunal, no dia 25 de novembro, que decidiu revogar essa licitação. Não houve tempo para a unidade técnica instruir os autos, mas a própria Prefeitura, ao tomar conhecimento das irregularidades apontadas, resolveu, por conta própria, revogar o edital de licitação. Com a revogação do edital, será feita uma nova instrução, que será submetida ao Plenário, assim que a documentação chegar ao tribunal, o que deverá ser comunicado ao Congresso Nacional.

Essa é a primeira obra já com o edital revogado. A Prefeitura também informa que vai refazer o projeto, o orçamento, e republicar o edital de licitação, corrigindo os erros apontados.

A segunda obra, também com indícios de irregularidades, é o corredor de ônibus radial leste, trecho 3, em São Paulo.

Mais uma vez, vou falar rapidamente, dado o tempo.

Essa obra, que importa em 260 milhões de reais, teria em torno de 9,5 quilômetros de extensão, com 16 paradas no trecho. Trata-se de um contrato de repasse, novamente firmado pelo Ministério das Cidades, com um RDC presencial.

Essas fotos mostram os lugares referentes à obra.

A obra foi examinada mediante despacho do Relator, que registrou indícios de riscos de restrição à competitividade do certame decorrente da adoção de regras e cláusulas impróprias, bem como o risco de que o certame seja retomado a qualquer momento. Assim, resolveu conceder cautelar em relação à obra, já com oitiva prévia, para determinar que a SIURB se abstenha de dar prosseguimento ao procedimento licitatório até que o TCU delibere sobre o mérito objeto do processo.

Houve também indicação de indícios de irregularidades (IG-P) ao Congresso Nacional.

Neste caso, o sobrepreço indicado importa em 27 milhões de reais. Novamente, a medida corretiva seria a republicação do edital de licitação nos termos da legislação em vigor, corrigindo os preços unitários no orçamento-base.

Esta é uma tabela com os principais itens com sobrepreço, mas não vou me detalhar neles.

As principais irregularidades apontadas foram projeto básico deficiente, em que o valor do convênio novamente não cobre as despesas relativas à obra licitada; restrição à competitividade da licitação.

Novamente, essa obra estava em licitação. De novo, a SIURB informou ao tribunal, em 25 de novembro, que decidiu revogar o edital de licitação.

Assim, a unidade técnica deve se debruçar sobre essa documentação que chegou ao tribunal e brevemente submeter uma proposta ao Relator e ao Plenário do tribunal, para que encaminhe essa informação ao Congresso Nacional.

Igualmente, a Prefeitura de São Paulo informa que futuramente deve republicar o edital sem as irregularidades apontadas durante o processo de fiscalização.

A última obra apontada seria o corredor de ônibus radial leste, trecho 1. Para esse trecho, ao contrário dos outros dois, já havia contrato. A situação é um pouco diferenciada da dos outros dois. Nesse caso, não há revogação nem anulação da contratação nem do procedimento licitatório.

Um breve resumo da obra: são 12 quilômetros de extensão, importando em 438 milhões de reais.

Aqui temos o croqui da obra, que aponta as vias por onde passará, e o contrato de repasse firmado com o Ministério das Cidades.

Como eu disse, a contratada é o consórcio Mobilidade Urbana São Paulo, formado pelas construtoras OAS e EIT.

Essas fotos mostram o estágio de execução da obra. Como se constata, a obra está no início.

Em trecho do despacho do Ministro-Relator — *"nesta oportunidade, analisada a manifestação preliminar..."* —, constata-se que já foi dada à Prefeitura a oportunidade de se manifestar nos autos. Após o exame da manifestação, houve a indicação de indícios de sobrepreço e restrição à competitividade.

Esses são os pontos de mais gravidade que o Relator pontuou no despacho. Entendeu ele que representaria a vedação de uma mesma empresa que ganhasse mais de uma obra, o que viola a legislação; a exigência, injustificada, de que os serviços a serem comprovados para fins de habilitação estejam contidos em um mesmo atestado; a necessidade de demonstração da execução de serviços em determinada tipologia de obra.

Enfim, o edital exigia que os licitantes tivessem feito, por exemplo, a execução de estrutura de aço em obra de terminal de ônibus. Não poderia ser uma estrutura de aço em obra de hospital, de escola ou de qualquer outro tipo. Teria que ser em um terminal de ônibus. Essa foi a exigência feita no edital.

Trata-se, portanto, de critérios subjetivos de pontuação dos licitantes na hora de indicar o vencedor. Assim, determinou-se a classificação como IG-P e a informação ao Congresso Nacional.

Em associação a essas restrições ao caráter competitivo da licitação, há também a indicação de sobrepreço, que importa em 64 milhões de reais.

A medida corretiva seria que se realizasse nova licitação, em que se respeitasse a ampla competitividade, segundo as normas legais, notadamente a Lei nº 8.666, e que o orçamento-base, quanto aos sobrepreços indicados, fosse corrigido.

Esses são os principais itens que indicam sobrepreço.

Na forma de pagamento dessa obra, houve, digamos, um adiantamento de pagamento, embora a obra estivesse muito no início. A forma de pagamento, que seria tanto pela rubrica canteiro de obras, como por administração local por mês, fez com que se pagasse a mais do que foi executado, que seria o correspondente financeiro. Há essa indicação no processo. A diferença entre o financeiro e o que efetivamente deveria ser pago importa em 8 milhões de reais em desfavor da administração.

Há outras irregularidades, como ausência ou inadequação de providências para retomar a obra paralisada. Quando a equipe de fiscalização chegou à obra, ela já estava parada, não havia no canteiro de obras equipamentos em operação, ou seja, essa obra, vamos dizer assim, estava de certa forma abandonada, embora já houvesse um canteiro, um vigia, mas não era uma obra em plena execução; projeto

básico deficiente; movimentação irregular na conta específica do convênio, foram feitos aportes e movimentações de recursos pela Prefeitura de São Paulo na conta específica do convênio sem que a Caixa tivesse finalizado a análise do projeto e do orçamento, tendo sido realizados pagamentos ao consórcio contratado com recursos municipais por meio da conta específica, sem que houvesse previsão de contrapartida municipal.

Então, basicamente são esses os achados dessa obra, desse contrato. Como eu disse, os dois primeiros, considerando que a Prefeitura resolveu, pela indicação determinante do Tribunal, revogar os editais de licitação. Logo a discussão será em cima de um novo edital.

Já nesse terceiro contrato, a obra já se encontrava paralisada. Houve indicativo de sobrepreço e de um adiantamento de pagamento.

Em síntese, isso foi o que o TCU levantou em relação a essas três obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agradeço ao Dr. José Ulisses pela sua explanação. Creio que V.Sa. concluiu a explanação sobre o que havia de questionamento sobre essas três obras relacionadas ao Ministério das Cidades.

Passo, então, a palavra ao Dr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, para que possa fazer os seus esclarecimentos.

Dr. Dario, vamos ter naturalmente tempo para as discussões, mas, se puder manter-se dentro dos 15 minutos, eu agradeço.

O SR. DARIO RAIS LOPES - Boa tarde a todos! Em nome do Deputado Jaime Martins quero cumprimentar todos os demais Parlamentares, bem como o Dr. José Ulisses, digno Secretário de Fiscalização do TCU!

Senhoras e senhores, como o Secretário já adiantou, nós estamos falando de dois editais distintos, o Edital nº 03, que a Prefeitura cancelou, e o Edital nº 01.

Em relação ao Edital nº 03, a posição do Ministério é tentar junto com a Caixa um esforço tripartite: ente federado, como no caso a Prefeitura, a SEMOB e a Caixa Econômica Federal no sentido de gerar um novo edital que tenha menos imperfeições do que aquele que foi analisado recentemente pelo Secretário José Ulisses. Acho que isso está claro.

Já foi manifestado pelo pessoal da Prefeitura a possibilidade... Acontece que eles estão querendo fazer isso com celeridade, mas nós entendemos — essa é uma posição da SEMOB, não sei se é a mesma do Tribunal ou de outros envolvidos — que isso tem que ser feito com um pouco de calma para que não incorramos nos mesmos erros ou em erros novos.

Em relação ao Edital nº 01, algumas coisas com relação à posição do TCU. Não houve repasse de recurso federal. A obra foi iniciada com recursos do tomador. E o tomador usou a conta específica do convênio. Daí surgiu esse possível *misunderstanding* generalizado de usar a conta com recursos próprios para fazer os pagamentos. Mas no que diz respeito aos recursos federais previstos, houve, em julho, um pedido de R$ 82.120,37 relativos à primeira parcela de um projeto executivo.

E para que os senhores coloquem isso num cronograma, a oitiva do TCU nos chegou no dia 14 de outubro deste ano, quer dizer, em julho foi o pedido. Isso tramitou, tramitou, tramitou, o recurso foi desbloqueado e a Caixa revogou o desbloqueio em função do parecer do TCU. Então, nem esses 82 mil reais foram sacados de recursos federais. Agora, os executores da obra receberam recursos do tomador. Isso é uma realidade. Mas são recursos do tomador, não são recursos federais previstos e aprovados por esta Casa.

Quais são as providências que foram tomadas pelo Ministério das Cidades? Inicialmente nós encaminhamos tudo que nos chegou através do Tribunal de Contas da União a nossa mandatária que é a Caixa Econômica Federal, que cuida de todos esses processos de contratação dos repasses de recursos, quer seja de AGU, quer seja de financiamento de Fundo de Garantia, tudo foi passado. E todas as solicitações dos órgãos de controle foram atendidas. Inclusive, a última, que nos parece ser a mais importante, cautelarmente é a suspensão de todos os repasses. No caso, seriam os 82 mil reais, que foi o único pedido efetivo que aconteceu.

A nossa posição: nós aguardamos o desfecho efetivo dessa posição do TCU em relação à Prefeitura. Eles começaram um trecho da obra, que é o trecho do túnel, onde existe uma série de dificuldades para fazer isso. Eles começaram a fazer o projeto executivo, que também há uma descontinuidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A nossa posição, já que nós estamos refazendo os outros dois trechos da Radial, é a de que poderemos sentar, por meio de um esforço tripartite, novamente, com orientação do TCU para colocar realmente quais são os pontos de atenção a serem tomados, e fazer esse processo novamente com um pouco mais de atenção às recomendações federais e eventualmente não incorrendo nos problemas que a gente teve até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Indago ao Dr. Dario se concluiu a explanação. *(Pausa.)* O.K.

Dr. José Ulisses, V.Sa. deseja fazer algum comentário, alguma indagação ao Dr. Dario, alguma pergunta, algum questionamento? Vou lhe passar a palavra e, em seguida, ao Deputado Zé Geraldo e ao Senador Paulo Bauer, se quiserem fazer algum comentário.

V.Sa. tem a palavra, Dr. José Ulisses.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Sobre as colocações do Secretário, quero dizer que a Equipe Técnica do TCU está à disposição, inclusive já chegou uma leva de documentos, que está sendo examinada no momento. E, tão logo isso seja concluído, será encaminhado ao Relator, que submeterá a uma decisão ao Plenário.

Independente das instruções nos autos, também temos orientação do Relator sempre para receber os gestores, indicar, contribuir para uma melhor decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Zé Geraldo, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Pode passar a palavra ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Senador Paulo Bauer, V.Exa. quer se manifestar especificamente sobre esse tema do Ministério das Cidades com relação a essas três obras que foram colocadas sob a condição de obras irregulares?

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Sr. Presidente, eu não pude estar aqui desde o início desta reunião, mas saúdo todos os participantes.

Eu apenas quero me referir ao assunto relacionado ao Corredor de Ônibus Radial Leste, uma vez que me foi dada a condição de relatar essa matéria perante a Comissão Mista de Orçamento, perante esta Comissão.

O meu relatório já está pronto. Eu vou entregá-lo à assessoria da Comissão hoje. E, diante dos fatos que eu já tinha conhecido antes e agora os que ouvi aqui sendo apresentados pelo Dr. Rafael Araújo, eu gostaria de informar que o meu voto a respeito dessa matéria especificamente é de que esta Comissão tome conhecimento do aviso AVN º 12/2014, que informa ao Congresso a constatação de indícios de irregularidades graves no Contrato nº 43 SIURB/13, e do Edital de Pré-Qualificação nº 1/2012/SP Obras, referente às obras de construção desse corredor. Eu estou resumindo para não ser muito demorado.

Também recomendo que sejam incluídos nos termos das minutas dos decretos legislativos que vão anexos o contrato e também o edital de pré-qualificação dessas obras de construção no anexo da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades.

Por fim, que se inclua, nos termos do decreto legislativo anexo, o edital do regime diferenciado de contratação, para que com isso os dois lotes do Corredor Perimetral Itaim Paulista/São Mateus e Terminal Itaim Paulista, além do Corredor Leste Radial, Trecho 3, também sejam inseridos nesse regime. Portanto, fica caracterizada a irregularidade. A questão da licitação não está de acordo e também confirmado esse indício de prejuízo para o Erário público. Com esse relatório, obviamente, a Comissão poderá se manifestar e decidir, porque apenas o meu voto e o meu relatório serão submetidos à Comissão para deliberação. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Muito obrigado, Senador Paulo Bauer. Indago se o Dr. Dario quer se manifestar novamente sobre o tema do Senador Paulo Bauer.

O SR. DARIO RAIS LOPES - Eu reafirmo que, primeiro, em relação ao chamado Edital 3, que é o terminal e o lote 3, está suspenso e vai ser feito outro. Tendo a considerar, inclusive pelas últimas colocações do Dr. José Ulisses, que a gente vai ter um produto bem melhor para licitar. Em relação a esse trecho 1, que começou e está parado, não teve nenhum desembolso de dinheiro federal, mas de dinheiro municipal, do tomador. Não vejo como haver alguma forma de se cominar o Erário federal se o dinheiro foi pago pelo Município. Só isto que eu acho que deve ser registrado. Houve uma série de coisas: usaram o dinheiro municipal, começou a obra... É um direito de o tomador começar a obra com recurso próprio, usar a conta

do convênio sem ter uma prévia comunicação com a Caixa. Quer dizer, deu uma certa transparência, porque está colocando dinheiro na conta, dá pra você ver que é um dinheiro para colocar naquela obra, mas isso cria uma série de problemas para depois se fiscalizar, acompanhar o empreendimento. Do ponto de vista da União, em relação ao dinheiro do Orçamento da União, não tem prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem! Indago, do Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo, se se dá por satisfeito, cumprida esta audiência pública no que diz respeito a esta etapa do Ministério das Cidades. *(Pausa.)*

Agradeço ao Dr. Dario pela presença, por estar aqui conosco. O senhor é um homem atarefado. Podemos dispensá-lo, pois já cumpriu sua etapa. Gostaria de cumprimentá-lo em seguida. Enquanto isso, vou chamar para sentar à mesa, o Dr. Carlos Geraldo Santana de Oliveira, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte. Está aqui o representante. V.Sa. pode estar conosco aqui. V.Sa. vai fazer apresentação?

O SR. CARLOS GERALDO SANTANA DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, pode sentar conosco. Para apresentar também as questões de indícios de irregularidade pelo Tribunal de Contas, eu passo a palavra... Dr. José Ulisses, o senhor vai fazer também alguma apresentação? *(Pausa.)* Então, eu lhe passo a palavra para que possa fazer a sua apresentação e as suas considerações. O nosso Presidente está sendo chamado para fazer a votação do PLN 5. S.Exa. rapidamente irá e voltará. O Senador Paulo Bauer não está com a mesma pressa.

Passo a palavra ao Dr. José Ulisses, para que possa fazer suas considerações a respeito dessa temática do Ministério do Esporte.

O SR. ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Bem, dando seguimento agora, vamos falar da obra da Vila Olímpica de Parnaíba, no Piauí. Já é o terceiro ano que o TCU fiscaliza esta obra.

(Segue-se exibição de imagens.)

Já houve anteriormente a indicação de irregularidade grave com indicativo de paralisação, inclusive faz parte do quadro de GPs da Lei Orçamentária. Então, nessa obra, está previsto um estádio olímpico para 35 mil pessoas, um ginásio para

5 mil pessoas, piscina olímpica, piscina de saltos, arquibancadas, vestiários, importando em 199 milhões de reais. Há dois contratos de repasses que estão indicados na tela. Há contratos também de obras, mas contratos pequenos. Alguns projetos ainda não foram concluídos, ainda não foram objeto de contrato específico para a execução da obra a exemplo do estádio, há apenas o projeto básico do estádio no valor de 1 milhão e 400 e projetos da Vila, também contrato de terraplanagem no valor de 805 mil reais, cercas, quadras e arquibancadas no valor de 2 milhões e 705 mil reais. Essas são algumas fotos do projeto, não há obra nesse estádio avançado, há pequenas intervenções com algumas quadras.

Mediante o Acordão nº 2394, de 2013, o TCU também soltou uma cautelar, dada a ausência de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica. Parnaíba é uma cidade de cerca de 150 a 200 mil habitantes e, para um estádio de 35 mil pessoas, não havia um estudo de demanda, um estudo realmente de ocupação de utilização de uma arena tão grande para a cidade. Então, houve embargo de declaração em cima desse acordão, mas o embargo esclareceu que não houve a suspensão de pagamentos daquelas obras já realizadas; muito pelo contrário, o TCU determinou que fosse pago aquilo que foi executado. A empreiteira tinha direito àqueles pequenos contratos, bem assim também houve a indicação de risco e de perder a terraplanagem já feita. O TCU fez uma recomendação também para que o Governo do Estado tomasse as providências no sentido de dar certa estabilidade àquela obra e que não fossem perdidos os serviços até então executados.

Os gestores adotaram algumas providências, mas efetivamente ainda não encaminharam os documentos requeridos pelo Tribunal; e, por conta disso, em 2015, já agora, no dia 4 de novembro, o plenário do TCU resolveu por bem manter inalterada até o presente momento a classificação dos indicativos de GP e comunicou essa informação ao Congresso Nacional; e, com medidas corretivas, a necessidade dos projetos do Estádio Olímpico, a apresentação de documentação oficial que ateste a efetiva desconstituição do instrumento. É um indicativo também do Ministério do Esporte, do Estado do Piauí, de não ter mais a intenção de realizar aquela arena tão grande. Mas isso ainda não foi construído em um documento oficial que faça parte do processo, o TCU ainda guarda esse documento oficial entre as partes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto aos projetos da Vila Olímpica também, que apresentasse um plano de ação contendo no mínimo as seguintes informações: as ações a serem adotadas para o tratamento dos problemas identificados; os responsáveis pelas ações e os prazos para a implementação daquelas ações. Além dessa arena de 35 mil lugares, havia também ginásio de esportes para 5 mil lugares, havia algumas arquibancadas, vestiários. Então, com relação a esses outros equipamentos também é preciso e o TCU aguarda a documentação de projetos, a documentação de estudos de viabilidade, enfim, e a própria utilização futura desses equipamentos esportivos.

Então, requer a manifestação sobre a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, com estimativa dos custos de operação e manutenção. Não está claro também quem é o responsável pela manutenção e operação desses equipamentos; a programação de eventuais atividades para esses equipamentos esportivos; estimativa de público também, estimativa de renda e a inserção das atividades esportivas previstas no contexto do desenvolvimento do esporte em âmbito local, regional e nacional. Se há uma previsão, como isso será feito e como será efetivado?

A esse acordão, agora, de 4 de novembro houve um recurso interposto pelo Ministério do Esporte, agora, no dia 30 de novembro. Ou seja, ainda esta semana. No pedido, o Ministério requer que sejam tornados sem efeitos alguns itens do acordão, agora, de novembro no que concerne à exigência de estudo de viabilidade econômico-financeira da Vila Olímpica, retirando a classificação de GP. Esse recurso, dado ser muito recente, agora, de 30 de novembro, ainda não foi examinado pelo plenário da Corte. Isso vai ser encaminhado à Secretaria de Recursos do Tribunal; e, como se trata de recurso, é outra Secretaria que vai examinar essas razões encaminhadas pelo Ministério do Esporte. Após esse exame pela Secretaria de Recursos, será encaminhada a um novo relator e, posteriormente, ao plenário do Tribunal para exame desse recurso interposto pelo Ministério do Esporte.

Bem, em síntese, é isso o que eu teria a falar sobre a Vila Olímpica de Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu passo a palavra ao representante do Ministério do Esporte, Sr. Fábio Franklin. V.Sa. tem a palavra.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FÁBIO FRANKLIN AMARAL - Obrigado, Sr. Presidente! Boa tarde, Sr. Presidente, Secretário, Srs. Deputados e demais presentes aqui!

Como Secretário de Fiscalização do Tribunal de Contas, tenho a agradecer primeiramente ao Secretário Ulisses, que sempre nos recebeu bem naquela Egrégia Corte de Contas para discussões técnicas propositivas de como se encaminhariam os andamentos desse processo de Parnaíba. Muito se evoluiu de lá, desde que o Tribunal de Contas apontou algumas irregularidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu acho que cabe aqui primeiro fazer uma separação para delimitar o que se tem efetivamente de discutir e o que se quer dar continuidade.

Nós temos dois contratos de repasse firmados com a nossa mandatária Caixa Econômica que dizem respeito à Vila Olímpica de Parnaíba e ao Estádio Olímpico de Parnaíba. Na realidade, o contrato de repasse do Estádio Olímpico se restringia a um projeto, a um projeto do estádio. Quando o Tribunal de Contas apontou essas inconsistências relativas ao Estádio Olímpico, o Ministério do Esporte tomou a frente desse processo e verificou de fato que aquele estádio não deveria ser concluído ante aquela inconsistência de números, de espectadores com números de habitantes.

Portanto, com relação ao Estádio Olímpico, esse empreendimento não vai ser levado a efeito , o Ministério do Esporte não repassará recursos para a continuidade. Então, aqueles números apresentados, inicialmente, de 200 milhões, caem por terra, porque são relativos ao estádio. Com relação à Vila Olímpica, são 18 milhões e 500 mil. Trata-se de quê? De equipamentos esportivos que são construídos numa área de vulnerabilidade social. A gente tem que verificar se vai ser levada a efeito a construção daquilo nos moldes formatados. Por quê? São equipamentos que não têm um viés econômico. Ali não se vai ter um recurso. Quando foi apresentada essa emenda de bancada, o Ministério do Esporte levou a efeito, construiu, repassou os recursos para a construção e viu-se que tinha uma aderência temática com o Ministério do Esporte para atendimento do art. 217 da Constituição.

Então, quando havia o Estádio Olímpico e o Tribunal de Contas pediu que fizesse o estudo de viabilidade econômico-financeira, fazia sentido. Hoje, não faz

mais sentido discutir um estudo de viabilidade econômica de uma obra esportiva que tem caráter social.

Com relação à continuidade desses entendimentos, no acórdão anterior do Tribunal de Contas, teve até um pronunciamento da unidade técnica no sentido de reverter aquela medida cautelar anteriormente concedida, para que se fizesse o repasse dos valores à entidade recebedora dos recursos, para dar continuidade à obra efetiva. O que se tem até agora? Foi repassado em torno de um milhão de reais, todos os apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas no que tange a dar efetividade àqueles equipamentos foram feitos, o ente tomador contratou uma empresa para atender a alguns apontamentos no próprio Tribunal de Contas. E foi uma surpresa até para o Ministério do Esporte que, ao se proferir no julgamento desse processo, não foi levado a efeito essa sugestão da própria unidade técnica, determinando a paralisação do empreendimento.

Com relação às medidas que foram adotadas pelo Ministério do Esporte, a partir desses apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas, o Ministério chamou a sua mandatária, a Caixa Econômica, os representantes do órgão tomador, a FUNDESP e a própria Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí, para conversar e tomar algumas medidas do ponto de apresentar alguns estudos e as ações a serem adotadas. Isso foi levado a efeito e demonstrado para o Tribunal de Contas, inclusive.

O que se tem hoje no Tribunal de Contas é um recurso, como disse o Dr. Ulisses. Quando tomamos conhecimento da matéria para atendimento e demonstração desse estudo socioeconômico, nós verificamos que não tinha aderência, por conta de que não se tratava de uma obra de caráter econômico. Então, isso aí está pendente de julgamento ainda pelo Tribunal de Contas. Eu acredito, no meu modesto entendimento, que esta Comissão deve permanecer com a continuidade, a reclassificação do IGP para IGC, porque são obras que têm caráter social. Se essas obras forem paralisadas, vamos ter uma comunidade carente de empreendimentos esportivos. Não vamos conseguir levar a efeito o que determina a nossa Constituição, que é a aplicação do art. 217, o fomento ao esporte.

Eu encerro por aqui. Deixo a palavra à equipe técnica do Ministério, para complementar com dados e informações que talvez aclarem mais o entendimento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Vou permitir que V.Sas. façam a complementação da explanação, pedindo que falem ao microfone porque, apesar de estarmos aqui concorrendo com a sessão do Congresso, isso fica registrado nos Anais da Casa, e também tem transmissão via Internet ao vivo para o País.

Esteja à vontade, Sr. Alexandre. Peço que se identifique e faça as suas considerações.

O SR. ALEXANDRE FERNANDES ONO - Boa tarde! Agradeço a oportunidade de nós, do Ministério do Esporte, explanarmos sobre a questão da Vila Olímpica. Meu nome é Alexandre, sou Coordenador-Geral do Departamento de Infraestrutura do Ministério do Esporte.

O ponto crucial do nosso recurso seria a reconsideração da classificação do IGP. Ou seja, tirar da questão da paralisação. Uma das coisas que a gente vê que está impactando muito é a questão da própria população, que precisa do equipamento. Tem carência desses equipamentos esportivos em Parnaíba e em todo o Estado do Piauí.

Eu gostaria que colocasse na apresentação o primeiro *slide* do pessoal do TCU, sobre os valores. Isso é um ponto central. A gente vê o valor total de 199 milhões. Na verdade, isso não é um fato real. O grosso desse valor é o estádio olímpico. Na verdade, o que a gente financiou do estádio olímpico foi apenas o projeto, que custou um milhão, quatrocentos e pouco. Não existe uma previsão orçamentária e financeira de recursos federais para a implementação desse estádio olímpico. E, ao mesmo tempo, considerando as recomendações do TCU, nós cancelamos o contrato do projeto. Ou seja, no final das contas, desses quase 200 milhões, ficamos com 16 milhões e 250 mil, que é a Vila Olímpica.

Então, quando o próprio Tribunal fala da exigência, da ausência do estudo de viabilidade econômico-financeira, verificamos que não existe uma obrigação legal desse feito. A legislação obriga a fazer esse tipo de estudo de viabilidade econômico-financeira apenas para obras de grande vulto, acima de 50 milhões. Estamos falando de uma obra de 16 milhões, ou seja, não existe obrigação legal para que façamos esse estudo de viabilidade. Um dos principais pontos sobre o qual o Tribunal nos questiona para a classificação do IGP, que é a ausência desse

estudo, já cai por terra, porque o valor da nossa obra é muito inferior ao que a legislação determina. Ou seja, o que nós vamos fazer, e o que nós do Ministério do Esporte nos comprometemos a fazer será a Vila Olímpica, no valor de 16 milhões e 250 mil, que é longe desses 200 milhões previstos. Eu acho que é uma questão de reconsiderarmos a classificação do IGP, porque o que nós verificamos é que quem mais sofre, realmente, é a população.

Outra questão que eu gostaria de passar para o Emmanuel são as ações já desenvolvidas, que eu acho que são importantes. Não foi repassado nenhum tipo de recurso federal, a partir do indicativo do TCU, a não ser para aquelas obras que já foram executadas. Então, nós pagamos o que já foi executado. A partir daí, não foi liberado absolutamente nada. E, claro, agora, para dar continuidade, precisamos tirar esse embargo que foi colocado, o IGP, para que possamos realmente dar termo a essa obra, concluí-la, e oferecer esse benefício para a população.

Agora vou passar para o Emmanuel, o engenheiro da área, que vai falar um pouquinho das ações que nós já realizamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Passo a palavra ao Sr. Emmanuel Braz. A quem peço também que se identifique, uma vez que está sendo feita a gravação. V.Sa. tem a palavra.

O SR. EMMANUEL BRAZ - Agradeço a oportunidade de conversar com os senhores e expor nosso posicionamento, pois há alguns aspectos extremamente importantes de serem abordados.

Primeiro, não existe liberação de recursos, a partir do momento em que houve os apontamentos do TCU. Essa foi uma, dentre um conjunto de medidas que o Ministério adotou e vem adotando. E o nosso foco, como o Alexandre já comentou, não recai na questão do estádio, mas, simplesmente, na questão da Vila Olímpica, como uma necessidade de se implementar um empreendimento esportivo para a população do entorno, onde nós temos, hoje, aproximadamente seis empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Acho que isso é importante.

Sobre a questão do IGP e do IGC, nós propusemos, inclusive encaminhando isso ao próprio Tribunal, que nós não efetuaremos nenhuma liberação até que todo o processo esteja devidamente adequado e dentro das recomendações

estabelecidas, salvo aquelas que já abordamos, na questão do estudo de viabilidade econômica e financeira, pelo aqui já exposto.

Mesmo assim, nós implementamos um conjunto de ações, estruturamos um plano de ação junto ao Governo do Estado, em que ele nos apresenta um conjunto de atividades em que finaliza a atualização dos seus projetos, porque o projeto de estudo de viabilidade técnica foi finalizado. A mandatária Caixa aprovou o estudo de viabilidade, com algumas pequenas ressalvas, mas que não comprometem a viabilidade técnica da Vila Olímpica — e não do estádio.

Sobre o destrato, nós recebemos ainda ontem a informação de que ele já está no processo de trâmite, em termos documentais, e ainda estamos dentro do prazo estabelecido pelo Acórdão nº 2.835. Nós estamos tendo um prazo até janeiro para a atualização do orçamento, e um dos condicionamentos que nós tivemos o cuidado foi a realização de uma reunião com os diversos atores envolvidos para saber da intencionalidade do próprio Governo do Estado do Piauí, juntamente com a FUNDESP, de continuar a Vila Olímpica, cuja necessidade foi prontamente apontada. Eles contrataram uma empresa para minimizar os impactos de fiscalização, que tinham sido inicialmente apontados pelo TCU e contrataram a Universidade Federal do Piauí para fazer todo o processo de gestão e manutenção do empreendimento da Vila Olímpica.

Apesar de não ser, em nosso entendimento, uma prerrogativa legal do Ministério de efetuar a análise econômico-financeira, mesmo assim nós solicitamos que eles apresentassem, pela universidade, o estudo de gestão, como também todos os seus estudos correspondentes ao estudo de gestão e manutenção. Eles apresentaram ainda, dentro do plano, uma previsão de elaboração de um edital de licitação até aproximadamente maio de 2016.

Na sequência, a mandatária Caixa faria a análise da licitação, dentro do mesmo período, com a emissão de uma ordem de serviço com previsão até junho, desde que, evidentemente, houvesse a disponibilidade dos recursos para que isso pudesse acontecer, com execução e acompanhamento de conclusão dessas obras previstas, dentro do plano que foi apresentado para nós, até setembro de 2017.

Diante de tudo isso, o nosso entendimento é de que a transformação de IGP para IGC torna viável e possibilita a funcionalidade, mesmo que parcial, daquilo que

existe lá e que já foi executado, porque a própria obra executada hoje não permite a sua funcionalidade. E a própria paralisação do IGP possibilitaria um retrocesso no processo de continuação da obra, pela ausência de recursos disponíveis para ser tocada. Esse é o nosso entendimento e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Desculpe-me, só vou fazer um complemento: acho que o mais importante de tudo isso é que, em nenhum momento, foi apontado sobrepreço na obra da Vila Olímpica. Eu acho que é importante a gente deixar isso evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Indago do Dr. José Ulisses se tem algum questionamento, alguma consideração a fazer, alguma colocação. Esteja à vontade.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Vou fazer algumas considerações complementares.

Em primeiro lugar, o TCU aguarda essa oficialização, essa documentação, que permanece ainda em tratativas no Ministério do Esporte, junto ao Governo do Estado do Piauí, desde 2013. Então, o TCU aguarda há quase 2 anos, e, tão logo chegue, essa documentação será examinada com a maior brevidade, celeridade, e informada ao Congresso Nacional.

Há certa demora nessas tratativas. Ainda não há um documento oficial que tenha entrado no processo. As próprias operação e manutenção ainda estão em tratativas com a universidade. Não há certeza se a universidade vai ter interesse em fazer a gestão desses empreendimentos. De qualquer modo, há equipamentos que, de certa forma, são grandes. Há um ginásio de esportes para 5 mil pessoas, uma piscina olímpica, uma piscina de saltos.

Se isso for realizado e não houver claramente um responsável pela manutenção e operação desses equipamentos, pode ser que a obra seja concluída e, menos de 1 ano depois, não possa ser usada. Então, há toda uma preocupação do Tribunal com relação a essa questão. Quando se fala em estudo de viabilidade, fala-se principalmente em estudo de demanda, em saber se realmente vai estar clara a responsabilidade pela manutenção e operação desses equipamentos.

Como eu falei, o TCU aguarda essas informações há 2 anos. E nós não temos ainda nos autos um documento finalizado que indique quem vai operar e dar manutenção a esses equipamentos, o responsável por sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Querem fazer alguma colocação adicional? Estejam à vontade para a tréplica.

O SR. FÁBIO FRANKLIN AMARAL - De fato, os estudos que o Ministério do Esporte se propõe a fazer — e fará — são os estudos técnicos de continuidade. Em nenhum momento, o Secretário determinou que houvesse paralisação na elaboração dos estudos técnicos.

O que se discute aqui é o plano de ação, qual o alcance do plano de ação. E, pelo princípio do pacto federativo, nós não podemos impor ao recebedor do recurso determinada gestão. Isso deve vir de lá. Não pode o Ministério do Esporte impor o seguinte: *"Olhe, você vai ter que fazer a gestão desse empreendimento dessa forma"*. Não dá para fazer isso, infelizmente. Nós gostaríamos, mas feriríamos o princípio constitucional.

Com relação aos estudos técnicos, sim, avançaremos nisso, já estamos discutindo essa questão. Desde o final de 2013, como o Secretário falou, estamos tratando disso. É um caso sensível, que envolve diversos entes, como o executor, a FUNDESP, o Secretário. Além disso, houve mudança de governo. Mas, em nenhum momento, o tomador do recurso ou o Ministério do Esporte objetou paralisar essas discussões.

Então, nós podemos ganhar muito com a conclusão dessas obras para termos de fato a implementação de equipamentos esportivos voltados à comunidade carente.

O SR. EMMANUEL BRAZ - Secretário, desculpe o meu processo de contraditório, mas eu discordo que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos aqui para isso. Esperamos que o contraditório seja esclarecedor.

O SR. EMMANUEL BRAZ - Desculpe-me, mas eu não concordo que não tenhamos encaminhado nada para o Tribunal. Nós fizemos o Estudo de Viabilidade Técnica. A mandatária Caixa Econômica elaborou, posicionou-se, por meio de parecer, e nós encaminhamos para o Tribunal de Contas da União esses

documentos e todas as peças correspondentes, dizendo que tínhamos, sim, feito as aprovações correspondentes. E todos os projetos que haviam sido solicitados, com salvas, que não comprometeram a análise de viabilidade técnica, foram apresentados à mandatária Caixa Econômica. Então, nós não deixamos de cumprir com as nossas obrigações com relação à continuidade da Vila Olímpica.

O que nós discutimos, em todos os pontos, em todos os momentos, foi o papel do ME — Ministério do Esporte na elaboração de um estudo de viabilidade econômico-financeira em função dos aspectos do pacto federativo e da questão do tamanho do porte do empreendimento, dentro dos seus princípios legais. Esses foram os pontos que nós abordamos.

Por outro lado, é evidente que nós tivemos um tempo. E, durante todo esse tempo, também tivemos fatores exógenos que não nos permitiram intervir dentro do processo, como o processo eleitoral que trouxe mudança de governo; o Deputado que estava à frente da bancada e não se reelegeu. O fato é que, hoje, com o plano de ação de encaminhamento em que houve uma nova contratação, nós vamos responder e encaminhar o plano de ação, detalhando o que está sendo feito, saindo do gerúndio — e acho que é o mais importante — e mostrando ações efetivas desenvolvidas, e nós estamos atendendo.

O que não podemos é dar prosseguimento a essas obras. Não se pode licitar uma obra se não há recursos suficientes para fazer o empenho correspondente.

Eu não consigo entender, dentro do princípio técnico, por que uma população de entorno, com aproximadamente 250 mil pessoas, não pode ter um ginásio de 5 mil lugares. Por quê? Por que não pode ter uma piscina? Por que não pode ter uma caixa de salto? Muitos outros lugares no País possuem tudo isso.

Essa reflexão é que cabe na revisitação do que seria o IGP para o IGC, cujo comprometimento nós encaminhamos para o Tribunal de que nós não efetuaríamos nenhuma liberação, enquanto não tivéssemos todas as etapas cumpridas, que nós assumiríamos naquele momento.

Portanto, nós cumprimos, sim, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O senhor está satisfeito?

Sem problema, nós estamos aqui com quórum baixo, então, temos essa liberdade para, rapidamente, promover o contraditório. Esteja à vontade.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Eu acho que o Tribunal espera, usando a expressão do representante do Ministério do Esporte, é justamente essa saída do gerúndio, colocar a termo as tratativas. Ninguém nega o esforço do Ministério do Esporte para que a Vila Olímpica seja concluída. Também é de interesse do Tribunal ter a obra pronta. A preocupação do Tribunal é que não basta ter a obra pronta. É preciso ter obra pronta, disponível para a população, mas também alguém responsável por gerir essa obra, alguém responsável pela manutenção e operação dessa obra. Essa obra não pode simplesmente ser construída e cair no vazio, cair no vácuo, sem que haja responsáveis por sua administração.

Então, essa é uma preocupação efetiva do Tribunal. O Tribunal reconhece todos os esforços já realizados pelo Ministério das Cidades, também sabe que muitas dessas ações não são de responsabilidade exclusiva do Ministério das Cidades, mas não há como negar que, ainda hoje, por responsabilidade de terceiros talvez, estejamos falando do gerúndio. Ainda não foram colocados a termo alguns requisitos essenciais, no sentido de se evitar o risco de aplicação de um recurso público federal que, depois, ao longo do tempo, venha mostrar que não teve efetividade, e mesmo a população, para quem ele foi dirigido, talvez não tenha o usufruto daqueles equipamentos esportivos.

Então, essa é a preocupação dos Ministros do Tribunal de Contas da União, já expressada em voto e acórdão do Tribunal.

O SR. ALEXANDRE FERNANDES ONO - Eu gostaria de fazer, mais uma vez o contraditório rapidamente, se me permitir, porque eu acho que é importante a gente abordar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não.

O SR. ALEXANDRE FERNANDES ONO - Bom, no que se refere a levar a termo as questões, o Ministério está fazendo todas as ações. Por exemplo, o TCU fez um alerta no sentido de que teríamos que fazer as contenções necessárias às quadras. Nós fizemos toda a gestão necessária junto à FUNDESP, ao Estado do Piauí, para que fossem feitas as contenções, e elas foram concluídas. Elas estão lá concluídas. Saliento que não saíram os recursos públicos federais, mas, sim,

recursos do próprio Estado. Mas nós fizemos a gestão, fomos lá, orientamos e ajudamos a fazer em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Nós também entendemos que não podemos avançar mais no processo, porque ele está paralisado, a obra está embargada. Agora, como nós podemos dar continuidade, funcionalidade, se não temos condições técnicas de prosseguir, porque simplesmente a obra está parada? É claro que nós temos interesse em concluir a obra. Agora, não está sendo possível, de acordo com esse indicativo de paralisação. Por isso, nós defendemos aqui a retirada desse indicativo de paralisação para que nós realmente prossigamos e concluamos as obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, Coordenador do Comitê de Obras Irregulares, para suas considerações a respeito do tema.

E, se pudermos, encerraremos em seguida, mas não temos aqui limitação de tempo, ouviu, Deputado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, talvez nós precisássemos aprofundar mais essa questão e, depois, trabalhar o encaminhamento, porque eu conheço outras obras assim. Por exemplo, lá em Marabá, há 3 anos, foram iniciadas as obras de um estádio, com uma emenda individual. Aí se esperava mobilizar uma emenda de bancada. As emendas de bancada não têm sido liberadas, principalmente nos últimos anos. Por exemplo, quem é que vai dar prosseguimento à obra, do ponto de vista orçamentário, ainda que se entre aqui num acordo entre o Ministério do Esporte, o Estado, que é a Fundação, e a Comissão de Orçamento?

Outra coisa que não está bem clara para mim é em quantos por cento essa obra estará pronta hoje. Em 10%, 20%, 50%? Em 10%. Na verdade, nós estamos com uma obra de 16 milhões de reais, salvo engano, que hoje deve custar muito mais. E, se foram 16 milhões naquela época, quanto custará para terminar essa obra hoje? Estou falando de uma obra que foi pensada em 2013. Nós já vamos para 2016, então, não são mais 16 milhões. Daqui a pouco serão 25 ou 30 milhões de reais. Talvez não seja isso, mas 20 milhões, não é?

Onde está a fonte orçamentária para dar continuidade a essa obra? O Governo do Estado tem dinheiro? Há uma emenda parlamentar individual, há uma emenda de bancada. Isso tudo é bom levarmos em consideração, porque também

corremos o risco de discutir se vamos desbloquear a obra. E aí você não tem o orçamento para dar continuidade a essa obra.

De qualquer maneira, a situação também é muito difícil, porque se criou a expectativa de uma obra para a sociedade, porque ela é a última cidade de porte, e para aquela região é uma cidade grande. Na Amazônia, naquela região, há quantos mil habitantes? Duzentos? Cento e cinquenta. É um entorno, é um polo, é grande para aquela região. São Paulo é pequeno, mas para lá é grande. Então, a obra tem importância.

Então, criou-se uma expectativa, gastou-se para fazer um projeto, e tem 10%, de forma que, se a obra não tiver continuidade, perderá os 10%, do ponto de vista econômico, além da perda política. Eu estou falando da política de desenvolvimento cultural, do esporte para aquela região.

Agora, o que me deixa inseguro é que muitas vezes nós vamos ficar aqui discutindo exatamente o destravar, e o ideal é que vocês nos apresentem uma fonte orçamentária, até para justificar um esforço aqui de que, a obra sendo desbloqueada, nós teremos recursos para que essa obra possa continuar, até porque, quanto mais tempo essa obra ficar parada, a parte que foi feita vai se deteriorando ainda mais.

Parece-me que, em relação ao estádio, não tem o que se discutir, não começou, tudo bem. Eu acho que foi um estádio orçado para uma cidade num valor muito grande. Eu não sei se está naquela de que, quando você apresenta uma emenda de bancada, você coloca 200 milhões, sabendo que vão ser liberados 50 milhões, ou não sei se o valor da obra foi pensado em menos de 200 milhões, porque o montante de 200 milhões para um estádio, de uma cidade desse porte, é um exagero no valor dessa obra. Para a Vila Olímpica eu acho que está mais ou menos no equilíbrio.

Então, eu acho que nós vamos precisar depois conversar. Se for preciso, vamos interagir novamente, mas é importante que haja uma manifestação do Governo do Estado, da bancada federal do Piauí, no sentido de ter um comprometimento na busca dos recursos. Nós sabemos que buscar 15 ou 20 milhões não é fácil.

O Governo do Estado com certeza não tem essa disponibilidade. O Ministério do Esporte não tem esse dinheiro no seu orçamento para uma cidade no Brasil. Ele não tem Copa do Mundo prevista, não tem Olimpíada, que será sediada no Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro com certeza tem recursos, porque lá existe um apelo.

Então, essas são interrogações que não precisam ser respondidas agora — e, se puderem, vocês poderão responder naturalmente —, mas precisamos conversar sobre tudo isso, porque, senão, nós vamos fazer um esforço para fazer o desbloqueio da obra, mas não haverá fonte. Nós vamos chegar ao próximo ano, e talvez a obra esteja de novo lá parada, porque não houve um esforço de articulação financeira para poder, uma vez desbloqueada, retomar essa obra, que eu acredito que é, sim, muito importante para aquela região do Estado do Piauí.

O SR. ALEXANDRE FERNANDES ONO - Deputado, eu posso fazer um esclarecimento? Como V.Exa. mesmo falou, é uma emenda de bancada, da bancada do Piauí. No momento em que ela apresentou isso para o Ministério do Esporte, prontamente o Ministério já empenhou 100% do repasse disponível para aquela obra. Então, já está 100% empenhado, está inscrito em Restos a Pagar, mas está lá empenhado, dinheiro reservado, Orçamento reservado, para a execução daquela obra.

Evidentemente que, na atualização dos custos, que o próprio Estado já se comprometeu a fazer, todos os custos adicionais serão arcados pelo Estado. O que a gente pode fazer para dar segurança para vocês aqui é conseguir com eles pelo menos uma declaração, alguma coisa do Governador, que tem disponibilidade de recursos para arcar com esses custos adicionas, do incremento de custos decorrentes da atualização monetária.

Em relação à retirada do IGP, eu acho que isso seria importante.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Outra coisa: já que você está falando aí de um comprometimento do Governo do Estado para complementação do orçamentário, como é que fica também a interrogação: quem irá gerir esse empreendimento? A Fundação está, vamos dizer assim, coordenando e irá coordenar parte da construção. Mas quem irá coordenar a gestão dessa obra, para

não ter esse medo de que, uma vez feita, você pode não ter a gestão dessa obra? E me parece que esse questionamento veio para a Mesa.

O SR. ALEXANDRE FERNANDES ONO - Bom, quero esclarecer também esse ponto, porque tem uma questão filosófica dentro desse embate da questão do plano de gestão, a questão do próprio pacto federativo. A partir do momento em que o Ministério se compromete a fazer um repasse para uma determinada obra, assim que ela é concluída, essa obra passa para o ativo, no caso aqui do Estado do Piauí. A partir do momento em que passa para o ativo do Estado do Piauí, não cabe ao Ministério falar: *"Olhe, você que contratar tantos professores, você tem que usar seu horário assim, assado, você vai ter que gastar tantos milhões"*. Isso não faz parte, a interferência do pacto federativo, e nós também temos as nossas limitações, é claro. O que a gente pode fazer? Pode orientar neste sentido: *"Olhe, você pode por esse caminho, pode por aquele caminho"*. Mas determinar que ele faça daquele jeito, no molde que o Ministério está querendo, a gente não pode, porque se trata de uma questão filosófica do pacto federativo, em obediência aos princípios constitucionais, de interferência do pacto federativo.

Além disso, o Governo do Estado já está em tratativas avançadas, junto com a Universidade Federal do Piauí, para que essa universidade assuma a gestão desse equipamento. Já está na consultoria jurídica da universidade esse protocolo, esse termo de compromisso com o Estado para que faça. Assim que o Estado vier a concluir esse termo de compromisso, termo de recuperação, claro que repassaremos para vocês, para o TCU, também a informação.

Em relação à questão do pacto federativo, é importante a gente pontuar que não é responsabilidade do Ministério do Esporte. Nós podemos, sim, orientar, mas não somos os responsáveis pela gestão, em razão do respeito ao princípio do pacto federativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Nós já estamos no adiantado da hora, temos coisas muito importantes acontecendo. *(Riso.)*

Temos aqui a informação de que o Presidente Eduardo Cunha está encaminhando o processo de *impeachment* da Presidente. Então, a Casa hoje está em efervescência. Estamos votando o PLN 5 e, daqui a pouco, vamos votar a LDO no plenário.

Eu queria naturalmente dizer que nós estamos aqui cumprindo o papel formal da Comissão em fazer esta audiência pública para permitir a todos que se manifestem sobre essas obras que têm manifestação de irregularidades. Achamos que o Tribunal de Contas cumpre o seu papel, o seu papel constitucional, o seu papel de auxiliar, de fiscalizar as obras deste País, de colocá-las realmente dentro de parâmetros adequados. E percebo muito boa vontade do Tribunal de Contas em auxiliar nessa condução. O COI, através do Deputado Zé Geraldo, também está à disposição para ajudar no encaminhamento. E vejo que o Ministério do Esporte também está com disposição de fazer uma adequação.

Existem ainda talvez algumas interrogações que não foram todas aqui explicitadas nesta reunião.

Eu passarei aqui a sugestão ao Deputado Zé Geraldo para que promova uma reunião na Comissão de Orçamento, em nossas salas de reunião — e as duas salas de hoje estão inteiramente à disposição —, mas acho que pode ser feita lá no Tribunal de Contas também, se assim o Dr. José Ulisses achar adequado, ou mesmo no Ministério do Esporte, que tem amplos espaços. Convido o coordenador da bancada do Piauí, que deve ter um Deputado coordenador. Então, o COI chama esse coordenador, pede para que ele traga um representante do Governo do Estado, o próprio Governador ou o Secretário de Estado, que vai assumir a gestão dessa obra, juntamente com o Tribunal de Contas da União e o pessoal do Ministério do Esporte, para sanar todas essas dúvidas, se temos recursos, se não temos recursos, quanto temos, quanto vai faltar, para que o Tribunal tenha segurança de que está sendo feito um ajuste, aquilo que os promotores chamam de ajuste de conduta, um ajuste para que a obra seja adequadamente concluída. E, uma vez concluída, será adequadamente colocada em uso, em favor da população do Piauí.

E, com isso, o COI vai cumprindo a sua missão, a sua obrigação, e nós da Comissão também estamos cumprindo a nossa obrigação no sentido de esclarecer todos esses episódios que possam eventualmente ter qualquer indício de irregularidade, que, de alguma forma, pode ser o objetivo desta Comissão. Nós temos que trabalhar com toda transparência possível. E que as obras iniciadas sejam concluídas e colocadas a serviço da população.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu agradeço a todos que aqui estiveram colaborando com os trabalhos desta Comissão. Agradeço o comparecimento dos representantes do Tribunal de Contas, Dr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Infraestrutura Rodoviária do TCU, do Ministério das Cidades, do Secretário de Mobilidade Urbana, Dr. Dario, que esteve aqui na primeira parte desses trabalhos, do Ministério do Esporte, que aqui estão também, com toda a disposição para fazer os esclarecimentos, e do companheiro, Deputado Zé Geraldo.

Antes de encerrar a reunião, informo que a reunião deliberativa que fora suspensa mais cedo, às 14 horas, terá necessariamente a sua continuação amanhã, dia 3 de dezembro, às 9h30min.

Se, por acaso, o que eu não acredito, as reuniões da Casa terminarem mais cedo, pode ser que a Presidente Rose ainda chame para hoje o relatório preliminar da Lei Orçamentária para que seja votado. O relatório está pronto, o Deputado já o apresentou, existem essa disposição e esse acordo político para fazermos essa votação o mais breve possível, para abrirmos prazos e começarmos a votar os relatórios setoriais.

Nós teremos a semana que vem para votar todos os relatórios setoriais, a fim de que, na última semana de trabalho da Casa, nós possamos votar aqui, no início da semana, o relatório da LOA e cumprir a nossa obrigação de votá-lo no plenário até o dia 17 de dezembro.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 E 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nos dias dois, três, sete, oito, nove, quatorze, quinze e dezesseis do mês de dezembro ano de dois mil e quinze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Átila Lins, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Expedito Netto, Givaldo Carimbão, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Paes Landim, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Vitor Valim e Washington Reis; **- Senadores suplentes**: Angela Portela, Hélio José, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Foi registrada a ausência do membro titular, Senador Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ademir Camilo, Alessandro Molon, Alex Canziani, Bebeto, Beto Mansur, Geraldo Resende, Milton Monti, Valtenir Pereira e Weliton Prado e Senadores Blairo Maggi e José Medeiros. **ABERTURA:** às quatorze horas e dois minutos do dia 2 de dezembro e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o*s trabalhos foram iniciados pelo Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14.* Informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os trabalhos foram suspensos. Às 9h56min do dia 3 de dezembro, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN*. O Presidente em exercício passou a apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 26 de novembro e 1º de dezembro de 2015. O Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade. **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. O Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) teceu comentários sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 5/2015-CN pelo Congresso Nacional. O Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE) destacou a necessidade da votação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN. O Deputado João Arruda (PMDB/PR) defendeu recursos para a área da Saúde. Às 10h15min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN.** Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão de pauta foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016" (PLOA 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 54 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, com

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ajustes de texto realizados em decorrência da aprovação das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 21, 24, 25, 33, 34, 40, 42, 43 e 44; aprovação parcial das emendas de nºs 8, 10, 12, 14, 15, 18, 20, 28, 29, 35, 38, 46, 47, 48, 49 e 53, e pela rejeição das emendas de nºs 6, 11, 13, 19, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 39, 41, 45, 50, 51, 52 e 54 e pela prejudicialidade da emenda nº 37. O Relator-Geral apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator-Geral respondeu aos questionamentos levantados. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques apresentados. Destaque nº 1, do Senador Valdir Raupp, pela supressão da parte especial; e Destaque nº 2, do Deputado Caio Narcio, pela supressão da parte especial. Os autores apresentaram os destaques. Após esclarecimentos prestados pelo Relator-Geral, os destaques foram **retirados** pelos autores. Após a aprovação do **Relatório Preliminar com Emendas**, a Presidente informou que o prazo para apresentação, publicação e distribuição dos Relatórios Setoriais seria, no máximo, até o dia 7 de dezembro. O Senador Eduardo Amorim (PSC/CE) defendeu mais recursos para Saúde. Às 11h03min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 7 de dezembro, segunda-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 15h19min do dia 7 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente. **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em seguida, a reunião foi suspensa por alguns minutos. Às 15h31min, os trabalhos foram reiniciados pela Presidente que informou que submeteria alguns requerimentos à apreciação do Plenário: - Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN – LOA 2016. Autor: Deputado Ricardo Barros. - Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar os Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas da LOA 2016: I - Transporte, II - Saúde, III - Educação e Cultura, IV - Integração Nacional, V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, VI - Desenvolvimento Urbano, VII - Turismo, VIII - Ciência e Tecnologia e Comunicações, IX - Minas e Energia, X - Esporte, XI - Meio Ambiente, XII - Fazenda e Planejamento, XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social, XV - Defesa e Justiça, XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. O autor, Deputado Ricardo Barros, apresentou os requerimentos. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) apoiou a inclusão das matérias. Em votação em bloco, os requerimentos de inclusão de pauta foram **aprovados** por unanimidade. Proposta de dispensa do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao PLOA 2016, conforme o disposto no *art. 128 da Resolução nº 1, de 2006-CN.* Autora: Presidente da CMO. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade. EXTRAPAUTA. - Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN*, a Presidente passou à apreciação do **Relatório** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre o "Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN, Projeto de Lei Orçamentária para 2016. Coordenador do CAE: Deputado Genecias Noronha. Voto: propõe dentre as emendas de Bancada e de Comissão apresentadas sejam consideradas inadmitidas as de nºs 7103.0004, 7125.0021, 7108.0016, 7108.0017, 7115.0012, 7115.0013, 6011.0005 e 5023.0001. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE. Ausente o Coordenador do COI, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Ricardo Barros (PP/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP) e

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Julio Lopes (PP/RJ). Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 1 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 1, do Deputado Julio Lopes, pela supressão parcial – Supressão da emenda nº 5023.0001, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, ação – apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano – Ministério das Cidades, constante no Relatório entre as emendas inadmitidas pelo CAE. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN (PLOA 2016),** que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". **Relatório Setorial da Área Temática XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.** Relator Setorial: Senador Hélio José (PSD/DF*).* O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. **Relatório Setorial da Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. Tendo em vista a ausência dos demais Relatores Setoriais que haviam entregado seus Relatórios, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) sugeriu a suspensão dos trabalhos e a continuação da reunião no dia seguinte e houve concordância da Presidente. Às 16h36min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 8 de dezembro, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 9h05min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. Em seguida, ocorreu a apreciação da Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 2 de dezembro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso, e foi **aprovada** por unanimidade. O Presidente em exercício informou que inicialmente ocorreria a leitura de todos os Relatórios Setoriais e seria aberta a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN (PLOA 2016),** que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório e corrigiu o voto da emenda de nº 5001.0001 de inadmitida para rejeitada. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. **Relatório Setorial da Área Temática V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 9h29min, o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO), assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.** Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 9h41min, a Presidente reassumiu a condução dos trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda e Planejamento.** Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XI – Meio Ambiente.** Relatora Setorial: Deputada Flávia Morais (PDT/GO). A Relatora Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática IX – Minas e Energia.** Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator *ad hoc,*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 10h17min, a Presidente suspendeu os trabalhos e retornou às 10h27min. O Senador Raimundo Lira iria fazer a leitura do seu Relatório, entretanto, como ainda não estava disponibilizado na internet, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende solicitou o seu adiamento e teve apoio do Deputado Domingos Sávio e concordância do Relator da matéria. Às 10h40min, a Presidente suspendeu os trabalhos e retornou às 10h50min. **Relatório Setorial da Área Temática I – Transporte.** Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). **Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração Nacional.** Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 11h25min, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) retomou a condução dos trabalhos. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado José Airton Cirilo (PT/CE) e Relator Setorial respondeu aos questionamentos. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques, cuja apreciação foi adiada. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais já apresentados. **Relatório Setorial da Área Temática V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques. Proposta do Presidente em exercício para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Continuação da apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XI – Meio Ambiente.** Relatora Setorial: Deputada Flávia Morais (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. A Deputada Flávia Morais (PDT/GO) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Continuação da apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda e Planejamento.** Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 1 destaque. Em votação o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque nº 1, do Senador Hélio José, à emenda nº 7108.0001, da Bancada do Distrito Federal. O Relator Setorial deu voto pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. Continuação da apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). No transcorrer da apreciação da matéria, estando ausente o Relator, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator *ad hoc,* que apresentou a Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 6 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques e a obra com indícios de irregularidades graves. Às 11h43min, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Discutiram os destaques os Deputados Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e Orlando Silva (PCdoB/SP). O Senador Hélio José (PSD/DF), solicitou prazo para análise dos destaques. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN - PLPPA 2016/2019.** Autor: Deputado Zeca Dirceu. O Deputado Ricardo Barros (PP/PR) apoiou a inclusão na pauta. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN,** que "Institui o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019". (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 1.128 emendas. Voto: pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda nº 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidades das emendas de nºs 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 2915.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. O Relator apresentou o Relatório. Foram declaradas **inadmitidas** as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A Presidente retornou a apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Apreciação dos 6 destaques. Proposta da Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela **aprovação:** Destaque nº 3, da Senadora Rose de Freitas, à emenda 6000.0002, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1, 2, 4, 5 e 6. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 12h28min, o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) assumiu a direção da reunião. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. O Presidente em exercício retornou a apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Em votação, nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* a obra com indícios de irregularidades graves foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício deu prosseguimento à apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração Nacional.** Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). Apreciação dos 02 destaques apresentados. O Presidente em exercício apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques nºs 1 e 2 com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Presidente em exercício retomou a apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.** Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Adendo/Errata nº 1. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 22 destaques. Em votação o Relatório Setorial e o Adendo/Errata nº 1 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados Ademir Camilo (PROS/MG), Zeca Dirceu (PT/PR), Zé Geraldo (PT/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Flávia Morais (PDT/GO), José Nunes (PSD/BA), João Arruda (PMDB/PR) e Milton Monti (PR/SP). O Relator Setorial solicitou tempo para analisar os destaques. Às 12h59min, a Presidente retomou a direção dos trabalhos. Continuação da apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática I – Transporte.** Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). O Relator *ad hoc,* Senador Hélio José (PSD/DF) apresentou a Errata nº 1. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) agradeceu pela apresentação da Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16 destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados José Airton Cirilo (PT/CE) e José Rocha (PR/BA). O Senador Hélio José solicitou prazo para análise dos destaques. Voltando à apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). Discutiram os seus destaques com o Relator Setorial os Deputados Milton Monti (PR/SP) e José Airton Cirilo (PT/CE). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 16 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaque com voto do Relator Setorial pela **aprovação parcial:** Destaque nº 12, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, à emenda 7128.0008, da Bancada de Tocantins. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1 a 11 e 13 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A Presidente retornou a apreciação do **Setorial da Área Temática IX – Minas e Energia.** Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve destaques. Em votação, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, *a* Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações.** Relator Setorial: Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. O Deputado Wadson Ribeiro, Relator da matéria, teceu agradecimentos gerais pela aprovação do Relatório Setorial. Às 13h46min, a Presidente suspendeu os trabalhos e retornou às 14h28min. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2015-CN,** que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019". (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 1.128 emendas. Voto: pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda nº 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidades das emendas de nºs 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 2915.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 11 destaques. Teceram agradecimentos ao Relator da matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Gorete Pereira (PR/CE). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 11 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela **aprovação:** Destaque nº 1, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 3084.0004, do Deputado Diego Garcia; Destaque nº 3, do Deputado Hildo Rocha, à emenda nº 3393.0001, do mesmo autor; Destaque nº 4, do Deputado Hildo Rocha, à emenda nº 3393.0003, do mesmo autor; Destaque nº 6, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0001, da mesma autora; Destaque nº 7, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0002, da mesma autora; Destaque nº 11, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0006, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela **aprovação parcial:** Destaque nº 2, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0002, da mesma autora; Destaque nº 5, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à emenda nº 3433.0001, do mesmo autor; Destaque nº 9, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0004, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade. Destaque com voto do Relator pela **rejeição:** Destaque nº 10, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0005, da mesma autora. Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi **rejeitado.** Não foi apreciado na

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Destaque nº 8, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0003, da mesma autora, foi **prejudicado**, por ter sido atendido. O Deputado Zeca Dirceu, Relator da matéria, teceu agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para aprovação do seu Relatório. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática X – Esporte.** Relator Setorial: Senador Roberto Rocha (PSB/MA). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora *ad hoc*, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade. Às 14h58min, a Presidente suspendeu os trabalhos, que foram reiniciados às 16h20min. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.** Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). Apreciação dos 22 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **aprovação:** Destaque nº 13, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000758; Destaque nº 14, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000759; Destaque nº 15, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000760. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela **aprovação parcial:** Destaque nº 4, do Deputado Zé Geraldo, solicitando a recomposição total do sequencial 000656; Destaque nº 6, do Deputado Hildo Rocha, solicitando a recomposição total do sequencial 000772; Destaque nº 8, do Deputado César Halum, solicitando a recomposição total do sequencial 000574; Destaque nº 10, da Deputada Flávia Morais, solicitando a recomposição total do sequencial 000549; Destaque nº 12, do Deputado Domingos Sávio, solicitando a recomposição total do sequencial 000572. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1, 2, 3, 5, 11, 16 a 22. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Destaque nº 7, do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000760; e o Destaque nº 9**,** do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000759, foram **prejudicados**, por terem sido atendidos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VI – Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Flávia Morais (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 13 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. A Presidente deu continuidade a apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática I – Transporte.** Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). No transcorrer da apreciação da matéria, retornou o Relator Setorial, Senador Raimundo Lira que apresentou o seu voto para 6 destaques, e após perceber o equívoco, reapresentou o seu voto pela rejeição dos 16 destaques apresentados. Em votação, o Relatório Setorial e a Errata nº 1 foram **aprovados** por unanimidade**,** ressalvados os destaques e a obra com indícios de irregularidades graves. Em votação, nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* a obra com indícios de irregularidades graves foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 16 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A Presidente deu prosseguimento à apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VI – Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). Em votação, nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade. Apreciação dos 13 destaques. O Relator Setorial deu voto pela rejeição dos 13 destaques apresentados. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1 a 13. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A reunião foi suspensa às 17h17min e marcada a continuação para o dia 9 de dezembro, às 9 horas. Às 9h13min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE**. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN (PLOA 2016),** que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática III – Educação e Cultura.** Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 9h28min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VII – Turismo.** Relator Setorial: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora *ad hoc*, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO) e Gorete Pereira (PR/CE). Às 10h03min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a condução dos trabalhos. Em continuação ao debate, fizeram uso da palavra os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA) e Vitor Valim (PMDB/CE). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto da Relatora Setorial pela **rejeição:** 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A Presidente deu continuidade à apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática III – Educação e Cultura.** Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Caio Narcio (PSDB/MG) e Izalci (PSDB/DF). A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 20 destaques. Em votação, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, *a* Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator Setorial apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 20 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 1 a 20. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Às 11h27min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação o dia 14 de dezembro, às 15 horas. Às 15h25min do dia aprazado, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Hélio José (PSD/DF), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE**. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Às 15h26min, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às 16h55min do mesmo dia. A Presidente informou que havia acordo com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias para leitura do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN.** EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o **Relatório Final ALTERADO**. O prazo para apresentação de destaques foi aberto. A apreciação da matéria foi **adiada**. Às 18h14min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para o dia 15 de dezembro, às 14 horas. Às 14h15min, do dia 15 de dezembro os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Caio Narcio (PSDB/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Às 14h41min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório nº 1/2015-COI/CMO,** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI apresentado ao **Aviso nº 12/2015-CN.** Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório nº 2/2015–COI/CMO**, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI para atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** (PLOA 2016). Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** (PLOA 2016). Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório nº 1/2015-COI/CMO,** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI apresentado ao **Aviso nº 12/2015-CN**, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo **bloqueio**, nos termos das minutas de decreto legislativo apresentadas, da execução física, orçamentária e financeira das Obras de construção do Corredor de ônibus – Radial Leste – Trechos 1 e 3, em São Paulo/SP, e submetem o Relatório à apreciação do Plenário. O Relatório foi apresentado. A discussão foi aberta. Discutiram a matéria os Deputados Samuel Moreira (PSDB/SP), Nilto Tatto (PT/SP), Pedro Fernandes (PTB/MA), Pompeo de Mattos (PDT/RS), Izalci (PSDB/DF) e a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). O Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo (PT/PA), respondeu aos questionamentos, e ao final do debate, propôs revisar o Relatório e reapresenta-lo novamente. A apreciação da matéria foi **adiada**. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no *art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 2/2015–COI/CMO**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, que **"**propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves integrante do **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**", (PLOA 2016). Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1. Construção da Vila Olímpica em Parnaíba/PI sob responsabilidade do Ministério do Esporte; 2. BRT – SP – Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 3. Corredor de Ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 1, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 4. Corredor de Ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 3 sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 5.Canal do Sertão, Trecho 5, Alagoas. O Coordenador do COI apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório nº 2 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a exclusão dos seguintes empreendimentos: 2. BRT – SP – Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; e 4. Corredor de Ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 3 sob responsabilidade do Ministério das Cidades. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o Adendo e a discussão foi aberta. Às 15h42min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Discutiram a matéria os Deputados Izalci (PSDB/DF), Samuel Moreira (PSDB/SP), Danilo Forte (PSB/CE), Pedro Fernandes (PTB/MA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Expedito Netto (SD/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Paulo Pimenta (PT/RS), Zé Geraldo (PT/PA), Caio Narcio (PSDB/MG), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Pompeo de Mattos (PDT/RS) e o Senador Hélio José (PSD/DF). Às 17h33min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), assumiu a direção da reunião e deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra aos Deputados Lázaro Botelho (PP/TO), José Airton Cirilo (PT/CE) e João Arruda (PMDB/PR). Às 17h49min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), reassumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade à discussão da matéria outorgando a palavra aos Deputados Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Flávia Morais (PDT/GO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Bebeto (PSB/BA) e Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator-Geral respondeu a todos os questionamentos. O Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), informou que o prazo para apresentação dos destaques ao Relatório Final se encerraria às 20 horas daquele dia, 15 de dezembro. A apreciação da matéria foi **adiada.** Às 18h34min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 16 de dezembro, quarta-feira, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 9h21min, do dia 16 de dezembro os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida. Às 12h30min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório nº 1/2015-COI/CMO,** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI apresentado ao **Aviso nº 12/2015-CN**, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: **não propor o bloqueio** da execução física, orçamentária e financeira da Obra de construção do Corredor de ônibus – Radial Leste – Trecho 3, em São Paulo/SP, devido a perda do objeto com a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

revogação do Edital 03/2015/SIURB por parte da Prefeitura de São Paulo; e **Propor o bloqueio,** nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira da Obra de construção do Corredor de ônibus – Radial Leste – Trechos 1, em São Paulo/SP, e submete o Relatório à apreciação do Plenário. O Coordenador do COI apresentou o novo Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar a Proposta de Alteração da Meta Fiscal para 2016, constante do **Projeto de Lei nº 1/2015-CN** – (PLDO/2016). Autor: Deputado Ricardo Teobaldo. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Adendo** ao Parecer da CMO, que trata da Proposta para alteração da meta fiscal para 2016, constante do **Projeto de Lei nº 1/2015-CN,** que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016. Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. O Relator apresentou o Adendo. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Edmar Arruda (PSC/PR) e Izalci (PSDB/DF). Às 13h03min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) assumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade ao debate concedendo a palavra aos Deputados Nilton Capixaba (PTB/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Zé Geraldo (PT/PA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO), Paulo Pimenta (PT/RS), Flávia Morais (PDT/GO), Danilo Forte (PSB/CE), Zeca Dirceu (PT/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP), Ricardo Barros (PP/PR), Pedro Fernandes (PTB/MA) e os Senadores Hélio José (PSD/DF) e Rose de Freitas (PMDB/ES). Às 14h35min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Às 15h10min, do mesmo dia, o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) reabriu a reunião e deu continuidade à discussão, passando a palavra ao Deputado João Arruda (PMDB/PR). Às 15h14min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a direção dos trabalhos. Prosseguindo ao debate, fez o uso da palavra o Deputado Leo de Brito (PT/AC). Encerrada a discussão, não houve consenso quanto aos itens 4 e 13 constantes do Adendo e o Relator da matéria, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE) concordou em excluí-los. Em votação, o **Adendo Alterado** foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 15h24min, a Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, 16 de dezembro, quarta-feira**,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados, após o término da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. Às 17h39min, do dia 16 de dezembro os trabalhos foram reiniciados pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional*. EXTRAPAUTA. Continuação da apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. A discussão foi encerrada, bem como prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 304 destaques. Em votação, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente em exercício solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emenda de Relator-Geral, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 17h52min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. Os Deputados Izalci (PSDB/DF), Paulo Pimenta (PT/RS), Caio Narcio (PSDB/MG), Domingos Sávio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) fizeram questionamentos sobre o Relatório Final e o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), Relator-Geral do Orçamento, respondeu a todos os parlamentares. Em votação, o **Relatório Final Alterado e o Adendo** foram **aprovados** por unanimidade**,** ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Em votação, nos termos do *art. 70 inciso*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II da Resolução nº 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos destaques. Proposta do Relator-Geral do Orçamento para votação em globo dos destaques para recomposição do Programa Bolsa Família. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Blairo Maggi (PR/MT), Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, solicitou transferências a estados, Distrito Federal e municípios como compensação pela não incidência do ICMS. Requerimento para inclusão na pauta da **Proposta de Alteração** do Parecer Preliminar ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** (PLOA/2016), de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão na pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Proposta de **Alteração** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** (PLOA/2016). Inclua-se no subitem VI ao item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar, nos seguintes termos: *VI. Transferências a estados, Distrito Federal e municípios como compensação pela não incidência do ICMS sobre bens e serviços destinados ao exterior, com fundamento no art. 155, § 2º, X, "a", da Constituição e no art. 91 do ADCT, ou a título de auxílio financeiro com a finalidade de fomentar as exportações.* Autor: Deputado Ricardo Barros. O Deputado Ricardo Barros apresentou a Proposta de Alteração do Parecer Preliminar. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, apresentou **Adendos e Adendos/Erratas** ao Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2015-CN** – PLOA/2016. Em votação, os **Adendos e Adendos/Erratas** foram **aprovados** por unanimidade. Apreciação dos 304 destaques. Apreciação dos 304 destaques. - A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, que foi **aprovada** por unanimidade. Os parlamentares solicitaram que fossem apreciados individualmente alguns destaques. O resultado da apreciação dos destaques ocorreu da seguinte forma: - Destaques com voto do Relator-Geral pela **aprovação:** 5, 6, 17, 73, 75, 76, 116, 170 a 182, 230, 240, 263, 274, 275, 300 e 302. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade. - Destaques com voto do Relator-Geral pela **aprovação parcial:** 1, 2, 7, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 49, 52, 70, 77, 79, 103, 104, 106 a 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 130, 131, 132, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 154, 186, 189, 195, 196, 197, 203, 206, 213, 214, 215, 216, 219, 225, 227, 228, 235, 236, 237, 238, 239, 245, 246, 247, 250, 252, 259, 262, 266, 267, 268, 269, 280, 282, 284, 287, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301 e 303. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade. - Destaques com voto do Relator-Geral pela **rejeição:** 3, 4, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34 a 48, 50, 51, 53 a 69, 71, 72, 74, 78, 80 a 102, 105, 114, 115, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 146 a 153, 155 a 169, 183, 184, 185, 187, 188, 190 a 194, 198 a 202, 204, 205, 207 a 212, 217, 218, 220 a 224, 226, 229, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 286, 288, 290, 291 e 304. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. 5 – Destaques **retirados** pelos autores 253, 254 e 264. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta, deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas: **1 -** Relatório apresentado à **Mensagem nº 33/1992-CN**, que "encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991". Relator: Senador Benedito de Lira. Foi apresentado 1 emenda. Voto: o Relatório do Senador Benedito de Lira, recebido em 2.7.2015, concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo, ofereceu voto pelo arquivamento das Contas do Presidente da República do exercício de 1991, pela aplicação dos princípios consignados no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. O relatório recebido em 4.11.2015, o Relator, quanto à emenda apresentada pelo Deputado Miro Teixeira, ofereceu voto pela rejeição, quanto à 1(uma) emenda apresentada pelo Deputado Paulo Bernardo ao projeto de decreto legislativo aprovado pela Comissão em 12/3/1997, ofereceu voto pela

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prejudicialidade. **2 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2014-CN**, que "Encaminha, cópia do Acórdão nº 2378/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (TC 015.015/2014-9).)"; **à Mensagem nº 9/2014-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar º 101/2000, Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2014."; **à Mensagem nº 11/2014-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2014"; ao **Ofício nº 18/2014-CN,** que *"Encaminha,* em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao primeiro quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 19/2014-CN,** que "Encaminha, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar n° 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000."; ao **Ofício nº 20/2014-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao 1º quadrimestre de 2014"; ao **Ofício nº 21/2014-CN,** que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 22/2014-CN,** que "Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1º quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 25/2014-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 26/2014-CN,** que **"**Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 1º quadrimestre de 2014."; e ao **Ofício nº 27/2014-CN,** que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014." Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. **3 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 6/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 12.919 de 2013, art. 115, Acórdão nº 138/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014."; à **Mensagem nº 16/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional referente ao período de janeiro a agosto (2º quadrimestre) do exercício de 2014."; à **Mensagem nº 17/2014-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 32/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 33/2014-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no *inciso I do art. 5º, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000,* o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 34/2014-CN**, que "Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Superior Tribunal Militar, publicada no Diário Oficial da União nº 186, Seção I, páginas 227 e 228, de 26 de setembro de 2014."; ao **Ofício nº 35/2014-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014."; ao **Ofício nº**

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

36/2014-CN, que "Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 2º quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 37/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2014."; ao **Ofício nº 38/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 2º quadrimestre de 2014."; e ao **Ofício nº 39/2014-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2014". Relator: Deputado Marcelo Aro. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. **4 -** Relatório apresentado à **Mensagem nº 5/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.080, art. 52, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2015". Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. **5 -** Relatório apresentado à **Mensagem nº 10/2014-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão"; à **Mensagem nº 15/2014-CN,** que **"**Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2014"; e à **Mensagem nº 3/2015-CN,** que **"**Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.919/13, art. 111, Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao Exercício de 2014". Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pelo conhecimento das matérias, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2014. O Deputado Izalci apresentou voto em separado, em 17/11/2015, com voto pelo conhecimento das Mensagens de nºs 10/2014-CN, 15/2014 e 3/2015-CN e dos relatórios encaminhados, e recomendando que: I - solicite informações por escrito aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito das providências adotadas para que se evite o cometimento dos mesmos erros observados em 2014; em especial, sobre quais medidas estão sendo tomadas para o aperfeiçoamento do sistema de previsão de receita, conforme Acórdão nº 1.723/2015-TCU-Plenário; e II - requeira o comparecimento, com a máxima brevidade possível, do Secretário do Tesouro Nacional a esta Comissão, de forma a prestar esclarecimentos a respeito do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2015, nos termos do *art. 9º § 4º, da LRF*, e das medidas adotadas para o cumprimento da meta fiscal de 2015 e as implicações da aprovação ou não do PLN nº 5/2015 ora em discussão nesta Comissão. Adotadas as providências mencionadas, voto pelo arquivamento do processo. **6 –** Relatório apresentado à **Mensagem nº 7/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao *art. 128 da Lei nº 13.080, de 2015*, o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado César Halum. Voto: pelo conhecimento da matéria e solicite o comparecimento, o mais breve possível, do Secretário do Tesouro Nacional para explicar as medidas de ajuste para o cumprimento da meta fiscal, e envio para o arquivo. **7** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2015-CN,** que "encaminha, em cumprimento à Lei 13.080, art. 138, Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2015". Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** a Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos do dia dezesseis de dezembro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 02.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) – Há número regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas. Não há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados nem na do Senado Federal.

Diante disso, suspendo a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 03.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica nas bancadas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Solicitada dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada no dia 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de conceder a palavra ao Deputado Hugo Leal, que vai fazer um comentário sobre a votação do PLN 5/2015, ocorrida ontem, peço aos assessores das bancadas que informem aos seus Parlamentares que a reunião está reiniciada e que só iniciaremos a deliberação quando houver em plenário representação adequada e suficiente para o debate do relatório preliminar.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas fazer um registro sobre o que foi aprovado na noite de ontem, só para confirmar, Sr. Presidente, que, aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cada vez mais fica evidente a responsabilidade que nós temos como Parlamentares, como Congressistas, na aprovação do orçamento público, especialmente no que se refere às leis que definem o orçamento público, a LDO, a LOA e o PPA. Cada vez fica mais evidente a importância desta Comissão para a questão definidora dos rumos do País. E ontem, na discussão da nova meta fiscal de 2015, o discurso político, infelizmente, estava prevalecendo, prevalecendo do ponto de vista da discussão, que não estava em sintonia com o que nós estamos discutindo na Lei Orçamentária, na meta fiscal.

Eu quero deixar bem claro aqui — falei no plenário ontem, e talvez não tenha sido compreendido, em vista da ebulição que ocorreu lá ontem — que existe uma previsão legal, no art. 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal, desta possibilidade de alteração da meta fiscal, de acordo com a evolução do processo econômico do País. Não há nenhum impedimento de que ocorra uma circunstância dessas. Nós ontem discutimos longamente esse tema, mais uma vez permeado por fatores políticos, que estão à parte dessa discussão.

O que eu verifiquei também, e eu acho que se tem que fazer o registro, Sr. Presidente, é que todos os membros da Comissão Mista de Orçamento... Quando discutimos o parecer ao PLN 5, nós tivemos aqui os representantes da Oposição, do Democratas e do PSDB, e, na oportunidade, ficou comprovado que todas as discussões foram feitas. Foi demonstrado aqui que nós estávamos no caminho certo, da transparência, da demonstração de todos os resultados.

O interessante é que, ontem à noite, dos membros da Oposição que fizeram uso da palavra, nenhum deles era membro da Comissão Mista de Orçamento. Eu

prestei muita atenção em todos os que usaram a tribuna para fazer avaliação sobre o PLN 5. Nenhum era membro da Comissão Mista de Orçamento. E participaram do Colégio de Líderes e participaram das discussões que nós tivemos aqui com o Ministro do Planejamento e com o Ministro da Fazenda.

Se nós não tomássemos a atitude que nós tomamos aqui no PLN 5, apresentando todos os dados de forma clara, transparente, da forma como tem que ser a questão do orçamento público, qual seria a alternativa? A Oposição e as pessoas que faziam discurso contra o PLN 5 queriam o quê? Queriam que nós vivêssemos na irrealidade? Queriam que nós vivêssemos no mundo da fantasia? É impressionante. Parece que ontem os valores estavam invertidos na sessão do debate do PLN 5.

Quero deixar esse registro, essa marca, Sr. Presidente. Tenho consciência absoluta do que foi debatido aqui. Durante 4 meses, aprofundamos essa circunstância. Mas os fatores econômicos nem sempre seguem uma lógica. É por isso que a economia não é uma ciência exata, e sim uma ciência humana, que depende de vários componentes, de várias referências, de vários vetores, para poder se consolidar.

Eu tenho consciência absoluta do que nós discutimos aqui, do que nós aprovamos aqui e de como foi aprovado aqui na época, no momento em que nós fizemos a leitura do relatório. E eu sugeri, pedi àqueles que tinham mais dúvida que pudessem ler o relatório. O relatório não tem absolutamente nada de incongruente, nada de fantasioso. Pelo contrário, reforça cada vez mais a importância da Comissão Mista de Orçamento, reforça cada vez mais a importância do Orçamento.

Aliás, Sr. Presidente, eu passei agora a desenvolver outra tese, outra discussão, até com pessoas que se ocupam desse debate do Orçamento. Na realidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal só veio a ser necessária exatamente porque não se cumpre o Orçamento. Se nós tivéssemos a competência, a responsabilidade de entender a dimensão e o que significa o orçamento público aqui no Congresso Nacional, Câmara e Senado, talvez nós não precisássemos ter uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Se nós seguíssemos o que determina o PPA, a LDO, a LOA, nos seus princípios, nas suas metas, no seu exercício, e, todos os anos, durante o exercício orçamentário, fizéssemos essa discussão na Comissão

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mista, eu não tenho nenhuma dúvida de que o País teria menos impactos e seria do conhecimento de todos essa realidade.

É óbvio que eu não posso dizer que ontem foi um dia feliz. Não há absolutamente nada a comemorar. Quando nós vamos ao plenário, aprovamos um projeto de lei sobre uma nova meta fiscal, em que nós temos que apontar, infelizmente, um déficit orçamentário de 51 bilhões de reais, por frustração de receitas extraordinárias e por queda na arrecadação das receitas ordinárias, obviamente o País não tem nada a comemorar. Nós fizemos apenas o que está previsto na Lei Orçamentária e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ontem apenas cumprimos mais uma etapa do que é nossa responsabilidade, do que é responsabilidade dos Congressistas, apenas isso. Não é vitória. Alguns comunicadores, algumas pessoas da área de rádio e televisão deram a informação como se o Governo tivesse obtido uma vitória. Como é que nós vamos comemorar, numa circunstância dessas?

Eu disse da tribuna e repito: termos aqui a definição de um déficit dessa ordem, quase chegando a 120 bilhões de reais, não é uma opção, não é uma escolha, não é um desejo, e sim uma consequência; por isso, a possibilidade, a avaliação dessa circunstância com relação às metas. Não tenho dúvida.

Eu quero agradecer a esta Comissão Mista de Orçamento, à Presidência, na pessoa da Senadora Rose de Freitas, a V.Exa. também, como Relator-Geral do Orçamento, e ao Deputado Paulo Pimenta, como Líder do Governo aqui na Comissão, nós termos conseguido esses resultados.

Espero, Sr. Presidente, que nós consigamos, ainda semana que vem, votar a LDO de 2016 e, com esforço, ainda este ano, entregar à população o Orçamento, a LOA também, até o final desse nosso exercício.

Eu não sei o que ocorrerá ao longo dessas 2 semanas que antecedem, em princípio, o recesso, se nós teremos a suspensão, se teremos a prorrogação. Mas, por mais conturbado que tenha sido este ano, por mais fatores externos que tenham influenciado esta Comissão, eu não tenho dúvida de que nós tivemos aqui um grande aprendizado. E esse aprendizado vai servir, ao longo dos outros anos, para que nós possamos ter a responsabilidade de entender a dimensão de uma

Comissão Mista de Orçamento, do papel que o orçamento público tem na vida das pessoas, do papel que o orçamento público tem também na realidade nacional.

Portanto, Sr. Presidente, repito: eu dei a missão como cumprida. Tenho certeza de que todos nós aqui também fizemos a nossa parte, apresentamos ao País o que era possível, o que era lógico, em consequência de todos os fatores externos, especialmente, digo, da queda do preço do petróleo, que abalou as finanças não só da União, mas também, com certeza, de vários Estados e Municípios, e da queda das *commodities*, com relação aos produtos, às matérias-primas, que também tiveram queda vertiginosa. Tudo isso obviamente influenciou de forma negativa o nosso Produto Interno Bruto e ainda isso foi insuflado por um momento político bastante delicado, que nós temos que superar. Nós não temos, infelizmente, a economia a nosso favor para poder suavizar esse momento e temos que aproveitar todas as batalhas, todas as linhas de frente para poder esclarecer a população de qual é o nosso dever aqui com correlação ao Orçamento.

Mais uma vez, Sr. Presidente, eu quero agradecer a esta Comissão. Espero que nós possamos continuar, ao longo do ano que vem, avaliando todos os desdobramentos desse nosso compromisso e obviamente acompanhando a LDO, a LOA e até, se for o caso, fazendo a nova avaliação da meta fiscal.

É o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Quero parabenizar o Deputado Hugo Leal, como Relator do PLN 5, uma matéria muito relevante e destacada, que o nosso Deputado Hugo Leal, com sucesso, relatou.

Lamento não termos tido possibilidade de aprovar ontem um adendo que resolveria questões bastante importantes, no sentido de o Governo regularizar a sua posição com fornecedores. Que nós possamos eventualmente rediscutir isso.

Parabéns, Deputado Hugo Leal!

Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, Relator-Geral Ricardo Barros, nobres colegas da Comissão Mista de Orçamento, na verdade, eu venho lamentar o fato de não termos votado ontem, já, o relatório preliminar do Orçamento de 2016. Esse era o nosso entendimento, fruto de um

acordo selado pelos Líderes da nossa Comissão. É uma pena que não tenhamos já cumprido essa obrigação, deixando-a para hoje.

Espero que os Deputados e Senadores que estão nas dependências da Casa, aqui no Congresso Nacional, possam vir a esta Comissão para avançarmos no nosso trabalho, na execução de tão importantes funções, especificamente para materializarmos o Orçamento do ano que vem. Temos necessidade da votação desse relatório preliminar, exatamente para se iniciar o prazo dos relatores setoriais, os 16, das mais diversas áreas, e eles avançarem nos seus trabalhos e apresentarem, o quanto antes, relatórios setoriais que possam servir, sobretudo, para complementar o trabalho do nosso Relator-Geral. Que possamos não repetir o que aconteceu com o relatório de 2015, que só foi votado no mês de março.

É fundamental que esta Comissão Mista de Orçamento possa cumprir as suas funções e que nós possamos avançar nesse processo e, evidentemente, concluir os nossos trabalhos no curso deste ano. Esse é o nosso desejo, a nossa intenção, o nosso interesse. Espero que possamos concluir logo os nossos trabalhos, para não deixar pendências para o ano que vem.

Portanto, eu quero aqui fazer a V.Exa., como Relator-Geral, esse apelo e ao Deputado Paulo Pimenta, como Líder do Governo, o apelo para que possa mobilizar a bancada governista para vir aqui dar sequência aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Deputado João Fernando Coutinho.

O Deputado João Arruda tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, primeiro, eu também quero elogiar o esforço do Deputado Hugo Leal, do Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, e de muitos membros desta Comissão para aprovar o adendo que colocaria 3 bilhões de reais no caixa da saúde.

Infelizmente, não foi possível fazer o acordo. O PSDB não quis colocar o adendo para ser votado, e a saúde do Brasil perdeu muito, 3 bilhões de reais. Nós não podemos partidarizar, politizar essas discussões. Saúde pública não é um projeto partidário, saúde pública é uma necessidade do País. Gostaria de fazer um apelo aos Parlamentares, Deputados e Senadores, e ao PSDB: que fizessem uma reflexão sobre esse assunto. Que pudéssemos, em outro momento, quem sabe,

tentar ajudar de outra forma a saúde, porque senão é o nosso País que vai perder muito.

Nós conseguimos aqui, num ato de grandeza de todos os Parlamentares e, sobretudo, do Relator-Geral, aumentar o orçamento da saúde para o ano vem, mas existem necessidades reais este ano na saúde, como a campanha de atendimento às gestantes e bebês com microcefalia, outras campanhas e a questão dos procedimentos de média e alta complexidade. E não é crítica à gestão anterior, ao que vem acontecendo no País, que vai nos tirar de novos desafios que precisamos enfrentar.

Eu, por exemplo, faço oposição ao Governo do meu Estado do Paraná. Eu sou de um grupo político que não pertence ao do Governador do meu Estado, mas eu jamais travaria repasses e dinheiro para o meu Estado simplesmente porque faço oposição ao Governador do meu Estado. Nós precisamos pensar no País, com responsabilidade, com critérios, com equilíbrio, com maturidade. É isso que devemos fazer aqui hoje.

Nós fizemos uma reunião com os relatores setoriais e foi feito um acordo. Eu sugiro ao Relator-Geral que faça uma nova reunião com os relatores setoriais para que possamos definir novas metas, porque aquilo que havíamos discutido e acordado não aconteceu ontem, dependia das votações de ontem. Nós precisamos de uma nova reunião do Relator-Geral com os relatores setoriais para definir novas metas e novos prazos também.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Bom dia a todos.

Há sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta do relatório preliminar, que já foi apresentado aqui pelo Relator, do Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional (PLOA 2016), de autoria do Deputado Ricardo Barros.

O autor está com a palavra para apresentação do requerimento, se assim o desejar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, nós fizemos várias reuniões para tratar do relatório preliminar. Fizemos um ajuste, na reunião de Líderes, com os relatores setoriais. Foi uma longa reunião. Ajustamos as condições

para a votação deste relatório preliminar e consequente abertura do prazo para os relatores setoriais trabalharem.

Foi estabelecida uma regra de distribuição de recursos. Eu ainda tenho como responsabilidade fazer um corte na ordem de 20 bilhões de reais. E, num acordo aqui com os Parlamentares, Líderes e o Líder do Governo, faremos esse ajuste no relatório final, para que possamos, então, terminar a peça, inclusive porque a LDO será votada ainda na semana que vem. Mas o relatório preliminar é uma peça que está acordada, acatei todas as emendas que, genericamente, me solicitavam autorização para que o Relator-Geral fizesse ajustes nos setores.

Então, eu quero pedir ao Plenário a aprovação do requerimento para inclusão desta matéria na pauta, para abrirmos a discussão e podermos, então, votar ainda hoje o relatório preliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Está em discussão o requerimento apresentado pelo nosso Relator. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, peço permissão para usar a palavra por 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Auditores fiscais é um tema correlato, digamos. Eu fiquei impactado com os dados que vi na segunda-feira. Os auditores sofreram uma derrota no debate da PEC 443/2009, não foram incluídos no Destaque nº 7, parece-me, e decidiram fazer um movimento nacional, ouvindo os políticos locais. Eu fui convidado na segunda. Impactou-me muito o relato da crise da auditoria.

Eu realmente não sabia, e não sei se os Deputados e Senadores têm acompanhado a situação: muitos diretores, muitos delegados renunciaram aos seus cargos, que se mantêm sem comando. Eles falam em caos. Eu fui verificar a arrecadação global no Pará daquilo que tem a ver com o trabalho específico da auditoria: em 2013, 192 bilhões de reais, que serviriam para os repasses dos Fundos de Participação; em 2014, 150 bilhões de reais e, até outubro de 2015, 87 bilhões de reais, ou seja, metade do que ocorreu há 2 anos. Segundo eles assumem, muito tem a ver com a situação global de caos que se instalou na

auditoria, não por não termos conseguido a inclusão, uma vinculação com os salários das carreiras de Estado, mas por terem sido moralmente ofendidos. Enfim, há toda uma argumentação de uma corporação que realmente cumpre um papel importante para que nós possamos hoje estar debatendo o Orçamento.

Eu quero dizer: é claro que nem tudo é possível ser feito em todos os momentos, a história é um processo que se faz, e, ao mesmo tempo, ela impõe limites aos sujeitos históricos. Mas quero dizer que fiquei muito feliz pelo convite. Certamente os demais Parlamentares conversarão com os auditores. Creio que este Congresso e a nossa Comissão, pela importância estratégica que tem, devem elaborar, no período vindouro, debates mais direcionados para ouvir, sem compromisso de definição de conquistas corporativas, categorias que realmente são autoridades de Estado e que, portanto, podem ajudar ou não a melhorar a arrecadação e contribuir, portanto, para investimentos sociais, culturais e na infraestrutura do nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar o requerimento em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar à apreciação do relatório preliminar, com emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2014, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".* Relator: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 54 emendas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Srs. Parlamentares, está sendo entregue na bancada o resumo das decisões que nós estamos tomando neste relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu peço a V.Exas. que atentem para esses números. Eu preciso de alguém da Consultoria, por favor.

Bem, nós temos 56 bilhões de reais de reserva de recursos. Eu peço a atenção dos Srs. Parlamentares, porque eu vou agora explicar a composição dos recursos. Então, lá na primeira linha, está a reserva de recursos em 56 bilhões de reais: 7 bilhões 594 milhões de reais vieram no PLO como reserva de contingência; 39 bilhões de reais foi a reestimativa líquida da receita, que aprovamos no relatório do Senador Acir Gurgacz; 9 bilhões 754 milhões de reais foi o cancelamento prévio — é o total de cancelamentos; 1 bilhão e meio de reais cancelamos para a complementação das emendas individuais, que chegam a 9 bilhões 97 milhões de reais; e 3 bilhões 252 milhões de reais é o acordo firmado para emendas de bancadas impositivas, uma emenda de cada bancada que está para ser aprovada como anexo de prioridades da LDO.

Agora passo às deduções, 51 bilhões de reais: 9 bilhões de reais são das emendas individuais; 3 bilhões 252 milhões de reais são das emendas impositivas; 33 bilhões de reais são do atendimento da meta de resultado primário; e 5 bilhões 950 milhões de reais são do aumento de capital da ELETROBRAS. Isso se refere àquela venda das usinas, àquele leilão das usinas que arrecadou 17 bilhões de reais: 11 bilhões de reais estão vindo para a composição da receita orçamentária e 5 bilhões 950 milhões de reais, para a capitalização da ELETROBRAS.

O saldo para a distribuição é de 5 bilhões de reais. Foi o acordo que nós fizemos com os Líderes e Relatores Setoriais. Os Setoriais terão 2 bilhões 750 milhões de reais; as bancadas estaduais, 1 bilhão 250 milhões de reais; e o Relator-Geral, 1 bilhão de reais para o fechamento, depois, dos detalhes do Orçamento, na medida em que os Relatores Setoriais são os que têm a maior parte do recurso e farão o atendimento efetivo das demandas das emendas de bancadas e de Comissões.

Temos, então, a seguinte posição final, lá na última tabela do memorando. Déficit do PLOA. Recebemos a Lei Orçamentária com 30 bilhões e 500 milhões de déficit. O superávit proposto na LDO, aprovado nesta Comissão é de 34 bilhões e 400 milhões de reais. Portanto, temos que fazer um esforço fiscal de 64 bilhões de reais para podermos atingir a meta fiscal.

Temos ainda 33 bilhões de reais de acréscimo de receitas, 39 bilhões de reais da reestimativa da receita e 5 bilhões 950 milhões de reais daquela capitalização da ELETROBRAS. Precisamos então fazer um cancelamento de 31 bilhões de reais para atingirmos a meta fiscal. Então é nossa responsabilidade cortar 31 bilhões de reais; 21 bilhões de reais estão naquele ofício que o Governo mandou — o Governo mandou cortar 26 bilhões de reais. Nós não estamos acatando o fim do abono de permanência, de que trata uma PEC em tramitação, e nós não estamos acatando também o corte na saúde, por um acordo com os Srs. Parlamentares. Então, daqueles 26 bilhões que o Governo mandou um ofício pedindo para o Relator-Geral cortar, eu não cortarei a saúde nem o abono de permanência. E o parecer me autoriza a fazer emendas de Relator para podermos cancelar mais 10 bilhões 538 milhões de reais e, assim, zerar o déficit.

Então, é isso que temos. É a nossa tarefa para os relatores setoriais, que, a partir da votação deste relatório preliminar, poderão atuar.

Eu estou dando voto nas emendas: aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 21, 24, 25, 33, 34, 40, 42, 43 e 44; parcial das Emendas nºs 8, 10, 12, 14, 15, 18, 20, 28, 29, 35, 38, 46, 47, 48, 49 e 53; rejeição das Emendas nºs 6, 11, 13, 19, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 39, 41, 45, 50, 51, 52 e 54; prejudicada a Emenda nº 37.

Esse é o voto do Relator.

Eu acatei, portanto, genericamente, as sugestões dos Srs. Parlamentares. Por exemplo, o Deputado Caio Narcio pediu um recurso para um congresso de águas. Como Relator-Geral, eu não posso destinar recurso a uma emenda para uma coisa específica como essa, mas acatei recursos para a Agência Nacional de Águas. Então, destinaremos recurso para a Agência. Alguns Parlamentares solicitaram recursos para uma rodovia. Também não posso, como Relator-Geral, acatar essa emenda específica, mas acatamos uma emenda para infraestrutura. E aí faremos o atendimento, faremos as indicações.

Vou acatar também algumas indicações dos relatores setoriais para que, como Relator-Geral, eu possa complementar algum atendimento que, com o recurso destinado, não possam fazer. E faremos uma negociação conjunta aqui para a aprovação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é o resultado de um grande consenso. Eu peço, então, o apoio de V.Exas. para a aprovação do relatório preliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu relatório.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Inscrevo-me, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados e Senadores, é óbvio que esse relatório é um esforço. Tarso Genro diria que é o resultado de uma concertação. Eu talvez não adotasse o termo. Os debates de ontem indicaram a forma como o PSOL enfrenta esse tema, que é "transversalizante", que tem incidência na vida social do País.

Na verdade, eu tenho analisado criticamente a situação. Nós estamos submetidos a uma metodologia imposta de fora para dentro. O Brasil, em algum momento, terá de romper com essa metodologia imposta por um dos três pés da santíssima trindade do capital financeiro, o Fundo Monetário Internacional.

Há uma contradição, Relator. Num determinado momento — e tem a ver com o debate de ontem —, nós prevemos um déficit de 30 bilhões e 500 milhões de reais e, logo em seguida, no item 2 do substitutivo ao PLDO 2016, o PLN 1, um superávit de 34 bilhões 441. O cidadão brasileiro se pergunta...

Realizamos um debate ontem para alterar as metas e evitar a criminalização das autoridades do Executivo, tendo em vista que o dinheiro não foi roubado. Isso é o que foi posto ontem. O que houve foi queda de arrecadação e necessidade de manter programas sociais. Alguém usou uma figura de linguagem: *"Meu filho adoeceu. Deixo de pagar o cartão de crédito para comprar remédio"*. Não é a mesma coisa uma família e um país como o Brasil, mas serviu o raciocínio. Por isso, o PSOL assumiu posição favorável ontem ao PLN 5. A Presidente Dilma não embolsou esse dinheiro.

Os gastos são sociais e, nesse sentido, provocaram um déficit.

Nós estamos aqui, no item 5, pensando em mecanismos de cortes em áreas importantes, inclusive em infraestrutura e áreas sociais, no valor de 31 bilhões 558 milhões de reais. E, ao mesmo tempo, para atender o sistema da dívida e a metodologia do FMI, apresentamos um superávit maior do que isso: 34 bilhões 441 milhões de reais. E isso para, quem sabe, ainda em 2016, termos que enfrentar um debate como o de ontem, para readequar esse esforço de superávit ou de déficit à realidade concreta da crise financeira por que passa o País. Isso não é compreensível para o cidadão.

Do ponto de vista da economia, do ponto de vista dos métodos de elaboração do Orçamento, nós sabemos que isso não é economia política inspirada nos clássicos. E não estou falando só de Marx, não, mas também dos pensadores liberais. Trata-se de uma imposição cruel ao Brasil e a outros países dependentes. Ao impor o superávit, essa metodologia está determinando que se há de ter responsabilidade, que se chama aqui de fiscal, mas, na verdade, é responsabilidade com o sistema da dívida, com o lucro dos grandes especuladores financeiros do mundo, que são intocáveis.

Enquanto isso, não só não são intocáveis, como, ao contrário, são vilipendiados os direitos do cidadão, como o direito à vida. Não há um cidadão que não viva o drama da saúde no País hoje; não há uma bancada aqui que não pressione o Relator para aprovar as emendas que o Governador, seja tucano, seja petista, seja do DEM, apresenta em razão da incapacidade que este País tem de investir em infraestrutura.

Ainda ontem, as manchetes eram: *Governo corta mais R$ 11,2 bilhões no Orçamento.* E sabem quais foram as áreas? Reforma agrária teve quase 100% de corte. O Ministro Patrus Ananias é um dos mais brilhantes seres humanos que eu conheço, mas não tem o que fazer. O Minha Casa, Minha Vida foi para a Cucuia. No início, o programa teve 54% de corte. Saúde, que já tinha mais de 12 bilhões de reais em cortes, e educação, que já havia chegado, com o segundo corte, a 11,2 bilhões de reais, tiveram mais cortes, de mais de 1 bilhão de reais, nas últimas 48 horas.

E aí, com todo o respeito, pois sei que é um esforço difícil, o relatório apresenta um falso superávit de 34 bilhões 441 milhões de reais, em um momento

de crise. E, logo em seguida, de acordo com o item 5, diz que nós vamos ter que cortar ainda vinte e tantos bilhões. Na verdade, 31 bilhões 358 milhões 373 mil 653 reais. Não há racionalidade possível. Zeremos esse superávit. Vamos dar um cotoco ao capital financeiro. Vamos salvar o Brasil!

Eu não estou falando aqui da metade do Orçamento que está comprometida com juros e amortizações da dívida. Em 2015, nós comprometemos com a dívida 47% do Orçamento, ou seja, 1,4 trilhão de reais. Já estão, de forma real, comprometidos 1 trilhão de reais. Esse montante já foi para o ar, tudo para cumprir compromissos de contratos que, por não terem sido auditados até hoje, não têm como se afirmar que são legais. E estudos da Auditoria Cidadã da Dívida mostram que são ilegais. Nós estamos enriquecendo os muito ricos, matando de fome e de desespero o povo brasileiro. Aqueles que haviam saído da faixa da miséria estão voltando a essa faixa por conta dessa metodologia.

Com todo o respeito, eu acho que nós temos de zerar esse déficit logo, para não termos um novo PLN 5 no ano que vem ou daqui a alguns meses, e dizer ao capital financeiro que a mudança não é ainda da forma que o brasileiro necessita e tem direito, mas nós sinalizamos que os investimentos sociais têm de ser intocáveis, e não o lucro dos banqueiros internacionais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Solicito aos Srs. Parlamentares que se restrinjam ao seu tempo, porque, em seguida, haverá sessão na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu queria fazer um questionamento ao Relator: por que no *paper* entregue sobre o relatório está escrito: *"Emenda do Relator-Geral R$39.532.626.347"*, e nós não tivemos acesso ao destrinchamento de como isso se dará? Eu queria saber se há algum documento que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou responder primeiramente ao Deputado Edmilson Rodrigues.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui na Comissão, aprovamos a LDO com 34 bilhões de reais de superávit. Certamente, o Plenário vai debater essa sua tese. Eu já a ouvi de muitos colegas. Por ora, enquanto houver a decisão tomada por esta Comissão, nós aqui faremos o Orçamento com essa expectativa de 34 bilhões de reais de superávit, o que implica resolver os 30,5 bilhões de reais de déficit que vieram no Orçamento deficitário enviado ao Congresso, mais os 34 bilhões de superávit. Ou seja, é de 64 bilhões de reais o esforço fiscal necessário para alcançarmos o objetivo. Está bem? V.Exa. tem toda a razão com a sua argumentação, mas esse é um assunto que pode ser objeto de destaque no plenário do Congresso Nacional.

O Deputado Caio Narcio solicita uma explicação sobre as emendas de Relator. Eu tenho que acatar, Deputado Caio Narcio... Ou melhor, eu não tenho, mas quero acatar o ofício que o Governo mandou sugerindo 26 milhões de reais em cortes para que façamos aqui. Não cortaremos da área da saúde, por acordo feito nesta Comissão, e não cortaremos os recursos que seriam consequência de aprovação da emenda constitucional do fim do abono de permanência, que eu acho que também não será aprovada nesta Casa. E faremos também o corte necessário para que consigamos alcançar a meta dos 34 bilhões de reais de superávit.

Então, nós não temos isso ainda. Há 10 bilhões 358 milhões de reais em cortes que ainda não estão definidos, e nós vamos ter que ajustar o relatório final. Por uma questão também de cuidado nosso, faremos isso após a votação da LDO, que confirmará ou não, como disse o Deputado Edmilson Rodrigues, o nosso superávit.

É essa a resposta. Esses 39 bilhões de reais são aqueles ofícios que foram mandados de corte e também o necessário para completar o superávit e cobrir os 30,5 bilhões de reais de déficit.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se eventualmente ainda houver uma alteração da questão da meta V.Exa. terá uma mobilidade maior com relação a esse valor que seria separado, não é isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E reabriremos aos relatores, conforme foi combinado, os relatórios para complementação dos valores a serem destinados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é isso, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Eram essas as explicações que eu tinha a dar sobre o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não havendo mais ninguém inscrito para falar, nós vamos colocar...

Eu gostaria de informar, antes de qualquer coisa, que, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO, a discussão e o prazo para apresentação dos destaques estão encerrados.

Portanto, vou comunicar o número...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas os que estão aí serão acolhidos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Claro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Já dei o voto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi dado o voto aqui. V.Exa. acompanhou.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Destaque nº 2 foi acolhido?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, responda.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Foi acolhido o seu destaque, como o genérico para a Agência Nacional de Águas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos os destaques lidos aqui já foram acolhidos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - No seu caso, “Obras de Infraestrutura e Ações da Agência Nacional de Águas”. Está no item E dos acatados.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Há um Destaque nº 2 na mesa, do Deputado Rodrigo de Castro?

(Não identificado) - Destaque, não. É emenda.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ah, é emenda!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A emenda foi acatada.

(Não identificado) - O destaque nós vamos ver agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque é depois do relatório.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É porque V.Exa. está encerrando e eu estou tentando entender se foi acolhido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou repetir aqui o que eu estou encerrando: está encerrado o prazo para apresentação dos destaques.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lembro que estamos aqui votando o parecer preliminar, ressalvados os destaques, conforme anunciei anteriormente. *(Pausa.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório preliminar, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal, também ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara e no Senado.

Vamos passar agora à apreciação dos destaques.

Foram apresentados apenas dois destaques: um do Senador Valdir Raupp e outro do Deputado Rodrigo de Castro.

Concedo a palavra ao Sr. Relator para apreciar os destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O destaque do Senador Valdir Raupp visa suprimir do Anexo II o complemento para atendimento de emendas individuais da parte especial.

O Deputado Rodrigo de Castro e o Senador Valdir Raupp fazem o mesmo destaque. Nós fizemos um corte de 1 bilhão 502 milhões 505 mil para complemento das emendas individuais. Nós recebemos uma reserva já no PLOA de 7 bilhões 594 milhões 505 mil 179 reais, para atendimento de emendas individuais, e complementamos para os 9 bilhões 97 milhões 10 mil 733 reais, que correspondem a 1,2% da receita corrente líquida, que é o mandamento da emenda constitucional que nós aprovamos aqui para as emendas impositivas.

Então, com a vênia do Senador Valdir Raupp e do Deputado Caio Narcio, com a vênia do autor, eu vou rejeitar o destaque, porque nós estamos cumprindo um

mandamento constitucional que diz que 1,2% da receita corrente líquida é destinado a emendas individuais, e esse corte foi linear. Não foi um corte específico. Não cortamos alguma coisa específica para trazer para emendas individuais. Aqui se trata do cumprimento de um mandamento constitucional.

Então, eu peço a compreensão dos senhores para rejeitar o destaque.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Peço a palavra para contraditar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Peço a palavra para defender o destaque, então, segundo a Presidente, que tem uma história nesta Casa e está sempre nos ensinando.

Quero defender o destaque, caro Relator. Na realidade, o que o destaque pede é que V.Exa., que tem de fato que cumprir a sua obrigação de fazer o corte, faça o corte em outra área, e não nessa. Essa seria uma solicitação do Presidente atual da Comissão de Minas e Energia, embasado também pelo Senador.

Eu acredito que, de uma maneira razoável, podemos acatar essa solicitação, que tem um pedido importante para o Brasil neste momento que estamos passando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos dar tempo para que ele possa refletir.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu queria pedir a compreensão dos Srs. Parlamentares no sentido de que o corte foi linear, em todas as áreas. Para nós recuperarmos aqui as solicitações para Administração de Unidade Nacional de Regulação, Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Nacionais, nesses dois valores, de 3 milhões de reais e de 2 milhões de reais, eu teria que cortar a mais em algum outro lugar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Teria que deixar de ser um corte linear para ficarmos aqui discutindo o mérito do que corta e do que não corta, para cumprimento de um mandamento constitucional.

Então, Deputado Caio Narcio, no desenrolar da discussão do Orçamento, os Srs. Relatores Setoriais poderão recompor isso. O Deputado Edmar Arruda, se não me engano, é o Relator Setorial dessa área.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Da área de Minas e Energia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos conversar com ele e ver se ele pode recompor isso, senão, eu, como Relator-Geral, poderei tratar desse assunto. Mas eu não poderia, neste momento, fazer uma diferenciação de atendimento. Digamos que eu sugira cortar em outro lugar, aí um Parlamentar diz: *"Aí, não, porque esse é do meu interesse"*. Aí vamos ficar fazendo uma discussão que realmente não teria um fim adequado.

Por isso a decisão do Relator de cortar igualmente em todos os setores, para que o sacrifício seja distribuído por todas as áreas de Governo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ainda para fazer a defesa do destaque, nós sentimos que este caso é muito importante para nós, Relator, e nós sabemos que é óbvio que o corte é linear e que V.Exa. tem que ter um critério. Mas também é por isso que a participação parlamentar nos permite fazer destaques, porque é onde nós entendemos que o corte linear não atende às prioridades de situações adversas, como é o caso dessa. Portanto, é em cima de um corte linear que não vê as especificidades que temos a oportunidade de fazer o destaque e de fazer uma diferenciação em alguma área que não pode ser atingida pelo corte linear, no entendimento da atuação parlamentar.

Então, eu acredito que a atuação do Parlamentar aqui, neste momento em que o Relator está fazendo um critério para todos, é que permite, com o nosso destaque, fazer uma intervenção por algo que entendemos muito importante. Essa é uma questão que a nossa bancada acha, de verdade, fundamental. É um ano em que nós temos tido a oportunidade de presidir a Comissão de Minas e Energia. Esse é um pedido do nosso Presidente, e gostaríamos muito que esse destaque fosse acolhido, sabendo que V.Exa. tem usado um critério objetivo e que, quando aprovarmos este relatório, poderemos fazer uma diferenciação, porque esse é o processo legislativo. Nós temos um critério. E o destacamento é onde uma situação pode diferenciar-se de outra.

Além disso, nós temos o suporte do pedido de um Senador, que tem composto a base aqui e tem feito um trabalho de diferenciação. Acho que, dentro de tudo o que estamos falando, seria quase irrelevante contabilizar esse nosso destaque, tendo em vista essa questão tão fundamental para quem está ocupando a

Presidência da Comissão de Minas e Energia durante este ano — é um pedido do nosso Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Caio Narcio, V.Exa. tem uma indicação de onde devemos cortar esses recursos?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu posso trabalhar nisso com V.Exa., se V.Exa. quiser.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Relator, V.Exa. me permite fazer uma observação, antes que profira o parecer?

Todos aqui acompanharam passo a passo esse processo. Nenhuma discussão foi feita a portas fechadas. Todos sabem o que o Orçamento está comportando, a crise do Brasil, a arrecadação como está, a franca recessão, sem precedentes na história do Brasil. O Relator tem procurado fazer tudo o que pode. De outro lado, nós, na receita, tentamos fazer o inimaginável, para que possamos deixar o País um pouco mais equilibrado na questão orçamentária, a fim de que não aconteça o que aconteceu ano passado.

O Relator está neste momento com muitas dificuldades. Suspender um corte de 5 bilhões de reais para atender ao pleito de V.Exas. — inclusive, queria que o Senador Valdir Raupp me ouvisse — significa desnortear totalmente o trabalho que foi feito até agora. E é uma verdade absoluta: não há flexibilidade.

Sobre o destaque, quero dizer que ele é apenas mais um recurso, que não é para achar que se tem uma nova perspectiva de ser aceito, que não houve nas demais. É um novo recurso para que V.Exa. possa discutir o pleito, colocado sob todas as óticas possíveis, e convencer o Sr. Relator. O Relator confessa aqui a impossibilidade de se fazer esse corte.

Pergunto a S.Exa. se há a possibilidade de abrir uma janela para mais à frente, em outro debate, fazer uma recomposição, porque, se não houver como, não tem jeito. Se não tem jeito, não tem jeito, e não há como fazer milagre. Milagres não são... Já tentaram no passado e não conseguiram.

Pergunto ao Relator: é possível acatar isso como uma janela para que mais adiante se encontre uma forma de fazer uma revisão?

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas; nobre Relator, Deputado Ricardo Barros, eu fiz esse destaque para recompor alguns recursos da Agência Nacional do Petróleo, porque foi solicitado pela Presidência da Agência. Eu me rendo aos argumentos do Relator e da Presidente, mas, se lá na frente for possível recompor algo desses 5 bilhões de reais da Agência Nacional do Petróleo, eu ficaria grato.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Cario Narcio, o destaque de V.Exa. permanece sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu retiro o destaque, acreditando que a nossa Presidente dará o melhor encaminhamento a ele durante o nosso processo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço, Deputado Caio, e sempre registro aqui o trabalho que têm feito V.Exa. e seus companheiros, como o Deputado Hildo Rocha e os demais Senadores aqui presentes.

Sr. Relator, V.Exa. tem a palavra, para concluir o parecer aos destaques. *(Pausa.)*

Foram retirados os destaques. S.Exa. foi pela rejeição, obviamente. Eu ia colocar em votação os destaques na Câmara dos Deputados, mas, com a retirada deles, não é necessário que isso seja feito.

Vamos passar agora...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, está encerrada esta votação pela retirada dos destaques. Agradeço profundamente ao Senador Valdir Raupp e ao Deputado Caio Narcio.

Chamo a atenção de todos para um fato de suma importância.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Também apresentamos destaque de uma emenda para o Hospital do Câncer de Sergipe, na área da saúde, porque

somos um dos poucos Estados que, infelizmente, não tem uma unidade hospitalar como essa. Em razão das nossas dificuldades, o meu Estado, em números proporcionais, é um dos primeiros a ser atingido com esse novo caso de microcefalia. É um absurdo convivermos com isso. E nossa emenda também foi rejeitada, lamentavelmente.

Então, faço aqui um apelo ao Relator. Sei que a saúde pública no País anda extremamente difícil e, em alguns cantos, está um caos, como no meu Estado. As pessoas estão morrendo. Lá não temos unidade hospitalar desse tipo. Estamos regredindo. Sergipe foi o primeiro Estado nas Regiões Norte e Nordeste a fazer transplante de coração e de fígado, e hoje não faz absolutamente nada. Então, o apelo que faço é que o Relator seja sensível nessa questão, para que menos sergipanos venham a morrer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Obrigado, Senador Eduardo Amorim. Nós estamos alocando 3 bilhões e 200 milhões de reais e deixando de cortar 3 bilhões e 800 milhões de reais na saúde. Portanto, são 7 bilhões de reais a mais de recursos na saúde. Eu tenho certeza de que V.Exa., com a justa causa que está apresentando, terá a boa vontade do Ministro. E nós, eu e a Presidente Rose, estaremos juntos, acompanhando-o na apresentação do seu pleito.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Agradeço ao Relator e também à Presidente, porque não dá mais para convivermos com essa situação. Eu sei que as necessidades são muitas, mas é hora realmente de priorizarmos. E essa, com certeza, tem de ser uma prioridade para a saúde pública em nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ao agradecer a todos, eu gostaria de ressaltar que o prazo para a entrega dos relatórios setoriais é sexta-feira e, no mais tardar, para aqueles que não puderem entregar nesse dia, segunda-feira. Não há condições de cumprirmos o cronograma. E esses óbices não se deram em função do trabalho da Comissão. É evidente que a Casa como um todo — e não vou citar quem pesou mais ou menos — suspendeu sessões que deveriam ter sido realizadas, fez sessões quando não estavam marcadas e combinadas. E se não houver a entrega dos relatórios até segunda-feira, não haverá Orçamento. É isso o que eu quero ressaltar.

Os que precisarem de apoio da Comissão... E eu quero até parabenizar e agradecer a toda a equipe indormida desta Comissão, que vem trabalhando para que nós possamos concluir os trabalhos, e este País ter, pelo menos, um orçamento. Esse é um fato concreto. Este Orçamento significa muito mais do que os de anos anteriores significaram.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim, pela ordem.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Eu sei que o tempo é exíguo, é curto, mas nós não somos culpados por isso. Eu acho que, para entregar esse relatório amanhã, é muito pouco tempo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem até segunda-feira também.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Então, o apelo que fazemos é para que possamos entregar até terça-feira, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, não sou eu. O calendário é de 1º a 30 ou de 1º a 31. Os prazos são dados normalmente. Fomos prejudicados pelo andamento dos trabalhos da Casa — todos sabem disso — e pelo andamento das entregas das informações por parte do Governo.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Pois é, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero só dizer que há um fato preponderante. Todos vão embora na quinta-feira, porque têm compromissos nas suas bases.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dessa vez eu peço que se dediquem a esse episódio que é extremamente importante para este País, já tão combalido pela crise.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Por isso, Sra. Presidente, apelamos para que seja na terça-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não consigo ultrapassar isso. Não há tempo para conseguir consumar o andamento dos relatórios e,

inclusive, para serem votados um a um. Haverá dia em que teremos de votar de três a quatro relatórios.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidente, eu queria endossar o apelo do nobre Senador Eduardo Amorim, para que nós possamos ter prazo até terça-feira, após a sessão do Congresso. Vamos fazer essa flexibilização, não em função das nossas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão dizendo que querem voltar às 4 horas da manhã? Ontem, a sessão acabou mais cedo, e todos disseram que viriam para cá, e compareceu apenas o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Não, não. Desculpe-me, Presidente. Com todo o respeito...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, perdoe-me, com todo o respeito a V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Deputado Caio Narcio, 1 minuto, por favor.

Nós fizemos uma reunião no Colégio de Líderes com todos os relatores setoriais e acordamos que a votação deste relatório que estamos votando agora seria feita ontem, após a sessão do Congresso Nacional, independentemente do horário em que ela terminasse. Só que, infelizmente, nós temos um dispositivo nos nossos telefones celulares, para o qual são enviadas mensagens em que se marca reunião e, meia hora depois, se demarca reunião. E foi assim que ocorreu ontem. Nós não votamos este relatório ontem porque chegou uma informação da própria Comissão. E deve ter sido uma indicação não sei se de V.Exa. ou se da vossa assessoria, mas que repete mensagens: marca reunião; desmarca reunião; marca reunião; desmarca reunião. Isso acontece quase todos os dias em que nós temos reuniões aqui.

Então, nós relatores setoriais não podemos ser penalizados em função de vários fatores, sendo o fundamental deles a demora do Governo em enviar as informações de que nós precisamos para exercitar o nosso trabalho.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - E o que se pede, Presidente, é apenas mais 1 dia.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Acredito eu que este não seja só o meu sentimento...

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - É o meu também.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - ...mas o sentimento de todos os nossos pares, que entendem que nós precisamos de um mínimo de prazo. No primeiro cronograma apresentado, nós teríamos 10 dias para apresentar o relatório, após o relatório preliminar do Orçamento. Então, nós estamos pedindo apenas mais 1 dia a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Do jeito que V.Exa. falou — e eu o admiro muito — é como se eu pudesse alterar o calendário. Infelizmente, eu não vou poder conceder o seu pedido.

A lista dos que vão entregar sexta-feira é pequena. A lista dos que vão entregar na segunda-feira é um pouco maior.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - A minuta do meu relatório está pronta, mas nós tínhamos ainda algumas informações que dependiam, inclusive, da sessão do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, eu vou dizer uma coisa a V.Exa.: não fique bravo, porque isso não vai resolver a nossa questão.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu não estou bravo *(riso)*, é a minha maneira de falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olhe só: não tenho condições...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu tenho todo carinho, respeito e admiração por V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E eu também por V.Exa. Reiteradas vezes tenho manifestado meu carinho por V.Exa.

Eu quero dizer que é impossível atender a V.Exa. e ao Senador Eduardo Amorim. Nós teremos que votar oito relatórios setoriais num dia. E, quando a sessão for convocada, nós não poderemos votar mais.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sra. Presidente, na segunda-feira o prazo é até que horas?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Até às 18 horas ou às 19 horas. Se, por acaso, houver extensão das sessões, irá até o término de todas elas.

Está suspensa a reunião.

Convoco reunião para o dia 7 de dezembro, segunda-feira, às 15 horas, reunião que já estava previamente combinada.

Eu quero dizer que ontem desci ao plenário e fui chamando um por um para vir para cá.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, com todo o respeito...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já encerrei a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Não identificado) - Encerrou ou suspendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está suspensa a reunião. Perdoem-me. É o cansaço.

Declaro suspensa esta reunião até segunda-feira, às 15 horas.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida em 03.12.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 216/2015 MM-CD, de 25 de novembro, do Deputado Milton Monti, solicitando apoio em ajustes de emendas.
2) Ofício nº 178/2015, de 1º de novembro, do Deputado Hildo Rocha, solicitando cópia da ata e vídeo da reunião ordinária realizada em 26 de novembro do corrente.
3) Ofício nº 064/2015 –CRE, de 01 de dezembro, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, encaminhando Erro na entrega das emendas da Comissão de Relações exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.
4) Ofício nº 0245/2015 – GABDJA, de 10 de novembro, do Deputado Federal João Arruda PMDB/PR, justificando ausência do parlamentar nos dias 24 de setembro e 07 de outubro de 2015.
5) Ofício 122/2015 – GDCL, de 17 de novembro, do Chefe de Gabinete do Deputado Cacá Leão PP/BA, encaminhando justificativa de ausência do Deputado.
6) Ofício nº 173/2015, de 18 de novembro, do gabinete do Deputado Hildo Rocha, justificando ausência do parlamentar no dia 17 de novembro de 2015.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

1) Ofício nº 198/2015, de 20 de novembro, da Justiça Eleitoral do Estado do Maranhão, Juízo da 16ª Zona Eleitoral – Itapecuru Mirim, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA-2016 da verba para implementação da Lei nº 13.150/2015.
2) Ofício nº 252/2015-MP, de 1º de dezembro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, encaminhando solicitação de alteração nas previsões das receitas pelo Ministério da Fazenda.
3) Ofício nº 446/2015 – 095ª ZE/SP, de 23 de novembro, da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, Juízo da 095ª Zona Eleitoral – Pirajuí, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA-2016 da verba para implementação da Lei nº 13.150/2015.
4) Ofício nº 1301/2015/SGP, de 23 de setembro, da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, encaminhando a republicação do Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2015.
5) Ofício nº 720/2015/2015-GP, de 19 de novembro, da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2015.
6) Ofício nº 080/2015, de 16 de novembro de 2015, da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia do Juízo da 142ª Zona Eleitoral, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA-2016 da verba para implementação da Lei nº 13.150/2015.
7) Ofício nº 067/2015/034ZE, de 17 de novembro de 2015, da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia do Juízo da 34ª Zona Eleitoral – Belmonte-BA, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA-2016 da verba para implementação da Lei nº 13.150/2015.
8) Ofício nº 66/2015, de 23 de novembro de 2015, da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo do Juízo da 250ª Zona Eleitoral, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA-2016 da verba para implementação da Lei nº 13.150/2015.
9) Of. GEA/0309/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Deputado Esperidião Amim PP/SC, encaminhando sugestão de Emenda de Relator à LDO e a OGU, anteriormente apresentada em 13 de outubro.

Avisos GP/TCU, de 30 de novembro de 2015:
3) Aviso nº 1.394/2015: indicando de representante para a "Audiência pública sobre obras e serviços de engenharia com indícios de irregularidades graves – PLOA 2016".

Em 07.12.2015.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de Pauta Eletrônica localizados nas bancadas de todos os Parlamentares.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada sempre através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias. *(Pausa.)*

Eu vou suspender a reunião por 10 minutos, para que possamos prestar esclarecimentos ao Líder da Oposição sobre a pauta.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dou continuidade à sessão.

Requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, assinado pelo Deputado Ricardo Barros:

> *"Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório do CAE das emendas coletivas ao PLN 07/2015-CN — PLOA 2016 na Ordem do Dia da 15ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 07/12/2015."*

Segundo requerimento:

> *"Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos Relatórios Setoriais ao PLN 07/2015-CN — PLOA 2016 na Ordem do Dia da 15ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em 07/12/2015."*

Deputado Ricardo Barros, V.Exa. deixou de assinar este requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Peço o apoio aos nossos colegas para a inclusão na pauta dos relatórios setoriais, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não ouvi V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ele pede o apoio, que eu já estou lhe dando, em nome da celeridade e da eficiência da Comissão Mista de Orçamento, tão bem presidida neste ano de 2015.

Sra. Presidente, em homenagem ao povo brasileiro, nós estamos aqui para apoiá-la.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou emocionada.

Vamos colocar em votação os dois requerimentos apresentados pelo Deputado Ricardo Barros.

O Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

V.Exas. prestaram atenção no que eu li? São votações de relatórios que já foram apresentados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Requerimento de quebra de interstício:

> *"Conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, proponho a dispensa do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao PLOA 2016."*

O requerimento de dispensa do prazo regimental está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do Relatório nº 1, de 2015, apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN 7/2015 — Projeto da Lei Orçamentária para 2016.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Coordenador da CAE: Deputado Genecias Noronha.

Voto: propõe dentre as emendas de Bancada e de Comissão apresentadas sejam consideradas inadmitidas as de nºs 71030004, 71250021, 71080016, 71080017, 71150012, 71150013, 60110005 e 50230001. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE.

Com a palavra o Deputado Izalci, para apresentação do Relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Passa-se à leitura do Relatório:

"Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Exame de Admissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2016.

Exame de Admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 07/2015 - PLOA 2016.

I. Relatório

1. Conforme art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade. (Arts. 15, XI; e 25 da Resolução nº 1/2006-CN).

3. O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em consideração o Relatório de Atividades - Diretrizes e Orientações disponibilizado no *site* da CMO, diretrizes que integram e preenchem as lacunas de modo a permitir uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1/2006-CN).

4. Além de orientar a elaboração de emendas quanto à sua admissibilidade, o Comitê tem como papel analisar as emendas apresentadas e sugerir soluções capazes de sanear os vícios que tornam a emenda inadmissível.

5. Do exame preliminar de admissibilidade das 629 emendas (455 emendas de bancada estadual e 174 emendas de Comissão), foi identificada, inicialmente, a inadmissibilidade de 184 emendas, cerca de 30% do total.

6. O problema mais comum verificado na apresentação das emendas coletivas diz respeito ao cumprimento das disposições da Resolução nº 1/2006-CN que tratam da proibição de programações genéricas que permitam múltiplas obras ou que possibilitem beneficiar mais de um ente federado ou entidade.

7. As inadmissibilidades foram devidamente comunicadas aos Coordenadores de bancadas e Presidentes de Comissões Permanentes, acompanhadas de alternativas e sugestões de ajuste técnico, quando possível. Os pedidos de correção foram apresentados no sistema informatizado da CMO. Na maioria dos casos, com base nos pedidos, desde que viáveis, houve a possibilidade de correção dos problemas identificados.

8. No decorrer dos trabalhos encontramos ainda inconsistências que, pela sua natureza, podem ser saneadas diretamente pelos Relatores Setoriais. Citamos como exemplo o exame de requisitos que devem constar da justificação de emendas, ajustes de funcional programática e situações relativas ao valor solicitado.

9. A Resolução nº 1/2006-CN privilegia a continuidade das obras de caráter plurianual com objeto determinado incluído pelas bancadas. No que se refere à necessidade de repetição das emendas de bancada estadual apresentadas ao Orçamento de 2015, este Comitê diligenciou no sentido de informar previamente aos Coordenadores de bancada sobre quais emendas deveriam ser, em princípio, reapresentadas. Coube às respectivas bancadas estaduais alegar as exceções de que trata o art. 47, § 2°, da Resolução nº 1/2006-CN. Cumpre salientar que a cada exercício é menor a taxa de execução das programações incluídas por emendas de bancada, o que reduz a eficácia dessa disposição.

10. Quanto à análise de admissibilidade das emendas de Comissão, consideram-se viáveis os casos analisados em que se concluiu pela correlação das competências regimentais das Comissões com a ação proposta.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

11. Depois de um intenso trabalho na busca de soluções saneadoras, reduziu-se consideravelmente o montante inicial de emendas coletivas com problemas de inadmissibilidade. O Anexo ao presente Relatório mostra as emendas coletivas que permaneceram com parecer pela inadmissibilidade, concluída a análise e realizados os ajustes possíveis.

12. Saliente-se, dentre as correções e ajustes efetuados para a admissibilidade de emendas, caso cujo equacionamento exigiu a permuta de categoria de emenda, de 'apropriação' para 'remanejamento', e vice-versa (emendas 711100003 e 71100010 da bancada de Goiás). Esse ajuste foi levado em conta tendo em vista não ter havido alteração do objeto das emendas envolvidas, bem como pelo fato de a solicitação ter sido encaminhada pelo coordenador e documentada com a ata da bancada.

13. Outros casos atípicos requereram, para sua admissibilidade, ajustes quanto à unidade responsável pela execução. É exemplo disso a Emenda n° 71160001, da bancada da Paraíba, originalmente relativa à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, exceto em regiões metropolitanas, com execução a cargo do Ministério da Saúde, ajustada para 'implantação de obras de infraestrutura hídrica', a cargo do Ministério da Integração Nacional. A mudança da UO, com a adequação da ação, foi efetuada para tornar possível a indicação de Região Metropolitana, uma das alternativas de ajustes propostos pelo CAE para sanear a emenda.

14. No mesmo sentido, a Emenda nº 71200008, da bancada do Rio de Janeiro, fazia menção originalmente à 'implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios com população até 50.000 habitantes', com execução reservada ao Ministério da Saúde; posteriormente ao ajuste, a emenda trata de 'apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de esgotamento sanitário em Municípios com população superior a 50 mil habitantes', a cargo do Ministério das Cidades, o que possibilitou especificar um determinado Município, o que tornou a emenda admissível.

15. No caso das emendas voltadas ao atendimento de trechos rodoviários ou ferroviários, foram examinadas as hipóteses de os mesmos se encontrarem sob regime de concessão, promovendo-se, quando possível, ajustes na programação

em atendimento à legislação vigente. Em algumas situações, a descrição genérica do programa de trabalho pode abrigar trechos concedidos ou não. Sendo assim, a única forma de verificar a viabilidade de alocação de recursos públicos pleiteados pelas emendas é o exame detalhado das obrigações contratuais da concessionária, o que requer diligências em cada caso junto ao órgão executor. Por cautela, essa análise pode ser aprofundada pelos relatores setoriais, quando do juízo do mérito e oportunidade da alocação de recursos para tais emendas. Identificados quaisquer impedimentos, seja de ordem legal seja técnica, a emenda não deve ser aprovada.

16. A maior parte das emendas que não puderam ser corrigidas refere-se àquelas emendas de bancada estadual da modalidade 'emenda de remanejamento', cuja fonte de financiamento não era proveniente de cancelamento de programação do mesmo Estado/DF.

17. O exame da admissibilidade das emendas individuais, como já ocorreu em anos anteriores, foi delegado aos Relatores Setoriais. As propostas de parecer pela inadmissibilidade dessas emendas deverão constar dos respectivos relatórios setoriais, conforme art. 70, III, 'c', da Resolução.

II. Voto

18. Diante do exposto, propomos que, dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão apresentadas ao PLOA 2016, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o Anexo ao presente Relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE.

Brasília, 24 de novembro de 2014

Comitê de Admissibilidade de Emendas

Coordenador: Deputado Genecias Noronha.

Demais membros: Deputado Vitor Valim, Deputado Nilton Capixaba, Deputado Átila Lins, Deputado Gonzaga Patriota, Deputada Gorete Pereira, Deputado Jorge Solla, Deputado Cacá Leão, Deputado Hissa Abrahão e Senadora Angela Portela".

Conforme já foi dito pela nossa Presidente, as emendas inadmitidas pelo autor foram: Emenda nº 71030004, emenda de remanejamento; Emenda nº 71250021, emenda de remanejamento; Emenda nº 71080016, emenda de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

remanejamento; Emenda nº 71080017, emenda de remanejamento; Emenda nº 71150012, da bancada do Pará, emenda de apropriação; Emenda nº 71150013, da bancada do Pará, emenda de remanejamento; Emenda nº 60110005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, emenda de remanejamento; e Emenda nº 50230001, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, emenda de apropriação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu estou fazendo um destaque. Aliás, o Deputado Julio Lopes, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, está assinando um destaque que trata, Deputado Izalci e Deputado Leopoldo Meyer, de um recurso para o Governo Federal subsidiar ou indenizar as gratuidades de transporte urbano.

O Deputado Julio Lopes está aqui, vai se inscrever para discutir, quando fará, então, a defesa desse destaque.

O importante é que, como a lei federal determina a isenção de idosos e deficientes, quem tem que subsidiar, quem tem que pagar essa conta é o Governo Federal. Senão, deixar-se-ia o Prefeito decidir se quer dar isenção ou não, e ele colocaria isso na tarifa do transporte.

Quem paga as isenções do transporte coletivo? Os outros usuários. Aquelas outras pessoas humildes que andam de ônibus é que têm que pagar, na sua tarifa, por todos que andam gratuitamente. Então, é justo que possamos dar uma solução para que essa emenda não seja admitida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para discutir, com a palavra o Deputado Samuel Moreira. Em seguida, falará o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, tenho uma sugestão. Para atender a essa questão que foi levantada do transporte coletivo urbano, a solução seria autorizar a liberação através da reserva de contingência. Eu acho que essa é a única solução para a legislação futura.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Agradeço a V.Exa. Peço que assim o façam.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Passo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Deputado Izalci, Srs. Deputados, faço um questionamento sobre a inadmissibilidade à Emenda nº 71250021, uma emenda do Ministério das Cidades, uma emenda de bancada, uma emenda coletiva. Por que a inadmissibilidade? É uma emenda de infraestrutura.

Nós queríamos que fosse considerada essa emenda, que houvesse algum tipo de remanejamento, mas dentro do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pergunto ao Deputado se ele concluiu. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, na nossa Comissão de Desenvolvimento Urbano, nós temos 16 Prefeitos e ex-Prefeitos que têm grande sensibilidade pelo problema da mobilidade e do transporte público. Essa gratuidade, que é de uma lei federal, onera diretamente todas as Prefeituras, que têm sob seu encargo o transporte público. É muito importante a sinalização do reembolso pela União nessa questão tão sensível quanto é o transporte público.

Nós fazemos aqui o pleito para que possamos iniciar essa prática, que será uma verdadeira redenção no processo democrático brasileiro, na democratização do ir e vir.

Peço, Deputado Izalci, que caminhemos nessa direção, porque realmente vai ser uma construção importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só com relação ao que foi dito pelo meu querido amigo e correligionário Samuel, é que essa emenda é de remanejamento da bancada de São Paulo, mas ela retira da Região Sudeste. "*O cancelamento proposto da emenda conflita com o art. 48 da Resolução nº 01, de 2006, por*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

beneficiar o Município de São Paulo, com o cancelamento de programação destinada à Região Sudeste".

Pode estar tirando de outro Estado para beneficiar São Paulo. Então, tem que ser tirado de São Paulo. O remanejamento só pode ser no mesmo Estado. É São Paulo, mas está retirando do Sudeste. E Sudeste não é só São Paulo, há outros Estados, o que conflita com o art. 48 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Estou lendo aqui o relatório, que não é meu. Eu só estou contribuindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor é o Relator *ad hoc*. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Relator, não há outra possibilidade de admitir?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel, pergunte ao Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não há outro caminho para admitir essa emenda? Não há qualquer outro caminho?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Conflita com o artigo da Resolução, porque pode se estar tirando de Minas e jogando para São Paulo. Só se o Deputado Domingos autorizar. *(Risos.)* Não, estou dando um exemplo. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não. Mas não é este o objetivo. A emenda é de um Município industrial importante.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Resolução é muito clara: não se pode tirar de um Estado — entendeu? — e tirar da Região toda, tem que ser do próprio Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu peço então que, durante a discussão, eu possa consultar aqui a nossa assessoria, para ver que mecanismo pode ser utilizado, sem prejuízo aos demais Estados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir ao Volpe para orientá-lo nessa questão, mas a discussão está encerrada. Vamos aguardar a consulta, porque depois nós teremos que colocar em votação. O Relator foi pela... Não, deixe o Deputado Samuel esclarecer, para que eu possa colocar em votação. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, vamos votar, enquanto se faz o esclarecimento. Votaremos, ressalvado o destaque em questão.

Vamos passar à votação. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queria discutir, o relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, só 1 minuto. Trata-se do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está ressalvando o destaque.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.K.

A SRA. PRESIDENTA (Senador Rose de Freitas) - Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Em apreciação o destaque. Vamos passar à votação.

Destaque nº 1, de autoria do Deputado Julio Lopes — Emenda nº 50230001.

A emenda é da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

O autor do destaque deseja usar da palavra? Deputado Julio? Não?

Voto do Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Acato, autorizo, mas sob a forma de reserva de contingência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator aprova o destaque.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque foi aprovado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Sra. Presidente, só para concluir que, em não havendo possibilidade de admiti-la, fica como está.

Estou abrindo mão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado.

Foi retirado o destaque do Deputado.

Muito obrigada, Deputado Izalci.

Relatório Setorial da Área Temática VIII — Indústria e Comércio e Micro e Pequenas Empresas.

Quero saber se todos têm acesso ao relatório.

Está na página eletrônica.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - "Relatório Setorial sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, encaminhado pela Mensagem 325, de 2015, na origem, que estima a receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016, referente às unidades orçamentárias que integram os órgãos do Ministério Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior — 28000 — e Secretaria da Micro e Pequena Empresa — 69000".

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador, 1 minuto.

Eu peço a colaboração dos Srs. Parlamentares, dos senhores assessores e de todos que se encontram no plenário para que o Relator possa dar conhecimento do seu relatório.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Relatório:

"Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República, por meio da Mensagem n° 325, de 2015, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'.

Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos

pelo parecer preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, a programação (...) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — Órgão 28000; (...) e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa — Órgão 69000 (...).

Cabe destacar que o Ofício nº 211, de 2015-MP, de 4 de novembro de 2015, encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelo Poder Executivo, apresenta os ajustes no Projeto de Lei Orçamentária de 2016 decorrentes das alterações de estrutura institucional promovidas pela Medida Provisória n° 696, de 2015. Nos referidos ajustes pode ser observado que as dotações orçamentárias da Secretaria de Micro e Pequena Empresa serão transferidas para o órgão da Presidência da República. Deve ser registrado que as mencionadas atualizações não foram feitas pelas relatorias setoriais.

Na condução desta relatoria, deparamo-nos com temas relevantes, que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas econômicos do País. Como nossa principal preocupação foi a de buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir distorções da Proposta Orçamentária para 2016. Esse sentimento permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática e nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social (...).

Atuação da Relatoria Setorial.

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 29 emendas de apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 19 emendas individuais e 10 coletivas, sendo 6 emendas de comissões e 4 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor.

Recursos para o atendimento das emendas.

Segundo o que estabelece o Item 21 da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das Áreas Temáticas, esta Relatoria Setorial poderia realizar cancelamentos de dotações nos limites globais de 20% e 10% do total programado

em investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5), respectivamente, sendo o limite máximo para cada subtítulo de 50% da dotação, para programações com identificador de resultado primário igual a dois (RP 2), e de um máximo de 10%, no caso de programação de identificador de resultado primário igual a três (RP 3).

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta Relatoria decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2016."

Então, evitamos qualquer tipo de cancelamento.

"3.2. Critérios de atendimento das emendas.

3.2.1. Emendas individuais.

As emendas individuais propostas na Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como promoção do desenvolvimento industrial e promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução. Dessa forma, foram realizadas adequações de classificação funcional-programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária. Buscou-se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas

propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão das mesmas, caso não atendam à intenção parlamentar.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

3.2.2. Emendas coletivas.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de dar ciência às mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações, o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover ajustes nos subtítulos, assim como de efetivar adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais. Nesse caso, seguimos as orientações emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE — desta Comissão, buscando sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores em suas proposições.

Os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de quatro emendas de bancadas estaduais e de seis emendas de Comissões.

As dotações aprovadas para a Emenda 71040014, no valor de R$150 milhões, atende ao disposto no Anexo II-B do Parecer Preliminar, que registra as

emendas de bancada prioritárias, conforme o Anexo de Metas e Prioridades do Substitutivo do PLDO 2016.

Ressalte-se que, em estrito cumprimento aos termos do Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

3.3. Obras com indícios de irregularidades.

De acordo com o Item 37, II e III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 37, III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, não constam obras que sejam objeto de questionamentos.

3.4. Indicações à Relatoria-Geral.

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria-Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II. Voto do Relator

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015 — CN, relativamente às unidades orçamentarias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista, dezembro de 2015".

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Hélio José, Área Temática XIII. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não quero criar problemas. Quero apenas um esclarecimento. Já ultrapassamos o estágio da discussão? A senhora já passou à votação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu coloquei em discussão, mas volto atrás, se V.Exa. tiver algo a discutir.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não. Quero só um esclarecimento. Quero saber se realmente está correta a informação que eu acho bastante importante.

Na análise da proposta orçamentária da Área Temática VIII, que eu acho que é o segundo item do relatório — da introdução já entra no segundo item —, essas despesas correntes aumentam de 2015 para 2016?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, elas diminuem de 1 milhão 427 para 1 milhão e 100? É isto?

Há uma redução aqui de investimento também bastante grande.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, V.Exa. se incomoda de repetir? O Senador não estava atento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É que no investimento há uma redução muito considerável de 299 milhões para 59 milhões. É uma redução... V.Exa. já está prevendo cortes para o ano que vem?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Na minha área não houve corte orçamentário. Eu procurei contemplar todas as emendas proporcionalmente, o que era possível contemplar, Deputado. Os cortes que porventura...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É da Área Temática VIII...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, desculpe-me!

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - A minha área temática é a XIII, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me! Está correto.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando o Deputado falou Área Temática VIII, eu estava entendendo que S.Exa. estava se referindo a algum art. 8º, mas errou a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me! É a Área Temática XIII.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Área XIII. Microempresas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Está o.k., então?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A Área XIII compreende micro e pequenas empresas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Indústria e comércio.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor quer discutir?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não é esta, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não é esta.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não é esta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esta é a número XIII.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esta área temática é a...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É a XIII a que estou me referindo. É a de número XIII mesmo. O corte de investimento em relação ao ano passado é bem grande, praticamente de 300 milhões para 60. Há alguma justificativa? Apenas como informação, porque, todos sabemos, estamos vivendo momentos difíceis, de muitos cortes.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Deputado Samuel, a proposta orçamentária que veio do Executivo era de 59,74, e nós aumentamos esse valor. Realmente, V.Exa. tem razão: ano passado foi 299 milhões e 61, e o que veio do Executivo, nesta oportunidade, foi 59,74, e nós aumentamos o valor para um total de 211 milhões, nobre Deputado Samuel.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Foi elevado então de 59 para...?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O 59 foi para quanto?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para 211.092.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ. - Duzentos e onze foi o total do acréscimo no setorial. Agora, o nosso aumento... Foi de quanto? *(Pausa.)* Só estou consultando aqui o aumento do investimento. O meu consultor está pesquisando aqui. Só um momento, por favor.

Mas eu procurei, Deputado Samuel, contemplar primeiro todas as emendas, não deixar nenhuma fora, com os poucos recursos que tínhamos. Além de distribuir para todas as emendas, tanto as individuais quanto as coletivas, procuramos aumentar o que nos foi possível.

O acréscimo em investimento foi de 190.011 milhões.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Este é o resultado final...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Isto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... do relatório?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Exatamente, o resultado final do relatório. E do GND 3 nós aumentamos 21.060. O total geral foi 211.082 de aumento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Noventa milhões a menos.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Exato, 90 milhões a menos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não estou nem me referindo a emendas; estou mais preocupado... Quero saber exatamente quais são estes cortes...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Entendi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... os objetos desses cortes...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O.k.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... por conta de ter sido tão violenta a proposta do Governo de 300 milhões para 60.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Para 59.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O que se está cortando em relação ao ano passado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Inclusive estamos dialogando com o Relator-Geral no sentido de tentar suplementar alguma coisa, principalmente para o setor da micro e pequena empresa, porque nós sabemos quão importante é este setor para o desenvolvimento nacional e para a geração de empregos e de oportunidades. Já dialoguei com S.Exa. hoje de manhã, quando disponibilizou um tempo para ouvir todos nós, Relatores setoriais, e aguardo conseguir algum incremento, nobre Deputado Samuel.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Trabalhando então com essa hipótese de que o Governo mandou 59 e o senhor aumentou para 211, está razoável.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não teríamos grandes perdas, mas teremos cortes aí.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Com certeza.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode indicar quais são os cortes? Alguém tem ideia, por exemplo, de algum objeto que está sendo cortado?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Só 1 minuto, Deputado.

Excelência, todos os cortes foram feitos no relatório para o parecer preliminar. Eu procurei não fazer cortes; procurei, na condição de Relator, distribuir o pouco que eu tinha.

Uma ação, por exemplo, que foi cortada de 27 milhões para 14 milhões: o desenvolvimento do Portal Único do Comércio Exterior nacional. A previsão inicial era de 27 milhões e caiu para 14 milhões e 500 mil — apenas um exemplo para V.Exa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tudo bem, acho que podemos avançar.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Dá para avançar?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Dá para avançar sim, tudo bem.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - De minha parte, eu só quero dizer a V.Exas. que eu procurei atender a todas as emendas e estou tentando com o Relator-Geral uma ajuda em relação ao setor da micro e pequena empresa. Fiz o que foi possível nessa conjuntura.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Queremos registrar que não foram apresentados destaques a esse relatório.

Vamos passar então à votação.

Em votação o relatório setorial da Área Temática XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.

Está em votação o relatório apresentado pelo Senador Hélio José.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Agradeço a todos e, em especial, à nobre Senadora e Presidenta desta reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador, obrigada.

Vamos passar à votação do relatório setorial da Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho. Se V.Exa. quiser, pode falar aqui da Mesa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, Srs. membros desta Comissão, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, eu vou fazer um breve resumo acerca do nosso relatório da Área Temática XIV que compreende trabalho, previdência e assistência social.

"Trata-se da análise da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 07, de 2015, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, referente à Área Temática XIV", como disse, do trabalho, da previdência e da assistência social.

Essa área cuida das matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incluindo os seus órgãos, entidades e fundos.

"Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidade na programação dessa área temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazem menção a essa questão ao longo do nosso relatório.

O projeto de lei orçamentária de 2016 propõe despesas na ordem de R$ 666,7 bilhões para os órgãos da Área Temática, abrangendo os Orçamentos Fiscal da Seguridade Social, sendo R$ 506,2 bilhões para o MPS, R$ 81,6 bilhões para o MTE e R$ 78,9 bilhões para o MDS. As dotações previstas para os órgãos em análise representam 33% do total de dotações dos orçamentos fiscais e da seguridade social do PLOA 2016 (excluindo o refinanciamento da dívida).

A expressiva magnitude das dotações da área temática deve-se, em larga medida, às despesas primárias de caráter obrigatório que atingem cerca de 681,9 bilhões de reais, correspondendo a 96,3% das despesas da área temática, cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos. São exemplos pagamento de benefícios previdenciários no valor de R$ 477,9 bilhões; sentenças judiciais no valor de R$ 12,6 bilhões; pagamento de benefícios de prestação continuada e renda mensal vitalícia no valor de R$ 45 bilhões; pagamento do seguro-desemprego e abono salarial no valor de R$ 55 bilhões.

Vale destacar que o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016, considerando o PLOA 2016, está fixado em R$ 865,50, refletindo um reajuste nominal de 9,84% que contempla uma variação esperada do INPC de

9,67%, em 2015, e o crescimento real do PIB de 0,15%, em 2014. Contudo, em novembro, foi apresentada pelo Poder Executivo nova grade de parâmetros, com uma previsão do INPC superior à anteriormente estimada. Em face da nova previsão, de 10,37%, a estimativa do valor do salário mínimo para 2016 foi elevada para R$ 871,00. (...)"

No que diz respeito às emendas, no âmbito da Área Temática XIV, foram apresentadas 275 emendas, sendo elas 265 individuais e 10 coletivas, distribuídas por autoria, conforme Tabela 18. Das coletivas, 9 foram de apropriação e uma de remanejamento. Todas elas foram atendidas parcialmente em função dos parcos recursos a que nós tivemos disponibilidade para ofertar a essas emendas.

"A maior parte das emendas, cerca de 84,0%, beneficia o Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS, destinando-se ao atendimento das ações relativas à estruturação da Rede de Serviços de Proteção Básica e Especial.

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram, Deputado Domingos Sávio, Deputado Samuel, da Reserva de Recursos, administrada pelo relatório geral, no montante de R$ 126,4 milhões", conforme prevê o orçamento impositivo.

"No que tange às emendas coletivas, vale destacar que, conforme o item 22 do parecer preliminar, esta Relatoria Setorial poderia realizar corte global de 20% das dotações consignadas a investimentos e de 10% nas dotações consignadas a inversões financeiras. No entanto, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte, tendo em vista:

a) os parcos recursos previstos para investimento, cerca de 5% das despesas discricionárias na Área;

b) a impossibilidade de cancelamento das inversões financeiras, por destinarem-se a cumprimento de despesa obrigatória no âmbito das transferências do FAT para o BNDES; e

c) o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação", incluindo o tão importante programa para a minimização da fome no Brasil, o Bolsa Família.

(...)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, Sra. Presidente, senhores membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, “em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, relativamente à programação da Área Temática XIV”, a que corresponde trabalho, previdência e assistência social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas por este Relator.

É o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecemos ao Deputado João Fernando Coutinho.

Em discussão o relatório da Área Temática XIV. *(Pausa.)*

Não foram apresentados destaques ao relatório.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu agradeço a V.Exa., Sra. Presidente, a condução dos trabalhos ao longo deste ano tão turbulento. Tenho certeza que todos os membros desta Comissão têm o sentimento pleno do dever cumprido ao longo deste ano.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado.

Eu peço ao Deputado Nilto Tatto que seja um Relator *ad hoc* da Área Temática XII. Os partidos convocaram reunião com os seus membros, e a maioria está reunida agora devido ao prazo para a apresentação dos nomes que devem ser indicados para a Comissão da Câmara dos Deputados que trata do *impeachment*. O assessor do Deputado é o Deputado Hugo Leal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunico também que foi apresentado o Relator Setorial, Deputado Edmar Arruda, da Área Temática IX — Minas e Energia, que estima a receita e fixa despesa da União para o exercício de 2016.

O Deputado Hugo Leal está chegando ao recinto da reunião do PSB, mas vamos dar início à leitura do relatório. O Relator *ad hoc* é o Deputado Nilto Tatto.

Eu lamento muito proceder dessa maneira, mas eu não tenho como segurar uma votação em função das reuniões partidárias. Peço a compreensão de todos, enquanto o Relator se dirige a esta Comissão. *(Pausa.)*

Nós temos ainda o Relatório da Área Temática IX, que eu citei há pouco, cujo Relator Setorial é o Deputado Edmar Arruda — peço que o chamem para vir a esta Comissão.

Há o Relatório Setorial XI - Meio Ambiente, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, cuja Relatora é a Deputada Flávia Morais. Quero que verifiquem se a encontram na Casa.

Ainda há o Senador Valdir Raupp, Relator Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Pergunto ao Deputado Carlos Henrique Gaguim se o relatório está pronto.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, já está pronto, mas ainda é preciso aguardar 10, 15 minutos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ainda não foi distribuído.

Eu vou aguardar por 10 minutos o Relator. Se ele não estiver aqui em 10 minutos, nós vamos proceder à leitura.

Então, eu peço 10 minutos de tolerância.

Vamos trocar a Área Temática, enquanto aguardamos 10 minutos? Vamos nomear o Deputado Domingos Sávio. Pode ser V.Exa.? É a área do Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu estava pensando em propor a V.Exa. que pudéssemos nos reunir amanhã, pela manhã, para intensificar esse trabalho inclusive com os novos relatórios, porque eu estou preocupado com o nível de esvaziamento desta reunião, principalmente com a ausência dos Relatores, o que me preocupa profundamente.

Eu sei que nós estamos num processo de acordo, estamos olhando o interesse nacional, queremos contribuir para que haja um orçamento no País, não estamos obstruindo, o meu gesto não vai nesse sentido.

Mas se nós ainda dependemos da chegada de outros relatórios setoriais — hoje o quórum desta Casa deve ser mais amplo somente na parte da noite —, e se amanhã cedo fizermos uma reunião mais ampla desta Comissão, podemos, na mesma linha de acordo, avançar mais rapidamente. Esse o sentimento que eu tenho.

Eu não me sentiria à vontade para relatar *ad hoc,* na medida em que, como Oposição, estamos também com um olhar crítico com relação a essa sequência de fatos em que vemos a ausência expressiva da base do Governo num momento importante, que é a votação da peça orçamentária do País.

Isso nos preocupa, embora tenhamos um comportamento de moderação, olhando aquilo que eu já manifestei várias vezes aqui, que é o interesse nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Compreendo as palavras de V.Exa. e tenho também uma compreensão em relação aos Parlamentares.

O Deputado Hugo Leal ligou e pediu 10 minutos para aqui estar, uma vez que está em reunião com o partido. O mesmo fez o Senador Valdir Raupp.

Em consideração a S.Exas., nós vamos suspender a leitura desse relatório. Eu acho um absurdo os Parlamentares não entenderem que sessão às 15 horas, realmente, é às 15 horas, não às 17 horas ou às 18 horas. Peço que não tumultuemos o processo de votação em seguida, porque votar 13 relatórios no mesmo dia é realmente um absurdo.

Eu vou chamar o Relator da Área Temática V, que é Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu gostaria, Sra. Presidente, de falar sobre o meu parecer, que é favorável.

O nosso parecer é pela aprovação da proposta orçamentária, exercício 2016, do PLN nº 7, de 2015, relativo ao orçamento da Área Temática da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, encaminhado pelo Poder Executivo, Mensagem nº 325/2015, na origem, com alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial.

Sra. Presidente, gostaria que V.Exa. colocasse em votação o meu parecer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. se sente preparado para relatar?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Já está relatado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode ser distribuído o relatório, por favor?

Eu consulto os Deputados Samuel Moreira, Domingos Sávio, Caio Narcio, Paulo Pimenta, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, enfim, todos que aqui se encontram. S.Exa. acabou de entregar o relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu sou membro da Comissão da Agricultura. Nós temos inclusive emendas. Nós não conhecemos o relatório. Ele ainda não está na Internet.

Eu estou fazendo essa ponderação, mas eu tenho certeza de que V.Exa. vai compreender que nós não estamos fazendo esse gesto para dificultar, pelo contrário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu acho que se disponibilizarmos na Internet hoje todos esses relatórios que estão prontos — é um gesto objetivo e fácil —, nós poderíamos estar melhor preparados para votá-los amanhã e, muito provavelmente, até por acordo, com a leitura da síntese do relatório, para ganharmos tempo. E, já que fatalmente teremos número maior de relatórios para apreciar, podemos alcançar o nosso objetivo sem comprometer aquilo que para mim é essencial em matéria orçamentária: termos o máximo de transparência, de clareza, com relação ao que nós estamos votando.

Nós temos aqui uma relação de respeito com os colegas Relatores. Aliás, o Deputado Carlos Henrique Gaguim faz um trabalho brilhante, traz uma experiência para este Congresso. Mas eu tenho certeza de que S.Exa. compreende também a minha preocupação de conhecer o relatório, até para contribuir com o processo e verificar se vamos destacar algo.

Então, Sra. Presidenta, eu faço este apelo para V.Exa.: vamos fazer um acordo e colocar todos esses relatórios que faltam na Internet. E, amanhã, nas

primeiras horas, V.Exa. convoca uma reunião. Reunimo-nos em Liderança primeiro, para que possamos vir a plenário, com uma condição melhor, para votar e também com um quórum mais qualificado, até para possibilitar algum debate, alguma questão que construa uma solução melhor para o Orçamento.

Conte com o nosso apoio. O nosso espírito é o de não obstruir uma matéria relevante para o País. Com essa ponderação, o nosso objetivo é apenas de dar maior qualidade, maior transparência a um trabalho que V.Exa. tem presidido com tanto esforço e com tanta competência, desde o início desta Legislatura.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidenta, acatamos o pedido do nobre Líder, mas solicitamos que amanhã seja colocado às 9 horas, ou nove e pouquinho, para dar tempo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O relatório de V.Exa. é o único que não se encontra na Internet. Todos os demais listados já estão disponibilizados.

Nós temos aqui a ausência do Relator. Infelizmente, com essa conduta nós não podemos deliberar nada. Isso é da responsabilidade de cada um.

Sendo assim, eu vou suspender a reunião para amanhã, às 9 horas, quando nós nos debruçaremos sobre as demais relatorias. Amanhã é o último dia para a entrega de todos os relatórios, e eu quero fazer uma observação: aqueles Relatores que não estiverem presentes amanhã, às 9 horas, com certeza serão substituídos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço a V.Exa. Estaremos aqui às 9 horas, se Deus quiser!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, pela informação da Internet, só um chegou a mim até agora. Não são todos, não. Educação não colocou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não são todos. São sete.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, mas a saúde não está, acho que a educação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, a saúde não entrou — a saúde não entrou. São sete...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E a educação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Também não.

V.Exa. só tem um disponibilizado?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Só um está na Internet: o das Minas e Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não tem a informação, apenas de um.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço à Secretária Socorro que, por favor, atualize a informação aos Srs. Parlamentares.

Está suspensa a presente reunião até amanhã às 9 horas.

(A reunião é suspensa.)

Correspondência dada como lida em 07.12.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 064/2015/BANCRO, de 03 de dezembro de 2015, do Deputado Nilton Capixaba PTB/RO, Coordenador da Bancada de Rondônia, encaminhando ratificação do Parecer Preliminar do Excelentíssimo Senhor Deputado Ricardo Barros.
2) Ofício nº 099/2015 – Gab. 722, de 07 de dezembro de 2015, do Deputado Ronaldo Lessa, Coordenador da Bancada Federal de Alagoas, encaminhando solicitação de correção/remanejamento de emenda apresentada.

Em 08.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Na continuação da 15ª reunião extraordinária realizada ontem, dia 7 de dezembro, foram aprovados o relatório da CAE e os relatórios setoriais da Área

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temática da Indústria Comércio, Micro e Pequenas Empresas, do Senador Hélio José, e do Trabalho e Previdência Social, do Deputado João Fernando Coutinho.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - SR. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Quinta reunião de audiência pública, realizada dia 2 de dezembro de 2015. A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós faremos a leitura dos relatórios e deixaremos prazo até que os Srs. Parlamentares compareçam para a apresentação de destaques.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Relator Setorial da Área Temática nº 15 — Defesa e Justiça, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pois não, Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, não ficou marcado o início da reunião para as 9 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Já são 9 horas.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Então vamos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Vamos tocar.

Senador Valdir Raupp, por favor, dirija-se à mesa para a leitura do seu relatório. Em seguida o Deputado Gaguim fará a leitura do seu relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos convocando todos os Srs. Parlamentares para comparecer à Comissão para podermos avançar.

Quero lembrar aos senhores que, em reunião no Palácio da Alvorada, acordamos com o Governo e com os Líderes partidários que votaríamos o PLN nº 5, o PPA, a LDO e o Orçamento deste ano. Portanto, nós estamos cumprindo a nossa parte, da Comissão.

Eu solicito aos senhores que façam a gestão, junto ao Senador Renan Calheiros, para que convoque reunião do Congresso.

O Deputado Zeca Dirceu está com o seu relatório do PPA pronto. O relatório precisa ser votado na Comissão e no Plenário do Congresso para podermos votar aqui na Comissão o relatório final do Orçamento da União.

O Deputado Carlos Henrique Gaguim tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, pediria a essa Presidência que ligasse para os Parlamentares, para ficar registrado que a reunião já começou, para não haver nenhuma dúvida sobre a nossa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Está bem. Sr. Deputado Gaguim, nós enviamos para todos os Parlamentares da Comissão uma mensagem: *"A CMO informa que estamos iniciando a continuação da reunião extraordinária agora, no Plenário nº 2. Solicitamos a presença dos Srs. Relatores Setoriais."*

Vou mandar outra convocando os senhores membros da Comissão. Por favor, Robson, mande outra mensagem informando que já está iniciada a sessão e convocando todos os membros da Comissão.

Nós enviamos a mensagem pelo celular porque assim podemos comprovar que todos foram avisados do reinício dos trabalhos.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp para apresentar o Relatório Setorial da Área Temática de Defesa e Justiça.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares membros desta Comissão, passo ler o relatório:

"Relatório da Área Temática — Defesa e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016', na parte referente aos Ministérios da Defesa e da Justiça.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Introdução.

Nos termos do artigo 165, § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube a esta relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática nº 15 — Defesa e Justiça, que abrange os órgãos do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça.

Informações gerais.

A Proposta Orçamentária para 2016 consigna dotação total de 95,4 bilhões para os dois órgãos da Área Temática 15. Desse total, são destinados ao Ministério da Justiça 12,8 bilhões e ao Ministério da Defesa 82,6 bilhões. Observa-se, inicialmente, um acréscimo nominal de 4,65% no valor total do orçamento da Área Temática em relação à proposta para 2015, que atingiu 91,1 bilhões no ano anterior. Considerando a inflação acumulada em 12 meses, de 1º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, que foi de 9,5%, de acordo com o IPCA, houve um decréscimo, em termos reais, da ordem de 4,85%, ou seja, 4,4 bilhões.

Em que pese o fato de o Grupo Investimentos, no valor de 8,1 bilhões, apresentar apenas 8,5% do total do setor, é importante observar que esse é um dos setores com maior valor de execução de projetos e investimento na esfera federal. Podemos citar projetos na Área de Segurança Pública, no âmbito do Ministério da Justiça, como: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras — ENAFRON; e Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal do Ministério da Defesa.

Citamos: Aquisição de Aeronaves do Caça e Sistemas Afins, Projeto FX-2; Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro — SISCEAB; Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas, Projeto KC-X; conhecido hoje como KC-390; Construção de Submarinos Convencionais; Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral, Projeto H-X BR; Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos

Convencionais e Nucleares; Construção de Submarino de Propulsão Nuclear; Aquisição de Blindados Guarani; Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON, Adequação, Revitalização e Modernização das Aeronaves AM-X, Projeto A-IM; e Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Emendas apresentadas.

No âmbito da Área Temática 15 foram apresentadas 537 emendas, sendo 536 emendas de apropriação e uma de remanejamento. Das emendas de apropriação, 36 são de bancada estadual, 25 são de Comissão, totalizando 61 emendas coletivas, e 475 são emendas individuais. Dentre as 61 emendas coletivas apresentadas, uma, de nº 5330002 *(sic),* da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados, não será objeto de análise neste relatório, por tratar de despesas com pessoal. Nos termos do Parecer Preliminar aprovado pela CMO, compete ao Relator-Geral avaliar as despesas com pessoal e encargos sociais constantes da proposta orçamentária, inclusive quanto ao Anexo V do PLOA 2016 e às dotações correspondentes.

Para subsidiar os atendimentos dos pleitos foram utilizados, especialmente, os critérios de relevância, estratégia nacional, necessidades setoriais e regionais e a expectativa de execução de cada ação.

Emendas individuais.

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. As programações apresentadas como atípicas foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação e subtítulo mais adequados. Em todos os casos possíveis buscou-se manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

O exíguo intervalo de tempo estabelecido para a elaboração deste relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. Por isso, recomenda-se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas.

Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada ao Presidente da CMO, solicitar as devidas alterações.

Emendas coletivas.

Para o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria setorial, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos, não promoveu cancelamento nas programações constantes do projeto de lei.

Da apropriação.

Assim como normalmente ocorre com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação de emendas coletivas. Esses procedimentos visaram adequar as respectivas emendas aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis, a fim de sanar vícios que, caso mantidos, implicariam inadmissibilidade à luz dos dispositivos constitucionais e legais, especialmente em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

No atendimento das demandas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, no montante de 283 milhões, 505 mil e 155 reais.

Em virtude do conflito com o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, propomos a inadmissão da Emenda nº 50010001, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, que pretende direcionar recursos para a Ação nº 1.211 — Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, subtítulo nacional. A emenda não identifica de forma precisa o seu objeto, o que permitiria contemplar obras distintas, descumprindo o citado dispositivo regimental. Ademais, pelo caráter nacional que deve ser dado às emendas de Comissão, a correção da impropriedade por meio de regionalização e maior especificação da obra não seria possível.

Do remanejamento.

Foi apresentada na Área Temática Defesa Justiça apenas uma Emenda Coletiva de Remanejamento, de nº 60030005, cujo autor é a Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal. Propomos a rejeição da emenda, haja vista que ela pretende incluir o subtítulo 'Indenização aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena — nacional' na Ação 10 (sic), Unidade Federal — Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção de Povos Indígenas Isolados. A ação nº 20UF já contempla despesas relativas a indenizações aos atuais possuidores de títulos das áreas de demarcação indígena. Manifestamo-nos pela rejeição, com o objetivo de não comprometer o planejamento da FUNAI ao restringir às possibilidades do uso da dotação. Por outro lado, permanece plenamente possível que as indenizações aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena sejam realizadas com o uso das dotações da Ação 20UF. Vale registrar que acatamos duas emendas coletivas de apropriação para essa mesma ação, uma apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a outra da própria Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal.

Além disso, o Item 23 do Parecer Preliminar estabelece que os Relatores Setoriais não podem cancelar dotações consignadas a outras despesas correntes, GND 3, exceto para atendimento de emendas de remanejamento, desde que limitado o cancelamento a 20% da dotação de cada subtítulo. No caso da Emenda nº 60030005, os cancelamentos são superiores a 20%, conforme demonstrado no relatório.

Observações finais.

Ciente dos prejuízos aos órgãos decorrentes de cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta relatoria se comprometeu a não realizá-los e a atender as emendas apenas com os recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral. No entanto, conforme parecer preliminar aprovado pela CMO, Comissão Mista de Orçamento, foram realizados cortes prévios nas programações de diversos órgãos, os quais afetaram profundamente o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça.

Não podemos deixar de registrar o nosso compromisso com a recomposição desses cortes, a qual não pode ser realizada na fase setorial, por insuficiência de recursos. De qualquer forma, indicamos ao Relator-Geral a necessidade absoluta de recomposição dos cortes prévios, sobretudo em projetos estratégicos das Forças

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Armadas, como Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON".

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, esse programa é muito importante para o País, sobretudo para a Região Norte do Brasil para o controle das fronteiras, sobretudo do narcotráfico. Os Ministérios do Exército, da Marinha e Aeronáutica estão muito focados nesse projeto, que é o Sistema Integrado de Fronteiras, SISFRON. Eu já tive reunião ontem de manhã com o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, fazendo pessoalmente, e agora faço aqui neste relatório, o pedido de recomposição dos cortes das Forças Armadas.

"Implantação do Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares; Construção de Submarino de Propulsão Nuclear; e Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas — Projeto KC-X, que é o KC-390.

Por fim, esclarecemos que houve erro material no parecer preliminar no que diz respeito às emendas de bancada constantes do Anexo de Metas e Prioridades, do Subtítulo do PLDO 2.016, mais especificamente, no que tange à emenda da bancada de Rondônia. A emenda indicada no parecer preliminar foi a de nº 71230003, cujo valor solicitado é de 50 milhões. No entanto, a emenda correta seria a de nº 71230012, com valor solicitado de 150 milhões" — é a emenda de bancada impositiva — "o que pode ser observado na correspondente ata de reunião da bancada".

Peço também ao Sr. Relator que corrija esse erro dessa emenda impositiva de 150 milhões.

"Diante disso, esta relatoria setorial atendeu à Emenda nº 71230012 com 50 milhões, cumprindo ao Relator-Geral o compromisso de acrescentar 100 milhões à referida emenda, totalizando 150 milhões.

Do voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática 15 — Defesa e Justiça, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer; pela

inadmissibilidade da Emenda de Apropriação nº 5001001; e pela rejeição da Emenda de Remanejamento 60030005."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Senador Valdir Raupp, pela leitura do seu relatório.

Está aberta a discussão do relatório da Área de Justiça e Defesa.

Há uma correção no voto do Senador Valdir Raupp. Será lida.

Está aberta a discussão do relatório do Senador Valdir Raupp e será encerrada às 11 horas.

O Deputado Carlos Henrique Gaguim, posteriormente, vai ler o relatório da Área de Agricultura e Pesca e Desenvolvimento Agrário, cuja discussão será encerrada às 11h15min. S.Exa. virá aqui para dar parecer aos destaques.

Depois o Deputado Danilo Forte fará a leitura do seu relatório e encerraremos a discussão às 11h30min. S.Exa. voltará para dar parecer aos destaques. Vamos dar um tempo para que os Srs. Parlamentares apresentem os seus destaques. E assim faremos, sucessivamente, a leitura do relatório e a abertura da discussão. O Relator volta no horário marcado para dar parecer aos seus destaques. Daremos essa informação para todos os Srs. Parlamentares. A Presidente Rose de Freitas está chegando.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp para uma retificação no seu parecer.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Gostaria de fazer uma breve retificação aqui. Na Emenda de Apropriação nº 50010001, em vez de pela inadmissibilidade, o parecer é pela rejeição, tendo em vista relatório que foi votado ontem .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Está bem. Então, está aberta discussão do relatório do Senador Valdir Raupp, que se encerrará às 11 horas, e ele estará aqui para dar parecer aos destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim para a leitura do Relatório da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. Em seguida, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

Convido o Deputado Lázaro Botelho para assumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - "Da Relatoria da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto de Lei

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentária Anual para 2016 — PLOA 2016, constante do PL nº 7, de 2015-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial nº 325, de 2015, na origem, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

Relatório.

Introdução.

Por designação da Presidente da CMO, na forma do art. 15 da Resolução n° 1, de 2006-CN, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário do Projeto de Lei Orçamentária para 2016.

Análise das emendas.

Considerações gerais.

A Relatoria da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário recebeu 505 emendas para análise, sendo 502 de apropriação e 3 de remanejamento. Das emendas de apropriação, 472 são individuais e 30 coletivas.

Análise de mérito das emendas

As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

Considerando, porém, que nem todas as bancadas estaduais tiveram a possibilidade de apresentar emendas para esta área, entendemos que a melhor forma de garantir o direcionamento mínimo de recursos para todas as unidades da federação foi o atendimento de emendas de Comissão com caráter nacional. (...)

. Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas. (...)

Decidimos, também, aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.

Quanto às emendas coletivas de remanejamento, não obstante o mérito da proposição, dada a escassez de recursos, votamos pela rejeição das Emendas n°

60120005 e 60120006. Com relação à emenda 71080015, considerando que foi a única apresentada pela bancada do DF no âmbito desta Relatoria, votamos pela sua aprovação.

Voto do Relator.

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2016 na forma do PLN n° 7, de 2015-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentária da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial n° 325, de 2015, na origem, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo*."*

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Está aberto o prazo para discussão até as 11h15min. O Relator voltará aqui nesse horário para dar sequência e ouvir a demanda sobre o relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu quero me inscrever para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Muito bem. Agora ou vai apresentar depois?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou falar sobre a questão da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tudo bem, V.Exa. tem a palavra. *(Pausa.)* Não, sobre a defesa pode ser depois, vamos à leitura do relatório agora para dar tempo.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte para a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado, Sr. Presidente e Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Vamos ler o relatório:

"Brasília, 7 de dezembro de 2015.

Parecer — com número em aberto para ser definido pela Mesa — da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as despesas relativas à Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, Defensoria Pública da União e Relações Exteriores, incluídas no Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN (Mensagem nº 325/2015), que '*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Autor: Poder Executivo.

Relator Setorial: Deputado Danilo Forte, do PSB do Ceará.

Relatório.

Introdução.

Com amparo nos arts. 165, I, e 84, XXIII, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 325, de 2015, o Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional (PLOA 2016), que '*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

A Área Temática XVI trata das programações dos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União, do Ministério das Relações Exteriores, da Presidência da República, todos de essencial importância para manutenção do Estado Democrático de Direito, conforme previsto na nossa Constituição Federal. Ao lado disso, cuida também de importantes áreas sociais, como políticas para as mulheres, para proteção e defesa dos direitos humanos e para a promoção da igualdade racial.

Foram apresentadas 375 emendas nessa Área Temática, das quais 72 coletivas e 303 individuais. Das coletivas, 36 foram apresentadas por bancadas estaduais e 36 por Comissões Permanentes.

Nos termos do item 15.III, do Parecer Preliminar, de acordo com o art. 52, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, para a composição das Reservas de Recursos, foram canceladas previamente dotações de todas as áreas temáticas. No âmbito da Área Temática XVI, foram cancelados 2,8 bilhões de reais.

Dos recursos repassados pela Relatoria Geral.

A Relatoria-Geral repassou os valores necessários ao atendimento integral das emendas individuais, 115,4 milhões de reais. Para atendimento das emendas coletivas, foram repassados 435,5 milhões de reais.

Da adequação e análise das emendas apresentadas.

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração. Não houve mudança nas finalidades pretendidas pelos autores.

Todas as emendas individuais foram aprovadas."

Repito: todas as emendas individuais foram aprovadas.

"Quanto à análise das emendas coletivas, primeiro nos reportamos à de remanejamento, que somente pode ser atendida com as fontes por ela mesma indicadas, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38). Foi apresentada apenas uma emenda de remanejamento (Emenda nº 71150013). De acordo com o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE sobre as emendas coletivas, foi identificado vício insanável nessa emenda, o que nos levou a propor a sua inadmissão.

Com a finalidade de atender às emendas coletivas, fizemos os cancelamentos permitidos pelo item 20 do Parecer Preliminar, a saber: 20% dos investimentos discricionários e 10% nos investimentos do PAC e nas inversões financeiras, todos na fonte 100. Fizemos também um corte de 8% na fonte vinculada 186, tanto nos investimentos (GND 4) quanto nas inversões financeiras (GND 5). Assim, conseguimos mais 465 milhões de reais para distribuir entre as emendas coletivas.

Observe-se que os cancelamentos desta relatoria foram feitos sobre o saldo que resultou após os cancelamentos prévios promovidos pelo Relator-Geral, nos termos item 15.III do Parecer Preliminar.

Somados os valores repassados pelo Relator-Geral, 435 milhões de reais aos decorrentes dos cancelamentos que promovemos 465 milhões de reais, alcançamos a cifra de 900 milhões de reais para atender às emendas coletivas. No entanto, 10% do valor cancelado, 46,5 milhões de reais, foram destinados para formação da reserva necessária ao cumprimento da meta de superávit primário, nos termos do disposto no item 22.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, resultando num valor líquido de 854 milhões de reais para atendimento das emendas coletivas.

Foram apresentadas 71 emendas coletivas de apropriação. Como é sabido, não tínhamos fontes suficientes para aprovar integralmente todas as emendas. Diante da variedade dos objetivos propostos nas emendas, orientamo-nos basicamente pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários das programações contempladas.

A um grupo de 21 emendas foi possível estabelecer critério diferenciado, considerando-se as prioridades e urgências apresentadas pelos autores, bem como

a demonstração de dificuldades de implementação das políticas públicas no âmbito de suas responsabilidades. A essas emendas alocamos valores maiores que a média. Ressalvados esses casos, atendemos à maioria das emendas com o valor mínimo de 3 milhões de reais.

Em relação à emenda nº 50120003, que aloca recursos ao Fundo Partidário, entendemos que realmente é necessário um reforço para manter os recursos do Fundo em patamar próximo aos autorizados para 2015. Assim, aprovamos parcialmente a emenda, acrescentando 170 milhões de reais à programação.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação aqui consideradas poderão, ao final, receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da alocação, pelo Relator Geral, a que se refere o art. 57, inciso III e § 2º, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As emendas de bancada poderão ainda receber recursos adicionais por indicações das respectivas bancadas, conforme distribuição prevista no inciso I do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006. Estamos, desde logo, pleiteando à Relatoria-Geral que suplemente os atendimentos ora realizados.

Das obras com indícios de irregularidades graves.

Não consta da Relação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, anexada ao PLOA de 2016, obra ou programação pertencente a esta Área Temática.

Das emendas de Relator.

Em atendimento ao Ofício nº 245, de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propomos a Emenda de Remanejamento nº 80160001 para correção de ordem técnica no âmbito das despesas da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República.

Obedecendo ao que dispôs o item 5 do Parecer Preliminar, fizemos 71 emendas de Relator.

Atendendo o disposto no item 22.2 do Parecer Preliminar, alocamos, para formação de reserva de contingência para cumprimento da meta fiscal, 10% dos valores que cancelamos, o que foi implementado pela Emenda de Relator nº

80160051, totalizando R$46.504.211,00. Fizemos a emenda no âmbito da Câmara dos Deputados.

Das indicações à Relatoria-Geral.

Diante do exposto, indicamos e solicitamos ao Relator-Geral:

a) nos termos do item 9.V.a do Parecer Preliminar, apresentar emenda de Relator-Geral para acrescentar recursos à ação 10ZB — Adequação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, Ceará, e para a ampliação, reforço e dragagem do cais 7 ao 10 do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Recife, em Pernambuco;

b) recompor todos os cortes feitos no âmbito da Justiça Eleitoral para que não ocorram prejuízos na realização das eleições de 2016;

c) reforçar o atendimento às Emendas Coletivas nºs 50300004, 60090003 e 60140004, que alocam recursos em ações para a promoção dos direitos humanos e da igualdade racial e para atendimento às mulheres em situação de violência;

d) reforçar o atendimento das seguintes emendas coletivas que destinam recursos a portos: 50240002, 71070004, 71150014, 71150015, 71200002, 71230005 e 71260013.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, na parte referente à Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, Defensoria Pública da União e Relações Exteriores, com as alterações propostas neste relatório".

É o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Muito bem, Sr. Relator.

Esse é um dos relatórios setoriais mais importantes, do que eu pude observar até agora.

A palavra está aberta até às 11h30min para a discussão desse relatório.

Agora, vamos passar, então, para o próximo Relator.

V.Exas. têm até às 11h30min.O próprio Relator estará presente para ouvir as discussões.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

(Pausa prolongada.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lido o relatório, Deputado Danilo Forte, Área Temática XVI, nós abrimos para discussão... (*Pausa.)*

Nós estamos combinando que faremos a leitura dos relatórios, abriremos discussão, para darmos o tempo de destaque. Depois, voltaremos para cada área e votaremos os destaques de cada Relator.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A preferência que eu gostaria de dar é que, após a leitura, nós fizéssemos uma discussão, e considero aberto o período de destaques para que nós possamos voltar ao Relator e ele dar parecer sobre os destaques e encerrar para a votação.

Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Danilo Forte, da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, DPU e Relações Exteriores. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos suspender este debate para que esteja aberto o prazo de destaque.

Passemos agora ao relatório setorial, nomeado Relator *ad hoc* o Deputado Hildo Rocha, da Área Temática XII: Fazenda e Planejamento.

O Relator era o Deputado Hugo Leal. S.Exa. esteve aqui ontem, pedindo que fosse substituído porque ele está em uma missão.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Bom dia, Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados:

"Nos termos do art. 61, §º 1º, inciso II, alínea 'b', combinado com o art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'. (Mensagem nº 325, de 2015, na origem)

Por designação da ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senadora Rose de Freitas, coube-nos — ao Deputado Hugo Leal, ao qual estou substituindo aqui — a honrosa relatoria setorial da proposta orçamentária relativa à Área Temática XII, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, com as alterações da Resolução nº 3, de 2015-CN,

abrange Ministério da Fazenda e demais órgãos orçamentários vinculados — Órgãos 25000, 71000, 73000, 74000 e 75000, respectivamente — e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — Órgão 47000 (...)

Emendas à Programação das Unidades da Área Temática. O Setor 12 recebeu sete emendas de apropriação, sendo uma emenda de bancada estadual, três emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e três emendas individuais. As emendas distribuem-se, por programa, modalidade (coletiva ou individual), número de emendas e valor solicitado, conforme discriminação na tabela a seguir: (...)"

A tabela está à disposição de todos os senhores no sistema da Internet e aqui, para quem desejar, por via impressa.

"As emendas coletivas de apropriação totalizaram pleitos no montante de 560,6 milhões de reais, sendo 400 milhões de bancadas e 160 milhões de Comissões. A emenda da bancada do Distrito Federal pretende aumentar a dotação do programa Operações Especiais: transferências constitucionais e as decorrentes de legislação específica, com 71% dos recursos solicitados, enquanto as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, e Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, aportaram 160 milhões e aos programas Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda.

As três emendas individuais totalizaram solicitações no montante de 0,6 milhões de reais. Todas elas derivaram de iniciativas de Deputados Federais. O programa alterado foi Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, com 0,1% dos recursos solicitados.

Análise de Admissibilidade das Emendas Coletivas. Todas as emendas coletivas foram admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Recursos para o Atendimento às Emendas. Esta Relatoria mobilizou um total de 19,5 milhões de reais para o atendimento às emendas coletivas e individuais. Desse total, 0,6 milhão foi destinado às emendas individuais e 18,9 milhões às emendas coletivas. Tais recursos provieram integralmente da 'Reserva de Recursos' disponibilizada nos termos do Parecer Preliminar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ressalta-se que esta Relatoria optou por não realizar cancelamentos na programação original de investimentos e inversões financeiras nos Ministérios afetos a essa área temática, conforme possibilitado pelo Parecer Preliminar no montante de até 172,1, milhões de reais.

Critérios para as Decisões sobre as Emendas. Critérios para as Emendas Individuais. As emendas individuais, na forma regimental, foram atendidas com dotações propiciadas pela Reserva de Recursos. Para seu adequado acolhimento, a Relatoria interpretou, diligentemente, a intenção dos autores, não tendo sido necessário promover ajustes de ordem técnica ou legal.

Critérios para as Emendas Coletivas. Em virtude dos esparsos recursos disponíveis (18,9 milhões de reais) frente a um pleito da ordem de 400 milhões de reais, esta Relatoria decidiu por não acatar a única emenda de apropriação apresentada por bancada estadual, no caso a bancado do Distrito Federal. Nos termos das diretrizes orçamentárias pertinentes, essa bancada priorizou a execução obrigatória de programação em outro setor.

Em relação às emendas de Comissão, duas da Comissão de Finanças e Tributação — CFT, da Câmara dos Deputados, e uma da Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, do Senado Federal, esta Relatoria se fundou na análise da relevância dada às programações pretendidas, evidenciadas pelos aportes a elas feitos pelas emendas individuais dos Parlamentares. Assim, atendemos as duas emendas que destinam recursos para a Fundação Getúlio Vargas com o valor total de 15 milhões de reais e alocamos na terceira emenda de Comissão os recursos restantes, no valor de 3,9 milhões.

Sumário dos Atendimentos. Assim, esta Relatoria Setorial acolheu integralmente as três emendas individuais, parcialmente as três emendas coletivas de apropriação de Comissões e rejeitou a única emenda de bancada estadual. Desse acolhimento resultaram as seguintes médias de alocações: (...)

Informações Demandadas pelas Normas Vigentes. Créditos Especiais e Extraordinários. Em atenção ao disposto no art. 70, inciso I, alínea “c”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, informa-se que nos últimos 4 meses deste exercício, considerados os atos formalizados até esta data, não foram abertos créditos

especiais ou extraordinários em favor das unidades orçamentárias que integram essa área temática.

Obras com Indícios de Irregularidades Graves. Para fins do disposto no art. 70, inciso I, alínea "e", e inciso II, da Resolução n º 1/2006, cumpre-nos informar que não existem obras na administração direta do Ministério das Cidades com indício de irregularidades graves.

Padrões de Custos Unitários Médios. Nas decisões tomadas nesta área setorial não se aplicam padrões de custos médios, tendo em vista que os atendimentos não se destinam às obras de engenharia.

As emendas foram atendidas a partir da análise individual, tomando-se por base as informações veiculadas na justificativa das emendas, os elementos constantes da proposta orçamentária e os atendimentos realizados na elaboração de orçamentos passados.

Criação de ações novas. A Relatoria não entendeu necessário criar ou propor a criação de novas ações ou iniciativa na Área Temática XII.

Emendas do Relator. Não foram apresentadas emendas de Relator no âmbito desta Área Temática.

Voto do Relator.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLN 7, de 2015, na forma da Mensagem nº 325, de 2015, na origem, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta área temática, isto é, o Ministério da Fazenda e seus órgãos supervisionados e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas pela Relatoria Setorial, segundo discriminados nos anexos ao relatório.

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

Deputado Hugo Leal, Relator Setorial."

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A bancada do DF apresentou um destaque, e acho que V.Exa. irá acatar, acho que há um acordo de acatamento, que é a questão do Fundo Constitucional.

Nós apresentamos uma emenda. É importante estar no texto para que nós possamos lutar pela recomposição.

Nós temos o Fundo Constitucional, que é corrigido pela variação da receita corrente líquida — agora, por exemplo, nós temos uma variação negativa; o que deve dar quase 400 milhões de redução do Fundo —, e são despesas já comprometidas.

Então, o pedido da bancada é que seja contemplado com o valor só para depois lutarmos para a recomposição.

Eu peço a V.Exa. que acate esse destaque que fizemos no relatório para contemplar nossa bancada.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Izalci, já está acatado o destaque. Nós vamos retirar da Promoção da Educação no nível nacional para justamente alocar para o Distrito Federal, no valor de 1 milhão de reais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom. Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acatado o destaque do Senador Hélio José, defendido pelo Deputado Izalci, nós vamos encerrar.

Está aberta a inscrição dos destaques.

O próximo relatório é o da Área Temática IX — Minas e Energia, cujo Relator Setorial é o Deputado Edmar Arruda. Eu convido o Senador Benedito de Lira, para ser o Relator *ad hoc.*

Bom dia, Senador Raimundo. Vamos inverter a pauta primeiro. Só um minutinho, por favor.

Vamos inverter a pauta, Senador Benedito, enquanto o relatório é colocado à disposição de V.Exa.

Pergunto se a Deputada Flávia Morais está preparada para ler o seu relatório. (*Pausa*.)

É relatório setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente, cuja Relatora é a Deputada Flávia Morais. S.Exa. está com a palavra. Gostaria que fizesse uso da palavra na mesa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Presidente. Bom dia a todos. Nós vamos passar, então, à leitura do nosso relatório setorial sobre o meio ambiente:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Da Relatoria da Área Temática XI – Meio Ambiente – integrante do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".

Relatório.

Introdução.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a Excelentíssima Presidente da República, por meio da Mensagem nº 325, de 2015-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'.

Por designação da Presidente desta Comissão, Senadora Rose de Freitas, coube-me, na condição de Relatora Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática XI, constituída do Ministério do Meio Ambiente, com suas respectivas Unidades Orçamentárias e Fundos.

Considerações Sobre a Proposta do Poder Executivo.

Ao Ministério do Meio Ambiente compete formular e executar as políticas de preservação ambiental e de recursos naturais renováveis. Incluem-se na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, além da administração direta, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, a Agência Nacional de Águas – ANA, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

A Proposta Orçamentária do Ministério do Meio Ambiente para o exercício de 2016 apresenta como principais programas finalísticos os seguintes: 1) 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – R$ 410,0 milhões; 2) 2084 – Recursos Hídricos – R$ 285,8 milhões; 3) 2083 – Qualidade Ambiental – R$ 115,8 milhões; e 4) 2050 - Mudanças do Clima – R$ 82,3 milhões.

Tomando por base as ações orçamentárias como parâmetro da intervenção da União no setor de Meio Ambiente, são destacadas as seguintes programações: 1) No âmbito do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, a

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ação de Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação Federais, com R$ 129, 7 milhões, e a Ação de Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – programa Bolsa Verde, com R$ 101,2 milhões; 2) no tocante ao Programa "Recursos Hídricos", a ação de Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com R$ 161,4 milhões; 3) na esfera do Programa "Qualidade Ambiental", a ação de Controle e Fiscalização Ambiental, com R$ 76,5; e 4) no contexto do Programa 'Mudança do Clima', a ação de Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais, com R$ 63,1 milhões.

Considerando as unidades orçamentárias que compõem a Proposta do Ministério do Meio Ambiente para 2016, a distribuição dos recursos é demonstrada na Tabela 1 a seguir, sendo os valores propostos comparados à dotação inicial e aos valores autorizados para 2015 e, também, aos montantes executados em 2014. (...)

Na proposta orçamentária para 2016, 46% dos recursos são direcionados ao IBAMA, 19% para o ICMBIO, 12% para o Ministério do Meio Ambiente e 13% para a ANA, totalizando 90,42% dos recursos.

Nota-se que a Proposta para 2016 apresenta queda de 2% em relação aos valores propostos em 2015 (R$ 62 milhões). Comparando-se com o Autorizado em 2015, a queda é maior, de 6% (R$ 195 milhões). Já em relação às despesas executadas em 2014, percebe-se elevação de 26% dos recursos.

A Administração Direta do MMA apresenta decréscimo na proposta de 2016 em relação à proposta de 2015, 33,65%. Com relação à despesa executada em 2014, observa-se um acréscimo de 29,91%.

No IBAMA, o acréscimo da proposta de 2016 em relação à de 2015 corresponde a 6,08% (R$ 80,52 milhões). No ICMBIO, na ANA e no Serviço Florestal Brasileiro, a variação dos valores propostos no PLOA 2016 em comparação com os valores propostos para 2015 representam, respectivamente, incremento de 0,73% (R$ 4,16 milhões), decréscimo de 5,46% (R$ 23,27 milhões), incremento de 25,23% (R$ 23,37 milhões).

Na Tabela 2 a seguir é demonstrada a distribuição dos recursos no tocante à natureza de despesa – GND. (...)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Note-se que os principais grupos de despesa nesse Ministério são: 1) Despesa com Pessoal – R$ 1,6 bilhão; e 2) Despesas Correntes – R$ 1,2 bilhão.

No grupo investimentos, destaque-se a pequena participação dessa modalidade de despesa no total de dotações do Ministério do Meio Ambiente. Na Proposta para 2016 foi alocado o montante de R$ 93,98 milhões, o que representa tão somente 3,10% das dotações desse Ministério. Ademais, tais valores apresentam redução de 34,44% em comparação com a Proposta para 2015. Em relação à despesa executada em 2014, há acréscimo de 289,94%.

Ressaltem-se, também, os valores alocados ao GND 9 – reserva de contingência, no total de R$ 84,93 milhões, no PLOA 2016. Tais recursos são vinculações legais ao setor do meio ambiente, conforme legislação específica, mas são neutralizadas e redirecionadas para composição do resultado primário. Essa reserva é formada pelas seguintes fontes: a) 134 – compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos, no Ministério do Meio Ambiente; b) 174 – taxas e multas pelo exercício do poder de polícia e multas provenientes de processos judiciais, no Fundo Nacional do Meio Ambiente; e c) 141 – compensações financeiras pela exploração de recursos minerais, no IBAMA.

No cômputo geral, nota-se que houve um decréscimo, em relação à proposta de 2015, de 2% para as ações a serem desenvolvidas pelo Ministério.

1.3 Dos Créditos Especiais e Extraordinários

Em atenção ao disposto no art. 70, I, “c”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, constatamos que, dos últimos 4 meses de 2014 até a presente data, não foram abertos créditos especiais e extraordinários contemplando o órgão orçamentário Meio Ambiente.

1.4 Da Atuação da Relatoria

1.4.1 Das Emendas Individuais e Coletivas

Foram apresentadas nesta área temática 23 emendas, assim distribuídas: 5 da Comissão da Câmara dos Deputados, 2 da Comissão do Senado Federal, 3 da Comissão Mista do Congresso Nacional, 13 de Deputados Federais.

1.4.2 Análise de Admissibilidade das Emendas Apresentadas

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) propor a inadmissibilidade das emendas

apresentadas ao PLOA 2016. Após ajustes apontados pelo CAE, todas as emendas coletivas desse setor receberam parecer pela admissibilidade. No que se refere às emendas individuais, a análise realizada por esta relatoria concluiu pela admissibilidade de todas as propostas apresentadas.

1.4.3 Dos Remanejamentos de Dotações

O Parecer Preliminar, no item 22, Parte Especial, permitiu o cancelamento de dotações consignadas em investimentos (GND 4) até o limite global de 20%, podendo os cancelamentos, em cada subtítulo, incidirem em até 50% para programação com resultado primário igual a 2 (RP-2) e de no máximo 10% para programação com resultado primário igual a 3 (RP3-PAC).

Tendo em vista a precariedade dos recursos destinados a investimentos nesta área temática, optei por não efetuar os cortes autorizados, a fim de preservar as programações nessa modalidade de gasto alocadas aos órgãos competentes desse setor.

No tocante ao atendimento das emendas apresentadas nesta área temática, as demandas consistiram em fortalecimento de programas sensíveis ao meio ambiente. Na área de conservação e uso sustentável da biodiversidade, destaca-se a ênfase no fomento a projetos de conservação e manejo da biodiversidade, no apoio a unidades de conservação federais, na educação ambiental, em recursos faunísticos, no patrimônio espeleológico e na recuperação da cobertura nativa.

Também são destacados os atendimentos voltados à implementação da política nacional de recursos hídricos, englobando a preservação dos recursos hídricos, bem como o enfrentamento dos processos de desertificação e o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais.

Entretanto, dentre as solicitações apresentadas, especialmente aquelas decorrentes das emendas de Comissões do Congresso Nacional, procurei fortalecer com mais ênfase as ações voltadas à qualidade ambiental conexas com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim, espera-se a ampliação do apoio da União na implementação dos dispositivos da Lei nº 12.305/2010, em particular, com relação à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e também à elaboração dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos.

Em termos de valores, atendi integralmente aos montantes solicitados nas emendas individuais, totalizando R$ 5,17 milhões. Quanto às emendas coletivas de apropriação, diante dos limitados repasses aprovados no Parecer Preliminar, foi-me possível atender o valor de R$ 47,2 milhões.

Eventualmente, foi necessária a realização de pequenas correções nas emendas, em relação aos valores, por provocação dos autores ou por iniciativa própria, de modo a adequá-las às normas regimentais e à boa técnica orçamentária. Tais alterações, contudo, respeitaram sempre a vontade expressa pelos autores. Também promovi as alterações das emendas por solicitação dos autores, em conformidade com as orientações do relatório do CAE.

1.4.4 Padrões de Custo Unitário Médio

Em relação aos padrões de custo unitário médio, sempre que possível, utilizei como referenciais para acolhimento de emendas os custos informados pelo Poder Executivo na proposta orçamentária e, em sua ausência, os custos implícitos nas emendas apresentadas.

1.4.5 Das Obras com Indícios de Irregularidades

Não constou do PLOA de 2016 nenhuma obra com indício de irregularidade para a Área Temática XI.

2. Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática XI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Esse é o relatório, Sra. Presidente Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputada Flávia Morais.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos deixar aberto o espaço para que sejam feitos os destaques.

Em seguida, Relatora, V.Exa. voltará, para aprovação final. Obrigada.

O Relator Setorial da Área Temática IX, Minas e Energia, é o Deputado Edmar Arruda.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós convidamos para ser Relator *ad hoc* o Deputado Izalci. S.Exa. está com a palavra.

Lembro novamente que os relatórios estão sendo lidos, debatidos e abertos para destaques, que serão depois apreciados pelo Relator e votados.

Pergunto ao Deputado Zeca se ele entregou o relatório do PPA.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - O relatório está sendo entregue agora. Ele precisa ser inserido no sistema, o que vai demorar uns 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não demora, não. Nós temos hoje um processo mais ágil. Estamos aguardando só o relatório de V.Exa.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Farei a leitura do resumo, Sra. Presidente:

"Relatório Setorial de 2015, do Congresso Nacional.

I. Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2°, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República (...) submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 7, de 2015, do Congresso Nacional, que '*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

Por designação da Presidente da Comissão Mista dos Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos analisar a programação orçamentária do órgão que compõe a Área Temática IX – Minas e Energia.

I.3. Das emendas apresentadas

I.3.1. Considerações gerais

Foram apresentadas quatro emendas coletivas à programação do Ministério de Minas e Energia, único órgão componente da Área Temática IX — todas por Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.

Não foi apresentada nenhuma emenda individual à programação dessa área temática.

I.3.2. Admissibilidade das Emendas

Embora o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE não tenha se pronunciado definitivamente até à conclusão deste relatório setorial sobre o exame da admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 — PLOA 2016, cumpre-nos observar que a minuta do seu Relatório de Atividades pendente de aprovação pelo Comitê considerou admissíveis todas as emendas referentes à Área Temática IX.

I.3.3. Atendimento das Emendas

Foram apresentadas três emendas — todas de apropriação — ao orçamento fiscal de unidades orçamentárias do Ministério de Minas e Energia; e uma emenda — de remanejamento — ao orçamento de investimento de empresa estatal vinculada ao órgão.

Os relatores setoriais têm, em princípio, duas modalidades de recursos disponíveis para aprovação de emendas apresentadas às respectivas áreas temáticas. São elas: a) a parcela distribuída da Reserva de Recursos de que trata o art. 56 da Resolução n.º 1, de 2006-CN — a qual totalizou R$14.175.258,00, no caso da Área Temática IX; e b) os recursos provenientes de cancelamentos na programação orçamentária de cada área.

Para atendimento das emendas apresentadas aos orçamentos fiscal e da seguridade social, o Parecer Preliminar autorizou os relatores setoriais a procederem a cortes tão somente de dotações desses orçamentos relativas a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5).

A possibilidade de realização desses cortes revelou-se, contudo, bastante limitada, em razão de três fatores. Primeiramente, constatamos que a programação da Área Temática IX já tinha sofrido cancelamentos prévios, autorizados pelo Parecer Preliminar, para formação da Reserva de Recursos. Em segundo lugar, verificamos que, do total da programação prevista para os orçamentos fiscal e da seguridade social do Ministério de Minas e Energia, apenas 2,2% classificavam-se em GND 4 ou 5. Por fim, percebemos que expressiva parcela desse percentual dizia respeito a fontes de recursos legalmente incompatíveis com os objetivos almejados pelas emendas apresentadas. Por conseguinte, esta relatoria se encontrou em condições bastante restritivas no tocante à sua capacidade de levar a cabo cancelamentos, em níveis minimamente satisfatórios, para o acolhimento das

demandas apresentadas pelas emendas de apropriação referentes ao orçamento fiscal.

Assim, para viabilizar a aprovação dessas emendas, ainda que parcialmente, foram realizados cancelamentos na programação do orçamento fiscal das unidades orçamentárias do Ministério de Minas e Energia, que somaram 5 milhões. Os cortes foram efetuados exclusivamente em dotações com fontes de recursos 100 e 134.

Tendo em vista a intenção, representada por duas das emendas apresentadas, de suplementação de recursos para ANEEL, optamos por não realizar cancelamentos na programação dessa unidade orçamentária.

Quanto à emenda de remanejamento 50180005, decidimos por sua rejeição, pelos motivos que se seguem: até o presente momento, não houve nenhuma manifestação do autor dessa proposição no intuito de explicar os motivos do remanejamento ali indicado ou mesmo da própria inclusão da nova programação no orçamento de investimento da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS; em contato com os representantes do sistema de escoamento de combustíveis da estatal, por intermédio de sua assessoria parlamentar, fomos informados de que não tinham conhecimento da emenda e comunicados da sua falta de interesse no remanejamento proposto pela iniciativa.

I.3.4. Recursos utilizados para o atendimento das emendas

As três emendas de apropriação apresentadas foram aprovadas parcialmente da forma a seguir:

a) Emendas n° 50130001 e 50180002, no valor global de R$14.175.258,00, provenientes da parcela transferida da Reserva de Recursos;

b) Emenda n° 50180004, no valor de R$5.000.000,00, com recursos originados do cancelamento parcial de dotações constantes da programação de unidades orçamentárias do Ministério de Minas e Energia referentes a despesas classificadas em GND 4 e com RP igual a 2 ou 3.

I.4.1 Cumprimento do disposto no item 22.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar

Em estrito cumprimento ao disposto no item 22.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta relatoria setorial se viu obrigada a realizar cancelamento adicional da programação orçamentária na Área Temática IX, no valor de

R$555.556,00, de maneira a constituir os 10% a que se refere o citado item, a serem direcionados para formação de reserva para cumprimento da meta de superávit primário.

Para a obtenção desse montante total de cancelamento suplementar, considerando-se as restrições legais e regimentais impostas, optamos por efetivar corte linear (proporcional) de cerca de 2% das dotações do orçamento fiscal em GND 4, com valores programados superiores a 3 milhões e com fontes de financiamento 134 e 250.

O produto desse cancelamento adicional foi, então, alocado em reserva de contingência financeira vinculada à unidade orçamentária 32101 — Ministério de Minas e Energia – Administração Direta, por intermédio da Emenda de Relator n.º 80090001, com fulcro na autorização prevista no art. 144 da Resolução n.º 1, de 2006, do Congresso Nacional.

I.4.3. Atendimento das normas constitucionais e legais

Com referência ao que dispõe o art. 70, inciso I, alínea 'a', da Resolução n.º 1, de 2006, do Congresso Nacional, cumpre registrar que as ações analisadas na Área Temática IX não contrariam as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar n.º 101, de 2000.

I.4.4. Obras e serviços com indícios de irregularidades graves

Na falta de manifestação tempestiva do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), até a conclusão deste relatório setorial, constatamos que o Tribunal de Contas da União não relacionou nenhuma obra sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia entre aquelas com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP), constantes do Acórdão n.º 2.805, de 2015, do TCU, encaminhado ao Congresso Nacional.

II - Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei n.º 7, de 2015, do Congresso Nacional relativa à programação unidades das orçamentárias da Área Temática IX – Minas e Energia, com as alterações propostas neste relatório e decorrentes das aprovadas por esta Relatoria.

Sala da Comissões, em dezembro de 2015.

Deputado Edmar Arruda, Relator Setorial – Área Temática nº IX."

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado.

Em discussão o relatório da Área Temática IX, Minas e Energia, relatado pelo Deputado Izalci. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, vamos proceder como nos demais: deixaremos em aberto para apresentação dos destaques. O Relator voltará para fazer o relatório final.

Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu pergunto ao Senador Raimundo Lira se S.Exa. se encontra em condições de ler o relatório.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, o relatório está sendo impresso agora. Pediram-me mais 10 minutos. Trabalhamos até às 11 horas da noite. Gostaria da compreensão de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem toda. Muito obrigada, Senador.

Nós temos prontos o relatório da área de integração nacional, o relatório do Deputado Caio Narcio e o relatório setorial da área de turismo, do Senador Davi Alcolumbre. *(Pausa.)*

Vou suspender a sessão por 10 minutos para que todas as inserções possam ser feitas na Internet e não haja dúvidas sobre os relatórios.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos reabrir os trabalhos.

Convidamos agora o Senador Raimundo Lira a relatar a Área Temática I - Transportes.

V.Exa. poderia ficar na mesa? Ler o parecer na mesa é melhor, por causa do debate.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Convido o Senador Raimundo Lira para fazer a leitura do seu parecer.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte:

"I. Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2°, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 325, de 2015 (na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que *'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, na forma do estabelecido no art. 15, V, da Resolução n° 1, de 2006-CN, coube-nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I - Transportes.

I.1. Da proposta do Poder Executivo

A Área Temática I compreende a programação orçamenária do Ministério dos Transportes. Cumpre esclarecer que, até a elaboração da lei orçamentária anterior, a Area Temática I tinha o nome de 'Infraestrutura' e compreendia também os Ministérios de Minas e Energia e das Comunicaçõs, que neste exercício foram remanejados para outras áreas temáticas".

Os recursos programados para a área temática totalizam R$14.656.304.822,00.

"A concentração de investimentos (GND 4) em infraestrutura econômica é a principal característica da área temática. Os investimentos previstos para o setor correspondem a 23,3% do total de despesas programadas para o GND 4 na proposta orçamentária para 2016, considerando-se apenas as esferas fiscal e da seguridade social.

I.3 Das emendas apresentadas

I.3.1 Considerações gerais

Foram apresentadas 91 (noventa e uma) emendas coletivas e 5 (cinco) emendas individuais à programação orçamentária do órgão componente da Área Temática I - Transportes, distribuídas como a seguir:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas apresentadas coletivas: bancada estadual (apropriação, 53; remanejamento, 23); Comissão permanente (apropriação, 4; remanejamento, 6); emendas individuais, 5.

Algumas emendas apresentadas destinam recursos a programações definidas como prioritárias no Anexo de Metas e Prioridades do substitutivo ao PLDO 2016, para as quais destinam-se os recursos específicos alocados nos termos do item 17.II do relatório preliminar. (...)

I.3.2. Admissibilidade das Emendas

De acordo com o art. 25 da Resolução n.° 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), desta Comissão Mista, propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária.

Com amparo no disposto no art. 70, III, 'c', da Resolução n.° 1, de 2006- CN, realizamos a análise das emendas individuais apresentadas à programação desta Área Temática e concluímos por considerá-las admissíveis.

No concernente às emendas coletivas, segundo relatório do CAE aprovado em 02 de dezembro de 2015, todas as emendas foram consideradas admissíveis por aquele Comitê.

Foram ajustadas as emendas coletivas que apresentavam inadequações passíveis de serem saneadas diretamente por este Relator, estritamente dentro dos limites do objeto de cada proposição (...)" — isso quer dizer que todas as emendas foram aceitas.

"I.3.3. Dos Recursos Utilizados para o Atendimento das Emendas

Para a aprovação das emendas apresentadas à Área Temática I, utilizaram-se:

a) recursos transferidos pelo Relator-Geral com base no item 17 - I da Parte Especial do Parecer Preliminar, no valor de R$ 5,75 milhões (...);

b) recursos da Reserva de Recursos de que tratam os arts. 56 e 57, inciso II, da Resolução n.° 1, de 2006-CN, no valor de R$ 1.850 milhões, transferidos com base no item 17 - II, da Parte Especial do Parecer Preliminar (...);

c) demais recursos da Reserva de Recursos de que tratam os arts. 56 e 57, inciso II, da Resolução n.° 1, de 2006-CN, no valor de R$ 259,87 milhões, transferidos com base no item 18, da Parte Especial do Parecer Preliminar (...)

d) recursos decorrentes de cancelamento linear (proporcional) (...) de dotações constantes da proposta orçamentária dos órgãos desta área temática (...) para atendimento de emendas coletivas de apropriação (atendidas com R$392 milhões) e de remanejamento (contempladas com R$ 251 milhões).

(...)

I.3.4. Do Atendimento das Emendas

A exiguidade de recursos disponíveis para a aprovação das mendas apresentadas não é fato novo verificado durante o processo de apreciação da peça orçamentária no Congresso Nacional.

Diante das restrições orçamentárias e dentro das limitações regimentais, realizamos os cancelamentos acima referidos, embora em montante inferior ao autorizado pelo Parecer Preliminar, com o cuidado de não invabilizar a execução das programações originalmente previstas e destinadas a obras e serviços em todas as unidades federativas.

Na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas, para tentar identificar aquelas por eles consideradas prioritárias, haja vista a evidente impossibilidade de se atender a todas em níveis unanimemente considerados ideais.

(...)

I.3.4.2. Atendimento das Emendas Coletivas de Apropriação

Quanto ao atendimento às emendas de apropriação das bancadas estaduais constantes do Anexo de Metas e Prioridades do substitutivo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, na forma do item 17 - II, da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram inteiramente transferidos pelo Relator-Geral, no montante exato necessário à sua aprovação nos valores fixados no Anexo II-B do Parecer Preliminar.

Neste particular, é preciso apontar que a emenda de número 71210014, da bancada do Rio Grande do Norte, foi apresentada como emenda de remanejamento e não de apropriação. Não é permitido ao Relator Setorial transformar a natureza da emenda, razão pela qual só nos foi possível aprovar pelos valores dos cancelamentos nela indicados. Os recursos transferidos pelo Relator-Geral para atendimento a essa emenda não foram, portanto, consumidos. Indicamos ao

Relator-Geral que adote as providências ao seu cargo para o atendimento ao disposto no Parecer Preliminar para tais emendas."

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Relator, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minuto. Quando o Relator veio ler, chegou-nos a informação, lá de cima, de que estavam colocando o parecer na Internet naquela hora. Não colocaram. S.Exa. vai acabar de ler, e nós vamos suspender até à entrada no *site*, porque todos os outros pareceres entraram.

Então, podem ficar tranquilos, porque nada será discutido nem votado sem que o parecer esteja no *site*.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O problema é que a assessoria não tem como analisar, e o tema é importante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não estou suspendendo a sessão agora.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não faz sentido que seja lido enquanto o parecer não estiver disponível, para que possamos acompanhá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Estamos tendo boa vontade com relação aos prazos, mas pelo menos precisamos ler.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Deputada, é o seguinte: eu acertei com a Sra. Presidenta que vou ler o parecer e, em seguida, ele vai entrar no *site*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para conhecimento e debate.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Ele só vai ser discutido no momento em que todas as senhoras e todos os senhores membros da Comissão de Orçamento dele tomarem conhecimento. Nós estamos apenas ganhando tempo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós já estamos com uma boa vontade imensa, por não serem respeitados os prazos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu sei disso, mas estou fazendo o apelo que pelo menos ele seja entregue antes da leitura, para acompanharmos. Eu sei que não vai ser discutido, entendi o que a Presidente falou, mas faço-lhe este apelo, porque é difícil. Já estamos abrindo mão de todos os prazos, com boa vontade, mas pelo menos precisamos acompanhar. Senão, não faz sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Até agora, foi esse o procedimento. Quando disseram que estava pronto e que estava sendo inserido no *site*, eu achei que seria simultaneamente. Já que não foi, vou suspender novamente a reunião, como fiz anteriormente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nada será votado nem discutido sem conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Acho que nem lido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para que não haja nenhuma confusão, Sr. Senador, sem desrespeitar a boa intenção de V.Exa. e sem desrespeitar a colocação da Deputada Professora Dorinha e do Deputado Domingos Sávio, vamos suspender a reunião, até que o parecer esteja no *site*. Mesmo que V.Exa. acabe de ler, se não estiver no *site*, vão dizer que V.Exa. pode ter lido diferente. Melhor então voltarmos à estaca zero, porque todos os pareceres foram para o *site* — todos, todos! Nenhum teve a leitura feita sem que estivesse à disposição dos senhores.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Pelo menos, uma cópia, para acompanharmos. Acho que pode concluir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, eu tenho absoluta confiança no Senador, pela sua história, pela sua posição. E tenho certeza de que essa é a convicção da Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Lógico!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deixe que nos façamos entender. Qual é a dificuldade que estamos tendo? O tempo é muito exíguo e temos, entre a leitura, que apresentar o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minutinho. A dificuldade V.Exa. está tendo agora, neste minuto, em função do que não aconteceu, porque disseram que se poderia ler, porque o parecer já estava indo para o *site*, e isso faz 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, V.Exa. não me ouviu. Eu estou dizendo que nós nos valemos da assessoria. A assessoria me procurou — V.Exa. viu isso — e disse: "*Deputado, nós estamos com dificuldade. Não estamos conseguindo acompanhar a leitura adequadamente, por não ter sido colocado ainda no site".*

Por mais que o Senador faça a leitura pausadamente, como estava fazendo, tem barulho no plenário. As pessoas não estavam conseguindo entender. E se nós formos aguardar a saída no *site* para daí começar a leitura toda de novo... Não se vai ter acompanhado, porque, não estando no *site*, não estamos acompanhando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer o seguinte, resumindo, para que dê tempo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi isso que os meus assessores... Não é nem uma objeção minha ou da Deputada Professora Dorinha; a nossa assessoria não tem como nos ajudar.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nem desconfiança.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acredito.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Eu fico mais confortável atendendo ao pedido da Deputada Professora Dorinha e suspendendo a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender a leitura e a sessão.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Até porque vou ter que sair agora para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos.

Se eventualmente eu não estiver aqui, Sra. Presidente, nomeie um Relator *ad hoc* para ler esse parecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É importante que o Senador compreenda que não há nenhuma dificuldade para com a pessoa de V.Exa., que respeitamos profundamente.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Absolutamente. Eu sou regimentalista, eu sou disciplinado. No momento em que essa questão de ordem foi levantada, devemos atendê-la, com todo o prazer.

Repito, Sr. Deputado e Deputada Dorinha: eu fico muito mais confortável se o parecer for lido depois que todos os Deputados dele tomarem conhecimento, através dos instrumentos que temos hoje, com muita rapidez, da informática.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A reunião está suspensa até que o parecer esteja no *site.*

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estão reabertos os trabalhos.

Já se encontra no *site* o parecer relativo à Área Temática I - Transporte.

Convido o Senador Hélio José para fazer a sua leitura.

Comunico aos Srs. Deputados e Srs. Senadores que o parecer se encontra no *site*.

Antigamente, todos os pareceres estavam no *site*, e ainda algumas pessoas perguntavam se tínhamos cópia para lhes entregar. Quero dizer a V.Exas. que nós vamos usar o sistema eletrônico, por economia processual.

O Senador Hélio José tem a palavra para ler o parecer relativo à Área Temática I - Transporte.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com muita alegria que venho aqui ler o parecer do Senador Raimundo Lira relativo aos transportes:

"I - Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Transitórias, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 325, de 2015 (na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que '*Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), na forma estabelecida pelo art. 15, V, da Resolução nº 1, de 2006-CN, coube-nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I - Transportes.

I.1. Da proposta do Poder Executivo

A Área Temática I compreende a programação orçamentária do Ministério dos Transportes. Cumpre esclarecer que, até a elaboração da Lei Orçamentária anterior, a Área Temática I tinha o nome de 'Infraestrutura' e compreendia também os Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações, que neste exercício foram remanejados para outras áreas temáticas".

Os recursos programados para a área temática totalizaram R$14.656.389.822,00.

"A concentração de investimentos (GND 4) em infraestrutura econômica é a principal característica da área temática. Os investimentos previstos para o setor correspondem a 23,3 % do total de despesas programadas em GND 4 na proposta orçamentária para 2016, considerando-se apenas as esferas fiscal e da seguridade social.

(...)

I.3. Das emendas apresentadas

I.3.1. Considerações gerais

Foram apresentadas 91 (noventa e uma) emendas coletivas e 5 (cinco) emendas individuais à programação orçamentária do órgão competente à Área Temática I - Transportes, distribuídas como a seguir:

Emendas apresentadas:

Coletivas: Bancada Estadual (apropriação, 53, remanejamento 23); e Comissão Permanente (apropriação 4...).

Algumas das emendas apresentadas destinam recursos a programações definidas como prioritárias no Anexo de Metas e Prioridades do substitutivo ao

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PLDO 2016, para as quais destinam-se os recursos específicos alocados nos termos do 17.II do parecer preliminar.

I.3.2 Da Admissibilidade das emendas

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), desta Comissão Mista, propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária.

Com amparo no disposto no art. 70, III, 'c', da Resolução nº 1, de 2006- CN, realizamos a análise das emendas individuais apresentadas à programação desta Área Temática e concluímos por considerá-las admissíveis.

No concernente às emendas coletivas, segundo relatório do CAE aprovado em 02 de dezembro de 2015, todas as emendas foram consideradas admissíveis por aquele Comitê.

Foram ajustadas as emendas coletivas que apresentavam inadequações passíveis de serem saneadas diretamente por este Relator, estritamente dentro dos limites do objeto de cada proposição. (...)

I.3.3. Dos Recursos Utilizados para o Atendimento das Emendas

Para a aprovação das emendas apresentadas à Área Temática I, utilizaram-se:

a) recursos transferidos pelo Relator-Geral com base no item 17 - I da Parte Especial do Parecer Preliminar, no valor de R$ 5,75 milhões (...);

b) recursos da Reserva de Recursos de que tratam os arts. 56 e 57, inciso II, da Resolução n° 1, de 2006-CN, no valor de R$ 1.850 milhões, transferidos com base no item 17 - II, da Parte Especial do Parecer Preliminar (...);

c) demais recursos da Reserva de Recursos de que tratam os arts. 56 e 57, inciso II, da Resolução n° 1, de 2006-CN, no valor de R$ 259,87 milhões, transferidos com base no item 18, da Parte Especial do Parecer Preliminar (...);

d) recursos decorrentes de cancelamento linear (proporcional) (...) de dotações constantes da proposta orçamentária dos órgãos desta Área Temática (...), para atendimento de emendas coletivas de apropriação (atendidas com R$ 392.037.864,00) e de remanejamento (contempladas com R$ 251.162.554,00).

(...)

I.3.4. Do Atendimento das Emendas

A exiguidade de recursos disponíveis para a aprovação das emendas apresentadas não é fato novo verificado durante o processo de apreciação da peça orçamentária no Congresso Nacional.

Diante das restrições orçamentárias e dentro das limitações regimentais, realizamos os cancelamentos acima referidos, embora em montante inferior ao autorizado pelo Parecer Preliminar, com o cuidado de não inviabilizar a execução das programações originalmente previstas e destinadas a obras e serviços em todas as unidades federativas.

Na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas, para tentar identificar aquelas por eles consideradas prioritárias, haja vista a evidente impossibilidade de se atender a todas em níveis unanimemente considerados ideais.

I.3.4.1. Atendimento das Emendas Coletivas de Remanejamento

No atendimento das emendas coletivas de remanejamento levou-se em consideração o disposto no art. 38 da Resolução n° 1, de 2006-CN, o qual determina que somente poderá ser aprovada emenda de remanejamento com a anulação das dotações indicadas na própria emenda, observada a compatibilidade de fontes.

Cumpre-nos apontar para a existência de casos em que diferentes emendas de remanejamento indicaram cortes compensatórios em uma mesma dotação. Por conseguinte, em razão da obrigatoriedade de se observarem os limites percentuais de cancelamento por subtítulo constantes dos itens 22 a 24 da Parte Especial do Parecer Preliminar, vimos eventualmente reduzida nossa possibilidade de aprovar tais emendas em valores mais elevados. Nestes casos, adotamos o critério de dividir o saldo passível de cancelamento da programação em proporções iguais para todas as emendas que a indicaram.

O atendimento dessas emendas de remanejamento resulta, naturalmente, no fato de que os cortes por elas propostos diminuem a disponibilidade de recursos para atendimento das emendas de apropriação, tendo em vista os limites globais permitidos para o cancelamento do total programado na Área Temática (...).

I.3.4.2. Atendimento das Emendas Coletivas de Apropriação

Quanto ao atendimento às emendas de apropriação das Bancadas Estaduais constantes do Anexo de Metas e Prioridades do substitutivo do Projeto de Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2016, na forma do item 17 - II, da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram inteiramente transferidos pelo Relator-Geral, no montante exato necessário à sua aprovação, nos valores fixados no Anexo II-B do Parecer Preliminar.

Neste particular, é preciso apontar que a emenda de número 71210014, da Bancada do Rio Grande do Norte, foi apresentada como emenda de remanejamento e não de apropriação. Não é permitido ao Relator Setorial transformar a natureza da emenda, razão pela qual só nos foi possível aprovar pelos valores dos cancelamentos nela indicados. Os recursos transferidos pelo Relator-Geral para atendimento a essa emenda não foram, portanto, consumidos. Indicamos ao Relator-Geral que adote as providências ao seu cargo para o atendimento ao disposto no Parecer Preliminar para tais emendas.

No que tange aos pleitos consubstanciados nas demais emendas de apropriação das bancadas estaduais e das Comissões Permanentes, os valores da Reserva de Recursos transferidos a esta Relatoria, no montante de R$ 259,87 milhões, mostraram-se bastante aquém da totalidade das dotações solicitadas, que atingiram R$ 6.594.280.000.

Dessa forma, vimo-nos compelidos a buscar recursos complementares a partir de cortes em dotações da proposta orçamentária dos órgãos desta Área Temática, nos termos e dentro dos limites estabelecidos pelo Parecer Preliminar.

Promoveu-se, assim, o cancelamento linear de 10% da programação desta Área Temática correspondente às dotações classificadas com GND 4 e RP 3, e fontes com aplicação não vinculada ou compatível com as emendas apresentadas, quais sejam, as fontes 100 e 111, nos termos do item 22.II, alínea ‘b’ do Parecer Preliminar.

Adicionalmente, realizou-se o cancelamento linear de cerca de 20% da programação classificada com GND 4 e RP 2, nas fontes 100 e 111, nos termos do item 22.II, alínea ‘a’, do Parecer Preliminar. Deve ser observado que, não obstante a autorização do citado dispositivo para a realização de cancelamento de até 50% de cada dotação com tais características, optamos por um percentual de corte inferior ao limite máximo, com vistas a respeitar o outro limite fixado pelo item 22.1 do Parecer Preliminar.

Excetuaram-se de cancelamentos as dotações financiadas com fontes vinculadas a aplicações específicas, cujo eventual corte não encontraria utilização possível no acatamento de emendas.

Algumas considerações são pertinentes quanto ao critério dos atendimentos. O critério geral foi distribuir de forma relativamente equitativa entre todas as emendas os valores disponíveis. Dentro desse marco geral, procuramos estabelecer o equilíbrio possível entre o atendimento às Unidades da Federação (representadas pelas Bancadas autoras de emendas) e às áreas de política pública (representadas pelas Comissões Permanentes como autoras), o que ensejou que fossem contemplados com mais atendimentos aqueles autores que utilizaram-se de número maior de suas emendas na Área Temática. O quadro abaixo demonstra o atendimento aos autores das emendas coletivas de apropriação, tanto as administradas pela Relatoria Setorial, quanto as relativas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO distribuídos na forma do Anexo II.B do Parecer Preliminar.

Tabela 8. Atendimento a emendas coletivas de apropriação, por autores.

Autor/Recursos disponibilizados pela Relatoria Setorial/Recursos na forma do Anexo II.B do Parecer Preliminar

Comissão de Serviços de Infraestrutura: 15.254.024;

Bancada do Acre: 14.754.024, e uma solicitação de 50.000.000;

Bancada de Alagoas: 14.754.024, e uma solicitação de 30.000.000;

Bancada do Amazonas: 20.000.000;

Bancada da Bahia: 44.262.072, num total de 150.000.000;

Bancada do Ceará: 29.508.048;

Bancada do Espírito Santo: 150.000.000, que já havia sido solicitado e, por motivos óbvios, não foi colocado o recurso disponibilizado;

Bancada de Goiás: 29.508.048;

Bancada do Maranhão: 44.262.072, num total requisitado de 150.000.000;

Bancada do Mato Grosso: 14.754.024, num total requisitado de 150.000.000;

Bancada do Mato Grosso do Sul: também não foi colocado, mediante o que já foi explicitado antes;

Bancada do Pará: 14.754.024, num total requisitado de 150.000.000;

Bancada da Paraíba: 100.000.000, mais 150.000.000;

Bancada do Paraná: 100.000.000, mais 150.000.000;

Bancada de Pernambuco: 44.262.072;

Bancada do Rio de Janeiro: 14.754.024, mais 40.000.000;

Bancada do Rio Grande do Sul: 5.000.000;

Bancada de Rondônia: 29.508.048;

Bancada de Roraima: 42.812.978 mais 150.000.000;

Bancada de São Paulo: 14.754.024 mais 150.000.000;

Bancada de Santa Catarina: 14.754.024 mais 150.000.000;

Bancada do Tocantins: 44.262.072 mais 100.000.000.

Campos da tabela com fundo escuro indicam que o autor não apresentou emendas na categoria indicada. Fonte: SIGA Brasil, universo LOA 2016 Despesa Elaboração."

Brasília não teve, porque nós não temos aqui muitas estradas a serem abertas.

"Devemos esclarecer que a Emenda de Apropriação nº 60010007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, tem o mesmo objeto da Emenda de Apropriação nº 71090006, da Bancada do Espírito Santo, atendido nos termos do item nº 17-II, da Parte Especial do Parecer Preliminar. Considerando que tal objeto já se encontra contemplado pela distribuição na forma mencionada, a opção da Relatoria Setorial foi aprovar esta emenda adicional com valor de pequeno porte, para distribuir os recursos disponíveis entre o maior número de obras possíveis.

1.3.4.3. Atendimento das emendas individuais

Os recursos necessários à aprovação das emendas individuais admitidas foram inteiramente transferidos pelo Relator-Geral no montante exato necessário à sua aprovação integral.

1.3.5. Correções e ajustes de emendas

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que concernem à matéria, os pareceres das emendas comportam correções e ajustes realizados com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que, eventualmente, pudessem constituir o óbice à sua aprovação ou ulterior execução.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dessa forma, foram efetivadas adequações de funcional-programática, descritor da ação, subtítulo, GND, modalidade de aplicação e meta.

(...)

II - Voto

Diante do exposto, sou pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I - Transportes, com as alterações propostas neste relatório e decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria."

Volto a tratar de outras informações exigidas por normas internas.

"1.4.1. Obras e serviços com indícios de irregularidades graves

Em cumprimento ao disposto no inciso I, alínea "e", e no inciso II, ambos do art. 70 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e tendo em vista que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves não publicou, até o presente momento, relatório com orientações concernentes à análise de referidas obras e serviços. Das informações constantes da página da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, consta que na Área Temática existe, até o momento, a indicação de irregularidade grave com paralisação tão somente da programação nº 26.782.2075.10L7.0043-BR-448/RS — Implantação e Pavimentação. Consta do Projeto de Lei Orçamentária uma alocação de R$ 500.000 para a programação, não sendo esta objeto de qualquer emenda.

Não compete a esta relatoria setorial adentrar o mérito da recomendação de paralisação, que cabe exclusivamente ao mencionado Comitê, mas tão somente destacar, para conhecimento da Comissão, a ocorrência de situação da espécie, nos termos do item 37 - III da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Por conseguinte, indicamos, para votação em separado, o seguinte subtítulo relativo a obras de serviços com índices de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União — TCU: *26.782.2075.10L7.0043* — Construção de Trecho Rodoviário Porto Alegre - Esteio - Sapucaia na BR-448/RS."

Volto ao voto.

"Diante do exposto, sou pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I —

Transportes, com as alterações propostas neste relatório e decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria.

Sala da Comissão, em dezembro de 2015.

Senador *ad hoc* Hélio José."

O Relatório foi feito pelo Senador Raimundo Lira.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço ao Relator.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente, o Deputado José Airton...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pediu a palavra. Em seguida, dou a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, eu queria confirmar duas situações.

Em relação a obras com grave irregularidade, o Relator propõe votar em separado, porque não tem ainda uma posição da Comissão Especial. É isso, não é?

Em relação a essa tabela, eu também fiquei em dúvida quanto ao critério adotado. Há Estado que não tinha nada colocado e aparece com recurso. Outros, colocaram recurso... Inclusive, eu estou colocando o caso do meu Estado do Tocantins, pois a prioridade da bancada foi para a área de infraestrutura, e o valor ficou aquém do que tinha sido acertado.

A minha dúvida é: no geral, qual é o critério adotado para a formação deste quadro na tabela 8?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

Em seguida, o Relator responde às duas questões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Também vai um pouco nesta linha de esclarecimento, meu Senador amigo Hélio José, sobre as emendas que nós apresentamos para a bancada do Ceará. Só isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, só mais uma dúvida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Lendo o relatório, vejo que o Relator fez um esforço enorme para, lógico, com as dificuldades orçamentárias, tentar atender ao que foi possível. Mas, em alguns momentos, ele menciona cortes em programação.

Houve alguma observação em relação a obras em andamento, para garantir continuidade de obras que estão com o ritmo lendo ou paralisadas em virtude da questão orçamentária?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Correto. Vamos só ouvir o Deputado José Airton Cirilo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator está com a palavra, para os esclarecimentos.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nas emendas de apropriação, nobre Deputada Dorinha, o Tocantins ficou com R$44.262.072,00. Nos recursos vindos do parecer preliminar, foram mais R$100.000.000,00. Então, ficou com R$144.262.000,00.

O que se procurou fazer foi, dentro de uma proporcionalidade mínima, atender todo mundo, entendeu? Os recursos são muito poucos. Eu não sei qual era o valor da emenda que V.Exas. tinham para o Tocantins.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi esclarecida?

Agradecemos ao Sr. Relator pelo relatório.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Obrigado, Senadora Rose.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu estou com uma dúvida com relação ao Maranhão.

Aqui ficou: *"adequação do trecho rodoviário entroncamento BR-222/Miranda e entroncamento da BR 316/Peritoró*". O que está na LDO — e foi aprovado, já — não é esse trecho; é a adequação do trecho rodoviário da BR-135, do Município de Bacabeira até o entroncamento em Miranda, com a BR-222. É uma emenda de bancada.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Deputado Hildo, ele está dizendo aqui que, nas emendas prioritárias, fora atendido esse trecho de que V.Exa. acabou de falar, com R$150.000.000,00. Foi atendido esse.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está em outra tabela?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É. Os 150 milhões. Foram atendidos esses.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Qual é a tabela?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - V.Exa. observe aí que, no caso do Maranhão, foram 44.262.000 em apropriação, que é para esse trecho de que nós estamos falando aqui; e 150 milhões para o outro que os senhores colocaram como emenda prioritária, que é o que V.Exa. há pouco colocou. Está aqui no anexo. Está bem?

Sra. Presidente Rose, muito obrigado a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esclarecidas as dúvidas, agradecemos ao Relator.

Lembro que já está aberta a possibilidade de confecção dos destaques.

Passamos agora aos relatórios setoriais. Dois relatórios serão lidos. O primeiro será o relatório do Senador Eduardo Amorim, da Área Temática IV — Integração Nacional.

O Relator está com a palavra.

Em seguida, faremos a leitura do PPA.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos os ouvintes que nos acompanham aqui, bom dia.

Sra. Presidente, irei rapidamente ao relatório e especificarei mais ou menos cada questão, de forma sucinta:

"1. Relatório

1.1 Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, a Excelentíssima Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 325, de 2015, do Congresso Nacional, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'*.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por designação da Presidente da Comissão, Senadora Rose de Freitas, coube-me, na condição de Relator-Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática IV, constituída do Ministério da Integração Nacional, com suas respectivas unidades orçamentárias e fundos.

1.2 Considerações sobre a proposta do Poder Executivo

O Ministério da Integração Nacional é o principal executor da Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR I), que, entre outros objetivos, pretende dotar as regiões do país de recursos essenciais ao aproveitamento de oportunidades socioeconômico-produtivas promissoras para o seu desenvolvimento, tais como, infraestrutura, crédito, tecnologia e capacitação de recursos humanos. (...)

Além da PNDR, merece também destaque o fato de esse Ministério ser o responsável por conduzir a Política Nacional de Irrigação e por realizar obras contra as secas e de infraestrutura hídrica, bem como por promover obras de prevenção a desastres naturais.

(...)

1.2.1 Dos recursos destinados à irrigação

No tocante aos recursos totais destinados à irrigação, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de vinte por cento desses recursos na Região Centro-Oeste e de cinquenta por cento na Região Nordeste, na forma que se segue.

(...)

Para efeito de programação de alocação de recursos, demonstramos, na Tabela 6 a seguir, a distribuição regionalizada, tendo por critério a seleção das programações classificadas na Subfunção 607 — Irrigação. (...)"

Percebe-se um predomínio de gastos na Região Nordeste, como manda o texto constitucional, e também na Região Centro-Oeste, bem como de forma nacional.

"1.4 Da atuação da Relatoria

1.4.1 Das Emendas Individuais e Coletivas

Foram apresentadas, nesta Área Temática, 291 emendas, assim distribuídas. (...)"

Tendo como autora bancada estadual, foram apresentadas 40 emendas de apropriação, e o valor solicitado é de R$ 4.795 bilhões; e 2 emendas de remanejamento, no valor é de R$ 45 milhões.

Tendo como autora Comissão da Câmara de Deputados, foram apresentadas 2 emendas de apropriação.

Tendo como autora Comissão do Senado Federal, foram apresentadas 3 emendas de apropriação.

Tendo como autor Congressista, foram apresentadas 244 emendas de apropriação, no valor de R$ 405 milhões.

Soma total: 291 emendas.

"1.4.2 Análise de admissibilidade das emendas apresentadas

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2016.

(...)

Dessa forma, as emendas coletivas que inicialmente apresentaram inadequações quanto a sua admissibilidade foram ajustadas de forma a viabilizar sua aprovação, à exceção da emenda nº 7103.0004.

1.4.3 Do remanejamento de dotações e do atendimento das emendas apresentadas

Para atendimento das emendas de Comissão e das bancadas estaduais apresentadas no setorial IV, destacou-se da Reserva de Recursos o valor de R$ 217,3 milhões, além dos R$ 480 milhões para o atendimento das emendas de bancadas prioritárias previstas no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO. (...)

Para as emendas de bancada constantes no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO de 2016, o Parecer Preliminar traz os valores aprovados, conforme tabela a seguir. (...)

Ressalte-se que foi identificada uma impropriedade quanto à Emenda Impositiva da Bancada de Alagoas nº 7103.0012. Tal emenda foi elaborada na modalidade de remanejamento, o que restringe o seu atendimento à programação indicada para cancelamento, nos limites determinados pelo Parecer Preliminar, impedindo, portanto, a sua aprovação nos valores estabelecidos. A referida

Bancada, mediante intervenção do seu coordenador, enviou o Ofício nº 099/2015-GAB 722, de 07/12/2015, à CMO, a fim de permutar a sua modalidade com a Emenda nº 7103.0011, inicialmente cadastrada como emenda de apropriação. O saneamento da proposição, na forma proposta, somente poderá ser implementado quando autorizado pela Presidência desta Comissão.

Dessa forma, em razão da impossibilidade de efetuar a mudança na fase setorial e procurando preservar as prerrogativas da Bancada, optei por lançar o valor devido na Emenda nº 7103.0011, para posterior remanejamento de ajuste na fase geral.

No tocante aos cortes, não utilizei a totalidade do limite global de cancelamento permitido. Em razão dessa predominância de investimentos em RP 3, promovi o cancelamento dessas programações no limite autorizado de 10% máximos por subtítulo, preservando parcialmente os investimentos em RP 2. Também preservei as programações de baixo valor constantes da Proposta Orçamentária, a fim de não prejudicar os já escassos recursos alocados pelo Poder Executivo. Procedi do mesmo modo com as programações financiadas com recursos de aplicação de fonte vinculada.

No atendimento às demandas apresentadas, tendo em vista as competências dos órgãos desta Área Temática, procurei priorizar aquelas de maior alcance social, inclusive as de amplitude nacional, sobretudo as destinadas ao desenvolvimento regional, à oferta de recursos hídricos e à prevenção de desastres já que este foi um ano em que infelizmente o brasileiro viveu muitos desastres.

Não deixei, também, de observar a situação das obras solicitadas, dando maior ênfase às em andamento.

Em termos de valores, atendi integralmente aos valores solicitados nas emendas individuais, totalizando R$ 405,9 milhões. Quanto às coletivas de apropriação, acatei o valor total de R$ 931 milhões. Para atendimento às emendas de remanejamento, foram realocados R$ 10 milhões.

Por vezes, procedi a correções nos subtítulos das emendas, por provocação dos autores ou por iniciativa própria, de modo a adequá-los às normas regimentais e à boa técnica orçamentária. Tais alterações, contudo, respeitam sempre, e absolutamente sempre, a vontade expressa pelos seus autores.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.4.4 Das emendas de Relator

Foram elaboradas duas emendas de relator. A emenda n° 8004.0001 foi editada para atender ao Ofício n° 240/2015-MP, de 26 de novembro de 2015, do Senhor Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, em decorrência de omissão de ordem técnica, que promoveu o remanejamento de R$ 10 milhões entre as outras programações indicadas no ofício. Destaque-se que tal procedimento foi realizado em conformidade com o disposto no art. 28, parágrafo único, da Resolução n° 1-2006-CN.

Já a Emenda n° 8004.0002 foi elaborada para dar cumprimento à determinação contida no item 22.2, Parte Especial, do Parecer Preliminar. Tem por finalidade apropriar em reserva fiscal a quantia de R$ 27,1 milhões, correspondente a 10% dos cortes efetuados para o atendimento das emendas coletivas desta Área Temática.

(...)

1.4.6 - Das obras com indícios de irregularidades

Não constou do PLOA 2016 nenhuma obra com indício de irregularidade para a Área Temática IV.

2. Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às unidades orçamentárias constantes na Área Temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. (...)"

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Senador Eduardo Amorim, Relator Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional.

Em discussão o relatório do Senador Eduardo Amorim.

O prazo de destaques...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Quero só pedir um esclarecimento ao nosso ilustre Senador.

Quanto à ocorrência de desastres, gostaria de saber se o relatório contém a questão de erosão marinha, porque há um fenômeno grave do avanço do mar em várias áreas de encosta, em vários Estados, como Ceará e Rio Grande do Norte.

Quero saber se V.Exa., dentro do relatório, contemplou também essa demanda da erosão marinha, dentro da previsão dos desastres que nós estamos acompanhando.

Para V.Exa. ter uma noção, só lá no meu Estado, em diversas praias, o mar avançou mais de 300 metros, danificando, só no meu Município de Icapuí, três escolas e mais de 150 casas. Diversas praias estão ameaçadas de extinção: Barrinhas, Barreiras da Sereia, Redonda. Então, é uma área que precisa de atenção e de recursos.

Por isso, eu gostaria de saber se V.Exa. contemplou com alguma dotação orçamentária essa área, para a contenção da erosão marinha, nas encostas das praias do nosso País.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Existem duas emendas que tratam do assunto, e as duas foram acolhidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - De forma nacional ou específica?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Existem duas emendas que foram colocadas de forma específica: uma, para a Paraíba, e a outra, se não estou equivocado, para a Bahia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu gostaria que V.Exa. nos contemplasse.

Eu não sei foi apresentado isso a V.Exa., como Relator, porque eu tinha colocado isso ao Ministério, no sentido de que eles encaminhassem essa demanda para a Comissão.

Quero saber se V.Exa. pode ampliar a abrangência, para que haja contenção do avanço do mar, nacionalmente.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - As emendas alocadas nesse sentido foram duas: da bancada da Paraíba e da bancada da Bahia. E as duas foram prontamente atendidas. Agora, nenhuma outra emenda, no âmbito nacional, foi colocada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - E na rubrica nacional, não houve essa previsão dentro da programação do Ministério?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Existe, na rubrica nacional, uma emenda expressiva, contemplada, que fala das barragens e também de destruições hídricas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Às vezes, o Ministério tem dificuldade de entender que essa questão abrange a erosão marinha e fica restrito à questão dos rios, de barragem e tal.

Quero saber se não é possível contemplar, dentro dessa abrangência, a erosão marinha na programação nacional.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Não houve nenhum pedido nesse sentido. Como já disse, isso foi previsto, especificamente, mas, no âmbito nacional, foi disponibilizado para o Ministério, no que se refere a destruições hídricas, de barragens. Nisso o Ministério foi fortemente contemplado.

Mas não houve uma emenda no âmbito nacional que trate realmente disso; apenas localizado em alguns Estados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Está o.k. Obrigado.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Mas concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Sr. Relator, manteremos o seu prazo de destaques em aberto, para que os Parlamentares tenham a oportunidade de apresentá-los. Às 12h45min, mais ou menos, haverá uma estimativa. Depende do tempo de leitura do PPA, porque o PPA nós pretendemos ler, destacar e votar. Não vamos manter esse prazo aberto para o PPA. Vai ser uma votação...

Então, deixo avisado aos Srs. Parlamentares que votaremos o PPA em seguida. O Deputado Zeca Dirceu está a caminho.

Senador Eduardo Amorim, manteremos o seu prazo para discussão e para apresentação de destaques em aberto, até que V.Exa. possa retornar e proferir os pareceres.

O Deputado Gaguim fará a leitura do relatório setorial da Área Temática IV — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, que está em votação, ressalvados os destaques.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ressalvados os destaques.

Agora, o Deputado Gaguim proferirá o parecer sobre os destaques apresentados.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, o voto do Relator é o seguinte.

> *"Diante da indisponibilidade dos recursos, somos pela rejeição dos Destaques nºs 1 e 2, apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016 — PLOA 2016, na parte referente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Pesca."*

Sr. Presidente, pode colocá-lo em votação. Já está concluído o parecer, pela rejeição dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - O parecer do Deputado Gaguim é pela rejeição de todos os destaques.

Há requerimento para votação em globo dos destaques, com voto pela rejeição.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento de votação em globo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis ao requerimento de votação em globo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, em globo, os destaques, pela rejeição, conforme o relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os destaques estão rejeitados. Não vão ao Senado Federal.

Com a palavra a Deputada Flávia Morais, para proferir parecer aos destaques do seu relatório. *(Pausa.)*

Deputada Flávia Morais, convido V.Exa. à mesa dos trabalhos.

O relatório setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório setorial da Área Temática XI, relativa ao meio ambiente, ressalvados os destaques.

Não houve destaques? *(Pausa.)*

Como não houve destaque, passo a palavra à Deputada Flávia Morais, para comentários e agradecimentos ao apoio do Plenário.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados e Senadores que aprovaram o nosso relatório parcial à temática do meio ambiente e parabenizar o Relator pelo trabalho que vem realizando.

Espero que consigamos aprovar, no prazo correto, este relatório e entregar a peça orçamentária no prazo, demonstrando a responsabilidade de toda esta Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Deputada Flávia Morais, pela sua dedicação ao relatório.

Convido o Deputado Hildo Rocha a comparecer à mesa dos trabalhos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um destaque ao qual já foi dado parecer naquele momento, mas agora é preciso que o Deputado Hildo Rocha profira formalmente o seu parecer.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Aprovado o destaque do Senador Hélio José, defendido pelo Deputado Izalci, de 1 milhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Há parecer do Sr. Relator favorável a este destaque.

Consulto a representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis ao voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. O destaque está aprovado.

Eu vou convocar o Senador Hélio José para emitir parecer ao relatório do Senador Valdir Raupp, que não poderá comparecer a esta reunião. Há orientação do assessor do Senador sobre os destaques.

Em votação o relatório referente à Área Temática XV — Defesa e Justiça.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados as obras com indício de irregularidades graves e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pois não, Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu fiz um destaque relativo a uma ação do TRT de São Paulo, da 2º Região. Quero saber como proceder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Assim que aprovarmos, ressalvados os destaques, V.Exa. falará sobre o seu destaque com o Relator *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Os Srs. Deputados que aprovam o relatório referente à área de Defesa e Justiça, ressalvados as obras com indícios de irregularidade e os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Defesa e Justiça, ressalvados os destaques.

O Senador Hélio José representa aqui o Senador Valdir Raupp e emitirá parecer aos destaques.

Com a palavra o Senador Hélio José, para emitir parecer aos destaques.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Quero cumprimentar a todos e ao nosso Presidente da Mesa, o Deputado Ricardo Barros.

Voto do Relator Setorial aos destaques apresentados à relatoria — Área Temática XV — Defesa e Justiça.

O art. 81 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, determina que o destaque com a finalidade de incluir, aumentar ou recompor dotação somente poderá ser aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização caso tenha sido identificada a origem dos recursos necessários ao seu atendimento. Além disso, deve ser comprovada a existência de recursos em montante suficiente para o atendimento do destaque.

Considerando que essas duas condições não foram cumpridas pelos Destaques nºs 1 e 2, que tratam, respectivamente, de emendas da bancada de São

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Paulo e de Goiás, as Emendas nºs 7125.0015 e 7110.0014, manifestamo-nos pela inadmissão de ambos os destaques.

Sr. Presidente, nós nos manifestamos pela inadmissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Srs. Parlamentares, há uma errata ao relatório que foi lido pelo Senador Hélio José.

Em votação na Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pois não, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, eu quero discutir o Destaque nº 1, da bancada de São Paulo, que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Milton Monti, só um minuto. Eu preciso votar a errata para depois votar os destaques. Eu já lhe retorno a palavra.

A errata lida pelo Relator *ad hoc*, Senador Hélio José, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovado o relatório referente à Área Temática XV — Defesa e Justiça, ressalvados as obras com indícios de irregularidade, os destaques e a errata.

Em discussão os destaques.

Aos Deputados e Senadores que queiram debater com o Relator os destaques eu vou conceder a palavra. Primeiro, o Deputado Milton Monti, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e depois o Deputado Orlando Silva.

Senador Hélio José, o Deputado Milton Monti quer discutir um destaque.

O Deputado Milton Monti tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Caro Relator, eu apresentei o destaque da bancada de São Paulo, a qual discutiu exaustivamente o tema da segurança pública. Não há nenhuma dúvida — esta não é uma característica de São Paulo, não diria nem o privilégio — quanto às dificuldades que enfrentamos nesta área, que

é muito crucial e precisa ser incrementada e receber apoio financeiro tanto do Governo Federal como dos próprios entes federativos.

Nesse sentido, entendo que a apropriação feita para a bancada de São Paulo no valor de 4,5 milhões não corresponde à necessidade do Estado para enfrentar com maior eficiência a questão da segurança pública.

Vejam que nós estamos aqui propondo — a bancada de São Paulo propôs — ações no que diz respeito ao treinamento e ao aperfeiçoamento de pessoal. Nós entendemos que a possibilidade de se ter uma polícia mais treinada e mais bem capacitada reflete diretamente na diminuição dos índices de segurança pública no nosso Estado e em todo o País.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa. Eu sei que as restrições orçamentárias deste ano são bastante elevadas, mas, pela relevância desta solicitação pela população de São Paulo, que é evidentemente bastante elevada, apelo para que V.Exa. possa melhorar um pouco esta condição da emenda do nosso Estado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Deputado Milton Monti, V.Exa. tem 100% de razão. A questão é que estamos com esta enorme restrição orçamentária. Diante do critério utilizado para alocar 4 milhões e 500 em cada bancada, em cada emenda, não há recurso disponível. Eu acho que V.Exa. tem razão na argumentação para poder aumentar o valor da bancada de São Paulo. Nesse caso, nós ficaríamos em dificuldade porque teríamos que sacrificar alguma das emendas colocadas dos 4,5 milhões que fora colocada aqui.

Então, se o senhor tiver algum...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu não quero que se retire de nenhuma outra bancada, não. Nós temos que pensar em um recurso extraordinário para isso.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nós podemos dialogar com o Relator-Geral para ver se se pode aumentar o valor desta emenda de São Paulo, no caso, até porque é meritoso o que V.Exa. coloca.

Então, por aqui, nós inadmitiríamos a emenda por falta de recursos para o destaque, mas posso dialogar com o Relator-Geral no sentido de ver se consegue algum aumento.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Muito bem.

Eu quero agradecer, Senador, e contar com o apoio de V.Exa. para que, juntos, possamos sensibilizar o nosso Relator. É claro que todos os casos são importantes, todas as propostas são meritórias. Não há proposta, feita pela bancada de São Paulo ou por qualquer outra bancada de qualquer outro Estado, que não tenha mérito. Mas, no caso da segurança pública, há um destaque e um diferenciamento que é preciso salientar.

Eu agradeço a disposição de V.Exa. Sei das restrições. V.Exa. está com cobertor curto, mas quero contar com o apoio de V.Exa., para que possamos melhorar isso nas próximas etapas da votação.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Com certeza, nobre Deputado Milton Monti, V.Exa. tem razão. A questão da segurança pública é caótica em todo o Brasil, e em São Paulo, a maior cidade brasileira, com certeza a situação é mais grave ainda. Por isso, é totalmente compreensível a sua preocupação.

Conte conosco.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Sra. Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Em seguida, o Deputado Orlando Silva.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Relator, a Comissão Mista de Orçamentos apresentou uma proposta para fortalecer o apoio ao combate e uso indevido das drogas. O valor solicitado foi de 100 milhões, e foram colocados 250 mil. É um fundo nacional para desenvolver políticas e programas nacionais. Duzentos e cinquenta mil é irrisório para fazer um trabalho de porte nacional num país que vive grandes desafios nesta área.

Então, eu gostaria de fazer um apelo. Esse valor seria para o fundo específico para atender todo o País, mas 250 mil é irrisório, não têm nenhum significado e, o que é pior, não sinalizam ao País a importância de uma ação desta natureza.

Era esse o apelo que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Reforçando a solicitação e o destaque defendido pela Deputada Dorinha, trata-se de uma política emergencial, uma política atual, que teve o destaque da Comissão — eu mesma assinei, em nome da Comissão. Nós pedimos a reconsideração do Relator, porque

não é um assunto que se possa passar por ele. Pede-se uma verba significativa para fazer o combate às drogas, mas colocam-se 250 mil reais.

Eu peço a reconsideração do Relator.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Silva. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, na verdade, nós temos um problema que afeta as comunidades indígenas, a área urbana, porque o tamanho da cidade não importa, todas as cidades enfrentam o enorme desafio do combate às drogas. Programas educativos precisam ser desenvolvidos, mas, com 250 mil, não temos condições nem de começar o programa.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O destaque, nobre Deputada Dorinha, deveria passar para quanto?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós colocamos, como proposta, 100 milhões.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Não tem condição de atender todo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não tem, mas que seja pelo menos um volume que nos dê condições de fazer um trabalho de caráter nacional. Nós temos 27 Estados, um número significativo de Municípios de grande e pequeno porte, mas com 250 mil não é possível fazer este trabalho.

Se nós pudéssemos, pelo menos, iniciar o trabalho e estruturar programas que sejam iniciados em 2016 e tenham continuidade, nós teríamos condições de lançar um grande programa nacional, com diferentes óticas destinadas a um fundo nacional como o FUNAD.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Orlando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Na verdade, eu me inscrevi para sustentar a posição do Deputado Milton Monti, mas eu me sinto contemplado com o encaminhamento dado pelo Relator de que vai dialogar com o Relator-Geral e, na medida do possível, incorporar esta demanda da bancada de São Paulo.

Confiamos que o Relator-Geral, com a sensibilidade que tem e o cuidado com que cuida das questões do Brasil e de São Paulo, irá atender o encaminhamento do Relator.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Muito obrigado, Deputado Orlando.

Nobre Deputada Dorinha, eu queria dizer a V.Exa. que é totalmente meritória a sua colocação: com 100 mil realmente não se faz quase coisa nenhuma. O Relator fez questão de admitir a emenda. Foi por isso que ele colocou 100 mil como valor simbólico, para ela não ficar inadmitida.

Sra. Presidente e Sr. Relator-Geral, aqui não há mais recursos. Como é que nós procederíamos, na visão de V.Exa.?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, eu não posso adentrar o relatório de qualquer um dos Srs. Parlamentares. Eu peço apenas que seja considerado o destaque em questão, por se tratar de um tema absolutamente relevante para a sociedade brasileira.

Até agora eu nem defendi o meu Estado em nenhuma das posições aqui, mas esta eu considero uma posição da nossa Comissão em relação a um tema nacional.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Concordo com V.Exa. Então, nós pedimos um tempinho só para ajustarmos uma proposta, e depois voltamos para a votação deste ponto. O.k.?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Obrigada.

A votação será logo em seguida, quando os Relatores estiverem colocando os relatórios em votação.

Há um requerimento de inclusão, na pauta, do relatório apresentado ao PPA 2016-2019. O Relator é o Deputado Zeca Dirceu. Eu gostaria que S.Exa. viesse à mesa apresentar o relatório.

Tem a palavra o Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu gostaria de apoiar o pedido de inclusão na pauta que a senhora formulou.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, é o PPA que será relatado agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento de inclusão na pauta, que eu vou submeter ao Plenário. Se todos estiverem de acordo, o PPA será lido agora.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vai ler o PPA agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim.

Deputado Danilo, V.Exa. falará em seguida. Podemos chamá-lo? *(Pausa.)*

Pois não. Muito obrigada.

O requerimento na Câmara tem a aprovação de todos? *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal? *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Estou um pouquinho preocupado. Em que pese eu ter chegado agora, já estive aqui hoje, retirei-me e saí. O PPA está sendo aprovado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. O PPA nem lido foi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não foi lido ainda. Está sendo incluído na pauta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Incluindo na pauta.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É regimental incluí-lo na pauta agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu recorro ao Plenário. O Plenário acabou de aprovar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O art. 128 estabelece que seja por acordo, não por aprovação do Plenário. Não é isso? Por acordo ou por maioria, o art. 128?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. levanta uma questão, e é bom tratarmos dela com a maior clareza. V.Exa. tem acompanhado as últimas atitudes que têm sido tomadas nesta Casa. Uma delas, surpreendentemente, foi tomada na data de ontem, quando — eu chamo atenção de todos para o assunto que eu vou tratar —, numa declaração pública, o Presidente do Congresso Nacional disse que não votaria a LDO, para que pudesse dar o andamento ao *impeachment*.

No entendimento do Presidente, com quem falei há pouco, não se votando a LDO no Congresso Nacional, não se encerram os trabalhos da Casa. Isso é um

grande equívoco. A questão de não se suspender o trabalho é relativo apenas ao período de julho. Logicamente, no dia 22 de dezembro, serão encerrados os trabalhos do Congresso Nacional.

Eu chamo atenção para o que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos fazendo um esforço, com a colaboração de todos, para que nós possamos votar os relatórios setoriais e oferecer ao Congresso o PPA, que, logicamente, sem o qual, não poderá ser votada a LDO.

A LDO já se encontra no Congresso Nacional para que então nós possamos oferecer ao País um Orçamento conforme a posição de todos nesta Casa.

O Relator Deputado Zeca Dirceu só entregou o relatório...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Presidente, quando V.Exa. puder, eu já estou pronto para apresentar o relatório com relação à emenda que estava faltando para aprovarmos o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Concluo o que nós estávamos tratando. O Relator Zeca Dirceu só apresentou o relatório dele esta manhã. De acordo com o art. 128, *"a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros"*.

Eu quero dizer que consta a assinatura da maioria.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse o relatório logo em seguida à votação, para que nós pudéssemos fazer a leitura do PPA.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Antes de mais nada, quero agradecer a todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, da base de apoio do Governo, da Oposição, que, através das suas iniciativas individuais, através das iniciativas das bancadas estaduais e das Comissões, deram uma grande contribuição para esse Plano Plurianual — PPA.

Vou fazer aqui apenas algumas ponderações do que foi esse aperfeiçoamento, no que resultaram as emendas, de todo o debate a que fui

chamado ao longo desses últimos dias, daquilo que já tinha sido apresentado, que já é de conhecimento de todos, a partir da proposta do próprio Governo.

O PPA dá uma grande prioridade para a área social: 60% do contexto do PPA são voltados para questões sociais e de segurança pública, elementos centrais da agenda do Governo, que enfatiza também a produtividade, a educação e o desenvolvimento. São 8,2 trilhões em recursos previstos para o período de 2016 a 2019, entre fontes orçamentárias e extraorçamentárias. Os recursos alocados aos programas temáticos são da ordem de 6,8 trilhões de reais, distribuídos pelos programas da área social e de segurança pública, que corresponde a 3,7 trilhões de reais; infraestrutura, que corresponde a 1,4 trilhão de reais, desenvolvimento produtivo e ambiental, que engloba valores de 1,3 bilhão de reais e temas especiais, são vários, e o valor total é de 330 bilhões de reais. Ao todo, são 303 objetivos, 1.118 metas, além de 2.860 iniciativas.

Principais emendas apresentadas. Nós tivemos apenas 44 emendas rejeitadas de forma total; 10 emendas inadmitidas; 43 prejudicadas, de um total de 1.156 emendas.

Quero salientar, Sra. Presidenta Rose de Freitas, que foi feito um esforço muito grande para que de fato a contribuição dos Deputados, dos Senadores, das Deputadas e das Senadoras fosse incorporada ao PPA. Um exemplo que precisa ser registrado é que no PPA anterior foram rejeitadas 1.691 emendas. Comparando com as 44 rejeitadas neste PPA, acredito que fica uma prova evidente que, de fato, neste PPA há uma participação efetiva da Comissão de Orçamento, das bancadas estaduais e das Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados.

Em consonância com a responsabilidade fiscal, em virtude do momento que estamos vivendo na economia, não foram acrescidos valores ao ano de 2016. Quando as emendas propuseram um aumento dos recursos, o montante foi alocado para o triênio 2017, 2018 e 2019 já, é claro, com a expectativa de que a economia do País tende a melhorar nesses 3 anos.

O maior número de emendas foi para o Programa de Transportes Terrestres: 233 iniciativas novas. Geralmente, são emendas para a construção e adequação de rodovias federais que não haviam sido incluídas pelo Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As emendas de Relator trataram de aperfeiçoamentos na área de educação e emenda para contribuir para a superação do desastre de Mariana, em Minas Gerais.

Quero destacar que foi acolhida uma emenda importante sobre esse mesmo tema da nossa Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senadora Rose de Freitas.

No Anexo III, estão relatados aqui os empreendimentos acima do valor de referência. Foram acrescentadas 50 iniciativas que totalizam aproximadamente 32 bilhões de reais para o período de 2017 a 2019.

No Anexo IV, que é um novo anexo, estão ali descritos empreendimentos abaixo do valor de referência. Esse anexo só foi possível graças ao acordo feito, por sugestão inclusive de uma modificação apresentada pela Oposição, num relatório preliminar, que permitiu a inclusão de empreendimentos abaixo do valor de referência. Foram criadas, então, 57 inciativas que totalizam 12 bilhões de reais. O total de acréscimos ao Plano Plurianual é de aproximadamente 44 bilhões de reais. Aqui se percebe também que ao mesmo tempo em que foi feito um esforço, uma cooperação muito grande para acolher o maior número possível de emendas, seja integral ou parcialmente, houve também todo um cuidado para que isso fosse feito dentro da realidade da economia do País, das limitações, do ajuste, e todos nós aqui estamos cooperando.

Nós temos, então, três objetivos novos, 47 metas novas, 290 iniciativas novas ao Anexo I, 50 ao Anexo III e 57 ao Anexo IV.

Quero aqui dar um destaque ao trabalho que foi feito por vários Parlamentares, ao trabalho que foi feito pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com uma participação importante da Oposição e da base de Governo e também com todo o esforço do Ministério da Educação e toda a compreensão do Ministério do Planejamento nas questões da educação.

Vale lembrar que este é o primeiro PPA apresentado aqui, discutido e pensado a partir da Lei nº 13.005, de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação.

Foram acrescidas metas, foi feita uma série de aperfeiçoamentos no PPA, para que o Plano Nacional de Educação tenha uma grande evidência e esteja muito bem detalhado. Assim, o País poderá, de fato, cumprir o PPA de acordo com o seu

planejamento, ao longo dos próximos 4 anos, quando esse trabalho terá que ser feito novamente, porque o PPA tem uma vigência de 10 anos, até 2024.

Destaco ainda a inclusão da meta relativa ao CAQI — Custo Aluno Qualidade Inicial; a ampliação da meta da educação profissional, que na proposta inicial era de 1,8 milhão de reais e passou para 2,2 milhões de reais; e a ampliação da meta da educação em tempo integral de 5 milhões de reais para 6,5 milhões de reais.

Na criação do Anexo IV, já foi destacado aqui que os empreendimentos individualizados ficaram abaixo do valor.

Fazendo um rápido comparativo com o plano anterior, observa-se a redução do número de programas e objetivos — os programas de 65 para 54, e o número de objetivos de 400 para 303. Essas informações estão disponíveis no PL.

Para os próximos 4 anos estão previstos dispêndios globais na ordem de 8,2 bilhões de reais contra 5,4 trilhões de reais do PPA anterior.

Mais uma vez, destaco o esforço que foi feito para que um número muito grande de emendas fosse acolhido. É claro que isso requereu tempo. Por isso, quero justificar à nossa Presidenta e a toda a Comissão os motivos de tantas reuniões, tantos ajustes, tantos aperfeiçoamentos.

Acredito que estamos conseguindo cumprir aqui um prazo muito importante, o prazo que estabelecemos antes, para que até o dia 9 de dezembro haja condições de o Congresso Nacional votar o plano. É claro que o Congresso Nacional votar o PPA não depende mais só de nós, mas acredito que estão todos bem adiantados. A Presidenta tem feito um esforço muito grande para o diálogo com o Presidente do Congresso, Renan Calheiros.

Por isso, quero, acolhidas todas as emendas, depois de todo esse longo debate, pedir o apoio de todos para a aprovação do relatório final do Plano Plurianual 2016-2019.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O Relator do PPA, o Deputado Zeca Dirceu, terminou de ler o relatório, e eu gostaria que V.Exa. aguardasse um pouco,

porque alguns destaques estão chegando, e o sistema está trancado, não está conseguindo...

Por isso, peço a V.Exa. que não coloque o plano em deliberação, até que sejam entregues os destaques.

Era essa a minha questão de ordem. Eu queria fazer esse pedido a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está atendido.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu também apresento alguns destaques. É muito interessante a sua boa vontade em aguardar, uma vez que todos nós estamos com boa vontade também para conseguir cumprir os nossos prazos.

Eu queria dizer ao Relator, o Deputado Zeca Dirceu, que nós conseguimos avançar muito no texto em relação à área de educação. Considero hoje que o texto está bem próximo de como nós gostaríamos que estivesse, e esse PPA será indutor das políticas estaduais e municipais também, embora ele se restrinja à União, que deve gerir toda a política nacional.

Nós ainda tentaremos melhorar algumas coisas no texto, mas eu queria destacar a boa vontade do Relator e do próprio Ministério da Educação e chamar a atenção para o fato de que o maior desafio que nós temos hoje, na educação, é que o Plano Nacional, que veio de um longo debate envolvendo Municípios e Estados, através das conferências, que tem metas para que consigamos romper com a baixa qualidade da educação, consiga tratar das desigualdades regionais. O Norte e o Nordeste, e alguns Estados do Centro-Oeste e do Sudeste, não podem ser tratados de maneira global. Existe uma grande desigualdade dentro dos Estados e também nacionalmente.

Um dos avanços que eu gostaria de destacar é o Custo Aluno Qualidade. Que escola é essa que nós queremos para todos os brasileiros? Quanto ela custa? Quanto a União vai colocar de dinheiro novo? Hoje, o piso nacional é um grande desafio para Estados e Municípios, porque eles têm a responsabilidade de garantir o piso e a carreira, e o recurso da União não chega para essa complementação. Com o Custo Aluno Qualidade e com uma política de financiamento mais justa, eu acho que nós teremos esse desafio de tratar os desiguais de maneira diferenciada, com

maior financiamento, com mais recursos para Estados e Municípios que estejam fazendo, sim, a sua tarefa. É preciso que cada ente federado faça o seu esforço. Não é só a União que tem que fazer esforço, mas é ela que retém a maior parte dos recursos do ponto de vista tributário.

É por isso que a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial — e, depois, a implantação do Custo Aluno Qualidade — é que vai dizer o quanto e em que áreas nós precisamos investir.

Nós vamos tentar destacar para garantir também a implantação do Custo Aluno Qualidade, não só a do Custo Aluno Qualidade Inicial.

Muito obrigada ao Relator pela boa vontade e determinação em atender ao Plano Nacional de Educação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria esclarecer que nós estamos realmente com um problema de congestionamento no nosso sistema. Então eu vou aceitar os destaques em papel. Por favor, podem apresentar todos os destaques em papel.

Nós estamos debatendo o PPA. Há mais alguém inscrito para falar? *(Pausa.)* Se não, vamos deixar o espaço aberto para os destaques e, em seguida, vamos apresentar o relatório da Saúde.

Vamos complementar com o Senador Hélio José, que está sendo muito sacrificado aqui como Relator *ad hoc* de várias matérias.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu quero cumprimentar, mais uma vez, a Presidente Rose de Freitas e todos os colegas presentes.

Digo à nobre Deputada Professora Dorinha, aos demais Deputados e à Senadora Rose de Freitas, que nos expôs aqui a importância de ampliarmos essa emenda relativa ao Fundo Nacional Antidrogas — com a compreensão da necessidade de se fazer isso, e também com a compreensão do nosso Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, da qual agora estou aqui como Relator *ad hoc* —, que, onde se lê 600000000002, no final, Comissão Mista de Planos, Orçamentos... defesa antidrogas, 30101, do Ministério da Justiça, abuso de drogas, nacional, *"100 milhões",* aí, *"250 mil",* leia-se *"1 milhão e 750 mil reais".* Então esse valor ficaria alterado para 1 milhão e 750 mil reais. E onde se lê, na Emenda 71230011, da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bancada de Rondônia, inclusão de despesa da administração direta, Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, Subtítulo Pavimentação Asfáltica - Rolim de Moura, *"100 milhões",* depois *"40 milhões"*, leia-se *"100 milhões"* e *"38,5 milhões".* Fizemos esse remanejamento. Fica, então 1 milhão e 750 mil reais, que é um valor que dá para pelo menos iniciar uma campanha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Dá para começar uma política pública. Muito obrigada, Senador, pela atenção.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Muito obrigado.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como nós temos que começar a votar os relatórios, eu vou colocar este em votação.

Houve um destaque, Senador?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Houve um destaque, que foi aceito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um destaque?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Só um destaque. Aliás, houve dois, um foi rejeitado e o outro, aceito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então vamos colocar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu preciso me entender com o Relator. Não consigo entender dez pessoas falando.

Deputado José Airton.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu queria, se fosse possível, que o Relator citasse como ficou o acatamento das emendas da bancada do meu Estado, porque eu não tive acesso ao relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com o Relator Hélio José?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sim.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Como ficou o atendimento da emenda da bancada do Ceará?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador está com a palavra.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Foram R$ 4,5 milhões? Só um minutinho. Estou procurando aqui, Deputado José Airton Cirilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Nós fizemos três emendas de bancada.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - No setor Defesa e Justiça, nobre Deputado José Airton Cirilo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Não, não, não. V.Exa. não está lendo o da Saúde?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Não, estou lendo o relatório da Justiça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Então desculpe.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Senadora Rose de Freitas, voltando para V.Exa., Presidente, ficaram dois destaques inadmitidos e um destaque admitido naquele valor que fora lido aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foram quantos destaques apresentados? Seis?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Foram três: um de Comissão e dois de Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Mesa está informando que foram seis destaques.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Seis destaques. Então são cinco destaques inadmitidos, ou seja, rejeitados e um admitido, que é o destaque da bancada sobre o Fundo Nacional Antidrogas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado José Airton Cirilo, V.Exa. está atendido na questão levantada?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu pensei que ele estava lendo o relatório da Saúde, mas não estava.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, sim. Pois não. Vamos colocar em votação em globo por tipos de destaques apresentados ao Relator.

Em votação, em globo, os destaques. São cinco. V.Exa. tem os números dos destaques?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - São cinco destaques rejeitados e um aceito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de ler o número dos destaques.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Por gentileza, Mesa, poderia me informar os números dos destaques?

Nobre Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão, o Destaque nº 3, da CMO, vai ser aceito. E os demais, o Destaque nº 1, o Destaque nº 2, o Destaque nº 4; o Destaque nº 5 e o Destaque nº 6 serão rejeitados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos colocar em votação, em globo, os destaques citados pelo Relator como rejeitados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Só há um destaque aprovado. Os demais foram rejeitados.

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os destaques foram rejeitados.

Em votação o destaque aprovado na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado o destaque relatado pelo nobre Relator.

Em votação no Senado Federal os cinco destaques rejeitados. *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - No Senado, o destaque aceito, Sra. Presidenta, precisa ser votado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque aceito pelo Relator. Um destaque aprovado.

Vamos passar ao Relator da Saúde.

Com a palavra o Deputado João Arruda para fazer a leitura do seu relatório. Relatório Setorial da Temática 2 - Saúde, Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou começar a ler o relatório:

"Relatório.

1. Histórico.

Nos termos do art. 165, *caput e* § 5º, e do art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 325, de 2015 (na

origem), o Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, que '*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016',* compreendendo os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto.

Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos a missão de relatar a proposta orçamentária relativa à Área Temática II — Saúde, que compreende a programação do Ministério da Saúde e as respectivas unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente".

Eu vou direto para...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço ao Sr. Relator que aguarde o silêncio do Plenário, para que todos possam compreender...

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - ...a importância do nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A importância do relatório da Saúde.

Pode continuar, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Agora eu vou direto às emendas.

"5.4. Atendimento das emendas.

No atendimento das emendas individuais e coletivas de apropriação foram mobilizados cerca de R$ 5,98 bilhões, dos quais R$ 5,4 bilhões advieram da reserva de contingência, e R$ 529,4 milhões, de remanejamento de investimentos e inversões financeiras passíveis de utilização para a relatoria setorial.

Nos termos do Item 5, da parte especial do parecer preliminar, em termos líquidos, considerando o corte de R$ 536,3 milhões na programação do Ministério da Saúde, efetuado pelo Relator-Geral com fundamento nos itens 15, inciso III e 28.1, da parte especial do parecer preliminar, o acréscimo efetivo do setor alcança o montante de R$ 4,9 bilhões.

Destacamos a utilização, pela relatoria setorial, de R$ 588,2 milhões em recursos derivados de remanejamento de investimentos e inversões financeiras dentro do próprio setor. Desse montante, R$ 529,4 milhões foram destinados para o

atendimento de emendas coletivas e R$ 58,8 milhões, para a formação de reserva para o cumprimento da meta de superávit primário.

Emenda de Relator nº 80020003, nos termos do que dispõe o Item 22.2 da parte especial do parecer preliminar.

5.4.1. Emendas individuais.

No que diz respeito às emendas individuais, com exceção de três que foram retiradas pelos autores, todas as demais foram integralmente aprovadas, o que implicou a utilização de R$ 4,8 bilhões.

Emendas de bancada com a obrigatoriedade de execução.

O substitutivo aprovado ao PLDO 2016 garante a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual constantes da Seção I do Anexo de Prioridades das Metas da LDO e aprovadas na Lei Orçamentária para 2016.

No âmbito da saúde houve duas emendas nessa situação que receberam recursos específicos para o atendimento da Relatoria-Geral.

Itens 122 e 150.

Emenda nº 71080006, Item 122, e Emenda nº 71220013, Item 150.

Demais emendas coletivas.

Para atender aos demais pleitos de apropriação das bancadas e Comissões, foram utilizados R$ 949,9 milhões. Mesmo diante da escassez de recursos, buscamos ouvir todos os que nos procuraram, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.

Para as emendas de Comissão prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos, sendo destinado um total de R$ 132 milhões.

Quanto à distribuição, foi conferida preferência ao Fundo Nacional de Saúde, nas ações de estruturação de unidades de atenção especializada, apoio à manutenção de unidades da saúde e politicas de atenção à saúde da mulher.

Do recurso restante, em montante de R$ 817,9 milhões, um terço foi alocado às emendas de apropriação das bancadas estaduais, segundo a quantidade de emendas apresentadas à área temática, e o remanescente, segundo critério de mérito.

O quadro abaixo apresenta a alocação dos recursos por tipo de emenda, por unidade orçamentária e classe da despesa CASPS, que compõe o mínimo de saúde, ou não ASPS.

Quanto às emendas de remanejamento, tendo em vista proporem acréscimos a programações constantes do PLOA e de outros pleitos, procuramos dar acolhimento que não comprometesse as programações a serem canceladas. Desta forma, foram atendidas conforme o quadro a seguir: 1,17 e 2,0.

6.2. Outras Informações obrigatórias conforme Resolução 01/2006-CN.

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 70, da Resolução nº 1, de 2006/CN, registre-se que no âmbito do Ministério da Saúde não há subtítulo relacionado a indício de irregularidade grave apontado pelo Tribunal de Contas da União.

7. Correção de Erros e Omissões — Emendas de Relator.

Conforme determina a Resolução n° 001, de 2006, do Congresso Nacional, os relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do setor apontou algumas inadequações técnicas que são tratadas nos itens a seguir.

7.1. Ajuste de GND no Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais.

Excepcionalmente, o PLOA para 2016 classificou parte das dotações afetas ao Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais (Ação 6148), como investimentos (GND 4). Tendo em vista se referir a financiamento/pagamento do "contrato de gestão", não se justifica a previsão de GND 4.

7.2. Ajuste de Descritor de Ações.

Como apontado, alguns descritores de ações orçamentárias sofrem alterações na proposta para 2016. Consideramos oportuno efetuar dois ajustes já mencionados no Item 2.7 deste relatório.

No caso dos serviços ambulatoriais e hospitalares prestados pelos hospitais universitários (Ação 20G8), que concentra os recursos afetos ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais — REHUF, regulado pelo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Decreto nº 7.082, de 2010, propomos descritor que mantenha a finalidade original e melhor explicite se tratar do citado programa.

Quanto à ação de saneamento em pequenas comunidades e em comunidades rurais ou tradicionais (Ação 7656), tendo em vista ser considerada para fins de apuração do piso constitucional, propomos ajuste que compatibilize o objeto da ação com o disposto na LC n° 141, de 2012. Segundo a citada norma, o saneamento computável para fins de mínimo constitucional é o realizado em pequenas comunidades, localidades de pequeno porte, e em comunidades remanescentes de quilombos.

Dessa forma, propomos a redação a seguir para os descritores das ações 20G8 e 7656:

7.3. Substituição da Fonte 144 — Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional — Outras Aplicações.

Conforme exposto nos Itens 2.5, 4 e 4.2 deste relatório, a referida fonte financia R$ 52 bilhões em despesas classificadas como ASPS. Nos termos da legislação vigente, a utilização da citada fonte impede o cômputo das despesas para fins de apuração dos recursos mínimos a serem aplicados no setor.

Tendo em vista as dotações do órgão classificadas como não ASPS serem insuficientes para a substituição do referido volume de recursos, não foi possível efetuarmos o ajuste necessário dentro do setor.

Dessa forma, indicamos ao Relator-Geral a necessidade de efetuar o referido ajuste a fim de garantir formalmente o cumprimento da legislação vigente.

7.4. Adequação do Orçamento de Investimento da HEMOBRÁS.

Conforme exposto no Item 3 deste relatório, verificamos incompatibilidade entre o montante previsto no orçamento de seguridade social para participação da união no capital social da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRÁS e o valor alocado à empresa no orçamento de investimento.

Entretanto, tendo em vista a incompatibilidade atingir também empresas de outros setores, indicamos a correção ao Relator-Geral.

8. Indicações ao Relator-Geral.

O item IV.09 da parte especial do parecer preliminar prevê a complementação de R$ 3,2 bilhões em programações classificadas como ações e serviços públicos de saúde e as prioritárias para assegurar a continuidade das atividades do SUS.

Dessa forma, indicamos ao Relator Geral:

8.1. Complementação do MAC.

Como mencionado no item 2.7.3 deste relatório, o *per capita* de gastos com procedimentos de média e alta complexidade encontra-se bastante reduzido para 2016. A redução, em termos percentuais, é de 10,4% frente ao previsto para 2015.

Trata-se de despesa obrigatória com grande impacto para a manutenção do funcionamento do Sistema Único de Saúde. Seriam necessários R$ 5,4 bilhões de acréscimo às dotações para colocá-la no patamar de aplicação de R$ 207,6 reais por habitante, o que equivaleria a reajuste inferior a 2% em relação ao autorizado para 2015.

8.2. Complementação do Farmácia Popular — Copagamento.

Em função de restrições orçamentárias, não foi prevista no PLOA 2016 programação referente ao Farmácia Popular pelo Sistema de Copagamento (Ação 20YS). Consideramos a manutenção do programa, em especial da citada despesa, prioritária para a continuidade das atividades do SUS no atendimento da população.

Apesar de haver sido apresentada a emenda 5021-0003, da Comissão de Seguridade Social e Família, para recuperação do programa, não foi possível alocar montante adequado e suficiente para a continuidade do programa. Por isso, indicamos a complementação da citada emenda em R$ 500 milhões.

8.3. Complementação do Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais.

Consideramos o saneamento básico de grande relevância para a população, em especial aquele que atende localidades de pequeno porte. A Emenda n° 6006-0003, da Comissão de Assuntos Sociais, buscou alocar recursos à Ação 7656 — implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos). Entretanto, não nos foi possível alocar os recursos de que a atividade necessita.

2. Voto do Relator.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista: aprove o Projeto de Lei n° 7, de 2015, do Congresso Nacional, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e dos ajustes técnicos de que trata o Item 7.2 deste relatório relativos à redação dos nomes das Ações 20G8 e 7656;

II. Autorize o Relator-Geral a implementar:

a) a correção prevista nos Itens 7.3 e 7.4 deste relatório; e

b) as indicações constantes do Item 8 deste relatório."

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Obrigado, Deputado João Arruda.

Está aberta a discussão.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, eu queria solicitar que não fosse aberta a discussão da sáude, pois nós acabamos de receber cópia do relatório — ainda está até quente. Eu gostaria de lê-lo. Nós não interrompemos a leitura, mas não estava disponível. Sugiro que V.Exa. passe para a votação de outra área e aguardemos a da Saúde. Não dá para fazer a votação nem do relatório. Eu queria até conversar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Sim, mas não vai ser votado agora. Vai ficar aberto para a apresentação de destaques. Será só discussão e depois vamos abrir para destaques e vamos entrar em outras.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, mas vou discutir um documento que eu acabei de receber? É isso que estou dizendo. Estou pedindo um tempo porque não dá nem para discutir. Olhe o tamanho do relatório da Saúde, uma área extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Qual o tempo de que V.Exa. precisa?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Três dias. Não! *(Risos.)* Eu serei mais bondosa. Preciso de pelo menos 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Só se for em um intervalo entre uma matéria e outra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Isso. Pelo menos 30 minutos, para conhecermos o documento para o debate. Nós estamos com toda boa vontade, mas menos do que isso não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Vamos então suspender a discussão desse tema por 20 minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Parece-me que havia um relatório para ser votado. O Deputado Danilo Forte está esperando para votar. Acho que poderia chamá-lo, porque já está dentro do prazo. Tem outro Relator presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Com a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O relatório da Integração está pronto para ser votado. Está aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Vou um pouco na linha da Deputada Professora Dorinha, mas não vou pedir tempo para apresentar os destaques, em função de que houve aqui uma redução muito expressiva e nós vamos apresentar os destaques para ver se somos contemplados no relatório-geral. Só queria dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - O.k.

Senador Eduardo Amorim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Vamos voltar, então, ao relatório de Justiça e Defesa.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas, por unanimidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Área Temática Defesa e Justiça. Relatório setorial.

Errata:

"Sejam realizados os seguintes ajustes no relatório:

1. Emenda 38100010.

Autor: Antonio Anastasia.

Funcional/Programática 05.301.2108.2E74.7124.

Ação+Subtítulo: Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas — Hospital de Guarnição de Juiz de Fora - Juiz de Fora, Minas Gerais.

Onde se lê "esfera: 1", leia-se "esfera: 2".

2. Emenda 24480001.

Autor: Felipe Maia.

Funcional/Programática: 05.153.2058.20PY.7136.

Onde se lê "Ação+Subtítulos: Adequação de Organizações Militares do Exército - 7ª Batalhão de Engenharia de Combate (7º BECmb) - Natal - Rio Grande do Norte", leia-se "Ação+ Subtítulo: Adequação de Organizações Militares do Exército - 7º Pelotão de Polícia do Exército - Natal - Rio Grande do Norte".

Essa foi a errata da Defesa.

Matéria extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática IV - Integração Nacional. Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe.

Foram apresentados dois destaques.

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, foram apresentados dois destaques: um da bancada de Goiás, que pede mais recursos — a bancada já teve atendimento parcial de nossa parte —; e o outro da bancada do Ceará, que também pede mais recursos. Lembro à bancada do

Ceará que atendemos uma emenda no valor de R$150 milhões, Sr. Presidente. Então, nosso parecer é pela rejeição dos dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Pela rejeição dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os que estiverem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - É sobre os destaques, Sr. Deputado? *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Os que estiverem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Relator setorial: Deputado Danilo Forte, do PSB do Ceará.

O Relator vai apresentar um adendo ao relatório setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, com adendo e errata.

Está em votação.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu tenho um destaque nesse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Já está com o Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores:

"Adendo/Errata nº 1 ao relatório setorial da Área Temática XVI.

Onde se lê, nas páginas 12 e 13:

'1.4 - Indicações à Relatoria-Geral.

Diante do exposto, indicamos e solicitamos ao Relator-Geral:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a) nos termos do Item 9.V do Parecer Preliminar, apresentar emenda de Relator-Geral para acrescentar recursos à ação 10ZB - Adequação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, e para a ampliação, reforço e dragagem dos cais do porto 7 ao 10 do Terminal Marítimo de Passageiros de Recife, em Pernambuco'.

Esses dois temas não têm emenda e, por isso, não puderam ser atendidos no relatório setorial. E nós estamos encaminhando ao Relator-Geral exatamente para que ele atenda isso.

'Leia-se:

1.4 - Indicações à Relatoria Geral.

Diante do exposto, indicamos e solicitamos ao Relator-Geral:

a) nos termos do item 9.V-A do Parecer Preliminar, apresentar emenda de Relator para acrescentar recursos à ação "10ZB - Adequação do Aeroporto Internacional Pinto Martins", à ação "1F52 - Adequação do Aeroporto de Goiânia" — a pedido da Senadora Lúcia Vânia, que também não tinha emenda de bancada — e para a ampliação, reforço e dragagem dos cais 07 ao 10 do Terminal Marítimo de Passageiros do porto de Recife, Pernambuco.' Ela consertou aqui.

Emendas coletivas de apropriação pela aprovação e aprovação parcial.

Onde se lê "bancada da Bahia", leia-se "bancada da Bahia". A emenda é a 71060004, da Justiça Federal de Primeiro Grau, construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso, na Bahia, no Município de Paulo Afonso, da Bahia. O valor aprovado tinha sido de R$ 5 milhões e, pela aprovação parcial, passa para R$ 8 milhões.

Onde se lê 'Comissão Senado do Futuro — é isso, do futuro mesmo? — CSF, a emenda 52290001, da Secretaria dos Direitos Humanos, construção, reforma, equipagem e ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes', onde se lia 'R$ 3.845.266', agora se lê 'R$ 5.845.266'. Isso aqui foi retificado.

Onde se lê 'Comissão de Serviço de Infraestrutura', a Emenda é a 60010005, do Fundo Nacional da Aviação Civil, construção e reforma e reaparelhamento de

aeroportos e aeródromos de interesse regional, na emenda nacional, onde se lia ‘55 milhões’, agora se lê ‘50 milhões’.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2015, Deputado Danilo Forte, Relator.”

Os pareceres. Qual dos dois?.

Parecer atualizado.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, foram apresentados 22 destaques ao relatório. Salvo quanto aos Destaques nºs 13, 14 e 15, que solicitam a recomposição sequencial 758, 759 e 760, nos valores de 40 mil, 200 mil e 80 mil, respectivamente, todos os demais destaques serão rejeitados, para que sejam apresentados novamente na próxima fase, a serem analisados pela Relatoria-Geral.”

Quero dizer que já comuniquei ao Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, que nós vamos encaminhar a ele todos os destaques que foram feitos a este relatório setorial, exatamente no sentido de dar agilidade à aprovação final do relatório.

“Os recursos necessários para o atendimento dos Destaques nºs 13, 14 e 15, no valor de 320 mil, provirão da redução do atendimento à Emenda nº 50290001, cujo atendimento foi de R$ 5.845,266 e passará a ser de R$ 5.525,266.

Quanto aos Destaques nºs 7 e 9, por tratarem de idêntico pleito dos Destaques nºs 14 e 15, votamos pela prejudicialidade dos mesmos.

Com esse fundamento, nosso voto: é pela aprovação dos Destaques nºs 13, 14 e 15, com redução parcial do atendimento da Emenda 502900001; pela prejudicialidade dos Destaques nºs 7 e 9; pela rejeição dos demais Destaques, de nºs 1 a 6, 8, 10 a 12 e 16 a 22, com o compromisso de serem reexaminados pelo Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros.

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Deputado Danilo Forte, Relator Setorial da Área XVI.”

Esse é o parecer quanto aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Em votação o relatório, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Com a palavra, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu queria...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Com a palavra...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Antes da votação, Presidente...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Ademir Camilo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - O Deputado Ademir Camilo foi o primeiro a pedir a palavra. Depois os Deputados Zeca Dirceu e Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Deputado Danilo Forte, V.Exa. acatou, em relação aos TRTs, uma região, e não fez as outras. Em Minas Gerais houve um corte de R$ 2,2 milhões, e foram apresentados os Destaques nº 12 e nº 8.

Entendemos que V.Exa. disse que o Relator-Geral ainda vai apreciar, mas V.Exa. já fez uma incursão no TRT de Campinas e fez uma recomposição. A emenda de bancada de Minas também... E eu quero justificar aqui a minha fala. Todos esses recursos que foram retirados são para custeio e apreciação de causas. É a fase inicial. Então, houve um corte e as emendas do meu Estado de Minas Gerais, a Emenda nº 12 e a Emenda nº 8, e a Emenda de bancada nº 18, acho que V.Exa., inicialmente, poderia apreciar para que esse corte, se houver, seja um corte para todos. E a recomposição deveria também ser para todos. Da mesma forma, o corte da Emenda nº 10, do Estado do Rio de Janeiro, que V.Exa. inadmitiu, rejeitou. E aí pondero a V.Exa. que esse corte seja linear, bem como a recomposição. Entendo que haverá, ainda, a apreciação do Relator-Geral, mas, com certeza, vamos ter muito mais dificuldade, uma vez que V.Exa. apreciou a fundo esse relatório setorial.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu havia pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Relator, na mesma linha da que foi feita anteriormente. Queria que ele trouxesse um pouco mais de explicações sobre o Destaque nº 21, que trata da redução que houve em relação à Ação 4256, que trata de investimentos, de despesas de custeio do TRT da 9º Região. Houve uma redução de 17,2% e

percebe-se que em outras regiões as reduções foram em percentuais bastante diferentes — em alguns casos, até metade do que foi feito em relação ao TRT da 9ª Região, que atinge especificamente o Estado do Paraná. Os Tribunais Regionais do Trabalho têm uma grande necessidade de custear as suas ações, e eu acredito que, da mesma forma que já foi sugerido, se houve necessidade de cortes, eles deveriam ter sido proporcionais a todas as regiões do País, tanto no corte como depois, na recomposição.

Então, eu queria pedir a boa vontade, o auxílio e o apoio do Relator. Não vejo por que nós deixarmos essa tarefa, que é tão específica, para o Relator-Geral do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, na verdade, quero fazer uma defesa do Destaque nº 4, sobre o Tribunal da 8ª Região, com sede em Belém. Essa obra, inclusive, já está iniciada, e o destaque pede a reposição do valor. A construção da sede do TRT no Estado do Pará, em Belém, atende a dois Estados: Pará e Amapá.

V.Exa. está propondo que essa tarefa fique para o Relator-Geral, não é isso, Deputado Danilo Forte? Acho que temos mais dificuldade em discutir com o Relator-Geral. De qualquer maneira, eu ainda me sinto, pelo menos, com uma chance. Mas gostaria que V.Exa. nos ajudasse com o Relator-Geral, porque essa obra é de grande importância.

Eu sei que aqui todos nós queremos "emplacar" os nossos pleitos, porque todos são importantes, mas a Região Amazônica, a Região Norte sempre tem as suas dificuldades específicas. Esse valor não é alto e viabiliza a construção desse prédio muito importante para a Justiça do Trabalho no Pará e no Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Com a palavra o nobre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prezado Relator, Deputado Danilo Forte, tenho aqui comigo três destaques, os de nºs 8, 12 e 18, que versam sobre a mesma questão abordada pelo Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - O meu é o Destaque nº 21, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esses destaques foram também objeto de manifestação feita pelo Deputado Ademir Camilo. Eles tratam de recurso para o TRT da 3ª Região, Minas Gerais. Nós tivemos oportunidade de conversar com a Presidente do TRT e sabemos das dificuldades que vêm sendo enfrentadas por esse tribunal para dar cabo de todas as suas funções. Nós estamos falando de uma situação que envolve o interesse dos trabalhadores e dos empregadores. Afinal de contas, as matérias que tramitam no TRT envolvem todo o setor produtivo do País.

Nós precisamos que esses litígios sejam superados e que o TRT funcione de forma plena. Isso é bom para todo mundo. Não há nada pior do que uma pendência judicial interminável e não há nada mais triste do que um direito não ser respeitado. Então, nós não podemos deixar que o Orçamento, de alguma forma, estrangule essa que é uma função indelegável do Estado.

Hoje se fazem muitas parcerias público-privadas, busca-se delegar funções à sociedade, mas a Justiça do Trabalho é essencial. Não há como, nesse aspecto, nós contingenciarmos ou restringimos aquilo que é essencial.

Então, eu faço um apelo a V.Exa. que melhor nos contemple, atendendo a esses destaques e garantindo os recursos necessários para o funcionamento do TRT da 3ª Região. É claro que nós entendemos que essa deve ser uma visão que alcance todos os TRTs, de todo o território nacional. Sei que há outros destaques, mas, especificamente nessa questão de Minas Gerais, nós assumimos esse compromisso junto com o Deputado Ademir Camilo e com outros colegas.

Eu quero pedir ao Relator que olhe com carinho, portanto, essa nossa demanda para que possamos concluir essa votação nessa linha que estamos fazendo, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Concedo a palavra à Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero me dirigir ao Relator Danilo Forte, parabenizá-lo pelo relatório e, ao mesmo tempo, reforçar essa questão do corte linear e da recomposição linear. Eu

acho que isso seria justo e promoveria uma reestruturação dos TRTs do País de forma mais igualitária em todos os Estados. Nós não podemos criar essa diferença entre um Estado e outro. Então, seria mais justo.

Ao mesmo tempo, Relator, eu queria reforçar também o Destaque nº 3, apresentado pela bancada do Estado de Goiás, que trata do término da obra do Aeroporto de Goiânia, uma obra que se alonga há muitos anos. Houve um corte de 18 milhões, e nós precisamos reverter esse corte, porque, do contrário, vamos ter dificuldade com o término da obra por falta desse recurso.

Então, eu queria pedir sensibilidade a V.Exa. É uma obra importante para o Estado e tem sido esperada pela população goiana há muito tempo. Então, eu queria pedir a V.Exa. para reconsiderar esse corte feito em relação ao Aeroporto de Goiânia, o qual vai atender a todo o Estado de Goiás.

Muito obrigada, Relator.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Eu queria propor, depois da fala do Deputado João Arruda, a votação dos destaques em globo, ressalvados, é claro, os destacados.

Deputado João Arruda, V.Exa. quer falar? *(Pausa.)*

Em votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para ressalvar o Destaque nº 22, que trata também da construção da sede da Justiça Federal em Paulo Afonso, na Bahia.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. chegou atrasado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, eu quero falar aqui sobre os cortes do Orçamento de acordo com o relatório apresentado pelo Deputado Danilo forte e questionar o critério utilizado, porque o corte do Paraná é o maior de todos. Ele empata com outro Estado, talvez, mas é um dos que recebem os maiores cortes dos três Estados da Unidade da Federação. Eu queria que V.Exa. explicasse qual foi o critério adotado para fazer esse corte em relação ao Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Votação em globo, ressalvados esses destaques que foram pinçados...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sr. Presidente, quais destaques estão sendo ressalvados, para ficar claro?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quais são os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Todos os que foram defendidos aqui.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Vamos repetir!

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Todos os que foram defendidos pelas Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, questão de ordem. Eu também quero que o Relator possa analisar com cuidado a questão do TRT da 2ª Região. O Deputado Orlando Silva ia fazer esse encaminhamento. Já foi feito? *(Pausa.)* Essa era a minha dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Em votação na Câmara dos Deputados.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O Destaque nº 3 está incluído como ressalvado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Valdir Raupp) - Todos os que foram defendidos estão ressalvados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os demais destaques foram rejeitados.

Em votação os destaques rejeitados.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Um momento, Sr. Presidente. Há o Destaque nº 6, sobre o Maranhão, que está na mesa com o Deputado Danilo. Eu gostaria de pedir a compreensão de S.Exa. para recompor o recurso. É pouco, são apenas 300 mil reais. É uma obra de grande interesse para o Maranhão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não há emenda.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas é uma obra de grande interesse para o Maranhão. Considere V.Exa. que o Maranhão é o Estado com o menor atendimento judiciário trabalhista. Há um fórum sendo construído lá em Imperatriz, a segunda maior cidade do Estado. Esse 1 milhão e meio é para a primeira etapa. Se não for 1 milhão e meio, 1 milhão e 200 mil, não dá para fazer a primeira etapa da obra.

Eu gostaria que V.Exa. levasse em consideração o meu pedido. Eu sei que não há emenda, mas gostaria que V.Exa. reconsiderasse e reajustasse o valor, voltasse ao valor original. É este o pedido que eu faço a V.Exa., clamando pelo povo do Maranhão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu vou pedir à Presidente que possamos refazer o relatório baseado no que foi colocado por esses destaques. Gostaria de já declarar a todos que o corte foi linear. Todas as demandas foram cortadas em 20% linearmente, a partir do relatório preliminar.

Alguns desses destaques são oriundos do corte do relatório preliminar. Então, não foi este humilde Relator que cortou o recurso. Já veio cortado do relatório preliminar. Aquilo que foi cortado, no relatório preliminar, deve ser consertado ou deve ser recomposto pelo Relator-Geral, que foi quem preparou o relatório preliminar. Já há uma prévia de um acordo preestabelecido, no sentido de que essas demandas sejam dirimidas diretamente pelo Relator-Geral e de que as demandas menores que nós tenhamos condição de resolvê-las sejam aqui resolvidas.

É o seguinte: algumas questões sequer possuem emenda de bancada, como é o caso do grande e correto pleito da Deputada Flávia Morais sobre a reconstrução do Aeroporto de Goiânia. Não há emenda de bancada para repor esse orçamento. Inclusive, ele foi cortado no relatório preliminar. É uma demanda que tem de ser colocada junto ao Relator-Geral. E eu me esforçarei nesse sentido.

Então, peço a suspensão da aprovação, para que eu possa fazer um novo adendo, recompondo esses orçamentos, principalmente a essas demandas pontuais que alguns Deputados colocaram: Destaque nº 21, do Deputado Zeca Dirceu; Destaque nº 10, do Deputado Ademir Camilo; Destaque nº 4, do Deputado Zé Geraldo; Destaques nºs 8, 12 e 18, do Deputado Domingos Sávio; e o Destaque nº 6, do Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço muito, nobre Relator. V.Exa. está acolhendo, não é isto?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Relator, e o Destaque nº 17?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Já foi atendido. Tanto o destaque apresentado pelo Deputado da Bahia como pelo Deputado de São Paulo, esses dois já tinham sido atendidos previamente no meu adendo, que foi lido anteriormente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Desculpe-me, Deputado, mas peço que confirme: V.Exa. está acolhendo os Destaques nºs 8, 12 e 18?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não estou acolhendo. Eu vou refazer o relatório para encontrar uma solução para eles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vai fazer um estudo? Tenho absoluta convicção de que V.Exa., com a competência que lhe é peculiar, haverá de encontrar meios de atender o TRT de Minas Gerais. Muito obrigado. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu ia dizer uma coisa imprópria para dizer aqui nesta reunião.

São 13 horas. Eu peço à Presidenta que possamos retornar às 16 horas para aprovar só o final. Está bom?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza. Mas vamos colocar em votação os rejeitados?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Já foram colocados pelo Senador Valdir Raupp. Não foram?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ainda não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu vou repetir aqui para não haver problema.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - São os ressalvados?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - São os ressalvados: Destaque nº 4, do Deputado Zé Geraldo; Destaque nº 6, do Deputado Hildo Rocha; Destaques nºs 8, 12 e 18, do Deputado Domingos Sávio; Destaque nº 10, do Deputado Ademir Camilo; e Destaque nº 21, do Deputado Zeca Dirceu. Nós vamos reapresentá-los, por um adendo, às 16 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação em globo dos demais destaques rejeitados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam com a rejeição permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que concordam com a rejeição permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques rejeitados estão mantidos.

Nós poderíamos pedir ao Relator do PPA... *(Pausa.)*

Senador Hélio José, V.Exa. estava relatando que área?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Estava relatando...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Área Temática I — Transporte?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Área temática I:

"Errata nº 1 ao Relatório da Área Temática I — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016. (PL nº 7 de 2015 - CN).

Anexo relativo às emendas coletivas de apropriação - pela aprovação e aprovação parcial.

Autor: Bancada do Maranhão

Emenda: 71110005

Onde se lê:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: 15BZ - adequação de trecho rodoviário - entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - entroncamento BR-316 (Peritoró) - na BR-135/MA.

Leia-se:

Ação: 7W84 - adequação do trecho rodoviário - trecho Estiva - entroncamento da BR-222 (Miranda do Norte) na BR 135.

Anexo relativo às emendas coletivas de remanejamento - pela aprovação e aprovação parcial.

Autor: Bancada do Mato Grosso

Emenda: 71120001

Onde se lê:

Ação: 7W65 - Estudos e projetos para adequação de trecho rodoviário Cáceres - Diviva/MT/RO - na BR 174/MT.

Leia-se:

Ação: 7L94 - estudos e projetos para adequação do trecho rodoviário - Barra do Garças - Cáceres - na BR 070/MT.

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Senador Raimundo Lira"

Esta é a errata, Sra. Presidente. Os destaques...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu gostaria apenas de agradecer à Consultoria desta Comissão por haver corrigido. Foi naquela hora em que eu fiz a minha fala, e agora a Errata nº 1 veio corrigindo justamente aquilo que eu entendia que estava incorreto.

Quero agradecer ao Senador Hélio José por haver atendido ao nosso pedido.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - V.Exa. é muito atento e acompanha tudo, Deputado Hildo Rocha. Parabéns a V.Exa.!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Obrigado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Deve-se votar a errata, agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação a errata apresentada.

Deputado José Airton Cirilo, V.Exa. tem alguma indagação?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque do Deputado José Airton Cirilo não está na mesa. Eu peço que esclareçam. Nenhum destaque pode ser prejudicado por não se encontrar sobre a mesa.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Senadora, nós temos aqui três destaques da bancada de Roraima. O do nosso nobre Deputado José Airton Cirilo não chegou aqui à mesa ainda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente, está aqui a cópia, eu a tenho aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A cópia protocolada, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu tenho destaques à emenda 007, 7100... Está tudo igual aqui. Emenda 71070012.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Transportes. O que ele está lendo, não é sobre transportes?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre transportes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Houve um pequeno atraso aqui.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos aceitar os números dos destaques oferecidos por V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar a primeira errata?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - Presidente, eu gostaria de chamar atenção para o Destaque nº 14, que é de um anel viário em minha cidade. É inclusive de uma emenda de bancada assinada também pelo Deputado José Carlos Araújo. Eram 40 milhões de reais em recursos, que foram reduzidos para 14 milhões de reais. Peço que se veja a possibilidade de aumentar alguma coisa, pelo menos

para que seja construída a primeira etapa. Com 20 milhões ou 25 milhões, seria possível iniciar essa obra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Relator, pergunto se V.Exa. ouviu.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Deputado, por gentileza, V.Exa. poderia repetir?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - Eu me referi ao Destaque nº 14, que se destina a um anel viário de minha cidade. Inclusive, é uma emenda de bancada de 40 milhões de reais, que foi reduzida para 14 milhões. Portanto, se houvesse a possibilidade de ampliar um pouco esse valor, seria bom, pelo menos para que seja feita a primeira etapa.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Qual é a cidade de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - Euclides da Cunha, na Bahia.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Na Bahia, o.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - É a melhor cidade do Brasil.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu queria encaminhar a V.Exa., Senadora Rose de Freitas, que eu vou conversar com o Senador Raimundo Lira, e vamos suspender também para as 16 horas — conforme o Danilo suspendeu o dele — a apreciação dessas... Porque chegaram agora aqui destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou colocar em votação apenas a errata. E V.Exa. tem prazo até às 16h para que possa refazer o relatório.

Vamos colocar em votação, na Câmara dos Deputados, a errata apresentada pelo Relator *ad hoc*.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Errata à área temática nº 1 foi aprovada.

Vamos fazer a discussão da saúde, pois o nosso Relator está presente. E vamos encerrar os destaques do PPA.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Peço que me inscrevam, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Cara Senadora Rose de Freitas, Presidente da nossa Comissão, caro Relator João Arruda, eu represento aqui o Estado de São Paulo, como coordenador da bancada de São Paulo, e queria solicitar ao nosso Relator que atenda — parcialmente, pelo menos — os destaques que apresentei pelas emendas de São Paulo.

Veja, nós temos na bancada de São Paulo 20 emendas. Temos aqui o número mínimo de 15 e o máximo de 20, independentemente do tamanho de cada Estado da Federação. E temos que ainda considerar 3 emendas de remanejamento. Eu estou colocando esses números das emendas para situar que a bancada decidiu, mesmo com o número reduzido de emendas, apresentar 9 emendas na área da saúde. Então, veja que a bancada de São Paulo decidiu que deveria priorizar a área da saúde. Repito: das 17 emendas que nós temos — porque 3 são de remanejamento —, entre as de apropriação, 9 emendas são na área da saúde.

E por que as emendas foram apresentadas na área da saúde? Porque nós temos em São Paulo vários hospitais que prestam serviço à população de São Paulo e prestam serviço à população de todo o País. Eu posso citar aqui o Hospital de Câncer da Fundação Amaral Carvalho, de Jaú; o Hospital de Câncer de Barretos; o Incor — Instituto do Coração, em São Paulo; o Hospital das Clínicas, também de São Paulo. Nós temos a característica, caro Deputado João Arruda, de receber, em São Paulo, não só as pessoas do nosso Estado, mas também pacientes oriundos, eu diria, de quase todos os Estados da Federação. E evidentemente fazemos isso sem nenhuma ressalva; fazemos porque entendemos que São Paulo dispõe de um equipamento de saúde importante.

Ao observarmos as alocações de recursos para as emendas de São Paulo, nós verificarmos que São Paulo ficou com 53 milhões de reais para as nove emendas apresentadas. E eu não quero discutir aqui se São Paulo merece mais ou merece menos, se há outros Estados que têm mais recursos. Na verdade, pelas características, pela quantidade populacional, pelo fato de atender populações de outros Estados, eu pediria a V.Exa. que pudesse dedicar-lhe um carinho especial.

Eu acho que atender as emendas de São Paulo, especialmente as que dizem respeito aos hospitais especializados, que acabam atendendo a população de todo o País, é uma forma também de distribuir melhor os recursos da área da saúde.

Então, o meu pleito, caro Deputado João Arruda, é no sentido de que V.Exa. se sensibilize com essa realidade. Nós não estamos aqui querendo nenhum privilégio para o Estado de São Paulo, mas é fato notório, verdadeiro, que nós atendemos a população de vários outros Estados da Federação. Não é justo, no meu entendimento, que as nove emendas da bancada somem 53 milhões de reais, quando nós temos Estados da Federação cujas emendas somam 150, 120, 130 milhões de reais. Mesmo que fôssemos aquinhoados com o mesmo valor de alguns Estados, ainda não seria justo. Se nós ficarmos com esse valor, então, a injustiça acabará sendo maior. Nós queremos que haja um olhar especial de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu compreendo o grande esforço do Deputado João Arruda, Relator da Área Temática da Saúde, e a pressão que recebe. Essa é uma área que consegue congregar todos os interesses, eu não tenho nenhuma dúvida. Sei também das dificuldades que S.Exa. enfrentou para construir esse orçamento, que já vem com um corte relativo ao do ano passado.

Mas eu queria fazer um apelo. Fiz o Destaque nº 12, uma emenda da bancada do Tocantins pelo Hospital Geral de Palmas. É o único hospital de maior porte do Estado inteiro. Pela posição do Estado do Tocantins, ele atende também a várias cidades de Mato Grosso, do Maranhão, do Piauí. Faço também um apelo nesse esforço. Eu sei que, entre o que foi solicitado e o que foi atendido por S.Exa., existe uma distância muito grande. Eu pediria que, pelo menos, desse condições ao hospital. Hoje, infelizmente, dentro do Hospital Geral de Palmas, pessoas estão internadas em um hospital de lona. Lembro que Tocantins é um Estado muito quente. Além disso, cerca de 400 pacientes às vezes ficam nos corredores desse único hospital que tem a cidade de Palmas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, faço esse apelo, nesse esforço, se for possível S.Exa. atender-nos. Com 5 milhões, não conseguimos nem começar a mexer, a dar andamento à obra, que está paralisada, no hospital de Palmas. O Governo do Estado é um governo do PMDB, não é da minha base. A minha preocupação é com a saúde no Estado do Tocantins.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes e dizer da dificuldade que realmente nós tivemos em trabalhar com essas emendas de bancada e emendas de Comissão

Nós tivemos cerca de 400 milhões de reais para atender todo o Brasil. Foi preciso estabelecer alguns critérios, sim. Nós fizemos o nosso trabalho de acordo com o número de emendas. São Paulo tem um número alto de emendas. É por isso que teve a indicação de 53 milhões de reais — é claro que ele precisa mesmo, pelo tamanho do Estado —, um valor maior do que o dos outros Estados.

Eu vi aqui que os destaques de V.Exa. e da coordenação da bancada de São Paulo são quase todos direcionados à média e alta complexidade. V.Exa. deve ter acompanhado a forma com que trabalhamos o orçamento da saúde nos últimos dias. Na semana passada, nós tínhamos 100 bilhões de reais para o orçamento da saúde, e, graças a uma que fizemos na votação do PLN 1, à sensibilidade da Presidente da Comissão e do Relator-Geral, nós conseguimos aumentar o valor do orçamento para 107 bilhões de reais. Houve aquela discussão sobre a repatriação. Eles aumentaram a receita líquida da repatriação de 10 bilhões para 20 bilhões de reais no ano que vem, mas não direcionaram aquele recurso.

O que aconteceu? Houve, Deputada Professora Dorinha — está no item 9 do relatório —, o compromisso do Relator-Geral de, depois do relatório setorial apresentado, acrescer ao orçamento quase 4 bilhões de reais, além de não aceitar o corte sugerido pelo Governo Federal, que é o corte de 3,8 bilhões de reais. É daí que vem esse dinheiro que conseguimos acrescer ao orçamento.

Esse dinheiro será para média e alta complexidade. Então, eu me comprometo a levar esses destaques de São Paulo para o Relator, a fim de que

possamos direcionar o dinheiro para melhorar a média e alta complexidade de São Paulo, de acordo com as emendas e os pedidos de V.Exa.

A Deputada Professora Dorinha pede um remanejamento que é possível fazer, pequeno. Nós podemos atendê-lo parcialmente tirando da Comissão de Assuntos Sociais. Para não dizer que há dois pesos e duas medidas aqui, ela pede 10 milhões de reais a mais para um hospital. São dois hospitais que serão atendidos no Tocantins: um receberá 15 milhões e outro receberá 25 milhões — 10 milhões a mais. Por que Comissão de Assuntos Sociais? Exatamente porque o Relator já assumiu o compromisso de aumentar o orçamento, de engrossar, de acrescer o valor indicado nas emendas da Comissão de Assuntos Sociais, que nós colocamos aqui e será direcionado para atender também o orçamento da FUNASA.

Para V.Exas. terem uma ideia, a FUNASA tinha um orçamento, que teve em média durante os últimos anos, de 1 bilhão de reais por ano. Este ano, o orçamento previsto pelo Governo e pelo Ministério do Planejamento foi de 70 milhões de reais — 70 milhões de reais! Nós conseguimos aumentá-lo, com o remanejamento aqui, inclusive utilizando as emendas coletivas, para atender o mínimo, que é saneamento básico.

Na verdade, é preciso reverter isso, Deputada Rose de Freitas, ou melhor, Senadora Rose de Freitas — S.Exa. foi Deputada comigo, então a chamo de Deputada de vez em quando —, é preciso reverter isso. Em qualquer lugar do mundo, saneamento básico é prevenção da saúde, é saúde pública, e sai do orçamento da saúde. Aqui no Brasil, não; aqui no Brasil, infelizmente, é outro orçamento, que é negociado pelo Ministro da Saúde e que teria que, em tese, ter sido negociado pelo Ministro da Saúde, e não o foi.

Então, nós temos lá 70 milhões de reais, que nós conseguimos aumentar, com muito esforço aqui, para 400 milhões de reais, o que está muito longe, muito aquém do desejável, que seria 1 bilhão de reais, e, com as emendas individuais, fazer ir para 700 milhões de reais. O mesmo compromisso eu gostaria de fazer — eu o estou fazendo com V.Exa. nesta conversa e tenho certeza de que a Presidente da Comissão também fará um esforço comigo junto ao Relator-Geral — com o Ceará e outros Estados que têm destaques direcionados para média e alta complexidade, porque o dinheiro do Relator da média e alta complexidade acabou. O dinheiro que

nós teremos será o acrescido pelo Relator na negociação que nós fizemos na semana passada.

Se não fosse o esforço desta Comissão, dos Deputados da Frente Parlamentar da Saúde, nós não teríamos nem esse dinheiro para negociar com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Deputado João Arruda, nós fizemos quatro destaques para a saúde: um é para a manutenção das unidades básicas de saúde no Estado do Ceará, outro para a Prefeitura de Fortaleza, outro para média e alta complexidade. Eu gostaria que V.Exa. também levasse em consideração, tendo em vista o que V.Exa. acabou de colocar com relação à FUNASA, que nós tínhamos feito uma emenda para a FUNASA de 150 milhões de reais e estamos apresentando esse destaque porque ficou no seu relatório só 1 milhão de reais. Nós gostaríamos que V.Exa. pudesse repactuar também esse da FUNASA para a bancada do Ceará. Veja o que V.Exa. pode repactuar, já que a FUNASA...

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - O dinheiro do PAC será gerenciado e administrado pelo GEPAC. O que veio do PAC para o orçamento da FUNASA é 70 milhões de reais; ela tinha 1 bilhão no ano anterior.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Mas esse, da FUNASA, é para abastecimento de água, para a questão... Vocês sabem que nós estamos vivendo uma situação de calamidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Mas esse é PAC?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Não, dentro da programação da FUNASA, a bancada colocou. Do PAC, o que nós colocamos foi da alta e média complexidade, da saúde. Esse é dentro da programação. Nós pedimos 300 milhões, e gostaria que V.Exa. pudesse nos aquinhoar com alguma parcela desse recurso.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - A informação que eu estou recebendo aqui é que toda destinação de recurso para água e esgoto da FUNASA tem como fonte o PAC — Plano de Aceleração do Crescimento. Não tem outra fonte de água e esgoto que não seja do PAC, então esse dinheiro é do PAC.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Mas isso aí foi colocado dentro do PAC? Não, porque foi emenda da bancada do Ceará. Entendeu? Então, assim

como V.Exa. atendeu a uma demanda local para contemplar a FUNASA, gostaria que V.Exa. pudesse nos contemplar também, aumentando esse recurso, porque é muito importante, considerando a gravidade da situação da estiagem que estamos vivendo no Estado. E o do PAC não contempla, porque os recursos do PAC, da FUNASA, embora sejam também para abastecimento de água e para questão de saneamento envolvendo água e esgoto, nós estamos vivenciando uma fase muito grave, são 4 anos em que a FUNASA cumpre um papel muito importante na questão de perfuração de poços, e a FUNASA é um dos órgãos que têm tecnologia, sobretudo para pequenos Municípios, e pequenos sistemas de abastecimento de água que não estão contemplados dentro do PAC.

Por isso, eu faço esse apelo para ver se V.Exa. pode nos contemplar melhor, com algum recurso, em função de que só ficou 1 milhão dos 300 milhões que nós colocamos.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Caro Relator, eu só quero dizer a V.Exa. que as emendas da bancada de São Paulo, veja, vão ao encontro daquilo que eu disse: são realmente para as entidades que prestam serviço de alta e média complexidade. Nós vivemos uma realidade hoje em que a assistência básica é feita pelas Prefeituras Municipais — a duras penas, registre-se aqui, as Prefeituras assumem esse encargo que é muito acima da sua obrigatoriedade de 15% da receita; há prefeituras em São Paulo que gastam 25%, até 30% da sua receita na área da saúde — e também pelo Estado.

Mas, tendo em vista a característica que eu acabei de relatar desses hospitais que são referência no Brasil, como o Hospital do Câncer e o Instituto do Coração, eles realmente acabam atendendo à população de todo o País, e deve ser assim mesmo; nós defendemos isso, não somos contrários. Mas é preciso que haja reconhecimento por aquilo que é feito em São Paulo em benefício de toda a população brasileira.

Por isso a nossa insistência em melhorar os recursos das emendas aqui colocadas pela bancada de São Paulo. Se V.Exa. se dispõe inclusive a ajudar, eu agradeço, vamos conversar juntos com o Relator-Geral do Orçamento para que os recursos na área de alta e média complexidade possam ser melhorados. É uma questão de justiça. Nós estamos atendendo não só à população de São Paulo

nessas instituições, especialmente instituições que são referências no Brasil todo, e não é justo que não recebamos por parte do Governo Federal os recursos necessários para isso.

Então, queremos contar realmente com V.Exa. para que possamos, na segunda etapa, melhorar a situação especificamente por essas características que acabei de salientar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - V.Exa. tem toda razão, tem o meu apoio, a minha solidariedade. E vamos trabalhar juntos para tentar resolver isso com o Relator, marcando uma reunião com ele e com a Presidência da Comissão para discutir aquilo que é de média e alta complexidade e que vai ficar a cargo do Relator, que foi definido inclusive na negociação que nós fizemos na semana passada. Se eu tirar esgoto e água do Ceará e colocar para execução, ele vai passar pelo PAC. A ação será do plano. Agora, se eu fizer o mesmo remanejamento que fiz — eu abri uma exceção, com muito custo, para a Deputada Dorinha, para um valor muito pequeno —, vou tirar da FUNASA da mesma forma, vou trocar seis por meia dúzia.

Então, faço um apelo a V.Exa. para que confie no meu esforço junto à FUNASA, porque seria tirar do orçamento da FUNASA para colocar um orçamento carimbado para a FUNASA, para o Ceará. Nós podemos fazer a mesma coisa dialogando com a FUNASA e com o Relator, porque a ação... Na verdade, nem é FUNASA, porque isso aqui é o GEPAC — Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento. . Quem vai definir é o GEPAC. Não é nem a FUNASA que vai decidir sobre essa ação.

Então, eu faço um apelo a V.Exa. para que nós aprovemos e façamos aqui a discussão do relatório dentro dessas condições, para que depois possamos trabalhar junto com o Relator-Geral e com a Presidente da Comissão e, quem sabe, aumentar a destinação desse recurso. Não tem como carimbar para o Ceará, porque é um recurso, uma ação que será administrada pelo GEPAC, e não pela FUNASA.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sim, primeiro, eu quero dizer a V.Exa. que sou um homem de bom senso e vou acatar a orientação, mas alerto que eu vejo isso com muita preocupação, porque, da forma como está sendo conduzido

o Orçamento, com tudo engessado, daqui a pouco nós não teremos autonomia para botar nenhum tipo de programação dentro do Orçamento. Entendeu? Essa questão é preocupante. Se as coisas já vêm engessadas por parte do Executivo e esta Comissão, o Congresso não vai ter poder de remanejar e colocar dentro de uma programação que possa levar em conta as prioridades de cada Estado, isso se torna muito preocupante.

Eu vou acatar, mas apelando também para que V.Exa. possa realmente, junto ao Relator, conosco, tentar refazer isso, para sairmos desse emaranhado, para que não fiquemos tão engessados. Como são demandas da bancada, portanto do Estado, têm que ser levados em consideração pelo Relator-Geral esses nossos destaques.

Por isso, vou acatar a sugestão de V.Exa. junto ao Relator-Geral, no sentido de que ele venha a se sensibilizar e acatar, pelo menos parcialmente, alguns destaques nossos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu não posso acatar parcialmente. A proposta é boa, a sugestão é boa. Inclusive, Sra. Presidente, quanto a esse orçamento engessado, que é do PAC, principalmente, mudaram as regras na LDO. Agora, tudo o que é do PAC também tem que ter autorização do Congresso. A decisão será do PAC, mas depois volta para o Congresso, para uma decisão sobre a destinação dos recursos. Então, houve avanço nisso também.

Agora, com o Orçamento engessado e com pouco recurso, como V.Exa. sabe, realmente fica difícil para o Relator. Mas eu vou indicar para o Relator. Vamos fazer a mesma reunião com o coordenador da bancada em São Paulo, Deputado Milton, para que possamos priorizar esses destaques e essas indicações que V.Exa. está fazendo aqui também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não havendo mais quem queira discutir, vamos passar à votação do relatório da Saúde. Vamos ressalvar os destaques, lembrando também ao Relator que S.Exa. aprovou parcialmente o Destaque nº 12.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados, primeiro, o relatório do Deputado João Arruda.

Os Srs. Deputados que são a favor do relatório do Deputado João Arruda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passemos à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvados os destaques.

Nós temos aqui um requerimento para votação em globo dos destaques rejeitados.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu preciso pedir para ser votado separadamente o Requerimento nº 12, de minha autoria?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento de V.Exa. está ressalvado, por ter sido aprovado parcialmente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não sei se podemos aprovar o requerimento para votação em globo dos destaques rejeitados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à votação em globo dos destaques rejeitados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que forem pela rejeição dos destaques, conforme o Relator apresentou, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que forem pela rejeição dos destaques conforme o Relator apresentou permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Fica ressalvado o Destaque nº 12, da Deputada Professora Dorinha, que foi aprovado parcialmente.

Vamos colocar em votação a aprovação parcial do Destaque nº 12, da Deputada Dorinha.

Aqueles que aprovam, na Câmara dos Deputados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado parcialmente na Câmara.

Em votação no Senado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado parcialmente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Aprovado parcialmente não, atendido parcialmente, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovado parcialmente. Não existe essa palavra “atendido” no relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu tenho uma reunião daqui a pouco. Eu agradeço se V.Exa. puder votar o Relatório de Minas e Energia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada. Parabéns ao Deputado João Arruda, pelo trabalho executado e pela dedicação absoluta que teve com esse trabalho na área da saúde.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Também agradeço ao Deputado João Arruda pela boa vontade.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Também parabenizo o Deputado João Arruda pelo belíssimo trabalho feito na relatoria setorial da saúde.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu agradeço à Presidente Rose, ao Relator-Geral, ao nosso Líder do PMDB aqui na Comissão de Orçamento, Deputado Hildo Rocha, a todos os Parlamentares e, principalmente, aos técnicos da Comissão de Orçamento, que foram fundamentais, nesses últimos dias, para que pudéssemos dar celeridade ao processo de construção desse relatório.

Muito obrigado a todos e parabéns!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Vamos para o PPA agora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Relatório Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia.

Para concluir, tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não houve destaque, mas há uma Emenda do Relator. Vou ler a justificativa da Emenda do Relator:

> *"Com fulcro no art. 144, III, da Resolução n.º 1, de 2006-CN, a presente Emenda de Relator objetiva operacionalizar a formação da reserva para cumprimento da meta de superávit primário a que se refere o item 22.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar. O valor desta emenda, de R$ 555.556,00, corresponde a 10% do total de cancelamentos efetivados pela relatoria setorial da Área Temática IX — Minas e Energia."*

Era só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nos termos do art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas em relação à emenda apresentada ao Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós queríamos dizer que não foi apresentado destaque ao relatório. Vamos passar à votação.

Em votação o Relatório Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Izalci, muito obrigada.

Pediria ao Deputado Wadson Ribeiro para tomar assento à mesa.

Relatório de Ciência e Tecnologia... É o dele.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em relação ao PPA, houve nove destaques. Como eu encerrei o prazo agora, o Relator está tomando ciência dos destaques para que possamos votar logo em seguida.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu queria fazer uma sugestão: após a leitura do relatório e votação, que pudéssemos fazer um intervalo de meia hora para nós comermos alguma coisa. *(Riso.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O estômago já encostou na parede, não é?.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É, e ainda há uma previsão longa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em consideração a S.Exa., que foi um dos primeiros a chegar aqui, vamos dar a palavra para que faça a leitura da área temática.

Há um lanche pronto lá para V.Exas. Há pão seco com salame.

A temática hoje é de Ciência e Tecnologia e Comunicações.

O Deputado Wadson Ribeiro está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, é o seguinte:

"Da Relatoria da Área Temática VIII, Ciência e Tecnologia e Comunicações, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, no tocante aos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério das Comunicações."

Aqui, Presidente, se V.Exa. me permitir, eu vou direto às emendas e ao voto do Relator, para não...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Eu só quero, se possível, a manifestação do Plenário no sentido de se há intenção de fazer destaques no relatório de Ciência e Tecnologia.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu queria fazer uma pergunta ao Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, pode fazer a pergunta.

Se não houver destaques, nós podemos ler o voto e votar logo em seguida.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, Sr. Relator, eu queria fazer uma pergunta direcionada aos recursos do FUST e FISTEL, dos fundos específicos para a área de Comunicação e Ciência e Tecnologia.

É de conhecimento nosso que os fundos são usados inclusive além do superávit primário e tem sido apontado pelo TCU de uso indevido. Eu queria saber como é que o Relator tratou desse recurso, porque existe uma revisão em andamento pelo Ministério das Comunicações. Eu queria saber como isso foi tratado no orçamento, se houve algum tratamento específico do ponto de vista orçamentário dos fundos específicos da área de Comunicação: FUST, FISTEL... Passam de 40 bilhões.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu vou ler rapidamente e ao final nós... Pode ser?

“Das emendas apresentadas. Foram apresentadas 115 emendas à programação dos Ministérios que integram esta Área Temática VIII, sendo 96 individuais e 19 coletivas. As Bancadas Estaduais apresentaram 12 emendas e as Comissões Permanentes apresentaram 7 emendas. Todas as emendas apresentadas foram de apropriação.

Dos recursos para atendimento das emendas. Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática VIII, foram utilizados recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 17.I, do Parecer Preliminar, Parte Especial. Já para atender as emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 18.1, do mencionado Parecer, no montante de R$ 89. 776.632.

Vale ressaltar que, apesar da autorização expressa nos itens 21 e 24 do Parecer Preliminar, Parte Especial, para que os relatores setoriais efetuassem cortes na programação das respectivas áreas, decidimos preservar integralmente a proposta orçamentária dos Ministérios componentes desta área temática."

Ou seja, nós não alteramos a programação que veio dos Ministérios e trabalhamos a relatoria fundamentalmente com os 89 milhões destinados pelo Relator-Geral.

"Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação propostas e aprovadas estão demonstrados na tabela (...)"

É uma tabela que está no relatório de número de emendas e valores.

"Das emendas individuais. Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas quando necessário, e atendidas exatamente no valor solicitado. Entre as programações dos ministérios desta Área Temática VIII, as iniciativas que mais receberam atenção dos senhores parlamentares foram as seguintes ações governamentais: apoio a projetos e eventos de educação, divulgação e popularização da ciência, tecnologia e inovação, fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo, apoio a projetos de inclusão digital e apoio à extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Das emendas coletivas. Na análise das emendas coletivas (comissões e bancadas estaduais) procuramos observar, além do mérito de cada proposição, a adequação das emendas às normas legais e regimentais, como também às orientações do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Cientes da impossibilidade de conseguir aprovar integralmente as demandas apresentadas pelas bancadas, procuramos adotar critério norteador para a distribuição dos recursos disponíveis de modo a atender aos diversos Estados da forma mais homogênea possível.

Dessa forma, optamos por atender apenas uma emenda por bancada estadual e por comissão, rejeitando não por mérito, mas por falta de recursos, apenas três emendas por conta deste critério. Além disso, priorizamos os projetos de implantação de infraestrutura para prestação de serviços de comunicação de dados, por meio da Telebrás, e de construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª

Geração, por entender que possuem maior relevância e terão maior impacto positivo para a população em geral e para a comunidade científica, respectivamente. Assim, as ações relacionadas a tais projetos tiveram uma majoração de dotação consignada, sem prejudicar as demais emendas, para as quais optou-se por uma distribuição equitativa.

Ajustes técnicos. Quando da elaboração dos respectivos pareceres, várias emendas foram ajustadas, ou para adequá-las às normas vigentes, ou para corrigir inadequações técnicas. De todo o modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos senhores parlamentares ou dos representantes das bancadas e das comissões, que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade (...).

Para cumprir o disposto no item 5 da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram efetuadas seis emendas de relator setorial no orçamento de investimento em decorrência da aprovação de emendas destinadas ao aumento de capital da Telebrás.

Voto do Relator.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática VIII com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Sala de Comissões.

Deputado Wadson Ribeiro, Relator Setorial."

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está lido o Relatório Setorial da Área Temática VIII.

Não há destaques. Eu pergunto se podemos colocar em votação o relatório na forma apresentada. Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Então, vamos passar à votação.

Na Câmara dos Deputados.

Quem o aprova permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Relator do PPA.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sra. Presidente, peço 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Queria agradecer aos Deputados pela contribuição que obtive, tanto das bancadas quanto individualmente, para a confecção deste relatório. Também queria agradecer a confiança e o apoio para a aprovação deste importante Relatório Setorial, que trata de dois temas relevantes para o nosso País: ciência, tecnologia e inovação e também comunicações.

Obrigado. Parabéns, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, parabenizamos V.Exa. pelo trabalho, pela assiduidade nos trabalhos da Comissão e pela colaboração sempre presente, o que contribuiu para a evolução dos nossos trabalhos.

Eu gostaria que estivesse presente no plenário o Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

Deixem-me ver. Faltam os das áreas de educação, turismo e esporte. *(Pausa.)*

O Deputado entregou o relatório apenas, nós vamos colocar em votação a partir das 4 horas.

O Deputado Zeca Dirceu está pedindo a suspensão por 5 minutos, vamos fazê-lo. Até as 2 horas é possível? Não, eu vou pedir por 20 minutos, só para fazer o lanche dos Deputados, senão os Deputados vão embora e não votam.

Está na mesa, por favor. O problema é que sai só do meu bolso esse lanche. Ficam o tempo todo pedindo lanche, lanche, lanche, lanche... *(Risos.)*

Está suspensa a reunião até as 2 horas, quando retornaremos ao PPA. Em seguida, vamos à votação relativa às áreas de esporte, educação e cultura.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reaberta a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estávamos na fase de discussão do relatório do Projeto de Lei nº 06/2015, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016/2019.

V.Exa. leu o relatório todo?

Está em discussão o relatório do PPA.

Tem a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, eu queria apenas acrescentar que foram feitos onze destaques. Desses onze destaques, eu estou acolhendo nove, aprovando os Destaques nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09 e 11. Estou rejeitando o Destaque nº 10, que inclusive era um destaque de texto. O Destaque nº 08 foi considerado prejudicado porque já está contemplado na proposta de relatório inicial, que é o Destaque nº 8. Então, nós tivemos quase a totalidade dos 11 destaques acolhidos integralmente porque um deles já estava acolhido no texto original.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está com a palavra, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Senadora, integrantes da Comissão, inicialmente, nós queremos dizer do trabalho que vem tendo esta Comissão de fazer com que possamos votar essas matérias. O PPA é uma peça de suma importância para dar o direcionamento das obras estruturantes.

O relatório do nosso Relator vem acolher várias emendas. Das três emendas que eu apresentei ao PPA, S.Exa. acatou duas de imediato e, na revisão, agora com destaque, um destaque de suma importância para a Região Nordeste.

Todos nós sabemos da dificuldade hídrica por que passa o Nordeste. Nós estamos pedindo à Comissão Externa sobre Transposição do Rio São Francisco que haja necessidade, sim, da transposição do Rio Tocantins para complementar a vazão, para garantir recursos hídricos para o Nordeste brasileiro no momento em que V.Exa. acolheu, fazendo revisão, para que nós possamos ter a elaboração do projeto. Vou deixar bem claro que não é a execução da obra física, até porque há necessidade de nós concluirmos as obras da transposição do Rio São Francisco para os Estados nordestinos já iniciadas e que estão em andamento. Esse destaque, essa emenda vem acolher esse projeto, essa ansiedade da bancada do

Nordeste em ter incluso no PPA o projeto da transposição, da viabilidade da transposição de águas do Tocantins para suplementar essa região do Nordeste.

As outras emendas são mais da região metropolitana de Fortaleza. V.Exa. conhece a região metropolitana de Fortaleza, o desenvolvimento que está tendo essa região.

Há vários anos nós estamos repetindo uma emenda que é para o ramal do metrô de Fortaleza a Maranguape, que é justamente da cidade de Maracanaú, um distrito industrial de Fortaleza, que V.Exa. acolheu, a Maranguape, uma cidade turística e terra de Chico Anysio, para integrar a região metropolitana. Essa emenda ao PPA visa, quando da construção da conclusão do ramal, a conclusão do quarto eixo, que é justamente o trecho Maracanaú-Maranguape, para que nós possamos ter toda a região metropolitana interligada com o metrô. Então, V.Exa., também tendo a visão da necessidade de nós termos mobilidade urbana nas regiões metropolitanas, acolheu essa nossa emenda, com também outra emenda de suma importância.

O Governo já executou um projeto chamado Arco Rodoviário Metropolitano. O Arco Metropolitano cruza vários Municípios: Chorozinho, Barreira, Maranguape, Acarape, Guaiúba, até o Porto do Pecém, a fim de interligar a BR-116 à BR-020 e à BR-222. É mais uma rodovia estruturante. O Governo do Estado já fez o projeto, e V.Exa. acolheu essa nossa emenda para dinamizar toda a economia da região metropolitana através da construção desse Arco Metropolitano.

Quero parabenizar e registrar o desempenho de V.Exa. nesta Comissão, como também o da nossa Senadora Presidente da Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Dorinha e, em seguida, o Deputado Gaguim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, Sr. Relator, eu queria só agradecer a boa vontade.

Como eu disse, nos aspectos gerais nós conseguimos melhorar bastante o PPA em área que estou lidando diretamente, que é a educação. Agora V.Exa. acolheu algumas emendas com pequenas adequações que nós apresentamos como destaque.

Eu gostaria de reforçar essa boa vontade, em especial em relação à questão do CAQi, que eu já disse inicialmente, e à questão da educação profissional também. O próprio Ministério da Educação aceitou a sinalização, e nós esperamos que, do ponto de vista orçamentário, o País possa se reorganizar, realmente ter recursos para implementar o que nós conseguimos de avanço no Plano Nacional de Educação e ter aproximação com as metas já definidas. Agora o PPA está se alinhando ao cumprimento das metas.

Quero só agradecer a boa vontade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Carlos Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, quero só parabenizar o Relator por ter acatado emenda nossa ao PPA para o Hospital de Urgência de Palmas, obra muito importante para o Estado do Tocantins, e emenda para a ampliação do acesso aquaviário e terrestre até o Ecoporto Praia Norte.

Outra emenda acatada, da agricultura, é para concluir o projeto de irrigação e uma legislação sobre os projetos hídricos existentes no Estado, que estão paralisados. A melhoria da infraestrutura do turismo e desenvolvimento também foi acatada.

Quanto à ZPE — Zona de Processamento de Exportação, implantação da zona e processamento de dados da ZPE, que aprovamos na Comissão de Finanças e Tributação. A ZPE agora vai ter condições de funcionar. Então, quero parabenizar o trabalho do Deputado. Todas as emendas foram de importância para o Tocantins e para o Brasil. Muito obrigado.

E quero parabenizar a minha Presidente. Agora, já vou fazer um discurso parabenizando a Senadora, pelo trabalho, pela dedicação com que vem conduzindo esta Comissão. Então, parabéns e muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, quero apenas agradecer e parabenizar o Relator pela Relatoria que foi feita. Para o Maranhão, foram acatadas as sugestões feitas por este Deputado. A BR-402, que liga Sobradinho, que é um povoado de Barreirinhas, até o povoado de Barro Duro, no

Município de Tutoia, foi acatada. Ela completa a rota das emoções, é uma BR de grande importância. Esse trecho precisa ser implantado.

Agradeço ao Deputado Zeca Dirceu, por ter atendido aos nossos pleitos e por ter colocado, no seu relatório, esse benefício para o Maranhão. Muito obrigado.

Parabenizo, também, a Consultoria da Casa, pelo belíssimo trabalho. É o Brasil que vai ganhar com isso.

Parabenizo, também, a condução da Presidente, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu concedo a palavra ao Relator, para que ele possa explicitar qual foi a forma da distribuição do seu parecer em relação aos destaques.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Quero fazer um esclarecimento adicional sobre a maneira como foram aprovados os 9 destaques. Nós tivemos a aprovação total dos Destaques nº 1, nº 3, nº 4, nº 6, nº 7 e nº 11, e tivemos a aprovação parcial dos Destaques nº 2, nº 5 e nº 9. Houve uma pequena mudança, mas que contempla toda a ideia do Parlamentar que fez o referido destaque.

O Destaque nº 10 foi rejeitado, de acordo já, inclusive, com quem havia proposto, e o Destaque nº 8 ficou prejudicado porque ele já estava inserido no relatório, apresentado há poucas horas.

Quero fazer aqui, também, os agradecimentos não só aos Parlamentares que fizeram os seus destaques e os tiveram acolhidos, mas a todos os demais Congressistas que fizeram aqui um conjunto muito grande de emendas. Lembro, mais uma vez, que nós tivemos no Plano Plurianual — PPA, aprovado há 4 anos, 1.691 emendas rejeitadas, sendo que, neste PPA, restaram apenas pouco mais de 40 emendas rejeitadas. Uma grande parte delas foi acolhida integral ou parcialmente.

Quero agradecer, também, a todos os Parlamentares que compreenderam a necessidade de, em algumas emendas, fazer a aprovação parcial, até para poder adaptar os textos à lógica do planejamento de todo o País, e não à lógica específica de detalhar uma única cidade, um único trecho, um único Estado.

Acredito que nós demos uma grande contribuição para o País. Vou reafirmar aqui as palavras da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que colaborou bastante com o nosso trabalho. Este PPA dá um peso muito maior, reforça um

trabalho fantástico que foi feito em relação ao Plano Nacional de Educação. Nós vamos ter agora mais uma lei, muito consistente, muito importante para o País, em que as metas, os desafios da educação estão muito bem detalhados, estabelecidos. É claro que todos nós, que somos apaixonados pela educação, vamos lutar para que o cumprimento se dê já a partir do ano que vem e, em especial, em 2017, em 2018 e em 2019.

Quero agradecer à Presidenta Rose de Freitas, que teve muita paciência na condução dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Só quero fazer um pedido ao nosso grande Relator, Deputado Zeca Dirceu, até para que fique registrada a readequação da emenda da transposição do Tocantins para o São Francisco. Nós sabemos que há necessidade de elaboração desse projeto, em virtude da questão hídrica do Nordeste.

O Ministro Gilberto Occhi está tocando a obra dos canais do São Francisco, e V.Exa., com a sua sensibilidade e com o seu conhecimento, possibilitou adequarmos essa emenda justamente para atender a toda bancada do Nordeste.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - É uma emenda, para esclarecer, individual do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que, num primeiro momento, nós acabamos rejeitando e agora ele fez um destaque, que é o Destaque nº 5, que foi atendido parcialmente, até porque vai se buscar, como primeira meta, a elaboração do projeto. É um grande projeto, é uma obra imensa, que, depois, é claro, pode ser acrescida nos anos seguintes como execução mesmo da referida obra da transposição do Rio São Francisco.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu também gostaria de me pronunciar e parabenizar. Eu acho que esse programa, principalmente esse programa de água do Tocantins para o São Francisco — que foi muito bem apresentado aqui pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, com ajuda de outros — é uma coisa muito importante. Eu acho que a maioria dos programas realmente importantes está nesse plano. E o PPA já os contempla. Fiquei com pena só porque

havia dois programas que nós gostaríamos que tivessem sido incluídos, mas a bancada do Ceará, que estava aqui, não os incluiu.

Eu quero parabenizar tanto V.Exa. como a Presidente da Comissão também, por estar conduzindo e terminando realmente essa árdua função, com galhardia. Tudo que ela começa ela termina muito bem.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputada Gorete Pereira.

Sendo assim, nós vamos solicitar autorização do Plenário para que nós possamos votar em globo, com o tipo do voto que o Relator apresentou nas votações parciais. Por favor, pode reler.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Mais uma vez, então, para esclarecer. Foram 11 destaques. Nós estamos aprovando totalmente os Destaques nº 1; nº 3; nº 4; nº 6; nº 7 e nº 11; com aprovação parcial dos Destaques nº 2; nº 5 e nº 9. Foi rejeitado o Destaque nº 10 e foi prejudicado o Destaque nº 8.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos passar à votação do relatório do Deputado Zeca Dirceu. Vamos colocar em votação, ressalvados os destaques, naturalmente.

Na Câmara dos Deputados, em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram, ressalvados os destaques, na forma do tipo do voto designado pelo Relator. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento de votação em globo na Câmara dos Deputados.

Os que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento de votação global no Senado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, então, à votação em globo dos destaques por tipo do voto Relator.

Em votação a proposta do Relator na Câmara dos Deputados; a proposta dos votos designados como estão no relatório.

Na Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

No Senado Federal.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, o relatório do plano plurianual; Relator: Zeca Dirceu. Eu peço...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, eu posso só fazer um complemento aqui? Eu queria só registrar o agradecimento na pessoa da Júlia, aqui, a todos os servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional, da Comissão, aos Assessores de cada um dos Congressistas, que tiveram uma participação ativa e à equipe do Governo Federal, em especial do Ministério do Planejamento, que desempenhou um trabalho importante, aqui, de auxílio, de entendimento e de colaboração.

Então, deixo registrado aqui a todos o meu agradecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós passamos a palavra ao Relator-Setorial da Área Temática X. O Relator é o Senador Roberto Rocha, mas a Relatora será a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Essa área é a área do esporte.

Com a palavra a Relatora-Setorial, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de pedir licença para fazer a leitura do resumo do relatório. Estarei à disposição aqui para tirar dúvidas:

"Da Relatoria da Área Temática X - Esporte sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, no tocante ao Ministério do Esporte.

Relator Setorial: Senador Roberto Rocha

1 - Introdução

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 325, de 2015, na origem, o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016" (PLOA 2016).

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...)

4 - Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 434 (quatrocentas e trinta e quatro) emendas à programação da Área Temática X, sendo 427 (quatrocentos e vinte e sete) individuais e 7 (sete) coletivas. As Bancadas Estaduais apresentaram 2 (duas) emendas de apropriação e as Comissões Permanentes, 5 (cinco). Não houve emenda de remanejamento.

4.1 - Dos recursos para o atendimento às emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática X foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 17.I do Parecer Preliminar, Parte Especial."

V.Exas. estão concorrendo comigo. Eu não consigo ler com tanto barulho, e ele começa da Mesa.

"Já para atender as emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 18.I do mencionado Parecer, no montante de R$ 33,1 milhões.

Cabe destacar que preservamos inalteradas as programações do Ministério do Esporte.

A quantidade e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação propostas, aprovadas e aprovadas parcialmente, estão demonstrados na Tabela VIII, apresentada a seguir.

Tabela VIII, em R$ milhões. Quantidade de emendas coletivas: 7. Valor solicitado: 2.528. Valor aprovado: 33,1. Quantidade de emendas individuais: 427. Valor aprovado: 375,8 milhões. Soma das emendas individuais e coletivas: 408,9.

4.2 - Dos critérios de atendimento das emendas

Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado.

No caso das emendas coletivas de apropriação, diante dos escassos recursos com os quais trabalhamos, procuramos atender da melhor forma possível tanto às emendas de Comissão quanto às de bancada, sempre com o intuito de levar as ações governamentais voltadas para o esporte à parcela mais carente da sociedade brasileira.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4.3 - Dos ajustes técnicos às emendas

Na elaboração dos respectivos pareceres foi necessário efetuar ajustes em algumas emendas. Seja para adequá-las às normas vigentes, seja para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das proposições. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões, que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade (Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas — SISEL).

(...)

II - Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Senador Roberto Rocha

Relator Setorial."

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Imaginem a situação em que estou agora. Nós temos um quórum pequeno, e representativo. Os Senadores autorizaram a continuidade da votação — estão todos em Comissões Especiais — e nós estamos prosseguindo com pleno conhecimento da Casa e dos membros desta Comissão, só que eu gostaria de fazer um destaque. É o único momento em que eu posso defender meu Estado em alguma coisa.

Deputado Hildo Rocha, por favor, assuma a Presidência, para que eu possa apresentar um destaque.

Eu fui muito prejudicada aqui por não poder em nenhum momento fazê-lo. Nesse caso, pela chamada de atenção da Deputada Professora Dorinha...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu também estava.

Em relação à emenda que está aqui colocada, eu gostaria de oferecer um destaque. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, no texto do Senador da Área do Esporte, lido pela Deputada, houve também grandes avanços na questão educacional. Foi um tema importante. Nós acompanhamos o Relator Setorial nesta Comissão também. Tive a oportunidade de participar disso. Ficou dentro da previsão. Mesmo com os cortes, houve como contemplar vários Estados da Federação.

Sr. Presidente, com relação ao PPA, o Relator contemplou a saúde do meu Estado de Tocantins com 250 milhões de reais nesses 4 anos. Então, quero agradecer ao Relator por ter acatado a nossa emenda.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não vou fazer o destaque em questão. Vou solucionar em outro momento a questão que gostaria de levantar.

Não havendo destaque, vamos passar à votação do relatório apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu agradeço à Deputada Professora Dorinha e peço desculpas por ter falado durante a votação. *(Pausa.)*

Eu quero fazer uma consulta ao Plenário. O Deputado Caio Narcio está entregando agora o relatório da área de desenvolvimento urbano, que, portanto, ainda tem que ser inserido, colocado na Internet. O Deputado Wellington Roberto não apareceu com o relatório. Eu lhe darei um prazo até às 18 horas. É o que posso fazer. Senão, vou substituí-lo. *(Pausa.)* O Deputado Wellington Roberto não trouxe o relatório. O Senador Davi Alcolumbre também não entregou o relatório da área de

turismo. São esses dois Relatores que se encontram ausentes. Conforme o nosso Regimento...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O Deputado Wellington Roberto já entregou o relatório. Ele acha que não dá para terminar de processá-lo até 6 horas, mas já foi entregue ao consultor. Então, já o estão colocando no sistema. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso é um absurdo. Relator Setorial que, no prazo regimental, não apresentar...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Por quê?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Porque, na verdade, ele o está entregando para os consultores poderem fazer esse trabalho. Ele elenca as decisões e agora cabe aos assessores trabalhar. Duas horas não será tempo suficiente.

Eu quero ler o que dispõe a Resolução nº 1 sobre esses casos:

> *"Art. 64. O Relator Setorial que, no prazo regimental, não apresentar o seu relatório, será destituído.*
>
> *Parágrafo único. Ocorrendo o previsto no 'caput', a programação orçamentária da respectiva área temática e as emendas a ela apresentadas serão apreciadas exclusivamente pelo Relator-Geral."*

Eu gostaria de conversar com o Plenário para saber que tolerância nós vamos ter com esses dois casos. Todos sabiam disso; um estava fora do País, inclusive disse que estaria aqui na segunda-feira, sem falta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador Davi Alcolumbre estava viajando.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Ele está aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Parece-me que ele está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqui na Comissão?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Está na Casa. Estamos tentando localizá-lo desde cedo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desde as 10 horas ele está chegando a Brasília. São 3 horas da tarde.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, ele está em Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Zeca Dirceu, não se ausente.

Eu queria compartilhar esta decisão: ou remetemos a matéria ao Relator-Geral, destituindo os dois Relatores, ou daremos um prazo...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vamos dar um prazo até às 19 horas.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu acho que temos é que perguntar ao consultor exatamente o horário em que dá tempo de o relatório ser implantado no sistema.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - No caso do Deputado Wellington Roberto, não é só colocar no sistema. É conectar todas as ideias, confeccionar um relatório.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Ele disse que leva 4 horas, mas já está há 1 hora fazendo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria a opinião de cada um. Nós precisamos tomar uma decisão. Eu poderia tomá-la individualmente.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu acho que nós deveríamos fazer o seguinte: dar mais 30 minutos de prazo; se ele não vier, alguém tenta localizá-lo, porque senão o Brasil será prejudicado. V.Exa. sabe disso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois é.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - V.Exa. tem defendido que aprovemos este Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está previsto que, às 16 horas, o Deputado Danilo Forte entregará. Então, vamos aguardá-lo até às 16 horas, quando o Deputado Danilo estará aqui. Aí vamos ver como solucionaremos...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu sugiro que se suspenda a reunião. Poderíamos aguardar e conversar lá dentro, enquanto tentamos localizá-lo e saber quais as posições, o que conseguimos concretamente para hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Vamos suspender...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Antes, porém, Sra. Presidente, eu quero parabenizá-la. Eu tive a oportunidade de participar desta Comissão e de não faltar a nenhuma reunião, nem aqui no plenário nem setorial. Acho que é o mínimo, é nossa obrigação vir aqui, depois de convocados, para trabalhar. Infelizmente, muitos não estão fazendo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender a sessão até às 16 horas. Quando o Deputado Danilo voltar para completar o relatório, nós vamos à apreciação dos destaques. Aí, teremos uma resposta em definitivo. Caso eles não compareçam e não seja possível entregar os relatórios, vamos passar as duas matérias ao Relator-Geral.

Muito obrigada.

A reunião fica suspensa até às 16 horas.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias que estão na pauta.

Esta reunião extraordinária cuidará do término da pauta da Comissão de Orçamento. Está na pauta ainda a conclusão do relatório da Área Temática XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tem que ser refeita a votação, porque a Taquigrafia não a acompanhou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, V.Exa. vai ler o relatório novamente.

Com a palavra o Relator Setorial, Deputado Danilo Forte.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, estamos fazendo o nosso parecer aos destaques apresentados:

"Foram apresentados 22 destaques ao relatório.

Os Destaques nºs 13, 14 e 15 solicitam a recomposição dos sequenciais 758, 759 e 760, nos valores de 40 mil reais, 200 mil reais e 80 mil reais, respectivamente, totalizando 320 mil reais. Serão atendidos com a redução no atendimento da Emenda nº 50290001, cujo atendimento foi de 5 milhões 845 mil 266 reais e passará a ser de 5 milhões 525 mil 266 reais.

Quanto aos Destaques nºs 7 e 9, por tratarem de idêntico pleito dos Destaques nºs 15 e 14, votamos pela prejudicialidade.

Já os Destaques nºs 4, 6, 8, 10 e 12, que solicitam a recomposição sequencial 656, 772, 574, 549 e 572, nos valores de 2 milhões e 400 mil reais, 300 mil reais, 1 milhão e 60 mil reais, 907 mil 155 reais, 847 mil 268 reais, totalizando 6 milhões 54 mil 423 reais, respectivamente, serão atendidos com a redução no atendimento da Emenda nº 50120003, cujo atendimento foi de 170 milhões e passará a ser de 163 milhões 945 mil 577 reais.

Quanto aos demais destaques, serão rejeitados, para que sejam apresentados novamente na próxima fase, para serem reanalisados pelo Relator-Geral.

Com esses fundamentos, o nosso voto é pela aprovação dos Destaques nºs 13, 14 e 15, com redução parcial do atendimento da Emenda nº 50290001, e dos Destaques nºs 4, 6, 8,10 e 12, com redução parcial do atendimento da Emenda nº 50120003; pela prejudicialidade dos Destaques nºs 7 e 9 e pela rejeição dos Destaques nºs 1, 2, 3, 5, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

Brasília, 8 de dezembro de 2015

Deputado Danilo Forte, Relator Setorial da Área XVI."

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sra. Presidenta, eu quero só solicitar ao Relator que interceda junto ao Relator-Geral. O Destaque nº 18 é para construção do Fórum do Trabalho de Minas Gerais. Ele acatou. Eu quero agradecer desde já o valor de 3 milhões de reais, mas obviamente 3 milhões de reais não dão para começar um projeto de tamanha magnitude.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito de V.Exa., pelo empenho, pela dedicação, pelo zelo, pelo compromisso de estar aqui — chegou até antes de todos os membros da CMO, às 16 horas —, que possa ainda interceder junto ao Relator-Geral para que essa emenda, que era no valor de 18 milhões de reais, possa chegar à metade, 9 ou 10 milhões de reais, o que dá para começar um projeto em 1 ano, para poder desenvolvê-lo. Com a sua continuidade, aí sim, poderemos fazer, em Minas Gerais, o Fórum do Trabalho.

Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o adendo dos pareceres sobre os destaques.

Há alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos ressaltar aqui a aprovação feita dos Destaques nºs 13, 14 e 15, com redução parcial do atendimento da Emenda nº 50290001, e dos Destaques nºs 4, 6, 8, 10 e 12, com redução parcial do atendimento da Emenda nº 50120003; pela prejudicialidade dos Destaques nºs 7 e 9 e pela rejeição dos Destaques nºs 1, 2, 3, 5, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

Eu vou submeter ao Plenário o requerimento para que nós possamos fazer a votação global.

Em votação na Câmara.

Aqueles que aprovam o requerimento pela votação global permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar, então, à votação dos destaques. *(Pausa.)*

Estou sendo informada que o relatório não foi votado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Já foi votado. Só faltam os destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi votado.

Então, vamos passar à votação dos destaques de forma global.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Parabenizamos V.Exa., Deputado Danilo Forte, pelo trabalho executado e, sobretudo, pelo atendimento, muito consciencioso, dos nossos colegas Parlamentares. V.Exa. merece um aperto de mão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado, Sra. Presidenta. É um prazer ter concluído esse trabalho. É mais 1 ano de luta na Comissão Mista de Orçamento.

Nós fizemos um esforço, dentro do possível, para atender às demandas dos Parlamentares. Sabemos do zelo, da preocupação de todos eles para dar um bom atendimento às suas comunidades e aos seus Estados.

É impossível, num ano tão difícil como o que estamos atravessando, atender a todos. Mas eu quero aqui reafirmar o meu compromisso com o Deputado Ademir Camilo, no sentido de encaminhar ao Relator-Geral o pleito para a construção do TRT de Minas Gerais.

Nós previamente já aprovamos uma emenda de 3 milhões de reais e, lógico, a suplementação desses recursos é de fundamental importância para a continuidade da obra.

Muito obrigado a todos.

Que Deus nos proteja neste dia de Nossa Senhora da Conceição!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Pedro Fernandes com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sra. Presidente, eu quero registrar um agradecimento.

Deputado Danilo Forte, eu quero lhe agradecer, em nome da bancada do Maranhão, pela recomposição da emenda para o fórum de Imperatriz. Todo o Maranhão agradece o seu reconhecimento. V.Exa. é uma pessoa bem-vinda ao Maranhão. Vamos lhe dar o título de cidadão maranhense, não só por isso, mas também pela sua participação na FUNASA, o que nos ajudou muito a erradicar a falta de água e de esgotamento sanitário em vários Municípios do Maranhão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu lhe agradeço, porque o Maranhão, o Ceará e o Piauí têm uma identidade muito profunda. O meu pai era caminhoneiro, desde a minha infância. Veja como o mundo mudou. Quando eu era menino, papai vendia querosene no sul do Maranhão e levava arroz para o Ceará na época de seca.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - E agora o filho está levando recursos para o Maranhão. Isso é bom...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Agora eu estou aqui, contribuindo com V.Exa. e com o Deputado Hildo Rocha, esse grande lutador das causas maranhenses e democráticas no Brasil, para que possamos desenvolver a nossa região.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós gostaríamos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, enquanto V.Exa. aguarda, quero dizer que eu não poderia deixar de manifestar meu agradecimento ao Deputado Danilo Forte, a quem cumprimento pelo esforço. Ele é um dos Deputados mais atuantes nesta Comissão, sempre contribuindo muito com a sua experiência.

Hoje ele acolheu duas emendas que nós destacamos, juntamente com o Deputado Ademir Camilo, procurando atender ao Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. Infelizmente, ele não pôde acolher integralmente o destaque da emenda de bancada relativa à construção, como nós queríamos, mas nos atendeu com 3 milhões de reais.

Nós vamos nos empenhar junto ao Relator para que possamos chegar pelo menos a 15 ou 20 milhões de reais, que dariam para o início da obra, porque ela é uma obra grande, importantíssima para Minas Gerais e para todo o TRT da 3ª Região.

Mas V.Exa. nos atendeu integralmente nas duas outras emendas — Emendas nºs 12 e 8 — e parcialmente nesta emenda de bancada. Portanto, fica aqui o registro do nosso agradecimento.

Vamos continuar lutando para dar ao Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais as condições para a construção da sua sede própria, que é um daqueles investimentos absolutamente imprescindíveis.

A Justiça do Trabalho é algo que o poder público não pode terceirizar. E nós precisamos que ela efetivamente tenha condições de funcionar bem, para atender a empreendedores, a quem gera o emprego, e especialmente ao trabalhador, a fim de que este tenha os seus direitos assegurados perante a Justiça do Trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu lhe agradeço, Deputado Domingos Sávio, sabendo do seu compromisso com a luta dos trabalhadores brasileiros.

E não tenho dúvida de que no Brasil tudo passa por Minas. Se não passar por Minas, não é Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por extensão, isso também chega a mim, não é? *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Aí, chega-se ao Espírito Santo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos prosseguir o trabalho da Comissão de Orçamento.

Nós vamos tratar agora da Área Temática I, relativa ao setor de transporte. O Senador Raimundo Lira está presente e fará o relatório acerca dos 14 destaques que foram apresentados aqui na Comissão.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, foram apresentados seis destaques aqui. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador, só para esclarecer, houve um erro aqui. Espere só 1 minuto, Senador, por favor. Constam no relatório catorze destaques, mas o assessor disse que foram apresentados seis. Então, foram apresentados seis destaques.

Senador Raimundo Lira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sras. e Srs. Parlamentares, no que diz respeito aos Destaques nºs 1, 2 e 3, da bancada do Estado de Roraima, eu havia feito um acordo com o seu representante de que nós alocaríamos um valor de 30 milhões de reais para essas

emendas, e nós alocamos quase 43 milhões de reais. Portanto, nós consideramos que a solicitação da bancada foi plenamente atendida, considerando, sobretudo, a escassez de recurso.

Quanto ao Destaque nº 14, da bancada da Bahia, e aos Destaques nºs 15 e 16, da bancada do Ceará, nós também consideramos que as atendemos da melhor forma possível, conseguindo um valor próximo de 43 milhões de reais. A nossa sugestão é que os Srs. Deputados que fizeram esses destaques procurem o Relator-Geral.

(A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço ao Relator que não continue com o relatório enquanto não houver silêncio.

O Relator pode continuar? *(Pausa.)*

Então, está com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Então, nós atendemos também os destaques da bancada da Bahia e dois da bancada do Ceará com quase 43 milhões e sugerimos que os Deputados que fizeram esses destaques procurem o Relator-Geral, porque, como nós fizemos o remanejamento, passamos para a competência dele uma sobra 43,5 milhões, que poderá, a seu critério, atender às reivindicações dessas bancadas.

Portanto, rejeitamos os seis destaques apresentados.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós anunciamos que seriam 16 destaques. Disseram-nos que eram apenas 6, mas os demais destaques estão ali, e o Relator vai analisá-los. Em função desse equívoco cometido pela Secretaria em relação ao número de destaques, nós daremos a ele o tempo necessário.

Enquanto o Relator faz a retificação do seu relatório, nós vamos conceder a palavra ao Deputado Caio Narcio, Relator da Área Temática VI — Desenvolvimento Urbano.

S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, todos os pares da nossa Comissão, tentamos, no tempo exíguo que nos foi dedicado, fazer o melhor trabalho

possível, ouvindo todos os pedidos, todas as solicitações que nos foram feitas, procurando, na medida do possível, acolher todas as demandas que nos foram colocadas.

"Por designação da ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senadora Rose de Freitas, coube-nos a honrosa missão de apreciar, como Relator Setorial, a proposta orçamentária relativa à Área Temática VI, que, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, abrange o Ministério das Cidades.

(...)

2. Emendas à Programação das Unidades da Área Temática. Considerados os remanejamentos de emendas entre as 16 Áreas Temáticas, a AT 6 recebeu 745 emendas, sendo 45 emendas de apropriação de bancadas estaduais, 7 emendas de apropriação de Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 693 emendas individuais.

As emendas de apropriação distribuem-se por programa, modalidade (coletiva ou individual), número de emendas e valor solicitado, conforme a discriminação da tabela a seguir.

As emendas coletivas de apropriação totalizaram um pleito do montante de 5 bilhões e 758 milhões de reais, sendo 4 bilhões e 338 milhões nas de bancadas e 1 bilhão e 420 milhões nas de Comissões.

As ações com maior concentração de emendas das bancadas estaduais foram vinculadas ao Programa Planejamento Urbano, que concentraram 57% do total das emendas dessa natureza e 56.9% dos recursos solicitados.

As 693 emendas individuais, considerados os remanejamentos efetuados entre áreas temáticas, totalizaram solicitações no montante de 1 bilhão e 426,9 milhões. Dessas, 623 emendas derivaram de iniciativas de Deputados Federais e 70 de Senadores. Também neste caso, o programa com o maior número de solicitações foi Planejamento Urbano, que concentra 93,7% do total de emendas desta natureza e 97,1% dos recursos solicitados.

3. Análise de admissibilidade das emendas coletivas. Os números apresentados acima não consideram uma emenda que restou inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas. A Emenda de remanejamento de autoria da

bancada estadual de São Paulo (nº 7125.0021) foi inadmitida pelo referido Comitê por propor o cancelamento da programação destinada à Região Sudeste. A bancada do Estado não propôs alteração do cancelamento pretendido que pudesse sanear a emenda.

Vale mencionar ainda que a emenda da bancada de Goiás, nº 7110.0010, que foi apresentada como sendo de remanejamento, mas, por decisão do Comitê de Admissibilidade de Emendas, passou a ser considerada como se fosse de apropriação. Segundo o CAE, esse ajuste foi levado em conta, tendo em vista não ter havido alteração no objeto da emenda, bem como o fato de a solicitação ter sido encaminhado pelo coordenador e documentada com a ata da bancada.

4. Recursos para o atendimento às emendas. Como já ressaltado, a quase totalidade dos investimentos previstos na Área Temática integram a programação do Ministério das Cidades e são integrantes do PAC. Por conta disso, e a dada importância de se preservarem os investimentos do PAC, as possibilidades de realocação por esta relatoria ficaram reduzidas. Ademais, por intermédio de vários ofícios encaminhados ao Congresso Nacional e à Comissão Mista de Orçamento, o Poder Executivo promoveu cortes adicionais nos valores inicialmente programados pelo Ministério das Cidades.

Dessa forma, e tendo em vista propiciar maior equilíbrio nos ajustes realizados, esta relatoria adotou critérios complementares para orientar o remanejamento dos recursos facultados nas normas regimentais:

1. Não impor qualquer redução que resulte em ação com dotação inferior a 1 milhão; e

2. Nas dotações financiadas por recursos próprios das entidades ou por outras fontes vinculadas, não realizar cancelamentos.

Para fins de cumprimento do item 22.2 do parecer preliminar, quanto à formação da reserva para cumprimento da meta do superávit primário, esta relatoria reservou os recursos equivalentes a 10% dos cancelamentos efetuados para o atendimento de emendas coletivas, no montante de 121 milhões. Para tanto, foi elaborada uma emenda de relator, com base em erros e omissões, alocando esses recursos em reserva de contingência na Administração Direta do Ministério das

Cidades (unidade 56.101), com o subtítulo “Reserva de Contingência para Ajuste da Meta Fiscal da LDO 2016 (setor 6).

Como resultado da aplicação desses critérios, esta relatoria mobilizou um total de 2 bilhões, 315 milhões e 200 mil reais para o atendimento às emendas coletivas e individuais. Desse total, 1 bilhão e 426 milhões foram destinados a emendas individuais, dos quais 766 milhões às emendas coletivas e 121 milhões para a reserva acima mencionada. Tais recursos provieram das seguintes origens:

1. Um bilhão e 672 milhões, da “Reserva de Recursos”, disponibilizados nos termos do parecer preliminar, 1 bilhão e 426,9 milhões para alocação de emendas individuais, dos quais 245 milhões e 700 mil para alocação das emendas coletivas de apropriação;

2. Seiscentos e quarenta e dois milhões, de cancelamentos realizados em investimentos e inversões financeiras, em conformidade com o parecer preliminar dos critérios complementares definidos pela relatoria.

5. Critérios para as decisões sobre as emendas. Tendo em vista as restrições existentes ao remanejamento de recursos, esta Relatoria articulou os critérios para orientar a alocação dos recursos mobilizáveis nas emendas coletivas afetas à área temática.

(...)

Critérios para as emendas de apropriação das bancadas. Apesar da dificuldade em fazê-lo, a relatoria adotou critério com vistas a orientar a distribuição dos recursos entre as emendas de apropriação das bancadas estaduais da forma mais equilibrada possível. Nesse sentido, utilizou a proporcionalidade à população residente na unidade da Federação, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2015, e enviada ao Tribunal de Contas da União.

Ademais, a relatoria considerou a quantidade de emendas apresentada por cada bancada estadual na AT-6, ao definir que na média a bancada estadual não seria contemplada com valor inferior a R$ 8,5 milhões por emenda. Dessa forma, algumas das bancadas que apresentaram maior número de emendas na AT-6 receberam aportes adicionais aos que lhes seriam destinados pela simples aplicação dos critérios gerais.

Atendemos todas as 45 emendas de apropriação apresentadas pelas bancadas estaduais e admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas. Em alguns casos observamos a necessidade de realizar ajuste técnico, fundadas nas informações contidas nas proposições. Observamos ainda as prioridades apontadas pelos coordenadores das respectivas bancadas que nos procuraram. Nos termos das diretrizes orçamentárias pertinentes, as bancadas estaduais priorizaram a execução obrigatória da programação constante de uma emenda em outros setores.

Do total pleiteado pelas bancadas, no montante de R$ 4 bilhões e 338 milhões, fizemos atendimentos no montante de R$ 591 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

(...)"

Portanto, este é o nosso relatório a ser apresentado neste momento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por fim, só quero ler o voto do Relator:

"Face ao exposto, somos pela aprovação do PLN nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 325, de 2015, na origem relativa aos órgãos orçamentários afetos à área temática, isto é, o Ministério das Cidades, com as alterações derivadas das emendas aprovadas pela Relatoria Setorial, segundo discriminado nos anexos ao relatório."

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esse é o relatório da Área Temática VI — Desenvolvimento Urbano.

Nós agradecemos ao Deputado Caio Narcio.

Vamos passar à discussão, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio para discutir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu quero, inicialmente, cumprimentar o Deputado Caio Narcio pelo esforço feito.

Nós vivemos uma rotina aqui no Congresso Nacional — eu digo Congresso porque esta é uma Comissão Mista, portanto, que representa o Congresso Nacional

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

—, mas eu diria de, modo especial, na Câmara, que tem sido, em alguns momentos, penosa. Não é raro — pelo contrário, é rotina — iniciarmos os trabalhos nas primeiras horas da manhã e chegamos a passar da meia-noite, envolvendo as atividades não só das Comissões, como do Plenário, com enfrentamento dos grandes temas nacionais, o que nos afeta devido ao volume de trabalho.

É óbvio que isso nos afeta, pela gravidade das situações que temos enfrentado no dia a dia, até emocionalmente. E quem assume relatorias importantes como essa... É claro que o que eu comento aqui vale para os outros colegas, mas a relatoria feita pelo Deputado Caio Narcio trata de uma área extremamente importante, o desenvolvimento urbano.

Nós temos, portanto, a preocupação com as cidades de todo o Brasil, com os nossos mais de 5 mil Municípios. Eu, que fui Prefeito de Divinópolis, Minas Gerais, e conheço, se não todos, a grande maioria dos 853 Municípios de Minas, sei o quanto têm sofrido os Prefeitos, o quanto tem sido difícil a vida nos Municípios, o quanto está precário o orçamento municipal. Aí, quando se vai elaborar a peça do desenvolvimento urbano da União, deve-se ter um olhar muito cívico, muito comprometido com essas áreas. E eu percebo que esse foi o esforço que o Deputado fez. Em um Orçamento que nós temos que nos empenhar em cortes, V.Exa. ainda conseguiu atender a todas as bancadas em uma ação extremamente democrática, cuidadosa. Obviamente, nós não poderíamos deixar de ter cuidado especial com as nossas Minas Gerais, com as questões históricas como o metrô, o problema de mobilidade urbana, que é uma preocupação sobre a qual a bancada sempre se debruçou e mereceu atenção de V.Exa., assim como outros itens importantes.

Então, a minha fala é só para, de maneira genérica, apenas me reportando a esse item, mas, de forma geral, dizer que o seu relatório teve este cuidado de atender não só ao nosso Estado de Minas Gerais — obviamente, como bom mineiro, V.Exa. não poderia nos desamparar —, mas teve o cuidado de ser generoso com todas as unidades da Federação. Parabéns pela iniciativa, jovem Deputado. É o primeiro mandato, mas já está brilhando, trazendo aqui o talento do grande Narcio Rodrigues. Faz muito bem mantermos aquele bonito ditado: "*A boa fruta cai bem*

pertinho do pé." Então, V.Exa. segue bem o bom exemplo do meu irmão Narcio Rodrigues. Parabéns, Caio Narcio.

Portanto, Presidente, nós estaremos prontos para votar favoravelmente este relatório, lembrando que esteve aqui há poucos minutos o Deputado Ricardo Barros, com quem falávamos sobre o nosso empenho de viabilizarmos, ainda que rapidamente, aquela audiência a que S.Exa. referiu-se, que foi aprovada, sobre Bolsa Família, sobre outros debates. Que possamos efetivamente nos preparar para votarmos o Orçamento. Já manifestamos o nosso sentimento de que não vamos concordar com cortes na área social. Programas como o Bolsa Família nós entendemos que devem ser preservados.

Aprovamos na LDO uma emenda do Senador Aécio Neves que garante, inclusive, a correção monetária do benefício, porque nós achamos que esse benefício não pode ser uma esmola. Ele tem que ser algo que trate com dignidade o ser humano e dê condições para que ele busque a sua promoção social, a sua inserção novamente no mercado de trabalho e a garantia de condições dignas.

Eu faço esse comentário para relembrar, já que estamos concluindo ou próximos de concluir os relatórios setoriais, que V.Exa. contará com o nosso esforço para colaborar, para que tenhamos a condição de votar o Relatório Final, o parecer final da Lei Orçamentária Anual — LOA, para dar condição ao País de que, em meio a tanta turbulência, a tanta tempestade, nós tenhamos, pelo menos, a perspectiva de que o planejamento orçamentário do País continue sendo feito, com uma responsabilidade republicana.

É assim que o PSDB se comportou nesta Comissão. Tratou os assuntos de maneira republicana, respeitando e valorizando a presidência de V.Exa. e tratando matéria orçamentária não como matéria de Oposição ou de situação, mas como matéria de interesse do povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sempre irei ressaltar nesta Comissão o esforço conjunto, o trabalho uníssono das pessoas em favor do Brasil, talvez tenha ocorrido também nesta Casa inteira, em algumas Comissões Especiais que estão funcionando, alguns relatórios de MPs, alguns relatórios de matéria relativos ao interesse dos ajustes de que o Brasil precisa nesta situação de

crise. Sempre vou ressaltar o papel que a Oposição cumpriu nesta Comissão e continuará cumprindo, com certeza.

Então, quando V.Exa. fala do comportamento republicano, muitas pessoas podem achar que está se autoelogiando, mas quero ressaltar que eu, nos 30 anos em que estou nesta Casa, foi a primeira vez que eu vi um trabalho com o sentimento tão republicano, tão brasileiro, como foi o da Oposição junto à Situação. A Situação, inclusive, falhou muito no apoio ao Governo, falhou muito aqui, nesta Comissão. Mas nós não sentimos aqui essa falta de uma maneira tão aviltante como eu me senti em determinadas horas porque a Oposição esteve unida o tempo todo em favor do Brasil.

Então, quero ressaltar isso. Sempre vou dizer isso em todos os momentos, em todas as entrevistas que eu der, registrando o quanto é eficaz quando o sentimento da brasilidade, o sentimento do cidadão e dos representantes do povo se sobrepõem aos interesses individuais.

Em discussão o relatório da Área Temática VI. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente, é o do Desenvolvimento Urbano?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu queria só ressaltar os destaques da bancada de Goiás que foram apresentados, em relação aos valores da emenda, para que pudéssemos analisar com carinho e aprovar, ressalvando os destaques da bancada de Goiás. A assessoria ficou de me trazer os números, mas parece que eles não chegaram ainda. Mas todos foram apresentados pela bancada do Estado de Goiás.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fazer o levantamento dos destaques, Deputada Flávia Morais. Vamos votar agora o relatório, ressalvados os destaques e as obras com indício de irregularidades graves.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados o relatório do Deputado Caio Narcio.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Ressalvados os destaques apresentados, que nós vamos conferir — está fechando neste momento em que acabou a discussão e a votação —, vamos também ressalvar as obras com indícios de irregularidades graves.

Aprovado.

Daremos tempo para que o Relator possa conhecer os destaques e complementar o relatório.

Passamos a palavra ao Senador Raimundo Lira, para que S.Exa. possa completar a análise dos demais destaques que foram apresentados, em número de dez.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais, na realidade só tinham chegado às nossas mãos seis destaques. Agora nos foram apresentados mais dez destaques. Mas não foi difícil concluir qual seria o nosso encaminhamento.

"Começando pelos Destaques nº 1, 2 e 3 da bancada de Roraima, nós havíamos negociado com a bancada de Roraima e com seu representante 30 milhões de reais. Colocamos 42 milhões e 812 mil reais. Por quê? Porque nós adotamos o critério de 14 milhões e 754 mil por cada emenda de apropriação apresentada. Como Roraima apresentou três emendas, nós demos os 42 milhões, 812 mil reais, seguindo esse critério que nós definimos.

Com relação às emendas da bancada de Goiás, são quatro destaques, os Destaques nº 4, 5, 6 e 7. Nós colocamos para Goiás 29 milhões e 508 mil reais porque foram apresentadas apenas duas emendas de apropriação, seguindo o critério de 14 milhões e 754 mil reais. E o Estado de Goiás não solicitou no relatório do Ministério dos Transportes, por meio do Relator-Geral, nenhum valor destinado a Goiás. Portanto, o Relator-Geral não colocou nenhuma dotação, porque não foi solicitada. Rejeitamos, também, esses quatro destaques.

Com relação a São Paulo, são dois destaques de apropriação e dois de remanejamento. A bancada de São Paulo apresentou apenas uma emenda de apropriação ao nosso relatório. Nós colocamos 14 bilhões e 754 mil reais. E foi

solicitada do Relator-Geral uma emenda de 150 milhões de reais para São Paulo, o que foi atendido pelo Relator-Geral. Portanto, rejeitamos também os Destaques nº s 8, 9, 10 e 11 de São Paulo.

Com relação à bancada de Rondônia, são os Destaques nºs 12 e 13. Seguindo o critério de 14 milhões e 754 mil reais para cada emenda de apropriação, colocamos 29 milhões e 508 mil reais. E a bancada de Rondônia não solicitou dotação nessa área ao Relator-Geral. Portanto, também rejeitamos esses dois destaques.

Com relação à bancada da Bahia, foram apresentadas ao nosso relatório três emendas de apropriação. Seguindo o critério de 14 milhões e 754 mil reais, nós colocamos uma dotação de 44 milhões e 262 mil reais. E o Relator-Geral colocou mais 150 milhões de reais para o Estado da Bahia. Portanto, rejeitamos também esses dois destaques do Estado da Bahia.

Com relação aos Destaques nºs 15 e 16, da bancada do Ceará, foram apresentadas apenas duas emendas de apropriação ao nosso relatório. Seguindo o critério de 14 milhões e 754 mil reais por cada emenda, nós colocamos uma dotação de 29 milhões e 508 mil reais, e o Estado do Ceará não solicitou ao Relator-Geral dotação nessa área. Portanto, rejeitamos também os destaques do Ceará.

Rejeitamos os 14 destaques apresentados ao nosso relatório."

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente, peço apalavra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado José Airton Cirilo com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu só queria, primeiro, contestar o Relator. Nós apresentamos duas emendas.

O SENADOR RAIMUNDO LIRA - Quais são os destaques?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Nós apresentamos dois destaques. Eu queria que V.Exa. e o Relator, inclusive, levassem em consideração, porque são obras importantes. Sei que, para agilizarmos a aprovação do relatório, voltaremos a conversar. Que V.Exa. apenas dê um encaminhamento para que o Relator-Geral possa ter sensibilidade e acate essa matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado José Airton Cirilo, terá que ser por mímica, porque o Relator-Geral não pode fazer uso da palavra para aprovar ou não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Mas eu captei a vossa mensagem! *(Risos.)*

Como eu tenho uma sensibilidade aguçada e sei da sensibilidade do Relator-Geral, para que nós possamos agilizar essa matéria — porque inclusive daqui a pouco devemos entrar na Ordem do Dia —, acho que é preciso acatar o relatório setorial.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, vamos tentar agilizar, porque teremos Ordem do Dia e precisamos concluir as duas votações.

Eu gostaria de dizer ao Relator Raimundo Lira que eu preciso dos números dos destaques que foram aprovados integralmente e parcialmente, e os dos rejeitados.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Eu ouvi as considerações do Deputado José Airton Cirilo, do Ceará. Quero dizer a V.Exa. que o meu segundo Estado é o Ceará. Estudei em Fortaleza, tenho um carinho muito grande pelo Ceará, onde quase todos os anos vou passar dias de férias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Vou convidá-lo, na próxima vez, para comer uma lagosta lá na minha cidade.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Obrigado, Deputado. Mas eu entendi que V.Exa. dirigiu-se ao Relator-Geral.

Quero mais uma vez reafirmar à Sra. Presidenta que os 14 destaques foram rejeitados. Por quê? Os 16 destaques foram rejeitados porque, para atender a qualquer dotação agora, teria que se tirar de outra bancada, de outro Estado. Nós adotamos um critério e não gostaríamos de modificar esse critério.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos, então, colocar em votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu queria só tirar uma dúvida com o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Relator, no caso específico das emendas de bancada, as impositivas, elas estão nesse detalhamento do quadro, por exemplo, as de Tocantins? Estão compostas em várias ações ou só em uma ação? A de bancada, em três ações?

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - De Tocantins, foram 3 emendas de apropriação. Deu 44 milhões e 262 mil reais; e 100 milhões foram colocados aqui como dotação pelo Relator-Geral.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Esses 100 milhões é que são impositivos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Srs. Parlamentares, eu queria colocar em votação o requerimento para votação em globo dos destaques apresentados pelo Relator.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal o requerimento para a votação em globo dos destaques. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passamos à votação do relatório.

Foi feita a leitura, pelo Relator, de todos os destaques, que foram todos rejeitados.

Em votação o parecer do Relator, referindo-se aos destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos colocar em votação o relatório das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Os destaques também foram rejeitados.

Vamos colocar em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos ao Senador Raimundo Lira o trabalho realizado.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do relatório dos destaques apresentados pelo Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, pelo critério que nós utilizamos, temos 13 destaques que pedem e solicitam o valor integral das emendas de bancada a ser atendido. Portanto, conforme o critério que já tivemos para atendimento das emendas, mesmo em detrimento, para poder beneficiar as bancadas, nós tivemos um alto valor de atendimento.

Portanto, nós votamos pela rejeição dos destaques.

Eu gostaríamos de sugerir a votação em bloco dos três destaques.

Pela rejeição, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero registrar a presença do colega de Parlamento de muitos anos, e também pai do Deputado Caio Narcio. S.Exa. não é tão bonito quanto o Deputado Caio Narcio! *(Risos)*. Registramos, com prazer, a presença do fabuloso colega de Parlamento, que foi o Deputado Narcio Rodrigues.

Muito prazer tê-lo conosco! Parabéns pelo filho!

Vamos passar à votação em globo dos destaques por cuja rejeição pronunciou-se o Relator.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É por isso que S.Exa. está tranquilo hoje, quietinho. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos pedir ao pai que apareça mais vezes nas sessões. *(Risos.)*

Vamos aprovar o requerimento para votação em globo dos destaques apresentados e rejeitados pelo Relator.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos votar o voto do Relator pela rejeição de todos os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Pausa.)

Nós já votamos aqui o relatório das obras com indícios de irregularidades na representação da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Nós precisamos fazer um entendimento.

Deputado Domingos Sávio, nós votamos os relatórios de saúde, de agricultura, de ciência e tecnologia, de minas e energia, de esporte e meio ambiente, de fazenda e planejamento, de indústria, comércio e micros e pequenas empresas, de trabalho, de previdência e de assistência, de transportes. Ainda temos que votar os relatórios de turismo e de educação. Eu queria ponderar que o relatório de turismo já foi entregue e o da educação ainda demorará por volta de 2 horas para ser publicado. Eu queria sugerir que realizássemos uma sessão logo após a votação da Câmara dos Deputados. Se V.Exas. concordarem, ao acabar a votação, voltaremos para votar as matérias que estão pendentes, que são duas.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - A minha sugestão é que haja um limite. Não temos ideia de quanto tempo a sessão pode durar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quando acabar a votação...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - E se acabar muito tarde, Sra. Presidente? Vamos colocar o limite de 10 horas, se não acontecer nesse prazo, retornaremos amanhã cedo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou deixar que todos reflitam.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu imagino que até 10 horas já tenha acabado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer uma ponderação. As informações que temos são as de que esta sessão vai se prolongar bastante, e não podemos ficar aqui *ad infinitum*. Amanhã de manhã, não temos plenário disponível, porque ele já está ocupado. Nós faremos a reunião no período tarde. Podemos fazer de 13 horas às 14h30min? Estamos raciocinando juntos.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, V.Exa. está apenas suspendendo a sessão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Suspendendo.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - É um pouco incerto o que vai acontecer agora à noite. A sessão tanto pode se prolongar quanto pode acabar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta é para que voltemos amanhã.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - E se acabar cedo hoje?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apesar de o PT ter me chamado de bruxa na eleição, eu não consigo adivinhar. Vamos jogar para amanhã?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Pode tanto acabar cedo quanto se prolongar. Estaremos todos aqui...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A senhora está mais para nossa rainha, Sra. Presidente. Eu queria ponderar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos marcar para amanhã às 13h30min?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu também acho que amanhã é mais apropriado, porque o relatório que resta, o da educação, trata de

uma área que vai despertar o interesse de debater alguns destaques. Para não nos expormos a fazer um debate muito sucinto, depois das 22 horas, se marcarmos para amanhã à tarde, não haverá prejuízo, creio eu, na sequência, porque estamos trabalhando por acordo para votar o relatório final na segunda-feira. Se concluirmos amanhã à tarde, acredito que não vá alterar em nada para o Relator-Geral. A assessoria pode nos ajudar?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Até porque está faltando o relatório da educação, que ainda não foi disponibilizado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Temos um problema que precisamos discutir com a assessoria. Há um prazo para voltar à bancada, para que eles devolvam os relatórios.

Só um minuto. *(Pausa.)*

Chegamos a um entendimento. Embora, amanhã, haja uma Comissão para funcionar aqui, vamos trocar os horários. Vamos continuar esta reunião amanhã, às 9 horas da manhã.

Continuaremos esta reunião amanhã, às 9 horas, quarta-feira, dia 9 de dezembro.

Agradeço a participação de todos.

(A reunião é suspensa.)

Em 09.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Relatório setorial da Área Temática III - Educação e Cultura. O Relator Setorial é o Deputado Wellington Roberto, que já está à bancada.

O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo para apresentação de destaques está iniciado e será finalizado ao término da

discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Orçamentos.

Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, é uma satisfação poder estar aqui participando mais uma vez da Comissão de Orçamento, e agora, mais uma vez, com o plenário cheio.

Iremos iniciar a leitura do nosso voto:

"Da Relatoria da Área Temática III - Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, no tocante aos Ministérios da Educação e da Cultura.

Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto.

I - Relatório

- Introdução

Por designação da Presidenta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, tenho a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Area Temática III, composta pelos seguintes órgãos: Ministério da Educação — MEC e Ministério da Cultura — MinC.

2 - Análise da proposta

Resumidamente, podemos dizer, conforme as diversas tabelas mostradas abaixo, que, na proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2016, a soma dos orçamentos fiscal e da seguridade dos órgãos desta área temática alcançou R$ 98,9 bilhões. Esse valor é 4,9% menor do que o montante da proposta para 2015: redução de R$ 4,7 bilhões (menos 4,7%) no Ministério da Educação e de R$ 0,3 bilhão no Ministério da Cultura (diminuição de 12,4%).

Compatibilidade com normas constitucionais e legais.

Em relação a esta área temática, a proposta encaminhada pelo Poder Executivo é compatível com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF). Também se verifica a compatibilidade com a Constituição Federal, ressalvada a aplicação de recursos decorrentes da arrecadação da contribuição do salário-educação (Fonte 113). Nesse caso, parte da mencionada fonte de recursos foi utilizada no financiamento da Ação 00PI, Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica — PNAE, no valor de R$ 2,6 bilhões. Nos

termos do art. 212, § 5º**,** da Constituição, a contribuição social do salário-educação constitui-se em fonte adicional da educação básica pública, a ser aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — MDE.

Com reação ao Plano Plurianual, tratando-se o presente exercício do primeiro ano do mandato presidencial, foi encaminhado pelo Poder Executivo, concomitantemente com o Projeto de Lei Orçamentária para 2016, o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 (PLN nº 6/2015-CN), já aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, o parecer aprovado na Comissão Mista de Orçamento (PLN nº 1/2015-CN) encontra-se em apreciação no Plenário do Congresso Nacional. Também verificamos a compatibilidade desta area temática com o Projeto de Lei do PPA 2016-2019 e com o Substitutivo do Projeto de LDO para 2016.

Plano Nacional de Educação.

Para a área educacional, há ainda a necessidade de verificar a compatibilização desta area temática com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), política de Estado que orienta a ação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no exercício da competência comum pela oferta educacional de qualidade.

O cenario de contenção orçamentária, traçado no Projeto de Lei Orçamentária, indica dificuldades no cumprimento das metas intermediárias previstas no Plano Nacional de Educação. São especificadas no PNE, para 2016, dentre outras metas, a instituição do Sistema Nacional de Educação (art. 13), a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade (meta 1), a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos (meta 3) e a implantação do Custo Aluno Qualidade Inicial — CAQI (estratégia 20.6).

4 - Das emerdas apresentadas

Foram Apresentadas 1.036 emendas à programação dos Ministérios que integram esta Area Temática III, sendo 945 individuais e 91 coletivas. Das 91 emendas coletivas, 86 são de apropriação e 5 de remanejamento. As bancadas estaduais apresentaram 70 emendas de apropriação e 3 de remanejamento. Já as

Comissões Permanentes apresentaram 16 de apropriação e 2 de remanejamento. Quanto às emendas individuais, foram oferecidas 820 por Deputados Federais e 125 por Senadores.

4.1 - Dos recursos para o atendimento às emendas

Para aterdimento das emendas individuais apresentadas na Área Temática III foram utilizados recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 17.1 do Parecer Preliminar, Parte Especial. Já para atender às emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator Geral, conforme previsto nos itens 18.1 e 17.11, do mencionado parecer, no montante de R$ 756,4 milhões, que é o valor total, além de recursos no valor de R$ 83,3 milhões, decorrentes do cancelamento de dotações das programações orçamentárias dos órgãos desta area temática, nos termos dos itens 21 a 24 do Parecer Preliminar, Parte Especial, sendo R$ 75,6 milhões no Ministério da Educaçao e R$ 7,7 milhões no Ministério da Cultura.

A quantidade e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação aprovadas estão demonstradas na tabela apresentada a seguir.

Demonstrativo, por Ministério, das Emendas Coletivas e Individuais. Valor Aprovado e Quantidade de Emendas de Apropriação. Isso está de acordo com o quadro apresentado agora no relatório.

4.2 - Dos critérios de atendimento das emendas

Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado.

No caso das emendas coletivas de apropriação, diante da impossibilidade de conseguir aprovar integralmente as demandas apresentadas pelas bancadas, decidimos, em parte, usar os valores inversos do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH como critério-base para alocação de recursos, de maneira a dar uma atenção especial à população que reside nas Unidades da Federação menos desenvolvidas. Além disso, procuramos atender da melhor forma possível tanto às emendas de Comissão quanto às de bancada, em especial às ações voltadas ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação — PNE para 2016. Em alguns casos foram realizados ajustes, considerando o mérito de cada proposta e as prioridades indicadas pelas bancadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto às emendas coletivas de remanejamento, buscamos atender pelo melhor valor possível, mas sem deixar de preservar os recursos das dotações indicadas para cancelamento, observadas as normas do parecer preliminar e as decisões do CAE.

4.3 - Das emendas indicadas para inadmissão

Estão indicadas para inadmissão as emendas de remanejamento nºs 71080016 e 71080017, da bancada do Distrito Federal, por decisão do Comitê de Admissibilidade de Emendas — GAE, por entender que o *"cancelamento proposto, embora seja no subtítulo 'No Distrito Federal', tem alcance nacional".*

4.4 - Emendas de Relator

No âmbito desta área temática foram apresentadas as emendas de Relator nºs 80030001 a 80030003, nos termos do art. 28, Parágrafo Único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para correção de omissão de ordem técnica e legal na programação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016, em conformidade com os Ofícios n°s 224 e 225, de 2015.

Este Relator apresentou ainda a Emenda de Relator n° 8003.0004 para provisionar, em reserva destinada ao Relator-Geral para o ajuste fiscal, o montante de R$ 8,3 milhões, na ação OZ00, Reserva de Contingência Fiscal Financeira, subtítulo 9.003; Reserva de Contingência para Ajustes da Meta Fiscal da LDO 2016 Setor III, na UO 26.101, Ministério da Educação — Administração Direta, correspondente a 10% dos valores cancelados da programação dos órgãos da Área Temática III, para atendimento das emendas coletivas de apropriação, em cumprimento ao disposto no item 22.2 do parecer preliminar, parte especial.

5 - Recomendação ao Relator-Geral

Nos termos do art. 212, § 5º, da Constituição, conforme art. 71, IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educacação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, essa Relatoria verifica necessidade de aplicação adicional de 2.614.888.147 na educação básica, em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino decorrentes da utilização inadequada da contribuição do salário-educação (Fonte 113) no financiamento da ação do PNAE, bem como correspondente à recomposição de recursos alocados na mencionada ação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Plano Nacional da Educação estabelece, em seu art. 10, que os orçamentos anuais serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias a fim de viabilizar a sua plena execução.

A Meta 20 do PNE, estratégia 20.6, estabelece para 2016, a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial — CAQI, estratégia 20.6. Assim, verificamos tarbém a necessidade de inclusão de dotação que contemple a implantação do CAQI.

Ainda, nos termos do Plano Nacional de Educação, fixa-se para 2016 a universalização da educação infantil na pré-escola e do atendimento escolar para população de 15 a 17 anos. O art. 6° da Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009, estabelece que deverá ser universalizada, até 2016, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Assim, recomendamos ao Relator-Geral reforçar o atendimento das emendas coletivas com ações destinadas à educação básica, em especial aquelas relativas ao PAC, voltadas para investimentos na educação infantil e na educação básica em geral, ante a relevância dessas ações no atingimento das metas de universalização e a drástica redução sofrida por essas programações, em relação ao PLOA 2015, 12KU — Implantação de Escolas para Educação Infantil (-85,8%), e 20RP Infraestrutura para Educação Básica(-54,2%).

Voto do Relator.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n º 7, de 2015-CN, com as alterações propotas relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática.”

Este é o nosso voto, senhores membros e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Wellington Roberto, sempre Senador.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu queria, na verdade, fazer o pedido de suspensão. Não tenho a menor condição de discutir o relatório de uma área tão importante que acabei de ver.

Para não pedir encerramento, que eu teria direito de pedir, por causa da evidente falta de quórum, eu gostaria de pedir suspensão de meia hora pelo menos, para a gente conhecer e ver o que foi atendido e o que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Nós poderíamos ler a do turismo, então.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós temos um acordo. A Profa. Dorinha tem razão, porque ela é uma especialista na área de educação e quer analisar o relatório com mais atenção. Não vejo nenhum problema de nós concedermos o prazo de que ela necessita para avaliação do relatório. Mas, como os senhores sabem, se nós não mantivermos os trabalhos da Comissão, os Parlamentares vão seguir para as outras Comissões. Nós temos a CCJ, a Comissão de Finanças e Tributação e várias Comissões funcionando.

Então, para que possamos trazer o quórum para o debate, que ela mesma reclama que não há na Comissão, eu sugiro, Profa. Dorinha, que se mantenha aberta a discussão da educação por um período, como fizemos com os demais relatórios, e vamos seguir com os procedimentos administrativos da Comissão.

Nós podemos conceder a palavra aos Deputados que estão aqui para comentarem sobre os assuntos diversos do Orçamento, porque, mantendo o plenário em funcionamento, é mais provável que os Parlamentares que estão se deslocando para outras Comissões voltem e permaneçam aqui, Profa. Dorinha, sem prejuízo do tempo que V.Exa. está pedindo para analisar.

Acho bastante correto que V.Exa. disponha do tempo para analisar o relatório e fazer os destaques, devido a sua dedicação a esse tema da educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Atendendo a sugestão do Relator, nós suspenderíamos a discussão da educação e começaríamos a ler o relatório da área temática do turismo. Poder ser?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não há nenhum problema, só que eu sou a Relatora *ad hoc* do turismo e depois quero tempo para conhecer o relatório da educação. Não tenho nenhuma intenção de atrapalhar. Pode discutir com os Deputados e Senadores que estão aqui presentes espiritualmente. Eles podem conversar sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Abriremos o prazo do turismo também para facilitar aos senhores assessores que querem fazer os destaques. Podemos eventualmente suspender se não houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, convido a Deputada Dorinha para vir à mesa, como Relatora *ad hoc,* ler o relatório do turismo. *(Pausa.)*

Com a palavra a nobre Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, como Relatora *ad hoc*, substituindo o Senador Davi Alcolumbre.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Vou direto ao voto.

"Em cumprimento ao art. 84, inciso XXVIII, da Constituição Federal, c/c o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República, por meio da Mensagem 1.325, de 2015, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

1 - Área Temática VII, Ministério do Turismo, Orçamento Fiscal e da Seguridade Social — Ministério do Turismo.

Como nossa principal preocupação foi a de buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir distorções da Proposta Orçamentária para 2016. Esse sentimento permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito da área temática e nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

2. Análise da Proposta Orçamentária — Área Temática VII

Como anteriormente mencionado, essa Área Temática compreende o Ministério do Turismo e a EMBRATUR. A execução orçamentária e os valores propostos para 2016 para esses órgãos estão demonstrados na tabela a seguir.

Há uma tabela, que está disponível para conhecimento de todos, que trata de pessoal e encargos sociais. Aqui tem um histórico de 2014: 66 milhões. O autorizado, 74 milhões; o liquidado, 63 milhões. Para 2016, a proposta é de 73.033,31 milhões. Em relação a outras despesas correntes, a proposta de 2016 é de 247.207,96 mil; investimentos: 110.741,68 mil, num total de 430.982,96.

Podemos verificar que não houve redução significativa na previsão com encargos com pessoal e encargos sociais na área temática do órgão.

A previsão de investimentos deve aumentar, principalmente, pelas características da programação do Ministério do Turismo. Na verdade, boa parte dessas dotações deverá ser recomposta durante a tramitação da proposta orçamentária do Congresso Nacional, uma vez que grande número de emendas, individuais e coletivas, tem como objetivo direcionar recursos para investimentos a serem executados por esse Ministério.

A seguir, passaremos a analisar cada uma das unidades orçamentárias que compõem a Área Temática VII.

2.1. Órgão 54000 — Ministério do Turismo.

O Ministério do Turismo e a EMBRATUR estão contemplados no Orçamento para 2015 e na Proposta Orçamentária para 2016 com os seguintes valores: Ministério do Turismo, com 275,88 milhões; Instituto Brasileiro de Turismo — EMBRATUR, com 155,09, num total de 430,98.

2.1.1 - Ministério do Turismo

Na unidade orçamentária Ministério do Turismo, observa-se significativa redução nos valores propostos para 2016 em relação aos autorizados para 2015, o que se explica, em boa medida, pelo fato de a maior parte da sua programação para 2015 ter sido derivada de emendas parlamentares.

Estão ainda sob a supervisão do Ministério do Turismo 51,5 milhões a serem aplicados em financiamentos no âmbito do Fundo Geral do Turismo — FUNGETUR, que se encontram alocados na Unidade Orçamentária 74908, Operações Oficiais de Crédito/Recursos, sob a supervisão do FUNGETUR — Ministério do Turismo.

2.1.2 - EMBRATUR — Instituto Brasileiro de Turismo

Na unidade orçamentária EMBRATUR — Instituto Brasileiro de Turismo, com 155,1 milhões, as principais ações são:

a) Promoção do turismo do Brasil no exterior, com 89,9 milhões;

b) Administração da unidade, com 22,6 milhões;

c) Aposentadorias e pensões — servidores civis, com 21,8 milhões;

d) Pessoal ativo da União, com 15,9 milhões.

2.2. Efeito da abertura de créditos especiais e extraordinários

De acordo com o Item 37,I, "c", da Parte Especial do parecer preliminar, as relatorias devem levar em consideração, na programação das unidades orçamentárias afetas à sua área temática, os possíveis efeitos de créditos especiais e extraordinários, aprovados nos últimos 4 meses de 2015 — art. 167, § 2º, da Constituição. Esses valores, como podem ser reabertos em 2016, tendem a concorrer com as dotações que vierem a ser autorizadas no Projeto de Lei Orçamentária em análise no Congresso, uma vez que estarão sujeitos aos limites fiscais definidos pela meta de superávit primário, fixada para o exercício.

Nesse sentido, verificamos que, a partir de 31 de agosto deste exercício, até a presente data, não foi solicitado nenhum crédito especial ou extraordinário afeto à área temática.

2.3. Atendimento das normas constitucionais e legais

A teor do que dispõe o Item 37.I, "a", do parecer preliminar, cumpre registrar que as ações analisadas nessa área temática não contrariam as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000.

3. Atuação da Relatoria Setorial

Junto a essa área temática, foi apresentado um total de 336 emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 308 emendas individuais e 28 coletivas, sendo sete emendas de Comissão e 21 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes desse setor.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para essa área temática, não foi apresentada nenhuma emenda impositiva pelas bancadas.

3.1. Recursos para o atendimento das emendas

Segundo o que estabelece os Itens 21 e 22, incisos I e II, da Parte Especial do parecer preliminar, no âmbito das áreas temáticas desta Relatoria Setorial, poderiam ser realizados cancelamentos em dotações consignadas a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5), até o limite global de 20% e 10% do total programado em GND 4 e GND 5, respectivamente, sendo o limite máximo para cada subtítulo de 50% da dotação para as programações, com identificador de resultado primário igual a dois (RP 2), e de no máximo 10%, no caso de programação com identificador de resultado primário igual a três, desde que os recursos sejam destinados para investimentos.

Já, de acordo com o Item 22.1 da mesma Parte Especial, os cancelamentos necessários ao atendimento de emendas de remanejamento devem observar o limite de 20% da dotação de cada título.

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias dessa área temática, esta Relatoria decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos dos Ministérios em análise.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2015.

3.2. Critérios de atendimento das emendas

3.2.1. Emendas individuais

As emendas individuais propostas nessa área temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infraestrutura turística, promoção e *marketing* do turismo, fomento a projetos de qualificação profissional e setorial.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou

ulterior execução. Dessa forma, foram realizadas adequações de classificação funcional-programática — ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento. Buscou-se aí sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes.

Considerando as disposições do parecer preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

3.2.2. Emendas coletivas

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações disponíveis sobre as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada em cada unidade da Federação, o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos. Dessa forma, para a alocação de recursos às emendas de apropriação das bancadas estaduais, levamos em consideração alguns critérios, como o valor solicitado e a ação envolvida.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover ajustes nos subtítulos, assim como de efetivar adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais.

Os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. No entanto,

apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de 21 emendas de bancadas estaduais e 9 emendas de comissões.

Em relação à emenda de remanejamento 601100005, informamos que ela foi inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), por afronta ao disposto no art. 43 e 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Ressalte-se que, em estrito cumprimento aos termos do Parecer Preliminar, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

3.3. Obras com indícios de irregularidades

De acordo com o item 37, II, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 37, III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado...

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.805/2015) ao Congresso Nacional, até o momento, não constam obras que sejam objeto de questionamentos.

3.4. Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, que

realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II. Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2015 - CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Senador Davi Alcolumbre - Relator Setorial."

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Pois não, Deputado Ricardo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só há uma questão que eu gostaria de debater com a Comissão: a interpretação de que, se não votarmos a LDO, não haverá recesso. Esta é uma interpretação totalmente equivocada, Sr. Presidente.

O que diz a lei é que, se não for votada a LDO, não se interromperá a sessão legislativa. Portanto, o recesso de julho não acontece. Mas a sessão legislativa acaba em 22 de dezembro, de qualquer forma. Ela se encerra. Se houver convocação extraordinária, esse período é o de convocação extraordinária. Nas atas de tudo o que acontece numa convocação extraordinária consta: "Sessão Extraordinária do Congresso Nacional".

Então, não há como prorrogar a sessão legislativa de 2015 pela não votação da LDO. Aliás, nós podemos votar o Orçamento sem votar a LDO, não há nenhum impeditivo. O impeditivo é que só podemos votar o Orçamento na Comissão se o PPA estiver votado no Plenário do Congresso Nacional. Então, peço o apoio dos Srs. Parlamentares aqui.

Eu já estive com o Presidente Renan Calheiros ontem, expliquei essa questão, conversei com sua assessoria. Ela acha que não interromperá a sessão. A sessão vai acabar de qualquer jeito. No ano que vem, haverá outra sessão legislativa, se houver ou não a votação da LDO.

Então, eu gostaria que nós trabalhássemos junto ao Presidente Renan Calheiros para que S.Exa. convocasse o Congresso Nacional. Nós aqui estamos cumprindo a nossa parte, estamos com o nosso cronograma em dia. Hoje ainda, os

senhores coordenadores de bancada devem reunir suas bancadas para distribuir os recursos, 25%. Um bilhão e 250 milhões de reais serão distribuídos pelas bancadas, acrescendo nos atendimentos dos Relatores Setoriais, para que, a partir de amanhã, eu possa iniciar as decisões do Relator-Geral e entregar o relatório a tempo de nós o votarmos na segunda-feira, dia 14, conforme está em nosso cronograma.

Na segunda-feira, nós votaremos aqui, na Comissão, o Relatório-Geral, porque o seu processamento é muito demorado. São muitas decisões, e o nosso sistema de informática requer algumas horas para processar o Orçamento, para que possamos enviá-lo à sessão do Congresso Nacional.

Então, queria pedir o apoio dos senhores no sentido de falarmos com nosso Presidente Renan Calheiros, a fim de que convoque a sessão do Congresso, e possamos votar o PPA.

O problema de não se votar a LDO é que não há autorização para a execução de um doze avos do Orçamento do Custeio do ano que vem. Então, vai se abrir o ano e não se vai poder executar o Orçamento. Quem autoriza aquela execução de um doze avos é a LDO.

Então, é preciso haver um debate mais claro sobre as consequências dessas decisões que estão sendo tomadas. E nós vamos tocando aqui o Orçamento, Sr. Presidente. É do Estado brasileiro, não é da Oposição nem do Governo. O Orçamento é para todos: para os Prefeitos da Oposição, os Prefeitos do Governo, os Governadores da Oposição e do Governo. Todos têm reflexos para a Justiça, para o próprio Legislativo. É uma peça que interessa ao Estado brasileiro.

Portanto, quero agradecer à Oposição por seu posicionamento. Ela tem entendido que nós estamos querendo dar ao Brasil uma posição do que o Congresso pensa relativamente à aplicação dos recursos públicos. Nessa confusão, nessa crise política e econômica que nós estamos vivendo, um posicionamento claro do Congresso pode nos ajudar a arrefecer os ânimos.

Então, peço apoio de todos para que haja convocação do Congresso e possamos cumprir o que foi acordado: Entregar o Orçamento votado até do dia 17 de dezembro aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Tem razão V.Exa. Até porque o ano de 2015 precisa acabar.

Nós lemos dois relatórios, o do Turismo e o da Educação. Vamos abrir a discussão logo para o Turismo para aproveitarmos a presença de nossa Relatora *ad hoc*.

Eu quero passar a palavra ao Governador Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, nós vamos apresentar um destaque, na área de Turismo, em defesa do Tocantins, onde há projetos importantes para o Estado. Então, nessa discussão, vamos apresentar destaque.

E quero parabenizar o Deputado Relator da Educação, pelo trabalho. Ao olhar detalhadamente, vemos que S.Exa. contemplou todos os Estados com critério. Apesar da escassez financeira que atravessa o nosso País, foi muito criterioso. Praticamente, as relatorias mais importantes são da saúde e da educação. Agora estou entendendo, Deputado, que não houve demora. Foi um trabalho criterioso mesmo, para não prejudicar nenhum Estado. Isso mostra o compromisso de V.Exa. com o Brasil.

Se houver jeito de apresentarmos um destaque para ajudar um pouco o meu Tocantins, eu vou ficar feliz. Mas parabenizo V.Exa. pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Eu só queria fazer uma observação ao sempre Senador Wellington Roberto. Em 1950, a Paraíba tinha 1 milhão 780 mil habitantes.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu não sou desse tempo, não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - E o Maranhão tinha 1 milhão e 500 mil. Hoje, o Maranhão chega a 7 milhões de habitantes e, a Paraíba, a 3 milhões e 700 mil. Então, o Maranhão é um Estado sempre receptador de nordestinos. Os nossos irmãos são muito bem-vindos. Temos Municípios inteiros de paraibanos, como o Município que era Brejo Paraibano, hoje é Paraibano. Então, o Maranhão precisa de uma atenção diferenciada dos nossos irmãos nordestinos. Nós temos recebido muitos cearenses, muitos rio-grandenses, muitos paraibanos, muitos alagoanos, muitos pernambucanos. Então, o Maranhão é essa diversidade de nordestinos que estão lá.

Com a palavra Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Pedro Fernandes, que ora preside esta sessão da Comissão Mista de Orçamento, estou aqui analisando o relatório realizado pelo Senador Davi Alcolumbre, do Turismo, e o que nós podemos constatar, rapidamente, é que o Turismo poderia ser facilmente, numa reforma, anexado a qualquer outro Ministério, porque não tem sentido nenhum esse Ministério ficar da forma como está hoje com relação ao Orçamento.

Para que nós tenhamos uma ideia — e olhem que o turismo é importante, o Brasil tem um potencial enorme, o nosso Estado, o Maranhão, tem um potencial grande —, se formos analisar o Orçamento, vamos ver que ele não está tendo valor algum. Digo isso porque, em 2014, foram liquidados 551 milhões de investimento; no ano de 2015, foi autorizado 1 bilhão 471 milhões, ou seja, o Turismo estava em evidência. E olhem que nós vamos ter, no ano que vem, as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Para o ano que vem, estão previstos no Orçamento somente 110 milhões de investimento. Se formos retirar as emendas de Deputados, emendas de bancada, o que vai sobrar para investimento direto do próprio Ministério vai ser muito pouco, é insignificante.

É um assunto que preocupa demais. Nós sabemos que, sem recursos, não se faz nenhum tipo de ação, ainda mais ações governamentais. O que nós podemos perceber é que no ano de 2016 praticamente não haverá nenhum investimento para incentivar essa indústria que não polui, essa indústria que gera emprego demais no nosso País.

A nossa Deputada Gorete sabe que o Ceará depende muito do turismo, logicamente, existe lá a indústria de confecções e outras indústrias, como a siderúrgica, mas o Ceará precisa muito do turismo. E vemos que não há investimento. Como nós podemos dizer que o Brasil vai atrair mais turistas, até mesmo os turismo interno, se não há investimento nessa área tão importante?

Então, quero registrar aqui o meu desgosto com relação a esse Orçamento. Vejo que será um ano muito difícil para o turismo. Penso até que ele deveria ser, numa reforma política, logo anexado a outro Ministério. vão até diminuir mais as despesas de custeio, e deveriam ser jogadas essas despesas de custeio, que são altas, nos investimentos. Não tem nenhum sentido um País deste tamanho, o Brasil,

com forte potencialidade de atração de turistas, vir com 110 milhões de investimentos. Eu acho que é um dos menores investimentos da Esplanada dos Ministérios.

Com relação à educação, eu gostaria de dizer ao nobre Relator que vou fazer um destaque. A nossa Universidade Estadual do Maranhão é uma universidade antiga, uma das mais antigas que nós temos no País. Ela começou como uma federação, e, na época do Presidente Sarney, ainda em 1965, foram criadas as primeiras faculdades, a primeira foi a Faculdade de Administração de Empresas, depois, a de Administração Pública, para formar os servidores públicos do Estado do Maranhão. Eu mesmo fui um dos alunos daquela universidade.

Essa universidade expandiu muito, e o Governo do Estado do Maranhão não tem recurso suficiente, embora tenha assegurado, na Constituição do Estado do Maranhão, que 10% dos recursos arrecadados de receitas próprias e transferências constitucionais se destinem à universidade. Mesmo assim, a universidade não tem como se manter, é um recurso muito pequeno. Ela está em quase todos os Estados do Maranhão; nós temos 217 cidades, e a Universidade Federal do Maranhão está em 180 cidades do nosso Estado. É de uma universidade que nós precisamos. Não há desenvolvimento sem educação, não há. Então, nós precisamos rever esse valor.

Nós vamos apresentar um destaque. Espero que V.Exa. nos atenda. O Maranhão é um Estado que precisa muito do apoio do Governo Federal. É para isso que existe a Federação.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Quero dizer aqui mais uma vez ao Deputado Wellington Roberto que quem comandou o Maranhão por mais de 40 anos foi o Vitorino Freire, paraibano, um grande politico do Maranhão, Senador por muito tempo. E o Cafeteira, do Maranhão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O Governador Cafeteria também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - E um dos maiores poetas do Maranhão é o José Chagas, da Paraíba também.

Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Sr. Presidente, gostaria aqui de sensibilizar o nosso Relator da área de educação para um destaque que nós estamos fazendo, o Destaque nº 9, da bancada do Estado de Goiás, em relação ao transporte de alunos.

A bancada do Estado de Goiás, Sr. Relator da área de educação, apresentou uma emenda solicitando 100 milhões, mas esse valor foi reduzido para 1 milhão e 500 mil. Um milhão e quinhentos mil para fazer transporte de aluno em um Estado do tamanho de Goiás é a mesma coisa que nada.

Então, a bancada apresentou o Destaque nº 9, mas gostaríamos que V.Exa. revisse esse valor, colocando recursos que possam efetivamente contemplar o transporte escolar dos alunos da área rural do Estado de Goiás.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem.

Eu queria dizer que o Deputado Hildo Rocha tem razão quando fala sobre o turismo. Só os cemitérios da França recebem mais turistas do que o Brasil. Esse é um dado interessante e serve para refletirmos. Se nós não tivermos investimentos no turismo, dificilmente vamos reverter essa situação.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha, para discutirmos o tema educação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu não tenho condições de discutir, ainda não.

Gostaria, com eu disse, que a reunião fosse suspensa. Ou, se quiserem, em caráter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. não gostaria de discutir algo sobre turismo, enquanto nós discutimos educação? Aí aguardaríamos um pouco.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Deputado, eu sou uma só. Se eu for discutir turismo, eu não vou ver a educação, que eu preciso fechar.

Eu entendo que o correto seria suspender a reunião por 15 minutos. Não há ninguém, está evidente a falta de quórum aqui. Eu não estou pedindo para encerrar, só para termos condição de discutir.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório da área de educação é extremamente importante. Eu estou vendo aqui os assessores, nós estamos trabalhando há um tempão. Agora, nós precisamos ter tempo. Infelizmente, não se cumpriu nenhum dos prazos.

Então, pelo menos que se discuta turismo ou que se interrompa por 15 minutos, para termos condição de, com boa vontade, votar o relatório da área de educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputada, com certeza, sem nenhum menosprezo aos outros Deputados, nós estamos aqui com uma das maiores autoridades em educação, que é V.Exa. Se nós começarmos a discutir com V.Exa., eu acho que faremos uma cobertura muito boa sobre a educação.

Vamos passar a palavra à Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nós sabemos que as votações aqui estão sendo por acordo e que nós estamos mantendo o mesmo quórum de ontem, as presenças são as mesmas de ontem. Quer dizer, esta é só uma continuação da reunião de ontem.

Eu queria me reportar aqui ao que o Deputado Hildo Rocha falou sobre o turismo. Em conversa com o Ministro do Turismo, S.Exa. me mostrou que realmente o nosso orçamento para turismo é o menor da América Latina. A Argentina, que é um país muito menor, que tem problemas até mais graves que os nossos, mais difíceis de serem resolvidos, tem um orçamento para turismo três vezes maior do que o nosso. O mesmo acontece no Chile e nos demais países da América Latina. Então, é muito importante vermos isso aqui.

O que acho que ainda é uma esperança é a possibilidade de aprovação, pela Casa, do projeto de legalização dos jogos de bingo no Brasil. Isso irá estimular o turismo e atrair mais dinheiro estrangeiro para cá. O estímulo à geração de recursos para o turismo tem que ser levado mais a sério, tem que melhorar, porque num País do tamanho do nosso, com um orçamento para turismo desse tamanho, fica quase inviável, realmente, ser Ministro do Turismo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Bom dia a todos.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a questão do turismo, eu quero voltar à discussão trazida pelo Deputado Hildo Rocha sobre a necessidade ou não de se manter um Ministério com um orçamento desse tamanho. É um Ministério importante, mas fica sem importância a partir do momento em que não tem recursos para investimento. Nós precisamos, realmente, mostrar ao Brasil este Brasil que nós temos, principalmente na área turística.

Durante a Copa do Mundo, eu lembro que conheci alguns sulistas, que disseram, Deputada Gorete Pereira, que não sabiam que o Nordeste tinha uma cidade como Fortaleza. Ficaram encantados com a cidade de Fortaleza.

Então, nós precisamos de um Ministério que realmente invista na promoção do turismo interno, porque eu acho que o Brasil precisa conhecer o Brasil.

Agora mesmo, nós estamos com uma exposição, ali no corredor de acesso ao plenário, sobre as belezas naturais do Maranhão, principalmente a Chapada das Mesas e os Lençóis Maranhenses. São áreas realmente belíssimas, que precisam de infraestrutura para receber melhor o turista. Nós até já podemos recebê-lo, mas precisaríamos de mais investimentos.

Acho que todos os Estados se ressentem disso. Então, é preciso haver uma discussão.

Na área de educação, eu tenho levantado uma tese. Embora ninguém a tenha escutado, eu volto a dizer. Eu vou ao Ministério da Educação e vejo um Ministério enorme. Eu vou ao Ministério da Ciência e Tecnologia e vejo um Ministério, Deputado Hildo Rocha, pequeno. Por que não colocar o ensino superior no Ministério da Ciência e Tecnologia, já que muitas questões de financiamento da educação superior estão lá? Assim, nós poderíamos equilibrar esses Ministérios.

Poderíamos ter um Ministério da Educação mais voltado para o ensino básico. Hoje, esse Ministério prioriza o ensino superior e deixa a base sem nenhuma prioridade. Por isso que, talvez, haja esse desastre na educação brasileira. Mas se o Ministério da Educação focasse mais no ensino básico, se dedicasse mais a isso, o Ministério da Ciência e Tecnologia poderia promover as universidades.

Então, eu acho que o Brasil precisa de um choque de gestão, precisa realmente acabar com essas “igrejinhas” que existem em todos os Ministérios. Fico sempre repetindo isso, mais como uma questão de gestão. Nunca nós vamos dar

prioridade à educação básica se nós a deixarmos sempre no bolo, misturada aos interesses do ensino superior.

Eu acho que o Congresso tem de dar a sua contribuição. Acho também que nós precisamos focar nesses Ministérios que realmente dão respostas muito rápidas, como é o caso do Ministério do Turismo. O Ministério da Educação já tem uma resposta mais lenta, mas também precisa dar uma resposta.

Por exemplo, a área de segurança pública precisa de mais investimentos. É necessário colocar mais policiamento nas ruas. Porém, com certeza, por meio da inclusão e da educação, podemos ajudar, e muito, a segurança pública.

Sra. Presidente, só para V.Exa. ter uma ideia — não é um levantamento muito científico, mas dá para chamar a atenção —, 90% da população carcerária de Pedrinhas, no Maranhão, têm de 18 a 29 anos, e ninguém tem ensino médio. Veja V.Exa. como estamos carentes nessa área do ensino básico.

Então, nós precisamos focar muito na questão da educação, principalmente no ensino básico e na educação pública.

Essa é a minha singela contribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de o Relator falar, eu quero que as pessoas estejam bem atentas à essa fala do Deputado, porque essa sugestão permeia todas as discussões da Casa que envolvem a educação.

O tratamento dado hoje ao ensino superior no País está bem longe de ser o ideal para que possamos ter profissionais contemplados com educação decente, e com assistência pedagógica à altura do que se precisa. As universidades são todas maltrapilhas e maltratadas. O setor de pesquisa, então, é um vexame.

Acho que devemos levar em conta a proposta que o Deputado acabou de trazer, de passar o ensino superior para a área de ciência e tecnologia. Esta é uma oportunidade de debater o assunto. Até podemos sugerir que esse debate seja ampliado no Plenário da Casa. Com certeza, no aprofundamento da estrutura do ensino superior, que tem que ocorrer, deveria haver um olhar muito mais atento do Governo, inclusive na parte orçamentária,.

Eu parabenizo V.Exa., Deputado. Estava dizendo ao Relator da importância dessa proposta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É verdade. A solicitação do nosso nobre Deputado Pedro Fernandes é pertinente. Nós vamos analisá-la aqui com os consultores. Eu posso lhe garantir que, depois dessa análise, vamos incluir na conclusão do nosso relatório, o.k.?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Sra. Presidente, eu acho que essa discussão de alocar em outro Ministério é pertinente, mas há uma questão estrutural. Na verdade, nenhum Ministério tem muito recurso, porque a maioria dos recursos do orçamento são para pagamento de juro, quase a metade do orçamento, 45%, e para amortização. Um pouco mais ocorre na outra grande rubrica, a previdência.

Para resolver a questão da educação, para haver mais dinheiro para turismo, para deixarmos de dizer que o Brasil tem grande potencial turístico, quando potencial sem infraestrutura concreta não nos traz benefícios —, 6 milhões de turistas estrangeiros no Brasil é um número pífio diante do fluxo de turistas em âmbito mundial —, certamente temos que passar por uma discussão mais ampla do orçamento.

Primeiro, temos de ter coragem de enfrentar a previdência, precisamos efetivamente diminuir o déficit da previdência. Eu quero dizer aqui uma coisa óbvia. Ficar velho é bom, porque só fica velho quem não morreu novo. Então, ficar velho é bom, mas todo mundo quer se aposentar novo. Mas essa conta não fecha.

É preciso que o Congresso, a par das conquistas da classe trabalhadora, por todo o trabalho feito, enfrente isso de frente, com coragem, sabedor de que isso traz desgaste, mas que é fundamental para que nós possamos trabalhar. Essa é a segunda grande conta.

Mas e a primeira grande conta do orçamento? Nós estamos aqui discutindo turismo, que é zero vírgula pouco. Vamos discutir o maior orçamento que nós temos aqui, o da educação: 3,7%, 3,8%. E os 45% para pagamento de juro e amortização da dívida? Então, não há como ficarmos discutindo migalhas do orçamento, como estamos vendo aqui, enquanto 70% desse orçamento estiverem basicamente em duas grandes contas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos nós sabemos da importância, em determinados momentos, de se aumentar juro para diminuir demanda, para poder frear um pouco o processo de inflação, mas não podemos nos matar da forma como está ocorrendo no Brasil.

Então, é necessário que haja uma discussão mais ampla sobre o orçamento, para que nós possamos alocar mais verbas e recursos para educação, ciência e tecnologia, turismo, cultura, etc. Essa discussão tem que passar, necessariamente, pela grande conta de juros que o País está pagando ao longo do tempo e agora cada vez mais. A previsão é de que chegue a 70% do PIB o estoque da nossa dívida.

Essa é uma situação estrutural, que eu acho que caberia certamente à Comissão Mista de Orçamento discutir, porque ela, sim, traz no seu bojo possibilidades de que nós venhamos a alocar recursos para áreas que nós entendemos ser prioritárias.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Presidente Rose de Freitas, eu poderia ter a palavra? Sou o Deputado Vitor Valim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sra. Presidente, nesta Comissão temos grandes Deputados cearenses — vejo aqui o Deputado Danilo Forte e a Deputada Gorete Pereira.

Acho que é melhor fechar o Ministério do Turismo ou fazer sua junção com qualquer outro Ministério, porque o turismo é que fomenta a economia principalmente no meu Nordeste. Eu posso falar do meu Ceará, de Fortaleza e de toda a região metropolitana. Lá é o turismo que gera emprego. A nossa economia gira em torno do turismo, não só a do Estado do Ceará mas também a do Estado do Maranhão e a de outros Estados.

Há uma série de obras paradas no meu Estado, como a revitalização da Beira-Mar. Apesar de haver uma divergência clara com o Prefeito da cidade, eu não posso deixar de pensar no meu Estado, no meu Governo. Então, eu não consigo entender esta discrepância na forma de pensar do Governo Federal, Deputado Danilo Forte: se querem gastar, vão gastar milhões, bilhões, nas Olímpiadas,

visando ao turismo no Brasil, mas o Brasil não se resume ao Rio de Janeiro, o Brasil é continental.

Então, se o meu Nordeste ficar com a capacidade de investimento pífia, com o orçamento de 110 milhões, eu acho melhor fechar o Ministério do Turismo. O Estado do Ceará vai padecer muito — já está padecendo — com obras paradas há 2 anos. O maior cartão postal do meu Estado, que é Fortaleza, está com obra parada há 2 anos por falta de recursos federais, apesar dessa parceria junto ao Ministério do Turismo. No ano que vem, com investimentos de 110 milhões, o meu Estado do Ceará, além de sofrer com a seca, vai sofrer também, mais ainda, com a falta de investimentos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está encerrada a discussão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Está encerrada a discussão de quê?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não estamos discutindo o relatório do Deputado?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os destaques são feitos durante o processo de discussão. Eu estou seguindo religiosamente a lista dos inscritos. O último inscrito foi o Deputado Valim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Sra. Presidente, Depois de toda a confusão, eu só queria entender. Eu estou fazendo o que foi combinado, estou olhando o relatório da educação.

Então, a minha pergunta é: está encerrada a discussão de qual... Do turismo?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - S.Exa. foi Relatora *ad hoc* do turismo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu fui Relatora *ad hoc*. É por isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, V.Exa. foi Relatora! Eu não sabia. Eu estava conversando com o Relator, que estava me informando. Eu estava acompanhando o relatório na Mesa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ela foi Relatora *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estávamos discutindo o turismo?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Isso. Eu fui Relatora *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tudo bem. Esta lista aqui é de discussão? Eu tenho que seguir a lista dos inscritos. Eu não posso ficar oferecendo o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Mas aqui é um *mix*, Sra. Presidenta.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, Sra. Presidente, quando a sessão foi aberta, não havia ninguém aqui. Só estávamos eu e o Relator. Então, eu pedi que a sessão fosse suspensa, em vez de pedir o que seria correto, o encerramento, devido à boa vontade e ao acordo que nós fizemos.

O Relator terminou a leitura do relatório da educação, eu fui à Mesa, fiz a leitura do relatório do turismo, *ad hoc*. Para ganhar tempo também, porque não havia quase ninguém, foi aberta a discussão aleatória para podermos depois retomar o ritmo normal. Deveríamos, eu imagino, fechar primeiro o turismo e depois retomar a educação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de explicar o que aconteceu. Sem recriminar pessoas, aqui na mesa está o papel da Área Temática III — Educação e Cultura. Quando eu cheguei, ele me apresentou a lista de oradores e eu segui o que estava na mesa dele. Debaixo deste papel, está o turismo. Nós seguimos a sequência que está na mesa. Eu peço desculpas pelo equívoco e distração da nossa assessoria. Nós vamos voltar ao turismo.

V.Exa. não estava sentada aqui, lendo o relatório? Sempre, quando está na mesa, acompanhamos.

Nós estamos apresentando os destaques agora.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi combinado que eu saísse. Por isso eu saí.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem. Deputada Dorinha, muito obrigada.

Continua em debate o turismo.

Alguém mais deseja discutir o turismo?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, eu apresentei um destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Logo depois de apreciado o relatório, ressalvados os destaques, nós iremos votá-los.

Ninguém mais quer fazer uso da palavra?

Então, está encerrada a discussão.

Deputada Dorinha, V.Exa. gostaria de fazer alguma consideração em relação à questão levantada pelo Deputado Valim sobre a precariedade dos recursos?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, na verdade, como eu fui Relatora *ad hoc*, no relatório já foram explicadas as limitações orçamentárias e as recomendações feitas pelo Relator Setorial ao Relator-Geral. Na verdade, o Deputado Gaguim solicita um volume maior de recursos para uma ação que é importante, é lógico, para o meu Estado também. De acordo com o que está registrado no Orçamento, não existe disponível nenhum recurso dentro do Ministério do Turismo.

Com a leitura do destaque, teria que ser discutido e visto inclusive com o próprio Relator-Geral se é possível fazer algum tipo de acréscimo *a posteriori*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foram apresentados, Relatora, dois destaques. Eu queria que V.Exa. tomasse conhecimento deles. Seria bom que V.Exa. retornasse à mesa.

Onde estão os destaques? Já estão com a assessoria os dois destaques apresentados. *(Pausa.)* A Relatora vai analisá-los para respondê-los, embora já tenha afirmado a limitação de recursos.

Vamos colocar em votação o relatório apresentado, ressalvados os destaques, primeiramente na Câmara.

Senador Gurgacz, por favor.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação a Área Temática VII — Turismo.

Em representação na Câmara dos Deputados. Os que tiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os que tiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ressalvados os destaques.

Vamos passar, então, aos destaques.

Com a palavra a Relatora.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, em que pese a importância do turismo para o nosso País, e obviamente seriam pertinentes as emendas de bancada do Tocantins e de Roraima, eu queria lembrar que o orçamento inteiro para o Ministério do Turismo, EMBRATUR e toda a sua estrutura é de 132 milhões. Os recursos destinados foram da ordem de 132 milhões para o total do Ministério do Turismo. V.Exa. fez uma emenda, só para o Estado do Tocantins, de 110 milhões. Então, se fechassem o Ministério do Turismo, ainda haveria dificuldade em atender os dois pedidos.

A emenda de Tocantins foi um pedido de 100 milhões, que foi atendido com 7 milhões e 450 mil. A emenda do Estado de Roraima era de 110 milhões, mas foi atendida com 4 milhões e 460 mil.

Eu queria só ponderar que é impossível atender esses pedidos, uma vez que o orçamento inteiro destinado ao Ministério do Turismo é de 132 milhões. Então, nós não temos recursos disponíveis.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Minha Relatora, eu apresentei o destaque de 20, que já foi protocolado. De 20, tirando 7, ficam faltando 13. Vamos ver se conseguimos pelo menos 3 a mais. Dá uma mexida aí. Nós tivemos a oportunidade de ter V.Exa. como Relatora.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu não tenho autonomia para fazer isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não quero nem preciso fazer isso em socorro à Relatora, mas S.Exa. acabou de dizer o número que

tem do relatório inteiro. São dois destaques de 100 milhões. Se só existem 130 milhões, como ela pode atendê-los?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, só para se ter uma ideia, eu fiz um levantamento e constatei que nos últimos 10 anos esses outros Estados receberam mais de 600 milhões para o turismo e o Estado de Tocantins não recebeu nada. Então, eu tenho que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Meu estado, o Espírito Santo, também não recebeu.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É. Mas eu estou lutando pelo meu. Eu fiz o levantamento...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ouvir a Relatora, que tem poder de decisão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu não tenho, na verdade, esse poder porque sou Relatora *ad hoc,* não trabalhei no relatório do turismo.

Eu queria só dizer que, na verdade, olhando todas as bancadas e as emendas apresentadas, Deputado Gaguim, nenhum Estado recebeu, nessa designação atual, para o turismo... O Estado que mais recebeu proposta foi o Piauí, com 9 milhões e 900 mil. No geral, todos os Estados ficaram com algo em torno de 3 milhões. O Estado de Tocantins foi um dos que mais recebeu.

Eu compreendo, gostaria de recomendar ao Relator-Geral que verificasse isso. Fui informada também que a bancada do Estado de Tocantins vai ter um adicional para distribuir em ações prioritárias. Depois eu posso informá-los. Podemos tentar atender, para beneficiar o Estado.

Lógico que eu tenho todo o interesse. Infelizmente, o Ministério teve um corte gigantesco. Toda a área de turismo do País terá 132 milhões.

Eu queria pedir essa ponderação. Nós vamos tentar encaixar isso. Faço uma recomendação ao Relator-Geral para ampliar o atendimento nessa área de turismo.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O Estado vai agradecer a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Agradeça, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sra. Presidente, para ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixe-me só fazer uma sugestão ao Deputado Gaguim. Existe o recurso das bancadas. Os coordenadores deverão se reunir até às 14 horas, conforme a Deputada disse.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu falei com ele.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. se concentre nessa demanda.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Ele é Coordenador da bancada.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O.k. Concordei

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. é Coordenador da bancada?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Meus parabéns!

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Meu pedido pela ordem é só no sentido de agilizarmos o trabalho e parabenizar a Deputada Dorinha. S.Exa. não tinha nada a ver com a história, foi pega de surpresa para dar agilidade ao processo e fez um belo relatório. Agora vamos pressionar o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, para buscar solução para Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Obrigada, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço à Deputada Dorinha.

Vamos passar à votação. Não sei se é o caso de colocar o requerimento de votação em globo, pois são apenas dois destaques. Acho que podemos colocar o relatório de S.Exa. diretamente em votação, com a rejeição dos destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer da Relatora.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço mais uma vez à Deputada Dorinha.

Eu queria destacar que nós estamos discutindo o relatório da educação, que merece atenção profunda, por se tratar de um relatório elaborado pelo Deputado Wellington Roberto. S.Exa. estará aqui para dirimir as dúvidas. Eu gostaria, não desprezando os demais, que V.Exas. estivessem atentos a esse relatório, porque dele depende fundamentalmente o funcionamento da educação no País, tão maltrapilha e maltratada.

Para discutir, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Wellington Roberto, sem sombra de dúvida a educação é a base...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço a atenção do Plenário, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a educação, sem dúvida nenhuma ...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se tivesse uma “senhora” aí eu ficaria feliz.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, com todo o respeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. me chamou de senhor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu disse Sra. Presidente, Sr. Relator. Pelo menos é o que estou visualizando aqui. Mas o mundo hoje está muito moderno, integrado. Eu não lido com preconceitos de gênero, sou pela igualdade em todos os sentidos, respeito a todos. A educação é para garantir o respeito, para garantir a cidadania, para garantir o desenvolvimento científico, cultural, intelectual e econômico das regiões menos favorecidas. O exemplo do mundo: todos os países que conseguiram reverter o ciclo de pobreza...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, o Deputado tem preferência na palavra dele, não vai dividir atenção com celulares e com conversas paralelas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sra. Presidente.

Todos os países do mundo que conseguiram reverter o ciclo da pobreza o fizeram com investimentos maciços na educação, desde a Coreia, que é o bom exemplo, mas não é só isso, a todos os países, inclusive do pós-guerra. Nós não podemos ter uma mentalidade diferente. O País teve um ciclo de crescimento do ensino universitário, uma expansão da rede universitária tanto no setor público como no setor privado, que tem garantido melhor qualificação para os nossos jovens, tem permitindo-lhes ocupar melhores espaços no mercado de trabalho, dentro desse crescimento, desse desenvolvimento cultural e intelectual que lhe é permitido, e nós, Deputados do Estado do Ceará, um Estado cravado no meio do Semiárido nordestino, um Estado que tem, inclusive, na educação, se destacado como um Estado cuja juventude é muito aguerrida, haja vista o feito de o Estado ser o que mais aprova no Vestibular do ITA, um dos mais difíceis do Brasil, um dos mais seletivos... O Estado do Ceará é o que mais fornece alunos para o ITA, demonstrando o desejo desses jovens de ter acesso ao ensino universitário.

A Universidade Federal do Ceará tem um programa fabuloso de expansão com a interiorização dos *campi* universitários. Conseguiu implantar um *campus* de sucesso na cidade de Sobral. A Universidade Federal do Cariri é fruto, é filha da Universidade Federal do Ceará. A UNILAB, a Universidade de Integração dos Afrodescendentes, em Redenção, também é fruto exatamente do desenvolvimento da expansão da Universidade Federal do Ceará. Agora, no presente momento, a Universidade Federal do Ceará está concluindo três *campi* universitários: de Crateús, de Russas e de Itapajé, que tem a história magnífica do legado de um filho pobre da cidade, Zé Maria Melo, que saiu de Itapajé em busca de oportunidades, foi para o Rio de Janeiro. Lá conseguiu fazer fortuna e deu como legado para a cidade um equipamento, um imóvel orçado hoje em mais de 30 milhões de reais para abrigar um *campus* universitário já com algumas instalações construídas que precisam ser concluídas.

Nessa primeira fase da conclusão nós conseguimos arrancar 15 milhões este ano do orçamento do MEC para concluir o que já está feito, mas precisamos de mais recursos para os refeitórios e para os alojamentos dos alunos, dos professores e dos servidores.

Nesse sentido, compreendendo a preocupação do Deputado Wellington Roberto, da Paraíba, que também conseguiu desenvolver, a partir da expansão do ensino universitário, no eixo Cajazeira, Pombal, Sousa, Campina Grande e João Pessoa, onde estão instalados os *campi* da Universidade Federal da Paraíba... Desde a minha adolescência o *campus* de Campina Grande é uma referência no ensino, principalmente a Escola de Engenharia, na nossa época. Temos certeza de que o Deputado Wellington Roberto será sensível à possibilidade de abrigarmos um pouco mais de recursos dentro do seu relatório setorial para fortalecer essa ação para concluir os *campi* universitários, principalmente nas cidades de Itapajé, Russas e Crateús. Esse é um pleito da Universidade Federal do Ceará, é uma emenda da bancada do Estado do Ceará e é um pleito de todos os cearenses, que têm a compreensão clara da importância da implantação dessas universidades na sua interiorização. Para nós, apenas 5 milhões, como está lá destacado na rubrica do orçamento para a expansão da universidade, é muito pouco.

Nós pedimos uma emenda de bancada de 150 milhões e precisamos de, no mínimo, 60 milhões para cumprir o orçamento de 2016.

Então, diante dessa situação, o que eu pediria, neste momento, é que o Relator fosse sensível à possibilidade de, pelo menos, nos atender com um pouco mais para que, a partir daí, pudéssemos fazer uma intercessão junto ao Relator-Geral, Deputado Ricardo Bastos, para que ele faça o complemento necessário para que tenhamos um orçamento capaz de viabilizar essa demanda, uma perspectiva, um desejo muito grande principalmente da juventude no Estado do Ceará. É o Destaque nº 17.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 17. Já foi apresentado.

As Deputadas Gorete Pereira e Professora Dorinha Seabra Rezende também.

Nós estamos lembrando que estamos na fase de destaques. Há o Deputado Milton Monti antes da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Wellington Roberto. Eu apresentei os Destaques nº 14 e nº 15, exatamente o da Universidade Federal e o do Instituto Federal de Educação, nos

quais tentamos fazer uma expansão maior. Eu não vou nem repetir tudo o que o Deputado Danilo Forte falou, mas a expectativa que estava gerando essa emenda no Estado do Ceará demonstra a enorme decepção em relação a esses 5 milhões. Por isso eu já tinha conversado antes com V.Exa. e solicitado que, nesses meus destaques, nº 14 e nº 15, V.Exa. nos atendesse com mais alguma coisa. O Instituto Federal poderia ficar com um pouquinho mais. Quinze milhões resolveriam o problema do Instituto. Foram pedidos também 150. Sabemos que houve uma diminuição muito grande, de 10 bilhões, na receita da educação. Estamos conscientes disso. Mas estamos solicitando que um Estado pobre como o Ceará, que só vê essa perspectiva de conseguir galgar alguma coisa em relação aos Estados do Sul do Brasil, tenha oportunidades maiores em relação ao seu ensino superior. Por isso, eu peço que V.Exa. faça alguma coisa no que diz respeito aos Destaques nº 14 e nº 15.

Obrigada, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Cara Presidente, Senadora Rose de Freitas, caro Relator, Senador Wellington Roberto, os meus destaques são fáceis: são os de nºs 1, 2, 3 e 4. Nós fomos os primeiros da fila para demonstrar a nossa preocupação com...

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO - Se V.Exa. estivesse no Conselho de Ética, teria prioridade, porque a corrida lá é grande para ser o primeiro.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Os primeiros que se inscrevem têm prioridade?

Portanto, vamos fazer uma similaridade aqui e também dar prioridade a esses destaques.

Na verdade, como Coordenador da bancada de São Paulo, nós, todos os anos, priorizamos duas áreas mais fortemente: educação e saúde.

Na área da educação nós temos, em São Paulo, as universidades federais, que passaram por um plano de expansão nos últimos anos, como aconteceu em todos os Estados brasileiros, e temos os institutos federais e as escolas técnicas federais, que também passaram por expansão nos últimos anos.

Eu não vou aqui voltar ao lugar comum. Quero concordar com as palavras do Deputado Danilo Forte e da Deputada Gorete Pereira, que falaram a respeito da importância da educação para sedimentarmos o futuro do nosso País.

Então, não preciso repetir o óbvio. O que eu quero apenas, caro Relator, caro Deputado, caro amigo, é pedir a V.Exa. que tenha uma atenção especial. Sei das restrições orçamentárias que nós estamos vivendo neste ano, sei que o cobertor é curto, mas nós temos o atendimento de um grande contingente de pessoas no nosso Estado.

Além disso, nós temos três emendas destinadas às universidades federais e aos institutos federais e também temos uma específica para uma universidade estadual, a Universidade Júlio de Mesquita, a UNESP. Nós temos três universidades em São Paulo, e todos sabem também que as universidades de São Paulo recebem pessoas de todo o Brasil. E vamos continuar fazendo isso, acho que também é papel do nosso Estado. Por isso, peço a V.Exa. que dê atenção especial a esse tema tão importante para o futuro do nosso País.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, na verdade, eu insisto muito no debate. Eu gostaria de destacar o esforço que o Relator tentou fazer em uma área que está muito sacrificada. Eu fico muito incomodada. E não faço nenhum tipo de posição político-partidária, porque nunca fiz, mas a minha preocupação — e nós da Comissão de Educação já estamos discutindo isso há algum tempo — é com a proposta orçamentária do Ministério da Educação. Isso me incomoda.

Eu sei que, na verdade, V.Exa. não tinha governabilidade sobre o que eu vou falar, mas o orçamento do Ministério da Educação em 2015 já é um orçamento muito ruim. Eu acho que todos os Deputados e Senadores sabem que estamos com um monte de obras paralisadas, sem pagamento. Há vários programas paralisados. O Brasil sem fronteiras é um programa de excelente qualidade. Houve redução de programas de formação de professores, o FIES, e outros programas que eu poderia aqui destacar. O PRONATEC teve uma redução enorme de vagas em relação a 2015. Esses programas têm bons resultados e precisam de ajustes operacionais. Eu

tenho minhas críticas a aspectos de alguns programas dos quais estou falando, mas são programas que têm cumprido um papel importante.

Quando nós recebemos a proposta de Orçamento do Executivo, a Comissão de Educação fez, com o apoio da Consultoria — inclusive o Sr. Cláudio Tanno acompanhou a realização disto —, uma nota técnica que mostrava o prejuízo da área da educação. Houve redução, por exemplo, de transporte escolar: na proposta que veio do Executivo, houve redução de 100%, foi zero para o transporte escolar, dentro do programa Caminho da Escola. Na educação infantil, houve 85% de redução.

As metas do plano nacional precisam ser cumpridas. É preciso garantir a presença da criança na escola. Nós temos a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determina o atendimento e a obrigatoriedade de que todas as crianças a partir dos 4 anos estejam na escola. Há falta de vaga, de estrutura. E o Orçamento que veio, proposto, já tinha um corte em relação a 2015 — que é um ano ruim — de quase 27%.

A minha surpresa ruim foi que desse relatório, com uma redução de quase 27%, ainda houve um corte adicional. Na verdade, foi imposto pelo Relator-Geral, porque veio uma recomendação do Planejamento. Ou seja, o que era ruim ficou muito pior, muito pior!

Eu não posso deixar de mencionar isso e fazer um apelo ao Relator-Geral, que é quem hoje tem condição de socorrer a área: que S.Exa. olhe a educação! Um Brasil, pátria educadora, um Brasil com os resultados que ainda temos? Apesar do esforço realizado por Estados, Municípios e pela própria União, nós ainda temos resultados de educação extremamente ruins. Nós temos ainda muita criança fora da escola, meninos estudando em escolas que não poderiam ser chamadas de escola, sentando em tocos, em situação totalmente inadequada, com professores malremunerados, com uma estrutura ruim. Eu não preciso ficar repetindo isso aqui!

A educação infantil em 2015 tinha um orçamento autorizado de 4 bilhões de reais. O que está ficando hoje são 503 milhões reais, para um país do tamanho do nosso, com a diversidade e com a obrigatoriedade de cumprimento do atendimento à Emenda nº 59, de 2009, com o atendimento obrigatório à criança! Não dá para o Prefeito ou o Secretário de Educação ou a escola mandarem a criança para casa:

"Não vou atender." O Ministério Público está na cola, têm que cumprir. A Emenda nº 59, de 2009, é clara!

De 4 bilhões de reais, em um ano ruim, caiu para 503 milhões de reais. Na educação básica, os quase 2 bilhões de reais — 1 bilhão e 971 milhões — que nós tivemos em 2015 caíram para 827 milhões de reais. É uma redução extremamente drástica para a educação básica! Para o apoio à educação básica, o mesmo: os 704 milhões de reais, que é a parte para construção e estruturação das escolas, caíram para 112 milhões de reais. Para a formação de professores, houve um corte gigantesco no programa do PIBID!

Eu não tenho como votar um relatório dessa natureza. É lógico que nós vamos discutir e votar, mas vou faço este apelo ao Relator-Geral.

E por que isso me incomoda tanto? O Ministro Mercadante esteve na Comissão de Educação, onde disse — e em sua posse S.Exa. também disse isto: *"A bola agora está com Congresso. Vocês podem cumprir, mexer, organizar para o cumprimento do Plano Nacional. Vocês têm essa autonomia."* Não é verdade.

Eu sei que V.Exa. fez um corte ou uma redução na parte de estrutura de pessoal do próprio Ministério da Educação, o que eu entendo importante, porque teve uma margem pequena. Mas, olhando para o conjunto — e estou falando só de educação básica, mas V.Exa. sabe dos cortes que foram promovidos na educação como um todo —, isso me preocupa. A mensagem é esta: *"Vocês estão com a responsabilidade, vocês podem fazer."* Só que isso não adianta, se nós não temos elementos para fazer nenhum tipo de revolução. Não se pode buscar em outra área.

Por isso, faço este apelo de recomendação, de boa vontade do próprio Relator-Geral também, para nos auxiliar. Nós não podemos entrar em 2016 com uma proposta de orçamento que consegue ser pior do que a de um ano muito ruim, que é o ano de 2105. O ano de 2015 já é muito ruim!

Eu vou citar uma situação particular — e sei que não foi determinação de V.Exa. O meu Estado do Tocantins é um Estado jovem, que tem problemas imensos. Está no coração do Brasil, atende ao País inteiro. Tem um curso recente de medicina, mas já com 4 ou 5 turmas, e vários outros cursos na área de saúde. Há a proposta de construção de um hospital universitário para lá. O Ministério da Educação alocou 8 milhões de reais. Para o Estado do Rio Grande do Sul, também

há uma proposta de construção de um hospital universitário, para o qual foram alocados 100 milhões. A situação mostra a diferença. O Tocantins está na Região Norte, mas nós não vamos fazer um hospital de palafita, não vamos fazer um barraco. O hospital tem um bom projeto.

Este é o apelo que faço, no sentido de haver bom senso. Não sei se é possível fazê-lo, mas, independentemente desta minha questão particular, eu gostaria de fazer este apelo, para que juntos pudéssemos buscar o que é possível, no limite do Relator Setorial — mas faço o apelo também ao Relator-Geral.

Eu acho que, pela primeira vez, a educação entrou como um dos eixos do PPA. Nós temos um plano nacional aprovado. A Presidente e toda a sua estrutura de Governo adotam o lema Pátria Educadora, que muito nos honra, mas não há como mostrarmos isso para o País! O orçamento da educação sofre um corte, em algumas áreas, que passa de 85%. E são áreas estratégicas! Eu não estou falando de perfumaria, não! Eu estou falando de creche, de escola, de educação infantil, de educação básica, que atende à maioria dos brasileiros. Nós temos na educação básica mais de 55 milhões de alunos, eu acredito!

Este é um apelo e, na verdade, um desabafo e um pedido, para que possamos rever essa situação. Olhando o quadro comparativo, houve um corte do que já era ruim. O ano de 2015 foi ruim. O que veio foi ruim, pior do houve em 2015. E aí vem um corte do que já veio muito ruim!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, entendo que o Sr. Relator está tendo uma missão inglória de fazer cortes no que era o *slogan* do programa deste Governo. Se o ano atual já foi ruim, o que se constata aqui é que o ano que vem vai ser muito pior. Talvez, se o Governo permanecer aí — é algo que não cabe diretamente só a mim, mas a minha escolha já está feita —, vai ter que mudar o *slogan*. Vai ter que se mudar o *slogan* do Governo, porque a Pátria Educadora deste ano foi "pátria enganadora", e, no ano que vem, tem que ser "educação inexistente". Os números que estão aqui são números não de decréscimo na educação, não: são números de falência da educação, falência da educação!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou dar alguns exemplos de variação que nós vemos, pois é importante mostrarmos aqui. No funcionamento das instituições federais com educação profissional e tecnológica, comparando-se com o ano de 2015, nós temos uma variação de menos 15%. Na formação de profissionais da área científica e tecnológica, nós temos menos 59% na variação. Não é fazer um ajuste de acordo com as condições, não: é acabar com o programa!

Vamos dar outro exemplo. Na expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica, a variação é menos 49%, sem falar que, no apoio à rede pública não federal de educação profissional e tecnológica, zeraram o programa. Não foi uma redução, não: zeraram o programa! É a falência da educação o que está colocado aqui.

Eu tenho certeza de que o Relator fez o melhor que pôde. Agora, com os cortes que estão colocados aqui, nem com mágica se resolve! Além disso, o Governo manda fazer uma reserva para o superávit. Então, o que já era ruim — concordo com a Deputada Dorinha — ficou pior ainda.

Essa peça tem que ser assim chamada: *"A falência da educação no Brasil"*. O Sr. Ministro Mercadante disse: *"Isso cabe agora ao Congresso."* Cabe ao Congresso fazer o quê? O que nós vamos fazer com esta peça aqui? Bater palmas? Apoiar calado?

Vou além, há algumas leituras aqui: o FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vai ter uma redução de 26%, e a CAPES, de 15%.

Sra. Presidente, com a inflação do ano que vem e a deste ano já passando de dois dígitos, com os reajustes de salários, custeios e tudo o mais — nós estamos comparando o Orçamento de 2014 com o de 2016 —, nós temos uma diferença de 31%. São menos 31%. Há inversão financeira, queda de investimento em 51%. São 51% a menos de investimento na educação no ano que vem.

Quanto aos cortes do Brasil — o Governo insiste em falar em superávit, mas, para mim, nós vamos ter no mínimo recessão de 3%, no mínimo —, se a recessão é de 3%, porque os investimentos na educação vão cair 50%? Esta é uma opção que está sendo feita aqui, a opção de cassar 50% de investimento na educação, 50% de investimento na educação! É a opção deste Governo. Esta peça é do Governo.

Então, Sra. Presidente, eu quero encerrar as minhas palavras dizendo da minha indignação, dizendo que o problema não é com o Relator Setorial. O Relator nem com mágica conseguiria resolver isso. Mas quero dizer a V.Exas. que esta não pode ser chamada a peça da educação; temos que chama-la de *"A falência da educação"*. É o Brasil desistir da educação. São menos 51% de investimento na educação no ano que vem, é uma opção. O Governo optou por abandonar a educação.

Eu não poderia deixar de falar disso com repúdio — repúdio! —, porque essa escolha é a escolha de optar: se está ruim, sem educação vai ficar pior. Essa é a escolha, e o Governo vai pagar pela escolha de quem passou 12 anos falando que transformou a educação e, agora, decidiu deixar que falisse tudo o que fez.

Então, deixo aqui o nosso repúdio, sabendo do trabalho do Relator que, na medida do possível, fez o melhor que podia, mas realmente o Governo fez uma escolha para acabar com a educação no Brasil, e nós não podemos ficar calados a esse respeito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A palavra está novamente com a Deputada Dorinha. Em seguida, vamos ouvir o Relator.

Só um minuto, Deputada.

Desculpe-me, há o Deputado Izalci primeiro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu também, Sra. Presidente, não poderia deixar de me manifestar, até porque já manifestei no plenário da Casa por diversas vezes a minha decepção em relação à questão do Orçamento da Educação. Eu sei que o Relator, realmente, fez um esforço muito grande, mas estava limitado à questão da meta do superávit e à própria LDO. Mas o Governo precisa, pelo menos, reconhecer isso. O mais grave que acontece no País hoje é que o Governo não reconhece os erros que cometeu, e não se conserta nada se não se reconhece o que se erra.

Então, continuam com a demagogia. E eu questionei isso com o Ministro em relação ao *slogan Pátria Educadora*. Mas ele disse que não, que o Congresso poderia rever a questão do Orçamento. Agora, como rever a questão do Orçamento se realmente o Governo cometeu — e está provado isso já pelo Tribunal de Contas da União — o crime de responsabilidade fiscal? Extrapolou exatamente como disse

na campanha, que faria o diabo para ganhar eleição, e deu no que deu: 120 bilhões de rombo. Está provado aí no PL nº 5; lamentavelmente já pela segunda vez, porque foi aprovado o PL nº 36 e, agora, o PL nº 5, e o Governo agora acha natural trabalhar com déficit. A taxa de juros está deste tamanho. Não sei, não dá para entender.

O Governo, realmente, não consegue ter uma articulação. O Planejamento tem um Governo; a Fazenda, outro Governo. Aliás, a Casa Civil é outro. Cada Ministério é um Governo diferente. Então, não há realmente uma articulação e, principalmente, o reconhecimento do erro, mas colocar a educação com o maior índice de corte de toda a estrutura do Governo é lamentável.

Então, eu quero aqui parabenizar o trabalho do Relator e, ao mesmo tempo, registrar tudo aqui e concordar com o que foi dito pelo Deputado Caio Narcio e pela Deputada Dorinha.

Não vou entrar aqui nos números, mas é triste isso. Eu particularmente entrei na Câmara com o único objetivo de trabalhar pela educação e vejo que, realmente, a qualidade da educação cada dia fica pior. Nós estamos trabalhando com o atendimento, mas com a péssima qualidade e, o pior, em determinados Estados, há uma calamidade. O Brasil, hoje, na educação infantil, consegue ter 50% das crianças até 9 anos analfabetas, que não sabem ler nem escrever. O Brasil consegue hoje ter 90% dos alunos saindo do ensino médio sem saber Português, Matemática, Ciências.

Então, quer dizer, além de gastar muito, nós gastamos mal. Sem contar, inclusive, a fiscalização, que é ruim, porque, pelos dados do Tribunal de Contas, os índices de corrupção, de desvio de recursos dos fundos da educação são imensos. Então, este Governo precisa não só pensar em aumentar imposto, mas em ter realmente controle, fiscalização, tem que recompor o seu quadro em termos de fiscalização, de transparência.

Está sendo realizada neste momento uma sessão solene para entrega do Prêmio Transparência, um negócio absurdo, porque o que não há no Brasil é transparência. Realmente, se pegarmos os controles do Governo, veremos que nada fecha com nada. Esse balanço do Governo, essa prestação de contas do Governo, se fosse na livre iniciativa, estariam todos presos. Aqui no Brasil, não. Se

pegarmos o balanço do Governo, veremos que ele não representa absolutamente nada.

Portanto, eu só quero lamentar realmente esse Orçamento da Educação. Quero dizer que a nossa grande esperança era o pré-sal, os *royalties* do pré-sal. Aqui houve uma luta que nós ganhamos, mas não levamos. Por quê? Porque acabaram com a PETROBRAS.

Então, eu quero aqui parabenizar o Relator, mas dizer da minha decepção com relação ao Orçamento da Educação, no qual realmente houve uma redução muito grande.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Dorinha, para encerrar a discussão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente e Sr. Relator, como eu tinha dito inicialmente sobre o Orçamento, eu quero lembrar a esta Comissão que o Ministro Nelson Barbosa esteve aqui dizendo que os Orçamentos da Educação e o da Saúde eram Orçamentos, que nós iríamos executar este ano, ruins em relação a 2014, porque já havia tido redução, houve um contingenciamento de mais de 11 bilhões, ou seja, em 2015, já houve um corte de 11 bilhões, houve um contingenciamento em relação ao aprovado em 2014. Chega um Orçamento com um corte, comparando-se com 2014, de quase 27%.

E, aí, Sra. Presidente, por que eu quero colocar o meu descontentamento, ainda mais de ter chegado um relatório com quase 27%? E, ao votarmos o Relatório Preliminar, Relatório-Geral do Orçamento, num acordo realizado entre o Relator-Geral e o Ministério do Planejamento, a educação sofreu um novo corte de mais de 1 bilhão. O que já era tétrico, horroroso, chegou e foi feito um acordo antes de o Relator-Setorial ter condição de fazer isso.

Então, é uma coisa absurda! Na própria boa vontade de votar um Relatório Preliminar, a gente vota uma coisa confirmando uma coisa que eu não concordaria jamais. Já era ruim com quase 27% de corte, a gente ainda combina com o Planejamento 1,1 bilhão de corte na educação, num olhar que a gente já tinha um corte de 85% em educação infantil, transporte escolar zerado, educação básica, e nós vamos tirar da educação? E a gente fez isso aqui, aceitando um planejamento,

fazendo um acordo de mandar e tirar mais da educação? Ou seja, eu não vou detalhar, mas todos nós temos que saber. O hospital universitário, com um corte de mais de 20% em funcionamento, expansão do ensino superior, educação básica, e ainda assim a gente vota um Relatório Preliminar com um corte de mais de 1 bilhão do que já era horroroso, do que já estava tirando dinheiro de educação.

Se o País não entender que prioridade a gente tem que fazer escolha, quem fez diferença em educação fez isso. Quem fez diferença e conseguiu sair de resultados ruins de educação disse: *"Olhem, por um tempo, a educação vai ser a minha prioridade. Eu vou cortar um monte de coisas que são importantes também, mas a educação vai ser a minha prioridade".*

Então, eu não tenho palavras para dizer do meu descontentamento em relação a esse corte que aconteceu no decorrer, depois que o Orçamento chegou a esta Casa.

Então, eu estou apresentando uma emenda para tentar recompor a emenda de Comissão, ou seja, uma emenda nacional, e não estou trabalhando nem no interesse particular, mas eu acho que nós precisamos tentar recompor o que nós aceitamos tirar da educação, que já era muito ruim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Faltam só os destaques. *(Pausa.)*

Eu queria me somar às declarações de V.Exa., eu queria me somar aos descontentamentos de V.Exa. registrando o seguinte: está aqui do lado o Relator da receita, Senador Acir Gurgacz, e nós, em inúmeros debates que tivemos com vários representantes dos Ministérios, principalmente Planejamento e Fazenda, fizemos um acordo, obviamente entre homens e mulheres de bem; palavras têm sentido e significam compromisso. Não sei o que fazem com elas depois que a gente sai. Mas eu quero reiterar aqui que no Ministério do Planejamento foi feito um entendimento claro, um acordo firmado de que não haveria cortes, a partir do Orçamento, nem na saúde, nem na educação.

Quando V.Exa. disse que houve uma alteração de 1 bilhão, eu quero dizer que nós vamos nos reunir com o Relator-Geral e vamos voltar ao mesmo cenário que nós estávamos, para dizer que este 1 bilhão nós não aceitaremos que seja

cortado do Orçamento anteriormente discutido. Isso contará com a participação de todos e principalmente com a presença de quem testemunhou esse acordo.

Eu sei que na política — pelo que a gente vê, mas não são todos — é muito comum falar e desdizer no mesmo segundo, colocar com uma mão e tirar com a outra. Mas, nesse caso, especificamente, e não vou nem relembrar a *Pátria Educadora*, eu vou relembrar o compromisso das 6 mil creches e tudo que se passou neste País, as mulheres que contaram com os recursos das creches, os Prefeitos que tiveram os seus convênios assinados, as empresas que abandonaram as construções, tudo feito pelo próprio Governo Federal, e depois simplesmente dizer assim: *"Olhem, denunciem o convênio publicamente ao Ministério da Educação, ao Ministério Público",* delegando-nos a responsabilidade das consequências daquilo que não foi cumprido.

Portanto, nesse caso especificamente, nós estávamos dentro da sala, nós tratamos desse assunto. Colocar uma posição enquanto Presidente da Comissão de Orçamento, enquanto Relator da receita de que educação e saúde não teriam cortes feitos, ou qualquer outra manobra de entendimento entre partes, aqui na Comissão, por necessidade pessoal ou por necessidade que eu acredito que seja de interesse nacional colocada pelas premissas do pensamento de quem apresentou...

Portanto, eu quero reiterar aqui a nossa posição de voltar ao cenário, dentro do Planejamento, e não aceitar absolutamente, junto ao Relator-Geral e ao Planejamento, esse corte. Se houve entendimento, eu não posso dizer porque acredito que o Relator-Geral não faria isso sem uma grande discussão. Mas se o fez, vamos remontar esse cenário e conseguir de volta 1 bilhão que foi tratado.

Está encerrada a discussão. *(Pausa.)*

Nós vamos passar à votação, ressalvados os destaques.

Nós estamos votando apenas o relatório do Relator. O Relator vai falar sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, só uma coisa para melhor compreensão, porque tive que sair para dar presença na CCJ.

Esse 1 bilhão sendo resposto voltaria para o Setorial? Se a gente votar, não tem como o Setorial se ajustar mais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem. Ele pode fazer um adendo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou recomendando para o geral.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas o adendo tem que ser novamente aprovado aqui pela Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, se for o caso. Nós vamos chamar o Relator-Geral para uma reunião.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Essa é uma ideia boa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não era melhor suspender um pouco? Ver com o Relator?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, não. Eu recomendo no texto do relatório aqui...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, pode, Sra. Presidente. Isso pode, isso pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na emenda de...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pode. Sem problema.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só precisa ser aprovado de novo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas quem vai decidir que nós temos que aprovar depois o relatório?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Quem decide é o Relator-Geral. Quer dizer, só se deve segurar a votação do Relatório-Geral...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas eu só quero fazer um apelo para que a gente possa discutir esse 1 bilhão na distribuição, antes da votação.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não. Isso aí vai ser feito. Eu posso participar juntamente...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Depois é que é bom votar, ressalvados os destaques, porque só se pode atender aos destaques.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O destaque é de 1 bilhão? Hem?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidenta, eu acho oportuna a sua decisão. Vamos votar, ressalvados os destaques, chamando o Relator-Geral para fazer o adendo no atendimento aos destaques que foram ressalvados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós estamos tratando aqui de uma emenda de remanejamento da Comissão. Estou-me orientando com o Assessor para entender o que é que nós podemos acrescentar. Um minuto, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito bem. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Temos que votar o relatório, gente. *(Pausa.)*

Vamos votar o relatório, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

Em votação o relatório... *(Pausa.)*

A questão de 1 bilhão é sobre um acordo que foi feito com o Ministério que não está sendo cumprido aqui. Vamos chamar o Relator e vamos ao Ministério do Planejamento porque nós não podemos aceitar esse corte.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, quando V.Exa. fala não está cumprindo aqui e aponta para mim... *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Então, eu vou falar aqui.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu retiro o sentimento de culpa. *(Risos.)* Eu não presenciei esse acordo, mas ratifico, porque sei da sua palavra e do Senador Acir Gurgacz. Mas, nós temos que achar uma solução e a solução é recomendar para o Relator-Geral, vamos ressalvar os destaques e adequar, depois, ao relatório do Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas recomendar é muito pouco.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Leia os destaques que foram ressalvados, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Recomendar é muito pouco.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, mas recomendando ele tem que...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidenta...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Recomendar o “cara” pode aceitar ou não. Se recomenda...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidenta *(falha na gravação)*.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não. Vejam bem, nós temos que votar os destaques. Eu vou recomendar os destaques...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho.

Nós estamos organizando aqui a votação, porque existe uma emenda de Comissão que nós precisamos recuperar, a que a Deputada Professora Dorinha falou. São 100 milhões de reais para a educação. Tirou-se 1,1 bilhão de reais.

Só 1 minuto, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - São 19 ou 20 destaques com esse que V.Exa. está assinando agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dezenove.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, são 20, com o de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Eram 18.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não há um destaque de remanejamento aí? São 20 destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vinte destaques?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O número 20 não é de remanejamento; este é de apropriação.

Deixa eu esclarecer aqui um minutinho.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço aos Parlamentares que tomem assento, para que possamos votar o relatório e os destaques. *(Pausa.)*

Peço ao Plenário que acompanhe o meu raciocínio. Antes solicito a presença do Relator-Geral na sala de reuniões da Comissão. Nós não o estamos localizando.

Nós temos aqui quatro emendas de Relator. *(Pausa.)*

Deputado Izalci, nós precisamos de sua presença aqui. *(Pausa.)*

Olha, o compromisso que eu estou assumindo aqui ao lado do Relator da área de receita é que, com a presença de V.Exas., nós tenhamos uma reunião imediatamente com o Relator-Geral. Vamos tratar do assunto agora para que depois não seja tratado em plenário, e nós não possamos aprofundar o debate sobre essa decisão que foi tomada dentro do Ministério do Planejamento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, nós temos aqui uma solicitação de autorização do Plenário para dispensar a manifestação do CAE com relação às emendas de Relator.

Eu não sei se todos leram as emendas do Relator. São quatro as emendas de Relator, que vão depender da dispensa do parecer do CAE. Em seguida, vai depender do apoiamento de todos.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Essas emendas, Sra. Presidenta, na verdade, são ajustes da correção por omissão, que os dois Ministérios pediram. E essa outra é aquela dedução de 10% que é transferida para o Relator-Geral. Então, não tem nada de significativo que não possa, na verdade, ser apreciado, votado e aprovado por este Plenário. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há uma explicação, apresentada pelo consultor Tanno, que fala sobre o corte. Ainda que ele esteja explicando dessa maneira, mesmo sendo um corte de pessoal — como ele colocou aqui, os 800 milhões de reais são relativos a corte com pessoal, e não há como recompor —, nós vamos voltar à conversa que tivemos inicialmente de recomposição de 1 bilhão de reais, que tratávamos como investimento. Então, nós vamos discutir isso na sala de reuniões. O senhor compareça, por favor.

Preciso da autorização para votar sem o parecer do CAE.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a autorização.

Vamos votar as emendas de Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam as emendas apresentadas pelo Relator Setorial permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Agora, vamos votar o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

Em votação o relatório...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, peço que se faça a leitura dos destaques, para eu saber se o meu está aí. Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer os números dos destaques?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Só foram apresentados 20 destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas é o número...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só quero o número.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu vou recomendar de 1 a 20. O seu está dentro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É, de 1 a 20. Está recomendando todos.

Deputado Danilo, desculpe-me. Até eu estava querendo saber onde estava o Destaque nº 19, que é um destaque da nossa bancada.

Então, vamos passar à votação do parecer do Relator, ressalvados os destaques aqui apresentados, sobre os quais o Relator vai se pronunciar em seguida, para informar o procedimento que ele adotará em relação aos destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, é de cortar o coração o que nós estamos vendo aqui em relação às áreas de educação e de saúde, como foi dito por alguns Parlamentares. Eu acredito que por falta de recursos esse acordo foi feito entre o Relator-Geral e o Executivo; por conta do ajuste fiscal, da redução de receita — todos temos conhecimento da crise em que o País se encontra. Eu não poderia

deixar de dizer a V.Exas. o apreço e a consideração que tenho por todos, mas infelizmente não tenho como atender a nenhum destaque, Sra. Presidenta.

Por isso, neste momento, eu peço aos consultores, os quais, na verdade, trabalharam comigo e me ajudaram demais na confecção deste parecer, que insiram na recomendação que devo fazer neste instante ao Relator-Geral todos os destaques aqui rejeitados por mim. Então, eu recomendo aos consultores que insiram, em meu parecer, todos os destaques rejeitados pela minha pessoa, para que o Relator-Geral possa apreciá-los e acatá-los.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A expressão correta para estar no parecer não seria que V.Exa. rejeita, mas que recomenda todos...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou rejeitando e recomendando. Acabei de dizer isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, a palavra não foi recomendação não. É uma questão de semântica, não de posicionamento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, claro. Eu recomendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Recomenda. Está bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero fazer uma recomendação ao Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ela pontua.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós temos três emendas da Comissão de Educação para infraestrutura e educação nacional: uma, de 600 milhões; outra, de 300 milhões; mais outra, de 300 milhões, para apoio ao desenvolvimento à educação básica nacional. Então, são 1,2 milhão.

Eu gostaria que, em vez de acatar a algumas emendas, pudéssemos trabalhar essas três, que são gerais, em nível nacional. Vejam bem: desse corte de 1 bilhão, 800 milhões referem-se à folha. Nós temos que recompor isso nessas atividades de infraestrutura e....

Por isso, é o que eu estou falando: temos que deixar isso muito claro, para, depois, o Relator não tentar aqui justificar que não vai dar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É, isso tem que ser para o segundo tempo. Para o segundo tempo, o técnico do time é o Ricardo Barros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas a sua palavra...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou recomendando...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - "Recomendo"...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - "Recomendo que o Relator-Geral"...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas têm três coisas na Comissão, têm três emendas de Comissão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Elas estão entre as 20?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, as emendas são uma coisa; os destaques, outra coisa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Os destaques...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas a recomendação nossa é que sejam aproveitados os da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não. Está claro aqui. O Volpe esclarece que as emendas são passíveis de atendimento pelo Relator. Ele pode suplementar e atender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas a recomendação é que se fizesse isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, recomenda...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sugiro que V.Exa. recomende atendimento às emendas de Comissão, essas três emendas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pronto: "*Recomendo ao Relator-Geral, além dos Destaques de 1 a 20, as emendas de Comissão"*.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vocês ouviram bem: "recomendo"...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sobre essa recomendação, é importante dizer que há um acordo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu acho que a Presidenta quer que eu assine um documento aqui e que leve ao cartório para... (*Risos*.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, V.Exa. tem toda confiança.

Agora vamos passar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Deputada Dorinha, eu queria só fazer uma...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Todo mundo conhece o prestígio do Relator-Setorial junto ao Relator-Geral, por isso a insistência.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Com a ajuda de V.Exas., principalmente da Presidenta, mulher forte, que eu conheço, combativa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, engordei 4 quilos nesta Comissão; fiquei forte. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Deputada Dorinha, sobre o hospital que V.Exa. falou, não foi apresentada pela bancada de Tocantins nenhuma emenda. Por isso, eu não pude apreciá-las, segundo a consultoria.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, a bancada apresentou para o Relator-Geral no relatório preliminar. É o que eu tenho de informação. Não foi para a educação mesmo, foi feito no relatório preliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E entrou?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi rejeitado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, quero colocar para votação, em globo, o requerimento para que todos possam acordar em relação aos destaques apresentados.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram na Câmara Federal. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos à votação, em globo, dos destaques, de acordo com o voto do Relator, que foi pela rejeição de todos.

Em votação, em globo, os destaques na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

Em votação, no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovados.

Nós queremos agradecer ao Sr. Relator e dizer que, logo — e todos estejam avisados —, entrarei em contato com os que estão presentes nesta Comissão, mais o Senador Gurgacz, Relator de Receita, para que nós possamos fazer a reunião com o Relator-Geral. É imprescindível a presença de V.Exas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidenta, só uma curiosidade: quem está representando o Governo aqui hoje, por exemplo? Tem representante do Governo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. faz pergunta difícil, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, eu quero fazer um questionamento e preciso saber a quem me dirigir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas o Governo quase nunca está presente aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, estou só perguntando se tem alguém representando o Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como perguntar não ofende, então não tem representante do Governo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. está representando o Governo?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - A Deputada Dorinha está representando o Governo aqui.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Governo é tão ausente, e não é só nesta Comissão...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu vou até falar em patente. Essa patente, eu não tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Talvez tenha sido... É um demonstrativo da eficiência do Governo não ter interesse em estar presente, inclusive para tomar posições em relação a questões que são polêmicas, nesta Comissão e em outras, não só aqui.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidenta,...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Nas recomendações que faço ao Relator-Geral, no nosso relatório, é bom observar quando digo aqui:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Ainda, nos termos do Plano Nacional de Educação, fixa-se para 2016 a universalização da educação infantil na pré-escola e do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. O art. 6º da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, estabelece que deverá ser universalizada, até 2016, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Assim, recomendamos ao Relator-Geral reforçar o atendimento das emendas coletivas com ações destinadas à educação básica, em especial aquelas relativas ao PAC, voltadas para investimentos na educação infantil e na educação básica em geral, ante a relevância dessas ações no atingimento das metas de universalização e a drástica redução sofrida" — viu, Deputada Dorinha? — "por essas programações em relação ao PLOA 2015: 12KU — Implantação de Escolas para Educação Infantil (-85,8%) e 20RP— Infraestrutura para Educação Básica (-54.2%)."

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Faz parte do relatório? Nesse artigo que leu, S.Exa. vai acrescentar a recomendação ao Relator das 20 destaques emendas relativas à educação...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Na conclusão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Da Comissão, emendas da Comissão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidenta, eu quero finalizar agradecendo a todos que estiveram presentes para apreciar o nosso relatório, aos Consultores Marcos, Cláudio e Marcelo, da Câmara dos Deputados, e Murilo e Juci, do Senado Federal. A todos um bom dia, e espero que hoje o clima melhore aqui na Câmara dos Deputados. É isso o que esperamos.

Vamos agora à sala da Presidência para tentar conversar com o Relator-Geral e promover esse acordo, conforme as palavras dessa grande Senadora, eterna Deputada, que teve uma vida muito próspera nesta Casa.

Quero dizer à Senadora Rose que a minha admiração continua a de sempre. V.Exa. é uma mulher que sabe o que quer e consegue o que quer. Por isso, lhe agradeço pela condução dos trabalhos, e estaremos juntos na sala da Presidência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero agradecer ao Sr. Relator. Conhecemos a trajetória de trabalho de V.Exa. nesta Casa, sua dedicação,

e tenho certeza de que iremos contar com a sua solidariedade na discussão desse tema e na recomposição e aprovação dos destaques juntos ao Relator-Geral.

Agradeço a V.Exa. e a todos.

Vamos suspender a presente reunião, e convocá-la para o dia 14 de dezembro, segunda-feira, às 15 horas, quando votaremos o relatório geral e concluindo os trabalhos desta Comissão no que diz respeito ao Orçamento Geral da União.

Anuncio aqui que o Senador Acir Gurgacz estará presente na reunião de segunda-feira para falar sobre o relatório que S.Exa. está confeccionando, com os prazos regimentais que lhe foram dedicados, para tratar das pedaladas de 2014.

Está suspensa a reunião.

Correspondência dada como lida em 09.12.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 652/2015-PRE, de 07/10/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna-SP, encaminhando Moção nº 077/2015 de repúdio a CPMF.
2) OF/CG/0519-c/2015, de 15/10/2015, do Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã-SP, encaminhando Moção nº 183/2015 de repúdio a CPMF.
3) Ofício Circular nº 01/2015, de 22/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Ouro-SC, encaminhando Moção nº 037/2015 e 038/2015 de repúdio a CPMF.
4) Ofício nº 30/2015, de 30/09/2015, do Presidente da ABIMÓVEL, São Bento do Sul-SC, em repúdio a recriação da CPMF.
5) Ofício nº 087/2015, de 12/08/2015, do Vereador do Município de São Carlos – SC, encaminhando Moção nº 010/2015, repudiando a contrapartida de 2% a 4% que os municípios precisam dar, para que recebam recursos federais.
6) Ofício nº 02/2015, de 21/09/2015, do Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Matão-SP, em repúdio a recriação da CPMF.
7) Ofício nº 322/2015 – CMC, de 23/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis-SP, encaminhando Requerimento nº 203/2015 em repúdio a CPMF.
8) Ofício nº 247/2015, de 10/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Cotia-SP, encaminhando Moção nº 033/2015 de repúdio a CPMF.
9) Ofício nº 0123/2015/CMV, de 22/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba-SC, encaminhando Moção nº 013/2015 de repúdio a CPMF.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

10) Moção de Repúdio nº 64/2015, de 01/10/2015, do Vereador da Câmara Municipal de Manhuaçu-MG, em repúdio a CPMF.
11) Ofício nº 0149/2015, de 24/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra-SP, encaminhando Moção nº 007/2015 de repúdio a CPMF.
12) Of. Nº 195/2015, de 24/09/2015, da Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Ipê-RS, encaminhando Moção nº 017/2015 de repúdio a CPMF.
13) Of. Nº 0884/2015, de 21/09/2015, do Conselheiro Presidente da União dos Vereadores de Santa Catrina-SC, em repúdio a recriação da CPMF.
14) Ofício nº SG 458/2015, de 02/09/2015, do Presidente da Câmara do Município de Lages-SC, encaminhando Moção Legislativa nº 321/2015 de repúdio a CPMF.
15) OF. Nº 1477/2015/GAP, de 23/09/2015, do Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú-SC, encaminhando Requerimento nº 0374/2015 de repúdio a CPMF.
16) Ofício CMV/SMO nº 634/2015, de 16/10/2015, do Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste-SC, encaminhando Moção nº 045/2015 de repúdio a CPMF.
17) Ofício CM nº 101/2015, de 14/10/2015, do Presidente da Câmara Municipal de São Simão-SP, encaminhando Moção nº 034/2015 de repúdio a CPMF.
18) OF. Nº 1883/2015, de 06/10/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Nova Odessa-SP, encaminhando Moção nº 224/2015 de repúdio a CPMF.
19) Ofício nº 474/2015/GP, de 06/10/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga-SP, encaminhando Moção nº 14/2015 de repúdio a CPMF.
20) OFÍCIO CM Nº 0183/2015, de 22/09/2015, do Presidente da Câmara da Estância Turística de Agaraçu do Tietê-SP, encaminhando Moção de Apelo a recriação da CPMF.
21) Of. Nº 0113/2015, de 29/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Santo Expedito-SP, encaminhando Moção nº 0022/2015 de repúdio a CPMF.
22) Ofício nº 1340/2015 – GPC/DL - lc, de 30/09/2015, do Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste-SP, encaminhando Moção de Protesto nº 557/2015 de repúdio a CPMF.
23) Ofício nº 1425/2015, de 25/09/2015, do Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, em repúdio a recriação da CPMF.
24) Ofício nº 0317/2015-TCU/SEMAG, de 03 de dezembro de 2015, do Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, encaminhando solicitação de Presidência para que esta Corte disponibilize cópia de documentos relacionados ao TC.005.335/2015-9, concernente as Contas do Governo de 2014.
25) Ofício nº 219/2015/PRESI-APO, de 09 de novembro de 2015, do Sr. Marcelo Pedroso, Presidente Substituto da Autoridade Pública Olímpica, encaminhando informações sobre os valores da renúncia fiscal efetivamente incorrida pela União, no exercício de 2013.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

26) Ofício nº 1107/STURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações relativas aos serviços de execução das obras e elaboração de projetos executivos da obra Corredor de ônibus radial Leste – Trecho 1, localizado no município de São Paulo/SP.
27) Ofício nº 1109/SIURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe, Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações acerca de duas importantes obras para a Cidade de São Paulo: corredor de ônibus Radial Leste, trecho 3 e corredor perimetral Itaim Paulista/São Mateus, que inclui um terminal de passageiros.

Em 14.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Roteiro de reunião nº 33-F/2015. Reabertura. Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Vamos suspender esta reunião por período indeterminado. Daqui a pouco, ela será reaberta.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Existe sobre a mesa um requerimento para inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei Nº 07/2015, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016 — Projeto de Lei Orçamentária para 2016. Autor: Deputado Ricardo Barros.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O voto é pela aprovação, na forma do substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas e de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Eu gostaria, antes que o autor chegasse, de fazer um esclarecimento a todos, também agradecendo a presença de todos e boa tarde, que eu não dei. O esforço que esta Comissão tem feito para que o País tenha um Orçamento eu posso testemunhar, como Presidenta da Comissão, pela forma com que o Deputado Domingos Sávio, representando o partido, o Deputado Samuel Moreira, o Deputado Danilo Forte, Hildo, Coutinho, todas as pessoas que aqui comparecem, o Senador, que agora é do Partido da Mulher Brasileira. O Deputado Pedro Fernandes nem se fala. Ele chega na hora certa, senta no mesmo lugar, presta atenção em todo mundo e colabora sistematicamente, assiduamente.

Quero dizer que nós conseguiremos, se Deus Quiser, com a fé de todos os senhores, com determinação, oferecer a este País, mesmo num momento de crise como esse, uma peça orçamentária que é fundamental. Isso não tem sido com a benevolência de ninguém. Pelo contrário, há, em muitos momentos, grandes empecilhos, grandes discussões são travadas, mas o senso comum é de que nós devemos realmente não deixar o País na expectativa, já que a expectativa política é grande, pelo menos a econômica, para que os próximos passos sejam dados numa direção melhor do que essa que nós estamos vivendo até agora. Evidentemente que isso não acontece só com torcida, só com o esforço de trabalho, acontece com entendimento amplo e bem conciso do que o País precisa ter. As outras coisas que o País precisa ter na política vão depender do que cada um tem para oferecer, porque cada um chegou aqui com uma responsabilidade pública. Essa responsabilidade pública parece ser ignorada a todo o momento. Quando vimos aqueles espetáculos dantescos na televisão, evidentemente que há um incômodo profundo.

Nesta Comissão prevaleceram, desde o primeiro momento, os discursos de “fica Dilma”, “sai Dilma”, o discurso de quem é melhor, quem é pior, quem deve ir, quem não deve. Este ficou para ser discutido no grande plenário desta Casa. Aqui se deveu o esforço e a união de todos em cima estritamente do dever que esta Comissão tem, Comissão que é destinada a analisar, apreciar, discutir, mudar,

cortar, acrescentar, encontrar saídas e votar o Orçamento da União. É isso que eu estou vendo acontecer. E confesso a V.Exas. que, de todos os mandatos que passei nesta Casa, até quando presidi o Congresso Nacional, nada me recompensou mais a luta pelo mandato do que ver o que está acontecendo aqui, agora, com todo mundo. Inclusive, registro a presença do Deputado Izalci, que acaba de chegar.

Concedo a palavra, inicialmente, enquanto o Relator se aproxima, ao Deputado Domingos Sávio. Se um dia nós passarmos sem ouvir a voz de V.Exa., será um dia profundamente triste, porque sempre contribui e injeta ânimo a esta Comissão. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado, linda Presidenta, Senadora Rose de Freitas, prezados colegas Parlamentares. De fato, Senadora, tenho que inicialmente concordar, apenas acrescentando que muito do que conseguimos produzir... E olhe que nesta Comissão, além dos projetos de lei orçamentária — PLCs, se debateu outras matérias extremamente relevantes no decorrer deste ano. Acho que todos compreendem que as dificuldades que tivemos para aprovar a LDO, que só foi aprovada nesta Comissão há algumas semanas, e a matéria orçamentária que ainda está em tramitação, se devem muito mais à situação difícil, conturbada e de falta, no meu entendimento, de governo, de comando, de liderança, que o País vive, nos últimos meses, especialmente. Mas, ainda assim, aqui prevalece o espírito público, o espírito republicano. As críticas são parte do processo. Eu não abrirei mão de manter o meu posicionamento crítico com relação a este Governo, mas sempre reitero que eu sou Oposição ao Governo e não ao País. Assim tem sido o comportamento do PSDB.

Então, nesse sentido, enquanto nós aguardamos o Relator do Orçamento para que se possa iniciar a leitura, vejo que ele já está chegando, eu quero destacar pelo menos dois aspectos extremamente importantes: nós conseguimos, na LDO, avançar para algo mais transparente. Vejam que, quando começamos a LDO, não havia clareza de qual era o número que retratava, de maneira objetiva, as chamadas pedaladas, ou qual era o valor da dívida do Governo Federal para com os bancos públicos e para com a conta do FGTS. Isso é extremamente relevante. Foi uma contribuição desta Comissão. A imprensa divulgou isso até fartamente, mas acho que até em algum momento não fez essa constatação, porque a LDO que aqui

chegou, num primeiro momento, não fazia referência sequer às pedaladas. É como se o País não devesse, como se o País não tivesse uma dívida para com o BNDES, para com a Caixa Econômica.

Alguns até diziam: *"Não, é uma mera flutuação de saldos"*. Aliás, houve reportagens em jornais de circulação nacional recentemente dando conta, de maneira detalhada, de como os técnicos do Tribunal de Contas e como profissionais do Ministério do Planejamento debateram esse problema com as grandes autoridades do País, mostrando que nunca tinha sido feito antes, não. Nunca tinha sido feito. Nem no Governo do Presidente Lula foi feito. E olha que ele ficou 8 anos. Não foi feito o que foi feito no Governo da Presidente Dilma, que levou o País à bancarrota. Alguém fala: "Ah! Pedalada", fica parecendo uma coisa suave. Nós estamos falando só do valor, e aí eu retorno ao raciocínio de que esta Comissão, sob a Presidência de V.Exa., ajudou o País a ter clareza, porque foi um documento assinado pelo Ministro da Fazenda e pelo Secretário Nacional do Tesouro, que passou a ser parte da LDO, e não era parte, passou a ser parte da LDO, passou a ser artigo da LDO, a constatação de que a dívida sacada ilegalmente nos cofres do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e na conta do Fundo de Garantia já totalizam quase 60 bilhões de reais, algo assustador, e sem nenhuma perspectiva de quando vai poder ser paga. Então, não é um mero fluxo de caixa. Um fluxo de caixa você fica devendo num dia, mas no outro ele se equaliza. Não! É uma tomada de recursos, de maneira ilegal, em que a Constituição foi desrespeitada, mas pelo menos nós estamos colocando na LDO para dar transparência.

Agora vem o Orçamento. E aí nós temos que amarrar a LDO de 2016 com o Orçamento. A LDO que está lá no Plenário prevê um superávit de 0,7% do PIB, algo em torno de 34 bilhões para o Governo Federal e mais algo em torno de 13 bilhões para os Estados e Municípios, totalizando 47 bilhões, algo dessa ordem de superávit para o ano que vem. Não é nada muito alto para o tanto que o País deve. É um País que, só de juros, tem que pagar por ano algo que já chega próximo da casa de 300 bilhões de reais ou um pouco mais. Então, um superávit dessa monta não paga nem 20% dos juros que o País tem que pagar. Isso significa que a dívida vai aumentando. Então, é de extrema responsabilidade que nós continuemos garantindo

algum superávit primário para o País ter “uma luz no fim do túnel” de retomar o desenvolvimento, de melhorar as condições reais da nossa economia.

Agora estaremos diante da leitura do relatório. Quero já, de pronto, cumprimentar o Deputado Ricardo Barros, que tem tratado com austeridade, com seriedade e com esse raciocínio de que não adianta nós aprovarmos aqui uma peça de ficção. Eu já discordei, no relatório de receitas, de algo em torno de 30 bilhões, como, por exemplo, a previsão de receita de CPMF, que eu não acredito que se vai confirmar. Eu não votarei a favor de CPMF e acho que a maioria não vai votar, mas o Deputado Ricardo buscou equalizar uma receita que lhe desse condição de fechar o Orçamento.

Agora, vêm as despesas. Pelo que nós estamos sentindo, essas despesas também não estão se comportando como deveriam. Já temos de antemão a grande polêmica sobre o Bolsa Família, que nós já antecipamos uma posição clara de que somos contra fazer cortes em programas sociais, mas acho que há saídas. Tem que fazer corte em cargos comissionados, não um mero cortezinho, 30% de tudo que se paga de cargo comissionado.

Nós temos que antecipar a lei que está sendo votada nesta Casa para garantir que o teto seja cumprido. Hoje, no Brasil, há autoridades tanto no Executivo quanto no Judiciário e no Legislativo ganhando mais do que o teto. Nós temos notícias de haver autoridades neste País ganhando cem mil reais por mês. Cem mil reais por mês! Está no portal da transparência. O sujeito se orgulha do troféu. Eu ganho cento e tantos mil reais por mês.

Eu me confundi com milhões, porque lá em Minas Gerais há um caso inusitado de uma decisão judicial garantindo milhões de reais para o próprio Ministério Público. O Ministério Público está com um crédito de auxílio-moradia que soma alguns milhões. Eles recebem por ano os juros do dinheiro que eles dizem que têm para receber do Tesouro. Uma parte do funcionalismo recebe juro anual. Eles se tornaram uma espécie de acionistas do Tesouro.

Olhem que eu estou me referindo a uma categoria por quem tenho profundo respeito, o MP, o Ministério Público de Minas Gerais. Eu soube disso esta semana e fiquei escandalizado. Ele ganhou uma causa na Justiça que dá ao Ministério Público uma cifra astronômica, parece que chega a passar a casa de 1 bilhão de reais.

Como é impagável, sabem como estão resolvendo o assunto? Pagam juro para o Ministério Público com relação àquele crédito, que eu acho que é hipotético, mas houve um ganho de causa na Justiça de auxílio-moradia acumulado por vários anos, e ganharam de forma retroativa.

É esse o Brasil que nós estamos vivendo. O seu custo é insuportável. Nós temos que cortar no Orçamento, sim, Deputado Ricardo, mas nós temos que cortar as mordomias. Nós temos que cortar as gratificações absurdas, os adicionais que levam os salários a cem mil reais por mês, o excesso de cargos comissionados e talvez adiar investimento, sim. Por exemplo, comprar jatos e aviões de guerra tem imprescindibilidade? Para mim, é muito mais importante garantir a manutenção de um programa social como o Bolsa Família de uma maneira intocável, fiscalizando o programa. Aí eu concordo com V.Exa. O que estiver errado no programa Bolsa Família tem que ser combatido, tem que ser fiscalizado.

Eu já concluo, Presidente. Parece que agora o Relator já está em condição de iniciar o seu trabalho, e até já me dou por satisfeito com a minha manifestação por hoje. Não deveremos ter a votação, mas antecipo o sentimento da bancada do PSDB. Vamos envidar esforços para aprovar o Orçamento. Não vamos obstruir. Agora, não vamos concordar com determinadas coisas. Vamos ficar contra tirar dinheiro do Bolsa Família. Vamos querer que se façam cortes em áreas supérfluas ou em abusos que acreditamos que existam na máquina pública brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de passar a palavra para o Relator, eu queria fazer um agradecimento público. Ela não está aqui, a Deputado Dorinha, mas os demais estão, o Deputado Hildo, o Deputado Danilo, Deputado Pedro, Senador Hélio Coutinho, a respeito da posição que ele adotou na última reunião, quando foi lido o relatório da educação.

Em que pese o Brasil estar com tantas dificuldades, há algumas áreas que necessitam que o Governo olhe com muito mais distinção. Com todos esses planos que houve, fazer um corte na educação foi realmente uma atitude drástica não aceita aqui na Comissão e discutida com o Relator. Por que eu quero fazer um agradecimento ao Relator? Quando nós nos reunimos na sala, sob o efeito da ponderação da Deputada Dorinha, dos Deputados Danilo, Pedro e Hildo, V.Exa.

reviu aquele corte de 1 bilhão, sendo que 800 milhões eram destinados a pessoal na aplicação dos recursos do Ministério da Educação. V.Exa., com todo esforço, conseguiu levantar 310 milhões da previsão orçamentária para acudir as universidades e o ensino fundamental.

Eu agradeço a V.Exa. pela sua sensibilidade e tenho a certeza de que, com este debate, nós construiremos uma LOA mais eficaz, inclusive mais realista, com os dados que V.Exa. vai oferecer neste debate a partir de agora.

Muito obrigada, Sr. Relator.

Quero passar a palavra a V.Exa. para a leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sra. Presidente Rose de Freitas, farei um resumo do que é o relatório que está sendo distribuído para os senhores. Há algumas erratas no relatório — meramente formais e já incorporadas a esse texto —, dados do texto que não estavam batendo com as tabelas apresentadas neste relatório.

O esforço fiscal que nós viabilizamos neste relatório trata de uma LDO que chegou ao Congresso com 34,4 bilhões de superávit (0,7% do PIB) e um Orçamento, um Projeto de Lei Orçamentária com 30,5 bilhões de déficit. Portanto, fizemos um esforço de praticamente 65 bilhões de reais para o fechamento do Orçamento, mantido o superávit fiscal.

Eu acho fundamental o Brasil demonstrar a capacidade de honrar seus compromissos, de organizar suas contas, de arrecadar mais do que gasta. Então, apresentamos o relatório com o superávit de 34,4 bilhões.

Esta solução se deu pelo Relatório de Receitas, que veio com 39 bilhões de novas receitas, pelos cortes de 26 bilhões, enviados pelo Governo, dos quais nós acatamos 21(1,2 não foi acatado) do fim da regra de permanência do servidor público com tempo de aposentadoria. É uma PEC que tramita nesta Casa. Não acatamos 3,8 bilhões de cortes na saúde, por um acordo feito com a bancada da saúde, que permitiu inclusive incluir mais 3,2 bilhões de acréscimo para a saúde no Orçamento.

Então, a saúde e a educação, como já disse a Presidente no início da sua fala, foram os setores preservados nesse esforço fiscal que nós estamos tratando, que é um esforço muito grande! Precisamos fazer cortes muito profundos!

Agora, no último momento, para o fechamento do relatório, cortamos 15% do custeio de todo o Judiciário. No Ministério Público da União, cortamos metade (7,5%), por conta do esforço que faz o Ministério Público nessas investigações das suas operações — Lava-Jato, Zelotes e outras. Então, solicitamos um sacrifício menor do Ministério Público para o ajuste fiscal.

Cortamos 9,4% das despesas de custeio discricionárias do Executivo para fechar esse esforço. No Legislativo, também os mesmos 15% do Judiciário foram colocados. Nos investimentos, 40% no Legislativo e no Judiciário. Com esse desenho e mais os 10 bilhões no Bolsa Família, nós fechamos a conta.

Incluímos 300 milhões no auxílio-reclusão. Apresentei um projeto de lei para mudar o tratamento do auxílio-reclusão de pensão por morte, como é hoje. Hoje, quem é preso é considerado morto; a família recebe pensão pelo tempo que ele ficar preso — 3 anos, 6 anos, 12 anos até vitaliciamente. Eu estou propondo que o cidadão que for preso tenha o mesmo amparo da seguridade social que tem o desempregado comum.

O cidadão, trabalhador honesto, que perdeu o emprego, tem de 3 a 6 meses de seguro-desemprego; quem foi preso também terá de 3 a 5 meses de seguro-desemprego. Não há razão para que a família do preso receba um benefício muito alongado, às vezes até vitalício. E digo isso até porque ele custa para o Estado. Estando preso, ele custa 2, 3 mil reais por mês, e a família custa mais, o que é realmente um absurdo.

O cidadão honesto tem que ser tratado melhor do que aquele cidadão que cometeu uma transgressão, por mais involuntária que seja. Essa é uma das alterações que nós fizemos.

Quanto ao Programa Bolsa Família, eu vou tratar oportunamente dele nas páginas seguintes.

Bom, já fiz uma explicação de como cumprimos o esforço fiscal de 65 bilhões de reais, que foi o desafio a nós apresentado. Nós temos um Orçamento da União de 3 bilhões de reais, de receitas e despesas; Refinanciamento da Dívida Pública, 885 milhões de reais; Orçamento Efetivo da União, 2 bilhões e 115 milhões de reais; Orçamento de Investimento, 96 bilhões de reais; Orçamento Fiscal e da Seguridade

Social, 2 bilhões e 18 milhões de reais; Orçamento Fiscal, 1 bilhão e 376 milhões de reais; e Orçamento da Seguridade Social, 647 milhões de reais.

Temos, portanto, despesas de 1 bilhão e 177 milhões de reais no Orçamento da União.

Essa é a proposta que foi mandada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Relator, qual a página, por favor?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu estou lendo a Tabela 1, no pé da página 3: Orçamento da União para 2016 — Grandes Números.

O Orçamento foi mandado para cá no valor de 1 bilhão e 376 milhões de reais — a última linha —, aprovado no substitutivo com 1 bilhão e 425 milhões de reais. As despesas de 1 bilhão e 177 milhões de reais foram aprovadas com 1 bilhão e 230 milhões de reais. Crescemos, portanto, aqui na previsão de arrecadação, como fazemos todos os anos. Mas eu lembro que isso não se verifica. Na prática, a União arrecada menos do que vem na Proposta de Lei Orçamentária Anual — PLOA, conforme quadro que mostrarei a seguir.

Na página 4, na Tabela 2, temos Grupo de Natureza de Despesa — GND.

Pessoal e Encargos Sociais, 277 bilhões de reais; Juros e Encargos da Dívida, 304 milhões de reais, que é rolagem da dívida — aliás, desculpem-me, juro da dívida. A rolagem da dívida é de 800 milhões de reais, o juro da dívida é de 304 milhões de reais; juro do ano que nós não pagamos nada, nenhum centavo —; Outras Despesas Correntes, 1 bilhão e 94 milhões de reais; Investimentos, 142 milhões de reais, o que é lamentável num orçamento no Brasil; Inversões Financeiras, 86 milhões de reais; Amortização da Divida, que é a rolagem da dívida, na verdade, 1 bilhão e 44 milhões de reais; e Reserva de Contingência, 100 bilhões de reais. Esses são os Grandes Números do Orçamento.

Os parâmetros macroeconômicos, nós os atualizamos na votação do relatório da receita. Então, nós temos o seguinte no relatório final:

PIB, retração de 1,9. Quando fizemos este relatório, a previsão da Focus era de 2,31 e já está em 2,60; IPCA, 6,47 de inflação para o próximo ano; e temos um câmbio previsto de 4,09 reais por dólar. Esses são os dados macroeconômicos que orientaram a formação da proposta.

Metas Fiscais. Como já foi falado, estamos tratando de 0,7% do PIB de meta fiscal, com 34,4 bilhões de reais de superávit primário. Esta a previsão de 2016. Lembro que tivemos uma revisão de meta fiscal em 2015, com déficit muito acentuado, e a variação nominal do PIB caindo muito este ano e no ano que vem.

Todos os comitês aqui foram instalados: Comitê de Admissibilidade de Emendas, que fez o seu relatório; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; e Comitê de Avaliação da Receita. Todos funcionaram adequadamente.

A questão da saúde. Como eu já falei, nós mudamos, na LDO, a regra de cálculo da saúde, para considerar a regra anterior a essa última que aprovamos. Isso provocou um aumento de 3 bilhões de reais no orçamento da saúde, mais 700 milhões em emendas individuais dos Parlamentares. Então, conseguimos melhorar o orçamento da saúde, da Seguridade Social — também existem problemas evidentes na Previdência, problemas muito graves, que nós vamos apontar. O orçamento para a saúde chegou a 108 bilhões de reais.

Nós temos uma prioridade, também, para a educação. Após as relatorias, depois de todos os Relatores atuarem, o substitutivo apontou um acréscimo de 1 bilhão e meio de reais, melhorando o orçamento da educação.

Nós temos gastos com pessoal. Eles estão muito justos para o ano que vem. A despesa deste ano cresceu 12% e a receita está caindo 5%. Portanto, de 2015 para 2016, temos uma diferença aí de 17%, que teve que ser acomodada com esses severos cortes no Orçamento, que foram apresentados para o fechamento da nossa conta. Houve redução das despesas de pessoal, que totalizaram 10,5 bilhões de reais, em relação à proposta que foi encaminhada.

As obras com indícios de irregularidades foram devidamente tratadas pelo Comitê.

Abertura de créditos, por decreto, autorizada na lei. Nós estamos reduzindo o percentual de autorização para créditos extraordinários de 20% para 10% — créditos de remanejamento de despesas. De um modo geral, o Governo vinha tendo 20% de limite de remanejamento e nós estamos reduzindo para 10%. Por quê? Porque nós pretendemos valorizar a atividade parlamentar. É aqui que nós autorizamos o que

pode e o que não pode ser gasto. O Governo só pode gastar o que nós autorizamos, mas pode não gastar o que autorizamos.

O Orçamento é autorizativo. Quanto mais elástico for o Orçamento — no Orçamento deste ano, eu estimo que 100 bilhões de reais não serão arrecadados — , mais nós estamos dando ao Governo a opção de escolher, entre tudo o que autorizamos, o que ele faz e o que ele não faz, o que ele executa e o que ele não executa. Se nós fizéssemos um orçamento justo, o Governo teria que executar aquilo que autorizamos, e, se quisesse mudar, teria que nos pedir autorização.

Por isso, resistimos bravamente à inclusão da CPMF; o Relator da receita deu parecer contrário. Foi vencida no plenário a questão da repatriação, e há a questão de outras receitas temerárias que estão no Orçamento, e nós devemos acompanhar com cuidado a sua execução, para que não tenhamos que rever a meta fiscal, novamente, ao fim do ano que vem.

A questão do PAC. Para o PAC, havia 30% de autorização de remanejamento sobre o seu valor global. Esse foi o percentual praticado nos últimos anos. Nós estamos reduzindo para 30% por subtítulo, por rubrica. Isso é muito importante, Srs. Parlamentares. Eu quero pedir o apoio dos senhores para a manutenção dessa regra, porque, quando nós damos ao Ministério do Planejamento a autorização para remanejar 12 bilhões de reais, o que acontece? Ele inclui uma obra no PAC — ela não estava no PAC — e coloca lá 100 milhões, para essa obra. E de onde ele tirou esses 100 milhões? De uma obra pela qual nós brigamos aqui, por emendas. O Deputado Hildo Rocha pediu o atendimento da emenda dele, assim como os Deputados Izalci, Domingos Sávio, João Fernando Coutinho. Todos aqui lutaram para conseguir o atendimento da sua emenda. E depois o Governo vai lá e tira com a caneta, sem conversar com o Congresso Nacional. Então, o que nós queremos é preservar as decisões do Congresso. Uma rubrica de 100 milhões que sair deste Orçamento votado por nós poderá ser reduzida a 70 milhões, assim como poderá chegar a 130 milhões. Para mais do que isso, é preciso autorização do Congresso Nacional.

Infelizmente, nos últimos anos, o Congresso terceirizou, para o Executivo, toda a execução orçamentária dos investimentos no Brasil através do PAC. Então

nós limitamos, na LDO, o ingresso de rubricas no PAC: 10% das existentes, a mais ou a menos. Só pode tirar 10%, só pode incluir 10%.

Antes, isso era livre: o PAC vinha com 1.500 títulos e o Executivo aumentava mais 500 durante o ano. Se o Prefeito estivesse com dificuldade para obter certidão, ele punha no PAC e daí podia pagar sem certidão. Não é assim que nós vamos organizar o Brasil. Nós precisamos de rigidez na execução orçamentária. Especialmente nesse contexto do PAC, eu peço apoio aos Srs. Parlamentares, porque, certamente, o Governo vai destacar e tentar voltar a ter a liberdade extrema que teve no último mandato.

Quero também falar um pouco das medidas necessárias para o ajuste fiscal. E aí vem o capítulo do Bolsa Família, que está na página 16. Senhores, eu estudei muito o Bolsa Família. Tem gente que acha que eu sou louco de falar em cortar o Bolsa Família. Não, pelo contrário, eu apenas estou me baseando nos dados da Controladoria-Geral da União, que, através das suas auditorias, verificou o cumprimento das exigências legais para a inclusão de famílias no Programa.

Quanto aos 28,8 bilhões de reais que estão previstos, no Orçamento do ano que vem, para o Bolsa Família, nós apresentamos uma proposta de corte de 10 bilhões de reais, baseados em alguns dados que aqui estão apontados.

Há um gráfico na página 17 que é resultado de uma ampla auditoria feita pela Controladoria-Geral da União sobre beneficiários do Bolsa Família. Ele diz que 61% das famílias beneficiárias possuem, sim, renda *per capita* compatível com o valor estabelecido na legislação do Programa; 2,4% e 6,7% possuem renda superior àquela que está estabelecida no Programa — portanto, praticamente 10%; e 29% não souberam avaliar. Então, quando nós mantemos 65% dos recursos do Programa, estamos garantindo, para esses 61% que estão visivelmente dentro da regra, a sua garantia de permanência no Programa.

Há também uns questionamentos sobre a regra de permanência no Programa. A regra de permanência está em uma portaria. A lei diz que, por decreto, a Presidente da República pode alterar o valor da renda média que enquadra as famílias no Bolsa Família, que é de 77 reais para a extrema pobreza e 154 reais para a linha de pobreza. Essas pessoas que estão na regra de permanência

recebem até meio salário mínimo. Então, elas estão recebendo além do que autoriza a lei, porque estão recebendo por uma portaria que não está amparada pela lei.

No quadro da página 18, V.Exas. verão que há 28 bilhões e 220 milhões de reais no Bolsa Família. Eu estou cortando, pela eliminação da regra de permanência, 2 bilhões e meio; pelo cancelamento de benefícios quando a renda familiar *per capita* apresente evidências ou indícios de ser superior à renda para acesso ao Programa — de que trata aquela pesquisa que eu mostrei —, 2 bilhões e meio; pela não substituição de famílias que saem do Programa — 5% das famílias normalmente são desligadas ou se desligam do Programa porque não cumprem as regras, porque se mudaram e vão se recadastrar em outro lugar, embora o Cadastro Único seja nacional, ou por qualquer outra razão —, então nós não substituiríamos essas famílias, 1 bilhão e 400 milhões; pelo cancelamento de benefícios não sacados junto à rede bancária, outro montante. A informação que eu tenho é de que 2 bilhões de reais ficaram depositados, na virada do ano, na conta dos beneficiários. A Caixa deixa depositado o valor, na conta dos beneficiários, por 3 meses. Se a pessoa não saca, ela retira o dinheiro e depois deposita de novo, deixando lá por mais 3 meses. Então, é muito grande o número de pessoas que não sacam o benefício. Ora, se o Bolsa Família é para quem está abaixo da linha da pobreza, é inadmissível que a pessoa não vá buscar o dinheiro quando é depositado na conta. É uma evidência clara de que muitas pessoas não estão necessitando da ajuda, e, portanto, não vão buscá-la. E há esta justificativa: *"Há lugares ermos, distantes"*. Pouquíssimas pessoas estão nesses lugares; a maioria está em centros urbanos, com facilidade de acesso. E estou cortando mais 2 bilhões de reais, pelo cancelamento de benefícios para ajuste da disponibilidade financeira e orçamentária. A Lei do Bolsa Família diz que o número de beneficiários e o número de benefícios se adequarão à disponibilidade orçamentária. Portanto, não há direito adquirido no Bolsa Família. Há uma capacidade de pagamento, então ajustam-se a essa capacidade os benefícios.

O Senador Aécio Neves apresentou uma emenda à LDO para se atualizar o benefício pela inflação. Então, se nós atualizamos os 154 reais pela inflação e temos os mesmos 18 bilhões, ou 28 bilhões, no Orçamento, atenderemos menos famílias, porque cada uma receberá um pouco mais. Elas terão que sair do Programa porque

este tem um orçamento fixo — quando se aumenta o valor que cada um recebe, alguns beneficiários terão que sair para que a conta feche.

É meritório que haja o reajuste, é meritório que as famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza recebam pelo Programa, cuja essência veio com o Bolsa Escola, com o Vale Gás. É um programa que o ex-Presidente Lula organizou melhor e que representa um ganho muito importante para a sociedade brasileira, mas ele precisa de melhor gestão. E é isso que eu estou apontando aqui, ao propor o corte dos recursos daqueles que estão recebendo sem o devido amparo legal ou sem a devida fiscalização.

Há também fraude quanto à frequência escolar. É uma exigência do Programa que a criança beneficiária frequente 75% das aulas, no mínimo. As escolas mandam a frequência. Então a exigência é 75% para todo mundo. Aí a Controladoria-Geral da União — CGU foi lá verificar no livro de frequência da escola. A criança está frequentando 75% das aulas? Não, não está. A escola manda o ofício dizendo que ela tem 75% de frequência porque não quer que a família saia do Programa, mas a criança não está com essa frequência no livro de presença. Tudo isso está na Internet, nas auditorias da Controladoria-Geral da União. A Controladoria fiscaliza três Municípios por mês, em auditoria sorteada. Em todas há um capítulo especial sobre o Bolsa Família. V.Exas. vão ver, por exemplo, que, lá em Ariranha do Ivaí, no Paraná, 30% das crianças não tinham a frequência informada ao Programa Bolsa Família, ao gestor. Foi informado que elas tinham frequentado 75% das aulas, mas, quando foram verificar o livro, constataram que 30% das crianças não tinham essa presença. As famílias deveriam ter sido desligadas.

Então, a sucessão de fraudes no Programa precisa ser contida. É preciso levar a sério isso. O Programa é bom, desde que leve realmente as crianças à escola. O Programa é bom, desde que as crianças frequentem o posto de saúde e tenham a sua carteira de vacinação em dia. O Programa é bom, desde que as gestantes de fato frequentem os postos de saúde, especialmente agora com essa questão do zika vírus e da microcefalia. Mas, na auditoria do TCU, V.Exas. vão ver que 10% das crianças não têm a vacinação em dia, 10% das gestantes não frequentam posto de saúde, e também não são desligadas. Então, o que eu discuto

é isso. É preciso haver uma certa fiscalização para que as pessoas de fato deem ao Brasil a contrapartida pela ajuda que estão recebendo.

E segue o relatório. Agora vamos falar um pouco sobre a Justiça do Trabalho. Para a Justiça do Trabalho — isto está na página 16 —, nós propomos um corte, muito acentuado, de 50% nas dotações de custeio e de 90% nos investimentos. Por quê? A Justiça do Trabalho custa 17,8 bilhões de reais por ano para o Brasil, quase o Bolsa Família inteiro, o Bolsa Família que eu estou propondo. São 17,8 bilhões só para a Justiça do Trabalho! Cinquenta mil servidores! Daqui a pouco, vai ser a maior empresa do Brasil; o maior empregador do Brasil vai ser a Justiça do Trabalho.

Qual é o problema? O problema é que não há controle sobre a demanda. As pessoas que procuram a Justiça do Trabalho ou ganham ou não perdem. Todo mundo quer ir a um jogo em que ganha ou não perde, pois só pode sair de lá melhor do que entrou, não há como sair pior. Nós temos aqui os números de processos na Justiça do Trabalho: são 3 milhões 544 mil processos em 2014, dos quais 3.396 foram julgados, restando 1 milhão e 500 mil processos, que eles não dão conta de atender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Página 20.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Página 20. Está no meio da página 20.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Ricardo...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só um minutinho.

Então, existe um resíduo de 2 milhões de ações não julgadas. Está na página 19, bem no meio da página. Eu tenho pedido — e não tenho encontrado auxílio, mas vou insistir aqui com os senhores — o apoio da ANAMATRA, Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, e do TST no sentido de que solicitem à Câmara dos Deputados e ao Senado alterações na legislação trabalhista.

A legislação trabalhista é de 1943, não é, Deputado Pedro Fernandes? Não estou dizendo que V.Exa. é de 1943. Por volta disso, 1943. Como é que o empregado assinava a rescisão trabalhista em 1943? Assim: botava o dedão lá, não sabia o que estava escrito. Hoje, uma pessoa graduada e pós-graduada que ganha 30 mil reais por mês é considerada hipossuficiente na Justiça do Trabalho. Ela pode dizer que trabalhou 24 horas por dia, não almoçou, não jantou, não dormiu, e vale.

E, se o patrão não comparecer na audiência, à revelia do patrão... Se ele não comparecer, apresenta de novo; se ele não comparecer, apresenta de novo; se ele não comparecer, apresenta de novo. Ora, vamos equilibrar isso!

Se organizarmos a demanda na Justiça do Trabalho para que só quem tenha direito a discutir possa demandar, nós vamos resolver esse problema. Eram 10 mil vagas. Nós seguramos, na Comissão de Finanças e Tributação, a criação de 10 mil vagas. Está pendente de análise, na Comissão de Finanças e Tributação, a criação de mais 10 mil vagas na Justiça do Trabalho. Tem 50 mil funcionários, querem mais 10 mil.

Então, não é possível. Se nós não conseguirmos organizar a entrada... O que nós estamos propondo? Estamos propondo sucumbência proporcional — se pede sem ter direito, tem que haver sucumbência também; justiça gratuita só com assistência sindical; limite de indenização de 12 vezes o salário mínimo. O cara não pode pedir tudo o que imaginar na Justiça do Trabalho. Se ele não pediu antes, também paga pela omissão de não ter pedido antes. Ele tem 2 anos para pedir, mas a empresa tem que ter uma previsibilidade de quanto ela pode perder numa ação trabalhista. Pode perder 1 ano de salário do empregado, mas não pode perder a empresa inteira, como acontece em alguns casos. Por quê? Porque o pedir na Justiça do Trabalho não tem limite e não tem ônus, o cara pode pedir o que quiser.

Essa questão da revelia nós temos que mudar. Eu estou propondo uma série de alterações na Justiça do Trabalho, mas a ANAMATRA e o TST têm que nos solicitar a mudança, porque, se nós formos propor, estaremos retirando direitos do trabalhador. Agora, se eles propuserem, estarão organizando a Justiça, dando celeridade ao tratamento dos que realmente precisam. E a pessoa que precisa mesmo demandar fica 10 anos lá e não se consegue concluir a ação. Agora, o que está pedindo sem... Por que são julgadas 3 milhões de ações por ano? Fazem 20 audiências por dia. O juiz senta lá na frente e diz: *"O senhor está pedindo isso. O que o senhor dá para acertar?". "Tanto." "Está bem, pode ir embora."* Vem outro. *"Certo, pode ir embora."* Nem lê a ação. Ele quer que se resolva, que o requerente vá embora. Por que a pessoa pede 100 e aceita 5 para ir embora? Porque não tinha direito a nada. Ela já tinha recebido a rescisão dela integralmente, paga honestamente pelo patrão.

Há patrão ruim? Há. Há empregado ruim? Há também. Não estamos dizendo que isso vale para todos, mas vale para a grande maioria das demandas que estão na Justiça do Trabalho. E aqueles que realmente precisam demandar não encontram espaço, porque a Justiça está sempre entupida de processos, pois não consegue entregar a jurisdição trabalhista na velocidade necessária.

Então, como a Justiça do Trabalho não tem se mostrado cooperativa, nós vamos apresentar um corte mais significativo, para que eles reflitam um pouco. Não tem cabimento no Brasil haver 3 milhões e meio de processos por ano e 50 mil funcionários para cuidar de demanda trabalhista. É evidente que isso está desproporcional. Como na questão do Bolsa Família, eu não tenho preocupação, não. Nós estamos falando aqui de corrigir o que precisa ser corrigido. Não existe esse negócio de *"ah, mas vai perder voto".* Não vou perder voto, não; vou ganhar voto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A reflexão que V.Exa. fez, além da leitura, requer que façamos uma ponderação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está escrito aqui, está tudo escrito aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Primeiro, para concordar que nós precisamos nos debruçar sobre a situação da Justiça do Trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Permita-me, Deputado Domingos Sávio, como Líder. Ele está lendo o papel que está à frente dele, e eu queria que concluísse.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É porque o Relator fez uma digressão um tanto quanto eloquente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Mas está escrito aqui; está tudo escrito aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu até concordo que temos que nos debruçar sobre isso para o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho. O que me

preocupa é nós fazermos a reforma da Justiça do Trabalho de trás para a frente: começarmos por cortar no Orçamento, de uma forma quase que punitiva. E, talvez, em vez de solucionar, criemos outros problemas graves. Mas no momento oportuno, então, eu gostaria de debater com V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso inscrever V.Exa. para falar?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Além disso, é importante coibir a possibilidade de venda de causa, estabelecer que o acordo no sindicato tem que valer como quitação, ampliar a arbitragem e a mediação com quitação, e definir que os honorários periciais, quando houver a condenação, sejam pagos pelo empregado, porque ele pede perícia de tudo. Se ganhar ou se perder, quem paga é o Governo; nós pagamos a perícia que é demandada na Justiça do Trabalho.

Muito bem, vamos passar para o próximo capítulo, os órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo. Fizemos um corte de 15% no custeio, à exceção do Ministério Público, como eu já disse, que teve um corte de 7,5%, porque tem muitas demandas de investigação, e nós não queremos comprometer a capacidade do Ministério Público de prestar esse importante serviço para o País.

O projeto da Lei do Teto. O Governo mandou um projeto para economizar 800 milhões de reais com a regulamentação do teto. Se o projeto for aprovado como está, vai aumentar em 1 bilhão e meio a despesa. O projeto de regulamentação do teto do servidor público foi enviado pelo Governo com a expectativa de economizar 800 milhões de reais. Se aprovado como está o substitutivo da Comissão do Trabalho, vai aumentar em 1 bilhão e meio de reais a despesa. Em vez de economizar 800 milhões, vai aumentar a despesa. Aí, teremos mais um buraco de 2 bilhões e 300 milhões para administrar. O problema não é só este ano; teremos que administrá-lo nos anos pela frente.

Então, eu gostaria que os senhores atentassem, na página 20, para isto:

> *"Os membros do Poder Judiciário, por exemplo, contam com o seguinte rol de benefícios"* — são 29 benefícios do Poder Judiciário:
>
> *"1 - retribuição pelo exercício, enquanto este perdurar, em comarca de difícil provimento;*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2 - exercício da Presidência de Tribunal e de Conselho de Magistratura, da Vice-Presidência e do encargo de Corregedor;

3 - investidura como Diretor de Foro;

4 - exercício cumulativo de atribuições, como nos casos de atuação em comarcas integradas, varas distintas na mesma Comarca ou circunscrição, distintas jurisdições e juizados especiais;

5 - substituições;

6 - diferença de entrância;

7 - coordenação de Juizados;

8 - direção de escola;

9 - exercício como Juiz Auxiliar na Presidência, na Vice-Presidência, na Corregedoria e no Segundo Grau de Jurisdição;

10 - participação em Turma Recursal dos Juizados Especiais;

11 - ajuda de custo para mudança e transporte;

12 - auxílio-moradia;

13 - diárias;

14 - auxílio-funeral;

15 - indenização de transporte;

16 - outras parcelas indenizatórias previstas na Lei Orgânica da Magistratura (...);

17 - remuneração ou provento decorrente do exercício do magistério;

18 - benefícios percebidos de planos de previdência instituídos por entidades fechadas, ainda que extintas;

19 - auxílio pré-escolar;

20 - benefícios de plano de assistência médico-social;

21 - gratificação pelo exercício da função eleitoral;

22 - gratificação de magistério por hora-aula proferida no âmbito do Poder Público;

23 - bolsa de estudo que tenha caráter remuneratório;

24 - abono de permanência em serviço;

25 - auxílio alimentação;

26 - conversão de férias em abono pecuniário;

27 - adiantamento de férias;

28 - décimo terceiro salário;

29 - terço constitucional de férias."

Esses são os benefícios do Poder Judiciário. Coincidentemente, os do Ministério Público também são 29, e estão na página 20. São eles:

"1 - diferença de entrância ou substituição ou exercício cumulativo de atribuições;

2 - gratificação pelo exercício da função de Procurador-Geral, Vice Procurador-Geral ou equivalente e Corregedor-Geral, quando não houver a fixação de subsídio próprio para as referidas funções;

3 - gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento nos gabinetes do Procurador-Geral, Vice Procurador-Geral ou equivalente, Corregedor-Geral ou em outros órgãos do respectivo Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, na forma prevista no inciso V do art. 37 da Constituição Federal;

4 - exercício em local de difícil provimento;

5 - incorporação de vantagens pessoais decorrentes de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento e da aplicação do parágrafo único do art. 232 da Lei Complementar 75, de 1993, ou equivalente nos Estados aos que preencheram os seus requisitos até a publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998;

6 - direção de escola do Ministério Público;

7 - gratificação pelo exercício de função em conselhos ou em órgãos colegiados externos cuja participação do membro do Ministério Público decorra de lei;

8 - ajuda de custo para mudança e transporte;

9 - auxílio-alimentação;

10 - auxílio-moradia;

11 - diárias;

12 - auxílio-funeral;

13 - indenização de férias não gozadas;

14 - indenização de transporte;

15 - licença-prêmio convertida em pecúnia;

16 - outras parcelas indenizatórias previstas em lei;

17 - benefícios percebidos de planos de previdência instituídos por entidades fechadas, ainda que extintas;

18 - benefícios percebidos do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS em decorrência de recolhimento de contribuição previdenciária oriunda de rendimentos de atividade exclusivamente privada;

19 - auxílio pré-escolar;

20 - benefícios de plano de assistência médico-social;

21 - bolsa de estudo que tenha caráter remuneratório;

22 - adiantamento de férias;

23 - gratificação natalina;

24 - adicional constitucional de férias;

25 - remuneração ou provento decorrente do magistério (...);

26 - gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral (...);

27 - gratificação pela participação, como membro, em sessão do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça;

28 - gratificação de magistério por hora-aula proferida no âmbito do Poder Público;

29 - abono de permanência em serviço, no mesmo valor da contribuição previdenciária (...).”

Muito bem, eu falo isso por quê? Nós temos, neste ano, um déficit, um problema, Deputado Danilo Forte, da ordem de 400 milhões de reais, que decorre do auxílio-moradia concedido por liminar a determinado magistrado, e estendido, pelo Ministro Luiz Fux, a todos os magistrados do Brasil e a todos os membros do Ministério Público. Então, há uma despesa de 400 milhões de reais que não estava prevista no Orçamento e que está sustentada nessas liminares. Por conta dessas liminares, a Justiça do Estado de Goiás está pagando 5 anos retroativos de auxílio-moradia aos seus juízes.

Então, realmente, é preciso que esses benefícios sejam acordados em lei para que todos os que recebem da fonte do Tesouro tenham, mais ou menos, a mesma atenção. Os agentes do Executivo têm muita dificuldade e pouquíssimo atendimento; os do Legislativo, mais ou menos; e os do Judiciário têm muitos benefícios. Então, como todos recebem da fonte do Tesouro, eu acho adequado que regulemos isso igualmente, como está proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estou colocando isso porque a Lei do Teto tem reflexo no Orçamento e, dependendo de como ela for votada, isso tudo pode nos dar uma despesa ainda muito maior — maior do que a que nós estamos colocando aqui. E, como disse o Deputado Domingos Sávio, há membros do Ministério Público e do Judiciário ganhando mais de 100 mil reais. Isso está lá no Portal da Transparência, também não é nada que não esteja devidamente alocado.

Na Câmara e no Senado, ninguém recebe mais além do teto, porque houve essa decisão e está sendo cumprida, embora houvesse tido contestação judicial.

Do auxílio-presidiário eu já falei. Foram 572 milhões de reais no ano passado de auxílio-reclusão. Era essa a questão que eu gostaria de abordar, já expliquei: a média do auxílio-reclusão é de 1.089 reais por beneficiário. Só 6% da população carcerária está atendida pelo auxílio-reclusão, porque são aqueles que estavam com carteira assinada no momento da prisão.

Quanto ao seguro-pescador, que é o seguro-defeso, o Governo pediu que eu incluísse mais 1 bilhão e meio de reais para o pagamento do seguro-defeso. Eu não atendi a essa solicitação do Governo, porque, da mesma forma que o Bolsa Família, eu acho que é preciso ter luz em relação a isso. Os recursos públicos têm que ser gastos com muito critério, com muita clareza, e no seguro-defeso isso não acontece. Portanto, não acrescentei o que Governo solicitou, 1 bilhão e meio de reais para o seguro-defeso.

Quanto ao excesso de autorização orçamentária, eu já disse que isso prejudica nossas prerrogativas. A superestimativa de receita de 2015 foi de 180 bilhões de reais. Em 2014, foram 70 bilhões de reais.

O gráfico está na página 24. Eu gostaria da atenção dos senhores. O gráfico na página 24 demonstra que em 2011 houve uma superestimativa. Os senhores vão ver o gráfico. Está aqui a tabela. Arrecadamos menos 64 milhões de reais, em 2009; menos 68 milhões de reais, em 2012 — arrecadamos menos do que a proposta de Lei Orçamentária enviou —, menos 68 milhões de reais, em 2013; menos 31 milhões de reais, em 2014; menos 180 milhões de reais, em 2015.

Então, eu acho que nós devíamos cuidar para que os próximos orçamentos tenham a receita exatamente a que vai ser arrecadada. Temos que acertar o

máximo possível, porque, aí sim, as decisões tomadas pelo Congresso terão que ser cumpridas pelo Governo, porque ele só tem autorização para essas funções.

Coloquei um acórdão do TCU, que fala sobre a superestimativa das receitas na página 25 e na página 26. Há outro gráfico com o atendimento das bancadas.

Nós podemos avaliar este quadro da página 26, que é muito importante para os senhores. Executou-se, em 2013, 0,97% de emendas de bancadas estaduais, 9% das emendas de Comissão; em 2014, 2% de emendas de bancadas estaduais, 0,56% de emendas de Comissão; em 2015, 0,02% de emendas de bancadas estaduais e nada de emendas de Comissão.

Então, a média de execução de emendas de bancada que nós colocamos aqui é de 1,15%. Emendas coletivas: 1,15%. Então, as emendas coletivas são as debatidas nas Comissões, nas bancadas, as de prioridade, de disputa. "*Vamos pôr essa estrada?*" "*Não, aquela outra é mais importante*". Faz-se um enorme debate aqui e, depois, o Governo, simplesmente, não executa.

Então, estou alertando para isso para que tenhamos clareza. Vamos ter uma briga danada pelos destaques aqui das emendas, para uma execução de 1,15% que nós temos feito.

Eu não propus no meu relatório emendas de relator-geral. Não propus por quê? Porque eu acho que tem que se valorizar a prerrogativa parlamentar. Quem não consegue escolher uma prioridade na sua bancada, quem não consegue escolher uma prioridade na sua Comissão, nem foi atendido pelo Governo, porque não convenceu os órgãos de Governo de que aquela sua meta era prioridade, aí não pode recorrer ao relator-geral e ele resolver o que a bancada não quis, o que a Comissão não quis e o Governo não quis, e o relator-geral vai lá e atende. Por isso, eu não propus e acho que esta deve ser a regra para o futuro desta Comissão, que a disputa aconteça nas bancadas e nas Comissões. O que tem emenda tem emenda; o que não tem emenda não tem emenda. É assim que eu gostaria que fosse, assim eu propus no meu relatório preliminar, mas fui vencido no plenário.

Muito bem, Sr. Presidente, esses são os atendimentos do relatório que estão na página 28. Todos os atendimentos foram feitos e, como os senhores podem perceber, o relatório é muito político, é muito técnico, como todos os relatórios de orçamento são. Mas eu procurei, com a oportunidade que tenho de ser Relator-

Geral, colocar luz sobre algumas questões que entendo que devam ser mais bem avaliadas por nós que autorizamos o Orçamento e pelo Governo, que faz a sua execução.

Era o que eu tinha a dizer sobre o relatório. Agradeço a atenção e a paciência dos senhores, mas eu gostaria muito que esses temas aqui levantados fossem debatidos com bastante coragem, porque são temas polêmicos, e com bastante transparência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de esclarecer, Deputado Izalci, que há uma lista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, eu fui o primeiro a interrompê-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não foi o primeiro. O primeiro foi o Deputado Domingos. Eu queria dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Deputado Domingos foi depois. Eu não estou criando caso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu abro mão da palavra pelo Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só queria fazer naquela hora uma questão de ordem, não um discurso, porque nós estamos debatendo um tema aqui superimportante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso esclarecer uma questão plenária antes de começar?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Havia um requerimento sobre a mesa de inclusão na pauta do relatório. Eu não o coloquei em votação, porque, na verdade, a sessão foi dedicada à leitura. Na próxima sessão, que será na quarta-feira de manhã, não sei se teremos alguns avisos para serem votados, alguma matéria.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu posso fazer uma sugestão pela ordem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois de mim.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Depois do Deputado Izalci, respeitando o direito constitucional que lhe é atribuído.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos discutir, ao final, se fazemos a reunião amanhã ou quarta-feira. Como amanhã temos sessão do Congresso e lá nós iremos votar o PPA, eu sugeriria que esse requerimento de inclusão na pauta do relatório para votação seja votado na quarta-feira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria fazer uma sugestão para o ordenamento do trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O combinado hoje era a leitura. Foi feita a leitura; abre-se o prazo dos destaques. A ideia era que, amanhã à tarde, fizéssemos o debate das diversas emendas, porque a sessão do Congresso será amanhã à noite. Na quarta-feira de manhã, exaurido o debate, já faríamos só a votação, porque vai ser muito corrido na quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Na terça à noite, temos que votar o PPA, os PLNs e os vetos. Vamos deixar para quarta-feira, na sessão do Congresso, porque devem ficar em aberto, de terça para quarta, a LDO e a LOA, com o compromisso de votar as duas juntas. Então, na quarta de manhã, ficaríamos só a obrigação de fazer a votação do PLOA, para ficar pronto à noite. Eu acho que é mais racional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade. Mas essa pauta era a que havíamos acordado. E eu realmente acho que divaguei um pouco. Só quero avisar aos Lideres que nós temos reunião às 18h30min com o Ministro Levy e às 19h30min com o Presidente Renan Calheiros para que fechemos as votações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o seguinte: na última reunião, eu ponderei isto também. Nós estamos aqui votando uma matéria superimportante, que é o Orçamento. Estamos discutindo o Orçamento, foi feita a leitura do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só a leitura.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o que eu quero dizer é que, com uma matéria como essa, não ter a presença do Governo é uma coisa absurda, até porque muitos dos comentários feitos pelo Relator dependem de iniciativa do Executivo, do Governo. Dá a entender que não temos Governo, porque é a primeira vez que eu participo de uma matéria tão relevante e vejo o Governo sumir. Será que não há interesse do Governo em discutir o Orçamento nesta Casa?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O erro foi meu, Deputado. Sabe por quê? Porque o Líder... Desculpe-me, eu tenho que esclarecer, porque senão seria oportunismo da minha parte.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tudo bem. Eu quero um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós fizemos um acordo pela leitura apenas sem debate. O debate seria depois e a votação em seguida. Então, ele perguntou-me se haveria necessidade de estar aqui. Eu disse que não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem. Na votação na anterior também ele pediu e foi dispensado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na anterior também não havia ninguém do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Isso é por conta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem. Mas quero me inscrever para falar sobre se vai acontecer prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está inscrito.

Informo a todos que hoje se abre prazo de apresentação de destaques.

(Não identificado) - Podemos entender que a senhora dispensou o Governo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, só quero complementar, antes do Deputado Caio, a questão colocada pelo Deputado Danilo. Acho que poderíamos até debater informalmente hoje, mas abrir o processo de discussão realmente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não temos prazo, por causa das reuniões agendadas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bem, mas não discutir hoje, mas debater informalmente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois é, mas seria bom fazer formalmente amanhã, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, eu estou propondo que debatamos aqui e agora, depois dessa exposição. Precisamos debater com ele informalmente ou formalmente, em último caso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Srs. Deputados, eu gostaria de acatar todas as questões elencadas aqui regimentalmente. Se nós fizemos a discussão aqui, alguém poderá dizer que houve discussão, que não estava e que não sabia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas estou propondo que não haja discussão do ponto de vista formal. Estou propondo que seja reunião informal, para esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem. Continuo lembrando que às 18h30min teremos reunião.

Então, vamos passar a palavra ao Deputado Caio Narcio e, em seguida, aos Deputados Moreira e Izalci.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. mais uma vez. O nobre Relator tem a missão árdua de ter que fazer uma peça orçamentária dentro da conjuntura nacional, tendo enfrentado todas as adversidades do processo orçamentário que este ano nos deu, agravado pela complicação que o Governo promoveu aqui nos trabalhos desta Comissão, por vezes mandando três ou quatro metas diferentes de superávit; por vezes mandado de quatro a cinco planos de receita diferentes e tendo os grandes desafios que estamos entendendo sobre o Orçamento do próximo ano.

O primeiro raciocínio necessário de ser apresentado aqui é de que todos sabemos que no próximo ano teremos um orçamento deficitário. A recessão está instalada no Brasil. Eu tive a oportunidade de falar aqui, na apresentação do relatório da educação, o quanto indignado estava pela maneira como os cortes na

educação foram feitos. Houve cortes de mais de 50% no investimento, de mais de 50% na capacitação de professores. Acho que o Relator faz o enfrentamento importante quando diz dos exageros que existem, por exemplo, na questão do Bolsa Família. Mas quero ressaltar a nossa posição relativamente à permanência do Programa Bolsa Família, que é de fundamental importância para todos os brasileiros. É importante ressaltar uma parte que muitas pessoas não sabem. Hoje, pela manhã, eu vi uma reportagem dizendo que o Governo é contra o corte do Bolsa Família. E é importante ressaltar que o nobre Relator, que propõe o corte, é Vice-Líder do Governo. É importante dizer isso, porque o Governo tenta se esquivar das decisões, mas está aqui o seu Vice-Líder fazendo a apresentação dos cortes do Bolsa Família. Enquanto isso, na propaganda, o Governo diz que é contra os cortes do Bolsa Família. É o *show* da incoerência.

Mas quero dizer também que durante esse processo, nobre Relator, nós tivemos a oportunidade de fazer algumas priorizações nesta Comissão e é importante ressaltar, como Relator Setorial do Desenvolvimento Urbano, que tive oportunidade de colocar entre os recursos a distribuição de forma especial de recursos para cumprir a promessa do Governo, que não foi cumprida, para o Metrô de Belo Horizonte. Como Relator Setorial, eu tive a oportunidade de manter a nossa indicação de 100 milhões de reais, para que fosse construído o Metrô, uma proposta que o Governo, durante as eleições, esqueceu ter prometido a Belo Horizonte, os investimentos no seu Metrô. E nós, Parlamentares, colocamos essa previsão no Orçamento. Basta saber se no ano que vem, com recurso alocado por nós, o Governo irá executar uma promessa sua. Essa é uma das nossas dúvidas.

Também priorizamos, com a nossa atuação, a área de Oncologia, com a ajuda e a compreensão de que a Oncologia hoje é um dos maiores dramas da saúde de todo o mundo. Especificamente no Brasil existem números que demonstram que haverá, em 10 anos, um crescimento de casos de câncer elevadíssimo. Portanto, a prevenção é a maior ferramenta que nós podemos ter nesse enfrentamento.

Aproveito a palavra para dizer que o Relator não enfrentou um processo fácil na organização de um relatório num momento de crise, com um governo atabalhoado, que fez, por diversas vezes, atrapalhar o processo da organização

orçamentária. Por muitas vezes, modificou seus parâmetros, muitas vezes atrapalhou o andamento desta Comissão.

Portanto, quero deixar aqui o nosso compromisso de fazermos, ao discutir essa peça orçamentária, uma avaliação de que, apesar de todas as dificuldades do Governo, foi colocada a nossa participação nessa peça para que pudéssemos atingir objetivos para um Brasil melhor, que seja atendido na sua plenitude.

Gostaria de ressaltar principalmente esses dois pontos com a minha querida Minas Gerais e principalmente as dificuldades que nós estamos tendo e tivemos ainda por esse Governo, que não conseguiu ajudar em momento nenhum para que esta Comissão pudesse ter os seus trabalhos na sua plenitude.

Ficam aqui os nossos protestos e a necessidade, sim, do enfrentamento da peça orçamentária, de acordo com o momento que estamos atravessando. Ainda acho que a recessão do ano que vem ainda está subestimada, será maior ainda. Mas o trabalho foi feito ao encontro da realidade. Fica aqui a nossa manifestação.

Parabéns a todos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Caio Narcio, para eu ser Vice-Líder do Governo, preciso ser Parlamentar. E as minhas posições aqui são como Relator-Geral, que é outra missão que eu tenho dentro do Parlamento, embora polêmica, mas corajosa. Entendemos que a nossa prerrogativa aqui de cooperar com o Governo nas votações importantes não contamina as nossas posições pessoais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria esclarecer que às 18h30min haverá reunião para tratarmos exatamente disso. Não estamos abrindo a discussão, porque a discussão será amanhã. Se alguém quiser algum esclarecimento, tudo bem. Mas vamos tentar...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só a título de esclarecimento, então, até que dia vai estar aberto o prazo para os destaques?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A partir de agora até quarta-feira de manhã.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Está o.k. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra Deputado Samuel Moreira.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero iniciar cumprimentando o Relator pelo trabalho, em que pese a nossa discordância frontal com relação ao Bolsa Família.

Nós não confiamos no Governo o suficiente para que ele faça o que tem que fazer, o que já deveria ter feito. Olha no relatório que V.Exa. apresenta. Isso aqui é a falta de governo. Está me dizendo aqui que apenas 61,3% podem estar aferidos por auditoria, dentro da renda *per capita* compatível, estabelecida com a legislação do programa. Nitidamente 10% praticamente estão fora. Olha só! E o Governo não atua nisso.

Nós não ajudaremos a cortar, porque nós não temos segurança de que o Governo vai utilizar isso realmente para não ampliar o Programa, porque o Governo deveria ampliar o Programa, mas ele fica perdendo dinheiro. É dinheiro que está lá perdido.

Olha aqui, saldo em bancos: V.Exa. está me dizendo que ficam dinheiros em bancos que não são retirados pelos beneficiários pelo tempo que quiser. Mais que 3 meses e depois volta e retorna de novo? E continua depositando?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Três meses, não recolhe o dinheiro. Se a pessoa não retira, a Caixa Econômica recolhe o dinheiro, mas continua depositando por mais 3 meses. E assim vai, até que expire o cadastro daquela pessoa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que pode ser quando?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - São 2 anos de cadastro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A pessoa fica 2 anos... Quer dizer, o Governo tem que atuar! Isso aí é o Governo que tem que atuar!

Então, nós não vamos cortar o orçamento do Bolsa Família, porque esse dinheiro pode ser usado, inclusive, para beneficiar mais pessoas que precisam nesta época de crise. O pobre não pode pagar por isso!

V.Exa. está apontando aqui no relatório que há salários mensais com soma de benefícios de 90 mil por mês no Judiciário! E nós vamos cortar dinheiro que beneficia famílias que precisam do Bolsa Família. Esses recursos poderiam ser utilizados para ampliar, inclusive, o número de beneficiados.

Então, não há como, Relator! Não há hipótese de nós — o Deputado Caio Narcio, da Bancada do PSDB, já até colocou isso — concordarmos com o corte no orçamento do Bolsa Família. Não há hipótese!

Eu estava observando aqui, e isso me deixa estarrecido. Eu quero cumprimentá-lo realmente pelo seu trabalho, porque cabe a nós nos aprofundarmos em algumas questões que V.Exa. levantou, deixando de lado essa questão do Bolsa Família. V.Exa. está me dizendo aqui que as auditorias verificaram que há fraudes produzidas pelas escolas! A escola, que é para ensinar, está produzindo uma fraude. E o Governo sabe disso e não faz absolutamente nada! Estão nos relatórios que chegam ao Governo.

É inacreditável que a própria escola ateste que a criança está indo, quando ela não está indo. E o objetivo do Bolsa Família também era fazer com que aumentasse a frequência nas escolas. Isso está acontecendo!

V.Exa. está colocando aqui, nós temos notícia e lamentamos profundamente: é inacreditável que se pague auxílio-moradia no Judiciário para juízes e promotores que têm a casa própria numa determinada cidade, trabalham em determinada cidade e recebem auxílio-moradia! Como é que pode? Como é que pode a pessoa morar na cidade em que trabalha, ter a sua casa própria e receber auxílio-moradia?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O *Jornal Nacional* já mostrou isso inúmeras vezes.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Portanto, nós temos que fazer um trabalho nesse sentido! Não é possível! Não é possível que o Estado de Goiás, inclusive, esteja recebendo valores retroativos, há anos! Quer dizer, não é possível, não dá para entender. Por isso nós precisamos resolver!

Portanto, Sr. Relator, eu acho que, nesta nossa primeira conversa, eu quero cumprimentá-lo, excetuando o Bolsa Família. Da nossa parte, nós não cortaremos 1 centavo. O que pudermos fazer que seja para ampliar o número de beneficiados, especialmente nesta crise. E faço os ajustes nos gastos públicos que V.Exa. detectou aqui e que são muito sérios. V.Exa. vai ter o nosso apoio nesse sentido. Nós somos a favor de que se ajustem privilégios. O que for direito é direito, privilégio não dá.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acho, Sr. Relator, que este debate tem que ser feito amanhã. Nós temos reuniões para debater esses relatórios, os números, e nos inteirarmos de algumas decisões. Nós precisamos conhecê-las antes de chegarmos a votar o relatório de V.Exa.

Então, vamos suspender esta reunião e convocá-la para amanhã às 14 horas.

Agradeço a presença de todos.

Correspondência dada como lida em 14.12.2015:

I) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 411/2015/GAPRE, de 09/10/2015, do Chefe de Gabinete da Presidência da Caixa Econômica Federal, referente ao Requerimento de Informação nº 32/2015, de autoria do Deputado Ricardo Barros.
2) Ofício nº 1109/STURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações com relação aos questionamentos do TCU relativos ao Edital Presencial 003/2015, no qual se inclui duas importantes obras para a Cidade de São Paulo: Corredor de ônibus Radial Leste, trecho 3 e corredor Perimetral Itaim Paulista/São Mateus, que inclui um terminal de passageiros.
3) Ofício nº 1107/SIURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações com relação aos questionamentos no Contrato 43/SIURB/13 e no Edital de Pré-Qualificação 1/2012-SPOBRAS, relativos aos serviços de execução das obras e elaboração de projeto executivo da obra Corredor de ônibus Radial Leste – trecho 1, localizado no município de São Paulo/SP. Ato contínuo, no âmbito do Processo TC 029.823/2014, a mencionada obra foi incluída no FISCOBRAS 2015.

4) **Aviso GP/TCU, de 10 de dezembro de 2015:**
1) Aviso nº 1418/2015 (Acórdão 2.461/2015-TCU-Plenário): encaminhando a Vossa Excelência, em mídia digital, cópia integral do processo nº TC – 005.335/2015-9 no âmbito do qual foi prolatado o Acordão nº 2.461/2015-TCU-Plenário – e dos respectivos apensos, bem como da Ata nº 40/2015, da Sessão Extraordinária do Plenário do TCU de 07/10/2015, relativa às Contas do Governo referentes a 2014.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 15.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Caio Narcio) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através dos correios eletrônicos, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Suspendemos a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Nós temos sobre a mesa um requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 01 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, sobre informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, pendentes de deliberação desta Comissão, em 06 de novembro de 2015, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e aos avisos do Congresso Nacional. O autor é o Deputado Zé Geraldo, a quem peço que compareça à mesa.

Há também outro requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 02, também do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, para atualização do Anexo 6. Subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves, integrando o Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, do PLOA 2016. Também o autor é o Deputado Zé Geraldo.

Eu gostaria de colocar em votação a inclusão desses requerimentos na pauta, bem como o requerimento que ontem apresentei, mas que não votamos, que era para inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 07, de 2015, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa despesa da União para o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exercício financeiro de 2016. É o PLOA, cujo Relator-Geral é o Deputado Ricardo Barros, que tem o voto pela aprovação, na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

São três requerimentos. Eu gostaria da presença do Relator.

Eu vou passar ao processo de votação do primeiro Requerimento, de nº 01, que é um relatório apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. É um voto apresentado pelo bloqueio, nos termos das minutas e dos decretos legislativos, na execução física, orçamentária e financeira das obras de construção do corredor de ônibus Radial-Leste, Trechos 1 e 2, em São Paulo. E submete o relatório à apreciação do Plenário. Esse é o primeiro requerimento que eu gostaria de colocar em votação.

Em votação a inclusão desse requerimento na pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam na Câmara permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam no Senado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Requerimento nº 02 é a inclusão também de outro Relatório, o de nº 02, que atualiza o Anexo 6, Subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves, integrante do Projeto de Lei nº 07, de 2015, cujo autor é o Deputado Zé Geraldo. O requerimento apresenta voto — não foram apresentadas emendas — pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: construção da Vila Olímpica em Parnaíba, no Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte; BRT no Itaim Paulista, São Mateus, São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; corredor de ônibus, em São Paulo, na Radial Leste, Trecho 1, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 4 - corredor de ônibus na Radial Leste, Trecho 3, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades; e Canal do Sertão, Trecho 5, em Alagoas.

Coloco em votação esse segundo requerimento na Câmara dos Deputados para apreciar o relatório das obras irregulares.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na Câmara.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O terceiro requerimento é sobre a inclusão no relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016",* Projeto de Lei Orçamentária relatado pelo Deputado Ricardo Barros.

Em votação na Câmara.

Aqueles que forem a favor da inclusão do requerimento na pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos, então, três requerimentos aprovados, sendo que o Requerimento nº 1 fala exatamente da paralisação física, orçamentária e financeira das obras de construção do corredor de ônibus da Radial Leste, Trechos 1 e 2, em São Paulo.

O Relator está com a palavra. *(Pausa.)*

Todos têm em mãos as obras e o relatório apresentado.

O Relator vai colocar o relatório em discussão. Em seguida, vamos submetê-lo a voto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Os relatórios do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, COI, têm o objetivo de...

O primeiro relatório do COI trata do Aviso nº 12, de 2015, que estava em tramitação na CMO em 30/11/2015, encaminhado para a apreciação do COI, nos termos regimentais. Obras: corredor de ônibus, São Paulo, Radial Leste, Trechos 1 e 3. Por sua vez, o Relatório nº 2 trata da atualização do Anexo 6 do PLOA de 2016.

Avaliar os impactos econômicos, financeiros e ambientais para a população, em decorrência de eventual paralisação do empreendimento, bem como para ponderar eventuais perdas decorrentes de deterioração de serviços já executados e

as despesas necessárias à preservação das instalações e serviços já executados, entre outros fatores, nos termos estabelecidos pelo art. 113 da Lei nº 13.080, de 2015, da LDO de 2015.

O TCU apontou seis empreendimentos com indícios de irregularidades graves e com recomendação de paralisação. Desses, apenas um consta do quadro de bloqueio da LOA 2016.

Outro empreendimento, a BR-448, do Rio Grande do Sul...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria que prestassem atenção. Um momento, Relator.

Eu queria que prestassem atenção, porque o relatório cita várias obras irregulares, algumas ressalvadas e outras não. Os requerimentos aprovados é para incluir na pauta, para que cada relatório sobre obras irregulares, onde quer que elas estejam, nº 1 e nº 2... Por exemplo, no nº 2 tem cinco obras irregulares, no nº 1 só tem o corredor de ônibus, na Radial Leste, Trechos 1 e 2, em São Paulo.

Primeiro, este relatório está em discussão. Eu gostaria que todos prestassem atenção.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero me inscrever para discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. só está lendo; depois eu abro a discussão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O TCU apontou seis empreendimentos com indícios de irregularidades graves e com a recomendação de paralisação. Desses, apenas um consta do quadro de bloqueio da LOA 2015.

Outro empreendimento, a BR-448, no Rio Grande do Sul, é uma obra concluída, com 100% execução, contrato expirado e sem dotação orçamentária para 2016, conforme descreve o TCU.

O voto do Aviso nº 12.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos esclarecer com o Relator: o seu voto citava apenas uma obra, que é a de construção do corredor leste, na Radial Leste, trechos 1 e 2, em São Paulo. Qual é a segunda obra?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O TCU considera isso duas obras: o trecho 1 é uma obra e o trecho 2 é outra.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está certo.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Voto do Relatório nº 1:

Feitos esses registros, este Comitê propõe, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo 1, a importância socioeconômica dos empreendimentos, o bloqueio, nos termos das minutas de decreto legislativo anexas a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção do corredor de ônibus na Radial Leste, nos Trechos 1 e 3, em São Paulo, e submete este Relatório à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista nos arts. 24 e 122 da Resolução n° 1/2006-CN.

Então, o bloqueio é exatamente dessas duas obras: o corredor de ônibus na Radial Leste, Trecho 3, São Paulo, e corredor de ônibus na Radial Leste, no Trecho 1, São Paulo.

Este é o Relatório nº 1.

Passo ao Relatório 2.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, vamos discutir só o Relatório nº 1.

Para discutir o Relatório, concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Deputado Zé Geraldo, a Zona Leste de São Paulo abriga 5 milhões de moradores. A Zona Leste é a região mais habitada da Capital de São Paulo e a mais carente. Ela tem uma avenida, a Radial Leste, altamente congestionada. Ela é a única via que liga o centro até o final, corta toda a Zona Leste e vai até o final dela, com cerca de 30, 36 quilômetros. É uma avenida. Ela é a única, além da Marginal, que fica distante, mas que corta toda a Zona Leste e atende a todos os bairros da Zona Leste. Então, ela precisa de corredor, ela precisa ser modernizada.

Pelo que eu entendi aqui, esse é um projeto de decreto legislativo que susta, impede a viabilidade do Orçamento para recursos para essa obra?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Foi o TCU que deu o parecer, e nós não conseguimos... Inclusive, recebemos hoje um apelo dos representantes da

Prefeitura, mas, no momento em que nós fizemos a audiência pública, nós não conseguimos ter todos os entes.

No que nós estamos trabalhando? Que, logo no início do ano, nós nos sentemos com a equipe do TCU para poder resolver essa questão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu só estou querendo entender o que significa esse decreto legislativo, porque, em que pese qualquer dificuldade que haja, do ponto de vista de regularidade, nós não queremos apoiar a irregularidade, nós queremos que se saneie a irregularidade, mas que a obra possa prevalecer, os recursos possam ser garantidos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Exatamente. Esse decreto é um bloqueio do Orçamento de 2015.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Essa obra é estadual ou municipal?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É municipal, mas é de interesse estadual.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É em convênio com a Prefeitura?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É feita pela Prefeitura.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O dinheiro é recurso federal, do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É para a Prefeitura de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É convênio com a Prefeitura, porque há as obras diretas do PAC, as realizadas com o Estado e há aquelas realizadas com as Prefeituras. Nesse caso aqui, é com a Prefeitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para dar continuidade, é uma obra municipal, que tem problemas. Agora, eu só quero garantir que se resolvam os problemas. Se forem problemas graves, como superfaturamento, que se punam os responsáveis. Agora, o que nós precisamos é ter cuidado para não retirar qualquer previsão de recursos, ainda que sejam mínimos, mas que se garantam naquela alíquota recursos, para não inviabilizar depois qualquer remanejamento ou conclusão da obra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Inclusive, ela não tem recursos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E qual é a sugestão?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Acatamos uma recomendação. Nós precisamos fazer uma visita *in loco,* sentar com o TCU e desbloquear para colocar recursos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso é possível?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É possível, é possível.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não está inviabilizado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não, não está inviabilizado. Essa é a intenção deste Relator.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Da minha parte, então, não há problemas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Tranquilo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na verdade, não é uma questão de se regularizar. Talvez a Prefeitura não tenha chegado no tempo necessário para poder tirar. Então, acho que o caminho é este mesmo: é ir ao TCU e depois aqui, na própria Comissão, nós organizamos.

Não se trata de irregularidade. V.Exa. tem acompanhado inclusive o problema que o TCU tem levantado em São Paulo com relação aos corredores de ônibus. No fundo, são questões muito mais técnicas do projeto. Como foi suspensa a licitação, ela entrou na lista do TCU.

Então, é bem provável que, no início do próximo ano, nós até tiremos da lista, porque agora não dá mais tempo. O relatório está pronto aqui para ser votado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Deputado, vale ressaltar que o bloqueio não retira recursos do orçamento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A nossa preocupação é esta: garantir que a obra possa ser equacionada. Nós estamos defendendo e falando a mesma coisa, garantindo toda a apuração que precisa ser feita.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não está certo. Espere, nós precisamos de informações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O motivo é subpreço.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou aqui discutindo essas informações. Vejamos, há muitos anos este é um erro que acontece e esta Comissão nunca teve coragem de encarar. É o seguinte: o TCU não pode bloquear

obra nenhuma, ele pode recomendar diante dos números que ele tem. Esses números podem ser contestados por qualquer órgão público que esteja administrando ou gerenciando esse processo. O que acontece? Acabamos de ter a informação pelo Eugênio de que a Prefeitura procurou fazer a correção na suspensão do edital que estava...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente. Se a Prefeitura está fazendo isso, Relator — sem querer interferir no seu parecer—, é porque, na verdade, há situações anômalas que nem esta Comissão nem esta Casa têm técnicos especializados para dizer se aquele bloqueio realizado, a não ser pela parte contábil e declaradamente por algum erro ou vício na licitação... O que acontece é que nem nós aqui podemos pedir uma auditoria para ir lá ver se as contas estão certas ou não. Então, fica o TCU, que não pode paralisar a obra, jogando para nós, e nós colhendo informações nos órgãos afeitos àquele processo. Precisamos ter uma legislação pertinente e um quadro adequado para que nós possamos analisar essas questões.

Nesse caso, Relator, eu perguntaria a V.Exa. — já que a Prefeitura tomou atitudes adequadas de suspender, corrigir, cancelar e fazer um novo edital — se não é o caso de desbloquear a obra para que ela possa caminhar.

Eu, evidentemente, não faço parte diretamente deste debate, mas eu gostaria de acrescentar isso, pela minha vivência.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu sugiro, Sra. Presidente, que haja uma recomendação para o Ministério só liberar quando estiver regularizado. Não precisa bloquear, Deputado Zé Geraldo. Basta uma recomendação para o Ministério que é vinculado ao repasse desses recursos: prestar atenção ao cumprimento dessas irregularidades, e pronto! Não precisa estar bloqueado pelo Congresso.

Eu já fui Secretário dessa área e isso às vezes nos cria o maior problema, mas nós resolvemos junto aos Ministérios, sem problema nenhum. Acho que basta uma recomendação ao Ministério para que observe essas recomendações do TCU. Não precisa ser bloqueado aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Junto com essa recomendação, a própria recomendação da CMO. O que nós entendemos? Alguém perguntou se retirava ou não o recurso. Em termos, não retira o recurso, mas, quando demora a resolver, o Governo muitas vezes vai lá e retira o recurso sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Às vezes, estando bloqueado aqui, isso atrapalha as negociações no Ministério.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpem a inserção que fiz. Eu a fiz porque já vivenciei isso em outras situações.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para debater.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Senadora Rose de Freitas, Deputado Zé Geraldo, um dos coordenadores desta área do Orçamento, na verdade há três coisas que quero enfocar. Permitam-me fazê-lo.

A primeira delas diz respeito a esta recomendação do Tribunal de Contas da União que faz esta leitura relativamente à BR-448 no Rio Grande do Sul, uma rodovia curta, com 10 quilômetros ou 12 quilômetros, mas que desafogou Porto Alegre e a região metropolitana, enfim, deu fôlego, deu sobrevida àquele tráfego que causava imobilidade urbana na capital gaúcha.

Conforme constatado pelo Tribunal, a obra custou 1 bilhão, 230 milhões, 322 mil reais. Senadora, o Tribunal aponta superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado, reajuste irregular, itens pagos em duplicidade, preços excessivos frente ao mercado. Mas, para nossa sorte, e é importante que digamos isso, essa obra já esta acabada, esta obra já está concluída. Consequentemente, não há como suspender algo que já se encerrou em 100%.

É claro que fica aqui a advertência e a preocupação. E nós vamos nos aprofundar nisso exatamente porque é inadmissível que uma obra importante como essa tenha esse grau de apontamento. Vamos verificar, em profundidade, se isso procede, se tem fundamento, porque apontar um faturamento dessa magnitude, com esse significado, é muito deprimente, é muito ruim!

Aí vem o segundo fato. Essa rodovia que liga Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo à capital é uma rodovia realmente cara, nós reconhecemos. Ela está

numa área movediça, alagadiça. Via de regra, a rodovia foi feita de forma elevada, então nós sabemos que ela é cara. Mas há aqui apontamentos que são sérios.

Nós temos agora uma segunda etapa, que é a ponte do Rio Guaíba, a segunda ponte do Rio Guaíba. Nós não podemos incorrer na mesma questão. É preciso evitar que a ponte tenha sua obra paralisada. Ela está avançando, e avançando a passos largos. Ela é fundamental para desafogar Porto Alegre, para desafogar a região metropolitana, para ligar a parte norte com a parte sul do Rio Grande do Sul e com Super Porto do Rio Grande, enfim, Porto Alegre, Eldorado, Guaíba, toda a zona sul. Nós temos essa preocupação.

Eu quero deixar registrado desde logo: que nós preservemos a liberação dos recursos da ponte do Guaíba, das verbas necessárias para que o aporte de recursos tenha a continuidade adequada, a fim de que a obra não paralise e não diminua a velocidade, para vermos essa obra avançar, Sr. Coordenador.

Para concluir o meu raciocínio, permita-me dizer — vi que chegou Relator —, eu tenho sido procurado pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho de diversas regiões, especialmente pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, onde há um corte, feito pelo Relator, de 90%. Vejam bem, foram cortados 90% dos investimentos do TRT, dos TRTs, do Tribunal Superior do Trabalho, da Justiça do Trabalho, para ser mais preciso. Ora, um corte é compreensível — 10%, 20%, 30%, 40% —, mas 90% dos investimentos é insustentável! O que se vai fazer com 10%? Mal começa, e não termina.

Ao mesmo tempo, há um corte de 50% para a estrutura de funcionamento, o custeio do Tribunal. Ora, custeio é custeio, é o custo da máquina!

E a Justiça Eleitoral tem mobilidade, tem ação, tem resolutividade, tem tomado atitude. Eu ouvi o argumento de que o corte é porque a Justiça funciona muito bem! Ora, nós vamos cortar o que funciona bem? Vamos desarrumar o que está funcionando?

Portanto, quero deixar aqui muito clara esta preocupação. Eu sei que o Relator já está conversando com os integrantes e representantes da Justiça do Trabalho, mas quero trazer aqui a posição do meu partido, do PDT, e a minha posição, Deputada Flávia Morais. Deixo a nossa preocupação, para que a Justiça do Trabalho não fique à mercê da inanição, por conta da falta de verba para respirar,

para comer, para minimamente andar, quanto mais para progredir e prosperar, como nós gostaríamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. engradece todas as nossas reuniões. Há só uma coisa que eu acho que poderia ser feita, para termos melhor produção no trabalho. Nós estamos votando o relatório do COI. Em seguida, vamos debater exaustivamente, creio, com o Relator-Geral, porque todas essas questões estão sendo elencadas em reuniões subsequentes desde ontem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. vai refazer este debate.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero voltar a esse assunto do Tribunal Regional do Trabalho. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, e vai contar com o nosso apoio, inclusive.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Pelas exposições aqui, parece que podemos caminhar para o seguinte acordo: eu consulto o Comitê e refaço o relatório dessas duas obras, Trecho 3 e BRT. Quanto às demais, nós vamos mantê-las. É mais rápido do que apresentação de destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me fazer somente algumas ponderações aqui. Eu estou no item 1, no Relatório 1. Ainda não estou discutindo o Relatório 2. Isso será depois, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. também está discutindo o Relatório 1.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que foi falado agora, todo o discurso, foi do Relatório 2.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi sobre a construção em Porto Alegre, no Sul.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas, quanto a isso, não há problemas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas isso é porque S.Exa. participou do debate.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso está no Relatório 2. Nós estamos discutindo o Relatório 1.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, o Relatório 1.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação ao Relatório 1, o que quero informar aqui é que, na prática, essa obra teve início na Prefeitura de São Paulo, com superfaturamento. Foram solicitados recursos da área federal para complementação. A obra foi orçada em quatrocentos e tantos milhões de reais. Houve um superfaturamento, em torno de 70 milhões, detectado pelo Tribunal de Contas da União. O que está sendo colocado no relatório de V.Exa. é que o Governo Federal não repassará para esse trecho, se não forem resolvidas as questões pendentes, sugeridas pelo Tribunal de Contas da União.

O que nós temos que fazer é o seguinte: o Tribunal de Contas da União recomendou que há superfaturamento. A obra iniciou, mas apenas 1% foi executado, com dinheiro da Prefeitura.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A Prefeitura já mandou cancelar o edital.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim. Evidentemente, é nessa linha. É preciso observar o que foi feito, a suspensão, e fazer uma nova licitação para que não haja superfaturamento, não é isso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sim, é isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, só esclareço que Tribunal de Contas da União não manda bloquear ou suspender: o Tribunal recomenda.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, recomenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que o Relator está fazendo aqui é isto: está explicando quais foram as ações subsequentes, dado esse importante pronunciamento do TCU, a recomendação. S.Exa. está dizendo que a Prefeitura suspendeu tudo, para refazer tudo outra vez.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, correto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A questão é a seguinte: em vez de S.Exa. fazer um relatório dizendo *"Parabéns, estou de acordo!*", que seja

mais pró-labore. Que S.Exa. diga o seguinte: *"Não será suspenso até que apresente todos os documentos para seguir com a obra, senão não tem jeito."*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, só repassa se regularizar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem decide isso? É aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas eu quero complementar: eu sei que a decisão sempre é aqui, até porque o Tribunal de Contas da União foi criado para isso. O Tribunal de Contas da União é um órgão que auxilia o Congresso Nacional. Se recebemos de lá parecer técnico orientando no sentido de que deveria suspender, nós temos que ter muito cuidado de não fazer, porque nós já temos exemplos do que foi solicitado aqui e não foi acatado. É o caso, inclusive, da PETROBRAS. O Tribunal de Contas da União recomendou várias vezes suspender a obra de Abreu e Lima, e nós não suspendemos. Estão aí os resultados. Por isso, é preciso ter muito cuidado quando se fizer um parecer diferente e uma votação diferente da recomendação do Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Nós vamos estar vigilantes sobre essas obras.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator propõe fazer o relatório e voltar com este ao plenário.

Vamos ao Requerimento nº 2. O relatório é também do Relator Zé Geraldo. Trata do bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte; BRT - São Paulo - Itaim Paulista/São Mateus, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; Corredor de Ônibus, novamente, São Paulo - Radial Leste - Trecho 1, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; Corredor de ônibus - São Paulo - Radial Leste - Trecho 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; Canal do Sertão - Trecho 5, Alagoas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Voto.

Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiência pública, e levando em consideração a metodologia de trabalho do COI e as determinações da Lei de Diretrizes

Orçamentárias 2015, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos:

I) Construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte (irregularidade: ausência de estudo de viabilidade);

2) Proponho refazer.

3) Corredor de Ônibus - SP - Radial Leste - Trecho I, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades (irregularidade: sobrepreço e restrição à competitividade);

4) Proponho refazer. Corredor de Ônibus - SP - Radial Leste.

5) Canal do Sertão, Trecho 5, Alagoas (irregularidade: sobrepreço).

A inclusão do programa de trabalho relativo às obras da Vila Olímpica de Parnaíba/PI decorre do fato de o gestor estadual não ter concluído o estudo de viabilidade do empreendimento, medida que foi indicada como necessária ainda em 2013. Em que pese a informação prestada pelo gestor durante a audiência pública de 02/12/2015 de que o estádio não mais será construído, de forma que não mais é requerido estudo de sua viabilidade, ainda se faz necessário examinar a questão do plano de gestão do restante do empreendimento, em especial da Vila Olímpica.

Já a inclusão dos programas de trabalho relativos às obras de construção do Corredor de Ônibus - Radial Leste, em São Paulo, Trechos 1 e 3, decorre do fato de o Tribunal ter identificado indícios de sobrepreço em ambos os trechos, e também indícios de restrição à competitividade no Trecho I da obra. A informação prestada pelo gestor durante a audiência pública de 02/12/2015 é de que o Edital 03/2015/SIURB, referente ao Trecho 3, foi revogado e será elaborado um novo edital de licitação livre das irregularidades apontadas pelo TCU. Quanto ao Trecho I, o gestor informa que todos os repasses federais foram suspensos enquanto aguarda a decisão definitiva do TCU, visto que a paralisação se deu em razão de uma medida cautelar exarada pelo Ministro Relator.

Da mesma forma que a obra de construção do Trecho 3 do Corredor de Ônibus - Radial Leste, a inclusão da obra de construção do BRT - SP - Itaim Paulista/São Mateus, em São Paulo, decorre do fato de o Tribunal ter identificado indícios de sobrepreço. Na audiência pública de 02/12/2015, o gestor informou que o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Edital 03/2015/SIURB, que também trata desta obra, foi revogado e será elaborado um novo edital de licitação livre das irregularidades apontadas pelo TCU.

Por sua vez, a inclusão dos programas de trabalho relativos às obras de construção do Trecho 5 do Canal do Sertão, em Alagoas, decorre do fato de o Tribunal ter identificado indícios de sobrepreço, e recomendou a paralisação da obra com vistas a suspender a execução do Contrato nº 58, de 2010, até a comprovação da sua repactuação.

De outro lado, propomos que não seja incluído no Anexo VI da LOA 2016 apenas o empreendimento relativo à BR-448, no Rio Grande do Sul, tendo em vista se tratar de obra já concluída, com 100% de execução e com os contratos expirados, conforme informado pelo próprio TCU.

Nessas condições, a inclusão da obra no Anexo VI constituir-se-ia em medida meramente burocrática e sem nenhuma eficácia para os objetivos preventivos de controle de obras públicas por meio do bloqueio de dotações orçamentárias, razão pela qual não acolhemos a recomendação do TCU.

Isso porque, nos termos do art. 112 da LDO 2015, a classificação dos indícios de irregularidades em IGP, IGR e IGC tem por objetivo subsidiar o Congresso Nacional na elaboração da Lei Orçamentária Anual, que é um processo com dinâmica própria e exíguo cronograma para deliberação, à vista da necessidade de aprovação do PLOA até o término de cada sessão legislativa (22 de dezembro), nos termos do art. 57 da Constituição Federal.

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 7/2015 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016), nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional.

Deputado Zé Geraldo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Bom, um esclarecimento. Eu gostaria de perguntar ao Relator — é importante que todos se inteirem sobre a informação aqui apresentada — sobre a questão da Vila Olímpica. Parece-me que o próprio Ministério era a favor do bloqueio. É isso? *(Pausa.)*

O segundo, que é o BRT, o Ministério das Cidades também é a favor do bloqueio. Essas obras já estão bloqueadas. O Ministério concorda com esses bloqueios.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Para o BRT, foi cancelado o edital.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O edital do BRT foi cancelado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O edital será refeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está falando do BRT, o Item 2?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Item 2.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O item 3 também teve o edital suspenso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O item 3?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É outro edital.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É outro edital, mas teve o edital suspenso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É o 4.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Veja bem, nós estamos falando do corredor de ônibus da radial leste.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O trecho 1 é o que foi suspenso.

Não foi o trecho 1. O trecho 3 foi suspenso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi suspenso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, nós temos aqui, para efeito de análise de V.Exa., corredor de ônibus da radial leste, que é o trecho 3, responsabilidade do Ministério, que eu acho, eu entendi...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu proponho refazer o relatório do trecho 2, do BRT e do corredor de ônibus, trecho 3.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E o Canal do Sertão?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O Canal do Sertão... O Canal do Sertão não. Fica na recomendação do TCU, do bloqueio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O.k., do bloqueio.

Repetindo aqui aos Deputados que estavam conversando, Deputado Caio Narcio, Deputado Jaime Martins...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Serão mantidos: 1, 3 e 5; e refeitos 2 e 4.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não vou atrapalhar vocês. Só quero dizer que, para dois itens é recomendado o bloqueio, e também são sustentados pelos Ministérios afins. O Edital 3 está suspenso. O Edital 4 será refeito. O Canal do Sertão continua com o bloqueio.

Nós vamos colocar em votação o relatório, apenas... Não o item 4, não é? Que V.Exa. vai refazer?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É, tirando o 2 e o 4. Com relação a esses dois, eu reúno o Comitê para refazer o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação, com suspensão dos itens 2 e 4, que serão refeitos.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham, na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

No Senado Federal, aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Esclareço que o Relator vai refazer os itens 2 e 4. Os demais, que inclusive estão autorizados até pelos próprios Ministérios, continuam com bloqueio, suspensão de obra física, execução financeira e orçamentária.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quer dizer, todos de acordo com a orientação do Tribunal de Contas?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos. Apenas o que a prefeitura já, por si só, refez, bloqueou e está refazendo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Até a regularização, vamos dizer, no relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza. Eles vão juntar os documentos para que possam fazer. Pois não, votamos os dois.

Agora, em votação. Vamos colocar, Sr. Relator? *(Pausa.)*

Aprovado.

V.Exa. refaz e volta ao plenário trazendo os dois itens.

Agora nós vamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, o Relatório 1, S.Exa. vai refazer. São os dois itens. Aqui nós orientamos o assessor também, de vez em quando.

Olha só, agora, vamos colocar em votação o requerimento. Nós vamos colocar em votação o requerimento que inclui na pauta, para continuar efetivamente a discussão, do Relator Deputado Ricardo Barros.

Em votação requerimento para inclusão na pauta para continuação do debate e consequente aprovação.

Em votação.

Aqueles que o aprovam, na Câmara dos Deputados, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que o aprovam, no Senado Federal, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Relator-Geral do Orçamento, para que ele possa agora debater com o Plenário o relatório apresentado no dia de ontem, que se encontra à disposição de todos.

A lista de oradores: o Deputado Izalci tem a palavra. Em seguida, os Deputados Hildo Rocha, Danilo Forte, Wadson Ribeiro e Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes da minha fala, Sra. Presidenta, gostaria de indagar ao Relator se houve alguma modificação, alguma mudança, de ontem para hoje.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Há um adendo só, de três detalhes, no texto do relatório que já vou informar. É uma questão de texto que eu já explico aos senhores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação à posição de metas, essas coisas, não houve nenhuma mudança, Sr. Relator, mesmo depois da reunião de ontem com o Ministro Levy, da qual eu não participei? Alguma mudança?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, não há nenhuma mudança.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não mudou nada. É isso aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está mantido o relatório exatamente como está. Existe, como V.Exas. sabem, uma demanda para o Bolsa Família; vários Tribunais e Ministério Público da União sofreram cortes; Executivo, Forças Armadas pedindo recomposição. Evidentemente que, para recompor, é preciso dizer onde se corta mais. Vamos debater isso amanhã nos destaques. Hoje, quem quiser defender as suas recomposições procure preferencialmente informar de onde está sugerindo que seja cortado, porque não há reserva para atendimento. Nós temos que cortar mais para atender mais alguém. O pessoal do Ministério Público da União esteve aqui agora e eu falei: se não quer que corte o custeio, ofereça corte em investimento. Podemos, eventualmente, fazer a troca nos limites que a lei autoriza. Tentaremos fazer uma conciliação, mas não há como cobrir um santo sem descobrir outro. O cobertor é curto, todo mundo sabe. Qualquer destaque de recomposição aprovado aqui tem que apontar a fonte. Então, sobre o Bolsa Família, em especial, a Consultoria está debruçada para tentar encontrar mais recursos para que o corte do Bolsa Família seja menor ou não ocorra. Mas não há, por enquanto, fonte para isso. Procuraremos, até amanhã, encontrar solução.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, gostaria de me inscrever.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos estão inscritos aqui. V.Exa. será inscrito.

Pergunto ao Sr. Relator se o prazo para apresentar destaques pode ficar em aberto até amanhã, porque muitos Deputados e Senadores estão em outras Comissões e nós entendemos que hoje é um dia difícil politicamente. Portanto, Sr. Relator, consulto V.Exa. se o prazo para apresentar destaques pode ficar em aberto até amanhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não. Eu gostaria de propor um acordo à Comissão para que o prazo de destaque se encerre hoje, a uma determinada hora, para que eu possa, durante a noite — são milhares de destaques —, avalia-los. Amanhã, na discussão oficial, encerrada, dar parecer aos destaques e votar o relatório, para, à noite, ir ao plenário. Então, o ideal, Sra. Presidenta, é que nós encerremos hoje, digamos, às 19 horas ou às 20 horas, com a apresentação dos destaques, para que eu possa passar a noite com a Consultoria preparando os

pareceres aos destaques e, amanhã, durante a discussão aqui, apresentá-los. Não há tempo para processá-los, porque são muitos. É preciso ter um relatório, o processamento, para que seja votado, ressalvados os destaques, e, em seguida, votado com os destaques, para que possamos seguir ao plenário do Congresso Nacional, que deve ocorrer amanhã ainda, conforme combinamos ontem, Deputado Domingos Sávio, com o Presidente Renan Calheiros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu acho viável.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sra. Presidenta. Trata-se de uma questão que tem tudo a ver com esse prazo para destaques. Então eu gostaria de ter a permissão de V.Exa. e do Sr. Relator para dar uma sugestão de procedimento, uma proposta de procedimento para que pudéssemos caminhar para um bom termo. Cada Deputado tem o limite de, no máximo, três destaques. Nós estamos diante de alguns impasses que, eu creio, não devem ser objeto de resolução apenas por destaque. Eu coloco para ilustrar isso a situação dos Tribunais Regionais do Trabalho, da Justiça Trabalhista. Eu acho que é uma questão para a qual nós precisamos estabelecer um conceito. Eu tive a oportunidade, há pouco, em reunião com o nosso Relator e com o Presidente de diversos tribunais, de registrar meu respeito e até minha admiração que cresce cada dia mais pelo Relator, porque V.Exa. traz uma preocupação que deve ser nacional. E eu vejo que V.Exa. o faz com o espírito público, com o espírito que norteia a busca de uma solução para o País.

Eu acho que o objetivo já começa a ser alcançado. V.Exa. levanta um debate extremamente importante. Eu acabo de ser testemunha de uma proposta, de um convite feito a V.Exa., pelo conjunto de Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho — ao todo, parece-me que 20, na Federação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é por Estado, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Lá eu tive o entendimento... Parece-me que são 20. São vários, parece-me que não são exatamente 27. Eles são por região. Em alguns casos, como Minas Gerais, o Tribunal é específico para Minas; em outros casos, engloba-se mais de uma Unidade da Federação.

Pois bem, acho que essa proposição vem ao encontro deste propósito de nós nos debruçarmos sobre os graves problemas que afetam a Justiça trabalhista e que redundam num crescimento que hoje já resultam num custo elevado para o País; eu

não posso deixar de dizer que é com sacrifício para os magistrados e com sacrifício para as partes litigantes. Embora tenhamos abusos, o que podemos observar é que, naquilo que não está bem estruturado, em vez de haver a promoção da justiça, há injustiça. Acabei de dizer, e repito, que o Presidente da Argentina começa, antes mesmo da sua posse, dando-nos lição, quando disse que, se a Justiça é morosa, se ela tarda, acaba sendo sinal de injustiça. Então, é preciso que enfrentemos esse problema. Ao colocar a questão orçamentária, V.Exa. desperta, de uma maneira talvez até bem aguda, o problema.

Mas eu insisto com V.Exa. — e é por isso que eu digo que seria algo como uma proposta de encaminhamento — que nós não deixássemos isso para destaque. Por quê? Cada um tem três destaques. Cada rubrica envolvida ou cada Tribunal Regional, como são parte do Orçamento Geral da União, com certa independência orçamentária, têm várias rubricas. Eu acabo de ouvir, por exemplo, parece-me que a 181 ou alguma coisa assim, que ela é relativa a convênios. São recursos provenientes de diversas fontes e não necessariamente do Orçamento Geral da União. Esses recursos de convênios estão sendo cortados também. Ou seja, vai se chegar a um determinado momento, em junho, em que o dinheiro estará na conta do Tribunal, ele terá que executar determinadas atividades, mas não terá dotação orçamentária. Então, nesse caso, talvez não se justifique corte nenhum, porque não se trata de algo que esteja onerando o Orçamento Geral da União, mas simplesmente sendo executada uma política que está associada à celebração de convênios com Estados, com outras entidades, e por aí afora.

Então, a minha proposta ao Relator é a de que nós tenhamos como ponto prioritário de pauta, numa reunião ainda hoje, um acordo com V.Exa. Acho que V.Exa. trouxe um problema grave para o País. Eu me coloco sob a sua liderança e, se por acaso V.Exa. concordar, podemos ir, junto com outros colegas, participar desse encontro em fevereiro, para que possamos receber os subsídios da Justiça do Trabalho e o apoio para nos debruçarmos sobre a legislação trabalhista brasileira e a organização da estrutura da Justiça do Trabalho, de modo a torná-la melhor para o País, preservando-se o direito dos trabalhadores, tornando-a mais eficaz e com custo mais acessível a todos os brasileiros.

Portanto, a minha proposta é que a gente possa encontrar um corte que seja linear, na ordem de 15%, inclusive ressalvando alguma rubrica que eventualmente não justifique nenhum corte. Assim, que possamos buscar juntos também a solução para o problema.

Quanto ao Bolsa Família, eu ontem...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria assim: se V.Exa. for discutir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, então, eu deixo para discutir o Bolsa Família num segundo momento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os Deputados ficam reclamando comigo que eu dou a palavra a V.Exa. para falar sobre o método e V.Exa. faz a discussão... Há Deputados inscritos há tempos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem, Presidente. Eu aguardarei a minha vez. Eu estou fazendo uma sugestão que beneficia todos os Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu vejo que quase todos estão preocupados com os TRTs e, se forem usar os seus destaques, não vão resolver o problema dos TRTs, porque, ainda que usássemos todos os nossos destaques, vai-se colocar o Relator numa situação difícil.

Então, que façamos com S.Exa. um acordo e que, por si, solucione esse problema de uma forma linear, para que possa atender a todos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Aguardo as sugestões de onde cortar, para atender aos TRTs. Estou aguardando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

Antes, porém, peço um minuto, porque eu não pude deixar de rir. O Relator repete isso como uma cantilena o dia inteiro, mas ele tem toda a razão. *(Risos)*

Ele disse: *"Aqueles que querem o destaque aprovado, aponte a fonte para que possa..."*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vou indicar a fonte no momento de discussão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acreditamos nisso.

Eu vou ler a lista, para ver se eu deixei de inscrever alguém. Deputados Izalci, Samuel Moreira, Danilo Forte, Pedro Fernandes, Edmilson Rodrigues, Domingos Sávio, Expedito Netto, Hélio José, Hildo Rocha e Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Mais alguém? *(Pausa.)* Deputado Zé Geraldo.

Eu vou dar duas explicações rápidas. Queria que V.Exas. analisassem, antes de entramos nesse debate, se é possível, em função do tempo e do agastado episódio da política brasileira... Deputado Domingos Sávio, eu ouvi V.Exa. com atenção.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, eu estava ouvindo o Deputado Caio Narcio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Queria perguntar se é possível discutirmos um relatório, haja vista que só teremos sessão do Congresso Nacional às 19 horas. Eu vou me reunir agora com o Senador Renan Calheiros para ver se não houve alteração, para que nós pudéssemos votar o relatório, ressalvados os destaques. Dessa forma, nós poderíamos caminhar um pouco mais.

Os destaques ficariam para a reunião de amanhã. Assim, o Relator terá o tempo à noite para preparar o seu relatório e amanhã trazer o relatório final.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, eu fiz uma ponderação sobre o TRT, porque não há como fazer destaque em números suficientes, já que houve um tratamento diferenciado, com todos as rubricas dos Tribunais do Trabalho, num nível muito maior.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É possível, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós teremos que votar, excetuando, talvez, não os destaques, mas todo aquele capítulo, todos aqueles itens.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, pode ser; é possível, se o Relator concordar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, as questões maiores — Bolsa Família, os tribunais, as questões mais relevantes terão que ser votadas por acordo do plenário.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão de ter ou não ter destaques não é relevante, porque o Relator tem algumas autorizações para emenda de Relator.

Mas para recomposição nós poderemos fazê-lo. Eu não vejo nenhum problema. Eu tenho autorização do parecer preliminar para recompor recursos pelo próprio relatório. Os destaques não impedirão. Eu só peço que haja um horário para o encerramento dos destaques, para que eu possa preparar o voto de cada destaque, com relatório pronto, para ser apreciado amanhã pela Comissão, para claramente todos saberem a situação de seus destaques.

Isso é importante. E resolveremos a parte de recomposição em cima de uma solução de encontrarmos a fonte dos recursos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só preciso da resposta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ressalvados o Bolsa Família, os tribunais...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente Rose de Freitas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou aguardando a resposta do Plenário, porque, se nós votarmos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós estamos verificando com a assessoria uma dificuldade técnica, porque nós ainda nem concluímos a implantação no sistema de todos os destaques. Nós ainda estamos dentro daquele prazo acordado. Então, correríamos o risco de votar aqui e ter algum colega entrando com algum destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas até às 20 horas haverá prazo para a apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é, então a V.Exa. não está falando em votar hoje, agora. Então, eu entendi mal a sua proposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta é...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A proposta é votar o relatório, ressalvados os destaques. Além disso, daria um prazo adicional até às 20 horas de hoje para apresentar destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E mais um detalhe: excluir deste debate aquilo que é objeto de acordo, como o Bolsa Família, tribunais...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, por favor, aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos abrir a discussão.

Sra. Presidente, eu sugiro abrirmos a discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tenho a sua inscrição para falar, Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Peço ao pessoal do som que melhore o áudio.

Eu sugiro que se abra a discussão, e depois nós faremos um acordo posteriormente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço ao som que melhore o áudio.

Com a palavra o Deputado Izalci, para debater.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, este trabalho feito pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em especial o trabalho de V.Exa. na relatoria, demonstra claramente que o nosso País está completamente desorganizado. O País está enfrentado uma situação de que ganha quem fala mais alto, quem tem mais poder de mobilização, quem tem mais poder de pressão. E o que estamos fazendo aqui é exatamente o contrário. Em função do Orçamento, quer-se adequação à realidade das instituições. A situação é gravíssima! Este Governo conseguiu realmente quebrar o País — basta ver o relatório, basta ver o que está aqui. Evidentemente eu apresentei alguns destaques. Poderia ter apresentado muito mais, porque a gravidade é muito maior. Eu fui Juiz do Tribunal do Trabalho. Agora, como se falar em Orçamento e quantidade de pessoas se a nossa legislação é de 1943? Esta Casa não fez o dever de casa. O Tribunal tem que fazer o seu trabalho, mas, se houver alguma mudança legal para facilitar os entendimentos, para valorizar a conciliação, tem que sair desta Casa. Então, esta Casa precisa se reorganizar. Foi dado um exemplo agora. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós montamos uma frente suprapartidária e conseguimos aprovar tudo: aprovamos a

mudança na Constituição, o Senado aprovou na semana passada o PL 77. Mudamos tudo que tinha que mudar na ciência e tecnologia. O patrão é o mesmo. Só há um patrão aqui, que é o contribuinte — é quem paga o imposto, é quem paga a conta. E aí, pegam-se essas distorções todas! Como há distorção na área pessoal, na área de custeio! Você tem órgãos nos quais falta tudo; outros, que têm excesso. Preocupa-me muito, por exemplo, o corte linear, porque há projetos de Estado e há projetos de Governo. O que nós temos que preservar nesta Comissão e nesta Casa são os projetos de Estado; não é projeto de Governo. E nós não temos valorizado isso. Então, com relação aos Tribunais do Trabalho e outros, nós precisamos, sim, ter uma atenção especial, mas não só com relação a custeio. Talvez seja necessário reorganizar tudo isso, mas passando pela mudança da legislação. Temos que mudar a CLT? Temos! Temos que enfrentar isso! Isso é do século passado, de 1943. Não há lógica em o Congresso não assumir a sua responsabilidade. Eu fiz uma emenda, por exemplo, para o Exército. O Exército não paga a conta de luz em outubro do ano que vem. Não tem dinheiro para pagar. No ano que vem, para vocês saberem, nós temos as Olimpíadas de 2016. O próprio responsável pela segurança já pediu demissão, porque não tem recurso para isso. O Brasil vai ter problemas sérios nas Olimpíadas de 2016. Em princípio, não está faltando recurso, mas, para a segurança, que é fundamental — o Exército, as Forças Armadas é que estão tomando conta —, não há dinheiro. Já estou alertando. Há o destaque, que não vai resolver também, porque é um valor mínimo, que não completa e não atende, mas, de qualquer forma, ameniza o drama. Está se falando em fechar... Já não haverá alimentação para o soldado. Não há treinamento para os soldados. Isso, falando das Forças Armadas. Iniciou-se um projeto de 31 bilhões, que tem que ser verificado também. O submarino nuclear, que foi aprovado por esta Casa, que foi aprovado por esta Comissão, agora tem um corte que não paga... Vai ter que demitir 1,2 mil profissionais de alta qualidade; vai ter que interromper um projeto de Estado. Isso, sem falar das questões de pessoal — uns têm excesso, e para outros falta.

Então, eu quero dizer, Relator, que V.Exa. fez um trabalho brilhante, mas que vai nos obrigar, depois do recesso, a fazer o dever de casa. Nós temos que pegar toda a estrutura do País, do Estado, e reorganizá-la, porque não dá para ficarmos aqui remendando as coisas, da forma como está sendo feito, porque não vai

resolver absolutamente nada. Agora, nós temos que ver qual é a Justiça do Trabalho que nós queremos, qual é a Justiça aqui, dos tribunais, que nós queremos, e adaptar o Orçamento ao programa que nós queremos. Nós temos uma estrutura, e agora vêm os cortes, sem analisar exatamente o que nós queremos. Como o Domingos apresentou, eu acho que, com relação à Justiça do Trabalho, nós temos que sentar e fazer uma Comissão para organizar as coisas. O País está totalmente desorganizado, com corte linear que pode agravar ainda mais determinadas situações e que vejo quase sem solução, porque não há como. Para se gastar tem-se que tirar de algum lugar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço-lhe que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero também disponibilizar-me nesse sentido, de formarmos as Comissões de cada área, para rever tudo isso e tentar reorganizar este País, que está sem rumo e sem governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Sr. Deputado Samuel Moreira, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, quero começar dizendo que a crise nos oferece uma grande oportunidade.

Quero cumprimentar o Relator, porque S.Exa. foi a fundo na oportunidade de se discutir a crise pela qual estamos passando. Estamos tendo déficit há 3 anos: em 2014, foram 35 bi de déficit; em 2015, foram 120 bilhões de déficit; e recebemos um orçamento para 2016 com 30,5 bilhões de déficit, para equacionarmos aqui. Isso proporcionou ao Relator e nos proporciona a oportunidade de se aprofundar no orçamento, que é algo pouco relevante no conjunto da sociedade. Evidente que não cabe à sociedade acompanhar, verificar remanejamentos, mas ter como princípio absoluto que não se deve gastar mais do que se arrecada é fundamental. Esse conceito tem que ser cravado na sociedade e em cada Parlamentar. Não podemos gastar mais do que se arrecada. É lógico que todo gasto público é importante. Não há gasto público que não seja importante. Mas, se não houver dinheiro, não se pode fazê-lo. Ou se substitui por outro, ou não se faz o gasto. Ou começamos a entender

que há necessidade de se ter um equilíbrio fiscal ou vamos sofrer, e sofrer muito, pela frente. Muito!

Nós já estamos gastando o setor público, os Três Poderes — Judiciário, Legislativo e Executivo —, 40% do que se produz no País e se transforma em dinheiro. É a nossa carga tributária. De tudo o que se gera de riqueza e que se transforma em dinheiro, 40% vêm para a área pública, que há muito tempo não investe quase nada: de 2% a 3% só, desses 40%; e apenas 60% estão ficando com o setor privado, que é quem produz, que gera emprego e que tem condições de fazer o País crescer. Sessenta por cento. Ali é que estão ainda 15% dos investimentos, e não 3% na área pública. E estamos aumentando o gasto público.

Eu estava olhando aqui, Relator, sei que o tempo é curto, não tenho nada contra o Judiciário, nem contra o Ministério Público. Absolutamente nada! Pode ser que, no Legislativo também, haja imprudências como essa, e se houver tem que se aprofundar e cortar. Precisamos fazer cortes em privilégios que não têm cabimento mais. Não é possível ter auxílio moradia para quem mora no mesmo local do trabalho, tem casa própria... Não é possível! E temos que ir aprofundando sem nenhuma discriminação. Sem nenhuma discriminação.

E o nosso Relator abordou essa questão com muita propriedade, porque precisamos cortar no custeio. Sr. Relator, é preciso ver os contratos terceirizados, de segurança pública. Sr. Relator, os contratos terceirizados de segurança, contratos terceirizados de limpeza, contratos terceirizados por todos os Poderes que podemos renegociar. Podemos puxar esse custo para baixo, tentar alguma economia. Precisamos buscar recurso onde possa haver um entendimento, não cortando de qualquer jeito. Acho que tem questões do Tribunal do Trabalho que precisam ser revistas, mas todo mundo vai ter que dar a sua cota de sacrifício, especialmente na área pública. O que não dá é para cortar do Bolsa Família. Sem nenhuma demagogia, não é possível que nós vamos tirar daqueles que precisam para sobreviver, enquanto nós temos quantidade de recurso sendo gasta com privilégios na área pública. Nós vamos ter que encarar a previdência, a questão da idade mínima; precisamos encontrar uma saída. Não dá para continuar gastando como nós estamos gastando.

Eu apoio totalmente as palavras do nosso Líder aqui, o Deputado Domingos Sávio. Faremos o que pudermos para ajudar, para que os cortes ocorram de maneira bastante racional, adequada. Todo mundo dá a sua cota de sacrifício, mas sem tirar do Bolsa Família. Assim, cada um de nós faz a sua parte.

Sr. Relator, fiquei muito satisfeito com o seu trabalho. Acho que isso aqui para nós todos é muito proveitoso. Vamos transformar isso num desafio, vamos conversar com os membros do Judiciário, os do Legislativo e os do Executivo e começar a melhorar a qualidade do nosso gasto público. Ao conter esse gasto, poderemos aproveitar mais o setor produtivo, que gera emprego e investimento, para o País crescer, gerar riqueza e, aí sim, poder continuar distribuindo riqueza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizar o nosso Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros, que fez um belíssimo trabalho, um grande relatório, um relatório que expôs com transparência algumas dificuldades de compreensão que muitas vezes nós temos com o relatório da União, a discrepância que há entre os servidores do Executivo, os do Legislativo e os do Judiciário, uns sendo mais beneficiados e outros menos, pois se diversificam categorias de servidores que servem igualmente ao Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, o relatório também busca, dentro da situação orçamentária e fiscal difícil que o País vive hoje, harmonizar milhões de demandas que existem num País de dimensões continentais como o nosso.

Eu não tenho dúvida de que o relatório do Deputado Ricardo Barros é um diferencial, um marco importante, até porque também orienta no sentido da construção de uma reforma de Estado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Há um orador usando a palavra. Eu queria pedir silêncio. Aqueles que precisarem conversar, por favor, que o façam do lado de fora e depois retornem.

Com a palavra o orador. Peço para repor os segundos perdidos pelo Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Presidente.

Que possamos balizar e fazer um debate sobre o futuro de uma reforma de Estado. O Brasil precisa se reestruturar, adequar-se à modernidade da tecnologia da informação, adequar-se às demandas que a sociedade dirige aos seus governos e também buscar construir, dentro dessa adequação, uma eficiência para a garantia do bom serviço público. O que o povo brasileiro espera de nós é uma melhoria na eficiência, na qualidade do serviço público do nosso País, que ainda é muito precária.

Nós do Nordeste pagamos um preço muito caro por uma transposição que não chega nunca. São 10 anos já de construção dessa obra, que ainda não deu o ar da sua graça, principalmente nos Estados que dela mais precisam: o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, que ainda não tiveram a oportunidade de ver uma gota dos recursos dessa transposição.

Nesse quinto ano consecutivo de seca, a produção foi bem inferior à dos demais anos, por falta das chuvas, por uma queda grande do período de inverno. Não podemos sacrificar ainda mais o homem e a mulher do campo, o cidadão e a cidadã que residem no Sertão do Semiárido, em função da deficiência que há, da distorção do orçamento público no País.

Por isso esse clamor uníssono, que nos une a todos, principalmente os nordestinos, que busca garantir os recursos do Bolsa Família. Sabemos que há impropriedades, sabemos que muitas vezes se acumulam alguns desvios de conduta de alguns gestores mal-intencionados, malfeitores. Que esses sejam punidos, sejam penalizados, sejam criminalizados, mas o que não podemos criminalizar é o homem e a mulher de bem, o sertanejo e a sertaneja que ali residem com resistência, com fé e com esperança, principalmente num momento como este que estamos vivendo, em que até a própria Igreja Católica redimiu-se diante do nosso mais valoroso homem santo do Nordeste, o Padre Cícero Romão Batista, reconhecendo o seu feito, que nada mais foi do que buscar dar dignidade ao povo nordestino.

Diante disso, Sr. Relator, peço encarecidamente a V.Exa. que faça um reexame, um reestudo, uma reavaliação da possibilidade de repor os recursos do Bolsa Família, fundamental para a sobrevivência, para a subsistência e para a garantia da dignidade de milhões de famílias nordestinas que têm nesses recursos a

única fonte de sobrevivência. Se o Nordeste já atravessou 4 anos de seca e não houve saques, não houve ainda as romarias de retirantes pelas estradas nordestinas, foi fundamentalmente graças a esse programa social, que garantiu a subsistência desse povo. Eu não sou da base aliada do Governo, não sou do partido do Governo da Presidenta Dilma, mas tenho a clara compreensão de que esse programa é de fundamental importância, porque se está retirando o alimento de milhões de brasileiros. Por isso, peço aqui que, na revisão orçamentária, isso possa ser visto.

Um país que se dá ao luxo de pagar 311 bilhões de reais, como pagou em juros no ano passado, um país que se dá ao luxo de este ano já ir pagando em torno de 480 bilhões de reais em juros sem amortizar a dívida, pode, sim, deve e tem a obrigação de garantir o sustento dessas famílias assegurando os 10 bilhões do Bolsa Família, que inclusive faz parte de um destaque do meu partido, do PSB e do Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu tenho mais três destaques pessoais, Sr. Presidente, para os quais peço a benevolência de V.Exa. para encaminhá-los. O primeiro diz respeito...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos ter o momento adequado para fazer a discussão dos destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, o momento é agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós já estamos com o tempo exíguo. Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A Presidenta Rose ontem fez um acordo conosco de que o momento do debate dos destaques seria hoje, ficando para amanhã, depois da votação do PPA, que seria hoje à noite, a votação do Relator-Geral e dos destaques, mas já sem defesa. Então, o momento é agora, e gostaria que V.Exa. me desse a oportunidade de fazê-lo.

Um é significativo, porque a mudança se dá pela educação. E este momento é de fundamental importância... *(Pausa.)*

O Relator tem que ouvir os destaques, porque, senão, não vai entendê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Um momento, por gentileza, Deputado Danilo. O Relator já é todo ouvidos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, o primeiro destaque que eu faço é exatamente o de número 1, no sentido de garantir o programa de expansão da Universidade Federal do Ceará. O interior do Ceará não pode ter como sina, única e exclusivamente, a esperança da chuva e a garantia de um sol quente na testa dos seus trabalhadores rurais e das suas mulheres interioranas. E a universidade é um agente transformador, assim o foi em todos os lugares do mundo onde foi implantada.

Então, o Destaque nº 1 vem exatamente no sentido de garantir os recursos necessários para que a Universidade Federal do Ceará continue com seu programa de expansão, principalmente na cidade de Itapajé, que terá um centro universitário da Universidade Federal do Ceará, além da conclusão dos *campi* de Crateús e Russas, que estão inseridos nessa emenda de bancada, no relatório do Destaque nº 1.

No Destaque nº 2, vem um pedido do Deputado Heráclito Fortes, que já passei ao Relator, em relação à urbanização da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí. S.Exa. não faz parte desta Comissão e me pediu que fizesse esse destaque, para que o Relator pudesse fazer um acompanhamento da importância do crescimento dessa capital e pudesse beneficiá-la exatamente com essa expansão da Via Sul na duplicação, para desafogar o trânsito e propiciar mobilidade maior a todas as pessoas que precisam circular pela Capital do Piauí, nosso vizinho fraterno, amigo e companheiro na luta das causas nordestinas.

E o Destaque nº 120 é só um remanejamento. Inclusive eu fui o Relator da matéria e, devido aos cortes feitos, o orçamento da Câmara dos Deputados ficou sem rubrica, ficou sem dotação orçamentária para os concursados que irão trabalhar na Câmara dos Deputados.

Assim, estamos propondo um remanejamento de 23 milhões da Ação Processo Legislativo Sequencial 0000099, para o Custeio 602, para a Sequencial 18, provimento de cargos e funções da Câmara dos Deputados. Então, neste aqui, o Relator fica dispensado da obrigação de construir algum recurso novo apenas

garantindo esse remanejamento, para que a Câmara dos Deputados possa continuar prestando, com nossa assessoria legislativa, cujo grande trabalho de apoio parabenizo desde já, a sua atividade do processo legislativo nesta Casa.

Então, Sr. Relator, Deputado Ricardo Barros, seguem meus parabéns pelo brilhante trabalho na condução desse relatório, além de um pedido da sua compreensão no sentido de atender a esses destaques aqui apresentados, iniciando pelo importante momento econômico que vive o País, para a sustentabilidade dos seus irmãos do Nordeste com a garantia dos recursos para o Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Pedro Fernandes, vou concedê-la ao Relator, porque S.Exa. quer rapidamente responder alguns questionamentos.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Izalci tratou da questão do submarino e também da questão da Justiça, pois estamos buscando manter recursos para as áreas de desenvolvimento tecnológico. A peça do submarino que vai ser entregue este ano foi encomendada há 2, 3 anos. Então, nós temos que tomar o cuidado de não descontinuar o desenvolvimento tecnológico do Brasil, mas sempre alertando para o fato de que temos de saber de onde tirar os recursos.

O Deputado Samuel Moreira fala do déficit, que realmente foi grande nos últimos anos. No relatório, há um gráfico mostrando que, há muitos anos, o Governo manda uma receita no projeto de lei orçamentária e não consegue arrecadar a receita prevista. Nós concordamos sobre a carga tributária, Deputado Samuel, e já estamos no limite, até mais do que o Governo consegue fazer de contraprestação ao cidadão pelo que paga de impostos.

O Deputado Danilo Forte ressalta os 5 anos de seca no Nordeste e pede atenção aos seus destaques, que nós avaliaremos também no conjunto de todas as demandas solicitadas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para o meu, eu dou o endereço. É só reduzir a meta fiscal que resolve o problema.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Pedro Fernandes, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente Jaime Martins...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu gostaria de me referir aqui ao Relator Ricardo Barros. Considero S.Exa. um dos melhores relatores de orçamento, porque entende do assunto.

Não vou me referir à questão de números, mas, à sua pontuação política dada ao relatório. Eu acho que o Bolsa Família a que V.Exa. se refere não seria um corte, mas, talvez, um reajuste que podemos vir a acertar.

Mas eu trago aqui para todos os Deputados que o jornalista Leandro Narloch recentemente lançou o *Guia Politicamente Correto da Economia Brasileira,* em que ele faz uma boa referência do Bolsa Família e fala de outras cinco bolsas famílias. E eu gostaria que o Deputado Ricardo Barros a elas se referisse, até para que discutíssemos essas questões.

Deputado Ricardo Barros, em primeiro lugar, o Bolsa Família é um programa bem sucedido, reconhecido inclusive internacionalmente. Mas hoje o Brasil gasta 62 bilhões de reais com 1 milhão de aposentados públicos, funcionários públicos; ele gasta valor igual ao do Bolsa Família com 300 mil aposentados militares, dos quais 90 mil são filhas inuptas, que ganham 4 milhões de reais por ano. E aqui ele garante que, além dessas mordomias que existem, há as falcatruas.

Peço a V.Exa. que faça um voto complementar acrescentando essas questões: da aposentadoria pública, que é maior do que todas as aposentadorias; da aposentadoria militar, que tem um rombo de 22 bilhões de reais, porque os militares da ativa só contribuem com 2 bilhões.

Quanto a essas filhas inuptas — só para termos uma ideia; está no livro dele —, ele diz que uma se casou agora, gastando 200 mil no seu casamento, só no religioso para se livrar da lei, e outras têm sete filhos com o mesmo namorado. Aí estão as falcatruas.

Se V.Exa. é capaz de chamar a atenção para os possíveis desvios no Bolsa Família, que está atendendo 50 milhões de brasileiros, nós precisamos chamar a atenção também, no nosso relatório, para isso, para que venhamos a discutir. É para isso que eu chamo atenção.

No mais, eu quero fazer aqui uma referência. V.Exa. está certo quando trata do auxílio aos presos. Eu acho que, levando para 4, 5 meses, como no caso do auxílio-desemprego, está bom, e nunca considerar que o cara morreu e recebeu uma pensão vitalícia.

É sempre difícil fecharmos os números aqui, é sempre essa discussão muito grande. Mas o que V.Exa. traz de novo nesse relatório são as questões políticas, que nós precisamos realmente discutir.

Então, eu faço um apelo, e vou passar às mãos de V.Exa. o material. Ele acrescenta aqui cinco "bolsas famílias" no sentido reverso: Bolsa Solteirona, Bolsa Caixa Econômica, Bolsa Milionário, Bolsa Empresário — dinheiro dado pelo BNDES, e Bolsa Telefonia. Todos nós sabemos o que essa telefonia faz com o povo brasileiro, e ainda prega a desigualdade.

É interessante a recomendação desse livro, porque ele mostra que 50% do FPM, que nós colocamos aí, que vai para os Estados e Municípios, é contribuição de quem ganha até três salários mínimos. Então, é um dado importantíssimo para discutirmos o Estado brasileiro. Eu vou passar às mãos de V.Exa. Tomei a liberdade de xerocar, apesar de ser proibido, esses trechos sobre as cinco "bolsas famílias", que eu peço a V.Exa. que, por voto complementar, acrescente ao seu relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. V.Exa. fez um bom pronunciamento.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu queria manifestar minha situação, digamos assim, de choque ao perceber esse relatório. Com todo o respeito ao esforço desta Comissão e do Relator em particular, fiquei chocado com a afirmação de que o corte do Bolsa Família se justificava pela corrupção, pelas fraudes no sistema.

Eu não sei se V.Exa. participou dos cadastros, administrou a área. Creio que não. É muito sério afirmar que a corrupção é generalizada, principalmente se nós considerarmos que é uma miséria o que cada um individualmente recebe. Depois do aumento, e já se vão alguns anos, um cidadão, para ser inserido no programa, tem que provar que está abaixo da linha da miséria — conforme os critérios

internacionais, parece que são 2 dólares ao dia, *per capita* —, o que significa dizer: *"Eu provo que sou miserável para ter cento e poucos reais do Bolsa Família".*

Então, dizer que este é o problema para o equilíbrio fiscal do País é defender a responsabilidade fiscal e ao mesmo tempo ser irresponsável socialmente! Eu ouvi aqui uma afirmação: *"Tem que ser um princípio absoluto o equilíbrio"* — aí virou uma ditadura —*, "não gastar mais do que se arrecada".* Este é um princípio, sim, de qualquer administrador da área privada ou pública. É verdade que no Brasil já houve muitas irresponsabilidades, como Governadores que, no mês de dezembro, davam aumento para o outro pagar sem ter fontes. Sabemos disso. Agora, não dá para desconhecer que, do ponto de vista inclusive internacional, exemplos de nação, para muitos, não para mim, como os Estados Unidos, têm um déficit muito superior, em termos relativos, ao do Brasil.

Então, tudo bem, sejamos responsáveis no que diz respeito à política fiscal, mas não dá para aceitar gente morrendo em porta de hospital, falta de remédio, assim como não podemos aceitar a zika se alastrando por falta de investimento. E, realmente, houve um corte de 12 bilhões na saúde em 2015.

Então, vamos colocar o dedo na ferida! Por que os partidos que fazem oposição ao Governo e os partidos da base de apoio — aliás, nem sei os que ainda são da base, como é o caso do PMDB — são tão iguais quando se trata de defender os interesses do grande capital financeiro? Eu queria resposta para isso.

E aí vão dizer que o *impeachment* se justifica pelas pedaladas fiscais... E quanto à pedalada social, isso pode?! Matar o povo de fome pode?! Retirar a assistência à saúde pode?! O analfabetismo pode aumentar?!

Sabem V.Exas. o que significa um terço a menos no orçamento do Bolsa Família? Milhões de crianças e adolescentes nas ruas, aumento da violência, desgraça social se alastrando por conta da responsabilidade fiscal. É inadmissível, Relator! Nós vamos ter que dar um jeito nisso.

Por outro lado, há cortes em áreas institucionais importantes. Eu não defendo aqui cortes no Poder Judiciário, no Ministério Público. No entanto, resolveu-se cortar exatamente na Justiça que é o refúgio dos trabalhadores — esses escravizados, espoliados nos seus direitos, direitos há décadas garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho e que não são respeitados até hoje.

Mas a Justiça do Trabalho teve um corte de 90% nos investimentos e 50% no custeio. Significa que o Juiz do Trabalho e o funcionário de apoio administrativo vão ter que levar papel higiênico das suas casas para o trabalho já nos meses de maio e junho, porque um corte de 50% no custeio é o mesmo que inviabilizar o funcionamento do órgão. E quanto é que se corta, por exemplo — e eu faço destaques nesse sentido —, no caso do Pará? 29 milhões

Mas na sessão anterior, quando tive a possibilidade de debater, eu mostrava que o Governo apresentou — raramente o governo apresenta — uma proposta de LOA com um déficit de 30 bilhões e 500 milhões. Foi essa a proposta original.

Aí este Poder faz um esforço para — ao invés de apresentar e aprovar uma proposta com déficit — apresentar uma proposta com superávit... Aí saímos de menos 30 bilhões e 500 milhões — e isso está aqui no memorando — para 34 bilhões e 441 milhões de superávit. Isso aqui é o Item 2 do memorando.

Porém, já no Item 5, vemos que está previsto um saldo para cancelamento... Eu debati esse tema. Aí o Relator propõe um corte de 31 bilhões, 358 milhões e uma fração.

Então, não é admissível ter superávit, cumprir as exigências do grande capital financeiro, comprometendo, em 2016, mais de 40% dos parcos recursos do Orçamento da União com a dívida pública, mas matar de fome os pobres. Ou seja, não podemos enriquecer os muito ricos e empobrecer ainda mais, aumentar ainda mais as desigualdades sociais no nosso País. É inadmissível!

Então, Presidente e Relator, para concluir, eu faço um apelo: nós temos que sinalizar ao País, porque se fala que há um desgaste do Executivo, e a Presidenta Dilma vai ter que demitir o Levy, mudar a política econômica e dizer um "não" rotundo à especulação financeira, se quiser ganhar popularidade e evitar o *impeachment*. É verdade.

Agora, o Poder Legislativo deste País e o Congresso também estão desgastados. Se o povo pudesse, daria um *impeachment* a todos nós, porque o Datafolha mostra o desgaste do Governo, que é o Executivo, mas também dessa dimensão do Estado que é o Legislativo. Há Presidentes envolvidos em corrupção, Polícia Federal nas residências, nos escritórios, dentro da Diretoria-Geral desta Casa, e nós vamos dizer para o povo: *"Olha, merecemos respeito, somos a Casa do*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

povo, matamos vocês de fome, acabamos com os programas sociais...". É inadmissível!

Eu posso votar sozinho, mas vou votar contra essa violência institucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, próximo orador inscrito. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, qual é a lista? Qual é a lista, Presidente?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos, vou restituir o seu tempo. Apenas quero informar que foi solicitada a lista dos Deputados inscritos.

O próximo inscrito, depois do Deputado Domingos, é o Deputado Expedito Netto. Depois, falarão em sequência: Senador Hélio José, Deputado Hildo Rocha, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Zé Geraldo, Deputado Caio Narcio, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputada Gorete Pereira e Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro quero deixar claro que, desde o primeiro momento, nós do PSDB — que, por sinal, foi o partido que criou originariamente os programas sociais que hoje ganham o nome de Bolsa Família — deixamos claro que não seríamos a favor de cortes no Bolsa Família. Não somos e já destacamos, porque, caso persista essa proposta, pretendemos derrotá-la.

Aliás, o Senador Aécio Neves apresentou uma emenda à LDO que foi aprovada aqui, para que os benefícios sejam pelo menos corrigidos pela inflação no próximo ano, para que não haja perda, já que temos uma inflação que passa de 10%.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, garantir programas que atendam quem mais precisa é algo que praticamos há muito tempo. Mas nós não praticamos esse caminho da demagogia, do populismo socialista, para quebrar o Brasil. Portanto, defender que não haja qualquer superávit, defender calote de dívida, defender que não se pague juros ou culpar a exploração do grande capital pelas mazelas que hoje o Brasil vive é tapar o sol com a peneira.

Vamos colocar em português claro: quem já está demitindo trabalhadores, quem já está jogando no desespero boa parte da população brasileira é justamente o Governo da Presidente Dilma e do PT, que, com irresponsabilidade, com atividades criminosas, cometeu o crime de responsabilidade fiscal, pois gastou sem autorização orçamentária. E tais gastos não foram com o Bolsa Família, foram com bilhões do BNDES, patrocinando amigos como o Bumlai, como o Eike Batista. Esses gastos foram pagos com o saque ao Fundo de Garantia, onde a dívida do Governo já chega na casa de 15 a 20 bilhões de reais. Portanto, foi com atitudes irresponsáveis e criminosas que o Governo, ao invés de cumprir uma meta de 57 bilhões de superávit — com o qual iria pagar um pouquinho dos juros da dívida, porque é meta primária —, fechou o ano com 120 bilhões de déficit e levou o País a essa situação que está aí. Ou será que tem alguém querendo fechar os olhos?

Nós vimos ontem que, só em um estaleiro no Rio de Janeiro, em plena segunda-feira, 3 mil trabalhadores que chegavam para trabalhar receberam o seguinte aviso: *"Vocês estão demitidos".*

E é isso o que está acontecendo: milhares, milhões de brasileiros sendo demitidos. Também estamos com uma inflação acima de 10% e gasto público descontrolado. E agora vamos dizer o seguinte: *"Olha, eu sou a favor que se acabe com a meta de superávit fiscal...".*

Ontem, ao lado do Relator e a convite da Presidente, fui me reunir com o Ministro Levy. Eu sou da Oposição, mas não sou oposição ao Brasil. Eu não faço aqui oposição ao nosso País. Eu fui lá porque começou essa conversa de que há um entendimento da equipe econômica de que nós podemos abrir mão do superávit, que pode ser meta zero. Eu estranhei. Eu preciso entender qual é essa fórmula. É esse o recado que nós vamos dar para o País?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse discurso que eu acabei de ouvir é o seguinte: *"Para de ser submisso à exploração do grande capital!"* Olha, parece que vivem em uma ilha, acho que pensam o Brasil com o tamanho de Cuba. E olha que Cuba só andou para trás, está tentando acordar e pegar o trem da história, que eles perderam há mais de meio século.

Querem dizer o seguinte: "Vamos dar o cano no resto do mundo, vamos assinalar que vamos ter déficit no ano que vem de novo e continuar com crescimento negativo". Ora, já estamos conseguindo perder para a Venezuela no IDH, então vamos continuar...

Vejam V.Exas. que isso é o padrão de qualidade de vida dos brasileiros que está caindo, que está se deteriorando. E quem está aí apoiando o Governo da Dilma acha que está uma maravilha? Não está não. Hoje quem já quer o *impeachment* da Presidente é o povo do Nordeste. Os índices nas pesquisas são alarmantes, às vezes mais até que nos Estados do Sul e do Sudeste, porque estão sofrendo, a inflação voltou de maneira descontrolada.

Portanto, nós somos, sim, por manter integralmente os investimentos do Bolsa Família. Ele tem um componente social e até um componente mesmo da economia, mas não queremos abrir mão do superávit. Há algum milagre aí? Não, tem corte seletivo. E eu vou colocar algo aqui que eu já sei que não será consenso, mas pelo menos que o Relator analise.

Nós temos mais de 20 bilhões de emendas parlamentares, 8 bilhões são emendas individuais, essas já são previstas na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço-lhe que conclua, Deputado Domingos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Portanto, são emendas que serão pagas. Mas sobra algo em torno de 12 bilhões para emendas de bancada. Feito um levantamento pelo próprio Relator, e eu conheci esse levantamento, nos últimos anos — não é só no último, não — não se pagou mais do que 1% das emendas de bancada. Portanto, de 12 bilhões a expectativa é que não se pague nada significativo, 100 milhões ou 200 milhões, algo pouco significativo para 12 bilhões que ali estão.

Nós conseguimos algo importante para os Estados. Nós conseguimos um acordo para que, pelo menos, uma emenda de bancada seja paga, seja impositiva. Isso está na LDO, o que dá algo em torno de 4 bilhões. Mas ainda sobram 8 bilhões de reais de emendas de bancada que não serão pagas. Nós sabemos que não serão pagas, mas estão ali, é um gesto político.

Eu não estou dizendo que cortem os 8 bilhões. Mas isso é algo que pode nos levar a um acordo, pois pelo menos parte desses 8 bilhões pode ser usado. Mas também podemos fazer cortes em outras áreas. Cheguei a falar aqui nos caças, que estão previstos para serem comprados. Nossa guerra agora é contra o desemprego, é contra a inflação. Nós não temos que priorizar a compra de caças, de avião de guerra. Nós temos que cortar cargos comissionados. E, no caso do TRT, poderíamos fazer uma média linear, algo em torno de 15%, porque não é justo — e o Relator tem razão — e temos que melhorar a eficiência da Justiça Trabalhista e não continuar inchando-a, mas não podemos inviabilizá-la.

Então, a ponderação que faço é que para a Justiça Trabalhista haja um corte de, no máximo, 15% linear, como deve ocorrer com todo o Judiciário, e que nós discutamos uma forma para superar o problema do Bolsa Família, não cortando, mas mantendo o superávit.

Nós temos obrigação de sinalizar que este País tem solução. Eu não concordo com o Governo. O Governo é ruim, o País é bom. Então, vamos sinalizar que este País tem que voltar a crescer, tem que voltar a ter superávit, porque senão nós vamos dar um recado muito ruim para a Nação e para todo o resto do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito obrigado, Deputado Domingos.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Expedito Netto, eu passo a palavra ao Relator para que ele possa fazer um breve comentário sobre as falas dos três últimos oradores.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou responder rapidamente.

O Deputado Pedro Fernandes tem razão. Aliás, uma falha grande do relatório é que eu deveria ter começado pela Previdência Social. Nós só vamos consertar o Brasil consertando a Previdência Social. Não há nenhuma outra possibilidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E a Previdência Social é responsável por 40% da despesa do nosso orçamento. São 500 bilhões da nossa arrecadação total, que é de 1,2 trilhão de reais.

A nossa consultoria fez várias sugestões ao Governo logo no feriado de 7 de Setembro. Apresentamos mais de 30 sugestões ao Governo de como consertar o orçamento. O documento circulou bastante, fizemos várias reuniões com o Governo, e a grande maioria das propostas era na área da Previdência.

Então, V.Exa. me lembrou. Vou corrigir, vou também avaliar o documento que V.Exa. me passou, mas não há como se pensar em corrigir o Orçamento da União sem medidas duras, duras, na Previdência, que aumentou nos últimos 2 anos 40 bilhões de reais em despesas. Repito: de 2013 para 2014 as despesas aumentaram em 40 bilhões; de 2014 para 2015, outros 40 bilhões. Portanto, em 500 milhões, V.Exas. podem imaginar o que é a curva exponencial de despesas que são obrigatórias e que nós temos que cumprir.

Nós temos uma mudança na pirâmide de idade da nossa população economicamente ativa que precisa ser corrigida. Nós trataremos disso oportunamente.

De qualquer maneira, obrigado pela sua contribuição. Farei esse voto complementar. A questão dos aposentados é fundamental para o equilíbrio econômico e para o equilíbrio fiscal do Brasil.

O Deputado Edmilson falou do Bolsa Família. Ele disse que a pessoa tem que ir lá e provar que é miserável para poder receber o Bolsa Família. Não é verdade, Edmilson. A pessoa não prova nada lá. A inscrição no Cadastro Único é declaratória. Não se pede um documento sequer para que a pessoa comprove o que está falando e não se cruzam os dados também daquela pessoa com os demais cadastros brasileiros, como o do CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados ou o do registro de imóveis. E há outros cadastros que poderíamos utilizar para o cruzamento de dados. O Governo já poderia estar negando o cartão a quem não precisa. Mas não faz nenhuma verificação.

Infelizmente, eu quero dizer ao Deputado Edmilson que não é assim. Seria bom que fosse, porque tem muita gente que talvez precise de Bolsa Família, mas não a está recebendo; e há os que estão recebendo sem que precisem dela.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bem, o Deputado Domingos Sávio falou também do Bolsa Família e do superávit. Só para informação aos senhores, mandei fazer uma pesquisa sobre o Bolsa Família. Eu estou sabendo mais do que a Ministra Tereza sobre o Bolsa Família. E ela tenta me responder coisas vagas nos ofícios que ela manda. Ela tenta responder até o que eu não perguntei, porque, se ela responder o que eu perguntei, vai ter que tomar providências.

Mas o resultado da pesquisa que fiz é o seguinte: *"Como a população de modo geral avalia o programa Bolsa Família? Ótimo e bom, 31%; ruim e péssimo, 33%. Qual a importância do programa para o auxílio no desenvolvimento do Brasil? Muito importante e importante, 54%; não importante, 40%. O programa atinge o objetivo de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para a superação de situação de vulnerabilidade? 58%, não. O programa Bolsa Família contribui para o desenvolvimento social do Brasil? Não, 46%; sim, 44%. O programa Bolsa Família contribui para distribuição de renda mais justa no Brasil? Não, 55%; sim, 33%. Acredita que o Bolsa Família garante alívio imediato para a pobreza? Não, 51%; sim, 42%. Acredita que pode haver fraudes no Bolsa Família? Não, 5%; sim, 89%. Você diria que o Bolsa Família cria relação de dependência dos beneficiários e deve ser gradualmente e aos poucos extinto? Concordam 53%; discordam 34%"*.

Então, esse foi o resultado da pesquisa, só para informação ao Deputado Domingos Sávio. Portanto, o Bolsa Família precisa de ajustes e o superávit é necessário.

Se o Brasil não faz superávit, é como se ele fosse para o SPC como um mau pagador. E aí, se é mau pagador, ninguém investe aqui, e as oportunidades de emprego não acontecem.

Quanto ao corte proposto nas emendas de bancada para atender a recomposição do Bolsa Família, eu insisto que o corte no Bolsa Família é por má gestão e não por mérito do programa, que em si é um programa meritório. Então, nós vamos debater essa solução.

O Deputado Domingos Sávio sugere aqui um corte nas emendas de bancada. A Senadora Gleisi sugeriu lá no Senado que se pare de pagar juros e ainda há outras propostas que nós vamos avaliar.

Mas eu acho que é melhor ficar aqui mesmo nos cortes das despesas. Quem não tem não gasta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Expedito Netto, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os nobres Deputados e todos os nobres Parlamentares que aqui se encontram, inclusive o Deputado Ricardo Barros, a quem parabenizo pelo serviço. A gente sabe da dificuldade pela qual o País tem passado. Afinal de contas, está aí, a conta chegou. E agora quem paga é a população.

Muito se discute sobre os investimentos nas áreas sociais, como o Bolsa Família. Participei de uma audiência pública sobre os investimentos no programa Luz para Todos. Será que, talvez, não seja a hora de haver mais responsabilidade com os nossos programas sociais? Assim como o Deputado Ricardo Barros falou, será que não é chegada a hora de se ter que provar a miséria?

Ter programas sociais é importante para acabar com a miséria e acabar com a fome em nosso País. Nós sabemos da desigualdade social existente em nosso País, que não é pequena. Além disso, temos inflação e juros crescendo hoje. E o que dizer de instituições como o TRT, que não terão a mínima condição de manterem as portas abertas? Tirar o investimento? Isso é fácil! Eu acho que todo o Brasil deveria parar com os cortes nos investimentos. Agora, tirar 50% das dotações de custeio vai ser muito complicado. Mas eu acho que todas as famílias estão tendo que fazer isso, o povo brasileiro está tendo que fazer isso.

Eu tenho muito medo, Sr. Presidente, de ver aonde o Brasil vai chegar e quando ele vai parar de cair. Nós precisamos de alternativas realmente plausíveis para tirar o País da crise. Hoje eu tenho certeza de que a população brasileira e os Presidentes dos TRTs de todos os Estados do País têm a consciência de que o voto é importante, têm a consciência de que nós temos que ter uma política séria no nosso País! Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que hoje todo mundo sabe que o voto que depositou na urna vai influenciar o quanto vai pagar no posto de gasolina, vai influenciar o quanto vai pagar pelos remédios, pela saúde familiar, vai influenciar o quanto vai gastar no supermercado. E eu peço mais uma vez a toda a população brasileira que tenha responsabilidade quando depositar seu voto na urna, que não

acredite em mentiras, que não acredite em balela, que não acredite nos sonhos que são vendidos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu peço mais responsabilidade. Quando discutimos o Programa Luz para Todos, eu vi que havia um investimento altíssimo na Bahia. E eu queria saber se o Programa Luz para Todos, que era destinado às áreas rurais, não estaria investindo de forma indevida, não estaria investindo em terra, talvez, improdutiva. Que bom seria se nós tivéssemos mais responsabilidade, repito mais uma vez, com os nossos programas sociais e soubéssemos investir direito o dinheiro do contribuinte.

Citando um pouco Margaret Thatcher, Sr. Presidente, não existe isso de dinheiro público. O Governo não possui dinheiro. O único dinheiro que o Governo possui é o dinheiro investido do contribuinte, é o dinheiro investido daqueles que pagam seus impostos. Então, talvez deveríamos ter mais responsabilidade por não estarmos lidando com o nosso dinheiro. Que bom seria se nós deixássemos o dinheiro do contribuinte ser investido pela sua família, que ela investisse na educação que achasse necessária e na saúde que achasse de qualidade. Vamos deixar o dinheiro do contribuinte, porque nós não estamos sabendo investi-lo, nós não estamos sabendo fazer a nossa parte.

Parabéns, mais uma vez, Deputado Ricardo Barros!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Expedito Netto.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu quero cumprimentar o nosso Relator-Geral, o Deputado Ricardo Barros, também o nosso dirigente da Mesa, o Deputado Jaime Martins, do PSD, e a nossa Presidente Rose de Freitas.

Realmente, o problema é muito grave e sério. Eu estou aqui para falar sobre a nossa Casa, que é o Senado Federal. A previsão de corte de 42% para o Senado Federal simplesmente vai inviabilizar a Casa. Ela não terá como funcionar. Então, Relator-Geral, eu acho que nós precisamos buscar algumas alternativas para determinadas questões, que vamos ter que selecionar, pois terá que haver cortes, evidentemente.

Falaram aqui sobre o Bolsa Família, um programa importante, crucial, para o nosso País, criado pelo Presidente Lula, que copiou alguns outros programas que já existiam e o melhorou, e a que foi dado sequência pela Presidente Dilma. Mas V.Exa. havia encaminhado e discutido conosco que pelo menos 5% de corte no Bolsa Família não atrapalharia o funcionamento do programa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Um minuto, Senador.

Nós temos um orador fazendo uso da palavra. Eu vou pedir que mantenhamos o silêncio e a concentração. É a primeira vez que eu assisto aqui nesta Casa, em 21 anos, a um verdadeiro debate sobre o Orçamento. É a primeira vez que um Relator apresenta um relatório com antecedência, põe a cara e vem aqui para responder um a um.

E aqui eu não estou vendo obstrução, não estou vendo má vontade de ninguém. Nós estamos fazendo uma verdadeira discussão. Por isso é que estou sendo um pouco tolerante nessa discussão. Então, eu quero pedir a atenção de todos para com o orador, que está fazendo uso da palavra.

Pode continuar, Senador.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Muito obrigado, Presidente Jaime Martins.

Então, nós não podemos inviabilizar alguns órgãos. O Distrito Federal, que eu represento no Senado Federal, já teve registrados 250 mil desempregados no último mês e está na perspectiva de um enorme desemprego a permanecerem os cortes aqui colocados, seja nos TRTs, seja no TJ, seja aqui no Senado Federal, seja na Câmara, seja nas outras Casas. Então, nós precisamos buscar alguma alternativa. Eu não quero ver esse número de 250 mil desempregados do mês passado passar para 500 mil, por causa de cortes que venhamos a fazer aqui.

Vejamos algumas sugestões aqui colocadas. Por exemplo, durante o debate, já vimos que é possível cortar 5% do Bolsa Família sem causar danos ao Programa. Então, cortamos ali, e, quanto aos outros 5%, talvez selecionando emendas de bancada ou outras questões que não iniciaram obra, possamos tentar chegar a um acordo para permitirmos que o nosso Relator recomponha esses órgãos que irão cortar exatamente no custeio.

Pois não?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Cinco bilhões, não 5%.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É, 5 bi no Bolsa Escola, e, para os outros 5 bi, temos que tentar achar as fontes. Para esses outros 5 bi, se todas as bancadas concordassem... Eu sinceramente acho que a bancada de Brasília, entre ver mais 250 mil desempregados no DF e cortar alguma obra que não iniciou, preferiria cortar uma obra que não iniciou a ver esses desempregados todos.

Aqui no Senado Federal, Casa que eu represento, a proposta orçamentária emitida pelo PLOA 2016 já foi objeto de três etapas de cortes ao longo da sua tramitação no Congresso, especificamente aqui na CMO. Os dois primeiros cortes objetivaram assegurar recursos para atender a emendas individuais e coletivas, e foram promovidos pelo Relator, igual nós já vimos. Os demais, o foram pelo Relator Setorial, que nós fizemos. A última redução consta do relatório final, apresentado em 13/12/2015, foi efetuada pelo Relator-Geral como medida para viabilizar o alcance da meta do resultado primário, superavitário, fixado no substitutivo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016.

Eu queria dizer, Sr. Relator, que talvez pudéssemos negociar com o Governo uma pequena redução nesse superávit — em vez de 0,7%, ser 0,5%, alguma coisa assim —, trabalhar com a outra proposta do Deputado Domingos Sávio e tentarmos recompor esses gastos de custeio desses órgãos. Para V.Exa. entender, no ano de 2012, o Orçamento previsto do Senado Federal foi de 329 milhões e neste ano, com os cortes, está ficando em 285 milhões. Então, o Senado, que ao longo do tempo veio reduzindo seu gasto, não pode ser penalizado agora com o corte de 42%, porque inviabiliza...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço-lhe que conclua, Senador.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu estou aqui com uma nota técnica longa que explica todas as motivações que levam o Senado Federal a fazer um destaque — eu o fiz — para V.Exa. fazer essa recomposição, porque sinceramente nós não teremos como operacionalizar o Senado Federal com esse corte de 41,4%.

Eu só queria relatar que, enquanto o Senado Federal fazia o dever de casa, sem querer fazer nenhuma crítica, o TCU, por exemplo, de 2012 a 2018, teve um aumento de 134 milhões para 166 milhões. A Câmara dos Deputados, de 2012 a

2015, teve um aumento de 463 milhões para 593 milhões. E o Senado teve uma redução nesse período. Então, precisamos rever a situação, para que possamos fazer justiça a todos os órgãos da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Deputado Jaime Martins, Sr. Relator, Deputado Ricardo Barros, demais membros desta Comissão Mista de Orçamento, Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, nós vivemos no nosso País pelo menos três crises: uma grave crise econômica, uma grave crise... *(Manifestações no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vou pedir a atenção de todos. Nós temos um orador no uso da palavra. Quero pedir a atenção de todos, porque estamos aqui debatendo uma questão que é crucial para o País.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Srs. membros desta Comissão Mista de Orçamento, estamos vivendo pelo menos três graves crises juntas, o que está promovendo um grande terremoto no País: a crise econômica, a crise política e a crise ética e moral. Mas, para a nossa felicidade, para a nossa alegria, alguma coisa de bom teria que acontecer. E o que acontece, acontece nesta Comissão, a Comissão Mista de Orçamento.

Ontem mesmo, segunda-feira, conversando com o Walbinson, nosso Chefe de Gabinete da Comissão Mista de Orçamento, perguntei: *"O que vamos tratar hoje?"* E ele disse: *"O Deputado Ricardo Barros está fazendo uma grande inovação no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. S.Exa. está levando o relatório, para que possamos discutir, e discuti-lo amplamente no plenário"*. Não houve isso ano passado; não é uma prática desta Comissão, como o Deputado Jaime Martins acabou de dizer. E será muito bom que se torne uma prática desta Comissão.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, vejo que o Brasil tem, na sua administração pública federal, dois gargalos: um deles é a sua imensa dívida pública interna; o segundo é a Previdência Social. Nós temos que enfrentar de frente esses dois

gargalos, para que possamos fazer com que o nosso País desenvolva-se numa velocidade mais rápida do que a que desejamos, mais rápida do que a que hoje observamos.

Aqui se fala em corte do Bolsa Família. Eu fui Prefeito de uma cidade pequena e fui um dos primeiros Prefeitos a implantar aquilo que foi o embrião do Bolsa Família, que foi o Bolsa Escola. Posso dizer a V.Exas. que, depois, o Bolsa Família, que surgiu com o Presidente Lula, época em que eu era Prefeito, consegue quebrar um ciclo de pobreza terrível intergeracional. É um programa fantástico! Por quê? Porque ele tem dois condicionantes importantíssimos: a educação, a presença da criança na escola, e o apoio e o cuidado da família com a saúde dessa criança, porque nós trabalhamos para uma nova geração, que não é apenas a geração futura, mas a geração atual, essa geração que está sendo construída sem desigualdades. Portanto, é um programa de grande importância, para que possamos diminuir as desigualdades, as grandes desigualdades que há no nosso País.

Mas, sem dúvida nenhuma, Sr. Relator, ao falar com relação aos problemas que existem na administração, V.Exa. reconhece que, no mérito, o núcleo do programa é importante. O que V.Exa. discute é a administração. E nós sabemos que a administração do programa peca pela falta de controle, além da ação em cima daquilo que está errado.

Ora, eu que sentei no banco das Faculdades de Administração Pública e de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Maranhão — cursei as duas —, aprendi que, para administrar, nós temos que planejar, controlar, dirigir e coordenar. Se não houver uma dessas funções da administração, a coisa não dará certo. Portanto, nós sabemos que existem mesmo alguns desvios na execução do programa que têm que ser corrigidos. Nós estamos aqui apoiando o programa, mas nós também estamos apoiando que o programa chegue àqueles que realmente precisam, que são os mais necessitados do País.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que não faça esse corte no custeio do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, que tem uma dificuldade muito grande. O Maranhão tem 331 mil km². Cabem dentro do Maranhão cinco países do tamanho de Portugal. É muito difícil fazer justiça trabalhista do Maranhão; o custo é muito maior do que em todos os outros Estados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu peço a V.Exa. que reveja esse corte de 50% no custeio do TRT, que retorne o valor inicial de 1 milhão e meio — é apenas 1 milhão e meio! Foram cortados 150 mil do fórum trabalhista de Imperatriz e também do fórum da cidade de Santa Inês. Isso é importante para o Maranhão. Foi o povo do Maranhão que me colocou aqui. Quero agradecer a V.Exa. por ter atualizado e colocado a média e a alta complexidade do Maranhão na média nacional.

Muito obrigado. Agradeço o esforço de V.Exa., o esforço do Deputado Pedro Fernandes, que é coordenador da nossa bancada aqui na Câmara dos Deputados. Muito obrigado e parabéns pelo excelente trabalho! Hoje é o Dia do Arquiteto, e, para fazer o equilíbrio do nosso orçamento, V.Exa. pode ser denominado o arquiteto do perfeito orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Antes de passar a palavra ao Relator, para que S.Exa. possa fazer um breve comentário sobre a argumentação dos três últimos inscritos que usaram da palavra, apenas anuncio os próximos três oradores: a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, o Deputado Zé Geraldo e o Deputado Caio Narcio.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, vou responder ao Deputado Expedito Netto, ao Senador Hélio José e ao Deputado Hildo Rocha. Mas, antes, queria registrar a presença do Desembargador Lorival Ferreira dos Santos e também do Presidente da ANAMATRA — Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Sr. Desembargador, V.Exa., que veio liderando a comitiva dos TRTs e viu que tem muito apoiamento aqui, ouviu o Senador Hélio José fazendo um apelo para não cortarmos 42% do custeio do Senado. Apenas quero registrar que o corte é generalizado para todos os Poderes, em todos os setores. Vamos avaliar também o pedido feito pelo Deputado Expedito Netto e pelo Deputado Hildo Rocha para que não cortássemos o custeio do TRT e falar um pouco da questão colocada pelo Senador Hélio José. O corte do Senado tem destaque de recomposição, como todos os demais. E eu sempre digo que não há problema; só precisamos encontrar onde

cortar para recompor. Então, alguém vai ter que sofrer mais cortes ainda para que possamos solucionar a questão.

O Senador Hélio José propôs um corte de 5 bilhões do Bolsa Família, que se refere àqueles que estão na regra de permanência, que não tem amparo legal, pessoas que ganham de 154 reais até meio salário mínimo e que, por uma portaria do Ministério, o estão recebendo, mas ela não está amparada na lei. E também para cortar daqueles que, na pesquisa, na verificação da auditoria da Controladoria-Geral da União, observou-se que tinham renda evidentemente acima da renda autorizada de 154 reais, que são 10% dos beneficiários. Só esses dois itens dariam um corte de 5 bilhões do Bolsa Família. Portanto, seria cortado apenas dos que o estão recebendo ilegalmente, porque a lei não os ampara.

A redução do superávit proposta pelo Senador Hélio José, ou das emendas de bancada, também está aqui sendo anotada como sugestão, junto com a de outros que já propuseram outras soluções também para o corte do Bolsa Família.

Nós vamos, portanto, continuar o nosso debate, mas eu agradeço, pela participação e pela colaboração, aos Srs. Parlamentares que neste debate entendem a oportunidade das questões sobre as quais nós estamos colocando luz neste relatório do Orçamento e precisam ser “concertadas” — digo isso no sentido de concertá-las com a sociedade brasileira, que paga a conta de todas essas despesas. Nós vamos continuar fazendo o debate.

Eu, como já disse, vou falar um pouco sobre a Previdência amanhã, no adendo que farei por sugestão do Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou encerrar as inscrições, uma vez que ainda há nove inscritos. Assim, podemos ter expectativa de término desta nossa reunião.

Quero reafirmar e relembrar que será até às 20 horas de hoje, por um acordo da Comissão, o prazo para a entrega dos destaques, porque o Relator precisa se debruçar sobre esses destaques durante a noite, para amanhecer com os pareceres já pela manhã.

Eu vou passar a palavra ao próximo inscrito. O Deputado Paulo Pimenta já está inscrito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero usar o tempo da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta. Pela Liderança, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

É importante tratar desse tema agora, por conta da manifestação do ilustre Relator, para não perdermos a oportunidade de fazer o debate no momento adequado.

Em primeiro lugar, eu vou reafirmar aqui, Sr. Presidente e ilustre Sr. Relator, que o Governo é contra o corte de qualquer recurso do Bolsa Família. Nós temos o entendimento de que esse programa é exitoso. Por sua eficiência, é um programa reconhecido não só no Brasil, mas também internacionalmente. É um programa que tem mecanismos bastante rígidos de fiscalização e de controle, e qualquer corte provocará a saída de pessoas do programa.

Estudo realizado pela área específica que trata do programa entende que, se acolhida a emenda do Relator, nós teríamos 23 milhões de pessoas fora do programa, Sr. Presidente. E teríamos 8 milhões de pessoas no País entrando na pobreza extrema. Esses números, Sr. Presidente, não são ideias, não são suposições. São fatos.

Para que V.Exa. tenha uma ideia, a frequência escolar do Bolsa Família é 85%, ou seja, os alunos beneficiados com o Bolsa Família têm frequência escolar superior à frequência média da rede de ensino em todo o País. A previsão do orçamento do programa é empenhar 100%. E a efetividade de saques dos beneficiários, Sr. Presidente, chega a 99,3%. Portanto, não há sobra orçamentária do Bolsa Família e não há sobra financeira do Bolsa Família.

Eu não quero, mas poderia, aqui apresentar muitos outros elementos que demonstram a importância do programa, como a repercussão na economia, a redução da mortalidade infantil, a redução das mortes causadas pela diarreia e pela desnutrição. São números conhecidos no Brasil e no exterior. E esse programa foi fundamental para que o Brasil, Sr. Presidente, saísse do mapa da fome.

Mas, veja bem, existe uma regra de permanência, que o Relator tem citado seguidamente. Essa regra de permanência permite que, quando a renda sobe para

até meio salário mínimo por pessoa, as famílias possam ficar até 2 anos no Bolsa Família, desde que atualizem voluntariamente as informações no cadastro único. Essa é a chamada regra de permanência. O objetivo da regra de permanência é que as pessoas busquem o emprego no mercado de trabalho, que incentivem a declaração sobre a mudança de renda. E cerca de 56% das famílias que ingressam na regra de permanência saem dessa condição em 6 meses.

Portanto, Deputada Gorete Pereira e Deputado Lázaro Botelho, as famílias conseguem melhorar, mas não conseguem manter essa situação durante 2 anos. Então, 56% das famílias regressam à situação anterior, perdem aquela renda adicional, muitas vezes porque trabalham em atividades sazonais, como, por exemplo, trabalho na praia ou trabalho durante safras. O Bolsa Família é anual. Nós não podemos distorcer a leitura desses dados em função de uma situação específica. Por 6 meses, às vezes, conseguem melhorar um pouquinho aquela renda da família, mas voltam para o patamar do Bolsa Família. Por isso, se nós tirarmos essas pessoas do programa, estaremos cometendo uma enorme injustiça e um erro de concepção.

Veja, Sr. Presidente, a regra de permanência está prevista no art. 21, § 1º, do Decreto nº 7.013, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pois não, Sr. Presidente.

O decreto foi editado com base no art. 2º, § 6º, da Lei nº 10.836, de 2004, regulamentada pela Portaria do MDS nº 617, de 2010. Portanto, a regra de permanência é legal. Essas pessoas recebem o benefício de maneira legal.

Com todo o respeito que temos ao ilustre Relator, discordamos frontalmente de qualquer proposta que tenha por objetivo retirar recurso do Bolsa Família, porque isso significa, na prática, retirar do programa as pessoas que mais precisam receber o Bolsa Família. E isso vai contra tudo aquilo que o nosso Governo entende como prioridade da gestão da nossa Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Acho que S.Exa. não está presente.

O orador seguinte é o Deputado Zé Geraldo, que tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, sei que a missão do Relator-Geral do Orçamento, a missão do Governo, a missão dos governantes se torna muito difícil quando a população exige mais, quando todos os Ministérios têm que gastar mais e quando nós temos menos, em todas as áreas.

Mas eu quero primeiro, Sr. Relator, concordar com o companheiro que me antecedeu, o Deputado Paulo Pimenta, que falou sobre o Programa Bolsa Família. Esse dinheiro é o dinheiro que movimenta inclusive a economia local. Há cidades neste País em que, às vezes, o Fundo de Participação é menor do que o Bolsa Família. Ai da maioria dos Municípios brasileiros, se não fosse o Bolsa Família! O programa injeta mensalmente recurso para aquela população pobre, que vai gastar na sua cidade! Não vai nem à cidade vizinha, nem à cidade polo: gasta ali na farmácia, na padaria, no comércio, onde compra a farinha, o arroz, o feijão, a carne.

O programa contribui para esse desenvolvimento que, a partir do Governo Lula, é visível em todo este País, de norte a sul. Se você for a uma cidade pequenina de Roraima ou do Rio Grande do Sul, ou de qualquer outro Estado brasileiro, de norte a sul, verá que em qualquer cidade há a presença forte dos programas do Governo Federal.

Na sexta feira, eu estava na cidade de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, um Município que é, sozinho, uma vez e meia o tamanho do Estado do Rio de Janeiro. Para se chegar à sede de certas comunidades do Município, gasta-se uma hora e meia de avião monomotor. Lá há 12 médicos pagos pelo Governo Federal, por meio do Programa Mais Médicos. São comunidades do interior, com médicos cubanos andando em garupa de moto, no barro e na poeira, para irem atender à população.

Vai-se cortar dinheiro do Mais Médicos, depois que a população recebeu os médicos? Uma vila que nunca tinha visto um médico, agora tem médico permanente. O Prefeito mostrou um monte de ambulâncias em frente ao hospital que estávamos inaugurando. Disse: *"Eu recebi a Prefeitura com uma ambulância velha e quebrada, e agora eu tenho 12 ambulâncias, a maioria delas vindas do Governo Federal."* A comunidades distantes, às quais ninguém acreditava ser

possível chegar energia elétrica, chegou energia do Programa Luz para Todos. Vai-se tirar dinheiro desse programa?

Enfim, eu penso que este Congresso precisa é ter a coragem de decidir sobre a geração de dinheiro. Nós perdemos uma CPMF que poderia estar gerando 65 bilhões ao ano. Nós não estaríamos apertados aqui, cortando dinheiro dos Tribunais Regionais, como é o caso do Pará e do Amapá. Imaginem Estados com essa dimensão territorial terem cortes tão acentuados, como é o caso!

Perdemos essa receita, devido a uma votação irresponsável no Senado, por um voto, para prejudicar o Governo Lula no segundo mandato, com medo da reeleição. Acabaram com a CPMF, criada no Governo Fernando Henrique. Estamos deixando de ter algo em torno de 65 bilhões ao ano! E querem retirar 10 bilhões de reais do Programa Bolsa Família, retirar de todos os lados. No DNIT, há estradas licenciadas, com todas as condições para se começar o asfaltamento, mas não são asfaltadas porque está faltando dinheiro, devido a corte no Orçamento.

Se não tomarmos coragem, se não votarmos receitas, que arrecadam dinheiro, no próximo ano, quando estivermos discutindo o Orçamento, estaremos chorando, discutindo cortes. Todos estarão aqui com o pires na mão, com destaque aqui e ali, que também não vão resolver a questão das universidades e dos demais programas.

Acho que este Congresso, principalmente a Câmara dos Deputados, este ano não contribuiu para que pudéssemos votar receitas, para termos recursos para garantir exatamente os programas mencionados.

Realmente, um corte de 10 bilhões de reais no Programa Bolsa Família é um corte muito acentuado. Precisamos rever principalmente este corte, para que o programa tenha continuidade nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, falamos durante a organização dessa peça orçamentária e ressaltamos, o tempo inteiro, a dificuldade que o Governo criou para que esta Comissão pudesse fazer os seus trabalhos. Primeiro, o desastre das metas. Uma hora eram 3 bilhões de reais, outra hora eram

2 bilhões de reais, mais outra hora eram menos 5 bilhões de reais, em seguida, menos 30 bilhões de reais, depois 60 bilhões de reais. Por aí andou esta Comissão o ano inteiro, com um fator agravador: a falta de decisão deste Governo.

O Governo, durante todo esse tempo, depois do relatório de receitas, veio para cá com uma peça do "país das maravilhas", inventando uma receita dos sonhos, da CPMF, colocando-a dentro de um Orçamento que só criou dificuldade para esta Comissão. Eis que chegamos aqui, neste momento, ao relatório final.

Quero dizer ao Relator, Deputado Ricardo Barros, que S.Exa. cumpriu e está cumprindo um papel difícil. Primeiro, ter que lidar o tempo inteiro com a capacidade imaginária e utópica do Governo; depois, conviver com os maiores problemas do Brasil: a Previdência, os salários milionários, que causam disparidades aqui, através dos benefícios; em seguida, a pauta do Bolsa Família, que é uma pauta importante, mas não é a principal.

Agora, faço um raciocínio com os senhores. Nós assistimos este ano a um corte de 10 bilhões na área do Bolsa Família, e o Governo simplesmente fez a compra de caças no valor de 20 bilhões! Por acaso o Brasil está guerreando com alguém que eu não esteja sabendo?

A guerra que o Brasil está tendo, no meu ponto de vista, é contra a educação, quando tira 50% de investimento da educação. A guerra que nós estamos tendo é contra a população, que está sofrendo a inflação de 10%, aliada ao desemprego crescente. O Brasil continua investindo onde não precisa. Ali está o problema do País.

Então, se falamos que vamos cortar 10 bilhões do Bolsa Família, uma coisa tem que ser dita — e tenho que discordar do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta: primeiro, o Governo tem que se entender, seus Líderes e Vice-Líderes. A proposta do corte é do Vice-Líder do Governo, que está brigando com o Líder do Governo! Então, a primeira coisa a fazer é contratar um psicólogo para ajudar o Governo a se entender. Essa é a primeira coisa que tem que ser feita. Depois, na decisão, em vez de ficar um jogando para o outro, como uma peça teatral, dizendo que tem quer cortar, mas o Governo não quer. Alguém quer, senão não estaria aqui!

Agora, não adianta o Sr. Paulo Pimenta vir aqui dizer que os recursos do Bolsa Família são completamente bem aplicados. Todos nós sabemos que existe

uma distorção no Bolsa Família. Existe gente recebendo sem merecer, gente recebendo duplicado, existem Prefeituras distribuindo fora dos parâmetros colocados. Todo mundo sabe de algum caso que está acontecendo.

O que precisa ser feito? Administração, para que receba quem precisa receber, mas não haja exageros para aqueles que não precisam. Mas não é por existirem esses problemas no Bolsa Família que esta Comissão vai dizer: *"Vamos cortar 10 bilhões"*. Nós não vamos cortar 10 bilhões. É preciso que haja o que o povo hoje não tem: um governo que saiba administrar. Esse não sabe! Esse não sabe!

Existe hoje, segundo a pesquisa apresentada pelo Ricardo, certa confiança de que o Bolsa Família é um bom projeto, mas há a desconfiança, pela maioria da população, de que o programa seja mal administrado. Todos nós sabemos disso.

Portanto, nós votamos contra o corte do Bolsa Família, contra os exageros dos benefícios por parte da Previdência.

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já vou concluir, Sr. Presidente.

Votamos contra os exageros da Previdência e contra o mau uso do recurso público. Por exemplo, não há nenhuma necessidade de o Brasil gastar 20 bilhões em caças. Nós não estamos em guerra!

Esta é a nossa posição: não queremos dar cheque em branco para Governo irresponsável — que não sabe gastar e nem fazer cortes —, para deixar o Governo fazendo mau uso do dinheiro público, porque ele não tem responsabilidade nenhuma para gastar e não sabe o que é administração pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Caio Narcio.

Antes de passar a palavra ao Relator, para que S.Exa. faça seus comentários, anuncio que os próximos inscritos são o Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputada Gorete Pereira e Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Paulo Pimenta tratou da questão do Bolsa Família. Nós já estamos neste debate há bastante tempo, e eu

vejo que o Governo preparou um discurso, digamos, ajustado, claro, sobre a questão, mas se nega a admitir que haja qualquer irregularidade na concessão de benefícios, embora isso seja altamente comprovado pela própria Controladoria-Geral da União, que é do Governo. E, segundo a pesquisa que eu demonstrei aqui, 89% das pessoas acham que há fraude no Bolsa Família e têm a sensação de que ele é mal aplicado. Então, certamente, esse sentimento da população não deve, no todo, estar errado.

De qualquer forma, eu não vou mais fazer esse debate. Vou apenas dizer que a regra de permanência não tem amparo legal — a regra de permanência consiste em pagar a pessoas que ganham até meio salário mínimo *per capita.* No entanto, eu estou falando de pai, mãe e três filhos que ganham 2 mil reais por mês, mas, ainda assim, recebem o Bolsa Família.

De fato, Deputada Gorete, isso não tem a ver com o problema do seu Ceará. Não tem a ver com o problema do Nordeste brasileiro, que precisa, de fato, do apoio desse programa.

Há também a questão da frequência escolar, que lamentavelmente é fraudada pelas escolas. As escolas informam à Prefeitura a presença de 85% dos alunos nas aulas, mas, quando a Controladoria-Geral da União vai à escola, verifica no livro de presença que isso não é verdade. Chega a até 30% o número de alunos cuja frequência não é aquela informada pela escola à Prefeitura para manter a família assistida pelo programa.

Eu estou tratando de dados oficiais, bastante claros, todos estão publicados nos relatórios da Controladoria-Geral da União, que, nas auditorias em três Municípios sorteados por mês, tem um capítulo exclusivamente dedicado ao Bolsa Família. Em todas as auditorias — V.Exas. podem acessar a Internet e procurar as cidades dos seus Estados, que V.Exas. conhecem melhor —, V.Exas. verão que, no Capítulo do Bolsa Família, não há nenhum em que não tenha sido encontrada alguma irregularidade.

Então, vamos passar ao mérito do programa. O programa é meritório, tem o seu fundamento e quer ajudar as famílias. Em contrapartida, elas mantêm as crianças na escola, mantêm a carteira de vacinação das crianças, e as gestantes mantêm-se atendidas nos postos de saúde.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É pena que essas condicionantes não podem ser creditadas, porque, quando verificadas, constata-se fraude na informação de que a contrapartida das famílias ao Governo, ao povo brasileiro, não está sendo cumprida, embora oficialmente informada como sim.

O Deputado Zé Geraldo falou sobre o mesmo assunto, Bolsa Família, e o Deputado Caio Narcio fez a contestação sobre a forma de gestão do programa, mas reafirma o apoio do seu partido ao Programa Bolsa Família, que historicamente vem contribuindo para a retirada de famílias da extrema pobreza. Nós gostaríamos que o programa tivesse todos os recursos alocados exatamente para quem precisa.

Esta pesquisa de opinião pública que mostra que 89% das pessoas acham que há fraude no Bolsa Família é que me deixa tranquilo quando levanto o problema e quando digo que tenho o apoio, nas ruas, das pessoas humildes, porque esses humildes sabem que o vizinho ou que o parente tem um cartão e dele não precisa. Por isso, eles apoiam a moralização do gasto com o Bolsa Família.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos continuar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobre Relator, nós queremos saudar o nosso Relator, porque sabemos da sua competência, pela vivência que S.Exa. tem neste Parlamento.

Orientado pelo Deputado Pedro, eu reforço que todos os Deputados, não apenas os membros desta Comissão, deveriam adquirir o livro *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira,* lançado no mês passado. É o retrato da administração do PT: a irresponsabilidade fiscal.

É importante a leitura desse livro, para vermos que este debate que ora estamos fazendo deve-se à CPMF, de 5 anos atrás. Que Governo é este que, passados 5 anos, ainda quer justificar o retorno da CPMF?! Não tem competência administrativa, não tem gestão, como o Deputado Caio Narcio falou há pouco.

Nós precisamos, neste momento, analisar, estudar as desigualdades regionais.

V.Exa. conhece o Nordeste, sabe perfeitamente das suas dificuldades. Este meu destaque visa a repor recursos do Bolsa Família. V.Exa. falou há pouco, Deputado Ricardo Barros, em relação ao Bolsa Família no Nordeste. Nós não podemos agravar as desigualdades regionais. Neste momento, com esta proposta — existe, como V.Exa. já falou, a questão da proporcionalidade —, nós estamos agravando ainda mais as desigualdades, no momento em que milhões de crianças, jovens, famílias do Nordeste ficarão desemparados.

Em virtude da corrupção e do desvio de 200 milhões de reais da transposição do Rio São Francisco, nós não temos água no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, nós não temos água no Nordeste. Em virtude do calote dado pelo Presidente Lula, pela Presidente Dilma, com a construção de refinarias no Maranhão e no Ceará, gastando 2 bilhões de reais, aquelas famílias estão desamparadas.

Além disso, há que se falar também na Transnordestina. Já, já, vai chegar uma ferrovia chamada Transnordestina. O Presidente Eduardo Cunha instalou uma Comissão Especial, que nós estamos coordenando, tendo como Relator o Deputado Augusto Coutinho. É uma aberração a Transnordestina! Bilhões de reais foram gastos, com o aval do Ministério dos Transportes, com o aval do Ministério da Integração Nacional, e somente dinheiro do BNDES, do BNB.

No caso da saúde, continuam faltando recursos. Está aí a microcefalia. Hoje eu apresentei um requerimento para o Ministro da Saúde rever a portaria que reduziu o número de agentes de endemias do Brasil. O mais grave é que o Ministro, lá no último parágrafo, afirmava: *"Se tivermos recursos orçamentários, nós poderemos rever o número de agentes de endemias no Brasil".* Vai sair mais caro por quê? Porque aí está a microcefalia. Esta é a marca que vai ficar do Governo do PT: uma doença que, no mundo, ainda não tinha sido diagnosticada, pela irresponsabilidade, pela falta de recursos para larvicida, pela falta de apoio ao piso salarial dos agentes de endemias e dos agentes comunitários de saúde que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional. Aí está o agravamento da situação.

V.Exa. tem a missão de equalizar este Orçamento. Eu sei que é difícil, o cobertor é curto, mas precisamos dar prioridade às prioridades. Eu já apresentei requerimento perguntando quantos bilhões de reais são gastos com a publicidade do Mais Médicos. Em que interessa a publicidade do Mais Médicos? No Ceará há a

publicidade da ELETROBRAS. Para que gastar dinheiro com publicidade da ELETROBRAS no Nordeste? É bem provável que em tudo isso haja desvio para beneficiar alguém por meio da exigência de publicidade.

Nós temos nesta Comissão a prerrogativa de debatermos e lutarmos para que haja mais transparência, e que o Governo tenha a corresponsabilidade e a certeza de que os recursos serão bem aplicados, principalmente no Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra a Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, só um minutinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É só para corrigir o meu amigo, o grande Deputado do Ceará Raimundo Gomes de Matos. Eu indico o livro não para julgar o Governo do PT, muito pelo contrário. Eu acho que o Lula, como Presidente, e a Presidenta Dilma tornaram o Maranhão um Estado com 97% de energia elétrica, 29 IFs. Eu acho que este é um grande governo, que eu sempre defendo.

Este livro eu estou indicando aqui, por achar que precisamos quebrar alguns mitos.

Era só para fazer essa distinção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Antes de passar a palavra à Deputada Gorete Pereira, eu quero ler a relação dos inscritos, porque há certa ansiedade, e eu tenho que seguir a sequência.

Depois da Deputada Gorete Pereira, falarão os Deputados Pompeo de Mattos, Paulo Pimenta, Lázaro Botelho, José Airton Cirilo, João Arruda e Milton Monti.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de começar a minha fala parabenizando o Relator, que fez uma verdadeira obra

engenhosa para consolidar as demandas do Orçamento. Eu começo pelo Bolsa Família.

Eu venho de um Estado pobre, o Estado do Ceará. Eu ando muito pelos locais de periferia e pelos Municípios pobres. Eu fiz uma pesquisa decisiva em relação ao Programa Bolsa Família. O que eu ouvi foram sugestões de pessoas simples, mas sugestões que eu mesma fiquei admirada por terem partido daquelas pessoas. Elas me disseram: *"Deputada, aqui todo o mundo sabe que o Ceará não tem água*. *Todo o mundo sabe da seca que nós estamos enfrentando faz 5 anos..."*

É por isso que nós estamos constantemente apresentando destaques, pedindo a transposição do São Francisco. Desde que nós nos entendemos por gente, nós trabalhamos em prol dessa transposição.

Alguns me diziam: *"A gente sabe que o Ceará precisava ser industrializado, que devia vir mais indústria pra cá. Esse Bolsa Família tinha que ser totalmente revisto. Uma pessoa que ganha um emprego numa fábrica ganha uma cesta básica, mas ela está trabalhando, ela está trabalhando dignamente. Não está em casa esperando de braços cruzados"*.

O pai e a mãe de todos os crimes é a ociosidade de quem muitas vezes não tem o que fazer.

É falta de oportunidade? Não! Hoje é difícil encontrar alguém que queira trabalhar no Nordeste, porque o critério do Bolsa Família consiste em fazer uma verdadeira manobra entre a escola e as Prefeituras para não diminuir o dinheiro federal que chega ao Município.

Então, nós não podemos continuar fazendo esse tipo de discurso. Nós temos é que aplaudir bastante os 30 milhões de pessoas por terem saído da linha de pobreza naquele momento que o Presidente Lula fez acontecer, ao qual a Presidente Dilma está dando continuidade, e que nós aplaudimos. Nós poderíamos pedir a ela que não se metesse mais, não.

Esta Comissão de Orçamento tem que aprovar este Orçamento como ele está, com os cortes que ele propõe. Nós entendemos só uma coisa na vida: na nossa casa, se nós estamos gastando e estamos devendo, temos que diminuir os gastos. Todo o mundo está vivendo esse aperto. Por isso, nós temos que fazer essas revisões.

Ela não vai deixar de ser, de maneira nenhuma, a pessoa principal e a mãe dos pobres, porque todas as pedaladas foram feitas para pagar áreas de cunho social, como o Minha Casa, Minha Vida.

Eu nunca tinha visto acontecer tanta coisa na área social. Anteriormente, em governos passados, como o de Fernando Henrique, falava-se em equilíbrio fiscal. Em todos os Governos anteriores, também houve crises, mas as crises não foram divididas com o povo pobre brasileiro. Ninguém viu isso. Agora, sim, estamos numa crise sem precedente. Mas essa crise pelo menos está sendo dividida com os mais pobres, com os mais humildes. Nós tivemos secas no Nordeste em que as pessoas morriam. Hoje as pessoas pelo menos não estão morrendo.

Nós temos alternativas que são criadas em momentos de crise. O Bolsa Família tem que ser revisto. Todos os dias as coisas acontecem, os empregos são criados, e se faz uma revisão. Havendo cortes, depois se faz a regularização.

Por que nós temos os REFIS dos bancos públicos? Temos que enfrentar com coragem, como eu disse para o Ministro Levy. Nós temos o FINOR, temos o FNDE, temos o FNE. Nós temos todos esses fundos, mas as pessoas nunca conseguiram pagar nem 10%, nem 30% do que estão devendo, porque nunca foi feito um REFIS num banco público. Este seria um dinheiro que realmente entraria na economia.

Portanto, eu gostaria de dizer que as alternativas surgirão, mas se tivermos a coragem que teve o nosso Relator-Geral, o Deputado Ricardo Barros, que deve ser um grande gestor no Município, para trabalhar neste Orçamento como um gestor.

Não adianta não fazermos os cortes. Nós temos, por exemplo, os TRTs nacionais. São prédios lindíssimos, com manutenções caríssimas. Essas manutenções podem ser reduzidas agora, neste um ano.

Eu tenho a coragem de dizer isso porque este é um ano de ajustes, um ano de sacrifícios. Nós temos que colocar o dedo em todos esses locais. Depois, vamos criar alternativas, e a situação vai melhorar. Se nós estamos tentando fazer cortes no Bolsa Família, avaliem então esses outros custeios.

Finalizando, eu queria parabenizar o Relator. Eu gostaria que a Comissão de Orçamento votasse, na íntegra, a favor do relatório do Relator. Aproveito para dizer que apresentei dois destaques: um, realmente pequeno, relativo à FUNASA — nós

precisamos de água para beber. O outro, de média e alta complexidade, relativo a remédios. Os recursos precisam aumentar um pouco. Esses foram os destaques.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputada Gorete Pereira.

Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estava aqui conversando com a Deputada Flávia Morais, minha colega de partido que, comigo na Comissão, palmilhamos lado a lado há algumas semanas ou alguns meses.

Naturalmente, temos muita responsabilidade diante deste compromisso, que desempenhamos com muito prazer, mas que precisamos refirmar cada vez mais e com mais intensidade.

De qualquer sorte, eu quero fazer o enfoque de duas questões que eu considero relativamente importantes.

A primeira diz respeito aos Tribunais da Justiça do Trabalho. Em geral, a Justiça do Trabalho vive um drama muito grande diante de possíveis cortes. Eu sei que estamos fazendo cortes, Deputado Ricardo Barros, em todas as áreas. Cada um perde um pouco, o Orçamento público federal, estadual, municipal. Eu fui Prefeito, portanto conheço a situação — o cobertor é curto. Se tem para a cabeça, falta para os pés. Se visto os pés, falta para a cabeça. A coberta é curta, mas temos que ter parcimônia, equilíbrio, razoabilidade.

No caso dos Tribunais Regionais do Trabalho, isso não está acontecendo, porque há um corte, em relação aos investimentos, de 90%. Vá que cortem — vou exagerar — 40% ou 50% dos investimentos, mas 90%? Não dá para começar, quanto mais para andar, muito menos para terminar. É melhor, então, não dar nada. Zera a rubrica. É preciso equilíbrio.

O pior está na questão do custeio, se é que é possível. Traduzindo o orçamento familiar, o custeio é arroz, feijão, carne, massa, pão, água, leite. Enfim, é o cotidiano de uma estrutura, obviamente.

A Justiça tem uma estrutura com suas demandas, sua magnitude, sua amplitude, sua capacidade instalada, em que a máquina precisa girar, a roda precisa

rodear, e a Justiça precisa de resposta. A Justiça do Trabalho é célere, é uma das que neste País, em seu conjunto, anda mais rápido. Por andar rápido é que alguns talvez acabem se contrapondo a ela. Daqui a pouco, o defeito da Justiça do Trabalho acaba se transformando na sua própria virtude. Nós temos que equilibrar essa relação.

Eu sou trabalhista, sou pedetista, sou brizolista, sou getulista. A Justiça do Trabalho nasceu da concepção da valorização do trabalho sobre o capital, e o seu convívio fraterno, respeitoso, mas com regras. Como diziam ao velho Honório Lemes, o Leão do Caverá, um guerreiro gaúcho que muito peleava: *"Por que tu peleias tanto, chê?"* Ele dizia: *"Porque eu quero leis que regulem homens, e não homens que regulem leis".*

Nós precisamos de uma Justiça que regule a relação dos homens, e não que um homem ou um patrão venha dizer o que pode, o que deve, o que tem de ser feito.

Portanto, afirmamos, Sr. Relator, que nós precisamos reequilibrar essa relação. Sei que V.Exa. já teve um diálogo com os tribunais. Nós estamos juntos nesse diálogo, e quero fazer coro à posição do PDT porque somos trabalhistas e temos uma história e uma memória que precisamos preservar.

Para concluir, temos a questão do Bolsa Família. A Deputada Flávia apresentou três destaques e, generosamente, deixou um para mim: de três, ficaram dois. Um destaque para o Bolsa Família da Região Centro-Oeste — a Deputada Flávia é de Goiás — e o outro, para a Região Nordeste. Parece-me razoável.

E fiz um destaque, como é por região, para o sul do Brasil. Alguém vai dizer: *"Mas, o Sul é a parte mais desenvolvida".* Lá tem pobre, e como tem pobre! E tem uma coisa que não tem em outros Estados: o frio. Tem muito frio! E, no inverno, o frio castiga mais do que o calor em qualquer lugar. E tu precisas muito mais de alimentos, de dignidade, de apoio, de estrutura, de viabilidade, de atendimento.

Então, eu faço este destaque para o sul do Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul. É preciso que digamos isso com clareza. Mas reafirmo que sabemos ser difícil tirar 10 bilhões do Bolsa Família. Sr. Relator, 10 bilhões, de 28 bilhões, são 34%, pelo menos, quase 35%. É muito! É até compreensível que pode ter desvio,

pode ter alguns desassombros nesse encaminhamento. Eu compreendo. É da natureza do processo, e nós temos que enfrentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu concluo. Se tirarmos 10%, talvez seja suportável, 10%, 12%, não mais do que isso.

Quero, para encerrar, Presidente, dizer que nós temos as emendas de bancada que, via de regra, não são aproveitadas. Então, orçamentariamente, podemos compensá-las. As emendas de bancada somam 12 bilhões, 13 bilhões. Então, deixem as emendas de bancada com 1 bilhão, 2 bilhões, 3 bilhões, e recomponham esse valor para o Bolsa Família. Emenda de bancada dos Parlamentares, dos Deputados, para os seus Estados, eu diria assim, é importante? É. Mas como precisamos definir entre um e outro, nós temos que fazer esse balanço. O Bolsa Família é mais premente, porque é a fome, é a falta d'água, é a realidade dura de quem a vive.

Então, Presidente, eu faço este apelo: as bancadas abrem mão de seus recursos para os seus Estados, e os colocam no Bolsa Família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado.

Eu passo, agora, a palavra ao Relator para comentar as manifestações dos três últimos oradores. Os próximos três inscritos são os Deputados Paulo Pimenta, Lázaro Botelho e Airton Cirilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Eu encaminho para a Mesa a questão seguinte: que os outros falem, todos os três, para o Relator concluir sua fala, porque seria melhor se ele acatasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Relator está dizendo que vai resolver isso em 1 minuto, para dar sequência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Deixe S.Exa. falar logo. É melhor. Pelo menos acelera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Relator quer ser bastante atencioso em relação às manifestações.

Vou passar a palavra para o Relator. E peço ao Deputado Pedro Fernandes que presida, enquanto eu vou marcar presença no plenário. Estarei de volta em alguns minutos.

Os próximos oradores inscritos são só Deputados Paulo Pimenta, Lázaro Botelho, José Airton Cirilo, João Arruda e Milton Monti.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. Agora a palavra é do Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Rapidamente, vou dar um esclarecimento.

O Deputado Raimundo de Matos fez uma explanação sobre o conjunto da obra do Orçamento. A Deputada Gorete, realmente, faz aqui uma defesa corajosa da manutenção dos cortes, da visão de gestão que nós estamos tendo sobre as contas públicas, e fala sobre a farmácia popular. Está aqui o Deputado João Arruda, Relator da Saúde, que me indicou que colocasse 500 milhões de reais na Farmácia Popular. E nós dissemos que o Executivo tinha zerado essa conta, mas colocamos 500 milhões de reais. Também na FUNASA, que S.Exa. está pedindo, foram colocados 100 milhões de reais, já em função desses 5 anos de seca que assola a Região Nordeste.

O Deputado Pompeo de Mattos fala da Justiça do Trabalho. Então, eu quero aproveitar e falar para o nosso Marcelo Brettas, Assessor Parlamentar do Ministério do Trabalho, que houve uma proposta. Estava conosco o Deputado Valtenir Pereira e alguns outros colegas, como os Deputados Domingos Sávio e Airton Cirilo, na reunião com os Presidentes dos Tribunais do Trabalho, que vieram falara sobre a questão do corte. Houve a colocação do Dr. Paulo Schmidt, assessor do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, de que a Justiça preferia que o corte fosse uniforme para todas as Justiças. O trabalho foi agravado por questões que eu debati ontem aqui, e os demais receberam corte linear de 15%.

Eu queria informá-lo e aos demais membros da comitiva da Justiça do Trabalho e dos demais órgãos de Justiça Federal, que, se nós mudarmos o corte de

15% para todos os órgãos da Justiça e 50% para a Justiça do Trabalho para um corte uniforme, isso representará um corte de 25% para todas as Justiças. Então, eu preciso saber se se mantém aquela sugestão que foi colocada na mesa, de que faríamos um corte linear em todo o Judiciário. Esse corte passaria a ser, Deputado Valtenir, de 25% em todos os órgãos da Justiça Federal.

Então, fica o número, para que possamos evoluir no acordo e resolver o problema da Justiça trabalhista.

E quando o Deputado Pompeo de Mattos disse que o corte de 35% para o Bolsa Família era muito, quero dizer que o Minha Casa, Minha Vida teve mais de 50% de corte, o Ciência sem Fronteiras teve mais de 50% de corte, e o PRONATEC teve mais de 50% de corte. V.Sa. viu o Senador Hélio José reclamando que o Senado teve 42% de corte. Então, infelizmente, é um Orçamento muito apertado. Todos estão contribuindo. Portanto, 35%, em relação ao nível de cortes do Orçamento, à média geral, não é um valor elevado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado Paulo Pimenta, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Lázaro Botelho, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O Deputado vai me ceder a vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Barros, grande Relator, que merece todo o respeito desta Comissão e de todos os Deputados, eu vejo o seguinte: olhando todos esses programas executados pelo Governo, como o da habitação, programa sensível, que atende a tantas famílias carentes; o Bolsa Família, com tanta gente passando fome, principalmente na Região Nordeste; o Seguro-Desemprego; o Seguro-Defeso, não vemos onde cortar. O crédito educativo tira pessoas que nunca tinham condições de ir para uma faculdade e hoje estão estudando e se formando; a nossa infraestrutura, que estava abandonada alguns anos atrás, melhorou demais; as nossas estradas também; a saúde, a educação, como é que se pensa em tirar recurso dessas áreas? E das

emendas parlamentares para aquelas pequenas obras em todos os Municípios do Brasil, obras importantes que vinham sendo atendidas? E de todas as áreas do funcionalismo público, que querem se atualizar, cujos aumentos são necessários para enfrentar a inflação?

As Forças Armadas, todas elas precisam também de reajuste. Existe o programa da Aeronáutica, para compra de aviões. Um País só é respeitado o tantinho que ele pode prejudicar os demais. Se qualquer país souber que o Brasil não tem qualquer condição de defesa, ele não respeita. Então, as três Forças Armadas têm que ter seus equipamentos. Todos os Poderes da República também estão querendo os seus reajustes normais. A Previdência é um buraco sem fim!

Eu vejo que o Governo tem feito o que pode, mas tudo o que o Governo fez, Sr. Relator, fez com as melhores intenções de atender melhor o povo brasileiro. Mas, com essas boas intenções, nós ficamos hoje com um buraco de 120 bilhões. Aí é que eu vejo, também, a sensibilidade do Relator, de analisar item a item onde vai ter que cortar. Não existe milagre. S.Exa. tem que ter sensibilidade para saber onde pode meter a faca para diminuir os gastos.

Nós estamos vendo que todos os programas que eu citei são importantíssimos, mas têm que ser cortados. Então, S.Exa. tem que fazer com o coração, com a sensibilidade máxima. Tem que ajustar. Nós estamos com um déficit no Orçamento. E, este ano, a arrecadação ainda está pior. A previsão para o ano seguinte é ruim, então tem que cortar. Com o coração doendo, teremos que assistir a esses cortes.

Eu quero desejar muita sorte ao nosso Relator. Eu sei que ele é muito sensível, que tem conhecimento de causa. Acho que, neste período em que estou aqui, não vi ainda um Relator mais preparado que S.Exa. Eu quero dar-lhe parabéns e desejar boa sorte a esta Comissão, que tem trabalhado muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, meu caro colega e ilustre Relator, primeiro, algumas coisas me causam muito espanto. Fico imaginando como não têm coerência alguns Parlamentares, que, inclusive,

participaram do Governo passado — o meu colega de bancada do Ceará, Raimundo Gomes de Matos, é um deles —, que sabem o que foi o Governo Fernando Henrique Cardoso com relação à crise que se vivenciou naquela época. O Governo quebrou três vezes, recorria ao Fundo Monetário Internacional para pagar os juros da dívida.

Nós temos muitos problemas, mas o Brasil hoje tem 370 bilhões de reserva cambial e não deve dar calote em ninguém, ao contrário do que acontecia. Então, eu fico assim espantado como é que alguns Parlamentares não têm o mínimo de coerência. Parece que o povo se esquece do que aconteceu no passado. Vêm falar da transposição... Senhores, a transposição é uma obra secular, que todos os Governos tinham vontade de fazer. E foi graças ao Governo do Presidente Lula, que teve a coragem e a ousadia, que foi feita. Uma obra que está com 85% para ser concluída. Está atrasada, é verdade, porque teve vários problemas, nós sabemos. E vai ser a nossa redenção, porque, sem a transposição, o Nordeste vai entrar em colapso total.

Então, eu fico espantado com o fato de alguns Parlamentares, meu caro nordestino Pedro Fernandes, virem falar que foi prometida a refinaria e não foi construída. É verdade. Mas, nos Governos deles, eu participei de não sei quantas atividades, e até hoje existem placas de Fernando Henrique Cardoso anunciando a refinaria, existe o retrato do Governador Tasso Jereissati anunciando a refinaria — e nunca aconteceu! São a refinaria e a siderúrgica que eles nunca fizeram! E vêm aqui com a maior cara de pau levantar um negócio desses! Isso é inaceitável! Nós não podemos concordar. S.Exas. não têm moral para falar isso. Se fossem Parlamentares de outros partidos, eu ficaria calado, mas, quem foi Governo não pode fazer esse tipo de crítica aqui.

Segundo, com relação ao programa Bolsa Família, é evidente que o Deputado, a quem eu me associo parcialmente, porque acho que, como todo programa, tem que sofrer ajustes, correções. Sabemos que o programa tem problemas, mas tem muitos acertos, muitos acertos. E foi a salvação do povo da nossa Região, todos sabem disso. Nós somos de uma região pobre, principalmente por causa de um período de seca desses. Nós estamos vivenciando a maior estiagem dos últimos 100 anos. Eu sei o que nós sofríamos, porque fui candidato a

Governador do Ceará duas vezes. Eu sei o que era a realidade cruel, dramática das pessoas nesse período. Eu nunca esqueço o que vivenciei numa cidade chamada Boa Viagem: a quantidade de esmoleres, de mendigos, de crianças, de velhos, sem alternativas.

O Programa Bolsa Família e outros programas sociais podem conter erros, falhas, é verdade, mas, se não existissem, nós estaríamos numa tragédia nunca antes ocorrida na história deste País.

Por isso, eu acho que é preciso realmente fazer um olhar crítico de correções, mas também, elogiar as grandes iniciativas.

Vou dar um exemplo: estive, nesse final de semana, na sexta-feira, participando de um recital envolvendo dança, música, teatro. Um espetáculo nunca visto antes na minha vida, 35 anos de vida pública, feito com alunos do Programa Bolsa Família, graças a um trabalho espetacular de iniciativa da Secretária de Ação Social, Ilanna Cirilo, que, coincidentemente, é minha esposa. Ela olhou para esse povo que não tinha oportunidade, que não tinha vez, que não tinha perspectiva. Só estou participando, meus caros Deputados Arnon Bezerra e Gorete Pereira.

O que aconteceu? As famílias que participaram daquela atividade viram a transformação, o orgulho de crianças, que não tinham oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - ...e se inseriram socialmente, graças a esse programa. Por isso, eu quero fazer o destaque importante desse programa tão maravilhoso.

Ao mesmo tempo, para concluir, faço um apelo ao nobre Relator. Já conversei com S.Exa. Sei que é um homem sensível, vai nos atender nas demandas dos tribunais de trabalho que precisam se recompor. Eles cumprem um papel importante.

Eu recebi uma ligação e um documento do Desembargador, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, fazendo um pedido. Sei que nosso Relator estará sensível, como também para as nossas emendas, que envolvem principalmente a questão da saúde, porque foi reduzido o recurso.

Para se ter ideia, nós destinamos 750 milhões para a alta e média complexidades, ficou 1 milhão. Então, tem que ser recomposto. A água da FUNASA, como a Deputada Gorete Pereira mencionou aqui, precisa ser reposta.

Para concluir mesmo, meu querido Relator Ricardo Barros, nós estamos sendo dizimados com o avanço das marés na minha região, todo o Ceará, o Rio Grande do Norte, e pedi para ser contemplada uma emenda contra a erosão marinha. Eu pedi a sensibilidade de V.Exa. para também levar em consideração essa emenda.

No mais, parabenizo-o pelo trabalho e espero que possamos aprovar esse Orçamento o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu acho que V.Exa. acabou se esquecendo de voltar à lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vou deixar V.Exa. por último, pois, como Líder do Governo, fará um balanço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Obrigado por sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas V.Exa. tornará a falar como Líder, não se desassocia.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, muitos Parlamentares falaram aqui sobre o TRT. Eu também queria sensibilizar o Relator. Sei que o Deputado já se reuniu com diversos representantes, que pediram mais apoio para os TRTs.

A discussão está em torno dos 10 bilhões do Programa Bolsa Família e de onde tirar esse dinheiro, uma vez que S.Exa. precisa fazer o corte. Mas, nós não entramos aqui numa discussão que eu acho importante, e talvez seja o momento, sobre o dinheiro do Sistema S. Nós estamos falando de uma previsão orçamentária, previsão de receita, para o ano que vem, de 30 bilhões para o Sistema S, que arrecada através da folha e da contribuição das empresas.

Esse dinheiro não passa pela Receita Federal. Não existe uma prestação de contas clara. Ou seja, ela é duvidosa, questionável. Tudo é para a qualificação e

capacitação dos trabalhadores. Mas eu vejo muitas instituições que pertencem ao Sistema e que estão fazendo propaganda na televisão, gastando em campanhas milionárias de publicidade.

Então, é importante fazer essa discussão, incluir a previsão orçamentária, a previsão de receita do Sistema S no Orçamento, fazer cortes também, estabelecer novas prioridades. Porque eu vejo muita crítica.

E aqui a Comissão foi muito criticada, porque um veículo de comunicação do meu Estado, por exemplo, com uma propaganda paga por uma instituição dessas, colocou-me como um Deputado que votou a favor da CPMF, sendo que nem votamos, essa matéria não entrou nem em pauta. O que nós votamos aqui foi a previsão da CPMF na receita. Se eu vou votar a favor do novo imposto, da CPMF, é outra coisa, eu não decidi ainda. Mas ele não poderia ter colocado que eu votei.

Agora, para substituir a necessidade de um novo imposto e da CPMF, eu entendo que o Sistema S também tem que abrir mão desses recursos. Ele tem que fazer também cortes no seu orçamento, e, sobretudo, que esse orçamento passe pela União também, e que a gente possa debater aqui na Comissão de Orçamento as contribuições para o Sistema S em todo o Brasil, porque eu defendo e concordo plenamente com capacitação e qualificação de trabalhadores e todos os cuidados necessários. Agora, quando a gente vê ainda alguns presidentes de instituições do Brasil afora aparecerem na televisão para se promover com o dinheiro público, daí é outra coisa.

Eu queria falar também do Bolsa Família, e sei que o Relator tem que cortar de algum lugar. A gente pode chegar a ponto de ter que discutir a questão da redução do superávit, e, de repente na redução do superávit, não reduzir tudo e reservar um dinheiro para o Bolsa Família, porque é prioridade.

Eu fui o Relator Setorial do Orçamento. Aliás, quero elogiar o Relator-Geral, e é importante que a Comissão saiba que S.Exa. cumpriu todos os compromissos que fez com esta Comissão e com a Frente Parlamentar da Saúde. A situação da saúde é muito séria. A microcefalia está aí, são mais de 1.500 casos. O Deputado Osmar Terra, da Frente Parlamentar da Saúde, disse que há uma previsão de que mais de 10 mil crianças nascerão nos próximos meses com microcefalia. Não tem dinheiro para manter essas crianças nas APAEs, em lugar nenhum.

Mas nós conseguimos manter o mínimo, graças ao esforço do Relator e desta Comissão, que foi o dinheiro do Farmácia Popular, da FUNASA, em saneamento. O orçamento da FUNASA, para 2016, era de 30 milhões, se não me engano, sendo que, historicamente, o orçamento da FUNASA sempre foi de 1 bilhão, nos últimos anos, pelo menos. O saneamento básico é prevenção, é saúde preventiva em qualquer lugar do mundo, e, no Brasil, não é. Para uma discussão futura sobre o orçamento da saúde, discutir também, em cima da receita líquida, o orçamento da FUNASA.

Vamos tentar agora trabalhar para preservar o dinheiro do Bolsa Família, que, como Relator da saúde, eu digo que é essencial para que a gente tire as pessoas, crianças, jovens e adultos das filas dos postos de saúde e que eles tenham condições mínimas de se alimentar para que não fiquem doentes. Isso faz parte também da saúde preventiva, mas aí é uma decisão do Relator e da Comissão, que podem ficar também para a discussão sobre o superávit.

Era isso, Sr. Presidente, nobre Relator. Parabéns pelo relatório, orgulho da bancada do Paraná, Deputado Ricardo Barros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado João Arruda.

Nós temos aqui os dois últimos oradores, vamos ouvi-los antes de passar a palavra ao Relator e finalizar a discussão: Deputados Paulo Pimenta e Milton Monti.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a outra manifestação que eu fiz foi específica sobre a questão do Bolsa Família. Agora, quero falar aqui sobre a questão da meta fiscal.

Em primeiro lugar, quero dizer a V.Exa. que todos nós temos clareza de que a busca do equilíbrio fiscal, esse esforço que o Governo tem que fazer é algo que todos nós concordamos. No entanto, Sr. Presidente, parece-me um raciocínio bastante lógico. A meta fiscal é uma poupança, é um esforço que o País faz para pagar uma dívida. É como uma família que tem uma poupança, mas existem situações, Sr. Presidente, que são inesperadas.

Diferentemente do que diz a Oposição, o déficit que nós temos este ano no Orçamento não é porque o Governo gastou demais. A meta da despesa foi alcançada, foi cumprida. Nós não tivemos dificuldade em cumprir a meta da despesa; pelo contrário, nós tivemos uma frustração da receita.

E por que nós tivemos uma frustração da receita? Por vários fatores, como a redução da atividade econômica. Vejam, por exemplo, que este mês o preço das *commodities* no mercado internacional chegou ao seu valor mais baixo. O minério de ferro perdeu 80% do seu valor nos últimos 2 anos, a soja, neste ano, caiu 24% no preço do mercado internacional e o barril de petróleo que valia, há cerca de 18 meses, 150 dólares, Sr. Presidente, hoje vale 40 dólares. O Brasil aumentou a exportação, mas diminuiu sensivelmente a arrecadação. Isso impacta a nossa economia.

Então, a meta é um objetivo, mas a meta não pode ser um objetivo em si mesmo. Por isso, nós defendemos reduzir a meta para proteger o Bolsa Família. E cito o exemplo de uma família que tem uma poupança, mas há pessoas passando fome, em dificuldade. Será que vai continuar fazendo a poupança ou vai, em primeiro lugar, atender àquilo que é uma necessidade primária? É evidente que nós temos que atender o Bolsa Família.

Veja, Sr. Presidente, como são as coisas: vários Parlamentares falaram aqui sobre a questão da microcefalia. Ninguém esperava uma situação como essa. Ninguém tem a dimensão do tamanho desse problema. Isso vai levar a uma ampliação de recursos para a Vigilância Sanitária, a fim de combater endemias. De quanto vai ser esse valor? Ninguém sabe. Não temos a dimensão do tamanho desse problema, pois nós queremos, por exemplo, que as despesas utilizadas no combate às endemias, no reforço ao SUS, para as ações da Vigilância Sanitária, relativas a esse problema, possam ser abatidas da meta.

É claro, Sr. Presidente, que vamos pagar dívida para o exterior, para os investidores. Agora, se nós precisarmos de um dinheiro a mais para o combate à microcefalia, não vamos usá-lo? É claro que vamos usá-lo. Então, a lei tem que dizer que, se nós precisarmos abater da meta recursos para a Vigilância Sanitária para reforçar aquilo que o SUS está fazendo, nós temos que colocar isso na lei.

Existem obras estratégicas do PAC que estão em andamento. Se nós tivermos uma frustração da receita, Deputado Milton Monti, vamos parar essas obras, porque nós nos comprometemos a ter uma meta fixa? É evidente que não. Como é que nós vamos parar obras estratégicas para os Estados, para os Municípios? Então, nós temos que considerar que a meta também depende do desenvolvimento, da atividade econômica, do resultado da receita.

É isto que nós estamos propondo: que tenhamos uma meta fiscal, mas que ela seja uma meta flexível, que garanta, na sua plenitude — e para concluir, Sr. Presidente —, recursos do Bolsa Família sem qualquer tipo de corte.

O Governo é contra cortar qualquer recurso do Bolsa Família. Já expliquei aqui que os relatórios da CGU e de tantos outros garantem que os cortes do Bolsa Família vão significar pessoas saindo do programa, e nós não queremos isso. E vamos defender também que essa meta possa, sim, ser modificada se a receita primária não corresponder às nossas expectativas e se precisarmos de mais recursos para a Vigilância Sanitária, para o combate a endemias, para o reforço do SUS, para o combate à seca, para desastres, para mitigação dos efeitos de áreas afetadas por desastres. Ninguém espera que isso possa acontecer, mas vamos deixar na lei que, se for necessário, o Governo possa usar esses recursos também para obras estratégicas do PAC.

Então, é isso. Não é um fim em si mesmo. É uma meta, um objetivo, mas se nós tivermos emergências e situações inadiáveis, nós temos, sim, que priorizá-las, porque essa é a função de um governo popular, que tem prioridades, como é o Governo da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Caro Presidente, Deputado Jaime Martins, caro Relator, Deputado Ricardo Barros, primeiro, quero cumprimentar o Relator pelo trabalho realizado. O Deputado Ricardo Barros é um Parlamentar experiente na Casa e na Comissão de Orçamento. Da mesma forma, quero cumprimentar toda a equipe de auditores, que sei que nessa época aqui se desdobram — e muito — para fazer com que os relatórios, enfim, todo o trabalho

esteja pronto em um tempo sempre recorde. Então, eu quero cumprimentar todos os consultores por isso.

Quero dizer, caro Relator, que apresentei destaques da bancada de São Paulo, como coordenador da bancada, mas também tenho que dizer que V.Exa. agiu com muita parcimônia com todas as bancadas. É claro que nós sempre temos um ajuste aqui e ali para fazer. Por isso, nós vamos apresentar os nossos destaques.

Quero também dizer que fui procurado, como coordenador, embora não seja uma emenda de bancada, pelo Tribunal Eleitoral. Eu ouvi muito falar aqui a respeito do Tribunal do Trabalho. O Tribunal do Trabalho de São Paulo, da 15ª Região, de Campinas, também conversou comigo hoje à tarde. No Tribunal Eleitoral, pelo que eu pude entender, os cortes realizados foram feitos no GND 3 e GND 4. Os tribunais que tinham um GND 4 maior tiveram, evidentemente, um corte menor no GND 3.

Na minha avaliação, desculpem-me as orientações da Relatoria, isso cria uma distorção. Se for para cortar investimento, é uma questão; para cortar custeio, é outra. O Tribunal que anda enxuto e, sabendo das dificuldades, não fez uma proposta ousada para investimentos acaba tendo um corte de custeio maior, justamente porque não tinha dinheiro para investimento.

Eu peguei alguns exemplos. São Paulo tem 32 milhões de eleitores. No Orçamento original, o voto em São Paulo custaria 2 reais e 9 centavos. No Rio de Janeiro, 3,80, quase o dobro; no Ceará, 4,17; e, no Paraná, 4,21. Ou seja, o Tribunal de São Paulo demonstra com isso — e não estou aqui para questionar os outros tribunais — que é um Tribunal enxuto diante do número de eleitores que tem. Por isso, eu quero que V.Exa. tenha um carinho especial. Acho que em relação à recomposição, justamente por não ter GND 4 e por não ter o que cortar no GND 4 e ter sido cortado apenas no custeio — e o custeio é aluguel, despesas corriqueiras, despesas cotidianas —, acho que nós devemos ter um olhar especial nesse sentido.

Quero aproveitar o tempo que me resta para corroborar um pouco aquilo que foi dito aqui em relação à meta fiscal. Eu sou defensor do equilíbrio fiscal. É preciso um orçamento equilibrado, é preciso o equilíbrio das contas públicas. Isso é importante para que o País possa crescer, desenvolver e ter credibilidade. No entanto, acho que esses cortes devem ser feitos com parcimônia.

Nós não podemos cortar apenas os investimentos e as despesas sem critério, porque, senão, nós vamos entrar em um ciclo pernicioso. Corta investimento; cortando investimento não tem desenvolvimento; não tendo desenvolvimento não tem arrecadação; não tendo arrecadação aumenta o corte das despesas de Orçamento. Então, nós temos que ter um equilíbrio em cortar algumas despesas de custeio e não cortar todos os investimentos, porque são justamente os investimentos que vão propiciar a retomada do crescimento econômico do País, senão nós não vamos sair desse círculo. Se nós não investirmos, o País não vai crescer. Por isso, nós não vamos arrecadar e não vamos fazer frente à necessidade do equilíbrio fiscal que nós defendemos, propugnamos, e acho que tem que ser buscado a todo custo.

Para encerrar, caro Relator, caro Presidente, quero mais uma vez reforçar a questão do Tribunal Eleitoral de São Paulo, que me pareceu ser um pleito justo, repito, por não ter recursos de investimentos, acabou tendo todo o corte exercido no custeio. E, em outros tribunais, houve cortes de investimento e também de custeio.

Então, mais uma vez, quero cumprimentar V.Exa. pelo trabalho realizado. V.Exa. teve equilíbrio, paciência em administrar um orçamento curto neste momento. Portanto, fica aqui o nosso parabéns pelo trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Estava aqui previamente inscrita a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que se ausentou por alguns minutos por razões justas. Vou passar a palavra para S.Exa. para que faça suas manifestações como última oradora inscrita.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de destacar uma demanda específica, Sr. Relator, em relação à questão do atendimento na Secretaria que trata especificamente de políticas para as mulheres.

Atendendo a uma demanda da Secretaria, eu vou apresentar destaques na tentativa de recomposição do Orçamento que veio do próprio Executivo ou que foi acrescido pelo relator setorial.

Em uma ação específica que trata na Central de Atendimento à Mulher que sofreu violência, houve um corte de quase 6 milhões em um orçamento que era previsto de 30 milhões para o atendimento. Trata-se de uma Secretaria que, na

verdade, já houve uma mudança, que tinha *status* de Ministério, está incorporada em outra estrutura, tem o orçamento relativamente muito pequeno para atender todo o Brasil, em uma área que ainda é muito recente, de fortalecimento das estruturas de atendimento e combate à violência contra a mulher.

Então, nós vamos apresentar destaques. Eu compreendo a dificuldade de V.Exa. Na verdade, é uma escolha que imagino que os Líderes e nós vamos ter que sentar e ajudar nessa escolha, e vai ser escolha de prioridades.

Nesse sentido, quero agradecer a sua atenção como Relator no atendimento do pleito da educação. Um corte foi realizado depois que o Orçamento chegou aqui, mas, na votação do relatório setorial, nós tomamos a deliberação e conseguimos conversar com V.Exa. Então, foram recompostos 300 milhões para a educação, sendo para a educação básica, transporte escolar e ensino superior.

Eu acho que, dessa forma, as ações finalísticas do Ministério que estavam comprometidas foram preservadas. Lógico que uma parte do corte foi pessoal, que é discricionário da própria gestão pública, ajustes que o Ministério se dispôs a realizar. Então, esse é um atendimento importante.

Eu queria fazer uma fala, Relator, sobre essa questão do Bolsa Família. Eu sei que não é uma vontade de ninguém cortar um programa de natureza social, que tem a sua efetividade, embora eu reconheça que existem problemas graves apontados que precisam ser enfrentados.

O que eu entendo é que, na verdade, nós teremos que sentar para deliberar, porque o Orçamento não é uma peça de ficção. Não existe um pote de ouro no fim do arco-íris, que a gente vai inventar para depois ter que votar aqui outro PLN 5 ou inventar recursos.

Então, embora meu partido não defenda corte no Bolsa Família, eu entendo que nós vamos ter que fazer esse exercício juntos. Tirar de onde em detrimento do quê? Qual é a prioridade? Como podem ser feitos ajustes e reorganizações necessárias para que a gente não tenha um orçamento de faz de conta?

É muito ruim passar para a Nação, em todas as áreas, que a gente faz um orçamento e não o leva a sério, porque depois a gente não vai cumprir. Ele já foi feito pensando que não vai ser cumprido.

Lógico que nós podemos ter mudanças na perspectiva de contexto econômico, demandas específicas, mas nós temos que fazer o mais real possível. Se tiver mais dinheiro, nós vamos fazer a votação dos créditos, senão o ajuste necessário tem que ser feito.

Eu quero, para finalizar, fazer esse apelo para que nós, juntos, possamos tentar encontrar alternativas para essas prioridades. A minha defesa básica é para essa área da Secretaria da Mulher, e nós vamos apresentar destaques.

Quero agradecer esse atendimento que foi feito na área da Educação, em especial, para manter programas que vão atender Estados e Municípios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Professora Dorinha Seabra Rezende.

Antes de passar a palavra ao Relator para suas considerações finais e para sua avaliação das argumentações dos senhores oradores, eu queria lembrar aqui os acordos de procedimento. Em primeiro lugar, vamos encerrar às 20 horas o recebimento de destaques, por acordo desta Comissão e por determinação da nossa Presidente. Vamos encerrar às 20 horas o recebimento de destaques. O Relator precisa de um tempo, até amanhã pela manhã, para fazer a avaliação dos milhares de destaques que está recebendo. Segunda coisa, vamos marcar reunião para amanhã, às 9 horas da manhã. É muito importante que votemos aqui na Comissão esse relatório de Orçamento.

Esta Comissão, através dos seus membros, através do seu Relator e da sua Presidente, dará um exemplo de responsabilidade para com o País neste momento de crise, neste momento de debate político que se trava aqui nesta Casa. Não podemos ser responsabilizados por uma eventual falta de recesso parlamentar. Essa é outra discussão que deve fugir do âmbito desta Comissão.

Queria aproveitar e parabenizar todos os membros por esse debate profícuo que nós tivemos aqui hoje. Eu participo desta Comissão há muitos anos. Estou nesta Casa há 21 anos. Pela primeira vez, acho que estamos aqui debatendo o Orçamento de verdade, debatendo questões de corte, de responsabilidade fiscal, de previdência, de excessos que existem em todos os Poderes — no Legislativo, no Judiciário —, debatendo programas que precisam ser aperfeiçoados e melhorados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, eu parabenizo o Relator pelo seu trabalho, independente das questões relativas ao mérito, mas pela sua coragem de apresentar com antecedência um relatório e vir aqui para debater com todos os Parlamentares que quiseram debater. Nós ouvimos aqui 20 oradores. Estamos reunidos desde as 14h30min. Portanto, estamos com quase 4 horas de debates nesta Comissão. Pela primeira vez, vamos ter aqui um Orçamento realmente fruto de um debate dos Parlamentares desta Comissão.

Queria deixar também aqui, desde já, meus parabéns à Senadora Rose de Freitas, nossa Presidenta, que capitaneou esse trabalho, vem capitaneando. Acho que ela vai terminar com um mandato extremamente profícuo em termos de votação. Talvez, na história deste Parlamento, poucas vezes a Comissão de Orçamento foi tão operativa e em condições de entregar um Orçamento a tempo e a hora, para que o Presidente do Congresso possa, caso tenha condições, votá-lo no plenário.

Com a palavra o Relator Ricardo Barros para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Responderei ao Deputado Lázaro Botelho e quero agradecer as considerações ao relatório e as observações que V.Exa. faz quanto ao debate que está sendo feito nesta Casa.

O Deputado José Airton Cirilo fala do *per capita* da saúde. Eu quero lembrar aos senhores que nós fizemos um ajuste no *per capita* da saúde. Como foi falado, tínhamos 3 bilhões e 200 milhões de reais para a saúde e acrescemos esse valor. Desse valor, colocamos, por indicação do Relator Setorial, 500 milhões na Farmácia Popular, que não tinha nada, pois o Governo havia cortado; colocamos 100 milhões na FUNASA; colocamos 2 bilhões e 600 milhões no MAC — Média e Alta Complexidade. Noventa por cento desses 2 bilhões e 600 milhões, nós colocamos linearmente igual para todos, na proporção do que já tinham. Então, todos os Estados cresceram na proporção do que já tinham. E colocamos 10% para atender os quatro Estados com o menor MAC de toda a nossa estrutura. Então, o Maranhão, o Amapá, o Amazonas e o Pará receberam valores para que chegassem a 130 reais *per capita* do MAC. O que tinha menos tinha 116, e foi para 130. A partir daí, os demais estão sendo atendidos: o Pará, com 131, e depois vai até o Rio Grande do Sul, com 232. Fizemos de forma mais distributiva do Orçamento da União, ao colocarmos recurso naqueles Municípios que mais necessitam, naqueles Estados

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que têm o menor MAC e passaram a ter um piso de 130 reais *per capita* na Média e Alta complexidade.

Quero lembrar que Média e Alta Complexidade é contratualização, são contratos que o Governo tem com hospitais, Santas Casas, laboratórios, prestadores de serviços, Prefeituras, Estados. Então, não se resolve o MAC só por colocar recurso. É preciso também que os Estados credenciem mais serviços. Assim receberão mais recursos da Média e Alta Complexidade.

Então, fica a resposta aqui ao Deputado Cirilo, que fala desse assunto. Quero pedir um destaque aqui para a erosão marinha, que eu anotei.

O Deputado João Arruda fala do Sistema S. O Governo tinha algumas outras escolhas a fazer: CIDE, Sistema S, coisas que foram aventadas por nós, questionadas por nós, como previdência, que foi o nosso primeiro quesito, para que o Governo atacasse a reforma da Previdência, mas ele criou um fórum que está debatendo as propostas e que vai, no ano que vem, ter alguma resposta.

Eu acrescentarei, como solicitado pelo Deputado Pedro Fernandes, o capítulo da Previdência no meu relatório, porque, afinal de contas, foi com esta temática que iniciamos a pressão no Governo para ajustar o Orçamento. Não resolveríamos o Orçamento de 2016 em muito com a reforma da Previdência, mas resolveríamos todos os outros Orçamentos do País pelo resto da vida. Então, é fundamental esse ajuste.

Obrigado, Deputado Pedro, pela lembrança, porque, como o Governo não se sensibilizou, criou um fórum e jogou o debate para frente, eu também acabei tratando só dos temas que estão sendo resolvidos neste Orçamento. Não houve, portanto, o encaminhamento da mensagem do Governo para nós do Sistema S. Portanto, não serão agregados aqueles 6 bilhões que o Governo anunciou anteriormente do Sistema S, que contribuiriam para o ajuste fiscal, e também não houve a questão da CIDE. O Governo não pretende aumentar a gasolina através da CIDE e já deixou claro que pretende permitir que a PETROBRAS aumente a gasolina, para cobrir o rombo que há na PETROBRAS, ajustando as contas daquela empresa.

Deputado Milton Monti, nós já fizemos um atendimento as suas demandas em relação ao Estado de São Paulo e veremos se será possível atender mais alguma coisa.

Deputada Professora Dorinha, vou avaliar o seu destaque da Secretaria da Mulher. A educação foi preservada de todos os cortes lineares que fizemos. No acordo do relatório setorial da saúde e da educação nós ajustamos as demandas. Portanto, não estão bem atendidas, mas estão mais bem atendidas do que todas as demais áreas de Governo. O pote de ouro no final do arco-íris, a que a senhora se referiu, o Governo encontrou através da redução da meta fiscal. Então, o Líder, aqui na Comissão, anunciou que, para não cortar o Bolsa Família, reduz-se a meta fiscal em 10 bilhões de reais.

Também a Presidente proporá que os investimentos do PAC sejam abatidos na meta. Temos 28 bilhões e 700 milhões que estão aportados no PAC e mais os Restos a Pagar, e mais, eventualmente, algum atendimento que se faça. Então, poderemos ter o abatimento dos 34 bilhões da meta fiscal; poderemos abater do PAC 0,4% do PIB — a meta fiscal era 0,5% do PIB, e nós estamos abatendo 0,4%. Então, o Governo passou a meta para 24 e autoriza descontar algumas coisas do PAC, de modo que garante superávit de 0,1% do PIB, o que dá 7 bilhões de reais mais ou menos.

Então, depois de tanto debate, de tanta confusão, temos poucas coisas para resolver. Vamos ver se ajustamos essa questão do Bolsa Família. Eu lamento que, apesar de todas as evidências de má gestão, se queira manter os recursos integralmente no programa. Espero, então, que pelo menos saiam os que não têm amparo legal e entrem aqueles que eventualmente têm necessidade, têm condições e não estão sendo atendidos. Pelo menos que haja essa mudança na gestão do programa.

Gostaria de dizer que propusemos um orçamento equilibrado. Eu fico feliz que vou entregar o relatório como eu gostaria, com mais receita do que despesa. Quer dizer, o nosso relatório garantirá pelo menos um superávit primário de 7 bilhões de reais. Pode ser mais. Com o abatimento do PAC, ele pode chegar a esse valor, conforme o Governo vai mandar.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo, está indo ao Palácio para tentar entender quais as propostas que o Governo faz. De qualquer maneira, teremos o superávit, que é uma coisa importante. Gostaríamos de aprovar um relatório para o Brasil com menos despesas do que receita. Que o Governo faça a lição de casa: gastar menos do que arrecada. Isso é importante para nós.

Este Orçamento superavitário pode nos ajudar a manter o grau de investimento. A perda do grau de investimento provocaria uma debandada dos investimentos no Brasil, menos oportunidade de emprego e menos crescimento econômico. Por isso, desde o início, eu vinha defendendo o equilíbrio no Orçamento, o superávit no Orçamento e o corte do Bolsa Família como solução para manter o superávit orçamentário.

É melhor garantir o emprego aos 72% dos beneficiários do Bolsa Família que declaram estar no mercado trabalho. Eles declaram estar no mercado do trabalho. É melhor garantir o emprego deles do que garantir a ajuda do Bolsa Família, porque o emprego é a renda principal, e o bolsa família é renda complementar.

Por isso a nossa insistência, desde o início, de tratar do equilíbrio fiscal, de buscar o rigor fiscal e colocar luz sobre alguns temas cuja discussão eu acho relevantes.

Vou repetir: fizemos uma reunião com os Presidentes dos Tribunais do Trabalho. Recebi hoje, pela manhã, o Presidente eleito, Ives Gandra. Eles vieram reivindicar que o corte fosse reduzido. Nós cortamos 50% do custeio e 90% dos investimentos dos Tribunais do Trabalho. Os tribunais custam 18 bilhões de reais, por ano, à Nação brasileira. O Tribunal do Trabalho tem 50 mil empregados. Quantas empresas no Brasil tem 50 mil empregados, Deputado Milton Monti? Então, é uma distorção que precisa ser resolvida.

A Justiça do Trabalho é onde as pessoas ganham ou não perdem. Demandar na Justiça do Trabalho é: ganhar ou não perder. Por isso nós temos 3,5 milhões de ações trabalhistas, por ano, no Brasil. Três milhões e meio de ações trabalhistas por ano!

Então, eu fiz uma reflexão, tanto com o Presidente do TST pela manhã, quanto com os Presidentes dos Tribunais que vieram nos visitar aqui, com vários Parlamentares que participaram deste debate. Marcamos para fevereiro uma

reunião no Conselho Nacional dos Presidentes de Tribunais, com a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA e com os demais interessados.

Vamos iniciar o debate sobre a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil. Não é possível que nós queiramos manter o entendimento de que todo trabalhador é hipossuficiente. Quando se votou a CLT, em 1943, os nossos trabalhadores assinavam a rescisão com o polegar. De fato, a lei os protegia, porque, como ele não sabia o que estava assinando, ele podia questionar depois o acordo que fez. O advogado o poderia ter enganado ou qualquer coisa assim. Agora não é mais assim, gente. Como eu disse para eles, uma pessoa formada, pós-graduada, que ganha 30 mil por mês, pode ir à Justiça do Trabalho dizer que não comeu, não dormiu, está vivo ainda e não se sabe como, e quer receber tudo isso do patrão.

Então, nós queremos equilibrar. A justiça é feita para harmonizar as partes, não é feita para atender uma das partes. O defeito é da legislação. Eu reconheço. Os juízes aplicam a lei, que é protecionista, porque, naquele momento, precisava ser. O trabalhador não tinha capacidade de defender seus interesses.

Vamos iniciar, a partir de fevereiro, a discussão sobre a reforma da CLT. Há um apelo que faço e que os demais colegas que estavam na reunião fizeram, que é o apoio institucional dos Presidentes dos Tribunais, dos juízes do trabalho, de todos que trabalham nessa área, porque só assim nós vamos conseguir aprovar, Deputado Milton Monti, Deputada Flávia Morais, lá no plenário, as mudanças da legislação. Isso não é retirar direito do trabalhador. Nós não queremos retirar direito do trabalhador; pelo contrário, queremos garantir celeridade àqueles que de fato precisam da Justiça do Trabalho; garantir capacidade de atendimento a sua demanda; desentupir a Justiça do Trabalho de milhares e milhares de processos que não têm o menor fundamento, cujos pedidos são enviados para lá, mas que não geram prejuízo nenhum para ninguém. Não há nada a perder, tentando tomar algo de alguém. Vemos aqueles acordos nos quais um funcionário pede, por exemplo, cem, mas com dois ele vai para casa feliz. Por quê? Porque ele não tinha direito a nada. Então, dois já é muito, embora tenha pedido cem. Se, por acaso, o empregador não comparecer, é condenado à revelia pelo pagamento dos cem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, vamos ajustar, gente. É um bom debate, é uma boa oportunidade que estamos tendo de tratar desses temas, do auxílio-reclusão, do tema da Justiça do Trabalho, dos 29 auxílios do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal, do teto do servidor. Inclusive, há um projeto de lei nesse sentido para ser votado nesta Casa. O Governo nos mandou o projeto e já cortou 800 milhões da despesa do ano que vem, prevendo a aprovação do projeto. Só que o projeto já foi distorcido aqui. Se for aprovado, aumentará em 1,5 bilhão a despesa, em vez de reduzi-la em 800.

É preciso ter cuidado com o gasto público. Eu falo do teto do servidor público, porque senão vão falar: *"O Deputado Ricardo Barros só queria tirar dos pobres do Bolsa Família"*. Não, nós estamos tentando tirar de todas as áreas onde, sabidamente, o recurso é mal aplicado e não está cumprindo o que a legislação determina.

Então, todos esses temas serão objeto de um requerimento que farei, solicitando auditoria do TCU, e que amanhã apresentarei aqui a nossa Comissão para deliberação. Vamos pedir auditoria em todos esses temas que nós abordamos no relatório, com amplo apoiamento dos Srs. Parlamentares, discordando ou não do mérito, mas reconhecendo a necessidade da averiguação da qualidade do gasto público. Haverá um pedido de auditoria de todos esses temas e, claro, como não poderia deixar de ser, sobre a Previdência, especialmente sobre a questão da perícia na Previdência Social.

O Brasil tem, senhores, 17% de aposentados por invalidez. É evidente que não existem 17% de aposentados inválidos no Brasil, mas eles recebem aposentadoria como inválidos. Isso precisa ser revisto.

Na Argentina, a Previdência foi terceirizada para seguradoras privadas. A questão do seguro-desemprego e da aposentadoria por invalidez foram terceirizadas. São seguradoras privadas que cuidam do sistema. Quantos aposentados por invalidez há na Argentina? Quatro por cento. É evidente o descaso no gasto do dinheiro público no Brasil.

Então, eu peço o apoio dos senhores para a aprovação desses requerimentos de auditoria. Isso vai nos permitir, quem sabe no próximo ano, ampliar e aprofundar o debate de todos esses temas que aqui foram colocados. De forma corajosa, muitos Parlamentares aqui nos declararam apoio, embora vamos discutir causas

impopulares, temas que eles têm medo de abordar para não serem mal interpretados e dizerem que estão contra a transparência, contra o direito de qualquer trabalhador, seja ele o servidor que ganha o teto, seja ele aquele que ganha um salário mínimo, mas esses temas precisam ser debatidos.

Eu quero agradecer a oportunidade que tive, como Relator-Geral do Orçamento, de colocar luz sobre esses problemas. Eu sei que isso frutificará. Não é fácil fazer mudanças nem é rápido fazê-las, mas um dia elas têm que começar. Eu espero que comecem a partir deste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Sr. Relator.

Eu queria agradecer a todos os Parlamentares, a todos os membros desta Comissão pelo apoio no bom andamento dos trabalhos.

Deputada Flávia, V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sim, Sr. Presidente, para agradecer e parabenizar todos os membros da Comissão, o Presidente e o Relator. Este, pela sua firmeza, como S.Exa. mesmo disse aqui, conseguiu trazer algumas questões que nós precisamos realmente debater. E o parabenizo mais ainda pela ponderação e sensibilidade de entender que alguns temas precisam ser revistos neste momento. Mas, a longo prazo, nós realmente precisamos acompanhá-los para que haja a execução cada vez maior e melhor de programas como o Bolsa Família, principalmente. Realmente, algumas coisas podem ser melhoradas, mas foi muito importante a sua sensibilidade em não fazer um corte tão grande no momento. A Farmácia Popular também foi recomposta. Foi muito bom esse entendimento.

Presidente, muito obrigada! E parabéns ao Relator!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputada Flávia Morais.

Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Milton Monti, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu quero somente cumprimentar o Relator mais uma vez pelo trabalho e parabenizá-lo por trazer ao debate esses temas. Estamos no Parlamento brasileiro, onde nenhum tema deve ser proibido; ao contrário, todos devem ser exaustivamente esmiuçados e debatidos, frente às novas

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realidades da sociedade e do mundo moderno. Enfim, nós temos que avançar sempre. Portanto, meus parabéns por trazer ao debate assuntos tão importantes para o País!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Milton Monti.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, por 1 minuto, por gentileza, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Jaime Martins, Sr. Relator, Deputado Ricardo Barros, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar o Relator Ricardo Barros pelo excelente trabalho, com muita propriedade. S.Exa. é um Deputado experiente, que milita nesta Comissão há muitos anos.

Eu ainda era aprendiz de Deputado nesta Casa, Deputado Ricardo Barros, mas já apreciava o trabalho de V.Exa. nesta Comissão e no Congresso Nacional.

Sr. Relator, apresentei o Destaque nº 217, sobre a recomposição do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. O Tribunal da Bahia foi muito atingido. Observa-se que, no relatório, representa mais de 20% de todo o cancelamento proposto, ensejando a interrupção na execução dos projetos de construção na nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o qual inclui o meu Estado.

Quero dizer a V.Exa. que existe um convênio do Tribunal da Bahia com a Caixa Econômica Federal. Os depósitos judiciais são aplicados na Caixa. O recurso dessa aplicação seria investido em infraestrutura para construirmos no Estado da Bahia uma nova sede para o Tribunal. Com esse corte, Deputado Ricardo Barros, fica inviabilizada essa nova construção.

Apelo aqui a V.Exa. para fazermos essa recomposição. São recursos privados, não são recursos da União. Peço a V.Exa. que compreenda e não permita a interrupção das obras do nosso Tribunal Regional do Trabalho.

Apresentei esse destaque, o Destaque nº 217, para apreciação de V.Exa. Ou seja, que fosse recomposta essa perda muito grande para o nosso querido Estado da Bahia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito obrigado, Deputado João Carlos Bacelar.

Com a palavra o Deputado Bebeto, por gentileza, por 1 minuto, para concluirmos os trabalhos.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero também parabenizar o Relator, Deputado Ricardo Barros, que tratou de temas absolutamente complexos. S.Exa. soube minuciosamente trabalhar as diversas demandas, trazendo também a lume um conjunto de temas sobre os quais joga luzes para que esta Casa possa efetivamente debatê-los com a intensidade que o Brasil e este momento exigem de todos nós.

Eu gostaria, meu caro Relator, na mesma linha apresentada pelo querido Deputado João Carlos Bacelar, sendo eu da Bahia, de pedir encarecidamente a V.Exa. — estou apresentando três destaques também — que leve em consideração os investimentos que devem ser realizados na sede do nosso Tribunal Regional do Trabalho. Não há recursos da União. São recursos decorrentes de um convênio com a própria Caixa Econômica Federal. A restrição apresentada pelo seu relatório, sem sombra de dúvidas, complicará a construção do Tribunal Regional do Trabalho na Bahia, que é uma necessidade do Estado. Portanto, faço encarecidamente este pedido a V.Exa., que tem sido diligente. Tem analisado e atendido. Leve em consideração essa questão central para o nosso Estado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Bebeto.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, apenas quero parabenizar o nosso Relator pelo conhecimento técnico e pela experiência. S.Exa. salvou milhares e milhares de vidas nordestinas, com o seu conhecimento. Por dias e dias, noites e noites, S.Exa., junto com a Presidenta Rose de Freitas, ajudou muito MATOPIBA e ainda vai me ajudar mais um pouquinho.

Parabéns, meu Relator!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu queria relembrar que às 20 horas nós estamos encerrando o prazo para os destaques.

Queria, mais uma vez, agradecer a todos os membros da Comissão a colaboração ao andamento dos trabalhos. Tivemos hoje uma tarde absolutamente

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

profícua de debates. Estamos aqui há mais de 4 horas nesta reunião. Eu queria parabenizar todos e deixar uma palavra de incentivo. E parabenizo o nosso Relator. Quem conhece o Deputado Ricardo Barros e convive com S.Exa. — como eu, que convive com S.Exa. há bastante tempo — esperava realmente um trabalho de fôlego, um trabalho de coragem de enfrentar temas absolutamente necessários à vida nacional.

Precisamos encontrar o caminho do equilíbrio fiscal. É fundamental para que a Nação tenha estabilidade econômica e tenha a estabilidade dos empregos. Temas como os que foram debatidos aqui são importantes. Sem querer entrar no mérito, individualmente, de cada um dos itens, digo que o conjunto do debate foi extremamente esclarecedor.

Espero que nós possamos amanhã, pela manhã, concluir este trabalho. Ao final, se formos ou não para o recesso, a Comissão terá cumprido o seu papel.

Parabéns, Deputado Ricardo Barros! Parabéns a todos os Relatores Setoriais e a todos os Líderes partidários! A Comissão de Orçamento este ano trabalhou com muita responsabilidade com o País.

Eu vou suspender os trabalhos, lembrando que amanhã o primeiro item da pauta será a discussão do relatório do COI, que precisamos votar. Já foi discutido hoje. O Relator está apenas preparando algumas alterações no texto que já foi aqui acordado. Será, portanto, uma votação de acordo, bastante rápida. É o Relatório nº 1 do COI.

Logo em seguida, vamos entrar na votação do orçamento. Não podemos votar hoje, em função de termos a Ordem do Dia e também em função do art. 76 da Resolução nº 1, que pede que seja primeiro votado o PPA, afinal está na Ordem do Dia de hoje do Congresso Nacional, bem como a LDO.

Eu suspendo os trabalhos desta Comissão e convoco a continuação desta reunião extraordinária para amanhã, dia 16 de dezembro, quarta-feira, às 9 horas da manhã, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos, declaro suspensa esta reunião.

Obrigado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 16.12.2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Declaro reiniciada a 15ª sessão extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Suspendo os trabalhos para uma reunião com o Relator da LDO, a fim de tratar da alteração do texto na sala da Presidência da Comissão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Vamos concluir a votação do relatório do Deputado Zé Geraldo.

Continuação da apreciação do Relatório nº 1 do COI, da CMO, 2015, apresentação pelo Comitê de Avaliação das informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, sobre informações das obras que elencamos, como a de construção de ponto de ônibus, Radial Leste, trecho 1, em São Paulo, e Radial Leste, trecho 3, devido à perda do objeto com a revogação do Edital 03/2015/SIURB por parte da Prefeitura de São Paulo.

Com a palavra o Relator, Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Conforme decidido pelo Plenário desta Comissão na reunião de ontem, 15/12/2015, as obras do trecho 3 do corredor de ônibus — SP — Radial Leste e do BRT — SP — Itaim Paulista / São Mateus não sofrerão bloqueio na sua execução física, financeira e orçamentária, visto que a Prefeitura de São Paulo nos entregou o Ofício nº 1109/SIURB/2015, que informa a revogação do edital de licitação que continha os indícios de irregularidades apontados pelo TCU.

Os relatórios nºs 1 e 2/COI/CMO, elaborados por este Comitê, já refletem essas alterações. O Relatório nº 1/COI/CMO, de 2015, portanto, propõe o bloqueio da execução física, financeira e orçamentária, em 2015, do trecho 1 do corredor de ônibus — SP — Radial Leste.

Voto.

Feitos esses registros, este Comitê, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme

consignado no Anexo 1, e a importância socioeconômica dos empreendimentos, decide:

Não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira da obra de construção do corredor de ônibus — Radial Leste — trecho 3, devido à perda do objeto com a revogação do Edital 03/2015/SIURB por parte da Prefeitura de São Paulo.

Propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção do corredor de ônibus — Radial Leste — Trecho 1, em São Paulo.

Por fim, este Comitê submete este relatório à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista nos arts. 24 e 122 da Resolução n° 1/2006-CN."

É só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Essa é a apresentação da modificação no relatório feita pelo Relator, o Deputado Zé Geraldo.

Solicito a presença em plenário do Relator da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Deputado Ricardo Teobaldo.

Vamos colocar em votação a alteração feita pelo Relator Zé Geraldo ao Relatório nº 1.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foi alterado o relatório do COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Muito obrigado a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há um requerimento sobre a mesa para inclusão na pauta.

Trata-se de requerimento para inclusão da proposta de alteração da meta fiscal para 2016, constante do parecer da CMO — Comissão Mista de Planos,

Orçamentos Públicos e Fiscalização, relativo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, o Projeto da LDO para 2016.

Peço a presença do Relator, o Deputado Ricardo Teobaldo, para que S.Exa. possa fazer a apresentação das propostas aceitas em reunião para ser objeto de votação. Lembro que...

As reuniões paralelas realmente estão muito difíceis!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O pessoal do Paraná está fazendo uma feira aqui!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o Relator Zeca.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Menos a Senadora Gleisi Hoffmann. A Senadora Gleisi é muito comportada. S.Exa. é um exemplo de comportamento. Em compensação aqui... *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço ao Deputado Zé Geraldo.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos votar, Presidente! *(Pausa.)* Senadora Rose, se não votarmos, rompe o prazo do Congresso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço paciência ao Deputado Danilo Forte, que conheço há tanto tempo. Há um equívoco numa redação do texto que não estava acordada, e nós temos que corrigi-lo.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, V.Exa. não quer abrir para discussão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só estamos acertando a redação, mas eu já havia colocado aqui a necessidade de votarmos o requerimento para a inclusão na pauta da proposta de alteração da meta fiscal para 2016.

Preciso votar este requerimento para iniciar a leitura do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, relativo ao PLN nº 01, de 2015, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, cujo Relator é o Deputado Ricardo Teobaldo.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Quando se fala em discussão, o Deputado Izalci já olha para mim. *(Risos.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação do requerimento para inclusão na pauta da proposta de alteração da meta fiscal para 2016.

É essa matéria que estamos votando.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Proposta esta que veio do Executivo, não é, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ela veio do Executivo e da Casa também. Houve alguns que a propuseram.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A proposta veio do Executivo ao Relator, e o Relator está solicitando sua inclusão na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar a palavra, enquanto se tira o espelho...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, enquanto se produz a redação final...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. ia redigir algo? V.Exa. disse que ia redigir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Já estão providenciando a redação com a orientação que dei referente ao acordo que estabelecemos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Essa foi a orientação que demos, porque a Deputada Professora Dorinha também participou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente, Sra. Presidente. Enquanto isso, se V.Exa. quiser, posso externar aos colegas a orientação que demos para que se faça a redação do que acordamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente e colegas Deputados, temos dito que, embora sendo oposição firme a este desgoverno, nós

não somos oposição ao País. Temos responsabilidade, e essa responsabilidade nos une de forma suprapartidária para cumprir o nosso dever.

É o nosso dever dar ao País as diretrizes para a execução orçamentária do ano que vem, portanto, a LDO, e, obviamente, o Orçamento. A ausência dessas peças obviamente compromete ainda mais o desgoverno que há, com repercussões gravíssimas para o País.

Acabo de saber que, há poucos minutos, tivemos mais uma notícia triste: houve mais um rebaixamento da nota do Brasil pelas agências que analisam o grau de risco dos países. Isso não é algo que possa ser, com frequência, simplesmente ignorado ou criticado por membros do Governo, como se isso fosse algo das elites.

Essa decisão significa mais perda de empregos, mais agravamento na situação brasileira. E a ausência de um orçamento, de uma lei de diretrizes orçamentárias, de um plano plurianual, seguramente não seria uma forma de enfrentar essa questão.

É por isso, Sr. Presidente, que estou fazendo esse preâmbulo para dizer que, embora sejamos contrários a qualquer redução da meta, aceitamos um acordo, dentro do limite que podemos flexibilizar.

O Governo queria uma redução e, ainda, um parágrafo que deixasse a possibilidade de se abater até 100% da meta. De maneira muito categórica, de maneira muito clara, não aceitamos isso, tanto o PSDB como os demais partidos de oposição, o Democratas, o PPS e o Solidariedade.

Mas, falando pelo PSDB, estabelecemos um acordo de que a meta votada na LDO por esta Comissão possa ser novamente aqui apreciada, uma vez que ainda não foi ao Plenário, por conta de um adendo do Relator a ser apreciado na sequência. O adendo acordado muda de 34 bilhões e mais alguns milhões de reais para 24 bilhões reais exatos a meta de superávit por parte do Governo Federal, da União; e mantém-se o mesmo valor de 6 bilhões e alguns milhões de reais para os Municípios e Estados.

Reduzimos, portanto, a meta a algo próximo de 0,5%, e não 0,7%, mas não acolhemos a possibilidade de se deduzir dessa meta qualquer outro índice. Na proposta que o Governo apresentava ontem, através do seu Líder, a intenção era deduzir até o limite da meta por frustração de receita.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entendemos que, se houver frustação de receita, que haja mais rigor e contenção de gastos. Essa é a receita que entendemos ser o procedimento responsável que se deve ter para se enfrentar essa crise.

Vou concluir, Sra. Presidente, dizendo que a emenda já deve estar pronta, e nós manteremos o acordo de não obstruir, concordamos com a votação, para que, na sequência, possamos votar o Orçamento. E, aí, com esses 10 bilhões de reais que concordamos de reduzir da meta, espero que possamos resolver o problema, recompondo o orçamento do Bolsa Família na íntegra. E, aí, não teremos nenhum corte no Bolsa Família.

Com isso, acredito que possamos votar por acordo a LDO e também, obviamente, o Orçamento-Geral da União. Aliás, o acordo é que votemos o PPA na sessão do Congresso daqui a pouco e, enquanto o Congresso conclui outras votações, que voltemos aqui à Comissão para aprovar a LOA — Lei Orçamentária Anual; e aí, sim, que votemos ainda hoje a LDO e a LOA ainda hoje na sessão do Congresso, para garantir ao País o PPA, a LDO e a Lei Orçamentária para o ano que vem, num gesto de responsabilidade ao País.

É essa a posição que o PSDB no acordo que fizemos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de conceder a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, eu gostaria de ressaltar, diante das palavras de V.Exa., a importância do comprometimento desta Casa, através desta Comissão, no sentido de que possamos oferecer um orçamento ao País. Dissemos isso inúmeras vezes.

Agora, a notícia que V.Exa. traz ao Plenário, que já está em todos os jornais, é exatamente a de que o Brasil perdeu o selo de bom pagador. O significado da classificação de bom pagador pelas agências pode estar longe do pensamento das pessoas. Elas podem achar que isso não é implica diretamente na vida de cada um.

Todos os atos ou a falta de atitude na economia, ou a falta de boas atitudes na política, levam o Brasil a essa circunstância atual. E o agravamento disso poderá ser muito maior se nós não tivermos Orçamento a oferecer ao Brasil. Por isso estamos reivindicando, e não precisou... O Deputado Pedro, Edmar, a Deputada Dorinha, todos que aqui estão reafirmaram o compromisso de fazê-lo. E nós não vamos nos perder nos descaminhos destas pequenas e grandes batalhas políticas,

que moralmente não acrescentaram nada à vida do Brasil, pelo contrário, tiraram. Nós não vamos nos perder neste momento e, em vez de oferecer o que propusemos, oferecer uma briga, uma batalha no Plenário, que em nada vai melhorar a vida do povo brasileiro, e vai denegrir ainda mais — é uma expressão que não deve ser usada —, vai piorar muito o conceito que se tem sobre a administração do Brasil, que já é pública, sobre o andamento dos trabalhos desta Casa. Que, pelo menos, sejam resguardadas, numa Comissão que tem esse trabalho, esse dever, a obrigatoriedade e a responsabilidade de reconstruir um capítulo nessa história, recuperando a memória desta Comissão, que estava assoberbada de medidas que não foram nem votadas, nem apreciadas, nem discutidas ao longo de 25 anos.

Portanto, eu quero agradecer ao Deputado Sávio, à Deputada Dorinha. Estou sempre falando nos dois porque, emblematicamente, representam aqui a Oposição.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputados, um pouquinho de paciência.

Eu tenho sempre que ressaltar, Deputado Danilo, que nada teria caminhado aqui se não houvesse a paciência, a colaboração, o entendimento do bom brasileiro, que aqui traz seu mandato para ser apreciado e julgado pela população brasileira.

Eu agradeço a todos, aos Deputados Edmar, Hildo, Zé Geraldo, Izalci, Pedro — nem se fala! —, Hugo Leal, Flávia...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A mim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...Gorete, à Senadora Gleisi, que aqui esteve.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esqueceu-se de mim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós mulheres nos desentendemos de vez em quando, mas pelo bom andamento do trabalho. E, sobretudo...

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... quero ressaltar o trabalho do Deputado Ricardo Barros, que foi um baluarte, virou madrugada para produzir um entendimento tão importante.

Quero agradecer ainda aos Deputados Nilton Capixaba, Moreira...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só a mim que não, Presidente?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - A nós dois.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, por fim...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, só eu não ajudei.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Riso.)* Eu tenho que dizer... *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só eu e o Deputado Zeca Dirceu não ajudamos. A todo mundo a Presidente agradeceu. Até o Deputado Zé Geraldo *(riso),* que é brigão, foi saudado aqui; nós dois não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Finalmente, quero agradecer àquele que procurou o entendimento, Deputado Jaime Martins *(riso)* — não me faça rir nesta hora —, ao Deputado Paulo, que, quando estávamos escanteados por falta de decisão que unisse todos, sempre procurou mediar o debate. Portanto, tenho que agradecer a V.Exa. e pedir desculpas se apertei demais *(riso)* seu entendimento conosco, mas é porque era necessário.

Agradeço ao Deputado Zeca, que, com toda sua elegância e formalidade, nos deixou ausentes muitas vezes, mas nos trouxe um relatório final que podermos apreciar.

Muito obrigado da todos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, eu só gostaria de reforçar o compromisso do Democratas com o País.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sra. Presidente...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, o que vai ser realizado agora aqui é fruto de acordo, de boa vontade. Todo

o processo que aconteceu na CMO veio de grande boa vontade, principalmente dos partidos de Oposição — nós abrimos mão do Regimento em muitas situações, dos prazos. Nesta situação em especial o partido reconheceu a importância estratégica — ainda que o programa precise ser melhorado, acompanhado, ter corrigidas distorções — da manutenção do Programa Bolsa família.

Por isso, o Democratas, mesmo contrariando toda a estrutura legal, aceitou fazer o acordo de mudança da meta de 0,7 para 0,5, para a preservação do Bolsa Família, com apelo à tentativa de recomposição em algumas áreas da estrutura da Justiça, TRT inclusive, reforçando que esta votação que vai acontecer agora, foge a todos os padrões. Nós não estamos aqui abrindo exceção para durar para sempre, ou seja, uma prerrogativa que, a partir de agora, pode ser adotada. Nós já votamos a LDO nesta Comissão, mas, numa disposição de V.Exa., como Presidente, para recompor a importância desta Comissão, uma mudança desta natureza não podia ir direto ao Plenário sem esta Comissão, que fez o seu trabalho, que está fazendo um esforço gigantesco para cumprir com a sua tarefa, uma LDO que foi mudada várias vezes, uma proposta de receita que também foi mudada várias vezes.

Nós estamos de novo fazendo uma exceção pelo País, reconhecendo as dificuldades e fazendo esse apelo para todos os partidos, o que não vai impedir nossa posição política. Nós não vamos obstruir, nós garantimos, e reconhecemos este esforço de País.

Eu gostaria de reconhecer, é lógico, a boa vontade do Líder Paulo Pimenta, — que tem tentado construir acordos — e acima de tudo a de V.Exa., nesta tentativa de manter neutralidade, equilíbrio. Embora V.Exa. seja de um partido da base do Governo, em momento nenhum agiu de maneira irresponsável.

Então, nós da Oposição nos mantemos nesta posição de vigilância, mas também de boa vontade, em especial com um programa de natureza importante, embora, como já dissemos e discutimos várias vezes, possa ser melhorado. Tudo pode ser melhorado e ajustado. Mas é um programa que tem importância estratégica, e o Democratas reconhece essa importância.

Por isso estamos abrindo mão de posições que poderíamos... V.Exa. sabe que isso não seria nem discutido nem votado. Nós estamos reconhecendo a boa vontade de todos, envolvidos num desejo de País.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estão inscritos os Deputados Edmar, Julio e Izalci e o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - E o Deputado Nilton Capixaba.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Nilton Capixaba, V.Exa. está inscrito antes do Senador.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, tem horas que alguns me olham e falam “PPS”. Quero deixar claro que sou do PSC, estou representando nosso Bloco nesta Comissão de Orçamento.

Quero dizer que foi um privilégio poder trabalhar, tendo V.Exa., Senadora Rose de Freitas, como nossa Presidente, com todos os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. É um aprendizado muito grande.

Eu queria deixar registrado que nós da Oposição ajudamos na construção deste Orçamento, que, com certeza absoluta, não é uma peça fictícia. Pela primeira vez nesses 5 anos que estou aqui — e participo da Comissão Mista de Orçamento pela terceira vez — vejo que houve realmente um debate preocupado com a execução do Orçamento. Eu queria deixar isto registrado: eu me sinto realizado de termos feito um Orçamento com base na realidade.

Quero parabenizar os Relatores, tanto do PPA, Zeca Dirceu, Ricardo Teobaldo, o Relator-Geral Ricardo Barros, todos os Relatores Setoriais. Quero parabenizar principalmente pelo entendimento cada bancada, representantes de cada Estado, entendendo o momento que estamos vivendo, abrindo mão de algumas reivindicações, de algumas emendas, para chegar a este Orçamento.

Realmente espero que possamos ter em 2016 um ano melhor. Que nós possamos realizar as receitas previstas e, da mesma forma, que o Governo possa ter eficiência na aplicação desses recursos, não estourando os gastos. Que nós possamos fechar o ano com superávit, sinalizando de fato para o mercado, para que a partir de 2017 o País retome o crescimento.

Eu sou otimista com relação ao Brasil e espero que o Governo possa fazer a sua parte, para que nós — sociedade, empresários, principalmente, setor produtivo

— comecemos a acreditar naquilo que estamos fazendo aqui e iniciar a retomada dos investimentos, retomando vagas de trabalho, para não acentuarmos o desemprego, que é muito ruim para a economia e para a população brasileira.

Ficam os parabéns a todos os membros da CMO, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, em especial a nossa Presidente e aos Relatores que conduziram os trabalhos.

Quero ainda registrar que tivemos o privilégio de ter o Deputado Paulo Pimenta conduzindo o trabalho em nome do Governo. Ele foi bastante flexível, soube ouvir e principalmente compor, para que pudéssemos chegar a um bom êxito e ver nosso Orçamento aprovado. É uma frustração não só desta Comissão, mas também do Congresso e da população, o Orçamento, como já aconteceu em outros anos, ser aprovado em abril do ano seguinte.

Parabéns a V.Exa. e a toda esta Comissão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou lhe dar a palavra. Eu vou solicitar que falem por 3 minutos, porque temos que ir ao Congresso.

Quem pediu esclarecimento?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Esclarecimento no seguinte sentido: o Orçamento será votado, não é? Dentro do contexto do acordo, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Será votado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - No Congresso? Está tudo equacionado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tudo certo, tudo certo.

Precisamos sair da Comissão.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Peço apenas para esclarecer aqui, Presidente. Nós já conversamos com o Presidente Renan — naturalmente a Presidente estava junto —, e ele já se comprometeu a chamar a reunião para hoje. Quer dizer, se concluirmos ainda a tempo, votamos hoje. Mas ele está chamando também sessão do Congresso para amanhã, às 11 horas. Ou seja, se não conseguirmos votar hoje, até à noite, vamos votar amanhã. Essa é a previsão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fazer todo o esforço para isso.

Deputado Julio Lopes com a palavra, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente, já foi comentado o rebaixamento do Brasil pela Fitch, o que é gravíssimo, com a saída compulsória de quase 20 bilhões de reais. Mas eu queria aproveitar para fazer uma denúncia: ainda mais grave, no meu entendimento, é o posicionamento do Banco Central, que acaba de mudar o recolhimento compulsório casuisticamente, para atender o banco BTG. Isso se constitui num absurdo, porque o banco BTG já teve, suplementarmente, um apoio do Fundo Garantidor de Créditos da ordem de 6 bilhões de reais.

Quero lembrar as Sras. e Srs. Deputados que esse mesmo banco já devia, anteriormente, em função da compra do PanAmericano, algo em torno de 5,8 bilhões de reais, sendo 1 bilhão de reais devido ao Bradesco. Esse total perfaz 11,5 bilhões de reais, Sra. Presidente, o que é quase um terço dos 44 bilhões de reais que tem o Fundo Garantidor de Créditos.

É grave, grave a intervenção do Banco Central, mudando casuisticamente o recolhimento compulsório. E ainda mais grave é que esteja retirando 3 bilhões do setor imobiliário para alocar em atendimento de obras do PAC. Não nos surpreenderemos se acontecerem outros rebaixamentos em função de atitudes dessa natureza, Sra. Presidente. É grave!

Solicito a todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas que observem esse procedimento, a meu juízo absolutamente indevido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu até estava comentando aqui, com o Líder do Governo que, se alguém de fora acompanha, sem saber a questão partidária, vai achar que o PSDB é que é Governo, porque, realmente, nós somos a favor do Brasil. E o acordo contempla isto: a votação não só do PPA, mas também da LDO e da LOA, para que, realmente, tenhamos pelo menos um rumo, um norte.

Eu quero aproveitar para parabenizar, realmente, o Relator do Orçamento, que demonstrou claramente que nós precisamos, no ano que vem, todos nós,

imbuídos desse espírito de melhorar o País, fazer uma reestruturação, porque ficou demonstrado, nesta Lei Orçamentária, o tamanho da dificuldade que nós vamos enfrentar no ano que vem, principalmente pela desorganização.

O Governo está totalmente perdido. Os cortes foram feitos, basicamente, lineares, de uma forma não ideal, porque nós temos que diferenciar os projetos de Estado e projetos de Governo. E nós não contemplamos isso, infelizmente, e isso vai custar caro. Projetos que receberam grandes investimentos estão sendo paralisados, ou não contemplados com aquilo que deveriam ser contemplados. Mas, infelizmente, é o que aconteceu. Este Governo quebrou, realmente, o País, e precisamos buscar uma alternativa. Está aí o reflexo das notas dos avaliadores internacionais, que, realmente, demonstram claramente que este Governo chegou ao fim. Basta ver as pesquisas.

De qualquer forma, eu quero aqui registrar que quero fazer parte dessas comissões que faremos para resolver isso. Primeiro, temos que fazer uma auditoria no Bolsa Família. Nós estamos abrindo aqui, mas tem que haver auditoria do Bolsa Família. Quanto à questão do BNDES, nós vamos pegar o resultado, aqui, da CPI, para também podermos cobrar isto: a participação do Tribunal de Contas da União. Nós precisamos fazer uma reforma tributária, uma reforma trabalhista. Estas são, realmente, as consequências do Tribunal Regional do Trabalho: corte de 50%.

E eu parabenizo os Deputados e, de uma forma especial, o Deputado Domingos Sávio, do nosso partido, que fez questão de pontuar essa questão do Tribunal Regional do Trabalho. Eu fui realmente juiz do tribunal e sei das dificuldades. Se há realmente excesso de custo, é porque realmente esta Casa não fez o seu papel de simplificar, atualizar a legislação, que é de 1943, e compatibilizá-la com a realidade atual.

Nós temos que fazer um esforço imenso para realmente reestruturar as finanças do País e definir de fato prioridades em programa de Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Izalci.

Passo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, eu acho que nós estamos dando um exemplo para o País, sempre que nós estivermos fazendo nosso papel. Se o outro não faz, nós precisamos fazê-lo. Nós estamos fazendo o nosso papel deixando o Orçamento pronto para o Congresso votar.

Quero parabenizar todos os membros desta Comissão, todos os Relatores e a Presidente Rose de Freitas.

É a primeira vez que eu participo da Comissão de Orçamento com uma Presidência feminina. E ela deu um *show* de bola, porque abriu a fala para todos, ouviu todos, buscando um consenso. Com isso, nós conseguimos concluir este trabalho desta forma.

Deputado Paulo Pimenta, que está aqui ao meu lado, eu acredito que precisaria haver mais Pimenta no PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mais?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Esse Paulo Pimenta deu *show* de bola. Ele sempre ouviu as pessoas, conversou e buscou ter um bom relacionamento. Parece que hoje aqui não há mais Oposição.

Como disse o Deputado agora: "*Parece que o PSDB e o DEM viraram Governo*". Não, eles viraram brasileiros cada dia mais, porque estão olhando pelo Brasil.

Parabéns à Oposição pela forma com que deram este exemplo aqui, na Comissão.

Imagina, Deputado Paulo Pimenta, se o Congresso Nacional hoje seguisse o exemplo da Comissão de Orçamento. Com certeza, o nosso Brasil seria bem melhor, e acabaria toda essa confusão que está aí, que está sendo muito ruim para o Brasil.

Então, eu quero parabenizar todos que participaram. Fiquei muito feliz de hoje deixar concluído o nosso trabalho na Comissão de Orçamento. Parabéns a todos os colegas. Para mim é honroso saber que nós fizemos o nosso papel.

Mais uma coisa só para fechar: o Bolsa Família hoje está dando um exemplo à Comissão, está fazendo tudo que a Presidente quer, que o Governo quer. Eu gostaria que fosse apurada a denúncia do Bolsa Família. Peço à Polícia Federal, ao

Tribunal de Contas que apurem isso. Gostaria de saber se realmente existe isso que eles tanto dizem.

O dinheiro não pode ser desviado, porque hoje nós estamos num momento muito difícil para o nosso Brasil.

Parabéns a todos! Que Deus abençoe todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Nilton Capixaba. Eu endosso suas palavras em relação ao trabalho da Comissão, da base de apoio, da Oposição, de todos os Parlamentares, em particular da nossa Presidente Rose de Freitas.

Gostaria de dizer que o Deputado Pimenta é único. O Deputado Pimenta aqui, na nossa Comissão, virou refresco.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nos meus 3 minutos eu vou querer, na verdade, fazer um reconhecimento ao esforço coletivo de todo mundo aqui, principalmente do nosso Deputado Ricardo Teobaldo, na LDO, que vai e vem, vai e vem, vai e vem, sempre no sentido da boa vontade. Faço um reconhecimento também ao esforço do Deputado Jaime Martins, de toda a assessoria, da nossa querida Presidente Rose de Freitas, com toda a tranquilidade, para garantirmos o Orçamento para este ano.

É a primeira vez que eu participo desta Comissão. Eu praticamente não faltei nenhuma vez. Eu vi o esforço coletivo de todo mundo aqui, da Oposição, da Situação, para ajudar a fazer este Orçamento.

Nós estávamos muito preocupados, porque, em Brasília, nós fechamos o mês passado com 250 mil desempregados. E se permanecesse o corte que estava nos tribunais e aqui, no Senado Federal... Com o corte do Senado Federal não conseguiríamos operar o Senado. Simplesmente não iríamos conseguir, porque, no Senado Federal, nestes últimos 5 anos, nós fizemos corte o tempo inteiro. O que estava previsto aqui tornaria inoperante o Senado Federal.

Então, a nossa política de rever a meta, de realmente recompor alguns órgãos que são fundamentais para o nosso Governo é uma política acertada. E nós precisamos parabenizar todo mundo por esse reconhecimento, para que não se gere mais desemprego em nossa cidade. Nós sabíamos o tanto de servidor,

principalmente da área terceirizada, limpeza, segurança, fundamental para garantir a nossa tranquilidade para trabalhar, que ficaria desempregado aqui no Distrito Federal, caso permanecesse o corte que estava sendo colocado.

Então, como Vice-Líder do Governo no Senado Federal, como colega que está sendo Relator, como Líder do PMB — Partido da Mulher Brasileira, no Senado Federal e aqui, como companheiro do Deputado Jaime Martins, há muito tempo no PSD, partido que me honrou muito, eu quero parabenizar a todos e dizer que é com muita alegria que vamos fechar o ano com o Orçamento, se Deus quiser.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador Hélio José.

O próximo orador inscrito é o Deputado Hildo Rocha, que tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Jaime Martins, que neste momento preside a reunião da Comissão Mista de Orçamento, Srs. Deputados, Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo, membros da Comissão, quero apenas dizer que aprendi muito nesta Comissão, constituída de Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas de alto nível. Além de conhecedores profundos da questão orçamentária, eles estão imbuídos de querer fazer, através dos processos legislativos desta Casa, peças orçamentárias que venham a melhorar a vida de todos os brasileiros.

Aqui eu cito, como exemplo, o Programa Bolsa Família, que estava sofrendo um corte de 10 bilhões de reais — uma proposta do Deputado Ricardo Barros, que é o Relator-Geral do Orçamento de 2016. Houve um entendimento, e tanto partidos da base do Governo como da Oposição ficaram contra esse corte. Todos nós sabemos que, neste momento em que o Brasil vive uma crise econômica terrível, quem mais sofre são os menos favorecidos. E seriam justamente esses que ainda iriam sofrer, porque iriam perder o recurso do Bolsa Família.

Então, com a redução da meta fiscal — isso foi possível graças a um entendimento nesta Casa —, o superávit diminuiu de 0,7% para 0,5%, para que não houvesse esse corte do Bolsa Família. Isso é salutar. Isso é benéfico para o povo brasileiro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria saudar aqui, em nome de todos os Deputados, a Presidente desta Comissão, Senadora Rose de Freitas, que fez um grande trabalho. Quero também parabenizar o trabalho da consultoria desta Comissão, que conseguiu elaborar peças importantes para o Brasil e que veio atender aos anseios dos membros desta Comissão.

Fico feliz em saber que estou podendo contribuir para que tenhamos três peças orçamentárias: o PPA, que aqui foi muito bem relatado pelo Deputado Zeca Dirceu; a LDO de 2016, que foi relatada pelo Deputado Ricardo Teobaldo; e a Lei Orçamentária, que tinha essas dificuldades de ajustes, o que é natural, e está sendo relatada pelo Deputado Ricardo Barros.

Portanto, apenas uso este espaço para parabenizar não apenas os membros, mas também todos os servidores desta Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Hildo Rocha. Queria também reconhecer o importante trabalho que V.Exa. fez durante todo o ano e a sua colaboração.

O próximo orador inscrito é o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Zé Gerardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É Geraldo mesmo! Havia um Zé Gerardo na Legislatura passada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ainda existe na Câmara, mas não na Comissão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não, como Deputado, só Zé Geraldo. Não há mais nenhum. Havia uma confusão: Zé Gerardo, Zé Geraldo.

Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar todos os membros desta Comissão. Naturalmente, se não fossem o entendimento, a compreensão, o acordo, nós não votaríamos essa peça orçamentária. Foi um ano difícil, um ano de muita turbulência, um ano de muitas dificuldades econômicas. Naturalmente, todos nós gostaríamos de ter mais dinheiro para as nossas obras em nossos Estados, mas sabemos que ainda no próximo ano nós teremos dificuldades, mesmo com as obras do PAC.

Eu sou de um Estado onde nós temos grandes obras do PAC, o asfaltamento de grandes rodovias, como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, e nós deixamos de asfaltar neste ano uns 200 quilômetros. Há empresas, mas faltou recurso. Antigamente, havia dinheiro no PAC, e não havia licenciamento, não havia contratos; agora, há licenciamento, mas está faltando recurso.

Quero fazer o registro de que, no Pará, temos duas grandes universidades em implantação, com sede no interior do Estado: a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará — UNIFESSPA, com sede em Marabá, e a Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA, com sede em Santarém. Os reitores dessas duas universidades já fizeram o seu pedido ao Ministério, já prevendo as dificuldades. Pediram mais recursos para no próximo ano fazer obras importantes, no sentido de estruturar essas duas universidades, que não tiveram nenhum real de corte.

Então, quero aqui agradecer e parabenizar o Relator, que trabalhou com aquele entendimento de que a *Pátria Educadora* precisa investir em educação.

O Pará hoje tem quatro universidades mais o Instituto Federal do Pará — IFPA, que é uma instituição de nível superior. Então, são cinco universidades que atendem a todas as regiões, com vários *campi* universitários. E tenho certeza de que a UNIFESSPA e a UFOPA se beneficiam muito de não terem recebido cortes, porque são duas universidades em implantação e muito importantes para o desenvolvimento da região do Carajás, com sede em Marabá, e para a região do Tapajós, com sede em Santarém.

Com certeza, ao realizarmos a sessão do Congresso e votarmos esta peça orçamentária hoje, nós vamos nos sentir mais tranquilos, até porque garantiremos que não haverá corte no Bolsa Família, que é o programa mais importante deste País. Queremos atender a todos os Municípios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Zé Geraldo. Eu queria também reconhecer aqui o importante trabalho que V.Exa. teve nesta Comissão, presidindo o Comitê de Obras Irregulares — COI. Fizemos aqui algumas audiências públicas, e V.Exa. fez um bom trabalho. Parabéns!

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Giuseppe Vecci.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu gostaria de poder iniciar externando que, apesar do fracionamento político que nós

vivenciamos no Brasil, esta Comissão teve a maturidade para, dentro do possível, fazer acordo em relação aos principais temas que afligem hoje o nosso País. Então, quero parabenizar a Presidente, o Sr. Vice-Presidente e todos os Relatores, que, com a sua sapiência, conseguiram nos fazer avançar, como há tempo não fazíamos aqui na Comissão de Orçamento.

Gostaria de colocar alguns pontos importantes dentro da visão da discussão do Orçamento. Hoje há uma total falência da administração pública brasileira, que já não consegue cumprir os seus objetivos. A administração pública já não gera receita, arrecada através dos impostos de todas as pessoas. Hoje, gasta-se uma grande maioria internamente, com despesa corrente, restando muito pouco para voltar à população em termos de investimento na área da saúde, de infraestrutura, de educação e outros pontos importantes.

Nós estamos discutindo aqui o Orçamento, e agora à tarde vai haver na Comissão da Reforma Tributária a leitura do parecer sobre a relação entre a carga tributária e o Orçamento. Com certeza, a carga tributária é do tamanho das despesas no Brasil. Aqui vejo todo mundo falando muito de Impostômetro. Na Avenida Paulista, em São Paulo, há um Impostômetro, mas nós precisamos instalar em Brasília o gastômetro, porque não tem cabimento a carga tributária aumentar. E ela aumenta a cada dia porque aumentam as despesas.

Então, é necessário que nesta Comissão nós possamos discutir claramente essa questão. Hoje, pasmem V.Exas., no Brasil 45% dos recursos do Orçamento são voltados para dívida e 25% para a Previdência. Aí, quando veem as discussões que interessam à grande maioria da população, que é educação, saúde, o percentual é 3,7%, 3,8%, e nós ficamos aqui discutindo migalhas para colocar o Orçamento no nível que interessa.

É preciso também, a par de nós diminuirmos a questão dos gastos no Brasil, discutirmos as grandes despesas. A grande despesa no País se chama dívida pública, o serviço e certamente o pagamento dela. Um por cento que se aumenta de imposto no Brasil com certeza representa o dobro relativamente aos maiores Ministérios que nós temos aqui. Então, isso é importante.

É importante que nós Parlamentares tenhamos coragem de fazer reforma estruturante, coragem de sofrer desgaste com parcela da população na reforma

tributária, na reforma previdenciária, para poder criar condições de que tenhamos o Orçamento mais exequível, mais próximo e certamente voltado aos interesses da grande maioria da sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado. Parabéns, Deputado Giuseppe Vecci! V.Exa. tem razão. A carga tributária chegou ao limite do que pode pagar a sociedade, e os gastos do Estado brasileiro não estão mais dentro do Orçamento. Nós vamos ter que enfrentar, num futuro muito próximo, questões fundamentais de qualidade do gasto, melhorar a qualidade do gasto em todos os setores, de modo geral: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça a minha inscrição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero agradecer a parceria do trabalho durante este ano aqui na Comissão.

Eu sou daqueles, Sr. Presidente, que entende que a Comissão do Orçamento é muito mais do que uma Comissão que trata de questões do Governo. A Comissão do Orçamento trata do Estado brasileiro, trata dos três Poderes. As decisões que nós tomamos aqui impactam a vida dos brasileiros, a taxa de juros, o câmbio, a economia. Muitas das coisas que acontecem no dia a dia das pessoas é fruto do trabalho realizado por esta Comissão.

Dessa forma, eu sempre entendi que tudo aquilo que nós construirmos nesta Comissão precisa ser uma construção que vá muito além do Governo, da Oposição. Ela é fruto do entendimento capaz de responder a esse desafio que é o cargo e a função que nós exercemos aqui.

Por isso, eu quero, em primeiro lugar, agradecer às Lideranças da Oposição pela parceria, pelo diálogo e pela construção que nós tivemos aqui até este momento. Quero saudar também os Líderes da Base. Sem a participação deles, esse trabalho seria impossível. Eu me recordo de como foi importante essa construção.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cito aqui o colega Deputado Hildo Rocha, que eu não conhecia. No início do ano, às vezes nós tínhamos dificuldade de encontrar o tom dentro da Comissão para que as coisas acontecessem, à medida que nós todos fomos nos conhecendo mais, cada um respeitando as opiniões, sabendo trabalhar a nossa diversidade. Hoje ele é o principal aliado que eu tenho aqui para me ajudar a exercer essa tarefa da Liderança do Governo.

A nossa Presidenta também foi uma pessoa fundamental. V.Exas. se lembram o ano passado, quando da votação daquele PLN 36 no final do ano, a dificuldade que foi. Este ano, votamos o PLN 5 com tempo para que o Governo pudesse acomodar a sua situação.

Vamos fechar o ano com chave de ouro, votando o PPA, a LDO, o Orçamento, respondendo, num momento tão delicado como este, a uma expectativa que a sociedade brasileira tem de um Orçamento que seja mais próximo da realidade, sem uma receita superestimada, com metas que levem o País a fazer um esforço fiscal necessário e tendo a sensibilidade de preservar coisas que são fundamentais e são simbólicas para o Governo como é a questão do Programa Bolsa Família.

Então, eu agradeço a todas e a todos e espero que efetivamente nós possamos estar à altura da expectativa que o País tem para o trabalho desta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta. Quero reconhecer também a importância do seu trabalho aqui na Comissão. Nós iniciamos o ano com a Comissão derrapando um pouco, exatamente por falta da presença do diálogo com o Governo nesta Comissão. A partir do momento em que V.Exa. assumiu esse papel, a Comissão começou a trabalhar com celeridade e está permitindo que nós encerremos o ano batendo todos os recordes de votações na Casa. Inclusive já há um acordo, e, se Deus quiser, vamos fechar o ano com a votação da LDO e do Orçamento. Parabéns pelo seu trabalho! Tem o nosso reconhecimento.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Sr. Presidente. Eu digo que esta Comissão dá ao Brasil exemplo da maturidade política que nós precisamos ter neste momento.

Em alguns pronunciamentos que eu faço, tenho feito um apelo ao Plenário, aos nossos colegas, para que possamos, neste momento tão difícil para o Brasil, colocar as nossas diferenças partidárias de lado e colocar os interesses do povo brasileiro em primeiro lugar. E esta Comissão consegue fazer isso neste momento.

Por isso, quero parabenizar todos os membros da Comissão, em especial a Presidência, a Vice-Presidência. Parabenizo também o Relator Ricardo Barros. Com certeza, todos fizeram um grande trabalho.

Tivéssemos nós trabalhando o Orçamento com sobra de recursos talvez seria mais fácil, mas trabalhar um Orçamento, construir uma peça orçamentária com uma previsão de corte com certeza é um grande desafio.

Aqui nós tivemos a compreensão de todos. Foi um trabalho importante, ouvindo a sociedade e priorizando cortes. Todos eles são difíceis de estabelecer, mas que não venham a afetar principalmente as questões que são mais caras ao nosso povo brasileiro.

Então, parabenizo o Relator pela sensibilidade que teve, pela defesa de todos esses membros, principalmente a programas como o Bolsa Família e o Farmácia Popular.

Com a aprovação do Orçamento deste ano, fica maior a esperança de que nós vamos conseguir atravessar esta fase política difícil do nosso País e de que o ano de 2016 será muito melhor, com maturidade maior e com a possibilidade de retomar o crescimento do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputada Flávia Morais. Quero também reconhecer a importância do seu trabalho como Relatora Setorial. Fez um belo relatório, contribuiu sobremaneira para o bom funcionamento da Comissão. V.Exa. cumpriu aqui a sua parte. Parabéns!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Danilo Forte, é uma questão de ordem? Há dois oradores inscritos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É uma questão de ordem no sentido exatamente de agilizar o trabalho. O adendo já está pronto. Eu gostaria que os oradores inscritos deixassem para falar após essa leitura, até para nós já fazermos o debate em cima do relatório que será lido, porque isso é muito mais producente para nós do que ficarmos aqui até tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k., Deputado Danilo Forte.

Há mais dois oradores inscritos: o Deputado Zeca Dirceu e o Deputado Samuel Moreira.

Indago a V.Exas. se é possível se pronunciarem após a leitura do relatório, uma vez que nós estamos na iminência de começar a Ordem do Dia no plenário. É importante que consigamos votar esta matéria rapidamente. V.Exas. estão de acordo? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Eu serei muito breve.

Quero, primeiro, dizer que os fatos narrados aqui provam que a Comissão caminha para ter um grande sucesso. É gratificante participar de uma Comissão que trata de fato de assuntos que impactam a vida das pessoas. Nós percebemos que o que foi discutido e votado aqui tem relação direta com a economia do País. Nós conseguimos ampliar recursos para a área da saúde. Nós transformamos o PPA. Podemos dizer que é o PPA da educação, com metas muito claras, inclusive bem relacionadas com o Plano Nacional de Educação.

Fizemos tudo isso por acordo, com diálogo, com entendimento. Que bom seria que o que aconteceu aqui fosse uma realidade na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Congresso Nacional! O exemplo desta Comissão fica como reflexão.

Quero parabenizar a Presidente, Senadora Rose de Freitas; V.Exa., Deputado Jaime Martins; toda a Mesa diretiva da Comissão de Orçamento; o Líder Paulo Pimenta, que fez um trabalho importante aqui, particularmente nas ações do Governo; os demais Relatores, Deputados Ricardo Barros e Ricardo Teobaldo. A todos aqueles que me ajudaram na condução da relatoria do PPA fica registrado o meu agradecimento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O entendimento feito com a Oposição e com os partidos da base foi importante, como eu disse inicialmente, para que todos os trabalhos, não só o PPA, pudessem prosperar.

Eram as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Zeca Dirceu. V.Exa. tem o nosso reconhecimento também pelo seu trabalho aqui este ano. Relatou uma matéria importantíssima, o PPA dos próximos 4 anos, que, espero, possamos votar daqui a pouco no Congresso Nacional.

O último orador é o Deputado Samuel Moreira, a quem peço que seja bastante breve, no sentido de que possamos passar à leitura do relatório.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero só registrar o nosso voto contrário. Nós não vamos obstruir a votação, mas nós vamos votar contra.

A LDO, alterada mais uma vez, não tem a mínima base sólida para prosperar. Ela prevê um PIB de crescimento de meio por cento. Quem acha que o Brasil vai crescer meio por cento do jeito que o Brasil vem andando, com uma inflação de 5,5%? É algo irreal. Estamos com mais de 10,5%.

Nós também não concordamos com o rebaixamento da meta do superávit mais uma vez. É um Governo que mostra falta de credibilidade aos investidores. Não é à toa que, cada vez mais, se rebaixa o nível de investimento do País. E vamos para o voto.

Vamos registrar a nossa posição, discordando, em que pesem os entendimentos que foram feitos, preservando o Programa Bolsa Família, porque não é possível, numa crise dessas, cortar recursos dos mais pobres.

Nós precisamos aqui — e o Relator fez um belíssimo trabalho, o Deputado Ricardo Barros — aprofundar na questão dos gastos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Há privilégios. Nós verificamos aqui no relatório dele 29 benefícios no Judiciário e no Ministério Público, alguns inexplicáveis, como o auxílio-moradia, de maneira genérica, para todos, independentemente se moram ou não em casa própria, se trabalham no local.

Conforme já disse o nosso Deputado Giuseppe Vecci, é preciso propor algo para o futuro para a Previdência. O País não pode achar que estão aposentando pessoas com 52 ou 53 anos.

O que for direito é direito, direito adquirido. Faz-se uma regrinha de transição. Mas, para o futuro, isso não é possível mais, até porque essas pessoas não se aposentam. Essa é uma mentira para todos nós. Essas pessoas não param de trabalhar.

É preciso pensar em idade mínima, colocar pilares estruturantes, para haver equilíbrio fiscal, o Brasil não ficar gastando mais do que arrecada.

Eu queria só registrar essa posição, porque nós vamos votar contra a matéria inclusive lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Samuel Moreira. Eu queria também reconhecer a importância do seu trabalho, sempre com posições extremamente lúcidas.

Nós vamos passar a palavra ao Relator, para que ele faça a leitura do seu adendo. Se for possível, nós vamos votar aqui rapidamente.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Teobaldo, para fazer a leitura, se necessária, e os comentários em relação a esse adendo à LDO.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, conforme entendimento na reunião da Comissão, nós estamos apresentando o adendo ao parecer da CMO, o Adendo 1 ao PL:

"1) No art. 2º:

(...)

Leia-se:

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro de R$ 30.554.000.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões de reais), sendo a meta de superávit primário dos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de R$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de reais) (...).

(...)

§ 2º A meta de superávit primário estimada para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é R$ 6.554.000.000,00 (seis bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões de reais).

(...)

2) Renumere-se o parágrafo único do art. 12 para § 1º, incluindo-se o inciso III, e acrescentando-se novos parágrafos (§§ 2º ao 6º):

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a eventual reserva:

(...)

III - para compensar a expansão de despesa obrigatória de caráter continuado ou a desoneração de receita não consideradas no projeto de lei orçamentária.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e a respectiva Lei destinarão recursos, no montante de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, à constituição da reserva a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo, considerada como despesa primária para efeito da apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 2º deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2016, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Congresso Nacional, não se constituindo em limite para aprovação de proposições com impacto orçamentário-financeiro compensadas por outros mecanismos.

§ 4º A apropriação da reserva constituída nos termos do § 2º deste artigo observará critérios previamente fixados pelo órgão mencionado no § 3º deste artigo, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente, se necessário.

§ 5º Somente serão compensadas, nos termos do § 3º deste artigo, as proposições compatíveis com as normas financeiras, em especial o plano plurianual e esta Lei.

§ 6º No mínimo metade dos recursos consignados à reserva constituída nos termos do inciso III do § 1º deste artigo será apropriada na compensação de proposições de iniciativa do Poder Executivo.

(...)

§ 2º Para fins de aplicação do caput, a União promoverá ações, em regime de colaboração com os demais entes federados, com vistas a que 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento) do Produto Interno Bruto-PIB do país seja aplicado em investimentos públicos em Educação, nos termos do art. 5º, § 4º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, especialmente para o cumprimento das metas estipuladas para o exercício de 2016.

4) Inclua-se o art. 20-D:

Art. 20-D. Nas contratações de obras e serviços de engenharia...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Faço uma questão de ordem. No item anterior, V.Exa. deixou de ler: *"3) Inclua-se o § 2º No art. 20-B:"* Chamo a atenção para isso a fim de não haver problema de redação depois.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Está bem.

"Art. 20-D. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) custeadas com recursos públicos federais, inclusive transferências para Estados e Municípios, será exigida contratação de seguro-garantia de conclusão de obra.

Parágrafo Único. Os critérios e as condições para a contração do seguro de que trata o caput serão estabelecidos pelo órgão federal regulador de seguros.

5) Inclua-se o § 11 no Art. 35:

§ 11° Fica autorizada a aquisição de equipamentos para transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde situados em região ribeirinha e/ou do interior, nos termos da Lei n° 8.080, de 1990.

6) No art. 11:

Onde se Lê:

XIII - ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive resultante de alteração de estrutura de carreiras, cujas proposições tenham iniciado sua tramitação no Congresso Nacional até a entrada em vigor desta Lei, 30 de novembro de 2015, e do provimento de cargos, empregos e funções, observado o disposto no inciso I do caput do art. 75, que, no caso do Poder Executivo, constará do orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Leia-se:

XIII - ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive resultante de alteração de estrutura de carreiras, cujas

proposições tenham iniciado sua tramitação no Congresso Nacional até 30 de novembro de 2015, a data de publicação desta Lei, e do provimento de cargos, empregos e funções, observado o disposto no inciso I do caput do art. 75, que, no caso do Poder Executivo, constará do orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Relator, para agilizar, basta ler o "leia-se", porque o *"*onde se lê*"* já vai ser modificado. Basta fazer referência ao artigo e ler o "leia-se". Assim V.Exa. ganha tempo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Está bem.

7) No art. 78:

(...)

Leia-se:

§ 2° O anexo a que se refere o caput conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação tenha sido iniciada no Congresso Nacional até 30 de novembro de 2015...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Relator, está complicado o seu texto em relação ao material que nós temos. V.Exa. está lendo aí, por exemplo, *"no Congresso Nacional até 30 de novembro de 2015"*. No texto que temos aqui — há trecho riscado —, está: *"no Congresso Nacional até a data da publicação desta Lei".*

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Essa redação é antiga.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas V.Exa. está lendo o que está riscado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O que está riscado está saindo. O que está entrando é o que está em negrito.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Esse art. 7º...

"No art. 78, onde se lê:

O anexo a que se refere o caput conterá autorização somente quando amparada por proposição

cuja tramitação tenha sido iniciada no Congresso Nacional até 30 de novembro de 2015 (...)"

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não tem *"até 30 de novembro"*. No meu está riscado. Está riscado. Está: *"No Congresso Nacional até a data da publicação desta lei"*.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É a modificação. Está certo. É no "leia-se".

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA- V.Exa. está lendo no *"onde se lê".*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator poderia ir direto ao artigo, dizendo "leia-se" — a nova redação, apenas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A nova redação só é *"até a data da publicação"*.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Solicito uma questão de ordem, Sra. Presidente.

Ele está lendo isso. Está, Sra. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Vamos ver o "leia-se".

"§ 2° O anexo a que se refere o caput conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação tenha sido... (...)"

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O que está riscado não precisa ler, porque vai ficar na forma nova.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Continuo a leitura.

"(...) terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

8) Incluam-se:

V — aquelas decorrentes de concursos públicos cujos editais tenham sido publicados até 31 de agosto de 2015, limitadas à quantidade de vacâncias que venham a

ocorrer em 2016, e até o respectivo número de vagas previstas ou com prazo improrrogável vincendo em 2016;"

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, Sr. Relator, atentem para o item 8: *"incluam-se os incisos V e VI no §12 do art. 78".*

V.Exa. não leu. V.Exa. está com muita pressa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Ah, está bem.

"9) Inclua-se o art. 126-A:

Art. 126-A. A Lei Orçamentária Anual assegurará recursos suficientes para o atendimento da população atingida, em toda sua extensão, pelo desastre ocorrido em razão do rompimento das barragens de contenção no município de Mariana, Minas Gerais, sem prejuízo das obrigações impostas às empresas responsáveis, inclusive consórcios, pela construção e manutenção das referidas barragens.

10) Altere-se o parecer das seguintes emendas: (...)"

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não. Quem está pedindo a palavra para uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sou eu, Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sinceramente, eu não sei quais são essas emendas cujos pareceres estão sendo modificados. Seria bom termos conhecimento, pelo menos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Essas são emendas de manutenção de trecho rodoviário que nós retiramos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Elas são públicas. Estão no sistema, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Hein?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - As emendas são públicas. Elas estão no sistema.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Estavam nos anexos de orçamento impositivo e foram retiradas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pois é. Mas seria bom conhecermos quais são elas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Estão no sistema da CMO.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Vamos lá.

Emenda nº 296...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não precisa ler, não, Relator. Basta dizer "conforme tabela" e tocar para frente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Conforme tabela.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Décimo primeiro.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Décimo primeiro.

"11) Onde se lê:

Manutenção de Trecho Rodoviário Joaçaba - São Miguel do Oeste, na BR-282/SC , leia-se:

Adequação de Trecho Rodoviário Joaçaba - São Miguel do Oeste — correção.

12) Ajuste dos pareceres das emendas para ajustá-las ao texto aprovado, incluindo os adendos e erratas. Em caso de eventual discordância entre o parecer das emendas e o texto do substitutivo, prevalecerá este último, inclusive com incorporação dos adendos e destaques aprovados.

13) Incluam-se os seguintes dispositivos:

Art. 95-A. Para fins do dispositivo no art. 94, a lei orçamentária contemplará programação contendo reserva de recursos a serem destinados ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, provenientes do aumento da contribuição previdenciária sobre a folha de salários, em contrapartida à redução das contribuições compulsórias

dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de que trata o art. 240 da Constituição Federal.

Art. 95-B. As alíquotas das contribuições de que trata o art. 240 da Constituição Federal serão reduzidas em até 30%, devendo o resultado dessa diminuição ser compensado com a elevação da alíquota da contribuição previdenciária para o Regime Geral da Previdência Social incidente sobre a folha de salários.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para viabilizar o cumprimento no disposto neste artigo."

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gostaria de esclarecer que esse item 13 se refere ao Sistema S, cujo recurso será destinado exclusivamente à aposentadoria, porque o Governo não tem o recurso.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente...

(Não identificado) - Eu não tenho esse item 13, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Será distribuído imediatamente o texto desse item 13.

Deputado Hildo Rocha, eu tenho aqui uma lista de inscrição. V.Exa. quer fazer uma questão de ordem ou discutir o tema? Se for para discutir o tema, eu tenho que...

(Não identificado) - Eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Quero fazer uma questão de ordem. No nosso acordo não havia esse item 4. Nós estamos burocratizando a vida dos Municípios e dos Estados, que já está tão difícil. Estamos obrigando os Municípios a exigir, nas contratações de obras e serviços de engenharia, a contratação de seguro.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Obras federais.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, obras federais. Se fossem só obras federais... Já é obrigado. Aqui V.Exa. estende isso aos convênios com os Estados e dos Municípios.

Vamos retirar esse item 4, porque, pelo PMDB, não há acordo, não. Pelo PMDB, não há acordo, porque isso vai dificultar a vida dos Estados e dos Municípios na execução dos convênios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Hildo, o Relator já entendeu a questão. Ele vai assimilar isso aqui. Inclusive, peço a V.Exas. que conversem aqui reservadamente.

Eu tenho uma lista de inscritos. Vou dar a palavra ao Deputado Danilo Forte. Em seguida, vou passar a palavra ao Relator-Geral.

Deputado Danilo Forte, por gentileza, seja breve. Nós estamos de olho no plenário do Congresso Nacional, que pode iniciar a Ordem do Dia a qualquer momento. Então, nós precisamos que haja muita brevidade nessa discussão.

Deputado Danilo Forte, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É bom que se comunique a quem estiver presidindo a sessão do Congresso Nacional que ele só pode começá-la depois que terminar a reunião da CMO, porque a pauta mais importante do Congresso hoje é exatamente o resultado, o fruto da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já estamos providenciando isso, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria de parabenizar o Relator pelo trabalho que fez e parabenizar toda a Comissão pela busca exatamente dessa construção consensual, sobretudo no que diz respeito à garantia dos recursos para o programa social mais importante do País hoje, o Bolsa Família, através dessa redução da meta fiscal.

Todo mundo sabe da minha postura desde o início. Desde 2011, eu estou nesta Comissão. Eu sou contra previsão de superávit primário. Mas, se há um acordo, isso tem que ser cumprido. É importante neste momento de descrédito, de desconfiança com relação à política econômica do País. E esta Comissão teve o

objetivo de preservá-la. Então, parabenizo a Comissão pela iniciativa, dentro da combinação feita.

Há dois pontos aqui, Sr. Relator, que eu acho que vão dificultar a nossa aprovação. O primeiro é esse que foi levantado pelo Deputado Hildo Rocha. Ele vem exatamente no sentido de uma inviabilização, principalmente dos pequenos Municípios brasileiros. Se considerarmos que quase três quartos dos Municípios brasileiros sequer contam com uma agência bancária, vai ficar muito difícil conseguir uma garantia de seguro, principalmente para obras de pequena monta. E uma obra de 1 milhão, hoje, é uma obra de pequena monta. Se se tratasse de obra de um valor mais expressivo, talvez se viabilizasse a importância desse seguro até como uma garantia.

Eu acho que nós temos que aperfeiçoar o regime de contratação de obras para o Regime Diferenciado de Contratações Públicas — RDC, com a garantia do objeto. A garantia do objeto se dará exatamente por intermédio de um seguro com relação à conclusão de obras.

E, em um País com tantas variáveis econômicas e com tanta dificuldade nos repasses, isso poderia ocasionar uma quebra de contrato. Eu, que tive a oportunidade de trabalhar no Executivo, sei que muitas vezes há discrepâncias com relação à medição de uma obra entre o Município, o órgão gestor no Estado e o órgão executor financeiro em âmbito federal.

Concordo com o que foi dito pelo Deputado Hildo Rocha de que a supressão do Item 4 dará mais velocidade e dinamismo à execução em um momento difícil pelo qual os Municípios brasileiros passam hoje. Temos que melhorar a fiscalização, temos que melhorar o cronograma de desembolso, mas temos que garantir essa execução.

Por isso, somando-me ao Deputado Hildo Rocha, do PMDB, peço a supressão do Item 4.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Nós vamos retirar o Item 4, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ótimo.

Em relação ao Item 13 eu tenho uma discordância. Primeiro, o Sistema S tem que ser reconhecido como o melhor sistema de apoio ao Estado, nas esferas

federal, estadual e municipal, no que diz respeito ao atendimento e à formação profissional dos trabalhadores correspondentes ao setor da indústria e do comércio.

Diante disso, é necessário um debate mais aprofundado com relação à nossa perspectiva de diminuição de recursos sem um trabalho prévio de substituição, até porque o próprio Governo Federal se socorre do Sistema S, como no caso do PRONATEC, um programa importante de formação técnica e de geração de oportunidades para os jovens aprendizes. Eu sei que o PRONATEC é pago por fora, não com esse recurso, mas precisa haver um melhor aprofundamento sobre o tema.

A LDO não pode criar impostos, não pode criar retenção financeira diante de um recurso que é transferência direta. Ela pode buscar dentro da equação do próprio Orçamento se fortalecer para a formação desse recurso novo. Sei que uma parte do recurso do Sistema S passa por fora do Orçamento da União. Talvez uma medida provisória seja mais abrangente, mais fácil e de melhor entendimento para na Comissão Especial poder dar essa destinação.

No limiar do tempo que temos para a conclusão do Orçamento de 2016, não temos urgência em aprovar essa peça hoje na Comissão e votar a LDO juntamente com a LOA amanhã. Poderíamos, com isso, criar um embaraço no próprio Congresso Nacional e inviabilizar essa votação.

Eu já sofri essa pressão que V.Exa. sofre agora, quando fui Relator do Orçamento de 2014. Talvez a conveniência deste momento não nos permita fazer um debate aprofundado sobre o art. 240 da Constituição Federal, que vai de encontro ao Sistema S.

Seria mais prudente esperarmos uma medida provisória do Executivo e, no início do ano, poderíamos aprovar esse remanejamento e o redirecionamento desses recursos, conforme colocado aqui pela Presidenta Rose de Freitas, para subsidiar a Previdência Social, que está muito carente de recursos para cumprir a sua meta do ano que vem.

Venho parabenizar a revisão da meta fiscal e solicitar sejam suprimidos os Itens 4 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Danilo. Eu quero reconhecer a importância do seu trabalho durante todo o ano nesta Comissão. Tenho certeza de que isso vai continuar até o final dos nossos trabalhos.

Estão inscritos os Deputado Ricardo Barros e Domingos Sávio, mas a nossa Presidente Rose de Freitas está pedindo a palavra e, naturalmente, ela tem prerrogativa.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - É a única vez que eu vou pedir um pequeno privilégio para falar antecipadamente, se V.Exas. me permitirem, lógico.

Não é fácil construir um orçamento e não é fácil fazê-lo numa crise. Aqui já se tentou de tudo, inclusive corte no Bolsa Família, o que foi feito pelo nosso Relator, muito dedicado ao trabalho, com olhar atento a todas as questões relevantes, na tentativa de corrigir distorções no próprio programa.

Agora, este é um momento em que há corte de investimentos em todos os lugares, o que sacrifica vários setores da população. Vimos há pouco isso ocorrer na reunião do DRT em relação aos setores da Justiça. Eu acho incrível que a um sistema que tem isenção tributária, que tem uma política pública reconhecida e aplaudida por todos, porque oferece cursos que não são baratos à população brasileira, que foi beneficiado ao extremo em convênios com o Governo Federal, como o PRONATEC, não se possa pedir uma participação principalmente no âmbito social, como o pagamento dos aposentados, porque o Governo não retém fonte para fazê-lo.

Nós não estamos sacrificando o Sistema S. Eu sempre apoiei o Sistema S. Aqui não tenho o menor constrangimento de dizer que, assim como todos os brasileiros de todos os setores precisam contribuir, o Sistema S também precisa. Ele gozou da isenção tributária durante muitos anos.

Por isso, neste momento, eu acho certo que se peça a esse sistema uma cota de contribuição, porque ele tem uma reserva de 27 bilhões, uma poupança pelo seu trabalho, mas o Brasil precisa dessa colaboração.

Eu estou aqui, pela primeira vez, defendendo isso por achar que é hora de todos entrarem para o conflito e arranjarem saída para as nossas dificuldades.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente.

O próximo orador inscrito é o Deputado Ricardo Barros, nosso Relator-Geral do Orçamento, a quem eu queria, desde já, saudar pelo belo trabalho que fez aqui,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com muito fôlego durante todo este ano e pelo relatório, que haveremos de votar ainda hoje ou no mais tardar até amanhã.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Obrigado, Sr. Presidente, eu vou falar como Deputado, não como Relator-Geral, relativamente às alterações que estão propostas na LDO.

Com a redução da meta fiscal para atendimento do corte que estava previsto no Bolsa Família, evidentemente, eu não concordo, mas, eventualmente, serei voto vencido no Plenário desta Comissão.

Sr. Relator, quanto à questão do art. 11 e do art. 78, em que V.Exa. estende a possibilidade de concursados serem contratados, neste momento em que não há recursos, acho muito difícil. Por isso, eu sugeriria que V.Exa. mantivesse a redação anterior: até 30 de novembro de 2015, e não até a entrada em vigor da lei ou até a publicação da lei.

Tanto em um caso como no outro, nós estamos permitindo isso em especial ao Ministério Público da União e à Defensoria da União. Não há por que darmos para um e não darmos para o outro. O Orçamento da União, o Tesouro Nacional, é uma mãe que tem que cuidar igualmente de todos os seus filhos. O Executivo é o filho pobre, o Legislativo é o filho médio e o Judiciário é o filho rico. Não deveria ser assim, mas está aqui de novo a exceção para o Ministério Público. Não deveria ser assim!

Nós deveríamos manter todos igualmente na regra de não poder contratar ninguém no ano que vem, porque sabemos que o esforço fiscal está muito grande, e nós não teremos condições de pagar essa despesa. Provavelmente, não vamos arrecadar o que está previsto no Orçamento e, por causa disso, estamos reduzindo a meta fiscal.

Ao Relator peço que não altere esses dispositivos e mantenha o texto anterior.

Eu faço aqui a minha objeção à inclusão do Sistema S. O Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento anunciaram, há meses, o corte de 6 bilhões no Sistema S. O Governo anunciou que faria esse corte, mas não mandou as medidas provisórias até hoje. Se o Governo anunciou e não mandou, não cabe ao

Congresso determinar que ele faça algo que internamente não houve consenso para fazer.

Quero apenas contribuir com o debate. Não estou aqui na condição de Relator-Geral, mas como Parlamentar atento às questões relativas à grande dificuldade fiscal que temos para o ano que vem. Essa autorização de contratações não ajuda o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O último orador inscrito é o Deputado Domingos Sávio, a quem eu peço brevidade para que possamos votar logo o parecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu procurarei ser breve, prezado Deputado Jaime e demais colegas.

Eu vou seguir um pouco a linha do raciocínio do Relator do Orçamento. Nós fizemos aqui um esforço enorme para fechar o Orçamento e a LDO, sobre os quais estamos discutindo agora, a fim de garantir o superávit. Essa foi uma questão pela qual nós lutamos muito e da qual saímos todos vitoriosos.

Nós estamos flexibilizando um pouco, reduzindo para 24 bilhões o superávit da União e mantendo o dos Municípios e o dos Estados em 6 bilhões e 554 milhões. Com esses 10 bilhões, nós estamos evitando esse problema que seria, no nosso entendimento, um agravante para a crise principalmente no campo social, porque corta recursos do Programa Bolsa Família, com o qual não concordamos desde o início.

Acredito que todos nós, num consenso e com a compreensão do Relator, conseguiremos superar isso.

Também trabalhamos muito para contemplar os Tribunais Regionais do Trabalho, amenizando o corte. Estamos ainda lutando para chegar a um número mais adequado. Já construímos um entendimento para reduzir o corte de 50% para 25% e estamos tentando ver se conseguimos com o Relator abrandar um pouco mais esse percentual. Isso tem a ver com a questão da meta.

O Item 4 o Relator já concordou em retirar. Nós não concordaríamos com essa questão de incluir seguro. Aliás, eu continuo preocupado, porque é frequente aqui nesta Casa a iniciativa de incluir algum tipo de seguro compulsório.

Eu vou aumentar a minha lente para verificar a tramitação de projetos que chegam com esse comando. Não trago aqui nenhuma observação ao Relator nesse sentido, mas acho que todos nós temos que ter esse cuidado, porque isso acaba sendo um ônus a mais que se transfere, no final das contas, ao contribuinte.

O Item 13, pontualmente, agora passa a ser o pomo da discórdia, porque ele propõe um corte de 30% nas receitas do Sistema S.

Eu acho que um corte linear proposto dessa forma, sem que seja elaborado por uma legislação que verifique os prós e os contras, pode ser um desastre nos serviços prestados pelo SESI, SENAI, SENAC e SEST. É necessário um debate mais profundo sobre o custo desse sistema, porque há comando na lei para desconto na folha do trabalhador e na folha do empregador.

Se fizermos a transferência desse recurso para a União, quem vai continuar pagando são os empregadores, aqueles que impulsionam a economia. O dinheiro virá para os cofres da União. É tentador, mas nós estaríamos talvez fazendo um corte lá nas nossas bases, no funcionamento do SESI, do SENAI, do SESC, do SEST, que, fatalmente, sem essa receita, poderiam fechar unidades. Isso me preocupa.

O Executivo não pode se eximir de matérias desse tipo. Ele disse que iria fazer, mas não fez. O Relator já mencionou que não incluirá isso como receita nova no Orçamento para o ano que vem, e S.Exa. é o único que pode promover inclusão a essas alturas. Não há mais como fazer emendas.

Portanto, essa é uma matéria que deveríamos considerar vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Conclua, Deputado Domingos, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sugiro, portanto, ao nobre Relator da LDO que retire esse Item 13, porque não há acordo sobre ele.

Com todo o respeito à Senadora Rose, que está empenhada em aprofundar o debate, ao qual eu me comprometo a estar aberto, informo que, neste momento, não podemos apoiar esse corte no Sistema S, de uma maneira generalizada, de 30% de suas receitas.

Essa é a nossa posição. Espero que façamos um acordo para que se retire o Item 13 do adendo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Hildo Rocha é o último orador inscrito.

Eu queria saudar o Deputado Domingos Sávio, reconhecendo a importância do seu trabalho e da sua colaboração durante todo o ano para o bom andamento desta Comissão e para que pudéssemos estar aqui estabelecendo regras.

Deputado Hildo Rocha, eu estou muito pressionado. A sessão do Congresso Nacional está marcada para o meio-dia, e já são mais de 14 horas. Deram-me um prazo para que pudéssemos votar a LDO.

Peço a V.Exa. que seja rápida a sua manifestação. Em seguida, falará a Senadora Rose de Freitas. Depois, vou passar a palavra ao Relator, para ele finalizar o seu relatório.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado.

Quero apenas concluir o que foi dito anteriormente, até porque não havia ainda esse item 13, concordando em parte com o que disse o nobre Deputado Domingos Sávio, a quem admiro muito. Aqui se trata de aperto geral. Nós estamos apertando todo mundo. A Câmara dos Deputados está cortando 160 milhões; do Judiciário está sendo cortado.

Deputado Domingos Sávio, eu queria que V.Exa. prestasse atenção nos meus argumentos. Peço atenção a V.Exa. também, Deputado Paulo Pimenta. Eu queria que V.Exas. ouvissem os meus argumentos.

Como nós estamos apertando o cinto do Judiciário, do Legislativo, de todos, nós não podemos deixar de pegar um pouco desse dinheiro que está sobrando. Esse dinheiro não está sendo usado. Tanto é verdade que há 27 bilhões de saldo, que está sendo aplicado no sistema financeiro, no Sistema S.

Nós não estamos fazendo com que as escolas parem de funcionar, os serviços sociais deixem de existir. Eles vão continuar existindo. Nós estamos apenas pegando aquilo que eles não estão usando. Isso é lógico. Para quê? Para que nós possamos salvar a nossa Previdência; para que, no ano que vem, o Governo Federal possa pagar em dia aos aposentados e pensionistas. É uma questão lógica. É até uma questão de princípio isonômico.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós tiramos do Judiciário, tiramos do Legislativo, tiramos dos programas sociais, e não podemos tirar um pouco desse que sempre foi, ao longo de toda a existência da DRU, dispensado? Ele nunca entrou. A DRU sempre passou ao largo do recolhimento patronal que diz respeito ao Sistema S. É uma contribuição que eles estão dando. Não haverá nenhum sofrimento para o Sistema S — garanto isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Hildo Rocha, agradeço-lhe. Também reconheço a sua importância em relação ao trabalho da Comissão neste ano.

Deputado Edmar Arruda, por gentileza...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, só quero fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Os Deputados que defenderam a manutenção do item 13 têm o meu apoio. O Governo tinha iniciado uma conversa com o Sistema S. E tinham falado em torno de 4 bilhões e não em 30%. Isso daria, mais ou menos, 20%. Eu acho que nós poderíamos alterar de 30% para 20%. Isso não vai comprometer em absolutamente nada o funcionamento do Sistema S. Está certo?

Se nós colocarmos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eles vão ter que mandar o projeto de lei para cá. Não sei como o Governo vai fazer. Na verdade, não é corte. Ele tem que sair de uma alíquota e ir para outra. Eu acho que nós poderíamos estabelecer 20%.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Isso. Até 20%, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A sugestão é até o limite de 30%.

Existe o compromisso do Líder do Governo Deputado Paulo Pimenta de que essa medida provisória será enviada imediatamente ao Congresso Nacional. E, enviada para cá essa medida provisória, será criada a Comissão Especial para aprofundar essa discussão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator da LDO está dando a sugestão, entre todas as fontes de cortes necessários — aqui já foi dito: cortou-se no Judiciário, cortou-se no Legislativo; está-se cortando em vários setores; está-se propondo cortar até no Bolsa Família; isso foi discutido aqui —, de que também seja dada a contribuição para esse esforço geral do Sistema S.

Eu vou passar a palavra ao Senador Hélio José, que está inscrito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, conclua, por gentileza, Deputado Edmar.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu quero apenas deixar claro, Sr. Presidente, que sou favorável.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Então, vamos mudar...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu estou fazendo uma proposta...

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - ...o percentual, botar 20%.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu entendi, Relator. É só para ficar intermediário dentro daquilo que nós ouvimos. Eu acho que é o seguinte: nós precisamos dar celeridade a isso agora. O Sistema S tem, sim, como contribuir com essa parcela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu gostaria de fazer um apelo ao nosso Deputado Domingos Sávio, no sentido da permanência do item 13. Essa diferença de até 30%, pelos cálculos, não vai superar 4,8 bilhões — é “até”.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. tem razão quando diz que não tivemos oportunidade de discutir profundamente essa questão, mas V.Exa. sabe como andam combalidas as contas da Previdência — há dificuldade com os nossos aposentados.

A validade da LDO é só 1 ano. Creio que nós damos ao Governo mais essa possibilidade de não ter problemas com a Previdência. Então, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. para ver se conseguimos manter o item 13, porque seria importante para nós, não é, Senadora Rose?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Até porque depois nós vamos discutir a medida provisória. Isto aqui não vai ser automático. A medida provisória vai ter que vir para cá para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra, então, ao nosso Relator para que ele possa concluir os textos e nós possamos votar, estando todos conscientes de que ele pode promover alguma alteração no final do seu texto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente Jaime, só quero deixar claro que não há acordo com o PSDB. Eu consultei minha Liderança e vejo inclusive que o sentimento do Democratas é o mesmo. Eu gostaria só de deixar essa última colocação, porque me foi solicitado pelo Senador Hélio José, a quem muito respeito. Mas neste caso não há acordo. Como nós vamos votar por acordo, eu insisto com o Relator para que retire o item 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu apenas indago o seguinte: o PSDB quer marcar a sua posição, fazer o seu voto e, para que possamos votar pela maioria, porque aqui está amplamente demonstrado que a maioria quer o esforço desse sistema privado, em função do coletivo, que é...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não. Presidente, é acordo. Na verdade, quando se constrói um acordo, é para não pedir verificação de votação, é para não obstruir, é também para que a redação seja consensual.

O acordo que nós celebramos foi com o propósito de resolver o impasse entre o superávit e a questão do Bolsa Família, do TRT. Quando saíamos da sala, surgiu essa ideia. Ela não está madura o suficiente, sobre ela não foi feito acordo prévio, e nós não podemos concordar com a votação, porque percebemos claramente que seríamos derrotados aqui, o que nos imporia a necessidade de tentar uma obstrução até no plenário.

Nós não queremos inviabilizar a LDO nem o Orçamento por não ter havido acordo sobre um item. Então, eu peço a compreensão da Senadora Rose. Nós estamos abertos a discutir isso. Acho que o caminho é uma medida provisória, por parte do Governo, para que indique claramente qual será a forma de reduzir e com que critérios, se é de forma linear em toda a contribuição, qual é a destinação adequada desse recurso, se é para a Previdência Social, como está colocado aqui.

Em síntese, eu não posso apoiar essa iniciativa neste momento, de cortar 30% de toda a receita do Sistema S, porque entendo que ela não está madura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Até 30%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Até 30%, ou seja, poderá ser 30%. Eu acho que não cabe a nós dar um comando desse sem uma análise mais profunda.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Nós podemos botar até 20%. Em vez de 30%, podemos limitar em 20%.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos, e se nós reduzimos a meta? É só reduzir um pouquinho. Vamos reduzir para 20%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Durante todo o tempo, Deputado Domingos — V.Exa. é a maior testemunha, tanto V.Exa. quanto a Deputada Dorinha; todos aqui, especialmente o PSDB, especialmente o DEM —, em todas as oportunidades em que havia impasse, deixávamos que fosse habilitada a proposta final de V.Exa., da Oposição, que contribuiu do princípio ao fim para que houvesse, aqui nesta Comissão, a produção que tivemos em favor do País.

No entanto, essa questão me parece ter dois pesos e duas medidas. Durante todo o tempo, a sessão foi intermitente — estávamos acordando, produzindo. Há pouco, quando chegou um papel, antes de mostrar para o Líder do Governo ou para a base do Governo, eu o coloquei nas mãos de V.Exa. e da Deputada Dorinha. Infelizmente, acho que nós vamos ter uma situação muito complicada, porque não abrirei mão de ajudar os aposentados deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Ricardo Teobaldo, V.Exa. tem a palavra para ler o texto...

Deputada Dorinha, V.Exa. foi citada aqui e terá a palavra. Por gentileza, apenas peço brevidade, para que possamos concluir essa votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu só gostaria de colocar, Presidente, à Senadora Rose...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputada Dorinha, por gentileza, conclua.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Vou concluir. Na verdade, eu entendo todos os argumentos colocados. Inclusive fui uma das que usou esse argumento inicialmente na reunião, nesse esforço de que nós tínhamos de salvar o Bolsa Família.

Há uma escolha entre cortar o Bolsa Família, que atende a pessoas extremamente carentes — pelo menos esse é o objetivo do programa —, e beneficiar um sistema cuja eficiência, cuja eficácia eu não discuto, mas que sabemos, inclusive pela gestão de qualidade, tratar-se de um sistema com recursos disponíveis e que poderia suportar uma redução para preservar o Bolsa Família.

A Oposição fez um acordo. No nosso acordo essa discussão do Sistema S não entrou. Nós aceitamos fazer esta reunião, que, teoricamente, pelo Regimento, nem poderia estar acontecendo. Por isso, eu chamo a atenção para o desafio. Na verdade, esta reunião não poderia estar acontecendo. Nós abrimos mão para preservar o Bolsa Família, para discutir sobre o Sistema S. Eu concordo, acho que pode ser feito, mas o texto colocado aqui traz para nós a responsabilidade que o Governo não quis enfrentar.

A Presidente anunciou que ia fazer a redução, não peitou, não manteve a posição, e agora fica para nós do Congresso e desta Comissão dizer a ela o que tem de fazer, sendo que, na verdade, ela não quis enfrentar. Então, eu acho que é uma responsabilidade que não nos cabe assumir. O Governo, em suas propostas de melhoria da meta fiscal, disse que iria fazer. Por que não fez? Por que joga no nosso colo o enfrentamento?

Eu não tenho autorização do meu partido para fazer essa discussão, porque, ao propor o acordo para acontecer essa votação de redução da meta fiscal, isso não foi apresentado na nossa reunião, não foi colocado. Então, não seria justo, não só com o Deputado, embora eu diga que, por princípio, pode ser discutido, sim. Mas isso não fez parte do acordo e esta reunião está acontecendo por ser fruto de acordo, não por uma votação aberta, que poderia acontecer em qualquer sessão normal. A LDO já foi concluída nesta Comissão, já está no Plenário do Congresso e nós abrimos mão em virtude da importância do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputada Dorinha.

Eu queria fazer um apelo à Oposição, ao Deputado Domingos Sávio, à Deputada Dorinha, a todos, para que buscássemos aqui concluir essas votações. A sessão do Congresso já está em andamento e o que está sendo colocado aqui é que é preciso, neste momento, um sacrifício de todos os setores.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, que é o Líder do Governo, para que possa se manifestar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, eu quero dizer que entendo a questão, digamos assim, preliminar. De fato, nós temos que produzir um acordo aqui. Agora, do ponto de vista do mérito, vejam os Srs. e Sras. Parlamentares que o País está enfrentando uma dificuldade extraordinária. Está havendo corte no Orçamento de programas e ações do Poder Judiciário, do Ministério Público, corte de recursos para universidades, para todo mundo, para todos os setores. São programas estratégicos. O Programa Mais Alimentos está perdendo recursos, o Programa Cisternas está perdendo recursos.

Aí, nós temos um sistema que tem no caixa guardados 27 bilhões, cuja execução da receita muitas vezes o conjunto da população, os órgãos de controle têm dificuldade de conhecer. E nós não podemos reduzir nenhum centavo do orçamento desse sistema? Quer dizer, todo mundo pode dar a sua colaboração — o Legislativo pode, o Judiciário pode, os trabalhadores podem, os programas governamentais podem —, mas o Sistema S não pode dar nenhum centavo?

Então, eu quero aqui dizer que, do ponto de vista do mérito, não entendo essa excessiva preocupação, inclusive porque, Sr. Presidente, até acho que deve estar sobrando dinheiro no negócio desse Sistema S.

Lá na minha cidade, por exemplo, em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, neste final de semana, a FIESP comprou uma página de jornal. Mas por que a FIESP quer comprar uma página de jornal na minha cidade para botar uma matéria paga? Está bem, ela era contra mim. Mas me expliquem qual é o interesse publico, qual é o sentido de instituições que, de maneira direta ou indireta, recebem dinheiro público? Lá na cidade do Deputado Zeca isso ocorreu também, na cidade do Deputado Wadson também.

É para isso que nós usamos o dinheiro público, é para isso que esses sistemas e essas instituições precisam do orçamento que têm?

Então, convenhamos que é hora de todo mundo fazer a sua parte. Do ponto de vista de mérito, eu quero aqui me manifestar de modo favorável, fazendo um apelo para que haja bom senso, razoabilidade e possamos aprovar aqui essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado.

O Deputado Hildo Rocha está aguardando que a Presidente Rose consiga fazer esse acordo, esse entendimento, sobretudo em relação ao item 13, que parece que é o que está mais em questionamento aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso revela também certo preconceito com relação a esse número, porque tudo vinha bem até chegarmos ao item 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos passar, então, para o item 12-B. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estamos como os Estados Unidos, onde há elevador que não tem o número 13, do 12 vai para o 14. Agora estão criando esse *bullying* na Comissão. Quando é o número 13, o pessoal complica a aprovação. Bota o número 14 nesse destaque que ele vai ser aprovado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu consulto o Plenário sobre se é possível fazermos esse entendimento, esse acordo que está sendo proposto. É uma contribuição de todos os setores da sociedade. É impossível que se deixe um sistema já tão beneficiado como uma casta de privilégios em relação a cortes tão profundos que estão sendo feitos no Orçamento. O Poder Judiciário está sendo sacrificado, os tribunais do trabalho.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós não descobrimos isso hoje, Sr. Presidente; já sabemos como funciona há muito tempo. Por que o Governo não enfrentou e traz agora isso para o nosso colo, de repente?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas nós não estamos enfrentando... Deputada Dorinha, nós é que tivemos a ideia, não foi o Governo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Pois é, mas a ideia era compensar o corte no Bolsa Família. Já encontramos solução para isso. Nós não temos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra ao Relator, para que possa concluir o seu parecer. E vamos votar o que for acordo e, se for o caso, destacar o que não for acordo. E, se o que não for acordo for destaque, se for o caso, vai a voto. *(Pausa.)*

A nossa Presidente está buscando um entendimento, um acordo, está dialogando inclusive com os Presidentes das Confederações.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente Jaime, eu quero insistir na tese de que nós devemos nos debruçar sobre esse assunto. E devemos fazê-lo tendo uma análise mais profunda de quais serão os impactos e de qual será o valor de legislar sobre um matéria dessa com um percentual de até 30%. Nós estamos falando de algo que envolve a vida, a condição de trabalho, de qualificação profissional, de atendimento, inclusive, familiar de milhões e milhões de trabalhadores. Eu diria que estamos falando praticamente de todos os trabalhadores que estão na economia formal, da indústria, do comércio, de serviços, do transporte, não só das empresas. Nós estamos mexendo com todo um sistema.

Então, é claro que o assunto tem que ser enfrentado, deve ser enfrentado, mas não numa canetada, colocando um comando, no último minuto, na LDO que diz que fica autorizado a cortar até 30% da arrecadação do Sistema.

Portanto, eu queria destacar aqui que nós temos um acordo. O acordo será cumprido por nós, desde que também seja cumprido pelo Relator. Obviamente, eu faço esse apelo ao Líder do Governo, o Deputado Paulo Pimenta. Nós temos um acordo sobre os itens que foram previamente acertados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aqui tudo é acordo, Deputado Domingos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro. Então, quanto aos itens que foram previamente acertados, que adaptam a meta, e nós concordamos, com dificuldade vamos até votar contra simbolicamente, mas não vamos obstruir. Reduz-se a meta. Nós temos acordo com o Relator em relação aos sacrifícios que foram distribuídos. Sacrificou-se até parte das emendas de bancada, sacrificaram-se setores como o Tribunal Regional do Trabalho, mas se equilibrou isso de forma que fosse possível o acordo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre este item não há acordo. Portanto, se for feita a tentativa de votar, está evidente que vai cair a sessão, está evidente que vai cair a sessão. E isso cria uma situação objetiva: não se vota absolutamente nada do que o País está precisando. Mas não tentem responsabilizar a Oposição, porque esse é o único instrumento que nós teremos para poder evitar algo que achamos que não é correto.

Aqui estamos para aprovar leis e para impedir que se aprovem em algum momento determinadas leis. E a Oposição tem a alternativa do acordo e, no último caso, a da obstrução. É elementar verificar que — quatro Deputados de oposição estão aqui presentes, talvez cinco; há vários outros independentes — não haverá número suficiente numa verificação, chamada a base do Governo.

Então, nós vamos ter que pedir a verificação e a observação regimental de que, constatada a ausência de Senadores e Deputados... Mas não estou fazendo isso, nem ameaçando. Eu estou apenas sendo leal com os colegas e com o Líder Paulo Pimenta...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - O Líder está ameaçando, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não nos imponha essa condição.

Então, por gentileza, vamos cumprir o acordo. Retira-se o item 13...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio, ninguém vai impor nada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso. Retira-se o item 13, vamos votar da forma combinada, vamos para o plenário, e lá nós votamos por acordo, não é? E, obviamente, damos ao País o melhor que nós pudermos fazer em termos de LDO e de Orçamento.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu queria registrar que toda questão que começa assim — *"olhe, nós não estamos fazendo isso, não estamos fazendo aquilo"* — parece uma clara ameaça, algo que não funcionou aqui na Comissão, porque todas as vezes, ainda que houvesse um quórum perfeito, nenhuma decisão foi tomada sem que eu auscultasse cada representante de base.

Portanto, eu acho que seria muito bom mesmo que nós parássemos 5 minutos para nos entender, porque não aceito que seja colocada a questão do quórum, porque nós votamos matérias relativamente importantes de iniciativa da Oposição também. E a Oposição tem em mim — não só por ter sido minha casa, etc. — uma parceira para ajudar a construir todo o entendimento, desde que seja ele sempre a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sra. Presidente, naturalmente V.Exa. tem a prerrogativa inclusive de suspender a sessão. Mas V.Exa. sugere delicadamente. Portanto, nós não vamos votar nesses próximos 5 minutos, 10 minutos, a LDO, para que aqueles que se interessarem possam ir à sala da Presidência, juntamente com a Presidente. Enquanto isso, eu vou dando a palavra às pessoas que queiram fazer manifestação, que estejam contra e não queiram participar.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Pedro Fernandes. E solicito ao Deputado Paulo Pimenta e ao Deputado Domingos Sávio que vão à reunião para tentarmos construir esse consenso.

Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Domingos Sávio tem toda a razão quando quer discutir o problema. Mas esse problema será discutido na legislação. Presidente, tire-me esta dúvida: não será preciso uma legislação específica para isso acontecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu entendo que sim. Será necessário vir uma medida provisória para referendar. Isto aqui é uma orientação em termos de lei orçamentária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Jaime, eu acho que é muito importante que as pessoas compreendam...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso. Nós teremos espaço para discutir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós só estamos dizendo o seguinte: poderá, no Orçamento do ano que vem, existir um recurso adicional proveniente de uma redução dos recursos do Sistema S. É isso que nós estamos dizendo. Nós não estamos tirando dinheiro de ninguém. Nós estamos simplesmente criando a

possibilidade de se fazer essa discussão. Então, depois, quando vier uma medida provisória ou outro instrumento jurídico, é que o debate vai ser feito.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - E poderá ser aprovado ou não. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado Domingos Sávio... Eu queria a atenção aqui do Deputado Domingos Sávio. Nós vamos ter a oportunidade de discutir isso através de uma medida provisória, que poderá ser aprovada ou não. Nós estamos dando só o comando... Senão, não vai ser possível fazer.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O texto não é assim. Não diz "poderá". O texto é determinado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, Deputado Domingos Sávio, vamos discutir usando o microfone, primeiro porque a reunião está sendo gravada e segundo porque todos querem compreender.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu queria frisar isso, porque não estou contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Espere só um minuto, Deputado Domingos Sávio.

Deputado Pedro Fernandes, V.Exa. ainda quer usar da palavra ou já concluiu?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu só quero dizer o seguinte: nós vamos ter oportunidade de discutir onde cortar, como cortar, quanto cortar. E pode ser aprovado ou não. Nós teremos uma ampla discussão a fazer. Era essa a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, porque foi citado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu queria responder de forma objetiva, até porque fica parecendo que estou fazendo a defesa prévia de que em hipótese alguma se pode cortar isso do Sistema S. Não, eu acho que esse assunto deve ser debatido, sim, deve ser avaliado, deve ser discutido.

E eu acho que, ao apresentar a proposta, o Líder Paulo Pimenta, que surgiu com o assunto ao término da reunião do Colégio de Líderes, e a Presidente Rose e vários outros, mas foi no término da reunião, ele levanta um problema. Acho que isso é importante. Mas, vejam bem, ao fazer isso, nós não resolvemos a questão, definitivamente não.

A LDO, como o próprio nome diz, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela não tem o condão de, por nela ter sido colocado um artigo autorizativo, determinar que a partir do dia 1º de janeiro o Sistema cortará até 30% ou 30% e passará a contribuir para a Previdência Social.

Não, nada disso ocorrerá, a menos que o Poder Executivo, e tão somente ele — nós nem temos prerrogativa constitucional para fazer isso —, mande para cá um projeto de lei ou um medida provisória. Acho que até seria melhor projeto de lei do que medida provisória. E aí nós faríamos um debate com a sociedade civil, com o sistema produtivo, com os trabalhadores, dizendo: *"Olhe, nós estamos entendendo que esse custo está elevado. Esse dinheiro vai ser melhor aplicado na Previdência geral".*

Portanto, não resolve nada, nada, de concreto nós colocarmos na LDO um comando de que se vai tirar recurso. Cria-se um impasse. Talvez traga para a Câmara, aliás, para o Congresso uma responsabilidade que é do Executivo. Isso traz para o Congresso a sinalização de que ele está dizendo aos Presidentes e aos responsáveis pela Federação da Indústria, do Comércio, do Transporte, aos Sindicatos, a todos os trabalhadores e todas as empresas deste País — chamamos para nós a responsabilidade — o seguinte: *"Estamos dizendo ao Governo Federal que faça isso, que nós estamos de acordo".*

Ora, é elementar que, politicamente, isso é algo totalmente desproposital. Eu estou até antecipando que desejo que o assunto seja objeto de um projeto de lei. O Executivo já deveria ter feito isso. Mas não acho que é um gesto adequado. Não coloca um centavo novo no Orçamento.

Aliás, o Relator do Orçamento já usou o microfone para dizer que, mesmo que aprovemos esse adendo, ele não colocará nenhum centavo de previsão de receita nova. A Presidente Senadora Rose de Freitas insistiu: *"Não, ele terá que pôr".* Não, ele não terá que pôr. Ele não é obrigado a pôr. Isso é importante.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu peço a V.Exa. que não interprete as minhas palavras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu estou dando a minha interpretação.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - V.Exa. disse: *"A Presidente disse terá".* Eu não disse assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, então, eu entendi mal V.Exa. Tudo bem. Eu entendi que V.Exa. teria dito que ele iria colocar. Ele veio ao microfone e disse claramente que não vai. Ele tem a prerrogativa. Sim, ele tem a prerrogativa. Ele é o Relator-Geral. Ele ainda não apresentou o relatório final. Mas ele veio aqui e disse: *"Eu não vou colocar como previsão de receita*".

Então, meus amigos, estaríamos fazendo um gesto político que não cabe a nós fazer; cabe ao Poder Executivo. Aliás, um Ministro da Presidente Dilma já anunciou, há alguns dias, que fariam isso, mas não fizeram. Agora, é curioso: parece que ficam querendo que façamos aquilo que não fizeram. Isso é o cúmulo do desgoverno!

Então, Deputado Paulo Pimenta, com todo o respeito, eu peço a V.Exa., encarecidamente, à Presidente Rose, ao Relator...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que eu estou fazendo é apelo, apelo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu também faço esse apelo. Não vamos desconstruir todo o acordo que nós fizemos sobre esta matéria, que é inócua. Ela é inócua. Ela não vai prescindir da MP. Ela não vai prescindir de um projeto de lei. Portanto, que venha o projeto de lei e que debatamos sobre ele!

Aliás, acho que a Presidente Senadora Rose terá de ser um dos que devem liderar esse processo, com a responsabilidade que tem, porque, eu concordo com ela, nós temos que achar uma fonte para garantir o equilíbrio da Previdência pública no Brasil, da Previdência geral. Concordo com a Senadora, em todos os raciocínios, só que eu faço esse apelo.

Eu não represento aqui só o meu pensamento. Eu represento a bancada inteira do PSDB. E entendemos que não cabe a nós, neste momento, incluir na LDO

um comando dessa natureza, de maneira inócua, que não vai nem acrescentar 1 centavo na Lei Orçamentária, porque o Relator não vai incluir.

Então, apelo aos meus pares: vamos fazer por acordo a retirada desse item 13 e vamos votar o restante, antes que comece a sessão do Congresso efetivamente e não consigamos nem votar. Ainda não começou a Ordem do Dia, então nós ainda podemos votar aqui a mudança na LDO e irmos para lá para efetivamente votar o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos, na verdade, a Ordem do Dia da sessão do Congresso já era para ter começado. Eles estão nos aguardando. Estamos aqui em contato permanente com a assessoria do Presidente. Eles estão aguardando exatamente concluirmos este debate, esta votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que não se destaca no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quero dizer o seguinte: há aqui três inscritos, os Deputados Zeca Dirceu, Izalci e João Arruda. A Presidente Senadora Rose, entretanto, me solicita que suspenda a reunião.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu não acho viável suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Senadora Rose está determinando que eu suspenda a reunião.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu não estou determinando. Eu sugeri a V.Exa. V.Exa. é o Presidente nesta hora e tem o direito de acatar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Presidente da Comissão sugere. Ficam mantidas aqui as inscrições dos Deputados Zeca Dirceu, Izalci e Edmar Arruda. Nós vamos suspender a reunião, portanto, por 5 minutos, no máximo, para ver se conseguimos fazer um acordo, e retomaremos aqui o trabalho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vai suspender por 5 minutos e depois vai ter que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos nos reunir na sala da Presidência por 5 minutos. Convido as Lideranças a ir à sala para tentarmos fechar esse entendimento.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nós corremos o risco de não haver, depois, continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, mas a Presidente sugeriu, de forma delicada. Ou seja, a Presidente determina, é prerrogativa dela. Nós voltamos logo em seguida. Estamos pressionados pelo tempo em função da sessão do Congresso Nacional.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Declaro reiniciados os trabalhos da Comissão.

Nós estamos finalizando um acordo, o texto está sendo redigido. Já existe conceito aprovado. Portanto, daqui a alguns minutos nós teremos esse texto aqui. Enquanto isso, alguns Parlamentares inscritos podem fazer sua manifestação: o Deputado Zeca Dirceu — aliás, ele infelizmente teve que se ausentar; o Deputado Izalci; e o Deputado João Arruda.

Com a palavra o Deputado João Arruda, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade. Estamos chegando a um ponto de equilíbrio para fazer a discussão aqui sobre o Sistema S. Ontem mesmo eu defendi o corte no Orçamento. Aquilo que não passa pelo Governo, pela receita, ou pelo menos uma parte disso, que passe agora, daqui para frente, pelo Orçamento da União!

Nós todos estamos aqui cortando na própria carne. Eu fui Relator Setorial da Saúde. Infelizmente, apesar de todo o apoio que tive do Relator-Geral, da Comissão, da Frente Parlamentar da Saúde, da Comissão de Seguridade, um grande esforço que fizemos para melhorar o orçamento — aumentamos de 100 bilhões para 107 bilhões —, mesmo assim, vai faltar dinheiro para a saúde, vai faltar dinheiro para comprar remédio, vai faltar dinheiro para manter a média e alta complexidade.

Eu gostaria de poder colocar mais 2 bilhões, mas todo mundo está cortando, a saúde está cortando, a infraestrutura está cortando. Todos nós estamos cortando no Orçamento para poder enfrentar essa crise brava no ano que vem, em 2016.

Então, eu entendo que o Sistema deveria fazer a mesma coisa. Ninguém aqui quer tirar dinheiro que vai para a qualificação, para a capacitação de trabalhadores, para todos os cuidados que o Sistema S oferece aos trabalhadores.

Lembro que eu fiquei muito chateado com essa posição do Sistema. Quando fui Relator do novo SIMPLES, para aumentar o teto e mudar a tabela...

Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. apertasse a campainha; senão, com o barulho, não consigo nem raciocinar.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sr. Deputado, vou repor seu tempo.

Peço silêncio e atenção. Nós estamos tentando concluir a votação da LDO, matéria importantíssima para o País. O orador está usando da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Lembro que eu fui Relator do novo SIMPLES, projeto que hoje tramita no Senado e que já foi aprovado pela Câmara, para aumentar seu teto e mudar sua tabela. Fui procurado pelo Sistema, que não queria o aumento do teto, porque perderia contribuição patronal de pequenos negócios, como salão de beleza, churrascaria, hotel — e o mesmo Sistema defendia a redução de impostos.

Então, se nós estamos aqui defendendo redução de impostos, cortes no orçamento do Governo, para que possamos sobreviver no ano que vem, o Sistema também tem que cortar.

Eu acho que nós temos que fazer um gesto aqui hoje, por mais que não tenha efeito prático, para indicar ao Governo, para indicar ao Executivo que este terá o nosso apoio, se enviar para o Congresso uma medida provisória reduzindo também o orçamento do Sistema. Nós não queremos tirar o dinheiro dos programas sérios do Sistema, queremos tirar aquilo que é superficial. Por exemplo, o dinheiro da verba publicitária. Isso não é usado para capacitação e qualificação de trabalhadores.

Quanto custa essa propaganda, Deputado Jaime Martins? Isso é dinheiro que poderia ser utilizado na saúde pública, por exemplo, para comprar remédio.

Eu também vou dizer que apoio, mas, além de apoiar a posição da Comissão do Orçamento, vou votar a favor de uma medida provisória enviada pelo Governo para reduzir o orçamento do Sistema S, para direcionar esse dinheiro para outras coisas. Esse dinheiro pode ser mais útil para o Governo Federal, para programas, políticas públicas, saúde pública, educação.

Também vou começar a coletar assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema S no País. Eu quero saber para onde está indo esse dinheiro que ninguém presta contas, dinheiro de contratações, dinheiro de verba publicitária, dinheiro de propaganda que passa na televisão. Nós queremos saber o que está acontecendo. Há tantas CPIs por aí, tantos sendo investigados diariamente, denunciados por todos, pelo Ministério Público. Por que agora é intocável o orçamento do Sistema S no País? O Sistema S também tem que prestar contas e também tem que ser investigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Precisamos encerrar a sessão. Vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Leo de Brito.

Nós temos que ir ao plenário.

Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quero somente fazer um registro, Sra. Presidente, por 1 minuto mesmo. Quero registrar a importância do acordo que foi feito neste momento pela Oposição e também pelo Governo, sobretudo no tocante ao orçamento, no tocante à questão do Programa Bolsa Família, dos 10 bilhões, que era uma preocupação da sociedade de modo geral.

Queria fazer esse cumprimento e citar também a redução da meta de superávit, que fez com que pudéssemos ter esse momento entre Oposição e Governo, demostrando um interesse maior em relação aos rumos do País, no momento em que vivemos essa crise.

Então, queria só fazer esse registro e agradecer pela condução dos trabalhos que vem sendo feita por V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Paulo Pimenta quer falar como Líder. Deputado Domingos Sávio... Infelizmente, não foi possível construir um acordo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É possível construir esse acordo. Queremos fazer um apelo para que V.Exas. permitam pelo menos que levemos esse assunto ao Plenário, onde V.Exas., se quiserem, poderão destacá-lo.

Esse assunto é relevante para nós e para a Presidente, e quero insistir para que V.Exas. nos ajudem a construir um entendimento para isso.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar só os membros da bancada da CMO falar. Desculpem-me. Estamos discutindo exaustivamente. Eu amo V.Exas., V.Exas. sabem disso, mas agora temos que finalizar, porque o Congresso nos espera.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu quero dizer que também estou extremamente preocupado com a conclusão desse trabalho. Eu sei o esforço que V.Exa. fez para que esta Comissão pudesse concluir os seus trabalhos este ano, apresentando ao País a LDO, o Orçamento, o próprio PPAG, que já está no Plenário.

Eu queria dizer a V.Exa. o seguinte: primeiro, eu tenho o maior respeito por V.Exa. e sei as razões que a motivam a lutar pela viabilização de mais recursos para a previdência geral do País e para as causas sociais. V.Exa. hoje, de forma até mais particular, permita-me colocar de público, falou de sua preocupação com as reduções de investimentos nas áreas sociais.

Isso é gravíssimo e tem motivado V.Exa. a estar preocupada na busca de algumas soluções. Veio essa proposta do item 13, e eu concordo com V.Exa.. Não é a primeira vez que esse assunto é colocado na Casa. Ocorre que a forma com que a redação chegou nos trouxe uma série de preocupações. Por isso, tivemos uma resistência na nossa bancada em acolher, no adendo do Relator, esse item 13. Posteriormente, houve uma série de outras propostas de mudança de texto, o que, de certa forma, mostra que o assunto ainda está num processo de maturação. Mas o assunto é relevante.

E, num gesto inclusive de respeito a V.Exa., que tem tratado as questões com extrema responsabilidade, eu diria que o melhor para todos nós é que nós possamos entregar a V.Exa. a decisão sobre essa matéria. Eu, particularmente, tenho essa dificuldade de compreender uma votação neste momento, até porque uma hora é um texto, outra hora o texto está ainda em gestação, em construção, mas eu queria, num gesto também de respeito a V.Exa. pelo esforço que foi feito, que nós entreguemos nas suas mãos.

Quem sabe V.Exa., que está iniciando um mandato de 8 anos... Tem gente que já está querendo que V.Exa. se torne Governadora do Espírito Santo, mas

V.Exa. tem 8 anos de mandato no Senado. Nós não precisamos ao longo de 8 anos, nós precisamos já no início do ano que vem, efetivamente, enfrentar esse problema, sob a liderança de V.Exa. Eu tenho comigo que seria mais apropriado construirmos um texto mais robusto, mas definitivo, e eu entregarei nas mãos de V.Exa. a decisão. Eu acho que V.Exa. poderia nos trazer uma decisão conciliadora para essa matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço. V.Exa. a cada dia me surpreende mais. Nós não brigamos como pessoas, brigamos pelas nossas ideias. E, agora, nós entramos num campo comum, a exemplo do que aconteceu na França. Quando a bomba estourou lá fora, todo mundo foi para o meio do campo para procurar uma forma de sair daquele conflito.

Não darei a palavra a mais ninguém, a mais ninguém.

Com esse passo dado pelo Líder, que eu respeito muito, o Deputado Domingos Sávio, e com a ajuda da Deputada Professora Dorinha, que inclusive já tinha olhado o texto com certa simpatia — como V.Exa. faz agora —, eu consulto o Líder sobre se é possível nós fazermos uma reunião a posterior, e não agora, neste momento, para que possamos construir uma proposta que atenda ao Plenário. Hoje, ao contrário do que foi colocado, o Deputado Paulo Pimenta permanece com uma posição, eu permaneço com a minha e S.Exa. permanece com a sua. Pergunto se é possível nós fecharmos isso num acordo, Deputada Dorinha, Deputado Hildo, Deputado Edmar e demais Deputados que aqui se encontram. Eu vou retirar o texto para que possamos construir esse acordo. É possível? Todos estão de acordo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sem mais considerações...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu me comprometo com V.Exa. e respeito a sua posição de marcar uma reunião lá no Governo, rapidamente, para que os Parlamentares interessados nessa matéria possam fazer uma discussão, que nós possamos encontrar uma solução que responda ao pensamento deste Plenário, que este assunto tenha a atenção que ele merece e que a senhora tenha o respaldo. Da minha parte, eu assumo esse compromisso tanto com a base do Governo quanto com a Oposição para que nós possamos tocar esse assunto, de alguma maneira,

para a frente, independentemente da decisão que está sendo tomada aqui hoje. Entendo o seu gesto como um gesto de quem quer viabilizar um acordo, que foi construído todo ano, porque nós não podemos botar a perder neste momento para votar de uma vez o texto final para levar para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de deixar muito clara uma posição...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas não aceita a retirada do de nº 13. É isso? Do 13. É essa a proposta de V.Exa.?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou retirar do texto a minha proposta...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós concordamos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ... para que nós possamos fazer um acordo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero deixar clara uma coisa, antes que saiamos daqui e alguém use a interpretação de que eu não ouvi o representante do Sistema S que aqui está, não ouvi o Deputado que veio falar e fiz questão de não ouvir. Aqui não houve pressão nem de Ministro nem de Sistema S, Deputado Evair. Aqui foi a convergência dos nossos esforços, com o apoio do João Arruda e de todos que aqui estão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu sou testemunha disso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero dizer isso, porque daqui a pouco uma manchete estoura assim: *Sistema S pressiona Comissão, e Comissão recua*. Não houve isso.

Portanto, democraticamente eu quero agradecer a V.Exa. e continuar dizendo que se votasse em Minas Gerais votaria em V.Exa.

Vamos encerrar a sessão. Vamos encerrar o debate sobre esse assunto...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sra. Presidente, eu só queria deixar um registro...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou dar a palavra ao Relator, para ele concluir, porque vamos votar.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Um registro rápido. Eu só estou dizendo que nós estamos aqui abrindo mão com o compromisso de que essa discussão não acabe hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Não, ela continua.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu parabenizo V.Exa.

Por favor, o Relator.

E vamos votar na Câmara e no Senado Federal.

Por favor, Relator, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Bom, então nós vamos excluir o item 4, que trata de seguro para obras e serviços, e vamos tirar o item 13, que trata da questão da CNI. E vai à votação o resto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos à votação do relatório, apresentado pelo Relator, com exclusão do item 4 e do item 13, de nossa autoria.

Em votação na Câmara Federal.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão conta hoje com a presença do nosso Relator da receita, o Senador Acir Gurgacz.

O Senador Eduardo Amorim está, como sempre, presente na Comissão.

Vamos suspender a reunião desta Comissão, para que, logo em seguida à sessão do Congresso, terminemos a votação da LOA, em que estão sendo feitos ajustes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim, eu convoco a continuação da reunião para logo após o término dos trabalhos do Congresso Nacional.

Agradeço a todos, inclusive ao Deputado Paulo Pimenta.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos. Declaro o reinício da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Estamos aguardando chegar aqui a nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas. Tivemos, há instantes, a votação do PPA, no plenário do Congresso Nacional, e também a votação da LOA. Vamos encaminhar, para cumprirmos a nossa obrigação aqui nesta Comissão e no Congresso, dando ao Brasil um Orçamento.

Portanto, quero votar o Orçamento, item único da pauta de hoje. Já encerramos a discussão no dia de ontem e vamos votar o texto principal do Orçamento, ressalvados os destaques que já foram apresentados.

Durante votação do relatório do Orçamento, nós vamos dar oportunidade para que todos os Parlamentares possam se manifestar sobre os seus destaques, bem como para buscarmos um acordo consensual para que o Relator, dentro das limitações orçamentárias que o momento econômico do País impõe, possa razoavelmente atender o Brasil na pessoa dos seus representantes, Deputados e Senadores que estão nesta Comissão.

Eu queria, portanto, colocar em votação o Orçamento na representação da Câmara dos Deputados. Trata-se do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2015. *(Pausa.)*

Como houve algumas emendas de Plenário atendidas pelo Relator-Geral, nós, antes de votarmos o relatório, temos que votar a admissibilidade dessas emendas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu solicito do Plenário a autorização para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas do Relator-Geral.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passe-se à votação da autorização na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos, então, à votação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2015.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vamos só verificar quais emendas o Relator acatou, porque eu não sei quais foram acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Essas emendas estão publicadas.

Sr. Relator, o Deputado Izalci formulou uma questão de ordem. Peço apenas que V.Exa. o esclareça rapidamente, porque nós já votamos — já é matéria vencida inclusive — a dispensa da aprovação do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Queria apenas que V.Exa. esclarecesse. Nós estamos tendo um clima de consenso nesta Comissão, portanto, eu não queria que ninguém deixasse de ser adequadamente atendido. Essa é a orientação da nossa Senadora Rose de Freitas.

Sr. Relator, por gentileza, peço-lhe que fale somente das emendas que acabaram de ser aprovadas — são emendas de Relator-Geral. Peço que faça uma consideração breve.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Izalci, nós tivemos aqui a autorização, no relatório preliminar, de emendas de Relator-Geral que eu, a princípio, não propus nesse relatório preliminar.

Eu quero ressaltar que esta Casa precisa se ajustar a uma organização de procedimento para a votação do Orçamento da União. As emendas de Relator-Geral se dão para atender a demandas de órgãos do Executivo que não conseguiram convencer o Ministério do Planejamento de que as suas prioridades eram prioridades para o Governo; de Parlamentares; de bancadas; de Comissões; de pessoas que, lá na sua bancada, não conseguiram estabelecer aquela ação como prioridade de bancada; daqueles que, na sua Comissão, também não conseguiram

que aquela ação que desejavam fosse estabelecida como prioridade na Comissão. Então, eles vieram pedir ao Relator.

A cada vez que eu atendo uma emenda de Relator, eu estou atropelando o processo legislativo, porque estarei admitindo a entrada no Orçamento de um subtítulo, de uma ação, de uma obra que não teve prioridade nos canais próprios ao emendamento do Orçamento da União.

Eu fui voto vencido. O Plenário decidiu autorizar-me a fazer emendas de Relator nos temas específicos. Eu, então, acatei aquelas emendas que V.Exa. já conhece, porque todas foram votadas preliminarmente aqui, por autorização do Plenário. Eu fui autorizado a fazer aquelas emendas de Relator: a Saúde, a Educação, alguns temas como o seguro agrícola, alguns temas mais específicos. No caso do zika vírus, nós tivemos autorização para fazer uma emenda especialmente para o combate à microcefalia. Aliás, hoje, na Comissão Geral da Câmara dos Deputados, tivemos a presença do Ministro da Saúde Marcelo Castro e apresentamos um novo texto para viabilizar recursos para pesquisa dessa endemia.

Nós tínhamos no texto, que foi autorizado, uma emenda de minha autoria e do Deputado João Arruda que autorizava o Relator-Geral a fazê-lo. Eu deixei que o Relator Setorial da Saúde o propusesse.

As emendas são, portanto, as que foram votadas em plenário.

O nosso relatório está sendo processado. Há poucos instantes, eu estava na Consultoria atendendo bancadas, colegas, determinados segmentos, que os Deputados acompanharam. Dos que me solicitaram, eu atendi a todos, sem exceção. Agora não há mais a possibilidade de mantermos aberto o processo, porque para cada atendimento é necessário um destaque, senão não conseguimos processar o atendimento — nós tínhamos que encerrar o recebimento de destaques. Vamos levar em torno de 2 horas para que o relatório seja processado pela nossa Consultoria.

Quando o tivermos aqui, eu vou poder dar o parecer das emendas dos destaques aprovados. Os destaques rejeitados nós os votaremos em globo, com o apoio dos senhores. Se houver mais alguma questão a ser dirimida, com o apoio do Plenário como um todo, nós atenderemos.

Quero dizer que estão aqui a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Blairo Maggi justamente para reivindicar algo que não está no relatório, não está no Orçamento, não teve autorização do parecer preliminar para ser colocado no Orçamento. Por isso, pedi a S.Exas. que viessem aqui para defender em plenário, porque somente por acordo geral é que poderemos abrir uma janela para atender a demanda que eles trazem.

Então, Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, peço aos assessores que falem mais baixo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Izalci, as emendas de Relator são aquelas que o Plenário me autorizou a fazer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntei isso, Relator, porque eu tive algumas emendas que foram destacadas que V.Exa. disse que iria acatá-las, quando nós tivemos aquela conversa. Quero saber se foram acatadas parcialmente ou não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os destaques foram acatados, o seu destaque referente à RIDE foi acatado. Era possível fazer algumas coisas; outras, não. Eu darei o parecer sobre os destaques assim que receber o processado. Eu sei o que cada um aqui destacou. Nós vamos abrir uma discussão. Primeiro, votaremos o relatório, ressalvados os destaques. Eu farei um debate com vocês. Eu tenho de memória praticamente tudo o que foi pedido. Vamos debatendo aqui.

Com relação ao voto com parecer favorável a determinados destaques, com atendimento parcial ou integral, no caso de recomposições pequenas, eu vou informando V.Exas. durante o debate.

Nós vamos discutir sobre alguns temas novos, como o que a Senadora Lúcia Vânia traz.

Eu trouxe um relatório com um adendo ao nosso relatório de texto, porque o Deputado Pedro Fernandes me pediu no último debate que fizemos que incluísse no meu relatório a questão previdenciária. Nós abrimos o debate do Orçamento falando de Previdência — o principal era a Previdência, a maior despesa é a Previdência. Nós gastamos 40%, aliás, 45% agora, do que arrecadamos com a Previdência, mas,

se quisermos ajustar as contas do Brasil, teremos de fazê-lo através da reforma da Previdência.

Portanto, eu incluí esse texto que eu distribuirei a V.Exas. Na parte previdenciária, há um capítulo sobre este fato, sobre o teto, sobre algumas manifestações dos Ministros do STF a respeito do teto na última votação que ocorreu há um mês no Pleno do STF.

Agora nós temos um relatório mais completo, com todos os debates que aconteceram na Comissão. Mas eu peço vênia da Comissão para apresentar o meu voto sobre os destaques, assim que o processado chegar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Relator, eu gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa., Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. está fazendo o relatório já considerando os termos aprovados na LDO na Comissão, correto?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Nós estamos fazendo o relatório com 24 bilhões de superávit primário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dessa forma, V.Exa., já recompôs os 10 bilhões do Bolsa Família?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não. Será objeto de votação de destaque no plenário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, na medida em que nós estamos votando a LDO e a meta desse valor já foi reduzida...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vai estar disponível para realocação pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. ainda não o colocou no Bolsa Família?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não. O Plenário o fará. Eu não o farei, Deputado Paulo Pimenta. V.Exa. sabe todas as razões que já...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou entendendo. Eu acho que esta é uma questão bastante importante.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só um momento, Deputado Danilo Forte, por gentileza.

Nós precisamos concluir o acordo. O acordo é pegar agora os 10 bilhões e retorná-los ao Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sei que uma grande maioria do Plenário está acordada para isso. Todos sabem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho importante que as pessoas entendam o que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria de propor...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há uma questão de ordem levantada pelo Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Minha questão é no seguinte sentido: já que nós estamos buscando um dinamismo para podermos viabilizar a votação o mais rápido possível, eu acho que nós poderíamos aprovar o relatório agora, ressalvados os destaques. Indagamos a todos os Parlamentares quais destaques serão ressalvados, aprovamos o texto-base e fazemos o debate em cima dos destaques ressalvados. Dessa forma, minimizaríamos o tempo do debate e agilizaríamos o processo de votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Era isso que nós iríamos fazer.

Vamos dar continuidade à votação.

Quanto às questões relativas aos destaques, tenho certeza de que nós poderemos tratá-las posteriormente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidenta, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A questão de ordem diz respeito à votação, Deputado Caio?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sobre a votação, sobre o que nós estamos votando. Eu peço a atenção do Relator.

Havia um compromisso com os setoriais de que, se houvesse uma mudança de metas, haveria uma recomposição no nosso relatório. Como fica esse acordo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Essa é uma boa lembrança, Deputado Caio. Pena que só lembramos agora. Podíamos ter lembrado quando

fizemos o acordo de recomposição da meta, mas eu não vejo que nós tenhamos tempo hábil para refazer todos os relatórios e reapreciá-los.

Eu peço desculpa, pois não me lembrei do acordo. Aliás, ninguém se lembrou do acordo, mas, de fato, havia esse compromisso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas espera aí: como é que faremos agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só vou atender a questões de ordem relacionadas especificamente com a votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Trata-se de um encaminhamento especificamente sobre a votação, para ganharmos agilidade.

Eu gostaria de propor que nós votássemos imediatamente o relatório, ressalvados os destaques — não há nenhuma dificuldade nisso. Há mais de 200 destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Trezentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quatrocentos. Creio que nós construiremos um acordo para a retirada de muitos deles que já estão contemplados. Mas, votando, salvo os destaques, não há o que debater nada antes de votar, até porque a discussão já se encerrou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Quero concluir o raciocínio, para contribuir com V.Exa. e com o Relator.

Votado o relatório, como nós fizemos um acordo para a redução da meta, e no acordo ficou absolutamente claro que 10 bilhões da redução — foi um pouco mais — destinavam-se especificamente a recompor o orçamento do Bolso Família, eu proponho que votemos de imediato o Orçamento, ressalvados os destaques, e o primeiro destaque.

Além do destaque do Deputado Paulo Pimenta — há destaques de minha autoria e de outros —, eu diria que é um destaque de todos os Líderes, e nós votaríamos o destaque da recomposição da meta do Bolsa Família. Senão, nós vamos tentar votar outros destaques, e esse dinheiro da recomposição da meta não vai dar.

Então, vamos ser coerentes com o que nos tratamos no acordo de Líderes.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, eu concordo com o encaminhamento, mas eu queria um esclarecimento, se V.Exa. me permite. É só uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre a votação?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É uma pergunta sobre o que o Relator falou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele vai falar em seguida. Deixe-me concluir o processo de votação, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, para votar, eu preciso dessa informação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Talvez não resolva, Sra. Presidente.

Eu quero saber se a proposta previdenciária é, digamos, uma proposta para debate posterior, ou se ele já previu a reforma, contabilizou possíveis valores financeiros e os incorporou na proposta global. Se for assim, não é um mero destaque. O relatório, mudado de ontem para hoje, já estaria para pior. Nesse caso, eu não teria nem como...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator está com a palavra, para responder ao Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou responder, primeiramente, ao Deputado Caio Narcio.

Deputado Caio, a recomposição, a alteração da meta, se deu exclusivamente para recompor o Bolsa Família. Portanto, não há espaço para a distribuição dos recursos para os relatórios setoriais. Se houvesse uma recomposição, uma redução de meta a maior para evitar o corte do Bolsa Família, eventualmente nós poderíamos até cumprir o acordo que nós fizemos.

Nós não discutimos isso antes, mas ficou prejudicado, na medida em que a destinação dos recursos da recomposição da meta já estava acordada entre os Srs. Líderes.

Deputado Edmilson, quanto à Previdência, eu estabeleci um capítulo porque, quando nós recebemos o Orçamento em 31 agosto, nós fizemos um serão na Comissão do Orçamento com a Consultoria — todos trabalharam durante o fim de semana, no feriado de 7 de Setembro — e apresentamos um documento, que está citado no meu voto, que mencionava 37 ações para o equilíbrio fiscal. Dessas 37 ações, a maioria na Previdência Social, porque é a maior despesa.

Eu tratarei disso em seguida. A repercussão dessas votações não está no Orçamento porque o Governo instalou um fórum para debater a Previdência, esse fórum realizou várias reuniões e se encerrou, se não me engano, ontem, com 70 entidades, quando se discutiram as propostas de reforma da Previdência.

Portanto, o Governo ainda não enfrentou a questão previdenciária. Nós faremos isso no próximo ano ou no momento adequado. Não há, então, no Orçamento reflexos de alterações previdenciárias, a não ser aquelas referentes à melhoria da gestão, especialmente na questão da perícia médica. O Ministério já reduziu em 8 bilhões de reais a despesa da Previdência por conta da melhoria da gestão no processo de atendimento de benefícios, bem como já reduzimos 15 bilhões por ano só com a mudança que fizemos no seguro-desemprego, criando um pouco mais de rigidez na concessão do seguro-desemprego.

Dessa forma, todas as matérias previdenciárias têm grande repercussão não para o exercício do ano que vem, mas para todos os demais orçamentos da história do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do relatório final.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre a votação, Senadora?

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sim, sobre a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra V.Exa., para uma questão de ordem sobre a votação. Se não for sobre a votação, eu vou pedir licença à senhora...

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - É sobre a votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria saber se essa mudança no parecer preliminar é feita antes da votação do relatório ou na apresentação dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é sobre a votação, mas o Relator responde.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - É sobre a votação, sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Senadora, se acontecer, será por acordo geral, tanto faz. Seria um destaque. Seria como se V.Exa. tivesse um destaque oferecido ao Plenário, incluindo esta ação no Orçamento.

Eu acho que faremos isso logo em seguida à votação do destaque do Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Passamos à votação do relatório final, alterado, que incorpora o adendo, que não está em mãos de todos.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos votar agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, vamos à votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Vamos começar pela representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mais uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Entendendo a questão dos destaques, nós não temos ainda o relatório dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ter.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nós não íamos ler esses destaques?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ter. Nós estamos falando "ressalvados os destaques" porque evidentemente eles serão colocados em mãos, todos estarão aqui.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados, obviamente, os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, passaremos à fase dos destaques.

Foram apresentados 305 destaques.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, eu queria dar uma sugestão de encaminhamento, que eu acho que pode ser produtiva.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Concedo a palavra a V.Exa., pela ordem, para uma sugestão de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Aproveitando a presença de todos os que estão aqui, sugiro que sejam ressalvados os destaques, porque só pode ser discutido o destaque de quem está presente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Aqui não estão todos. Aqui não estão os autores dos 305 destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos foram ressalvados.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Minha gente, sem discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu apresentei seis destaques e só vou ressalvar dois. Então, é mais producente para depois discutirmos ponto por ponto. Podemos fazer um *check list* de todos para saber quais são os destaques que vão ser levantados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A lembrança do Relator é importante para dizer que os destaques dos que estão presentes já estão ressalvados. Evidentemente, V.Exa. tem o direito de colocar quais os que têm preferência para votação.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu me inscrevo para isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, eu sou o primeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixem-me dar preferência a uma mulher. Tem a palavra a Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu só queria fazer coro ao que disse o Deputado Domingos Sávio, diante do acordo feito em relação ao Bolsa Família, no sentido de que votássemos em bloco todos os destaques que fazem referência ao Bolsa Família. Eu acredito que são vários. Sugiro que os votemos primeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de fazer um encaminhamento globalizado nesta questão e pedir ao Relator que colocasse em votação, em primeiro lugar, todas as emendas, de diversas autorias, relativas ao Bolsa Família, porque já resolvemos a questão que une a todos.

Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu proponho o requerimento para votação em globo dos destaques que se referem à recomposição do Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso simplificar a votação?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pode e deve, Sra. Presidente. V.Exa. tem toda a confiança para conduzir em nome do Colégio de Líderes, pelo menos é essa a posição do PSDB.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há um requerimento apresentado pelo Relator para que se proceda à votação em globo dos destaques relativos à recomposição do Bolsa Família.

Vamos votar primeiro os requerimentos na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar ao requerimento.

O requerimento apresentado diz respeito à recomposição dos 10 bilhões relativos ao Bolsa Família.

Eu gostaria que o Relator se pronunciasse, para constar em ata o pronunciamento da aprovação, para que possamos recorrer ao Plenário.

(Não identificado) - Sra. Presidente, quantos destaques foram apresentados em relação a este tema?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vários.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu perguntei se poderíamos simplificar. Se eu disser que foram 100, vai mudar alguma coisa se eu disser que são 50? Não. Então, vamos simplificar.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sobre o Bolsa Família, eu gostaria de lembrar a V.Exas. que, no texto do relatório, há um capítulo dedicado a esta questão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Programa Bolsa Família tem a função de dar assistência para os seguintes casos: se a renda familiar for menor de 70 reais *per capita*, considerada de extrema pobreza, haverá um determinado tipo de atendimento, com benefícios; e, se a renda familiar *per capita* for de 77 reais a 154 reais, haverá um atendimento com outros benefícios.

Para uma família com cinco membros, que não tenha renda nenhuma, por exemplo, mãe e quatro filhos, sem um chefe de família, pode chegar a 532 reais por mês de atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir aos assessores que, por favor, colaborem. O Relator virou a noite trabalhando, e precisa explicar, para que não haja controvérsia no Plenário.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Senhores, eu já disse aqui, no começo, que atendi, até a hora que desci a escada para sentar nesta cadeira, pedidos de diversos Parlamentares. Eu não sei quantos destaques são, não tenho essa informação. O processado está sendo feito e ficará pronto talvez em 2 horas.

São mais de 400 destaques que nós atendemos. Está sendo feito o processamento. Nós aqui vamos fazer o debate daqueles temas que são conhecidos do Plenário. Cada um sabe o destaque que fez, fará a sua defesa. Eu tenho de memória alguns atendimentos que fiz ou não.

De qualquer forma, o processado, com todos os destaques rejeitados, os atendidos parcialmente e os atendidos integralmente, só virá daqui a 2 horas. Então, nós estamos aqui fazendo um debate sobre o texto do Orçamento e também sobre os temas que são os mais relevantes aqui tratados, como a questão do Judiciário. Eu posso, depois, explicar como foi resolvida essa questão.

Eu estava falando do Bolsa Família, então, vou dar esta explicação. Ele é um programa meritório, constituiu-se em determinadas regiões do Brasil num elemento de desenvolvimento da capacidade econômica da região por essa distribuição de rendas...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Está uma feira aqui, Sra. Presidente.

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Esse tema é recorrente, Deputado Heinze, mas é um tema importante. Nós queremos dizer que o Bolsa Família tem os seus méritos, mas tem problemas seriíssimos de gestão.

Desde que começamos esse debate, solicitamos aqui um requerimento de informações para saber quantas pessoas estavam na regra de permanência. A regra de permanência não é coberta pela lei, ela está numa portaria.

A nossa lei, votada no Congresso Nacional, autoriza o Governo, por decreto, alterar o valor de ingresso no Bolsa Família, de garantia do Bolsa Família. Também dispõe que o número de benefícios e beneficiários será proporcional à disponibilidade orçamentária. Portanto, não há garantia de permanência do Bolsa Família, a não ser com os recursos que estejam disponíveis.

Se nós considerarmos que foi aprovada na LDO uma emenda que determina corrigir pela inflação os benefícios, e o valor do Orçamento está definido, significa que menos pessoas estarão no programa. As que ficarem receberão mais, e algumas terão que sair para adequarmos orçamentariamente o programa ao recurso disponível.

Na questão essencial do Bolsa Família, eu me refiro sempre às auditorias da Controladoria-Geral da União. A Controladoria-Geral da União fez uma pesquisa, dizendo que 61% das famílias, sim, possuem renda *per capita* compatível com a estabelecida na legislação do programa; não, com evidências de renda superior, 2,4% das famílias; não, com indícios de renda superior, 6,7% das famílias; e impossível avaliar, 29% das famílias. Quer dizer, 30% não se pode avaliar por diversas razões. Mas o fato é que pelo menos 10% dos usuários têm evidências de ter renda acima daquela autorizada pela lei.

E a regra de permanência, na minha opinião, tem cerca de 30% dos beneficiários. No nosso relatório, consta como 1 bilhão e 400 milhões de reais. São pessoas que estão na regra de permanência, que saíram porque ganham mais do que os 154 reais *per capita*, até meio salário mínimo, e continuam recebendo o Programa Bolsa Família, como regra de estabilidade, como incentivo para a pessoa procurar o seu emprego ou aumentar a sua renda sem perder o Bolsa Família, porque o emprego pode ser temporário, pode ser sazonal. Não é incorreto o

raciocínio, mas a lei não autoriza. Precisaria mudar a lei para que isso pudesse ser pago dentro da legalidade.

Então, há um número de pessoas que estão na regra de permanência, que estão com renda fora da compatível pelo programa, que saem do programa — em torno de 5% anualmente —, e também há um número de pessoas que teriam que ser cortadas. Desses 10 bilhões do corte que propus, 2 bilhões de reais seriam de pessoas que realmente teriam que sair do programa por conta da restrição orçamentária. Então, dentro do que eu propus, 8 bilhões nós poderíamos cortar sem prejuízo nenhum aos que estão no programa.

Também quero lembrar que a Controladoria-Geral da União, além dessa pesquisa que fez especificamente do Bolsa Família, que está disponível na Internet, a cada mês, sorteia três Municípios para receberem auditoria. Para esses Municípios, na auditoria, há um capítulo específico do Bolsa Família. Para não ofender ninguém, vou citar um Município do meu Estado, o Paraná: Ariranha do Ivaí. Em Ariranha do Ivaí, a Controladoria-Geral da União foi verificar se o atestado de frequência dos beneficiários do Bolsa Família informado pela escola era verdadeiro. Foi à escola, pegou os livros de presença daqueles alunos que a escola informou ter os 75% de frequência exigidos pelo programa e verificou que não tinham. O livro de presença não computava aquela presença informada pela escola. Estavam em desconformidade 30% dos alunos.

O que isso quer dizer? Que nós investimos 28 bilhões de reais no Programa Bolsa Família, a sociedade brasileira paga esses valores e tem como contrapartida dessas famílias beneficiárias a obrigação da frequência das suas crianças na escola, além da carteira de vacinação das crianças, e a obrigação do acompanhamento das gestantes no posto de saúde. Aí nós descobrimos que a contrapartida de quem está no programa — frequência na escola — é fraudada pela própria escola. Isso está em todas as auditorias.

Vocês podem procurar em mais de 100 Municípios auditados pela CGU. Podem olhar um por um. Há lá um capítulo do Bolsa Família. Vocês vão perceber que 10% das crianças não têm a carteira de vacinação em dia, que 10% das mães não frequentam o posto de saúde durante a gestação, mas nem por isso alguém perde a sua carteira do Bolsa Família. Além disso, muitos usuários não sacam o

dinheiro que é depositado e lhes é disponibilizado no programa. Em nosso relatório, esses valores estão avaliados em 1 bilhão e 400 milhões de reais. Esses recursos ficam na conta dos beneficiários por 3 meses, se eles não sacam, a Caixa retoma o dinheiro e continua depositando.

Eu perguntei ao gestor do Bolsa Família de Maringá, a minha cidade, qual era a orientação dada pelo Ministério para esses casos dos cartões não sacados. Lá, de 4.500 beneficiários, 700 não sacam. Ele disse que o Ministério do Desenvolvimento Social diz para procurá-los e mandar sacar, em vez de mandar cortar o cartão. Se a pessoa não está indo buscar, corte o cartão. Se há uma coisa que não se pede para fazer no Programa Bolsa Família, é buscar o cartão de alguém.

Então, como é um recurso muito significativo, 28 bilhões e 800 milhões de reais — é mais do que a meta fiscal que nós acabamos de aprovar na LDO, 28 bilhões e 800 milhões de reais —, que pelo menos apliquem bem esse dinheiro. É preciso fiscalizar e exigir a contrapartida que a sociedade quer, que aquelas crianças tenham um futuro melhor, estudem e frequentem a sala de aula.

Estas são as colocações que eu gostaria de fazer. Por isso, propus o corte do Bolsa Família. O PRONATEC, o programa que ensina a pescar, teve mais de 50% de corte já feito pelo Executivo. O Ciência sem Fronteiras, um programa social importante também, teve mais de 50% dos recursos cortados já pelo Executivo. O Minha Casa, Minha Vida teve mais de 50% dos recursos cortados, já pelo Executivo. São programas sociais igualmente importantes com, eventualmente, resultados mais prolongados na vida das pessoas. E só o Bolsa Família não teve nenhum corte, não contribuiu para o ajuste fiscal.

Por isso é que eu, com absoluta serenidade e tranquilidade, coloquei luz sobre esse tema, o de como gastamos o dinheiro público. Vocês sabem que no Seguro-Defeso existe o mesmo problema. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão me pediu para aumentar em 1,5 bilhões a verba do Seguro-Defeso do Orçamento. E eu não aumentei, porque todos sabemos que tem problemas seriíssimos no pagamento desse seguro. Então, o que nós queremos é gastar melhor o dinheiro público.

Assim, está aqui o debate sobre o teto do servidor público. Para que não se diga que nós estamos tratando só dos mais humildes, temos um debate muito claro

aqui do teto do servidor público, as palavras dos Ministros Gilmar Mendes e Teori Zavascki sobre o teto do servidor. Os 29 auxílios do Judiciário e do Ministério Público estão todos colocados aqui.

Então, nós estamos falando de vários temas, como o auxílio-reclusão e várias coisas que precisam se melhoradas no que diz respeito ao gasto do nosso dinheiro público. Por isso, eu propus, e está no relatório, um corte de 10 bilhões de reais no Bolsa Família. Acho que ele é didático, é saneador, é uma lipoaspiração bastante importante no programa, para que os recursos sejam efetivamente entregues às famílias que precisam. O corte não tiraria nenhuma família que realmente precisa da ajuda do Bolsa Família do programa.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero encaminhar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero que todos se lembrem de que a sessão do Congresso Nacional está suspensa para que possa ser votada a LDO, que não foi, e ainda a LOA.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero encaminhar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que esse assunto, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos passar à votação em globo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço um momento. Se estiver atrapalhando o barulho lá do fundo, eu queria que V.Exa. pedisse compreensão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olhe, parece que pedir silêncio não está sendo suficiente. Se não for suficiente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite? Não é possível que o Governo possa aceitar como verdadeiras as colocações do ilustre Relator. Temos o maior respeito por S.Exa., mas, todas as questões que foram levantadas pelo Relator com relação ao Programa Bolsa Família, nós respondemos

exaustivamente durante o debate e temos uma opinião bastante distinta dessa versão sobre o Bolsa família, apresentada pelo Relator.

Nós não temos, Sra. Presidente, em nenhum aspecto, dúvidas sobre a importância desse programa e a maneira eficiente e correta como ele é executado.

Só para que V.Exa. tenha uma ideia, o índice de efetividade de saques dos beneficiários é de 99,3%, o índice de execução orçamentária é de 100%. E, se nós acolhêssemos a emenda do Relator, 23 milhões de pessoas estariam fora do programa a partir do ano que vem e 8 milhões de pessoas voltariam ao estado de extrema pobreza no Brasil.

O programa é meritório, e nós queremos aprová-lo. Ele é um programa estratégico. É o programa mais sintonizado com aquilo que de mais importante o Governo pensa, que é governar de maneira prioritária para aqueles que mais precisam. É por isso que nós temos o apoio de todos os partidos, do Governo e da Oposição, que estão unânimes em recompor esse valor.

Temos que corrigir a fiscalização? É evidente que temos. Um programa com essa dimensão, com esse tamanho, que envolve Prefeituras, envolve escolas, é evidente que temos que corrigir, mas não podemos aceitar a ideia de que 8 ou 10 bilhões desse programa estejam sendo mal utilizados. Esse programa é muito bem utilizado. O nível de eficiência dele é extraordinário. É o principal programa que ajudou o Brasil a sair do mapa da fome, que ajudou a reduzir de maneira muito significativa a mortalidade infantil no Brasil, em função de causas como a pobreza, a diarreia, a desnutrição. O índice de frequência escolar é de 85%. Portanto, é acima da média daquilo que ocorre na rede de ensino em todo o Brasil.

Nós estamos muito seguros para dizer que não sobra dinheiro do Bolsa Família. Ele é integralmente aplicado. Por isso, nós temos que recompô-lo integralmente. O Governo fez um esforço. A palavra da Presidenta Dilma é uma só: nenhum centavo de corte no Bolsa Família.

Este programa para nós é sagrado. Por isso, nós defendemos que ele seja aprovado integralmente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou reiterar o compromisso. Amanhã este Congresso não funciona mais. Se nós fizemos esse esforço, temos que chegar ao final.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Relator, eu louvo todo o trabalho desenvolvido por V.Exa., mas nós não podemos tentar negar uma realidade fática. A realidade fática é que hoje o Programa Bolsa Família é uma alternativa à sobrevivência de milhões e milhões de brasileiros, que vivem principalmente no Semiárido nordestino, aquelas pessoas que não têm oportunidade, que têm como única atividade a labuta na agricultura. Exatamente em função da ausência das chuvas pelo quarto ano consecutivo, indo para o quinto ano, nós não podemos decretar a essas pessoas uma lipoaspiração capaz de lhes tirar não só a gordura, mas a própria vida. Nós temos que dar a essas pessoas a oportunidade de poderem sobreviver com dignidade, abrigadas exatamente num programa social dessa envergadura.

Se há irregularidades, que nós as apuremos. É papel deste Congresso Nacional inclusive arguir, através dos seus instrumentos de fiscalização, desta Comissão ou de Comissões Parlamentares de Inquérito, exatamente os desvios, os desmandos cometidos por qualquer órgão ou qualquer programa do Governo Federal. Essa é a nossa responsabilidade. Agora, nós não podemos, em função disso, tentar justificar o abandono ao relento das pessoas que mais precisam da ação do Estado: Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Eu acho que esta Comissão se harmonizou toda, por unanimidade, exatamente em cima da necessidade da manutenção desse programa. Inclusive, nós até admitimos, em dados momentos, que o corte não fosse total em relação à dificuldade que nós tínhamos de compatibilizar os recursos necessários para a manutenção integral do programa, mas houve a possibilidade da redução da meta fiscal, que nos foi apresentada. Aí, sim, é dinheiro perdido, dinheiro dos juros, que ninguém sabe quanto é, para quem é, não sabe a fórmula de cálculo, não sabe o somatório da responsabilidade desses juros. É dinheiro jogado fora, para manter a ânsia e a usura do mercado financeiro em um País que se sacrifica para se reencontrar com o seu desenvolvimento, que paga a taxa de juros mais cara do mundo — a nossa taxa de juro governamental é a mais cara do mundo —, exatamente para alimentar aqueles que não produzem e que não induzem o desenvolvimento.

É exatamente por isso que nós temos aqui uma palavra que nos uniu em torno desse projeto. Eu não tenho dúvida de que a manutenção desses recursos terá uma reciprocidade muito grande na expectativa de vida, na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros que precisam dessa ajuda neste momento.

É lógico que, se nos encontrássemos com um projeto pleno de desenvolvimento, com uma geração plena de emprego, com um controle da carestia capaz de dar a essas pessoas uma alternativa, nós não estaríamos aqui batendo nessa tecla, mas hoje não temos isso. Diante do futuro tão incerto que temos pela frente, eu acho que o Bolsa Família é a única alternativa, neste momento, capaz de garantir o mínimo para que essas pessoas possam sobreviver com dignidade.

Parabéns a esta Comissão e a todos que buscaram exatamente encontrar essa solução para resolver o problema da fome de milhões de brasileiros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não gostaria de cercear a palavra de quem quer que seja, pois não foi esse o exercício do nosso trabalho, mas nós estamos encaminhando para quem? Não há voto contrário na Comissão. É unânime o sentimento de aprovar o Bolsa Família.

Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é só V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu quero dizer o seguinte: V.Exa. deu a palavra para o Governo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há 19 partidos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me dizer a V.Exa. O Relator ...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O argumento de V.Exa. não procede, V.Exa. tem a palavra...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu nem argumentei!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E eu vou lembrar: se não votarmos o Orçamento, a responsabilidade não será absolutamente do Presidente Renan Calheiros nesta Casa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Mas V.Exa. passou para o Relator. O Líder do Governo fez um comentário sobre o Bolsa Família que não é verdade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero dizer que o PSDB, desde o primeiro momento, defendeu a manutenção do Bolsa Família. Não admitiu em nenhum momento reduzir esse recurso, mas a auditoria que foi falada pelo Relator foi feita pelo Governo, e tem que ser auditoria da CGU. É ela que diz que há irregularidades. E foi feita uma auditoria — que normalmente é feita assim mesmo, auditoria não é feita em todas as distribuições, é por amostragem — em que, na amostragem, há quase 30% de irregularidades. Então, não venha o Governo dizer que está tudo 100%, porque não está. Nós estamos com 100% do Bolsa Família, mas queremos o Tribunal de Contas fiscalizando o programa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, vamos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que eu estou tentando fazer.

Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. faz questão de falar?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente, dê-me só 1 minuto. V.Exa. pode marcar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, dou 1 minuto a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Se todo mundo pedir 1 minuto...

O SR. DEPUTADO GENECIAS NORONHA - Vamos votar, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou suspender a sessão, pela balbúrdia!

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vamos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço ao Líder do Governo e ao Deputado Izalci que briguem lá fora.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente, é apenas 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, apenas 1 minuto e estará encerrado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - V.Exa. pode marcar.

Eu quero só deixar registrado que nós avançamos aqui, na Comissão, em relação à saúde, um drama por conta do Zika vírus, em 10 bilhões de reais. Nós

avançamos na questão da Justiça do Trabalho, e avançamos significativamente, na medida em que o corte foi linear em 20%, e não em 50% ou 90%, como se queria. Só está restando, Sra. Presidente, a questão do Bolsa Família.

Só quero dizer uma palavra que para mim é interessante. Para recompor os recursos do Bolsa Família, se necessário e o Relator tiver dúvida, que se busque o dinheiro das emendas parlamentares coletivas. Então, nós teremos o aporte necessário. Ou seja, não tem como tirar o dinheiro do Bolsa Família.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não se está tirando, estamos recompondo.

Vamos passar à votação.

Eu peço ao Deputado José Rocha que colabore.

Vamos passar à votação em globo dos destaques propugnados pela recomposição dos 10 bilhões de reais do Bolsa Família.

Em votação na Câmara dos Deputados. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito bem! Uma salva de palmas para o Plenário! *(Palmas.)*

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente! Uma salva de palmas aí.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Relator, para que possa...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, pela ordem. Depois do Relator, por favor. Eu estou querendo só que agora seja destacado o do Senado Federal, para que nós possamos votar em seguida.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, aqui não tem convite, mas a Senadora Lúcia Vânia se encontra aqui, e o Relator pediu que lhe desse a palavra. Eu ainda não sei qual é a preferência. Senador Blairo Maggi ou Senadora Lúcia Vânia? *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Senador tem a palavra e, logo depois, o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E depois o Deputado Carlos Henrique Gaguim, no destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos falar dos destaques todos.

O SR. SENADOR BLAIRO MAGGI - Cumprimento a Sra. Presidente, Rose de Freitas, os demais Deputados e o nosso Relator-Geral.

Na realidade, Sra. Presidente, nós viemos aqui falar com o Relator, porque temos uma matéria extremamente importante para os Estados produtores e exportadores de grãos, que é a questão do FEX. Em nenhum momento durante essa discussão do Orçamento e todas as discussões que foram feitas entrou essa questão. Nem o Governo mandou, nem aqui foi feito também. São os recursos — em torno de 1 bilhão e 950 milhões de reais — que os Estados exportadores têm como auxílio para ajudá-los na formação dos seus caixas, já que a grande maioria desses produtos é exportada sem a necessidade da cobrança de ICMS.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está difícil, Senador. Eu lhe peço desculpas.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está difícil. Imagine que foi uma discussão de meses e meses.

Vamos lá, Senador. Eu lhe concedo a palavra.

O SR. SENADOR BLAIRO MAGGI - É só para, então, relembrar a possibilidade...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se permitir que o Relator ouça, porque ele precisa ouvir V.Exa.

O SR. SENADOR BLAIRO MAGGI - É claro. O Relator conhece o assunto já. É muito mais uma concordância do Plenário em autorizar o Relator a criar uma janela. Nós não estamos pedindo 1 bilhão e 950 milhões, que é a necessidade, pedimos para abrir uma janela neste Orçamento, para que possamos, durante o ano, junto com o Governo, buscar espaço para que os Estados possam receber esses recursos.

Para se ter uma ideia, o Centro-Oeste brasileiro, que é o maior exportador de grãos e de fibras do Brasil, junto com Bahia, Piauí, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, e os Estados ficam sem receber esses recursos.

Então, fica o nosso pleito. Quero dizer da importância, Relator, Deputado Ricardo Barros, de buscarmos uma forma, se este Plenário concordar, de abrir uma janela para que possamos, em um Orçamento maior, se a economia voltar a crescer, buscar esses recursos para esses Estados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator, para responder.

Vamos abordar a questão dos destaques. Eu só vou atender ao pedido de palavra para se tratar de destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu peço apoio ao Plenário para a inclusão dessa matéria defendida pelo Senador Blairo Maggi. Todos os anos, essa matéria é incluída pelo Relator-Geral. O Governo nunca manda esse texto, e o Relator inclui e coloca recursos. Depois, votamos uma lei para decidir qual o critério para a destinação desses recursos. Faz 2 anos que está enrolado, e não se distribui, mas é uma causa meritória.

Como eu falei no início, não propus fazer a emenda como Relator-Geral e não recebi esse pedido para que eu fosse autorizado a fazer esta emenda. Então, eu não tenho autorização para fazer a emenda como Relator-Geral.

O texto é o seguinte: *"Transferência aos Estados e Municípios como compensação pela não incidência de ICMS sobre bens e serviços destinados ao exterior, com fundamento no art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", da Constituição Federal e no art. 91 do ADCT, com título de auxílio financeiro com a finalidade de fomentar as exportações"*.

Então, se houver consenso do Plenário, o Relator gostaria de atender a esta solicitação.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Apoiado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Apoiado. O Partido da Mulher apoia.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação a proposta do Senador Blairo Maggi, apoiada pelo Relator.

Temos, antes da apreciação dos destaques, uma alteração. Senador Blairo Maggi, nos ajude, senão todos vão pedir a V.Exa. para defender os destaques.

(Não identificado) - Peço a palavra pela ordem, Presidente Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente...

(Não identificado) - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação a proposta da abertura de uma janela. Eu confesso até que não a conhecia.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, de onde vai sair esse dinheiro, por favor?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem tem que ver isso é o Relator. S.Exa. considera que pode aprovar esta janela e encaminha favoravelmente. Se precisar de mais explicações, o Relator pode dá-las.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não há recurso. É só a abertura da rubrica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É só colocar como funcional a rubrica dentro do texto. Não constará de nenhum recurso extra, que será executado posteriormente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É só o meu destaque ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para o destaque, V.Exa. terá a palavra daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sugiro a votação desta autorização. Nós vamos votar o parecer preliminar e, consequentemente, o texto da lei. Há um atendimento de 10 milhões de reais como janela. Lá, na Lei Kandir, há 1 bilhão e 950 milhões, que o Governo mandou. Normalmente, nesta ação, havia o mesmo valor, mas como ela não constava, eu não pude atender. Então, vou pôr uma janela de 10 milhões para que isso possa ser discutido posteriormente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação o parecer do Relator em relação à proposta apresentada oralmente em plenário pelo Senador Blairo Maggi.

Aqueles que o aprovam na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que aprovam no Senado Federal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu gostaria que os Senadores, aves raras, nos honrassem com as presenças.

Vamos lá. Existe aqui alteração do parecer preliminar que, antes do destaque, tem que ser colocado em votação.

> *Alteração do parecer preliminar ao PL nº 7/2015 (Congresso Nacional, PLOA 2016)*
>
> *Inclua-se o subitem 6 ao item 9 da Parte Especial do parecer preliminar nos seguintes termos: transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios com compensação pela não incidência do ICMS sobre bens e serviços destinados ao exterior com fundamento no art. 155, §2º, alínea "a", da Constituição Federal e no art. 91 do ADCT ou a título de auxílio financeiro com a finalidade de fomentar exportações.*

Essa é a alteração do parecer preliminar feita pelo Relator Ricardo Barros.

V.Exa. gostaria de explicar? Não precisa? *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada essa alteração.

Vamos passar à parte dos destaques.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Depois sou eu, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou anotar os nomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Gaguim é o segundo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Terão a palavra o Senador Hélio José, o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidenta, Senadora, Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, tem uma matéria que pode dispensar vários destaques.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma questão de ordem, Presidente. Os destaques serão pelo número em que foram apresentados?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minuto, por favor, que vou esclarecer com o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Queria entender qual a metodologia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, questão de ordem. Tem uma matéria que pode resumir um número grande de destaques, que é a questão envolvendo os TRTs. Foram inúmeros destaques, e o Relator, com muita habilidade, construiu um entendimento, do qual nós participamos.

Eu gostaria de, com a sua permissão, solicitar que o Relator mencionasse o acolhimento que ele fez, porque seriam considerados prejudicados todos os demais destaques ligados ao TRT, e nós mataríamos esse assunto de uma vez.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A proposta do Deputado Líder do PSDB é interessante. Eu gostaria que as pessoas apreciassem esse procedimento. Ele vai esclarecer V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria, antes de analisar a questão do Deputado Domingos Sávio, entender qual é a metodologia que nós utilizaremos para analisar os destaques, senão nós começaremos a puxar por um critério. Vamos combinar antes?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A minha proposta é que as pessoas aqui colocassem os seus destaques.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A sugestão é que, a exemplo do TRT, todos os destaques que tenham sido atendidos, ainda que parcialmente, o Relator mencionasse, porque nós nos consideraremos prejudicados ou contemplados parcialmente. Isso resumiria o debate apenas àqueles não contemplados. Haveria algum debate, mas tendo que encontrar receita, porque ele já deixou claro, e todos nós sabemos disso, que, uma vez acatado, ainda que parcialmente, tem que tirar a receita de algum lugar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria de levantar uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem precedência V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É da seguinte natureza: nós temos dois tipos de destaque: destaques de texto e de recomposição. Então, eu acho que nós teríamos que tratá-los em momentos diferentes. Perfeito? Eu acho que nós deveríamos, primeiro, tratar dos destaques de texto, porque aí nós vamos ter o texto do Orçamento pronto. Quanto aos destaques de recomposição, nós vamos ter que criar uma metodologia, porque vamos considerar que cada vez que seja aprovado um destaque haja recomposição. Então, estaremos criando uma dificuldade maior para os que vão vir depois. Então, eu acho que teríamos que criar essa metodologia.

Então, a minha opinião é para primeiro fazermos os de texto. Resolvidos os de texto, entramos na recomposição. Essa é a proposta que eu apresento para os senhores analisarem.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É a sugestão ao Relator.

O Senador Hélio José vai ter a palavra.

O Deputado Paulo Pimenta, Líder...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu posso fazer uma sugestão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, agora, não.

O Deputado Paulo Pimenta, Líder, está sugerindo que sejam feitas, primeiro, as considerações da necessidade de texto e, em seguida, da recomposição. O Relator parece que entende ser melhor a segunda proposta, primeiro, de recomposição, e depois a de texto. Isso até tem uma lógica matemática.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não me oponho.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra, pelo prazo de 1 minuto, ao Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vejam bem. Eu vou distribuir, em seguida, alguns adendos aqui, correções que foram feitas sobre o texto. Isso está sendo distribuído aos senhores, e eu vou ler em seguida.

Eu peço, Deputado Paulo Pimenta, que aguarde. Assim que nós tivermos o... Eu vou pedir para acelerar o processamento do texto, que é mais breve, e, depois, virá o da recomposição, que tem mais volume de coisas a serem processadas.

Então, eu vou pedir que mantenhamos a votação de alguns temas que são de interesse geral e relevantes até que tenhamos o relatório para poder trabalhar eventualmente caso a caso.

Nós temos para votar os TRTs; nós temos para votar o Senado, que o Senador Hélio já quer defender; nós temos para votar o *Aedes aegypti* e o zika vírus, e, em seguida, nós iremos aos demais.

A errata está sendo distribuída, e, assim que pudermos, nós faremos o debate sobre ela. Eu acho que é adequado encaminharmos o assunto dos TRTs, enquanto há a distribuição e a leitura. Vamos deixar que as pessoas possam ler um pouco.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Relator, V.Exa. encaminhou os TRTs?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Relator, encaminhou os TRTs?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ainda não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, para ajudar.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Em seguida, o Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ainda não. Só esclarecemos que os senhores estão recebendo erratas e adendos ao relatório, que estão na mão de todos. Eu gostaria que fizessem a leitura para que pudéssemos votar. O Relator tem a preferência de que seja feito destaque pela recomposição, o que tem lógica.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte, para que ele possa ajudar no encaminhamento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu só quero ajudar no encaminhamento. Como V.Exa. já orientou, primeiro nós lemos e debatemos esses adendos. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós lemos e votamos esses adendos, até para poder fortalecer os outros.

Em um segundo momento, se não tivermos a planilha dos destaques aprovados ou reprovados, nós podemos avançar nos textos, como colocou o Deputado Paulo Pimenta. Porque é o seguinte: o que vai motivar o grande debate são os quantitativos, que estão exatamente na planilha. E, aí, precisamos de um prazo para poder fechar essa planilha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Relator, V.Exa. ouviu a proposta? Não?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Fale, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode repetir a proposta para o Relator?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É para ajudar. Nós temos dois adendos que precisam ser lidos e votados. Nós votaríamos os adendos no primeiro momento. Segundo momento: nós temos as emendas de texto, que foram colocadas aqui pelo Deputado Paulo Pimenta, e nós temos facilidade para aprová-las, dependendo do entendimento do Relator, que é quem está mais a par do texto que vai ser enviado para a votação do Congresso Nacional.

E, por último, o grande motivador do debate são os quantitativos exatamente referentes ao que foi acatado ou não dos destaques. Então, nós deixaríamos isso para uma terceira etapa, para concluir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Muito bem. Deputado Danilo e Líder Paulo Pimenta, eu gostaria de sugerir o seguinte encaminhamento: votamos agora o destaque em globo dos TRTs, votamos em seguida o Senado, depois votamos o zika vírus e, aí, em seguida, eu votarei os adendos, porque os adendos ainda estão sendo distribuídos. Eles não foram todos entregues aos senhores.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Por exemplo: eu tenho um remanejamento da Câmara, que foi inclusive eu que relatei, como Sub-Relator. Por que não incluímos o remanejamento nessa pauta? É só um remanejamento...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porque já está atendido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É o 120. Já está atendido?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, Presidente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Já está atendido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pois é.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós vamos discutir o Senado, porque eu não pude atender o Senado. Oportunamente eu vou explicar por quê. Então, o Senado está aqui insistindo em um apoiamento do Plenário para atender o que eu não pude atender como Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Só os dois...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Gaguim, eu gostaria de encaminhar a questão dos Tribunais do Trabalho, porque foram 220 milhões de atendimentos aos Tribunais do Trabalho. Então, se pudermos encaminhar dessa forma, eu farei a explicação.

Os Tribunais todos queriam ter, vamos dizer, um corte igual, linear para todos. A Justiça do Trabalho estava com um corte muito superior aos demais. Ao final, chegamos a um acordo, recompusemos o custeio da Justiça do Trabalho.

Pessoal! A Mesa poderia colaborar com isto aqui.

O custeio da Justiça do Trabalho foi recomposto para que o corte feito na Justiça do Trabalho fosse na mesma média dos demais, 20%. Eu peguei o valor apresentado no projeto de lei, para cada um dos órgãos da Justiça, e fizemos uma recomposição para que eles tivessem um corte igual, que todos sofressem o mesmo corte, na ordem de 20%. Um é 22%, outro, 21% ou 19%, mas na ordem de 20%. O Presidente eleito do Tribunal, Ministro Ives Gandra Martins Filho, esteve aqui, com o Presidente da Associação dos Presidentes dos Tribunais, e nós chegamos a um entendimento. Eles entenderam que, com essa recomposição de 220 milhões, colocaríamos os Tribunais do Trabalho no mesmo corte dos demais. Então, isso que foi feito. Para que não haja dúvida, isso foi feito a partir do projeto de lei, porque a

Justiça do Trabalho não tinha sofrido cortes nos relatórios setoriais, mas cortes lineares. Então, quando cortei a mais para eles, relativamente ao projeto de lei, eles estavam ainda com corte menor do que aquele de 50%. Então, ficou acertado e todos estão satisfeitos. Houve um entendimento. Há destaque para todos os Tribunais, e eu atenderei a todos, Estado por Estado, dentro da distribuição proporcional desse recurso.

Não houve possibilidade de recomposição do investimento, exceto o Tribunal da Bahia, que tem um convênio com a Caixa Econômica Federal, que aporta 50 milhões de reais por uma exclusividade que tem nos depósitos judiciais. O recurso que não é do Tesouro, nós autorizamos, mas nenhum outro que fosse recurso do Tesouro. Está bem explicado? Foi isso o que aconteceu, e eu peço apoiamento para o acordo geral que fizemos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço muitíssimo ao Relator, que foi sensível ao debate que fizemos, um debate de alto nível, e que obviamente deverá ter sequência no ano que vem na busca de um aperfeiçoamento na legislação trabalhista que possa nos ajudar a diminuir a judicialização excessiva e evitar esse crescimento que o Relator, em boa hora, alertou que tem havido na estrutura judiciária, consequentemente com um custo que precisa ser moderado. Mas as nossas ponderações, ao lado do bom-senso do Relator, possibilitaram esse acordo, ao qual eu agradeço muito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hildo Rocha, Deputado João Carlos Bacelar, Deputado Wellington Roberto e Deputado Luiz Carlos Busato, vou conceder 1 minuto para cada um.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Um minuto é muito, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, Srs. colegas, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, quero discordar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há uma reunião paralela no plenário. Isso atrapalha o raciocínio de quem está falando, por favor!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Relator, o Brasil não é um só. Esse corte linear prejudica. Cada Estado é uma realidade. O Maranhão é o Estado que

tem a menor cobertura da Justiça Trabalhista. Nós não podemos ser prejudicados pela tesoura linear. Então, fica aqui o meu repúdio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Faça convênio com a Caixa.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Espero que V.Exa. recomponha o Fórum de Imperatriz, apenas de 1 milhão e 500 reais. É a segunda maior cidade do Estado! Nós precisamos desse investimento! As pessoas viajam mais de mil quilômetros para ir atrás do seu direito trabalhista. O Brasil não é um só! A Bahia vai ser beneficiada? Não sou contra! Tudo bem, mas eu espero que V.Exa. recomponha o valor — são apenas 300 mil reais —, para que a segunda maior cidade do Maranhão possa ter um fórum da Justiça Trabalhista.

Essa é a minha colocação e o meu repúdio com relação a isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sra. Presidenta, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer ao Relator-Geral do Orçamento da União, Deputado Ricardo Barros, pelo apelo que nós fizemos. Foi mais do que justa essa recomposição, Deputado Hildo Rocha, para a Bahia, porque o Estado é diferenciado em relação aos outros Estados da União em virtude de um convênio que o Tribunal do Trabalho tem com a Caixa Econômica Federal. Os depósitos judiciais são aplicados na Caixa Econômica Federal e é com o rendimento dessas aplicações que se tem recurso para aplicar em investimento.

Então, aqui eu quero parabenizar o Deputado Ricardo Barros por nos atender. Muito obrigado, Deputado. A Bahia agradece. O Tribunal Regional do Trabalho agradece.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Wellington Roberto, 1 minuto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Presidenta Rose de Freitas, não vou usar o minuto todo, mas queria só fazer um alerta a esta Comissão para o grave problema da infraestrutura no nosso País.

O Deputado Ricardo Barros já tem conhecimento. Eu queria pedir a esta Presidência que suspendesse a reunião, para nós discutirmos uma situação que

possa sanar o déficit em que o Ministério dos Transportes se encontra com os empreiteiros e as empresas, que estão na verdade numa condição de paralização.

Isso está ocasionando, Sra. Presidenta, uma demanda judicial gravíssima para o País.

Dessa forma, já de conhecimento do nobre Relator Ricardo Barros, eu queria pedir a suspensão, para que nós possamos discutir esse interesse nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu lamento muito indeferir o pedido de V.Exa. Vou propor diferente: que no intervalo, no início da Ordem do Dia, V.Exa. faça esse apelo para o Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Para mim está ótimo, Presidenta. É a mesma coisa. Só quero que, no final, isso seja resolvido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Flávia, Deputado Busato.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente, Sr. Relator, só para fazer uma referência ainda ao TRT, especialmente o de Goiás.

Infelizmente, nós tivemos um acidente este ano: o nosso TRT de Goiás sofreu um incêndio. A obra, o prédio está todo comprometido. Dessa forma, eu gostaria de pedir — nós temos o Destaque 125, 126 — um olhar especial ao Estado de Goiás, que teve o seu prédio totalmente queimado este ano.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente Rose, eu quero agradecer a V.Exa. e ao Relator, Deputado Ricardo Barros. Eu fiz três destaques, o 211, o 212 e o 213, para recomposição do TRT 4, do Rio Grande do Sul.

Essa crise aumentou muito a demanda. Eu quero agradecer e parabenizar o Relator pelo seu procedimento e agradecer pelo Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, é só a emenda, o Destaque 294 e o 255, que é da Emenda 5425003, uma sequencial. É a questão do Partido Rede e do PMB. É um remanejamento. Já conversei tudo com o Líder. Foram apresentadas duas emendas. É questão interna da Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Deputado Geraldo Resende.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me. Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sim, eu estou encaminhando. Já discuti com o Relator. Parece que o assunto já está bastante avançado. É a questão do TRT, da 24ª Região do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que o corte foi muito profundo e logicamente impossibilitaria o próprio funcionamento do Tribunal.

Eu sei que já houve encaminhamento. Quero agradecer e ao mesmo tempo pedir que S.Exa. seja generoso nessa recomposição dos recursos do TRT do Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Senadora Rose...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Paes Landim.

Vamos passar à votação dos destaques. Os recursos que foram aprovados para custeio. A recomposição feita pelo ilustre Relator.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sra. Presidente, meu caro Relator, parabenizo a preocupação de V.Exa. na gestão pública do País. Mas veja bem. A Justiça Federal, criada nos estados Unidos, Filadélfia, e que Rui Barbosa copiou no Brasil, interrompida por Getúlio, é composta...

(Não identificado) - Peço para melhorar o som do Deputado Paes Landim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. poderia abaixar só um pouquinho o microfone.

(Não identificado) - O som ninguém está ouvindo não, Sra. Presidente. Eu acho que a voz está muito grossa, muito forte.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - A Justiça Federal, criada nos Estados Unidos, em Filadélfia, incorporada por Rui Barbosa no tempo republicano, foi fechada por Getúlio Vargas e recomposta por Milton Campos. É importante a Justiça Federal, um trabalho importante. Só existe *(ininteligível)*: Espanha, Portugal, Brasil e Grécia.

Ele retirou do Tribunal Regional Federal em 14 Estados, Distrito Federal e a União, que também tem jurisdição no Distrito Federal, 300 milhões. Isso fecha a Justiça Federal de Brasília. São poucos desembargadores federais, um acúmulo de

serviços e é a justiça mais econômica do que qualquer Tribunal Regional do Trabalho do Brasil.

Então, faço um apelo ao Relator para que ele recomponha, porque o Tribunal Regional Federal tem 14 Estados, Distrito Federal mais as ações da União, contra e a favor da União, e é mais barato que qualquer Tribunal Regional Federal do trabalho deste País.

Então, faço um apelo para que ele recomponha os valores da Justiça Federal de Brasília. É a Justiça eficiente e moderna e com muita profundidade nas suas decisões.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação.

Os dos destaques feitos, aprovados pelo Relator, aprovação dos recursos de custeio. Nós não estamos falando de investimento. Nós estamos falando dos destaques de custeio. S.Exa. fez uma recomposição em torno de 220 milhões. Fechado?

Então, vamos passar à votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estamos em votação.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Carlos Henrique Gaguim, V.Exa. queria levantar uma questão.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, a 255 e a 294.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está aqui. O Relator vai falar sobre isso. Eu anotei 294, 255.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Senadora, por favor, 1 minuto.

Nós conseguimos chegar a um entendimento com o Relator-Geral... Eu queria parabenizá-lo, também agradecer aqui o papel da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que foi o pedido do Ministério da Educação, e também da

Comissão, para que pudéssemos alterar o texto... suprimir, na verdade, uma parte do texto, que dizia...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É aquele valor de 310 milhões?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Não, não... que dizia sobre superávit primário apurado no balanço patrimonial no exercício 2015, mas restringia, no caso da educação, apenas o relativo às receitas vinculadas à educação. E nós propusemos a supressão dessa parte do texto de modo que a educação é constitutiva por outras fontes também.

Então, quero, Deputado Ricardo, na verdade, agradecer ao seu acolhimento por essa emenda, sobre a qual tivemos aqui o entendimento também, os Deputados que compõem, além da Comissão Mista de Orçamento, também a Comissão de Educação.

Aproveito o ensejo para agradecer também a sensibilidade dos TRTs, o nosso TRT também no Estado de Minas Gerais, a exemplo de outros Estados, que terão amenizados um corte que inicialmente foi muito desproporcional. Mas quero agradecer o acolhimento da nossa emenda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, na verdade, a complementação do FUNDEB, que é feita para Estados e Municípios, estava com uma restrição a determinada fonte. Na verdade, o que nos interessa é que mais recursos possam chegar a Estados e Municípios a título de complementação.

Gostaria de destacar o atendimento do Relator, Deputado Ricardo Barros, não só a não realizar os cortes previstos na educação, garantindo os 300 milhões — V.Exa. foi uma parceira importantíssima para que fosse garantido que programas importantes, como educação infantil, transporte escolar e educação básica fossem preservados, e também o ensino superior, mas no Relatório-Geral apresentado há uma inovação também muito importante. O orçamento e o PPA haviam ignorado o Custo Aluno Qualidade e a Complementação — CAQC. O Relator-Geral fez um

acolhimento de 2,6 bilhões para o início da implantação. O CAQC será recurso que vai ser destinado diretamente a Estados e Municípios.

Então, era preciso fazer este registro e agradecer esta atenção que a área da educação teve sob a sua condução e sob a Relatoria do Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Senadora Rose de Freitas, só para registrar que os Destaques nºs 117, 118 e 220 são os meus três destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos dar a palavra ao Relator, porque S.Exa. tem aqui... O Deputado Moreira queria falar...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Destaques 204 e 205.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Esses destaques são todos do TRT, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esses destaques são todos referentes à matéria que estamos votando?

(Não identificado) - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - TRTs?

(Não identificado) - Esse é o Bolsa Família.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É investimento, custeio ou não?

(Não identificado) - Não. Aí está fora.

(Não identificado) - Tudo bem... Tudo bem... Tudo bem....

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos pegar um assunto de cada vez.

(Não identificado) - Está entendido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Relator, por favor, V.Exa. tem a palavra, para falar sobre o adendo das erratas que V.Exa. está apresentando.

Peço a colaboração dos Deputados presentes para que S.Exa. possa falar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu gostaria... Há um remanejamento que foi feito do Ministério da Agricultura para o seguro agrícola, que não foi ainda distribuído aos Srs. Parlamentares.

Então, sugiro... Já está aí? Da agricultura? *(Pausa.)*

Está bom.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou ler as erratas. Eu preciso de uma cópia dele, porque não tenho aqui. Vamos lá. Errata. Há um adendo sobre o valor total do orçamento. Então, primeiramente, eu vou ler uma errata que trata... Primeiramente, vou ler este documento para V.Exas. acompanharem.

Emenda de Relator-Geral ao Orçamento de Investimento 2016 da Empresa TELEBRAS. Assinamos, eu e o Senador Acir Gurgacz.

> *"Ampliação do orçamento de investimento da empresa TELEBRAS no montante de R$ 326.517.000 (trezentos e vinte e seis milhões, quinhentos e dezessete mil reais), conforme programação seguinte (...)"*

Descreve aqui as programações.

> *"A presente emenda fundamenta-se no art. 144, inciso I da Resolução nº 1, de 2006-CN, e atende à solicitação constante no Ofício nº 264/2015-M, de 15 de dezembro de 2015, que trata da necessidade de suplementação das despesas com Ações do Plano Nacional de Banda Larga — PNBL.*
>
> *Os recursos para o financiamento das despesas decorrerão de contratação de operação de crédito de longo prazo — natureza 6.3.0.0.00.00 — por parte da própria empresa.*
>
> *De acordo com o Relatório da Receita, aprovado no Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO — em 1º de dezembro de 2015, o Relator-Geral está autorizado a promover a adequação de fontes de recurso do orçamento de investimento (...)"*

Esse recurso é da TELEBRAS. É um financiamento próprio da TELEBRAS. Ele não estava previsto. O Ministério do Planejamento mandou a solicitação para que nós o incluíssemos. Em função da inclusão de 326 milhões, 517 mil reais de recursos próprios de crédito da TELEBRAS, há a segunda errata, que é esta aqui, que altera o valor total do orçamento. Tivemos que acrescer esse valor.

> *"Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R$ 2.068.546.057.004 (dois trilhões, sessenta e oito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, cinquenta e sete mil e quatro reais), incluindo a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (...)"*

Leia-se: o orçamento agora tem dois trilhões, novecentos e cinquenta e três bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e sete mil e trezentos e oito reais. Portanto, acresceu-se ao orçamento esse valor.

Existe mais uma errata que trata de indicador de uso de texto, que é esta aqui:

> *"Item 2. Errata referente a indicador de uso*
>
> *Altere-se a Identificação de Uso (IU) das programações orçamentárias relacionadas às emendas 3733.0002 ('1' para '0') e 6005.0003 ('2' para '0').*
>
> *Item 3. Errata de alteração de classificações orçamentárias*
>
> *No Anexo I desde documento, apresentam-se alterações incidentes sobre programações constantes do Substitutivo ao PLOA 2016, com vistas a corrigir classificações orçamentárias.*
>
> *Item 4. Errata de troca de fontes da Reserva de Contingência.*
>
> *Troca de fontes no âmbito da Reserva de Contingência (sequencial 023459), de 112 para 100, no valor de R$ 1.749.363.061 (emendas 81000035, 81000482 e 81000483).*
>
> *Item 5. Adendo para viabilizar a erradicação do Aedes Aegypti.*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emenda para melhor viabilizar a erradicação do Aedes Aegypti (vetor da dengue, zika e chikungunya)

(...) Fundo Nacional de Saúde;

(...) Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde;

(...) Seguridade Social;

(...) Apoio às ações de combate e erradicação do Aedes Aegypti — nacional.

GND: 3;

(...) Valor: R$ 500.000.000,00."

Esse atendimento, de 500 milhões de reais para o combate ao *Aedes Aegypti* e ao zika vírus, será cortado das emendas coletivas, linearmente das emendas coletivas de bancada e de Comissão. Nós estamos abrindo mão. Nós havíamos combinado na reunião de Líderes de colocar 1 bilhão de reais, mas metade das emendas coletivas são as impositivas, e nós não podemos cortá-las. Então, cortamos das demais, todas as Comissões e coletivas, 10%. É o que eu posso cortar. Eu não posso cortar mais de 10% do atendimento dos Relatores Setoriais. Esses recursos estão destinados ao combate ao zika vírus e à microcefalia. Essas são as erratas.

E há adendo para suplementar a Subvenção do Prêmio do Seguro Rural — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Concessão de subvenção econômica do prêmio de seguro rural: 350 milhões de reais — Ofício nº 266, 2015, do Ministério do Planejamento. Esse recurso foi remanejamento. Depois há mais 100 milhões de atendimento do Relator-Geral para o seguro agrícola. Assim nós garantimos que essas mudanças climáticas não afetem a renda dos nossos produtores, que estará garantida pelo seguro.

Era o que eu tinha a falar, Sra. Presidente, sobre os adendos.

Peço apoiamento para aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, eu, como Relator Setorial da Agricultura, gostaria de parabenizar o Relator.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator está agradecendo antecipadamente todas as parabenizações, para que possa andar o trabalho da Comissão.

Não é isso, Sr. Relator? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E a Presidente também está agradecendo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou agradecendo também. Muito obrigada! *(Palmas.)*

Vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, quero somente fazer uma questão de ordem junto ao Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Questão de ordem, junto ao Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sobre esse adendo que foi feito para o combate à dengue e ao zika, quem vai ajudar bastante nessa tarefa é o Exército. O que eu estou dizendo é o seguinte: há uma convocação de 164 mil jovens. Foram cortados 50%. Assim, não há condições de o Exército… Poderia complementar. São 29 milhões apenas, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quanto?

O SR. DEPUTADO IZALCI - São só 29 milhões de reais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. fala assim, com uma calma…

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas é 1 bilhão. E são 29 milhões. Há corte de 50% do Exército, com relação aos jovens que são requisitados. Os recrutas é que vão trabalhar com isso. Não dá para colocarmos isso aqui?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, Sra. Presidente. Deixe S.Exa. responder primeiro, deixe verificar se poderá atender.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem a palavra para responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São 29 milhões, e são 500 milhões aqui! Um corte de 50% foi feito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu gostaria de explicar aos senhores que todos os órgãos do Governo, sem exceção, tiveram cortes. Recebi a visita do Comando do Exército, do Comando da Aeronáutica, do Comando da Marinha, de todos aqueles que tiveram cortes efetuados e que solicitaram recomposição. É evidente que não temos capacidade de recompor tudo, porque senão não vamos fechar a conta de um orçamento que tem receitas menores.

Eu proponho que essas questões sejam discutidas. Depois nós formalizaremos, através de uma votação do Plenário. Aquelas que sejam meritórias e que o Plenário defender, eu não tenho nenhum problema em acatá-las. Mas, a princípio, não temos recursos — V.Exas. sabem disso — para que eu atenda qualquer outro destaque de recomposição, além daqueles que nós já atendemos, em acordo com todos os Srs. Parlamentares, coordenadores de bancada e Presidentes de Comissão.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Ricardo Barros, se eu não me engano, a proposta de S.Exa. é que, desse valor que foi contemplado para o combate ao mosquito, dos 500 milhões — é o que estou entendendo —, 29 milhões fossem para o Exército. Seria do próprio recurso, desses 500 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem, eu vou dar parecer favorável. A Presidente coloca em votação. Já que já existe a fonte, vamos aprovar.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem. Qual é a fonte?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A fonte…

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Com relação a esses 500 milhões que vão ser utilizados para o combate ao mosquito do zika vírus, nós destinaríamos 29 milhões para o Exército, uma vez que o Exército vai participar do trabalho. É só isso o que eu queria dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator já aprovou isso aqui. Há uma pergunta do Deputado Hildo Rocha sobre qual é a fonte. Quem tem de responder isso é o Relator. V.Exa. se acalme, que o Relator vai responder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, negativo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de está Freitas) - O que é negativo?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, esse dinheiro vai ser destinado aos Estados e aos Municípios para combater a dengue, o mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*. O Exército não fará este trabalho. Este trabalho é feito pela vigilância em epidemiologia. O Exército vai ajudar nesse trabalho. O Exército é valoroso? É, mas o Exército não tem experiência nesse tipo de trabalho. Quem tem experiência nesse tipo de trabalho são os servidores públicos e municipais que estão lá, que são treinados para fazer esse trabalho. O Exército não tem conhecimento para fazer um trabalho desse nível. Ele pode trabalhar na coordenação e no apoio, mas esse trabalho terá de ser feito pelos Municípios. Vamos tirar dinheiro dos Municípios e dos Estados! Não, sinceramente, eu não concordo com isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Havendo polêmica, a matéria não vai ser apreciada. O Relator dará o parecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, Sra. Presidente! Não é por causa de um que nós não vamos votar!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sra. Presidente, eu queria fazer um apelo, em se tratando de um tema dessa importância. Estamos falando de uma epidemia de brutais proporções, do combate a um vetor contra o qual temos lutado por décadas, e não temos conseguido sucesso. Não vejo incompatibilidade alguma — até pela experiência de ter sido Secretário de Saúde do Município e do Estado — em fortalecermos o trabalho feito pelos Municípios e pelos agentes que trabalham contra a endemia, e em incorporarmos o trabalho do Exército, que em Recife e em Pernambuco já vem prestando contribuição importante. Acho que temos de somar esforços.

E nesse caso, quanto ao ajuste dos recursos necessários, o Relator já teve a sensibilidade de aportar recurso importante. Acho que os ajustes necessários são o menor detalhe. Nós não podemos prescindir de reforços importantes, como é o caso das Forças Armadas em momento como este.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de acrescentar algo. Vou conceder 1 minuto a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O próprio Ministério pode fazer convênio com o Exército, mas cabe ao Ministério atribuir o que o Exército vai fazer com relação a isso, e não repassar isso ao Exército. Quem garante que serão usados para isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. pode até fazer modificação proposta por V.Exa.: o recurso seria destinado para convênio com o Exército.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero dizer que, no meu Estado, já está o Exército trabalhando, inclusive nos Municípios afetados.

(Não identificado) - Em vários Estados, em vários Estados!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Deputado Edmar Arruda. Em seguida, o Sr. Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, Deputado Hildo... Eu gostaria que o Deputado Hildo me ouvisse. *(Pausa.)*

Já é a quinta vez — pelo menos, já foram cinco vezes — que V.Exa. se posiciona assim: *"Se não for assim, eu não vou aprovar!"* Não é assim, não é a vontade de um! Este é um colegiado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu estou falando, V.Exa. respeite! Eu estou falando. Depois, V.Exa. fala.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ouvir o Deputado que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - E nós estamos dizendo o seguinte: o Exército não vai montar laboratório nem fazer análise de nada. O Exército vai ajudar no combate ao mosquito. Isso é tarefa do Exército, tarefa que lhe está sendo atribuída. O Exército vai ajudar no combate ao mosquito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está assegurada a palavra ao Sr. Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Negativo? Como? O Exército vai fazer o quê? Serão 180 mil que vão ajudar no combate. Espere um pouco, são 500 milhões de reais! Nós estamos propondo aqui recompor o orçamento do Exército em 29 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu acho que o mosquito da dengue picou alguns Parlamentares aqui. Vamos chegar a um acordo, que é melhor.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Tudo tem que ser de um jeito só? Não pode ser assim!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso arbitrar esta questão?

O Deputado Hildo Rocha está levantando uma questão e apenas sugere algo. Não se trata de dispensar a mão do Exército e não é para o Exército fazer tudo. S.Exa. está propondo apenas que se coloque no Ministério da Saúde, com essa destinação.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, não concordo com isso. Não tem nada a ver com convênio, tem a ver com recompor o orçamento do Exército. O Exército está recrutando gente e está se colocando a serviço, no combate ao mosquito da dengue. Não tem nada a ver com convênio, não!

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Concordo com V.Exa. O Exército tem um corpo de saúde também.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Até agora estamos caminhando muito bem, como é nosso interesse. Não quero colocar em votação e derrotar um colega.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas nós vamos ter que colocar em votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação, sim, mas vamos tentar anos entender.

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. tem alguma proposta alternativa para promover o entendimento?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A minha proposta é que sejam destinados esses 500 milhões para o combate...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que não querem prestar atenção, pelo menos ouçam o Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Que sejam destinados os 500 milhões ao Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde pode fazer o convênio com o Exército, até porque, pela contabilidade pública, se for para o Exército, não se vai contabilizar como saúde pública. É preciso fechar a contabilidade da saúde, pois constitucionalmente o Governo Federal tem que gastar o valor adequado e correto. Vai acabar não fechando, porque isso não vai ser contabilizado como despesa de saúde. O Exército não pode fazer despesa de saúde pública.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não concordamos, Sra. Presidente, não concordamos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não há, tecnicamente, legalidade dentro dessa proposta de repassar o recurso para o Exército, para gastar em saúde pública.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Há, sim. Se o Ministério da Saúde vai fazer o convênio, qual é o problema de repassar direto para o Exército? Nenhum!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Tem que ter fiscalização.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar ao processo de votação. Quero esclarecer o que vamos votar.

Há uma proposta, feita por meio do destaque apresentado pelo Deputado Izalci, de recomposição de 29 milhões de reais para que seja destinado exclusivamente ao auxílio de combate à dengue e ao zika vírus. Vamos colocar em votação. Infelizmente, é a primeira vez que acontece.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Voto contrário do Deputado Hildo Rocha, do Deputado Wellington... do Deputado Valtenir Pereira. O Deputado Evair...

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Verificação!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou atender ao pedido de verificação na Câmara.

Quem apoia? Há o apoio de V.Exa. para verificação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, mas tem que haver apoiamento: um e mais quatro Deputados.

O Deputado Evair...

Prestem bem atenção ao que V.Exas. estão propondo nesta hora. Se isso resultar...

Vou pedir auxílio ao Deputado Domingos Sávio, para que S.Exa. possa falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não queremos... Eu não vou dar a palavra a ninguém, enquanto não se acalmar o plenário. Nós não somos a Comissão de Ética, por favor! Não somos a Comissão de Ética!

O Deputado Evair de Melo retirou o apoio para a verificação de quórum. Então, não há verificação de quórum.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de pedir, vamos reconhecer...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Hélio José, V.Exa. tem a palavra. Em seguida, vamos passar à votação dos demais destaques que serão apreciados no plenário.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, calma! Deputado Hildo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Bacelar, Deputado...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ -Deputado Hildo, por favor, tenha calma! Vamos continuar o processo de discussão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pessoal, vamos dar celeridade, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Evair, vamos nos ajudar, vamos nos ajudar!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Enquanto V.Exas. se acalmam, eu vou passar à votação seguinte, a votação das erratas que estão aqui. Eu gostaria que o Relator fizesse a leitura.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, permita-me só uma proposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas para quê? Não vai haver condições de dirimir dúvida de qualquer natureza. Vamos votar, que é melhor. A votação dirime as dúvidas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu não voltar a esse dilúvio outra vez, não!

Vamos votar as erratas apresentadas pelo Relator. Já foram lidas aqui em plenário. São referentes à disposição do texto de lei que foi encontrada no substitutivo apresentado pela CMO.

Em votação.

Há as Erratas nºs 2, 3, 4 e 5. Todas já foram lidas em plenário. Podemos colocar em votação em bloco?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues, quanto à pergunta de V.Exa. sobre a Errata nº 1, aqui na mesa se encontram os itens 2, 3, 4 e 5, três erratas e um adendo que já foi lido pelo Relator.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há o item 1, que é um adendo para suplementar a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, lido pelo Relator e já aprovado por V.Exas. Podemos colocá-lo em votação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É sobre o Seguro Rural, já aprovado pelo Relator.

(Não identificado) - Mas já foi aprovado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi aprovado, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra para tentar ajudar. Eu fiquei sensibilizado com o debate anterior, mas votei na proposta de não repassar para o Exército o que é da saúde. Mas, em situação de crise, todo mundo está fazendo concessão.

Quanto a esse item 1, que é adendo/errata ao relatório, adendo para suplementar a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, considerando que o zika não escolhe rural ou urbano e que o Exército é chamado até para obras de grande envergadura, como a transposição do São Francisco — e pode ser chamado por convênio, mas pode também desenvolver a sua área de saúde para o combate ao zika, associado ao Ministério —, eu queria sugerir que, desses 350 milhões de reais, se repassasse uma parte; se não 29 milhões, pelo menos 20 milhões ou 25 milhões ao Exército, para esse item da saúde, conforme propuseram aqui os Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas o adendo foi aprovado pelo Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Já passou.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas seria de outra fonte.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Já passou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator tem a palavra para dar o parecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Edmilson...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Manter-se-iam 325 milhões de reais, e 25 milhões iriam para o Exército.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Posso falar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. já entendeu, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Edmilson Rodrigues, esse remanejamento foi pedido pelo Ministério do Planejamento. Passou com a aprovação de toda a tramitação interna do Governo para que pudesse ser feito. Não é uma fonte disponível para isso. A recomposição de que trata o Deputado Izalci poderá ser votada em outro momento, com recursos que serão objeto de corte linear de novo de todo o GND 3, não só para este, mas para todos os destaques que não foram acatados pelo Relator e, portanto, não têm fonte. Tudo o que for acatado aqui no Plenário, se houver essa decisão do Plenário, será por outro novo corte linear que faremos. Portanto, não é cabível o deslocamento dessa fonte, mas podemos discutir, ao final, esse detalhe.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Ricardo Barros, Deputado Edmilson Rodrigues, quero só esclarecer isto: nós não estamos tirando dinheiro da saúde. Foram destinados aqui 500 milhões de reais para o combate e a pesquisa com relação ao zika vírus. A proposta que nós fizemos e que foi aprovada é que, desses 500 milhões de reais, 29 milhões fossem recompostos ao orçamento do Exército, porque o Exército está sendo chamado para o combate ao mosquito. Já foi aprovado isso. Em vez de 500 milhões de reais para a saúde, vão 500 milhões menos 29 milhões de reais. É só isso que foi feito. Não se está tirando da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação de todas as erratas e os adendos apresentados e lidos pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos passar, finalmente, à questão dos destaques.

Eu peço certa organização. Cada um fará uso da palavra para citar seu destaque, mas também se pode abrir mão de algum que seja colocado durante a exposição.

Vamos fazer a inscrição.

(Não identificado) - Senadora Rose...

(Não identificado) - Eu estou na fila primeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, eu proponho que seja pela ordem de apresentação. Há uma sequência...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ordem de quê?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cada destaque tem um número.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se estivessem aqui sobre a mesa, já estaria resolvido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas a Consultoria Legislativa tem a ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem o número. Nós só vamos apreciar destaque de quem está presente. Então, quem quiser fazer uso da palavra, levante-se e se manifeste.

(Não identificado) - Senadora...

(Não identificado) - Já há uma inscrição, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Arts. 294 e 255.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador Hélio várias vezes se levantou. Vou fazer a inscrição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio, senhores, se não tivermos uma metodologia...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Hélio...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, o Deputado Jaime Martins já está inscrito.

(Não identificado) - Enquanto o pessoal faz a inscrição, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou olhando para todo mundo e estou inscrevendo S.Exas.

Com a palavra o Senador Hélio José.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, não vai dar certo, não vai dar certo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos ouvir, um por um, aqueles que querem se manifestar. Por exemplo, *"eu quero me manifestar, dizendo que vou abrir mão dos meus destaques".* Assim, já não estará na lista.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero fazer uma questão de ordem, Sra. Presidente, para ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos lá, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Senhores, se nós não criarmos uma metodologia anterior aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Calma, pessoal, calma! Viemos até aqui vivos, e vamos sair vivos hoje!

Cada vez que você recompõe um recurso, se há um "x" de recursos, você está retirando dos outros. Então, não é razoável que seja... Tem que haver uma metodologia entre nós.

O que eu proponho, Relator? Que V.Exa. nos ajude a criar aqui um método.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixem o Relator ouvir o Plenário, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Ricardo Barros, eu acho que V.Exa. tem que sugerir que nós construamos juntos um método, senão, quando chegarmos ao décimo Deputado, todo o recurso da recomposição que S.Exa. tem, já terá sido totalmente gasto.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Deputado Paulo Pimenta, o Relator já definiu o método. Já votamos a do TRT, a próxima é a do Senado. É preciso votar a emenda do Senado, o destaque.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu concordo com isso, eu estou falando...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator vai fazer uma sugestão, embora eu queira considerar que, com cada um falando e colocando o seu destaque, o Relator tem como ouvir, atender ou desatender, com certeza.

Relator, só fala o autor do destaque.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faço uma questão de ordem. Por que S.Exa. não diz logo o que atendeu e o que não atendeu? Seria mais fácil. Nós só defenderíamos o que S.Exa. não atendeu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só vai falar quem queira defender. Quem não quiser defender, quem já foi atendido...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Primeiro, temos que saber o que S.Exa. acolheu, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem já foi atendido, pelo amor de Deus, não vai ter aqui a tendência de ouvir, pegar o microfone e fazer uso da palavra! Seria como no jardim primário.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, mas S.Exa. deveria dizer o que foi admitido e o que não foi admitido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Senador quer fazer uma sugestão. Em seguida...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - ... eu falo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Risos.)* O Senador Hélio é o maior prejudicado. S.Exa. abre mão da palavra para todo mundo. Falará depois o Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Relator, para sugerir procedimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu gostaria de sugerir o seguinte procedimento: na maioria dos destaques, todos os senhores que estiveram comigo sabem o atendimento que foi dado, porque eu já disse a V.Exas. o atendimento que foi dado. Quem foi atendido, não precisa se manifestar, solicitando atendimento, mas pode defender a necessidade do seu destaque, fazer aqui a preleção. Aqueles que não estão atendidos saberão somente quando chegar o relatório. Ou, se não me pediram, não conversaram comigo, certamente não foram atendidos.

Então, eu gostaria de propor um método. Temos um destaque para votar, de recomposição do Senado. Eu usei um critério para atender aos destaques. Atendi

igualmente a todos os Poderes, no corte. O caso do Senado, o Senador Hélio José vai explicar — e eu quero apoiar — que o Presidente Renan Calheiros vem cortando custeio desde 4 anos atrás. Hoje S.Exa. está gastando menos do que há 4 anos. Então, S.Exa. diz que não tem igual espaço para corte, como os demais, porque S.Exa. vem numa política de economia, de gestão, e não suporta o mesmo corte dos demais Poderes, que aumentaram, nesse período de 4 anos, a sua despesa. O Senador Hélio José fará a defesa do destaque, e eu pediria ao Plenário apoiamento.

Em seguida, nós iniciaremos o debate. A Sra. Presidente dará a palavra a quem quiser fazer a defesa do seu destaque. Os senhores já sabem o atendimento que receberam. Não temos muita dificuldade. Todos os que me procuraram foram atendidos, evidentemente dentro do que era possível com os recursos que temos.

Poderá sobrar, eventualmente, alguma diferença para se discutir ao final. Mas no geral, senhores, eu não vejo muita dificuldade de nós aprovarmos os rejeitados em globo, e os aprovados em globo, parcialmente e totalmente, porque todos sabem as razões de terem sido ou não atendidos.

Eu trouxe ao Plenário o destaque do Senador Hélio José e votaremos o TRT da Bahia, porque eu não atendi a recomposição de investimento de nenhum TRT. Aprovaremos o da Bahia porque o recurso não é do Tesouro, é de um convênio. Então, essas excepcionalidades eu compartilho com o Plenário. O resto foi atendido dentro de um padrão, dentro de uma média de bancada, tudo dentro de critérios totalmente transparentes.

E aí nós faremos as votações em globo, que eu só não posso propor agora porque ainda não temos aqui o processado. Mas não teria nenhuma dificuldade de propor também, porque os senhores todos sabem o que está atendido e o que não está.

Então, eu sugiro: iniciamos pelo Senado, vamos ao TRT da Bahia e depois faremos a votação em globo dos destaques rejeitados e parcialmente aprovados.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E o TRT do Pará, por favor, o TRT da 8ª Região?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, Sr. Relator, sugiro a Mesa do Senado e depois a Mesa da Câmara. Também há um destaque aqui.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. está fazendo como autor, e não como Mesa. Não é Mesa, não há Mesa aqui.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer profundamente ao Relator a explicação dada, que demonstra a grandiosidade do nosso Relator — e também da nossa Presidenta, com essa paciência toda que tem.

O Senado Federal, nobres colegas Deputados e Deputados, ao longo dos últimos 5 anos, vem cortando o tempo inteiro o orçamento, cortando na carne. Por isso é que ficamos sem condição de sermos cortados agora. Nós não temos mais gordura para ser cortada. Nós tivemos um corte significativo. O Presidente Renan Calheiros já fez esse apelo a todos nós. Eu, o Senador Benedito de Lira, o Senador Acir Gurgacz, que estava ali, todos nós Senadores fazemos um apelo aos colegas da Câmara dos Deputados, pois necessitamos manter o Senado em funcionamento normal. Por isso é que se precisa dessa recomposição de 65 milhões de reais no Senado, além daquela que já tinha sido atendida pelo nosso Relator.

É isto que eu peço: a compreensão dos colegas, para que possamos operacionalizar e premiar aquele que vem cortando ao longo do tempo. Se se comparar com o TCU e com a Câmara, verificar-se-á que aqueles subiram as despesas, e nós só cortamos, nos últimos 4 anos.

Muito obrigado, Sr. Relator.

E eu queria registrar que a nossa Diretora-Geral do Senado está ali, a Sra. Ilana Trombka. S.Sa. sabe e está superpreocupada com isso. Não vai ter como administrar o Senado, se não se recompuser esse valor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero falar sobre o Senado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós estamos em votação de destaques. Para informação dos senhores, digo que, quando se vota o destaque, falam o autor e o Relator. Infelizmente, é este o nosso Regimento. Não há encaminhamento e não há outro tipo de comentário. Quem dá a palavra aos senhores é a Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou pedir apoiamento ao destaque do Senado. É o destaque de 65 milhões, de recomposição. Ainda assim, o Senado está contribuindo para o ajuste fiscal com o corte de mais de 60 milhões de reais. Houve todo esse esforço para redução, não ficou sem participar do esforço para o ajuste fiscal. Então, eu peço apoiamento para o destaque de recomposição de 65 milhões, do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A bancada do PSDB vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PSDB vota a favor.

Vamos passar à votação.

(Não identificado) - O PSD também vota a favor

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PSD vota a favor.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O PSC vota a favor, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O PSOL vota contra.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. falou tão baixinho!

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O PR vota a favor.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O PDT vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PDT vota a favor.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidente, o PR vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PR vota a favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMDB vota a favor.

(Não identificado) - O PV vota a favor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O PROS vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PV vota a favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMDB vota a favor.

(Não identificado) - O PPS vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PROS vota a favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O PMDB vota a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PMDB vota a favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O PSOL não está convencido. O sacrifício é global. Então, em 20 segundos eu queria dizer: ouvi o Deputado Hildo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É só dizer se vota a favor, ou não, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria justificar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou falando ao telefone com o Presidente Renan, ele está ligando. Disse que ou a matéria volta ao plenário, num tempo razoável, ou não haverá sessão. Eu peço compreensão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Tudo bem. Eu vou votar a favor, para haver consenso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presidente, tenho um comunicado importante. Presidente... Presidente....

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Quem aprova o voto do Relator permaneça como se acha. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos pedir ao Relator...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, quero comunicar aos Deputados...

(Não identificado) - Quero agradecer a todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - ...que o Procurador Rodrigo Janot acabou de pedir o afastamento do nosso Presidente Eduardo Cunha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todas as matérias já estão no sistema *on-line.* Quem quiser pode usar a Internet. Nós temos aqui, sobre a mesa, umas dez matérias.

Vamos passar a palavra ao Relator.

Deputado Paulo, V.Exa. libera o Relator? *(Pausa.)*

O segundo inscrito é o Deputado Nilto Tatto.

É para defender destaque, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, eu estou na frente dele.

(Não identificado) - Eu estou na frente também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer uma inversão. Peço um minutinho. Vou dar a palavra ao Relator, para que ele possa indicar a votação daquilo que já aprovou e, em seguida, vamos fazer destaques daquilo que não está aprovado.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

Hoje o Deputado Paulo está irrequieto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Senhores, eu vou propor aqui um encaminhamento. Votaremos agora o destaque do TRT da Bahia, depois votaremos... Nós temos duas coisas aqui, são separadas, não é? O TRT da Bahia...

(Não identificado) - O Senado já votou, Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Senado já votou. Então, votaremos o destaque do TRT da Bahia. Terminada a votação sobre o TRT da Bahia — coisas que estão fora do critério de linearidade, de atendimento das solicitações que me fizeram —, nós votaríamos em globo os destaques pela rejeição e, depois, em globo, os destaques pela aprovação parcial e os destaques pela aprovação total. Assim, partiríamos para os destaques de texto, que eu estou aqui ajustando com o Líder do Governo, e farei isso com os demais.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Relator, mas na hora em que se está votando...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Com isso nós resolvemos a votação do Orçamento. Senhores, todos aqui sabem se foram atendidos ou não.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Relator, se está-se votando pela rejeição, então não se pode aprovar. Se está-se votando todos os destaques pela rejeição...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos pela rejeição não. Votação em globo dos destaques com parecer do Relator pela rejeição.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Votação em globo de todos os destaques com parecer pela aprovação parcial. Votação em globo de todos os destaques com parecer pela aprovação integral.

Aí encerraríamos a votação e partiríamos para a votação do texto.

Como eu disse, todos os senhores sabem se foram ou não atendidos, e em quanto foram atendidos. Então, não há nenhuma surpresa no processo orçamentário. Eu só trouxe essas votações...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É um critério justo, até porque nós não sabemos o que foi aprovado por V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É justo.

(Não identificado) - Apoiado, Presidente!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu só estou propondo essas votações ao Plenário porque elas destoam de um critério linear. Eu não faria nada sem autorização do Plenário. É só isso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, uma pergunta.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Não entendi. Vamos ter que defender o destaque? Vamos ter o tempo, ou não?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Uma pergunta sobre o encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ouvir a pergunta do Deputado Edmilson Rodrigues e a pergunta do Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Primeiro, não há nada contra a Bahia. Mas não existe essa história de que não é recurso público. Qualquer Estado que faça um convênio de exclusividade com uma instituição financeira, Banco do Brasil, Caixa, terá, então, direito ao mesmo privilégio, porque é recurso público.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É recurso público, sim. Só não é fonte do Orçamento da União. Não é fonte do Tesouro.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Foram levantadas aqui, por dois Deputados, as peculiaridades dos Estados. Por exemplo, o Pará, com os grandes projetos, como Belo Monte, não tem prédio hoje nem para a Defensoria

nem para o Tribunal Regional do Trabalho. Ele tem que expandir a assistência e tem que alugar prédio. O custeio, que foi reduzido, passa a ter que bancar um novo prédio alugado. Então, todo o plano de investimento fica comprometido.

Como eu sei que houve flexibilização, eu não queria manter integralmente o meu destaque. Mas alguma flexibilização teria que haver, Relator, baseada nesse argumento do Deputado Hildo. No Maranhão, no Pará, onde há grandes projetos, surgiram conflitos. Com a Belo Monte, são 20 mil trabalhadores, quase todos de fora do Pará — 15 mil estão sendo demitidos agora —, e a Justiça do Trabalho não tem como agir, porque não tem sequer prédio. Aí se corta o investimento, se recompõe apenas o custeio, só que o custeio vai ter que bancar os prédios através de aluguel.

Então, se não houver um esforço para tratar desigualmente os desiguais, aí vale o seguinte: quem é mais fraco acaba ficando mais fraco ainda. É o caso do Pará e do Maranhão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmilson, só quero esclarecer a V.Exa. que houve uma venda da folha de pagamento da Bahia. Esse recurso não é orçamentário devido a isso, é uma operação com a Caixa. Portanto, não é do Tesouro. É essa a diferença que estamos tratando aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, só uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

Deputado Carimbão...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tenho só uma pergunta para o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Givaldo Carimbão está com a palavra para fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Relator, companheiro Deputado Ricardo Barros, por gentileza, por obséquio. Eu fiz um destaque de 2 milhões 760 mil para o Estado de Alagoas, para o TRT. Está aqui o Senador Benedito de Lira. Nós, num esforço de toda a bancada, colocamos recurso de emenda individual para construir o prédio do TRT. Está há 4 anos sendo construído. E estão faltando só 2

milhões e 700 mil — é um empreendimento de mais de 15 milhões, 20 milhões de reais. A bancada toda bancou, com emenda individual, mas faltam 2 milhões e 700 mil.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Mas, na vara federal, 15 milhões é muito dinheiro.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - E nós solicitamos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, não continue fazendo uso da palavra enquanto houver atendimento particular na Mesa.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não é possível!

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidente, faltam 20 minutos para as 8 horas, temos que levar isso ao plenário para ser votado na sessão do Congresso. Pelo amor de Deus!

Se for assim, a 8º Região, que abrange o Pará e o Amapá, quer também, Deputado Carimbão. Nós precisamos também.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço aos Deputados...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Todo mundo quer. Vamos deixar para o próximo ano, que vai melhorar o Orçamento. Aí nós colocaremos dinheiro para todo mundo. O trem vai melhorar!

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Que bom que todo mundo quer.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O Pará e o Amapá precisam de muito dinheiro, a 8ª Região.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Presidente, obrigado pela deferência. O nosso companheiro Deputado Ricardo Barros disse que foi feita uma divisão linear. Ele pediu que eu falasse com o assessor. Eu não consegui detectar se isso foi feito realmente. Eu queria fazer um apelo, Presidente, para que seja destacado na votação, se possível.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou de acordo.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Há acordo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está certo, está certo.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Obrigado, amigo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, agora vamos fazer o processo de votação proposto pelo Relator.

Primeiro, votaremos o do TRT da Bahia; depois, o processo de condução proposto pelo Relator, que é melhor. Os que não se sentirem contemplados logo em seguida estarão falando e destacando.

Em votação o destaque do TRT da Bahia, para recomposição. Não há fonte do Tesouro.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Agora nós vamos fazer o encaminhamento da votação conforme V.Exa. sugeriu. Pode falar novamente, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Peço o apoio do Plenário para a aprovação de um destaque de recomposição do TRT da Bahia, investimentos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi votado o destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Já foi?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ah, então está bem. Desculpem-me, eu estava aqui resolvendo um problema da Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. fez uma proposta...

(Não identificado) - Vamos votar o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...de votação em globo. V.Exa. encaminhe, por favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou propondo a votação em globo de todos os destaques com parecer do Relator-Geral pela rejeição, ressalvado o Destaque nº 240, do Deputado Givaldo Carimbão, e o destaque do Deputado Izalci...

Qual o número, Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aquele da saúde?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual é o destaque que V.Exa. quer ressalvar?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os Destaques nºs 117, 118 e 220, os que eu já tinha colocado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, 294 e 255.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Esperem um pouquinho! Esperem um pouquinho! Olhem bem, vamos nos organizar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. disse que já acatou, estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então não destaque!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, eu sou quero confirmar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então não destaque, Deputado Izalci! Eu já falei a V.Exa. que acatei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem. O.k.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, eu não estou entendendo o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu perguntei a V.Exa. sobre o destaque do Exército, de recomposição. V.Exa. quer destacar ou não? Quer retirar da votação em globo o do Exército?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Exa. não vai atender? Aqueles 29, para mim, resolvem parcialmente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, eu não vou atender, V.Exa. tem que conseguir no plenário. V.Exa. quer destacar para discutir...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas já foi votado e aprovado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Já foi votado.

(Não identificado) - Já foi votado, Relator. Já foi votado naquela questão do zika vírus, naquela questão da saúde.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, o do Deputado Izalci está fora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Izalci está excluído deste debate!

(Não identificado) - Presidente Rose... Presidente Rose...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Posso falar, Senadora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Cada um vai falar.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu estou pacientemente aguardando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hugo, V.Exa., como o nosso Relator, tem a palavra. Por favor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O meu comentário não dura mais que 30 segundos. Eu peço apenas a atenção do Relator. São dois destaques com o mesmo tema: Destaques nºs 260 e 261, feitos também pelo Deputado...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aguarde o Relator ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pode falar, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Foram feitos também pelo Deputado Izalci. É a recomposição do projeto da Marinha sobre o submarino feito no arsenal do Rio de Janeiro, no Município de Itaguaí — uma obra que está sendo feita durante 4 anos, um investimento altíssimo. Foi retirado praticamente todo o valor de investimento que havia para esta obra.

Qual é a repercussão? Não é somente uma questão de defesa; é uma questão também de repercussão do ponto de vista do emprego. Naquela região de Itaguaí e Angra dos Reis, na Costa Verde, nós já temos um problema com...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Hugo Leal, vamos simplificar. Vamos excluir da votação em globo esse destaque. Qual é o número?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Destaque nº 261, e o 260.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destaque nº 261. Pois não.

Mais alguém quer excluir o destaque?

(Não identificado) - Eu, eu... Aqui, Deputado Ricardo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não é preciso justificar. Refiro-me a quem não foi atendido.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Presidente...

(Não identificado) - Deputado Ricardo... Deputado Ricardo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho. É só dizer o número do destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só o número do destaque.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Destaque nº 151.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destaque nº 151.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - E Destaque nº 127.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E Destaque nº 127.

(Não identificado) - Deputado Ricardo...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Destaques nºs 294 e 255.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 294 e 255.

(Não identificado) - Presidente Rose, Presidente Rose...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Evair de Melo. Eu estou presente.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Relator, no assunto do TRT, o 49.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destaque nº 49.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 49.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Destaque nº 120.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 120.

A Deputada Dorinha tem um destaque.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Qual é o critério, Presidenta? Qual é o critério?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele está isentando da votação global os destaques aqui solicitados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os que os Parlamentares querem debater individualmente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Depois, é evidente que vamos... Estão pedindo um atendimento, vamos verificar se foram ou não atendidos. Se não foram, vão recompor com ele.

(Não identificado) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas o destaque só pode ser feito por quem está presente e por quem assinou o destaque, não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Deixe claro isso!

(Não identificado) - Destaque nº 231...

(Não identificado) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minutinho, a Deputada Dorinha está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Destaques nº 134, 245, 246, 247. São todos da Secretaria da Mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - São relativos a mulheres, à questão da violência. É questão de atendimento às mulheres.

(Não identificado) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Dorinha está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Do 170 ao 182.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Dorinha, repita, por favor.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Do 170 ao 182.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidenta, quero que seja destacado o 123, por favor.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Relator Ricardo Barros...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmilson Rodrigues, Destaque nº 123. Deputada Dorinha...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O Deputado Wellington Roberto, Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...Destaque nº 182.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O Senador Hélio José, Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Presidenta...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidente, o Deputado Jaime Martins...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Destaques nºs 292 e 230.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 292 e 230.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O Senador Hélio José, Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Destaques nºs 292 e 230.

(Não identificado) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO LIRA- Destaque nº 143

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 143.

(Não identificado) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, havia três aqui, eu só vou destacar um.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Destaque nº 231.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 231.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, por favor. Deputado Jaime Martins, aqui. Destaques nºs 277 e 280, são emendas da bancada de Minas Gerais que eu assinei, e também a recomposição do TJDFT, a pedido do Deputado Rogério Rosso, o Destaque nº 186.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apenas o número do destaque, por favor.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Deputado Ricardo Barros, V.Exa. anotou?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Destaques nºs 23, 24, 268, 269, 297, 298, 299. São do Deputado Zeca.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. disse 297?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Destaques nºs 70, 71 e 72.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Um minutinho!

Deputado Paulo Pimenta, por favor, repita.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Destaques nºs 23, 24, 267, 268, 297, 298, 299.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mais alguém?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Destaque nº 118. É só uma questão para ajustar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 118.

Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Destaques nºs 70, 71 e 72.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Destaque nº 184...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não querem ouvir os companheiros, isso me parece uma atitude de desrespeito.

Por favor, fale, Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Destaques nºs 184 e 218.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 184 e 218.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Destaques nºs 70, 71 e 72.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hildo Rocha, Destaques nºs 71 e 72.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - E o 70 também.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Destaque nº 118.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi anotado o 118!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou preocupado!

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente... Aqui na Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, todos já...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente... Aqui na Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu não ouvir ninguém até fazerem o silêncio necessário para o Relator poder decidir.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu quero apenas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço silêncio à galeria, por favor.

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. repetiu o seu número?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Destaques nºs 70, 71 e 72.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está bem.

Vamos passar à votação em globo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Destaques nºs 125 e 126.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Destaques nºs 125 e 126.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Flávia Morais, Destaques nºs 125 e 126.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, eu quero falar porque acho que não ficou claro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Os meus são os Destaques nºs 260 e 261.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 260 e 261.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sra. Presidente, o Deputado Jaime Martins quer indicar os Destaques nºs 277 e 280, da bancada de Minas Gerais, e a recomposição, o Destaque nº 186, que é do TJDFT, por solicitação do Líder Rogério Rosso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Rogério Rosso. *(Pausa.)*

Vamos à votação em globo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, Destaques nºs 252, 253 e 254.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Domingos Sávio, Destaques nºs 252, 253 e 254.

Vamos passar à votação em globo dos destaques rejeitados pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas quais são eles? Eu não ouvi.

(Não identificado) - Todos os demais!

(Não identificado) - Os que não foram destacados.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, mas eu quero corrigir os números.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos corrigir os números do Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - São os nºs 5, 6 e 17. Haviam entregado errado aqui.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 5, 6 e 17?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Isso, 5, 6 e 17.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com exceção desses que estão aqui citados e elencados para o Relator, nós vamos colocar em votação, na Câmara e no Senado, todos os demais que foram rejeitados. E vamos caminhar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu preciso de todos os destaques, aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator está pedindo que todos os destaques sejam encaminhados à Mesa.

Nós precisamos dos destaques dessa lista que foi feita aqui. Se porventura tiverem em mãos o escopo da matéria...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - V.Exa. anotou o meu, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Qual é o número do seu destaque?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É o 120. Por favor, só por via das dúvidas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Confira se o 120 está aí. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - V.Exa. já havia anotado, Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O 120 está aqui, está anotado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação em globo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Presidente, eu vou ler os números.

Prestem atenção, senhores, eu vou ler os números dos destacados: 240, 261, 151, 127, 294, 255, 49, 120, 245, 247, 248, 123, 118, 280, 299, 297, 298, 23, 218, 184, 292, 230, 143, 268, 269, 23, 24, 70, 71, 72, 5, 6, 17, 125, 126, 260, 261, 277, 280, 186, 252, 253 e 254.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, os meus não estão aí.

(Não identificado) - Destaque nº 49.

(Não identificado) - Destaque nº 186, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Faltou algum?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Os meus não estão aí, nenhum deles.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então fale o número deles.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Destaque nº 294.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Todo mundo fala ao mesmo tempo.

(Não identificado) - Destaque para votação nº 186.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Primeiro, a Deputada Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Professora Dorinha está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Destaques nºs 134, 145, 146 e 147.

(Não identificado) - Destaque nº 49.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Destaque nº 49 também não foi anotado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Os Destaques nºs 294 e 255 estão aí.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já estão anotados os Destaques nºs 294 e 255.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Mais algum?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Destaque nº 231.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destaque nº 231.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Votação em globo dos destaques que foram rejeitados pelo Relator.

É evidente que estes aqui estão fora desta votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não está aqui o Destaque nº 118, Deputado Izalci, jogamos fora!

Vamos à votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*.

Aprovados os destaques, todos, rejeitados pelo Relator.

Vamos seguir a sequência proposta pelo Relator. Vamos colocar em votação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pelo que entendi, o Relator agora vai verificar quais desses destaques aí são atendidos parcialmente e quais são atendidos integralmente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos votar aqueles que foram aprovados parcialmente e integralmente. Em seguida, o Relator vai passar à análise objetiva dos destaques que foram aqui apresentados.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados aqueles destaques que foram aprovados parcialmente pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar à votação daqueles destaques que foram aprovados integralmente pelo Relator.

Todos terão oportunidade de verificar os seus destaques, pois estão sobre a mesa.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora vamos passar à apreciação dos destaques que estão nas mãos do Relator.

Deputado Ricardo Barros, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu pedi que trouxessem os destaques, mas V.Exas. já os têm em mãos. Vamos então elencar os destaques pelos números. Vou começar pelos destaques do Deputado Hildo Rocha: Destaques nºs 5, 6 e 17. É isso, Deputado Hildo? Quanto aos Destaques nºs 70, 71 e 72, os números estavam errados, ou também...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Não, estavam errados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estavam errados. Então, Destaques nºs 5, 6 e 17, do Deputado Hildo Rocha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem que defender o seu destaque agora, em 1 minuto, também.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O Destaque nº 6 trata de recursos para a construção da sede do Fórum de Imperatriz, o Destaque nº 5 se refere à construção do Fórum de Santa Inês e o Destaque nº 17, à Vara de São Luís.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Isso é investimento ou custeio?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Investimento, porque o custeio ficou acordado. Então, eu retirei o de custeio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O valor total é 2 milhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dois milhões. São 500 mil mais 400 mil...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - V.Exa. precisa ler o valor exato do destaque, pois eu não tenho aqui.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O valor dos três destaques é 2 milhões e 100 mil reais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - São 2 milhões e 100 mil reais — tudo.

O Relator dá parecer favorável aos destaques do Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Sr. Relator Ricardo Barros.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Relator, os Destaques que eu apresentei, o 245, o 246 e o 247, são um pedido de reconsideração em relação ao orçamento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. São ações de transferência voltadas a Estados e Municípios e à própria União, para o combate à violência contra a mulher e a garantia de serviços de apoio à mulher. Houve um corte significativo.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nós não estamos conseguindo ouvir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Zeca Dirceu e Deputado Evair de Melo, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem estiver tratando de outros assuntos, por gentileza, trate deles lá fora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Professora Dorinha está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Os Destaques nºs 245, 246 e 247 são três ações programáticas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que tratam especificamente da estruturação do serviço de combate à violência contra a mulher. O Destaque nº 246 é para transferir recursos para os Estados e Municípios continuarem fazendo esse trabalho.

O Orçamento está muito enxuto. Houve um corte significativo, inclusive diferente do que veio do Executivo. Então, faço um apelo quanto à recomposição de orçamento para uma área estratégica no combate à violência contra a mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dizer — nunca fiz isto na minha vida — que, a continuar essa balbúrdia, vou esvaziar o plenário, ou melhor, vou deixar aqui só os Deputados votantes. Não é possível!

Deputada, V.Exa. concluiu?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim. Na verdade, eu fiz a defesa...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Qual é o valor, Deputada?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os destaques da Deputada Professora Dorinha...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na verdade, eu quero dizer que esse destaque foi trazido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Ela enfatiza esse corte absurdo que foi feito em relação ao combate à violência, que cresce cada dia mais no Brasil. Eu queria registrar a importância desse destaque. Eu também apresentei um e retirei.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas qual é o valor, Sra. Presidente?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sra. Presidente, nós queremos apoiar esse destaque. O PDT apoia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem o apoio da Deputada Flávia Morais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tem o apoio também do Deputado Pompeo de Mattos, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu quero saber o valor!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Destaque nº 245 tem o valor de recomposição de 5 milhões e 621 mil reais; o Destaque nº 246 tem o total de 9 milhões e 300 mil reais, a ser recomposto; e o Destaque nº 247 tem o valor de 4 milhões e 600 mil reais, a ser recomposto.

Eu proponho à Deputada Professora Dorinha, considerando a nossa dificuldade de recursos, até porque esse é um corte parcial — existem os recursos que permanecem —, recompor 30% desses valores, em cada uma das ações.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, nós gostaríamos do total, mas eu compreendo todo o esforço. Eu acho que é um avanço, para a garantia do trabalho.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Apoiado, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Depois nós votaremos tudo em globo. Esses são destaques com aprovação parcial.

A Deputada Professora Dorinha tem mais destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lázaro Botelho.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Relator Deputado Ricardo Barros, eu estou aqui...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - A Deputada Professora Dorinha ainda tem mais um destaque, Deputado.

Peça 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Quanto aos Destaques de nºs 170 a 182, nós recebemos a informação de que foram atendidos pelo Relator. O Destaque nº 134 é da bancada. Inclusive eu gostaria que o nosso Líder da bancada falasse. Na verdade, esse destaque é uma recomposição em relação ao Hospital Geral de Palmas. O Deputado Carlos Henrique Gaguim poderia falar a respeito.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Carlos Henrique Gaguim, V.Exa. está com a palavra, como coordenador da bancada.

Mas V.Exa. pode falar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É o Destaque nº 134.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaque nº 134.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É o Destaque nº 134, para o Hospital de Palmas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Qual o valor?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É o único hospital especializado de grande porte no Tocantins. Na verdade, fazemos um pedido de recomposição. Nós fizemos uma proposta, de acordo com a orientação, para que pelo menos fossem recompostos em torno de 5 milhões, que eu acho que é uma coisa aceitável. É lógico que é uma obra que está paralisada. Os doentes estão em tendas. Eu gostaria de pedir que fosse acrescida a emenda inicial de 5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu peço a compreensão de V.Exas.

Nós acrescemos, como V.Exas. sabem, 7 bilhões de reais ao orçamento da saúde. E o Ministro Marcelo Castro se comprometeu a atender os pleitos que

fossem acordados aqui na Comissão. Então, acompanharei V.Exas. até o Ministro, e ele fará o atendimento com os recursos que já estão alocados lá.

O parecer é pela rejeição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Senadora Rose, eu gostaria de me inscrever.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O parecer é pela rejeição da emenda apresentada — Emenda nº 134 —, referente ao Hospital de Palmas.

Vamos continuar a ouvir os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero me inscrever, Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos serão chamados.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu queria me inscrever, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Deputado Ricardo Barros, são os destaques...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ele não está chamando pela ordem de inscrição?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Não, ela me concedeu a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ela lhe concedeu a palavra. Eu estou ouvindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos serão ouvidos.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Quero falar do Destaque nº 151, referente à Força Aérea Brasileira, que tem o objetivo de recompor o que foi cortado — não há recurso para a manutenção das nossas aeronaves —, e do Destaque nº 127, referente a combustíveis.

Então, nós estamos pedindo socorro, para a nossa Força Aérea não parar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente, apenas para reforçar o destaque do Deputado Lázaro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se não tivermos esse acolhimento, 50% do esforço aéreo vai sair prejudicado. A Aeronáutica vai ficar no chão, sem abastecimento dos pelotões de fronteira, de combate ao narcotráfico, de vigilância aérea e marítima.

Então, só reforço o que foi argumentado, solicitando a solidariedade do Congresso Nacional em relação ao...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ao destaque do Deputado Lázaro?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - ...pedido do Deputado Lázaro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os dois destaques se referem ao Comando da Aeronáutica. Eu quero dizer que tive insistentes reuniões com os Comandos das Forças Armadas e, Deputado Gaguim, Deputado Lázaro, nós...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se V.Exas. não forem ouvir o Relator, eu pedirei a S.Exa. que suspenda o destaque de V.Exas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu peço a compreensão de todos.

Eu cheguei a um entendimento com o Comando da Aeronáutica. Eles estão desenvolvendo um avião cargueiro de grande porte chamado KC-390, em Gavião Peixoto, no Estado de São Paulo. Esse avião já está 86% completo. Nós complementamos com 160 milhões de reais a quantidade de recursos que já estava prevista para o desenvolvimento do KC-390, a fim de que seja comprada a primeira aeronave. Esse avião, comprado pelo Governo brasileiro, será certificado.

A certificação dos protótipos só acontece na linha de produção da primeira unidade vendida. Ainda assim, faltam 136 milhões de reais para completar a quantidade de recursos necessários para o desenvolvimento dessa aeronave. Mas, sendo a primeira aeronave vendida, inicia-se o processo de certificação. E eu tenho certeza de que o Governo entenderá a necessidade de se priorizar a complementação dos recursos.

Portanto, o acordo que fiz com a Aeronáutica foi no sentido de que essa seria a prioridade do atendimento. Eu entendo o papel da Assessoria Parlamentar, eu entendo o papel de todos de querer tudo, mas isso não é possível. Acordos são

acordos. O maior atendimento feito em todo o Orçamento é referente ao KC-390, da Aeronáutica, e foram atendidas as solicitações a que eles deram prioridade.

Portanto, eu agradeço a atenção dos Deputados. Entendo o papel da Assessoria Parlamentar, que tem que fazer pedidos de recomposição de tudo, mas não há recursos. O que é prioritário, conforme combinado com o Tenente-Brigadeiro Rossato, será atendido.

Meu parecer é pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim. Em seguida, passarei a palavra aos Deputados Wellington Roberto, Danilo Forte, Zeca Dirceu e Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, gostaria de pedir a votação em separado dos Destaques nºs 255 e 294. Peço também que V.Exa. permita que o Deputado Alex Canziani, membro da Mesa desta Casa, faça rapidamente a defesa desses destaques.

Pode falar, Deputado Alex.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. pode falar? Então, o Deputado Alex tem a palavra. Nós criamos um critério aqui, mas vamos conceder a palavra para o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vai ser mais rápido.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Relator, quero agradecer a V.Exa. pelos atendimentos que já fez a todos aqui.

Esse é um destaque que a Mesa pede, tendo em vista as várias novas Lideranças que temos. .Temos o PMB, temos a Rede, hoje temos mais 30 Lideranças na Casa. Então, se fosse possível fazer esse remanejamento e a recuperação desses recursos, seria importante para a Casa. É o que peço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E o Diretor da Casa disse que tem que constar em lei, senão ele não tem condições de fazer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu não atendi nenhuma criação de cargo de nenhum dos Poderes. Foi um acordo que fizemos. Não tem contratação nova, não tem criação de cargos, não tem concursos, porque não temos dinheiro para pagar. Não abrirei exceção para a Câmara dos Deputados. Atendi com 70 milhões de reais a recomposição de recursos da Câmara, e combinei com o Diretor-

Geral que ele faria, por remanejamento interno, o atendimento desses recursos. Ele esteve conosco na Consultoria, concordou em fazer dessa forma, Deputado Alex Canziani — como V.Exa. é membro da Mesa, peço que cobre dele o cumprimento do acordo que fizemos.

Eu não darei parecer favorável a nenhuma criação de cargo porque foi acordado isso, está na LDO. Nós não podemos, infelizmente, abrir exceção a nenhum Poder, nem para o nosso, que é a Câmara dos Deputados. Peço a compreensão dos senhores, os recursos de recomposição...

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE - É só remanejamento dentro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS -...os recursos de recomposição estão alocados na Câmara dos Deputados. O destaque de remanejamento...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem tem o destaque de remanejamento em mãos?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não tem. Só tem o destaque de recomposição.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - O destaque de recomposição é em cima do corte.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O destaque de remanejamento eu não teria nenhuma dificuldade em aprovar, mas, no caso de destaque de recomposição para a contratação de pessoal, eu darei parecer contrário a todos os que forem aqui apresentados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Obrigado, Presidenta. Eu queria agradecer a atenção do nobre Relator Ricardo Barros e dizer que os dois destaques que apresento neste momento, o 230...

Sr. Relator! Sr. Relator Ricardo Barros, trata-se do Programa Passe Livre, do Ministério dos Transportes. É um destaque de recomposição, e eu queria, já que se trata de um programa muito importante para o Ministério e para a Nação, eu queria que V.Exa. fizesse essa recomposição.

E o outro Destaque é o 292, da bancada da Paraíba, que atende à Região Metropolitana, Sr. Relator.

Aqui, é um destaque...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Por favor, traga-me a cópia do destaque. A assessoria agilmente o fará.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vou levar. Então eu queria que V.Exa., se possível, pudesse atender, e agradeço, de antemão, a sua atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O destaque está chegando, eu preciso ler.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Enquanto isso, vamos dar a palavra ao Deputado Danilo Forte.

É para defender destaque?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É, sim, senhora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Presidente, se a senhora pudesse...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos aqui à defesa, S.Exa. vai anotando e dá o parecer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Censura prévia?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, senhor. Organização.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito bem. Parabenizo-a pelo sentimento de organização que V.Exa. tem e que nos faz estar aqui alegres e fagueiros, a uma hora dessas da noite, para votarmos o relatório final da LOA.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nobre Relator, eu queria de V.Exa. apenas a atenção para dois destaques dos que eu fiz. Vários até assinei para outras bancadas que me pediram, mas o que eu quero falar com V.Exa. é o seguinte. Primeiro o Destaque nº 1. Para V.Exa. ver meu interesse, foi o primeiro destaque apresentado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero ajudar V.Exa.

Deputado Carlos Henrique Gaguim e Deputado Alex Canziani, V.Exas. tiveram a atenção do Plenário.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte. Eu gostaria que S.Exa. fosse ouvido.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Tem que botar ordem. O Gaguim fica transitando aqui, Sra. Presidenta, direto! Mesmo com toda a amizade que tenho pelos demais Parlamentares, tem que botar ordem aqui na Casa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E eu vou defender o destaque de S.Exa. depois.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, não precisa falar, não. O Deputado Danilo está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nobre Relator...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou ouvindo, estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É o complemento do destaque da bancada do Ceará com relação à expansão do *campus* da Universidade Federal do Ceará, que é o Destaque nº 1. Ainda está faltando o complemento que ficou acordado na reunião de meio-dia.

E o segundo não é dinheiro novo, não é recomposição, é remanejamento. No Destaque nº 120, eu fui o Relator Setorial do Orçamento da Câmara dos Deputados, do Poder Legislativo, e, posteriormente, ficou a descoberto o remanejamento com relação ao sequencial 000018, da funcional 28846090906045664.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não quero liberar, não quero liberar.

Deputado Carlos Henrique Gaguim, V.Exa. não vai me ouvir.

Conclua, Deputado. O Relator não pode ficar enlouquecido aqui na mesa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos lá, gente! Eu estou pronto para responder, Sra. Presidente, no momento em que V.Exa. quiser.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É o seguinte: é um remanejamento, dentro do próprio orçamento da Câmara dos Deputados — isso inclusive me foi solicitado pela Direção da Casa —, no sentido de que 23 milhões, 228 mil 460 reais e 39 centavos da Ação 0000099 Custeio 802 para a sequencial 18, que é o provimento para atender a contratação dos concursados da Câmara dos Deputados. Isso é para a rubrica não ficar zerada. Eu não estou pedindo dinheiro novo, eu estou retirando de uma ação do próprio orçamento da Câmara e colocando no outro. É essa a solicitação.

Então, isso é no sentido de poder viabilizar um desejo inclusive da Direção da Casa. Neste momento, todos nós sabemos da valorosa contribuição que nossos agentes legislativos aqui têm, inclusive o belo funcionamento desta Comissão deve-se a essa elite desta Casa, no que diz respeito aos seus servidores e aos funcionários do Legislativo, e nós não podemos deixar descoberto exatamente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Danilo, vou dar parecer favorável, contrariadamente, ao seu destaque de remanejamento, porque fui voto vencido aqui na LDO quando pedi ao Deputado Ricardo Teobaldo que não abrisse exceções para nenhuma contratação, e S.Exa., infelizmente, abriu. Nós não vamos consertar o Brasil com essas exceções. Não estou aqui para receber palmas, como V.Exas. sabem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas melhorando o Poder Legislativo nós vamos dar uma grande contribuição ao Estado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Mas eu vou dar parecer favorável ao seu destaque de remanejamento, e, quanto ao seu outro destaque, ele já foi atendido parcialmente, já foi aprovado parcialmente e votado.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Incluído o nosso junto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixe-me agradecer agora.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Senadora Rose...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecer não pode.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecer não pode.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Zeca Dirceu com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Gentileza gera gentileza.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Senadora Rose, esse era o meu destaque, esse era o meu destaque. Calma!

Não, porque o Destaque 120, que o Deputado Danilo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Onde está?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Destaque 120, que tem o meu apoiamento — desculpa, Deputado Zeca.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Wadson, por favor.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Deputado Danilo é autor desse destaque. Como S.Exa. não estava no momento aqui, para que não perdêssemos a oportunidade de ter essa votação em separado, eu fiz o destaque, mas queria parabenizar e agradecer a sensibilidade do Relator por atender essa demanda, Deputado Ricardo, que é importante. Nós fomos procurados aqui para uma série de servidores, e eu queria agradecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Por favor, gente, vamos votar!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - V.Exa. é um homem muito sensível. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, não sou sensível. Fui contrariado.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sra. Presidente, quero apenas deixar registrado que nós fizemos uma Comissão Geral hoje sobre a microcefalia, e eu só quero agradecer em nome da Frente Parlamentar da Saúde...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradecido.

O SR. DEPUTADO MANDETTA ...e ao Ministro, comunicar-lhe que foi acatada a emenda e agradecer ao Relator, somente isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Relator, vamos...Obrigado pela manifestação.

Deputado Zeca.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sra. Presidente, Sr. Relator, conterrâneo Ricardo Barros, queria tratar aqui do Destaque 298, que eu havia feito e foi destacado pelo nosso Líder Paulo Pimenta, que trata de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em especial para as ações do Programa de Aquisição de Alimentos. É o Destaque 298.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu já lhe atendi, Deputado. V.Exa. sabe disso. Esse seu destaque já foi aprovado parcialmente na votação anterior. Está atendido.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Está aqui?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está atendido, conforme combinamos lá quando V.Exa. nos solicitou.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - E com o que foi também ajustado com a Senadora Gleisi.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Exatamente, exatamente. Estão atendidos os seus pedidos.

Gente, quem já foi atendido... o Deputado Danilo já pediu e foi atendido. Quem já foi atendido sabe que foi atendido, pode confiar no Relator.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - É que a gente não sabe.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pode confiar no Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu lhe agradeço, Relator, pela sua humildade e a sua capacidade de aglutinar todos os nossos pedidos.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Obrigado, mais uma vez, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Izalci, se for para defender destaque. Se for para fazer discurso, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Relator, primeiro, eu só quero propor um remanejamento, no Tribunal de Contas, o Destaque 117... Eu tinha apresentado um remanejamento de 80, porque o corte foi de 30%. V.Exa. disse que recompôs 20%. É isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tribunal de Contas. Vinte? O.k.

Agora, no 118 houve um equívoco, e eu quero agora ajudar a consertar.

Quando nós falamos na questão do Exército, são 162 mil novos... Como é que se chamam? Recrutas. Houve um corte de 50%. Nós acertamos lá no zika os 29. A recomposição era 90, mas eu... Já que foram aprovados os 29, para consertar tecnicamente, V.Exa. acataria os 29 na 118, para ficar tecnicamente correto, para não ter o problema daquela questão do zika, que V.Exa... Não é isso? Para não dar "zica" aqui com a turma. V.Exa. concorda? Parcialmente?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual o valor que V.Exa. está solicitando?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu solicitei 90, mas V.Exa. acatou 29. Lá no zika. É só acatar os 29, que é o Destaque 220.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem, está bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - V.Exa. tem a aprovação para o seu destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o 118. O.k. Agradeço a V.Exa.

Só para concluir, eu tinha o Destaque 220, mas o Deputado Hugo Leal vai fazer a defesa, e eu vou apoiá-lo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Na ordem, 123, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, o 123, pela ordem crescente. Destaque 123. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu estava falando com o Presidente Renan. Pois não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então ficou acertado?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Atendido, 29 milhões...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Do Exército.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Aprovado parcialmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Fale, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, faço um apelo...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Gente, por favor. Deputado Izalci, Deputado Valtenir...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou quietinho aqui, Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O senhor está muito entusiasmado, meu amigo! Por favor, gente! Vamos lá, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu apresentei três destaques, em torno da recomposição de quase 30 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Número? Número?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu apresentei as três. A reposição 430.

Aí, eu mantive a 123...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmilson, V.Exa. pode dizer o número, por favor?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nº 123, para tentar salvar um investimento na ordem de 10 milhões e 800 mil, considerando a especificidade do Pará no que diz respeito à Justiça do Trabalho. Não é um mero *lobby*. É honesto. Realmente há uma situação de necessidade brutal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque do Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É o 123. GND 4.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - GND 4.

Eu quero comunicar ao Plenário que a sessão do Congresso foi suspensa e continuará amanhã, às 10 horas, com a votação da LDO e da LOA, continuando a sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destaque 123, do Deputado Edmilson, Tribunal Regional do Trabalho da 8º Região, do Amapá.

Como eu alertei, Deputado Edmilson, todos os investimentos da Justiça do Trabalho foram cortados em 90%. Todos estão com o mesmo corte. Aprovamos o destaque do Deputado Hildo Rocha, com uma recomposição de 2 milhões de reais. Eu vou dar uma aprovação parcial para V.Exa. no mesmo valor, 2 milhões de reais. Vamos ser justos e igualitários com todos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu agradeço. É um avanço. Menos perda...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sra. Presidente, por gentileza, o Destaque 282...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, não fale enquanto não fizerem silêncio. *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assessores, por favor.

Primeiro falará o Deputado João Fernando Coutinho; depois, V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu queria defender os Destaques nºs 282 e 283, ambos de autoria da bancada do Estado de Pernambuco. Na condição de Coordenador da bancada, eu faço um apelo ao nobre Relator do Orçamento no sentido de que possa atender parcialmente o nosso destaque das Emendas nºs 71180013 e 71180009. E, por fim, o Destaque 154, que se refere exatamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que, acredito, já está contemplado diante do acordo que foi feito hoje no Colégio de Líderes.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, quero apenas indagar a V.Exa. se depois vai se submeter os nossos destaques...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - São os Destaques nºs 282 e 283 e o Destaque nº 154?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destaques nºs 282 e 283.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ao destaque de recomposição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco, eu vou dar parecer favorável à aprovação parcial em 2 milhões de reais, conforme todos os demais já atendidos.

Deputado João Fernando Coutinho, a Emenda nº 9 refere-se à bancada de Pernambuco?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - As duas são da bancada de Pernambuco; uma para o parque industrial da cidade de Arco Verde; outra para a reestruturação da BR-101, no trecho metropolitano compreendido entre Jaboatão e a cidade de Paulista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator está decidindo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual é o valor da Emenda nº 9, Deputado? Qual é a solicitação que V.Exa. fez?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - O valor da emenda, no total, seria incialmente de 80 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E quanto está atendido no Orçamento?

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Eu me sinto contemplado com o valor que V.Exa...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou lhe atender com 2 milhões de reais nessa, mas no que se refere à BR, infelizmente, um pouco de recurso não vai ajudar muito, e nós estamos tendo com o Deputado Wellington Roberto uma discussão sobre o DNIT.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - O orçamento do Tribunal do Trabalho, inicialmente, era de 41 milhões, foi reduzido para 18 milhões. Portanto, ao se recompor só 2 milhões, haverá uma diminuição de mais de 50%.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos os Tribunais terão a mesma recomposição. Todos tiveram o mesmo corte e todos terão a mesma recomposição. Infelizmente, eu não tenho recursos, e V.Exas. sabem disso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Senador Benedito de Lira. Em seguida, falará o Deputado Alessandro Molon.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Relator, no começo de nossa conversa aqui, V.Exa. anunciou que havia atendido aos Tribunais do Trabalho em uma ação conjunta. Mas eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. no que diz respeito ao Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas, que solicita o investimento na ordem de 900 mil reais, para, logicamente, complementar, conforme comentou aqui o Deputado Givaldo Carimbão, uma obra que há muitos anos está paralisada.

Então, eu faria este apelo a V.Exa., até porque há no total geral, entre investimento e custeio, na ordem de 8 milhões, 860 mil reais. É uma insignificância em razão do volume dos investimentos que se pretende fazer naquela região.

A propósito disso, Sra. Presidente, também encaminhei à Mesa dois destaques, o 228 e o 227. Este é para fazer investimento e aquisição de submarino na Marinha. Temos que tomar conhecimento do que pode ser feito e do que não pode ser feito. Essas eram as informações que eu desejava levar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Destaque nº 143, Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região: o custeio eu rejeitarei, porque já disse que foi atendido todos de uma forma geral, e a parte que se refere ao investimento, 900 mil reais, eu vou dar para aprovação do GND 4. Tudo bem? É o que está solicitado por V.Exa.

O outro destaque seu, o 231: trata-se de fonte, excesso de arrecadação do Tesouro Nacional.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Não é esse, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual é o número?

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - É o 227 e o 228. Eu os deixei aí sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, 227 e 228: os dois são Comando da Marinha. Nós fizemos um atendimento ao submarino já na ordem de 30 milhões de reais. Então, estão atendidos já na votação de aprovação parcial esses seus dois destaques. Eu já havia atendido no relatório.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Agora o 143, Presidente. Não entendi. V.Exa. falou que ia dar o GND 4. O que é isso? São 900 mil só.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele atendeu a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É o que está pedido aqui no destaque. É o que V.Exa. pediu.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Atendeu?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou atendendo integralmente o que V.Exa. pediu no destaque. Não posso dar mais do que tenho no destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - E eu? O 240?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Tem gente na frente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, eu pedi para V.Exa. depois submeter à votação o Destaque nº 294, de autoria do Deputado Alex Canziani, que tem por objetivo garantir o funcionamento da Rede e da comissão de acessibilidade da Deputada Mara Gabrilli. É a previsão para que haja recursos

carimbados para isso. E o Deputado Gaguim apresentou o Destaque 255, que recompõe o orçamento da Câmara em 40 milhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) -Enquanto isso...

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Presidente, o meu foi o 240, foi primeiro. Relator...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, pela ordem. Nós temos que dar sequência.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Relator, e o 240?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu estou reconhecendo que é o cansaço, mas a sessão parou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria... Nós estamos terminando. Faltam quatro pessoas. O Deputado Molon está apresentando uma proposta, e o Relator já deu parecer contrário, que fala sobre a estrutura do partido dele, que é a Rede, que não tem uma secretária, não tem um assessor, não tem nada.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não tem nenhum assessor, Presidente, nem liderança.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Esta Casa faz distinções entre várias coisas — é muito interessante isso —, agrada a um, agrada a outro. Não estou aqui em julgamento ao voto do Relator, que eu respeito, com quem trabalhei todo o tempo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas ele gostaria de dizer aqui por que está apresentando esse relato.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O partido tem cinco Deputados. Se não for aprovada essa emenda, no ano que vem não vai ter como criar os cargos, porque não haverá previsão orçamentária para isso. Então, não é razoável privar um partido político de funcionamento. Esse é o intuito da Emenda 294, do Deputado Alex Canziani. É uma emenda da Mesa Diretora que tem por objetivo garantir a criação desses cargos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - No PMB também há a mesma coisa.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Deputado Gaguim fez a mesma coisa com a Emenda 255, prevendo a recomposição do orçamento da Câmara, para que sejam criados os cargos do Partido da Mulher Brasileira. É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apresentado, o Relator vai falar, e depois nós vamos colocar todos em votação. Destacamos esses para a votação final.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, esses cargos já existem. Eu era do PMDB. Esse cargo meu é só para poder passar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os cargos já existem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É remanejamento, então.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não se estão criando cargos. Esses cargos já existem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os cargos que já existem estão no Orçamento. As bancadas que perderam Parlamentares têm que perder assessores também.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É, mas tem que ter na lei. Se não for, não adianta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não é possível que cada vez que se cria uma nova liderança, uma nova bancada, aumenta cargo e nunca se tira de quem perdeu.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Está certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu fiz um acordo, na sala da Consultoria, com o Deputado Beto Mansur e o Diretor-Geral da Câmara. Eu não posso admitir que o que nós acordamos lá não vai ser cumprido. Colocamos 70 milhões de recomposição na Câmara, e eles ficaram de atender os cargos por remanejamento interno.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Justamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os recursos estão alocados na Câmara dos Deputados. O meu parecer é contrário.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Nós vamos para o voto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, tem nosso apoio, Presidente. Está bem correto. Está muito correto, porque, na verdade, é só a remoção. Não vão faltar os cargos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos destacar essa matéria para o final, colocar em votação, e cada um vai apresentar o seu voto. Eu gostaria de dar a palavra ao Deputado Cirilo. Vamos terminar a votação. Teremos o Deputado Caio e o Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Meu caro Relator...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou ouvindo, Deputado Cirilo, pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - José Airton Cirilo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Molon, colabore.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os agradecimentos nós deixamos já para depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Mas não é agradecimento. É o Destaque 144, que nós fizemos para recompor os recursos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, do Ceará. Eu queria a compreensão de V.Exa. para ver o que pode...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual é o número do destaque?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - É o Destaque 144.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Destaque 144 está atendido parcialmente com 2 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Positivo. Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - E o 240, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Carimbão, o número?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - É o 240.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, 240. Peço ao Relator o parecer.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Relator, companheiro Ricardo Barros...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Oi, estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Eu só queria fazer o seguinte apelo: V.Exa. tem atendido a todos. São 2 milhões de reais. É o seguinte: esse é um término de obra de 20 milhões; só faltam 2 milhões, setecentos e poucos mil. Eu queria, se possível, pedir aqui a aquiescência de V.Exa. para cobrir tudo, porque, no caso, com isso aí, terminamos a obra definitivamente, para não ficar faltando 700 mil em um obra de mais de 20 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Esse é o mesmo destaque eu já havia atendido do Deputado Benedito de Lira?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Não. A do Deputado Benedito é outra obra. Esse aí é o prédio do TRT.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Há quantas obras do Tribunal do Trabalho em Alagoas?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - São três. Em uma faltam 900 mil, e para a outra faltam 2,7 milhões, que é esta aqui. São três obras. Só duas que faltam: uma de 900, já acatada; e esta, de 2 milhões, setecentos e poucos mil.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou acatar o seu destaque, Deputado Carimbão, em homenagem à sua liderança. Mas vamos parar de fazer prédio para tribunal e parar de entrar processo contra as pessoas.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Concordo com V.Exa. Mas já que começou!...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu já combinei com o Presidente Ives Gandra que a partir de fevereiro vamos debater a reforma da CLT. Não é possível 50 mil funcionários.

Ah, vou dar uma informação para os senhores. Fiquei curioso, são 50 mil funcionários. Mandei investigar: quantas empresas no Brasil têm mais de 50 mil funcionários? São 12 privadas e 16 públicas. Portanto, o Tribunal do Trabalho está no *top* 30, entre os 30 maiores empregadores do Brasil.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É uma incoerência absoluta. É uma incoerência absoluta. Então, acato em sua homenagem.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Está perfeito. Eu o parabenizo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou fazendo essa consideração ao Relator, mas lembrando que levem em conta as palavras que ele colocou, porque no passado já tivemos, inclusive nesse processo, inúmeras denúncias de irregularidades. Nunca se construiu tanto prédio como se constrói para o TRT. Então, já que para construir faltam 2 milhões e 900 mil, terminem a obra para que possa ser fiscalizada.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - TRT, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - TRT.

Com a palavra o Deputado Caio. Em seguida, falará o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, Relator, é quanto ao Destaque nº 130, para o qual solicito a recomposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o Destaque 130, recomposição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Destaque 130, do Deputado Caio Narcio, que trata de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, vai ser atendido com 7 milhões de reais, porque é uma área absolutamente necessária, para que possamos concluir os trabalhos que lá estão sendo desenvolvidos. Eu preciso da cópia do destaque, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A cópia do destaque deve estar na mão do Relator.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. Antes, Deputado, só 1 minuto. O Deputado Valtenir vai pedir para retirar um destaque. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, Sr. Relator, nobres pares, eu quero retirar o Destaque 264, que é um remanejamento da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está retirado o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Retirado o Destaque nº 264.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, antes de abordar o assunto do meu destaque — eram três, estou reduzindo-os a um, para facilitar a vida do Relator —, antes disso, com a disposição de construir um entendimento com o Deputado Gaguim, com o Deputado Molon e com os partidos que eles representam — tenho certeza de que é também essa a disposição do Relator —, eu quero propor ao Relator que nós façamos um gesto que mostre o consenso desta Comissão quanto a que nós não somos pela criação indefinida de cargos. É claro que nós entendemos que terá que ser feito remanejamento. Assim, proponho que S.Exa. o acolha, no mesmo padrão que vem acolhendo: uma janela de 2 milhões. O destaque apresentado por eles é bem maior, mas a sinalização viria com uma janela de 2 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual é o número do destaque?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É o Destaque nº 294.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele é da Mesa da Câmara.

Com essa sinalização, nós estaríamos pactuando que nós concordamos com que haja o remanejamento. Isso, no máximo, faria a adequação no remanejamento de alguma questão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estão aprovados 2 milhões de reais, para haver uma janela, mas não se estão criando cargos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ótimo! Está claro.

Agora eu apresento a V.Exa. o meu destaque. Eram três, mas vou me limitar a apresentar um — creio que V.Exa. o tenha atendido —, o 252, sobre a matéria do Tribunal Superior Eleitoral, sobre os servidores dos cartórios eleitorais.

Nós fizemos um destaque para destinar o recurso. A princípio, a retirada seria de recursos, se não me engano, da ANEEL. V.Exa. ficou de analisar a possibilidade de contemplar esse destaque, que resolve a questão do Tribunal Superior Eleitoral e dos servidores, que já têm o direito legal: a lei foi aprovada — é um direito deles, dentro de suas carreiras —, mas não está sendo cumprido pela Justiça Eleitoral.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os seus Destaques são os de nºs 252, 254 e 253, é isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, mas é do 252 que eu estou tratando agora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, mas o 254 e o 253 V.Exa. está retirando?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem. Estou confirmando para não faltar depois na nossa conta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Domingos Sávio, como V.Exa. sabe, este é um assunto especial, porque a lei já havia sido autorizada e já havia sido iniciada a sua implementação. Então, para que não haja prejuízo, nós abriremos uma janela de 2 milhões, e o Governo fará a recomposição, porque, afinal de contas, trata-se de uma inadequação da conduta da proposta orçamentária para a Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há dois últimos oradores inscritos.

Antes, tem a palavra o 1º Vice-Presidente, o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Qual o número do destaque?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - São os destaques nºs 277, 280 e 186.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu peço aos Deputados Beto e ao Deputado Valtenir que nos ajudem.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - O Destaque nº 277 é da bancada de Minas Gerais e se refere a recursos para serem aplicados nas universidades federais de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu preciso da cópia dos destaques, por favor, mas pode prosseguir, que eu vou anotar.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Trata-se de emenda da bancada de Minas Gerais destinada à Universidade Federal de São João del-Rei que, de fato, será distribuída por todas as universidades federais. Então, trata-se de atender a educação superior. A emenda era de 100 milhões, mas foi atendida parcialmente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu solicito que, na medida do possível, possa se fazer um incremento para essa ação.

O Destaque nº 280 é, igualmente, da bancada de Minas Gerais. Trata-se de recurso para a segurança pública, para a Polícia Militar — equipamentos, etc. —, haja vista o índice de violência que nós temos no Brasil todo, logo também em Minas Gerais. Então, eu solicito a recomposição.

O Destaque nº 186, de minha autoria, é uma solicitação do meu Líder, o Deputado Rogério Rosso, no sentido de recompor parcialmente recursos do Tribunal de Justiça de Brasília, que foram cortados em 34%. Era, inicialmente, previsto um orçamento de 323 milhões, houve um corte de 111 milhões e meio e, portanto, esses recursos foram reduzidos a 211 milhões.

Então, existe uma solicitação. Trata-se do Tribunal de Justiça da Capital Federal, que é emblemático para o Brasil. Estamos falando de recursos para o seu funcionamento.

Portanto, solicito também ao Relator que, na medida do possível, faça o atendimento parcial dessa demanda, que resulta de pedido do Deputado Rogério Rosso, que é também do Senador Hélio José, que está aqui, e de toda a bancada do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Tribunal de Justiça de Brasília — não falo do TRF da 1ª Região — já foi atendido, como V.Exa. mesmo citou. Foi pedido do Líder da bancada, o Deputado Rogério Rosso, e também seu. Então, esse destaque já está parcialmente atendido.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - E há o Destaque nº 184.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Do Senador Hélio, coordenador da bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E Senador por Brasília.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quando ao Destaque nº 277, da bancada de Minas Gerais, eu vou rejeitá-lo. Nós iremos buscar aqueles 300 milhões que alocamos no Ministério da Educação: visitaremos o Ministro Aloizio Mercadante e vamos pedir o atendimento dessa emenda e de 5 milhões para a segurança de Minas Gerais, que eu sei ser uma necessidade prioritária neste momento.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Evair de Melo e, em seguida, o Deputado Pompeo de Mattos.

(Não identificado) - Muito bem, Relator. Eu tenho que concordar que é um momento de austeridade. Vamos dar a nossa colaboração. Estamos de acordo.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sr. Relator, o Destaque nº 49 também trata desse assunto e foi amplamente discutido pela Casa e por esta Comissão. Ele trata do TRT do Espírito Santo.

Dado o momento por que passamos, dada a importância que o órgão tem, que seus colaboradores têm, queríamos apresentar carinhosamente a V.Exa. este destaque, para que pudesse acatá-lo, dada também a importância da entidade para o bom arranjo econômico e funcional do Estado do Espírito Santo.

Peço a V.Exa. que acate o Destaque nº 49 e aproveito também para agradecer-lhe o carinho de ter agraciado o Seguro Rural em outro destaque, bem como pelas emendas para o nosso querido Estado do Espírito Santo.

Peço carinhosamente a V.Exa. que acate o Destaque nº 49.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou acatá-lo igualmente, como a todos os demais. O GND 3 já foi acatado, por ocasião da distribuição dos 220 milhões, e, no GND 4, eu vou acatar integralmente a sua solicitação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para encerrar a sessão, nós vamos ouvir o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu ainda tenho que dar parecer sobre os destaques do Deputado Wellington Roberto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. vai apresentá-lo ao final.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sra. Presidente, Sr. Relator, na verdade, eu apresentei três destaques e subscrevi o destaque da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que já foi atendido**.**

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quais são os números?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Um destaque foi relativo ao Bolsa Família, apresentado juntamente com a Deputada Flávia Morais, e também foi

atendido. Os outros dois destaques eram relativos aos Tribunais Regionais e aos Tribunais...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Também foram atendidos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Foram atendidos, mas eu quero a confirmação de V.Exa. de que o corte era de 90% no investimento e em torno de 50% no custeio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Foi de 20%.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso tudo ficou em 20%, linearmente para toda a Justiça?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, falo do custeio. Ficou igual para todos os convênios da Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Igual para todos. Então, foi acolhido no que diz respeito ao custeio.

Eu quero concluir, Sr. Relator, agradecendo, naturalmente, e fazendo aqui um reparo a V.Exa.: V.Exa. é bem mão de vaca, bem mão fechada, mas tem a munheca muito firme. Eu estou aqui há 12 anos, 13 anos, e tinha visto um Orçamento tão dialogado e tão discutido; nunca tinha visto a votação de um Orçamento da maneira como foi votado o Orçamento de 2016: etapa por etapa.

Encerro parabenizando a Senadora Rose de Freitas, que soube construir esse Orçamento. Nós homens mais brigamos do que nos entendemos, já S.Exa. organiza, coloca em ordem a Casa. Ninguém poderia ter nos conduzido com mais generosidade, carinho e respeito.

Parabéns à Presidente Rose! Estão todos de parabéns, mas principalmente S.Exa. e o Relator que, como eu disse, é mão de vaca, mas é munheca firme. Fizeram um grande Orçamento para o ano que vem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado Pompeo de Mattos.

Vou conceder a palavra ao Relator, para fazer o parecer coletivo.

(Não identificado) - Há mais gente para falar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Perdão, Deputado Tatto. Eu gosto tanto de V.Exa., mas o esqueci, porque V.Exa. é muito quietinho.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Há ainda o nosso destaque, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na verdade, eu tinha três destaques, mas priorizei o Destaque nº 231, que recoloca o texto que autoriza o Governo a usar, dentro dos limites já estabelecidos em lei, os recursos de excesso de arrecadação.

Por exemplo, se houver superávit este ano, que no ano que vem ele possa utilizar esses recursos, dentro da lei. Isso facilitaria, do ponto de vista da gestão, melhorar a qualidade do gasto e também privilegiar empreendimentos e obras em andamento.

Então, é uma questão de texto para, na verdade, melhorar e facilitar, do ponto de vista da gestão, a qualidade do gasto.

Era isso, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Nós cortamos o excesso de arrecadação do Tesouro em várias autorizações de recomposição. Mantivemos o excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas, que eu acredito que é o suficiente para se conseguir consolidar, até porque excesso de arrecadação por parte do Tesouro não vamos ter mesmo.

Então, Deputado Tatto, eu gostaria de manter essas alterações, porque, no texto da LDO, nós fizemos alterações relevantes, e vamos discutir, em seguida, com o Deputado Paulo Pimenta, as emendas de texto. Aqui entrou a sua, antecipadamente, que é uma emenda de texto.

Eu realmente gostaria de manter a vedação do uso do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional para essas recomposições, mas, das receitas vinculadas e das receitas próprias, está autorizado o uso.

Assim, vou dar parecer pela rejeição do seu destaque.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Relator Ricardo Barros, estou aguardando a sua decisão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vou anunciá-la em seguida.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, eu queria agora fazer a defesa dos Destaques nºs 260 e 261, exatamente por se tratar de uma circunstância importante do ponto de vista da defesa, do ponto de vista também dos investimentos, e, obviamente, importante para a Costa Verde, região do Estado do Rio de Janeiro onde fica o Município de Itaguaí, onde fica uma das maiores construções da Marinha do Brasil e onde está o estaleiro que constrói uma das nossas principais armas, o submarino.

E não é só isso, Sr. Relator: a recomposição desse recurso é fundamental até para que a obra não pare. A situação lá é extremamente delicada. A bancada fez um esforço, colocou recursos, mas esses recursos ainda continuam sendo insuficientes para manter o mínimo para que esse investimento não pare. Interrompê-lo vai significar, na região, que já tem um problema grave por causa da Sete Brasil, por causa do Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, a demissão de 3 mil servidores. Se o estaleiro de Itaguaí fechar, mais de 2.500 pessoas serão demitidas.

Dada a importância da obra, dados os investimentos que o Brasil já fez — a maior parte já foi feita, agora praticamente só faltam 40% —, se parar, será pior. Nós sabemos que a pior obra não é aquela que não começa, mas, sim, aquela que começa e para: esta fica muito mais cara.

Então, este é o apelo que faço pela bancada, pelo comando da Marinha e, obviamente, pela área de defesa do Brasil.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu só quero reforçar meu apoio, que também tenho a mesma emenda**.**

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou aguardando a decisão do Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou dar parecer quanto aos Destaques nºs 260 e 261, do Deputado Hugo Leal.

Deputado Hugo Leal, já foi atendida, com 30 milhões de reais, a construção do submarino nuclear, que foi dado como prioridade da Marinha. O Senador

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Benedito de Lira e também o Deputado Izalci já tinham feito essa solicitação. Então, já a estou dando como atendida na votação que fizemos dos destaques atendidos parcialmente.

Portanto, esse destaque já está atendidos no relatório.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Wellington Roberto, complete seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou aguardando o parecer do Relator, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ao parecer do Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu vou fazer, só para efeitos de checagem, a leitura dos destaques. Antes, pergunto: quem ainda não fez a defesa de destaque?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tenho um destaque de recomposição.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Ainda há o meu destaque, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vamos ao destaque de recomposição do Deputado Paulo Pimenta e, depois, por último, aos de texto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só há, de recomposição, o destaque do Deputado Paulo Pimenta?

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Ainda há o meu destaque, Senadora Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ilustre Relator, Deputado Ricardo Barros, os Destaques nºs 268 e 269 são do Ministério da Justiça relativos ao Orçamento dos Jogos Olímpicos. Um é sobre a segurança nos Jogos Olímpicos e o outro é sobre o trabalho que vai ser desenvolvido pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal, pela Força Nacional e por todas as entidades envolvidas na segurança dos Jogos Olímpicos.

Havia ainda um terceiro destaque, específico da Polícia Federal, mas entendi que a Polícia Federal tem mais possibilidades de, mais adiante, arrumar algum tipo de suplementação. Já no que diz respeito aos destaques relativos aos Jogos Olímpicos, acho que seria importante que nós recompuséssemos os recursos de alguma maneira. Juntos, eles tiveram um corte de 100 milhões.

Não sei se V.Exa., Sr. Relator, chegou a analisar de fato a relevância desse caso específico — falo dos Destaques nºs 268 e 269.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quando ao destaque relativo à Polícia Federal, foram recompostos 38 milhões. Isso já estava na votação dos destaques parcialmente atendidos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. fala do 268?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Falo do destaque da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os Destaques nºs 268 e 269 não dizem respeito à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Paulo Pimenta, eu fiz uma recomposição para a Polícia Federal, por conta das operações que estão sendo feitas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k., mas eu não destaquei esse destaque, que é o 265. Eu destaquei o 268 e o 269. Este que V.Exa. recompôs é o 265. Eu não o destaquei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O custeio dos órgãos do Executivo foram cortados linearmente, nessa última penada que nós demos, em 10,94% para todos os órgãos do Poder Executivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É tudo relativo aos Jogos Olímpicos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Vou acatar, por conta dos Jogos Olímpicos, 10 milhões em cada um dos seus destaques. Está bem?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dez milhões em cada um?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Os Jogos Olímpicos são prioridade. Eu estou atendendo também alguns do Ministério do Esporte que me foram solicitados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agradeço a V.Exa. a sensibilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Falta o parecer sobre o pedido do Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então vamos ouvir o Deputado Wellington Roberto e o Senador Hélio José.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu já fiz a defesa anteriormente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quanto ao destaque do Deputado Wellington Roberto, falta o Relator dar sua decisão.

Peço ao Senador Hélio José que aguarde, porque, como dizem, os últimos serão os primeiros.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Wellington Roberto, falta o Relator falar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu estou ouvindo o Senador Hélio José e depois ouvirei o Deputado Wellington Roberto. Falarei por último.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Portanto, o meu destaque é o de nº 218, que trata do Ministério Público Federal, que hoje deu uma importante contribuição para o Brasil. O Ministério Público Federal está pedindo uma recomposição de 156 milhões de reais. Parece que já houve o acatamento parcial desse destaque.

Além disso, eu conversei com o Presidente do TJDFT, que mandou os agradecimentos pelos 20 milhões de reais como recomposição.

Também, Sr. Relator, falo em nome do Senador Valdir Raupp, que está agradecendo o acatamento parcial das seguintes emedas de sua autoria: desenvolvimento do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X) para o SISFRON, do Comando do Exército; e implantação de estaleiro e base naval.

Eu e o Senador Valdir Raupp agradecemos a V.Exa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator, para a conclusão do seu parecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para o Ministério Público Federal foi recomposto o valor de 70 milhões de reais, por conta daquela equidade de cortes.

O Judiciário teve uma média de cortes de 20% e o Ministério Público ficou com uma média de 10%. Conforme eu já havia explicado no início do meu relatório, há necessidade de que a colaboração do Ministério Público da União para o ajuste fiscal seja menor, em função do grande esforço que ele fazendo nas operações de investigação.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Ricardo Barros, como ficou o total de recursos para todos os TRTs?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para quem?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Para os TRTs. Só para informação, V.Exa. lembra qual foi o total?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para os TRTs foram acatados 220 milhões de reais, porque havia sido cortado...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas quanto havia de custeio?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Para os TRTs, o corte foi de 1,5 bilhão de reais.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Isso era 50%. Então, era mais ou menos de 3 bilhões de reais o total previsto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não. O corte total foi de 1,5 bilhão de reais, sendo 90% de investimento e custeio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Relator, o Deputado está querendo saber de quanto foi o custeio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Havia um custeio da ordem de 1 bilhão de reais.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Era 1 bilhão de reais para todos?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Esse custeio foi cortado e teve uma parte recomposta, no valor de 220 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Relator, já está sendo distribuído o voto?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, esse voto é sobre aquilo que nós já votamos, os que tinham parecer contrário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os meus estão todos rejeitados. Mas aí foram aprovados?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Isso é porque este é o meu voto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, vamos entender a dinâmica aqui no plenário. Posso até falar que V.Exa. destacou o de nº 118. Não é isso?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, os de nºs 117 e 118.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois então, o Relator já deu o parecer, que V.Exa. acompanhou. Este papel que aí está é o que estava lá em cima e está sendo distribuído.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, não é o voto, é o projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, Sra. Presidente, faltam dois destaques aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Wellington Roberto, o seu destaque de recomposição de custeio do Ministério do Transporte já havia sido atendido integralmente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - E o destaque da Emenda nº 12, da bancada da Paraíba, eu vou atender.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É o de nº 292.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Eu vou atender o Destaque nº 292, com 9 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Obrigado, Sr. Relator.

Está aqui presente o Prefeito de Santa Rita, que também agradece, porque se trata de uma região que necessita muito dessa verba do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sr. Relator, há mais algum parecer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Eu vou atender também o destaque do Deputado Paes Landim e do Presidente Renan Calheiros para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com mais 10 milhões de reais de recomposição de custeio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E quanto ao Senador Hélio José?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Ao Senador Hélio José eu já havia atendido, bem como ao Deputado Wellington Roberto.

Não há mais, Sra. Presidente, destaques de recomposição a serem discutidos. Podemos agora passar aos destaques de texto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Encerrados os destaques apresentados pelos autores.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ainda há os de texto, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Foram discutidos os destaques de recomposição e ainda há os de texto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Beto Mansur, V.Exa. queria fazer uma consideração?

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sra. Presidente, eu não faço parte da Comissão, mas estou na 1ª Secretaria, procurando pagar as contas.

Eu havia feito um pedido ao Relator, porque houve uma série de cortes em relação às despesas da Câmara. Eu pedi ao Relator que me desse pelo menos 90 milhões de reais, e S.Exa. acabou concordando comigo no sentido de liberar 70 milhões de reais. Eu fiz esse acordo hoje à tarde com o Deputado Ricardo Barros, que é o Relator do Orçamento.

Ocorre que foi apresentado aqui um destaque de separação e, desses 70 milhões de reais, retiraram-se 23 milhões de reais para atender os futuros concursados de 2016. A Câmara está contratando agora porque tem recursos para fazer contratações da lista de concursados, já que o concurso vai se expirar no final de 2015.

Para mim, é muito importante que se recomponham esses 70 milhões de reais. A Câmara tem uma série de contas a serem pagas, e eu não posso perder

esse valor. Eu já tinha pedido 90 milhões de reais, mas pelo acordo, ficaram de me dar 70 milhões de reais. Mas agora tiram 23 milhões de reais dos 70 milhões de reais, para destiná-los a futuros concursados? Não há como a Câmara concordar com isso, porque não vai ter como pagar os funcionários.

Eu pediria o empenho do Relator e da Comissão no sentido de recomporem esses 70 milhões de reais. Se não houver condições de se fazer essa transferência ou cancelar o Destaque nº 120, que já foi aprovado pela Comissão, peço, então, que me deem 93 milhões de reais na rubrica do Destaque nº 284, em vez dos 70 milhões de reais.

Esse é o pedido que a 1ª Secretaria está fazendo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sugiro, Deputado Beto Mansur, que façamos, então, a reavaliação do remanejamento, porque o seu pedido foi atendido. Se quem pediu o remanejamento na Câmara não estava autorizado para tal, eu sugiro que nós reavaliemos essa decisão de remanejamento.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Eu concordo com V.Exa., Sr. Relator, porque nós fizemos um acordo quando eu apresentei toda a série de contas que a Câmara tem a pagar. Já houve um corte muito grande para a Casa, pois foram acordados 70 milhões de reais.

No entanto, quando a matéria veio para cá, a Comissão acabou mudando aquilo que foi acordado com o Relator. Desculpe-me, não dá para concordar.

Eu pediria que houvesse uma reavaliação disso: ou aumentaria de 70 para 93 milhões de reais ou cancelaria esse destaque, o que não sei se é possível.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu proponho a reavaliação do destaque de remanejamento que foi feito aqui. Se quem o fez não estava autorizado...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Não estava autorizado a fazê-lo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, a Câmara dos Deputados precisa... Eu sugiro que nós que façamos uma votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu só quero esclarecer de quem é o destaque. Quem compareceu aqui?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O destaque é do Deputado Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Compareceram o Deputado Danilo e o Deputado Alex Canziani. Quem esteve aqui falou por quem? Aqui não se pode...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O destaque do Deputado Alex Canziani é outro, Sra. Presidente. Esse é o Destaque nº 120, do Deputado Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em virtude da ausência do Deputado, vamos passar à votação dos relatórios apresentados.

Peço ao Relator que conclua.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, quero fazer só uma observação, porque há um erro aqui: o Relator acatou parcialmente o Destaque nº 294, mas aqui ele ainda está pela rejeição. Eu só queria consignar isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Veja bem, Deputado Alessandro Molon, o relatório que V.Exa. têm em mão traz a decisão do Relator. Foi aprovada aqui a decisão do Relator, com os destaques pela rejeição do Relator, ressalvados os que foram para votação individual.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Destacados em plenário.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Por isso ele aí está rejeitado. Mas ele foi retirado, e essa votação refere-se aos destaques que estavam pela rejeição e que não foram retirados.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou pedir ao Deputado Beto Mansur que procure o Deputado Danilo Forte, enquanto nós tratamos dos destaques de texto com o Líder Paulo Pimenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer um esclarecimento final: todos aqueles destaques...

Deputado João Carlos Bacelar...

(Não identificado) - Sra. Presidente, peça ordem aqui! O Deputado João Carlos Bacelar veio só para perturbar o ambiente aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou tentando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta...

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, eu vou encerrar os trabalhos.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu só quero ter a clareza de que iremos concluir a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos concluir a votação agora. Eu apenas não posso aceitar inscrições *ad infinitum* do Plenário, para que fiquem falando o que já falaram.

Quero dizer que tratamos aqui de todos os destaques, que tiveram atendimento global, ou atendimento parcial, ou rejeição pelo Relator, que tem a palavra final.

É esse relatório feito verbalmente, que traz o atendimento a cada um, que eu gostaria de colocar agora em votação, para concluir os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Paulo Pimenta, a questão de ordem tem preferência.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu queria uma informação do Relator Ricardo Barros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Ricardo Barros, eu peço a sua atenção.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Relator, nós tiramos 1 bilhão de reais das emendas de bancada para a saúde?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, Deputado, nós tiramos 500 milhões de reais, porque, quando fizemos o acordo de Liderança — eu já expliquei isto —, pegamos o valor total de atendimento de bancada.

Ocorre que as emendas impositivas não podem ser cortadas. Então, nós cortamos 500 milhões de reais do saldo e colocamos para o atendimento à questão

da zika vírus, porque não podemos cortar parte das emendas de bancada, que são impositivas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, mas não era 1 bilhão de reais?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Era. Mas não foi possível cortar, infelizmente. E eu não posso cortar mais de 10% do que foi atendido pelos Relatores Setoriais.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, desses 500 milhões de reais, ficaram só 471 milhões de reais?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, ficaram 500 milhões de reais, porque depois eu atendi o destaque do Deputado Izalci, de recomposição das Forças Armadas. Isso está no destaque dele mesmo, com fonte nossa, vinda de novos cortes que farei linearmente.

Srs. Parlamentos, para atender tudo o que está aqui e todo mundo poder fazer caixa., vai haver um novo corte linear.

Portanto, infelizmente não houve como atender aquela solicitação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, para alteração de texto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, peço que comecemos pelo Destaque nº 23.

Deputado Ricardo Barros, comecemos pelo Destaque nº 23.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estamos tratando de emendas de texto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Destaque nº 23 está tentando recompor a situação de hoje do Orçamento Geral, sobre a questão de anulação parcial e limitada dos objetos que são anulados.

Eu quero pedir a V.Exa. que seja o valor seja recomposto para 20%, e não 10%, para que possamos ter uma flexibilidade maior na execução orçamentária.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Srs. Deputados, Deputado Beto Mansur, eu vou pedir muito atenção dos senhores agora, porque nós estamos tratando dos destaques mais importantes a serem votados aqui neste plenário.

Estamos tratando da autorização que damos ao Executivo para remanejamento de valores no Orçamento. Portanto, trata-se de uma terceirização da

nossa prerrogativa de decidir onde são gastos os recursos que arrecadamos. Eu já tratei disso anteriormente, por isso os senhores já sabem o meu posicionamento. Lá no início dos debates, eu pedi apoiamento para que retomássemos ao Parlamento a prerrogativa de autorização da despesa da União.

O Deputado Paulo Pimenta está pedindo uma alteração no meu relatório.

Neste ano de 2016 e nos anos anteriores, o Governo tinha autorização de 20% para recompor e anular dotações por subtítulo. Ele podia remanejar especialmente o custeio e demais investimentos de todo o Orçamento. Ou seja, ele tinha a liberdade de pegar 20% do que aprovamos aqui, cortar e aplicar em outro lugar.

Eu reduzi esse percentual para 10%, como era anteriormente. Ou seja, o percentual tradicional da nossa delegação era de 10%, mas depois foi passado para 20%. Eu estou retornando a 10% a autorização da anulação por decreto, por ato do Executivo, das decisões tomadas no Orçamento.

Portanto, o meu voto...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Relator, antes de V.Exa. dar o voto, eu só gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para a seguinte questão: se nós reduzirmos esse remanejamento para 10%, cada mudança terá que vir para cá. Correto? Nós votamos, hoje no Plenário, PLNs que estavam aqui há meses. Então, percebam o seguinte: se nós formos limitar em 10%, cada mudança terá que vir para cá, mas não será analisada. Hoje, na sessão do Congresso, nós votamos dezenas de PLNs. Vejam que nós estamos criando uma situação que, na prática, vai fazer com que venham muito mais PLNs do que o necessário, quando não estamos dando conta nem dos que estão vindo agora.

Do meu ponto de vista, o que seria uma medida adequada — se isso fosse possível? Deveríamos colocar um dispositivo para que esses PLNs fossem analisados num prazo “x”, para garantir que houvesse celeridade do ponto de vista da administração pública. Se for estabelecida uma limitação de 10%, não se analisará o PLN, que passará o ano inteiro parado aqui.

Portanto, eu estou sugerindo — e isso me parece razoável — que estabeleçamos para nós mesmos a regra de que esse PLN seja analisado dentro de um prazo “x”. Senão, vamos burocratizar a gestão pública e, por culpa da nossa

incapacidade de votar rapidamente na CMO e no Congresso, tornar praticamente inexequíveis algumas decisões que são fundamentais para o Governo.

Parece-me razoável o que estou aqui propondo a V.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixemos o Relator falar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sobre esses dois pontos, Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. permitisse, embora estejamos na votação de destaques, que pudéssemos fazer um debate aqui, porque são questões fundamentais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso também vale para o Legislativo e para o Judiciário.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Isso.

E como são destaques diferentes, mas que tratam da mesma tese, eu gostaria que o Deputado Paulo Pimenta já falasse também do Destaque nº 24. Nós, então, deliberaremos em conjunto, porque eles tratam da mesma tese.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Eu vou explicar para os Srs. Parlamentares o Destaque nº 24, uma vez que houve o pedido do nosso Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem a palavra, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Destaque nº 24 trata do PAC. O que ocorre? Hoje a possibilidade de remanejamento do PAC é global. O.k.? Mas há uma tese defendida pelo Relator de que isso dá uma liberdade, digamos, excessiva ao Executivo para remanejamento das prioridades do PAC. Perfeito! Vamos partir de que essa premissa seja correta.

O que S.Exa. está propondo? Que se possa movimentar só dentro da mesma ação. Percebam o seguinte: nós temos inúmeras obras, e se formos recompor um recurso para uma obra que está andando com mais celeridade, vamos ter que tirar um pouquinho de cada uma.

Talvez nós possamos encontrar uma solução que não dê ao Executivo uma facilidade tão grande como a que ele tem hoje, mas que também não crie um mecanismo que amarre totalmente a gestão da coisa pública.

Eu não estou aqui propondo que se dê cheque em branco a ninguém. O que estou propondo é que haja mecanismos que não sejam travas para o funcionamento da administração pública. Imaginem os senhores uma obra do PAC em que é preciso fazer um remanejamento acima desse valor. Se o pedido de remanejamento vier para do Congresso, nós só vamos votá-lo em dezembro. E a obra do PAC vai ficar o ano inteiro sem remanejamento? Essa obra vai parar!

Portanto, eu quero aqui chamar a atenção dos senhores para que criemos, nessa redação que vamos votar, um mecanismo que, ao mesmo tempo em que não dê um cheque em branco ao Governo, não se torne um empecilho para a já burocratizada e difícil gestão do dinheiro público.

Essa é a minha preocupação. É para isso que eu gostaria de chamar a atenção aqui de V.Exas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, peço a palavra para contraditar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dar a palavra ao Relator. Nós não vamos coletar as informações necessárias para que S.Exa. se posicione. Não é necessário. É uma posição do Governo, que está aqui. Nós não temos que debater a favor ou contra, porque é o Relator que vai decidir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu vou dar, Deputado Paulo Pimenta, como já havia anunciado antes e, da mesma forma como fiz para o Bolsa Família. Esta é uma convicção pessoal que tenho: de que se trata da nossa prerrogativa parlamentar.

Nós, eu não sei por que razão, terceirizamos a execução orçamentária para o Executivo. O limite de remanejamento que o PAC tem hoje é de 30% do seu total. Isso significa que, dos 28 bilhões de reais que nós autorizamos do PAC, nós damos 9 bilhões de reais de autorização.

O que representa isso na verdade? Representa que, se toda essa nossa briga aqui, para ganhar mais 10 milhões, mais 20 milhões ou mais 50 milhões de reais para recompor a emenda, tudo isso que nós fizemos aqui, o Ministério do Planejamento, o GEPAC pode, por uma portaria, por uma decisão administrativa, desfazer. Algo em que nós brigamos para pôr 100 milhões de reais pode virar zero e algo que não foi aprovado aqui, que foi rejeitado pode virar 100 milhões de reais.

Então, eu não consigo, não me cabe... Eu sei que estamos provocando dificuldades ao Executivo. Por que estamos provocando dificuldade ao Executivo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Relator, com essa boa vontade que V.Exa. sempre tem de ouvir os argumentos, eu quero chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que, no primeiro destaque, há também despesas obrigatórias, transferências para Municípios e para Estados que ficarão vinculadas à aprovação do PLN.

O que me preocupa é que a vida real tem revelado que um PLN leva às vezes 8 meses, 9 meses para ser votado. Nós acabamos votando os PLNs só na última sessão do ano.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso é culpa do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é culpa do Governo, senhores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É culpa do Governo, que não coloca a maioria aqui na Casa. Ele tem que valorizar isso aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Por favor, os PLNs que chegaram aqui ao final de novembro foram votados.

(Não identificado) - Vamos votar!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu quero só completar o meu raciocínio.

O que pretendo preservar com essa proposta que faço? Primeiro, o remanejamento de 10%, que já era do Governo, ampliou-se para 20%, e estamos votando a 10%. Isso também não é nenhum fato novo. É novo para este Governo, mas não para o Estado brasileiro. O remanejamento de 30% do PAC representa o quê? Que, conforme a decisão que nós tomamos aqui, de colocar os recursos no Orçamento, onde nós aportamos 10 milhões de reais, o Governo pode levar a 13 milhões de reais ou trazer a 7 milhões de reais. Mas ele não pode desfazer a decisão do Congresso nem dobrar ou triplicar aquele valor, até porque na LDO também nós restringimos o número de subtítulos do PAC.

Vejamos que historicamente vinham 1.500 subtítulos do PAC e eram acrescidos mais 500 durante o ano. Então, agora nós limitamos a 10% os ingressos e retiradas das prioridades. É claro que nós estamos fazendo com que o Governo

planeje melhor, com que o Governo pense melhor no que vai propor na peça orçamentária.

Portanto, este primeiro ano de transição vai ser um ano mais complexo, porque os Ministérios estavam acostumados a nem prestar atenção no que mandavam para o Orçamento: depois iam lá, conversavam com o GEPAC, trocavam tudo e resolviam o problema. Não vai mais ser assim.

Se os PLNs não são votados aqui na Comissão de Orçamento, é porque o Governo trata mal os Parlamentares. O meu relatório mostra para os senhores que só foram executadas 1,1% das emendas coletivas, que são decisões conjuntas: há coordenador de bancada; há reunião de bancada; o governador vem à reunião de bancada; há disputa no voto para ver se vai ser atendida essa ou aquela região, essa ou aquela obra. Mas, simplesmente, o Governo dá de ombros para a decisão do Parlamento.

Então, eu peço aos senhores apoio para o texto que proponho, peço boa vontade para termos, no ano que vem — não seremos nós na Comissão do Orçamento, mas os nossos partidos —, celeridade na aprovação das matérias.

Agora, se continuarmos a empenhar as emendas individuais nos últimos dias do ano e a não empenhar as emendas de bancada e de Comissões, certamente os PLNs vão dormir aqui na Comissão de Orçamento, porque é uma questão de reciprocidade de tratamento. Trata-se exclusivamente disso.

Há mais uma coisa que eu quero lembrar aos senhores. Eu estou falando, desde o início, de Orçamento enxuto. Lembram-se do que eu falei? *"Vamos fazer o Orçamento justo."* Se nós colocarmos o Orçamento exatamente conforme o que vai ser arrecadado, o Governo terá que fazer só aquilo que nós autorizamos. Se nós fizermos um Orçamento mais inchado como fizemos esse aí — em 100 ou 120 bilhões de reais que não serão arrecadados —, o Governo escolherá o que quer fazer e nós estaremos abrindo mão da nossa prerrogativa.

Sem críticas, eu registro que nós estamos num momento de transição. E peço que, no próximo momento, o Relator-Geral do Orçamento do ano que vem não aceite fazer emendas de Relator e que o Plenário não o contrarie, porque aí o Governador vai ter que vir aqui à reunião da bancada, o Prefeito vai ter que vir aqui

à reunião da bancada, o Ministro vai ter que vir aqui às Comissões, para acertar o Orçamento. Se não for assim, não haverá Orçamento.

Eu acho que isso valoriza o conjunto da obra, valoriza os Parlamentares que não pertencem à Comissão de Orçamento, mas que votam nas bancadas e que votam nas Comissões.

Portanto, eu gostaria de pedir o apoio dos senhores. Vou votar pela rejeição dos destaques, para manutenção do texto que está proposto: 10% de remanejamento em todas as rubricas; e no PAC, 30% limitados por subtítulo.

Eu peço o apoiamento dos senhores. Vamos à votação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Relator, V.Exa. pretende pedir verificação se eu ganhar a votação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Paulo Pimenta, sinceramente, ele já deu o parecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu não pedi no Bolsa Família e não pedirei nessa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator já deu o parecer. Vamos votar. Todos estão exaustos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora é que o Governo está se entendendo com o Vice-Líder e o Líder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, nós temos a liberdade e a lealdade para fazer esse tipo de pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Mas não foi esse o procedimento que aqui aconteceu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas nós vamos ter que votar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não há quórum para votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há quórum. O quórum é o do livro.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não, mas eu vou pedir verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah, não acredito, não acredito!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É por isso que eu estou perguntando.

(Não identificado) - Deputado Edmar Arruda, nós não vamos solicitar verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação o parecer do Relator.

(Não identificado) - Será simbólica.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero dizer o seguinte, Sra. Presidente: veja bem, eu jamais, a essa altura dos acontecimentos, faria qualquer coisa para comprometer esta reunião. Certo? Eu estou fazendo aqui uma ponderação a V.Exa., trazendo uma preocupação que me parece razoável. Agora, se não dá, não dá.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não dá, não dá!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Permita-me fazer uma ponderação, Sra. Presidente.

O próprio Relator propôs que houvesse o mínimo de debate. Quero só tranquilizar um pouco o Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que coloca, por exemplo, que as transferências estão restritas a 10% e que estariam restritas inclusive as transferências para Estados e Municípios.

Quem assessorou S.Exa. não leu o art. 4º da lei, que elenca mais de 30 exceções. Dentre essas exceções estão as transferências, que são de até 100%. Então, são situações que não vão engessar o Governo.

Registro outra coisa para tranquilizar S.Exa. Nós temos que evoluir. Este Congresso não apreciava veto e tinha o seguinte conceito: *"Não tem jeito porque, se formos apreciar vetos, nós não vamos andar".* Felizmente, na Legislatura passada, nós tomamos a decisão de que tínhamos que apreciar os vetos, e hoje não há nenhum veto trancando a pauta. Nós vamos votar daqui a pouco na sessão do Congresso e não estamos com nenhum veto trancando a pauta. Portanto, os PLNs serão votados.

O Governo tem que ter uma relação com o Congresso em que construa, se não uma maioria, pelo menos uma relação de harmonia.

Portanto, eu acho que o Relator foi extremamente feliz. Desde o início S.Exa. havia nos alertado sobre isso. E nós votamos consensualmente com esta premissa

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de que seriam 10% para todas as rubricas e seriam 30% por obra do PAC — 30% por obra! Ainda fica essa prerrogativa.

Portanto, nós votaremos com o Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito bem. Vamos passar à votação.

Aqui não há perdedores nem vencedores, aqui há um Relator muito consciente dos seus deveres. É a primeira vez que nós podemos dizer que nós estamos um pouco mais eretos, nós estamos com a cabeça menos baixa, nós estamos menos subservientes. Esta Casa tem que se fazer ouvir.

Às vezes, numa atitude como essa, pensa-se imediatamente — o que é natural se pensar como Líder do Governo — que está sendo cerceada a capacidade de mobilização do Governo em relação aos itens. Esta Casa já foi cerceada ao longo de muitos anos. Portanto, o certo é votarmos e reconhecermos o trabalho e o avanço que aqui se construiu com o apoio da Oposição e com a sustentação do partido do Governo.

Vamos ao voto. Vamos colocar em votação na Câmara. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deixemos o Relator apenas ouvir a votação final. Eu acho que ele merece isso.

Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator em relação ao texto, que é pela rejeição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - *(Riso.)* Desculpe-me, eu tenho que rir, porque ele já votou antes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. está colocando em votação o meu destaque, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O destaque de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O meu destaque que V.Exas. pretendem derrotar. É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós pretendemos. Quer dizer, eu não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vou lembrá-los, no ano que vem, do que eu fiz em setembro e que foi ignorado por V.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos lá. Vou colocar em votação *(riso)*...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cada vez que houver um problema, eu vou lembrar V.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E nós lembraremos V.Exa. do prejuízo que esta Casa já teve por conta de outros avanços que se deram ao Governo.

V.Exa. tem o parecer pela rejeição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sofro *bullying*, eu sofro *bullying* nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar *(riso).*

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, Deputado Paulo Pimenta, vamos embora.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, V.Exa. votou tardiamente, depois do voto. V.Exa. votou a favor.*(Risos.)* V.Exa. votou a favor. Não deu tempo.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vamos votar, Sra. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, dois. Ninguém votou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos votar, Sra. Presidente.

(Não identificado) - Vamos ao próximo item.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Literalmente nós fomos atropelados aqui.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu declarei o resultado e V.Exas. ficaram imóveis. *(Riso)*

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Foi o resultado mais rápido da noite.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar os dois destaques em votação.

Vamos colocar em votação no Senado Federal.

Se o Senado o aprova, os Srs. Senadores permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos colocar o segundo destaque, de nº 24, em votação.

Se a Câmara dos Deputados o apoia, os Srs. Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, novamente com o apoiamento dos dois Deputados do PT.

Agora em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão, conforme o parecer do relatório, que foi pela rejeição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu queria pedir que fosse feita a votação em globo dos destaques, na forma do parecer do Relator

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Do parecer apresentado em plenário.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Todos os destaques, na forma do parecer do Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, não todos. A 294 foi aprovada aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Meu Deus!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Trata-se do parecer dele!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim. Agora eu estou falando de todos, individuais e coletivos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos os pareceres proferidos no plenário sob o auspício de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sob o hospício.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovados.

Estamos aqui agradecendo e aplaudindo o Relator. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Muito bem!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Parabéns a V.Exa., Sra. Presidente! V.Exa. entregou a peça orçamentária como combinado no começo desta sessão. Parabéns ao Relator!

Fazia muito tempo — na primeira sessão eu disse isto — que nós não tínhamos um Orçamento aprovado no mesmo ano. Parabéns a V.Exa. e parabéns ao Relator!

Só quero lamentar que o Governo continue fazendo esse teatro com relação ao Bolsa Família. Quem apoiou o Bolsa Família aqui fomos nós.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há necessidade de provocação. Sem provocação.

Deputado Paulo Pimenta, peço que desconsidere isso. Não há necessidade de provocação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sra. Presidente, só quero agradecer à assessoria da CMO. Parabéns à assessoria de V.Exa., parabéns a todos!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero cumprimentar V.Exa., Sra. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta. Em seguida falará o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado. Parabéns, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada. Parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. é a responsável pelo sucesso desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu queria fazer uma manifestação aqui, por gentileza, só para encerrarmos. Eu queria fazer aqui um pronunciamento, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Só um instante, Sr. Deputado. Eu queria fazer aqui pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Jaime Martins...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente Rose de Freitas, eu quero aqui parabenizar V.Exa. pela maneira como conduziu esta Comissão, chegando no dia de hoje à aprovação do Orçamento para 2016.

Quero cumprimentar o Relator Ricardo Barros pela sensibilidade, pela maneira como recepcionou todas as solicitações dos Srs. Parlamentares.

Esta Comissão encerra esta Sessão Legislativa de parabéns. Com isso, ganha o Brasil. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Srs. Parlamentares, eu queria aqui fazer a seguinte manifestação: tinha tudo para dar errado. Ontem, por volta deste horário, entre 19 e 20 horas, o Relator da LDO recebeu do Governo uma mensagem modificando a meta fiscal. A LDO, que estava pronta para ser votada no plenário, teve que retornar para ser novamente votada aqui, porque a Senadora Rose de Freitas, utilizando-se de prerrogativas desta Comissão, voltou com o tema para ser discutido aqui.

Talvez nós estejamos vivendo um momento histórico. Nas últimas 30 horas, nós passamos 15 horas sentados aqui nesta Comissão, discutindo. Ontem ficamos 4 horas e meia discutindo o relatório. Hoje começamos às 9 horas da manhã e fomos até as 3 e meia da tarde, com 6 horas e meia de discussão sobre a LDO e o relatório. Agora estamos completando praticamente 15 horas de trabalho, mas apenas para a maioria dos Deputados, porque o Relator passou a noite aqui, dando parecer sobre as emendas, e a Senadora Rose ficou aqui até a madrugada.

Era para dar errado, mas isso não foi avisado para a Senadora Rose e para os membros desta Comissão. Eu vi a Senadora Rose se irritar, morder e assoprar. Mas S.Exa. conduziu esta Comissão de forma muito elegante ao final, porque todos aqui se salvaram num ambiente muito bom, e fez votar aquilo que parecia ser impossível de ser votando.

Quero ressaltar a colaboração de todos os membros desta Comissão, que souberam compreender a dureza do Relator. Talvez tenhamos tido aqui um dos Relatores mais duros da história desta Comissão, um Relator firme e lúcido, mas talvez o mais democrático, o que mais se dispôs a estar aqui enfrentando esta Comissão, enfrentando todos os Parlamentares e debatendo, discutindo e ouvindo cada um. Nas últimas 30 horas, certamente, S.Exa. passou 25 horas se dedicando ao relatório e trabalhando.

Eu queria cumprimentar o Relator. S.Exa. disse aqui que não veio para receber palmas, mas está recebendo o meu reconhecimento e o da Comissão. Palmas ao Relator! *(Palmas.)*

Uma salva de palmas também para a nossa Presidente Rose de Freitas, que nos conduziu tão bem! *(Palmas.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cumprimento o Deputado Paulo Pimenta, que acabou sendo um refresco nesta Comissão, os Líderes da Oposição, o Deputado Domingos Sávio e todos os Deputados, aqueles que tiveram uma participação tão lúcida aqui.

Nós pudemos promover, pela primeira vez, uma inversão de papéis. Sempre o Governo restringia os gastos e esta Comissão fazia aumentarem os gastos. Desta vez foi o contrário: o Governo enviou para cá mensagens aumentando os gastos; e esta Comissão, com muita responsabilidade com o País, restringiu o Orçamento, restringiu os gastos e está hoje no caminho de direcionar que o Brasil não cabe dentro do Orçamento. Nós temos, no próximo ano, que dedicar um tempo importante para discutir temas, como o da reforma da Previdência e tantos outros.

Parabéns ao Relator Ricardo Barros! Parabéns à Senadora Rose de Freitas! Parabéns a cada um dos membros desta Comissão por darem ao Brasil, em meio a tantas notícias ruins — como o aumento de taxa de juros e o rebaixamento pelos institutos internacionais —, a primeira notícia boa das últimas semanas: o Brasil terá, no ano que vem, um norte, o Brasil terá um Orçamento a seguir. Essa é a melhor mensagem de responsabilidade que o Congresso Nacional poderia dar ao Brasil neste momento.

Parabéns a todos! Muito obrigado a todos pela colaboração. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de conceder a palavra ao Relator, eu queria dizer que, acima da cadeira onde Mário Covas — por quem eu era tratada como uma filha — se sentava no seu gabinete, havia um versículo de Lucas que dizia: *"***Muito será cobrado** *a quem* **muito** *se* **houver confiado***"*. *(A oradora se emociona.)* Este aqui é o resultado da confiança de todos. *(Palmas.)*

Muito obrigado ao Volpe, que está aqui, ao Túlio Cambraia, ao Aritan, ao Wagner, ao Eugênio, ao Wellington, à Márcia, à Maria Emília, ao Graciano, à equipe de Gestão, Informação e Orçamento da CMO. Estão todos aqui.

Muito obrigada a Maria do Socorro, Carla, Gilson, Olívia, Carlos Félix, Gilvenete, Carlos Alberto, André Luiz, Ana Lúcia, Cláudia, Pedro Henrique, Pedro Paulo, Luciene, Antônio e adolescentes que estagiaram aqui conosco.

Eu quero dizer a todos: muito obrigada pelo estímulo e pela confiança. *(Palmas.)* Não vi ninguém desanimado ontem, à 1 hora da manhã, todo mundo

estava com um sorriso no rosto. Não vi ninguém desanimado, todo mundo estava animado. O que nos uniu foi a tentativa de fazer algo melhor do que vinha sendo feito, a despeito de se fazerem considerações sobre quem quer que seja.

Portanto, para os que duvidaram, é preciso aprender que a fé é um instrumento bárbaro que nos leva a muitos lugares. Podemos fazer que este Brasil seja melhor.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, eu gostaria, com a permissão do Relator...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, V.Exa. irá encerrar. Se eu deixar V.Exa. encerrar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu não tenho a ousadia de encerrar. Eu acho que o Relator merece, juntamente com V.Exa., essa primazia.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de me dirigir a todos antes do encerramento a ser feito pelo Relator e obviamente por V.Exa., para também falar da minha alegria de ter, durante este ano, convivido com os senhores, fazendo um bom combate. V.Exa. citou uma passagem bíblica que também nos remete à reflexão de que aqui nós combatemos o bom combate e guardamos a fé e a esperança. É isso que nos moveu nesses momentos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Samuel Moreira falou isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A verdade é que, num momento tão crítico — em que o Brasil padece com desemprego, com inflação alta, com notícias ruins vindas de instituições que fazem análises de risco, instituições internacionais sérias que colocam o nosso País numa condição de baixa credibilidade —, nós temos que reagir cumprindo o nosso dever, fazendo desta nossa missão algo absolutamente suprapartidário. Foi esse o comportamento que norteou as nossas atitudes.

Às vezes, até num tom de brincadeira, alguns colegas diziam que, em alguns momentos, eu parecia ser líder de Governo, apesar de toda a discordância que tenho deste Governo, sendo absolutamente oposição e às vezes chamado por

alguns de oposição radical, o que não me incomoda, porque discordo profundamente deste Governo que aí está aqui.

Na Comissão do Orçamento, eu e meus colegas do PSDB — Deputado Caio Narcio, Deputado Izalci, Deputado Giuseppe Vecci, Deputado Samuel Moreira, Deputado Raimundo Gomes de Matos — e demais colegas da Oposição, que cumprimento na pessoa da incansável Deputada Dorinha, fizemos o bom combate. E com frequência, como V.Exa. alertou muitas vezes — isso é até simbólico neste fechamento dos nossos trabalhos deste ano —, nós garantimos o quórum. Embora fosse um quórum simbólico, nós o garantimos.

O Deputado Jaime Martins, que por tantas vezes presidiu esta Comissão, também testemunhou esse espírito republicano que norteou as nossas ações.

Também não posso deixar de destacar, embora divergindo dos Deputados da base do Governo, que o Deputado Paulo Pimenta nos tratou com cordialidade e o Deputado Ricardo Barros nos deu a todos aqui uma lição de civismo e de postura de estadista.

Deputado Ricardo Barros, V.Exa., ao relatar o Orçamento do próximo ano, tratou a questão tendo um compromisso com o País. V.Exa. é Deputado de um partido da base do Governo, mas em hora nenhuma se colocou subserviente a qualquer interesse, senão os interesses nacionais. Agora no final, V.Exa. acabou de dar a demonstração disso ao dizer que é preciso que mantenhamos critérios rígidos, para que o Governo não se desvie das metas orçamentárias.

Isso é para o bem do País. Alguém pode até imaginar: *"Poxa, mas, se vocês querem que a coisa funcione bem, para o bem do País, de repente vai ser até bom para o Governo que está aí"*. Quem dera! Infelizmente eu acredito que o Governo não tem usado essa possibilidade.

Alguns até falam: *"Por que não há um acordo? Por que não se faz um grande entendimento em prol do País?"* Nós estamos fazendo isso aqui a cada minuto. A Senadora Rose de Freitas ontem, já um pouco desesperada com tantas idas e vindas do Governo, disse: *"O Governo parece que não compreende que a gente quer ajudar"*.

Alguns chegaram a vir com uma proposta de meta de déficit, enquanto nós trabalhávamos para garantir ao País um superávit. E conseguimos fechar com uma

meta de superávit acima de 30 bilhões de reais, somados os superávits da União, dos Estados e Municípios.

Houve aqui uma proposta que nem sequer mereceu debate, porque a Presidente foi firme e o Relator também, ao dizerem que não iam prestar um desserviço ao País e permitir uma dedução de 30 bilhões de reais numa meta de 24 bilhões de reais. Ora, isso era um acinte ao País. Portanto, nós aqui combatemos o bom combate.

Eu concluo cumprimentando o Relator e a Presidente. E digo que haveremos de nos encontrar. Estaremos juntos, se não hoje, amanhã, porque o Presidente cancelou a sessão do Congresso.

Aproveito para registrar que nós temos que nos empenhar para que haja, sim, o funcionamento normal da sessão do Congresso. Creio eu que, se houver um acordo, até poderiam ser garantidos os painéis de hoje para amanhã, para não haver atraso.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A sessão foi suspensa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, se ela foi suspensa, estão garantidos os painéis.

Espero que, num ambiente de acordo, possamos votar amanhã tudo o que ainda está pendente para Congresso, para encerrarmos o ano com 100% do nosso dever cumprido e, como disse o Deputado Jaime Martins, termos uma boa manchete: *"O País tem uma meta de superávit para o próximo ano, tem Orçamento, tem um Congresso responsável e tem uma vontade política de que as coisas deem certo".*

Espero que eles não cobrem isso nem da Oposição nem dos Deputados da Base. Agora, espero que nós tenhamos vigor para cobrar do Executivo que tenha responsabilidade para com o País que nós amamos. Infelizmente esse Executivo não tem tido responsabilidade como deveria.

Parabéns, Sra. Presidente. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Deputado Domingos Sávio, quero apenas complementar a fala de V.Exa. com o seguinte: esta Comissão bateu o recorde de produção e de votação. Nós votamos quase 400 matérias ao longo deste ano, matérias que estavam aqui engavetadas há décadas. A Senadora Rose de

Freitas conseguiu tirar da gaveta, votar e encaminhar avisos e contas presidenciais que estavam aqui para ser votadas. Nós praticamente limpamos a pauta desta Comissão.

Por isso, eu tenho enaltecido o trabalho da Senadora Rose de Freitas e também do Relator, que foi brilhante, foi determinado, foi firme e foi lúcido. Nós estamos entregando ao Brasil um relatório menos imperfeito do que os últimos que foram votados. Ele ainda não é o ideal — e o Relator sabe disso e nós sabemos disso. Precisamos ter no futuro um relatório que possa expressar melhor as nossas receitas e as nossas despesas. Mas pelo menos estamos encaminhando nessa direção.

Portanto, quero apenas reiterar aqui os parabéns a todos os membros desta Comissão, porque na verdade esse foi um trabalho conjunto, capitaneado pela Senadora Rose de Freitas. E no que diz respeito ao Relatório Geral, ele foi muito bem feito pelo Relator Ricardo Barros. Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou encerrar...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Peço 30 segundos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Valtenir Pereira, nós vamos citar amanhã, no plenário da Casa, os Relatores Setoriais, que cumpriram um papel determinante e fizeram acontecer este momento de agora.

Tem a palavra o Deputado Valtenir Pereira. Depois falará o nosso Relator, para concluir.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, nobre Relator e nobre pares, este ano de 2015 foi um ano duro, difícil para todos nós brasileiros. Mas hoje, aqui nesta Comissão, com o encerramento dos trabalhos, eu me sinto com a alma lavada, recuperando todos esses desgastes e essas dificuldades que nós enfrentamos durante 2015.

A nossa Presidente, uma mãezona para todos nós, ora puxando as nossas orelhas, ora nos dando pito, ora dando conselhos, tocou com maestria a Presidência desta Comissão. É por isso que nós estamos chegando a esse resultado junto com os Vice-Presidentes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero aqui render homenagem a todos e também ao Relator, Deputado Ricardo Barros, que nos devolveu o nosso múnus verdadeiro. É disso que nós precisamos. Nós precisamos ser respeitados. Nós chegamos aqui através do voto popular — e conquistar um voto não é fácil, principalmente neste País que é o Brasil. E o Deputado Ricardo Barros, com toda a sua engenharia e com a sua experiência já de Parlamento, nos devolveu exatamente essa dignidade de sermos Parlamentares.

Hoje eu posso dizer que me sinto representado. Estou muito feliz com a conclusão dos trabalhos aqui na CMO, com essa convivência com todos que daqui participaram.

Muito obrigado pela presença de todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Ricardo Barros, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, quero agradecer à nossa assessoria; aos assessores dos partidos, que ficam aqui trabalhando e assessorando os Parlamentares, preparando relatórios e posicionamentos; aos assessores parlamentares de Ministérios e de todas as demais instituições que frequentam aqui o nosso ambiente e solicitam dos Parlamentares uma atuação em favor dos interesses desses órgãos.

Agradeço à assessoria, já citada pela nossa Presidente, na pessoa do Ricardo Volpe, Diretor da Consultoria de Orçamento, bem como ao Georgenor, à Fabienne e ao Edmar, que me acompanharam na qualidade de assessores do Relator-Geral, para a consecução e a conclusão desses trabalhos.

Quero agradecer a todos os Srs. Parlamentares que frequentaram a Comissão, em particular ao Deputado Pedro Fernandes, talvez o mais assíduo deste plenário. Enquanto nós ficávamos lá na reunião de Líderes, S.Exa. ficava sentado aqui no plenário, aguardando o momento da votação.

Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes, pela lembrança que me permitiu incluir, no relatório, o capítulo da Previdência, que o Brasil precisa realmente enfrentar para conseguir solucionar o déficit fiscal. Só com ajustes na Previdência nós vamos poder superar essas questões que estão colocadas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço à Oposição, ao Deputado Domingos Sávio, à Deputada Dorinha, ao Deputado Caio Narcio, que nos ajudaram a construir esse ambiente de ajuste, onde foi possível encontrar o consenso, chegar ao meio-termo e esticar a corda, cada um puxando para o seu lado, com a sua convicção, marcando posição. Acho que é isso que engrandece o trabalho do Parlamento.

Agradeço à Presidente Rose de Freitas, que tem o dom da articulação política, que gosta de antever os problemas e buscar solucioná-los antes que eles cheguem até aqui. S.Exa. encontrou todos os atores que puderam influenciar as votações e o resultado do nosso trabalho com um ambiente de diálogo, de participação, de convergência. Foram centenas de horas de reunião fora do ambiente da Comissão, que ajudaram a que, quando chegássemos aqui, as pessoas que influenciam no nosso trabalho tivessem clareza e convencimento do que deveria ser feito.

Agradeço ao Deputado Jaime Martins, que também presidiu esta Comissão.

Agradeço a todos a confiança que me foi dada.

Agradeço ao meu Líder, Deputado Eduardo da Fonte, que me indicou para participar da Comissão, e à Presidente Rose de Freitas, que me indicou para o cargo de Relator.

Eu sei que houve dificuldades, inclusive porque muitos conhecem o meu jeito de ser. Mas acredito que não surpreendi ninguém. Tudo foi exatamente como as pessoas esperavam que fosse. E fico feliz que tenhamos produzido um bom resultado.

Houve dois rebaixamentos de nota de crédito do Brasil, o que tem uma repercussão muito relevante na economia, na vida de cada um de nós, no crescimento, nos empregos, no desempenho das nossas empresas. O primeiro *downgrade* ocorreu foi logo após o Governo enviar um Orçamento deficitário para o Congresso. E o segundo *downgrade*, rebaixamento de nota, ocorreu quando o Governo de novo acenou que poderia ter um Orçamento deficitário.

O mercado nem nos deu tempo de dizer que não concordávamos, como fizemos hoje: já tomamos a pancada, e a agência não vai nos devolver o grau de investimento, porque nós responsavelmente decidimos que a meta fiscal seria

positiva em 24 bilhões de reais. Portanto, o prejuízo está dado para todos os brasileiros.

Nesse sentido, eu acho que está evidente para todos a importância deste fórum que é a Comissão de Orçamento, de debate do Estado brasileiro. Aqui não é Oposição nem Governo, aqui é o Estado brasileiro. O Orçamento atende aos Municípios, aos Estados, às instituições, como o Legislativo e o Judiciário, que não têm nada a ver com o Governo, são instituições deste País.

Então, Sra. Presidente, quero novamente saudá-la pela sua paciência, pela sua determinação, pela sua incansável insistência em buscar o consenso, para facilitar as decisões desta Comissão.

Quero agradecer também aos Ministros Nelson Barbosa e Joaquim Levy, que muitas vezes nos atenderam no sentido de esclarecer tecnicamente as questões que estavam aqui sendo debatidas.

Agradeço ao Líder Paulo Pimenta e aos demais colegas, ao Ricardo Berzoini, ao Jaques Wagner, ao José Pimentel, Líder do Governo no Congresso, e a todos que fazem parte da condução do Governo nessa Comissão.

Esticamos a corda e chegamos a um bom resultado. E o Governo soube também o momento de ceder, para que o consenso pudesse prevalecer.

Muito obrigado pela confiança. Espero que tenhamos sucesso no Plenário, com o encerramento e o coroamento desse trabalho de tanta articulação, de tanto esforço. E espero que, preservando as alterações que faço no texto da lei, para que as prerrogativas do Parlamento se mantenham, seja muito valorizada a Comissão de Orçamento no próximo período.

Está chegando aqui a nossa equipe da Consultoria.

Espero que nós possamos, a cada ano, ver de volta aqui os governadores, que frequentavam esta Comissão, os Ministros, que frequentavam esta Comissão. Estou há 20 anos na Casa. Eu e a Rose somos colegas de Comissão há muitos anos. Aqui vinham todos porque, se não aqui viessem, não teriam Orçamento para executar os seus projetos.

Nós terceirizamos isso para o Ministério do Planejamento e para o Governo. Vamos retomar a nossa prerrogativa. Vamos transformar esta Casa e esta Comissão no centro das decisões que influenciam a execução orçamentária no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu queria pedir aplausos também para os nossos consultores do Orçamento que estão aqui e à Senadora Rose de Freitas, por nosso relatório. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fotografar este momento de agora. No entanto, eu queria deixar dois exemplos na mente de vocês aqui, para saberem que o Parlamento tem algumas pessoas que figuram.

Eu já falei do Domingos Sávio, já falei do Caio Narcio, já falei do Jaime Martins, já falei do Ricardo Barros. Eu já falei que amanhã nós vamos registrar os nossos Relatores. Mas agora eu quero falar do Deputado Pedro Fernandes, que sempre chegou aqui na hora certa e permaneceu até o final de todas as sessões, e da Deputada Dorinha, porque não posso deixar de registrar aqui o nosso gênero, a garra e a vontade dessa mulher.

Vamos tirar uma foto aqui. Eu queria que viessem todos os assessores. *(Pausa.)*

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

No dia três do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Caio Nárcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Samuel Moreira e Zeca Dirceu; **Senadores Titulares:** Rose de Freitas, Presidente, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer e Raimundo Lira; **Deputados Suplentes:** Danilo Forte, Domingos Sávio, Gorete Pereira, Izalci, Leopoldo Meyer, Paes Landim, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende e Valtenir Pereira. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **Deputados:** César Halum, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Jaime Martins, José Nunes, José Rocha, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e **Senadores**: Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Gleisi Hoffmann, Roberto Rocha e Valdir Raupp. **ABERTURA:** ás quinze horas e quarenta minutos, o Deputado Elmar Nascimento, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* declarou iniciados os trabalhos, e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida suspendeu a reunião. Às dezesseis horas e nove minutos, o Deputado Domingos Sávio, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* reabriu os trabalhos, e, informando ao plenário as matérias que foram frutos de acordo para deliberação na Reunião do Colegiado de Representantes de Lideranças Partidárias na Comissão: Ítem 2: **MENSAGEM (CN) Nº 33/92** - da Presidência da República – que "encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991". RELATOR: Senador BENEDITO DE LIRA. VOTO: quanto à emenda apresentada pelo Deputado Miro Teixeira, ofereceu voto pela REJEICÃO, quanto à 1(uma) emenda apresentada pelo Deputado Paulo Bernardo ao projeto de decreto legislativo aprovado pela Comissão em 12/3/1997, ofereceu voto pela PREJUDICIALIDADE; Ítem 3: **AVISO (CN) Nº 8/12 –** do Tribunal de Contas da União – que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56, caput, e § 2º, da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO para 2011), a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2011, composta pelo relatório de gestão e pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidas ao longo do exercício. RELATOR: Deputado HUGO LEAL. VOTO: pelo conhecimento da matéria, regularidade e adequação das contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2011, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, e envio para o arquivo. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Ítem 10: **AVISO (CN) Nº 10/15** - do Banco Central do Brasil - que "encaminha, em cumprimento à Lei 13.080, art. 138, Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2015". RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE. VOTO: pelo ARQUIVAMENTO da matéria; e, o Ítem 11: **OFÍCIO (CN) Nº 24/15** - da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - que "encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, o relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste referente ao Exercício de 2014". RELATOR: Deputado GENECIAS NORONHA. VOTO: que a Comissão tome conhecimento da matéria, e, determine o seu arquivamento; A Presidência informou, ainda, que o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo apresentados à Mensagem nº 4/2015-CN (Contas da Presidenta da República referentes

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ao exercício financeiro de 2014) seria de 2 a 13/02/2016, mas que, conforme instrução da Presidente, Senadora ROSE DE FREITAS, poderiam ser apresentadas emendas até o dia 15/02/2016. Às dezesseis horas e vinte minutos, o Deputado Samuel Moreira indagou ao Presidente se o requerimento nº 1/2016, de sua autoria, estaria no rol de matérias frutos do acordo. O Presidência respondeu que a matéria havia sido aprovada, por acordo, na reunião do Colegiado de Representantes de Liberanças Partidárias na Comissão, como convite ao Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, do Parecer Prévio proferido às Contas da Presidenta da República referentes ao exercício financeiro de 2014. Fizeram uso da palavra os senhores Deputados Caio Nárcio, Hildo Rocha, Izalci, Pedro Fernandes e os Senadores Paulo Bauer e Rose de Freitas. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, não havendo *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente declarou encerrada a reunião antes convocando Reunião Ordinária para o dia dezesseis de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 03.02.2016

O SR. PRESIDENTE (Deputado Elmar Nascimento) - Declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Como não há quórum para deliberação, suspendo a presente reunião pelo prazo de 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Como nós temos uma pauta extensa, por acordo estabeleceu-se que haverá a votação de apenas alguns itens. Inicialmente, a do Item 2, que trata de contas do Governo Federal no exercício financeiro de 1991; na sequência, a do Item 3, que trata da prestação de contas do Tribunal de Contas da União no exercício de 2011; a do Item 10, que trata das Demonstrações Financeiras do Banco Central; e também a do Item 11, que trata do relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Nós estamos iniciando na Presidência dos trabalhos enquanto a Senadora Rose de Freitas conclui um atendimento na sala da Presidência.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero, mais uma vez, cumprimentando o Senador Benedito de Lira, registrar o esforço que todos temos feito para que esta Comissão funcione. Ainda que em alguns momentos haja divergência de opinião, existe da parte de todos nós o compromisso com o País e com o bom funcionamento desta Casa.

Da mesma forma, quero justificar que a retirada de vários itens da pauta, especialmente aqueles relativos a análises de contas do ano de 2014 concernentes a vários trimestres, deu-se por uma razão óbvia. Nós temos as contas propriamente ditas de 2014, ano em que o Tribunal de Contas apresentou relatório a esta Casa com indicativo de rejeição das contas do Governo Federal, o qual foi objeto de elaboração de parecer por parte do Senador Acir Gurgacz, cujo relatório está protocolado. Por sinal, eu estive presente na Casa em 23 de dezembro, exatamente o último dia, no calendário, daquele ano legislativo. Então, obviamente, o prazo regimental, para efeito de emendas, passou a contar, embora se iniciando naquele dia, a partir de ontem. Aproveito para informar aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que o prazo para emendas irá até 13 de fevereiro. Como esse dia cai no sábado, a Presidente já determinou que ficasse registrado que as emendas serão acolhidas até o dia 15 de fevereiro. Portanto, na segunda-feira seguinte à semana do carnaval. É importante que os Deputados estejam cientes disso, porque este é o prazo limite para a apresentação de emendas ao relatório. O debate das outras matérias relacionadas às contas de 2014 — já temos algumas relativas a 2015 —, creio eu, será oportuno já com o das contas propriamente ditas como um todo.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu queria aproveitar para falar rapidamente sobre dois assuntos.

Em primeiro lugar, quero relembrar que, na discussão do Orçamento do ano passado, houve uma luta bastante acirrada para que se pudesse suplementar uma emenda do Exército com relação ao zika vírus. Defendi que nós deveríamos suplementar essa emenda do Exército. No Brasil é assim: em casos de calamidade pública, quando não se resolve de jeito nenhum a questão, chamam-se as Forças Armadas.

Esse assunto foi muito debatido aqui, disseram que o Exército não tinha essa responsabilidade, mas nós conseguimos a suplementação de 30 milhões.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só quero afirmar o acerto da Comissão. V.Exa. vê o que acontece no Brasil em todas as capitais. Quem está dando uma mão muito forte ao Ministério da Saúde é exatamente o Exército, as Forças Armadas. Então, queria fazer este registro porque fui muito contestado na minha defesa, em razão do argumento de que o Exército não precisava desse recurso. Digo que ainda é muito pouco. Nós vamos precisar de mais.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, V.Exa. acabou de ler o cronograma da prestação de contas de 2014. Quero aqui alertar todos os Deputados e todos os Senadores sobre essa questão, que merece um tratamento diferenciado.

No final do ano passado, o nosso Senador apresentou um voto pela aprovação das contas com ressalva, o que contraria tudo aquilo que o Tribunal recomendou a esta Comissão, com detalhes, com comprovação, com extrato, inclusive agora com o reconhecimento do próprio Governo. O próprio Governo sacou do Tesouro para pagar as pedaladas. Foram 70 bilhões. Isso demonstra que o Governo reconheceu que, de fato, praticou um crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Passamos o mês de janeiro trabalhando no sentido de contestar cada colocação do Senador. Eu acho que o Senador desprezou completamente não só o Tribunal, mas, principalmente, a legislação brasileira, como se a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse uma leizinha que não precisasse ser cumprida.

Portanto, eu quero convidar aqueles Deputados e Senados para analisar a questão com cuidado. O prazo é muito curto.

Convido publicamente todos aqueles que quiserem contribuir a participar daquilo no qual nós do PSDB trabalhamos, de modo que todos possam ver que o Brasil é mais importante do que a questão partidária. Nós precisamos realmente dar uma resposta à sociedade. Estamos falando há anos da irresponsabilidade fiscal.

Então, eram essas as duas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

Seja bem-vindo, Deputado Samuel Moreira.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos pelo trabalho que realizamos no final do ano passado. Ressalto a importância de termos aprovado nesta Casa um orçamento que dá um direcionamento, neste ano, para o País.

Quero dizer que, em um momento de enorme crise, das maiores vistas no País — crise econômica, moral e política —, esta Casa e especialmente esta Comissão conseguiram dar o seu sinal ao Brasil, ao aprovar o Orçamento.

Também quero lamentar o relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz, já no final do ano passado, na prévia do Natal. Ele apresenta um relatório que aprova as contas da Presidenta Dilma com ressalvas. Na realidade, nós tivemos, durante todo o ano, um trabalho bem feito por um Tribunal respeitoso e qualificado, em que as contas da Presidenta Dilma foram rejeitadas por unanimidade.

Não é possível que, com a quantidade de Ministros que o TCU tem, estejam todos eles equivocados. Não é possível que um órgão como o Tribunal de Contas, com toda a sua estrutura e corpo técnico qualificado, esteja completamente equivocado. Nós não podemos aceitar essa manifestação.

Com todo o respeito que eu tenho pelo Senador Acir Gurgacz, não é possível que esta Comissão se curve a esse relatório. Como foi dito aqui, o Governo mesmo reconhece ter cometido um crime, quando, no final do ano passado, quita as dívidas, utilizando em alguns momentos o fundo soberano. O que nós assistimos aqui foi à maior dificuldade que este País teve.

Em primeiro lugar, não se pode tratar a Lei de Responsabilidade Fiscal como algo que eventualmente se pode desrespeitar, ou não reconhecê-la como uma lei que rege o nosso País. Não podemos aceitar que seja cometido um crime e, depois, haja a absolvição. Vão-se os governos, fica o País.

Quero lamentar também o fato de, ontem, a Presidente ter ido à reabertura dos trabalhos do Legislativo e feito um discurso maquiando todos os números do Brasil. Chamou-me atenção quando ela disse que, no ano passado, ressalvadas as contas de energia, o Governo reduziu o seu custeio em mais de 8%.

Ora, todos nós que frequentamos a Comissão no ano passado assistimos a um volume enorme de aumento do custeio do Governo, que, em momento de crise, aumentou as suas contas, aumentou os seus cargos, aumentou as suas nomeações

e não deu exemplo. O Governo, inclusive, foi à televisão dizer que haveria um corte de Ministérios, que nunca aconteceu, e um corte dos cargos comissionados, que até hoje o Brasil aguarda.

Isso tudo, mais uma vez, comprovou que o Governo não dá confiança nem tem palavra. Acima de tudo, isso comprovou que a Presidente não tem capacidade de liderar o País, não tem palavra e nem correção com os seus compromissos. Mais uma vez o Governo fechou o ano levando as suas propostas levianas, deixando ao Brasil suas palavras sem coerência com os seus compromissos.

Por isso, meu caro Presidente e minha nobre Presidente, foi lamentável ver, ontem, a Presidente tentar deixar a imagem de que vai tirar o Brasil do buraco. Disse: *"Mais impostos".* E isso no momento em que nós vemos menos emprego.

Eu quero dizer que o PSDB tem outra proposta: mais emprego e menos impostos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Antes de fazer um comunicado, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente e Sra. Presidenta, só queria verificar qual a deliberação tomada no Colégio de Líderes da Comissão com relação ao requerimento de convocação para audiência pública com o Ministro Nardes. Parece que ele não está pautado, em que pese a estar previsto.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - V.Exa. havia dito que, se todos estiverem de acordo, é de praxe, é da norma regimental...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Transformar-se-ia num ofício de V.Exas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Não, a Comissão aprovaria e faria o convite.

Fazemos questão de registrar que este requerimento foi aprovado por todo o mundo, embora não tivesse necessidade de se proceder a uma votação expressiva. Se V.Exa. fizer questão...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu faço questão de que ele venha.

Da forma que V.Exas. quiserem, ele vindo, está bom.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Mas todos estão de acordo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Foi aprovado por consenso dentro do Colégio de Líderes, por sugestão da Presidência, inclusive com referência ao entendimento com V.Exa. E este convite deverá ser feito de imediato, não é, Sra. Presidente?

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tudo bem.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu peço desculpas pelo nosso Segundo-Vice Presidente da Mesa. O Deputado vai conduzir os trabalhos. Há votação no Senado.

Eu não sei por que o Senador Paulo Bauer está aqui. *(Risos.)* Estou preocupada. Se V.Exa. fica, eu fico.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Eu consigo estar em vários lugares ao mesmo tempo, graças à dinâmica.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - É uma votação sobre a educação, e eu tenho uma emenda a defender.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Senadora Rose de Freitas, antes que V.Exa. se ausente, gostaria de registrar mais uma vez a nossa admiração pelo seu esforço, não só durante o ano passado. V.Exa., até de uma forma inédita, mais uma vez inova, pela competência, pela responsabilidade, pela seriedade, estando presente e convocando os Parlamentares para votação. Embora esta Comissão tenha essa prerrogativa regimental, visto que a sua vigência é até o final do mês de março de cada exercício, raramente o faz. Isso demonstra o seu espírito público, demonstra a sua visão republicana, porque V.Exa. trata todas as matérias com o mesmo respeito, o que faz com que V.Exa. conquiste o respeito e a admiração de todos os Parlamentares, sejam eles da Base do Governo, sejam da Oposição, compreendendo que este é um espaço de defesa do País. V.Exa. espelha bem, reflete este comportamento de defesa do nosso País.

Portanto, honra-me muito poder estar, ainda que por alguns minutos, substituindo V.Exa. nesta Presidência, por generosidade de V.Exa., mas também pelos afazeres no Senado. Eu não poderia deixar de fazer este registro.

V.Exa. esteja certa de que o Parlamento terá registrado na sua história que, mais uma vez e cada dia mais — não poderia ser diferente —, as mulheres têm a sua competência evidenciada em todas as áreas da atuação humana. V.Exa. mostrou-se aqui uma cidadã brilhante, dando o exemplo de como presidir de forma imparcial e com eficiência uma Comissão tão importante como a Comissão Mista de Orçamento.

Parabéns a V.Exa. e obrigado pela confiança que tem tido em nós e nos demais colegas que compõem esta Comissão.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu quero lhe agradecer pelas palavras, Deputado. V.Exa. sempre aumenta os elogios em 60%. Está no ritmo da inflação. *(Risos.)*

Pela maneira com que V.Exa. tão elegantemente ocupa essa cadeira na Mesa, eu quero convidá-lo para que o faça mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Deputado Domingos Sávio, nesta primeira reunião da Comissão Mista de Orçamento desta Legislatura, eu queria cumprimentar todos os integrantes da Comissão.

Efetivamente, com a contribuição da Oposição, a Comissão cumpriu muito bem o seu papel no ano passado. A Senadora Rose de Freitas, que é a nossa Presidente, em várias oportunidades demonstrou e registrou que a Oposição, além de cumprir o seu papel, contribuiu com os trabalhos da Comissão. Em muitos momentos, nós demos quórum para que ela funcionasse. Em muitos momentos, nós apresentamos proposições para que se alcançasse o entendimento. E, graças a Deus, com a nossa contribuição, a Comissão pôde chegar ao final votando o Orçamento da União e apresentando a proposta de Orçamento ao Plenário do Congresso Nacional, que também a votou.

Mas, ontem, eu fiquei um pouco frustrado, porque, depois de termos feito todo aquele esforço no ano passado para votar o Orçamento da União, eu vi a Presidente da República, em sua manifestação no Congresso Nacional, mencionar várias ações que pretende desenvolver neste ano e não fazer nenhum registro com relação ao Orçamento da União, no sentido de ele lhe dar as condições de governabilidade. Ao

contrário, ela veio ao Congresso dizer que vai brigar e lutar pela aprovação da CPMF.

Lembrem-se V.Exas. de que, no ano passado, aqui mesmo neste plenário, Deputados e Senadores da base do Governo manifestaram-se contrários à criação da CPMF. Ou seja, ela não ouve, ela não presta atenção, ela dá as costas para o Congresso Nacional e para a manifestação de seus integrantes, mesmo quando aliados do seu Governo. Ela não quer, efetivamente, usar a peça orçamentária que nós votamos aqui como instrumento de Governo. Ela pretende fazer o seu Governo independente da peça orçamentária, que passa a ser, no meu ponto de vista, apenas uma peça legal que possui.

Eu teria ficado mais feliz se, ontem, a Presidente tivesse mencionado, mesmo que em tom de constrangimento, que o ano passado foi de muito esforço, porque teve que resgatar as pedaladas que fez no ano anterior. Eu teria ficado mais feliz se, aí sim, ela tivesse agradecido ao Congresso e a esta Comissão por terem votado, no ano passado, uma proposição que permitiu que, efetivamente, a providência fosse adotada e a condição orçamentária permitisse a quitação das pedaladas.

Ela teria feito muito mais justiça ao Congresso Nacional se tivesse, pelo menos uma única vez, mencionado que a Oposição também contribui com a viabilização de ações em favor da população brasileira, mas não o fez. Pelo contrário, falou de ajuste fiscal, falou de números, falou de ações que dependem exclusivamente da política, mas não falou nenhuma vez, por exemplo, de projetos e programas que possam garantir ao Brasil desenvolvimento econômico. Ela não falou de uma política industrial que permita o crescimento da indústria, com geração de empregos e aumento de contribuições tributárias. Não mencionou, em nenhuma hora, a questão dos juros que são pagos pela dívida pública e pela dívida dos brasileiros com o sistema bancário.

Quando o juro é alto, o povo consome menos; quando o juro é alto, o Governo deve mais; quando o juro é alto, o Orçamento não é real. E a Presidente não mencionou isso nenhuma vez. Também não mencionou o que vai fazer, por exemplo, com as estatais, como a PETROBRAS: se vai capitalizá-la, se vai permitir que ela volte a ter credibilidade internacional, por meio de ações que precisam ser desenvolvidas naquela empresa, ações que lhe deem outra vez condição econômica

de viabilidade e não de dificuldade. Se a PETROBRAS não fosse pública, ela já teria ido à falência, e todos nós sabemos disso.

Ela não disse, por exemplo, como vai fazer para resgatar e devolver aos fundos, como o Fundo de Garantia, por exemplo, os recursos de lá retirados para sanar e quitar os débitos que o Governo quitou no ano passado, porque o dinheiro do Fundo de Garantia ainda é dos trabalhadores e não do Governo.

Eu diria que o discurso da Presidente não foi um discurso completo. Se ela focou alguns temas pertinentes, como, por exemplo, a Previdência Social, ela deixou de focar outros muito importantes, como exatamente o do desenvolvimento econômico.

Eu já dizia no ano passado: vamos ter mais 1 ano para discutir contas públicas, receita, despesa, diariamente, em todas as reuniões desta Comissão. Mas chegaremos ao final de 2016 outra vez discutindo como fechar o buraco do déficit deste ano e como cuidar para que, no ano que vem, o Brasil sobreviva mais 1 ano.

Digo isso somente por uma razão: o Governo não quer diminuir suas despesas, reduzir o seu tamanho, buscar a eficiência; o PT e a base do Governo também não pensam e não têm propostas para um desenvolvimento econômico sustentado. Esta é a verdade.

Portanto, vamos continuar trabalhando, embora, neste momento, um registro me parece ser obrigatório e pertinente: a Presidente não fez justiça com o Congresso e para com o Congresso na sua fala de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Domingos Sávio, que, neste momento, preside a reunião da CMO, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nobres Deputados e Deputadas, eu julgo a vinda da Presidente Dilma ontem ao Congresso Nacional um ato de respeito e consideração ao Poder Legislativo. Entendo que foi um gesto importante para o momento que nós vivemos. Com sua presença, S.Exa. trouxe uma mensagem de que quer um entendimento com o Poder Legislativo, até porque há necessidade do apoio do Legislativo em relação às medidas tomadas pelo Executivo. Aquelas que nós julgarmos estarem corretas, de uma forma bastante

rápida, com debate logicamente, que sejam aprovadas por esta Casa. E aquelas com as quais nós não concordarmos que o Executivo as aprimore. Conforme a fala dela, o Executivo está preparando mais peças para enviar ao Legislativo.

Nós vivemos um momento sério, grave, em nosso País. Essa instabilidade política está criando toda a crise econômica que nós vivemos na atualidade. Por isso entendo que a vinda da Presidente Dilma foi como se dissesse que quer trabalhar em harmonia com o Poder Legislativo.

A CPMF tem que ser discutida ainda na Casa. É lógico que há Deputados e Senadores a favor e outros contra. Nesta Comissão Mista de Orçamento, assim como na sessão do Congresso Nacional, nós aprovamos no Orçamento deste ano a possibilidade de que seja aprovada a CPMF. Nós não aprovamos ainda a CPMF, mas nós aprovamos no Orçamento deste ano a possibilidade de que esta receita venha a ocorrer.

Nós, Parlamentares, andamos em nossos Municípios. Eu sou do Maranhão. Quando vou aos Municípios maranhenses, encontro todas as Prefeituras numa crise muito grande, principalmente no que diz respeito à saúde pública. Então, há necessidade de um recurso assegurado para que os gestores municipais tenham condições de oferecer saúde pública de qualidade.

No Maranhão, no Governo de Roseana Sarney, havia o repasse de recursos às Prefeituras com hospitais pequenos, hospitais de 20 leitos, que não eram alcançados pelo Sistema Único de Saúde. A Governadora Roseana Sarney fez uma parceria com essas Prefeituras para que os partos pudessem ser realizados em todas as cidades do Maranhão, assim como outras ações de média complexidade, e ela repassava mensalmente 100 mil reais para cada Município. Quando o Governador Flávio Dino assumiu o Governo, ele entendeu que não poderia mais ser feito esse tipo de parceria e deixou de fazer os repasses. Ele prometeu um novo modelo. Passou 1 ano e nada foi feito.

Ontem, inclusive, nós estivemos com o Ministro da Saúde, Marcelo Castro, e levamos alguns Prefeitos, que mostraram que esse subfinanciamento do sistema de saúde está acarretando sérias dificuldades para a população das cidades maranhenses. Para que V.Exa. tenha uma ideia, Sr. Presidente, Deputado Domingos Sávio, há Municípios, como Buriticupu, que hoje gastam 40% da sua

receita total com saúde, o que teria que ser de 15%, no mínimo 15%. É um valor muito alto para um Município. O Município não é obrigado a fazer apenas a parte da saúde, ele tem que fazer também outras atividades inerentes ao poder municipal.

Portanto, eu acho que esta Casa e esta Comissão precisam se debruçar sobre esse tema, a CPMF, ou mesmo sobre o corte de outros recursos que não são tão necessários quanto o da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço ao nobre Deputado Hildo. Eu vou me abster de fazer qualquer reflexão ou comentário sobre a vinda da Presidente Dilma, até por uma questão ética, por estar presidindo esta reunião.

Não posso, no entanto, deixar de manifestar a minha preocupação, que eu sei que é a preocupação de todos, em relação à saúde — o nobre Deputado mencionou isso no final do seu pronunciamento. Este é um problema que hoje não afeta apenas alguns Municípios, alguns Estados, o Nordeste, uma região, afeta o Brasil inteiro.

O Rio de Janeiro, um dos Estados mais prósperos da Federação, encontra-se em condição de calamidade. Vejam que o Rio de Janeiro, que está recebendo uma ajuda suplementar do Governo Federal, tem um repasse *per capita* do Ministério da Saúde bem acima da média nacional. Ele está entre os Estados da Federação que têm um dos melhores *per capita* mensais repassado pelo Ministério da Saúde. É curioso isto, não é? E de repente está recebendo uma ajuda suplementar. Imaginem aqueles que estão lá no fim da fila. Minas Gerais, por sinal, é um dos que estão no fim da fila em termos de *per capita* que é repassado pelo Governo Federal ao Estado.

Aliás, na nossa estrutura do SUS — Sistema Único de Saúde, ainda há essas condições absurdas em que não se tem um tratamento muito hegemônico, não há hegemonia. De repente um Estado tem um tratamento de uma forma, outro, de outra forma, e assim se perpetuam as desigualdades. Aí sempre há uma justificativa: *"Olha, nesse Estado há uma oferta maior de média e alta complexidade."* Então, com essa média e alta complexidade, há um histórico, e, em razão do histórico, ele recebe mais. Então, a história vai continuar, ali vai haver atendimento de alta e média complexidade, e naquele Estado mais pobre, numa unidade, vai-se perpetuar a pobreza.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu comento isso, porque é claro que nós aqui na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional, de maneira suprapartidária, temos que enfrentar esse verdadeiro pesadelo — e é um enfrentamento orçamentário. A PEC da Saúde não pode ser sepultada. Nós sabemos que ela acabou virando um apêndice da emenda constitucional do orçamento impositivo, contra a vontade de toda a Frente Parlamentar da Saúde, da qual eu faço parte, mas isso não impede que nós como cidadãos, como Parlamentares possamos retomar a discussão, porque, aliás, ela continua tramitando, e aprovar os 10% da saúde.

Eu vejo aberrações como, por exemplo, a da minha cidade, Divinópolis. Nós temos um hospital do câncer que foi construído, em boa parte, com a presença da comunidade, que, aliás, continua ajudando através de uma associação beneficente que apoia o hospital — lá, nós temos um acelerador linear adquirido inclusive em parte com dinheiro público, em parte com dinheiro da própria comunidade. Esse acelerador está lá há mais de 1 ano. O Ministério da Saúde e a equipe da CNEN — Comissão Nacional de Energia Nuclear burocratizam a sua liberação. O teto para atendimento dos pacientes não chega.

Quer dizer, tem equipamento, tem hospital, tem equipe médica, e o paciente com câncer fica esperando na fila e morre, com o equipamento lá dentro, com o hospital pronto, com o médico pronto para atender, porque não chega o dinheiro para financiar e para dar o atendimento à saúde. Isto está acontecendo no Brasil inteiro. Nós não podemos nos calar diante disso.

Então eu registro aqui, nesta oportunidade que estou tendo de presidir a Comissão de Orçamento, que esta não é uma matéria partidária, não é uma matéria de Oposição ou de Situação, é uma matéria patriótica e de responsabilidade humanitária. Agora, a decisão tem que ser nossa. Nós temos que enfrentar isso.

Alguém pode dizer *"Olha, não está tendo dinheiro e vai se estabelecer 10% das receitas para a saúde?"* Quando se estabelece 10% não se está querendo criar dinheiro novo, não! Está tendo a coragem de definir prioridades. E governar é essencialmente ter competência para definir prioridades. E cabe ao Parlamento assumir esse papel, porque é o Parlamento que decide o orçamento, e é o Parlamento que deve decidir as premissas do orçamento.

Portanto, ter um teto mínimo, ou melhor, um piso mínimo para a saúde — que já é obrigação dos Municípios com 15%, e dos Estados com 12% —, deveria, num país decente, numa República Federativa, ter um mínimo constitucional para a União. Isto é inaceitável! Que República Federativa é essa em que um Município pobre do Nordeste chega a gastar 40% com a saúde?

E isso acontece em Minas Gerais, acontece em todos os Estados, seja governado pelo PT, seja pelo PSDB. Os Estados, na sua totalidade, hoje já são obrigados a aplicar os 12%, e a União não é obrigada!

É curioso — eu aproveito até para me dirigir à imprensa — um comentário que eu vi num dos maiores veículos de comunicação criticando os Governadores que vieram até Brasília questionar qual será a ajuda financeira do Governo Federal para o enfrentamento dessa epidemia do zika vírus. E alguém questionou: *"Olha, os Governadores estão chorando, ou reclamando, no lugar errado. O Governo Federal não tem dinheiro, nem é obrigação dele, é primeiro dos Estados, dos Municípios, onde está vivendo o cidadão."*

Ora, o maior orçamento é o da União — o maior orçamento, de trilhões de reais, é da União. E este dinheiro é de quem? É do cidadão brasileiro, não é da União. Aliás, Margaret Thatcher deixou alguns ensinamentos que servem para socialistas e capitalistas: "não existe dinheiro público, existe dinheiro do contribuinte." É o cidadão que colocou o dinheiro, que deve ser distribuído para todos de uma maneira justa; e o dinheiro cai no cofre da União.

E há, hoje, pessoas extremamente esclarecidas se comunicando com o Brasil inteiro dizendo *"Não, esse dinheiro é a União. Ele não tem que parar lá no Município ou no Estado, não."* Ora, é uma visão muito limitada de alguém que faz uma análise da saúde pública no Brasil, como se saúde pública fosse obrigação de Município e de Estado. Saúde pública, segurança pública e educação são obrigações de todos os entes federados, do Município, do Estado e da União. E quem tem mais dinheiro é a União. E quem tem mais dinheiro é quem menos está aplicando em saúde hoje no Brasil. É uma vergonha para todos os brasileiros! Quem fica com o dinheiro dos brasileiros vê os brasileiros morrendo à míngua e não aplica prioritariamente na saúde!

Portanto, esta é uma decisão que o Congresso precisa enfrentar.

Com prazer, passo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado, nós estamos aqui na Casa, há algum tempo, cada vez mais engessando o Orçamento da União. Defendemos 25% para a educação, 15% para a saúde, tantos por cento para isso, e esta Casa vai ficar sem função.

Aí vem o Governo Fernando Henrique Cardoso, com uma bela criação do Pedro "Malandro"... Eu me lembro que um Deputado quando ele criou a DRU — Desvinculação de Receitas da União — disse: *"Vamos unir ao nome do Pedro Malan, que fica bem legal essa proposta da DRU."*

Então vem uma proposta para cá, que nós tivemos que acatar, que era a liberar 30% do Orçamento. É a política de engessar e a política de liberar.

O que lamento profundamente é que algumas políticas corretas do Governo Fernando Henrique Cardoso... O próprio PSDB tem hora que eu imagino que está contra isso. E foi com o apoio de 10 Senadores do Nordeste, da região mais pobre deste País, que se derrubou a CPMF.

A CPMF arrecadava 75 bilhões de reais, em média, há 7 anos, e são 7 anos sem CPMF. São 325 bilhões que foram tirados da saúde. E cada vez mais a saúde está universalizada, cada vez mais está judicializada.

Nós tivemos a capacidade de colocar na Constituição, sem ter recursos, que *"a saúde é um direito de todos e dever do Estado".*

Então, os juízes estão dando injeção, exame de 12, 13 mil. Muitos Municípios, como fez referência o Deputado Hildo Rocha, gastam 40% com a saúde, porque os juízes determinam certos tratamentos impossíveis de serem postos em prática, em detrimento de outras políticas públicas.

Nós precisamos ter a coragem aqui no Parlamento de fazer algumas mudanças como ocorre em outros países. Como a saúde pública pode atender ao cidadão? E devemos começar a verificar a possibilidade de se criar financiamentos próprios para essas políticas públicas.

Agora, nós estamos engessando o Orçamento, depois nós temos que aprovar a DRU, que ainda está sob análise. E o Governo quer aumentar de 20% para 30%, dos tributos arrecadados, já querem entrar nos fundos constitucionais, porque as despesas são caras.

Claro que nós temos que combater a corrupção, e isso já daria uma boa ajuda. Claro que deveríamos combater os desperdícios. Mas o Estado brasileiro promete o que não pode cumprir. Essa é a grande realidade. Nós gastamos 64% do dinheiro da educação com o nível superior neste País. Não cuidamos da base. É politicamente errado eu dizer isso aqui, porque servirá de crítica, mas na idade em que eu estou chegando, eu já posso dizer tudo, Sr. Presidente. Se gastamos 64% com ensino superior, como vamos ter ensino de qualidade no ensino infantil, no ensino fundamental? Não tem dinheiro para isso.

Há uma pressão aqui do FIES, um *lobby* nesta Casa do FIES para essas universidades, com ensino de péssima qualidade. É impressionante! Quando se pensa em diminuir um pouco do FIES, vem uma carga grandiosa, porque está se tirando a oportunidade de jovens, não sei de quê, e por aí vai.

Então, nós precisamos repensar o nosso papel enquanto legislador.

Eu fui contra até a Resolução nº 01, do Deputado Ricardo Barros, que permite que o Parlamentar fique somente 1 ano nesta Comissão e nem possa se especializar — nas outras pode ficar 1 ou 2 anos —, porque todo mundo vê esta Comissão como um antro de corrupção, o que é errado.

Eu vi aqui grandes debates. V.Exa. nos proporcionou um ano extraordinário, com debate de diversos assuntos, e poderia ficar aqui mais alguns anos. Nesta Casa muitos passaram bastante tempo discutindo o Orçamento. Mas no ano que vem virá outra turma, sem termos criado Parlamentares especialistas em discussão de Orçamento. Essa é a minha grande preocupação.

Depois da CPI dos Anões do Orçamento, em vez de matarmos o carrapato, matamos a vaca, de tanto veneno que demos a esta Comissão. Então, hoje os políticos estão desacreditados, mas eu continuo acreditando nesse grande debate que pode ser feito, que V.Exa. proporcionou a esta Comissão.

O que eu sou contra é Congressista vaiar Presidente da República. O que mais me chamou a atenção foi aquele momento em que o Bush, que foi um péssimo Presidente da República, entregou a faixa presidencial ao Barack Obama. O povo americano o respeitou porque ele era Presidente da República. E ele saiu de lá sem receber uma vaia. E nós aqui vemos Parlamentares honrados vaiando a Presidente da República. Aonde é que nós vamos chegar? E este o País que nós estamos

tentando construir? Com vaias? E o pior, comandado por um homem. Ele não vaiava, mas estava lá, com as pessoas que o apoiam — é um homem que eu admiro, estava pensando até em votar nele, o Aécio Neves —, comandando uma turma para vaiar a Presidente da República. Não pode, isso é lamentável!

Eram esses os meus registros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Pedro Fernandes, quero registrar a minha concordância com V.Exa. em alguns aspectos: um deles, por exemplo, é o da judicialização excessiva da saúde. Existe até uma proposta de emenda à Constituição de minha iniciativa, que teve apoio imediato — eu creio até que também de V.Exa. e mais de 300 Parlamentares —, e espero que ela tramite este ano.

Essa PEC regulamenta critérios para isso hoje, pois não há nenhum critério, de maneira absurda e abusiva já conhecemos *lobbys* de contrabandistas de produtos sem autorização legal no Brasil e que acabam impondo a obrigatoriedade de o poder público adquiri-los a peso de ouro, às vezes iludindo famílias que se encontrem numa situação de desespero, especialmente na área do câncer, ocasionado a oneração dos cofres públicos.

É claro que a judicialização tem o seu aspecto justo quando é para defender o direito do cidadão. Ninguém pensa em impedir o direito de o cidadão se valer da justiça, mas ela quando usada como um instrumento para beneficiar alguns *lobbys* mercantilistas, tirando dinheiro da saúde, é uma tragédia. E isso está acontecendo no Brasil. O próprio Ministério Público já admite isso em vários lugares, mas infelizmente não há respaldo legal para limites. E nós temos que tomar essa iniciativa.

Concordo ainda com V.Exa. quando diz que o engessamento de forma exagerada e irresponsável pode inviabilizar a ação de qualquer Governo. A minha ponderação, no caso da saúde, é a de que não é justo que se estabeleça isso para o Estado e o Município, enquanto para a União, que fica com a maior fatia, não haja o estabelecimento de teto mínimo em percentuais da receita. Isso precisa ser revisto.

Quanto à última ponderação de V.Exa., eu lhe afirmo de forma muito clara, estava lá, recebi a Presidente da República com aplausos, e eu a vaiei quando apresentou a proposta de aumento da CPMF, porque entendi que era a única

argumentação que era me dada na Casa onde tenho assento e que represento o povo mineiro, já que naquela sessão solene não é dada a palavra a ninguém. E pude acompanhar o comportamento sereno, tranquilo, sem nenhum tipo de influência do Senador Aécio Neves, porque estava sentado próximo dele, como não vi influência dos Ministros da Presidente Dilma que estavam ali assentados, cumprindo também a sua missão.

Mas não é aqui da parte deste Presidente...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas não teve o olhar de reprovação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - V.Exa. há de convir que seria inadequado, sim, um Senador querer reprovar outros Senadores ou querer reprovar outros Deputados.

Eu conheço o Senador Aécio Neves, desde o primeiro momento. E com certeza, tanto eu quanto ele reprovamos o aumento de impostos neste momento, porque nós não consideramos isso adequado.

Mas não vamos nos digladiar com esse tema.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu o conheço, ele foi meu Presidente nesta Casa, um bom Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Ele não aceitaria aquilo como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sem dúvida. E V.Exa. saiba que esse tema de como tratar a Presidente pela responsabilidade que temos, foi objeto de reflexão de nossa bancada. Fomos para o plenário, recebemos ela com autoridade que lhe é revestida de forma legal, mas a manifestação não se deu à Presidente, mas à proposta de aumento de CPMF feita numa sessão em que não nos era dado o direito de contra-argumentar. E a manifestação se deu espontaneamente por parte de alguns, num processo que é absolutamente legítimo, assim como se deram os aplausos por parte de outros.

Portanto, isso também é do ambiente democrático. E eu creio que isso não diminuiu o Parlamento, pelo menos foi o sentimento que eu tive. Não havia razão nenhuma para eu dizer de público, quero deixar registrado, que eu fiz coro com

aqueles que se manifestaram contra a proposta de aumento da CPMF. Foi o gesto que me era possível fazer, como alguns aplaudiram naquele momento.

Quando ela falou na CPMF um grupo aplaudiu, se eu aplaudisse também estaria dando o meu voto; se eu me calasse, eu estaria sendo omisso; e eu me manifestei para dizer que não concordava. Enfim, eu me senti à vontade — sem desrespeitar a figura da Presidente — de me manifestar contra a proposta.

Deputado, eu faço este comentário em respeito a V.Exa. Não vou aqui entrar no debate, porque não seria justo na condição de Presidente.

Concluindo, ainda que estejamos numa reunião com poucos membros, estamos cumprindo com o nosso dever.

Ouvir de V.Exa. considerações como essas me enche de motivação, porque eu também — um último item — comungo com V.Exa. Não faz sentido algum uma Comissão desta importância, que requer muito estudo para que possamos ter eficiência na nossa ação parlamentar, ficar restrita ao exercício de apenas 1 ano da legislatura, não podendo eu, pelo menos por uma vez, ser reconduzido. Isso é quase que uma confissão generalizada de culpa de que ninguém tem credibilidade para se manter nesta Comissão. Ora, ela também não é mais importante do que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa ou das outras temáticas de Educação, de Saúde.

Portanto, é uma aberração. E eu acredito que nós possamos, de forma suprapartidária, propor uma alteração. Como o tema de fato desperta o interesse de todos os Parlamentares, é razoável a alternância. Isso eu concordo como algo para o bom exercício democrático das bancadas. Mas a proibição de alguém continuar me parece autoritário, e pior: um desserviço à eficiência do trabalho desta Comissão.

Eu aqui cheguei com alguma experiência por ter presidido a Comissão de Fiscalização Financeira na Assembleia de Minas Gerais, mas com certeza a realidade do Orçamento da União é muito mais ampla e os debates aqui são, portanto, dos temas que envolvem a Amazônia, o Sul do País, o Nordeste e toda a problemática da Federação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Registro o meu total apoio a essa reflexão de V.Exa. Estamos prontos para tentar levar a proposta à Mesa Diretora da Casa ou, quem sabe, se o Regimento nos permitir...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Uma emenda do Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Uma emenda, não. Deputado Pedro Fernandes, V.Exa. tem muito mais experiência e mérito do que eu.

Eu quero registrar a todos que acompanham esta reunião, os Parlamentares ainda presentes, que pela ausência de Senadores em número regimental e também porque a Presidente teve que se afastar, eu disse a ela que se não houvesse número regimental nós não faríamos votação simbólica. E eu tenho o princípio de que o que é tratado é para ser cumprido.

Portanto, como nós não temos número regimental para votação, vamos encerrar a reunião. Agradeço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que aqui estiveram e também a todos que nos acompanharam.

Convoco reunião ordinária para o dia 16 de fevereiro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

No dia vinte e três do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Edmilson Rodrigues, Gonzaga Patriota, Hissa Abrahão, Hugo Leal, José Rocha, Pedro Fernandes, Ricardo Barros e Wellington Roberto; **Senadores Titulares:** Rose de Freitas, Presidente, Acir Gurgacz e Eduardo Amorim; **Deputados Suplentes:** Átila Lins, Evair de Melo, Jorge Solla, Julio Lopes, Leo de Brito, Professora Dorinha Seabra Rezende, Valtenir Pereira e Washington Reis; e **Senadores Suplentes:** Dário Berger e Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **Deputados:** Caio Nárcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Hildo Rocha, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; e **Senadores**: Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha e Valdir Raupp. **ABERTURA:** ás quinze horas, o Deputado Valtenir Pereira, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* declarou iniciados os trabalhos, e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida suspendeu a reunião. Às dezesseis horas e dezessete minutos, a Senadora Rose de Freitas reabriu os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e dezenove minutos, não havendo *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, a Presidente declarou encerrada a reunião antes convocando Reunião Extraordinária para o dia vinte e quatro de fevereiro, às quinze horas. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 23.02.2016

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados nem na do Senado Federal.

A reunião está suspensa. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não havendo quórum para a deliberação na representação da Câmara nem na do Senado Federal... Aliás, existe quórum, que nós não vamos utilizar.

Vamos encerrar esta sessão e reabrir amanhã o livro de presença para podermos finalmente votar.

Nós convocamos para amanhã, às 13h30min, reunião do Colégio de Líderes e, às 15 horas, reunião no plenário para votação. O debate e a votação ocorrerão a partir das 16 horas.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2016.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pela Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO; pelo Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) e pelo Deputado Jaime Martins (PSD/MG), Primeiro Vice-Presidente da Comissão. A reunião foi convocada para ouvir o Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, relator do Parecer Prévio das Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 2014 e o Advogado Geral da União, Luís Inácio Adams acerca do Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União às Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 2014, em atendimento aos Requerimentos: nº 4/2015, de autoria do Deputado Danilo Forte; nº 5/2015, do Deputado Izalci; nº 7/2015, do Senador Paulo Bauer, aprovados na 4ª Reunião Extraordinária, em 01/07/2015; nº 10/2015, do Deputado Zeca Dirceu, aprovado na continuação da 5ª Reunião Extraordinária, em 15/07/2015 e os de nº's 23, 24, 25/2015, do Deputado Jaime Martins, aprovados na 13ª Reunião Extraordinária, em 10/11/2015. Foi registrado o comparecimento dos membros titulares: **Deputados:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Flávia Morais, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro; **Senadores:** Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Roberto Rocha e Rose de Freitas; dos membros suplentes: **Deputados:** Domingos Sávio, Evair de Melo, Izalci, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira e Vitor Valim; e dos **Deputados Não Membros:** Luiz Carlos Hauly, Pauderney Avelino e Weliton Prado. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares César Halum, Edmar Arruda, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Ricardo Barros, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu e os Senadores Titulares Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Raimundo Lira e Valdir Raupp. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e cinco minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams. o Secretário de Macro Avaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Leonardo Albernaz, e a Secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Esther Dweck. Às quinze horas e vinte e oito minutos, a Presidente transferiu a palavra ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes que discorreu sobre o tema "Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2014", fazendo uso de projetor de multimídia. Após o termino da sua explanação, o Ministro Augusto Nardes pediu licença à Senhora Presidente para se ausentar, em face da necessidade de presidir sessão no Tribunal de Contas da União, e disse que o Senhor Secretário de Macro Avaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Leonardo Albernaz, estaria à disposição dos senhores parlamentares para quaisquer esclarecimentos acerca do Parecer Prévio às Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 2014. Às quinze horas e cinquenta e um minutos, com a ausência do Senhor Ministro, a Presidente indagou ao plenário se haveria concordância em ouvir o Senhor Secretário em lugar do Senhor Ministro Augusto Nardes. Manifestaram-se acerca da questão os seguintes parlamentares: Deputados Paulo Pimenta (PT/RS), Domingos Sávio (PSDB/MG), Júlio Lopes (PP/RJ), Lelo Coimbra (PMDB/ES), Samuel Moreira (PSDB/SP), Caio Nárcio (PSDB/MG), Izalci (PSDB/DF), Pauderney Avelino (DEM/AM), José Rocha (PR/BA) e Luiz Carlos Hauly, e, os Senadores Paulo Bauer (PSDB/SC) e Gleisi Hoffmann (PT/PR). Às dezesseis horas e vinte minutos, a Senhora Presidente disse ser essencial a presença dos

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

convidados para o debate, e, informou ao plenário que passaria a palavra ao Senhor Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, que discorreu sobre o tema "Contas do Governo Federal para o exercício financeiro de 2014", fazendo uso de projetor de multimídia. Às dezesseis horas e quarenta e um minutos, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) assumiu a condução dos trabalhos e anunciou o início do debate concedendo a palavra aos Deputados Izalci (PSDB/DF), Samuel Moreira (PSDB/SP), Paulo Pimenta (PT/RS), Caio Nárcio (PSDB/MG), Jorge Solla (PT/BA), e à Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). Às dezessete horas e trinta e seis minutos o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) assumiu a condução dos trabalhos e anunciou a continuação do debate concedendo a palavra aos Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Júlio Lopes (PP/RJ), Léo de Brito (PT/AC), Encerrada a lista de inscrição para o debate, o Presidente passou a palavra ao palestrante que respondeu ao segundo grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica, pelo prazo de 2 minutos, aos Deputados Samuel Moreira (PSDB/SP), Jorge Solla (PT/BA), Caio Nárcio (PSDB/MG), Izalci (PSDB/DF), Domingos Sávio (PSDB/MG) e o Senador Acir Gurgazs (PDT/RO). **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, às dezoito horas e quarenta e nove minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 01.03.2016

SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a 1ª Reunião de Audiência Pública de 2016 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Informo a todos que esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União — TCU e Relator do Parecer Prévio das Contas do Governo relativas ao exercício financeiro de 2014; e o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União. Há base regimental para a reunião, que também está de acordo com os requerimentos aqui aprovados, um deles de autoria do Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Vamos organizar os trabalhos da seguinte maneira. Em primeiro lugar, daremos a palavra ao Ministro Augusto Nardes, do TCU, Relator, para falar sobre as contas julgadas pelo próprio TCU e sobre o parecer de rejeição por unanimidade.

Depois, abriremos as inscrições para aqueles que quiserem fazer perguntas. Daremos tempo, por causa da Ordem do Dia das duas Casas — nós pedimos certa tolerância na Câmara dos Deputados, mas acho que não teremos essa tolerância no Senado Federal.

Em seguida falará o Sr. Luís Inácio Adams.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concederemos a palavra agora, por no máximo de 30 minutos, ao Sr. Ministro Augusto Nardes.

Eu gostaria de perguntar se não seria melhor, logo em seguida ao Ministro Augusto Nardes, nós darmos a palavra a cinco Parlamentares, para que façam suas perguntas — limitando, assim, a cinco perguntas —, a fim de não sermos prejudicados na próxima audiência. Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Ministro Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu também, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu também.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estão inscritos os Deputados Paulo Pimenta, José Rocha...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Deputado Caio Narcio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A Senadora Gleisi Hoffmann estava inscrita antes, Deputado.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, pode inscrever S.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor, primeiro as damas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Estava em primeiro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor, primeiro as damas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O seu sorriso sugere sempre que não é assim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, o meu sorriso é de alegria em vê-la, Sra. Presidente. *(Riso.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ah! Então, que bom que não é o contrário.

Estão inscritos os Deputados Paulo Pimenta e José Rocha, a Senadora Gleisi Hoffmann e o Deputado Caio Narcio. Só falta mais um orador. *(Pausa.)* Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra o Sr. Ministro Augusto Nardes.

O SR. MINISTRO AUGUSTO NARDES - Boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui nesta Casa, especialmente nesta Comissão, que pude frequentar como

Parlamentar, há alguns anos. É uma satisfação rever alguns colegas e poder trazer, de forma breve, o relatório sobre as contas do País.

Eu gostaria de dizer, inicialmente, que nós, preocupados com a questão da governança, que foi o tema central da minha gestão como Presidente, procuramos propiciar uma série de avanços ao Tribunal de Contas da União, especialmente no sentido de trabalhar de forma mais preventiva e não somente punitiva. O Tribunal tem que ver a legalidade dos atos, mas não ficar somente nisso; tem que trabalhar de forma preventiva.

Nesse sentido, quero passar às mãos da Presidente Rose de Freitas o livro *Governança Pública: o Desafio do Brasil*. Esse livro é resultado de um trabalho feito em conjunto com a minha equipe, quando estabelecemos e implantamos a governança no Tribunal de Contas da União.

Eu acho que o grande desafio do País se chama governança pública. E eu não estou falando somente da União, eu estou falando dos Estados e dos Municípios também. Portanto, Sra. Presidente, aqui está o livro *Governança Pública: o Desafio do Brasil*, que disseca toda a situação da economia e da não entrega de produtos para a sociedade brasileira como um todo.

Falando sobre especialização, o Tribunal passou a ter secretarias especializadas e integradas, como as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Aliás, entre 2013 e 2014, na qualidade de Presidente do Tribunal, eu pude tomar café da manhã com quase todos os Presidentes que foram até lá e pude mostrar esse novo formato do Tribunal de Contas da União.

Foi uma evolução partir para a especialização, para temas centrais, e ver mais a eficiência e a eficácia do Estado brasileiro. Nesse sentido, também montamos um grande projeto com os Tribunais de Contas dos Estados.

Eu quero saudar o Dr. Adams, nosso estimado Advogado-Geral da União, que manteve vários contatos conosco durante esse período de discussão. Temos uma identidade em comum: somos gremistas. Pelo menos temos uma identidade *(riso)*, e é uma grande identidade.

Então, como dizia, nós começamos com especialização, com auditorias coordenadas, implantando a tese da governança dentro do TCU, para depois passar

isso para os outros Poderes. Portanto, para mim, vir aqui falar sobre esse tema das contas é extremamente importante, já que fizemos essa integração com todas as Comissões.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou mostrar, na primeira parte, a nossa ideia de quais são os pontos mais importantes das contas. São eles: transparência e responsabilização democrática; confiabilidade das informações financeiras — que é a base para essas agências internacionais atestarem a credibilidade do País dentro de um patamar que possa atrair investimentos —; regularidade e transparência da gestão fiscal; e melhoria da governança e da gestão pública — que é o grande tema central hoje do TCU para aperfeiçoar a administração pública brasileira.

Aqui eu mostro como basicamente vai ser a minha apresentação, do parecer prévio até as recomendações e alertas. Essa vai ser, de forma muito rápida, Senadora Rose, a forma como eu vou apresentar aos senhores o que nos levou a tomar as decisões no Tribunal de Constas da União.

O próximo eslaide mostra que houve a atuação de mais de dez unidades técnicas do Tribunal, coordenadas pela Secretaria de Macroavaliação Governamental — SEMAG, cujo Secretário é o Sr. Leonardo. Ela é composta por servidores concursados. Em torno de 50 auditores federais de controle externo trabalharam em cima dessa questão.

Disso, o que é mais importante salientar é que as nossas auditorias são baseadas em exemplos internacionais. Fizemos um acordo com o Banco Mundial, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE e também com o tribunal francês, que é um dos mais avançados do planeta. Portanto, os nossos padrões de auditoria estão, hoje, entre os melhores do planeta!

Aqui eu posso mostrar aos senhores que, em relação às chamadas pedaladas, quem começou a discussão do tema foi o Ministro José Múcio. Elas foram julgadas não somente pelo Ministro José Múcio, como também pelo Ministro Vital do Rêgo, que levantou essa questão.

Não fui eu que levantei a questão das pedaladas inicialmente, foram os Ministros José Múcio e Vital do Rêgo. E houve, claro, uma inclusão nas contas somente para os senhores terem uma ideia.

Aqui temos um resumo da situação da economia brasileira. Eu só vou citar a parte do déficit de 22,5 bilhões. Da dívida pública e outros aspectos, eu não vou no entrar no mérito. Se eu fosse fazer essa análise, eu alongaria muito a minha fala, e os senhores sabem da situação da economia como um todo.

O próximo eslaide mostra o planejamento e o orçamento. Aqui está o nosso PIB, de 5,5 trilhões. E aqui está o que nós gastamos: 2,4 trilhões são gastos somente pelo Estado brasileiro.

Como se dividem esses gastos?

Do orçamento executado, 1,2 trilhão corresponde ao refinanciamento, à transferência de recursos, a encargos especiais, juros. Enfim, é o serviço de despesas financeiras. O valor restante, 1,1 trilhão, é o que sobra para o Estado brasileiro aplicar. Eu divido essa área que sobra para manter o Estado. Ou seja, desses 2,4 trilhões, que vêm dos 5,5 trilhões anteriores, 44% são gastos com a previdência. Esse é o grande gargalo que o Congresso vai ter de enfrentar. É o grande gargalo! Aproximadamente 500 bilhões foram gastos em 2014.

Para este ano, a previsão do déficit — eu não quero entrar no mérito das contas de 2015 e 2016, porque isso não me cabe, não sou eu mais o Relator — é de 194 bilhões! Portanto, estamos gastando boa parte.

O próximo eslaide mostra a questão da governança, a qual nós temos que aperfeiçoar, trabalhando junto com o Congresso Nacional. O que está em vermelho é o dinheiro que os senhores aprovam — o Congresso, a Comissão Mista —, e o Governo não consegue entregar. Vejam só como a questão da governança é extremamente importante: meritocracia, treinamento, preparação dos quadros para entregar os produtos para a sociedade.

Aqui, mostro que nós ficamos com restos a pagar numa dimensão que desequilibra a situação econômica de quem investe no Estado e trabalha com ele. Vejam: 227 bilhões de restos a pagar. Isso é coisa de 5 anos, 10 anos atrás. E isso inviabiliza um planejamento a médio e longo prazo.

Eu, como Parlamentar, sofri muito aqui, como os senhores devem sofrer, ao colocar emendas e não saber se vão ser pagas. Isso acontece também com aqueles investidores. Então, não é um problema de hoje, quero deixar muito claro, nem deste Governo; é um problema que vem acontecendo há muito tempo no Brasil. Quero

fazer justiça a essa questão. Não é atual, por isso nós resolvemos investir na governança, porque é necessário planejar a médio e a longo prazos. E há os princípios da governança sendo implantados, que são: ser direcionado e ter, acima de tudo, monitoramento e avaliação.

Mostro aqui como estão nossas receitas. Vejam só as contribuições para quem defende o novo pacto federativo, Srs. Parlamentares: 669 bilhões. E os impostos são de 421 bilhões. Há um desequilíbrio no pacto federativo. É necessário termos isso presente, e é necessário que discutamos.

Aqui, vou mostrar um trabalho que os senhores fazem todos os anos e que eu fazia também, e que é muito importante. São as desonerações. Vejam só o número de desonerações que fizemos no ano passado: 302 bilhões. O que nós gastamos com saúde, educação, assistência social e outros setores? Gastamos 256 bilhões.

No nosso ponto de vista e no dos nossos técnicos, não está havendo a transparência e a discussão necessárias para que possamos fazer essas isenções como um todo. Queremos passar essas informações para que os senhores possam decidir de forma mais profunda. Há essa visão de que é feita uma isenção muito grande e não com a transparência necessária, com uma discussão mais aprofundada com a sociedade.

Toda essa situação nos levou a um superávit fiscal em queda nos últimos 2 anos. Vejam o que aconteceu. Tivemos uma queda, em 2014, de 32 bilhões. Isso serve de alerta para evitar que aconteça o que está acontecendo no meu Estado. Lá estamos vivendo um momento em que não se consegue nem pagar os funcionários. Falo no sentido de ajudar, de auxiliar o Governo.

Em vez de criar o ambiente que nós tínhamos que criar, um ambiente de ciclo virtuoso, estamos criando um ambiente de círculo vicioso: baixo crescimento, inflação alta, custo alto da dívida, despesa pública alta, investimento baixo. Daí se criam o quê? Incertezas e diminuição de nossa capacidade de competitividade.

Outro tema que elegi para discutirmos nas contas: competitividade da Nação. Nós queremos criar um ambiente favorável para o crescimento da Nação, mas temos que ter confiança nos números da República.

Aqui temos as distorções relevantes que nós encontramos nas informações de desempenho e a falta de confiabilidade sobre os resultados do Governo. O que

está em vermelho são falhas nos indicadores. E eu repito, meu caro Watson, que isso não é de hoje, é de muito tempo. É uma transformação que o Tribunal está fazendo para melhorar a sociedade como um todo. Vejam que em relação à economicidade, os números estão dentro de uma lógica, mas temos grande dificuldade na questão do equilíbrio.

Agora, vejamos a questão da competitividade e da governança pública. Os senhores devem ter acompanhado pelos jornais um fato: o Brasil, em vez de crescer na sua capacidade de competitividade, caiu. O País saiu da posição 56 para a posição 57. Nos requisitos básicos, estamos na posição 83. Nos determinantes de eficiência, estamos na posição 42. Quanto à inovação e sofisticação, na posição 56. Esses números mostram que o País como um todo tem que melhorar sua competitividade. Nós vivemos num mundo globalizado, em que um país disputa com outro, e se não melhorarmos a competitividade para os nossos empresários, se não dermos condições de baixar os custos para exportação, se não melhorarmos as condições de investimentos, vamos fracassar na política econômica.

O que é fundamental? Eu quero voltar ao item anterior e falar sobre as instituições. As instituições têm que cumprir seu papel. Então, meus senhores, nós fizemos o nosso papel, de demonstrar o que está acontecendo. E tínhamos que cumprir. As nações fracassam quando as instituições deixam de cumprir seu papel.

Eu poderia citar vários exemplos disso, o que daria uma exposição profunda, uma palestra sobre o tema. Mas eu vou ficar só em um item: a prontidão tecnológica. Nós estamos investindo 1,2% do PIB, enquanto os países desenvolvidos investem 3%. Precisamos inovar, melhorar a pesquisa como um todo.

Era o grande sonho que eu tinha quando assumi a Presidência do Tribunal, minha cara Presidente Rose. Eu queria estabelecer para o País indicadores gerais de governança, saber como está a situação dos Estados, dos Municípios e da União. Quando fui a Washington proferir uma palestra, veio a ideia, e eu vi que haveria possibilidade. Lancei um desafio — aqui está o Maurício, meu secretário para toda a parte técnica —: vamos criar um indicador geral de governança de todo o País?

Mandamos 12 mil questionários. Trabalhamos com a Casa Civil. Isso foi depois, com a Senadora Gleisi Hoffmann como Chefe da Casa Civil. Tivemos muitas

oportunidades de discutir os problemas do País, e ela fez um trabalho muito proativo dentro do Tribunal, de contatos e relacionamentos em relação às concessões. Mas, depois, fui conversar com o Ministro Mercadante e propus fazer 140 perguntas para 12 mil instituições — 12 mil instituições! Sete mil responderam.

Hoje, nós temos um quadro de toda a situação da governança em três aspectos. O primeiro aspecto é liderança. Se não há liderança num Estado, num País, num Município, as coisas não andam. O segundo aspecto é estratégia, que significa pensar em médio e longo prazo. Se não há estratégia para um Estado, para um Município ou para uma empresa, não é possível pensar em médio e longo prazo. E o terceiro aspecto é controle, fundamental para avaliarmos como estava a situação do Brasil. Então, em cima desses três itens, liderança , estratégia e controle, o que nós encontramos?

No País, a situação dos Municípios é a pior em termos de governança: 14% somente. Nessa imagem é como se os senhores estivessem olhando um semáforo: verde, 14%; amarelo 33%; e vermelho, 53%. Então, temos 86% quando somamos amarelos e vermelhos, nos Municípios. A situação dos Estados é semelhante. Na União, é um pouco melhor.

Esse Índice de Governança Geral — IGG é o grande mote para nós transformarmos o Brasil. Passamos a trabalhar com todos os Tribunais de Contas dos Estados. Chamamos 34 Tribunais de Contas para trabalhar conosco. Queremos mostrar para o Prefeito que não adianta liberar uma verba se não há projeto básico, se não há projeto executivo. Se ele não estiver organizado, o dinheiro não será bem aplicado.

É necessário ter uma boa governança na União, nos Estados e nos Municípios. Aqui está o resultado de um trabalho com que eu sonhava e que conseguimos implantar porque a equipe do TCU é muito boa. São todos concursados, são todos preparados. Encontrei uma motivação muito grande do corpo técnico para implantar isso.

A competitividade é o grande gargalo, e quem trabalha no Governo sabe disso. A competitividade é o grande problema do Brasil. Na área de infraestrutura — eu estou como Relator das concessões agora — há problemas de planejamento, há falta de critério para priorização dos trechos e há falta de integração dos projetos:

entre hidrovias, ferrovias, aerovias. Alertamos para essa falta de integração a fim de auxiliar o Governo.

A intermediação de mão de obra é outro aspecto. Não vou falar de todos, não vou citar cada um. E quanto ao comércio exterior, estamos pagando 80 dólares para transportar a tonelada de soja, meu caro Senador Acir Gurgacz, enquanto os Estados Unidos pagam 25 dólares.

Hoje, nós temos condições de fazer esse estudo com a especialização que implantamos no Tribunal de Contas da União. Portanto, aqui está uma demonstração do que foi feito para o País.

Já indo para o final da minha exposição, quero mostrar os principais achados que encontramos nas contas, também no sentido de colaborar de forma preventiva.

O nosso Advogado-Geral da União esteve comigo 8 vezes, 10 vezes. Recebemos toda a sua equipe lá. O seu trabalho foi feito com toda a presteza. Deu-nos informações. Eu quero aqui deixar registrado meu reconhecimento pela forma elegante com que sempre nos tratou lá no Tribunal, e nós também procuramos tratá-lo da mesma forma, até por essa integração é importante, e ainda tem essa identidade com o Grêmio.

Então, aqui está o que nós alertamos ao Governo. Nas contas de 2014, o Relator foi o Ministro Raimundo Carreiro. Conversei com o Governo, conversei com a Casa Civil. Não estavam contabilizados 2,3 trilhões da parte do passivo, sendo uma parte, a metade disso, a parte passiva atuarial, e a outra são vários aspectos que estão aqui, nos passivos contingenciais. Isso dá a demonstração de que, em 2013, a proposta das contas era pela rejeição, mas diante da discussão que tivemos — não eu, o Relator foi o Ministro Raimundo Carreiro —, o Relator optou por aprovar com ressalvas as contas. Eu relatei as contas de 2014 e 2015.

O próximo eslaide mostra o que nós encontramos: distorções quantificadas, 281 bilhões. Distorções quantificadas, mais aquilo que eu mostrei anteriormente. Quanto a isso, houve avanço, e eu quero também aqui fazer um registro: o Governo fez todo o esforço para fazer esse avanço e fazer a disponibilização dos bens, e dos dados, e das informações. Foram feitas 25 recomendações. Foi encaminhado alerta ao Poder Executivo sobre a possibilidade de o TCU emitir opinião adversa em relação ao Balanço Geral da União — BGU, caso as recomendações não fossem

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

implementadas. Portanto, havia um alerta. Havia esse alerta, não feito por mim, mas pelo Ministro Raimundo Carreiro.

Aqui vemos a execução do Orçamento. Há 12 irregularidades mais graves, 2 ressalvas e 4 alertas. No total, eram 30 irregularidades, mas aqui estão as mais graves, que levaram a equipe técnica, que aqui está representada, a propor a rejeição das contas. Isso mostra o quê? O que foi rejeitado, basicamente? Isso já havia sido relatado pelo Ministro José Múcio, depois confirmado pelo Ministro Vital do Rêgo. Foram rejeitados 40 bilhões, sendo 6,5 bilhões do FGTS do trabalhador, que foram utilizados. Aí se deixou de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também foram rejeitados 38 bilhões cujo contingenciamento não ocorreu. Não houve contingenciamento relativo a 38 bilhões. A Lei de Responsabilidade Fiscal deixou de ser cumprida aqui também. O Governo não considerou despesas obrigatórias (9,2 bilhões) e houve frustrações de receitas (5,3 bilhões) informadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, num total de 14,7 bilhões. E o mais importante de tudo, que tinha que passar pela Lei Orçamentária e não passou, são os 13,7 bilhões.

Gostaria que o Leonardo falasse um pouco, porque esse trabalho não foi coordenado somente por mim. Eu fui o Relator. Se me permite a Presidente, peço 2 minutos para o Leonardo se manifestar e apresentar a sua posição técnica. Ele participou de várias reuniões com o Dr. Adams, com o Ministro do Planejamento e com o Ministro da Fazenda. Ou seja, procuramos fazer um diálogo permanente com o Governo. Houve um entendimento, mas a decisão final, os senhores sabem, cabe aos senhores. A nossa decisão é técnica. A decisão final é do Congresso Nacional.

Antes, ainda quero mostrar aqui alguns dados. De 2004 até 2014, a situação dos adiantamentos dos saldos dos benefícios estava mais ou menos equilibrada. Aí, o que aconteceu em 2013 e 2014, especialmente em 2014? A utilização de 106 bilhões sem a regularidade e a lei cumprida. Nós tínhamos que fazer esse alerta.

Fiz recentemente um estudo comparativo entre Hungria, Grécia, Portugal, Polônia e Brasil. Nós temos que tomar providências, porque, pelos cálculos do Tribunal, o déficit este ano é de 194 bilhões.

Oito para uma estão contribuindo hoje! Oito para uma! Oito pessoas contribuindo para uma! Em 2040, serão quatro para uma! Então, temos que tomar providências em relação a isso.

Muito obrigado.

Peço ao Leonardo que complete a apresentação, se a Presidente Rose permitir. Eu tenho que presidir uma sessão agora no Tribunal e vou ter que fazer o meu trabalho lá, como Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de fazer uma consulta ao Plenário. O Ministro Augusto Nardes está argumentando ter chegado à hora marcada e a reunião ter atrasado, por isso está disponibilizando um técnico do TCU para responder às perguntas. Os senhores estão de acordo? Isso não está previsto no Regimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidenta, V.Exa. me permite uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, permita-me completar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não está baseada...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Depois que V.Exa. falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada. Então, eu queria, para não haver dano ou prejuízo de qualquer natureza, que nós aceitássemos a conclusão do técnico e pudéssemos fazer as perguntas. Há cinco oradores inscritos para esta parte da sessão. Isso seria até em respeito ao trabalho do técnico. Não é normal, e não é esse o procedimento.

Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, eu quero fazer dois registros. Em primeiro lugar, sinceramente, não me parece adequado que um documento do Tribunal de Contas da União utilize a expressão “pedaladas”. “Pedaladas” é uma expressão que foi cunhada — não sei se isso tem a ver com cunha, é isso? — pela imprensa de maneira pejorativa, para se referir à questão das contas. Não me parece adequado que um órgão de assessoramento do Poder

Legislativo venha aqui a uma audiência pública falar “pedaladas”. Acho isso até meio desrespeitoso. De minha parte, acho isso estranho.

Em segundo lugar, eu ouvi atentamente a manifestação do Ministro Nardes. O Ministro não fez nenhuma referência ao seu voto. S.Exa. não falou nenhuma palavra sobre as contas de que é o Relator! Nenhuma palavra!

Então, eu quero aqui deixar um registro no sentido de que, sinceramente, esperava que o Ministro Nardes viesse aqui nos explicar o seu voto, sustentar o seu voto, e ouvir as nossas opiniões. Porém, o Ministro veio aqui e fez uma fala geral sobre as contas públicas, sobre uma viagem que fez a Washington uma vez e sobre uns indicadores que pensou em criar. Sobre o assunto em si, sinceramente, eu acho que S.Exa. deixou a desejar! Eu não ouvi nenhuma palavra — nenhuma palavra! — do Ministro-Relator das contas sobre as contas!

Então, eu quero aqui deixar estes dois registros: a minha estranheza ao utilizarem essa expressão num documento oficial do Tribunal de Contas e também o fato de o Ministro ter vindo aqui conversar conosco sobre as contas, sem falar nenhuma palavra sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sra. Presidente, por gentileza!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu gostaria, respeitosamente, de contraditar o que acaba de manifestar o Deputado Paulo Pimenta, porque ou não houve a compreensão por parte de S.Exa., ou o Deputado Paulo Pimenta não quer enxergar o óbvio.

Em primeiro lugar, Deputado, eu acho que o Ministro Nardes foi elegante com o Governo ao usar um apelido ou codinome dado pela imprensa: “pedalada”. Poderia S.Exa., talvez, usar o termo “fraude”. “Maquiagem” poderia ser outro apelido! Poderia chegar a outros adjetivos. “Pedalada”, de fato, foi o nome mais usado não só pela imprensa como também por Parlamentares tanto da base governista quanto da Oposição para se referir à forma que o Governo, para não fazer a declaração clara, segundo as normas contábeis da boa administração pública, adotou para omitir as informações sobre o uso de dinheiro de bancos

públicos para cobrir pagamentos sem o devido saldo, sem a devida dotação orçamentária, e assim por diante.

Portanto, não vejo nessa colocação absolutamente nada de novo, até porque essa expressão foi usada durante mais de 1 ano sem que, em momento algum, eu visse a Oposição se bater quanto à expressão. Diziam apenas o seguinte: *"Não. Não houve pedaladas".* Até que o Tribunal de Contas provou o fato.

Em um momento até histórico nesta Comissão, presidida pela nossa Senadora Rose de Freitas, o Ministro Levy, ao discutir a adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2015 — o Ministro Adams esteve presente —, foi inquirido por este Deputado de forma respeitosa. Eu disse: *"Ministro, nós não podemos aceitar que se inclua no artigo que mexe com a meta fiscal de 2015 algo subjetivo, que diz: Inclua-se a dedução na meta daquilo que ficou como dívida ou como saldo negativo junto aos bancos públicos, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, e saldo na conta do fundo de garantia".* E eu solicitei ao Ministro Levy, à época, que nos informasse exatamente quanto. V.Exa., Presidente, estava à mesa. E o Ministro Levy disse: *"Se é esse o questionamento, Deputado, eu vou informar ao Congresso qual é a verdadeira realidade dos balanços do Governo".*

Obviamente, o Banco do Brasil, para fechar o seu balanço, disse quanto o Governo devia. Fizeram o mesmo a Caixa Econômica e o BNDES. O Governo, em contrapartida, teve que indicar o quanto ele de fato admitia ser aquela dívida e informar ao Congresso. E assim foi feito.

Fechamos a redação do projeto de lei que alterou a meta fiscal de 2015 com a demonstração clara de um déficit próximo a 120 bilhões, sendo que 57 bilhões eram relativos às pedaladas, Deputado Paulo Pimenta. Ou relativos, se V.Exa. assim o preferir, à omissão, ou à malversação dos números da boa contabilidade, ou à fraude.

Portanto, o que o Ministro Nardes fez foi usar apenas o neologismo, a linguagem que foi usada pelo Brasil inteiro para se referir à forma com que o Governo tratou algo, e tratou de maneira equivocada, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre a questão que V.Exa. traz, de que o Ministro Nardes não teria se referido ao seu voto, exatamente nos minutos finais da sua fala — e eu anotei —,

S.Exa. alertou para o fato de que o Ministro que o antecedeu na missão de dar o parecer sobre as contas de 2013 — perdoe-me, pois agora me faltou o nome do Ministro que deu o parecer sobre as contas, foi o Relator de 2013. Foi o Ministro Raimundo Carreiro. O Ministro Carreiro, a princípio, identificava irregularidades e, em vez de estabelecer já em 2013 a rejeição das contas, optou por estabelecer uma aprovação com ressalvas e apresentou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou concluindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas é uma questão de ordem, e V.Exa. está fazendo um discurso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou concluindo. Ele apresentou 25 recomendações que não foram seguidas. Aí S.Exa. listou as razões pelas quais o voto foi pela rejeição — foi quando usou a expressão com que V.Exa. não concordou. Foram 38 bilhões referentes ao contingenciamento que não houve e 40 bilhões relativos às dívidas com bancos públicos, FGTS, etc., caracterizando as tais pedaladas, e assim por diante.

Mas, antes, S.Exa. fez uma exposição magna para o País, de maneira absolutamente pedagógica, mostrando que Tribunal de Contas existe não para servir a um Governo ou ser contra um Governo, mas sim para servir ao País. S.Exa. mostrou por que nós não podermos aceitar que a economia brasileira vá nessa direção, que as contas públicas vão nessa direção. É porque o caos se instala, e o povo brasileiro é que sofre.

Foi essa exposição que achei extremamente rica, porque ela não é partidária, como S.Exa. bem disse. É uma decisão técnica em favor do Brasil. Em razão da decisão técnica, por unanimidade, votaram pela rejeição. Se se aprova o que é errado para o País não se está protegendo a Presidente Dilma, mas traindo o interesse do nosso País, que está sendo aviltado.

Então, essa é a posição que queríamos externar em contraponto ao que foi dito pelo Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. falou que era uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu pedi pela ordem da mesma forma que o Deputado Paulo Pimenta pediu.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, questão de ordem... Mas o Deputado foi bem mais sucinto, o que é difícil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - *(Riso.)* Eu não tenho essa habilidade, Presidente. Peço que me perdoe.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço desculpas.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente, gostaria de saber há quanto tempo estávamos com esta audiência marcada? Há um tempo bastante relevante, não?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não tenho como responder a V.Exa. assim.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sabe por quê? Porque eu acho que é...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento foi aprovado há bastante tempo. Houve dificuldades em se acordarem as datas com o Ministro do TCU.

Eu estou um pouquinho insatisfeita, porque não quero ferir o Regimento. Não achei que, por parte do Ministro Augusto Nardes, já que tantas vezes adiamos a sua vinda...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É exatamente isso que queria questionar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não estou satisfeita com o comportamento de S.Exa. de delegar ao técnico...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Isso, muito bem, Sra. Presidente. Era isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não consta do Regimento Interno a possibilidade de trazer um técnico para debater um parecer de um Ministro. Poderíamos fazer a mesma coisa quando tivéssemos que comparecer para falar em nome da Comissão. Eu mandaria o Walbinson, está bom? Isso não diminui nem o Walbinson, nem outro técnico, que é de grande valia, mas...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - V.Exa. tem razão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, ou teremos que convidá-lo novamente, e S.Exa. terá que vir com o tempo preparado, em respeito aos Deputados e Senadores, ou, então, vamos nos dar por satisfeitos, com prejuízo ao Deputado Paulo Pimenta, ao Deputado José Rocha, à Senadora Gleisi Hoffmann, ao Deputado Caio Narcio e ao Deputado Hildo Rocha, que queriam debater com o próprio Ministro.

Então, considero encerrada...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente, eu queria usar a palavra aqui em defesa do Ministro, que chegou no horário. Infelizmente, houve um atraso, e acho que V.Exa. poderia convidá-lo novamente. De forma alguma o Ministro se oporá a vir aqui prestar todos os esclarecimentos e fazer essa audiência numa nova data. Queria sugerir aqui aos Senadores, aos Deputados e a V.Exa. que assim se proceda, porque, de fato, S.Exa. estava aqui, e a sessão começou com 1 hora e meia de atraso.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Uma hora e meia, não. Eram 15h20min. Aliás, o Ministro Nardes foi Parlamentar desta Casa, sabe como as coisas são.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vamos tornar isso uma polêmica. Está decidido que esta audiência está prejudicada. Vamos, em reunião de Líderes, encontrar uma saída que seja mais respeitosa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu gostaria de ouvir o Ministro Adams.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Não estou prejudicando quem está presente. Absolutamente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Ah, está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra agora...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sra. Presidente, só um registro. Na realidade, prejudicado está o debate. A apresentação foi de grande qualidade e muito bem fundamentada. Acho que o Ministro merece o nosso respeito. A sua impossibilidade de estar aqui na sequência não o incapacita e não desqualifica a qualidade da sua apresentação. Eu cheguei no meio da apresentação, mas o que vi é de muito boa qualidade.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, foi uma bela explanação sobre a governabilidade e os requisitos para que isso aconteça. Em relação à prestação de contas, foi prejudicado o debate aqui. O debate foi muito prejudicado, Deputado Lelo Coimbra. Foi prejudicado, porque algumas pessoas queriam arguir o parecer, os 15 pontos fundamentais.

Vejam bem. Quando temos que fazer política social, que ser delicados com instituições, todos nós somos. Reconhecemos o valor. Foi eleito com o nosso voto, mas vamos falar do trabalho da Comissão. Não é assim que pretendo conduzi-la.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer. Em seguida, falará o Deputado Moreira.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Sra. Presidente, como autor do requerimento, quero cumprimentar V.Exa. pela sua postura e pela sua posição com relação ao fato.

Realmente, o Ministro fez a exposição que julgou deveria fazer, da forma como entendeu ser apropriado, mas não foi possível o debate. Aqui também está o Advogado-Geral da União, por força do nosso Regimento e da Constituição. Sua presença não é objeto de requerimento de Parlamentar desta Comissão, mas sim do calendário desta Comissão e da própria atividade inerente à Advocacia-Geral da União.

Por isso, embora o técnico pudesse responder qualquer questionamento, com certeza com toda propriedade, eu considero que nós temos que ter uma coisa em mente: esta Comissão ainda não votou o parecer sobre as contas do Executivo produzido pelo Senador Acir Gurgacz, nem tampouco o voto em separado que inclusive conta com a minha assinatura, que é voto divergente ao parecer do Senador Acir Gurgacz.

Portanto, eu considero, sim, ser necessário debater o assunto na reunião de Líderes. Certamente, nós vamos precisar que o Ministro volte aqui. Ou até, na reunião do Colégio de Líderes, podemos concluir que a palestra feita aqui foi suficiente para votarmos com completa autoridade e com completo conhecimento os relatórios que já estão na mesa aguardando votação.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, quero só fazer das palavras do Senador Paulo Bauer as nossas palavras, mas no seguinte sentido. Há requerimentos de Parlamentares desta Comissão para que o Ministro viesse aqui, para reforçar inclusive artigos do nosso Regimento. Então, nós queremos que seja cumprido o Regimento. Nós queremos que haja o debate, para que possamos depois votar as contas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero esclarecer também que esse assunto não foi abordado quando estávamos reunidos na Presidência desta Comissão. Eu fui tomada de surpresa. Inclusive, olhei com muito respeito para o Dr. Leonardo, que aqui está, e disse a ele que não temos amparo regimental para isso.

Portanto, eu quero pedir desculpas ao Dr. Leonardo. Sei que o senhor tem todo um elenco de respostas, com certeza, tem uma grande contribuição a dar em nome da equipe inteira, mas eu tenho que, antes de mais nada, considerar as regras da Casa e desta Comissão que presido.

Eu agradeço muito a sua presença e peço que diga ao Ministro que o veremos novamente em breve.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu só gostaria de deixar uma posição registrada aqui. Embora V.Exa. tenha dito que haverá uma reunião do Colégio de Líderes para discutir essa situação, eu acho que o que nós vivenciamos aqui hoje foi um desrespeito muito grande ao Congresso Nacional e à Comissão Mista de Orçamento.

É importante deixar registrado que o Tribunal de Contas da União é um órgão de assessoramento desta Casa. Não haveria nada de mais importante para um Ministro do Tribunal de Contas fazer senão vir ao Congresso Nacional prestar contas ou falar sobre o seu trabalho. Eles nos assessoram sobre isso, não é o contrário. O TCU não é uma instituição autônoma em relação ao Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero lamentar, deixar aqui registrado meu protesto e, desde logo, dizer a V.Exa. que nós não concordaremos com uma segunda reunião para que o Ministro venha aqui. S.Exa. teve a oportunidade de vir, Senadores e Deputados estão aqui, nós nos preparamos para esse debate e nós não admitiremos uma nova reunião nesse sentido. Eu acho que S.Exa. teve a oportunidade de vir explicar o seu voto, e, de fato, não fez explicação sobre o voto, fez uma explanação sobre governança, que não era o foco da reunião.

Quero lamentar essa atitude e gostaria que constasse em ata, se houver ata desta audiência, o desrespeito do Ministro Nardes ao Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pela ordem, Presidente, eu gostaria de falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de não prologar esse assunto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas se é importante a Senadora colocar a posição dela, é importante que nós possamos também colocar a nossa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já foi colocada por vários Deputados que aqui estão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, com todo o respeito a V.Exa., eu gostaria de contraditar a Situação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou conceder a palavra ao nosso convidado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Dessa maneira, V.Exa. está tolhendo a minha palavra. Nós ouvimos a Situação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Novamente, Deputado Caio Narcio?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Novamente, não. Eu não falei hora nenhuma.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, nós vamos passar à parte mais importante, que não é aqui...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu queria subscrever. O Deputado Caio Narcio tem razão. A Senadora não está sozinha aqui.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer uma moção de agravo, assinamos todos a moção.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, se V.Exa. me permitir, eu insisto em usar a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sou o requerente, estive ausente e também quero falar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, o sorriso não foi por nada, não; estava faltando V.Exa. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é. Eu preciso falar sobre isso. É importantíssimo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Eu vou ouvi-lo. Vou dar 1 minuto a V.Exa. em seguida. Vou dar a palavra, para que possamos tirar proveito desta sessão.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Muito obrigado, Presidente, sempre muito razoável em suas decisões.

Na realidade, Presidente, o que eu queria colocar é que a ausência do Sr. Augusto Nardes, Presidente do Tribunal, deixando de fazer a sua apresentação e não aguardando aqui para que fosse feito o debate, prejudicou a nossa discussão. Não é possível a Senadora, como coloca, dizer que não vai aceitar uma outra audiência para que ele possa vir aqui fazer o debate. Nós não podemos avaliar uma discussão dessa amplitude sem ouvir e, de fato, fazer o debate. Não é possível que, pela saída, pela retirada do Presidente desta sala, nós façamos a diminuição do debate. Então, nós queremos que o debate seja feito; não foi possível fazê-lo pela ausência dele, mas esta Comissão e o País não têm culpa disso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito bem. Essa questão será dirimida no Colégio de Líderes. Portanto, não é a palavra da Senadora que prevalece, nem a de V.Exa. Faremos uma reunião própria para isso.

Nós teremos Ordem do Dia e poderemos ser prejudicados no debate. Se é mais importante V.Exa. ficar falando, nós podemos pedir a todos para que V.Exa.

fale. Não é possível. O amadurecimento no Congresso exige também uma certa complacência com os nossos próprios atos.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro, quero aqui justificar o meu atraso, eu estava exatamente falando no Grande Expediente.

Tive a oportunidade de estudar minuciosamente esses votos, tanto o voto do Tribunal de Contas como o voto do Senador Acir Gurgacz, e fiz, então, o meu voto em separado.

Eu aprendi que sabedoria é reconhecer o óbvio. O voto tem tanta consistência. Nós não estamos falando aqui do Ministro Augusto Nardes, não. Nós estamos falando aqui de um corpo técnico no Brasil da melhor qualidade, que é o Tribunal de Contas da União. O voto não foi feito pelo Ministro Augusto Nardes, mas pelos técnicos.

Quando se fala que houve pedalada — o Governo negou isso o tempo todo, e em janeiro pagou 72 bilhões de reais —, quando se fala que não houve operação de crédito, basta olhar o balanço do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNDES. Está lá no balanço *"Crédito junto ao Governo"*, e, quando se olha no balanço do Governo, verifica-se que não há nada. Por quê? Porque maquiou. Quem está pagando essa conta é o contribuinte, é a sociedade, com a inflação, com o desemprego, com o aumento de impostos, como a CPMF. E querem culpar os militares, nessa proposição que acaba com uma série de direitos adquiridos dos médicos, dos membros do Ministério Público e do Judiciário. Por quê? Porque estão querendo pagar essa conta que não é nossa.

Então, Presidente, nós precisamos, sim, debater um assunto muito sério e não dá para "tratorar" e querer votar na pressa. Temos que chamar aqui o Ministro. Eu fiz um requerimento para fazer um debate, não queria ouvi-lo apenas. Eu quero debater. Quero debater, sim, com a AGU, pela inconsistência da defesa que foi feita, quero fazer isso. Mas não podemos simplesmente esquecer o Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. vai fazer isso agora. Ninguém propôs isso aqui no plenário. V.Exa. ia dar uma opinião...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós vamos convocá-lo novamente. Vamos convocá-lo novamente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois é, no Colégio de Líderes.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, como Líder. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, V.Exa. vai abrir a inscrição?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero lembrar que nós temos um convidado que veio aqui para debater as contas do TCU. Se, por acaso, começar a Ordem do Dia, será o segundo a ser prejudicado. Lembro também que nós temos, a partir de hoje, 29 dias para concluir o trabalho desta Comissão.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu pedi a palavra como Líder.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Líder tem preferência no uso da palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava na reunião de Líderes, agora, no Colégio de Líderes, e infelizmente não tive a oportunidade de ouvir o que disse o Ministro Augusto Nardes.

Vim aqui para o debate, já que conheço o tema — posso dizer que conheço o tema —, já ouvi muito do que falaram os técnicos do TCU, já ouvi muito do que falou o Ministro Luís Inácio Adams, e eu gostaria de debater essa questão. Obviamente, nós precisamos debater.

V.Exa., Sra. Presidente, diz que temos 29 dias. É verdade. A composição desta Comissão vai até o dia 29 de março, e a Presidência, tão bem exercida por V.Exa... Nós gostaríamos de ter a oportunidade de, em uma sessão, contar com a presença do Ministro Relator do TCU e a presença do Ministro Adams, que, segundo notícia de jornal, está saindo da Advocacia-Geral da União. Mas ele esteve presente ativamente ao longo da discussão dessa matéria.

Eu acho, Sra. Presidente, que nós não podemos nos furtar a esse debate, uma vez que, como disse o Deputado Izalci, esse relatório foi feito por auditores, por analistas, por técnicos altamente especializados, sob a orientação do Ministro Relator.

Aqui no Congresso Nacional, nós também temos excelentes técnicos, temos pessoas qualificadas para trabalhar essa matéria, mas com dois resultados

divergentes. Nós sabemos que o Governo da Presidente Dilma Rousseff fez as conhecidas pedaladas, e fez mais do que isso. Editou os decretos sem autorização do Congresso Nacional, e V.Exa., a Presidente da Comissão Mista de Orçamento, teria que prezar isso também.

O Senador Acir Gurgacz, Relator desse parecer, vai de encontro àquilo que o Tribunal de Contas da União fez e teve muito mais tempo para analisar, inclusive fazendo diligências, dando prazo, para que o Governo, para que S.Exa. o Ministro Adams pudesse responder aos questionamentos. E, simplesmente, nós não podemos deixar que, numa sessão como esta, não haja o debate.

Eu estive presente na sessão de julgamento das contas da Presidente no Tribunal de Contas da União, e nós também precisamos ter aqui, nesta Comissão de representantes do povo brasileiro, de representantes dos Estados da Federação, uma discussão que venha nos dar certa tranquilidade e equilíbrio.

Não queremos aqui condenar liminarmente o relatório, o parecer do Senador Acir, mas queremos conhecer as razões pelas quais, também, ele foi de encontro àquilo que o Tribunal de Contas da União... É mister do Tribunal de Contas da União fiscalizar essas contas e nos enviá-las para avaliarmos. Nós não fazemos como precisa ser feito.

Portanto, aqui fica a minha solicitação, que nós façamos uma nova sessão. V.Exa. pode convocar a sessão para amanhã, depois de amanhã, quinta-feira. Nós estaremos aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Quero lembrar que sempre dependemos da pessoa que nós convidamos para debater. Podemos convidar, e amanhã teremos sessão.

Agora, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou vendo que não querem fazer o debate com o Advogado-Geral da União.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É verdade! É verdade!

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acho que não deve ser assim. Portanto, eu não vou conceder a palavra a mais ninguém. E vamos fazer o expediente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Correto, Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Peço a palavra pela Liderança.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vou conceder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Correto, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela Liderança, V.Exa. vai debater com o Ministro, com o Advogado-Geral.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É regimental V.Exa. dar a palavra ao Líder, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como era regimental ter convidado alguém para debater, como o Relator do TCU, e ele permanecer aqui durante o tempo desta audiência. E não o fez. E não há ninguém aqui contrário a que ele volte e esse debate se realize.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vamos ao debate! Vamos respeitar o Ministro!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, com a palavra o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Se V.Exa. não me dá a palavra, também não fico aqui. Porque é o último dia dele. Vou ficar fazendo o quê, se nem dinheiro para a AGU ele colocou?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas ele não fez um relatório? V.Exa. poderia debater.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Exa. tem a oportunidade de debater com o Ministro, ao término da sua exposição. Esse debate é após, e não antes.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Eu quero dizer que estou à disposição para discutir o dinheiro da AGU também.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, tenho uma exposição para fazer, é uma exposição longa, mas, em favor do debate, eu vou ser o mais sucinto possível, para permitir que haja pergunta e troca de informação. Eu acredito que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados conhecem a matéria, pois já examinaram o relatório, o cabedal de documentos, as análises, os pareceres que foram juntados ao processo. Já são de conhecimento dos senhores, e, portanto, nós temos condições de fazer esse debate.

Eu queria fazer alguns apontamentos iniciais. O primeiro é que, mais de uma vez, eu ouvi que a validade desse relatório que o TCU adotou é uma validade que deriva do fato de ter sido feito pelo corpo técnico. Essa afirmação ignora que todo o corpo da Secretaria de Orçamento Federal é um corpo técnico; ignora que todo o corpo da Advocacia-Geral da União é um corpo técnico; ignora que todo o corpo da Secretaria do Tesouro Nacional é um corpo técnico. São todos servidores concursados. Eu sou servidor concursado há 23 anos. Eu entrei no serviço público por mérito, e ascendi a posições, por mérito. E minhas posições são baseadas nessa lógica meritocrática. Então, desse ponto de vista, eu respeito opinião divergente, mas não sou obrigado a concordar com ela. O argumento aqui não é o argumento da autoridade. O argumento é a autoridade desse argumento; é a consistência desse argumento. E esse é o debate que tem que ser feito, com todo o respeito. Eu não posso assumir que toda decisão que o Tribunal de Contas toma é uma decisão correta. Nós temos que respeitá-la e debatê-la, e eu vou exercer evidentemente o contraditório que tem que haver nesse processo. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu queria destacar é: o que está em discussão aqui? Com base nos apontamentos do Tribunal de Contas, existem elementos que justificam a rejeição das contas. É isso que está em discussão. O Governo, a área técnica do Governo nunca se opôs ao debate. Aliás, alguém citou 2013. Em 2013 se contabilizou. O Ministro Carreiro fez o levantamento da dívida, do passivo, que o TCU nunca exigiu que fosse contabilizado. O Governo contabilizou, em 2013. Em 2014, o TCU levanta outras questões. De novo, o Governo, antes mesmo do julgamento, se propôs a fazer mudança. Eu mesmo estive no gabinete de diversos Ministros do TCU apresentando alternativas de ajuste. A Presidente adotou um

decreto presidencial relativo a repasses, regulando a temática de repasses, o que, aliás, foi elogiado pelo próprio Tribunal de Contas. Da mesma forma, o Tesouro adotou metodologias para o pagamento de subvenções econômicas. Agora, tanto o decreto quanto as portarias, que foram elogiadas pelo Tribunal de Contas da União, não alteram e não justificam a lógica infracional em relação à LRF — Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o grande equívoco.

Existe, no meu ponto de vista, com todo o respeito, uma manipulação de conceitos que favorece, de acordo com a conveniência — e Direito não se baseia em conveniências —, a condenação ou a absolvição. E isso não pode ser assim. Nós estamos aplicando lei; nós não estamos fazendo um juízo político de um governo. Juízo político os senhores e as senhoras fazem com muito mais experiência e qualidade do que eu, mas não é o que está em julgamento; o que está em julgamento é a aplicação da lei, e, como tal, ela tem que ser coerente.

Fala-se, aqui, por exemplo, só um parêntese, em pedaladas. Se todo passivo é pedalada, então vamos contabilizar passivos de precatórios, que não são pagos, que são hoje um problema grave dos Estados, principalmente; vamos contabilizar os passivos não pagos de vários órgãos da administração, inclusive do TCU. Então, é necessário ter uma compreensão metodológica desse problema.

Aqui, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu entro nos pontos. O Tribunal de Contas da União entendeu por propor uma rejeição das contas. O que eu digo: a proposta do Tribunal não é coerente, não atende ao princípio da proporcionalidade constitucional. Proporcionalidade constitucional não é um princípio abstrato; é um princípio concreto aplicado pelo Supremo Tribunal Federal, e estabelece que qualquer decisão, seja ela legislativa ou judicial — e aqui nós temos uma decisão administrativa, um posicionamento administrativo —, deve atender a um princípio de proporção. Ou seja, ela tem que ser adequada e necessária. Adequada é aquela intervenção que atinge o seu objetivo. E necessária é aquela intervenção que não gera um gravame maior do que aquele necessário para o resultado pretendido. Isso é proporção.

E, para exercer essa proporção, o Tribunal tem que olhar o resultado obtido, e tem que olhar a legitimidade das decisões que ocorreram, em cima da sua própria

jurisprudência. Não é algo abstrato. Não estou falando em algo abstrato, algo exotérico; estou falando em coisas concretas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sras. e Srs. Parlamentares, eu tenho aqui 70 eslaides, e não quero passar todos. *(Pausa.)* Então, eu vou explanar aqui rapidamente o seguinte: primeiro, tema que se convencionou na imprensa chamar de pedaladas, termo que eu já rejeitei publicamente. Trata-se da postergação de pagamentos. A metodologia de pagamentos aos bancos públicos é regulada em contratos, contratos que existem há muito tempo, desde 2001. E eu uso 2001 como parâmetro não porque ele começou em 2001, porque já existia há muito tempo, mas porque em 2001 inicia-se a LRF, e essa é a metodologia que se adota, essa é a referência que se adota.

Esses contratos sempre admitiram a possiblidade de atrasos de pagamentos com as devidas compensações remuneratórias a favor do Erário e a favor do banco. O Erário antecipa valores ao banco — ele antecipa. O banco ganha financeiramente com essa antecipação, ele lucra com essa antecipação. E o Erário, nos eventuais atrasos, paga essas compensações.

Aqui, vamos passar rapidamente as tabelas. *(Pausa.)* Só para ter uma referência do que representaram para a Caixa Econômica Federal ganhos referentes a essa relação ativo-passivo. Em 2014, que nós estamos discutindo, o saldo médio da Caixa Econômica Federal, durante o ano, foi positivo — 1,5 bilhão. Ou seja, no fluxo entre os períodos negativos e positivos, a Caixa tem um saldo médio positivo. Ao mesmo tempo, e por conta desse saldo médio, a Caixa pagou, em 2014, 140 milhões de reais. *(Pausa.)*

Eu ouvi, com muita atenção, a manifestação do Ministro Relator, que foi Presidente do Tribunal de Contas da União, a quem eu respeito, gremista como ele é. E nesse sentido sou até suspeito, não é, porque gremista se protege. Mas o fato é que a manifestação dele é muito produtiva do ponto de vista da governança geral do Estado. Aliás, não só da União Federal, mas também de Estados e Municípios. A análise que ele traz problematiza a relação de Estados e Municípios. E essa análise geral traz demandas ou perspectivas. Inclusive, eu tenho que fazer o registro, e o próprio Ministro ressalta, da colaboração do Poder Executivo, já com o Ministro Mercadante como Ministro-Chefe da Casa Civil. E essa análise mostra — e aqui

entra a questão do princípio da proporcionalidade — a colaboração do Poder Executivo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me pela interrupção. Eu vou pedir às pessoas que estão aqui acompanhando, que estão atentas ao celular, que deem a oportunidade de fazermos a sessão inteira, com o tempo democrático para os Deputados e Senadores.

Obrigada.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Ele traz elementos que são importantes do ponto de vista de governança. Apenas ele aponta, no tema das contas, as questões finais das pedaladas, e é por isso que eu inicio. E, desculpem-me, dado é dado. Nós podemos discutir versões. Dado é dado. Nós temos que trabalhar com dados objetivos. Não houve prejuízo para a Caixa. Aliás, ninguém levanta que houve prejuízo para a Caixa. A Caixa não teve lançamento em passivos, não teve lançamento em prejuízo de qualquer passivo que ela tivesse em relação com a União. Ela foi, no exercício de 2014, integralmente paga em relação às obrigações que ela tinha. Desse ponto de vista, não há que se falar em violação à LRF.

Aliás, o grande problema é que há uma discussão conceitual da norma. Cito o art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que traz o conceito de operação de crédito. Não há nenhum conceito de operação de crédito que estabelece que o tamanho do passivo varia para definir o conceito. Leiam atentamente a LRF. Não existe nada assim: se houver um passivo de 50 mil, de 2 milhões, de 30 milhões ou de 1 bilhão, por um período determinado de tempo, isso é operação ou não é operação. Isso é uma alteração do conceito para atender a uma conveniência.

Agora, houve, em 2014 — e isto nós sempre dissemos —, uma exposição em relação a isso, que não gerou prejuízo, mas que decorreu de uma realidade fiscal específica: queda das *commodities*, redução da atividade econômica, exportações, subida do dólar. Essa realidade específica gerou uma realidade fiscal difícil, e gerou também essa consequência do ponto de vista da exposição, que não gerou resultado negativo para a Caixa, no ano. Isso é um dado objetivo que tem que ser considerado nesse processo, sob pena de, por conveniência política, fazer-se um julgamento, e isso não é admissível. Isso não é admissível.

Da mesma forma, eu vou tocar nessa questão específica dos decretos. Esse tema foi introduzido não originalmente pelo Relator. Foi introduzido subsequentemente e trata da possiblidade ou não de dotação, por parte do poder de alocação, para o Executivo, de dotações orçamentárias baseadas em limites financeiros determinados. Em vez de encaminhar um projeto de lei, a própria LDO admite que o Executivo o faça.

Ora, este é um ponto importante: o art. 9º é claro ao estabelecer que o controle da meta fiscal se dá no contingenciamento financeiro. Ele não se dá na dotação. Ele não se dá na autorização. É o contingenciamento que estabelece no financeiro... E esse contingenciamento é feito pelos três Poderes, é feito pela União, pelo Judiciário e pelo Legislativo, e ele controla o gasto a partir desse financeiro. Se não fosse assim, nem o Congresso poderia aprovar leis que alterassem esse resultado, porque a regra impediria o próprio Congresso. Nós estamos tratando de uma lei complementar. A LDO não pode alterar lei complementar.

A Lei Complementar é uma norma superior de natureza financeira, como diz a Constituição, e que estabelece limites ao processo de dotação. E, desse ponto de vista, o art. 9º vem estabelecer o controle do financeiro. É por isso que mesmo a dotação que a Presidente fechou ou a meta que estabeleceu em 2014 não é incompatível com a questão fiscal. Por quê? Porque ela considerava — como foi considerada em 2009, e agora é ignorada pelo TCU — a posição de 2009, do próprio Tribunal de Contas, segundo a qual as previsões de realidade, de alteração fiscal futura por conta de legislação devem ser consideradas. O TCU decidiu isso. Eu não estou falando aqui em hipótese. Isso é um elemento de decisão, é uma referência de ilação. Se desconsiderarmos isso, nós estamos criando um casuísmo no processo decisório.

E, desse ponto de vista, não há que se falar em violação à lei, exatamente porque a LRF, que se diz que foi infringida, estabelece a limitação do ponto de vista do financeiro. E isso foi respeitado no próprio decreto de contingenciamento, ao limitar a despesa à decisão do Congresso Nacional, que veio a ser confirmada, como também foi feita em 2009 a mesma questão.

Do ponto de vista do processo, o que decorre dessa discussão é que há diferenças metodológicas. E a principal diferença metodológica... Há uma

divergência clara, que só pode ser resolvida pelo Senado da República, como manda a LRF, sobre qual a metodologia de apuração da dívida pública.

Foi dito aqui que há uma diferença entre a declaração do Executivo e a dos bancos, porque há uma diferença metodológica — e a diferença metodológica a maioria dos países adota. O sistema público apura pelo sistema de caixa, ou seja, ele apura pela liquidação de despesa, inclusive futura. O sistema banco apura pelo sistema de competência, ou seja, creditado o crédito, ele registra o crédito.

Essa diferença metodológica, que é o núcleo desse debate e o TCU tenta resolver diretamente, ao contrário do que decidiu anteriormente, porque várias vezes decidiu sobre o tema, estabelecendo que a metodologia é a que o Senado tem que estabelecer, e essa metodologia não existe... Portanto, a metodologia que vem sendo adotada é aquela do Banco Central. E essa metodologia do Banco Central, que existe há praticamente 20 anos, elogiada internacionalmente, estabelece que a metodologia de apuração da dívida pública é pelo sistema de caixa, não pelo sistema de competência. Então, nós temos uma discussão metodológica, não uma discussão direta, óbvia, tranquila.

Vamos alterar a metodologia? Vamos. O Executivo nunca se opôs a isso. Não há divergência em relação a isso. Agora, mudar a metodologia para justificar reprovação de contas, isso sim, viola o devido processo.

Desculpe-me, Senadora, já estou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tenho que pedir licença aos senhores, porque uma matéria está em votação no Senado. É uma votação secreta e eu tenho que comparecer. Não é uma matéria somenos. V.Exa. já foi? *(Pausa.)* Precisa ir, porque nós temos que manter o quórum aqui. Eu vou e volto já. O Deputado que assume a direção dos trabalhos é o 3º Vice-Presidente, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Ministro Adams, fique à vontade para dar sequência à sua exposição.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - O terceiro ponto refere-se às sistemáticas de pagamento de subvenções públicas. Há uma grande discussão sobre apuração ou não ou quitação ou não desses passivos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A subvenção pública é uma sistemática que sempre considerou disponibilidade financeira, *vide* subvenção do crédito agrícola, que historicamente sempre considerou disponibilidade financeira. Contrata-se e o setor público equaliza na sua disponibilidade financeira fixada orçamentariamente, a partir do Orçamento. Essa sistemática, que reproduz em várias *(ininteligível)* subvenção, veio a ser questionada pelo Tribunal de Contas.

E há aqui uma peculiaridade: todas as metodologias anteriores, sistemáticas, todas, dos diversos Governos, nunca deram prazo de equalização. A primeira vez em que se dá prazo de equalização é no PSI, que obriga o poder público a equalizar em 24 meses, uma demanda do BNDES para gerar previsibilidade.

Então, a sistemática de equalização, que é uma subvenção, não uma operação de crédito... Por que é uma subvenção? A subvenção é uma complementação que a administração, que o Estado oferece ao particular numa operação econômica, de forma a baratear o preço dessa operação. Ele faz isso com bancos, com o setor agrícola, com a indústria, com diversas áreas da economia.

A subvenção, portanto, é uma obrigação legal que decorre de operações que o setor privado faz. E o setor público faz as... Por que ela... Porque ela não controla as operações privadas. A grande dificuldade desse processo é que as operações privadas não são limitadas. Quantas operações de crédito pode-se fazer, ou o BNDES? Quantas operações de compra nos leilões de produtos, como arroz, trigo, soja? O setor público não controla essas operações. Elas são privadas. Agora, o setor público assume o encargo para garantir essa operação, para que ela seja economicamente viável para o próprio setor privado; é uma complementação, que ele vai exercer de acordo com a disponibilidade que hoje o Congresso dá. É o Congresso que estabelece essa limitação.

Portanto, estabelecer uma responsabilidade agora, transformando isso numa operação de crédito, é distorcer um modelo que já existe há muitos anos. Vamos mudar! Aliás, vejam os senhores a metodologia que foi elogiada pelo TCU, que está, por exemplo, na portaria de 24 de dezembro de 2015 — é a 958, não é? *(Pausa.)* O que ela fala? As operações são contratadas no semestre, comunicadas ao Tesouro, no semestre seguinte elas são apuradas pelo Tesouro e no outro semestre começam a ser equalizadas. Nós temos aqui, pelo menos, um processo de 1 ano de

diferimento entre o início da operação, por parte do banco, e o início da equalização. Isso o TCU entende como correto. E nós não temos problemas com isso. Agora, tratar isso como operação de crédito é fazer um jogo, de novo, de conveniências — prazo de 24 meses não pode, 12 pode. Isso não é aceitável, com todo o respeito ao Tribunal de Contas.

E aqui entra o elemento da proporcionalidade. O sistema de julgamento tem que estar atento à adequação e à necessidade. Ele tem que ser necessário para o resultado pretendido. Ele tem que ser adequado à realidade existente. E essa necessidade não existe, exatamente porque, nesse caso e em diversos outros, o Poder Executivo colaborou com o Tribunal de Contas da União. Aliás, o Ministro disse isso expressamente neste plenário, que desde sempre o Poder Executivo colaborou com o Tribunal de Contas nas diversas ações que este promoveu, inclusive na gestão ainda — citou expressamente — do Ministro Mercadante, depois da gestão da Ministra Gleisi.

Como é que, então, um Poder que colabora com o Tribunal de Contas se submete a um processo de penalização, com a rejeição de contas, em cima de conceitos que não são compatíveis com a percepção de violação que pretende indicar, já que nem o conceito de operação de crédito admite variação? *(Pausa.)*

O próprio Tribunal de Contas vem estabelecer que variações negativas dos repasses aos bancos não são operações de crédito. Se alguém aqui disser que essa referência está na LRF, eu abro mão dessa defesa, se alguém achar algum dispositivo na LRF. Não é operação de crédito! Não é operação de crédito! Repasses negativos aos bancos até determinado volume, até determinado valor — não existe isso na lei, porque operação de crédito é um conceito absoluto. Então, é ou não é operação de crédito. Não dá para dizer: *"Não, em 2014 é, mas em 2006 não é. Em 2014 é, mas em 2000 não é".* Em todos os anos houve repasses negativos ou situações negativas em relação aos bancos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quer que eu fale agora? Eu já posso citar a legislação fiscal para V.Exa.?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - O art. 29...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele não define a questão operação de crédito. O art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade fiscal diz *"outras operações assemelhadas*".

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Mas ela distingue, então, diferença de valores? Ou seja, a União pode tomar uma operação de 1 milhão de reais no banco sem autorização?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está na lei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, não há previsão para se interromper o orador.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Eu estou dizendo que o conceito jurídico não é suscetível a variações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Izalci, a palavra vai ser concedida a V.Exa. no momento oportuno.

O Deputado Izalci verificou... com o Ministro, mas eu peço ao Ministro que tenha tranquilidade para concluir seu raciocínio. Depois nós teremos tempo para ouvir todos os Parlamentares.

Por gentileza, Ministro, pode dar sequência à sua exposição.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não seria passível qualificar... operação de crédito mero atraso de curtíssimo prazo. Qualquer atraso, pela LRF, é operação de crédito, se admitido o conceito do TCU segundo o qual é uma operação de crédito o repasse de um contrato de serviço não quitado, sobre o qual rende juros. E aí vale para o banco o que vale para o particular, porque todos os contratos de serviço, inclusive do Tribunal de Contas, preveem pagamento de juros por atraso de pagamento. E essa previsão decorre das restrições orçamentárias naturais do dia a dia da administração.

Então, ou bem nós tratamos de uma uniformização de procedimentos ou bem se cria uma variação que torna o processo de julgamento de contas suscetível a conveniências do momento. O que eu defendo, então, é substancialmente uma coerência do ponto de vista conceitual. É isso que eu acho que esta Comissão tem que garantir ao processo. Isso não é um problema do Governo da Presidente Dilma, mas do Governo do Brasil. Aliás, o Ministro do TCU disse claramente que eles avaliam nacionalmente. Os parâmetros que estabelece também se aplicam aos Estados, aos

Municípios. E, usando um ditado comum, *"o pau que bate em Chico bate em Francisco".* Não dá para dizer que o precedente se aplica aqui, mas lá não se aplica mais. Por quê? Nós vamos mudar os conceitos, então, para variar? O que é isso? Isso é aplicar o Direito ou julgar politicamente?

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu vou me colocar agora à disposição para o debate. Eu pontuei basicamente os três grandes eixos desse debate. É evidente que há 12 itens, mas eu me acho absolutamente incapaz de fazer qualquer discussão de reprovação de contas. Por exemplo, a questão do passivo das empresas estatais no orçamento financeiro. O ano de 2014 foi o menor período negativo. Em todos os anos, em todos os anos, desde a criação da LRF, houve faixas negativas de investimento. Em 2014 foi 0,2, a menor faixa. Apontar isso como justificativa para a reprovação de contas é um absurdo, com todo o respeito aos técnicos. É achar que a situação menos grave gera a sanção mais grave. Então, nesse ponto eu não creio.

Mas posso debater os três principais eixos. Eu me disponho a fazer esse debate, que acho importantíssimo, porque não é um debate para o Governo Federal em 2014. É um debate para este País, porque ele alcança também Estados e Municípios, e cria um parâmetro que tem que ser uniformizado para o País.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permite uma última consideração, foi dito aqui que se ouviu falar que eu estou saindo. Eu, de fato, estou de saída. *(Riso.)* Eu quero confirmar aqui o boato, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Quero agradecer ao Congresso Nacional, seja à Câmara dos Deputados, seja ao Senado Federal, toda a atenção que eu, pessoalmente, tive. Eu estive em várias audiências públicas, e em todas elas fui mais do que bem recebido. Muitas delas foram difíceis, como imagino que esta possa ser agora, mas sempre respeitosas. Desse ponto de vista, eu me sinto muito feliz por ter tido a oportunidade de estar presente nesta Casa por diversas vezes. Tive oportunidade de, falando sobre o tema de contas, estar em duas sessões no mesmo dia. Estive no Senado primeiro e fui à Câmara dos Deputados à tarde. Eu confesso que, apesar da exaustão pelo tempo, o debate sempre se travou com muita qualidade, com muito respeito, e eu só tenho a agradecer.

Da mesma forma, quero agradecer do ponto de vista da instituição. A minha instituição, a Advocacia-Geral da União, sempre foi muito bem atendida e muito bem tratada por essas duas Casas, pelo Congresso Nacional, como um todo. Nesse ponto, eu não tenho do que reclamar. Eu sempre procurei atuar de maneira republicana, sempre atendendo sem olhar matriz política, pensando do ponto de vista do meu papel como advogado público. O Advogado-Geral da União defende uma instituição permanente como o Governo, mas não defende só o Governo; tem que dar atenção ao Congresso, tem que dar atenção ao TCU, tem que dar atenção ao Supremo Tribunal Federal, em suma, a todos os órgãos da administração, a todos os Poderes da República. Então, eu só tenho a agradecer.

Quero deixar esse registro final, porque este provavelmente será o último evento de que participo como Advogado-Geral da União, no Congresso Nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sr. Ministro, eu vou passar ao debate, mas não vou debater, porque estou na condição de Presidente. Mas eu não poderia deixar de registrar, dada a fala com que V.Exa. concluiu a sua exposição, que posso testemunhar — e fico à vontade porque sou Deputado da Oposição — que V.Exa., nas oportunidades em que aqui esteve, não só mostrou profundo conhecimento jurídico, mas teve também a grandeza de fazer o debate republicano. Em que pesem as divergências, que são naturais do processo democrático, registro aqui meu respeito a V.Exa., pelo seu trabalho, pela forma com que interage com este Poder.

Nós vamos ao debate, começando pelo autor do requerimento, como é de praxe.

Tem a palavra o Deputado Izalci, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, boa tarde.

Com todo o respeito que tenho ao profissional que é, Sr. Ministro, eu não poderia deixar de dizer claramente que V.Exa. não defendeu o Estado. V.Exa. sempre defendeu o Governo. Da mesma forma fez o prepotente Sr. Arno Augustin, o Secretário do Tesouro, que esteve aqui e que, talvez, tenha convencido a Presidente a fazer as barbaridades que foram feitas. Talvez com esse convencimento que

V.Exa. apresentou aqui, ele tenha influenciado este Governo a fazer o diabo, como disse que ia fazer. E estão aí as consequências.

Muito da discussão que se levanta no relatório pela aprovação das contas com ressalvas ocorre pela questão da operação de crédito. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 29, não quer conceituar apenas o que é operação de crédito. É dito que, além das operações de crédito, operações assemelhadas também estão incluídas.

V.Exa. diz que dado é dado, e é verdade. O que houve, de fato, foram 12 irregularidades gravíssimas, que contrariam não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a própria Constituição.

Na primeira delas, o Relator, talvez aproveitando o relatório da AGU, disse que o Banco Central do Brasil é independente. Todo mundo sabe, o Brasil todo sabe que o Presidente do Banco Central e sua diretoria estão sujeitos a ser demitidos a qualquer momento. Tivemos um episódio em janeiro de 2016 que deixou isso claro, quando o mercado sabia que os juros iam aumentar, mas, poucos minutos antes, houve uma reunião com a Presidente da República, e os juros não foram aumentados. Ou seja, qualquer um sabe que a Presidente interfere sim no Banco Central. O relatório de V.Exa., infelizmente, diz que foram obedecidas todas as normas do Banco Central, porque ele é praticamente independente. Mas ele não é independente.

Há a questão da omissão do passivo da União. Ora, é incompatível! O Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES apresentaram, nos seus ativos, créditos junto à União, mas em momento nenhum a União apresentou esses empréstimos, ou subvenções, ou adiantamentos. Vai dizer que adiantamento não é operação de crédito? Vai dizer que subvenção não é operação de crédito? Não é, mas é assemelhado. Tanto é que pagaram! Tanto é que pagaram 72 bilhões de reais em janeiro de 2016.

O que eu quero dizer, após essa exposição tentando nos convencer, é que quebraram o Brasil. Essa é a realidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal fala claramente — eu li o art. 29, qualquer um pode ler — sobre a subvenção. Há empresas que foram beneficiadas pelo BNDES, com quase 200 bilhões a juros de 3% a 5%. O pobre trabalhador que tem cartão de crédito — 60% de quem tem

cartão de crédito não tem pago as faturas — paga de 300% a 400% de juro. Mas os amigos do rei pagam de 3% a 5% na subvenção, como é chamada por eles, que não é operação de crédito. *"Isso não é!"*

A Caixa Econômica financiou, em 2013 e 2014 — V.Exas. lembram o episódio —, o Bolsa Família. O Governo não tinha dinheiro, a Caixa bancou isso por 2 anos. Era dinheiro da Caixa. *"Mas era adiantamento, e adiantamento não é operação de crédito."* Ora, tanto é que pagaram. Senão, não precisavam pagar.

Essa questão de conceito sobre o que foi feito prejudicou muito o Brasil. Subvenção é operação de crédito. Se não é, é assemelhado. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara em seu art. 29, inciso III, que faço questão de ler. Ela define operação de crédito como compromisso financeiro, arrendamento mercantil, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços e outras operações assemelhadas. Ora, a Caixa Econômica adiantou dinheiro, por 2 anos, para pagar o Programa Minha Casa, Minha Vida. E ainda se teve a ousadia de colocar 1,3 bilhão de reais como Restos a Pagar e, no ano seguinte pagou financiado esses Restos a Pagar. Isso não é dívida? Se não é dívida...

Na prática, é lamentável que, às vezes, para tentar convencer o Governo, dizem que se pode fazer isso, que se dá um jeitinho na legislação, interpretando diferente. Mas quebraram o Brasil. Está aí a inflação voltando, o desemprego total, o rombo nas contas públicas.

V.Exa. não falou aqui do PL 36, a maior vergonha deste Congresso, o pior momento que vivi nesta Casa. Emitiu-se um decreto fazendo uma suplementação de 10 bilhões de reais, condicionada à aprovação do PL 36, para aumentar a meta. A meta era um superávit de 39 bilhões de reais, mas em agosto já havia um déficit de 27 bilhões de reais. No apagar das luzes, mandam um projeto de lei mudando a meta. Com o Governo é assim: não atingiu a meta, muda a meta; não cumpriu a lei, muda a lei. Aí, vem o PL 36, e veio um decreto dizendo que, se nós o aprovássemos, haveria a liberação de 10 bilhões de reais. E V.Exa. disse que não, que essa questão nem deveria constar na prestação de contas. Ora, essa é a maior vergonha do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A PETROBRAS não está na prestação de contas ao TCU. Eu adicionei isso no meu voto em separado. A PETROBRAS não está na prestação de contas ao Tribunal de Contas da União. São 42 bilhões de reais de déficit da PETROBRAS que não constam.

Então, quero fazer um alerta aos Deputados e aos Senadores. O Brasil não pode e não vai aceitar as pessoas votarem em algo que não tem consistência. Não adianta inventar, ao ficar interpretando as leis. A lei é muito clara. Nós todos fizemos o juramento de respeitar a Constituição e as leis do País. Espero que, agora, todos possam cumprir a Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Izalci.

Seguindo a sequência de inscrição que a Senadora Rose de Freitas nos deixou, tem a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acho que primeiro sou eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Havia uma lista de inscrição para falar na audiência do Ministro Nardes e outra lista de inscrição para falar após a exposição do Ministro Adams.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não foi isso que foi esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Está com a letra da Presidente Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi aberta uma lista de inscrição para o debate.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sequer foi aberta outra lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Temos a presença de cerca de dez Deputados aqui. A minha disposição é de ouvir todos. Portanto, nós vamos ouvir o Deputado Samuel, e vou alternando as duas listas. Na sequência, terá a palavra o Deputado Paulo Pimenta, que está na outra lista. O meu nome, que

era o primeiro na lista do Ministro Adams, eu não vou considerar. Se a Presidente regressar a tempo de eu me manifestar, eu o farei. Caso contrário, vou exercer a função que me foi delegada, como prevê o Regimento, sem me manifestar no mérito. A Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann está inscrita também e será ouvida daqui a pouco.

Tem a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, achei os argumentos do Advogado-Geral da União ainda muito frágeis. Ele se atém, especificamente, a avaliar se há limites para crédito ou não, se houve prejuízos para a Caixa Econômica Federal ou não. Ele tenta justificar a validade da operação em função, inclusive, de uma realidade fiscal que se revelou para o País, com a queda do preço de *commodities*, como se isso justificasse aquilo que está plenamente determinado na lei. É proibida a operação de crédito, isso é o que diz a lei. Não é possível buscar justificativas para descumprir a lei. Se foram pagos juros ou não foram pagos juros, não importa, é proibida a operação de crédito. Isso está no art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

> *"Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo."*

É proibida a operação de crédito.

O Deputado Izalci deixou muito claro aqui, e o art. 29 também deixa muito claro o que é operação de crédito. O que significa operação de crédito, quais são as definições?

> *"Art. 29.....*
>
> *.....*
>
> *III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros."*

Ou seja, houve uma operação de crédito, sem autorização legislativa. Não é só uma irregularidade. Há um crime de responsabilidade também, porque obtém uma operação de crédito — na verdade, um empréstimo de um dinheiro que não tinha —, sem autorização legislativa.

Quer dizer, um Prefeito de uma cidade pode, é óbvio, ter uma operação de crédito, adquirir um dinheiro de um determinado banco, desde que ele passe pela Câmara e lá faça o debate do porquê e para quê aquele dinheiro. Ele está endividando uma Prefeitura, dos cidadãos que moram naquela cidade. Com o Governador de um Estado é a mesma coisa: se quiser fazer um empréstimo, se quiser fazer uma operação de crédito, terá que passar pelo Legislativo. E, aqui, vai a um banco que pertence ao Governo Federal e toma dinheiro para cobrir despesas que não tinha dinheiro para cobrir...

Então, nós estamos vivendo em um País — e, aí, eu quero falar até de uma maneira um pouco generalizada — em que nós começamos a observar que a regra vale se for boa para nós. Se não for boa, nós vamos nos desviar da regra. Se ela for boa para nós, vamos cumprir a regra. E isso eu estou falando passando pelos partidos, passando pelas pessoas.

Vemos a grande discussão do *impeachment*. As pessoas querem saber se vai ser bom ou não. Não querem saber se está se descumprindo ou não a regra. Primeiro, querem adivinhar se vai ser bom. Se for bom, aí a regra vale. Se não for bom, a regra não vale.

Ora, é isso que é democracia? Se nós considerarmos os países mais desenvolvidos, consolidados com a sua democracia, o que nós vemos? O cumprimento de regras, porque a democracia é um Estado de Direito ao qual nós temos que nos submeter.

Ela descumpriu as regras. Não dá para aprovar essas contas. Elas foram apreciadas pelo Tribunal de Contas, que não é um órgão deliberativo, do ponto de vista da finalização do julgamento da conta, e sim esta Casa. Mas foi reprovada, por unanimidade, lá no Tribunal. Foi por unanimidade! Não é que houve divergências.

E eu lamento profundamente, porque achei que houvesse argumentos um pouco melhores. Mas não há sequer um argumento. *"Nós vamos descumprir a regra porque nós encontramos uma realidade fiscal diferente."* Mude-se a lei, então. A lei é

para ser cumprida. Nós temos regras. É inadmissível... Olhem para onde o País está andando. É dessa forma, acha-se uma justificativa: *"A Caixa tem uma relação conosco, de vez em quando ela ganha dinheiro conosco, de vez em quando ela tem que perder dinheiro conosco."* Mas e a lei?

É inaceitável! Então, eu quero registrar a minha indignação. Nós não podemos aprovar essas contas. Essas contas estão cheias de irregularidades e de crime de responsabilidade, passível, inclusive, do impedimento do mandato da Presidente. E é isso que nós temos que debater com profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado. V.Exa. ficou no limite do seu tempo.

Passamos a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Luís Inácio Adams, em primeiro lugar, quero dizer que o V.Exa. foi brilhante, como sempre foi nas outras oportunidades em que esteve nesta Casa. Eu confesso que já tinha observado a apresentação da defesa e acho que V.Exa. hoje nos ajudou aqui a ter uma compreensão absolutamente clara do que nós estamos debatendo.

Eu tinha preparado 14 questionamentos para o Ministro Augusto Nardes. Imaginei que hoje teríamos, pela primeira vez, uma oportunidade de questionarmos o seu relatório. Afinal de contas, o Tribunal de Contas é o quê? É um órgão de assessoramento do Poder Legislativo.

Imagine, Sr. Presidente, se nós fôssemos convidados para uma audiência no Tribunal de Contas, para debater um tema importante, e o Sr. Relator de um projeto de interesse do País falasse 8 minutos, saísse correndo e dissesse: *"O meu assessor vai ficar aqui agora, vai responder para vocês e vai complementar a minha intervenção".* Isso é no mínimo — no mínimo! — desrespeitoso.

Mas eu conheço o Ministro Augusto Nardes, eu fui Deputado Estadual com ele, eu o conheço lá do tempo da antiga ARENA. Ele já é cobra criada nessa história. E, depois da intervenção de V.Exa., Ministro Adams, eu entendi: ele não foi embora; ele fugiu. Eu teria fugido também, porque, se formos comparar a exposição que V.Exa. fez aqui com aquela fala genérica sobre a economia do País que ele fez, convenhamos que seria quase que constrangedor este debate.

Mas eu quero ver se V.Exa. pode me ajudar a responder algumas dúvidas que eu tenho sobre essa matéria. Um dos questionamentos que eu gostaria de fazer diz respeito ao fato de que esse mesmo procedimento teria sido utilizado por 17 Governadores; 17 Estados fizeram esse mesmo tipo de operação. E, portanto, se essa leitura pode, segundo o Deputado Samuel Moreira, levar ao impedimento da Presidenta, pela gravidade do crime, teríamos que afastar também 17 Governadores. Esse mesmo procedimento foi adotado pelos Presidentes que nos antecederam, inclusive o príncipe, Fernando Henrique Cardoso, que também utilizou esta mesma conduta quando Presidente.

Então, vejam os senhores que, se for verdade, nós estamos aqui diante de algo muito maior, porque é um procedimento, uma mudança de conduta do Tribunal de Contas que atinge os Estados, os Municípios e que tem que ter consequência. Mais grave que isso é o fato de que o Tribunal de Contas da União não considerava esses fatos dos anos anteriores com esse nível de responsabilização do Governo que passou. Então, o Tribunal de Contas muda uma orientação e passa a querer responsabilizar, de maneira retroativa, uma Presidenta que foi eleita com 54 milhões de votos. E busca criar uma tese para justificar uma suposta operação de crédito que nunca existiu, e isso ficou muito claro na sua exposição.

Mas tem um outro aspecto que me parece bastante interessante. O Tribunal de Contas da União não estabeleceu, em nenhum momento, uma vinculação direta das possíveis irregularidades com a atuação da Presidente, ou seja, em nenhum momento, o TCU demonstrou a participação da Presidente e a conexão dos fatos identificados na prestação de contas de 2014. Como pode, por exemplo, alguém imaginar uma participação direta da Presidente na metodologia especificada, utilizada pelo Banco Central, no tocante ao registro de estatísticas da dívida pública ou sobre diversos outros pontos levantados pelo TCU? Então, não há, no relatório, em nenhum momento, uma demonstração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Não há, em nenhum momento, no relatório do Tribunal de Contas, essa vinculação. E, assim como essa, eu gostaria de apresentar aqui várias outras

questões, acho que muitas delas já estão bastante esclarecidas, e nós temos todas as condições... E aqui quero reconhecer o trabalho feito pelo Senador Acir Gurgacz, que, realmente, é um trabalho técnico, consistente e que nos dá condições de examinar, com tranquilidade, essas contas aqui na Comissão e, também, com certeza, no plenário do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Nós é que agradecemos, Deputado Paulo Pimenta, que falou também praticamente dentro seu tempo.

Passamos a palavra — não sei se ainda está presente — ao Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)*

Na sua ausência, concedo a palavra ao Deputado Elmar Nascimento. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, eu quero saudar o Ministro Luís Inácio Adams e também parabenizá-lo pela exposição com riqueza de detalhes, mostrando tecnicamente a consistência do seu posicionamento; e também a Esther Dweck, Secretária de Orçamento Federal — SOF.

Eu não quero aqui só fazer perguntas. Eu quero fazer três colocações e pedir ao Ministro Adams, que acompanhou essa discussão, que as valide ou não.

Na primeira delas, nós temos três situações que foram elencadas como fundamentais para que o Tribunal de Contas da União rejeitasse as contas da Presidência da República: a primeira envolve a Caixa Econômica Federal e o pagamento, através de contrato, de programas sociais — Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial; a segunda envolve o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Programa de Sustentação do Investimento — PSI; e a terceira, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Em relação à primeira situação, V.Exa. falou que são resultados de contratos firmados com a Caixa Econômica Federal já utilizados há muitos anos, inclusive em Governos que não o da Presidenta Dilma, e que, portanto, esses contratos são uma prática e não se configuram operação de crédito.

Só para corroborar o que V.Exa. disse, eu gostaria de ler aqui um trecho do Acórdão nº 992, de 2015, do próprio TCU, que auditou esse contrato e o considerou regular. Esse acórdão foi relatado pelo Ministro José Múcio, que deixa muito claro o seguinte:

> *"Todavia, é preciso ressalvar, de fato, que não seria razoável classificar como operações de crédito meros atrasos de curtíssimo prazo no repasse de recursos do Tesouro, previstos e com condições estipuladas contratualmente, como no caso dos programas sociais pagos por intermédio da Caixa Econômica Federal."*

Parece-me que o próprio Tribunal de Contas, ao aprovar esse acórdão no seu plenário, já dirime as dúvidas sobre esses contratos feitos com a Caixa Econômica Federal. Portanto, não temos aqui nenhuma irregularidade.

As outras duas situações que mencionei, uma se refere ao PSI — Programa de Sustentação do Investimento. Não há que se falar em ilegalidade, até porque nós avaliamos que essa situação acontece entre 2010 e 2014. Somente em 2014, o Tribunal de Contas decidiu rejeitar as contas da Presidenta, até porque tem base legal. Em 2009, este Congresso Nacional discutiu e votou o que se transformou na Lei nº 12.096, que dispõe exatamente sobre o Programa de Sustentação do Investimento.

O § 6º do art. 1º da referida lei define as condições de concessão e subvenção econômica. Estão lá as condições de concessão e subvenção econômica inclusive para o BNDES.

Então, ao se falar em ilegalidade, está-se desconhecendo um papel que este Congresso teve. Eu não estava aqui em 2009, mas os Deputados e os Senadores que me antecederam estavam, discutiram essa lei, podem até ter votado contra, mas foram vencidos. Nós estamos falando de autorizações permitidas por uma legislação vigente. Então não há que se falar em ilegalidade e em crime de responsabilidade, porque há lei autorizando essa operação. Portanto, se há lei, este Congresso é responsável.

Por último, o Programa Minha Casa, Minha Vida e o FGTS. Da mesma forma, este Congresso Nacional também votou o que se transformou na Lei nº 11.977, de 2009. O art. 82, para ser mais exata, dispõe sobre a utilização dos recursos do FGTS, nas contratações feitas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e a reposição desse recurso pela União. Isso está na lei. Então, nós não estamos falando aqui de algo que foi decidido à revelia da legislação.

É uma pena que o Ministro Augusto Nardes tenha saído. Eu já manifestei aqui a minha decepção em relação a essa postura de desrespeito com a Comissão Mista de Orçamento, com o Congresso Nacional. Afinal de contas, o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, a prioridade dele seria estar aqui. Eu lamento esse tipo de postura. Eu iria fazer uma pergunta em cima de uma afirmação dele. Ele afirmou que todas as auditorias do Tribunal de Contas da União seguem padrão de auditoria internacional. Por isso se chegou a essa conclusão de que o Tribunal de Contas negou ou pediu para que as contas da Presidenta fossem rejeitadas.

Pergunto: o Tribunal de Contas da União só começou a seguir padrão internacional de auditoria em 2014? Não seguiu antes? Não seguiu em 2010, em 2011, em 2012? Será que não é o caso de esta Casa analisar a responsabilidade pública do Tribunal de Contas nos pareceres que emitiu anteriormente?

Eu acho que nós temos um dever aqui, qual seja o de cobrar do Tribunal de Contas as posições que teve anteriormente a 2014. E mais do que isso: como órgão auxiliar do Congresso Nacional, se o Tribunal de Contas achava que isso tinha conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja hierarquia é igual à das leis de que nós estamos aqui falando, deveria ter se posicionado cautelarmente e dito ao Governo que essas leis votadas pelo Congresso não deveriam ser aplicadas. E não o fez. Então, se não o fez e hoje está apontando erro, o Tribunal de Contas também cometeu erros e falhas.

Se queremos julgar as contas da Presidenta em 2014, com o rigor que se está debatendo aqui, temos que ter o mesmo rigor para com o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora vamos ouvir o Deputado Caio Narcio e, na sequência, os Deputados Jorge Solla, Hildo Rocha e Julio Lopes.

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, primeiro quero comungar com as palavras que foram colocadas em relação ao talento e à competência do Sr. Ministro Luís Inácio Adams. Realmente ele tem uma competência diferenciada, um conhecimento técnico e jurídico que merecem o nosso aplauso.

Eu também tenho que concordar com o Deputado Izalci, que disse que o Ministro usou todo esse conhecimento para defender o Governo, e não o Estado. Na realidade, temos que dar parabéns a ele por ter feito uma peça de defesa que defende o indefensável.

Ficou muito claro que alguns ficaram chateados com o termo “pedaladas fiscais”, mas também se poderia ter dito “fraude” ou “maquiagem nos números do Estado”. E eu lembro bem que, no ano passado, nós tivemos várias discussões. Houve requerimentos, inclusive do nobre Deputado Domingos Sávio, pedindo que fossem nominados os valores das eventuais pedaladas. E esses números variavam: algumas vezes se falava em 28; outras, em 57. Ao chegar em janeiro, se não engano, foi dito que algo em torno de 72 bilhões de reais foram pagos pelo Governo.

Portanto, se foi pago, quer dizer que representava uma dívida, representava um empréstimo, ou, conforme as palavras do nobre Ministro, representava “postergação de pagamentos”. Se não me engano, esse foi o termo utilizado por ele.

Bom, postergação de pagamentos, empréstimos, operação fiscal, todos esses nomes figurativos representam a mesma coisa para mim. Representa que o Governo não tinha dinheiro para pagar o diabo que disse que iria fazer para ganhar a eleição e que depois da eleição teve de arrumar dinheiro. Essa é a pergunta e a resposta que nós estamos enxergando.

Se não houve dívida, se não houve comprometimento financeiro, se não houve empréstimo ou pedalada, não havia motivos para que o Governo fizesse pagamentos e muito menos para que houvesse aquela novela do famoso PLN 36, que mudava a meta fiscal e tentava ajudar salvar o que aconteceu no ano passado.

Então, de maneira muito específica, o que se percebe é que o Governo não compreende leis como regras, como regramento administrativo. Quando a lei não

agrada, ele muda a lei; quando ele não respeita a lei, a lei é que estava equivocada. Em algum momento da defesa, o Ministro disse: "*Se houvesse o contingenciamento de 28 bilhões"* — e, no caso, ele quer dizer "se não tivéssemos pedalado 28 bilhões" — *"haveria comprometimentos graves na área de saúde, educação"*. Ou seja, o Governo irresponsavelmente gastou um dinheiro que não tinha, buscou nas entidades do Governo o financiamento para o empréstimo, para cobrir o buraco que foi feito de forma irresponsável, e aí, quando se apela à lei prevista na Constituição, quando se apela à LRF — Lei de Responsabilidade Fiscal e observa-se as penas ao desrespeitá-la, diz: *"Não, a lei não é bem assim. Vamos mudar o regramento, votar alguma coisa para consertar o estrago feito. Não é preciso respeitar essa lei, porque isso daí é para atrapalhar a nossa administração"*.

E o sentimento que nós temos é que o Brasil, ao desrespeitar isso, e quando lembramos que houve a rejeição das contas, o Deputado Paulo Pimenta, às vezes, chega a ridicularizar a situação, dizendo que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar, que não tem poder deliberativo. É fato. Mas será possível que todos os Ministros que estavam lá, inclusive os indicados no Governo do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, por unanimidade, com todo o corpo técnico, rejeitaram as contas? Será possível mesmo que todos os Ministros e todo o corpo técnico do Tribunal de Contas estão equivocados? E aqui, eventualmente, por coincidência, será que os governistas, aqueles que defendem todas as atrocidades que o Governo vem cometendo, acima de tudo e a qualquer custo, estão corretos, e o Tribunal inteiro está equivocado?

E ainda quando o Deputado Paulo Pimenta, por quem tenho a maior estima, diz: *"Dezessete Estados teriam feito a mesma coisa"*. E daí? Quer dizer que porque 17 Estados fizeram a coisa errada, o Brasil também pode fazer?

Ora, temos uma lei, e vamos respeitá-la, e vamos correr atrás dela, e o País vai ter decência, ou rasguem a Constituição e digam que aqui é um País que não tem regras ou que as regras não são respeitadas.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Concluo, Sr. Presidente, dando parabéns ao Sr. Ministro que está deixando o cargo. E se eu fosse a Presidente da República eu não tiraria V.Exa. de lá, porque o seu trabalho realmente foi muito bem feito na

defesa dela, infelizmente, em detrimento do Estado, infelizmente, em detrimento do regramento do nosso País.

E ficam aqui as nossas manifestações de mais alta estima pelo trabalho e reconhecimento desta Comissão. Mas se nós aprovarmos essas contas que foram rejeitadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União, de fato, nós estaremos rasgando a nossa Constituição, dizendo que um órgão como aquele não vale nada, que estão todos equivocados, que esta Comissão, a qualquer custo, vai aceitar que se faça qualquer coisa para manter a sua base e que o Governo pode fazer o que quiser com o País que nós vamos permanecer calados.

Deixo aqui o nosso manifesto de repúdio: que não nos prestemos a esse papel, porque esta Casa precisa ser maior e melhor do que isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Caio Narcio.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, realmente, eu acho que é importante este debate. Infelizmente, tivemos frustrada a oportunidade de debater aqui com o Ministro do Tribunal de Contas da União. Eu faço minhas as palavras que já anteciparam outros companheiros, porque eu acho que tem que ficar registrada nesta Casa a nosso crítica à forma como ele se portou, diante desta Comissão.

Eu termino chegando à mesma conclusão, para a qual já chamaram a atenção alguns colegas, de que ele não queria ficar para fazer o debate com o Ministro Luís Inácio Adams, que mostrou aqui toda a sua competência. E aproveito para parabenizá-lo pelo trabalho.

Eu vou até preferir, Sr. Presidente, a opção de que ele resolveu se evadir do debate com o Ministro Luís Adams do que achar que ele desrespeitou o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados. Acho que é melhor para ele que, em vez de a versão de desrespeito com a Câmara dos Deputados, passe a versão da fuga para não debater com o Ministro Luís Adams.

Eu estou preocupado também porque, na verdade, nós estamos discutindo aqui a possibilidade de este País ter dois pesos e duas medidas, ter uma legislação

que vale para um governo, mas não vale para outro; ter uma que vale para um ano, mas não vale para outro; ter uma que vale para os meus amigos do meu partido, mas não vale para os meus adversários do outro partido.

O que nós estamos vivendo é uma situação em que se quer rejeitar as contas da Presidência da República, com uma intepretação que nunca foi praticada neste País, por algo que aconteceu em inúmeros governos anteriores, por algo que aconteceu em outros entes federados, por algo que nunca foi questionado pelo próprio Tribunal de Contas da União.

Então, que argumentos são esses? Que base legal é essa? Que Constituição é essa que só vale para reprovar as contas da Presidenta Dilma de 2014? Que cara de pau é essa de chegar aqui um Deputado para dizer que vai reprovar as contas da Presidenta Dilma de 2014, usando como base legal algo que não é usado, nunca foi usado e provavelmente nunca será usado nos próximos anos para justificar a reprovação de contas de alguém?

Infelizmente, a fuga do Ministro do TCU não me permite fazer alguns questionamentos, mas eu vou aproveitar para fazê-los ao Ministro Luís Adams.

Por favor, se me permitir — eu sei que eles seriam mais endereçados ao representante que se evadiu —, eu queria perguntar por que o Tribunal de Contas da União, em anos anteriores, considerou condutas e fatos com ressalvas — estão registradas nos documentos essas condutas com ressalvas em anos anteriores —, e, em 2014, elevou essas condutas no âmbito de responsabilização do Governo e passou a considerar pontos importantes e regulares. Por que em nenhum momento o Tribunal demonstrou qualquer conexão da Presidenta, qualquer participação dela com os fatos identificados?

Não se pode imaginar uma participação, por exemplo, direta da Presidente na definição de metodologias específicas usadas pelo Banco Central. Aí o Deputado que me antecedeu disse que não se pode falar de autonomia do Banco Central. Eu queria saber se a autonomia do Banco Central foi o que aconteceu no Governo Fernando Henrique, em que o Banco Central, na véspera, avisou à Avenida Paulista que faria uma maxidesvalorização do real. Isso deixou a Avenida Paulista biliardária e com certeza até hoje grata, eternamente grata, a Fernando Henrique Cardoso e à Direção do Banco Central da época.

E aí continuamos nos perguntando como é que nós podemos admitir situações desta natureza, em que o TCU considerou que houve utilização da execução orçamentária por influir na apreciação legislativa do Projeto de Lei nº 36, de 2014. Por que não informou isso ao Poder Executivo? Por que não disse que havia indício de irregularidades na gestão orçamentária? Ela não apontou — para o que a Senadora Gleisi Hoffmann chamou a atenção também —, se houve ou não lesão no Erário, não informou qualquer irregularidade. Da mesma forma, o Ministro Adams chamou a atenção aqui de que os contratos foram firmados, se eu não me engano, em 2001. Então, são contratos de 13 anos de vigência que nunca tiveram qualquer sinalização do Tribunal de Contas, que nunca foram questionados, inclusive pelos Deputados de partidos que já eram de oposição desde 2003. Houve conciliação em 2001 e 2002 porque as contas eram de seus partidos, de quando estavam na Oposição, desde 2003, antes de perder três eleições sucessivas e não se conformarem, como aconteceu agora na quarta, e buscarem a todo custo o *impeachment* da Presidente. E não encontraram razão nenhuma para o *impeachment* da Presidente, porque a Presidente não tem conta na Suíça, como o Deputado Eduardo Cunha tem; a Presidente não tem apartamento bilionário em Paris, como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tem; a Presidenta Dilma...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É base de governo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Permita-me concluir, por favor. Eu vi V.Exa. passar 1 minuto.

Rastrearam toda a vida da Presidente Dilma, não acharam nada. Aí, o que é que sobrou — isso é interessante — para a Oposição? Sobrou querer cobrar algo como irregular, algo que nunca foi cobrado durante 13 anos. Sobrou querer analisar, interpretar a lei da forma que nunca foi interpretada em 13 anos. E mais: sobrou querer aprovar irregularidades nas contas da Presidenta e, obviamente, passar a mão na cabeça dos 17 Governadores, vários deles ligados à Oposição, que com certeza descumpriram um mandamento que nunca foi considerado irregular.

Então, eu queria ouvir do Dr. Adams por que ele acha que o Tribunal de Contas da União cometeu tantas arbitrariedades no julgamento das contas de 2014. E até peço que analise, dê a sua opinião se não caberia alguma maneira de evitar que o Tribunal de Contas pudesse ter dois pesos e duas medidas, como está tendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço ao Deputado Jorge Solla.

Vamos passar a presidência dos trabalhos ao Deputado Jaime Martins, que é o Vice-Presidente desta Comissão. Assim, também eu terei oportunidade de me manifestar.

V.Exa. está inscrito, Deputado Julio Lopes. Na ordem, está inscrito o Deputado Hildo Rocha, eu e, na sequência, V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Sr. Ministro Adams tem a palavra para responder ao Deputado Jorge Solla.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Peço que todos falem, depois eu respondo. São muitos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, há apenas mais três inscritos.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Deputado Jaime Martins, que ora preside esta reunião da Comissão Mista de Orçamento, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, ficou aqui bastante claro que não houve operação de crédito. Isso está claro. Não houve operação de crédito, portanto não houve quebra à regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para haver operação de crédito, as duas partes teriam que concordar que estava um lado emprestando e o outro recebendo dinheiro. Além disso, teria que haver emissão de títulos, entre outros documentos necessários.

E o que diz a própria Lei de Responsabilidade Fiscal quando ocorre a operação de crédito irregular? O art. 33 é bastante claro. Nós temos que tornar nula aquela operação de crédito. Mesmo se houvesse operação de crédito, que não foi o caso, o Tribunal não poderia chegar a esse ponto de rejeitar as contas da Presidente por ela ter contraído um empréstimo irregular. Teria que ser nula, e o principal não poderia nem pagar juros dessa dívida, porque a operação seria nula, teria que ser restituído esse dinheiro de empréstimo ao Erário, e, se não fosse possível nesse ano, que fosse lançado no Orçamento seguinte.

Portanto, não há nenhuma irregularidade com relação a essa questão chamada de pedalada fiscal. O que houve, de fato, foram programas sociais criados

há vários anos que vinham sendo costumeiramente pagos de forma adiantada, sem que o pagamento viesse a ocorrer na data prevista. A meu ver, e eu acredito que todos irão assim entender, houve, sim, falta de pagamento. Mas isso teria que se enquadrar, no máximo, no art. 42.

O que eu quero perguntar ao Dr. Adam Smith, desculpe-me, Luís Inácio Adams *(risos)*, se houve por parte do Tribunal de Contas da União alguma recomendação com relação ao excesso de gastos, se ficaram Restos a Pagar sem a receita suficiente dentro do final do balanço.

Então, essa é a pergunta que eu quero fazer, porque, no máximo, teria ocorrido infração ao art. 42, e não aos arts. 29, 30 e 31.

O que me preocupa são as despesas sem cobertura legislativa apontadas — e foram apontadas novamente pelo Ministro Augusto Nardes aqui, na sua apresentação.

V.Exa. disse que não, que não houve essa autorização de despesa sem cobertura legislativa. Eu pergunto a V.Exa.: quais foram as contas que o Tribunal diz que houve? Quais foram os Ministérios em que ocorreram esses fatos? Essas contas já foram analisados? Qual foi o resultado do Tribunal de Contas da União? Quais são as medidas legislativas que não foram cumpridas pelo Executivo Federal nesse caso?

Portanto, é um valor bastante significativo. O Tribunal afirma que 13,7 bilhões de reais são despesas sem cobertura legislativa, ou seja, que não estariam no Orçamento. Não sei se ele incluiu essa questão das chamadas pedaladas fiscais. Eu acredito que não, até porque não foram despesas orçamentárias registradas.

Eram essas as colocações que eu tinha a fazer. Não restam dúvidas de que o Tribunal de Contas da União, a meu ver, cometeu um grande equívoco. Esta Casa e o Congresso não podem se guiar pelo grande equívoco que foi cometido pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Hildo Rocha.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estão inscritos ainda o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Julio Lopes, o Deputado Leo de Brito. Nós estamos caminhando para encerrar as inscrições, porque a Ordem do Dia está em andamento na Câmara.

Passo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Domingos Sávio, para que faça as suas considerações.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Ministro Luís Inácio Adams, eu vou tentar fazer o debate republicano, que é o que eu mais gosto. Eu vou tentar isso, embora, é claro, todos os colegas sabem que a minha posição, como membro do PSDB, é de oposição a este Governo. Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal não deve ser analisada sob a ótica de situação ou de oposição. Nós prestaríamos um grande desserviço ao País.

E aí estou me dirigindo ao Ministro, a quem eu já manifestei o respeito que tenho e que, não tenho dúvidas, tem consciência disto. Nós não podemos rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos ter um retrocesso e dizer o seguinte: "*Não, foi um equívoco. Não precisamos mais dessa lei*". Nós não podemos ter tolerância com as atitudes que venham a infringir essa lei — portanto, atitudes ilícitas —, porque elas penalizam o cidadão.

Quando falamos *"cometeu-se um crime*, *eu vi, numa estratégia aí*", estratégia é um mecanismo legítimo de defesa, não pode levar quem vai julgar a se submeter à estratégia, faltando com observância da lei. Falo da estratégia adotada não pelo Ministro Adams, porque ele não iria adotar algo que faltasse com o cuidado para com a lei, mas da estratégia usada por alguns aliados do Governo de dizer: "*Mas a Presidente Dilma não roubou, não matou. Que crime que ela cometeu? Que história é essa de crime de responsabilidade fiscal?"* Eu vejo, inclusive, alguns Parlamentares dizendo: *"Ora, agora querem condenar as contas por algo que nunca se condenou",* como se esse crime estivesse acontecendo todo dia, e nós não o estivéssemos observando. Primeiro, nada justifica tal crime, e não é verdade dizer que está acontecendo todos os dias. É o crime que a Presidente cometeu, ou que o seu Governo cometeu.

Outra observação feita: *"O Tribunal não fez uma conexão com a Presidente e as ilicitudes, o crime de responsabilidade fiscal, cometidas no seu Governo*". Ora, essa análise é quase equivalente a dizer: *"Minha gente, a Presidente é a Presidente*

do Brasil, mas os erros que ocorrerem sob o seu Governo não são atribuídos a ela, porque ela só preside o que ocorrer de certo. Ela não tem responsabilidade sobre o que ocorrer de errado sob o seu comando".

O Ministro, inclusive, fez uma observação — e V.Exa. vai me permitir discordar da sua reflexão — que foi estratégica: *"Nós temos quadros na Secretaria do Tesouro, no Ministério, que são técnicos*". E eu concordo com V.Exa., mas quem decide as ações de governo não são esses técnicos, senão o que estaria lá fazendo a Presidente Dilma e os seus Ministros? Aliás, o Ministro Nelson Barbosa, que hoje está no Ministério da Fazenda e que comandou todas essas operações, é técnico, mas os técnicos não estão ali concursados como Ministro. A Presidente e seus Ministros estão ali exercendo cargos políticos, e o crime de responsabilidade fiscal é atribuído a quem tem o poder de mando, a quem decide. A Presidente tem o poder de mando.

Mas, voltando à questão do crime, ela não roubou, ela não matou, mas teria cometido um crime. E o cometeu. Para haver crime tem que haver vítima. Eu começo do final da história, Ministro. Eu começo pela vítima. O crime da Presidente, àquele momento, àquela altura da análise, poderia não estar tão perceptível, Deputado Hildo, Deputado Solla. Hoje o crime está perceptível na vítima que ela fez. O Governo Dilma, sob a gestão da Presidente Dilma no ano de 2014, cometeu graves crimes. Foram bilhões de reais. Não foi um pequeno deslize de uma variação de alguns dias na contabilidade da Caixa, do BNDES, do Banco do Brasil. Foram bilhões de reais utilizados de um banco público sob o comando do Governo. E onde está dito que isso é crime?

O art. 39 da Lei de Responsabilidade Fiscal elenca crimes, e o art. 36 diz:

> *"Art. 36. É proibida a operação de crédito entre a instituição financeira e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo."*

O Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma, beneficiou-se de uma operação de empréstimo. O que caracteriza o empréstimo? Eu vou ao banco, saco do banco o recurso que eu não tenho. E é isso. O cidadão que está que me ouvindo, que está me assistindo, sabe que é isto: eu vou ao banco, eu não tenho saldo, e o banco passa para mim um dinheiro que não é meu. Mas esse dinheiro, como foi o

Banco do Brasil, como foi a Caixa, como foi o BNDES, não seria um dinheiro do Governo? Não, não era do Governo. Aquele dinheiro, lá na Caixa, lá no Banco do Brasil, é de correntistas, é de cidadãos brasileiros.

Por que a Lei de Responsabilidade Fiscal fez isso? Qual era o propósito do legislador? Evitar a quebradeira neste País. Se não se estabelece um limite, o Governo diz: "*Você é Presidente da Caixa, é Presidente do Banco do Brasil, eu te pus aí, e você vai liberando o quanto eu quiser. O dinheiro está aí dentro? Não importa se ele não é meu, se eu não tenho saldo. Você me obedece, porque eu te nomeei*". A Lei de Responsabilidade Fiscal trava isso.

E a Presidente Dilma, o seu Governo, não respeitou isso. E quem foi a vítima? O povo brasileiro, porque se gastou o que não tinha, endividou-se o País, criou-se um déficit público astronômico, que fechou ano passado com mais de 120 bilhões de reais; retirou-se a credibilidade do País em todos os mercados mundiais, rebaixou-se a nota de crédito no País. Então, caíram os investimentos no nosso País, cresceu o desemprego, a inflação voltou. A vítima é você, cidadão, do crime que a Presidente cometeu ao não respeitar a lei. "*Ah, mas todo o mundo faz isso*". São 17 Estados? Digam quais são os Estados.

Aliás, Ministro, eu acredito que não haja 17 Estados com bancos públicos hoje. Se há, não acredito que os 17 Estados sacaram dinheiro de banco público.

Existe outro artigo, outro princípio, que foi violado: o princípio de que não se abre crédito sem autorização do Congresso Nacional. Decretos foram emitidos abrindo créditos num montante de 13,7 bilhões de reais, ao arrepio da lei. Então, desrespeitou-se a lei, cometeu-se o crime de responsabilidade fiscal. E há uma vítima para esse crime. O povo brasileiro que está sangrando com o desemprego, com a inflação alta, o País que perdeu credibilidade nos mercados mundiais. E agora nós vamos perdoar quem cometeu o crime, porque se diz: *"Mas a Presidente Dilma, não!"* Só que aí nós vamos sacrificar ainda mais o Brasil, porque nós vamos fazer disso a regra do jogo. "*Ora, faça gastança, Prefeito. Faça gastança, Governador. Exceda aos limites da responsabilidade fiscal, porque depois nós o perdoamos*". E aí nós vamos ser um país ingovernável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vou concluir, Presidente, dirigindo-me mais uma vez com respeito ao Ministro.

Ministro, saia do cargo. Não deixe na sua história, na sua biografia, uma tentativa de rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal. *(Palmas.)*

Senador Acir Antão, não escreva na sua biografia esta página inadequada. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é da Oposição ou da Situação, é do povo brasileiro.

A Presidente Dilma cometeu o crime de responsabilidade ao infringir essa lei, e a punição é rejeitar as contas. Nem depende disso o processo de *impeachment*, que já está em andamento. Aqui nós estamos dando um recado para o Brasil. Lei é para todos. Deputado que votar contra a lei e a favor da aprovação das contas vai ter que prestar contas ao povo brasileiro, porque vai dizer: *"Para a Dilma eu faço vista grossa, porque eu sou da base dela"*. Não, lei é para todos, e eu voltarei pela rejeição das contas.

Sou coautor da proposição, juntamente com o Deputado Izalci e com o Deputado Caio, porque entendemos que, com todo o respeito que temos ao Senador Acir, ele, infelizmente, recebeu uma missão ingrata.

Senador, V.Exa. não merecia isso. V.Exa. tem uma história belíssima. V.Exa. apresentou um relatório dizendo que aprova contas que a unanimidade do Tribunal rejeitou, e com argumentos sólidos. Infelizmente, V.Exa. não poderá ter o nosso apoio. Nós haveremos de rejeitar as contas da Presidente Dilma, contra ela e a favor do Brasil. *(Palmas.)*

(Manifestação na plateia: Fora Dilma! Fora Dilma!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Eu passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Cumprimento o Presidente, Deputado Jaime Martins, as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Ministro Luís Inácio Adams.

Queria, com muito respeito, dizer a V.Exa. que li hoje no jornal *Folha de S.Paulo* que V.Exa. deverá vir a integrar a banca que defende a PETROBRAS, nos Estados Unidos, das acusações acerca dos muitos malfeitos.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - V.Exa. esclarece que não é verdade, mas o que eu iria dizer na sequência é que V.Exa. teria muito trabalho, porque lá S.Exa. a Presidente da República será condenada, sim, pelo crime de inobservância da legislação, como responsável que era pelo Conselho da PETROBRAS, que, sob sua Presidência, autorizou não só a compra de Pasadena, mas também muitos outros malfeitos que ela teve a oportunidade de acompanhar.

Queria chamar a atenção de V.Exa. também quanto à aprovação de contas, o que já vinha sendo continuamente denunciado pelo Tribunal de Contas da União. Há um parecer, Sr. Ministro, de setembro de 2014, em que o Tribunal de Contas da União, fazendo uma auditoria profunda sobre 1 milhão e 600 mi reais contratos do Bolsa Família, que beneficiava 13 milhões de famílias àquela altura, detectou 400 mil irregularidades. Veja bem, 25% dos contratos do Bolsa Família no ano de 2014 foram considerados irregulares por uma auditoria profunda feita pelo Tribunal de Contas da União.

O TCU denunciava, inclusive, a atuação irregular da Caixa Econômica Federal como agente financeiro, escolhida sem licitação pelo Governo Federal, e chamava a atenção para a exorbitância dos lucros da Caixa Econômica com as operações de financiamento ao Governo. Esse parecer é de setembro de 2014. Em vez de observá-lo, o Governo da Presidente Dilma simplesmente o desqualificou, dizendo que era eleitoreiro o parecer do Tribunal em relação à gastança absolutamente descontrolada e desordenada do Bolsa Família.

Então, Sr. Ministro, tendo respeito e admiração pelo trabalho que V.Exa. faz, meritoriamente, não é razoável que V.Exa. considere que o Tribunal de Contas da União, unanimemente, reprove essas contas meramente por causa de uma postura política contrária à da Presidente, porque V.Exa. sabe que não é verdade.

Em inúmeras outras ações e casos, o Tribunal de Contas da União foi muito condescendente. É que, neste caso, Sr. Ministro, é flagrante a contrariedade à lei; é flagrante a forma como S.Exa. a Presidente da República tem dirigido, pelo conjunto da obra, a contabilidade criativa, a forma de contenção dos preços da PETROBRAS, aliás, outro crime cometido por S.Exa. quando era Presidente do Conselho da PETROBRAS. Represando durante 2 anos o preço do petróleo, acabou por gerar exatamente a situação em que nos encontramos.

Eu acredito que V.Exa., com a postura que tem, obviamente fazendo o que deve fazer — representar o Governo e bem defendê-lo —, certamente passará por um constrangimento ao ver, daqui a alguns anos, que S.Exa. a Presidente da República haverá sofrido o *impeachment* não por este assunto, mas pelos desmandos e pelos malfeitos, inclusive durante a campanha eleitoral.

A inobservância de regras, de controles, de formas corretas de proceder parece ter sido uma reiterada evidência na postura e na ação da S.Exa. a Presidente da República e daqueles que a seguem.

Era isso o que eu queria colocar, para saber qual é a avaliação que V.Exa. faz do julgamento desses Ministros: é uma deliberada ação contra a Presidente da República e contra V.Exa.?

(Palmas. Manifestação Na plateia: Fora Dilma! Fora Dilma!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Julio Lopes, agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Leo de Brito.

Após a fala do Deputado Leo de Brito, vou passar a palavra para o Ministro Luís Inácio Adams. E, como último orador desta reunião, pede-me a palavra aqui o Relator das contas, o Senador Acir Gurgacz.

Então, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, por favor.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria fazer um cumprimento muito especial a esse brasileiro, o Ministro Adams, que cumpriu um serviço de enorme relevância à Nação brasileira enquanto Advogado-Geral da União. Desejo-lhe sucesso nas próximas empreitadas.

Sr. Presidente, eu não tenho pergunta, mas gostaria de fazer algumas considerações a respeito desta situação das contas da Presidenta Dilma de 2014. Primeiro, ouvi atentamente algumas falas da Oposição e vejo que os oposicionistas confundem um pouco as suas análises com os seus desejos, sobretudo o desejo de chegarem ao poder sem ser pelo voto popular, uma vez que já perderam quatro eleições seguidas para o Partido dos Trabalhadores.

Vejo que ficou muito evidente nos debates que foram feitos aqui que essa história de empréstimos não subsiste. Na verdade, nesta situação de repasses que deveriam ser feitos relacionados ao Programa Bolsa Família a outros programas,

que deveriam ser feitos às instituições oficiais, o Tribunal de Contas da União faz uma interpretação ampliativa. Ele se utiliza de um verdadeiro delírio interpretativo para tentar enquadrar, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma responsabilidade por um empréstimo que não existiu. Então, cai por terra qualquer argumento da Oposição a esse respeito.

O TCU, da mesma maneira, não consegue diferenciar as contas da Presidenta da República em relação a contas de outros gestores de recursos públicos. O TCU, no seu relatório, não consegue demonstrar nexo de causalidade entre a ação da Presidenta da República e as possíveis irregularidades que são apontadas no relatório. Portanto, não consegue demonstrar a participação da Presidenta da República.

O TCU demonstra uma incoerência absoluta, uma vez que vários presidentes da República tiveram suas contas aprovadas com as chamadas pedaladas fiscais. E agora, o TCU, no jogo sendo jogado — ele, com a força do calor que nós tivemos do cenário político, e a Oposição, que trabalhou o tempo todo depois da sua derrota eleitoral para sabotar o Governo, por força dessas pressões —, muda o entendimento. Portanto, o TCU demonstra uma incoerência.

Por fim, o TCU, que, como órgão auxiliar deste Poder Legislativo deve estar acompanhando todo o processo de execução orçamentária, em nenhum momento, em 2014, por exemplo, fez recomendações para que houvesse um contingenciamento ou para que eventuais irregularidades fossem sanadas naquele momento. Então, eu acho que está muito claro, está muito claro. Com todo o respeito que nós temos ao TCU, digo que o TCU agiu sob pressão política naquele momento.

E aí eu quero, para finalizar, Sr. Presidente, parabenizar o Senador Acir Gurgacz. Eu tive a oportunidade de ler o relatório. É um relatório muito preciso, é um relatório que restabelece a importância que tem este Parlamento, porque o TCU faz o seu papel de dar seus pareceres, mas é este Parlamento que decide. E o Senador Acir Gurgacz, com uma técnica impecável e levando em consideração diversos aspectos que não foram levados em consideração no parecer do TCU, desmonta completamente aquele parecer.

Então, eu peço à Presidência, que neste momento está sendo exercida pelo Deputado Jaime Martins, que nós votemos. Nós precisamos votar esses relatórios. E quem quiser chegar ao poder que o faça pelas urnas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Leo de Brito, agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Ministro Luís Inácio Adams por um tempo razoável, para que possa fazer as suas manifestações e responda aos questionamentos.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Sr. Presidente, primeiro, muito obrigado; obrigado pelos elogios. Eu acredito que a atividade do Estado é extremamente complexa. O Estado não é uma entidade etérea, que existe só na cabeça e no imaginário das pessoas. Existe uma realidade concreta: existe um congresso; existe um governo; existe um judiciário; existe uma máquina burocrática que compõe essa realidade do Estado.

Uma das ações que compõem a função constitucional da AGU, no art. 131, é, sim, fazer a defesa dessa entidade concreta, não da entidade imaginária, a que está na minha cabeça. Eu sou advogado, e essa é a diferença. É exatamente por isso que falamos da diferença do Ministério Público. O Ministério Público pode projetar aquilo que ele deseja. O advogado lida com a realidade como ela é, defende e exercita a defesa nessa condição de compreender essa realidade e de exercer o contraditório.

Deputado Izalci, eu quero só dizer que eu imagino que fui convidado aqui para esta Comissão exatamente para trazer o contraditório em relação ao parecer. Então, estão sendo julgadas aqui as contas da Presidência da República, não é outra coisa. Está em volta disto: aquilo que favorece a rejeição e aquilo que justifica a não rejeição. Esse é o debate. Nesse sentido é que eu venho fazer este debate. O problema não é defender o Governo. Eu não tenho nenhum problema em defender o Governo. Não o faço politicamente. Não acho que a minha função seja fazer um debate político. Apesar de todo cargo de ministro ter uma dimensão política, o meu tem uma dimensão técnica. Aliás, todo debate que eu fiz na imprensa, eu procurei fazer em cima de argumentos técnicos, como fiz aqui.

O que eu trago aqui é esta contribuição para o contraditório de reflexão. Eu concordo, Deputado Amin, quando fala aqui que este é um tema republicano. Eu

concordo. E eu vou dizer mais: LRF é um patrimônio. Não é à toa que se tornou um debate eleitoral, como foi em 2014. Foi exatamente pelo valor intrínseco da LRF. Isso é bom para o Brasil, é fundamental para o Brasil, o que não quer dizer, por outro lado, que a nossa interpretação da LRF seja absoluta. Aliás, a LRF está submetida a várias revisões, inclusive, recentemente, à lei complementar que permite — ela está inclusive sendo debatida em relação aos Estados — a revisão da dívida dos Municípios.

A dívida foi pactuada, lá atrás, com base num índice de correção mais baixo. A União, lá atrás, endividou-se à base da SELIC. A SELIC era 40%, 50%. O Estado a corrigia a 12%, 10%, 8%. Hoje, isso se inverteu, e o próprio Congresso resolveu alterar isso. Ou seja, a LRF está sendo revista. Nós estamos fragilizando a LRF? Não, nós estamos lidando com a realidade do nosso País, que evolui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas só vai diminuir depois que aprovarmos a lei.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Então, aqui eu entendo que o debate — e eu tenho dito isto, eu o disse várias vezes — que o TCU traz é importante. O Senado, com todo o respeito aos Senadores, comete um erro de não ter adotado uma metodologia. O Governo Fernando Henrique propôs uma metodologia. O Senado arquivou a proposta por vício de iniciativa e não propôs nada em troca, não adotou nada em troca. Esse é um erro do sistema. Ele tem que ser corrigido.

Eu defendi essa mudança durante todo o processo. Eu não acho que a realidade do que aconteceu em 2004 tem que ser defendida como algo que tem que ser permanente. Nós não defendemos isso, tanto que a Presidente adotou um decreto restringindo isso. Por quê? Porque esta realidade tem que ser controlada, ela deriva de fatores externos. O que se acusa é que isso foi uma intencionalidade, mas ela deriva de fatores externos. Essa é a defesa, porque a realidade econômica mostrou isso.

Nós estamos vivendo a realidade cuja potência começa em 2014 e se desenvolve até hoje. Aliás, não é só no Brasil. No Chile, com a realidade de um país que depende do cobre, a *commodity* do valor do cobre desceu lá embaixo. Há minas de pequenos produtores sendo fechadas. Eu estive no Chile. Então, esta é a

realidade econômica do mundo em que nós vivemos. A Vale registrou agora prejuízo em minério.

Esta realidade econômica não é irrelevante no processo fiscal. A questão do debate sobre a responsabilidade política do Governo os senhores e as senhoras fazem melhor do que eu. Eu não quero nem fazê-lo. Nós estamos discutindo a responsabilidade jurídica. Este é o debate que se trava aqui. Existe o debate jurídico, por exemplo, da intervenção no Banco Central.

O Banco Central sempre exerceu a sua competência, e esse debate sempre existiu. Inclusive, o próprio Congresso defendeu que o Banco Central não aumentasse os juros. Isso é uma intervenção política no Banco Central? Está se constrangendo o Banco Central a não aumentar os juros quando os Parlamentares o criticam por aumentar os juros? Então, esse debate sempre existiu.

Agora, o Banco Central sempre exerceu o seu papel de fórum de decisão sobre essa questão. Mas vou falar de novo: pode-se fazer o debate político. Eu quero fazê-lo e promover o debate jurídico.

E aqui há um ponto importante. Critica-se o modelo da subvenção. *"Nós estamos dando o benefício de juros de 3% ou 5%, quando todo mundo paga juros de..."* Inclusive, eu pago um juro altíssimo lá no banco. Mas o fato é que isso é um modelo legal. O Congresso aprovou isso. E o subsídio decorre exatamente da realidade, digamos assim, de crédito caro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O dinheiro é do Orçamento e não do banco.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Mas é do Orçamento. Subvenção é dinheiro do Orçamento. O que paga a subvenção é sempre o dinheiro do Orçamento. O que eu acho — desculpem-me, com todo o respeito, eu respeito muito todos os Parlamentares, e nós conversamos em várias oportunidades — é que o modelo de subvenção que nós sempre tivemos considerou a equalização da subvenção a partir — aliás, isso está no art. 26 da LRF — da disponibilidade orçamentária. E o grande problema aqui é que as operações que são subvencionadas não são controladas pelo Poder Executivo ou pelo Estado, são operações privadas.

Quantas operações de crédito o BNDES pode fazer? Quantas operações de compra e venda de soja? Quando há subvenção de leilão agrícola, o que o agricultor

faz? Isso não é controlado pelo Estado. Ele tem um limite orçamentário para fazer a subvenção, mas ele não controla a operação. Agora, a operação gera direito. A mesma coisa vale para o Bolsa Família. Quantas pessoas têm direito ao Bolsa Família? Aquelas que se enquadram na lei. Quantas são? Não sei. Isso varia, porque tem gente que entra e que sai.

Em maio de 2014, o Governo fez um ajuste no cadastro do Bolsa Família e retirou 2 milhões de famílias. Ele retirou 2 milhões de famílias do cadastro. Por quê? Porque elas não estravam enquadradas. E isso tem um custo político, mas era o necessário, era o legal.

O modelo de equalização lida com uma realidade econômica. Com o seguro-desemprego acontece a mesma coisa. Quantas pessoas vão ser desempregadas? Não sei. É impossível saber. Não existe nem estatística. Isso tem fluxo diverso. Uma empresa como a Odebrecht, que contrata, por exemplo, 300 mil funcionários, se ela resolver demitir 25%, isso onera. Então, esse é um modelo que lida com essa realidade. Por isso, o modelo de subvenção era fixado tradicionalmente pelo Congresso a partir da disponibilidade orçamentária.

Portanto, a diferença da equalização e do PSI é que o PSI veio fazer exatamente um ajuste, inclusive a pedido do BNDES, para que haja previsibilidade aos 24 meses. E o BNDES trabalhou com uma lógica de tempo médio. Por quê? Porque as operações do PSI admitem carências que podem chegar a 96 meses. Ou seja, pode-se contratar e começar a pagar 96 meses depois. O tempo médio foi uma metodologia usada, o que se alterou para o modelo que está nessa portaria de 6 meses mais 6 meses. Eu apuro em 6 meses e começo a pagar depois da verificação da apuração. Ou seja, primeiro eu verifico que o banco contrata as operações. Em 1 semestre, pega-se um pacote e manda para o Tesouro. O Tesouro verifica se essas operações se enquadram ou não na lei, para atualizar a equalização no semestre seguinte. Na sequência, inicia-se o processo de equalização. Agora, a operação já começou. Isso é uma operação de crédito? Isso é um diferimento?

O que tem que se verificar nesse processo — isso está no inciso III do art. 29 — é que a palavra mútuo se choca muito com o termo assemelhados. Assemelhados é muito elástico. Isso está na leitura do intérprete. Existe um processo de endividamento? Essa operação posterga — não digo indefinidamente,

mas num tempo elastecido, ou se essa operação é quitada em períodos curtos? No caso dos repasses, elas são quitadas em períodos curtos — em geral, de menos de 1 mês, sempre no mesmo mês. Ou seja, ela tem um processo de quitação curto. No final do ano, ela é integralmente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Ministro Levy nos informou, no final do ano passado, que o endividamento relativo a 2014 chegava a um valor da ordem de 57 bilhões de reais. Ele nos deu os números por escrito por meio da Secretaria do Tesouro.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - O senhores estão falando da subvenção. Eu estou falando do repasse...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu estou me referindo ao conjunto da obra.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não, o conjunto da obra tem que ser olhado das diversas dimensões. Uma coisa é subvenção; outra coisa é repasse para pagamento de serviços.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem, a subvenção teve impacto no BNDES, porém o conjunto da obra teve impacto e ficou devendo não por um dia ou dois, mas por mais de 1 ano.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - O próprio TCU emitiu uma nota. Quando o Poder Executivo quis pagar a integralidade desse valor, o TCU mandou uma nota dizendo que não mandou... O Executivo não concorda. Não há nenhuma orientação do TCU mandando pagar a integralidade. E os próprios Ministros reconhecem o processo de quitação progressiva desses passivos.

Então — desculpe —, se há uma violação direta da LRF, como se diz que há, isso tudo é ilegal! O TCU está cometendo uma ilegalidade absurda aqui! Digo com todo o respeito, Deputado Domingos — nós já tivemos debates em diversas audiências, que foram sempre muito proveitosas —, que, se isso é crime, é crime desde sempre, porque, desculpe, não existe...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Perdão. Eu queria concluir, porque estou tentando...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fique à vontade.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não existe nada na LRF que diga o seguinte: "*Olhe, se eu deixar de pagar para o banco um repasse da ordem de 100 mil reais na operação crédito*"...

Desculpe-me. O que eu vou falar acontece em todos os governos — não quero citar um específico. Eu estou falando de 2001. Estou citando casos que aconteceram a partir da vigência da LRF. No primeiro mês da LRF, o Governo ficou em déficit de 6% em relação ao volume que ele deveria ter repassado para o banco. Então, se está havendo crime agora, também houve crime naquela época. É essa coerência que eu busco.

Quando eu falo coerência, estou dizendo o seguinte: nós podemos e devemos evoluir a interpretação de forma que favoreça o Estado. Eu sou totalmente, integralmente a favor disso. Defendo e sempre defendi.

Aliás, por mais que eu possa vir aqui defender a Presidente, isso não quer dizer que eu concorde em tudo com ela. Eu vou lembrar aqui o debate sobre os *royalties*, que dividiu este Congresso entre Estados produtores e não produtores. Eu defendi uma posição de veto. A Presidente vetou, e o Congresso derrubou.

Nesse dia, eu estava em audiência com o Presidente Renan Calheiros, se não me engano, e, quando saí dela, eu disse: "*Agora eu vou defender a posição do Congresso no Supremo Tribunal Federal*". E a defendi, contrariando a posição da Presidente!

Então, essa coerência eu tenho, porque é uma função institucional defender a lei no sentido da sua formalidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. podia repetir isso agora em relação à prestação de contas. Seria bom.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Então, o que eu estou fazendo é defender a lei — acredito que eu esteja defendo a lei! O que eu estou dizendo é que a norma legal está submetida a interpretações, que são variadas.

Então, vamos falar dos decretos. Desculpe-me, eu não citei o PL 36, mas eu citei a situação do PL 36, porque isso foi debatido em 2009! Em 2001, o Governo Fernando Henrique também fez uma alteração de meta e trabalhou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele não fez decreto, não!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mais uma vez eu solicito um aparte.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não, nós estamos falando do PL! O PL trata da alteração da meta. Não é isso que nós estamos falando?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para aproveitar o PL, fizeram um decreto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Exa. pode me conceder um aparte agora ou ainda não?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É que usar esse argumento — já é a terceira ou quarta vez que ele é utilizado — de que, em 2006 ou no Governo Fernando Henrique, também se procedeu assim é mais ou menos como achar que uma pessoa que estava num carro com alguém dirigindo com excesso de velocidade e que depois, por conta disso, foi pega também dirigindo com excesso de velocidade não tem que responder. Ela precisa responder!

Nós estamos falando da atualidade! *(Palmas.)* Nós estamos falando do que foi cometido de crime ou não neste momento! Ou seja, foi cometido um crime neste momento ou não?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não, não foi cometido crime. Eu não concordo com isso. O que eu estou dizendo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas por que no outro caso, então, foi?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu peço um aparte também, Ministro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas por que no outro caso, então, foi cometido crime? Não é possível!

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - O senhor me permita concluir a informação!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu queria fazer um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Ordem do Dia está em andamento. Daqui a pouco começa o processo de votação.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Se ele tem direito a um aparte, eu também deveria ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vou pedir que seja breve. O debate está se estendendo de forma razoável. Eu também não quero também prejudicar a qualidade do debate.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu não gostaria de interromper a resposta do Ministro Adams, mas como ele já foi interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se o Ministro Adams concordar, por gentileza, seja bastante objetivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem que haver o contraponto!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, isto que está acontecendo agora é semelhante ao que estávamos dizendo. Não pode acontecer de um ter direito a aparte e o outro não! Não pode para um ser crime e para outro não! Não pode acontecer de algo em um ano ser irregularidade e em outro ano ser ressalva! Não pode acontecer de algo na gestão de um partido ser normal e na de outro ser irresponsabilidade fiscal! O que nós estamos falando é isso! Nós temos que acabar com a mania da Oposição de querer fazer com que este País tenha duas leis, uma para a Oposição e outra para o Governo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Brasil não vai mudar nunca desse jeito. Não há chance de mudar o Brasil! Não há chance de mudar o Brasil!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por favor, eu ouvi o Parlamentar falando! Não há chance mesmo de rasgar a Constituição. V.Exas. querem criar uma razão... V.Exas. entraram aqui no ano passado inconformados por terem perdido a quarta eleição consecutiva e vieram com a tese do *impeachment*. V.Exas. buscaram uma razão para afastar a Presidente, não acharam e querem mudar a lei para tentar justificar o afastamento.

Por favor, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Solla, vamos permitir que o Ministro Adams conclua a sua exposição, porque nós já estamos no adiantado da hora.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem tem achado aqui que existe uma lei para o Brasil e outra para o PT é o PT, não somos nós, não! Isso não tem nada a ver com a Oposição.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Quem está acostumado a essa história de dois pesos e duas medidas é o PSDB! É o PSDB quem pode comprar apartamento de milhões de euros sem ser crime.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Olhe, apartamento não é um bom assunto para o PT discutir!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - É um bom assunto, sim!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não é, porque...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Parlamentares, por favor! O debate... Deputado Solla! Deputado Caio!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, por favor! Deputado Solla, por gentileza! Vamos permitir que o Ministro Adams...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio, por gentileza, vamos permitir que o Ministro Adams conclua a sua exposição. Nós já estamos no adiantado da hora. A Ordem do Dia já foi aberta no plenário da Câmara. Daqui a pouco começa o processo de votação. Nós não podemos concluir este debate com esse nível.

Ministro Adams, por gentileza, conclua. Vou solicitar que não haja mais aparte, por gentileza. O Ministro Adams vai concluir. Depois o Relator vai se manifestar, e nós vamos encerrar esta reunião.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu quero apenas fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós não estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão é sobre procedimento. Antes de ir ao plenário, nós temos que decidir aqui. O Ministro Nardes saiu sem... Eu, por exemplo, que o convidei...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fugiu!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vou entrar no mérito. Eu quero dizer o seguinte: esta...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se ele fugiu, fugiu! Não temos culpa!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos deixá-lo concluir, porque nós não podemos intervir, no meio da reunião dele...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O cara veio aqui e fugiu, e agora a culpa é nossa!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Pimenta, não vou entrar nesse mérito, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Pimenta, por gentileza, vamos permitir... Ele está com a palavra. Nós não podemos cortar a palavra dessa forma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se V.Exa. garantir a palavra ao Ministro, eu ficarei quietinho na mesma hora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele concedeu alguns apartes aqui, mas, por gentileza...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós temos que tomar uma decisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem toma decisão é a Mesa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A decisão não será tomada agora, mas na reunião do Colégio de Líderes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, mas nós temos que resolver isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos resolver no Colégio de Líderes!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós não vamos votar nada amanhã se não resolvermos isso!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há previsão de obstrução por... Fuga de convidado não caracteriza obstrução.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Temos que chamar aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos permitir que o Ministro Adams conclua sua exposição, por gentileza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem fez as pedaladas tinha que estar aqui. Ele é o advogado! Ele é o advogado, apenas!

(O microfone é desligado.)

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, a lógica de operação de crédito pressupõe a ideia de endividamento. Essas operações sempre foram consideradas como serviços, como, aliás, várias o são. Isso foi objeto nos contratos de análise das cláusulas que admitem a sistemática. E é segundo essa lógica que a cláusula nunca foi objeto de impugnação.

Nesse sentido, eu não estou falando de uma responsabilidade política, mas de uma análise relativa a contratos pactuados. Desse ponto de vista, o que nós temos que avalizar é...

O SR. DEPUTADO IZALCI - As atas do Conselho...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele está sem microfone, inclusive. Ele está gritando. Vamos permitir que ele conclua. V.Exa. teve oportunidade de falar e não foi interrompido. Deixe que ele conclua. Eu não posso permitir um debate paralelo aqui a noite toda. Deixe-o concluir. Cada um tem seu tempo para falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, é uma questão relevante. O próprio Governo reconhece que é empréstimo. Basta ver a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deixe-me lhe dizer. Deixe o Ministro responder. Eu não posso permitir que V.Exa. fale, senão terei que permitir que todos falem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas nós estamos encerrando. São 18h21min. Ministro Adams, por gentileza, conclua sua manifestação.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Bom, o que eu quero dizer, objetivamente, logicamente, o que eu questiono é tão somente que a interpretação dessa norma é diferenciada das interpretações anteriores. É só isso. Se ela está errada e se retroagir, ela cria uma situação que não é compatível.

Toda mudança de interpretação — inclusive isso está na Lei nº 9.784 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal —, toda interpretação nova é prospectiva. Ela se projeta no futuro. Se eu passo a considerar uma operação que nunca foi tratada de operação de crédito, eu passo a tratar isso para o futuro e não para o passado. Portanto, não posso promover um processo de sanção baseado numa jurisprudência que, neste caso, é nova, com todo o respeito ao Tribunal de Contas, até porque essas cláusulas foram objeto de análise.

É bom que se diga que, por exemplo, quando se aplica a regra do art. 36, que fala da vedação de operação, o Fundo de Garantia não é banco. FGTS não é banco. Há várias operações, várias *fundings* que não são bancos. Então, como é que se aplica a norma? O que não quer dizer que a metodologia não tem que ser ajustada. A crítica à metodologia é uma coisa. A busca de uma solução infracional é outra. É isso que eu estou diferenciando.

Em relação aos decretos baseados, duas questões têm que ser consideradas. A primeira diz respeito ao decreto de contingenciamento. O Governo pode ou não considerar projetos, medidas em curso na sua perspectiva de resultado? Essa é uma compreensão tradicional dos órgãos de controle.

O Tribunal de Contas da União, em 2009, decidiu exatamente isso. O Governo Lula, se não me engano em fevereiro ou março, editou um decreto, em abril, fez uma proposta de alteração de meta e trabalhou com essa meta para fim...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Abriu crédito. Abriu novo crédito.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Abriu. Fez vários decretos. Fez vários decretos, assim como o Governo Fernando Henrique Cardoso. E todas essas contas foram aprovadas. De novo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Os senhores não estão com o microfone nem com a palavra. Vamos usar a civilidade e a educação para permitir que o Ministro Adams conclua. É a discussão. O senhor teve a oportunidade de falar e não foi interrompido. O Izalci teve a oportunidade de falar, Domingos Sávio teve a oportunidade de falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele precisa concluir. Vamos permitir que ele conclua. Por gentileza.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - A LOA permite. A LOA prevê a possiblidade de abertura. Aliás, só para citar, nesses decretos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sem autorização?

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Sim. A LOA autoriza. Está lá no art. 4º, permitindo que o Executivo adote, por decreto, a abertura por remanejamento de despesa, cancelamento ou por excesso de arrecadação. Isso está previsto na LOA.

Aliás, vários desses decretos foram adotados para atender a poderes. Vários desses aumentos foram para atender ao Poder Judiciário. Foram pedidos do Poder Judiciário. Inclusive, o próprio Tribunal de Contas fez pedido de abertura de crédito nesse sentido.

Então, essa sistemática existe. E existe por quê? O projeto de apuração do resultado fiscal se dá na forma do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo contingenciamento do financeiro. Não é autorização que gasta, é a despesa, é o empenho e a execução da despesa, é o financeiro. E isso se diferencia deste modo: na SOF — Secretaria de Orçamento Federal, a autorização e, no Tesouro, o financeiro. Vários órgãos... Quem lida com administração todo dia sabe. Deve-se pedir autorização primeiro, conseguir autorização — não é Ministra Gleisi, ex-Ministra, Senadora Gleisi, e depois corre para o Tesouro para pedir o financeiro, porque não está disponível. Aliás, a única hipótese em que é garantido o financeiro, com a edição da dotação, é o crédito extraordinário, porque o pressuposto de urgência que a Constituição estabelece para o crédito extraordinário exige a disponibilidade financeira imediata.

Então, não é possível traduzir que esse decreto é uma violação direta, porque não o é. Ele, em si, não afeta em nada a meta. Então, com esse ponto de vista, eu, de fato, não concordo.

Agora, de novo, vamos mudar a interpretação. Eu digo para os senhores e senhoras que vai ser uma confusão nesta República, mas vamos mudar essa interpretação — vamos mudar! —, não há problema. Agora, tenham clareza sobre estas consequências. Quem lida com Orçamento sabe destas consequências todos os dias: órgão que não vai ter receita, órgão que vai pedir dotação e não vai ter dotação, porque não vai ter o financeiro correspondente — é preciso ter o financeiro para atender o decreto —, e assim por diante. Essa dinâmica não está no art. 9º, e isso gera uma compreensão que me parece equivocada.

Desculpem-me, eu vou agilizar aqui. Eu queria dizer algo que foi dito aqui sobre o princípio de que o Tribunal de Contas teria tomado uma decisão, e essa decisão é inquestionável. Primeiro, numa República, nenhuma decisão é inquestionável. Eu acho que é um pressuposto de uma República que todas as decisões são passíveis de questionamento, inclusive as próprias decisões do Supremo.

Existe uma fala comum de que o Supremo Tribunal Federal é o Tribunal que fala por último na Constituição Federal. Só que o Congresso Nacional também fala por emenda constitucional. Basta lembrar a questão da filiação partidária, da unidade partidária para lançamento de formação de aliança. O Congresso editou uma emenda alterando isso.

O que acontece é que o processo de decisão do Tribunal tem uma base em que 98% dela é por unanimidade, ao contrário da lógica tradicional dos Tribunais. Se você for ao STJ — Superior Tribunal de Justiça, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Regionais, você vai ver com recorrência divergências dentro do Tribunal. No caso do Tribunal de Contas há uma tendência a acatamento pela unanimidade. Apesar disso, apesar dessa unanimidade, em mais de uma vez, em múltiplas vezes, o próprio Tribunal revê suas decisões.

Aliás, neste termo, aqui vou usar o termo com o qual eu não concordo, “pedaladas”, o Tribunal julgou de uma maneira, reviu e acatou parcialmente o recurso do Banco Central. Se era tão certa essa decisão, por que ele próprio reviu

essa decisão? Por que ele reviu a decisão? Porque ela foi submetida a um contraditório.

Não é por outro motivo que quem decide as contas não é o Tribunal de Contas, é esta Comissão. Se a decisão do Tribunal é inquestionável, não há motivo nenhum para essas contas virem ao Congresso Nacional para que sejam julgadas. Ou o Congresso Nacional se torna um mero cartório do Tribunal, chancela o que vem, ou ele se torna um agente de deliberação e julgamento. Por que isso é possível? Porque os conceitos que envolvem as contas públicas não são absolutos, eles são sujeitos a profundas controvérsias. É por isso que ele exige.

Eu vou dizer que nós conseguimos três professores titulares de Direito Financeiro: professor titular de Direito Financeiro da USP — Universidade de São Paulo, professor titular de Direito Financeiro da Universidade Federal de Minas Gerais e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco. Os três discordaram dos pressupostos. Eles não são técnicos? São professores concursados das universidades, professores titulares, com doutorado. A opinião deles não vale nada porque não interessa?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foram selecionados.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Não é um problema de seleção. Desculpe-me, mas aí é a seleção que V.Exa. quer ouvir. O processo do contraditório exige a capacidade de dialogar. É isto o que eu proponho. Eu acho e defendo que o processo da Lei de Responsabilidade Fiscal, o processo orçamentário, está em constante aperfeiçoamento. É este processo que tem ser providenciado. Acredito inclusive que o Tribunal de Contas da União tem um papel importante nesse processo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, vamos permitir que ele conclua.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não agora, não enquanto o Ministro está falando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele tem o direito de concluir. Eu não vi o Ministro te interromper nenhuma vez na sua fala. Então, deixe-o concluir. Depois nós vamos ver os demais encaminhamentos.

Por gentileza, Ministro, conclua.

O SR. MINISTRO LUÍS INÁCIO ADAMS - Então, Sr. Presidente, talvez haja outros pontos sobre os quais eu poderia falar, mas eu acredito que talvez o debate vá evoluir. Eu acho que o debate extrapola o Congresso, é um debate que se dá no meio acadêmico, vai estar nos Estados, nos Municípios. Vamos ter debates com os Tribunais de Contas dos Municípios, nós vamos ter debate com os Tribunais de Contas de Estados, todos eles referenciando essas questões aqui. Isso vai ser bom para o País. Eu acredito que vai ser bom para o País. Espero que este Plenário, esta Comissão e depois o próprio Congresso possam tomar isso considerando todos esses elementos inerentes. Há um debate dessa natureza.

Entendo que há, de fato, uma desproporcionalidade entre a sugestão e o fato. Apesar das afirmações, apesar dos mantras de que é crime, é crime, é crime, eu não creio, pelos elementos que eu trouxe aqui, que essa caracterização esteja correta, mas eu não sou o julgador, eu estou aqui para colaborar. O julgador é o Plenário do Congresso, são as Sras. e Srs. Parlamentares que vão debater e fazer os seus juízos, sempre compreendendo que aqui o que se debate não é um debate político, pontual, como pode acontecer num projeto de lei, mas é algo que padroniza um sistema, que indica uma padronização do sistema, cuja repercussão tem que ser bem compreendida, cujas consequências têm que ser bem compreendidas.

Eu acho e entendo, pelo convívio que eu tive, pela experiência que eu tive, que o Governo, o Poder Executivo, aliás, foi dito pelo próprio Tribunal de Contas, pelo Ministro, quando falou da colaboração que há entre o Tribunal de Contas e o Poder Executivo, tem trabalhado com o Tribunal de Contas para esse aperfeiçoamento, e várias medidas foram tomadas em relação inclusive a esses itens. É isso que eu acho que tem que ser aperfeiçoado.

O resultado maior não é a aprovação ou a rejeição, como se pode esperar. O resultado maior é a metodologia. Se o Senado da República aprovar a metodologia, ótimo, esse debate deu resultado. O problema é que não aprovou. Enquanto não se aprovar a metodologia, o debate vai existir. Há uma divergência metodológica entre

o Banco Central e o Tribunal de Contas. Então, essa questão tem foro e momento para aperfeiçoar, e esse aperfeiçoamento tem sido buscado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agradeço ao Sr. Ministro Adams pelo seu comparecimento, por estar aqui conosco até este adiantado da hora. A Ordem do Dia já está ocorrendo no plenário.

Deputado Izalci, por gentileza...

Eu ainda tenho aqui um orador inscrito, o Relator, que quer se manifestar. Eu acho que enriquece o debate a manifestação do Relator ao final. Nós temos depois que fazer a convocação da reunião de amanhã. Eu já deixo com os senhores presentes aqui o seguinte: nós temos a proposta da Presidente Rose de Freitas para uma sessão às 11 horas e outra às 15 horas. Essa convocação já está na Internet, já foi enviada aos gabinetes.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, este assunto é relevante.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse às 15 horas. Às 11 horas nós teremos reunião do Colégio de Líderes para discutir sobre as Comissões, e a bancada do PSDB tem reunião marcada amanhã pela manhã. Então, consulto se é possível ser às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu já havia combinado que eu vou convocar para as 14 horas a reunião de Líderes e às 15 horas, aqui no plenário, a reunião deliberativa.

Nós vamos convocar para amanhã, às 14 horas, reunião do colegiado de Líderes, inclusive para nós debatemos a questão do Ministro Nardes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estão solicitando que não haja.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos antecipar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A sugestão do Deputado Hildo é que nós deixemos a reunião de Líderes para as 13h30min.

Deputado Hildo, 14 horas. Não vamos entrar num debate.

Eu vou convocar, ao final, então, a reunião de Líderes para as 14 horas, na sala da Presidência, e às 15 horas, aqui, para deliberar a pauta. A reunião das 11 horas, portanto, fica cancelada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Relator pode falar primeiro. Senador aqui tem prioridade. Pode falar o Senador. V.Exa. fala do voto e depois eu falo do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. já fez uso da palavra na sessão de hoje.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou falar pela Liderança agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. é Líder do PSDB ou não?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, Vice-Líder. Aqui eu sou o Líder. O Deputado Domingos é o nosso Coordenador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, como Vice-Líder, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, por questão de relevância. Não vamos ficar aqui até às 22 horas.

O Ministro Adams tem que sair para ir ao banheiro, o que é compreensível.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aguardo, então, ou não, porque às vezes ele quer contraditar ou alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. que sabe se é importante ele ouvir ou não. Eu deixo o julgamento, porque não sei exatamente o que V.Exa. vai dizer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode ser que ele queira estar presente para ouvir a minha fala, mas, independente disso, eu vou falar muito mais da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não é do PSDB, por mais que o PT não tenha apoiado na aprovação. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um patrimônio da sociedade. Eu não sou desse tempo, como político, mas já era nascido. Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, era um caos a gestão pública. Continua um caos, porque não respeitam, mas de uma forma menos gritante do que antes.

Então, nós temos que defender essa lei em todas as circunstâncias. Não dá para relativizar, como o próprio voto do Relator fez. Jamais poderei aqui votar pela aprovação das contas em função de um argumento: *"Ah! mas prejudicaríamos,*

naquele momento, a educação, a saúde. Então, por isso não obedecemos à lei". É o que está nos argumentos do voto. Não dá para contemporizar a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Ministro Adams tentou aqui justificar o injustificável, até porque não foi ele quem praticou esses crimes todos. Tem que chamar aqui o Augustin, que foi o responsável pelo Tesouro, que fez isso; o Ministro Mantega, que também cometeu esses crimes. O Ministro Adams está defendendo o indefensável, porque não foi ele que fez.

Mas o que aconteceu, de uma forma muito clara, com a Caixa Econômica Federal, em relação ao programa Bolsa Família? O Governo não tinha recurso para pagar o Bolsa Família, e a Caixa foi pagando, foi pagando bilhões. O Ministro chama isso de adiantamento. Isso é o conceito que está na prestação de contas. Isso não é operação financeira, isso é um adiantamento.

Ora, o próprio Relator, o nosso querido Senador Acir Gurgacz, na pág. 106 do voto, diz que é semelhante à conta corrente do Tesouro. Ele mesmo cita isso, o que é inadmissível. É um cheque em branco que se dá para o Governo ir gastando em conta corrente.

Então, o fato de chamar adiantamento... Ninguém aqui é contra subvenção, equalização, adiantamento. Ninguém é contra isso. Agora, que utilizou dinheiro de terceiro, utilizou, o que é ilegal, conforme a lei: os arts. 36 e 38 são muito claros. E ainda mais: em 2014 houve um agravante. No ano eleitoral é que não se pode fazer mesmo, e foi feito também no ano eleitoral.

Então, houve irregularidades? Sim, tanto que a defesa do Ministro feita aqui foi a mesma defesa a que assisti no Tribunal, e não conseguiu convencer a unanimidade dos Ministros, exatamente porque é indefensável. Está lá: adiantamento da Caixa Econômica.

Se observarmos, Sr. Presidente, no balanço da Caixa e do Banco do Brasil, está escrito que é empréstimo, é crédito. É só olhar o balanço. Falou-se aqui em fundo de garantia. Olha a ata do fundo de garantia. Quem fez a ata não fomos nós, da Oposição, mas o Governo. Vejam lá na ata que liberou o dinheiro do fundo de garantia como foi chamada na ata: operação de crédito. Ele reconheceu. A defesa é geral, mas, se formos ao específico, ao detalhe, vê-se que tudo que foi defendido

aqui dá para se comprovar claramente, no balanço da Caixa, no balanço do Banco do Brasil, no BNDES, que também é proibido.

O Tribunal de Contas, desde 2005, quando venho acompanhando a prestação de contas, apresenta ressalvas, recomendações, mas não acontece absolutamente nada. Neste momento aqui, nas doze irregularidades, teve uma delas que, nos anos anteriores, foi colocada como ressalva, mas o Ministro disse aqui. Ora, houve ressalvas, mas o Governo não fez nada. Esse também foi um elemento a mais. Não que a rejeição seja específica disso, mas ajudou no contexto global.

Então, Ministro, eu parabenizo V.Exa., que está fazendo o seu papel como advogado, mas infelizmente — não é para V.Exa., porque, para mim, não é — não me convenceu, como não convenceu o Tribunal.

Eu quero aqui finalizar com a fala do Domingos. Nós temos que olhar a vítima, a vítima, que é a sociedade. Essa irresponsabilidade fiscal, essa inconsequência até irresponsável, que, agora, está no Projeto nº 3.613, que está para ser votado, que economiza 12 bilhões, pelas contas do Governo, mas tira o direito dos militares, que não tem Fundo de Garantia, por causa do teto; tira os direitos dos médicos; dos próprios Ministros do Supremo, que não poderão dar mais aulas em universidades, porque agora tem o teto.

Por quê? Porque querem arrumar dinheiro para cobrir aquele rombo do passado, feito por irresponsabilidade. Se, no momento oportuno, a Consultoria ou a AGU tivessem orientado o Governo a se atentar para a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós não estaríamos passando por este momento de recessão, desemprego e desespero da sociedade brasileira, que está pagando juro de 400% no cartão de crédito, enquanto empresas amigas do rei estão pagando 6% de juros.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Izalci.

Passo a palavra agora ao Relator das contas da Presidente, o Senador Acir Gurgacz, para que possa fazer as suas manifestações e a gente possa encerrar esta presente reunião de audiência pública.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Senadora Gleisi Hoffmann, faço uma saudação especial ao Ministro Adams pelos seus 23 anos de dedicação na AGU. Com certeza, passaram por lá vários

Governos, Presidentes e V.Exa. esteve lá defendendo os interesses do País. Então, é nesse sentido que eu o cumprimento e parabenizo. As suas vindas ao Congresso Nacional sempre foram com muita dedicação. O seu trabalho foi, de fato, muito importante para o País.

Eu também ouvi atentamente o Ministro Nardes. Ele coloca que o relatório foi feito pelos Consultores do Tribunal de Contas, e os Consultores são servidores de carreira e merecem todo o nosso respeito, todo o nosso respeito aqui do Congresso Nacional.

O que eu quero dizer com isso é que nós ouvimos também técnicos e Consultores da AGU, que também são de carreira; Consultores do Banco do Brasil, que também são servidores de carreira; Consultores da Caixa Econômica Federal, também de carreira; da Procuradoria da Fazenda Nacional, que também são servidores de carreira há 10, 15, 20 anos ou mais de trabalho; Consultores do BNDES, que também são de carreira.

Quando falo nós, nós ouvimos: eu e Consultores da CMO — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Consultores do Congresso Nacional. Ouvimos técnicos externos também de várias universidades privadas, universidades federais de vários Estados, e nós fizemos um trabalho essencialmente técnico. Não foi um trabalho político.

O que, às vezes, me decepciona, Sr. Presidente, é que todo esse trabalho que fizemos chega aqui e a discussão é a de quem é a favor do Governo e de quem é contra o Governo. Ninguém entra no mérito da questão. Parece que não há uma preocupação com o País. Há uma preocupação de quem é contra o Governo e de quem é a favor do Governo. Entendo que essa política não é a correta, não é isso de que o Brasil está precisando, principalmente, neste momento.

Temos a confiança de que fizemos um relatório imparcial e verdadeiro pela constitucionalidade das leis.

Trago aqui uma citação do dia 24 de fevereiro de 2016, há esses dias, portanto, em evento na biblioteca do Supremo Tribunal Federal, na Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, para o lançamento do livro *Direito Financeiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,* em homenagem aos 25 anos da jurisprudência do Ministro Marco Aurélio Mello.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

S.Exa. pronunciou as seguintes palavras, que bem se aplicam a este momento. Diz ele:

> *"Em quadra como a presente, cumpre atuar sem paixão, com serenidade, temperança e contenção. Deve-se guardar princípios e valores. Sei muito bem que a sociedade almeja e exige a correção de rumos, mas esta há de acontecer sem açodamento. Não se avança culturalmente fechando a Lei das leis da República, que é a Constituição Federal, sob pena de vingar a do mais forte, o critério de plantão, a de Babel.*
>
> *A prevalecer as pinceladas notadas, para não falar em traulitadas de toda ordem, onde vamos parar? Não sei, o horizonte é sombrio. Avança-se culturalmente quando observado o ordenamento jurídico, sem improvisações, sem tergiversações, sem forçar a mão nos mais diversos campos da vida nacional. Eis o preço que se paga por viver em um Estado Democrático de Direito: é módico e está ao alcance de todos. Fora disso não há salvação."*

Esse também é o nosso raciocínio, com todo o respeito ao pensamento divergente. Nós fizemos um trabalho sério, independente, pela legalidade. Esse é o trabalho, que eu cumprimento também, dos Consultores desta Casa.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira, e, por gentileza, seja breve.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, sem prejuízo do término da reunião e também sem entrar no assunto, que está para terminar. E também nós continuamos com as nossas convicções.

Eu queria só alertá-los da importância de se cumprir o Regimento em seu art. 115. A presença do Ministro Augusto Nardes é fundamental, é cumprimento de

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Regimento, não é nem solicitação de Deputado A, B, C ou D. É necessário que se cumpra o Regimento. Ele tem que vir para a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Veja bem, isso nós não vamos deliberar agora em função de o quórum estar bastante prejudicado. Nós vamos, neste encerramento, convocar uma reunião para amanhã. A reunião do Colegiado de Líderes na sala da Presidência será às 14 horas. Nessa reunião, estando todos avisados e convocados, nós vamos debater esse tema, bem como a pauta de amanhã.

Agradeço pelo comparecimento do Ministro do Tribunal de Contas, o Sr. Augusto Nardes; do Advogado-Geral da União, o Sr. Luís Inácio Adams; agradeço a presença de todos os Srs. Parlamentares.

Convoco para amanhã, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência, a reunião do Colegiado de Líderes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; bem como, às 15 horas, reunião ordinária aqui neste plenário.

Está encerrada a presente reunião. Obrigado a todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2016.

No dia dois do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Carlos Henrique Gaguim, Flávia Morais, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Jaime Martins, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Marcelo Aro, Pedro Fernandes, Ricardo Barros e Samuel Moreira; dos **Senadores Titulares:** Rose de Freitas, Presidente, Eduardo Amorim e Gleisi Hoffmann; dos **Deputados Suplentes:** Átila Lins, Domingos Sávio, Izalci, Leo de Brito, Professora Dorinha Seabra Rezende e Valtenir Pereira; dos **Senadores Suplentes:** Dário Berger e Hélio José; e do **Deputado Não Membro:** Wellington Fagundes. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **Deputados:** Caio Narcio, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Hugo Leal, João Arruda, José Nunes, José Rocha, Lelo Coimbra, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu e dos **Senadores:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Paulo Bauer, Raimundo Lira e Valdir Raupp. **ABERTURA:** ás quinze horas e vinte e oito minutos, o Deputado Jaime Martins, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006-CN,* declarou iniciados os trabalhos, e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida suspendeu a reunião por uma hora. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, o Deputado Jaime Martins reabriu os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Deputados Domingos Sávio e Izalci. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, não havendo *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins declarou encerrada a reunião antes convocando Reuniões Extraordinárias para o dia três e nove de março às dez e às quinze horas, respectivamente. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Jaime Martins. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 02.03.2016

SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Temos quórum para abrir a sessão. Entretanto, não há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim sendo, suspendo esta reunião pelo prazo de até uma hora, para ver se conseguimos completar o quórum para deliberação com alguns poucos Deputados que ainda faltam. Enquanto isso, vamos construir uma pauta de consenso para votarmos na tarde hoje.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa tarde a todos.

Declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar as matérias constantes da pauta.

Embora haja quórum para abertura da reunião, não há quórum para deliberação.

Quer fazer uso da palavra, Deputado Domingos Sávio?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Prezado Presidente, Deputado Jaime Martins, eu quero apenas reiterar que nós mantivemos — e pretendemos agir assim até a conclusão dos trabalhos desta Comissão — o espírito de buscarmos construir entendimento naquilo que é consenso e é importante para o País.

Acertamos com V.Exa., na reunião de Líderes, quatro itens. Esses quatro itens eu estou disposto a manter já para a próxima reunião que vier a ser convocada como itens acordados para uma votação simbólica, sem obstrução, sem maiores dificuldades. Apenas mantivemos o sentimento de que não podemos nos precipitar na votação das contas da Presidente Dilma relativas a 2014, até porque temos duas contas do Presidente Collor cuja análise não foi ainda concluída nesta Casa.

Quero apenas aproveitar para fazer um apelo a V.Exa., extensivo à Presidente Rose de Freitas. Pediria a V.Exa. que verificasse com o Senador Benedito de Lira se ele se dispõe a apresentar novo relatório ou se ele abre mão disso, para que V.Exa. possa escolher alguém que relate a matéria, porque eu não vejo como nós podemos deixar contas de praticamente 2 décadas para trás e ter um trabalho intensivo para votar contas que chegaram há poucos dias nesta Casa, após terem sido rejeitadas por unanimidade no Tribunal de Contas da União, que são as contas da Presidente Dilma relativas ao exercício de 2014. Nós entendemos que essas contas devem ser rejeitadas, mas eu tenho — e não escondo de ninguém — o temor de que uma votação em regime acelerado aqui possa trazer ao País, à Nação

o dissabor, a surpresa desagradável de ver uma aprovação política de contas que foram tecnicamente rejeitadas pela unanimidade pelo TCU, sem que sequer cuidássemos de, antes, analisar as contas de dois exercícios, me parece, do período do ex-Presidente, que foi deposto do cargo — ele sofreu o *impeachment* inicialmente e depois foi deposto do cargo de Presidente da República por causa de uma série de ilegalidades àquela época.

Esta é a posição.

Reitero a V.Exa. que, sob sua Presidência, nós estabelecemos um acordo acerca dos quatro itens que poderão ser mantidos para a próxima reunião. Uma vez que eu entendo que V.Exa. não deve suspender a reunião, faço um apelo para que a encerre e para que possamos, na próxima convocação, tratar dessas matérias consensuais primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu determino à assessoria da Mesa que faça ao Senador Benedito de Lira um apelo para que acelere e apresse a apresentação do seu relatório, uma vez que, na verdade, a informação é a de que as contas que estão sob sua análise já foram julgadas por esta Comissão, e o Senador apenas tem que dar o parecer sobre o destaque de uma emenda. Tão logo ele entregue o relatório, será colocado na pauta, e vamos submetê-lo à apreciação deste Plenário.

A Senadora Rose nos informa que possivelmente vai iniciar a discussão do relatório do Senador Acir Gurgacz relativo às contas de 2014 da Presidente Dilma na próxima quarta-feira. Existe, naturalmente, uma sequência na pauta que será estabelecida na forma regimental, mas essa discussão será feita na quarta-feira, às 10 horas — está sendo convocada reunião para quarta-feira, às 10 horas.

Também convocaremos uma reunião para a próxima terça-feira, às 15 horas, para discutir essas questões que foram aqui acordadas hoje e também outras que eventualmente venham a ser objeto de acordo na reunião de Líderes.

Eu indago do Deputado Domingos Sávio se podemos manter a reunião de amanhã. Nós temos convocadas duas reuniões para amanhã, uma para as 10 horas e outra para as 13 horas, exatamente na tentativa de votar essas matérias que são consensuais.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, estou de acordo com que se mantenha a convocação. Pondero com V.Exa. que talvez fosse apropriado manter apenas a convocação das 10 horas. Acredito que amanhã, quinta-feira, às 15 horas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Seria às 13 horas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mesmo às 13 horas. Se estivermos aqui, é porque estaremos, vamos dizer assim, presos à Ordem do Dia. Ou seja, se o Presidente quiser convocar a reunião e tentar votar... Quando nós não temos uma sessão aberta pela manhã com Ordem do Dia, dificilmente, numa sessão ordinária da quinta-feira, há quórum suficiente para abrir Ordem do Dia.

Em síntese, não há da nossa parte, da Oposição, objeção que haja as duas convocações. Eu apenas reitero a V.Exa. a sugestão de que encerre esta reunião, para que a de amanhã se dê pela formação de um novo quórum. Isso tem até uma razão pedagógica, porque, havendo novo quórum, os Deputados e Senadores terão que vir aqui e fatalmente poderão nos ajudar a alcançar quórum para votar. Se nós formos nos basear neste quórum, viremos aqui amanhã e não vamos votar nada.

Então, se publicarmos que haverá nova reunião, mas que se exigirá presença, fatalmente poderemos ter a presença necessária para votarmos as matérias.

Em síntese, peço o encerramento a V.Exa. e que, se possível, faça apenas a convocação para as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Nós vamos encerrar esta reunião.

Indago ao Deputado Izalci se quer fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero, Presidente. Não poderia deixar de aproveitar o momento para pelo menos sensibilizar a bancada do Governo para o fato de que, ao votarmos a prestação de contas, que foi rejeitada por unanimidade no Tribunal de Contas da União, há o risco de deixarmos uma mácula no currículo dos Senadores e Deputados, pois pela primeira vez na história este Congresso poderá votar um parecer pela aprovação da matéria, com ressalvas, apesar de haver um parecer prévio do Tribunal de Contas, aprovado por unanimidade, que recomenda a rejeição das contas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, nós vamos obstruir e vamos tentar convencer os Deputados a olharem um pouquinho o aspecto técnico, legal e constitucional, até porque nós todos aqui, quando assumimos o mandato, fizemos um juramento à Constituição Federal, às leis do nosso País, e a lei foi, de certa forma, afrontada. Por isso, caracterizou-se o crime de responsabilidade fiscal.

Então, vamos mobilizar a sociedade para cobrar dos Parlamentares, dos Senadores, a fim de não deixar acontecer esse desrespeito à nossa Constituição.

Este é um alerta para todos os Deputados, principalmente para aqueles que querem a reeleição ou uma candidatura próxima. O eleitor está de olho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, Deputado Izalci.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco reunião para amanhã, dia 3 de março, às 10 horas; reunião para a próxima terça-feira, dia 8, às 15 horas; e reunião para a próxima quarta-feira, dia 9, às 10 horas, quando então será discutido e eventualmente votado o relatório do Senador Acir Gurgacz relativo às contas de 2014. Na reunião de amanhã, terça-feira, serão votados apenas os itens previamente acordados na reunião de Líderes.

Declaro encerrada a reunião.

Boa tarde a todos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 9, 15 E 16 DE MARÇO DE 2016.

Aos nove, quinze e dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro, Wellington Roberto e Zé Geraldo; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes**: Átila Lins, Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Givaldo Carimbão, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Valtenir Pereira, Vitor Valim e Washington Reis; **- Senadores suplentes**: Dário Berger, Elmano Férrer, Hélio José e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Marcelo Aro e Zeca Dirceu; **- Senador**: Eduardo Amorim. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e sete minutos, do dia nove de março de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que informou não haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dez horas e vinte e oito minutos, o Deputado Izalci (PSDB/DF) levantou Questão de Ordem solicitando o encerramento da reunião, conforme estabelece o *art. 134, § único, da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional.* O Presidente em exercício decidiu dar continuidade à reunião e informou que havia número regimental para abertura dos trabalhos, conforme assinaturas constantes do livro de presença. Em continuidade aos trabalhos, solicitou ao Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) que fizesse a leitura da Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de Dezembro de 2015. Encerrada a leitura, o Presidente em exercício informou que suspenderia os trabalhos em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às vinte horas e doze minutos, do mesmo dia, a reunião foi reiniciada pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência que informou que suspenderia os trabalhos em virtude do acordo de Lideranças Partidárias, feito no Plenário da Câmara dos Deputados, que solicitava tal procedimento. Antes, porém, comunicou a realização da Reunião Conjunta de Audiência Pública, desta Comissão, com a presença do Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN, no dia 17 de março, quinta-feira, às 10 horas. Informou ainda, que estava sendo feito contato com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, para realização de reunião de audiência pública, nesta Comissão, em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal*. No dia quinze de março, às quinze horas e dezesseis minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Lázaro Botelho (PP/TO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006,* do Congresso Nacional, e suspensos em seguida. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, do mesmo dia, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu a reunião e iniciou a discussão da Ata da 15ª Reunião

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Extraordinária, realizada nos dia 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de Dezembro de 2015. Às quinze horas e quarenta e três minutos, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião para o dia 16 de março, quarta-feira, às 10 horas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia dezesseis de março, a reunião foi reiniciada pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006,* do Congresso Nacional, que informou a suspensão dos trabalhos e convocou a sua continuação para às 11h30min, daquele mesmo dia. Às quatorze horas e dezesseis minutos, do mesmo dia, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que passou à apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 15ª Reunião Extraordinária, realizada nos dia 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de Dezembro de 2015; 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 3 de fevereiro de 2016; 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2016; e 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º de março de 2016. A Ata da 15ª Reunião Extraordinária havia sido lida e discutida anteriormente, e a Presidente solicitou a dispensa da leitura das demais Atas, que foi autorizado por consenso. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** PAUTA. Item 1 - Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 709/2015-CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (hum bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Foram apresentadas 34 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Quanto às 34 (trinta e quatro) emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1 a 11, 18 a 22, 27 a 29, e 31 a 34, ofereceu voto pela aprovação parcial das emendas de nºs 12 a 16 e 25, e pela rejeição das demais. O Relatório foi apresentado. Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Em conformidade com o *disposto no § 2°, do art.146, da Resolução n°1 de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Às quinze horas e dezessete minutos, o Deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou **Contestação nº 1/2016-CMO,** conforme estabelece o *art. 148, da Resolução nº 01/2006-CN*, com apoiamento dos Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Hissa Abrahão (PPS/AM) e Samuel Moreira (PSDB/SP), quanto a admissibilidade das emendas de nºs 12 a 16, de autoria da Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), e emenda de nº 25 do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), por infringir o *art. 111, da Resolução nº 01/2006-CN*. O Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins, **deferiu** a Contestação. A Senadora Rose de Freitas recorreu ao Plenário contra a decisão do Presidente em exercício. Em votação, o Plenário **aprovou** por unanimidade o Recurso da Senadora. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Samuel Moreira (PSDB/SP) e Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator solicitou correção do seu Relatório na página nº 7, onde se lê: emendas de 12 a 15, leia-se: emendas de 12 a 16. Em votação, o Relatório apresentado à Medida Provisória foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Item 2 – Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 710/2016-CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 1.472.650.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Elmano Férrer. Foram apresentadas 10 emendas. Voto:

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1 a 5, 9 e 10 e ofereceu voto pela rejeição das demais. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o *disposto no § 2°, do Art.146, da Resolução n°1 de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Não houve discussão. Em votação, o Relatório apresentado à Medida Provisória foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, a Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 22 de março, terça-feira, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 09.03.2016, às 10h27min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Bom dia a todos!

Havendo quórum para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, suscito uma questão de ordem com base no art. 134 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O art. 134 do Regimento Comum do Congresso Nacional diz:

> *"Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa."*

Não há dois Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esse quórum está registrado. Há assinatura dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Regimento diz presença e não assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Senador Acir Gurgacz esteve aqui. Ele deve ter ido a algum lugar. Está ali o Senador Acir Gurgacz, que é o Relator da matéria.

Nós temos quórum para abrir a reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu insisto. O art. 134...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos aguardando quórum para deliberar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, para abrir a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A lista de presença, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, para abrir a reunião, é necessária a presença de dois Senadores.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero formular uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, são 10h29min.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou formulando uma questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum para a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Há quórum para abrir os trabalhos. Ele está registrado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há a presença de dois senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, peço o livro de presença para eu conferir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu posso usar a palavra para uma questão de ordem, Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Primeiro, verifique se há quórum para abrir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A questão de ordem é minha, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, eu estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, há quórum?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou suscitando uma questão de ordem, Sr. Presidente. Veja o art. 134.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que, em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós temos que ter a tranquilidade necessária, para não transformar esta Comissão, que é uma Comissão do Congresso Nacional, que é uma Comissão importante para o País, num palco de disputas que não têm nenhum sentido. Esta Comissão tem um histórico, sempre teve regras muito claras para o seu funcionamento, que estão sendo observadas de maneira correta pelo Presidente.

Nós temos quórum. Ele está assegurado. Nós ainda não temos quórum para deliberar, mas nós temos condições de poder fazer o debate. Inclusive, tão logo V.Exa. resolva essas questões, eu gostaria de utilizar o tempo da liderança, para fazer uma manifestação.

Agora, não há nenhum sentido o Deputado Izalci, que não tem sequer apoiamento para levantar os questionamentos que está levantando, tentar impedir o funcionamento da Comissão.

Então, eu gostaria que V.Exa. iniciasse os trabalhos, para que eu possa inclusive fazer uso da palavra como Líder do Governo para uma manifestação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu só queria registrar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não preciso de apoio nenhum para pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É verdade. Para fazer uma questão de ordem, não é preciso. O senhor tem razão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E já são 10h31min. Aliás, eu exijo que seja encerrada essa reunião por falta de quórum, conforme o art. 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O senhor não tem condição de exigir, Deputado Izalci, pelo seguinte. Eu não estou vendo V.Exa. aqui. V.Exa. não assinou a lista de presença. Portanto, V.Exa. não está presente aqui na reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. não está presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. sabe...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Deputado Izalci, assine a lista.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assine o livro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Assine o livro, para eu lhe conceder a palavra. O senhor tem que estar presente na reunião. Só pode usar a palavra estando presente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Traz a lista para o Deputado Izalci assinar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Esta reunião não existe. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esta reunião existe. Existe quórum.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde está o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existe quórum para deliberação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde está o quórum? Onde estão os Senadores?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Assine a lista, Deputado!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde estão os Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está na lista de presença. O Senador Acir Gurgacz está aqui presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero que fique registrado que às 10h32min não existe a presença de dois Senadores, conforme está previsto no art. 134.

(Manifestação no plenário: "Olha o Senador ali!")

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Olha o Senador ali, Deputado Izalci.

Sr. Presidente, eu acho que...

(Não identificado) - Os Senadores estão presentes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me dizer, Sr. Presidente, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já havia as assinaturas necessárias para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A fala do Deputado Izalci não pode ser registrada, porque ele não está presente. Eu solicito que V.Exa. não inclua na

ata a fala do Deputado Izalci, porque ele está ausente. Depois que ele der presença, a fala dele será considerada. Por enquanto, a fala dele não existe.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, vamos começar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, mais uma vez eu registrei às 10h31min e não havia nesta sala dois Senadores e eu pedi que encerrasse a sessão de acordo com o artigo 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, Deputado Izalci, V. Exa., quando usa a palavra, automaticamente, a sua presença já passa a ser contada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, automaticamente passa a ser contada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero registar que ele está enganado. Nós temos dois Senadores no plenário, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Às 10h32min, portanto, fora do prazo.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nós não temos é o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aliás, dois grandes Senadores, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Após o pedido de encerramento da sessão. Essa sessão será nula, só para adiantar para V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos os Senadores presentes aqui e eu queria, Deputado Izalci, dizer a V.Exa. o seguinte: nós temos aqui inclusive alguns itens que são acordos. Nós temos quatro itens na pauta e mais duas medidas provisórias importantes para o País, que são itens que precisam ser votados e que têm acordo. O que eu queria, Deputado Izalci, é propor o seguinte: vamos deliberar sobre esses itens que têm acordos, portanto, isso pode ser votado rapidamente. Nós não temos quórum efetivamente para votações nominais, mas temos que votar a ata das sessões anteriores, temos que apreciar a ata das sessões anteriores. Então, proponho que nós demos andamento.

Nós temos aqui uma luta contra o relógio, porque o mandato desta Comissão se encerra no dia 29. Temos a Semana Santa daqui a 15 dias e, naturalmente, vamos ter dificuldade de quórum. Portanto, é importante que nós cumpramos a nossa obrigação e votemos as matérias que estão na pauta e que são importantes

para o País. Algumas delas inclusive são matérias que já foram acordadas nas reuniões de Líderes de ontem e da semana passada. Há aqui um requerimento do Deputado Samuel Moreira. Então, eu gostaria de propor que nós iniciemos a votação por esses itens que temos acordo.

Então, havendo quórum para abertura desta sessão extraordinária...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, mais uma vez eu quero fazer aqui uma questão de ordem e que seja registrado em ata que às 10h31min não havia aqui no plenário dois Senadores. Eu pedi a V.Exa. que não abrisse, porque V.Exa. não está atendendo o Regimento da Casa, o Regimento Comum, não está atendendo a Resolução nº 1, que é muito clara, e não precisa de apoio, como disse o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu conferi a lista de presença e havia a assinatura de dois Senadores e o Senador estava aqui presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, V.Exa. não tem o poder de mudar o horário. Isso está registrado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Deixa o Presidente falar, rapaz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso está registrado. A *TV Câmara* tem a gravação e as notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Respeita a fala do Presidente, Deputado Izalci!

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. está cometendo um abuso de autoridade, Sr. Presidente. V.Exa. não pode querer abrir uma sessão contra a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, quando eu abri a sessão havia as assinaturas dos Senadores dando quórum para a abertura dos trabalhos. Eu chequei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Regimento fala presença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu chequei e agora, nesse momento, nós já temos aqui a presença física inclusive dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presença depois do horário não adianta. V. Exa. sabe disso. Depois do horário não adianta ter a presença. O horário é às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós abrimos às 10h29min, com a assinatura necessária dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sem presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, V.Exa. pode apresentar recurso, que vou dar o encaminhamento regimental.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu não vou abrir mão dessa posição. Eu quero que V.Exa. registre.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os Senadores estavam presentes. Além de terem assinado o livro, estavam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sua palavra estará registrada nas atas.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senador, é questão de ordem? É porque nós temos que dar encaminhamento aqui.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Concedo-lhe a palavra para fazer questão de ordem.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sr. Presidente, a minha vida no Senado Federal tem sido *(ininteligível).* Presidi também sessões do Plenário e o procedimento é o seguinte, Sr. Presidente.

Por favor, gostaria que V. Exa. ouvisse.

Nós sempre adotamos no Senado o seguinte: a presença é verificada no painel ou no livro de presença. Agora, só pode ter votação, se tiver a presença física do Senador, mas a sessão pode ser aberta, se tiver a presença no painel ou no livro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Senador.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Então está absolutamente correto o encaminhamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador. Esse é o nosso encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero lembrar que nós não estamos no Senado. Nós estamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, artigo 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e essa é praxe dos nossos trabalhos

aqui ao longo dos anos. Eu estou aqui nesta Casa há 22 anos como Deputado, participei de muitas sessões desta Comissão e esse é o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Um erro não justifica o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Naturalmente que V. Exa., tendo usado a palavra, estará registrado em ata. V.Exa. pode fazer o recurso que achar adequado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Farei, com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se houver a concordância do Plenário, eu quero propor a dispensa da leitura da ata.

É apenas para questão de ordem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu ouvi aqui um pronunciamento há pouco, falando que podemos abrir a reunião. É evidente que não pode. O art. 134 é claríssimo: *"Os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento somente serão iniciados com a presença mínima de um sexto de sua composição de cada Casa"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Rubens, esta questão já foi respondida. Havia a presença, porque havia o registro da assinatura dos Deputados e Senadores em número suficiente para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, V.Exa. está atropelando o Regimento. Esta sessão será anulada. Não é possível que nós vamos atropelar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu não o estou. Esta matéria já é vencida. Eu já respondi a questão de ordem. Na hora em que eu abri, havia a assinatura dos dois Senadores. E eles estão aqui, inclusive, com a presença física.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Havia a presença, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu indago se existe um acordo no Plenário para a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Dispensa, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, não existe acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Leitura suspensa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Leitura da ata, nós não temos acordo, não. Sr. Presidente, nós queremos a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, eu só disse que não há acordo para dispensar a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, vamos proceder à leitura da ata. Eu peço que o Deputado Hildo Rocha se encaminhe para fazer a leitura da ata, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes, porém, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, espero que não seja uma das questões de ordem que eu já respondi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós precisamos respeitar o Regimento. Surpreendo-me ao ver que V.Exa. quer “tratorar” o Regimento para impor a aprovação de contas da Presidenta Dilma.

(Não identificado) - Não está sendo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, o Deputado Domingos Sávio chegou agora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos falar o português claro. V.Exa. abriu esta sessão com apenas um Senador. V.Exa. abriu esta sessão com apenas um Senador.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós não estamos aqui... Nós não entramos no mérito desta situação. Nós temos aqui uma pauta extensa, com matérias do interesse do Brasil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Assinatura não é presença. Não havia o Senador que assinou aqui presente. Portanto, V.Exa. está desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. não estava aqui presente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Deputado chegou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu estava aqui e confirmo que *(ininteligível).* Esta matéria é vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. está se colocando a serviço do Governo, para aprovar as contas que foram rejeitadas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Hildo Rocha, por gentileza, a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A Oposição só sabe bagunçar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...ferir o Regimento, para forçar a barra e aprovar as contas da Presidenta Dilma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos em frente, Presidente!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. reflita! Não esperava jamais esta atitude de V.Exa. Não esperava jamais esta atitude de V.Exa. Convoque outra reunião. Colocar-se a serviço de um Governo para aprovar, desrespeitando o Regimento, é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por favor, Deputado Hildo Rocha, a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *"Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa..."*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Esta é a Oposição que nós temos no Brasil e que está atrapalhando a economia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É Oposição, sim! É Oposição, sim! Nós defendemos o Brasil, para não aceitar que aqueles que são subservientes capazes, que estão a serviço de um Governo corrupto venham querer atropelar o Regimento. Não aceito este jogo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, ele está querendo fazer *(ininteligível).* O Deputado Domingos Sávio...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos para as ruas!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desligue o microfone dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha para a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Questão de ordem, art. 29. Antes de começar a leitura, eu fiz uma questão de ordem, art. 29. Deputado Hildo, art. 29.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Ele está lendo. Vamos respeitar a leitura.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele está pedindo uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fiz uma questão de ordem antes do início da leitura, art. 29.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isto é um absurdo! Nem respondem a questão de ordem e querem impor uma reunião que não tinha quórum...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, por favor, a leitura. Continue, Deputado Hildo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29, é questão de ordem, tem precedência à leitura da ata, art. 29. Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - ... no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - V.Exa. quer bagunçar. V.Exa. quer bagunçar a reunião, Deputado Izalci, não é questão de ordem.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - art. 29.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai repetir a mesma questão de ordem que já está respondida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é repetir. É outra questão. Eu falei do art. 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, tem a palavra para a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou falar agora do art. 29. O art. 29 diz o seguinte:

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Deputado Izalci marcou presença lá, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quando ele usa a palavra, a presença está automaticamente registrada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Marquei sim. É automático, mas estou lá.

> *"Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo quorum regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos."*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o que foi feito, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente. Quórum mínimo:

> *"Art. 29.....*
>
> *§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."*

Eu fiz a questão de ordem. E vem o § 2º:

> *"Art. 29.....*
>
> *.....*

§ 2º No curso da sessão — V.Exa. abriu a sessão —, *verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior (...)"*

Eu pedi a V.Exa. às 10h31min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. está trazendo a mesma questão de ordem, já vencida. Nós verificamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou me referindo ao art. 29, que é muito claro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - S.Exa. está lendo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o Regimento Comum.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - É o mesmo teor, é o mesmo teor!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não é o mesmo teor. Diz que, se não houver presença no curso da reunião, ela se encerra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A presença para a abertura é a presença no registro das assinaturas. Aqui existia assinatura. Existia assinatura para a abertura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não tinha. Na sequência, tinha que haver presença, para a continuidade da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existia assinatura para a abertura.

(Não identificado) - Havia presença!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não havia!

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Ninguém pode assinar sem estar presente, Deputado Izalci. Só pode assinar quem está presente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O nobre Senador pode pedir verificação, pelo Senado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. chegou depois. V.Exa. não estava aqui. Os Senadores estavam aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não estavam, não estavam aqui.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É uma escolha minha eu não querer dar quórum, mas eu estava na Casa. Eu conheço a fundo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Infelizmente, V.Exa. não estava aqui para verificar quem estava e quem não estava. Deu quórum, deu quórum. Eu vou complementar a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir. Eu estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. está trazendo a mesma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - As imagens vão provar que a Mesa está manipulando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É a última questão que vou fazer.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Continue a leitura da ata, por favor, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Continue a leitura, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Basta ler aqui o art. 29, § 2º:

> *"Art. 29.....*
>
> *§ 2º No curso da sessão — 10h31min —, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior (...), o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista."*

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, por favor, encaminhe a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Havia número regimental para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Continue a leitura, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos dando sequência.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pedimos a dispensa da leitura da ata. Como não houve concordância do Plenário, estamos dando o seguimento regimental adequado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, leia o art. 29. Às 10h31min, não havia dois Senadores aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, Deputado Hildo Rocha, continue a leitura.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Prossigo a leitura da ata:

> *"...Deputados titulares: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Morais, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda..."*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Hildo Rocha, comece do início. V.Exa. começou da metade da ata? Não estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *"...João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto..."*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Jaime Martins, reflita com calma. S.Exa. fez a...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *"Senadores titulares: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann..."*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu falei: Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA -

> *"...Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; Deputados suplentes: Átila Lins, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Expedito Netto, Givaldo Carimbão, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Mauro*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lopes, Orlando Silva, Paes Landim, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Vitor Valim e Washington Reis; Senadores suplentes: Angela Portela, Hélio José, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Foi registrada a ausência do membro titular Senador Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento de Parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Ademir Camilo, Alessandro Molon, Alex Canziani, Bebeto, Beto Mansur, Geraldo Resende, Milton Monti, Valtenir Pereira e Weliton Prado; e Senadores Blairo Maggi e José Medeiros. Abertura: às quatorze horas e dois minutos do dia 2 de dezembro, e havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram iniciados pelo Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14. Informou que não havia quórum regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os trabalhos foram suspensos. Às 9h56min do dia 3 de dezembro, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional. O Presidente em exercício passou à apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 26 de novembro e 1º de dezembro de 2015. O Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008...”

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu pediria ao Deputado Hildo Rocha que lesse de forma mais pausada, para que eu pudesse entender.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA -

"...ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. O Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) teceu comentários sobre a aprovação do Projeto de Lei n° 5/2015-CN pelo Congresso Nacional. O Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE) destacou a necessidade da votação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN. O Deputado João Arruda (PMDB/PR) defendeu recursos para a área da saúde. Às 10h15min, a Presidenta, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. Ordem do Dia. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentada ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão de pauta foi aprovado por unanimidade. Extrapauta. Relatório Preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016" (PLOA 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 54 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com ajustes de texto realizados em decorrência da aprovação das Emendas de n°s 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 21, 24, 25, 33, 34, 40, 42, 43 e 44; da aprovação parcial das Emendas de n°s 8, 10, 12,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14, 15, 18, 20, 28, 29, 35, 38, 46, 47, 48, 49 e 53, e pela rejeição das Emendas de n°s 6, 11, 13, 19, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 39, 41, 45, 50, 51, 52 e 54 e pela prejudicialidade da emenda n° 37. O Relator-Geral apresentou o relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator-Geral respondeu aos questionamentos levantados. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques apresentados: Destaque n° 1, do Senador Valdir Raupp, pela supressão da parte especial; e Destaque n° 2, do Deputado Caio Narcio, pela supressão da parte especial. Os autores apresentaram os destaques. Após esclarecimentos prestados pelo Relator-Geral, os destaques foram retirados pelos autores. Após a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, a Presidenta informou que o prazo para apresentação, publicação e distribuição dos Relatórios Setoriais seria, no máximo, até o dia 7 de dezembro. O Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) defendeu mais recursos para a saúde. Às 11h03min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 7 de dezembro, segunda-feira, às 15 horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 15h19min do dia 7 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pela Presidenta. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. A Presidente

determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em seguida, a reunião foi suspensa por alguns minutos. Às 15h31min, os trabalhos foram reiniciados pela Presidenta, que informou que submeteria alguns requerimentos à apreciação do Plenário: - Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN — LOA 2016. Autor: Deputado Ricardo Barros. - Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar os Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas da LOA 2016: I - Transporte, II - Saúde, III - Educação e Cultura, IV - Integração Nacional, V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, VI - Desenvolvimento Urbano, VII - Turismo, VIII - Ciência e Tecnologia e Comunicações, IX - Minas e Energia, X - Esporte, XI - Meio Ambiente, XII - Fazenda e Planejamento, XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social, XV - Defesa e Justiça, XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. O autor, Deputado Ricardo Barros, apresentou os requerimentos. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) apoiou a inclusão das matérias. Em votação em bloco, os requerimentos de inclusão de pauta foram aprovados por unanimidade. Proposta de dispensa

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao PLOA 2016, conforme o disposto no art. 128 da Resolução n° 1, de 2006-CN. Autora: Presidenta da CMO. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Extrapauta. Conforme o disposto no art. 25 da Resolução n° 1, de 2006-CN, a Presidente passou à apreciação do Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o "Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN, Projeto de Lei Orçamentária para 2016. Coordenador do CAE: Deputado Genecias Noronha. Voto: propõe, dentre as emendas de Bancada e de Comissão apresentadas, sejam consideradas inadmitidas as de n°s 7103.0004, 7125.0021, 7108.0016, 7108.0017, 7115.0012, 7115.0013, 6011.0005 e 5023.0001. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE. Ausente o Coordenador do COI, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Ricardo Barros (PP/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP) e Julio Lopes (PP/RJ). Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado um destaque. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque n° 1, do Deputado Julio Lopes, pela supressão parcial — Supressão da emenda n° 5023.0001, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, ação — apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano — Ministério das Cidades, constante no Relatório entre as

emendas inadmitidas pelo CAE. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Extrapauta. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeo de Lei n° 7/2015-CN (PLOA 2016), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio, Micro e Pequenas Empresas. Relator Setorial: Senador Hélio José (PSD/DF). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Relatório Setorial da Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social. Relator Setorial: Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Tendo em vista a ausência dos demais Relatores Setoriais que haviam entregado seus Relatórios, o Deputado Domingos Sávio (PSDBIMG) sugeriu a suspensão dos trabalhos e a continuação da reunião no dia seguinte e houve concordância da Presidenta. As l6h36min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 8 de dezembro, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. As 9h05min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos

pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional. Em seguida, ocorreu a apreciação da Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 2 de dezembro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso, e foi aprovada por unanimidade. O Presidente em exercício informou que inicialmente ocorreria a leitura de todos os Relatórios Setoriais e seria aberta a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN (PLOA 2016), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório e corrigiu o voto da emenda de n°5001.0001 de inadmitida para rejeitada. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Relatório Setorial da Area Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. As 9h29min, o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO) assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo

para apresentação de destaques. Às 9h41min, a Presidenta reassumiu a condução dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento. Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente. Relatora Setorial: Deputada Flávia Morais (PDT/GO). A Relatora Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia. Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 10h17min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e retornou às 10h27min. O Senador Raimundo Lira iria fazer a leitura do seu Relatório, entretanto, como ainda não estava disponibilizado na Internet, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende solicitou o seu adiamento e teve apoio do Deputado Domingos Sávio e concordância do Relator da matéria. Às 10h40min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e retornou às 10h50min. Relatório Setorial da Área Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim

como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional. Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 11h25min, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) retomou a condução dos trabalhos. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado José Airton Cirilo (PT/CE) e o Relator Setorial respondeu aos questionamentos. A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques, cuja apreciação foi adiada. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais já apresentados. Relatório Setorial da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques. Proposta do Presidente em exercício para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal,

conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente. Relatora Setorial: Deputada Flávia Morais (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. A Deputada Flávia Morais (PDT/GO) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento. Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 1 destaque. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque n° 1, do Senador Hélio José, à emenda n° 7108.0001, da Bancada do Distrito Federal. O Relator Setorial deu voto pela aprovação. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). No transcorrer da apreciação da matéria, estando ausente o Relator, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator ad hoc, que apresentou a Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 6 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques e a obra com indícios de irregularidades graves. Às 11h43min, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Discutiram os destaques os Deputados

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e Orlando Silva (PCdoB/SP). O Senador Hélio José (PSD/DF), solicitou prazo para análise dos destaques. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei n° 6/2015-CN - PLPPA 2016/2019. Autor: Deputado Zeca Dirceu. O Deputado Ricardo Barros (PP/PR) apoiou a inclusão na pauta. Em votação, o Requerimento de inclusão foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Relatório apresentado ao Projeto de Lei n° 6/2015-CN, que 'Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019'. (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 1.128 emendas. Voto: pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda n° 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidade das emendas de n° 5 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 2915.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. O Relator apresentou o Relatório. Foram declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A Presidente retornou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Apreciação dos 6 destaques. Proposta da Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade

nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação: Destaque n° 3, da Senadora Rose de Freitas, à emenda 6000.0002, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1, 2, 4, 5 e 6. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde. Relator Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 12h28min, o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) assumiu a direção da reunião. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. O Presidente em exercício retornou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Em votação, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução n° 1/2006-CN, a obra com indícios de irregularidades graves foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício deu prosseguimento à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional. Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). Apreciação dos 2 destaques apresentados. O Presidente em exercício apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques n°s 1 e 2 com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os

destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. O Presidente em exercício retomou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Adendo/Errata n° 1. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 22 destaques. Em votação o Relatório Setorial e o Adendo/Errata n° 1 foram aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados Ademir Camilo (PROS/MG), Zeca Dirceu (PT/PR), Zé Geraldo (PT/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Flávia Morais (PDT/GO), José Nunes (PSD/BA), João Arruda (PMDB/PR) e Milton Monti (PR/SP). O Relator Setorial solicitou tempo para analisar os destaques. Às 12h59min, a Presidente retomou a direção dos trabalhos. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). O Relator ad hoc, Senador Hélio José (PSD/DF) apresentou a Errata n° 1. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) agradeceu pela apresentação da Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16 destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados José Airton Cirilo (PT/CE) e José Rocha (PR/BA). O Senador Hélio José solicitou prazo para análise dos destaques. Voltando à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde. Relator

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). Discutiram os seus destaques com o Relator Setorial os Deputados Milton Monti (PR/SP) e José Airton Cirilo (PT/CE). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 16 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque n° 12, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, à emenda 7128.0008, da Bancada de Tocantins. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 11 e 13 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente retomou a apreciação do Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia. Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução n° 1/2006-CN, a Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi aprovada por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VIII — Ciência e

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tecnologia e Comunicações. Relator Setorial: Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. O Deputado Wadson Ribeiro, Relator da matéria, teceu agradecimentos gerais pela aprovação do Relatório Setorial. Às 13h46min, a Presidente suspendeu os trabalhos e retornou às 14h28min. Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei n° 6/2015-CN, que 'Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019'. (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 1.128 emendas. Voto: pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda n° 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidade das emendas de n°s 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 291 5.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 11 destaques. Teceram agradecimentos ao Relator da matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Gorete Pereira (PR/CE). Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade,

ressalvados os destaques. Apreciação dos 11 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela aprovação: Destaque n° 1, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 3084.0004, do Deputado Diego Garcia; Destaque n° 3, do Deputado Hildo Rocha, à emenda n° 3393.0001, do mesmo autor; Destaque n° 4, do Deputado Hildo Rocha, à emenda 3393.0001, do mesmo autor; Destaque n° 4, do Deputado Hildo Rocha, à emenda nº 3393.0003, do mesmo autor; Destaque n° 6, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0001, da mesma autora; Destaque n° 7, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0002, da mesma autora; Destaque n° 11, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0006, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela aprovação parcial: Destaque n° 2, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0002, da mesma autora; Destaque n° 5, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à emenda n° 3433.0001, do mesmo autor; Destaque n° 9, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0004, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaque com voto do Relator pela rejeição: Destaque n° 10, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0005, da mesma autora. Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi rejeitado. Não foi apreciado na representação do Senado

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. O Destaque n° 8, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda n° 2693.0003, da mesma autora, foi prejudicado, por ter sido atendido. O Deputado Zeca Dirceu, Relator da matéria, teceu agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para aprovação do seu Relatório. Apreciação do Relatório Setorial da Area Temática X — Esporte. Relator Setorial: Senador Roberto Rocha (PSB/MA). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. As l4h58min, a Presidente suspendeu os trabalhos, que foram reiniciados às 6h20min. Apreciação do Relatório Setorial da Area Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). Apreciação dos 22 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação: Destaque n° 13, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000758; Destaque n° 14, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000759; Destaque n° 15, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000760. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da

Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque n° 4, do Deputado Zé Geraldo, solicitando a recomposição total do sequencial 000656; Destaque n° 6, do Deputado Hildo Rocha, solicitando a recomposição total do sequencial 000772; Destaque n° 8, do Deputado César Halum, solicitando a recomposição total do sequencial 000574; Destaque n° 10, da Deputada Flávia Morais, solicitando a recomposição total do sequencial 000549; Destaque n° 12, do Deputado Domingos Sávio, solicitando a recomposição total do sequencial 000572. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1, 2, 3, 5, 11, 16 a 22. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 10 do art. 43 do Regimento Comum. O Destaque n° 7, do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000760; e o Destaque n° 9, do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000759, foram prejudicados, por terem sido atendidos. Apreciação do Relatório Setorial da Area Temática VI — Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Flávia Morais (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 13

destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. A Presidente deu continuidade à apreciação do Relatório Setorial da Area Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB).”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou pedir silêncio porque, de fato, os Deputados e Senadores não estão conseguindo ouvir adequadamente. Peço a todos que façam silêncio. Aqueles que tenham que conversar, por gentileza, vão lá fora, conversem e voltem, para termos a reunião em silêncio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, está sendo feita a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É relativo à ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, estou tentando acompanhar a leitura da ata, mas não estou sabendo qual está sendo lida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A ata está divulgada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu acabei de ouvir um relatório setorial meu do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É isso. É ata do ano passado. É a ata de dezembro que nós estamos lendo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É a última ata de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É a Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015. Nós temos uma, duas, três, quatro atas. Esta é a primeira.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É a primeira de quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ela é de dezembro. Ele está fazendo a leitura. É aquela da votação do Orçamento. É bem antiga.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E a Presidente, onde se encontra?

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Presidente está... Enfim... Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Claro que é.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Continuo, Sras. e Srs. Parlamentares:

"...A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo do voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente deu prosseguimento à apreciação do Relatório Setorial da Area Temática VI — Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). Em votação, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução n° 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram aprovadas por unanimidade. Apreciação dos 13 destaques. O Relator Setorial deu voto pela rejeição dos 13 destaques apresentados. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 13. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. A reunião foi suspensa às 17h17min e marcada a continuação para o dia 9 de dezembro, às 9 horas. Às 9h13min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1, do Congresso Nacional. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e lideranças partidárias. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN (PLOA 2016), que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura. Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 9h28min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA) assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo. Relator Setorial: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram as matérias os Deputados Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO) e Gorete Pereira (PR/CE). As 10h03min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a condução dos trabalhos. Em continuação ao debate, fizeram uso da palavra os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA) e Vitor Valim

(PMDB/CE). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados dois destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos dois destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos dois destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto da Relatora Setorial pela rejeição: 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente deu continuidade à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura. Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). A discussão foi aberta, assim corno o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Caio Narcio (PSDB/MG) e Izalci (PSDB/DF). A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 20 destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução n° 1/2006-CN, a Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

20 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 20. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Às 11h27min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação no dia 14 de dezembro, às 15 horas. Às 15h25min do dia aprazado, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Hélio José (PSD/DF), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Às 15h26min, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às16h55min do mesmo dia. A Presidente informou que havia acordo com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidarias para leitura do Relatório Final, apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015. Extrapauta. Apreciação do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015, do Congresso Nacional, que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercicio financeiro de 2016' (Projeto de Lei

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentaria para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o Relatório Final alterado. O prazo para apresentação de destaques foi aberto. A apreciação da matéria foi adiada. Às 18h14min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para o dia 15 de dezembro, às 14 horas. Às 14h15min do dia 15 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Caio Narcio (PSDB/MG), no exercicio da Presidência, conforme dispõe o caput do art 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional, e suspensos em seguida. Às 14h41min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório n° 1/2015 – COI/CMO, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Apresentado ao Aviso n° 12/2015-CN. Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório n° 2/2015 — COI/CMO, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, para atualização do Anexo VI do Projeto de Lei n° 7/2015 – CN (PLOA 2016). Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Apreciação do Relatório n° 1/2015, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, apresentado ao Aviso n° 12/2015-CN, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo bloqueio, nos termos das minutas de decreto legislativo apresentadas, da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção do Corredor de Ônibus Radial Leste, Trechos 1 e 3, em São Paulo/SP, e submetem o Relatório à apreciação do Plenário. O Relatório foi apresentado. A discussão foi aberta. Discutiram a matéria os Deputados Samuel Moreira (PSDB/SP), Nilto Tatto (PT/SP), Pedro Fernandes (PTB/MA), Pompeo de Mattos (PDT/RS), Izalci (PSDB/DF) e a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). O Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo (PT/PA), respondeu aos questionamentos e, ao final do debate, propôs revisar o Relatório e reapresentá-lo novamente. A apreciação da matéria foi adiada. Extrapauta. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidente submeteu à apreciação do Plenário o Relatório n° 2/2015 — COI/CMO,

apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, que "propõe Atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços, com Indícios de Irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei n° 7/2015. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1. Construção da Vila Olímpica em Parnaíba/PI, sob responsabilidade do Ministério do Esporte; 2. BRT — SP — Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 3. Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 1, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 4. Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 5. Canal do Sertão, Trecho 5, Alagoas. O Coordenador do COI apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório n° 2 foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a exclusão dos seguintes empreendimentos: 2. BRT — SP — Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; e 4. Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades. Extrapauta. Apreciação do Relatório Final, apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o adendo e a discussão foi aberta. Às 15h42min, o 1° Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Discutiram a matéria os Deputados Izalci (PSDB/DF), Samuel Moreira (PSDB/SP), Danilo Forte (PSB/CE), Pedro Fernandes (PTB/MA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Expedito Netto (SD/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Paulo Pimenta (PT/RS), Zé Geraldo (PT/PA), Caio Narcio (PSDB/MG), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Pompeo de Mattos (PDT/RS) e o Senador Hélio José (PSD/DF). As 17h33min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA) assumiu a direção da reunião e deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra aos Deputados Lázaro Botelho (PP/TO), José Airton Cirilo (PT/CE) e João Arruda (PMDBIPR). Às 17h49min, o 1° Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) reassumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade à discussão da matéria, outorgando a palavra aos Deputados Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Flávia Morais (PDT/GO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Bebeto (PSB/BA) e Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator-Geral respondeu a todos os questionamentos. O Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) informou que o prazo para apresentação dos destaques ao Relatório Final se encerraria, às 20 horas, daquele dia, 15 de dezembro. A

apreciação da matéria foi adiada. As 18h34min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 16 de dezembro, quarta-feira, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 9h21min do dia 16 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional, e suspensos em seguida. Às 12h30min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. Extrapauta. Apreciação do Relatório n° 1/2015, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, apresentado ao Aviso n° 12/2015, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira da Obra de construção do Corredor de ônibus — Radial Leste — Trecho 3, em São Paulo/SP, devido à perda do objeto com a revogação do Edital 03/2015 por parte da Prefeitura de São Paulo; e propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira da obra de construção do Corredor de Ônibus — Radial Leste — Trecho 1, em São Paulo/SP; e submete o Relatório à apreciação do Plenário. O Coordenador do COI apresentou o novo Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi aprovado,

por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar a Proposta de Alteração da Meta Fiscal para 2016, constante do Projeto de Lei n° 1/2015. Autor: Deputado Ricardo Teobaldo. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Apreciação do adendo ao parecer da CMO, que trata da proposta para alteração da meta fiscal para 2016, constante do Projeto de Lei n° 1/2015, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016." Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. O Relator apresentou o adendo. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Edmar Arruda (PSC/PR) e Izalci (PSDB/DF). Às 13h03min, o 1° Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) assumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade ao debate, concedendo a palavra aos Deputados Nilton Capixaba (PTB/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Zé Geraldo (PT/PA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO), Paulo Pimenta (PT/RS), Flávia Morais (PDT/G0), Danilo Forte (PSB/CE), Zeca Dirceu (PT/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP), Ricardo Barros (PP/PR), Pedro Fernandes (PTB/MA) e os Senadores Hélio José (PSD/DF) e Rose de Freitas (PMDB/ES). Às 14h35min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Às 15h10min, do mesmo dia, o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) reabriu a reunião e deu continuidade à discussão, passando a palavra ao Deputado João Arruda

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PMDB/PR). Às 15h14min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a direção dos trabalhos. Prosseguindo ao debate, fez o uso da palavra o Deputado Leo de Brito (PT/AC). Encerrada a discussão, não houve consenso quanto aos itens 4 e 13 constantes do adendo, e o Relator da matéria, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), concordou em excluí-los. Em votação, o adendo alterado foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 15h24min, a Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, 16 de dezembro, quarta-feira, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, após o término da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. Às 17h39min, do dia 16 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo 1° Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional. Extrapauta. Continuação da apreciação do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. A discussão foi encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 304 destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução n° 1/2006, o

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente em exercício solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emenda de Relator-Geral, que foi aprovada, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As 17h52min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. Os Deputados Izalci (PSDB/DF), Paulo Pimenta (PT/RS), Caio Narcio (PSDB/MG), Domingos Sávio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) fizeram questionamentos sobre o Relatório Final e o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), Relator-Geral do Orçamento, respondeu a todos os Parlamentares. Em votação, o Relatório Final alterado e o Adendo foram aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Em votação, nos termos do ad. 70, inciso II da Resolução n° 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram aprovadas por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos destaques. Proposta do Relator-Geral do Orçamento para votação em globo dos destaques para recomposição do Programa Bolsa Família. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Blairo Maggi (PR/MT), Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, solicitou transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, como compensação pela não incidência do ICMS. Requerimento para inclusão na pauta da Proposta de Alteração do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do

Senado Federal. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão na pauta foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Proposta de Alteração do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015. Inclua-se no subitem VI ao item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar, nos seguintes termos: VI. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios como compensação pela não incidência do ICMS sobre bens e serviços destinados ao exterior, com fundamento no art. 155, § 2°, X, "a", da Constituição e no art. 91 do ADCT, ou a título de auxilio financeiro com a finalidade de fomentar as exportações. Autor: Deputado Ricardo Barros. O Deputado Ricardo Barros apresentou a Proposta de Alteração do Parecer Preliminar. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou Adendos e Adendos/Erratas ao Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei n° 7/2015. Em votação, os Adendos e Adendos/Erratas foram aprovados por unanimidade. Apreciação dos 304 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, que foi aprovada por unanimidade. Os Parlamentares solicitaram que fossem apreciados individualmente alguns destaques. O resultado da apreciação dos destaques ocorreu da seguinte forma: - Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação: 5,6, 17, 73, 75, 76, 116, 170 a 182, 230, 240, 263, 274, 275, 300 e 302. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. - Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação parcial: 1, 2, 7, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 49, 52, 70, 77, 79, 103, 104,

106 a 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 130, 131, 132, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 154, 186, 189, 195, 196, 197, 203, 206, 213, 214, 215, 216, 219, 225, 227, 228, 235, 236, 237, 238, 239, 245, 246, 247, 250, 252, 259, 262, 266, 267, 268, 269, 280, 282, 284, 287, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301 e 303. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição: 3, 4, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34 a 48, 50, 51, 53 a 69, 71, 72, 74, 78, 80 a 102, 105, 114, 115, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 146 a 153, 155 a 169, 183, 184, 185, 187, 188, 190 a 194, 198 a 202, 204, 205, 207 a 212, 217, 218, 220 a 224, 226, 229, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 286, 288, 290, 291 e 304. Em votação em globo, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. 5 — Destaques retirados pelos autores: 253, 254 e 264. Em virtude da inexistência de acordo do colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão para deliberação das matérias constantes da pauta, deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas: 1 - Relatório apresentado à Mensagem nº 33/1992-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991". Relator: Senador Benedito de Lira. Foi apresentada uma emenda. Voto: o relatório do Senador Benedito de Lira, recebido em 2 de julho de 2015, concluiu por um projeto de decreto

legislativo, ofereceu voto pelo arquivamento das contas do Presidente da República do exercício de 1991, pela aplicação dos princípios consignados no inciso LXXVIII do art. 5° da Constituição Federal. No relatório recebido em 4 de novembro de 2015, o Relator, quanto à emenda apresentada pelo Deputado Miro Teixeira, ofereceu voto pela rejeição. Quanto a uma emenda apresentada pelo Deputado Paulo Bernardo ao projeto de decreto legislativo aprovado pela Comissão em 12 de março de 1997, ofereceu voto pela prejudicialidade. 2 - Relatório apresentado ao Aviso nº 17/2014-CN, que "encaminha cópia do Acórdão nº 2378/2014-TCU-Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000"; à Mensagem nº 9/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal referente ao primeiro quadrimestre de 2014"; à Mensagem nº 11/2014-CN, que "encaminha, nos termos do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2014"; ao Ofício nº 18/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao primeiro quadrimestre de 2014"; ao Ofício nº 19/2014-CN, que "encaminha, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014 de que trata o art. 54 da Lei

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000"; ao Ofício nº 20/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2014"; ao Ofício nº 21/2014-CN, que "encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2014"; ao Ofício n° 22/2014-CN, que "encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 1º quadrimestre de 2014"; ao Ofício nº 25/2014-CN, que "ncaminha, em cumprimento ao art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2014."; ao Ofício n° 26/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC n° 10, 1 de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 1° quadrimestre de 2014."; e ao Ofício n° 27l2014-CN, que "encaminha, em conformidade com o inciso 1 do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014."Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 3 -Relatório apresentado ao Aviso n° 6/2015-CN, que

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.919 de 2013, art. 115, Acórdão n° 138/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar n° 101/2000, correspondentes ao 2° quadrimestre do exercício de 2014."; à Mensagem n° 16/2014-CN, que "encaminha, nos termos do art. 5°, inciso 1, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional referente ao período de janeiro a agosto (2° quadrimestre) do exercício de 2014."; à Mensagem n° 1712014-CN, que "encaminha, conforme o disposto no artigo 54 da Lei Complementar n° 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao Ofício n° 32/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao artigo 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao Ofício n° 33/2014-CN, que "encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5°, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre de 2014."; ao Ofício n° 34/2014-CN, que "encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar n° 101/2000, do Superior Tribunal Militar, publicada no Diário Oficial da União n° 186, Seção 1, páginas 227 e 228, de 26 de setembro de 2014."; ao Ofício n° 35/2014-CN, que "encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no inciso 1 do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19/10/2000, referente ao período de setembro

de 2013 a agosto de 2014."; ao Ofício n° 36/2014-CN, que "encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 2° quadrimestre de 2014."; ao Ofício n°37/2014-CN, que "encaminha, nos termos do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2° quadrimestre de 2014." ao Ofício n° 38/2014-CN, que "encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 2° quadrimestre de 2014."; e ao Ofício n° 39/2014-CN, que "encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5° da Lei n° 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2° quadrimestre de 201 4". Relator: Deputado Marcelo Aro. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 4 - Relatório apresentado à Mensagem n° 5/2015-CN, que "encaminha, em cumprimento à Lei n° 13.080, art. 52, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2° bimestre de 2015". Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Voto pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 5 - Relatório apresentado à Mensagem nº 10/2014-CN, que "encaminha, nos termos do art. 113 da Lei n°12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Planejamento e Orçamento e Gestão"; à Mensagem n° 15/2014-CN, que *"encaminha, nos termos do art. 113 da Lei n° 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2014"; e à Mensagem n°31201 5-CN, que "encaminha, em cumprimento à Lei n° 12.919/13, art. 111, Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao Exercício de 2014". Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pelo conhecimento das matérias, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2014. O Deputado Izalci apresentou voto em separado, em 17/11/2015, com voto pelo conhecimento das Mensagens de n°s 10/2014-CN, 15/2014 e 3/2015-CN e dos relatórios encaminhados, e recomendando que: 1 - solicite informações por escrito aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito das providências adotadas para que se evite o cometimento dos mesmos erros observados em 2014; em especial, sobre quais medidas estão sendo tomadas para o aperfeiçoamento do sistema de previsão de receita, conforme Acórdão n° 1 .723/201 5-TCU-Plenário; e II - requeira o comparecimento, com a máxima brevidade possível, do Secretário do Tesouro Nacional a esta Comissão, de forma a prestar esclarecimentos a respeito do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2° Quadrimestre de 2015, nos termos do art. 9°SS 4°, da LRF, e das medidas adotadas para o cumprimento da meta fiscal de 2015 e as implicações da aprovação ou não do PLN n° 5/2015 ora em discussão nesta Comissão. Adotadas as providências mencionadas, voto pelo arquivamento do processo. 6 — Relatório*

apresentado à Mensagem n° 71201 5-CN, que "encaminha, em cumprimento ao art. 128 da Lei n° 13.080, de 2015, o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1° quadrimestre de 2015". Relator: Deputado César Halum. Voto: pelo conhecimento da matéria e solicite o comparecimento, o mais breve possível, do Secretário do Tesouro Nacional para explicar as medidas de ajuste para o cumprimento da meta fiscal, e envio para o arquivo. 7 - Relatório apresentado ao Aviso n° 10I2015-CN, que "encaminha, em cumprimento à Lei 13.080, art. 138, Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1° semestre de 2015". Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Voto: pelo arquivamento da matéria. Encerramento. A Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos do dia dezesseis de dezembro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente.

Ata da 1ª Reunião Extraordináriada, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª....

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, por gentileza...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio.... Gente, por gentileza.... Deputado Domingos Sávio, por gentileza, tome assento. Tome assento!

Deputado Domingos Sávio, por gentileza,.... Deputado Elmar, por gentileza... Deputado Caio Narcio, por gentileza, vamos assentar... Vamos restabelecer a ordem aqui. Nós temos um Regimento e vamos seguir o Regimento.

Quero dizer....

(Não identificado) - Então vamos ouvir todas as questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu estou ouvindo todas as questões de ordem, Deputado, e respondi a todas.

(Não identificado) - O senhor tirou o som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Tirei o som, porque V.Exas. estão interrompendo a leitura da ata.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza... Por gentileza...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A ata terminou de ser lida. Ela terminou de ser lida, e o senhor cortou o som....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. não vai me fazer pressão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... e o senhor cortou o som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não adianta vir aqui falar no meu ouvido...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Adianta sim! Esta Casa não é sua!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ... porque eu não estou com medo. Vá lá sentar no seu lugar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor é tão Deputado quanto eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos restabelecer a ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não aceito a leitura de uma ata na sequência. Não há previsão regimental para isso.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Samuel Moreira, por gentileza.... Eu vou ler o artigo regimental... Eu tenho que suspender a sessão... Por gentileza....

V.Exas.querem deixar-me suspender ou não? Sentem-se aí!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, mas V.Exas. estão tumultuando. É preciso que as pessoas compreendam o que estamos discutindo aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor corta o som, quer dirigir sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Porque estava sendo feita a leitura da ata.

(Não identificado) - Acabou.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade.... Deputado Domingos Sávio, quer me ouvir, por gentileza?

Por gentileza, queiram me ouvir...

Existe aqui uma questão de ordem do Deputado Izalci, que quero falar sobre ela. É uma questão de ordem sobre o art. 29 e sobre o art. 34, que é a questão do quórum.

Essa questão de ordem já foi devidamente respondida. Encaminho essa questão de ordem à Mesa do Congresso Nacional. Naturalmente essa questão de ordem não tem efeito suspensivo sobre a sessão.

Encaminho e peço que seja juntada a essa questão de ordem uma declaração do nosso funcionário responsável pelo quórum, dizendo que às 10 horas e 29 minutos ele verifique o quórum que havia naquele horário e coloque aqui uma declaração para que possa o Presidente do Congresso Nacional basear a sua decisão.

Vou ler aqui, em seguida, o art. 46, no seu § 1º, que diz o seguinte: *"Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara dos Deputados, ou do Congresso Nacional, ou do Senado".

Nós já iniciamos a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Portanto, vamos suspender esta reunião...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes de suspender, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Izalci, mas nós vamos suspender esta reunião. Nós temos aqui também para ser votado que... Nós vamos recomeçar esta sessão, dando sequência à leitura das atas que temos ainda para ser lidas, são mais três atas, depois nós vamos discutir as atas, e depois nós vamos votar o requerimento do Deputado Elmar sobre a votação nominal. Portanto,...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se o senhor não abrir o microfone, não vai ter debate aqui. Será um monólogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou abrir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tem que gritar, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou abrir o microfone para questões de ordem. Agora, deixe-me orientar os presentes. Nós vamos, em seguida, baseados no art. 24 do Regimento Comum, suspender, portanto, a sessão, até que seja finalizada a Ordem do Dia.

Deputado Izalci, para questão de ordem. *(Pausa.)*

Está com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro caso: nós não podemos continuar judicializando tudo que acontece nesta Casa. V.Exa. quer seguir o Regimento. V.Exa. sabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o que nós estamos fazendo, inclusive atendendo ao pleito da Oposição, suspendendo a sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente, a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É muito simples. Eu acho que qualquer um aqui pode fazer a leitura, e todos sabem a diferença entre quórum, presença e assinatura.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida, Sr. Presidente. Questão de ordem vencida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O art. 134, no Parágrafo único, diz assim:...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não cabe recurso da decisão do Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - *"... no curso da reunião, verificada a presença..."* Presença. Presença não é assinatura. Então, eu queria ponderar a V.Exa.,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A maneira que nós temos de medir o quórum é através da assinatura. Isso é uma questão de ordem vencida. O senhor está insistindo numa questão de ordem vencida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é, eu estou...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor deu a palavra para ele, depois não ouve.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É esse o Presidente, ele dá a palavra, depois interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos suspendendo a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É a décima vez que ele fala isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não pode suspender uma sessão que não podia nem ter sido aberta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Conclua, por gentileza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas me deixe concluir, então.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há uma forte dose de histerismo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. fez um pedido...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Fala a mesma coisa, dez vezes a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. fez um pedido agora para que a Mesa verificasse o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que eu quero registrar e que a Mesa testemunhe, tem aí as notas taquigráficas, é se naquele momento existia a presença de dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existia, existia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não existia. Ela só aconteceu às 10h32min, quando eu pedi que se encerrasse a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Mesa vai registrar o quórum adequado, o funcionário que estava *(ininteligível).*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente. Nós temos um ditado que diz assim: o apressado come cru. Atropelar, aqui na Comissão Mista do Orçamento, é um absurdo. Eu não sei por que a Base do Governo quer atropelar para votar uma conta irresponsável, que levou o País a quebrar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso daí não é questão de ordem. Não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É questão...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele está entrando no mérito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida, Sr. Presidente. Pode cortar o microfone dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...art. 134.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é possível, não posso nem falar aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, por gentileza, conclua a sua questão de ordem, para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou fazendo, inclusive, para ponderar a V.Exa., que é Presidente, porque, primeiro, nós não podemos aceitar ler uma ata e não discuti-la. Eu tenho elementos aqui que foram *(ininteligíveis.)...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos discuti-la, nós vamos discuti-la tão logo *(ininteligível)...*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cada uma. Nós temos que vencer cada uma. V.Exa. quer discutir todas de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, ele leu uma ata, e nós não estamos suspendendo a sessão. O senhor não pode pré-julgar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O senhor nem sabe o encaminhamento que eu ia dar. O senhor está imaginando...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É porque V.Exa. falou que ia fazer isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu acho que V.Exa. devia cancelar e abrir uma outra sessão, não suspender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos suspender, porque eu tenho prerrogativa regimental de suspender. Nós vamos suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas V.Exa. está suspendendo uma sessão que poderia abrir às 15 horas, corretamente, corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já tem uma outra sessão marcada para as 15 horas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos suspender uma sessão que está sob suspeita, que não está obedecendo ao Regimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, se tem outra marcada, eu pergunto a V.Exa.: o senhor está suspendendo até que horas esta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Espera aí, tem uma inscrição aqui, Deputado. Por gentileza, conclua.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A sugestão que eu faço a V.Exa.: está marcada outra reunião às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cancele, para evitar problemas, judicializar essa questão e, às 15 horas, chame aqui a base do Governo para dar quórum, e vamos começar corretamente a sessão. Acho que é muito mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está bom, obrigado, Deputado Izalci. Obrigado pela colaboração.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Wadson, por gentileza, por 3 minutos, para questão de ordem. O senhor está na sequência, Deputado Caio.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, eu quero aqui colocar, de forma muito tranquila, que ficou claro, desde o início desta reunião de hoje, o barulho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Paulo Pimenta, por gentileza. Vamos ouvir. Deputado Wadson.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O que ficou claro aqui, Sr. Presidente... Eu quero fazer um apelo porque o debate aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Wadson.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - A Oposição, no seu direito legítimo de fazer obstrução, de tentar protelar essa matéria...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso não é questão de ordem. É apelo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu estou aqui fazendo a minha fala, por favor, Deputado Caio Narcio.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer o seguinte. Nós precisamos proceder à leitura de todas as atas e, depois, fazer o debate. O que está em jogo são a discussão e a aprovação das contas de 2014, e a Oposição já mostrou a que veio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto não é questão de ordem. É mérito!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Não tem compromisso. Não tem compromisso e quer a lógica de quanto pior, melhor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto é discurso, não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Quer insuflar as passeatas do dia 13, e esta Comissão de Orçamento...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto é discurso! Não é mérito!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu estou falando e V.Exa. fique em silêncio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não. Eu vou falar também, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. está na sequência, por gentileza.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - E quer insuflar, insuflar...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto não é questão de ordem!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - ...o ambiente para o dia 13. A Comissão não pode ficar sujeita a isso. É muito sério. Nós temos que retomar o caminho do País. Nós precisamos da estabilidade. Nós precisamos debater seriamente as contas e não fazer desta Comissão um teatro, como alguns que chegaram aqui de cabelo molhado e foram até V.Exa. para tentar constrangê-lo, para tentar inviabilizar este debate.

Eu estou aqui desde o início dos trabalhos. Nós exigimos que, na retomada dos trabalhos, possamos ler as atas, discutir e aprovar esta matéria, porque o País não aguenta mais essa luta que tenta ser feita a partir, também, da Comissão de Orçamento. É uma luta política, irresponsável, contra o País, que tem paralisado a nossa economia. Quem tem sofrido com isso é a população mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Então eu faço um apelo para que retomemos o nosso trabalho. A Base do Governo tem maioria aqui. Nós vamos debater e aprovar esta matéria, porque o País precisa caminhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Wadson Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, são duas questões de ordem. A primeira é que existe o prejuízo da leitura da ata, porque, no momento em que a Ordem do Dia começou — inclusive eu fui citado lá e precisava usar da palavra—, se eu tinha que estar lá e estava aqui, houve um prejuízo para a atividade parlamentar na leitura da ata. Então não poderia terminar de ler a ata. A outra

questão de ordem é que não se pode suspender a sessão. Ela precisa ser encerrada, encerrada. Estas são as questões de ordem.

Quero dizer também que não existe, por parte da Oposição, uma tentativa de atrapalhar o País como o nobre Deputado Wadson Ribeiro disse.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu fui citado e tenho o direito de resposta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor, com resposta.

Para concluir a minha palavra, a Oposição simplesmente quer que o Regimento seja respeitado, o que não acontece neste momento. Então nós aqui colocamos que existe uma ordem. As atas têm que ser discutidas uma a uma. Não se pode ler quatro atas, e, depois, discuti-las em globo. As atas têm que ser discutidas uma a uma. A sessão tem que ser encerrada. Não pode ser suspensa. Depois, precisa haver quórum para recomeçar a sessão. Se der quórum o Governo, haverá a ordem da votação, complementando o rito de avaliar ata por ata, preservando os direitos do Regimento, o que não está acontecendo aqui.

Então fica a nossa questão de ordem a ser respondida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, agradeço a vossa colaboração.

Passo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, para eventualmente colocar...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, inicialmente eu faço as palavras do Deputado Caio Narcio as minhas palavras. É uma questão de ordem importante que ele levantou sobre a suspensão ou o encerramento da nossa sessão.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero fazer é um apelo a V.Exa., porque V.Exa. foi muito preciso na leitura do artigo que estabelece o fim da reunião da Comissão, na medida em que começa a Ordem do Dia. V.Exa. não deixou qualquer dúvida ao ler o artigo do Regimento. Portanto, deveria ter terminado imediatamente. Na medida em que os Deputados manifestaram que começou a Ordem do Dia, precisava ter interrompido a nossa sessão. Não poderia sequer permitir que se continuasse lendo a ata. Isso promoveu esta grande confusão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então faço um apelo a V.Exa. para que siga o Regimento rigorosamente, para que possamos ter paz na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Samuel Moreira, a nossa...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quero também alertá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...orientação é no sentido de seguir rigorosamente o Regimento. V.Exa. pode estar certo disso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, quero só concluir.

Com todo o respeito que eu tenho por V.Exa. — eu tenho uma admiração pelo vosso trabalho —, eu quero só alertá-lo de que nós também precisamos discutir as atas individualmente. Então, fica também registrado este posicionamento no sentido de que seja cumprido o Regimento. Não é uma questão de Situação ou Oposição. Aqui não é uma questão de Situação ou Oposição, mas de cumprir-se o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, que está inscrito também para fazer as suas considerações antes de suspendermos a nossa sessão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu acho que a Oposição tem todo o direito, ela está aqui para isso, para impedir a Presidenta Dilma de governar, para pedir o *impeachment* da Presidenta Dilma, para não deixar a Câmara funcionar, tudo isso ela pode fazer, exigir o Regimento — e V.Exa. vem cumprindo o Regimento. Agora, um Deputado chega e durante a sessão por dez vezes pede questão de ordem para discutir a mesma coisa.

V.Exa. está cumprindo o Regimento? Se for para judicializar, judicialize. É mais uma. Vocês estão judicializando tudo. Não tem problema. Vamos tocar o barco, vamos votar. O que nós não podemos é deixar que as coisas se ganhem no grito. No grito não vai ganhar. Ninguém vai ganhar no grito aqui.

Então, judicialize e vamos tocar o barco. Vai judicializando. Segue o Regimento. Nós não podemos ficar meia hora aqui discutindo uma questão de ordem.

O Deputado Izalci, desde que chegou aqui é a mesma coisa, a mesma ladainha, o tempo todo, é a mesma coisa, a mesma questão de ordem que não existe. O Regimento está sendo cumprido. Pelo amor de Deus!

Aí V.Exas. não admitem que a gente diga que V.Exas. estão atrapalhando o Brasil, que V.Exas. estão atrapalhando a economia brasileira. V.Exas. querem impedir uma votação exatamente às vésperas de uma mobilização que V.Exas. querem fazer no dia 13. É isso que V.Exas. não querem. V.Exas. estão com medo que essa votação aqui enfraqueça a mobilização de V.Exas. Simbolicamente é ruim a Presidenta Dilma ter as contas dela aprovadas, porque o dia 13 está aí. E V.Exas. estão com medo.

V.Exas. não têm segurança? Vão para as ruas! Vão mobilizar o povo! Não é nisso que V.Exas. acreditam?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, art. 74, inciso VII.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exa. já usou a palavra pelo menos dez vezes nesta sessão repetindo a mesma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu fui citado. Eu fui citado, e tem no Regimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Solicito a V.Exa. que suspensa para que possamos ir para o plenário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou não vamos cumprir o Regimento aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Nós vamos suspender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 74, inciso VII.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exa. foi citado e tem 2 minutos para responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, quebraram o País! Ninguém aqui é contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Questão de ordem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso daí não é... Perderam a eleição no voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...ou para responder o que foi dito. Não é para debater mérito de matéria que não está na pauta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perderam a eleição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu começo a falar e V.Exas. me cortam! V.Exa. me deu 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um minuto para questão pessoal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quebraram o País! Assaltaram o País! É como disse o Ministério Público: uma quadrilha organizada! E agora vai dizer que nós que não queremos deixar o País crescer? O que nós queremos é que as contas sejam reprovadas, rejeitadas, conforme o Tribunal de Contas, que nem citou a PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A. Nem citou! Eu citei no meu voto.

Agora, se deixar essa turma continuar assaltando o País, nós não vamos recuperar nunca a economia. O que nós queremos é o afastamento imediato dessa Presidenta para que o Brasil possa ter rumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas nós não estamos discutindo isso neste momento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas vamos discutir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos uma pauta com 20 itens.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos discutir! A prestação de contas é que vai levar a isso. O Brasil está quebrado por isso: pela irresponsabilidade.

Vamos aprovar depois, na hora certa.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Ganhe a eleição, Deputado Izalci. Ganhe a eleição, Deputado Izalci. Ganhe a eleição e pare de chorar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem que assegurar a palavra dele. Tem 2 minutos ou não tem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai me deixar falar?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Isso é choro de perdedor. Ganhe a eleição, Deputado Izalci!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, deixe-me dizer. Presidente, foi dito em todos os jornais. Está muito claro, nós não concorremos, está muito claro isso, nós não concorremos com partido político.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Isso é choro de mau perdedor!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2014, nós concorremos, como disse aí o Ministério Público...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Vou dar um lenço aqui, Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI -...foi com uma facção, com uma organização criminosa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Vamos parar de mi-mi-mi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Dá a palavra dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu posso falar?

(Não identificado) - Facção são vocês, Deputado Izalci!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu recolho as questões de ordem para responder na sequência da nossa reunião. O art. 24 do Regimento Comum dá ao Presidente a prerrogativa de suspender a sessão...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Encerrar a sessão! Não pode suspender! Não pode suspender! Não pode suspender, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) -...por questão de ordem.

A sessão está suspensa até o final da Ordem do Dia da Câmara, do Senado, ou do Congresso Nacional. Eu retomo, com ordem.

Em 09.03.2016, às 20h12min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa noite a todos.

Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Diante do acordo de Lideranças hoje, ao qual estavam presentes Deputados da Base e da Oposição e o Presidente da Casa, que solicitaram que esta Comissão não deliberasse mais nesta semana, a Presidência decidiu suspender a reunião da manhã, em vista do início da Ordem do Dia.

Portanto, convocamos as reuniões da próxima semana. Antes, porém, informo ao Plenário que, no dia 17 de março, quinta-feira, às 10 horas, está agendada reunião conjunta de audiência pública com a presença do Sr. Alexandre

Antonio Tombini, Presidente do Banco Central — BACEN, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo, ainda, que está sendo feito contato com o Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Secretário do Tesouro Nacional, para a realização desta audiência pública, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo e à Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente. Ainda temos nesta Comissão várias matérias relevantes para o País. Há pouco estivemos reunidos com V.Exa. e com a Presidente da Comissão, Rose de Freitas, analisando este contexto.

A princípio, nós viemos para este plenário na expectativa de que a reunião fosse encerrada. A Presidente Rose de Freitas nos fez uma proposta, e nós aquiescemos. S.Exa. está preocupada com matérias relevantes como, por exemplo, algumas medidas provisórias que asseguram créditos e dotações orçamentárias para diversos Ministérios, além de matérias que envolvem a Justiça do Trabalho.

Neste cenário, nós entendemos que o acordo que estamos fazendo nesta Comissão, presidida pela Presidente Rose e por V.Exa., Deputado Jaime Martins, é suspendermos esta reunião para retomarmos os trabalhos a partir das 15 horas da terça-feira, precedidos de uma reunião com os Líderes às 14 horas. Esta foi a proposta que a Presidente nos fez e que nós aquiescemos, para que possamos, com este espírito e com a autonomia que cabe a esta Comissão, no Colégio de Líderes da Comissão, definir as prioridades que julgamos as mais interessantes para o País e tentar avançar no que for consensual. Não havendo consenso, o que é próprio da democracia, nós vamos, naturalmente, para o embate.

Espero, com isso, avançarmos em algumas matérias. Obviamente, nós vamos lutar para impedir a aprovação de matérias que consideramos não apropriadas.

Aproveito para cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, pela forma como tem procurado construir o entendimento na reunião que tivemos há pouco. Quero

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cumprimentar, especialmente, a Presidente Rose de Freitas, diante do vigor da sua presença, o que nos dá a convicção de que está bem de saúde. É isso que desejamos a todos os nossos colegas aqui, especialmente a V.Exa., Senadora Rose, cuja história é um exemplo para nós.

V.Exa. nos falava, Senadora Rose, entre trabalhos e amenidades, eu diria com tranquilidade e suavidade, dos momentos mais difíceis em que passou mais de 1 ano sofrendo com a perseguição de regimes autoritários, regimes que V.Exa. precisou enfrentar. A sua história fala por si. Portanto, é muito bom tê-la novamente aqui, pronta para colaborar com a Presidência desta Comissão, até porque o acordo que acaba de ser feito foi encaminhado por V.Exa.

Esta é a posição que nós trazemos, para que fique registrado que esta Comissão entendeu por bem que deve retomar os trabalhos na semana que vem, estabelecendo a sua pauta. Como esta Comissão é composta de Deputados e Senadores, ela não pode se submeter a decisões que não sejam construídas pelos próprios pares.

Era o que tinha a dizer, prezado Deputado Jaime Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como temos medidas provisórias relevantes, eu apresentei um requerimento, ressalvando o que diz o art. 111 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional: *"Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

Houve entendimento e modificação na Medida Provisória nº 709, mas há controvérsias. Assim, seria interessante sabermos como a Consultoria da Casa entende este fato antes do início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou determinar à secretária da Comissão que se reúna com os consultores que ajudaram a elaborar o parecer para que, junto do Relator desta matéria, verifique as ponderações que estão sendo feitas pelo Deputado Izalci, a fim de que na terça-feira, na próxima

reunião de Líderes, tenha o maior número de informações possível. Naturalmente, todos desejamos votar aquilo que esteja correto, que esteja conforme o Regimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nosso entendimento é que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra a Sra. Senadora Rose de Freitas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente Jaime Martins, eu estou muito feliz e quero lhe dizer que devo isso a V.Exa. e ao Deputado Izalci, à presença do espírito público de V.Exas. Nós só caminhamos em alguma direção quando temos a capacidade de dialogar, respeitando o compromisso e o limite político de cada um. Nunca faltou a esta Comissão a presença de espírito da Oposição, liderada por V.Exa., que sempre se dispôs a conversar e chegar a um entendimento profícuo. Eu agradeço sobremaneira.

A partir do dia 29, vamos sentir falta daqueles que acabaram consolidando vantagens e posições políticas interessantes para o regime democrático em que vivemos.

Esta Comissão fez um acordo, mas sob o sentimento de uma Comissão mista, sem que tenha havido interferência na nossa conversa e no acordo que se produziu na Câmara. Do contrário, seria um total desrespeito à presença do Senado, que aqui represento. É evidente que a referência ao fato de que houve entendimento entre eles sobre a votação da Câmara não é o mesmo entendimento. Nós não estamos votando agora porque o Senado está votando medidas provisórias, com previsão de término altas horas da noite.

Agradeço a V.Exa., Deputado Jaime Martins, a sua solidariedade a mim nos momentos complicados. Se eu soubesse que V.Exa. era tão bom assim, eu já teria passado a Presidência a V.Exa.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nossa obrigação, naturalmente, é colaborar com V.Exa., Senadora Rose de Freitas.

Temos aqui uma plateia um tanto reduzida, mas tenho certeza de que no dia 29, quando encerrarmos nossos trabalhos nesta Comissão, diante de tantas controvérsias e embates políticos, além da crise e dos momentos difíceis que o País

atravessa, a Comissão apresentará o resultado do seu trabalho de forma muito digna.

Em toda a história da Comissão Mista de Orçamentos, creio que este foi um ano extremamente produtivo. A Presidente Rose de Freitas nos liderou num processo que culminou com a votação de matérias importantes, como o Plano Plurianual, entregues à sua responsabilidade. Entregamos o Orçamento dentro do ano, o que não acontecia havia vários anos. Damos ao Brasil um orçamento que representa um norte para a economia brasileira.

Eu sou testemunha do grande esforço de S.Exa. não só em discutir temas de interesse da Nação, mas também em desengavetar matérias que havia décadas não eram votadas, o que permitiu o embate democrático entre quem defende e quem é contra, mas de forma transparente, sob os olhares atentos das câmeras de TV e da população.

Este ano de trabalhos desta Comissão vai ser extremamente produtivo. É com este espírito que estamos aqui, fazendo acordo com a Oposição, não encerrando esta reunião, mas apenas suspendendo-a, para reiniciá-la na terça-feira, diante dos temas importantes que temos a discutir. Há na nossa pauta vários temas importantes para o País: duas medidas provisórias, além de outras matérias em que já se chegou ao consenso.

Nosso compromisso, como disse o Deputado Domingos Sávio, é votarmos inicialmente as matérias em que há consenso — a Presidente Rose nos liderou nesse acordo. Em relação às matérias passíveis de embate, o que é natural no jogo democrático, vamos à votação.

Antes de declarar suspensa a reunião, Presidente Rose de Freitas, se V.Exa. me permite, convoco reunião de Líderes para o dia 15, próxima terça-feira, para as 14 horas, na sala de reuniões da Presidência, para avançarmos nesta pauta, que já tem itens acordados. Às 15 horas, reabriremos a reunião neste plenário para votarmos o que for acordado. Convoco, também, reunião para o dia 16, quarta-feira, para as 10 horas, neste plenário, e, caso necessário, para as 14 horas, para que possamos construir uma agenda para a semana que vem.

É um grande prazer estar ao lado de V.Exa., Presidente e Senadora Rose de Freitas. Conte comigo no que for preciso, para que possamos encerrar os nossos

trabalhos dignamente, cumprindo a nossa missão e fazendo aquilo que a população que para cá nos conduziu espera de nós.

Declaro suspensa a reunião, reiterando as convocações que acabo de fazer.

Boa noite a todos.

Em 15.03.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações da Câmara e do Senado.

Declaro suspensa a reunião por até 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum nas listas de presença da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Eu quero lembrar ao Plenário que nós, na reunião anterior, estávamos na leitura das atas, conforme foi proposto em requerimento e aprovado pelo Plenário.

A primeira Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015, já foi lida pelo Deputado Hildo Rocha.

Eu peço ao Deputado Caio Narcio para fazer a leitura da segunda ata, conforme requerimento aprovado em Plenário.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai discutir...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Júlio Delgado, é um prazer tê-lo nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai aprovar a ata primeiro?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão não era primeiro discutir e votar já a ata, porque já se está partindo para a segunda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não discutiram a primeira ata?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos discutir e pelo menos aprovar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ia colocar as três em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. É melhor fazer individualmente para não gerar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Uma de cada vez? Pois não.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Precedentes.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A primeira ata foi lida pelo Deputado Hildo Rocha.

Em discussão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é. Como é que vai votar? Não há quórum. Para aprovar a ata tem que haver quórum.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não tendo quórum, vamos ler a segunda ata e depois colocaremos as três em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu acho que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não precisam de oposição, pois têm ajuda permanente aqui do Plenário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Lógico. Só temos nós aqui. A República do Tocantins, que tem quatro Deputados aqui, e a oposição, que é do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que vocês querem que seja feito? Vamos ficar parados, olhando uns para os outros?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sugiro ficar parado, porque realmente aprovar sem quórum abre um precedente muito grave. E cabe à base dar quórum, fazer o quê? O próprio Deputado da base é que está perguntando cadê a base.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, foi o Deputado da base que perguntou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender a reunião. Eu queria conferir, por favor, a lista de presentes aqui no plenário. Dois, quatro, cinco, seis, sete e oito. Senadora, só eu. Nove.

Eu gosto muito de olhar para os senhores e as senhoras, mas eu quero propor uma coisa prática. Podemos olhar e conversar. Vamos discutir e, apenas para votar, nós vamos exigir o quórum. Está bem assim?

(Não identificado) - Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão a ata apreciada pelo Deputado Hildo Rocha, lida na sessão anterior.

Há quem queira discutir?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim.

Sra. Presidente, na verdade, eu quero começar lamentando, porque a base do Governo entupiu a Comissão de Orçamento na última semana e hoje subitamente mudaram de vontade. Não tem ninguém presente nem para debater um tema importante.

O Deputado Hildo Rocha leu as atas da aprovação do Orçamento de cada um dos relatórios setoriais. Eu queria aproveitar para dizer que novamente a Presidente Dilma vetou completamente o anexo que trata de metas e prioridades.

Nós ficamos aqui parece que brincando de fazer um trabalho que tomou — V.Exa. estava aqui — dias e dias de trabalho e, na verdade, nós percebemos um completo desrespeito pelo trabalho desta Comissão e do Parlamento.

São ações importantes. No caso do meu Estado mesmo, foi vetada a construção do Hospital Universitário, que está no orçamento deste ano. Então, é um veto sem nenhum critério. Simplesmente, veta-se inteiro um anexo que trata de metas e prioridades. Foi inteiro vetado.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Ricardo Barros e todos nós debatemos. Nós queremos pelo menos uma tentativa. Tentou-se fazer um documento racional, equilibrado. A Comissão de Orçamento fez um esforço que foi além de todas as situações político-partidárias. Fizemos um esforço enorme para a votação do Orçamento do PPA, em tempo. E na verdade, de novo, o que aconteceu foi um desrespeito total, porque foi vetado no conjunto. Vetado no conjunto significa que nem lido foi, nem levado em consideração esse anexo de metas e prioridades.

No mais, eu gostaria de fazer um reforço e um pedido em relação a duas áreas que nós lidamos diretamente. A nobre Senadora fez um esforço enorme de preservar a área da saúde e a área da educação. E há pouco tempo, há 1 semana mais ou menos, eu estive com o Governador do meu Estado, havia alguns Deputados aqui presentes, e com o Ministro da Saúde.

A situação é muito grave, porque as nossas emendas parlamentares, na verdade, entraram por dentro do orçamento da saúde, comprometendo as ações prioritárias do Ministério da Saúde.

Eu quero dizer que, na verdade, as emendas que cada um de nós individualmente foi compelido a colocar pelo orçamento impositivo, segundo palavras do próprio Ministério da Saúde, “comprometeram”, ele disse que “comeram” 1 mês de funcionamento dos hospitais, porque elas entraram por dentro do orçamento.

O Ministério da Saúde já tinha uma grande dificuldade. A entrada das emendas internamente, de acordo com o que o planejamento organizou, comprometeu de maneira significativa um orçamento já bastante sacrificado.

No caso da educação foi também da mesma forma. O orçamento da educação já tem um percentual significativo de cortes que vai comprometer ações importantes como o atendimento à educação infantil, ao ensino médio e a áreas prioritárias.

Na verdade, eu acho que é um desrespeito total com áreas, em minha opinião, como a segurança pública, que não poderiam sofrer cortes.

Nos Estados, como no meu Estado, já estão em greve os profissionais da saúde há muito tempo. Eles não têm nem onde buscar recursos, porque o próprio

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro da Saúde não tem como executar ações prioritárias com o orçamento da forma como ficou.

Então, é um lamento, embora reconheça o grande esforço que V.Exa. realizou para que o País tivesse um orçamento aprovado e discutido de maneira séria, de maneira equilibrada, dentro dos limites que nós tínhamos. E mesmo assim, ele não foi levado em consideração.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, para discutir...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria chamar a atenção...

Está em discussão, V.Exa. me permite falar?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria chamar a atenção para esse detalhe, para que, nas próximas atitudes a serem tomadas por esta Comissão, nós corrigíssemos ou quem aqui estiver...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O anexo de metas tem prioridades, e é dever do Governo mandá-las. Já tem 4 anos ou mais que o Governo não o envia. O Congresso toma a iniciativa de fazê-lo, e o Governo veta.

Quando dizem que é uma falta, que parece uma brincadeira, eu digo que é uma profunda falta de respeito ao Congresso Nacional. É verdade que nós adiantamos e evoluímos bastante no procedimento desta Comissão, mas precisam ser feitas correções.

O Governo, além de não cumprir o seu dever, desautoriza quem o faz para suprir a deficiência que ele tem na elaboração do Orçamento. Eu proponho que nós tomemos uma posição em relação à saúde e à educação. Que esta Comissão se manifeste agora contrária a qualquer corte nessa área, porque todos os nossos debates e iniciativas foram discutidos com o Governo sob a ótica da situação e da oposição.

Este nosso mandato termina dia 29, mas eu não quero aceitar. Outro dia já veio um corte de 2 bilhões e meio na educação, quando nós estamos carentes de livros didáticos, de pagamento de contas de luz em escola e por aí afora.

Eu gostaria de dizer que nós temos que nos manifestar imediatamente contra qualquer atitude que se venha a ter, além de outras que firam os interesses da população, sobretudo nessas áreas. Não é possível aceitar que se faça nem um corte na saúde, com tudo o que nós acordamos em relação a emendas parlamentares não estariam dentro daquele... Entrou como?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, ela entrou dentro da composição. Segundo o próprio Ministério da Saúde, até outubro do ano passado, as emendas parlamentares não tinham entrado dentro do conjunto do orçamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Entrou e o Relator tirou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - E agora foi colocado novamente pelo Ministério do Planejamento, de acordo com a informação do Ministro da Saúde, na semana passada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria saber da assessoria, se puder me responder depois, se teria autonomia para fazer isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Segundo as palavras do próprio Ministério — o Deputado César Halum e o Deputado Lázaro Botelho estavam nessa reunião —, isso compromete 1 mês inteiro de funcionamento de todos os hospitais, o fato de as emendas terem entrado comprometendo ainda mais o orçamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Era em torno de 3,4 bilhões, se não me engano.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Por aí, quase 4 bilhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quase 4 bilhões.

A assessoria vai nos informar se era cabível esse procedimento. Até mesmo não me surpreenderia se, sem ser cabível ou de forma legal, eles pudessem fazer isso e nós aceitássemos sem termos nos acautelado.

Portanto, eu acho que a Comissão teria que tomar um posicionamento sobre isso. Se todos estiverem de acordo, nós vamos falar sobre isso amanhã no Colégio de Líderes.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio para discutir.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, eu também, como a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, gostaria de descrever uma situação importante aqui.

Na última reunião, nós estávamos aqui com a sessão cheia, havia quórum. Hoje o Governo faltou. Parece-me que as pessoas hoje não estão com a mesma vontade da semana passada. Mas nós estamos aqui mais uma vez reafirmando nossa posição de querer tocar a pauta, de querer andar em prol do Brasil. Inclusive apresentamos um requerimento solicitando que essa questão das contas possa ser passada para o final dessa nossa pauta de vinte itens.

E gostaria de dizer que, neste último final de semana, nós pudemos perceber o quanto a população está rejeitando não só as contas, como este Governo, que não tem exercido o seu papel para gerar confiança junto à população.

Com relação a essa pauta — nós estamos nos referindo à aprovação da ata — acho que a grande preocupação aqui é fazermos a avaliação, uma por uma, discutindo direito. Tem que haver número para fazermos a reunião e podermos tocar a pauta aqui do Brasil.

Fica aqui a nossa resposta, a nossa mensagem de quem está fazendo o seu papel. Nós, Parlamentares da Oposição, estamos aqui, como sempre, para atuar — e estão faltando os membros do Governo —, para ajudar o País a continuar avançando.

Gostaria de ressaltar a importância do nosso papel nessa situação em que o Brasil se encontra. O País está paralisado e não se pode dizer mais uma vez que é por conta da Oposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não temos o dever de dar conta do informativo, mas me parece que o ex-Presidente Lula acabou de ser nomeado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não está em discussão essa matéria, não. Essa não está em discussão.

Há mais alguém que queira discutir?

Não é a nomeação do Presidente Lula. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu queria discutir a nomeação daquele Presidente, que, sem querer, por engano, Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, colocou nas suas caixas que estavam em posse do Banco do Brasil um faqueiro de ouro que era desde a época do Costa e Silva, de 1968. Por engano, ele colocou dentro das suas caixas do Banco do Brasil o faqueiro e mais outras moedinhas de ouro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Muito obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, vamos encerrar, tendo em vista que não há quórum.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que está em discussão aqui é a ata. Qualquer outro comentário político nós podemos fazer juntos na sala anexa.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Trata-se de uma questão de ordem para que pudéssemos nos ater à pauta que está em questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que nós já falamos.

Em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Encerrada a discussão. *(Riso.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não brinque, Deputado Izalci. Aqui não estamos invertendo os papéis.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora temos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cadê o Senado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só falta do Senado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer o seguinte: vamos fazer o mesmo procedimento.

O Deputado Caio Narcio lê a ata e a colocamos em discussão novamente. Depois, passamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não querem nem discutir com o quórum que temos?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós temos que votar. Senão, vai se abrir um precedente. Depois vamos abrir as três atas de uma vez só?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós tínhamos combinado de votar a ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tínhamos combinado de votar a ata.

Vamos votar a ata. Se não houver quórum, encerre a sessão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não há quórum, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só Senador pode pedir verificação no Senado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só Senador pode pedir verificação no Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, senhor. O Regimento é aberto. Tanto Senador quanto Deputado podem pedir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me falar, Deputado Danilo Forte. V.Exa. é forte em várias questões. Em Regimento, V.Exa. não o é.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sempre foi aberto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Somente Senador pode pedir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sempre foi aberto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos contar os Deputados?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Regimento é claro, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PSB está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não posso tirar do bolso um Senador.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na Câmara, há...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidenta, eu queria um esclarecimento.

Se não há Senador, como é que se pode pedir verificação no Senado? Espiritual?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não pode nem abrir...

(Não identificado) - Sra. Presidenta, ao que me conste, houve um acordo no Colégio de Líderes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo, V.Exa. fala e sai. E sua fala é tão importante que pode confundir as pessoas.

Na lista de presença consta número suficiente de Senadores. Apenas não há Senador nem para votar, nem para pedir verificação de quórum. E só o Senador pode pedir no Senado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art.134 da Resolução nº 1, parágrafo único:

> *"No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou*

encerrará a reunião ex officio ou por provocação de qualquer Parlamentar."

"Qualquer Parlamentar" significa que pode ser Deputado ou Senador. É o que está no art. 134.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Izalci tem razão. Mas isso não é pedido de verificação de quórum. Isso é verificação...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - De presença.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Regimental. Presença regimental.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Isso é verificação de presença para a continuidade da reunião.

A verificação de quórum na votação só pode ser pedida por Deputado na Câmara ou por Senador no Senado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas não é votação mesmo. É continuidade da sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É continuidade. Ninguém falou em votação. É o curso da reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nesse caso, se pedir na Câmara, terá quórum. E, no Senado, não há quem peça.

Portanto, a sessão está suspensa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Encerrada, Sra. Presidente.

Vamos encerrar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só com acordo, como nós fizemos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, para continuar também, só com acordo. A suspensão, só com acordo. A suspensão é que foi só com o acordo. Foi o combinado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não combinamos isso, Dorinha.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Combinamos. É só entrar e olhar nos Anais.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidente, eu não estava na reunião do Colégio de Líderes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dizer que a sessão está suspensa. *(Pausa.)*

Atendendo à solicitação do Deputado Izalci, a reunião está suspensa até amanhã, às 10 horas.

(A reunião é suspensa.)

Em 16.03.2016, às 10h22min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Vamos suspender...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, senhor. Não, senhor!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esta reunião está encerrada! Esta reunião está encerrada! Subserviência aqui não, Deputado Hildo! Existe um Regimento nesta Casa! O senhor não venha fazer esse jogo de subserviência! Eu não sou subserviente ao Governo!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, como é que o senhor pode fazer isso desnecessariamente?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Primeiramente, ele não é Presidente. Ele não é Presidente aqui. Não pode fazer isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Como é que pode fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Na condição de membro e de Vice-Presidente desta Comissão, estamos dando continuidade aos trabalhos.

Com a palavra, o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

Não se pode suspender a sessão sem o acordo com a unanimidade do Plenário. Então, tendo em vista que não há quórum, é necessário que se encerre esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Perfeitamente.

Nos termos regimentais, está encerrada esta reunião por absoluta ausência de quórum. *(Manifestação no plenário.)*

Em 16.03.2016, às 14h16min.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme entendimento mantido pelo Plenário desta Comissão, ontem, foi designado para a leitura da 2ª Ata o Deputado Caio Narcio, que não se encontra presente.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Jaime Martins que fizesse a leitura da 2ª Ata.

Por entendimento, para que não haja controvérsia ou outra coisa parecida, eu comunico que só serão votadas com quórum no plenário. Portanto, há três Senadores aqui presentes, e faltam agora os Deputados Federais.

Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Pois não, Sra. Presidente.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o Deputado Izalci abre mão da leitura dessa ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O Deputado Izalci abre mão da leitura dessa ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas só ele abre mão?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu também!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Você também, então...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu também!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero explicar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vou propor então aqui, Presidente, só fazer esse encaminhamento.

Nós temos aqui três atas de reuniões que são atas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há duas. Uma já foi votada. Foi lida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - São quatro. Nós temos mais três a serem lidas. A ata realizada nos dias 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015 já foi lida, que é a da sessão que aprovou o Orçamento. Nós temos mais três atas: a ata da sessão realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, a ata da reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2016 e a ata da reunião realizada no dia 1º de março de 2016.

Essas atas estão divulgadas há bastante tempo pela Internet, nos gabinetes dos Srs. Parlamentares. Eu proponho, então, o encaminhamento à dispensa da leitura dessas atas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero fazer um esclarecimento. Aqui tem que estar bem explicadinho, para que não haja nenhuma...

Eu peço até desculpa pelos acontecimentos. Nem todos os comportamentos são iguais nesta Casa. O que aconteceu hoje foi realmente uma atitude que não condiz com o Parlamento, e nós vamos recomeçar.

Para recomeçar, eu vou explicar que essas atas estão sendo lidas, porque foi feito um requerimento para que elas fossem lidas, e todos optaram pela leitura da ata. No entanto, agora, nós estamos em outra sessão, quando já foi lida uma ata, e há mais três para serem lidas.

Está-se propondo para que não sejam lidas mais. Este Plenário é diferente do outro. Eu quero saber se todos estão a favor neste momento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos e todas!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E foi ele que propôs?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem propôs está aqui.

Só quero lembrar que, após a leitura, não se vota a ata, não?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

V.Exa. sabe do rito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aí precisamos do quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já falei antes, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só alertando...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. alerta tanto, que eu até me perco nos seus alertas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom.

Então, dispensa a leitura e vamos para o voto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A votação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos discutir as atas.

Alguém gostaria de discutir? Inscreve-se para discutir a ata?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente, só uma informação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós vamos submeter à discussão, e estou entendendo que o Deputado Izalci quer que faça a votação da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, Presidente...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Mas vai-se pedir verificação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele sozinho não pode pedir verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o Deputado Izalci concordou com a não leitura das atas.

Eu também apelaria ao Deputado Izalci, para que abra mão da votação das atas nominalmente, e nós vamos entrar nas matérias. As matérias que forem objeto de votação, que S.Exa. requeira a votação nominal delas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar claro aqui, vamos fazer que nem numa escola de primário. Vamos deixar tudo claro, né?

O que pretende o Deputado Izalci é derrubar a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ele vai derrubar na matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na hora da votação, não tendo quórum, ele vai derrubar mais uma vez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não da ata, mas da matéria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, permite-me uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro uma questão de ordem para o Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A votação da ata é com quórum do livro. Se o Deputado quiser pedir verificação, ele tem que ter apoiamento. Para isso, S.Exa. tem que ter o apoiamento de quatro Parlamentares. Portanto, a votação será simbólica, sem que S.Exa. possa pedir verificação nominal. E eu peço a V.Exa., acolhendo a minha questão de ordem, que possa tocar adiante a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos voltar para onde estávamos: na discussão das atas. Eu não posso passar para a votação sem haver discussão.

Há quem queira discutir?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, antes de encerrar a discussão, eu queria ouvir do Deputado Izalci se S.Exa. vai pedir votação nominal agora ou assim que entrarmos na discussão das matérias da pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode responder?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso. Eu quero cumprir o acordo que fizemos. Nós fizemos um acordo de Liderança e estabelecemos que qualquer votação só se faria com quórum. Então, cabe ao Governo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O quórum, em primeiro lugar, é o da presença, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cabe ao Governo colocar o quórum. Foi isso o que nós combinamos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se S.Exa. tiver apoiamento para pedir verificação, ele vai pedir. Não tendo apoiamento...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu posso citar o artigo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos que nos basear na lista de presença para dizer se há quórum ou não. Conforme a lista de presença, há quórum. Podemos colocar a matéria em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vai insistir na votação?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há quórum. O k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Podemos proceder à votação, e depois V.Exa. pede verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos verificar a lista de presença. *(Pausa.)*

A lista de presença registra quórum na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Portanto, se ninguém quiser discutir nenhuma das atas nem fazer qualquer tipo de encaminhamento, passaremos à votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles querem votar, mas combinamos de haver quórum. Estou aguardando, porque sem quórum nós não vamos votar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas há quórum. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero esclarecer que há quórum na Câmara dos Deputados; falta quórum no Senado Federal. *(Pausa.)*

Há um problema na base do Governo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não há problema na base do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há problema na base do Governo.

Eu declaro a sessão suspensa por meia hora, para que a base do Governo coloque os Senadores aqui dentro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há necessidade, Sra. Presidente. Há quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há seis Senadores para votar.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Senadora Rose, há quórum. Quem está pedindo verificação de quórum aqui no Senado? Eu gostaria que o Senador que tenha feito o pedido de verificação o fizesse, a menos que V.Exa. decida pedi-lo. Aí tudo bem, eu concordo que não haja quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há desrespeito de V.Exa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senadora Gleisi Hoffmann, V.Exa. deve saber fazer conta e conhece todos os seus pares. Há V.Exa. e a Senadora Rose de Freitas; são só dois.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não há desrespeito, não. Está diferente esse acordo. Eu não aceito isso. Eu não aceito isso, Senadora Rose de Freitas. Eu não a estou desrespeitando. Decida. Pode-se decidir pela suspensão, mas está errado isso. Está errado, colegas! O Deputado fez acordo com a Câmara e está achando que vai fazer com o Senado?

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está reaberta a reunião.

Vamos passar à votação da ata.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, V.Exa. acabou de suspender a reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi suspensa por até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, nós estamos inscritos para discutir essas atas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, não houve encerramento de discussão.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Foi encerrada ontem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não houve encerramento de discussão. Quando eu cheguei, entrei nesta sala, a Presidente estava exatamente dizendo que queria iniciar o processo de votação, e não havia quórum.

Sra. Presidente, ao me dirigir a V.Exa., eu disse que, quando suspendemos os trabalhos presididos pelo Deputado Jaime Martins, na semana passada, e V.Exa. retornou a este plenário, à noite, demonstrando o seu compromisso com esta Comissão: *"Nós concordamos com a suspensão"*. Não foi nem encerramento, foi suspensão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. diga em poucas palavras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou resumindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. deseja...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Desejo discutir a ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. chegou depois que todos abriram mão de discutir a ata. V.Exa. chegou depois, mas, se V.Exa. quiser discuti-la, diga a mim: *"Eu quero discutir a ata"*. Eu vou consultar se todos concordam em abrir esse precedente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...para V.Exa. discutir a ata.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas antes eu gostaria, Sra. Presidente, de explicar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão de acordo que agora, chegando depois de eu ter dado a palavra, o Deputado Domingos Sávio discuta a ata?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria de, primeiro, explicar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Gostaria de chamar aqui quem...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem está com a palavra, eu ou o Deputado Sávio?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...acompanhou essa questão, o Líder do Governo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem está com a palavra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero concluir o meu raciocínio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado não vai deixar V.Exa. falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu quero explicar a V.Exa., a todos que estão neste plenário, que a Secretaria da Mesa acompanhou o ocorrido. Está registrado por gravação nesta Casa, mas eu creio que nada disso se faz necessário, porque eu confio na palavra do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que está aqui, e o que ocorreu aqui pela manhã foi exatamente o seguinte. Nós estávamos presentes, aguardando que houvesse quórum. Como a reunião foi prorrogada por V.Exa., por suspensão, para ser reaberta às 10 horas — o Regimento nos estabelecia um prazo de 30 minutos para aguardarmos o quórum —, estávamos aqui aguardando o quórum, e fomos surpreendidos. Antes do limite regimental, que seria de 30 minutos, por volta das 10h20min, o Deputado Hildo sentou-se a essa mesa, surpreendendo-nos, porque ele não é da Mesa Diretora da Comissão, e disse que estava abrindo os trabalhos. Ato contínuo, disse que ia suspender a reunião. Eu prontamente protestei, disse que ele não poderia suspendê-la, que ele estava abrindo os trabalhos sem quórum regimental, pois não havia nenhum Senador, ou melhor, havia apenas a Senadora Gleisi Hoffmann, uma única Senadora presente. O Regimento é claro, tem que haver a presença de no mínimo dois Senadores para abertura ou sequência dos trabalhos. Naquele momento, eu tomei a palavra, dizendo que teríamos que encerrar a reunião. O Deputado Paulo Pimenta me fez um apelo para que observássemos o aspecto regimental de tolerar os 30 minutos. Eu concordei com ele, e disse: *"Eu me disponho não apenas a aceitar o seu apelo"*. No prazo dos 30 minutos, eu poderia, claro,

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como qualquer colega aqui poderia, com base no Regimento, dizer — nem Deputados havia em número suficiente: *"Vencidos os 30 minutos, não há dois Senadores. Está encerrada a reunião"*. E, no acordo, nós dissemos: *"Vamos concordar que exatamente às 10h31min seja considerada suspensa, por acordo"*. Mas havia uma condição no acordo: sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, o Colégio de Líderes seria chamado para se reunir antes da reunião das 14 horas — então estaria suspensa até as 14 horas — para estabelecermos, de comum acordo, uma pauta consensual.

O Deputado Paulo Pimenta concordou com isso. Eu registrei isso, está nas notas taquigráficas, e disse que estava suspensa por acordo para, primeiro, fazermos uma reunião. Por isso não me apavorei, inclusive, de chegar aqui às 14 horas. Entendi que iria chegar para debater lá na sala com V.Exa., com o Deputado Paulo, que é o que eu quero fazer. Quero debater com calma uma pauta que V.Exa., Presidente Rose, defina como a sequência prioritária. Aí votaríamos por acordo, e aquilo em que não existe acordo, aí sim, nós trabalharíamos em ritmo de obstrução.

É isso, Presidente. É por isso que, se não se for respeitar esse acordo, nós queremos discutir, nós vamos continuar em ritmo de obstrução, inclusive na votação das atas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não pararam até agora de fazer obstrução, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Inclusive presidiu sem autorização a Comissão. Desculpe-me.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa., por favor, ouça. Não custa nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há o relato que foi dado aqui pelo Deputado Domingos Sávio. É um relato preciso do que aconteceu.

Ocorre, Deputado Domingos Sávio, que, após a chegada da Presidenta, nós nos reunimos na sala do Colégio de Líderes. Estavam lá presentes os Deputados Izalci e Caio Narcio. Eu inclusive questionei os Parlamentares presentes se nós poderíamos tratar de questões de acordos e de procedimentos da pauta, e avançamos, em comum acordo com a Presidenta, no acordo de procedimentos, em que ficou definido que nós retomaríamos a reunião a partir das 14 horas, diretamente do plenário, com a observância da pauta, sem obstrução, Deputado Domingos Sávio, e que nós não faríamos o requerimento para inversão da pauta na Ordem do Dia.

Eu questionei inclusive a Presidenta Rose e todos os Parlamentares que estavam presentes. Foi feita uma reunião, foi feito um acordo de procedimentos.

Eu reconheço que V.Exa. não estava presente, mas havia uma representação do PSDB...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E nenhum dos outros Líderes, pelo visto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só havia a Liderança do PT e a Presidência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eu quero dizer a V.Exa. que, de minha parte, aquilo que foi acordado com a Presidenta, do meu ponto de vista, é um acordo razoável para ambas as partes, digamos assim, e permite que nós possamos aqui, sem qualquer tipo de atropelo, dar conta de toda a pauta que está prevista na Comissão. Nós deveríamos dar sequência à reunião nos termos daquilo que nós tratamos com a nossa Presidenta.

É isso que eu proponho. É isso que eu sugiro que seja feito.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, demais membros desta Comissão Mista de Orçamento, há na pauta do dia várias medidas provisórias, entre

elas a MP 710, de 2016, que abre crédito em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de encargos financeiros da União. Há também a MP 709, de 2016, que libera recursos para salvar os Municípios que tiveram cheias, Sra. Presidente, senhores membros deste Colegiado de Deputados e Senadores.

Está aqui a prestação de contas do TCU e uma série de proposições. Nós não podemos fugir da nossa responsabilidade de votar, Sra. Presidente.

Foi feito um acordo. Deputado Domingos Sávio, por gentileza, eu gostaria que V.Exa. prestasse bastante atenção. Foi feito um acordo e, de fato, V.Exa. não estava lá, mas estavam lhe representando os Deputados Caio Narcio e Izalci. E eles concordaram que não houvesse obstrução para que nós votássemos essas matérias, que são de interesse do nosso País.

Depois de serem votadas é que nós vamos tratar da prestação de contas e do julgamento de prestação de contas. Isso aqui não pode mais esperar. O Judiciário vai parar! A Justiça do Trabalho vai parar, Sr. Deputado! Não vamos impedir as votações aqui na Comissão Mista de Orçamento. Nós não podemos fazer isso. Vamos votar, o Brasil espera isso de nós.

Nós juramos cumprir a Constituição Federal. São atribuições nossas. Vamos votar o que interessa ao nosso País. Isto é o que eu quero, Sra. Presidente, demais membros, que votemos, e que votemos o que é de consenso. Isso foi tratado aqui com o Deputado Izalci, o Deputado Caio Narcio e demais Deputados que ali estavam.

Vamos ter responsabilidade com o nosso País!

É isso que eu quero, que eu peço, que eu suplico ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu fui citado várias vezes. Eu quero falar, com base no art. 74.

Presidente, o acordo que foi feito é exatamente o mesmo acordo que V.Exa. fez lá atrás.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Será respeitado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É isso. Não mudou nada no acordo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Será respeitado o acordo.

Podemos começar os nossos trabalhos verdadeiramente?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Consulto V.Exas.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu fiz o meu relato. Fui respondido pelo Deputado Paulo Pimenta, que concordou na íntegra que o que eu relatei foi a pura verdade. V.Exa. presidiu uma reunião em que estava presente o Deputado Izalci... Eu não estava presente porque não sabia que a reunião iria ocorrer ato contínuo, não tinha como saber. Mas confio absolutamente em V.Exa. e entendo que acordos celebrados devem ser respeitados. É uma prática diante da qual nós sempre nos curvamos aqui.

Como entendo que este acordo serve ao interesse do País, que é o de votarmos medidas provisórias e matérias sobre as quais existe um entendimento consensual, vamos cumprir o nosso papel e, mais do que isso, colaborar, não pedindo verificação de quórum, apenas nos reservando o direito de discutir, de debater, de expressar o nosso sentimento, mas deixando claro que não iremos ter uma atitude que facilite a aprovação de matérias que entendemos que não atendam o interesse do País e que não representam um consenso.

Então, entrego o meu apoio à condução proposta por V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço a V.Exa. V.Exa. tem sido sempre assim. E, se por um momento eu ficar exaltada, V.Exa. me perdoe, por favor.

Vamos continuar os trabalhos.

Temos uma pauta... Gostaria de colocar em votação simbólica as quatro atas que foram lidas. Pode ser assim?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que estão de acordo...

V.Exa. ainda deseja discutir? *(Pausa.)*

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo interesse na discussão, vamos passar à votação das quatro atas.

Posso fazer a votação global?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação as atas lidas no plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que apoiam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Há sobre a mesa expediente.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com expedientes está no correio eletrônico e também foi enviada aos gabinetes de membros e Lideranças partidárias.

Para o entendimento de todos, todos estão com a ordem da votação?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem não está? Por favor, Secretaria, distribua a cópia da ordem de votação.

O primeiro item da pauta é a Medida Provisória nº 709, de 2015, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$1.318.639.330,00, para os fins que especifica"*.

O Relator é o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Com a palavra o Relator.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, precisamos da cópia do relatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem que ler o relatório para que ele seja discutido.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Onde está o relatório?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor é quem sabe. O Relator é V.Exa. *(Pausa.)*

Walbinson, S.Exa. quer o relatório.

Peço que a Secretaria faça a distribuição dos relatórios e que o Sr. Walbinson esteja à mesa. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, se os nobres Deputados concordarem, gostaria de ler só o voto. Deputado Izalci...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Se chegar o relatório primeiro...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. A votação, inclusive, tem que ser feita bem pausadamente para entendermos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ficou esclarecido que vai ser lido o relatório na íntegra para que possa ser discutido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E pausadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Presidente. Essa matéria tem alguma polêmica. É bom que ela seja bem explicitada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Deputado Gaguim, venha à mesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Estou aguardando só o assessor. *(Pausa.)*

Aguardem um instante só. O nosso consultor está chegando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode proceder à leitura. *(Pausa.)*

O Deputado Gaguim se encontra com problemas para proceder à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Gostaria que o Deputado Hildo Rocha fizesse a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faço na hora!

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha para proceder à leitura do relatório do Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "Relatório.

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 619, de 30 de dezembro de 2015, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória n° 709, de 30 de dezembro de 2015, que abre crédito extraordinário, no valor de R$1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 30 milhões e 39 mil reais; Fundo Nacional de Saúde, 232 milhões e 952 mil reais; Ministério da Cultura, 2 milhões e meio; Ministério do Esporte, 47 milhões e 536 mil reais; Ministério da Defesa, 143 milhões e 251 mil reais; Ministério da Integração Nacional, 744 milhões e 500 mil reais; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, 5 milhões de reais; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, 2 milhões de reais; Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, 2 milhões de reais; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 5 milhões de reais."

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Por favor, não chegou às minhas mãos esse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que colaborassem com o orador, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero fazer uma correção, Sr. Relator. Os valores são: R$30.039.480,00; R$232.952.388,00; R$143.251.462,00. V.Exa. está arredondando os valores. Depois, vai ficar equivocado o registro na ata. Vai ficar errado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Continuando:

"Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 5 milhões de reais".

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, primeiro, eu desejaria receber o relatório para que eu pudesse acompanhar a leitura.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "Ministério do Turismo, 72 milhões e 750 mil reais; Transferências Constitucionais — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, 8 milhões de reais.

O subtotal é de R$1.295.529.330,00.

Anexo III — Investimento das Estatais.

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO, 2 milhões de reais; Companhia Docas do Espírito Santo, 250 mil reais; Companhia das Docas do Estado da Bahia, 3 milhões e 460 mil reais; Companhia Docas do Estado de São Paulo, 17 milhões de reais; Companhia Docas do Rio Grande do Norte, 400 mil reais.

O subtotal é de 23 milhões e 110 mil e o total geral é de R$1.318.639.330,00."

Exposição de motivos.

"A Exposição de Motivos nº 00243, de 2015-MP, de 30 de dezembro de 2015, que acompanha a referida medida provisória, assim estabelece a finalidade das programações elencadas:

1. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito permitirá o fomento ao setor agropecuário, mediante a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção e manutenção de vias de escoamento danificadas por intempéries, objetivando a elevação da produtividade, a redução de custos e o aumento da renda no campo."

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, vamos ao voto do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Relator está lendo. Permita que ele conclua. Se ele achar por bem, pode ir direto ao voto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Se achar melhor o voto, posso ir ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas ele está fazendo a leitura, conforme o solicitado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É melhor o voto?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi solicitado o relatório mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vamos ao voto, voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exas. estão de acordo com que o Relator vá direto ao voto? *(Pausa.)*

Vai ler o Relatório todo, não é? O.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Izalci, vamos votar o Relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado José Rocha, não há acordo para o Relator ir direto ao voto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "2. No Ministério da Saúde, o crédito garantirá o ressarcimento às farmácias credenciadas no âmbito do Programa Farmácia Popular, referente aos medicamentos que possuem a contraparte de copagamento pelo usuário, que correspondem a aproximadamente 3 milhões de usuários atendidos mensalmente, para o tratamento de rinite, glaucoma, osteoporose, dislipidemia e de doença de Parkinson, bem como de utilização de fralda geriátrica. Possibilitará, ainda, a aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada para o atendimento da população de diversas localidades.

3. No Ministério da Cultura, a medida visa atender diversas ações culturais, como a virada cultural de Osasco, no Estado de São Paulo, e ações de infraestrutura cultural nos Municípios de Arroio dos Ratos, São Francisco de Assis e Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul.

4. No Ministério do Esporte, o crédito permitirá a divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, por meio da nova campanha *#SomosTodosBrasil*, que visa mobilizar, sensibilizar e envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá em 2016. Além disso, a medida possibilitará a implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

5. No Ministério da Defesa, o crédito permitirá apoiar a operação do Exército brasileiro no combate ao mosquito transmissor do vírus da Dengue, Zika e Febre Chikungunya (*Aedes aegypti*), por pelo menos 3 meses. A operação contará com 1.000 militares por Estado da Federação e do Distrito Federal, totalizando 27.000 militares, bem como a realização de obras de infraestrutura básica nas localidades da região da Calha Norte, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e

promover o desenvolvimento econômico e social nas localidades, consolidando a presença do Estado brasileiro nas áreas mais remotas do País.

6. No Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá: na administração direta, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais, a realização de ações de caráter preventivo destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade dos desastres com ações estruturais e não estruturais, a conclusão das obras de integração do Rio São Francisco com as bacias da Região Nordeste para levar segurança hídrica a 390 cidades da região, e a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável; na CODEVASF, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais; na SUDAM, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais; no DNOCS, a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável, e, na SUDECO, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais.

7. No Ministério do Turismo, o crédito viabilizará a adequação de infraestrutura para expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados, permitindo, assim, o aumento do fluxo de turismo e do tempo de permanência dos turistas, com a consequente melhora da renda e geração de empregos.

8. No tocante às transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito garantirá a recomposição de pagamento a menor a diversos Municípios, em decorrência de incorreção no cálculo dos coeficientes de participação dos

Municípios na partilha de recursos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

9. No âmbito do Orçamento de Investimentos, o crédito em favor da Secretaria de Aviação Civil permitirá à INFRAERO o pagamento de desapropriações necessárias às obras do Aeroporto de Viracopos, que estão sob a responsabilidade dessa empresa, conforme as regras do contrato de concessão, sendo os pagamentos resultados de decisões judiciais.

10. Na Secretaria de Portos, o crédito permitirá a conclusão de obras em fase final que necessitam de pagamentos residuais imprevistos. Além disso, possibilitará a realização de projetos, estudos e obras relevantes e imprescindíveis para as Companhias Docas do Estado do Espírito Santo, do Estado da Bahia, do Estado de São Paulo e do Estado do Rio Grande do Norte.

Com relação aos pressupostos constitucionais do crédito em análise, o *caput* do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, exige que a medida provisória, que abre crédito extraordinário, deve atender a despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória, a relevância e a urgência do crédito têm por base as justificativas adiante elencadas:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade imediata de desenvolver ações para minimizar os efeitos das adversidades climáticas no meio rural em diversas localidades do nosso País;

b) Ministério da Saúde, pela necessidade de assegurar os pagamentos às farmácias credenciadas no mês subsequente após o processamento das Autorizações de Dispensação de Medicamentos e Correlatos — ADM; e pela necessidade inadiável de aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada em várias localidades, para garantir o devido atendimento à população, sob pena de não permitir o funcionamento normal dessas unidades;

c) Ministério da Cultura, pela necessidade de realização de eventos culturais eminentes, com o objetivo de envolver os cidadãos em uma grande interação, estimulando a convivência no espaço público e fortalecendo a produção cultural;

d) Ministério do Esporte, pela necessidade premente de divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, de forma a mobilizar, sensibilizar e

envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá no ano em curso;

e) Ministério da Defesa, pelo fato de o País apresentar, na atualidade, situação de alta vulnerabilidade para a ocorrência de epidemias de dengue, zika vírus e *chikungunya*. Contribuem para esse cenário a ampla dispersão dos mosquitos transmissores dessas infecções em todas as regiões, a circulação simultânea dos quatros sorotipos da dengue e a vulnerabilidade de grande contingente da população brasileira. A urgência justifica-se, ainda, pelo aumento substancial de novos casos de microcefalia em recém-nascidos no País, associados ao zika vírus, bem como novos casos de dengue e a necessidade de amenizar a situação precária de diversos Municípios na região do Calha Norte;

f) Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de reduzir a ocorrência e a intensidade..."

Eu gostaria que o Deputado Izalci prestasse atenção aqui em nossa leitura. Eu estou vendo que ninguém está olhando, eu estou falando aqui para o vento. Todo mundo está falando no celular.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou acompanhando V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, prossiga Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - "Ministério da Integração, pela necessidade de reduzir a ocorrência...", é nesse trecho que V.Exa. está?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É nesse trecho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou acompanhando atentamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós não estamos olhando, mas estamos ouvindo atentamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, eu consigo ouvi-lo e ao mesmo tempo responder.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Falar no celular.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É claro! Eu tenho muitas atividades em benefício desta Casa, para evitar o desastre que este Governo está tentando impor ao País.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "f) Ministério da Integração, pela necessidade de reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres por meio de ações preventivas estruturais e não estruturais, além do aumento da oferta de água em quantidade e qualidade, por intermédio da conclusão das obras de integração do Rio São Francisco, com as bacias da Região Nordeste, o que levará segurança hídrica à região do Semiárido nordestino, assolada pela severa crise hídrica nos últimos anos; e por meio de obras de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de ações complementares;

g) Ministério do Turismo, pela necessidade de incrementar rapidamente a infraestrutura turística em diversos locais, em função da necessidade de aproveitamento das oportunidades no setor de turismo em 2016, criando condições para melhor receber o turista;

h) No âmbito do Orçamento de Investimento, em favor das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, pelo risco iminente de interrupção de diversas ações que se encontram em andamento, bem como a necessidade de garantir a continuidade dos investimentos nos respectivos projetos de infraestrutura.

Não constam justificativas com relação ao pressuposto da imprevisibilidade.

Esclarece também que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição.

No prazo regimental foram apresentadas 34 emendas à medida provisória.

É o relatório.

II - Análise

II.1 Exame dos Pressupostos Constitucionais

O § 3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que "a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62". Por sua vez, o art. 62 estabelece que "em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional".

Consideradas as informações contidas na Exposição de Motivos que acompanha a referida Medida Provisória, depreende-se que se acham atendidos os pressupostos constitucionais quanto à relevância e urgência da medida, haja vista

que as consistentes considerações elencadas justificam a adoção da medida. Entretanto, como já antes mencionado, não foram apresentadas as justificativas atinentes ao requisito da imprevisibilidade dos gastos constantes do presente crédito extraordinário.

II. 2 Exame da Adequação Financeira e Orçamentária

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002 — CN, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias, a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: "O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União".

Considerando-se as fontes de recursos, observa-se que o crédito será custeado, em sua totalidade, por recursos provenientes do cancelamento de dotações orçamentárias primárias, nos seguintes órgãos, na forma que se segue:

1. Anexo II — Fiscal e Seguridade:

a) R$ 30.039.480,00 na programação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca;

b) R$ 8.000.000,00 na programação do Ministério da Fazenda;

c) R$ 32.952.388,00 na programação do Ministério da Saúde;

d) R$ 2.500.000,00 na programação do Ministério da Cultura;

e) R$ 24.568.692,00 na programação do Ministério do Esporte;

f) R$ 238.968.770,00 na programação do Ministério da Defesa;

g) R$ 38.500.000,00 na programação do Ministério da Integração Nacional;

h) R$ 200.000.000,00 na programação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e

i) R$ 770.000.000 na programação do Ministério das Cidades.

2. Anexo IV — Investimentos das Estatais:

a) R$ 2.000.000,00 na programação da Secretaria de Aviação Civil;

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

b) R$ 21.110.000,00 na programação da Secretaria de Portos.

Destaque-se que não foram apresentadas justificativas na referida Exposição de Motivos acerca da possiblidade de efetivação dos cortes nas programações indicadas, com demonstração da inexistência de prejuízo à continuidade das ações atingidas. Em especial, ressaltem-se as programações abrangidas pelo "Programa Bolsa Família", classificadas como RP 1 — obrigatórias —, com R$ 200 milhões, e as programações do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinadas à integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial — FAR, com R$ 720 milhões.

Cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O § 1º do art. 2° da Resolução nº 01-CN, de 2002, prevê que, "No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato".

A Exposição de Motivos (EM) nº 00243/2015 MP, de 30 de dezembro de 2015, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002- CN, acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

Exame do Mérito

Tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM nº 00243/2015 MP, de 30/12/2015, considerando a necessidade de realização da despesa para a obtenção dos resultados pretendidos; e considerando, igualmente, que a sua execução poderia ficar comprometida se a viabilização dos créditos necessários fosse submetida ao processo legislativo ordinário; entendo ser imprescindível e oportuna essa forma de intervenção do Governo Federal, tornando meritória a edição da Medida Provisória em exame.

Análise das Emendas

Foram apresentadas 34 emendas à Proposição.

O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006 — CN, estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que "somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida

provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.” Por sua vez, o artigo 109, II, “a”, da mesma Resolução estabelece:

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

(...)

II — oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 30, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as Emendas nºs 00001 a 00003, 00018 a 00022, por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, “a”, da Resolução n° 1/2006-CN; as de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029, por colidirem com o artigo 111; as de nº 00031 a 34, por, além de contrariarem o art. 111, não contêm a indicação de cancelamento compensatório.

Já as emendas nº 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030 propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de nº 00012 a 00015, bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na Emenda de nº 00025.

Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos também manter preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas.

Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 709, de 2015, com as alterações decorrentes da aprovação parcial das Emendas nº 00012 a 00016 e a 00025, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, considerando-se

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como inadmitidas as emendas nº 00001 a 00011; 00018 a 00022; 00027 a 00029; 00031 a 00034 e rejeitadas as demais emendas apresentadas à Proposição."

Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos passar agora à discussão...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Um instante só. Quero dar um aviso aqui. Nós vamos passar à discussão desta MP. Ao iniciar a discussão, eu encerro a lista de inscritos para discuti-la.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estão inscritos aqui o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Samuel Moreira e Deputado Izalci.

Mais alguém deseja inscrever-se?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Só 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Antes da inscrição, eu queria fazer uma questão pela ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes dessa inscrição eu também tenho uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. Danilo Forte. Mais alguém quer inscrever-se para discutir a medida?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, a inscrição, pelo que eu entendo do Regimento, não tem que se encerrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, regimentalmente, ela tem que se encerrar quando se inicia a discussão. Às vezes, deliberamos, permitimos que, no decorrer das que estão, sejam... Deputado Hildo Rocha...

Regimentalmente, quando se inicia a discussão, as inscrições têm que ser encerradas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho uma contestação a fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o Deputado Caio estava presente e pediu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o art. 171...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É uma contestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O art. 171 diz que os Deputados que desejarem discutir proposição incluída na Ordem do Dia devem inscrever-se previamente na Mesa, antes do início da discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele manifestou junto à Secretaria da Mesa — eu estava aqui — que desejava discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Deputado Caio foi registrar presença e vai voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu não posso, antes que ele...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, mas ele se manifestou nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele já pediu a inscrição aqui?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou fazer a contestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho uma contestação. Após isso...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A inscrição é pessoal. Ela não pode ser representada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai ter a palavra, Deputado Izalci. Peço só 1 minuto antes da sua contestação.

Pela leitura do relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu tenho que declarar inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Então, as emendas inadmitidas não estão em discussão. Portanto, essa é uma sequência regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Danilo Forte está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só quero uma informação. V.Exa. poderia me dar essa informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Deputado Jaime. Foi lido, com muita rapidez, mas muito bem lido pelo Deputado Hildo Rocha, porém, não deu para eu captar aqui se a Emenda nº 25 foi admitida ou inadmitida.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - A Emenda nº 25 foi aprovada parcialmente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, concedo a palavra a V.Exa., para a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É uma contestação, Sr. Presidente, em relação à MP 709, de 2015.

Contestação contra o Relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN (norma regimental que disciplina a apresentação de emendas a créditos extraordinários).

Com o devido apoiamento, apresentamos contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN, ao relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, apresentado pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim.

De pronto, requer-se seja decidida preliminarmente à votação do Relatório da MP 709/2015 pelo Presidente da CMO a presente Contestação, com base no inciso VIII do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN. A matéria objeto da Contestação, o Relatório da MP 709/2015, ainda se encontra em fase de discussão, atendendo-se, assim, o disposto no art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Dispositivo Infringido.

Art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O citado art. 111 determina e disciplina a apresentação de emendas às medidas provisórias de crédito extraordinário, estabelecendo:

"Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".

II - Fundamentação.

1. Medidas Provisórias de Crédito Extraordinário. A Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, inciso I, letra "d", combinado com o §3º do art. 167, permite, em caso de urgência, relevância e imprevisibilidade da despesa, nos casos como guerra, calamidade pública ou comoção interna, que o Poder Executivo abra crédito extraordinário para atender despesas que não podem esperar pelo procedimento ordinário da administração pública no atendimento das necessidades imediatas da sociedade.

A norma prevista em nossa Carta Magna busca resguardar a sociedade de situações extemporâneas, cuja capacidade de planejamento do Governo seja incapaz de prever a ocorrência desses eventos fortuitos.

Ante a excepcionalidade do instrumento previsto para ação estatal, que deve ser imediata e eficaz, a medida provisória de crédito extraordinário produz efeitos no momento em que sua publicação é efetivada no Diário Oficial da União, permitindo aos gestores públicos proceder imediatamente à execução orçamentária e, se possível, financeira decorrente da programação constante ora acrescida na lei orçamentária.

É o que se observa da medida provisória objeto da presente contestação, no que diz respeito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Até o dia 8 de março de 2016, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal — SIAFI registra que a parcela de 1.295.500 reais teve, em 2015, empenhos no montante de 106,8 milhões de reais (8,24%) e pagamentos totais de 7,8 milhões de reais (0,60%), inscrevendo em Restos a Pagar o valor de 99 milhões de reais. Entretanto, no exercício atual de 2016, o Poder Executivo procedeu à reabertura pelo saldo não utilizado — 1 bilhão e 188 milhões e 700 mil reais — quase por completo, no valor de 1 bilhão, 127 milhões e 500 mil reais (95%), dos quais 920

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

milhões e 500 mil reais já foram empenhados (81,6%) e 61 milhões e 600 mil reais foram pagos (5,4%). Quanto à execução dos 99 milhões de reais inscritos em Restos a Pagar no ano passado, neste exercício já foram pagos 61 milhões e 400 mil reais (62%).

Medida Provisória nº 709, de 2015.

Ministério da Agricultura e Abastecimento, 22101.

Programa de Trabalho: 20.608.2077.20ZV.6500. Fomento ao Setor Agropecuário Nacional (Crédito Extraordinário).

Dotação autorizada: 30 milhões e 39 mil e 480 reais.

Fundo Nacional de Saúde. Programa de Trabalho, 36901.

Programa de Trabalho:10.302.2015.8535.6500. Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário): 32 milhões e 952 mil e 388 reais.

Programa de Trabalho: 10.313.2015.20YS.6500. Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo sistema de Copagamento - Nacional (Crédito Extraordinário): 200 milhões. Empenhado: 58 milhões e 324 mil e 955 reais. Exercício 2016. Reabertura: 141.675.044. Empenhado: 117.929.612. Pago: 60.212.092. Restos a Pagar Pago 58.324.820.

Ministério da Cultura, 42101.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.14U2.6501. Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de Arroio dos Ratos (Crédito Extraordinário). Dotação autorizada: 250 mil. Reabertura: 250 mil.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.14U2.6502. Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário): 500 mil, dotação autorizada. Reabertura: 500 mil.

Programa de Trabalho: 13.393.2027.14U2.6503. Implementação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de Dona Francisca, Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário): 250 mil, dotação autorizada. Reabertura: 250 mil.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.20ZF.6500. Promoção e Fomento à Cultura Brasileira no Município de Osasco, São Paulo (Crédito Eextraordinário): 1 milhão e 500 mil de dotação autorizada. Reabertura: 1 milhão e 500 mil:

Ministério do Esporte, 51101.

Programa de Trabalho: 27.131.2123.4641.6500. Publicidade e Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário). Dotação autorizada: 10 milhões. Empenhado: 10 milhões. Inscrito em Restos a Pagar: 10 milhões. Restos a Pagar Pago em 2016: 2 milhões e 888.432.

Programa de Trabalho: 27.812.2035.5450.6500. Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer Nacional (Crédito extraordinário). Dotação autorizada: 37 milhões e 536 mil. Empenho: 4.920.993. Inscrição em Restos a Pagar: 4.920.993. Exercício 2016. Reabertura: 32.392.622. Empenhado: 20.511.000.

Ministério da Defesa, 52101.

Programa de Trabalho: 05.182.2058.2161.6500. Apoio das Forças Armadas no Combate ao *Aedes Aegypti* – Nacional (Crédito extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 115.501.462. Empenhado: 8.530.450. Inscrito em Restos a Pagar: 8.530.450. Exercício 2016. Reabertura: 106.971.012. Empenhado: 38.248.596. Pago: 876.599. Restos a Pagar Pago: 148.211.

Programa de Trabalho: 05.244.2058.1211.6500. Implementação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Crédito autorizado: 27.750.000. Exercício 2016. Reabertura: 27.750.000. Empenhado: 27.750.000. Exercício 2016 (...)

Ministério da Integração Nacional, 53101.

Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.6500. Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário): Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Programa de Trabalho: 15.244.2029.7K66.6500. Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Orçamentária: 19.500.000. Exercício 2016. Reabertura: 19.500.000.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Programa de Trabalho: 18.544.2084.12EP.6500. Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 393.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 393.000.000. Empenho: 392.449.854. Pago: 429.239.

Programa de Trabalho: 18.544.2084.5900.6500. Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Crédito autorizado: 327.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 327.000.000. Empenhado: 254.420.491. Pago: 36.500.

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 53201.

Programa de Trabalho: 15.244.2029.7K66.6500. Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, 53202.

Programa de Trabalho: 19.691.2029.8902.6501. Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 2.000.000. Empenhado: 2.000.000. Restos a Pagar: 2.000.000.

Departamento Nacional de Obras contra as Secas, 53204.

Programa de Trabalho: 18.544.2084.1851.6500. Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação autorizada: 2.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 2.000.000.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 53207.

Programa de Trabalho: 19.691.2029.8902.6501. Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Ministério do Turismo, 54101.

Programa de Trabalho: 23.695.2076.10VO.6500. Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015.

Crédito Autorizado: 72.750.000. Exercício 2016. Reabertura: 72.750.000. Empenhado: 69.222.000.

Recursos sob Supervisão do MF-TRF-MF, 73101.

Programa de Trabalho: 28.845.0903.099B.6500. . Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores. (art. 91 ADCT) Nacional. (Crédito Extraordinário) Dotação autorizada: R$ 8 milhões. Empenhado: R$ 8 milhões. Pago: R$ 7.765.867,00. Inscrição em Restos a Pagar: R$ 234.133,00. Total da Medida Provisória nº 709, de 2015 — Dotação autorizada em 2015: R$ 1.295.529.330,00. Empenhado em 2015: R$ 106.776.398,00. Pago: R$ 7.765.867,00. Inscrição em Restos a Pagar em 2015: R$ 99.010.531,00. Reabertura de crédito no exercício de 2016: R$ 1.127.538.678,00. Empenhado em 2016: R$ 920.531.553,00. Pago: R$ 61.554.431. Restos a Pagar pago: R$ 61.361.464,00.

2. Decisão do Relator quanto às emendas apresentadas.

O Relator, Deputado Carlos Henrique Gaguim, é contraditório em seu relatório. Ao proceder à 'análise das emendas', relata:

"Foram apresentadas 34 emendas à Proposição. O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional, estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que "somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente". Por sua vez, o artigo 109, II, "a", da mesma Resolução, estabelece:

'Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

II — oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.'

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as Emendas n° 00001 a nº 00003; nº 00018 a nº 00022 por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, "a", da Resolução n° 1/2006 — CN; as de n° 00004 a 00011; 00027 a 00029 por colidirem com o artigo 111; as de n° 00031 a 00034, por, além de contrariarem o art. 111, não conterem a indicação de cancelamento compensatório.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já as Emendas 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030 propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de n° 00012 a nº 00015 (sic), bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na emenda de nº 00025. Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos também manter, preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas." (grifo nosso).

Os elementos utilizados pelo Relator para indicar a inadmissibilidade das Emendas de n° 00004 a nº 00011; e nº 00027 a nº 00029, por colidirem com o art. 111 da Resolução n° 1/2006-CN, estão presentes nas emendas de n° 00012 a nº 00016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, ou seja, emendas que propõem finalidade diversa daquela prevista pela medida provisória.

De outro lado, a Emenda n° 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, propõe o cancelamento de 23 milhões de reais da programação do Ministério do Turismo, cujo valor é de 72 milhões e 750 mil reais.

Como apresentado acima, a programação objeto dessa emenda foi reaberta no exercício de 2016, pelo Decreto Sem Número de 3 de fevereiro de 2016, pelo seu valor integral, sendo registrado até o dia 8 de março de 2016, empenhos no montante de 69 milhões e 222 mil reais, ou seja, restando apenas o saldo de 3 milhões e 528 mil reais, não comportando, portanto, o cancelamento proposto.

III — Medida saneadora

Com base no art. 111 da Resolução n° 1, de 2006 - CN, propomos que seja indicada à inadmissão pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, as Emendas de nºs 00012 a 00016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, por não atenderem a norma regimental, e

da Emenda nº 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, pela dotação objeto da emenda não possuir saldo para seu atendimento.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2016.

Apoiamento dos Parlamentares, previsto no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, verificarei as condições regimentais da contestação, que deve ser apresentada, naturalmente, por escrito, com o apoiamento necessário. Ela foi apresentada, regimentalmente de forma adequada, durante a discussão. Eu vou recebê-la, sem deliberar sobre ela por enquanto, porque eu quero ouvir o Relator, a Consultoria e o autor dos destaques. Antes de iniciarmos o processo de votação da emenda, nós vamos deliberar sobre a sua contestação.

Passo a palavra em seguida ao Relator, que está com o Regimento nas mãos e com o consultor ao seu lado, para ponderar sobre a sua contestação.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, nobres pares, quanto ao acatamento das nossas emendas com relação ao art. 11, como se trata de emenda nacional para atender ao Estado do Espírito Santo, de autoria da Senadora Rose de Freitas, em virtude do que aconteceu no final do ano e do que aconteceu com a cidade de Mariana, prejudicados efetivamente na agricultura, no turismo, na saúde e na educação, no total de 23 milhões — suprimidas em uma emenda do Deputado Hildo Rocha —, nós conseguimos, dentro do mesmo projeto, encaixar esse montante de 23 milhões.

Nesse sentido, em 2008, com a Medida Provisória nº 448, esta Casa acatou essas mesmas emendas no plenário — quando houve a enchente em Santa Catarina —, no total também de quase 30 milhões à época. Portanto, como o Estado do Espírito Santo está precisando, essas mesmas emendas vão beneficiá-lo nas questões de urgência de milhares e milhares de cidadãos. E nós acatamos as cinco emendas da Senadora e a do Deputado Hildo Rocha para a questão do turismo.

É questão de urgência para esses Estados. Famílias e mais famílias estão desamparadas. Há s notícias de rádio, de televisão e de jornais; e nós aqui temos a oportunidade de beneficiá-los não acatando as emendas, esse relatório. Foi basicamente nesse sentido. Houve emenda inadmissível e muitas foram rejeitadas

em virtude de serem acatadas as emendas da Senadora, que é daquele Estado também, para podermos sair do blá-blá-blá e colocarmos a coisa para funcionar. O dinheiro já está em caixa e as coisas já estão acontecendo. Era o único dinheiro que estava no caixa do Governo.

Eu sei que esse dinheiro é nacional, mas ele pode ser alocado para os Estados. É nesse sentido que eu queria pedir a compreensão do nobre Deputado, jurista, que entende do assunto, pois se trata de uma questão de urgência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão, Deputado, não é o mérito.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E já foi acatado por esta Casa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão é técnica. V.Exa. rejeitou várias emendas utilizando o argumento de que era para acatar as mesmas emendas, que é o caso das emendas da Senadora Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, mas o único Estado que está em situação de calamidade pública praticamente é esse. É como foi feito com Santa Catarina à época.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação à emenda do Deputado Hildo Rocha, não há saldo. Tecnicamente não há saldo, porque já foi executado valor superior.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, ela está na nacional, ainda não foi executada, mas ela pode ser...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o saldo não é suficiente, pelo valor que V.Exa. colocou.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, mas ele pode ser remanejado, Deputado. Ele é nacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas não há saldo para remanejar. Estão aqui os valores, não há saldo. Já foram empenhados 69 milhões e pouco, e só há o saldo de 3.528.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Mas nesse empenho não há desvio de finalidade. Esse dinheiro está lá no Ministério e não foi ainda...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está empenhado, são 69 milhões.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Ele não está empenhado. Ele só está lá, mas ele pode ir para qualquer Estado. Ele é nacional.

Deputado, vamos ajudar lá. Aqui em Brasília está tudo bem, não há uma catástrofe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão não é essa, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Aquele Estado está precisando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão é técnica.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É técnica. Já foi votado e aprovado por esta Casa de acordo com esse mesmo sistema, em 2008.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há saldo. Inclusive, no empenho, está indicado quem é o favorecido. A questão é técnica, não tem como...

V.Exa. entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu estou permitindo que V.Exas. tratem disso aqui porque estou tentando estabelecer um acordo para que seja retirada a contestação e possamos votar o relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Exa. tecnicamente resolver isso... O que eu estou dizendo é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A sua contestação tem amparo regimental, a verdade é essa. Está no art. 111.

O acontece é que nós estamos diante de uma situação fática de um Estado que está em situação de calamidade pública. Se for possível, vamos construir um acordo.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - V.Exa. está com a razão. Eu não tiro a razão de V.Exa. sobre esse artigo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou discutindo aqui a emenda do Deputado Hildo Rocha, a do Ministério do Turismo. Que calamidade é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ela é supressiva. A emenda do Deputado Hildo Rocha não está colocando valores. Ela suprime para que as emendas da Senadora Rose de Freitas possam ser atendidas.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Emenda nº 0025, do Deputado Hildo Rocha, propõe o parcelamento de 23 milhões numa programação de 72 milhões, dos quais já foram empenhados 69 milhões, e não há saldo. É isso o que eu estou dizendo, não é calamidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se já foi empenhado, Deputado Carlos Henrique Gaguim, talvez não tenha nem como fazer isso. Vai ter que se cancelar o empenho. Então, é preciso haver um acordo com o Executivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos votar. Eu tenho a contestação, é só votar. Os elementos foram apresentados.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu procurarei a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou deliberar sobre isso, mas antes quero ouvir os Parlamentares. Portanto, nós vamos passar agora ao processo de discussão.

V.Exa. tem razão do ponto de vista regimental, mas nós temos o fato de calamidade pública no Estado do Espírito Santo, e a Senadora Rose de Freitas nos faz um apelo para que nós acatemos isso.

Senadora, eu vou passar a palavra a V.Exa., uma vez que V.Exa. é autora das emendas que estão sendo aqui contestadas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não tenho nenhuma dificuldade de aprovar isso, Senadora Rose de Freitas. Eu só estou ponderando.

No caso da emenda do Deputado Hildo Rocha, a questão é técnica: não há saldo para o valor que eles querem remanejar para o turismo, o que não é questão de calamidade pública.

O caso da calamidade pública, vamos votar. No mérito, eu sou favorável completamente, mas há essa questão regimental. Se o Plenário entender que o mérito é relevante, vamos votar favoravelmente, sem problema nenhum.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Se V.Exa. me permitir usar a palavra, não vou fazer uso de nenhum privilégio, até porque não estou presidindo os trabalhos da Mesa.

Quero dizer o seguinte: durante o ano em que estive trabalhando nesta Comissão, jamais usufruí de qualquer benefício do Governo, jamais estive batendo à porta de qualquer um para trocar, acelerar ou não, colocar em votação ou não.

Quando apresentei as emendas, usei o expediente que posso usar, inclusive o valor técnico que V.Exa. possa dar a isso. V.Exa. está dando o valor da conotação da investida que fiz sobre esse relatório. Mas quero dizer que foi a única maneira que encontrei de atender o meu Estado, claramente, sem água turva, sem privilégios, sem interpretação. O Governo negou absolutamente tudo. Tudo!

Jamais adentrei pelo Ministério do Turismo com o Ministro que está lá, que é do PMDB, mas recorri das emendas que fiz para exatamente poder contemplar algumas regiões, até com máquinas, diante da situação em que nós nos encontramos hoje.

Eu gostaria de contestar — entendo tudo que V.Exa. está expondo — e recorrer ao Plenário, Sr. Presidente, porque acho que foi um direito que eu tive, sem o beneplácito de apadrinhamento de qualquer Parlamentar, nem mesmo do meu partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Deputado, quero informar a esta Casa que, no dia 31 de dezembro, eu estava, às 14 horas, aqui trabalhando com a Senadora e essa emenda chegou. Eu estava aqui junto com a Senadora e com a sua equipe técnica. Demorou muito para ser votado, já foram quase 3 meses. Naquela época, já estávamos trabalhando nesse sentido. Então, foi essa questão de tempo, mas no dia 31 estávamos aqui trabalhando, o que é a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu queria propor, então, um procedimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não. Eu queria propor ao Deputado Izalci o seguinte procedimento: eu vou acatar a sua contestação, mas existe um recurso da Senadora Rose de Freitas para o Plenário da Comissão. Portanto, eu proponho que votemos rapidamente de maneira simbólica. É claro que, se o Plenário aprovar, vamos dar sequência à leitura do relatório nos termos em que ele se encontra.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes da discussão do relatório, com relação a esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É questão de ordem, porque, com relação a essa contestação do Deputado Izalci, eu quero, na condição de coordenador da bancada, fazer uma consideração — no momento oportuno discutiremos a medida provisória propriamente — e me dirigir à Senadora Rose de Freitas para destacar — percebi que o próprio Relator e a Mesa compreendem as razões técnicas que levaram o Deputado Izalci a se posicionar — que nós também compreendemos e louvamos a preocupação da Senadora. O mérito é absolutamente correto. Da mesma forma, estendemos esse sentimento com relação ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

E nós vamos liberar a nossa bancada, sem criar nenhum tipo de dificuldade com relação a essa votação, porque entendemos que, no mérito, a Senadora está absolutamente coberta de razão ao buscar solucionar um problema para o Estado do Espírito Santo, que é de fato extremamente relevante. E muitas das vezes temos que colocar em primeiro lugar a questão do mérito, mas não poderíamos deixar também de reconhecer que é louvável o cuidado técnico manifestado pelo Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, Deputado Izalci, eu estou acatando a sua contestação e, tendo em vista o recurso que a Senadora Rose de Freitas faz ao Plenário, estou submetendo ao Plenário esse recurso para que possamos manter essas emendas, dada a situação emergencial do Estado do Espírito Santo.

Eu indago se alguém quer fazer encaminhamento ou discutir o tema. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir e nem para contestar, submeto o recurso da Senadora Rose de Freitas à votação na Câmara dos Deputados.

Havendo quórum regimental para deliberação, submeto o recurso à votação na Câmara.

Os Deputados que aprovam o recurso da Senadora Rose de Freitas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Submeto agora à representação do Senado o recurso da Senadora Rose de Freitas.

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir nem para fazer encaminhamento, passamos à votação.

Os Senadores que aprovam o recurso da Senadora Rose de Freitas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O recurso da Senadora Rose de Freitas foi aprovado.

Deputado Carlos Henrique Gaguim, peço a V.Exa. que dê sequência ao seu relatório. E, agora, vamos passar à discussão do relatório propriamente dito.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu gostaria de agradecer. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para discutir a medida provisória, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Domingos Sávio, que tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero só recordar aos colegas Parlamentares que desde o início deste ano legislativo, quando retomamos o trabalho desta Comissão e nos confrontamos com temas polêmicos, ao mesmo tempo nós destacamos que havia temas sobre os quais havia a disposição da Oposição — e falo em especial do PSDB — de construir um entendimento.

Acabamos de dar essa demonstração numa votação simbólica, e eu louvo mais uma vez a iniciativa da Senadora Rose de Freitas. Votamos coesos, unidos, porque compreendemos o mérito. E agora nos deparamos com a medida provisória propriamente, sobre a qual eu alertava que disponibiliza recursos para diversos Ministérios, dentre eles o Ministério da Integração, para algumas situações de calamidade pública, no valor da ordem de 744,5 milhões.

Naquela oportunidade, eu manifestei minha preocupação com a cidade de Mariana. É claro que uma calamidade pública, em qualquer ponto geográfico,

indiferente do Estado, é uma preocupação e é, obviamente, uma prioridade que deve unir todos nós como brasileiros. E foi muito emblemático o episódio de Mariana, quando todos nós, aqui no Congresso Nacional, independente de qual Estado representamos, unimo-nos em solidariedade. Aliás, todo o Brasil se uniu, mas eu dizia, já naquela época, que não bastava apenas a nossa solidariedade, mas também atitudes concretas.

E dizia também que, obviamente, além do socorro imediato às vítimas, havia necessidade de ações firmes para punir os culpados, e que estes teriam que responder não só judicialmente, mas também pecuniariamente para recuperar os danos causados às pessoas, às cidades, ao meio ambiente. Isso está em procedimento.

Eu alertava, ainda, que era inevitável que em algum momento o poder público fosse chamado, porque alguns até diziam: *"Não, isso é um dano ambiental causado pela iniciativa privada, então, eles que resolvam tudo"*. Isso é quase que um abandono do cidadão à própria sorte, porque vêm os litígios judiciais, vem a demora em resolver o problema, e o poder público tem que estar atento. É por isso que existem dotações orçamentárias. Isso não impede que se procedam às ações na Justiça contra a Samarco, contras as demais subsidiárias do processo, não só do ponto de vista criminal como também do ponto de vista das responsabilidades civis e pecuniárias. Isso está tendo curso.

Eu faço esta referência porque eu recebi um chamamento do Prefeito Duarte Júnior, de Mariana — aliás, um guerreiro nesse episódio como um todo, chegou até a ter problema de saúde, mas não vacilou na defesa da sua gente e da cidade de Mariana e acabou se destacando nesse momento tão triste e tão crucial, mostrando a sua seriedade, a sua competência. Mas, ele se encontra diante de uma segunda tragédia. Passado o verdadeiro *tsunami* de lama, que ceifou vidas e provocou graves problemas, hoje a cidade de Mariana vive um segundo problema: a Samarco parou há vários meses, não tem perspectiva de voltar a trabalhar, embora ela ainda venha pagando servidores, mesmo trabalhadores que não estejam ocupados com a atividade. Isso faz parte do acordo, mas corre-se o risco de a cidade perder a sua principal fonte de emprego e renda — e já vem perdendo o emprego dos terceirizados.

É óbvio que uma empresa como aquela, que respondia por algo próximo de 90% da economia do Município, se está parada, sofre o posto de combustível, o restaurante, o motorista de táxi, enfim, todos os prestadores de serviço e os cidadãos que começam a viver a penúria do desemprego. E a municipalidade mais ainda, porque a arrecadação, para os senhores terem uma ideia, caiu, por mês, algo em torno de 5 milhões de reais para uma cidade do interior. É uma situação desastrosa.

Estive com o Prefeito Duarte, esta semana, no Ministério da Integração, levando ao Ministro o compromisso de que nós, por acordo, haveríamos de trabalhar para que fosse aprovada esta MP não só aqui, mas também em plenário, para que o Ministério da Integração possa ter esses recursos disponibilizados e assim acudir Mariana e as demais cidades, a exemplo do Espírito Santo e de outros pontos que precisam desses recursos.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos votar a favor. Esperamos que esse seja o procedimento de todos e que tenhamos esta MP aprovada, atendendo não só a Mariana, mas também a várias cidades de Minas Gerais que ficaram prejudicadas e ao Estado do Espírito Santo.

E aqui, num ambiente de acordo, mais uma vez, com a habilidade da nossa Presidenta Rose de Freitas e agora com a reunião sendo conduzida pelo Deputado Jaime Martins, que possamos mostrar que nós temos, sim, um compromisso, em primeiro lugar, com o País.

Muito obrigado. Vamos votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Samuel Moreira. V.Exa. dispõe de 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu me sinto bastante contemplado com a fala do nosso Líder na Comissão, Deputado Domingos Sávio.

Quero também deixar registrado, em que pese o mérito de toda a medida provisória e do relatório lido aqui pelo Relator, que fiquei muito satisfeito com a contestação do Deputado Izalci, que buscou preservar a questão do nosso Regimento Interno. Em que pese o mérito da Senadora Rose de Freitas, espero que

isso não abra precedente no futuro, e que saibamos, neste momento, avaliar e compreender essa necessidade.

Quero saudar o Deputado Izalci pela contestação. Espero que não se abra precedente, para que se siga o Regimento. O País passa por um momento muito difícil. A medida provisória tem um bom mérito. É um crédito alto, de 1 bilhão e 300 milhões — não é pouco.

Vi também, inclusive, ações na Secretaria de Portos que beneficiam a cidade de Santos. Estava com o ex-Prefeito da cidade, o hoje Deputado Federal João Paulo Papa, e nós percebemos que há investimentos no píer do terminal do Porto de Santos, no da Alemoa e também na Ilha do Barnabé, no Porto de Santos, entre tantos outros.

Verificava que, no Ministério da Saúde, por exemplo, está ocorrendo um problema com o Programa Farmácia Popular, o que é bastante grave, porque faz com que a nossa população sofra muito; no Ministério da Defesa também, com recursos dessa Pasta; e neste momento muito especial, em que deve haver um forte combate ao mosquito transmissor da dengue, do zika vírus e da febre *chikungunya.*

Eu estava observando, e isso me preocupa também, os investimentos que ocorrem, que têm um enorme mérito, mas que não vimos terminar. Nós verificamos que, mais uma vez, para o nosso velho Rio São Francisco levar água às cidades houve a aplicação de 744 milhões, que reverteu em favor do Ministério da Integração Nacional. Queremos ver o fim dessa novela da transposição do Rio São Francisco e da irrigação das cidades do Nordeste.

Em virtude deste momento difícil — nós temos aqui o mérito —, como disse o nosso Líder na Comissão, vamos votar favoravelmente. Mas nos preocupa bastante este momento, que é muito difícil, com um ambiente político complicado e com as ações completamente desorientadas deste Governo. Eu também fico preocupado, porque isso nos coloca em uma situação de distanciamento do sentimento da maioria da sociedade, que quer solução para esse impasse político e já manifestou isso de maneira majoritária.

Eu até concordo que o País, infelizmente, saiu da eleição dividido e, por força do Governo, continuou dividido. Mas, hoje, existe uma corrente majoritária, há quase a unanimidade de que este Governo precisa sair; não é nem a Presidente, mas o

Governo como um todo, inclusive com aqueles que estão agora tentando entrar no Governo para se proteger. E essa responsabilidade é nossa, é dos políticos. Nós precisamos tomar uma decisão. Nós precisamos votar o *impeachment*, não tem jeito. Precisamos votar! Se ela tiver voto, fica; se não tiver voto, ela sai. É democrático. Mas precisamos acelerar essa decisão, que cabe aos políticos. Quem a população espera que resolva esse impasse? A população espera de quem a solução desse impasse? Ela espera dos políticos. Essa é uma responsabilidade que temos de puxar para nós.

Lamentamos esse ambiente político e essa situação de desgoverno que vem ocorrendo. Não pensem que para a Oposição é bom. Nós lamentamos, porque estamos sendo levados, todos, para uma vala comum por falta de solução. Então, isso nos preocupa bastante.

De qualquer forma, nós vamos votar favorável, neste momento, a essa medida provisória pelos seus méritos. E quero deixar essa reflexão, em que pese ser apenas na Comissão, mas deverá ser levada ao Plenário, para que tomemos decisões o mais breve possível, a fim dar uma solução a esse ambiente político que tem causado tanto transtorno à nossa sociedade.

Nós acreditamos que na hora em que destravarmos esse ambiente político e darmos uma solução a economia deve melhorar, o ambiente deve melhorar e o País deve prosseguir. Da forma como está, não é possível. É muito preocupante. Mas, de qualquer forma, nós vamos votar favoravelmente à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Samuel. Muito obrigado.

O Deputado Izalci está inscrito. Eu indago, Deputado Izalci, se V.Exa. quer discutir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, eu quero fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, V.Exa. tem a palavra, para discussão, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o relatório está muito bem elaborado, no sentido da aplicação dos recursos. Com relação ao Ministério da Agricultura, a questão das intempéries, a questão da saúde, o Programa Farmácia Popular, as Olimpíadas, está muito bem fundamentado para onde vai o recurso.

Agora, o que não tem no relatório, e que seria importante a sociedade saber, é de onde está saindo o recurso, por que motivo e quais são as consequências da retirada dos recursos, por exemplo, das instituições.

Eu me lembro que, no final do ano passado, aqui, nós tivemos uma briga muito grande para aprovar 29 milhões para o projeto do submarino, que é um projeto estratégico do País, que não é feito para um ano, é feito por anos, há uma previsão de contratação de equipamentos e de contratos de anos e anos, e para aprovar 29 milhões, aqui, foi uma grande dificuldade.

E agora, nessa modificação, nessa retirada dos recursos, não constam, exatamente, as consequências disso. Eu estou dando o exemplo da Marinha: está sendo retirado daqui; não foi para cá; para onde foi empenhado; não foi pago; não foi assinado contrato algum. Mas seria muito interessante, como o relatório está muito bem fundamentado na aplicação, que, nos próximos relatórios, para a coisa ficar bastante transparente, constasse a origem e quais foram as consequências da retirada dos recursos que não foram aplicados naqueles órgãos que estavam previstos, que eu acho que são graves.

De qualquer forma, entendo que é uma matéria relevante, importante e, portanto, nós vamos aprovar.

Agora, só para alertar, em relação ao Ministério da Defesa, por exemplo, nós estamos aplicando 143 milhões, mas estamos cancelando 238 milhões. Da mesma forma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: estamos tirando 200 milhões. Do Ministério das Cidades, provavelmente relativos a infraestrutura, estamos retirando, também, 720 milhões. Do Ministério da agricultura, estamos tirando o mesmo valor aplicado. Do Ministério da saúde, estamos cancelando 32 milhões e estamos colocando mais 200 milhões, que, provavelmente, estão saindo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Então, eu acho que o que está acontecendo aqui é que estamos cobrindo um santo e descobrindo outro. Muitas vezes, a justificativa é real, é importante, mas a retirada dos recursos de outros órgãos acaba comprometendo.

Era só uma sugestão para observarmos nas próximas medidas. Mas eu quero ressaltar que fiz essa contestação por uma questão regimental. Lógico que concordo plenamente com o mérito da questão do Estado do Espírito Santo, em função da

calamidade por que passa o Estado, mas, de fato, nós temos que observar para não abrir um precedente, porque senão vai virar uma festa, daqui para frente, na condução da CMO, com relação a emendas de medidas provisórias.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Nós vamos votar, evidentemente, favoravelmente a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos na iminência de começar a Ordem do Dia no Senado e precisamos terminar, pelo menos, a votação desta medida provisória.

O próximo orador inscrito, o Deputado Danilo Forte, não se encontra. O seguinte, Deputado Hildo Rocha, também não se encontra. A outra oradora inscrita é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que também não se encontra. Nós temos aqui presentes dois inscritos: o Deputado Caio Narcio e a Senadora Rose de Freitas, que está abrindo mão de sua inscrição. Indago ao Deputado Caio Narcio se já podemos votar ou se V.Exa. faz questão de fazer uso da palavra. Concedo a palavra por 5 minutos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Serei breve. Em homenagem à Presidente, quero expressar a nossa preocupação sobre a maneira como o Governo tem tratado as questões orçamentárias do País.

Aqui foi bem expressada a questão pelo Deputado Izalci, que demonstra que estamos descobrindo um santo para cobrir outro. É óbvio que o mérito é indiscutível: uma situação de calamidade que exige que a gente tome providências. Mas a gente não acredita que, dessa maneira como está ocorrendo, através de medidas provisórias, o Governo desfaça todo um trabalho de discussão do Orçamento feito ao longo do ano para alterar o que está aqui.

Lembro que o desastre em Mariana talvez seja o maior da história do Brasil, e repudio a manifestação do Governo com relação a esse assunto específico acontecido no nosso Estado.

Mas, quero dizer que, apesar de não concordar com a maneira como está sendo feito, o mérito está em atender ao Estado. É necessário, então, parabenizar o Relator Deputado Carlos Henrique Gaguim pelo trabalho do relatório e dizer à Presidente Rose que contará com o nosso voto nessa questão do mérito, mesmo não concordando com a forma.

Então, esta era a nossa manifestação breve no sentido de ajudar para que as coisas possam tramitar aqui de maneira mais rápida, em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agradeço ao Deputado Narcio pela colaboração.

Quero dizer que a contestação do Deputado Izalci tem todo amparo regimental, tanto que nós a acolhemos. O Plenário decidiu, de forma também soberana, acatar o recurso da Senadora Rose de Freitas.

Antes de entrar no processo de votação, quero passar a palavra ao Relator para uma complementação de voto e uma correção, para que possamos, então, submeter a votos.

Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É só uma complementação de emendas. Onde se lê *"nºs 12 a 15"* leia-se *"nºs 12 a 16"*. Só quero que se faça essa correção.

E quero, Deputado Izalci e nobres pares, Deputados Domingos Sávio e Caio Narcio, parabenizá-los pela participação e dizer que a fundamentação do Governo, realmente, está além do que poderia estar simplificada. Ela não tem detalhes, não veio para esta Casa com detalhes. Então, não foi esta Comissão, esta relatoria nem os membros desta Casa. Está faltando ao Governo mandar, detalhadamente, de onde vai tirar e de onde vai arrumar o dinheiro.

Gostaria só de agradecer a todos pela aprovação e de parabenizar todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Quero, então, declarar encerrada a discussão.

Passaremos ao processo de votação.

Não havendo Parlamentares inscritos na Câmara dos Deputados para fazer encaminhamento, eu passo a votos na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório do Deputado Gaguim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara Federal.

Passo à votação no Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Deputado Gaguim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Deputado Gaguim à Medida Provisória nº 709.

Passamos, então, ao Item 2 da pauta.

De acordo com o parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 710, de 2016, que *"abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R$1.472.650.000,00, para os fins que especifica".*

O Relator é o Senador Elmano Férrer.

Foram apresentadas dez emendas, e o voto é pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator, quanto às dez emendas apresentadas, indicou para inadmissibilidade as Emendas de n°s 1 a 5, 9 e 10, e foram rejeitadas as demais.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art.146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Solicito ao Senador que proceda à leitura do relatório ou, se houver acordo, vá direto ao voto.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Vá direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se houver acordo do Plenário, vamos direto ao voto, para fazer uma discussão mais rápida.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado, Samuel, é questão de ordem?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, é só para solicitar que seja lido o relatório por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim...

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Eu queria solicitar a esta Presidência, devido ao tempo que temos e ao fato de que este relatório foi

distribuído a todos os Parlamentares e que quem teve interesse de ler já o leu, então, que fôssemos direto ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, eu estou de acordo, mas, regimentalmente, o Relator pode fazer uma...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presidente, não há qualquer prejuízo à medida provisória. A medida provisória, inclusive, está andando. O que nós queremos é debatê-la e que ela seja lida. É muito natural e regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Relator, para que possa apresentar o seu relatório, da forma que julgar adequado, e, em seguida, o seu voto, para que possamos discuti-lo.

Enquanto S.Exa. faz a leitura, estão abertas, aqui, as inscrições, para aqueles que desejarem discutir a matéria.

O SR. SENADOR ELMANO FÉRRER - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vamos ler o voto:

"2 Voto do Relator

A teor do art. 5º, *caput*, da Resoluçao nº 01, de 2002 — Congresso Nacional, a manifestação desta Casa deve realçar os aspectos de constitucionalidade, inclusive os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária, e sobre o cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de documento expondo a motivação da medida provisória.

2.1 Dos Aspectos de Constitucionalidade e Pressupostos de Relevância e Urgência

Em relação ao critério de relevância, previsto no art. 62 da Constituição Federal, ao critério de imprevisibilidade, previsto no art. 167, § 3°, da Constituição Federal, e ao critério de urgência, previsto tanto no art. 62 quanto no art. 167 da Constituição Federal, temos que, com respeito:

Ao Ministério da Justiça, o referido crédito possibilitará a aquisição de equipamentos de proteção individual para atuação da Força Nacional de Segurança Pública, a implantação de soluções de informática, de verificação de pessoas e de vídeomonitoramento para a segurança nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, bem como a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos voltados ao suporte operacional à atuação das forças policiais no referido evento. Verifica-se

a evidente relevância, tendo em vista a magnitude que são os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Contudo, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Ao Ministério da Cultura, o crédito permitirá a realização de atividades culturais com grupos artísticos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é organizar ações que constituam uma plataforma inovadora de visibilidade cultural das cidades por onde passará a tocha olímpica e, sobretudo, do Rio de Janeiro. Resta assente a importância cultural dessas atividades, tendo em vista a visibilidade global proporcionada por este evento. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Como, incialmente, essas despesas deveriam ser realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, e só no segundo semestre de 2015 foram assumidas parcialmente pelo Governo Federal, entende-se caracterizada a imprevisibilidade, requisito autorizativo para abertura de crédito extraordinário.

Ao Ministério da Defesa, o presente crédito viabilizará a realização de ações visando manter a garantia da lei e da ordem na defesa do território e do patrimônio nacionais durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por intermédio de iniciativas de comando e controle, defesa nacional, policiamento ostensivo, prevenção de incidentes e ao terrorismo, segurança, vigilância e controle de acesso. Percebe-se aqui uma nítida relevância, tendo em vista o atual panorama do terrorismo mundial. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Ao Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, tendo por consequência os riscos a que a população está exposta. Nesse sentido, serão alocados recursos para intervenções de resposta a desastres, tais como as seguintes: a) disponibilização de cestas básicas, *kits* para higiene e

limpeza, colchões e outros itens para socorro e assistência; e b) promoção do abastecimento de água para consumo, mediante distribuição de água em carros-pipa pelo Governo Federal. A relevância dessa finalidade é evidente, uma vez que são conhecidas as consequências que os desastres naturais vêm proporcionando às vítimas. Em relação à urgência, não vislumbramos sua caracterização, uma vez que se trata de medida preventiva, podendo se adequar aos trâmites legislativos normais. Também não se caracteriza como despesas imprevisíveis, uma vez que os desastres naturais no Brasil são recorrentes, sendo de notório conhecimento a ocorrência deles todos os anos, o que também não justifica a abertura desses créditos por meio de medida provisória.

Ao Ministério do Turismo, a medida viabilizará ações de logística no projeto de revezamento da tocha olímpica, percorrendo cerca de 300 cidades até chegar ao Rio de Janeiro no dia da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, aproximando a população brasileira dos jogos e, portanto, promovendo o turismo nos destinos percorridos pela tocha. Aqui, também evidente a relevância, tendo em vista a visibilidade que o caminho percorrido pela tocha olímpica possui. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Aos Encargos Financeiros da União, o crédito permitirá o atendimento de despesas com a integralização de cotas da primeira parcela da constituição do Novo Banco de Desenvolvimento — NBD, cujo acordo foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015. A relevância dessa medida também se justifica, tendo em vista o objetivo de cumprir acordo internacional. Também podemos observar o critério da urgência, uma vez que o vencimento da primeira parcela de integralização de cotas venceu dia 3 de janeiro de 2016 e o não pagamento pode acarretar a perda do poder de voto do Brasil no Conselho de Diretores do NBD. Porém, percebe-se que o referido acordo foi celebrado em 15 de julho de 2014, e o Decreto Legislativo que aprovou o acordo foi publicado em 3 de junho de 2015, o que possibilitaria que essa dotação estivesse no próprio Projeto de

Lei Orçamentária Anual para 2016, não se caracterizando como despesas imprevisíveis, não justificando sua abertura por meio de crédito extraordinário.

2.2 Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que *"dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências"*, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que *"o exame de compatibilidade e de adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal*, *a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União"*.

É pertinente notar que, constitucionalmente, a adoção de medidas provisórias deve ter lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária. Esse aspecto, entretanto, não comporta discussão nesta oportunidade, haja vista que o escopo da Nota Técnica é tão somente aferir a conformação dos termos da Medida Provisória às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentárias e financeiras.

Na análise da Medida Provisória nº 710 não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320, de 1964; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000); Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e Lei Orçamentária Anual em vigor.

Convém registrar que a Constituição Federal, conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

Os recursos que suportam a abertura do crédito estão classificados como Despesas Primárias Discricionárias e, portanto, elevam as despesas primárias para o corrente exercício em R$ 1.472.650.000,00. As necessárias compensações deverão, portanto, ser consideradas no processo de contingenciamento, de modo a garantir as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 13.242, de 30/12/2015).

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2.3 Do Mérito

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes. A urgência e a imprevisibilidade não estão caracterizadas para todas as necessidades, conforme explicado no item 2.1 deste relatório.

2.4 Do Cumprimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002.

A Exposição de Motivos nº 244, de 2015, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem, contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da Medida Provisória.

2.5 Das Emendas

Com relação às dez emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres Parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão sete delas, conforme consta no Anexo I.

As Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 09 e 010 solicitam o remanejamento de dotações constantes do crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário *"somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

Além disso, optamos por rejeitar as emendas de números 06, 07 e 08, por entender que seu atendimento prejudicaria a execução de relevantes ações orçamentárias relacionadas no Anexo do crédito extraordinário aberto.

2.6 Conclusão

Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, atende parcialmente aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, pela sua relevância, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados, tendo por inadmitidas as Emendas 01 a 05, 09 e 010, e rejeitadas as Emendas 06, 07 e 08."

É esse o nosso relatório, Sra. Presidenta.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lido o relatório do Senador Elmano Férrer, coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação na Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós ligamos para a Mesa, e disseram que ainda não.

Posso continuar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tudo bem.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria dizer que houve uma flexibilização para votação desse item em homenagem ao trabalho realizado por V.Exa.

Como nós já fomos chamados para a Ordem do Dia, embora não tenham iniciado as votações, vamos encerrar esta reunião, antes convocando outra para terça-feira, às 13 horas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos encerrar!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, eu queria fazer um apelo a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, o acordo que nós fizemos eu considero importante. Portanto, diante do bom entendimento e do andamento dos trabalhos, não há necessidade de V.Exa. encerrar a reunião.

Em segundo lugar, eu pediria a V.Exa. que convocasse reunião para hoje à noite, após o encerramento da sessão no plenário.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não teria nenhuma dificuldade em fazer isso, mas há previsão nas duas Casas de as votações hoje, considerando as MPs que estão na pauta, não acabarem antes de meia-noite.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Toda vez que vou fazer qualquer entendimento com V.Exas., procuro esclarecer acerca do andamento dos trabalhos no Senado.

E, na Câmara, estou sabendo que aguardam — parece que agora mudou — as decisões do STF sobre a confirmação do rito do *impeachment.*

Então, se assim acordarmos, eu posso voltar a falar com o Presidente para ver se é cabível fazermos outra reunião hoje. Se for...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria que V.Exa. deixasse isso em aberto. Caso seja possível, V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para deixar em aberto, só esclarecendo, Líder...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, permite-me fazer uma proposta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho. Eu vou chegar até V.Exa.

Quero esclarecer o seguinte: nós adotamos um comportamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gente, não precisa haver esse tipo de coisa: *"já fez, não fez"*. Nós estamos aqui dialogando!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, claro. É porque eu acho que a proposta pode contemplar o Líder do Governo e V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sei.

Por isso, quando é de uma semana para outra, nós já estabelecemos a praxe de que se deve abrir outra vez o livro de chamada. É de bom alvitre que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados compareçam.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sem problema. Se a reunião continuar hoje, fica como tendo sido suspensa; se for convocada para a semana que vem, abriremos novo livro.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Veja bem o que iria acontecer: eu teria que deixar suspensa a reunião e, por volta de meia-noite, voltar aqui para encerrar ou dar continuidade. Não podemos deixar sobrestada a palavra dos nossos companheiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Faço essa proposta, Presidenta, porque eu acho compreensível a preocupação com o andamento dos trabalhos.

V.Exa. tem razão ao dizer que nós temos que observar as duas Casas. Na Câmara, já começou a Ordem do Dia. No Senado, provavelmente, ela deve ter início em breve, e nós não temos perspectiva de terminar tão cedo, porque não se votou nada hoje. Teremos a Semana Santa pela frente e há notícia de que o Presidente da Câmara tem o desejo de esgotar algumas pautas.

Eu faço uma proposta que considero interessante. A Presidenta até já mencionou que encerrará os trabalhos — tem sido essa a nossa prática, quando a reunião vai passar de uma semana para outra. Encerraríamos a reunião, mas manteríamos um acordo no sentido de que retomaremos na terça-feira essas matérias elencadas com o mesmo espírito de não obstruir a votação, conforme a sequência das matérias apresentadas por V.Exa. para acordo.

Obviamente, isso vai possibilitar que se produzam resultados para o País, como os que obtivemos hoje, votando duas medidas provisórias. Esgotado aquilo que é acordo, nós nos reservaríamos o direito de tentar evitar a aprovação de matéria com a qual não concordamos. É óbvio e natural.

Nós faríamos o encerramento que V.Exa., por sinal, já anunciou e retomaríamos os trabalhos na terça-feira. Nesse aspecto, nós estaríamos à disposição para iniciar a votação na terça-feira, sem obstrução, inclusive, sem nenhuma dificuldade, porque eu imagino que pode ser uma preocupação do Líder o fato de iniciarmos na terça-feira com obstrução e verificação de quórum para votação etc. Nós não faríamos isso.

Então, não há razão para se preocupar em manter a reunião suspensa. O mínimo que o Governo vai ter que fazer é garantir o quórum de abertura: dois Senadores e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sávio, a minha única preocupação seria com a possibilidade de retomarmos hoje.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O problema é que nós corremos o risco de ter um embate aqui, porque há esse tipo de situação quando há matérias polêmicas e quando retornamos tarde da noite, sem que haja previsão de horário. Imaginem isso no Senado e na Câmara!? Quer dizer, na Câmara acaba numa hora, mas não acaba no Senado. É quase impossível isso!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem sido impossível a realização de votações noturnas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É por isso que eu pondero que se encerre agora a reunião e se convoque outra para terça-feira, em um ambiente de acordo, o que eu acho que seria o mais sensato.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há concordância entre a Oposição e a Situação? Situação é uma palavra meio feia, não é? Em vez de usá-la, vou dizer Líder do Governo.

Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que é razoável, dentro do possível. Voltamos ao plenário às 13 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Paulo, a nossa reunião ficar suspensa sem sabermos quando acabará a sessão do Senado e da Câmara é complicado. Outro dia, eu vim para cá às 23h30min, sozinha. Não havia uma alma viva para me fazer companhia, nem a Velhinha de Taubaté. *(Riso.)*

Antes, convoco outra reunião para a próxima terça-feira, às 13 horas.

Está encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 16.03.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA INTERNA:

1) Ofício nº 010/2016, da Lider do PCdoB, Deputada Jandira Feghali, indicando o Deputado Wadson Ribeiro como representante titular do partido na CMO.
2) Ofício nº 004/2016, do Senador Benedito de Lira, solicitando a retirada da pauta da MSG 33/1992-CN, Contas do Governo de 1991, para reexame do parecer.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

1) Ofício nº 411/2015/GAPRE, de 09/10/2015, do Chefe de Gabinete da Presidência da Caixa Econômica Federal, referente ao Requerimento de Informação nº 32/2015, de autoria do Deputado Ricardo Barros.
2) Ofício nº 1109/STURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações com relação aos questionamentos do TCU relativos ao Edital Presencial 003/2015, no qual se inclui duas importantes obras para a Cidade de São Paulo: Corredor de ônibus Radial Leste, trecho 3 e corredor Perimetral Itaim Paulista/São Mateus, que inclui um terminal de passageiros.
3) Ofício nº 1107/SIURB.G/2015, de 02 de dezembro de 2015, do Sr. Roberto Garibe da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo, encaminhando informações com relação aos questionamentos no Contrato 43/SIURB/13 e no Edital de Pré-Qualificação 1/2012-SPOBRAS, relativos aos serviços de execução das obras e elaboração de projeto executivo da obra Corredor de ônibus Radial Leste – trecho 1, localizado no município de São Paulo/SP. Ato contínuo, no âmbito do Processo TC 029.823/2014, a mencionada obra foi incluída no FISCOBRAS 2015.
4) Ofício nº 0504/2015/GAB/SUDENE, de 21 de dezembro de 2015, do Sr. João Paulo Lima e Silva, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste do Ministério da Integração Nacional, encaminhando dados referentes à programação de financiamento para 2016 e ao relatório de resultados e impactos do 1º semestre de 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
5) Ofício nº 54/2015/SLCN, de 15 de dezembro de 2015, do Diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, Sr. André Augusto Sak, comunicando a mudança de partido do Senador Hélio José, do Partido Social Democrático (PSD) para o Partido da Mulher Brasileira (PMB).
6) Aviso 145/2015-BCB, de 03 de dezembro de 2015, do Presidente do Banco Central, Alexandre Antonio Tombini, encaminhando Relatório de que trata o parágrafo único da Lei nº 13.080, de 02/01/2015.
7) Ofício 2089/2016-BCB/Secre/Difis, de 03/02/2016, do Diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles encaminanhando resposta ao Requerimento nº 08/2015-CMO, de autoria do Deputado Izalci.
8) Ofício nº 779/15, de 4 de novembro, do Presidente da Câmara Municipal de Porto Ferreira/SP, Luiz Antonio de Moraes, encaminhando cópia da Moção de Repúdio nº 013/2015, contra a criação de novo imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).
9) Ofício nº 50/15, de 13 de novembro, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Juízo da 24ª Zona Eleitoral, Ipiaú/BA, encaminhando proposta de retirada do Anexo V do PLOA -2016 da verba de implementação da Lei nº 13.150/2015.
10) Ofício nº 008/15, de 10 de dezembro, do Secretário de Desenvolvimento Agrário e Presidente do CEDRAF-MG, Glenio Martins de Lima Mariano, encaminhando Moção de Repúdio, contra o corte orçamentário do Programa Bolsa Família.
11) Ofício nº 1222/15, de 18 de dezembro, do Secretário-Geral da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC, Wilson Nelson Duarte, encaminhando cópia do Requerimento nº 559/2015, para que seja revertida a decisão que rebaixou o Município de Itajaí e demais municípios catarinenses n enquadramento dos valores máximos permitidos para aquisição de imóveis pelo programa "Minha Casa Minha Vida".
12) Ofício nº 13/15, de 21 de dezembro, do Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Contenda/PR, Miguel Treziak, encaminhando expediente solicitando não incluir emendas que retirem direitos dos trabalhadores rurais na lei da previdência social.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13) Ofício nº 05/15, de 17 de dezembro, Presidente do Sindicato dos Professores Públicos do Estado/RJ, Teresinha Oliveira Machado da Silva, encaminhando expediente solicitando que a CPMF não seja aprovada, tendo em vista que trata-se de uma bitributação e sobrecarga.
10) Ofício nº 1427/15, de 28 de dezembro, da Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, Regina Maria Cioffi Batagini, encaminhando Moção de Apelo, contra o corte orçamentário do Programa Bolsa Família para 2016.

- Expedientes encaminhando Moção de Repúdio, contra a criação de novo imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

1) Ofício nº 779/15, de 4 de novembro, do Presidente da Câmara Municipal de Porto Ferreira/SP, Luiz Antonio de Moraes.
2) Ofício nº 319/15, de 23 de setembro, do Presidente da Câmara Municipal de Poá/SP, Mário Massayoshi Kawashima.
3) Ofício nº 427/15, de 14 de outubro, da Presidente da Câmara Municipal de Angatuba/SP, Vanuza de Oliveira.
4) Ofício nº 1080/15, de 19 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó/SC, Valdemir Antonio Stobe.
5) Ofício nº 38/15, de 27 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba/SP, Cido Saraiva.
6) Ofício nº 808/15, de 4 de novembro, do Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves/RS, Valdecir Rubbo.
7) Ofício nº 1077/15, de 16 de dezembro, do Superintendente da União dos Vereadores de Santa Catarina, Ilmar Dalla Costa.

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 3° quadrimestre de 2015, encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 117 na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Câmara dos Deputados, Poder Executivo, Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Publico da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Federais das Seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte

- Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2015, encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 117 na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Câmara dos Deputados, Poder Executivo, Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Publico da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 15ª, 16ª, 18ª 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª.
- Tribunais Regionais Federais das Seguintes Regiões: 2ª, 3ª e 4ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Sergipe e São Paulo.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, à Presidente da CMO:

Avisos Seses/TCU, de 10 de dezembro de 2015:
1) Aviso nº 1418/2015 (Acórdão 2.461/2015-TCU-Plenário): encaminhando a Vossa Excelência, em mídia digital, cópia integral do processo nº TC – 005.335/2015-9 no âmbito do qual foi prolatado o Acordão nº 2.461/2015-TCU-Plenário – e dos respectivos apensos, bem como da Ata nº 40/2015, da Sessão Extraordinária do Plenário do TCU de 07/10/2015, relativa às Contas do Governo referentes a 2014.
2) Aviso nº 1004/2015 (Acórdão nº 3297/2015-TCU-Plenário): encaminhando informações com a relação ao pedido de reexame interpostos ante o acórdão 825/2015, mantido pelo 992/2015, ambos do TCU-Plenário.

Avisos Seses/TCU, de 3 de março de 2016:
1) Aviso nº 108/2016 (Acórdão 426/2016-TCU-Plenário): Relatório Sistêmico de Fiscalização de Saúde relativo ao exercício de 2014, também denominado FiscSaúde 2014.

Avisos GP/TCU, de 10 de dezembro de 2015:
1) Aviso nº 1444-GP/TCU (Acórdão nº 3072/2015 – TCU – Plenário): encaminhando informações com objetivo de retificar, por inexatidão material os subitens 9.6.1 e 9.6.2 do Acórdão 2.320/2015 – TCU-Plenário, prolatado na sessão de 16/09/2015 – ordinária, Ata 37/2015 – Plenário, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
2) Aviso nº 1467-GP/TCU (Acórdão 2.823/2015-TCU-Plenário), encaminhando cópia do despacho(acompanhado da respectiva instrução de admissibilidade) exarado em 10/12/2015 pelo Ministro-Relator Vital do Rêgo, que conheceu do pedido de reexame interposto pela Secretaria de Orçamento Federal e pela Secretaria do Tesouro Nacional.
3) Aviso nº 12-GP/TCU (Acordão 3.324/2015), encaminhando relatório de acompanhamento da Diretoria de Fiscalização da Responsabilidade Fiscal, órgãos e entidades fiscalizadas: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento Federal e Instituto Nacional de Seguridade Social.

Avisos GP/TCU, de 11 de fevereiro de 2016:
1) Aviso nº 53-GP/TCU (Acórdão nº 111/2016 – TCU – Plenário): obras de implantação do Corredor de Ônibus – Radial Leste – Trecho 3 (Município de São Paulo/SP).

Avisos GP/TCU, de 18 de fevereiro de 2016:
1) Aviso nº 81-GP/TCU (Acórdão nº 44/2016 – TCU – Plenário): levantamento realizado pela Secex/RR, em conjunto com o TCU/RR, consistiu na verificação do atendimento a condicionantes impostas pela legislação federal, com vistas a garantir a boa e responsável gestão dos recursos federais recebidos.

Avisos GP/TCU, de 18 de fevereiro de 2016:
1) Aviso nº 105-GP/TCU (Acórdão nº 128/2016 – TCU – Plenário): levantamento realizado pela Secex/TO, consistiu na verificação do atendimento a condicionantes impostas pela legislação federal, com vistas a garantir a boa e responsável gestão dos recursos federais recebidos.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos GP/TCU, de 02 de março de 2016:
1) Aviso nº 118-GP/TCU (Acórdão nº 358/2016 – TCU – Plenário): obras de implantação do Corredor de Ônibus Perimetral Itaim Paulista – São Mateus.

Avisos GP/TCU, de 08 de março de 2016:
1) Aviso nº 142-GP/TCU (Acórdão nº 226/2016 – TCU – Plenário): orientar os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, inclusive por meio da inclusão de rotinas de comunicação do *Siafi*.

Avisos GP/TCU, de 11 de março de 2016:
1) Aviso nº 154-GP/TCU (Acórdão nº 633/2016 – TCU – 1ª Câmara): processo de contas anuais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) relativas ao exercício de 2013.

Fale com o Senado
0800 61 2211